MONUMENTA PORTUGALIAE VATICANA

II

SÚPLICAS DOS PONTIFICADOS DOS PAPAS DE AVINHÃO CLEMENTE VII E BENTO XIII E DO PAPA DE ROMA BONIFÁCIO IX

Documentos publicados com introdução e notas

por

ANTÓNIO DOMINGUES DE SOUSA COSTA, OFM

Prof. na Universidade «Antonianum» de Roma

Editorial Franciscana

1970

MONUMENTA PORTUGALIAE VATICANA

II

SÚPLICAS DOS PONTIFICADOS DOS PAPAS DE AVINHÃO CLEMENTE VII E BENTO XIII E DO PAPA DE ROMA BONIFÁCIO IX

Documentos publicados com introdução e notas

por

ANTÓNIO DOMINGUES DE SOUSA COSTA, OFM

Prof. na Universidade «Antonianum» de Roma

MONTARIOL — BRAGA

Rua de Cedofeita, 350 — PORTO

Editorial Franciscana

1970

OUTROS ESTUDOS DO AUTOR

Doutrina penitencial do canonista João de Deus, Ed. Franciscana, Braga 1956.

Um mestre português em Bolonha no século XIII, João de Deus (Vida e obras), Ed. Franciscana, Braga 1957.

O doutoramento em Bolonha do secretário de D. João I — Doutor Lançarote, Conde Palatino e embaixador ao Concílio de Pisa, Ed. Franciscana, Braga 1957.

Mestre Afonso Dinis, médico e secretário de D. Afonso IV, professor na Universidade de Paris, Ed. Franciscana, Braga 1957.

Doutoramento em leis, na Universidade de Bolonha, de D. João Álvares, deão de Viseu, depois bispo de Silves, Ed. Franciscana, Braga 1958.

Animadversiones criticae in vitam et opera canonistae Ioannis de Deo, Ed. Pont. Ateneo Antoniano, Roma 1958.

O Infante D. Henrique e a expansão portuguesa, Ed. Franciscana, Braga 1960.

A expansão portuguesa segundo o pensamento do Infante D. Henrique, Ed. Brotéria, Lisboa 1960.

O factor religioso razão jurídica dos Descobrimentos portugueses, Lisboa 1961.

O abade D. Gomes, reformador da abadia de Florença, e as tentativas de reforma dos mosteiros portugueses no século XV, Ed. Abadia de Montserrat, Barcelona 1963.

Mestre Silvestre e Mestre Vicente, juristas das contendas entre D. Afonso II e suas irmãs (n. 1 da colecção *Estudos e Textos da Idade Média e Renascimento*), Ed. Franciscana, Braga 1963.

Canonistarum doctrina de Judaeis et Saracenis tempore Concilii Constantiensis, Ed. Pont. Ateneo Antoniano, Romae 1965.

Quem tratou do matrimónio da Infanta Dona Maria, Urbano V ou Gregório XI?, Ed. Franciscana, Braga 1965.

Padroado régio e elevação das raças no Brasil, segundo Monteiro da Vide, arcebispo da Baía, Ed. V Colóquio Internacional de Estudos Luso-Brasileiros, Coimbra 1965.

Estudos sobre Álvaro Pais, Ed. Inst. de Alta Cultura, Faculdade de Letras, Lisboa 1966.

Concordatas portuguesas, Ed. Franciscana, Braga 1966.

Mestre André Dias de Escobar, figura ecuménica do século XV (n. 2 da colecção *Estudos e Textos da Idade Média e Renascimento*), Ed. Franciscana, Braga 1967.

Mestre Fr. André do Prado, desconhecido escotista português do século XV, professor nas Universidades de Bolonha e da Cúria Romana, Ed. Faculdade de Filosofia, Braga 1967.

Estudantes portugueses na reitoria do Colégio de S. Clemente de Bolonha na primeira metade do século XV, (*Arquivos de História da Cultura Portuguesa*, vol. III, n. 1), Lisboa 1969.

Theologia et Ius Canonicum iuxta canonistam Alvarum Pelagii (*Acta Conventus Internationalis Canonistarum 1968*), Vaticano 1970.

SUMÁRIO

SIGLAS E ABREVIATURAS V
INTRODUÇÃO VII
1. Súplicas originais não incluídas nos ainda existentes «Regesta Supplicationum» VII
a) Processo de apelação ou súplica do Infante D. Afonso, de 21 de Dezembro de 1317, quanto à concessão da igreja de Tomar ao cardeal Bertrando, depois da extinção da Ordem do Templo VIII
b) Exposição-súplica de 1317-1318 dos embaixadores de D. Dinis, rei de Portugal, Manuel Pessanha e Vicente Anes, ao papa João XXII sobre a continuação do mestre português, a eleger pelos freires portugueses da Ordem de S. Tiago da Espada ... LVI
c) Súplica de Abril de 1323 das autoridades civis bolonhesas, a favor do português Martinho Martins, reitor da universidade de Bolonha LXXXIX
d) Súplica do cardeal-bispo de Sabina D. Gil de Albornoz, de 15 de Agosto de 1355, ao papa Inocêncio VI, pedindo a promoção a bispo do Porto do seu caudatário Gomes Martins XCV
e) Súplica, de Abril de 1385, dos bispos, abades, barões e cavaleiros e procuradores das cidades, vilas e lugares de Portugal, sobre a eleição do Mestre de Avis para rei, por eles realizada, e futuro casamento do monarca e outra, de 5 de Agosto de 1415, do cabido de Tui, com sede em Valença, sobre a postulação de Lobo Vaz da Cunha para bispo CIV
f) Súplica do mês de Maio de 1437 da universidade de Lisboa a Eugénio IV, pedindo a este nomeie capelão pontifício Frei João de S. Lourenço da Ordem do Carmo, bacharel formado e lente de prima de teologia, e as embaixadas deste ao papa Eugénio IV e outras actividades CLXX
a. Filho natural do Infante D. Duarte o nosso Frei João de S. Lourenço? CLXXI
b. Embaixada ao papa em 1440, com Rui da Cunha, e cartas originais ao papa do Infante D. Henrique, da rainha é regente CLXXIX
c. Incumbências do papa aos embaixadores junto do Infante D. Pedro e da rainha CLXXXVII
d. Embaixada ao papa e posição dos portugueses no concílio de Basileia CXC
e. O bispo de Viseu, embaixador do concílio e contrário aos portugueses, embaixadores do papa ao imperador dos Gregos CXCIX
f. Orientação favorável ao concílio de Basileia, durante a regência de D. Pedro CCXV
g. D. Luís do Amaral privado da sé de Viseu, em favor de Luís Coutinho, contra as intervenções do regente CCXXXII
h. Rui Dias nomeado bispo de Silves, contra a vontade do Infante D. Pedro ... CCL
i. Regresso de Luís do Amaral e incorporação de portugueses, partidários do antipapa, no concílio de Basileia CCLXXV
j. Embaixada de Frei João, bispo de Tiberíades, em 1443-1445, e sua nomeação a bispo de Ceuta em 1444 CCLXXXVI
k. D. João e o governo dos Carmelitas em Portugal e a anexação de territórios portugueses à diocese de Ceuta CCXCIV

l. Transferência para a sé da Guarda, com várias incumbências em Portugal ... CCCIII
m. D. João, bispo da Guarda, e a legacia apostólica de D. João Galvão CCCXI
n. Várias incumbências de Paulo II e Sisto IV a D. João, bispo da Guarda, a residir em Lisboa, e morte deste em 1477 CCCXL
g) Súplica original do Infante D. Pedro, regente do reino, ao papa Eugénio IV, de 31 de Janeiro de 1444, contra a erecção da igreja paroquial de Valada, alcançada por Fernando Martins, licenciado em direito canónico, e continuação do litígio com Martinho Fernandes de Gouveia CCCXLIII
h) Súplica do cardeal Alpedrinha, do mês de Fevereiro de 1480, sobre a data de certa bula de Pio II, respeitante à jurisdição dos Ordinários do lugar e visita das igrejas da Ordem militar de S. Tiago da Espada CCCLX
2. Ainda a propósito do conselheiro régio João das Regras, doutorado em Bolonha, e dos casamentos do Infante D. Pedro CCCLXVII

CLEMENTE VII, Súplicas, Ano Primeiro, nn. 1-358 3
» » Ano Segundo, nn. 359-550a 85
» » Ano Terceiro, nn. 551-613 147
» » Ano Quarto, nn. 614-614c 175
» » Ano Sexto, nn. 615-615a 179
» » Ano Sétimo, nn. 616-634f 183
» » Ano Oitavo, n. 635 201
» » Ano Nono, nn. 636-636h 205
» » Ano Décimo, nn. 637-684c 213
» » Ano Décimo Primeiro, nn. 684d-690 227
» » Ano Décimo Segundo, nn. 691-691d 235-237
» » Ano Décimo Terceiro, nn. 692-692b 241
» » Ano Décimo Quarto, nn. 692c-698 247
» » Ano Décimo Quinto, nn. 699-707 255
» » Ano Décimo Sexto, nn. 708-719 263

BENTO XIII, Súplicas, Ano Primeiro, nn. 1-64 271
» » Ano Décimo, nn. 65-84c 313
» » Ano Undécimo, nn. 85 335
» » Ano Duodécimo, nn. 86-90 339
» » Ano Décimo Terceiro, nn. 91-93 345
» » Ano Décimo Sexto, nn. 94-95 351
» » Ano Décimo Nono, nn. 96 355
» » Ano Vigésimo, nn. 97-98 359
» » Ano Vigésimo Primeiro, nn. 99-102 363
» » Ano Vigésimo Segundo, nn. 103-105 369
» » Ano Vigésimo Terceiro, nn. 106-108 375
» » Ano Vigésimo Quarto, nn. 109-110 379

BONIFÁCIO IX, Ano Quinto, nn. 1 383

ÍNDICE CRONOLÓGICO DOS DOCUMENTOS, TOTAL OU PARCIALMENTE PUBLICADOS NA INTRODUÇÃO 397

ÍNDICE DOS NOMES E MATÉRIAS 433

ERRATA CORRIGE 595

SIGLAS E ABREVIATURAS

add. — *addit*, acrescenta
ADB — Arquivo Distrital de Braga
ADP — Arquivo Distrital do Porto
ADV — Arquivo Distrital de Viseu.
Annat. — *Annatarum.*
ANTT — Arquivo Nacional da Torre do Tombo, Lisboa
arceb. — arcebispo(s)
arced. — arcediago(s), arcediagado(s)
Arm. — *Armadium*
Arq. — Arquivo
ASB — *Archivio di Stato di Bologna*
ASF — *Archivio di Stato di Firenze*
ASP — *Archivio di Stato di Padova*
ASV — *Archivio Segreto Vaticano*
benef. — beneficiado(s), benefício(s)
b. — bispo(s).
Bibli. — Biblioteca
Bibl. Apost. — Biblioteca Apostólica
Bibl. Riccard. — *Biblioteca Riccardiana*
cab. — cabido
cap. — capítulo
cf. — confronte
clér. — clérigo(s)
cod. *codex*, códice
cod. Albornot. — *codex Albornotianus*
cod. Ashb. — codex Ashburnam
cón. — cónego(s)
col. — coluna
coll. — collatus, collata, collatum
conc. — concelho
concí. — concílio(s)
conv. — convento(s)
Divers. Camer. — *Diversa Camerae*
docum. — documento(s)
ed. — edição, editio
ed. cit. — edição citada
fl. — folha
fls. — folhas
igr. — igreja(s)
liv. — livro(s)
loc. cit. — *locus citatus*, lugar citado
most. — mosteiros
n. — número nn. — números
ob. cit. — obra citada
op. cit. — *opus citatum*, obra citada
Obl. — *Obligationes*
Obl. et Sol. — *Obligationes et Solutiones*
p., pág. — página(s)
pp. — páginas
publ. — publicado(a)
Reg. Aven. — *Regesta Avenionensia*
Reg. Lat. — *Regesta Lateranensia*
Reg. Suppl. — *Regesta Supplicationum*
Reg. Vat. — *Regesta Vaticana*
S. P. — *Sanctissime Pater*
S. V. — *Sanctitas Vestra, Sanctitati Vestrae*
tit. — título
Univ., Univers. — Universidade
vol. — volume

INTRODUÇÃO

No primeiro volume de Monumenta Portugaliae Vaticana, *procurei informar o leitor sobre vários problemas histórico-jurídicos e de procedura, pertinentes aos documentos de* Regesta Supplicationum, *cuja publicação iniciei, limitada aos documentos, directa ou só indirectamente relacionados com Portugal. Tive então ensejo de esclarecer ou comprovar não poucas asserções com documentos que se publicam neste volume. E, ao tratar aí do* Registo e originais das Súplicas, *referi e transcrevi mesmo petições ou cartas de portugueses dos séculos XIII, XIV e XV, dirigidas ao papa, naturalmente sem a assinatura deste ou dos oficiais da Cúria e sem data de concessão, documentos esses, que devem ter servido de base para a formulação definitiva dos pedidos, conforme o estilo e jurisprudência da chancelaria pontifícia. Nesta ordem de ideias, vou publicar, nesta Introdução, algumas súplicas similares, com uma ou outra consideração à volta das mesmas, e publicar também a respectiva documentação que possuo a propósito. O ponto mais saliente, a publicar no volume seguinte, versará o tema da posição de Portugal perante o cisma do Ocidente, em estreita relação com as guerras durante o reinado de D. Fernando, sem esquecer a crise da nacionalidade, aberta com a morte deste monarca e ajudada a solucionar por várias circunstâncias, criadas pelo dito cisma, de que se serviu o Mestre de Avis, D. João I, com consequências de muito alcance, em vários aspectos, na vida política e religiosa de Portugal, até à eleição do papa Martinho V no concílio de Constança. Terei, portanto, em consideração especial as relações entre a Igreja e o Estado, neste tempo, e os intelectuais portugueses de então, particularmente a formação dos mesmos, como estudantes universitários, sem excluir de todo os espanhóis, no que se refere à universidade de Bolonha. Razões idênticas levar-me-ão a apresentar lista mais ou menos completa dos bispos de Portugal nesta época, já que a circunstância do cisma, com possibilidade de nomeação de mais que um bispo para a mesma diocese, tem contribuído para certa confusão neste particular. Os últimos pontos serão tratados pormenorizadamente em estudos futuros.*

1. SÚPLICAS ORIGINAIS NÃO INCLUÍDAS NOS AINDA EXISTENTES «REGESTA SUPPLICATIONUM»

Ao tratarem das súplicas, dirigidas aos papas, sobre benefícios e outras graças, e do respectivo registo nas secções próprias do Arquivo do Vaticano, os autores, sem esquecer a maior autoridade no assunto, qual é o franciscano Bruno Katterbach (1), *lembram serem a praxe da formu-*

(1) BRUNO KATTERBACH, O. F. M., *Inventario dei registri delle Suppliche*, Città del Vaticano, 1932, pp. X-XI.

lação das súplicas e respectivo registo anteriores ao papa Clemente VI, ao qual pertencem os primeiros volumes de súplicas registadas do Arquivo Vaticano. Já em 1931, E. A. Van Moé recordava, em artigo de excepcional valor, quanto a este ponto, certas súplicas originais, dirigidas aos papas João XXII, Clemente VI e Inocêncio VI (2), *não registadas. Quanto a Portugal, são para lembrar algumas dos pontificados de João XXII, Inocêncio VI, João XXIII, Eugénio IV e Sisto IV, a transcrever nesta Introdução, além das referidas ou publicadas na Introdução do primeiro volume de* Monumenta Portugaliae Vaticana (3). *Do ponto de vista cronológico, as primeiras duas súplicas não registadas e a publicar dizem respeito aos mestrados das Ordens militares do Templo e de S. Tiago da Espada. Datam ambas do reinado de D. Dinis. Ao publicá-las, sobretudo na análise e comentário da documentação que as motivou ou delas foi consequência, quero prestar homenagem sincera, de muito apreço e admiração, ao insigne historiador P. Fernando Félix Lopes, OFM, cujas hipóteses e conclusões, a este respeito, são totalmente confirmadas por documentação desconhecida, que publicarei. Volto ao assunto, por ele se enquadrar no movimento dos nossos reis de se desenvencilharem das peias, no que se refere a pontos de vista religiosos, por vezes os mais perigosos, do reino vizinho, orientação seguida pelos monarcas da dinastia de Avis e política acentuadamente defensiva e de independência nacional. E tenho, além disso, o gosto ou desgosto, que a ocasião me proporciona, de lamentar não se tenha ainda assinalado a tão ilustre historiador e brilhante homem de letras posto condigno na Academia Portuguesa de História. As conclusões de Félix Lopes, a que aludo, referem-se principalmente aos processos movidos à Ordem do Templo, supressão e aplicação de seus bens em Portugal, passados, depois, à nova Ordem de Cristo, em cujos negócios andou metido o superior da custódia franciscana de Lisboa, a seguir bispo do Porto e de Lisboa, D. Frei Estêvão, com resultados positivos para os interesses do monarca, D. Dinis* (4). *O segundo documento, em ordem cronológica, refere-se ao direito de os freires da Ordem de S. Tiago da Espada em Portugal terem ou não provincial próprio, contestando esse direito o mestre geral de Castela e respectivo monarca. E em prol da tese portuguesa, patrocinada ou, mais exactamente, movida por D. Dinis, rei de Portugal, é possível tenha intervido Frei Estêvão, nas viagens e missivas feitas à Cúria papal.*

a) Processo de apelação ou súplica do Infante D. Afonso, de 21 de Dezembro de 1317, quanto à concessão da igreja de Tomar ao cardeal Bertrando, depois da extinção da Ordem do Templo.

É este o protesto ou apelação, com data de 21 de Dezembro de 1317, já parcialmente publicado por Félix Lopes (5), *que o Infante herdeiro D. Afonso apresentou em Beja, por meio do seu familiar Gomes Lourenço, por ele nomeado legítimo procurador para o efeito:*

«*In nomine Domini, amen. Noverint universi presentis instrumenti publici seriem inspecturi vel audituri quod sub era millesima trecentesima quinquagesima quinta, videli-*

---

(2) É.-A. VAN MOÉ, *Suppliques originales adressées à Jean XXII, Clément VI et Innocent VI*, Paris 1931. Separata de *Bibliothèque de l'École des Chartres*, 92 (1931) 253-276.

(3) ANTÓNIO DOMINGUES DE SOUSA COSTA, OFM, *Monumenta Portugaliae Vaticana*, I, *Súplicas dos pontificados de Clemente VI, Inocêncio VI e Urbano V*, Roma-Porto, 1968, pp. LXXXI-XCVII.

(4) FERNANDO FÉLIX LOPES, *Das actividades políticas e religiosas de D. Fr. Estêvão, bispo que foi do Porto e de Lisboa*, em *Lusitania Sacra*, VI (1962-1963) 31-55.

(5) FERNANDO FÉLIX LOPES, *Das actividades políticas e religiosas de D. Fr. Estêvão ...*, em *Lusitania Sacra*, 6 (1962-1963) 49, nota 56.

cet vicesima prima die mensis Decembris, in Nonis, in castro quod vulgariter dicitur Begia, diocesis Elborensis, in domibus, in quibus infans dominus Alfonsus, magnifici principis domini Dionisii, Dei gratia Portugalie et Algarbii regis illustris, filius primogenitus et heres, tunc hospitabatur, me Dominico Iohannis, auctoritate regali publico et generali tabellione in regnis Portugalie et Algarbii, presente, presentibus etiam testibus ad hoc specialiter adhibitis et rogatis nobilibus viris Alfonso Teliz, Gonsalo Petri Ribeyro, Gonsalvo Menendi de Alvelos, Johanne Roderici Rebotin, Nunio Gonsalvi Camelo, Lupo Fernandi Pacheco, militibus, et discretis viris Laurentio Petri Burgensi Ulixbonensi et Valasco Alfonsi et Matheo Petri, tabellionibus infrascriptis, idem dominus Alfonsus infans fecit et constituit suum verum et legitimum procuratorem et nuntium specialem discretum virum Gometium Laurentii, familiarem suum, ad proponendum, allegandum, obiciendum, provocandum, appellandum, supplicandum et protestandum in forma infrascripta et ad iurandum ad sancta Dei evangelia, corporaliter per se tacta, in animam dicti domini infantis, domini sui, quod ipse dominus infans et dictus procurator omnia et singula obiecta in ipsa appellatione, cuius forma inferius describitur, credunt esse vera et ea omnia et singula ipsum dominum infantem et se posse probare et ad intimandum provocationem et appellationem ipsam, ubi et coram quibus et quotiens et quando videbitur opportunum et circa ea et eius executionem faciendum quicquid iura requirunt et quicquid ipsi procuratori videbitur et placuerit et quicquid ipse dominus infans facere potest et posset, etiam si tale quid fuerit quod mandatum exigeret vel exigat speciale, promittens prefatus dominus infans michi tabellioni predicto stipulanti nomine omnium quorum interest vel intererit, se ratum habiturum quicquid per dictum procuratorem factum fuerit in premissis et circa ea. Et in continenti Gometius Laurentii, procurator predictus, sponte suscipiens dictum mandatum, proposuit, allegavit, obiecit, provocavit, appellavit et apostolos petiit, supplicavit et alia infrascripta nomine dicti domini infantis et iuxta ipsius mandatum sibi factum dixit et egit in hunc modum:

In nomine Domini, amen. Cum assertio habeat aliquorum, prout ad serenissimum infantem dominum Alfonsum, magnifici principis domini Dionisii, Portugalie et Algarbii regis illustris, filium primogenitum et heredem, dominum meum, nuper a decem diebus citra pervenit, quod Sanctissimus Pater et dominus dominus Johannes, divina providentia papa xxii.us, reverendo in Christo patri domino Bertrando, sancte Marie in Acquiro diacono cardinali, de castro seu loco de Thomar diocesis Ulixbonensis, cum omnibus eius iuribus et pertinentiis universis, iurisdictione, districtu, honore et emolumento, gratiose duxerit providendum, idem castrum seu locum ad utendum et fruendum ipso et omnibus fructibus, redditibus et proventibus et emolumento ex eo vel ob ipsum provenientibus prefato domino cardinali concedendo seu sibi applicando, commendando vel etiam donando, et quod idem cardinalis occasione provisionis seu gratie predicte et pro executione ipsius certos fecit fieri processus seu facere fieri intendat, mandata, monitiones, penas et sententias varias continentes, dico, propono, allego et obicio ego Gometius Laurentii, procurator predictus, nomine dicti domini mei domini infantis, quod dicta provisio, concessio, applicatio, commenda sive donatio aut quevis alia dispositio facta de castro seu loco predicto eiusque iuribus, pertinentiis, iurisdictione, districtu, honore et emolumento est et fuit surreptitia et surreptitie obtenta nec fieri nec effectum sortiri debuit vel debet dictique processus ac mandata, monitiones et sententie nulle sunt et inique, causis et rationibus infrascriptis. Imprimis quia dictum castrum seu locus de Thomar et est et a sua fundatione et citra fuit in et de regno Portugalie et est et fuit de locis et bonis que fratres quondam ordinis militie Templi tenuerunt in regno predicto et idem castrum seu locus et eadem loca et bona cum iuribus et

pertinentiis eorumdem ad predictum dominum regem et suos predecessores reges Portugalie et domum et coronam regiam Portugalensem pertinent et ad dictos reges et predecessores eorum per tantum tempus, cuius contrarii hominum memoria non existit, quoad dominium et possessionem pertinuerunt infrascripto modo fuitque idem rex et dicti regis predecessores eius fuerunt per tempus predictum in possessione recipiendi, habendi, exigendi et exercendi honorem, districtum, emolumenta, iurisdictionem et iura infrascripta in predictis castro et locis et bonis et propter ipsa, et hominibus eorumdem et ex eis et ratione ipsorum, et ipse dominus rex tempore dicte provisionis seu concessionis que de dicto castro seu loco prefato domino cardinali facta dicitur, erat in possessione predicta, preterquam a fratribus supradictis ordinis post cassationem ordinis eiusdem, que etiam sic declaro: Dico enim et assero publicam vocem et famam et oppinionem communem esse et fuisse tempore dicte provisionis et ante apud homines clericos et laycos dicti regni et maiorem partem ipsorum et ita ipsi tenent et sentiunt et a suis maioribus audierunt et perceperunt quod in Portugalia fuit olim quidam comes qui vocabatur dominus Henricus, qui regebat terram que appellatur hodie regnum Portugalie, sicut comes et dominus, et defendebat terram ne sarraceni eam invaderent et impugnabat eosdem et pro domino ipsius terre se gerebat et gessit et ab incolis pro tali habitus et reputatus et ab ipsis ei tamquam domino paritum fuit usque ad mortem suam. Item quod, cum dictus comes regebat dictam terram, quidam ex fratribus ordinis Templariorum venerunt ad eum et supplicaverunt dominationi sue quod, cum ipsi nullas habitationes vel loca in eodem regno haberent, vellet sibi loca aliqua assignare, in quibus possent se receptare et vivere et sibi servire et guerram in devotione fidei sarracenis facere, qui in regno predicto christianos cotidie impugnabant. Item quod, mortuo comite predicto, dominus Alfonsus, eius filius, regnavit post eum in dicto regno Portugalie, qui fuit rex primus in dicto regno et dicti quondam Templarii venerunt ad eum et supplicaverunt ei, sicut supplicaverunt patri suo, ut supra proximo articulo continetur. Item quod dictus dominus Alfonsus et alii reges Portugalie descendentes ab eo ad ipsorum fratrum instantiam et augmentum cultus divini et stabilimentum et defensionem fidei orthodoxe, providerunt dictis Templariis de dictis locis, villis et castris, ad domum et coronam regiam pertinentibus, inter que fuit et est castrum seu locus predictus de Thomar, quodque eadem loca, ville et castra tum temporis pertinebant et ante pertinuerant pleno iure ad domum eamdem eaque ipsis commendaverunt et ipsorum custodiam eisdem commiserunt ut ex ipsis impugnarent et guerram facerent contra sarracenos predictos et loca, villas et castra eadem manutenerent, defenderent et fideliter custodirent pro servitio dictorum regum et regni et eorumdem regum et regni nomine, sub pactis, conditionibus, modis omnibus et servitiis infrascriptis, videlicet quod ipsi fratres deberent recipere de dictis locis, villis et castris fructus, redditus et proventus eosque expenderent in regno Portugalie, in predictorum regum servitium et in defensionem regni, ad expugnandum inimicos fidei christiane, circonstantes regno predicto, quodque tam ipsa bona quam quecumque alia, ad eos imposterum quomodolibet in et de eodem regno proventura, de manu sua et successorum suorum regum, qui essent pro tempore, in regno predicto tenerent et ipsorum regum nomine possiderent. Item quod ipsi patres dicta loca, villas et castra non possent aliis tradere vel cum aliis ipsa permutare seu in alias personas titulo quocumque, tacite nec expresse, per aliquod eorum factum vel obmissum, sine consensu et beneplacito expresso regis supradicti et successorum suorum et quod ipsi rex et reges bona predicta possent, quandocumque vellent, tamquam propria et ad eos pleno iure spectantia, capere et intrare et sibi retinere et ea aliis personis dare et tradere et concedere et de eis disponere pro sue beneplacito voluntatis, si et quando eisdem regibus expedire videretur. Item quod ratione predictorum locorum, villarum et castrorum dicti quondam Templarii homa-

gium et fidelitatis iuramentum secundum usum et consuetudinem regni in aliis locis et castris prestare et facere dictis regi et regibus tenerentur tam in receptione custodie et comende ac traditione eorumdem quam successive cuilibet novo regi regni eiusdem. Item quod in dicta provisione ac comenda custodie, commissione et traditione bonorum predictorum fuit conventum, ordinatum et aprobatum inter dictum dominum Alfonsum regem et magistrum et fratres dicti ordinis supradictos quod propter usum et emolumentum predictorum locorum, villarum et castrorum tenerentur dicti Templarii dicto regi et successoribus suis servire fideliter, in eorumdem Templariorum expensis, cum equis et armis et de omnibus que haberent seu possiderent in dicto regno, quandocumque et quantocumque tempore, sine aliqua determinatione, dictis regibus expediret sive placeret. Item quod ordinatum fuit et conventum in commissione custodie bonorum predictorum et eorum receptione ut predicitur factis quod dicti quondam Templarii propter commendam dictorum locorum et perceptionem fructuum et reddituum ex eisdem tenerentur ministrare dictis regi et regibus, uxoribus et filiis eorum ac prelatis, comitibus, baronibus, militibus et omnibus aliis de familia sua sufficienter omnia victualia et anonam pro animalibus ac passalagia, quotiescumque dicti rex et reges vel alii de sua familia transirent per loca predicta, villas et castra predicta, in et pro recognitione, subiectione et obligatione dictis domino regi et regibus per dictos fratres facienda et in omnibus attendenda. Item quod auctum, conventum et ordinatum fuit inter predictos dominum regem et fratres in dicta provisione seu commissione custodie bonorum predictorum quod quotiens et quando magister vel preceptores regni predicti aliquem in eodem regno recipere vellent ad ordinem predictum, qui in ipso regno habitare debet, ipsum pro mtaiori custodia et securitate dictorum castrorum, villarum, locorum et regni, de assensu dumaxat et beneplacito regis, qui pro tempore esset, reciperent nec aliquem vel aliquos reciperent et ad habitandum inibi ponerent, nisi iuxta numerum statutum et pretaxatum per reges predictos, ut ipsi fratres sufficienter possent servire regie domui, cum equis, armis, expensis et aliis necessariis, ad pugnandum contra fidei et regni inimicos, et quod si aliquem officialem, commendatorem seu administratorem idem magister vel preceptores facere vellent in regno predicto, ipsum pro predicta custodia de assensu et beneplacito regum predictorum facerent et eosdem a suis officiis, administrationibus vel commendariis ammoverent nec ipsos facere vel ammovere aliter possent. Item quod predicti quondam Templarii in commissione custodie et traditione bonorum predictorum voluerunt et consenserunt quod tota familia eorum esset perpetuis temporibus de iurisdictione dictorum regum et quod ipsi reges ipsam familiam ab excessibus compescere secundum leges regni possent ac mulctare, sicut alias personas de regno predicto. Item quod conventum et ordinatum fuit in dicta commissione et traditione quod quandocumque dicti Templarii facere vellent capitula provincialia in regno predicto, primo peterent a rege, qui esset pro tempore, eius assensum. Item quod si ipsi Templarii servire vellent de aliqua quantitate pecunie magno magistro et conventui Jerosolimitanensi, prius peterent licentiam et assensum regis, qui pro tempore esset, et quod eis sine ipsius regis licentia et assensu dictum servitium facere non liceret. Item quod quando magnus magister ponere vellet aliquem magistrum, preceptorem vel commendatorem in locis, villis et castris predictis, prius peteret assensum regium et neminem ibidem poneret, nisi oriundus esset de dicto regno, pro maiori cautela et custodia locorum, villarum, castrorum et regni predictorum et quod antequam reciperentur in locis predictis facerent et prestarent homagium, iuxta consuetudinem et morem regni in aliis castris que spectant ad regem quoad proprietatem et possessionem, eisdem regibus et promitterent quod eadem loca fideliter custodirent, ad servitium regum et regni predictorum, et quod ipsa loca eis reintegrarent et resignarent, quandocunque requisiti essent per regem, qui pro tempore esset. Item quod dicti fratres in

traditione, commenda et commissione custodie villarum, castrorum et locorum predictorum, eis et dicto ordini ut premittitur factis, ipsa bona receperunt, tenenda et gubernanda et custodienda nomine dictorum regis et successorum suorum et ipsius regni iuxta modos, conditiones, conventiones et pacta superius ennarrata, scientibus et scire valentibus, patientibus et consentientibus generali magistro et capitulo ordinis supradicti et de eorum licentia et auctoritate. Et predicta sunt illa de quibus ego Gometius Laurentii, dictus procurator, supra dixi et asserui publicam vocem et famam et communem oppinionem esse et fuisse tempore dicte provisionis facte ut dicitur dicto domino Bertrando cardinali et ante apud homines clericos et laycos dicti regni et maiorem partem ipsorum et ita eos tenere et sentire et a suis maioribus audisse et percepisse. Item propono, allego et dico ego Gometius Laurentii, procurator predictus, quod dicti quondam Templarii ratione villarum, castrorum et locorum predictorum et etiam propter conventiones, modos, conditiones et pacta predicta, virtute eorum homagium et fidelitatis iuramentum iuxta morem et consuetudinem regni fecerunt et prestiterunt in susceptione custodie et traditione bonorum eorumdem prefato domino Alfonso regi et successivis temporibus successoribus eius regibus Portugalie, ab eo tempore et citra quo primo eorum ordo suos fratres habere cepit in regno Portugalie usque ad tempus quo dicti Templarii de mandato sedis apostolice in regno predicto capti fuerunt, scientibus et scire valentibus, patientibus et non contradicentibus generali magistro et capitulo ordinis supradicti. Item quod ipsi Templarii a principio inhabitationis dicti ordinis in dicto regno et receptionis bonorum predictorum, regibus Portugalie, qui pro tempore fuerunt, servierunt per dictum tempus continue in causis predictis et alias, etiam quotiens et quando placuit regibus supradictis, et servaverunt et fecerunt sine aliqua contradictione et iuxta modos et conventiones, conditiones et pacta predicta, scientes et credentes se ad ipsorum observationem et ad premissa faciendum tenere, scientibus et scire valentibus, patientibus et non contradicentibus generali magistro et capitulo ordinis predicti. Item quod ipse dominus rex, qui nunc est, et omnes alii reges Portugalie predecessores eius, qui pro tempore fuerunt, a tempore quo incepit esse dictus ordo in regno predicto et inibi fratres ipsius ordinis habitare, usque ad tempus quo ipsi Templarii de mandato sedis apostolice capti fuerunt, habuerunt et receperunt pro tempore a dictis Templariis, qui pro tempore fuerunt, in dictis locis, villis et castris, ex causis predictis, victualia, passalagia, anonam, et servitia supradicta, etiam iuxta modos, conventiones, conditiones et pacta predicta, necnon etiam iuxta eadem pacta homagia et fidelitatis iuramenta iuxta morem et consuetudinem regni, scientibus et scire valentibus eorum magistro et capitulo generali et patientibus et non contradicentibus. Item quod de more, usu, observantia et consuetudine, tanto tempore iam observatis, quod memoria hominum in contrarium non existit, et etiam pretextu conventionum et pactorum predictorum obtentum est per reges predictos et per eum, qui nunc est, quod quotiens et quando aliquem officialem seu administratorem vel commendatorem dicti magister et preceptores facere voluerunt et fecerunt in regno predicto, ipsum pro predicta custodia de assensu et beneplacito regum predictorum et domini regis, qui nunc est, fecerunt et a suis officiis, administrationibus vel commendariis similiter ammoverunt et non aliter. Item quod, quotiens et quando reges predicti voluerunt dicta loca, villas et castra, que predicti Templarii tenebant, auctoritate propria receperunt et eos exinde ammoverunt et de illis ordinaverunt et sic sepius et multis vicibus fecerunt, sicut placuit eis, sine contradictione alicuius, tam ex more, usu et consuetudine quam ex iuribus supradictis et iuxta modos, conditiones et pacta predicta, dando et ipsa bona aliis personis ad faciendum de novo populationem in districtu villarum et castrorum eorumdem et ea recipiendo ad manus suas, quandocumque eisdem regibus et domino regi, qui nunc est, expedire videba-

tur, magistro et capitulo generali dicti ordinis scientibus et scire valentibus, patientibus et non contradicentibus. Item quod dicti reges et dominus rex, qui nunc est, in familiares quondam Templariorum et totam eorum familiam iurisdictionem exercuerunt ipsosque ab excessibus compescuerunt et mulctaverunt, secundum leges regni predicti, tam ex more, usu, observantia et consuetudine supradictis quam ratione bonorum, conventionum et pactorum predictorum, scientibus, scire valentibus magistro et capitulo dicti ordinis et eis patientibus et non contradicentibus. Item quod reges, qui pro tempore fuerunt in regno predicto, intendentes iure suo uti et in signum dominii quando contigebat dictos fratres excedere vel errare palam et publice receperunt per suos officiales fructus, redditus et proventus, iura et iurisdictiones castrorum, villarum et locorum predictorum et mandaverunt dictis officialibus suis quod providerent dictis Templariis in necessariis, secundum quod sibi placebat, ipsis fratribus et eorum magistris scientibus et patientibus. Item quod dicti reges tam ex iure et potestate sibi retentis in dicta commenda quam ex more, usu, observantia et consuetudine supradictis, sine contradictione usi fuerunt et habuerunt quod concilia et populationes dictorum locorum, villarum et castrorum, que fuerunt commendata predictis Templariis, ut dictum est, parebant mandatis ipsorum regum, qui pro tempore fuerunt in dicto regno, sicut mandatis dominorum suorum et sicut faciebant alii de dicto regno, scientibus et patientibus dictis fratribus et eorum commendatoribus et magistris, etiam generali, in signum dominii supradicti. Item quod de predictis omnibus et singulis est et fuit publica vox et fama et communis oppinio in regno predicto. Et quod maior pars hominum dicti regni ita tenet et sentit et sic a suis maioribus acceperunt et audierunt. Item quod quando reges predicti et dominus rex, qui nunc est, movebat et movit guerram contra aliquem vel aliquos, mittebant et miserunt pro militibus et peditibus villarum, castrorum et locorum predictorum et ipsi statim veniebant et venerunt ad mandatum suum et sibi, sicut alii de regno predicto, in exercitu serviebant et servierunt, nullum assensum vel licentiam a dictis fratribus petentes, ex more, usu, observantia et consuetudine, quorum memoria hominum in contrarium non existit. Item quando reges predicti mittebant pro predictis militibus et peditibus dictorum locorum, villarum et castrorum, mittebant etiam et miserunt pro iam dictis fratribus ad serviendum eis in frontariis et in aliis locis, ubi expediens ipsis regibus videbatur, et tunc fratres ibant et iverunt per se et predicti milites et pedites predictorum locorum per se similiter nec ipsi milites et pedites ibant aliquo tempore simul cum fratribus, nisi primo haberent mandatum regis, qui pro tempore erat, expressum, ex more, usu, observantia et consuetudine supradictis. Item quod quando fratres et milites supradicti et etiam pedites erant cum predictis regibus in exercitu, dicti milites et pedites tantum sequebantur reges et eis serviebant et habebant dictos fratres in servitiis, sicut alios quoscumque de regno, quibus servire nullatenus tenebant. Item quod quando reges predicti volebant aliquibus militibus vel dominabus pauperibus vel scolaribus seu aliis quibuscumque aliquam helemosinam facere, mittebant eos ad dicta loca, villas et castra, sicut ad loca sua propria et dicti Templarii ad mandatum predictorum regum predictos pauperes recipiebant et receperunt, secundum regium preceptum ad hoc, scientes et credentes se teneri et eos in victualibus et aliis necessitatibus procurabant et procuraverunt, sicut fratres predicti procurabantur degentes ibidem. Item quod quandocumque reges predicti mittebant pro predictis militibus et peditibus predictorum locorum, villarum et castrorum ad serviendum sibi in aliqua guerra et ipsi excusabant se per aliquem modum, providebant dominis regibus in magna quantitate pecunie, quando ipsis regibus placebat eos habere excusatos, sicut serviebant alii de civitatibus et de regno predicto, cum per reges predictos in isto casu excusabantur et etiam si videbatur regibus predictis quod sibi melius serviri posset per milites generosos stipendiarios quam per tales

homines populares predictorum locorum, villarum et castrorum, serviebant eisdem regibus, sicut alii de regno suo, cum magna summa pecunie, prout ipsis regibus placebat, scientibus et scire valentibus et patientibus fratribus et preceptoribus seu magistris dicti ordinis, in prefato regno pro tempore existentibus. Item quod reges predicti dederunt foros populatoribus dictorum locorum, villarum et castrorum, sicut aliis populatoribus civitatum et castrorum et locorum regnorum Portugalie et Algarbii dederunt et predicti populares regebantur et gubernabantur et defendebantur, reguntur, gubernantur et defenduntur in castris, villis et locis predictis per foros, per predictos reges ipsis popularibus datos et concessos et aprobatos, et fuerunt et sunt de mero et misto imperio et iurisdictione dictorum regum et de causis civiliter et criminaliter motis contra eos vel per eos contra alios seculares de regno cognoverunt et recognoscunt, iudicaverunt et rex, qui nunc est, iudicat de criminibus etiam contra eos ex officio suo, inquisierunt et inquirit per se vel per suos officiales et eos punierunt et punit, sicut alios laycos de regnis suis, ita quod in omnibus iuridicis sunt regibus subiecti. Item quod quandocumque aliquis rex Portugalie hactenus mortuus est, quod statim populatores dictorum locorum, villarum et castrorum venerunt et venire consueverunt per tempus predictum ad regem novum, pro tempore existentem, sicut venerunt et veniunt omnes alii de regnis predictis et petierunt et petere consueverunt quod confirmet sibi foros et privilegia, que a suis predecessoribus habuerunt et si placuit eidem, suis petitionibus satisfacit, sicut petitionibus aliorum de regnis predictis. Item quod de more, usu, observantia et consuetudine, tanto tempore observatis et prescriptis quod memoria hominum in contrarium non existit, et in signum subiectionis ratione bonorum predictorum est obtentum per predictos reges in dicto regno quod quandocumque Templarii quondam voluerunt facere et fecerunt in regno predicto capitula provincialia, petierunt primo a regibus predictis, qui pro tempore erant, licentiam et assensum et si ab eis licentia dabatur eisdem, tunc solum celebrarunt capitulum et celebrare poterant, ne ibidem fieret vel ordinaretur aliquid in preiudicium eorumdem regum. Item quod in signum dominii supradicti, quando predicta fecerunt capitula dicti fratres, reges predicti miserunt et mittere consueverunt ibi suos nuntios, videlicet clericum et laycum de domo sua, ad recipiendum responsiones pro servitio regni et ipsi fratres tunc publice asseruerunt et asserebant quod quicquid ipsi habebant, totum erat regum Portugalie et ita recognoverunt et recognoscebant et quod fratres et commendatores dicti regni eidem regi parebant et paruerunt, sicut domino predictorum bonorum, scientibus et scire valentibus magistro et capitulo generali dicti ordinis. Item quod quando dicti quondam Templarii in regno Portugalie existentes servierunt de aliqua quantitate pecunie magno magistro et conventui Jerosolimitano, petierunt et habuerunt prius licentiam et mandatum regum predictorum. Item quod aliqui fratres dicti ordinis dixerunt in Portugalia et aliqui in Acone quod reputabant reges Portugalie simplices pro eo quod permittebant dicta servitia fieri magno magistro et conventui Jerosolomitano, quia omnia, in quibus vivebant in predicto regno Portugalie, erant regum Portugalie et quod mirabantur quare dicti reges extra regnum suum portare talia concedebant seu permittebant. Item quod reges Portugalie, qui pro tempore fuerunt, intendentes iure suo uti, pro eorum voluntate fratres predictos de castris et fortilitiis supradictis, sicut de rebus suis, ammoverunt et ammovebant et ponebant et posuerunt ibidem alios preceptores, quos voluerunt et volebant, et etiam seculares personas, de more, usu, observantia et consuetudine supradictis, scientibus et patientibus fratribus et magistris seu commendatoribus eiusdem ordinis, pro tempore in ipso regno existentibus, et etiam sciente magno magistro et maiori capitulo dicti ordinis Templariorum. Item quod quando filius primogenitus alicuius regis Portugalie nascebatur, quod statim magister et preceptores et fratres dicti ordinis, in predicto regno pro tempore existentes, veniebant et

venerunt ad eum et osculabantur sibi manum et faciebant sibi homagium seu vassallagium, sicut alii de regno, quod post mortem patris sui reintegrarent sibi loca, villas et castra et fortilitia et possessiones, in quibus vivebant, in regno predicto, que tenebant de manibus predictorum regum, ex more, usu et consuetudine supradictis. Item quod quando reges predicti veniebant ad dicta loca, villas et castra, statim recipiebant et recipere consueverunt fortilitia et dicta loca, villas et castra ad manus suas, sicut sua propria, et fratres predicti, ibidem pro tempore existentes, exibant inde et quasi semper hospitabantur, rege ibi existente, in signum dominii dicti regis, et scientes, credentes et cognoscentes se ad hec teneri. Item quod omnes populatores qui morabantur in dictis locis, villis et castris que tenebant dicti Templarii de manu regum predictorum, ut est dictum, tenebantur et erant obligati ad serviendum et servierunt dictis regibus in faciendo villas et castra et alias populationes, et in guerris similiter contra omnes, sicut alii de regno faciebant, quotiens et quandocumque regibus videbatur expediens, et dicta obligatio est foralis et fuit observata a populatione dictorum locorum, villarum et castrorum, scientibus ac patientibus fratribus, commendatoribus, magistris et preceptoribus dicti ordinis, ibidem pro tempore degentibus. Item quod tam ex potestate in dicta commenda retenta quam ex more, usu et consuetudine supradictis, obtentum est per dictos reges in dicto regno quod quotiescumque magnus magister volebat ponere magistrum, preceptorem vel commendatorem in locis predictis, primo petebat assensum regum et de assensu regis, qui pro tempore erat, ponebat eosdem et debebant esse et erant oriundi de regno predicto, pro maiori custodia dictorum castrorum, villarum, locorum et regni, et antequam reciperentur in locis predictis, veniebant et venire consueverunt ad predictum regem et faciebant et fecerunt ei homagium, secundum morem et consuetudinem regni, promittentes quod dicta loca, villas et castra, ubi debebant esse preceptores vel commendatores, fideliter custodirent, ad servitium regum et regni predictorum et quod eadem reintegrarent sibi, quandocumque et quotiescumque per reges dicti regni fuissent super hoc requisiti, et ita fuit observatum in predicto regno per dictos fratres a prima inhabitatione predicti ordinis in predicto regno usque ad cassationem ordinis supradicti. Item quod quando magnus magister dicti ordinis petebat a magistro, preceptoribus et fratribus regni predicti responsionem vel responsiones dictorum locorum, villarum et castrorum preceptum suum sive mandatum erat nullum et executione carebat et pro nullo et irrito communiter in ipso ordine habebatur, nisi assensus regis Portugalie, pro tempore existentis, vel eius iussio super eo interveniret. Item quod ante tempus dicte cassationis ordinis supradicti per tempus centum annorum et amplius et post dictam commendam seu concessionem dictorum bonorum predictis Templariis factam continue reges Portugalie, qui pro tempore fuerunt, intendentes iure suo uti, premissa exercuerunt et fecerunt et habuerunt per se et alios in bonis et personis predictis et ratione ipsorum eisque per predictos facta fuerunt premissa et paritum et obeditum fuit ut dominis publice et communiter, scientibus et scire valentibus et patientibus fratribus et magistris dicti ordinis, in prefato regno pro tempore existentibus, et etiam magistro et capitulo generali dicti ordinis. Item quod de predictis et quolibet predictorum fuit et est publica vox et fama et communis oppinio in civitatibus, villis et castris regni Portugalie et Algarbii et quod maior pars hominum dictorum regnorum ita tenet et sentit et sic a suis maioribus et antiquioribus audierunt et acceperunt. Item dico et assero ego Gometius Laurentii, procurator predictus, quod, cum felicis recordationis dominus Clemens papa v.us in concilio Viennensi dictum ordinem militie Templi sustulisset et dampnasset et diceretur ipsum dominum Clementem bona universa que dictus ordo tenuerat et habuerat ordini Hospitalis sancti Johannis Jerosolomitani velle unire et applicare et alias de ipsis pro suo beneplacito disponere, ex parte dicti domini regis eidem domino Clementi extitit suppli-

catum quod rationes et causas facti et iuris audire et recipere vellet quare ad unionem, applicationem et dispositionem predictas faciendas de bonis que dictus ordo Templi in dicto regno tenuerat, non possit nec deberet procedere de iure. Quam supplicationem predictus dominus Clemens, reputans iuri et equitati consonam, admisit benigne, dictoque domino regi et nobilibus viris Vincentio Iohannis et Johanni Laurentii, militibus et tunc procuratoribus dicti domini regis, certos terminos prefixit et prefici mandavit et fecit, infra quos coram ipso domino papa legitime compareret ad dicendum, proponendum et in scriptis dandum omnes rationes e causas iuris et facti, per quas idem dominus rex dicere, proponere et ostendere vellet, quare prefatus dominus papa non posset vel non deberet de bonis predictis ordinare vel disponere vel ea dicto ordini Hospitalis Jerosolomitani unire, intra quos quidem terminos sepedictus dominus rex legitime comparuit in Romana Curia cum dictis rationibus et causis iuxta prefixionem predictam, paratus eas ostendere, tradere et probare, si fuisset qui eas recepisset, sed domino Clemente papa predicto interim rebus humanis exempto, non fuit qui reciperet rationes et causas easdem, de quo et quod per eum non stabat quando ipse rationes et causas traderet et dicte prefixioni satisfaceret, procurator dicti regis extitit legitime protestatus, per que evidenter apparet quod predictus dominus rex per predictum dominum Clementem ad defensionem iuris sui in dictis bonis, inter que est et tunc erat dictum castrum seu locus de Thomar, extitit admissus ipsaque bona, inter que est et tunc erat dictus locus de Thomar, fuerant et erant, tempore provisionis predicte facte, ut dicitur, dicto domino Bertrando cardinali, in controversiam, litem et questionem deducta et eadem controversia, lis et questio dicto tempore pendebant et adhuc pendent, qua pendente, emanare non potuit nec debuit de iure dicta provisio, facta ut dicitur domino cardinali prefato, nec aliquid debuit innovari circa locum et bona predicta, de quibus omnibus in dicta provisione, que prefato domino cardinali ut premittitur de dicto loco facta dicitur, non est habita mentio sufficienter sicque apparet eam esse et fuisse surreptitiam et invalidam et iniustam et in iuris dicti domini regis et infantis prefati domini nostri et regnorum predictorum gravamen et preiudicium non modicum emanasse et eam talem dico, maxime dicto domino rege vel procuratoribus suis in Romana Curia existentibus, super dictorum bonorum negotio specialiter deputatis, irrequisitis nec vocatis circa dictam provisionem, si provisio dici potest, nec confessis nec legitime convitis, nec de iure dicti domini regis prius cognito nec discusso et alias iuris ordine non servato, et contra ipsam provisionem seu gratiam allego et obicio supradicta. Et sentiens dictum dominum regem regnaque eius et dictum infantem dominum meum ex gratia, provisione ac processibus, mandatis, monitionibus et sententiis supradictis, si super hoc emanarunt, fuisse et esse gravatos et dubitans in futurum gravari, saltem de facto, idcirco ego Gometius Laurentii, procurator predictus, contra gratiam, provisionem necnon processus, mandata, monitiones et sententias supradictas, si forte, ut premittitur, emanarunt vel imposterum emanabunt, et ab omni eo quod ex ipsis vel ob ea in favorem dicti domini cardinalis est secutum, et ne occasione predicte provisionis seu gratie, si provisio dici potest, seu qualibet alia, executor vel executores dicte provisionis seu gratie vel aliquis alius seu alii de eius seu cuiuslibet ipsorum mandato generali vel speciali ad mictendum seu inducendum dictum dominum cardinalem vel aliquem seu aliquos nomine suo in possessionem dicti castri seu loci de Thomar vel bonorum eiusdem vel alias contra dictos dominos regem et infantem dominum meum seu contra dictum castrum de Thomar vel contra regna et terras Portugalie et Algarbii vel contra civitates, castra, villas, communitates, barones, milites, clericos et familiares dicti domini regis et infantis domini mei seu contra ecclesias vel contra prelatos et clerum et populum dictorum regnorum ad aliquam seu aliquas excommunicationis, suspensionis vel interdicti sententiam seu sen-

tentias vel ad denuntiationem seu denuntiationes earumdem vel ad alias iuris vel facti penas seu alias quoquo modo procedat seu procedant vel procedi faciat, seu faciant per se vel per alium seu alios de facto, cum de iure fieri non possit nec debeat, nomine procuratorio pro dicto infante domino Alfonso, domino meo, et pro omnibus et singulis dicto regi et eidem domino meo infanti adherentibus seu adherere volentibus, et pro omnibus, quorum interest seu interesse poterit, et omnium predictorum nomine, ex causis et rationibus supradictis et earum qualibet, in hiis scriptis ad sedem apostolicam et sanctissimum patrem dominum Johannem papam predictum provoco et appello et apostolos instanter peto et cum instantia peto, si sit qui dare possit, ac nichilominus ad cautelam, ubi via appellandi non competeret, supplico pro iure predicto dicti domini regis et infantis domini mei predicto domino pape et sedi apostolice, omni iure et modo quibus melius possum, supponens iura ipsorum domini regis et domini infantis, domini mei, sub protectione dicte sedis, protestans quod nichil novi, hiis pendentibus, attemptetur contra prefatos dominum regem et infantem dominum meum, protestor etiam quod hanc appellationem libenter interponemus coram executore seu executoribus, subesequtore seu subesequtoribus, si quis vel si qui super huiusmodi negotio datus est seu dati sunt, si scirem quis vel qui sunt datus seu dati, et eius vel eorum copiam commode habere possem, sed quia eum vel eos, si quis vel si qui datus est vel dati sunt, omnino ignoro et dicto domino meo periculum est in mora, ideo hanc appellationem hic publico atque lego coram testibus et tabellionibus suprascriptis, protestor etiam quod quam cito eum vel eos vel eius seu eorum nomina scivero et copiam ipsius vel ipsorum commode habere potero, huiusmodi appellationem coram eo vel eis seu coram subesequtore vel subesequtoribus eius vel eorum publicabo seu faciam publicari et alia faciam, que circa hec fuerint oportuna. Qua constitutione procuratoris, per dictum dominum infantem ut premittitur facta, et ipsa procuratione per dictum procuratorem sponte recepta, idem procurator procuratorio nomine dicti domini infantis coram me Dominico Iohannis, tabellione supradicto, et testibus et tabellionibus suprascriptis, proposuit, allegavit, obiecit, provocavit et appellavit in scriptis, apostolos petiit, supplicavit et protestatus fuit, omnia et singula suprascripta expressit in omnibus et per omnia, secundum formam procurationis prescripte, ipsa forma in omnibus et per omnia diligenter observata. Acta fuerunt hec omnia et singula supradicta in dictis castro et domibus, era, mense, die et hora supradictis, presentibus et ad premissa vocatis et rogatis testibus et tabellionibus suprascriptis. Et ego Dominicus Iohannis, tabellio supradictus, qui constitutioni procuratoris predicti, provocationi, appellationi, supplicationi, apostolorum petitioni et omnibus aliis et singulis suprascriptis una cum testibus et tabellionibus supradictis, era, mense, die, hora, castro et loco predictis, presens interfui, ad instantiam et rogatum dicti procuratoris prefati domini infantis, exinde hoc publicum instrumentum manu propria conscripsi et in eodem signum meum assuetum apposui, quod tale est (lugar do sinal), *in testimonium premissorum. Et ego Valascus Alfonsi, auctoritate regali publicus tabellio in castro de Begia, qui constitutioni procuratoris predicti, provocationi, appellationi, supplicationi, apostolorum petitioni et omnibus aliis et singulis suprascriptis una cum tabellionibus et testibus suprascriptis, era, mense, die, hora, castro et loco predictis, presens interfui, ad instantiam et rogatum dicti procuratoris prefati domini infantis, exinde huic instrumento manu propria subscripsi et in eodem signum meum assuetum apposui, quod tale est* (lugar do sinal), *in testimonium premissorum. Et ego Marcus Petri, auctoritate regali publicus tabellio in castro de Begia, qui constitutioni procuratoris predicti, provocationi, appellationi, supplicationi, apostolorum petitioni et omnibus et singulis suprascriptis una cum tabellionibus et testibus suprascriptis, era, mense, die, hora, castro et loco predictis, presens interfui, ad instantiam et rogatum dicti pro-*

curatoris prefati domini infantis, exinde huic instrumento manu propria subscripsi et in eodem signum meum assuetum apposui, quod tale est (lugar do sinal), *in testimonium veritatis*» (6).

Sobre o conteúdo deste protesto e sobre os problemas levantados com a supressão e aplicação dos bens da Ordem do Templo, tanto em Portugal como nos outros reinos da Península e bem assim noutras partes da Cristandade, existe numerosa documentação pontifícia, inclusive nos registos do Arquivo Vaticano. Penso que o facto de os autores não aludirem a documentação pertinente às decisões e intervenções pontifícias sobre este ponto, em alguns reinos da Península, nomeadamente em Portugal, tem explicação no desaparecimento das bulas originais dos arquivos portugueses e espanhóis e no desconhecimento dos volumes do Arquivo Vaticano, com tais documentos, vários deles publicados pelos editores do Regestum Clementis V (7), *mas não referidos no respectivo Índice* (8), *embora não poucas bulas venham seguidas no volume* Reg. Vat. *55, todas precedidas do título* Littere contra Ordinem Templi, *escrito à margem* (9). *De qualquer forma, tinha razão Fernando Félix Lopes, ao afirmar que algumas bulas, dirigidas a vários arcebispos e outros eclesiásticos das nações da Europa, deviam ter sido enviadas, mais ou menos no mesmo teor, também ao arcebispo de Braga e outros bispos portugueses. O primeiro documento diz respeito à futura supressão da Ordem dos Templários, a qual será decretada no concílio de Viena de França. Trata-se da bula* Ad omnium fere notitiam credimus pervenisse *de 12 de Agosto de 1308* (10). *Com a mesma data, era dirigida outra bula ao arcebispo de Reims sobre a recuperação e conservação dos bens da Ordem, com expressa menção da anterior, encarregando o arcebispo mencionado e, noutras apropriadas, os arcebispos de Braga, de Sevilha, de Compostela e de Toledo, além doutros metropolitas de nações, diversas das da Península Ibérica, de comunicarem as disposições à respectiva província eclesiástica, incluindo, portanto, as dioceses sufragâneas:*

«*Littere contra ordinem Templi. Ad perpetuam rei memoriam. Ad omnium fere notitiam credimus pervenisse nephanda scelera et crimina abhorrenda, heresim notorie sapientia, quibus ordo et persone Templariorum non levibus argumentis, set manifestis inditiis et violentis presumptionibus diffamati noscuntur ... Datum Pictavis, ii Idus Augusti, anno tertio. Venerabili fratri .. archiepiscopo Remensi. Cum nos pro recuperandis et integraliter conservandis bonis ordinis et personarum Templariorum diversos processus fecerimus et sententias duxerimus proferendas, prout in litteris nostris confectis super hiis plenius continetur, nos nolentes quod huiusmodi processuum et sententiarum ignorantia quisquam valeat se tueri, fraternitati tue mandamus quatenus litteras ipsas, quas tibi per latorem presentium destinamus, recipere ipsasque per tuam civitatem et diocesim ac provinciam in ecclesiis, dum missarum solempnia celebrantur, et locis aliis, de quibus expedire videris, per te vel alium seu alios loco tui et suffraganeos tuos et tuorum et eorum subditos solempniter publicari et exponi facere in vulgari procures. Datum ut supra, ii Idus Augusti ... In*

---

(6) ANTT *(Arquivo Nacional da Torre do Tombo,* Lisboa), Gaveta 7, maço 11, n. 1.

(7) *Regestum Clementis V... cura et studio monachorum ordinis S. Benedicti,* II, Romae, 1885, nn. 3400-3533, pp. 281-302.

(8) YVONNE LANHERS-M. ROBERT FAWTIER, *Tables des Registres de Clément V,* Paris, 1948, p. 309.

(9) AV *(Archivio Segreto Vaticano),* Reg. Vat. 55, fl. 203-214v, fl. 237-239v. *Regestum Clementis* V, vol. III, n. 3400-3533.

(10) AV, Reg. Vat. 55, fl. 203.

eodem modo archiepiscopo Bracharensi ... In eodem modo archiepiscopo Yspalensi ... In eodem modo archiepiscopo Compostellano ... In eodem modo archiepiscopo Toletano ...»(11).

Noutra série de bulas, da mesma data, mas com o título Faciens misericordiam, *Clemente V nomeou comissões para cada uma das várias províncias eclesiásticas, as quais deviam inquirir os templários, a teor do questionário adjunto. O resultado dos inquéritos devia ser discutido nos respectivos concílios provinciais, para, finalmente, serem sujeitos ao concílio geral, que daria a sentença definitiva. No Reg. Vat. 55, fl. 204-204v, foi registada, integralmente, a bula dirigida ao arcebispo de Narbona e outros membros da comissão designada para essa província eclesiástica, mas logo a seguir vêm as bulas com as comissões para outras circunscrições eclesiásticas, entre as quais a designada para as províncias eclesiásticas de Compostela, Toledo e Sevilha. Faziam parte da comissão os arcebispos de Compostela e de Toledo, os bispos de Palença e de Lisboa, os abades dos mosteiros franceses Isidorense e de S. Papoul, o mestre Vasco Peres, chantre de Compostela, e Frei Américo de Naves, dominicano. Esta comissão, encarregada também dos processos da arquidiocese de Sevilha, devia exercer o múnus conjuntamente com o arcebispo de Sevilha e sufragâneos, cada um dentro do respectivo território de jurisdição. Também a comissão designada para o arcebispado de Braga, composta do bispo do Porto e dos estrangeiros Mestre Bertrando, capelão pontifício, e Pôncio de Rapistanho, sacristão da igreja de S. Paulo de Narbona, não podia preterir o arcebispo bracarense nem os bispos sufragâneos quanto à diocese própria. Por isso mesmo é que há também bulas dirigidas a cada um dos arcebispos e sufragâneos das metrópoles mencionadas ou seja aos arcebispos de Braga, de Compostela, de Sevilha e de Toledo e respectivos sufragâneos, aos quais se comunica os nomes da comissão nomeada:*

«*Faciens misericordiam cum servo suo ... Datum Pictavis, ii Idus Augusti, pontificatus nostri anno tertio. In eodem modo venerabilibus fratribus .. Compostellano et .. Tholetano archiepiscopis et .. Palentino ac .. Ulixbonensi episcopis et dilectis filiis Yssiodorensis et de Sancto Papulo monasteriorum abbatibus Claramontensis et Tholosane diocesum ac magistro Velasco Petri, cantori ecclesie Compostellane, et fratri Aymerico de Navis ordinis Predicatorum usque ad Toletanam civitatem et diocesim ac provinciam, etc., usque in Ispaniam constitutum, etc. Quod si non omnes septem, etc.* [*fl. 205v*] *In eodem modo eisdem, usque ad Compostellanam civitatem, diocesim et provinciam, etc., usque in Yspaniam constitutum, etc. In eodem modo eisdem usque ad Ispalensem civitatem et diocesim et provinciam, etc., usque in Yspaniam constitutum ...* [*fl. 207v*] *In eodem modo .. Tholetano et .. Compostellano archiepiscopis ac .. Palentino et Ulixbonensi episcopis et dilectis filiis Yssiodorensis et de Sancto Papulo monasteriorum abbatibus Claramontensis et Tholosane diocesum et magistro Velasco Petri, cantori ecclesie Compostellane, et fratri Aymerico de Navis ordinis fratrum Predicatorum usque ad civitatem et diocesim ac provinciam Yspalensem personaliter accedentes una cum venerabilibus fratribus nostris archiepiscopo Yspalensi eiusque suffraganeis, quibus vos, etc., usque in Yspaniam constitutum, etc. Testes, etc., invocato, etc. Quod si non omnes, etc. Datum ut supra ...* [*fl. 208*] *... In eodem modo episcopo Portugalensi et dilectis filiis magistro Bertrando de Mediolano, archipresbytero canonice Decumanorum, capellano nostro, et Pontio de Rapistagno, sacriste ecclesie sancti Pauli Narbonensis, usque ad Bracharensem civitatem et diocesim ac provinciam, etc., usque degentes, etiam si aliunde venerint vel illuc forsitan, etc., usque in regno Portugalie*

(11) AV, Reg. Vat. 55, fl. 203-204.

constitutum, etc. Testes, etc. Inovocato, etc. Quod si non omnes, duo, etc. ... In eodem modo archiepiscopo Compostellano, et .. Palentino ac .. Ulixbonensi episcopis et dilectis filiis Yssiodorensis et de Sancto Papulo monasteriorum abbatibus Claramontensis et Tholosane diocesum ac magistro Velasco Petri, cantori ecclesie Compostellane, et fratri Aymerico de Navis ordinis fratrum Predicatorum usque ad Toletanam civitatem et diocesim ac provinciam, ut supra, usque dicti ordinis in Yspaniam constitutum, etc. Testes, etc. Invocato, etc. Quod si non omnes, sex, etc., nostre etiam inten[tionis] ex[istit] et vo[lumus] quod idem archiepiscopus una vobiscum aut sex, etc. In eodem modo Toletano et Palentino ac Ulixbonensi et aliis supra proximis usque ad Compostellanam civitatem et diocesim ac provinciam, etc., usque in Yspaniam constitutum, etc., per totum, ut supra proxima ... [fl. 209] ... In eodem modo archiepiscopo Bracharensi et eius suffraganeis. Salutem, etc., usque una cum venerabili fratre .. episcopo Portugalensi et dilectis filiis magistro Bertrando de Mediolano, archipresbytero canonice Decumanorum Mediolanensi, capellano nostro, ac Pontio de Rapistagno, sacrista ecclesie sancti Pauli Narbonensis, vel duobus, etc., usque in regno Portugalie constitutum, usque presumatis. Datum, etc. In eodem modo archiepiscopo Compostellano et eius suffraganeis usque una cum venerabilibus fratribus nostris archiepiscopo Toletano et Palentino ac Ulixbonensi episcopis et dilectis filiis Yssiodorensis et de Sancto Papulo monasteriorum abbatibus Claramontensis et Tholosane diocesum ac magistro Velasco Petri, cantori ecclesie Compostellane, et fratri Aymerico de Navis ordinis Predicatorum vel sex, quinque, etc., usque in regno Ispanie constitutum, etc., usque presumatis. Datum, etc. In eodem modo .. archiepiscopo Ispalensi et eius suffraganeis usque una cum Tholetano et Compostellano archiepiscopis et Palentino, etc., ut supra proximo, usque vel septem, etc., usque in regno Ispanie constitutum. Datum, etc. In eodem modo archiepiscopo Toletano, etc., ut supra proxima per totum» (12).

Pela bula Deus ultionum Dominus, *sempre da mesma data de 12 de Agosto de 1308, dirigida aos comissionados para cada província eclesiástica, o papa nomeava administradores de todos os bens dos Templários certas pessoas eclesiásticas, com a incumbência de os inventariarem, conservá-los e administrá-los e, finalmente, de darem deles contas ao papa, quando este assim entendesse. Também estas bulas, completa a dirigida ao arcebispo de Mogúncia e outros eclesiásticos, e em forma reduzida as outras, a completar pela anterior, foram registadas no Reg. Vat. 55. Assim a dirigida aos arcebispos de Toledo e de Compostela e aos bispos de Palença e de Lisboa, nomeados administradores dos bens dos Templários, existentes no reino de Castela. Para nós de maior interesse a dirigida ao arcebispo de Braga e ao bispo do Porto, nomeados administradores dos bens dos Templários no reino de Portugal, com os encargos sobreditos. Esta regista outras prescrições de assinalar. Refere-se aos núncios especiais, enviados para tomarem parte no inquérito contra a Ordem do Templo (recordem-se os nomes mencionados de Mestre Bertrando de Milão e Pôncio de Rapistanho, sacristão da igreja de S. Paulo de Narbona), impondo-lhes o dever de pagarem a cada um deles a quantia determinada pelo papa, por meio de bula a propósito, a tirar essa quantia dos ditos bens da Ordem dos Templários:*

«Venerabilibus fratribus .. Maguntino... archiepiscopis... Deus ultionum Dominus ... Datum Pictavis, ii Idus Augusti, anno tertio ... [fl. 212v] ... In eodem modo .. Toletano et .. Compostellano archiepiscopis ac Palentino et Ulixbonensi episcopis, curatoribus, etc., in regnis Castelle et partibus deputatis, usque in regno Castelle et partibus consis-

(12) AV, Reg. Vat. 55, fl. 204-209.

tentium, etc., usque Datum ... [fl. 213] ... In eodem modo ... archiepiscopo Bracharensi et episcopo Portugalensi, curatoribus, etc., in regno Portugalie deputatis a nobis usque in regno Portugalie consistentium in spiritualibus et temporalibus, etc., usque reddere rationem. Preterea cum certos et speciales nuntios, de quorum industria et legalitate confidimus, per inquisitionem in eodem regno Portugalie et partibus contra ordinem prelibatum et singulares personas ipsius ordinis faciendam certis modis, prout in aliis nostris litteris continetur, illuc presentialiter destinemus et unicuique ipsorum certam et distinctam pecunie quantitatem pro suis et ipsorum familie expensis et necessariis per diversas nostras litteras certis modis duxerimus deputandam, volumus ut, cum per eas vel ipsorum certos nuntium sive nuntios in litteris ipsis vobis plene constiterit et super hoc fueritis requisiti, cuilibet ipsorum vel certis nuntio sive nuntiis eorumdem de bonis prefatis ordinatam pecunie quantitatem ac in ipsis expressam litteris, prout vos continget, iuxta ipsarum litterarum tenores solvere ac exhibere curetis in predicta ratione reddendam atque computandam fraternitatem vestram, etc., ut in forma, usque Datum, etc.» (13).

De facto, existe bula com a mesma data de 12 de Agosto de 1308, dirigida ao sobredito Mestre Pôncio de Rapistanho, sacristão da igreja de S. Paulo de Narbona, com referência geral aos outros núncios, sobre certa quantia que lhe devia ser paga, em razão de seu ofício, a exercer no reino de Portugal, bula essa redigida mais ou menos nos termos das dirigidas a outros comissionados, nomeadamente ao arcediago de Maguelonne na França: «Dilecto filio Johanni de Monte Lauro, archidiacono Magalonensi. Cum te et quosdam alios ad regnum et partes Francie pro commisso tibi et eis inibi negotio inquisitionis super certis articulis faciende contra ordinem Templariorum cum specialibus nostris bullatis litteris super hoc confectis fiducialiter destinemus, ecce tibi quinque florenorum auri pro singulis diebus, quibus citra negotium vacabis huiusmodi ab eo die ... Datum Pictavis, ii Idus Augusti, anno tertio. In eodem modo ut supra proximo scribitur magistro Pontio de Rapistagno, sacriste ecclesie sancti Pauli Narbonensis. Cum te et quosdam alios ad regnum et partes Portugalie pro comisso, etc., ecce tibi tres florenos auri, etc.» (14).

Rigorosamente falando, a julgar pelas bulas dirigidas aos arcebispos de Toledo e de Compostela, bispos de Palença e de Lisboa, etc., a competência desta comissão e daqueloutra designada para o arcebispado de Braga, poder-se-ia estender a algumas dioceses, portuguesas ou castelhanas, não pertencentes à nacionalidade correspondente à sede da respectiva metrópole. E também rigorosamente falando, o bispo de Lisboa poderia figurar na dita comissão, aliás como outros estrangeiros, independentemente do facto de ele ser, como era, na verdade, sufragâneo da diocese de Compostela. Mas se bem atentarmos nas bulas referidas ultimamente, a saber as relativas à nomeação dos arcebispos de Toledo e Compostela e dos bispos de Palença e de Lisboa como administradores dos bens dos Templários no reino de Castela, e à nomeação do arcebispo de Braga e do bispo do Porto como administradores dos bens existentes no reino de Portugal, vê-se logo que, praticamente, havia comissões diferentes para cada um dos reinos, uma para Portugal e outra para Castela, embora eu não conheça determinação explícita quanto à diocese de Silves, sufragânea da arquidiocese de Sevilha. O arcebispo de Compostela, com dioceses sufragâneas em Portugal, e o arcebispo de Braga, com dioceses sufragâneas no reino de Castela, não podiam ingerir-se, neste ponto, nos processos e administração dos bens dos Templários, existentes nas dioceses sufragâneas da própria metrópole, que existissem noutro reino. Isto determinou precisamente Clemente V em bula dirigida ao bispo do

(13) AV, Reg. Vat. 55, fl. 212-213.
(14) AV, Reg. Vat. 55, fl. 213v.

Porto e a mestre Bertrando de Milão e Pôncio de Rapistanho, encarregados do inquérito e dos processos a fazer na arquidiocese de Braga, nomeando expressamente as dioceses portuguesas de Lisboa, Évora, Guarda e Lamego, pertencentes à arquidiocese de Compostela, as quais, neste ponto, ficariam sob a dependência dos ditos comissionados, e no que se refere a Compostela e às dioceses sufragâneas de Braga, a saber de Tui, Orense, Lugo, Mondonhedo e Astorga, em bula dirigida aos bispos de Palença e de Lisboa, aos abades Isidoriense da diocese de Claramont e de S. Papoul, da diocese de Tolosa, a Vasco Peres, chantre de Compostela, e Frei Américo de Naves, dominicano:

«*Venerabili fratri episcopo Portugalensi et dilectis filiis magistris Bertrando de Mediolano, archipresbytero canonice Decumanorum Mediolañ, capellano nostro, et Pontio de Rapistagno, sacriste ecclesie sancti Pauli Narbonensis. Nuper nobis de fratrum nostrorum consilio inter cetera dedimus in mandatis ut ad civitatem et provinciam Bracharensem personaliter accedentes, contra singulares personas et fratres ordinis militie Templi Jerosolomitani in venerabilium fratrum nostrorum .. archiepiscopi Bracharensis et suffraganeorum suorum civitatibus et diocesibus degentes, etiam si aliunde venissent vel illic adducti forsan extitissent una cum eisdem archiepiscopo et suffraganeis, quibus nos propter huiusmodi negotii magnitudinem in hac parte duximus adiungendos, cum quolibet eorum videlicet in suis civitatibus et diocesibus, vocatis per publicum citationis edictum per vos et ipsum archiepiscopum et suffraganeos in locis de quibus vobis et eis videbitur faciendum, qui fuerint evocandi, una vero cum eodem archiepiscopo contra dictum ordinem et magnum preceptorem ipsius ordinis in illis partibus constitutum super articulis, quos vobis sub bulla nostra inclusos transmittimus, et super aliis de quibus prudentie vestre videretur expedire, inquiretis cum diligentia veritatem. Nostre etiam intentionis existit et volumus ut idem archiepiscopus cum singulis eisdem suffraganeis in huiusmodi inquisitionis contra singulares personas et fratres predictos faciende officio una vobiscum aut duobus vel uno vestrum sive etiam per se ipsum procederet iuxta super hoc traditam vobis formam, prout hec omnia in aliis nostris diversis litteris plenius et seriosius continentur. Cum autem Ulixbonensis, Elborensis, Egitaniensis et Lamacensis civitates et dioceses, que in regno Portugalie consistunt et sunt de provincia Compostellana, in qua per venerabiles fratres nostros archiepiscopum Compostellanum et eius suffraganeos ac quasdam alias personas, per nos super hoc deputatas, similes inquisitiones per alias nostras litteras mandavimus faciendas, ab ecclesia Compostellana plurimum remote et contigue ac vicine Bracharensi ecclesie existant et quia etiam idem Bracharensis archiepiscopus carissimi in Christo filii nostri .. regis Portugalie illustris de regno, cuius est oriundus, in dictis Ulixbonensi, Elborensi, Egitaniensi et Lamacensi civitatibus et diocesibus circa inquisitiones huiusmodi faciendas auxilium et favorem poterit citius obtinere, nos felicem et celerem expeditionem negotii inquisitionis huiusmodi affectantes, [fl. 314v] discretioni vestre per apostolica [scripta] mandamus quatenus in predictis Ulixbonensi, Egitaniensi et Lamacensi civitatibus et diocesibus cum singulis videlicet ipsarum civitatum episcopis in singulis ipsorum civitatibus et diocesibus contra singulares personas et fratres predictos, sine ipsis vero episcopis contra ipsos ordinem et magnum preceptorem vos ac idem Bracharensis archiepiscopus inquiratis super premissis diligentius veritatem iuxta traditam in eisdem litteris vobis formam. Non obstante quod predicte Ulixbonensis, Elborensis, Egitaniensis et Lamacensis civitates et dioceses de predicta provincia Compostellana existunt et per eosdem archiepiscopum Compostellanum et eius suffraganeos ac predictas alias personas in dicta provincia Compostellana mandaverimus ut predicitur inquirendum. Datum Pictavis, ii Idus Augusti, anno tertio. In eumdem modum scribitur venerabilibus fratribus .. Palentino .. et .. Ulixbonensi episcopis ac dilectis filiis .. Ysiodorensi et .. de Sancto Papulo monasterio-*

rum abbatibus Claramontensis et Tholosane diocesum ac Velasco Petri, cantori ecclesie Compostellane, et fratri Aymerico de Navis ordinis Predicatorum. Nuper, etc., ut supra proximo usque provinciam Compostellanam personaliter accedentes, etc., ut supra, usque una vobiscum aut quinque, quatuor, tribus, duobus aut uno, etc., usque Cum autem Tudensis, Auriensis, Lucensis, Mindoniensis et Astoricensis civitates et dioceses que in regno Castelle consistunt et sunt de provincia Bracharensi, in qua per venerabiles fratres nostros .. archiepiscopum Bracharensem et eius suffraganeos et quasdam alias personas, per nos super hoc deputatas, similes inquisitiones per alias nostras litteras mandaverimus faciendas, ab ecclesia Bracharensi plurimum remote ac vicine et contigue Compostellane ecclesie existunt et quia etiam idem archiepiscopus Compostellanus carissimi in Christo filii nostri .. regis Castelle illustris, de cuius regno traxit originem, in dictis Tudensi, Auriensi, Lucensi, Mindoniensi et Astoricensi civitatibus et diocesibus circa inquisitiones huiusmodi faciendas auxilium et favorem poterit citius obtinere, nos felicem et celerem expeditionem negotii inquisitionis huiusmodi affectantes, discretioni vestre per apostolica scripta mandamus quatenus in predictis Tudensi, Auriensi, Lucensi, Mindoniensi et Astoricensi civitatibus, etc., usque vos ac idem Compostellanus archiepiscopus inquiratis super premissis diligentius veritatem, iuxta traditam in eisdem litteris vobis formam. Non obstante quod predicte Tudensis, Auriensis, Lucensis, Mindoniensis et Astoricensis civitates et dioceses de dicta provincia Bracharensi existunt et per eosdem archiepiscopum Bracharensem et eius suffraganeos ac predictas alias personas in predicta provincia Bracharensi mandaverimus ut predicitur inquirendum. Datum ut supra» [15].

Ainda com a mesma data de 12 de Agosto de 1308, temos a bula, estreitamente ligada à questão dos Templários, da convocação do concílio de Viena de França, Regnans in coelis, *dirigida ao rei de França, Filipe o Belo, e a outros reis, nomeadamente, quanto à Península, a D. Jaime de Aragão, D. Fernando de Castela e Leão, D. Luís de Navarra e D. Dinis de Portugal* [16], *bem como a vários arcebispos e respectivos sufragâneos, com a indicação dos bispos que deviam tomar parte no concílio. No que se refere a Portugal e reinos vizinhos, deviam assistir o arcebispo de Sevilha e o bispo de Cartagena, o arcebispo de Toledo e bispos de Palença e de Burgos, o arcebispo de Tarragona e os bispos de Valência, de Saragoça e de Gerona, o arcebispo de Compostela e os bispos de Salamanca, de Lisboa e de Leão, o arcebispo de Braga e os bispos do Porto, de Coimbra e de Tui:*

«Littere concilii. Carissimo in Christo filio Philippo, regi Franchorum illustri. Regnans in celis triunphans ecclesia, cuius pastor eternus ... ad apicem summi pontificatus initium etiam antequam Lugduni, ubi recepimus nostre coronationis insignia, veniremus et post tam ibi quam alibi secreta quorumdam nobis insinuatio intimavit quod magister, preceptores et alii fratres dicte militie Templi et etiam ipse ordo qui ad defendendum ... [fl. 238v] ... honore poterimus admitteremus. Datum Pictavis, ii Idus Augusti. In eodem modo Jacobo regi Aragonum illustri. In eodem modo Fernando, regi Castelle et Legionis illustri. In eodem modo Ludovico, regi Navarre illustri. In eodem modo Dionisio, regi Portugalie illustri ... In eodem modo venerabilibus fratribus archiepiscopo Turonensi et episcopis

---

[15] AV, Reg. Vat. 55, fl. 214-214v.

[16] A bula *Regnans in celis*, dirigida a D. Dinis, rei de Portugal, existente no ANTT, Gaveta 7, maço 5, foi publicada em *As Gavetas da Torre do Tombo*, vol. II, Lisboa, 1962, pp. 439-445, mas um tanto deficientemente.

... per Turonensem provinciam constitutis. Salutem, etc. Regnans in celis ... [fl. 239] ... In eodem modo archiepiscopo Ispalensi et episcopis, etc., mandamus quatenus vos fratres archiepiscope et Cartaginensi episcope, etc... In eodem modo archiepiscopo Toletano et episcopis, etc., mandamus quatenus vos fratres archiepiscope ac Palentine et Burgensis episcopi, etc. ... In eodem modo archiepiscopo Terraconensi et episcopis, etc., mandamus quatenus vos fratres archiepiscope ac Valentine, Cesaraugustane et Gerundensis episcopi, etc. ... [fl. 239v] ... In eodem modo archiepiscopo Compostellano et episcopis, etc., mandamus quatenus vos fratres archiepiscope et Salamantine, Ulixbonensis et Legionensis episcopi, etc. ... In eodem modo archiepiscopo Bracharensi et episcopis, etc., mandamus quatenus vos fratres archiepiscope et Portugalensis, Colimbriensis et Tudensis episcopi, etc.» (17)

Conforme às determinações destas bulas, os convocados ao concílio deviam apresentar-se em Viena de França no mês de Outubro de 1310, mas o inquérito e julgamento nos concílios provinciais, ordenado pelo papa, não poderia estar pronto para essa data. Além disso, outras circunstâncias sugeriam o adiamento do mesmo. Foi o que fez Clemente V pelas bulas Alma mater *de 4 de Abril de 1310, dirigidas aos arcebispos e aos monarcas de várias nações, inclusive ao arcebispo de Braga e a D. Dinis, rei de Portugal, pelo que o concílio só foi aberto, solenemente, em Outubro de 1311:*

«Venerabilibus fratribus archiepiscopo Nicosiensi et eius suffraganeis. Alma mater Ecclesia ... quod dudum a proximis tunc Kalendis Octobris ad duos annos immediate sequentes apud civitatem Viennensem de fratrum nostrorum concilio decrevimus congregandum, per nostras [fl. 276] sub certa forma litteras duxerimus evocandos, quia tantum negotium inquisitionum, quas per diversas mundi partes contra ordinem militie Templi eiusque singulares personas fieri mandavimus, completum non est et quod in brevi compleri valeat non speramus nec videmus ipsum negotium et nonnulla alia que in eodem sunt tractanda concilio posse usque ad prefatum statutum terminum taliter preparari quod ad ipsius examen concilii decenter valeant introduci, eumdem terminum usque ad Kalendas Octobris predictum primum terminum iam dudum per easdem nostras litteras assignatum immediate sequentes ex premissis et aliis certis iustis et legitimis causis, quas presentibus inseri non opportet, de fratrum eorumdem consilio duximus prorogandum ... Datum Avinione, ii Nonas Aprilis, anno quinto ... In eodem modo archiepiscopo Ispalensi et eius suffraganeis. In eodem modo archiepiscopo Terraconensi et eius suffraganeis ... [fl. 276v] ... In eodem modo archiepiscopo Bracharensi et eius suffraganeis ... In eodem modo archiepiscopo Compostellano et eius suffraganeis ... In eodem modo carissimo in Christo filio Philipo, regi Francie illustri. Alma mater ... Datum ut supra in prima forma ... In eodem modo Jacobo, regi Aragonum. In eodem modo Fernando, regi Castelle et Legionis. In eodem modo Jacobi, regi Maioricarum. In eodem modo Ludovico, regi Navarre. In eodem modo Dionisio, regi Portugalie» (18).

Entretanto, que terá sucedido em Portugal, após e mesmo antes destas disposições pontifícias e antes do transcrito protesto-apelação, posterior ao concílio e a supor acontecimentos anteriores, além da concessão de João XXII sobre a igreja de Tomar e das diligências diplomáticas de D. Dinis, tidas em conta por Clemente V e pelo concílio nas decisões sobre a Ordem do Templo, cau-

(17) AV, Reg. Vat. 55, fl. 237-239v.
(18) AV, Reg. Vat. 57, fl. 275-276v.

sadas por aquelas determinações pontifícias? É o que passamos a ver, lembrando que o papa Clemente V dirigiu outras bulas aos monarcas católicos, a respeito dos Templários, não registadas nos actuais volumes dos Reg. do Vaticano, mas cuja expedição consta de alguns originais ainda existentes e é aliás suposta ou pedida como explicação de certos acontecimentos portugueses a propósito, em que teve parte relevante Frei Estêvão, quando era custódio dos Franciscanos da custódia de Lisboa, ao serviço do rei D. Dinis, e depois como bispo do Porto, sobretudo, e como bispo de Lisboa, justamente considerado principal obreiro das negociações para a fundação da Ordem de Cristo e para a incorporação dos bens da supressa Ordem do Templo naquela.

Já antes de Clemente V ter mandado prender os Templários pela bula Pastoralis praeminentiae *de 22 de Novembro de 1307, enviada aos monarcas da Península, como consta documentalmente quanto ao rei de Aragão* (19), *e, como é natural, também a D. Dinis, nonarca português, aliás como se infere de documentação portuguesa a respeito de certos bens da Ordem do Templo, que, nos princípios de 1308, foram entregues à guarda de D. Dinis e da rainha Santa Isabel, reconhecidos, mais tarde, como outrora pertencentes à Ordem pelo antigo mestre da Ordem extinta, Vasco Fernandes* (20), *o monarca português tentara reivindicar os direitos da Coroa à posse de Soure e Idanha, com seus termos. Muito possivelmente andava D. Dinis ao corrente dos movimentos de Filipe o Belo contra a Ordem, mesmo antes da prisão dos Templários pelo monarca francês em 13 de Outubro de 1307, com a sequestração dos bens da Ordem. Segundo carta régia de 23 de Junho de 1308* (21) *e disposição de 18 de Agosto de 1307, incluída na sentença dos juízes da corte de 27 de Novembro de 1309, sobre os direitos da Coroa à vila e castelo de Soure, com seu termo, incluindo Pombal, Ega e Redinha* (22), *D. Dinis movia demanda à dita Ordem dos Templários quanto àqueles bens, cuja posse reclamava, alegando pertencerem-lhe de direito, e que até então «os dictos maestre e freyres mos tragiam como nom deviam e que como quer que os posuysem per alguũ tenpo diziam que os posuyrom e os trouverom per mha sofrença e per meu consentimento»* (23). *Não se tratava de sequestração, portanto. Naquela altura, ou seja em Agosto de 1307, ainda o papa não tinha publicado a bula* Pastoralis praeminentiae *de 22 de Novembro de 1307 sobre a prisão e sequestração dos bens dos Templários. Os juízes D. Martinho de Oliveira, arcebispo de Braga, D. João Martins de Soalhães, bispo de Lisboa, o custódio da custódia dos Franciscanos de Lisboa, Frei Estêvão, Mestre João das Leis e Rui Nunes podiam, por isso, impor ao mestre da Ordem do Templo Vasco Fernandes e freires o termo de nove meses para provarem o que então, na presença destes ouvidores régios, diziam ser direito seu, pois «os dictos Maestre e freyres pedirom tempo a que ouvessem conçelho e a que veesem con seus privilegios e con sas cartas que diziam que tynham en contrario»* (24). *O prazo marcado pelos ouvidores era de nove meses. O mestre e freires da Ordem do Templo deviam apresentar-se nos meados de Maio de 1308, com o fim de provarem seus direitos. Mas não o fizeram, segundo esta carta de 23 de Junho de 1308. Por isso, após a declaração de André Pires,*

---

(19) Cf. ANTONIO BENEVIDES, *Memorias del rey D. Fernando IV de Castilla*, vol. II, Madrid, 1860, pp. 619-621. JOSE ZUNZUNEGUI ARAMBURU, *La misión del Obispo de Senez al Reino de Castilla (1354-1355)*, em *Anthologica Annua*, 8 (1960) 17.

(20) ANTT, Gaveta 7, maço 16, docum. n. 2. *Livro dos Mestrados*, fl. 23a-28. Cf. *Livro dos Mestrados*, fl. 51vb-76vb.

(21) ANTT, Gaveta 12, maço 7, docum. n. 19, publicado por FERNANDO FÉLIX LOPES, *Das actividades políticas e religiosas de D. Fr. Estêvão...*, em *Lusitania Sacra*, 6 (1962-1963) 80-83.

(22) ANTT, Gaveta 12, maço 1, docum. n. 7, publicado por FERNANDO FÉLIX LOPES, *Das actividades políticas e religiosas de D. Fr. Estêvão ...*, em *Lusitania Sacra*, 6 (1962-1963) 83-87.

(23) ANTT, Gaveta 12, maço 7, docum. 19, publicado por FERNANDO FÉLIX LOPES, *Das actividades políticas e religiosas de Fr. Estêvão ...*, em *Lusitania Sacra*, 6 (1962-1963) 80.

(24) ANTT, Gaveta 12, maço 7, docum. n. 19, em *Lusitania Sacra*, 6 (1962-1963) 80-81.

procurador dos ditos freires, feita aos ouvidores, de não querer defendê-los, e o período de mais de um mês, para maior justificação do direito, aguardando a presença do mestre e freires, os juízes ou ouvidores «fezerom nos apregoar pelas mhas audiançcas assy como e husso e custume da mha Corte ... e aa peticom do dicto meu procurador, porque non veerom per sy nen por seus procuradores ao dicto tenpo, julgaram nos por revees e aa sa revelya mandarom meter o dicto meu procurador en possyçom das dictas vilas e castelos e logares e termhos e perteenças e dereytos de Soury e de Poombal e da Ega e da Redinha» (25). *Logo a seguir à publicação desta carta, por motivo da não comparência do mestre e freires do Templo, foi entregue aos representantes régios, a 29 de Junho, Ega e, a 30 de Junho, Soure* (26).

Também na sentença de 27 de Novembro de 1309, a favor dos direitos da Coroa à dita vila e castelo de Soure, com seu termo, incluindo Pombal, Ega e Redinha, os ditos juízes falam da presença, no princípio da questão, em Agosto de 1307, do mestre e freires, os quais «diziam que non eram teudos a responder nen fazer dereyto da dicta villa e logares perdantel Rej nen perdante seus juizes ... e enton o dicto maestre e freires diserom, consentindo na dicta sentença, que lhis desemos tenpo pera mandarem aalem mar fazelo a saber a seu mayor, e que queriam aver conselho con ele, e que queriam ala mandar por cartas e por privilegios que diziam que tijnham, con que diziam que poderiam deffender o seu dereito. E nos demoslhi praso a que fosem ou enviasem polas dictas scrituras e privilegios que diziam que tijnham, e pera averen conselho con seu maestre ou con quem tevesem por ben como allegavam e poinham, e demoslhi d'espaço a que veesem, e asinaamoslhi praso de nove meses, asy come conteudo em hũa renenbrança», a qual data de 18 de Agosto de 1307 e foi determinada neste dia pelos ouvidores régios nos seguintes termos: «Era de mil e trezentos e quareenta e cinque anos, dez e oyto dias dagosto en Lixboa. Dom Martinho, arçebispo de Bragaa, e Dom Johane bispo de Lixboa e o Custodio e maestre Johanne e Rui Nuniz, juizes dados per el rej antre el per Domingos Martinz seu procurador da hũa parte e Dom Vaasco Fernandez maestre do Tenpre por ssi con os freires da dicta Ordim da outra, sobre villas e castellos, convem a ssaber, Eydanha a Velha e Salvaterra e Soyre e Poonbal e Ega e a Redinha, as quaes villas e castellos dizia ho dicto procurador que eram del rei e deviam seer de dereyto e o dicto maestre e freyres dizendo que non avyam poder de o meter a preito. E entom os dictos juizes disserom que achavam de custume e de dereyto que o dicto maestre e freires responderam sobre qualquer demanda ata qui perdante a ssa corte ou perdante os seus juyzes que el desse, e julgarom que respondesem. E o dicto maestre e freires pedirom tempo pera aver conselho sobrela dicta demanda e pera tragerem seus privilegios e ssas deffensões, convem a saber, do dia sobredicto que este scripto he ffeito a nove meses primeyros que veem. E o dicto maestre por si e polos dictos ffreires pidiu ho trelado deste scripto, *e os dictos juizes mandaromlho dar. E eu Affonso Reymondo dous scriptos screvi, ffeitos de huũ theor, no dicto dia e na dicta era per mandado dos dictos juizes, dou ende ho huũ scripto a el Rei ou ao dicto seu procurador e outro aos dictos maestre e ffreires, en testemunho de verdade. Nos arcebispo a vimos, magister Iohanis vidit, episcopus Ulixbone, Custos vidit. Rui Nuniz»* (27).

O certo é que, segundo aquela mesma sentença de 1309, de que faz parte a determinação transcrita de 18 de Agosto de 1307, nem o mestre da Ordem Vasco Fernandes nem qualquer freire compareceu, no prazo dos nove meses, a defender seus direitos, motivo pelo qual o procurador de D. Dinis requeria aos juízes, em Junho de 1308, os condenasse à revelia, metendo o rei na posse dos ditos castelos e lugares. E os juízes «porque os dicto maestre e ffreires non enviarom nen parecerom

(25) ANTT, Gaveta 12, maço 7, docum. n. 19, em *Lusitania Sacra*, 6 (1962-1963) 81.
(26) ANTT, Gaveta 12, maço 7, docum. n. 19, em *Lusitania Sacra*, 6 (1962-1963) 82-83.
(27) ANTT, Gaveta 12, maço 1, docum. n. 7, em *Lusitania Sacra*, 6 (1962-1963) 83-85.

per ssi nem per outrem nem nenhuũ outrem pola dicta Ordim, fezemolos — dizem os juízes — apregoar polas audiençias assi come uso e custume da corte del rey e atendemolos por tres dias e mais, e porque non parecerom nen por ssi enviarom, como dicto he, julgamolos por revees e por sa revelia mandamos meter o dicto procurador em nome del rei en pose da dicta villa e castello de Soyre e de Poonbal e da Ega e da Redinha» (28). *A razão da ausência do mestre e freires é evidente. Pela bula já referida de 22 de Novembro de 1307* Pastoralis praeminentiae, *que el-rei D. Dinis devia ter recebido, pelo menos nos princípios de 1308, o monarca tinha ordens para prender todos os freires Templários e sequestrar os bens dos mesmos, conservando-os em seu poder até que a Santa Sé determinasse alguma coisa a propósito. Seria defesa inútil e a presença deles um risco, equivalente à entrega de si mesmos à prisão. Quem sabe mesmo se a notícia sobre a prisão dos Templários em França, no mês de Outubro de 1307, independentemente até destas determinações do papa, pôs os freires portugueses de alerta e os induziu à fuga. Mas se era de prever a não comparência dos Templários nesta demanda, em Junho de 1308, muito mais fàcilmente se explica não terem eles comparecido cerca de ano e meio depois, no mês de Novembro de 1309, porque, então, as bulas transcritas, de 12 de Agosto de 1308, sobre a prisão e sequestro dos bens dos Templários e até sobre a administração dos mesmos, confiada ao arcebispo de Braga e bispo do Porto, deviam ser já publicadas e bem conhecidas. A proclamação dos juízes, a exigir a comparência do mestre ou dos freires «pasado ho anno e ao dia que o dicto procurador del rei ffoi entregue da dicta villa e logares, ho dicto procurador veho a dizer que julgasemos el rei por verdadeyro posuidor, pois ho anno e o dia era pasado que ffora entregue da dicta villa e castello e logares», precisamente pela revelia dos freires, só se pode compreender como formalidade do direito, porque as decisões pontifícias, seja em relação ao monarca, seja em relação aos comissários, encarregados dos inquéritos contra os Templários, no que se refere à sequestração de seus bens e prisão, não lhe permitiam solução favorável a eles mesmos. Mera formalidade também a alegação de que, passado aquele prazo de tempo, que permitia ao rei ser verdadeiro possuidor dos ditos lugares, «depois desto a noveenta dias veho perdante nos o dicto procurador del rei a dizer que, pois os noveenta dias eram pasados de mais que o ano e o dia, que per el por el rei e en seu mome queria provar ho dereyto da propriedade que el rei avia na dicta villa e castello e en seus logares e termhos, e pois ho dicto maestre e ffreires non viinham nem pareciam nen outrem por eles nem pola dicta Ordim, veho a alegar e dizer pidindo que ley era da Corte que, pois os dictos noveenta dias eram pasados mais que o ano e o dia, que lhi recebesemos ho provo sobrelo dereito da propriedade como dicto he»* (29).

Parece-me que esta sentença, pronunciada num tempo em que os bens dos Templários em Portugal, detidos ou conservados pelo rei, mas dependentes de futura disposição pontifícia, em virtude da bula Pastoralis praeminentiae *de 22 de Novembro de 1307, ou a entregar aos Ordinários dos Lugares, conforme as prescrições da bula* Ad omnium fere notitiam *de 12 de Agosto de 1308, e a serem administrados pelo arcebispo de Braga e bispo do Porto, segundo a bula* Deus ultionum Dominus, *tem um significado político, enquanto proclamava tratar-se de bens do monarca e não da Ordem, seja porque entraram na posse de el-rei D. Dinis, em virtude da revelia dos freires, ou porque originariamente eram bens da Coroa, com posse da parte da Ordem apenas tolerada pelo rei, em atenção aos serviços que os freires prestavam ao reino* (30). *E como bem observa Félix Lopes, ao reivindicar estes e, posteriormente, os outros bens dos Templários, como bens nacionais, enquanto dados aos freires pelos monarcas portugueses para um fim, sem dúvida sacro, mas para*

(28) ANTT, Gaveta 12, maço 1, docum. n. 7, em *Lusitania Sacra*, 6 (1962-1963) 85.

(29) ANTT, Gaveta 12, maço 1, docum. n. 7, em *Lusitania Sacra*, 6 (1962-1963).

(30) Cf. docum. citado várias vezes em ANTT, Gaveta 12, maço 7, docum. n. 19, em *Lusitania Sacra*, 6 (1962-1963) 80-81.

serviço da nação, assistiam a D. Dinis bem fundadas razões. O perigo de que o papa dispusesse deles como bens sacros, sem ter em consideração estas circunstâncias, em benefício de estrangeiros, não era imaginário. E esta sentença, em que interveio nada menos que o arcebispo de Braga, já mais de um ano antes nomeado pelo papa, juntamente com o bispo do Porto, administrador dos bens sequestrados ou a sequestrar aos Templários em Portugal, e o bispo de Lisboa, um dos membros da comissão designada para os arcebispados de Compostela e Toledo, não deixa de ser significativa. Além disso, parece-me não poder transcurar-se o facto de D. Dinis se ter interessado junto do papa pela nomeação do superior custodial da custódia dos Franciscanos de Lisboa e juiz da sobredita causa, Frei Estêvão, para bispo do Porto, o que equivalia a tê-lo como administrador dos bens sequestrados aos Templários de Portugal.

Não consta tivesse D. Dinis influência na designação do bispo de Lisboa, que bem poderia considerar-se medida pontifícia, visto tratar-se de sufragâneo de Compostela. O mesmo se deve dizer do arcebispo de Braga, que foi designado pelo papa administrador dos bens dos Templários, juntamente com o bispo do Porto, sem dúvida por ser ele o único metropolita em Portugal, embora não se possa prescindir totalmente dos motivos políticos quanto à sua competência nos processos e inquéritos sobre os Templários das dioceses portuguesas, sufragâneas de Compostela, pois o papa, entre as razões que alega para tal provedimento, aliás como em relação ao arcebispo de Compostela, quanto às dioceses galegas, sufragâneas de Braga, põe em evidência o facto de o arcebispo ser de nacionalidade portuguesa e por isso mesmo mais facilmente poder alcançar auxílio e apoio de D. Dinis, rei de Portugal. Quanto ao bispo do Porto, D. Frédulo, tratando-se de curial e estrangeiro, é de excluir toda e qualquer intervenção régia neste sentido. Mas as coisas mudam totalmente, se considerarmos a nomeação do franciscano D. Estêvão, confessor do rei e juiz naquela demanda sobre os referidos castelos e lugares dos Templários, para bispo do Porto, pois consta documentalmente ter o monarca instado com o papa Clemente V para que o promovesse à sé portuense, logo após a morte de D. Frédulo. Tal promoção levava D. Frei Estêvão a fazer parte da comissão encarregada do inquérito e processos contra os Templários e fazia dele um dos administradores dos bens sequestrados, enquanto as bulas respectivas designam o bispo do Porto, sem limite de tempo e independentemente da pessoa do mesmo, não exprimindo o nome. Sem dúvida alguma, os serviços prestados pelo frade na corte e ao monarca (31) *e a estima, de que gozava, tinham seu peso, mas aquela circunstância não deve ter pesado pouco no ânimo de D. Dinis, que não se mostrava desinteressado dos bens da Ordem do Templo e o escolhera, antes da publicação das bulas sobre a prisão e sequestro dos bens dos Templários, para juiz numa causa muito relacionada com o movimento.*

O bispo do Porto D. Frédulo, membro da comissão encarregada do inquérito e um dos administradores dos bens sequestrados aos Templários, a teor das sobreditas bulas de 12 de Agosto de 1308, não deve ter exercido esse cargo. Ele devia viver então na Cúria, onde morreu, e as bulas só lá para os fins do ano de 1308 ou nos princípios de 1309 deviam ter chegado a Portugal. A 30 de Dezembro de 1308, era expedida nova bula, com o já conhecido início de Ad omnium fere notitiam, *proibindo qualquer auxílio aos Templários* (32). *E na mesma data, como ao duque de Áustria* (33), *era enviada a D. Dinis, rei de Portugal, a bula* Calidi serpentis, *pela qual se urgia a prisão dos Templários, ainda não presos, a entregar aos Ordinários ou aos encarregados dos inquéritos contra os ditos freires, devendo o monarca ajudar estes últimos no desempenho da sua mis-*

---

(31) Cf. FERNANDO FÉLIX LOPES, *Das actividades políticas e religiosas de Fr. Estêvão, bispo que foi do Porto e de Lisboa,* em *Lusitania Sacra,* 6 (1962-1963) 25-31.

(32) AV, Reg. Vat. 56, fl. 2-2v. *Regestum Clementis V,* III, Romae, 1886, n. 3641.

(33) AV, Reg. Vat. 56, fl. 2v. *Regestum Clementis V,* III, n. 3643.

são (34). *Mais ainda: em bula de 2 de Janeiro de 1309, enviada aos patriarcas, arcebispos e bispos e outros prelados, Clemente V impunha-lhes a obrigação de publicarem aos fiéis da respectiva jurisdição as sentenças e processos feitos contra os Templários, em virtude da bula* Ad omnium fere notitiam (35). *Tais disposições possivelmente só em meados de 1309 teriam chegado a Portugal. Não sabemos se, entretanto, D. Dinis procurou ocupar os bens da Ordem, em virtude destas bulas, ou se alguns dos comissionados pelas bulas de Agosto de 1308 terá tomado alguma decisão a este respeito, ao menos os estrangeiros nomeados pelo papa. O arcebispo de Braga, também nomeado nessa altura, parece ter andado ocupado, juntamente com o bispo de Lisboa e Frei Estêvão, custódio dos franciscanos, nas demandas que o rei mantinha, com o fim de obter sentenças que o declarassem legítimo dono de certas vilas e castelos, até então por eles possuídos, por tolerância do monarca, independentemente dos bens sequestrados, que permaneceriam dependentes de qualquer decisão pontifícia, sem ter em conta os interesses nacionais. A este respeito, creio ser um tanto significativa a sentença proferida pelos ditos juízes em 19 de Janeiro de 1310, declarando propriedade da Coroa as vilas de Idanha-a-Velha e Salvaterra com o Rosmaninhal e Segura, que faziam parte dos seus termos* (36).

Creio dever chamar a atenção para o que sucedeu no reino vizinho de Castela e Leão neste ponto. Talvez isso justifique a hipótese de que em Portugal não foram movidos verdadeiros processos aos Templários pelos eclesiásticos designados para esse efeito por Clemente V, antes da nomeação de D. Frei Estêvão para bispo do Porto. Só a 3 de Abril de 1310 é que o arcebispo de Compostela citou a comparecerem em Medina del Campo os freires da sua província eclesiástica, exceptuados, como se viu, os das dioceses portuguesas sufragâneas, que, neste ponto, ficaram sujeitos à jurisdição do arcebispo de Braga e outros membros da comissão designada para esta província eclesiástica. A 15 do dito mês e ano, eram citados os freires da província eclesiástica de Toledo. Abriu o inquérito, a 25 de Abril de 1310, em Medina del Campo, o bispo de Lisboa com outros eclesiásticos. Reuniu-se concílio provincial em Salamanca, presidido pelo arcebispo de Compostela, ao qual assistiram os bispos portugueses da Guarda e de Lisboa, sufragâneos de Compostela. No dia 21 de Outubro de 1310, foram discutidos os inquéritos contra os Templários (37). *Naturalmente, não muito depois, foi o resultado dos inquéritos comunicado ao papa. Ao que parece, foi o chantre de Compostela Vasco Peres, um dos membros da comissão de inquérito, designada pelo papa,*

---

(34) ANTT, Bulas, maço 2, n. 12. Cf. sumário em VISCONDE DE SANTARÉM, *Quadro Elementar das relações políticas e diplomáticas de Portugal com as diversas potências do Mundo*, t. IX, Lisboa, 1864, p. 298.

(35) AV, Reg. Vat. 56, fl. 2v. *Regestum Clementis V*, III, n. 3642.

(36) ANTT, Gaveta 13, maço 4, docum. n. 7. Eis o princípio do documento, muito parecido ou redigido quase na mesma forma da sentença dos mesmos, de Novembro de 1309, sobre a vila e castelo de Soure, com seu termo: «In nomine Domini. Amen. Sabham quantos esta carta virem como perdante nos don Martinho, pela merçee de Deus arcebispo de Braga, e don Oane, bispo de Lixboa, e ffrey Stevan, custodio, e meestre Jhane das leis e Ruy Nunis, juyzes dados per el rrey sobre contenda que era antre el rrey per Domingos Martinz seu procurador de hũa parte e don Vaasco Fernandez, meestre do Tenpre, e os ffreires dessa ordin da outra, per razom que o dicto procurador del rrey dezia que o dicto meestre e ffreyres que agiam as condudas e sonegadas e como nom deviam a el rrey as vilas e os castelos de Eydanha a Velha e Salvaterra, con todos seus termhos, as quaes sobredictas villas con seus termhos dezia o dicto procurador del rrey que eram del rrey de dereyto e pedia a nos que constregessemos per sentença diffinitiva os dictos meestre e ffreyres que leixassem as dictas villas a el rrey con os dictos termhos. E os dicto meestre e ffreyres deziam que nom eram teudos a rresponder nem a fazer dereito das dictas vilas e logares perdante el rrey nem perdante seus juyzes ... Feyto foy esto en Santarem, dez e nove dias de Janeyro, era de mil e trezentos e quaraenta e oyto anos...».

(37) Cf. FERNANDO FÉLIX LOPES, *Das actividades políticas e religiosas de Fr. Estêvão ...*, em *Lusitania Sacra*, 6 (1962-1963) 45-46.

em Agosto de 1308, para as províncias eclesiásticas de Compostela, Toledo e Sevilha, o incumbido desta missão. Conforme bula de 30 de Março de 1311, dirigida aos arcebispos, bispos, abades, etc., per Castelle et Legionis ac Galletie regna et partes ad quos littere iste pervenerint, *a impor-lhes contributo destinado às necessidades de Mestre Vasco, chantre de Compostela e membro da comissão pontifícia* super inquisitione facienda in regnis et partibus Castelle et Legionis ac Galletie ac in singulis eorum videlicet civitatibus et diocesibus ac provinciis contra singulares personas et fratres ordinis Templariorum, *esse Mestre Vasco estava então na Cúria papal, donde partiria no desempenho do múnus de inquisidor, devendo regressar à Santa Sé, pelo que, além do contributo e assistência, deviam os destinatários da bula provê-lo também de salvo-conduto:* «...eidem cantori ab ea die videlicet quo propter hoc a sede apostolica recesserit et donec redierit ad eamdem in quatuor florenis auri diebus singulis pro suis et familie sue necessariis necnon et de securo conducto in eundo, morando et redeundo liberaliter providere curetis ... *Datum Avinione, iii Kalendas Aprilis, anno sexto*» (38). *E segundo outra bula, com a mesma data, dirigida à comissão, composta dos membros já conhecidos, da bula de 12 de Agosto de 1308, incluindo o dito chantre, excepto quanto aos bispos de Palença e de Lisboa, em lugar dos quais figuram os bispos de Siguenza e de Évora, esta comissão inquisitorial enviou à Santa Sé o resultado dos seus inquéritos. O papa, depois da leitura dos documentos, parecendo-lhe que inquérito mais rigoroso teria melhores resultados, ordenou se recorresse a interrogatórios e até a tormentos, a fim de obter a verdade e confissão dos Templários, perante as suspeitas manifestas, que se inferiam da exposição dos comissários. Diz o papa que escrevia ao rei de Castela assistisse tais eclesiásticos no desempenho da missão:*

> «*Clemens, etc. Venerabilibus fratribus .. Tolletano et .. Compostellano archiepiscopis ac .. Seguntino et .. Elborensi episcopis et dilectis filiis sancti Papuli et .. Ysiodorensis Tholosane et Claramontensis diocesum monasteriorum abbatibus et magistro Galasco, cantori ecclesie Compostellane, ac fratri Aymerico de Navis ordinis fratrum Predicatorum. Salutem, etc. Dudum ad eliciendum testimonium veritatis de nephariis criminibus, scelestibus actibus et vitiis detestandis, quibus fratres ordinis militie Templi plurimum sunt respersi et eorum a tanto iam tempore occultatam odiosam Deo et hominibus nequitiam detegendam, illorum maxime quorum execrabilia opera longa locorum ab Ecclesia Romana distantia et ignota ipsorum conditio eius non permiserant obtutibus esse nota per vos in regnis Castelle et Legionis ac Galletie necnon et alias personas ydoneas in regnis aliis contra singulares eorumdem fratrum et ordinis super apostasie, heresis convictarum et malorum operum eorumdem fore decrevimus inquirendum et* licet ea que inquisitione vestra per vos contra fratres dicti ordinis regnorum prefatorum habita et ad apostolicam sedem remissa vidimus contineri in infrascriptis eis infamia et dampnabilibus actibus ac nephariis sceleribus eorumdem presumptionem nobis afferant vehementem, *quia tamen ex ipsius geste rei verisimilibus coniecturis et probabilibus argumentis manifeste colligitur et de iure videtur quod fratres ipsi ut clarior et certior eliceretur ab eis veritas de predictis per vos subici [fl. 80] debuerint questionibus et tormentis, quod tam minus prudenter quam negligenter facere omisistis, volumus et discretioni vestre per apostolica scripta mandamus quatenus sex, quinque, quatuor, tres, duo aut unus vestrum contra fratres ipsos ad habendam ab eis de predictis veritatis plenitudinem certiorem reinquirere et eos tormentis et questionibus, quibus et prout expedire noveritis, exponere procuretis, cum et ipsis sacris canonibus demandetur in huiusmodi et consimilibus casibus personas huiusmodi tam pers-*

(38) AV, Reg. Vat. 58, fl. 79-79v, n. 322.

picuis indiciis et vehementi presumptione suspectas ad eliciendum veritatem religioso fore tortori tradendas. Confessiones ipsorum nobis postmodum tam celeriter quam fideliter transmissuri. Nos enim ecce carissimo in Christo filio nostro regi Castelle et Legionis illustri propterea scribimus ut ad requisitionem vestram ad hoc de regio favore vobis assistat et impendat auxilium oportunum. Non obstante indulgentia que, fili frater Aymerice, ordini tuo ab apostolica sede dicitur esse concessum quod fratres ipsius ordinis non teneantur se intromittere de quibuscumque negotiis que ipsis per dicte sedis litteras committuntur nisi in eisdem litteris de concessione huiusmodi plena et expressa mentio habeatur. Datum ut supra [Avinione, iii Kalendas Aprilis, anno sexto]» (39).

Certo é que Frei Estêvão, já antes ligado ao problema dos Templários, como o demonstram os documentos referidos da carta de D. Dinis de Junho de 1308 e as sentenças, em que o franciscano interveio como juiz, de Novembro de 1309 e de 19 de Janeiro de 1310, começa a ter parte preponderante nestas questões até alguns anos antes da fundação da nova Ordem de cavalaria de Cristo, em 1319, durante o pontificado de João XXII, precisamente a partir da sua nomeação a bispo do Porto, ao qual competia o encargo de, juntamente com o arcebispo de Braga e outros eclesiásticos, inquirir sobre os crimes atribuídos aos Templários de Portugal, processá-los e administrar os bens que lhe fossem sequestrados. Morto na Cúria pontifícia, em 1309, D. Frédulo, nomeado bispo do Porto a 16 de Setembro de 1307 (40), *logo D. Dinis se apressou a recomendar Frei Estêvão, franciscano, mandando especiais núncios ao papa, para o seu confessor suceder àquele, conforme a bula da nomeação de 11 de Fevereiro de 1310: «Dilecto filio Stephano, electo Portugalensi. Regimini universalis Ecclesie ... Cum itaque Portugalensi ecclesia per obitum bone memorie Fredoli, episcopi Portugalensis,* qui apud sedem ipsam viam extitit universe carnis ingressus, apud sedem ipsam vacavisse noscatur ... *nos cupientes eidem ecclesie Portugalensi per nostre sollicitudinis studium personam ydoneam presidere ac attendentes laudabilia testimonia que tibi ... carissimus in Christo filius noster Dyonisius, rex Portugalie illustris, cuius confessor existis, nobis perhibuit per suos nuntios et litteras speciales, pro tui promotione ad eamdem Portugalensem ecclesiam nobis humiliter supplicando, ad te, ordinem fratrum Minorum professum, in sacerdotio constitutum, direximus oculos nostre mentis ac premissorum consideratione ducti, de persona tua eidem Portugalensi ecclesie duximus providendum, preficiendo te eidem Portugalensi ecclesie de fratrum nostrorum consilio in episcopum et pastorem ... Datum Avinione, iii Idus Februarii, anno quinto»* (41). *Significativa me parece a circunstância de Frei Estêvão se encontrar na Cúria pontifícia em Abril do mesmo ano de 1310, conforme bula com esta data, de Clemente V, o qual, ao conceder-lhe indulto para um empréstimo, diz ter-lhe o bispo feito esse pedido, na presença do papa: «Venerabili fratri Stephano, episcopo Portugalensi. Cum sicut* in nostra proposuisti presentia constitutus, *tam pro tuis necessariis quam pro ecclesie tue Portugalensis negotiis, etc., usque ad summam quinque milium florenorum auri mutuum contrahendi, etc., pape [Bonifatii] viii, predecessoris nostri, de una ac concilii generalis de duabus dietis et quibuslibet aliis a predecessoribus nostris, etc., ut in forma, mutatis mutandis, usque Datum Avinione, v Idus Aprilis, anno quinto»* (42). *Não*

(39) AV, Reg. Vat. 58, fl. 79v-80, n. 323.

(40) Pela transferência de D. Geraldo à igreja de Palença, o papa nomeou bispo do Porto, em 16 de Setembro de 1307, a D. Frédulo, até ali prepósito de Marselha. Concedeu-lhe, a 1 de Maio de 1308, o indulto de promover duas pessoas a cónegos do Porto, com as respectivas prebendas: AV, Reg. Vat. 54, fl. 130, *Regestum Clementis V*, II, Romae, 1885, n. 2169. AV, Reg. Vat. 55, fl. 81v, *Regestum Clementis V*, II, n. 2765.

(41) AV, Reg. Vat. 57, fl. 38-38v.

(42) AV, Reg. Vat. 57, fl. 5.

sei quanto tempo andou pela Cúria o nosso bispo do Porto, a quem Clemente V concedia indulto de conferir dois canonicatos e respectivas prebendas na igreja do Porto a duas pessoas idóneas, do seu agrado (43), *e o indulto de poder visitar a diocese durante um triénio por meio de outras pessoas* (44), *dizendo-o ainda bispo eleito do Porto, nestas bulas de 15 de Setembro de 1310. Certo é que, em Julho deste ano, ele já não se encontrava na Cúria, porque o papa ao mandar, por letras de 18 de Julho de 1310, ao arcebispo de Braga lhe dê a sagração episcopal, dentro de três meses, com a assistência de mais dois ou três bispos, diz que* memoratus electus pro huiusmodi consecrationis recipiendo munere nequeat ex legitimis causis apostolicam sedem subire (45).

Que fazia então na Cúria papal o bispo do Porto em Abril de 1310? Não penso fosse levar relação de inquéritos feitos contra os Templários em Portugal, ao menos seus, pois havia poucos meses fora eleito bispo do Porto, mas é muito provável fosse o problema dos Templários e a destinação dos seus bens em Portugal um dos assuntos a tratar com o papa, por quem foi recebido. Segundo consta de cartas do rei de Castela, de 21 de Janeiro de 1310, e do monarca português, de 14 de Abril de 1310, tanto D. Fernando de Castela como D. Dinis, rei de Portugal, comprome-

---

(43) «Dilecto filio Stephano, electo Portugalensi. Ut benivolentiam specialem, qua personam tuam apostolica sedis benignitas non indigne prosequitur, clerici, qui tibi studio devotionis adherent, sibi sentiant per effectum operis fructuosam, faciendi recipi auctoritate nostra in tua Portugalensi ecclesia duas personas ydoneas in canonicos et in fratres ac providendi earum singulis de singulis prebendis, nullis aliis de iure debitis, si que in eadem ecclesia vacant ad presens vel quam cito ad id se facultas obtulerit ... plenam et liberam tibi concedimus, tenore presentium, facultatem. Datum in prioratu de Grausello prope Malausanam Vasionensis diocesis, xvii Kalendas Octobris, anno quinto»: AV, Reg. Vat. 57, fl. 145.

(44) «Eidem. Tue devotionis sinceritas promeretur ut personam tuam speciali benivolentia prosequentes, votis tuis, quantum cum Deo possumus, favorabiliter annuamus. Hinc est quod nos tuis supplicationibus inclinati, pro ecclesie tue oneribus facilius supportandis, auctoritate tibi presentium indulgemus ut usque ad triennium ecclesias, monasteria et alia loca ecclesiastica eorumque personas tue diocesis, in quibus per te foret visitationis officium impendendum, possis per te vel per alium seu alios, quem vel quos ad id deputaveris, visitare ac procurationes ratione huiusmodi visitationis debitas, [recipere], qualibet constitutione contraria non obstante. Nulli, etc., nostre constitutionis, etc. Datum ut supra proxima. In eodem modo dilecto filio archidiacono de Barroso in ecclesia Bracharensi et Johanni dicto Rodondo ac Petro dicto Manso, canonico Portugalensi. Devotionis, etc., ut supra usque non obstante. Quocirca mandamus quatenus vos vel duo, etc., faciatis auctoritate nostra per idem triennium, iuxta huiusmodi constitutionis nostre tenorem, illum vel illos, quem vel quos idem electus ad huiusmodi visitationis officium ut premittitur deputaverit, ad illud admitti dictoque electo vel procuratori suo eius nomine procurationes predictas integre exhiberi. Non obstantibus constitutione predicta seu si aliquibus communiter vel divisim a sede apostolica sit indultum quod excommunicari, suspendi vel interdici non possint per litteras apostolicas, non facientes plenam et expressam ac de verbo, etc. Contradictores per censuram, etc. Datum ut supra»: AV, Reg. Vat. 57, fl. 145.

(45) «Venerabili fratri archiepiscopo Bracharensi. Dudum ecclesie Portugalensi, tunc vacanti, de persona dilecti filii Stephani, ordinis Minorum professoris, de fratrum nostrorum consilio providentes, ipsum prefecimus eidem ecclesie in episcopum et pastorem et demum tempus recipiendi consecrationis munus, a canonibus diffinitum, eidem electo, quousque per nos aliud super hoc contingeret ordinari, duximus prorogandum. Cum itaque memoratus electus pro huiusmodi consecrationis recipiendo munere nequeat ex legitimis causis apostolicam sedem subire, nos volentes eiusdem electi et ecclesie Portugalensis parcere laboribus et expensis, fraternitati tue impendendi prefato electo eiusdem consecrationis munus infra tres menses, a receptione presentium computandos, astitis et assistentibus tibi duobus vel tribus episcopis, gratiam et communionem dicte sedis habentibus, plenam tibi auctoritate presentium concedimus facultatem. Recepturus postmodum ab eodem electo, nostro et Ecclesie Romane nomine, iuxta formam, quam tibi sub bulla nostra mittimus interclusam, fidelitatis solite iuramentum. Formam autem iuramenti quod ipse prestabit, de verbo ad verbum per suas patentes litteras, suo sigillo signatas, nobis per proprium nuntium studeas quamtotius destinare. Volumus autem quod per decursum temporis de consecrandis episcopis nullum in hoc eidem electo preiudicium generetur. Datum in prioratu, etc., xv Kalendas Augusti, anno quinto»: AV, Reg. Vat. 57, fl. 145.

tiam-se a salvar e proteger os bens da Ordem do Templo em Portugal e em Castela, impedindo que tais bens saíssem da jurisdição e senhorio respectivos, em virtude de Clemente V querer dispor desses bens: «... todolos biens que ffueron de la orden del Temple assy villas e castellos e logares e heredemjentos qualesquiere que la dicha orden tenja en los nuestros reynos de Castella e de Leon e en todo el nuestro sseñorio et otrossi los que avia en el reyno de Portugal e en todo el vuestro sseñorio ffueron de los Reyes onde nos venjmos e de los otros omes que eran de los nuestros Reynos que glos dieron por heredad e dar en que sse manteviesse la cavalleria de la dicha orden del Tenple a sserviçio de Dios e nuestro e de aquellos que vinjeren despues de nos, por que ssi la orden oviere a sseer dessffecha e el papa quisiesse ffazer o ordenar alguna cossa de todos los dichos bienes assi muebles come rrayzes pera los querer ssacar de nuestros sseñorios e de nuestra jurisdiçion, que nos e vos que nos paremos alo enparar e alo deffender contra todos aquellos que lo demandar quisieren. Et nos el dicho Rey don Ferrando que non podamos ffazer njgun pleito ni abenençia con el papa nin con otros njngunos sobresta razon nin otra conpussiçion njnguha ssin vos el ssobredicho Rey don Donjz njn'vos otrossi que non podades ffazer njngunas destas cossas sin nos e que sseamos amos a un acuerdo pera lo anparar e deffender en la manera que dicha es...». Esta a carta original, com selo de chumbo, de D. Dinis:

«Sabham quantos esta carta virem como nos don Denis, pela graça de Deus Rey de Portugal e do Algarve, outorgamos que fazemos e que poemos preito convosco, muy nobre e muyto honrrado don Fernando, per essa meesma graça Rej de Castela, de Leon, de Toledo, de Galiza, de Sevilha, de Cordova, de Murça, de Jaen, e senhor de Molina, per razon que todolos beens que forom da hordem do Tempre, assi vilas e castelos e logares e herdamentos quaesquer que a dicta hordem tijnha nos nossos Reynos de Portugal e do Algarve e en todo nosso senhorio e outrossi os que avia nos Reynos de Castela e de Leom e en todo o vosso senhorio, forom dos Reys onde nos vjmos e dos outros homeens que eram dos nossos Reynos que lhos derom por herdade e dal en que se mantevessem a cavalaria da dicta hordem do Tempre a serviço de Deus e nosso e de aquelles que veerem depois de nos. Por que se a dicta hordem ouver a sseer desfeyta e o papa quisesse fazer ou hordinhar algũa cousa de todolos beens de suso dictos, assi movjs come reyzes, pera os querer sacar de nossos senhorios e de nossa iurisdiçom que nos e vos que nos paremos a o emparar e a o deffender contra todos aqueles que o demandar quiseren. E nos dicto Rey don Denis que non possamos fazer nenhuũ preito nem avença com o papa nem com outros nenhuũs sobresta razom nen outra composiçom nenhua ssen vos, sobredicto Rey don Fernando, nem vos outrossi que non possades fazer nenhũas destas cousas sen nos. E que seiamos ambos a hũu acordo pera o emparar e deffender na maneira que dicta he. E desto vos fazemos preito e menagem a boa ffe sem maao engano de o teer e de o guardar. E de mais desto outorgamos que se nos non tevermos e nos nom guardarmos todas estas cousas que sobredictas son ou qualquer delas, que nos peitemos por ende dez mil marcos de prata e que vos possades penhorar por eles nos nossos Reynos e fora deles hu quer que o possades fazer sen pea e sen ecoinha nenhũa. E desto que seiam feitas duas cartas ambas en huũ teor tal hũa come a outra que tenhades vos, muy nobre e muyto honrrado don Fernando Rey sobredicto de Castella, seelada com nosso seelo de chumbo colgado e a outra que tenhamos nos de vos seelada com vosso seelo de chumbo colgado, e se el Rey dAragom quiser seer em esto com nosco que vos que lhj mandedes dar outra tal carta com esta dandovos el outra sua em esta meesma maneyra. Dante en Freelas, quatorze dias de Abryl. El Rey o mandou. Stevam da Guarda a ffez. Era de mill trezentos quareenta e oyto annos» (46).

(46) ANTT, Gaveta 7, maço 4, docum. n. 9. Cf. FERNANDO FÉLIX LOPES, *Das actividades políticas e religiosas de Fr. Estêvão...*, em *Lusitania Sacra*, 6 (1962-1963) 44. A carta de el-rei D. Dinis em ANTT, Cabido da sé de Coimbra, 2.ª Incorporação, maço 43, docum. n. 1745.

Como se viu acima, conforme a bula da convocação do concílio de Viena de França, de 12 de Agosto de 1308, estavam obrigados a tomar parte no mesmo o arcebispo de Braga, os bispos do Porto, de Coimbra e de Tui, no que se refere a sufragâneos de Braga, e quanto a bispos portugueses sufragâneos de Compostela, o bispo de Lisboa. D. Dinis, rei de Portugal, também fora convidado a assistir pessoalmente. Tomaram parte no concílio, aberto solenemente a 16 de Outubro de 1311, o arcebispo de Braga D. Martinho, D. Frei Estêvão, bispo do Porto, D. Rodrigo, bispo de Lamego, D. João, bispo de Tui, e o bispo de Viseu, pelo menos (47). *Os dois primeiros tinham sido juízes nas sentenças de 1309 e 1310, que julgaram ser do direito de el-rei as vilas e castelos de Soure, Pombal, Idanha-a-Velha e Salvaterra, contra os interesses dos Templários que não compareceram a defender seus direitos, por andarem foragidos, com medo dos inquéritos ordenados pelo papa. Encarregados como eram destes inquéritos, devem ter referido sobre aquela disposição do rei, com muita probabilidade até por incumbência régia, de tomar a defesa dos bens dos Templários em Portugal, enquanto destinados a interesses e fins especificadamente nacionais. Como se deduz de carta de D. Jaime de Aragão, de 17 de Agosto de 1311, ao rei de Castela, sobre as instruções dadas por aquele ao seu embaixador enviado ao papa, os reis de Castela, Portugal e Aragão combinaram diligências e esforços para tomarem igual atitude em relação aos bens da Ordem do Templo nos próprios reinos, perante as decisões pontifícias* (48). *E foi assim que, perante a tese portuguesa e dos outros reinos da Península sobre a inconveniência de passarem à Ordem do Hospital os bens da extinta Ordem do Templo, como era sugerido pelos conciliares, Clemente V, pela bula* Ad providam Christi vicarii *de 2 de Maio de 1312, ao transferir os bens dos Templários para a Ordem do Hospital, com aprovação do concílio, exceptuou expressamente os bens existentes nos reinos de Castela, Aragão, Portugal e Maiorca, que reservava entretanto à disposição da Sé Apostólica: «... eidem ordini Hospitalis sancti Johannis Jerosolomitani et ipsi Hospitali donamus, concedimus, unimus, incorporamus, applicamus et annectimus imperpetuum de apostolice plenitudine potestatis,* exceptis bonis quondam dicti ordinis ipsius militie Templi consistentibus in regnis et terris carissimorum in Christo filiorum nostrorum Castelle, Aragonie, Portugalie et Maioricarum regum illustrium extra regnum Francie que a donatione, concessione, unione, applicatione, incorporatione et annexione predictis specialiter excipienda duximus et etiam excludenda, ea nichilominus dispositioni et ordinationi sedis apostolice reservantes...» (49). *Aliás como em muitas outras bulas posteriores, semelhantes expressões se encontram na bula dirigida, no dia 16 de Maio de 1312, aos administradores dos bens dos Templários, que deviam entregar esses bens à Ordem do Hospital: «... tandem vero sic per Dei gratiam actum fore dinoscitur quod vi Nonas presentis mensis Maii, eodem sacro approbante concilio, Hospitali seu ipsius Hospitalis ordini supradictis prefata bona concedenda et applicanda duximus et etiam unienda,* bonis eiusdem ordinis militie Templi in regnis et terris carissimorum in Christo filiorum nostrorum .. Castelle, .. Aragonum, .. Portugalie et Maioricarum regum illustrium, extra regnum Francie consistentibus dumtaxat exceptis, que a unione, concessione et applicatione huiusmodi ex certis causis excipienda

---

(47) AV, Reg. Vat. 55, fl. 237-239v. ANTT, Gaveta 7, maço 5, docum. n. 5. Publicada em *As Gavetas da Torre do Tombo*, II, Lisboa, 1962), pp. 439-445. Quanto aos participantes no concílio, cfr. EWALD MÜLLER, OFM, *Das konzil von Vienne* 1311-1312, Münster in Westfalen, 1934, pp. 75-78, 668 e FERNANDO FÉLIX LOPES, *Das actividades políticas e religiosas de Fr. Estêvão...*, em *Lusitania Sacra*, 6 (1962-1963) 47.

(48) Cf. JOSE ZUNZUNEGUI ARAMBURU, *La misión del Obispo de Senez al reino de Castilla* (1354-1355), em *Anthologica Annua*, 8, Roma, 1960, p. 17.

(49) AV, Reg. 57, fl. 50v. *Regestum Clementis V*, t. VI, Romae, 1887, n. 7885.

duximus et etiam excludenda, ipsa dispositioni nostre et sedis apostolice specialiter reservantes...» (50).

Conforme o protesto-apelação de 1317, Clemente V, a pedido de el-rei D. Dinis, não urgiu a transferência dos bens dos Templários à Ordem do Hospital, disposto a ouvir as razões que assistiam ao rei, em defender que tal união não se podia fazer, à base dos direitos do monarca, marcando prazo ao rei e aos seus procuradores, os cavaleiros Vicente Anes e João Lourenço, para apresentarem as ditas razões ao papa, em virtude das quais este não deveria dispor desses bens nem anexá-los à Ordem do Hospital. Os ditos procuradores apresentaram-se na Cúria, mas, entretanto, Clemente V morria, sem ter ouvido as razões que persistiam e deveriam ser ouvidas pelo sucessor João XXII, sem dispor de quaisquer bens dos Templários em Portugal, entre os quais se contava precisamente o castelo e lugar de Tomar, pertencente à Ordem. D. Frei Estêvão, originário da cidade de Évora, depois de ter regressado do concílio, talvez em Julho ou Setembro de 1312 (51), *teve incumbências régias junto do papa neste assunto dos bens da Ordem do Templo. Di-lo o próprio D. Dinis, quando afirma que o nosso bispo do Porto, estando na Cúria do papa, antes de ser transferido, a 8 de Outubro de 1313, da sé do Porto para a de Lisboa, a tratar do negó-*

---

(50) AV, Reg. Vat. 57, fl. 60v. Cf. fl. 51v-53. *Regestum Clementis V*, t. VI, n. 7952. Cf. n. 7886, 7887.

(51) Cf. FERNANDO FÉLIX LOPES, *Das actividades políticas e religiosas de Fr. Estêvão...*, em *Lusitania Sacra*, 6 (1962-1963) 47. Em Julho de 1312 era-lhe concedido indulto a ele, bispo do Porto e originário da cidade de Évora, de conferir o canonicato de Évora e respectiva prebenda, que vacasse, a quem lhe aprouvesse: «Venerabili fratri Stephano, episcopo Portugalensi. Personam tuam ... volentes tibi gratiam impertiri, per quam reddere valeas aliis gratiosum, tibi qui de civitate Elborensi oriundus existis, providendi hac vice auctoritate nostra de canonicatu ecclesie Elborensis ac prebenda, nulli alii de iure debita, necnon de dignitate seu personatu, si in eadem ecclesia vacant ad presens vel quam primum vacaverint ... plenam et liberam concedimus, auctoritate presentium, facultatem. Datum in prioratu de Grausello, etc., Idus Julii, anno septimo»: Reg. Vat. 59, fl. 100. No mês de Setembro deste ano de 1312, o papa concedia a seu sobrinho Fernando Ramires, a pedido dele bispo do Porto, uma dignidade eclesiástica, além da concessão anterior sobre duas igrejas paroquiais, a reter com a paróquia de Santa Maria de Triana de Alenquer e na mesma data concedia ao bispo a confirmação de certa concessão dos eclesiásticos portuenses, pela qual lhe eram devidos alguns proventos das igrejas e mosteiros vacantes da diocese: «Dilecto filio Fernando Ramiri, rectori parrochialis ecclesie sancte Marie de Triana Ulixbonensis diocesis. Laudabilia probitatis merita ... Oblata siquidem nobis pro parte tua petitio continebat quod nos dudum volentes tibi, qui in nostris servitiis fideliter laboraras, gratiam facere specialem, tecum ut preter parrochialem ecclesiam sancte Marie de Turriana Ulixbonensis diocesis, quam tunc temporis obtinebas, sicut et adhuc obtines, adhuc duas alias parrochiales ecclesias, quarum fructus, redditus et proventus annui centum librarum Turonensium parvorum valorem iuxta taxationem decime non excedunt, si tibi alias canonice conferrentur, libere retinere posses auctoritate apostolica duximus dispensandum, verum intendentes tibi, premissorum consideratione et obtentu venerabilis fratris nostri Stephani, episcopi Portugalensis, pro te nepote suo nobis super hoc humiliter supplicantis, gratiam facere ampliorem, tecum ut preter dictam ecclesiam sancte Marie unicam dignitatem, si tibi alias canonice conferatur, recipere et una cum predicta sancte Marie et aliis duabus ecclesiis supradictis, postquam alias vigore prefate dispensationis habueris, necnon canonicatu et prebenda, quos in Portugalensi ecclesia obtines, retinere libere et licite valeas ... auctoritate apostolica de speciali gratia dispensamus ... Datum ut supra [Datum in prioratu de Grausello prope Malausanam Vasionensis diocesis, xiiii Kalendas Octobris, anno septimo]. Venerabili fratri Stephano, episcopo Portugalensi. Personam tuam ... Oblata siquidem nobis tua petitio con[tinebat] quod omnes fere persone ecclesiastice tue civitatis et diocesis in episcopali synodo, per te dudum congregata, presentes tibi, tunc ab eadem absenti synodo, medietatem fructuum ecclesiarum et monasteriorum vacantium in tua diocesi pro solvendis debitis, quibus tu et tua ecclesia subiacetis, per quatuor annos concessisse noscuntur, prout in instrumento publico super huiusmodi concessione confecto plenius dicitur contineri tuque iamdictam medietatem per duos annos ex eisdem quatuor annis pacifice percepisti. Nos igitur tuis supplicationibus inclinati, concessionem huiusmodi ratam et gratam habentes, illam auctoritate apostolica confirmamus et presentis scripti patrocinio communimus... Datum ut supra»: AV, Reg. Vat. 59, fl. 98v.

cio dos bens dos Templários, em defesa da tese do monarca português, que disso o incumbira, teria diligenciado obter a sua transferência para a sé de Lisboa e a nomeação do sobrinho Fernando Ramires para o bispado do Porto, enquanto D. Dinis diligenciava ou preferia que D. Estêvão fosse transferido para a sé primacial de Braga: «... e o filhou el rey pera ssy, pera seu confessor, e fyou del come sabudo, e a pouco tempo fezeo bispo do Porto; desi vagando arcebispado de Bragaa e trabalhandosse el rey pelo seu aver e per quanto pode fazer pera aver el o arcebispado, estando el na corte do Papa hu el rey envyara, fyando del sobrelos mayores feitos que el ouve, assy come no feito dos beens do Tempre, e envyando el rey rogar e aficar o Papa que lhy desse o arçebispado pera o dicto bispo, *avendo o dicto bispo mayor cobiça daver dous bispados, o de Lixboa pera ssy e o do Porto pera seu sobrinho, filhou quanto aver el rey alo tinha pera os seus feitos, que passava per quareenta mil libras, deuas e despendeoas ala pera aver os dictos bispados, hu estavam os feitos del rey pera tirar ende el rey gram prol e gram onrra sua e dos seus regnos, como o el rey depois soube por çerto, leixou el o del rey por aver os dictos bispados»* (52). *Deixando de parte a tendenciosidade destas afirmações, relativas aos bispados e sobretudo ao desvio de dinheiros (creio se prove o contrário, como veremos), aliás já comprovada suficientemente por Félix Lopes, que aventa a hipótese de terem acompanhado o bispo do Porto aqueles procuradores, referidos no protesto, e julga que D. Frei Estêvão estava na corte pontifícia já em Fevereiro de 1313* (53), *vejamos alguns documentos, dos quais se poderá tirar algum esclarecimento.*

Pela bula Dum fili carissime *de 23 de Agosto de 1312, dirigida aos reis da Península, Clemente V solicitava-lhes apresentassem suas alegações, relativas à excepção que tinham obtido no concílio quanto à transferência dos bens da Ordem do Templo à do Hospital, para ele papa decidir desses bens, reservados à disposição da Santa Sé, e marcava-lhes como termo para a apresentação o primeiro dia útil do mês de Fevereiro de 1313* (54). *Com todo este processo talvez esteja relacionada a carta de inquirição de 11 de Dezembro de 1312, destinada a provar «que os lugares de Aguieira e Moreira pertenciam à quinta do Pinheiro, que era da Ordem do Templo»* (55). *D. Frei Estêvão, tornado automaticamente, pela nomeação a bispo do Porto, administrador dos bens dos Templários em Portugal, com o arcebispo de Braga, como se viu, talvez levasse a súplica de D. Dinis, de que fala o protesto-apelação, à qual o papa acedeu, marcando prazo, no qual o rei e os ditos procuradores deviam apresentar ao papa as razões que impediriam este de dispor desses bens. E já não foi pouco o que se alcançou, como bem adverte Félix Lopes. Que de facto D. Frei Estêvão estava na Cúria pontifícia, quando foi transferido para a sé de Lisboa, em Outubro de 1313, tira-se também de documentação pontifícia. Não o dizem as bulas da sua transferência, já editadas. Também o não dizem, como é natural, as bulas da transferência do bispo de Lisboa D. João Martins de Soalhães para a metrópole de Braga, o que possibilitou a transferência de D. Frei Estêvão da sé do Porto para a de Lisboa, embora D. Dinis tencionasse ou preferisse a transferência para Braga. Segundo a exposição da respectiva bula, morto o arcebispo D. Martinho de Oliveira, o deão e cabido tinham eleito arcebispo o cónego Afonso Anes por compromisso, o qual fora à Cúria papal defender seus direitos, mas finalmente resignara a qualquer direito que, neste particular, lhe coubesse, pelo que o papa transferiu D. João Martins*

(52) ANTT, Gaveta 13, maço 11, docum. n. 12. Publicado por FERNANDO FÉLIX LOPES, *Das actividades políticas e religiosas de Fr. Estêvão ...*, em *Lusitania Sacra*, 6 (1962-1963) 88.

(53) FERNANDO FÉLIX LOPES, *Das actividades políticas e religiosas de Fr. Estêvão ...*, em *Lusitania Sacra*, 6 (1962-1963) 48-49.

(54) AV, Reg. Vat. 57, fl. 245 *Regestum Clementis V*, VI, Romae, 1887, n. 8862.

(55) ANTT, Gaveta 7, maço 4, docum. n. 8.

da sé de Lisboa para o arcebispado de Braga (56). *A presença de D. Frei Estêvão na Cúria consta claramente de bula de 27 de Outubro de 1313, sobre o indulto de contrair empréstimo de seis mil florins, onerando os próprios bens e da igreja de Lisboa. Eis a bula que, segundo creio, contradiz as acusações de D. Dinis:*

«*Venerabili fratri Stephano, episcopo Ulixbonensi. Cum sicut* nuper in nostra proposuisti presentia constitutus, *tam pro tuis necessariis quam pro ecclesie tue Ulixbonensis negotiis expediendis utiliter te subire oporteat magna onera expensarum, nobis humiliter supplicasti ut contrahendi mutuum usque ad summam sex milium florenorum auri sub modis et formis infrascriptis, sine quibus creditores te putas invenire non posse, tibi licentiam largiremur. Nos itaque de tua tam in hiis quam in aliis circa tua et ipsius ecclesie negotia utiliter promovenda et expedienda circunspectione ac diligentia confidentes et nolentes quod propter ipsarum expensarum negot. defectum exigentiam patiaris vel quod eadem negotia inexpedita remanere contingat, tuis supplicationibus inclinati, tibi contrahendi mutuum propter hec usque ad predictam summam sex milium florenorum nomine* [*fl. 209v*] *tuo et ipsius ecclesie ac teipsum et successores tuos et predictam ecclesiam ac tua et eorumdem bona mobilia et immobilia presentia et futura usque ad summam huiusmodi propterea creditoribus obligandi, usuris omnino cessantibus, et renuntiandi, constitutionibus tam felicis recordationis Bonifacii pape viii, predecessoris, de una quam de duabus dietis in concilio generali et quibuslibet aliis a predecessoribus nostris super hoc editis et beneficio restitutionis in integrum et omnibus litteris et indulgentiis apostolicis impetratis ac etiam impetrandis et omni iuris canonici et civilis auxilio et conventioni iudicum et locorum, si eorumdem creditorum nomine super hiis apostolicas litteras contingeret impetrari, necnon et omnibus aliis exceptionibus, per quas contra creditores eosdem, etc., ut in forma, usque Datum apud Castrum Novum Avinionensis diocesis, vi Kalendas Novembris, anno octavo*» (57).

---

(56) LUCAS WADINGO, *Annales Minorum*, t. 6, Ad Claras Aquas (Quaracchi), 1931, pp. 536-537; BULLARIUM FRANCISCANUM, t. V, Romae, 1898, p. 97, n. 221. Esta a bula da transferência de D. João Martins Soalhães da sé de Lisboa para a de Braga: «Venerabili fratri Johanni, olim episcopo Ulixbonensi, in archiepiscopum Bracharensem electo. Celestis dispositione consilii ... Dudum siquidem ecclesia Bracharensi per obitum bone memorie Martini, archiepiscopi Bracharensis, pastoris solatio destituta, dilecti filii decanus et capitulum eiusdem ecclesie Alfonsum Johannis, canonicum eiusdem ecclesie, per viam compromissi in eorum archiepiscopum elegerunt dictusque Alfonsus huiusmodi electioni de se facte consentiens et pro ipsius prosecutione ad apostolicam sedem accedens, tandem omni iuri, si quod sibi ex electione huiusmodi competebat, sponte cessit in manibus dilecti filii nostri Arnaldi sancte Marie in Porticu diaconi cardinalis, de mandato nostro cessionem huiusmodi admittentis. Nos autem post cessionem eamdem sollicite attendentes dispendia damnosa et incommoda que proveniunt ex vacatione longinqua ecclesiis pastoribus viduatis, et volentes dictam ecclesiam, prout tenemur, iuxta officii nostri debitum ab huiusmodi dispendiis, dampnis et incommodis preservare, considerantes quoque litterarum scientiam, honestatem morum et vite aliaque multiplicia tue merita probitatis, quibus esse dinosceris multipliciter insignitus ... post vigilem quam ad preficiendum eidem Bracharensi ecclesie cum fratribus nostris apposuimus diligentiam, ad te tunc episcopum Ulixbonensem nostre considerationis intuitum duximus dirigendum. Quapropter volentes eidem Bracharensi ecclesie salubriter providere, de fratrum predictorum consilio et apostolice plenitudine potestatis, te a vinculo, quo tenebaris Ulixbonensi ecclesie, cui preeras, absolventes, ad predictam Bracharensem ecclesiam te transferimus et preficimus eidem Bracharensi ecclesie in archiepiscopum et pastorem ... Datum in prioratu de Grausello, etc., viii Idus Octobris, anno octavo. In eodem modo dilectis filiis decano et capitulo ecclesie Bracharensis ... In eodem modo ut supra proxime dilectis filiis clero civitatis et diocesis Bracharensis ... In eodem modo dilectis filiis populo civitatis et diocesis Bracharensis... In eodem modo dilectis filiis universis vassallis ecclesie Bracharensis... Datum ut supra. [fl. 211v] In eodem modo venerabilibus fratribus universis suffraganeis ecclesie Bracharensis... In eodem modo carissimo in Christo filio Dionisio, regi Portugalie illustri ... Datum ut supra»: Reg. Vat. 60, fl. 211-211v, n. 659.

(57) AV, Reg. Vat. 60, fl. 209-209v, n. 654.

Enquanto D. Frei Estêvão diligenciava, na Cúria do papa, levar a bom termo o desiderato de D. Dinis, em Portugal procurava-se documentação comprovativa da tese portuguesa sobre as doações régias aos Templários, com a condição de seus rendimentos serem aplicados exclusivamente em serviço de Portugal. Foi assim que, a 5 de Junho de 1313, o sobrejuiz Aparício Domingues encarregou o tabelião Lourenço Anes de passar pública-forma da carta de doação feita, em Setembro de 1169, aos Templários das terras conquistadas e povoadas para além do Tejo, com tal condição (58), *documento esse tido como apócrifo por Reuter* (59). *Depois do seu regresso, prosseguiu-se, talvez com maior intensidade, neste esforço de encontrar provas documentais para o intento. Prova-o a inquirição levada a termo em 1314 por ordem de el-rei, destinada a mostrar «como os reis tinham dado aos Templários certos castelos, vilas e lugares, contanto que apenas tivessem os frutos e rendas deles e os despendessem em serviço do rei e de Portugal»* (60) *ou a conhecer «os usos, costumes e jurisdições e cavaleiros dos Templários»* (61). *O próprio D. Frei Estêvão, por encargo de D. Dinis, fez uma inquirição em Tomar, a 15 de Novembro de 1314, com o fim de voltarem à Coroa as vilas, castelos e outros bens que os Templários possuíam da Coroa. As testemunhas então interrogadas deviam responder a série de 44 artigos sobre a sujeição, homenagem e vassalagem que os Templários prestavam aos reis de Portugal, desde D. Afonso Henriques até D. Dinis, antes de a Ordem do Templo ser extinta por Clemente V no concílio de Viena de França* (62).

Clemente V morria a 20 de Abril de 1314 (63). *Quando o embaixador ou embaixadores (também D. Frei Estêvão?) se apresentaram, no prazo prescrito pelo papa, com a relação dos motivos, por que este não poderia dispor dos bens dos Templários em Portugal, certamente corroborados esses motivos por documentação a propósito, Clemente V tinha morrido. Mas o procurador régio não deixou de fazer suas protestações legítimas, de forma a ser admitido, quando fosse eleito sucessor na cátedra de Pedro, na defesa da tese portuguesa, com o fim de impedir o papa de tomar qualquer decisão contrária. O certo é que o papa João XXII, eleito em Agosto de 1316, lembrou-se de dispor da igreja de Tomar, a favor do cardeal diácono do título de Santa Maria de*

---

(58) ANTT, *Livro dos Mestrados*, fl. 50v.

(59) ABIAH ELISABETH REUTER, *Chancelarias Medievais portuguesas*, vol. I: *Documentos da Chancelaria de Afonso Henriques*, Coimbra, 1938, p. 317-319.

(60) ANTT, Gaveta 7, maço 2, docum. n. 4. Cf. *As Gavetas da Torre do Tombo*, II, Lisboa, 1962, p. 422, n. 951.

(61) ANTT, Gaveta 7, maço 18, docum. n. 2. Cf. *As Gavetas da Torre do Tombo*, II, Lisboa, 1962, p. 527, n. 1229. Este documento é a continuação do citado na nota anterior, o qual está aí incompleto, tendo sido copiado no *Livro dos Mestrados*, fl. 143v-150a. Nas costas do docum. da Gaveta 7, maço 2, n. 4, bem como na margem superior, lê-se «Depositiones testium super facto bonorum quondam Templariorum producte per Johannem Pelagii de Soure et per Ariam Petri de Castel Branco». Nas costas do docum. da Gaveta 7, maço 18, n. 2: *Depositiones producte per Ariam Petri de Castel Branco*, e *Depositiones producte per Vincentium Alfonsi Almox. de Tomar*. O primeiro documento traz quase toda a deposição de Durando Canelas, acabada no docum. da Gav. 7, maço 2, n. 4, seguida da deposição de Domingos Pais e outros. Foram interrogados sobre 25 pontos. Ao quarto, *Duram Canelas cavaleyro*, respondeu: «Item disse no iiii.º que ouvira sempre dizer que o dicto rey [D. Afonso I] e os outros que depos el veerom proveerom aos Tempreyros de mujtos logares, vilas e castelos en esta maneyra que os Tempreyros recebessem as rrendas dos logares e os fruytos, e as rendas dos castelos que perteeciam aa casa dos rreis e que os despendessem en serviço dos rreis no rreyno de Portugal e en guarda do rreyno e para fazer guerra a mouros e disse mays que era certo que os Tempreyros serviam el rrey contra mouros e contra todoutro defendimento do seu rreyno e que en esto despendiam as rrendas dos castelos e das vilas e logares que aviam no reyno de Portugal e que esto vira el per muytas vezes...».

(62) JOSÉ ANASTÁSIO DE FIGUEIREDO, *Nova História da Militar Ordem de Malta em Portugal*, vol. I, Lisboa, 1800, pp. 14-15.

(63) Cf. CONRADUS EUBEL, *Hierarchia Catholica Medii Aevi*, I, Monasterii, ed. altera, 13,p. 13.

Aquiro. Recordando ter o papa Clemente V determinado no concílio de Viena de França que os bens da extinta Ordem do Templo, existentes nos reinos de Castela e Leão, Aragão, Portugal e Algarve, ficavam dependentes da disposição ou ordenação da Sé Apostólica, concedeu ao cardeal a dita igreja de Tomar por letras apostólicas de 15 de Julho de 1317, dirigidas ao cardeal, bem como a outros eclesiásticos, executores da determinação pontifícia:

> *«Dilecto filio Bertrando, sancte Marie in Aquiro, diacono cardinali. Salutem, etc. Etsi apostolice sedis benignitas consueta ... Dudum felicis recordationis Clemens papa v, predecessor noster, post reprobationem quondam ordinis Templi in generali concilio Viennensi omnes ecclesias ceteraque loca et bona que fuerant dicti ordinis, in Castelle et Legionis, Aragonum, Portugalie et Algarbii regnis consistentia, dispositioni et ordinationi sedis apostolice specialiter reservavit, decernentes ex tunc irritum et inane si secus super hiis a quoquam, quavis auctoritate, scienter vel ignoranter, contingeret attemptari. Cum itaque ecclesia de Tomar, cui cura imminet animarum, Ulixbonensis diocesis, in predicto regno Portugalie constituta, que quondam fuerat ordinis memorati, post reprobationem huiusmodi seu sublationem dicti ordinis penes dispositionem et ordinationem dicte sedis, sicut et alie ecclesie ceteraque bona dicti quondam ordinis in dicto regno Portugalie consistentia remansisse noscatur nullusque contra huiusmodi reservationem predecessoris eiusdem, preter Romanum pontificem, disponere poterit de eadem, nos attendentes m[ultip]licium tuarum dona virtutum, quibus dicte benignitatis gratia te insigne[m no]scitur reddidisse et propterea decens et debitum arbitrantes ut [te proseq]uamur gratia speciali, predictam ecclesiam de Tomar cum omnibus iuribus et pert[inentiis] su]is apostolica tibi auctoritate concedimus, per te quoad vixeris retinendam [fl. 608] et etiam possidendam, sicut fratres dicti ordinis, antequam prefatus ordo reprobatus seu sublatus fuisset, ipsam tenere consueverant seu etiam possidere ... Datum Avinione, Id[ib]us Julii, anno primo. In eundem modum dilectis filiis .. abbati monasterii Galliaci Albiensis diocesis et Ratterio de Miramonte Albiensis et Petro de Pratis Xanctonensis canonicis ecclesiarum...»* (64).

Parece-me que o procurador régio, muito embora presente na Cúria pontifícia, não aguardou a eleição de João XXII para fazer valer as pretensões portuguesas, ou, se o fez, nem ele nem D. Frei Estêvão conseguiram do papa total aceitação dos desideratos de D. Dinis, no início do pontificado de João XXII, embora esta concessão pontifícia, rigorosamente falando, não abrangesse os bens dos Templários em Tomar, mas só a igreja com os respectivos proventos. D. Frei Estêvão, lembrando a D. Dinis quanto fizera por comprazer ao rei, «acerca dos rendimentos e posseissões dos Templarios», enquanto foi administrador dos mesmos, recorda expressamente ter instado com o papa João XXII — «com meus rogos e letras com noso senhor o santo Padre Ioanne» — por que deixasse tais bens à disposição do rei, «poes era para serviço de Deos, e de sa madre Santa Maria, e defensa de vossos homes e terras» (65). *O protesto-súplica de 21 de Dezembro de 1317, feito em nome do infante herdeiro, contra a doação de Tomar, deve, portanto, inserir-se neste contexto, bem como a bula de 23 de Dezembro de 1317, pela qual João XXII mandava a seus núncios em Portugal exigissem a entrega dos rendimentos da igreja de Tomar, que certas pessoas, ultrapassando os limites da própria competência, ousaram receber, desde que a Ordem fora extinta no concílio de Viena. Os núncios deviam obrigar essas pessoas à restituição integral, em nome do papa e da igreja*

---

(64) AV, Reg. Aven. 6, fl. 607v-608v, Reg. Vat. 66, fl. 112v-113.

(65) FRANCISCO BRANDÃO, *Monarchia Lusitana*, vol. VI, Lisboa, 1672, cap, 50, p. 218-219.

de Roma, sob penas eclesiásticas, a infligir também contra quaisquer opositores, mesmo constituídos em dignidade episcopal:

> «*Dilectis filiis magistris Johanni de Solerio Erfordensis et Guillelmo de Sancto Jorio Colimbriensis ecclesiarum canonicis, apostolice sedis nuntiis. Salutem. Cum sicut ad nostri pervenit apostolatus auditum, quidam, suis finibus non contenti, fructus, redditus et proventus ecclesie de Tomar Ulixbonensis diocesis, ad ordinem olim Templariorum spectantis, ab eo tempore quo idem ordo fuit in concilio Viennensi apostolica auctoritate sublatus, indebite percepisse noscantur, discretioni vestre per apostolica scripta committimus et mandamus quatenus vos vel alter vestrum per vos vel alium seu alios super hiis de plano, summarie, sine strepitu et figura iudicii diligenter inquirentes, dictos fructus redditus et proventus ab illis quos eos repereritis percepisse, restitui et exhiberi nostro et ecclesie Romane nomine vobis integraliter faciatis, eos ad id, si necesse fuerit, necnon eius contradictores quoslibet vel impedientes, si qui fuerint, tam clerici quam laici, cuiuscumque conditionis, ordinis, status vel dignitatis existant, etiam si pontificali premineant dignitate, per censuram ecclesiasticam, super quibus plenam vobis, tenore presentium, potestatem concedimus, appellatione postposita, compescendo. Non obstantibus si aliquibus communiter vel divisim a sede apostolica sit indultum quod interdici, suspendi vel excommunicari non possint per litteras apostolicas, non facientes plenam et expressam de indulto huiusmodi mentionem. Datum Avinione, x Kalendas Januarii, anno secundo*» (66).

Ainda neste ano de 1317, foi tirada inquirição, «per que se mostra quem primeiro endeficou e pobrou o castelo e villa de Tomar e como e por que lhe foy posto este nome de Tomar» (67). *O documento relaciona-se, sem dúvida, com o problema do sequestro e direitos aos bens da Ordem extinta. Mas o facto da concessão da igreja de Tomar a um cardeal e o urgir a entrega dos rendimentos da mesma sob penas, com expressa alusão e fundamento nas decisões de Clemente V no concílio de Viena, estão a significar que João XXII procurava afastar as pretensões de D. Dinis de impedir que os bens e rendimentos dos Templários fossem parar às mãos de estrangeiros e de os destinar ao serviço e interesse do reino. O procurador do infante D. Afonso, no documento súplica-apelação à Santa Sé contra a concessão de Tomar ao cardeal D. Bertrando, além das numerosas alegações, no sentido de provar que a vila de Tomar e os outros bens dos Templários pertenciam à Coroa portuguesa, sendo administrados pelos freires, sob a dependência régia, e seus rendimentos não podiam sair de Portugal, sem consentimento do rei, faz ver que, estando em vigor a determinação de Clemente V sobre os bens dos Templários na Península, a concessão feita ao cardeal era sem valor, tanto mais que na respectiva bula não se falava nisso e os procuradores do rei de Portugal, presentes na Cúria, para expor as razões em favor daquela tese, não foram ouvidos: «... per que evidenter apparet quod predictus dominus rex per predictum dominum Clementem ad defensionem iuris sui in dictis bonis, inter que est et tunc erat dictum castrum seu locus de Thomar, extitit admissus ipsaque bona, inter que est et tunc erat dictus locus de Thomar, fuerant et erant, tempore provisionis predicte, facte, ut dicitur, dicto domino Bertrando cardinali, in controversiam, litem et questionem deducta et eadem controversia, lis et questio dicto tempore pendebant et adhuc pendent, qua pendente, emanare non potuit nec debuit de iure dicta provisio, facta ut dicitur domino cardinali prefato nec aliquid debuit innovari circa locum et bona predicta, de quibus omnibus in dicta provisione, que prefato domino*

---

(66) AV, Reg. Aven. 10, fl. 423v, n. 24.

(67) ANTT, Gaveta 15, maço 3, docum. n. 15. *Livro dos Mestrados*, fl. 93va-93vb. Cf. *As Gavetas da Torre do Tombo*, IV, Lisboa, 1964, p. 155, n. 3085.

cardinali ut premittitur de dicto loco facta dicitur, non est habita mentio sufficienter sicque apparet eam esse et fuisse surreptitiam et invalidam et iniustam et in iuris dicti domini regis et infantis prefati domini nostri et regnorum predictorum gravamen et preiudicium non modicum emanasse et eam talem dico, maxime dicto domino rege vel procuratoribus suis in Romana Curia existentibus, super dictorum bonorum negotio specialiter deputatis, irrequisitis nec vocatis circa dictam provisionem, *si provisio dici potest, nec confessis nec legitime convictis nec de iure dicti domini regis prius cognito nec discusso et alias iuris ordine non servato, et contra ipsam provisionem seu gratiam allego et obicio supradicta*».

O rei de Aragão, talvez porque se deu à tarefa de negociar com a Ordem do Hospital, à qual ficaram alguns bens dos Templários, de acordo, naturalmente, com o papa, resolveu logo no primeiro ano do pontificado de João XXII o problema. D. Dinis teve que esperar até 1319, data em que obteve a fundação da Ordem de Cristo e a transferência de todos os bens dos Templários para ela, inclusive das vilas e castelos (talvez a única condição relativamente desagradável ao rei, exigida pelo papa), mas com melhores resultados, ao que parece, pois não teve de entrar em negociações com a Ordem do Hospital. Segundo as bulas de João XXII sobre a fundação da Ordem de Montesa e disposições dadas com o consentimento do procurador do rei de Aragão e do mestre e freires da Ordem do Hospital, Clemente V, depois de ter deixado em suspenso a disposição dos bens da Ordem do Templo, existentes em Castela, Aragão, Portugal e Maiorca, enquanto aplicava à Ordem do Hospital os de outros países, marcou aos sobreditos reis prazo, no qual deviam mandar procuradores, com relação dos motivos, em virtude dos quais o papa fizera tal excepção, a pedido dos mesmos, e em obediência precisamente ao mandato de Clemente V o rei de Aragão enviara embaixadores ao papa durante os pontificados de Clemente V e de João XXII várias vezes, a defender e a alegar várias causas, pelas quais os bens da extinta Ordem do Templo não podiam ser unidos ou anexados à Ordem do Hospital, sem evidente prejuízo para o monarca e reino de Aragão. Era procurador do rei Vidal de Vila Nova, cuja procuração, incluída em algumas bulas, traz a data de 15 de Fevereiro de 1317 (note-se a coincidência com o protesto-súplica de 21 de Dezembro de 1317 sobre a concessão de Tomar ao cardeal, enquanto alega a chegada à Cúria do procurador português, durante o prazo fixado por Clemente V, mas vagante já a sé apostólica por morte deste), com autoridade para tratar do assunto e chegar a uma conclusão, a decidir pelo papa, com o consentimento dele, em nome do rei, e do mestre da Ordem do Hospital, priores e outros freires. As bulas datam de 10 de Junho de 1317 e de 11 de Junho de 1317. Entre estas últimas, conta-se a dirigida ao abade do mosteiro das Santas Cruzes da diocese de Tarragona, encarregando-o de nomear mestre da dita Ordem de Montesa um professo da Ordem de Calatrava (68), *e a dirigida ao bispo de Tortosa, abade de Vale Digne da diocese de Valência e ao preceptor de Gerona, incumbidos de exigir a entrega dos bens dos Templários, incorporados na nova Ordem de Montesa, exceptuados alguns bens que foram reservados à Ordem do Hospital* (69). *Naturalmente, interessam-nos mais as bulas* Ad fructus uberes *e* Pia matris ecclesie *de 10 de Junho de 1317, de modo particular as passagens mais de perto relacionadas com os problemas dos bens dos Templários em Portugal, que passo, em parte, a transcrever:*

> «*Johannes, episcopus, servus servorum Dei. Ad perpetuam rei memoriam. Ad fructus uberes, quos sacer ordo Hospitalis sancti Johannis Jerosolomitani et professores illius, fidei orthodoxe cultores ... Dudum siquidem felicis recordationis Clemens, papa v, predecessor noster, quondam ordinem militie Templi Jerosolomitani propter nephandos*

(68) AV, Reg. Aven. 2, fl. 249, n. 3756.
(69) AV, Reg. Aven. 2, fl. 249v., n. 3757.

errores ac scelera varia et diversa, quibus erant dicti ordinis persone resperse ipsiusque statum, habitum ac nomen in concilio Viennensi, eodem approbante concilio, irrefragabili et perpetuo valitura substulit sanctione, illum prohibitioni perpetue supponendo ac inhibendo districtius ne quis ex tunc dictum ordinem vel habitum eius suscipere seu defferre vel pro Templario se gerere quomodolibet attemptaret, bonis omnibus dicti ordinis apostolice sedis ordinationi, cum inhibitione ac decreto, auctoritate apostolica reservatis. Demum vero idem predecessor, attente considerans quod fratres dicti ordinis Hospitalis sancti Johannis Jerosolomitani pro recuperatione maxime ipsius Terre Sancte ducebant, sicut et ducunt, pericula quelibet in contemptum, post deliberationem super hoc cum fratribus suis sancte Romane Ecclesie cardinalibus necnon patriarchis, archiepiscopis, episcopis ac prelatis aliis et nonnullis principibus et illustribus viris ac prelatorum absentium capitulorumque atque conventuum, ecclesiarum et monasteriorum procuratoribus tunc in dicto concilio constitutis, prehabitam diligentem, omnia bona predicta quondam ordinis Templariorum, que idem ordo eo tempore quo magister et nonnulli ex fratribus dicti ordinis in regno Francie communiter capti fuerunt videlicet anno Domini M.° CCC.° viii, mense octobre, per se vel quoscumque alios habebat, tenebat et possidebat ubilibet vel ad ipsum ordinem et predictos magistrum et fratres ipsius ordinis pertinere poterant et debebant, pretacto ordini Hospitalis et ipsi Hospitali donavit, concessit, univit, incorporavit, applicavit et annexuit imperpetuum de apostolice plenitudine potestatis, bonis illis que idem ordo Templariorum in regnis et terris carissimorum in Christo filiorum nostrorum .. Castelle, .. Aragonum, .. Portugalie et .. Maioricarum regum illustrium extra regnum Francie habebat seu possidebat et ad eum poterant debite quomodolibet pertinere, dumtaxat exceptis, que dictus predecessor nonnullis ex causis, que tunc pro parte regum ipsorum pretense fuerunt, a donatione, concessione, unione, incorporatione, applicatione et annexione predictis excepit specialiter et exclusit, ea nichilominus apostolice dispositioni et ordinationi reservans. Postmodum autem, ne propter pretensionem causarum huiusmodi ordinatio predictorum bonorum in predictis regnis et terris existentium tenerentur diutius in suspenso, predecessor ipse certum peremptorium terminum dictis regibus per apostolicas litteras assignavit, in quo per procuratores seu nuntios ydoneos plenum et speciale mandatum habentes ab eis, cum omnibus rationibus et munimentis ad causas pertinentibus memoratas, apostolico se conspectui presentarent, informaturi eum de causarum veritate et essentia predictarum sueque super illis ordinationis beneplacitum audituri, cumque dictus rex Aragonum propter hoc ad predecessoris eiusdem et subsequenter ad nostram, postquam fuimus, Domino permittente, ad apicem apostolice dignitatis assumpti, presentiam nuntios suos diversis vicibus destinasset, qui causas et rationes varias allegarunt, propter quas bona ipsa in regno suo sistentia uniri et incorporari non posse memorato ordini Hospitalis, absque ipsorum regis et regni evidenti preiudicio et dispendioso periculo asserebant. Tandem post longam et diutinam altercationem super hoc habitam cum dilecto filio nobili viro Vitale de Villa Nova, nuntio et procuratore dicti regis Aragonum, ad hoc sufficiens plenum et speciale mandatum habente, cuius equidem mandati copiam presentibus inseri iussimus ad cautelam, ipsiusque regis nomine consentiente, presentibus quoque atque consentientibus, in quantum tangi poterant, dilectis filiis fratribus Leonardo de Tibertis, priore Venetiarum, generali visitatore et generali procuratore ac multis ex prioribus et fratribus dicti ordinis Hospitalis, eiusdem ordinis nomine, de fratrum nostrorum consilio et apostolice plenitudine potestatis in modum qui sequitur duximus ordinandum ... Tenor autem procuratorii dicti Vitalis talis est: Nos Jacobus, Dei gratia rex Aragonum ... constituimus et ordinamus vos dominum Vitalem, presentem et hanc procurationem sponte suscipientem, certum et specialem procuratorem nos-

trum ad tractandum et concordandum et conveniendum pro parte nostra cum Sanctissimo in Christo patre et domino Johanne, divina providentia sancte ac universalis Romane Ecclesie summo pontifice, super ordinatione per ipsum dominum summum pontificem facienda de bonis que ordo quondam Templi habebat infra limites regnorum et terrarum nostre ditioni subiectarum et ad consentiendum nostro nomine ordinationi de dictis bonis per dictum dominum summum pontificem faciende ... Quod est actum Barchinone, quintodecimo Kalendas Martii, anno Domini millesimo ccc.° sextodecimo. Signum Jacobi Dei gratia regis Aragonum ... Datum Avinione, iiii Idus Junii, pontificatus nostri anno primo» (70).

A solução do problema dos bens da Ordem do Templo em Portugal foi-se, portanto, arrastando. Com toda a certeza D. Dinis e a Coroa portuguesa não deixaram de tratar do assunto com o novo papa João XXII, logo no início do pontificado deste. E o protesto-súplica sobre a concessão de Tomar ao cardeal Bertrando de 21 de Dezembro de 1317 é disso prova. Mas só em 1318 é que se entrou em negociações directas, com a nomeação por D. Dinis, a 14 de Agosto de 1318, dos seus procuradores, enviados ao papa, o cavaleiro João Lourenço e o cónego de Coimbra Pedro Peres, «pera gaanhar, por nos e polos dictos nossos rreynos, graças do muy sancto padre senhor donOane, pela provison de Deus papa da sancta egreia de Roma, e pera trautar, ordinar e conpoer con o dicto senhor papa e con outros quaesquer que crean que lhis perteece daver hi dereyto sobre todolos beens e cada hũu deles que os freyres do Temple en outro tempo tiinham nos nossos rreynos e sobre todolos outros beens que outra orden de cavalaria qualquer ten ou que costumou teer en esses rreynos e pera poer e ordinhar maestre ou maestres en todolos dictos beens, assi como aos dictos nossos procuradores e a cada hũu deles parecer que mester he» (71). *Com certeza as públicas-formas tiradas, a 30 de Setembro de 1318, de doze cartas «de privilégios, graças e mercês que os reis de Portugal tinham feito à Ordem do Templo»* (72), *destinavam-se a provar a tese portuguesa das doações régias aos Templários, sob condição de serviço ao reino de Portugal.*

As negociações foram morosas, sem dúvida. Se tivermos em conta que, a julgar pelo tempo, em que foi passada a procuração do rei de Aragão, em 15 de Fevereiro de 1317, a data da eleição de João XXII, em Agosto de 1316, e das bulas de 10 e 11 de Junho de 1317 sobre a instituição da Ordem de Montesa e composição quanto aos bens da Ordem do Templo no reino de Aragão, levou cerca de quatro meses a obter tal composição, considerando também que a bula Ad ea ex quibus *de 14 de Março de 1319 sobre a instituição da Ordem de Cristo, à qual deviam passar os bens da extinta Ordem do Templo, existentes em Portugal, foi emanada sete meses depois da nomeação dos procuradores portugueses, em Agosto de 1318, devemos confessar que as negociações do procurador de Aragão com o papa foram menos morosas. A referida bula da instituição da Ordem de Cristo, de 14 de Março de 1319, na parte expositiva, é, por assim dizer, cópia das* Ad fructus uberes e Pia matris ecclesie, *de 10 de Junho de 1317, sobre a instituição da Ordem de Montesa, embora adaptada ao caso português. Difere, naturalmente, quanto ao conteúdo da concórdia. Só um pequenino trecho para amostra:*

---

(70) AV, Reg. Aven. 2, fl. 242-245. A *Pia matris ecclesie*, redigida mais ou menos nestes termos, vem no mesmo Reg. Aven. 2, fl. 245v-248v.

(71) ANTT, Gaveta 7, maço 5, docum. n. 2, inserta no original da bula *Ad ea ex quibus* de 1319 sobre a fundação da Ordem de Cristo e Gaveta 7, maço 8, docum. n. 5, inserta, em tradução portuguesa, na pública-forma de 11 de Maio de 1320 sobre a mesma fundação. Publicada em *Monumenta Henricina*, I, Coimbra, 1960, n. 62, p. 117-118.

(72) ANTT, Gaveta 7, maço 16, docum. n. 2. Cf. *Livro dos Mestrados*, fl. 23a-28, 51v-76vb. Cf. *As Gavetas da Torre do Tombo*, II, Lisboa, 1962, p. 405, n. 1220.

«...*Dudum felicis recordationis Clemens papa v, predecessor noster, quondam ordinem militie Templi... substulit... dictusque predecessor attendens quod dilecti filii .. magister et fratres Hospitalis sancti Johannis Jerosolimitani, fidei orthodoxe cultores... ducebant, sicut et ducunt, pericula quelibet in contemptum, post deliberationem super hoc cum fratribus suis ... prehabitam diligentem, omnia bona dicti quondam ordinis Templi... ordini dicti Hospitalis ipsique Hospitali donavit, concessit, univit, incorporavit, applicavit et annexuit imperpetuum, de apostolice plenitudine potestatis, bonis illis que idem ordo Templariorum in regnis et terris carissimorum in Christo filiorum nostrorum .. Castelle, .. Aragonum, .. Portugalie et .. Maioricarum regum illustrium, extra regnum Francie, habebat seu possidebat et ad eum poterant debite quomodolibet pertinere, dumtaxat exceptis, que dictus predecessor certis ex causis pro parte regum ipsorum pretensis, a donatione... excepit specialiter et exclusit ... sed ne propter pretensionem causarum huiusmodi, dictorum bonorum in dictis regnis et terris consistentium ordinatio diutius differetur, idem predecessor certum terminum dictis regibus per suas litteras peremptorium assignavit, in quo per procuratores seu nuntios ydoneos, plenum ad hoc et speciale mandatum habentes, cum omnibus rationibus et munimentis, ad causas pertinentibus memoratas, apostolico se conspectui presentarent, informaturi eum de veritate causarum et essentia predictarum eiusque super illis ordinationis beneplacitum audituri. Post hec autem carissimus in Christo filius noster Dyonisius, Portugalie et Algarbii rex illustris, propter hoc, ad predecessoris eiusdem et subsequenter ad nostram, postquam fuimus, Domino permittente, ad apicem apostolice dignitatis assumpti, presentiam, nuntios suos diversis vicibus destinavit, proponi faciens diversas rationes et causas, propter quas bona ipsa in regnis suis sistentia uniri et incorporari non posse memorato ordini Hospitalis, absque suo et regnorum suorum evidenti preiudicio et dispendioso periculo, asserebat. Cuius in hac parte causis et rationibus coram nobis et fratribus nostris expositis, diligenter auditis, post longam tamen et diutinam examinationem, quam cum dilectis filiis Petro Petri, canonico Colimbriensi, et nobili viro Johanne Laurentii de Monteseratio, milite, nuntiis et procuratoribus dicti regis, ad hoc legitimum mandatum habentibus, et etiam speciale, cuius mandati copiam presentibus inseri iussimus, ad cautelam, habuimus diligentem ... Tenor autem procuratorii seu mandati dictorum Petri et Johannis per omnia talis est: Noverint universi ... quod nos Dionysius, Dei gratia rex Portugalie et Algarbii, constituimus, facimus ac etiam ordinamus procuratores nostros ... nobilem virum Johannem Laurentii, militem, et discretum virum Petrum Petri, Colimbriensem canonicum, familiares nostros, latorem seu latores presentium ... super quibuscumque gratiis pro nobis et dictis regnis nostris a sanctissimo patre ac domino Johanne ... impetrandis necnon ad tractandum, ordinandum et compositionem faciendum seu componendum cum dicto domino summo pontifice et cum aliis quibuscumque qui sua crediderint interesse super omnibus et singulis bonis que a fratribus ordinis quondam Templariorum in regnis nostris tenebantur et super omnibus aliis bonis ...*» (73).

Apesar de tudo, há nesta bula diferenças essenciais, em que os procuradores portugueses, perante as recomendações do rei, devem ter insistido não pouco, sobretudo no que se refere à independência absoluta das outras Ordens militares dos reinos vizinhos. As dificuldades régias, bem visíveis nos litígios sobre a eleição do mestre provincial da Ordem de S. Tiago da Espada em

(73) ANTT, Gaveta 7, maço 5, docum. n. 2, original em pergaminho. Publicada em *Monumenta Henricina*, I, Coimbra, 1960, n. 61, pp. 99-110, com indicação doutras fontes.

Portugal, em que intervieram junto do papa tanto D. Dinis como o rei de Castela, devem ter pesado bem para as determinações especiais. Por isso foi ordenado que os freires da nova Ordem, seguindo muito embora a regra de Calatrava, ficariam sujeitos à correição e visita dos abades do mosteiro de Alcobaça e o primeiro mestre foi nomeado pelo papa que transferiu D. Gil Martins, mestre da Ordem de Avis, para esta nova Ordem, dentre cujos membros deveriam os freires eleger os sucessores. A Ordem do Hospital não teve voz no assunto e todos os bens dos Templários, existentes em Portugal, deviam passar à nova Ordem de Cristo (74). *Neste sentido, o papa deu outra bula, a 15 de Março de 1319, isentando o mestre de se apresentar, de três em três anos, à Santa Sé* (75). *Ao comunicar ao rei, por outras letras de 16 de Março de 1319, ter recebido as credenciais enviadas pelos procuradores Pedro Peres e João Lourenço e tratado com eles sobre o negócio dos bens dos Templários, diz também João XXII ter condescendido com os desejos do monarca, quanto pôde, conforme ele poderia ver pela nota que enviava pelo cavaleiro João Lourenço, para o monarca ratificar, enquanto o cónego de Coimbra Pedro Peres ficava na Cúria pontifícia até ser transmitida ao papa a ratificação* (76).

D. Dinis ratificou não só quanto era contido na nota, como também as coisas referidas oralmente pelo cavaleiro, a 5 de Abril de 1319, fazendo expressa menção das doações e concessões feitas pelos procuradores, em nome do rei, à nova Ordem (77). *E como o papa dera a esta Ordem todos os bens dos Templários em Portugal — diz o rei, em carta de 24 de Junho de 1319 —, assim também ele cede as vila de Soure, Idanha-a-Velha e seus termos, ou conforme a carta de quitação, dada a D. Dinis pelo mestre e convento da Ordem de Cristo, a 20 de Novembro de 1319, de todos os bens que este recebera dos Templários, doados à Ordem pelo papa, «as vilas e logares de Souri, de Poonbal, da Redinha e da Ega con todos seus dereytos, termhos e perteenças, os quaes som na Stremadura, e outrossi na Beyra, Eydanha a Velha e Eydanha a Nova e Segura e Salvaterra e Proença e o Rosmarial con todolos dereytos e perteenças que as dictas vilas e logares perteeciam, as quaes vilas e logares el avia vençudos per sentença da ordem que foy do Temple e que tragia a ssa mãao e a ssa posse»* (78). *E isto depois de em Santarém, a 18 de Novembro de 1319, ter sido criada solenemente a Ordem de Cristo, na presença de vários bispos, clérigos e nobres* (79).

A satisfação de D. Dinis devia ser grande, a ponto de, por carta de 9 de Maio de 1320, mandar entregar à nova Ordem os frutos ou rendimentos que ele recebera dos bens dos Templários, enquanto estiveram em seu poder (80), *apesar de o mestre da Ordem D. Gil Martins, pela citada carta de quitação de 20 de Novembro, ter feito doação ao monarca dos rendimentos desses bens, atendendo, entre outras cousas, às «muy grandes despesas que o muyt alto e muy nobre senhor don Denis ... fez pera cobrar, per mandado da egreia de Roma, todolos beens, assi movijs come de*

---

(74) ANTT, Gaveta 7, maço 5, docum. n. 2 Gaveta 7, maço 8, docum. n. 5. Publicadas em *Monumenta Henricina*, I, Coimbra, 1960, n. 61, 62, pp. 97-122, com indicação doutras fontes.

(75) ANTT, Gaveta 7, maço 11, docum. n. 5 e outras fontes indicadas em *Monumenta Henricina*, I, Coimbra, 1960, n. 63, p. 119-120. onde vem publicado o documento.

(76) ANTT, Gaveta 7, maço 8, docum. n. 6. Publicada em *Monumenta Henricina*, I, Coimbra, 1960, n. 65, p. 122-123.

(77) ANTT, Gaveta 7, maço 8, docum. n. 6, original em pergaminho, publicado em *Monumenta Henricina*, I, Coimbra, 1960, n. 66, pp. 124-126.

(78) ANTT, Gaveta 7, maço 2, docum. n. 6, original, publicado em *Monumenta Henricina*, I, Coimbra, 1960, n. 68, p. 129-131. Cf. FERNANDO FÉLIX LOPES, *Das actividades políticas e religiosas de Fr. Estêvão...*, em *Lusitania Sacra*, 6 (1962-1963) 54-55.

(79) BNL (Biblioteca Nacional de Lisboa), cód. 218, fl. 138v. Publicado em *Monumenta Henricina*, I, Coimbra, 1960, n. 67, p. 126-128.

(80) Cf. FERNANDO FÉLIX LOPES, *Das actividades políticas e religiosas de Fr. Estêvão...*, em *Lusitania Sacra*, 6 (1962-1963) 55.

rraiz que a orden que foy do Temple, quando defaleceu e foy desfeyta pelo papa Clemente quinto, avia e tragia a ssa mãao e a ssa posse, nos dictos rreynos de Portugal e do Algarve ... e despesas que esse senhor rrey fez na manteença que deu, per mandado do dicto papa, ao que foy meestre da dicta orden e aos freyres que senpre manteve ata agora ... e outrossi en envyar, per muytas vezes, aa corte de Roma seus procuradores e seus mandadeyros, sobre fecto destes beens e, assinaadamente, pera gaanharem do papa que fezesse esta nossa orden en todolos dictos beens, assi como a depoys fez, a sseu rrogo e aa ssa petiçon...» (81). *Eram de facto sobejas as razões para estar contente (e valeu a pena esperar), pois, como se disse, os resultados das diligências foram excelentes quanto ao destino dos bens dos Templários, em comparação com o êxito do procurador aragonês, e quanto à criação de uma Ordem completamente isenta de qualquer subordinação a autoridades estrangeiras, ao passo que, no reino vizinho, as coisas passaram-se muito diversamente e bastante contra o desiderato do rei castelhano. Para não me alongar demasiado, baste notar que, em letras de 12 de Agosto de 1318, dirigidas ao arcebispo de Compostela e bispo de Córdova, o papa João XXII informa ter já comunicado ao Infante D. Pedro, filho de D. Sancho de Castela, depois de lhe conceder certas décimas e indulgências para o negócio de Granada, e ao Infante D. João, filho do falecido D. Afonso, rei de Castela, depois de encarregar o arcebispo de executar certas dispensas quanto a matrimónios contraídos ilicitamente, tanto por ele como por seu filho, comunicação esta feita por meio dos respectivos núncios, de que eles deviam entregar os bens da extinta Ordem do Templo, que ocupavam, sob pena de lhes não serem concedidas tais graças. Diz ainda o papa ter escrito à rainha de Castela Dona Maria neste sentido, para ela entregar os bens dos Templários, que porventura tivesse em suas mãos, e de exortar os ditos seus filhos a fazerem o mesmo. O arcebispo devia ir ter com os infantes e convencê-los a restituir não só os bens que tinham em posse, como obrigar quaisquer outros detentores de bens da Ordem do Templo a entregá-los ao arcebispo que os devia conservar em nome da Santa Sé* (82). *Lembro ainda que pela bula* Inter curas innumeras *de 14 de Março de 1319, depois de*

---

(81) ANTT, Gaveta 7, maço 2, docum. n. 6, original, publicado em *Monumenta Henricina*, I, Coimbra, 1960, n. 68, p. 129.

(82) «Venerabilibus fratribus .. archiepiscopo Compostellano et .. episcopo Cordubensi. Salutem, etc. Dudum felicis recordationis Clemens papa v, predecessor noster, ordine quondam militie Templi Jerosolimitani ipsiusque ordinis statu, habitu atque nomine ex certis rationabilibus causis, sacro Viennensi approbante concilio, perpetue prohibitionis suppositis, a donatione, concessione, unione, applicatione et incorporatione et annexione domorum, ecclesiarum, capellarum, oratoriorum, civitatum, castrorum, villarum, terrarum, grangiarum et locorum, possessionum, iurisdictionum, reddituum atque iurium et omnium aliorum bonorum mobilium et immobilium dicti condam ordinis Templi ultra et citramare ac in universis et quibuslibet mundi partibus consistentium, per eum factis ordini Hospitalis sancti Johannis Jerosolimitani et ipsi Hospitali, inter cetera specialiter et signanter excepit bona dicti condam ordinis Templi, constituta in regnis et terris carissimi in Christo filii nostri .. regis Castelle illustris, ea nichilominus dispositioni et ordinationi sedis apostolice reservando et inhibitione alias per processus suos facta ne quis, videlicet cuiuscumque conditionis vel status existeret, se aliquatenus intromitteret de bonis huiusmodi vel circa ea, in ordinationis seu dispositionis sedis eiusdem faciende de illis preiudicium attemptaret, necnon decreti sui interpositionem quoad bona in dictis regnis et terris consistentia, omnino manere volens in pleno robore firmitatis quousque de bonis predictis in eisdem regnis et terris consistentibus per dispositionem sedis eiusdem fuisset aliter ordinatum. Nos vero nolentes, sicut nec velle debemus, ordinationem bonorum suorum in regnis et terris consistentium antedictis ulterius prorogari, sed de ipsis ad Dei laudem et gloriam ac oportunum Terre Sancte subsidium, cohoperante Domino, disponere intendentes, pridem in concessione gratie dilecto filio nobili viro Petro, clare memorie Santii, regis Castelle, filio, de terris et decimis ac indulgentiis per nos facte pro regni Granate negotio et nuper in ipsius communicatione gratie, quam fieri mandavimus dilecto filio nobili viro Johanni, clare memorie Alfonsi, regis Castelle, filio, ac in dispensationibus, quas super matrimoniis per ipsum Johannem et eius filium scienter contractis illicite, tibi frater archiepiscope, commisimus faciendas, nuntiis ipsorum Johannis et Petri patenter expressimus quod bona dicti ordinis quondam Templi, que iidem Petrus et Johannes occupata tenebant in regnis et terris eisdem, volebamus vobis aut deputatis a vobis libera et expe-

referir toda a história sobre a excepção feita pelo papa Clemente V quanto aos bens dos Templários, existentes nos reinos de Aragão, Portugal, Castela e Maiorca, que entretanto não passariam à Ordem do Hospital, determinando que os monarcas mandassem seus procuradores, dentro de certo prazo, à Cúria, a expor as razões, por que tais bens não poderiam passar à Ordem do Hospital, e depois de anotar que o falecido rei de Castela D. Fernando não se preocupara com enviar procuradores neste sentido, João XXII ordenou a transferência dos bens da extinta Ordem do Templo, existentes nos reinos de Castela e Leão, para a Ordem do Hospital, que se ocupava da libertação da Terra Santa. Eis a bula:

> «*Johannes, episcopus, servus servorum Dei. Ad perpetuam rei memoriam. Inter curas innumeras... Dudum siquidem felicis recordationis Clemens, papa v, predecessor noster, quondam ordinem militie Templi Jerosolimitani ex certis rationabilibus causis eiusque statum, habitum atque nomen in concilio Viennensi, eodem approbante concilio, irrefragabili et perpetuo valitura sanctione illum perpetue prohibitioni supponens ac districtius inhibens ne quis dictum ordinem intrare vel habitum eius suscipere seu deferre vel pro Templario se gerere quomodolibet attemptaret, bonis omnibus dicti ordinis apostolice sedis ordinationi specialiter reservatis, dictusque predecessor attendens quod dilecti filii .. magister et fratres Hospitalis sancti Johannis Jerosolimitani, fidei orthodoxe cultores, ministri et christiane religionis in transmarinis precipue partibus strenui defensores, pro defensione illarum partium et recuperatione Terre Sancte ducebant, sicut et ducunt, pericula quelibet in contemptum, post deliberationem super hoc cum fratribus suis sancte Romane Ecclesie cardinalibus necnon patriarchis, archiepiscopis, episcopis ac prelatis aliis et nonnullis principibus et illustribus viris necnon prelatorum absentium capitulorumque atque conventuum, ecclesiarum et monasteriorum procuratoribus, tunc in dicto concilio constitutis,*

---

dita dimitti ac per eos, quantum in eis esset, efficaciter procurari quod cum effectu restituerentur vobis cuncta que ex bonis ipsis per quosvis detinebantur ibidem et quia indecens nimis esset quod ubi nos ipsis Johanni et Petro sic sumus liberales ad gratiam, ipsi nobis in predictorum detentione bonorum irrogarent offensam, eorum cuilibet per apostolicas certi tenoris litteras vobis per latorem presentium exhibendo [fl. 501v] expresse mandamus quod, sicut desiderant sue saluti prospicere ac gratiis gaudere predictis, circa restitutionem bonorum ipsorum vobis aut vestrum alteri nostro et sedis apostolice nomine faciendam nostris se coaptent beneplacitis et mandatis. Et insuper carissime in Christo filie nostre Marie, regine Castelle illustri, similiter scribimus ut et ipsa, si aliqua ex bonis ipsis forte detineat, ea vobis restituere et assignare procuret et dictos Petrum natum suum et Johannem ad implenda predicta, suasionibus efficacibus, inducere non omittat. Quare fraternitati vestre in virtute obedientie per apostolica scripta districte precipiendo mandamus quatinus vos vel alter vestrum, ad regine, Johannis et Petri predictorum presentiam accedentes, litteras ipsas nostras presentetis singulis eorumdem, requisituri eos ex parte nostra instanter ut bona omnia et singula dicti quondam ordinis Templi non solum ea que ipsi detinent in regnis et terris dicti regis Castelle, cuius tutelam gerere dinoscuntur, quantum in eis fuerit, absque dilationis et difficultatis obstaculo, vobis aut vestrum alteri, nomine quo supra, mandent et faciant libera penitus et expedita restitui et assignari integre ac cum effectu dimitti, recipienda, tenenda et efficaciter conservanda per vos aut vestrum alterum in nostro et sepefato sedis nomine, donec de ipsis nos vel eadem sedes aliter duxerimus ordinandum. Quod si circa restitutionem particulariter et distincte que, qualia, quot et quanta bona receperitis et a quibus et quicquid egeritis in premissis, si vero, quod absit, in restitutione bonorum ipsorum se negligentes prebuerint vel rebelles, hoc ipsum nobis, antequam tu, frater archiepiscope, procedas ad dispensationes, tue discretioni commissas, velociter intimetis, aperto dicentes Johanni et Petro predictis intentionis nostre nequaquam existere quod hoc casu debeant gratiarum nostrarum comoditate gaudere, nostrum super dispensationibus et aliis expectaturi responsum sicque nos in hiis solerter ac laudabiliter habituri quod apud Deum vobis cedat ad meritum et apud nos et dictam sedem, qui vestram super premissis letabimur invenisse diligentiam efficacem, in uberioris redundet favoris augmentum. Datum Avinione, ii Idus Augusti, anno secundo»: AV, Reg. Aven. 10, fl. 501-501v, Reg. Vat. 67, ep. 180, de Curia, fl. 338v-339.

prehabitam diligentem, omnia bona dicti quondam ordinis Templi, que idem ordo tempore, quo magister et nonnulli ex fratribus dicti ordinis in regnis Francie communiter capti fuerunt, videlicet anno Domini millesimo trecentesimo octavo, mense octobris, per se vel quoscumque alios habebant, tenebant et possidebant ubilibet vel ad dictum ordinem ipsosque magistrum et fratres ipsius ordinis militie Templi pertinebant seu pertinere poterant et debebant, ordini dicti Hospitalis ipsique Hospitali donavit, concessit, univit, incorporavit, applicavit et annexuit imperpetuum, de apostolice sedis plenitudine potestatis, bonis illis que idem ordo Templariorum in regnis et terris carissimorum in Christo filiorum nostrorum .. Castelle, .. Aragonum, .. Portugalie et .. Maioricarum regum illustrium, extra regnum Francie, habebat seu possidebat et ad eum poterant debite quomodolibet pertinere, dumtaxat exceptis, que dictus predecessor, certis ex causis pro parte regum ipsorum pretensis, a donatione, concessione, unione, incorporatione et annexione predictis excepit specialiter et exclusit, ea nichilominus dispositioni et ordinationi apostolice reservando, sed ne propter pretensionem causarum huiusmodi dictorum bonorum in dictis regnis et terris consistentium ordinatio diutius differretur, idem predecessor certum terminum dictis regibus peremptorium assignavit, in quo per procuratores seu nuntios ydoneos, plenum ad hoc et speciale mandatum habentes, cum omnibus rationibus et munimentis, ad causas pertinentibus memoratas, apostolico se conspectui presentarent, informaturi eum de veritate causarum et essentia predictarum eiusque super illis ordinationis beneplacitum audituri, prout in eiusdem predecessoris litteris inde confectis plenius continetur. Verum clare memorie Fernandus, rex Castelle et Legionis, dum vixit, infra dictum terminum et subsequenter successores ipsius nec coram dicto predecessore tunc vivente nec postmodum coram nobis, postquam fuimus, Domino disponente, ad apicem supremi apostolatus assumpti, et post decursum etiam ipsius termini per procuratores seu nuntios ydoneos vel alias rationes seu munimenta continentia iustas causas, propter quas bonorum que idem ordo Templariorum in regnis Castelle et Legionis habuerat et ad eum poterant debite quomodolibet pertinere, esset per sedem eamdem ordinatio differenda, producere vel allegare seu exhibere curarunt. Ne igitur propter tarditatem ordinationis et dispositionis dictorum bonorum, in predictis regnis Castelle et Legionis sistentium, impediatur profectus qui ex eorum proventibus succedere potest subsidio dicte Terre Sancte vel eorum, quod absit, destructio aut dilapidatio subsequatur, attendentes quod, sicut premittitur, post longa, premeditata, provida et matura consilia, suadentibus plurimis iustis causis, eiusdem predecessoris et dictorum cardinalium necnon patriarcharum, archiepiscoporum et aliorum omnium predictorum in dicto concilio tunc presentium deliberationes et consilia in hoc finaliter resederunt ut predicta bona ordini dicti Hospitalis et ipsi Hospitali ac prefatis magistro et fratribus Hospitalis eiusdem nomine Hospitalis et ordinis eorumdem ... de fratrum nostrorum consilio universas domos, mansiones, preceptorias, ecclesias, capellas, oratoria, civitates, castra, villas, terras, grangias et loca, possessiones, iurisdictiones, redditus atque iura omniaque alia bona immobilia et mobilia vel se moventia, cum omnibus iuribus et pertinentiis suis, in predictis regnis Castelle et Legionis et regnis ac terris aliis quibuscumque carissimi in Christo filii nostri .. regis Castelle et Legionis illustris iurisdictioni subiectis consistentia, que ipse ordo ac magister et fratres ipsius quondam ordinis militie Templi tempore, quo, ut premittitur, ipse magister et nonnulli ex fratribus ipsius militie in dicto regno Francie communiter capti fuerunt videlicet predicto anno Domini millesimo trecentesimo octavo, mense Octobre, per se vel quoscumque alios habebant, tenebant vel possidebant, pertinebant in regnis Castelle et Legionis et regnis ac terris predictis necnon nomina, actiones et iura que predicto tempore captionis ipsorum eisdem domui, ordini vel personis ipsius militie Templi quocumque modo competebant vel competere

poterant contra quoscumque, cuiuscumque status, dignitatis vel conditionis existerent, in regnis ac terris proximo nominatis, cum omnibus privilegiis, indulgentiis, immunitatibus et libertatibus, quibus [fl. 116] prefati magister et fratres dictorum ordinis militie Templi et ipsi domus et ordo per sedem apostolicam vel per catholicos imperatores, reges et principes et fideles alios vel quocumque alio modo erant legitime communiti, eidem ordini sancti Johannis Jerosolimitani et ipsi Hospitali donamus, concedimus, unimus, incorporamus, applicamus et annectimus in perpetuum, de apostolice sedis plenitudine potestatis, occupatores quoque dictorum bonorum aut illicitos detentores ipsorum in Castelle et Legionis et aliis regnis et terris predictis consistentium, cuiuscumque status, conditionis, excellentie vel dignitatis extiterint, etiam si pontificali vel regali prefulgeant dignitate, nisi infra unius mensis spatium, postquam super hoc per dictos magistrum et fratres ipsius Hospitalis vel ipsorum quemlibet aut procuratorem seu procuratores eorum fuerint requisiti, dicta bona dimiserint, illaque plene ac libere restituerint ordini ipsius Hospitalis vel eidem Hospitali aut magistro seu preceptoribus vel prioribus aut fratribus Hospitalis eiusdem, in Castelle et Legionis ac aliis regnis et terris predictis constitutis, eorumque singulis seu procuratori aut procuratoribus ipsius Hospitalis nomine ... excommunicationis, capitula vero, collegia seu conventus ecclesiarum et monasteriorum, que in hiis culpabilia extiterint ... ipso facto interdicti sententiis decernimus subiacere ... Datum Avinione, ii Idus Martii, anno tertio» ([83]).

Em conformidade com estas disposições, João XXII mandou redigir várias bulas, que enviou ao reino de Castela, destinadas à recuperação e administração dos bens, passados, com esta ordenação pontifícia, à Ordem do Hospital. A primeira diz respeito, naturalmente, à execução da bula sobre a doação dos bens da extinta Ordem do Templo em Castela à do Hospital ([84]) *e a outra, também com data de 14 de Março de 1319, é dirigida a Fernando Rodrigues, prior do Hospital nos reinos de Castela e Leão, ao qual o papa nomeia administrador dos ditos bens, com poder de os recuperar e exigir aos que os ocupassem* ([85]). *Não poucas destinavam-se a urgir a entrega dos bens* ([86]), *entre as quais algumas a pedido do sobredito prior do Hospital, como a bula dirigida a Dona Maria, rainha de Castela, a 17 de Setembro de 1320, lamentando-se o papa que vários bens da extinta Ordem do Templo estivessem ainda em posse dos mestres de Calatrava, de Alcântara e de S. Tiago, bem como de barões e nobres e cidades, os quais deviam ser entregues ao prior do Hospital D. Fernando, e pedindo à rainha assistência, a favor do arcebispo de Compostela e bispos de Lugo e de Córdova, encarregados de exigir a restituição* ([87]). *Segundo outra bula, dirigida ao arcebispo de Compostela, de 25 de Janeiro de 1324, o rei de Castela D. Fernando, por encargo da Santa Sé, conservara os bens da extinta Ordem do Templo e entregara certos castelos desta Ordem ao mestre de Alcântara que, por sua vez, os passara à Ordem de Calatrava. Depois da transferência dos bens dos Templários, existentes no reino de Castela, para a Ordem do Hospital, o prior deste exigiu-lhes a entrega de tais castelos. O mestre de Calatrava recusara-se a cumprir tal imposição, alegando a vassalagem feita, pelo que foi excomungado, e os*

([83]) AV, Reg. Aven. 12, fl. 115-116, n. 959. Reg. Vat. 69, n. 959. Sobre o mesmo assunto a bula *In eodem modo venerabili fratri .. episcopo Abulensi et dilectis filiis .. archidiacono de Sarria Lucensis ac magistro Buxelo de Parina, capellano nostro, canonico Tornacensis ecclesiarum:* AV, Reg. Aven. 12, fl. 117v-118, n. 959.

([84]) Cf. nota anterior.

([85]) AV, Reg. Aven. 12, fl. 76-76v.

([86]) AV, Reg. Vat. 70, fl. 389-391, n. 896, 896b, 896c, 896d.

([87]) AV, Reg. Aven. 14, fl. 71-72, n. 76, Reg. Vat. 71, fl. 95, n. 76.

lugares de sua jurisdição interditos, a pedido do prior do Hospital, em virtude das penas estabelecidas pelo papa contra os detentores dos bens dos Templários. O mestre de Calatrava alegava não ter restituído os castelos em virtude da vassalagem prestada, pedindo ao papa a sua intervenção, o qual encarregou o sobredito arcebispo de estudar a questão e fazer justiça (88).

Omitindo outras bulas, penso se devam mencionar, ao menos globalmente, no que se refere a excomunhões e interditos, por motivo da não restituição de castelos, vilas ou bens, em geral, da supressa Ordem do Templo à Ordem do Hospital, algumas de Outubro e Novembro de 1325, sobre o lançamento e respectiva absolvição do interdito contra a cidade de Sevilha, em virtude de certos castelos, disputados à Ordem do Templo e seguidamente requisitados pela Ordem do Hospital, que, por vários motivos, as autoridades da cidade se recusavam a restituir (89). *De balde o rei de Castela tentou, várias vezes, obter situação jurídica semelhante à dos reis de Portugal e de Aragão, inclusive mesmo depois de passada a primeira metade do século XIV. Como ao Infante D. Filipe, filho do falecido rei de Castela, em letras de 27 de Maio de 1324, o papa alegava não poder ir contra as disposições já executadas, a favor da Ordem do Hospital* (90). *Era já tarde. Ao contrário, em Portugal, nessa altura, não havia preocupação alguma a respeito dos Templários e muito menos de seus bens. As poucas intervenções pontifícias, posteriores à fundação da Ordem de Cristo, apenas visam decisões anteriores, relativas aos Templários, ainda vivos. A carta de quitação do mestre e convento da Ordem de Cristo a D. Dinis, de 20 de Novembro de*

---

(88) AV, Reg. Aven. 20, fl. 273v, n. 447, Reg. Vat. 77, n. 447.

(89) AV, Reg. Aven. 24, fl. 66-67, 162v-163, n. 74, 75, 76, 181.

(90) Cf. JOSE ZUNZUNEGUI ARAMBURU, *La misión del Obispo de Senez al reino de Castilla* (1354-1355), em *Anthologica Annua*, 8 (Roma, 1960), 20. Eis a bula de João XXII sobre o pedido do Infante de Castela D. Filipe, de fundação de nova Ordem militar, e outras questões, nomeadamente das liberdades eclesiásticas e combate aos Sarracenos: «Nobili viro Philipo, infanti, clare memorie regis Castelle filio, spiritum consilii sanioris. Si tibi, omisso salutationis eloquio, scribimus, cum nec aliter ad presens possimus scribere ut vellemus, non imputet nobis tua nobilitas, sed potius negligentie proprie culpam discussiat, quam in procurando absolutionis beneficium ab excommunicationis sententia, qua ratione negotii Compostellani, fore ligatus dinosceris, commisisti et utinam amplius ad sancte matris Ecclesie gremium humiliter redire non [fl. 200b] differas, ut Deo placeant actus tui nosque, sicut optamus, te per litteras nostras valeamus dulciter alloqui sicut nostrum et Ecclesie devotum filium et dilectum. Nuper igitur, receptis eiusdem nobilitatis tue nuncio et litteris, ad nostri apostolatus presentiam destinatis eodemque nuncio super hiis que pro parte tua proponere voluit, per nos patienter audito et eisdem litteris plenius intellectis, ecce quod super eis tibi breviter, ut sequitur, respondemus: Ad primum quidem quod super negotio impugnationis Sarracenorum actenus impedito propter discordias olim inter te tuosque contutores subortas te duxeris excusandum, ipsam excusationem veritate fulciri credimus, sed dolemus si favorem Sarracenis eisdem contra christicolas, in divine magestatis opprobrium tueque fame dispendium, sicut habet multorum relatio, impendisti. Preterea, licet ad ea que super gravaminibus ecclesiis et personis ecclesiasticis partium illarum illatis tibi dudum scripsisse meminimus, se tua nobis rescribendo nobilitas excusat, querelam tamen ecclesiarum et personarum ecclesiasticarum predictarum in conspectu sedis apostolice sepius repetitam diminutam non audivimus, sed adauctam. Super hiis vero que de frontariis Sarracenorum et bonis quondam ordinis Templi ac novo ordine militari creando predicte littere continebant, tibi providimus respondendum quod magistris ordinum militarium predictarum partium, ut petisti, scribere proponimus quod in castris et locis dictarum frontariarum conventus, sicut commodius fieri poterit, statuant et ad impugnationem Sarracenorum solicitudinem adhibeant operosam. Ceterum bona quondam ordinis Templi donata Hospitali sancti Johannis Jerosolomitano per sedem apostolicam ac etiam assignata eidem amovere absque alia causa rationabili non debemus nec videmus ad presens evidentis utilitatis existere quod novus [fl. 201a] ordo creetur in illis partibus militaris, cum adhuc ex gestis et bonorum dispensationibus aliorum ordinum militarium partium earumdem circa impugnationem infidelium et fidei deffensionem et dilatationem catholice non videremus adeo fructus utiles et laudabiles prodeuntes quod inde super utilitate proventura ex novo creando ordine spes nobis probabiliter tribuatur. Porro gratum nobis accederet admodum et acceptum si tibi et contutoribus tuis assumere contra infideles predictarum partium negotium prosequendum viriliter et strenue Dominus inspirasset quodque propter

1319, fala de «muy grandes custas e despesas que esse senhor rrey fez na manteença que deu, per mandado do dicto papa (Clemente V) ao que foy meestre da dicta orden e aos freyres que senpre manteve ata agora, tamben en governho come em vestiir e nas outras cousas que lhys conprian pera ssa manteença» (91). *Significa isto que, depois do concílio de Viena de França e até antes, D. Dinis aprisionou não poucos freires da Ordem do Templo, apesar de vários terem fugido. De facto, sabe-se que o mestre da Ordem do Templo em Portugal, D. Vasco Fernandes, foragido em Castela, depois das decisões do papa Clemente V, foi preso, às ordens do monarca castelhano, conforme este conta em carta de 13 de Fevereiro de 1312* (92). *O mestre regressou a Portugal, porque na assembleia de Lisboa, de 30 de Setembro de 1318, presidida pelo bispo D. Frei Estêvão, na qual foram tiradas públicas-formas de várias cartas régias sobre bens dos Templários, como se disse acima, ele também estava presente, com seu irmão Gonçalo Fernandes e Lourenço Esteves, ambos pertencentes à extinta Ordem do Templo, os bispos de Évora e de Viseu e outros, atestando a autenticidade dessas cartas, por ele entregues antes à guarda do rei D. Dinis umas, e outras da rainha Santa Isabel:*

«In nomine Domini. Amen. Noverint universi presentis instrumenti seriem inspecturi quod sub era millesima tercentesima quinquagessima sexta, videlicet ultima die menssis Septembris, apud civitatem Ulixboñ, in presentia mei Laurentii Iohannis, auctoritate regali publici tabellionis civitatis predicte, et testium infrascriptorum, ad hoc specialiter vocatorum et rogatorum, coram reverendo patre ac domino domino fratre Stephano, miseratione divina episcopo Ulixboñ, tamquam loci ordinario, presentibus etiam reverendis in Christo patribus dominis G. Elborensi et M. Visensi episcopis, presentibus etiam nobilibus viris Velasco Fernandi, olim magistro in regno Portugalie, et Gonçalvo Fernandi, fratre suo, et Laurentio Stephani, fratribus quondam ordinis Templi Jherosolomitani in dicto regno, venerabilis vir Stephanus Arie, clericus illustrissimi principis ac domini domini Dionisii, Dei gratia regis Portugalie et Algarbii, de mandato eiusdem domini regis, ostendit, publicari et legi fecit quandam patentem cartam illustrissimi principis domini Santii, regis Portugalie... [fl. 28a] ... Quibus omnibus litteris ostensis, lectis et ut premittitur, publicatis, predictus Velascus Fernandi, quondam magister dicti ordinis Templi, recognovit, asseruit et confessus fuit universsas predictas cartas seu litteras [fl. 28b] fore sub eadem substantia, forma, qualitate, figuris seu signis et in omni integritate, sub quibus penes dictum dominum regem et reginam eedem littere fuerunt deposite et signate. Et tunc prefatus Stephanus Arie petiit a dicto domino Ulixboñ episcopo, loci ordinario, humiliter et instanter quod idem dominus Ulixboñ episcopus prestaret michi Laurentio Iohannis, tabellioni predicto, suam auctoritatem ordinariam reddigendi predictas cartas in publicam formam. Qui quidem dominus Ulixboñ episcopus, ad instantiam prefati Stephani Arie, michi Laurentio Iohannis, tabellioni predicto, suam auctoritatem ordinariam prestitit pariter et

---

hoc, sicut quondam infans Petrus, zelator et atleta fidei strenuus, fecisse noscitur, procuratores et nuntios ydoneos qui, sufficienti potestate suffulti, vos super prosecutione dicti negotii obligarent, curaretis ad sedem apostolicam destinare, quo casu nos parati essemus et prompti ordinare que fore cognosceremus utilia et expedientia circa negotium memoratum. Rogamus itaque nobilitatem eamdem attentius et hortamur, eidem nichilominus sano consilio suadentes quatenus que scribimus promptu affectu suscipiens et in examine recte considerationis adducens quam pernitiosum existat tantum virum tamdiu existere a communione fidelium alienum, tue super hoc fame consulere studeas et saluti, a favore Sarracenorum desistens omnino nichilominus et ad eorum impugnationem vigilanter intendens, et insuper ecclesiis et personis ecclesiasticis nullas oppressiones vel iniurias inferas nec quantum in te fuerit ab aliis inferri permittas, sed eas pro nostri Redemptoris et dicte sedis reverentia propitiatione benigna confoveas et habeas potius in honore. Datum Avinione, vi Kalendas Junii, anno octavo»: AV, Reg. Vat. 112, fl. 200a-201a.

(91) ANTT, Gaveta 7, maço 2, docum. n. 6, original publicado em *Monumenta Henricina*, I, Coimbra, 1960, n. 68, p. 129.

(92) Cf. FERNANDO FÉLIX LOPES, *Das actividades políticas e religiosas de Frei Estêvão...*, em *Lusitania Sacra*, 6 (1962-1963) 43-44, nota 43.

assenssum reddigendi predictas cartas in publicam formam et quod cum tenore earumdem darem predicto Stephano Arie publicum seu publica instrumenta. Actum fuit hoc Ulixboñ, era, mense, die et loco superius in prima linea primi rotuli nominatis; presentibus testibus ad hec vocatis specialiter et rogatis, venerabilibus viris dominis Alfonso Martini, vicecancellario, magistro Stephano Mafaldo, canonicis Ulixboñ...» (93).

Por bula de 23 de Agosto de 1321, dirigida ao mestre da Ordem de Cristo, à qual foram anexos todos os bens da extinta Ordem do Templo, existentes em Portugal, por ordem do papa, este mesmo manda que recebam na Ordem de Cristo o dito Vasco Fernandes, outrora mestre dos Templários, e lhe dêem uma preceptoria, encarregando os bispos da Guarda e de Viseu e Vicente Rodrigues, cónego de Coimbra, da execução daquela bula e fazendo interessar-se pelo assunto o monarca de Portugal D. Dinis:

> *«Dilecto filio .. magistro ordinis Jhesu Christi in regno Portugalie. Habet de more clementie sue apostolica sedes illum erga devotos filios caritatis et dilectionis affectum ac illud exercet paterne provisionis officium quod gratiam suam humiliter implorantibus benignitatis sue sinum favorabiliter aperit et supplicationes eorum iuxta conditiones personarum clementer exaudit. Petitionem siquidem dilecti filii Valasci Fernandi, olim magistri quondam ordinis militie Templi in regno Portugalie, recepimus continentem quod priusquam dictus ordo reprobatus existeret et etiam post reprobationem ipsius, donec per nos ordo Jhesu Christi, cuius magister esse dinosceris, in eodem regno de novo creatus existeret sibique omnia bona dicti quondam ordinis Templi de mandato nostro deputata et assignata fuissent, honorifice vivere consuevit, sed post creationem dicti ordinis Jhesu Christi et predictorum assignationem bonorum, memoratus Velascus iuxta qualitatem et decentiam status sui res sibi non suppetunt unde vivat. Quare nobis humiliter supplicavit ut ipsum per te in prelibato ordine Jhesu Christi in socium et in fratrem recipi sibique de aliqua domo seu preceptoria dicti ordinis, que qualitati et statui sue persone conveniat, provideri de benignitate apostolica mandaremus. Nos autem prelibatum Velascum, quem sue devotionis exigentibus meritis, paterna in Domino caritate diligimus, volentes iuxta sue petitionis effectum*

---

(93) ANTT, Gaveta 7, maço 16, docum. n. 2, *Livro dos Mestrados*, fl. 23a-28b. Na mesma data e com os mesmos assistentes, perante o bispo de Lisboa D. Frei Estêvão, foram lidas muitas outras cartas, cuja autenticidade foi atestada pelo dito antigo mestre da Ordem Vasco Fernandes, esclarecendo terem sido por ele confiadas antes à guarda do rei D. Dinis ou da rainha Santa Isabel, conforme consta de documento copiado no *Livro dos Mestrados*, fl. 51vb-76vb. As referências ao mestre Vasco Fernandes são numerosas, mais ou menos no seguinte teor: «Qua ostensa, lecta et publicata, prefatus Valascus asseruit ac recognovit quod prefata carta originalis et auctentica, cum ordo prefatus defficere incepisset, per eumdem Valascum Fernandi in eisdem forma, qualitate, substantia ac integritate, cartis, figuris et signis, in quibus apparebat, fuit deposita cum quibusdam aliis sub fidelitate et custodia serenissime domine Helisabet, Dei gratia Portugalie et Algarbii regine» (*Livro dos Mestrados*, fl. 52v, 55vb, 69b, 70a, 74va). «Quibus cartis sic ostensis, publicatis et perlectis, dictus Valascus Fernandi, quondam magister Templi, asseruit ac recognovit quod prefate carte originales et auctentice, cum ordo prefatus defficere cepisset, per eumdem Valascum Fernandi in eisdem forma, qualitate, substantia ac integritate, cartis, litteris, signis et figuris, in quibus apparebant, fuerunt deposite sub fidelitate et custodia illustrissimi ac magnifici principis domini Dionisii, Portugalie et Algarbii regis illustris» (*Livro dos Mestrados*, fl. 54b, 56b, 57va, 58b-58va, 61va, 64b, 66a, 66vb, 67a, 67vb, 74va). «Quibus litteris sic ostensis, publicatis et perlectis, predictus Valascus Fernandi asseruit et recognovit quod prefate carte originales et auctentice, cum ordo prefatus defficere cepisset, per eumdem Valascum Fernandi in eisdem forma, qualitate, substantia ac integritate, cartis, litteris, signis et figuris, in quibus apparebant, fuerunt deposite una videlicet cum quibusdam aliis sub fidelitate et custodia supradicti domini Dionisii, Dei gratia regis Portugalie et Algarbii, alia vero fuerat deposita una cum quibusdam aliis sub custodia et fidelitate supradicte domine regine» (*Livro dos Mestrados*, fl. 62va, 65b, 72va, 72vb).

prosequi gratiose, ipsius supplicationibus inclinati, discretioni tue per apostolica scripta mandamus quatinus eumdem Valascum in prelibato ordine Jhesu Christi ob reverentiam apostolice sedis et nostram in socium recipiens et in fratrem, sibi habitum regularem exhibeas ac eum sincera in Domino caritate pertractans sibique ad vitam suam de aliqua domo seu preceptoria eiusdem ordinis Jhesu Christi, que conditioni et statui persone sue conveniat, studeas providere, mandatum in hac parte nostrum sic effectualiter impleturus, quod apud nos dictamque sedem dignis in Domino laudibus merearis attolli ac devotione et obedientia merito commendari. Datum Avinione, x Kalendas Septembris, anno quinto. In eodem modo venerabilibus fratribus .. Egitaniensi et .. Visensi episcopis ac dilecto filio Vincentio Roderici, canonico Colimbriensi. Salutem, etc. Habet de more, etc., ut supra proxime usque Jhesu Christi in eodem regno, etc., usque non suppetunt unde vivat. Quare nobis idem Valascus humiliter supplicavit ut ipsum per dilectum filium .. magistrum ordinis Jhesu Christi supradicti in ipso ordine Jhesu Christi in socium et in fratrem recipi sibique de aliqua domo seu preceptoria eiusdem ordinis, que qualitati et statui persone ipsius Valasci conveniret, provideri de benignitate apostolica mandaremus. Nos autem prelibatum Valascum quem, sue devotionis exigentibus meritis, paterna in Domino caritate diligimus, volentes iuxta sue petitionis effectum prosequi gratiose, ipsius supplicationibus inclinati, prelibato magistro eiusdem ordinis Jhesu Christi damus per alias nostras litteras in mandatis ut prelibatum Valascum in eodem ordine Jhesu Christi ob reverentiam apostolice sedis et nostram in socium recipiens et in fratrem, habitum sibi regularem exhibeat ac eum sincera in Domino caritate pertractans, sibi ad vitam suam de aliqua domo seu preceptoria eiusdem ordinis Jhesu Christi, que conditioni et statui sue persone conveniat, providere procuret. Quocirca discretioni vestre per apostolica scripta mandamus quatinus, si dictus magister huiusmodi mandatum nostrum adimplere forte neglexerit, vos vel duo aut unus vestrum per vos vel alium seu alios eumdem magistrum quod memoratum Valascum in dicto ordine Jhesu Christi in socium et in fratrem recipiat sibique regularem habitum exhibens, ipsum sincera in Domino caritate pertractet sibique de aliqua domo seu preceptoria eiusdem ordinis, qualitati et statui dicti Valasci ut premittitur condecenti, provideat, monitione premissa, per censuram ecclesiasticam, appellatione postposita, canonice compellatis. Non obstante si dicto magistro ab eadem sit sede indultum quod excommunicari, suspendi vel interdici non possit seu quod ad receptionem alicuius vel ad provisionem de aliqua domo seu preceptoria dicti ordinis Jhesu Christi alicui [fl. 244] faciendam minime teneatur et ad id compelli non possit per litteras apostolicas, non facientes plenam et expressam ac de verbo ad verbum de indulto huiusmodi mentionem. Datum ut supra. In eodem modo carissimo in Christo filio Dyonisio regi Portugalie illustri. Salutem. Habet de more clementie, etc., ut supra, usque donec per nos ordo Jhesu Christi in eodem regno, etc., usque unde vivat. Quare nobis humiliter supplicavit ut ipsum per dilectum filium .. magistrum dicti ordinis Jhesu Christi in prelibato ordine Jhesu Christi in socium et in fratrem recipi sibique de aliqua domo seu preceptoria dicti ordinis, que qualitati et statui sue persone conveniat, provideri de benignitate apostolica mandaremus. Nos autem prelibatum Valascum, quem, sue devotionis exigentibus meritis, paterna in Domino caritate diligimus, volentes iuxta sue petitionis effectum prosequi gratiose, ipsius supplicationibus inclinati, prefato .. magistro eiusdem ordinis Jhesu Christi damus per alias nostras litteras in mandatis ut prelibatum Valascum in eodem ordine Jhesu Christi ob reverentiam apostolice sedis et nostram in socium recipiens et in fratrem, habitum sibi regularem exhibeat ac eum sincera in Domino caritate pertractans, sibi ad vitam suam de aliqua domo seu preceptoria eiusdem ordinis Jhesu Christi, que conditioni et statui sue persone conveniat, pro-

videre procuret, certis eidem Valasco super hoc per alias nostras litteras executoribus deputatis. Licet autem, considerato devotionis affectu, quem idem magister ad nos et Romanam gerit Ecclesiam, credamus eum nostris in hac parte mandatis et beneplacitis pariturum, quia tamen ad premissorum effectum feliciter percomplendum interpositionem et assistentiam ac etiam beneplacita sua esse novimus plurimum valitura, celsitudinem regiam rogamus attente quatenus penes memoratum magistrum interponat tua magnificentia partes suas ut eumdem Valascum in dicto ordine Jhesu Christi in socium recipiat et in fratrem sibique regularem exhibeat habitum eique de dicta domo seu preceptoria provideat ut prefertur, iuxta predictam continentiam litterarum, ita quod tua assistentia mediante, dictus Valascus felicem et celerem super receptione sua et provisione predictis assequatur effectum et nos qui id gratum habebimus, devotionem regiam dignis in Domino laudibus commendemus. Datum ut supra» (94).

Outro documento pontifício, relacionado com a Ordem do Templo e com D. Dinis, é uma bula de 17 de Dezembro de 1323, bem como a respectiva execução confiada ao tesoureiro de Lisboa, ao cónego desta sé, Vasco Martins, e a Martinho Louredo, cónego da Guarda, em favor de João Esteves, reitor da igreja paroquial de S. João de Cinfães da diocese de Lamego. Depois da demissão que dela fizera D. Gonçalo, antes de ser bispo de Lisboa, por não lhe ser permitida a pluralidade de benefícios em determinadas circunstâncias, el-rei D. Dinis, tendo em seu poder os bens da extinta Ordem do Templo, julgou que, por tal motivo, lhe competia, parcialmente, o direito de apresentação à dita igreja, outrora pertencente à Ordem do Templo e à Ordem do Hospital, e, com os freires do Hospital, apresentou como reitor Estêvão Peres, clérigo da diocese de Évora, instituído pelo bispo diocesano e, em seguida, após resignação deste, apresentou o dito João Esteves, familiar do rei, por cuja atenção, o papa lha conferiu de novo, pois se tratava de colação reservada ao papa (95).

Como o leitor terá notado, no trecho acima transcrito fala-se de despesas que o monarca português teve de enfrentar com o sustento dos freires do Templo per mandado do dicto papa. *Em várias bulas há alusões a determinações neste sentido, feitas em concílios provinciais. Alguns destes freires viviam como leigos, sem vestirem o hábito. João XXII, em letras dirigidas aos arcebispos e bispos dos reinos de Castela e Leão, de Portugal e de Aragão, a 1 de Agosto de 1324, impunha a obrigação a esses freires de ingressarem em alguma das religiões aprovadas, dentro de três meses, a contar da admoestação, a fazer pelo respectivo arcebispo ou bispo, sob pena de privação do contributo determinado para o próprio sustento, a passar esse contributo aos conventos ou lugares, em que os freires ingressassem.*

«Venerabilibus fratribus .. archiepiscopis et episcopis in regnis et terris carissimorum in Christo filiorum nostrorum .. Castelle et Legionis et .. Portugalie regum illustrium constitutis. Salutem, etc. Ad hoc libenter intendimus et vigilis solicitudinis et solicite vigilantie studium adhibemus ut in personis ecclesiasticis et presertim iugo regularis professionis astrictis vite munditia et honestatis vigeat pulcritudo. Sane ad audientiam apostolatus nostri pervenit quod nonnulli fratres ordinis condam militie Templi Jerosolomitani post sublationem ordinis memorati, inconsulto mentis affectu, se in devium retorquentes, vestes presumunt induere laicales seque gerunt pro laicis et tamquam laici, in ani-

(94) AV, Reg. Aven. 15, fl. 419ss, Reg. Vat. 72, fl. 243v-244, n. 1461.
(95) AV, Reg. Aven. 20, fl. 197v, n. 276.

marum suarum periculum, [fl. 271v] conversantur, quidam etiam eorumdem se amplius mundi voluptatibus immergentes de facto, matrimonia contrahunt, que potius contubernia dici debent, et publice ducunt uxores, cum illis publice habitantes, non attendentes quod per professionem, quam in ingressu dicti ordinis emiserunt, ad continentiam et alia religionis substantialia sic se perpetuo obligarunt quod per sublationem dicti ordinis factam in generali concilio Viennensi nequaquam fuerunt a votorum observantia absoluti. Volentes igitur tante insolentie ac damnabilis presumptionis audatie de fratrum nostrorum consilio salubriter ac saluti eorum de celeri et oportuno remedio providere, fraternitati vestre per apostolica scripta, districte precipiendo, mandamus quatinus vos et vestrum singuli in singulis civitatibus et diocesibus vestris, ubi aliqui vel aliquis ex dictis fratribus commorantur, infra mensem post receptionem presentium eosdem ad vestram presentiam convocetis ipsosque diligenter monere et salubriter inducere studeatis quod infra tres menses a monitionis vestre tempore computandos ad aliquam transeant de religionibus approbatis, ibidem Domino perpertuo servituri, prelatum quoque et fratres domus seu monasterii, ad que transire voluerint, cum diligentia inducatis ut ipsos in socios recipiant et in fratres, clericos tamen ut clericos, laicos ut conversos, et sincera in Domino caritate pertractent. Quod si forte prelatus seu fratres animo id facere recusaverint, ut eosdem quondam Templarios et si non ut fratres saltem in domibus et monasteriis suis recipiant, ut in eis Domino iuxta votorum suorum observantiam famulentur, cum diligentia moneatis et si necesse fuerit auctoritate nostra per censuram ecclesiasticam compellatis eosdem, si vero dicti fratres condam militie Templi infra predictorum mensium spatium post monitionem et inductionem huiusmodi aliquam de religionibus approbatis non elegerint vel ad illam non transierint cum effectu in ea secundum modum perpetuo moraturi predictum, stipendia ipsis pro vite sustentatione deputanda, quibus ex tunc ipsos fore provatos decernimus, auctoritate nostra eisdem subtrahi faciatis, domos et mansiones seu loca quecumque eiusdem condam ordinis Templi seu ordinis Hospitalis sancti Johannis Jerosolimitani eis pro huiusmodi stipendiis assignata vel quocumque modo concessa nichilominus auferendo. Ne autem prefati fratres condam militie Templi domibus seu monasteriis aut locis aliis, ad que transierint, onerosi reddantur, volumus et ordinamus quod ipsis in prefatis domibus seu monasteriis commorantibus stipendia que per alias nostras litteras eis taxari mandamus et etiam assignari, faciatis quamdiu vixerint ministrari. Insuper volumus et etiam ordinamus quod dicti fratres condam Templi prelatis illorum monasteriorum seu domorum, ad que transierint, sive ut fratres sive ut penitentes omnino pareant ipsique prelati in eosdem fratres, sicut in alios regulares domorum et monasteriorum suam iurisdictionem et correctionem valeant exercere, ita tamen quod per prelatos religionum, quas dicti fratres condam Templi duxerint eligendas, per singulas domos, loca seu monasteria et obedientias eis subiecta taliter dividantur quod ultra duos fratres in eadem domo vel loco aut monasterio seu obedientia non ponantur, domibus dicti ordinis Hospitalis sancti Johannis Jerosolimitani exceptis. Ceterum fratres illos qui, ut [fl. 272] premittitur, de facto matrimonia contraxerunt, singuli vestrum in singulis vestris civitatibus et diocesibus, ubi talia contigerunt, ad dimittendas uxores et ad transeundum, ut de aliis premittitur, ad aliquam de religionibus approbatis per subtractionem stipendiorum predictorum et alias districtione, qua convenit, compellatis, invocato ad hoc, si opus fuerit, auxilio brachii secularis. Non obstantibus de certo fratrum seu regularium aut monachorum numero et quibuslibet aliis statutis et consuetudinibus domorum, monasteriorum et religionum, iuramento, confirmatione apostolica vel quacumque firmitate alia roboratis, seu si aliqui auctoritate litterarum nostrarum in dictis domibus seu monasteriis in fratres seu monachos vel regulares alios, quocumque censeantur nomine, sint recepti vel ut recipiantur

insistant aut si prelatis seu conventibus aut fratribus domorum et monasteriorum predictorum communiter vel divisim a sede apostolica sit indultum quod ad receptionem vel provisionem alicuius minime teneantur et ad id compelli aut quod interdici, suspendi vel excommunicari non possint per litteras apostolicas, non facientes plenam et expressam ac de verbo ad verbum de indulto huiusmodi mentionem et qualibet alia dicte sedis indulgentia generali vel speciali, cuiuscumque tenoris existat, per quam presentibus non expressam vel totaliter non insertam effectus presentium impediri valeat quomodolibet vel differri et de qua cuiusque toto tenore habenda sit in nostris litteris mentio specialis. Volumus autem quod de hiis que super premissis duxeritis faciendum, nos reddatis per vestras litteras certiores. Datum Avinione, Kalendis Augusti, anno octavo» (96).

Conforme a procuração de D. Dinis, de 14 de Agosto de 1318, o cavaleiro João Lourenço e o cónego de Coimbra Pedro Peres, além do negócio dos bens da extinta Ordem do Templo, deviam tratar «super omnibus aliis bonis que in eisdem regnis nostris a quolibet alio ordine militari tenentur seu teneri consueverunt et super ponendis seu ordinandis magistro seu magistris in omnibus prefatis bonis, prout dictis procuratoribus nostris et cuilibet eorum videbitur expedire». Creio não errar se interpreto estes dizeres como alusivos à questão do mestre português da Ordem de S. Tiago da Espada, que se prolongou para além do reinado de D. Dinis. Contudo, apesar da delonga, não se pode dizer que D. Dinis foi menos feliz nas negociações, porque o facto representa uma vitória, enquanto o status quo *da existência do mestre português, eleito pelos freires portugueses, continuou durante a longa batalha jurídica, de que nos ocuparemos a seguir.*

b) Exposição-súplica de 1317-1318 dos embaixadores de D. Dinis, rei de Portugal, Manuel Pessanha e Vicente Anes, ao papa João XXII sobre a continuação do mestre português, a eleger pelos freires portugueses da Ordem de S. Tiago da Espada.

Acabo de afirmar que D. Dinis andou também envolvido noutra questão de ordens militares, precisamente da Ordem de S. Tiago da Espada, num esforço de salvaguardar a independência portuguesa, em relação ao reino vizinho de Castela, questão essa que não terminou durante o seu longo reinado. Aliás, apesar de se ter revestido de singular importância, sobretudo desde o início do pontificado de João XXII, vinha já do tempo dos pontificados de três ou quatro papas anteriores. O litígio renovou-se no pontificado de João XXII, precisamente porque o resultado das diligências do rei, coroado de êxito no início, veio a falhar no pontificado de Bonifácio VIII, com a revogação da concessão aos freires portugueses de elegerem provincial próprio. Durante a vacância da sé apostólica, os freires portugueses elegeram provincial, naturalmente contra os interesses do mestre geral de Castela e do monarca espanhol. E é nestas circunstâncias que se vem a situar a exposição-súplica dos embaixadores do rei português ao papa João XXII, que transcrevo:

«Sanctissime Pater. Manuel Januensis, admiraldus, et Vincentius Johannis, anbassiatores magnifici principis domini Dionisii, Portugalie et Algarbii regis illustris, devoti, Vestre significant Sanctitati quod infrascripta omnia et singula veritatem continent et sunt publica et notoria. Imprimis videlicet quod olim rex Portugalie et Algarbii, qui tunc

(96) AV, Reg; Aven. 21, fl. 271-272, n. 1701, Reg. Vat. 77, fl. 253-253v, n. 1701.

erat, considerans magistri et fratrum ordinis militie sancti Jacobi, qui tunc era[nt], strenuitatem in armis, et attendens etiam quod propter vicinitatem quam habebant regna Portugalie et Algarbii cum sararenis et fidei inimicis, rex ipse pro tuitione eorumdem regnorum ac etiam impugnatione sarazenorum ipsorum hominibus vigorossis, strenuis ac pro fide zelantibus plurimum indigebat, possessiones, fortilitia, loca et castra quamplurima in regnis predictis consistentia, presertim in frontariis sarazenorum, conce[s]sit magistro et fratribus supradictis. Item quod successive alii reges Portugalie et Algarbii posses[s]iones, loca, fortilitia et castra predictis magistro et fratribus augmentarunt in regnis predictis. Item quod possessiones, fortilitia, loca et castra fere omnia, que dictus ordo tenet in regnis predictis, a domo regia Portugalensi processerunt et ex liberalitate regia ad ipsum ordinem devenerunt. Item quod plurima ex fortalitiis et castris predictis sunt in dictis frontariis et nonnulla ex ipsis fortissima sunt contigua finibus regnorum Castelle et Legionis. Item quod reges predicti possessiones, loca, fortilitia et castra predicta prefato ordini concesserunt ad hoc ut magister et fratres ipsius ordinis, qui pro tempore essent, assisterent regibus memoratis in defensione regnorum predictorum tam contra dictos sarazenos quam contra alios, regna eamdem (sic) impugnare volentes, ut etiam ipsis regibus fideles essent et eos in suis agendis pro viribus iuvarent et hospitalitatem tenerent et alia pietatis opera exercerent. Item quod, ratione locorum, fortilitiorum, possessionum et castrorum predictorum plures et in mayori multitudine sine comparatione fratres dicti ordinis antiquitus in regnis predictis Portugalie et Algarbii morari consueverunt, qui de fructubus possessionum, locorum et castrorum predictorum et legatis ab incolis dictorum regnorum eis relictis vivebant et dictis regibus serviebant, cum equis et armis, in guerris quas ipsos tam contra dictos sarazenos quam contra alios contingit habere, quam morarentur tempore ordinationis infrascripte. Item quod ordo predictus habet et habuit iam sunt xl anni et ultra in regnis Castelle et Legionis amplas, latas et diffusas possessiones, loca, fortilitia ac castra quamplurima, et quod propter possessiones, loca, fortilitia et castra huiusmodi gubernanda et custodienda magister dicti ordinis necesse habebat et habet per ea sepius discurrere et ipsorum cure invigilare et intendere diligenter. Item quod propter curam, solicitudinem et discursum, quos dictum magistrum habere et facere oportebat occasione possessionum, locorum et castrorum predictorum in dictis regnis Castelle et Legionis consistentium, et propter multa et ardua negotia que ei incurebant (sic) ratione sui ordinis exequenda reddebatur quamplurimum occupatus. Item quod propter tam hanc quam alias plurimas occupationes prefatus magister non poterat ut debebat intendere neque intendebat circa commendas et cure et solicitudini locorum, fortilitiorum et castrorum eiusdem ordinis consistentium in regnis Portugalie et Algarbii supradictis. Item quod ex eo quod dictus magister non intendebat nec intendere poterat cure et solicitudini fratrum, possessionum, locorum et castrorum predictorum in dictis regnis Portugalie et Algarbii supradictis consistentium, mores ipsorum fratrum non corrigebantur et in observantia regulari quam profe[s]si erant, ipsi non modice defficiebant et cultus divinus non modicum minuebatur ipseque possessiones necnon loca, fortilitia et castra predicta non excolebantur nec custodiebantur ut opus erat, sed plurima ex eis ruebant, complanabantur, in desolatione dabantur et fere peribant et ob hoc consueta servitia non exhibebantur nec exhiberi poterant regibus memoratis, in eorumdem regum preiudicium magnum, nec anniversaria, ratione legatorum eis relictorum debita, idem fratres persolvebant nec hospitalitatem nec alia pietatis opera exercebant, ut exercere tenebantur et consueverant ante, et quod ex his grave scandalum exortum erat et fuit contra dictum magistrum et fratres ipsius ordinis apud incolas regnorum Portugalie et Algarbii predictorum. Item quod propter predicta predictus ordo in regnis eiusdem Portugallie et Algarbii

passum erat et fuit in spiritualibus et temporalibus maximum detrimentum ante a[s]sumptionem felicis recordationis domini Nicolai pape iiii.ti ad apostolicatum et patiebatur tempore assumptionis eiusdem et tempore ordinationis facte per eum, quod fratres ipsorum regnorum aliquem assumere possent in suum et sui ordinis in eisdem regnis provincialem magistrum. Item quod ante tempus ordinationis predicte ad hoc erat deventum quod magister dicti ordinis possessiones et loca ipsius ordinis in dictis regnis Portugalie et Algarbii quo ad eorum curam et solicitudinem quasi pro derelictis habebat nec ea aliqualiter visitabat et libros, calices, cruces et allia ornamenta ad cultum divinum deputata et pecuniam que percipiebatur ex fructubus, reditibus et proventibus possessionum, locorum et castrorum predictorum in dictis regnis Portugalie et Algarbii consistentium necnon equos et allia mobilia fratrum de regnis ipsis exportari faciebat et facit et in quos volebat ussus expendebat et expendit. Et quod tam ob hoc quam ex eo quod prefatus magister cure et solicitudini fratrum eorumdem ac possessionum, locorum et castrorum ipsorum non intendebat nec intendere poterat adeo deffecerat quod nonnisi valde pauci ex fratribus dicti ordinis substentari poterant ex fructubus, redditibus et proventibus possessionum et locorum ipsorum. Item quod inimico homine seminante zinzeniam inter Castellanos et Portugalenses gravia et or[r]ida guerrarum discrimina sepius intervenerunt et emulatio ac invidia fuit sepius inter ipsos nec esse desierat, sed erat et vigebat tempore ordinationis predicte. Item quod in guerris predictis prefatus magister servivit et servire consuevit Castellanis contra Portugallenses etiam de peccunia et equis extractis et habitis de posse[s]sionibus et locis ipsius loci, consistentibus in regnis Portugallie et Algarbii supradictis. Item quod per castra et fortilitia existentia in finibus dictorum regnorum Portugallie et Algarbii et convicina regnis Castelle et Legionis predictis concessa ut premittitur per reges Portugalie et Algarbii ordini predicto de facili patere posset Castellanis additus in regna predicta Portugalie et Algarbii, si castra ipsa non custodirentur per fidelles et devotos regis Portugalie. Et quod ipsi regi et incollis regnorum suorum maximum periculum contingere et preiudicium fieri posset, si ipsa fortilitia et castra essent sub custodia alicuius qui magis faveret Castellanis quam Portugalensibus. Item quod periculum et preiudicium huiusmodi suberat et timebatur tempore dicte ordinationis domini Nicolai pape prefati et adhuc timetur. Item quod reges Portugalie qui fuerunt pro tempore, guer[r]am continuam habuerunt et rex qui nunc est, habet, exercuerunt et exercet cum sarrazenis et omni anno eis opportuit et op[p]ortet per mare et per terram ap[p]aratus sumptuosos facere contra eos et ipsos apparatus fecerunt. Item quod propter gue[r]ram et apparatus predictos regna Portugallie et Algarbii deffensa sunt et deffenduntur ab occupatione sarazenorum predictorum quodque per hoc etiam regna predicta Castelle et Legionis magnam tutellam habuerunt et habent ab incursibus sarazenorum eorumdem. Item quod commendatores et fratres locorum seu domorum dicti ordinis sancti Jacobi in regnis Sicilie et Aragonie perceperunt integre et percipere consueverunt omnes fructus, redditus et proventus provenientes ex locis seu domibus predictis et ipsos in suos ussus et alias, prout eis placuit, expenderunt nec de ipsis magistro generali dicti ordinis alliquid responderunt nec respondent neque dant, sed de ipsis libere disponunt. Quare supplicant Sanctitati V[estre] ambaxatores predicti quatenus predicta, que vera et notoria sunt, in consideratione deducentes et illud presertim quam periculossum existeret et existere posset regi et regno predictis, propter emulationem que fuit et est inter Castellanos et Portugalenses, si per gubernationem et dispositionem dicti generalis magistri custodirentur et regerentur castra, fortilitia et loca predicta, potissime cum, ut dictum est, plura ex eis etiam fortissima regnis Castelle et Legionis convicina et contigua, necnon attendentes quod generalis magister ordinis prelibati, si ordinatio dicti domini Nicolay pape quarti tolleretur, fratres dicti

ordinis de regnis Portugalie et Algarbii predictis, tam tempore gue[r]rarum quam pacis, ad se cum equis et armis evocare posset pro libito voluntatis et ipsos etiam contra Portugalenses provocare. Et insuper quam absurdum, quam inconveniens foret, si ex peccunia, equis et alliis rebus que processerunt de bonis a domo regia Portugalensi ordini predicto colatis impugnarentur, dignemini statutum et ordinationem dicti domini Nicolay renovare et renovata ex certa scientia confirmare, ut per hoc pecunie et bona dicti ordinis in regnis predictis Portugalie et Algarbii consistentes seu consistentia quoad spiritualia et temporalia salubriter et utiliter valeant gubernari et de ipsis haberi cura et solicitudo oportuna ac dictus dominus rex, a quo et eius progenitoribus prefatus ordo fere omnia bona que optinet in regnis predictis processerunt, recipere valeat a dictis commendatoribus et fratribus servitia consueta, potissime in gue[r]ras sarazenorum predictas nec ex ipsis bonis valeat impugnari aut contra eum quidquam pernitiossum excogitari et per ipsos dicta anniversaria persolvi et alia pietatis opera valeant exerceri ac materia quelibet defensionis et emulationis inter Portugalenses et Castelanenses amputentur. Et dicti commendatores et fratres de regnis Portugalie et Algarbii predictis deterioris conditionis non reddantur quam sint alii in regnis Aragonie et Sicilie et allibi commorantes nec extimare debet generalis magister predictus ex hoc sibi aliquid derogatum vel quid iniuriossum illatum si necessitate quadam pars solicitudinis alii committitur, cum ex visitatione et correctione sibi reservatis allius sit inferior et eiusdem magistri meritum tamquam superioris agnoscat nec ei nomine aud re equallis constituatur sicque verum non est dicere duo capita videri ex hoc in dicto ordine constituta. Nec est insolitum quod petitur, nam et in ordine de Calatrava regni Castelle est generalis magister et nichilominus in ordine Alcantere est generalis magister regni Legionis et [in] ordine de Aviso qui est in regno Portugalie et in ordine de Monteza regni Aragonie, quem nuper Vestra Sanctitas instituit, sunt provinziales magistri qui in visitatione et correctione tantummodo sunt dicto generali magistro de Calatrava subiecti, cum tamen in quolibet horum ordinum eadem sit cum ordine de Calatrava professio, idem habitus eademque observantia regularis» (97).

Esta súplica, como se pode ver pelo título que encima as precedentes considerações, datei-a de 1317-1318. Na forma como se nos apresenta, tanto podia ser iniciativa do monarca português, destinada a obter a ratificação do que os freires de S. Tiago tinham feito em Portugal, durante a vacância da Santa Sé, nomeando mestre provincial, como reacção contra a bula de João XXII que, a 17 de Abril de 1317, a pedido do rei de Castela, anulava a eleição do mestre provincial Lourenço Anes, feita durante a vacância da sé apostólica pelos freires portugueses, em desconformidade com a revogação pelos papas Celestino V e Bonifácio VII de quanto, a pedido de D. Dinis, rei de Portugal, Nicolau IV concedera aos freires portugueses. E, a este respeito, penso se deva lembrar o instrumento de 14 de Dezembro de 1317 sobre a «discórdia entre o mestre geral da Ordem de Santiago e Lourenço João, mestre da dita Ordem em Portugal», tirado precisamente em Avinhão, a pedido de Rodrigo Domingues, prior da igreja de S. Miguel de Torres Vedras e procurador de el-rei D. Dinis. A favor do monarca, era declarado por João Fernandes, deão de Córdova, que o interdito lançado por ele nas terras de Portugal, em nome do bispo de Salamanca D. Pedro, comissionado pelo papa Bonifácio VIII para exigir o cumprimento das determinações pontifícias sobre a completa obediência ao mestre geral da Ordem de S. Tiago em Castela, na questão ainda existente

(97) ANTT, Gaveta 5, maço 4, docum. n. 11, original, publicado em *Monumenta Henricina*, I, Coimbra, 1960, n. 59, pp. 90-95.

entre o mestre geral e Lourenço Anes, que se dizia mestre provincial dos freires em Portugal, não se aplicava a todo reino e domínios portugueses, como ele determinara antes, baseado no facto de D. Dinis apoiar a não obediência do mestre provincial e dos freires portugueses, esclarecendo agora estar limitado tal interdito aos lugares habitados pelos ditos freires:

«*In nomine Domini. Amen. Noverint universi presentis instrumenti seriem inspecturi quod constitutus venerabilis dominus Johannes Fernandi, decanus Cordubensis, in audientia publica litterarum domini pape, coram venerabili viro domino Petro de Pratis, preposito Claromontensi, domini pape capellano ipsiusque audientie litterarum contradictarum officium gerente, dicensque ac asserens quod olim venerabilis in Christo pater dominus Petrus, Dei gratia episcopus Salamantinus, executor deputatus, cum quibusdam aliis, per litteras felicis recordationis domini Bonifacii, pape viii, super discordia que fuerat hactenus et adhuc fore dinoscitur inter religiosos viros magistrum generalem totius ordinis militie sancti Jacobi et Laurentium Johannis, dicentem se magistrum ipsius ordinis in regnis Portugalie et Algarbii, volens iuxta tenorem litterarum ipsarum procedere contra eumdem Laurentium et fratres dictorum regnorum, quos asserebat dicto magistro generali prout tenebantur obedientiam non servare, in personas ipsorum ac in eorum terras, domos et loca, si dicto magistro generali non parerent in omnibus et ut capiti non subessent, interdicti sententias promulgavit et nichilominus in omnes et singulos cuiuscumque dignitatis, preeminentie, status, ordinis vel conditionis existerent, qui prefatum magistrum generalem quominus in locis et domibus ac fratribus dicti ordinis in dictis regnis consistentibus inductionem suam libere exerceret impedire presumeret quoquo modo vel impedientibus ipsum darent scienter consilium, auxilium vel favorem publice vel occulte, diversas excommunicationis et interdicti sententias promulgavit, prout in processibus suis super hoc habitis, scriptis manu Jacobi de Aquamundula, apostolica auctoritate notarii publici, et sigillo ipsius episcopi munitis, plenius continetur. Verum cum prefatus episcopus, asserens se aliis negotiis occupatum et per hoc ulteriori executioni dicti negotii interesse non posse, dicto Johanni Ferdinandi, tunc archidiacono de Castro, in ecclesia Cordubensi, et quibusdam aliis discretis viris, cuilibet in solidum, super executione ac publicatione predictorum suorum processuum et predicti mandati apostolici commisisset totaliter vices suas, donec eas ad se duceret revocandas, prout in supradictis processibus continetur, predictus Johannes Fernandi, processibus et litteris ipsis receptis cum reverentia, qua decuit, et eis in locis debitis publicatis et executioni debite demandatis, iuxta tenores ipsarum, quia postmodum falsa relatione quorumdam pervenit ad ipsum quod serenissimus princeps Dionisius, rex dictorum regnorum, predicto Laurentio et fratribus in regnis eisdem favebat ac ipsis prestabat auxilium, consilium et favorem, totam terram regis predicti, relatione circumventus predicta, ecclesiastico supposuit interdicto ac interdictum ipsum per venerabilem fratrem Johannem, tunc electum, nunc archiepiscopum Bracharensem, et alios prelatos dictorum regnorum mandavit inviolabiliter observari. Cum autem eidem Johanni Fernandi, ut ipse asseruit, plurium fidedignorum testimonio de veritate facti firmissime constaret et nolens quemcumque ex suis processibus in anime sue periculum contra iustitiam aggravari, interdictum ipsum, per eum ut predicitur in terris dicti regis positum, nisi dumtaxat in terris, domibus ac locis fratrum ipsorum, consistentibus in regnis eisdem, quod in suo voluit robore permanere, pronuntiavit et dixit nullum fuisse nec esse et si aliquod fuit, quod esse non credebat, ad cautelam et omni modo et forma, quibus melius potuit, omnino relaxavit et revocavit expresse, de quibus omnibus Rodericus Dominici, rector ecclesie sancti Michaelis de Turribus Veteribus, Ulixbonensis diocesis, asserens se procuratorem dicti domini regis, per me infrascriptum notarium petiit sibi fieri*

publicum instrumentum. Actum Avinione, in loco audientie supradicte, anno Nativitatis Domini millesimo trecentesimo septimodecimo, indictione quintadecima, die quartodecimo mensis Decembris, pontificatus sanctissimi patris domini Johannis pape xxii anno secundo, presentibus discretis viris magistris Nicolao Campellensi et Nicolao Raynulfi de Fractis, domini pape scriptoribus et litterarum ipsius audientie lectoribus, Bernardo de Gotrico et Jacobo Johannis Rogerii de Aquamundula, in Romana Curia procuratoribus, testibus ad predicta vocatis et rogatis. Et ego Guichardus de Fractis, publicus apostolica et imperiali auctoritate notarius, predictis omnibus presens interfui et ea omnia scripsi et publicavi meoque signo consueto signavi, a predicto Roderico rogatus» (98).

A súplica, apresentada pelos procuradores de D. Dinis na Cúria pontifícia, não pode ser anterior à bula da criação da Ordem de Montesa no reino de Aragão, de 10 de Junho de 1317, porque nela fala-se de «ordine de Monteza regni Aragonie, quem nuper Vestra Sanctitas instituit» (99), *e poderia datar-se da segunda metade de 1317. De todas as formas, nunca poderá ser posterior à data da bula de 15 de Junho de 1318, pela qual João XXII, perante o pedido de D. Dinis, que instava com o papa renovasse a concessão de Nicolau IV, facultando a eleição de mestre provincial pelos freires portugueses da Ordem de S. Tiago, encarregava os arcebispos de Compostela e de Braga de estudarem a questão, para ver se correspondia à verdade a exposição do monarca lusitano, de forma a poder anuir a seus desejos. Mas antes de analisarmos ou darmos a conhecer tais documentos, vejamos sumariamente a história do litígio, aliás resumida nas bulas, a que acabo de referir-me. Alegando precisamente algumas razões da sobredita súplica de 1317-1318, referidas por D. Dinis, como a da procedência dos bens da Ordem de concessões dos monarcas portugueses e de quanto sofreram tais bens e a Ordem mesma com a directa sujeição ao mestre geral, que não podia ou negligenciava cuidar da Ordem em Portugal, com funestas repercussões, inclusive quanto ao cumprimento de legados, hospitalidade e outras obras pias, Nicolau IV estabeleceu que os freires portugueses pudessem eleger provincial, ficando sujeitos ao mestre geral só quanto ao direito de visita e correição, pela bula* Pastoralis officii *de 17 de Setembro de 1288, que confirmou por outra de 15 de Maio de 1290* (100), *e em 7 de Maio de 1291 pela bula* Inter cetera *nomeou protector da Ordem em Portugal ao cardeal Jaime do título diaconal de Santa Maria in Via Lata* (101). *O papa Celes-*

(98) ANTT, Gaveta 10, maço 12, docum. n. 19. Cf. *As Gavetas da Torre do Tombo*, II, Lisboa, 1962, n. 1819, p. 655.

(99) Cf. nota 97.

(100) Cf. VISCONDE DE SANTARÉM, *Quadro Elementar das relações políticas e diplomáticas de Portugal*, vol. IX, Lisboa, 1864, pp. 257, 286.

(101) «Dilecto filio Jacobo, sancte Marie in Vila Lata diacono cardinali. Inter cetera sollicitudinum studia, que nobis ex officii debito pastoralis incumbunt, illud potissimum et speciale fore dinoscitur ut circa religiosorum statum sedule considerationis intuitum dirigentes, opem impendamus et operam, ut, repressis ausibus malignorum, dicti religiosi sub utilis protectionis auxilio et providi defensoris presidio constituti, liberius et commodius divinis obsequiis immorentur. Sane dilecti filii .. magister provincialis et commendatores ac fratres ordinis militie sancti Jacobi in Portugalie et Algarbii regnis nobis humiliter supplicarunt ut eos et ipsorum ordinem favore benivolo prosequentes et intendentes benignius, circa statum eorum salubriter conservandum, eis aliquem ex fratribus nostris sacrosancte Romane Ecclesie cardinalibus in suum et eiusdem ordinis patronum, protectorem et defensorem de speciali gratia concedere dignaremur. Nos igitur ad personam tuam, cuius merita grandia et virtutes multiplices nobis magistra rerum experientia nota fecit, mentis aciem extendentes et sperantes firmiter quod circa ea que in hac parte tibi committimus, solertis vigilantie studium adhibebis, volentes quoque statui et tranquillitati magistri et commendatorum, fratrum et ordinis eorumdem paterne sollicitudinis studio providere, ipsorum devotis supplicationibus inclinati, tibi protectionem et defensionem eorum apostolica auctoritate committimus, per te vel alium aut alios exercendas. Datum apud Urbem Veterem, Nonis Maii, anno quarto»: AV, Reg. Vat. 46, fl. 36, ep. 184.

tino V, pela bula Pastoralis officii, *de 17 de Setembro de 1294, renovou aquela concessão de os freires poderem eleger mestre provincial* (102). *Pela* Diligentes iustitiam, *de 22 de Novembro, dirigida aos comendadores e freires de S. Tiago em Portugal, não só confirmou tal concessão de Nicolau V, como ratificou a eleição feita pelos freires portugueses do mestre provincial, declarando nulas quaisquer letras revogatórias da bula de Nicolau IV, por cuja disposição eram revogadas as letras apostólicas emanadas em contrário* (103). *Creio se trate de alusão à bula do próprio Celestino V, revogatória daquela concessão, referida pelas bulas de João XXII sobre o assunto, como veremos. Logo a seguir, pela* Ab antiquis retro *de 20 de Julho de 1295, Bonifácio VIII revogou a concessão de Nicolau V, confirmada por Celestino V, determinando que os freires portugueses fossem, em tudo, sujeitos ao mestre geral de Castela, sem o privilégio de elegerem mestre provincial* (104). *E, em conformidade com tais disposições, mandava ao arcebispo de Toledo, por letras de 5 de Janeiro de 1300, fizesse meter na posse do mestre geral Frei João as terras, possessões e direitos alienados por João Fernandes que então se comportava como mestre da Ordem em Portugal* (105).

Como disse acima, a história destes acontecimentos vem exposta nas bulas de João XXII sobre o assunto da renovação das concessões de Nicolau IV e Celestino V, pedida pelos embaixadores de D. Dinis na súplica transcrita. Vem também descrita nas bulas Inter cetera *de 17 de Abril de 1317, já referidas, ocasionadas por intervenções do mestre geral de Castela e pelo monarca castelhano, contra o facto de os freires portugueses terem eleito mestre provincial durante a vacância da sé apostólica. Segundo parece deduzir-se do teor das mesmas, a revogação das concessões de Nicolau IV por Celestino V, aliás como já disse, foi seguida da renovação do privilégio, concedido aos freires portugueses, de poderem eleger mestre provincial, pelo mesmo papa, que antes, por bula dirigida aos bispos de Astorga e de Tui e ao chantre de Jaén, encarregava estes eclesiásticos de publicarem solenemente a revogação de quanto Nicolau IV e ele tinham concedido aos freires de Portugal. Bonifácio VIII mandara executar as suas letras de revogação aos arcebispos de Toledo, bispo de Salamanca e deão de Orense. Perante a eleição do comendador-mor como mestre provincial português, durante a vacância da sé apostólica pela morte de Clemente V, a pedido do rei de Castela e do mestre geral da Ordem, castelhano, João XXII impunha aos freires portugueses, nesta bula, dirigida aos comendadores e freires da Ordem de S. Tiago em Portugal, se ativessem às determinações*

---

(102) VISCONDE DE SANTARÉM, *Quadro Elementar*, vol. IX, p. 290.

(103) VISCONDE DE SANTARÉM, *Quadro Elementar*, vol. IX, p. 291.

(104) VISCONDE DE SANTARÉM, *Quadro Elementar*, vol. IX, p. 291-292.

(105) «Eidem [Venerabili fratri .. archiepiscopo Tholetano]. Oblata nobis dilecti filii fratris Johannis, magistri ordinis militie sancti Jacobi, petitio continebat quod frater Johannes Fernandi, qui dudum in regno Portugalie pro magistro ipsius ordinis se gerebat, nonnulla feuda, terras, possessiones, domos, redditus, iura, iurisdictiones et alia bona, ad ordinem ipsum spectantia, nonnullis clericis, nobilibus, militibus et laicis concedere ac alias alienare ac distrahere, non sine multa temeritate, presumpsit, in ipsius ordinis non modicum preiudicium et [fl. 240v] gravamen, super quibus prefatus Johannes magister sibi et eidem ordini per sedem apostolicam de oportuno provideri remedio suppliciter postulavit. Nos itaque ad statum prosperum dicti ordinis paterne sollicitudinis studio intendentes ac eius indempnitatibus providere in hac parte, gerentes quoque de tue circunspectionis industria fiduciam in Domino pleniorem, tibi revocandi legitime, sine strepitu et figura iudicii, ad ius et proprietatem eiusdem ordinis quecumque de bonis ipsius, per eumdem Johannem Fernandi alienata et concessa inveneris illicite vel distracta necnon et contradictores quoslibet et rebelles per censuram ecclesiasticam, appellatione postposita, compescendi plenam et liberam concedimus, auctoritate presentium, facultatem. Non obstantibus constitutionibus tam nostris, etc., ut in precedenti, usque auctoritate litterarum sedis apostolice ad iudicium evocetur, seu si aliquibus a sede apostolica sit indultum quod interdici, suspendi vel excommunicari non possint per litteras apostolicas, non facientes plenam et expressam [e indulto huiusmodi mentionem seu quibuscumque litteris et indulgentiis dicte sedis, de quibus quorumdumque totis tenoribus de verbo ad verbum in nostris litteris debeat fieri mentio specialis. Datum ut supra cLaterani, Nonis Januarii, anno quinto]: AV, Reg. Vat. 49, fl. 240-240v, ep. 358.

de Bonifácio VIII, que revogara a concessão feita por Nicolau IV aos freires portugueses, e obedecessem em tudo ao mestre geral, com prestação de contas e satisfação quanto aos rendimentos dos bens da Ordem em Portugal. Eis a respectiva bula:

«*Dilectis filiis universis et singulis commendatoribus et fratribus ordinis militie sancti Jacobi ad Romanam Ecclesiam nullo medio pertinentis, in regnis Portugalie et Algarbii constitutis. Salutem. Inter cetera inherentia menti nostre illud precipue votis nostris ingeritur, ad illud intentis desideriis vigilamus ut inter fideles singulos et eos maxime qui ad dimicandum contra hostes fidei iugiter sunt intenti, unitas vigeat, adsit concordia et pax regnet ut adversus dictos hostes in unanimitate spiritus militia christiana proficiat, fiat ex virium unione validior et nullo animorum dissidio devietur. Sane carissimi in Christo filii nostri Alfonsi, regis Castelle, et dilecti filii magistri generalis ordinis vestri transmissa nobis insinuatio patefecit quod ordo ipse qui ab olim viros sancte vite producens, cultores catholice fidei et ipsius assiduos defensores, divina sibi dextera suffragante, virtutibus, personis et fama sucrevit, funiculos suos in diversis partibus propagatione laudabili et facultatum habundantia dilatando, invidente forsan illi satore discordie, qui semper invigilat ut officiat et causas pariat scandalorum, cepit de novo per detestabilis quorumdam presumptionis audatiam divisionis sentire discrimina, ex quibus potest de ipsius subversione timeri, nisi per apostolice sedis providentiam super hoc eidem de oportuno et celeri remedio consulatur, dum vos materiam dissensionis iamdudum emortuam molimini reddere denuo redivivam. Nam dudum, suggesto felicis recordationis Nicolao pape iiii, predecessori nostro, quod dictus magister ob multa et ardua que ratione commissi sibi exequenda iminebant officii, reddebatur quamplurimum occupatus ipsumque propter multitudinem locorum prefati ordinis que extra Portugalie et Algarbii regna consistunt, oportebat persepe discurrere ac in locis moram contrahere supradictis sicque prefatus ordo in regnis ipsis non modicum sustinebat in spiritualibus et temporalibus detrimentum et quod occasione huiusmodi castra, possessiones et bona mobilia et immobilia eiusdem ordinis dissipata erant adeo et destructa quod nisi celeriter per sedem eamdem huiusmodi dicti ordinis periculis obviaretur et scandalis, verendum erat ne totalis ipsius ordinis destructio sequeretur, idem predecessor ad suggestionem huiusmodi, quamquam id veritate minime fulciretur, per suas litteras dicitur statuisse et etiam ordinasse ut vos universi commendatores et fratres predictorum regnorum Portugalie et Algarbii aliquem ex vobis ydoneum de regnis eisdem precipue seu etiam de aliis partibus oriundum in vestrum et dicti ordinis in eisdem regnis provincialem magistrum* [*fl. 634*] *assumere possetis, qui prefati ordinis, personarum et bonorum eius in spiritualibus et temporalibus curam et administrationem haberet in regnis ipsis ac libere exerceret, magistro predicto maiori visitatione et correctione dumtaxat legitime per eum faciendis tantummodo reservatis sicque postmodum vobis huiusmodi statuti et ordinationis dicti predecessoris pretextu in regnis ipsis quondam Laurentium Johannis in magistrum provincialem dicti ordinis eligentibus vobisque una cum electo huiusmodi a subiectione et obedientia eiusdem maioris seu generalis magistri, preterquam in dictis visitatione et correctione temere subtrahentibus, magna fuit tam in eisdem et in Castelle ac Legionis regnis quam etiam in ipso ordine scissure ac turbationis materia suscitata, quibus eidem predecessori et fratribus suis expositis, dictus predecessor, priusquam super hoc revocando quod fecerat remedium per seipsum apponeret, fuit de hac luce subtractus eique pie memorie Celestino pape v, predecessori nostro, in huiusmodi apostolatus officio subrogato, cum idem Celestinus quod per eumdem Nicolaum factum extiterat approbasse ac statuta, constitutiones et ordinamenta et nonnulla alia etiam per ipsum magistrum provincialem et fratres dicti ordinis sibi adherentes*

facta per suas confirmasse litteras diceretur, tandem Celestinus ipse considerans quod approbatio et confirmatio huiusmodi fortassis per occupationem vel vēri suppressionem aliquam emanassent predictas confirmationis et approbationis sue litteras quatinus de facto processisse aut emanasse dicebantur, cuiuscumque tenoris existerent, ac earum beneficium et quicquid ex eis vel ob ipsas secutum extiterat et imposterum sequi posset omnino revocavit, cassavit et irritavit et revocata, cassa et irrita nuntiavit ac nullius decrevit existere firmitatis, prout in ipsius Celestini litteris super hoc confectis plenius continetur, mandans nichilominus venerabilibus fratribus nostris .. Astoriensi ac .. Tudensi episcopis et dilecto filio .. cantori ecclesie Geennensis ut ipsi vel duo aut unus eorum per se vel alium seu alios revocationem, cassationem et irritationem huiusmodi in locis, in quibus expedire videretur, solemniter publicarent et facerent etiam publicari, ac subsequenter felicis recordationis Bonifacio pape viii, predecessori nostro, premissis etiam patefactis eiusque super hoc remedio implorato, idem Bonifatius attendens quod huiusmodi statutum et ordinatio predicti predecessoris Nicolai per quod generalis unitas et universalis massa roboris memorati ordinis in particularis divisionis, quinimo desolationis, particulas rumpebatur, nedum ipsi ordini destructionis incommoda sed etiam aliis [*fl. 634v*] *ordinibus necnon secularibus, regnis et populis exempli mali perniciem ministrabat, cum caput nequeat sine doloris immensitate persistere, cui membra corporis succiduntur, quodque simile in Minorum, Predicatorum ac Hospitalorum et nonnullis aliis ordinibus processu temporis posset contingere diversa insuper et gravia in diversis regnis et partibus ex* [*fl. 95*] *hiis secutura pericula pertimescens ac volens propterea tunc malis instantibus occurrere ac futuris obviare, salubriter cum fratribus suis super hiis tractatu et deliberatione prehabita diligenti, huiusmodi statutum et ordinationem ac litteras prelibati predecessoris Nicolai, cuiuscumque forme vel tenoris existerent, earumque beneficium et quicquid ex eis vel ob ipsas secutum extiterat et imposterum sequeretur vel sequi posset ac etiam si quid idem antecessor Celestinus per aliquam confirmationem seu approbationem vel alias in favorem dictorum statuti et ordinationis seu provincialis magistri quomodolibet innovasset, concessisset vel fecisset, de ipsorum fratrum consilio et assensu et apostolice plenitudine potestatis revocavit, cassavit, annullavit et irritavit omnino ac revocata, cassa, nulla et irrita nuntiavit et nullius decrevit existere roboris vel momenti, dictumque ordinem vestrum ad pristimum statum reduxit, in quo erat, antequam prefata eiusdem predecessoris Nicolai statutum et ordinatio seu ipsius super hoc prefate confecte littere processissent, statuens ac districtius iniungens ut ordo ipse ac vos universi fratres eiusdem ordinis ex tunc moraremini sub unius magistri subiectione et obedientia, sicut prius ac si statutum et ordinatio huiusmodi dicti predecessoris Nicolai nullatenus emanassent dictusque Celestinus super hoc confirmationem aliquam ut predicitur non fecisset nichilque innovasset vel quomodolibet concessisset ac nichilominus venerabilibus fratribus nostris .. archiepiscopo Toletano et .. episcopo Salamantino ac dilecto filio .. decano ecclesie Auriensis suis dedit litteris in mandatis ut ipsi vel duo aut unus eorum per se vel alium seu alios vos universos et singulos monere et inducere procurarent ut quondam fratri Johanni tunc magistro generali dicti vestri ordinis suisque in huiusmodi magistratus successoribus iuxta premissorum redductionis, statuti, ordinationis et precepti eiusdem predecessoris Bonifatii tenorem et institutionem ordinis memorati devote ac humiliter subessetis, intenderetis et etiam obediretis, revocationem, cassationem et annullationem, irritationem, nuntiationem, decretum, reductionem, statutum et preceptum predicta facientes* [*fl. 635*] *auctoritate sua perpetuo inviolabiliter observari. Contradictores per censuram ecclesiasticam, appellatione postposita, compescendo. Et licet vos iuxta statutum et mandatum eiusdem predecessoris Bonifatii ex tunc sub unius generalis magistri obedientia et subiectione fueritis*

ac si statutum et ordinatio predicti predecessoris Nicolai nullatenus emanassent ac in huiusmodi obedientia et suggestione (sic) *eiusdem generalis magistri usque ad pauca proxima retroacta tempora perseveraveritis humiliter et devote, tamen tempore proxime preterite vacationis sedis eiusdem, sperantes ipsius sedis diuturniorem vacationem ex longo tractu temporis affuturam ac credentes propter hoc impune vos ab ipsius generalis magistri obedientia et subiectione subtrahere et compage unici corporis eiusdem ordinis segregare, dum dicta vacatione durante non esset qui vestra errata ad rectitudinis limina deduceret et transgressionis et inobedientie culpas salubri censura iustitie castigaret, quasi redeuntes ad vomitum et conantes radicem preterite machinationis emortuam novo molimine suscitare, commendatorem maiorem dicti vestri ordinis in magistrum provincialem vobis eligere presumpsistis, reductionem, statutum, ordinationem et preceptum eiusdem predecessoris Bonifatii et institutionem ordinis memorati ac processus auctoritate litterarum eiusdem Bonifatii habitos adversus contradictores quoslibet et rebelles, spirituales penas et sententias continentes, in vestrarum animarum perniciem contempnendo, dictusque commendator pro provinciali magistro in dictis regnis Portugalie et Algarbii gerere se presumpsit, in contemptum sedis eiusdem et ipsius generalis magistri dictique ordinis immo eiusdem regis omniumque magnatum regni Castelle magnum scandalum, non modicum preiudicium et evidens detrimentum. Quare pro parte dictorum regis Castelle et magistri fuit nobis humiliter supplicatum ut super premissis providere de oportuno remedio dignaremur. Nos igitur attendentes quod dictus ordo sancti Jacobi, sicut hucusque, dextera sibi assistente divina, in unitate profecit ita si, quod absit, in ipso unionis solvatur integritas et sectio inducatur in eo dissoluta compage membrorum gravibus proh dolor periculis subiacebit ac volentes propterea, prout ad officium nostrum pertinet, huiusmodi periculis obviare, vos universos et singulos monemus, requirimus et hortamur attente, vobis per apostolica scripta mandantes quatinus, omni radice machinationis preterite consilio salubriori succisa, eidem magistro generali eiusque in huiusmodi magistratus officio successoribus iuxta salubrem institutionem ordinis vestri ac eiusdem predecessoris Bonifatii reductionis, statuti, ordinationis et precepti tenorem obediatis et intendatis humiliter et devote, nullum vobis in provincialem magistrum assumere presumentes, et si ipsum forsitan assumpsistis, in nullo pareatis vel intendatis eidem, dicto* [*fl. 635v*] *quoque magistro generali de omnibus fructibus et redditibus propter proxime preterite inobedientie malum sibi subtractis satisfactionem plenariam exhibere curetis, alias per vos ipsos taliter sibi super huiusmodi transgressionum et presumptionum culpis prestantes emendam quod preterite contumacie et transgressionis excessum vincat et superet subsequens satisfactio et obedientia transgressorum, habituri pro firmo quod nos qui eius sumus vicarii qui pacem predicavit et docuit et qui non nisi in pace colitur, utpote pacis actor, sic pacem et unitatem vigere inter fideles singulos plenis desideriis affectamus, ita pacem et unitatis integritatem scindentes, presertim in multorum regnorum scandalum et plurimorum perniciem animarum, ne ipsorum impunitas transeat aliis in exemplum, celeribus impensis remediis, castigare curabimus, prout secundum Deum viderimus expedire. Datum Avinione, xb Kalendas Maii, anno primo»* (106).

A bula dirigida a el-rei D. Dinis, com a mesma data, contém a referida exposição, mas termina com pedido ao monarca entervenha junto dos freires para que eles obedeçam, em tudo, ao

(106) AV, Reg. Aven. 6, fl. 633v-635v, Reg. Vat. 66, fl. 94v-95, n. 3366a.

mestre geral como único superior, não se atrevam a eleger mestre provincial e satisfaçam plenamente pelos rendimentos não entregues ao geral, a partir da eleição do provincial:

«*Carissimo in Christo filio Dionisio, regi Portugalie illustri. Inter cetera inherentia menti nostre illud precipue votis nostris ingeritur, etc., ut supra proxima usque Sane carissimi in Christo filii nostri Alfonsi regis Castelle et dilecti filii .. magistri generalis ordinis militie sancti Jacobi, ad Romanam Ecclesiam nullo medio pertinentis, transmissa nobis insinuatio patefecit, etc., ut in eadem usque de oportuno et celeri remedio succurratur. Dum commendatores et fratres in regnis Portugalie et Algarbii consistentes materiam dissensionis iam dudum emortuam moliuntur reddere, etc., usque et etiam ordinasse ut universi commendatores et fratres predictorum regnorum Portugalie et Algarbii aliquem ex eis ydoneum de regnis eisdem precipue seu etiam de aliis partibus oriundum in eorum et dicti ordinis in eisdem regnis provincialem magistrum assumere possent, qui prefati ordinis personarum et bonorum eius in spiritualibus et temporalibus curam et administrationem haberet in regnis ipsis ac libere exerceret, magistro predicto maiori visitatione et correctione dumtaxat legitime per eum faciendis tantummodo reservatis sicque postmodum fratribus dicti ordinis in regnis consistentibus eisdem huiusmodi statuti et ordinationis dicti predecessoris pretextu in regnis ipsis condam Laurentium Johannis in magistrum provincialem dicti ordinis eligentibus seque una cum electo huiusmodi, etc., ut in eadem usque dictumque ordinem militie sancti Jacobi ad pristinum statum reduxit, etc., usque statuens ac districtius iniungens ut ordo ipse ac universi fratres eiusdem ordinis ex tunc morarentur sub unius magistri, etc., aut unus eorum per se vel alium seu alios universos et singulos eorumdem Portugalie et Algarbii regnorum commendatores et fratres prelibati ordinis militie sancti Jacobi monere et inducere procurarent ut quondam* [fl. *636*] *fratri Johanni tunc magistro generali dicti ordinis suisque in huiusmodi magistratus officio successoribus iuxta premissorum reductionis, statuti, ordinationis et precepti eiusdem predecessoris Bonifatii tenorem et institutionem ordinis memorati devote ac humiliter subessent, intenderent ac etiam obedirent, revocationem, cassationem, annullationem, irritationem, nuntiationem et decretum, reductionem, statutum et preceptum predicta facientes auctoritate sua perpetuo inviolabiliter observari. Contradictores per censuram ecclesiasticam, appellatione postposita, compescendo, et licet dicti commendatores et fratres in predictis regnis Portugalie et Algarbii consistentes iuxta statutum et mandatum eiusdem predecessoris Bonifatii ex tunc sub unius generalis magistri obedientia et subiectione fuerint ac si statutum et ordinatio predicti predecessoris Nicolai nullatenus emanassent ac in huiusmodi obedientia et subiectione eiusdem generalis magistri usque ad pauca proxima retroacta tempora perseveraverint humiliter et devote,* [*fl. 95v*] *tamen tempore proxime preterite vacationis sedis eiusdem, sperantes ipsius sedis diuturniorem vacationem ex longo tractu temporis affuturam ac credentes propter hoc impune se ab ipsius generalis magistri obedientia et subiectione subtrahere et compage unici corporis eiusdem ordinis segregare, dum dicta vacatione durante non esset qui ipsorum errata ad rectitudinis limina deduceret et transgressionis et inobedientie culpas salubri censura iustitie castigaret, quasi redeuntes ad vomitum et conantes radicem preterite machinationis emortuam novo molimine suscitare, commendatorem maiorem dicti ordinis in magistrum provincialem sibi eligere presumpserunt, reductionem, statutum, ordinationem et preceptum eiusdem predecessoris Bonifatii et institutionem ordinis memorati ac processus auctoritate litterarum eiusdem Bonifatii habitos adversus contradictores quoslibet et rebelles, spirituales penas et sententias continentes, in suarum animarum perniciem contempnendo, dictusque commendator pro provinciali magistro in dictis regnis Portugalie et Algarbii*

gerere se presumpsit, in contemptum sedis eiusdem et ipsius generalis magistri dictique ordinis immo eiusdem regis omniumque magnatum regni Castelle magnum scandalum, non modicum preiudicium et evidens detrimentum. Quare pro parte, etc., ut in eadem usque ac volentes propterea huiusmodi periculis salubriter obviare, considerantes quoque quod tibi plurimum erit meritorium apud Deum multumque tibi honoris et glorie augebis titulos atque famam, si transgressioni et presumptioni huiusmodi omne subtrahes regii favoris auxilium, quinimmo modis debitis obviabis, serenitatem regiam rogamus, monemus, requirimus et hortamur attente per apostolica tibi scripta mandantes quatinus, ob divini amoris intuitum et nostram ac sedis eius reverentiam, provide meditans quod ad tue salutis cedit augmentum, si per regalis magnificentie studium dictorum commendatorum et fratrum, in dictis regnis Portugalie et Algarbii consistentium, presumptuosis insolentiis resistatur quodque ad tui proculdubio redundaret diminutionem honoris si eorumdem in premissis dissimulares contumacias, inobedientias et contemptus, eis omnem in premissis subtrahendo favorem, ipsos, prout ad sublimitatem tuam pertinet, solerter inducas ut eidem generali magistro tamquam unico eorum capiti efficaciter pareant et intendant, nullum in provincialem magistrum sibi eligere presumentes nec eidem, si forsitan de facto elegissent eumdem, aliquam subiectionem vel obedientiam exhibentes, et quod de fructibus seu redditibus, a tempore quo dictum generalem commendatorem in provincialem magistrum eligere seu assumere presumpserunt, eidem generali magistro subtractis sibique medio tempore non solutis, plene et integre satisfaciant ut tenentur, ita quod per regie circumspectionis industriam in premissis votis apostolicis satisfiat, in dicto ordine restauretur integritas, unitas vigeat et pax inviolabilis perseveret nec expediat super hoc contra transgressionis huiusmodi presumptores per sedem eamdem de alio celeri et oportuno remedio provideri. Datum Avinione, xv Kalendas Maii, anno primo» (107).

As intervenções dos embaixadores portugueses tiveram como resultado, ao menos indirectamente, a suspensão destas bulas, a urgirem a obediência total dos freires portugueses ao mestre geral de Castela e a anulação da eleição do mestre provincial. Pela bula Tunc digne summi speculatoris officium, *de 16 de Junho de 1318, o papa encarregava os arcebispos de Compostela e de Braga de examinarem a questão, para ver se as coisas se passavam como dizia o rei ou o que era mais conveniente: continuarem os freires em obediência omnímola, sob o mestre geral de Castela, ou o estatuto e concessão de Nicolau IV. O resultado do inquérito devia ser enviado ao papa para a solução definitiva:*

«Venerabilibus fratribus .. Compostellano et .. Bracharensi archiepiscopis. Salutem, etc. Tunc digne summi speculatoris officium et debitum perficimus apostolice servitutis dum qualitate causarum, locorum et temporum provida consideratione pensata, succidimus causas, ex quibus possunt oriri discordie et tam quieti quam securitati fidelium et maxime regnantium et regnorum studemus salubriter providere. Habet siquidem carissimi in Christo filii nostri Dionisii Portugalie et Algarbii regis illustris nobis impensa petitio quod olim clare memorie .. quidam ex progenitoribus suis Portugalie et Algarbii rex .. magistri et fratrum ordinis militie sancti Jacobi, qui tunc erant, strenuitatem attendens et quod propter vicinitatem quam habebant in dicto regno cum Saracenis, fidei catholice inimicis, pro dictorum regnorum tutela et impugnatione hostium fidei hominibus strenuis

(107) AV, Reg. Aven. 6, fl. 635v-636, Reg. Vat. 66, fl. 95-95v n. 3366b.

et pro fide zelantibus plurimum indigebat, possessiones, fortellitia, loca et castra quamplurima in regnis predictis et presertim in frontariis dictorum sarracenorum consistentia concessit magistro et fratribus predictis ac successive nonnulli alii reges Portugalie predictis magistro et fratribus possessiones, loca, fortellicia et castra similiter concesserunt et quod fere omnia que dictus ordo tenet in regnis predictis ex liberalitate regum Portugalie et a domo regia ad ipsum ordinem pervenerunt, ex quibus fortalitiis atque castris nonnulla existunt in dictis frontariis et aliqua ex ipsis fortissima finibus regnorum Castelle et Legionis sunt continguitate vicina quodque ad concessionem huiusmodi reges predicti inducti fuerunt illa precipua ratione ut magister et fratres ipsius ordinis, qui erant et essent pro tempore, in defensione dictorum regnorum tam contra dictos hostes fidei quam contra alios, regna impugnare volentes, viriliter et potenter assisterent regibus memoratis eisque fideles essent et in agendis singulis pro viribus iuvarent eosdem et ibidem hospitalitatem tenerent et exercerent alia opera pietatis. Post quas quidem concessiones in magna multitudine fratres dicti ordinis in regnis predictis pro tutela ipsorum tamquam eorumdem regum fideles antiquitus consueverant commorari et de fructibus possessionum, locorum et castrorum predictorum et de hiis que ab ipsorum regnorum incolis legabantur eisdem vivebant ac eisdem regibus in guerris tam contra dictos sarracenos quam contra alios, quotiens expediebat, cum equis et armis fideliter et utiliter serviebant. Verum postmodum in regnis Castelle et Legionis eidem ordini amplis, latis [*fl. 103*] *et diffusis possessionibus, locis, fortelitiis atque castris quam plurimis pia fidelium liberalitate collatis, propter illa salubriter gubernanda et custodienda ab incursibus malignorum ac propter multa magna et ardua que magistro generali dicti ordinis, ratione commissi sibi exequenda imminebant officii, idem magister reddebatur quam plurimum occupatus adeo quod propter occupationes huiusmodi et discursus quos eum persepe facere oportebat per loca dicti ordinis, que extra dicta Portugalie et Algarbii regna consistunt ac moram quam contrahebat in eis, non poterat ut debebat intendere neque intendebat cure et solicitudini fortelliciorum et castrorum eiusdem ordinis, consistentium in Portugalie ac Algarbii regnis predictis, propter que dictus ordo qui quam plurimum vetustis temporibus in grandi fratrum multitudine strenuorum et observantia regulari et militari sollicitudine contra hostes et erga pauperes in operibus pietatis consueverat reflorere, eiusdem magistri presentia et consequenter correctionis ipsius debita disciplina cessantibus, cepit in premissis deficere et multipliciter deformari, ita quod in eis cultu divino non modicum diminuto, dum possessiones, loca et fortellitia et castra predicta carebant culture studio et custodia oportunis, ex eis plurima in ruine et desolationis obprobrium labebantur et ob hoc consueta servitia non exhibebantur nec exhiberi poterant regibus memoratis nec anniversaria ratione legatorum relictorum eisdem debita iidem fratres, prout tenebantur, persolvebant neque hospitalitatem vel alia pietatis opera, sicut consueverant, exercebant, in eorumdem regum preiudicium et grave scandalum omnium incolarum regnorum Portugalie et Algarbii predictorum, quibus premissis et nonnullis aliis causis ad notitiam felicis recordationis Nicolai pape iiii, predecessoris nostri, eiusdem regis insinuatione deductis, idem predecessor volens super premissis predictorum regis et regnorum suorum salubriter statui et quieti de oportuno remedio* [*fl. 70*] *providere, per suas litteras dicitur statuisse et etiam ordinasse ut universi commendatores et fratres dictorum regnorum Portugalie et Algarbii aliquem ex eis ydoneum de regnis eisdem precipue seu etiam de aliis partibus eorumdem in eorum et dicti ordinis in eisdem regnis Portugalie et Algarbii provincialem magistrum assumere possent, qui prefati ordinis personarum et bonorum eius in spiritualibus et temporalibus curam et administrationem haberet in regnis ipsis ac libere exerceret, predicto magistro maiori visitatione et correctione dumtaxat legitime per eum faciendis tantummodo*

reservatis, deinde vero, dicto Nicolao predecessore nature debitum persolvente ac sancte memorie Celestino papa v ei in apostolatus officio subrogato, idem Celestinus primo quod per eumdem Nicolaum factum extiterat approbasse dicitur et etiam confirmasse ac demum eidem Celestino suggesto quod [fl. 103v] fratres dicti ordinis in regnis consistentes eisdem huiusmodi statuti et ordinationis dicti predecessoris Nicolai pretextu quondam magistrum provincialem dicti ordinis in regnis ipsis Portugalie et Algarbii duxerant eligendum, se una cum huiusmodi electo a subiectione et obedientia eiusdem generalis magistri, preterquam in dictis visitatione et correctione, temere subtrahendo et quod propter hoc magna fuerat tam in eisdem Portugalie et Algarbii et in Castelle et Legionis regnis quam etiam in dicto ordine scissure ac turbationis materia susci[ta]ta quodque huiusmodi approbatio et confirmatio per eum facte per occupationem vel veri suppressionem aliquam emanarant, litteras suas super huiusmodi confirmatione et approbatione confectas, quatenus de facto processisse et emanasse dicebantur, cuiuscumque tenoris existant, earumque beneficium et quicquid ex eis vel ab ipsis secutum extiterat et inantea sequi posset, omnino sicut dicitur revocavit ac revocationem huiusmodi in locis, in quibus foret expediens, mandavit solempniter publicari, prout in ipsius Celestini litteris plenius asseritur contineri et subsequenter felicis recordationis Bonifatio papa viii, predecessori nostro, premissis etiam patefactis eiusque super hoc remedio implorato, idem Bonifatius huiusmodi statutum et ordinationem ac litteras prelibati predecessoris Nicolay, cuiuscumque forme vel tenoris existerent, earumque beneficium et quicquid ex eis vel ob ipsas secutum existeret et imposterum sequeretur vel sequi posset ac etiam si quid idem antecessor Celestinus per aliquam confirmationem seu approbationem vel alias in favorem dicti statuti et ordinationis seu provincialis magistri quomodolibet innovasset, concessisset vel fecisset, de suorum fratrum consilio et assensu et apostolice plenitudine potestatis revocasse, cassasse et annullasse omnino dicitur ac etiam irritasse dictumque ordinem militie sancti Jacobi ad pristinum statum reduxisse refertur in quo erat, antequam prefata eiusdem predecessoris Nicolai statutum et ordinatio seu ipsius super hoc confecte littere processissent vel si dictus Celestinus confirmationem aliquam ut predicitur non fecisset nichilque innovasset vel quomodolibet concessisset, statuens ac districtius iniungens ut ordo ipse ac universi fratres eiusdem ordinis ex tunc morarentur sub unius magistri subiectione et obedientia, sicut prius, ac nichilominus venerabilibus fratribus nostris archiepiscopo Toletano et .. episcopo Salamantino ac dilecto filio .. decano ecclesie Auriensis suis dedit litteris in mandatis ut ipsi vel duo aut unus eorum per se vel alium seu alios universos et singulos eorumdem Portugalie et Algarbii regnorum commendatores et fratres prelibati ordinis militie sancti Jacobi monere et inducere procurarent ut quondam fratri Johanni tunc magistro generali dicti ordinis suisque in huiusmodi magistratus officio successoribus iuxta premissorum reductionis, [fl. 104] statuti, ordinationis et precepti suorum tenorem et institutionem ordinis memorati devote ac humiliter subessent, intenderent et etiam obedirent, revocationem, nuntiationem, reductionem, statutum et preceptum predicta facientes auctoritate sua perpetuo inviolabiliter observari. Contradictores per censuram ecclesiasticam, appellatione postposita, compescendo. Quare prefatus rex Portugalie nobis humiliter supplicavit ut cum statutum et ordinatio per dictum predecessorem Nicolaum super premissis habita necnon confirmatio et approbatio eiusdem Celestini postmodum subsecute, suadentibus pluribus evidentibus iustis causis et necessariis, de magna equitate et iustitia processissent ac revocationes, cassationes et irritationes ac statutum et decretum predicta ac processus quilibet tam per Celestinum quam Bonifatium predecessores predictos in contrarium postmodum subsecuta per circumventionem et falsi suggestionem in suum et regnorum suorum grave preiudicium emanassent, suo et dictorum regnorum statui, securi-

tati et paci salubriter providentes, statutum et ordinationem eiusdem predecessoris Nicolai habita in premissis, eisdem revocationibus, cassationibus et processibus quibuscumque per dictos predecessores Celestinum et Bonifatium subsecutis nequaquam obstantibus, servari auctoritate apostolica mandaremus. Nos igitur attendentes quod in tanto negotio est mature et cum gravitate debita procedendum quodque non leve, immo difficile redditur in tanta distantia, non habita plena cognitione locorum, posse discernere quid pro salubriori statu, tranquillitate et pace dictorum Portugalie regis suorumque regnorum et ordinis predictorum securius sit agendum utrumve magis eisdem expediat quod statutum et ordinatio eiusdem predecessoris Nicolai circa electionem eiusdem provincialis magistri quam ea que postmodum in contrarium sunt statuta et etiam ordinata debeant observari, fraternitati vestre, de qua plenam in Domino fiduciam gerimus, per apostolica scripta in virtute obedientie districte precipiendo mandamus quatinus vocatis quos videritis evocandos et habentes pre oculis solum Deum, tam predictis causis hinc inde [fl. 70v] propositis quam aliis coram vobis a partibus et aliis quibuscumque et quorum interest proponendis ac omnibus et singulis premissa contingentibus et circumstantiis universis, que propter conditiones dictorum regnorum et ordinis fuerint attendenda, tam per considerationem vestram et presentaneam visionem quam a prelatis religiosis et personis aliis maturis et gravibus illarum partium que super hiis zelum divinum habeant et publicum bonum attendant, informatione et instructione summarie et de plano, sine strepitu iudicii et figura receptis an videlicet magis expediat pro favore fidei roboreque fidelium, dictorum [fl. 104v] regis et regnorum tutela, dicti ordinis profectibus cultusque divini et hospitalitatis augmento, statutum et ordinationem eiusdem predecessoris Nicolai in premissis habita in pristinum statum reduci et etiam observari an ea que postmodum circa revocationem et cassationem illorum ut premittitur in contrarium sunt secuta in sua remanere debeant firmitate, quecumque super premissis inveneritis queque vobis etiam in hac parte per nos tenenda, statuenda et etiam ordinanda salubrius videbuntur, cum causis, conditionibus, rationibus et circunstantiis universis, per quas possimus super premissis plenius informari et secura conscientia procedere in eisdem nobis per vestras litteras, harum seriem continentes, sub sigillis vestris intimare curetis, sic nos de omnibus que in tanto negotio attendenda sunt plene et dilucide informantes, quod super hiis, omni circumspectione cessante, que accepta sint Deo, predictis regi, regnis et ordini profutura fideique ac fidelium favorem respiciant et grave scandalum non inducant, ad Dei laudem et gloriam statuere et ordinare tam provide quam salubriter valeamus ac eis quorum interierit certum competentem terminum prefigentes, de quo per vestras nos certificare litteras studeatis, infra quem apostolico se conspectui representent, ordinationem, provisionem et voluntatem nostras super predictis omnibus audituri. Datum Avinione, xvi Kalendas Julii, anno secundo» (108).

Como se viu, nas letras apostólicas de 17 de Abril de 1317, a favor do mestre geral de Castela, diz-se que os executores da bula de Bonifácio VIII sobre a revogação contra os portugueses eram o arcebispo de Toledo, o bispo de Salamanca e o deão de Orense. Este último tentara proceder contra o mestre provincial e freires portugueses, com o escopo de os levar à situação em que estavam, antes de Nicolau IV lhes conceder a faculdade de elegerem mestre provincial. Nas letras enviadas aos arcebispos de Braga e de Compostela não se tinha feito menção desta circunstância, pelo que, a pedido de D. Dinis, o papa João XXII, por bula de 27 de Fevereiro de 1319, estabele-

(108) AV, Reg. Aven. 9, fl. 102v-104v, Reg. Vat. 68, fl. 69v-70v, n. 1235.

ceu que os ditos prelados pudessem continuar o múnus de que foram incumbidos, sem tal omissão constituir obstáculo para isso (109). *E a seguir, por outra bula de 15 de Julho de 1319, contendo todas as determinações anteriores, facilita ainda mais a missão dos arcebispos, mencionando expressamente as bulas de Nicolau IV, Celestino V e Bonifácio VIII e quaisquer processos feitos pelos executores, apelações ou quaisquer outros documentos, que em nada poderiam obstar ao cumprimento do encargo:*

> «*Venerabilibus fratribus .. Compostellano et .. Bracharensi archiepiscopis. Salutem, etc. Tunc digne summi speculatoris officium et debitum agimus apostolice servitutis cum, conditionibus locorum et temporum provida consideratione pensatis, causas precidimus, ex quibus possunt oriri discordie et tam quieti quam securitati fidelium et maxime regnantium et regnorum studemus salubriter providere. Sane, sicut habet fidedigna relatio, olim clare memorie .. Portugalie et Algarbii rex, zelo fidei et devotionis accensus, .. magistri et fratrum ordinis militie sancti Jacobi, qui tunc erant, strenuitatem attendens et quod propter vicinitatem quam habebat cum sarracenis, fidei catholice inimicis, pro dictorum regnorum tutela et impugnatione hostium fidei hominibus strenuis et pro fide zelantibus plurimum indigebat, possessiones, fortellitia, loca et castra quamplurima in regnis predictis et presertim in frontariis dictorum sarracenorum consistentia concessit magistro et fratribus supradictis ac successive nonnulli alii reges Portugalie dictis magistro et fratribus possessiones, loca, fortellicia et castra similiter concesserunt et quod fere omnia que dictus ordo tenet in regnis predictis ex liberalitate regum Portugalie qui fuerunt pro tempore et a domo regia ad ipsum ordinem pervenerunt, ex quibus fortalitiis atque castris nonnulla existunt in dictis frontariis et aliqua ex ipsis fortissima regnorum Castelle et Legionis finibus sunt coniuncta quodque ad concessionem huiusmodi reges predicti inducti fuerunt, illa precipue ratione ut magister et fratres ipsius ordinis, qui erant et essent pro tempore, in defensione dictorum regnorum Portugalie et Algarbii tam contra dictos hostes fidei quam contra alios, regna eadem impugnare volentes, viriliter et potenter assisterent regibus memoratis eisque fideles essent et pro viribus iuvarent eosdem et in dictis regnis Portugalie et Algarbii hospitalitatem tenerent et exercerent alia opera pietatis. Post quas quidem concessiones in magna multitudine fratres dicti ordinis in regnis predictis pro tutela ipsorum tamquam eorumdem regum fideles antiquitus consueverant immorari et de fructibus possessionum, locorum et castrorum predictorum et de hiis que ab ipsorum regnorum Portugalie et Algarbii incolis legabantur eisdem vivebant dictisque regibus in guerris tam contra dictos sarracenos quam contra alios, quotiens expediebat, cum equis et armis fideliter et utiliter serviebant. Verum tempore procedente in eisdem regnis Castelle et Legionis eidem ordini amplis, latis et diffusis possessionibus, locis, fortelitiis atque castris quamplurimis pia fidelium liberalitate collatis propter illa salubriter gubernanda et custodienda ab incursibus malignorum ac propter multa magna et ardua que magistro generali dicti ordinis ratione commissi sibi exequenda imminebant officii, idem magister reddebatur quamplurimum occupatus adeo quod propter occupationes huiusmodi et discursus, quos eum persepe facere oportebat per loca dicti ordinis, que extra dicta Portugalie et Algarbii regna consistunt, ac moram quam contrahebat in eis, non poterat ut debebat intendere neque intendebat cure et solicitudini fortelliciorum et castrorum eiusdem ordinis, consistentium in Portugalie ac Algarbii regnis predictis, propter que dictus ordo qui plurimum vetustis temporibus in*

(109) ANTT, Bulas, maço 26, n. 7, original, AV. Reg. Aven. 11, fl. 273-273v, Reg. Vat. 69, fl. 109-110v, n. 373. Publicada em *Monumenta Henricina*, I, Coimbra, 1960, n. 60, p. 95-97.

grandi fratrum multitudine strenuorum et observantia regulari et militari sollicitudine contra hostes et erga pauperes in operibus pietatis in eisdem Portugalie [*fl. 123v*] *et Algarbii regnis consueverat reflorere, eiusdem magistri presentia et consequenter correctionis ipsius debita disciplina cessantibus, cepit in premissis deficere et multipliciter deformari, ita quod in eis cultu divino non modicum diminuto, possessiones, loca, fortellitia et castra predicta carebant culture studio et custodia oportunis et ex eis plurima in ruine et desolationis opprobrium labebantur et ob hoc consueta servitia non exhibebantur nec exhiberi poterant regibus memoratis nec anniversaria ratione legatorum relictorum eisdem debita iidem fratres, prout tenebantur, persolvebant* [*fl. 315v*] *neque hospitalitatem vel alia pietatis opera, sicut consueverant, exercebant, in eorumdem regum preiudicium et grave scandalum incolarum regnorum Portugalie et Algarbii predictorum, quibus premissis et nonnullis aliis causis ad notitiam felicis recordationis Nicolai pape iiii, predecessoris nostri, deductis, idem predecessor, volens super hiis de oportuno remedio providere, per suas litteras dicitur statuisse et etiam ordinasse ut universi commendatores et fratres dictorum regnorum Portugalie et Algarbii aliquem ex eis ydoneum de regnis eisdem precipue seu etiam de aliis partibus in eorum et dicti ordinis in eisdem regnis Portugalie et Algarbii provincialem magistrum assumere possent, qui prefati ordinis personarum et bonorum eius in spiritualibus et temporalibus curam et administrationem haberet in regnis ipsis ac libere exerceret, predicto magistro maiori visitatione et correctione dumtaxat legitime per eum faciendis tantummodo reservatis, deinde vero dicto Nicolao predecessore nature debitum persolvente ac sancte memorie Celestino papa v ei in apostolatus officio subrogato, idem Celestinus primo quod per eumdem Nicolaum factum extiterat approbasse dicitur et etiam confirmasse ac demum eidem Celestino suggesto quod fratres dicti ordinis in regnis* [*consistentes eisdem huiusmodi statuti et ordinationis dicti predecessoris Nicolai pretextu quondam magistrum provincialem dicti ordinis in regnis*] *ipsis Portugalie et Algarbii duxerant eligendum, se una cum huiusmodi electo a subiectione et obedientia eiusdem generalis magistri, preterquam in dictis visitatione et correctione, temere subtrahendo, et quod propter hoc magna fuerat tam in eisdem Portugalie et Algarbii et in Castelle et Legionis regnis quam etiam in dicto ordine scissure ac turbationis materia suscitata quodque huiusmodi approbatio et confirmatio per eum facte per occupationem vel veri suppressionem aliquam emanarant, litteras suas super huiusmodi ordinatione et approbatione confectas, quatinus de facto processisse et emanasse dicebantur, cuiuscumque tenoris existerent, earumque beneficium et quicquid ex eis vel ab ipsis secutum extiterat et inantea sequi posset, omnino, sicut dicitur, revocavit ac revocationem huiusmodi in locis, in quibus foret expediens, mandavit solemniter publicari, prout in ipsius Celestini litteris asseritur plenius contineri ac deinde bone memorie Bonifatio papa viii, predecessori nostro, premissis etiam patefactis eiusque super hoc remedio implorato, idem Bonifatius huiusmodi statutum et ordinationem ac litteras prelibati predecessoris Nicolai, cuiuscumque forme vel tenoris existerent, earumque beneficium et quicquid ex eis vel ob ipsas secutum existeret et ex tunc in antea sequeretur vel sequi posset ac etiam si quid idem antecessor Celestinus per aliquam confirmationem seu approbationem vel alias in favorem dictorum statuti et ordinationis seu provincialis magistri quomodolibet innovasset, concessisset vel fecisset, de suorum fratrum consilio et assensu et apostolice* [*fl. 124*] *plenitudine potestatis revocasse, cassasse et annullasse omnino dicitur ac etiam irritasse dictumque ordinem sancti Jacobi ad illum statum pristinum reduxisse, in quo erat, antequam prefata eiusdem predecessoris Nicolai statutum et ordinatio seu ipsius super hoc confecte littere processissent vel si dictus Celestinus approbationem vel confirmationem aliquam ut predicitur non fecisset nichilque innovasset vel quomodolibet concessisset, statuens ac districtius iniungens ut ordo*

ipse ac universi fratres eiusdem ordinis ex tunc morarentur sub unius magistri subiectione et obedientia, sicut prius, ac nichilominus .. archiepiscopo Toletano et .. episcopo Salamantino, qui tunc erant, et .. decano ecclesie Auriensis suis dedit litteris in mandatis ut ipsi vel duo aut unus eorum per se vel alium seu alios universos et singulos eorumdem Portugalie et Algarbii regnorum commendatores et fratres prelibati ordinis militie sancti Jacobi monere et inducere procurarent ut quondam fratri Johanni tunc magistro generali dicti ordinis suisque in huiusmodi magistratus officio successoribus iuxta premissorum reductionis, statuti, ordinationis et precepti suorum tenorem et institutionem ordinis memorati devote ac humiliter subessent, intenderent et etiam obedirent, revocationem, ordinationem, reductionem, statutum et preceptum predicta facientes auctoritate sua perpetuo inviolabiliter observari. Contradictores per censuram ecclesiasticam, appellatione postposita, compescendo. Cum itaque frequens quamplurimum gravium personarum insinuatio ad audientiam nostram deduxerit quod statutum et ordinatio super premissis per eumdem predecessorem Nicolaum habita necnon confirmatio et approbatio eiusdem Celestini postmodum subsecute, suadentibus pluribus evidentibus iustis causis et necessariis, de magna equitate et iustitia processerunt ac revocationes, cassationes et irritationes ac statutum et decretum predicta ac processus quilibet tam per Celestinum quam Bonifacium predecessores predictos in contrarium postmodum subsecuta per circumventionem et falsi suggestionem in regum et regnorum Portugalie et Algarbii grave preiudicium emanarunt, nos, prout ad debitum pastoralis spectat officii, cupientes de premissis omnibus et singulis plenarie informari ac attendentes quod in tanta distantia plurimum difficile redditur, non habita plena cognitione locorum, posse discernere quid pro salubriori statu, tranquillitate et pace regnorum et ordinis predictorum securius et utilius sit agendum utrumve magis expediat quod statutum et ordinatio eiusdem predecessoris Nicolai circa electionem eiusdem provincialis magistri quam ea que postmodum in contrarium sunt statuta et etiam ordinata, debeant observari, fraternitati vestre, de qua plenam in Domino fiduciam gerimus, per apostolica scripta in virtute obedientie districte precipiendo mandamus quatinus in aliquo seu aliquibus locis dictorum Portugalie et Algarbii seu Castelle et Legionis regnorum que semel et quotiens expedire videritis, duxeritis eligenda, convenientes ac coram vobis vocatis, quos videritis evocandos, et habentes pre oculis solum Deum tam premissis [fl. 316] causis superius enarratis quam aliis coram vobis ab eis, quorum interest, proponendis ac omnibus et singulis premissa contingentibus et circumstantiis universis, que propter conditiones dictorum regnorum et ordinis fuerint attendenda, tam per considerationem vestram quam a prelatis, religiosis et personis aliis maturis et gravibus illarum partium, que super hiis zelum divinum habeant et publicum bonum attendant, informationem [fl. 124v] et instructionem summarie et de plano, sine strepitu iudicii et figura recipere studeatis an videlicet magis expediat pro favore fidei roboreque fidelium, regis Portugalie et Algarbii qui est et successorum suorum regum qui erunt pro tempore et dictorum regnorum tutela, dicti ordinis profectibus cultusque divini et hospitalitatis augmento, statutum et ordinationem eiusdem predecessoris Nicolai in premissis habita in pristinum statum reduci et etiam observari, an ea que postmodum circa revocationem et cassationem illorum ut premittitur in contrarium sunt secuta in sua remanere debeant firmitate, quecumque super premissis inveneritis queque vobis etiam in hac parte per nos tenenda, statuenda et etiam ordinanda salubrius videbuntur, cum causis, conditionibus, rationibus et circumstantiis universis, per quas possimus super premissis plenius informari et secura conscientia procedere in eisdem, nobis per vestras litteras, harum seriem continentes, sub sigillis vestris intimare curetis, sic nos de omnibus que in tanto negotio attendenda sunt plene et dilucide informantes quod super hiis, omni

circumscriptione cessante, que accepta sint Deo, predictis regi, regnis et ordini profutura fideique ac fidelium favorem respiciant et grave scandalum non inducant, ad Dei laudem et gloriam statuere et ordinare tam provide quam salubriter valeamus, prefigendo nichilominus eis, quorum intererit, certum peremptorium terminum competentem, de quo per vestras nos certificare litteras studeatis, infra quem apostolico se conspectui representent, ordinationem, provisionem et voluntatem nostras super predictis omnibus audituri. Contradictores per censuram ecclesiasticam, appellatione postposita, compescendo. Non obstantibus processibus quibuscumque eorumdem Nicolai, Celestini et Bonifatii, litterarum auctoritate per executores super hoc deputatos ab eis vel subdelegatos ipsorum et appellationibus ab ipsis seu occasione ipsorum interiectis et quibuslibet aliis commissionibus et processibus per dictos predecessores vel executores super hoc ab eis deputatos vel subdelegatos quoscumque ipsorum obiectibus, allegationibus, appellationibus non solum interpositis sed etiam interponendis, quorum pretextu, huiusmodi commissionis, inquisitionis et potestatis processum impediri nolumus vel differri, seu quibuscumque litteris monitoriis, inductoriis et exhortatoriis vel alterius cuiuscumque tenoris, per nos super hiis prefato regi vel aliis quibuscumque directis et quibuscumque processibus habitis per easdem seu eiusdem Bonifatii predecessoris, qua cavetur ne aliquis extra suam civitatem et diocesim, nisi in certis casibus exceptis, et in illis ultra unam dietam a fine sue diocesis ad iudicium evocetur seu ne iudices a sede deputati predicta extra civitatem et diocesim, in quibus deputati fuerint, contra quoscumque procedere aut aliquos ultra unam dietam a fine sue diocesis trahere presumant ac de duabus dietis in concilio generali sive ne aliqui ultra certum numerum vel de uno regno vel provincia ad regnum aliud vel aliam provinciam evocentur quam aliis quibuscumque constitutionibus a predecessoribus nostris Romanis pontificibus editis que vestre possent in hac parte commissioni, iurisdictioni aut potestati [fl. 125] eiusque libero exercitio quomodolibet obviare, seu si aliquibus communiter vel divisim a sede apostolica sit indultum quod interdici, suspendi vel excommunicari seu extra vel ultra certa loca ad iudicium evocari non possint per litteras apostolicas, non facientes plenam et expressam ac de verbo ad verbum de indulto huiusmodi mentionem et qualibet alia dicte sedis indulgentia generali vel speciali, cuiuscumque tenoris existat, per quam presentibus non expressam vel totaliter non insertam effectus huiusmodi commissionis et potestatis explicatio valeat quomodolibet impediri et de qua cuiusque toto tenore habenda sit in nostris litteris mentio specialis. Datum Avinione, Idibus Julii, anno tertio» (110).

Entretanto, o arcebispo de Braga, já velho e achacado de doenças, sentiu-se na impossibilidade de proceder ao dito inquérito, pelo que o papa João XXII, por letras de 7 de Janeiro de 1321, encarregava o bispo de Silves de substituir o metropolita bracarense neste processo, com iguais poderes. Eis na íntegra a transcrição das letras respectivas, semelhantes, aliás, a outras de posteriores substituições:

«*Venerabili fratri .. episcopo Silvensi. Salutem. Nuper fuit expositum coram nobis quod venerabilis frater noster .. archiepiscopus Bracharensis est adeo senio et corporis imbecillitate confectus quod de vicina eius morte verisimiliter dubitatur, propter quod executioni negotii per nos sibi et venerabili fratri nostro .. archiepiscopo Compostellano commissi super facto magistri provincialis ordinis militie sancti Jacobi in regnis Portugalie*

(110) AV, Reg. Aven. 12, fl. 123-125, Reg. Vat. 69, fl. 315-316, n. 1003.

et Algarbii ordinando ac inquisitioni circumstantiarum super hiis faciende et nobis postmodum referende, super quibus per litteras nostras, circa hec predecessorum nostrorum Romanorum pontificum processus et ordinationes habitos et deliberationis nostre propositum continentes, eosdem archiepiscopos plene duximus informandos, non potest commode intendere per seipsum. Quare fuit nobis humiliter supplicatum ut, ne propter hoc prefatum negotium impediri vel nimium retardari contingat, eidem Bracharensi archiepiscopo aliquem episcopum vel alium probum virum, de quo nobis expediens videretur, subrogare in eisdem regnis benignius dignaremur. Nos itaque huiusmodi supplicationibus inclinati, te, de cuius circumspectione confidimus, super omnibus in dicta commissione contentis ipsi Bracharensi archiepiscopo subrogamus. Quocirca fraternitati tue per apostolica scripta mandamus quatinus in eodem negotio auctoritate dictarum litterarum, eisdem archiepiscopis directarum, procedas, sicut idem archiepiscopus Bracharensis, si impeditus non esset, procedere debuisset. Datum Avinione, vii Idus Januarii, anno quinto» (111).

Ainda no mesmo ano, a 17 de Novembro, ao arcebispo de Compostela comunicava João XXII ter providenciado à sobredita substituição, recomendando-lhe que, por si mesmo ou por seus delegados, já que anteriormente, a 23 de Maio de 1320 (112), *o papa lhe concedera esta faculdade de delegar, em virtude dos muitos negócios da sua arquidiocese, em que andava ocupado, tome a peito o desempenho da missão, a realizar agora com o bispo de Silves:*

«Venerabili fratri .. archiepiscopo Compostellano. Salutem. Dudum proposito coram nobis quod tu, magnis et necessariis ecclesie tue negotiis occupatus, executioni negotii tibi et venerabili fratri nostro .. archiepiscopo Bracharensi per litteras nostras commissi super facto magistri provincialis militie sancti Jacobi in Portugalie et Algarbii regnis ordinando et inquisitioni circumstantiarum super hiis faciende nobisque postmodum referende, super quibus per easdem litteras, circa hec predecessorum nostrorum Romanorum pontificum processus et ordinationes habitos et deliberationis nostre propositum continentes, plene te et dictum archiepiscopum duximus informandos, non poteras commode intendere per teipsum, tibi per alias nostras litteras dedimus in mandatis ut si personaliter non posses executioni huiusmodi interesse, alii seu aliis viris gravibus et discretis super hiis committeres vices tuas, qui una cum dicto Bracharensi archiepiscopo procederent in negotio prelibato iuxta priarum nostrarum tibi et dicto archiepiscopo directarum continentiam litterarum, ac deinde nobis exposito quod idem archiepiscopus Bracharensis adeo erat senio et corporis imbecillitate confectus quod de vicina eius morte verisimiliter timebatur, propter quod executioni dicti negotii per se ipsum commode intendere non valebat, nobisque humiliter supplicato ut, ne propter hoc dictum negotium contingeret impediri vel nimium retardari, eidem archiepiscopo aliquem episcopum vel alium probum virum, de quo nobis videretur expediens, subrogare benignius dignaremur, nos venerabilem fratrem nostrum .. Silvensem episcopum super omnibus contentis in litteris huiusmodi commissionis, tibi et dicto archiepiscopo Bracharensi directis, per nostras certas litteras duximus subrogandum, mandantes eidem ut in eodem negotio auctoritate dictarum litterarum, tibi et dicto archiepiscopo directarum, procederet, sicut idem archiepiscopus Bracharensis, si impeditus non esset, procedere debuisset. Quare fraternitati tue per apostolica scripta mandamus quatinus per te vel subdelegatum seu subdelegatos tuos, si cui vel si quibus super premissis commisisti forsitan vel

(111) AV, Reg. Aven. 14, fl. 162, n. 281, Reg. Vat. 71, fl. 158, n. 281.
(112) VISCONDE DE SANTARÉM, *Quadro Elementar*, vol. IX, p. 9ζ6-327.

committes vices tuas, in regno huiusmodi cum dicto episcopo Silvensi procedas, sicut cum dicto archiepiscopo Bracharensi procedere poteras, iuxta dictarum nostrarum, ad te et dictum archiepiscopum insimul directarum continentiam litterarum; nos autem subdelegato seu subdelegatis tuis predictis, si cui vel si quibus super premissis commisisti vel committes forsitan ut predicitur vices tuas, procedendi cum dicto episcopo Silvensi in negotio memorato iuxta continentiam dictarum litterarum nostrarum, auctoritate presentium, liberam concedimus facultatem. Datum Avinione, xv Kalendas Decembris anno sexto» ([113]).

Idêntica faculdade foi concedida ao bispo de Silves, ao qual, já velho e cansado, como o arcebispo de Braga, concedia o papa João XXII, por bula de 5 de Novembro de 1322, pudesse delegar seus poderes a pessoas competentes, de forma a não se retardar demasiadamente a solução do caso da Ordem de S. Tiago em Portugal ([114]). *Aliás foi-lhe renovada tal faculdade a 21 de Maio de 1323, com a explicação de que o bispo, em obediência ao mandato do papa, tivera de ausentar-se da diocese por muito tempo e em lugares afastados, com prejuízo para a diocese:*

«Venerabili fratri .. episcopo Silvensi. Salutem, etc. Dudum ad apostolatus nostri deducto notitiam quod venerabilis frater noster .. archiepiscopus Bracharensis erat adeo senio et corporis imbecillitate confectus quod de ipsius vicina morte verisimiliter timebatur, propter quod executioni negotii sibi et venerabili fratri nostro .. archiepiscopo Compostellano litterarum nostrarum auctoritate commissi super facto .. magistri provincialis ordinis militie sancti Jacobi in Portugalie et Algarbii regnis ordinando et inquisitioni circumstantiarum super hiis faciende nobisque referende postmodum, super quibus per easdem litteras, circa hec predecessorum nostrorum Romanorum pontificum processus et ordinationes habitos ac deliberationis nostre propositum continentes, prefatos archiepiscopos plene duximus

---

([113]) AV, Reg. Aven. 16, fl. 131, Reg. Vat. 73, fl. 88v, n. 198.

([114]) «Venerabili fratri .. episcopo Silvensi. Salutem. Dudum ad apostolatus nostri deducto notitiam quod venerabilis frater noster .. archiepiscopus Bracharensis erat adeo senio et corporis imbecillitate confectus quod de ipsius vicina morte timebatur, propter quod executioni negotii, sibi et venerabili fratri nostro .. archiepiscopo Compostellano litterarum nostrarum auctoritate commissi, super facto .. magistri provincialis ordinis militie sancti Jacobi in Portugalie et Algarbii regnis ordinando et inquisitioni circumstantiarum super hiis faciende nobisque referende postmodum, super quibus per easdem litteras circa hec predecessorum nostrorum Romanorum pontificum processus et ordinationes habitos ac deliberationis nostre propositum continentes prefatos archiepiscopos plene duximus informandos, non poterat intendere per seipsum commode, nos te in omnibus que in litteris commissionis huiusmodi continentur, per alias nostras litteras duximus subrogandum. Cum autem tu, sicut nuper fuit propositum coram nobis, simili senio et imbecillitate labores, executioni commissionis huiusmodi nequeas intendere per teipsum, nos nolentes quod executio ipsa propterea retardetur, fraternitati tue per apostolica scripta mandamus quatinus, si personaliter huiusmodi executioni intendere forte nequiveris, alii seu aliis gravibus, fidelibus [fl. 139] et discretis viris, qui una cum dicto archiepiscopo Compostellano vel subdelegato seu subdelegatis ipsius in negotio executionis predicte procedant iuxta priarum nostrarum eisdem Compostellano et Bracharensi archiepiscopis directarum continentiam litterarum, super hiis committere studeas vices tuas. Volumus autem quod si vices huiusmodi pluribus committere te contingat, ipsorum cuilibet vices ipsas in solidum committere studeas, ita quod unus sine alio exequi libere valeat quod super hoc eis duxeris committendum. Nos autem illi vel illis, cui vel quibus super huiusmodi executione committes forsan ut predicitur vices tuas et cuilibet eorum in solidum procedendi cum archiepiscopo Compostellano vel subdelegato seu subdelegatis predictis in negotio memorato iuxta dictarum priarum nostrarum continentiam litterarum, prefatis Compostellano et Bracharensi archiepiscopis ut predicitur directarum, auctoritate presentium, plenam concedimus facultatem. Datum Avinione, Nonis Novembris, anno septimo»: AV, Reg. Aven. 18, fl. 138v-139, n. 199, Reg. Vat. 74, fl. 90, n. 199. Cf. VISCONDE DE SANTARÉM, *Quadro Elementar*, vol. IX, pp. 328-329.

informandos, non poterat intendere per seipsum commode, nos te in omnibus que in litteris commissionis huiusmodi continentur, per alias nostras litteras duximus subrogandum. Verum quia fideli relatione percepimus quod tu pretextu supradicti negotii volens nostris parere mandatis, retroactis temporibus, diu te in remotis partibus a tua ecclesia et diocesi absentasti et ex hoc eadem ecclesia in spiritualibus et temporalibus incurrisse dicatur non modicam lesionem et ledi amplius imposterum verisimiliter formidatur, nos volentes ut taliter circa executionem intendatur predicti negotii, quod per hoc eadem ecclesia non ledatur, fraternitati tue per apostolica scripta mandamus quatinus si personaliter huiusmodi executioni intendere forte nequiveris, alii seu aliis gravibus fidelibus et discretis viris qui una cum dicto archiepiscopo Compostellano vel subdelegato seu subdelegatis ipsius in negotio executionis predicte procedant iuxta priarum nostrarum, eisdem Compostellano et Bracharensi archiepiscopis directarum continentiam litterarum, super hiis committere studeas vices tuas. Volumus autem quod si vices huiusmodi pluribus committere contingat, ipsorum cuilibet vices ipsas in solidum committere studeas ita quod unus sine alio exequi libere valeat quod super hoc eis duxeris committendum. Nos autem illi vel illis, cui vel quibus super huiusmodi executione committes forsitam ut predicitur vices tuas et cuilibet eorum in solidum procedendi cum archiepiscopo Compostellano [fl. 486v] vel subdelegato seu subdelegatis predictis in negotio memorato iuxta dictarum priarum nostrarum continentiam litterarum, prefatis Compostellano et Bracharensi archiepiscopis ut predicitur directarum, auctoritate presentium, plenam concedimus facultatem. Datum Avinione, xii Kalendas Junii, anno septimo» (115).

Existem duas bulas de 1 de Agosto de 1325, uma dirigida ao arcebispo de Compostela, bispo de Silves e tesoureiro de Braga (116), *e outra dirigida ao arcebispo de Compostela, bispo de Silves e arcediago de Viseu* (117), *por meio das quais sabemos que o arcebispo de Compostela e bispo de Silves realmente procederam a inquéritos e disso informaram o papa. Enquanto os comissionados procediam a investigações — conta o papa nestas bulas — ou por si ou por delegados, o mestre geral e freires de Castela, baseados em motivos sem consistência, sob pretexto de que recebiam agravos por parte dos investigadores, apelaram várias vezes ao papa, sem, contudo, prosseguirem nas apelações. Não comparecendo no prazo determinado para a discussão do caso, segundo as citações dos comissários, tornaram-se réus de contumácia, além de se recusarem a pagar as despesas do processo, que lhes tocavam, de desprezarem a sentença de excomunhão contra eles lançada e de impedirem, por quantos meios puderam, o inquérito e aquisição de informações. Ao contrário, o mestre provincial e freires de Portugal tinham obedecido, em tudo, aos sobreditos comissários, não descurando apresentar testemunhas e diversos documentos, para eles obterem a devida informação, com grandíssimas despesas e facilidades, inclusive de salvo-conduto, dadas ao procurador do mestre geral e seus partidários. Em Portugal foram apresentadas cerca de 367 testemunhas, originárias dos reinos de Castela e de Portugal, entre as quais, bispos, abades, deãos, arcediagos, cónegos de igrejas catedrais, religiosos e clérigos seculares, bem como cavaleiros e outras pessoas, que eles ouviram, além de, pessoalmente, terem visitado os castelos e lugares da Ordem de S. Tiago em Portugal. Para maior imparcialidade, às testemunhas originárias do reino de*

(115) AV, Reg. Aven. 18, fl. 486-486v, Reg. Vat. 74, fl. 262, n. 758.

(116) AV, Reg. Aven. 23, fl. 420-421, Reg. Vat. 79, fl. 296v-297, n. 2077. O texto é totalmente igual ao da bula dirigida ao arcebispo de Compostela, bispo de Silves e arcediago de Viseu, no mesmo dia, exceptuado naturalmente o nome ou indicação de tesoureiro.

(117) AV, Reg. Aven. 25, fl. 315-315v, Reg. Vat. 79 n. 462.

Castela, interessadas no assunto, foi marcado prazo para comparecerem em Sevilha, desde 1 de Outubro de 1324 até ao dia 1 de Outubro de 1325. Visto que o bispo de Silves, por motivo de enfermidade, não podia continuar a exercer tal ofício, o papa substituiu-o pelo tesoureiro de Braga, segundo uma bula, e pelo arcediago de Viseu, segundo a outra bula, com a mesma data. Ordenava então o papa aos comissários obrigassem o mestre geral a satisfazer pelas despesas pagas pelo mestre provincial e freires portugueses, na parte que lhe tocava, e por outras a fazer, sob pena de censuras eclesiásticas. Ao mestre provincial de Portugal, freires e procurador deviam assegurar passagem livre e segura, para se dirigirem a Sevilha ou outros lugares de Castela, onde seriam ouvidas testemunhas originárias desse reino e domínios, e tornarem a Portugal. Dois ou mais notários públicos, não suspeitos, deviam redigir as actas sobre o assunto. O processo devia ser enviado, finalmente, ao papa pelos comissários, depois de terem marcado prazo às partes litigantes, dentro do qual deviam comparecer na Cúria papal, com todos os documentos respeitantes à causa, para ouvirem as determinações papais sobre a questão:

«*Venerabilibus fratribus .. archiepiscopo Compostellano et .. episcopo Silvensi ac dilecto filio .. archidiacono Visensi. Salutem, etc. Dudum vos, fratres archiepiscope et episcope, quos super inquisitione, instructione et informatione faciendis et habendis in negotio .. magistri provincialis ordinis militie sancti Jacobi in regnis Portugalie et Algarbii ordinando ac etiam circumstantiarum indagine super hiis facienda iudices per nostras litteras specialiter duximus deputandos, nobis per vestras litteras intimastis quod dum vos, prout poteratis, ex ipsarum nostrarum serie litterarum, per vos et subdelegatos vestros procederetis in negotio predicto, pro parte generalis magistri et fratrum prefati ordinis regnorum Castelle et Legionis ex pluribus frivolis causis, a vobis seu subdelegatis predictis asserentium se gravari, diverse ad nos fuerunt appellationes frivole interiecte, quas huiusmodi appellantes quod sciveritis vel audiveritis prosequi non curarunt, quinimmo coram vobis citati legitime nec in statutis eis terminis comparendo fere fuerunt in omnibus iudicialibus actibus contumaces ac necessarias expensas vobis et subdelegatis predictis, eiusdem negotii disceptationi vacantibus, dictos magistrum et fratres dictorum regnorum Castelle et Legionis rationabiliter contingentes, exhibere, quamquam super hoc per vos legitime fuissent moniti, recusarunt, vilipendendo excommunicationis sententiam ob hoc in eos rationabiliter promulgatam et alias inquisitionis et informationis predicte expeditionem studentes multipliciter impedire, parte altera videlicet dicti provincialis magistri et fratrum ordinis supradicti regnorum Portugalie et Algarbii predictorum vestris citationibus et processibus parente humiliter et devote, ac testes et diversa munimenta coram vobis pro informatione huiusmodi producente ac expensas fere omnes pro dicte inquisitionis et informationis negotio cum magno et quasi importabili onere ministrante ac providente de securo conducto procuratori dicti generalis magistri et sibi adherentium, dum in dictis regnis Portugalie et Algarbii procedebatur in negotio memorato, nobis etiam per vestras litteras intimastis quod pro instructione et informatione predicta testes pro parte dicti tenentis locum provincialis magistri productos trecentos et sexaginta septem vel circa numero et nonnullos alios tam de dictis Portugalie quam Castelle regnis oriundos, paucis exceptis, et inter ipsos episcopos, abbates, decanos, archidyaconos, ecclesiarum cathedralium canonicos, religiosos et seculares clericos necnon milites militumque filios et alias graves personas recepistis et castra et loca dicti ordinis in prefatis Portugalie et Algarbii regnis consistentia propriis oculis subiecistis quodque pro pleniori instructione et informatione habendis in negotio prelibato ex testibus oriundis de dictis regnis Castelle et Legionis et dominio* [*fl. 315v*] *regnorum ipsorum et ut omnis suspicio et scandali materia evitarentur et ad audiendum super hiis nostrum propositum et mandatum*

et procedendum in negotio memorato, secundum quod per nostras litteras mandaremus, apud civitatem Ispalensem a Kalendis Octobris proxime preteritis usque ad Kalendas Octobris proxime venturas omnibus, quorum interest, terminum assignastis, prout in litteris vestris, predicti archiepiscope et episcope, super hiis nobis directis plenius continetur. Cum autem, sicut accepimus, tu, prefate episcope, adeo sis infirmitate gravatus et alias impeditus quod executioni dicti negotii nequis ulterius commode interesse, nos volentes quod huiusmodi negotium, sublatis impedimentis quibuslibet, laudabiliter terminetur, te, fili archidiacone, ex officio nostro prefato episcopo in huiusmodi negotio subrogantes, discretioni vestre per apostolica scripta mandamus quatinus vos, prefati archiepiscope et archidiacone, per vos vel per alium seu alios eumdem generalem magistrum auctoritate nostra quod de predictis expensis per partem dicti provincialis magistri solutis, ipsum ratione dicti negotii pro preterito tempore contingentibus, eidem magistro provinciali vel eius locum tenenti seu vices gerenti aut procuratori ipsius infra certum peremptorium terminum, quem sibi ad hoc duxeritis prefigendum, necnon utramlibet dictarum partium de expensis futuris ipsas contingentibus que fient in negotio memorato infra certos alios terminos, quos eisdem similiter prefixeritis, satisfaciant cum effectu, per censuram ecclesiasticam, appellatione postposita, compellatis ac nichilominus vos, dicti archiepiscope et archidiacone, pro pleniori instructione et informatione predictis habendis et ut omnis materia scandali evitetur, super dicto negotio per testes oriundos de dictis regnis Castelle et Legionis et dominio regnorum ipsorum ad civitatem Ispalensem vel alia loca dictorum regnorum Castelle et Legionis et dominii eorumdem, de quibus videbitur, accedentes, per dictum generalem magistrum et fratres dicti ordinis dictorum regnorum Castelle et Legionis eidem provinciali magistro seu eius locum tenenti ipsiusque procuratori ac fratribus et aliis sibi adherentibus quod ad civitatem Ispalensem predictam et alia loca dictorum regnorum Castelle et Legionis et dominii eorumdem tute accedere et in ipsis morari et ab eis recedere et ad regnum Portugalie remeare valeant pro negotio memorato pro securo eorum conductu bonam et ydoneam cautionem prestari, quam expedire videritis, faciatis, in predicto negotio ad inquisitionem et informationem huiusmodi ulterius procedentes, iuxta predictarum priarum nostrarum tibi prefato Compostellano et venerabili fratri nostro Bracharensi archiepiscopis, cui tu, frater Silvensis episcope, in ipso negotio fuisti per alias nostras litteras subrogatus, continentiam litterarum, adhibentes auctoritate predicta duos vel plures, prout expedire videritis, apostolica auctoritate notarios publicos, eisdem partibus non suspectos, qui acta super huiusmodi negotio coram vobis habita fideliter universa conscribant. Quod si forte dictus generalis magister vobis parere contempserit in premissis, vos, prefati archiepiscope Compostellane et episcope Silvensis, inquisitionem, informationem et instructionem per vos et subdelegatos vestros iam factam, receptam et habitam totumque processum, per vos et subdelegatos eosdem habitum in negotio memorato, cum omnibus actis et munimentis, huiusmodi negotium contingentibus, fideliter sub sigillis vestris inclusa nobis remittere procuretis, prefigentes eisdem partibus certum peremptorium terminum competentem, quo cum omnibus actis, iuribus et munimentis eorum nostro se conspectui representent, auditure super hiis nostre beneplacitum voluntatis et alias facture et recepture quod iustitia suadebit. Diem vero prefixionis huiusmodi et formam et quecumque inde feceritis, nobis per instrumentum publicum seu per vestras litteras cum presentium serie quamtotius intimare curetis. Datum Avinione, Kalendis Augusti, anno nono» ([118]).

([118]) Cf. nota 117.

Afinal quem substituiu o bispo de Silves não foi o tesoureiro de Braga, mas o arcediago de Viseu, como se infere de letras de 1 de Julho de 1327. Efectivamente, dirigindo-se ao arcebispo de Compostela e a ele arcediago de Viseu, João XXII, depois de referir a história dos acontecimentos até ali, aliás como é conhecida pelas bulas anteriores, com a explícita informação de que o arcediago de Viseu substituía o bispo de Silves, impedido por motivo de enfermidade, declara desejar ser informado mais completamente. Para isso ordena-lhes enviem quanto antes à Cúria papal todos os processos e outras informações, que julgarem úteis, e citem ambas as partes a comparecerem perante o papa com os respectivos documentos, no prazo de três meses, para ouvirem quanto o Sumo Pontífice julgar oportuno determinar:

«*Johannes, episcopus, servus servorum Dei. Venerabili fratri .. archiepiscopo Compostellano et dilecto filio .. archidiacono Visensi. Salutem et apostolicam benedictionem. Dudum inter dilectos filios .. magistrum generalem et fratres ordinis militie sancti Jacobi Castelle et Legionis ex parte una ac .. magistrum provincialem et fratres eiusdem ordinis Portugalie et Algarbii regnorum ex altera ratione quorumdam statutorum et ordinationum factorum per felicis recordationis Nicolaum papam iiii necnon confirmationum et approbationum postmodum per sancte memorie Celestinum papam v subsecutarum ac propter quasdam revocationes, cassationes et irritationes postmodum habitas super premissis per bone memorie Bonifacium papam viii, predecessores nostros, orta materia questionis, tandem tibi, frater archiepiscope, et bone memorie Johanni, archiepiscopo Bracharensi, eius proprio nomine non expresso, nostris dedimus litteris in mandatis ut in aliquo seu aliquibus locis dictorum Castelle ac Legionis seu Portugalie et Algarbii regnorum, que semel et quotiens expedire videretis, duxeritis eligenda, convenientes et coram vobis vocatis quos videritis evocandos, et habentes pre oculis solum Deum, tam causis in eisdem litteris enarratis quam aliis coram vobis ab eis quorum interesset proponendis ac omnibus et singulis premissa contingentibus et circumstantiis universis, que propter conditionem dictorum regnorum et ordinis existerent, attendenda, tam per considerationem vestram et presentaneam visionem quam a prelatis, religiosis et personis aliis maturis et gravibus illarum partium, que super hiis zelum divinum haberent et publicum bonum attenderent, informatione ac instructione de plano et sine strepitu et figura iudicii recepta, quecumque super premissis, inveniretis queque vobis in hac parte per nos tenenda, statuenda et etiam ordinanda salubrius viderentur, cum causis, conditionibus, rationibus et circumstantiis universis, per quas possemus plenius informari et secura conscientia procedere in eisdem, nobis per vestras litteras, earumdem litterarum vestrarum seriem continentes, sub sigillis vestris curaretis fideliter intimare sicque nos de omnibus que in dicto negotio attendenda forent plene ac lucide informando, quod super hiis, omni circumspectione cessante, que accepta essent Deo, predictis regnis et ordini profutura fideique ac fidelium profectum respicerent et grave scandalum non inducerent, ad Dei laudem et gloriam statuere et ordinare tam provide quam salubriter valeremus, prout in dictis litteris nostris plenius continetur. Deinde ad audientiam nostram fidedigna relatione deducto quod idem archiepiscopus Bracharensis adeo erat senio et corporis imbecillitate confectus quod de vicina eius morte verisimiliter timebatur nec executioni premissorum intendere poterat commode per seipsum, nos eidem archiepiscopo* [*fl. 164*] *Bracharensi venerabilem fratrem nostrum .. Silvensem episcopum in dicto negotio* [*fl. 56v*] *duximus subrogandum et cum per te, prefate archiepiscope, vel subdelegatum tuum dictumque episcopum super premissis ad quamplures actus processum fuisset, demum nos fidedignis relatibus intellecto quod prefatus episcopus certis ex causis rationabilibus premissorum executioni ulterius intendere non valebat, nos te, fili archidiacone, prefato episcopo per*

nostras certi tenoris litteras subrogavimus super negotio memorato. Cum autem per processus, auctoritate dictarum litterarum vestrarum tam per prefatos archiepiscopum Bracharensem et episcopum Silvensem una tecum, prefate archiepiscope, quam per vos post huiusmodi subrogationem habitos de predicto negotio eiusque circumstantiis desideremus plenius informari, ut ad decisionem ipsius salubriter, actore Domino, procedere valeamus, discretioni vestre per apostolica scripta mandamus quatinus omnes processus super premissis habitos per manum publicam fideliter in scriptis redactos et informationes alias quas circa hec videritis faciendas, sub sigillis vestris inclusos nobis quamtotius destinare curetis. Volumus insuper quod per vos vel alium seu alios predictas partes peremptorie ex parte nostra citetis quod infra trium mensium spatium post citationem huiusmodi per se vel procuratores legitimos sufficienter instructos cum omnibus actis, iuribus et munimentis eorum, huiusmodi causam tangentibus, compareant coram nobis, ordinationem, provisionem et voluntatem nostras super predictis omnibus audiure; diem vero huiusmodi citationis et formam et quicquid inde feceritis nobis per vestras litteras vel instrumentum publicum, harum seriem continentes vel continens, fideliter intimare curetis. Datum Avinione, Kalendis Julii, pontificatus nostri anno undecimo» (119).

A julgar pelo sobredito, dever-se-ia pensar que a solução do caso estava prestes a realizar-se, mas não foi assim, ao que parece. A 10 de Agosto de 1327, D. Afonso IV respondia a requerimento do procurador do mestrado de S. Tiago de Castela «ao mestre de Portugal, pelo qual lhe dizia que não se chamasse mestre nem usasse como mestre das coisas e bens do mestrado, pois que a bula do Papa Nicolau fora revogada por uma do Papa João». Tratava-se da bula referida de 17 de Abril de 1317 de João XXII, que ficara sem efeito ou suspensa pelas sucessivas intervenções do mesmo papa, ao mandar inquirir sobre o que seria mais conveniente: a concessão de Nicolau IV sobre a faculdade de os freires portugueses elegerem mestre provincial ou a sujeição imediata dos freires ao mestre geral de Castela. E foi nesta ordem de ideias que D. Afonso IV negou a Pedro Lopez de Baeça, procurador de Vasco Rodriguez, mestre geral da Ordem de S. Tiago de Castela, a licença e pedido de protecção para publicar aquela bula e exigir do mestre provincial português Pedro Escacho plena obediência ao mestre de Castela, deixando de se dizer mestre e não usando dos bens da Ordem em Portugal, sem mandato do mestre de Castela. O rei só aceitava e lhe permitia fizesse declarações a teor das determinações posteriores do sobredito papa João XXII, que encarregara o arcebispo de Compostela e o arcediago de Viseu de fazerem inquirição sobre o assunto. Eis algumas passagens do documento, com a resposta do monarca português:

«En nome de Deus, amen. Sabham quantos este stromento virem e leer ouvirem como perdante o muyto alte e muy nobre Senhor Dom Affonsso, pela graça de Deus rey de Portugal e do Algarve, presentes os honrrados en Christo don G.o per essa meesma graça arcebispo da eigreia de Bragaa e don Rodrigo, bispo de Lamego, en presença de mjm Lourenço Martinz, tabelliom geeral nos reynos de Portugal e do Algarve, Pero Lopez de Baeça, ffreyre da Ordem de Santiago en Castela, comendador de Monfferrando, procurador de dom Vaasco Rodriguez, meestre da cavalaria da dicta Ordem de Santiago en Castela, per poder dũa procuraçom ... mostrou e per mim dicto tabellion leer fez huũ scrito, do qual o teor tal he: Pero Escache, yo Pero Lopez de Baeça, comendador de Monfferrando e procurador de[l] honrrado señor don Vaasco Rodriguez, por la graçia de Dios maestre de la orden de la cavalaria de Santiago, ffago leer e pubricar ante vos en

(119) AV, Reg. Aven. 28, fl. 56-56v, Reg. Vat. 84, fl. 163v-164, n. 2424. VISCONDE DE SANTARÉM, *Quadro Elementar*, IX, p. 340-341.

nombre del dicho maestre la sentençia del muy ssanto padre don Johane por la graçia de Dios papa ... O qual scrito mostrado e leudo ao dicto senhor rey, de resposta do dicto scrito mandou a mjm dicto tabellion leer hũa cedula, da qual o teor de termo a termo tal he: Diz el rey que vos P.o Lopes lhi enviastes mostrar huũ stormento, en que he contheudo que Johane Affonsso de Saavedra, arcediagoo Deye[n]ares en a egreia de Sevilha e oficial desse arcebispo, diz que vyo hũas letras do papa que deu a outoridade a Migel Perez, notayro, que as tornasse en publica forma. As quaes leteras que dezia que eram do papa, se começavam: Johane bispo, servo dos servos de Deus, e adeante sse seguia a essas leteras: El rei don Affonso de Castela e o mestre geeral da ordem de Santiago lhi enviaram dizer que como todolos ffreyres dessa ordem de Santiago vivessem sub disposiçom e correçom duũ meestre que por cousas que forom dictas a papa Nicolaa quarto sseu antecessor que ... as quaes leteras dizia que forom dadas xb dias das Kalendas de Mayo, o ano primeyro, que fora papa. Outrosy vos P.o Lopez mostrastes huũ scrito, en que dizia que vos como procurador do meestre da orden de Santiago en Castela queriades fazer leer e publicar en nome desse meestre a P.o Scacho a sentença do muy santo padre dicto papa Joane bispo e per poder desta procuraçom queriades requerer e amoestar que sse nom chamasse m.e do que a Orden avia nos reynos de Portugal e do Algarve nen husasse doficio nen de cousa que parecesse de fazer m.e, mays sse era ffreire dessa Ordem que fosse viver sso obediencia do dicto m.e de Castella e que nom tomasse nenhũa cousa dos beens dessa Ordem ssen mandado do dicto m.e de Castela e que esto lhy queriades dizer per poder deste privilegio de papa Johane. E que outrosy diziades que lhy queriades dizer e ffrontar que dalj adeante nom fosse perdante o arcebispo de Santiago e arcediagoo de Viseu nem antre outros nenhũu que eles ou qualquer deles per ssy ouvessem postos en este feyto que ora he perante esses arçebispo e arcediagoo ou perante aqueles que hy derem per cartas que sobre esto fossem guanhadas nen ffezessem fazer custas ao m.e de Castella nen el que as nom fezese hy. E pera poderdes todesto dizer e ffrontar en a guisa que era dicto en este scrito que pedyrades a el rej que vos segurasse e vos desse sa carta de ssegurança a todo esto. Diz el rey que o m.e de Castela sabe ou deve de saber que adepois do ano primeyro que este santo padre papa Joham foy papa, cuias el diz que ssom estas leteras, que mandava publicar, veendo as rrazoes per que fora movudo o dicto Nicolaao papa a fazer o dicto hordinahamento e outrossy veendo outras rrazoes muy certas e muy hyguaaes e muy direytas que forom mostradas a el e querendo desto seer certo e enformado, teve per ben de seu ofiçio de mandar fazer hy enquiriçom e cometeo feyto desta enquiriçom ao arcebispo de Santiago e ao bispo de Silves e outros, revogou todolos hordinamentos e processos e sentenças e execuções que forom feytas contra o meestre e freyres de Portugal e estes arcebispo e bispo ssegundo lhys era mandado pelo papa fezerom chamar os meestres de Castela e de Portugal e aqueles comendadores que entenderom que devyam sseer chamados e estes pareçeram peranteles per seus procuradores e con eles os dictos arçebispo e bispo fezerom enquiriçom ou enformaçom e tomarom testemunhas dos reynos de Castela e de Leon e de Portugal e outrosy tomarom testemunhas e virom as outras cousas que lhy o papa mandava veer per sy e per aqueles que derom en sseu logo e an agora certo tenpo a que parecessem sobresto E hu o feyto antre o m.e de Castella e o de Portugal per mandado do papa esta ora e[n] este estado. Ten el rey que estranho he e cousa que nom era de fazer do m.e de Castella envyar esto dizer a el nen mandar fazer tal ffronta ao meestre e aos ffreires de ssa terra nen outrosy vos P.o Lopez de tomardes atrevimento de vijrdes hij a esto, que devedes a entender que he cousa a que nom devyades a vjr nen enviardes dizer nen frontar. Outrosy que he muy ssen rrazom de pedirdes que vos de el rey a sobredicta segurança pera poderdes dizer e ffrontar as dictas cousas ao m.e nem a ffreyres e por esto diz que saber cousa que tam sen rrazom he e contra aquelo que o papa depoys mandou fazer, que vola non dara, ante vos defende que desto nom digades nen ffrontedes nenhũa cousa aos m.e nen a sseus freires nen vaades ali hu eles sson e esta rrazom, mays sse algũa cousa dizer quiserdes da parte do m.e de Castella ou dos freyres sobresta

enquiriçom ou enformaçom que o papa mandou fazer ou sobre algũa cousa de direyto que a ela tange que vos possades ou devades de direyto ffazer ou dizer que ssobresto vos dara otorgua e ssegurança ou outra certidõe, per que vos entendades que mays seguro poderedes sseer per que possades fazer e dizer todo aquelo a que o vosso m.e e ordem perteençe sobresto que ora o papa mandou ffazer, ssegundo o passo en que ora esta. O qual escrito leudo, o dicto ssenhor rey mandou a mim Lourenço Martinz, tabelliom sobredicto, que das dictas cousas ffezesse ende huũ stromento sso meu sinal; ffeyto en Lixboa, x dias dagosto, testemunhas os honrrados padres ssenhores don Gonçalo, arçebispo de Bragaa, don Johane bispo de Lisboa, meestre Gil das leis, o priol daalcaçova Joham Lourenço. E eu Gil Martinz, scrivam jurado, per mandado do dicto Lourenço Martinz, este stromento com mha mão screvj. E eu Lourenço Martinz, tabellion de ssuso dicto, que a todesto presente fuj con as dictas testemonhas, e este stromento fiz screver per mão de Gil Martinz, scrivan jurado, e aqui meu sinal pugj, que tal he (lugar do sinal), *en testemonho de verdade*» (120).

Estas circunstâncias explicam o facto de, em pública forma de Maio de 1329, sobre o «escambo feito entre D. Afonso IV e Pedro Escacho, mestre provincial da Ordem de Santiago, pelo qual o mesmo mestre obtinha a vila de Odemira, Ribeira e quinta de Nisa, e dava a vila de Arruda, com seus termos e direitos», encontrarmos documentos, nos quais aparece Pedro Escacho no pleno exercício das funções de mestre provincial dos freires de S. Tiago em Portugal. Assim em carta régia «dada em Alcaçar, oyto dias de Mayo, era de mill trezentos ssaseenta e ssete annos», deparamos com os seguintes dizeres: «... como nos rei don Affonsso o quarto pela graça de Deus rey de Portugal e do Algarve e don Pedro Escacho maestre provençial da horden da cavalaria de Santiago nos nossos reynos e o convento dessa horden ...»; e em «hũa carta de procuraçom sseelada de dous sseelos pendentes do meestre don Pedro Escacho e convento» estoutros: «Dom Pedro Escacho, pela graça de Deus meestre da cavalaria da horden de Santiago nos reynos de Portugal e do Algarve e nos commendador moor e convento dessa meesma... ffecta en Ferreira, ssete dias de Mayo, era de mill e trezentos e ssassenta e ssete (121), *comportando-se assim o mestre provincial e os freires portugueses como se não existisse tal bula de João XXII e as reacções do mestre de Castela para a pôr em prática nada contassem. Mais ainda. O rei de Portugal e os freires portugueses continuavam a dar provas de independência, procedendo à eleição de mestres provinciais portugueses, como disso é prova documento de Maio de 1329 ou carta de D. Afonso IV «ao comendador-mor, a respeito do modo pelo qual se haviam de eleger os mestres, por morte de D. Pedro Escacho, e de como fora eleito o mestre D. Garcia Pires». Eis a parte referente à eleição do mestre Garcia Pires, que é documento de 27 de Maio de 1329:*

«Sabham todos como vijnte e ssete dias de Mayo, era de mil e trezentos e ssessenta e ssete anos, en presença de mjm Joham Dominguiz, tabeliom geeral del rej antre Teio e Odiana e aalem de Odiana, e das testemunhas que adeante ssom scriptas, na meysom dAlcaçar, dentro na igreia de Santiago, hu sse ssol a ffazer o cabidoo, sseendo en cabidoo pera elegerem meestre, presentes dom Garçia Perez, comemdador moor do que ha a Ordem de Santiago nos reinos de Portugal e do Algarve, e Lourenço Gomez Taveira, comendador de Palmela, e Affom Furtado, comendador de Messegena e Affom Stevez, comendador de Sesimbra, e Pero Affon, comendador dAlvaladi, e Fernam Roiz, comendador de Castro Verde, e Affon Zarco, comendador de Ourique, e Gonçalo Martinz,

(120) ANTT, Gaveta 5, maço 2, docum. n. 6. Cf. *As Gavetas da Torre do Tombo*, II, Lisboa, 1962, p. 381, n. 878.

(121) ANTT, Gaveta 5, maço 2, docum. n. 3. Cf. *As Gavetas da Torre do Tombo*, II, Lisboa, 1962, p. 376, n. 873.

comendador de Cabrela, e Gonçalo Fernandez, comendador dAliust' e Gonçalo dUlveyra, comendador de Vila Caseval, e Joham Vaasquez, comendador de Santos, e Lourenço Gonçalvez, comendador dAlmodouvar, que ssom dos treze, e Martim Anes, comendador de Garvam, que os dictos comendador moor e ffreires todos em concordia hj poserom en enmenda por Fernam Reimondo, comendador da Royarica, que e huũ dos treze da dicta hordem, que hi nom era, que os dictos comendador e ffreires disserom que o podiam hj poer en sseu nome do dicto Fernam Reimondo, ssegundo ssa Ordem, e valer o que el ffosse ffecto na dicta enliçon en nome do dicto Fernam Reimondo come sse el hj presente stevesse, e muytos outros comendadores, priores e freires da dicta Ordem que a[e]sto eram iuntados, en concordia e a hũa voz elegerom e outorgarom e ouverom por sseu mayor e por sseu meestre da dicta Ordem o dicto dom Garçia Perez, comendador moor, e logo o rreceberom por meestre e por mayor e prouguellis tambem a eles come a outros muytos cavaleiros e escudeiros e çidadaos e a outros muytos homens boons que hj fforom presentes. Das quaes cousas o dicto meestre e ffreires e Fernam Gonçalvez, vassalo del rej, oveedor da ssa justiça antre Teio e Odiana e aalen de Odiana pedirom a mjm dicto tabeliom e a Domingos Perez, tabeliom dAlcaçar, que a todesto ffoy presente comigo, que lhis dessemos desto dous stromentos, huũ ssemelhavil a outro en probica fforma sso nossos ssignaaes, huũ pera el rej e outro pera o dicto meestre e ffreires. Testemunhas que a todesto presentes fforom Domingos Perez, tabeliom dAlcaçar ssobredicto, Roy Lourenço, Johanne Anes, scudeiros de Fernam Gonçalvez, Viçente Dacre, Domingos Doiz dAlcaçar, Johanne Meendiz, creligo del rej, Joham Nicolas de Palmela e eu Joham Dõiz, tabeliom ssobredicto, que a todesto com o dicto Domingos Perez, tabeliam dAlcaçar, presente ffuy e desto dous stromentos huũ ssemelhavil ao outro screvj e em cada huũ deles meu ssignal pugi que tal (lugar do sinal) *he. E eu Domingos Perez, tabeliom del rej en Alcaçar, que a todesto presente ffuy, con o dicto Joham Doiz e aqui en este strumento meu ssinal pugj, que tal e* (lugar do sinal)» (122).

Que o papa ainda não tinha dado a solução, neste tempo, colhe-se de vários documentos pontifícios. Por bula de 20 de Novembro de 1333, dirigida ao tesoureiro de Córdova, mestre-escola de Jaén e Fernando Martins, cónego de Sevilha, sabemos que, neste tempo, a questão ainda estava de pé. O arcebispo de Compostela e o arcediago de Viseu tinham mandado ao papa as informações requeridas na bula de 1 de Julho de 1327 e citado as partes a comparecerem perante o papa em determinado prazo, que já tinha passado. O estudo dos documentos fora confiado ao cardeal-bispo de Penestrino. Este procedeu à abertura e publicação do processo, dando faculdade às partes de requererem uma cópia, na presença de Pedro Lopes, procurador do mestre e freires de Castela, e doutra pessoa, a desculpar o procurador do mestre provincial e freires portugueses, pois

---

(122) ANTT, Gaveta 5, maço 3, docum. n. 5. Cf. *As Gavetas da Torre do Tombo*, II, Lisboa, 1962, p. 399, n. 885. Eis parte do outro documento, incluindo carta de el-rei D. Afonso IV, de 19 de Maio: «...perante o dicto comendador mayor e ffreires, da qual o teor [e]ste he: Dom Affom, pela graça de Deus Rej de Portugal e do Algarve. A vos, comendador mayor e ffreyres da Ordem da Cavalaria de Santiago, ssaude. Sabede que me disserom que dom Pedro Scacho, vosso meestre, he morto, de cuia morte a mjm pesa, por boom que ele era pera o meu serviço e pera prol de vos todos e dessa Ordem. Porem vos rrogo que sseiades todos aqueles que devedes eleger em acordo pera elegerdes en concordia, ca conpre de o ffazerdes assj por o sserviço de Deus e meu e prol de vos todos e dessa Ordem. E conpre outrossi muyto per rrazom do preito que avedes pera o passo em que esta, assi como vos todo mais compridamente dira Fernam Gonçalvez Cogominho meu vassalo, que a vos sobre esto mando ... Dante em Santarem, dez e nove dias de Mayo. El Rej o mandou, don Martin Stevez a ffez. A qual perleuda, o dicto Fernam Gonçalvez leeo entom perdante o dicto comendador e ffreires huũ scripto ... E outrossj como quis prol de a vos todos e prol da Ordem e vossa honra e honra do Reino assaz amostrou [Pedro Scacho] na demanda que avedes com os da Ordem de Santiago no Reino de Leom e de Castela ... por que o El Rej muyto preçava e amava ...». Cf. FRANCISCO BRANDÃO, *Monarchia Lusytana*, V, Lisboa, 1650, cap. 61, fl. 141v.

fora detido no caminho. Entretanto, o procurador português morrera na Cúria pontifícia, pelo que a causa continuava pendente. A pedido do procurador do mestre e freires de Castela, por esta bula determinava o papa que os destinatários da mesma citassem o mestre provincial e freires portugueses a apresentarem-se no prazo de três meses, por si ou por meio de procurador, com os documentos relativos à causa, a fim de o papa dar a sentença final, sob pena de se continuar a causa, apesar da sua ausência ou contumácia:

«*Dilectis filiis .. thesaurario Cordubensis et .. scolastico Gienensis ac Ferdinando Martini, canonico Ispalensis ecclesiarum. Salutem, etc. Regis pacifici qui regnat essentialiter in excelsis et mundanis potentialiter, principatus vicem quamquam immeriti gerentes in terris, sibi subditos, quos fere disposuit pacificos et modestos sui auctoritate suffulti, regimus et dirigimus quantum nobis eius conceditur excellentia potentatus, quod recte perficimus cum litium, ne fiant quodammodo immortales, precipue antiquatos scrupulos inter viros, presertim regulares, gladio bis acuto precidimus et finalis diffinitionis calculo terminamus. Ex hoc enim consurgitur pacis amene serenitas et succeditur consolidatio animorum divinique beneplaciti obsequio ab eis perfectius et sedulius intenditur, dum procella cordium unione concordie sepelitur, quia numquam devotius et quietius quam pacatis mentibus colitur pacis auctor. Sane iam dudum inter dilectos filios .. magistrum generalem et fratres ordinis militie sancti Jacobi Castelle ac Legionis ex parte una et .. magistrum provincialem et fratres eiusdem ordinis Portugalie et Algarbii regnorum ex altera, ratione quorumdam statutorum et ordinationum factorum per felicis recordationis Nicholaum papam iiii necnon confirmationum et approbationum postmodum per Celestinum papam v subsecutorum ac propter quasdam revocationes, cassationes et irritationes postmodum habitas super premissis per Bonifatium papam viii, predecessores nostros, orta materia questionis, tandem venerabili fratri nostro .. Compostellano et bone memorie Johanni Bracharensi archiepiscopis, ipsius archiepiscopi Bracharensis proprio nomine non expresso, nostris dedimus litteris in mandatis ut in aliquo seu aliquibus locis dictorum Castelle ac Legionis seu Portugalie et Algarbii regnorum, que semel et quotiens expedire viderent, ducerent eligenda, convenientes et coram eis vocatis quos evocandos viderent et habentes pre oculis solum Deum, tam causis in eisdem litteris enarratis quam aliis coram ipsis ab eis, quorum interest, proponendis ac omnibus et singulis premissa contingentibus et circunstantiis universis que propter conditiones dictorum regnorum et ordinis existerent antedicta* (sic) *tam per considerationem eorumdem et presentaneam visionem quam a prelatis, religiosis et personis aliis maturis et gravibus illarum partium, que super hiis zelum divinum* [*fl. 282*] *haberent et publicum bonum attenderent, informatione ac instructione de plano, sine strepitu et figura iudicii recepta, quecumque super premissis invenirent queque ipsis in hac parte per nos tenenda, statuenda et etiam ordinanda salubrius viderentur, cum causis, conditionibus, rationibus et circumstantiis universis, per quas possemus plenius informari et secura conscientia procedere in eisdem, nobis per eorum litteras, dictarum litterarum nostrarum seriem continentes, sub sigillis ipsorum curarent fideliter intimare sicque seipsos de omnibus que in huiusmodi negotio attendenda forent, plene ac lucide informando quod super hiis, omni circumspectione cessante, que accepta essent Deo, predictis regnis et ordini profutura fideique ac fidelium profectum respicerent et grave scandalum non inducerent, ad Dei laudem et gloriam statuere et ordinare tam provide quam salubriter valeremus, prout in dictis litteris nostris plenius continetur. Deinde vero ad audientiam nostram fidedigna relatione deducto quod idem archiepiscopus Bracharensis adeo erat senio et corporis imbecillitate confectus quod de vicina eius morte verisimiliter timebatur nec executioni premissorum intendere poterat commode*

per seipsum, nos eidem archiepiscopo Bracharensi venerabilem fratrem nostrum .., episcopum Silvensem, in predicto negotio duximus subrogandum et cum per dictum episcopum vel subdelegatum suum, cui deputando concessimus potestatem super premissis ad quamplures actus processum fuisset, demum nos, fidedignis relatibus intellecto quod prefatus episcopus certis ex causis rationabilibus predictorum excecutioni ulterius intendere non valebat, nos dilectum filium archidiaconum Visensem eidem episcopo per nostras certi tenoris litteras subrogavimus super negotio memorato. Cum autem per processus, auctoritate dictarum litterarum nostrarum tam per prefatos archiepiscopum Bracharensem et episcopum una cum dicto archiepiscopo Compostellano quam per eosdem archiepiscopum Compostellanum ac archidiaconum post huiusmodi subrogationem habitos, de predicto negotio eiusque circumstantiis desideraremus plenius informari, ut ad decisionem ipsius salubriter auctore Domino procedere valeremus, dictis archiepiscopo Compostellano et archidiacono per alias nostras dedimus litteras in mandatis ut omnes processus super premissis habitos per manum publicam fideliter in scriptis redactos et informationes alias, quas circa hec conspicerent faciendas, sub sigillis eorum inclusos, nobis curarent quantotius destinare. Voluimus insuper quod per se vel alium seu alios predictas partes peremptorie ex parte nostra citarent ut infra certi temporis spatium iam elapsum post citationem huiusmodi per se vel procuratores legitimos sufficienter instructos, cum omnibus actis, iuribus et munimentis earum, huiusmodi causam contingentibus, coram nobis comparere curarent, ordinationem, provisionem et voluntatem nostram super predictis omnibus auditure, diemque huiusmodi citationis ac formam et quicquid inde facerent nobis per eorum litteras vel instrumentum publicum, ipsarum litterarum nostrarum eis directarum seriem continentes vel continens, curarent fideliter intimare, predicti namque archiepiscopus Compostellanus et archidiaconus omnes processus habitos super premissis per manum publicam in scriptis redactos per eorum litteras per manum publicam scriptas et subscriptas eorumque sigillis sigillatas, ut prima facie apparebant, citatis per alias patentes litteras ipsorum partibus supradictis ad videndum et audiendum quantum de iure foret, destinationis, remissionis seu relationis huiusmodi formam et recipiendum terminum peremptorium, quem eis assignarent, et infra quem coram nobis comparerent, prout continetur, in nostris eis directis litteris supradictis, per certos ipsorum nuntios speciales et iuratos ad nos fideliter destinarunt. Porro nos subsequenter venerabili fratri nostro Petro, episcopo Penestrino, commisimus et mandavimus oraculo vive vocis ut processus ac litteras citationis et rescriptionis huiusmodi dictorum archiepiscopi Compostellani et archidiaconi nobis destinatos ut prefertur et remissos reciperet ipsosque processus aperiret et publicaret et de ipsis partibus negotium ipsum tangentibus copiam exhiberet, si habere vellent ea[m]dem, coram quo siquidem episcopo Penestrino comparentibus in iudicio Petro Lupi dicti ordinis qui se dicebat procuratorem eorumdem magistri et fratrum Castelle ac Legionis et quodam alio qui excusabat procuratorem dictorum magistri provincialis et fratrum Portugalie et Algarbii, dicens quod in itinere detentus impedimentis legitimis existebat, prefatus episcopus Penestrinus aperuit et publicavit ac pro apertis et publicatis habuit destinatos et remissos processus eosdem et decrevit partibus, quibus interesset, processu[u]m copiam predictorum. Cum autem, sicut pro parte dictorum magistri et fratrum Castelle ac Legionis fuit nobis expositum, is qui se dicebat procuratorem eorumdem magistri provincialis et fratrum Portugalie et Algarbii in Romana Curia nature debitum persolverit et adhuc huiusmodi causa coram dicto episcopo Penestrino pendeat, providere in hac parte de opportuno remedio, ne causa ipsa indecisa remaneat, dignaremur. Finem igitur litibus cupientes imponi, ne ex prorogatione iudicii iustitie derogetur, discretioni vestre per apostolica scripta committimus et mandamus quatinus, receptis presentibus, sine dilationis obstaculo et

difficultatis obiectu, vos vel duo aut unus vestrum per vos vel alium seu alios predictos magistrum provincialem et fratres Portugalie et Algarbii ex parte nostra peremptorie citare curetis ut infra trium mensium spatium post vestram citationem huiusmodi per se vel per procuratorem ydoneum sufficienter instructum, cum omnibus actis, iuribus et munimentis eorum, prefatam causam tangentibus, apostolico se conspectui representent, in eadem causa, prout de iure fuerit, processuri et demum in ea iustam sententiam seu ordinationem rationabilem, dante Domino, recepturi, aperte predicentes magistro provinciali et fratribus Portugalie et Algarbii supradictis quod si [non] venerint vel miserint seu non veniant vel non mittant, in predicta causa et tandem ad sententiam vel ordinationem huiusmodi, quatenus ordo iuris dictaverit, procedetur, eorum absentia seu contumatia non obstante; diem vero ipsius vestre citationis et formam et quicquid super hiis duxeritis faciendum nobis per vestras litteras, harum seriem continentes, studeatis quantotius fideliter intimare. Datum Avinione, xii Kalendas Decembris, anno xviii.°» (123).

Teriam então terminado em 1334, conforme o prazo estabelecido nesta bula, os litígios e processos, com disposições definitivas do papa João XXII? Ignoro, embora possa até acontecer que entre as minhas anotações venha a encontrar alguma referência ou alusão ao assunto. Creio, porém, ter havido nessa época interesses da parte tanto de D. Afonso IV como da Cúria pontifícia em protelar a última decisão. A morte de João XXII, ocorrida a 4 de Dezembro de 1334, poderá ter contribuido também para a dilação. De facto, D. Afonso IV recusava-se a aceitar a nomeação para bispo de Coimbra de D. João, sobrinho do cardeal-bispo Penestrino, precisamente o encarregado da solução do litígio da Ordem de S. Tiago, contra as insistências do papa João XXII. Como veremos, este Romano pontífice, por bula de 10 de Novembro de 1333, lamentava-se ao rei não tivesse ele admitido o vigário que o bispo eleito de Coimbra D. João, sobrinho do cardeal-bispo Penestrino, vice-chanceler da Cúria, enviara à diocese. Recomendava-lhe o recebesse dignamente e assim o fizesse tratar por seus oficiais, ministros e povo (124). *Neste sentido, com vistas a interceder junto do rei, escreveu também à rainha-mãe Santa Isabel e à rainha Dona Beatriz* (125). *A seguir,*

---

(123) AV, Reg. Vat. 107, fl. 281v-282, n. 961. VISCONDE DE SANTARÉM, *Quadro Elementar*, IX, p. 342-344.

(124) «Alfonso, regi Portugalie. Pridem bone memorie Raymundo, episcopo Colimbriensi, apud sedem apostolicam, sicut Domino placuit, vita functo, nos Colimbriensi ecclesie de persona dilecti filii Johannis, electi Colimbriensis, nepotis venerabilis fratris nostri Petri, episcopi Penestrini, sancte Romane Ecclesie vicecancellarii, duximus de fratrum nostrorum consilio, sicut serenitatem regiam latere non credimus, providendum. Sane, fili carissime, cum, sicut admiranter infeste relationis assertione percepimus, dilectum filium vicarium eiusdem electi, quem ipse ad eamdem ecclesiam tueque celsitudinis presentiam destinavit, non duxeris admittendum, regalem magnificentiam attentius deprecamur quatinus memoratum vicarium immo dictum electum in personam ipsius favorabiliter et benigne recipias ac ipsum et ecclesiam memoratam aliosque ministros, officiales et gentes eiusdem oportunis favoribus prosequaris, taliter quod clara devotio regia per nos digne valeat in Domino commendari. Datum iiii Idus Novembris, anno xviii»: AV, Reg. Vat. 117, fl. 247va-247vb.

(125) «Elisabeth, regine Portugalie. Pridem bone memorie, etc., supra, usque providendum. Sane, cum, sicut miranter accepimus, carissimus in Cristo filius noster Alfonsus, rex Portugalie illustris, natus tuus, dilectum filium .. vicarium eiusdem electi, quem ipse ad eamdem ecclesiam ac eiusdem regis et tuam, filia carissime, presentiam destinavit, non duxerit admittendum nosque super receptione ipsius vicarii favorabili et quod eum et eamdem ecclesiam favoribus prosequatur regiis, eidem regi dirigamus per alias litteras preces nostras, serenitatem tuam attentius deprecamur quatinus eumdem vicarium et ecclesiam Colimbriensem habens pro divine et nostra dicteque sedis reverentia favore benivolo commendatos, apud eumdem regem instare velit efficaciter tua benignitas ut ipsum vicarium benigne recipiat et oportunis favoribus prosequatur. In eumdem modum Beatrici, regine Portugalensi, dicti regis uxori. Datum ut supra»: AV, Reg. Vat. 117, fl. 247vb.

noutra carta de 11 de Fevereiro de 1334, mostrou o papa João XXII ao rei espanto e admiração por ele não ter acedido a seus rogos de receber, como devia, o vigário do bispo eleito e de contribuir para os súbditos fazerem o mesmo (126). *Neste sentido, escreveu à rainha-mãe Santa Isabel e à rainha Dona Beatriz* (127). *Ao arcebispo de Braga escreveu também a 15 de Abril de 1334, mandando-o comparecer na Cúria pontifícia* (128). *Entretanto, D. Afonso IV enviava como seus*

---

(126) «Regi Portugalie. Nosti, fili carissime, quod, sicut filiorum carorum rationabiliter [fl. 248] gesta mentem patris exilarant, sic profecto qui rationis metas transiliunt, ipsam exulcerant graviter et molestant. Sane, fili carissime, quia non absque admiratione grandi ac turbatione molesta percepimus hiis diebus quod preces nostras utique iuri et honestati consonas, scilicet quod .. vicarium dilecti filii Johannis, electi Colimbriensis, nepotis venerabilis fratris nostri Petri, episcopi Penestrini, quem eidem Colimbriensi, tunc vacanti apud sedem apostolicam per obitum bone memorie Raymundi, Colimbriensis episcopi, apud sedem decedentis eamdem, de fratrum nostrorum consilio in episcopum et pastorem ecclesie prefate prefecimus, benigne recipere eumdemque electum ac eius vicarium et ecclesiam recomendatos habentes, non admittens ad exauditionis effectum, nedum eumdem vicarium curasti recipere, sed potius, nescimus quo seductus consilio, ne dictus electus eiusque prefatus vicarius a suis reveretur *(ler* reciperetur) subditis diceris effecisse. Profecto, fili, si quantum per hoc sponsi ecclesie sancte Dei videlicet Jhesu Christi, qui sponsam ipsam adeo dilexit et diligit quod pro ea suum fudit sanguinem, contra te indignationem provocaveris quamtumque matrem tuam sanctam Romanam Ecclesiam per hoc leseris quamtumque electo predicto patri tuo iniuriam feceris ac quantum fame tue detraxeris et gloriam tuam maculaveris per predicta infra pectoris tui claustra solicita meditatione revelaveris *(ler* revolveris) speramus ac credimus quod tua circumspectio festinabit per debitam obedientiam obliterare predicta. Quocirca serenitatem tuam eo attentius quo sepius paternis adimus precibus et attentis exhortationibus ex[c]itamus quatinus premissa cogitans et recogitans diligenter, pro Dei reverentia precumque nostrarum intuitu vicarium benigne recipias antedictum, immo in ipso prefatum electum nosque in eo ac in nobis memoratum sponsum Ecclesie, cuius nos sumus ministri eisque sic velis assistere favoribus oportunis sicque prompte velis premissa exequi quod nos qui de tua salute statuque tuo prospero sumus et intendimus esse soliciti, ad hoc intentiori et promptiori desiderio assurgamus. Rogamus insuper regalem benivolentiam et hortamur ut premissa sic fiant prompto animo quod non oporteat preces iterare ulterius nec alia remedia adhibere. Datum iii Idus Februarii, anno xviii»: AV, Reg. Vat. 117, fl. 247v-247vb.

(127) «Elisabeth, regine Portugalie. Non absque admiratione grandi et turbatione molesta percepto quod carissimus in Christo filius noster Alfonsus, rex Portugalie illustris, natus tuus, preces nostras, utique iuri et honestati consonas, scilicet quod .. vicarium dilecti filii Johannis, electi Colimbriensis, nepotis venerabilis fratris nostri Petri, episcopi Penestrini, quem ecclesie Colimbriensi, apud sedem decedentis apostolicam, de fratrum nostrorum consilio in episcopum et pastorem ecclesie prefate prefecimus, benigne reciperet eumdemque electum ac eius vicarium et ecclesiam recommendatos haberet, non admittens ad exauditionis effectum, nedum eumdem vicarium non curavit recipere sed potius, nescimus quo seductus consilio, ne dictus electus eiusque prefatus vicarius a suis reciperetur subditis dicitur effecisse. Profecto, filia carissima, si rex prefatus quantum per hoc sponsi Ecclesie sancte Dei scilicet Jhesu Christi, qui sponsam ipsam adeo dilexit et diligit quod pro ea suum fudit sanguinem, indignationem contra se provocaverit quamtumque matrem suam sanctam Romanam Ecclesiam per hoc leserit quantumque predicto electo patri suo fecerit iniuriam ac quantum fame sue detraxerit et gloriam suam maculaverit per predicta infra sui claustra pectoris solicita meditatione revolverit, speramus et credimus quod sua festinabit circumspectio per debitam obedientiam obliterare predicta. Cum autem regi prefato preces nostras super premissis providerimus iterandas, serenitatem tuam plenis affectibus deprecamur quatinus regem eumdem ut prefatum vicarium benigne recipiat, immo in ipso electum predictum nosque in eo ac in nobis memoratum sponsum Ecclesie, cuius nos sumus ministri, sic eis velit favoribus oportunis assistere, quod [fl. 248v] nos qui de regis eiusdem salute ac statu prospero sumus et intendimus esse soliciti, ad hoc intentiori et promptiori assurgamus desiderio, tua providentia efficaciter inducere non omittat, habitura nichilominus, filia dilectissima, pro divina et eiusdem sedis reverentia supradictos electum et vicarium ac Colimbriensem ecclesiam favorabiliter commendatos. In eumdem modum Beatrici, regine Portugalie, mutato ubi dicitur natus tuus dicatur vir tuus. Datum ut supra». AV, Reg. Vat. 117, fl. 248b-248va.

(128) «Gunsalvo, archiepiscopo Bracharensi. Cum certis ex causis tua sit nobis presentia plurimum oportuna, fraternitati tue, presentium tenore, mandamus quatinus ad nostram cures presentiam personaliter, visis presentibus, quamcitius commode poteris, te conferre. Datum xvii Kalendas Maii, anno xviii»: AV, Reg. Vat. 117, fl. 248va.

embaixadores ao papa o chanceler Pedro do Sem e o ouvidor das causas régias Aires Anes. O papa recebeu-os e ouviu atentamente quanto lhe propuseram em nome do rei, mas estranhou que sobre o assunto do bispo eleito de Coimbra nada se tivesse feito, como ele papa declara em carta de 31 de Julho de 1334 (129). *Talvez a solução do caso tivesse lugar, pouco depois, no pontificado de Bento XII. Seja como for, o certo é que em Portugal continuaram os freires da Ordem de S. Tiago a eleger provincial, sobre o que há, aliás, documentação pontifícia* (130).

c) Súplica de Abril de 1323 das autoridades civis bolonhesas, a favor do português Martinho Martins, reitor da universidade de Bolonha

Tenho conhecimento de súplicas dirigidas ao papa João XXII pelo Consiglio del Populo *de Bolonha, em Janeiro de 1323, entre as quais se conta uma a favor de um português de nome Martinho Martins, reitor da universidade de Bolonha, juntamente com outras, uma a favor de* Nicolaus Canali, nepos bone memorie condam domini cardinalis de Pergamo, *atinente ao indulto de receber, durante sete anos, os proventos de seus benefícios, enquanto frequentasse o Estudo de Bolonha, e outra a favor de* Bernardus de Cathenaciis, canonicus sancti Antonii de Placentia, olim rector Cytramontanus Studii Bononiensis, *sobre o canonicato de Ravena. A referente ao português Martinho, cónego de Coimbra e do Porto, na expectativa das respectivas prebendas, e reitor ultramontano da universidade de Bolonha, bem como reitor da igreja de Santa Comba Dão da diocese de Coimbra, da qual há referências já em autores antigos, inclusive portugueses* (131), *afigura-se-me de excepcional interesse. De facto, as autoridades de Bolonha recordam que este reitor dos estudantes ultramontanos na universidade de Bolonha trabalhara muito pela reforma da dita universidade, ao pedirem ao papa lhe conceda o canonicato de Braga, na expectativa da prebenda. Eis a súplica, existente ainda hoje na* Riformagioni di Consiglio del Popolo:

> «*Sanctissimo in Christo patri et domino Johanni provixione divina dignissimo sacrosancte Romane sedis antistiti .. regimina, consilium et commune ac populus civitatis Bon. beatissimis pedibus obscula vere devotionis imprimere. Ex vere devotionis zelo, quo scolares et studentes Bon. et eos maxime quos Studii nostri et universitatis scolastice veros cognoscimus promotores, tamquam filios affectuose diligimus, clementissimo vestro conspectui preces nostras et litteras devotamus. Cum vir siquidem prudentia et honestate preclarus dominus Martinus, scolastice universitatis noster rector ultramontanus, canonicus*

(129) «Alfonso, regi Portugalie. Ad nostram nuper venientes presentiam dilectos filios Petrum de Censu, cancellarium tuum, et Ariam Johannis, causarum regalium auditorem, nuntios regios, benigne recepimus et que ipsi proposuerunt et que proponebantur in litteris regiis, ab eis nostro apostolatui presentatis, intelleximus diligenter, sed de regali magnificentia quod negotium dilecti filii Johannis electi et ecclesie Colimbriensis, pro quo totiens scripsisse meminimus, nequaquam expeditum extiterit, non sufficimus admirari. Cum autem ex hoc honori et saluti non parum detrahatur regiis ac in manifestum eorumdem electi et ecclesie iniuriam et sedis apostolice contumeliam cedere dinoscatur, regiam rogamus providentiam et in Domino attentius exhortamur quatinus eiusdem expeditionem negotii differri amplius non permittat. Datum ii Kalendas Augusti, anno xviii»: AV, Reg. Vat. 117, fl. 248va.

(130) Fala-se, por exemplo, em súplica de 1345 do mestre e freires da Ordem de S. Tiago da diocese de Évora. E em Janeiro de 1366 o embaixador de D. Pedro pedia a indulgência plenária para o mestre da Ordem de S. Tiago do reino de Portugal e Algarve, já sexagenário, Gil Fernandes. Cf. ANTÓNIO DOMINGUES DE SOUSA COSTA, OFM, *Monumenta Portugaliae Vaticana*, I, Roma-Porto, 1968, p. 64, n. 106, p. 501, n. 229.

(131) CARLO MALAGOLA, *Monografie Storiche sullo Studio Bolognese*, Bologna, 1888, p. 140.

Colimbriensis et Portuensis expectans ac rector sancte Columbe de Hoo Colimbriensis dyocesis, ex quamplurimis ipsius domini Martini meritis operosis ad reformationem Studii nostri multa sollicitudine laboraverit, eapropter apostolice clementiam sanctitatis supplices exoramus quatinus rectori predicto providere dignetur de dignitate et canonicatu et prebenda cum cura vel sine cura, si qua vacat in ecclesia Bracharensi, vel primam vacaturam conferendam eidem apostolice beatitudini reservare, cum clausula anteferri et aliis opportunis, non obstante quod canonicatum et rectoratum dictarum ecclesiarum noscitur obtinere. Ad omnia ecclesiastici honoris et nominis promotiva nostra semper devotione parata» (132).

Os elementos contidos na súplica permitem-nos a identificação deste estudante, reitor dos ultramontanos da universidade de Bolonha, com Martinho Martins, clérigo português, sobre o qual existem algumas bulas de João XXII. Em 23 de Novembro de 1321, concedia, efectivamente, este papa a Martinho Martins, reitor da igreja de Santa Comba Dão da diocese de Coimbra, o canonicato do Porto, na expectativa da prebenda, e encarregava da execução o abade de Alcobaça, o deão de Lisboa e Rodrigo Domingues, cónego de Braga:

«Dilecto filio Martino Martini, canonico Portugalensi. Salutem, etc. Laudabile testimonium quod tibi de honestate morum et vita ac aliis meritis perhibetur, nos inducunt ut ad personam tuam apostolice provisionis dexteram extendamus. Horum igitur consideratione, volentes tibi gratiam facere specialem, canonicatum ecclesie Portugalensis cum plenitudine iuris canonici ac prebendam nulli alli de iure debitam, si qua in dicta ecclesia vacet ad presens, apostolica tibi auctoritate [fl. 136] conferimus et de illis etiam providemus. Si vero nulla talis prebenda in dicta ecclesia vacat ad presens, nos prebendam proximo vacaturam, que de iure similiter nulli alii debeatur, conferendam tibi, cum vacabit, donationi apostolice reservamus ... Non obstantibus ... Aut quod ecclesiam parrochialem sancte Columbe de Her (sic) *Colimbriensis diocesis nosceris obtinere ... Datum Avinione, viiii Kalendas Decembris, anno sexto. In eodem modo dilectis filiis .. abbati monasterii de Alcobatia Ulixbonensis diocesis et .. decano Ulixbonensis ac Roderico Dominici, canonico Bracharensis ecclesiarum ...»* (133).

Noutra bula de 27 de Junho de 1322, era concedido ao nosso Martinho Martins, reitor da igreja de Santa Comba Dão, o canonicato de Coimbra, na expectativa da prebenda, e recordava-se que ele usufruía o dito canonicato do Porto e a sobredita igreja paroquial. O papa encarregava da execução da bula o deão de Lisboa, o mestre-escola de Coimbra e Vicente Rodrigues, cónego de Coimbra:

«Dilecto filio Martino Martini, canonico Colimbriensi. Salutem, etc. Ex tue devotionis et probitatis meritis, super quibus apud nos fidedignorum testimonio commendaris, digne provenire [fl. 439v] conspicimus ut personam tuam paterna benivolentia prosequentes, tibi reddamur ad gratiam liberales. Volentes itaque tibi, huiusmodi tuorum meritorum obtentu, gratiam facere specialem, canonicatum Colimbriensem cum plenitudine iuris canonici, apostolica tibi auctoritate conferimus et de illo etiam providemus, prebendam vero, si qua in dicta ecclesia vacat ad presens, vel cum vacaverit, quam tu per te vel procuratorem tuum, ad hoc specialiter constitutum, infra unius mensis spatium,

---

(132) ASB *(Archivio di Stato di Bologna)*, *Riformagioni del Consiglio del Popolo*, vol. XIII (ann 1321-1322), fl. 347v-348.

(133) AV, Reg. Aven. 16, fl. 193v-194, Reg. Vat. 73, fl. 135v-136, n. 362.

postquam tibi vel eidem procuratori vacatio illius innotuerit, duxeris acceptandam, conferendam tibi post acceptationem huiusmodi, cum omnibus iuribus et pertinentiis suis donationi apostolice reservamus... Non obstantibus ... Aut quod ecclesiam parrochialem sancte Columbe de Hoo (sic) *Colimbriensis diocesis ac canonicatum sub expectatione prebende in ecclesia Portugalensi nosceris obtinere ... Datum Avinione, v Kalendas Julii, anno sexto. In eodem modo dilectis filiis .. decano Ulixbonensis et .. scolastico ac Vincentio Roderici, canonico Colimbriensis ecclesiarum ...»* (134).

Por fim, atendendo à súplica acima transcrita, embora na bula não se faça referência alguma a ela, João XXII concedia ao nosso Martinho Martins o canonicato de Braga, na expectativa da prebenda, lembrando os ditos benefícios, inclusive o canonicato de Coimbra, em bulas de 17 de Abril de 1323, tanto na dirigida ao interessado, como aos executores da mesma:

«Dilecto filio Martino Martini, canonico Bracharensi. Salutem, etc. Ex tue devotionis et probitatis meritis, super quibus apud nos fidedignorum testimonio commendaris, digne provenire conspicimus ut personam tuam paterna benivolentia prosequentes, tibi reddamur ad gratiam liberales. Volentes itaque tibi, huiusmodi tuorum meritorum obtentu, gratiam facere specialem, canonicatum ecclesie Bracharensis cum plenitudine iuris canonici apostolica tibi auctoritate conferimus et de illo etiam providemus, prebendam vero, si qua in dicta ecclesia vacat ad presens, vel cum vacaverit, quam per te vel procuratorem tuum, ad hoc specialiter constitutum, infra unius mensis spatium, postquam tibi vel eidem procuratori vacatio illius innotuerit, duxeris acceptandam, conferendam tibi post acceptationem huiusmodi, cum omnibus iuribus et pertinentiis suis donationi apostolice reservamus ... Non obstantibus ... sive quod in Colimbriensi et Portugalensi ecclesiis canonicatus sub expectatione prebendarum ac parrochialem ecclesiam sancte Columbe de Hoom Colimbriensis diocesis nosceris obtinere ... Datum Avinione, xb Kalendas Maii, anno septimo. In eodem modo venerabili fratri .. episcopo Ulixbonensi ac dilectis filiis decano ac .. thesaurario ecclesie Ulixbonensis ...» (135).

Presentemente não recordo outros documentos respeitantes ao nosso Martinho Martins, reitor dos estudantes ultramontanos da universidade de Bolonha. Aguardo a oportunidade de nos meus apontamentos, nem sempre devidamente ordenados, de forma a poder utilizá-los na altura propícia, ou em futuras investigações, inclusive no Arquivo de Estado, de Bolonha, encontrar algo que possa ilustrar melhor a figura deste literato que, sendo estudante, embora reitor da universidade, merecera os encómios das autoridades de Bolonha. Associá-lo-ei, naturalmente, a outros estudantes portugueses do tempo, como Gonçalo Vasques, tesoureiro de Viseu, o qual estudava direito na universidade de Bolonha em 1326 (136). *Quais os méritos de Martinho Martins*

---

(134) AV, Reg. Aven. 17, fl. 267v-268, Reg. Vat. 73, fl. 439-439v, n. 1286.

(135) AV, Reg. Vat. 74, fl. 270v-271, n. 769.

(136) «Dilecto filio Gunsalvo Valasci, thesaurario ecclesie Vicensis *(sic)*. Salutem. Illis apostolica sedes liberalitatis sue consuevit dexteram aperire, qui vacando virtutibus, sue merentur benivolentie gratiam obtinere. Sane dudum attendentes laudabile testimonium quod tibi, tunc litterarum Studio Bononie insistenti, a fidedignis de honestate morum et vite et litterarum scientia necnon et aliis virtuosis suffragiis prebebatur, ac propterea tuam intendentes personam favore prosequi gratioso, tibi qui parrochialem ecclesiam sancte Marie de Çaatom Visensis diocesis obtinebas, sicut adhuc nosceris obtinere, thesaurariam ecclesie Visensis, sine cura, tunc vacantem per nostras certi tenoris litteras, cum omnibus iuribus et pertinentiis suis apostolica auctoritate contulimus et providimus de eadem, volentes quod postmodum dicte thesaurarie possessionem

na reforma da universidade de Bolonha não nos é dado saber com exactidão. Mais ou menos pela altura da súplica das autoridades de Bolonha, a seu favor, João XXII concedeu certas graças à universidade, as quais poderão ter alguma relação com o movimento indicado ou subentendido naquela súplica. Vou indicá-las, sem pretender ligação absoluta com os mesmos. Já que estamos a tratar da universidade de Bolonha, tais documentos não estarão fora, de todo, do seu ambiente. Quanto ao reitor dos Cismontanos, acima referido, afirmam as autoridades civis de Bolonha ter ele defendido o Estudo Geral e ter-se recusado a abandonar o Estudo, quando vários o fizeram, até ao ponto de influenciar muitos estudantes que ficaram em Bolonha: «...ipsius Studii pro viribus extiterit defensor et multis scolaribus dicto tempore inde recedentibus, abire noluit, verum etiam in eodem hactenus perseveraverit diligenter, inherens continue scolasticis disciplinis, ob eiusdem reverentiam et amorem quamplures scolares pariter remanserunt...». Os méritos do reitor português devem respeitar mais ou menos a este assunto. Em 19 de Outubro de 1321, João XXII, atendendo precisamente às preces das autoridades civis de Bolonha, dava certas determinações, relativas a juramento prestado pelos escolares da universidade, a questões pertinentes a Jaime de Catalunha e excessos cometidos por ele e outros estudantes, em que intervieram também os reitores da universidade:

> *«Johannes, episcopus, servus servorum Dei. Venerabili fratri episcopo Bononiensi. Salutem et apostolicam benedictionem. Exhibita nobis dilectorum filiorum universitatis scolarium Bononie in iure studentium petitio continebat quod cum quondam Jacobus, Cathalani et quidam alii de ipsa universitate scolares de mense Martii proxime preterito propter quemdam excessum, qui dicebatur in civitate Bon. per eos tempore nocturno commissus, per potestatem civitatis eiusdem capti et detenti fuissent, predicti scolares eiusdem universitatis seu maior pars ipsorum, consuetis non servatis regulis, congregati, eorum rectoribus ac viginti sapientibus, ad hoc specialiter eligendis, circha defensionem scolarium eorumdem taliter captorum et detentorum omnem potestatem, quam super hoc ipsi poterant exercere, quamvis in concessione huiusmodi servata ordinatio non fuisset debita, contulerunt et nichilominus hii ex universitate predicta qui fuerant in eadem ordinatione presentes, in manibus rectorum ipsorum quod infra terminum, per rectores prefigendum eisdem, de Studio Bononiensi recederent et eos ad locum, ad quem se rectores ipsi transferre contingeret, sequi iuramento prestito firmaverunt. Postmodum autem sapientibus memoratis electis, iidem rectores cum sapientibus ipsis privato studio et scolarium introitu inter cetera mandaverunt quod si prefatus potestas ad corporalem penam eorumdem scolarium taliter captorum et detentorum vel alicuius eorum procederet, omnes de universitate predicta infra unius*

---

pacificam assecutus fuisses, predictam ecclesiam de Çaatam, quam ex tunc vacare decrevimus, omnino dimittere tenearis. Cum autem, sicut accepimus, de proventibus eiusdem thesaurarie secundum tui status decentiam nequeas commode sustentari, nos premissorum meritorum tuorum intuitu necnon consideratione carissimorum in Christo filiorum nostrorum Alfonsi regis et Elizabeth matris ac Beatricis, consortis regis eiusdem, reginarum Portugalie illustrium, pro te familiari regis eiusdem nobis in hac parte humiliter supplicantium, volentes tibi gratiam facere ampliorem, quia littere, quas super dicta gratia tibi concessimus, nondum bullate fuerunt nec tu propterea, ut asseris, prefate thesaurarie fuisti possessionem adeptus, quod thesaurariam predictam sine cura una cum dicta parrochiali ecclesia licite valeas retinere tecum auctoritate apostolica de speciali gratia dispensamus. Non obstantibus [fl. 42v] generalis concilii et aliis constitutionibus in contrarium editis quibuscumque, seu quod quamdam portionem seu mediam prebendam et quoddam prestimonium, cuius fructus, redditus et proventus viginti florenorum auri valorem annuum non excedunt, in eadem Visensi ecclesia nosceris obtinere. Nulli, etc., nostre dispensationis infringere, etc. Datum Avinione, v Idus Octobris, anno decimo»: AV, Reg. Vat. 80, fl. 42-42v.

mensis spatium ex tunc proximo secuturum dictam Bononiensem civitatem exirent, ad ipsam vel eius districtum nullatenus redituri, quodque nullus dictorum scolarium huiusmodi relaxationem auderet [fl. 49] petere iuramenti, quibusdam nichilominus deinde ad corroborationem iuramentorum ipsorum iuramentis aliis subsecutis, et demum memoratus potestas prefatum Jacobum in laycali habitu, vita et moribus incedentem, nulla de clerica[tu suo] facta fide, capitali sententia condempnavit. Cum autem, iuramentum predictum ex eo presertim [temerarium] fuisse noscatur quod prefatus Jacobus qui, ut prefertur, incedens ut laicus [nec ton]suram nec clericalem habitum deferebat nec clericus probabatur, potuisset talia commisisse p[ropter que penam subire mortis], sicut subiit, ut prefertur, iusto iudicio debui[sset, Nos volentes] eorum qui iuramentum huiusmodi prestiterunt, in hac parte saluti et statui [providere, dilectorum filiorum] communis et populi Bononiensis supplicationibus inclinati, fraternitati tue per apostolica scripta [committimus et mandamus] quatinus prefatum iuramentum, quamvis tu illud virtute cuiusdam [privilegii apostolici, de consilio] peritorum duxeris relaxandum, ad pleniorem cautelam scolarium eo[rundem necnon et quevis] alia iuramenta post ipsorum captionem scolarium per scolares eiusdem [universitatis et quoscumque] alios cuiusvis professionis per se ver per alios prestita occasione predicta super dicto recessu [auctoritate nostra studeas] relaxare, iniuncta eis pro modo culpe, sicut eorum saluti expedire [videris, penitentia] salutari. Datum Avinione, xiiii Kalendas Novembris, pontificatus nostri anno sexto» (137).

Esta bula está, com muita probabilidade, relacionada com o nosso Martinho Martins, que era, efectivamente, reitor dos ultramontanos da universidade de Bolonha por este tempo. Há ainda outras que refiro, com maior ou menor probabilidade de estarem relacionadas com ele. A primeira data de 23 de Novembro de 1321 e é dirigida ao bispo de Bolonha, encarregado de proteger os estudantes da universidade quanto a seus privilégios, concedidos pela Santa Sé, com poder de valer-se mesmo de censuras eclesiásticas:

«Venerabili fratri .. episcopo Bononiensi. Salutem. Vacantibus studio litterarum sic debemus esse propitii ut in eiusdem prosecutione studii malignorum non possint obstaculis impediri. Cum itaque dilecti filii universitas scolarium Bononie studentium, sicut pro parte ipsorum fuit expositum coram nobis, a nonnullis qui nomen Domini in vacuum recipere non formidant, multas patiantur iniurias et iacturas, nos volentes dictorum scolarium providere quieti et molestiis obviare, fraternitati tue per apostolica scripta mandamus quatinus per te vel per alium seu alios eisdem scolaribus oportune defensionis assistens presidio, non permittas eos contra indulta privilegiorum apostolice sedis Studio Bononiensi vel universitati eiusdem Studii, ratione eiusdem studii concessorum, ab aliquibus indebite molestari, molestatores huiusmodi per censuram ecclesiasticam, appellatione postposita, compescendo, attentius provisurus ut de hiis que cause cognitionem exigunt et que indulta huiusmodi non contingunt, te nullatenus intromittas. Nos enim si secus presumpseris, tam presentes litteras quam etiam processum, quem per te illarum auctoritate haberi contigerit, omnino carere viribus fore decernimus firmitatis. Huiusmodi ergo mandatum nostrum sic prudenter et fideliter exequaris quod eius fines quomodolibet non excedas. Presentibus post quinquennium minime valituris. Datum Avinione, viiii Kalendas Decembris, anno sexto» (138).

---

(137) AV, Reg. Aven. 16, fl. 50, n. 65, Reg. Vat. 73, fl. 48v-49, n. 75.

(138) AV, Reg. Aven. 16, fl. 278, Reg. Vat. 73, fl. 167, n. 438.

Outra bula, com referências aos estudantes de Bolonha, é a de 6 de Janeiro de 1322, também dirigida ao sobredito bispo, ao qual o papa concede faculdade de absolver os cidadãos de Bolonha e os estudantes da universidade, excomungados por terem comunicado com os habitantes de Ferrara, conforme a determinação pontifícia anterior. O benefício da absolvição era outorgado, a pedido precisamente das autoridades civis de Bolonha:

«*Venerabili fratri .. episcopo Bononiensi. Salutem. Pro parte dilectorum filiorum communis et populi Bononiensis fuit nobis humiliter supplicatum quod cum nonnulli Bononienses cives et scolares Bononie studentes, transeundo per civitatem Ferrarie ac participando cum Ferrariensibus civibus et aliis qui in civitate predicta morantur, per processus nostros excommunicatis, sententiam excommunicationis incurrisse noscantur, eis providere de absolutionis sibi beneficio dignaremur. Nos igitur eorumdem communis et populi supplicationibus inclinati, fraternitati tue per apostolica scripta committimus et mandamus quatinus predictos cives et scolares, dummodo nichil per eos in clavium ac processuum eorumdem contemptum quoad transitum et participationem huiusmodi fuerit attemptatum, hac vice auctoritate nostra iuxta formam Ecclesie a dicta sententia excommunicationis absolvas, iniuncto eis quod de iure fuerit iniungendum. Datum Avinione, viii Idus Januarii, anno sexto*» (139).

Outra bula, respeitante directamente ao Estudo, também concedida a instâncias das autoridades civis de Bolonha e dirigida aos arcebispos e bispos de Itália, datada de 31 de Janeiro de 1322, destinava-se a proibir às cidades e comunas *de Itália pusessem qualquer impedimento às pessoas que se dirigiam a Bolonha, com o fim de estudarem na universidade, e fazer valer os privilégios concedidos pela Santa Sé neste sentido:*

«*Venerabilibus fratribus archiepiscopis et episcopis per Italiam constitutis. Salutem. Bonum publicum, utilitatem respiciens singularum ecclesiarum, presules ad gubernationem civitatum prefecti, et regimina populorum, cum auctoritate polleant, qua subditos in pace regant et dirigant et corripiant inquietos, illo tenentur studio prosequi et desiderio precipui favoris amplecti ut per quorumvis insolentiam in nulla parte detrimenta recipiat, quinymmo per augmenta continua convalescat. Habet siquidem dilectorum filiorum communis et populi civitatis Bononiensis nobis oblata conquestio quod, licet Bononiense Studium ab antiquo quasi flumen exuberans fluenta iuris canonici et civilis larga vena diffuderit confluentibus omnibus ad Studium memoratum, ita quod per diversas mundi partes eiusdem Studii utilis et decora peritia in viris in predicto Studio doctrina scientiarum imbutis noscitur relucere, nonnulle tamen civitatum, castrorum et villarum Italie communitates et officiales, cives et habitatores suos directe et indirecte impedire dicuntur ne ad predictum Studium valeant declinare, contra apostolica et imperialia privilegia, a longis retro temporibus concessa Studio memorato, propter quod prefati commune et populus Bononiensis ad nos super hoc duxerunt humiliter recurrendum. Nos igitur attendentes eisdem civitatibus et communitatibus premissa facere non licere, ne huiusmodi impedimenta directe vel indirecte decetero prestent volentibus accedere ad Studium memoratum, districtius inhibemus. Quare universitati vestre per apostolica scripta districte precipiendo mandamus quatinus vos et singuli vestrum in singulis vestris civitatibus et diocesibus inhibitionem huiusmodi publicantes,*

(139) AV, Reg. Aven. 16, fl. 341, Reg. Vat. 73, fl. 173v, n. 457.

omnes et singulos qui ad Studium accedentes predictum, contra eandem inhibitionem impedire presumpserint, quod ab huiusmodi impedimentis desistant per censuram ecclesiasticam, appellatione postposita, compescatis. Non obstante si aliquibus communiter vel divisim a sede apostolica sit indultum quod interdici, suspendi vel excommunicari non possint per litteras apostolicas, non facientes plenam et expressam ac de verbo ad verbum de indulto huiusmodi mentionem et qualibet alia dicte sedis indulgentia generali vel speciali, cuiuscumque tenoris existat, per quam presentibus non expressam vel totaliter non insertam effectus presentium impediri valeat quomodolibet vel differri et de qua cuiusque toto tenore habenda sit in nostris litteris mentio specialis. Datum Avinione, ii Kalendas Februarii, anno sexto» (140).

Sobre algumas destas concessões há ainda bulas posteriores de 11 de Julho de 1326 e de 30 de Outubro de 1326, esta última sobre a absolvição dos estudantes da universidade de Bolonha, excomungados por terem participado com os habitantes de Ferrara (141).

d) Súplica do cardeal-bispo de Sabina D. Gil de Albornoz, de 15 de Agosto de 1355, ao papa Inocêncio VI, pedindo a promoção a bispo do Porto do seu caudatário Gomes Martins

É conhecida a extraordinária actividade política, de cultura, e digamos mesmo pastoral, do cardeal-bispo de Sabina, D. Gil de Albornoz, fundador do colégio de S. Clemente de Bolonha para estudantes da Península, pertencentes a dioceses, em que teve benefícios, inclusive Lisboa, e grande homem de estado, na tentativa de consolidar, com êxitos notáveis, os estados pontifícios (142). *Suas relações com Portugal ou com eclesiásticos portugueses são parcialmente conhecidas. Tive já ensejo de mostrar que os benefícios eclesiásticos, que usufruía em algumas dioceses de Portugal, sobretudo na diocese de Lisboa, o levara a contemplar o bispo e cabido desta futura metrópole com o privilégio de apresentar um clérigo lisbonense como candidato à faculdade de direito canónico da universidade de Bolonha, a viver no colégio de S. Clemente de Bolonha, a expensas desta instituição cardinalícia* (143). *Lembro alguns benefícios portugueses possuídos pelo cardeal, os nomes dos sucessores nesses benefícios e algumas intervenções suas, relativas a benefícios portugueses.*

Em Agosto de 1348, obtinha D. Gil de Albornoz para seu capelão Vasco Afonso a confirmação do canonicato, prebenda e prestimónios de Lisboa, vacantes por morte de mestre Gil, tesoureiro e cónego prebendário de Lisboa (144). *Em Março de 1358, o papa Inocêncio VI concedia a Gomes Martins o canonicato e prebenda de Évora, aos quais o dito cardeal renunciara* (145). *Em Janeiro de 1361, o mesmo papa confirmava a aceitação e provisão do canonicato e prebenda de*

---

(140) AV, Reg. Aven. 16, fl. 278v, Reg. Vat. 73, fl. 167-167v, n. 439.

(141) AV, Reg. Aven. 24, fl. 111, Reg. Vat. 81, fl. 446-446v, n. 2705. Reg. Aven. 26, fl. 214v, Reg. Vat. 82, fl. 101-101v, n. 237a.

(142) Cf. FRANCISCO FILIPPINI, *Il cardinale Egidio Albornoz*, Bologna, 1933.

(143) ANTÓNIO DOMINGUES DE SOUSA COSTA, *Estudantes portugueses na reitoria do colégio de S. Clemente de Bolonha na primeira metade do século XV*, em *Arquivos de História da Cultura Portuguesa*, vol. III, n. 1, Lisboa, 1969, pp. 3-5. Cf. *Monumenta Portugaliae Vaticana*, I, Roma-Porto, 1968, pp. 148-149, n. 280, pp. 335-336, n. 137, pp. 379-380, n. 214, pp. 460-461, n. 141.

(144) Cf. ANTÓNIO DOMINGUES DE SOUSA COSTA, *Monumenta Portugaliae Vaticana*, I, Roma-Porto, 1968, pp. 148-149, n. 280.

(145) Cf. *Monumenta Portugaliae Vaticana*, I, pp. 335-336, n. 137.

Évora, vacantes por morte de Gomes Martins, caudatário e comensal do bispo de Sabina, ou seja do nosso cardeal D. Gil, a favor de Gil Martins (146). *Este Gomes Martins era clérigo português, ao serviço do cardeal Gil de Albornoz, conforme consta de súplica ou carta do purpurado ao papa, a fim de que este o fizesse bispo do Porto, ao mesmo tempo que solicitava idêntica graça para o franciscano, seu confessor, Frei Gonçalo de Nonatelli, quanto ao bispado de Segóvia, o qual efectivamente foi nomeado bispo desta diocese a 27 de Novembro de 1355* (147). *Eis o texto da carta-súplica, que transcrevo directamente do autógrafo do cardeal, porque a cópia anexa é transcrição defeituosa, com certos erros de não pouca relevância:*

> «*Sanctissime ac Beatissime Pater et Domine. Intellexi quod ecclesia Segobiensis vacat, ad quam supplico humiliter quatinus fratrem Gundissalvum confessorem meum dilectum habere dignemini specialiter commendatum. Supplico etiam eidem Beatitudini quatinus dilectum Gomessium Martini, procaudatarium meum, pro quo alias scripsi ad Portugalensem ecclesiam promovendo, dignemini respicere gratiose, cum in regno Portugalie, unde est oriundus, obtulerit se facultas. Altissimus, etc. Script. Eugubii, die xb augusti; devota creatura vestra, etc.*» (148).

Esta intervenção, a datar de 15 de Agosto de 1355 (149), *não surtiu efeito quanto ao nosso Gomes Martins. Na verdade, era nomeado bispo do Porto a 26 de Outubro de 1355 Afonso Martins* (150). *Muito possivelmente, as diligências do cardeal, em prol do seu apaniguado, eram tardias, como se poderá inferir da data da nomeação de Afonso Martins. Aliás a anterior intervenção do cardeal, a favor do dito franciscano quanto ao bispado de Badajoz, junto de Andoino Aubert de Limoges, cardeal, ficara sem efeito* (151), *porque fora nomeado então outro bispo, aliás consagrado em Lisboa no ano seguinte de 1355* (152). *E o mesmo parece ter acontecido quanto à recomendação feita ao dito cardeal, a favor do bispo da Guarda, companheiro e capelão do nosso D. Gil Albornoz:* «*Habeatis me, si placet, apud Deum Dominum nostrum et vos ipsum in vestris orationibus in favorabilibus et in consiliis promptum recomendatum et negotia mea et meorum, maxime illorum qui una mecum in terra ista paupertatis et vite curis et sollicitudinibus cruciantur, de quibus singulariter unus est venerabilis Pater dominus Egitaniensis, socius et capellanus noster, quem Dominationi Vestre intime recomendo. Supplico quod si ecclesia Tirasonensis adhuc vacat, electum socium meum, si cum iustitia et sine honestatis iniuria fieri potest, dignemini recomendatum habere. Datum xiiii Februarii. Vester Servitor Cardinalis Hispanus*» (153). *Recordo que, em bula de 10 de Março de 1358, correspondente à súplica acima referida, o papa Inocêncio VI concedia ao nosso Gomes Martins, camareiro do dito cardeal, o canonicato e prebenda de Évora, vacantes pela renúncia do dito cardeal D. Gil nas mãos do também purpurado D. Andoino de Limoges, alguns anos, portanto, após a dita súplica sobre o bispado do Porto. Eis o respectivo documento:*

---

(146) Cf. *Monumenta Portugaliae Vaticana*, I, pp. 379, n. 214.

(147) Cf. CONRADUS EUBEL, *Hierarchia Catholica Medii Aevi*, I, p. 443.

(148) *Arquivo do colégio de Espanha de Bolonha*, Archiv. Albornoziano, VII, p. 359.

(149) Como prova, basta recordar que o franciscano Frei Gonçalo de Monatelli foi nomeado bispo de Segóvia a 27 de Novembro de 1355. Cf. C. EUBEL, *Hierarchia Catholica Medii Aevi*, I, p. 443.

(150) Cf. C. EUBEL, *Hierarchia Catholica Medii Aevi*, I, p. 406.

(151) *Arquivo do colégio de Espanha de Bolonha*, Archiv. Alborn. VI, n. 6.

(152) Cf. C. EUBEL, *Hierarchia Catholica Medii Aevi*, I, 385.

(153) *Arquivo do colégio de Espanha de Bolonha*, Archiv. Alborn. VI.

«*Dilecto filio Gometio Martini, canonico Elborensi. Salutem, etc. Laudabilia tue probitatis et virtutum merita ... Cum itaque canonicatus et prebenda ecclesie Elborensis, quos venerabilis frater noster Egidius, episcopus Sabinensis, olim in ipsa ecclesia ex concessione et dispensatione apostolica obtinebat, per liberam resignationem ipsius episcopi in manibus dilecti filii Andoini tituli sanctorum Johannis et Pauli presbyteri cardinalis, apud sedem apostolicam sponte factam et ab eodem cardinali de speciali mandato nostro vive vocis oraculo super hoc sibi facto, apud eamdem sedem admissam, apud sedem predictam vacare noscantur ad presens ... nos, volentes tibi premissorum meritorum tuorum intuitu necnon consideratione dicti episcopi, pro te dilecto camerario suo, nobis super hoc humiliter supplicantis, gratiam facere specialem, canonicatum et prebendam predictos, sic vacantes, cum plenitudine iuris canonici ac omnibus iuribus et pertinentiis suis apostolica tibi auctoritate conferimus et de illis etiam providemus ... Datum Avinione, vi Idus Martii, anno sexto. In eodem modo venerabili fratri .. episcopo Giennensi et dilectis filiis .. decano Cordubensis ac ... cantori Mindonensis ecclesiarum ...*» (154).

Daqui se tira ter o cardeal usufruído benefícios noutras dioceses de Portugal, além de Lisboa. Recordo mais exemplos. Na arquidiocese de Braga possuía ele a igreja paroquial de S. Tiago de Murça, a qual, depois da sua morte, foi concedida a João Anes da Lourinhã (155), *e o canonicato e prebenda da sé bracarense, conferidos, também depois da sua morte, a Gonçalo Vasques, licenciado em direito canónico e reitor da igreja de S. João de Beja* (156), *que lhe fora concedida, igual-*

(154) AV, Reg. Aven. 138, fl. 399v-400.

(155) «Dilecto filio Johanni Johannis de Laurinhaa, rectori parrochialis ecclesie sancti Jacobi de Murcia Bracharensis diocesis. Salutem, etc. Laudabilia probitatis et virtutum merita, super quibus apud nos fidedigno commendaris testimonio, nos inducunt ut tibi reddamur ad gratiam liberales. Dudum siquidem omnes parrochiales ecclesias ceteraque beneficia ecclesiastica, tunc apud apostolicam sedem [fl. 201v] vacantia et inantea vacatura, collationi et dispositioni nostre reservantes, decrevimus ex tunc irritum et inane si secus super hiis a quoquam, quavis auctoritate, scienter vel ignoranter, contingeret attemptari. Cum itaque postmodum parrochialis ecclesia sancti Jacobi de Murcia Bracharensis diocesis, quam bone meorie Egidius, episcopus Sabinensis, ex concessione et dispensatione dicte sedis, dum viveret, obtinebat, per ipsius episcopi obitum, qui apud dictam sedem diem clausit extremum, apud sedem ipsam vacaverit et vacare noscatur ad presens nullusque preter nos hac vice de dicta parrochiali ecclesia disponere potuerit neque possit, reservatione et decreto obsistentibus supradictis, nos, volentes tibi qui, ut asseris, de certis canonicatu et prebenda ecclesie Visensis, tunc vacantibus, duximus providendum, licet huiusmodi concessionis gratiam non acceptaveris nec acceptare intendas, premissorum meritorum tuorum intuitu, gratiam facere specialem, dictam parrochialem ecclesiam ... sic vacantem, cum omnibus iuribus et pertinentiis suis apostolica tibi auctoritate conferimus et de illa etiam providemus... Datum Rome, apud Santum Petrum, iii Idus Decembris, anno septimo. In eodem modo dilectis filiis .. archidiacono et .. Laurentio Vincentii ac .. Vincentio Amado, canonicis ecclesie Ulixbonensis. Salutem, etc., ... Datum ut supra»: AV, Reg. Aven. 170, fl. 201-210v.

(156) «Dilecto filio Gunsalvo Valasci, rectori parrochialis ecclesie sancti Johannis de Begia Elborensis diocesis, in iure canonico licentiato. Salutem, etc. Litterarum scientia, vite ac morum honestas aliaque laudabilia probitatis et virtutum merita, super quibus apud nos fidedigno commendaris testimonio, nos inducunt ut tibi reddamur [fl. 202] ad gratiam liberales. Dudum siquidem omnes canonicatus et prebendas ceteraque beneficia ecclesiastica, tunc apud sedem apostolicam vacantia et inantea vacatura, collationi et dispositioni nostre reservantes, decrevimus ex tunc irritum et inane si secus super hiis a quoquam, quavis auctoritate, scienter vel ignoranter, contingeret attemptari, postmodum canonicatus et prebenda ecclesie Bracharensis, quos bone memorie Egidius, episcopus Sabinensis, ex concessione et dispositione dicte sedis, dum viveret, obtinebat, per obitum ipsius Egidii, qui apud sedem predictam debitum nature persolvit, apud sedem ipsam vacantibus, nos dilecto filio Johanni Petri, canonico Elborensi, de dictis canonicatu et prebenda, sic vacantibus, gratiose providimus et deinde eidem Johanni, ipsorum canonicatus et prebende possessione per eum non habita, de canonicatu et prebenda ecclesie Elborensis, tunc certo modo vacantibus, per nostras litteras

mente por morte do cardeal (157). *Trata-se de Gonçalo Vasques, licenciado em direito canónico, da súplica datada de 22 de Novembro de 1378, sobre o canonicato e prebenda de Lisboa* (158), *mas com muita probabilidade de 1379 ou início de 1380, porque naquela altura ainda Portugal não tinha abraçado a obediência de Clemente VII. Vem indicado aí como prior da colegiada de Guimarães e foi morto juntamente com o bispo de Lisboa D. Martinho em 1383, aquando da revolução de Lisboa, a favor do Mestre de Avis* (159). *Aliás, o predecessor no priorato de Guimarães fora o dito D. Martinho, ao qual o papa Gregório XI permitira continuar com o priorato, apesar da promoção a bispo de Silves* (160), *embora não durante muito tempo, pois de carta de D. Fernando, rei de Portugal, de 5 de Setembro de 1376, consta que então havia* mestre Vicente priol da minha eigreia de Sancta Maria de Guimaraes e meu fisico (161). *Penso que este Gonçalo Vasques, ao qual*

---

duximus providendum, volentes inter cetera quod ipse quam primum vigore litterarum ipsarum dictos canonicatum et prebendam ecclesie Elborensis foret pacifice assecutus, canonicatum et prebendam ecclesie Bracharensis, quos ex tunc vacare decrevimus, si illos interim assequeretur, dimittere, alioquin omni iuri sibi ex eis quomodolibet competenti cedere teneretur, prout in dictis litteris plenius continetur. Cum itaque propterea dictus canonicatus et prebenda ecclesie Bracharensis vacare sperentur in brevi, nos volentes tibi, in presbyteratus ordine constituto, premissorum meritorum tuorum intuitu, gratiam facere specialem, canonicatum et prebendam ecclesie Bracharensis predictos ... tibi cum plenitudine iuris canonici ac omnibus iuribus et pertinentiis suis donationi apostolice reservamus... Datum Rome, apud Sanctum Petrum, iii Idus Decembris, anno septimo. In eodem modo venerabili fratri .. episcopo Giennensi et dilectis filiis .. abbati monasterii de Palatiolo Portugalensis diocesis ac .. archidiacono Ulixbonensi. Salutem ... Datum ut supra»: AV, Reg. Aven. 170, fl. 201v-202v.

(157) «Dilecto filio Gundisalvo Valasci, rectori parrochialis ecclesie sancti Johannis de Beia Elborensis diocesis, licentiato in iure canonico. Salutem, etc. Litterarum scientia, vite ac morum honestas aliaque laudabilia probitatis et virtutum merita, super quibus apud nos fidedigno commendaris testimonio, nos inducunt ut tibi reddamur ad gratiam liberales. Dudum siquidem omnes parrochiales ecclesias ceteraque beneficia ecclesiastica, tunc apud sedem apostolicam vacantia et inantea vacatura, collationi et dispositioni nostre reservantes, decrevimus ex tunc irritum et inane si secus super hiis a quoquam, quavis auctoritate, scienter vel ignoranter, contingeret attemptari. Cum itaque postmodum parrochialis ecclesia sancti Johannis de Beia Elborensis diocesis, quam bone memorie Egidius, episcopus Sabinensis, ex concessione et dispensatione dicte sedis, dum viveret, obtinebat, per ipsius Egidii episcopi obitum, qui nuper apud dictam sedem diem clausit extremum, apud sedem ipsam vacaverit et vacet ad presens, nullusque preter nos hac vice de ipsa ecclesia disponere potuerit sive possit, reservatione et decreto obsistentibus supradictis, nos, volentes tibi, in presbyteratus ordine constituto, premissorum meritorum tuorum intuitu, gratiam facere specialem, predictam ecclesiam apostolica tibi auctoritate conferimus et de illa etiam providemus ... Datum Rome, apud Sanctum Petrum, ii Nonas Februarii, anno sexto. In eodem modo venerabili fratri episcopo Coriensi et dilectis filiis decano ac Johanni de Jora, canonico ecclesie Elborensis. Salutem, etc. Litterarum scientia ... Datum ut supra»: AV, Reg. Aven. 168, fl. 189, Reg. Vat. 258, fl. 114-114v. Cf. *Chartularium Universitatis Portugalensis*, I, p. 272, n. 253.

(158) Ver neste vol. a súplica p. 35, n. 196. Eis a bula respectiva: «Dilecto filio Gundissalvo Valasci, canonico Ulixbonensi, licentiato in decretis. Salutem, etc. Litterarum scientia... Volentes itaque tibi qui in presbyteratus ordine constitutus existis, premissorum meritorum tuorum intuitu, gratiam facere specialem, canonicatum ecclesie Ulixbonensis, cum plenitudine iuris canonici, apostolica tibi auctoritate conferimus et de illo etiam providemus...Seu quod canonicatum et prebendam Bracharensis et prioratum secularis et collegiate sancte Marie de Vimaranis Bracharensis diocesis ecclesiarum ... nosceris obtinere ... Datum Fundis, x Kalendas Decembris, anno primo. In eodem modo dilectis filiis archidiacono de Penella Colimbriensis et Gometio Fernandi Visensis ac Alvaro Stephani, Bracharensis canonicis ecclesiarum ... »: AV, Reg. Aven. 206, fl. 43-43v. Cf. *Chartularium Universitatis Portugalensis*, I, p. 53, n. 317.

(159) Cf. FERNÃO LOPES, *Crónica de D. João I*, Primeira parte, Arquivo Histórico Português, 1915, cap. XII, pp. 23-26.

(160) Ver neste vol. p. 36, n. 197.

(161) ANTT, *Colegiada de Guimarães*, maço 2, documentos reais, n. 3: «Sabham todos que perante Fernam Anes ... juiz de Guimarães, PedrAffom, coonigo da eigreia de santa Maria da dicta vila e procurador

sucedeu na colegiada de Guimarães o Doutor João Afonso das Regras — «*Carta per que a dicta R.a apresentou a igreia de Sancta M.a de Guimarães do arcebispado de Bragaa Joham Afom das Regas, doutor em leis e clerigo. Dada em Lixboa, vii dias de Dezembro de mil iiii.c xxi anos*» (162) — *futuro conselheiro e chanceler-mor de D. João I, seja Gonçalo Vasques, bacharel em direito canónico — trata-se de mera hipótese — da súplica de 7 de Agosto de 1363, o qual fora lente de direito canónico durante três anos, sobre a chantria da Guarda* (163) *e da súplica de 5 de Abril de 1364 sobre o canonicato de Braga, na expectativa da prebenda* (164). *Também na sé de Coimbra tinha o cardeal benefícios, como o mestre-escolado, que o papa concedeu a Gonçalo Esteves, bacharel em decretos, por estar vacante com a morte do nosso D. Gil de Albornoz* (165).

Possivelmente a causa da preferência pela igreja de Lisboa deve ir buscar-se ao facto de esta ser a capital do reino português ou de serem mais rendosos os benefícios que lá possuía. Na verdade, o arcediagado de Lisboa, vacante por sua morte e conferido a Domingos Peres da Lourinhã (166),

---

do cabidoo da dicta eigreia mostrou hũa carta del rrei scripta em purgaminho e seelada do seu sello pendente ... da qual o teor tal he: Dom Fernando pela graça de Deus rei de Portugal e do Algarve. A qualquer tabaliom de meus reinos que esta carta viirdes saude. Sabede que Mestre Vicente, priol da inha eigreia de sancta Maria de Guimarãaes e meu fisico me disse que el rrei dom Affonso filho que foi del rrei dom Sancho recebeu em sua garda e encomenda a dicta eigreia e priol e coonigos ... cinquo dias de setembro Era de mil e quatrocentos e catorze anos». Aparece já em 1368 Mestre Vicente como prior de Guimarães. Cf. *Vimaranis Monumenta Historica*, pars II, Vimaranae, 1929, n. CCCXXVII, p. 411.

(162) ANTT, *Chancelaria de D. Fernando*, livro 2, fl. 111.

(163) ANTÓNIO DOMINGUES DE SOUSA COSTA, *Monumenta Portugaliae Vaticana*, I, p. 453, n. 116.

(164) *Monumenta Portugaliae Vaticana*, I, p. 481, n. 198. Não se pode identificar com outro Gonçalo Vasques, mestre em medicina e licenciado em artes, familiar de D. Pedro I, cón. de Lisboa, reitor da igr. de S. Leonardo de Atouguia da Baleia e porcion. da igreja de Santa Maria de Leiria da súplica de Jan. de 1360 (*Monumenta Portugaliae Vaticana*, I, p. 363, n. 185). Muito menos pode ser identificado com o Gonçalo Vasques, estudante em Bolonha em 1326 e tesoureiro de Viseu da bula publicada na nota 136. Creio igualmente ser diverso do Gonçalo Vasques, cónego de Évora e escolar de direito civil, da bula de Clemente VI, de 26 de Março de 1343, publicada em *Chartularium Universitatis Portugalensis*, I, Lisboa, 1966, p. 140, n. 121.

(165) «Dilecto filio Gundissalvo Stephani, canonico et scolastico ecclesie Colimbriensis, bacallario in decretis. Salutem et apostolicam benedictionem. Litterarum scientia ... Dudum siquidem omnes dignitates, personatus, officia ceteraque beneficia ecclesiastica, tunc apud sedem apostolicam vacantia et imposterum vacatura, collationi et dispositioni nostre duximus reservanda, decernentes ex tunc irritum et inane si secus super hiis a quoquam, quavis auctoritate, scienter vel ignoranter, contingeret attemptari. Cum itaque postmodum scolastria ecclesie Colimbriensis, quam bone memorie Egidius, episcopus Sabinensis, ex concessione et dispensatione dicte sedis, dum viveret, obtinebat, per ipsius Egidii, episcopi, obitum, qui apud sedem predictam debitum nature persolvit, apud sedem ipsam vacaverit et vacare noscatur ad presens ... nos, volentes tibi, in presbyteratus ordine constituto, premissorum meritorum tuorum intuitu, gratiam facere specialem, canonicatum eiusdem ecclesie cum plenitudine iuris canonici ac dictam scolastriam, cuius fructus illam obtinenti et in eadem ecclesia residenti etiam interessendo divinis ultra centum et viginti libras Turonensium parvorum communiter ut asseritur non valent annuatim, sic vacantem, cum omnibus iuribus et pertinentiis suis apostolica tibi auctoritate conferimus et de illa etiam providemus, prebendam, si qua in dicta ecclesia vacat ad presens vel cum vacaverit, quam tu per te vel procuratorem tuum ad hoc legitime constitutum infra unius mensis spatium, postquam tibi vel eidem procuratori vacatio illius innotuerit, duxeris acceptandam, conferendam tibi post acceptationem huiusmodi, cum omnibus iuribus et pertinentiis suis donationi apostolice reservamus ... Datum Rome, apud Sanctum Petrum, vi Idus Januarii, anno sexto. In eodem modo venerabilibus fratribus .. Silvensi et .. Egitaniensi episcopis ac dilecto filio .. cantori ecclesie Egitaniensis ... Datum ut supra»: AV, Reg. Aven. 166, fl. 191v-192.

(166) «Dilecto filio Dominico Petri de Laurinhaa, archidiacono Ulixbonensi. Salutem, etc. Laudabilia probitatis et virtutum merita, super quibus apud nos fidedigno commendaris testimonio, nos inducunt ut tibi reddamur ad gratiam liberales. Dudum siquidem omnes dignitates, personatus et officia ceteraque beneficia ecclesiastica, apud sedem apostolicam vacantia et imposterum vacatura, collationi et dispositioni

era dignidade bem rendosa, como parece indicar carta do camareiro pontifício ao colector apostólico em Portugal (167). *E isto vale também quanto ao canonicato e prebenda de Lisboa, vacantes por morte do cardeal e conferidos a Pedro Esteves, bacharel em decretos e originário de Portugal, que se dispunha a partir para Bolonha, onde desejava fazer exame em direito canónico* (168). *Estes benefícios da sé de Lisboa tinham sido conferidos ao cardeal por Inocêncio VI, em 31 de*

---

nostre duximus reservanda, decernentes ex tunc irritum et inane si secus super hiis a quoquam, quavis auctoritate, scienter vel ignoranter, contingeret attemptari. Cum itaque postmodum archidiaconatus ecclesie Ulixbonensis, quem bone memorie Egidius, episcopus Sabinensis, ex concessione et dispositione dicte sedis, dum viveret, obtinebat, per ipius Egidii obitum, qui apud sedem eamdem diem clausit extremum, apud sedem ipsam vacaverit et vacare noscatur ad presens nullusque preter nos hac vice de dicto archidiaconatu disponere potuerit neque possit, reservatione et decreto obsistentibus supradictis, nos volentes tibi qui, ut asseris, in iure [fl. 17] canonico provectus existis et per decem annos vel quasi in Romana Curia per aliqua tempora negotia ecclesie Ulixbonensis predicte procurando extitisti quique de progenie illorum qui civitatem Ulixbonensem, non absque eorum sanguinis effusione, a sarracenorum reproba gente acquisierunt, traxisti originem, premissorum intuitu gratiam facere specialem teque in eadem ecclesia, in qua canonicus existis, amplius honorare, archidiaconatum prefatum ... sic vacantem, cum omnibus iuribus et pertinentiis suis apostolica auctoritate conferimus et de illo etiam providemus ... Datum Rome, apud Sanctum Petrum, vi Idus Januarii, anno sexto. In eodem modo dilectis filiis .. abbati monasterii de Alcobatia Ulixbonensis diocesis et Bartholomeo de Cassanh Albiensis ac Laurentio Vincentii Elborensis canonicis ecclesiarum. Salutem, etc. ... Datum ut supra»: AV, Reg. Aven. 167, fl. 16v-17v, n. 27.

(167) «Venerabili, etc. Amice carissime. Cum sanctissimus in Christo pater et dominus dominus Urbanus, divina providentia papa v, venerabili viro domino Dominico Petri de archidiaconatu ecclesie Ulixbonensis, vacante per obitum bone memorie domini Egidii, episcopi Silvensis, sancte Romane Ecclesie cardinalis, nuper duxerit gratiose providendum et ratione provisionis huiusmodi idem dominus Dominicus in taxa ipsius archidiaconatus, si taxatus existat, alioquin in medietate fructuum et proventuum qui primo anno, a die provisionis huiusmodi computando, obvenient in eodem, camere apostolice teneatur, vobis scribimus et mandamus quatinus omnes et singulos fructus, redditus, proventus, obventiones, iura et emolumenta qui et que a die provisionis predicte obvenerunt in eodem et obvenient imposterum, tamdiu nomine camere predicte recipiatis et levetis donec vobis, ipsius camere nomine, fuerit de premissis integraliter satisfactum vel aliud a nobis super hoc receperitis in mandatis. Contradictores et rebelles in premissis ac fructuum, reddituum, proventuum, iurium et emolumentorum predictorum detentores per censuram ecclesiasticam auctoritate apostolica compescendo. Taliter super hiis vos habentes quod de bona diligentia possitis merito commendari. Bene valete. Scriptum Rome, die xb mensis Januarii, anno lxbiii. Arnaldus, archiepiscopus Auxitanus, camerarius domini nostri pape»: AV, Reg. Aven. 166, fl. 33v. «Arnaldus, miseratione divina archiepiscopus Auxitanus, domini nostri pape camerarius, venerabili viro domino Bertrando de Massello, archidiacono de Tarancone in ecclesia Ilerdensi, apostolice sedis nuntio et subcollectori apostolico, in civitate et diocesi Ulixbonensi deputato. Salutem in Domino. Cum sanctissimus in Christo pater et dominus noster dominus Urbanus, divina providentia papa quintus, nuper venerabili viro domino Dominico Petri, archidiacono Ulixbonensi, de archidiaconatu predicto, tunc certo modo vacante, duxerit gratiose providendum et ratione provisionis huiusmodi in taxa ipsius archidiaconatus camere apostolice teneatur, quam propter nonnulla onera sibi incumbentia non potest eidem camere ad presens, ut asserit, integre persolvere, set in diminutione ipsius alteri vestrum in partibus illis statim presentibus vobis presentatis de fructibus ipsius archidiaconatus qui a die provisionis huiusmodi obvenerunt ipsius camere nomine receptis vel aliunde medietatem dicte taxe se offerat soluturum ad solvendum residuum, petens sibi a nobis dilationes competentes assignari. Nos autem ipsius domini Dominici facultates penitus ignorantes, vobis et alteri vestrum precipimus et mandamus quatinus, satisfacto vobis de medietate predicta, fructus et proventus ipsius archidiaconatus qui postquam eidem Dominico fuit provisum, obvenerunt, sic ipsius camere nomine receptos eidem archidiacono ad solvendum residuum dilationes competentes, prout vobis videbitur faciendum, gratiose concedatis. Datum apud Montem Flasconem, sub sigillo nostri camerariatus officii, in testimonium premissorum, die decima mensis Septembris, anno Domini M.° CCC.° sexagesimo octavo»: AV, Reg. Aven. 166, fl. 35v.

(168) «Dilecto filio Petro Stephani, canonico Ulixbonensi, bacallario in decretis. Salutem, etc. Nobilitas generis ... Dudum siquidem [fl. 235] omnes canonicatus et prebendas ceteraque beneficia ecclesiastica, tunc apud sedem apostolicam vacantia et imposterum vacatura, collationi et dispositioni nostre duximus reser-

Março de 1355 (169). *As relações da família Albornoz com Lisboa e Coimbra deviam ser estreitas. É sabido que, em Agosto de 1358, presidia à igreja de Coimbra D. Pedro Gomes Barroso, para ali transferido por Inocêncio VI e, em Julho de 1364, transferido para Lisboa por Urbano V e depois para Sevilha, até que Gregório XI o elevou à dignidade cardinalícia, em Maio de 1371* (170). *Sabe-se também que fora seu vigário na diocese de Coimbra Antão Martins, tesoureiro de Coimbra e bacharel em decretos* (171) *já em 1360. Este, ao pedir, em 1366, o canonicato e prebenda de Coimbra, afirma ter sido, durante mais de cinco anos, vigário na diocese e cidade coimbrãs* (172). *Trata-se precisamente do reitor do colégio universitário de S. Clemente de Bolonha em 1372-1373* (173), *o qual era capelão do arcebispo de Sevilha D. Fernando Álvares Albornoz, antes bispo de Lisboa, a quem acompanhava já, nesta qualidade, em 1370* (174), *residindo em Bolonha, onde aquele estudou e se doutorou em cânones e foi professor, mesmo depois da elevação a bispo de Lisboa em*

---

vanda, decernentes ex tunc irritum et inane si secus super hiis a quoquam, quavis auctoritate, scienter vel ignoranter, contingeret attemptari. Cum itaque postmodum canonicatus et prebenda ecclesie Ulixbonensis, quos bone memorie Egidius, episcopus Sabinensis, ex concessione et dispensatione dicte sedis, dum viveret, obtinebat, per ipsius Egidii, episcopi, obitum, qui apud sedem predictam debitum nature persolvit, apud sedem ipsam vacaverint et vacare noscantur ad presens ... nos, volentes tibi qui, ut asseris, de regno Portugalie oriundus et paratus ad Studium Bononiense accedere et post scientie maturitatem in iure canonico privatum examen subire existis, premissorum meritorum tuorum intuitu, gratiam facere specialem, canonicatum et prebendam predictos ... sic vacantes, cum plenitudine iuris canonici ac omnibus iuribus et pertinentiis suis apostolica tibi auctoritate conferimus et de illis etiam providemus ... Datum Rome, apud Sanctum Petrum, vi Idus Januarii, anno sexto. In eodem modo venerabili fratri episcopo Silvensi et dilectis filiis [fl. 235v] priori monasterii sancti Vincentii extra muros Ulixbonenses per priorem soliti gubernari ac Stephano Petri, canonico Colimbriensi. Salutem, etc. ... Datum ut supra»: AV, Reg. Aven. 166, fl. 234v-235v. Cf. *Chartularium Universitatis Portugalensis*, I, p. 286, n. 266, docum. de 13 de Dezembro de 1368. Há ainda outra bula com a mesma data da bula transcrita, redigida mais ou menos nos mesmos termos, mas cuja execução é confiada ao bispo de Évora, ao prior do mosteiro de S. Vicente de Fora e ao chantre de Coimbra: «Dilecto filio Petro Stephani, canonico Ulixbonensi, bacallario in iure canonico. Salutem, etc. Nobilitas generis ... Dudum siquidem omnes canonicatus et prebendas ceteraque beneficia ecclesiastica, tunc apud sedem apostolicam vacantia et imposterum vacatura, collationi et dispositioni nostre duximus reservanda, decernentes ex tunc irritum et inane si secus super hiis a quoquam, quavis auctoritate, scienter vel ignoranter contingeret attemptari. Cum itaque postmodum canonicatus et prebenda ecclesie Ulixbonensis, quos bone memorie Egidius, episcopus Sabinensis, ex concessione et dispensatione dicte sedis, dum viveret, obtinebat, per ipsius Egidii episcopi obitum, qui apud sedem predictam debitum nature persolvit, apud sedem ipsam vacaverint et vacare noscantur ad presens ... nos, volentes tibi qui, ut asseritur, in sacerdotio constitutus et ad Bononiense Studium accedere paratus existis, premissorum meritorum tuorum intuitu, gratiam facere specialem, canonicatum et prebendam predictos ... sic vacantes, cum plenitudine iuris canonici ac omnibus iuribus et pertinentiis suis apostolica tibi auctoritate conferimus et de illis etiam providemus. Datum Rome, apud Sanctum Petrum, vi Idus Januarii, anno sexto. In eodem modo venerabili fratri .. episcopo Elborensi et dilectis filiis .. priori monasterii sancti Vincentii extra muros Ulixbonenses per priorem soliti gubernari ac .. cantori ecclesie Colimbriensis ... »: AV, Reg. Aven. 166, fl. 314-314v.

(169) AV, Reg. Vat. 230, fl. 28-28v. A bula é dirigida a *Egidio tituli sancti Clementis presbytero cardinali* e os benefícios são os *canonicatus et prebenda ac archidiaconatus ecclesie Ulixbonensis, quos quondam Petrus de Marcello, canonicus et archidiaconus, nuntius, dum viveret obtinebat, per ipsius obitum qui nuper in regno Portugalie diem clausit extremum* ...

(170) Cf. C. EUBEL, *Hierarchia Catholica Medii Aevi*, I, p. 21, 45, 196, 278, 507.

(171) Cf. ANTÓNIO DOMINGUES DE SOUSA COSTA, *Monumenta Portugaliae Vaticana*, I, p. 514, n. 255.

(172) Cf. nota precedente.

(173) Cf. ANTÓNIO DOMINGUES DE SOUSA COSTA, *Estudantes portugueses na reitoria do colégio de S. Clemente de Bolonha na primeira metade do século XV* em *Arquivos de História da Cultura Portuguesa*, vol. III, n. 1, Lisboa, 1969, p. 10.

(174) Cf. *Arquivo do colégio de Espanha de Bolonha*, cod. Albornot., vol. 9, n. 21, 22, 24, 25, 26, 28.

Junho de 1369 ([175]) *e transferência para Sevilha em Junho de 1371, para onde partiu em Setembro de 1372, conforme consta de documentação publicada* ([176]).

([175]) Cf. C. EUBEL, *Hierarchia Catholica Medii Aevi*, I, p. 507.

([176]) O próprio D. Fernando Álvares de Albornoz diz-nos ter dado início aos estudos de direito canónico em Bolonha, a 25 de Setembro de 1353, e ter feito exame nesta disciplina em 28 de Julho de 1361, tendo-lhe sido confiada, a seguir, a leitura ordinária do Decreto, incumbência que desempenhou durante seis anos, até 7 de Setembro de 1369, quando era já bispo de Lisboa, pois fora nomeado, a 4 de Junho desse ano, e transferido mais tarde, a 9 de Junho de 1371, para o arcebispado de Sevilha: «Anno Domini M.CCC.LIII, in die Mercurii, xxv mensis Septembris, intravi Bononiam causa studiorum. Die Veneris xi. Octobris, incepi audire decretum sub domino Paulo de Lyazaris, decretorum excellentissimo professore. Anno [M.CCC.] LXI, die 28 mensis Iulii, intravi examinibus sub domino Ioanne Calderino, decretorum, et domino Ioanne de Lignano, utriusque iuris, et domino Andrea de Sancto Petronio, nepote domini Ioannis Andree, decretorum doctoribus, pro quo fui publice approbatus. Anno eodem, in die dominica, xvii Octobris, recepi insignia doctoratus Bononie publice, in ecclesia sancti Petri sub eisdem dominis doctoribus. Et eodem die ego doctoravi in iure canonico dominum Petrum de Toleto, qui fuit postea episcopus Oxomensis... Et anno Domini M.CCC.LXVI, x. die Octobris, feci Bononie sermonem in principio studii, quia fueram electus per universitatem ad lecturam ordinariam Decreti, quam lecturam continuavi toto illo anno et postea pluribus sequentibus, prout infra patebit ... Anno eodem M.CCC.LXIX, in Monte Flascone, dominus noster dominus papa Urbanus v promovit me, tunc existentem Bononie et ordinarie legentem Decretum, in episcopatum Ulixbonensem, in die Lune iiii Junii. Eodem anno, in die Veneris, vii. Septembris scilicet in vigilia Nativitatis Domine nostre, feci finem lecture mee ordinarie Decreti, quam Bononie continuaveram per sex annos, singulis annis electus per utramque universitatem Studii Bononiensis... Eodem anno [MCCC.LXXI] supradictus dominus Gregorius transtulit me de episcopatu Ulixbonensi ad archiepiscopatum Yspalensem, in die Lune, ix. mensis Iunii. Anno M.CCC.LXXII, in die Veneris, hora vesperorum, x. mensis Septembris recessi de Bononia» (Publ. por P. E. RUSSELL, *The Memorias of Fernán Álvarez de Albornoz Archbishop of Seville*, 1371-80, em *Hispanic Studies in honour of I. González Llubera*, Oxford, 1959. Terminado o período da leitura por encargo da universidade, continuou o professorado mais ou menos até à partida para Sevilha, em 10 de Setembro de 1372, como ele próprio diz nas anotações transcritas acima. É dedução certa, tirada dos actos académicos, homologados pelos notários Paulo Cospi e João Angelleli, em que o nosso bispo tomou parte. A 24 de Abril de 1369 e a 26 de Maio de 1369 aparece como membro do colégio dos professores de direito canónico nos escrutínios dos exames, respectivamente de João Wildemberg e de Paulo de Herbord de Boémia *(Chartularium Studii Bononiensis*, IV, n. CII (1028), CV (1038) como *Fernandus Alvari, archidiaconus Toletanus*. Na qualidade de bispo eleito de Lisboa e professor do colégio de direito canónico figura no exame de Álvaro Martins, arcediago Optense, a 23 de Junho, e no doutoramento a 4 de Agosto de 1369, apresentando este seu conacional a exame e entregando-lhe as insígnias doutorais do livro, com a bênção magistral *(Chartularium Studii Bononiensis*, IV, n. CVIII, CXI). Este Álvaro Martins, cujo arcediago pertencia à igreja de Cuenca (Reg. Aven. 169, fl. 565), foi capelão do cardeal Gil de Albornoz, tendo estado ao serviço desta durante vários anos (Reg. Aven. 165, fl. 165v-166, 459v-460). Ainda como *Fernandus ellectus Ulixbonensis* e professor, aparece nos exames de direito canónico de Gentil de Castel de Sangro das Pulhas, de Rogério de Castel de Sangro das Pulhas, de Umberto da Fontana de Piacenza e de Pedro de Monte Filotiano, respectivamente a 6, 11 e 14 de Agosto, e a 12 de Setembro de 1369 *(Chartularium Studii Bononiensis*, IV, n. CXII, CXIII, CXIV, CXVI), e como *Fernandus episcopus Ulixbonensis* nos exames de Ubaldino de Cambio de Florença *(Chartularium Studii Bononiensis*, IV, n. CXXXI), a 14 de Abril de 1371, e do protonotário Jacobo Orsini de Roma, a 24 de Junho de 1371 *(Chartularium Studii Bononiensis*, IV, n. XCLV) e no doutoramento deste, a 2 de Junho de 1371 *(Chartularium Studii Bononiensis*, IV, n. CXLVII). Como *Fernandus archiepiscopus Sibilie* e professor, aparece a 6 e a 9 de Março de 1372 no exame de direito canónico, respectivamente de Clemente de Cismano de Clisuno de Salerno, do qual o nosso arcebispo foi um dos professores a apresentá-lo *(Chartularium Studii Bononiensis*, IV, n. CLXIX, CLXXI) e a 31 de Março no doutoramento de Gusberto del Conte de Rena de Milão *(Chartularium Studii Bononiensis*, IV, n. CLXXXII). Nas anotações acima transcritas diz-nos o arcebispo de Sevilha ter partido de Bolonha no dia 10 de Setembro. Provavelmente já tinha abandonado o ensino, algum tempo antes, porque não figura entre os professores presentes ao escrutínio do exame de Jacopo Boroni de Catalunha, a 7 de Setembro de 1372 *(Chartularium Studii Bononiensis*, IV, n. CLXXXIX). Há muitos documentos pontifícios sobre D. Fernando Álvares, bispo de Lisboa e arcebispo de Sevilha, que ainda apaaece como arcediago de Toledo em comissão relativa a Guilherme, cónego de Gerona, estudante de direito canónico em Bolonha (Reg. Aven. 170, fl. 233v-234), dignidade essa

Estas circunstâncias, aliadas também ao facto de certos espanhóis, relacionados com a família Albornoz, usufruírem benefícios na diocese de Lisboa, talvez expliquem a preferência do cardeal por esta diocese portuguesa. Neste particular de clérigos ligados à família Albornoz, com benefícios na diocese de Lisboa, lembro Fernando Martins de Manselha, clérigo da diocese de Leão, administrador do hospital ou albergaria dos Ibéricos em Avinhão e estudante de direito canónico, o qual, segundo súplicas de Novembro de 1362 e Julho de 1363, solicitava e obtinha a igreja de Santa Maria de Achete da diocese de Lisboa, alegando, além do facto de ser originário de Compostela, metrópole de Lisboa, ter residido aqui, durante certo tempo, como clérigo do bispo de Lisboa, D. Lourenço (177). *E é para não esquecer que este Fernando Martins de Manselha, estudante de direito canónico e civil e reitor da igreja de Santa Maria de Achete, frequentava o Estudo de Bolonha, onde esperava fazer exame e receber o grau de doutor, quando Urbano V lhe conferiu o canonicato e prebenda de Sevilha, em Novembro de 1367* (178). *Precisamente a 17 de Janeiro de 1369, ao nosso Fernando Martins de Manselha, reitor da igreja paroquial de Achete, da diocese de Lisboa, provecto em direito canónico, o qual tinha já estudado direito civil durante dois anos, concedia Urbano V, quando D. Fernando Álvares de Albornoz era bispo de Lisboa, que as letras sobre o dito canonicato e prebenda de Sevilha tivessem valor, apesar de nelas não se ter feito menção do impedimento de ilegitimidade* (179).

---

obtida em 1368 (Reg. Aven. 168, fl. 535v-536). Além das bulas da nomeação a bispo de Lisboa (Reg. Aven. 169, fl. 154v-155), lembro só as relativas à faculdade de ele, subdiácono, receber as Ordens de diaconado e presbíterado, de Julho de 1369 (Reg. Aven. 170, fl. 504, 504v), do indulto de altar portátil, de Maio de 1370 (Reg. Aven. 171, fl. 402, 546) e, já arcebispo de Sevilha sobre proventos e bens da mesa episcopal de Lisboa, durante o tempo em que ele estivera à frente da sé lisbonense (Reg. Aven. 173, fl. 378) e outras muitas mais (Reg. Aven. 173, fl. 145-145v, 244, 530, Reg. Aven. 174, fl. 445v, Reg. Aven. 182, fl. 491v-492, Reg. Aven. 188, fl, 272v-273, 324, 525, Reg. Aven. 192, fl. 308--308v), entre elas uma referente ao ofício de executor do testamento de seu tio cardeal (Reg. Aven. 180, fl. 330-330v).

(177) Cf. ANTÓNIO DOMINGUES DE SOUSA COSTA, *Monumenta Portugaliae Vaticana*, I, p. 412, n. 7, p. 420, n. 29, p. 446, n. 106, p. 460, n. 141.

(178) «Dilecto filio Fernando Martini de Mansella, canonico Ispalensi. Salutem, etc. Litterarum scientia ... Dudum siquidem omnes canonicatus et prebendas ceteraque beneficia ecclesiastica quorumcumque sancte Romane Ecclesie cardinalium, ubicumque decedentium, tunc vacantia et inantea vacatura, collationi et dispositioni nostre reservantes, decrevimus ex tunc irritum et inane si secus super hiis a quoquam, quavis auctoritate, scienter vel ignoranter, contingeret attemptari. Cum itaque postmodum canonicatus [fl. 178] et prebenda ecclesie Ispalensis ac prestimonia et prestimoniales portiones, que bone memorie Petrus, episcopus Albanensis, in eadem ecclesia ac civitate et diocesi Ispalensi, ex concessione et dispensatione sedis apostolice, dum viveret, obtinebat, per ipsius episcopi obitum, qui extra Romanam Curiam diem clausit extremum, vacaverint et vacent ad presens ... nos, volentes tibi, qui, ut asseris, in diaconatus ordine constitutus et in iure canonico sufficienter provectus existis, quique fere per biennium in iure civili studuisti et in eodem iure canonico, in quo ad presens studes Bononie, in brevi examinari speraris et ad doctoratus licentiam obtinendam et in eodem iure in partibus Ispanie legere intendis, premissorum intuitu gratiam facere specialem, canonicatum et prebendam ac prestimonia et prestimoniales portiones ... sic vacantia, cum plenitudine iuris canonici ac omnibus iuribus et pertinentiis suis, apostolica tibi auctoritate conferimus et de illis etiam providemus ... Datum Rome, apud Sanctum Petrum, viiii Kalendas Decembris, anno sexto. In eodem modo dilectis filiis archidiacono de Eceia Ispalensis et thesaurario Astoricensis ecclesiarum ac officiali Bononiensi. Salutem, etc. ... Datum ut supra»: AV, Reg. Aven. 166, fl. 177v-178v.

(179) «Dilecto filio Fernando Martini de Mansella, rectori parrochialis ecclesie sancte Marie de Acheyte Ulixbonensis diocesis. Salutem, etc. Litterarum scientia, vite ac morum decor et alia probitatis et virtutum merita, super quibus apud nos fidedigno commendaris testimonio, nos inducunt ut tibi reddamur ad gratiam liberales. Sane petitio pro parte tua nobis nuper exhibita continebat quod olim tecum super defectu natalium, quem pateris de coniugato genitus et soluta, ut, eo non obstante defectu, ad omnes ordines promoveri et beneficium ecclesiasticum, etiam si curam haberet primo, et deinde ut unum aliud beneficium ecclesiasticum, etiam si canonicatus et prebenda in cathedrali ecclesia existeret, cum prestimoniis et simplicibus bene-

e) Súplica, de Abril de 1385, dos bispos, abades, barões e cavaleiros e procuradores das cidades, vilas e lugares de Portugal, sobre a eleição do Mestre de Avis para rei, por eles realizada, e futuro casamento do monarca e outra, de 5 de Agosto de 1415, do cabido de Tui, com sede em Valença, sobre a postulação de Lobo Vaz da Cunha para bispo

Fernão Lopes, considerado o Heródoto da História de Portugal (180), *nos nossos dias bastante criticado, como se a sua probidade histórica, tanto encomiada, devesse, agora, sofrer revisão profunda, embora omisso na indicação de tantas datas, é fiel transmissor do conteúdo de documentação, que teve à mão. Quanto a Rui de Pina, cuja probidade tem sido mais discutida, já tive ocasião de mostrar que, sem podermos negar sua interpretação pessoal dos factos e até acomodação a tese que se propôs defender, ou a figura que desejava exaltar, não devemos, sem mais, negar a autenticidade de factos ocorridos, por ele descritos ou afirmados, pois a descoberta de novos documentos autênticos tem já demonstrado a sem-razão de certas afirmações, em casos particulares, acoimando de falsas certas notícias referidas pelo cronista, embora algumas possam falhar num ou noutro pormenor de rigorosa cronologia* (181). *Para mim também Fernão Lopes, por mais crítico e objectivo que o queiramos reputar, não pôde fugir à tentação de arranjar argumentos, por vezes forçadamente interpretados, em prol da tese enaltecedora da figura do Mestre de Avis ou para justificar a posição jurídica deste como rei de Portugal. Nem isso deve causar admiração a nós historiadores do século XX, pois até para os imparciais, ou assim tidos por muitos, as teses preconcebidas constituem tentação e risco, levando, por vezes, a aceitar como argumentos comprovativos duma tese documentos que exame atento vem provar serem totalmente contrários ao que se tentou afirmar. Quem não reconhece os méritos históricos de Alexandre Herculano? E não obstante sua probidade histórica, seu desejo de fundamentar as asserções em documentos autênticos, ele deixou-se, muitas vezes, atraiçoar, talvez sem querer, pelo anticlericalismo do tempo, com interpretações tendenciosas, que documentos, alguns até por ele citados, provam precisamente o contrário, como é o caso do célebre jurista Mestre Vicente, bispo eleito da Guarda e postulado de Lisboa, na contenda entre o clero e os reis D. Afonso II e D. Sancho II* (182).

---

ciis ... si tibi alias simul vel sucessive canonice conferrentur, libere recipere et licite retinere valeres auctoritate apostolica extitit dispensatum, post quam quidem ultimam dispensationem parrochialem ecclesiam beate Marie de Acheyte Ulixbonensis diocesis auctoritate apostolica tibi collatam assecutus fuisti et subsequenter nos post ultimam dispensationem huiusmodi canonicatum et prebendam ecclesie Ispalensis, que metropolitana existit, cum prestimoniis et prestimonialibus portionibus in eadem ecclesia, civitate et diocesi Ispalensi, tunc certo modo vacantibus, per nostras litteras tibi contulimus et providimus etiam de eisdem, prout in eisdem litteris plenius continetur. Cum autem, sicut eadem petitio subiungebat, de dicto defectu in eisdem litteris per inadvertentiam nulla mentio facta fuerit et propterea tu timeas dictas litteras surreptitias reputari, pro parte tua nobis extitit humiliter supplicatum ut providere tibi super hoc de oportuno remedio dignaremur. Nos itaque volentes te qui, ut asseris, in diaconatus ordine constitutus et in iure canonico provectus sufficienter existis, quique fere per biennium in iure civili studuisti, premissorum intuitu, necnon ut litterarum studio ferventius inherere valeas, favoribus prosequi gratiosis, tuis in hac parte supplicationibus inclinati, [fl. 503v] volumus et tibi prefatam parrochialem obtinenti, apostolica auctoritate concedimus quod prefate littere et processus habiti per easdem et quecumque inde secuta a data presentium valeant plenamque obtineant roboris firmitatem ac si tecum ut, predicto non obstante defectu, canonicatum et prebendam cum prestimoniis et prestimonialibus portionibus in metropolitana ecclesia obtinere posses dispensatum fuisset ... Datum Rome, apud Sanctum Petrum, xvi Kalendas Februarii, anno septimo»: AV, Reg. Aven. 170, fl. 503-503v.

(180) Cf. JOÃO MENDES, *Fernão Lopes reposteiro-mor do passado*, em *Brotéria*, 90 (1970), 174, 446, 491.

(181) ANTÓNIO DOMINGUES DE SOUSA COSTA, *O Infante D. Henrique na expansão portuguesa*, Braga 1960, p. 36-40, nota 103.

(182) Cf. ANTÓNIO DOMINGUES DE SOUSA COSTA, *Mestre Silvestre e Mestre Vicente, juristas da contenda entre D. Afonso II e suas irmãs (Estudos e textos da Idade Média e Renascimento*, n. 1), Braga, 1963, pp. 56-470, 480, 497-507, 561-572.

Pois neste particular de probidade, há na crónica de D. João I, de Fernão Lopes, um facto significativo, qual é o da eleição do Mestre de Avis como rei de Portugal e de seu casamento, realizado com dispensa apostólica, nas circunstâncias referidas pelo cronista, pelo que, no caso, não se pode falar, rigorosamente, de mancebia da parte do monarca, embora as respectivas bulas, não expedidas no tempo do papa Urbano VI, mas só durante o início do pontificado de Bonifácio IX, fossem de suma importância para o foro externo e de extraordinárias consequências de ordem político-social. Sobre este assunto debruçaram-se ultimamente o P. Brásio em 1958 e 1959 (183) *e o P. Domingos Maurício em 1968* (184). *Interessam-nos mais os artigos do primeiro, enquanto se detém em considerações sobre a «larga suplicatória», a que se refere Fernão Lopes, aliás atendida pelo papa Urbano VI, concedendo ao Mestre de Avis dispensa para se casar com Dona Filipa de Lencastre, e outras graças, sem a expedição das respectivas bulas. Esta a tal súplica de Abril de 1385, publicada parcialmente pelo P. Brásio, em virtude da assinatura da qual, por parte do papa, o mestre de Avis era absolvido das penas incorridas por ter assumido invalidamente as atribuições de rei, contra as obrigações de freire professo, de que ficava agora desligado, podendo casar-se, mas não se podia frustrar a contestações quanto ao foro externo, por não terem sido expedidas as respectivas bulas:*

> *«Sanctissimo in Christo patri et domino nostro domino Urbano, divina providentia sacrosancte Romane et Universalis Ecclesie dignissimo Summo Pontifici, sui humiles et devoti oratores servitoresque continui prelati, barones, milites, nobiles et populares viri infranominati ac omnes communitates civitatum, universitates castrorum, villarum et aliorum locorum insignium Portugalie et Algarbii regnorum in obedientia et devotione vestris persistentes, cum summa reverentia et recomendatione sui devotissima, pedum oscula beatorum. Pater Sancte, quoniam scimus infrascripta per nos, licet pro multis et gravibus animarum corporumque et bonorum nostrorum vitandis communibus dampnis et periculis acta, de iure minus licita, ex quibusdam infra annotatis defectibus invalida fore censenda, ideo ad Sanctitatis Vestre clementiam, singulare conservationis status nostri refugium, pro eorum perpetue stabilitatis remediis, omnes pariter duximus recurrendum, una voce Vestre Beatitudini exponentes quod dudum remanentibus Portugalie et Algarbii regnis post obitum quondam domini Fernandi regis, qui ea possidebat, absque ullo eorum rege, gubernatore vel defensore legitimo, derelictis, nos attendentes quod Johannes Henrici, qui se nominat regem Castelle, scismaticus, per Sanctitatem Vestram de scismate condempnatus, nitebatur cum potentatu suo scismaticorum regna ipsa invadere, prout invasit, et ea et nos ac alios devotos vestros sibi et dampnato antipape subagere, cum tunc non haberemus aliquem talem dominum, ducem, comitem vel capitaneum, gubernatorem aut defensorem in aliquo ipsorum regnorum qui circa eorum et nostram gubernationem et defensionem intenderet, ac cernentes nos ipsaque regna in magnis periculis et perplexitatibus constitutos, requisivimus et rogavimus illustrem ac magnificum virum dominum Johannem, magistrum ordinis militie de Avis, inclite memorie domini Petri, regis predictorum regnorum, natum et fratrem ipsius domini Fernandi naturalem, ad recessum suum de dictis regnis iam paratum, ut sibi placeret apud nos manere nosque et dicta regna, sic ut prefertur rege, gubernatore et defensore*

(183) PADRE ANTÓNIO BRÁSIO, *As «razões» de João das Regras nas cortes de Coimbra*, em *Lusitania Sacra*, 3 (1958) 8-40. *Da legitimidade dos filhos de D. Pedro I*, em *Arquivo Histórico de Portugal*, II série, vol. I, t. I, Lisboa, 1958. *Influência do cisma castelhano na solução da crise nacional de* 1385, em *Lusitania Sacra*, 4 (1959) 93-129.

(184) DOMINGOS MAURÍCIO, *A suposta mancebia de D. João I e D. Filipa de Lencastre*, em *Brotéria*, 87 (1968) 296-307.

carentia, regenda, gubernanda et defendenda suscipere ac circa minus (sic) timendos satagentium inimicorum impetus de remediis congruis providere. Qui quidem dominus Johannes magister nostris opportunis et tandem impportunis devictus instantiis, onera regiminis, gubernationis et defensionis nostri et ipsorum regnorum viriliter, summa cum devotione Vestre Sanctitatis, assumens et dextera sibi nobisque auxiliante divina, ad laudem et gloriam nominis Dei, vestri nostrique ac sepedictorum regnorum memoriter retinendos honores serenissime supportavit, considerantes insuper et scientes in rei veritate quod quedam filia prefati domini Fernandi, qui supradicto Johanni Henrici, avunculo suo, scienter incesto magnifesto coniuncta est et quidam fratres ipsius domini Fernandi tanquam illegitimi aut quivis alius, cum non esset descendens ex recta linea regum Portugalie in regnis prefatis nullum ius poterant habere vel sibi in ipsis successionis locum aliquem vendicare quodque propterea regna ipsa et de iure et de facto vacabant sentientesque quod vacatio huiusmodi nobis et regnis ipsis dampna, incommoda et pericula ingentia continue afferebat, nam multi nobiles et potentes ipsorum regnorum castra et fortelitia sub homagiis et fidelitatibus regiis obtinentes, non videntes regem, quem timerent, cum castris et fortelitiis ipsis adversus nos et prefatum dominum gubernatorem et defensorem insurrexerunt et resurgebant quotidie et nocebant nobis regnisque ipsis, alii vero ex nobis prefato domino gubernatori minus debitas obedientiam et reverentiam in executione mandatorum eius exhibebant, propter quod periculum alienationis ipsorum regnorum merito timebatur, deinde latrocinia, depredationes, homicidia, adulteria, strupra et innumera mala alia et crimina committebantur, que transibant multa, videntes ecquidem quod his remediandis et debitis custodie, gubernationi et defensioni nostris et predictorum regnorum multum ad presens expedientibus ut potestatem scismaticorum predictorum contra nos et ipsa regna preparatorum mediante auxilio deifico expelleremus aliter quam per providentiam regis, quem dicta regna consueverunt semper habere, non poterat aliquatenus subveniri, nos omnes pariter congregati in civitate Colimbriensi, tractantes de aliquo viro ydoneo magnifico et illustri, ex prosapia regali trahente originem, in nostrum et ipsorum regnorum dominum, principem et regem eligendo et assumendo, ac tandem clarissimis persone ipsius domini Johannis gubernatoris actibus virtuosis et meritis ac tunc concurrentibus nobis undique tam per mare quam per terram magnis et merito timendis periculis, quibus per hoc congruentius poterat obviari, cum ea qua decuit consilii nostri maturitate et attenta meditatione pensatis, attendentes insuper qualitatem agendorum circa gubernationem et defensionem nostras ac predictorum regnorum, ob defectum iustitie vim malefactorum et inimicorum nostrorum sustinentium, ulteriorem pati non posse dillationem, etiam ut prius a Sanctitate Vestra necessarie ad hoc apostolice dispensationes et gratie obtinerentur quam circa id a nobis quicquam foret processum unanimi et concordi huiusmodi nostri difinitione consilii prefatum dominum Johannem, quamquam invictum et contradicentem propter humilitatem suam et propter infra designata impedimenta, in nostrum et ipsorum regnorum principem et dominum elegimus et assumpsimus leto corde ac postmodum multiplicatis eficaciis et oblationibus nostris quasi cogentes eum hiis consentire et nomen, dignitatem et honorem ac onera regia huiusmodi acceptare, ipsum tandem pro conservatione honoris et status nostri et sancte sedis apostolice ac pro evitatione dictorum periculorum consentientem et onera gubernationis et defensionis nostrarum et ipsorum regnorum, si et in quantum poterat, acceptantem, intronizavimus ac solemnitatem regis noviter adeuntis regnum cum letitia et exultatione fecimus ut est moris, verum, Pater Sanctissime, cum idem dominus Johannes rex noster, sic ut premittitur assumptus, nomine regio ac gubernatione et regimine predictorum regnorum potiatur ac circa ipsorum defensionem paret se ac intendat et propterea cum dignis favoribus et auxiliis a Sanctitate Vestra et

cunctis fidelibus et devotis vestris prosequi mereatur, Sanctitati eidem tam humiliter quam devote supplicamus efficaciter quatenus premissas causas necessitatis legem non habentis motivas nostras et ipsius domini Johannis regis pia consideratione pensantes et a penarum excommunicationis vel alicuius reatus vinculo, si quas ipse rex vel nos, propter ea que sic minus licenter anticipavimus, forsan incurrimus vel ipse incurrit, primitus absolventes, cum eodem domino Johanne ut non obstante defectu natalium, quem ipse Johannes patitur de prefato domino Petro rege, etiam si tunc idem Petrus coniugatus et mater ipsius Johannis, etiam si coniugata essent, genitus, et quod ordinis millitie de Avis professus miles existat, cuius quidem ordinis milites professi in suo statu, habitu et regulari observantia Cistertiensi ordini se conformare debent, et innupti semper manere, dignitatem, nomen et honorem regalia huiusmodi libere habere et licite retinere valeat secum dignemini gratiosissime dispensare, ipsum de potestatis apostolice plenitudine ab omni vinculo obligationis, quo se eidem ordini militie et ipsius regulari observantie astrinxit penitus de magna misericordia absolvendo eum, cum non obstantiis et clausulis oportunis. Super premissis autem expediendis cum eadem Sanctitate ac multis et diversis causis et negotiis, statum, honorem et commoda Universalis Ecclesie et regnorum Portugalie et Algarbii atque concernentibus ad Benignitatis Vestre presentiam mittimus ac destinamus reverendum in Christo patrem et dominum dominum Johannem episcopum Elborensem ac nobilem et prudentem virum dominum Gondissalvum Gometii de Silva, militem, carissimos ambaxiatores nostros, fideles et devotos vestros. Quare Sanctitati eidem humiliter supplicamus quatenus ambaxiatoribus ipsis et eorum cuilibet in dicendis, proponendis et petendis ex parte nostra, si placet, fidelem credentiam adhibentes, supplicationes nostras subscriptione aliquorum nostrorum signatas et sigilis prelatorum civitatumque et aliquorum nostrorum sigilatas, porrigendas per eos, Vestra pia ducat Benignitas ad exauditionis gratiam admittendas. Vivat et valleat Sanctitas prefata per tempora longiora. Humilis factura vestra Laurentius, archiepiscopus Bracharensis. Laurentius, Lamecensis episcopus. Johannes, episcopus Port[ugalensis]. Johannes, episcopus Elborensis. Frater Rodericus, episcopus Civitatensis. Johannes, episcopus Ulixbonensis. Frater Valascus, episcopus Egitaniensis. Valascus, sancte Crucis prior. Alfonsus, abbas sancti Johannis de Pendurata. Johannes, abbas de Bustello. Rodericus, decanus Colimbriensis. Barones et milites: V.co Martinz. Joan. Affom. Johannes Johannis. Alvaro Pereyra. Comendador. Suarius Gonsalvi. Martin Gonçallvez. Roy Dandrade. Pero Lourenço. Nobiles armigeri: G.o Gomez. V.co Martinz. Johan Fernandez. G.o Vaasquez. Egas. Roy Gomez. Martin Afonso. Roy Lorenço. Fernam Nunez. Alvaro de Cunha. Procuratores civitatum et castrorum: Pero Affom. Martim Lourenço. Joham Fernandez. Ludovycus. Affom Doiz. Johannes Egidii. Affonso Perez. Gunsalvus Fernandez. Johanne Annes. Alfonsus Gunsalvi. Airas Eanes. Suarius Gonsalvi. Procuratores villarum et aliorum locorum: V.co Carvalhar. Fernandus. Vaasco Viçente. Fernandus. Vaasco Doiz. Roy Perez. Vaasque Anes. Pero Martinz. Vaasco Martinz. Gonsalvus Martini. Bertolameus Johannis. Pero Martinz. Gomez Eanes. Manuel Perez. Lopo Stevez. Martin Vaasquez. Fernam Perez. Afonsse Anes. Johannes Laurency. Suarius Gonsalvi. Johannes. Gomez Anes. Diego Martinz» (185).

Antes de entrarmos na análise dos pontos principais, contidos nesta súplica, vejamos como, na verdade, o documento-súplica, juntamente com as bulas de Bonifácio IX sobre as dispensas

(185) ANTT, Gaveta 14, maço 3, docum. n. 9, *Reforma das Gavetas*, fl. 124-127v, com erros de transcrição.

outorgadas a D. João I, quanto ao casamento, mostram a verdade de quanto Fernão Lopes nos conta a este respeito. Há na sua crónica um capítulo intitulado Como morreo o papa Urbano e el Rey mandou seus embaixadores a Bonifacio ([186]), *que é o 124. O capítulo 125 traz o título* Do theor da primeira letra que na Sé foy pubricada ([187]) *e o 126 trata da* Pubricaçam da segunda letra que os mensageiros trouverom da Corte *sobre o casamento de D. João I* ([188]). *Como refere o cronista, trata-se das bulas* Divina disponente clementia *de 27 de Janeiro de 1391 e* Quia rationi congruit *de 28 de Janeiro de 1391, publicadas solenemente a 9 de Julho de 1391, após sermão por «hum grande letrado mestre em theologia, muy famoso pregador da Ordem de Sam Francisco, chamado Frey Rodriguo de Cintra»* ([189]). *Fernão Lopes dá-nos essas bulas em vernáculo verdadeiramente aprazível, naqueles dois capítulos. A primeira, de 27 de Janeiro de 1391, consiste numa dispensa* post factum, *do ponto de vista jurídico, para o foro externo, mas está indissoluvelmente ligada à segunda, a qual explica ou expõe como se processaram as diligências dos embaixadores portugueses, já no pontificado de Urbano VI, até à concessão oral deste e sua assinatura das súplicas, sem expedição das bulas, e até à renovação das dispensas, agora com expedição das bulas. E o motivo deste expediente era o de uma cautela mais segura e firmeza maior, como medida jurídica externa, mediante absolvição de D. João I e Dona Filipa de Lencastre, com abolição de toda a mácula de infâmia e inabilidade, e declaração de que realmente tais dispensas tinham sido solicitadas e concedidas por Urbano VI, aliás como ele papa referia nessa bula, explicativa, em certo modo, ou complementar da* Divina disponente clementia, *de 27 de Janeiro de 1391, que transcrevo:*

> «*Bonifacius, episcopus, servus servorum Dei. Carissimo in Christo filio Johanni, Portugalie et Algarbii regi illustri. Salutem et apostolicam benedictionem. Divina disponente clementia, per quam reges regnant et principes imperant, in eminenti specula et super gentes et regna licet immeriti constituti, necesse habemus interdum de regnis ad pacem et iustitiam populorum perpetua stabilitate disponere ac in eorum soliis ad gubernationem et regimen gentium subiectarum, quos dignos novimus, sublimare et sublimatos conservare et roborare, ut gladii potestate eis ad vindictam malorum laudemque bonorum celitus attributa ipsi assumpto dominandi officio iudicent in equitate populos et dirigant in terris subiectas sibi gentium nationes voluntasque eorum sit in executione iustitie et meditatio in lege rectitudinis ac observantia sancte pacis. Sane porrecta nobis per venerabilem fratrem nostrum episcopum Silvensem et dilectum filium nobilem virum Johannem Roderici de Saa, militem, ambassiatores tuos ad nos per te super hoc destinatos, tue filialis devotionis et dilectorum filiorum universorum prelatorum, cleri ac procerum et populi Portugalie et Algarbii regnorum predictorum petitio continebat quod dudum, ipsis regnis per recolende memorie Fernandi ipsorum regnorum regis obitum qui sine filio legitimo superstite diem suum clausit extremum, regali culmine destitutis, ipsi prelati ac clerus, proceres et populi predictorum regnorum, attendentes quod damnate memorie Johannes Henrici, Castelle et Legionis regnorum detentor, ipsorum Portugalie et Algarbii regnorum ac Dei et felicis recordationis Urbani pape vi, predecessoris nostri, et Romane Ecclesie eius sponse iniquus persecutor, quem idem predecessor velut scismaticum et hereticum puniendum, eo quia perditionis filio Roberto olim basilice duodecim Aposto-*

([186]) FERNÃO LOPES, *Cronica del Rey D. Joam I*, Segunda Parte, Lisboa, 1644, cap. 124, pp. 273a-276a.

([187]) *Cronica del Rey D. Joam I*, Segunda Parte, cap. 125, pp. 276a-279a,

([188]) *Cronica del Rey D. Joãm I*, Segunda Parte, cap. 126, pp. 279a-284a.

([189]) *Cronica del Rey D. Joãm I*, Segunda Parte, cap. 124, p. 276a.

lorum presbytero cardinali, tunc et nunc antipape, qui se Clementem vii ausu sacrilego nominare presumebat, prout et nunc presumit, post et contra processus, per eumdem predecessorem contra ipsum Robertum eiusque fautores et sequaces ac adherentes eidem factos et solemniter publicatos, notorie adheserat et adherebat ac mala malis accumulans, personas dictorum Castelle et Legionis regnorum adherere compellebat, sententialiter iusto Dei iudicio condemnarat puniendum, ipsa Portugalie et Algarbii regna de die in diem devastabat et occupabat ac in totum occupare et devastare nitebatur, cuius perversis conatibus [*fl. 11*] *commode obviare non valebant, eo quia rege et quocumque ydoneo gubernatore carebant, dubitantes ipsos ac ipsa Portugalie et Algarbii regna propterea ad manus et tirannidem ipsius Johannis Henrici et ad obedientiam ipsius antipape in magnum periculum personarum et animarum eorum pervenire, volentes propterea eis ac dictis Portugalie et Algarbii regnis eorumque ac ipsorum regnorum statui, honori et utilitati salubriter providere et huiusmodi damnis et periculis pro salute personarum et animarum ipsorum obviare ac talem in eorum regem eligere personam que sciret, valeret et posset ipsos et regna predicta salubriter regere et gubernare et huiusmodi perversis dicti Johannis Henrici conatibus resistere et deperdita recuperare et huiusmodi periculis obviare, ad te recolende memorie Petri ipsorum Portugalie et Algarbii regnorum regis filium illegitimum et dicti Fernandi ipsorum regnorum ultimi et immediati regis fratrem, tunc domus de Avisii Calatravensis ordinis Elborensis diocesis et sub regula Cisterciensis ordinis professum et ipsius domus magistrum, intuitu specialis devotionis et dilectionis, quibus personam tuam erga dictum nostrum predecessorem et dictam ecclesiam ac regna predicta prefulgere ac fidei puritatis et note ac probate extrenuitatis, quibus te et olim christianissimum genus tuum claruisse et eos ac regna Portugalie et Algarbii predicta laudabiliter rexisse et gubernasse cognoverant et cognoscebant, perpenso et deliberato consilio ac una cum voluntate eorum mentis oculos atque vota direxerunt ac te in eorum et dictorum Portugalie et Algarbii regnorum regem concorditer, nemine discrepante et divinitus, ut pie creditur, debitis et consuetis solemnitatibus observatis, alias rite et canonice elegerunt et assumpserunt, te in solio regali collocando et intronizando ac vestibus regalibus induendo et omnia alia et singula in similibus fieri consueta observando, tuque premissis consideratis et pro bono et salubri statu, pace et honore ipsorum Portugalie et Algarbii regnorum cupiens magis prodesse quam preesse, sperans in benignitate sedis apostolice ab eadem sede dispensationem super hoc obtinere, huiusmodi electionem, assumptionem, collocationem, intronizationem, inductionem et cetera omnia ut prefertur observata ac dignitatem, nomen et honores regia, habitu regulari dicti ordinis, non tamen in ipsius nec clavium contemptum derelicto, acceptasti et eisdem consensisti ac ex tunc ipsa regna ut rex tenuisti et possedisti, prout tenes, gubernas et possides et cum carissima in Christo filia Philippa, dilecti filii nobilis viri Johannis, ducis Lencastrie, nata, dictorum Portugalie et Algarbii regina illustri, matrimonium* [*fl. 11v*] *per verba alias legitime de presenti contraxisti illudque carnali copula consummasti, prolem exinde suscipiendo quodque si huiusmodi dignitatem, nomen et honores regia ac regna predicta dimitteres et divortium inter te et dictam Philippam reginam fieret et ad dictum ordinem redires, possent exinde gravia scandala et damna verisimiliter exoriri. Quapropter pro parte tua et dictorum prelatorum, cleri ac nobilium et populi predictorum nobis fuit humiliter supplicatum ut providere tibi super hoc de absolutionis beneficio ac oportune dispensationis gratia et alias super premissis de benignitate apostolica dignaremur. Nos igitur qui cunctorum christifidelium et omnium orbis regnorum pacem et tranquillitatem ac animarum salutem intensis desideriis, prout ex debito pastoralis officii tenemur, libenter appetimus, cupientes tuis et ipsorum regnorum statui, saluti et honori utiliter providere et huiusmodi scandalis ac periculis, quantum cum*

Deo possumus, obviare et rigori canonum, prout Romani pontifices, predecessores nostri, superna fulti potestate, suadentibus rationabilibus causis laudabiliter consueverunt, presertim circa dignitatis atque prosapie prerogativa fulgentes, dum pro locorum et temporum qualitate id expediens fore conspicimus, dispensatoriam mansuetudinem anteponere ac etiam attendentes quod ipsa Portugalie et Algarbii regna que pro maiori sui parte per dictum Johannem Henrici erant occupata et devastata, dextera tibi assistente divina, tua providentia et strenuitate ab ipsius Johannis Henrici manibus liberasti et occupata per eum recuperasti, que felici prosperitate letantur ac ipsum Johannem Henrici tanquam scismaticum et Dei ac dicti predecessoris nostri atque nostri dicteque Ecclesie ut prefertur inimicum et persecutorem persecutus fuisti et triumphum de ipso et suis complicibus divinitus reportasti, habitis super hoc cum fratribus nostris tractatibus plurimis et tandem deliberatione solemni, huiusmodi supplicationibus inclinati et ad personam tuam, que erga nos et dictam Ecclesiam singulari devotione prefulget et precipua semper claruit puritate, nostrum animum dirigentes, de dictorum fratrum consilio eamdem personam tuam tuumque preclarum genus ac heredes tuos, ex te legitime descendentes, decrevimus honorare et specialibus gratiis prosequi ac favoribus oportunis. Ad laudem igitur omnipotentis Dei, Patris ac Filii et Spiritus Sancti et gloriose semperque Virginis Marie ac beatorum Petri et Pauli apostolorum ac honorem et statum, pacem et tranquillitatem sacrosancte Romane Ecclesie, sponse nostre, ac tui et ipsorum Portugalie et Algarbii regnorum, [*fl. 12*] *tuis et prelatorum, cleri ac nobilium et populi predictorum in hac parte supplicationibus inclinati, te ab omnibus excommunicationum et aliis sententiis et penis quibuscumque ab homine vel a iure qualitercumque prolatis, inflictis, fulminatis et promulgatis, etiam per quoscumque processus apostolicos, quas propter premissa vel alias ex quibuscumque causis, quas hic haberi volumus pro sufficienter expressis, aliquatenus incurristi et ab omni obligatione et vinculo ac obedientie, castitatis, paupertatis et quolibet alio voto ac professione et observantia regulari, quibus dicto ordini qualitercumque obligatus et astrictus extitisti vel esse aut videri posses astrictus, etiam si de illis servandis vel aliquo eorum prestitisses forsitan iuramentum, auctoritate apostolica, tenore presentium, premissis et aliis certis rationabilibus de causis, ad id nostrum animum moventibus, quas hic etiam haberi volumus pro sufficienter expressis et specificatis, et ex nostra certa scientia ac apostolice potestatis plenitudine et a quocumque reatu periurii, si quem ex quavis causa incurristi, absolvimus, eximimus penitus et liberamus omnemque inhabilitatis et infamie maculam sive notam, per te premissorum occasione aut ex quavis alia causa contractam penitus abolemus teque legitimamus et natalibus restituimus et habilitamus ac tecum dispensamus et tibi ut premissis et defectu natalium quem ex dicto Petro rege et quadam muliere sibi matrimonialiter non coniugata genitus pateris, etiam si ipse Petrus rex coniugatus et ipsa mulier coniugata tempore procreationis huiusmodi et nativitatis tue fuissent ac quod tempore electionis, assumptionis, collocationis, intronizationis, inductionis, acceptationis et consensus predictorum, dicti ordinis professus et magister dicte domus ac predictis excommunicationum et aliis sententiis et penis seu inhabilitatis et infamie macula sive nota ligatus extiteris et postmodum predictum matrimonium cum dicta Philippa, nulla dispensatione super hoc a dicta sede obtenta ut prefertur contraxeris, etiam si Roberto antipape et Johanni Henrici predictis aliquatenus adhesisti aut auxilium, consilium vel favorem prestitisti et quibuscumque constitutionibus apostolicis ac legibus imperialibus et statutis ac consuetudinibus nequaquam obstantibus, concedimus quod electio, assumptio, collocatio, intronizatio, inductio, acceptatio, consensus et omnia inde secuta perinde valeant et perpetuam obtineant roboris firmitatem tuque ipsa regna, dignitatem, nomen et honores regia habere, obtinere et retinere et de novo ad ea et alias ad quecumque alia regna, digni-*

tates, honores, dominia et officia eligi et assumi et [fl. 12v] ea acceptare ac eisdem consentire eaque recipere, tenere, obtinere et retinere et ad heredes et successores tuos legitimos, ex tuo corpore descendentes, natos et nascituros, et alios collaterales seu extraneos quoscumque ex testamento et ab intestato transmittere et quod in dicto matrimonio ut prefertur contracto remanere et nichilominus, si aliter ex persona dicte Philippe regine disponi contingat, cum aliis quibusvis mulieribus, quotiescumque casus emerserit, aliis tamen impedimentis non obstantibus, matrimonium contrahere et in eo remanere libere et licite valeas ipsique heredes et successores tibi in eisdem regnis, dignitatibus, nominibus, honoribus, dominiis et officiis quibuscumque succedere possint et valeant ac si de legitimo matrimonio procreatus fuisses et huiusmodi electionis, assumptionis, collocationis, intronizationis, inductionis, acceptationis et consensus predictorum tempore dicte domus et ordinis professus et magister minime extitisses ac nulla excommunicationis sententia et inhabilitatis seu infamie macula sive nota et reatu periurii ligatus extitisses nullumque aliud canonicum impedimentum obstaret tecumque super premissis per eamdem sedem legitime dispensatum extitisset tuque ab obligatione, voto, obedientia, professione et observantia regulari, quibus dicto ordini et magistratui qualitercumque obligatus et astrictus extitisti, absolutus, exemptus penitus et liberatus et a quibuscumque excommunicationum sententiis et penis, si quas forte incurreras, absolutus extitisses omnisque inhabilitatis seu infamie macula sive nota et reatus periurii, si quos aliquatenus incurrisses, per eamdem sedem aboliti fuissent, supplentes eadem auctoritate et ex certa nostra scientia ac predicta apostolice potestatis plenitudine et motu proprio omnem alium defectum, si quis forsan ex tui vel ipsorum prelatorum, cleri, procerum et populi eligentium predictorum personis vel electionis, assumptionis, intronizationis, collocationis, inductionis, acceptationis et consensus predictorum et inde secutorum forma aut ex quavis alia causa intervenerit in premissis. Nulli ergo omnino hominum liceat hanc paginam nostre voluntatis, absolutionis, exemptionis, liberationis, abolitionis, restitutionis, habilitationis, dispensationis, concessionis et supplementi infringere vel ei ausu temerario contraire. Si quis autem hoc attemptare presumpserit, indignationem omnipotentis Dei et beatorum Petri et Pauli, apostolorum eius, se noverit incursurum. Datum Rome, apud Sanctum Petrum, sexto Kalendas Februarii, pontificatus nostri anno secundo. N. ii.m de Ben.to» (190).

Na bula Quia rationi congruit *de 28 de Janeiro de 1391, Bonifácio IX dá como razão explicativa da não confecção das bulas, relativas às dispensas, a morte do papa Urbano VI, referindo várias circunstâncias, dentre as muitas descritas por Fernão Lopes, com expressa menção das concessões desta, que termino de transcrever, e da outra que se transcreverá depois da* Quia rationi congruit. *Aliás esta faz parte da pública-forma de 9 de Julho de 1391, de que existem ainda dois exemplares autênticos no ANTT e no Arquivo Histórico da Câmara Municipal de Lisboa, a qual pública-forma nos elucida sobre outras circunstâncias narradas também por Fernão Lopes. Nesse dia 9 de Julho, fazia solene pregação no púlpito da catedral de Lisboa sobre o assunto o franciscano Frei Rodrigo de Sintra, mestre* in sacra pagina, *que é dizer de Teologia. Assistiam os bispos de Lisboa e do Porto, respectivamente D. João Anes e D. João Afonso de Azambuja, o bispo de Cidade Rodrigo D. Frei Rodrigo, o cabido de Lisboa, o chanceler régio Lourenço Anes Fogaça, os cavaleiros Martinho Afonso Valente, Afonso Esteves de Azambuja e muitos clérigos, nobres e povo. Leu e publicou, em alta voz, a bula de 28 de Janeiro de 1391 o tabelião João Rodrigues, ao qual o dito chanceler, em nome do rei, e João Domingues, tesoureiro da sé de Lisboa, em nome do cabido, e Fernando Álvares, procurador da cidade de Lisboa, pediram a transcrição do documento,*

(190) ANTT, Bulas, maço 5, n.º 9 (original com selo de chumbo). AV, Reg. Lat. 12, fl. 10v-12v.

estando presentes o mestre de artes ou gramática do Estudo Geral de Lisboa, Pedro Domingues, e Cristóvão Anes, bacharel em direito canónico. Diz o papa nessa bula, certamente alcançada, como as outras duas do dia anterior, pelo bispo de Silves D. João Afonso de Azambuja e o cavaleiro João Rodrigues de Sá, que os prelados, nobres e povo de Portugal tinham enviado ao papa Urbano VI o bispo de Évora D. João e outros embaixadores (lembro que a súplica respectiva, atrás transcrita, indica os nomes de D. João, bispo de Évora, e o nobre cavaleiro Gonçalo Gomes da Silva), os quais expuseram ao papa terem os suplicantes unanimemente postulado ou eleito rei de Portugal ao Mestre da Ordem de Avis, por vários motivos, sobretudo porque o falecido João Henriques, detentor dos reinos de Castela e Leão (atente-se na palavra detentor, como a significar ou a indicá-lo como usurpador ou monarca ilegítimo, enquanto cismático), tentava devastar e ocupar os reinos de Portugal e do Algarve e eles suplicantes pretendiam velar assim pela honra e bem destes reinos, carecidos de rei que os defendesse, e opor-se às maquinações do iníquo perseguidor deles, da Igreja e do papa Urbano. O Mestre de Avis aceitara a eleição, deixando o hábito e profissão religiosa, adornando-se de vestidos régios e tomando a defesa do reino com actos bélicos, em que se cometeram homicídios e incêndios, inclusive de pessoas e bens eclesiásticos. Por isto, tanto o rei como os eleitores haviam incorrido em penas e censuras eclesiásticas, cuja absolvição tinham pedido a Urbano VI, inclusive por o dito Mestre ter implicitamente aderido ao antipapa Clemente VII, ao tomar parte, durante o reinado de seu irmão D. Fernando, nas cerimónias do casamento de Dona Beatriz com o rei de Castela, favorecendo assim ao antipapa e ao monarca de Castela, cismático, e ter-se adornado de vestes douradas, impróprias do estado religioso, que professava. Tinham os suplicantes pedido ainda a Urbano VI concedesse ao Mestre de Avis dispensa para manter as honras e atribuições de rei, apesar da sua condição de religioso e de ilegítimo, enquanto filho de pai casado, el-rei D. Pedro de Portugal, e de mãe também casada, e para contrair matrimónio com qualquer mulher ou, se porventura tivesse casado com Dona Filipa, filha do duque de Lencastre, como tinha resolvido, para continuar em tal casamento, sem embargo de qualquer impedimento entre eles. Na presença de Bonifácio IX, então cardeal, e de outros purpurados, Urbano VI respondera publicamente ao bispo de Évora, embaixador, ter concedido tal dispensa a D. João I e à rainha Dona Filipa, isentando aquele de qualquer obrigação inerente ao estado religioso, e noutra ocasião, mais tarde, igualmente na presença de Bonifácio IX, quando este ainda era cardeal, declarara ao dito bispo de Évora haver D. João I por verdadeiramente absolvido das censuras e dispensado, na forma desejada pelos suplicantes. Tendo morrido o papa Urbano VI, sem o despacho das respectivas bulas da dispensa, Bonifácio IX, para D. João I e a rainha Dona Filipa não serem frustrados quanto ao efeito da concessão de Urbano VI, comunica terem-se as coisas passado assim e para cautela mais segura e maior força de quanto concedido declara ter de novo absolvido o rei e dispensado a ele e à rainha Dona Filipa, a fim de poderem permanecer no matrimónio contraído, com legitimação da prole havida ou por haver, tal como fora concedido por Urbano VI:

> «*In nomine sancte et individue Trinitatis Patris et Filii et Spiritus Sancti. Tenore presentis publici instrumenti exempli ad perpetuam actus sequentis memoriam cunctis deducatur seu etiam dignoscatur evidenter quod anno a Nativitate Domini millesimo trecentesimo nonagesimo primo, die vero nona mensis Julii, apud nobilissimam et legalem civitatem Ulixbonensem videlicet in pulpito sive predicatorio ecclesie cathedralis dicte civitatis facta predicatione solempni ad predictum actum a venerabili et religioso viro domino fratre Roderico in sacra pagina magistro pertinente existentibusque dictam predicationem venerantibus et fideli contemplatione sedendo ipsam audientibus reverendis in Christo patribus et dominis dominis Johanne Ulixbonensis predicte civitatis, Johanne Portugalensis, Roderico Civitatensis eccle-*

siarum Dei et apostolice sedis gratia episcopis, ac venerabilibus et discretis viris dominis capitulo dicte ecclesie Ulixbonensis necnon honorabilibus viris dominis Laurentio Johannis Fogaça, cancellario maiore domini nostri regis, inantea nominati illustris, Martino Alfonsi Valente, Alfonso Stephani de Açambugia militibus aliisque quamplurimis tam ecclesiasticis quam generosis et secularibus ac civibus, demum dominabus et aliis mulieribus etiam quasi innumerabilibus personis in predicta civitate Ulixbonensi degentibus seu etiam commorantibus, me Johanne Roderici, publico regali auctoritate in eadem civitate Ulixbonensi tabellione, una cum supra et aliis infrascriptis testibus adhibito et presente, prefatus dominus Laurentius Johannis Fogaça, cancellarius memoratus, fecit a me predicto tabellione legi et publicari alta et intelligibili voce quasdam litteras sanctissimi in Christo patris et domini nostri domini Bonifatii, divina favente clementia pape viiii, scriptas in pergameno veraque bulla plumbea ipsius domini pape in filis sericis croceisque rubeis more Romane Curie bullatas, sanas, integras et absque suspicione aliqua, ut apparebat prima facie, penitus carentes, tenorem qui sequitur continentes: Bonifatius, episcopus, servus servorum Dei. Universis et singulis presentes litteras inspecturis. Salutem et apostolicam benedictionem. Quia rationi congruit et convenit honestati ut ea que de Romani Pontificis gratia processerunt, licet super ipsis littere apostolice confecte non fuerint, suum consequantur effectum et in publicam deducantur notionem, eapropter universitati vestre significamus et ad vestram notitiam deducimus per presentes quod cum dudum pro parte dilectorum filiorum universorum prelatorum, nobilium et populi Portugalie et Algarbii regnorum felicis recordationis Urbano pape vi, predecessori nostro, per venerabilem fratrem nostrum Johannem, episcopum Elborensem, et nonnullos alios, eorum ambassiatores, expositum fuisset quod ipsi ex certis rationabilibus causis, eo maxime quia damnate memorie Johannes Henrrici, tunc Castelle et Legionis regnorum detentor, ipsa Portugalie et Algarbii regna devastare et occupare nitebatur, que quidem regna rege et defensore carebant, volentes eorum et dictorum Portugalie et Algarbii regnorum honori et statui salubriter providere et ipsius Johannis Henrrici, ipsorum ac Dei et dicti Urbani, predecessoris nostri, et Ecclesie, eius sponse, iniqui persecutoris, pravis conatibus obviare, carissimum in Christo filium nostrum Johannem, dictorum Portugalie et Algarbii regnorum regem illustrem, inclite memorie Petri, ipsorum Portugalie et Algarbii regnorum regis, filium naturalem, tunc ordinis militie de Avisio magistrum, in ipsorum ac Portugalie et Algarbii regnorum predictorum regem unanimiter postulaverant et assumpserant, eum in solio regali collocando et vestibus regalibus induendo ac omnes debitas et consuetas solemnitates observando, qui quidem Johannes rex huiusmodi postulationem et assumptionem de ipso ut prefertur factam et omnia inde secuta pro urgenti necessitate et evidenti utilitate ac defensione dictorum regnorum, que alias per dictum Johannem Henrrici devastabantur et occupabantur, ut prefertur, acceptaverat et eisdem consenserat ac habitu dicti ordinis derelicto, huiusmodi vestes regales gestaverat, prout gestabat, ac pro ipsorum regnorum defensione et alias in actibus armorum, in quibus homicidia, incendia etiam ecclesiarum et ecclesiasticarum personarum et multa alia damna secuta fuerant, se immiscuerat et propterea pro parte ipsorum prelatorum, nobilium et populi eidem Urbano, predecessori nostro, per dictorum eorum ambassiatores humiliter supplicatum fuisset ut, premissis paterna caritate pensatis, eumdem Johannem regem, tunc dicti ordinis magistrum, a vinculo excommunicationis et cuiuscumque pene reatu, premissorum occasione vel quia dudum, tempore quo quondam Fernandus, dictorum Portugalie et Algarbii regnorum rex, ipsius Johannis regis frater, perditionis filio Roberto, olim Basilice xii Apostolorum presbytero cardinali, nunc et tunc antipape, qui se Clementem vii ausu sacrilego nominare presumit, etiam post et contra processus per eumdem predecessorem nostrum contra Robertum et Johannem Henrrici predictos

eorumque fautores ac accedentes et adherentes eisdem factos et solemniter publicatos adherebat, in nuptiis dicti Johannis Henrrici et cuiusdam filie dicti Fernandi regis, ipsius Johannis Henrrici uxoris, interfuit, prefatis antipape et Johanni Henrrici favendo ac vestes sericas auro contextas et alias sibi et dicte religioni sue minus convenientes publice deferendo aut quovis modo ab ordine suo predicto apostatando et alias sevis et enormibus quomodocumque immiscendo, absolvere, omnem infamie et inhabilitatis maculam per eum ex causis premissis aut alias quovis modo incursam penitus abolendo et cum eodem Johanne rege ut premissis et defectu natalium quem patitur ex prefato Petro rege et quadam muliere genitus, etiam si ipsi Petrus rex et mulier coniugati existerent ac quod ipse Johannes rex dicti ordinis militie de Avisio, cuius ordinis professi in suis statu, habitu et observantia regulari monachis Cisterciensis ordinis conformari se debent et nullatenus nubere possunt, professus erat, non obstantibus, huiusmodi dignitatem, nomen et honores regia habere libere et retinere et cum quacumque muliere alias tamen legitime matrimonium contrahere et si forte cum carissisima in Christo filia nostra Philippa, predictorum Portugalie et Algarbii regina, eius uxore, dilecti filii nobilis viri Johannis, ducis Lancastrie, nata, matrimonium contraxisset, prout disposuerat, in eodem matrimonio ipsi Johannes rex et Philippa regina, quocumque consanguinitatis vel affinitatis impedimento et premissis omnibus non obstantibus, remanere licite valerent, dispensare, prolem ex huiusmodi matrimonio susceptam et suscipiendam legitimam nuntiando ipsumque Johannem regem de apostolice potestatis plenitudine ab omni obligatione ipsius ordinis, qua se eidem ordini eiusque cerimoniis et observantiis quibuscumque astrinxerat, misericorditer eximere et absolvere auctoritate apostolica dignaretur, quod idem Urbanus predecessor noster in nonnullorum fratrum suorum sancte Romane Ecclesie cardinalium, de quorum numero tunc etiam ibidem presentes eramus, [presentia], eidem Johanni episcopo, prout supra humiliter supplicanti, respondit et publice dixit et asseruit quod ipse, premissis consideratis et ex certis aliis rationabilibus causis, ad id suum animum moventibus, ipsum Johannem regem, tunc magistrum dicti ordinis, absolverat, habilitaverat ac secum et cum dicta Philippa dispensaverat ipsumque ab obligatione dicti ordinis eximerat et absolverat et alias omnia et singula premissa, prout supplicatum sibi ut prefertur et alias prout necesse fuerat, concesserat et adimpleverat et deinde una alia die eidem Johanni episcopo, prout supra supplicanti, nobis et quibus supra presentibus ibidem, publice respondit et asseruit quod habebat ipsum regem Johannem super premissis pro absoluto et secum dispensato ut prefertur, verum quia, dicti Urbani predecessoris nostri superveniente obitu, littere apostolice super hiis confecte non fuerunt, nos volentes ipsorum Johannis et Philippe regine eius uxoris ac ipsorum regnorum et eorum reinicolarum honori et statui providere, ne propterea quod littere apostolice super premissis, dicto nostro predecessore vivente, confecte non fuerunt, ipsi Johannes rex et Philippa regina ac supplicantes predicti suo frustrentur effectu, premissa omnia et singula, prout ut prefertur acta fuere ad vestram notitiam ad perpetuam rei memoriam deduci duximus per presentes, eidem universitati vestre litterarum serie etiam significantes nos pro tuitiori cauthela et ad maiorem roboris firmitatem ipsum Johannem regem de novo absolvisse ac omnem infamie et inhabilitatis maculam aboluisse et secum super premissis ac cum dicta Philippa regina ut in matrimonio inter eos contracto remanere licite valeant dispensasse, prolem ex ipso matrimonio susceptam et suscipiendam legitimam nuntiando et omnia alia et singula premissa dicto predecessori nostro ut prefertur supplicata fecisse, adimplevisse et concessisse, supplentes omnem defectum, si quis forsan intervenerit in eisdem, prout in aliis nostris litteris super hiis confectis plenius continetur. Nulli ergo omnino hominum liceat hanc paginam nostre significationis, deductionis, absolutionis, habilitationis, dispensationis, concessionis, supple-

tionis et voluntatis infringere vel ei ausu temerario contraire. Si quis autem hoc attemptare presumpserit, indignationem omnipotentis Dei et beatorum Petri et Pauli, apostollorum eius, se noverit incursurum. Datum Rome, apud Sanctum Petrum, v Kalendas Februarii, pontificatus nostri anno secundo.

Quibus quidem litteris sic ut premittitur lectis et publicatis, prefatus dominus Laurentius Johannis, cancellarius prefati domini nostri regis, ipsius domini nostri regis nomine, deinde venerabilis et discretus vir dominus Johannes Dominici, thesaurarius dicte ecclesie Ulixbonensis, nomine capituli supradicti eiusdem ecclesie, necnon discretus Fernandus Alvari, procurator ac procuratorio nomine universitatis ac concilii dicte civitatis Ulixbonensis, requisiverunt dictas litteras transcribi et in formam publicam ipsarum transumptum sive transcriptum redigi cum prefati reverendi patris domini Johannis Ulixbonensis episcopi auctoritate ordinaria et interpositione decreti ut ipsi transcripto fides in omnibus habeatur ac sibi nominibus, quibus supra, quorum, ut asseruerunt, intererat ac interest habere sic dictum transcriptum sive transumptum ut premittitur redactum, de ipso transcripto sive transumpto prefatarum litterarum ac de publicatione et lectione ut premittitur earum a me dicto tabellione fieri et dari publicum et publica instrumenta petierunt. Et tunc prefatus reverendus pater et dominus episcopus Ulixbonensis, visis predictis litteris ipsisque auditis et diligenter in scriptis et pro veris primitus reputatis, petitioni huiusmodi ut prefertur petentium dictas litteras apostolicas transcribi in formam publicam ipsum earum transcriptum a me supra et infrascripto tabellione cum prefatis publicatione et lectione earum redigi ac predicta instrumenta eisdem petentibus prout petebantur fieri et dari mandavit, ad hoc suam interponens et interposuit auctoritatem ordinariam et decretum, decernens et decrevit huiusmodi transcripto sive transumpto et omnibus aliis et singulis supradictis deinceps in iudicio et extra fidem esse in omnibus adhibendam. Acta fuerunt hec loco, anno, die, mense, quibus supra, presentibus prefatis dominis Johanne Portugalensi, Roderico Civitatensi episcopis, Martino Alfonsi Valente, Alfonso Stephani, militibus, prefato fratre Roderico magistro predicante, Petro Dominici, magistro gramaticorum in Studio Generali dicte civitatis Ulixbonensis, Christoforo Johannis, in iure canonico bacallario, et aliis quampluribus testibus et personis quasi ut premittitur inumerabilibus ad predictas predicationem et litteras audiendas congregatis. Et me Johanne Roderici, prenominato tabellione, qui mandato et requisitioni prefati domini cancellarii prefatas litteras ut premittitur legi et publicavi ac ipsas ut supra ostenditur mandato, auctoritate ordinaria et decreto prefati domini Ulixbonensis episcopi transcripsi et ipsum transcriptum sive transumptum ac omnia et singula suprascripta, dum supra dicuntur et leguntur, in hanc publicam formam, dictum instrumentum predicti exempli continentem, ad instantiam et petitionem prefati domini cancellarii manu propria scripsi et ubi legitur alios eorum et alibi ubi cernitur regnorum et eorum reinicularum honori et statui, errore sed non vitio rasi, signoque meo solito in testimonium premissorum signavi» (191).

Urbano VI morreu antes da expedição das letras apostólicas, mas a bula não diz toda a verdade, ou seja não nos dá as razões por que, entretanto, não se procedeu à confecção e expedição das bulas, tanto mais que o Mestre de Avis e os autores da súplica estavam interessados, ao máximo, em obter tais bulas. Essas razões dá-no-las, como veremos, Fernão Lopes, o qual também se alonga na descrição de como o Mestre de Avis, ao princípio, não queria aceitar as propostas da sua

(191) ANTT, Bulas, maço 26. docum. n. 15. Arquivo Histórico da Câmara Municipal de Lisboa, *chancelaria régia, livros dos reis* (cód. 74), n. 2.

eleição, procurando até fugir do reino, circunstância a que aliás alude a súplica, embora resumidamente: «...requisivimus et rogavimus illustrem ac magnificum virum dominum Johannem, magistrum ordinis militie de Avis ... ad recessum suum de dictis regnis iam paratum, *ut sibi placeret apud nos manere nosque et dicta regna sic, ut prefertur, rege, gubernatore et defensore carenia, regenda, gubernanda et defendenda suscipere». Antes de mais, recordo que o cronista refere não só terem sido tais graças concedidas oralmente ou de viva voz, como logo a seguir ter sido ratificada a concessão pela assinatura do papa. Enquanto o Mestre de Avis, a 1 de Novembro de 1386, tratava com João de Gaunt, pretendente ao trono de Castela e pai de Dona Filipa de Lencastre, em Ponte de Mouro, perto de Monção, do futuro casamento e outros negócios relacionados com a campanha destinada à ocupação de Castela, por parte do duque, a futura consorte era levada ao Porto e chegavam a D. João I «de sospeita cartas dos embaxadores, que avia mais de hum anno erom partidos para a corte* [de Roma], *dizendo como acharom o Padre Sancto em Genoa e que, aprezentada ante elle a supricação que levavão, e dita sua mensagem, que elle em todo, o que lhe por sua parte pediram, benignamente dispensara, e que* o rol era ja assinado *e encaminhariam de tirar as letras»* (192).

Os embaixadores eram o bispo de Évora D. João e Gonçalo Gomes da Silva, que realmente não conseguiram o despacho das bulas, pelos motivos que Fernão Lopes aponta e os Padres Brásio e Domingos Maurício (193) *explicam pormenorizadamente. Interessa-nos sobretudo o das intrigas do não bem identificado Mestre Henrique, relacionadas com supostas pretensões do duque de Lencastre ao trono de Portugal, pois teria falsamente informado o papa «dizendo que o Reyno de Portugual pertencia à duqueza dona Constança e deshi ao duque de Lencastro, por ser seu marido», pelo que «o papa ouvindo suas rezoens, porque el Rey de Ingraterra, sobrinho deste duque, era hum dos notaveis senhores que lhe estonce obedeciom, deshi porque alguns affirmavão muito que el Rey de Ingraterra queria tratar que el Rey de Castella se decese da tençam que tinha e viesse a obediencia da Igreja, mamdou assi estar as letras ata que fosse sabido em certo como era o que lhe ffalara aquelle Mestre Anrrique»* (194). *Conhecedor do caso, D. João I apresentou as suas queixas ao duque de Lencastre por meio do Dr. Gil do Sem, famoso doutor em leis e seu conselheiro. Em resposta, o duque de Lencastre desmascarou a intriga, mostrando-se interessado aliás nos negócios do rei de Portugal, nomeadamente no futuro matrimónio deste com sua filha: «E por esto nom deveis de cuidar que por nos nem por a dita Rainha fosse mandado, nem consentido cousa, por que a vossos negocios viesse embargo, e deveilo aver por certo por algumas razoens, especialmente se nos em ello ouvessemos falado como trataríamos nos cazamento da nossa muy amada filha Felippa comvosco, ca a nos compria muyto segundo nosso estado, que ella ouvesse honra e estado, segundo a linhagem donde he»* (195). *Para o efeito, comprometeu-se a enviar à Cúria do papa o seu chanceler do selo da puridade e doutor em leis Guilherme, para, em nome do duque, informar Urbano VI da conformidade dele com os desejos do rei de Portugal* (196).

O certo é que, entretanto, as bulas não foram expedidas e D. João I, apoiado no parecer dos seus letrados que defendiam não ser necessária a confecção das bulas para a validade do casamento, bastando a assinatura do papa, posta ao pedido da dispensa atendido, casou-se com Dona Filipa de Lencastre a 2 de Fevereiro de 1387, mas sem preterir as diligências necessárias

---

(192) *Cronica del Rey D. Joam I*, Segunda Parte, cap. 92-94, pp. 219b-224b.

(193) PADRE ANTÓNIO BRÁSIO, *Influência do cisma castelhano na solução da crise nacional de* 1385, em *Lusitania Sacra*, 4 (1959) 99-109. DOMINGOS MAURÍCIO, *A suposta mancebia de D. João I e D. Filipina de Lencastre*, em *Brotéria*, 87 (1968) 297-305.

(194) *Cronica del Rey D. Joam I*, Segunda Parte, cap. 123, pp. 271a-273a.

(195) *Cronica del Rey D. Joam I*, Segunda Parte, cap. 123, pp. 272b-273a.

(196) *Cronica del Rey D. Joam I*, Segunda Parte, cap. 123, p. 273a.

para obter, posteriormente, a confecção e expedição das respectivas bulas. E talvez para mostrar ao papa toda a isenção de dificuldades quanto à legitimidade de D. João I, como rei de Portugal, a 26 de Março de 1387 (197), *o duque de Lencastre comprometia-se, por si e por Dona Constança, ou doava mesmo perpetuamente ao marido da filha, D. João I, rei de Portugal, todos os direitos que porventura tivessem ou viriam a ter ao reino de Portugal. Apesar disso, Urbano VI não perdia as esperanças de ver o reino de Castela e os demais reinos da Península abraçarem a sua obediência. E por este motivo foi protelando o despacho das bulas, receoso de que uma posição totalmente aberta, em defesa de D. João I, pudesse complicar sua política e aspirações. Inútil, por isso, a nova embaixada enviada à Cúria pontifícia por D. João I, constante do sobredito bispo de Évora e do bacharel em direito canónico João Afonso de Azambuja, prior da colegiada de Santa Maria de Alcáçova de Santarém. O papa não acedera ao despacho das bulas, contentando-se com afirmar que «elle avia el Rey de Portugal por absolto e com elle despensado compridamente em todalas cousas que lhe mamdara pedir, posto que as letras tam cedo feitas nom fosem», sem atender às razões alegadas por João Afonso de Azambuja* (198).

As esperanças do pontífice foram baldadas quanto à ideia de levar os outros reinos da Península à sua órbita. Mesmo depois das tréguas entre Castela e Portugal, em Novembro de 1389, não se viam perspectivas de um retorno de Castela à obediência do papa de Roma e D. João I, necessitando das bulas para provar ter sido dispensado pelo papa dos impedimentos para casar, «nom embargando a supricaçam que pelos embaxadores primeiros mamdara e o assinamento do papa Urbano, que de sua despemsaçam leyxara feito», mandou nova embaixada, composta de João Afonso da Azambuja, já bispo de Silves, e do cavaleiro João Roiz de Sá, com nova súplica, «tal como a primeira», embora, segundo os letrados e juristas da corte, bastasse diligenciar fossem passadas as bulas, visto ser uso da Cúria papal «que a graça feita pelo Sancto Padre, posto que nom fosse escrita em sua forma, ou fosse feita e nom bullada, que nom espirava porem per morte delle, mas ficava em sua força des aquelle tempo que elle a outorgara, e nom do tempo que fosse feita ou lhe pozessem o sello». E esta teria sido também a resposta do pontífice aos embaixadores, porque «dada ao papa a supricaçam que assi levavom, elle a ouve por sobeja e benignamente respondendo, disse que pois seu antecessor avia outorgado tal graça e o rol assinado, segundo elle sabia, que era de presente estonce, que escusado era supricar mais sobrello, senom somente requerer as letras» (199). *E assim foram tiradas as sobreditas letras ou bulas, após o despacho favorável de Bonifácio IX, mas com a declaração expressa da concessão feita por Urbano VI «pera demover das gentes algũa errada temçom, que muitos contra esto tinhom»* (200). *Na verdade, o cronista castelhano Pero Lopes de Ayala faz-se eco de queixas do duque de Lencastre contra o Mestre de Avis que ter-se-ia casado com Dona Filipa de Lencastre antes de obter a necessária dispensa pontifícia* (201) *e, como bem observa Domingos Maurício* (202), *não é para esquecer que «o Mestre de Avis, apesar da sua eleição nas cortes de Coimbra de 1385, tinha ainda no reino inimigos, não só entre os partidários de Castela, mas provavelmente entre os mal contentes com os zelos morigeradores que acendiam*

---

(197) ANTT, Gaveta 17, maço 5, docum. n. 7 e 18, maço 3, docum. n. 26. Cf. *Cronica del Rey D. Joam I*, Segunda Parte, cap. 93-96, pp. 220a-227a, cap. 118, pp. 261a-264a, cap. 122, pp. 271a-273a.

(198) *Cronica del Rey D. Joam I*, Segunda Parte, cap. 124, pp. 273a-274a.

(199) *Cronica del Rey D. Joam I*, Segunda Parte, cap. 124, pp. 274b-275a.

(200) *Cronica del Rey D. Joam I*, Segunda Parte, cap. 124-126, pp. 273a-284a.

(201) PERO LOPES DE AYALA, *Cronica del Rey D. Juan Primero de Castilla e de Léon*, c. VII, Madrid, 1887, p. 117. Cf. FERNÃO LOPES, *Cronica del Rey D. Joam I*, Segunda Parte, cap. 118, p. 261a-264a, cap. 122, pp. 271a-273a.

(202) DOMINGOS MAURÍCIO, *A suposta mancebia de D. João I e D. Filipa de Lencasrte*, em *Brotéria*, 87 (1968) 306-307.

no Paço a honestidade neófita de D. Filipa, mal lembrada, acentuariam, do exemplo que dera». E esses «nom com zelo de bondade, segundo a observação de Fernão Lopes, mas prenhes do mao falar, parirom dizendo duas falsas rezõens. A primeira que o papa Urbano nom quizera dispensar com elle. A segunda que Bonifacio, que depois viera, dispensara com certas condiçõens» ([203]). *Além disso, embora, como veremos, na bula sobre o casamento, Bonifácio IX nos diga que o matrimónio fora realizado depois de os cônjuges terem sido informados da concessão oral pelo papa Urbano VI, a bula do dia seguinte* Quia rationi congruit, *atrás transcrita, pode ter dado azo aos mal intencionados de falarem de mais, enquanto aventa a hipótese de eles poderem ter casado sem a respectiva dispensa: «... et cum quacumque muliere alias tamen legitime matrimonium contrahere et* si forte cum carissima in Christo filia nostra Philippa, predictorum Portugalie et Algarbii regina, eius uxore, dilecti filii nobilis viri Johannis, ducis Lancastrie, nata, matrimonium contraxisset, prout disposuerat, in eodem matrimonio ipsi Iohannes rex et Philippa regina, quocumque consanguinitatis vel affinitatis impedimento et premissis omnibus non obstantibus, remanere licite valerent, dispensare...».

A descrição de Fernão Lopes acerca da concessão oral das dispensas por Urbano VI e assinatura do rol das súplicas, bem como das diligências dos embaixadores para obterem as respectivas bulas, até à expedição das mesmas no pontificado de Bonifácio IX, apresenta todos os foros de verdadeira. Não faltam exemplos de bulas redigidas nos termos daquelas e respeitantes a concessões de benefícios. Aponto apenas um ou outro. Assim, por exemplo, vacante a igreja paroquial de S. Salvador de Lousada da diocese de Braga, por resignação do estudante da universidade de Bolonha, futuro doutor em leis e também futuro bispo de Silves D. João Álvares, o papa Bonifácio IX concedera tal igreja, no dia 30 de Setembro de 1404, a Brásio Afonso, também estudante de direito canónico em Bolonha e por sinal doutorado no mesmo dia que João Álvares, mas, morto o papa, sem terem sido feitas as respectivas letras apostólicas, o sucessor Inocêncio VII renovou a concessão, a 11 de Novembro desse ano de 1404, decretando que suas letras apostólicas começassem a ter valor, a partir da concessão de Bonifácio IX ([204]). *Também Gregório XII, por letras de 19 de Dezembro de 1406, encarregava Fernando Anes, cónego de Évora, de conferir o canonicato e prebenda de Lisboa ao sobrinho do rei de Portugal D. Fernando Pires da Guerra, a vagarem esses benefícios pela sagração do bispo eleito do Porto D. João, fazendo retroceder o valor jurídico de suas letras para 4 de Setembro de 1406, tempo da concessão desta graça pelo predecessor Inocêncio VII, morto antes da confecção das respectivas letras* ([205]).

O tempo (anos) que passou desde a concessão oral e assinatura da súplica por Urbano VI até à morte deste e até à expedição das bulas, no pontificado de Bonifácio IX, só pode ser explicado pelos factos descritos pelo cronista, aliás comprovados por outras circunstâncias. Além disso, também não faltam exemplos de oposições por parte da chancelaria pontifícia à confecção e expedição de bulas correspondentes a concessões feitas pelo papa, mediante a assinatura dele, do vice-chanceler ou do referendário, posta nas respectivas súplicas. Assim, conforme súplica atendida a 5 de Janeiro

---

([203]) FERNÃO LOPES, *Cronica del Rey D. Joam I*, Segunda Parte, cap. 122, p. 271a.

([204]) AV, Reg. Lat. 121, fl. 81v-82v. Publicada por ANTÓNIO DOMINGUES DE SOUSA COSTA, *Estudantes portugueses na reitoria do colégio de S. Clemente de Bolonha na primeira metade do século XV*, em *Arquivos de História da Cultura Portuguesa*, vol. III, n. 1, Lisboa, 1969, pp. 81-83. Cf. ANTÓNIO DOMINGUES DE SOUSA COSTA, *Doutoramento em leis, na universidade de Bolonha, de D. João Álvares, deão de Viseu, depois bispo de Silves*, em *Itinerarium*, 4 (1958) 342-380.

([205]) AV, Reg. Lat. 132, fl. 258v-260. Publicada por ANTÓNIO DOMINGUES DE SOUSA COSTA, *Estudantes portugueses na reitoria do colégio de S. Clemente de Bolonha na primeira metade do século XV*, em *Arquivos de História da Cultura Portuguesa*, vol. III, n. 1, pp. 39-40.

([206]) ANTÓNIO DOMINGUES DE SOUSA COSTA, *Monumenta Portugaliae Vaticana*, I, p. 291, n. 55.

de 1354 ([206]), *Clemente VI, morto a 6 de Dezembro de 1352, concedera a Afonso Vasques, nobre clérigo da diocese de Braga, o canonicato do Porto, mas entretanto, morto o papa, as respectivas letras apostólicas ficaram na chancelaria sem bular e não obstante súplica do interessado, para que elas fossem passadas ou buladas sob o nome do novo papa Inocêncio VI, aliás com a assinatura* Concessum, *objectava-se, na chancelaria, não ser bastante tal súplica nem a assinatura, pelo que o suplicante solicitava ao papa mandasse expedir as letras em seu nome, mas com efeito jurídico, a partir da concessão de Clemente VI. E o papa ordenou ao vice-chanceler examinasse o pedido e a concessão, para fazer justiça. Igualmente, conforme súplica de 9 de Maio de 1366 do Infante D. Fernando, filho de D. Pedro I de Portugal, o papa tinha concedido a Lourenço Esteves da diocese lisbonense a quartanaria de Lisboa, mas a chancelaria pontifícia opunha-se à expedição das respectivas letras apostólicas* ([207]). *Já tive ensejo de advertir que D. Duarte, rei de Portugal, em carta de 27 de Junho de 1437, mandava a Rodrigo Anes procurasse nos registos de súplicas da Cúria pontifícia algumas concessões do papa Eugénio IV, alcançadas uns três anos antes, a fim de se tirarem as bulas, porque então, assinadas as petições ou súplicas, não tinham sido feitas as respectivas letras apostólicas* ([208]). *O motivo aqui, portanto, não era a morte de nenhum papa, mas outras circunstâncias históricas, como no caso da dispensa para o casamento de D. João I e D. Filipa de Lencastre, no qual, contudo, há também o facto da morte de Urbano VI, a assinalar.*

Os autores que afirmam não se tratar, nas bulas de Bonifácio IX, de validação do matrimónio de D. João I com Dona Filipa de Lencastre, porque era suficiente a concessão oral, aliás confirmada pela assinatura da súplica, têm carradas de razão. Mas rigorosamente falando, sobretudo no que se refere à absolvição de censuras, tal assinatura dificilmente poderia valer para o foro externo e isso explica tantas diligências de D. João I em conseguir a expedição das bulas. O famoso documento-súplica, «escrito e autenticado no palácio real de Coimbra... com 64 assinaturas dos bispos, abades, barões, cavaleiros e procuradores das vilas e outros lugares que haviam procedido à eleição do Mestre de Avis», como afirma o P. Brásio, «não é somente autêntico, como é original» e poderia ter servido muito bem de base para a formulação das súplicas, apresentadas pelos embaixadores de D. João I a Urbano VI, embora me pareça não ter sido o texto apresentado ao papa, porque, neste caso, deveria conter a assinatura original de Urbano VI, tal como a súplica de 20 de Dezembro de 1388 sobre a confirmação da eleição de Fernando Rodrigues Sequeira a mestre da Ordem de Avis, sucessor precisamente de D. João I, que também escreveu ao papa sobre o assunto. Tal súplica não só traz a assinatura original do papa Fiat ut petitur. B., *como a indicação de que fora registada no primeiro livro de súplicas do ano XI do pontificado de Urbano VI, volume desaparecido* ([209]). *Conforme anotei já no primeiro volume de* Monumenta Portugaliae Vaticana ([210]), *as súplicas originais eram atravessadas por um fio ao meio e só eram retiradas do fio quando, a pedido do interessado, os escritores do ofício das súplicas, sob vigilância dos* magistri supplicationum *ou hebdomadários, as transcreviam nos registos, devendo os hebdomadários conferir o registo pelas súplicas originais, em cujo verso escreviam um grande* R, *a significar o registo das mesmas, e indicavam o volume e folha, onde tinha sido registadas. Regra geral, as petições originais eram destruídas, quando se expediam as respectivas bulas, que se confeccionavam só depois de verificada a resposta do papa, a data de concessão e o registo das mesmas.*

([207]) ANTÓNIO DOMINGUES DE SOUSA COSTA, *Monumenta Portugaliae Vaticana*, I, p. 508, n. 246.

([208]) ANTÓNIO DOMINGUES DE SOUSA COSTA, *Monumenta Portugaliae Vaticana*, I, *Introdução*, p. LXIX-LXX.

([209]) ANTÓNIO DOMINGUES DE SOUSA COSTA, *Monumenta Portugaliae Vaticana*, I, *Introdução*, p. C-CI.

([210]) ANTÓNIO DOMINGUES DE SOUSA COSTA, *Monumenta Portugaliae Vaticana*, I, *Introdução*, p. LXIX-LXXVI.

Abusivamente, ao que parece, alguns levavam consigo as petições assinadas e datadas, costume esse por vezes justificado, a saber quando se não expediam as bulas e a súplica original, com a assinatura do papa ou anotação do vice-chanceler ou de outros oficiais da Cúria e com a data, era o único meio de provar a concessão da graça. Mas para tal concessão ter efeito jurídico no foro externo, sem a confecção das bulas, era necessário que o papa anuísse a pedido feito nesse sentido, do que aliás não faltam exemplos. Anoto apenas alguns, além dos já anotados no primeiro volume de Monumenta Portugaliae Vaticana, *um referente a Mestre André Dias de Escobar, bispo de Mégara, que ao pedir a indulgência plenária e absolvição de todos os seus pecados e censuras pede:* Et quod signatura Beatissime S. V. sufficiat pro huiusmodi concessione absque aliarum litterarum apostolicarum confectione (211), *e o outro sobre a indulgência plenária em artigo de morte, pedida por Frei João de* Hispania *que também pedia:* Quod ex sola signatura V. S. vim et effectum obtineat ac si per bullam plumbeam obtenta fuisset (212). *Assim, um certo Pedro de Espanha, ministro da Ordem Terceira de S. Francisco, ao pedir o indulto para os Terceiros de ambos os sexos poderem escolher confessor, solicitava tal graça por meio de súplica, atendida a 15 de Fevereiro de 1432,* oraculo vive vocis *ou* per fiat, *com verdadeiro valor, sem as respectivas letras:* valitura sine litteris (213). *Assim também Violante Pereira, viúva de certo cavaleiro da diocese de Lisboa, e o Doutor João Fernandes da Silveira, chanceler régio, ao pedirem idêntico indulto, em Outubro de 1448, rogavam* quod sola signatura sufficiat absque litterarum apostolicarum desuper confectione, *mas o papa ordenava se passassem as respectivas letras apostólicas gratuitamente e com valor em toda a parte:* Fiant littere et gratis ubique. T. (214). *Em Abril de 1458, Rodrigo Afonso, ao solicitar indulto de ser ordenado sacerdote por qualquer bispo católico residente na Cúria Romana, em dia festivo, fora do tempo prescrito, em súplica de 22 de Abril de 1458, pedia a mesma concessão, que o papa lhe outorgou realmente:* Et quod sola presentium signatura sufficiat absque aliarum litterarum apostolicarum confectione. — Fiat. A. (215). *Outras vezes era o papa quem espontaneamente determinava que as concessões fossem válidas, sem necessidade da confecção das bulas. Assim Martinho V, a 9 de Novembro de 1419, concedia o indulto de escolherem confessores a várias mulheres, de passagem pela Cúria pontifícia e de regresso do Santo Sepulcro para as próprias terras:* Fiat in forma, etiam sine confectione bullarum. O. (216).

Vimos já como o papa Bonifácio IX refere ter Urbano VI concedido as dispensas oralmente ao Mestre de Avis para se casar e com a assinatura da respectiva súplica, sem que as bulas fossem tiradas, dando como motivo a morte do papa. E foi já observado que tal explicação, embora verídica, não encerra toda a verdade ou é omissa quanto aos motivos que levaram a retardar a confecção e expedição das bulas, pormenorizadamente descritos pelo cronista Fernão Lopes. Outra bula, com a mesma data da Divina disponente clementia, *mencionada pelo papa nesta, ou seja de 27 de Janeiro de 1391, dirigida a D. João I e à consorte Dona Filipa de Lencastre, concedendo-lhes a absolvição de qualquer censura eclesiástica, em que tivessem incorrido pelo facto de, após a eleição do Mestre de Avis a rei de Portugal, terem contraído e consumado matrimónio, em virtude da dis-*

---

(211) ANTÓNIO DOMINGUES DE SOUSA COSTA, *Monumenta Portugaliae Vaticana*, I, *Introdução*, p. LXX.

(212) *Ibidem*, p. LXX.

(213) AV, Reg. Suppl. 275, fl. 128v. *Monumenta Portugaliae Vaticana*, V, n. 64, a publicar.

(214) AV, Reg. Suppl. 430, fl. 294, 294v. *Monumenta Portugaliae Vaticana*, Súplicas de Nicolau V, n.ºº 137-139, a publicar.

(215) AV, Reg. Suppl. 509, fl. 148. *Monum. Port. Vaticana*, Súplicas de Calisto III, n. 276, a publicar.

(216) Cf. ANTÓNIO DOMINGUES DE SOUSA COSTA, *Monumenta Portugaliae Vaticana*, III, Súplicas de Martinho V, Roma - Braga 1970, n. 319, p. 219.

pensa obtida do papa Urbano VI, mas sem a confecção das respectivas letras, e declarando válido tal matrimónio, desde o tempo em que foi contraído, como se nenhum impedimento houvesse ou tivesse sido legitimamente dispensado, com faculdade de contraírem novos matrimónios, morto qualquer dos cônjuges, não nos apresenta como motivo da falta da confecção das letras a morte do papa, mas limita-se a afirmar o facto da celebração do matrimónio após a resposta dos embaixadores, enviados ao papa pelos interessados, a pedir as devidas dispensas. A bula, ao conceder tais faculdades, faz menção dos impedimentos da profissão e votos do Mestre de Avis, como se não tivesse havido antes legítima dispensa, absolvição de penas, isenção e dispensa apostólicas sobre as obrigações religiosas, votos, profissão e observância regular. E isto faz pensar que o papa, mencionando expressamente a dispensa ou resposta dada pelo predecessor Urbano VI aos embaixadores, considerava a hipótese ou mesmo jurisprudência de que tais concessões, dadas oralmente ou com a assinatura papal da súplica, não bastavam, ao menos para o foro externo. Eis a bula:

«*Bonifatius, etc. Carissimo in Christo filio Johanni regi et carissime in Christo filie Philippe, dilecti filii nobilis viri Johannis, ducis Lancastrie, nate, regine Portugalie et Algarbii illustribus. Salutem, etc. Romanus pontifex, beati Petri celestis regni clavigeri successor et vicarius Jhesu Christi, cuncta mundi climata omniumque nationum in illis degentium qualitates paterna consideratione discutit et examinat diligenter ac ex officii debito salutem et pacem querens et appetens singulorum, superna fultus potestate, illa suadentibus rationabilibus causis, perpensa deliberatione salubriter ordinat et rigori canonum, presertim circa dignitatis atque prosapie prerogativa fulgentes, dum pro locorum et temporum* [*fl. 40v*] *qualitate id expediens fore conspicit, dispensatoriam mansuetudinem laudabiliter anteponit. Sane oblate nobis pro parte vestra petitionis series continebat quod vos pro stabilienda constantius inter vos et vestros dilectione unanimi, non ignorantes quod tu, fili Johannes rex, domus de Avisio Calatravensis ordinis Elborensis diocesis, sub regula fratrum Cisterciensis ordinis professus et magister existebas et credentes ac sperantes per sedem apostolicam, ad quam propterea antea miseratis et ab ambaxiatoribus vestris, per vos super hoc destinatis, responsum habueratis vobiscum super hoc gratiose fuisse dispensatum, licet super hoc littere apostolice confecte non fuissent, matrimonium inter vos per verba alias legitime de presenti, non tamen in contemptum clavium, contraxistis illudque carnali copula consummastis, prolem ex huiusmodi matrimonio suscipiendo, quod si divortium inter vos fieret, possent exinde gravia scandala verisimiliter exoriri. Quapropter pro parte vestra per venerabilem fratrem nostrum Johannem, episcopum Silvensem, et dilectum filium nobilem virum Johannem Roderici de Saa, militem, ambassiatores vestros, per vos super hoc ad nos destinatos, nobis fuit humiliter supplicatum ut providere vobis super hoc de absolutionis beneficio et de oportune dispensationis gratia et alias super premissis de benignitate apostolica dignaremur. Nos igitur qui cunctorum christifidelium, presertim sublimi dignitate fulgentium, pacem et tranquillitatem ac animarum salutem libenter appetimus et te, Johannes rex, per alias nostras litteras ab omnibus excommunicationis et aliis sententiis et penis, quas propter premissa vel ex quibusvis aliis causis quomodolibet incurrisses et ab omni obligatione, vinculo, voto, professione et observantia regulari, quibus dicto ordini ligatus et astrictus fuisses aut esse vel videri potuisses, absolvimus, exemimus penitus et liberavimus, omnem inhabilitatis et infamie maculam sive notam ex premissis vel ex quibusvis aliis causis qualitercumque contractam per te penitus abolendo tecumque, quotiens casus emergeret, cum quibusvis mulieribus, aliis tamen impedientibus non obstantibus, matrimonium contrahere et in eo remanere posses dispensavimus, cupientes huiusmodi scandalis et periculis, quantum cum Deo possumus, obviare, huiusmodi suppli-*

cationibus inclinati, vos ab omni excommunicationis sententia, ab homine vel a iure prolata, quam propter premissa seu ex quibusvis aliis causis aliquatenus incurristis, auctoritate apostolica et ex nostra certa scientia et apostolice potestatis plenitudine, tenore presentium, absolvimus nichilominusque de uberioris dono gratie eadem auctoritate, tenore presentium, concedimus dictum matrimonium sic inter vos contractum perinde a tempore ipsius contractus [fl. 41] valere et roboris firmitatem obtinere, dicte professionis, voti et obligationis ac cuiuscumque consanguinitatis vel afinitatis gradibus, quibus forsan ad invicem coniuncti estis, ac premissis et aliis impedimentis necnon constitutionibus et processibus apostolicis et domus ac ordinis predictorum ceterisque in contrarium editis non obstantibus quibuscumque ac si legitimis dispensatione et a obligatione, voto, professione et observantia regulari predictis absolutione, exemptione et liberatione apostolicis super hiis precedentibus, contractum fuisset nullumque aliud canonicum impedimentum huiusmodi matrimonio obstetisset vobiscumque ut, dictis impedimentis et aliis predictis in contrarium editis non obstantibus quibuscumque, in eodem matrimonio remanere et qui ex vobis supervixerit, totiens quotiens sibi placuerit, alias legitime matrimonium contrahere libere et licite valeatis eadem auctoritate, tenore presentium, dispensamus, prolem ex huiusmodi matrimonio susceptam et suscipiendam legitimam decernentes. Nulli ergo, etc., nostre absolutionis, concessionis, dispensationis et constitutionis infringere, etc. Si quis autem, etc. Datum Rome, apud Sanctum Petrum, sexto Kalendas Februarii, pontificatus nostri anno secundo. N. v.c de Ben.to» (217).

Também o conteúdo do documento-súplica, independentemente do fundamento histórico dos factos referidos, é em abono da probidade história de Fernão Lopes, ao referir a voz de que D. Pedro era casado ao tempo da geração do Mestre de Avis, aliás como as duas bulas transcritas acima antes desta última. Diz a súplica que a ilegitimidade de D. João I provinha do facto de seu pai, el-rei D. Pedro, ser casado quando ele foi gerado, bem como sua mãe. As bulas Divina disponente clementia *e* Quia rationi congruit *afirmam a mesma coisa: «... ad te recolende memorie Petri, ipsorum Portugalie et Algarbii regnorum regis filium illegitimum et dicti Fernandi ipsorum regnorum ultimi et immediati regis fratrem, tunc domus de Avisio Calatravensis ordinis Elborensis diocesis et sub regula Cisterciensis ordinis professum et ipsius domus magistrum ... mentis oculos atque vota direxerunt ac te in eorum et dictorum Portugalie et Algarbii regnorum regem concorditer nemine discrepante et divinitus ut pie creditur debitis et consuetis solemnitatibus observatis, alias rite elegerunt et assumpserunt ... ex nostra certa scientia ac apostolice potestatis plenitudine ... teque legitimamus et natalibus restituimus et habilitamus et tecum dispensamus et tibi ut, premissis et* defectu natalium quem ex dicti Petri rege et quadam muliere sibi matrimonialiter non coniugata genitus pateris, etiam si ipse Petrus rex coniugatus et ipsa mulier coniugata tempore procreationis huiusmodi et nativitatis tue fuissent, *ac quod tempore electionis, assumptionis et consensus predictorum dicti ordinis professus et magister dicte domus ac predictis excommunicationis et aliis sententiis et penis seu inhabilitatis et infamie macula sive nota ligatus extiteris et postmodum predictum matrimonium cum dicta Philippa, nulla dispensatione super hoc a dicta sede obtenta, ut prefertur, contraxeris ...» «... et cum eodem Johanne rege ut, premissis et defectu natalium quem patitur* ex prefato Petro rege et quadam muliere genitus, etiam si ipsi Petrus rex et mulier coniugati existerent...» (218). *Ainda que a afirmação deva ser ponderada, sem a aceitarmos cegamente, à base da história dos casamentos do Infante e monarca D. Pedro, não há dúvida que os argumentos de João das Regras, ou se alguém*

(217) AV, Reg. Lat. 12, fl. 40-41.

(218) AV, Reg. 12, fl. 11-11v. ANTT, Bulas, maço 26, docum. n. 15.

preferir, de Fernão Lopes, postos na boca de João das Regras, eram opinião corrente entre muito boa gente.

A propósito deste assunto e das bulas de Bonifácio IX sobre as dispensas e casamento do Mestre de Avis com Dona Filipa de Lencastre, o P. Brásio tem este comentário, válido até certo ponto, se não me engano, pois pode muito bem acontecer não tenha eu interpretado bem o seu pensamento, além de que realmente admite ser não só ilícito como também inválido o acto da eleição do Mestre de Avis como rei de Portugal, enquanto ilegítimo e professo religioso de votos solenes: «Chega a parecer incrível que os bispos e juristas das Cortes de Coimbra tenham tropeçado por tal forma contra os mais elementares princípios do direito canónico! Mas não havia, naquela crítica conjuntura, outro caminho aberto. Lançaram-se, consequentemente, na senda dos factos consumados. O Mestre de Avis, sabiam-no perfeitamente — pois não tinham eles aplicado, cremos que injustamente, o labéu da ilegitimidade *de nascença aos filhos de D. Inês e D. Pedro? — era inábil de direito para reinar, quer porque era ilegítimo (seus partidários vão até ao excesso erróneo e injusto de o dizerem* adulterino *de pai e mãe!) quer porque era professo de um Instituto Religioso de votos solenes, que não somente tornavam ilícito mas inválido tal acto»* (219). *Merece especial atenção, no caso, o que nos diz sobre o epíteto de* adulterino de pai e mãe, *bem como a nota anterior sobre o mesmo assunto: «Esta acusação de* adulterino *feita a D. João I pelos seus mais fiéis partidários, baseia-se, quanto ao Pai, num erro histórico gratuito, isto é, na vigência do matrimónio de D. Pedro com D. Branca, facto que nunca se verificou. Este é assunto a tratar noutra ocasião»* (220). *De facto o erudito escritor apresentou à Academia de História de Portugal o seguinte trabalho: «O casamento de D. Pedro I e o auto das cortes de 1385»* (221). *Já anteriormente, o Dr. Sérgio da Silva Pinto tinha apresentado no Congresso Histórico de Portugal Medievo, realizado em Braga em Novembro de 1959, o estudo intitulado* Os dois únicos casamentos válidos de El-Rei D. Pedro I: o *1.º* com D. Constança e o *2.º* com D. Inês de Castro. Inexistência do casamento com D. Branca (222). *Sem ter conhecimento destas posições, tratei do casamento de Dona Branca com D. Pedro, indirectamente, em* Estudos sobre Álvaro Pais *em 1965-1966* (223). *Retomo o argumento agora, por se me afigurar de interesse e a ver se poderemos chegar a conclusões certas.*

Pela documentação publicada por mim no dito estudo, parece que o casamento de Dona Branca com o Infante D. Pedro era tido, ao menos por alguns, como válido e, na documentação pontifícia, recorda-se a invalidade do casamento do Infante D. Pedro com Dona Constança (224), *motivo das cartas de D. Frei Álvaro Pais, bispo de Silves e canonista de renome, que lembrava a D. Afonso IV serem nulos os desposórios entre o Infante D. Pedro e Dona Constança e, portanto, também o matrimónio realizado em 1336, perante os desposórios ou matrimónio contraído pelo Infante com Dona Branca* — Sponsalia noviter contracta de infante nostro, tuo primogenito, propter duplicis honestatis iustitie impedimentum, quidquid dicant tui legiste, assessores tui, nulla sunt ipso

(219) PADRE ANTÓNIO BRÁSIO, *Influência do cisma castelhano na solução da crise nacional de* 1385, em *Lusitania Sacra*, 4 (1959) 111.

(220) PADRE ANTÓNIO BRÁSIO, *Influência do cisma castelhano...*, em *Lusitania Sacra*, 4 (1959) 101-102, nota 9.

(221) Em *Anais Academia Portugueso de História*, XI (1961) 230-280.

(222) *Guia Geral do Congresso Histórico de Portugal Medievo*, pp. 114-115, Braga, Novembro de 1959. Cf. SALVADOR DIAS ARNAUT, *A crise nacional dos fins do século XIV, I, A sucessão de D. Fernando*, Coimbra, 1960, p. 556. Estudos posteriormente publicados pelo malogrado Dr. Sérgio da Silva Pinto: *O casamento válido de D. Inês de Castro*, Porto, 1961, separata de *Studium Generale*, vol. VIII n. 1-2, Porto, 1961, pp. 15; *O casamento de D. Inês de Castro à face da História do Direito*, 1963, separata de *Scientia Iuridica*.

(223) ANTÓNIO DOMINGUES DE SOUSA COSTA, OFM, *Estudos sobre Álvaro Pais*, Lisboa, 1966, pp. 94-125.

(224) ANTÓNIO DOMINGUES DE SOUSA COSTA, *Estudos sobre Alvaro Pais*, pp. 113-115, 119-124.

iure» (225). *O arcebispo de Braga D. Gonçalo, em Agosto de 1340, hesitava em assistir ao casamento solene de D. Pedro com Dona Constança, por duvidar da existência de dispensa suficiente para a realização do matrimónio, e foi-lhe respondido pelo bispo de Lisboa existir dispensa do papa João XXII, que os letrados consideravam «avondosa pera esto e que as dictas beenções se poderiam fazer sem perigoo nenhũu»* (226). *Também o papa neste mesmo ano, por letras chegadas depois do casamento com Dona Constança, insistia com D. Afonso IV e com o Infante D. Pedro para mandarem procuradores ao papa, a fim de tratarem do caso dos matrimónios com Dona Branca e com Dona Constança, embora aí, à parte a referência à posição do rei de Castela que é apresentado como adversário de tal matrimónio com Dona Constança, alegando precisamente o matrimónio contraído com Dona Branca, nem sempre se distinga nitidamente entre verdadeiro matrimónio, embora não consumado, e esponsais* (227). *Poderia tratar-se de verdadeiro matrimónio, não consumado, que o papa poderia anular. Para alguns autores, tratar-se-ia até de matrimónio inválido, em razão das enfermidades, de que padecia a Infanta, tornando-a incapaz de contrair matrimónio válido. Para outros, como se viu, nunca D. Pedro e Dona Branca teriam celebrado matrimónio, porque, depois de terem contraído os desposórios, ditos* sponsalia, *sem ou com a qualificação* de futuro, *ou* matrimonium de futuro, *o Infante, ao chegar à puberdade, recusara-se a celebrar verdadeiro matrimónio por palavras de presente. Para os participantes nas cortes de Coimbra de Abril de 1385, como se viu e se infere da súplica ao papa Urbano VI e consta, clarissimamente, do auto das cortes sobre a eleição do Mestre de Avis como rei de Portugal* (228), *D. Pedro fora casado validamente com Dona Branca e por isso os casamentos posteriores com Dona Constança e Dona Inês de Castro tinham de ser inválidos, afirmando, consequentemente, a ilegitimidade dos filhos de D. Pedro, inclusive de D. Fernando, rei de Portugal, além da filha deste, cuja posição de cismática, na qualidade de rainha de Castela, bem como dos filhos de Dona Inês de Castro, agravada a destes por terem pegado em armas contra Portugal, os constrangera a aceitar como único candidato para rei de Portugal, embora também ele fosse ilegítimo, ao Mestre de Avis, já defensor do reino e fiel sequaz do papa de Roma, nas arremetidas dos cismáticos contra o reino, que eles consideravam vago, pelas razões aduzidas, procedendo à eleição do mesmo:*

> *«Conssirando outrossi em como o dicto dom Fernando ffosse ffilho do dicto Rey dom Pedro e da Iffante dona Constança, os quaees casarom anbos em tempo que o dicto dom Pedro era casado com a Iffante dona Branca per palavras de presente, ssendo eles desto certos em o dicto tempo e assi nom podiam aver o dicto dom Fernando por ffilho liidemo e herdeiro, pois que durava o casamento primeiro em tempo da ssua nacença e pois que tal nom era a dicta dona Beatriz, posto que ffosse liidema, o que nom he, nom podia*

---

(225) Carta publicada por ANTÓNIO DOMINGUES DE SOUSA COSTA, *Estudos sobre Álvaro Pais*, pp. 147.

(226) Documento publicado por ANTÓNIO DOMINGUES DE SOUSA COSTA, *Estudos sobre Álvaro Pais*, pp. 143-144.

(227) AV, Reg. Vat. 135, fl. 30v-32. Publicada por ANTÓNIO DOMINGUES DE SOUSA COSTA, *Estudos sobre Álvaro Pais*, pp. 113-115.

(228) Auto das cortes de Coimbra de 1385 em ANTT, Gaveta 13, maço 10, docum. n. 12, publicado o texto português e latino por ANTÓNIO CAETANO DE SOUSA, *Provas da História Genealógica da Casa Real Portuguesa*, tomo I, livro III, Coimbra, 1947, n.º 2, p. 2-19 e só o texto português por MARCELLO CAETANO, *As cortes de* 1385, em *Revista Portuguesa de História*, V, vol. II, Coimbra, 1951, pp. 66-73. Separata: MARCELLO CAETANO, *As cortes de* 1385, Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, Coimbra, 1951, docum. n. 1, pp. 66-73. Cf. *As Gavetas da Torre do Tombo*, III, Lisboa, 1963, n. 2740, p. 252, onde se lê: «*Este documento não se encontra na Colecção*». A súplica ao papa dos participantes nas cortes em ANTT, Gaveta 14, maço 3, n. 9. Cf. *As Gavetas da Torre do Tombo*, III, n. 2801, p. 599.

herdar e ssoçeder os dictos rreygnos come filha do dicto dom Fernando, que em elles direito nom avia, conssirando outrossi como per essa medes rrazom os dictos Iffantes nom fossem liidemos, porquanto ao tempo que os dictos Rey dom Pedro ouvera da dicta dona Enes, ffilha de dom Pedro de Castro e ssobrinha do dicto Rey dom Pedro, filha de seu primo comirmão, el dicto Rey dom Pedro era casado com a dicta dona Branca, sabendo o elles bem e seendo dello çertos e assi por duas rrazões nom podiam os dictos Iffantes sseer ffilhos liidemos e herdeiros e ssoçeder em os dictos rreygnos, a primeira porque o matrimonio da dicta dona Branca os embargara e posto que hi tal matrimonio nom ouvesse, o que ffoy ssegundo ssusodicto he, pero nom sse mostra que o dicto Rey dom Pedro e dona Enes casassem. E dado que casassem, nom ouve hi despenssacom que era compridoira, por o divido que antre ambos avia, como ssuso dicto he, porque outrosi a dicta dona Enes era comadre do dicto Rey dom Pedro de sseu ffilho dom Luis e per outras muitas rrazões claras e notorias nos rreygnos de Portugal e do Algarve, pellos quaes sse algũu direito ouvessem, eram privados del, conssirando outrossi em como o dicto Joham Anrriquez sseia çismatico julgado per o dicto Senhor papa, polla qual rrazom nom poderia aver a dicta denidade, moormente que tal divido como o dicto Joham Anrriquez avia com dicto dom Fernando e da parte das molheres que segundo custume e leis dEspanha dos ffilhos e affora nom pode ssoçeder tal denidade. E como quer que das dictas rrazões e cada hũa dellas nos perlados, ffidalgos e procuradores dos Conçelhos sseiamos çertos, porque as passamos de ffecto, vymos e ouvymos, pero por ssayr de toda dovida, que desto podia rrecreçer, rrogamos e cometemos ao bispo dEvora que de todas estas cousas e cada hũa delas tomasse enquiriçom e ssoubesse a verdade de pessoas dygnas de ffe, quaees conprem pera tal ffecto, com hũu notairo, a qual tirada per el com o dicto notairo achamos que eram verdadeiras, ssegundo pareçe per escretura publica deste ffecto. E por ende veendo nos em como os dictos rreygnos de Portugal e do Algarve vagarom e vagam, livremente e ssem embargo nenhũu a nossa desposicom e que ssem Rey que ssempre acustumarom a aver, que nos e os dictos rreygnos ajam de manteer em dereito e em justiça e nos deffenda e ffaça todo aquello que compre pera nom caiirmos em ssogeiçom em maãos dos dictos çismaticos que dello sse trabalharom e trabalhom quanto podem em cada hũu dia, em dapno e perda nossa e desonrra outrosi da Sancta Egreia, de nosso Senhor o papa, cuios imiigos som, e por que outrossi guardar e enparar estes rreygnos per nos nom podiamos, veendo ainda mais que em tal caso e neçessidade a nos era compridoiro e perteeçia nomear, escolher e tomar e rreçeber algũa pessoa dygna e tal qual compria pera os dictos rreygnos rreger, governar, deffender, avudo primeiramente conselho, deliberaçom e acordo antre nos todos sobre esto, porque entendemos e somos çertos que aquelo que vymos ataa o tempo dora que dom Joham meestre dAvis, governador dos dictos rreygnos, ffilho do dicto Rey dom Pedro, he tam nobre, boom e muito a esto compridoiro, ssoficiente, digno, auto e convinhavil, e que outrossi trabalhou e trabalha tanto por deffenssom dos dictos rreygnos que mereçeo e merece esta onrra, denidade e estado de Rey, por tanto e porque veemos que he sserviço de Deus, prool grande e honrra nossa e da Santa Egreja de Roma, pera nos nom sseermos destroidos de nossos imiigos e ella outrossi nom viir em maãos de çismaticos, nos todos acordados em hũu amor, preposito, deseio, conselho e auto, em nome de Deus e da Santa Trindade, Padre e Filho e Spiritu Sancto, nomeamos, escolhemos, tomamos e ouvemos, rrecebemos em aquella melhor e mais conprida guisa que nos podemos, o dicto Joham meestre dAvis em Rey e por Rey e Senhor nosso e dos dictos rreygnos de Portugal e do Algarve» (229).

(229) ANTT, Gaveta 13, maço 10, docum. n. 12, *ed. cit.* de MARCELLO CAETANO, pp. 68-70.

Segundo tais dizeres, os prelados, fidalgos e procuradores dos concelhos estavam certos das dictas rrazões e cada hũa dellas, *pois* as passamos de ffecto, vymos e ouvymos, *além de terem encarregado, para maior certeza, o bispo de Évora* que de todas estas cousas e cada hũa delas tomasse enquiriçom e ssoubesse a verdade de pessoas dygnas de ffe, quaees conprem pera tal ffecto, com hũu notairo, a qual tirada per el com o dicto notairo achamos que eram verdadeiras, ssegundo pareçe per escretura publica deste ffecto. *E na verdade, conforme documento-inquirição da* Era de mil e quatroçentos e viinte e tres annos, triinta dias do mes de Março, na çidade de Coimbra, nos paaços del Rey, os honrrados padres e senhores dom Joham bispo do Porto e dom Joham bispo dEvora, de mandado dos prelados e fidalgos e çidadaaos e poboos dalgũas çidades, villas e logares dos rreynos de Portugal e do Algarve, que na dicta çidade forom chamados e juntados em Cortes pera acordarem e desembargarem algũas cousas que heram compridoyras pera prol e honra e defenssom dos dictos rreynos e de sua speçial comissom que diziam que lhys sobresto per elles fora fecta, commigo Joham Affonso de Coimbra, tabelliom ggeral em nos sobredictos rreynos, fezerom sumaria enquiriçom e preguntarom e examinarom, *na qualidade de testemunhas acerca dos casamentos de D. Pedro, a* Diego Lopez Pacheco, cavaleyro, *e dois dias depois, a 1 de Abril de 1385, a* Vaasco Martins de Sousa rricomem *e a* Vaasco Bocarro, abbade de sam Juliaão de Monte Negro, terra de Chaves, do arcebispado de Bragaa *e, por fim, no dia 3 de Abril do dito ano, a* Gil Martinz Cochofel, cavaleyro ([230]).

As perguntas, feitas pelos inquiridores, andam todas à volta do casamento com Dona Constança, cuja celebração se afirma, embora as declarações das testemunhas sobre a existência de verdadeiro matrimónio entre D. Pedro e Dona Branca tenham como consequência a afirmação, pelo menos implícita, de que o matrimónio com Dona Constança deveria ser considerado nulo e seus filhos ilegítimos. Assim «Diego Lopez Pacheco, cavaleyro jurado aos sanctos evangelhos que dissesse verdade, primeiramente perguntado se sabia que el Rey dom Pedro, que foy de Portugal, ao tempo que os Iffantes dom Joham e dom Denis seus filhos naçerom se hera casado com algua molher, disse que el sabia tanto que o dicto Rey dom Pedro seendo Iffante fora esposado com a Iffante dona Branca, *filha do Iffante dom Pedro, que se morreu nas veygas de Graada. Perguntado como o sabia, disse que o sabia porque seu padre del testemunha Lopo Fernandes fora alo por ella e a rrecebera alo em nome do Iffante como seu procurador perante el Rey de Castella e a trouvera a este rreyno e veera com ella sua madre dela.* E que depoys que aqui chegara a este rreyno de Portugal, os fezerom rreçeber per palavras de presente em esta çidade de Coimbra e que el testemunha estevera a ello presente, e que os dictos esposoyros forom fectos, como dicto he, perante el Rey dom Affonso e a Raynha dona Bietriz. E que pera este casamento seer valioso ouverom despensaçom do papa Joham vicesimo secundo. E que seu padre Lopo Fernandez fora gaanhar a despensaçom aa Corte de Roma, e que ele testemunha fora aa Corte de Roma em companha do dicto seu padre e vira a dicta despensaçom bullada, que o dicto seu padre assy trouvera» ([231]). *A testemunha, ao falar do casamento e impedimentos entre D. Pedro e Dona Inês de Castro, sem dúvida com o fito de aduzir argumentos contra a realização de verdadeiro matrimónio entre D. Pedro e Dona Inês, lembra ter sido encarregado por e-rei D. Afonso IV de convencer o Infante, perante a recusa deste de casar com filha de reis, a casar-se com Dona Inês de Castro, a quem amava, tendo recebido do Infante resposta negativa. O senhor de Ferreira alude expressamente ao matrimónio*

([230]) ANTT, Gaveta 13, maço 3, docum. n. 8, fl. 1-5v. Cf. *As Gavetas da Torre do Tombo*, III, n. 2549, p. 8.

([231]) ANTT, Gaveta 13, maço 3, docum. n. 8, fl. 1.

de D. Pedro com Dona Constança, ao referir-se ao impedimento de compadrio, por Dona Inês de Castro ter sido madrinha de D. Luís, filho de Infante D. Pedro e Dona Constança: «Item perguntado se sabia que o dicto Rey dom Pedro em algũu tempo rrecebesse por molher per palavras de presente a dicta dona Ines de Castro, disse que nom. E que el testemunha medes com Mestre Johanne e Joham Duraães que heram do conselho de El Rey dom Affonso lhy forom dizer ao dicto Rey dom Pedro, seendo Iffante, em Sancta Clara, hu entom pousava, da parte do dicto Rey dom Affonso seu padre que poys nom queria casar com filha de Rey, que casasse com a dicta dona Enes, poys a muyto amava, ante que andar dampnando a terra, que a seu padre e a sua madre prazia muyto, e que o dicto Rey dom Pedro lhy dissera e dera em rreposta que nom hera seu talante de o fazer nem o cuydava de fazer em todos os dias de sa vida por aficamento que lhy aveesse. Perguntado se sabia que ante o dicto Rey dom Pedro e a dicta dona Enes ouvesse alguũs outros embargos pera nom poderem casar, disse que sabia que seendo casado o dicto Rey dom Pedro com a Iffante donna Costança, ouverom ambos huũ filho que ouve nome dom Luys, e que quando o bautizarom aqui em esta çidade de Coimbra, que fora entom a dicta dona Enes madrinha do dicto dom Luys e fora comadre do dicto Rey dom Pedro e que el testemunha fora compadre no dicto bautismo com ella e com os outros e vyra hy aa dicta dona Enes fazer os autos que faziam os outros compadres, que esteverom no dicto bautismo. *E que vira el testemunha per vezes a dicta dona Enes salvar a dicta Iffante dona Costança e humilharselhy como a sa comadre e chamarla comadre*» (232).

A segunda testemunha, à qual também é recordado na pergunta o casamento com Dona Constança, ajunta algo mais ou seja que entre D. Pedro e Dona Branca houve matrimónio consumado, segundo quanto ouvira dizer: «Vaasco Martins de Sousa, rricomem, jurado aos sanctos Evangelhos, perguntado se sabia que el Rey dom Pedro, que foy de Portugal, fora casado, seendo Iffante com algũa outra molher, ante que casasse com a Iffante dona Costança, [*disse que o vira*] andar esposado em casa del Rey dom Affonso e da Raynha dona Bietriz, *seus avoos* (sic), *que o criarom com a Iffante dona Branca, filha do Iffante dom Pedro, que se morreu nas veygas de Graada,* e que se criavam ambos em casa dos dictos Senhores como esposados, seendo elles mayores de hidade de quatorze annos que podiam aver filhos e filhas *e que lhy pareçera que ella hera mayor e de mayor hidade que el e que como quer que nom fezessem ambos vodas solempnes,* que el testemunha ouvyra dizer que dormirom ambos per vezes em hũa cama e que o dicto Iffante ouvera com ella copula carnal» (233). *O abade de S. Julião de Montenegro de Chaves fundamenta seu depoimento nos próprios conhecimentos adquiridos quando vivia no paço, na companhia de Fernando Gonçalves Cogominho, atestando que D. Pedro e Dona Branca viviam conjuntamente no paço de D. Afonso IV, como tivera ocasião de verificar, e ter ouvido dizer que eles eram casados e dormiam como marido e mulher: «Item Vaasco Bocarro, abbade de sam Juliaão de Monte Negro, terra de Chaves, do arcebispado de Bragaa, jurado aos sanctos evangelhos, perguntado se sabia que el Rey dom Pedro seendo vivo, ante que casasse com a Iffante dona Constança, casara ou fora ante casado com algũa outra molher, disse que el testemunha sabia tanto que, vivendo el testemunha com Fernam Gonçallvez Cogominho, privado del Rey dom Affonso, el testemunha naquel tempo vira andar em casa del Rey dom Affonso e da Raynha sa molher a Iffante dona Branca, filha do Iffante dom Pedro de Castella, que se morreu nas veygas de Graada, andando hy o Iffante dom Pedro, filho do dicto Rey dom Affonso e sa molher, e que el testemunha ouvyra dizer que ambos heram casados e que dormirom ambos de consemso como marido e*

(232) ANTT, Gaveta 13, maço 3, docum. n. 8, fl. 1v.
(233) ANTT, Gaveta 13, maço 3, docum. n. 8, fl. 2v.

molher» (234). *Mais ou menos, embora por outras palavras, declara a mesma coisa Gil Martins Cochofel, afirmando que D. Pedro, antes de casar com Dona Constança, fora casado com Dona Branca, a qual fora trazida ao reino de Portugal e com ele Infante levava vida de casada, conforme tudo fora notório aos portugueses desse tempo: «Item Gil Martins Cochofel, cavaleyro, jurado aos sanctos evangelhos, preguntado se sabia que el Rey dom Pedro, padre dos Iffantes dom Joham e dom Denis, seendo Iffante, fosse primeiro casado com algũa outra molher, ante que casasse com a Iffante donna Constança, disse que el testemunha* ouvyra dizer que primeiro casara e fora casado com a Ifante dona Branca, filha do Iffante dom Pedro, *que se morreu nas veygas de Graada e* que ouvyra dizer que a dicta Iffante dona Brança fora entom traiuda a este rreyno e que o dicto Rey dom Pedro dormira com ella e que assy hera entom certo e notorio em este rreyno de Portugal aos desse tempo» (235).

Se aplicássemos, com todo o rigor, a nomenclatura jurídica do tempo, quanto a matrimónios e desposórios, independentemente do contexto, a tais declarações, poder-se-ia notar, nestes depoi-depoimentos, divergências essenciais, que poderiam levar a conclusões opostas quanto ao casamento de D. Pedro com Dona Branca, sobretudo no que se refere às afirmações de Diogo Lopes Pacheco. Na verdade, algumas de suas palavras poderiam significar não ter havido entre D. Pedro e Dona Branca verdadeiro matrimónio, mas só desposórios ou matrimonium de futuro, *já que ele, falando muito embora de* recebimento por palavras de presente em esta çidade de Coimbra, *que poderia ter-se dado antes dos quatorze anos de D. Pedro, não se refere a relações matrimoniais entre eles. A existência de tais relações, juntamente com tal* recebimento por palavras de presente, *mesmo que o Infante ainda não tivesse quatorze anos completos, seria bastante para a validade do matrimónio, pois no caso* malitia suppleret aetatem, *conforme a doutrina jurídica do tempo. Para o Padre Brásio, este documento autêntico teria sido forjado, com o fim de servir aos interesses e tese dos participantes nas cortes de Coimbra, de Abril de 1385. Teriam então estes homens jurado falso? Foi inventado quanto nos referem sobre os casamentos de D. Pedro? Teriam sido apenas omissos, calando circunstâncias, de propósito, que deveriam levar a conclusões diversas? Assim como me custa a crer que el-rei D. Pedro tivesse jurado falso, bem como o bispo da Guarda D. Gil de Viana, o conde de Barcelos João Afonso e Estêvão Lobato, ao declararem e testemunharem que Dona Inês de Castro e D. Pedro se casaram secretamente, também não quero pronunciar-me com precipitação pela falsidade das declarações daquelas testemunhas, embora pense que, tenham ou não contraído D. Pedro e Dona Branca verdadeiro matrimónio por palavras de presente, de todas as formas, aquando do casamento de D. Pedro com Dona Constança, o Infante estava livre (parece-me assunto definitivamente solucionado) para casar, seja porque, de facto, não tinha havido verdadeiro matrimónio por palavras de presente (assunto ainda não plenamente aclarado), seja porque, no caso de ter-se dado tal matrimónio, mesmo na hipótese de consumação por relações carnais, podia ter sido declarado nulo pelo papa, que chamara a si a solução do caso, já depois de o Infante ter casado por palavras de presente com Dona Constança, alegando então o Sumo Pontífice que D. Pedro, apesar de ligado a duas esposas por vínculo matrimonial, carecia de ambas, com perigo para a sucessão do reino:* «Ad hec etiam que dictorum matrimoniorum contractus contingunt, per iudicium Ecclesie declaranda, per te ipsum deberes esse diligens, vigilans et intentus, pro eo quod dictus tuus primogenitus legitima caret prole et, licet duabus sponsis dicatur matrimoniali vinculo alligatus, caret tamen utraque, et ideo propter successionis periculum quod posset, si idem primogenitus tuus non haberet heredem, quod

(234) ANTT, Gaveta 13, maço 3, docum. n. 8, fl. 3v.
(235) ANTT, Gaveta 13, maço 3, docum. n. 8, fl. 4v-5.

absit, proculdubio resultare, omnino expedit circa futura precavenda pericula, ut id quod iuris fuerit, super hiis per apostolice sedis iudicium decernatur» (236).

Já disse acima que o papa Bento XII, em 31 de Maio de 1340, ao recomendar a D. Afonso IV enviasse procuradores à Cúria papal, com especial mandato do rei e do Infante D. Pedro, a fim de tratarem do assunto dos matrimónios do Infante, como fizera el-rei de Castela, não faz distinção clara entre matrimónio por palavras de futuro e matrimónio por palavras de presente, apesar de o Infante D. Pedro ter já casado por palavras de presente com Dona Constança no último dia de Fevereiro de 1336 (237). *Ao referir-se à exposição de D. Afonso IV, fala o papa de problemas* super detentione dilecte in Christo filie nobilis domicelle Constantie, nate dilecti filii nobilis viri Johannis, nati quondam Emanuelis, dilecto filio nobili viro infanti Petro, primogenito tuo, sicut asseris desponsate (238). *Referindo-se a quanto lhe fora exposto pelos núncios do rei de Castela, faz menção de questões relacionadas com o matrimónio contraído com Dona Branca, terminando por os identificar e chamar-lhe matrimónios ou desposórios: «Cum autem idem rex Castelle tam per nuntios suos ad nostram presentiam destinatos, quam per patentes litteras, eius sigillo munitas, super guerra et discordia inter eum et te dudum exorta et super dampnis et malis que tu terre sue, sicut idem rex asserit, intulisti et dampnis etiam que per eum ex culpa sua tibi invenirentur illata, ac etiam* super matrimonio quod, sicut idem rex Castelle asserit, dudum contractum extitit inter dilectam in Christo filiam nobilem domicellam Blancam, natam quondam infantis Petri de Castella, cum dicto infante Petro primogenito tuo, confectis exinde litteris, magnorum interpositione pactorum et penarum adiectionibus roboratis, qua ratione se asserit dictam Blancam cum omnibus bonis suis ad te dictumque tuum primogenitum destinasse, pro custodiendo et conservando iure dicte Blance ac etiam suo *et eiusdem Blance honore, super omnibus supradictis et quolibet eorum, de conscientia nostra confisus, nos iudicem suum fecerit... promittens firmum habere quod super premissis et eorum quolibet per nos sententiatum fuerit et etiam expeditum, ac in predictis litteris et procuratorio per te nobis missis* nulla de huiusmodi matrimonio seu sponsalibus, per dictum primogenitum tuum cum dicta Blanca contractis, mentio habeatur *et pro tractanda super premissis omnibus et singulis utrinque concordia expediat ut ab utraque parte habeamus sufficientem et plenariam potestatem, serenitatem tuam sollicitandam providimus et etiam requirendam quatinus ... tam super premissis discordiis atque guerris quam etiam* super dictis matrimoniis seu sponsalibus, que per dictum primogenitum tuum cum dicta Blanca prius et postmodum cum dicta Constantia dicuntur successive contracta, per *patentes litteras tuas, expresso in eis ad hoc eiusdem primogeniti tui interveniente consensu, quantocius nobis mittas, ut* iudicium nostrum seu id quod super premissis, auctore Domino, salubriter duxerimus ordinandum ex potestatis defectu nobis tradite in aliquo non vacillet, *sed plenam Deo propicio recipiat firmitatem*» (239).

Em rigor, a julgar pelas palavras citadas, Dona Constança era desposada com D. Pedro — Constantie, nate dilecti filii nobilis viri Johannis, nati quondam Emanuelis, dilecto filio nobili viro infanti Petro, primogenito tuo, sicut asseris desponsate —, *enquanto Dona Branca*

---

(236) AV, Reg. Vat. 135, ep. 87, fl. 30v-32. Publicado em ANTÓNIO DOMINGUES DE SOUSA COSTA, *Estudos sobre Álvaro Pais*, p. 115.

(237) ANTT, Gaveta 17, maço 6, docum. n. 14. Publicado em *As Gavetas da Torre do Tombo*, VII, Lisboa, 1968, n. 4193, pp. 280-282.

(238) AV, Reg. Vat. 135, ep. 87, fl. 30v-32. Publicada em ANTÓNIO DOMINGUES DE SOUSA COSTA, *Estudos sobre Álvaro Pais*, p. 114.

(239) *Ibidem*, pp. 114-115.

teria contraído verdadeiro matrimónio com D. Pedro — super matrimonio quod, sicut idem rex Castelle asserit, dudum contractum extitit inter dilectam in Christo filiam nobilem domicellam Blancam, natam quondam infantis Petri de Castella, cum dicto infante Petro, primogenito tuo. *Mas as expressões que o papa usa mais abaixo logo nos impedem de obter a certeza ou acerto na interpretação de que entre D. Pedro e Dona Branca tenha existido matrimónio verdadeiro por palavras de presente, porque o papa fala de* matrimonio seu sponsalibus per dictum primogenitum tuum cum dicta Blanca contractis. *Mas porque será então que o papa considerava, sem dúvida alguma, o matrimónio de D. Pedro e de Dona Constança como simples promessa ou* matrimónio de futuro, *chegando a pôr em pé de igualdade ambos os matrimónios, cuja solução ficava pendente da decisão pontifícia, quando sabemos que, realmente D. Pedro casara em Fevereiro de 1336 por palavras de presente com Dona Constança, como se disse? É que, se entre D. Pedro e Dona Branca houve apenas desposórios ou promessa de futuro matrimónio, estes tinham sido anulados* ipso facto, *ou seja pelo casamento por palavras de presente com Dona Constança. Seria por conhecer o papa que Dona Constança não podia casar com D. Pedro por palavras de presente, devido ao dúplice impedimento de pública honestidade ou de justiça? Parece que não, se atendermos que as bodas foram celebradas solenemente, depois, sem dispensa de impedimento algum, tendo os interessados de recorrer ao papa, em 1344, para os dispensarem desse impedimento, com o fim de poderem continuar a viver maritalmente, após a validação do matrimónio. O certo é que Bento XII, ao chamar a si a solução do caso, fala de* dictis matrimoniis seu sponsalibus per dictum primogenitum tuum cum dicta Blanca prius et postea cum Constantia prefatis successive contractis, *e bem assim de vínculo matrimonial com* duabus sponsis (240).

O Infante D. Pedro nasceu a 8 de Abril de 1320. Como se verá, el-rei D. Dinis e o herdeiro do trono D. Afonso, pai de D. Pedro, pediam ao papa, em 1324, dispensasse D. Pedro e Dona Branca de impedimentos de consanguinidade e afinidade, para contraírem matrimónio. O papa, em cartas dirigidas ao rei e ao primogénito D. Afonso, entendeu não dever anuir ao pedido. Da parte de Portugal, deve ter havido insistência no pedido, porque o papa anuía às preces, por bula de 27 de Fevereiro de 1325, quando D. Dinis era já falecido. De facto, por esta ocasião, Lopo Fernandes, pai de Diogo Lopes Pacheco, senhor de Ferreira, estava na corte pontifícia, como embaixador ou núncio de D. Afonso IV, rei de Portugal, bem como em 1330, conforme consta de documentação pontifícia (241). São confirmadas assim duas circunstâncias, pelo menos, do depoi-

---

(240) *Ibidem*, pp. 114-115.

(241) Baste a transcrição das seguintes cartas de 1 de Março de 1325, além do mais, importantes para a história das liberdades eclesiásticas em Portugal e dirigidas ao rei de Portugal: «Regi Portugalie illustri. Quanto devotius affici regiam pietatem ad ecclesias et personas ecclesiasticas regni tui, summi regis contemplatione, supponimus, tanto confidentius eas regie benivolentie commendamus [fl. 39b]; eapropter excellentiam regiam attentius deprecamur quatinus easdem ecclesias et personas et presertim militares ordines dicti regni pro divina et apostolice sedis reverentia regio favore pertractans, eis eorumque bonis velis deffensor assistere favoribus et auxiliis oportunis et licet magister ordinis militie Jhesu Christi suis execrandis et perversis actibus se reddidisse dicatur indignum gratia et favore, tamen quia nos clare memorie Dionisii, regis Portugalie, genitoris tui, precibus inclinati, ad Dei obsequium et honorem regnique tui utilitatem predictum ordinem creavimus, sicut nosti, eumdem intra nostra recumbentem precordia non possumus oblivisci, sed ipsum cum bonis suis sublimitati tue specialiter commendantes quatinus ut delictum persone in dampnum ipsius ordinis non redundet. Datum Avinione, Kalendis Martii, anno ix.º Eidem regi. Dilectos filios .. decanum ecclesie Elborensis et nobilem virum Lupum Fernandi, militem, nuntios regios nuper ad nostram presentiam destinatos, benigne consideratione mittentis recepimus et ea que ipsi nuntii sub comissa sibi per easdem litteras credentia tam super subsidiis ac diversis negotiis, quam provisione Colimbriensis ecclesie, proponere pro parte regia prudenter et provide curaverunt, pacienter et benigne audivimus et intelleximus diligenter. Et quamquam proposita per eos super dictis subsidiis expedientia non viderimus quoad presens,

mento de Diogo Lopes Pacheco: a ida à Cúria papal de seu pai Lopo Fernandes e a concessão da dispensa para D. Pedro casar com Dona Branca. Certa também a vinda desta para Portugal com seus bens, a fim de viver na corte portuguesa, segundo consta igualmente de documentação pontifícia referida. Absolutamente certo ainda que entre ambos houve desposórios, também conforme a documentação pontifícia, a qual poderia, em certo modo (reconheço a viabilidade da interpretação favorável a matrimónio só por palavras de futuro) permitir-nos interpretar as palavras referentes à situação matrimonial do Infante D. Pedro e Dona Branca como significativas de matrimónio por palavras de presente, mas sem efeito ou sequência, seja porque poderia não ter sido consumado ou por ter sido declarado nulo, em razão das enfermidades, de que padecia Dona Branca, motivo por que D. Pedro a repudiou.

Segundo o direito medieval, as pessoas com sete anos completos e como tais consideradas capazes de actos de inteligência e vontade, podiam contrair matrimónio, o qual só tinha efeito quando chegassem os contraentes à puberdade, ou seja aos quatorze e doze anos de idade, respectivamente para o marido e para a mulher, podendo constituir impedimento dirimente para contrair outro matrimónio com certas pessoas consanguíneas ou afins. Mas enquanto o contraente púbere não podia abandonar a outra parte ainda impúbere, esta era livre de contrair matrimónio por palavras de presente ou não, recusando a outra parte, ao completar a idade requerida para o matrimónio. Desta forma, o matrimónio, mesmo o contraido por palavras de presente, ficava sem efeito, passando a ser tido como matrimónio por palavras de futuro, que ficava anulado pelo seguinte matrimónio por palavras de presente. Já assim não sucedia, no caso de entre os assim comprometidos e próximos aos anos de puberdade ter havido cópula, porque então esse contrato era tido como verdadeiro matrimónio por palavras de presente entre pessoas capazes. Para não me alongar demasiado, apenas algumas transcrições de rubricas das Decretais. Começo pelo Liber Sextus Decretalium *(ano de 1289)*: «*Idem quoque, si pubes et impubes, vel duo impuberes non proximi pubertati, et in quibus aetatem malitia non supplebat, per verba contraxerint de praesenti.* Sponsalia enim illa, quae iuris interpretatione tantum fuerunt sponsalia de futuro, licet verba consensum exprimentia de praesenti haberent, et matrimonium contrahere intenderent contrahentes, per adventum pubertatis in matrimonium non transeunt de praesenti. Nec matrimonium, quod ut matrimonium aetate non tenuit prohibente, per lapsum dicti temporis convalescit, nisi per carnalem copulam subsecutam, vel aliquem modum alium contrahentes eosdem cum eiusdem perseverantia voluntatis ad pubertatis tempora pervenisse constiterit evidenter; *per dictum tamen contractum, qui valuit, ut potuit, non sicut agebatur, publicae honestatis iustitia est inducta*» ([242]). *Agora algumas rubricas das* Decretais de Gregório IX, *do livro IV, tít. I* De sponsalibus et matrimoniis: «*Inter sponsam et consanguineos sponsi oritur* impedimentum publicae honestatis, impediens et dirimens matrimonium inter eos contrahendum» *(cap. 8)*. «Sponsalia de futuro, si secuta est copula, non solvuntur per sponsalia de praesenti; *alias tenent* sponsalia de praesenti, *nisi per metum, qui potuisset cadere in constantem virum contracta sint*» *(cap. 15)*. «Sponsalia de futuro, etiam iurata, *solvuntur per secunda* sponsalia de praesenti, *non autem per secunda de futuro*» *(cap. 22)*. «Sponsa-

---

super aliis tamen expedivimus quicquid decenter et honeste potuimus et sibi duximus respondendum, sicut ipsi tue celsitudini referre plenius poterunt viva voce; super provisione autem ecclesie memorate, pro qua recepisse alias meminimus preces tuas, intendimus actore Domino taliter ordinare quod erit Deo gratum, ecclesie ipsi perutile ac inde tua magnificentia poterit merito contentari. Datum ut supra» (AV, Reg. Vat. 1113, fl. 39a-39b). Quanto ao ano 1330, cf. *Monumenta Portugaliae Vaticana*, I, Roma-Porto, 1968, *Introdução*, pp. XCII-XCIII.

([242]) *Liber Sextus Decretalium*, liv. IV, tit. II: *De desponsatione impuberum*, cap. único, ed. AEMILIUS FRIEDBERG, *Corpus Iuris Canonici*, Pars secunda: *Decretalium collectiones*, Graz, 1959, col. 1067.

lia de futuro transeunt in matrimonium per carnalem copulam subsecutam, *sed non per nisum carnalis copulae tantum» (cap. 30). No tít. II,* De desponsatione impuberum: «*Si maiores septennio contrahunt sponsalia, neuter ante pubertatem resilire potest. Hoc primo. Et ille, qui primo fit pubes, alterum expectabit. Hoc secundo.* Quod si tempore contractus alter erat pubes, non ille, sed alter factus pubes resilire potest. *Hoc tertio» (cap. 7). «Impuberes, sponsalia contrahentes,* ante pubertatem separari non debent, sed post pubertatem possunt, si contradicunt sponsalibus, nisi copula carnalis intervenerit» *(cap. 8).* «Si quis per verba de praesenti contrahit cum impubere, in qua aetatem malitia non supplet, intelligitur non matrimonium, sed sponsalia contraxisse, etiamsi subrrhatio intercesserit» *(cap. 14).*

À base do direito medieval, poderia, portanto, D. Pedro ter casado com Dona Branca em Coimbra, conforme diz Diogo Lopes Pacheco, por palavras de presente, mesmo que ainda não tivesse quatorze anos de idade. Mas em tal caso, a não ser que entre ele e Dona Branca houvesse, depois, relações carnais, conforme o depoimento das outras testemunhas, que aliás esclarecem terem-se elas dado, quando ele tinha já atingido os quatorze anos, os desposórios ou casamento não passaria de matrimónio de futuro, *que o casamento com Dona Constança em 1336, no caso de ele não ter sido nulo, como foi, em virtude do impedimento de pública honestidade, até à validação, em 1344, por Clemente VI, tornaria inválido ou sem efeito. Isto para ser objectivo ao máximo, interpretando as palavras de Diogo Lopes Pacheco no sentido mais estrito, até às últimas consequências. Na verdade, a testemunha não indica a data, em que* fizerom rreceber per palavras de presente em esta çidade de Coimbra *D. Pedro e Dona Branca. Para se tratar, no caso, de verdadeiro matrimónio, de per si indissolúvel, sem intervenção da cópula, esse* recebimento por palavras de presente *tinha de realizar-se em 1334, ano em que D. Pedro completou quatorze anos. Ora, devemos admitir forçosamente que, tendo D. Afonso IV, já nas cortes de 1334, proposto novo enlace matrimonial para D. Pedro, em face do repúdio que este fazia de Dona Branca como incapaz* (243), *precisamente quando o Infante completava quatorze anos, não faltam motivos para reputar legítima a hipótese de entre D. Pedro e Dona Branca nunca ter havido verdadeiro matrimónio. Neste sentido poderiam interpretar-se também os dizeres da súplica e respectiva bula de dispensa concedida, a pedido de el-rei de Castela, em 1344, para o Infante D. Pedro e Dona Constança não serem obrigados a separarem-se e para obterem a legitimação da prole já nascida, apesar de seu matrimónio ter sido inválido, devido ao impedimento existente de dúplice honestidade pública. Efectivamente, as palavras* matrimonium quod effectum non habuit *poderiam significar desposórios ou promessa de matrimónio, que se diziam* sponsalia de futuro, *segundo as transcrições do direito medieval acima apresentadas, em oposição ao verdadeiro matrimónio por palavras de presente, que também se dizia* sponsalia de praesenti, *quando não eram tais instituições jurídicas designadas respectivamente por* matrimonium de futuro *e* matrimonium de praesenti. *Mas o facto de se distinguir na bula entre os desposórios de Dona Constança com el-rei de Castela, sendo impúbere esta rainha, e o* matrimonium quod effectum non habuit *entre D. Pedro e Dona Branca, parece querer indicar alguma coisa mais, ao menos que tivessem contraído matrimónio por palavras de presente, embora o Infante D. Pedro ainda não tivesse quatorze anos, motivo por que tal matrimónio não teria surtido efeito ou se deveria considerar* matrimonium de futuro *ou simples desposórios ou ainda* sponsalia de futuro, *podendo ele, no caso de não ter havido cópula ou relações carnais, rejeitar tal matrimónio e casar com outrem, segundo as normas do direito. Como se verá mais à frente, também Dona Constança, tendo ainda só nove anos, contraíra matrimónio por palavras de presente com el-rei de Castela, sem ter havido relações*

(243) *Crónica do rei D. Afonso IV,* cap. IX. Cf. DOMINGOS MAURÍCIO, Cartas de *Álvaro Pais,* em *Brotéria,* 81 (1965) 662-663. *Crónicas dos sete primeiros reis,* cap. VI.

algumas carnais entre eles, e o papa, por bula de 10 de Maio de 1326, concedia-lhes que, apesar do impedimento de consanguinidade existente entre ambos, pudessem ad invicem, postquam tu prefata Constantia ad etatem ad hoc aptam perveneris, matrimonialiter copulari, prolem suscipiendam ex vobis legitimam nuntiantes. *Mas será assim tão certo — poder-se-ia também legitimamente perguntar — que entre D. Pedro e Dona Branca, a viver na corte e pelos menos desposados, não houvesse nenhuma relação carnal, depois de terem contraído matrimónio, se não com toda a certeza por palavras de presente, pelo menos por palavras de futuro? Reconheçamos, pois, que a tese da ilegitimidade dos filhos de D. Inês de Castro com base na vigência do matrimónio de D. Pedro com Dona Branca, ao tempo do nascimento deles, embora pudesse ser defensável naqueles circunstâncias das cortes de Lisboa, em virtude das questões levantadas já antes acerca da validade do casamento de D. Pedro com Dona Constança, na realidade tem pouca ou nenhuma consistência jurídica, para quem estudar, com profundidade todo o problema. E talvez por isso mesmo é que João das Regras — ou se preferirem, Fernão Lopes por ele — não dava importância ao que* algũus dizem de como el Rei dom Pedro foi primeiro casado com dona Bramca, filha do Iffante dom Pedro que morreo nas veigas de Graada, e como foi tragida a este rreino e a recebeo em esta cidade, amte que casasse com dona Constança [*e que portanto el Rei dom Fernando nam era lydimo pera erdar*], *ca esto* [*se passou doutra guysa e*] *nom faz mingua a nosso proposito*» (244).

Na súplica do rei de Castela, feita de acordo com o Infante D. Pedro e Dona Constança e atendida a 20 de Abril de 1344, e respectiva bula do papa Clemente VI, quando o Infante tinha já contraído núpcias com Dona Constança e havido prole, motivo alegado para o papa os dispensar do impedimento de honestidade pública, sem urgir a separação ou divórcio — repito — diz-se precisamente que D. Pedro e Dona Branca tinham contraído matrimonium quod effectum non habuit, *ao passo que, relativamente ao rei de Castela e a Dona Constança, se fala de* sponsalia (245). *Sabe-se, e isso consta também da documentação pontifícia e duma carta de D. Frei Álvaro Pais a D. Afonso IV, que Dona Branca veio para Portugal e andou pela corte* (246) *e, segundo alguns, teria tido até relações carnais com D. Pedro. O papa dispensou de tal impedimento, para D. Pedro e Dona Constança poderem continuar unidos em matrimónio, legitimando a prole nascida e que viesse a nascer. Não o faria, se entre D. Pedro e D. Branca existisse ainda verdadeiro matrimónio consumado, a menos que não o tivesse declarado nulo. E tudo isto leva a pensar que, no caso, tal matrimónio, mesmo por palavras de presente, equivalia aos desposórios, ou então que foi declarado nulo por incapacidade de Dona Branca. A intervenção do papa ou determinação de sujeitar o caso a seu juízo, conforme a sobredita bula, pode ser explicada tanto por se poder tratar de matrimónio nulo, devido a incapacidade de Dona Branca, ou de matrimónio rato e não consumado, como pelo facto de se tratar de desposórios com um não púbere que, chegado à idade núbil, repudie a outra parte* (247). *De todas as formas, estas circunstâncias podem explicar muito bem a persuasão de muitos, durante as hesitações e perplexidades do momento, naquela conjuntura confusa que precedeu e seguiu a eleição do Mestre de Avis como rei de Portugal, de que D. Pedro estava ainda*

(244) FERNÃO LOPES, *Cronica del Rey D. Joam I*, I parte, cap. 187, p. 358.

(245) AV, Reg. Suppl. 6, fl. 310v. Publicada por ANTÓNIO DOMINGUES DE SOUSA COSTA, *Estudos sobre Álvaro Pais*, p. 119-120, e *Monumenta Portugaliae Vaticana*, I, Lisboa, 1968, n. 71, p. 35-36. AV, Reg. Vat. 162, fl. 198v-199, publicada por ANTÓNIO DOMINGUES DE SOUSA COSTA, *Estudos sobre Álvaro Pais*, pp. 120-121.

(246) Cf. ANTÓNIO DOMINGUES DE SOUSA COSTA, *Estudos sobre Álvaro Pais*, pp. 122-124, 151.

(247) *Decretales Gregorii IX*, liv. IV: *De desponsatione impuberum*, cap. 7, 8, ed. FRIEDBERG, II, col. 675-676; *Liber Sextus Decretalium*, liv. IV, tit. II: *De desponsatione impuberum*, cap. único, ed. FRIEDBERG, II, col. 1067.

ligado por vínculo matrimonial a Dona Branca, quando nasceu o Mestre de Avis. Mesmo que isso fosse duvidoso ou posto em discussão, diz-nos a jurisprudência, constante de tantas súplicas conhecidas, endereçadas aos papas, que os interessados, receosos de possíveis contestações, se acautelavam com dispensas previamente obtidas, mesmo em casos não compreendidos em determinadas leis.

Outro ponto da súplica, a favor da probidade histórica de Fernão Lopes, é o respeitante à ilegitimidade dos filhos de D. Pedro e Dona Inês de Castro, enquanto os autores da súplica dizem que os irmãos de D. Fernando, filhos de Dona Inês de Castro, eram ilegítimos. Sobre este tema debruçaram-se autores de renome (248). *Não tenho a pretensão de dizer a última palavra sobre problema tão complexo, sobretudo perante documentação autêntica e abertamente contraditória, como são, por exemplo, as declarações juradas do próprio D. Pedro sobre o casamento realizado com Dona Inês de Castro* (249) *e as de seu filho D. Fernando, rei de Portugal, afirmando em 1378 a ilegitimidade de seus irmãos, filhos de Dona Inês de Castro* (250). *Apenas desejo mostrar como os elementos aduzidos pelas duas opiniões contrárias não permitem uma solução definitiva do problema e isso é argumento bem importante para justificar a posição, também neste ponto, de João das Regras ou se preferirem, de Fernão Lopes que, segundo o P. Brásio* (251), *teria arquitectado todo o arrazoado sobre o tema da ilegitimidade dos filhos de Dona Inês de Castro, atribuindo-o, contudo, à arenga do grande doutor. No artigo* Influência do cisma castelhano na solução da crise nacional *de 1385, no qual publica parte da citada súplica dos participantes nas cortes de Coimbra deste ano, o Padre Brásio observa, como se viu, terem «eles aplicado, cremos que injustamente, o labéu da* ilegitimidade *de nascença aos filhos de D. Inês e D. Pedro»* (252). *Mas já antes o ilustre Espiritano tratara* Da legitimidade dos filhos de D. Pedro I (253) *e de* As «razões» de João das Regras nas cortes de Coimbra (254). *Nestes artigos são feitas observações e críticas sérias, mas, digamo-lo também francamente, algumas bastante exageradas, ao menos na forma.*

Antes de mais, permito-me discordar quanto às «dúvidas muito sérias» do Padre Brásio sobre a afirmação de Fernão Lopes, a informar que «Joham das Regras ... pouco havia vehera do estudo de Bollonha» e «consequentemente acerca do bem fundado da auréola jurídica que através dos séculos lhe tem cingido a fronte», pois não é aceitável a conclusão sua do Padre Brásio que «enquanto não aparecerem documentos que positivamente invalidem este argumento negativo — negativo mas de sumo valor — temos de pôr de quarentena, tanto a frequência como o facto do doutoramento do chanceler de D. João I na universidade de Bolonha» (255). *E isto digo-o em primeiro lugar por-*

---

(248) Cf. PADRE ANTÓNIO BRÁSIO, *Da legitimidade dos filhos de D. Pedro I*, em *Arquivo Histórico de Portugal*, 2.ª série ,vol. I, t. I, Lisboa, 1958, pp. 97-109. *As «razões» de João das Regras nas cortes de Coimbra*, em *Lusitania Sacra*, 3 (1958) 7-40. SALVADOR DIAS ARNAUT, *A crise nacional dos fins do século XIV*, I, *A sucessão de D. Fernando*, Coimbra, 1960, pp. 71-102.

(249) ANTT, Gaveta 15, maço 20, n. 10 e Gaveta 17, maço 6, n. 6. Cf. PADRE ANTÓNIO BRÁSIO, *As «razões» de João das Regras nas cortes de Coimbra*, em *Lusitania Sacra*, 3 (1958) 11-14. SALVADOR DIAS ARNAUT, *A crise nacional dos fins do século XIV*, p. 82-83.

(250) Testamento de D. Fernando de 28 de Agosto de 1378, Bibl. Públ. e Arquivo Distrital de Évora, cód. CIX/2-2, n. 9, publicado por SALVADOR DIAS ARNAUT, *A crise nacional dos fins do século XIV*, *Apêndice*, n. 7, pp. 294.

(251) PADRE ANTÓNIO BRÁSIO, *As «razões» de João das Regras nas cortes de Coimbra*, em *Lusitania Sacra*, 3 (1958) 10-23.

(252) PADRE ANTÓNIO BRÁSIO, *Influência do cisma castelhano na solução da crise nacional de* 1385, em *Lusitania Sacra*, 4 (1958) 111.

(253) PADRE ANTÓNIO BRÁSIO em *Arquivo Histórico de Portugal*, 2.ª série, vol. I, t. I, Lisboa, 1958, pp. 97-109.

(254) PADRE ANTÓNIO BRÁSIO, em *Lusitania Sacra*, 3 (1958) 7-40.

(255) PADRE ANTÓNIO BRÁSIO, *As «razões» de João das Regras nas cortes de Coimbra*, em *Lusitania Sacra*, 3 (1958) 8-9.

que não existe tal argumento negativo, baseado em premissas sem fundamento, partindo da hipótese de que estejam já publicados todos os documentos referentes ao Estudo de Bolonha, inclusive dos pertencentes ao Chartularium Studii Bononiensis, *muito longe de ser completo, sendo até omisso, por deficiência de alguns investigadores e não por carência de documentos, sem dúvida alguma não incluídos aí, por negligência ou falta de atenção. E digo-o ainda sobretudo porque, além da certeza de que o* Liber Secretus Iuris Caesarei, *por incúria do prior do colégio dos professores ou por outros motivos, omite, por vezes, uma ou outra acta de exames ou de doutoramento, realizados na universidade de Bolonha, há notícia nele mesmo do doutoramento em leis, em Bolonha, de João Afonso Hispano, ou seja de João Afonso das Regras de Lisboa, e existem documentos comprovativos de que o nome de João das Regras, conselheiro e chanceler régio, era João Afonso, clérigo, doutor em leis e prior da colegiada de Santa Maria de Oliveira de Guimarães.*

Ao comentar várias actas de doutoramentos em leis na universidade de Bolonha, entre 1378-1420, publicadas por Albano Sorbelli (256), *o Doutor Nuno J. Espinosa Gomes da Silva, no estudo intitulado* João das Regras e outros juristas portugueses da Universidade de Bolonha (257), *identifica o estudante* Johannes Alfonsi Yspanus, *doutorado em leis pela universidade de Bolonha, a 14 de Outubro de 1378, com o famoso João das Regras. Além do argumento indiscutível de o termo* Hispanus, *naquele tempo aplicável também aos portugueses, ter significação diversa do termo espanhol dos nossos dias, o facto de o Doutor João das Regras se chamar João Afonso, conforme consta claramente do codicilo ao testamento de 1380 de sua mãe, pois no testamento é designado como «dr. João Afonso meu filho» e no codicilo como «dr. João das Regras meu filho», vem confirmar o acerto da identificação. Em letras pontifícias de 27 de Julho de 1398, aparece o Doutor João das Regras como clérigo conjugado e doutor em leis, ao qual o papa Bonifácio IX confirma a administração do hospital de Santo Eutrópio, da qual fora privado Martim Vasques da Cunha, por ter aderido aos cismáticos de Castela, contra D. João I, rei de Portugal* (258). *Sabendo nós que D. João I, em 1404, confirmou certo legado do falecido seu conselheiro e chanceler* — doctor João das Regras do nosso conselho — *a favor da esposa deste, Leonor da Cunha, sobre a administração do hos-*

---

(256) ALBANO SORBELLI, *Il «Liber secretus iuris Caesarei» dell'Università di Bologna, vol. I:* 1378-1420 (*Universitatis Bononiensis Monumenta*, vol. II) Bologna, 1938, pp. CXXXIV, 1-266.

(257) Separata da *Revista da Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa*, vol. XII, Lisboa, 1960, pp. 5-27.

(258) «...Exhibita siquidem nuper pro parte dilecti filii Johannis de Regulis, clerici coniugati, Ulixbonensis, legum doctoris, petitio continebat quod olim bone memorie Johannes, episcopus Silvensis ... in parrochiali ecclesia sancti Bartholomei Ulixbonensi quamdam capellam in honorem et sub vocabulo sancti Ytropi ac infra limites eiusdem parrochialis ecclesie quoddam hospitale pauperum, ad id diocesani loci accedente consensu, de novo fundavit et construi fecit ... quodquod nuper capella et hospitali prefatis ex eo gubernatoris regimine destitutis quod Martinus Valasci de Cunha, qui dicte ordinationis vigore in regimine et administratione huiusmodi successit, postquam regimen et administrationem eadem aliquamdiu exercuerat, a fidelitate et obedientia sancte Romane Ecclesie ac etiam subiectionem carissimi in Christo filii nostri Johannis Portugalie et Algarbii regis illustris, denegando, de regno Portugalie ad regnum Castelle, ubi instans dolendum scisma tunc pro dolor viguit, prout viget, se transtulit et ibidem perditionis filio Henrico, regnorum Castelle et Legionis detentori, et aliis scismaticis et sequacibus eorum adherendo ac in crimine scismatis participando et in subsidium illorum contra nostros et dicte Romane Ecclesie de eodem regno Portugalie obedientes et devotos se armando et plura alia mala committendo, aliquamdiu moram traxit, prout trahit de presenti, prefatus rex eumdem Martinum, huiusmodi suis culpis et demeritis exigentibus, a regimine et administratione predictis regia auctoritate amovit ipsumque illis et aliis bonis suis privavit et nichilominus regimen et administrationem predicta Johanni de Regulis prefato eadem auctoritate commisit ipseque Johannes de Regulis, huiusmodi concessionis vigore, possessionem regiminis et administrationis huiusmodi assecutus illaque ex tunc rexit et exercuit, prout regit et exercet de presenti...»: AV, Reg. Lat. 60, fl. 301-302v.

pital de Santo Eutrópio e de Santa Bárbara e doutros bens, pertencentes anteriormente a Martinho Vasques da Cunha, pai da sobredita Dona Leonor, o qual fora deles privado pelo monarca, devido às razões aludidas ([259]), *temos por força de concluir que o clérigo conjugado e doutor em leis João das Regras da bula pontifícia se deve identificar com o conselheiro Dr. João das Regras e com* Joham Afom das Regras, doutor em leis e clerigo, *apresentado pela rainha Dona Leonor Teles, a 7 de Dezembro de 1383, para prior da colegiada de Santa Maria de Oliveira de Guimarães, conforme documento transcrito atrás* ([260]). *Outro por mim encontrado, em 1960, no Arquivo Distrital de Braga, na colecção cronológica, mas colocado erroneamente no ano de 1426, pois a data é de 8 de Janeiro de 1388, diz-nos que realmente o chanceler e conselheiro Dr. João das Regras era prior de Santa Maria de Guimarães, devendo por isso chamar-se Doutor João Afonso das Regras e identificar-se com o clérigo conjugado João das Regras, que foi administrador do hospital ou albergaria de Santo Eutrópio de Lisboa: «Dom Joham pella graça de Deus, rey de Portugal e do Algarve. A quantos esta carta viirem fazemos saber que o doutor Joham das Regas do nosso conselho e prioll de santa Maria de Guimarães nos disse que no lyvro da nossa chançalaria era scripta hũa ley que ora ffoy ffecta nas cortes que fezemos na cidade de Bragaa em razom das moedas»* ([261]). *A 6 de Outubro de 1378, ou seja cerca de oito dias antes de João Afonso Hispano se doutorar na universidade de Bolonha, estava presente a acto notarial, passado na cidade de Bolonha, João Afonso das Regras de Lisboa, antigo escolar de direito civil na dita universidade, designado já como licenciado em leis, ao qual fora entregue certa soma de dinheiro, em nome de banqueiros genoveses, a instâncias do perito em direito Álvaro Pais, conforme ordens suas dadas em Lisboa, a 6 de Junho de 1378. Eis o precioso documento:*

> «*Millesimo iii.c lxxbiii, indictione prima, pontificatus domini Urbani pape vi, die sexto mensis Octobris. Franciscus quondam Simonis de Foscarariis, campsor et civis Bonoñ, vigore cuiusdam littere cambii, eidem Francischo et sociis directe et transmisse, pro parte domini Oberti Tonsi de Scarampis et sotiorum de Ast, et facte die vigesimo mensis septembris proxime preteriti, qua continebatur quod ipse Franciscus de Foschararii et*

([259]) «Dom João por graça de Deos rey de Portugal e do Algarve ... fazemos saber que Dona Leonor da Cunha, molher que foi do Doctor João das Regras, do nosso conselho, nos disse que ella como soubera que Martim Vasques da Cunha seu pay se partira destes reynos pera Castella, mandara tomar posse dos morgados da albergaria de Lopo Soares que foi de Pay Delgado e do hospital de S. Eutropio e de Sancta Barbora, o qual foi ordenado pelo bispo Dom João Alão, e dos bens, direitos e quintas e lugares e pertenças delles, os morgados e bens são na cidade de Lixboa e seu termo e noutros lugares e tendo e posuindo assy os ditos morgados, e pertenças delles que o dicto Doctor nos pedira que lhe fizessemos delle merçe pera el e pera a dicta sua molher e seus sucessores, perquanto o dicto Martim se fora pera Castella e que nos lhes fizemos delle merçe pela dita guissa e que era antes que o dito Doctor se finasse deste mundo, querendo ordenar sobre os ditos morgados achou que a carta de merçe que lhe fizeramos dos ditos morgados era mingoada porque se não continha em ella a dita dona Leanor, mas somente se continha em ella que faziamos a dita merçe ao dito Doutor e a seus sucessores e que porem o dito Doctor conhecendo e sabendo que assy era verdade, mandou fazer hum codecilho, em o qual lhe fez delles legado e lhos deixou em sua vida e que a sua morte ficassem a dona Branca sua filha do dito Doctor e a dita Dona Leanor nos pedio per merçe que lhe mandassemos comprir e guardar o dito legado que lhe o dito Doctor fizera e lho confirmassemos pela guissa que em o dito codecilho he contheudo...». Bibl. Nacional de Lisboa, Fundo Geral, cod. 1, 106, fl. 178-179. Publicado em *Cabido da Sé, Sumário de Lousada, Apontamentos dos Brandões, Livro dos bens próprios dos reis e rainhas*, Lisboa, 1954, pp. 244--245. A. MOREIRA DE SÁ, *Chartularium Universitatis Portugalensis*, II, Lisboa, 1968, n. 574, pp. 297-298.

([260]) ANTT, *Chancelaria de D. Fernando*, livro 2, fl. 111. Cf. nota 162.

([261]) ADB (*Arquivo Distrital de Braga*), *Colecção cronológica*, caixa 22, docum. erroneamente indicado como do ano 1426.

sotii de Bononia dare et solvere deberent nomine ipsius domini Oberti et sotiorum domino Johanni Alfonsi de Regulis de Ulixbona, olim scolari Boñ in iure civili et ad presens in ipso iure licentiato, *proAntonio de Grillis de Janua, infrascriptam quantitatem ducatorum, prout in ipsa littera plenius continetur, presentialiter coram me notario et testibus infrascriptis suo nomine et vice et nomine sotiorum suorum dedit, solvit, numeravit, tradidit et dimisit predicto* domino Johanni Alfonsi de Regulis de Ulixbona, presenti et manualiter recipienti, *ducentos ducatos auri bonos, legales et iusti ponderis. Et hoc pro dicto Antonio de Grillis de Janua, sotio providi viri Jacobi Peregrini, civis et mercatoris Januensis, habitatoris in dicta civitate Ulixbonensi, et vice et nomine ipsorum Antonii et Jacobi, quos ducentos ducatos predictus Jacobus Peregrini prefato domino Johanni Alfonsi dare et solvere tenebatur, vigore cuiusdam* [*fl. 36v*] *publici instrumenti, scripti apud civitatem Ulixbonensem die sexto mensis Junii proxime preteriti manu Johannis Roderici, notarii publici, in quo predictus Jacobus Peregrini, civis et mercator Januensis, tunc habitator in dicta civitate Ulixbonensi,* ad petitionem, instantiam et requisitionem Alvari Pelagii, iurisperiti, *sua spontanea ac mera voluntate confessus fuit et in veritate recognovit se habuisse et recepisse realiter et de facto a prefato Alvaro Pelagii tantam monetam Portugalensem in pecunia numerata pro suis et societatis sue negotiis in dicta civitate Ulixbonensi utiliter pertractandis, pro qua dare, solvere et restituere tenebatur ac dari, solvi et restitui facere in pace et in salvo, absque contradictione quacumque, suis propriis expensis et sub periculo suo fortuito casu ad ipsum dumtaxat spectantibus* in civitate Bononie venerabili ac discreto viro Johanni Alfonsi de Regulis, tunc scolari in civitate Boñ studenti, *ducentos ducatos boni auri, iusti et legalis ponderis, a die presentationis instrumenti, cum littera prefati Jacobi in civitate Januensi, provido viro Antonio Grillo, civi et mercatori Januensi, in dicta civitate Januensi stanti et etiam commoranti aut in domibus habitationis sue et eius societatis eorumque seu alterius ipsorum locum tenentis usque ad duos menses proxime et immediate sequentes, prout in dicto instrumento latius et plenius continetur. Et propterea predictus* dominus Johannes Alfonsi sponte et ex certa scientia et nullo ductus errore absolvit et liberavit predictum Franciscum de Foschariis *et etiam me notarium infrascriptum ut publicam personam, ambos stipulantes et recipientes vice et nomine predicti Jacobi Peregrini et sotiorum suorum, a dicta quantitate et summa ducentorum ducatorum auri superius solutorum et ab omni eo et toto quod ipse dominus Johannes Alfonsi ab eodem Jacobo Peregrini et sotiis vel in eorum bonis peteret vel exigere posset vigore dicti instrumenti et quorumcumque contentorum in eo, quod instrumentum et quelibet in eo contenta ac etiam quaslibet alias scripturas tam publicas quam privatas, per quas reperiretur vel appareret predictum Jacobum Peregrini seu aliquem eius sotium ad solutionem dictorum ducentorum ducatorum auri quomodolibet teneri vel augeri posse, vanas et vana et cassa esse et carere totaliter viribus et effectu. Que omnia et singula suprascripta predictus dominus Johannes per se et suos heredes promisit predicto Francisco de Foscarariis et michi notario infrascripto ut publice persone* [*fl. 37*] *ambobus stipulantibus et recipientibus vice et nomine predicti Jacobi Peregrini et sotiorum perpetuo firma et rata habere, tenere, atendere, observare, etc., sub pena dupli dicte quantitatis ducatorum solute solutionem stip. promissa, qua soluta, etc. Cum reffectione dampnorum et expensarum, obligatione bonorum suorum et renuntiavit, etc. Actum in civitate Bononie, ad tabulam cambii dicti Francisci de Foschariis, sitam in cap. sancti Dalmasii, presentibus domino Henrico, condam domini Oddonis de Scarampis de Ast et domino Jacobo de Scarampis, ambobus scolaribus Boñ in iure civili, domino Mancello de Grillis de Janua, licentiato in iure civili, qui dixit et asseruit sic dictos contrahentes cognoscere, domino Rosso Andreotii*

de Florentia, scolare Boñ in iure civili, et Nanino condam Jacobi de Maymelinis, cive et campsore Boñ, testibus ad hec vocatis et rogatis» (262).

Não há dúvida alguma que Fernão Lopes na sua crónica e João das Regras, nas cortes de Lisboa, se propunham defender uma tese. O simples facto desta posição pode supor a antítese. Regra geral, sobretudo tratando-se de um advogado, como o próprio P. Brásio quer ver em João das Regras ou em Fernão Lopes por ele, os defensores de determinada tese procuram valer-se dos argumentos em prol da mesma. Foram, nessa tormentada ocasião das cortes de Coimbra, feitos ou antes forjados documentos em prol dessa tese? Creio ser prudente averiguar bem as coisas antes de se dar uma resposta absoluta. Mas em que pode isso afectar a probidade de João das Regras, sobretudo de Fernão Lopes, que principalmente deveria ter-se baseado em documentos? Ainda que se conseguisse provar a falsidade de tais documentos, nem por isso mesmo nos assistiria o direito de acoimar Fernão Lopes de falho de probidade histórica, a não ser que os fabricasse ele ou tivesse conhecimento da falsidade. De todas as formas, resta o facto inalterável de um documento autêntico e original, como o admite o P. Brásio, e de bulas pontifícias, além do auto das cortes, a atestarem que tantos ilustres homens de letras, de governo, do clero e da nobreza, ou representantes do povo estavam convencidos (se com muita, pouca ou nenhuma razão não interessa para o caso) e reputavam os filhos de D. Inês de Castro ilegítimos. Com isto não pretendo negar a existência doutra corrente ou os argumentos em favor da tese contrária, mas sim frisar que a defesa dos direitos do Mestre de Avis por Fernão Lopes, embora floreada, a preencher «nada menos de sete capítulos da sua aliciante crónica, com os dois longos discursos do «grão doutor» transcritos entre aspas!» (exuberância de expressão do P. Brásio, que sabe muito bem não se poder falar, na prática, de aspas nos autores daquele tempo), está longe de merecer o epíteto de falsa, só pelo facto de o autor, apresentando-nos muito embora os discursos de João das Regras em forma com visos de literal, tenha dado a tais discursos uma forma literária sua. Sinceramente, custa-me a aceitar, perante os argumentos até agora apresentados, estas teses do P. Brásio, ao menos em todas as suas partes:

> *«Prova João das Regras, isto é, F. Lopes que tanto pelo sangue como pela fé, nem era legítimo nem conveniente, eleger ou aceitar o Rei de Castela. As razões aduzidas parecem-nos procedentes, tanto sob o aspecto jurídico (canónico), como no que respeita às conveniências nacionais (político). Nem nos convinha um soberano estranho — e para mais castelhano — nem por legítimo que fosse, um rei cismático, agarrado ao antipapa Clemente VII»* (263). *«João das Regras, ou melhor, Fernão Lopes, passa a examinar, pelo fio de uma cerrada crítica, a sua tese, que enuncia por estas palavras: «digo que numca foy çerto, em vida del Rei dom Affomso nem depois» que D. Pedro recebesse por mulher a D. Inês, «posto que fezessem aquellas avomdanças que aqui fezeram». Refere-se o cronista advogado ao documento de 12 de Junho de 1360, lavrado pelo tabelião geral Gonçalo Peres, nas casas da igreja de Catanhede, que testifica o casamento de D. Pedro com D. Inês, em 1 de Janeiro de 1353, bem como ao documento de 18 de Junho de 1360, que produz o testemunho jurado aos Evangelhos, de D. Gil bispo da Guarda, que assistiu canonicamente ao contrato, e de Estêvão Lobato, morador em Santarém, documento este lavrado em Coimbra «no Paaço da scola das degretaaes» e de que existem dois exemplares* originais *na Torre*

(262) ASB (*Archivio di Stato di Bologna*), *Rogiti di Azzone Buvadelli*, fasc. degli anni 1377-1378, fl. 36-37.

(263) PADRE ANTÓNIO BRÁSIO, *As «razões» de João das Regras nas cortes de Coimbra*, em *Lusitania Sacra*, 3 (1958) 11.

do Tombo (264). *João das Regras, sentindo o terreno falso, passa à frente, como gato sobre brasa, para produzir esta sensacional afirmação: «Mas venhamos a hũu gramde impedimento, aallem dos outros, com que o Papa nom despemssara por cousa que aviir podesse, por o quall ella nom podia seer sua molher per nenhũua guisa». E relata como D. Inês fora madrinha do infante D. Luís, filho de D. Pedro e de D. Constança, facto largamente atestado pela Inquirição de 30 de Março de 1385. Tem-se a impressão de que o famoso jurisconsulto estava a falar a uma assembleia de beócios, se não soubéramos que tudo é artifício e fantasia de um genial escritor, que deixa o direito e a própria história pelas ruas da amargura! Pois não haveria, naquela assembleia de bispos e de letrados, de juristas e senhores da alta nobreza, pois não haveria lá ninguém, mesmo absolutamente ninguém, que levantasse o braço e a voz para dizer ao celebrado aluno do Estudo de Bolonha — que ali se revelava menos entendido em direito que um pobre caloiro — que estava simplesmente a gozá-los a todos? Com que então, não dispensava o Papa, por cousa nenhuma do mundo, da espiritualidade entre compadres! Mas o célebre Giovine, no seu raríssimo tratado* De dispensationibus matrimonialibus, *não somente admite a vulgaridade de tal dispensa, comprovada por inumeráveis documentos da chancelaria pontifícia, como traz mesmo dois casos de dispensa entre padrinhos e afilhados». «Certo é que F. Lopes tenta emendar, em contradição consigo próprio, o que momentos antes afirmara, revelando que «algũus emtemdidos que disto parte sabem» afirmavam que D. Pedro mandara a D. Inês se não furtasse ao convite da Rainha, que estivesse presente ao baptismo, mas que não dissesse as palavras que os padrinhos costumam dizer em nome do afilhado, e que ela desta guisa o fez, e que se tal vontade não levava, nem nunca em tal consentiu, que «tall compadradigo era nehũu, e podia depois sem pecado casar com o padre de tall afilhado». Depois disto, este comentário estupendo de um jurisconsulto, da reputação de um João das Regras, ou de um historiador da fama e renome de um F. Lopes: «A qual cousa posto que assi seja, que quamto a Deos nom fosse comadre, neçessario era que por esta fama, desi pollo escamdallo do mundo, que fosse notificado ao Papa; e ell despemssamdo com elles segumdo sua emformaçom, avemdoa por verdadeira, leixallo hia estomçe em emcarrego de sua comçiemçia, a quall cousa aqui nom ouve, nem numca lhe foi supplicado». De sorte que para o jurisconsulto João das Regras o que conta e vale em direito não são os factos jurídicos, mas as aparências, as ficções de direito! Mesmo que não haja intenção interior, ainda que haja rejeição positiva da vontade, a «fama» e o «escamdallo do mundo» — que historicamente só existiu no ânimo de F. Lopes — são o bastante para criarem um real impedimento* dirimente *dum contrato matrimonial!»* (265).

É hora de dizer alguma coisa sobre estas asserções. Também a mim não parece muito convincente a apresentação dos dois longos discursos como se tivessem saído tal qual da pena de João das Regras, mas não creio ser invenção de Fernão Lopes a substância do conteúdo. Penso, ao contrário, lhe deve ser atribuída, ao menos em parte. Penso também não se possa negar (nem o Padre Brásio o faz) a intervenção de João das Regras naquela famosa assembleia. O facto de ele aparecer em vários documentos de 1384 como chanceler e conselheiro do Mestre de Avis (266), *que nas cortes de Coimbra declarou querer governar o reino, tendo como conselheiros os letrados «Gil do Sem*

(264) *Ibidem*, p. 12.

(265) *Ibidem*, pp. 15-16.

(266) ANTT, *Chancelaria de D. João* I, livro 1, fl. 7v, 53. Cf. documentos editados em *Chartularium Universitatis Portugalensis*, II, nn. 376-381, pp. 117-125.

e o Doutor Joham das Regras e o Doutor Martim Affonso» (267), *torna mais que plausível a asserção. Que o conselheiro do Mestre de Avis pudesse defender e tomasse de facto a defesa da tese que «nunca foy certo em vida del Rei dom Affonso nem depois» ter-se casado D. Pedro com Dona Inês de Castro, apesar da declaração solene do mesmo D. Pedro, também não me parece ilógico, precisamente pelo papel que ele aí desempenhava de defensor dos direitos (se é que podemos falar de direitos seus ao trono) do Mestre de Avis à Coroa portuguesa ou, talvez melhor, de destruidor dos argumentos em favor da tese e direitos dos outros pretendentes. Antes dele, el-rei D. Fernando, que não desconhecia as declarações de seu pai, a respeito do casamento com Dona Inês de Castro, afirmava solenemente que seus irmãos, filhos desta, eram ilegítimos* (268) *e não admitia a existência de tal casamento. Assim também os célebres e numerosos participantes nas cortes de Coimbra, a julgar pela súplica endereçada ao papa e pelo auto das cortes.*

Quanto ao impedimento de parentesco espiritual, reconhecendo muito embora o exagero da afirmação que «o papa nom despemssara por cousa que aviir podesse, por o quall ella nom podia seer sua molher per nenhũa guisa», se interpretarmos estas palavras, na esteira do P. Brásio, como indicativas de impedimento, de que o papa nunca dispensava (269), *devo, contudo, acrescentar que, no caso de interesses e insistências de partes contrárias, mesmo depois de os interessados estarem já unidos em matrimónio, digamos inválido, ou quando a dispensa podia contribuir para a divisão ou ainda o pedido da mesma constituía arma segura para obter dos monarcas e anuência a reclamações ou interesses pontifícios, muitas vezes os papas se mostravam renitentes na concessão da dispensa que em circunstâncias normais concediam, mesmo quando os interessados se casavam com impedimentos dirimentes graves, na esperança de obterem depois a respectiva dispensa pontifícia. Conheço muitos pedidos de dispensas do impedimento de parentesco espiritual, inclusive entre portugueses, feitos depois do casamento, com alegação de que os cônjuges ignoravam tal impedimento* (270). *Não faltam*

---

(267) Documento em *Chartularium Universitatis Portugalensis*, II, n. 385, p. 129.

(268) Cf. nota 250.

(269) PADRE ANTÓNIO BRÁSIO, *As «razões» de João das Regras nas cortes de Coimbra*, em *Lusitania Sacra*, 3 (1958) 15-16.

(270) Várias súplicas deste teor se encontram nos volumes de *Monumenta Portugaliae Vaticana*, que ando a publicar. Cf., por exemplo, a súplica de Afonso Domingues de Bouças e Inês Nicolau, cônjuges do Porto, datada de 13 de Setembro de 1419. Segundo ela, os suplicantes tinham contraído matrimónio, havia mais de quinze anos, consumando-o, apesar do impedimento de parentesco espiritual, pois o primeiro marido de Inês fora padrinho de um filho do dito Afonso Domingues. Tendo-se casado por não saberem que isso era impedimento dirimente do matrimónio, pediam agora a validação do matrimónio e a legitimação da prole havida. E o papa anuiu ao pedido: ANTÓNIO DOMINGUES DE SOUSA COSTA, *Monumenta Portugaliae Vaticana*, III, *Súplicas de Martinho V*, Roma-Braga, 1970, n. 297, pp. 203-204. Do pontificado de Eugénio IV, lembro várias súplicas atendidas, como a de Pedro Gonçalves e Beatriz Álvares da diocese de Lisboa, de Martinho Domingues de Atalaia e Margarida Martins da diocese de Viseu, de Álvaro de Sousa e Maria de Castro, da diocese de Évora (quanto a estes, os impedimentos eram de consanguinidade): ANTÓNIO DOMINGUES DE SOUSA COSTA, *Monumenta Portugaliae Vaticana*, VI, Súplicas de Eugénio IV, nn. 1439, 1451, 1468, 1473, 1474, 1658. Todos alegam terem descoberto o impedimento de parentesco espiritual só depois de casados e da consumação do matrimónio e a necessidade de evitarem o escândalo da separação. Lembro ainda outra dispensa, esta do impedimento de consanguinidade, concedida aos nobres Fernando Coutinho e Joana de Castro, das dioceses de Coimbra e de Lamego. O papa concedera-lhes a dispensa para se casarem, encarregando da execução o bispo de Lamego, se entre eles não tivesse havido cópula. Depois de terem jurado não ter havido entre eles cópula, o bispo casou-os. Mas tinham jurado falso, pelo que temiam terem incorrido em penas eclesiásticas e viverem em matrimónio nulo. Para obterem a validação do matrimónio, alegam, aliás como geralmente em todos estes casos de dispensa, escândalos vários e discórdias que entretanto se originariam entre as famílias: ANTÓNIO D. DE SOUSA COSTA, lugar citado, *Súplicas de Eugénio IV*, n. 1577. Do pontificado de Nicolau V, lembro a dispensa concedida a Vasco Martins, nobre e filho de barões de Évora, que se casara com certa B., cuja mãe fora madrinha do dito Vasco: *Monumenta Portugaliae Vaticana*, VII, *Súplicas de Nicolau V*, n. 179, a publicar.

exemplos de concessões de dispensas de impedimentos após o matrimónio, como o já alegado entre D. Pedro e Dona Constança, a qual aliás também obtivera em 10 de Maio de 1326, juntamente com D. Afonso, rei de Castela, dispensa de impedimentos de consanguinidade quanto ao matrimónio já contraído por palavras de presente, devendo, porém, considerar-se como desposórios, quando ela tinha só cerca de nove anos, no intuito de o consumarem, apenas a esposa chegasse à idade necessária. Precisamente na qualidade de sponse carissimi in Christo filii Alfonsi regis Castelle et Legionis *obtinha Dona Constança, a 20 de Novembro do mesmo ano de 1326, indultos quanto à dispensa de interdito, de poder sepultar-se em qualquer parte do reino de Castela e de escolher confessor* (271), *bem como de oito clérigos seus poderem receber os proventos de benefícios, sem obrigação da residência pessoal, dirigindo-se-lhe o papa nas letras deste último como* Constantie, regine Castelle et Legionis (272). *Eis a bula da dita dispensa:*

> «*Carissimo in Christo filio Alfonso, regi Castelle et Legionis illustri et dilecte in Christo nobili mulieri Constantie, nate dilecti filii nobilis viri Johannis, nati quondam Manuelis Infantis de Castella. Licet inter illos qui consanguinitatis nexu iunguntur in certis gradibus sacrorum canonum instituta matrimonialem copulam interdicant, summus tamen pontifex ex plenitudine potestatis, quam non ab homine* [*fl. 472*] *obtinet, sed a Deo, personarum et temporum qualitate pensata, utiliora prospiciens, nonnumquam rigorem canonum, maxime circa sublimes personas, pro pace regnantium et regnorum mansuetudine temperat et quod negat iuris severitas, de gratia provide dispensationis indulget. Sane petitio vestra nobis exhibita continebat quod nuper in curiis generalibus apud Vallessioletim* (no ms. *Valleinoleti*) *Palentine diocesis ultimo celebratis habitus fuit tractatus quod vos invicem deberetis matrimonialiter copulari, licet tripliciter in quarto et semel in tertio consanguinitatis gradibus vos invicem contigatis sic quod quamvis tu, filia Constantia, sis infra annos nubiles constituta, cum nondum duodecim annum tue etatis attigeris, sed in nono eiusdem etatis anno vel circirciter constituta fore noscaris, de facto, nulla dispensatione super hiis obtenta, matrimonium per verba de presenti in facie Ecclesie contraxistis, nulla inter vos carnali copula subsecuta. Quare nobis humiliter supplicastis ut providere vobis super hoc de oportune dispensationis beneficio dignaremur. Nos itaque ex certis rationabilibus causis inducti, vestris supplicationibus inclinati,* [*concedimus*] *quod, impedimentis predictis nequaquam obstantibus, possitis ad invicem, postquam tu prefata Constantia ad etatem ad hoc aptam perveneris, matrimonialiter copulari, prolem suscipiendam ex vobis legitimam nuntiantes. Nulli ergo, etc., dispensationis nostre, etc. Datum Avinione, vi Idus Maii, anno decimo*» (273).

Álvaro Pais lamentava-se dos reis da Península que assim contraíam matrimónio com consanguíneas e afins, em graus proibidos, antes de obterem a devida dispensa papal: «Vigesimo octavo in gradibus prohibitis contrahunt cum suis consanguineis et affinibus ante dispensationem papalem et in hoc magis offendunt reges Hispanie. Et primo committunt incestum, deinde impetrant indulgentiam, aliquotiens nullam, in incestu manentes, xi. q. iii., precipue, unde peccant in spe habendi indulgentiam, quod est peccatum in Spiritum Sanctum ... Et ex talibus coniunctionibus degeneres reges nascuntur, lvi dist., si gens, et hodie tales reges excommunicati sunt, nisi speciali

(271) AV, Reg. Vat. 82, fl. 127v-128.
(272) AV, Reg. Vat. 82, fl. 140-140v.
(273) AV, Reg. Vat. 80, fl. 471v-472.

alio privilegio sint muniti»(274). *Objectar-se-á — e com razão — que o papa, como aliás se comprova pelo exemplo apontado dos casamentos de Dona Constança, concedia tais dispensas, em casos de impedimentos muito mais graves que o de parentesco do suposto matrimónio de Dona Inês com D. Pedro. Mas não se olvide o peso das circunstâncias, a ponderar, sobretudo tratando-se de pedido de dispensa, contrariado pelo monarca, ao que os papas não eram insensíveis, ou então de validar um matrimónio, desconhecido do público, enquanto vivia Dona Inês de Castro, ou de o declarar válido depois da morte da mesma, contra supostos direitos de terceiros, no que os papas se mostravam também sensíveis, até na formulação das bulas sobre benefícios. Mesmo quando de facto não existiam tais direitos, não faltava a cláusula, a ressalvar possíveis reclamações neste sentido. Os papas não eram assim tão fáceis em conceder a dispensa, quando intervinham as circunstâncias acima apontadas. Já vimos como João XXII, em 1318, encarregara o arcebispo de Compostela de executar letras apostólicas sobre dispensas quanto a matrimónios contraídos sem dispensa de certos impedimentos, pelo Infante D. João, filho do falecido D. Afonso de Castela, e pelo filho daquele, e os ameaçava de não conceder a graça da dispensa até entregarem os bens da extinta Ordem do Templo* (275). *E se, depois de ter feito esperar os reis de Portugal e de Castela quanto à dispensa solicitada sobre os impedimentos existentes entre D. Maria, filha de D. Afonso IV de Portugal, e D. Afonso, rei de Castela, pela gravidade do caso, se decidiu João XXII a conceder a dispensa aos cônjuges que viviam unidos, foi porque entendia com isso cativar o ânimo do rei de Castela, dissuadindo-o de posições abertamente contrárias às liberdades eclesiásticas, conforme letras de 5 de Março de 1329, nas quais afirma não se deparar nos registos da Cúria pontifícia concessão alguma de dispensa semelhante:*

> *«Johanni, episcopo Ovetan. Ad nostram nuper venientes presentiam carissimorum in Christo filiorum nostorum .. Castelle et .. Portugalie regum illustrium nuntios benigne recepimus et que super dispensatione illius copule inter regem ipsum Castelle ac dicti regis Portugalie filiam attemptate de facto voluerunt proponere, intelleximus diligenter, que utique, impedimentis explicatis variis, matrimonium impedientibus inter eos, nobis et quibusdam fratribus nostris, nobiscum presentibus, horrorem non modicum et grandem admirationis materiam ingesserunt et cum talia non audiverimus alias attemptata nec reperiatur in regestris Romane Curie super tot et tantis impedimentis sicque propinquis gradibus fuisse per sedem apostolicam hactenus dispensatum, non est mirandum si nuntiorum ipsorum expeditio fuerit ex causis tam arduis et insolitis protelata, tandem vero attendentes varia commoda que possint probabiliter ex regum ipsorum confederatione mutua prestolari, deliberatione cum nonnullis ex fratribus ipsis prehabita diligenti, [fl. 184v] super dispensatione ac aliis petitis per eosdem nuntios, certam formam ordinavimus, sicut in litteris nostris inde confectis plenius continetur, sperantes in Domino quod rex Castelle predictus ex tam gratiosis favoribus erga Deum et sacrosanctam Romanam Ecclesiam, matrem suam, efficietur devotior et ad ecclesias et personas ecclesiasticas regni sui earumque libertates et iura, favore confovenda et conservanda regio, favorem regium promptius et propitius exhibebit, ad que ipsum et ut timorem et amorem divinum semper habeat ante oculos mentis sue, inducere tua providentia non omittat. Ceterum quia prefato regi ad presens rescribere ommittimus, non miretur, cum, sicut tua prudentia non ignorat, contrahentes matrimonium in gradibus consanguinitatis vel affinitatis, constitutione canonica interdictis, excommunicationis subiacent sententie, auctoritate concilii Viennensis, nos prefato regi non dirigeremus libenter,*

(274) Cf. ANTÓNIO DOMINGUES DE SOUSA COSTA, *Estudos sobre Álvaro Pais*, Lisboa, 1966, p. 43.

(275) AV, Reg. Aven. 10, fl. 501-501v, Reg. Vat. 67, fl. 338v-339. Cf. nota 82 desta Introdução.

nisi tamquam devoto et in gratia existenti Ecclesie, quod minime valemus facere, donec absolutus a sententia huiusmodi fuerit, super quo nos apud ipsum excusare studeas, scripta nostra. Datum Avinione, iii Nonas Martii, anno tertiodecimo. In eodem modo episcopo Cartagiensi. Datum ut supra» (276).

Não quero de maneira alguma preterir a gravidade deste caso, apesar da qual, o papa dispensou. Na verdade, como diz João XXII, tratava-se de tais e tantos impedimentos e graus tão próximos que não constava dos registos da Cúria pontifícia dispensa concedida em tais casos pela Santa Sé. Além disso, ao nomear, a 18 de Outubro de 1327, procuradores para o matrimónio, D. Afonso, rei de Castela, comprometia-se a «que yo pera em todos mios dyas temga y guarde y aja por fyrme el dicho esposoryo y casamento que fuese fecho por los myos procuradores o por quallquer dellos em mio nombre con la dicha infante doña Maria y que la tome y que la aya por muger e por reyna e la non dexe nin me parta della *por manera de la non aver por muger e por reyna aunque y despenssacion nin otra fyrmedunbre non pueda aver del Papa porque este casamiento sea firme o aunque el Papa estrañasse este casamiento o dixiesse expressamiente o por otra manera que dexasse a la dicha inffanta doña Maria e que non viviesse con ella y sobr'esto pusiesse algunas sentencias de la eglesia pera me costrenir a esto o quysesse costrenier al dicho rey de Portugal por sentencias de la eglesia o por otra manera qualquier que dexasse las dichas arrefenes, mas que en todos mios dias le guarde onrra e estado como a mi muger*» (277). *Mas estavam de permeio — repito — interesses de monta por parte da Igreja, quais eram os das liberdades eclesiásticas, a preocuparem imensamente o papa que sobre isso escreveu à rainha Dona Maria* (278), *em prol da qual também fora dada a dispensa. E não se esqueça que o papa alega como motivo da dispensa a necessidade de restabelecer a paz entre os monarcas de Castela e de Portugal, não deixando, contudo, de impor penitências aos cônjuges que tinham atentado o matrimónio:*

---

(276) AV, Reg. Vat. 115, fl. 184b-184va.

(277) ANTT, Gaveta 17, maço 1, docum. n. 11, publicado em *As Gavetas da Torre do Tombo*, VI, Lisboa, 1967, pp. 501-519.

(278) «Marie, regine Castelle. Serenitatis regie litteras nostro apostolatui presentatas eo letiori manu recepimus quo ferventiorem devotionem ad Deum et Ecclesiam sanctam suam earum grata lectio te habere, filia carissima, denotabat. Sane quia collata tibi a Deo et apostolica sede beneficia devote mentis affectibus recognoscis, inde regiam providentiam multipliciter in Domino commendantes, sublimitatem rogamus regiam attentius et hortamur quatenus ei qui te sua benigna clementia tot beneficiorum et gratiarum dignatus est muneribus prevenire ut variis adornata virtutibus solium ascendens regie dignitatis, referre suppliciter gratiarum actiones non cessans operari que sibi placita fuerint et que sue possent magestatis oculos offendere summopere studeas devitare, Romanam matrem tuam et alias ecclesias ac prelatos et personas ecclesiasticas honorando pro divina reverentia et in suis iuribus et libertatibus confovendo, miserendo quoque pauperibus, orfanis, pupillis et viduis ac ab oppressionibus indebitis deffendendo, teque adeo sedule in hiis et aliis piis operibus exercendo quod de manu illius, cuius oculis nuda sunt omnia et aperta, multiplicata reperire iugiter beneficia merearis. Prudentum et catholicarum personarum utaris consiliis ipsasque ad tuam familiaritatem admittas, infidelium consilia et consortia devitando, quarum versatur studium ut fideles a recta via retrahant et ad sui ritus devium pertrahant et perducant. Carissimo quoque in Christo filio nostro Alfonso regi Castelle illustri viro tuo sic, ut decet et expedit, humilis et devota, curam habens ut eum ad Dei amorem et honorem sancte matris Ecclesie ministrorumque ipsius pertrahas et inclines. Hoc enim regnum suum in via Dei et rectius iustitie semitis dirigens continue gressus tuos quod semper fecunditate bonorum preluceas operum et odore fame [fl. 185a] celebris in conspectu Dei et hominum redoleas tandemque post presentis vite decursum de manu Domini bonorum retributiones omnium diadema recipere glorie merearis. Ad nos, filia carissima, quos propitios quantum cum Deo poterimus super tuis opportunitatibus reperies, recursum fiducialiter habitura. Petitiones autem pro parte tua nobis oblatas ad exauditionis gratiam, quantum cum Deo licuit, duximus favorabiliter admittendas. Datum ut supra [xii Kalendas Augusti, anno tertiodecimo]: AV, Reg. Vat. 115, fl. 184v-185.

«*Venerabilibus fratribus .. archiepiscopo Bracharensi ac .. Burgensi et .. Egitaniensi ac .. Pacensi episcopis. Salutem, etc. Sua nobis carissimi in Christo filii nostri Alfonsus, Castelle, et Alfonsus, Portugalie, reges illustres insinuatione monstrarunt quod ipsi ac nonnulli eorum communes amici ad memoriam revocantes dissensionem quam olim inter eorum progenitores hostis humani generis excitavit quam multis onusta periculis quamque plena dispendiis fuerit, quam multorum serium discrimina traxerit, quam utilia Dei servitia impedierit necnon et animarum excidia, strages corporum, vastitates rerum et alia horrendaque ex dissensione huiusmodi pervenerunt necnon et* [*fl. 345*] *considerantes attente quod, licet illo faciente qui ventis imperat et ad eius nutum stat spiritus procellarum, inter progenitores ipsos pax fuerit reformata, propter vicinitatem tamen regnorum ipsorum recidivum dissensionis predicte posset hostis eiusdem astutia non sine gravi christicollarum illarum partium de facili procurare, ad vias et modos per quos inter reges ipsos pax predicta posset convenienter et solidius stabiliri converterunt acies mentis sue et quia eorum iudicio nulla via se ad premissa adeo obtulit efficax, sicut illa quod dictus rex Castelle et dilecta in Christo filia nobilis mulier Maria, nata dicti regis Portugalie, matrimonialiter iungerentur, ac insuper provide attendentes bona innumera que quoad dicta regna ex matrimonio sequerentur huiusmodi necnon et pericula varia, quibus posset per idem matrimonium salubriter obviari quodque si unita regum ipsorum virtus existeret, quod fieri creditur per dictam copulam coniugalem, ad refrenandum Sarracenorum malignos impetus, repellendos insultus, compescendam nequitiam et conterendam superbiam, quos dicto regno Castelle frequenter ingerunt, existerent fortiores, ex quo possent fidei orthodoxe termini in illis partibus plurimum dilatari et in utroque regno liberius iustitia, cuius effectus pax noscitur, promptius exerceri, per quam tuta servaretur inter improbos innocentia ac in ipsis improbis formidato supplicio frenaretur audatia et nocendi facultas Deoque, cui bene, nisi pacis in tempore, non servitur, cultus divinus liberius offerretur, fuit amicorum ipsorum consilium ut inter regem Castelle ac Mariam predictos deberet matrimonium celebrari, sed quia hec fieri licite sine dispensatione sedis apostolice non poterat, cum ex duobus lateribus in secundo et ex duobus in quarto consanguinitatis* (279) *gradibus invicem sint et essent coniuncti et ex aliis duobus quartis gradibus impedimentum habuerint et habeant iustitie publice honestatis, statim pro impetranda dispensatione huiusmodi ad sedem ipsam apostolicam suos nuntios transmiserunt. Sane quia mora de facile posset predictis impedimentum afferre, fuit eorumdem consilium ut indilate deberet copula huiusmodi confirmari, quod et fecerunt, non in contemptum clavium, sed sub spe dispensationis huiusmodi obtinende et ut obviaretur periculis que ex mora provenire poterant, extitit adimpletum. Quare reges ipsi nobis per suas litteras et nuntios humiliter supplicarunt ut premissis in considerationem deductis necnon et periculis variis que ex eorum separatione probabiliter possent sequi, ipsis providere super hoc per absolutionis et dispensationis beneficium de benignitate apostolica dignaremur. Nos autem, licet ipsorum nimia sanguinis proximitas, ymo potius unitas, et illicita carnalis inter eos copula subsecuta, petitionem huiusmodi in primis sue presentationis auspitiis suadetur horrere, potius quam audire, deliberatione tamen cum multis ex nostris fratribus in utroque iure divino videlicet et humano peritis sepius prehabita diligenti ac premissis in considerationem deductis necnon et ob sincere dilectionis affectum, quem gessimus et gerimus ad prefatos reges et regna, animum nostrum duximus ad vota eorum introducendum ad exauditionis gratiam inclinandum. Volentes tamen in tanto negotio cum debita maturitate procedere ac intendentes vestram conscientiam super hiis onerare, fraternitati vestre per apostolica scripta committimus et mandamus quatenus vos omnes aut tres vel duo vestrum ita quod aliquibus negotium huiusmodi inchoantibus, nichilominus et alii possint se intromittere de eodem, super premissis summarie, simpliciter et de plano ac sine strepitu*

(279) No ms. *consanguinitatibus.*

et figura iudicii informatione prehabita diligenti, si vobis aut tribus vel duobus ex vobis expediens videatur quod dicta concedatur dispensatio, super quo vestras conscientias ut premisimus oneramus, ipsis rege Castelle ac Maria separatis ad tempus, de quo vobis videbitur expedire, ipsos a sententia excommunicationis, quam propter premissa incurrisse noscuntur, iuxta formam Ecclesie absolvatis, iniuncto eis inter alia sub virtute iuramenti prestandi quod similia non committant vel facientibus prebeant consilium, auxilium vel favorem dictoque regi pro salutari penitentia iniungentes ut ad placandum divinam offensam, quam ex premissis merito incurrerunt, et quod excessus huiusmodi tam graves tamque detestabiles ipsis divina pietas non debeat imputare, unam ecclesiam collegiatam erigat in loco quem in regno suo duxerit eligendum dotemque ei sufficientem pro decem sacerdotibus et ministris aliis necessariis infra unius anni spatium a dispensationis faciende tempore numerandum debeat de bonis propriis assignare dicteque Marie ut ad hoc complendum impendat operam efficacem. Qua quidem penitentia imposita et recepta, cum ipsis vos aut tres vel [*fl. 345v*] *duo ex vobis quod, non obstantibus predictis vel quacumque ulteriori consanguinitate seu affinitate vel publice honestatis iustitia ex consanguinitate gradus ulterioris secundo proveniente, possint copula maritali coniungi auctoritate apostolica dispensetis, prolem susceptam et suscipiendam ex eis legitimam nuntiando. Datum Avinione, xvi Kalendas Martii, anno tertiodecimo»* (280).

Também a famosa bula de João XXII, de 27 de Fevereiro de 1325, alegada por D. Pedro como dispensa na declaração jurada sobre o casamento com Dona Inês de Castro e antes pelo bispo de Lisboa para justificar a presença do arcebispo de Braga no casamento com Dona Constança, foi obtida com muita dificuldade por D. Afonso IV, rei de Portugal, e pelo Infante D. Pedro, precisamente com o fim de este casar com Dona Branca. Aliás o pedido tinha sido feito já cerca de um ano antes por el rei D. Dinis e por D. Afonso IV, na altura infante herdeiro do reino. O papa João XXII, na resposta negativa de 6 de Abril de 1324, exortava D. Dinis e o filho D. Afonso a pensarem bem antes de apresentarem pedidos do género. Entre D. Pedro, filho primogénito de D. Afonso, e Dona Branca, filha do Infante D. Pedro de Castela, havia tais impedimentos que obrigavam o papa a não anuir ao pedido de dispensa. Só ex magnis causis et arduis que minime pretenduntur, *a Santa Sé costumava dispensar em tais casos:*

«*Eidem regi Portugalie. Utinam, fili carissime, petitiones nobis offerendas sic studeres lima rationis restringere quod* [*fl. 209v*] *absque Dei offensa nostraque indescentia eis possemus exauditionis ianuam aperire, cum prompti simus tales admittere graveque nobis existat admodum illis claudere ianuam antedictam. Sane petitioni pro parte tua regia nobis oblate super dispensatione concedenda quod dilecti filii nobilis vir Petrus, natus dilecti filii nobilis viri Alfonsi, primogeniti tui, ex parte una et dilecta in Christo filia Blanca, nata quondam Petri infantis de Castella ex altera, non obstante quod ex uno latere in secundo et ex duobus in tertio ac ex tribus in quarto consanguinitatis vel affinitatis gradibus se contingunt, possent copulari matrimonialiter decenter annuere non valemus, cum hoc esset sanctorum patrum predecessorum nostrorum sanxionibus obvium nec consueverit sedes apostolica nisi ex magnis causis et arduis que minime pretenduntur, super hiis alias in similibus dispensare. Super reservatione, quam de certis ecclesiis et pro certis personis fieri petebat regia sublimitas, respondemus quod non sinit honestatis decentia dicte sedis necnon hactenus consuevimus reservare pro certis personis certas ecclesias non vacantes, sed dum facultas se nobis obtulerit, personas illas, regie considerationis intuitu et suorum meritorum obtentu, intendimus gratiose prosequi, prout secundum Deum viderimus expedire. Quare nos super predictis habeat regalis*

(280) AV, Reg. Vat. 89, fl. 344v-345v.

excellentia, quesumus, excusatos. Ceterum ut venerabilis frater noster Gondissalvus, episcopus Ulixbonensis, possit personas et bona ecclesiastica civitatis et diocesis Bracharensis, in quibus coadiutorie gerit officium, visitare per personas ydoneas, ab ipso super hoc assumendas, et procurationes in pecunia a personis et locis recipere visitatis, licet aliis talia non consueverimus concedere, sub certa forma, regiorum consideratione precaminum, indulgendum et alias petitiones pro parte regia [fl. 210a] nobis oblatas, quas honeste et secundum Deum potuimus, favorabiliter admisimus ad exauditionis effectum. Datum Avinione, viii Idus Aprilis, anno octavo. Dicto Alfonso, primogenito. Utinam, fili, petitiones nobis offerendas sic studeres lima rationis restringere quod absque Dei offensa nostraque indescentia eis possemus exauditionis ianuam aperire, cum prompti simus tales admittere graveque nobis existat admodum illis claudere ianuam antedictam. Sane petitioni pro parte tua super concedenda dispensatione nobis oblate quod dilectus filius nobilis vir Petrus, natus tuus, ex parte una et dilecta in Christo filia Blanca, nata quondam Petri infantis de Castella, ex altera, non obstante quod ex uno latere in secundo et ex duobus in tertio ac ex tribus in quarto consanguinitatis vel affinitatis gradibus se contingunt, possent matrimonialiter copulari, decenter annuere non valemus, cum hoc esset sanctorum patrum predecessorum nostrorum sanxionibus obvium nec consueverit sedes apostolica, nisi ex magnis causis et arduis, que minime pretenduntur super hiis, super similibus dispensare, quare nos, quos in tuis oportunitatibus reperies, quantum licite et honeste poterimus, propitios et benignos, super predictis habeat, quesumus, tua nobilitas excusatos. Datum Avinione, ut supra» (281).

O caso do casamento de Dona Inês de Castro, morta em 7 de Janeiro de 1355, e de D. Pedro era diverso destes. Com toda a certeza, havia uma corrente contrária à posição de D. Pedro. Muito natural diligenciasse impedir seja qualquer dispensa de impedimentos existentes, seja qualquer declaração pontifícia sobre a validade do matrimónio que D. Pedro declarou ter contraído com Inês de Castro, no intuito de salvaguardar a fama da desditosa mulher e a legitimidade dos filhos que teve dela. Depois de morta, compreende-se que o papa, no temor de complicações diplomáticas, se não decidisse a declarações comprometedoras, já que não havia o perigo de escândalo da separação, à base do direito, que era o pretexto ordinariamente aludido para obter dispensa dos impedimentos, em virtude dos quais tantos matrimónios, com prole, ou sem ela, tinham sido nulos, podendo assim os cônjuges continuar em tais matrimónios, com a legitimação da prole. Observo ainda — agora quanto à posição a tomar sobre a simulação de D. Inês como madrinha do filho de Dona Constança e D. Pedro — que João das Regras não diz (nem suas palavras nos autorizam a tirar essa conclusão) «mesmo que não haja intenção interior, ainda que haja rejeição positiva da vontade, a «fama» e o «escandallo do mundo»... são bastante para criarem um real impedimento dirimente *dum contrato matrimonial!». As palavras do jurista supõem sim (e isso é e foi doutrina do direito) que, posto o facto externo, — o da assistência de Inês de Castro como madrinha, que era um facto jurídico e não simples aparência, pois contava para quase a totalidade dos presentes, ignorando a ficção), se deve presumir, até prova em contrário, conforme as normas de direito, ser ela verdadeira madrinha! Quando os noivos expressam o consentimento matrimonial, o casamento é tido como válido, mesmo que um dos cônjuges venha a declarar, posteriormente, ter simulado o consentimento, a não ser que, mediante processo, consiga provar a simulação. A simples afirmação do interessado, embora possa corresponder à verdade e tenha valor no foro da consciência ou perante Deus, não basta para a sociedade. O caso do compadrio entre o príncipe de Gales, Eduardo de Wodestock, e a condessa de Kent é bem significativo quanto à importância de semelhantes actos externos e públicos para a convicção*

(281) AV, Reg. Vat. 112, fl. 209va-210a.

da existência dum impedimento, com valor para o foro externo. Com efeito, ele, primogénito do rei de Inglaterra, estivera presente com outros ao baptismo da filha da condessa, com quem casara depois, desejando, então, ser compadre da condessa, mas não se recordava se tinha tocado na neófita ou nos seus vestidos: «... quod olim dum quaedam filia dictae Johannae de sacro fonte levaretur, dictus primogenitus, tunc ibi praesens, dixerat quod ipse cum illis, qui dictam filiam levaverunt, ipsius Johannae compater esse volebat, licet non recordetur quod ipse dictam filiam vel aliquos eius panniculos tetigerit, et propter praemissa nequeant in dicto matrimonio licite remanere, dispensatione super hoc apostolica non obtenta» (282).

Mas este modo de argumentar — devo reconhecê-lo — supõe a aceitação das afirmações de João das Regras sobre o impedimento de compadrio e de que D. Pedro tentou obter dispensa de impedimentos, pedido não atendido pelo papa, para casar com Dona Inês de Castro e de que, na verdade, depois da declaração de 18 de Junho de 1360 de ter casado com ela (283), *tentou obter de Inocêncio VI, sem o conseguir, declarasse válido o matrimónio, em virtude da bula concedida por João XXII, que permitia a D. Pedro contrair matrimónio com pessoas consanguíneas e afins em grau proibido. Vejamos, portanto, o fundamento da tese do P. Brásio que nega ambos os factos, atribuindo-os a invenção de João das Regras ou mais exactamente de Fernão Lopes. Perdoe-me o leitor tenha eu de transcrever longo trecho do P. Brásio, a propósito:*

> *«Três capítulos avante, olvidando totalmente o que antes dissera, afirma que «huũs tres anos, ante que dona Enes fosse morta» — portanto aí por 1352 — empregara D. Pedro todos os esforços junto do arcebispo de Braga D. Gonçalo Pereira, que então se encontrava em Roma* (9), *para obter dispensa para casar com D. Inês, trabalhando el-rei de o contrariar quanto pôde, escrevendo secretamente ao mesmo prelado o documento publicado por F. Lopes. É notável — e lamentável — que nenhum dos documentos aduzidos por João das Regras nas Cortes de Coimbra subsista, que todos tenham levado total como incrível sumiço... Total, sim, incrível, talvez não! Nem o teor da carta se ajusta com os sentimentos, por outra parte conhecidos, de D. Afonso IV, nem está datada, nem D. Pedro precisava de dispensa para casar com D. Inês, pois estava autorizado a fazê-lo «per hũa geerall despemssaçom» obtida por seu pai em 18 de Fevereiro de 1325. Este breve, inserto no documento de 18 de Junho de 1360* (10), *perfeitamente concorde com a cópia autêntica da chancelaria pontifícia* (11), *anda publicado por António Caetano de Sousa nas suas* Provas da História Genealógica da Casa Real Portuguesa, *e Aires de Sá no seu* Frei Gonçalo Velho, *um e outro incrivelmente estropiado e intraduzível. Por ele podia D. Pedro, como aliás sua irmã D. Maria,* mutatis mutandis, *casar «cum quacumque muliere Ecclesie Romane devota», ainda que parentes «ex uno latere secundo et ex uno alio latere tertio, ac ex duobus vel tribus lateribus quarto consanguinitatis et affinitatis gradibus». Mais ainda: «Prolem suscipiendam a vobis ex huiusmodi matrimonio legitimam nuntiantes, de apostolica plenitudine potestatis». O prelado de*

---

(282) EDMUNDUS MARTENE-URSINUS DURAND, *Thesaurus Novus Anecdotorum*, t. II, Lutetiae Parisiorum, 1717, ep. CLXXXVII, col. 1016-1018.

(283) ANTT, Gaveta 15, maço 20, docum. n. 10, publicado em *As Gavetas da Torre do Tombo*, V, Lisboa, 1965, pp. 410-415. Cf. ANTT. Gaveta 17, maço 6, docum. n. 6, *As Gavetas da Torre do Tombo*, VII, Lisboa, 1968, n. 4185, p. 161.

(9) D. Gonçalo Pereira governou a Arquidiocese de Braga de 1326 a 1348. Em 1352 era Arcebispo bracarense D. Guilherme da la Garde. Todavia Fernão Lopes e João das Regras dizem-no Arcebispo de Braga nesta época e agindo em Roma!

(10) Torre do Tombo — *Gav.* 15-20-10 e 17-6-6.

(11) Arquivo do Vaticano — *Reg. Avion.*, liv. 22, fls. 347, docum. 764.

Lisboa consultado, afirma F. Lopes, disse ter visto o documento pontifício de João XXII e que falando sobre o seu valor com vários letrados, respondeu que «bem lhe pareçia avomdosa (a despemssaçom) pera casarem per ella» (12).

«Seguidamente inventa João das Regras uma embaixada e um documento de que não há rasto em parte nenhuma, mesmo onde obrigatoriamente o deveria haver, a suplicar várias graças, mas sobretudo a «legitimaçom do casamento» de D. Pedro e logo depois a «comfirmaçom» do mesmo acto, «em guisa que os moços fiquem legitimos». O orador pôs o facto em cena desta guisa: «Emtom mostrou hũu gramde rrooll de purgaminho husado de velhiçe» etc. Vejamos que espécie de pergaminho poderia ser este. É estupendo que matérias tão graves, assinadas por mestre Afonso das Leis e Gomes Pais de Azevedo, tratadas por embaixadores e propostas na Cúria Romana, é espantoso, é de pasmar que passassem em tal segredo que delas nada tivesse transpirado! É estupendo que um rol de pergaminho, que deveria fatalmente estar cuidadosamente arquivado, pois todos aqueles prelados, juristas e nobres senhores, «forom todos mui espamtados» do seu conteúdo, estivesse, apesar dos naturais cuidados postos na sua guarda, a cair de velho! A cair de velho?! Supondo, na mais desfavorável das hipóteses, que seja do primeiro ano do reinado de D. Pedro (1357), estava em 1385 na juventude dos seus 28 anos! Pois com 28 anos apenas e já «husado de velhice» (13)*! «Hora veede que vos valha Deos, que estoria esta pera nenhũu ssisudo aveer de creer»! — exclamaremos outra vez com João das Regras. E depois que triste sorte esta a dos documentos apresentados nas Cortes por João das Regras! Documentos de inestimável valor, pois constituíam a prova jurídica esmagadora, na expressa confissão do orador, de que estava vago o trono! Pois, senhores, enquanto não subsiste hoje um só desses documentos, nem nos Arquivos Portugueses nem nos Romanos — pelo menos ninguém ainda os desencantou — guardam-se, mas em perfeito estado de conservação, todos os pergaminhos que atestam a tese contrária e pulverizam a de João das Regras* (14)*! Aliás este documento é pura invenção do cronista, como passamos a prová-lo. Efectivamente, se o «gramde rrool de purgaminho» foi enviado a Roma, como o tinha João das Regras em sua mão e o leu nas Cortes de Coimbra?! Por outro lado é sabido ser praxe inabalável da Corte romana, que os documentos desta natureza, os* Rotuli Ambasciatorum Regis Portugalie, *de que existem tantos exemplares transcritos e sumariados nos códices da colecção de Súplicas do Arquivo Secreto do Vaticano, eram inutilizados pelo escrivão da Cúria, subsistindo hoje apenas raríssimos originais* (14a)*».*

«O Pontífice, a quem teria sido enviado o Rotulus *por intermédio da embaixada Portuguesa, era Inocêncio VI. Por feliz coincidência, existem no Vaticano os registos*

---

(12) Nem se nos objecte nem se pretenda ter caducado a dispensa de João XXII, pois segundo a doutrina de canonistas como Fragoso, Bóssio e Temudo, citados por D. José Barbosa no seu *Catalogo Chronologico* [...] *das Rainhas de Portugal*, Lisboa Ocidental, M. DCC.XXVII (p. 330), é praxe da Cúria Romana revalidar o novo Pontífice *ipso facto*, todos os breves de graça e justiça dos seus predecessores, como consta ainda dos especialistas, como Gonzales e Corrado.

(13) Quem tem alguma prática de investigação histórica medieval não pode deixar de sorrir da ingenuidade da argumentação de João das Regras, pois sabe que só uma assembleia de ignorantes da matéria poderia aceitar semelhante raciocínio, que jogava com dados históricos falsos.

(14) Parece inconcebível que os partidários da tese de João das Regras não tenham feito desaparecer os diplomas que a contradizem, e que os documentos capitais que a deveriam justificar se tenham sumido. Decerto que não foram destruídos pelos partidários do Infante D. João!

(14a) Cfr. E. A. van Moé — *Suppliques originales adressées à Jean XXII, Clément VI et Innocent VI*, Paris, 1931, Separata de *Bibliothèque de l'École des Chartres*, tom. 92.

das Súplicas de todo o ano nono do pontificado, em dois volumes. Ora podemos testemunhar que tudo fizemos para encontrar este Rotulus *de D. Pedro I, resultando infrutíferos todos os nossos esforços e atenção minuciosa. Descobrimos sim, datadas de 13 de Julho de 1361, quatro súplicas de D. Pedro, nas quais solicita do papa, para si mesmo, para o primogénito D. Fernando e para seus filhos D. João, D. Dinis e D. Beatriz, os privilégios de altar portátil, de escolher confessor, que seus capelães pudessem perceber os rendimentos dos benefícios estando ausentes e que pudessem contrair matrimónio até ao quarto grau de consanguinidade, uma ou mais vezes* (15). *Responde o papa com uma série de 14 breves, todos afirmativos* (16). *Fazemos notar que em caso nenhum D. Pedro se refere ao outro filho D. João, mestre de Avis. Em dois documentos do Vaticano, de concessão de graças especiais aos freires de Avis pelo mesmo D. João, já rei de Portugal, se afirma, no resumo da súplica exarado no documento pontifício, que o filho bastardo de D. Pedro se criara desde a infância com os freires da milícia de Évora. Consagrado a Deus pelos votos regulares, nem ele nem seu pai jamais tiveram projectos de ordem política sobre o seu futuro».*

«Mas parece existir uma bula de Inocêncio VI, dos idos de Julho do ano do seu pontificado, isto é, de 15 de Julho de 1361, dois dias posterior aos 14 breves acima citados. Nesse documento, publicado em Paris, em 1717, pelos beneditinos Edmundo Martene e Ursino Durand, no seu Thesaurus Novus Anecdotorum, *vol. II, col. 1030-1031, transcrito também por D. José Barbosa e por F. Lopes no cap. 190, em vernáculo saboroso, começa o papa por dar um resumo da súplica (aliás inexistente) em que D. Pedro «mui nobre Rei de Portugal» confessa ter tido a «feuza e atrevimento» de ter casado com D.ª Inês «per hũua geerall despemssaçom» de João XXII, suplicando-lhe que declarasse ter sido o matrimónio «dereitamente contrautado, e os filhos que delle desçemderom, legitimamente seerem nados», ou que ao menos lhe aprouvesse legitimar a geração régia e de D. Inês, «de guisa que em todo ficasse habilitada pera poder soçeder». Responde o papa ser demovido «por algũas lidemas rrazoões fumdadas em dereito», que «em toda guisa» devia guardar, a atender a súplica no que respeitava ao matrimónio. Quanto à legitimação dos filhos alega o papa que a «Santa See Apostollica nom tem em costume doutorgar semelhamtes despemssaçoões nem legitimaçom, salvo se for a gramdes e nobres pessoas, e esto por algũas evidentes e manifestas rrazoões [...] pera em perjuízo doutrem, que no dereito da suçessom aja esperamça, semelhamte legitimaçom avermos doutorgar, salvo se o terçeiro c que perteeçesse por tall rrazom, supplicasse e o pedisse, ou se por algũua outra guisa, claramente se mostrasse, que seu rrequerimento proçedia de sseu expresso comssemtimento, o que he neçessario de proçeder, mayormente em aqueste caso, em que se trauta de legitimaçom sobre suçessom dheramça...». Já o académico D. José Barbosa provou à saciedade que este documento é falso; foi temperado na mesma forja em que se fundiu e tomou forma a Inquirição de 30 de Março de 1385. Vejamos perfunctoriamente se assim é. A graça pedida por D. Pedro só se concedia a «gramdes e nobres pessoas»! Mas haverá no mundo maiores e mais nobres pessoas que pretendam casar, que as testas coroadas?! A que maiores e mais nobres pessoas podia o papa conceder aquela graça do que ao rei de Portugal?! Martene e Durand publicam este documento na coluna 1030, com a data de 15 de Julho* (16a). *Na coluna 1029,*

(15) Arquivo do Vaticano — *Reg. Supl.*, liv. 34, fl. 141.

(16) Arquivo do Vaticano — *Reg. Avion.*, vol. 146, fl. 598.

(16a) Cf. Docum. n. VII — O Doutor Marcelo Caetano (1. *cit.*, p. 90) afirma que o eminente Prof. António Garcia Ribeiro de Vasconcelos noticiou que a bula «se encontra registada na Chancelaria da Santa Sé,

com a data de 13 do mesmo mês, recomenda o papa a D. Pedro o novo arcebispo de Braga, D. João de Cardaillac, que acabava de transferir para aquela sé! É lá possível que o papa esperasse ver satisfeito um pedido seu do dia 13, com semelhante negativa e em semelhantes termos, do dia 15?! Mas há mais. Não se outorgava a dispensa ao rei de Portugal, mas concedia-se, em 30 de Junho do mesmo ano, a Eduardo de Wodestock e à condessa de Kent D. Joana, que tinham contraído matrimónio, D. Eduardo em 3.º grau de consanguinidade e D. Joana em 2.º, além de existir entre eles o impedimento de «compaternidade», e isto «pro consolidatione regii solii». Martene e Durand publicam este documento na coluna 1016. De sorte que para Inocêncio VI era mais «grande e nobre pessoa» o filho do rei de Inglaterra do que o próprio rei de Portugal!... Àquele concedia-se, a este negava-se!... Mas quem era essa alta como ignorada personagem, que em 1361 se sentia prejudicada com a graça pedida por D. Pedro, ou que tinha esperanças no seu direito de sucessão *no trono? Quem era esse terceiro personagem que em 1361 não deu a D. Pedro o expresso consentimento de que fala o papa?! D. Fernando, o primogénito, herdeiro natural do reino?! Mas a este quem contestava o trono?! O futuro Mestre de Avis?! O futuro Mestre de Avis tinha em 15 de Julho de 1361 menos de cinco anos, pois nasceu em 14 de Agosto de 1356, um ano depois do assassínio de D. Inês. Que sabia o papa, em 15 de Julho de 1361, dessa criança de cinco anos?! Como podia ela, mesmo que lhe fosse solicitado, dar o seu consentimento para a legitimação dos irmãos?! É manifesto, é claro como água de puríssima fonte, que se trata de pura mistificação! Escreveu o académico e professor Doutor Marcelo Caetano, no estudo já citado* (p. *19*), *que está comprovada a autenticidade do documento, pois a bula se encontra registada na Chancelaria da Santa Sé! Portanto,* Roma locuta est, causa finita est! *Temos muita pena, por João das Regras e por Fernão Lopes, pelo Doutor Garcia Ribeiro de Vasconcelos e pelo Professor Marcelo Caetano, mas esta autorizada afirmação não é confirmada pelos factos.* Amicus Plato, sed magis amica veritas! *Felizmente, uma vez mais, está íntegra a Chancelaria pontifícia de Avinhão desta época, no seu próprio original. Ao ano, mês e dia em causa corresponde o volume 146. Buscámos e rebuscámos atentamente, sofregamente. Esfregámos repetidamente os olhos, não fosse caso que nos iludíssemos. Nada! Desoladoramente, nada! Não satisfeitos, ainda na dúvida, escrevemos depois ao prezado Amigo Mons. Dr. António Antunes Borges, Reitor de Santo António dos Portugueses em Roma e consciencioso investigador, que fosse ao Arquivo Secreto, que visse e revisse também. Escreveu-nos em 28 de Setembro de 1957, nestes próprios termos: «Com um abraço amigo venho dizer-lhe que nada encontrei sobre quanto desejava descobrir. Verifiquei página por página as fontes que me mandou e de D. Pedro havia alguma coisa, mas nada que se referisse ao caso do matrimónio. Procurei descobrir noutros fundos, mas tive o mesmo insucesso. Desta forma V. Rev.ª terá que tirar a conclusão final mais oportuna e plausível deste silêncio». Assim se faz a história. É assim a história. Um contínuo «devenir»! Ídolos com pés de barros têm de vir fatalmente a terra, ainda que leve séculos. Aquela bula, aquela bomba final levada por João das Regras*

---

no ano 9.º do pontificado de Inocêncio VI»; que Vasconcelos «tirou essa notícia do *Registum* ... das letras apostólicas do referido pontificado, publicado pelos beneditinos Martene e Durand» e que «ficou assim comprovada a autenticidade do documento». A verdade é esta: o Dr. Vasconcelos não pode honrar-se com ter «estabelecido a autenticidade» da epístola *Nuper per certos*, pois nem se encontra registada na Chancelaria da Santa Sé, e é realmente apócrifa, como o provou já em 1727 o académico D. José Barbosa, que publicou também o documento, tirado de Martene e Durand ... O que parece é que nem D. José Barbosa nem Martene e Durand foram consultados pelo ilustre Prof. da Universidade de Lisboa ...

às Cortes de Coimbra, forjada ali mesmo pela facção do Mestre de Avis e distribuída em cópias em várias direcções, não é de 15 de Julho de 1361, mas de Março ou Abril de 1385. Não é de Inocêncio VI, nem de qualquer outro Pontífice, mas da fábrica que produziu outros documentos de igual teor e para idênticos fins. Um dos exemplares foi parar, não à Chancelaria pontifícia, naturalmente, mas a uma compilação de mestre Zenóbio, propriedade de Boério, presidente do senado de Dijon, sem que se saiba como. Martene e Durand confessam expressamente que desta compilação a transcreveram» (284).

Vamos ver se, de facto, estas «razões» do Padre A. Brásio, em que são alicerçadas as conclusões do seu artigo, são de aceitar, no todo ou ao menos em parte, ou, ao contrário, de rejeitar algumas delas, por infundadas ou incertas. Sinceramente, a mim parece-me que o ilustre historiador se nos apresenta deveras categórico em algumas de suas conclusões, ao classificar de falsário e inventor de documentos umas vezes João das Regras, outras o próprio Fernão Lopes, outras ainda a facção do Mestre de Avis. E começo já por dizer que certas conclusões vão além das premissas e algumas asserções ou factos, aduzidos para chegar a tais conclusões, não foram ainda comprovados, constando até, por vezes, o contrário. Sabemos por informação do «gram Doutor» — o facto é comprovado por documento autêntico (285) *— que o arcebispo de Braga D. Gonçalo Pereira fora convidado por D. Afonso IV, aliás como outros bispos portugueses, a assistir ao casamento do Infante D. Pedro com Dona Constança, tendo o arcebispo manifestado certa hesitação ao bispo de Lisboa, por julgar não haver dispensa do papa quanto a impedimentos, que lhes permitisse casarem. O prelado lisbonense tranquilizou D. Gonçalo com a notícia de que «el vira aquella geerall despenssaçom do Papa Johane e que outrossy a vira o dicto Arçebispo e que fallamdo sobrello com leterados lhe disserom que bem lhe pareçia avomdosa pera casarem per ella». Portanto, João das Regras e Fernão Lopes não ignoravam nem negam a existência da bula de João XXII, facultando a D. Pedro casar com pessoas consanguíneas e afins. Por esse motivo, também não deveriam negar a validade do casamento entre D. Pedro e Dona Inês, que, segundo o monarca, se valeram daquela bula. Mas não haveria a possibilidade de serem alegados (não entro na consistência da problemática da sua existência) outros impedimentos, aquando das diligências de D. Pedro para se casar ou quando se casou, conforme sua declaração, com Dona Inês de Castro? João das Regras alonga-se em considerações sobre o compadrio, de que se falou atrás. Existiria tal impedimento? Não existiu? Apenas mera possibilidade? Vozes, sem fundamento? Penso que isto só bastaria já para o papel de João das Regras de acumular argumentos para destruir ou ao menos debilitar a posição dos filhos de Inês de Castro, neste ponto mais vantajosa que a do Mestre de Avis. Mas há mais. No caso do casamento com Dona Constança havia, como se viu, duplo impedimento de honestidade pública ou de honestidade de justiça, motivo por que Álvaro Pais dizia, em carta a D. Afonso IV, como também se viu, que os desposórios eram inválidos, sem dúvida alguma, pensassem ou dissessem muito embora o contrário os legistas, conselheiros do rei. O mesmo poderia dizer João das Regras acerca do casamento com Dona Inês de Castro, sobretudo em conformidade com a voz corrente nas cortes de Coimbra de que ainda persistia o matrimónio com Dona Branca, quando nasceu o Mestre de Avis. Logicamente para os participantes nas cortes, autores da súplica a Urbano VI (porque não também para João das Regras e Fernão Lopes?), tal como para Álvaro Pais, a bula de João XXII não deveria bastar como dispensa de tal impedimento. A julgar pelo texto do discurso, João das*

(284) PADRE ANTÓNIO BRÁSIO, *As «razões» de João das Regras nas cortes de Coimbra*, em *Lusitania Sacra*, 3 (1958) 18-24.

(285) Arquivo Distrital de Braga, Colecção cronológica, caixa 14. Publicado por ANTÓNIO DOMINGUES DE SOUSA COSTA, *Estudos sobre Álvaro Pais*, Lisboa, 1966, p. 143-144.

Regras, fazendo referências, muito embora, à corrente que reputava inválido o casamento com Dona Constança, em virtude do matrimónio de D. Pedro, contraído antes com Dona Branca, «e que portanto el Rei dom Fernando nam era lydimo pera poder erdar», parece ser doutra opinião, ao declarar não querer dar importância ao que se dizia, «ca esto se passou doutra guyssa e nom faz mingua a nosso proposito». Mas o caso da dúvida sobre a aplicação da bula de João XXII, dada anteriormente para o casamento de Dona Branca, quando se tratou do matrimónio com Dona Constança, tinha para ele a sua importância. Só por isso? Ou também porque poderia existir algum impedimento não incluído na bula de João XXII, como sucedeu no caso do matrimónio com Dona Constança?

Para o P. Brásio o argumento verdadeiramente importante e decisivo para a defesa dos direitos do Mestre de Avis, sem necessidade de se recorrer a outros, seria a prova «que os outros pretendentes eram cismáticos e tinham invadido o país ao serviço de Castela» . A este propósito, explicita melhor a sua opinião pelas seguintes palavras: «Bastava que João das Regras mostrasse, como aliás mostrou, que os Infantes tinham pegado em armas contra a pátria, ao lado dos reis de Castela D. Henrique e D. João, e que eram cismáticos, pois nomeadamente D. João era partidário do antipapa Clemente VII, do qual recebeu muitas e variadas mercês, como abundantemente o provam os registos das súplicas da Chancelaria deste falso pontífice ([17]a). *Não era preciso, positivamente não era preciso, lançar mão da sofística, nem de jogos de raciocínio malabárico, nem, muito menos, de aduzir documentos falsos. O sentimento nacional perante Castela e o verdadeiro e velho sentimento católico do país não toleravam então, como hoje, como sempre, chefes com as mãos manchadas de sangue fratricida, ou marcados com o ferrete do cisma!»* ([286]). *Mas pensariam assim os participantes nas cortes de Coimbra, sobretudo o partido do Infante D. João? Para muitos deles não seriam as atitudes do Infante uma defesa contra o irmão D. Fernando que lhe confiscara os bens? O próprio Mestre de Avis não mantinha sérias simpatias por ele? E que dizer das afirmações relativas ao cisma? Não havia tantos nas cortes de Coimbra, que, ao menos durante o reinado de D. Fernando, tinham seguido a obediência de Clemente VII? O próprio Mestre de Avis, o prior do Hospital e o mestre da Ordem de Cristo, o famoso letrado Rui Lourenço, deão de Coimbra, o Dr. Gil do Sem e muitos outros partidários do Mestre de Avis e também do papa de Roma não seguiram antes o papa de Avinhão? Para não me delongar mais, recordo o pedido de absolvição, neste ponto, de D. João I, rei de Portugal, precisamente por ter aderido ao papa Clemente VII, como se viu atrás. Além disso, se para a maioria dos portugueses, durante as cortes de Coimbra (se por convicção ou por circunstâncias políticas não é caso para nos determos em longas considerações), Urbano VI era o legítimo papa, não faltavam portugueses, em primeiro lugar os que se passaram a Castela, para os quais Clemente VII era o único papa legítimo. Para eles, portanto, eram cismáticos todos os portugueses que seguiam a obediência de Urbano VI. A tudo isto acresce a natural e espontânea tendência (não penso seja de condenar) de quem, na disposição ou encargo de tomar a defesa duma tese, se serve de todos os argumentos às mãos, assim dos mais válidos e decisivos, como dos menos provatórios, ou só de meros indícios, para conseguir o intento. Não*

([17]a) Documento de 28 de Fevereiro de 1380, ainda inédito, citado por Noël Valois no seu valioso estudo *La France e le Grand Schisme de l'Occident*. A colecção das Súplicas de Clemente VII consta de 35 volumes. O códice 57, além do referido documento, tem outros, como o *Rotulus Ambasciatorum Regis Portugallie*, o *Rotulus spectationum personarum yspanorum* (Castela, Portugal, Aragão e Navarra), o *Rotulus Ariae Petri de Camoes, scutiferi et patroni galee domini Regis Portugallie* (fls. 236-240v). No vol. 60 vem o *Rotulus Regis Portugallie* (fls. 133-133v) e o *Rotulus Alvari Gundisalvi* (fls. 134-135v). Esta preciosa colecção ainda não foi explorada como merece.

([286]) PADRE ANTÓNIO BRÁSIO, *As «razões» de João das Regras nas cortes de Coimbra*, em *Lusitania Sacra*, 3 (1958) 24-24.

procedeu da mesma forma o P. Brásio, ao tentar demonstrar a falsidade de João das Regras ou de Fernão Lopes? Do ponto de vista das circunstâncias da declaração de D. Pedro sobre o casamento realizado secretamente com Inês de Castro, não se vê razão para negar a autenticidade da carta de D. Afonso IV, a contrariar as diligências do filho D. Pedro para obter a dispensa pontifícia, em ordem a casar-se com Dona Inês de Castro, nem mesmo para negar tais diligências por parte do Infante, conforme as circunstâncias ponderadas acima. Poder-se-ia, sim, notar certa contradição entre a oposição de D. Afonso IV e a notícia de ele mesmo ter sugerido ao filho remediasse o escândalo das relações com Dona Inês, por meio do casamento. Mas isso poderia ter-se dado em épocas distintas. Conforme o depoimento de Diogo Lopes Fernandes, a proposta do casamento com Dona Inês só foi feita depois de o Infante se ter recusado terminantemente a casar com filha de reis. Não se esqueça a circunstância das diligências de D. Afonso IV, comprovadas por documentação pontifícia, por que o Infante se casasse, nos fins de 1353, com uma das filhas do rei de França, recorrendo ao papa nesse sentido, e que o texto da carta traduzida do latim e transcrita por Fernão Lopes fala de diligências por mostrar secretamente a carta ao papa, lembrando que «os que som parentes domde ho Iffamte meu filho desçemde, sempre ataa o presemte, forom homrradamente e com molheres filhas de Reis per legitimo matrimonio casados». Nem o facto de a carta publicada por Fernão Lopes carecer de data me parece argumento bastante para rejeitar ou mesmo duvidar de sua autenticidade. É certo que, na forma transcrita por Fernão Lopes, a carta é dirigida ao arcebispo de Braga, D. Gonçalo, que tinha morrido anos antes, tendo-lhe sucedido D. Guilherme de la Garde(287). *Mas um erro de transcrição ou equívoco poderá constituir de per si argumento suficiente para dar como falso o documento? Para isso, seria necessário, segundo creio, provar ou mostrar ao menos indícios de tentativas para forjar o documento. Não há ainda muitos anos, publiquei um documento, de cuja autenticidade ninguém se atreverá a duvidar, pelo facto de eu o dizer dirigido a el-rei de Portugal D. Pedro II, enganando-me, pois, como pude verificar, mais tarde, ao reparar com atenção na data, trata-se de exposição de 1712 do arcebispo da Baía D. Sebastião Monteiro da Vide, endereçada a D. João V, sucessor de D. Pedro II, sobre o estado espiritual da sua arquidiocese* (288).

Embora sejam de assinalar e até de estranhar, como justamente faz o P. Brásio, certas expressões exageradas da retórica de João das Regras ou da literatura de Fernão Lopes, relativas ao «rroll de purgaminho husado de velhice», nem por isso somos autorizados a afirmar que «seguidamente inventa João das Regras uma embaixada e um documento, de que não há rastos em parte nenhuma, mesmo onde obrigatoriamente (?) o deveria haver, a suplicar várias graças, mas sobretudo a «legitimaçom» do casamento de D. Pedro e logo depois a «confirmaçom» do mesmo acto» ou que «aliás este documento é pura invenção do cronista, como passamos a prová-lo». Devo declarar sinceramente que, ao menos para mim, o P. Brásio não conseguiu prová-lo, *além do mais, porque muitos argumentos, por ele aduzidos, carecem de suficiente consistência. Apresento, em seguida, as razões do meu parecer. No que respeita a embaixadas de D. Afonso IV ou do Infante D. Pedro, seja como primogénito e herdeiro do trono, seja depois como monarca, vou anotar alguns pedidos, de que tenho notícia, a supor embaixadas deles, algumas aliás referidas nas petições, constantes do I volume de* Monumenta Portugaliae Vaticana, *onde publico as súplicas referentes a Portugal dos pontificados dos papas Clemente VI e Inocêncio VI. Em Fevereiro de 1353, D. Pedro, primogénito e herdeiro de D. Afonso IV, pedia a confirmação do arcediagado de Viseu para Rodrigo*

---

(287) Cf. C. EUBEL, *Hierarchia Catholica Medii Aevi*, I, ed. altera, Monasterii, 1913, p. 144. J. AUGUSTO FERREIRA, *Fastos episcopais da igreja primacial de Braga, II*, Famalicão, 1930, pp. 158-163.

(288) ANTÓNIO DOMINGUES DE SOUSA COSTA, *Padroado régio e elevação das raças no Brasil segundo Sebastião Monteiro da Vide, arcebispo da Baía*, Coimbra, 1965, pp. 58. Separata de *V Colóquio Internacional de Estudos Luso-Brasileiros*, vol. III, Coimbra, 1966, 73-126.

Domingues, em Outubro de 1353, a dispensa para João Afonso Telo poder casar solenemente com Dona Guiomar, filha do falecido Lobo Fernandes, e em Junho de 1354 o canonicato de Lisboa para Guilherme Piloti, vigário do arcebispo de Braga D. Guilherme de la Garde (289). *Além disso, há várias súplicas do arcebispo dos meses de Abril, Junho e Dezembro de 1353* (290), *bem como de Junho de 1354* (291). *Igualmente existem vários pedidos da rainha Dona Beatriz de Agosto de 1353* (292). *Em súplicas de Novembro de 1353, fala-se claramente de embaixadores de D. Afonso IV: o cavaleiro Pedro de Corbiniaco e Rodrigo Gomes* (293). *O rol de súplicas do primeiro começa por uma, cujo conteúdo é omitido, ou por ser de índole secreta ou porque não foi atendida tal súplica* (294). *Através dois róis de súplicas de 9 de Junho de 1355* (295), *sabemos da existência doutro embaixador de D. Afonso IV de nome Afonso Raimundo. Recordo ainda súplicas de D. Afonso IV e da rainha Dona Beatriz, de 1 de Maio de 1357, e as de 9 de Maio de 1357 de clérigos portugueses que, receosos de serem preteridos na colação de benefícios, se anteciparam a pedi-los ao papa, antes de os embaixadores do rei de Portugal, já a caminho da Cúria, os solicitarem para seus amigos* (296). *De facto, há róis de súplicas de 31 de Julho de 1357 dos embaixadores de D. Afonso IV: Álvaro Sugério e João Lourenço* (297). *E anoto ainda, embora tanto nestas como noutras súplicas referidas atrás se possa tratar de meras coincidências, que há súplicas do arcebispo de Braga de Agosto e Outubro de 1357* (298), *bem como do Infante D. Pedro de Dezembro de 1357, a favor de Vasco Rodrigues, estudante de direito canónico no Estudo Geral de Mompilher* (299). *Mais ainda. Deparamos com um rol de súplicas, atendidas a 2 de Junho de 1358, de Martinho Vasques, senhor de Góis e embaixador do rei de Portugal D. Pedro* (300), *e bem assim com súplica do mesmo dia da rainha Dona Beatriz, copiada na forma do primitivo original, vindo de Viseu, com data de 12 de Janeiro de 1358* (301). *Encontramos ainda súplicas de el-rei D. Pedro em Junho e Julho de*

---

(289) ANTÓNIO DOMINGUES DE SOUSA COSTA, *Monumenta Portugaliae Vaticana*, I, Roma-Porto, 1968, nn. 1, 39, 63, pp. 265, 281, 296.

(290) ANTÓNIO DOMINGUES DE SOUSA COSTA, *Monumenta Portugaliae Vaticana*, I, nn. 6-7, 8, 13, 54, pp. 267-268, 271, 286-287.

(291) ANTÓNIO DOMINGUES DE SOUSA COSTA, *Monumenta Portugaliae Vaticana*, I, nn. 61-62, 64, pp. 295-296.

(292) ANTÓNIO DOMINGUES DE SOUSA COSTA, *Monumenta Portugaliae Vaticana*, I, nn. 25-32, pp. 277-278.

(293) ANTÓNIO DOMINGUES DE SOUSA COSTA, *Monumenta Portugaliae Vaticana*, I, nn. 42-44, 45, pp. 283-284.

(294) ANTÓNIO DOMINGUES DE SOUSA COSTA, *Monumenta Portugaliae Vaticana*, I, n. 42, p. 283.

(295) ANTÓNIO DOMINGUES DE SOUSA COSTA, *Monumenta Portugaliae Vaticana*, I, nn. 67-70, 71-72, pp. 300-302.

(296) ANTÓNIO DOMINGUES DE SOUSA COSTA, *Monumenta Portugaliae Vaticana*, I, nn. 83-84, 85-88, pp. 311-312.

(297) ANTÓNIO DOMINGUES DE SOUSA COSTA, *Monumenta Portugaliae Vaticana*, I, nn. 95-103, 104-115, pp. 316-322.

(298) ANTÓNIO DOMINGUES DE SOUSA COSTA, *Monumenta Portugaliae Vaticana*, I, nn. 119, 122, pp. 323-326.

(299) ANTÓNIO DOMINGUES DE SOUSA COSTA, *Monumenta Portugaliae Vaticana*, I, n. 129, p. 328-329.

(300) ANTÓNIO DOMINGUES DE SOUSA COSTA, *Monumenta Portugaliae Vaticana*, I, nn. 144-154, pp. 339-342.

(301) ANTÓNIO DOMINGUES DE SOUSA COSTA, *Monumenta Portugaliae Vaticana*, I, n. 155, p. 342-343.

1359 (302), *o rol das atendidas em 16 de Janeiro de 1360* (303), *outra de Setembro de 1360, a favor de Martinho Gil* (304), *e várias de 13 de Julho de 1361, inclusive o rol parcialmente publicado pelo P. Brásio* (305). *Tomo também a liberdade de frisar a coincidência das súplicas do arcebispo de Braga D. João de Cardaillac, de 13 de Julho de 1361* (306), *e respectivas bulas, da mesma data que a carta pontifícia, a recomendá-lo ao monarca* (307).

Antes de pôr em evidência as conclusões a tirar desta série de súplicas e de embaixadas tanto de D. Afonso IV como do Infante D. Pedro, como primogénito e herdeiro ou finalmente como rei, permito-me chamar a atenção sobretudo para as súplicas de el-rei D. Pedro dos anos 1360-1361 e para outras ainda não referidas dos últimos anos do pontificado de Clemente VI, que julgo de não pouco interesse para o assunto. É que penso, aliás sem me abalançar a afirmações categóricas, haver certa relação entre elas e as afirmações de João das Regras e Fernão Lopes sobre as diligências do Infante em obter dispensa para se casar com Dona Inês, pedido a que o papa não teria anuído, e depois, mais tarde, quanto ao pedido de uma declaração pontifícia sobre a validade do matrimónio que ele D. Pedro dizia e jurou ter contraído com Inês de Castro. Das palavras de João das Regras não se pode saber ao certo quando o Infante teria resolvido mandar embaixada ao papa, com o fim *de obter a almejada dispensa, e D. Afonso IV, seu pai, ao tomar conhecimento disso, teria diligenciado junto do papa pela negativa. Podemo-lo deduzir aproximadamente. Talvez possa ter ocorrido em 1351 ou, o mais tardar, em 1352, já que João das Regras coloca o acontecimento* hũus tres anos *antes da morte de Dona Inês, ocorrida a 7 de Janeiro de 1355. Ora existem súplicas do professor de direito e conselheiro de el-rei D. Afonso IV, de nome Pedro de Corbinaco, de Novembro de 1350* (308), *e outras de Abril de 1351* (309), *em que não é dito embaixador, e em Novembro de 1353* (310), *nas quais já se diz embaixador. Há também súplicas de Geraldo Esteves de Santarém, dito embaixador de D. Afonso IV, de Abril de 1350* (311), *do professor de direito civil João Afonso, indicado como embaixador de el-rei de Portugal, de Agosto de 1351* (312) *e Março de 1352* (313), *e*

---

(302) ANTÓNIO DOMINGUES DE SOUSA COSTA, *Monumenta Portugaliae Vaticana*, I, nn. 162, 163, pp. 349-350.

(303) ANTÓNIO DOMINGUES DE SOUSA COSTA, *Monumenta Portugaliae Vaticana*, I, nn. 181-190, pp. 362-364.

(304) ANTÓNIO DOMINGUES DE SOUSA COSTA, *Monumenta Portugaliae Vaticana*, I, nn. 213, p. 375-376.

(305) ANTÓNIO DOMINGUES DE SOUSA COSTA, *Monumenta Portugaliae Vaticana*, I, nn. 230, 231-236, pp. 387-389. Cf. PADRE ANTÓNIO BRÁSIO, *As «razões de João das Regras nas cortes de Coimbra*, Documentos, IV, em *Lusitania Sacra*, 3 (1958) 31-32.

(306) ANTÓNIO DOMINGUES DE SOUSA COSTA, *Monumenta Portugaliae Vaticana*, I, nn. 228, 237-241, pp. 386, 389-390.

(307) Cf. notas 339-342 desta Introdução.

(308) ANTÓNIO DOMINGUES DE SOUSA COSTA, *Monumenta Portugaliae Vaticana*, I, nn. 428-429, pp. 209-210.

(309) ANTÓNIO DOMINGUES DE SOUSA COSTA, *Monumenta Portugaliae Vaticana*, I, nn. 432-438, pp. 211-212.

(310) ANTÓNIO DOMINGUES DE SOUSA COSTA, *Monumenta Portugaliae Vaticana*, I, nn. 42-44, pp. 283.

(311) ANTÓNIO DOMINGUES DE SOUSA COSTA, *Monumenta Portugaliae Vaticana*, I, nn. 358-360, pp. 181-182.

(312) ANTÓNIO DOMINGUES DE SOUSA COSTA, *Monumenta Portugaliae Vaticana*, I, n. 503, p. 233-234.

(313) ANTÓNIO DOMINGUES DE SOUSA COSTA, *Monumenta Portugaliae Vaticana*, I, nn. 537-538, p. 247.

de Gonçalo Mendes de Vasconcelos, também dito embaixador régio, de Março de 1352 (314). *E dá-se a coincidência de existirem muitas súplicas do arcebispo de Braga D. Guilherme, nomeado em Julho de 1349, o qual residia na Cúria, com vários familiares estrangeiros, para os quais aliás pedia benefícios, logo a partir da nomeação e ainda na segunda metade do ano 1350, dando a entender que, entretanto, governava a diocese por meio de vigários e procuradores* (315). *Embora, à primeira vista, pudesse parecer não residir na Cúria nos fins de 1350, pois era seu procurador aí Martinho Anes de Aveiro* (316), *há uma série de súplicas suas, dos fins da segunda metade do ano 1351 e princípios de 1352, a favor de familiares seus, estrangeiros e portugueses, que abonam a sua presença na Cúria pontifícia* (317). *Aliás o arcebispo estava, com certeza, na Cúria do papa no mês de Fevereiro de 1352, porque em súplica de Olivério de Antissac, de 11 de Fevereiro de 1352, diz-se que Geraldo de Antissac tinha resignado, na Cúria, o canonicato e prebenda de Lisboa nas mãos de D. Guilherme, arcebispo de Braga* (318).

Apesar de não aparecer como embaixador nas súplicas de 1350 e 1351, o Dr. Pedro de Corbiniaco, conselheiro de D. Afonso IV, além de embaixador do monarca ao papa Inocêncio VI, em 1353, foi realmente embaixador do dito rei ao papa Clemente VI em 1351, como consta de cartas do papa, de 31 de Março de 1351, dirigidas a D. Afonso IV, à rainha Dona Beatriz e ao Infante D. Pedro: «Carissimo in Christo filio Alfonso, regi Portugalie illustri. Litteras tuas per dilectum filium magistrum Petrum, familiarem et nuntium tuum, latorem presentium, nobis exhibitas et eumdem quoque nuntium tuum contemplatione tua benigne recepimus et que ipse nobis pro parte tua prudenter et provide reseravit, audivimus et intelleximus diligenter. Ad que sublimitati tue per eumdem magistrum Petrum respondendum duximus, sicut audies plenius ab eodem. Datum apud Villam Novam Avinionensis diocesis, ii Kalendas Aprilis, anno nono. In eodem modo carissime in Christo filie Beatrici, regine Portugalie illustri. [fl. 270] Item in eodem modo dilecto filio nobili viro Petro, primogenito carissimi in Christo filii nostri Alfonsi, regis Portugalie illustris» (319). *Mas o que eu penso deva sobretudo frisar-se é a circunstância (deixando a recta e justa interprepatação à prudência e perspicácia do leitor) que o Infante D. Pedro não ficou nada satisfeito com a embaixada, em 1351, do dito Mestre Pedro de Corbiniaco, conselheiro régio. Efectivamente, em carta dirigida a D. Pedro, de 5 de Novembro de 1351, diz o papa que o Infante fora informado falsamente de que o embaixador o difamara junto dele papa. Faz notar Clemente VI a D. Pedro ter este dado demasiado crédito aos detractores. O embaixador tinha, ao contrário, enaltecido os merecimentos do Infante. Faz ainda menção o papa da circunstância de certo equívoco ocorrido, enquanto em carta enviada ao Infante o papa dissera-lhe não ter recebido carta alguma sua, ao passo que se dizia tê-la o papa recebido efectivamente. E o Sumo Pontífice assegura D. Pedro de que o embaixador não tivera culpa alguma no sucedido:*

---

(314) ANTÓNIO DOMINGUES DE SOUSA COSTA, *Monumenta Portugaliae Vaticana*, I, nn. 536, p. 247.

(315) ANTÓNIO DOMINGUES DE SOUSA COSTA, *Monumenta Portugaliae Vaticana*, I, nn. 323, 325, 326-327, 344, 345, 346, 347, 348-349, 400, 402, 403, 404, 406, 407, 409, 410, 425-426, pp. 169, 170-171, 176-179, 197-203, 208-209.

(316) ANTÓNIO DOMINGUES DE SOUSA COSTA, *Monumenta Portugaliae Vaticana*, I, nn. 425, 527, p. 208, 242.

(317) ANTÓNIO DOMINGUES DE SOUSA COSTA, *Monumenta Portugaliae Vaticana*, I, nn. 502, 504, 506-510, 525-526, 527, 529, 543, pp. 233, 234, 235-236, 241-242, 243-244, 253. Cf. J. AUGUSTO FERREIRA, *Fastos episcopais da igreja primacial de Braga*, II, pp. 163-164.

(318) ANTÓNIO DOMINGUES DE SOUSA COSTA, *Monumenta Portugaliae Vaticana*, I, n. 521, p. 240.

(319) AV, Reg. Vat. 144, fl. 269v-270.

«*Dilecto filio nobili viro Petro, primogenito carissimi in Christo filii nostri Alfonsi, regis Portugalie illustris, Salutem, etc. Ad audientiam nostram pervenit quod quidam filii Belial puritati tue suggerere sunt conati quod dilectus filius nobilis vir Petrus de Corbigneyo, miles carissimi in Christo filii nostri Alfonsi, regis Portugalie illustris, genitoris tui, consiliarius, cum ultimo ipsius genitoris tui nuntius ad nos venit, apud nos detraxerat fame tue, de quo tanto miramur amplius idque molestius ferimus quanto idem miles qui, sicut experimento cognovimus, tui honoris sincerus zelator et fervidus, te multis extulit laudibus multisque virtutibus predicavit insignem, unde merebatur premium, inde livore faciente mordacis invidie criminatur. Ferentes itaque testimonium veritati, nobilitatem tuam attente rogamus quatenus eumdem militem, sicut ab huiusmodi figrato(?) ignoxium, sic etiam tui honoris habeas zelatorem et velut talem pro meritis suis et nostre interventionis obtentu gratiosis favoribus prosequaris. Intelleximus etiam quod tu ex eo verbis detrahentium fidem prebes quod in litteris, quas tibi misimus, scripsimus tuas, quas nullas miseras, ut dicitur nos litteras recepisse et ideo precibus vestris adicimus ut propter errorem huiusmodi, si quis est, eidem militi nullam, prout nec habet, ascribere culpam velis. Datum Avinione, Nonis Novembris, anno decimo*» (320).

Notícias certas de documentos autênticos, a atestar que o Dr. Pedro de Corbigneyo ou Corbiniaco, doutor em leis, embaixador e conselheiro de D. Afonso IV, andava pela Cúria de Inocêncio VI, empenhado no assunto dos matrimónios do Infante D. Pedro, temo-las em carta do pontífice, dirigida a D. João, rei de França, a 1 de Novembro de 1353, recomendando-lhe preste fé ao que lhe disser o seu compatriota Dr. Pedro de Corbigneyo, embaixador do rei de Portugal, sobre as intenções do monarca português em casar o primogénito, herdeiro do trono, com uma das filhas do rei de França, como este se poderia inteirar, de viva voz, pelo embaixador e por carta do rei português neste sentido:

«*Carissimo in Christo filio Johanni, regi Francorum illustri, salutem, etc. Sicut dilectus filius magister Petrus de Corbigneyo, legum doctor, ambassiator et nuntius carissimi in Christo filii nostri Alfonsi, regis Portugalie illustris, lator presentium, qui de regno tuo traxit originem, nobis exposuit et referet tibi plenius viva voce, prefatus rex, desiderans inter progenitores tuos et suos habitam hactenus et in te ac eum inserente Domino propagatam laudabiliter caritatem federe indissolubili roborari, pro una de dilectis in Christo filiabus nobilibus mulieribus, natis tuis, dilecto filio nobili viro .. primogenito dicti regis matrimonio copulanda, apud magnitudinem tuam per eumdem nuntium et litteras etiam suas instat. Nos autem generose vitis domus tue scilicet que ad Romanam Ecclesiam, matrem tuam, devotionis purioris dulcedinem servavit et servat, fructuosos palmites per universa mundi extendi honoranter climata, exultantes et credentes etiam decentie tue convenire huiusmodi prefati regis petitioni te benivolum prebere consensum, serenitatatem tuam attente rogamus quatenus eumdem magistrum Petrum benigne recipias et super hoc sic votis annuas dicti regis, sicut honorificentie tue ac robori firmiori huiusmodi caritatis circumspectio regia viderit expedire. Datum Avinione, Kalendis Novembris, anno primo*» (321).

Quanto às súplicas de 1360 e 1361 de el-rei D. Pedro, afigura-se-me de não pouca importância o rol das atendidas a 16 de Janeiro de 1360, porque o conteúdo da primeira é omitido, tendo

(320) AV, Reg. Vat. 244 N*, fl. 120, Reg. Vat. 145, fl. 111.
(321) AV, Reg. Vat. 244A, fl. 151.

sido copiadas apenas as palavras iniciais para identificação do suplicante. E trata-se de qualquer coisa acontecida com o Infante em tempos atrás! Que seria? Eis as palavras iniciais do rol, sem o conteúdo da primeira súplica: «Supplicat S. V. devotus filius vester Petrus, rex Portugalie et Algarbii, quod cum ipse olim, *etc.»* (322). *Uns cinco meses depois, D. Pedro fez em Cantanhede a solene declaração jurada do casamento com Dona Inês* (323). *Haverá alguma relação entre esta súplica e a declaração? Não me pronuncio, mas o menos que posso fazer é assinalar tais circunstâncias... E o rol de 13 de Julho de 1361, com graças pedidas e alcançadas para o herdeiro D. Fernando e para os filhos de Dona Inês não poderia constituir indício de que outras súplicas, de índole secreta e destinadas a não figurar nos registos de súplicas, como tantas outras, poderiam ter sido apresentadas ao papa, mais ou menos no mesmo período, sem terem sido atendidas, motivo por que não foram registadas? O P. Brásio dá a entender implicitamente que as súplicas, mesmo no caso de não serem atendidas, deviam, por força, registar-se. Permito-me discordar, com base na modesta experiência que tenho do manuseamento de volumes das súplicas.*

Em toda esta aproximação dos pedidos de D. Afonso IV e D. Pedro, bem como dos arcebispos de Braga, às circunstâncias descritas por João das Regras ou pelo cronista pode haver meras coincidências, como já várias vezes o disse. Mas a probabilidade de as coisas se terem passado mais ou menos como eles dizem persiste, sobretudo quando, como dizia, as afirmações do P. Brásio, na tentativa de provar o contrário, nem sempre se apresentam com a necessária consistência. Aquelas súplicas isoladas e os róis de outras supõem a existência de originais, que geralmente eram destruídos, à medida que se transcreviam nos registos, embora existam ainda hoje exemplares que os interessados levavam consigo, talvez mesmo abusivamente. Isto também o reconhece o P. Brásio. Temos, portanto, de admitir a possibilidade de o original em questão ter sido de facto mostrado ou lido por João das Regras nas cortes de Coimbra, pois não tinha de ficar forçosamente no Arquivo do Vaticano. Além do mais, tratava-se, no caso, de instruções entregues ao embaixador e não propriamente do texto de súplicas. Por estas razões, não podemos aceitar a afirmação do P. Brásio, relativa à não existência do documento no Vaticano, «onde — diz — obrigatoriamente o devia haver». Ao contrário, é lícito admitir, com razões fundadas em factos concretos, a probabilidade de o tal pergaminho ou papel, mesmo na hipótese de conter súplicas originais, ter voltado a Portugal, depois de apresentado ao papa ou oficiais respectivos, com a possibilidade, portanto, para João das Regras de o ter nas mãos e lê-lo nas cortes de Coimbra. Efectivamente, não poucas vezes acontecia levarem consigo, no regresso, os enviados à Cúria papal o original dos pedidos, até com a resposta do papa e indicação do lugar do registo nos respectivos livros da chancelaria pontifícia, como é o caso da súplica da confirmação do sucessor de D. João I no mestrado de Avis (324). *É evidente — devo esclarecer — a possibilidade e a certeza de existirem no Arquivo do Vaticano cópias dos róis de súplicas e, excepcionalmente, tal como vieram da fonte original, sem adaptações, portanto, conformes ao estilo e jurisprudência da Cúria pontifícia, pelos oficiais da mesma, inclusive com a data original, em que foi escrita, além do dia em que foram atendidas. Recordo, como exemplo, a da rainha Dona Beatriz, datada de 6 de Março de 1357 e atendida a 30 de Junho de 1357* (325). *Mas atente-se bem que, por via de regra, o original da súplica, a apresentar ao papa, não era redigido nos moldes do documento*

---

(322) ANTÓNIO DOMINGUES DE SOUSA COSTA, *Monumenta Portugaliae Vaticana*, I, n. 181, p. 362.

(323) Cf. nota 283.

(324) Cf. ANTÓNIO DOMINGUES DE SOUSA COSTA, *Monumenta Portugaliae Vaticana*, I, *Introdução*, p. LXX-LXXI, C.-CI.

(325) ANTÓNIO DOMINGUES DE SOUSA COSTA, *Monumenta Portugaliae Vaticana*, I, n. 94, p. 315.

original, como vinha dos suplicantes, a não ser que a redacção fosse já definitiva, conforme as praxes e exigências da chancelaria. O documento original podia, sim, servir de base para a formulação do pedido oficial, nos moldes e estilo da chancelaria. Assim se explica a existência nas bibliotecas da Europa de cartas-pedidos, originais, dos nossos reis e infantes, por exemplo do Infante D. Pedro, filho do Mestre de Avis e outros personagens régios e nobres (326), *sem assinatura alguma do papa ou dos referendários. E é isto mesmo que importa observar quanto à súplica original, relativa à eleição como rei de Portugal do Mestre de Avis pelos participantes nas cortes de Coimbra, cujas assinaturas autógrafas são bem reconhecíveis* (327).

Observo ainda ser praxe da chancelaria pontifícia excluir dos registos das súplicas as não atendidas pelo papa ou por quem de direito. Havia poucas excepções. A mais frequente (às vezes nem sequer nestas circunstâncias) refere-se à primeira súplica dos róis, cuja início convinha transcrever para identificação do suplicante, sendo, neste caso, omitido ou riscado o conteúdo da súplica não atendida. Além do já referido rol de el-rei D. Pedro, de 16 de Janeiro de 1360, e do outro de 13 de Julho de 1361, cuja primeira súplica foi traçada, inclusive no original, posso alegar outros róis, em que deparamos com idêntico processo, por exemplo os da rainha Dona Beatriz (328), *da Infanta Dona Maria* (329) *e do já citado embaixador Pedro de Corbigny* (330). *Portanto, também este facto é em favor da tese que não vê dificuldade alguma em que João das Regras pudesse ter tido à mão o famoso rol de pergaminho. E pelo que se acaba de dizer, não deve casar nenhuma maravilha que súplica, apresentada como não atendida, se não encontre no Arquivo do Vaticano. O contrário constitui excepção. Mas há mais. Estará o P. Brásio verdadeiramente seguro de que existem ainda todos os volumes de súplicas do ano IX do pontificado de Inocêncio VI? Eu creio não podermos ter a certeza, se atendermos bem ao que nos diz o P. Bruno Katterbach, OFM. Segundo suas indicações, o índice — base para a verificação dos volumes de súplicas — parece datar do século XIX. Além disso, aos dois volumes do ano IX parecem faltar folhas. O próprio P. Bruno adverte que faltam folhas em muitos volumes de súplicas* (331).

Pelo que se disse acima, o argumento de não se encontrar súplica alguma, a respeito da declaração pedida ao papa sobre a validade do casamento com Dona Inês, para pôr em dúvida a autenticidade da carta respectiva, também não tem razão de ser, precisamente porque, como se diz, tal súplica não foi atendida. E ouso dizer que, relativamente a esta carta de 15 de Julho de 1361, com a negativa do papa ao pedido de declaração da validade do casamento com Inês de Castro ou legitimação dos filhos, «documento publicado em Paris em 1717, pelos beneditinos Edmundo Martene e Ursino Durand, no seu Thesaurus Novus Anedoctorum, *vol. II, col. 1030-1031, transcrito também por D. José Barbosa e por F. Lopes no cap. 190, em vernáculo saboroso», ainda não deparei com argumentos capazes de me convencerem de o documento ser falso ou ter sido «forjado ali mesmo pela facção do Mestre de Avis e distribuído em cópias em várias direcções». Os argumentos do P. Brásio, neste ponto, não me parecem convincentes. Comecemos pelo exame interno da bula.*

---

(326) ANTÓNIO DOMINGUES DE SOUSA COSTA, *Monumenta Portugaliae Vaticana*, I, *Introdução*, pp. LXXXIV-XCVIII.

(327) ANTT, Gaveta 14, maço 3, docum. n. 9. *Reforma das Gavetas*, fl. 124-127v.

(328) ANTÓNIO DOMINGUES DE SOUSA COSTA, *Monumenta Portugaliae Vaticana*, I, n. 25-32, pp. 277-278.

(329) ANTÓNIO DOMINGUES DE SOUSA COSTA, *Monumenta Portugaliae Vaticana*, I, nn. 206-210, pp. 373-374.

(330) ANTÓNIO DOMINGUES DE SOUSA COSTA, *Monumenta Portugaliae Vaticana*, I, nn. 42-44, p. 283.

(331) BRUNO KATTERBACH, OFM, *Inventario dei Registri delle Suppliche*, Città del Vaticano, 1932, pp. XIV-XV.

Observa o ilustre espiritano: «A graça pedida por D. Pedro só se concedia a «grandes e nobres pessoas»! Mas haverá no mundo maiores e mais nobres pessoas que pretendam casar, que as testas coroadas? A que maiores e mais nobres pessoas podia o papa conceder aquela graça do que ao rei de Portugal?» Da minha parte, lembro que esta objecção do P. Brásio não se pode aplicar ao caso. O papa, segundo a carta, não se serviu de tal motivo para a negativa. Ele diz apenas que, depois de atenta meditação sobre as razões expostas pelos embaixadores, embora desejasse condescender com o rei, não o fazia por certas causas legítimas, provenientes do direito: «Equidem, carissime fili, praemissis pro parte tua per dictos ambaxiatores plenius nobis expositis, attenta per nos meditatione pensatis, licet serenitati tuae complacere et tuis condescendere votis quantum cum Deo possumus cupiamus, legitimis tamen moti causis, de ipso iure procedentibus, a quo deviare seu recedere non debemus; petitionem praemissae declarationis non duximus admittendam». *A razão alegada de certas graças se concederem só a grandes e nobres pessoas, não propriamente com referência a «grandes e nobres pessoas», embora tais palavras se encontrem no texto vernáculo, mas sim a «grandes e manifestas razões que no pedido não aparecem nem são alegadas», diz respeito ao pedido de legitimação dos filhos: «Quantum autem ad dispensationem seu legitimationem praefatae susceptae sobolis attinet, prout secunda petitio continebat, brevi duximus compendio respondendum quod dispensationes seu legitimationes huiusmodi sedes apostolica concedere, nisi magnis et manifestis de causis quae in huiusmodi petitionis serie non apparent, nec etiam allegantur, minime consuevit, signanter in preiudicium tertii, nisi tertius ipse hoc peteret, vel de eius procedere consensu manifestius appareret et praecipue cum de legitimatione quoad temporalia agitur pro personis illis quae non sunt de terris pertinentibus ad temporalem Romanae Ecclesiae iurisdictionem»* (332). *E é para lembrar, mais uma vez, que, durante a vida de Dona Inês de Castro, a anuência ao pedido da declaração, fundado em motivos de harmonia entre famílias nobres e necessidade de evitar escândalos, era muito mais viável, sobretudo na ausência de impedimentos não previstos na bula de João XXII.*

Como se vê pelo trecho da carta, acima copiado, além do prejuízo para terceiros, que sobre o assunto não tinham sido ouvidos nem dado consentimento, é aduzido o facto de se tratar de legitimação, quanto ao temporal, de pessoas não pertencentes à jurisdição temporal da Igreja. E a razão não me parece descabida. Poderia ser uma «escapatória» do pontífice, mas o certo é que os reis, como o nosso D. João I, concediam legitimações a seus súbditos e as dos papas, não poucas vezes contrariadas por alguns monarcas, valiam espiritualmente, embora com valor indirecto no temporal, em determinadas circunstâncias, motivo da célebre decretal Per venerabilem *de Inocêncio III, a qual faz parte do livro IV, tít. 17* Qui filii sint illegitimi *das Decretais de Gregório IX. Parece-me que o P. Brásio, embora rejeite como inexistente esta razão do prejuízo contra terceiros, por ninguém contestar o trono ao primogénito D. Fernando, herdeiro do reino, chega a admitir esse motivo, ao menos implicitamente, quando fala, mais à frente, das razões por que, segundo o autor da Crónica de D. Afonso IV, este teria mandado assassinar D. Inês de Castro: «Perigo iminente de a nação ir cair nas mãos dos Castros poderosos, pela liquidação de D. Fernando e eleição de algum dos filhos de D. Inês»* (333).

Na carta do papa, não há referência nenhuma ao impedimento de compadrio, de que fala João das Regras. Tal circunstância parece-me constituir indício a favor da autenticidade da mesma. Na verdade, se o argumento do compadrio foi tão aproveitado, como de facto foi, por João das

---

(332) EDMUNDUS MARTENE-URSINUS DURAND, *Thesaurus novus Anecdotorum*, t. II, col. 1030-1031.

(333) PADRE ANTÓNIO BRÁSIO, *As «razões» de João das Regras nas cortes de Coimbra*, em *Lusitania Sacra*, 3 (1958) 24.

Regras e, ao menos indirectamente, pela facção contrária aos filhos de Inês de Castro, e essa teria inventado ou forjado a bula, não se vê como, a terem-na arquitectado e formulado, não fizessem nela menção desse impedimento, mas pusessem na boca dos embaixadores de D. Pedro só os impedimentos, de que a bula de João XXII, aludida na parte expositiva da mesma, dispensava.

O facto da bula dirigida a D. Pedro, publicada na dita colecção de Martene-Durand com outras de igual teor ao Infante D. Fernando e a Fernando Gonçalves Cogominho, conselheiro do rei, datadas de 13 de Julho de 1361, a recomendar o arcebispo de Braga, recentemente nomeado, não constitui argumento contra a autenticidade daquela outra, com a resposta negativa ao pedido de D. Pedro. Apesar de também não duvidar da autenticidade destas bulas, muito embora possa causar certa perplexidade o facto de nas outras da nomeação do arcebispo, de 18 de Junho de 1361 ([334]), *vir também a dirigida ao rei, como era praxe da Cúria, a recomendação nada representa em contrário no caso, porque redactada nos mesmos moldes das que sempre se dirigiam aos monarcas, quando era nomeado algum bispo, na forma que se mandavam ao metropolita, no caso de ser sufragâneo, ao cabido, ao clero e povo da diocese e até aos vassalos. Os dizeres desta bula não supõem a residência do arcebispo na Cúria, naquele tempo, o que poderia explicar cartas especiais de recomendação, antes da partida, mas é certo que o arcebispo, em Julho de 1361, pedia ao papa licença de contrair empréstimo para despesas da viagem* ([335]). *Com a mesma data de 13 de Julho de 1361 das súplicas e bulas concedidas a D. Pedro, existem letras apostólicas de concessões feitas ao arcebispo, correspondentes às súplicas atrás citadas. Como se viu, Inocêncio VI concedeu, naquela data, a D. Pedro e a seus filhos o indulto de isenção das penas de interdito quanto à celebração dos ofícios divinos e de escolher confessor que os pudesse absolver, mesmo de casos reservados, excepto dos reservados à Santa Sé, bem como dispensas de impedimentos para os filhos poderem casar, conforme documentos já publicados pelo Padre Brásio* ([336]). *Existem também as bulas correspondentes aos pedidos sobreditos, a favor de 12 clérigos de el-rei D. Pedro* ([337]), *de cinco clérigos do Infante D. Fernando e de três de cada um dos filhos de Inês de Castro: D. Dinis, Dona Bea-*

([334]) AV, Reg. Aven. 147, fl. 178v-179v.

([335]) ANTÓNIO DOMINGUES DE SOUSA COSTA, *Monumenta Portugaliae Vaticana*, I, n. 228, p. 386.

([336]) PADRE ANTÓNIO BRÁSIO, *As «razões» de João das Regras nas cortes de Coimbra*, Documentos, n. V, VI, em *Lusitania Sacra*, 3 (1958) 32-34. De acrescentar, como suplemento, os indultos *de altari portatili et celebrando ante diem:* «Carissimo in Christo filio Petro, Portugalie regi illustri. Salutem, etc. Sincere devotionis, etc., ut in superiori, que dirigitur Bernardo de Lebreto, etc., usque Datum Avinione, iii Idus Julii, anno nono. Dilecto filio nobili viro Fernando, carissimi in Christo filii nostri, Portugalie regis illustris, primogenito. Salutem, etc. Sincere devotionis affectus, etc., ut in superiori, que dirigitur Bernardo de Lebreto, etc., usque Datum ut in proxime precedente. Dilecto filio nobili viro Johanni, nato carissimi in Christo filii nostri Petri, regis Portugalie illustris. Salutem, etc. Sincere devotionis, etc., ut in superiori, que dirigitur Bernardo de Lebreto, etc., usque Datum Avinione, iii Idus Julii, anno nono. [fl. 508v] Dilecto filio nobili viro Dyonisio, nato carissimi in Christo filii nostri Petri, regis Portugalie illustris. Salutem, etc. Sincere, ut in superiori, que dirigitur Bernardo de Lebreto, etc., usque Datum Avinione, iii Idus Julii, anno nono. Dilecte in Christo filie, nobili mulieri Beatrici, carissimi in Christo filii nostri Petri, regis Portugalie illustris. Salutem, etc. Sincere devotionis, etc., ut in superiori, que dirigitur Bernardo de Lebreto, etc., usque Datum Avinione, iii Idus Julii, anno nono»: AV, Reg. Aven. 145, fl. 508-508v, nn. 15-19.

([337]) «Carissimo in Christo filio Petro, regi Portugalie illustri. Salutem, etc. Eximie devotionis sinceritas, quam ad nos et Romanam geris Ecclesiam, promeretur ut celsitudinem tuam illa gratia prosequamur, qua personis tibi obsequentibus possit existere fructuosa. Hinc est quod nos, tuis supplicationibus inclinati, auctoritate tibi presentium indulgemus ut duodecim clerici tui familiares domestici continui commensales, presentes et futuri, quos ad hoc duxeris eligendos, fructus, redditus, etc., ut in superiori, que dirigitur Dionisio, eius nato, sub numero xiii usque Datum ut in eadem»: AV, Reg. Aven. 145, fl. 340v, n. 18.

triz e D. João (338), *bem como de três clérigos do arcebispo de Braga* (339), *de forma a poderem receber os proventos de seus benefícios, sem obrigação da residência pessoal. Nessa mesma ocasião, o papa concedia faculdades a D. João, arcebispo eleito de Braga e outrora bispo de Orense, de dis-*

---

(338) «Dilecto filio nobili viro Dyonisio, nato carissimi in Christo filii nostri Petri, regis Portugalie illustris. Salutem, etc. Sincere devotionis affectus, quem ad nos et Romanam geris Ecclesiam, promeretur ut personam tuam illa gratia prosequamur, qua personis tibi obsequentibus possit existere fructuosa. Hinc est quod nos, tuis supplicationibus inclinati, auctoritate tibi presentium indulgemus ut tres clerici tui et familiares domestici et continui commensales, presentes et futuri, tuis obsequiis insistentes, quos ad hoc duxeris eligendos, fructus omnium beneficiorum suorum ecclesiasticorum, licentia prius per eos a locorum Ordinariorum obtenta de non residendo in eisdem beneficiis, cum ea integritate usque ad quinquennium, a data presentium computandum, tuis servitiis insistendo, libere percipere valeant, cotidianis distributionibus dumtaxat exceptis, cum qua illos perciperent si in ecclesiis sive locis, in quibus beneficia ipsa consistunt, personaliter residerent et ad residendum interim in eisdem ecclesiis minime teneantur, neque ad id a quoquam inviti valeant arctari. Non obstante si in eisdem ecclesiis sive locis primam non fecerint personalem residentiam consuetam et quibuscumque statutis et consuetudinibus ipsarum ecclesiarum contrariis, iuramento, confirmatione apostolica vel quacumque firmitate alia roboratis, etiam si de illis servandis et non impetrandis litteris apostolicis contra ea ac ipsis litteris non utendo etiam ab alio vel aliis impetratis clerici prelibati per se vel procuratores suos prestiterint vel eos prestare contigerit imposterum forsitan iuramentum, aut si eisdem locorum Ordinariis et dilectis filiis capitulis earumdem ecclesiarum vel quibusvis aliis communiter vel divisim a prefata sit sede indultum vel forsan imposterum concedi contigerit indulgeri quod canonicis et personis earumdem ecclesiarum non residentibus in eisdem fructus vel proventus beneficiorum suorum earumdem ecclesiarum ministrare minime teneantur et ad id compelli non possint per litteras apostolicas, non facientes plenam et expreessam ac de verbo ad verbum de indulgentia huiusmodi mentionem et quibuslibet aliis privilegiis, indulgentiis et litteris apostolicis generalibus vel specialibus, quorumcumque tenorum existant, per que presentibus non expressa vel totaliter non inserta effectus earum impediri valeat quomodolibet vel differri et de quibus quorumcumque totis tenoribus haberi debeat in nostris litteris mentio specialis, proviso quod beneficia ipsa debitis non fraudentur obsequiis, sed per bonos et sufficientes vicarios, quibus de beneficiorum ipsorum proventibus necessaria congrue ministrentur, deserviatur inibi laudabiliter in divinis. Nulli ergo, etc., nostre concessionis infringere, etc. Datum Avinione, iii Idus Julii, anno nono. In eodem modo venerabili fratri episcopo Elborensi et dilectis filiis Silvensis ac sancti Agricoli Avinionensis ecclesiarum decanis. Salutem, etc. Sincere devotionis, etc., usque in divinis. Quocirca mandamus quatenus vos vel duo aut unus vestrum per vos vel alium seu alios prefatis clericis vel procuratoribus suis eorum nomine faciatis predictos fructus, redditus et proventus per dictum quinquennium iuxta huiusmodi indulti nostri tenorem integre ministrari. Non obstantibus omnibus supradictis seu si eisdem Ordinariis et capitulis vel quibusvis aliis communiter vel divisim a prefata sede indultum existat quod interdici, suspendi vel excommunicari non possint per litteras apostolicas, non facientes plenam et expressam ac de verbo ad verbum de indulto huiusmodi mentionem. Contradictores auctoritate nostra, etc. Datum ut supra. Dilecte in Christo filie nobili mulieri Beatrici, nate carissimi in Christo filii nostri Petri, regis Portugalie illustris, Salutem, etc. Sincere devotionis affectus, etc., ut in proxima superiori, usque Datum ut in eadem. In eodem modo venerabili fratri episcopo Elborensi et dilectis filiis Silvensis ac sancti Agricoli Avinionensis ecclesiarum decanis. Salutem, etc. Sincere devotionis, etc., usque in divinis. Quocirca discretioni, etc., usque in finem. Datum ut supra. Dilecto filio nobili viro Fernando, carissimi in Christo filii nostri Petri, regis Portugalie illustris, primogenito. Salutem, etc. Sincere devotionis effectus, etc., ut in secunda superiori, usque indulgemus ut quinque clerici tui familiares domestici, etc., ut in secunda predicta de verbo ad verbum tam in execut[oriali] quam gratiosa usque Datum ut in eadem. [fl. 340v] Dilecto filio nobili viro Johanni, nato carissimi in Christo filii nostri Petri, regis Portugalie illustris. Salutem, etc. Sincere devotionis affectus, etc., ut in tertia superiori de verbo ad verbum, tam in execut[oriali] quam gratiosa, usque Datum ut in eadem»: AV, Reg. Aven. 145, fl. 340-340v, nn. 13-16.

(339) «Venerabili fratri Johanni, episcopo olim Auriensi, in archiepiscopum Bracharensem electo. Salutem et apostolicam benedictionem. Personam tuam nobis et apostolice sedi devotam, tuis claris exigentibus meritis, paterna benivolentia prosequentes, libenter illa tibi concedimus que personis tibi obsequentibus existere valeat fructuosa. Hinc est quod nos, tuis supplicationibus inclinati, auctoritate tibi presentium indulgemus ut tres clerici seu capellani tui familiares domestici et continui commensales, presentes et posteri, quos ad id duxeris eligendos, tuis obsequiis insistentes, fructus, redditus et proventus omnium beneficiorum suorum ecclesiasticorum, que obtinent et obtinebunt, cum ea integritate, usque ad triennium, libere percipere valeant,

pensar do impedimento de ilegitimidade cum quadraginta de soluto et soluta et cum viginti aliis personis tuarum diocesis et provincie Bracharensis, *a fim de poderem ascender às Ordens sacras* (340), *de passar indulto de indulgência plenária em artigo de morte a 20 pessoas* (341), *e de*

---

cotidianis distributionibus dumtaxat exceptis, cum qua illos perciperent, si in ecclesiis sive locis, in quibus beneficia ipsa consistunt, personaliter residerent et ad residendum interim in eisdem aut eorum aliquo minime teneantur neque ad id a quoquam inviti valeant arctari. Non obstantibus si dicti clerici in eisdem ecclesiis sive locis primam non fecerint personalem residentiam consuetam et quibuscumque statutis et consuetuninibus earumdem ecclesiarum contrariis, iuramento, confirmatione apostolica vel quacumque firmitate alia roboratis, etiam si de illis servandis et non impetrandis litteris apostolicis contra ea et ipsis litteris non utendo etiam ab eisdem seu aliis impetratis vel alias quovis modo concessis dicti clerici seu capellani per se vel eorum procuratores prestiterint hactenus vel eos imposterum prestare contigerit forsitan iuramentum, seu si locorum Ordinariis a sede apostolica sit concessum vel imposterum concedi contingat quod personas ecclesiarum suarum civitatum et dicocesum per subtractionem proventuum suorum ecclesiasticorum vel alias compellere valeant ad residendum personaliter in eisdem, aut si eisdem Ordinariis et dilectis filiis capitulis earumdem ecclesiarum vel quibusvis aliis communiter vel divisim ab eadem sede indultum existat vel in antea indulgeri contingat quod personis earumdem ecclesiarum non residentibus in eisdem vel qui primam in eis huiusmodi residentiam non fecerint, fructus, redditus et proventus beneficiorum suorum ecclesiasticorum ministrare minime teneantur et ad id compelli non possint per litteras apostolicas, non facientes plenam et expressam ac de verbo ad verbum de indulgentia huiusmodi mentionem et quibusvis privilegiis ac indulgentiis et litteris apostolicis generalibus vel specialibus quorumcumque tenorum existant, per que presentibus non expressa vel totaliter non inserta effectus earum impediri valeat quomodolibet vel differri et de quibus quorumcumque totis tenoribus habenda sit in nostris litteris mentio specialis, proviso quod beneficia huiusmodi debitis interim obsequiis non fraudentur et animarum cura in eis, quibus illa imminet, nullatenus negligatur, sed per bonos et sufficientes vicarios, quibus de ipsorum beneficiorum proventibus necessaria congrue ministrentur, diligenter exerceatur et deserviatur inibi laudabiliter in divinis. Nulli ergo, etc., nostre concessionis infringere, etc. Datum Avinione, iii Idus Julii, anno nono. In eodem modo dilectis filiis preposito Avinionensis et scolastico Bracharensis ecclesiarum ac officiali Montisalbani. Salutem, etc. Personam, etc., usque in divinis. Quocirca mandamus quatenus vos vel duo aut unus vestrum per vos vel alium seu alios eisdem clericis seu capellanis vel procuratoribus suis nomine ipsorum faciatis auctoritate nostra dictos fructus, redditus et proventus per idem triennium iuxta huiusmodi nostre concessionis tenorem integre ministrari. Non obstantibus omnibus supradictis seu si eisdem Ordinariis et capitulis vel quibusvis aliis communiter vel divisim a prefata sit sede indultum quod interdici, suspendi vel excommunicari non possint per litteras apostolicas, non facientes plenam et expressam ac de verbo ad verbum de indulto huiusmodi mentionem. Contradictores auctoritate nostra, etc. Datum ut supra»: AV, Reg. Aven. 145, fl. 339v, n. 12.

(340) «Venerabili fratri Johanni, episcopo olim Auriensi, in archiepiscopum Bracharensem electo. Salutem, etc. Personam tuam nobis et apostolice sedis devotam, tuis exigentibus meritis, paterna benivolentia prosequentes, illam tibi gratiam impendimus, per quam te possis aliis reddere gratiosum. Hinc est quod nos, tuis supplicationibus inclinati, fraternitati tue, de qua in hiis et aliis fiduciam gerimus in Domino specialem, dispensandi auctoritate apostolica hac vice cum quadraginta de soluto et soluta et cum viginti aliis personis tuarum diocesis et provincie Bracharensis, defectum natalium patientibus, ex quibuscumque parentibus, preterquam ex incestuosa comixtione, genitis, quas duxeris eligendas, quod huiusmodi non obstante defectu, si paterne non fuerint incontinentie sectantes, sed bone conversationis et vite aliasque ipsis merita suffragentur, ad huiusmodi dispensationis gratiam obtinendam, ad omnes sacros ordines promoveri et earum quelibet beneficium ecclesiasticum, etiam si curam habeat animarum, si eis alias canonice conferatur, licite recipere et obtinere valeant, plenam et liberam concedimus, tenore presentium, facultatem. Datum Avinione, iii Idus Julii, anno nono»: AV, Reg. Aven. 145, fl. 469, fl. 469, n. 326.

(341) Venerabili fratri Johanni, episcopo olim Auriensi, in archiepiscopum Bracharensem electo. Salutem, etc. Sincere devotionis affectus, quem ad nos et Romanam geris Ecclesiam, promeretur ut petitiones tuas, illas presertim que animarum salutem respiciunt, ad exauditionis gratiam admittamus. Hinc est quod nos, tuis supplicationibus in hac parte inclinati, indulgendi auctoritate nostra viginti personis, quas ad hoc duxeris eligendas, ut confessor, quem quelibet ipsarum duxerit eligendum, omnium pecatorum suorum, de quibus persone ipse corde contrite et ore confesse fuerint, semel tantum in mortis articulo, plenam remissionem singulis personis eisdem, in sinceritate fidei, unitate sancte Romane Ecclesie ac obedientia et devotione nostra vel successorum nostrorum Romanorum pontificum, canonice intrantium, persistentibus, aucto-

conceder o ofício de tabelião a 4 clérigos (342). *Tudo leva, portanto, a desligar a recomendação do arcebispo da negativa de Inocêncio VI sobre a declaração pedida a respeito do casamento de D. Pedro com Inês de Castro.*

Quanto à dispensa concedida «em 30 de Junho do mesmo ano a Eduardo de Wodestok e à condessa de Kent D. Joana, que tinham contraído matrimónio, D. Eduardo em 3.º grau de consanguinidade e D. Joana em 2.º, além de existir entre eles o impedimento de «compaternidade», e isto 'pro consolidatione regii solii'», devo fazer algumas observações. Também esta bula de 30 de Junho de 1361, publicada na dita colecção de Martene-Durand, se não encontra nos Reg. Aven., correspondentes ao ano nono do pontificado de Inocêncio VI, mas, em abono de sua autenticidade, temos uma série de bulas dos meses de Setembro e Dezembro de 1361, que supõem a existência daqueloutra. Efectivamente, conheço uma bula dirigida ao arcebispo de Cantuária, ao bispo de Londres e ao abade do mosteiro de Cluni da diocese de Macôn, a 7 de Setembro de 1361, e outras duas dirigidas, no dia 11 de Dezembro de 1361 (343), *aos interessados D. Eduardo e Dona Joana, sobre o assunto. Nestas últimas, conta-se como o arcebispo de Cantuária, em obediência a nova comissão, confiada a ele e a seus colegas, depois de dois nobres pretenderem ter casado com a dita Joana e depois de solucionada a questão nos tribunais pontifícios sobre a invalidade de tais matrimónios, se informara do assunto, absolvera e dispensara os cônjuges, declarando, antes disso, que o matrimónio por eles contraído tinha sido nulo e separando-os. O arcebispo impôs-lhes a penitência designada pelo papa* quod duas capellas, quarum quelibet de viginti annuis marchis argenti per vos dotaretur, infra unum annum tunc proxime futurum fundare, construere et facere deberetis, iniunxit *e, concedida a dispensa,* cum vos, bannis publice editis nemineque se oponente, publice, in sua necnon dicti regis et carissime in Christo filie nostre Philipe, regine Anglie illustris, pluriumque prelatorum ac clericorum et nobilium presentia, matrimonium invicem de novo contraxissetis, idem archiepiscopus tunc publice solempnizavit matrimonium antedictum (344).

---

ritate apostolica concedere valeat, sic tamen quod idem confessor de hiis, de quibus fuerit alteri satisfactio impendenda, eam personis ipsis per se, si supervixerint, vel per heredes earum ac alios, si tunc transierint, faciendam, iniungat, quam persone vel heredes aut alii predicti ut prefertur facere teneantur, plenam et liberam tibi, tenore presentium, concedimus facultatem. Ne autem, quod absit, dicte persone propter huiusmodi gratiam reddantur procliviores ad illicita imposterum committenda, volumus quod si ex confidentia remissionis huiusmodi aliqua forte committerent, quoad illa predicta remissio eis nullatenus suffragetur. Datum Avinione, iii Idus Julii, anno nono»: AV, Reg. Aven. 145, fl. 469, n. 327.

(342) «Venerabili fratri Johanni, episcopo olim Auriensi, in archiepiscopum Bracharensem electo. Salutem, etc. Ne contractuum memoria, etc., ut in superiori, que dirigitur Henrico de Catzina, ad numerum lxix, usque fiducialiter recurratur. Hinc est quod nos, tuis supplicationibus inclinati, fraternitati tue, de qua fiduciam in Domino gerimus specialem, concedendi auctoritate nostra predictum officium quatuor clericis, quos ad hoc duxeris eligendos, etiam si duo ex ipsis fuerint coniugati vel presbyteri, dummodo alii duo non sint coniugati nec in sacris ordinibus constituti, si ipsos post diligentem examinationem ad illud ydoneos esse reppereris, iuramento prius ab eorum quomodolibet recepto, iuxta formam presentibus annotatam, plenam et liberam concedimus, tenore presentium, facultatem. Forma autem iuramenti quod ipsorum quilibet prestabit, talis est ... Ego ... etc., ut in predicta littera, usque Datum Avinione, iii Idus Julii, anno nono»: AV, Reg. Aven. 145, fl. 506, n. 79.

(343) AV, Reg. Aven. 145, fl. 462-463v, nn. 307-309.

(344) «Dilecto filio nobili viro Edwardo, carissimi in Christo filii nostri Eduardi, regis Anglie illustris, primogenito, principi Wallie, et dilecte in Christo filie nobili mulieri Johanne, principisse Wallie, eiusdem principis uxori. Salutem, etc. Sincere devotionis affectus, quem ad nos et Romanam Ecclesiam geritis, promeretur ut petitionibus vestris, quantum cum Deo possumus, favorabiliter annuamus. Nuper siquidem ex parte vestra nobis exposito quod, licet olim vos ab uno communi stipite descendentes et ab eo, tu, fili primogenite, tertio et tu, filia Johanna, secundo gradibus distantes, ex hoc tertio consanguinitatis gradu vos invicem contingebatis et quod tu etiam primogenite quemdam tuum, Johanna, filium de sacro fonte levaveras, tamen

Como todas as bulas publicadas no sobredito volume de Martene-Durand, tanto a dirigida a D. Pedro, com a negativa sobre a declaração pedida, como a respeitante à dispensa, a conceder a D. Eduardo, são do ano nono do pontificado de Inocêncio VI e constam todas de um manuscrito. Ouso, por isso, perguntar: Porque se admite, então, sem o conhecimento daqueloutras bulas existentes no Vaticano, em abono da autenticidade da bula referente a D. Eduardo, a autenticidade daquela e se acoima de espúria a outra da negativa a D. Pedro? É que não vale a razão alegada de se ter concedido a um o que se nega a outro. As circunstâncias são totalmente diversas, como já dei a entender. No caso da declaração, pedida por D. Pedro, não havia o motivo principal, em todo o género destas dispensas matrimoniais, qual era o de evitar o escândalo da separação e divisões na família real. Além disso, repare-se bem nas condições postas pelo papa aos interessados e na gravidade da penitência imposta aos que assim se atreveram a casar, em grau de consanguinidade proibido e com impedimento de compadrio, apesar de ignorado por eles este último.

Que a carta da negativa ao pedido de D. Pedro se não encontre nos volumes ainda existentes do Arquivo do Vaticano é perfeitamente compreensível, dado que faltam volumes dos registos res-

---

vos pro consolidatione regii solii, a quo etiam tu, Johanna, ducebas originem, non in contemptum clavium, matrimonium per verba de presenti invicem contraxeratis, nos ex certis causis, nobis expositis et etiam tunc expressis, ad carissimi in Christo filii nostri Edwardi, regis Anglie illustris, genitoris tui, primogenite, ac vestre devote supplicationis instantiam, venerabili fratri nostro archiepiscopo Cantuariensi, eius tunc proprio nomine non expresso, et duobus aliis eius in hac parte collegis dedimus per nostras litteras in mandatis ut ipsi vel duo aut unus eorum, vobis primitus per eos iuxta formam canonice sanxionis ab invicem separatis, vos ab excomunicationis sententia, quam propter premissa incurreratis, auctoritate nostra iuxta Ecclesie formam absolverent vobisque etiam penas alias, quas propterea incurreratis, remitterent et etiam relaxarent, iniuncta vobis penitentia, quam saluti animarum vestrarum expedire viderent, et certis aliis tunc expressis. Et deinde, si consideratis premissis et aliis que in tanto negotio consideranda erant, eis videretur expediens quod huiusmodi foret dispensatio concedenda, vobiscum ut, impedimentis que ex dictis consanguinitate et compaternitate proveniunt, nequaquam obstantibus, matrimonium insimul de novo libere contrahere et in eo, postquam contractum foret, licite remanere possetis eadem auctoritate dispensarent, prolem suscipiendam ex ipso matrimonio legitimam nuntiando. Et deinde cum ad nostrum pervenisset auditum quod dudum dilecto filio nobili viro Willelmo de Monteacuto, comite Sartervinensi, et quondam Thoma Holande, milite, utroque videlicet eorum asserentibus se cum dicta Johanna matrimonium contraxisse ortaque propterea inter ipsos Willelmum et Thomam materia questionis et causa huiusmodi ad sedem apostolicam devoluta, tandem dictus Thomas pro se et contra dictum comitem diffinitivam, per quam dicta Johanna eidem Thome adiudicata extiterat in uxorem et pronuntiatum matrimonium per dictum comitem contractum nullum fuisse, apud dictam sedem sententiam reportarat dictaque Johanna eidem Thome, quamdiu vitam duxerat in humanis, tamquam eius viro adheserat, et comes prefatus eidem sententie acquiescens, cum alia nobili muliere contraxerat, quam ex tunc tenuerat, prout tunc tenebat pro uxore sua legitima, nos ut in tanto negotio, ad evitandum animarum pericula, maturius procederetur, eisdem archiepiscopo et collegis per alias nostras secretas seu clausas litteras dedimus in mandatis ut ipsi vel duo aut unus eorum se de premissis diligentius informantes, si per informationem debitam invenirent sententiam fore latam et alia premissa veritati fulciri, in negotio absolutionis et dispensationis predictarum procederent iuxta predictarum primarum litterarum continentiam et tenorem, alioquin in negotio supersedentes eodem, quidquid invenirent in premissis nobis per suas patentes litteras significarent. Nuper vero venerabilis frater noster Simon, archiepiscopus Cantuariensis, nobis per suas patentes litteras significare curavit quod ipse solus in huiusmodi procedens negotio, ante omnia debita et diligenti informatione recepta, tam per inscriptionem felicis recordationis Clementis pape vi.ti, predecessoris nostri, super prolatione et confirmatione dicte sententie confectam quam per alia sufficientia documenta repperat evidenter omnia et singula in eisdem nostris clausis litteris contenta veritate fulciri eaque declaraverat per omnia vera fore et propterea se posse et debere in negotio absolutionis et dispensationis huiusmodi procedere, iuxta predictarum litterarum patentium continentiam et tenorem, et subsequenter etiam declarato per eum dictum matrimonium inter vos primo in gradu prohibito et alias illegitime contractum nullum fuisse, vos re et verbo ab invicem separavit iuxta formam canonice sanxionis ac [fl. 462v] postmodum vos humiliter id petentes, a predicta excommunicationis sententia iuxta formam Ecclesie eadem auctoritate absolvit ac penas prefatas vobis remisit et etiam relaxavit vobisque penitentiam salutarem et alia que de iure et secun-

pectivos. O P. Brásio diz «que está íntegra a Chancelaria pontifícia de Avinhão desta época, no seu próprio original», esclarecendo que «ao ano, mês e dia em causa corresponde o volume 146», onde não aparece a dita bula, como aliás também foi verificado pelo «Amigo Mons. Dr. António Antunes Borges, Reitor de Santo António dos Portugueses em Roma e consciencioso investigador». Esclareço, antes de mais, que a bula em causa, do ano nono do pontificado de Inocêncio VI, devia pertencer aos documentos de índole secreta ou pelo menos aos De Curia *do dito papa. Ora no Vaticano não há um volume sequer de letras secretas daquele ano. Como é sabido, as bulas do Reg. Aven. foram transcritas em grandes volumes de pergaminhos, que são os actuais Reg. Vat., mas desta série não existe algum volume desse ano do pontificado de Inocêncio VI. O Reg. Vat. 244N+, indicado em* Sussidi per la consultazione dell'Archivio Vaticano (345) como Archetypa epistolarum *dos anos IX e X do pontificado de Inocêncio VI, contém só bulas de Clemente VI e nenhuma daquele papa, como pude verificar, inclusive pelas numerosas bulas dirigidas a D. Guilherme* archiepiscopo Bracarensi (346). *Aliás, do ano IX e só de Clemente VI existem lá apenas três ou quatro letras apostólicas. E aí precisamente está a sobredita carta, transcrita atrás, do ano IX de Clemente VI, dirigida ao Infante D. Pedro sobre as tendenciosas informações a respeito do embaixador e conselheiro régio* Petrus de Corbigneyo (347). *Quanto aos Reg. Aven. do ano nono, há três volumes, mas só os 146 e 147 trazem alguns documentos* De Curia, *conforme me inteirei*

---

dum tenorem litterarum nostrarum iniungenda fuerint et presertim quod duas capellas, quarum quelibet de viginti annuis marcis argenti per vos dotaretur, infra unum annum tunc proxime futurum fundare, construere et facere deberetis, iniunxit et deinde quia propter regalis exaltationem solii, a quo nativam originem produxistis ac premissas diversasque alias rationabiles causas, quas deliberatiori mente revolverat et alia que in tanto negotio fuerant merito attendenda, sibi visum fuit profecto expediens et regno Anglie fructuosum quod iuxta formam dictarum litterarum nostrarum vobis erat huiusmodi dispensatio concedenda, vobiscum ut, impedimentis predictis que ex eisdem consanguinitate et compaternitate proveniunt nequaquam obstantibus, matrimonium insimul de novo libere contrahere et in eo, postquam existeret, remanere licite valeretis eadem auctoritate dispensavit, prolem suscipiendam ex dicto matrimonio legitimam nuntiando quodque postmodum cum vos, bannis publice editis nemineque se opponente, publice, in sua necnon dicti regis et carissime in Christo filie nostre Philipe, regine Anglie illustris, pluriumque prelatorum ac clericorum et nobilium aliorum presentia, matrimonium invicem de novo contraxissetis, idem archiepiscopus tunc publice solempnizavit matrimonium antedictum, prout in eisdem ipsius archiepiscopi litteris per unum in forma publica scriptis et duos alios notarios publicos subscriptis et ipsius archiepiscopi sigillo signatis plenius continetur. Quare pro parte vestra fuit humiliter supplicatum ut premissa que circa hec per dictum archiepiscopum acta sunt, robur apostolice firmitatis adiicere dignaremur. Nos itaque huiusmodi vestris supplicationibus inclinati, absolutionem, remissionem, relaxationem et dispensationem predictas et alia quelibet per dictum archiepiscopum in dicto negotio vigore predicte commissionis ut premittitur facta, rata habentes et grata, illa auctoritate apostolica ex certa scientia confirmamus et presentis scripti patrocinio communimus. Nulli ergo, etc., confirmationis, etc. Datum Avinione, iii Idus Decembris, anno nono. Dilecto filio nobili viro Edwardo, carissimi in Christo filii nostri Edwardi, regis Anglie illustris, primogenito, principi Wallie, et dilecte in Christo filie nobili mulieri Johanne, principisse Wallie, eiusdem principis uxori. Salutem, etc. Sincere devotionis, etc., ut in proxime antecedenti, que ipsismet dirigitur, usque nuntiando. Declarato prius per eum dictum matrimonium inter vos primo in gradu prohibito et alias illegitime contractum nullum fuisse, vos re et verbo ab invicem separavit iuxta formam canonice sanctionis et subsequenter vos humiliter id petentes, a predicta excommunicationis sententia iuxta formam Ecclesie eadem auctoritate absolvit ac penas prefatas vobis remisit et relaxavit vobisque penitentiam salutarem et alia que ...»: AV, Reg. Aven. 145, fl. 462-463, nn. 307-308.

(345) *Sussidi per la consultazione dell'Archivio Vaticano (Studi e testi*, 45), Roma, Bibl. Apost. Vaticana, 1926, p. 65.

(346) AV, Reg. Vat. 244N*, fl. 4, 9, 13, 17, 18, 19, 20, 22, 24, 30, 38, 40, 41 (todas do ano décimo de Clemente VI).

(347) AV, Reg. Vat. 244N*, fl. 120.

pelo índice oficial, existente no Arquivo do Vaticano, e pelo exame dos volumes respectivos. O vol. 146 tem apenas a folha 27 com cinco cartas De Curia Anni Noni, *dirigidas todas elas ao* Venerabili fratri episcopo Ostiensi, apostolice sedis legato ([348]). *No volume 147 há cerca de trinta a quarenta folhas de* Littere de Curia Anni Noni ([349]). *Além disso, é sabido que, na transferência dos Reg. Aven. de Avinhão para Roma, se perdeu muito material arquivístico. Por todas estas razões não se pode afiançar que a carta, se fosse autêntica, se devia encontrar no Reg. Aven. 146, cujos documentos do ano IX praticamente não pertencem à categoria daquela bula ou carta de resposta negativa à declaração pedida por D. Pedro.*

Para terminar, peço desculpa ao leitor de o ter demorado com esclarecimentos tão longos a propósito do casamento que D. Pedro jurou ter realizado com Inês de Castro, após diligências em obter dispensa do papa, conforme os dizeres de João das Regras e de Fernão Lopes. Depois de notar que a bula de 1361, relativa ao pedido de declaração da validade do matrimónio, sem referência alguma a outro impedimento que não fossem os da dispensa de João XXII, é em abono da veracidade daquelas diligências, quisera proclamar a minha propensão para aceitar o juramento e declaração do monarca, bem como do bispo da Guarda e Estêvão Lobato, e convicção de que ele foi realmente contraído, conforme aliás as praxes do tempo me levam a crer. Mas haverá certeza quanto à sua validade? Vimos atrás exemplos e respectiva crítica de Álvaro Pais aos nobres da Península que se casavam com impedimentos muito graves, sem a necessária dispensa, na esperança de, uma vez unidos e considerados até como validamente casados, obterem depois a dispensa da Santa Sé. Casos havia em que, mesmo na perspectiva de ser negada a dispensa, tais nobres se atreviam a casar, como sucedeu no matrimónio de Dona Maria, filha de D. Afonso IV de Portugal, com o rei de Castela, que tentaram e, finalmente, obtiveram a dispensa. Assim também sucedeu, mais ou menos, entre o rei de Castela e Dona Constança. Ainda que fosse válido o matrimónio de D. Pedro com Dona Inês de Castro, os rumores verdadeiros ou possíveis em contrário, ou então dúvidas sobre a aplicação da bula de João XXII, já vislumbradas aquando do casamento com Dona Constança, poderiam aconselhar um recurso ao papa. Repare-se que o problema não era simples caso de consciência, mas de muita relevância na sociedade portuguesa e até internacional, quer se tratasse do pedido de dispensa antes do casamento, quer, depois, do pedido de declaração sobre a validade do matrimónio! Poderia João das Regras exceder-se no manusear dos argumentos? É não só possível, como muito provável, para não dizer certo. Mas que ele ou Fernão Lopes inventassem documentos — sem negar que então se pudesse ter recorrido a interrogatórios ad usum Delphini, *a favor da tese que a facção contrária aos filhos de Dona Inês desejava triunfasse —, com base nos argumentos até agora apresentados, é que não posso aceitar, enquanto não aparecerem outros argumentos sérios e convincentes. O documento original, com as assinaturas autógrafas, que originou estas longas considerações, bem como o auto das cortes de Coimbra sobre a eleição de D. João I, parecem-me significativos para o caso. Os suplicantes, ao dizerem que o Mestre de Avis era filho ilegítimo e adúltero, enquanto filho de D. Pedro, casado, e mulher casada, propalavam implicitamente que ainda persistia o casamento de D. Pedro com Dona Branca, devendo, portanto, ter como nulo o matrimónio com Dona Constança. Para mim este casamento, inválido ao início, foi validado posteriormente pelo papa Clemente VI, conforme consta de súplica e respectiva bula, referidas atrás. Se não conhecesse tais documentos, eu deveria dizer, com esses prelados, nobres e representantes do povo, que D. Pedro não podia ter casado validamente com Inês de Castro, como, de facto, não casou validamente, ao princípio, com Dona Constança. É evidente que, baseados nesse argumento*

([348]) AV, Reg. Aven. 146, fl. 27.
([349]) AV, Reg. Aven. 147, fl. 102ss.

de que ainda continuaria o casamento com Dona Branca, se equivocavam os participantes nas cortes de Coimbra, ao proclamarem a ilegitimidade dos filhos que Inês de Castro tivera do Infante D. Pedro. Mas seria só por este motivo que esses homens das cortes de Coimbra diziam que os filhos de Inês de Castro e D. Pedro eram ilegítimos? É tudo uma série de circunstâncias e de problemas que nos sugere sermos cautos e saber esperar até que, neste ponto, se possa dizer a última palavra. Aguardemos, portanto, sem nos pronunciarmos categoricamente nem pela omnímoda probidade histórica e a toda a prova de Fernão Lopes, como se fora um historiador no sentido rigoroso e conforme as exigências dos nossos dias, nem por um cego servilismo seu, para mim infundado, por enquanto, a uma tese capaz de o induzir a forjar documentos.

A súplica dos representantes das cortes de Coimbra de Abril de 1385 e as bulas a seu respeito, que acabámos de comentar, falam-nos, frequentemente, do cisma e da guerra sustentada pelos portugueses contra os castelhanos cismáticos, partidários do papa de Avinhão, que os nossos reputavam antipapa. Outros documentos, também já considerados, referem-se à privação de benefícios e bens de portugueses pelo rei ou prelados, precisamente a pretexto de eles terem abandonado D. João I e fugirem para Castela, ao serviço de um monarca cismático, em contínua guerra com Portugal, que se mantinha fiel ao papa de Roma, enquanto aqueles passavam a obedecer ao antipapa. As invasões dos respectivos reinos, durante a guerra, eram frequentes. Conforme se tira de alguns acontecimentos referidos atrás, bem como do que mais à frente se dirá quanto à posição de Portugal, em face do cisma, D. João I invadiu algumas vezes a Galiza. Nos territórios invadidos, à administração portuguesa, então imperante, seguia-se a obediência ao papa de Roma por parte do clero e leigos. O suceder-se de administrações antagónicas, pelo menos quando a autoridade portuguesa era substituída pela castelhana e vice-versa, e o facto de a diocese de Tui compreender territórios de ambos os reinos, levou, como veremos, à nomeação de dois bispos para a diocese, um pelo papa de Roma, regra geral de nacionalidade portuguesa, e outro pelo de Avinhão. No extenso período do cisma, a cidade de Tui, sede habitual da diocese, era, por isso mesmo, a residência natural do bispo, o qual, a pertencer à obediência do papa de Roma, não poderia residir ali, durante o tempo em que a cidade dependia do rei de Castela. Por esse motivo, logo no início do reinado de D. João I, deparamos, em Portugal, como se verá, com vigários gerais dos bispos de Tui D. Toríbio, ainda a residir na Cúria do papa de Roma à volta de 1402, e D. António, bem como do administrador perpétuo da diocese de Tui, o arcebispo de Compostela, vindo para Portugal, D. João Garcia Manrique, nos fins do século XIV. A este se atribui a instituição, na igreja de Santo Estêvão de Valença do Minho, do cabido de Tui, constituído pelos cónegos da obediência de Roma, fossem eles portugueses ou espanhóis, os quais passaram a usufruir os rendimentos da diocese, existentes em Portugal.

A súplica, de que presentemente nos ocupamos, de 5 de Agosto de 1415, com a assinatura autógrafa dos cónegos Gonçalo Martins, Rodrigo Esteves, Martinho Afonso, João Domingues, Domingos Esteves, Afonso Gonçalves, João Rodrigues e Lopo, vem confirmar a existência e funcionamento do cabido de Tui na igreja de Santo Estêvão de Valença do Minho. Dizem os cónegos que, estando vacante a igreja de Tui por morte do último bispo D. António, tinham eles reunido na igreja de Santo Estêvão de Valença do Minho, na qual, por causa do cisma, residia o colégio ou cabido da dita igreja de Tui, para postularem bispo para a diocese, depois de terem pedido, como era costume, e conseguido a respectiva licença do rei de Portugal, em cujos domínios residiam, por lhes estar interdita a residência na catedral do bispado, situada no reino de Castela, entre cismáticos. Tinham escolhido e apresentavam ao papa como postulado Lopo Vaz da Cunha, reitor da igreja de Santa Maria da Lourinhã e comendatário do mosteiro de Santo André de Rendufe, para o papa o nomear bispo de Tui. À redacção da súplica assistiu o sobrinho do rei de Portugal e bispo do Porto, D. Fernando Pires da Guerra, por meio de cujo selo e do cabido

foi autenticado este documento original, existente no Arquivo Distrital de Braga, Gaveta de notícias várias, n. *48:*

«*Sanctissime Pater, beatissime domine noster. Humili cum genuflexione, post osculla pedum beatorum. Recomendatione premissa. Ad notitiam V. S., Beatissime Pastor, per presentes devenire curavimus quod ecclesia et diocesis Tudensis, nunc sic pastoris destituta solacio per obitum recolende memorie reverendi fratris Antonii, ultimi et inmediati eiusdem pastoris, et ne ecclesia predicta et sua diocesis ob deffectum prelati longeve in temporalibus et spiritualibus pateretur detrimentum et ad irrecuperabiles dilapidationes dilaberetur, tractavimus de postulatione futuri pastoris et habita prius licentia a domino rege Portugalie, ut est moris, et de consuetudine regni, sub cuius dominio residemus, cum principalis ecclesia nobis sit interdicta, eo quod constituta apud scismaticos in regno Castelle, convenientes in unum, in ecclesia sancti Stephani de Valença de Minho, ubi propter iam dictum scisma residet colegium dicte ecclesie, et vocatis qui fuerunt evocandi, nemine contempto, attendentes legalitatem, probitatem vite ac morum honestatem et illesam ac inmaculatam famam et magnam literaturam in legali scientia nobilis ac generosi viri Lupi Vasci de Cunha, rectoris parrochialis ecclesie sancte Marie de Lourinhaã Ulixboñ diocesis ac commendatari monasterii sancti Andree de Randuffe Bracharensis diocesis, omni sinistro expresso et affectione singulari seclusa, sed gratia potius inspirante divina, postulavimus in nostrum et dicte ecclesie et diocesis Tudensis episcopum et pastorem et volentes tam sanctam, iustam, utillem et proficuam prosequi postulationem, ut tenemur, eam ad pedes V. S. presentari solicitavimus; ea ergo, Pater Beatissime, ad S. V. totis viribus, totis mentibus, cum ea efficacia et instantia qua possumus, humiles preces effundimus ut dictam postulationem confirmantes, eundem Lupum Velasci sic postulatum dignemini nobis et dicte ecclesie et diocesi preficere in episcopum et pastorem, scientes, Sanctissime Pater, quod per huismodi provisionem dignitati magis providebitur quam persone. Has presentes, P. S., ad maioris certitudinis veritatem nostris nominibus et sigillo reverendi in Christo patris et domini d. Fernandi, episcopi Portugalensis, nepotis regis Portugalie, ad presens hic degentis, ac huius collegii munivimus et roboravimus. Statum vestrum, Sanctissime Presul, ad exaltationem catholice fidei et regimen sancte matris Ecclesie Deus pius conservet in longum. Supplicantes insuper V. S. ut cum eodem Lupo Velasci postulato super deffectum etatis, in xxvi° anno vel circa constituto, dispensare dignemini de gratia speciali. Scripta in supradicta ecclesia sancti Stefani, quinta die mensis augusti. Anno Domini M° cccc xv°. Gundisalvus, canonicus Tudensis. Rodericus Stephani, canonicus Tudensis. Martim Affomso. Johannes Dominici, canonicus Tudensis. Dominicus Sts. Alfonsus Gunsalvi, canonicus Tudensis. Joham R[odrig]ez. Lopus trs.*».

Como veremos, Lopo Vaz da Cunha não chegou a ser nomeado bispo, nem sequer em 1426--1427, ao tentar, com outros concorrentes, ser promovido à sé da Guarda. Mas foi-lhe entregue a administração da parte portuguesa da diocese de Badalhouce, conforme se tira de várias súplicas do pontificado de Martinho V, inclusive das diligências, em 1428, de permuta de benefícios entre ele, administrador dos bens da diocese de Badalhouce e comendatário do mosteiro de Santo André de Rendufe, João Rodrigues, deão de Lisboa, Rui Dias, deão de Braga, e o Dr. Vasco Rodrigues, futuro advogado consistorial. O papa João XXIII, a quem era endereçada a súplica, tinha sido deposto no concílio de Constança, por ele convocado, a 29 de Maio de 1415, e Gregório XII tinha abdicado, a 4 de Julho do mesmo ano. Só Martinho V, portanto, eleito papa pelo concílio a 11 de Novembro de 1417, deve ter-lhe concedido essa administração, talvez com dificuldade, já que era um dos princípios determinados pelo concílio de Constança, alegado aliás ainda por Eugénio IV, aquando das questões entre Portugal e Castela sobre os bispados com territórios em ambos os reinos, que os bens desmembrados durante o cisma tornassem ao respectivo bispo. O próprio papa Martinho V, em 1423-1424, a pedido do bispo de Tui, urgia a restituição dos territórios portugueses à sé de Tui, situada no reino de Castela, tendo D. João I conseguido do papa a suspensão do mandato.

f) Súplica do mês de Maio de 1437 da universidade de Lisboa a Eugénio IV, pedindo a este nomeie capelão pontifício Frei João de S. Lourenço da Ordem do Carmo, bacharel formado e lente de prima de teologia, e as embaixadas deste ao papa Eugénio IV e outras actividades

Ao publicar na Introdução ao I volume de Monumenta Portugaliae Vaticana *duas cartas, uma de Lopo Afonso, escrivão da câmara de el-rei D. Duarte, e outra de Afonso Nogueira, respectivamente de 17 e 24 de Maio de 1437* (350), *nas quais se pedia ao abade D. Gomes se interessasse por que o papa Eugénio IV promovesse a capelão pontifício o carmelita Frei João de S. Lourenço, professor de teologia na universidade de Lisboa, e se dava notícia de súplica neste sentido da dita universidade, lembrei certa «carta endereçada a Eugénio IV, a 12 de Dezembro de 1439, existente no* Archivio di Stato *de Florença,* Diplomatico, Badia». *Dei esta notícia, baseado nos apontamentos que, há mais de quinze anos, tirei do catálogo dos documentos originais da abadia de Santa Maria de Florença ou* Diplomatico, Badia di Firenze. *Notando, porém, que o documento recentemente publicado no vol. IV de* Chartularium Universitatis Portugalensis *não traz data, forçoso se torna concluir que a súplica, referida naquelas cartas de Maio de 1437, não pode ser posterior a 1437. Eis a tal súplica, de que não encontrei documentos correspondentes, tanto no Reg. Suppl. como nos Reg. Vat. ou Reg. Lat.:*

> *«Jhesus. Sanctissime Pater ac Beatissime Domine. Vestre Sanctitatis humiles et devoti fillii rector, doctores, licentiati, bachalarii, legentes et consules Universitatis Generalis Studii civitatis Ulixbonensis regni Portugalie. Cum humilima obedientia tam debita quam devota ad terre ante pedes osculla beatos. Etsi interdum, Presul Sacratissime, Christi Vicarie, pro nonnullis Vestre Sanctitati preces fundimus, illas potissime ad exauditionis gratiam admitti desideramus, quas in favore illorum porrigimus, quos in virtute singulares et ecclesiastice profficuos speramus esse futuros. Cum autem, Pater Beatissime, fratrem Johannem de Sancto Laurentio ordinis Carmelitarum, sacre theologie bene merito bachalarium iam formatum, virum utique providum et circunspectum, vita, moribus et converssatione laudabilem, qui in eodem Generali Studio sacre theologie cathedram prime continue regendo aliaque plurima pietatis opera, que in ipsius Universitatis singulare augmentum cedunt, exercet, in quibus plurimis suorum fratrum infestationibus indebite molestatur atque impeditur, suorum laudabilium meritorum eiusdemque Studii Generalis augmentationis intuitu, apostolicis gratiis atolli per Vestram Sanctitatem affectuosius exoptemus, idcirco, Pater Beatissime, S. V. humilime petimus quatinus memoratum fratrem Johannem in vestrum capellanum honoris dignemini assumere, ascrituri nobis totique Universsitati, Beatissime Pater, quidquid nostrarum precum pro eodem recepisse noverimus in gratiam singularem. Beatitudinem Vestram Creator omnium et Director Deus sanam et incolumen per multa tempora feliciter conservare dignetur regimini Ecclesie sue sancte. Gonsalvus, rector. Martinus, in iure (medicina?) bacalarius Gomecius, in utroque bacalarius. Johannes, scolaris. Gomecius. Alvarus Valasci. Alvarus Bastus. Alfonssus, gramaticorum bacalarius. Alfonsus de Maura, vicarius»* (351).

---

(350) ANTÓNIO DOMINGUES DE SOUSA COSTA, *Monumenta Portugaliae Vaticana,* I, *Introdução,* pp. XLVIII-XLIX, XCVI.

(351) *Archivio di Stato di Firenze,* Diplomatico, Badia.

Esta súplica sugere-nos estudo, embora sumário, sobre a figura político-religiosa de Frei João de S. Lourenço, o qual, depois de ter dirigido os destinos dos carmelitas em Portugal e ensinado teologia na universidade de Lisboa, foi embaixador do Infante D. Pedro, regente do reino, e de el-rei D. Afonso V ao papa, bem como à Hungria, promovido à sé titular de Tiberíades e depois à de Ceuta, dizendo-se primaz de África, e, finalmente, transferido para a sé da Guarda.

a. Filho natural do Infante D. Duarte o nosso Frei João de S. Lourenço?

Afirma-se que o nosso carmelita era filho bastardo de el-rei D. Duarte e de Joana Manuel, filha do conde de Sintra. Por tal motivo se lhe dá também o nome de João Manuel. Como indício, a favor de tal afirmação, talvez se pudesse aduzir as palavras de Lopo Afonso, escrivão da câmara de el-rei D. Duarte, em cartas de 1 e 17 de Maio de 1437 ao abade D. Gomes, sobre «Frey Joham da hordem do Carmo, bacharel ja formado em teologia e leente da prima da dicta ciencia em Lixboa» (352). *Efectivamente, depois de se referir ao mal-estar do carmelita entre os confrades e à sua intenção de mudar de ordem religiosa, Lopo Afonso informa que el-rei D. Duarte ordenara que ele não mudasse de hábito e continuasse no Estudo, aliás como ele, monarca, tinha falado com D. Gomes em Torres Vedras: «Frey Joham, da hordem do Carmo, bacharel ja formado em teologia e leente da prima da dicta ciencia em Lixboa, que vos bem conheçees, me disse, nom he agora menos do que foi,* quando em esta terra erees, *mas muyto mais, perseguido do provençial da dicta ordem, por o qual el quis mudar o avyto* e el rey lhe mandou que o nom mudasse e que estevesse no Estudo, como estava, por que sua merçee he de el aproveytar em çiençia, asi como ja convosco falou na vila de Torres. E ahinda que assi seja, empero, nom çessam de o perseguir, *nom avendo el do moesteiro cousa algũa. E pois que, senhor, per obra se mostra que ja nom he posivil de el seer em paz com o dicto provençial e frades e ainda moesteiro de ouservançia de sua religiom nom o ha em esta terra, e estar em tam disoluta prevaricaçom a conçiençia o nom leixa, porem por que o bacharel he homem de que per contemplaçom de suas virtudes eu tenho assi grandissomo cargo, como de hũu meu filho que esta com el no Estudo, e sey que seu desejo he de aproveytar e maliçiosamente o nom leixam, com a mayor aficaçia que posso, asi como por cousa primeira que vos requeiro, peço aa vossa merçee que vos praza de averdes do Santo Padre que o filhe por seu capelam»* (353).

Como se pode ver pela súplica transcrita, o nosso carmelita chamava-se Frei João de S. Lourenço. Porque será, então, que geralmente o apelidam de João Manuel e o dizem filho natural de el-rei D. Duarte? Braamcamp Freire, depois de lembrar documentos, outrora pertencentes ao convento do Carmo de Lisboa, em que ele também figura com o nome de Frei João de S. Lourenço, classifica de lenda tardia a tese da paternidade eduardina, concluindo assim a análise e comentários dos documentos alegados: «Fique, pois, assente, acabando com esta lenda, que o bispo da Guarda D. João não foi filho de el-rei D. Duarte! Fique também em certeza que o bispo, que na Ordem se chamou ao princípio Frei João de S. Lourenço, nunca usou do apelido Manuel» (354). *Para Braamcamp Freire o argumento decisivo está nas declarações do próprio bispo carmelita em carta de 14 de Agosto de 1475, sendo bispo da Guarda, sobre a instituição da sua capela*

---

(352) Bibl. Medicea-Laurenziana de Florença, cod. Ashb. 1792/2, fl. 80. Public. por ANTÓNIO DOMINGUES DE SOUSA COSTA, *Monumenta Portugaliae Vaticana*, I, *Introdução*, p. XLVIII.

(353) *Loc. cit.*

(354) ANSELMO BRAAMCAMP FREIRE, *Brasões da Sala de Sintra*, III, 2.ª ed., Coimbra, 1930, p. 16.

no convento do Carmo de Lisboa, pois, ao doar a seu filho D. João Manuel certas casas «com a condição ... que o possuidor que for das ditas casas lhe faça dizer em cada um ano, convem a saber cada domingo da dita quaresma, uma missa», explicita que essa missa seria aplicada «pela alma do dito senhor (isto é dele bispo) e seu padre e madre, sahindo sempre em fim de cada missa com responso e agua benta sobre a cova, onde jaz o dito seu padre e madre» (355).

Depois da morte do bispo, que foi a enterrar no dito convento do Carmo, idênticas declarações, agora de seu filho maior D. João Manuel, ou melhor do notário, sobre determinações do dito filho do bispo, constantes do contrato de 5 de Julho de 1488, celebrado entre o supra mencionado D. João Manuel e os carmelitas do convento de Lisboa, confirmam que o pai do bispo estava enterrado no convento do Carmo de Lisboa, juntamente com a esposa e o filho bispo, por onde aquele não pode ser identificado com el-rei D. Duarte, que foi sepultado na Batalha e daí nunca saíram seus restos mortais: «Por quanto D. João que foy bispo da Guarda e provincial daquelle mosteiro (o do Carmo de Lisboa), se mandou alli enterrar, lhe davão a capella dos Reys para elle bispo e que nella se não enterrarião senão o dito D. João e seu irmão D. Nuno e os que delles descendessem, salvo Leonor Pires, mulher que foy de Pedro Annes, escudeiro e morador em Valverde, para o que o dito D. João Manuel dava tal renda ao mosteiro para lhe dizerem certo número de missas pelas almas do bispo, seu pay, e seu pay e may delle bispo, que estavão enterrados da banda de fora da dita capella, *junto com o primeiro esteyo»* (356). *E Braamcamp Freire observa: «El rei D. Duarte, como todos sabem, está enterrado na Batalha e nunca teve outra sepultura. As razões que D. António Caetano de Sousa apresenta em seguida à transcrição acima, para a infirmar, são realmente fúteis (2)»* (357). *Dar-se-á o caso de se tratar de pai e mãe adoptivos?*

É certo poder objectar-se que os filhos do bispo tinham e usavam o apelido Manuel, para o que ainda não encontrei resposta plenamente satisfatória, mas os argumentos de Braamcamp Freire parecem-me bem eloquentes, além de que não vejo explicação para o facto de D. Afonso V, ao pedir favores ao papa, como veremos, lembrando as benemerências do bispo e relações de amizade com ele monarca, não aluda também a relações de parentesco, se de facto as tivesse. Se, realmente, era seu irmão, embora só pelo lado do pai, el-rei D. Duarte, porque o não declara, ao alegar outras relações de amizade ou ofícios na corte? Também os arcebispos de Braga e de Lisboa ou seus procuradores, ao indicarem a alguns cardeais toda a espécie de relações, inclusive de amizade e de sangue, dos prelados portugueses de então com o monarca D. Afonso V, em carta de 2 de Fevereiro de 1465 (?), lembrando muito embora que o bispo de Évora era avunculus regis, *o de*

---

(355) «Carta de 14 de Agosto de 1475 de instituição da capela do bispo da Guarda no convento do Carmo de Lisboa. Está a fl. 87v do vol. I. do *Tombo das escripturas que tratão das capellas deste real convento do Carmo de Lisboa, feito depois do terremoto ... escripto pelo P. prezentado Fr. Matheus de Araujo Correia, escrivão do dito convento. Ano de* 1759. Guarda-se na Torre do Tombo. Está também a fl. 151 do livro 3.º das *Capellas do Carmo*, que se guarda no cartório do hospital de S. José. Em ambos os livros são cópias autênticas, com reconhecimentos, e perfeitamente em forma, mas em ambas vêem-se apenas extratos. Está, porém, o documento por inteiro a fl. 16 e seguintes dos *Autos da conta da capella do bispo da Guarda D. João Manuel (sic) na egreja de Nossa Senhora do Monte do Carmo, Cartório das capellas, maço* 92, *n.* 2, *Ext.* 907. Estes preciosos autos encontrou-os no cartório do hospital de S. José, onde, a pedido meu, os procurou, o distinto cartulário daquele precioso arquivo Luís Leão Trinité, a quem quero deixar aqui consignado o meu agradecimento»: ANSELMO BRAAMCAMP FREIRE, *Brasões da Sala de Sintra*, III, p. 15, nota 1.

(356) (1) «Contracto de 5 de Julho de 1488, celebrado entre D. João Manuel e os carmelitas de Lisboa. Está a pág. 27 do livro 1.º dos *Tombos do Carmo*, citados por Sousa na *História Genealógica*, vol. XI, p. 386 e por Sant'Ana na *Crónica dos Carmelitas*, vol. II, § 111»: ANSELMO BRAAMCAMP FREIRE, *Brasões da Sala de Coimbra*, III, p. 16, nota 1.

(357) (2) «*História Genealógica*, vol. XI, pág. 386»: BRAAMCAMP FREIRE, *Brasões da Sala de Coimbra*, III, p. 16, nota 2.

Lamego consanguineus et decanus capelle et factura regis, *o de Viseu* pedadogus primogeniti ac etiam consiliarius et factura regis, *e o de Ceuta* confessor et factura regis, *diz simplesmente sobre o nosso Frei João:* Episcopus Egitaniensis est capellanus maior et consiliarius, auditor et factura dicti regis:

«*Reverendissime Pater et domine observantissime, ne dominatio vestra credat quod, ut asseritur, falso fuit sibi persuasum non prelatos, non capitula et clerum regni Portugallie, sed solum aliquos paucos panosos clericos sua auctoritate, citra consensum prelatorum, capitulorum et cleri predictorum regis contradicere concessioni tertiarum proventuum ecclesiarum et super provisione beneficiorum dicti regni, etc., habeat pro certo et indubitato quod in regno Portugallie sunt solum duo metropolitani, videlicet archiepiscopus Bracarensis, qui etiam est primas, et archiepiscopus Ulixbonensis. Isti quidem reclamarunt, appellarunt et ad prosequendam causam constituerunt procuratores, qui non viri panosi, sed probi et graves in Curia presentes sunt et hac sola de causa venerunt. Insuper sunt in eodem regno octo episcopi videlicet Colimbriensis, Portugalensis, Elborensis, Lamacensis, Egitaniensis, Visensis, Silvensis et Ceptensis, ex quibus duo videlicet Colimbriensis et Portugalensis similiter reclamarunt, appellarunt et procuratores constituerunt. Reliqui vero, licet spectetur quod predictis adherebunt, hactenus nichil fecerunt ex eo forsan quod* episcopus Elborensis est avunculus regis et nichil fuit ab eo petitum, episcopus Lamacensis, quia etiam est consanguineus et decanus capelle et factura regis, episcopus Egitaniensis est capellanus maior et consiliarius, auditor et factura dicti regis, episcopus Visensis est pedagogus primogeniti ac etiam consiliarius et factura regis, episcopus Silvensis nichil, quia nichil fuit ab eo petitum, et episcopus Ceptensis est confessor et factura regis. *Ceteri etiam reclamarunt, appellarunt et constituerunt procuratores scilicet decani, canonici, dignitates et capitula ecclesiarum Bracharensis et Ulixbonensis et Colimbriensis et Portugalensis et Lamecensis et Egitaniensis et Visensis. Insuper etiam totus clerus civitatum et diocesum Bracharensis et Ulixbonensis, Colimbriensis, Portugalensis, Lamecensis et Visensis reclamarunt, appellarunt et constituerunt procuratores. Cum igitur et Primatis omnium archiepiscoporum et tot episcoporum ac maioris partis canonicorum, capitulorum et dignitatum et totius cleri dicti regni procuratores sunt hac sola de causa expensis constituentium presentes in Curia et pro libertate Ecclesie necdum in favorem ecclesiarum dicti regni, sed etiam totius universalis Ecclesie, ad quam dicta concessio, si in Portugalia procederet, extendi posset, laborent, sanctissimus dominus noster, ad quem principaliter pertinet libertatem et honorem Ecclesie tueri. Permittat Dominus quod appellationes predictas et ius suum, iustitia mediante, prosequi possint. Quod si hoc denegaretur, ex causis et rationibus, ne longa informatione eidem Paternitati vestre porrecta expretius totus status Ecclesie subverteretur. A ii de Fevereiro. Fernandus, Primas. Ulixbonensis*» (358).

Na carta mencionada, de Maio de 1437, de Afonso Nogueira, este, ao referir-se à súplica da universidade ao papa, no sentido de o fazer capelão pontifício, diz que «a Oniversidade soprica por frey Johanne, prioll que foy do Carmo, *ao Santo Padre que praza a Sua Santidade fazello seu capellam»* (359). *De facto, aparece-nos em documento de 15 de Outubro de 1435, na qualidade de testemunha um* frei Johanne, prior de Sancta Maria do Carmo de Lixboa (360). *Mais. Informa-nos o sobredito consciencioso e bem informado historiador Braamcamp Freire que Frei*

---

(358) ADB, *Liber rerum memorabilium*, I, fl. 47v-48.

(359) Bibl. Medicea-Laurenziana de Florença, cod. Ashb. 1792/1, fl. 184. Publicada por ANTÓNIO DOMINGUES DE SOUSA COSTA, *Monumenta Portugaliae Vaticana*, I, *Introdução*, p. XLIX.

(360) ANTT. *Alcobaça, Prazos*, livro 133, fl. 72. Publicado em *Chartularium Universitatis Portugalensis*, IV, Lisboa, 1970, n. 1064, p. 143.

João de S. Lourenço figura em escritura de 5 de Novembro de 1431 no cabido do convento (361). *Deve ter vivido, portanto, aqui juntamente com o Beato Nuno Álvares Pereira, fundador do convento do Carmo, no qual este aliás ingressou como donato carmelita, a 15 de Agosto de 1423* (362), *vindo a falecer ali também a 1 de Abril de 1431* (363). *São, por isso, bem justificadas as palavras de Braamcamp Freire, ao apresentar-nos Frei João de S. Lourenço como «frade da criação do condestável e unido por estreita afeição a seu neto o conde de Ourém»* (364). *Aliás tudo isto pode ser comprovado por documentos. Quanto à fundação do convento pelo condestável, dizem as crónicas ter sido lançada a primeira pedra do convento e da igreja em Julho de 1389 e que em Agosto de 1397 chegaram ao Carmo de Lisboa, já construído pelo condestável, carmelitas do convento de Moura, para tomarem conta daquele* (365). *José Pereira de Sant'Ana, cronista carmelita, publica a bula, dirigida ao bispo de Viseu por Urbano VI, de 8 de Dezembro de 1386, incumbindo-o de dar licença ao condestável D. Nuno Álvares Pereira para fundar um mosteiro na cidade de Lisboa. Ei-la:*

«Urbanus, episcopus, servus servorum Dei. Venerabili fratri episcopo Visensi, salutem et apostolicam benedictionem. Piis fidelium votis, illis presertim, que divini cultus augmentum respiciunt, libenter annuimus illaque favoribus prosequimur oportunis. Exhibita siquidem nobis nuper pro parte dilecti filii nobilis viri Nuni comitis de Barcellis, Bracarensis diocesis, petitio continebat quod ipse, de propria salute cogitans et cupiens terrena in celestia et transitoria in eterna felici comercio commutare, de bonis sibi a Deo collatis in civitate Olysiponensi, in fundo proprio et loco ad id congruo ac honesto, unum monasterium fundare et construi facere ac pro nonnullis personis religiosis alicuius ex ordinibus per sedem apostolicam approbatis, in eodem monasterio Domino servituris, sufficienter dotare proponit. Quare pro parte ipsius comitis nobis fuit humiliter supplicatum ut sibi fundandi et construendi monasterium huiusmodi, cum ecclesia, cimiterio, campanili, domibus et aliis necessariis officinis, licentiam concedere de benignitate apostolica dignaremur. Nos igitur pium propositum dicti comitis plurimum in Domino commendantes, fraternitati tue per apostolica scripta committimus et mandamus quatenus prefato comiti fundandi et construendi huiusmodi monasterium, assignatis tamen prius per eum pro huiusmodi personis, in eodem monasterio Domino ut premittitur servituris, dote et pro constructione monasterii, cimiterii, campanilis, domorum et aliarum necessariarum officinarum huiusmodi sumptibus sufficientibus ac iure parrochialis ecclesie et cuiuslibet alterius in omnibus semper salvo, auctoritate nostra licentiam largiaris. Datum Genue, sexto Idus Decembris, pontificatus nostri anno nono» (366).

Existe ainda documento no Arquivo do Vaticano — uma bula do papa Bonifácio IX de 9 de Setembro de 1395, dirigida ao arcebispo de Lisboa — para este confirmar a fundação e cons-

---

(361) «(1) Na ordem chamou-se o futuro bispo da Guarda Frei João de S. Lourenço. Com este nome o encontro entre os frades discretos do convento em uma escritura de 5 de Novembro de 1431 (traslados de escripturas antigas do Carmo de Lisboa, livro 1.º, pág. 144)»: ANSELMO BRAAMCAMP FREIRE, *Brasões da Sala de Sintra*, III, p. 10, nota 1». No dito livro I, em pergaminho (ANTT, B 47-17), fl. 32-32v: «... na Era do naçimento de nosso Senhor Jhesu Christo de mil e iiii^{c} e trinta e huũ anos, çinquo dias de novembro, na cidade de Lixboa, no mosteiro de Sancta M.ª do Carmo em a sancristia, estando hii ffrey Joham de Santo Esprito priol, ffrey St.º e *ffrey Joham de Sam Lourenço* e outros ffrades e convento do dicto moesteiro, seendo hii todos juntos e chamados a cabidoo...».

(362) Cf. MANUEL MARIA VERMERS, *Nun'Álvares Pereira. A sua cronologia e o seu itinerário* em *Lusitania Sacra*, 5 (1960) 96.

(363) *Loc. cit.*, p. 98-99.

(364) ANSELMO BRAAMCAMP FREIRE, *Brasões da Sala de Sintra*, III, p. 16-17.

(365) Cf. MANUEL MARIA VERMERS, *Nun'Álvares Pereira. A sua cronologia e o seu itinerário*, em *Lusitania Sacra*, 5 (1960) 60.

(366) JOSÉ PEREIRA DE SANTA ANNA, *Chronica dos Carmelitas*, t. I, Lisboa, 1745, parte III, cap. V, n. 807, pp. 344, docum. VI, p. 804.

trução, bem como a concessão e entrega do convento pelo condestável aos carmelitas. Nesta bula, o papa conta-nos como até então se processaram as diligências para realizar a obra, desde que D. Nuno Álvares Pereira resolveu fundar o mosteiro até ao acabamento. Segundo a parte expositiva da bula, talvez do prior provincial e frades da província portuguesa de Nossa Senhora do Carmo e com certeza também do condestável, o nobre Nuno Álvares, conde de Barcelos, este significara ao papa Urbano VI a própria intenção de fundar e mandar construir um mosteiro na cidade de Lisboa, dotando-o de bens suficientes para manter ali religiosos que se dedicassem ao serviço de Deus. O papa encarregara o bispo de Viseu de conceder a licença, mas ressalvando os direitos paroquiais e de qualquer outras pessoas. Acabado o mosteiro com a igreja e outras dependências necessárias e concedido pelo condestável ao dito provincial e frades carmelitas, conforme a licença dada pelo bispo de Viseu, D. Nuno Álvares Pereira pedira a Bonifácio IX a confirmação de tais actos, a qual por estas letras de Setembro de 1395 era cometida ao arcebispo de Lisboa:

«*Bonifacius, etc. Venerabili fratri archiepiscopo Ulixbonensi. Salutem, etc. Sacre religionis, sub qua dilecti filii prior provincialis et fratres ordinis beate Marie de Monte Carmelli provincie Portugalensis secundum morem dicti ordinis devotum exhibent Altissimo famulatum, promeretur honestas ut votis ipsorum, in hiis presertim que pro divini cultus augmento et sacre religionis propagatione facta sunt, ut illibata consistant, favorabiliter annuamus. Dudum siquidem pro parte dilecti filii nobilis viri Nuni Alvari, comitis de Barcellis, Bracharensis diocesis, felicis recordationis Urbano, pape vi, predecessori nostro, exposito quod ipse comes de propria salute recogitans et cupiens terrena in celestia et transitoria in eterna felici commercio commutare, de bonis sibi a Deo collatis in civitate Ulixbonensi, in fundo proprio, in loco ad hoc congruo et honesto, unum monasterium fundare et construi facere et pro nonnullis personis religiosis, alicuius ex ordinibus per sedem apostolicam approbatis, in eodem manasterio Domino servituris, sufficienter dotari proponebat, idem predecessor venerabili fratri nostro episcopo Visensi suis* [*fl. 129*] *dedit litteris in mandatis ut prefato comiti fundandi et construendi huiusmodi monasterium, assignatis tamen prius per eum pro huiusmodi personis, in dicto monasterio Domino, ut premittitur, servituris, dote et pro constructione monasterii, cimiterii, campanilis, domorum et aliarum necessariarum officinarum huiusmodi sumptibus sufficientibus, iure tamen parrochialis ecclesie et cuiuslibet alterius in omnibus semper salvo, licentia*[*m*] *auctoritate apostolica largiretur, prout in eiusdem predecessoris litteris inde confectis plenius continetur. Cum autem, sicut exhibita nobis nuper pro* [*parte*] *dicti comitis petitio continebat, ipse comes, assignata per eum huiusmodi dote et habita licentia a dicto episcopo, in dicta civitate, in fundo, in loco huiusmodi monasterium cum ecclesia, campanili, domibus et necessariis officinis fundaverit et construi fecerit et illud sic fundatum, constructum et edificatum priori et fratribus antedictis pro eorum usu et habitatione concesserit et assignaverit, pro parte dicti comitis nobis fuit humiliter supplicatum ut fundationi, constructioni, concessioni et assignationi huiusmodi robur apostolice confirmationis adiicere de benignitate apostolica dignaremur. Nos itaque huiusmodi supplicationibus inclinati, fraternitati tue per apostolica scripta committimus et mandamus quatenus, si est ita, huiusmodi dote per te prius alicui alteri loco ecclesiastico, seculari vel regulari, cuius persone dotis eiusdem capaces existant, per dictum comitem nominando, assignata, fundationem, constructionem, concessionem et assignationem predictas, priori et fratribus predictis, ut premittitur, factas, auctoritate nostra confirmare procures ipsisque priori et fratribus concedas quod dictum monasterium, domum ipsorum fratrum decetero nuncupandum, perpetuis temporibus possint*

libere et licite retinere. Datum Rome, apud Sanctum Petrum, quinto Idus Septembris, anno sexto. N. xxx. de Ben.to» (367).

Pela notícia acima dada, parece que o metropolita lisbonense só em 1397, cerca de dois anos depois, executou o mandato pontifício. E o condestável continuou a lembrar-se do mosteiro de Santa Maria do Carmo de Lisboa. Segundo documento de 28 de Julho de 1404, passado em Almada nos paços de dom Nunalvarez Pereira Condeestabre, *com referências a carta régia de 10 de Julho de 1404, fazia doação de valioso património ao mosteiro de Santa Maria de Lisboa, sob certas condições pias, como a de três missas diárias pelas almas dele condestável, dos pais e outras pessoas de suas obrigações, pois* consirara de mandar fazer huum moesteiro, *e* dotar e fazer doaçom ao dicto moesteiro dalguuns beens, eranças que el avia, *tendo obtido para isso a sobredita carta de D. João I, o qual mandava* que o dicto condestabre *pudesse fazer essas* doações ao dicto moesteiro. *Ainda com referências ou transcrição de documentos régios, como o já citado de 10 de Julho de 1404, e cartas de 6 de Março de 1384 e 30 de Março de 1389, há outro documento de 10 de Setembro de 1404, passado* em Almadaa, ante os paços de dom Nunalvarez Pereira, condeestabre nos reynos de Portugal, *sobre a confirmação de doações régias ao condestável e de doação deste ao* moesteiro de Santa Maria ... das azenhas que outrosy manda fazer nos esteiros de Corroyos ... e nos teemos por bem e mandamos que o dicto condestabre possa fazer e faça as dictas doações (368). *Outros documentos régios se seguiram, relativos a doações do condestável ao mosteiro do Carmo de Lisboa, como o de 18 de Setembro de 1404, com carta de 5 de Setembro de 1398, pela qual o rei faz* saber que o Condestabre nos disse que el ha villas e lugares e quintaas e casaaes e outras rendas e direitos de que lhe nos avemos feito merçee *e lhe concede* fazer as dictas doações e aquelas doações que el fezer sejam firmes e estavis (369). *Com estas concessões estão relacionadas letras de 18 de Julho de 1413, do papa João XXIII, endereçadas ao arcediago de Santarém, famoso clérigo doutorado em Bolonha, ou seja o Dr. Estêvão Afonso, chanceler e conselheiro do Infante D. Pedro, a quem acompanhava na viagem de regresso de Itália a Portugal, e bem assim vigário geral da diocese de Lisboa, durante a quase-vacância da sé, quando o arcebispo D. Pedro de Noronha retirou da diocese. O arcediago era encarregado de aprovar e confirmar doações que o condestável tencionava fazer ao mosteiro, com o fim de o prior claustral e os frades poderem aplicar os rendimentos de 300 coroas de ouro anuais na alimentação e vestido, bem como nas despesas da igreja, na compra e conserto de paramentos, livros e outras coisas necessárias ao culto:*

«*Johannes, etc. Dilecto filio archidiacono Sanctaranensi, in ecclesia Ulixbonensi. Salutem, etc. Sincere devotionis affectus, quem dilectus filius nobilis vir Nunus, comestabilis regni Portugalie, non sine magno laudis preconio, ad nos et Romanam gerit Ecclesiam, promeretur ut votis suis, illis presertim que anime sue salutem et divini cultus augmentum respiciunt, etsi forsan a iuris communis tramite exorbitare videantur, ad exauditionis gratiam favorabiliter admittamus. Sane petitio eiusdem Nuni nobis nuper*

---

(367) AV, Reg. Lat. 35, fl. 128v-129.

(368) *Documentos do Arquivo Histórico da Câmara Municipal de Lisboa, Livros de Reis*, II, Lisboa 1958, Códice 11, *livro terceiro del-rei D. João I*, fl. 9-11, docum. 9-10, pp. 97-100.

(369) *Docum. do Arquivo Histór. da Câm. Municipal de Lisboa*, II, Cód. 11, *livro terceiro del-rei D. João I*, fl. 12, docum. 11, pp. 100-101. Cf. MANUEL MARIA VERMERS, *Nun'Álvares Pereira. A sua cronologia e o seu itinerário*, em *Lusitania Sacra*, 5 (1960) 83-85.

exhibita continebat quod ipse zelo devotionis accensus et cupiens transitoria in eterna felici commercio commutare, pro sue suorumque parentum animarum salute necnon pro eiusdem cultus augmento ac etiam ad honorem et laudem gloriose Virginis Marie, domum pro susceptione et habitatione pro tempore unius prioris claustralis et plurium fratrum ordinis Carmelitarum cum ecclesia, edificiis, ortaliciis et aliis necessariis officinis ex concessione speciali sedis apostolice de bonis sibi a Deo collatis in civitate Ulixbonensi, in loco ad hoc congruo et honesto, de novo fundavit seu construi fecit et ut cultus ipse frequenter, favente Domino, vigeat in domo et ecclesia predictis ac ipsi prior et fratres qui in eadem domo residebunt pro tempore, sint magis solliciti et attenti ad peragendum dictum cultum et orandum pro salute huiusmodi animarum predictarum in domo et ecclesia memoratis, tot possessiones et bona ipsius Nuni eidem domui liberaliter donare et assignare proponit quod eorum fructus, redditus et proventus ad trecentas coronas auri ascendere poterunt annuatim et de quibus ipsis priori et fratribus qui illic residebunt pro tempore ut prefertur, pro eorum pitantiis necnon indumentis [fl. 238v] ac luminaribus in ipsa ecclesia et libris necnon paramentis ecclesiasticis et aliis ad cultum ipsum in eadem ecclesia exercendum ac etiam pro reformatione eorumdem librorum et paramentorum necnon aliorum ad ipsum cultum necessariorum utilibus vel quomodolibet oportunis poterit congrue provideri. Quare pro parte dicti Nuni nobis fuit humiliter supplicatum ut possessiones et bona huiusmodi domui prefate ad usus huiusmodi applicari mandare et alias in premissis oportune providere de benignitate apostolica dignaremur. Nos itaque, ut eiusdem Nuni devotio ipsa ad nos et eamdem Ecclesiam Romanam ferventius augeatur, huiusmodi supplicationibus inclinati, discretioni tue per apostolica scripta mandamus quatenus eadem possessiones et bona, si et postquam illa dictus Nunus pie donaverit, ut prefertur, auctoritate nostra eidem domui ad usus predictos imperpetuum studeas applicare, annectere et unire, constitutionibus apostolicis necnon statutis et consuetudinibus domus et ordinis predictorum, iuramento, confirmatione apostolica vel quacumque firmitate alia roboratis et aliis contrariis non obstantibus quibuscumque. Datum apud Sanctum Antonium extra muros Florentinos, quintodecimo Kalendas Augusti, anno quarto. Stephanus. xx. de Prato» ([370]).

Neste ano de 1413, tinha certamente nascido já Frei João de S. Lourenço, visto aparecer como frade do convento em 1431 e talvez prior do mesmo em 1435, mas não sabemos quando aí se fez frade. Ao morrer o condestável, a 1 de Abril de 1431 ([371]), *no convento do Carmo, fazia parte, sem dúvida, da comunidade. Durante não pouco tempo deve ter convivido com o dito Beato Nuno Álvares Pereira, o qual, como se disse, ingressou no Carmo de Lisboa como donato em 1423. No período 1435-1438 era provincial dos carmelitas portugueses Frei Diogo Gil, o qual teria sido prior de Lisboa, desde 1423 a 1428* ([372]). *Terá sido ele o provincial que perseguia Frei João*

([370]) AV, Reg. Lat. 173, fl. 238-238v. A data da bula vem errada tanto em MANUEL MARIA VERMERS, *Nun'Álvares Pereira. A sua cronologia e o seu itinerário*, em *Lusitania Sacra*, 5 (1960) 87, que a diz de 17 de Julho de 1413, com fundamento na transcrição do documento publicado por JOSÉ PEREIRA DE S.TA ANNA, *Chronica dos Carmelitas*, t. I, docum. XIV, p. 819-820, com leitura 16 *Kalendas Augusti*, certamente devido a má leitura de *quintodecimo Kalendas Augusti*, como se infere até pelo texto de SANT' ANNA na dita *Chronica dos Carmelitas*, I, parte III, cap. IX, p. 382-384, que a diz de 15 *de Agosto do anno de* 1413. Com muita probabilidade, este autor não reparou ou não sabia que a data *quintodecimo Kalendas Augusti* pertence ao mês de Julho.

([371]) Cf. MANUEL MARIA VERMERS, *Nun'Álvares Pereira. A sua cronologia e o seu itinerário*, em *Lusitania Sacra*, 5 (1960) 98-99.

([372]) *Ibidem*, p. 66, nota 180. Em Março e Outubro de 1434, ainda era provincial o Doutor Frei Afonso de Alfama: «... na era do naçimento de nosso Senhor Jhesu Chisto de mil e iiii^{c} e trinta e quatro

de S. Lourenço, conforme as expressões da citada carta de Lopo Afonso, escrivão da câmara de el-rei? Sem dúvida. Efectivamente, na carta diz-se que «Frey Joham, da hordem do Carmo ... nom he agora menos do que foi, quando em esta terra erees, *mas muyto mais, perseguido do provençial da dicta ordem». Ora a estadia em Portugal de D. Gomes Anes, abade de Santa Maria de Florença, em viagem para o reino de Valência e para o de Portugal em Setembro de 1435, estende-se praticamente por todo o ano de 1436, partindo ele, de regresso para a Itália, só em Fevereiro de 1437* ([373]).

Rui de Pina afirma que o futuro provincial do Carmo D. João fez parte da expedição a Tânger de 1437, encorajando os portugueses a combater contra os Sarracenos ([374]). *A notícia é confirmada por documentos pontifícios ou seja por quatro súplicas, da segunda metade do ano 1440, do Infante D. Pedro, regente do reino, ao papa Eugénio IV, nas quais Frei João é designado como familiar do Infante, provincial dos carmelitas portugueses, licenciado em teologia, regente da cátedra principal da mesma em Lisboa, embaixador de el-rei D. Afonso V e do Infante ao papa. Na verdade, nessas súplicas o Infante refere ter aquele tomado parte nas guerras de África contra os Sarracenos, como confessor e até animador dos combatentes, tendo recebido vários ferimentos corporais: «...in personam dilecti sui familiaris, fratris Johannis ordinis Carmelitarum provincialis [provincie Portugalie] ac in sacra theologia licentiati et in eadem scientia in Universitate Ulixbonensi principalem cathedram regentis, necnon pro parte illustrissimi regis Portugalie et sua ambasiatoris ad eamdem S. destinati,* qui etiam punicis bellis Affricanis contra dampnatam gentem Saracenorum expugnandam, Christianorum exercitui consulendo ipsumque, quantum in eo fuit, de confessionibus audiendo ac pro fide catholica intrepidus animando diversaque diversis in sui corporis partibus vulnera habuit» ([375]); *«in personam dilecti sui familiaris fratris Johannis ordinis Carmelitarum provincie Portugalie provincialis ac in sacra theologia licentiati et in eadem scientia in Universitate Ulixbonensi principalem cathedram regentis necnon pro parte illustrissimi regis Portugalie ambassiatoris ad eamdem S. destinati,* qui etiam punicis bellis contra dampnatam Saracenorum gentem expugnandam Christianorum exercitui consulendo eosque pro fide catholica augmentanda animando diversaque diversis in sui corporis partibus vulnera substulit» ([376]); *«devoto vestro Johanni, priori provinciali ordinis fra-*

---

anos, nove dias de Março, na çidade de Lixboa, no moesteiro de Sancta M.ª do Carmo, estando hii *frey Afonso da Alfama, provincial da dicta ordem...* no ano da era do naçimento de nosso Senhor Jhesu Christo de mill e quatroçentos e triinta e quatro anos, viinte e huũ dias do mes doutubro na çidade de Lixboa, dentro na castra do moesteiro de Santa Maria do Carmo, estando hii os muyto honrrados *ffrey Afonso dAlfama, provenciall da dicta hordem do Carmo...*» (ANTT, B 47-17, fl. 32-33v, 33v-34v). Mas já em Novembro de 1436 era provincial Diogo Gil: «... no anno do naçimento de nosso Senhor Jhesu Christo de mil e quatroçentos e triinta e seis anos, vinte dias do mes de novembro na cidade de Lixboa, no moesteiro de Sancta Maria do Carmo no cabido honde estavom os honrados *frey Diogo Gill provençiall da hordem de Santa Maria do Carmo nos Reinos de Purtugall e ffrey Stevom criado do Condestabre e vigairo da dicta hordem...*» (ANTT, B 47-17, fl. 34v-35v).

([373]) Cf. ANTÓNIO DOMINGUES DE SOUSA COSTA, OFM, *D. Gomes, reformador da abadia de Florença e as tentativas de reforma dos mosteiros portugueses no século XV*, separata de *Studia Monastica*, Abadia de Monserrat, vol. V, fasc. 1, 1963, pp. 83-88.

([374]) RUI DE PINA, *Crónica de D. Duarte*, Lisboa, 1790, p. 118.

([375]) AV, Reg. Suppl. 367, fl. 150v, 154-154v. Publicadas por ANTÓNIO DOMINGUES DE SOUSA COSTA, *O Infante D. Henrique na expansão portuguesa*, Braga, 1960, p. 148-149, e em *Monumenta Portugaliae Vaticana*, VI (no prelo), Súplicas de Eugénio IV, n. 1210, 1214, e em *Chartularium Universitatis Portugalensis*, IV, Lisboa, 1970, n. 1214, p. 289, n. 1219, p. 293.

([376]) AV, Reg. Suppl. 367, fl. 227v-228. Publicada por ANTÓNIO DOMINGUES DE SOUSA COSTA, *Monumenta Portugaliae Vaticana*, VI (no prelo), Súplicas de Eugénio IV, n. 1217 e em *Chartularium Universitatis Portugalensis*, IV, n. 1221, p. 295.

trum Carmelitarum provincie Portugalie iuxta morem eiusdem ordinis, licentiato in theologia, qui in Universitate Ulixbonensi principalem cathedram regit et cum christianis confessiones eorum audiendo et ipsos confortando contra sarracenos diversis bellis Affricanis interfuit (377). *Conforme carta de D. Duarte, de 17 de Julho de 1437, ao bispo de Viseu D. Luís do Amaral, então no concílio de Basileia, a cruzada para a expedição de Tânger fora publicada a 11 de Julho de 1437, no convento de Santa Maria do Carmo de Lisboa, presente el-rei D. Duarte, a rainha e os Infantes, e na catedral de Lisboa, para onde se organizou procissão desde o dito convento. A armada partiu para África no dia 23 de Agosto. Depois do desastre, com a triste consequência da prisão do Infante Santo como refém, também Frei João deve ter regressado com outros portugueses a Lisboa, nos fins de Outubro de 1437* (378).

b. Embaixada ao papa em 1440, com Rui da Cunha, e cartas originais ao papa do Infante D. Henrique, da rainha e regente

A nomeação do nosso carmelita como superior provincial nos reinos de Portugal e dos Algarves deve datar de 1438, o mais tardar dos princípios de 1439, já que, nessa qualidade, partiu como embaixador para Itália, onde se encontrava em 1440, e ainda em 1438 era provincial dos carmelitas portugueses o já mencionado Frei Diogo Gil, de cujas perseguições Frei João se queixava, conforme aos dizeres da carta de Lopo Afonso, de Maio de 1437, antes de aquele ter partido para a África, como confessor dos combatentes de Tânger. Estava na Cúria pontifícia, em 1440, como embaixador de el-rei D. Afonso V e do Infante D. Pedro, regente do reino. Em documento de 14 de Agosto de 1475, D. Frei João, naquele tempo bispo da Guarda, ao instituir capela no convento do Carmo de Lisboa, «declarou que era verdade que elle de seus proprios dinheiros que houvera por razão de sua pessoa por mercês que houve del-rei nosso senhor, isso mesmo por ir por embaixador por vezes em corte de Roma ao Santo Padre e ao reino de Hungria, por outras causas, modos bons, licitos e honestos ... comprara e houvera para si por autoridade e licença do dito senhor rei estes bens que se adiante seguem...» (379). *Referindo-se a estas embaixadas e documento, Braamcamp Freire observa: «Por estes tempos, talvez já depois da morte de D. Duarte, começaram a ter lugar as diferentes embaixadas de Frei João, que se sabe ter ido na qualidade de embaixador, uma vez à Hungria e duas a Roma. Da ida àquele reino só me consta pela escritura da instituição do vínculo acima citada, da primeira das idas à Cúria sabe-se unicamente o seguinte: terem D. Rui da Cunha, prior de Guimarães, e o futuro provincial do Carmo D. João chegado ao reino, de volta da sua missão, em Dezembro de 1440 (2)»* (380). *Hoje podemos dizer algo mais, a respeito da embaixada a Roma, em 1440.*

---

(377) AV, Reg. Suppl. 368, fl. 25v-26. Publicada por ANTÓNIO DOMINGUES DE SOUSA COSTA, *Monumenta Portugaliae Vaticana*, VI (no prelo), Súplicas de Eugénio IV, n. 1230 e em *Chartularium Universitatis Portugalensis*, IV, n. 1224, p. 298.

(378) Publicada em DOMINGOS MAURÍCIO, *D. Duarte e as responsabilidades de Tânger*, Lisboa, 1960, p. 55, e em *Monumenta Henricina*, VI, Coimbra, 1964, n. 44, pp. 82-83. Cf. anotações de ANTÓNIO JOAQUIM DIAS DINIZ, OFM, em *Monumenta Henricina*, VI, pp. 212-213.

(379) Carta citada de 14 de Agosto de 1475 de instituição da capela do bispo da Guarda no convento do Carmo de Lisboa. Cf. ANSELMO BRAAMCAMP FREIRE, *Brasões da Sala de Sintra*, III, p. 15, nota 1.

(380) «(2) Pina, Crónica de D. Afonso V, pág. 320. Parece confirmarem a estadia de D. Rui da Cunha em Roma no ano de 1439 uns breves dados nesse ano pela cúria a favor da colegiada de Guimarães (Serra Crasbeck, *Catálogo dos abades de Guimarães*, pág. 48 e 49)»: ANSELMO BRAANCAMP FREIRE, *Brasões da Sala de Sintra*, III, p. 18.

Na lista das Despesas que el Rey fez despois da tomada de Seita em espaço de sincoenta e oito annos, *lemos que no reinado de* El Rey Dom Afonso *foram dadas 679* dobras a Ruy da Cunha ao Papa e *257* dobras ao Provincial do Carmo que foi bispo da Guarda (381). *A notícia diz respeito à embaixada de Frei João em 1440, sendo ele provincial, como se diz expressamente nas súplicas do duque de Coimbra já referidas. De facto, numa das súplicas retrocitadas, de 3 de Setembro de 1440, o regente do reino, ao pedir para Frei João, seu familiar, licenciado e regente da cátedra de prima de teologia na universidade de Lisboa, um benefício eclesiástico, secular ou regular, de qualquer Ordem, di-lo também* ordinis Carmelitarum provincialis... pro parte illustrissimi regis Portugalie et sua ambaxiatoris ad eamdem S. destinati (382), *aliás como nas outras de 20 e 24 de Setembro do mesmo ano, sobre idêntico pedido* (383), *ou simplesmente* devoto vestro Johanni, priori provinciali ordinis fratrum Carmelitarum provincie Portugalie iuxta morem eiusdem ordinis, *em mais duas súplicas de 5 e 7 de Outubro* (384), *além da indicação de professor de teologia na universidade de Lisboa. A Cúria pontifícia estava em Florença naquela altura, ou seja quando ele, embaixador do rei de Portugal, presente naturalmente na Cúria, apresentava ao papa, em seu nome e do Infante D. Pedro, a 5 e 7 de Outubro de 1440, súplicas sobre benefício regular da Ordem de S. Bento ou de Cister para ele* licentiato in theologia qui in Universitate Ulixbonensi principalem cathedram regit (385). *Diz-se que um dos escopos da embaixada fora alcançar dispensa para o rei de Portugal D. Afonso V casar com Dona Isabel, sua prima, filha do Infante D. Pedro, regente do reino* (386), *dispensa concedida, posteriormente, a 25 de Maio de 1442* (387). *De facto, Eugénio IV ratifica, pela respectiva bula, os esponsais realizados a 25 de Maio de 1441, por vontade dele papa* — sponsalia que dudum invicem de nostra voluntate publice contraxistis, *diz, ao conceder-lhes a dispensa para casarem, quando chegassem à idade legítima* (388). *De outros assuntos, não menos importantes, teriam eles também sido agentes, como veremos.*

Não tenho a certeza se Rui da Cunha, prior da colegiada de Guimarães, foi embaixador ao papa juntamente com Frei João, provincial dos carmelitas, mas é certo terem estado na Cúria pontifícia pela mesma altura. Braamcamp Freire aponta como indício da estadia lá de Rui da Cunha certos breves pontifícios passados em 1439, a favor da colegiada de Guimarães. Existe, de facto, súplica de 30 de Junho de 1439 do prior e cabido de Guimarães sobre a redução do número de 37 cónegos da colegiada para 30, mandada fazer pelo papa Martinho V, e sobre a colação de um dos canonicatos já supressos a Diogo Afonso, reitor da igreja de S. Romão, de cujos serviços e prática judicial precisavam o prior e cónegos, para cuidar das causas e controvérsias, a ventilar na corte do rei (389). *E é para notar a existência doutras súplicas de D. Afonso V, rei de Portugal, da*

---

(381) Publicado por JORGE FARO, *Receitas e despesas da Fazenda real de* 1384 *a* 1481, Lisboa, 1965, e em *Embaixadas enviadas pelos reis de Portugal de* 1415 *a* 1473, em *Congresso Internacional de História dos Descobrimentos, Actas*, III, Lisboa, 1961, pp. 250-252, 262-263.

(382) AV, Reg. Suppl. 367, fl. 150v. Publicada por ANTÓNIO DOMINGUES DE SOUSA COSTA, *O Infante D. Henrique na expansão portuguesa*, p. 148-149. Cf. nota 375.

(383) Cf. notas 376-377.

(384) AV, Reg. Suppl. 368, fl. 25v-26, 30v-31. Publicadas por ANTÓNIO DOMINGUES DE SOUSA COSTA, *Monumenta Portugaliae Vaticana*, VI (no prelo), nn. 1230, 1233, e em *Chartularium Universitatis Portugalensis*, IV, nn. 1224, 1225, pp. 298-299.

(385) Cf. nota imediatamente anterior.

(386) Cf. *Monumenta Henricina*, VII, Coimbra, 1965, p. 319-320, nota 6.

(387) AV, Reg. Vat. 365, fl. 306. Publicada em *Monumenta Henricina*, VII, p. 319-321, n. 217.

(388) Cf. nota imediatamente anterior.

(389) ANTÓNIO DOMINGUES DE SOUSA COSTA, *Monumenta Portugaliae Vaticana*, VI (no prelo), n. 1055.

rainha Dona Leonor, sua mãe, do duque de Coimbra, seu tio, e do conde de Barcelos, dos fins de 1439 e princípios de 1440. O monarca pedia o indulto de reservar, por autoridade apostólica, quinze benefícios das cidades e dioceses de Lisboa, Braga, Évora, Viseu, Lamego, Guarda e Silves, a favor de 15 pessoas idóneas. Foi atendido a 14 de Setembro de 1439 (390). *A 21 de Setembro de 1439, solicitava o indulto de altar portátil e de poder mandar celebrar em lugares sujeitos a interdito eclesiástico, na presença de seus familiares, nobres e cavaleiros, que seguissem a corte* (391), *bem como o indulto para seus capelães e chantres, presentes e futuros, poderem dizer e celebrar os ofícios divinos na capela do rei, conforme o costume da igreja Romana, e a faculdade de o seu confessor e capelão-mor poderem confessar todos os familiares régios, que acompanhassem a corte, presentes e futuros, de todos os pecados, mesmo reservados, administrar os sacramentos e sacramentais e comutar votos, à semelhança dos penitenciários menores* (392). *Ainda na mesma data, pedia ele D. Afonso V outro indulto para 15 capelães e chantres seus receberem os proventos dos benefícios, sem obrigação da residência pessoal, enquanto residissem na corte ou em algum dos benefícios* (393). *Mais tarde, a 14 de Outubro de 1439, D. Afonso V e a rainha Dona Leonor, sua mãe, depois de recordarem as concessões feitas a ambos de poderem reservar 15 benefícios, a favor de outras tantas pessoas idóneas nas cidades e igrejas de Lisboa, Braga, Évora, Viseu, Lamego, Guarda e Silves, com as mesmas prerrogativas dos chantres e capelão do rei de Castela D. João, bem como a concessão feita a Luís Peres, vigário da igreja de Santa Maria de Castelo de Vide, sobre dois canonicatos, pediam ao papa a confecção das respectivas letras apostólicas, sem referência alguma ao rei de Castela* (394). *A rainha Dona Leonor pedia, a 27 de Agosto de 1439, o indulto de reservar, por autoridade apostólica, quinze benefícios, a favor de quinze pessoas idóneas, o indulto de altar portátil e outras graças para seus capelães, algumas delas repetidas em súplica de 14 de Setembro de 1439, a favor também de Luís Peres, e a 7 de Outubro de 1439 o indulto para 15 dos seus capelães e chantres, ocupados nos divinos ofícios da capela da rainha ou a residir na corte ou em qualquer benefício, receberem os proventos dos benefícios, sem obrigação da residência pessoal* (395). *A 10 de Outubro de 1439, para Luís Peres, reitor da igreja paroquial de Santa Maria de Castelo de Vide, o qual, havia pouco, tinha chegado à Cúria pontifícia, com cartas credenciais da rainha — recordo a carta-súplica, original, do regente D. Pedro de 18 de Abril de 1439, publicada no I volume de* Monumenta Portugaliae Vaticana (396) — *solicitava qualquer benefício eclesiástico* (397). *A 25 de Outubro solicitava ainda a rainha o indulto para o confessor, que escolhesse, o capelão de sua capela e seu esmoler poderem confessar e absolver dos casos reservados os familiares de ambos os sexos, que seguissem a sua corte, e comutar votos, à semelhança dos penitenciários menores* (398). *O conde de Barcelos pedia, a 22 de Setembro de 1439, para João Rodrigues, governador de suas terras e intróitos, o indulto da retenção de duas igrejas paroquiais* (399). *A 4 de Novembro de 1439 repetia e completava a súplica sobre tal retenção vitalícia de duas igrejas paroquiais* (400).

---

(390) *Ibidem*, nn. 1103-1104.

(391) *Ibidem*, n. 1113.

(392) *Ibidem*, n. 1114-1115.

(393) *Ibidem*, n. 1116.

(394) *Ibidem*, n. 1132. Cf. n. 1100-1104.

(395) *Ibidem*, nn. 1086-1089, 1100-1102, 1126.

(396) ANTÓNIO DOMINGUES DE SOUSA COSTA, *Monumenta Portugaliae Vaticana*, I, Introdução, pp. XCVII-XCVIII.

(397) ANTÓNIO DOMINGUES DE SOUSA COSTA, *Monumenta Portugaliae Vaticana*, VI, (no prelo), n. 1130.

(398) *Ibidem*, n. 1137.

(399) *Ibidem*, n. 1118.

(400) *Ibidem*, n. 1144.

Quanto a súplicas do Infante D. Pedro, refiro algumas da primeira metade do ano 1440. A 2 de Março, solicitava ele para Pedro Afonso, reitor da igreja paroquial de S. Salvador de Rossas, o indulto de reter vitaliciamente a dita igreja e a chantria de Guimarães (401), *petição renovada, quanto à faculdade de permutar tais benefícios, em súplica de 5 de Março de 1440, pelo facto de o papa ter limitado o indulto à retenção dos benefícios, sem faculdade de permuta* (402). *A 27 de Abril de 1440, solicitava ainda o regente para seu familiar e secretário Vasco Pires a chantria de Coimbra, após privação de João Afonso, que a possuía* (403). *É evidente que estas súplicas e concessões, a favor do rei, rainha e outros membros da família real, não significam forçosamente fosse Rui da Cunha ou o provincial do Carmo quem diligenciou a formulação de tais pedidos. Outros o poderiam ter feito, inclusive o mencionado Luís Peres, que chegara à Cúria com letras credenciais do Infante D. Pedro e da rainha. A carta comendatícia de Dona Leonor, documento original ainda existente, data de 31 de Maio de 1439 e diz respeito a graça expectativa beneficial, com data do primeiro ano do pontificado de Eugénio IV. Ei-la:*

«*Sanctissimo in Christo Patri et Beatissimo domino domino Eugenio quarto, sacrosancte Romane ac universalis Ecclesie divina providentia Summo Pontifici. Sanctissime in Christo Pater et Beatissime Domine. Devota Vestre Sanctitatis filia Leonor, Dei gratia regnorum Portugalie et Algarbii regina Cepteque domina, ad pedum obscula beatorum. Ludovicum Petri, sacerdotem, venerabilem virum utique et morum laudabilium virtutibus et ecclesiastice discipline deditum, Sanctitati Vestre commississimum facimus. Is autem pie memorie regi Eduardo, domino et consorti nostro, et tandem serenissimo regi Alfonso, filio meo amantissimo, plurima et continua obsequia exhibuit. Unde quemadmodum prefatus dominus rex Eduardus iuxta eius merita et virtutes illum inter ceteros capellanos suos singularibus favoribus prosequebatur, ita et nos quidem eumdem prossequimur. Quas ob res Sanctitatem Vestram humiliter maiorem in modum deprecamur quatinus dignemini eidem gratiam spectativam ad ecclesiastica beneficia sub datis octavo Kalendas pontificatus vestri anno primo, cum illis prerogativis et antellationibus, quibus familiares Sanctitatis Vestre continui commensales et in cancellaria apostolica descripti gaudere solent, misericorditer elargiri. Que res nobis gratissima futura est. Sanctissime in Christo Pater et Beatissime Domine, Sanctitatem Vestram Altissimus feliciter conservare dignetur regimini Ecclesie sue sancte. Ex Ulixbona, pridie Kalendas Junii, anno Domini M.°cccc.mo xxxix. A triste Reynha*» (404).

E a possibilidade de terem sido outros a diligenciar os negócios da rainha e doutros membros da família real, estende-se também à segunda metade do ano 1439 e até ao ano 1440. A propósito, a carta original de Dona Leonor, de 24 de Abril de 1439, a favor de João Afonso, secretário do Infante D. Henrique. Em virtude de graça expectativa que lhe concedera o papa, estava ele de posse do canonicato e prebenda de Lisboa. Mas porque se dizia quererem mover-lhe causa, a rainha pedia a protecção do papa para o clérigo:

«*Sanctissimo in Christo Patri et Beatissimo domino domino Eugenio quarto, sacrosancte Romane ac universalis Ecclesie divina providentia Summo Pontifici. Sanctissime in Christo Pater et Beatissime Domine. Devota Vestre Sanctitatis filia Leonor, Dei gratia regnorum Portu-*

(401) *Ibidem*, n. 1154.
(402) *Ibidem*, n. 1156.
(403) *Ibidem*, n. 1192.
(404) ASF *(Archivio di Stato di Firenze)*, *Badia Fiorentina*, Diplomatico, docum. de 31 de Maio de 1439.

tugalie et Algarbii regina Cepteque domina, ad pedum obscula beatorum. Concessit Sanctitas Vestra graciosas spectativas licteras Johanni Alffonsi, familiari et domestico illustris infantis Henrici, administratoris ordinis milicie Jhesu Christi, ducis Visensis, fratris nostri, quarum vigore, canonicatum cum prebenda in ecclesia metropolitana Ulixbonensi consequtus est. Et quia nonnulli sine iure sive iniuria consueverunt disceptando bone fidei possessores atque canonice institutos litibus involvere et vexare, supplicamus Sanctitati Vestre humiliter et devote quatinus dignemini prefatum Johannem Alfonsi in suo bono iure tueri et, quantum cum iusticia fieri possit, in agendis et occurrentibus causis eumdem prosequamini gratiis et favoribus oportunis, contemplatione nostra. Que res grata admodum nobis fiet a Sanctitate Vestra, quam Altissimus feliciter conservare dignetur regimini Ecclesie sue sancte. Ex Ulixbona, octavo Kalendas Madii, anno a nativitate Domini M.oCCCC.mo xxxix. A triste Reynha» (405).

Também o Infante D. Henrique, administrador da Ordem de Cristo, escrevia ao papa, a favor do dito João Afonso, seu secretário e familiar, esta carta original, datada de Soure, a 14 de Abril de 1439, lembrando que a expectativa pontifícia fora outorgada, a pedido de seu irmão el-rei D. Duarte:

«Sanctissimo in Christo Patri et Beatissimo domino domino Eugenio quarto, sacrosancte Romane et universalis Ecclesie divina providentia Summo Pontifici. Sanctissime in Christo Pater et Beatissime Domine, humilis et devotus Vestre Sanctitatis filius Henricus, administrator ordinis militaris Jhesu Christi, dux Visensis, etc., cum prona reverentia tam debita quam devota, pedum obscula beatorum. Beatissime Pastor et Sanctissime Domine, dudum ad preces gloriose memorie serenissimi principis et domini domini Eduardi, fratris mei, Portugalie regis, Vestra Sanctitas cuidam Johanni Alfonsi, secretario familiari meo dillecto, ut de beneficio vacante seu proximo vacaturo provideretur, etiam si esset canonicatus vel prebenda in Ulixbonensi ecclesia, gratiam dignata est concedere sub data Vestre Beatitudinis specialem, recipiendo per vestras litteras dictum Johannem Alfonsi in canonicum dicte ecclesie, virtute quarum, vacante in eadem ecclesia prebenda, de ea per suos subexecutores fuit sibi canonice provisum, in cuius possessione extitit ferme per triennium et extat quasi pacifice, fructus canonicatus recipiendo predicti. Nunc vero, Pater Sancte, ut a quibusdam asseritur, sunt aliqui qui super eodem canonicatu questiones moturi ad Vestre Celsitudinis curiam intendunt accedere, dictum secretarium meum predillectum spiritu et animo indebite vexandi. Et quia nimis, Pater Sancte, grave et moleste sustinebo dictum Johannem Alfonsi sic fatigari iniuste laboribus et expensis et premaxime ut intellexi per aliquos tales, quos nec scientia, genus morum iuvat aut fama, eapropter Vestre humillime supplico Beatitudini quatinus iustitie intuitu et mei requirentis respectu, dictum Johannem Alfonsi cum suo canonicatu dignetur suscipere et habere recomissum, eum in sua iusticia pie et misericorditer confovendo, facturus, Alme Pastor, rem ob quam Vestre Celsitudini strixius me tenebitis obligatum. Beatissime Pater et Domine, Maiestatem Vestram conservet Omnipotens diu et felliciter ad sui et Ecclesie sue laudem, ut pie optat. Datum apud villam de Soure, intra palatia proprie residentie, xiiii Aprilis, anno Domini millesimo CCCC.mo xxxix. J. d. A.» (406).

Temos a certeza de que Luís Peres era agente dos negócios, pelo menos da rainha, em Outubro de 1439, mas já com intenção de regressar a Portugal a 26 desse mês, como aliás o diz expressamente o papa Eugénio IV em letras de 26 de Outubro de 1439, dirigidas ao bispo de

(405) ASF, *Badia Fiorentina*, Diplomatico, docum. de 24 de Abril de 1439.
(406) ASF, *Badia Fiorentina*, Diplomatico, docum. de 14 de Abril de 1439.

Lamego D. João: «ad nos et Romanam Curiam pro nonnullis arduis negotiis destinatum et in eadem Curia huiusmodi negotiis expediendis insistentem» (407). *Mas apesar da possibilidade de as coisas se terem passado conforme tal hipótese, há indícios certos de que Rui da Cunha estava na Cúria pontifícia mais ou menos no tempo em que o provincial do Carmo e embaixador régio apresentava, em seu nome e do regente, as súplicas mencionadas, a seu favor, de Setembro e Outubro de 1440. Lembro como mais pertinentes as súplicas relacionadas com a colegiada de Guimarães, de que Rui da Cunha era prior. As súplicas de D. Afonso V, a favor do mosteiro de Alcobaça, de 13 de Agosto de 1440, inclusive para o abade poder dar a bênção e conceder indulgências, à semelhança dos bispos, no fim da missa, em qualquer lugar, mesmo fora do mosteiro, quando o rei e a rainha estivessem presentes* (408), *tanto podiam ter sido diligenciadas por qualquer dos dois, como por outros. O mesmo se nos oferece dizer quanto ao pedido do monarca de 29 de Agosto de 1440, relativo à súplica anterior mencionada sobre 15 benefícios, a reservar para outras tantas pessoas* (409), *e ao pedido do Infante D. Pedro, duque de Coimbra, de 24 de Setembro de 1440, a favor de seu familiar e capelão Luís Esteves, perpétuo vigário da igreja de S. Vicente de Abrantes* (410). *Poder-se-ia dizer isso ainda de outras súplicas dos fins de 1440, tanto do monarca, como do Infante D. Henrique e do regente D. Pedro. Na verdade, o duque de Coimbra intercedia junto do papa com súplica de 12 de Outubro de 1440, a favor de Pedro Gomes, porcionário da igreja de Santa Maria de Leiria, sobre as prerrogativas e privilégios concedidos a 15 capelães de*

---

(407) AV, Reg. Lat. existente na Bibl. de Dublin, de que há microfilme na Bibl. Apost. Vaticana, Rullo n. 2, ms. 1223, Serie I, vol. 3, fl. 252v-253v. Eis o documento: «Eugenius, etc. Venerabili fratri Johanni, episcopo Lamecensi. Salutem, etc. Honestis supplicum votis libenter annuimus illaque favoribus prosequimur oportunis. Exhibita siquidem nobis nuper pro parte dilecti filii Ludovici Petri, rectoris parrochialis ecclesie Castri Vitis Egitaniensis diocesis, petitio continebat quod, orta inter ipsum, a carissima in Christo filia nostra Leonore, regina Portugalie illustri, ad nos et Romanam Curiam pro nonnullis eius arduis negotiis destinatum et in eadem Curia huiusmodi negotiis expediendis insistentem, ac dilectum filium Johannem Alfonsi, presbyterum Elborensis diocesis, super dicta ecclesia materia questionis, nos causam ipsam, non obstante quod de sui natura ad dictam Curiam legitime devoluta et apud eam tractanda et summenda non esset, dilecto filio magistro Symoni de Valle, capellano nostro et causarum palatii apostolici auditori, ad instantiam dicti Johannis audiendam commisimus et fine debito terminandam, coram quo [fl. 253] dictus Ludovicus excipiendo proposuit quod, cum ipse pro huiusmodi regine negotiis Romanam Curiam advenisset, privilegium revocandi domum habebat, ex quo ad respondendum eidem Johanni super premissis compelli non poterat nec debebat. Quare dictus auditor interloquendo pronuntiavit dictum privilegium admittendum et admisit, ipsum Ludovicum ab huiusmodi iudicii instantia absolvendo. Et deinde eidem auditori ad eiusdem Johannis instantiam dedimus in mandatis ut, data eidem Ludovico octo mensium dilatione, in causa ipsa deinde procederet ac si idem Ludovicus in eadem Curia personaliter apprehensus absque ulla ambasiate commissione fuisset, prout in actis dicte cause dicitur plenius contineri. Cum autem, sicut eadem petitio subiungebat, dictus Ludovicus sit de huiusmodi negotiis in dicta Curia totaliter expeditus et intendat ad propria remeare ac de huiusmodi cause meritis melius possit in partibus quam in Curia prefata liquere, pro parte eiusdem Ludovici nobis fuit humiliter supplicatum ut eamdem ad nos causam advocare illamque alicui probo in partibus viro committere de benignitate apostolica dignaremur. Nos igitur causam ipsam ad nos advocantes, huiusmodi supplicationibus inclinati, fraternitati tue per apostolica scripta mandamus quatenus, partibus convocatis, eamdem causam audias et, appellatione remota, debito fine decidas, faciens quod decreveris per censuram ecclesiasticam firmiter observari. Testes autem qui fuerint nominati, si se gratia, odio vel timore subtraxerint, censura simili, appellatione cessante, compellas veritati testimonium perhibere. Datum Florentie, anno Incarnationis Dominice millesimo quadringentesimo tricesimo nono, septimo Kalendas Novembris, anno nono. An. xvi de Adria».

(408) ANTÓNIO DOMINGUES DE SOUSA COSTA, *Monumenta Portugaliae Vaticana*, VI (no prelo), Súplicas de Eugénio IV, nn. 1200-1202.

(409) *Ibidem*, n. 1206.

(410) *Ibidem*, n. 1222.

D. Afonso V (411). *O monarca pedia a prorrogação do prazo para Estêvão Vasques reter as igrejas de S. Miguel de Torres Vedras e de S. João de Beja, mediante súplica de 8 de Outubro de 1440, alegando o facto de o interessado ter estado já ao serviço dos reis D. João I e D. Duarte* (412). *O Infante D. Henrique, a 27 de Dezembro de 1440, pedia dispensa de impedimentos existentes entre D. Duarte de Meneses, filho do conde de Ceuta D. Pedro, e Dona Isabel de Castro, para se casarem* (413). *Mais. Tal princípio seria até de aplicar às próprias súplicas, pertinentes à colegiada de Guimarães. Mas, tendo sido Rui da Cunha enviado à Cúria pontifícia pela corte portuguesa, é por de mais natural que, ao menos as respeitantes à sua pessoa, tenham sido apresentadas por ele mesmo, embora tivesse de servir-se dos bons ofícios de curiais portugueses, por exemplo de João de Resende, abreviador das letras apostólicas, seja quanto à redacção das súplicas, seja quanto ao bom despacho das mesmas. Lembro a coincidência de este clérigo e curial ser mestre-escola da colegiada de Guimarães, a favor do qual o conde de Barcelos, de quem era secretário, pedia, a 20 de Agosto de 1440, providências sobre o arcediagado de Neiva, que lhe tinha sido conferido antes* (414).

A 28 de Setembro de 1440, Rui da Cunha, prior da colegiada de Santa Maria de Guimarães, depois de informar o papa (não havia, portanto, intermediários) sobre a existência na colegiada de uma capelania perpétua, cujo capelão, único e perpétuo, tinha faculdade de ouvir de confissão todos os paroquianos e súbditos da colegiada e de administrar os demais sacramentos, não podendo atender a todos os paroquianos, sobretudo durante a Quaresma, solicitava a faculdade para o dito capelão, com o consentimento do prior e cabido da colegiada, escolher sacerdote, com idênticos poderes, cuja eleição e demissão dependesse da vontade do prior e cabido (415). *A 5 de Outubro, o Infante D. Pedro, duque de Coimbra (também era ele quem solicitava benefícios para o provincial do Carmo, embaixador), pedia para Rui da Cunha, clérigo da diocese de Braga e nobre, faculdade para reter o priorato de Guimarães com outro benefício incompatível* (416). *Rodrigo Anes, clérigo da diocese de Braga, em súplica de 12 de Outubro de 1440, pedia o canonicato e prebenda da colegiada de Guimarães, vacantes por morte de Afonso Vieira, apesar da redução do número de cónegos, determinada pelo papa Martinho V* (417). *O sacerdote da diocese de Lamego Martinho Anes solicitava também, a 26 de Outubro de 1440, o canonicato e prebenda de Guimarães, vacantes por morte de Diogo Rodrigues* (418). *Finalmente, outra súplica do prior e cabido da colegiada de Guimarães, de 29 de Novembro de 1440, respeitante à incorporação dum canonicato e prebenda na mesa capitular, sobre que se disputava na Cúria pontifícia, depois da redução do número de cónegos, autorizada pelo sobredito papa e após a vacância dos mesmos por morte dos titulares* (419).

---

(411) *Ibidem*, n. 1237.

(412) *Ibidem*, n. 1235.

(413) *Ibidem*, n. 1275.

(414) *Ibidem*, nn. 1067, 1181, 1203. Documentação, embora não completa, sobre a actividade, neste sentido, do abreviador apostólico João Gonçalves de Resende, pertencente ao epistolário do abade de Florença D. Gomes Anes ou Eanes, foi publicada na Introdução ao I volume de *Monumenta Portugaliae Vaticana*, pp. XII-XIII, L-LI, LIII, LV-LVI. Algumas súplicas a seu respeito em *Monumenta Portugaliae Vaticana*, Súplicas de Eugénio IV, nn. 13, 58, 123, 125, 132, 143, 153, 476, 480, 651, 691, 698, 699, 749, 807, 839, 880, 1014, 1061, 1067, 1176, 1184, 1187, 1203, 1253, 1255; *Súplicas de Nicolau* V, n. 243, 245, 424. Súplicas do pontificado de Paulo II, dos meses de Abril e Novembro de 1466, com a notícia da sua morte: n. 219, 221, 347.

(415) *Ibidem*, n. 1224.

(416) *Ibidem*, n. 1228.

(417) *Ibidem*, n. 1238.

(418) *Ibidem*, n. 1244.

(419) *Ibidem*, n. 1261.

Isto quanto ao ano de 1440. E que dizer das súplicas do ano de 1441, feitas em nome do rei e outros membros da casa real? Lembro algumas, incluindo as respeitantes, directa ou indirectamente, à colegiada de Guimarães. Da rainha Dona Leonor temos a súplica de 15 de Maio de 1441 sobre a omnímoda concessão ao conde de Vila Real D. Fernando de Loronha do lugar de Viana do Alentejo, anexo à capela fundada por D. Afonso IV na catedral de Lisboa e concedido por el-rei D. Fernando, a título de condado, a D. João de Meneses e confirmado, a favor de D. Pedro de Meneses, pelo papa Martinho V, a pedido do Infante D. Duarte e a troco de outros bens, a entregar ao reitor e capelães da dita capela (420). *O próprio D. Fernando de Loronha intervinha, a 10 de Junho de 1441, com súplica em favor de Afonso Anes, reitor da igreja paroquial de S. Salvador de Serrazes, presente na Cúria* (421). *Do infante D. Pedro, regente do reino, há súplicas de 8 de Julho e 26 de Julho de 1441 sobre o arcediagado de Cerveira, a favor de Afonso Martins, cónego do Porto e seu familiar* (422), *de 14 de Setembro de 1441, a favor de Diogo Afonso, servidor seu e reitor da igreja de S. Romão de Mesão Frio* (423), *o qual pedia, em 7 de Outubro de 1441, a incorporação naquela igreja da de S. Tiago de Guimarães, pertencente ao direito de apresentação do prior e cabido da colegiada de Guimarães* (424), *de 18 de Novembro de 1441, a favor do dito Diogo Afonso* (425), *e de 20 de Janeiro de 1442, também a favor de Diogo Afonso* (426). *Estas súplicas, bem como outras da primeira metade do ano 1442, como as do Infante D. Henrique de 10 de Fevereiro, sobre a indulgência plenária em prol dos que se dirigissem a Ceuta, para guarda e conservação da cidade* (427), *e de 3 de Março, a pedir indulgências para os visitantes da igreja de Santa Maria de África* (428), *as do monarca D. Afonso V de 8 de Janeiro e 14 de Fevereiro de 1442, a favor de Fernando Afonso* (429), *e as do regente do reino, de 3 de Maio de 1442, a favor do referido Diogo Afonso* (430), *e de 14 de Agosto de 1442, a favor de João de Albuquerque* (431), *para não falar das súplicas dos fins de 1442 e princípios de 1443, a abranger já o período da embaixada de Fernão Lopes de Azevedo, supõem a presença de enviados especiais na Cúria, sem exigirem forçosamente que o fossem Rui da Cunha ou o provincial dos carmelitas, tal como relativamente a várias súplicas de 1439 da família real, objecto de negociações de Luís Peres, reitor da igreja de Castelo de Vide, chegado à Cúria com cartas credenciais da rainha Dona Leonor e do Infante D. Pedro, regente do reino, como vimos. Pelo que, ao certo, só me posso pronunciar pela estadia na Cúria pontifícia, em 1440, de Rui da Cunha e de Frei João de S. Lourenço, provincial dos carmelitas portugueses, sem poder, contudo, definir se faziam parte da mesma ou diferentes embaixadas. Certo é, porém, conforme consta de carta dirigida às autoridades civis de Lisboa pelo papa, terem sido incumbidos de missão idêntica por Eugénio IV, quando se encontravam na Cúria, missão essa a desempenhar, no regresso a Portugal, com as autoridades portuguesas e de muita importância para o reino. E talvez não seja temerário pensar que o assunto se relacionava com problemas por eles expostos ao papa, por incumbência trazida de Portugal ou por informações ou encargos recebidos na Cúria, enquanto por ali andaram.*

(420) *Ibidem*, n. 1293.
(421) *Ibidem*, n. 1305.
(422) *Ibidem*, n. 1313, 1319. Cf. n. 717.
(423) *Ibidem*, n. 1334.
(424) *Ibidem*, n. 1337.
(425) *Ibidem*, n. 1351.
(426) *Ibidem*, n. 1375.
(427) *Ibidem*, n. 1382.
(428) *Ibidem*, n. 1398.
(429) *Ibidem*, n. 1369, 1383.
(430) *Ibidem*, n. 1435.
(431) *Ibidem*, n. 1466.

c. Incumbências do papa aos embaixadores junto do Infante D. Pedro e da rainha

Diz o papa na sobredita carta aos iudicibus, procuratoribus et populo civitatis Ulixbonensis, *depois de os exortar a contribuírem para a paz do reino, que* dilectis filiis nobili viro Roderico de Cunha et Johanni Carmelitarum provinciali commisimus quedam referenda prudentie vestre, quibus vel eorum cuilibet placeat in dicendis fidem prebere. *Tratava-se, provavelmente, de questões originadas com a morte de el-rei D. Duarte e sucessão no governo do reino, seguidas do regimento do reino, de Novembro de 1438, da autoria do Infante D. Henrique, para vigorar até el-rei D. Afonso V completar 14 anos de idade, e respectivas* protestações *da rainha e dos procuradores do reino nas cortes* (432), *e bem assim seguidas do acordo da cidade de Lisboa, não posto em prática, sobre o problema da regência, em 1439, entregue ao Infante D. Pedro por «todos os fidalgos e cidadãos e povo desta cidade de Lisboa, considerando o trabalho e grande destruição que em todo o reino ha em ter diversos regentes, entre os quais ha grande devisão, com grande damno e perda da republica»* (433). *Por carta do papa Eugénio IV, de 15 de Janeiro de 1440, em resposta a outra do Infante D. Pedro, de 15 de Outubro de 1439, fica-se a saber que entre a rainha e o Infante predominava a desconfiança e a nomeação pelas cortes de Lisboa, em Dezembro de 1439, do Infante D. Pedro como único regente do reino* (434), *veio azedar mais os ânimos e contribuiu para os desentendimentos não só entre a rainha e o infante regente como entre os fidalgos partidários e divididos entre ambas as facções.*

D. Afonso, rei de Aragão, como se depreende de memorial seu de 22 de Fevereiro de 1440, ao Infante D. Pedro, mandava cartas e o bispo de Segorbe, a diligenciar com o regente, condes, barões e outros magnates do reino de Portugal meios para a concórdia entre o regente e a rainha (435). *Entre outras, como as dirigidas ao conde de Barcelos e ao bispo de Évora, o bispo levava cartas credenciais para «los amados nuestros los nobles cavalleros gentiles hommes e cibdadanos dela noble cibdat de Lisbona»* (436). *A rainha tinha solicitado auxílio a seus irmãos e o regente D. Pedro tomava medidas, em Maio de 1440, contra possível invasão militar dos infantes de Aragão* (437). *Contudo, a 1 de Junho de 1440, Dona Leonor participava aos «fidalgos, cavalleiros, juizes, vereadores, procurador e homeens boons da muy nobre, leal çidade de Coinbra» que, a Deus graças, «nos com o muyto honrrado Ifante dom Pedro, meu muito amado e preçado irmãao, somos apaçificados»* (438), *estando ainda em Portugal nos fins de Dezembro de 1440* (439). *A 13 de Setembro de 1440, D. Afonso, rei de Aragão, escrevia aos Infantes D. Pedro, D. Henrique e D. João, ao conde de Barcelos, ao prior do Crato e outros, a congratular-se com eles, pois — diz o monarca aragonês — «somos informados dela buena praticha de concordia e amistat que se es encomençada entre la dicha rreyna e vos»* (440) *ou «que se es encomençada mover e tractar entre la dicha rreyna e el illustre infante don Pedro de Portugal» ou ainda «que ses encomenzada a mover entre ella e el*

---

(432) Publicado em *Monumenta Henricina*, VI, Coimbra, 1964, n. 96, pp. 265-279.

(433) *Monumenta Henricina*, VI, n. 109, pp. 293-295.

(434) Publicado em *Monumenta Henricina*, VII, n. 15, pp. 18-23. A carta pontifícia em AV, Reg. Vat. 367, fl. 142, publicada em *Monumenta Henricina*, VII, Coimbra 1965, n. 33, p. 46.

(435) Publicados em *Monumenta Henricina*, VII, n. 45-46, pp. 64-70.

(436) Cf. *Monumenta Henricina*, VII, n. 46, pp. 69-70.

(437) Docum. em *Monumenta Henricina*, VII, nn. 73-75, pp. 105-108.

(438) Docum. em *Monumenta Henricina*, VII, n. 81, p. 115.

(439) Cf. docum. em *Monumenta Henricina*, VII. nn. 113-115, pp. 180-185, n. 128, p. 200.

(440) Docum. em *Monumenta Henricina*, VII, n. 106, pp. 166-167.

illustre infante don Pedro de Portugal» (441). *A 15 de Setembro de 1440, dizia o mesmo a Luís Vasques e pedia-lhe «que en todo benavenir en aquesto vos mostreys favorable»* (442). *Em carta de 1 de Novembro de 1440, dirigida aos «cavalleyros, fidalgos, scudeyros, conçelho e homeens boos da çidade de Coimbra», lamentava-se D. Pedro que a rainha «encubertamente, como melhor pode, despoys da amostrança que a mym fazia da dicta concordia, mandou passar aos rregnos de Castella aquellas cousas que lhe mays prouve ... e ora em esta noyte que passou, amanheçendo oje, dia de todollos Santos, ella se partiu dAlmeyrim, sem leçença delrrey meu ssenhor com gente darmas»* (443).

Para o regente, a partida para o Crato, conforme a última carta e outras de 1 e 2 de Novembro de 1440, dirigidas aos «vereadores, juízes, procurador e homeens boons da muy nobre e muy leall çidade de Lixboa» (444), *aos «cavalleiros, fidalgos, scudeiros, homeens boos e poboos da muy noble e leal çidade de Coimbra»* (445), *era prova de «que ella querrera encaminhar discordia antre os irmãaos seus e nos, por tall de envorillar estes rregnos del rrei meu ssenhor seu ffilho, per guerra»* (446) *ou tinha «tençom de meter estes rregnos en divisom e lhes basteçer a aazar guerra com Castella»* (447), *pelo que os punha de sobreaviso e alerta, de forma a prepararem-se para a defesa, «assi pella guisa que o era nos tempos da guerra»* (448). *Mais. A 8 de Dezembro de 1440, em carta dirigida aos «cavalleiros, e fidalgos e escudeiros, moradores em a çidade de Coinbra e nos outros lugares do seu almoxarifado», era comunicada a decisão do Infante D. Pedro de precaver-se contra os castelhanos que «entendem viir muy çedo asy poderosamente»* (449). *O regente dirigiu-se então para o Crato, onde estava a rainha, e já por aí andava nos princípios de Janeiro, escrevendo do arraial do Crato, ainda a 16 de Janeiro de 1441* (450). *A rainha deve ter saído dali no mês de Dezembro de 1440 com o prior do Crato* (451). *Estando assim as coisas, não vejo como se possa, com certeza, datar de 25 de Janeiro de 1441 a carta de Eugénio IV à rainha, publicada em* Monumenta Henricina (452), *bem como as outras nove, dirigidas a D. Pedro, duque de Coimbra, Infante D. Henrique, duque de Viseu, Infante D. João, D. Afonso, conde de Barcelos, D. Fernando, conde de Arraiolos, D. Afonso, conde de Ourém, D. Fernando, arcebispo de Braga, D. Álvaro, bispo de Évora, e às autoridades civis da cidade de Lisboa, de que se falou já, aconselhando-os a envidar todos os esforços por serenarem as discórdias existentes no reino, as quais o poderiam levar à ruína. Estas cartas, existentes no volume 359 do Reg. Vat. e no cód. Chig. D. VII, 101, fazem parte duma colecção de letras dos pontificados de Martinho V e de Eugénio IV, sem ordem cronológica precisa, pelo que não podemos dar àquelas dez cartas a data da imediatamente anterior, que vem datada, sem perigo de nos enganarmos. Temos a certeza de que foram escritas, pelo menos nos fins de 1440, porque datadas de Florença e, por isso mesmo, não podem ser anteriores a 1439, ano em que Eugénio IV chegou a esta cidade, e ainda porque grande parte das cartas aí coleccionadas, anteriores àquelas, são todas do ano décimo do pontificado de Eugénio IV,*

---

(441) Docum. em *Monumenta Henricina*, VII, nn. 107-108, pp. 168-171.
(442) Docum. em *Monumenta Henricina*, VII, n. 109, pp. 171-172.
(443) Docum. em *Monumenta Henricina*, VII, n. 113, pp. 180-183.
(444) Docum. em *Monumenta Henricina*, VII, n. 114, pp. 183-184.
(445) Docum. em *Monumenta Henricina*, VII, n. 115, pp. 184-185.
(446) Docum. em *Monumenta Henricina*, VII, n. 113, p. 183.
(447) Docum. em *Monumenta Henricina*, VII, n. 115, p. 185.
(448) Docum. em *Monumenta Henricina*, VII, n. 115, p. 185.
(449) Docum. em *Monumenta Henricina*, VII, n. 119, pp. 191-192.
(450) Docum. em *Monumenta Henricina*, VII, n. 132, p. 203.
(451) Docum. em *Monumenta Henricina*, VII, nn. 128, 131, pp. 200, 202-203.
(452) *Monumenta Henricina*, VII, n. 134, pp. 204-206.

e ainda e sobretudo porque as circunstâncias da embaixada ou embaixadas de Rui da Cunha e do provincial dos carmelitas, aliadas à história das desinteligências no reino, a essa conclusão nos levam. Duvido, contudo, poderem ter sido escritas em Janeiro de 1441, como passo a expor.

Embora nem sempre nos possamos fiar da exactidão cronológica do cronista Rui de Pina, há indícios de que a notícia dada por ele da chegada dos embaixadores ao reino, em Dezembro de 1440, esteja certa. Efectivamente, como se viu, as súplicas acima referidas do regente, a favor de Rodrigo da Cunha, prior da colegiada de Guimarães, bem chegado ao Infante D. Pedro, e do provincial dos carmelitas, nelas indicado como embaixador do regente, mostram que, em Setembro e Outubro, os agentes régios tinham já arrumado parte de seus negócios, donde a probabilidade de não se terem demorado muito mais tempo e de terem recebido aquela missão do papa mais ou menos por essa altura. Além disso, se a rainha se retirou para Castela nos princípios de Dezembro de 1440 e as desinteligências depois da anunciada concórdia se tornaram vivas nos fins de Outubro de 1440, como se colhe das cartas do Infante de 1 e 2 de Novembro desse ano, tratando-se de coisa urgente, a requerer informação ou recurso imediatos à Cúria pontifícia, não se vê circunstância alguma, a justificar demora de quase três meses. Aliás, não é improvável que as cartas de Eugénio IV sejam resultado de notícias, levadas à Cúria pelos embaixadores e alusivas a factos anteriores às tentativas e princípio da concórdia, de que falam as sobreditas cartas de Junho e Setembro de 1440, ou então chegadas lá enquanto Rui da Cunha e o provincial dos carmelitas tratavam de outros negócios. De qualquer forma, como se disse acima, a carta dirigida às autoridades civis de Lisboa sobre este assunto da paz, na passagem relativa à missão de que eram incumbidos pelo papa Rui da Cunha e o provincial do Carmo, em conexão com a notícia oficial das embaixadas de ambos, é prova segura de que ambos exerceram o múnus de embaixadores ao papa em 1440 e regressaram ao país na mesma ocasião. Eis as cartas endereçadas aos infantes, condes, arcebispo de Braga, bispo de Évora e autoridades civis de Lisboa. Tratam do mesmo assunto que a dirigida à rainha:

> «*Dilecto filio nobili viro Petro, duci Colimbriensi, regna Portugalie et Algarbii regenti. Salutem, etc. Quanta mala proveniant ex discordiis, etc., usque procurationem. Quam ob rem tuam devotionem requirimus eidem in suorum, etc., requiescat. Datum Florentie, etc. Similiter dilecto filio nobili viro infanti Henrico, duci Visensi. Salutem, etc. Similiter dilecto filio nobili viro Johanni, Portugalie infanti. Similiter dilecto filio nobili viro Alfonso, comiti de Barcelos. Similiter Fernando, comiti dArrayolos. Similiter Alfonso, comiti de Ourem.* [*fl. 94v*] *Venerabili fratri Fernando, archiepiscopo Bracharensi. Salutem, etc. Quanta mala proveniant ex discordiis intestinis, cum exemplis quotidianis ante oculos positis ita manifestum sit ut alia probatione non egeat, debet quilibet fidelis christianus et ii precipue qui in aliorum exemplum sunt a Domino constituti, paci et concordie animorum vacare et homines ad mutuam caritatem traducere, maxime autem convenit obstare principiis, cum ex parva favilla maxime soleant incendia exoriri. Idcirco cum audierimus, non absque magna displicentia animi, quasdam dissensiones noviter esse ortas inter barones et nobiles regnorum Portugalie et Algarbii, ex quibus possent damna et regni desolatio pervenire, exhortamur in Domino ac stricte requirimus tuam fraternitatem ut tamquam pater, auctor et minister, cum id ad te maxime spectet, omnem diligentiam, curam et solicitudinem interponas ad omnes huiusmodi dissensiones et discordias de medio summovendas atque extinguendas. Scis enim omne regnum, ut inquit Veritas, in se divisum necesse esse ut desoletur, quod ne accidat in regnis prefatis, per tuam et aliorum est sapientiam providendum. Datum Florentie. Similiter venerabili fratri Alvaro, episcopo Elborensi. Dilectis filiis iudicibus, procuratoribus et populo civitatis Ulixbonensis. Salutem, etc. Quanta mala proveniant ex discordiis intestinis et dissensionibus* [*cum exemplis quotidianis*

ante oculos positis ita manifestum sit ut alia probatione non egeat, debet quilibet fidelis] christianus et maxime illi qui prudentia valent ad ea removenda impendere opem et operam efficaces. Cum itaque non sine magna displicentia animi audiverimus certas dissensiones, procurante humani generis hoste, in regnis Portugalie et Algarbii esse noviter exortas, exhortamur in Domino devotionem vestram ut, cum sitis viri boni ac timentes Deum ac pacem et concordiam ametis, sine quibus nullum in hoc seculo bonum iocundum aut stabile esse potest, velitis omni studio, opere et diligentia interponere partes vestras ut omnes eiusmodi dissensiones funditus tollantur atque ex animis hominum evellantur utque concordia, amicitia et [fl. 118] pax inter omnes statuatur, vestra intercessione mediante. Scitis enim iuxta evangelicam veritatem necesse esse ut omne regnum in se divisum desoletur. Itaque non defatigemini omnia procurare et agere, per que pax, concordia, ex quibus omnia dominia augmenta suscipiunt et per contrarium dissolvuntur, in prefatis regnis valeat conservari. Super hiis et certis aliis negotiis, nostrum et sedis apostolice statum et honorem spectantibus, dilectis filiis nobili viro Roderico de Cunha et Johanni Carmelitarum provinciali commisimus quedam referenda prudentie vestre, quibus vel eorum alteri placeat in dicendis fidem prebere. Datum, etc.» (453).

d. Embaixada ao papa e posição dos portugueses no concílio de Basileia

As últimas palavras das cartas transcritas de Eugénio IV, relativas a certis aliis negotiis, nostrum et sedis apostolice statum et honorem spectantibus, *se não erro, parece-me deverem referir-se à posição do concílio de Basileia contra o papa Eugénio IV e, indirectamente, pelo menos, à privação de benefícios, inclusive da diocese de Viseu, e outras penas cominadas pelo papa contra D. Luís do Amaral que, apesar das recomendações de el-rei D. Duarte, de acatar as decisões de Eugénio IV, não receou tomar partido pelo concílio de Basileia contra o papa, ao contrário do bispo do Porto e Rui Dias, deão de Braga, fiéis emissários do Romano Pontífice nas tentativas de trazerem os Gregos ao concílio de Ferrara-Florença, tendo-o conseguido. No que se refere a D. Luís do Amaral, convém, embora sumariamente, descrever a sua posição e a do reino neste sentido. A participação deste prelado no concílio de Basileia, para onde partira em 1433, em óptimas relações, ao princípio, antes de ser incorporado no concílio como membro da embaixada de D. Duarte, com o papa Eugénio IV* (454), *consta de obra que temos preparada e anunciámos já ao público sobre o tema* Humanismo e juristas portugueses do século XV durante o concílio de Basileia-Ferrara--Florença, *com o sub-título* Relações de humanistas italianos com o advogado consistorial Dr. Vasco Rodrigues, com o Dr. Afonso Rodrigues Garcia, professor na universidade de Lisboa, e com o Dr. Vasco Fernandes de Lucena, embaixador de D. Duarte, e posição de Portugal no concílio de Basileia-Ferrara-Florença (455). *Aqui refiro só quanto rela-*

---

(453) Bibl. Apost. Vaticana, cod. Chig. D. VII. 101, fl. 93v-94v, AV, Reg. Vat. 359, fl. 117v-118.

(454) Cf. ANTÓNIO DOMINGUES DE SOUSA COSTA, *O Infante D. Henrique na expansão portuguesa*, Braga, 1960, p. 36-38, nota 103, *Documentos*, n. XV, pp. 140-142.

(455) Por falta de meios económicos, esta obra não pôde sair ainda a público. Dei a conhecer já algumas achegas na Introdução ao I volume de *Monumenta Portugaliae Vaticana*, por exemplo, a referente à identificação do célebre *Velasco di Portogallo*, doutorado em Bolonha, advogado consistorial e humanista famoso em Itália, no século XV, e de seu irmão Dr. Afonso Rodrigues Garcia, estudante de direito em Bolonha e Pádua, onde se doutorou, depois arcediago de Lisboa e professor na universidade de Lisboa. Nesta Introdução ao II volume, vindo a propósito, não deixarei de servir-me de um ou outro documento, dentre os muitos, inseridos naquele trabalho, tanto do Arquivo do Vaticano como doutros arquivos. Ao indicar alguns

cionado com as cartas do papa Eugénio IV, escritas ao rei de Portugal D. Afonso V e ao Infante regente sobre a privação do bispado de Viseu, incluindo as queixas de ele se tornar porta-voz e cabeça do movimento conciliar contra o papa.

Quando a embaixada de D. Duarte chegou a Basileia, depois de ter passado pela Cúria papal, a prestar as suas homenagens e protestos de fidelidade, à qual embaixada se veio juntar o bispo de Viseu, que, alguns anos havia, tinha sido incorporado no concílio, os embaixadores, através da brilhante oração proferida por Vasco Fernandes de Lucena, doutor em leis, tiveram ocasião de manifestar a posição ortodoxa de Portugal, em face da rebelião nascente do concílio. A coincidência de ele Vasco Fernandes de Lucena, doutor em leis, ter pedido e alcançado de Eugénio IV, em 9 de Agosto de 1436, a indulgência plenária para si e sua mulher Violante de Alvim, na passagem pela Cúria, a caminho de Basileia, pode ter eloquente significado: «Eugenius, etc. Dilecto filio nobili viro Valasco Fernandi de Lucena, militi, legum doctori Colimbriensis diocesis, et dilecte in Christo filie nobili mulieri Violante Dalvym, eius uxori. Salutem, etc. Sincere, etc. Datum Bononie, anno Incarnationis Dominice millesimo quadringentesimo tricesimo sexto, quinto Idus Augusti, anno sexto» (456). *Chegados a Basileia no dia 2 de Dezembro de 1436 e recebidos por grande número de conciliares* (457), *os nossos embaixadores só foram incorporados*

---

do Arquivo do Vaticano na introdução ao *Parecer do Doutor «Velasco di Portogallo» sobre o beneplácito régio (Florença, 1454)*, em *Do Tempo e da História*, II, Lisboa, 1968, p. 98, o Dr. Eduardo Nunes recorda aquele meu estudo, anunciado em *Monumenta Henricina*, VI, Coimbra, 1964, p. 145 (nota) e IX, Coimbra, 1968, p. 299 (nota). Também ele recolheu documentação do Arquivo do Vaticano sobre esta figura e, a propósito, adverte: «A documentação, que recolhi e passo a apresentar, é reconhecidamente incompleta, na grande maioria fruto marginal de pesquisas endereçadas a outros temas». Poderia, contudo, valer-se de mais documentação, inclusive do Vaticano, que teve entre mãos, referente à vida, como curial pontifício, do Doutor Vasco Rodrigues, pois em conversa com o sobredito Dr. Alexandre Nunes, em 1961 ou 1962, tive o prazer de o informar que o famoso humanista e jurisconsulto português *Velasco di Portogallo* se devia identificar com o advogado consistorial Vasco Rodrigues, não só dos documentos pontifícios do *Reg. Supplicationum*, *Reg. Vat. e Reg. Lat.*, como também de documentos pertencentes à Câmara apostólica. Natural, portanto, que, nesta Introdução, eu refira, quando vier a propósito, alguns desses documentos, talvez até recolhidos pelo Dr. Eduardo Nunes, mas que, porventura, lhe tenham passado despercebidos na ordenação de seu ficheiro, como aliás, por vezes, me acontece a mim e pode acontecer com qualquer investigador.

(456) AV, Reg. Lat. 346, fl. 288v.

(457) «... Novembrio igitur et Decembrio xviii habitis congregacionibus, exceptis Aragonum et Portugalie regum oratoribus, quia in vigilia et post Natale Domini incorporatis, ingressis, qui Aragonum xxv^{a} Novembris et Portugalie ii^{a} Decembris, obviam illis euntibus qui in concilio preter personas cardinalium incorporati fuere Nicolaus in Lympurg Spirensis ... litteras quoque prefatorum regum Aragonie et Portugalie, specificandas presentacionis illarum diebus, recepit sancta synodus ...»: JOHANNES DE SEGOBIA, *Historia gestorum generalis synodi Basiliensis*, I, lib. X, c. XX, ed. ERNESTUS BIRCH, em *Monumenta Conciliorum Generalium saeculi decimi quinti. Concilium Basiliense, Scriptorum* tomus II (Vindobonae, 1873), p. 909. «Die autem sabbati, prima Decembris, oratores regis Aragonum ... Quorum allegaciones tam fuerunt protracte, ut quomodo alteri eciam huic finem imposuerint congregacioni, continuate in alteram diem. In cuius principio ambasatoribus Portugalie regis audienciam sibi dari petentibus, responso primo, quoniam illa congregacio erat ut inibi perscrutarentur vota omnium patrum super loci eleccione, qua de causa permaxime occupati essent ideoque eis placeret differre in alteram diem, persistentibus illis in sua peticione audiri velle, clamores magni atque strepitus inter patres fuere, multis causantibus ex industria illa geri ad impedimentum eleccionis fiende. Legatus autem, quoniam audiencia illis denegari videbatur, a congregacione recedere incipiens, detentus est quasi vi per cardinalem sancti Petri, et tunc missis ad dictos oratores tribus prelatis, rogantibus proponere breviter, per Valascum Fernandi, doctorem in iure civili, proposuerunt satis appunctuate, allegantes civitatem Avinionensem eligi non posse tamquam in decreto comprehensam, ut in ea celebraretur ycumenicum concilium; adhuc eciam quod non liceret eam eligi, quia non esset accomoda pape, qui ipsis in presencia eius constitutis declaraverat se non venturum ad eam. Exhortabantur igitur patres ex parte regis Portugalie, ut non procederent ad conclusionem, deprecantes ex parte Dei omnipotentis, ut in tanta re, qua nulla maior per concilium tractabatur, absque precipitacione et omni cum maturitate procedere

oficialmente na vigília do Natal de 1436 (458). *Então discutia-se ali sobre a escolha do lugar para o concílio, a reunir com a presença dos Gregos separados, e não faltou quem visse na insistência dos embaixadores portugueses para lhes darem audiência, pretexto para impedir a eleição. Os embaixadores portugueses eram favorecidos, neste ponto, pelo legado do papa. O Dr. Vasco Fernandes de Lucena pôde fazer as suas alegações contra a escolha de Avinhão, recomendando prudência e calma na deliberação de negócio tão importante, com a anuência, satisfação e até agradecimento do legado que se congratulava com embaixada tão insigne* (459). *Segundo João de Segó-*

---

vellent. Legatus illis respondit, gracias agens regi de missione tam insignis ambasiate, in personas eorum, de avisamento quoque et facta exortacione, super propositis per eos patribus deliberaturis. Post horum recessum, ambasiatores regis Francie, loquente Simone Caroli, exponebant, prout alias, devocionem piamque intencionem regis erga ecclesiam Dei, illud specificantes, quoniam senserant multas fieri oblocuciones, offerebant regem daturum plenum salvum conductum omnibus volentibus venire ad concilium ycumenicum, sive in patria sua, sive in alio quocumque loco celebraretur, que dicebantur principaliter propter Aragonenses et Portugalenses, si Avinione celebraretur concilium, transituros per regis dominium. Requisione deinde facta per promotores, ut vota patrum scrutarentur super eleccione loci, cardinalis sancti Petri dicebat, prout alias, se nominare Florenciam, sed pro habenda pace assentiret in alio loco ydoneo, ad quem papa accedere posset, si per concilium eligeretur...»: JOHANNES DE SEGOBIA, *op. cit.*, lib. X, cap. XXIV, *ed. cit.*, p. 919-920. «Die dominica secunda decembris fuit missa solemnis conciliariter celebrata in maiori ecclesia, etc... Accesserunt ad sacram deputacionem pro communibus aliqui ex ambassiatoribus serenissimi domini regis Portugalie, requirentes nomine ambassiatorio, quod eligeretur locus accomodus sanctissimo domino nostro pape et Grecis»: JOHANNES HALLER, *Concilium Basiliense, Die Protokolle des Concils von 1436*, Basel, 1903, p. 346.

(458) «Incorporatio oratorum Portugalie et Aragonie, oblacio ducis Sabaudie cum exhortacione. Post eiusmodi conclusionem, a quatuor mensibus continue fere synodo illam parturiente plus quam magnis defatigata laboribus, undecima prefati mensis ambasiatores regis Portugalie comparuerunt in generali congregacione et perlecta littera regis omni plena humilitate ad concilium, exhortantis intendendum esse ad finem, propter quem convenerat, et excusantis se quoniam tardius suos misisset oratores, eorum nomine qui alias super eleccione loci Avinionensis allegaciones fecerat Vaschus Fernandi, illorum ultimus, perornatam fecit oracionem ad sanctam synodum, una cum ceteris generalibus illarum operaque eius excellenter commendans circa unionem, presertim Grecorum, subiuncta humili suavique exhortacione ut magno prosequeretur animo inchoata usque in finem. Quibus legatus regi omnipotentique Deo primum gracias agens, respondit commendata eorum proposicione. Die vero ista Nicolaus de Menthone, factis peticionibus quibusdam spiritualibus pro se iturisque secum in Greciam, licenciam a sancta synodo et a legato accepit benedictionem. Ambasiatores quoque Avinionensium congratulati sunt de eleccione civitatis eorum. Quibus sancta synodus litteras scripsit exhortacionis, ut per totum mensem Januarii exbursarent septuaginta milia florenorum, auditis oratoribus concilii, quibus obligandi concesserat facultatem litteris insertam tenoris huius: Facultas ad obligandum concilium super solucione septuaginta milium florenorum civibus Avinionensibus ... Instanti vero Natali Domini, ut ipse ostenderet se regem pacificum in sancta synodo Basiliensi exaltatum super omnes reges universe terre, quodque in pace esset locus eius, pacifice et quiete sacro concilio incorporati sunt ambasiatores Aragonum et Portugalie regum, incorporatis iam diu ante (missis) a ceteris regibus religionis christiane, qui Portugalie vigilia Nativitatis, Aragonum vero quinto post nudius. Lecto etenim procuratorio regis Portugalie, concedentis facultatem plenam eisdem et in optima forma munitum regia subscripcione et cum plumbo, Gaspare de Perusio perloquente eorum nomine, debitum eisdem fore primum inmediate locum post oratores regis Castelle, presentata cedula, sed non lecta, incorporati fuere Alfonsus comes de Oren, nepos ipsius regis Portugalie Eduardi nomine, Anthonius Portugalensis et Ludovicus Visensis episcopi, Johannes Pereyra miles, Gundisalvus ordinis Predicatorum provincialis Portugalie, Egidius de Tavyra, licentiatus in Theologia, Didacus Alfonsi utriusque et Valascus Fernandi civilis iuris doctores. Incorporati quoque extitere ambasiatores regis Aragonum...»: JOHANNES DE SEGOBIA, *op. cit.* lib. X, cap. XXVI, *ed. cit.*, p. 923-925.

(459) «Die Mercurii, v.a decembris M.o iiii.c xxxvi.o in generali congregacione, presidente, assistentibus et presentibus quibus supra, etc. ... Accesserunt ad congregacionem [ambasiatores serenissimi domini regis Portugalie] et per organum unius doctoris ex ipsis hortati sunt sacrum concilium, quod non eligatur locus qui non sit accomodus domino nostro et Grecis, nec eligatur locus qui non sit comprehensus in decreto, quodque fiat eleccio loci cum maturitate, nec fiat alio loco quam in Italia, etc., alias fuerunt protestati, etc. Reverendissimus dominus cardinalis legatus singulis, ut est moris, regraciatus est nomine concilii, etc. Deinde

via, o embaixador português fizera discurso muito floreado — perornatam fecit orationem ad sanctam synodum —, *com exortações a prosseguir nos esforços pela união dos Gregos, voltando o legado pontifício a agradecer as propostas da embaixada* ([460]). *Trata-se, de facto, de bela peça oratória, em latim saboroso, que tive a dita de encontrar manuscrita. Penso até denuncie o auxílio literário do humanista italiano Poggio Bracciolini, que em carta, dirigida ao nosso Vasco Fernandes, então no concílio, se lamenta e increpa-o duramente por ele ter partido (de Bolonha, creio), sem lhe agradecer, ao menos com palavras, nem lhe ter pago o trabalho e diligência havidos na confecção do que o embaixador português lhe pedira: «... Scis quo labore et diligentia rem quam solicitabas confecerim... Certe mecum ipse recogitans fidem in te meam, nescio etiam si impudentissimus omnium esses, quo vultu, qua facie, qua inverecundia abieris ut non solum nummis quos pollicebaris sed ne verbis quidem gratiam mihi referres...»* ([461]). *Desse discurso, enaltecedor dos concílios gerais, permita-se-me destaque seu alcance ecuménico, valorizado pela afirmação do primado papal, tanto mais de apreciar quanto o primado não estava ainda definido e, ao contrário, se desenrolavam no concílio de Basileia cenas atentórias do poder do Romano Pontífice. Segundo o nosso embaixador, a história dos movimentos doutrinais e dos concílios e da própria Igreja universal, através dos séculos, a partir já de S. Pedro, que nos primórdios da Igreja convocou os apóstolos e concílio, para tomarem suas deliberações em assuntos de importância, mostram a necessidade do concurso de toda a Igreja, representada nos concílios gerais, para obviar a tantos perigos, em que se vê envolvida. Mas o poder, a força motriz, essa procede do papa, vigário de Cristo. A Igreja, na verdade, é um corpo místico, hierarquicamente organizado, sendo o papa primeiro detentor do poder, que recebe de Deus, na qualidade de Seu Vigário na terra, e difunde nos membros para governar todos os fiéis. Tal como no corpo humano, os músculos mediante os nervos e estes directamente recebem do cérebro a força e capacidade de agir. Tal como as inteligências angélicas, no exercício do seu múnus, vivem da luz comunicada por espíritos angélicos superiores, segundo a hierarquia de Dionísio. Assim na Igreja o poder é hierarquicamente disposto sob a dependência do primado do papa. Na Igreja havia necessidade de extirpar heresias, fomentar a paz e união entre os cristãos divididos pela guerra e doutrinas. Não faltavam inimigos da fé católica que por todos os meios, inclusive pelas armas, tentavam exterminá-la. E os infiéis, com a guerra, oprimiam e já tinham quase aniquilado os cristãos separados do Oriente. Não se podia ficar indiferente, sobretudo perante os estragos infligidos na república cristã pelos muçulmanos que ocupavam territórios dos cristãos, inclusive a Terra Santa, com a profanação do Santo Sepulcro e outros lugares santos. E foi o desejo de pôr remédio a tantos males que levou o rei de Portugal a unir-se, por meio de seus embaixadores, a tão nobre e útil assembleia, o acontecimento mais excelente e mais útil dos tempos que passavam. Este o discurso em latim, segundo o manuscrito da Biblioteca do Vaticano, com variantes do manuscrito existente na Biblioteca de Viena:*

«*Propositio ambasiatorum regis Portugalie ad concilium Basiliense* (a): *Plato gravissimus stoyce discipline imitator, in eo sermone* (b), *quo Socratem de immortalitate*

---

factum est scrutinium votorum super materia loci ut sequitur. Reverendissimus dominus cardinalis sancti Petri ad vincula dedit votum suum in scriptis nominando Florenciam...»: JOHANNES HALLER, *Concilium Basiliense. Die Protokolle des Concils von 1436*, Basel, 1903, p. 348. Cf. nota 457-458.

([460]) Cf. nota 458.

([461]) Bibl. Riccard. de Florença, cod. 759, fl. 131v. Bibl. Medicea Laurenziana de Florença, Plut. 47, cod. 20, LXXXIV, fl. 96, Bibl. Apost. Vaticana, cod. ottob. lat. 2251, fl. 65-65v.

a) No cód. 4160, fl. 305a, da Bibl. de Viena (V): *Colatio facta ad concilium Basiliense per ambassiatam serenissimi regis Portugalie.*

b) Sermone: in *add.* V.

animorum (c) *divinitus disputantem facit, patres conscripti, eam animi immortalitatis persuasionem eum fecisse ait que Axiochi timorem mortis* (d) *non modo exciperet, sed eam ipsam ei ultro optandam* (e) *faceret. Neque enim ut multa Socratis hoc loco gravissime disputata preteream, mortalis natura ad tot varias excelsasque actiones erigeretur ut immanum ferarum vires sperneret, travaret pelagus, edificaret urbes, constitueret civitates, contemplaretur celum et astrorum motum, videret solis et lune cursum* (f), *ortus etiam et occasus, eclipses et velocem luminis reditum, equinoxia et duplices tropos, pliadum hyemes, estivos ventos, ymbrium circuitiones, ignitorum vaporum tractus, ac mundi passiones perpetua teneret memoria, nisi profecto aliquid divinum in animo esset* (1). *Deus autem immortalis, iustus et pius, ut animi claritudine* (g) *maiestatis sue in orizonte eternitatis et spirituum separatorum confinio per creationem egressi ad ipsum per glorificationem egrediantur, suam peryodum compleant, circulumque perfectum describant, legem nature mentibus humanis inseruit, sintillam quoque intelligentie quam greco sermone sinderesim vocant ad instar inclinativi conscientie appendit, ut velocius ad centrum sue beatitudinis tendat. Quod quidem Boetius vir utique suavissimus preclare ait: «Repetunt, inquit, proprios queque recursus redituque suo singula gaudent, nec manet ulli* (h) *traditus ordo, nisi quod fini iunxerit ortum, stabilemque sui fecerit orbem»* (2). *Supernaturalia preterea gratuita adiumenta et carismatum dona naturalibus addidit, ut qui inferiores separatis spiritibus natura existant, per gratiam ad angelice nature equalitatem assumantur. Ille enim qui facit angelos suos spiritus et ministros suos ignem urentem, qui et animos hominum ymagine et similitudine divinitatis insignitos minuit paulo minus ab angelis gloria, eo quod infra intelligentiam et supra naturam ad universi totius venustatem et ordinem constituti sint, gratia eisdem angelis reddit equales, gravissimo nobis [fl. 305va] testimonio est preclarus ille doctor gentium Paulus apostolus* (i) *in ea epistula quam ad Romanos scripsit* (j), *haud procul a principio, dicens: Gentes que legem non habent, dictamine quodam rationis et recte intelligentie motu ipsimet sibi sunt lex. Et de sinderesi que aquile comparatur et aliis peccantibus non se immiscet, murmurans contra malum, unde etiam in dampnatis nunquam extinguitur, scriptura ait: vermis eorum non morietur et ignis eorum non extinguetur. Verum quia plures sepe numero quos voluptatis libido ad illecebras impulisset, labefactari et a semita virtutum retrogradi per devia vagari contingit ad imbecille percursum et ut* (k) *ita dixerim sauciatum liberum arbitrium confortandum deviciendosque fidelium animos gentilium conversatione plurima ydolatrie nephandis* (l) *ritibus irretitos, in cultum unicum vere religionis, legem scriptam, ceremonias, iudicialia instituta et sacra precipua quedam instituit, sacerdotes, levitas et ceteros ministros legis consecravit, qui sacramenta ministra-*

---

c) Animorum: animarum V.

d) Axiochi timorem: axiochi timore mortem V. Anxiochii timorem mortis P.

e) Optandam: exoptandam V.

f) Cursum: cursus V.

(1) PLATONIS *opera*, *Dialogi Subditivi*, *Axiochus*, ed. C. E. CH. SCHNEIDERI, II, Parisiis, 1883, 561-562.

g) Claritudine: claritate V.

h) Ulli: illi V.

(2) BOETHIUS, *De consolatione Philosophiae*, III, metrum 2, ed. MIGNE, *Patrologia Latina*, 63, col. 731.

i) Paulus apostolus *add.* V.

j) Scripsit: perscripsit V.

k) Ut *add.* P.

l) Nephandis: nephandos V.

rent et rudem populum erudirent. Cumque venisset temporis plenitudo, ut in epistula ad Galathas idem apostolus ait: misit Deus filium suum natum legittime ex muliere ut is qui legislator futurus erat, sub lege etiam ipse nasceretur. Hic est heroycus ille samaritanus, pigmentarius doctissimus qui confecit anthidota suavissima atque celica sacramentorum farmaca (m) *ut homini sauciato* (n) *a latrunculis, cum ex Iherusalem in Ierico descendisset delinitis* (o) *vulneribus mederetur* [*fl. 176 v*]. *Sed quia persepe hoste vetustissimo humani generis suggerente, alii ignorantie cecitate, alii imbecillitate quadam nature ad illecebras proni, et nonnulli vitio* (p) *depravati, pertinax et obstinatum liberum arbitrium ad malum sponte deflectentes, ex certa malitia in facinus prolabuntur atque in varia et innumera pene flagitia proclives homines infelices iacent, non modo vestimento originalis iustitie spoliatum hominem pulcherrima nuptiali sacramentalis gratie veste, que in baptismo confertur, demum circumamictum dignum* (q) *magni regis convivio reddit, sed ea ipsa veste mortalis culpe maculis lacessita atque abiecta per sacramentum penitentie que secunda tabula est post naufragium in ruina* (r) *applicari potest, sepissime instauratur. Unde ecclesiam sanctam unicam et immaculatam federe semptiterno despondit, cui influxu continuo et speciali quadam assistentia virtutes et dona uberrime elargitur. Quare sponsa ipsa virgo* [*fl. 306a*] *speciosissima regina que venusta a dexteris eius* (s) *sponsi pre filiis hominum forma speciosi astitit in vestitu deaurato circumamicta varietate, eo quod variis sanctorum fulgoribus* (t), *fortitudine videlicet martirum, excellentia virginum, puritate quoque confessorum, sponsa Christi ecclesia adornata sit. Hec est enim fidelium mater piissima, carismatum gratiarum plena, virtutum norma et irrefragabilis veritatis magistra, sacramentorum dispensatrix, columpna prophetarum, doctrix apostolorum, salutis nostre officina, in qua thesauri pretiosissimi reservari* (u) *et dispensari habent. Ad cuius gremium fideles in necessitate confugiunt. Unde eiusdem varia membra unice fidei vinculo alligata, influentiam a Christo capite in eo pulcherrimo ordine, qui in dispensandis sacramentis institutus est, continuo excipiunt. Quemadmodum enim in naturali corpore musculi nervis mediantibus, nervi quoque ipsi immediate a cerebro sensum et motum capiunt, et in angelica ierarchia superiores angeli gloriosissimi prime intelligentie fluxum, quoad possunt, illapsum lucis deifice excipientes, inferioris ordinis spiritus in hiis preclaris officiis que a beato Dyonisio ierarchia nomina*[*n*]*tur* (v) *purgant, illuminant atque perficiunt, sic in corpore mistico ecclesiastice ierarchie, primus ipse ierarcha qui vices Dei gerit in terris, potestatem a capite recipit, membris influendam, ut fidelium omnium curam gerat. Neque tamen omnibus occurrentibus periculis ipse Christi vicarius potest per seipsum obviare, sed Ecclesie totius que in generali concilio representatur, vis et potestas requiritur. Surgunt enim plerumque gravissime cause, veluti scismatis heretica* (x) *pestis que sui contagio usque adeo fideles inficit* (y), *ut sepe numero orthodoxi viri a pietate fidei commoveantur, in quibus extirpandis*

---

m) Celica sacramentorum farmaca: celtica sacramentorum formata V.
n) Sauciato: sauciata P.
o) Delinitis: delunitis V.
p) Vitio: ultro P.
q) Dignum: diugnum V.
r) In ruina: iniuriam V.
s) Eius: regis V.
t) Fulgoribus: vulgoribus V.
u) Reservari: et servari V.
v) Nominatur: appellantur V.
x) heretica: heretice V.
y) Inficit: inficiat V.

summos pontifices sine generalium synodorum congregatione salutem afferre non posse, crebra hattenus sacrorum conciliorum celebratio ostendit. Preterea morum reformationem et orthodoxa instituta fundamenta et bases christiane religionis que non aliter quam in generalibus conciliis speciali quadam Spiritus Sancti assistentia stabilita sunt, ubi Ecclesie universalis reformatio queritur, ubi fidei causa versatur, pax quoque et tranquillitas christiani populi invenitur. Illud idem in primitiva ecclesia factum fuisse legimus, dum Petrus apostolus alios super nonnullis decidendis, ut in actibus Apostolorum est, synodaliter convocavit. Ea autem ipsa sacra concilia generalia divina inspiratione instituta fuisse, [*fl. 177*] *tam sancte tamque religiose processisse et utilia atque saluberrima precepta, universalia quidem, ad virtutes, ad mores optimos, ad puritatem vite, iustitiam et honestatem colendam fidelibus tradidisse, profecto* [*fl. 306va*] *declarant summum pontificem sine Ecclesie congregatione que in generali concilio est, talia decrevisse non posse. Unde illud Gregorii verum est: Non aliter gesta atque decreta generalium conciliorum quam sanctorum evangeliorum suscipienda esse, et totiens fieri et congregari debere, quotiens Ecclesia et in capite et in membris reformanda sit, pax inter principes componenda, heresis extirpanda et cetera huiusmodi* (z), *que aut generalitate aut gravitate rei personarumque et defectuum reformabilium natura requirat ut sine generali concilio id fieri non possit. Eam igitur necessitatem generalium conciliorum celebrandorum quis non viderit, cum eisdem obmissis pullulassent hereses, crevissent discordie principum, tyrannides ac vitiorum multitudines habundassent, que omnia, sacris celebratis conciliis, excissa sunt atque eliminata. Quid igitur aliud generalis concilii celebratio est quam christiane religionis stabilitas, fomentum pacis, morum reformatio, flagitiorum universale excidium, virtutum inestimabile commercium, Ecclesie pulcritudo et nostre reipublice incrementum? Neque enim, ut ait Cycero* (a) *virium prestantia res magne geruntur sed ingenio, prudentia, consilio. Si enim privatorum negotia, honesta quoque que in deliberatione cadunt* (*de hiis enim sermo est* (b)) *sine consilio male geruntur, quid censendum sit in communibus actionibus, ubi vita, ubi propagatio, ubi fictio totius christiane reipublice versatur? Hac forte necessitudine moti, sancti patres olim sacra concilia generalia celebrarunt. Sic in concilio Nyceno, in quo cccxviii episcopi fuerunt, orientalium error de processione Spiritus Sancti dampnatus est. Sic etiam in Calcedonensi concilio, hii qui tantum unicam in Christo naturam dicerent, heresi dampnati fuerunt. Demum in Ephesino concilio, in quo ccc fuere patres, error eorum qui sicud duas naturas, ita duas in Christo dicebant personas, luculenter exprobatur. Illorum preterea error, qui unicam tantum voluntatem in Christo dicerent, cuius erroris Macharius Anthiochenus* (c) *episcopus extitit caput, in sexta Constantinopolitana synodo, in qua cl episcopi fuere, evidentissime precisus est. Multa preterea in prefatis et similibus sacris conciliis sanctissima instituta decreta sunt. Nunc autem, patres conscripti, Spiritus Sanctus hanc sacratissimam* (d) *synodum legittime congregavit ad reformationem Ecclesie in capite et in membris, ad hereses extirpandas, ad pacem componendam in populo christiano. Id enim in presentiarum crescentibus malis Ecclesie Dei summe necessarium est, plurimi enim a veritate christiana deviant et quidem publice. Unde sub religionis simulata* [*fl. 307a*] *pietate sacram scripturam ad suam libidinem exponentes, errores seminant. Alii quoque viribus et armis*

---

z) Huiusmodi: eiusmodi V.
a) Ait Cycero: auctor Cicero est V.
b) Cadunt: de hiis enim sermo est *add.* V
c) Anthiochenus: Athiocenus P.
d) Sacratissimam: sacrosanctam V.

fidem catholicam exterminare conantur (e). *Infidelitas enim iam hiis diebus adversus christianos orientales usque adeo invaluit ut et bello christiani plures superati ad nichilum quasi redacti sunt. Quis enim, patres conscripti* (f), *cum in ea Grecia que dudum orbis principatum tenuit, tot urbes desolatas viderit, tot ecclesias in sarracenorum delubra conversas atque prophanatas, sanctimoniales a Machometis vi oppressas, strages plurimas innocentum, fidelium sanguinem effusum et diram christianorum captivitatem non deploraverit? Civitatem Sanctam Dei Iherusalem dominam gentium et provinciarum, ubi steterunt pedes eius, ante oculos habeo in Templo quoque sanctissimo Domini, ubi sacrificia illibata olim Deo offerri religio fuit, nunc Machometi sacrilegia celebrantur. Sanctum Sepulcrum Domini et alia pia loca penes Machometicos veluti scenicorum ludorum* [*fl. 177v*] *spectacula ludibrio quodam et derisioni habita sunt, que omnia divina permissione rectissimo iudicio evenerunt* (g) *propter demerita nostra. Preterea vaticinia, sortilegia, aruspicia et cetera machometice superstitionis genera, quibus nonnulle fidelium provincie resperse sunt, in quibus licet plerumque insoliti et quasi mirabiles effectus naturales appareant, quia tamen ea ipsa occulto pacto demonum non carent, ad heresim sepe pertrahunt operantes. Preterea denique christianorum crudelissimas guerras, bella quoque civilia atque intestina que et neglecte et violate religionis et omnium fere malorum occasio sunt. Hec autem in hoc sacro concilio, dictante Spiritu Sancto, et considerari et reformari habent. Ad que animadvertens serenissimus princeps devotissimus Ecclesie filius, Eduardus, Portugalie et Algarbii rex Cepteque dominus, cupiens* (h) *ad laudem et gloriam omnipotentis Dei, a quo omnis principatus dirivatur, ut catholicum decet principem, aliquod operis ac sollicitudinis impartiri, hos suos oratores ad hanc sacrosanctam synodum destinavit. Cum autem olim hec sacrosancta* (i) *synodus victoriosissimo semperque invictissimo principi clare memorie regi Johanni super mittendis suis oratoribus prescripsisset atque is libens facere instituisset, imperante Altissimo illis diebus excessit e vita, filius quoque qui patri regno successit et virtutes ingentes* [*quidem*] *veluti* (j) *iure hereditario consecutas* (k) *vehementius perlustravit ut dulcedo fructus radicis dulcedinem gerit et preciosa arbusta balsama sacra sudant, quod pater vita functus satis non fecit, officio nunc* [*fl. 307va*] *pietatis filius devote persolvit. Unde post patris exequias et religiosissima funera occupatus plurimum in novo regimine regnorum que, defuncto divo patre, patris celestis munere sibi commissa sunt, plerisque etiam aliis necessariis et satis probabilibus occurrentibus impedimentis, distulit hactenus suos oratores mittere. Illud tamen divina providentia crediderim dispensatum ut quemadmodum successive diversis horis diei operarios ad vineam suam Dominus vocare solitus est, ita in hac sacrosancta synodo successive et diversis temporibus Spiritus Sanctus Ecclesie filios congregavit ut pro multitudine et gravitate gerendarum rerum magis ac magis duratura sit. Si enim ab initio simul omnes convenissent simulque recessissent, quomodo tam diu hec sacrosancta* (l) *synodus permansisset? Haud procul a persuasione est, regie tamen serenitatis devotio sincera promerebitur ut in eterna retributione, etiam si fere ultimus vocatus sit, cum primis denarium mercedis accipiat ab eo iustissimo atque liberalissimo retributore, qui non quantum sed ex quanto et affectum potius suscipit*

---

e) Conantur: nituntur V.
f) conscripti: carissimi P.
g) Evenerunt: prevenerunt V.
h) Cupiens: filius, etc., cupiens P.
i) sacrosancta: sancta P.
j) Veluti: quidem veluti V.
k) Consecutas: consecutus V.
l) Sacrosancta: sancta P.

quam effectum. Precatur nichilominus regia celsitudo hanc sacrosanctam synodum ut huius[*modi*] *mittendi moram necessariam quam perspectis hiis legittimis impedimentis benigne sustineat regiamque devotionem solum in parte considerare dignetur. Nichil enim aliud eum impulit ab ultimis mundi finibus huc misisse quam publice utilitatis et domus Dei zelus. Nam quis, patres conscripti, catholicus princeps qui, perspecta rectitudine, pietate ac iustitia huius sacre synodi, non commoveatur, opem afferre non cupiat? Quid ego etiam de gestis huius sacri concilii dixerim, cum omnia sint auctore Spiritu Sancto divina? Si quis tamen ea esset facundia ut sacrum Basiliense concilium satis digne laudare atque extollere dicendo posset, esset hic quidem mea sententia, precipua quadam verborum ac sententiarum copia preditus atque eloquentia singulari. Huius*[*modi*] *ergo laudes, cum sciam esse permaximas, maiores vero quam vires mei ingenii ferre possint, non quidem eas sermone explicandas, sed admiratione quadam pretereundas esse putavi. Nam quid maius, quid excellentius,* [*fl. 178*] *quid denique Ecclesie utilius hac etate contigerit, quid* (m) *umquam priscis temporibus contigisse potuit? Concilium certe Nycenum, ut nuperrime dictum est, orientalium errores pie et religiose dampnavit. Unde eos ab Ecclesia universali precidit. Sed huius sacri concilii usque adeo divina oratio persuasit ut, excissis orientalium erroribus, eos ipsos* [*fl. 308a*] *piissime et religiosissime Ecclesie Dei reuniri futurum sit. Idem etiam de Calcedonensi, Constantinopolitano et Ephesino conciliis dici puto, in quibus, plurimorum erroribus condempnatis, ipsi errores et prescisi et separati ab Ecclesia Dei hactenus remanserunt, quos tamen hec sacra synodus reunire procurat. Atque nostra etate, quos sacrum Constantiense concilium Bohemos heresi merito condempnavit, hec sacrosancta* (n) *synodus, quod longe melius fuit, et ad fidei pietatem traxit et ecclesie orthodoxe reunivit. Preterea sanctissima reformatoria instituta iam edita, que tam ordinata, tam recta tamque utilia Ecclesie sunt, ut nichil rectius, nilque ordinatius dici queat. Sed quid ego amplius in laudibus et gestis huius sacri concilii recensendis immoror, cum perspectis sapientia, gravitate ac virtutibus tot illustrium virorum quispiam ea sic futura fuisse facile viderit? Quis enim, patres conscripti, adeo iniustus rerum estimator qui, cum viros tam egregiis virtutibus insignitos, tam* (o) *variis scientiarum floribus redimitos, vera mundi luminaria, Ecclesie bases et orthodoxe fidei advocatos agnoscat, tali constantia ac fortitudine preditos, ut hac tempestate in tanta rerum turbine admirabili et incredibili quadam virtutis persistentia pro sola utilitate reipublice decertantes, mira et retroactis temporibus seculis inaudita eos effecturos non speraret* (p)*? Spiritus Sancti assistentia et singularis influxus, que omnia hic agenda ordinat et disponit, maximo nobis argumento est ut cuncta huius sacri concilii decreta et decernenda* (q) *sanctissima et recta sint, neque iniuria (sic), cum eorum is auctor sit, qui est sanctus sanctorum Dominus Sabaoth, cognoscens res, antequam fiant, eo quod eius scientia sit omnium rerum causa. A Domino igitur hec omnia facta sunt, que fiunt mirabilia in oculis nostris. Surge igitur et illuminare o sacra Basiliensi synode, quia lux Domini super te orta est et ambulabunt gentes in lumine tuo et reges in splendore vultus tui. Voca filios tuos a longe igne caritatis succensos, qui non querant privatum, sed publicum bonum. Congrega viros sapientia insignitos, qui sciant increpare, arguere et obsecrare, exhortari quoque in sancta doctrina, et repugnantibus contradicere. Convoca cetus populorum. Interroga seniores populi ut Ecclesia sancta Dei, in cuius membris a*

---

m) Quid: aut V.
n) Sacrosancta: sacra P.
o) Tam: tot V.
p) Speraret: sperant P.
q) Decernenda: decretanda V.

planta pedis usque ad verticem capitis non est perfecta sanitas, quam sol decoloravit et nigredinem flagitiorum mixtam cum virtutum pulchritudine gerit, tuis antidotis, tuis divinis (r) *reformationis farmacis* (s) *universali sanitati redacta, tota pulchra et decora sit. Amen»* (462).

e. O bispo de Viseu, embaixador do concílio e contrário aos portugueses, embaixadores do papa ao imperador dos Gregos

Passado não muito tempo, depois das intervenções do Dr. Vasco Fernandes de Lucena, eram nomeados embaixadores para irem buscar os Gregos para o concílio, a reunir de preferência em Avinhão. O bispo de Viseu, um dos quatro designados e indecisos quanto à aceitação do encargo, ainda a 15 de Fevereiro de 1437, data em que os outros se decidiram a aceitar a nomeação, antes do juramento de se obrigarem a cumprir fielmente seu ofício, quis ver primeiro as instruções para o intento, enquanto o legado do papa lembrava, mais uma vez, não poder consentir na escolha de Avinhão, embora manifestando contentamento, se tal escolha agradasse ao papa e aos Gregos. Na congregação geral de 25 de Fevereiro, os bispos, designados como embaixadores, receberam a cruz das mãos do arcebispo de Lião e partiram depois do jantar, excepto o bispo de Viseu, o qual partiu no último dia de Fevereiro. Entre as numerosas bulas que levavam, uma dava-lhes faculdade de escolherem o porto do Ocidente mais apropriado para o desembarque do imperador e patriarca dos Gregos. O bispo do Porto, o conde de Ourém e outras pessoas foram despedir-se do bispo de Viseu (463). *Nesta época, ainda não havia ruptura aberta do concílio de Basileia contra o papa, a*

---

r) divinis: dominiis P.

s) farmacis: firmatis P.; format. V.

(462) Bibl. Apost. Vaticana, cod. Palat. lat. 608 (P.), fl. 176-178, Oesterr. National-bibliothek Wien, cod. 4160, fl. 305a-308b.

(463) «Promissa firma assistencia per regem Francie, concedentem octo super eleccione Avinionensi requisita per concilium et non obstante Greci protestacione, fit executio... Post eiusmodi tandem allocuciones, cum inter cetera concordata lectum fuisset, quod per deputatos in materia Grecorum iniungendum foret, nominatis iam oratoribus acceptare ambasiatam, arrepturos quam primum iter ad Greciam, dicta Greci protestacione non obstante, concordatum ipsum fuit expositum executioni. Equidem Johannes Lubiciensis ambasiator imperatoris Almanice, Ludovicus Visensis Hyspanice, Dalphinus Parmensis Ytalice, Ludovicus Lausanensis Gallicane nacionum episcopi quatuor, qui iam a pluribus nominati diebus distulerant acceptare, in congregacione ista xv.a Februarii acceptarunt et de fideliter prosequendo ambasiatam eis commissam iurarunt tres illorum, Visensi dicente se velle videre primo dandas eis instrucciones. Legatus autem presidens concilii iuramenta accipiens, dicebat se concludere desuper cum expressa addicione, ut oratores ipsi diligenter agerent pro conducendo Grecos ad quamcumque ex terris Latinorum, et sic recipiebat eorum iuramenta, quibusdam patrum dicentibus non immutandam esse conclusionem deputacionum... Cedula inassensus legatorum. «Reverendissimi patres! ... In hiis autem que continentur in cedula pridie missa per sacras deputaciones ex parte reverendissimorum dominorum deputatorum, nos bene contenti remansimus, sed prout ipsi deputati testimonium perhibere possunt, in nominacione et decretacione loci Avinionensis ex rationabilibus causis sepe dictis excusavimus nos non posse consentire, quemadmodum alias protestati sumus. Nichilominus si sanctissimo domino nostro pape et Grecis placebit huiusmodi loci nominacio, nos eciam plurimum contenti erimus». Cap. XXXII Assumptio crucis per legatos concilii ituros ad Grecos, eorumque recessus et bulle portate per ipsos, ut Avinione concilium fieret ycumenicum. Die xxv.a, in generali congregacione specialiter ad hoc indicta, post celebratam per eum missam solemnem benedictamque crucem, prout habetur in pontificali, aggeniculatis ante altare dictis quatuor Lubicensi, Visensi, Parmensi et Lausanensi episcopis, oratoribus concilii ad Greciam deputatis, Lugdunensis archiepiscopus crucem ipsam singillatim dedit ad manus eorum cum opportuna benediccione, lecteque fuerunt plures bulle, tangentes eorum legacionem et indempnitatem civium Avinionensium, de quibus expediendis mencio in dicta cedula fit generali sermone.

qual só começou quando este enviou embaixadores a Constantinópola e transferiu o concílio para Ferrara e Florença. Mas os portugueses foram dos primeiros e principais opositores à escolha de Avinhão para lugar do concílio, a celebrar com os Gregos. Nos fins de Abril de 1437, discutia-se sobre este assunto em Basileia. A posição dos contrários a Avinhão ganhava força com as declarações dos legados do papa e dos embaixadores do imperador João Paleólogo, os quais «nom queriam nem outorgavam que se fezesse o dito Concilio em Avinhaã, pois que o Papa hi nom entendia de vir, e mais que elles nam vieram de sua terra pera obedecer ao Concilio, salvo ao mandado do Papa, e pois que elles nam obedeçiam ao mandado do Papa, nem queriam fazer Concilio onde elle podesse vir, elles nom queriam hir a Avinham, e mais que os Embaixadores que elles enviavam a Grecia para trazerem o Emperador seu Senhor, que elles hiam laa de balde, porque o Emperador nunca viera ao Concilio, salvo se for o Papa a elle» ([464]).

Publicatoque in eadem congregacione patribus ut illa die disponerent se honoraturos recessum dictorum oratorum, post prandium previa pulsacione campane maioris omnibus preter personas cardinalium comitantibus, recessit Lubicensis episcopus, Lausanensisque et Parmensis consequenter, Visensis autem ultima die mensis. Johannes vero orator Grecorum, rogatus requisitusque ire cum dictis oratoribus in Avinionem, abinde ingressurus mare, acquiscere noluit; allegans autem quare facere non deberet, protestabatur quarta die sequentis mensis illam viam non esse convenientem, die quoque nona ipse et Manuel, quem dixerat ivisse ad papam, proposuerunt que primus ambo simul ... Altera (bulla) ut dicti quatuor episcopi vel eorum maior pars tunc presencium portum Latinum dictis locis electis apciorem et propinquiorem, ad quem imperator et patriarcha aliique Greci applicare deberent, Basiliensis concilii et ecclesie universalis nomine eligere et nominare possent ... Omnes hee portate fuerunt per dictos ambassiatores quatuor in Avinionem primo, per eos vero in Greciam ituros fuerunt eciam portate littere salvi conductus concilii, imperatoris Romanorum, regum et principum ...»: JOHANNES DE SEGOBIA, *op. cit.*, lib. X, cap. XXX-XXXIII, *ed. cit.*, pp. 934-940. Cf. *Diário*, ANTÓNIO CAETANO DE SOUSA, *Provas da história genealógica*, t. V, II parte, Coimbra, 1952, p. 283.

([464]) «*Diário:* ANTÓNIO CAETANO DE SOUSA, *op. cit.*, II parte, p. 287-89. «Prima contentio super eleccione secundi loci inter legatum et abbatem Virgiliacensem ... In quo quidem Aprilio mense celebratis congregacionibus octo, incorporati extitere ... Sancta synodus litteras audivit imperatoris et patriarche Constantinopolitani que concilii ad eos recepisse seque eciam fuisse letatos de concilii letitia, gaudentis eos concordasse cum oratoribus concilii, Basileam autem omnino recusarent pro concilio ycumenico nunquam acceptaturi, sed de locis nominatis quemcumque concilium eligeret. Quod eciam Johannes de Ragusio significabat per litteras suas, manifestansque bonam disposicionem Grecorum, exortabatur ne per concilium esset defectus, alias multis inexcogitabilibus malis secuturis ... Cap. III: Ut secundo Ytalie locus eligatur exhortacio per legatos pape eorumque facultates, ambasiata concilii ad papam pro Avinione, illiusque diversa responsio ... Cap. VI: Deliberaciones contrarie in deputacionibus, conclusiones eciam in generali congregacione per minorem partem loci facta nominacione in Ytalia, per multitudinem vero patrum ut complenda essent pacta cum Avenionensibus, temptata primum per oratores Germanie periculose, quoniam a divisione incipientes, concordia. Cum vero eiusmodi aliisque multis inter deputatos allegatis, biduo patrum vota perscrutarentur ut plurimum declinancia decretari petita per oratores concilii, votis non finitis, xvii.a Aprilis in ea que fidei cardinalis sancti Petri, pro communibus legatus, reformatorii Tarentinus archiepiscopus, pacis autem Simon de Valle vota dederunt in scriptis per cedulam unius tenoris, in effectu continentem ea que in graduali sessione legit episcopus Portugalensis, preter clausulam decreti irritantis et impedimenti, de expedicione quoque bullarum. Cum autem die isto eciam deliberaretur iuxta avisamentum dominorum de duodecim, ut decretarentur conclusio eleccionis loci et alia petita per cives Avinionenses in eisdem deputacionibus contrarie conclusiones facte extitere ... Die preterea Sabbati mane seroque convenientibus deputatis, concordia non secuta, sequenti dominica apud nacionem Germanie legatus primo, Arelatensis consequenter, magnis allegacionibus suasit quisque iuxta propositum suum. Dieque Lune in deputacionibus deliberato de forma decreti magni, Martis in generali congregacione post lectam litteram oratorum concilii ex Avinione xi.a instrumentaque insinuata contractuum cum civibus initorum, legato et Arelatensi cardinalibus ibidem contraria suadentibus, eciam nobis accedentibus tractatoribus, sequenti biduo mane seroque laboratum est, concordia non inventa, sed tam hiis quam illis implere satagentibus propositum suum, in generali congregacione mensis huius die xxvi.a, post multas agitaciones, per notarios lecte fuerunt contrarie deliberaciones, habite in deputa-

A atitude posterior do bispo de Viseu, que entrou a agir por conta própria e a favorecer as medidas contra Eugénio IV do concílio em rebelião, justifica, mas só em parte ([465]), *o esclarecimento de João de Segóvia, ao apresentar os embaixadores portugueses em desacordo entre si, enquanto os dois bispos embaixadores foram destinados a irem separadamente à Grécia: em nome do concílio D. Luís do Amaral, bispo de Viseu, em nome do papa D. Antão Martins, bispo do Porto* ([466]). *Oficialmente, a embaixada portuguesa manteve-se fiel às directrizes de obséquio e obediência ao papa, traçadas por el-rei D. Duarte, declarando-se, pela boca do Dr. Vasco Fernandes de Lucena, contrária à escolha de Avinhão. E foi por isso que intervieram de novo os embaixadores, e com insistência, após as declarações dos embaixadores de João Paleólogo, que deixaram Basileia a 31 de Abril de 1437, acompanhados pelo arcebispo de Taranto, pelo bispo do Porto, familiares dos cardeais legado e de S. Pedro, bem como do conde de Ourém* ([467]). *Recordando as razões anterior-*

---

cionibus. Et legatus, commemorando quod sepius de cedula quadraginta duorum dierum, quomodo concordasset dissidentes et tamen in eius termino Avinionenses non satisfecerant, conclusit formam publicacionis fiende iuxta contenta in cedula per eum aliosque legatos pape data in deputacionibus. Deinde requisitis sancti Petri ipsoque legato ac Tarentino presidentibus pape et nolentibus concludere, Arelatensis cardinalis, non pauca commemorans de allegatis superius, instantibus concilii promotoribus, conclusit iuxta deliberacionem multitudinis patrum formamque decretorum in sessione postmodum publicatorum. Prius vero quam huiusmodi facte fuerint conclusiones sibi expresse contrariantes, primum ex parte nacionis Germanice, consequenter Francie, Castelle, Aragonum, Portugalie aliorumque regum, quorum oratores in concilio erant constituti, preterquam Dacie et Polonie regum, facte sunt protestaciones ut decima, de qua in forma magni decreti mencio fiebat, non levaretur usque ad accessum Grecorum, qui vero aderant nacionis Anglie aut sub obediencia regis illius protestabantur contra Avinionem, tamquam locus tutus non esset eisdem, protestacionibus hiis non exile prestantibus testimonium, hos omnes non consentire in minimum decretum ... Verum est autem quod ambasiatorum Portugalie fuit divisio, uno concilii ex parte, pape vero altero episcoporum in Greciam seorsum destinatorum, similiter et Aragonie, quia Ludovicus de Roma prothonotarius in parte tunc erat legatorum, Panormitanus autem pro magno decreto. Quid autem senserint Hyspanie oratores eorum patuit scripto»: JOHANNES DE SEGOBIA, *op. cit.*, lib. XI, cap. II-VI, *ed. cit.*, pp. 945-961.

([465]) Dizemos só em parte, porque o papa ainda não tinha decidido enviar embaixadores distintos do concílio, pelo que o próprio bispo do Porto, um dos futuros embaixadores do papa, acompanhou o bispo de Viseu, juntamente com o conde de Ourém, indo despedir-se de D. Luís do Amaral. E as ordens do rei de Portugal eram de os seus embaixadores nada intentarem contra o papa.

([466]) Cf. nota 464.

([467]) «Contentio inter Arelatensem cardinalem et Tarentinum archiepiscopum super sessione utroque celebrare missam volente, superque alio inter legatum et abbatem Virgiliacensem, deque recessu oratorum Grecie. Die autem Sabbati sequenti, primo mane ... Ubi legatum loqui incipientem, abbas Virgiliacensis interrupit, sed legatus in eum vertens sermonem, dicebat quomodo putaret se esse totum concilium et quod, si non fuisset ei restitum vel si acquievissent, iam fuisset scisma, quia non credebat Eugenium quartum papam esse, quem pro tali eclesia venerabatur, quod et ille non negavit, verbo ipso multos turbatos efficiente, qui illum viderant numquam subtrahentem se a cetu communi. Legatus autem alto contestatus sermone se esse illum qui hactenus impediisset ne scisma (fieret), alloquebatur cives ut scirent eum custodire, nam quamdiu ipse Basilee existeret numquam scisma fieret. Multa deinde inter archiepiscopum Panormitanum et Georgium oratorem imperatoris Tarentinumque archiepiscopum verba transiere, Tarentino affirmante Grecos non teneri in Sabaudiam, ideoque de alio loco agendum, qui pape gratus foret et Grecis. Post vero allocuciones condictum est, velut si alterato loco eo ipso prospere veniret successus, quod apud conventum Predicatorum de sero fieret convencio pro concordia pertractanda, ubi convenerunt novem et novem, appunctuatoque ut locus esset civitas Vercellarum in Pedemoncium, nichil conclusum extitit. Sed die proxima dominica, cum post missam cives Basilienses in magno apparatu convenientes, patres rogassent pro concordia laborandum, post prandium in refectorio Minorum convocatis predictis civibus aliisque pluribus, interprete medio legatus exponebat differencie totius causam in eo consistere, ne galee in Constantinopolim destinande vacue reverterentur, si Greci Avinionem venire nollent. Multo eciam sermone alloquebatur eos predictam cedulam concordie servari debere, et demum post cedulas plures ad concordandum tam per mediatores quam utrimque acceptas super cedula quadam concepta per archiepiscopum Panormitanum die isto

mente expostas, pelas quais era de rejeitar a escolha de Avinhão, os embaixadores portugueses, tendo também em conta que ao desacordo do papa se ajuntava o dos Gregos, declaravam-se totalmente contrários ao projectado anúncio solene do decreto da escolha de tal lugar, com o firme propósito de não admitirem e considerarem nulos todos os actos futuros do concílio em Avinhão, se o rei de Portugal, avisado antes, não prestasse consentimento, enquanto o papa, o imperador dos Gregos, o patriarca e outros orientais, que deviam ir ao concílio, não estivessem presentes. E em nome do monarca lusitano e de todo o reino de Portugal e dos prelados declaravam não aceitar e protestavam sobretudo contra a nulidade dos actos feitos ou a realizar no concílio, em prejuízo do rei, do reino e dos prelados portugueses, reservando a si a faculdade de os fazerem revogar todos em futuro concílio, a celebrar com o concurso do papa e dos Gregos, com a participação da Igreja oriental e ocidental ([468]). *Disse que esta tomada de posição obedecia às directrizes de el-rei D. Duarte. Efectivamente, em carta de 29 de Janeiro de 1437 ao abade D. Gomes, antes de este partir de Portugal, de regresso à Itália, com a indicação dos negócios a tratar com o papa, o monarca mostra bem sua orientação plenamente ortodoxa perante o concílio: «primeiramente apresentarlhees nossa carta que lhe enviamos, na quall faz mençom da embaixada que vos, dom abade, trouxestes e da rresposta que foi fecta aos enbaixadores do conçelho e da boa entençom que avemos açerca da concordia ssua e do conçelho e conservaçom de seu boo estado»* ([469]). *Noutra carta de 23 de Março de 1437 ao dito abade, pondo-o ao corrente das concessões feitas ao rei de Castela sobre os bispados e mestrados das Ordens militares e recomendando congregue os portugueses influentes da Cúria na defesa do ponto de vista português, ao sugerir-lhe o que devia dizer ao papa, chega a recordar o perigo da guerra, mas não alude a qualquer possível recurso ao concílio. Apelaria só para Deus: «Dom abade amigo ... E finalmente dizee ao santo padre que, dando a esto lugar, a nos converra apellar dell pera o Senhor Deus e prosiguir a apellaçom com a espada na mãao e trabalharmos por esto defender, segundo que o fez elrrei meu ssenhor e padre e nossos anteçesores, ca bem çerto somos que, se tall coussa se fezer, que a guerra nom se podera escussar antre nos. E asy entrariam em ella nossos*

---

biduoque sequenti elaboratum est, nec perventum ad finem. Sed ultima die mensis huius oratores Grecorum habita licencia a legatis pape, comitantibus eos Tarentino archiepiscopo, episcopo Portugalensi ac familiis sancti Petri et legati cardinalium, necnon comitis de Oren oratoris regis Portugalie paucisque aliis, a Basilea recesserunt, sociante eos ac conducente Galeaceo de Mantua, clerico camere apostolice et nuncio pape et pro tali in concilio super omnes ambasiatores in inferiori (bancha) secundum locum tenente»: JOHANNES DE SEGOBIA, *op. cit.*, lib. XI, cap. VII, *ed. cit.*, p. 961-962. Cf. *Diário* em ANTÓNIO CAETANO DE SOUSA, *loc. cit.*, pp. 289-295.

([468]) «Martis igitur die septima mensis ... Quibus postmodum completis, Albinganensi episcopo in ambone constituto ad legendum decretum multitudinis patrum, Portugalensi autem episcopo ad scabellum prothonotariorum, quamvis non tenentibus arma, vallato tamen iuvenibus multis, ne quis eum impediret legentem attenturis, Robertus Auclo, orator ducis Burgundie, proposuit, quod si committeretur tractatus concordie prenominatis decano et archidyacono, dato eis spacio dumtaxat quod possit dici oratio dominica, concordarent omnia. Ad cuius verbum Tarentinus summarie resumens quedam ex pertractatis respondit, ex quo semel non fuerat illud acceptatum, nominacione illa facta solum ab una parte acceptandum non esset. Et tunc prefati episcopi altitonando simul legebant, ne eorum voces audirentur se invicem impedientes. Arelatensis autem velut clibano positus incandescens, sedens in cathedra, eciam appropinquans se loco quo legebat dictus Portugalensis, multa in eum dicebat verba, ut prope stantes retulerunt, excommunicationis, privacionis et inhabilitacionis, ut cessaret, sed illo festine complente lecturam, ita ut Albinganensis parum legisset, per eos qui parte erant legatorum ceptum est cantari Te Deum laudamus, neque processit multitudine perstrepente ... Tenores vero decretorum, que Albinganensis episcopus legit, sequuntur, scripture autem tenor lecte per Portugalensem episcopum ponitur, quando reperta fuit falso bullata»: JOHANNES DE SEGOBIA, *op. cit.*, lib. XI, cap. IX. *ed. cit.*, p. 965-966. Cf. nota 464.

([469]) Bibl. Medicea Laurenziana di Firenze, Fondo Ashburnam, cod. 1792, I, fl. 8-9v. Publicada em *Monumenta Henricina*, VI, Coimbra, 1964, n. 10, pp. 17-22.

aliados e todo seria per aazo do santo padre, se tall coussa outorgase» (470). *Ao aludir à actividade, neste sentido, dos letrados portugueses da Cúria, em carta de 16 de Maio de 1437, conforme notícias recebidas de Afonso Gomes de Lemos, comunica o envio de Rodrigo Anes de Asnais, com instruções sobre o assunto, mas também com a recomendação de nunca apelarem para o concílio: «... E seguindose o contrairo, o que a Deus nom praza, e que mandem que todavya as leteras pasem, dapellaçom nem dagravo nom tomees nem curees de seguir pera o conçelho, senom soomente poderees dizer ao papa e cardeaaes apartadamente que de sua sentença apellamos pera Deus e que em nossos dias tal cousa a nosso boo poder nom entendemos de consentir em nossos rregnos e com a espada na mãao, se neçesario for, o entendemos de defender»* (471). *Cerca de um mês depois, noutra carta, de 25 de Junho de 1437, sobre o assunto dos bispados e mestrados, informa o abade de ter escrito aos seus embaixadores no concílio, a fim de eles se manterem fiéis ao papa: «Item scprevemos aos nossos enbaixadores que no conçelho som, que al nom façam, salvo o que syntirem por serviço de Deus e honrra do papa, seguindo senpre sua tençom, o que lhe dizer podedes por nosa parte, çertyficando ainda sua santidade que senpre a ella seremos, como ssomos, fyel, verdadeiro a seu estado»* (472). *Logo a seguir, tendo sido informado pessoalmente pelo Dr. Diogo Afonso de Mangancha, um dos embaixadores regressados do concílio, sobre quanto se intentava ali, da parte dos castelhanos, a respeito dos bispados e mestrados e sobre o ambiente hostil para com o papa, escrevia ao bispo do Porto a carta de 27 de Junho de 1437, com sugestões sobre o caso* (473), *e a de 29 de Junho de 1437, esta a recomendar aos embaixadores no concílio sigam sempre a orientação dada pelo papa Eugénio IV, «que unico e indubitado seu soçesor presente em a Igreja de Deus he»* (474).

Nesta altura, o bispo de Viseu, como se viu, seguia o partido dos conciliaristas e andava em negociações para levar os Gregos ao concílio de Basileia, que ousará mesmo privar Eugénio IV de qualquer poder na Igreja. Ao contrário, o bispo do Porto e os outros embaixadores portugueses, a começar por Vasco Fernandes de Lucena, defendiam os direitos de Eugénio IV, condenando em pleno a rebelião dos conciliaristas. Na sessão de 7 de Maio de 1437, tratava-se de decretar o lugar do futuro concílio ecuménico para a união dos Gregos, a realizar com a presença destes. O franciscano Frei Gil de Tavira e o dominicano Frei Gonçalo desenvolviam grande actividade, secundando os dizeres do Doutor Vasco Fernandes de Lucena, por que fosse eleito para sede do concílio lugar conforme aos desejos do papa. O decreto da mesma data, lido pelo bispo de Albigny, optando por Basileia, Avinhão ou Sabóia, deixava aos embaixadores do concílio a escolha do lugar mais apto de entre os indicados. Da parte dos que estavam pelo papa, procurava-se proclamar o decreto sobre o lugar mais conveniente a Eugénio IV, por meio do bispo do Porto, que, apesar das ameaças de excomunhão e privações da parte do cardeal de Arles, conseguiu terminar a leitura antes do bispo de Albigny, após a qual, os partidários do legado do papa começaram a cantar o Te Deum (475). *A notícia da discórdia chegou depressa à Cúria papal. De lá o português João de Resende,*

---

(470) Bibl. Medicea Laurenziana di Firenze, Fondo Ashburnam, cod. 1792, I, fl. 4-4v. Publicada em *Monumenta Henricina*, VI, n. 16, p. 33-35.

(471) Bibl. Medicea Laurenziana di Firenze, Fondo Ashburnam, cod. 1792, I, fl. 10-12. Publicada em *Monumenta Henricina*, VI, n. 23, pp. 44-49.

(472) Bibl. Medicea Laurenziana di Firenze, Fondo Ashburnam, cod. 1792, II, fl. 29-29v. Publicada em *Monumenta Henricina*, VI, n. 36, pp. 68-69.

(473) Bibl. Medicea Laurenziana di Firenze, Fondo Ashburnam, cod. 1792, II, fl. 13-14. Publicada em *Monumenta Henricina*, VI, n. 37, pp. 70-72.

(474) Bibl. Medicea Laurenziana di Firenze, Fondo Ashburnam, cod. 1792, II, fl. 46. Publicada em *Monumenta Henricina*, VI, n. 39, p. 76.

(475) Cf. *Diário, loc. cit.*, pp. 289-301 e notas 467-468.

em carta de 12 de Maio de 1437 ao abade Gomes, refere-se aos acontecimentos nestes termos: «Item de concilio in hac presenti die audivi quod illi domini preter Galicam nationem et ipsa ignorante, unus episcopus Talentinus vel alias deberet celebrare pontificali statu et Portugalensis episcopus alta voce in pulpito deberet decretare ista duo loca scilicet Florentiam et aliam civitatem in dominio Venetorum. Et cum hoc executioni repente dare vellint, ad notitiam predicte nationis venit et sentiens quod de iure hoc facere possent, tantam duxerunt in populum turbationem quod quasi ad sanguinis efusionem, nisi Deus adverteret, devenissent et naturalis populus Basiliensis vix eos mitigare poterat» (476).

Em letras dirigidas ao imperador dos Gregos, João Paleólogo, com data de Basileia, 17 de Maio de 1437, anunciava-se como embaixadores do concílio os bispos de Digne e do Porto, D. Antão Martins, Nicolau de Cusa e João de Ragusa, aos quais o imperador devia prestar fé quanto ao lugar, em que se devia reunir o concílio ecuménico (477). *E logo a seguir, a 20 de Maio de 1437, D. Antão Martins, juntamente com os outros embaixadores designados, partia para Bolonha, indo ter com o papa, que, em consistório, aprovou o lugar designado para o concílio e determinou que a embaixada partisse de Veneza para o Oriente* (478). *De facto, o bispo do Porto partia com os outros prelados para Veneza, rumo a Constantinópola, em Julho de 1437* (479).

Segundo a relação do bispo de Digne ao papa, no regresso de Constantinópola, a embaixada partiu de Bolonha, a 9 de Julho. O embarque em Veneza teve lugar a 26 de Julho. Passaram por Candia, a 15 de Agosto, e chegaram a Constantinópola no dia 3 de Setembro, entrando no porto,

---

(476) Bibl. Nazionale Centrale di Firenze, cod. Badia 4, p. 241, original. Publ. por ANTÓNIO DOMINGUES DE SOUSA COSTA, *D. Gomes, reformador da abadia de Florença, e as tentativas de reforma dos mosteiros portugueses no século XV*, Abadia de Monserrat, 1963, Separata de *Studia Monastica*, 5 (1963) 88, nota 78.

(477) «Littera ad imperatorem Romeorum super decreto parvi concilii. Sacrosancta generalis synodus Basiliensis in Spiritu Sancto legitime congregata, universalem ecclesiam representans, carissimo Ecclesie filio Johanni Paleologo Romeorum imperatori, salutem et omnipotentis Dei benedictionem. Mittimus venerabiles Petrum Dignensem et Anthonium Portugalensem episcopos ac dilectum Ecclesie filium Nicolaum de Cusa, prepositum monasterii Meyvelt, oratores nostros, qui una cum dilecto Ecclesie filio Johanne de Ragusio, sacre pagine professore, oratore eciam nostro, execucioni mandent omnia illa que hoc sacrum concilium Basiliense suo decreto promisit. Rogamus igitur ut serenitas tua eisdem in omnibus, que nomine nostro retulerint, dignetur adhibere credencie plenissimam fidem, et se feliciter ad iter accingere versus locum ycumenici concilii, quem ipsi oratores una cum portu serenitati tue nominabunt, extimavimus autem, quod tam locus quam portus gratissimi erunt tue maiestati et toti ecclesie orientali. Datum Basilee, xvi Kalendas Junii, anno a Nativitate Domini m.ccccxxxvii»: JOHANNES DE SEGOBIA, *op. cit.*, lib. XI, cap. XV, *ed. cit.*, p. 981.

(478) «Post recessum autem in Avinionem dictorum oratorum, xvii huius a loco concilii recesserunt Dignensis episcopus et Nicolaus de Cusa, Portugalensis quoque episcopus die xx.a ad papam Bononie existentem, destinati per eius legatos in Greciam, abinde adducturi Grecos in locum quem nominarent legati ipsi, et ita putabatur; namque noticia habita de loci nominacione, papa adstatim in generali consistorio, prout dicit, instantibus Grecis confirmavit. Paulo autem post Florencia parante galeas, arbitrata in ea celebrandum ycumenicum concilium, papa disposuit per galeas ex Veneciis recedentes illos adduci»: JOHANNES DE SEGOBIA, *op. cit.*, lib. XI, cap. XIII, *ed. cit.*, p. 976.

(479) «...Contra responsionem istam legatus, qui iam propter monitorium pape concilio adversabatur, replicans contra primum de loco ex preteritis referens multa dicebat, quod pax esset, si consentiretur mitti novam ambasiatam ad Grecos, ut si nollent venire Avinionem, quod alibi, et ne Greci retraherentur, quod iniungeretur secreto, sed ista dicens, forte nesciebat, quam festina ex parte pape fiebat execucio, ut locum non posset habere avisamentum eius. Nam crastino responsionis huius die Jacobi, ut postea innotuit, recesserunt ex Veneciis Coronensis, Dignensis et Portugalensis episcopi ac Grecorum orator Manuel, precessuri in Greciam alias tres galeas, in quibus paulo post legatus pape archiepiscopus Tarentasiensis pluresque alii et cum eis Nicolaus de Cusa recesserunt adducturi Grecos, tam illi quam isti prevenientes oratores concilii»: JOHANNES DE SEGOBIA, *op. cit.*, lib. XII, cap. II, *ed. cit.*, p. 998.

no dia seguinte. Quando as negociações estavam já em vias de pleno êxito, aportavam em navios de Avinhão, mas sem levarem a melhor, como escreverá Rui Dias, deão de Braga, o bispo de Viseu e colegas embaixadores do concílio de Basileia, a 4 de Outubro de 1437 ([480]). *Na comitiva de Luís do Amaral, bispo de Viseu, é muito possível fossem outros portugueses, mas não tenho notícias concretas. Com o bispo do Porto D. Antão Martins tinham partido, além do sobredito deão de Braga, cubiculário do papa e futuro bispo de Silves, os familiares destes: Rodrigo Gomes, reitor da igreja de Santa Marinha do Zêzere da diocese do Porto, futuro arcediago de Oliveira* ([481]), *Luís*

([480]) «...Igitur, Beatissime Pater, tua benedictione recepta, ix.a die Julii a civitate Bononiensi recessimus videlicet dominus Portugalensis et ego Venetias tendendo, ut in galea subtili cum domino Coronensi in Constantinopolim transiremus ... Intravimus siquidem galeam et incepimus navigare xxvi Julii continue remigando. Candie applicavimus in ortu solis xv die Augusti, qua celebratur festivitas Assumptionis beatissime Virginis ... postea retro cursu navigantes et per insulas tertia Septembris Constantinopolim venimus, sed in crastino sequenti portum intrantes ... ego post salutationem premissam per dominum Coronensem ex iniuncto domini mei Portugalensis etiam dictum serenissimum Imperatorem salutans et credentiam referens sub hoc themate ... Rebus autem nostris sic prospere succedentibus, apud dominos Imperatorem et patriarcham ceterosque Grecos, quarta octobris galee Avinionensium, in quibus erant domini episcopi Visensis et dominus Ludovicus de Palude, qui se dicit Lausanensem et miles dominus Nicodus de Mentone se dicentes ambassiatores sacri concilii Basiliensis ...»: *Relatio domini episcopi Dignensis, recedentis de Constantinopoli*, em Bibl. Medicea Laurenziana, cod. Stross. 33, fl. 196 ss.

([481]) Em súplica de 4 de Fevereiro de 1439, sobre a pluralidade de benefícios, aparece *Rodericus Gometii, rector parrochialis ecclesie beate Marie de Zezer Portugalensis diocesis, provisor domus ac familiaris continuus commensalis devote creature vestre A. episcopi Portugalensis, qui cum eodem Basilee residendo ac in partes Grecorum eundo ac veniendo cum Grecis infirmitates et labores in Ecclesie necnon eiusdem S. servitium sustinuit (Monumenta Portugaliae Vaticana*, Súplicas de Eugénio IV, n. 1002). Mais ou menos os mesmos dizeres em súplica de 23 de Agosto de 1439: «...Cum autem, Pater Sancte, idem Rodericus postea permutationis via, alias tamen canonice, parrochialem de Matos dicte diocesis obtinuerit diuque in Curia S. V. permanserit, necnon in eiusdem S. servitium et sancte Romane Ecclesie *una cum dicto episcopo ad Grecos profectus fuerit multaque incommoda eundo et redeundo sustinuerit et infirmitates passus fuerit nullumque beneficium seu gratiam ab eadem S. obtinuerit...» (Monumenta Portugaliae Vaticana*, Súplicas de Eugénio IV, n. 1082). Aparece também como cónego de Viseu, a seguir a Cúria, ao serviço do cardeal D. Antão Martins, por ex. em súplica de 21 de Março de 1442: «Supplicat S. V. devotus orator vester Rodericus Gometii, canonicus Visensis, devoteque creature vestre cardinalis Portugalensis familiaris et continuus commensalis...» *(Monumenta Portugaliae Vaticana*, Súplicas de Eugénio IV, n. 1416). Em bula de 22 de Junho de 1443, Eugénio IV refere-se à sua presença no concílio de Basileia, ao serviço de D. Antão Martins, inclusive na viagem a Constantinópola: «... te qui, ut asseritur, dilecti filii nostri Antonii, tituli sancti Grisogoni presbyteri cardinalis familiaris continuus commensalis existis ac suis, antequam ad cardinalatus assumeretur honorem, *in olim concilio Basiliensi primo et deinde in partibus Grecie, ad quas ipse per nos una cum quibusdam aliis pro nostris et Romane Ecclesie* promovendis negotiis destinatus fuit, obsequiis, non sine magnis laboribus et periculis instetisti ...» (AV, Reg. Lat. 403, fl. 91v-92). Em súplica de 2 de Março de 1451, a mesma referência: «...dictus Rodericus qui bone memorie Antonii, tituli sancti Grisogoni sancte Romane Ecclesie cardinalis, familiaris continuus commensalis et *illius magister domus extitit quique cum dicto cardinale tam ad Basileam quam ad Greciam pro servitiis Ecclesie Romane transeundo*, graves labores sustinuit...» *(Monumenta Portug. Vaticana*, Súplicas de Nicolau V, n. 350). Assim também noutra de 29 de Maio de 1451: «...ipse *Rodericus qui bone memorie Antonii ... cardinalis familiaris continuus commensalis ac ipsius domus magister extiterat quique cum eodem cardinale tam ad civitatem Basiliensem quam partes Grecie in servitiis Romane Ecclesie transeundo*, graves labores sustinuerat...» *(Monumenta Port. Vaticana*, Súplicas de Nicolau V, n. 382). Algumas bulas a seu respeito, em AV, Reg. Lat. 376, fl. 50-51, Reg. Lat. 391, fl. 10v-11, Reg. Lat. 461, fl. 55, 208v-209v (... dictus Rodericus qui olim bone memorie Antonii tituli sancti Grisogoni presbyteri cardinalis familiaris continuus commensalis ac ipsius domus magister extiterat *quique cum eodem cardinale tam ad civitatem Basiliensem quam partes Grecie in servitiis Romane Ecclesie transeundo graves labores sustinuerat* ...), Reg. Lat. 567, fl. 191-192, etc.

Foi também subcoleitor apostólico na igreja e diocese do Porto, conforme súplicas e bulas pontifícias, por exemplo súplica de 6 de Março de 1456: «Supplicat S. V. devotus vester orator Rodericus Gometii, archidiaconus de Ulveira in ecclesia Portugalensi, qui alias bone memorie Antonii, tituli sancti Grisogoni,

Anes, estudante de direito canónico na universidade de Bolonha e cónego do Porto (482), *e Lobo Álvares, clérigo da diocese de Braga* (483).

Eugénio IV tivera já dificuldades no início do concílio de Basileia, pois era sua intenção reunir o concílio em Bolonha, intenção essa mal interpretada por alguns, o que levou o papa a denunciar a falsidade da interpretação e determinar, para bem da Igreja e paz de todos, que o concílio se realizasse na cidade de Basileia, conforme consta de bula de 16 de Fevereiro de 1433, dirigida ao arcebispo de Braga, ordenando-lhe tome parte no concílio, por si mesmo ou próprios núncios, e mande aos bispos e prelados da sua província eclesiástica cumpram o dever de também tomarem parte nele: «Eugenius, episcopus, servus servorum Dei. Venerabili fratri archiepiscopo

---

sancte Romane Ecclesie presbyteri cardinalis Portugalensis vulgariter nuncupati familiaris continuus commensalis fuit ac succollector in ecclesia et diocesi Portugalensi existit» (*Monumenta Portugaliae Vaticana*, Súplicas de Calisto III, n. 87). Isso mesmo diz Pio II em letras de 22 de Março de 1464: «Pius, etc. Dilecto filio Roderico Gometii, archidiacono de Ulveyra, in ecclesia Portugalensi ... tibi qui ut asseris olim bone memorie Antonii, tituli sancti Grisogoni presbyteri cardinalis familiaris continuus commensalis necnon fructuum et proventuum camere apostolice debitorum in civitate et diocesi Portugalensi unicus succollector fuisti...» (AV, Reg. Lat. 598, fl. 216v-217). Noutras de 27 de Maio de 1463, além de referir a circunstância de Rui Gomes ser arcediago de Oliveira, desde que Calisto III confirmou a erecção do mesmo, lembra também Pio II que o arcediago fora familiar e mordomo do cardeal D. Antão Martins, a quem seguira tanto na viagem a Constantinópola como em Basileia e outras partes do mundo: «Pius, etc. Dilecto filio Roderico Gometii, archidiacono de Ulveyra in ecclesia Portugalensi... nos igitur volentes te, qui, ut asseris, bone memorie Antonii, tituli sancti Grisogoni presbyteri cardinalis, familiaris continuus commensalis et eius domus magister fuisti et illi deserviendo, *ad Constantinopolitanam ac Basiliensem civitates et ad diversas alias mundi partes personaliter te contulisti* et in obsequiis Romane Ecclesie magnos labores pertulisti ...» (AV, Reg. Lat. 589, fl. 211-212). Há numerosa documentação no antigo arquivo do cabido do Porto a seu respeito. Como exemplo, lembro documentos de 1463 e 1464, em que ele aparece respectivamente como *Rui Gomes, coonego em a see do Porto e arcediago de Uliveira* e como *Ruy Gomes arcediagoo dUlveira* (ADP = Arquivo Distrital do Porto, *Cabido da sé do Porto*, Pergaminhos, liv. 19 (1677), fl. 10, liv. 28 (1686), fl. 17) e ainda outro de nove de Julho de 1456 sobre acto realizado *nos paaços do reverendo em Christo padre e senhor dom Luis per merçee de Deus e da sancta egreia de Roma bispo dessa meesma, estando hy o dicto senhor bispo e os honrrados Antom Gonçalvez, deam, e Roy Gomez, archidiacono dUlveira, Pero Vaasquez, Pero Martinz, R.o Anes e Vicente Anes, coonigos e cabidoo da egreia cathedral da dicta cidade* (ADP, *Cabido da sé do Porto*, Pergaminhos, liv. 24 (1682), fl. 38). Eis a indicação de súplicas suas ou a seu respeito, incluindo as já citadas: (*Monumenta Portugaliae Vaticana, Súplicas de Eugénio IV*, 911, 912, 1002, 1082, 1097, 1166, 1380, 1415, 1416, 1488, 1553, 1601, 1603, 1638, 1685, 1710; *Súplicas de Nicolau V*, nn. 345, 350, 382; *Súp. de Calisto III*, nn. 87, 88; *Súplicas de Pio II*, nn. 859, 883, 884 (morto já em Junho de 1464).

(482) Em súplica de 5 de Janeiro de 1439, o bispo do Porto D. Antão Martins, ao pedir para Luís Anes, seu familiar, o canonicato e prebenda do Porto, bem como a igreja paroquial de Magrelos da diocese do Porto, diz que ele, estudante de direito canónico na cidade de Bolonha, tinha feito parte da sua comitiva na viagem a Constantinópola, para trazer os Gregos ao concílio: «...supplicar igitur S. V. devota creatura vestra Antonius, episcopus Portugalensis, quatenus sibi in personam sui familiaris Ludovici Johannis, in civitate Bononiensi in iure canonico studentis, *qui cum eodem episcopo pro reductione Grecorum in Constantinopolim transivit ...*» (*Monumenta Portugaliae Vaticana*, Súplicas de Eugénio IV, n. 999). Mais algumas súplicas, com notícias sobre seus estudos em Bolonha e benefícios até à morte ocorrida na Cúria pontifícia, segundo parece, em *Monumenta Portugaliae Vaticana*, Súplicas de Eugénio IV, nn. 1060, 1149, 1168, 1274, 1372; *Súplicas de Nicolau V*, nn. 534, 668, 772, 780.

(483) Em súplica de 29 de Maio de 1441, Rui Dias, já bispo eleito confirmado de Silves, ao pedir para esse Lobo Álvares, seu familiar e clérigo da diocese de Braga, o canonicato e prebenda de Braga, diz que ele estivera durante muitos anos a seu serviço e o acompanhara na viagem à Grécia, quando lá fora por mandado do papa: «Supplicat S. V. devota creatura vestra Rodericus, electus confirmatus ecclesie Silvensis, in personam devoti vestri et familiaris sui continui commensalis Lupi Alvari, clerici Bracharensis diocesis, qui a multis annis citra in eius servitiis mansit *et secum ivit Greciam, cum de mandato S. V. illuc idem electus accessit...*» (*Monumenta Portugaliae Vaticana*, Súplicas de Eugénio IV, n. 1300. Cf. nota 679.

Bracharensi. Salutem et apostolicam benedictionem. Dudum, cum ex certis causis rationabilibus dissolventes concilium, quod Basilee esse dicebatur, illud celebrandum duxerimus in civitate Bononiensi, prout est notum fraternitati tue, cumque intentionem nostram sinceram et ad bonum Ecclesie spectantem multi varie interpretarentur et non ea mente qua id factum erat, acciperent, nolentes ut ex ea concilii mutatione aliqua dissensio aut scandalum oriretur et ut amputaremus omnes causas, ex quibus potuisset aliqua turbatio in Ecclesia exoriri, concilium ipsum in civitate Basiliensi celebrandum statuimus, prout eadem fraternitas videre poterit per copiam litterarum nostrarum, super hoc editarum, presentibus interclusam. Idcirco tibi tenore presentium precipimus et mandamus ut infra tempus, in dictis litteris statutum, debeas ad dictum concilium venisse vel si legitima causa impeditus esses, tuos nuntios destinasse et etiam precipere et mandare nostra auctoritate omnibus et singulis episcopis et prelatis exemptis et non exemptis, in tua provincia constitutis, qui tenentur accedere ad concilia generalia, ut infra dictum terminum ad ipsum concilium debeant personaliter convenisse. Datum Rome, apud Sanctum Petrum. Anno Incarnationis Dominice millesimo quadringentesimo tricesimo secundo, quartodecimo Kalendas Martii, pontificatus nostri anno secundo. P. Cormano» (483a). *Mas agora, perante a gravidade do assunto, ajudado pelos padres do concílio, a ele fiéis, e pelos embaixadores do imperador dos Gregos, entendeu dever prosseguir no intento de reunir concílio em lugar que fosse mais cómodo para si e para os Gregos. Assim, enviou os ditos embaixadores a Constantinópola e transferiu o concílio para Ferrara. Em bula de 19 de Setembro de 1437, dirigida ao arcebispo de Braga, ao comunicar a transferência, mandando empreenda viagem para Ferrara, a tomar parte no concílio, e imponha aos sufragâneos e outros prelados, com obrigação de tomarem parte nos concílios gerais, façam o mesmo, comunica também ter mandado, havia já bastante tempo, embaixadores aos Gregos, tendo a certeza de que nele tomariam parte o imperador e o patriarca, que esperava chegassem cerca das Calendas do mês de Novembro:*

> «*Eugenius, episcopus, servus servorum Dei. Venerabili fratri .. archiepiscopo Bracharensi. Salutem et apostolicam benedictionem. Cum Basiliense concilium ad civitatem Ferrariensem pro icumenico concilio inibi celebrando tam propter orientalis et occidentalis ecclesiarum unitatem quam reformationem universalis Ecclesie ac pacem populi christiani totis viribus procurandas ac aliis ex causis duxerimus transferendum, prout tua fraternitas videre poterit per copiam litterarum, presentibus interclusam, eidem fraternitati in vim iuramenti, per te prestiti, iniungimus et mandamus ut, cum per Dei gratiam speremus, immo certi reddamur, quod Grecorum imperator ac patriarcha cum eorum prelatis, pro quibus iamdiu misimus, proculdubio ad huiusmodi concilium accedent, circa Kalendas mensis Novembris proximo futuri, te ad prefatum icumenicum concilium quantocius poteris, conferas et similiter omnibus et singulis tuis suffraganeis ac ceteris prelatis, etiam exemptis, qui ad concilia venire tenentur de antiqua consuetudine vel de iure, auctoritate nostra iniungas atque mandes ut se quoque conferant, quantocius poterunt, ad concilium prefatum, ut Altissimi misericordia cooperante, in eo per tuam et aliorum prudentiam et virtutem tractentur et agantur ea que cedant ad laudem Dei, pacem christianorum et statum ac exaltationem Ecclesie sue sancte. Datum Bononie. Anno Incarnationis Dominice millesimo quadringentesimo tricesimo septimo, tertiodecimo Kalendas Octobris, pontificatus nostri anno septimo. Arnoldus*» (483b).

(483a) ADB, *Bulas*, caixa 1, original.

(483b) ADB, *Bulas*, caixa 1, original, com selo de chumbo.

Estas atitudes de Eugénio IV explicam-se também pelas desinteligências entre ele e o concílio que tinha emanado decretos atentórios do poder papal, inclusive quanto aos estados pontifícios, conforme se pode ver pela seguinte carta, de 9 de Agosto de 1436, ao arcebispo de Braga:

«*Sacrosancta generalis synodus Basiliensis, in Spiritu Sancto legitime congregata, universalem Ecclesiam representans, universis christifidelibus. Salutem et omnipotentis Dei benedictionem. Ea que laudabili per nos ordinatione statuta sunt, decet ut nostrarum litterarum testimonia pandantur de illisque ubilibet concedantur legitima documenta. Dudum siquidem inter alia statuta et decreta nostra quedam in sessionibus nostris publicis in maiori ecclesia Basiliensi solemniter celebratis xv Kalendas Januarii, anno a nativitate Domini millesimo quadringentesimo tricesimo secundo et tertio Idus Septembris, anno Domini millesimo quadringentesimo tricesimo tertio publicata edidimus tenoris in hec verba: Ambiciosorum accensa cupiditas, non contenta de acceptis beneficiis, gratias non agere et humanitatis in se iura violare interdum adeo exardescit ut eos qui credita sibi officia diligenter observant et ita cuncta agunt ut omni laude sint digni, subvertere moliatur et a suis deicere beneficiis, cum tamen pro eorum bonis actionibus ut extollerentur amplius dignum esset. Ideo opus est nostris providere remediis ut tuta sit inter improbos innocentia et in ipsis improbis formidato supplicio refrenetur audacia et nocendi facultas. Quisquis igitur tante ambitionis fuerit ut ecclesiam cathedralem, dignitatem, officium aut beneficium, pensionem aut commendam alicuius ex incorporatis seu incorporandis, postquam fuerunt incorporati, seu adherentibus huic sacro concilio attemptaverit a Romano pontifice vel quovis alio impetrare aut etiam acceptare, etiam si motu proprio conferatur, non solum iure, quod in tali ecclesia, dignitate, officio seu beneficio habere pretendit, sed etiam omnibus beneficiis sit ipso iure privatus et ad obtinendum in futurum inhabilis. Si qui vero ante huiusmodi editionem decreti tales impetrationes aut acceptationes habuerint, careant gratiis etiam motu proprio concessis. Ceterum cum ad notitiam huius sacri synodi fidedignorum sit relatione deductum quod dictus dominus Eugenius papa super alienandis nonnullis civitatibus, castris et terris Ecclesie Romane et aliarum ecclesiarum habuit et habet diversos variosque tractatus, que quidem alienationes in fomentum dicte pretense huius sacre concilii dissolutionis et ipsius concilii enervationem fieri moliuntur et in dampnum et iacturam patrimonii beati Petri aliarumque ecclesiarum cederent manifeste, idcirco et alias ex bonis et iustis causis, que ad hoc cuiuslibet recte censentis animum inducere debent, hec sancta synodus eidem domino Eugenio omne alienationis genus infeudationis et impignorationis bonorum immobilium ac etiam pretiosorum mobilium et iurium Ecclesie Romane et aliarum ecclesiarum quarumcumque necnon auctorizationem alienationum bonorum immobilium et nostrarum aliarum ecclesiarum omnemque inductionem seu impositionem novarum gabellarum et aliorum onerum in alma Urbe Romana et aliis terris Ecclesie Romane necnon impositionem cuiuscumque gravaminis seu subsidii sub nomine decime seu quocumque alio nomine censeatur penitus interdicit omnesque alienationes, infeudationes et impignorationes de eisdem bonis immobilibus et iuribus Ecclesie Romane et aliarum ecclesiarum et auctorizationem huiusmodi per dictum dominum Eugenium factas et fiendas ac gabellas et alia onera per eumdem Eugenium impositas et imposita cassat, revocat, irritat, annullat adeo ut nec ius aliquod tribuant nec prescribendi etiam causam parent. Sacrosancta generalis synodus Basiliensis in Spiritu Sancto legitime congregata, universalem Ecclesiam representans. Ad futuram rei memoriam. Ut sacri concilii et suppositorum eiusdem indempnitati congrue provideatur, statuit et decernit hec sancta synodus quod que-*

cumque per dominum Eugenium papam quartum vel alium sua auctoritate in preiudicium, lesionem, derogationem seu iniuriam sacri concilii vel incorporatorum seu incorporandorum eidem per se vel procuratorem et familiarium ipsorum seu in eorum servitiis ubicumque existentium facta seu disposita fuerint a die inchoationis concilii prelibati fientque et disponentur forsitan in futurum, titulum vel possessionem quomodocumque tangentia sive in cardinalatus et patriarchatus dignitatibus aut in prelaturis etiam cathedralium et metropolitanarum ecclesiarum et etiam monasteriorum vel aliis ecclesiasticis beneficiis, prestimoniis, commendis, unionibus, pensionibus, officiis et rebus ecclesiasticis vel temporalibus et circa ipsa aut alias quomodocumque et qualitercumque, etiam si motu proprio directe vel indirecte per se vel alium sint ipso iure irrita et inania et pro infectis penitus habeantur et ex nunc hec sancta synodus partes lesas in pristinum statum integre reponit et mandat per quemlibet iudicem competentem, audita querela partis lese et probata incorporatione et novitate predictis, ipso facto omni exceptione remota, strepitu et figura iudicii cessantibus, omnia reponi in eum statum in quo fuerunt ante dictam factam novitatem. Quod si dictus iudex in tali repositione dolose vel alias perperam se habuerit, ipso facto sententiam excommunicationis incurrat, a qua nisi per sacrum concilium, eo durante, non valeat absolutionis beneficium, nisi in mortis articulo, obtinere et ut pene formidine arceantur qui ambiciose seu temere aliorum prelaturas, dignitates et beneficia ecclesiastica ac uniones, commendas, prestimonia vel pensiones seu officia necnon bona et iura qualiacumque fuerint, occupare procurarunt et attemptarunt seu in futurum procurabunt et attemptabunt, statuit et decernit dicta sancta synodus quod quicumque clericus sive laicus, quacumque dignitate ecclesiastica vel mundana, etiam cardinalatus prefulgeat, sive sit collegium aut universitas vel monasterium, ab eodem domino Eugenio seu alio sua auctoritate impetraverit vel obtinuerit seu impetrabit et obtinebit, etiam si motu proprio, aliquod quod in preiudicium, lesionem, derogationem seu iniuriam alicuius ex predictis incorporatis vel incorporandis aut suorum familiarium et in eorum servitiis ubicumque existentium vel adherentium huic sacro concilio per se vel procuratorem valeat redundare, si virtute huiusmodi concessionis ad aliquam occupationem deventum sit, nisi infra decem dies, elapsis sexaginta diebus a die publicationis decreti huiusmodi vel postquam ipsius veram et indubitatam notitiam habuerit et per partem fuerit requisitus, a tali occupatione et turbatione realiter et pure destiterit et sive occupatio secuta fuerit sive non, prefate concessioni et omnibus secutis ex ea coram notario et testibus renuntiaverit et rem dimiserit cum effectu et parti lese de perceptis post concessionem huiusmodi satisfecerit, omni iure quod in dictis prelaturis, dignitatibus, beneficiis ecclesiasticis, officiis, prestimoniis, pensionibus et commendis, bonis temporalibus et iuribus seu eorum altero habere pretenderit, sit privatus ac etiam aliis officiis et beneficiis quibuscumque, que tempore huiusmodi impetrationis obtinebat, eo ipso sententiam excommunicationis incurrat, a qua nisi per dictum sacrum concilium eo durante vel eius auctoritate, nisi in mortis articulo, absolvi nequeat quoquo modo et nichilominus ad obtinenda predicta et quecumque alia beneficia seu officia perpetuo sit inhabilis. Talium etiam concessionum executores predictis penis volumus subiacere. Ut autem fraudibus que excogitari possent, obvietur, quia cum datarum anticipationibus in preiudicium aliorum littere papales vel aliorum ipsius pape auctoritate sub data ante dissolutionem huius sacri concilii in preiudicium alicuius predictorum tendentes produci possent, nisi ante dictam concilii dissolutionem fuerint publicate, eis nulla fides debeat adhiberi et pro nullis penitus habeantur. Nos igitur volumus et auctoritate universalis Ecclesie decernimus quod tenori constitutionum huiusmodi in iudicio et extra ubicumque exhibitus fuerit vel ostensus, in omnibus stari debeat et fides plena adhiberi. Nulli ergo omnino hominum

liceat hanc paginam nostre voluntatis et decreti infringere vel ei ausu temerario contraire. Si quis autem hoc attemptare presumpserit, indignationem omnipotentis Dei et universalis Ecclesie se noverit incursurum. Datum Basilee, v Idus Augusti, anno a nativitate Domini millesimo quadringentesimo tricesimo sexto» ([483c]).

Enquanto a embaixada do concílio seguia viagem para Constantinópola, estando os navios para partir de Génova, segundo o relato das negociações das embaixadas em Constantinópola, fornecido pelo deão de Braga, os embaixadores do concílio receberam carta, com data de 31 de Julho de 1437, segundo a qual chegara ao concílio notícia de que os bispos do Porto e de Digne tinham partido para Constantinópola como seus embaixadores, com o fim de levarem o imperador e patriarca a determinado lugar, a escolher, onde se devia realizar o concílio, pelo que os padres de Basileia denunciavam a todos não serem eles seus embaixadores. Igualmente referia a carta que, na sessão desse dia 31 de Julho, o papa e cardeais foram citados a comparecer, pessoalmente, em Basileia, no espaço de sessenta dias, sob pena de se proceder contra eles como contumazes. Era essa bula do concílio — segundo o comentário de Rui Dias — objurgatória contra o papa e cardeais, com infinidade de crimes e infâmias, destinada a induzir o imperador e o patriarca a não partirem com os embaixadores do papa. João de Segóvia confirma esta informação, ao dar a relação dos embaixadores, depois de ter referido no livro anterior que o concílio recebera carta dos seus embaixadores, os bispos de Viseu, de Parma e de Lausana, a notificar a partida para Constantinópola, em Agosto de 1437 ([484]). *O bispo de Viseu fazia-se paladino destas negociações ou tentativas, não recuando mesmo depois da insinuação de Rui Dias de estar ele a proceder contra a vontade de el-rei de Portugal, D. Duarte, que aliás tinha já manifestado seu descontentamento, segundo quanto ele deão de Braga soubera, antes de partir de Bolonha, por Rodrigo Anes de Asnais. Embora a notícia lhe tivesse causado pesar, não desistiu D. Luís do Amaral de prosseguir nas tentativas de denegrir o papa e de conquistar o imperador por meio de dinheiro, e valendo-se de sugestões relativas à simpatia e influência de reis e senhores da Europa, com alegação até de que o duque de Sabóia seria papa! Nos princípios de Outubro de 1437, quando em Basileia o concílio rebelde acusava o papa Eugénio IV de contumácia, pretendendo condená-lo, por ter convocado o concílio de Ferrara e dissolvido o de Basileia, com a consequência do abandono do concílio pelo legado pontifício e pelos*

([483c]) ADB, *Bulas*, caixa 1, original.

([484]) «...in fine presentarunt unam bullam concilii quam asserebant recepisse Janue, venientes iam istac, datam Basilee pridie Kalendas Augusti in sessione publica, in qua continebatur dictum fuisse in concilio episcopum Portugalensem et Dinensem transfretavisse Constantinopolim ambaxiatores concilii ad ducendum imperatorem et patriarcham ad certum locum per dictum concilium electum, per quam bullam concilium notificabat omnibus eos non fuisse ambaxiatores concilii nec missos per concilium. Item, quod in dicta sessione, que fuerat pridie Kalendas Augusti, fuerant contenti papa et cardinales comparituri infra lx dies Basilee personaliter, alias procederetur ob eorum contumatiam. In qua quidem bulla continebantur infinita mala et crimina posita contra papam et cardinales, et hoc solum pretendebant ad prelibandum imperatorem et patriarcham, ne irent...»: Bibl. de S. Marcos de Veneza, cod. lat. 2240 (L. IV, cod. 5), f. 67v. Publicada com alguns erros em GEORG HOFMANN, S. I., *Rodrigo, dekan von Braga; Kaiser Johann VIII. Palaiologos. Zwei Briefe aus Konstantinopel*, 13. *Oktober und* 18. *November* 1437, *zur Vorgeschichte des Konzils von Florenz*, em *Orientalia Christiana Periodica*, 9 (1943) 182. Sobre o que nos dizem as actas do concílio ou João de Segóvia, cf. nota 494. Eis a notícia sobre a partida: «... Recepit quoque litteras Visensis, Parmensis et Lausanensis episcoporum, synodalium oratorum in Greciam, expectasse Lubicensem episcopum podagre laborantem et responso habito ire non posse, supplicantem vero ut, quod acceperat ipse ex iniuncto imperatoris, reconmissam haberent Basileam aut Budam; navigare incipientes prima Augusti prohibente tempestate mansissent in portu de Villafranca, a quo die ipsa vi.a Augusti recedebant habentes quatuor galeas, galeotam unam et navem unam...»: JOHANNES DE SEGOBIA, *op. cit.*, lib. XII, cap. VI, *ed. cit.*, II, p. 1014.

embaixadores do imperador e do rei de Portugal, depois de os conciliares não terem acedido à proposta dos embaixadores portugueses de seguirem o conselho do imperador de não procederem contra o papa (485), *D. Luís do Amaral, bispo de Viseu, não tomou parte nesta condenação, pois ainda se encontrava em Constantinópola. Mas a sua posição aqui perante o imperador dos Gregos, através de atitudes e declarações graves, significava plena adesão ao estabelecido pelo concílio, conforme se tira da carta enviada pelo mencionado deão de Braga, a 13 de Outubro de 1437, desde Constantinópola, a qual missiva transcrevo na íntegra:*

«*Littera missa de Constantinopoli. Venerabili ac dilecto domino A. Rodericus, decanus Bracarensis, plurimam salutem dicit. Cum mihi carum esset ubique iocundissimum foret scire quomodo et qualiter omnia post recessum nostrum de Venetiis se habuerant in nostro viagio usque ad hunc diem. Presentes enim littere proculdubio enarrabunt que numero quaternario comprehense sunt ultime. Et quia in aliis bene videritis qualiter cetera de nobis acciderant, ideo non assisto, preterquam circa ea que in presentiarum sunt et ut breviter sub compendio omnia vobis enarrem. Noverit enim illa specialis amicitia que mutuo nos semper coniunxit, quod cum iiii. Octobris aplicuissent quatuor galee magne et una parva pro parte illorum qui vellent concilium celebrare Avinione contra voluntatem domini nostri pape, nostri se armarunt fere omnes et volentes ire obviam eis cum una magna navi de Venetiis, que hic iacet, predicte galee sentientes factum, noluerunt intrare portum et manserunt extra portum per vi. miliaria. Cum enim imperator hoc senserit, mandavit gubernatores suos capitaneis nostrarum galearum ut desisterent et non vellent facere aliquam novitatem et deponerent arma in continenti, quibus mandatis ipsi noluerunt obedire. Cuius rei imperator non contentus, iterum misit eosdem gubernatores rogantes capitaneum velle exire ad terram, quibus idem capitaneus respondit habuisse in mandatis a domino nostro papa quod, si contingeret habere notitiam de accessu predictarum galearum, nullo modo exirent galeas suas. Cuius responsionis dicti gubernatores non fuerunt contenti. Tertio imperator misit ad legatum, nullo penitus modo contenti talia fieri in portu suo, dicentes quod portus sui erant securi et semper fuerant quibusque volentibus intrare et ad illos venire et nunc in presentia sua isti volebant rumpere predictum portum atque securitatem eius, quod ipse sibi assumebat in magnam iniuriam. Quapropter mandaret illis deponere arma et permittere intrare quemcumque volentem ad dictum portum venire. Tunc misit legatus in presentia missorum ex parte imperatoris episcopum Coronensem ad eos et fecit eos deponere arma. Quo facto, exposuit dictis missis ab* [*fl. 66v*] *imperatore quod ea intentione hoc non fecissent, quam imperator conciperet, sed solum ut forte galee pretendentes sibi*

(485) «Super declaracione contumacie previe contradicciones imperatoris et legati ex parte ad illasque responsa. Quod factum est prima die mensis huius Octobris, in qua post diutinam expectationem deputatorum, qui concordarunt cedulam peticionis promotorum in accusacione contumacie pape et responsionis concilii pro declaracione eius per tres illorum eciam diuturno colloquio habito cum legato, tenta fuit congregacio generalis, in qua Lubicensis et Augustensis episcopi pecierunt legi missivam predictam imperatoris. Qua perlecta, oratores duo regis Portugalie supplicabant illius precibus condescendendum; Augustiensis vero episcopus protestabatur, sicut imperator per illam. Cui respondens Lugdunensis archiepiscopus dicebat non facere eum iuxta mentem imperatoris, qui sepe scripserat nullo modo concilium celebrandum in Ytalia, et tamen iam papa in Ferraria illud celebrari constituisset; item quod ex hoc sequebatur impedimentum unionis Grecorum, quia illud non esset concilium ecclesie, Basiliensi concilio universalem representante ecclesiam non consenciente ... Arelatensi autem se excusante, patriarca Aquilegiensis iuxta concordata conclusit, et continuo legatus recessit, similiter oratores imperatoris et regis Portugalie, Castelle autem non interfuere»: JOHANNES DE SEGOBIA, *op. cit.*, lib. XII, cap. XI, *ed. cit.*, p. 1027-1028.

facere aliquod dampnum, videntes eos paratos, desisterent. Et propter hoc et non aliud hoc fecissent et istud crederent pro verissimo et nil aliud. Et sic pacificati sunt Greci. Post hoc vero per mediam diem intrarunt predicte galee et posuerunt anchoras iuxta Curiam imperatoris que distat a portu per tria miliaria et ibi sunt pro presenti. Eadem vero die isti domini convenerunt simul in domo legati et unanimiter concordarunt mittere me cum familiaribus suis omnibus ad prefatos ambassiatores concilii, dicturum quod bene venissent ex parte legati ceterorumque dominorum, quibus multum placebat de adventu suo, quoniam bene credebant eos venisse ad id, ad quod ipsimet venerant, quod quidem erat unio et pax in Ecclesia Dei inter nos et Grecos. Et quia omnes ad istud tendebant et propositum suum erat bonum, quod iterum bene venissent mille millesies vicibus, quapropter omnes simul et quilibet particulariter offerebant eis se et sua et si eis foret necessarium quod omnia erant presto ad mandata sua, quecumque ipsi haberent. Quo finito, equitavimus versus galeas eorum, credentes eos reperisse in terra. Et intravimus galeam capitanei, in qua erat episcopus Visiensis; finita salutatione et ceteris pro parte legati predicti et ceterorum, respondit dictus episcopus Visiensis quod similiter ego bene venissem, regratians pro aliorum et sua parte dictam salutationem et oblationem, etcetera, que per me eis dicta fuerant pro parte legati et ceterorum et quod verum erat omnes pretendere unum finem et quod placeret Deo omnia bene finiri et se recommendarunt domino legato et ceteris dominis, offerentes se eis simili modo et omnia sua. Voluerant enim ipsi quod statim recesseram, sed dixi eis habere in mandatis comitari eos cum tota familia ad hospitia sua, quod ipsi multo regratiati sunt predicto legato et dominis. Tunc demum collocuti sunt mecum de recessu suo de Avinione et quomodo se habuerant in mari. Deinde supervenit ad nos dominus Visiensis et ad partem segregati colloquentes [*fl. 67*] *de aliquibus, intercidit verba et petiit de facto imperatoris et patriarche, utrum vellent ire, cui nil ocultans, dixi omnia quomodo iam erant parata et ipsi maxime contenti ire. Miror enim, dixi, de factis vestris et adventu vestro frustrario. Ad quid voluistis expendere tantum aurum et ponere vos in periculo maris? Dixit ipse: quare? Quoniam, dixi, tempus contentum in decreto est elapsum. Dixit ipse: bene, istud potest remediari. Et ad hoc responderi. Quomodo pretendistis ducere imperatorem et patriarcham Avinionem contra voluntates suas? Nescitis enim protestationem quam fecerunt ambaxiatores sui Basilee in medio sessionis? Certe in vanum laboratis, quia hoc numquam poteritis obtinere. Quibus verbis ipse subtacuit, nil respondens, attamen quasi excitatus dixit: Poterunt ire Sabaudiam. Non tenentur, dixi, quoniam tempus expiravit, post quod tempus ipsi contraxerunt cum papa domino nostro et cardinalibus per ambaxiatores suos et postquam huc applicuimus, tantum habuerunt. Hoc ego nescio, dixit ipse, tamen credo quod nec nobiscum nec vobiscum ibunt. Non credatis quoniam nobiscum ibunt, quoniam speramus non convenire contra factum cum domino nostro? Ceterum miror vos intromittere ad istud quod est contra papam sine causa ad hoc fiendum. Et maxime quoniam rex noster fuit male contentus, quando scivit de facto vestro, ut narravit nobis Rodericus Johannis dAsnaaes. Quo dicto, contristatus est valde. Quomodo noverit iam rex quod ego eram ambaxiator? Erat iam Didacus Alfonsi in Portugalia? Iam, dixi, ut audivimus Bononie. Ipse diceret. Inter que verba pretendi ab ipso non habere spem ducendi secum imperatorem nec patriarcham, sed tamen ut postea ostenderunt, bene voluerunt imperatorem et patriarcham, ne irent. Multa alia fuerunt inter me et ipsum que essent longa enarrari, que postea oretenus dicam. Post hoc ipse et Lausanensis exierunt galeam et comitati sumus eos ad hospitia sua et sic recessimus. Altera vero die imperator misit pro eis ante prandium, cui ipsi obtulerunt litteras suas ex parte concilii et suam bullam auream et salvosconductus. Insuper dixerunt ei quod erant omnia parata, etiam fecerunt illa die*

finem et recesserunt. Altera [fl. 67v] vero die venerunt ad imperatorem iterum et post aliqua verba dixerunt quod isti ambaxiatores nostri non erant missi ex parte concilii et ostenderant aliquas litteras, quod erant false, allegando ad hoc certas causas et presentando litteras et bullas concilii et regis Francie ceterorumque dominorum, in quibus continebatur de electione Avinionis; in fine presentarunt unam bullam concilii, quam asserebant recepisse Janue venientes iam istac, datam Basilee pridie Kalendas Augusti in sessione publica, in qua continebatur dictum fuisse in concilio episcopum Portugalensem et Dinensem transfretavisse Constantinopolim ambaxiatores concilii ad ducendum imperatorem et patriarcham ad certum locum per dictum concilium electum, per quam bullam concilium notificabat omnibus eos non fuisse ambaxiatores concilii nec missos per concilium. Item, quod in dicta sessione, que fuerat pridie Kalendas Augusti, fuerant contenti papa et cardinales comparituri infra lx dies Basilee personaliter, alias procederetur ob eorum contumatiam. In qua quidem bulla continebantur infinita mala et crimina posita contra papam et cardinales, et hoc solum pretendebant ad prelibandum imperatorem et patriarcham, ne irent. Quo quidem facto, dicto et proposito coram imperatore et omni populo, nostri pessime contenti miserunt ad imperatorem dominum Nicolaum, qui mente tenet omnia gesta concilii. Et reprobavit quecumque alii dixerant et dixit eis totum contrarium, allegando scripturas ad probandum dicta sua et reprobando dicta aliorum satis plene, quod multo placuit imperatori scire, quoniam ipse dixerat ac promiserat se responsurum aliis. Item altera die, videlicet die lune vi. dicti mensis, iverunt ad patriarcham et narrarunt sibi omnia que dixerant imperatori et plura in tantum quod patriarcha noluit plus audire et dixit penitere eum tanta audisse. Etiam penitebat eum de divisione inter nos et distulit responsum usque aliam diem, quoniam ipse erat iam plene informatus pro parte nostra. Post hoc videntes quod ista via nec poterant eos habere nec turbare, temptarunt imperatorem cum pecuniis, mediantibus Ianuensibus, promittendo ei et patriarche xxxx milia ducatorum et quod irent Avinionem. Item quod dux Sabaudie erat papa; qui quidem dux [fl. 68] habebat magnam consanguinitatem cum rege Francie et duce Burgundie et duce Mediolani et rege Ciprii et omnes isti erunt cum eo. Ac quod habebat unam filiam viduam et dederat eis in mandatis eam tradere fratri imperatoris in uxorem, qui etiam est viduus. Qui quidem domini supradicti erant potentissimi et iuvarent eum contra Turchos, ita quod in modico tempore recuperaret suum dominium. Et cum vidissent quod nullo modo poterant movere imperatorem ut secum eum ducerent, temptarunt perturbare ipsum ne nobiscum iret. Sed credo modicum eis profecisse. Qua de causa nos alii ivimus ad patriarcham et stetimus cum eo per spatium trium horarum et tunc narravit nobis omnia que audiverat ab aliis ambaxiatoribus; in fine conclusit quod usque ad unguem non contraveniret contra contractum factum cum domino nostro papa. Et quod licet Francia et Yspania et Alamania venirent simul, quod nullo modo ipse nec imperator irent Avinionem. Attamen ipse dixit: bonum est concordia et vos alii debetis laborare et imperator et ego laborabimus pro unione omnium usque ad ultimum posse, etc. Fecimus finem. Attamen legatus respondit ei satis elleganter ad multa et conclusit quod per eum non staret quominus unio fieret. Speramus recedere ad maximum usque ad x *Novembris. Recomendetis me reverendissimo domino domino B. cardinali Placentino, etc. Datum Constantinopoli, xiii Octobris»* (486).

Não conheço as repercussões desta carta, enviada, segundo creio, a outro português, então na Cúria e familiar do cardeal Branda, o clérico da diocese de Lisboa e bacharel em decretos Antão

(486) Bibl. de S. Marcos de Veneza, Cod. lat. 2240 (L. IV, cod. 5), fl. 66-68.

Martins (487), *aliás relacionado com os problemas do concílio, inclusive, posteriormente, quanto à reunião de Nurimberga* (488). *Certo é que o imperador João Paleólogo anunciava a sua futura partida, com a embaixada do papa, a 18 de Novembro de 1437* (489) *e o curial português Gonçalo Anes de Óbidos, cubiculário de Eugénio IV, em carta de 15 de Dezembro, talvez como resultado da missiva do deão de Braga, comunicava ao abade D. Gomes* novas que os gregos viirram em todo modo e prestes (490), *ao passo que o bispo de Coron em carta datada de Constantinópola, a 20 de Outubro de 1437, previa chegassem os embaixadores à volta do Natal de 1437* (491). *Finalmente, a notícia da chegada a Veneza, na primeira quinzena, precisamente a 8 de Fevereiro de 1438, dos embaixadores do papa com os Gregos. Dá-no-la o monge beneditino Arsénio, em carta do dia 11 ou doze de Fevereiro de 1438 ao abade Gomes, indicando o número de 700 gregos, entre os quais uns 160 eclesiásticos, incluindo 25 bispos, e elogiando o papel importante que no negócio tiveram os portugueses:*

> «*Reverende pater, post humilem recomendationem. Scripsi alias paternitati vestre litteras, quibus cupiebam maxime consolationem aliquam a paternitate vestra excipere, quibus et significabam tibi fidelitatem compatriotarum tuorum Portugalensium propter hoc tantum inductus fui ad te scribere. Postea recepi mutuas literas abs te, desiderio meo satisfacientes. Rescripsisti enim non secus ac optaveram; respondissem certo tibi libenter, quando tuas recepi, sed sic Deo placuit propter dicessum, quem tunc quoque maxime accelerabamus, fui negotiis non mediocribus implicatus. Quare nisi ad singula tibi que mihi scripsisti, respondeam, ut veniam mihi prestes oro atque exoro. Nunc compositis sarcinulis meis et captato ydoneo octio, dignum duxi in presentia aliquid mutuo scribere et ut intelligas que hic acta sunt. Scito imprimis Basilienses condidisse decretum contra dominum nostrum, vigore cuius non erubuerunt, xxiiii mensis preteriti, palam in sessionibus eorum privare B. dominum nostrum omni administratione papali, tam spirituali quam temporali, ymmo*

---

(487) Trata-se de famoso curial pontifício, relacionado com a portuguesa duquesa de Borgonha Dona Isabel, filha de D. João I, rei de Portugal, e com seu irmão o Infante D. Pedro de Portugal, de quem era familiar, bem como de seu filho D. Jaime, futuro cardeal, e estudante de direito canónico na universidade de Bolonha, bem como colegial do colégio universitário de S. Clemente de Bolonha, do qual foi vice-reitor e mesmo reitor. Cf. ANTÓNIO DOMINGUES DE SOUSA COSTA, OFM, *Estudantes portugueses na reitoria do colégio de S. Clemente de Bolonha na primeira metade do século XV*, Lisboa, 1960, em *Arquivos de História da Cultura Portuguesa*, III, n. 1, pp. 113-149. O cardeal Branda, bispo de Sabina, conhecido como cardeal de Piacenza, pedia a 5 de Outubro de 1440 para este Antão Martins, seu familiar e bacharel em decretos, a porção da igreja de Santa Maria da Lourinhã da diocese de Lisboa, vacante pela privação de D. André, bispo de Mégara: «Supplicat S. V. devota creatura eiusdem Branda, episcopus Sabinensis, cardinalis Placentinus, quatinus sibi in personam dilecti sui familiaris continui commensalis Antonii Martini, in decretis bacallarii ...» (*Monumenta Portugaliae Vaticana*, Súplicas de Eugénio IV, n. 1229). Mais algumas súplicas em *Monumenta Portugaliae Vaticana*, Súpl. de Eugénio IV, n. 918; *Súpl. de Nicolau* V, nn. 300, 696, 699; *Súplicas de Calisto III*, n. 2; *Súplicas de Pio II*, nn. 5, 13, 25. *Súplicas de Paulo II*, nn. 152, 153.

(488) Cf. carta publicada por ANTÓNIO DOMINGUES DE SOUSA COSTA, OFM, *Estudantes portugueses na reitoria do colégio de S. Clemente de Bolonha na primeira metade do século XV*, p. 115-116.

(489) Publicada por GEORG HOFMANN, S. I., *Rodrigo Dekan von Braga; Kaiser Johann Palaiologos ...*, em *Orientalia Christiana Periodica*, 9 (1943) 186.

(490) BMLF, Fondo Ashburnam, cod. 1792, I, fl. 116-116v. Publicada em *Monumenta Henricina*, VI, n. 68, pp. 217-219.

(491) Carta publicada por GIOVANNI MERCATI, *Scritti d'Isidoro il Cardinale Ruteno e codici a lui appartenuti che si conservano nella Biblioteca Apostolica Vaticana, Appendice:* II *Due lettere del Garatone e una dei legati della presidenza del Concilio di Basilea sulla decisione dei Greci di venire in Italia al Concilio*, em *Studi e Testi*, 46, Roma, Bibl. Apost. Vaticana, 1926, p. 118-119.

temerarie mandarunt vassalibus officialibusque Ecclesie ne obedirent neque in aliquo ei responderent sub certis penis, etc.; nec hoc tantum contenti, sed insurrexerunt contra curiales suos et ut a Curia discederent, admonuerunt sub pena excommunicationis privationisque beneficiorum suorum, quamquam has omnes eorum minas parvipendant ipsi curiales. Hoc ad te scribo, non alia ratione quam ut intelligas summam compatriotarum tuorum fidem ac perseverantiam erga B. dominum nostrum. Nam ipsi simul cum yspanis protestati sunt palam et publice pro statu B. sue. Preter hoc, ut aliquid hoc loco habeas, quo gaudere et letari possis, nuntio tibi quod hodie viii.a presentis mensis, hora paulo ante tertias attigerunt Greci lictus Venetorum, septingenti numero vel circiter ut aiunt, quorum sunt ecclesiastici centum sexaginta vel paulo plures, et horum etiam ecclesiasticorum episcopi xxv. Heri, declinante sole, recessit hic reverendissimus in Christo pater et dominus dominus sancte Crucis, cum comitatu multorum reverendorum patrum prelatorum ad conducendos ipsos Grecos ad nos. Hodie vero marchio noster Ferrariensis honorifice, ut eum decet et rem pro qua proficiscitur. Heri etiam cardinalis sancti Angeli dicessit ex Verona profectusque est Venetias ob eamdem solum causam. Hic omnia parantur et instruuntur que pertineant ad futuram unionem et reformationem et ad refellandam protervitatem et malignitatem adversariorum. Tuum nunc, Pater Reverende, erit orare Deum et orari precipere ut omnia bene vertat. Vale in Domino Yesu et tam tuis quam omnium fratrum orationibus commissos nos facito. Humiliter oro atque instantissime exoro. Ferarie, xi februarii, ii. a hora noctis. Filius tuus Arsenius, monacus» (492).

f. Orientação favorável ao concílio de Basileia, durante a regência de D. Pedro

A referida notícia do beneditino sobre a atitude dos portugueses, a favor do papa Eugénio IV, que os conciliaristas de Basileia tiveram o atrevimento de, em sessão pública de 24 de Janeiro de 1438, privar de todo o poder espiritual e temporal, obrigando, não sem temeridade, os oficiais e vassalos pontifícios a não lhe obedecerem e impondo aos curiais, sob pena de excomunhão e privação de benefícios, abandonassem a Cúria de Eugénio IV, é confirmada pelo cronista do concílio de Basileia, João de Segóvia, o qual refere a intervenção do Dr. Vasco Fernandes de Lucena em nome de D. Duarte, rei de Portugal, para protestar e declarar não daria o consentimento ao processo de suspensão, intentado contra o papa (493). *Nada se diz, contudo, sobre a atitude do bispo de Viseu, que, sem dúvida alguma, devia estar presente, pois chegara com os embaixadores conciliares de Constantinópola a Basileia, no mês de Janeiro de 1438, tendo ele e o bispo de Lausana feito apresentar relação sobre a embaixada junto dos Gregos, não sem frisar os esforços empregados por que o*

(492) Bibl. Nazionale Centrale di Firenze, cod. por ordenar, Badia 4, p. 249.

(493) «Protestaciones Hyspanorum contra suspensionis decretum, et cerimonie servate in proclamacione pape. Celebrataque est sessio xxi. sancte Basiliensis synodi; ante vero lecturam decretorum in ordinaria ipso die congregacione Conchensis, Burgensis et Ebronensis episcopi, oratores regis Castelle, legi fecerunt cedulam, referentem mansuetudinem et expectacionem concilii circa papam super revocacione prime dissolucionis, narratis sereosius datis tunc terminis dilacionum; cumque eisdem videretur, sic eciam expedire, supplicabant supersederi in processu, offerentes se laboraturos pro pace et concordia inter concilium et papam. Si autem non exaudirentur, protestabantur, si scisma vel aliud malum in ecclesia oriretur ex pape suspensione, id non esse imputandum regi suo, a notariis requisito testimonio suspensionem ipsam fieri, eis non consensientibus aut consulentibus. *Similem protestationem fecit Velascus Fernandi, legum doctor, orator regis Portugalie...*»: JOHANNES DE SEGOBIA, *op. cit.*, lib. XIII, cap. VII, *ed. cit.*, III, p. 19.

imperador repelisse os embaixadores do papa Eugénio IV como falsários (494). *Não muito tempo depois, será um dos nomeados para representar o concílio na dieta de Nurimberga. Aliás já no mês de Maio corria notícia no concílio da sua prisão na Alemanha, por ser adversário do papa*

(494) «Relacio Johannis de Ragusio, oratoris concilii, de gestis apud Grecos triennio, quo fuit super eorum unione, deque prevencione legationis pape. Expositis que precesserunt, quantum ad publicacionem suspensionis pape, relacio sequitur eorum que gesta sunt per concilii legatos, destinatos ad conduccionem Grecorum ... Sed die tercia mensis huius sancta synodus missivam accepit Lausanensis episcopi sub data Nicie xviii Decembris, notificantis Visensem episcopum, capitaneum et Johannem de Ragusio applicuisse ibidem tercio ante die, sollicitosque esse in habendis equis statim ad concilium accessuros. Qui xix die ingressi sunt honoris gratia obviam illis euntibus patribus concilii, preter cardinalem Arelatensem, Aquilegiensem patriarcham et Conchiensem episcopum. Patribus vero occupatis usque, tenta fuit predicta sessio de suspensione ab administracione papatus aliorumque decretorum duorum, in quorum publicacione non fuit difficultas minor ... Relatio de gestis per legatos et capitaneum, donec cum classe in Greciam applicarunt. Biduo autem postea Visensis et Lausanensis episcopi oratores concilii, qui Greciam iverant per organum Jacobi Hugolini notarii testimonium de hiis reddentis, legentisque similiter et Thome Chesneloti, aliquando mane et sero relacionem fecerunt suam tribus completam diebus ... Cum vero recessissent a portu Ville Franche, sexta Augusti prope insulam Albiganensem visis quatuor galeis armatis, in puncto missa una galea, ut exploraret, fuerat detenta per illos, dimissa autem immediate, habita noticia, quod esset legacionis concilii. Sed cum ille fuissent regis Renati, sequenti die magno cum applausu reverenciam fecerunt, decimaque octava Augusti Parmensis episcopus, constitutus in prioratu sancti Benigni prope portum Ianuensem, redire ad galeas noluerat ultra navigaturus, propterea, ut dicebat, quoniam capitaneus monstram galearum et balistariorum sibi facere denegaverat, quod non habundancius in hac secunda parte referebatur... Utque verba factis comprobarent, exhibuerant bullam principalem legacionis sue, affirmantes se habere expresse in mandatis a concilio quoscumque alios ad eam conduccionem Grecorum, velut oratores concilii se representantes, tamquam falsarios repellendi, et presertim Portugalensem, Dignensemque episcopos et Nicolaum de Cusa, pro quorum verificacione duas bullas concilii imperatori directas, quarum unam per dies aliquos retinuerant, quodque Nicodus de Menthone capitaneus verus et unicus esset classis concilii, de quo ipse eciam alias presentaverat bullas... Referebant denique oratores ipsi, quod post allocucionem premissam usque ad xvii octobris datis deputatis per imperatorem, cum illis convenerant pluries, quemadmodum cum imperatore, utrum ad pacem inter eos et ambasiatores pape, vel ad examinacionem compactatorum intendendum esset, tam longius collacionibus invicem factis ut aliquando tertia noctis hora ad hospicia sua redirent. Die primo post multa, deputatis affirmantibus, quamvis primo venissent galee pape, nec habuissent noticiam de galeis concilii accessuris usque tunc, imperatorem cum eis nulla pacta aut promissiones fecisse. Atque die altero patriarcha exortante eos, ut imperator fecerat, ad pacem et allegante discordiam patrum in concilio, notando in hoc parcialem conclusionem de eleccione Florencie et Utini ab aliis decretum concilii appellatum, velut fuissent roborata sigillo et manu cardinalis sancti Petri ad vincula, Visensis episcopus qui virum gestaque noverat eius, contestabatur illud verum non esse, adhuc eciam nec subscriptam manu notariorum concilii, qui erant septem; et si eidem ostenderetur, eo ipso volebat perdere ecclesiam, quam tenebat; nec minus constanter ipse et Lausanensis episcopi affirmabant, isto se ad carceres obligante, de concordia post illam parcialem conclusionem inter partes facta super bullacione litterarum concilii, quomodo ex unanimi consensu omnium patrum concessa eisdem potestate, decreta eleccionis locorum Basilee, Avinionis et Sabaudie plumbata fuissent per cardinalem sancti Petri ad vincula, archiepiscopum Panormitanum et Burgensem episcopum ... Die quarta vero parte relacionis eorum succinte precurret sermo ... Id igitur solum commemoratur, quod prima die Novembris circuitu facto per portum Constantinopolitanum et ante galeas Venetorum, que pape dicebantur, oratores concilii et capitaneus in galeis prout accesserant, recedentes a portu Perensi applicuerunt ad portum de Syo octava mensis eiusdem, et abinde xxii exeuntes in navi quadam Januensi, applicuerunt xv. Decembris ad portum de Monacho, dieta una Nicie propinquum, Basileam autem, visitato duce Sabaudie, xix Januarii ...»: JOHANNES DE SEGOBIA, *op. cit.*, lib. XIII, cap. IX-XV, *ed. cit.*, pp. 34-49. Quanto às atitudes do bispo do Porto e outros embaixadores junto do imperador dos Gregos, lembro que no concílio de Basileia, a 19 de Fevereiro, «super supplicacione promotorum et procuratoris fiscalis petentium committi aliquibus in pauco numero, qui se informent de impedimentis datis per dominos Dignensem et Portugalensem episcopos et Nicolaum de Cusa in facto Grecorum et referent in generali congregacione, etc., placuit quod committatur reverendo patri domino episcopo Vicensi, qui cum deputatis aliarum sacrarum deputacionum se informet, procedat et referat...». Cf. GUSTAV BECKMANN, *Concilium Basiliense, Die Concordate des Zwölferausschusses 1437. Die Concilsprotokolle Jakob Hüglins 1438-1439*, Basel, 1926, p. 161.

Eugénio IV (495). *O Dr. Vasco Fernandes de Lucena permaneceu no concílio de Basileia até Abril de 1438* (496) *e foi nomeado professor de direito civil na universidade de Bolonha para o ano de 1438* (497), *mas já a 7 de Agosto de 1439 chegavam ao concílio de Basileia* litere domini Valasci ex regno Portugalie (498). *O bispo de Viseu continuava ao serviço do concílio. Certamente por sua influência uns e por influência do Infante D. Pedro outros, eram incoporados no mesmo alguns portugueses, contra as disposições do papa Eugénio IV, que por bula de 30 de Dezembro de 1437 transferiu definitivamente o concílio de Basileia para Ferrara* (499), *aliás conforme à decisão da bula anterior de 18 de Setembro de 1437, embora condicionada às atitudes futuras dos conciliares de Basileia, recordando, com tristeza, a já referida admoestação injuriosa de Julho contra o papa e cardeais* (500), *levada pelos embaixadores conciliaristas ao imperador Paleólogo* (501). *Na bula de Setembro, o papa fulminava a excomunhão e pena de privação de dignidades e benefícios contra os que ousassem participar no concílio de Basileia* (502). *Na de Dezembro, além da dita admoestação, refere-se a outro atrevimento não menos grave de, no mês de Outubro, terem acusado o papa de contumácia, conforme já referido* (503). *Pela bula* Exposcit debitum pastoralis officii *de*

---

(495) «Mense quoque Maii dux Bavarie Stephanus, velud mandatum pape impleturus, litteras diffidatorias civitati [Basiliensi] mandavit, qui accepta responsione, destitit. Sed nec magna preparamenta civitas fecit, velut se ab eo defensura, sciens multa impedimenta obstare hostili eius accessui; in cuius dominiis inter Wormatiam et Spiram captivitati fuere Visensis episcopus et Ludovicus de Urbe prothonotarius, sed agente comite palatino Romani imperii electore, sub cuius erant salvo conducto, continuo paucis elapsis diebus relaxati fuere, cum omnibus bonis suis, parvis quibusdam exceptis. In eiusmodi autem captivacionibus diebus hiis visa est accepcio personarum aliarum, utique non sic Germanice nacionis detentis personis. Cum vero ad Germaniam papa miserit litteras, ut persecucio fieret contra patres, non utique sic fieri mandavit in nacione Francie, que iam pro sancta Basiliensi synodo et contra suam Ferrariensem congregacionem, se declaraverat, sed sub eadem, datum notificans accessum Grecorum, hortabatur metropolitanos ad communem leticiam suffraganeis et populo sibi commisso illa referre...»: JOHANNES DE SEGOBIA, *op. cit.*, lib. XIII, cap. XVII, *ed. cit.*, p. 55.

(496) Aparece nas actas do concílio de Basileia como *in sacra deputacione pro communibus presidente in eadem domino Valasco ambassiatore serenissimi domini regis Portugalie*, presidindo ou estando presente em certas reuniões do concílio, a 4, 5, 6, 11, 13, 15, 17, 19, 20, 22, 24, 26, 28, 29 e 31 de Março e a 5 de Abril de 1438. Cf. GUSTAV BECKMANN, *Concilium Basilense*, pp. 169, 172, 177, 182, 184, 186, 188, 191, 193, 194, 197, 198, 203, 204, 211, 212.

(497) «Ad lecturam Digesti novi de sero ordinariam: D. Valaschus, orator regis Portugalie»: U. DALLARI, *I Rotuli dei lettori dello Studio Bolognese*, IV, Bologna, 1924, p. 66.

(498) Cf. GUSTAV BECKMANN, *Concilium Basiliense*, p. 571.

(499) Bula *Pridem ex iustis*, publicada por GEORGIUS HOFMANN, *Epistolae pontificiae ad Concilium Florentinum spectantes (Concilium Florentinum* I), Roma, 1940, n. 108, pp. 111-112.

(500) Bula *Doctoris gentium.* Publicada por GEORGIUS HOFMANN, *Epistolae pontificiae ad Concilium Florentium spectantes (Concilium Florentinum*, I), n. 88, pp. 91-99.

(501) Cf. nota 484.

(502) «Insuper auctoritate, potestate, consilio et assensu predictis, sub excommunicationis, privationis dignitatum, beneficiorum et officiorum ac inhabilitationis penis, quas contrafacientes incurrere volumus ipso facto, adversus quas penas restitui et rehabilitari preterquam a nobis non possint, sed nec ab excommunicatione absolvi nisi in articulo mortis constituti, districtius prohibemus, ne in prefata Basiliensi civitate, aut alibi quam in civitate Ferrariensi supradicta, deinceps ut premittitur, concilium aut aliquis conciliaris actus teneatur, seu aliquod officium ad ea subordinatum de cetero exerceatur, neque etiam aliquis in dicta civitate Basiliensi remanere, preterquam ad articulum Bohemorum, ut dictum est, et ad alium locum quam Ferrarie sub nomine aut pretextu concilii accedere audeat»: *loc. cit.*, p. 98.

(503) «... civitatem Ferrariensem pro celebrando concilio etiam ycumenico ex tunc assumpsimus, nominavimus et etiam deputavimus, ad eamque civitatem Basiliense concilium, ad omnes et singulos effectus, pro quibus Basilee fuerat congregatum, et ex tunc transtulimus et translatum esse voluimus et declaravimus, si et in quantum in dicto Basiliensi concilio existentes perseverarent in suo obstinato proposito, vigore cuiusdam pretensi monitorii seu citatorii procedendo, aut aliam novitatem contra nos et venerabiles fratres nostros

15 de Fevereiro de 1438, precisamente porque os conciliares, entre os quais figurava o bispo de Viseu, desprezavam a determinação pontifícia sobre a transferência do concílio para Ferrara, ousando até exigir do papa a revogação de quanto determinara, sob pena de suspensão e declará-lo privado de todo o poder espiritual e temporal de papa, Eugénio IV excomungava e privava de todas as dignidades e benefícios os que tivessem intentado tal presunção e, sob pena de incorrerem nas mesmas censuras e castigos, intimava a todos os cardeais, bispos, abades e demais pessoas, de qualquer condição e estado, abandonassem o concílio de Basileia, dentro de trinta dias ([504]).

Na mesma data de 15 de Fevereiro de 1438, comunicava ao arcebispo de Braga a chegada a Veneza dos Gregos no dia 8 de Fevereiro, para ele dar a notícia aos sufragâneos e ao povo, com a obrigação para o arcebispo e sufragâneos de empreenderem viagem, quanto antes, para Ferrara, onde se realizaria o concílio com os Gregos. Esclarecimentos e informações oportunas ser-lhe-iam ministradas pelo núncio que lhe enviava, o nobre Barnabé Orsini, doutor em leis:

> «*Eugenius, episcopus, servus servorum Dei. Venerabili fratri .. archiepiscopo Bracarensi. Salutem et apostolicam benedictionem. Benedicimus et laudamus Deum, qui carissimi in Christo filii nostri Johannis Paleologi, Romeorum imperatoris illustris, et venerabilis fratris nostri Joseph, patriarche Constantinopolitani, ac Grecorum prelatorum corda inspiravit et sancta eis subministravit consilia, cum octava die presentis mensis Venetias applicuerint et ad civitatem Ferrariensem pro icomenico concilio ibidem celebrando propere venturi sint. Quod inter ceteros prelatos fraternitati tue significandum esse duximus ut una nobiscum in Domino gratuleris et vero gaudio implearis, nam ob huiusmodi Grecorum adventum iacta sunt fundamenta pacis et unionis in fide christiana et Dei Ecclesia,*

---

sancte Romane Ecclesie cardinales prefatos vel presidentes, aut oratores nostros qui in dicto concilio fuerunt, faciendo vel a die dicti citatorii factum continuando vel servando, prout in nostris litteris superinde confectis plenius continetur... quin potius turbationem super turbationem apponere satagentes, accusationem contumacie contra nos admittere presumpserunt, nosque contumaces fore decernentes, postea, quarto idus octobris per quoddam assertum decretum contra nos et venerabiles fratres nostros multa gravia et scissure in ecclesia Dei iam proxima cumularunt, aliaque plurima ab omni caritate et pace penitus aliena servare ausi sunt, parati etiam, quantum in eis est, licet sub quodam reformationis fuco, omne suum opus, ad irreparabilis deformationis, ut iam aperte cognoscitur, extrema perducere, nisi miserante Deo, oportuno et celeri remedio obvietur»: *loc. cit.*, n. 108, p. 111.

([504]) «...Illi vero neque id considerantes et nescientes in semitis pacis et iusticie dirigere gressus suos, iamque cerciores effecti Grecos nullatenus ad eos accedere velle ac littoribus Italie appropinquare, in sua cordis duricia perseverantes, cum dictam Grecorum unionem, pro qua nobiscum totis viribus, ingenio et industria laborare ac nobis assistere debuissent, aliter impedire et disturbare nequirent, peiora peioribus addicientes, ad tantum temeritatis et audacie sunt progressi, ut nos a papali administracione suspensos esse, plurimis regum et principum oratoribus, qui Basilee erant, tam nephandum scelus execrantibus et in contrarium protestantibus, ausu sacrilego declarare et ad alia plura, licet nulliter, et de facto procedere presumpserint... Quapropter matura deliberacione cum hac sancta synodo prehabita, omnes et singulos Basilee, sub pretensi concilii nomine, quod verius conventiculum dici debet, contra translacionem et declaracionem predictas convenientes, ac tam scandalosa et nepharia presumentes, eciamsi cardinalatu, patriarchali, archiepiscopali, episcopali, abbaciali aut alia quavis dignitate ecclesiastica vel seculari prefulgeant, penas excommunicacionis, privacionis dignitatum, beneficiorum et officiorum inhabilitacionis ad futura, in dictis nostris litteris translacionis contentas, hoc sacro approbante concilio, incidisse decernimus et declaramus ... mandantes preterea, ipso eciam approbante concilio, sub dictis penis et censuris, et in virtute prestiti iuramenti, quo sancte sedi apostolice tenentur astricti, omnibus et singulis cardinalibus, patriarchis, archiepiscopis, episcopis, electis et abbatibus et ceteris cuiuscumque condicionis, status et gradus existant, in dicta civitate Basiliensi sub prefato pretextu concilii convenientibus, quatinus infra triginta dies a die dati huius decreti debeant realiter et cum effectu ab ipsa civitate recessisse...»: GEORGIUS HOFMANN, *Epistolae pontificiae ad Concilium Florentinum spectantes*, pars II, Roma, 1944, n. 121, pp. 7-10.

quam divina suffragante clementia, nostris etiam temporibus cum grege Dominico nobis desuper credito assecuturos esse speramus. Hunc siquidem Grecorum adventum tuis suffraganeis et populo tibi comisso ad communem ipsorum letitiam denunties et ut hoc sanctum opus orationibus ad Deum emissis et processionum solemnitatibus et aliis piis operibus adiuvent, inducere studeas, verum quia tue devotionis et fidei ardor et zelus erga incrementum christiane religionis et sedis apostolice nobis notus est, ut huius communis et salutaris boni adiutor et particeps sis, eamdem tuam fraternitatem ex corde requirimus et hortamur in Domino, tibi etiam in virtute sancte obedientie et prestiti iuramenti precipimus et mandamus ut confestim iter assumas et ad hoc icomenicum concilium et hanc Dei causam, que ceteris rebus preponenda est, accedas et insuper dictis tuis suffraganeis exemptis et non exemptis, qui de iure seu antiqua consuetudine ad generalia concilia venire tenentur, nostro et tuo nomine, sub eadem prestiti iuramenti obedientia, precipias atque mandes ut quantocius se ad iter ponant et ad dictum icomenicum concilium accedant, ut in eo, Spiritus Sancti gratia adiuvante, per tuam assistentiam et sapientiam et aliorum prelatorum, ea tractentur et agantur que ad ipsius Dei laudem cedant, fidei christiane unionem et incrementum, Ecclesie reformationem, pacem christianorum et exaltationem Ecclesie sue sancte, super quibus, ut viva voce etiam plenius informeris, mittimus ad fraternitatem tuam dilectum filium nobilem virum Barnabeum de Ursinis, legum doctorem, nuntium et oratorem nostrum, huiusmodi veritatis et nostre mentis plenam notitiam habentem, cui in hiis que super premissis nostro nomine tibi explicabit, fidem indubiam adhibere velis. Datum Ferrarie. Anno Incarnationis Dominice millesimo quadringentesimo tricesimo septimo, quintodecimo Kalendas Martii, pontificatus nostri anno septimo. A. Policianus» ([504a]).

Noutra carta de 9 de Abril de 1438, Eugénio IV comunicava ter ele, com o consentimento do patriarca e do imperador dos Gregos, bem como dos outros orientais, dos arcebispos, bispos, prelados, mestres e doutores latinos, dado um decreto que lhe enviava sobre a união da Igreja, e urgia o mandato feito na carta anterior sobre a obrigação de partirem ele e outros da sua província eclesiástica para o concílio de Ferrara:

«*Eugenius, episcopus, servus servorum Dei. Venerabili fratri .. archiepiscopo Bracharensi. Salutem et apostolicam benedictionem. Pridem scripsimus tue fraternitati qualiter carissimus in Christo filius noster Johannes Paleologus, imperator Romeorum illustris, et venerabilis frater Joseph, patriarcha Constantinopolitanus, ad civitatem Ferrariensem causa ycumenici et universalis concilii profecturi erant. Ex qua re certi sumus te magnam, sicut convenit, suscepisse letitiam, cum ex tali adventu de ipsorum cum sancta Romana Ecclesia unione plurimum sperari debeat. Nunc autem ad continuandam augendamque letitiam, tibi significamus ipsos imperatorem et patriarcham cum aliorum patriarcharum loca tenentibus magnaque cum archiepiscoporum et ecclesiasticorum nobiliumque personarum multitudine ad hanc civitatem Ferrariensem proximis applicuisse diebus, ad ipsam unionem, uti ex multis signis coniecturari potest, optime dispositos. Quos quidem cum magna caritate et iocunditate, sicut decebat, suscepimus. Hodierna autem die solemni prius et devota processione peracta cantataque missa Spiritus Sancti, in ecclesia cathedrali, celebrata extitit solemnis sessio, in qua, consentientibus ipsis imperatore et patriarcha ceterisque orientalibus et copiosa Latinorum archiepiscoporum, episcoporum et prelatorum magistrorumque et doctorum multitudine, promulgavimus decretum, cuius copiam fra-*

([504a]) ADB, *Bulas*, caixa 1, original.

ternitati tue mittimus introclusam. Exultet itaque nobiscum tua fraternitas et cum imnis et canticis gratias Deo nostro nobiscum referat, suam maiestatem devote exorans ut diebus nostris tam sanctam et optatam unionem, prout speramus, videre possimus, a qua pacem, exaltationem, gloriam et maxima incrementa suscipiet populus christianus. Ut autem tanti boni adiutor et particeps fias, tibi in virtute prestiti iuramenti iterum precipimus et mandamus ut quantocius venias ad hoc ycumenicum concilium et similiter hoc tuis suffraganeis denunties et eos horteris et requiras necnon etiam alios in tua provincia existentes, qui ad concilia venire tenentur, ut ipsi huc se propere conferant, operam suam glorioso huic negotio impensuri. Datum Ferrarie. Anno Incarnationis Dominice millesimo quadringentesimo tricesimo octavo. Quinto Idus Aprilis, pontificatus nostri anno octavo. Ja. de Calvis» (504b).

Suponho que o decreto, a que se refere o papa, diz respeito não só à transferência do concílio para Ferrara, como à oposição dos conciliares de Basileia a esta transferência e ao próprio papa, repreendido e asperamente criticado em carta de 12 de Fevereiro de 1438, dirigida pelo concílio de Basileia ao arcebispo de Braga D. Fernando e ao cabido, incitando-os a não tomarem parte no concílio de Ferrara e pedindo enviem mestres, doutores e pessoas literatas ao concílio de Basileia. Eram dois os decretos conciliares que o metropolita devia publicar, urgindo sua observância. Insurgem-se os concliares contra Eugénio IV, que acusam de impedir a reforma da Igreja, não seguindo as determinações dos concílios de Constança, de Sena e de Basileia. O escândalo do proceder do papa aumentara com a convocação do concílio de Ferrara, apesar de ter aprovado o de Basileia, para eles único concílio, representante da Igreja universal, enquanto o de Ferrara seria conventículo de cismáticos, conforme declarara o concílio de Basileia. Acusam-no de ter combinado com os Gregos, aos quais enviara embaixadores e navios, lugar para a reunião do concílio, contra a autoridade do de Basileia, ao qual devia obedecer, quando o próprio concílio, competente para nomear tal lugar e porto, onde os Gregos deviam desembarcar, preparava os navios necessários para os trazer. Eugénio IV era fautor de cisma na Igreja. Por isso o concílio de Basileia, tendo usado de mansidão para com ele, julgou conveniente suspendê-lo da administração papal. Esse decreto e outras determinações conciliares mandavam-nos ao arcebispo, para este os fazer executar e impedir qualquer obediência a Eugénio IV:

«Sacrosancta generalis synodus Basiliensis, in Spiritu Sancto legitime congregata, universalem Ecclesiam representans. Venerabili Fernando, archiepiscopo Bracarensi. Salutem et omnipotentis Dei benedictionem. Desideramus universos christianos, sed precipue viros literatos, qui super plebem Dominicam tanquam sidera relucere debent, earum rerum habere notitiam certiorem, que pro ipsius Ecclesie sanandis langoribus et publica salute cleri ac populi christiani in hac sancta synodo peraguntur. Publicata sunt quidem duo decreta saluberrima super ordinata et iusta collatione beneficiorum, deinceps exercenda absque ulteriori concessione gratiarum expectativarum, ex quibus animarum pericula et alia discrimina multa provenire solita sunt atque etiam super causis coram suis iudicibus tractandis, per que decreta saluti animarum, paci et tranquilitati cunctorum, Deo aspirante, et inordinationes plurime, que per abusus varios hactenus viguerunt, sicuti plenius intelliges ex inspectione decretorum ipsorum, quorum tenorem tue caritati transmittimus. Ceterum hec sancta synodus prospicit cum dolore quanta adversus salutem universe Ecclesie dominus Eugenius papa iiii iugiter agere perseverat, qui iam pluribus annis reformationem ipsius Ecclesie, quam totus orbis diu desideravit et pro qua obtinenda iam tria generalia concilia Constantiense, Senense et hoc presens Basiliense congregata fuerunt, variis modis resistere

(504b) ADB, *Bulas*, caixa 1, original.

compertus est, abusus et deformitates confovendo, in preiudicium animarum et totius status ecclesiastici, atque insuper dissolutionem huius concilii bina vice attemptare conatus est, in grave scandalum totius populi christiani, ut voluntatem suam liberius implere valeret, quam voluntati Dei et eius ordinationi submittere debuerat, sed et insuper graviora gravioribus addens, aliud concilium pretensum in Ferraria erigere conatur, durante presenti concilio Basiliensi, cui universi principes christianitatis adheserunt et incorporati sunt et quod ipsemet dominus Eugenius approbavit, introducens eo modo scismam perniciosissimum et quantum in se est duo concilia, universalem Ecclesiam representantia, introducens, cum una sit sancta Ecclesia catholica nec esse possit nisi unum universale concilium, sicuti iam ante quadriennium etiam ante ipsius domini Eugenii adhesionem, hec sancta synodus solemni decreto declaravit expresse, decernens si quod aliud concilium, durante isto, erigi contingeret, non illud fore concilium, sed scismaticorum conventiculum, indicit idem dominus Eugenius hoc pacto scissuram inter christianos gravissimam, ut quidam alii pretenso concilio, alii huic sancte synodo adhereant, unde plurima preiudicia fidei orthodoxe et religioni christiane sequi possent, nisi provideretur in adversum, et preterita estate huius divisionis et scissure iam ipse posuit initia, dum postquam galeas et alia necessaria pro conductione Grecorum paraveramus et miseramus, ipse alias galeas in Greciam misit, divisionem Ecclesie latine in oculis Grecorum ipsorum aperiens, in magnum impedimentum unionis prosequende, cui tantis laboribus et sumptibus hec sancta synodus hucusque incumbuit, ad quem etiam pertinet nominatio loci pro concilio cum Grecis celebrando atque portus ad quem venire debuerunt ex conventione cum ipsis habita, decreto desuper per nos cum eis solemniter edito, per ipsum dominum Eugenium expresse approbato. Nec adeo graviter christianitatem universam turbare formidat prefatus dominus Eugenius et obedientiam huic sacro concilio debitam subterfugiens, alterum concilium in eo loco Ytalie, qui sibi magis placuerit, erigere atque hoc modo informationem evitare, correctionem effugere et libitum sue voluntatis in omnibus adimplere possit. Que ulterius dissimulare non valens, hec sancta synodus neque diferre quominus publice saluti Ecclesie et christianorum, pro quo congregata extitit in nomine Christi provisionem apponat salutarem ipsumque dominum Eugenium inducere laboret ad id agendum quod pro salute et ceterorum tenetur efficere et quamquam adversus eum rigidius procedere licuisset, attentis pluribus dilationibus, que sibi sub spe emendationis et correctionis indulte sunt, et illis consideratis que interim ipse peregit, tamen eadem sancta synodus pro sua mansuetudine tantum ad suspensionem eius ab administratione papali, quam etiam post lapsum termini sibi assignati incurrerat, ad presens procedere duxit, ne per potentiam administrationis ipsius graviora semper scandala inducere possit et ut per eum ad semitam salutiferam deducatur et universali Ecclesie bono Dei non tantum pro hoc tempore sed et pro diebus futuris consulatur. Mittimus autem cum presentibus tue caritati formam decreti una cum aliis super ipsa suspensione editi, ubi seriem rerum gestarum et iustitiam huius sancte synodi atque gravamen contumacie ipsius domini Eugenii lucidius poteritis intueri. Adiuvet itaque tua caritas devotissima in suis necessitatibus Ecclesiam sanctam Dei et, sicut publica utilitas exposcit, diligentem ac fidelem operam impendere cures ut decreta salubria pro salute cunctorum in hac sancta synodo edita in debitam executionem deducantur, ne prefato Eugenio, durante hac suspensione, aliqua prestetur obedientia, ut sic impellatur ad reddendum salutiferam et tranquilitatem universo clero et populo christiano. Supradicta quoque decreta et iustitia huius sancte synodi omnibus, de quibus expedierit et tibi visum fuerit, communicare, intimare et publicare studiose cures ut in publicam cunctorum deducantur notitiam atque insuper aliquos doctores, magistros et viros litteratos tue universitatis ad hoc sacrum concilium dirigere non obmittas et matrem omnium universalem

Ecclesiam hic legitime congregatam filialibus obsequiis et auxiliis in hoc tempore necessitatis favere non designatur, sed ei paratissime succurratur nec aliquos tue universitatis ad prefatum Ferrariensem conventiculum quovis modo accedere permittas, ne ipsius Ecclesie auctoritas et fidei catholice integritas ex erectione dicti Ferrariensis conventiculi confusionem aliquam diebus nostris patiatur, sed post agitationes et temptationes varias in optimum statum resurgere valeat et universa christiana religio ad gloriam Altissimi creatoris cunctorum, qui tuam caritatem in omnibus dirigere et feliciter conservare dignetur. Datum Basilee, xviii Kalendas Martii, anno a nativitate Domini millesimo quadringentesimo tricesimo octavo. N. de Bovis» (504c).

A 9 de Abril de 1438, ao anunciar a chegada do imperador e do patriarca de Constantinópola, no dia 8 de Fevereiro, a Veneza e a declaração e disposição dos mesmos, feita aos conciliares de Basileia, de não irem lá, bem como a exortação de se dirigirem ao concílio ecuménico de Ferrara, Eugénio IV determinava, com o consentimento dos ditos imperador e patriarca e bem assim de todos os participantes, a cidade de Ferrara como sede do concílio universal e ecuménico (505). *A admoestação contra o papa de Julho, levada pelos embaixadores conciliaristas a Constantinópola, princípio de todas as outras atropelias cometidas contra a autoridade do Pontífice, pesou tanto no ânimo de Eugénio IV que este ainda a lembrava com mágoa ao duque de Sabóia, a 10 de Abril, na resposta dada aos embaixadores do duque sobre a paz e concórdia com os conciliares de Basileia* (506).

Na primeira metade do ano 1438, o bispo de Viseu apresenta-se-nos, segundo parece, mais interessado em obter concessões para el-rei D. Duarte, talvez solicitadas antes, quando ele empreendia viagem ou tratava de levar os Gregos a Basileia. Seria esse um meio, porventura, de procurar atrair as simpatias do rei, desgostado com a atitude do bispo contra o papa. Ao comunicar, em carta de 17 de Julho de 1437, a expedição de Tânger, el-rei D. Duarte pedia a D. Luís do Amaral fizesse propaganda de tal feito, notificando-o «no conçelho jeeral aos que virdes que compre, pedindolhes que ajam estes fectos por encomendados em suas oraçõoes» (507). *E entre Março e Maio de 1438, é ele quem se interessa por que o concílio renove concessão de Inocêncio IV ao rei de Portugal contra os Sarracenos, em estreitas relações com a conquista de Granada, o que originou os protestos dos castelhanos, então no concílio* (508). *A súplica a favor de seu irmão João Nunes,*

(504c) ADB, *Bulas*, caixa 1, original, com selo de chumbo.

(505) Bula *Magnas omnipotenti Deo*, publicada por GEORGIUS HOFMANN, *Epistolae pontificiae ...*, pars II, n. 135, pp. 21-23.

(506) Documento em GEORGIUS HOFMANN, *Epistolae pontificiae...*, pars II, n. 137, pp. 24-32.

(507) Carta publicada em *Monumenta Henricina*, VI, n. 44, pp. 44, pp. 82-84.

(508) No dia 5 de Março de 1438, «super supplicacione serenissimi domini Eduardi regis Portugalie, etc., petentis sibi per hoc concilium concedi similes gracias de verbo ad verbum, quemadmodum dudum clare memorie Alfonso regi Portugalie per dominum Innocentium papam IV, concesse fuerunt, etc., placuit et admissa fuit ipsa supplicacio in forma»: GUSTAV BECKMANN, *Concilium Basiliense ...*, pp. 172-173. Que a súplica foi então apresentada pelo bispo de Viseu, consta da seguinte anotação do notário do concílio, a 6 de Março de 1438: «In sacra deputacione pro communibus, presidente in eadem domino Valasco serenissimi domini regis Portugalie ambasiatore. Super supplicacione dominorum oratorum serenissimi domini regis Yspanie petencium *copiam supplicacionis in dicta deputacione per dominum Visensem nomine serenissimi domini regis Portugalie sibi decerni* et deliberacionem, si qua facta sit, suspendi, quousque dicti domini oratores domini regis Yspanie audiantur, placuit et decreta fuit copia et quod ipsi dicti oratores domini regis Yspanie audiantur et interim deliberacio huiusmodi suspendatur»: GUSTAV BECKMANN, *Concilium Basiliense...*, p. 177. O estudo do assunto foi confiado ao bispo de Lausana no dia 10 de Março: «Lune X mensis marcii anno M.oCCCC.o xxxviii.o. In sacra deputacione pro communibus, presidente in eadem loco domini Valasci domino bacallario domini Burgensis. Super supplicacione verbali dominorum oratorum serenissimi domini regis Yspanie petencium sibi aliquem notabilem prelatum aut alium virum deputari, qui eos super supplicacione domini regis Portugalie pridie porrecta audiat, etc., placuit quod committatur reverendo domino epis-

de 23 de Julho de 1438 ([509]), *quanto a litígio sobre o canonicato e prebenda do Porto e igreja de S. Cristóvão de Cabanões, com alusão a outra anterior à partida para a Grécia* ([510]), *com Afonso Fernandes e Vasco Gonçalves, deve interpretar-se no mesmo sentido de tantas outras, feitas por*

---

copo Lausanensi, qui cum deputatis aliarum deputacionum partes audiat et si possibile fuerit, concordet, sin autem referat»: GUSTAV BECKMANN, *Concilium Basiliense...*, p. 181. Sobre o assunto outra intervenção do bispo de Viseu, a 14 de Maio de 1438: «Reverendus pater dominus episcopus Visensis supplicavit nomine domini regis Portugalie, ne deputacio velit persistere in deliberacione, que est sancta et justa, dudum facta super supplicacione domini Burgensis nomine serenissimi domini regis Castelle. Idem peciit bacallarius Burgensis nomine dominorum Conchensis et Burgensis, etc., et quod nichil fiat nisi dominis suis auditis»: GUSTAV BECKMANN, *Concilium Basiliense...*, p. 231. Afinal de contas, foi resolvido, a 17 de Maio de 1438, que o concílio escrevesse ao rei de Portugal e ao rei de Castela sobre o assunto, sem tomar qualquer decisão quanto a direitos à conquista de terras de Sarracenos: «Super supplicacione serenissimi domini regis Castelle facta per reverendum patrem dominum episcopum Burgensem nomine ipsius tangente supplicacionem serenissimi domini regis Portugalie contra Sarracenos placuit, quod dominus abbas de Zambecariis et Johannes Leonis concipiant honestam formam literarum per sacrum concilium prefatis dominis regibus dirigendarum et, antequam huiusmodi littere expediantur, legantur in sacris deputacionibus et quod suspendatur deliberacio alias in huiusmodi negocio per hanc sacram deputacionem, etc., placuit in forma»: GUSTAV BECKMANN, *Concilium Basiliense...*, p. 233-234. A propósito das intervenções do bispo de Viseu neste sentido, as palavras de João de Segóvia: «Mense denique isto Aprili et futuro tam in deputacionibus quam generali congregacione operosius diligencia facta est ut sancta synodus iuxta bullas quorumdam antiquorum summorum pontificum concederet regi Portugalie requestam contra regnum Granate, locis vero per eum capiendis, reddendis regi Castelle, refusis expensis. Erat autem bene patribus visus qui prosequebatur. Visensis episcopus fuerat enim orator in Greciam et voto opereque toto zelatorem se concilii ostendebat. Sed et progressum huiusmodi instancia non habuit, ambasiatoribus regis Castelle obsistentibus, et explicantibus concessionem illam redundare ad iniuriam domini sui, irreparabileque dampnum regnorum suorum. Nam sive per terram, sive per aquam, nisi per dominia sua ad illarum conquestam regi Portugalie aditus non patebat cumque a regno Castelle omnia alia regna Hyspanie processissent, quare ad eum solum requesta pertineret, alia concedi non posse, nisi facta monicione, velut fuisset negligens. Sed negligencia longius regi Castelle aberat, cum a xl annis multis victoriis habitis, quamplura castra fortissima et opida aliaque loca per eum capta fuissent, et paucis elapsis annis obtinuisset victoriam in bello campali, personaliter constitutus aput Granatam, principalem civitatem regni illius. Si vero sancta synodus in partibus informationem desuper hiis habere vellet, offerebant se daturos pro media parte expensis mittendis; vel si placeret in loco concilii de hoc informari, quod darentur deputati. Quod enim redderentur loca capienda, si expense refunderentur, racio hec magni non esset ponderis, quoniam excederet expensa valorem capti loci centupla sepe et aliquando millesima proporcione»: JOHANNES DE SEGOBIA, *op. cit.*, lib. XIII, cap. XXXII, *ed. cit.*, p. 106. As súplicas feitas em nome do rei de Portugal e do rei de Castela foram publicadas em *Monumenta Henricina*, VI, n. 79-80, pp. 234-236. Outras notícias e bem assim a carta enviada sobre o assunto ao rei de Portugal da parte do concílio foram igualmente publicadas em *Monumenta Henricina*, VI, nn. 81-83, pp. 237-242. Em nota, foi publicada anotação à margem, da qual se infere também que o bispo de Viseu era quem diligenciava obter do concílio a concessão pedida pelo monarca português: «Post hanc responsionem datam, episcopus Visensis non est prosecutus causam hanc coram deputatis, set reddiit ad deputaciones, credens ibi habere maiorem favorem, propter differencias que in concilio sunt super istis processibus qui contra dominum nostrum papam fiunt, et fuit materia disputata late in qualibet deputacione, et post disputaciones fuit deliberatum quod scriberentur littere missive, ut hic dicitur, et suspense sunt alie deliberaciones»: *Monumenta Henricina*, VI, n. 82, p. 238, nota 1.

([509]) Em carta de 15 de Dezembro de 1437, Gonçalo Anes, cubiculário do papa, comunicava, desde Bolonha, ao abade de Florença D. Gomes: «Aqui ssom dous moços do bispo de Visseu, que chegarom sesta feyra a noyte, e eu os nom pude ainda veer... Outrosi me he dicto que veerom em quorenta dias e que hũu delles veem de Tanger e que era em companhiia de Joham Nunez, irmaão do bispo de Visseu»: Bibl. Medica Laurenziana di Firenze, cod. Ashb. 1972, I, fl. 116-116v. Publicada em *Monumenta Henricina*, VI, n. 68, p. 217-218.

([510]) «Super supplicacione Johannis Nunii fratris domini episcopi Visensis, petentis causam inter ipsum et quosdam Alfonsum Ferrandi et Velascum Gondissalvi super canonicatu et prebenda ecclesie Portugalensis necnon quadam parrochiali ecclesia sancti Christophori de Cabanas in eum statum poni, in quo ante recessum ipsius domini episcopi Visensis ad Greciam erat, reponi, etc., placuit et admissa fuit, ut petitur»: GUSTAV BECKMANN, *Concilium Basiliense...*, p. 279.

eclesiásticos, sem especial significado de aversão ao papa (511). *A 5 de Outubro de 1438, o bispo de Viseu foi preso, juntamente com o protonotário Luís de Roma, nos domínios do duque de Baviera, entre Worms e Spira, por influência, segundo se dizia no concílio, do papa Eugénio IV, não acedendo D. Luís, por medo, à designação para tomar parte na embaixada do concílio de Basileia à dieta de Nurimberga, para a qual fora eleito a 14 de Outubro* (512). *Quando se tratava de dar resposta pública sobre a paz na Igreja, em relação com o processo contra o papa Eugénio IV, depois das intervenções do embaixador do rei de Aragão e do rei de Castela, cautelosamente o nosso bispo de Viseu apenas respondeu ter mandato do rei para, no processo contra o papa, se conformar à posição dos embaixadores do rei de Castela: «Visensis vero episcopus, regis Portugalie orator, dixit se ab eo mandatum habere ut circa factum processus pape conformaret se oratoribus regis Castelle»* (513). *Ao que parece, sua atitude contra o papa torna a vir mais claramente ao de cima depois da morte de el-rei D. Duarte, ocorrida a 9 de Setembro de 1438.*

Em Outubro de 1438, portanto depois da morte de D. Duarte, era incorporado no concílio de Basileia, onde ainda estava a 16 de Junho, envolvido no processo contra o papa, e a 6 de Julho de 1439 (514), *o Dr. Lobo Vaz de Serpa* (515), *o qual desde 1437 e por quase todo o ano de 1438*

---

(511) Assim também a já referida súplica do rei de Portugal D. Duarte sobre conquistas aos Sarracenos (nota 508) e outras, por exemplo a do bispo do Porto D. Antão Martins, sobre a qual foi decidido, a 22 de Março de 1437: «Super supplicacione reverendi patris domini Antonii episcopi Portugalensis ambassiatoris regis Portugalie, petentis sibi concedi ut causa vel necessitate emergentibus fructus, etc., dicte ecclesie sue arrendare vel pro habendis peccuniis obligare possit, concordant omnes deputaciones, quod admittatur ipsa supplicacio ad unum annum»: GUSTAV BECKMANN, *Concilium Basiliense...*, p. 36. Assim igualmente a súplica de Mendo Peres, em relação com o bispo de Viseu, feita em Janeiro de 1439. Cf. nota 530.

(512) «Mense isto cum noticia haberetur papam mittere solemnem ambasiatam ad dietam Nurimberge, per regem Romanorum indictam ad festum Galli, prefato Argensi electo, qui cum rege Romanorum in regno Bohemie, ut synodalis orator, continue fuerat, requirenti vel saltem unum mitti excusatorem, nec res ipse, qui et consiliarii sui omnes preter unum pro concilio bene dispositi erant, ad contemptum reputaret, deputati sunt die xiiii. oratores ad prefatam dietam, patriarcha Aquilegiensis, Visensis episcopus, Ludovicus de Urbe prothonotarius, dictus electus Iohannes de Ragusio, Iohannes de Segobia, Thomas de Corcellis et Johannes Pansar, prior Traiectensis canonicorum regularium. Cumque dicti episcopus et prothonotarius quinta huius per gentes ducis Bavarie Steffani captivati fuissent, ut una cum comite de Winsperg, camerario perpetuo imperii, sub cuius custodia iter arripuerunt, ad liberacionem illorum intenderent, commissum hiis oratoribus extitit, qui applicantes Argentinam reperientes eos liberatos a carceribus, sed obligatos pro expensis hospicio liberarunt, exhortacioni, ut Nurembergam accederent, minime acquiescentes. Fuerant enim perterriti, sed alter magis, cuius amore episcopus a carceribus egredi noluit, donec liberaretur et ille»: JOHANNES DE SEGOBIA, *op. cit.*, lib. XIII, cap. XLV, *ed. cit.*, III, p. 163.

(513) «Responsio publica dandam non esse copiam avisamenti deputatorum, nisi primo ostenderetur concilio, adhesioque oratorum aliorum principum requisicioni oratorum Germanie ... Ludovicus prothonotarius mandato, ut dixit, collegarum suorum testabatur de intencione fore regis Aragonum insistere pro pace ecclesie, et confirmare se iudicio regis Romanorum, et quia in hoc imitaretur progenitorem suum, de quo omnibus notum erat, quantum pro unione ecclesie tempore Constanciensis concilii laborasset, et quia in hoc conformaretur aliis regibus et principibus, et quia, ne scisma in ecclesia fiat, impedire pertineret ad reges et principes. Abinde loquebatur Conchensis episcopus, referens quomodo rex Castelle primus omnium fuisset interponens se pro pace ecclesie, prout constabat ex protestacionibus per eum et collegas factis in inchoacione processus pape, pro tunc tamen aliud non diceret, dicturus tamen in futurum, quando sibi opportunum videretur. Visensis vero episcopus, regis Portugalie orator, dixit se ab eo mandatum habere, ut circa factum processus pape conformaret se oratoribus regis Castelle»: JOHANNES DE SEGOBIA, *op. cit.*, lib. XIV, cap. X, *ed. cit.*, III, p. 195.

(514) Cf. GUSTAV BECKMANN, *Concilium Basiliense...*, p. 493, 500, 546.

(515) «Octobris successu, processione una de felici successu regis Romanorum contra Bohemos, et novem celebratis congregacionibus, incorporati fuere concilio ... Lupus Valasci in civili doctores»: JOHANNES DE SEGOBIA, *op. cit.*, lib. XIII, cap. XLV, *ed. cit.*, III, p. 162.

andou por Itália ([516]), *aonde voltou na segunda metade de 1439, já que a 3 e 9 de Outubro de 1439 eram lidas no concílio* litere domini Lupi advocati ex Bononia. *Regressou ao concílio, não muito depois. Há notícias da sua presença aí nas congregações gerais de 12 de Fevereiro, 20*

([516]) No citado livro ainda não publicado sobre *Humanismo e juristas portugueses do século XV durante o concílio de Basileia - Ferrara - Florença*, demonstro como este *Lopo Vaz de Serpa*, ao qual se devem atribuir algumas cartas já publicadas e erroneamente atribuídas ao famoso advogado consistorial e jurista Vasco Rodrigues por Batelli, nada tem a ver com o famoso *Velasco di Portogallo*, morto em Florença e enterrado no mosteiro do Paraíso, cuja biografia traçou Vespasiano da Bisticci. Documentos da chancelaria régia de D. Afonso V apresentam-no-lo aliás nos meados de 1463 em plena actividade em Portugal, ainda muito depois da morte daquele, ocorrida em 1457. Cf. ANTT, *Chancelaria de D. Afonso V*, liv. 1, fl. 1v, 2v, 5v, 9, 10, 11-16v, 18, 19v, 21, 21v, 25-33v, 35v, 97v, 98, 99, 101v, 103v, 104, 105, 107, 112v-114, 119v, 120, 122, 123v, 124v, 126v, 127, 128, 129, 131, 131v; *livro* 9, fl. 5v, 8, 49v, 94v, etc.; *livro* 36, fl. 4, 13v, 22, 39, 45, 54, 55, 57, 98, 99v, 100, 102, 103v, 130v, 137, 137v, 138, 140, 160v, 183, 203v, 210, 218, 234, etc. Cf. BRAAMCAMP FREIRE, *A chanchelaria de D. Afonso V*, em *Arquivo Histórico Português*, II, Lisboa, 1904, pp. 581ss. Da outra correspondência, a ele respeitante, do epistolário do abade Gomes, limito-me a referir cartas dele próprio, datadas de 4 de Dezembro de 1437 e 15 de Janeiro de 1438, e o rascunho do abade, em resposta à primeira. Delas se infere a estadia em Bolonha de Lopo Vaz de Serpa nos fins de 1437 e princípios de 1438, não tendo ido a Florença visitar o abade, naquela data de 15 de Janeiro de 1438, como desejava. Eis a primeira carta: «Reverendissimo in Christo patri et virtuosissimo domino abbati Florencie dignissimo et domino meo singularissimo humiliter presentetur. Reverendissime ac virtuose Pater et singularissime Domine, fui in mense septembris, proxime lapso, apud serenissimum regem Portugalie, qui quam plurimum orationibus vestris se committit et certas literas vestre paternitati per me destinavit. Verumtamen, cum ad presens adeo sim occupatus quod ad paternitatem vestram personaliter accedere non possum, predictas literas per banchum Andree Cambini dominationi vestre presentari institui. Verum, Pater Reverendissime, quia illustrissimus rex vobis super certo negotio civitatis Ulixbone specialiter scribit et mihi per serenissimum regem fuerit mandatum quod a reverendissima dominatione vestra responssum haberem et certas litteras exemptionis capelle sancti Vincentii a vobis reciperem, quas apud vos vel vestros cives predicte civitatis coram illustrissimo rege probant esse et cum responsso predicte litere eidem principi transmitterem, eapropter eamdem reverendissimam paternitatem vestram humiliter exoro quatinus mihi de predicto negotio quod intendatis placeat dare responssum ut domino meo regi serenissimo sine mora scribere possim, ut mandavit. Et si quid possum pro servitio vestre reverendissime paternitatis, mandetis et leto animo faciam. Dominus noster Jhesus Christus caritatem vestram conservet et virtuosum statum vestrum augmentet. Ex Bononia, iiii decembris 1437. Vestre reverendissime paternitatis servitor Luppus Valasci de Serpa, legum doctor»: Bibl. Nazionale Centrale di Firenze, cod. por ordenar, Badia 4, p. 191.

Este o rascunho da resposta do abade: «Tuum redditum mihi satis gratum per tuas primas literas agnovi et cum non esses expectatus, admirationem tecum atulisti, verum quia in rota huius seculi versamur et ipsa secum afferat onde *(sic)* nobis prestet exerceri, si ad id tendimus quod suis necessariis promittere consuevit, equo animo in pace locavi cogitationes nostras. Quod autem serenissimum regem nostrum nostris indignis orationibus suo nomine facies recomissum, magis sue virtuti deputandum est quam meritis nostris, ipsa sua serenitas propria humilitate exaudiri magis meretur quam precibus nostris polutis omnique sorde infectis, sed iam ex hoc non deficiemus pro eo et suis orare onoxii per caritatem beneficiis plurimis. Ceterum quod scribis de exemptione capelle sancti Antonii, illa apud nos umquam fuit talis bula, nec apud quemquam ex nostris monacis, verum quia longum esset tue prudentie disserere rem a cunabulis, oro te ut a Gonsalvo, cubiculario pape, nostro cive, qui huiuscemodi negotium ex commissione civium nostrorum gessit, ibi in curia perquiras, et si me asseruerit in aliquo aut culpabilem aut negligentem, feram sponte non illam quam a me flagitant penam, sed longe graviorem; ego quidem arbitror magis me eis obsecutum fuisse, sed quia communitati obsecutus fui, recipio commune proverbium admodum nostri servire existimor, tamen hoc accipe quod cum urgente a pontifice ad illas partes me transferrem, a dicto Go. cubiculario habui ipsum et inveni expediturum dictam gratiam exemptionis, si pecuniam habuisset, pro qua expedienda suficerent c. ducat. suo relatu firmabat. Hoc idem dixi civibus nostris, quos c. d. ipsi responderunt a multis ante mensibus et fortassis annis solvendos ordinarunt, sed non ferentes moram, ordinaverunt ut solverentur Pascasio priori nostro, qui eos debuit distribuere oportunis officialibus secundum ordinem et modum quem diceret dictus dominus Gonsalvus, huius rei solicitator; hoc ideo factum esse scias, ne frauderetur pecunia, si tota simul reciperetur ab alio, tamen voluntate domini G. debuit expendi et reddi a priore nostro, quod diligenter factum

de Maio, 15 de Julho, 18 de Julho, 23 de Julho e 16 de Setembro de 1440 ([517]), *bem como, na qualidade de deputado* pro deputatione fidei, *a 11 de Março e 15 de Abril do mesmo ano e como* collator *a 6 de Abril e a 7 de Maio* ([518]) *e, finalmente, a 30 de Julho de 1440, no exercício de advogado* ([519]). *Em 1441 andava de novo por Itália, ao que parece, em serviço do antipapa Félix V. Estava de novo no concílio de Basileia em Setembro do mesmo ano, aparecendo aliás na congregação geral de 6 de Outubro e 27 de Outubro como deputado* pro deputatione fidei *e na congregação geral de 1 de Dezembro de 1441* ([520]). *Como se infere da carta de Eneas Sílvio Piccolomini, futuro papa Pio II, de Agosto de 1443, a congratular-se com ele pela notícia recebida em Basileia, havia cerca de um ano, sobre a promoção a* presidem Olisbonensem, *estava já em Portugal nos princípios de 1442* ([521]). *A notícia de que Lobo Vaz de Serpa, advogado consistorial, em 1441 andou por Itália, nomeadamente Florença e Bolonha, e nos fins de Setembro referia ao concílio que, se o papa (Félix V, antipapa) não fosse pessoalmente a Itália, não conseguiria a obediência dos italianos — «... Circa vero finem Septembris Lupus Valasci de Portugalia advocatus consistorialis cum ex Ytalia venisset, moratus aliquandiu Florentie et Bononie, retulit vicecamerarium, qui Mediolani erat, sibi dixisse bonam spem esse concordie habende cum duce. Sed ipse Lupus tantum intellexerat nisi papa personaliter iret, numquam habiturum obedientiam Ytalie nolentis, sicut de imperio, papatum perdere, quod verbum de accessu necessario pape audaci plurimum notificabat assercione»* ([522]) *— e a sua designação como relator no processo contra o papa Eugénio IV* ([523]), *estão*

---

est; superest igitur ut G. reddat rationem et compuntum c. flor.; ego quidem videns non illam non posse habere, ista enim sic facta transire existimo, licet cum ventum fuisset ad existimationem dicte gratie, reperta est existimata multo maiori quantitate, ad quam non attigerent dupplicati c., quare factum est ut alias utiles et necessarias gratias que per ipsa capitula habite fuere, illis c. duc. dicto G. cubiculario expediverit, me in Portugalia manente; nunc vero quod actum sit ipse scire potest, cum non aberit cubicularius a curia, set mihi gratissimum si Deus id permittat quod te de isto negotio alloquar, videbis siquidem ynnocentiam meam ut non animo nec facto ipsos nostros cives defraudaverim; persuadeo quidem mihi omnibus hominibus sincerus ac clarus fore, sed magis ad istos meos cives, quos amare compulit singularis affectio patrie»: Bibl. Nazionale Centrale di Firenze, cod. por ordenar, Badia 4, p. 191.

De carta, datada de 15 de Dezembro de 1437, dirigida pelo cubiculário Gonçalo Anes ao abade D. Gomes, sabe-se que o Dr. Lopo Vaz de Serpa procurou informar-se sobre o assunto, junto do cubiculário, conforme o conselho do abade (Publ. em *Monumenta Henricina*, VI, n. 68, pp. 217-219). Aliás, isso mesmo declara Gonçalo Anes na carta dirigida a D. Gomes, a 15 de Janeiro de 1438: «Reverendo in Christo patri et domino Gometio, abbati Florentie dignissimo et domino meo singularissimo Florentie. JHS. Recepi hiis diebus literas vestras, Reverende Pater et virtuosissime Domine, quibus instructus, prudentem virum illum quem dixistis, videlicet Gondissalvum Johannis, cubicularium, super illo literarum negotio sum alloquutus. Inde ad banchum Andree Cambini accessimus, ubi repertum est in libris predictos centum ducatos domino Placido fuisse solutos pro certa bulla expedienda. Quesito tamen a nobis domino Placido et non reperto, de negotio a domino Arsenio plene fuimus informati, hoc modo, scilicet quod dominus noster papa fecit elemosinam de illis centum florenis abbati monasterii sancti Felicis Bononie et officiales nichil inde habuerunt. Idcirco dominus noster papa fecit poni in litteris: gratis pro Deo. De litteris autem exemptionis nichil huc usque reperii. Hanc credo informationem scribere regi illustrissimo et civibus et si quid aliud vestre dominationi visum fuerit, rescribatis et iussis vestris me subiciam. Altissimus dies et virtutes vestros augmentet et conservet. Amen. Ex Bononia, xv Januarii 1438. Vester Lupus Valasci de Serpa, legum doctor»: Bibl Nazionale Centrale di Firenze, Badia Fiorentina, cod. por ordenar, Badia 4, p. 193.

([517]) Cf. GUSTAV BECKMANN, *Concilium Basiliense* ..., p. 605, 625. HERMANN HERRE, *Concilium Basiliense. Die Protokolle des Concils 1440-1443*, Basel, 1910, pp. 62, 142, 206, 208, 210, 246.

([518]) Cf. HERMANN HERRE, *Concilium Basiliense* ..., p. 85, 102, 95, 115.

([519]) Cf. HERMANN HERRE, *Concilium Basiliense* ..., p. 223.

([520]) Cf. HERMANN HERRE, *Concilium Basiliense* ..., p. 432, 442, 463.

([521]) Bibl. Apost. Vaticana, cod. Chig. J VI, 208, p. 18. Cf. edição de RUDOLF WOLKAN, *Der Briefwechsel des Eneas Silvius Piccolomini*, I, Wien, 1909, p. 176.

([522]) JOHANNES DE SEGOBIA, *op. cit.*, lib. XVIII, cap. IV, *ed. cit.*, III, p. 964.

([523]) Cf. GUSTAV BECKMANN, *Concilium Basiliense* ..., pp. 493, 500, 546ss.

a indicar que ele não se opunha abertamente a tais decisões conciliares. Amigo de Eneas Piccolomini, que foi partidário de Basileia, ao princípio, e, depois de ter participado na eleição do antipapa (524), *se voltou para o papa de Roma, terá sido o Dr. Lobo Vaz de Serpa fautor de Basileia? Parece que sim, embora o facto de o ter abandonado, em 1442, possa significar novo rumo. Não sei, com certeza, se aquela sua presença em Basileia obedecia a orientação precisa ou calculada dos poderes constituídos de Portugal. Se o foi, deve atribuir-se o facto à regência do reino. Mas a posição do bispo de Viseu como conciliarista rebelde é que se vai tornando cada vez mais evidente, após a morte de el-rei D. Duarte, como passamos a ver.*

Devia ter passado já bastante tempo depois da morte do monarca português, ocorrida a 9 de Setembro de 1438, quando o concílio mandou celebrar solenes exéquias por sua alma na catedral de Basileia, a 5 de Fevereiro de 1439 (525), *prévia determinação* in sacra deputatione pro communibus *no dia 3 de Fevereiro de 1439* (526). *Por influência do bispo de Viseu, o curial Mendo Peres, licenciado em direito canónico, a 23 de Maio de 1438, na universidade de Ferrara, depois de ter estudado em Salamanca e Bolonha, precisamente durante o concílio de Ferrara, antes da transferência deste para Florença, a 10 de Janeiro de 1440, passa ao concílio cismático de Basileia, ao qual permanecerá fiel até à abdicação do antipapa. Efectivamente, em súplica de 16 de Abril de 1438, refere estar presente na Cúria, em Ferrara, e dela ter-se ausentado durante cerca de vinte dias, durante o tempo em que ela se fixara em Bolonha, motivo por que pedia a graça de não ser impedido de usufruir os privilégios dos curiais* (527). *Noutra de 9 de Junho de 1438, sobre a pluralidade de benefícios, alude aos anos em que frequentava a Cúria: «Suplicat S. V. devotus orator vester Menendus Petri, subdiaconus Visensis, presens in Curia et qui per duos annos vel circa Curiam secutus est, prout de presenti sequitur, licentiatus in decretis cum rigore examinis...»* (528). *Em súplica de 10 de Dezembro de 1438, dirigia-se de novo ao papa Eugénio IV, a pedir providências quanto a defeitos ou erros ocorridos em súplica de muitos anos antes sobre a dispensa do impedimento de ilegitimidade* (529). *Mas já a 22 de Janeiro de 1439 apresentava idêntico pedido ao concílio de Basileia* (530). *Que Mendo Peres foi incorporado no concílio, nos princípios deste ano de*

---

(524) Cf. GUSTAV BEKMANN, *Concilium Basiliense* ..., pp. 69, 192, 231, 373, 455, 526, 625, 678, 684, 690, 699.

(525) «Jovis V.a februarii de mane celebrate fuerunt ex ordinacione sacri concilii exequie quondam serenissimi domini regis Portugalie noviter defuncti»: GUSTAV BECKMANN, *Concilium Basiliense* ..., p. 319.

(526) «Martis, III februarii M.oCCCCoxxxix.o ... Placuit quod die Jovis proxima celebrentur in ecclesia maiori Basiliensi exequie quondam serenissimi domini regis Portugalie»: GUSTAV BECKMANN, *Concilium Basiliense* ..., p. 316.

(527) «Beatissime Pater, postquam novissime S. V. Curiam Romanam de civitate Bononiensi ad presentem Ferrariensem civitatem transtulit, devotus orator vester Menendus Petri, canonicus Portugalensis, post egressum S. V. a predicta civitate Bononiensi extra Romanam Curiam pro nonnullis suis agendis negotiis per viginti dies vel circa fuit, ad quam quidem Curiam dictus Menendus quam cito potuit, accessit, prout in ea est de presenti...»: *Monumenta Portugaliae Vaticana*, Súplicas de Eugénio IV, n. 908. Eis mais súplicas, a seu respeito, incluindo as já citadas: *Monumenta Portugaliae Vaticana*, Súplicas de Martinho V, n. 1140; *Súplicas de Eugénio IV*, nn. 506, 588, 637, 654, 734, 752, 887, 896, 908, 926, 927, 988; *Súplicas de Nicolau V*, nn. 392, 517, 599, 626, 631, 658, 772, 779; *Súplicas de Calisto III*, nn. 33, 252; *Súplicas de Pio II*, nn. 5, 25, 107, 109. *Súplicas de Sisto IV*, n.º 112 (Janeiro de 1472). No Reg. Suppl. 787, fl. 41v, 65-65v, súplicas do mês de Outubro de 1479, de *Petrus Johannis, presbyter Colimbriensis, decretorum doctor*, sobre o deado de Lamego, o qual vagava *per obitum quondam Menendi Petri.*

(528) ANTÓNIO DOMINGUES DE SOUSA COSTA, OFM, *Monumenta Portugaliae Vaticana*, Súplicas de Eugénio IV, n. 927.

(529) *Monumenta Portugaliae Vaticana*, Súplicas de Eugénio IV, n. 988.

(530) «Super supplicacione Menendi Petri clerici Visensis petentis processum habitum coram officiali domini episcopi Visensis, ecclesia Visensi tunc pastore carente, super dispensacione defectus natalium

1439, infere-se de súplica de 20 de Junho do próprio bispo de Viseu sobre o indulto de Menendus Petri, licentiatus in decretis, quem pro utilitate sacri concilii mittere habet ad regnum Portugalie, *poder usufruir todos os privilégios e prerogativas dos incorporados no concílio durante a ausência* (531). *Aliás João de Segóvia, ao dar a notícia da sua incorporação, esclarece que ele permaneceu fiel ao concílio até ao fim: «Incipiunt acta anni MCCCCXXXIX ... Fluentibus autem Ianuario et Februario ... congregationibus vero quinque primo, et novem altero mensibus celebratis, incorporati extiterunt ... Menendus Petri, permanens usque in finem concilii, Johannes Barbuti, Joannes de Sancto Clemente, in decretis ... licentiati ...»* (532). *Só no pontificado de Nicolau V regressou ao papa de Roma, assim como Álvaro Fernandes, escritor das letras da penitenciaria no concílio de Basileia, secretário do dito bispo de Viseu e incorporado no concílio, a 23 de Junho de 1439* (533). *Naquele dia 20 de Junho de 1439, D. Luís do Amaral pedia dispensa para certo clérigo de nome João, reitor da igreja de S. Lourenço de Santarém, e Martinho Fernandes, reitor da igreja de Santa Maria de Vermiosa, conservarem tais benefícios, contanto que no prazo de um ano recebessem o subdiaconato, alegando terem-no eles acompanhado em várias embaixadas, que fizera em nome do concílio de Basileia* (534). *Mas enquanto* dominus Johannes Valasci, qui per sex annos studuit in studio Salamantino in iure canonico, rector parrochialis ecclesie de Pavolini Visensis diocesis, familiaris reverendi patris domini episcopi Visensis, *era incorporado, a 23 de Julho de 1439, no concílio de Basileia, juntamente com* dominus Johannes Bernheri, presbiter Maguntine diocesis, perpetuus vicarius in ecclesia Basiliensi, eiusdem domini episcopi Visensis familiaris et capellanus (535), *o sobredito Martinho Fernandes, em súplicas*

---

integrum effectum consequi debere, ac si processus huiusmodi fulminati fuissent per dictum dominum episcopum Visensem, etc., placuit et admissa fuit sine preiudicio iuris quesiti»: GUSTAV BECKMANN, *Concilium Basiliense...*, p. 307.

(531) GUSTAV BECKMANN, *Concilium Basiliense...*, p. 509.

(532) JOHANNES DE SEGOBIA, *op. cit.*, lib. XIV, cap. XIII, *ed. cit.*, III, p. 211.

(533) «Eadem die martis XXIII.a Junii... Post cuius conclusionem immediate incorporati fuerunt medio iuramento Alvarus Fernandi, scriptor penitenciarie, secretarius reverendi patris domini episcopi Visensis ...»: GUSTAV BECKMANN, *Concilium Basiliense...*, p. 520. «...Post vero huius publicacionem patres defensare cupientes synodi auctoritatem, ad pape deposicionem intenderunt Iunio factam mense ... Quo percurrente ... Incorporati autem fuere ... Alvarus Fernandi, penitenciarie litterarum scriptores usque in finem concilii permanentes ...»: JOHANNES DE SEGOBIA, *op. cit.*, lib. XV, cap. II, *ed. cit.*, III, p. 287-288. Temos notícia indirecta do seu regresso ao papa de Roma em letras do papa Nicolau V, de 10 de Agosto de 1449, sobre a sua readmissão entre os escritores das letras apostólicas, depois de Nicolau V ter decidido aumentar o número dos escritores, com mais oito, por motivo da união da Igreja, após o cisma, entre os quais figurava o nome de Álvaro Fernandes: «Nicolaus, etc. Dilecto filio Alvaro Fernandi, clerico Ulixbonensi, bacallario in decretis, penitentiarie nostre scriptori ... Cum itaque nuper pro unione Ecclesie ... octo personas tunc expressas consortio dilectorum filiorum litterarum sacre Penitentiarie scriptorum ultra numerum solitum addiderimus ipsasque personas in pitasio eorumdem scriptorum manu propria annotaverimus, inter quas tu etiam per nos annumeratus fuisti ... » (AV. Reg. Vat. 433, fl. 32-32v). Eis algumas súplicas, a ele pertinentes: *Monumenta Portugaliae Vaticana, Súplicas de Eugénio IV*, nn. 86-88, 94, 1301; *Súplicas de Nicolau V*, nn. 312, 386, 408, 472.

(534) «Super supplicacione reverendi patris domini episcopi Visensis petentis ut, si Johannes Clerici, sancti Laurencii ville Sancterene Ulixbonensis necnon Martinus Fernandi sancte Marie de Vermeosa Lamacensis diocesum ecclesiarum parrochialium rectores se in primis temporibus a iure indictis infra annum sequentem faciant ad sacros ordines promoveri, dictas ecclesias retinere possint, attento quod ipsi oratores fuerint cum dicto domino episcopo supplicante in pluribus ambassiatis sacri concilii, etc., concordant omnes sacre deputaciones quod committatur reverendissimo domino cardinali Arelatensi, qui auctoritate sacri concilii absolvat, dispenset, rehabilitet et de novo provideat in meliori forma, ita quod infra annum promoveantur ad subdiaconatum»: GUSTAV BECKMANN, *Concilium Basiliense...* p. 508.

(535) GUSTAV BECKMANN, *Concilium Basiliense...*, p. 559.

de 17 de Junho e 5 de Julho de 1441, pedia ao papa Eugénio IV a absolvição das penas incorridas por ter continuado, durante algum tempo, no concílio de Basileia, ainda depois da transferência para Ferrara, bem como faculdade de continuar na posse da dita igreja de Santa Maria de Vermiosa e obter outros benefícios (536).

Além da actividade ordinária de presença ou assistência, por vezes qualificada, no concílio, inclusive nas decisões contra Eugénio IV, D. Luís do Amaral não só esteve presente, o que não representaria culpa maior que a de outros bispos e embaixadores, leigos ou eclesiásticos, como o nosso Dr. Lobo Vaz de Serpa e Eneas Piccolomini, mas aceitou também encargos, com incidências de responsabilidade pessoal e atitudes voluntárias comprometedoras, a que não se furtou, mas antes de boa vontade se prestou. No dia das exéquias de el-rei D. Duarte, a 5 de Fevereiro de 1439, foi ele, bispo de Viseu, quem falou, à tarde, em nome dos embaixadores sobre a paz e concórdia entre os juízes, com fins de boa administração da justiça (537), *o que, de per si, nada supõe de adverso ao papa. A 8 de Fevereiro, aparece como um dos bispos assistentes do cardeal de Arles na sagração episcopal de João de Ragusa* (538), *seu colega na embaixada aos Gregos. No dia 21 de Fevereiro de 1439, foi nomeado embaixador ao duque de Bretanha, com o fim de este aceitar os decretos conciliares* (539), *que eram precisamente contra o papa Eugénio IV. E de facto, em Maio do mesmo ano, chegaram ao concílio de Basileia notícias da recepção honorífica prestada ao bispo de Viseu e colegas pelo duque, disposto a aceitar os decretos, inclusive da suspensão do papa, e declarando nunca ter crido que a assembleia de Florença ou de Ferrara fosse concílio geral* (540). *Na congregação geral de 12 de Junho de 1439, o cardeal de Arles determinou que, na congregação geral do dia seguinte, os embaixadores, tornados da Bretanha, apresentassem relação de quanto fizeram* (541). *De facto, a 13 de Junho de 1439, o bispo de Viseu e mestre Dinis referiram ao concílio quanto sucedera desde a partida do concílio, inclusive até ao ponto de recepção pelo*

---

(536) «Beatissime Pater, cum devotus orator vester Martinus Fernandi, presbyter Lamacensis diocesis rectorque parrochialis ecclesie beate Marie de Bermioso eiusdem diocesis, olim in loco Basilee post translationem olim concilii Basiliensis ad civitatem Ferrariensem, etc., per S. V. factam aliquandiu, ut prius, non tamen in contemptum eiusdem S. et sedis apostolice remanserit et propterea timet sententias, censuras contra tales inflictas incurrisse, supplicat igitur eidem S. V. humiliter et devote prefatus Martinus...». «Beatissime Pater, nuper S. V. devotum oratorem vestrum Martinum Fernandi, rectorem parrochialis ecclesie beate Marie de Bermioso Lamacensis diocesis, a sententiis, censuris et penis, quas pro eo quod ipse post translationem olim concilii Basiliensis ad civitatem Ferrariensem in eodem loco contra decreta, mandata et inhibitiones V. S., etc., remanendo, incurrerat, absolvi et ad ipsam ecclesiam et quecumque alia beneficia ecclesiastica obtinenda rehabilitari necnon de eadem ecclesia sibi de novo provideri concessit...»: *Monumenta Portugalie Vaticana*, Súplicas de Eugénio IV, nn. 1309, 1312. Ver n. 971.

(537) Cf. GUSTAV BECKMANN, *Concilium Basiliense...*, p. 319-320.

(538) Cf. GUSTAV BECKMANN, *Concilium Basiliense...*, p. 324.

(539) «Destinacio oratorum in Britaniam ... Biduo quippe ante predictam commissionem et prefati indulti concessionem pro incorporatis, scilicet xxi die Februarii pronuntiati fuere oratores in Britaniam pro acceptacione facienda decretorum, et recuperacione pecuniarum ex indulgenciis ibidem collectarum, Ludovicus Visensis episcopus, Dyonisius de Sabrenays in theologia doctor, orator Parisiensis Studii, Filioli Grassensis prepositus, et nobilis Brito Bertrandus Rosmadack, ipsi Johanni Filioli onere specialiter imposito recuperacionis pecuniarum et pro ambasiata faciendarum expensarum»: JOHANNES DE SEGOBIA, *op. cit.*, lib. XIV, cap. XIX, *ed. cit.*, III, p. 235.

(540) «Percurrente Mayo ... Audivit eciam litteras regine Aragonum multorumque aliorum commendaticias. Sed ex Britania de honorifica recepcione legati synodalis Visensis episcopi et collegarum suorum optimaque spe petita obtinendi, prout actum extitit, acceptatis decretis, etiam suspensionis pape, dux enim publice professus fuerat numquam credidisse Ferrarie aut Florencie esse generale concilium»: JOHANNES DE SEGOBIA, *op. cit.*, lib. XIV, cap. XXXIII, *ed. cit.*, III, p. 270.

(541) Cf. GUSTAV BECKMANN, *Concilium Basiliense...*, p. 487.

duque (542). *Também nesta congregação geral de 13 de Junho de 1439 foi dada aos embaixadores dos reis e príncipes a resposta, requerida já a 23 de Maio de 1439, sobre a escolha de terceiro lugar para o concílio, de modo a tornar possível a paz entre o concílio e o papa Eugénio IV* (543), *na qual proposta não consta houvesse intervenção alguma de embaixadores portugueses, bem como nas observações e itas pelos embaixadores à resposta do concílio de 13 de Junho de 1439* (544). *Quanto à proposta, não é de admirar que o bispo de Viseu se não pronunciasse sobre o assunto, visto estar ausente, ocupado na embaixada ao duque de Bretanha, mas a 13 de Junho de 1439, depois de as embaixadas se pronunciarem contra a resposta, como ruptura e ruína da paz, inclusive o bispo de Burgos, embaixador de Castela, e os embaixadores de Aragão, estando ele presente, a assistir à leitura da relação sobre a embaixada à Bretanha, o seu silêncio é grave, quanto mais não seja, por representar ainda Portugal no concílio. E, digamo-lo sinceramente, a presença do bispo na congregação geral de 16 de Junho, em que se insistiu pelo prosseguimento do processo contra Eugénio IV, e a designação do português* dominus Lupus Valaci doctor *como deputado* pro sacra deputatione fidei, *juntamente com Mestre João de Segóvia,* «*ad conveniendum cum dominis relatoribus aut relatore iuxta continenciam secundi avisamenti*» (545), *em relação com o processo contra o papa, o que faz supor a presença no concílio do advogado nesse dia 13, leva a suspeitar que então os representantes de Portugal no concílio de Basileia nem sequer procuravam evitar qualquer afronta contra Eugénio IV.*

A 16 de Junho de 1439, o bispo de Burgos e outros embaixadores procuravam salvar, quanto possível, o respeito devido ao papa (546), *mas da parte portuguesa não se ouviu alguma voz em seu favor. Na congregação geral de 18 de Junho de 1439, presidida pelo cardeal de Arles, destinada ao processo contra Eugénio IV, entre outros bispos, assistia o de Viseu* (547), *bem como na de 20 de Junho, na qual apresentou súplica a favor dos referidos clérigos quanto a retenção de benefícios, sem a promoção às ordens sacras* (548), *e se continuou a ler a relação dele e do outro embaixador ao duque de Bretanha* (549), *terminando a leitura no dia 21 de Junho de 1439, depois da celebração da missa*

---

(542) Lecte fuerunt littere illustrissimi domini ducis Britannie primo in vulgari et credenciales in personas dominorum episcopi Visensis et magistri Dionisii eciam super ambassiatoribus suis pro responsione mittendis, deinde alie eiusdem litere in latino. Post hec domini Visensis episcopus et magister Dionisius per organum dicti domini Dionisii ambassiatores sacri concilii missi ad illustrissimum dominum ducem Britannie de inibi per eos gestis fecerunt relacionem, narrando eorum recessum et progressum itineris et ea, que eis in via fuerunt propinata, gratificata et que contigerunt eis, deinde qualiter gratanter recepti fuerunt per ipsum dominum ducem et honorifice tractati. Et dum venerunt ad punctum eorum proposicionis facte coram domino duce, ibi pausam fecerunt»: GUSTAV BECKMANN, *Concilium Basiliense...*, p. 489.

(543) Cf. GUSTAV BECKMANN, *Concilium Basiliense...*, pp. 448-454, 489-490.

(544) Cf. nota 543. «Relatio de ambassiata ad Britanniam, ibidemque preterquam suspensionis acceptata fuisse decreta ... Sancta sydodus recepit litteras ducis Britannie credenciales in personas Visensis episcopi et Dyonisii de Sabrenays, oratorum suorum ad eum destinatorum, qui vix relacionem suam quamvis brevem expedire potuerunt in tribus congregacionibus, propter synodum intentam esse ad audiendas proposiciones oratorum principum, collacionesque habendas cum eis, expedicionem quoque processus pape. Exposito quidem organo episcopi de periculis viarum ac discriminibus tam eundo quam redeundo, concludentis preterquam in ducatibus Sabaudie et Britannie, nullam fuisse eis securitatem, sed totum medium esse purgatorium ...»: JOHANNES DE SEGOBIA, *op. cit.*, lib. XV, cap. II, *ed. cit.*, III, p. 288.

(545) Cf. GUSTAV BECKMANN, *Concilium Basiliense...*, p. 493.

(546) Cf. GUSTAV BECKMANN, *Concilium Basiliense...*, pp. 495-497.

(547) Cf. GUSTAV BECKMANN, *Concilium Basiliense...*, pp. 504-506.

(548) Cf. GUSTAV BECKMANN, *Concilium Basiliense...*, pp. 508-509.

(549) «In eadem congregacione reverendi patres domini episcopus Visensis et magister Dionisius de universitate Parisiensi ambassiatores de per eos gestis erga illustrissimum dominum ducem Britanie ex parte sacri concilii suam continuarunt relacionem. Et inter cetera dixerunt, qualiter ipse dominus missurus est notabilem ambassiatam ad hoc sacrum concilium super responso super suis petitis ipsi sacro concilio faciendo. Dixerunt et insuper eos fuisse honorifice et humanissime per ipsum dominum ducem receptos

na igreja catedral de Basileia (550). *Ora na relação dizia-se que o duque aceitara os decretos do concílio, e a incumbência dos embaixadores abrangia também o da suspensão do papa* (551). *A relação, segundo João de Segóvia, teve de ser curta, precisamente porque o concílio andava atarefado com o processo contra o papa* (552). *O facto comprova-se pelas actas do mesmo* (553). *Na congregação geral de 23 de Junho de 1439, presidida pelo cardeal de Arles, na qual fazia de assistente, entre outros, o bispo de Viseu, foi incorporado no concílio o secretário dele Álvaro Fernandes, que, segundo João de Segóvia, permaneceu até ao fim do mesmo* (554), *e foi lida a sentença contra o papa Eugénio IV. Ora é interessante notar que, feita a conclusão pelo cardeal de Arles, após a leitura da sentença, o bispo de Viseu apelou para o concílio: «Deinde dominus episcopus Visensis appellavit ad sacrum concilium»* (555). *D. Luís do Amaral esteve também presente, a 25 de Junho de 1439, na sessão sobre o exame da sentença, a proferir contra Eugénio IV, aprovando-a* (556). *Na congregação geral do dia 3 de Julho de 1439, na tentativa de evitar que o concílio terminasse, perante o retirar frequente de padres conciliares* qui dietim ab hoc loco se absentant, *inclusive por meio de censuras, entre os deputados para o estudo da questão contava-se o bispo de Viseu* (557). *Mais. Contava-se entre os assistentes do cardeal de Arles na congregação geral de 10 de Julho de 1439, na qual foi lido o decreto, que ele aprovou, sobre a continuação do concílio e decisão de proceder à eleição de novo papa, depois de terminado o prazo de sessenta dias, a contar do decreto de deposição de Eugénio IV* (558).

Relativamente a posições propriamente contrárias ao papa Eugénio, são de excluir a determinação, a 16 de Julho, in sacra deputatione pro communibus, *em virtude da qual,* placuit quod ad audiendum racionem reverendi patris domini episcopi Visensis deputentur et deputati fuerunt domini episcopus Visensis et auditor camere (559), *a sua presença na congregação geral de 24 de Julho, exceptuando as intenções, ao contribuir para a incorporação de João Vasques e doutro seu familiar nesse dia* (560), *a assistência ao patriarca de Aquileia, presidente da congregação de 29 de Julho* (561), *e ao cardeal de Arles na congregação de 31 de Julho* (562) *e na de 7 de Agosto de 1439* (563). *O mesmo se diga da congregação de 8 de Agosto, em que figura como presidente* (564), *e da congregação geral de 14 de Agosto de 1439* (565). *Mas a 15 de Agosto de 1439, depois da missa solene da Assunção de Nossa Senhora, o bispo de Viseu apoiava as decisões conciliaristas, não só com a presença à leitura da bula do concílio sobre oito verdades de fé, algumas delas*

---

ob reverenciam sacri concilii et eciam tractatos. Sed quia erat hora tarda nec relacionem complere tunc potuerunt, fuit ordinatum, quod cras post missam ipsi continuarent dictam suam relacionem et ipsa completa tunc eciam audiatur dominus Tilmanus ex parte reverendissimi domini archiepiscopi Coloniensis»: GUSTAV BECKMANN, *Concilium Basiliense...*, p. 515.

(550) Cf. GUSTAV BECKMANN, *Concilium Basiliense...*, p. 515.
(551) Cf. notas 540, 544.
(552) Cf. nota 544.
(553) Cf. GUSTAV BECKMANN, *Concilium Basiliense...*, pp. 489-515.
(554) Cf. nota 533.
(555) Cf. GUSTAV BECKMANN, *Concilium Basiliense...*, p. 519-522.
(556) Cf. GUSTAV BECKMANN, *Concilium Basiliense...*, p. 526-530.
(557) Cf. GUSTAV BECKMANN, *Concilium Basiliense...*, p. 542-543.
(558) Cf. GUSTAV BECKMANN, *Concilium Basiliense...*, p. 549-552.
(559) Cf. GUSTAV BECKMANN, *Concilium Basiliense...*, p. 554.
(560) Cf. GUSTAV BECKMANN, *Concilium Basiliense...*, p. 558-559.
(561) Cf. GUSTAV BECKMANN, *Concilium Basiliense...*, p. 561.
(562) Cf. GUSTAV BECKMANN, *Concilium Basiliense...*, p. 565.
(563) Cf. GUSTAV BECKMANN, *Concilium Basiliense...*, p. 570.
(564) Cf. GUSTAV BECKMANN, *Concilium Basiliense...*, p. 571.
(565) Cf. GUSTAV BECKMANN, *Concilium Basiliense...*, p. 572.

abertamente contrárias ao poder do papa e defendendo a superioridade do concílio, como também com a assistência à redacção de documento sobre a dita leitura (566). *Não tem significado de maior a sua presença e assistência ao cardeal de Arles nas congregações de 21 de Agosto e de 4 de Setembro de 1439, nem tão-pouco o facto da* relatione facta per Visensem episcopum de vacante abbatia de Rodono sancti Salvatoris Venetensis diocesis *neste dia, na qualidade de comissário da causa, dado pelo concílio* (567), *nas congregações gerais de 15 de Setembro* (568), *17 e 18 de Setembro* (569) *e 26 de Setembro, embora aqui se tratasse de assuntos relacionados com a eleição de novo papa* (570). *De facto, nesta época, já o bispo de Viseu tinha sido privado da diocese por Eugénio IV. Mas bastavam os factos anteriores de hostilidade aberta contra o papa. E as atitudes de D. Luís do Amaral, posteriores à privação, mesmo tratando-se de algumas anteriores ao conhecimento da bula de 4 de Setembro de 1439 sobre a privação dos benefícios aos conciliares de Basileia e das bulas respeitantes directamente à privação da igreja de Viseu, em favor de D. Luís Coutinho, a sua participação activa e preponderante na eleição do antipapa Félix V e outras atitudes rebeldes não podiam deixar de pesar na disposição inamovível de Eugénio IV de resistir aos insistentes pedidos do rei de Portugal, ou melhor do Infante D. Pedro, em prol de D. Luís do Amaral.*

g. D. Luís do Amaral privado da sé de Viseu, em favor de Luís Coutinho, contra as intervenções do regente

Conforme se colhe do decreto do concílio de Florença Moyses vir Dei, *de 4 de Setembro de 1439, entre as atitudes mais sentidas pelo papa Eugénio IV e o concílio de Florença, que levaram à condenação e privação dos conciliaristas, é para lembrar o* monitorium seu citatorium *contra os cardeais e o papa, com a recordação de o terem enviado a Constantinópola, no intuito de impedirem que os Gregos viessem com os embaixadores do papa, e as três proposições, ditas verdades de fé, acoimando praticamente de hereges aos príncipes, prelados e fiéis que seguiam o concílio de Ferrara-Florença, ao proclamarem essas proposições da autoridade do concílio sobre o papa, que não poderia dissolver, prorrogar ou transferir qualquer concílio legitimamente congregado* (571). *Por isso o bispo de Viseu D. Luís do Amaral, atenta sua posição e atitudes no concílio a este respeito, não podia deixar de ter incorrido na declaração de herege e cismático e nas penas, fulminadas anteriormente pelo concílio de Ferrara e renovadas agora pelos padres no concílio de Florença, de excomunhão e privação de dignidades e benefícios* (572). *Eugénio IV, aplicando estas determinações, privou realmente D. Luís do Amaral do bispado de Viseu e conferiu-o ao protonotário apostólico, então estudante em Itália, D. Luís Coutinho, nobre e pertencente a família rival do Infante D. Pedro, regente do reino, e afecta à rainha Dona Leonor, mãe do rei, ainda criança, D. Afonso V, enviando, como é de supor, as respectivas letras apostólicas à diocese, metropolita e monarca. Não sei se ainda existe alguma destas bulas. Temos sim notícia da promoção de D. Luís Coutinho no dia 9 de Setembro de 1439, fornecida pela acta relativa ao pagamento, a 25 de Setembro, da taxa devida pela*

---

(566) Cf. GUSTAV BECKMANN, *Concilium Basiliense*..., p. 573-574.

(567) Cf. GUSTAV BECKMANN, *Concilium Basiliense*..., pp. 575, 580-581. JOHANNES DE SEGOBIA, *op. cit.*, lib. XV, cap. XXI, *ed. cit.*, III, p. 343.

(568) Cf. GUSTAV BECKMANN, *Concilium Basiliense*..., p. 588.

(569) Cf. GUSTAV BECKMANN, *Concilium Basiliense*..., p. 589.

(570) Cf. GUSTAV BECKMANN, *Concilium Basiliense*..., pp. 596-598.

(571) Publicada por GEORGIUS HOFMANN, *Epistolae pontificiae*..., pars II, n. 210, pp. 101-106.

(572) Bula *Exposcit debitum* de 15 de Fev. de 1438, e esta *Moyses vir Dei*, de 4 de Set. de 1439, publicadas por GEORGIUS HOFMANN, *Epistolae pontificiae*..., pars II, n. 121, pp. 7-10 e n. 210, pp. 101-106.

promoção: «Florentie, die xxv.ta mensis Septembris [1439] ... Die predicta dominus Ludovicus episcopus Visensis solvit florenos vi.c lxxv; fuit promotus Florentie, die nono Septembris, pontificatus domini Eugenii pape iiii.ti anno viiii.o; fuerunt in eius promotione cardinales viii, videlicet Bononiensis, Placentinus, sancte Crucis, Venetiarum, sancti Marci, sancte Sabine, Columpna, Firmanus. Capiunt clerici collegii florenos vi, solidos xxxvii, denaros vi. Restant floreni vi.c lxviii, solidi xii, denari vi. Capit quilibet dominorum florenos lxxxiii, solidos xxvi, denaros vi» (573). *Aliás D. Luís Coutinho apresentou-se neste dia pessoalmente na câmara apostólica, a obrigar-se pelo pagamento à dita câmara e ao colégio dos cardeais da taxa devida e pelos cinco serviços comuns do costume, a prestar aos familiares e oficiais do papa: «M.iiii.^{c}xxxviiii.o.Die xxv mensis Septembris. Reverendus in Christo pater dominus Ludovicus, electus Visensis, personaliter obtulit camere apostolice et collegio reverendissimorum dominorum cardinalium pro suo communi servitio dicte ecclesie Visensis florenorum auri de camera duo milia quadringentos, ad quos dicta ecclesia taxata reperitur, et quinque minuta servitia consueta pro familiaribus et officialibus domini nostri pape. Eorumdem autem communis et minutorum servitiorum medietatem infra sex menses et aliam medietatem infra alios sex menses proxime futuros solvere promisit. Pro quibus se submisit, obligavit, iuravit et renumptiavit, etc.»* (574). *O pagamento, nesse dia 25 de Setembro, fê-lo D. Luís Coutinho por meio da sociedade bancária de Cosme e Lourenço de Medicis de Florença: «Prosperus, etc. Quod reverendus in Christo pater dominus Ludovicus Catini* (sic), *episcopus Visensis, pro totali solutione suorum communis et minuti servitiorum, in quibus, etc., ac termino nondum elapso, etc., flor. auri de camera sexcentos septuaginta quinque nobis, etc., per manus honorabilium virorum Cosme et Laurentii de Medicis, etc., die date presentium solvi fecit realiter et cum effectu. Remissione tamen de toto residuo eorumdem communis et minuti servitiorum ascendente ad similes florenos sexcentos septuaginta quinque, de consensu, etc., de quibus, etc. In quorum, etc. Datum Florentie, die vicesima quinta mensis Septembris, anno a nativitate Domini m.o cccc.mo xxxviiii.o, pontificatus domini Eugenii pape quarti anno nono»* (575). *Existe ainda outra notícia da promoção, na qual se faz expressa referência à privação de D. Luís do Amaral: «Die Mercurii, nona mensis Septembris, anno nono, ad relationem domini F. cardinalis Venetiarum provisum fuit ecclesie Visensi per privationem et declarationem Ferrarie et Florentie successive contra et in personam domini Ludovici, illius ultimi episcopi, exigentibus demeritis, factas, vacanti, de persona domini Ludovici Coutinho, sedis apostolice prothonotarii»* (576).

A mim parece significativo o facto de se tratar da promoção de clérigo, com menos de 25 anos, nobre que andara ao serviço de el-rei D. Duarte (577), *de família poderosa e, ao que parece, rival, como disse, do Infante D. Pedro e afecta à rainha Dona Leonor e D. Afonso V, nomeadamente aquando das discórdias entre este e o Infante. Depressa passou do bispado de Viseu ao de Coimbra e já em Novembro de 1452 estava à frente da arquidiocese de Lisboa* (578), *depois de*

---

(573) AV, Obl. et Sol. 69, fl. 69.

(574) AV, Obl. et Sol. 70, fl. 265. Cf. Obl. et Sol. 64, fl. 313v.

(575) AV, Obl. et Sol. 68, fl. 62.

(576) AV, Obl. et Sol. 66, fl. 71v.

(577) «Item vos sejam açerca do santo padre recomendados os fectos de Luis Coutinho e Gonçallo da Silveira, nossos creados, em aquello que lhes conprir»: carta de D. Duarte, rei de Portugal, a D. Gomes, de 29 de Janeiro de 1437 (Bibl. Medicea Laurenziana di Firenze, cod. Ashub. 1792, I, fl. 8-9v, publicada por DOMINGOS MAURÍCIO DOS SANTOS, S. J., *D. Duarte e as responsabilidades de Tânger* (1433-1438), Lisboa, 1960, pp. 31-33 e em *Monumenta Henricina*, VI, n. 10, pp. 18-22.

(578) Cf. EUBEL, *Hierarchia catholica medii Aevi*, II, ed. altera, Monasterii, 1914, p. 259. Na chancelaria de D. Afonso V, vem designado, geralmente, ainda depois da morte, apenas como bispo de Coimbra. Assim, a 17 de Março de 1453, o rei fazia mercê à rainha, sua mulher, das casas que *dom Luis que foy bispo de Coinbra, seendo clerigo de missa, ouvera de nos ... em a cidade de Lixboa, que forom do Iffante dom Pedro*

Nicolau V o ter nomeado seu assistente e referendário (579). *Afigura-se-me, portanto, de interesse assinalar um ou outro documento da sua vida em Itália, ao tempo da promoção e durante as negociações, e os meios, de que se valeu o Infante D. Pedro, para lhe impedir a tomada de posse da diocese e fazer continuar à frente da mesma seu amigo D. Luís do Amaral que, neste intuito também, empreendeu viagem a Portugal, deixando temporariamente o concílio de Basileia. Em súplica de 14 de Outubro de 1437, D. Luís Coutinho, deão de Lamego, protonotário apostólico e reitor da igreja de S. Salvador de Bouças, da diocese do Porto, declarava-se* de magno nobili genere procreatus ac in vicesimo secundo vel circa sue etatis (580). *Mais ou menos nestes termos, noutra súplica de 5 de Abril de 1438 sobre a pluralidade de benefícios* (581). *Desde Novembro de 1428 que ele, filho do barão Gonçalo Vasques Coutinho e então de cerca de 13 ou 14 anos de idade, possuía a comenda do deado de Lamego, tendo sido nomeado notário apostólico pelo papa Eugénio IV, em Julho de 1432* (582). *Estudava direito canónico em Pádua, conforme diz em súplica de 15 de Maio de 1438, ao solicitar o indulto de receber os proventos dos benefícios, durante sete anos, sem obrigação da residência pessoal, enquanto estudasse ou frequentasse a Cúria: «Supplicat S. V. devotus orator vester Ludovicus de Coutinho, decanus ecclesie Lamacensis, sedis apostolice*

---

sseu padre, as quaes por assy seer clerigo nom podia aver nem teer ... (ANTT, *Chancelaria de D. Afonso V*, livro 3, fl. 33 v). Igualmente a 19 e 30 de Abril e 9 de Outubro de 1453, ao conceder respectivamente a Gil Vasques, prior do mosteiro de Folques, e a Mem Roiz, deão da sé de Coimbra, e Lourenço Afonso, escudeiro e vedor-mor do bispo na cidade de Lamego, carta de protecção, diz fazê-lo *consiirando nos o muy espeçiall carrego que dom Luis Coutinho, bispo que foy da nossa cidade de Coinbra, do nosso conselho, a que Deus perdoe sempre teve de Gill Vaasquez, prior do moesteiro de Folques sseu criado* ou então *de Mem Roiz dayam da dicta cidade, seu criado,* ou de *Lourenço Afonso, sseu escudeiro e veedor mor em a cidade de Lamego* e também *por os muitos e estremados serviços que do dicto bispo rreçebemos e grande amor que lhe sempre tevemos* (ANTT, *Chancelaria de D. Afonso V*, livro 3, fl. 54v, 57v, 59v). Certamente isto deve atribuir-se ao facto de se tratar de pessoas pertencentes à diocese de Coimbra, porque na carta de graça e mercê de 27 de Fevereiro de 1453, a João Anes, cónego de Lisboa, *criado que foy do arcebispo que foy de Lixboa, cuja alma Deus aja,* já o não diz bispo de Coimbra (ANTT, *Chancelaria de D. Afonso V*, livro 3, fl. 84v), a não ser que se trate de alusão ao predecessor.

(579) «Nicolaus, etc. Venerabili fratri Ludovico, episcopo Colimbriensi ... Hinc est quod nos, volentes te ut tua erga nos devotio peramplius augeatur, favoribus prosequi gratiosis, te in assistentem et referendarium nostrum gratiose recipimus ac aliorum assistentium et referendariorum nostrorum consortio favorabiliter aggregamus ... Datum Rome, apud Sanctum Petrum. Anno, etc., millesimo quadringentesimo quinquagesimo secundo. Quarto Idus Maii, pontificatus nostri anno sexto»: AV, Reg. Vat. 433, fl. 234v. Há ainda referência a este seu ofício em letras de 30 de Abril de 1453, dirigidas a *Alvaro Petri, rectori parrochialis ecclesie sancti Salvatoris Portugalensis diocesis, cubiculario nostro,* ao qual é concedida esta paróquia, vacante por morte de D. Luís, a favor desse clérigo *qui etiam cubicularius noster ac litterarum apostolicarum abbreviator existis et ut accepimus prefati Ludovici archiepiscopi in dicta Curia procurator fuisti* (AV, Reg. Vat. 425, fl. 161-163).

(580) ANTÓNIO DOMINGUES DE SOUSA COSTA, OFM, *Monumenta Portugaliae Vaticana, Súplicas de Eugénio IV*, n. 874.

(581) *Monumenta Portugaliae Vaticana*, Súplicas de Eugénio IV, n. 906.

(582) «Dicta die [24 Jan. 1429] unum par bullarum pro Ludovico, nobilis viri Gundissalvi Valasci Coutinho baronis nato, super commenda decanatus ecclesie Lamacensis, cuius fructus centum et quinquaginta librarum Turonensium parvorum communi extimatione, vacantis per resignationem in Curia Didaci Petri. Coll. eidem Rome apud Sanctos Apostolos, ii Nonas Novembris, anno undecimo. Fuit restitut. sine obligatione, quia erat commenda ad quadriennium tantum. Ita est. B. Dellante»: AV, Annat. 4, fl. 222. A nomeação de notário apostólico encontra-se em AV, Reg. Lat. 312, fl. 223-224: «*Magistro Ludovico Coutinho, rectori parrochialis ecclesie de Bouças, Portugalensis diocesis, notario nostro* ... tu qui regio sanguine illustratus ... te in nostrum et apostolice sedis notarium recepimus...». Na folha 223-224, a bula, encarregando o abade do mosteiro de Salzedas de receber o juramento. Indico várias súplicas a seu respeito: *Monumenta Portugaliae Vaticana*, Súplicas de Eugénio IV, nn. 138, 259, 283, 855, 856, 866, 874, 906, 916, 932, 1018, 1026, 1031, 1083, 1099, 1111, 1125, 1143, 1270, 1409, 1431, 1444-1446, 1494a, 1575, 1597, 1745; Súplicas de Nicolau V, nn. 174, 177, 251, 256, 258, 482, 508, 512, 514, 543, 550, 551, 589, 598, 611, 641, 642, 703, 758, 761.

prothonotarius, de nobili genere ex utroque parente procreatus et Padue in iure canonico studens...» (583). *Precisamente daqui, a 29 de Maio, talvez no ano de 1438* (584), *dirigia carta ao abade de Florença, D. Gomes Eanes, sobre litígio travado entre duas freiras do mosteiro de Santa Clara de Vila do Conde, eleitas abadessas do mosteiro, em discórdia* (585). *A não pouca importância e nobreza do nosso estudante pode avaliar-se até pelo facto de ter clérigos familiares ou criados, como Adriano Guilherme, sacerdote da diocese de Utreque e bacharel formado em teologia, que era seu capelão, em favor do qual resignava ao canonicato de Évora, em Março de 1439* (586), *e ao deado de Lamego, em Agosto de 1439* (587). *Era também seu familiar Vasco Martins, clérigo*

---

(583) *Monumenta Portugaliae Vaticana*, Súplicas de Eugénio IV, n. 916.

(584) A carta não traz a indicação do ano, mas dá-nos o dia, mês e lugar: *Ex Padua*, a xxix de Mayo. Vimos que na citada súplica de 15 de Maio de 1438, ele dizia estudar direito canónico em Pádua. Existe, além disso, súplica de 14 de Junho de 1438 a respeito da questão da abadessa do mosteiro de Vila do Conde, enquanto Maria Pereira tinha sido eleita não canonicamente pelas freiras, por medo incutido por dois seculares poderosos, e o provincial franciscano tinha entregue o governo do mosteiro a outra freira de nome Constança Aires, que em Setembro de 1437 impetrara do papa a confirmação e agora renovava o pedido, apesar de aquela ter apelado (*Monumenta Portugaliae Vaticana*, Súplicas de Eugénio IV, n. 866, 932). Há outra súplica, esta de Maria Pereira, de 10 de Dezembro de 1440, referindo que o ministro provincial não quisera confirmar a sua eleição, tendo sido eleita outra, pelo que a causa fora estudada pelo ministro geral da Ordem ou seus delegados e entregue, depois, a ouvidores da Cúria pontifícia (*Monumenta Portugaliae Vaticana*, Súplicas de Eugénio IV, n. 1264). O conteúdo da súplica e até a data da concessão fazem-nos ver que as diligências de D. Luís Coutinho não dizem respeito a tal pedido nesta altura.

(585) «Senhor dom abade. Luis Coutinho, protonotario da see appostolica, me encomendo muyto em vossa graça; prazavos saber que eu, a rrogo de dom Fernando de Meneses, meu primo, e de sua irmãa, som procurador em huũ fecto que he antre duas freiras de Vila do Conde, das quaaes aquela, por que meu primo trabalha he confirmada per o menistro e a meu veer tem direito e a outra por que fora enleyta per algũas das freiras, apelou pera o geral da ordem de sam Francisco, de cuja ordem o dicto mosteiro he, o qual me diserom que esta acerca de Sena e eu lhe scprevo que, se lhe for apresentada apelaçom da outra parte, que eu lhe peço que elle mo faça saber ou o faça saber a vos, que mo farees saber e que lhe peço que, porque eu nom posso seer presente onde elle esta e porque elle nom esta dasessego em huũ lugar, que elle cometa a causa aqui em Padua, onde eu estou, ou em Bolonha, e porque eu creo que vos terrees conhecimento com o dicto geeral, eu vos peço por merçee que vos lhe escrevaaes, com a moor efficacia que honestamente poderdes, que lhe praza de cometer a dicta causa e sse perventura lhe nom prouver e lhe for dada a apelaçom da outra parte, que elle vollo faça saber e eu, Senhor, vos peço que vos mo façaaes saber o mais azinha que poderdes e da rreposta que ouverdes do dicto geeral asy mo escrepvee per o portador desta e seede çerto que eu tenho deste fecto muy gram carrego e seria muyto ledo de sse encaminhar bem; al vos nom escprevo, se nom que seiaaes çerto que em toda cousa a mim possivell senpre som prestes a vosso prazer e mandado. Ex Padua, a xxix de Mayo. Ludovicus protonotarius»: Bibl. Medicea Laurenziana di Firenze, cod. Ashb. 1792, I, fl. 146.

(586) ANTÓNIO DOMINGUES DE SOUSA COSTA, *Monumenta Portugaliae Vaticana*, Súplicas de Eugénio IV, n. 1018.

(587) *Monumenta Portugaliae Vaticana*, Súplicas de Eugénio IV, n. 1083. Há documentos, pertencentes ao cabido da sé de Coimbra, donde se vê que este clérigo acompanhou D. Luís Coutinho, quando regressou a Portugal, inclusive quando foi transferido para Coimbra. Deixemo-los, para transcrever parte do documento sobre a obediência, por ele prestada ao arcebispo de Braga, em nome do bispo de Viseu D. Luís Coutinho, em Maio de 1443, em virtude da procuração do bispo, de 15 de Abril do dito ano: «In Dei nomine, amen. Noverint universi et singuli hoc presens instrumentum fidelitatis et obedientie inspecturi quod anno a nativitate eiusdem Domini millesimo quadringentesimo quadragesimo tertio, die vero quarto Maii, in Ulixbona, insignissima ac fidelissima civitate, in hospitiis venerabilissimi in Christo patris ac domini domini Fernandi, Dei et apostolice sedis gratia archiepiscopi Bracharensis diocesis ac primatis, coram eodem domino ... constitutus venerabilis dominus Adrianus, archidiachonus Lamacensis, ea cum qua debuit reverentia, eidem domino archiepiscopo quoddam procurationis presentavit documentum, in papiro descriptum ac publicum, venerabilissimi domini domini Ludovici, eadem gratia Visensis episcopi, cuius de verbo ad verbum talis existebat tenor: Saibham quantos esta presente procuraçom virem como nos dom Luis Coutinho, bispo de Viseu, fazemos, hordenamos solempnemente, instituimos por nosso certo procurador soficiente pera ho que

da diocese de Lamego e estudante de direito canónico, em favor do qual ele pedia, em 27 de Julho de 1439, a igreja paroquial de Souselo, vacante por morte de Álvaro Martins, falecido em lugar distante não mais de duas dietas da cidade de Florença, onde se encontrava a Cúria (588). *Aliás será este futuro e famoso doutor em decretos e bacharel formado em teologia, de cuja actividade na diocese*

---

se segue: Mestre Adriano, arcediagoo de Lamego, ho portador da presente, ao quall nos damos e outorgamos todo nosso conprido poder e espeçial mandado, que por nos e em nosso nome possa fazer juramento dobediencia e de fialdade ao senhor dom Fernando arcebispo de Braga... Fecta nos nossos paaços de Fonteelo que som açerca da dicta cidade de Viseu, aos quinze dias dabrill. Era do naçimento de nosso Senhor Jhesu Christo de mil e quatroçentos e quareenta e tres annos... Presentavitque insuper dicto domino archiepiscopo cedullam quamdam papiream, formam prefati iuramenti necnon clausullas et conditiones eiusdem continentem, signandam per dictum dominum archiepiscopum necnon per dictum Adrianum dicto nomine procuratorio. Cuius tenor de verbo ad verbum nunc sequitur: Ego Ludovicus, Visensis ecclesie episcopus, promitto ... Quibus quidem scripturis presentatis, ut prefertur, dictus dominus Adrianus prelibatus procuratorio nomine sedens genibus flexis, cum magna reverentia manus suas in manibus dicti domini archiepiscopi habendo, nomine dicti domini Ludovici, cuius officio procuratoris fungebatur, iuravit ac promisit in conspectu Omnipotentis Dei ... Acta fuerunt hec loco, die, mense et anno quibus supra ...» (ADB, *Lider rerum memorabilium*, I, fl. 88-89. Eis documento de 2 de Agosto de 1443 sobre o juramento de obediência pelo dito Adriano, arcediago de Lamego e familiar do bispo de Viseu D. Luís Coutinho, em cujo nome foi prestado em Torres Vedras, tendo como testemunhas, entre outros, os Doutores Rui Gomes de Alvarenga, João Fernandes e Pero Lobato: «Sabham quantos este estormento virem que, no anno da era do nascimento de nosso Senhor Jhesu Christo de mill e quatroçentos e quoreenta e tres annos, feria sesta, dous dias do mes dagosto da dicta era, na villa de Torres Vedras, no eyrado dos paaços da senhora Reynha, em presença de mym notairo e testemunhas adiante nomeadas, estando no dicto logar ho muito rreverendo im Christo padre e senhor dom Fernando, arçebispo de Bragaa e primas, perante elle pareçeo Mestre Adriano, arcediagoo de Lamego, criado e familiar do Senhor dom Luis Coutinho, bispo de Viseu, seu sofiçiente procurador pera o aucto adiante scripto per virtude dhũa procuraçom, cujo theor tall he *(segue a procuração, incluída no documento anterior, embora com uma ou outra variante)*. A qual procuraçom assi apresentada per o dicto Mestre Adriano, foe dicto ao dicto senhor arçebispo que elle era alli viindo per mandado do dicto bispo seu senhor e pera lhe fazer juramento de fieldade e obediençia, segundo de dereito era thiudo e lhe era dado poder pella dicta procuraçom. E per o dicto senhor arçebispo foe dicto que era prestes de lho rreçeber. O quall Mestre Adriano sse assentou em geolhos ante ho dicto senhor arçebispo e meteu as maãos antre as suas e em nome, logo e vez do dicto senhor bispo, lhe fez juramento de fieldade e obediençia em esta forma que se segue: Ego Ludovicus ecclesie Visensis episcopus promitto in conspectu omnipotentis Dei et totius ecclesie quod ab hac ora in antea fidelis et obediens ero perpetuo vobis domino meo domino Fernando, archiepiscopo ecclesie Bracharensis, vestrisque subcessoribus canonice intrantibus ... O quall juramento ho dicto Mestre Adriano assy fez em maãos do dicto senhor arçebispo em nome do dicto senhor bispo per juramento dos sanctos envagelhos, per ell corporalmente tangidos, como seu procurador e procuratorio nomine. E o dicto senhor arçebispo assi o rrecebeu e ouve por rreçebido em seu nome e da dicta egreia de Bragaa e pidiu a mym dicto notairo huũ e mais estormentos e o dicto Mestre Adriano lhos mandou dar; testemunhas que a esto foram presentes: ho douctor Rui Gomez dAlvarenga e o doutor Joham Fernandez e Pero Lobato, juiz dos fectos del Rei, e Luis Afonso, mestre scolla de Bragaa, todos do desenbargo do dicto senhor Rey, e outros e eu Bras Afonso, seu vassalo e tabelliam e notairo geerall em todos seus rregnos e senhorios, que a todo esto com as dictas testemunhas presente fui e este estormento screpvi e aqui fiz em elle meu signall que tal he (lugar do sinal). Gratis»: ADB, *Colecção cronológica*, caixa 26. Na mesma caixa o documento da obediência, de 4 de Maio de 1443. Algumas súplicas a seu respeito em *Monumenta Portugaliae Vaticana*, Súplicas de Eugénio IV, nn. 1095, 1106; *Súplicas de Nicolau V*, n. 621. D. Afonso V, por carta de 18 de Abril de 1453, apresentava ao bispo de Viseu como reitor da igreja de S. Miguel de Algodres, vacante por renúncia de João Gonçalves, o nosso *magistrum Adrianum, archidiaconum Lamacensem ... rogantes vos quatinus prefatum magistrum Adrianum in prelibata ecclesia confirmetis* (ANTT, *Chancelaria de D. Afonso V*, livro 3, fl. 52). A 20 de Setembro de 1452, o rei premiava outro criado do bispo de Coimbra, outrora de Viseu, fazendo *graça e mercee a Lopo Afonso, criado de dom Luis Coutinho, bispo da nosa cidade de Coimbra e do nosso conselho, meestre escolla da see della, teemos por bem e damoslhe luguar e lecença que daquy imdiante possa andar em beesta muar de sella e freyo per todos nossos regnos e senhorio* (ANTT, *ibidem*, fl. 34).

(588) *Monumenta Portugaliae Vaticana*, Súplicas de Eugénio IV, n. 1065.

de Viseu, de que foi tesoureiro e cónego, nas de Lisboa, Évora, Lamego e na de Coimbra, inclusive no tempo do bispo D. João Rodrigues Galvão, há ainda documentos de bastante importância (589),

(589) Há muitos documentos pertencentes ao cabido da sé de Coimbra, em que, sobretudo a partir de 1473, aparece como *Vaasco Martinz de Rabello, doctor em degredos, thesoureiro de Viseu e vigairo geeral no spritual e temporal pello reverendo em Christo padre e senhor dom Joham Galvom, per mercee de Deus e da sancta egreia de Roma bispo de Coimbra* ou *Vaasco Martins de Rabello, doctor em degredos, thesoureiro de Viseu e vigairo geeral no spritual e temporal na see do bispado de Coimbra pollo reverendo em Christo padre e senhor dom Joham Galvom, per mercee de Deus e da sancta igreja de Roma bispo da dicta cidade, conde dArganil, prior do moesteiro de sancta Cruz*, etc. (ANTT, *Cabido da sé de Coimbra*, 2.ª incorporação, maço 1, n. 25, maço 7, n. 319, maço 16, n. 721, maço 17, nn. 769, 793, maço 27, n. 1136, maço 31, n. 1271, maço 60, n. 2260, maço 68, nn. 2510, 2511, etc. Há também documentos sobre ele no ADP, *Cabido da sé do Porto*, pergaminhos, v. g. no livro 21 (1683), fl. 21, com sentença dada por ele, em 14 de Dezembro de 1473, na cidade de Coimbra, como juiz apostólico ou executor de bula do papa Sisto IV, a favor do deão de Coimbra e do Porto, o Doutor Álvaro Gonçalves, escritor das letras apostólicas e curial, residindo em Roma, por delegação do bispo D. João Galvão. Diz-se aí *Vasco Martins de Rebello, doctor em degredos, thesoureiro de Viseu, etc., e vigairo geeral no spritual e temporal pello reverendo em Christo padre e senhor dom Joham Galvam ... bispo de Coimbra, conde de Arganil, tabaliam e juiz apostolico, comissairo e deputado* ... A 29 de Março de 1453, D. Afonso V, rei de Portugal, fazia graça e mercê *a P.º Alvarez, morador em Viseu, criado de Vasco Martins de Rabello, tesoureiro da ssee da dicta cidade de Viseu* (ANTT, *Chancelaria de D. Afonso V*, livro 3, fl. 37). Documentos ainda a seu respeito no *Arquivo Distrital de Viseu*, pergaminhos, maço 16, col. 47 (1451, presente *doutor Vasco Martinz de Rabello, tesoureiro*), maço 19, col. 4 (13 Nov. 1454: *Vasco Martins de Rabello, decretorum doctor*). Em 1455 andava ainda muito ligado à sé de Viseu. Era ele precisamente o procurador do bispo e cabido de Viseu nas cortes gerais de Lisboa, em que foram apresentados vários capítulos pelos prelados e clero do reino, tendo o monarca respondido a cada um deles. Eis um excerpto de documento original, com o respectivo treslado de 6 de Julho de 1471 e cartas de D. Afonso V, de 14 de Setembro de 1456 e 21 de Novembro de 1457: «Sabham quantos este estormento virem que no anno do nascimento de nosso Senhor Jhesu Christo de mil e quatroçentos e sseteenta e hũu annos, aos sseis dias do mes de Julho, em a çidade do Porto, na Rua Chaam dessa meesma, ante as portas das cassas da morada de Johane Annes Machucho, perante ho honrrado Alvaro Roiz Dazeredo, scudeiro, vasallo del Rei nosso Senhor e juiz hordenairo em a dicta çidade, que no dicto llogo estava, e pressente mym Tristam Roiz, tabelliam geerall por o dicto senhor Rey na comarca e correyçom dantre Doiro e Minho e espeçiall na dicta çidade, e das testemunhas adiante escriptas, pareçeo hii ho honrrado Luis Affonso, escripvam nas audiançias ecclesiasticas da muy honrrada e antiga çidade de Bragaa, e em nome e como procurador do cabidoo da egreia dessa meesma, apresentou hii duas cartas de capitollos, escriptas em dous cadernos de purgaminho, convem a ssaber, hũua ssobrescripta e ssiinada pello douctor Pero Lobato, vassallo do dicto senhor Rei e do sseu dessenbargo e sseu vice chanceller, e a outra esso meesmo ssobescripta e ssiinada pello dicto doutor e anbas seelladas com o seello pendente do dicto senhor Reii, segundo que per as dictas cartas pareçia e ffazia meençom, das quaees o theor hũu depos ho outro tall he, ssegundo sse adiante ssegue. Primeiramente ... D. Afonso, per graça de Deus Rey de Portugal e do Allgarve e senhor de Çepta. A quantos esta carta virem ffazemos saber que em as cortes que ora ffezemos em a nossa muy nobre çidade de Lisboa, ho anno passado de quatroçentos e çinquoenta e cinquo, pellos procuradores dos arcebispos e bispos, prellados e clerezia dos dictos nossos rregnos, que a ellas vierom, nos fforom dados çertos capitollos geeraaes, aos quaees ao pee de cada hũu nos mandamos poer nossas respostas. E ho theor delles he este que sse adiante ssegue: Nos dom Affonso, per a graça de Deus, Rei de Portugal e do Alguarve e senhor de Çepta. A todollos que a pressente letera virem e ouvirem, notifficamos que ffazendo nos geeraes cortes em a nossa muy nobre e lleal çidade de Lisboa, em o mes de Março que ora passou, da era abaixo escripta, os reverendos padres dom Fernando, arçebispo de Bragaa e primas, nosso muito amado primo, e dom James ellecto e conffirmado no arcebispado da dicta çidade de Lixboa, nosso muito preçado e amado primo, per sseus procuradores, convem a ssaber, o arçebispo de Bragaa per o reverendo padre Fernam dAlvarez Cardosso, protonotairo da ssee apostollica e nosso confessor, e do nosso conselho, e o dicto dom James, per Luis Eannes sseu vigairo [fl. 1v] geerall, e dom Luis bispo da Guarda, nosso bem amado primo, per o dicto protonotairo, e dom Joham bispo de Visseu, per o doutor Vaasquo Martinz de Rabeello, sseu vigairo geerall e thesoureiro da dicta çidade de Visseu, e dom Joham bispo de Cepta e primas dAffrica, per sy, e dom Joham bispo de Lamego, per Martim Gonçalvez, thesoureiro da dicta cidade de Lamego, nosso capellam, e dom Luis bispo do Porto, per Alvaro Graaz, coonigo da dicta çidade, e dom Alvaro, bispo do Allgarve, per ho dicto Luis Eannes, e dom Affonso

quem se apresentará na câmara apostólica, em nome de D. Luís Coutinho, transferido, a 18 de Maio de 1444, da sé de Viseu para a de Coimbra, a obrigar-se pela respectiva taxa, na presença de alguns clérigos da dita câmara. E D. Luís Coutinho, por sua vez, tinha-se apresentado, a 1 de

---

bispo de Coimbra, per Jorge Martins, lliçenciado em a ssancta theollogia e prioll da egreia de Villa Nova dAnços, e mais ho dicto protonotairo e Affomso Annes, chantre da dicta çidade de Lixboa e em nome e como procuradores do cabidoo da dicta çidade e o dicto protonotairo em nome e como procurador dos cabidos de Bragaa e dEvora, e Alvaro Perez e Meem Roiz, coonigos e procuradores do cabido de Coimbra, e Gonçallo Roiz, dayam de Visseu e nosso capellam e o dicto doutor Vaasquo Martins thesoureiro, em nome e como procuradores do cabidoo de Visseu, e os outros procuradores dos cabidos e clerizia de nosso senhorio, nos derom e assiignarom certos capitollos ... [fl. 7v]... dada em ha nossa çidade de Lixboa, quatorze dias do mes de Setembro. El Rei ho mandou per o douctor Pero Lobato, sseu vassallo e do sseu dessembargo e sseu viçechanceller. Joham Roiz per Gomez Borges a ffez, anno de nosso Senhor Jhesu Christo de mill e quatroçentos e çinquoenta e sseis. Dom Affonso, per mercee de Deus, Rei de Portugal e do Allgarve e senhor de Çepta ... fazemos saber que por parte dos prellados e clerizia dos nossos rregnos nos forom apresentados çertos capitollos ssobre allgũas coussas que nos rrequerer enviarom, os quaaes vistos per nos, com acordo e conselho do Iffante dom Fernando, meu ssobretodos muito prezado e amado irmãao, e do Iffante dom Emrrique, meu muito prezado e hamado tio, e dalguũs do nosso conselho e lleterados dos nossos rregnos, lhes respondemos ssegundo sse adiante veera. E ho theor de doze delles, com nossas rrespostas, ssam estes que se sseguem ... Dada em a villa de Santarem, viinte e hũu dias do mes de Novembro. El Rei o mandou per o douctor Pero Lobato, sseu vassallo e do sseu dessembargo e sseu viçe chanceller. Alvaro Perez por Gomez Borges a fez. Anno de nosso Senhor Jhesu Christo de mill e quatroçentos e çinquoenta e ssete»: ADB, *Colecção cronológica*, caixa 29. Este e outros documentos afins dos Arquivos Distritais de Braga e do Porto e do ANTT, pertinentes aos cabidos das sés portuguesas, designadamente ao cabido de Braga, Porto, Coimbra, etc., fazem parte da documentação respeitante ao trabalho já anunciado ao público sobre as relações entre a Igreja e o Estado em Porutugal durante o século XV. Em várias súplicas, aparece como estudante de direito canónico, mas já em 1447 Nicolau V, ao mandar conferir-lhe a tesouraria de Viseu, o diz *dilectus filius Valascus Martini de Rabaello, canonicus Visensis, decretorum doctor... qui, ut asserit, in theologia bacallarius formatus existit* (AV, Reg. Lat. 444, fl. 183v-185v). Em súplica de 23 de Abril de 1468, depois de se referir a concessões anteriores, inclusive à de 12 de Março de 1468 sobre a igreja de Penude, a reter com a tesouraria de Viseu e a igreja de S. Paio de Caria, alegando aliás em ambas que *verbum Domini sepissime populis predicare consuevit*, ajunta na de Abril que ele *bone memorie domini Jacobi olim cardinalis Ulixbonensis, dum vixit, in archiepiscopatu Ulixbonensi, et postmodum, eo defuncto, in episcopatu Elborensi pro episcopo Elborensi, vicarius generalis longo tempore fuit, prout nunc devote creature vestre episcopi Lamacensis etiam in spiritualibus vicarius generalis existit* (*Súplicas de Paulo II*, n. 645), afirmação repetida mais ou menos pelas mesmas palavras noutras súplicas de 15 de Maio de 1469, 24 de Maio de 1469 e 10 de Junho de 1469: «... *Valascus Martini, thesaurarius ecclesie Visensis ... qui decretorum doctor et in sacra pagina bacallarius formatus existit quique dudum bone memorie domini Jacobi cardinalis Ulixbonensis, dum vixit, in archiepiscopatu Ulixbonensi et postmodum, eo defuncto, pro episcopo Elborensi in episcopatu Elborensi ac devote creature episcopi Lamacensis in spiritualibus vicarius generalis fuit.* (*Súplicas de Paulo II*, nn. 645, 861, 870, 887). Daqui se vê que, já à volta de 1456-1459, Vasco Martins não residia na diocese de Viseu, exercendo o ofício de vigário geral do cardeal D. Jaime e, a seguir à morte deste, do bispo de Évora D. Álvaro Afonso, até ser designado vigário geral ou oficial do bispo de Lamego, ofício que ainda ocupava em 1468, mas, segundo parece dever inferir-se das citadas súplicas, já não exercia no ano seguinte de 1469, a não ser que a frase *vicarius generalis fuit* não excluísse o tempo daquelas súplicas. Em pedido de 3 de Junho de 1469, do deão, cabido e dele tesoureiro de Viseu, fala-se de composição anteriormente realizada entre eles *de et super certis oneribus thes a urarie eiusdem ecclesie per bone memorie Johannem olim episcopum Visensem impositis*, com a designação de Vasco Martins apenas como *decretorum doctor* e tesoureiro de Viseu, sucedendo o mesmo noutra de 22 de Julho de 1469, com alusão à concórdia, em virtude da qual seria anexa à tesouraria a igreja paroquial de Santa Maria de Torredeita (*Súplicas de Paulo II*, nn. 883, 907). A 3 de Agosto de 1474, depois de recordar concessões anteriores de Nicolau V e de Paulo II, o papa Sisto IV estendia a concessão relativa ao quinquénio e a dois benefícios incompatíveis a um terceiro benefício vitaliciamente, lembrando a afirmação de que Vasco Martins fora vigário geral do cardeal D. Jaime, ofício que, ao tempo da súplica respectiva, desempenhava em Coimbra por incumbência do bispo D. João Galvão: ... *te qui, ut asseris, bone memorie Jacobi sancti Eustachii diaconi cardinalis, qui ecclesie Ulixbonensi ex concessione apostolica prefuit, in spiritualibus vicarius generalis fuisti, ac venerabilis fratris nostri Johannis episcopi Colimbriensis in eisdem spiritualibus vicarius generalis necnon*

Setembro de 1439, no mesmo local, para se obrigar pela anata da igreja de Santo André de Souselo, que obtivera para este seu familiar Vasco Martins (590).

Que D. Luís Coutinho frequentasse a Cúria pontifícia, em 1439, colhe-se de súplica de 6 de Maio de 1439, a pedir indulto de continuar a usufruir as prerogativas dos que seguiam a Cúria, apesar de ter sido obrigado a ausentar-se dela para completar seus estudos: «Supplicat S. V. devota creatura vestra Ludovicus de Coutinho, sedis apostolice prothonotarius, de magno et illustri genere procreatus, qui nuper pro studio suo complendo ac aliis de causis a Curia se absentaverit...» (591). *Depois da promoção de seu protector à sé de Viseu, o sobredito Adriano Guilherme,*

---

in theologia bacallarius formatus existis ... (AV, Reg. Vat. 669, fl. 82v-84; *Súplicas de Sisto IV*, n. 493), expressões que se encontram noutra bula de 31 de Março de 1477 e respectivas súplicas sobre faculdade de continuar a exercer o ofício de vigário geral do bispo de Coimbra, juntamente com a posse da tesouraria e outros benefícios, recebendo os proventos dos mesmos (AV, Reg. Suppl. 756, fl. 192-193v, Reg. Vat. 668, fl. 311-313v). Segundo súplica de Martinho Peres, doutor em leis e clérigo da diocese de Lisboa, detinha o arcediagado de Vouga em Dezembro de 1476, motivo pelo qual lhe era movida causa (AV, Reg. Suppl. 745, fl. 137v-138). A 31 de Dezembro de 1477, *Valascus Martini, thesaurarius ecclesie Visensis, decretorum doctor ac in theologia bacalarius formatus, in sacerdotio constitutus*, pedia e alcançava a nomeação pontifícia de acólito do papa e da sé apostólica (AV, Reg. Suppl. 763, fl. 62v). Mas já nesta altura tinha sido privado da tesouraria por autoridade ordinária, conforme refere em súplica de 24 de Dezembro de 1477 Estêvão Martins, cónego de Viseu, ao pedi-la para si (Reg. Suppl. 768, fl. 67-67v), embora continuasse na posse dela. De facto, este cónego de Viseu repete o pedido, em súplica de Outubro de 1478 (Reg. Suppl. 774, fl. 16) e dizendo-se *Stephanus Martini, in legibus bacalarius, cui per V. S. provisum de thesauraria ecclesie cathedralis Visensis*, confessa, noutra súplica de 17 de Maio de 1479, não ter conseguido a posse da tesouraria (Reg. Suppl. 782, fl. 30-30v). Noutra de 23 de Junho do mesmo ano, o sobredito cónego refere que a privação fora feita pelo bispo D. João e que o Doutor Vasco Martins apelara, não estando o suplicante ainda de posse da mesma (Reg. Suppl. 783, fl. 202v-203). A 18 de Janeiro de 1480, Estêvão Martins refere o mesmo, pedindo que a omissão da qualidade de Vasco Martins, enquanto doutor em decretos, e da circunstância de este ainda estar na posse da tesouraria não obstasse à concessão que lhe fizera o papa (Reg. Suppl. 788, fl. 296-296v). Existe sentença de 13 de Agosto de 1482, na qual vem inserida bula de 6 de Agosto de 1481 de Sisto IV, publicada essa sentença a 27 de Setembro de 1482. Nela os juízes apostólicos da causa movida pelo cabido de Viseu contra o Doutor Vasco Martins de Rebelo, lembram que este, depois de destituído da dignidade e ofício de tesoureiro, ainda se arrogava certos direitos do mesmo e injuriava o cabido (ANTT, *Sé de Viseu*, maço 5, n. 145). Eis algumas súplicas a respeito do Doutor Vasco Martins de Rebelo, incluindo as referidas: *Monumenta Portugaliae Vaticana*, Súplicas de Eugénio IV, nn. 889, 1020, 1027, 1065, 1614, 1725, 1727, 1734, 1740; *Súplicas de Calisto III*, nn. 232, 283; *Súplicas de Pio II*, n. 224; *Súplicas de Paulo II*, nn. 612, 645, 861, 870, 883, 887, 907; *Súplicas de Sisto IV*, nn. 493, etc.

(590) «M.CCCCxliiii. Die xviii. mensis Maii. Venerabilis vir dominus Valascus Martini, canonicus et thesaurarius Visensis, suo proprio nomine et privato nomine ac ut et tamquam legitimus procurator reverendi in Christo patris domini Ludovici Cutigno, translati de ecclesia Visensi ad ecclesiam Colimbriensem, obtulit camere apostolice et collegio reverendissimorum dominorum cardinalium pro suo communi servitio florenos auri de camera duo millia, ad quos dicta ecclesia reperitur taxata, et quinque minuta servitia consueta. Eorumdem autem medietatem infra sex menses et aliam medietatem infra alios sex menses immediate sequentes solvere promisit et se obligavit in forma, etc. Et dominus locum tenens tulit setentias... Presentibus dominis N. de Valle et Jacobo Turlono, apostolice camere clericis, et me G. de Vulterris»: AV, Obl. et Sol. 71, fl. 37v. Por seu lado, foi D. Luís Coutinho, quando era ainda só protonotário apostólico, depois de ter pedido para Vasco Martins a já referida igreja de Santo André de Souselo, quem se apresentou na câmara apostólica, a 1 de Setembro de 1439, para se obrigar, em nome do dito seu familiar, pela respectiva anata: «Dicta die [prima Septembris, millesimo quadringentesimo tricesimo nono]. Reverendus pater dominus Ludovicus Coutinho, sedis apostolice prothonotarius, principalis obligavit se camere apostolice nomine Valasci Martini super annata parrochialis ecclesie sancti Andree de Souselo Lamacensis diocesis, cuius fructus, etc., quadraginta librarum Turonensium communi extimatione, vacantis per obitum quondam Alvari Martini, infra duas dietas legales a civitate Florentina non distantes defuncti. Coll. eidem Florencie, anno ut supra, vi Kalendas Augusti, anno nono»: AV, Annat. 8, fl. 79.

(591) *Monumenta Portugaliae Vaticana*, Súplicas de Eugénio IV, n. 1031.

dizendo-se capelão de D. Luís, pedia o arcediagado de Lamego, mediante súplica de 12 de Setembro de 1439, já que tal dignidade tornar-se-ia vacante pela consecução pacífica da administração da igreja de Viseu ou pela sagração do bispo eleito (592). *O próprio D. Luís Coutinho solicitava, a 14 de Setembro de 1439, a igreja paroquial de Souselo para o familiar Lopo Afonso* (593) *e para si impetrava, a 18 de Setembro de 1439, a graça de poder continuar com a igreja de S. Salvador de Bouças, mesmo depois de obter a posse do bispado ou de receber a sagração* (594). *Significativa a súplica de 6 de Outubro de 1439 sobre indulto de satisfazer à obrigação de visitar a diocese durante cinco anos por pessoas idóneas* (595). *Mais significativa ainda a de 17 de Dezembro de 1440, porque nela diz claramente não ter sido ainda informado se estava já de posse da igreja de Viseu, ao pedir a dispensa de não ser obrigado a receber a sagração episcopal durante o prazo de quatro meses, a contar do dia em que receber tal notícia* (596). *Talvez nos fins de 1441 ou princípios de 1442 lhe tenha chegado a notícia da tomada de posse da diocese, já que, em súplica de 14 de Março de 1442, ele* Ludovicus electus Visensis, in subdiaconatus ordine dumtaxat constitutus, *solicitava e obtinha bula* (597) *sobre o indulto de poder ser ordenado de diácono e presbítero sucessivamente e no mesmo dia, fora do tempo prescrito e da Cúria Romana, bem como de receber a sagração episcopal de qualquer bispo católico em comunhão com a sé apostólica* (598). *Mas o regresso a Portugal só em Maio de 1442, ou depois, se deve ter realizado. Efectivamente, a 19 de Abril de 1442, depois de se referir à privação de D. Luís do Amaral e à promoção dele protonotário apostólico, com 23 anos de idade, bem como à faculdade de continuar na posse da igreja de S. Salvador de Bouças da diocese do Porto, mesmo depois de obter a pacífica posse da diocese, sem vagar a dita igreja em virtude da sagração episcopal, pedia não perdessem o valor tais concessões, pelo facto de ele não ter mencionado o defeito de idade* (599), *e noutra súplica de 30 de Maio de 1442 dá a entender que, entretanto, residira em Sena por motivo de estudos, onde provavelmente recebeu a sagração episcopal, depois do que*

---

(592) *Monumenta Portugaliae Vaticana*, Súplicas de Eugénio IV, n. 1095. Cf. nota 587.

(593) *Monumenta Portugaliae Vaticana*, Súplicas de Eugénio IV, n. 1099. Cf. nota 587.

(594) *Monumenta Portugaliae Vaticana*, Súplicas de Eugénio IV, n. 1111.

(595) *Monumenta Portugaliae Vaticana*, Súplicas de Eugénio IV, n. 1125. Cf. n. 1143.

(596) *Monumenta Portugaliae Vaticana*, Súplicas de Eugénio IV, n. 1270.

(597) «Eugenius, etc. Dilecto filio Ludovico, electo Visensi... Dudum siquidem nos ecclesie Visensi, tunc pastoris solatio destitute, de persona tua providere intendentes, tecum ut, defectu etatis, quem tunc in vicesimo tertio ipsius etatis anno constitutus, patiebaris, non obstante, curam, regimen et administrationem dicte ecclesie libere recipere illaque in spiritualibus et temporalibus gerere et exercere licite valeres dispensando primo et successive de dicta persona, nobis et fratribus nostris ob tuorum exigentiam meritorum accepta, prefate ecclesie de eorumdem fratrum consilio providendum duximus, preficiendo te illi in episcopum et pastorem, prout in diversis nostris superinde confectis litteris plenius continetur. Nos igitur ad ea que ad tue commoditatis augmentum cedere valeant, favorabiliter intendentes, tuis in hac parte supplicationibus inclinati, tibi, qui in subdiaconatus ordine constitutus existis et in manibus dilecti filii nostri Prosperi, sancti Georgii ad Velum Aureum diaconi cardinalis, fidelitatis debite [fl. 163] prestitisti iuramentum, ut a quacumque malueris catholico antistite, gratiam et communionem apostolice sedis habente, ad diaconatus et presbyteratus ordines aliquo simul vel aliquibus die dominico seu diebus dominicis aut festivis etiam extra tempora a iure statuta necnon ab antistite huiusmodi, astitis et in hoc sibi assistentibus duobus vel tribus aliis catholicis episcopis, similem gratiam et communionem habentibus, munus consecrationis etiam eadem die recipere valeas ac prefato antistiti ut ordines et munus predicta auctoritate nostra impendere libere tibi possit plenam et liberam concedimus, tenore presentium, facultatem. Volumus autem quod per hoc venerabili fratri nostro archiepiscopo Bracharensi, cui dicta ecclesia metropolitico iure subesse dinoscitur, nullum imposterum preiudicium generetur. Datum Florentie, anno Incarnationis Dominice millesimo quadringentesimo quadragesimo primo, pridie Idus Martii, anno duodecimo»: AV, Reg. Lat. 388, fl. 162v-163.

(598) *Monumenta Portugaliae Vaticana*, Súplicas de Eugénio IV, n. 1409.

(599) *Monumenta Portugaliae Vaticana*, Súplicas de Eugénio IV, n. 1431.

regressou a Florença (600). *A viagem para Portugal deve ter ocorrido nos fins de Maio de 1442, porque, segundo se tira destas súplicas, a 19 de Abril de 1442, ainda não se tinha dado a sagração episcopal. Conta, de facto, o nosso D. Luís, já bispo consagrado de Viseu, nessa súplica de 30 de Maio de 1442, ter-se obrigado a pagar certa soma à sociedade bancária de Cosme de Medicis, sob penas e censuras eclesiásticas, dentro de certo prazo. Pelo facto de não ter pago a dívida, estando ele no Estudo de Sena, não citado pessoalmente, incorrera em tais penas, sem ter sido feita qualquer denúncia ou publicação. Por não ter conhecimento disso, intrometera-se, entretanto, nos ofícios divinos, entregara-se ao exercício das Ordens recebidas e fora legitimamente sagrado bispo e muitas outras coisas fizera, consententâneas à sua dignidade episcopal. Partira depois para Florença, onde tomou conhecimento da excomunhão e chegou a acordo com o dito Cosme e sociedade bancária, recebendo, finalmente, a absolvição. Agora solicitava ao papa que o sucedido em nada pudesse obstar à legitimidade da sagração episcopal* (601). *Na mesma data, pedia faculdades para absolver os clérigos e beneficiados da sua diocese, que ousaram aderir ou ainda aderiam ao antipapa Félix V ou aos conciliares de Basileia, depois de o legítimo papa Eugénio IV trasladar o concílio para Ferrara, ainda que se tratasse de censuras reservadas à Santa Sé* (602). *Noutra súplica de 6 de Novembro de 1442, estendia a aplicação das faculdades a todos os clérigos e leigos, mesmo aos constituídos em dignidade episcopal* (603). *Pensaria em D. Luís do Amaral?*

Tudo isto, indício de que partiu para a diocese em 1442, depois de ter dela tomado posse. Aliás existem bulas da segunda metade do ano 1442, a encarregar o bispo de Viseu de comissões que supõem a residência do mesmo na diocese ou viagem a empreender para lá em tempo muito próximo. Assim, Eugénio IV, por bula de 19 de Maio de 1442, encarregava-o de dispensar Diogo Soares e Beatriz de Vilena, seus diocesanos, do impedimento de consanguinidade, a fim de poderem contrair matrimónio (604) *e, por outra de 11 de Setembro de 1442, de dispensar ou convalidar o matrimónio de Martim Domingues de Atalaia da vila de Pinhel e Maria Martins, os quais tinham celebrado tal matrimónio, ignorando a existência entre eles do impedimento de parentesco espiritual* (605). *Em Março de 1443, conforme súplica de 30 de Março, já não estava na Cúria, porque, ao pedir a dispensa de prestar qualquer juramento de fidelidade, durante cinco anos, a qualquer superior eclesiástico, além do que prestara ao Sumo Pontífice, quando aceitou a provisão do bispado de Viseu, após a privação de D. Luís do Amaral, diz expressamente que* pro tunc in Curia presens fuit. *Então residia já na diocese, onde estava nos primeiros meses do ano, nomeadamente a 15 de Abril de 1443, nos* paços de Fontello, que são acerca da dita cidade de Viseu, *passando procuração ao sobredito Adriano, arcediago de Lamego e seu capelão, para, em seu nome, prestar obediência ao metropolita D. Fernando da Guerra* (606). *Aliás há provas, tiradas de documentos da sé de Viseu e pontifícios, de que D. Luís Coutinho governava plenamente a diocese em 1443. Por súplica de 3 de Agosto de 1443, por exemplo, sabemos que ele tinha já movido processo e privado João Nunes da tesouraria e do canonicato de Viseu. Por tal motivo, vista a qualidade de cubiculário pontifício deste clérigo, outro cubiculário de Eugénio IV, de nome João da Costa, pedia,*

---

(600) *Monumenta Portugaliae Vaticana*, Súplicas de Eugénio IV, n. 1444.
(601) Cf. nota imediatamente anterior.
(602) *Monumenta Portugaliae Vaticana*, Súplicas de Eugénio IV, n. 1445.
(603) *Monumenta Portugaliae Vaticana*, Súplicas de Eugénio IV, n. 1494.
(604) AV, Reg. Lat. 388, fl. 224v.
(605) AV, Reg. Lat. 387, fl. 191.
(606) *Monumenta Portugaliae Vaticana*, Súplicas de Eugénio IV, n. 1527. Aparece-nos a 20 de Janeiro de 1443 Gil Afonso, escolar em direito canónico, vigário geral por D. Luís Coutinho, e a 5 de Junho do mesmo ano estava D. Luís Coutinho em Souselo (ADV, *Pergaminhos*, maço 19, col. 1, 32). Cf. nota 587.

nessa altura, tais benefícios (607). *Súplica de 5 de Outubro de 1446, quando D. Luís era já bispo de Coimbra, de Rodrigo Fernandes, sacerdote da diocese de Lamego, a quem o bispo conferira o canonicato e prebenda de Coimbra, explicita que o dito João Nunes, acusado de homicídio, embora cubiculário do papa, residia então em Portugal e que o suplicante mantinha a posse dos mesmos* (608).

Não esteve muitos anos à frente da diocese de Viseu o nosso D. Luís Coutinho, porque Eugénio IV transferiu-o para Coimbra a 1 de Abril de 1444: «Anno xiiii.o. Die Mercurii, Kalendis Aprilis. Sanctissimus dominus noster ad relationem reverendissimorum dominorum cardinalium sancte Marie Nove et xii.cim Apostolorum absolvit dominum Ludovicum, episcopum Visensem, a vinculo, quo tenebatur ipsi ecclesie, et transtulit eum ad ecclesiam Colimbriensem, vacantem per obitum» (609). *A que obedeceria esta medida de Eugénio IV? Tentativa de satisfazer aos desejos do infante regente? Mas pensaria ainda D. Pedro no retorno de D. Luís do Amaral à diocese, de que fora privado? Teria viabilidades de êxito alguma tentativa de transferência? Simples desejo de premiar a fidelidade de D. Luís Coutinho? É este o assunto de várias cartas trocadas entre a corte portuguesa e o papa Eugénio IV dos anos 1440, 1441 e 1442, ao qual anda associada também a promoção a bispo de Silves de Rui Dias, deão de Braga, um dos embaixadores do papa, juntamente com o bispo do Porto, aos Gregos, em contraste com D. Luís do Amaral, e bem assim a vinda a Portugal e o regresso ao concílio de Basileia deste conciliarista ferrenho e intransigente, cuja privação pelo papa Eugénio IV, também intransigente em restituir-lhe a diocese, apesar dos rogos do Infante D. Pedro, contribuiu muito para o seu endurecimento. Antes de entrarmos no estudo destas posições, quero lembrar que a transferência de D. Luís Coutinho para Coimbra não era aceite ao Infante D. Pedro. Para não me delongar mais, recordo bula de Eugénio IV, de 2 de Outubro de 1445, em que isto mesmo se diz, com o esclarecimento de que o candidato de el-rei D. Afonso V, que é dizer do Infante, era precisamente o embaixador ao papa em 1440 Rodrigo da Cunha, o qual veio a sofrer as consequências da fidelidade ao Infante, derivantes do desastre de Alfarrobeira* (610).

---

(607) *Monumenta Portugaliae Vaticana*, Súplicas de Eugénio IV, n. 1575.

(608) *Monumenta Portugaliae Vaticana*, Súplicas de Eugénio IV, n. 1790.

(609) AV, Obl. et Sol. 75, fl. 28v. Outra notícia: «Rome, dicta die [viiii mensis Martii 1444] dominus Ludovicus episcopus Colimbriensis solvit florenos M. lxxvi, sol. xlvi, den. ii. Fuit promotus Rome Kalendis Aprilis pontificatus domini Eugenii pape iiii.ti anno xiiii.o; fuerunt in eius promotione cardinales xviiii, videlicet Terraconensis, Venetiarum, Sancti Marci, Sancte Sabine, Tarentinus, Capuanus, Flisco, Russiensis, Nicenus, Cumanus, Portugalensis, Morinensis, Estontevilla, Sancti Sixti, Aquilegensis, Columpna, Firmanus, Sancti Eustacii, Sancte Marie Nove. Capiunt clerici collegii flor. x, sol. xxxviii, den. iiii.or. Restant flor. M.lxvi, sol. viii, den. x. Capit quilibet dominorum flor. lvi, sol. v, den. iiii.or»: AV, Obl. et Sol. 63A, fl. 30v.

(610) Precisamente, depois do desastre de Alfarrobeira, Nicolau V, atendendo pedido de D. Afonso V., mandava conferir ao capelão régio Gonçalo Rodrigues o deado de Viseu, vacante pela privação de Rui da Cunha: «Nicolaus, etc. Dignum arbitramur ... Ad audientiam siquidem nostram [a] carissimo in Christo filio nostro Alfonso Portugalie et Algarbii rege illustri pervenit quod dilectus filius Rodericus de Cunha, qui se gerit pro decano ecclesie Visensis, suorum salutis, status et honoris immemor, adversus eumdem regem arma suscipere non expavit, crimen lese maiestatis incurrendo ... Nos igitur, attendentes quod, veris existentibus supradictis, Rodericus decanatu ipsius ecclesie reddidit se indignum ac volentes dilectum filium Gonsalvum Roderici, presbyterum Colimbriensis diocesis, ipsius regis capellanum, et pro quo idem rex nobis super hoc humiliter supplicavit ... fraternitati tue per apostolica scripta mandamus quatinus, vocatis dicto Roderico et aliis qui fuerint evocandi, super premissis auctoritate nostra inquiras diligentius veritatem et si per inquisitionem huiusmodi illa inveneris veritate fulciri, eumdem Rodericum prefato decanatu auctoritate predicta sententialiter prives et ammoveas realiter ab eodem, prout de iure fuerit faciendum et nichilominus si privationem et ammotionem huiusmodi per te fieri contigerit, ut prefertur, et per diligentem examinationem eumdem Gonsalvum ad hoc ydoneum esse reppereris ... decanatum predictum ... cum omnibus iuribus et pertinentiis suis eidem Gonsalvo auctoritate predicta conferas et assignes ... Datum Fabriani Camerinensis diocesis, pontificatus nostri anno tertio» (AV, Reg. Vat. 410, fl. 250-251). Algumas súplicas

Para, de algum modo, compensar o candidato do Infante, fora-lhe prometida a igreja paroquial de S. Salvador de Bouças, que D. Luís possuíra enquanto fora bispo de Viseu, informando o papa disso o Infante D. Pedro e Rodrigo da Cunha. Entretanto, as respectivas bulas não foram feitas e os padroeiros, gente nobre e potente (acrescentemos: e da família de D. Luís Coutinho) não consentiam na transferência da igreja paroquial para D. Rodrigo da Cunha, antes insistiam por que continuasse na posse de D. Luís. E por tal razão o papa estabeleceu continuasse ele na posse da mesma, como se não tivessem sido dirigidas nenhumas cartas ao regente nem ao interessado:

> *«Eugenius, etc. Venerabili fratri Ludovico, episcopo Colimbriensi. Salutem, etc. Personam tuam nobis et apostolice sedi devotam, tuis exigentibus meritis, paterna benivolentia prosequentes, illa tibi libenter concedimus, per que tuis commoditatibus et etiam indemnitatibus utiliter et salubriter consulatur. Dudum siquidem, cum de persona tua ecclesie Visensi, tunc pastore carenti, providissemus, preficiendo te illi in episcopum et pastorem, pro statu tuo iuxta episcopalis dignitatis decentiam decentius tenendo, [fl. 69v] ut tu, etiam postquam possessionem pacificam vel quasi regiminis et administrationis bonorum prefate ecclesie seu maioris partis eorum assecutus esses aut tempus de consecrandis episcopis, a canonibus diffinitum, lapsum foret, parrochialem ecclesiam sancti Salvatoris de Baucis Portugalensis diocesis, quam etiam tunc obtinebas, una cum dicta Visensi ecclesia quoad viveres retinere eiusque fructus, redditus et proventus in tuos usus convertere libere et licite posses per quasdam primo et deinde per alias nostras litteras, cum tunc pro parte tua nobis expositum fuisset quod dudum antea tecum ut curam et administrationem dicte Visensis ecclesie, defectu etatis, quem ad id tunc patiebaris, in illius vicesimo tertio anno tunc constitutus, non obstante, recipere necnon in spiritualibus et temporalibus gerere et exercere valeres auctoritate apostolica fuerat dispensatum et quod de huiusmodi dispensatione nulla in ipsis prioribus litteris mentio facta fuerat, quod littere priores prefate ac omnia in eis contenta et inde secuta valerent plenamque roboris firmitatem obtinerent perinde in omnibus et per omnia ac si in illis de defectu et dispensatione huiusmodi debita expressio facta fuisset quodque etiam tu dictam parrochialem ecclesiam una cum quacumque cathedrali alia seu metropolitana, etiam cui de huiusmodi persona tua ex tunc in antea forsan provideri vel ad quam te transferri contingeret, etiam quoad viveres retinere valeres, tibi duximus concedendum, prout in singulis litteris prefatis, per quas etiam dictam parrochialem ecclesiam propter concessionem huiusmodi minime vacare decrevimus et in quarum posterioribus quod illa de iure patronatus laicorum existit expressum fuit, plenius continetur, postea vero videlicet anno cum dimidio iam elapso, cum tunc te de prefata Visensi ecclesia ad ecclesiam Colimbriensem, tunc pastore carentem, transtulissemus, preficiendo te illi in episcopum et pastorem, ac nonnullis supplicationibus pro parte carissimi in Christo filii nostri Alfonsi, regis Portugalie illustris, nobis tunc factis, inter cetera continentibus ut de persona dilecti filii Roderici de Cunha dicte Visensi ecclesie, per translationem huiusmodi tunc vacanti, providere dignaremur, ex certis causis rationabilibus minime annuendum duxissemus, ne idem Rodericus aliquali gratia nostra tunc vacuus remaneret, ipsius regis contemplatione, tunc inclinati, dictam parrochialem ecclesiam per translationem huiusmodi vacavisse et vacare tunc ac de illa dicto Roderico, si eam acceptare vellet, providendum esse decrevimus et deinde per diversa scripta nostra in forma brevis confecta, tam dilecto filio nobili viro*

---

sobre o priorato de Guimarães, inclusive relacionadas com a privação do mesmo, a favor de Afonso Gomes de Lemos, depois do desastre de Alfarrobeira em *Monumenta Portugaliae Vaticana*, Súplicas de Eugénio IV, nn. 146, 1223, 1224, 1228, 1261. *Súplicas de Nicolau V*, nn. 445, 446, 448.

Petro etiam tunc regni Portugalie infanti ac illud regenti, quam etiam prefato Roderico posterius decretum predictum effectualiter nuntiavimus. Cum autem, sicut nuper accepimus, nulle alie apostolice littere super posteriori decreto predicto confecte fuerint et alias dicti patroni qui nobiles et in partibus illis multum potentes existunt, in prefatum Rodericum quoad ipsam parrochialem [fl. 70] ecclesiam, quam possides, non consentiant neque consentire velint, sed litteras et concessiones tibi factas predictas plenam roboris firmitatem obtinere debere desiderent ac verisimiliter dubitetur quod ex decreto posteriori huiusmodi, si ad prosecutionem illius ulterius tentaretur, dissensiones et scandala aliqua forsan provenire possent, nos premissa paternaliter compensantes necnon te premissorum meritorum tuorum intuitu specialis favore gratie prosequi volentes, tuis in hac parte supplicationibus inclinati, volumus et apostolica tibi auctoritate concedimus quod singule littere tibi concesse predicte necnon concessiones et decreta ac alia in illis contenta ab eorum datis valeant plenamque roboris firmitatem obtineant quodque tu, tam illarum quam presentium vigore, dictam parrochialem ecclesiam ad huiusmodi vitam tuam retinere ac huiusmodi illius fructus, redditus et proventus percipere necnon in tuos usus et utilitatem convertere et exponere libere et licite possis perinde in omnibus et per omnia ac si decretum posterius ac littere regenti et Roderico directe huiusmodi nullatenus emanassent, que quidem posterius decretum ac littere regenti et Roderico directe predicta, quorum tenores ac si de verbo ad verbum inserti forent, presentibus haberi volumus pro expressis, necnon inde secuta omnia et singula dicta auctoritate apostolica ex certa scientia, tenore presentium, cassamus et annullamus ac pro nullis et infectis haberi volumus atque decernimus. Non obstantibus premissis ac omnibus illis que in singulis tibi concessis litteris predictis volumus non obstare, ceterisque contrariis quibuscumque. Nulli ergo, etc., nostre voluntatis, concessionis, cassationis, annullationis et constitutionis infringere, etc. Si quis, etc. Datum Rome, apud Sanctum Petrum, anno Incarnationis Dominice millesimo quadringentesimo quadragesimo quinto, sexto Nonas Octobris, anno quintodecimo» (611).

A incumbência, portanto, que Rodrigo da Cunha e o provincial dos Carmelitas levaram para a corte portuguesa em nome do papa, mais ou menos durante os meses de Setembro-Outubro — volto a recordar que além das súplicas de Setembro e Outubro de 1440, a favor do provincial Frei João, nelas indicado como embaixador, existem outras, por exemplo uma de 28 de Setembro de 1440 sobre concessão de conservatórias aos devotissimis eiusdem S. oratoribus priori, cantori necnon capitulo, canonicis ac omnibus et singulis secularis et collegiate ecclesie beate Marie Vymaranensis Bracarensis diocesis personis presentibus et futuris (612) —, *dizia respeito sim à honra e estado do papa, comprometidos com a rebeldia dos conciliares de Basileia, nomeadamente do bispo de Viseu D. Luís do Amaral e, pelo menos indirectamente, visava também a privação desse prelado e consequente promoção à sé de Viseu de D. Luís Coutinho. Não sei se algumas das cartas escritas em nome do rei, a interceder por D. Luís do Amaral, para este continuar no governo da diocese de Viseu, foram consequência das notícias ou incumbências recebidas do papa e comunicadas pelos embaixadores. De qualquer forma, é muito provável, para não dizer certa, a conexão destas incumbências com a posição conciliarista do bispo de Viseu e com as cartas que do assunto tratam. Na primeira missiva, sem dúvida posterior a Abril de 1440, mês em que, segundo as actas do concílio de Basileia, D. Luís do Amaral deve ter deixado Basileia para ir a Portugal na quali-*

(611) AV, Reg. Vat. 417, fl. 69-70.

(612) *Monumenta Portugaliae Vaticana*, Súplicas de Eugénio IV, n. 1223.

dade de embaixador (613), *mas talvez de Maio ou Junho do mesmo ano, porque nela o papa alude já ao facto da partida, Eugénio IV estranha que o rei se apresse a interceder pelo bispo, depois de já ter recebido, como afirma, cartas do papa, a explicar quanto fizera relativamente à privação do bispado de Viseu, justificando as medidas tomadas com a condenação de D. Luís do Amaral pelo papa e concílio de Ferrara-Florença, em face das demonstrações de manifesto hereje e cismático. O bispo sempre fora o porta-bandeira da rebeldia contra o papa, persistindo nos seus maus intentos, sem algum sinal de arrependimento, vangloriando-se, ao contrário, disso. Ele merecia não só a privação da igreja, como ser metido no cárcere e castigado duramente como herege. O ter-se retirado de Basileia não significava arrependimento, mas temor de perder o bispado. Empreendera a viagem, na esperança de o recuperar, sem desistir da intenção de semear escândalos e enganos. Estranha ainda o papa que lhe chamem bispo de Viseu, depois de condenado com penas que o separavam do grémio dos cristãos. O facto não era de imputar ao monarca, ainda em idade não bastante para conhecer as coisas, mas aos redactores da carta que ousavam manifestar ao papa estranheza pela provisão da igreja na pessoa de D. Luís Coutinho, sem consentimento do rei, como se isso não fora conforme ao direito canónico. O monarca devia abster-se de escrever ou melhor de aceitar escrevam cartas em seu nome, desse teor, como inconvenientes à sua régia dignidade. De qualquer forma, a disposição firme do Pontífice era de em nada mudar o que estabelecera sobre o bispado de Viseu, já que seria indigno tirar essa igreja a prelado fiel, católico e benemérito, para dá-lo a outro, mas infiel e herege, dela privado em virtude de suas acções demeritórias. Estranha, por isso, o papa a injustiça que, depois de D. Luís Coutinho ter estado de posse durante dois meses da diocese, em virtude das disposições pontifícias, a corte o espoliasse da posse e colocasse nela oficiais régios, os quais nenhuma jurisdição podiam ou deviam ali exercer. O que o monarca tinha a fazer era restituir a posse do bispado a D. Luís Coutinho e rodear-se, na sua adolescência, de pessoas tementes a Deus, católicos e devotos, que o poderiam instruir no temor de Deus e na reverência à sé apostólica e do vigário de Cristo* (614).

As queixas do papa contra D. Luís do Amaral são verdadeiras, conforme quanto ficou exposto atrás. A pertinácia do bispo rebelde manifesta-se ainda nos acontecimentos posteriores à deposição do papa Eugénio IV, em que ele tomou parte, a começar pela eleição de novo papa, como se disse. A 2 de Outubro de 1439, foi determinado «quod omnes et singule cause inter ipsos Angelum et Julianum vertentes, committantur dominis episcopo Visensi et Wilhermo de Constantia, qui causas ipsas inter se dividant et resumant, ita quod quilibet ipsorum causas sibi divisas et earum quamlibet unica terminet sententia, a qua neutri partium liceat appellare, cum potestate summarie, etc., procedendi in forma» (615). *Na congregação geral de 3 de Outubro de 1439, assistia o nosso bispo de Viseu, juntamente com outros bispos, ao cardeal de Arles, tendo sido apresentadas letras ou missiva do Dr. Lobo Vaz de Serpa, provenientes de Bolonha, bem como lida a bula de Eugénio IV e concílio de Florença, de 4 de Setembro de 1439, sobre a condenação e privação de benefícios, visando os conciliares de Basileia, que tomaram posição contrária ao papa e concílio de Florença* (616). *Figura também entre os assistentes ao dito cardeal na congregação geral de 5 de*

---

(613) «In facto facultatis concedende reverendo domino Ludovico episcopo Visensi, legato destinando ad regnum Portugalie, etc., facta instancia desuper pro parte reverendissimi domini cardinalis Arelatensis votisque scrutatis placuit, quod dentur deputati, qui cum deputatis aliarum deputacionum habeant avisare et videre de modo facultatis huiusmodi concedende, cum potestate concludendi, prout eis pro honore sacri concilii visum fuerit expedire»: HERMANN HERRE, *Concilium Basiliense...*, p. 97.

(614) AV, Reg. Vat. 359, fl. 123v-125. Bibl. Apost. Vat. Chig. D. VII. 101, fl. 125-126. Publicada em *Monumenta Henricina*, VII, Coimbra, 1965, n. 83, pp. 118-121.

(615) GUSTAV BECKMANN, *Concilium Basiliense...*, p. 601.

(616) Cf. GUSTAV BECKMANN, *Concilium Basiliense...*, p. 605-606.

Outubro de 1439, na qual foram tratados assuntos e tomadas deliberações contra Eugénio IV, relacionadas com a eleição de novo papa (617). *Entre outras coisas, Gaspar de Frowis, ao protestar contra alguns que referiam dele falsidades, como dizia, de supostas relações com o papa Eugénio IV, apelava para o concílio ou para pessoas importantes do mesmo, nomeando expressamente o cardeal de Arles e logo a seguir o bispo de Tortosa e o bispo de Viseu como seus possíveis juízes* (618). *Assistia ainda ao cardeal de Arles na congregação geral de sete de Outubro de 1439, na qual se tratou de responder «ad certa contenta in pretensa et diffamatoria bulla Gabrielis olim Eugenii concepta concludenda»* (619), *bem como na congregação geral de 13 de Outubro de 1439, na qual foram designados os eleitores dos que deveriam eleger o novo papa* (620). *A 16 de Outubro foi encarregado de dispensa relacionada com certa concessão feita durante a embaixada em Bretanha, na qualidade de legado, a pedido do duque de Bretanha* (621). *Assistia ainda ao cardeal de Arles na congregação de 29 de Outubro de 1439, na qual «reverendissimus dominus cardinalis Arelatensis, recitando gesta huius sacri concilii et memorando deposicionem Gabrielis olim pape iiii. ac eciam ordinacionem et disposicionem per sacrum concilium de modo eligendi papam futurum factam, conclusive condescendit ad potestatem attributam illis tribus dominis, videlicet domino abbati Dondreynia alias de Scocia, Johanni de Segobia et Thome de Corcellis, de nominando per eos alios electores usque ad numerum xxxii pro futuro papa eligendo»* (622). *E ele,* Ludovicus Visensis episcopus, *foi um dos escolhidos para eleger o futuro papa* (623), *com quarto designado no conclave* (624). *A 30 de Outubro de 1439, estava presente na missa* de Spiritu Sancto, *celebrada pelo cardeal de Arles, e na congregação, em que foram lidos* tria decreta, primum de responsione facta ad quendam libellum diffamatorium sive invectivam Gabrielis, *etc., secundum de electionibus episcoporum et dignitatum, etc., tertium de nominatione dominorum electorum futuri Romani pontificis, custodum conclavis et aliorum officiariorum». E o bispo de Viseu aprovou tais decretos* (625) *e foi testemunha do juramento prestado por alguns prelados, como o do regente da vice-chancelaria durante o conclave* (626).

A 5 de Novembro de 1439, D. Luís do Amaral e os outros eleitores procediam à eleição do antipapa Félix V (627). *No dia 7 de Novembro, assistia ao cardeal de Arles com outros prelados* (628), *e no dia 17 de Novembro, revestido de pluvial e de mitra, depois de ter feito de assistente na missa, acompanhava o cardeal de Arles até ao púlpito, para proceder à leitura do decreto da eleição do antipapa Félix V, que foi aprovado também por ele* (629). *Esteve presente no dia 19 de Novembro à reunião, em que foi decidido enviar embaixadores ao antipapa eleito* (630). *E será ele um dos designados* (631). *Assistia ao cardeal de Arles na congregação geral de 27 de Novembro de*

---

(617) Cf. GUSTAV BECKMANN, *Concilium Basiliense...*, p. 613-616.
(618) Cf. GUSTAV BECKMANN, *Concilium Basiliense...*, p. 616.
(619) Cf. GUSTAV BECKMANN, *Concilium Basiliense...*, p. 619.
(620) Cf. GUSTAV BECKMANN, *Concilium Basiliense...*, p. 629.
(621) Cf. GUSTAV BECKMANN, *Concilium Basiliense...*, p. 633.
(622) Cf. GUSTAV BECKMANN, *Concilium Basiliense...*, p. 674-675.
(623) Cf. GUSTAV BECKMANN, *Concilium Basiliense...*, p. 676, 689.
(624) Cf. GUSTAV BECKMANN, *Concilium Basiliense...*, p. 681.
(625) Cf. GUSTAV BECKMANN, *Concilium Basiliense...*, pp. 682-690.
(626) Cf. GUSTAV BECKMANN, *Concilium Basiliense...*, p. 686.
(627) Cf. GUSTAV BECKMANN, *Concilium Basiliense...*, pp. 697-700.
(628) Cf. GUSTAV BECKMANN, *Concilium Basiliense...*, p. 702.
(629) Cf. GUSTAV BECKMANN, *Concilium Basiliense...*, p. 715-716.
(630) Cf. GUSTAV BECKMANN, *Concilium Basiliense...*, p. 717-718.
(631) «...Subsequenter vero die quarto Kalendas eiusdem mensis Novembris in nostra generali congregacione, ad hoc specialiter indicta, prefatam cedulam aperientes, nominacionem et eleccionem sic

1439 (632) *e na de 28 de Novembro do mesmo ano, na qual vem designado como embaixador ao antipapa* Ludovicus episcopus Visensis de Portugalia elector (633). *Alguns dos embaixadores a Félix V regressaram a Basileia no dia 26 de Dezembro* (634), *mas de D. Luís do Amaral só encontramos notícias no mês de Janeiro de 1440 ou seja no dia 19, em que assistia ao cardeal de Arles e o concílio foi informado suficientemente pelos embaixadores do consentimento de Félix V, dado à eleição* (635). *No dia 23 de Janeiro, foi deputado* pro fide dominus Visensis, *na inquirição «super tertio eorumdem dominorum ambassiatorum avisamento, continente pretensam nominacionem sive promocionem per Gabrielem novissime factam de certis dominis prelatis ad dignitatem cardinalatus»* (636). *E é para notar que entre os promovidos ao cardinalato se contava o bispo do Porto D. Antão Martins* (637)

---

per eos factam publicaverunt, in qua persone infrascripte nominate et deputate sunt ab eisdem pro electoribus futuri Romani pontificis ... Ludovicus Visensis ...»: JOHANNES DE SEGOBIA, *op. cit.*, lib. XVI, cap. VI, *ed. cit.*, III, p. 424.

(632) Cf. GUSTAV BECKMANN, *Concilium Basiliense...*, p. 725.

(633) Cf. GUSTAV BECKMANN, *Concilium Basiliense...*, pp. 726-728.

(634) Cf. GUSTAV BECKMANN, *Concilium Basiliense...*, pp. 743-745.

(635) Cf. HERMANN HERRE, *Concilium Basiliense...*, pp. 23-24.

(636) Cf. HERMANN HERRE, *Concilium Basiliense...*, p. 36.

(637) Cf. C. EUBEL, *Hierarchia Catholica Medii Aevi*, II, p. 8. Nas actas do concílio frequentemente se trata da condenação dos embaixadores do papa aos Gregos. A 19 de Fev. de 1438: «Super supplicacione promotorum et procuratoris fiscalis petentium committi aliquibus in pauco numero, qui se informent de impedimentis datis per dominos Dignensem et Portugalensem episcopos et Nicolaum de Cusa in facto Grecorum et referent in generali congregacione, etc., placuit quod committatur reverendo patri domino episcopo Vicensi ...» (BECKMANN, p. 161). A 26 de Março de 1438: «Super primo avisamento dominorum de xii. concernente commissionem faciendam contra dominum Nicolaum de Cusa et privacionem, etc., placuit huiusmodi avisamentum et quod extendatur ad dominos Portugalensem et Dignensem episcopos, et alios turbatores et impedientes hoc sacrum concilium» (BECKMANN, p. 201). A 28 de Julho de 1438: «Super primo avisamento dominorum xii. concernente dominos Portugalensem, Dignensem et Nicolaum de Cusa, etc., placuit huiusmodi avisamentum, ita tamen quod detur terminus sufficiens ipsis taliter, quod verisimiliter ad eorum noticiam citacio possit devenire.» (BECKMANN, p. 280-281). A 16 de Outubro de 1439: «Super supplicacione domini procuratoris fiscalis huius sacri concilii petentis ut in causa impedimenti reduccionis Grecorum contra quosdam Petrum pro Dignensi et Antonium pro Portugalensi episcopis ac Nicolaum de Cusa pro preposito sancti Florini Confluencie se gerentes, committatur dominis priori Traiectensi et archidiacono de Calatajubio commissariis, ut relacionem in ipsa causa facere possint cum potestate congregacionem indicendi et sententiam concipiendi, etc., concordant omnes sacre deputaciones, quod admittatur ut petitur...» (BECKMANN, p. 641). A 27 de Outubro de 1439: «Post hec dominus procurator fidei et promotor concilii pecierunt fieri relacionem per dominum archidiaconum de Calatajubio commissarium in causa falsitatis contra Portugalensem et Dignensem episcopos ... surrexit in medium dominus episcopus Vicensis, avisans sacrum concilium quod circa hunc processum deposicionem episcoporum concernentem videret, ne invalidari possit, quodque non sufficiebat, ut dixerit, quod testes dicerent articulos esse veros, nisi iuxta interrogatoria causam sciencie sue redderent. Ad hec sufficienter respondit dominus Arelatensis videlicet de notorietate perpetratorum dictorum dominorum Portugalensis, Dignensis et Nicolai de Cusa, allegans ad hec multa notabilia et clara ex gestis Grecie et multa talia, etc.» (BECKMANN, p. 667-668). A 13 de Novembro de 1439: «Concordant tres sacre deputaciones quod in materia falsitatis contra dominos olim Portugalensem, Dignensem et Nicolaum de Cusa reverendissimus dominus cardinalis Arelatensis ferat sententiam hodie in generali congregacione et per dominos commissarios eiusdem cause presentes conceptam» (BECKMANN, p. 709). A 21 de Nov. de 1439: «In facto falsitatis contra pretensos Dignensem, Portugalensem, etc., admissa fuit ipsa supplicacio instante procuratore» (BECKMANN, p. 719). A 21 de Nov. de 1439: «Super materia falsitatis contra pretensos dominos Dignensem, Portugalensem et Nicolaum de Cusa, videlicet quod committatur dominis commissariis, ut non obstante relacione per eos facta in dicta causa procedant cum potestate sententiam concipiendi et illam in generali congregacione propterea per eos indicenda proferendi, etc., concordant omnes sacre deputaciones quod admittatur ipsa supplicacio in forma quoad illos, qui iverunt ad Greciam contra sacrum concilium» (BECKMANN, p. 723). A respeito da dita condenação, eis quanto refer

e que o bispo de Viseu assistia precisamente ao cardeal de Arles na congregação, por este presidida a 27 de Janeiro, na qual foi decidido quod hodie mercurii xxvii huius mensis januarii teneatur congregacio generalis pro sentencia ferenda contra Petrum olim pretensum Dignensem nunc pretensum Meldensem et Antonium pretensum Portugalensem episcopos necnon Nicolaum de Cusa et quemdam Rodericum Didaci» (638). *De facto, em tal congregação «super sentencia ferenda contra iam prenominatos pretensos episcopos necnon Nicolaum de Cusa et quendam Rodericum Didaci, etc., concordant omnes sacre deputaciones in materia et forma huius sentencie et quod committatur reverendissimo domino cardinali Arelatensi presidenti, qui huiusmodi sententiam in generali congregacione hodierna legi et pronunciari ac ferri faciat nomine sacri concilii in forma». Na verdade, foram condenados* (639). *A 30 de Janeiro, foi deputado* pro fide dominus Visensis, *no caso de súplica de mestre Dinis de Sabrenays* (640). *Era dos primeiros assistentes na missa solene do Espírito Santo do dia 27 de Fevereiro, na qual foi lida a profissão de fé de Félix V e aceitação do papado, bem como a bula do decreto sobre a aprovação do consentimento dado pelo antipapa à eleição* (641). *Finalmente, a 9 de Abril de 1440, discutia-se no concílio «in facto facultatis concedende reverendo domino Ludovico episcopo Visensi,* legato destinando ad regnum Portugalie, *etc., facta instantia desuper pro parte reverendissimi domini cardinalis Arelatensis votisque scrutatis placuit, quod dentur deputati, qui cum deputatis aliarum deputacionum habeant avisare et videre de modo facultatis huiusmodi concedende cum potestate concludendi, prout eis pro honore sacri concilii visum fuerit expedire»* (642).

Compreende-se, portanto, a firmeza de Eugénio IV em não aceder aos pedidos da corte portuguesa sobre a restituição do bispado de Viseu ao prelado cismático. E o trecho que acabei de transcrever, com alusões a faculdades, a conceder-lhe como legado do concílio a Portugal, está a comprovar as afirmações do papa de que ele deixara Basileia, na esperança de reaver a diocese e com intenções de semear zizânia. Sem dúvida alguma, D. Luís ia apresentar-se na corte de Portugal como legado do concílio. Não podia, portanto, levar boas intenções relativamente ao papa Eugénio IV. Por isso insiste este em carta de 16 de Junho de 1440 a D. Afonso V (D. Luís do Amaral, se não tinha chegado já a Portugal, estava bem prestes do termo da viagem), no facto

---

João de Segóvia: «Fuit preterea die octava Marcii commissum ut procederetur contra Dignensem et Portugalensem episcopos ac Nicolaum de Cusa, qui profecti in Greciam parte pape dixerunt se esse concilii oratores *(op. cit.,* lib. XIII, cap. XVI, *ed. cit.,* III, pp. 51-52). «Anno igitur a nativitate Domini Mccccxl, Ianuario mense, congregacionibus celebratis xii, Benedictus abbas sancti Laurentii extra muros Tridentinos procuratorie ...: Altera [sententia] rursus privacionis eorum a dignitatibus et beneficiis, inhabilitacionisque contra Petrum Dignensem et Anthonium Portugalensem ac Nicolaum de Cusa et Rodericum Didaci, decanum Bracarensem, sic tunc appellatos, quoniam in adduccione Grecorum ex Constantinopoli nominaverant se sacri Basiliensis concilii oratores, nullas desuper habentes litteras concilii seu auctoritatem» *(op. cit.,* lib. XVI, cap. *ed. cit.,* III, p. 462).

(638) HERMANN HERRE, *Concilium Basiliense* ..., p. 40.

(639) HERMANN HERRE, *Concilium Basiliense*..., pp. 40-41. No dia 26, «in sacra deputacione pro communibus ... super sentencia ferenda contra Portugalensem et Dignensem pretensos episcopos et Nicolaum de Cusa, etc., placuit materia, sed forma remissa fuit reaptanda et limitanda iuxta decreta concilii et honorem eiusdem, et fuit comissum domino Wilhelmo de Constancia, Johanni Vrunt et Johanni Rodenhein» e ainda «Mercurii XXVII. dicti mensis in sacra deputacione pro communibus super sentencia contra Portugalensem et Dignensem episcopos ac Nicolaum de Cusa necnon Rodericum Didaci ferenda reaptata placuit materia et forma et quod committatur reverendissimo domino cardinali, qui hodie in congregacione generali propterea indicenda et tenenda eam pronunciari et ferri faciat»: HERMANN HERRE, *Concilium Basiliense*..., pp. 39-40.

(640) Cf. HERMANN HERRE, *Concilium Basiliense*..., p. 46.

(641) Cf. HERMANN HERRE, *Concilium Basiliense*..., pp. 70-71.

(642) Cf. HERMANN HERRE, *Concilium Basiliense*..., p. 97.

da presunção de o bispo se insurgir contra a sé apostólica e autoridade da Igreja de Roma, transgredindo as ordens de el-rei D. Duarte, pai do monarca, e do próprio D. Afonso V. Este, ou o Infante D. Pedro por ele, alegava o facto de D. Luís do Amaral ter sido incorporado no concílio, no intuito de o justificar, ao menos em parte, mas o papa retorquia, fazendo notar que o proceder dele fora totalmente diverso de tantos outros embaixadores e padres que abandonaram Basileia, se opuseram às decisões contrárias ao papa ou não tomaram partido, sem atitudes de ódio contra a sé apostólica. D. Luís do Amaral, ao contrário, não se limitara a dar mostras públicas de inimigo do papa e da Santa Sé, mas aceitara embaixadas a diversos príncipes e nações, sem pejo algum de falar mal do Santo Padre, ainda quando tal era do desagrado dos interlocutores. A quem o repreendia por assim ir contra as determinações e ordens régias (talvez alusão a Rui Dias) e o advertia do perigo de ser privado da diocese e igreja de Viseu, respondia soberbamente estar disposto a perder não só o bispado, como até a própria vida, contanto que chegasse a ver realizados seus desejos. A este propósito, creio dever referir as palavras de João de Segóvia que diz expressamente ter o bispo de Viseu declarado estar disposto a perder o bispado, na confirmação do que afirmava contra a legitimidade da embaixada papal aos Gregos: «... et si eidem ostenderetur, eo ipso volebat perdere ecclesiam, quam tenebat...» (643). *Quando em Basileia se tratou da suspensão e deposição dele, verdadeiro papa — continua Eugénio IV — não só estivera presente, como chefiara os fautores do cisma na Igreja, com grande escândalo e perturbação da paz na Cristandade. D. Luís do Amaral devia ser punido. Ao rei cabia mandá-lo prender, se entrasse em Portugal, como rebelde e inimigo do papa e da Santa Sé, excomungado e condenado de heresia e cisma pelo mesmo papa e concílio, bem como privado da sua igreja. Ele, papa, nunca lhe restituiria o bispado, em vista de tantos deméritos. O rei devia fazer que o verdadeiro bispo de Viseu, D. Luís Coutinho, lograsse a posse pacífica do bispado, conforme aliás lhe tinha já escrito o papa* (644).

Chegado D. Luís do Amaral ao reino, neste ano de 1440, escreveram novamente ao papa em nome do rei, a 26 de Março de 1441, insistindo no pedido da restituição do bispado, já que — argumentava o rei ou o Infante D. Pedro — era desdoiro para a corte tê-lo no reino sem o próprio bispado, atenta sua qualidade de embaixador regressado do concílio. Em resposta, dada em carta dos fins de Maio de 1441 — fala-se nela da promoção de Rui Dias a bispo de Silves como já realizada, o que teve lugar a 22 de Maio de 1441 (645) —, *o papa quase repreende o monarca por tratar D. Luís do Amaral como bispo, tendo ele sido condenado de heresia e cisma pelo papa e pelo concílio e justamente privado da igreja de Viseu. Isso equivaleria a desprezo da autoridade papal e da Santa Sé, bem como das censuras eclesiásticas. Não havia indignidade em recebê-lo dessa forma, embora de regresso do concílio de Basileia, em que fora embaixador do rei de Portugal, porque transgredira os mandatos régios e atentara perfidamente contra a pessoa do papa, com palavras de contumélia. Seja preso como principal fautor dos escândalos surgidos na Igreja, como cabeça e autor da pretendida privação do papa, como autor e artífice do cisma execrando vigente. Voltara ao reino, privado da diocese. Mas não desistira de suas perversas maquinações. Procurava*

---

(643) JOHANNES DE SEGOBIA, *op. cit.*, lib. XIII, cap. XIII, *ed. cit.*, III, p. 43. Cf. nota 494.

(644) AV, Reg. Vat. 359, fl. 125-127, Bibl. Apost. Vaticana, cod. Chig. D. VII. 101, fl. 126-127. Publicada em *Monumenta Henricina*, VII, n. 84, pp. 122-124.

(645) «Senis, dicta die [viiii.a Septembris 1443] dominus Rodericus, episcopus Silvensis, solvit florenos CCx, sol. xxvi, den. iii; fuit promotus Florentie, xi.o Kalendas Junii, pontificatus domini Eugenii pape iiii. ti anno xi.o; fuerunt in eius promotione cardinales xx, videlicet Bononiensis, Placentinus, Sancte Crucis, Venetiarum, Sancti Marci, Sancte Sabine, Capuanus, Cumanus, Portugalensis, Morinensis, Estovilla, Flisco, Sancti Sixti, Terraconensis, Nicenus, Aquilegiensis, Columpna, Firmanus, Sancti Eustacii, Sancte Marie Nove. Capiunt clerici collegii flor. ii, sol. v, den. iii. Restant flor. CCviii, sol. xxi. Capit quilibet dominorum floren. x, sol. xx, den. viii»: AV, Obl. et Sol. 69, fl. 125v.

sim provocar escândalos contra o papa. Devia, portanto, ser metido na prisão e castigado pelo monarca, em virtude dos crimes praticados e em reparação da infâmia causada ao reino. Ao monarca não ficava bem comunicar com tão nefando homem que, muito embora todos devessem evitar como excomungado e condenado de heresia e cisma, residia, contudo, na corte. Desista, portanto, el-rei de escrever tais cartas em favor desse homem, pois ele papa nunca o absolverá, a não ser depois de dar mostras de arrependimento sincero, e depois de o verdadeiro bispo de Viseu, D. Luís Coutinho, tomar posse livremente do bispado. A terminar a carta, Eugénio IV informa o rei de ter promovido à sé de Silves pessoa grata e querida ao monarca, como poderá inteirar-se pelas letras da promoção (646). *Na mesma altura escreveu ao Infante D. Pedro, estranhando que o regente consinta sejam escritas ao papa cartas do teor das enviadas em nome do rei, erros de atribuir de preferência ao Infante, o qual devia abster-se de subscrevê-las* (647).

h. Rui Dias nomeado bispo de Silves, contra a vontade do Infante D. Pedro

Não creio me possam acusar de temerário se aventar hipótese, para mim bastante justificável, de que na corte portuguesa, após a morte do bispo de Silves, se pensava na pessoa de D. Luís Coutinho para bispo desta sé, com o escopo de facilitar a restituição do bispado de Viseu a D. Luís do Amaral, então na corte. Também não é improvável que o Infante D. Pedro pensasse na transferência do amigo para a sé de Silves. De facto, na sobredita carta diz o papa não o absolverá das penas, a não ser quando o vir de coração contrito e humilhado e quando D. Luís Coutinho usufruir a posse livre da sua igreja, porque já provera a igreja de Silves de outra pessoa, grata e aceite ao rei: «...quem numquam absolvemus, nisi cor eius contritum et humiliatum videamus et nisi prius venerabilis frater noster Ludovicus Couthinho, episcopus Visensis, ecclesie sue habeat liberam possessionem, nam ecclesie Silvensi de persona alterius tibi grata et accepta providimus, prout litteris nostre provisionis et alias tue serenitati innotescet» (648). *E isto pode explicar a oposição à tomada de posse, durante quase dois anos, por parte do Infante D. Pedro, como veremos. E repare-se também na coincidência das condenações acima referidas pelo concílio de Basileia e as repreensões do deão de Braga, agora bispo de Silves, a D. Luís do Amaral pela atitude de rebeldia contra o papa Eugénio IV, em desobediência a mandatos precisos de el-rei D. Duarte.*

Rui Dias era curial antigo, a andarilhar por Itália já em 1411, na companhia de D. Fernando Martins Coutinho, estudante de direito em Pádua e Bolonha e futuro bispo de Coimbra, e do então bispo de Silves D. Fernando da Guerra, depois bispo do Porto e arcebispo de Braga (649). *Em Janeiro de 1418, aparecia ele na câmara apostólica, dizendo-se cónego de Braga, como procurador do sobredito D. Fernando da Guerra, a obrigar-se pela taxa devida pela promoção a arcebispo de Braga* (650). *Após o regresso a Portugal, onde exercia o ofício de colector apostó-*

---

(646) AV, Reg. Vat. 359, fl. 127v-129. Bibl. Apost. Vaticana, cod. Chig. D. VII. 201, fl. 128-129. Publicada em *Monumenta Henricina, VII*, n. 85, pp. 126-128.

(647) AV, Reg. Vat. 359, fl. 129. Bibl. Apost. Vaticana, cod. Chig. D. VII. 102, fl. 129-129v. Publicada em *Monumenta Henricina*, VII, n. 86, pp. 129-131.

(648) Cf. nota. 646.

(649) Cf. ANTÓNIO DOMINGUES DE SOUSA COSTA, *Estudantes portugueses na reitoria do colégio de S. Clemente de Bolonha na primeira metade do século XV*, Lisboa, 1969, pp. 12-42.

(650) «Die septima mensis Januarii, predictis anno, indictione et pontificatu [1418], reverendus in Christo pater dominus Fernandus, archiepiscopus Bracharensis in regno Portugallie, per venerabilem virum Rodericum Didaci, canonicum prebendatum dicte Bracharensis ecclesie, procuratorem suum ad hoc legitime constitutum, publico instrumento in dicta camera dimisso, promisit pro suo communi servitio prefato came-

lico (651), *durante o pontificado de Martinho V, voltou a Itália, fugindo à justiça de D. João I, ao qual o papa escrevia, a pedir deixasse regressar Rui Dias a Portugal, de forma a poder residir no próprio benefício. Ele, arcediago de Barroso e colector apostólico — esclarece o papa —, abandonara a pátria, a fim de evitar possíveis castigos da parte do monarca, irritado por o colector ter reagido impetuosamente contra certo sacerdote de nome Fernando Pereira que o maltratara, esbofeteando-o no palácio real* (652). *Penso que esta fuga se deu em 1424. Efectivamente, existe salvo-conduto de 26 de Outubro de 1424, passado a Rui Dias, arcediago de Barroso e colector apostólico, facultando a entrada, residência e direito de pernoitar na cidade eterna, bem como de sair da mesma livremente e de se apresentar na câmara apostólica, a fim de prestar contas da administração do ofício de colector, sem disso ser impedido por quaisquer ouvidores ou juízes da Cúria Romana. Além disso, em súplica de 3 de Agosto de 1426, ele pedia a dispensa da residência nos seus benefícios,*

---

rario et collegio dominorum cardinalium sex milia floren. auri de camera et quinque minuta servitia consueta. Item recognovit pro predecessoribus suis totum illud ad quod dicta ecclesia reperiretur obligata, si et in quantum teneatur. Solvendo medietatem dicti promissi infra sex menses et aliam medietatem infra alios sex menses tunc proxime secuturos, et recognita, si et in quantum teneatur, similibus terminis, annis revolutis, obligando, etc. Et sententias, etc. Actum in domo habitationis domini vicecancellarii, Constantie, in stufella parva. Presentibus domino Nicolao de Urbeveteri, domino Bartholomeo Dellante et pluribus aliis dicte camere clericis et me Gerardo de Pisis, notario»: AV, Obl. et sol. 58, fl. 40.

(651) Em 26 de Março de 1420, Martinho V concedia-lhe a ele *Roderico Didaci, canonico Bracharensi*, a faculdade de permutar seus benefícios, lembrando que exercia o ofício de colector geral apostólico em Portugal: *tibi qui fructuum et proventuum camere apostolice in Portugalie et Algarbii regnis debitorum collector existis generalis* (AV, Reg. Lat. 206, fl. 68v-69). Temos notícia de que «Die sexta eiusdem [Aprilis 1422] una bulla pro Roderico Didaci, canonico Bracharensi, collectore in regno Portugalie, etc., super licentia permutandi singula sua beneficia ecclesiastica que nunc obtinet et resignandi ex causa permutationis in manibus quorumcumque ordinariorum locorum fuit restituta sine obligatione. B. Dellante»: AV, Annat. 1, fl. 287.

(652) «Carissimo in Christo filio Johanni Portugalie ac Algarbii regi illustri. Salutem, etc. Exposuit nobis dilectus filius Rodericus Didassii, archidiaconus de Barroso in ecclesia Bracharensi, quod ipse olim in regno tuo noster et sedis apostolice collector ac nuntius existens, dum super certis iuribus camere debitis cum quibusdam disceptaret in palatio regio, quidam Fernandus Pereerya *(sic)*, ad quem illa causa minime spectabat, spiritu arrogantie ductus ac in verba satis inhonesta prorrumpens contra collectorem prefatum, graviter ipsum in facie alapa percussit, nulla existente causa, in offensam Dei, vilipendium officii sui et honoris ecclesiastici, non verrens quia sacerdos esset, non quod nuntius noster, non quod in palatio regio tam celebri loco ac frequenti, ex quo ipse colector, contumelia et iniuria tam violenta quam acerba permotus, impellente paulo post in eumdem Fernandum ultus est animam suam, ob quam rem tua serenitas adversus eum plurimum commota et conturbata esset, aufugit a regno, veritus indignationem tuam; laudanda fuisset patientia eius, si equo animo percussoris illius iracundiam et iniuriam patienter tulisset, sed difficile est etiam sapientissimis viris iniuria accepta non perturbari; durum fuit pati indignam atque asperam contumeliam verborum, durius percuti cum obprobrio, durissimum vero in faciem cedi atque in loco residentie tue tam egregio et in conspectu omnium constituto. Impulsus ergo rei indignitate, lacessitus iniuria, quam nemo libens patitur, nequivit comprimere vim doloris, sed cum ea, que provocatus quis iniuria facit, maiorem habeant excusationes locum quam que fiunt nulla iniuria precedente, serenitatem tuam exhortamur atque etiam rogamus ut contemplatione nostri vellis eumdem Rodericum recipere in sinum benignitatis tue et ad gratiam tue celsitudinis admittere, remittens sibi de tua solita clementia, si quid in hoc erravit contra dignitatem regie maiestatis. Nulla est enim virtus que magis principem deceat quam clementia, nulla magis necessaria, nulla acceptior apud omnes, unicum perfugium imbecillitatis humane et cum Dei miserationes existant super omnia opera eius. Gloriosum est in hoc te imitari Dei bonitatem. Itaque, fili carissime, suscipe hunc virum ad gremium humanitatis tue et quicquid contra eum indignationis aut malivolentie concepisti, condona ei, pro Dei reverentia, ac dimitte permitteque ut in patriam tute redire possit et beneficio suo deservire, prout tenetur ex debito, quod cedet ad gloriam tui nominis et nobis ac sedi apostolice veniet exinde tua benignitas merito commendanda. Datum Rome, etc.»: Bibl. Apost. Vaticana, cod. Chig. D. VII. 101, fl. 54v.

alegando não poder regressar a Portugal com segurança, com medo de seus inimigos (653). *Em 1425, apresentava-se ainda ele Rui Dias, arcediago de Barroso, na câmara apostólica, a obrigar-se em nome do clérigo Estêvão Pimenta sobre a anata do canonicato e prebenda de Braga* (654). *Em Julho de 1426, também se apresentava pessoalmente, a obrigar-se pelo canonicato e prebenda do Porto, vacantes pela promoção do bispo de Lamego, D. Luís do Amaral* (655). *No ano de 1427, aí estava, no mês de Março, a obrigar-se pela anata do deado de Braga* (656) *e em Maio pela anata do deado de Lisboa* (657), *cuja posse não conseguirá usufruir, devido a trocas de benefícios entre ele e os clérigos*

---

(653) «Salvusconductus olim collectoris Portugallie. Universis, etc. Benedictus, etc. Salutem in Domino. Ad universitatis vestre notitiam deducimus per presentes quod nos dedimus et concessimus ac tenore presentium damus et concedimus plenum et liberum salvum conductum venerabili viro domino Roderico Didaci, archidiacono de Barroso in ecclesia Bracarensi, iurium camere apostolice in regnis Portugalie et Algarbii olim debitorum collectori, qui, ut asserit, stare iuri paratus est, veniendi de quibuscumque terris et locis ad hanc almam urbem et in ea standi, morandi et pernoctandi abindeque recedendi pro suo libito voluntatis seque in camera apostolica presentandi computumque et rationes de administratis in dicto collectorie officio ponendi et exibendi computaque ipsa concludendi et sumendi sine iniuria, molestia vel offensa etiam incarcerationis seu detentionis ipsi Roderico olim collectori in persona aut rebus suis quibuscumque per auditorem Curie quomodolibet inferendis. In quorum, etc. Datum Rome, apud Sanctam Mariam Maiorem, die vicesima sexta mensis Octobris, anno Domini M.o cccc.o xxiiii.o, pontificatus, etc., anno septimo. L. Robring»: AV, Arm. 29, t. 8, fl. 218. A súplica em *Monumenta Portugaliae Vaticana*, IV, n. 1012. Outros docum. dos fins de 1424 na nota 668.

(654) «Die xviiii eiusdem [Decembris 1425] dominus Rodericus Didaci, archidiaconus de Barroso in ecclesia Bracharensi, principalis obligavit se camere nomine Stephani Pimenta super annata canonicatus et prebende ecclesie Bracharensis, quorum fructus triginta librarum Turonensium parvorum communi extimatione, vacantium ex causa permutationis extra Curiam, cum Alvaro Petri. Coll. eidem Rome apud Sanctos Apostolos, iii Kalendas Februarii, anno octavo»: AV, Annat, 2, fl. 113v.

(655) «Die xvii dicti mensis Julii [1426], dominus Rodericus Didaci, principalis obligavit se camere super annata canonicatus et prebende ecclesie Portugalensis, quorum fructus triginta librarum Turonensium parvorum communi extimatione, vacaturorum per promotionem domini Ludovici, electi Lamacensis. Coll. eidem Rome apud Sanctos Apostolos, vii Idus Junii, anno nono»: AV, Annat, 2, fl. 181.

(656) «Die tertia eiusdem [Martii 1427] dominus Rodericus Didaci principalis obligavit se camere super annata decanatus ecclesie Bracharensis, cuius fructus centum quinquaginta librarum Turonensium parvorum communi extimatione, vacantis per promotionem domini Ludovici electi Egitaniensis. Coll. eidem Rome, apud Sanctos Apostolos, viiii Kalendas Martii, anno decimo»: AV, Annat. 3, fl. 6.

(657) «Die tertiadecima dicti mensis Maii [1427] Rodericus Didaci principalis obligavit se camere super annata decanatus ecclesie Ulixbonensis, cuius fructus trecentorum et viginti librarum Turonensium parvorum communi extimatione, vacantis per obitum Dionisii Johannis extra Curiam. Coll. eidem Rome, apud Sanctos Apostolos, Kalendis Maii, anno decimo»: AV, Annat. 3, fl. 31. Mais um ou outro documento relacionado com Rui Dias, da câmara apostólica: «Dicta die [xviii Junii 1437] Rodericus Didaci, decanus Bracharensis, ut principalis et privata persona obtulit se camere nomine Johannis de Sousa super annata prioratus sancti Michaelis de Soza ordinis sancti Benedicti Colimbriensis diocesis, cuius fructus, etc., centum et quinquaginta librarum Turonensium parvorum communi extimatione, vacantis per cessionem iuris Johannis Roderici. Coll. eidem Bononie, anno, etc., Mccccxxxvi.to Idus Octobris, anno sexto» (AV. Annat. 7, fl. 101v). «Die Mercurii, ultima mensis Maii [1441] honorabilis et egregius vir dominus Martinus Arie, decanus Bracharensis, domini nostri pape cubicularius, ut et tamquam procurator et nomine procuratorio, nomine reverendi patris domini Roderici Didaci, electi Silvensis, etc., obtulit camere apostolice et collegio reverendissimorum dominorum cardinalium pro suo communi servitio florenos auri de camera quadringentos, ad quos dicta ecclesia taxatur et quinque minuta servitia. Eorumdem autem medietatem infra sex menses et aliam medietatem infra alios sex menses immediate sequentes solvere promisit, etc.» (AV, Obl. et Sol. 64, fl. 336). «Die xi eiusdem [Martii Mccccxl] Rodericus Didaci principalis obligavit se camere super annata perpetue portionis in parreciali ecclesia sancte Crucis Ulixbonensis, cuius fructus, etc., triginta librarum Turonensium parvorum communi extimatione, vacantis per obitum quondam Ludovici Garsie, extra Curiam. Coll. eidem Florentie, anno ut supra, iii Nonas Martii, anno nono... Die xx eiusdem [Maii 1440] Rodericus Didaci, decanus Bracharensis, ut principalis et privata persona obligavit se camere nomine reverendi in Christo patris domini

Lopo Vaz da Cunha, o qual tinha estado já na Cúria em tempos do cisma e estudado direito em Pádua (658), *voltando a ela, ao que parece, com vistas num bispado* (659), *sem o obter, morrendo aliás*

Fernandi, archiepiscopi Bracharensis, super facultate conferendi in ecclesia sua quindecim canonicatus et totidem prebendas ac duas dignitates in eadem necnon quinque alia beneficia cum cura vel sine cura, familiaribus suis conferenda, in civitate et diocesi Bracharensi vacantia. Ad certificandum cameram apostolicam seu collectorem aut succollect. in partibus de nominibus et cognominibus personarum et beneficiorum sub data Florentie, vi Kalendas Martii, anno nono ... Dicta die [vi Junii 1441] Antonius de Rabata, mercator Florentinus, ut principalis et privata persona obligavit se camere nomine Martini Arie super annata decanatus ecclesie Bracharensis, cuius fructus, etc., ducentarum librarum Turonensium parvorum communi extimatione, vacantis per promotionem domini Roderici ad ecclesiam Silvensem. Coll. eidem Florentie, anno ut supra, nono Kalendas Junii, anno undecimo. Item die xiii mensis Octobris habuit alias bullas duplicatas super eodem decanatu consimilis valoris et eiusdem date» (AV, Annat 8, fl. 118v, 134, 227). «Dicta die [xiiii Augusti 1441] Didacus Gundissalvi, principalis obligavit se camere super annata perpetue integre portionis in ecclesia parochiali sancte Crucis de Alcazova Ulixbonensis, cuius fructus, etc., quadraginta librarum Turonensium parvorum communi extimatione, vacantis per promotionem domini Roderici ad ecclesiam Silvensem. Coll. eidem Florentie, anno, etc., Mccccxli, viii Kalendas Junii, anno undecimo» (AV, Annat. 8, fl. 243). Algumas súplicas, a ele pertinentes: *Monumenta Portugaliae Vaticana*, III, *Súplicas de Martinho V*, nn. 8, 16, 56, 84, 94, 233, 349, 539, 565; IV, *Súplicas de Martinho V*, nn. 1012, 1073, 1075, 1120, 1133, 1135, 1195, 1302, 1409, 1412, 1413, 1415, 1427, 1468, 1485, 1569; V, *Súplicas de Eugénio IV*, nn. 84, 112, 740, 741, 748, 751, 772, 773, 775, 821, 914, 933, 946, 1035, 1157, 1178, 1295, 1296, 1300, 1302, 1303, 1304, 1336, 1352, 1353, 1359; *Súplicas de Nicolau V*, nn. 536, 550, 589.

(658) A 4 de Maio de 1414, João XXIII concedia o mosteiro de Rendufe em comenda a ele, familiar do papa, e a 14 de Julho de 1414 aparece *Lopus Valassi, domini nostri pape acolitus, principalis*, a oferecer-se para pagar a taxa devida pelo mosteiro. Documentos publicados por ANTÓNIO DOMINGUES DE SOUSA COSTA, OFM, *Mestre André Dias, figura ecuménica do século XV (Estudos e Textos da Idade Média e Renascimento*, I), Roma-Porto, 1967, Documentos, n. 23-24, pp. 258-259. Documento de 2 de Outubro de 1413, relacionado com o futuro abade da abadia de Florença, então no mosteiro de S. Fortunato de Bassano, que emprestara dinheiro ao nosso Lopo Vaz da Cunha, diz-nos que ele estudava leis em Pádua: «Eisdem millesimo [1413] et indictione, die lune secundo mensis octobris, Padue, in communis palatio... egregius vir dominus Lopus Valasci de Cugna de Portugalia, filius Valasci Martini de Cugna, habitator et studens Padue in iure civili ... confessus fuit michi notario tamquam publice persone, stipulanti et recipienti nomine et vice infrascripti domini Gomecii, se teneri et dare debere religioso viro domino Gomecio de Portugalia, filio Johannis Martini de Sancto Mameto de Ulisbona, nunc monacho in monasterio sancti Fortunati de Bassiano ordinis sancti Benedicti, absenti ...»: ASP *(Archivio di Stato di Padova)*, arch. notarile 384, c. 35v, publ. por PAOLO SAMBIN, *Ricerche di Storia Monastica Medieovale*, docum. XVI, p. 165.

(659) A 7 de Janeiro de 1427 Afonso Anes escrevia desde Pisa ao abade D. Gomes: «que na caminheira vam Lopo Vaasquez da Cunha que vem por o bispado da Guarda e o daiam da Guarda que vem isso medes por o dicto bispado E vem na naao huũ homem do bispo de Coinbra, o qual de creer he que vem a Joham A.º com recado, pareceme que a menos de ho veer e saber dello parte a que vem, que se nom devia de partir, por que convem que lhe traga seu recado. E por que elle por hi hade vir, vos screvo isto pera lho dizerdes. E vem hi Joham do Sem sobrinho do doictor Martim do Sem que vay pera o studo de Belonha e outros muitos portugueses» (Bibl. Medicea Laurenziana di Firenze, cod. Ashb. 1792, I, fl. 102). A seguir, no dia 10 de Janeiro de 1427, o mesmo Afonso Anes lembrava: «ja vos screvi como aqui vinha pera ir ao estudo Joham do Sem, sobrinho do doictor, e de A.º e de Gomez Nogeira e Lopo Vaasquez da Cunha e o daiam da Garda que veem por aver o bispado da Garda e ho homem do bispo de Coinbra e outros muitos portugueses. E dizem que ham de seer tres naaos de Lixboa; tragaas Deus com bem e a salvamento» (Bibl. Medicea Laurenziana di Firenze, cod. Ashb. 1792, I, fl. 145). Recordo que «Die xviiii dicti mensi [Julii 1427] Iohannes Roderici de Casal, rector parrochialis ecclesie sancte Mametis Elborensis, procuratorio nomine, prout publico constabat instrumento, obligavit se camere nomine Roderici Ioannis de Asnes super annata parrochialis ecclesie sancte Marie de Lourinhaa Ulixbonensis diocesis ... *vacantis per non promotionem Lupi Valasci* ...» (Docum. publicado por ANTÓNIO DOMINGUES DE SOUSA COSTA, OFM, *Mestre André Dias de Escobar, figura ecuménica do século XV, Documentos*, n. 71, p. 297). Na verdade, em súplica de Fevereiro de 1427, refere Lopo Vasques da Cunha ter sido postulado bispo da Guarda: «Supplicat S. V. humilis et devotus vester *Luppus Velasci de Cunia, alias postulatus ad ecclesiam Egitaniensem*, ex utroque parente nobilis ac eius-

em Supino, não muito longe do lugar onde se encontrava a Cúria pontifícia (660), *o clérigo e curial Vasco Rodrigues, humanista e futuro advogado consistorial e jurista famoso* (661), *que,*

---

dem S. acolitus...» *(Monumenta Portugaliae Vaticana,* IV, n. 1075). O deão da Guarda, de que falam as sobreditas cartas, era Álvaro Rodrigues, o qual em súplica de 9 de Março de 1427 dizia ao papa ter sido eleito bispo da Guarda pelo cabido: «Supplicat S. V. devotus vester *Alvarus Roderici, canonicus prebendatus ac decanus ecclesie Egitaniensis,* de nobili genere ex utroque parente procreatus, *qui per eiusdem ecclesie capitulum in pastorem futurum ad ipsam ecclesiam extitit electus...» (Monumenta Portugaliae Vaticana,* IV, n. 1083).

(660) Cf. ANTÓNIO DOMINGUES DE SOUSA COSTA, OFM, *Mestre André Dias de Escobar, figura ecuménica do século XV, Documentos,* n. 99, 101, pp. 317-322, e *Monumenta Portugaliae Vaticana,* I, Roma-Porto, 1968, *Introdução,* pp. XII, LVIII. Eis algumas notícias mais sobre a sua presença na Cúria Romana e relacionadas com outros curiais portugueses, desde 1427 até à sua morte, ocorrida nos fins de 1429 em Supino, diocese de Ferentino:» Eadem die [secunda mensis Junii 1427] Luppus Valasci principalis obligavit se camere super annata parrochialis ecclesie sancti Bartholomei de Alfanxe Ulixbonensis diocesis, cuius fructus quinquaginta librarum Turonensium parvorum communi extimatione, vacature per privationem Alfonsi Johannis, fiendam. Coll. eidem Rome, apud Sanctos Apostolos, ii Kalendas Maii, anno decimo... Die xxii dicti mensis [Decembris 1427] Lopus Velasci de Cunha, rector parrochialis ecclesie sancte Marie de Lourinha Ulixbonensis diocesis, ut principalis et privata persona obligavit se camere nomine Gundissalvi Petri super annata prioratus monasterii sancti Martini de Mancellos ordinis sancti Augustini Bracharensis diocesis, cuius fructus ducentarum et quinquaginta librarum Turonensium parvorum communi extimatione, vacantis per modum si neutri. Coll. eidem Rome, apud Sanctos Apostolos, iii Kalendas Januarii, anno decimo. Item promisit producere mandatum ratificationis infra octo menses» (AV, Annat, 3, fl. 38, 98). «Eadem die [xxvi dicti mensis Aprilis 1429] Lupus Valasci principalis obligavit se camere super annata archidiaconatus de Barroso in ecclesia Bracharensi, cuius fructus centum librarum Turonensium parvorum communi extimatione, vacantis per assecutionem decanatus Bracharensis et per pacificam possessionem eiusdem per Rodericum Didaci. Coll. eidem Genezani Penestrine diocesis, xv Kalendas Octobris, anno undecimo ... Eadem die [28 Aprilis 1429] Lupus Valasci de Cunha principalis obligavit se camere super annata decanatus ecclesie Bracharensis, cuius fructus centum et quinquaginta librarum Turonensium parvorum communi extimatione, vacaturi per assecutionem decanatus Ulixbonensis per Rodericum Didaci fiendam. Coll. eidem Rome, apud Sanctos Apostolos, iiii Nonas Novembris, anno undecimo... Dicta die [xvi dicti mensis Novembris 1429] Rodericus Didaci principalis obligavit se camere super annata parrochialis ecclesie beate Marie de Lourinhaa Ulixbonensis diocesis, cuius fructus, etc., C. librarum Turonensium parvorum communi extimatione, vacantis per liberam resignationem Lupi Valasci de Cunha, acoliti domini nostri pape, in Curia factam. Coll. eidem Ferentini, vi Idus Augusti, anno duodecimo» (AV, Annat. 4, fl. 49, 50v, 94). Em Fevereiro de 1430, fala-se já da sua morte, ocorrida na Cúria papal já antes do mês de Janeiro. «Die xiii dicti mensis [Februarii 1430] Martinus Arie principalis obligavit se camere super annata archidiaconatus de Barroso in ecclesia Bracharensi, cuius fructus, etc., lx librarum Turonensium parvorum communi extimatione, vacantis per liberam resignationem Valasci Roderici et per mortem Lupi Valasci in Curia. Coll. eidem Rome, apud Sanctos Apostolos, ii Nonas Januarii, anno xiii»: AV, Annat. 4, fl. 119v. Súplica de Rui Dias, deão de Braga, de 22 de Outubro de 1429, sobre a igreja de Santa Maria de Lourinhã, fala já da sua morte anteriormente ocorrida no lugar de Supino, diocese de Ferentino. Cf. *Monumenta Portugaliae Vaticana,* IV, Súplicas de Martinho V, n. 1468. Outras súplicas, a ele respeitantes, em *Monumenta Portugaliae Vaticana,* III, n. 746, 767; IV, n. 1066, 1075, 1135, 1137, 1186, 1195, 1212, 1302, 1410, 1411, 1412, 1413, 1414, 1415, 1427, 1468, 1480, 1493, 1511.

(661) Já provei em 1968 *(Monumenta Portugaliae Vaticana,* I, Lisboa, 1968, Introdução, pp. XVI, XLVI, com documentos da correspondência do abade Gomes, que o famoso *Velasco di Portogallo* da biografia de Vespasiano da Bisticci, *Vite di uomini illustri del secolo XV,* se deve identificar com o irmão do Dr. Afonso Rodrigues Garcia, doutorado em Pádua, ou seja com o advogado consistorial Vasco Rodrigues, doutor em ambos os direitos e doutorado em Bolonha, o qual em súplica e bula de 23 de Maio de 1441, aliás relacionadas com Rui Dias, promovido à sé de Silves no dia anterior, motivo por que viria a vagar o ermitério de Santa Maria de Azinhoso, solicitado por ele, aparece como advogado consistorial e com quinze anos de residência na Cúria: «...Cum ecclesia sive capella beate Marie de Azinhoso Bracharensis diocesis, heremitorium nuncupata, per promotionem de persona devoti oratoris vestri Roderici Didaci, dicte ecclesie seu capelle rectoris et possessoris, ad ecclesiam Silvensem, pastoris solacio destitutam, per S. V. nuper factam, vacet seu vacare speretur, supplicat S. V. devotus orator vester *Valascus Roderici, clericus Ulixbonensis, utriusque iuris doctor et advocatus consistorialis, qui quindecim annis vel circa Curiam secutus est Romanam et presens in eadem nunc existit...» (Monu-*

depois de vida literária, curial e política, intermediada de muitas peripécias e não poucas tribulações, se decidiu a entrar em religião, passando a viver no mosteiro do Paraíso, perto de Flo-

---

menta Portugaliae Vaticana, Súplicas de Eugénio IV, n. 1295). «Eugenius, etc. Dilecto filio Valasco Roderici, clerico Ulixbonensi, utriusque iuris doctori ... Cum itaque ecclesia sive capella beate Marie de Azinhoso, heremitorium nuncupata, Bracharensis diocesis, quam dilectus filius Rodericus electus Silvensis, tunc pastore carentem, obtinebat, prout obtinet, per huiusmodi promotionem et munus consecrationis impendendum eidem electo vacare speretur, nos volentes *tibi, qui etiam consistorii nostri advocatus existis et Romanam Curiam per quindecim annos vel circa secutus fuisti, prout sequeris de presenti* ...» (AV, Reg. Lat. 383, fl. 257v-259). Eis algumas das numerosas súplicas suas, a partir do tempo em que era familiar do cardeal de Santo Estêvão in Monte Celio, D. Pedro de Fuxo, até à morte ocorrida em 1457, em *Monumenta Portugaliae Vaticana*, III-IV, *Súplicas de Martinho V*, nn. 58, 949, 1137, 1144, 1285, 1305, 1409, 1414, 1485, 1511, 1513, 1515, 1582; *Súplicas de Eugénio IV:* nn. 1, 3, 70, 84, 112, 1353, 1806; *Súplicas de Nicolau V:* nn. 636. Deixando de parte as respectivas bulas, transcrevo as anotações dos livros da câmara apostólica, respeitantes à permuta de benefícios com Lopo Vaz da Cunha e Rui Dias, durante o último período da estadia deste na Cúria de Martinho V, e a benefícios, a favor de seu irmão Dr. Afonso Rodrigues Garcia ou de outros clérigos, durante o mesmo período, em que o Dr. Vasco Rodrigues interveio: «M.ccccxxiiii. Die xxvii mensis Septembris, circumspectus vir dominus Valascus Roderici, legum doctor, Ulixbonensis, tamquam principalis et privata persona vice et nomine domini Alfonsi Roderici, rectoris parrochialis ecclesie sancti Martini in Campo Bracharensis diocesis, ex certa sententia promisit et se obligavit ad solvendum in camera apostolica et Romana Curia annatam sive medios fructus primi anni dicte ecclesie valoris librarum quinquaginta Turonensium parvorum sub data Gallicani Penestrine diocesis ii Nonas Augusti anno septimo, hinc ad quinque menses proxime venturos. Submisit. Renuntiavit et iuravit, etc., in forma. Et deinde N. de Valle, clericus camere apostolice, tulit sententiam excommunicationis in scriptis. Actum ubi supra, presentibus magistris Ludovico de Orto phisico et domino Ambrosio Dardanovo, litterarum apostolicarum scriptoribus, et me C. de Lombardia, notario. Docuit de non possessione die penultima Novembris» (AV, Obl. Particulares 1, fl. 74v). «Die xxviiii eiusdem [Octobris 1426] dominus Valascus Roderici, legum doctor, clericus Ulixbonensis, obligavit se camere nomine reverendissimi domini Petri, tituli sancti Stephani in Celiomonte, presbyteri cardinalis, super licentia resignandi simpliciter vel ex causa permutationis nonnulla beneficia ecclesiastica, dignitates, personatus et officia in dominiis regis Aragonum consistentia, etc., ad certificandum cameram apostolicam de diebus collationum et nominibus ac cognominibus personarum, quibus huiusmodi beneficia conferentur, necnon nominibus et valoribus beneficiorum per eumdem dominum cardinalem resignatorum infra sex menses, a diebus collationum computandos, iuxta quamdam clausulam in eadem bulla contentam, sub data Rome, apud Sanctos Apostolos, iiii Idus Octobris, anno nono» (AV, Annat. 2, fl. 209). «Eadem die [xxii dicti mensis Aprilis 1429] Valascus Roderici, legum doctor, decanus Ulixbonensis ut principalis et privata persona obligavit se camere nomine Alfonsi Roderici, sui germani, super annata perpetue vicarie parrochialis ecclesie sancti Petri de Sintria Ulixbonensis diocesis, cuius fructus centum librarum Turonensium parvorum communi extimatione, vacantis per assecutionem parrochialis ecclesie sancti Jacobi de Beya Elborensis diocesis per Valascum Egidii. Coll. eidem Rome, apud Sanctos Apostolos, viii Idus Aprilis, anno duodecimo. Item promisit producere mandatum ratificationis infra semestre. Eadem die, idem Valascus Roderici ut principalis et privata persona obligavit se camere nomine Valasci Alfonsi super annata parrochialis ecclesie sancti Martini de Lagares Portugalensis diocesis, cuius fructus quadraginta quinque librarum Turonensium parvorum communi extimatione, vacantis per obitum Martini Gundisalvi extra Curiam. Coll. eidem Rome, apud Sanctos Apostolos, iiii Idus Aprilis, anno duodecimo. Item promisit producere mandatum ratificationis infra sex menses de ambabus proximis obligationibus ... Eadem die [xxvi Aprilis 1429] Valascus Roderici, legum doctor, decanus Ulixbonensis, procuratorio nomine, prout constabat publico instrumento, obligavit se camere nomine Valasci Egidii super annata parrochialis ecclesie sancti Jacobi de Beya Elborensis diocesis, cuius fructus centum et quinquaginta librarum Turonensium parvorum communi extimatione, vacature per promotionem Roderici electi Silvensis et munus consecrationis eidem electo impendendum. Coll. eidem Rome, apud Sanctos Apostolos, viii Idus Aprilis, anno duodecimo ... Eadem die [xx dicti mensis Maii 1429] Valascus Roderici, legum doctor, principalis obligavit se camere super decanatu ecclesie Ulixbonensis, cuius fructus quingentarum et quinque librarum Turonensium parvorum communi extimatione, vacantis per obitum Dionisii Johannis extra Curiam. Coll. eidem Rome, apud Sanctos Apostolos, iii Idus Aprilis, anno duodecimo... Dicta die [vi Novembris 1429] Johannes Roderici principalis obligavit se camere super annata decanatus ecclesie Ulixbonensis, cuius fructus, etc., quingentarum librarum Turonensium parvorum communi extimatione, vacantis per obitum

rença, onde veio a morrer, depois de se desfazer de seus bens, incluindo manuscritos de excepcional valor e proveniência, mesmo sem ter em conta os de suas publicações, como o

---

Dionisii Johannis extra Curiam. Coll. eidem Rome, v Idus Aprilis, anno xii.mo et est dignitas principalis; die xxvi prefatus Johannes confirmavit dictam obligationem vigore eius surrogationis in Roderici Didaci et Valasci Roderici ius in Curia consimilis valoris. Coll. eidem Rome, apud Sanctos Apostolos, iii Kalendas Decembris, anno xiii... Die xiii supradicti mensis [Decembris 1429] Valascus Roderici tamquam principalis et privata persona obligavit se camere nomine Alfonsi Roderici super archidiaconatu ecclesie Ulixbonensis, cuius fructus, etc., ii.c et quinquaginta librarum Turonensium parvorum communi extimatione, vacante per promotionem Alvari electi Colimbriensis. Coll. eidem v Kalendas Novembris anno xii ... Die xiii dicti mensis [Februarii 1430] Martinus Arie principalis obligavit se camere super annata archidiaconatus de Barroso in ecclesia Bracharensi, cuius fructus, etc., lx librarum Turonensium parvorum communi extimatione, vavantis per liberam resignationem Valasci Roderici et per mortem Lupi Valasci in Curia. Coll. eidem Rome, apud Sanctos Apostolos, ii Nonas Januarii anno xiii» (AV, Annat. 4, fl. 48, 49, 59, 91v, 100v, 119v). Possuio várias cartas de Vasco Rodrigues a humanistas italianos ou destes, dirigidas a ele ou a seu irmão, bem como discursos, tanto do período de estudos como de curial pontifício. Como exemplo da sua actividade, inclusivamente política, de que se faz eco Vespasiano da Bisticci, esta carta de 16 de Julho de 1444, dirigida, desde Sena, ao humanista Nicodemo Tranquedino:

«Valesius, advocatus apostolicus, Nicodemo Tanchedino salutem. Mirum est vir ingenue quantum et quotiens animo volverim verba que alias apud Sanctam Martam cum nuncio Venetorum inter ambulandum ad me obrexeritis. Cogitavi expost ipse merum si quid gratum magnifico domino comiti vel dicerem vel agere possem. Ingrati sunt mihi eius adversarii et si dixerim ingratissimi haud mentiar, quorum princeps his diebus ad regem perrexit gratia componende concordie, que intra illos non est, ut e fidedigno accepi, nec ille venturus est in offensionem vestram, ut modo fecit. Idcirco actum puto de hostibus vestris, qui pecunia carent et fortuna, et odia capitalia in dies sibi ipsis ultro comparant; prudentia ergo sapientis superabit ut spero iniquitatem malignantium et tandem in mancipium rediget, quod Romani summopere anelant pariter et supiscant et non ad hoc conandum ut acies vestre viciniores fiant liminibus Petri et Pauli, sicut dudum factum memini. Nunc longe aptius ac facilius. Hec et alia huiusmodi frequentius vobis nota faciam et litteras tradam inclito militi d. L. Petroni qui nimirum in modum partium vestrarum amantissimus est, quas laceretis vel secretissimas observetis, ne mihi scandalum generare possint, quamquam parvifaciam illos, quorum deus venter est et taxilorum usus princeps. Valete plurimum et me nostro principi et mihi mito domino oblatum recomissumque facito. Senis cursim, xvi Julii 1444» (Bibl. Riccard. di Firenze, cod. 834, *Epistolae ad N. Tranchedinum*, fl. 111). Além do códice autógrafo, com rascunhos sobre pleitos e consultas e outros apontamentos, inclusive até à segunda metade do ano 1455, pois na folha 378 lê-se *in palatio archiepiscopali Florentie, quinta die Augusti* 1455, há ainda alguns *Consilia* de sua autoria pelas bibliotecas de Itália, por exemplo Siena, *Archivio dell'Università*, cód. não numerado, com o título *Recoll. diversorum doctorum*, de 329 folhas, de papel do século XV, nas fl. 164-165v, 167-182v, sobre assuntos de apelação e dote. Regra geral subscreve-se: *Et ita dico et consulo ego Valesius, iuris utriusque doctor et advocatus consistorialis, ideo me subscripsi et siggilari mandavi.* No referido códice autógrafo deparamos com estes dizeres, ao fim das anotações autógrafas: *Ita dico et consulo ego Valesius, iuris utriusque doctor et advocatus consistorialis, et ideo me subscripsi et sigillari mandavi. Florentie, Kalendis Septembris* 1454 (fl. 199, 289v), ou *Ita dico et consulo ego Valesius, iuris utriusque doctor et advocatus consistorialis* (fl. 284), ou mais simplesmente *Valesius advocatus* ou só *Valesius* (fl. 27, 38, 55, 79v, 122, 125v, 129v, 130v, 143, 161, 164v, 276). Há no códice outras datas anteriores, como 1442, 1446, 1449, 1450, 1451, 1452, 1453 (ff. 1, 13, 133, 145v-146, 167, 181). Ainda outros finais autógrafos de *consilia* seus: «Ita michi Valesio, iuris utriusque doctori et advocato consistoriali, de iure dicendum videtur et ideo me subscripsi et sigillari mandavi» (fl. 11v). «Et ita puto de iure fore verum, salvo meliori iudicio. Valesius advocatus» (fl. 137). «Valesius advocatus subscripsi» (fl. 202). Há também algumas alegações suas no volume, que não são autógrafas: «1453. In facto frumenti de Scopeto. Allegationes breves et utiles per dominum Valexium advocatum concistorialem» (fl. 181). «Valexius advocatus» (fl. 185v). «Allegationes que subsistunt de iure per dominum Valexium allegatas coram vicario archiepiscopi Florentini (fl. 202). «Valexius utriusque iuris doctor et advocatus concistorialis» (fl. 204). Na folha 46, a seguinte anotação autógrafa: «Gomez Martiniz, secretarius marchionis, ivit Venetias. Gometius Martini, secretarius marchionis». — Indico algumas súplicas, respeitantes a seu irmão Dr. Afonso Rodrigues, arcediago de Lisboa e professor na universidade de Lisboa, depois de ter estudado direito nas universidades de Bolonha e de Pádua, onde se doutorou em leis: *Monumenta Portugaliae Vaticana*, III-IV, nn. 803, 804, 1092, 1218, 1360, 1499, 1500, 1602, 1603, 1612; V, *Súplicas de Eugénio IV*, nn. 79, 336, 346, 401, 404, 939.

manuscrito, em grande parte original, de alguns Consilia, *em Maio e não em Junho de 1457, muito menos ainda no ano de 1453* (662), *e o bacharel em decretos João Rodrigues ou Roiz, deão de Lisboa, procurador de el-rei D. João I na Cúria papal e secretário do Infante D. Duarte* (663).

---

(662) Vasco Rodrigues não morreu em 1453 nem em Junho de 1457, como até agora se tem afirmado. Recolheu, antes da morte, ao mosteiro do Paraíso, onde foi sepultado, depois de ter vivido também no mosteiro das monjas de S. Pedro Maior de Florença, conforme consta do documento de quitação, de 16 de Maio de 1457, passado por estas freiras às do mosteiro de Santa Brígida ou do Paraíso, herdeiras e testamenteiras do advogado consistorial, que no testamento contemplara aquelas, em compensação de despesas feitas durante sua estadia no mosteiro: «In Christi nomine, amen. Anno eiusdem salutifere Incarnationis millesimo quadringentesimo quinquagesimo septimo, indictione quinta, die sexta decima mensis Maii. Actum Florentie, in populo Sancti Stefani, ad pontem in arte magistrorum, presentibus Silvestro olim Andree Angeni, magistro murorum populi Sancti Nicolai de Florentia, et Paulo olim Nicolai de Ungaria, famulo del Rotellino dominorum priorum civitatis Floren., testibus ad hec infrascripta vocatis, habitis et rogatis. Fit fides qualiter presbyter Matheus ser Johannis de Pupio, sindicus et procurator monialium Sancti Petri Maioris de Florentia, ut constare dixit, manu ser Petri Caroli, notarii Florentini, dicto sindicario et procuratorio nomine et omni modo, via, iure, causa et forma, quibus magis et melius potuit, fecit finem, quietationem, liberationem et pactum perpetuum de aliquid ulterius non petendo sororibus et fratribus, capitulo et conventui monasterii sancte Brigide de Paradiso prope Florentiam, heredibus testamentariis olim domini Valaschi de Portugallio, olim advocati concistorialis, licet absentis, et fratri Çenobio olim Guecii, converso ac sindico et procuratori dicti monasterii sancte Brigide, presenti et pro eis recipienti, etc., generaliter de omni et toto eo quod dicte moniales sancti Petri Maioris petere, habere vel consequi possent a dicto monasterio sancte Brigide de Paradiso, vigore hereditatis olim dicti domini Valaschi, cuius dicte moniales sancti Petri et dictus presbyter Matheus sindicus earum pro eis asseruit esse creditrices dicti olim domini Valaschi in nonnullis quantitatibus pecuniarum pro expensis factis et datis olim dicto domino Valascho, quando stetit et moram traxit in dicto monasterio sancti Petri et aliis causis, qui dictus presbyter Matheus sindicus et procurator predictus vocavit se dicto nomine bene pagatum, tacitum et contentum a dictis monialibus et fratribus monasterii sancte Brigide et pro eis a dicto fratre Çenobio eorum sindico et procuratore de omni et toto eo quod possent et habere debebant a dicto domino Valasco pro dictis expensis et pro omni et quacumque alia causa que quomodolibet dici vel excogitari posset. Quam finem, etc. pro qua., etc. Ego Johannes olim ser Jacobi de Salvectis, civis et notarius Florentinus, de predictis rogatus, ad fidem eorum subscripsi» (ASF, *Monasterio del Paradiso*, n. 1, fl. 309.

(663) No I volume de *Monumenta Portugaliae Vaticana*, Introdução, publiquei várias cartas de João Rodrigues, bacharel em decretos, procurador na Cúria do rei de Portugal e secretário do Infante D. Duarte, ao abade de Florença, deveras elucidativas quanto a pedidos ao papa de graças e favores e respectivo despacho. Publiquei igualmente outras cartas e documentação sua em *D. Gomes, reformador da abadia de Florença, e as tentativas de reforma dos mosteiros portugueses no século XV*, Abadia de Monserrat (Barcelona), 1963, e em *Mestre André Dias de Escobar, figura ecuménica do século XV (Estudos e Textos da Idade Média e Renascimento*, 1), Roma — Porto, 1967. Há súplicas suas ou a ele respeitantes em *Monumenta Portugaliae Vaticana*, III-IV, *Súplicas de Martinho V*, nn. 400. 458, 544, 601, 615, 665, 666, 1255, 1297, 1303, 1362, 1367, 1375, 1409, 1411, 1428, 1446, 1485, 1493, 1503, 1552, 1729; *Súplicas de Eugénio IV*, nn. 84, 96, 193, 301, 433, 719, 1437, 1729; *Súplicas de Nicolau V*, nn. 262, 263, 452, 730, 781. Outra documentação daquele teor, pertencente à correspondência do abade Gomes, será publicada na Introdução a outros volumes de *Monumenta Portugaliae Vaticana*. Aqui transcrevo apenas alguns documentos das *Annat.* deste período, de relações com Rui Dias, Lopo Vaz da Cunha e Vasco Rodrigues: «Die xvi dicti mensis Decembris [1428], Johannes Roderici principalis obligavit se camere super annata prioratus sancti Michaelis de Soza ordinis sancti Benedicti Colimbriensis diocesis, cuius fructus ducentarum librarum Turonensium parvorum communi extimatione, vacantis per cessionem commende facte domini Andree, episcopi Megarensis, in Curia. Coll. eidem Rome, apud Sanctos Apostolos, x Kalendas Novembris, anno undecimo »(Annat. 4, fl. 10v). Dicta die [vi.ta Novembris 1429] Johannes Roderici principalis obligavit se camere super annata decanatus ecclesie Ulixbonensis, cuius fructus, etc., quingentarum librarum Turonensium parvorum communi extimatione, vacantis per obitum Dionisii Johannis extra Romanam Curiam. Coll. eidem Rome, v Idus Aprilis, anno xii.mo et est dignitas principalis; die xxvi prefatus Johannes confirmavit dictam obligationem, vigore eius surrogationis in Roderici Didaci et Valasci Roderici ius in Curia consimilis valoris. Coll. eidem Rome, apud Sanctos Apostolos, iii Kalendas Decembris, anno xiii... Dicta die [ultima mensis Maii 1430] Johannes Roderici,

No ano de 1429, nos princípios, estava em Portugal. De facto, segundo carta do arcebispo de Braga ao Infante D. Henrique, de Março desse ano, sobre litígio com o Infante, na qualidade de governador da Ordem de Cristo, acerca do ermitério de Santa Maria de Azinhoso, conferido pelo arcebispo a seu criado Ruy Diaz, dayam de Bragaa, *este era procurado em Braga pelo escudeiro do duque de Viseu Vasco Fernandes do Vale, o qual «chegou aqui em busca de Ruy Diaz, dayam de Bragaa, meu criado, dizendo que lhe trazia vossa carta de creença, e porque o dicto dayam aqui nom era e logo esperava por elle, acordou de o esperar aqui. E o dia doje veeo o dicto dayam». Mas pouco depois, nesse mesmo ano, partiu para Roma, em obediência a ordens do arcebispo que, nessa carta, diz: «E porquanto, Senhor, este negocio he todo meu e hey de sseer auctor, a esta cousa e por meus fectos envyo o dicto dayam em corte de Roma, mandey-lhe que sperasse alla pera procurar esta demanda sse vossa mercee fosse de a conmigo aver ou sse nos acordassemos no scaynbo pera o enviarmos alla e aver reformaçom do papa pera segurança perpetua das partes e o dicto dayam aver seu contentamento sseguro que lhe assy fosse dado»* (664). *Na verdade, encontramo-lo na Cúria pontifícia a 16 de Novembro de 1429, apresentando-se pessoalmente, a obrigar-se pela anata da igreja paroquial de Santa Maria da Lourinhã* (665). *Estava de novo em Portugal em 1431. Em Maio deste ano servia realmente de testemunha na sagração episcopal do bispo de Coimbra D. Álvaro Ferreira, realizada pelo arcebispo na capela-mor da catedral de Braga* (666). *Em 1435,*

---

decanus Ulixbonensis, tamquam principalis obligavit se camere nomine Andree Johannis super commenda prioratus sancti Petri de Folquis ordinis sancti Augustini Colimbriensis diocesis, cuius fructus, etc., C. librarum Turonensium parvorum communi extimatione, vacantis per mortem domini Lupi, episcopi Samacensis. Coll. eidem Rome, apud Sanctos Apostolos, viii Idus Maii, anno tertiodecimo» (AV, Annat, 4, fl. 10v, 91v, 165). Die xii eiusdem [decembris 1432] Johannes Roderici, decanus Ulixbonensis, ut principalis et privata persona obligavit se camere nomine Gometii Pelagii super annata canonicatus et prebende ecclesie Colimbriensis, quorum fructus etc., triginta librarum Turonensium parvorum communi extimatione, vacantium per obitum quondam Petri Johannis, olim fructuum, reddituum et proventuum camere apostolice debitorum succollectoris, extra Curiam deffuncti. Coll. eidem Rome, apud Sanctos Apostolos, anno Incarnationis Dominice Mccccxxxii, iii Idus Novembris, anno secundo. Item promisit producere mandatum ratificationis infra sex menses» (AV, Annat. 6, fl. 182). Cf. nota 657.

(664) Docum. publicado em *Monumenta Henricina*, III, Coimbra, 1961, n. 136, pp. 288-291. Nesta altura, ou seja a 16 de Março de 1429, Rui Dias estava em Portugal, conforme se diz no documento. Voltou à Cúria, onde estava, realmente, no mês de Novembro de 1429 (cf. notas 660 e 665), onde tinha estado ainda em Maio de 1427 (cf. nota 657).

(665) Cf. nota 660.

(666) Cf. ANTÓNIO DOMINGUES DE SOUSA COSTA, OFM, *Mestre André Dias de Escobar, figura ecuménica do século XV, Documentos*, n. 111, pp. 330-331. Também de D. Álvaro Ferreira, protonotário apostólico, então na Cúria, embaixador de el-rei D. João I, e promovido a bispo de Coimbra, há vária documentação na correspondência do abade Gomes, alguma publicada na Introdução aos volumes de *Monumenta Portugaliae Vaticana*, onde vêm publicadas várias súplicas, a ele respeitantes (*Monumenta Portugaliae Vaticana*, Súplicas de Martinho V, nn. 677, 754, 1497, 1499, 1503, 1535, 1586, 1598. Mais algumas súplicas em *Monum. Portug. Vaticana, Súplicas de Eugénio IV*, nn. 90, 207, 209, 222, 237, 284, 422, 847, 859, 1155, 1169, 1307, 1308, 1374, 1376, 1702, 1775. Aqui transcrevo alguns documentos de *Annat.*, mais ou menos do tempo, em que por lá andou Rui Dias: «Eadem die [xxviii Martii 1425] frater Gometius Martini ordinis Predicatorum ut principalis obligavit se camere nomine Johannis Johannis super annata decanatus ecclesie Colimbriensis, cuius fructus C. librarum Turonensium parvorum communi extimatione, vacantis ex causa permutationis extra Curiam cum domino Alvaro de Ferreyra prothonotario. Coll. eidem Rome, apud Sanctos Apostolos, xi Kalendas Martii, anno octavo» (AV, Annat 2, fl. 49v). Die ultima eiusdem [Decembris 1426] reverendus pater dominus Alvarus Ferreira, apostolice sedis prothonotarius, principalis obligavit se camere super annata decanatus ecclesie Elborensis et parrochialis ecclesie de Arrayollos Elborensis diocesis, quorum fructus quadringentarum quinquaginta librarum Turonensium parvorum communi extimatione, vacantium per resignationem reverendissimi domini Lucidi sancte Marie in Cosmedin diaconi cardinalis in Curia. Coll. eidem Rome, apud Sanctos Apostolos, vii Kalendas Januarii, anno decimo» (AV, Annat. 2, fl. 224). «Eadem

no dia 12 de Dezembro, tomava parte no sínodo geral reunido pelo arcebispo de Braga, na qualidade de deão do cabido (667). *Mas já em 1436 fazia parte dos clérigos portugueses que frequentavam*

---

die [9 Junii 1428] dominus Alvarus Ferreyra, decanus ecclesie Elborensis, domini nostri pape prothonotarius, principalis obligavit se camere super licentia resignandi simpliciter vel ex causa permutationis infra biennium decanatum predictum et omnia alia beneficia que nunc obtinet et interim obtinebit ad solvendam annatam illorum beneficiorum que simpliciter dumtaxat resignaverit et cameram aut collectores vel succollectores in illis partibus de nominibus et cognominibus beneficiorum et personarum ac vero valore necnon diebus collationum certificare iuxta tenorem bulle que fuit sub data Rome apud Sanctos Apostolos, xvi Kalendas Junii, anno undecimo. Item die x. dicti mensis Junii Mccccxxix Petrus Johannis obligavit de novo nomine dicti domini Alvari, rectoris ecclesie sancti Johannis de Ovil Portugalensis diocesis. (AV, Annat. 3, fl. 151). «Dicta die [24 Januarii 1430] Didacus Alvari ut principalis obligavit se camere nomine Didaci Caldeyra super annata canonicatus et prebende ecclesie Ulixbonensis, quorum fructus, etc., lx librarum Turonensium parvorum communi extimatione, vacantium per promotionem domini Alvari, electi Colimbriensis. Coll. eidem Rome, apud Sanctos Apostolos, x Kalendas Decembris, anno xiii ... Dicta die [ultima mensis Martii 1430] Johannes Belleaugua principalis obligavit se camere super annata parrochialis ecclesie sancti Petri de Ferreria Portugalensis diocesis, cuius fructus, etc., centum octuaginta librarum Turonensium parvorum communi extimatione, vacantis per promotionem domini Alvari electi Colimbriensis. Coll. eidem Rome, apud Sanctos Apostolos, xii Kalendas Januarii, anno tertiodecimo. Item die vii.a mensis Augusti Mccccxxxvii prefatus Johannes habuit unam bullam perinde valere super eodem beneficio eo quod ab aliquibus dicta parrochialis ecclesia abbacia secularis nuncupatur, in qua quidem bulla non expressit valorem, sub data Rome, vi.to Idus Octobris, anno tertio, et fuit restituta de mandato dominorum de camera eo quod dominus Antonius, episcopus Portugalensis, asseruit dictam annatam recepisse in illis partibus collectorem ... Dicta die [viiii mensis Junii 1430] Gundissalvus Johannis procuratorio nomine obligavit se camere nomine Johannis Alvari super annata prioratus monasterii sancti Petri de Rooriz ordinis sancti Augustini Bracharensis diocesis, cuius fructus, etc., C. et L. librarum Turonensium parvorum communi extimatione, vacantis per expirationem commende facte Alvaro electo Colimbriensi. Coll. eidem Rome, apud Sanctos Apostolos, v Kalendas Novembris, anno duodecimo» (AV, *Annat.* 4, fl. 111v, 134, 166v). «Die vii Julii [1430] Johannes Alfonsi de Stremotio principalis obligavit se camere super annata perpetue portionis in ecclesia pareciali sancti Salvatoris Sanctaranensis Ulixbonensis diocesis, cuius fructus, etc., xxx librarum Turonensium parvorum communi extimatione, vacantis per promotionem domini Alvari electi Colimbriensis. Coll. eidem Rome, prope Sanctos Apostolos, v Kalendas Novembris, anno xii» (AV, *Annat.* 5, fl. 7v). «Dicta die [vi Julii 1431] Fernandus Alvari principalis obligavit se camere super annata decanatus Elborensis ac parrochialis [ecclesie] sancti Salvatoris de Arriollos Elborensis diocesis ecclesiarum, quorum fructus, etc., librarum Turonensium parvorum communi extimatione, vacantium per promotionem Alvari electi ad ecclesiam Colimbriensem et munus consecrationis eidem impendendum. Coll. eidem Rome, apud Sanctos Apostolos, anno Incarnationis Dominice Mccccxxx, v Idus Martii, anno primo. Item reservatur pensio ducentorum auri de camera reverendissimo domino cardinali sancti Petri ad Vincula super fructibus dictorum beneficiorum» (AV, *Annat.* 6, fl. 49).

(667) Docum. de 12 de Dezembro de 1435, inserto noutro de 28 de Março de 1439: «In nomine Domini. Amen. Sabham todos quantos este publico stormento virem como no anno de nosso Senhor Jhesu Christo de mil e quatroçentos e triinta e nove anos, aos vinte e oito dias do mes de Março, en presença de mim notario publico e testemunhas a fundo scriptas, persoalmente stando ho onrado e discreto barom Joham Fernandez, bacharel en degredos, coonigo e vigairo geeral em a igreja de Bragaa por o muito onrado em Christo padre e senhor dom Fernando, per merçee de Deus e da sancta egreia de Roma arçebispo de Bragaa e primas, em audiençia publica ouvindo as demandas, segundo que he de custume, em a dicta egreia de Bragaa, perante elle paresceu Afonso Vicente, capelam do dicto senhor arçebispo, e apresentou ao dicto vigairo huum stormento fecto per Blas Afonso, scripvam da camera do dicto senhor arçebispo de Bragaa e sobscripto e signaado per maão de Pero Lourenço, coonigo que foi de Bragaa e de Joham Gomez notarios apostolicos [*parte de docum. ilegível*] letera apostolica do muito santo Padre em Christo e nosso senhor dom Eugenio per a divina providencia papa quarto, bullada da sua verdadeira bulla de chumbo, posta em cordam de canave, a modo de corte de [Roma] e mais huũ processo sobre ella decernido per o muito onrado dom Joham aministrador do bispado de Tui, situado no rregno de Portugal, e chantre em a egreia do Porto. Os quaes stormento e letera apostolica... non eram viciados... Dos quaes o theor de verbo se [segue] ... Sabham quantos estas presentes letras virem que aos doze dias do mes de dezembro da era do naçimento de nosso Senhor Jhesu Christo de mil e quatrocentos triinta cinquo anos, nos paaços do muito reverendo em Christo padre e senhor dom Fernando, arçebispo de Bragaa e primas, que som em a dicta cidade de Bragaa, seendo o dicto senhor fazendo e

a Cúria do papa Eugénio IV, que a 24 de Julho de 1436 o agregava ao colégio dos cubiculários pontifícios e lhe concedia processo de isenção, na forma costumada da câmara (668). *Mais ou menos por esta altura, teria ele apresentado ao papa, em nome do clero de Portugal, série de queixas contra as autoridades portuguesas, atentórias das liberdades eclesiásticas, como disso há ecos em cartas de el-rei D. Duarte ao abade Gomes, o qual, em 1437, servia de intermediário, em nome do papa, junto do monarca, para este lhe permitir o regresso a Portugal* (669). *Apesar das boas disposições de*

---

celebrando geeral signado com o deam e cabidoo da sua egreia e com os dom abbades da ordem de sam Beento e priores regrantes da ordem de Santo Agustinho ... se levantarom do dicto signado, pidindose de todas partes muitos stormentos a nos dictos notarios das cousas que se asi passarom; testemunhas a esto todo presentes os sobredictos honrrados Rui Diaz, dayam, e Vaasco Roiz, chantre, e Pedre Anes, arçediagoo de Vermoym, e Pero Vicente, meestre scolla, e Pero Fernandez, thesoureiro, e Gº Afonso, coonigo na dicta egreia de Bragaa e capelam do Ifante dom Joham e dom abbade de Travanca e dom abbade de sam Romão de Neiva...»: ADB, *Colecção cronológica*, caixa 24.

(668) «Universis, etc. Franciscus, etc. Salutem, etc. Quia pium, etc. Ad universitatem, etc. Quod sanctissimus in Christo pater et dominus noster dominus Eugenius, divina providentia papa quartus, venerabilem virum dominum Rodericum Didaci, decanum Bracharensem, ob multiplicium virtutum sibi suffragantium merita in suum et sedis predicte apostolice cubicularium die date presentium recepit ac aliorum et sedis predicte cubiculariorum huiusmodi numero et consortio cum prerogativis, honoribus, oneribus et emolumentis consuetis agregavit. Postmodum prestito per eum debite fidelitatis iuramento, in libris et registris camere apostolice, in quibus alii cubicularii huiusmodi sunt annotati, ut est moris, fecimus annotari. Quocirca, etc. In quorum, etc. Datum Bononie, sub anno a nativitate Domini Mccccxxxvi.to, indictione xiiii.ta, die vicesima octava mensis Julii, pontificatus, etc., anno sexto. Vis. Ja. de Racaneto. M. Thenini. Item die ultima mensis predicti prefatus dominus Rodericus, cubicularius, habuit unum processum exemptionis in forma camere consueta sub anno, indictione et pontificatu predictis. Vis. Ja. de Racaneto. M. Thenini» (AV, *Divers. Cam.*, Arm. 29, t. 19, fl. 198v (193v). Diferentes estadias de Rui Dias na Cúria papal já foram registadas nas notas 653-657. Esta última, até ser promovido a bispo de Silves, deve ter sido a maior. Mas a que teve início em 1424 parece ter sido também bastante longa, como se pode inferir destes dois documentos: «Dicta die [xxiii mensis Decembris Mccccxxiiii] venerabilis vir dominus Rodericus, archidiaconus de Baroso in ecclesia Bracharensi, tamquam principalis et privata persona, vice et nomine domini Egidii Stephani, clerici Ulixbonensis diocesis, obligavit se ad solvendum in Romana Curia pro annata primi anni parrochialis ecclesie de Canaveses Portugalensis diocesis, florenos auri de camera viginti quinque, hinc ad decem menses proxime futuros. Submisit, iuravit, etc. Et dominus locum tenens tulit sententias. Actum ut supra, presentibus domino P.º de Montella et Johanne Emenrodi ac me Laurentio, notario predicto ... Sciendum quod venerabilis vir dominus Rodericus Didaci, archidiaconus de Barroso in ecclesia Bracharensi, olim collector in regno Portugalie, promisit quod solvet in Romana Curia infra quinque menses, a die xxii mensis decembris Mccccxxiiii in antea computandos, florenos auri de camera octuaginta sub penis camere, etc., et interim non recedat de Curia, non solutis dictis lxxx florenis, sub penis predictis. Qui quidem floreni sunt de resta computorum suorum. Insuper promisit, solemni stipulatione interveniente, quod infra octo menses, a dicta die xxii in antea computandos, docebit in camera apostolica fore restitutos et restituisse quadraginta septem florenos auri de camera et tert. unius priori monasterii de Nandim Bracharensis diocesis, ab eo nomine camere receptos. Item, similiter stipulatione interveniente, promisit docere infra dictos octo menses restitutos fore flor. xxxiii et tert. abbatisse de Marruffa Tudensis diocesis. Et casu quo infra dictos octo menses restitutionem tam de xlvii et tert. quam de xxxiii et tert. floren. factam non docuerit, ad solutionem eorumdem florenorum eo ipso est efficaciter obligatus et iuravit ac renuntiavit. Actum Rome, die xxii mensis decembris, prout in libro quitantium, ubi registrata est littera quitantie, ante domum domini Benedicti locum tenentis, prope Sanctum Marcum, presentibus ibidem Dominico de Crapanica et Nicolao de Valle, testibus ... Docuit de omnibus per publica instrumenta et fuit absolutus et habuit litteras» (AV, *Obl. particulares*, 1, fl. 90, 93). Em Dezembro de 1425, ainda ele se encontrava na Cúria e parece ter continuado lá nos anos seguintes. Cf. notas 654-657.

(669) Em carta de 29 de Janeiro de 1437, el-rei D. Duarte escrevia ao abade D. Gomes: «Item saberees quaees som aquelles nossos naturaees que estas infamias andarom semeando. E per nossa parte os rreprendee, cada huũ segundo seu merecimento, e em espeçiall dizee ao dayam de Bragaa que nos o conheçemos por tall, que a nos nom apraz que elle viva nos nossos rregnos nem em elles aja benefiçio» (Bibl. Medicea Laurenziana di Firenze, cod. Ashb. 1792, I, fl. 8-9v). Publicada em *Monumenta Henricina*, VI, n. 10, pp. 18-22. Cf. nota seguinte.

el-rei que, finalmente, se declarava pronto a deixá-lo entrar no país (670), *Rui Dias ficou por Itália, ao serviço de Eugénio IV, inclusive na embaixada a Constantinópola para trazer os Gregos ao concílio de Ferrara. Antes desta viagem, prestava ao monarca seu valimento na Cúria, em assuntos de grande interesse para D. Duarte e para o reino, juntamente com o advogado consistorial Dr. Vasco Rodrigues* (671), *com os cubiculários pontifícios Gonçalo Anes de Óbidos* (672) *e Afonso Gomes*

---

(670) O papa deve ter intercedido junto do rei por Rui Dias, pois D. Duarte em carta de 9 de Setembro de 1437 dizia: «E na parte do deyam de Bragaa, visto o rrequerimento que nos por el faz o dicto ssenhor Padre sancto e o que nos vos del scprevees, bem nos praz que sse venha pera nossa terra e este em seu deyado assy como os outros de nossa terra estam em seus benefiçios, com o qual terremos aquela maneira que for rrazom, segundo o acharmos desposto açerca das cousas que a nosso serviço comprem» (Bibl. Medicea Laurenziana di Firenze, cod. Ashburn. 1792, I, fl. 22v). A 27 de Agosto de 1437, dizia D. Duarte a D. Gomes: «Sobre a pratica do deyam de Bragaa, porque o sancto padre me scpreve, nos lhe rrespondemos que bem nos praz que venha morar a sseu benefiçio. Porem vos dizee ao sancto Padre que per vya de degredo nos da terra nom o lançavamos mas, querendo arredar seu mal que per alguũs que lhe bem nom querem, sabendo que fora contra nosso serviço, lhe podiam fazer alguũ dano, o fezemos avisar que faria bem nom viir tam çedo a ella. Porem, pois ao sancto Padre assy praz, eu nom o contradigo. E pareçenos que nom devya de prazer ao sancto Padre que mal e falssamente alguũ defamasse de seu Rey e Senhor. E a vos digo çertamente que cousa dennovaçom daquelas que contra nos diserom nos nom fazemos nem fezemos, salvo aquelas que os rrex meus anteçesores fezerom, amte lhes somos muy favoravil em muytas cousas aalem do que atta noso tenpo lhe nom eram. E sse o Padre sancto estes nom castiga ou per seu boo jeyto nom mostra que todo ha por mal fecto, tantas e taaes cousas lhe podem dizer que por nos sabermos que todo proçede de muyta maliçia e falssidade, nom o poderemos bem soportar» (Bibl. Medicea Laurenziana di Firenze, cod. Ashburn. 1972, I, fl. 21--21v). Publicadas em *Monumenta Henricina*, VI, nn. 55-56, pp. 135-138. Sobre a carta original de D. Duarte cf. EDUARDO NUNES, *Nótulas de História do século XV Português*, em *Do Tempo e da História*, I, pp. 55-57, 65-67.

(671) «Dom abade amigo. Nos elrrey vos enviamos muito saudar. Fazemosvos saber que pollo rrecado que nos de corte veo, per carta dAfonso Gomez de Lemos, nosso criado, per a qual nos afirmava que o santo Padre tiinha outorgado a elrrei de Castella que certos bispados de nossos rregnos e ainda algũas terras e lugares nosas, que dizem que perteençem ao bispado de Badalhouçe e de Tuy, que todos lhe fossem sobdictos e obedientes, como faziam ante do tenpo da çisma ... E despois que vos asy scprevemos, aos xb dias dabril fomos çertificado per outras cartas que nos enviou o dicto Afonso Gomez de Lemos e Gonçalo Annes, cabicolarios, e per outros nossos servidores, per que nos afirmavom a dicta graça seer outorgada a elrrey de Castella e como elles e o dayam de Bragaa e os doutores Vasco Roiz e Joham Beleauga e outros se ajuntarom e rrequererom ao santo Padre e cardeaaes que a tall cousa nom desse lugar nem consentyse de passar, pella guerra, danos e danyficamemtos que sse podyam seguir antre os nosos rregnos e os de Castella e alegadas estas rrazõoes e outras muitas por a nossa parte e outras contrairas, foy terminado que as dictas leteras estevesem em secresto e nom pasasem. E de os sobredictos em ello tal maneyra teerem e de o tam bem rrequererem nos lho teemos muito em serviço» (Bibl. Medicea Laurenziana, cod. Ashb. 1792, I, fl. 10-12. Publicada por DOMINGOS MAURÍCIO, S. J., *D. Duarte e as responsabilidades de Tânger*, pp. 35-37, e em *Monumenta Henricina*, VI, n. 23, pp. 44-49.

(672) Na já citada carta de 29 de Janeiro de 1437, D. Duarte recomendava: «Outrosy dizee a Gonçalo Anes dObidos que lhe teemos em serviço a boa maneira e trabalho que filha em nossos fectos e que lhe encomendamos que asy o queira continoar» (Bibl. Medicea Laurenziana di Firenze, cod. Ashb. 1792, I, fl. 8-9v. Publicada em *Monumenta Henricina*, VI, n. 10, pp. 22). A respeito da defesa dos direitos portugueses referidos, em relação com Castela, ainda a seguinte passagem de carta do rei ao abade D. Gomes, de 23 de Março de 1437: «Fazemosvos saber que a nos foy escripto per Afonso Gomes de Lemos nosso creado que aa sopricaçom del rrei de Castella o santo Padre determinara algũas cousas que som em perjuizo de nossos regnos e estado... Porem nos sopricamos aa sua santidade, a ella pedindo que queira a ello proveer de tall coussa nom passar nem dar lugar a ello, alegandolhe algũas rrazõoes que por nossa parte em ello deve esguardar e penssar, segundo verees per o trellado da sopricatoria que vos enviamos. E confiando em vossa boondade e discrepçom, como grande rrazom he, e pensando quanto esta coussa tange a nossos rregnos e a todollos verdadeiros naturaaes delles, vos encomendamos que vos praza fazerdes juntar a vos o dicto Afonso Gomez e o Mestre frey Joham de Sam Tome e mestre Françisquo e o doutor Joham Beleauga e Gonçalle Anes, cabicolario, aos quaees

de Lemos, deão de Silves e sucessor de Rui da Cunha como prior da colegiada de Guimarães, inclusivamente na questão com o arcebispo de Braga, D. Fernando Guerra, sobre certos direi-

---

sobrello escprevemos, e antre todos averdes em ello aquelle melhor conselho e avisamento que bem possaaes e que virdes que pera ello conpre» (Bibl. Medicea Laurenziana di Firenze, cod. Ashb. 1792, I, fl. 4-4v. Publicada em *Monumenta Henricina*, VI, n. 16, pp. 33-35. Cf. notas 712 e 714. Em *Monumenta Portugaliae Vaticana*, I, Introdução, pp. XIII, XX, XLIII, LIX-LX, publica-se documentação referente a ele. Não faltam também súplicas a seu respeito. Cf. *Monumenta Portugaliae Vaticana*, Súplicas de Eugénio IV, nn. 165, 264, 764, 1117, 1160, 1165, 1166, 1297, 1306, 1326, 1469; *Súplicas de Nicolau* V, nn. 38, 44, 213, 350, 382, 464, 696; *Súplicas de Calisto III*, n. 174. E é para recordar que ele, bacharel em decretos e cubiculário do papa, foi nomeado bispo de Lamego no dia 1 de Abril de 1444, donde foi transferido, a 18 de Agosto de 1447, para a sé do Porto, vacante por morte do cardeal D. Antão Martins, ocorrida em Roma a 6 de Julho de 1447. Cf. EUBEL, C., *Hierarchia catholica Medii Aevi*, II, pp. 171, 218. Residia na Cúria pontifícia, como diz súplica de 1440 (*Monumenta Portug. Vaticana*, Súplicas de Eugénio IV, n. 1165). E por lá continuou depois da promoção episcopal e transferência para a sé do Porto. Ainda em Janeiro de 1446 Eugénio IV concedia a ele *Gundissalvo electo Lamecensi* indulto sobre visita da sua diocese por procurador (Av. Reg. Lat. 421, fl. 33-34). E ele apresentava-se na câmara apostólica, a obrigar-se pelo respectivo indulto: «Die xviii eiusdem [Martii 1446], reverendus pater dominus Gunsalvus electus Lamacensis, principalis obligavit se camere super facultate visitandi per procuratorem civitatem et diocesim suas Lamacenses, eidem ad septennium auctoritate apostolica concessa, videlicet ad solvendum certam partem proventuum ratione dicte visitationis provenientium, sub data bull. Rome, apud Sanctum Petrum, anno M.ccccxlv [*espaço em branco*], anno xv.» (AV, Obl. et Sol. 67, fl. 84v). A 18 de Agosto de 1447, transferia-o Nicolau V para a sé do Porto (AV, Reg. Lat. 435, fl. 70-73), cerca de um mês, portanto, depois da morte do cardeal D. Antão Martins, ocorrida em Roma, sinal de que o interessado na sucessão estava também lá. De facto, em bula do primeiro ano do pontificado, o da transferência, o papa encarregava-o de certas questões, dirigindo-se-lhe como *episcopo Portugalensi in Romana Curia residenti* (AV, Reg. Lat. 440, fl. 192v-194). Em Janeiro de 1449, Nicolau V concedia-lhe várias bulas sobre reserva de benefícios (AV, Reg. Lat. 446, fl. 2v-3, 55-55v). Em muitas outras encarregava-o de comissões executoriais, nestes anos e seguintes. Mas D. Gonçalo veio a Portugal, onde se encontrava em Dezembro de 1449. Efectivamente, a 13 de Dezembro, passava ele, no Porto, procuração a João Vasques, escolar em direito canónico, para prestar ao arcebispo de Braga juramento de fidelidade, como sufragâneo seu que era. O juramento foi feito a 20 de Dezembro nos paços do arcebispo, estando presentes, entre outros, o deão de Braga Martim Aires ou Arias e o licenciado em leis Fernando Afonso: «Em nome de Deus. Amen. Sabham quantos esto stormento virem que, no anno do nascimento de nosso Senhor Jhesu Christo de mil e quatroçentos e quareenta e nove annos, sabado, viinte dias de dezembro do dicto anno, na çidade de Bragaa, nos paaços do muito rreverendo im Christo padre e senhor dom Fernando, per merçee de Deus e da sancta egreia de Roma arçebispo dessa meesma e primas, na camara dos dictos paaços, estando hii o dicto senhor arçebispo com seus leterados pera entrar a sua rrellaçom, como costuma, e em presença de mim notairo e testemunhas adiante scriptas e perante o dicto senhor, pareceu ho senhor dom Gonçallo, per a dicta merçee bispo do Porto, seu sofreganho, per Joham Vaaz, escollar em dereito canonico e veedor da sua casa, seu soficiente procurador, pera o aucto que se adiante segue, per virtude dhũa procuraçom, que logo hii apresentou, siinada per o dicto senhor do Porto e seellada do seu seello, da qual o teor tall he: Dom Gonçallo, per merçee de Deus e da sancta egreia de Roma bispo do Porto. A quantos esta presente procuraçom virem fazemos saber que nos, confiando da bondade, descreçom e leteratura de Joham Vaasquez, scollar em dereito canonico, veedor da nossa casa, ho portador desta procuraçom, per estas presentes ho constituimos, fazemos e hordenamos nosso procurador, que por nos e em nosso nome possa paresçer e paresça perante o muyto rreverendo en Christo padre e senhor dom Fernando, per a dicta merçee arçebispo de Bragaa, primas e metropolitano da dicta nossa egreia do Porto, pera em nossa alma lhe fazer e faça o juramento da obediençia e fieldade que nos de dereito como seu sofreganho, que per rrazom da dicta nossa egreia somos, lhe devemos fazer ... Scripta na dicta cidade do Porto, xiii dias de dezembro. Gonçallo Vaasquez, scripvam da nossa camara, a ffez. Anno do nasçimento de nosso Senhor Jhesu Christo de mil iiii.c Rix. G. episcopus Portugalensis. E apresentada assy a dicta procuraçom, como dicto he, logo per o procurador do dicto bispo for dicto ao dicto senhor arçebispo que elle era prestes de lhe fazer em nome do dicto bispo, cujo procurador era, o juramento de fieldade e obediençia, que era thiudo. E o dicto senhor arçebispo rrespondeu que prestes era de lho rreceber. E logo o dicto senhor se assentou em hũa cadeira e o dicto procurador do dicto bispo, em nome delle, em giolhos antelle, e pos as suas maãos antre as suas e começou de leer em esta guisa que se segue: Ego Gondissalvus, ecclesie Portuensis

tos na mencionada colegiada, sendo o cabido e deão de Braga representados por Diogo Álvares, e ele, prior da colegiada, pelo cónego da mesma, Álvaro Anes, perante Fernando Afonso, vigário

---

episcopus, promitto ... et hec sancta Dei evangellia. O qual juramento assy ffecto per o dicto bispo do Porto pello dicto seu procurador nas mãaos do dicto senhor arçebispo, aos santos envangelhos per ell corporalmente tangidos, como dicto he, ho dicto senhor arcebispo assy o rreçebeu e ouve por rreçebido em seu nome e da dicta sua egreia de Bragaa. E pediu a mym dicto notairo hũu e mais stormentos. E o dicto procurador em nome do dicto bispo do Porto lhos mandou dar; testemunhas que a esto forom presentes: os honrrados Martim Ayras, dayam em a dicta egreia de Bragaa, e Gill Afonso Leitom, chantre, e Joham Fernandez, arcediagoo dAllabruja, e Fernandafonso, leçenciado em leix, e Nuno Camello, todos coonigos na dicta egreia de Bragaa, e outros e eu Bras Afonsso, vassallo del Rey, e eu taballiam e notairo geerall em todos seus rregnos e senhorio, que a todo esto com as dictas testemunhas presente fui e este estormento em meu livro de notas notei e por minha mãao ho screpvi e aqui meu signall fiz, que tall he *(lugar do sinal)*. Gratis» (ADB, *Colecção cronológica*, caixa 27). No ano seguinte de 1450, já estava de novo na Cúria, conforme se tira de bula que lhe dirigiu o papa, a 20 de Dezembro de 1450, como a *Gundissalvo, episcopo Portugalensi, in Romana Curia residenti* (AV, Reg. Lat. 465, fl. 290-291). De notar que D. Afonso V, por carta de 27 de Fevereiro de 1449, documento aliás em que foi inserido outro de 1456, relativo a dinheiros da cruzada e à legacia do bispo de Silves em 1456, concedia ao arcebispo de Braga certos dinheiros recebidos do bispado do Porto, desde a morte do cardeal até essa data de Fevereiro de 1449: «Nos el rrey fazemos saber a quantos este alvara virem que Nos damos por quite e livre ho honrrado em Christo padre dom Fernando, arcebispo de Bragaa, meu bem amado primo, de todo o que elle reçebeo e ouve do bispado do Porto, da morte do cardeal, per que vagou, ataa o dia e ffeitura deste, porquanto elle ho ouve e reçebeo per nossa carta, como cousa de que lhe Nos ffezemos merçee. E porem a Nos praz de seer o dicto arçebispo dello quite e livre; fecto em Sanctarem, xxvii de Fevereiro 1449.

Legado, a Nos praz que quitees o arcebispo, per virtude de poder que teendes per bem da cruzada, de todo este dinheiro conteudo neste alvara susoscripto e o asolvee na forma da sancta egreia, porque Nos tomamos sobre Nos o dicto dinheiro pera ho despender em serviço de Deus neesta sancta guerra. E porem signamos este alvara; ffecto em Lisboa, xi dias de novembro 1456» (ADB, *Colecção cronológica*, caixa 27). Não muitos anos depois, D. Gonçalo Anes de Óbidos renunciava ao bispado do Porto, passando a viver, segundo parece, entre os beneditinos de Monte Subásio, onde deve ter morrido *(Monumenta Portugaliae Vaticana*, Súplicas de Pio II, n. 592). Facilitava assim a nomeação do Dr. Álvaro Afonso, clérigo da diocese de Coimbra e familiar do cardeal D. Jaime, para bispo de Silves, o qual assumiu a obrigação de lhe passar pensão anual sobre os rendimentos da diocese algarvia, prévia transferência de D. Luís Pires da diocese de Silves para a do Porto: «Eisdem die et loco [Veneris, nono Kalendas Septembris, anno septimo] predictus sanctissimus dominus noster, ad relationem domini cardinalis Rothomagensis absolvit dominum Ludovicum, episcopum Silvensem, a vinculo, quo Silvensi ecclesie, cui tunc preerat, tenebatur, illumque transtulit ad ecclesiam Portugalensem, tunc ex eo vacantem quod reverendus pater dominus Gundissalvus, olim episcopus Portugalensis, regimini et administrationi ipsius ecclesie Portugalensis, cui tunc preerat, per magistrum Petrum Daurdis, archidiaconum Pitaviensem, scriptorem apostolicum, procuratorem suum, sponte et libere cessit dictusque dominus noster eumdem Gundissalvum a vinculo, quo ipse ecclesie Portugalensi tenebatur, absolvit. Eisdem die et loco, sanctissimus dominus noster dicte ecclesie Silvensi, sic ut premittitur vacanti, de persona domini Alvari Alfonsi, clerici Colimbriensis, providit, reservata pensione annua CCC florenorum auri de camera super fructibus, etc., dicte ecclesie Silvensis, per dictum Alfonsum et successores, etc., predicto domino Gundissalvo quoad vixerit annis singulis in festo nativitatis beati Johannis Baptiste persolvenda, sub excommunicationis, privationis et aliis penis» (AV, Obl. et sol. 72, fl. 83). D. Luís tomou posse da diocese do Porto. De facto, passava procuração em Sintra, no dia 29 de Outubro de 1454, nos paços do rei, ao licenciado em teologia Martinho Alho, o qual nesse mesmo dia prestou juramento de fidelidade ao arcebispo de Braga, em nome do bispo do Porto, no mosteiro de S. Domingos de Lisboa: «Em nome de Deus, amen. Saibham quantos este estormento virem que no anno do nascimento de nosso Senhor Jhesu Christo de mill e quatroçentos e çinquoeenta e quatro annos, viinte e nove dias do mes doitubro do dicto anno, em a mui nobre e senpre leall cidade de Lixboa, no moesteiro de sam Domingos, na camara em que pousa o muito rreverendo em Christo padre e senhor dom Fernam, arçebispo de Bragaa e primas, estando hii o dicto senhor arçebispo e em presença de mim notairo e testemunhas adiante scriptas, perante o dicto senhor arçebispo pareceu ho senhor dom Luis, per a dicta merçee bispo do Porto, seu sofreganho, per o lecenciado Martim Alho, arcediagoo de Lixboa, seu soficiente procurador para o aucto que se adiante segue, per virtude dhũa procuraçom que logo hii apresentou scripta em papell, fecta e assiignada per Afonso Anes, taballiam da senhora Reynha

geral do metropolita bracarense e licenciado em leis ([673]), *com o Dr. João Beleágua, anteriormente estudante de direito em Bolonha e em Sena, o qual, em Março de 1430, se apresentava na câmara*

---

na villa de Sintra, da quall o theor tall he: Saibham os que esta presente procuraçom virem que nos dom Luis, per merçee de Deus e da sancta egreia de Roma bispo do Porto, confiando da bondade e descrepçom e leteradura do honrrado leçenciado Martim Alho, arcediagoo de Lixboa, o portador desta procuraçom, per esta presente ho constituimos, fazemos e hordenamos nosso procurador sofiçiente que por nos e em nosso nome possa pareçer e pareça perante o muito honrrado im Christo padre e senhor dom Fernando, per a dicta merçee arcebispo de Bragaa e primas e metropollitano da dicta nossa egreia do Porto, pera em nossa alma lhe fazer e faça juramento da obediençia e fieldade que nos de dereito como seu sofreganho que per rrazom da dicta nossa egreia soomos, lhe devemos fazer... Fecta e outorgada foe em Sintra, nos paaços del Rei nosso senhor, a viinte nove dias doitubro do ano do nascimento de nosso Senhor Jhesu Christo de mill e quatrocentos e çinquoeenta e quatro annos, testemunhas Fernam dAlmeida e Diego de Merlis e Luis do Casall, criados do dicto senhor bispo, e eu Afomso Anes, vassallo do dicto senhor Rei e taballiam por a rreynha nossa senhora na dicta villa que esta procuraçom scprevi e aqui meu signall fiz que tal he. E apresentada assy a dicta procuraçom, como dicto he, logo per o dicto procurador do dicto bispo foe dicto ao dicto senhor arçebispo que elle era prestes de lhe fazer em nome do dicto bispo, cujo procurador era, o juramento de fieldade e obediençia que era thiudo. E o dicto senhor arçebispo rrespondeo que prestes era de lho rreceber. E logo o dicto senhor sse asseentou em hũa cadeira e o dicto procurador do dicto bispo do Porto em nome delle em giolhos antelle e pos as suas maaos antre as do dicto senhor arçebispo e começou a leer em esta guisa que se segue: Ego Ludovicus, ecclesie Portugalensis episcopus, promitto ... O qual juramento assy ffecto per o dicto bispo do Porto pello dicto seu procurador nas maãos do dicto senhor arçebispo ...» (ADB, *Colecção cronológica*, caixa 28).

([673]) Cf. notas 671-672, 710. Ainda sobre A. de Lemos, documentos publicados em *Monumenta Portugaliae Vaticana*, I, Introdução, pp. LIII-LV e as súplicas em *Monumenta Portugaliae Vaticana*, Súplicas de Eugénio IV, nn. 491, 562, 576, 600, 695, 716, 720, 747, 757, 771, 779, 786, 809, 820, 884, 1164, 1179, 1254, 1680; *Súplicas de Nicolau V*, nn. 376, 445, 446, 448, 471, 536, 658, 694; *Súplicas de Calisto III*, nn. 167, 213, 215, 225. Era deão de Silves, quando o papa Eugénio IV o nomeou seu cubiculário, a 22 de Setembro de 1436: «Universis, etc. Franciscus, etc., salutem, etc. Quia pium extimamus, etc. Ad universitatis, etc., quod sanctissimus in Christo pater et dominus Eugenius, etc., venerabilem virum dominum Alfonsum Gomecii de Lemos, decanum ecclesie Silvensis, multiplicium virtutum meritis sibi multipliciter suffragantibus, in suum cubicularium vive vocis oraculo, nobis presentibus, die date presentium recepit ipsumque numero et consortio aliorum cubiculariorum huiusmodi favorabiliter aggregavit; postmodum, prestito per eum debite fidelitatis iuramento, libris et registris camere apostolice, in quibus alii cubicularii sunt annotati, ut moris est, fecimus annotari. Quocirca, etc. In quorum, etc. Datum, etc. Bononie, die vicesima secunda Septembris M.ccccxxxvi, pontificatus, etc., anno sexto» (AV, Div. Cam., Arm. 29, t. 19, fl. 207). Eis documento comprovativo de sua contínua estadia na Cúria pontifícia desde 1436 até Novembro de 1439, pelo menos: «Universis, etc. Quia pium ... attestamur per presentes quod venerabilis vir dominus Alfonsus Gometii de Lemus, decanus Silvensis et canonicus Ulixbonensis ecclesiarum ac sanctissimi in Christo patris et domini nostri domini Eugenii, divina providentia pape quarti, cubicularius, die vicesima secunda mensis Septembris, anno Domini Mccccxxxvi, ad dictum cubiculariatum cum prerrogativis, honoribus, oneribus, gratiis et emolumentis consuetis receptus et admissus fuit et ab illa die usque in diem quintum mensis Januarii anni Domini Mccccxxxviiii et deinde a die decima quinta mensis Octobris Mccccxxxviiii usque ad presentem diem in Romana Curia predictum suum cubiculariatus officium exercendo continue instetit, prout de presenti insistit ... Datum Florentie, apud Sanctam Mariam Novellam, sub anno a nativitate Domini Mccccxxxviiii, indictione secunda et die decima mensis Novembris, pontificatus, etc., anno nono »(AV, Divers. Camer., Arm. 20, vol. 29, fl. 107v). Afonso Gomes de Lemos foi sucessor de Rui da Cunha, como prior da colegiada de Guimarães, após a destituição deste, conforme consta da confirmação pelo arcebispo de Braga D. Fernando que «a xix dias dabrill de 1449, em Torres Vedras, pasou comisom pera o bispo do Alguarve que, seendo privado o prioll de sancta Maria de Guimaraes, confirme Afonso Gomez de Lemos, fidalgo da casa del Rey, aapresentaçom do dicto senhor Rei como padroeiro verdadeiro e lhe de o dicto bispo sentença de privaçom e carta de pose e confirmaçom, synada pollo dicto bispo e selada do seu seello, etc.» (ADB, *Livro de confirmações do arceb. D. Fernando*, fl. 147). Nesse mesmo ano, conforme consta de processo de Agosto de 1449-Fevereiro de 1450, em que interveio, entre outros, como vigário geral o licenciado em leis Fernando Afonso, passou procuração a Álvaro Anes, cónego de Guimarães e criado do arcebispo, encarregando-o da adminis-

apostólica a obrigar-se pela anata da igreja de S. Pedro de Ferreira, vacante pela promoção de D. Álvaro, bispo de Coimbra, e em Junho de 1437, sendo designado como deão da Guarda, pela anata

---

tração do priorato: «Fecto que he antre o cabiidoo de Bragaa e Afonso Gomez de Lemos, prior de Guimeraaes, ssobre os direitos que o dicto cabidoo hadaver: Era do nascimento de nosso Senhor Jhesu Christo de mil e iiii.c e Rix annos, sabado, xvi dias do mes dagosto da sobredicta era, em a çidade de Bragaa, em o logo da clastra nova da see cathedrall da dicta çidade, perante o honrrado Luis Afonso, mestre escolla, coonigo e vig.o jerall do muito honrrado padre e senhor dom Fernando, per graça de Deus e da sancta egreia de Roma arçebispo de Bragaa e primas, que siia em publica audiencia, ouvindo os ffectos ... perante elle pareçerom os honrrados dayam e cabiidoo de Bragaa per Diego Alvarez, seu procurador jeerall, como autores da hũa parte e citado aa sua petiçom Alvaro Anes, coonigo em a egreia collegiada de santa Maria de Guimeraaes, como procurador jeerall que he do honrrado Afonso Gomez de Lemos por a dicta egreia de santa Maria, rreo por sii, da outra, per Joham de Soussa, escudeiro mor em a dicta cidade, seu procurador subestabelleçudo, que dizia que era... [fl. 3] Sabham os que esta presente procuraçom virem que eu Afonso Gomez de Lemos, prior da egreia collegiada de sancta Maria de Guimeraaes, faço por çerto procurador liidimo e avondosso, asii como o elle melhor e mais conpridamente pode e deve sseer e de dereito mais valler, Alvare Anes, creado do senhor arçebispo de Bragaa, coonigo em a dicta minha egreia, que elle por mym e em meu nome administre e rrega e procure a dicta minha egreia e priorado della e faça ministrar e rreger e procurar asii no temporall como no espriituall e pera procurar e ministrar e rreger todos outros meus beens asii movees como rraiz, que a mym ssom devudos de dereito da dicta minha egreia, pera desaforar e desenprazar os cassaaes e herdades da dicta minha egreia, sse forem mall aforados e enprazados, e que os possa enprazar e aforar novamente a quem elle quiser ... Era do nasçimento de nosso Senhor Jhesu Christo [*documento roto*] ... [fl. 4] ... Depois desto, feria quinta, xxvii dias do mes de Novembro da sobredicta era, em a çidade de Bragaa, em o logo da clasta nova da see cathedrall da dicta çidade, perante Fernam dAfonso, liçençeado, vigario que siia em publica audiençia, ouvindo os ffectos, segundo he de sseu custume, pareçerom as dictas partes per os dictos seus procuradores e logo presentes elles pronunciou hũa interlucutoria ... [fl. 4v] Depois desto, feria terça, ix dias do mes de dezembro da ssobredicta era, em a cidade de Bragaa, em o logo da clasta nova da see cathedral da dicta çidade, perante Fernam dAfonso, licençeado, vig.o que siia em publica audiençia, ouvindo os ffectos, segundo he de sseu custume ... Depois desto, feria quarta, x dias do dicto mes da ssobredicta era, em a çidade de Bragaa... perante Fernam dAfonso, liçençeado, vig.o que siia em publica audiençia, ouvindo os ffectos segundo he de sseu custume... [fl. 5] Depois desto, feria quinta, xi dias do dicto mes da ssobredicta era, em a çidade de Bragaa, em o logo da clasta nova da see cathedrall da dicta çidade, perante Fernam dAfonso, liçençeado, vig.o que siia em publica audiençia, ouvindo os ffectos... [fl. 5v] ... Despois desto, feria quarta, vii dias do mes de Janeiro da era do nasçimento de nosso Senhor Jhesu Christo de mill e iiii.c e çinquoenta annos, em a çidade de Bragaa, em o logo da clasta nova da see cathedral da dicta çidade, perante FernandAfonso, liçençeado, vig.o que siia em publica audiençia, ouvindo os ffectos, segundo he de seu custume, pareçerom as dictas partes per os dictos sseus procuradores e logo per o dicto procurador do dicto cabiido [fl. 6] foy dicto que a elle fora mandado a que fezesse sua prova em nome do dicto cabiido e que nom lhe fora termho asignado, nom embargando que o pedira ... [fl. 6v] Depois desto, fferia sexta, trinta dias do mes de Janeiro da era do nascimento de nosso Senhor Jhesu Christo de mill e quatroçentos e çinquoenta annos, na villa de sancta Maria de Guimaraaes, em presença dAfonso Martinz, enqueredor, e mim Diego Afonso, scripvam, que estavamos na dicta egreia de santa Maria e estando hi Alvare Anes, coonigo em a dicta egreia de santa Maria de Guimaraaes e procurador que sse dizia do dicto Afonso Gomez de Lemos, prior da dicta egreia de sancta Maria de Guimaraaes ... [fl. 7] Pedralvarez ... perguntado polla petiçom, posta da parte do dicto cabidoo contra o dicto prior, que lhe toda ffoe leuda e declarada ... que he verdade ... que o dicto Ruy da Cunha lhe dissera que sseu senhor el Rey desenbargara çertos dinheiros na çidade do Porto e que como lhe veessem que logo lhe mandaria pagar. E que os dictos dinheiros nom fforom pagos ao dicto prior tam aginha e que elle se partira pera cassa do senhor Ifante dom Pedro, a que Deus perdoe, e que entom sse seguirom estas rrevoltas que sse passarom em o dicto rreino de Portugall e em tall guissa que as dictas coroas e soldos nunca mays forom pagas ao dicto prevendeiro e que he verdade que per vezes as dictas coroas e ssoldos foram rrequeridas da parte do dicto cabidoo ao dicto prior e sseus rrecebedores e que o dicto Ruy da Cunha nunca foe mays em [posse?] do dicto priorado e o perdeo, como todos sabem, e foe fecta provissom dell ao dicto Afonso Gomez e que he verdade que esta ora delle em posse ... Item Alvare Anes, conigo em a dicta egreia de Sancta Maria de Guimaraes, testimunha ja juramentado ... [fl. 7v] ... Preguntado pela petiçom posta da parte do dicto cabidoo da dicta egreia de Bragaa, o dicto Alvaro Anes procurador que foe do dicto Afonso Gomez, prior que ora he da dicta egreia de santa

de várias igrejas, a unir a certo mosteiro, a erigir pelo conde de Ourém, e em Setembro de 1437 pela anata do sobredito deado da Guarda, bem como dos respectivos canonicato e prebenda, vacan-

---

Maria de Guimaraaes, que lhe toda foe leuda e declarada ... respondeo e disse que elle testemunha ouvyra dizer ao dicto prevendeiro do dicto cabidoo da igreia de Bragaa que o dicto cabidoo avya daver as dictas coroas e ssoldos per a [?] do dicto prior e que entom elle testimunha dissera ao dicto Joham Vinoso por que lhe nom demandava a dicta divida ao dicto Ruy de Cunha em sseu tempo que era prior da dicta egreia e que o dicto prevendeiro lhe dissera que lhe rrequirera quando o dicto Ruy de Cunha fora a Castella com o filho do Ifante dom Pedro, a que Deus perdoe, e que o dicto Ruy de Cunha lhe scprevera como veesse do dicto logo de Castella que logo lhe faria pagamento do trespassado e do presente ... Preguntado sse ssabia elle testimunha ou ouvira dizer sse ao tenpo que o dicto Afonso Gomez ouvera posse do dicto priorado ... [fl. 9v] Depois desto, feria quarta, xi dias do mes de Fevereiro da ssobredicta era de iiii.c e cinquoenta annos, em a çidade de Bragaa, em o logo da clasta nova da see cathedrall da dicta cidade, perante FernandAfonso, liçençeado, vig.o que siia em publica audiençia, ouvindo os ffectos, segundo he do sseu custume, pareçerom as dictas partes per os dictos sseus procuradores e logo per o dicto Diego Alvarez, procurador do dicto cabiidoo, foy dicto que o dicto cabiido fezera ja sua prova e que nom queria mais fazer, que a avia por acabada ... Depois desto, feria quarta, xxb dias do dicto mes da ssobredicta era, em a çidade de Bragaa, em o logo da clasta nova da see cathedrall da dicta çidade, perante Luis Afonso, mestre escolla, vig.o que siia em audiençia ouvindo os ffectos, pareçerom as dictas partes per os dictos seus procuradores ... [fl. 10] Depois desto, sabado, postomeiro dia do mes de Fevereiro da sobredicta era de iiii.c e cinquoenta annos, em a çidade de Bragaa, em o logo da clasta nova da see cathedrall da dicta çidade, perante Fernam dAfonso, liçençeado, vig.o que siia em publica audiençia, ouvindo os ffectos, segundo he de sseu custume, pareceo hii o dicto procurador do dicto cabiidoo e aa rreveria e absençia do dicto procurador do dicto rreo, o dicto vig.o leeo e publicou hũa sentença diffinitiva em escpritos ...» (ADB, *Gaveta 2.ª das propried. do Cabido*, n. 62). Os primeiros anos de posse não foram, portanto, isentos de questões. A partir dela, cerca de três anos depois, recorrerá mais que uma vez ao papa, com referências à privação de Rui da Cunha pelo rei, a seu favor, pedindo a sanação de certos defeitos que obstavam à legitimidade da posse *(Monumenta Portugaliae Vaticana*, Súplicas de Nicolau V, nn. 445, 446, 448). Como sucedera com o predecessor Rui da Cunha, Afonso Gomes de Lemos andou em questão com o arcebispo D. Fernando sobre direitos de visita e obrigações inerentes, tendo o prior apelado para Roma, conforme documento de 4 de Agosto de 1459: «Saibham os que este estromento virem que no anno do naçimento de nosso Senhor Jhesu Christo de mil iiii.c l.ta e nove annos, quatro dias do mes dagosto, na villa de Guimaraens, no coro da collegiada ygreia de sancta Maria da dita villa, quando saiiam da preciosa(?), estando no dito loguo Joham de Resende, mestre scolla e a mayor parte dos coneguos desa mesma, antre os quaaes estava hy Alvoro Gonçalvez, coniguo e creado e procurador dAfonso Gomez de Leemos prior da dita ygreia, em presença de mim Joham Vasquez, escudeiro, vasallo del Rey e tabaliam na dita villa por o senhor duque, senhor della, e testemunhas adiante scriptas, pareçeo Fernam dAfonso Ferram, escudeiro, vasallo do dito senhor Rey e morador na dita villa, e apresentou hũa carta do Senhor arcebispo e per mim taballiam sobredicto leer a fez em presença do dito Alvaro Gonçalvez, procurador do dito prior, da quall o theor tall he: Fernam dAf.º, amiguo. O arçebispo vos envio muito saudar. Façovos saber que eu por serviço de Deus, asy como sam theudo, visitey esa ygreia de Guimaraens, na qual achey muitos falecimentos asy na fabrica e dapnificamento da ygreja que com dilligencia se deve emendar e assi acerqua do thesouro e offiçio de thesourado, como todo verees per a visitaçam, que vos mando mostrar ... Scripta em Mancelos, a vinte e nove dias de Julho de 1459. E apresentada asy a dita carta, como dito he, o dito Fernam dAfonso rrequerio ao dito Alvoro Gonçalvez, coneguo e procurador do dito prioll, que conprise em todo a dita carta ... E o dito Alvoro Gonçalvez deu loguo em scripto esta rresposta que se segue: E o Alvaro Gonçalves daa em rresposta ao dito rrequerimento que lhe asy he feito, que o dito senhor prior nom he aquy nem sabe delle parte. E mais que o dito senhor tem appelado do senhor arçebispo e de todos seus procedimentos e esto daa em rresposta; testemunhas que forom presentes: Estevam Roiz, mercador, e Fernam Annes, tabaliam, e Afonso Roiz, outrosy mercador, e moradores na dita villa e outros. E eu Joham Vazquez, tabaliam sobredicto, que este stromento screvi. E depois desto aos cimquo dias do dito mes dagosto, na crasta da dita ygreia de sancta Maria, despois da saida da procissam (?), estando no dito loguo o dito senhor Afonso Guomez de Lemos, prior da dita ygreia, em presença de mim tabalyão sobredito e testemunhas adiante scriptas, pareçeo o dito Fernandaf.º Ferrom e apresentou ao dito prior a dita carta e per mim tabalyam lha fez leer e publicar e lhe rrequerio que dese aviamento a se comprir a dita carta, como em ella era contheudo ... E o dito prior dise que elle daria a ello sua rresposta ... E despois desto, aos sete dias do dito mes dagosto, na sala terreira dos paços do dito prior, o dito prior deu a

tes por morte de Álvaro Rodrigues, último deão, que foi eleito bispo da Guarda, tendo sido concedida tal graça do deado da Guarda e respectivos canonicato e prebenda ao Doutor Beleágua

---

mim tabaliam sua rresposta scripta e assinada per sua mãao, que tall he: Eu dou em rresposta a esta carta que lhe nom obedeço nem farey cousa que o arçebispo em ella manda, que estou appellado delle e comfio de minha appellaçam ...» (ADB, *Colecção cronológica*, caixa 30; cf. *Liber rerum memorabilium*, III, fl. 125v--126. Há ainda o «estormento de rrequerimento e protestaçom», segundo o qual, «no anno do nacimento de nosso Senhor Yhesu Christo de mil e quatrocentos e cinquenta e nove annos, aos vynte e tres dias do mes dagosto, dentro no coro da igreja de ssancta Maria da villa de Guemaraes ... chegou a esta igreja Bras Affonso, escripvam da puridade do senhor arçebispo de Bragaa, pera aver de vizitar e ffazer enventario do thesouro desta igreja, por mandado do dito senhor, e me requereu que lhe mandasse abriir as portas do dito tesouro pera aver de dar a ensucoçom a dicta vigitaçom e sse ffazer o dito enventario, como por o dito senhor era mandado e hordenado, como mais compridamente por hu alvara e regimento que acerca dello trazya provado por o dito senhor, mostrou. Eu obedeçendo aos mandados do dito senhor, disse que estava prestes pera o aver de comprir como me requeria, do que avendo notiçia o senhor Affonso Gomez de Lemos, prioll da dita igreja que pressente era, nam quis consentir a dita vissytaçom he enventario sse aver de fazer na dita sua igreja e a mi mandou em deffender que nom abriisse as portas do thesouro a pessoa allguma ssem sseu especiall mandado, como esto e outras coussas mais compridamente ssom conthiudas em hu estormento pu.co que hacerca dello tenho. E ora sabhado que fforam dezouyto dias do dito mes dagosto, ffez pouzada em esta igreja por Joham Vasquez, morador em esta villa ... hũa carta do dito senhor arçebispo, na quall antre as outras coussas sse continha que ssem embargo da dita deffessa do dito prioll, me mandava em virtude de obediencia e ssub pena descomunhom que eu abrise as portas do dito thesouro pera sse aver de ffazer o dito emventario, como por elle era hordenado, e nom ssatisfazendo eu a ello ataa termo de nove dias que sse acabaram este domingo primeiro que vem, que sseram vinte e sseis deste mes, declarava por escomungado, por tall mandava que fosse evitado, etc.; porque eu temo muyto a dita escomunhom que me assi he posta e nom queria em ella encorrer, em sseo mesmo effeito que contra mi proçeda o dito ssenhor as maiores penas e censsuras, e porque he grande senhor e poderosso, eu a sseus mandados e proçedimentos nom posso registir, digo que stou prestes pera abrir as portas do dito thessouro e quanto a mi sse comprir o que o dito senhor manda e esto por bem da dita escomunhom e proçedimento nom aver em mi lugar e protesto por que o assy faço com constrangymento contra a deffessa e mandado do dito prioll meu imediato prelado, de cuja mahoo e por cujo mandado entrey no thesouro e recebii a prata e hornamentos delle sse nom tomar a mi pois que o assy ffaz costrangidamente e esso mesmo protesto que coussa que eu ffaça neste causso nom fazer prejoizo a compossycom que he antre esta igreja e a igreja de Bragaa...» (Publ. em EDUARDO d'ALMEIDA, *Os cónegos da Oliveira. Tesouro da Colegiada. Inventário do século XV*, em *Revista de Guimarães*, 36 (1926) 170-172). A 3 de Março de 1480, *Alvaro Gonçallvez, coonego e vigayro na muito honrrada e dev[ota] egreja collegiada de santa Marya de Guimaraes pello generoso barom dom Affomsso Gomes de Lemos, prioll da dicta egreja*, andava envolvido em questões semelhantes e as determinações tomadas em cabido foram aprovadas pelo prior, a 11 de Março do dito ano, conforme consta desta anotação autógrafa no respectivo documento: «Eu Affomso Gomez de Lemos, prioll da dicta egreja de santa Marya e desta villa de Guimaraes, dey esta confyrmaçom que fez meu vigayro por boa e aprovo e ey por aprovada e por firme, asy como se em ella contem, fecto aos xi dias do mes de março de mil e iiii.clxxx annos. Afomso Gomez» (ANTT, *Colegiada de Guimarães*, docum. eclesiásticos, maço 3, n. 42). Morreu na segunda metade do ano de 1487, já que instituía «a xxviii dias do mes de Setembro de 87, em Villa Nova de Famillicam, o dicto senhor Sebastião Lopez, provissor, aa presentaçom del Rey nosso Senhor in sollido, a Fernam Coutinho a egreia de sancta Maria de Guimaraes, que vagou per morte de A.º Gomez, ultimo priol della» (ADB, *Confirmações do arcebispo D. Jorge da Costa*, fl. 5v). Eis o documento da apresentação de Fernando Coutinho ao arcebispo D. Jorge por el-rei D. João II, precisamente depois de a colegiada estar vaga por morte de Afonso Gomes de Lemos: «Apresemtaçam da igreja de sancta Maria de Guimaraens no arcebispado de Bragaa. Dom Joham, etc. A vos, reverendo em Christo padre dom Jorge, arcebispo da cidade de Bragaa, e a voso logo temte. Saude e simcera dileyçam. Prazavos saber que nos apresentamos aa nosa igreia de samta Maria da nosa villa de Guimaraens que he de nosa apresentaçam e em vosa diocesi vaga per morte dAffomso Gomez de Lemos, ultimo posuidor que della foy, a Fernam Coutinho, fidalgo de nosa casa. E esto per virtude de huum noso alvara [fl. 67va] per nos asinado, feyto em esta nosa villa de Santarem a vi dias do mes dagosto, presente feytura desta carta, pelo qual nos prouve o apresentarmos aa dita igreja como verdadeiro padroeyro della que somos. E mandamos a noso chanceler moor que lhe mandasse disso fazer sua carta em forma. Porem vos rogamos e emcomendamos que ho confirmees em ella e lhe des

por Eugénio IV, a 21 de Agosto de 1437 (674), *e a quem o abade Gomes Anes queria fazer procurador do rei de Portugal na Cúria do papa* (675), *com Mestre Francisco, franciscano e confessor de D. Duarte, passado aos Servitas* (676), *e com Frei João de S. Tomé, todos eles empenhados em defen-*

---

disso vosas letras de confirmaçam, em a qual faça mençam que ha nosa apresentaçam he per vos confirmado em ella. Dada em a nosa villa de Santarem, a viii dias do mes dagosto. El Rey o mandou pello doutor Joham Teyxeira, do seu conselho e seu chanceler moor. Diogo Velho a fez, anno de noso Senhor Jhesu Christo de mill e quatrocemtos e lxxxvii» (ANTT, *Livro* 2.º *dos padroados* (Leitura nova), fl. 67b-67va).

(674) Assim em súplicas do pontificado de Martinho V: *Monumenta Portugaliae Vaticana*, Súplicas de Martinho V, nn. 1116, 1506. Outras súplicas respeitantes ao Dr. João Beleágua: *Monumenta Portugaliae Vaticana*, Súplicas de Martinho V, nn. 1505, 1539, 1630; *Súplicas de Eugénio IV*, nn. 56, 194, 209, 377, 398, 426, 466, 467, 730, 810, 840, 841, 842, 1360; *Súplicas de Calisto III*, n. 58, 60, 195. Sobre ele publiquei documentação da correspondência do abade Gomes em *O Infante D. Henrique na Expansão Portuguesa*, Braga, 1960, *Documentos*, XXIII e em *Monumenta Portugaliae Vaticana*, I, Introdução, pp. XXVI-XXVIII, LIII--LVI. Será publicada mais documentação deste teor na Introdução aos vol. de *Monumenta Portugaliae Vaticana*, com *Súplicas de Martinho V* ou *Súplicas de Eugénio IV*. Eis algumas notícias dos volumes da câmara apostólica: «Dicta die [ultima mensis Martii 1430] Johannes Belleaugua principalis obligavit se camere super annata parrochialis eclesie sancti Petri de Ferreria Portugalensis diocesis... vacantis per promotionem domini Alvari electi Colimbriensis. Coll. eidem Rome, apud Sanctos Apostolos, xii Kalendas Januarii, anno tertiodecimo. Item die vii.a mensis Augusti Mccccxxxvii, prefatus Johannes habuit unam bullam perinde valere super eodem beneficio, eo quod ab aliquibus dicta parrochialis ecclesia abbatia secularis nuncupatur, in qua quidem bulla non expressit valorem, sub data Rome, vi.to Idus Octobris, anno tertio, et fuit restituta de mandato dominorum de Camera, eo quod dominus Antonius, episcopus Portugalensis, asseruit dictam annatam recepisse in illis partibus collectorem» (AV, Annat. 4, fl. 134). «Dicta die [xiiii Junii 1437] Johannes Beleaugua, decanus ecclesie Egitaniensis, ut principalis et privata persona, obligavit se camere nomine Alfonsi, comitis de Ourem, super integris annatis quarumcumque parrochialium ecclesiarum de iure patronatus existentium vel aliarum quarumcumque uniendarum cuidam monasterio per eum erigendo ordinis Cartusiensis, in loco quem duxerit eligendum, quarum omnium fructus, etc., quingentorum florenorum auri de camera communi extimatione. Coll. eidem Bononie, anno, etc., Mccccxxxvi.to, vi.o Idus Octobris, anno sexto. Item solvere promisit dictas annatas integras a die unionis facte, casu quo omnes unientur insimul vel successive, secundum quod quelibet ipsarum unietur in Curia infra sex menses ... Dicta die [xii.a Septembris 1437] Johannes Belleaugua principalis obligavit se camere super annata decanatus ecclesie Egitaniensis, cui certi canonicatus et prebenda eiusdem ecclesie canonice sunt annexi, cuius cum annexis fructus, etc., quinquaginta librarum Turonensium parvorum communi extimatione, vacantis per obitum quondam Alvari Roderici, extra Curiam defuncti. Coll. eidem Bononie, anno, etc., Mccccxxxvii.º, xii Kalendas Septembris, anno septimo» (AV, Annat. 7, fl. 99, 127v).

(675) Documentação publicada em *Monumenta Portugaliae Vaticana*, I, Introdução, pp. XXVI-XXVIII.

(676) Além dos documentos já apontados nas notas anteriores, lembro que em carta de 29 de Janeiro de 1437 el-rei D. Duarte ordenava ao abade Gomes, a respeito deste religioso servita, anteriormente seu confessor e franciscano: «Item, mandaae da nossa parte a Mestre Françisquo que se parta da corte, que nom avemos por nossa honrra nem serviço andar mais em ella e que nos traga aquelles desenbargos ou rrespostas que pode arrecadar, espiçialmente a das coe[nisias] pera nossos capelãaes ou a quem nos quisermos»: Bibl. Medicea Laurenziana di Firenze, cod. Ashb. 1792, I, fl. 8-9v. Publicada por DOMINGOS MAURÍCIO GOMES DOS SANTOS, S. J., *D. Duarte e as responsabilidades de Tânger*, pp. 31-33 e em *Monumenta Henricina*, VI, pp. 18-22. Sobre este religioso, documentação em *Monumenta Portugaliae Vaticana*, V-VI, *Súplicas de Eugénio IV*, nn. 370, 715, 1477, 1500. A sua passagem da Ordem Franciscana à dos Servitas consta de súplica de 15 de Outubro de 1436. Segundo quanto refere neste pedido Frei Francisco de Lisboa, el-rei D. Duarte tinha obtido para ele, confessor régio, faculdade para aceitar uma paróquia, mas fora omitida na respectiva súplica a circunstância de o frade servita ter passado, havia mais de 24 anos, da Ordem Franciscana à dos Servitas: «...dictus Franciscus viginti quatuor et ultra lapsis annis ... de Ordine Minorum, quem etiam tunc expresse professus erat, ad fratres Servorum et ordinem sancti Augustini huiusmodi transivit inibique laudabiliter fuit conversatus...». Dizeres semelhantes em súplica de 21 de Novembro de 1442: «...dictus Franciscus viginti octo et ultra lapsis annis, desuper ei concessis a penitentiaria apostolica litteris innitendo, de ordine Minorum, quem etiam tunc expresse professus erat, ad fratres Servorum et ordinem sancti Augustini huiusmodi transivit...». (*Monumenta Portugaliae Vaticana*, Súplicas de Eugénio IV, n. 715, 1500).

der os direitos portugueses na questão dos bispados, com sede catedral em território castelhano, e isenção dos mestrados ou Ordens militares em Portugal (677). *Como disse, em Julho de 1437 partia para Constantinópola a embaixada do papa, com o fim de trazer os Gregos ao concílio de Ferrara, fazendo parte dela o nosso Rui Dias, cujo papel não era secundário. Assim como vemos acompanharem o bispo do Porto Rodrigo Gomes e Luís Anes, na qualidade de familiares ou criados, também Rui Dias levava familiares ou criados, por exemplo Lobo Álvares, clérigo da diocese de Braga, em favor do qual ele* Rodericus Didaci, decanus ecclesie Bracharensis, S. V. cubicularius, in obsequiis eiusdem S. se habeat extra Romanam Curiam ad Greciam absentare et aliquamdiu extra dictam Curiam permanere, *conforme dizeres de súplica sobre a graça de usufruir as prerrogativas dos curiais, apesar de tal ausência* (678), *solicitava, após a promoção a bispo de Silves, em súplica de 29 de Maio de 1441, o canonicato e prebenda de Braga:* in persona devoti vestri et familiaris sui continui commensalis Lupi Alvari, clerici Bracharensis diocesis, qui a multis annis citra in eius servitiis mansit et secum ivit Greciam, cum de mandato S. V. illuc idem electus accessit (679).

Temos notícia da promoção de Rui Dias a bispo, em 22 de Maio de 1441, além da respectiva bula, nas actas de 8 de Setembro de 1443 sobre o pagamento da taxa devida pela promoção: «*Senis, dicta die* [*viii Septembris 1443*] *dominus Rodericus, episcopus Silvensis, solvit florenos ccx,*

---

(677) Há documentação sobre Frei João, que foi professor de teologia em Salamanca e na Cúria pontifícia e estudou em Inglaterra, tendo sido também procurador geral da sua Ordem em Roma, na correspondência do abade D. Gomes. Será publicada a seu tempo. Dele há súplicas, que fazem parte de *Monumenta Portugaliae Vaticana*, III, Súplicas de Martinho V, nn. 213, 1154, 1497, 1555; *Súplicas de Eugénio IV*, nn. 207, 422. Sobre a sua actividade na Cúria pontifícia cf. CELESTINO PIANA, O. F. M., *Nuove ricerche su le Università di Bologna e di Parma*, Quaracchi, Florentiae, 1966, 320-321. Como se sabe, Rui de Pina mete-o na lista dos embaixadores de el-rei D. Duarte ao concílio de Basileia, mas ele não figura nos documentos oficiais, embora Frei João de S. Tomé se encontrasse nesse tempo em Itália, como observo em *O Infante D. Henrique na Expansão Portuguesa*, p. 38, nota 103, depois de frisar que não podemos, sem mais, acoimar de falsas as notícias de Pina, apesar de certos erros de cronologia, perante a descoberta de documentos, comprovativos, em parte pelo menos, de suas afirmações, imprecisas por vezes e falhas de absoluta cronologia. Também neste aspecto as notícias de Pina podem aproximar-se da verdade, porquanto sabemos que Frei João de S. Tomé participou efectivamente no concílio de Ferrara, em 1438, o qual passou para Florença. Temos notícia de 10 de Julho de 1430 sobre bula passada a Frei João de S. Tomé e relativa ao mosteiro de S. Miguel de Bustelo: «Dicta die [x mensis Julii 1430], una bulla pro Johanne de Sancto Thoma ordinis fratrum heremitarum sancti Augustini super monasterio sancti Michaelis de Bustello ordinis sancti Benedicti Portugalensis diocesis, cuius fructus, etc., CC. librarum Turonensium parvorum communi extimatione, restituta fuit sine obligatione quia commenda ad beneplacitum domini nostri pape. Ita est. Jo. de Reate «(AV, Anat. 5, fl. 199). A 16 de Setembro de 1435, Frei João de S. Tomé, comendatário do mosteiro de Bustelo, obrigava-se pela taxa devida: «Mccccxxxv. Die xvi mensis Septembris. Venerabilis pater dominus Johannes de Sancto Thoma, commendatarius monasterii sancti Michaelis de Bustello ordinis sancti Benedicti Portugalensis diocesis, obtulit camere apostolice et collegio reverendissimorum dominorum cardinalium pro suo communi servitio debito ratione commende sibi de dicto monasterio facte flor. auri de camera centum et viginti et quinque minuta servitia consueta pro familiaribus et officialibus domini nostri pape et dictorum dominorum cardinalium. Eorumdem autem communis et minutorum servitiorum medietatem infra sex menses proxime futuros et reliquam infra alios sex menses expost et immediate sequentes solvere promisit. Submisit. Renuntiavit, iuravit, obligavit in forma, etc. Et tulit sententias in scriptis dominus locum tenens prefatus. Presentibus venerabilibus viris dominis B. Dellante et Rossello de Rosellis, dicte camere clericis, et me M. Thenini, notario» (AV, Obl. et Sol. 70, fl. 150v).

(678) *Monumenta Portugaliae Vaticana*, Súplicas de Eugénio IV, n. 821.

(679) *Monumenta Portugaliae Vaticana*, Súplicas de Eugénio IV, n. 1300. A 6 de Abril de 1441, apresentava-se na câmara apostólica: «Dicta die [vi Aprilis 1441] Lupus Alvari principalis obligavit se camere super annata thesaurarie ecclesie Egitaniensis, cuius fructus, etc., sexaginta librarum Turonensium parvorum communi extimatione, vacantis per modum nove provisionis. Coll. eidem Florentie, anno ut supra, iii Nonas Novembris, anno decimo» (AV, Annat. 8, fl. 212).

sol. xxvi, den. iii. Fuit promotus Florentie, xi Kalendas Junii, pontificatus domini Eugenii pape iiii. ti anno xi.o. Fuerunt in eius promotione cardinales xx, videlicet Bononiensis, Placentinus, Sancte Crucis, Venetiarum, Sancti Marci, Sancte Sabine, Capuanus, Cumanus, Portugalensis, Morinensis, Estoutevilla, Flisco, Sancti Sixti, Terraconensis, Nicenus, Aquilegensis, Columpna, Firmanus, Sancti Eustacii, Sancte Marie Nove. Capiunt clerici collegii flor. ii, sol. v, den. iii. Restant flor. CCviii, sol. xxi. Capit quilibet dominorum flor. x, sol. xx, den. viii» (680). *Foi o cardeal de Santa Maria Nova quem o apresentou, no consistório de 22 de Maio de 1441: «Die Lune, xi Kalendas Junii, ad relationem domini cardinalis sancte Marie Nove provisum est ecclesie Silvensi in regno Portugalie de persona domini Roderici Didaci, decani Bracharensis, vacanti per obitum quondam Roderici, extra Curiam defuncti»* (681). *Obrigou-se a pagar a taxa por meio do procurador, Martinho Arias, no último dia de Maio de 1441: «Die mercurii, ultima mensis Maii [1441], honorabilis et egregius vir dominus Martinus Arie, decanus Bracharensis, domini nostri pape cubicularius, ut et tamquam procurator et nomine procuratorio nomine reverendi patris domini Roderici Didaci, electi Silvensis, etc., obtulit camere apostolice et collegio reverendissimorum dominorum cardinalium pro suo communi servitio florenos auri de camera quadringentos, ad quos dicta ecclesia taxatur et quinque minuta servitia. Eorumdem autem medietatem infra sex menses et aliam medietatem infra alios sex immediate sequentes solvere promisit, etc»* (682). *A taxa pagou-a naquele dia, oito de Setembro de 1443, através do banco de André Cambini: «Nicolaus, etc. Quod reverendus in Christo pater dominus Rodericus, episcopus Silvensis, pro totali solutione suorum communis et minuti servitiorum. In quibus, etc., ac termino iam diu elapso, etc., florenos auri de camera ducentos decem, solidos viginti sex, den. tres, Nobis, etc. per manus honorabilis viri Andree Cambini et sociorum suorum mercatorum Florentinorum, etc., die date presentium solvi fecit realiter et cum effectu. De quibus, etc. Et insuper, etc. Secum, etc. In quorum, etc. Datum Senis, die octava mensis Septembris, anno a nativitate Domini m.ccccxliii.o, pontificatus domini Eugenii pape iiii.ti tertiodecimo»* (683).

O Infante D. Pedro tentou impedir a tomada de posse da diocese ao grande amigo do papa, conforme este se queixa em carta dirigida ao regente e noutra ao Infante D. Henrique, com o fim de este convencer D. Pedro a permitir que D. Rui Dias, prestes a partir para Portugal, por mandato do papa, tomasse posse do bispado. Conforme diz Eugénio IV, o deão de Braga, agora eleito bispo de Silves, merecera as recomendações do Infante para a promoção a bispo (não se segue fosse da diocese de Silves, podendo tratar-se até de recomendação genérica) e era das simpatias do Infante, como diligente promotor e solicitador de seus negócios na Cúria pontifícia. Após notícia da vacância da diocese de Silves, por morte do último bispo, o papa, tendo presente as recomendações do regente e os méritos de D. Rodrigo, antigo curial pontifício e benemérito, a ponto de merecer promoções maiores, nomeara-o bispo de Silves. Esperava Eugénio IV ter feito coisa grata ao regente, mas, afinal, em vez de dar ordens para a entrega da posse aos procuradores do bispo, após a recepção das letras pontifícias, o regente impedira a tomada de posse. Procedendo assim, estava a intrometer-se em assuntos que não eram da sua competência e jurisdição. Devia, por isso, em abono de sua honra e dignidade, fazer que o bispo tomasse posse da diocese, quanto antes (684). *Esta carta vem também inserida noutra dirigida ao arcebispo de Braga, com a mesma data, a pedir-lhe envide todos os esforços por que D. Rui Dias tome posse pacífica da diocese, lembrando*

(680) AV, Obl. et Sol. 69, fl. 125v.
(681) É notícia que não vem nos vol. 72 e 75 do *Obl. et Sol.*
(682) AV, Obl. et Sol. 64, fl. 336. Cf. Obl. Com. 6, fl. 38v.
(683) AV, Obl. et Sol. 68, fl. 117v.
(684) Publ. em *Monumenta Henricina*, VII, n. 193-194, pp. 280-283.

o papa a D. Fernando da Guerra que o bispo fora sempre diligente e solícito agente de todos os negócios dele, arcebispo. Eis a carta:

«*Eugenius, episcopus, servus servorum Dei. Venerabili fratri archiepiscopo Bracharensi. Salutem et apostolicam benedictionem. Scribimus dilecto filio nobili viro Infanti, duci Colimbriensi, regnorum Portugalie et Algarbii regenti, nostras litteras in hec verba: Eugenius, episcopus, servus servorum Dei. Dilecto filio nobili viro infanti Petro, regnorum Portugalie et Algarbii regenti. Salutem et apostolicam benedictionem. Cum liceat nobis, dilecte fili, ex auctoritate apostolica et plenitudine potestatis, nobis celitus concessa, de universis orbis ecclesiis disponere, prout nobis earum utilitas requirere videtur, tamen aliquando litteris aut precibus principum moti, conamur eis in hominum promotionibus, quantum cum Deo possumus, complacere. Idcirco miramur quando accidit ut in eo quod ad eorum requisitionem fecimus, videamus opera eorum nequaquam suis litteris respondere et certe decet non variari principum voluntatem in hiis presertim que cum Deo et honeste suscepta sunt. Meminimus siquidem, prout alias ad te scripsimus, te recomendasse nobis olim diligenter per tuas litteras dilectum filium Rodericum, tunc decanum Bracharensem, nunc electum Silvensem, et pro eius promotione nobis pluribus verbis in eius recomendatione supplicasse. Credidimus te id, prout principes decet, ex corde fecisse, cum esset hic in Curia promotor ac sollicitator apud nos negotiorum tuorum, que summa fide et diligentia prosequebatur. Itaque, cum accidisset vacatio ecclesie Silvensis, memores recomendationum tuarum ac volentes exaudire preces tuas, cognoscentes quoque ipsum Rodericum antiquum nostrum curialem et virum benemeritum, qui etiam absque alicuius comendatione dignus erat provideri ad altiorem gradum, de unanimi consensu venerabilium fratrum nostrorum omnium sancte Romane Ecclesie cardinalium prefecimus eum ecclesie Silvensi predicte, existimantes eam rem fore, prout debet, gratissimam regie serenitati et tibi neque dubitavimus quin, receptis nostre provisionis et aliis nostris litteris, statim mandares tradi suis procuratoribus possessionem ecclesie sibi commisse, cum esset persona regi et tibi fidelis ac magne prudentie et virtutis, in qua nulla exceptio fieri iuste posset. Verum quod satis admirati sumus, noviter audivimus excellentiam tuam, receptis nostris litteris, retardasse, nescimus ex qua causa, tradere sibi ecclesie possessionem. Attamen nos confisi de sapientia tua et quod es devotus et obediens filius noster et Ecclesie neque spernes mandata et litteras nostras, sed ea omni reverentia suscipies, ne plus quam oportet sapere videaris, voluimus ut ipse Rodericus electus pro possessione ecclesie, sue cure commisse, personaliter accederet ad serenitatem regiam et presentiam tuam, idcirco, cum omnino dispositi simus ut nostra provisio suum effectum sortiatur neque in hoc ullo modo variare sententiam, exhortamur tuam devotionem ut, cum scire debeas omnium ecclesiarum, presertim cathedralium, ex divina auctoritate nobis celitus tradita, ordinationem et dispositionem ad nos solum spectare neque licere alicui alteri in alienam messem manum inicere, velis pro tuo honore proque Dei ac nostra et apostolice sedis reverentia, tum pro debito iuris suscipere ipsum episcopum, tue protectioni recomissum, ac permittere ut ipse possessionem prefate ecclesie, tuo favore et auxilio mediante, possit accipere. Scis Deum nostrorum operum inspectatorem ac iudicem esse neque pati, licet longe sit patientie, ut veritas et iustitia conculcentur. Gratissimam ergo nobis rem facies et tuo honori et debito iustitie congruentem, si prefatum electum, tum suo respectu qui semper fuit fidelis tibi, tum nostri contemplatione, benivole ad possessionem prefate ecclesie suscipies et tui favoris auxilio atque presidio in ipsius administratione et gubernatione prosequaris quod ut facias tuam celsitudinem paterna caritate et monitione pro tue anime salute duximus exhortandam.*

Datum Florentie. Anno Incarnationis Dominice millesimo quadringentesimo quadragesimo primo. Nonis Januarii, pontificatus nostri anno undecimo. Exortamur tuam fraternitatem ut propter nostram et sedis apostolice reverentiam velis adhibere omnes favores possibiles dicto electo ut, tuo auxilio mediante, possessionem pacificam ecclesie sibi commisse possit consequi; fuit enim semper in Curia diligens et solicitus in promovendis apud nos omnibus negotiis tuis, ita ut a te relationem gratie mereatur. Gratissimam itaque rem facies nobis et tue dignitati convenientem, si ita operaberis ut nostra provisio debitum et celerem consequatur effectum. Datum Florentie. Anno Incarnationis Dominice millesimo quadringentesimo quadragesimo primo. Nonis Januarii, pontificatus nostri anno undecimo. A. de Magio» (684a).

A dizer a verdade, penso que o papa não devia estar assim tão certo que a promoção a bispo de Silves fosse do agrado do Infante. Sem pretender diminuir a importância do facto de o regente exigir a consulta do rei na provisão dos bispados, como se ao monarca pertencesse o direito de apresentação, penso que, no caso, o problema da restituição da diocese de Viseu a D. Luís do Amaral ou possível transferência do mesmo para outra sé, incluindo a de Silves, tinha as suas incidências. E a propósito creio ser de modo particular significativo que, após vários eclesiásticos terem solicitado benefícios, a vagar pela sagração de D. Rui Dias, este se apresse a pedir ao papa a graça de continuar na posse dos mesmos até obter notícias certas da tomada de posse da diocese, que ainda não tinha conseguido. A 23 de Maio de 1441, logo a seguir à nomeação do bispo de Silves, o clérigo de Lisboa Vasco Rodrigues, doutor em ambos os direitos e advogado consistorial, presente na Cúria, que seguia como membro dela, havia cerca de quinze anos, solicitava o ermitério de Santa Maria de Azinhoso (685), *que o arcebispo de Braga D. Fernando tinha concedido ao então seu criado Rui Dias, antes de 1429* (686). *Noutra súplica de 19 de Novembro de 1441, o mesmo Vasco Rodrigues, advogado consistorial, referia-se à concessão obtida, aquando da promoção de D. Rui Dias, lembrando que o bispo ainda não tinha alcançado a posse da diocese nem recebido a sagração episcopal. O advogado, tendo muito embora procurado expedir a respectiva bula, ainda a não tinha apresentado aos juízes que a deviam executar. Solicitava, por isso, a prorrogação do prazo para a apresentação* (687). *O sobredito Martinho Arias, cubiculário do papa, presente na Cúria, arcediago de Barroso e bacharel em decretos, em súplica de 24 de Maio de 1441, pedia o deado de Braga, a vagar pela mesma razão* (688). *O próprio bispo D. Rui Dias, em súplica de 29 de Maio, pedia, como se viu, o canonicato e prebenda de Braga para seu familiar Lobo Álvares* (689)

(684a) ADB, *Bulas*, caixa 1.

(685) *Monumenta Portugaliae Vaticana*, Súplicas de Eugénio IV, n. 1295.

(686) Cf. docum. publ. em *Monumenta Henricina*, III, n. 136, pp. 288-291, e súplicas em *Monumenta Portugaliae Vaticana*, Súplicas de Martinho V, nn. 539, 565, 1073, 1120, 1133, 1412, etc.

(687) *Monumenta Portugaliae Vaticana*, Súplicas de Eugénio IV, n. 1353. Vasco Rodrigues apresentou-se na câmara apostólica a obrigar-se pela taxa devida pelo ermitério de Azinhoso (AV, Annat. 8, fl. 243v): «Die xviii eiusdem [mensis Augusti 1441] ... Item dominus Valascus Roderici, advocatus consistorialis, promisit solvere infra [*espaço em branco*] menses proxime futuros xli flor. pro residuo annate». AV, Annat. 8, fl. 267v: «Dicta die [xxiiii Nov. 1441] Valascus Roderici principalis obligavit se camere super annata ecclesie sive capelle beate Marie de Azinhoso, heremitorii nuncupate, Bracharensis diocesis, cuius fructus, etc., ducentorum et quinquaginta librarum Turonensium parvorum communi extimatione, vacantis per promotionem domini Roderici ad ecclesiam Silvensem. Coll. eidem Florentie, anno ut supra, x Kalendas Junii, anno undecimo». Não chegou a tomar posse do ermitério. Cf. *Monumenta Portugaliae Vaticana*, Súplicas de Eugénio IV, n. 1806; *Súplicas de Nicolau V*, n. 636.

(688) *Monumenta Portugaliae Vaticana*, Súplicas de Eugénio IV, n. 1296. Cf. nota 657.

(689) *Monumenta Portugaliae Vaticana*, Súplicas de Eugénio IV, n. 1300. Cf. notas 483, 679.

e a 10 de Junho de 1441 solicitava providências a favor de seu familiar Tomé Anes quanto ao canonicato e prebenda de Évora, a vagar pelo mesmo motivo (690), *e o arcediagado de Celorico da Beira, canonicato e prebenda da Guarda, a favor do seu familiar Martinho Anes, clérigo de Viseu* (691). *Mas a 18 de Novembro de 1441, depois de expor que, em razão das distâncias e outras dificuldades, não poderia saber, com certeza, a data da tomada de posse da diocese e ignoraria, por conseguinte, o dia do início do prazo, dentro do qual devia receber a sagração episcopal, solicitava indulto para o prazo começar não desde a tomada de posse, mas sim a partir da notícia certa da mesma, e de, entretanto, usufruir o deado de Braga, os outros benefícios e respectivos proventos* (692).

Como dizia o papa ao regente na sobredita carta de 5 de Janeiro de 1442, D. Rui Dias iria pessoalmente a Portugal, por mandado do papa, tomar posse da diocese. Em obediência ao mandato, o Infante devia contribuir para que o bispo tomasse posse dela (693). *É de prever, portanto, que D. Rui Dias fosse metido na posse da diocese pelo menos em meados de 1442. Em Fevereiro de 1442, D. Vasco Gil era provido da diocese de Évora* (694), *vacante por morte de D. Álvaro de Abreu, morto em 1440. E para D. Luís do Amaral, vista a persistência de Eugénio IV, em face do conciliarismo daquele, não restava outra via que a de sujeitar-se ao castigo, mesmo na prospectiva de uma reabilitação, ou continuar pelo caminho da rebeldia. E foi o que fez, provavelmente até com o apoio do Infante D. Pedro, regressando ao concílio de Basileia.*

A hipótese que formulei sobre tentativas do Infante D. Pedro em conseguir do papa um bispado português, nomeadamente o de Silves, para D. Luís do Amaral, após o malogro das diligências quanto ao de Viseu, impedindo até a tomada de posse a D. Luís Coutinho, é totalmente comprovada por letras pontifícias que encontrei, depois de ter escrito quanto fica dito atrás e revisto as provas tipográficas. E é para realçar novo facto, relacionado aliás com essas tentativas — o de mais uma embaixada do provincial dos carmelitas em Portugal, esta no ano de 1442. Trata-se de carta do último dia de Fevereiro de 1442, de Eugénio IV, dirigida ao arcebispo de Braga, para auxiliar, de todos os modos, D. Rui Dias a tomar posse da diocese de Silves, quanto antes, lembrando-lhe que o seu ex-deão fora sempre diligente e solícito promotor de todos os negócios do arcebispo

---

(690) *Monumenta Portugaliae Vaticana*, Súplicas de Eugénio IV, n. 1303.

(691) *Monumenta Portugaliae Vaticana*, Súplicas de Eugénio IV, n. 1304.

(692) *Monumenta Portugaliae Vaticana*, Súplicas de Eugénio IV, n. 1352.

(693) «...Idcirco, cum omnino dispositi simus ut nostra provisio suum effectum sortiatur neque in hoc nullo variare sententiam, exhortamur tuam devotionem ut, cum scire debeas omnium ecclesiarum, presertim cathedralium, ex divina auctoritate nobis celitus tradita, ordinationem et dispositionem ad nos solum spectare neque licere alicui alteri in alienam messem manum inicere, velis pro tuo honore proque Dei ac nostra et apostolice sedis reverentia, tam pro debito iuris suscipere ipsum episcopum, tua protectione recomissum, ac permittere ut ipse possessionem prefate ecclesie, tuo favore et auxilio mediante, possit accipere». Cf. p. CCLXXI e nota 684.

(694) «Eugenius, etc. Dilecto filio Valasco Egidii, electo Elborensi. Salutem, etc. Apostolatus officium... Postmodum vero prefata ecclesia per obitum dicti Alvari episcopi ... vacante, nos ... intendentes, post deliberationem quam de prefficiendo prefate ecclesie personam utilem et etiam fructuosam cum fratribus nostris habuimus diligentem, demum ad te, bacallarium in decretis, in sacerdotio constitutum ... direximus oculos nostre mentis, quibus omnibus debita meditatione pensatis, de persona tua ... prefate ecclesie Elborensi de dictorum fratrum consilio auctoritate apostolica providemus teque illi preficimus in episcopum et pastorem... Datum Florentie, anno Incarnationis Dominice millesimo quadringentesimo quadragesimo primo, septimo Kalendas Martii, anno undecimo» (AV, Reg. Lat. 386, fl. 103v-105). «Die Veneris, viiii° Martii [1442], spectabilis milles dominus Johannes Fernandi, miles Elborensis, procurator et nomine procuratorio, nomine reverendi patris domini domini Valasci, electi Elborensis, ut de sue procurationis mandato constat, etc., obtulit camere apostolice et collegio reverendissimorum dominorum cardinalium pro suo communi servitio florenorum auri de camera duo millia, ad quos dicta ecclesia Elborensis taxatur, et quinque minuta servitia consueta. Eorumdem autem medietatem infra sex menses et aliam medietatem infra alios sex menses immediate sequentes solvere promisit, etc.» (AV, Obl. et Sol. 64, fl. 344).

na Cúria pontifícia. Nesta carta, o papa transcreve a enviada ao regente D. Pedro, com a mesma data e exposição das diligências do Infante por que Eugénio IV desse a igreja de Silves a D. Luís do Amaral, ex-bispo de Viseu, conforme suplicava ao papa o provincial D. João de S. Lourenço, embaixador do Infante. Isso equivalia a revogar a provisão que fizera a D. Rui Dias, pessoa honesta e digna de maiores honras, para premiar o iníquo outrora bispo de Viseu, hereje e cismático, inimigo do papa e perturbador da Igreja, quando devia ser punido e perseguido. Era pretensão absurda a do regente. Porventura não se recordava o Infante das letras pontifícias, a condená-lo e a separá-lo da comunhão dos fiéis, como membro pútrido, hereje e cismático, o qual não tinha ainda obtido a absolvição nem o perdão de tão graves excessos, cometidos contra o papa e a Igreja? Conforme ele papa lhe tinha já escrito, D. Luís do Amaral, filho de satanás, fora incansável fautor do cisma. Se abandonara a execrável sinagoga de Basileia, fora com medo de perder o bispado de Viseu, mas tornara-se mais obstinado na heresia e mais pérfido que antes. Quereria o Infante manchar a própria fama e honra por quem devia não só afastar de si e da corte, como expulsar do reino, para não incorrer nas penas eclesiásticas, fulminadas contra os participantes com tais indivíduos? Recordando que só ao papa cabe a provisão dos bispados, aconselhava-o a entregar a D. Rui Dias a posse da igreja de Silves, porque de maneira alguma concederia a reconciliação ao bispo cismático, enquanto D. Luís do Amaral não se apresentasse pessoalmente na Cúria pontifícia, a pedir perdão, verdadeiramente contrito e humilhado:

«*Eugenius episcopus, servus servorum Dei. Venerabili fratri .. archiepiscopo Bracharensi. Salutem et apostolicam benedictionem. Scribimus dilecto filio nobili viro Infanti Petro, duci Colimbriensi, regnorum Portugalie et Algarbii gubernatori, nostras litteras in hec verba: Eugenius, episcopus, servus servorum Dei. Dilecto filio nobili viro Infanti Petro, duci Colimbriensi, regnorum Portugalie et Algarbii gubernatori. Salutem et apostolicam benedictionem. Dilectus filius Johannes, provincialis ordinis Carmelitarum in regno Portugalie, orator tuus, ex parte tua in vim credentie, per te sibi comisse, supplicavit nobis ut vellemus revocare provisionem nostram de persona dilecti filii Roderici electi Silvensis ad ecclesiam Silvensem et providere dicte ecclesie de persona iniquitatis filii Ludovici, olim episcopi Visensis, quibus auditis, satis admirati sumus de prudentia tua, quomodo sinas tibi persuaderi ut ea petas que tam sunt absurda et ab omni ratione remota neque cum Deo et honore nostro ac salva conscientia fieri possunt. Primum revocare nullam ob honestam aut iustam causam provisionem per nos factam de persona benemerita et cuius vita et mores semper fuerunt comprobati et qui diutius cum laude et bona fama vixit in Curia et pro cuius promotione tu ipse supplicasti nobis, iniquum est et iniustum ac apud Deum et homines damnabile, sed hoc iniquius et iniustius nichil esse potest quod vis ut spoliemus hominem notabilem et dignum omni honore et promotione et bonum filium nostrum et Ecclesie et vestiamus perfidum hereticum et scismaticum, hostem nostrum et Ecclesie turbatorem, quem non honorari iubent sacre sanctiones sed persequi et puniri. Numquid notum non est tibi ex litteris nostris illum ab Ecclesia damnatum et precisum a fidelibus esse, tanquam membrum putridum et pro heretico et scismatico declaratum, qui nullam adhuc suorum gravissimorum excessuum absolutionem aut veniam est assecutus? Scripsimus tibi quot et quanta contra nos et Ecclesiam malignata est sua perfidia. Scripsimus illum Sathane filium et summam diligentiam et studium adhibuisse in scismate fabricando neque ab illa execrabili synagoga conscientia retractus est, sed timore amittende ecclesie, qui hodie perfidior est quam unquam in sua heresi obstinatus, et tu pro talis hominis provisione scribis et eum cupis esse episcopum, qui non est inter christianos adnumerandus ac qui soles esse catholicus princeps et timens Deum. Numquid nunc vis maculare famam*

et honorem tuum pro eo quem non solum a te et tua Curia, sed a regno deberes repellere, ne incurras sententias ecclesiasticas in participantes scienter cum talibus promulgatas et contra has indignationem Dei ex contemptu mandatorum apostolicorum, que qui hactenus contempserunt semper, licet quidam tarde, Dei ultionem et iudicium sunt perpensi? Ut igitur conserves famam et honorem tuum et regna et ne videaris plus velle sapere quam oportet, suscipe cum devotione, sicut te decet, nostras provisiones et sis obediens mandatis nostris, in his saltem quorum dispositio ad nos solos spectat, quamquam credimus te aliorum impulsu et importuna instantia hoc a nobis petivisse, sed debet esse carior tibi tua conscientia precibus aliorum. Nos autem ut abscindamus spem Excellentiam tuam super hoc molestantium, numquam revocabimus quod per nos de fratrum nostrorum sancte Romane Ecclesie cardinalium consilio fecimus mature et cum bona deliberatione et de eo precipue, quem tua devotio commendavit et qui tibi et regi semper fuit et est fidelis et obediens ac dignus propter merita sua promoveri. Illum autem iniquitatis alumpnum numquam recipiemus ad gratiam, nisi venerit ad presentiam nostram et publice damnaverit que egit et dixit et veniam petierit contrito et humiliato corde, dum autem in Spiritu superbie et rebellionis perseveraverit, nequaquam speret veniam posse consequi. Exhortamur denique tuam sapientiam ut velis tradere possessionem ecclesie Silvensis prefato Roderico electo, ut sis filius devotionis et Dei nostramque benedictionem consequaris. Datum Florentie. Anno Incarnationis Dominice millesimo quadringentesimo quadragesimo primo, pridie Kalendas Martii, pontificatus nostri anno undecimo. Exhortamur igitur fraternitatem tuam ut pro nostra et apostolice sedis reverentia velis tuos adhibere favores possibiles eidem electo ut, tuo auxilio mediante, possessionem pacificam dicte ecclesie sibi commisse possit assequi. Fuit enim et est semper in Curia diligens et solicitus in promovendis apud nos omnibus negotiis tuis, ita ut a te relationem gratie mereatur. Gratissimum utique et nobis erit tibique conveniens si sic operaberis quod hec nostra provisio debitum et celerem sortiatur effectum. Datum Florentie. Anno Incarnationis Dominice millesimo quadringentesimo quadragesimo primo. Pridie Kalendas Martii, pontificatus nostri anno undecimo. B. de Puteo» ([694a]).

i. Regresso de Luís do Amaral e incorporação de portugueses, partidários do antipapa, no concílio de Basileia

Luís do Amaral não figura em nenhuma das actas do concílio até ao dia 1 de Dezembro de 1441 ([695]). *Quanto a 1442, pelo menos na primeira metade do ano, é muito possível ainda não tivesse regressado, embora faltem notícias da actividade do concílio nesse período, pelo facto de o notário* Jacobus Hugolini *se ter ausentado do concílio desde o dia 1 de Dezembro de 1441 até 25 de Junho de 1443, intervalo de tempo em que foi substituído pelo notário* magister Johannes de Rocaperti, *cujas actas não pude ter à mão* ([696]). *Estava ali D. Luís em 1443, porque a 8 de Julho deste ano decidia-se «super avisamento reverendissimi domini cardinalis Arelatensis presidentis et aliorum reverendissimorum dominorum cardinalium et deputatorum in facto ambassiate in Britaniam mittende, videlicet de* assumptione domini episcopi Visensis *loco domini Cornetani alterius ambassiatorum, etc., et quod reverendissimus dominus cardinalis de Varambone possit recipere iuramentum fidelitatis nomine sacri concilii ab altero dictorum ambassiatorum et quod ad*

([694a]) ABD, *Bulas*, caixa 1, docum. fora da ordem cronológica.
([695]) Cf. HERMANN HERRE, *Concilium Basiliense...*, pp. 97-464.
([696]) Cf. HERMANN HERRE, *Concilium Basiliense...*, p. 464.

premissa et alia concludenda hodie teneatur congregatio generalis, etc., votis scrutatis placuit avisamentum» (697). *Efectivamente, nesse mesmo dia e congregação geral «super avisamento reverendissimi domini cardinalis presidentis et aliorum reverendissimorum dominorum cardinalium et deputatorum in facto ambassiate in Britaniam mittende, in quo continetur quod loco domini episcopi Cornetani pro altero ambassiatorum huiusmodi deputati et qui propter certa impedimenta forte illuc ire non poterit,* deputetur dominus episcopus Visensis cum simili facultate, *etc., et quod reverendissimus dominus cardinalis de Varambone possit ab altero ipsorum dominorum Visensis et Cornetani illuc ituro recipere nomine sacri concilii iuramentum fidelitatis, etc.: concordant omnes sacre deputationes in ipso avisamento»* (698). *No domingo, dia 21 de Julho de 1443, após a missa conciliar na igreja catedral de Basileia, «patribus sacri concilii ibidem consedentibus,* reverendus pater dominus Ludovicus episcopus Visensis et dominus Alvarus Alfonsi, decretorum doctor, ambassiatores sacri concilii et sanctissimi domini nostri in Britaniam ituri, *iuramentum prestiterunt de fideliter laborando, ut est moris»* (699). *Conforme João de Segóvia, ao aludir à embaixada, o bispo de Viseu partiu para a Bretanha como legado* a latere: *«Sex fluxis retro mensibus currentis anni XLIII similiter XX ac XIII fuerunt habite congregaciones et in earum quibusdam incorporati ... Ipsorum autem sex mensium primo, Julii videlicet, sancte synodo innotuit de pluribus breviis destinatis per papam ad cardinales tangentibus materias synodaliter expediendas, specialiter super facto legationis in Britanniam, que mense isto expedicionem accepit, prostremo ad eamdem* nominatis oratoribus Ludovico Visensi episcopo cum potestate legati de latere, Nicolao Amici in theologia et Alvaro Alfonsi de Portugalia in iure canonico doctoribus...» (700).

A circunstância de ir também com o bispo, na qualidade de embaixador, o português Álvaro Afonso, grande amigo do Infante D. Pedro e incorporado no concílio em 1443, leva a supor terem deixado Portugal nos fins de 1442 ou princípios de 1443, não regressando D. Luís do Amaral ao concílio antes de 25 de Junho de 1443, data em que o dito notário recomeçou a redigir as actas do concílio, visto não haver mais nenhuma referência a eles, além das sobreditas, desde 25 de Junho até 29 de Julho de 1443 (701). *Que a incorporação do Dr. Álvaro Afonso se deu em 1443 di-lo João de Segóvia: «...Anno itaque a nativitate Domini nostri Jhesu Christi Mccccxliii, ab inicio vero mundi ... mensium Januarii, Februarii, Martii, Aprilis, Maii ac Junii decursu, fuerunt tenute xxv congregaciones, quibus solito federe incorporati sunt ... Alvarus Alfonsi, Colimbriensis diocesis, Bertoldus de Melhem, decretorum doctores...»* (702). *A 8 de Julho de 1443,* Alvarus Alfonsi doctor de Portugalia *aparecia já no concílio como* collator pro deputatione fidei (703). *Mas enquanto o Dr. Álvaro Afonso regressou a Portugal, talvez no ano seguinte, D. Luís do Amaral continuou no concílio de Basileia e foi nomeado cardeal pelo antipapa Félix V em 6 de Abril de 1444* (704). *Que teria sido feito dele, depois de o antipapa abdicar ao papado, a 7 de Abril de 1449, sendo criado cardeal bispo de Sabina no mesmo dia e vindo a morrer a 7 de Janeiro de 1451* (705)*? Quase me parece estranho ver alguns dos sequazes do antipapa restituídos a seus benefícios ou transferidos para outras sedes, inclusive familiares do dito bispo, que o foram também do*

(697) HERMANN HERRE, *Concilium Basiliense...*, p. 476.
(698) HERMANN HERRE, *Concilium Basiliense...*, p. 477.
(699) HERMANN HERRE, *Concilium Basiliense...*, p. 488.
(700) JOHANNES DE SEGOBIA, *op. cit.*, lib. XIX, cap. XXIV, *ed. cit.*, III, p. 1317.
(701) Cf. HERMANN HERRE, *Concilium Basiliense...*, pp. 465-492.
(702) JOHANNES DE SEGOBIA, *op. cit.*, lib. XIV, cap. XI, *ed. cit.*, pp. 1249-1250.
(703) Cf. HERMANN HERRE, *Concilium Basiliense...*, p. 478.
(704) Cf. C. EUBEL, *Hierarchia catholica Medii Aevi*, II, p. 10.
(705) Cf. C. EUBEL, *Hierarchia catholica Medii Aevi*, p. 9, 11.

antipapa, como Mendo Peres (706) *e Álvaro Fernandes, escritor das letras da penitenciaria, clérigo de Lisboa, bacharel em decretos, secretário do bispo de Viseu, D. Luís do Amaral, e recebido pelo papa Nicolau V entre os escritores das letras da penitenciaria, em Agosto de 1449, depois de ter sido incorporado no concílio de Basileia, em Junho de 1439, permanecendo neste concílio rebelde*

---

(706) Há muita documentação referente a Mendo Peres, logo a seguir à abdicação do papado por parte do antipapa Félix V, que passa a cardeal-bispo de Sabina por disposição do papa Nicolau V. Aparece muitas vezes como familiar deste cardeal e do cardeal D. Jaime, filho do Infante D. Pedro, até ser nomeado por Pio II, em Setembro de 1458, colector apostólico em Portugal, em cujos arquivos há também bastante documentação a seu respeito. As súplicas e respectivas bulas do pontificado de Nicolau V e de Calisto III fazem supor a existência de documento relativo à sua aderência a Nicolau V, após a sujeição de Amadeu de Sabóia, antipapa, ao mesmo Nicolau V. Não conheço, porém, tal documento ou documentos sobre o assunto. Cf. notas 527-532. Eis o documento da nomeação de colector apostólico: «Pius, etc. Dilecto filio Menendo Petri, decano Lamacensi, in decretis licentiato, apostolice sedis nuntio ac fructuum, reddituum et proventuum camere apostolice debitorum in Portugalie et Algarbii regnis collectori, etc. Ex fideli, solicita diligentia, providentia quoque tua et probitate circumspecta aliisque virtutibus plurimis, quibus personam tuam Dominus insignivit, tenemus indubie quod tu que tibi committenda duxerimus, solerti et salubri studio gubernabis et fideliter exequaris. Hinc est quod nos de tue circumspectionis industria plurimum in Domino confidentes, te specialem ac generalem fructuum, reddituum et proventuum, censuum et aliorum iurium, nobis ac Ecclesie Romane ac camere apostolice debitorum et debendorum, nuntium et sedis apostolice collectorem et receptorem in Portugalie et Algarbii regnis usque ad nostrum et eiusdem sedis beneplacitum auctoritate apostolica, tenore presentium, facimus, constituimus et etiam deputamus, omnes alios et singulos collectores, receptores et subcollectores inibi hactenus deputatos quacumque auctoritate et singulas commissiones super huiusmodi collectorie, receptorie et subcollectorie officiis, aliis quoque tibi sub quavis verborum forma per quoscumque et quavis auctoritate factas et concessas penitus revocando ... Datum Rome, apud Sanctum Petrum, anno, etc., millesimo ccclviii, pridie Idus Septembris, pontificatus nostri anno primo» (AV, Reg. Vat. 515, fl. 73-74). Meses antes, a 10 de Julho de 1458, o cabido de Braga nomeava-o a ele Mem Peres, licenciado e cónego de Lisboa, e ao tesoureiro de Sevilha Afonso de Paradinas, ambos presentes na Cúria pontifícia, seus procuradores em litígio com os cónegos seculares ou azuis de Vilar de Frades: «Sabham os que esta presente procuraçom virem que no anno do nascimento de nosso Senhor Jhesu Christo de mil quatroçentos cinquoenta oyto annos, dez dias do mes de Julho, em a cidade de Bragaa, dentro na see cathedral dessa meesma, em presença de mim Joham Roiz, notario apostolico, e das testemunhas adeante scriptas, estando em o dicto loguo os muyto honrrados e discretos barooes dom Martim Airas, dayam, e Luis Affonso, chantre, e Lopo Alvares, thesoureiro, e FernandAffonso, lecenciado, e Joham de Bairros e Pedro Affonso e Joham Affonso, abbade de Covas, e Gomez Fernandez e Joham Fremoso e Alvaro Fernandez, todos coonigos prebendados em a dicta see, os dictos senhores dayam e cabidoo disserom que elles constituyam e ordenavam em a forma e maneira que o elles milhor podem e deve seer e de dereito mais valer, por seus subficientes procuradores, lidimos e verdadeiros, negotiorum gestores, geeraaes e spicia[e]s ... aos honrrados baroões Meem Perez, lecenciado, coonigo de Lixboa, e o honrrado Miçer Affonso de Paradinas, thesoureiro de Sevilha, anbos ora stantes em corte de Roma, anbos juntamente e cada hũu em solido ... que por elles e em seu nome possam demandar e defender e fazer todos os auctos conpridoiros e neçessarios em hũa causa que he antre os dictos senhores dayam e cabidoo e os prior e clerigos de Vilar de Frades sobre certo censso e dereitos em que os sobredictos prior e clerigos som theudos em cada hũu anno paguar aa dicta egreia de Bragaa pola dicta egreia de Vilar de Frades e por outras que teem, a qual causa se diz que ora he cometida em a dicta corte a dom Bernardo Rovira, por parte do qual ora forom citados os dictos dayam e cabidoo que a çerto thermo pareçessem a prosseguir a dicta causa, ou perante outro qualquer juiz, a que for cometida...» (ADB, *Gaveta* 2.ª *das propriedades do Cabido*, n. 69). Ainda durante o pontificado de Pio II, a 9 de Dezembro de 1463, o encarregado da câmara apostólica enviava uma «monitio seu citatio ad reddendum computa facta collectori in Portugalia», determinando que Mendo Peres se apresentasse na câmara pessoalmente ou por seu procurador, a prestar contas da administração de vários anos, pertencente ao seu ofício de colector apostólico em Portugal: «... tenore presentium, sic requirimus et monemus venerabilem virum dominum Menendum Petri, decanum Lamacensem, in dominiis serenissimi principis domini regis Portugalie iurium camere apostolice collectorem, quatenus in virtute sancte obedientie et dicte excommunicationis quam in ipsum collectorem, nisi fecerit que mandamus, ex nunc prout ex tunc et econtra canonica minitione premissa fecimus in his scriptis, infra sex menses proxime sequentes a die excommunicationis presentium computandos, quorum sex mensium menses duos pro

até ao encerramento dele, e retorno à obediência de Nicolau V da parte do antipapa (707), *e não deparar com vestígio algum de reconciliação a respeito do bispo! Teria sido vítima de orgulho obstinado? Desamparado do regente, que talvez já o não podia proteger? Álvaro Afonso, ao contrário, apesar de ter experimentado as dificuldades dos que seguiam o Infante D. Pedro, inclusive do desastre de Alfarrobeira, abandonou, a tempo, o concílio e, embora ligado à família do Infante ou talvez mesmo por isso, fez carreira em Itália, aliado ao filho de D. Pedro, o cardeal D. Jaime, como curial respeitado e vice-regente da chancelaria pontifícia, celebrado como diplomata e bispo. Não vou traçar os passos salientes da sua vida, porque seria fora do lugar, mas quero mostrar a viabilidade da afirmação sobre as relações do mesmo com o Infante e com D. Luís do Amaral, inclusive quanto ao facto do cisma de Basileia.*

João de Segóvia, ao dizer-nos que Álvaro Afonso era doutor em decretos e clérigo da diocese de Coimbra, fornece-nos o primeiro elemento para a identificação do colega de embaixada de D. Luís e faz-nos supor que chegaram ambos a Basileia na primeira metade de 1443, vindos de Portugal, ao menos o bispo. Conheço súplica de 5 de Agosto de 1442, em que Álvaro Afonso aparece só como bacharel em decretos, mas designado como clérigo da diocese de Coimbra, ao pedir o canonicato e prebenda conimbricenses, vacantes por morte de Vasco Afonso (708). *Parece até ser ele o* Alvarus Alfonsi, bacalarius in decretis, *que em nome do bispo do Porto, D. Antão Martins, se apresentava na câmara apostólica, a 27 de Setembro de 1436, a obrigar-se pela anata da*

---

primo, duos pro secundo et reliquos duos pro tertio et peremptorio termino ac monitione canonica assignamus et vos similiter prefigatis et assignatis eidem, debeat se vel personaliter vel per suum legitimum procuratorem in apostolica camera Rome vel ubi fuerit, debite presentari ac computa plurium annorum officii sui collectorie, quam administravit, in dicta camera cum solito iuramento exhibere introitusque et exitus ut moris est debite verificare et omnia alia et singula facere, ad que similes collectores tenentur ...» (AV, Arm. XXIX, n. 30, fl. 114-114v). Como se vê, Mendo Peres era deão de Lamego, dignidade essa por ele trocada em 1458 pelo canonicato de Lisboa com o doutor em decretos Antão Martins. Cf. ANTÓNIO D. DE SOUSA COSTA, OFM, *Estudantes portugueses na reitoria do colégio de S. Clemente de Bolonha na primeira metade do século XV*, em *Arquivos de História da Cultura Portuguesa*, III, Lisboa, 1969, pp. 146-7. Como prova da sua residência em Lamego, este documento de 30 de Junho de 1474, no qual vem inserta carta de Mendo Peres, de 7 de Março de 1474, com a transcrição de bula de Sisto IV, de Abril de 1473, a encarregá-lo de questão entre Diogo Ferreira, cidadão de Braga, e o cabido, litígio aliás anteriormente cometido ao bispo Titopolitano D. Gil e ao abade de Tibães D. Gonçalo: «Saibham quantos este estormento de provicaçom virem como no anno de mill e quatrocentos e seteenta e quatro anos, triinta dias do mes de Junho, na cidade de Bragaa, dentro na ssee desa meesma, ante ho altar de Jhesu, estando hi os onrados Joham Godiis, chantre, e Gomes Fernandez, thesoureiro, e Alvoro Affonso e Lopo Affonso, Joham Afonso, chancerell ... Joham Fernandes, bacharell, Alvaro Vaasquez, bacharell, Roy Vaasquez, Jacome Meendez, todos conegos pervendados na dicta see, perante elles, em presença de mim tabaliam e testemunhas adiante escriptas, pareçeo Aldonça Anes, molher de Diego de Ferreira, esprivom dante os vigairos, e per mim tabaliam leer e provicar ffez aos sobredictos dignidades e conegos hũa carta de dom Meem Periz, dayam na see de Lamego, com hũu rrespripto em ella emxertado, da quall carta e rrescripto o theor tall he: Dom Meem Pirez, dayam na see de Lamego e juiz apostolico em a causa e negoçio, de que abaixo ffaz conprida menҫom. A qualquer clerigo ou rrelligioso, tabaliam ou notayro e esprivam jurado destes rregnos de Purtugall e do Algarve ... Sabee que por Dº de Ferreira, esprivam nas audiancias de Bragaa, me ffoy apresentado hũu rresprito apostolico do senhor padre santo papa Sisto quarto, bulado de ssua verdadeira bulla de chumbo pendente ... do qual resprito apostollico ho theor sse segue de verbo a verbo: Sixtus, episcopus, servus servorum Dei. Dillecto decano Lamacensis et cantori Valentinensis Tudensis diocesis ecclesiarum ... A qual letera apostolica seu resprito assy a mym apresentado como dicto he, ffoy me rrequerido per o dicto Dº de Ferreira, empetrante em elle contheudo, que aceptase a dicta causa, segundo me era cometido e mandado pelo dicto senhor santo Padre ... Dante em Lamego, sete dias do mes de Março, anno do nascimento de nosso Senhor Jhesu Christo de mill iiii.c e lxx iiiiº annos...» (ADB, *Gaveta 2.ª das propriedades do Cabido*, n. 77.

(707) Cf. nota 533.

(708) *Monumenta Portugaliae Vaticana*, Súplicas de Eugénio IV, n. 1463.

igreja paroquial de Santa Cruz da Maia (709), *e que, segundo dizeres de Afonso Gomes de Lemos, em documento de 18 de Abril de 1437, fora procurador deste para renunciar a certos benefícios* (710). *Deve pertencer-lhe súplica de 12 de Setembro de 1442 sobre a faculdade de qualquer confessor o absolver, uma vez na vida, de todos os pecados, inclusive reservados, e censuras, pois vem designado como* Alvari Alfonsi, canonici Colimbriensis (711). *Por esta altura, ou seja em 1442, estava Álvaro Afonso na Cúria pontifícia. O Infante D. Pedro, regente do reino, interessara-se por que o papa concedesse o deado de Coimbra a seu familiar e amigo Pedro de Ataíde, após a morte de Fernando Gonçalves Beleágua, doutor em decretos. O papa, por inadvertência, esquecido do pedido do Infante, concedera-o a Gonçalo Anes de Óbidos, curial que o papa diz zeloso dos interesses do rei e do regente, embora o tivesse prometido ao Infante para o dito Pedro de Ataíde, antes da morte de Fernando Gonçalves. Em carta de 30 de Setembro de 1440 (ainda o caso do bispo D. Luís do Amaral estava por resolver, ao menos da parte do Infante), o papa desculpava-se com as grandes preocupações e múltiplas responsabilidades de seu ofício de vigário de Cristo, que o punham na emergência de esquecer compromissos tomados, e com a inconveniência de desdizer ou anular o que já determinara em favor de Gonçalo Anes de Óbidos. Este era inocente, pois não recebera carta do Infante sobre o assunto, antes da provisão a seu favor. Por isso exortava D. Pedro a ter paciência, até surgir ocasião de o papa poder anuir a seus desejos* (712). *O certo é que, ou por insistência do*

---

(709) «Dicta die [xxvii^a Septembris 1436] Alvarus Alfonsi, bacalarius in decretis, procurator et nomine procuratorio, prout publico instrumento constabat, obligavit se camere nomine reverendi patris domini Antonii, episcopi Portugalensis, super annata parrochialis ecclesie sancte Crucis de Maya Portugalensis diocesis, cuius fructus viginti quinque librarum Turonensium parvorum communi extimatione, mense episcopali, dum vacabit per cessum vel decessum, uniende. Coll. eidem Bononie, anno ut supra, vi.to Kalendas Septembris, anno sexto. Item promisit certificare cameram quotiescumque dicta unio sortita erit effectum et solvere dictam annatam hic in Curia vel collectori in partibus infra sex menses, a die unionis facte incipiendos» (AV, Annat. 7, fl. 18v).

(710) «In nomine Domini. Amen. Anno a nativitate eiusdem millesimo quadringentesimo tricesimo septimo, indictione decima quinta, die vero decima octava mensis Aprilis, pontificatus sanctissimi in Christo patris et domini nostri domini Eugenii divina providentia pape quarti anno septimo. In mei notarii publici et testium infrascriptorum, ad hoc vocatorum et rogatorum, presentia personaliter constitutus, venerabilis et circumspectus vir dominus Alfonsus Gometii de Lemos, decanus ecclesie Silvensis, dicti domini nostri pape cubicularius, sponte, gratis et ex certa scientia, ut dixit, honorabiles viros dominos Johannem Nunii, thesaurarium, Ludovicum Johannis, canonicum ecclesie Visensis ac *Alvarum Alfonsi, bacallarium in decretis, clericum Colimbriensis diocesis*, alias suos procuratores et negotiorum gestores super quadam permutatione seu resignatione de cantoria ecclesie Visensis fienda et quoscumque alios per ipsum ad huiusmodi permutationem temporibus preteritis extra Romanam Curiam constitutos et alios per ipsos procuratores suos seu alterum ipsorum substitutos et omnimodam potestatem eisdem procuratoribus ab eisdem ac cuilibet ipsorum expresse inhibens ne... revocationem fecit, constituit, creavit et nominavit et solemniter suos veros, certos, legitimos et indubitatos procuratores ... honorabiles et discretos viros dominos Gometium Martini, dicti domini constituentis fratrem, Gometium Fernandi, Didacum Alvari et Johannem Johannis presbyteros et in ecclesia beate Marie de Gooes Colimbriensis diocesis portionarios, absentes tamquam presentes ... ad prosequendum pro eodem domino constituente et eius nomine gratiam apostolicam expectativam de canonicatibus sub expectatione prebendarum Ulixbonensis et Portugalensis ecclesiarum necnon dignitatis, personatus ... sub data octavo Kalendas Maii, anno primo per prefatum dominum nostrum papam ut asserit sibi factam ... Acta fuerunt hec Bononie in apotheca mei notarii infrascripti, anno, indictione, mense et pontificatu, quibus supra, presentibus venerabilibus viris domino Fernando Martini et Georgio Daens, clericis Colimbriensis et Tornacensis diocesum, testibus ad premissa vocatis specialiter et rogatis»: *Arquivo da Universidade de Coimbra*, Pergaminhos do cabido, sem numerar.

(711) *Monumenta Portugaliae Vaticana*, Súplicas de Eugénio IV, n. 1476.

(712) «Dilecto filio nobili viro Petro, duci Colimbriensi, regnorum Portugalie et Algarbii regenti. Salutem, etc. Existimamus, dilecte fili, cum aliquid a nobis fieri petis, ita tuam prudentiam petere, si id, salvo nostro honore, facere possumus. Scis quanta auctoritas et gravitas non solum in pontificibus Romanis qui

Infante ou por qualquer outro motivo, surgida a oportunidade de Pedro de Ataíde vir a ser provido do canonicato, prebenda e chantria de Coimbra, vacantes por morte de João Afonso, ocorrida na Cúria pontifícia, como o foi por bula de 24 de Julho de 1442 (713), o papa levou Gonçalo Anes de Óbidos a trocar o deado de Coimbra pelo canonicato, prebenda e chantria também de Coimbra, com Pedro de Ataíde. Passou então este apaniguado do regente a ser a primeira dignidade, depois do bispo, na sé de Coimbra, por meio de bula de 23 de Agosto de 1442, tendo renunciado em nome de Pedro de Ataíde outro amigo do Infante, precisamente o sobredito Álvaro Afonso, que, nessa ocasião, se encontrava na Cúria pontifícia:

---

suppremum gradum dignitatis tenent, sed etiam in reliquis principibus, esse debeat, in quibus mutare sententiam et revocare que bene acta sunt, levitatis esse videtur. Idcirco, cum dudum scripsisses nobis ut decanatum ecclesie Colimbriensis dilecto filio Petro de Athaide vellemus conferre, rescripsimus nos de eo antea providisse dilecto filio Gondisalvo Johannis, cubiculario nostro, quem semper cognovimus et regis et tui status ferventissimum zelatorem et in quo plurimum confidere videbaris, cum iam e memoria ut fit excidisset nos dudum de dicto decanatu, licet non vacaret, ad tuam supplicationem ipsi Petro ante providisse. Nunc autem, aliorum ut existimandum est precibus motus, iterum super eodem decanatu scribis nobis instantius quam rei pondus requirat, cum non sit talis qui tot verba mereatur. Dilecte fili, ut alias scripsimus, libentissime complacuissemus tibi, sicut et antea feceramus de dicto decanatu, si aut memores fuissemus tue voluntatis et scivissemus Petrum illum superesse aut tuas litteras ante provisionem recepissemus. Neque debet tua prudentia admirari si in tantis et tam gravibus rebus ac curis que nobis et ecclesie quotidie incumbunt, aliquando memoria labitur, etiam in hiis rebus que sunt quasi ante oculos posite, quod tibi quoque et reliquis qui rerum agendarum multitudine opprimantur, accedere necesse est. Quod autem commemoras te non esse oblitum, sed tenaciter mente habere ut facis ea que concernunt statum et honorem nostrum, est id notum nobis absque tua commemoratione. Et quidem facis more boni principis et devoti, pro qua re es a nobis et sede [fl. 90v] apostolica merito commendandus. Sed et tu quoque recordari debes nostra etiam in te multa beneficia extare, tum publica tum privata, nosque in rebus gravioribus quam sit unius beneficiunculi collatio, non *(sic)* fuisse memores tui, prout in multis prospicere potuisti et etiam prospicies in futurum. Itaque noli gravare nos dilecte fili in eo quod neque tibi neque nobis cederet ad honorem. Multa enim facilius negari et honestius possunt quam revocari, postquam sunt concessa, cum sine dedecore et infamia alterius nequeat fieri. Alia evenient, in quibus poterimus providere dicto Petro et forsan maiori cum utilitate. Neque facias tantam extimationem de hac re ut non credas posse sibi melius provideri. Erimus enim deinceps memores eius, etiam absque alia tua intercessione. Sed habeas paulum patientiam, dum id sine alterius iniuria et damno fieri possit. Neque vero debet tua excellentia accusare prefatum Gundisalvum aut ei imputare quod factum est. Nam certo tenemus ipsum ante prefatam provisionem nullas tuas litteras habuisse super hac materia, quia non dubitamus ipsum, cum tibi sit fidelis servitor et diligens honorem tuum, noluisse declinare a tua voluntate. Exhortamur ergo tuam devotionem ut iuxta morem tuum sis filius obedientie, perstans in tua solita devotione ac suscipiens provisiones nostras, prout semper fecisti, in quo Deo rem acceptam facies debitam tibi et gratissimam nobis. Datum Florentie, etc. Pridie Kalendas Octobris, anno x.º»: AV, Reg. Vat. 359, fl. 111v-112v, Bibl. Apost. Vaticana, cod. Chig. D. VII. 101, fl. 90-90v.

(713) «Eugenius, etc. Dilecto filio Petro dAtayde, canonico et cantori ecclesie Colimbriensis. Salutem, etc. ... Cum itaque postmodum canonicatus et prebenda ac cantoria ecclesie Colimbriensis, quos quondam Johannes Alfonsi, ipsius ecclesie canonicus, dum viveret, obtinebat, per obitum eiusdem Johannis, qui apud dictam sedem diem clausit extremum, apud sedem ipsam vacaverint et vacent ad presens ... nos volentes tibi qui, ut asseris, dilecti filii nobilis viri Petri, ducis Colimbriensis, familiaris continuus commensalis existis et cum quo dudum super defectu natalium quem pateris de magno nobili soluto genitus et soluta ut, eo non obstante, ad minores et unum sine cura se invicem compatientia... [fl. 153v] si tibi alias canonice conferrentur vel assumereris ad illa, recipere et retinere ... valeres apostolica fuit auctoritatibus dispensatum, premissorum meritorum tuorum intuitu gratiam facere specialem ... canonicatum et prebendam ac cantoriam predictos ... [fl. 154] cum plenitudine iuris canonici ac omnibus iuribus et pertinentiis suis eadem apostolica auctoritate tibi conferimus et de illis etiam providemus... Datum Florentie, anno Incarnationis Dominice millesimo quadringentesimo quadragesimo secundo, nono Kalendas Augusti, anno duodecimo». AV, Reg. Lat. 391, fl. 153-155. — «Dicta die [viii Augusti 1442] Petrus dAtayde principalis obligavit se camere super annata canonicatus et prebende ac cantorie ecclesie Colimbriensis, quorum fructus, etc., octuaginta librarum Turonensium parvorum communi extimatione, vacantium per obitum quondam Johannis Alfonsi in Curia deffuncti. Coll. eidem Florentie, anno, etc., Mccccxlii, viiii Kalendas Augusti anno duodecimo» (AV, Annat. 9, fl. 4v).

«*Eugenius, etc. Dilecto filio Petro de Atayde, decano ecclesie Colimbriensis. Salutem, etc. Apostolice sedis circumspecta benignitas ... Cum itaque hodie tu per dilectum filium Alvarum Alfonsi, clericum Colimbriensis diocesis, procuratorem tuum, ad hoc a te specialiter constitutum, canonicatum et prebendam necnon cantoriam, de quibus tunc per quondam Johannis Alfonsi, canonici ac cantoris, qui apud sedem prefatam, necnon dilectus filius Gunsalvus Johannis, cubicularius noster, per se ipsum decanatum ecclesie Colimbriensis, de quo tunc per quondam Fernandi Gunsalvi, decani, ibidem, qui extra Romanam Curiam decesserunt, obitus vacantibus et antea dispositioni apostolice reservatis, apostolica vobis fuit auctoritate provisum, illorum possessione per vos non habita, desiderantes eos, ut asserebatis, ex certis rationabilibus causis invicem permutare, in manibus nostris ex causa permutationis huiusmodi sponte resignaveritis, nosque resignationes ipsas apud eamdem sedem ex causa predicta duxerimus admittendas, Nos votis tuis in hac parte favorabiliter annuentes ... et te in eadem ecclesia amplius honorare volentes, decanatum predictum qui in ipsa ecclesia dignitas maior post pontificalem existit ... per resignationem Gunsalvi huiusmodi vacantem, etiam si dispositioni apostolice specialiter vel generaliter reservatus existat eique cura immineat animarum et ad illum consueverit quis per electionem assumi, cum omnibus iuribus et pertinentiis suis eadem auctoritate tibi, cum quo dudum super defectu natalium, quem pateris de magno nobili soluto genitus et soluta ut, eo non obstante, ad minores et unum sine cura ordinaria primo et deinde ut ad omnes etiam sacros ordines promoveri et quatuor alia beneficia* [*fl. 282*] *ecclesiastica cum cura et sine cura, se invicem compatientia ... si tibi alias canonice conferrentur vel assumereris ad illa ... recipere et retinere valeres predicta apostolica fuit auctoritatibus dispensatum, conferimus et de illo etiam providemus ...* [*fl. 282v*] *... Datum Florentie, anno Incarnationis Dominice millesimo quadringentesimo quadragesimo secundo, decimo Kalendas Septembris, anno duodecimo. Simili modo venerabili fratri episcopo Colimbriensi et dilectis filiis archidiacono de Penella ac thesaurario ecclesie Colimbriensis. Salutem, etc. ... Datum ut supra*» (714).

---

(714) AV, Reg. Lat. 391, fl. 281v-283. O deado tinha sido conferido a Gonçalo Anes de Óbidos, cubiculário de Eugénio IV, em 1440, em virtude de bula de 12 de Março de 1439 (= 1440), depois da morte de Fernando Beleágua, tendo-se apresentado na câmara, a obrigar-se pela respectiva taxa o dito Gonçalo Anes de Óbidos em Abril de 1440: «Dicta die [prima Aprilis 1440] Gundissalvus Johannis de Obidis principalis obligavit se camere super annata decanatus ecclesie Colimbriensis, cuius fructus, etc., centum et quinquaginta librarum Turonensium parvorum communi extimatione, vacantis per obitum quondam Johannis [*ler* Fernandi] Belliauga, extra Curiam defuncti. Coll. eidem Florentie, anno, etc., M.ccccxxxviiii, iiii Idus Martii, anno viiii *(sic)*. Item die xviiii Septembris Mccccxlii prefatus Gundisalvus permutavit dictum decanatum et solvit florenos xxx pro parte annate et promisit solvere residuum infra sex menses in forma» (AV, Annat. 8, fl. 123). O Dr. Fernando Gonçalves Beleágua, deão de Coimbra, é apresentado já como morto em súplica de 23 de Dezembro de 1431 por João Gonçalves, clérigo da diocese de Lamego e estudante de direito canónico na cidade de Roma *(Monumenta Port. Vaticana*, Súplicas de Eugénio IV, n. 58). A notícia é falsa, a não ser que a data da súplica tenha sido antecipada. Há, realmente, vários documentos assinados pelo Dr. Fernando Gonçalves Beleágua, na qualidade de deão do cabido de Coimbra, no ano de 1432 e 1433. Há até documento por ele assinado a 29 de Dezembro de 1439. Eis um documento, para exemplificar, de 26 de Fevereiro de 1432, com selos pendentes: «Era do nascimento de nosso Senhor Jhesu Christo de mill e iiii.c e xxx e dous annos, viinte e seis dias do mes de Fevereiro, na çidade de Coimbra ... seendo em a dicta cllastra o honrrado padre e senhor dom Alvaro ... bispo da dicta çidade e Fernam Gonçalvez dayam e Joham Affom chantre ...» (ANTT, *Cabido da sé de Coimbra*, 2.ª incorp., maço 58, docum. n. 2190). Outro de 28 de Julho de 1432: «Sabham quantos este estormento denprazamento virem como aos vinte e oito dias do mes de Julho, anno do naçimento de noso senhor Jhesu Christo de mil e iiii.c e trinta e dous annos, na çidade de Coinbra ... seendo hi os honrrados senhores o doutor Fernam Gonçalvez Belleaugua dayam ...» *(Ibidem*, maço 36, docum. n. 1549). Mais um de 26 de Novembro de 1432: «Sabham quantos esta carta de enplazamento virem como vinte e seis dias do mes de Novembro, anno do naçimento de noso Senhor Jhesu Christo de mill e iiii.c e trinta e dous annos, na cidade de Coinbra, dentro na clastra da see da dicta çidade... seendo hi os honrrados senhores o doitor Fernam Gonçalvez Belleaogua deam e Joham Ferreira thesoureiro ...

Mesmo que Álvaro Afonso, até ali bacharel em decretos, o qual devia ter recebido o grau de doutor não muito antes de partir para Basileia, tenha ido directamente da Cúria pontifícia para o concílio, onde se incorporou em 1443, sem passar por Portugal, os factos apontados parecem mostrar que entre o Infante, este seu amigo Álvaro Afonso, incorporado no concílio de Basileia, e D. Luís do Amaral, regressado, mais ou menos por este tempo, a Basileia, havia entendimento fora do comum, inclusive quanto a ideias conciliaristas. E a concessão do deado de Coimbra a Pedro de Ataíde, por que se interessava o regente, quando a questão da sé de Viseu e de Silves parece ter sido resolvida, conforme vontade do papa, sem qualquer providência compensadora a D. Luís do Amaral, que regressará, como se disse, mais ou menos por esta altura ao concílio de Basileia, tem visos de gesto, por parte de Eugénio IV, de quem deseja congraçar-se com pessoa muito descontente! Seja como for, o Dr. Álvaro Afonso, clérigo da diocese de Coimbra e doutor em decretos, depois da embaixada com D. Luís do Amaral junto do duque de Bretanha, voltou a Portugal. Será ele o Dr. Álvaro Afonso, desembargador régio, dos documentos de 21 de Janeiro ([715]), *5 de Março* ([716]), *30 de Março* ([717]), *24 de Abril* ([718]), *28 de Abril* ([719]), *29 de Abril* ([720]), *10 de*

(assinat. autóg.:) Doctor Belleaugua, decanus Colimbriensis, Johane Ferreira t.º, Rapote, Johanes, Lopus» *(Ibidem,* maço 25, docum. n. 1034). Um de 1433, de 17 de Janeiro: «Vasco Anes prior de Midões, estudante em direito canonico, ouvidor geeral na see e bispado de Coinbra ... faço saber que perdante mim em juizo pareçerom partes a preito e demanda scilicet hos honrados senhores Fernam Gonçalvez Belyauga dayam e cabydo da dicta see como autores ...» *(Ibidem,* maço 30, n. 1231). Eis o de 29 de Dezembro de 1439, por ele assinado: «O doctor Belleaogua, deam da egreia de Coinbra, a vos concelho e homens boõs de Tavarede ... Sabede que aco perante mim pareçeo Joham Afom de Quiaios, morador ensse couto, e nos disse que ... deste primeiro dia de Janeiro primeiro seguinte ataa ho outro dia de Janeiro que ha de viir da era do naçimento de nosso Senhor Jhesu Christo de mill e iiii.º e quarenta e huũ annos ... scripta per maao do scripvam do dicto cabidoo em Coinbra, xxix dias de dezenbro. Francisco Doiz scripvam a ffez. Era do naçimento sobredicto de mil e iiii.º e xl annos. Decanus Colimbriensis» *(Ibidem,* maço 10, docum. n. 493). Não se compreende bem, por isso, que já em súplica de 14 de Junho de 1438, a favor de Pedro de Ataíde, o Infante D. Pedro fale da vacância do deado de Coimbra *per obitum quondam Fernandi Gundissalvi Belleaugua, ipsius ultimi possessoris, extra Romanam Curiam defuncti,* tal como em súplica de 12 de Março de 1440 Gonçalo Anes de Óbidos, ao solicitar o dito deado: *per obitum condam Fernandi Gundisalvi Belliaugua, ultimi possessoris eiusdem extra Romanam Curiam defuncti (Monumenta Portugaliae Vaticana,* Súplicas de Eugénio IV, nn. 931, 1165). Repare-se, contudo, que, segundo parece insinuar o papa na carta enviada ao Infante em Setembro de 1440 (cf. nota 712), aquando da súplica do Infante de 1438, o deado ainda não estava vago. Quanto ao canonicato e chantria, concedidos antes da morte do titular João Afonso, ocorrida na Cúria, o Infante procurou fosse ele privado de tais benefícios, a favor de apaniguados seus, motivo por que aquele veio à Cúria defender-se, conforme consta de súplicas de 27 de Abril e 6 de Agosto de 1440, terminando por serem impetrados para Pedro de Ataíde, conforme várias súplicas de 1441 *(Monumenta Portugaliae Vaticana,* Súplicas de Eugénio IV, nn. 1192 1199, 1250, 1290, 1299, 1308, 1310, 1316, 1326, 1330, 1448, 1453, 1461). Finalmente a permuta entre Pedro, de Ataíde e Gonçalo Anes de Óbidos do canonicato e chantria de Coimbra pelo deado, conforme súplica de ambos, de 23 de Agosto de 1442 *(Monum. Portug. Vaticana,* Súplicas de Eugénio IV, n. 1469). Eis algumas súplicas a respeito de Pedro de Ataíde, incluindo as mencionadas: *Monumenta Portugaliae Vaticana,* Súplicas de Eugénio IV, nn. 30, 81, 90, 636, 645, 931, 1192, 1199, 1250, 1290, 1299, 1310, 1316, 1326, 1330, 1448, 1453, 1461, 1464, 1469, 1490. Súplicas de Nicolau V, n. 594.

([715]) ANTT, *Chancelaria de D. Afonso V,* liv. 25, fl. 7v, publicado em *Monumenta Henricina,* VIII, Coimbra, 1967, n. 165, pp. 254-255.

([716]) ANTT, *Chancelaria de D. Afonso V,* liv. 25, fl. 70v, publ. em *Monumenta Henricina,* VIII, n. 173, pp. 262-263.

([717]) ANTT, *Chancelaria de D. Afonso V,* liv. 25, fl. 58, publ. em *Monumenta Henricina,* VIII, n. 175, pp. 265-266.

([718]) ANTT, *Chancelaria de D. Afonso V,* liv. 5, fl. 51.

([719]) AGS *(Archivo General de Simancas),* Patronato Real, leg. 49, fl. 28, publ. em *Monumenta Henricina,* VIII, n. 189, pp. 282-284.

([720]) ANTT, *Chancelaria de D. Afonso V,* liv. 25, fl. 62, publ. em *Monumenta Henricina,* VIII, n. 191, pp. 285-286.

Maio (721), *15 de Maio* (722), *28 de Maio* (723), *2 de Junho* (724), *29 de Setembro* (725) *de 1445? Também ele* o Dr. Alvaro Afonso, escrivão que foi da puridade do Infante D. Pedro, *filho de* João Afonso, nosso vassalo, morador em Portugal, *a quem é dada, no dia 20 de Março de 1453*, carta de aposentado, posto não seja de setenta anos, *a pedido de* João Rodrigues, nosso criado, filho de Rui Galvão, nosso secretario e cavaleiro de nossa casa, cobicolairo do Santo Padre, que nollo por ele enviou pedir (726)*? É quase certo, tanto mais que, a 25 de Fevereiro de 1453, era passada* carta de liberdades *ao* Dr. Alvaro Afonso, escrivão que foi da puridade do Infante D. Pedro, por ser com elle na batalha de Alfarrobeira (727). *Sem dúvida alguma, é ele o* Alvarus Alfonsi, scolasticus ecclesie Colimbriensis, decretorum doctor et maior Portugalie regentis cancellarius *da súplica de 20 de Maio de 1448 sobre a graça de reter qualquer benefício com cura de almas, juntamente com a dignidade de mestre-escola de Coimbra, e da respectiva bula de Nicolau V, dirigida a ele* Alvaro Alfonsi, scolastico ecclesie Colimbriensis, decretorum doctori, *com o sobredito esclarecimento de que era* nobilis viri Petri ducis Colimbrie et regnum Portugalie regentis cancellarius maior (728). *Estas relações com o Infante regente e até com o deão de Coimbra e o contraste com o monarca D. Afonso V e o bispo de Coimbra D. Luís Coutinho tornam-se mais patentes em documentos pontifícios posteriores, dos pontificados de Nicolau V, Calisto III e Pio II.*

Segundo longa súplica de 7 de Abril de 1457 de Lobo Afonso, um dos adversários do Dr. Álvaro Afonso na contenda sobre o mestrado de Coimbra, de que este fora privado pelo bispo de Coimbra, na altura do desastre de Alfarrobeira, vários clérigos de renome disputavam entre si o mestre-escolado: Estêvão Afonso, doutor em decretos, antigo chanceler do Infante D. Pedro (729), *João Beleágua, doutor em leis, famoso curial pontifício e desembargador régio* (730), *os nobres*

---

(721) ANTT, *Chancelaria de D. Afonso V*, liv. 5, fl. 23v.

(722) ANTT, *Chancelaria de D. Afonso V*, liv. 5, fl. 74.

(723) ANTT, *Chancelaria de D. Afonso V*, liv. 25, fl. 50v, publ. em *Monumenta Henricina*, VIII, n. 194, p. 289.

(724) ANTT, *Chancelaria de D. Afonso V*, liv. 25, fl. 25, publ. em *Monumenta Henricina*, VIII, n. 196, pp. 290-291.

(725) ANTT, *Chancelaria de D. Afonso V*, liv. 5, fl. 3.

(726) ANTT, *Chancelaria de D. Afonso V*, liv. 3, fl. 30.

(727) ANTT, *Chancelaria de D. Afonso V*, liv. 3, fl. 26v.

(728) AV, Reg. Suppl. 427, fl. 66-66v *(Monumenta Portugaliae Vaticana*, Súplicas de Nicolau V, n. 90), Reg. Lat. 454, fl. 156v-157.

(729) Sobre este chanceler do Infante D. Pedro, pertencente à sua comitiva na viagem pela Europa e doutorado em direito canónico pela universidade de Bolonha e professor na universidade de Lisboa, cf. ANTÓNIO DOMINGUES DE SOUSA COSTA, O. F. M., *O Infante D. Henrique na Expansão portuguesa*, Documentos, n. XIV, p. 139; *Estudantes portugueses na reitoria do colégio de S. Clemente de Bolonha na primeira metade do século XV (Arquivos de História da Cultura Portuguesa*, vol. III, n. 1), Lisboa, 1969, pp. 83-85, 100-101. Eis algumas súplicas a seu respeito: *Monumenta Portugaliae Vaticana*, Súplicas de Martinho V, nn. 682, 1537; *Súplicas de Eugénio IV*, nn. 421, 1370, 1414, 1684; *Súplicas de Nicolau V*, nn. 514, 783.

(730) Cf. notas 671, 672, 674. Como deão da Guarda e do desembargo régio aparece já em documentos régios de 1443 e 1444. Cf. documentos publicados em *Monumenta Henricina*, VIII, nn. 10, 32, 33, 35, 36, 37, 38, 42, 72, pp. 28-29, 60-62, 64-70, 73-74, 122-123. Assim também em 1448 *(Chancelaria de D. Afonso V*, livro 1, fl. 118v, e docum. publ. em *Monumenta Henricina*, IX, Coimbra, 1968, n. 180, pp. 286-287). Igualmente em 1450 (docum. publ. em *Monumenta Henricina*, X, Coimbra, 1969, nn. 195, 201, pp. 258-260, 265-266). Muito mais numerosos os documentos em que ele aparece como deão da Guarda e do desembargo régio, de parceria com o Dr. Lopo Vaz de Serpa, sobretudo a partir de 1451 até Agosto de 1453, inclusive aparecendo como do desembargo das petições, a partir de Maio de 1453, conforme se pode ver pela *Chancelaria de D. Afonso V*, liv. 3, fl. 1, 1v, 2v, 3, 3v, 4, 5, 6, 6v, 7, 7v, 8, 9, 9v, 10, 10v, 11v, 12v, 13, 15, 15v, 16,

Álvaro Pereira e Álvaro de Almeida ([731]), *já desde o pontificado de Eugénio IV, e finalmente o nosso Álvaro Afonso, doutor em decretos, e o sobredito Lobo Afonso, secretário régio e amigo do bispo de Coimbra D. Luís Coutinho* ([732]). *Refere o suplicante que depois de Estêvão Afonso ter renunciado a qualquer direito ao mestre-escolado, após posse dele, o deão e cabido de Coimbra concederam-no a Luís Gonçalves, por cuja morte o deão de Coimbra Pedro de Ataíde e o cabido conferiram-no a Álvaro Afonso, doutor em decretos, o qual fora dele privado, bem como de todos os outros seus benefícios, pelo bispo D. Luís Coutinho, que o conferiu ao dito Lobo Afonso, pos-*

18, 18v, 19, 19v, 20, 21, 23, 24v, 25, 26, 26v, 27, 28, 29, 29v, 31, 31v, 32, 32v, 33v, 34, 35, 35v, 36v, 37v, 38v, 39, 40, 41, 41v, 42, 43, 43v, 45, 45v, 46, 46v, 47, 48, 49, 50v, 51, 51v, 52, 52v, 55v, 57, 57v, 58, 58v, 59, 60v, 61, 64, 66, 66v, 67, 67v, 68, 68v, 70, 71, 72, 72v, 76, 76v, 79, 79v, 80v, 81, 81v, 82, 83v, 84, 84v, 85, 85v, 86, 87v, 88v; liv. 4, fl. 4v, 5, 8, 9v, 10, 10v, 11, 11v, 13, 14, 14v, 15v, 16v, 18, 18v, 19v, 20v, 21, 22, 22v, 23v, 24, 26, 27, 28, 29v, 31, 31v, 32v, 55v, 56v, 57v, 58, 58v, 61v, 62v. Cf. ANSELMO BRAAMCAMP FREIRE, *A chancelaria de D. Afonso V*, em *Arquivo Histórico Português*, 3, Lisboa, 1905, 2, 140-154, 213-236. A nomeação como desembargador das petições deu-se nos primeiros meses de 1453, tendo ele sido até 7 de Maio de 1453 *terceiro dos agravos*, conforme se tira da nomeação do sucessor Gomes Lourenço, nessa data, para aquele lugar «pela guisa que o era o dr. Beleagua, que ora fizemos do nosso desembargo das petições» (*Chancelaria de D. Afonso V*, liv. 3, fl. 64v).

([731]) Sobre este clérigo há documentação na correspondência do abade de Florença D. Gomes Anes e várias bulas e respectivas súplicas, a publicar no devido tempo. Indico uma ou outra súplica relacionada com a questão do mestre-escolado de Coimbra, cujos direitos ele ainda reivindicava durante o pontificado de Calisto III, dizendo-se, numa de 23 de Dezembro de 1455, *Alvarus de Almeyda, scolasticus ecclesie Colimbriensis, baccalarius in decretis: Monumenta Portugaliae Vaticana*, Súplicas de Nicolau V, n. 514; *Súplicas de Calisto III*, nn. 68, 175, 195.

([732]) Em documentos pertinentes ao cabido da sé de Coimbra aparecem várias alusões à presença de Lopo Afonso como mestre-escola, depois de Luís Gonçalves, que possuira o mestre-escolado antes dele. Recordo alguns documentos de 1443 e 1444, nos quais figura *Luis Gonçalves mestre scola, coonigo da see da cidade de Coinbra*, por vezes como vigário geral do bispado (ANTT, *Cabido da sé de Coimbra*, 2.ª incorporação, maço 28, docum. n. 1631, maço 57, docum. n. 2135, maço 59, docum. 2214) e outros de 1451 e 1457, estando presente Lopo Afonso como mestre-escola, a 17 de Setembro de 1451 *(ibidem*, maço 82, n. 3783), a 5 e 14 de Janeiro de 1457 *(ibidem*, maço 34, n. 1391, maço 70, n. 2553), a 24 de Outubro de 1457 *(ibidem*, maço 39, n. 1663), e 2 de Dezembro de 1457 *(ibidem*, maço 5, n. 214). No dia 28 de Junho de 1458, após a morte de Lopo Afonso, foi eleito pelo cabido como mestre-escola o cónego Álvaro Afonso, conforme a *hũu statuto per elles jurado e guardado e per o senhor dom Alvaro bispo de Silve legado apostolico que ora he na provincia confirmado*, visto que *ora vaga a dignidade de meestre scollado per morte natural de Lopo Affomso, que della fora ultimo meestrescolla e possuydor (ibidem*, maço 59, n. 2246). O exercício deste ofício e dignidade por Álvaro Afonso é atestado em muitos documentos de 1458, 1459, 1460, 1461 e 1466 *(ibidem*, maço 1, n. 3, maço 10, n. 466, maço 32, n. 1344, maço 42, n. 1720, maço 47, n. 1848, maço 49, n. 1983, maço 71, n. 2707, maço 82, n. 3714). Deve tratar-se do cónego Álvaro Afonso que aparece em documentos de 1448 e 1452 *(ibidem*, maço 26, n. 1096, maço 35, n. 1476). A 12 de Junho de 1466, figura como procurador do bispo de Silves e legado apostólico D. Álvaro Afonso, para receber do bispo de Évora, D. Luís, a pensão que este lhe devia pagar: «Saibham quantos este estormento de conhecimento e quytaçom virem como aos doze dias do mes de Junho do ano do naçimento de nosso Senhor Jhesu Christo de mil e quatroçentos e seseenta e seis annos, em a çidade de Coimbra, dentro nas cassas da morada dAlvero Afonso, mestre escolla que foy da see da dicta çidade, estando hi o dicto Alvaro Afonso como procurador do muyto reverendo em Christo padre e senhor dom Alvaro bispo de Silves, outrossy estando hi Joham Roiz, escudeiro, criado do reverendo senhor dom Luis, bispo dEvora, o dicto Alvaro Afonso, por fazer çerto como era procurador do dicto senhor dom Alvaro Afonso bispo de Silves, apresentou hi hũa procuraçom escripta em purgaminho per latim, fecta em corte de Roma a doze dias do mes de Março do anno do Senhor de quatroçentos e seseenta e çinquo anos, em a quall procuraçom fazia mençam que o dicto senhor dom Alvaro bispo de Silves ffez sseu çerto procurador o dicto Alvaro Afonso e que lhe dava e outorgava seu conprido poder que em sseu nome podesse pedir e demandar e rreçeber do dicto Senhor dom Luis bispo dEvora toda a pensam que lhe era theudo de dar e pagar em cada hũ anno e do que ouvesse e rrecebesse que podese dar conheçimento e quitaçooes, se conprissem...» (ADB, *Colecção cronológica*, caixa 31).

suidor do mesmo e em questão com Álvaro de Almeida (733). *Que a privação se deu aquando do desastre de Alfarrobeira e o Álvaro Afonso, doutor em decretos, desta súplica seja o colega de embaixada de D. Luís do Amaral e futuro bispo de Silves, que na bula da promoção por Calisto III, de 24 de Setembro de 1453, vem designado como* in minoribus dumtaxat ordinibus constitutum, decretorum doctorem (734), *torna-se evidente pelos documentos que passo a considerar. Bula do papa Nicolau V de 25 de Agosto de 1450, a favor de* Alvarus Alfonsi, canonicus et scolasticus ecclesie Colimbriensis, decretorum doctor, *precisamente depois da privação de todos os benefícios por causa da fidelidade e relações estreitas com o Infante D. Pedro, inclusive durante o desastre de Alfarrobeira, diz-nos que, segundo exposição do fiel amigo do Infante,* prefatus Alvarus, familiaris continuus commensalis et cancellarius maior atque principalis secretarius, *residente com D. Pedro na cidade de Coimbra, fora privado de todos os benefícios pelo bispo de Coimbra D. Luís Coutinho, também em litígio com o Infante, durante a discórdia entre D. Pedro e o monarca D. Afonso V, mas sem motivo, depois de o ter citado a comparecer em Santarém, onde estava o bispo e o rei, mas que era lugar não seguro para ele. Após a privação, D. Luís Coutinho conferira o mestre-escolado a Lobo Afonso, secretário do bispo, e o canonicato e prebenda de Coimbra a João Vasques. Para fazer justiça, o papa mandava examinar a questão ao arcebispo de Braga e aos bispos de Espoledo e de Salamanca* (735). *O bispo interveio posteriormente na questão, intercedendo junto do papa a favor do secretário Lopo Afonso, agora dito seu capelão e familiar, com referências ao Dr. Estêvão Afonso, doutor em decretos e clérigo da diocese de Lisboa, a Luís Gonçalves e a Álvaro de Almeida* (736). *Na respectiva bula da mesma data de 20 de Abril de 1452, dirigida ao abade de S. Paulo de Frades de Coimbra, ao tesoureiro de Coimbra e ao arcediago de Seia, Nicolau V, lembrando o pedido do bispo de Coimbra D. Luís, encarrega-os de examinar a questão e conferir o mestre-escolado ao dito Lopo Afonso, no caso de as coisas corresponderem ao exposto* (737). *O litígio passou em apelação à Cúria pontifícia, onde se ventilava durante o pontificado de Pio II, quando o Dr. Álvaro Afonso* senior *era já bispo de Silves, pois na causa entrou Álvaro Afonso, cónego de Coimbra, o qual, segundo determinações do papa, em bula de 3 de Setembro de 1458, devia suceder nos direitos do mestre-escolado a Lopo Afonso, que falecera. A concessão seguia-se a decisão do ouvidor apostólico e a pedido deste novo* Alvarus Alfonsi, canonicus Colimbriensis, *a não confundir-se com D. Álvaro Afonso, bispo de Silves, doutor em decretos, dos litígios anteriores, pois, como se diz na bula, «cum ... materia questionis fuisset exorta ac felicis recordationis Nicolaus papa v, predecessor noster, causam huiusmodi que perantea tam inter quondam Stephanum Alfonsi, decretorum doctorem, quam Ludovicum Gundissalvi ac* venerabilem fratrem nostrum Alvarum, episcopum Silvensem, tunc canonicum Colimbriensem, *necnon Alvarum de Almeyda predictum agitata ac diverse et diffinitive sententie, que in rem transierunt iudicatam ... prefatum Alvarum Alfonsi tamquam antiquiorem canonicum ipsius ecclesie, illam habere volentem, facta prius requisitione premissa, in illius scolasticum concorditer elegerunt ipsamque electionem confirmarunt ac prefatus Alvarus Alfonsi, electionis et confirmationis huiusmodi pretextu, scolastriam ipsam extitit assecutus...»* (738).

---

(733) *Monumenta Portugaliae Vaticana*, Súplicas de Calisto III, n. 195.

(734) AV, Reg. Lat. 487A, fl. 17-18. Eis algumas súplicas respeitantes ao Dr. Álvaro Afonso, familiar do Infante D. Pedro e seu filho cardeal D. Jaime e bispo de Silves: *Monumenta Portugaliae Vaticana*, Súplicas de Eugénio IV, nn. 1463, 1472; *Súplicas de Nicolau V*, nn. 90, 121, 482, 784, 804; *Súplicas de Calisto III*, nn. 130, 174, 195, 203, 219, 264, 270; *Súplicas de Pio II*, nn. 84, 227, 409, 737.

(735) AV, Reg. Vat. 394, fl. 201v-204.

(736) *Monumenta Portugaliae Vaticana*, Súplicas de Nicolau V, n. 514.

(737) AV, Reg. Vat. 477, fl. 143-144v.

(738) AV, Reg. Vat. 470, fl. 439v-441v.

Aliás existe ainda o documento da eleição deste Álvaro Afonso junior *pelo cabido de Coimbra, a 28 de Junho de 1458* (739).

f. Embaixada de Frei João, bispo de Tiberíades, em 1443-1445, e sua nomeação a bispo de Ceuta em 1444

Enquanto em Portugal se resolviam as questões sobre os bispados (D. Rui Dias, como já dei a entender, presente como bispo eleito de Silves no concílio de Florença, em princípios de Fevereiro (740)*, não devia demorar muito a partir para Portugal), pelos meados ou fins de 1442, e D. Luís do Amaral e o Dr. Álvaro Afonso se encaminhavam para o concílio de Basileia, o regente D. Pedro pensava em nova embaixada ao papa, ao qual enviou, também desta vez, o carmelita Frei João, bispo titular de Tiberíades, desde 18 de Abril de 1442, com faculdade de exercer funções episcopais na cidade e diocese de Lisboa* (741)*, sucedendo ao dominicano Frei Pedro da Cruz, professor de teologia, nomeado bispo titular em Agosto de 1437, com idênticas faculdades* (742)*. Há documentos claros, com notícias sobre esta embaixada, a começar já desde a partida de Lisboa.*

Na lista das despesas do rei, a contar da tomada de Ceuta, vem registada a notícia de 320 dobras outra vez ao Provincial do Carmo em Roma, *quantia referente a outra embaixada, ou seja de 1443, sem dúvida posterior à referida imediatamente antes de outros portugueses, que é sabido ter-se dado em 1442* (743)*. E de facto, segundo consta da quitação, dada a 3 de Junho de 1446, a Frei João, nesse tempo já bispo de Ceuta, tal embaixada teve lugar «em o anno passado de quatroçentos quarenta e tres», ano em que diz el-rei D. Afonso V ou o regente por ele «nos mandamos aa corte do santo Padre dom Joham, bispo da nossa çidade de Cepta, por coussas que conpriam a nosso serviço e bem de nossos rregnos», especificando que o provincial dos carmelitas «tomou quinhentos e quorenta e nove ducados pera seu mantimento e de tres encavallgaduras que lhe forom hordenadas per nosso alvara fecto em Sintra xvi de Julho da dicta era de quatrocentos R.ta iii, des oyto dias de dezenbro da dicta era, em que chegou a Bruges, segundo dello fomos çerto per estormento que dello trouve, ataa viii dias de dezenbro de quatroçentos quarenta e quatro, que partio de Roma a rrazom de meo ducado por dia, a sua pessoa, e de tres terços de ducado por dia pera as emcavallgaduras, a terço de ducado cada hũu por dia». É dito ainda na carta de quitação que o carmelita «tomou pera sy cem ducados que lhe mandamos dar de graça per nosso alvara fecto a xbii de Julho de iiiiRiii. Item deu por nosso mandado, de frete da carraqua em que foy da dicta cidade de Lixboa ataa Bruges, segundo he conteudo no sobredicto alvara,*

---

(739) ANTT, *Cabido da sé de Coimbra*, 2.ª incorporação, maço 59, n. 2246. Cf. nota 732.

(740) Era um dos que assinaram a bula da união dos Coptas, de 4 de Fevereiro de 1442: *Ego Rodericus electus Silvensis subscripsi.* Docum. publicado por GEORGIUS HOFMANN, S. I., *Epistolae Pontificiae ad Concilium Florentinum spectantes*, pars III, Romae, 1946, p. 65.

(741) AV, Obl. et Sol. 66, fl. 83: «Die Mercurii, xiiii Kalendas Maii [1442] provisum fuit ecclesie Tiberiadensi titulari, ad relationem domini Placentini, vacanti, etc., de persona fratris Johannis ordinis Carmelitarum, licentiati in theologia, et concessum fuit quod possit exercere pontificalia in civitate et diocesi Ulixbonensi, reservando sibi super fructibus ecclesie Ulixbonensis ducentos ducatos, annis singulis solvendos».

(742) AV, Obl. et Sol. 66, fl. 61: «Tiberiadensis. Eadem die [Die Veneris, v.to Idus Augusti, pontificatus anno septimo], ad relationem domini episcopi Portuensis provisum fuit ecclesie Tiberiadensi, vacanti per obitum de persona fratris Petri de Cruce, ordinis fratrum Predicatorum, sacre pagine professoris, et concessit sibi facultatem exercendi pontificalia in civitate et diocesi Ulixbonensi et non alibi».

(743) Cf. MARIA JOSÉ e JORGE FARO, *Embaixadas enviadas pelos reis de Portugal de* 1415 *a* 1473. *Subsídios documentais*, em *Actas do Congresso Internacional de História dos Descobrimentos*, III, Lisboa, 1961, p. 264.

viinte ducados» (744). *As despesas do regresso são designadas do seguinte modo: «Item deu de passagem de hũa carraca, em que veeo de Sagona ataa Callez, doze ducados. Item despendeo em mantimento de quatro messes e meo, que andou na dicta carraca, os quaees começarom a xxii dias de Janeiro de iiii.c Rb e se acabarom em xx dias de mayo, que emtrou em Portugall, segundo mostrou per scriptura pubrica, quarenta e nove ducados e meo, contando a sua pessoa, por mes, cinquo ducados, aos seus tres homens dous ducados. Item deu de passagem da barca que o trouve de Callez ataa Crasto Marim nove dobras»* (745). *Quer dizer: o provincial dos carmelitas, bispo titular de Tiberíades, partiu de Lisboa, na segunda metade do mês de Julho de 1443, para Roma, passando por Bruges, aonde chegou em Dezembro de 1443. Estava em Roma no ano de 1444, onde já em Janeiro desse ano residia a Cúria pontifícia. Recebeu «mill çento oytenta ducados em Roma de Phelipe de la Luna, per letera de cambo do dicto Tropell, que hia pera o bamco de Antonyo de Paçes», bem como recebeu «duzentos e cinquoenta ducados dos monjes de Frollença dos dinheiros que lhe forom dados em guarda, em tenpo del rrey meu ssenhor e padre, cuja alma Deus aja»* (746). *Ao referir as letras apostólicas, em que o nosso embaixador gastou parte do dinheiro, o documento indica-nos implicitamente o tempo aproximado da estadia em Roma: «Item despendeo nas letaras da despemsaçom do mestrado de Santiago e da danaxaçom de Çepta mill e trezentos e cinquoenta ducados de camara e dez bajocas, a saber, mill ducados de Veneza que sse diiz que son mill cinquoenta e sete ducados de camara e dez bajocas, que montou em aquello que ouve o santo Padre, por a dicta despensaçom, e çem ducados, que deu ao Monrenensy por seu trabalho, por com boa diligençia soliçitar o que a esto compria; e çemto e seis ducados, que deu [de] expedir as bullas da enexaçom, e quinze ducados, que deu por a lletara da despemsaçom do cassamento do ifante dom Fernando, meu muyto prezado e amado irmãao, e saseenta e çinquo ducados, que deu, os quarenta de taixamento do mestrado, e viinte que deu ao taixador, por lhe nom ser levado taixa de quatro mill ducados, em que o dicto mestrado he posto, de que viinha [de] despendiçom cento e vinte ducados, e çinquo do prerregisto e outras coussas meudas, que as dictas lletaras pertençiam, e dous ducados, que deu ao secretario do duque de Bergonha, meu muyto prezado e amado tyo, por as letaras que fez, e çinquo ducados aos porteiros do papa»* (747).

Pela bula Suscepti regiminis *de 23 de Maio de 1444, dirigida ao Infante D. Fernando, irmão de el-rei D. Afonso V, o papa Eugénio IV nomeava aquele mestre da Ordem militar de S. Tiago da Espada em Portugal e por outra da mesma data comunicava a nomeação aos freires da Ordem, mandando-lhes o recebessem e lhe obedecessem como mestre* (748). *Pela* Romanus Pontifex, *de 14 de Julho de 1444, a pedido de el-rei de Portugal e por intermédio do embaixador Frei João, o papa anexou à diocese de Ceuta certos bens das dioceses de Tui e de Badajoz, situados em território português, para deste modo providenciar à congrua sustentação do bispo, cónegos e*

---

(744) ANTT, *Chancelaria de D. Afonso V*, livro 5, fl. 54. Publicada em *Monumenta Henricina*, IX, Coimbra, 1968, n. 126, pp. 169-170. Há docum. de 8 de Julho de 1443, a atestar a sua presença no mosteiro do Carmo, nessa altura: «... no anno do naçimento de nosso Senhor Jhesu Christo de mil e iiii.c e quarenta e tres annos, oito dias do mes de Julho, em a çidade de Lixboa, no moesteiro da Virgem Maria do Carmo, dentro no cabidoo, estando hy de pressentes os honrrados religiossos *frey Joham leçençeado em teolissia, provinciall da c'icta ordem* e frey Vasco, vigairo do dicto provinciall, e frey Joham de Santo Ispirito doutor e frey Joham Carasco leitor e frey Martinho Correa e frey Estevom e frey Joham dEvora, todos tres jubilados...» (ANTT, *Carmo de Lisboa*, B 47-16, fl. 1).

(745) *Ibidem, pp.* 170-171.

(746) *Ibidem, pp.* 169.

(747) *Ibidem*, pp. 169-170.

(748) AV, Reg. 362, fl. 216v-217. Publ. em *Monumenta Henricina*, VIII, Coimbra, 1967, n. 107-108, pp. 165-169.

beneficiados da dita sé, após organização do cabido da mesma (749). *Era assim satisfeito um desiderato da corte portuguesa, que vinha já do reinado de D. Duarte, o qual se lamentava, em carta ao abade D. Gomes Anes, de 29 de Janeiro de 1437, que «o santo Padre os (bens portugueses dos bispados de Tui e de Badalhouce) nom quer anexar ao pobre bispado de Çepta, a quall coussa nos pareçia muito honesta»* (750). *Possivelmente foi também D. João quem obteve o mestrado de Avis para D. Pedro, filho do regente, a 29 de Março de 1444* (751). *Eis a respectiva bula, dirigida aos freires da Ordem:*

> *«Eugenius, etc. Dilectis filiis universis fratribus militie de Avisio Cisterciensis ordinis. Salutem, etc. Cum nos hodie magistratum militie vestre tunc per obitum quondam Infantis Fernandi, illius ultimi administratoris et gubernatoris, extra Romanam Curiam defuncti, vacantem, sive ut premittitur, sive alias quovis modo vacaret, dilecto filio nobili viro Petro, dilecti filii nobilis viri Petri ducis Colimbriensis, Portugalie et Algarbii regna regentis, nato, per eum quoad vixerit tenendum et etiam gubernandum ex certis rationabilibus etiam tunc expressis causis auctoritate apostolica ex certa nostra scientia per alias nostras litteras, quarum tenores presentibus pro expressis haberi volumus, commendaverimus, curam, regimen et administrationem ipsius militie sibi in spiritualibus [fl. 114] et temporalibus plenarie committendo, firma spe fiduaciaque conceptis quod eo sua dirigente actus et opera, a quo omnium carismatum dona proveniunt, prefata militia et eius persone protegentur a noxiis et salutaribus continue proficient incrementis, universitati vestre per apostolica scripta mandamus quatenus eumdem Petrum natum benigne recipientes et honorifice tractantes, sibi in omnibus que ad prefatum pertinent magistratum obediatis humiliter et specialiter intendatis, aliorum penam quam ipse Petrus natus rite statuerit in rebelles, ratam habebimus et faciemus auctore Domino usque ad satisfactionem condignam inviolabiliter observari. Datum Rome, apud Sanctum Petrum, anno, etc. M.occcc.oxliiii, quarto Kalendas Aprilis, pontificatus nostri anno xiiii.o. xx. de Strata».* (752).

Note-se que por esta altura deve ter falecido o primeiro bispo de Ceuta, o franciscano Frei Aimaro, o qual em documento de 21 de Janeiro de 1444 ainda figura no número dos vivos, mas já aparece como morto noutro de 1 de Julho de 1444, em carta de isenção de serviços, passada a favor de quem recebesse como mulher a Isabel Fernandes, moradora «em Guimarães, porquanto fomos certos que a criou de mui pequena D. Aimaro bispo que foi da nossa cidade de Seuta» (753). *Aliás a morte deste prelado anda à volta de Junho de 1444, visto o papa Eugénio IV ter con-*

---

(749) AV, Reg. Vat. 362, fl. 219v. Publ. em *Monumenta Henricina*, VIII, n. 125, pp. 197-201.

(750) Bibl. Medicea Laurenziana di Firenze, cod. Ashb. 1792, I, fl. 8, pub. em *Monumenta Henricina*, VI, n. 10, p. 18.

(751) AV, Reg. Vat. 362, fl. 113-114. Publ. a bula dirigida ao filho do regente em *Monumenta Henricina*, VIII, n. 95, pp. 153-155. — Durante o período que esteve em Roma, foram apresentadas ao papa várias súplicas do regente D. Pedro e de certos nobres portugueses, por algumas das quais, ao menos, é possível se tenha ele interessado. Indico as seguintes, atendidas nesse período: as do Infante D. Pedro, regente do reino, de 18 de Maio de 1444, a favor de João da Costa, nobre e diácono da diocese de Coimbra, sobre a igreja paroquial de Santa Maria de Figueiró *(Monumenta Portugaliae Vaticana*, Súplicas de Eugénio IV, n. 1618, 1648-1649) as de Martinho Fernandes de Gouveia, estudante na universidade de Lisboa, pelo qual suplicava o Infante D. Henrique, respectivamente de 16 de Setembro de 1444, 3 de Outubro de 1444 e 24 de Outubro de 1444 *(Ibidem*, nn. 1646, 1653, 1659).

(752) AV, Reg. Vat. 362, fl. 113v-114.

(753) ANTT, *Chancelaria de D. Afonso V*, livro 24, fl. 76v. Cf. ANSELMO BRAAMCAMP FREIRE *Brasões da Sala de Sintra*, III, p. 20.

cedido, a 25 de Junho de 1444, o mosteiro do Pombeiro em comenda a Vasco Pereira, protonotário pontifício, por vagar com a morte de Frei Aimaro (754). *Ora o carmelita e embaixador, bispo titular de Tiberíades, como se viu, com faculdades para exercer as funções episcopais na cidade e diocese de Lisboa, aparece, a 20 de Julho de 1444, a obrigar-se, em nome do bispo e cónegos de Ceuta pela anata dos bens dos territórios portugueses das dioceses de Tui e de Badajoz, anexos à igreja de Ceuta, em conformidade com a concessão de 14 de Julho de 1444: «Dicta die [xx.a Julii M.ccccxliiii.to], reverendus pater dominus Johannes, episcopus Tiberiadensis, ut principalis et privata persona obligavit se camere nomine episcopi et canonicorum ecclesie Ceptensis super annata certarum partium in regno Portugalie consistentium et ad Pacensem et Tudensem ecclesias spectantium et pertinentium, quarum fructus, etc., septingentarum librarum Turonensium parvorum communi extimatione, eidem Ceptensi ecclesie pro sua dote deputandi et assignandi, dum vacabunt per cessum vel decessum administratorum earumdem. Coll. eidem Rome, apud Sanctum Petrum, anno ut supra, pridie Idus Julii, anno xiiii.o»* (755). *Poucos dias depois, a 20 de Julho de 1444, sucedia a D. Aimaro na sé de Ceuta, para a qual o transferiu, nessa data, o papa Eugénio IV, segundo consta das respectivas bulas* (756) *e da anotação correspondente da câmara apostólica: «Die Lune, xiii.o Kalendas Augusti [1444]. Sanctissimus dominus noster in consistorio secreto ad relationem domini cardinalis Portugalensis absolvit dominum Johannem electum Tiberiadensem a vinculo quo tenebatur ipsi ecclesie et transtulit eum ad ecclesiam Ceptensem, vacantem per obitum condam Adamari, extra Romanam Curiam defuncti»* (757). *Apresentava-se, em Setembro de 1444, para se obrigar à taxa devida pela promoção e, nesse dia, foram-lhe entregues as bulas da nomeação, por se tratar de diocese pobre e em guerra com os Mouros: «Mccccxliiii. Dicta die [Veneris, xviii Septembris], reverendus pater dominus Johannes electus Ceptensis personaliter obtulit camere apostolice et collegio reverendissimorum dominorum cardinalium pro suo communi servitio florenos triginta tres auri de camera, ad quos dicta ecclesia taxata reperitur, et quinque servitia consueta. Eorum autem medietatem infra sex menses et aliam infra alios sex menses solvere promisit, etc. Dicta die de mandato sanctissimi domini pape fuerunt sibi restitute bulle amoc. die, quia pauper et est in bello contra Mauros»* (758).

Devia ter sido em Outubro que o bispo recebeu dos beneditinos de Santa Maria de Florença os 250 ducados em depósito desde o tempo de el-rei D. Duarte, para cuja obtenção, segundo a sobredita carta de quitação de 3 de Junho de 1446, o prelado carmelita gastara onze ducados, «na demanda que ouve com os monges de Frollença sobre as pagas dos dinheiros que a nos aviiam de fazer» (759). *De facto, deparamos com a seguinte anotação dos livros de contas da abadia, pertinente a transacção feita a 17 de Outubro de 1444 entre o embaixador, como procurador do Infante D. Pedro, regente do reino, e o monge D. Arsénio, cubiculário do papa e procurador do abade de Florença, sobre os ditos ducados: «Cancellasi sopradetta ragione per ragione de transactione et fine facta in sino ad xvii dotobre 1444 per reverendo padre messer frate Giovanni per adrieto provincial dell'ordine di Carmelliti procuratore et come procuratore dello Infante don Petro duce di Colimbria, zio et tutore del re di Portogallo e di suoi regni administratore e governatore, a don Arsenio monaco*

(754) AV, Reg. Vat. 362, fl. 194v-197.

(755) AV, Annat, 9, fl. 133. A bula da união ou anexação em ANTT, Bulas, maço 4, n.º 3, e *Liber rerum memorabilium*, II, fl. 89v-91. Publicada em *Monumenta Henricina*, VIII, Coimbra, 1967, pp. 197--201, n. 125.

(756) As bulas, uma dirigida a ele, outra ao povo e diocese de Ceuta e a terceira ao rei de Portugal, já foram publicadas em *Monumenta Henricina*, VIII, Coimbra, 1967, n. 130, 131, 132, pp. 206-211.

(757) AV, Ob. et Sol. 72, fl. 30v.

(758) AV, Ob. et Sol. 71, fl. 42v.

(759) Publ. em *Monumenta Henricina*, IX, n. 126, p. 170.

della nostra congregatione, concubiculario di nostro signore papa Eugenio, come sindaco e procuratore della Badia de Firenze... Il quale messer frate Giovanni in detto nome fece fine generaliter alla detta Badia, capitolo e convento, al detto don Arsenio ...» (760). *Estando ainda em Roma, o papa Eugénio IV encarregava-o, por bula de 12 de Novembro de 1444, de conferir a igreja paroquial de Cadima, diocese de Coimbra, vacante por resignação de Estêvão Vicente, a João Martins, clérigo da dita cidade* (761), *cuja respectiva súplica alude a concessão anterior a tal respeito e à consecução pacífica* (762). *Conforme a citada carta de quitação, o bispo de Ceuta partiu de Roma, no regresso a Portugal, no dia 8 de Dezembro de 1444. Antes de partir, o papa Eugénio IV, certamente devido a intervenções do bispo carmelita, declarou isentos do prior geral da Ordem os priores e conventos de Santa Maria de Lisboa e de Santa Maria de Moura, por meio de bula de 6 de Dezembro de 1444, a ele mesmo dirigida, encarregando-o do governo da província carmelita portuguesa, juntamente com a posse do bispado de Ceuta:*

«*Eugenius, etc. Venerabili fratri episcopo Ceptensi. Salutem, etc. Ad ea ex apostolice servitutis officio libenter intendimus, per que ecclesiarum, presertim religiosarum personarum statui, indemnitatibus valeat salubriter provideri. Sane pro parte dilectorum filiorum beate Marie Ulixbonensis et beate Marie de Moura Elborensis diocesis ordinis Carmelitarum domorum priorum et conventuum nobis nuper exhibita petitio continebat quod, licet in domibus predictis, in quibus olim vix duodecim dissolute viventes fratres residebant, a viginti annis citra laudibus et fructuosis propter que ingens populi devotio erga ipsos et dictum ordinem geritur operibus et continuis laboribus quadraginta et ultra exemplaris et honeste vite fratres resideant ipsique dictos fratres prevaricantes ad religiose vivendo reduxerint, prout etiam de presenti Deo annuente vivunt, tamen dilectus filius Johannes Facy, magister generalis dicti ordinis, priores, fratres et domos huiusmodi que due dumtaxat in regno Portugalie fore noscuntur, crebris pecuniarum exactionibus vexare et a singulis eorum quinquaginta, ab ipsis vero domibus eorumdem centum ducatos extorquere eosque et domos huiusmodi sub diversis censuris et penis ad id compellere et alias multipliciter inquietare et molestare plerosque etiam dicti ordinis fratres a frequentatione chori et divinorum celebratione sub exemptionis specie retrahere non expavit, in ordinis et fratrum eorumdem ignominiam, reduct. domorum desolationem, religionis obprobrium, divini cultus et devotionis huiusmodi diminutionem et scandalum plurimorum. Cum autem, sicut eadem petitio subiungebat, si vexationes, inquietationes, molestationes et alia impedimenta predicta decetero contra fratres et domos huiusmodi fient, priores et conventus prefati verentur ad cultum huiusmodi necessaria ornamenta necnon pia christifidelium largitione dietim donata bona alienandi et distrahendi necessario cogantur. Quare pro parte priorum et conventuum eorumdem nobis fuit humiliter supplicatum ut de eis super hiis de oportuno remedio providere de benignitate apostolica dignaremur. Nos igitur qui de premissis certam notitiam non habemus, huiusmodi supplicationibus inclinati, fraternitati tue, de qua fiduciam gerimus in Domino specialem, per apostolica scripta mandamus quatinus super premissis omnibus et singulis auctoritate nostra te diligenter informes et si per informationem huiusmodi tibi de premissis legitime constiterit, super quo tuam conscientiam oneramus, priores, fratres et domos huiusmodi eorumque bona presentia et futura ab omni iurisdictione, superioritate, dominio et potestate necnon visitatione, correc-*

(760) ASF, Conv. 78 *(Badia di Firenze)*, livro 77, fl. 134v.

(761) AV, Reg. Lat. 411, fl. 8-9.

(762) *Monumenta Portugaliae Vaticana*, Súplicas de Eugénio IV, n. 1699.

tione et punitione dicti Johannis et cuiuslibet alterius pro tempore existentis magistri generalis dicti ordinis et ab eis pro tempore deputandorum vicariorum usque ad triennium, a data presentium computandum, auctoritate nostra penitus eximas et totaliter liberes et decernas ac interim exempta et libera nobisque immediate subiecta auctoritate predicta secundum mores ipsius religionis, iuxta gratiam [fl. 234v] a Deo tibi datam usque ad prefatum tempus per te ipsum regas et gubernes ita quod Johannes seu pro tempore magister generalis predicti et priores, fratres, domos, membra, loca et bona prefata dicto durante triennio nullam etiam ratione delicti seu contractus aut rei de qua ageretur, superioritatem, maioritatem, visitationem, correctionem, punitionem aut iurisdictionem valeat quomodolibet exercere. Nos enim si exemptionem et liberationem predictas per te fieri contigerit, omnes et singulos processus factos sive fiendos ac quascumque excommunicationum, suspensionum et interdicti aliasque sententias, censuras et penas in se continentes, quas contra exemptionem huiusmodi haberi seu promulgari contigerit, irritos et inanes nulliusque roboris vel momenti existere decernimus per presentes... Datum Rome, apud Sanctum Petrum, anno, etc., millesimo quadringentesimo quadragesimo quarto, octavo Idus Decembris, pontificatus, etc. anno quartodecimo. Gratis de mandato domini nostri pape. Coll. per me P. Parvi Johannis. A. de Toscanis» (763).

Tendo partido, como se disse, a 8 de Dezembro de 1444, de regresso a Portugal, ainda estava, contudo, em Itália em Janeiro de 1445. Nos fins deste mês, deve ter embarcado em Savona, encetando viagem de cerca de quatro meses e meio, com passagem por Cádiz, até entrar em Portugal no dia 20 de Maio de 1445, por Castro Marim: «... despendeo em mantimento de quatro messes e meo, que andou na dicta carraca, os quaaes se começarom a xxii dias de Janeiro de iiii.cRb e se acabarom em xx dias de Mayo que emtrou em Portugall, segundo mostrou per scriptura pubrica, quarenta e nove ducados e meo... item deu de passagem de barca que o trouve de Callez ataa Castro Marim nove dobras» (764). *Estava D. João para sair de Itália, como sucedeu naquele dia 22 de Janeiro de 1445, e já o papa Eugénio IV o encarregava a ele, bispo de Ceuta, por bula de 23 de Dezembro de 1444, de obrigar João Lourenço Godinho a observar concórdia feita com o familiar pontifício Diogo Gonçalves sobre o canonicato e prebenda de Lisboa e igreja paroquial de S. Mamede de Évora* (765). *A partir daí, as comissões papais sucedem-se em número extraordinário e progressivamente. A 2 de Maio de 1446, prévio pedido de D. Afonso, conde de Ourém, era encarregado de confirmar a erecção da colegiada de Santa Maria de Ourém, fundada pelo conde, e união de igrejas à colegiada, feitas pelo arcebispo de Lisboa* (766). *A 29 de Outubro de 1446, nova bula para ele,*

(763) AV, Reg. Vat. 376, fl. 234-234v.

(764) Publ. em *Monumenta Henricina*, IX, n. 126, p. 170-171.

(765) AV, Reg. Vat. 376, fl. 247-247v.

(766) «Eugenius, etc. Venerabili fratri episcopo Ceptensi. Salutem, etc. In hoc potissime solicitudo nostra ... Sane pro parte dilecti filii nobilis viri Alfonsi comitis de Ourem, clare memorie Johannis Portugalie et Algarbii regis illustris nepotis, nobis nuper exhibita petitito continebat quod alias, cum ipse zelo devotionis accensus ac ad premissi aspirans cultus augmentum, ad Omnipotentis Dei eiusque genitricis gloriose Virginis Marie laudem et gloriam in loco de Ourem Ulixbonensis diocesis, loco utique notabili, quandam collegiatam ecclesiam in honorem et sub vocabulo eiusdem beate Marie erigere et fundare sive erigi et fundari facere proponeret et disponeret, venerabilis frater noster Petrus, archiepiscopus Ulixbonensis, pro ipsius comitis desiderio annuens, ei ecclesiam huiusmodi cum quibuscumque collegialibus insigniis erigendi et fundandi sive erigi et fundari faciendi [fl. 193v] licentiam auctoritate ordinaria concessit necnon, ea sic erecta et fundata, sancti Petri et sancti Jacobi ac sancti Johannis dicti loci ac das Freixedas prefate diocesis parrochiales ecclesias, que de iure patronatus dicti comitis sunt, si tunc vacabant vel quam primum eas per cessum vel decessum vel alias vacare contingeret, cum omnibus iuribus et pertinentiis suis eidem tunc erecte dicta

juntamente com o bispo de Áquila e o tesoureiro de Lamego, executar indulto concedido a João Afonso, cónego de Évora e familiar do cardeal D. Antão Martins, bispo do Porto, sobre os proventos de seus benefícios, durante sete anos, com dispensa da residência pessoal (767), *conforme súplica do dito cardeal* (768).

As comissões, de que o incumbiu o papa Nicolau V, são numerosíssimas. Por bula de 9 de Outubro de 1448, o papa nomeava-o comissário, de parceria com o bispo de Bazas e o abade de Alcobaça, para conferir o canonicato e prebenda de Lisboa ao sacerdote e licenciado em teologia Martinho Alho (769). *A 17 de Outubro do mesmo ano, dirigia letras apostólicas* episcopis Vasatensi et Ceptensi et decano Ulixbonensi, *para confirmarem, em nome do papa, a erecção do ermitério de Santa Catarina de Ribamar, a pedido de Álvaro de Valença, sacerdote da Ordem Terceira de S. Francisco* (770). *A 21 de Outubro de 1448, outra comissão a ele, bispo de Ceuta, ao prior do mosteiro de S. Vicente de Fora de Lisboa e ao deão de Évora, por parte do papa Nicolau V, que os mandava conferir o canonicato e prebenda de Lisboa a João Falcão* (771). *Por bula de 4 de Novembro de 1448, era designado comissário apostólico, juntamente com o bispo do Porto e prior do mosteiro de S. Vicente de Fora de Lisboa, quanto à colação do canonicato e prebenda de Lisboa, a favor de Antão Martins, licenciado em decretos* (772). *A 17 de Abril de 1449, encarregava-o de receber o juramento que João Rodrigues, deão de Lisboa, devia prestar na qualidade de notário apostólico* (773), *e a 13 de Janeiro de 1450 mandava-o absolver o dito deão de Lisboa de certas faltas que lhe eram atribuídas* (774). *Em súplica de 13 de Agosto de 1450, os cônjuges Lopo Vasques e Isabel Afonso pediam a Nicolau V a confirmação do aluguer de certa quinta de Marvila, pertencente ao mestre-escolado de Lisboa, que o chantre da sé lhes alugara, com o consentimento do arcebispo* (775). *Anuindo ao pedido, o papa encarregava o bispo de Ceuta de examinar o caso e dar a solicitada confirmação* (776).

Numerosas ainda as incumbências papais no ano de 1452, que o fazem supor na cidade de Lisboa, declarando até algumas bulas expressamente que ele residia aí. Letras de 13 de Abril

---

auctoritate perpetuo univit et incorporavit ... Nos itaque qui de premissis certam notitiam non habemus, huiusmodi supplicationibus inclinati, fraternitati tue per apostolica scripta mandamus quatinus, si et postmodum tibi de erectione et fundatione ac unione et incorporatione predictis legitime constiterit, illas necnon prout eas contingunt, in dictis litteris contenta ac quecumque inde secuta auctoritate nostra approbes et confirmes... Datum Laterani, anno Incarnationis Dominice millesimo quadringentesimo quadragesimo sexto, Nonis Maii, anno sextodecimo»: AV, Reg. Lat. 430, fi. 193-193v.

(767) AV, Reg. Lat. 428, fl. 160v-161.

(768) *Monumenta Portugaliae Vaticana*, Súplicas de Eugénio IV, n. 1803.

(769) «Nicolaus, etc. Venerabilibus fratribus Vasatensi et Ceptensi episcopis ac dilecto filio abbati monasterii sancte Marie de Alcobacia Ulixbonensis diocesis. Salutem, etc. Litterarum scientia, vite ac morum honestas aliaque laudabilia probitatis et virtutum merita, super quibus apud nos dilectus filius Martinus Alho, presbyter Ulixbonensis, in theologia licentiatus, fidedigno commendatur testimonio, nos inducunt ut sibi reddamur ad gratiam liberales... Nos itaque ... motu simili ... discretioni vestre per apostolica scripta mandamus quatinus vos vel duo aut unus vestrum per vos vel alium seu alios canonicatum et prebendam ac dignitatem vel officium dicte ecclesie [de Lisboa], cum vacaverint, ut prefertur, cum plenitudine iuris canonici ac omnibus iuribus et pertinentiis suis eidem Martino auctoritate nostra conferre et assignare curetis ...»: AV, Reg. Vat. 386, fl. 268-68v.

(770) AV, Reg. Lat. 453B, fl. 205-205v.

(771) AV, Reg. Vat. 407, fl. 263-264v.

(772) AV, Reg. Vat. 389, fl. 3v-5. Cf. ANTÓNIO DOMINGUES DE SOUSA COSTA, OFM, *Estudantes portugueses na reitoria do Colégio de S. Clemente de Bolonha...*, p. 142-143.

(773) AV, Reg. Vat. 453, fl. 6-6v.

(774) AV, Reg. Vat. 415, fl. 98.

(775) *Monumenta Portugaliae Vaticana*, Súplicas de Nicolau V, n. 310

(776) AV, Reg. Lat. 458, fl. 15v-16.

de 1452, por exemplo, a incumbi-lo de confirmar a união que o arcebispo de Lisboa D. Pedro fizera da igreja paroquial de Unhos à colegiada de Ourém, a pedido do marquês de Valença (777), *e de 22 de Abril do mesmo ano, encarregando-o de unir à dita colegiada a igreja paroquial de Santa Maria de Sacavém, igualmente a pedido de D. Afonso, marquês de Valença* (778), *são dirigidas a* Venerabili fratri episcopo Ceptensi in civitate Ulixbonensi residenti. *Assim também bula de 5 de Agosto de 1452, pela qual Nicolau V encarregava o nosso bispo, residente em Lisboa, de absolver João de Carnide, monge do mosteiro de Alcobaça, que, antes de ingressar no mosteiro, estudava direito na universidade de Lisboa e tinha cometido então certo crime: «Venerabili* fratri Johanni episcopo Ceptensi in civitate Ulixbonensi residenti...» (779). *Ainda neste ano de 1452, a 17 de Junho, o papa nomeava-o a ele, bispo de Ceuta, ao abade de Alcobaça e ao prior de Santa Cruz de Coimbra juízes para defenderem as isenções e privilégios da Ordem militar de S. Tiago da Espada contra alguns arcebispos, bispos e outros prelados que os não respeitavam* (780). *É esta uma das bulas correspondentes a série de súplicas, apresentada em nome de D. Fernando, irmão de D. Afonso V e perpétuo administrador da Ordem, a Nicolau V, ao qual solicitava também a absolvição de transgressões dos Estatutos da Ordem e confirmação dos privilégios concedidos à Ordem de S. Tiago da Espada pelo papa Lúcio III quanto à isenção de pessoas e bens, no que se refere a visita e correcção da parte dos Ordinários do Lugar, privilégio aliás confirmado pelo papa Martinho V* (781). *Na célebre bula* Dum diversas *de 18 de Junho de 1452, a favor da cidade de Ceuta, é ele um dos bispos indigitados para conceder a indulgência respectiva* (782). *Quanto ao ano de 1453, são para lembrar as letras de 5 de Maio, pelas quais Nicolau V ordenava confirmasse a eleição da prioressa das Dominicanas de Santarém, já confirmada por autoridade ordinária pelo provincial e mestre em teologia João Martins* (783). *Em súplica, datada de 26 de Julho de 1453, fala-se de questão ventilada perante D. João, bispo de Ceuta, entre Lourenço Abul, clérigo da diocese da Guarda, e Antão Martins, clérigo de Lisboa e doutor em decretos, duma parte, e João Falcão da outra, sobre certo canonicato e prebenda de Lisboa* (784). *Também algumas bulas de 1453 são dirigidas a* Venerabili fratri episcopo Ceptensi, in civitate Ulixbonensi residenti, *como a de 10 de Novembro, pela qual o papa lhe ordenava examinasse o litígio da sucessão de Fernando Anes, cónego do mosteiro de S. Vicente de Fora de Lisboa, como reitor da igreja de Santa Maria de Arruda dos Vinhos, vacante* per obitum quondam Fernandi Alfonsi, ipsius ecclesie rectoris, extra Romanam Curiam defuncti, *que Eugénio IV, em atenção à rainha Dona Leonor, concedera ao dito Fernando Anes, capelão da rainha, o qual, porém, fora dela espoliado por Gil Eanes, cónego de Santa Cruz de Coimbra, devido a intervenções do regente D. Pedro, em inimizade com a rainha:* ...dictusque Fernandus qui bone memorie quondam Leonoris Portugalie olim regine capellanus et familiaris existens, favoribus inordinatis quondam infantis Petri, regni Portugalie regentis, in odium regine prefate, dicta ecclesia ut premittitur per dictum Egidium spoliatus extiterat... (785).

Também em 1454, Nicolau V se dirigia a venerabili fratri Johanni episcopo Ceptensi, in

---

(777) AV, Reg. Vat. 420, fl. 279-279v.

(778) AV, Reg. Vat. 420, fl. 278-279.

(779) AV, Reg. Vat. 399, fl. 188-188v.

(780) AV, Reg. Vat. 431, fl. 197-198. Publ. em *Monumenta Henricina*, XI, Coimbra, 1970, n. 145, pp. 194-197.

(781) *Monumenta Portugaliae Vaticana*, Súplicas de Nicolau V, nn. 570-573.

(782) Cf. nota 789.

(783) AV, Reg. Vat. 421, fl. 274-274v.

(784) *Monumenta Portugaliae Vaticana*, Súplicas de Nicolau V, n. 699.

(785) AV, Reg. Vat. 429, fl. 90v.

civitate Ulixbonensi residenti, *confiando-lhe a solução de litígio entre o chantre de Lisboa, que pretendia ter direito de visitar a capelania de Pedro Salgado, existente na igreja de Santa Marinha, e o capelão Antão Gonçalves, administrador dos bens da capelania, por letras de 12 de Abril* (786). *A 20 de Julho deste ano de 1454, confiava-lhe o múnus de conferir o priorato do mosteiro de Freixo a Fernando Afonso, clérigo da diocese de Coimbra* (787). *Por bula de 23 de Novembro de 1454, dirigida a ele bispo de Ceuta, ao bispo de Vintemilha e ao chantre de Lisboa, mandava conferir o canonicato e prebenda de Coimbra a Álvaro Gonçalves, acólito pontifício e sobrinho do falecido cardeal D. Antão Martins, bispo do Porto* (788). *Deste ano de 1454, é para realçar documento do próprio D. João, bispo de Ceuta, de 10 de Maio, no qual ele se proclama «bispo de Cepta, primas dAfrica e capellam moor del rrey nosso ssenhor»* (789). *Trata-se de carta de indulgência plenária por ele passada a João Pires, em virtude dos poderes que lhe eram atribuídos pela* Dum diversas *de 18 de Junho de 1452, a favor de quantos contribuíssem para ajuda da reparação, guarda e defesa da cidade de Ceuta. Parece que ele começou logo a usar este título, desde o início da promoção à sé de Ceuta, figurando aliás com tal título em documentos dos meses de Agosto e Dezembro de 1445* (790). *Na célebre bula* Romanus Pontifex *de 8 de Janeiro de 1455 sobre os descobrimentos portugueses, Nicolau V designava como executores apostólicos da mesma ao arcebispo de Lisboa, ao bispo de Silves e ao nosso D. João, bispo de Ceuta* (791). *Nesta qualidade passou ele documento, a 6 de Agosto de 1455, a instâncias de Nuno Fernandes Tinoco, cavaleiro da Ordem de S. Tiago da Espada, procurador do Infante D. Henrique e de el-rei D. Afonso V, declarando-se* Johannes Dey et apostolice sedis gratia episcopus Ceptensis et primas Affrice iudex ac executor ad infrascripta *e assinando o documento como* Johannes episcopus Ceptensis, primas Affrice (792).

k. D. João e o governo dos Carmelitas em Portugal e a anexação de territórios portugueses à diocese de Ceuta

Dois pontos da actividade do bispo carmelita merecem ser tratados agora na transição do pontificado de Nicolau V para o de Calisto III. O primeiro diz respeito à isenção dos carmelitas portugueses quanto à autoridade do ministro geral e consequente sujeição dos mesmos a ele D. João, bispo de Ceuta. O outro assunto refere-se à anexação dos territórios portugueses das dioceses de Tui e de Badajoz à de Ceuta.

---

(786) AV, Reg. Lat. 491, fl. 51-51v.

(787) AV, Reg. Lat. 489, fl. 108v-110.

(788) AV, Reg. Lat. 495, fl. 231v-233.

(789) Docum. publ. em *Monumenta Henricina*, XI, n. 240, p. 349-351. Docum. em ANTT, *Coleg. de S.to Estêvão de Alfama*, maço 19, n. 363.

(790) Cf. ANSELMO BRAAMCAMP FREIRE, *Brasões da Sala de Sintra, III*, p. 20. A 12 de Dezembro de 1448, ao passar, a pedido de Frei Fernando Rodrigues, cópia autêntica da bula de Eugénio IV sobre a anexação dos territórios portugueses das dioceses de Badalhouce e de Tui à sé de Ceuta, dizia-se *Johannes episcopus Ceptensis, Primas Africe.* Docum. em ADB, *Liber rerum memorabilium*, II, fl. 89v-91. Outros docum. de 1445, 1451, 1454, 1455, 1456 e 1459, nos quais é designado como *primas dAffrica*, em ANTT, *Carmo de Lisboa*, B 47-16, fl. 4-4v, 5v-6v, 7v-8v, 8v-9v, 11-11v, 11v-12v, 17-18; B 47-18, fl. 8-9v, 10v-11v.

(791) Publ. em LEVY MARIA JORDÃO, *Bullarium Patronatus Portugaliae*, I, Olisipone, 1878, p. 31 ss.

(792) ANTT, Bulas, maço 33, n. 14.

Vimos atrás que, durante a embaixada ao papa, em 1444, o bispo em Ceuta D. João fora encarregado do governo dos carmelitas de Portugal, passando a exercer tal ofício como vigário geral dos mesmos, independentemente do prior geral. Este em súplica, atendida a 11 de Outubro de 1448, impetrava do papa Eugénio IV a revogação das letras respectivas, com a proibição de o bispo de Ceuta D. João exercer o ofício de superior da província, de forma que o governo fosse exercido por quem de direito, conforme os estatutos da Ordem. Para isso alegava o facto de o bispo, depois da sua promoção, nunca ter comparecido nos capítulos gerais e de se recusar ao pagamento das contribuições da província ao geral, bem como de ter usurpado alguns bens dos conventos da Ordem e província, além de afastar alguns frades da observância regular e da obediência aos legítimos superiores. Em particular, pedia o geral ao papa encarregasse o deão de Lisboa de, com mais dois comissários, obrigarem o bispo, por meio de censuras eclesiásticas, a restituir tais bens e o dinheiro que devia (793). *A súplica do geral, embora assinada pelo papa, não deve ter surtido efeito. De facto, em súplica de 27 de Janeiro de 1456 expunha o nosso bispo de Ceuta D. João que Eugénio IV o tinha encarregado, por letras apostólicas, de após informação sobre determinadas causas legítimas, então expressas, eximir os conventos carmelitas de Santa Maria de Lisboa e de Santa Maria de Moura de toda a jurisdição, superioridade, visita e correcção do geral da Ordem e vigários, ficando eles sujeitos imediatamente ao papa. Certificando-se da verdade de tais causas, o bispo procedera como ordenara o Sumo Pontífice e desligara os conventos da jurisdição do geral, começando ele próprio, a teor da concessão pontifícia, a governá-los até ao presente. E para remover qualquer dúvida sobre o assunto, o bispo pedia a confirmação apostólica de quanto realizara. Em resposta, Calisto III mandou que a execução do pedido fosse entregue a comissários:* Fiat ut petitur et committatur. *A.* (794). *D. João continuou a superior dos carmelitas portugueses, inclusive depois da transferência para a sé da Guarda, terminando só quando, incapaz de governar a diocese, Sisto IV lhe deu bispo coadjutor, servindo-se deste argumento para lhe tirar o governo dos frades, mesmo no caso de seus direitos se provarem. Segundo bula de 31 de Outubro de 1476, com tal decisão pontifícia, perante exposição do geral da Ordem e dos frades da província portuguesa, que sustentavam exorbitar o bispo da Guarda, ao ingerir-se no governo dos carmelitas contra os estatutos da Ordem, Sisto IV encarregara de estudar e decidir a questão ao oficial da sé de Évora, contra quem o bispo apelara para a Santa Sé, tendo obtido letras apostólicas, em virtude das quais a causa fora confiada aos cónegos de Lisboa Álvaro Afonso e Bartolomeu de Bovadila. Mas porque o geral e frades temiam que o bispo levasse a melhor, devido à influência que desfrutava em Portugal, o papa, tendo em conta a incapacidade do bispo, a quem, obtido seu consentimento, fora dado coadjutor no governo da diocese, determinou tirar-lhe o governo da província:*

> «*Sixtus, episcopus, servus servorum Dei. Ad futuram rei memoriam. Cunctorum, presertim religioni ascriptorum, statui consulere gestientes et quieti, ad ea potissime, per que ipsi a litium releventur anfractibus, prout expedire prospicimus, nostre vigilantie partes adhibemus efficaces. Exhibita siquidem nobis nuper pro parte dilectorum filiorum Christofori, moderni prioris generalis, et fratrum ordinis beate Marie de Monte Carmelo provincie Portugalie secundum morem dicti ordinis petitio continebat quod alias pro parte dicti generalis nobis exposito quod venerabilis frater noster Johannes, episcopus Egitaniensis, in provincia predicta absque dicti generalis prioris licentia curam prefati ordinis gerere volebat et gerebat ac negotiis ordinis huiusmodi se ingerebat contra statuta et ordinationes ordinis eiusdem, nos tunc per quasdam nostras litteras in forma brevis officiali Elborensi,*

(793) *Monumenta Portugaliae Vaticana*, Súplicas de Eugénio IV, n. 166.
(794) *Monumenta Portugaliae Vaticana*, Súplicas de Calisto III, n. 73.

eius proprio nomine non expresso, dedimus in mandatis ut de premissis se informaret et si per informationem eamdem comperiret dictum episcopum non esse canonice iuxta dicti ordinis instituta ad curam huiusmodi receptum, eum ab huiusmodi cura et negotiorum prefati ordinis in dicta provincia administratione amoveret et cum ipsi prior generalis et fratres dicte provincie eumdem Johannem episcopum super hoc petendo, eum ab huiusmodi cura et negotiorum dicti ordinis administratione ammoveri coram tunc officiale Elborensi fecissent, litterarum earumdem vigore, ad iudicium evocari, idem episcopus a nonnullis ut minus veraciter asserebat, sibi per dictum officialem illatis, gravaminibus ad sedem apostolicam appellavit ac super appellatione huiusmodi nostras ad dilectos filios Alvarum Alfonsi et Bartholomeum de Bovadilla canonicos ecclesie Ulixbonensis litteras impetravit et illarum pretextu nonnullos fratres qui se huiusmodi cause opponere vellent, fecit coram eisdem canonicis ad [*fl. 329v*] *iudicium evocari, prefati autem prior generalis et fratres timentes potentiam dicti episcopi in partibus illis et exinde indebite se gravari, ad sedem prefatam etiam appellarunt, nonnulli etiam ex dictis fratribus pro prosecutione eorum appellationis et principalis negotii huiusmodi ad Romanam Curiam se contulerunt. Cum autem huiusmodi lite sic indecisa pendente, nos nuper de venerabilium fratrum nostrorum consilio et assensu dicto Johanni episcopo Egitaniensi, ipso consentiente, ad regimen et administrationem ecclesie Egitaniensis sibi in huiusmodi regimine et administratione in spiritualibus et temporalibus certum coadiutorem dederimus, constituerimus et deputaverimus, nos attendentes quod idem Johannes episcopus Egitaniensis qui impotens est ad preficiendum eidem ecclesie Egitaniensi, longe magis impotens et minus sufficiens censeri debet ad exercendum officium provincialatus dicti ordinis in provincia predicta et ad gerendum ordinis et fratrum predictorum curam in partibus illis ac eosdem priorem et fratres a laboribus et expensis prosecutionis dicte litis relevare volentes necnon dicte cause statum presentibus pro expresso habentes illamque ad nos harum serie advocantes et litem penitus extinguentes, eumdem Johannem episcopum, etiam si olim canonice receptus fuisset ad curam officii provincialatus fratrum predictorum in dicta provincia, ab officio et cura huiusmodi auctoritate apostolica, presentium tenore, ammovemus eique ne de cura et officio huiusmodi decetero se intromittat per se vel alium seu alios sub interdicti ingressus ecclesie aliisque ecclesiasticis penis necnon dicti ordinis professoribus ne eidem Johanni episcopo Egitaniensi* [*fl. 330*] *ut provinciali pareant et intendant, sed dumtaxat eidem generali priori et illius in dicta provincia vicario ac per dictum generalem inibi deputato pro tempore provinciali seu commissario subsint et obediant, sub excommunicationis late sententie pena dicta auctoritate precipimus et mandamus et nichilominus dilectis filiis de Cervera Tudensis et de Lagos Silvensis archidiaconis ac Stephano Gometii canonico Ulixbonensis ecclesiarum per apostolica scripta mandamus quatinus ipsi vel duo aut unus eorum fratribus ordinis et provincie huiusmodi super hiis efficacis defensionis presidio assistentes ac premissa omnia et singula ubi, quando et quotiens expedire cognoverint et pro parte prioris generalis seu provincialis fratrum dicte provincie aut ipsius generalis prioris vicarii seu fratrum provincie predictorum pro tempore fuerint legitime requisiti, solemniter publicantes, non permittant eosdem generalem, provincialem, vicarium et fratres contra mandatum huiusmodi per dictum Johannem episcopum Egitaniensem indebite molestari seu inquietari faciantque generalem, provincialem et vicarium predictos ad officium provincialatus et vicariatus huiusmodi libere exercendum ut est moris admitti ac illos qui contra inhibitionem predictam fecerint, si episcopus interdictum et suspensum a divinis, si vero fratres fuerint, excommunicatos in ecclesiis dominicis et aliis festivis diebus, dum maior inibi populi multitudo ad divina convenerit, publice nuntient et faciant ab aliis nunciari ac ab omnibus* [*fl. 330v*]

arctius evitari donec inhibitioni et aliis premissis obtemperaverint meruerintque ab huiusmodi censuris absolutionis beneficium obtinere. Non obstantibus premissis ac constitutionibus et ordinationibus apostolicis necnon dicti ordinis iuramento, confirmatione apostolica vel quavis firmitate alia roboratis, statutis et consuetudinibus, quibus, illis alias in suo robore permansuris, quoad premissa specialiter et expresse hac vice dumtaxat derogamus, contrariis quibuscumque aut si Johanni episcopo Egitaniensi vel quibusvis aliis communiter vel divisim a sede predicta indultum existat quod interdici, suspendi vel excommunicari non possint per litteras apostolicas non facientes plenam et expressam ac de verbo ad verbum de indulto huiusmodi mentionem. Nulli ergo omnino hominum liceat hanc paginam nostre advocationis, extinctionis, ammotionis, precepti, mandati, derogationis et voluntatis infringere vel ei ausu temerario contraire. Si quis autem hoc attemptare presumpserit, etc. Datum Rome, apud Sanctum Petrum, anno Incarnationis Dominice millesimo quadringentesimo septuagesimo sexto, pridie Kalendas Novembris, pontificatus nostri anno sexto. A. Gundissalvi» ([795]).

Conhecemos documentos, desde 1445 até 1459, pelo menos, em que o nosso bispo de Ceuta e da Guarda aparece como superior dos carmelitas em Portugal, sendo designado umas vezes como provincial da Ordem ou provincial pelo Santo Padre da dicta hordem de Santa Maria do Carmo *e outras como* vigairo apostolico do dicto moesteiro *ou* vigayro apostolliquo da hordem da Virgem Maria do Carmo em os rregnos de Purtugal. *A 2 de Dezembro de 1445, figura como* senhor dom Joham, bispo de Cepta e primas dAffrica, provinçial pelo Santo Padre da dicta hordem de Santa Maria do Carmo: «*...no ano do naçimento de nosso Senhor Jhesu Christo de mil e quatrocentos quarenta e çinquo anos, dous dias de dezembro, em na çidade de Lixboa, dentro em no mosteiro do Carmo, dentro em na cassa do cabido,* estando hy o senhor dom Joham, bispo de Cepta e primas dAffrica, provinçial pelo Santo Padre da dicta hordem de Santa Maria do Carmo, *e ffrey Vasco vigairo do dicto mosteiro e ffrey Joham de Santo Esprito, doutor, e ffrey Martim Correa e ffrey Estevam jubileus e ffrey Joham Carrasquo, leitor, e frey Rodrigo sopriol...*» ([795a]). *A 14 de Outubro de 1450, além de capelão-mor de el-rei e do seu conselho e bispo de Ceuta, continua a dizer-se provincial da Ordem do Carmo:* «*... na era do naçimento de nosso Senhor Ihesu Christo de mill e iiii.c e çimquoenta annos, quatorze dias doutubro, em a çidade de Lixboa, no honrrado moesteiro de Santa Maria do Carmo, dentro na casa do cabidoo, seendo hi de presente o muyto honrrado senhor* dom Joham, bispo de Çepta e capelam moor del Rey noso Senhor e do sseu conselho e provençiall da dicta hordem, *e frey G.º bacharell e frey St. e frey Alvaro p.or...*» ([795b]). *No ano de 1451, dizem-no vigário geral apostólico da Ordem:* «*... na era do naçimento de nosso Senhor Jhesu Christo de mill e iiii.c e çinquoenta e huũ anos, prestomeiro dia dagosto, na çidade de Lixboa, no moesteiro de Santa Maria do Carmo, estando hy o onrrado* senhor dom Joham, bispo de Çepta, primas dAffrica e vigairo jeerall apostollico da ordem de Santa Maria do Carmo, *e ffrey Vasco vigairo do dicto moesteiro e frey Gonçallo e frey Antam...*» ([795c]). *Em 1454 aparece com as mesmas designações de bispo de Ceuta, primaz da África e vigário apostólico da Ordem:* «*... no anno do naçimento de nosso Senhor Jhesu Christo de mil e quatroçentos e çinquoenta e quatro annos, sseys dias do mes de Junho, na çidade de Lixboa, no moesteiro de Santa Marya do*

([795]) AV, Reg. Vat. 665, fl. 329-330v.
([795a]) ANTT, *Carmo de Lisboa*, B 47-16, fl. 4-4v, cf. fl. 11-12.
([795b]) *Ibidem*, B 47-16, fl. 12v-13v.
([795c]) *Ibidem*, B 47-18, fl. 8-9v.

*Carmo da dicta çidade, no cabydo do dicto moesteiro, estando hi os honrrados ffrades do dicto moesteiro... todos chamados por som de canpa tangida, estando hy presente o honrrado S.*or dom Joham, bispo de Çepta, primas e vigayro appostollyco da dicta hordem, *estando hii frey Joham da Charneca, vigayro do dicto moesteyro, e ffrey Gonçallo, bacharel...*» ([795d]). *Em 1455, a 6 de Junho, volta a aparecer como provincial da Ordem do Carmo, além de bispo de Ceuta, primaz de África e capelão-mor do rei: «... no anno do nasçimento de nosso Senhor Jhesu Christo de mill e quatroçentos e cinquoenta e çinquo annos, seis dias do mes de Junho, na cidade de Lixboa, no moesteiro de Santa Maria do Carmo, na casa do cabidoo, estando hi o muyto honrrado e descreto rreligioso* senhor dom Joham, bispo de Cepta, primas e capelam moor del Rey noso senhor e provençiall da dicta hordem, *e frey Joham da Charneca, vigairo do dicto moesteiro, e frey Gonçallo, bacharell, e frey Stevam jubileu...*» ([795e]). *Assim também no ano de 1456, a 28 de Fevereiro e a 30 de Junho, no último documento dos quais ajunta ser conselheiro do rei: «... no anno do naçimento de nosso Senhor Jhesu Christo de mill e iiii.c e cinquoenta seis annos, viinte oyto dias do mes de Fevereiro, em a cidade de Lixboa, no moesteiro de Santa Maria do Carmo, dentro na casa do cabidoo, seendo hi o* senhor dom Joham, bispo de Cepta, primas dAfrica e capelam moor del Rey nosso senhor e provinçiall da ordem da Virgem Maria do Carmo *e o honrrado vigairo frey Joham da Charneca...*» ([795f]); «*... no anno do nacimento de nosso Senhor Jhesu Christo de mill e iiii.c l.ta seis annos, triinta dias de Junho, em a cidade de Lixboa, em o m.o de Santa Maria do Carmo, dentro em a casa do cabidoo, pareçeo hi o muito honrrado* dom Joham, bispo de Çepta e primas dAfrica e provinciall da ordem de Santa Maria do Carmo e capellam moor del Rei e do seu conselho...» ([795g]). *No ano de 1459, a 16 de Janeiro e 14 de Dezembro, sendo já bispo eleito confirmado da Guarda, além de capelão-mor e conselheiro régio, diz-se vigário apostólico do mosteiro de Lisboa ou da Ordem do Carmo: «... estando hii honrrado* senhor dom Joham, bispo de Cepta, primas [d]Afriqua, enleyto confirmado em o bispado da Guarda, do conselho del Rey e seu capelam mor e vigairo apostoliquo da hordem da Virgem Maria do Carmo em os rregnos de Purtugal...» ([795h]); «*... estando hi os onrrados rrelligiosos frey Vaasquo, vigairo do dicto moesteiro* por o senhor dom Joham, bispo da Guarda e capellam moor del Rey nosso senhor e do seu conselho, vigairo apostollico do dicto moesteiro, *e frey Alvaro Pereira, prioll, e frey Gonçallo, bacharell, e frey Estevam jubileu...*» ([795i]).

Quanto à anexação dos territórios portugueses das dioceses de Tui e de Badajoz, deve notar-se ser assunto a relacionar com o cisma na Igreja e intervenções papais anteriores, por vezes contraditórias, devido a incidências políticas do problema. Refere o papa Nicolau V na bula Etsi de singulis, *de 27 de Junho de 1452, que, depois de Eugénio IV ter estabelecido por bula de 14 de Julho de 1444 a anexação dos bens das dioceses de Badajoz e Tui, situados em território português, por diligências do então provincial do Carmo e dentro de poucos dias bispo de Ceuta, ele Nicolau V anulara todas as anexações de dioceses ou igrejas, ainda não efectuadas, pelo que a dita bula de anexação de Eugénio IV ficara sem efeito. Recorda ainda o papa que, depois do falecimento de Pedro Gonçalves, administrador de uma dessas partes, isto é, conforme sabemos da bula de Pio II, de 12 de Março de 1463, dos territórios portugueses da diocese de Badajoz ou Badalhouce* — dictus episcopus unam dictarum partium videlicet Pacensis, tunc per obitum quondam Petri

([795d]) *Ibidem*, B 47-16, fl. 17-18.
([795e]) *Ibidem*, B 47-16, fl. 5v-6v.
([795f]) *Ibidem*, B 47-16, fl. 7v-8v.
([795g]) *Ibidem*, B 47-16, fl. 8v-9v.
([795h]) *Ibidem*, B 47-18, fl. 10v-11v.
([795i]) *Ibidem*, B 47-16, fl. 15v-16.

Gundisalvi, illius administratoris, extra Romanam Curiam defuncti, vacantem seu illius possessionem dictarum litterarum vigore assecutus, illam teneret et possideret, prout tenebat et possidebat ([796]), *e tendo Fernando Álvares renunciado a qualquer direito a ela, pelo facto de Nicolau V lha ter concedido depois da morte daquele, o bispo de Ceuta ou seja o nosso D. João tomara posse dessa parte de Badalhouce* ([797]). *De facto, Pedro Gonçalves, cónego de Lisboa, possuía a administração dos territórios portugueses da diocese de Badajoz desde o pontificado de Martinho V. Contudo, clérigos ligados ao cardeal espanhol D. João de Cervantes pretendiam-na para si. Temos o exemplo de Gonçalo Afonso de Estremôz, capelão do cardeal. Sob pretexto de que Pedro Gonçalves possuía benefícios que não mencionara em letras apostólicas, relativas à administração, pedia ele, em súplicas de 20 e 26 de Março de 1431, a revogação dessas letras apostólicas e a administração vitalícia,* aut saltem quoadusque episcopus et ecclesia prefata illa commode rehabere potuerit, *dessa parte da diocese* ([798]). *Enquanto pendia causa na Cúria pontifícia a este respeito entre eles, o dito Pedro Gonçalves continuou na posse da administração até à morte, após a qual, o mencionado sacerdote Gonçalo Afonso pedia, em súplicas de 16 e 19 de Outubro de 1433, a graça de suceder nos direitos que porventura pertencessem ao falecido Pedro Gonçalves* ([799]). *Dos territórios portugueses pertencentes à diocese de Tui é que nunca D. Frei João tomou posse. Realmente, havia já cerca de cinco anos que João Rodrigues* senior, *abade de Cedofeita e arcediago de Cerveira, terra da administração portuguesa de Tui, possuía conjuntamente tais benefícios, quando D. Afonso, conde de Ourém, sobrinho de el-rei de Portugal, por súplica de 15 de Outubro de 1436, obtinha para seu protegido indulto de reter aqueles benefícios vitaliciamente* ([800]). *Nicolau V, como fizera também aliás Eugénio IV, uniu à igreja de Ceuta ambas as partes portuguesas de Badajoz e de Tui, a qual parte de Tui, a anexar por morte ou cedência do administrador João Rodrigues, abade de Cedofeita, continuava a ser por este administrada em Novembro de 1452, conforme consta de súplica sua de 25 de Novembro de 1452 sobre indulto de poder dispor, em determinados meses, dos benefícios a vagar no território, enquanto ele fosse administrador* ([801]). *Aliás este João Rodrigues continuou com a administração de Tui até 13 de Maio de 1462, data em que, a pedido de Dona Catarina, irmã de D. Afonso V, tal administração passou para seu filho e homónimo, João Rodrigues Ferraz, estudante de direito canónico na universidade de Bolonha, sendo reservada ao pai uma pensão anual* ([802]). *Por tal motivo nunca o bispo de Ceuta e provincial dos Carmelitas pôde tomar posse dessa parte da diocese de Tui, tanto mais que, ao ser promovido à sé de Ceuta, a 8 de Janeiro de 1472* ([803]), *João Rodri-*

([796]) ANTT, Bulas, maço 8, n.º 11. Publ. em *Monumenta Henricina*, XI, n. 147, p. 207.

([797]) ANTT, Bulas, maço 8, n. 11. Publ. em *Monumenta Henricina*, XI, n. 147, p. 206.

([798]) *Monumenta Portugaliae Vaticana*, Súplicas de Eugénio IV, nn. 2, 7.

([799]) *Monumenta Portugaliae Vaticana*, Súplicas de Eugénio IV, n. 213, 214.

([800]) *Monumenta Portugaliae Vaticana*, Súplicas de Eugénio IV, n. 717.

([801]) *Monumenta Portugaliae Vaticana*, Súplicas de Nicolau V, n. 660.

([802]) AV, Reg. Suppl. 551, fl. 48v-49 (*Monumenta Portugaliae Vaticana*, Súplicas de Pio II, n. 561); Reg. Lat. 579, fl. 170v-171.

([803]) AV, Obl. et Sol. 82, fl. 69: «Die Mercurii, viii Januarii [1472] idem sanctissimus dominus noster, ad relationem reverendissimi domini cardinalis Nicerii providit ecclesie Ceptensi, vacanti per obitum, de persona administratoris Tudensis, cum dispensatione super defectu natalium quem patitur». Obl. et Sol. 84, fl. 164: «Die xxxi mensis Januarii Mcccclxxii, venerabilis vir dominus Alfonsus Johannis ut principalis et privata persona ac vice et nomine reverendi patris domini Johannis electi Ceptensis obtulit camere apostolice et sacro reverendissimorum dominorum cardinalium collegio pro communi servitio dicte ecclesie ratione provisionis de persona sua eidem ecclesie auctoritate apostolica facte per bullas domini Sixti, sub data Rome, apud Sanctum Petrum, quinto Idus Januarii, anno primo, floren. auri de camera centum, ad quos dicta ecclesia taxata reperitur, et quinque servitia consueta. Eorumdem autem communis, etc. Mateus Sass., notarius».

gues Ferraz não consentiu em deixar a administração de Tui, apesar de o papa ter anuído às preces de Álvaro Gonçalves, deão de Coimbra e escritor das letras apostólicas, que a solicitava para si (804). *Sisto IV, a 18 de Dezembro de 1473, atendendo a todas as sobreditas circunstâncias, unia a administração de Tui à mesa episcopal de Ceuta, bem como o arcediagado de Cerveira e outros benefícios* (805). *Assim se explica a intervenção de Calisto III pela bula* Apostolicae sedis providentia, *de 29 de Fevereiro de 1456, confirmando as bulas de Eugénio IV e Nicolau V, já referidas, sobre a anexação dos territórios portugueses das dioceses de Badajoz e de Tui à de Ceuta, com faculdade ao bispo de Ceuta de tomar posse da parte ainda não incorporada* (806). *Igualmente se fica a saber por que o papa Pio II, ao confirmar, por bula de 12 de Março de 1463* (807), *as sobreditas letras apostólicas de Eugénio IV, Nicolau V e Calisto III, sobre tais anexações, declarava que pela concessão posterior da administração de Tui a João Rodrigues Ferraz e suspensão temporária da anexação não eram derogadas as ditas letras de seus predecessores, podendo, portanto, o bispo de Ceuta tomar posse desses territórios, enquanto incorporados na igreja de Ceuta, logo que se desse a cedência ou morte de João Rodrigues Ferraz* (808). *O nosso carmelita não podia, portanto, tomar posse da administração portuguesa de Tui, quando mais não fosse, porque então era já bispo da Guarda, como veremos.*

Várias são as comissões, de que foi incumbido D. João durante o pontificado de Calisto III, certamente devido à sua posição religiosa e política que o aproximava muito da corte. Disto é indício documento de 25 de Junho de 1455, em que ele figura como presente ao preito de homenagem e juramento do príncipe herdeiro D. João no palácio régio de Lisboa, feito perante os infantes D. Fernando e D. Henrique, que el rei designara para este fim (809). *A primeira, de que tenho conhecimento, data de 20 de Abril de 1455 e diz respeito a comenda da Ordem do Hospital, a favor de João Fernandes, com alusão a D. Afonso V* (810). *A primeira do ano 1456 data de 10 de Fevereiro de 1456. Com o bispo de Silves e abade de Pombeiro é designado executor de concessão*

---

(804) *Monumenta Portugaliae Vaticana*, Súplicas de Sisto IV, n. 100.

(805) ADB, *Gaveta de Braga, sua jurisdição*, n. 23.

(806) AV, Reg. Vat. 440, fl. 282v-285v.

(807) AV, Reg. Vat. 508, fl. 267-276.

(808) «...tenore presentium declaramus per suspensionem et litteras nostras huiusmodi unioni, dismembrationi, separationi, deputationi, statuto, ordinationi, admissioni necnon litteris predecessorum eorumdem in aliquo non fuisse nec esse derogatum, quin post cessum vel decessum dicti Johannis iunioris suum sortirentur effectum, sed illas ac processus habitos per easdem et inde secuta quecumque ab eorum omnium data valuisse et valere ac in suo pleno robore remansisse et remanere in omnibus et per omnia perinde ac si predicte nostre littere et suspensio per nos facte minime emanassent et nichilominus dimembrationem, separationem, deputationem, statutum, ordinationem, admissionem necnon singulas litteras predictas cum omnibus et singulis in eis contentis clausulis ac processus habitos per easdem et inde secuta quecumque eadem auctoritate approbamus et confirmamus ac presentis scripti patrocinio communimus, supplentes omnes defectus, si qui forsan intervenerint in eisdem, volentes tamen quod idem Johannes Roderici iunior quoad vixerit fructus, redditus et proventus, res et bona sibi assignata huiusmodi habeat et percipiat dictaque iurisdictione utatur et gaudeat quodque, Johanne iuniore predicto cedente vel decedente seu alias administrationem sibi assignatam huiusmodi quomodolibet dimittente, licet prefato et pro tempore existenti episcopo Septensi per se vel alium seu alios corporalem possessionem ipsius administrationis, Johanni iuniori assignate, ac illius iuriumque et pertinentiarum predictorum auctoritate propria libere apprehendere illaque in spiritualibus et temporalibus regere et gubernare ac ex eis fructus, redditus et proventus levare in suosque et Ceptensis ecclesie usus iuxta statutum et decretum Eugenii predecessoris huiusmodi convertere et perpetuo retinere, episcopi Tudensis tunc et pro tempore existentis et cuiusvis alterius super hoc licentia vel assensu minime requisitis...»: AV, Reg. Vat. 508, fl. 274-275.

(809) ANTT, Cortes, maço 2, n. 2. Publ. em ANTÓNIO CAETANO DE SOUSA, *Provas da Hist. Genealógica II*, Lisboa 1793, pp. 104-112.

(810) AV, Reg. Vat. 441, fl. 204-206.

feita ao confessor do Infante D. Henrique e mestre em teologia Frei Afonso Velho, em bula desta data, tal como noutra de 24 de Fevereiro do dito ano, na qual se concede aos capelães do Infante D. Henrique a recepção dos proventos dos benefícios, sem o ónus da residência pessoal ([811]). *Alguns dias antes, a 15 de Fevereiro de 1456, Calisto III encarregava-o a ele e aos arcebispos de Lisboa e de Braga de executarem determinações pontifícias sobre a fundação em Ceuta de quatro conventos das Ordens militares, existentes em Portugal* ([812]). *Prévia súplica de el-rei D. Afonso V, fora ele bispo de Ceuta encarregado por Nicolau V de se informar sobre pedido e respectiva informação do monarca quanto à união de igrejas do padroado régio ao mosteiro de Santa Maria da Vitória ou da Batalha, para acabamento das grandiosas obras ali realizadas e a realizar. Entretanto morrera o papa, sem terem as letras surtido o almejado efeito, tanto mais que o sucessor Calisto III, ao subir ao pontificado, revogara as letras, ainda sem efeito, de tais uniões. Por isso, D. Afonso V apresentou nova súplica a Calisto III, a pedir a renovação da bula de Nicolau V e encarregasse o bispo de Ceuta da execução, tendo o papa anuído a seus desejos, em Março de 1456* ([813]).

A 2 de Abril do sobredito ano de 1456, por letras dirigidas venerabilibus fratribus Silvensi et Ceptensi episcopis et dilecto filio abbati monasterii sancte Marie de Pombeyro Bracharensis diocesis, *encarregava-os de reservar quinze benefícios para outras tantas pessoas, a nomear pelo Infante D. Henrique* ([814]). *A 13 do dito mês de Abril de 1456, D. João, bispo de Ceuta, solicitava indulto de fazer testamento de bens móveis e imóveis, inclusive dos adquiridos por motivo da igreja de Ceuta ou de outra qualquer igreja catedral, a que porventura viesse a ser promovido, até à soma de 6 mil ducados ou florins de ouro da câmara, em benefício de seus familiares e servidores, mesmo consanguíneos* ([815]). *A seguir, no dia 15 de Abril de 1456, Calisto III incumbia-o a ele e ao bispo de Coimbra e prior do mosteiro de S. Vicente de Fora de Lisboa de conferirem a João Lourenço, cónego de Lisboa e acólito pontifício, a igreja de S. Martinho de Moazares da diocese do Porto, vacante pela renúncia de Nuno Fernandes Tinoco, freire da Ordem de S. Tiago da Espada* ([816]). *Por outra, ao que parece também de Abril de 1456* ([817]), *dirigindo-se a ele* Venerabili fratri episcopo Ceptensi, *confiava-lhe a colação de benefícios a Nuno Martins, clérigo da diocese de Évora, estudante de direito na universidade de Lisboa* ([818]).

Talvez menos numerosas as comissões, de que foi incumbido nos anos de 1457 e 1458. Ao confirmar, por letras de 16 de Fevereiro de 1457 ([819]), *a favor do cardeal D. Jaime de Portugal, os direitos sobre benefícios vagos ou a vagar na diocese de Lisboa, de forma que o indulto concedido ao Infante D. Henrique de nomear quinze pessoas para outros tantos benefícios em nada prejudicasse os sobreditos direitos, Calisto III refere que da execução da bula foram incumbidos o bispo de Ceuta, além do bispo de Silves e do abade do mosteiro de Santa Maria de Pombeiro. A 28 de Julho do mesmo ano de 1457, referindo-se à dita concessão feita ao Infante D. Henrique, lembrava que a execução fora confiada «venerabilibus fratribus nostris Silvensi* et Ceptensi episcopis *ac dilecto filio abbati monasterii beate Marie de Pombey*[r]*o», conforme aliás era referido*

([811]) AV, Reg. Vat. 464, fl. 30v-33; Reg. Vat. 441, fl. 132v-133v.

([812]) AV, Reg. Vat. 456, fl. 187v-189.

([813]) *Monumenta Portugaliae Vaticana*, Súplicas de Calisto III, n. 91. AV, Reg. Lat. 508, fl. 216-217v.

([814]) AV, Reg. Vat. 441, fl. 229-231.

([815]) *Monumenta Portugaliae Vaticana*, Súplicas de Calisto III, n. 110.

([816]) AV, Reg. Vat. 442, fl. 169-170.

([817]) À data, no vol. respectivo, faltam as indicações a seguir à indicação do ano 1450. Assim também noutros documentos do mesmo volume. Datas doutros documentos próximos: 1456, *Nonis Aprilis, anno primo*, 1456, *quinto Kalendas Maii, anno secundo*.

([818]) AV, Reg. Vat. 442, fl. 128-129v.

([819]) AV, Reg. Vat. 459, fl. 145-146v.

na súplica respectiva (820). *Mediante bula de 7 de Junho de 1457, o papa encarregava o bispo de Ceuta, a pedido de el-rei D. Afonso V, de obrigar o prior da Ordem do Hospital Vasco de Ataíde ou o sucessor a pagar certa quantia de dinheiro, devida ao monarca* (821). *Dirigindo-se* venerabili fratri Johanni, episcopo Ceptensi, in civitate Ulixbonensi commoranti *e ao prior do mosteiro de S. Vicente de Fora de Lisboa, em bula de 1 de Dezembro de 1457, mandava-lhes resolvessem questão ventilada entre Fernando Álvares, reitor da igreja paroquial de S. Salvador de Santarém, e porcionários, duma parte, e o prior e dominicanos de Santarém, da outra, sobre pagamento de décimas* (822). *Como se viu, o bispo de Ceuta tinha recebido incumbências tanto de Nicolau V como de Calisto III sobre a união de igrejas do padroado régio ao mosteiro de Santa Maria da Batalha, com o escopo de providenciar aos gastos das obras ali realizadas e ainda por realizar. Dirigindo-se ao bispo de Ceuta e bem assim ao da Guarda e ao abade do mosteiro de Seiça, Pio II, o qual, por outras letras a seguir, de 16 de Fevereiro de 1459, concederá aos frades da Batalha todos os privilégios e isenções dos Dominicanos, transcrevendo aliás concessões e letras de Eugénio IV e de Nicolau V* (823), *mandava procedessem à união de duas ou três igrejas paroquiais do padroado régio, com o referido escopo de providenciar às despesas das obras já realizadas ou ainda por realizar, em letras de 31 de Dezembro de 1458* (824). *É precisamente no pontificado de Pio II, durante o qual*

---

(820) AV, Reg. Vat. 452, fl. 25-25v. *Monumenta Portugaliae Vaticana*, Súplicas de Calisto III, n. 63.

(821) AV, Reg. Vat. 460, fl. 136-136v.

(822) AV, Reg. Vat. 450, fl. 145-145v.

(823) AV, Reg. Vat. 470, fl. 28-33, 34-36.

(824) AV, Reg. Vat. 470, fl. 36v-37v: «Pius, etc. Venerabilibus fratribus Egitaniensi et Septensi episcopis ac dilecto filio abbati monasterii de Ceyça Colimbriensis diocesis. Salutem, etc. Pia consideratione ... Sane pro parte carissimi in Christo filii nostri Alfonsi, Portugalie et Algarbii regis illustris, fuit nobis expositum quod dudum clare memorie Johannes, predictorum regnorum rex, ipsius Alfonsi regis progenitor, dum viveret in humanis, propter certam victoriam, tunc per eum Dei adiutorio contra suos inimicos obtentam et alias gerens ad beatam Mariam Virginem singularem devotionis affectum cupiensque terrena in celestia et transitoria in eterna felici commercio commutare, de propriaque salute recogitans, de bonis sibi a Deo collatis unam ecclesiam sive domum, ad divini cultus augmentum in honorem et reverentiam prefate beate Marie fundare, construi et edificari facere promisit quodque prefatus Johannes rex, volens promissum adimplere, quamdam domum seu monasterium fratrum Predicatorum sub regula et ordine sancti Dominici et sub vocabulo beate Marie de Victoria, cum ecclesia, cimiterio, campanili, campana, dormitorio, refectorio, ortis, ortalitiis aliisque necessariis officinis pro usu et habitatione prioris et fratrum dicti ordinis in territorio opidi de Leyrena Colimbriensis diocesis, in dominio suo temporali consistentem honorifice et magnifice multumque sumptuose fundare, construi et edificari facere incepit, que domus seu monasterium propter operis magnitudinem et edificiorum sumptuositatem nondum ad perfectionem deduci potuit, desideratque prefatus Alfonsus rex edificia huiusmodi continuari et compleri ipsamque domum seu monasterium ac eius ornamenta necnon fratres inibi divinis inherentes obsequiis in vestibus ac aliis suis necessitatibus debite conservari et substentari, pro quibus quidem completione, conservatione et sustentatione prefatum monasterium seu domus quam pluribus noscitur indigere et sicut eadem petitio subiungebat, si due vel tres parrochiales ecclesie de iure patronatus eiusdem regis existentes fabrice dicte domus seu monasterii, in quo cultus divinus devote observatur, ad illius et fratrum predictorum utilitatem et necessitatem unirentur, annecterentur et incorporarentur, edificia huiusmodi ipsumque monasterium seu domus debite conservari ac fratres in illo uberius sustentari et cultus divinus per amplius augmentari valerent. Quare [fl. 37] pro parte ipsius Alfonsi regis, asserentis quod plures reges et regine Portugalie suam in dicto monasterio habent sepulturam quodque felicis recordationis Bonifatius, papa viii[i], predecessor noster, priori et fratribus dicti monasterii gratiose concessit ut quecumque bona mobilia et immobilia eis concessa vel concedenda recipere et retinere possent, nobis fuit humiliter supplicatum ut duas seu tres parrochiales ecclesias de iure patronatus eiusdem regis existentes, pro ipsius regis complacentia singulari, de benignitate apostolica dignaremur. Nos igitur ecclesias locaque ecclesiastica, in quibus presertim regularis viget observantia, perfici et conservari cultumque huiusmodi nostris potissime temporibus ubique adaugeri sumis zelantes affectibus, de premissis tamen certam notitiam non habentes, ipsius regis devotis in hac parte supplicationibus inclinati, discretioni vestre per apos-

teve lugar a transferência de D. João para a sé da Guarda, que mais se fala dele em documentos pontifícios.

1. Transferência para a sé da Guarda, com várias incumbências em Portugal

A promoção ou transferência da sé de Ceuta à diocese da Guarda deu-se a 15 de Janeiro de 1459 ([825]). *Sucedeu-lhe na sé de Ceuta como administrador João Rodrigues Galvão* ([826]), *arcediago de Penela, com 26 anos de idade e clérigo de Ordens menores, o qual tomaria conta da administração até completar 28 anos, podendo ser depois sagrado bispo, com todos os poderes inerentes à dignidade de bispo residencial. Na bula pertinente a João Galvão, Pio II refere-se à vacância da sé de Ceuta, devido à transferência de D. João, bispo de Ceuta, para a sé da Guarda:* «*... Sane ecclesia Ceptensi ex eo pastoris solatio destituta quod* nos hodie venerabilem fratrem nostrum Johannem, Egitaniensem episcopum, a vinculo quo Ceptensi ecclesie, cui tunc preerat, *tenebatur, de fratrum nostrorum consilio et apostolice potestatis plenitudine absolventes,* eum ad ecclesiam Egitaniensem tunc vacantem duximus auctoritate apostolica transferendum, *preficiendo ipsum eidem ecclesie Egitaniensi in episcopum et pastorem...*» ([827]). *Logo a seguir, a 17 de Fevereiro de 1459, encarregava-o a ele, bispo da Cuarda, e outros comissários de conferirem a perpétua porção da igreja paroquial de Santa Marinha de Lisboa a Pedro Gonçalves, clérigo da diocese de Coimbra* ([828]). *Esta a passagem da bula da transferência de D. João para a*

---

tolica scripta mandamus quatinus vos vel duo aut unus vestrum, si ad id specialiter requisitus seu requisiti fuerit aut fueritis, per vos vel alium seu alios, vocatis quorum interest, de premissis omnibus et singulis eorumque circumstantiis universis auctoritate nostra vos informetis et si per informationem huiusmodi, ita esse repereritis, unam vel duas seu tres parrochiales ecclesias de iure patronatus ipsius Alfonsi regis existentes, cuiuscumque taxe annui valoris fructus, redditus et proventus illarum existant, cum omnibus iuribus et pertinentiis suis pro utilitate fabrice dicte domus seu dicti monasterii ac pro ipsorum edificiorum complemento et conservatione, cuius quidem monasterii seu conventus fructuum et proventuum veros annuos valores presentibus haberi volumus pro expressis, reservata tamen primitus per vos super fructibus, redditibus et proventibus singularum uniendarum ecclesiarum huiusmodi pro singulis quindecenariis vicariis portione triginta florenorum auri de camera necnon iure patronatus seu presentandi personam seu personas ydoneam vel ydoneas ad vicarias ecclesiarum uniendarum huiusmodi, quotiens illam vel illas interim vacare contigerit, prefato Alfonso regi suisque successoribus Portugalie regibus semper salvo, prefata auctoritate usque ad quindecim dumtaxat, a tempore quo singule uniones et incorporationes huiusmodi sortite fuerint effectum, computandos annos, annectatis et incorporatis, ita quod, cedente vel decedente aut cedentibus vel decedentibus rectore seu rectoribus ecclesie vel ecclesiarum uniende vel uniendarum huiusmodi seu ecclesiam dimittente vel ecclesias huiusmodi simul vel successive dimittentibus, liceat uni vel duobus seu tribus probo vel probis viro seu viris, per vos ad nominationem prefati Alfonsi regis et successorum suorum regni Portugalie pro tempore existentium ad hoc deputando seu deputandis corporalem ecclesie seu ecclesiarum iuriumque et pertinentiarum [fl. 37v] predictorum per se vel alium seu alios possessionem propria auctoritate apprehendere illiusque vel illorum fructus, redditus et proventus in fabrice domus seu monasterii huiusmodi complementum et conservationem, dictis durantibus quindecim annis, convertere, diocesani seu diocesanorum loci vel locorum aut aliorum quorumcumque licentia super hoc minime requisita. Contradictores per censuram ecclesiasticam, appellatione postposita, compescendo... Datum Rome, apud Sanctum Petrum, anno Incarnationis Dominice millesimo quadringentesimo quinquagesimo octavo, pridie Kalendas Januarii, pontificatus nostri anno primo».

([825]) Cf. AV, Reg. Lat. 539, fl. 139-141.

([826]) Cf. AV, Reg. Lat. 539, fl. 42v-46, 139-141.

([827]) AV, Reg. Lat. 539, fl. 42-46, inclusive as bulas dirigidas ao cabido de Ceuta, ao clero da cidade e diocese de Ceuta, aos vassalos de Ceuta, e ao rei de Portugal, D. Afonso V. Cf. Reg. Lat. 559, fl. 65v-66.

([828]) AV, Reg. Lat. 545, fl. 22-23v.

sé da Guarda, na parte que nos interessa: «... *Venerabili* fratri Johanni, episcopo Egitaniensi ...*Postmodum vero prefata ecclesia Egitaniensi per obitum eiusdem Ludovici episcopi Egitaniensis, qui extra Romanam Curiam diem clausit extremum, pastoris solatio destituta, nos ... demum* ad te tunc episcopum Ceptensem ... convertimus oculos nostre mentis. *Intendentes igitur tam eidem Egitaniensi ecclesie quam eius gregi Dominico salubriter providere, te a vinculo,* quo prefate Ceptensi ecclesie, *cui tunc preeras, tenebaris, de dictorum fratrum consilio et apostolice potestatis plenitudine absolventes, te ad eamdem Egitaniensem ecclesiam auctoritate apostolica transferimus teque illi preficimus in episcopum et pastorem ...*» (829)

A 9 e 11 de Julho de 1459, procuradores seus comprometiam-se em nome dele e pagavam parte da taxa devida pela transferência para a sé da Guarda: «*Mcccclix.Die nona mensis Julii, venerabilis vir dominus Giraldus Dominici, rector parrochialis ecclesie beate Marie de Turre Deyta, Visensis diocesis, ut principalis et privata persona ac vice et nomine reverendissimi in Christo patris domini Johannis, electi Egitaniensis, obtulit camere apostolice et collegio florenorum auri de camera quadrigentos, ad quos dicta ecclesia taxata reperitur, et quinque minuta servitia consueta. Eorumdem autem, etc. G. de Vulteris*» (830). «*Johannes, etc. Quod reverendus in Christo pater dominus Johannes, episcopus Egitaniensis, pro totali solutione suorum communis et minutorum servitiorum, in quibus, etc., ac termino nondum elapso, etc., florenorum auri de camera ducentos tredecim, solidos sexdecim, denaros sex nobis, etc., per manus honorabilium virorum Francisci et Caroli de Cambinis et sociorum, etc., die date presentium solvi fecit realiter et cum cafectu. De quibus, etc. In quorum, etc. Datum Mantue, die nona mensis Julii, anno et pontifi-eftu, ut supra [1459, anno primo]*». «*Universis, etc. Ludovicus, etc. Salutem, etc. Universitati vestre, etc., quod reverendissimus in Christo pater dominus Johannes, Dei gratia episcopus Egitaniensis, pro totali et integra solutione sui communis servitii, in quo camere apostolice sub certis penis et sententiis ratione translationis de persona sua de ecclesia Ceptensi ad ecclesiam Egitaniensem auctoritate apostolica facte floren. auri de camera ducentos ipsi camere reverendo in Christo patri domino Nicolao, eadem gratia electo Theanensi, sanctissimi domini nostri pape thesaurario, pro eadem camera recipienti, ac pro totali et integra solutione unius minuti servitii, nobis et venerabilibus viris dicte camere clericis debiti, pro quo erat in eadem camera pariformiter obligatus, florenos similes tredecim, solidos sexdecim et denarios octo monete Romane necnon pro totali et integra solutione trium minutorum servitiorum officialibus et familiaribus sanctissimi domini nostri pape prefati debitorum servitiorum, pro quibus in prefata camera, etc., florenos auri de camera similes quadraginta ipsis clericis, nostro et eorum propriis ac familiarum et officialium predictorum nominibus, recipientibus, per manus honorabilium virorum Francisci et Caroli de Cambinis et sociorum mercatorum Florentinorum de Romana Curia tempore debito solvi fecit realiter et cum effectu. De quibus, etc. Datum Mantue, sub anno, etc., Mcccclviiii.o, indictione vii.a, die undecima mensis Julii, pontificatus sanctissimi in Christo patris et domini nostri domini Pii, divina providentia pape ii*» (831). *E Pio II, em bula de 25 de Junho de 1459, afirma que, ao transferir D. João da sé de Ceuta para a da Guarda, o sujeitara a ele e sucessores a determinada pensão anual, a pagar a D. Gonçalo, bispo do Porto, antes transferido da sé de Silves para a da Guarda, o qual renunciara à sé portuense em benefício de D. Luís, transferido para esta última diocese* (832), *declarando-o agora imune de tal obrigação, que passara para o bispo de Silves, mediante revogação dessas decisões:* «...*tenore presentium decernimus ecclesiam Egitaniensem ac Johannem et successores*

(829) AV, Reg. Lat. 539, fl. 139-141.
(830) AV, Obl. et Sol. 76, fl. 191.
(831) AV, Obl. et Sol. 77, fl. 195v; Obl. et Sol. 78, fl. 46v.
(832) AV, Obl. et Sol. 72, fl. 83.

eosdem ad solutionem pensionis non censeri quomodolibet obligatos et tam predictas, si forsan cum huiusmodi onere pensionis expedite reperiantur, quoad pensionem huiusmodi dumtaxat, quam omnes simili et ex certa scientia ac de plenitudine potestatis et de fratrum nostrorum consilio super translatione huiusmodi de ecclesia Silvensi ad Egitaniensem ecclesiam predictam sub quacumque verborum forma etiam de verbo ad verbum exprimenda forsan expeditas necnon supplicationes desuper signatas de regestris et alibi ubicumque repperiantur, quarum omnium tenores ac si de verbo ad verbum insererentur, presentibus haberi volumus pro expressis, ac processus forsan desuper habitos et inde secuta quecumque motu et scientia similibus cassamus, revocamus et annullamus ac de registris et alibi ubicumque reppetiantur cassari et penitus deleri volumus atque mandamus... prefatosque Johannem et successores illarum pretextu ad solutionem pensionis huiusmodi minime teneri nec ad id per quinquennium posse compelli, sed dictam ecclesiam Silvensem et episcopum qui nunc est et qui pro tempore fuerunt, remanere, prout fuerant, efficaciter obligatos ac si dicta translatio pensionis minime facta fuisset ac irritum et inane si secus super hiis a quoquam, quavis auctoritate, scienter vel ignoranter, attemptatum forsan est hactenus vel imposterum contigerit attemptari...» ([833]).

A 17 de Setembro de 1459, ao nomear bispo de Ceuta a Álvaro Fernandes, cónego de Évora, bacharel em decretos e notário pontifício, depois da transferência de João Galvão de administrador de Ceuta para administrador de Coimbra, Pio II refere-se à transferência do carmelita D. João para a sé da Guarda: «Dilecto filio Alvaro, electo Ceptensi... deinde ecclesia Ceptensi, ex eo pastoris solatio destituta quod nos venerabilem fratrem nostrum Johannem Egitaniensem, tunc Ceptensem episcopum, a vinculo quo Ceptensi ecclesie, cui tunc preerat, *tenebatur, de fratrum nostrorum consilio et apostolice potestatis plenitudine absolventes,* eum ad ecclesiam Egitaniensem tunc vacantem duxeramus auctoritate apostolica transfferendum, *ipsum eidem ecclesie Egitaniensi preficiendo in episcopum et pastorem ...»* ([834]). *No mês anterior, a 2 de Agosto, em letras dirigidas a ele bispo da Guarda, ao abade do mosteiro de Boiro e prior de Guimarães, mandava conferir o priorato de S. Torquato a João de Barros,* per liberam resignationem dilecti filii Johannis Alfonsi, olim ipsius monasterii prioris, de illo, quem tunc obtinebat, per dilectum filium Menendum Petri, canonicum Ulixbonensem, procuratorem suum ad hoc ab eo specialiter constitutum, in manibus felicis recordationis Calisti pape iii, predecessoris nostri, sponte factam ([835]). *A seguir, a 11 do dito mês de Agosto, dirigia-se-lhe de novo, bem como ao prior do mosteiro de S. Vicente de Fora de Lisboa e deão de Évora, encarregando-os de examinar pedido de Diogo da Silveira, cavaleiro da diocese de Lisboa, quanto à permuta de terras, pertencentes à fábrica de Évora* ([836]). *A 17 de Agosto de 1459, aparece como capelão-mor de el-rei D. Afonso V, a pedido do qual o papa lhe concedia faculdade de permutar a capela de Almeirim por uma igreja paroquial, depois de ter concedido a união de tal capela, no caso de ele a deixar, à preceptoria de S. Salvador de Santarém, a favor de Nuno Fernandes Tinoco que era* procurator in Curia nostra generalis et una cum suis ambaxiatoribus pro portanda nobis obedientia ad nos destinatus ([837]). *Na mesma data, também a pedido*

([833]) AV, Reg. Vat. 499, fl. 336-336v.

([834]) AV, Reg. Vat. 473, fl. 51-52v. Nas fl. 51-52v as bulas dirigidas ao cabido da igreja de Ceuta, ao clero da cidade e diocese de Ceuta, ao povo da cidade e diocese de Ceuta, ao rei de Portugal D. Afonso V e ao arcebispo de Lisboa.

([835]) AV, Reg. Vat. 473, fl. 78-79v.

([836]) AV, Reg. Vat. 472, fl. 338.

([837]) «Pius, etc. Venerabili fratri Johanni, episcopo Egitaniensi. Salutem, etc. Personam tuam... Hinc est quod nos volentes tibi, pro quo carissimus in Christo filius noster Alfonsus, Portugalie et Algarbii rex illustris, asserens te dilectum suum capellanum maiorem fore, nobis super hoc humiliter supplicavit, ut

de D. Afonso V, encarregava-o de unir à Ordem de Avis uma igreja paroquial, a favor de Antão Gonçalves, freire da dita Ordem e familiar régio desde menino, o qual, no ano anterior, tomara parte na guerra de Alcácer: «Pius, etc. Venerabili fratri episcopo Egitaniensi ... Cum itaque, sicut exhibita nobis nuper pro parte dilecti filii Antonii Gundissalvi, fratris et militis militie de Avis Cisterciensis ordinis Elborensis diocesis, petitio continebat, ipse qui iam sex fere annis elapsis professionem per fratres dicte militie emitti solitam emisit regularem ac personam suam, etiam illam mortis periculo subiciendo, pro defensione et augmento fidei christiane, ad cuius effectum religio ipsa instituta fuit, sepenumero exercuit, anno preterito, dum carissimus in Christo filius noster Alfonsus Portugalie rex illustris oppidum Alcaceris, quod Sarraceni occupabant, manu armata acquisivisset ac in eo bello corporalem suam presentiam exhibuit, nullam preceptoriam nullumque beneficium eiusdem militie obtineat nec etiam, vivente moderno gubernatore dicte militie, qui ipsum ex certis causis odio et rancore prosequitur, obtinere sperat... quare pro parte regis in personam dicti Antonii qui sibi ab ineunte etate deservivit et eius familiaris continuus commensalis existit ... ut unam ex parrochialibus ecclesiis, etiam si de iure patronatus dicti regis ... non existat ... eidem militie ad vitam dicti Antonii ut prefertur unire, annectere et incorporare...» ([838]). *De importância extraordinária, a bula que o papa lhe dirigiu a 11 de Setembro de 1459, declarando que muitas comissões, de que fora encarregado como bispo de Ceuta, sem designação de pessoa, continuem a ser executadas por ele, apesar da transferência para a sé da Guarda, conforme pedido de el-rei D. Afonso V:*

---

statum tuum decentius tenere valeas, de alicuius subventionis auxilio providere necnon eiusdem regis in hac parte supplicationibus inclinati, tecum ut capella de Almeiren Ulixbonensis diocesis, quam apostolica auctoritate tibi commendatam obtines, per te dimissa, unam parrochialem ecclesiam per clericos seculares seu cuiusvis ordinis regulares regi et gubernari consuetam, etiam si de iure patronatus dicti regis vel alterius cuiuscumque laicalis seu ecclesiastice persone existat, seu ad cuiuscumque seu [fl. 155v] communiter vel divisim quorumcumque collationem, provisionem, presentationem, seu quamvis aliam dispositionem pertineat vel cuiuscumque annui valoris illius fructus, redditus et proventus existant, si tibi alias canonice conferatur aut assumaris vel presentaris ad illam aut in ea instituaris, recipere et una cum Egitaniensi, cui preesse dinosceris, aut cum quacumque alia cathedrali aut metropolitana, cui te prefici et preesse contigerit, in commendam quoad vixeris retinere ... libere et licite valeas ... auctoritate apostolica, tenore presentium, de specialis dono gratie dispensamus ... Datum Mantue, anno, etc. Mccccl viiii, sextodecimo Kalendas Septembris, pontificatus nostri anno primo»: AV, Reg. 472, fl. 155-156v. A concessão a Nuno Fernandes Tinoco em Reg. Vat. 472, fl. 210-210v: «Pius, etc. Dilecto filio Nunio Fernandi Tinoco, militi et preceptori preceptorie sancti Salvatoris opidi Sanctaren. ordinis militie sancti Jacobi de Spata Ulixbonensis diocesis. Salutem, etc. Religionis zelus ... Hinc est quod nos, volentes tibi, pro quo carissimus in Christo filius noster Alfonsus, Portugalie rex illustris, cuius procurator in Curia nostra generalis et una cum suis ambaxiatoribus pro portanda nobis obedientia ad nos destinatus existis, nobis super hoc humiliter supplicavit, ut statum tuum decentius tenere valeas, premissorum meritorum tuorum intuitu, de alicuius subventionis auxilio providere teque favore prosequi gratie specialis necnon eiusdem regis, id plurimum affectantis, supplicationibus inclinati, capellam de Almerim dicte diocesis, que sine cura est et de iure patronatus dicti regis existit ac per clericos seculares regi et gubernari consuevit cuiusque annui valoris illius fructus, redditus et proventus existant, cum omnibus iuribus et pertinentiis suis preceptorie sancti Salvatoris opidi de Sancteren., ordinis militie sancti Jacobi de Spata, prefate diocesis, que generalis non est ... quam obtines, auctoritate apostolica, quamdiu vixeris, tenore presentium unimus, annectamus et incorporamus, ita quod cedente vel decedente venerabili fratre nostro Johanne, episcopo Egitaniensi, qui dictam capellam apostolica auctoritate sibi commendatam obtinet vel ipsam capellam quomodolibet dimittente seu dicta commenda alias quomodocumque cessante et expresso ad id prefati regis accedente assensu, quovis modo aut ex cuiuscumque persona tunc vacet, liceat, tibi per te vel alium seu alios capelle iuriumque et pertinentiarum predictorum corporalem possessionem etiam auctoritate propria libere apprehendere et quamdiu vixeris ut prefertur retinere ... Datum Mantue, anno, etc. Mccccl biiii.°, Idus Augusti, pontificatus nostri anno primo. Gratis pro persona domini oratoris, de mandato pape».

([838]) AV, Reg. Vat. 472, fl. 142-143v.

«*Pius, etc. Venerabili fratri Johanni, episcopo Egitaniensi. Salutem, etc. Pastoris officii cura... Dudum siquidem tibi, tunc Ceptensis ecclesie regimini presidenti, per diversas alias apostolicas litteras tam motu proprio ad carissimi in Christo filii nostri Alfonsi, Portugalie regis illustris, instantiam emanatas ac per nos ad te directas quod ad illarum executionem iuxta earumdem continentias et tenores procederes extitit demandatum, prout in singulis litteris predictis, quarum omnium tenores ac si in presentibus de verbo ad verbum inserte forent, haberi volumus pro expressis, plenius continetur. Cum itaque postmodum nos, rationabilibus suadentibus causis, te a vinculo, quo eidem Ceptensi ecclesie, cui tunc preeras, tenebaris, de fratrum nostrorum consilio absolventes, te ad dictam Egitaniensem ecclesiam auctoritate apostolica duximus transferendum teque illi prefecimus in episcopum et pastorem ac propterea ad ipsarum litterarum omnimodam executionem dubites posse procedere, nos volentes super hiis prefati regis commodis atque profectibus paterna caritate consulere, eiusdem regis in hac parte supplicationibus [fl. 81v] inclinati, volumus et apostolica tibi auctoritate concedimus pariter et decernimus quod tu eidem Egitaniensi vel alii cuicumque, ad quam forsan imposterum te transferri continget ecclesiam, preficiendo, ad ipsarum litterarum omnium executionem perinde in omnibus et per omnia alias iuxta earum tenores procedere ac omnia et singula tibi tamquam Ceptensi episcopo demandata, in eisdem contenta, eidem Egitaniensi aut alii ecclesie presidendo, peragere et executioni debite demandare libere et licite valeas ac si adhuc eidem ecclesie Ceptensi preesses et littere predicte tibi nomine tuo proprio tunc expresso destinate fuissent tuque ad illarum executionem rite procedere inchoasses... Datum Mantue, anno, etc., mccclviiii, tertio Idus Septembris, pontificatus nostri anno secundo*» ([839]).

A pedido do Infante D. Fernando, irmão de D. Afonso V, o papa, por letras de 17 de Setembro de 1459, encarregava o nosso bispo da Guarda, o deão e chantre de Lisboa, de unir a igreja paroquial de S. Martinho de Moazares da diocese do Porto ao canonicato e prebenda de Lisboa, a favor de João Lourenço ([840]). *A 7 de Novembro, também de 1459, dirigindo-se-lhe como* Venerabili fratri episcopo Egitaniensi, *encarregava-o de receber o juramento, a prestar pelo franciscano Rodrigo de Noronha, em razão de o papa o ter nomeado prior do mosteiro de Santa Cruz de Coimbra, que estava vago por morte de D. Gomes Anes* ([841]). *Noutra de 11 de Outubro, também de 1459, a pedido do Infante D. Fernando, duque de Beja, incumbia o bispo da Guarda e o arcediago do Porto de executarem certas determinações a favor de Pedro Lourenço,*

([839]) AV, Reg. Vat. 473, fl. 81-81v.

([840]) AV, Reg. Vat. 474, fl. 30v-31v.

([841]) «Pius, etc. Venerabili fratri episcopo Egitaniensi. Salutem, etc. Cum nos hodie monasterio sancte Crucis extra muros Colimbrienses ordinis sancti Augustini per priorem solito gubernari, tunc per obitum quondam Gometii, ipsius monasterii prioris, qui extra Romanam Curiam debitum nature persolvit, de persona dilecti filii Roderici de Noronha, prioris dicti monasterii, tunc ordinis fratrum Minorum professoris, in sacerdotio constituti, de fratrum nostrorum consilio apostolica auctoritate providerimus ipsumque dicto monasterio in priorem prefecerimus, curam, regimen et administrationem predicti monasterii sibi in spiritualibus et temporalibus plenarie committendo, prout in nostris inde confectis litteris plenius continetur, nos volentes eiusdem prioris, in illis partibus commorantis, parcere laboribus et expensis, ne propter hoc cogatur, veniendo ad Curiam Romanam personaliter laborare, fraternitati tue per apostolica scripta mandamus quatinus ab eodem priore, nostro et Romane Ecclesie nomine, fidelitatis debite solitum recipias iuramentum, iuxta formam, quam sub bulla nostra mittimus interclusam. Formam autem iuramenti, quod dictus prior prestabit, nobis de verbo ad verbum per eius patentes litteras, suo sigillo signatas, per proprium nuntium quantotius destinare procures. Datum Mantue, anno Incarnationis Dominice millesimo quadringentesimo quinquagesimo nono, septimo Idus Novembris, anno secundo»: AV, Reg. Lat. 559, fl. 69v.

cónego de Lamego, licenciado em decretos e acólito pontifício, em relação com a chantria de Coimbra, que vagara por morte de João Lopes da Costa, cubiculário e capelão do papa Nicolau V, e era disputada por Álvaro Peres (842). *A 12 de Dezembro de 1459, por bula dirigida a* Venerabili fratri episcopo Egitaniensi, *encarregava D. João de conferir a quartanaria de Lisboa a Fernando Gonçalves, clérigo da diocese de Évora e estudante de direito canónico, a pedido do procurador do rei de Portugal na Cúria, Nuno Fernandes Tinoco, um dos embaixadores enviados por D. Afonso V ao papa Pio II* (843). *Em 1460, como D. Afonso V no ano anterior, também o governador da Ordem de S. Tiago da Espada, juntamente com o rei, pediam ao papa que D. João, bispo da Guarda, apesar de várias comissões terem sido anteriormente confiadas ao bispo de Ceuta indeterminadamente, as pudesse executar, como se tivessem sido dirigidas pessoalmente a ele D. João, naquele tempo bispo de Ceuta, e como se ainda ele estivesse à frente da igreja de Ceuta, de forma a ser juiz apostólico e conservador da Ordem. Pio II atendeu ao pedido por bula de 1 de Janeiro:*

«*Pius, etc. Venerabili fratri Johanni, episcopo Egitaniensi. Salutem, etc. Circumspecta sedis apostolice providentia ... Olim siquidem tibi, tunc Ceptensis ecclesie regimini presidenti et non tuis in illa successoribus, per diversas alias litteras apostolicas tam motu proprio quam ad carissimi in Christo filii nostri Alfonsi, Portugalie et Algarbii regis illustris, militie sancti Jacobi de Spata humiles supplicationes emanatas ac per nos et nonnullos alios predecessores nostros Romanos pontifices ad te directas, quod ad illarum executionem iuxta ipsarum continentias et tenores procederes ac ipsis magistro sive gubernatori et fratribus de efficacis defensionis presidio assisteres eorumque atque militie predictorum ad certum tempus tunc expressum conservator et iudex apostolicus esses, demandatum extitit, prout in singulis litteris predictis, quarum tenores ac si in presentibus de verbo ad verbum inserte forent, haberi volumus pro expressis, plenius continetur. Cum itaque postmodum, rationabilibus suadentibus causis, te a vinculo, quo eidem Ceptensi ecclesie, cui tunc preeras, tenebaris, de fratrum nostrorum consilio absolventes, te ad dictam Egitaniensem ecclesiam auctoritate apostolica duxerimus transferendum teque illi prefuerimus in episcopum et pastorem et propterea ad ipsarum litterarum omnimodam executionem dubites posse procedere, nos volentes super hiis prefate militie profectionibus paterna caritate consulere, eiusdem magistri seu gubernatoris et fratrum in hac parte supplicationibus inclinati, volumus et apostolica auctoritate decernimus quod tu eidem Egitaniensi vel cuicumque alii, ad quam te forsan imposterum transferri contigerit, ecclesie presidendo, conservator et iudex apostolicus militie, magistri et fratrum predictorum secundum concessionem apostolicam nichilominus existas et censearis ac ad ipsarum litterarum omnium executionem omnimodam perinde in omnibus et per omnia alias iuxta earumdem tenores procedere ac omnia et singula tibi tamquam Ceptensi episcopo demandata in eisdem contenta eidem Egitaniensi aut alii ecclesie presidendo peragere et executioni debite demandare* [*fl. 101v*] *libere et licite valeas ac si adhuc eidem ecclesie Ceptensi preesses et predicte littere tibi nomine tuo proprio tunc expresso destinate fuissent tuque ad illarum executionem rite procedere inchoasses. Non obstantibus premissis ac constitutionibus et ordinationibus apostolicis ceterisque contrariis quibuscumque. Nulli ergo, etc., nostre voluntatis et constitutionis infringere, etc. Si quis autem, etc. Datum Mantue, anno Incarnationis Dominice millesimo quadringentesimo quinquagesimo nono, Kalendis Januarii, anno secundo*» (844).

(842) AV, Reg. Lat. 550, fl. 94-95v.
(843) AV, Reg. Lat. 553, fl. 186v-187v.
(844) AV, Reg. Vat. 502, fl. 101-101v.

Ainda em 1460, por letras do dia 24 de Março, o papa encarregava-o a ele, bispo da Guarda, outrora de Ceuta, e aos bispos de Tagaste e Foliense de entregarem, em nome do papa, o pálio de arcebispo a D. Afonso Nogueira, metropolita de Lisboa, que o pedira por meio de seu núncio Estêvão Gomes, arcediago de Ceuta, e de receberem o juramento respectivo, a prestar pelo arcebispo (845). *A 16 de Dezembro do dito ano de 1460, dirigindo-se a* venerabili fratri episcopo Egitaniensi, *a pedido de D. Afonso V, cometia-lhe a erecção da colegiada de Santa Maria do Castelo de Abrantes, anexando-lhe cinco igrejas do padroado régio* (846). *As comissões, em 1461, de Pio II ao nosso D. João, bispo da Guarda, são ainda mais numerosas. A 29 de Abril, o papa atendia súplica de D. Afonso V sobre a obrigação de os clérigos de Ordens menores trazerem hábito talar e tonsura, sob pena de poderem ser julgados pelos tribunais civis, quando vestidos à secular, se fossem acusados de algum crime* (847). *Da execução foi encarregado o bispo da Guarda, a quem o papa se dirigia como a* venerabili fratri episcopo Egitaniensi (848). *Em Maio do mesmo ano, em bula dirigida a D. Nicolau, abade de Alcobaça, Pio II confirmava a eleição ou mais exactamente a postulação que os monges fizeram dele para abade, mandando prestasse o juramento devido, antes de tomar posse da administração e governo do mosteiro:* ... in manibus venerabilium fratrum nostrorum Egitaniensis et Tagastensis episcoporum fidelitatis debite solitum prestes iuramentum ... (849). *De facto, na mesma data, dirigia-se-lhe em duas bulas como* venerabili fratri episcopo Egitaniensi, *uma encarregando-o de conferir o mosteiro de Maceira Dão, vago pela transferência de D. Nicolau para o mosteiro de Alcobaça, a Gonçalo de Portugal, monge de Alcobaça e esmoler de D. Afonso V, que interviera em seu favor junto do papa* (850), *e outra mandando-o receber o juramento de fidelidade do abade de Alcobaça em nome da Santa Sé* (851). *A 12 de Novembro, dirigia-se-lhe ainda na mesma maneira como* venerabili fratri episcopo Egitaniensi, *incumbindo-o de comissão relacionada com Álvaro Peres, chantre de Coimbra* (852).

Quanto ao ano de 1462, registamos também várias incumbências. A primeira, com data de 25 de Março e dirigida a venerabili fratri episcopo Egitaniensi, *diz respeito à colação do canonicato e prebenda de Coimbra, vacantes por morte de Mendo Rodrigues, ocorrida mais de duas dietas fora da Cúria, a favor de Estêvão Martins, capelão de D. Afonso V, que por ele intercedera junto do papa* (853). *Outra, dirigida na mesma forma a* venerabili fratri episcopo Egitaniensi, *de 20 de Junho, refere-se ao canonicato e prebenda de Viseu, a favor de Nuno Álvares, também a pedido de D. Afonso V, vacantes tais canonicato e prebenda por morte de Martinho Gonçalves* (854). *O ano de 1463 começa com incumbência muito importante. De facto, a 1 de Janeiro, Pio II designava-o a ele bispo da Guarda e ao prior de Santa Cruz de Coimbra para examinarem e aprovarem, em nome da Santa Sé, o novo acordo feito entre o rei de Portugal e o bispo e cabido do Porto, os quais tinham resolvido substituir pelo censo anual dado pelo rei em vez da jurisdição civil da cidade do Porto, conforme contrato anterior, certos bens que o monarca oferecia:*

---

(845) AV, Reg. Lat. 555, fl. 112.
(846) AV, Reg. Vat. 489, fl. 102-103v.
(847) *Monumenta Portugaliae Vaticana*, Súplicas de Pio II, n. 372-373.
(848) AV, Reg. Vat. 504, fl. 235v-236.
(849) AV, Reg. Lat. 562, fl. 174-175v.
(850) AV, Reg. Lat. 562, fl. 18v-19.
(851) AV, Reg. Lat. 562, fl. 175v.
(852) AV, Reg. Vat. 505, fl. 163v-164v.
(853) AV, Reg. Lat. 581, fl. 70-71v.
(854) AV, Reg. Lat. 581, fl. 148-149v.

«*Pius, etc. Venerabili fratri episcopo Egitaniensi et dilecto filio priori prioratus sancte Crucis Colimbriensis. Salutem et apostolicam benedictionem. Provida sedis apostolice circumspectio ad ea libenter ut tenetur intendit, per que ecclesiarum omnium, precipue cathedralium, earumque antistitum atque virorum regali claraque prosapia genitorum commodis et utilitatibus salubriter consulatur. Sane pro parte carissimi in Christo filii nostri Alfonsi Portugalie et Algarbii regis illustris nobis nuper exhibita petitio continebat quod licet olim civitas Portugalensis cum illius vero mixtoque imperio ad ecclesiam Portugalensem pleno iure spectaret, postmodum tamen episcopus et capitulum Portugalenses tunc existentes propter aliquas incommoditates ac alias rationabiles causas tunc expressas cum rege Portugalie tunc existente ad certam amicabilem concordiam devenerunt necnon civitatem cum imperio huiusmodi ac omnibus iuribus et pertinentiis suis pro certo annuo censu sive canone tunc expresso eidem ecclesie annis singulis persolvendo regi prefato imperpetuum concesserunt, cuius quidem concessionis vigore, que postmodum auctoritate apostolica approbata fuit, tam prefatus modernus rex quam eius progenitores qui fuerunt pro tempore, civitatem predictam tenuerunt et possederunt pacifice et quiete, censum seu canonem huiusmodi ecclesie memorate annis singulis persolvendo. Cum autem, sicut eadem petitio subiungebat, prefatus rex pro recompe[n]sa census sive canonis huiusmodi alias res, iura et bona, ad ipsum regem legitime spectantia, eidem ecclesie magis accomoda magisque utilia tradere et assignare seque a solutione census sive canonis eiusdem eximere et liberare desideret, pro parte prefati regis nobis fuit humiliter supplicatum ut ecclesie, episcopi et capituli predictorum utilitati, sue quoque commoditati super hiis oportune providere de benignitate apostolica dignaremur. Nos itaque de premissis certam notitiam non habentes, discretioni vestre per apostolica scripta mandamus quatinus super eisdem premissis omnibus et singulis ac eorum circumstantiis universis vos coniunctim auctoritate nostra diligenter informetis et si per informationem huiusmodi ita esse ac designatis vobis prius rebus et bonis pro recompensa census sive canonis antedicti, per regem prefatum eidem ecclesie assignandis, premissa, si fiant, in evidentem ipsius acclesie utilitatem cedere reppereritis, super quo vestram conscientiam oneramus, [fl. 253] et ad id episcopi et capituli predictorum consensus accedat, episcopo et capitulo prefatis, facta prius eidem ecclesie debita recompensa, eumdem regem a solutione census sive canonis supradicti eximendi et perpetuo retinendi auctoritate nostra licentiam largiamini et nichilominus, si recompensam huiusmodi per regem prefatum ac licentiam predictam per nos concedi contigerit, ut prefertur, premissa omnia et singula, postquam rite et rationabiliter peracta fuerint, auctoritate nostra approbetis et confirmetis, supplendo omnes defectus, si qui forsan intervenerint in eisdem. Non obstantibus constitutionibus et ordinationibus apostolicis necnon statutis et consuetudinibus dicte ecclesie etiam iuramento, confirmatione apostolica vel quacumque firmitate alia roboratis ceterisque contrariis quibuscumque. Datum Rome, apud Sanctum Petrum, anno Incarnationis Dominice millesimo quadringentesimo sexagesimo secundo, Kalendis Januarii, pontificatus nostri anno quinto. Gratis pro persona regis. B. de Janna*» (855).

A pedido de D. Afonso, rei de Portugal (856), *Pio II encarregava o nosso bispo da Guarda, por bula de 28 de Julho de 1463, de conferir a igreja paroquial de Vilar Torpim a Pedro Lourenço, cónego de Lamego e licenciado em decretos* (857). *Em letras de 16 de Julho de 1463, também a*

(855) AV, Reg. Vat. 508, fl. 252v-253.

(856) Cf. *Monumenta Portugaliae Vaticana*, Súplicas de Pio II, n. 703.

(857) AV, Reg. Vat. 492, fl. 260-262.

pedido do rei de Portugal, mandava-lhe conferir o priorato do mosteiro de S. Jorge da diocese de Coimbra a Frei Afonso de Lorvão, dominicano e leitor de teologia (858). *A 27 de Outubro do dito ano de 1463, dirigia-se-lhe como* venerabili Johanni, episcopo Egitaniensi, in civitate Ulixbonensi residenti, *encarregando-o de unir a igreja paroquial de Santa Maria de Aveiras da diocese de Lisboa ao mosteiro de Santos de fora dos muros de Lisboa, a pedido de D. Afonso V e da abadessa e comendadeiras* (859). *De 1464 há também várias comissões, de que foi incumbido D. João, bispo da Guarda. Logo nos primeiros dias de Janeiro, por letras de 3 desse mês, transcrevendo bula a respeito, de 13 de Outubro de 1461, também transcrita na respectiva súplica* (860), *era encarregado, juntamente com o prior de Santa Cruz de Coimbra e João Gonçalves de Abreu, cónego de Coimbra, de assunto pertinente ao mosteiro das Dominicanas de S. Salvador de Lisboa* (861). *A pedido do rei de Portugal D. Afonso V, dirigia-se a ele Pio II e bem assim ao arcebispo de Lisboa, a 13 de Junho de 1464, a fim de providenciarem quanto à reforma de determinados oratórios e conventos franciscanos, escolhidos pelo monarca* (862).

m. D. João, bispo da Guarda, e a legacia apostólica de D. João Galvão

Ficou dito atrás que a D. Frei João sucedera na sé de Ceuta João Rodrigues Galvão, jovem de 26 anos e arcediago de Penela, que estudara direito em Sena e Pavia e também provavelmente em Bolonha. Foi eleito administrador da sé de Ceuta por transferência de D. Frei João a bispo da Guarda, a 15 de Janeiro de 1459 (863). *Pio II nomeava-o bispo de Coimbra a 17 de Setembro de 1461* (864). *A 25 de Março de 1460, o papa dava ordens sobre as despesas que tanto João Rodrigues Galvão, promovido a bispo de Coimbra, como Afonso Nogueira, transferido para a sé de Lisboa, tiveram de suportar com a expedição das respectivas bulas* (865). *No dia 2 de Maio de 1461, concedia o papa a D. João Rodrigues Galvão, ainda dito bispo eleito, o indulto, por dez anos, de poder visitar a diocese por outras pessoas* (866), *mas já a 21 de Maio figura como bispo de Coimbra, na bula da nomeação pelo sobredito papa Pio II como legado* a latere *ao rei e reino de Portugal, bem como de colector geral apostólico das dízimas impostas pelo antecessor Calisto III e por ele mesmo, para a cruzada contra os Turcos:*

> «*Pius, etc. Venerabili fratri nostro Johanni, episcopo Colimbriensi, ad carissimum in Christo filium nostrum Alfonsum, Portugalie et Algarbii regem illustrem, eiusque regna et dominia cum potestate legati de latere necnon et sedis apostolice nuntio. Salutem, etc. Ex fideli, solicita ac diligenti prudentia, probitate quoque et providentia circumspecta, quibus persona tua fulgere dinoscitur, certificamur indubie quod ea que fraternitati tue committenda duxerimus, licite, prudenter et fideliter exequeris. Cum itaque nos pro magnis nostris et Romane Ecclesie agendis rebus, te ad carissimum in Christo filium nostrum*

(858) AV, Reg. Vat. 587, fl. 80-81v.
(859) AV, Reg. Lat. 597, fl. 40-41v.
(860) *Monumenta Portugaliae Vaticana*, Súplicas de Pio II, n. 831.
(861) AV, Reg. Vat. 511, fl. 174-175v.
(862) AV, Reg. Lat. 597A, fl. 300-301v. Publica. em *Bullarium Franciscanum*, Nova series, t. II, Ad Claras Aguas (Quaracchi), 1939, n. 1236, pp. 641-642.
(863) AV, Reg. Lat. 539, fl. 42v-46, 139-141.
(864) AV, Reg. Lat. 559, fl. 63-65v.
(865) AV, Reg. Vat. 502, fl. 254v-255.
(866) AV, Reg. Vat. 481, fl. 268-268v.

Alfonsum, Portugalie et Algarbii regem illustrem, eiusque regna et dominia cum potestate legati de latere nostrum et sedis apostolice nuntium presentialiter destinemus, nos de persona tua quamplurimum in Domino confidentes, te nuntium et collectorem generalem omnium et singularum quantitatum pecuniarum, que ex decimis tam per felicis recordationis Calistum papam iii, predecessorem nostrum, quam nos pro cruciata Christianorumque subsidio et quibusvis aliis causis impositis provenerunt seu provenire debuerunt ac ex premissis vel quibuscumque aliis respectibus camere apostolice in regnis et dominiis eisdem ratione dicte cruciate debitis usque ad nostrum et sedis apostolice beneplacitum auctoritate apostolica, tenore presentium, facimus, constituimus ac etiam deputamus, tibi etiam per te vel alium seu alios petendi, exigendi et recipiendi nostro et Romane [Ecclesie] ac eiusdem camere nominibus omnes et singulas pecuniarum summas seu quantitates, res et bona quecumque nobis, Ecclesie et camere predictis in regnis [fl. 269v] et dominiis prefatis, premissorum vel alia quacumque ratione vel causa, a quibuscumque personis ecclesiasticis, regularibus et secularibus, cuiuscumque conditionis, status, gradus, ordinis, dignitatis vel preheminentie fuerint, etiam si pontificali vel alia quavis ecclesiastica aut mundana dignitate prefulgeant, necnon capitulis, conventibus, collegiis et universitatibus regnorum et dominiorum eorumdem et de his dumtaxat que receperis, finem, quitationem, absolutionem et liberationem plenariam faciendi, rationes quoque et computa quorumcumque collectorum, succollectorum, officialium, notariorum ac aliorum quorumlibet dudum ad exigendum et recipiendum tam ex huiusmodi decimis, per nos et predecessorem prefatum impositis, quam ex dispensationibus, compositionibus, indulgentiis, elemosinis, oblationis et quibuscumque aliis causis provenientibus quascumque pecuniarum summas deputatorum audiendi et examinandi ipsosque ad computa et rationes reddenda huiusmodi, si opus fuerit, auctoritate nostra, appellatione postposita, compellendi et compescendi, contradictores quoque et rebelles, quacumque dignitate fulgeant, eadem auctoritate seu per censuram ecclesiasticam ac bonorum ipsorum sequestratione et arrestatione vel alia oportuna iuris remedia, appellatione remota, compellendi et compescendi necnon excommunicationis et alias censuras ecclesiasticas in eos vel alios non solventes tibi iura et debita nobis, Ecclesie et camere predictis, ut prefertur, vel te directe aut indirecte, publice vel occulte, quovis quesito colore, impedientes seu tibi in aliquo iniuriantes, per te vel alium seu alios, tuo et dicte camere nomine, proferendi et promulgandi [fl. 270] prolatasque et promulgatas, si eorum contumacia id exegerit, quotiens opus fuerit, aggravandi et reaggravandi ... auctoritate apostolica, facultatem et potestatem plenariam concedentes... Datum Rome, apud Sanctum Petrum, anno, etc., m.ccclxi, duodecimo Kalendas Junii, pontificatus nostri anno tertio» (867).

Noutra bula, do mesmo dia, exortava-o a aceitar o ofício de legado e a exercê-lo fielmente, lembrando que ratificará suas sentenças contra os rebeldes e desobedientes, ao mesmo tempo que, para ele poder levar a cabo com maior eficácia o ofício, pedia e impunha ao rei e autoridades civis, bem como aos arcebispos, bispos e eclesiásticos, o ajudassem no desempenho de tal missão: «Pius, etc. Venerabili fratri Johanni, episcopo Colimbriensi, ad carissimum in Christo filium nostrum Alfonsum, Portugalie et Algarbii regem illustrem, eiusque regna et dominia cum potestate legati de latere apostolice sedis nuntio... fraternitati tue per apostolica scripta committimus et mandamus quatenus iniunctum tibi ministerium legationis huiusmodi pro nostra et sedis apostolice reverentia prompta devotione suscipiens, sic illud utiliter, sollicite, laudabiliter iuxta concessam tibi a Domino gra-

(867) AV, Reg. Vat. 480, fl. 269-270v.

tiam, exequaris quod de tuis laudabilibus actibus atque laboribus, divina tibi assistente clementia, fructus optati adveniant quos speramus ... Ut igitur legationis officium huiusmodi efficacius valeas adimplere, prefatum regem et alios principes, ad quos huiusmodi tua legatio se extendit, obsecramus in Domino, archiepiscopis vero, episcopis ac aliis personis ecclesiasticis in virtute sancte obedientie districte precipiendo mandamus quatenus tibi in dicendis ex parte nostra fidem indubiam adhibeant et in exequendis assistant, ut fructus sperati proveniant antedicti...» (868). *Ao nomeá-lo colector e exactor geral das dízimas impostas na dieta de Mântua para a expedição contra os Turcos, dava-lhe faculdade de escolher mais dois colectores para o efeito, os quais deviam recolher* integram decimam predictam secundum verum valorem fructuum beneficiorum huiusmodi, *sem excepção de qualquer pessoa, embora isenta, mesmo constituída em dignidade cardinalícia, patriarcal, arquiepiscopal, etc.* (869),

Nesta ocasião, sempre no dia 21 de Maio de 1461, foram-lhe outorgadas várias atribuições e poderes especiais em várias bulas. Entre as atribuições, a de visitar as igrejas, mosteiros, Estudo Geral e outros lugares eclesiásticos de Portugal, inclusive dos mendicantes e isentos, com especiais poderes de correcção de pessoas e reforma de estatutos, etc. (870). *Para realçar a importância do ofício de legado, Pio II concedia-lhe também faculdade de, durante a legacia, inclusive até ao regresso a Roma, conceder a indulgência plenária em artigo de morte a seus pais e a seus familiares comensais, outorgando que a ele bispo pudesse conceder igual indulgência o confessor por ele escolhido* (871). *A quem assistisse às funções litúrgicas solenes, por ele celebradas, poderia conceder certas indulgências* (872). *Era-lhe dada igualmente faculdade de dispensar sobre o impedimento de ilegitimidade com quatro clérigos, mesmo que fossem filhos de sacerdotes, para receberem Ordens, inclusive sacras, e benefícios eclesiásticos* (873), *bem como de conceder o indulto de altar portátil a quatro pessoas nobres ou prelados do reino e domínios de Portugal* (874), *e outrossim de dispensar do impedimento de consanguinidade e afinidade com quatro pessoas, para poderem contrair matrimónio ou que já o tivessem contraído, ignorando ou não o impedimento, com legitimação da prole* (875). *Poderia ainda outorgar o indulto de escolha de confessor, com faculdade da absolvição dos casos reservados à Santa Sé e da indulgência plenária em artigo de morte, aos que contribuíssem com determinada quantia de dinheiro para a guerra contra os Turcos* (876), *e bem assim o de nomear três tabeliães apostólicos, inclusive clérigos de Ordens sacras e homens casados* (877). *Sem o designar como legado pontifício, concedia-lhe, sempre na mesma data, faculdade de conferir benefícios na sua diocese, em certos meses* (878), *e incumbia o tesoureiro de Viseu, o arcediago de Seia e o oficial de Viseu de anularem os contratos de venda, alienação, permuta e arrendamento de propriedades e bens da mesa episcopal, em prejuízo da mesma, embora aprovados pela Santa Sé* (879). *A seguir partia para Portugal, à volta de Julho de 1461, porque a 19 deste mês, o papa Pio II passava-lhe salvo-conduto:*

---

(868) AV, Reg. Vat. 481, fl. 206-206v.
(869) AV, Reg. Vat. 481, fl. 206v-208.
(870) AV, Reg. Vat. 480, fl. 270v-271v.
(871) AV, Reg. Vat. 480, fl. 271v-272.
(872) AV, Reg. Vat. 481, fl. 208-208v.
(873) AV, Reg. Vat. 481, fl. 208v-209.
(874) AV, Reg. Vat. 481, fl. 209.
(875) AV, Reg. Vat. 481, fl. 209-209v.
(876) AV, Reg. Vat. 481, fl. 209v-210.
(877) AV, Reg. Vat. 481, fl. 210.
(878) AV, Reg. Vat. 481, fl. 194v.
(879) AV, Reg. Vat. 481, fl. 193v-194.

«*Pius, etc. Universis et singulis, ad quos presentes littere pervenerint. Salutem, etc. Cum venerabilem fratrem nostrum Johannem, episcopum Colimbriensem, ad carissimum in Christo filium nostrum Alfonsum, Portugalie et Algarbii regem illustrem, eiusque regna et dominia cum potestate legati de latere, nostrum et apostolice sedis nuntium pro arduis nostris et Romane Ecclesie negotiis presentialiter destinemus, nos volentes eumdem episcopum cum comitiva, sociis, familiaribus, equis, salmis, valisiis, fardellis, rebus et bonis suis omnibus in eundo, stando et reddeundo plena ubique securitate et immunitate ac favorabili tractatu gaudere, universitatem vestram et vestrum singulos requirimus et hortamur in Domino, subditis vero nostris et gentium armorum capitaneis, conductoribus ubique ad nostra et prefate Ecclesie stipendia militantibus districte precipiendo mandamus quatenus eumdem episcopum cum comitiva, sotiis, familiaribus equestribus et pedestribus, usque ad numerum viginti, necnon equis, salmis, valisiis, fardellis, rebus et bonis predictis vel pro eo presentium ostensorem tam coniunctim quam divisim per nostra et vestra territoria, passus, portus, pontes et loca quelibet tam per aquam quam per terram, absque solutione alicuius datii, pedagii, passagii, theolonii, fundinavis vel gabelle aut cuiuscumque alterius indicti vel indicendi oneris exactione, ire, stare et redire pro nostra et apostolice sedis reverentia libere permittatis nullamque sibi, sotiis et familiaribus vel presentium ostensori prefato in personis, rebus et bonis eorum inferatis iniuriam, molestiam* [*fl. 371v*] *vel offensam aut quamvis aliam noxiam, novitatem nec ab aliis quantum in vobis fuerit permittatis inferri, quinymo dictum episcopum benigne suscipientes et honorifice pertractantes, sibi, sotiis et familiaribus ac presentium ostensori huiusmodi, quotiens pro parte ipsorum vel alicuius ipsorum fueritis requisiti, de securo transitu, scorta et salvo conducto atque receptu sic libenter providere curetis quod vestra exinde devotio apud nos et sedem ipsam possit merito commendari. Datum Rome, apud Sanctum Petrum, anno, etc., millesimo quadringentesimo* [*sexagesimo*] *primo, quartodecimo Kalendas Augusti, pontificatus nostri anno tertio*» (880).

Esta legacia foi deveras efémera, aliás como observa Mons. J. Augusto Ferreira, ao historiar a reacção dos prelados portugueses, nomeadamente do arcebispo de Braga, que sobre o assunto fizera intervir junto do monarca, D. Afonso V, ao bispo da Guarda, o qual em carta de 26 de Fevereiro de 1462, dirigida ao arcebispo, o informava das intenções e atitudes do monarca e da própria disposição de lhe enviar a resposta de D. Afonso V, juntamente com o traslado da apelação para a Santa Sé, em nome do arcebispo e cabido de Lisboa, bispo e cabido de Lamego, bispo de Silves, representado por procurador, e respectivo cabido, e bispo da Guarda com o seu cabido:

«*Reverendissimo em Christo padre e muito mui generoso Senhor. Despois de vossas mãos humildemente beijadas com toda rreverença, me encomendo em vossa merce, a quoal notefico que pello portador desta rrecebi as letras que Vossa Senhoria me mandou scilicet hũa de creença pera el Rei e outra que V. M. me escreveo e as santas instruções, dignas de perpetua lembrança, que mandastes que visse, pellas quoaaes vos prouve de me declarar o efeito de vossa mui constante e justissima tençom e a maneira que se devia ter em fallar a el Rei e ao bispo de Coimbra. Porque, Senhor, pareceo me que seria erro a quem tal tençom como a Vossa Alteza tem e cuio subsidio e patrocinio a toda a igreja deste rreino tanto he necessario, algũa cousa se passar acerca das causas ora ocorrentes que vos não fosse*

(880) AV, Reg. Vat. 505, fl. 371-371v.

noteficada, porem propus em esta carta o menos prolixo que puder volas noteficar e se a Vossa Senhoria algũas cousas mais por extenso escrever do que pode parecer que queria, peço a Vossa Alteza que, rrelevando meus defeitos, se nom enfastie de todo veer, [fl. 49v] e he assi Senhor que eu me parti dAvrantes e cheguei a Lixboa aos xvii de Janeiro e antes que falase aos honrrados senhores do cabido desta cidade, elles enviarão a mim o chantre e o arcediaguo e outros prudentes conegos do dito cabido, pellos quoaes me mandarão exhortar e persuadir assi como pessoas zellosas da liberdade da Santa Igreia, deseiantes toda perfeiçom e defensom della, que acerca do detrimento e destruiçom que ora se temia de sobrevir a dita igreia per a legacia que o bispo de Coimbra traz, eu tevesse aquella advertencia que devia ter qualquer boõ prellado e pospostas todallas outras cousas, constantemente quanto minha possibilidade abranger me opusesse por a liberdade da igreia. Muito, Senhor, lhe tive em merce sua iusta e santa rrequisiçom e logo lhe disse o que me pella primeira letra, que em Abrantes de Vossa Senhoria dada foi, escrevestes e o offerecimento que tinha feito a Vossa Merce, pello que secundario a ella escrevi e passadas as ditas cousas, determinarom comonicar comigo todo o que di adiante acerca da causa predicta ouvesse de fazer e a primeira cousa que comigo fallando deliberarom foi enviar a el Rei dizer certas cousas, que a Vossa Senhoria podera veer em na folha dentro em esta metida, postas sob tal signal + As quoaes cousas mandarão primeiramente comonicar ao senhor arcebispo desta cidade porque erão ia per seu sinado certos que por serviço de Deus e liberdade da igreia era pronto fazer todo o que em elle fosse com nom menos constancia do que se dizer pode e por que o dito senhor estava com el Rei em Santarem, despois que a elle forom os nuncios do dito cabido, elle preveeo o que a el Rei aviom de dizer e pareçeolhe ser bem, antes que os sobreditos a el Rei falas-sem, ser tudo comonicado com o prior de Santa Cruz de Coimbra, o qual prior, tanto que lhe tudo foi notificado, disse que o deixassem primeiramente fallar com el Rei e sentiria delle algũa cousa acerca do dito negocio, porque ataa entom ainda lhe nom fora em ello fallado, nem se sabia de sua temçom cousa algũa e em esse mesmo dia o dito prior fallou a el Rei, assi como milhor pode, acerqua do dito negocio e o dito senhor lhe respondeo que lhe nom desprazeria de os prellados e pessoas ecclesiasticas acerca da legacia que trazia o bispo de Coimbra fazerem tudo o que pudessem per suas honrras e liberdade, com tanto que em tais cousas delle nom fizessem mensom algũa, nem mostrassem que em ello tinham delle favor nem aiuda e que esto tevessem assi secretamente e esto notefiquou loguo o prior ao arcebispo e no dia seguinte as missas o dito senhor Rei chamou o arcebispo e lhe disse formalmente aquello que dito avia ao prior predicto, pello qual determinarom ambos de se nom dizerem a el Rei as cousas conteudas nas sobreditas instruções, as quoaes cousas per carta de crença o arcebispo enviou dizer a este seu cabido e a mim e porque quando foi determinado de enviarem os sobreditos nuncios a el Rey logo enviarom hum conego a Coimbra pera se certeficarem da tençom do bispo de Lamego, que hi estaa, e do cabido da dita cidade e outro enviaram ao bispo e cabido dEvora, porem determinarom sobreser, posto que soubessem ia o que dissera el Rei e nom fazerem cousa ata verem as tenções dos sobreditos. E estando o negocio em estes termos, chegou a mim o vosso moço da estriberia com as letras no começo desta ditas, e aconteçeosse assi que no dia dantes veo el Rei dormir a esta cidade e tanto que eu vi a letra vosa a mim dirigida e as instruções, eu as amostrei logo e comoniquei a este honrrado cabido de Lixboa, o qual deu muitas graças a Deus por conservar em vos tam virtuoso deseio, tendo muito em merce a Senhoria Vossa tanto e tam grandissimo cuidado e tam singular advertençia como Vossa Alteza por obra mostrava ter a igreia destes rreinos e louvando muito vossas virtudes e o conteudo nas instruções vossas me disserom que pois el Rei era presente, não tardasse mais de lhe rrelatar o que

me a Vossa Senhoria escrevia que lhe dissesse e nom somente lhas disesse de vossa parte, mas ainda da parte do arcebispo de Lixboa e delles todos e de seus aderentes e foi assi que sabado, vinte dias deste fevereiro, no mosteiro de Santo Agostinho desta cidade, ouvindo el Rei missa na capella de Santa Maria [fl. 50] da Graça, eu lhe presentei a letra de crença que Vossa Senhoria enviava, o qual a filhou e por entom a não quis ler e tornouma a mão e mandoume que ao dominguo em na see, onde elle avia de ir, como foi, ouvir missa, lha desse e que ali me ouviria, em o qual dia e logar eu lhe tornei presentar a dita vossa carta e elle a abrio e leo toda e acabada de ler, eu comecei em epillogo rrellatar a sua Senhoria o conteudo nas vossas instruções que me mandastes que lhe disesse e elle me nom quis leixar acabar o que lhe falava e disseme que assi em breve como eu podesse escrevesse o que por então lhe queria rrequerer e que elle assinaria o que lhe prouvesse e pello dito sinado poderiamos ver toda a sua tenção e vontade e em aquel dia tendo conselho com o dito cabido, foi escrito o que se segue:

Precelsso e excellente Principe, etc. O que o arcebispo de Braga e o arcebispo de Lixboa, com todollos prellados, cabidos e crerezia dos vossos rreinos pedimos a Vossa Merce he que per serviço de Deus principalmente e vosso nom rrecebais como legado o bispo de Coimbra e sobreseiaes dello ata consultardes com elles, nem crea Vossa Alteza que tal nom rreceber sera desobedeçer ao Santo Padre, ca pois os direitos outorgão a qualquer agravado poder appellar do Santo Padre mal informado para elle bem enformado e antretanto pode sobreseer de sua execuçom sem pena nem mao nome, quanto mais Vossa Senhoria fazer o que vos rrequeremos, que tanto em serviço de Deus e vosso rredunda, rrecear nom deve e maximamente que Vossa tençom em ello poder ser santa e iusta scilicet que quando o Santo Padre per nos bem informado, desistir nom quiser, fica entom lhe obedecer e cumprir o que mandar a santidade sua e somos ainda ouzados de dizer que posto que rreceber e obedeçer ao dito bispo como a legado logo agora quisessemos, Vossa Merçe no lo consentir nom devia, per exemplo dos outros rreis christãos, os quoaes semelhantes legados em seus rregnos nom querem consentir nem consentem e pero nom lhes deixa o papa de fazer tantas graças e merces como a vos, e se de todo quanto a vos rreçeber o quiserdes como legado, ao menos Vossa Merçe lhe nom de aiuda nem favor contra nos, ata que nom veiamos suas letras e consultemos o que acerca de sua vinda fazer devemos, ca notorio he que a execuçom de sua legacia principalmente se endereça a nos e porque, Senhor, nos descrepar nom queremos de vossa tençom, o que seria necessario fazermos, sentindo al do que ora rrequeremos a Senhoria Vossa, porem avendo assi por mais serviço de Deus e vosso, vos pedimos que Vos praza a de nolo assi outorgar e nos fazer merce de quaesquer cartas vossas, que para aiuda e conservaçom de nosso direito e liberdade nos forem necessarias. Ao que mover devem Vossa Merce muitas rrezões que leixamos de escrever, por serem tam evidentes e justas e assi a Vossa Alteza notorias, que pareceria por sobeio rreplicallas; hũa pero com excessiva pena e desconsolaçom nossa nom leixaremos de escrever scilicet que toda a clerezia de vossos rreinos mui ouzadamente dizer pode que antre christãos nom ha outros algũus que os rreis sempre achem mais prestes a seu serviço no que elles podem do que vos achais a elles e esto assaz notorio testemunhão os muitos e grandissimos subsidios e aiudas que em as necessidades passadas vos fezerom, dando alem dos emprestidos dez, dezoito annos pera qua, dezasete dizimas pera vosso serviço, nom curando por ora de contar aqui o que seus predecessores mui grandemente aos antecessores vossos fezerom e nom menos os que presentes são, quando o caso de vossa necessidade se offereçe e o elles possão comportar, tem tençom de vos servirem, o que fazer lhes sera impossivel se ao papa agora ouverem de contrebuir tam exorbitantemente, ante que cobrem sobre si, visto o que tam de proximo dado tem.

Estos tres capitullos sobre escritos, Senhor, per acordo deste honrrado cabido de Lixboa presentei eu a el Rei em São Martinho desta cidade, segunda feira, xxii deste fevereiro, por cumprir o que elle mandara fazer, pero elle nom os quis ler, escusandosse que convinha ter avertencia acerca delles e deliberaçom, o que per aquel presente fazer nom podia, por que avia ainda de ir a Rollação e se avia de partir pera Alenquer, tanto que comesse, e porem me mandava que os desse ao prior de Santa Cruz, que presente era, e que os veria em Alenquer e de laa per seu sinado nos certificaria [fl. 50v] do que acerca do que lhe rrequeriamos, entendia de fazer e logo o cabido mandou com o dicto senhor hum beneficiado desta see a rrequerer o dito desembargo, alem da diligencia que o dito prior de Santa Cruz disse que o teria em o solicitar e ata hoje, que são vinte e seis dias do predicto mes de fevereiro, o dito beneficiado nom veo e por que eu esperava por o desembargo sobredito del Rei, pera volo enviar, porem detinha ca este vosso moço de striberia. Mas agora caso novo sobreveo, per que foi necessario de o logo enviar e escrever per elle a Vossa Senhoria, posto que vos não leve o dito desembargo, o qual he este que se segue: O arcebispo de Lixboa per algũas cousas, de que foi certificado de Coimbra, determinou, vendo como el Rei prolongava sua rreposta, de incontinente appellar e mandou o assi dizer a este cabido seu e a mim e mandou logo a estes seus letrados fabricar a dita appellaçom, em a qual som nomeados appellantes estes que se seguem scilicet o dito senhor arcebispo e seu cabido, o bispo de Lamego e seu cabidoo, o bispo do Algarve, por seu procurador, e seu cabidoo, o bispo da Guarda e o cabido meu. E porque pareçeo a este cabido e a mim deverse tudo isto notefiquar a Vossa Merçe, em mentes que a appellaçom nom he intimada, porem foi necessario de enviar este portador primeiro, do que eu quisera per a Vossa Senhoria saber o ponto em que o negocio ca he, e pera vos escreverdes como vos prazera de fazer e despois, Senhor, que a appellaçom for feita, eu enviarei o treslado della a Vossa Senhoria e tambem vos enviarei o treslado do desembargo del Rei, despois que vier, e por ora não escrevo mais a Senhoria Vossa. De Lixboa, xxvi dias de Fevereiro, 1462. Vosso capellão e servidor. Jo. episcopus Egitaniensis» (881).

Nesta carta, de 26 de Fevereiro de 1462, o bispo da Guarda D. João relata, como se vê, as numerosas diligências junto do rei e com o cabido de Lisboa, durante o mês de Fevereiro, até se ter decidido apelar para Roma, além das intervenções e diligências doutros eclesiásticos, a começar pelo arcebispo de Braga. E a este se dirige o cabido de Lisboa, nesse sentido, com especial referência ao bispo da Guarda e às cartas do arcebispo, enviadas ao rei e a Roma, e com a informação de que o legado estava disposto a não ceder às pretensões de entretanto aguardar resposta do papa, sem exercer tal ofício. Eis a carta do cabido, de vinte de Abril de 1462: «Muito Reverendo Padre e virtuoso Senhor. O chantre, dignidades e cabidoo de Lixboa, que vossa salvaçom e honrra de vosso estado deseiamos, beijando vossas mãos, em vossa merce muito nos encomendamos. Muito reverendo e virtuoso Senhor, porque o vosso mestre escola e Gomes Fernandez, vossos procuradores, foram sempre presentes a todalas cousas que se ordenarom com o bispo da Guarda acerca do aviamento que se deu a ser enviado a corte de Roma per duas partes e das instruções e cartas que sobre ello encaminharom per rremirmos quanto podermos nossa vexaçom e em todallas outras cousas e meudezas que passarom de todo forom e som sabedores, escusamos na presente de o escrever a Vossa Merçe, porque confiamos de sua prudencia e discriçom, que todo notarom e volo rrelatarom mais compridamente. Por o qual vos pedimos que lhe deis a todo comprida fee e crença e se algũas

(881) ADB, *Liber rerum memorabilium*, I, fl. 49-50v.

outras cousas de novo veerem a nossa noticia, despois de sua partida, de que entendemos que he compridoiro avisarmos Vossa Senhoria, crede que se fara toda a diligencia, ca sentimos deste nosso aversairo ter toda vontade de proceder e empeçer aos appelantes, quanto a seu poder for possivel, e assi vos pedimos por merçe que vos escrevaes a nos. Muito vos temos em merçe a mui boa carta que escrevestes a el Rei nosso senhor e assi as outras que a Roma enviastes por boo encaminhamento desto, e pedimos ao poderoso Deos que de tanta virtude, prudencia e constancia, de que vos fez eixecutor nestes feitos, vos queira dar o galardom, que os santos e boos prellados mereçem, ca nos nem outra Republica ecclesiastica pagar nom poderiamos tanta boa vontade. Muito Reverendo padre e virtuoso Senhor, a Santa Trindade aia vossa vida e estado em sua santa goarda; escrita vinte dias dabril 1462» (882).

Existe carta dos arcebispos de Braga e de Lisboa, datada de 2 de Fevereiro de 1462, em nome do clero português, a queixarem-se desta legacia, alegando a pobreza do clero, sobrecarregado e depauperado pela imposição das dízimas, e lamentando que a legacia fosse confiada a jovem sem experiência e de humilde origem, que pomposamente se ufanava de comissão tão honrosa. A carta era dirigida: «Reverendissimo in Christo Patri et domino domino J. divina miseratione sacrosancte matris Ecclesie cardinali dignissimo» pelos «devotissimi eiusdem Reverendissime Paternitatis filii archiepiscopus Bracharensis, primas, et archiepiscopus Ulixbonensis ceterique episcopi, capitula, abbates, priores omnisque status clericalis et religiosi regnorum Portugalie». Referiam eles: «applicuit Colimbriensis episcopus qui pomposa quadam elatione legatum se dicit ad hec regna missum a sanctissimo domino nostro cum potestate legati de latere, ut iuxta verum valorem a nobis omnibus tres decimas exigat vel ut rectius dicamus extorqueat et quedam alia faciat que apud nos Ecclesie statum omnino subvertant et quod admirabilius dictum est, omnibus minatur si sue non asensserimus voluntati, si non fecerimus quod ipse mandaverit et inde alia multa prorrumpit, que certe non decent virum gravem». Mas se o papa soubesse da pobreza do clero e fosse informado dos impostos e exacções, a que tinha estado sujeito, o que, junto às consequências da guerra e da peste, o reduzia à miséria, não teria confiado tal legacia, em descrédito dos prelados, a um jovem de condição humilde, desprovido de discrição e prudência; motivo por que eles o desejavam informar por meio do purpurado e apelar, confiados na intercessão do mesmo junto do papa, para obter a revogação da legacia ou ao menos a suspensão e reservar a causa à Santa Sé: «Verum quia nobis persuasum est quod ubi sanctissimus dominus noster noverit paupertatem, imo ut ita dixerimus calamitatem nostram ac incredibiles exactiones et amarissimas oppretiones que a personis secularibus nobis incessanter inferrantur, presertim quod a viginti annis citra septem et decem solvimus decimas, tantis nostris malis tamquam piissimus et sanctissimus dominus suaviorem ea quam petimus adhibebit medicinam nec sine [re] prelatos horum regnorum in maximam eorum ignominiam opprimere ac visitari a iuvene tam obscuri generis, imbecilis etatis et innope discretionis et consilii; quas ob res non animo non parendi mandatis eius Sanctitatis, cuius iugo semper leti cola submittimus, sed quia hac in re fuit minus bene informata ab ipso Colimbriensi episcopo, ad eam ipsam Sanctitatem bene informandam appellavimus, a certo tenentes quod cognitis iustis et legitimis causis, nostram appellationem comprobabit nostrisque oppressionibus et malis providebit. Non est enim adenda aflictio aflictis. Et quia scimus rerum conditor vos inter reverendissimos dominos cardinales animi magnitudinis, sanguinis nobilitate, omnium virtutum excellentia dotavit ut defenderetis ecclesiam suam sanctam, Reverendissime Paternitati Vestre omnes nos unanimiter et concordes supplicamus quod dignemini et in omnibus et presertim in hac causa nos tueri et habere de cetero unice commendatos vestrisque sapientissimis consiliis, favore et auctoritate apud Sanctitatem domini nostri summa

(882) ADB, *Liber rerum memorabilium*, I, fl. 40.

cum instantia interdicere quod non signat distructionem nostram, sed dignetur nos oculo pietatis aspicere, Episcopum Colimbriensem ab officio legationis revocare aut suspendere et causam ad Curiam Romanam advocare» (883). *Pela Cúria Romana andava um espanhol, então tesoureiro de Sevilha, de nome Afonso de Paradinas, já conhecido pela comissão, de que se falou atrás, feita pelo arcebispo e cabido de Braga, nomeando-o seu procurador na Cúria pontifícia juntamente com o licenciado Mendo Peres, na questão com os cónegos azuis de Vilar de Frades. Em 1469 será nomeado bispo de Cidade Rodrigo, em Espanha, este fundador da igreja do hospital ou albergaria de S. Tiago dos Espanhóis de Roma, onde residia já em 1446, pelo menos* (884). *E é dele também que o clero português se lembra para levar avante esta causa, pedindo ao cardeal preste fé à exposição deste seu procurador sobre o assunto: «Preterea supplicamus quod venerabili et circunspectissimo viro domino Alfonso de Paradinis, thesaurario sedis Hispalensis, in omnibus que in huiusmodi causa vobis dixerit, tamquam nobis, si adsimus, fidem indubiam dare velitis»* (885).

Apesar da tenra idade do bispo, bem chegado ao monarca D. Afonso V, do qual ele, já cubiculário do papa, obtinha, em 1453, para o pai do futuro bispo de Silves e também legado em Portugal antes dele, carta de aposentado (886), *penso ser de atribuir a certa rivalidade, para não dizer* invidia clericalis, *as palavras referidas à pessoa do legado. Como já no reinado de D. Duarte vários membros do alto clero português, por se julgarem mais dignos, com pergaminhos de nobreza, e mais idóneos pela experiência de muitos anos de governo das suas dioceses, protestaram contra a projectada visita às dioceses do reino pelo abade Gomes Anes e o cónego azul Mestre João Vicente, bispo de Lamego* (887), *assim também se explica, naturalmente, a reacção dos preteridos, mais justificável devido ao facto da imposição das dízimas. Se fosse figura tão insignificante — ainda não tinha sido transferido para a sé de Évora, pelo que não se trata de D. Garcia de Meneses* (888) —

---

(883) ADB, *Liber rerum memorabilium*, I, fl. 48-48v.

(884) Cf. JUSTO FERNÁNDEZ ALONSO, *Las iglesias nacionales de España em Roma. Sus orígines*, em *Anthologica Annua*, Roma, 1956: *Don Alfonso de Paradinas, obispo de Ciudad Rodrigo*, pp. 26-48.

(885) ADB, *Liber rerum memorabilium*, I, fl. 48v.

(886) «Dom Afonso, etc. A quantos esta carta virem fazemos saber que nos querendo fazer graça e merçee a Joham Afomso, noso vasallo, morador em a villa de Temtugual, padre do *doctor Alvoro Afomso, escprivam que foy da poridade do Ifante dom P.º, pello de Joham Roiz noso criado, filho de Ruy Galvom noso secretario e cavalleiro de nosa cassa, cobicollairo do samto Padre, que nollo ell enviou pedir*, teemos por beem dapousentarmollo com toda sua honrra, liberdades e privillegios, posto que nom chegue [fl. 30v] a idade de satemta annos, como per nos he mandado que os nosos vaasallos se ajam de pousentar. E porem mandamos ao veedor dos nosos vaasallos, oficiaes e pesoas que esto ouverem de veer, esta nosa carta for mostrada, que o ajam apousentado com toda sua honrra, e queremos que lhe guardem e façam beem comprir e guardar todallas graças, merces, liberdades, framquezas e privillegios que am todollos nosos vaasallos que sam apousentados per idade comprida, caa sy he nosa merçee, sem outro alguũ emnbarguo, que lhe sobre ello seja posto. Dada em a cidade dEvora, xx dias do mes de Março. Joham de Lixboa a fez, anno de noso Senhor Jhesu Christo de mil e iiii.c liii. Roy Galvom a fez escrepver»: ANTT, *Chancelaria de D. Afonso V*, liv. 3, fl. 30-30v. Na fl. 26 v: «Carta de liberdades do douctor Alvaro Afomso, escripvam que foy da poridade do Iffante dom Pedro, per seer com o dicto Ifante na batalha dAlferrobeira contra nossa pessoa e rreal estado, etc., carta em forma dada em a cidade dEvora, xxb dias de Fevereiro. Gonçallo de Moura a fez. Anno de nosso Senhor Jhesu Christo de mil iiii.c liii. Ruy Galvam a fez escrepver».

(887) Cf. ANTÓNIO DOMINGUES DE SOUSA COSTA, OFM, *D. Gomes, reformador da abadia de Florença, e as tentativas de reforma dos mosteiros portugueses no século XV*, em *Studia Monastica*, V, Abadia de Monserrat, 1963, pp. 145-146.

(888) C. EUBEL, *Hierarchia catholica medii aevi*, II, pp. 132, dá-nos como data da transferência de João Rodrigues Galvão para a sé de Évora e nomeação de Garcia de Meneses para bispo de Coimbra o dia 9 de Fevereiro de 1469, mas erroneamente, porque isso deu-se a 9 de Fevereiro de 1470: «Die Veneris, viiii.º februarii 1470. Sanctissimus dominus noster in consistorio secreto absolvit reverendum patrem dominum [Johannem], episcopum Colimbriensem, ab ecclesia sua Colimbriensi, in qua tenebatur alligatus, et transtulit

não se interessaria el-rei D. Afonso V, em 1469, junto do cardeal Jacobus Amnati, conhecido vulgarmente como cardeal de Pavia, por que o criassem cardeal, conforme consta de carta daquele, dirigida ao monarca português, a desculpar-se por não ser possível, nessa altura, a criação e a realçar os merecimentos do bispo de Coimbra: «Illustrissimo Principi ac serenissimo regi domino Alfonso, Dei gratia Portugallie et Algarbii regi, etc. Illustrissime Princeps ac Serenissime Rex, etc. Accepi alias litteras Vestre Serenitatis in comendationem reverendi patris domini episcopi Columbriensis ad dignitatem cardinalatus! Ad quas rescripsi, promittens omnem operam et studium meum illi non defuturum in tempore oportuno. Nunc vidi alias litteras manu vestra regia scriptas, in quibus V. Serenitas, excludens ceteros, pro solo Columbriensi supplicaturam se pollicetur. Ne concurrentibus aliis, impediatur sua promotio. Hec vestra resolutio in illum solum isti negocio necessaria fuit michique plurimum placuit, tam respectu honoris vestri, quem maxime cupio, quam gratia Colimbriensis, quem, intercedentibus amplissimis eius meritis, summa benivolentia et amore complectimur. Nam quando pro pluribus vel supplicatur vel scribitur, plures necesse est et varie sententie dicantur et a Pontifice et a Patribus, itaque intelligens nunc hanc restrictionem vestram, existimo nil accomodatius ad rem bene conficiendam fieri potuisse, in qua quantum ego sum operaturum facile potest iudicare vestra celsitudo, pro mea in illam devotione perpetua et in prefatum episcopum singulari affectione. Eamdem celsitudinem conservare dignetur Altissimus in sua protectione. Rome, xxvi Junii Mcccclxix» ([889]). *De qualquer forma, ele frequentava a corte como conselheiro do rei, que lhe concederá o título de conde de Arganil* ([890]), *o que o levava a ocupar-se pouco do governo da diocese, apesar de lhe ter sido conferido em comenda o priorato do mosteiro de Santa Cruz de Coimbra* ([891]), *precisamente porque suas qualidades e posição áulica levavam os*

---

eum ad ecclesiam Elborensem, vacantem in Curia Romana per obitum domini Alvari, ultimi episcopi. Eadem die et consistorio providit de ecclesia Colimbriensi, vacante per translationem ut premittitur, de persona domini Garcie...» (AV, Obl. et Sol. 82, fl. 56, cf. Obl. et Sol. 83, fl. 43, 43v). De facto, ainda em Novembro de 1469 aparece em várias súplicas como *Johannes, episcopus Colimbriensis*, e noutra de 10 de Janeiro de 1470, figura como *Johannes episcopus Colimbriensis amplam peccuniarum summam in manutenendis germanis suis et aliis bellatoribus suis contra Sarracenos et alios Christi nominis inimicos sincera fide et alacri animo sepius exponere ... solitus*, ao pedir o indulto de poder fazer testamento (*Monumenta Portugaliae Vaticana*, Súplicas de Paulo II, nn. 917-937, 985--986) e D. Garcia de Meneses aparece ainda como bispo eleito de Coimbra em súplicas de 4 de Abril de 1470, recebendo as Ordens sacras, que lhe faltavam, só em Maio de 1470, na qualidade de *electus Colimbriensis* (*Monumenta Portugaliae Vaticana*, Súplicas de Paulo II, nn. 1019, 1036), aparecendo aliás como simples *orator vester Garsias de Meneses, archidiaconus de Sanctarem* em súplica de 5 de Novembro de 1469 (*Ibidem*, n. 930). Bastaria notar que D. Álvaro Afonso, bispo de Évora, ainda figura como vivo em súplica de 31 de Outubro de 1469 (*Monumenta Portugaliae Vaticana*, Súplicas de Paulo II, n. 929). D. João Rodrigues Galvão não consentiu na transferência, pelo que também a promoção de D. Garcia de Meneses a bispo de Coimbra não teve efeito, tendo sido, mais tarde, nomeado bispo de Évora, conforme se diz em súplicas de 12 e 13 de Novembro de 1470: «...Verum, Pater Sancte, *prefatus Garsias non ad ecclesiam Colimbriensem prefectus nec ad illam promotus extitit*, ex eo quod prefatus Johannes, qui tunc eidem ecclesie Colimbriensi preerat, translationi de persona sua ad ecclesiam Elborensem non consensit nec ad illam translatus extitit ipseque Garsias ad ecclesiam Elborensem huiusmodi nuper per S. V. promotus existat ...» (*Monumenta Portugaliae Vaticana*, Súplicas de Paulo II, nn. 1155-1157).

([889]) AV, Arm XXXIX, t. 10, fl. 73.

([890]) Cf. FORTUNATO DE ALMEIDA, *História da Igreja em Portugal*, I, Barcelos, 1967, p. 503.

([891]) Creio que D. João Rodrigues Galvão nunca foi cónego regrante. De facto nas súplicas e bulas que dele conhecemos, desde os seus vinte anos de idade, em que já figura como cubiculário pontifício e a pedir benefícios da diocese de Coimbra e outras dioceses, não se depara com tal circunstância, que, por força, devia ser declarada, tratando-se de benefícios seculares. Em várias súplicas de 1475, depois que o bispo eleito de Lamego D. Rodrigo de Noronha, até à sua nomeação comendatário do mosteiro de Santa Cruz, o teve de deixar, em benefício de D. João, resignatário de Lamego, do qual passou para D. João Galvão, este diz possuir tal priorato por dispensa apostólica: «...Supplicat igitur S. V. devota creatura vestra Johannes, episcopus

monarcas portugueses a servirem-se de seus préstimos, inclusive D. João II, por cujos interesses ele ascendeu à sé primacial de Braga, vendo-se, contudo, na necessidade de recorrer a seu cabido e ao da colegiada de Guimarães, respectivamente a 13 e 23 de Outubro de 1483 ([892]), *a pedir dinheiro*

Colimbriensis, *dicti prioratus prior ex apostolica dispensatione*», embora apareça também simplesmente como *Johannes, episcopus Colimbriensis, comes de Arganil e prior sancte Crucis (Monumenta Portugaliae Vaticana*, Súplicas de Sisto IV, nn. 652, 684, 697). São muitos os documentos tanto da sé de Coimbra, como de Braga, em que aparece como prior de Santa Cruz de Coimbra.

([892]) «Saibham quantos este estormento virem como no anno do nasçimento de nosso Senhor Jhesu Christo de mil iiii.c lxxx tres annos, treze dias do mes doutubro, em a muito antigua e ssenpre leall çidade de Bragaa, na casa do cabidoo novo da see desa meesma, sendo hi juntos o Rev.mo in Christo padre e senhor dom Joham Gualvam, electo confirmado, senhor da dicta çidade, primas das Espanhas, prior de santa Cruz de Coinbra, etc., e os honrrados Joham Godiiz, chantre, Joham Vaaz, arcediago dEnçina ... todos coonigos prebendados em a dicta see de Bragaa juntos, chamados a cabidoo ... perante elles assy como cabidoo, da parte do dicto senhor foy dicto que elles sabiam bem as mui grandes e graves despesas que lhe convinha fazer pera a paga de suas leteras do dicto arçebispado, aas quaees nom podia ssoprir ssem sua ajuda delles, porem lhes rrogava o quisessem ajudar per via denprestido e serviço e que pera ssegurança sua quanto ao enprestido lhes apresentava aly huũ alvara del Rei nosso senhor, escripto em papell, asignado per sua maão, do qual o theor tal he: Nos el Rey fazemos saber a quantos este alvara virem que sentindo nos como dom Joham Gualvam, arçebispo e senhor de Bragaa, etc., era ora em naçesidade de aver mester dinheiro pera espediçom de suas leteras, pera que lhe era forçado buscallo enprestado e desejando, pollo singullar cargo que delle e de sua honrra teemos, fazerlhe toda ajuda e merçee a nos posivel, per este noso alvara nos praz e seguramos quaaesquer bispos, condes, cabidoos de Braga e Guimaraes, fidalgos, abades, priores, clerizia, cavaleiros, escudeiros, mercadores e outras pessoas que ao dicto arcebispo emprestarem dinheiro ou prata, atee contia de quatro mil cruzados, que aconteçendo de elle falleçer da vida deste mundo, deste natal que ora vinra de quatroçentos oyteenta quatro atee ho outro natal que começara da era de oyteenta çinquo, que elles todavia sejam seguros que ajam e se entreguem deste dinheiro que assy enprestarem e cada huũ enprestar, que faça a dicta contiia per parte ou todo e esto per quaaesquer rrendas do dicto arçebispado que lhes o dicto arcebispo pera isso tever apropriado, sem lhe falecer cousa algũa... fecto em Abrantes, treze dias do mes de Setembro. P. o Alvarez o ffez, de mil iiii.c lxxx tres. Rey. E apresentado assy e leudo o dicto alvara, logo os dictos dignidades, coonigos e cabidoo diseram que como cabidoo e em nome delle e como pessoas singollares, consiirando as grandes naçesidades, em que o dicto senhor electo nosso senhor he posto, de aver mester dinheiro pera espediçom das dictas suas leteras e como por rrazam dello era muito encarragado e emdividado aa camara appostolica e que nom podia nem tiinha per onde satisfazer a ello *pollas grandes e muito largas despesas que fezera depois que el Rey nosso senhor he Rey, andando per sseu mandado e por serviço sseu e destes rregnos senpre em sua corte, e nunca sse della partira*, porem elles como cabidoo lhe enprestavam segundo fforma e continençia do ssobredicto alvara del Rei nosso senhor todo o que montava em todallas rrendas, dereitos, procuraçoões seu visitaçoões e colheitas, que o dicto arçebispado de Bragaa rrendeo e rrende e esta arrecadado e fica por arrecadar des dia de sam Joham Baptista que passou da era de lxxxii ataa o sam Joham que ora passou de mil iiii.c lxxx tres...»: ADB, *Colecção cronológica*, caixa 32. «Saibham quantos este estormento de serviço temporal e perssoal virem que no anno do nascimento de nosso Senhor Jhesu Christo de mil quatroçentos oyteenta tres, aos viinte tres dias do mes doutubro, na senpre leal villa de Guimaraaes, dentro na casa do thesouro da honrrada devota colegiada egreia de sancta Maria da dicta villa, seendo hi o muy Reverendo em Christo padre e senhor dom Joham Gualvam, electo confirmado em arçebispo de Bragaa, senhor da dicta çidade e primas das Espanhas e prior de sancta Cruz de Coinbra, estando hi outrossy os honrrados Affonso de Freitas, thesoureiro, Martim Lourenço Requinado... coonigos prebendados da dicta egreia, o sobredicto senhor lhes expose e declarou a grande neçesidade em que elle era posto per mingua de dinheiro pera expediçom das leteras apostolicas da provisom da dicta dignidade arçebispal ... E os ssobredictos todos juntos como cabidoo e em nome do cabidoo nemine discrepante e eso meesmo como singulares perssoas intitullados em benefiçios fora da dicta egreia de Guimaraães e porem beneficiados em algũas egreias e beneficios do dicto arçebispado, que aa mesa arçebispal delle pagam visitaçoões, colheitas sseu procuraçoões ou outras algũas rrendas e dereitos, diseram que elles *avida consiideraçom aa sua grande neçesidade de dinheiro e de si desejando muito de o servir asii por sua grande nobreza, como por outros alguũs rrespeitos justos e onestos*, lhes prazia de o servirem no que dicto he e pera o que dicto he com triinta mill rres brancos desta moeda corrente...»: ADB, *Colecção cronológica*, caixa 32.

emprestado para a expedição das bulas respectivas, visto não ter meios para isso, devido aos contínuos gastos, ao serviço da corte, e depois que, no dia 1 de Fevereiro de 1483, a ele Johanni electo Bracharensi *e ao cabido escrevia Sisto IV, exortando-os a pagar, sem demora, parte da taxa devida pela promoção do antecessor João de Melo, falecido* (893).

---

(893) AV, Arm. 39, t. 15, fl. 175-176: «Johanni, electo Bracharensi. Venerabilis frater. Salutem, etc. Scis teneri ad solutionem sex milium ducatorum pro iuribus camere nostre apostolice et sacri cardinalium collegii ecclesiam tuam Bracharensem, ad quam nuper ex nostra et sedis apostolice benignitate translatus fuisti. Debitum tuum requirit ut ipsi camere nulla interposita tergiversatione aut contradictione satisfieri cures, quod iam pro honore tuo fecisse debuisses. Itaque, ne res diutius protrahatur, volumus et tue fraternitati sub excommunicationis late sententie ac privationis omnium beneficiorum tuorum pena, quam, si contrarium feceris, eo ipso incurras, districtius precipiendo mandamus quatenus sine ulteriori mora dictam summam, sive ex fructibus eiusdem ecclesie sive aliunde, persolvi et illam dilecto filio Andree de Oddono, mercatori Januensi, in Hispalensi commoranti civitate et pro eadem camera et collegio recipienti, aut eius procuratori, a quo quitantiam debitam recipias, consignari procures, alioquin inhibemus tibi ex nunc atque interdicimus administrationem et regimen dicte ecclesie eiusque possessionis adeptionem et fructuum perceptionem, sed putamus quod fraternitas tua, tamquam prudens et gratiam sibi factam recognoscens, prompte obtemperabit nec permittet seipsam in huiusmodi contumacia et censuris involvi. Datum Rome, die prima Februarii 1483, anno xii.o». «Episcopo Elborensi. Venerabilis frater, etc. Debentur camere nostre apostolice et sacro cardinalium collegio, occasione promotionis ad ecclesiam Bracharensem de persona bone memorie Johannis de Mello facte, sex milia ducatorum pro residuo maioris summe, prout fraternitas tua, ad quam meminimus alias super hoc scripsisse, optime novit. Que quidem pecunie, cum ex fructibus eiusdem ecclesie exigende sint et solutio differatur, nos volentes, sicut convenit, indemnitati eiusdem camere et collegii providere illorumque iura preservare, venerabili fratri Johanni moderno electo Bracharensi sub excommunicationis et [fl. 175v] privationis omnium beneficiorum penis, quas, si contrafecerit, eo ipso incurrat, districte mandamus, sicut per copiam brevis nostri presentibus interclusam tua fraternitas intelliget, ut predictas pecunias solvi curet. Tue vero fraternitati per presentes sub eisdem penis et censuris committimus et mandamus quatenus, si prefatum electum quoquo modo contigerit obstare quominus dicta solutio fiat, illico declares ipsum in predictas penas incidisse nobisque huiusmodi declarationem publico autenticoque instrumento factam mittere non differas et nihilominus idem te facere volumus in dilectos filios decanum et capitulum dicte ecclesie, penes quos fructus huiusmodi collecti esse dicuntur, si contra brevis nostri formam, quod ad eos mittimus, cuius etiam copiam tibi presentibus mittimus interclusam, renitentes fuerint, super quo plenam tibi concedimus harum serie facultatem. Non obstantibus quibusvis litteris seu mandatis aut ordinationibus de et super assignatione predictorum fructuum in alios forsan usus facientibus ceterisque contrariis quibuscumque. Datum Rome, ut supra». «Decano et capitulo ecclesie Bracharensis. Dilecti filii. Salutem, etc. Cum ecclesia Bracharensis debitrix remaneat camere nostre apostolice et sacro cardinalium collegio in summa sex milium ducatorum et solutionem hactenus retardatam esse et de presenti retardari cognoscatis, nos ut iura ipsius camere et collegii preserventur, mandamus inpresentiarum venerabili fratri Johanni moderno electo Bracharensi sub certis penis ut solutionem huiusmodi fieri procuret. Committimus preterea venerabili fratri episcopo Elborensi quatenus, si prefatus electus archiepiscopus et vos, quando renitentes fueritis mandatisque nostris secundum formam brevium nostrorum parere recusaveritis, illico vos declaret in predictas penas incidisse, declarationemque huiusmodi publico instrumento factam ad nos mittat. Votis itaque, tenore presentium, sub excommunicationis late sententie et privationis beneficiorum vestrorum penis eo ipso secus faciendo incurrendis, stricte mandantes quatenus prefatum archiepiscopum sine litteris apostolicis super provisione dicte ecclesie Bracharensis emanatis nullo pacto in pastorem et prelatum vestrum recipiatis vel recognoscatis neque ei obedientiam aut [fl. 176] reverentiam debitas tanquam archiepiscopo vestro exhibeatis nec eum aut alios eius nomine de ipsius ecclesie regimine et cura ac bonorum et fructuum eiusdem administratione aut perceptione permittatis se intromittere. Et nihilominus simili modo vobis et cuilibet vestrum precipimus ut de fructibus antedicte ecclesie hactenus collectis ac colligendis et quomodolibet aut ubicumque conservatis dictam summam sex milium ducatorum, ad quam et ultra dicti fructus hucusque verisimiliter ascendere debent, effectualiter persolvatis et dilecto filio Andree de Oddono, mercatori Januensi, in civitate Hispalensi commoranti et pro eadem camera recipienti, vel eius procuratori, a quo quitantiam debitam recipiatis, consignetis seu persolvi et consignari curetis, cessante omni mora et contradictione aut appellatione et tergiversatione forsan per vos aut aliquem vestrum interposita vel interpo-

Sua fidelidade a João II nas questões com o clero mereceu os reparos do papa que, por cartas dirigidas a ele Johanni electo Bracharensi (894), *ao bispo de Évora* (895) *e vários outras personalidades* (896), *além do rei, ao qual enviava o núncio João de Mierli* (897), *procurava obter o res-*

---

nenda, non obstantibus quibusvis litteris et mandatis super huiusmodi fructibus aliter forsitan dispensandis a nobis emanatis, ceterisque contrariis quibuscumque. Datum ut supra. Visa in camera apostolica. A. de Forlivio».

(894) AV, Arm. 39, t. 15, fl. 284-284v: «Johanni, electo Bracharensi. Dilecte fili. Salutem, etc. Maxima afficimus admiratione quod, cum carissimus filius Johannes, rex Portugallie, tam irreverenter se ingerat rebus spiritualibus, ecclesiasticam libertatem opprimendo, tu, cui cure esse debet iura ecclesiastica tueri et ab iniuria cuiuscumque vendicare, ita sub dissimulatione id toleres, quasi non res agatur maximi preiudicii contra libertatem ecclesiasticam idque cum aliorum prelatorum culpa eveniat, tum maxime tua, qui, cum auctoritate et gratia valeas apud ipsum regem, immemor dignitatis tue et beneficiorum que ab hac sede es consecutus, non recta consulere, presertim que statum concernunt ecclesiasticum, sed perperam eius studeas assentiri voluntati et iniqua consulere cum dedecore huius sancte sedis et ipsius regis tuoque dispendio. Quocirca, quoniam vos debitum officium vestrum negligitis, nos profecto nostrum faciemus. Mittimus itaque inpresentiarum nuntium nostrum ad ipsum regem cum litteris, admonentes et stricte mandantes ut ab inceptis abstineat libertatemque ecclesiasticam non impediat. Qui si suo maleque consulentium consilio quam mandatis nostris parere maluerit, illico tali providebimus remedio ut aliis cedat in exemplum. Tibi autem in virtute sancte obedientie [fl. 284] districte precipiendo mandamus ut deinceps in his que contra auctoritatem apostolicam et ecclesiasticam libertatem per ipsum regem fiunt, nullo pacto assentias et si te vis a tam vehementi suspitione purgare, studeas ipsum ab inceptis ad sana consilia revocare. Quod si secus fecerit, non sine ipsius regis damno tuaque iactura, de consilio fratrum nostrorum sacrosancte Romane ecclesie cardinalium Romane sedis auctoritatem et ecclesiastica iura tuebimur. Datum ut supra [Rome, die xxv Maii 1483, anno xii.º]».

(895) AV, Arm. 39, t. 15, fl. 284v-285: «G. episcopo Elborensi. Venerabilis frater, etc. Cum ad carissimum filium Johannem, regem Portugallie, et ad aliquos regni istius proceres graviter indignantes scribamus et ab ipso rege sedis apostolice auctoritas contemnatur, iura ecclesiastica irreverenter opprimantur, te imprimis et archiepiscopum Bracharensem non immunes a reprehensione censemus, qui auctoritate et gratia apud regem ipsum valeatis, non que religiosum et gratum principem facere decet, sed que in apostolice sedis dedecus, status ecclesiastici ruinam, conscientiarum vestrarum iacturam et regis ipsius dispendium cedunt, consulatis. Si vos ecclesie prelati, quibus ex onere dignitatis episcopalis incumbit protegere ecclesiasticam libertatem, dissimulatis licentiam principum, non est profecto sperandum ut laicorum consiliis ausus principum, ecclesiastica iura invadentium, conherceantur. Quare videte ne non minus in vos excandescere vestramque negligentiam punire quam laicorum audatiam reprehendere debeamus. Quam ob rem, quoniam mittimus ... nuntium nostrum ad regem ipsum, ei mandantes ut falcem non immittat in messem alienam, tibi in virtute sancte obedientie mandamus ut nullo pacto assentias regi in his que contra auctoritatem apostolice sedis cedunt et ecclesiasticam libertatem, sed contra moneas ipsum grati bonique principis officio erga Romanam sedem uti velit. Quod si perget in inceptis, nos contra usurpatorem iuris ecclesiastici et Romane sedis contemptorem nostro utemur officio, ita ut [fl. 285] intelligat quantum ei obfuerit predecessorum suorum vestigia et obedientiam erga apostolicam sedem non fuisse secutum. Datum ut supra [Rome, die xxv Maii 1483, anno xii.]».

(896) *Didaco, duci Visensi; Beatrici infantisse Portugallie; Fernando, duci Bragantie; Alfonso, comiti de Pharon; Johanni, marchioni Montismaioris; Ad licentiatum de Calzediglia; Domno Alvaro:* AV, Arm. 39, t. 15, fl. 283-284, 285-286.

(897) AV, Arm. 39, t. 15, fl. 282-283: Carta *Non possumus*, publicada por JUSTO FERNANDEZ ALONSO, *Juan Mierli, legado ante Juan II de Portugal (*1483*)*, em *Anthologica Annua*, 7 (1959) 400-401. «Johanni Myerli, nuntio. Dilecte fili. Salutem, etc. Cum te ad carissimum in Christo filium nostrum Johannem, [fl. 315] Portugallie regem illustrem, nuntium miserimus, ut ea que a nobis in commissis habes, apud illum melius agere et animum maiestatis sue ad ea inducere possis, volumus ac tibi presentium tenore mandamus ut ea que nostro nomine sue maiestati es relaturus, etiam nomine sacri collegii venerabilium fratrum nostrorum sacrosancte Romane ecclesie cardinalium referas, et que tibi mittuntur ab ipso collegio, regi ipsi exponenda, nostra quoque ex parte illa eadem exponas. Nam ita mens et intentio nostra est. Datum Rome, die xxiii Junii 1483, anno xii.º» (AV, Arm. 39, t. 15, fl. 314v-315). Publicada por JUSTO FERNANDEZ, *ibidem.* p. 407.

peito pelas liberdades eclesiásticas. O caso das divergências régias com o bispo de Silves, irmão do cardeal Alpedrinha, e com este acerca dos proventos do mosteiro de Alcobaça e tomada de posse de certos benefícios, contribuiu também para o papa tomar atitudes de descontentamento para com D. João Galvão, arcebispo eleito confirmado, que Sisto IV transferira de Coimbra para Braga, não tendo sido expedidas ainda as bulas em Fevereiro de 1484, embora pareça tê-lo sido no mês de Maio do mesmo ano, como veremos. A 6 de Fevereiro de 1484 ([898]), *um dia depois do breve* Non sumus ignari, *de 5 de Fevereiro de 1484, a censurar o monarca por atentar, por diversos modos, contra as liberdades eclesiásticas* ([899]), *Sisto IV repreendia de novo D. João II por ter banido do reino ao bispo de Silves e irmão do cardeal, que se recusava renunciar ao bispado, conforme desejava el-rei, mandando ao bispo de Coimbra, D. Jorge de Almeida, embaixador régio, comparecesse pessoalmente, sob pena de privação da igreja e benefícios próprios, perante o cardeal de S. Pedro e Paulo* ([900]), *por ter ousado publicar na cúria papal o decreto de exílio contra o bispo, que o papa, segundo breves de 28 e 29 de Março de 1484, dirigidos ao cardeal Alpedrinha, mandava prender até que o rei revogasse quanto determinara contra o bispo de Silves* ([901]). *Na carta dirigida*

([898]) AV, Arm. 39, t. 16A, fl. 44-44v, t. 16C, fl. 117v-119: «Regi Portugallie. Carissime, etc. Cum iam pluries ad te scripserimus, hortantes et monentes ut venerabilem fratrem G., episcopum Silvensem, predicte ecclesie possessionem assequi permitteres, de qua tuis oratoribus in Urbe tuoque nomine supplicantibus illi providimus, sicut per alias nostras litteras tibi significavimus, crederemusque fore ut secundum dispositionem et voluntatem sedis apostolice tuum debitum faceres, tua maiestas non modo nostris non voluit parere mandatis, verum per dilectum filium G., electum Colimbriensem, tuum apud nos oratorem, tuo ut ostendit mandato, eidem G., episcopo Silvensi, dilecti filii nostri G., tituli sanctorum Marcellini et Petri presbyteri cardinalis, fratri, in Romana Curia residenti, pro eo quia regimini et administrationi ecclesie Silvensis iterum cedere ad tui nutum recusaverat, per te de regno tuo bannitum, illum tuoque regio banno subiectum et diffidatum intimari mandavit, statutas in bannientes episcopos et fautores eorum in Viennensi concilio penas damnabiliter incurrendo. Quod sine apostolice auctoritatis contemptu et anime tue pernitie fieri non potuit. Itaque sperantibus nobis fore ut ea que in regno tuo contra libertatem ecclesiasticam committuntur, super quibus graviter conquesti sumus, per te corrigerentur, hoc aliud longe deterius [fl. 44v] et ut nulla excusatione tergiversari possit in Urbe actum est. Ut igitur tue saluti consulas et sancte sedi apostolice debitam prestes obedientiam, te requirimus et monemus ut predictum bannum illico revocari iubeas, alias nostri officii debitum exequendo, dictas penas te incurrisse declarare cogemur et contra predictum electum Colimbriensem huiusmodi ausum penas sacrorum canonum omnino exequi intendimus. Quam rem, cum totiens tibi significaverimus nobis esse cordi, presertim tuis oratoribus predictam provisionem fieri tuo nomine supplicantibus (ut sepe diximus), miramur quod hactenus nostre voluntati morem gerere nolueris nec ullum unquam hactenus principem fuisse scimus qui, si intelligeret voluntatem nostram, ut tu in hac provisione intellexisti, eam tam parvifaceret, ut celsitudo tua fecit. Datum Rome, die vi Februarii 1484, anno xiii.º».

([899]) AV, Arm. 39, t. 16 A, fl. 42-43v, t. 16 C, fl. 113-116.

([900]) AV, Arm. 39, t. 16 A, fl. 44v, t. 16 C, fl. 119: «G. electo Colimbriensi. Dilecte fili, salutem, etc. Volumus et tibi sub excommunicationis ac ecclesie et beneficiorum, que obtines, privationis penis expresse precipiendo, mandamus quatenus acceptis presentibus, statim sine ulla contradictione et mora compareas personaliter coram dilecto filio nostro Phy. tituli sancti Johannis et Pauli presbytero cardinale Matisconensi, contrariis non obstantibus quibuscumque. Datum Rome, die vi Februarii 1484, anno xiii.º».

([901]) AV, Arm. 39, fl. 63, t. 16 C, fl. 163-164: «Cardinali Ulixbonensi. Dilecte fili noster, salutem, etc. Cum alias te sacrosancte Romane Ecclesie cardinalem ad pacem et concordiam inter principes et potentatus totius Italie componendam legatum creaverimus et ne absentia tua pro tam pio opere aliquo modo tibi tuisque familiaribus, maxime consanguineis, nociva existat, idcirco quia alias cognovimus certam differentiam inter clarissimum filium nostrum regem Portugallie modernum et venerabilem fratrem Georgium, episcopum Silvensem, germanum tuum, de et super eodem episcopatu Silvensi et forte, te eunte, stante vel redeunte in dicto legationis officio, tibi aut fratri tuo predicto pro parte dicti regis vel alterius cuiuscumque aliquod impedimentum, sive de facto, sive de iure, maxime occasione dicti episcopatus, prestetur et ut liberius dictam pacem, prout credimus, finies, ideo presentibus decernimus et declaramus tibique promittimus quod te absente ab Urbe Curiave Romana, propter dictam pacem tractandam, in preiudicium tuum dictique germani tui, etiam si pro parte dicti regis aut per suos oratores per suam supplicationem interpellati fuerimus,

a D. João Galvão, a 6 de Fevereiro de 1484, a considerá-lo praticamente privado da arquidiocese, pois trata-o de episcopo olim Colimbriensi, *Sisto IV repreende-o por ter favorecido o monarca nas decisões contra as liberdades eclesiásticas, motivo por que ele papa arrancara o selo de chumbo às letras apostólicas da transferência para a sé de Braga, censurando-o ainda por se ter ingerido na administração da diocese, antes de receber o pálio, e mandando se apresente pessoalmente, dentro de três meses, na Cúria a responder pelas culpas, de que era acusado* (902). *E que D. João Galvão era visado nas medidas tomadas, devido aos acontecimentos passados com o bispo de Silves e seu irmão cardeal D. Jorge da Costa, dá-o a entender o papa noutro breve de 28 de Março de 1484, dirigido ao cardeal, a declarar que ao nosso arcebispo eleito não será restituído o arcebispado, enquanto se não fizer justiça ao bispo de Silves e ao cardeal não forem entregues os proventos do mosteiro de Alcobaça e facultada a posse de benefícios que lhe tinham sido conferidos* (903). *Sabemos por*

---

precipue in dicta causa episcopatus predicti vel eius occasione, nihil contra honorem tuum concedemus aut diffiniemus, nec etiam audiemus, etiam cum consilio vel assensu venerabilium fratrum nostrorum Sacrosancte Romane Ecclesie cardinalium. Et si quid contrarium factum fuerit, ex nunc decernimus irritum et inane. Datum Rome, die xxviii Martii 1484, anno xiii.º»: AV, Arm. 39, t. 16 A, fl. 61-61v, t. 16 C, fl. 158v-159v: «Cardinali Ulixbonensi. Dilecte fili noster. Salutem, etc. Cum te per universam Italiam legatum ad componendam pacem creaverimus sicque aliquamdiu a Romana Curia abfuturus, equum non esse censemus ut tua absentia laboresque tui pro communi utilitate suscepti tibi tuisque aliquod inferant nocumentum, quoniam venerabilis frater G., episcopus Colimbriensis, superioribus diebus in tantam exarsit temeritatem ut in Romana Curia ausus sit venerabilem fratrem G., episcopum Silvensem, germanum tuum, publice [fl. 61v] denuntiare bannitum litteris regis Portugallie et exulem ab eiusdem regno, in maximum preiudicium ecclesiastice libertatis, et nos, ne eius exemplo alii similia contra privilegia ecclesiastica audeant attemptare, causam tanti excessus commiserimus cognoscendam, nunc decernimus et declaramus tibique promittimus quod, te absente, nullo modo relevabitur nec cuiusvis precibus etiam regis illi indulgebimus nec quod ad Romanam Curiam redire possit, venerabili fratre G. episcopo Silvensi predicto inaudito, et per hoc breve mandamus omnibus officialibus nostris ut ubicumque inveniatur, capiatur et carceribus mancipetur, quousque per predictum Portugallie regem omnia que contra predictum germanum tuum sunt hactenus attemptata, revocentur. Datum Rome, die xxix Martii 1484, anno xiii.º».

(902) AV, Arm. 39, t. 16 A, fl. 43v, t. 16 C, fl. 116-117: «Johanni, episcopo olim Colimbriensi. Venerabilis frater. Salutem, etc. Sepenumero et a multis gravibus et fidedignis extitit relatum quod tu quem, revoluto iam anno et ultra, a vinculo quo ecclesie Colimbriensi, cui tunc preeras, tenebaris, de fratrum nostrorum consilio et apostolice potestatis plenitudine absolventes, ad ecclesiam Bracharensem, tunc vacantem, transtulimus, preficiendo te eidem Bracharensi ecclesie in archiepiscopum et pastorem, minusque honori tuo expediret, attendens, litteris super tua translatione huiusmodi minime expeditis, immo plumbo per nos a iam confectis propter tua demerita remoto, regimini et administrationi eiusdem Bracharensis ecclesie propria temeritate te ingessisti et illius mense archiepiscopalis fructus percepisti ac te archiepiscopum Bracharensem, archiepiscopali pallio non obtento, nominare ac ad ea, que pallio non obtento facere non poteras, manum extendere de facto presumpsisti, et quod deterius est seculari potestati illarum partium et illius ministris, que eis visa fuere in preiudicium ecclesiastice libertatis auxilium, consilium et favorem prestare non erubuisti. Que omnia non sine grandi animi molestia intelleximus et quamquam premissa notoria esse asserantur, propter que tuis exigentibus demeritis, a iure privatus es ipsa ecclesia, ceterisque beneficiis, nos tamen ut via regia ac exemplo Salvatoris nostri incedamus, tenore presentium te requirimus et monemus ut, infra tres menses post receptionem presentium, coram nobis personaliter compareas ad videndum te declarari privatum et allegandum causas quare ad predicta procedi non debeatur, intendentes, termino predicto effluxo teque non comparente, iuxta sanctorum patrum decreta te punire, prout iustitia suadebit. Datum Rome, die vi Februarii 1484, anno xiii.º».

(903) AV, Arm. 39, t. 16 A, fl. 64-64v. t. 16 C, fl. 166-167: «Cardinali Ulixbonensi. Dilecte fili noster. Salutem, etc. Cum te legatum apostolice sedis per universam Italiam nuper creaverimus, quo pacem inter principes et potentatus ipsius componas sisque aliquamdiu a Romana Curia abfuturus pro rebus sancte sedis apostolice et pro communi christianorum utilitate, merito personam tuam specialibus debemus prosequi favoribus et gratiis, ut munus ipsum, quod pro communi bono geris, tibi non cedat in damnum et detrimentum. Quocirca, quoniam Johannes, episcopus olim Colimbriensis, per apostolicum breve citatus fuit ut personali-

breve de 7 de Maio de 1484 que D. João Galvão enviou a Roma procuradores para pagar a taxa devida pela transferência para Braga e que o papa, depois de se desculpar com o cardeal, por ter decidido expedir as bulas, perante a insistência dos embaixadores, entretanto estava para depositar as bulas num banco, até se determinar o que se deveria fazer, aguardando resposta do cardeal (904).

João Galvão morreu no mês de Agosto do ano 1485 (905), *deixando suficientes memórias para o não podermos considerar um vulgar bispo, de baixa condição social ou de limitada discrição. Se algum reparo pudera ser feito ao desempenho do seu cargo, do ponto de vista eclesiástico, creio seria o de ele ser muito chegado à corte dos monarcas portugueses e aos próprios cardeais, alguns deles nutrindo* grande afeiçom ao dicto bispo de Coimbra, *e isso poderia ter causado certa rivalidade entre o alto clero português, a começar pelo bispo da Gaurda, também muito chegado à corte de D. Afonso V.*

Em carta do arcebispo de Braga, dirigida aos abades, priores e beneficiados da diocese, destinada a recolher fundos para as despesas da apelação, conforme à soma imposta a cada prelado e cabido na reunião dos prelados de Lisboa, na qual se mandou imediatamente um correio à Cúria para tratar do assunto e com dinheiro a entregar ao bispo de Silves, diz-se que D. João Galvão, legado, não quisera ouvir as razões do clero, a fim de suspender suas determinações de legado, pelo que eles tinham apelado, enviando ao papa seus procuradores:

---

ter in Romana Curia compareret ut se privatum videret archiepiscopatu Bracharensi, et tu aliqua tibi damna ab illo illata esse asseris, propter quod aliquod interesse pretendis, si ipsum te absente venire contingat vel alius nomine eius ad regis supplicationem, decernimus et declaramus quod predictum Johannem non relevabimus nec restituemus donec venerabilis frater G., germanus tuus, habeat possessionem pacificam Silvensis ecclesie et restituantur tibi fructus monasterii tui de Alcobatia et possessiones beneficiorum, de quibus tibi per sedem apostolicam provisum extitit. Itaque te inaudito, [fl. 64v] nihil in eius favorem faciemus. In cuius rei testimonium, hoc breve apostolicum tibi fieri mandavimus sub anulo piscatoris. Datum ut supra [Rome, die xxviii Martii 1484, anno xiii.º]».

(904) AV, Arm, 39, t. 16 A, fl. 91v-92, t. 16 C, fl. 221-221v: «Cardinali Ulixbonensi. Dilecte fili noster. Salutem, etc. Antequam tua Cir[cunspec]tio ab Urbe discederet, promisimus durante hac legatione et absentia tua nihil agere aut impedire super ecclesia Bracharensi. Nunc autem cum venerint procuratores electi Bracharensis plurimumque insteterint et insistant pro expeditione bullarum protestatique fuerint, si id non obtineant, se absque bullis discessuros, cogitavimus non posse illis cum honestate hoc denegare, presertim etiam cum de interesse camere nostre apostolice agatur, cuius illi iura parati sunt solvere. Nosti in quibus versemur difficultatibus et quantis camera ipsa gravetur impensis. Bullas expeditas in aliquo bancho deponi faceremus, donec determinaretur quid agendum esset. Quare hortamur Cir[cunspectio]nem tuam ut de voluntate sua circa hoc rescribat. Datum ut supra [Rome, die vii Maii 1484, anno xiii.º]».

(905) «Saibham quantos este estormento virem que no anno do naçimento de nosso Senhor Jhesu Christo de mill iiii.c lxxx e çinquo annos, dous dyas do mes de Setembro, no llugar da Torre dErvededo, onde he sytuada a fforteleza do dicto couto, seendo hy chegado ho ssenhor Vasco Martinz de Soussa Chichorro, alcayde moor de Bragança, ffronteiro moor destas comarcas de Trallos Montes com muitos ffidalgos e gente de pee e de cavallo, logo hii per elle ffoy enviado dizer a Pero Fernandez, escudeiro, que a dicta ffortalleza tiinha em nome do honrrado Pero Pinto, escudeiro, ffidallgo, allcaide della, que ssobre sua menagem della ... E o dicto Pero Fernandez com a dicta segurança veeo llogo ally, leixando sua fforteleza a muy boo rrecado com assaz homens e armas. E pollo dicto ffronteiro lhe ffoy logo apresentada hũa carta çerrada e seellada, da quall carta ho theor tall he: Pero Pinto, nos el Rey vos enviamos muito saudar. A nosso Senhor prouve ora llevar deste mundo pera ssy o arçebispo dom Joham Gallvam, do que ouvemos aquelle sintimento que he rrazam, por o amor que lhe tiinhamos e por quanto a nosso serviço conpre esta fforteleza dErvededo sseer llogo emtregue ao Chichorro, como vos elle dira, vos encomendamos e mandamos que, vista a presente, lha entreguees llogo, ssem outra duvida nem tardança... Escripta em Alcobaça, a xiii dias dagosto. A.º Garçes a ffez, de 1485. El Rey ...»: ADB, *Colecção cronológica*, caixa 32. Cf. MONS. CÓNEGO J. AUGUSTO FERREIRA, *Fastos episcopais da igreja primacial de Braga*, II, Edição da Mitra Bracarense, 1930, pp. 332-333.

«*Dom Fernando, etc. A todollos dom abades, priores, abades e beneficiados de todo o noso arçebispado. Saude em Jhesu Christo, que de todos he firme sperança. Vos sabees bem que podera ora aver quatro annos que todos pagamos quatro dizimas, segundo a taixa comũa pera a guerra do Turco, per mandado do papa Calisto, que Deus tem, que mandou o bispo de Silve a esta terra por legado, pera as rrecolher. Como de fecto rrecolheo e he nothorio. O que nom fez outro legado alguũ daquelles que forom enviados per o dicto Sancto Padre a outros rregnos e provinçias de christaãos, por nom veerem os prinçepes e clerezia e poboo deles o negocio da dicta guerra do Turquo em tall disposiçom que o dinheiro que pagassem de seus beens e benefiçios podesse aproveitar, e faria a elles grande dapno, polo qual sobreseiierom como ainda sobresseem sobre a paga das dictas dizimas. O que nos nom fezemos. Mas logo com grande obediençia as pagamos. E dhonde mereçiamos por ello favor e graça e por outras muitas rrazoões, que teemos scriptas ao Sancto Padre, sobreveo ora o bispo de Coinbra com poder de nos lançar tres dizimas, segundo o verdadeiro vallor de nossas rrendas e benefiçios, com grandes penas, que encorremos se negarmos do verdadeiro vallor huũ dinheiro, aalem doutros poderes que dizem que tras pera visitar, correger e pugnir e julgar em estes rregnos. Da qual cousa avendo todollos prelados e cabidoos e clerizia notiçia e consiirando prinçipalmente o grande agravo que rreçebia em lhes serem lançadas taaes dizimas em forma que nunca foy e ficarem sobgeitos pera senpre, serem agravados em tanta sustançia dos seus beens que a elles nom ficaria per que podesem viver nem manteer seus estados e a clerizia sse hiria a perdiçom de todo, nem outrossy sentiam cousa de rreformar que os hordenairos melhor nom fezessem e com moor caridade que o dicto bispo que se chama legado. E querendo obviar aos dictos dapnos e buscar paz e assesseguo e liberdade pera todos geeralmente, com conselho deliberado determinamos alegar estas rrazoões com outras muitas ao dicto bispo por parte da clerizia. E pidindolhe que quisesse sobrello sobreseer ataa consultarmos o Sancto Padre açerca dello e porque o nom quis fazer, apelamos pera a Sancta See appostolica, honde teemos enviado nossos procuradores e escripto ao Sancto Padre e aos cardeaaes. E porque pera proseguymento da nossa defenssom conpria logo aver hũa soma de dinheiro junta, que loguo fosse paga aos mercadores, estantes em Lixboa, pera rresponder com elle em a dicta corte ao bispo de Silve, que em nome da clerizia o ha de rreçeber e despender como he hordenado, e se nom podia tirar tam triguosamente da clerizia que nom passasse muyto tempo e se perderia nosso fecto per tardança, determinamos os prellados e cabidoos pagar todo de nossas casas, segundo a rrepartiçom que a cada huũ prelado e clerizia viesse e depois a tirasse cada huũ de seu arçebispado ou bispado, o que assy foe fecto e posto em execuçom. E o fecto vai aviado, pella graça de Deus e esperamos por boõa fim. E aa nossa parte montou o que foe taxado (906) afora (907) o que nos despendemos de nossa camara pera este prosseguimento e esperamos ainda muito mais despender. Pollo quall deliberamos por ora lançar hũa meya dizima per todos pera se pagarem estas despesas, segundo a cada huũ tocar pella taixa de seu benefiçio, do que mandamos fazer rrooll que enviamos per çertas partes do nosso arçebispado aos nossos vig.os e rreçebedores, que ham de rreçeber a dicta mea dizima. E porque esta obra he sancta e per nossa defenssom e liberdade e de nossos benefiçios e he perpetua, nom devees daver por grave despesa que sobrello façaaes, porque a liberdade nom se pode conprar e por ella avemos despender o movell e rraiz e as pessoas martorizar, se necessario for, per o mereçermos ante Deus e darmos exenpro aos que depos nos vierem. E sentirees*

(906) No ms. espaço em branco.
(907) No ms. espaço em branco.

dello grande fruyto e avantagem per tenpo com tam pouca despesa que a cada huũ vem, segundo o dapno estava aparelhado, ca pois o fecto de todos he, per todos convem seer rremediado com tam gram coraçom e devoçom em Deus e caridade dos menistros seus que sooes vos meesmos, pera o que vos encomendamos e exortamos que façaaes o dicto pagamento, como a cada huũ toca e he conteudo em sua rrepartiçom per todo o mes de Junho, primeiro que vem, amoestando-vos pera ello a primeira, segunda e terçeira vegadas, dandovos per cada hũa amoestaçom iii dias, depois do dicto mes, assy que per todas iii amoestações som nove dias, a que paguees a dizima a D.o de Viana, coonigo em a dicta nossa egreia e R.or della, da comarca dantre Doiro e Minho, o que vos perteeçer pagar da dicta meya dizima. E passados os dictos ix dias, depois do dicto mes, poemos em os rrevees sentença descomunhom em estes scpritos e vos avemos por çitados pera a declaraçom da dicta escomunhom e pera proçeder a privaçom ou a quaesquer outras penas mais agravatorias que entendemos per dereito. E per este presente mandamos a qualquer clerigo ou rreligioso de nosso arçebispado em vertude dobediençia e sub pena de scomunhom que lea e publique esta nossa carta homde, quando e quantas vezes por nossa parte for rrequerido. E da publicaçom nos faça çerto per scpritura publica ou siignado per sua maão, com nomes de testemunhas. Dante, etc.» (908).

É na carta, com instruções para Afonso de Paradinas, que os prelados falam da afeição, de que o bispo de Coimbra gozava na Cúria papal. Nela se alude, além das diversas dízimas pagas à Santa Sé, às contribuições que deviam fazer ao rei e fidalgos e outras taxas que reduziam as igrejas a extrema penúria. Eles ainda não tinham a certeza se o bispo de Coimbra, legado, estava disposto a continuar no desempenho de sua missão de legado ou esperar até o Santo Padre responder à consulta deles. De qualquer forma, a prudência aconselhava-os a enviar quanto antes o correio com cartas para o cardeal vice-chanceler e para o de Ruão. Achavam, contudo, ser melhor aguardar e não entregar logo a carta dirigida ao cardeal vice-chanceler, mas só depois de o assunto ter sido tratado com o de Ruão e entregue ao papa, devido à grande afeição que o vice-chanceler dedicava ao bispo de Coimbra. A apelação, contudo, seguiria depois, porque o legado ainda não tinha concedido os apóstolos. Receavam que o bispo escrevesse ao papa antes deles. Por meio do cardeal de Ruão ou doutro, devia fazer ver que o dinheiro, como a experiência demonstrava, recolhido, por mandado do papa, nunca chegaria à Cúria, ficando para o rei, a fim de que o Sumo Pontífice os releve dessa obrigação e tire a legacia ao bispo. E para conquistarem as boas graças de Afonso de Paradinas e do cardeal, que tratasse do assunto, ofereciam determinada quantia de dinheiro:

«Carta pera Paradinis. Honrrado thesoureiro, Senhor e amigo. O arcebispo de Bragaa e o de Lixboa e todos os bispos e prelados, cabidos e clerezia dos rregnos de Purtugal e do Alguarve nos rrecomendamos muito a vos. Consiiramos vos escprever acerqua de huũ negoçio muito arduu e prejudicial, asy em particular como em universal, a todos nos outros, por avermos de vosa prudencia muy boa enformaçom asy do saber e nobleza como letradura e descripçom e seerdes muito leall e verdadeiro aas partes que se a vos encomendam. Ordenamos todos juntamente concordes vos elleger, antre os outros que em essa corte som, por noso procuradoor e avogado em a causa e trabalhos que nos ora sobreveerom. E he asy, honrrado Senhor e amigo, que dessa corte veo ora o bispo de Coinbra a estes rregnos chamandose legado com potestate legati de latere de nosso Senhor o Sancto Padre, dizendo que traz alguũs poderes, antre os quaees he que posa lançar çertas dizimas secundum verum vallorem

(908) ADB, *Colecção cronológica*, caixa 30.

aa dicta clerezia e suas prelaçias, dignidades, abbadias e egreias. E nos presomindo que esto foy solicitado e rrequerido por elle por seu proprio interesse e por ellatamente se mostrar em esta terra que val e pode por o que de la traz, querendo conplazer a algũas persoas laycaaes com seus poderes, em nosso grandisimo dampno, perjuizo e total destroyçom das egreias dos dictos rregnos, determinamos por rremir nossa vexaçom apellar delle pera o Santo Padre noso Senhor e nom ho rreçeber como legado nem lhe obedeçer em cousa que elle mande ataa o dicto noso Senhor seer bem enformado em quantos trabalhos, vexaçoões, pobreza, sobleyções e opresoões he posta sua clerizia em estes rregnos e tantos carregos quantos soportamos continuadamente e soportados teemos mais que outra clerizia de todo ho mundo. E posto que algũas destas cousas vão declaradas em ho rrequerimento que lhe por nosa parte foy fecto e em a apelaçom que lhe em lingoagem foy entreposta, das quaaes vos aqui enviamos ho trelado por vosa enformaçom, ainda nos pareçeo seer neçesario nos declararvos mays algũa cousa. Primeiramente vos teende por mui çerto que rregnos nem provinçias nom ha em todo ho mundo em que os rreys tam ameude peçam dinheiro aa clerizia como em estes, porque de xx annos a esta parte nos teemos ja pagas xvii dizimas e senpre buscam causas a rrazoões, per que as ajam de pedir, e a clerizia de lhas outorgar. E posto que lhe dem rresposta que nom podem fazer sem mandado do Sancto Padre expresso e que outorgandolhas encorrerom em graves penas do dereito, sem teendo autoridade apostolica pera ello, e entom sobplica el Rey ao Sancto Padre que lhas outorgue, as quaaes nos pareçe que ligeiramente lhe som concedidas. E assy onde a outra clerizia de todo ho mundo nom paga dizimas nem sabe que som, a nos som tam commũas como aos judeus as peytas que s[...] bem ameude, polo quall as egreias e ornamentos dellas e seus ministros som em ho ponto e pobreza que dizemos em nosa apellaçom e ainda muito peor. Ora, onrrado amigo, onde nosas egreias e nos tantos dampnos e perdas avemos rrecebidos por pagarmos as dizimas secundum antiquam taxam, que seria se as ouvesemos de pagar secundum verum valorem, que he muito mais, polo qual ainda que grandisimo seja o dampno pasado, muito sem comparaçom moor sera o que se espera, dandose lugar as dictas dizimas seerem tiradas secundum verum valorem, porque pera senpre ficaria esta emposiçom e maldita opressom. E por tanto nos conpre este principio e novo modo de extorsom obstar e contrariar quanto a nos for posivel. E plazernoshia que todo fose rrequerido o melhor e mais honestamente que seer podese, teendo nos e creendo que seendo o dicto noso Senhor enformado na verdade, que a sua Santidade avera por bem o que asy fazemos e obramos e nos rrelevara por ora deste carrego e daqui avante teera modo de nom consentir seernos fecta tanta opresom e dampno como ataaqui nos foy fecta, vistas as causas em o rrequerimento e apellaçom expresas e declaradas, com as que se em esta nosa carta tocaram. E posto que vergonçosa cousa seja de dezer as causas que a clerizia deste rregno tem pera seer pobre e opresa, a neçesidade nos costrange de volo escprever pera causar moor piedade e misericordia a noso pastor e Senhor, que poder tem de nos a ello ssocorrer e rremediar. Honrrado amiigo, vos sabee que em estos rregnos he fecta hũa ordenaçom ou artigoo pellos rreys delles que clerigo alguũ dordens sacras nom posa comprar beens de rraiz pera sy nem pera a egreia e se os compram que os perca. E se leigos leixarem alguũs aas egreias, que ataa huũ anno os vendam a leigos, e nom os vendendo que os percam. E el Rey faz delles merçee a quem lhos pede. E esto fazem muy bem guardar. E asy por esto as egreias nom podem aver mais rrendas das que teem, nem os clerigos teer all, salvo o que seus proves beneficios rrendem ou lhe fica de seu patrimonio, com tanto que os beens nom sejam em rreguengos del Rey, ca seendo em os dictos rreguengos, logo lhe pelos seus oficiaaes som tomados. E em esto som os clerigos de menos condiçom que mouros nem judeus e pior tractados. Mais de

todallas cousas que conpramos e vendemos pagamos de dez huũ a el Rey, asy que vendida a cousa dez vezes, toda fica com elle, posto que bem sabees que tal enposiçom nom sse podia poer sobre a clerizia nem com saã conçiençia extorquir e levar. E o peor que he, os leigos dam juramento aos sanctos evangelhos aos clerigos que digam se vendem algũa cousa ocultamente, pera lhe fazerem della pagar a sisa. E nom querendo elles jurar, som apenados pellos leigos e levamlhe as penas como lhes praz. Dos emprazamentos que as persoas eclesiasticas teem enprazados de seus beneficios manda el Rey em sua ordenaçom que se nom paguem por libra mais de xiiii ataa xx rres e por marco de prata vii.c rres e por dobra ou coroa cxx rres, o que todo val mais ho dobro commumente per todos [seus] rregnos e as egreias e seus beneficiados rreçebem grandes perdas, dampnos e abatimento e nos nom podemos aver a esto rremedio de justiça em esta terra. Os fidalgos destes rregnos fazem tomadias em as terras e casaaes das egreias e se servem dos moradores em ellas e lhe som per elles e per seu consentimento fectas tantas opresoões que per neçesidade [o]s dictos poboadores se partem e vão viver em os herdamentos dos leigos, que os defendam [do]s outros, que lhe mal querem fazer. E o clerigo que em a terra dos sobredictos fidalgos tem benefiçio, compre de o servir e aguardar come a seu Senhor e da[r]lhe do que tem. E se ho asy nom faz, he persse[gu]iido e enjuriado e rroubado. E a esto nom pode a[ver] rrepayro. Senhor amigo, esto vos scprevemos, por saberdes as causas de nossa pobreza e como somos vexados, molestados, inquietados em cada huũ dia em nosas persoas e destroydas e rroubadas nossas fazendas e outras muitas mais, que seria longo de escprever, padecemos e rreçebemos, polo quall nom duvyda toda ou a mayor parte da clerizia seer muito pobre e padeçer muitas mingoas e trabalhos segundo em nosa apelaçom e rrequerimento som declarados. E vos poderees consiirar onde tantas cousas tam legitimas ha pera nos agravar. Se o Padre Santo sentir tantos e tam grandes agravos seerem fectos a seus filhos com doloroso coraçom o podera ouvir e soportar. E esperamos em sua Santidade que a ello nos socorrera e livrara e nom leixara destroyr as egreias e sua clerizia, tanto que lhe estas cousas forem notificadas e declaradas, como ataqui passarom e por elle seer enformado em toda a verdade e nom seer circonvento nem mal enformado nem cuidar que nos o fazemos com outro maao preposito nem rrebiliom, como perventura lhe daca fazam entender, nos como filhos obedientes que sse sobcorrem a padre piedoso e como servos que esperam seer livres per seu senhor, asy nos indignos seus filhos nos sobcorremos a elle que aja connosco misericordia e mande ao dicto bispo de Coinbra que, vistos nossos trabalhos e neçesidades, em todo nos aja por rrelevados do dicto carrego. E porque nom somos çertos nem sabemos ha maneira que o dicto bispo de Coinbra querra teer connosco, se querera proçeder ou sobreseer ataa o Santisimo nosso Senhor seer consultado e saber toda a verdade, nos trabalhamos com a mayor deligencia que podemos enviar este correo com esse maço de cartas que leva, em o quall vão duas cartas pera os muito rreverendos senhores viçe chanceler e de Ruam, das quaees em esta vos enviamos ho trelado pera voso avisamento e a carta que vay pera o viçe chanceler leva seu sobrescripto e pareçeonos seer bem nom lhe seer apresentada ataa este negocio seer platicado com ho de Ruam e notificado ao Sancto Padre, por a grande afeiçom que nos dizem que sua reverença tem ao dicto bispo de Coinbra, e a outra carta, posto que a escprevamos ao cardeal de Ruam, nom posemos seu nome proprio dentro em ella, porque nom somos çertos se querera açeptar este negocio. E por tanto vos pedimos que vos lhe falees e se açeptar quiser o dicto cargo, mandaae poer ho sobrespripto que a elle perteeçe na dicta carta e daaelha e se nom quiser, pidimosvos que falees a alguũ outro cardeal que seja proveitoso e eficaz em este fecto, ao quall daay a dicta carta e poedelhe o sobrescripto, que a elle perteeçer, e nos compriremos todo ho contheudo em a dicta nosa carta e ho que em esta

vos scprevemos. E por ora nom vos enviamos a procuraçom nosa, porque ainda nom som dados os [apostoll]os nem rreposta ao noso rrequerimento per o dicto bispo, tanto que os der, vos enviaremos to[do] per nossos mesegeiros e vos pedimos que trabalhees com o dicto senhor cardeal de entanto enforma[r] o Sancto Padre e captar benigvolençia da sua Sanctidade que nos seja propiçio e tenhaa avisamento que entretanto nom pase algũa cousa contra nos, ca ssomos certos que o dicto bispo escrepve la e dira de nos segundo s[eu] costume cousas muito contrayras da verdade. O que nos desejamos que fose per o senhor cardeal Rotomagensis, ou per outro qualquer que filhardes, ao Sancto Padre rrelatado he ho contheudo em nosas apelaçoões e rrequerimento e as que vos em esta carta escrepvemos, fazendo palavra a nosso Senhor como sua Santidade sabe que as iiii.º dizimas que o papa Calixto ca mandou tirar per o bispo do Algarve e o dinheiro das indulgencias que se aca ouve que era asaz em grande quantidade, nunca la foy cousa algũa delle e ficou todo em estes rregnos e foy tomado ao dicto bispo e a seus ofiçiaaes como ja alla ouvirriees dizer, asy que aa Sancta See apostolica nom se seguio alguũ proveito e nos ficamos destroydos. E se agora ho bispo de Coinbra lançar tres dizimas secundum verum valorem e a sua Sanctidade ho consentir, acabarseam totalmente as egreias destes rregnos de seerem destroydas e nos per todo pobres e dinheiro nunca a sua Santidade la hadaver, ca maxima çertisima he em estes rregnos nunca seerem levados a corte de Roma dinheiros alguũs que os Sanctos Padres per semelhantes maneiras mandassem tirar. Poys porque querera noso Senhor a nos de todo destroyr e a elle nom viir alguũ proveito e dar o dinheiro da egreia a quem ha asy vexa, trilha e oprime, per o qual determinado preposito he de alguũs eclesiasticos, se a sua Santidade nom quiser aver piedade deles, ante leixar os beneficios e ir vagar pello mundo, que veerem em seus tempos tanto mal e destroyçom da egreia e seus ministros, conhoçendo claramente que tanto que as dictas dizimas forem ora pagas secundum verum valorem ja asy pera senpre am de ficar e el Rey se ade trabalhar de as aver asy em cada huũ anno da clerizia, pollo quall todo ho proveito e dinheiro ficara com el Rey e a egreia perpetuamente ficara defraudada, destroyda e desolada mays que as sinagogas dos judeus. Se acordardes que as cartas que em o dicto maço vão nom sejam dadas ataa em ello teerdes praticado e encaminhado noso negoçio, asy o fazee ou como vos em ello milhor pareçer. Senhor amigo, nossa teençom de screpver ao cardeal de Ruam ou aaquelle que vos ellegerdes, he tomarmollo por noso propteitor e que nos ajude em esta causa e em todalas outras que daqui avante se nos seguirem, tanto quanto elle poder, e esperamos em Deus que podera muito. E seendo nosos fectos bem aviados e como desejamos, elle sera de nos servido em tal modo que sera bem contente e nos asy vos rrogamos que de vosa parte ho çertefiquees. E a vos enviamos agora pera prinçipio deste negocio xx ducados que o bispo do Algarve vos dara, com o quall secretamente comunicarees todos fectos como se pasam e speramos que vos dira saa[mente] o que lhe bem pareçer. E mostraelhe esta carta e a outra algũa persoa nom. E se [mais] dinheiro pera esto for conpridoyro, vos lho rrequeree e per elle sera encaminhado e posto que [sia] pouco o que vos ora enviamos, avee paçiençia que vos çertificamos que todo trabalho que em esto tomardes, vos sera bem rremunerado. E o que a nos pareçe que ao presente se deve rrequerer he huũ rrescripto, per que o Sancto Padre nos rreleve de todo e lhe tire sua legacia, vistas nosa[s] causas seerem justas e legitimas. E avendo vos este rrescripto sem mais seer rrevogado, a nos praz servir o senhor cardeal com vi.c ducados, e a vos çento. E [quan]do o Santo Padre esto nom quiser outorgar, vos pedimos que rrequeiraaes outro rrescripto pera o dicto bispo, em que lhe mande que nos nom vexe» (909).

(909) ADB, *Colecção cronológica*, caixa 30.

Em resposta ao pedido do bispo da Guarda, em nome dos prelados, para não aceitar a legacia do bispo de Coimbra e a cartas do arcebispo de Braga e cabido de Lisboa, D. Afonso V escrevia ao arcebispo de Braga não querer intervir no assunto da legacia, bem como da apelação interposta pelo clero para a Santa Sé, afirmando sua neutralidade e disposição de deixar ao arcebispo a liberdade de agir, conforme lhe parecesse serviço de Deus: «Honrado arcebispo, primo, amigo, eu vos envio muito saudar, como aquelle que bem amo. Vi a carta que me ora enviastes, em rreposta doutra que vos enviei acerca do bispo de Coimbra, legado do Santo Padre, que ora he em meus rreinos; somente a dous pontos della rresponderei, porque ao mais não me parece necessario. Quanto ao que dizeis que vos pareçe que levava a dita carta minha outro rrosto do que amostrava a rreposta escrita que dei aos messageiros e procuradores da clerezia, se a bem consirardes, achareis que nom he assi, nem eu cuido que menos deliberaçom tive em a dar do que vos tivestes em appellar do dito legado, nem deseio menos destar nella e porque podera ser que, não conhecendo vos minha vontade, algũa cousa errada em este caso presumirieis, vos notefiquo que em estes feitos eu nom me entendo de intrometer em elles, salvo em aquello que de boa honestidade me nom posso escusar, nem por rreceo meu vos leixeis de fazer o que sentirdes por serviço de Deos; o conselho que me dais em fim della vos agardeço, mas se vos cuidaes que algum interesse me move ou pode mover a eu fazer em isto algũa cousa, entendo que errais contra mim muito, porque, se me eu não engano, com aquella afeição propria que a todos engana, não tenho eu feita cousa, por que tal vos devesseis presumir, e praza a Deos que a não tenhais vos, nem os outros prellados moor em vos quererdes escusar do que o Santo Padre manda; isto vai fallado craro, sem outra figura nem palavras em ieral, porque pera pessoa que eu amo tanto, como vos, nom cumpre andar ou fallar mais encubertamente. De minha mão, a tres de Abril. Rei» (910). *Não foi aquela a única intervenção no assunto da legacia, tomada pelo bispo da Guarda. Depois da apelação, o bispo de Coimbra apresentou requerimento e monitório contra o bispo da Guarda que não obedecia a seus mandatos. E a ele responde precisamente o bispo da Guarda, também em nome dos prelados, declarando não renunciarem à apelação, que renovam quanto ao requerimento e monitório, dispostos a não obedecer às prescrições do legado, até novas disposições do papa:*

> *«Reposta do rrequerimento e monitorio fecto ao bispo da Guarda per o bispo de Coinbra e appellaçom e acumullaçom a apellaçom primeira. Com protestaçom de nom rrenunçiar a nossa appellaçom que ia interposta teemos com os reverendissimos senhores arcebispos e padres, reverendos bispos e prelados destes rregnos de Portugall e do Algarve e senhorios, e seus honrrados cabiidos, collegios e clerizia, mas confiando della, posto que per vos Reverendo em Christo padre e senhor dom Joham Galvom, bispo de Coinbra, non fosse a ella defferido, Ius deffert. E agora iterum appellamos deste vosso rrequerimento e monitorio em estes scriptos pera o Santissimo nosso Senhor Papa Pio, ora em a egreia de Deus presidente, modo et forma et ex causis ia na outra appellaçom expressas ab illato e comminato et ab inferendis futuris gravaminibus e vos pedimos os appostollos rreverençiaes sepe et sepius et sepissime, simul et uno contextu, e poemos nossa pessoa e dignidade e rrendas e fructos della e de nossos subdictos sob guarda e protecçam da Sancta See apostollica, acumulando esta appellaçom aa outra e a outra a esta. E cum iam dicta protestatione, dizemos ao dicto vosso rrequerimento e monitorio que os sanctos padres em nos statutos e sacros canones seus decretarom e ordenarom que quando quer que per suas sanctidades fosse mandado aos inferiores comprir e fazer e executar quallquer cousa, que exasperasse os animos*

(910) *Liber rerum memorabilium*, I, fl. 64Av.

dos predictos subditos, do que lhe asy screvessem e mandassem elles possam sobresseer e sobreseiam e rescrepvam e notifiquem as causas e rrazões ao dicto Sancto Padre, pellas quaaes seus mandados leixam de comprir, os quaees Padres Sanctos dizem nos dictos sanctos canones que paçientemente reçeberom, soportarom e tollerarom o que per aquelles a que asy screpverem nom for comprido, obedeçido e executado. E por que os sobredictos senhores prellados e cabiidos, clerizia e nos teemos rescripto ao sanctissimo Padre nosso Senhor, allegandolhe muitas e evidentes causas e necessarias razões excusatorias plenarie e enteiramente a nom podermos nem devermos obedeçer nem comprir os dictos vossos mandados, refferendo esto aa Sanctidade sua, non com animo de desobedeçer, mas pera o sobre a verdade melhor enformar e elle despoer e mandar o que lhe mais prazera, aa quall segunda jussam e mandado obedeçeremos como filhos e menbros da sancta egreia e catholicos e fiees christãos. Porem seguindo a determinaçom predicta dos sanctos canones, entendemos sobreseer de executar e dar a effecto quaeesquer vossos mandados atee veermos a dicta segunda jussam e determinaçom do Sancto Padre, do que lhe asy screpvemos e notificamos. Outrosy na bulla que ora prepoendes dar a execuçom açerca das dizimas, se contem o termo çerto dos tenpos em que se avia de começar a acabar dexecutar, o quall termo he ia de todo passado. E vos, Reverendo Padre e Senhor, sem mostrardes poder alguũ e auctoridade pera o dicto termo poderdes porrogar ou outros termos e tempos de novo açerca dello prefigir, o que per dereito mostrar soees obligado, indo e fazendo contra a forma da bulla, mandaes que seia dada a effecto, sem mostrardes esso meesmo executoria della. Pella qual rrazom nom sem causa mas justa e derectamente movido, aalem das outras que screpvemos ao Sancto Padre nosso Senhor, sobreseemos de dar a execuçom vossos mandados ataa que da Sanctidade sua tambem açerca desto a segunda jussom e mandado reçebamos. E tanto que sua determinaçom virmos, com obediente animo conpriremos todo o que nos por elle for mandado, segundo que em çima he dicto. E rrequeremos a vos, Reverendo Padre e Senhor, que queiraees sobreseer em vossa execuçom, se tall poder teendes, atee viir a dicta jussom segunda e mandado, o que honesta e virtuosamente podees e devees fazer, pois que os Sanctos Padres ouverom e ham por bem de aquelles a que semelhantes cousas som mandadas, sobreseerem da execuçam dellas. E maximamente quando ho fazem com animo nom de desobedeçer. E nom ho querendo vos asy fazer e proçedendo em quallquer modo que seia, iterum et iterum appellamos e pedimos os apostollos com toda reverença ut supra. E protestamos por todas perdas e dampnos e custas e injurias que encorrermos, nos seerem satisfectas per os fructos e redditos de nossa dignidade pontificall. E esto damos em reposta aos vossos requerimento e monitorio. E esso meesmo vos damos em reposta a outra appellaçom que de vos interposemos e todallas cousas em ella contheudas. Aa quall esta iterum accumulamos e de todo esto pedimos huũ e muitos stormentos com o trelado do requerimento e monitorio e desta appellaçom e accumulaçom e rreposta pera guarda e conservaçom de todo nosso direito» (911).

Segundo documento de 20 de Janeiro de 1463, a resolução dos procuradores dos cabidos de apelarem para o papa, foi tomada de acordo com o bispo da Guarda, tendo eles ido de propósito para isso ao mosteiro do Carmo de Lisboa, onde residia o bispo, e aí determinado a quantia que tocaria a cada um deles, pelas despesas da apelação. A primeira reunião deu-se em Santarém, no refeitório do mosteiro de S. Francisco, a 13 de Março de 1462, entre os procuradores dos prelados e cabidos, inclusive com a presença do prior eleito do mosteiro de Santa Cruz, Rodrigo de Noronha,

(911) ADB, *Colecção cronológica*, caixa 30.

tendo sido decididas aí as reuniões na cidade de Lisboa, que de facto tiveram lugar no mosteiro do Carmo e na sé, sob a presidência do bispo da Guarda. A primeira coisa a ser decidida foi o envio de correio com cartas e avisos para a Cúria papal, antes que o bispo legado ou o rei escrevessem. E logo partiu tal correio, o que parece ter sucedido a 27 de Março de 1462, se não antes. Resolveram também enviar com as relações e instruções para o prosseguimento da causa a Pero Gomes, prior de Azambuja, que devia seguir para lá na segunda metade do mês de Abril. Aí foi resolvido também lançar contributo sobre as mesas dos prelados, para as despesas, entre as quais são expressamente nomeadas as destinadas a Afonso de Paradinas «que tomarom por procurador e sobliçitador, segundo que lhe escprevem em certas instruçoes» e ao cardeal de Ruam «que tomarom [como] procurador da clerezia, que faça com o papa que sospenda esta causa e advogue e cometa alla». A 6 de Abril de 1462, foi feita a divisão das despesas por cada prelado e cabido:

«*Dom Fernando, por merçee de Deus e da santa egreia de Roma arçebispo de Bragaa e primas, a quem esta carta testemunhavell virem fazemos saber que de parte do dayam e cabiido da dicta nosa egreia de Bragaa e de toda a clerizia de nosso arçebispado nos foy apresentada hũa letra de taxaçom da contribuiçom da clerizia pera as despesas que sse fezerom pera proseguimento das dizimas que o legado trazia pela lhe lançar, da quall o theor tall he: Era do nasçimento de nosso Senhor Jhesu Christo de mill e quatroçentos e lxii annos, aos xiii dias do mes de Março, na villa de Santarem, dentro no rrefeitoiro do moesteiro de sam Francisco da dicta villa, estando hi presentes Nuno Camello, meestre escolla de Bragaa, e Gomez Fernandez, coonigo em ella, como procurador do arçebispo e cabidoo da dicta egreia de Bragaa, e Affonso de Moura, vigairo na dicta villa, e Stevom Gomez, coonigo de Coinbra, como procurador do arçebispo de Lixboa e Lourenço Abull, deiam da Guarda e coonigo na dicta egreia de Lixboa, como procurador do cabidoo della e Fernam dAfonsso, coonigo de Coinbra, como procurador do cabiidoo della, e o dicto Afonsso de Moura e Joham Vaaz, R.or do arçebispo de Lixboa, como procurador do bispo e cabiidoo dEvora, Ruy Gomez, arçediago dUlveira, como procurador do bispo do Porto, e Estevom Alvarez, bacheller, como procurador do bispo e cabiido [da] Guarda, e Alvaro de Seixas, bacheller, como procurador do bispo [e cab]iidoo de Lamego, e Lourenço Vaaz, bacheler em utroque e thesoureiro de Silves, como procurador [do bisp]o e cabidoo da dicta cidade, e o dicto Afonsso de Moura e Joham Vaaz como procurador do [bispo e cabidoo] de Çepta e Pero Anes, coonigo do moesteyro de santa Cruz de Coinbra, como procurador do dicto moesteiro [e conv]ento delle, e esso meesmo estando hi dom R.o de Loronha, enlecto do dicto moesteiro, [...] juntamente ffezerom falamento e forom preguntados singularmente cada huũ [...] vez se ssabiiam elles dos prelados e cabiidos, cujos procuradores eram, se lhes prazia [...]poerem, contradizerem e apelarem do bispo de Coinbra, que ora diziam que viinha [...] legado com çertos poderes pera lançar dizimas aa clerizia destes rregnos secundum [verum valorem ...]dos sobredictos todos diseram que lhes prazia e traziam mandado que sse oposessem [...]m do dicto bispo e seguissem a dicta appelaçom em corte de Roma e fezessem [...] que pera ello perteeçessem e fosem naçesarias assy pera escolherem [...] Roma como pera lançarem dinheiros aos dictos [...] clerizia que naçessario for e conprir pera o dicto negoçio, nom contradizendo [...]ndo alguũ delles, salvo o dicto Fernam dAfonsso, coonigo de Coinbra, procurador [...]sse que o dicto cabiidoo lhe mandara que nom apelasse do dicto senhor bispo e prelado [...]m quanto era aas dizimas e quanto aas cousas de sua legaçiia nom tiinha rrazom de [... appell]ar nem consentiia em ello, porque era seu hordenairo prelado e demandarem [...] e contribuirem dinheiro pera ello que era contente em nome do dicto cabiidoo e logo [...] jun-*

tamente acordarom que se fossem a Lixboa. E despois desto na dicta çidade de Lixboa [...] *moesteiro do Carmo, onde pousa o rreverendo Senhor dom Joham, bispo da Guarda, os* [*sobre*]*dictos procuradores e seus ssobestabeleçidos dalguũs destes procuradores, que hi nom forom presentes em a dicta çidade, por serem negoçiados em outra parte, ffezerom muitos falamentos no dicto moesteiro e tambem na see, estando a esto todo presente o dicto senhor bispo da Guarda e acordarom asy o dicto senhor bispo como todos os outros procuradores e alguũs dignidades, coonigos do dicto cabiidoo de Lixboa, que era bom que logo aa presa enviassem huũ correo* [...]*asse çertas cartas e avysamentos que conpriam em corte de Roma, antes que allo fosse rrecado del Rei ou do dicto bispo de Coinbra. E logo mandarom o dicto correo, o quall* [...]*rigou seer em xxvii dias em corte de Roma, ao quall derom xxb florins douro e* [...] *mill viii.c rres. Item mais acordarom enviar com as dictas apelaçoões que assy* [...]*timarom do dicto bispo e com as instruçooes do negoçio Pero Gomez, prior dA*[*zam*]*buja, ao quall prougue de o açeptar e ha de partir nas oytavas de* [...P]*ascoa e lhe ham de dar por seu trabalho cem ducados e mais pera vistir e besta lx e pera despesa de seis meses lxxii, que som por mes xii ducados, e sse mais estever em corte pello dicto negoçio que lhe paguem o mantiimento por rrata temporis scilicet xii ducados por mes e tanbem sse aconteçer de seer doente. Item acordarom mais* [*que*] *pera esto todo era naçesario pollo presente lançarem aas mesas dos prelados e cabiidos mill ducados pera sse logo poderem pagar em breve e que depois os dictos prellados os rrepartam per sua clerezia segundo que entenderem que he bem. E estes mill ducados acordarom que sse despendam per esta guisa: a Afonsso de Paradinis, que tomarom por procurador e sobliçitador segundo que lhe escprevem em çertas instruções* [...]*llo presente xx ducados e sse elle emcaminhar com o cardeall de Ruam que tomarom* [...] *procurador da clerezia que faça com o papa que sospenda esta causa e advoque e cometa alla que lhe dem* [...]*m destes xx ducados xxx e ao dicto senhor cardeall duzentos e sse perventura ho* [...] *senhor cardeall ffezer rrevogar de todo esta legaçia, que aja per todo vi.c ducados e pera* [...]*s aja cento. E assy sobejam destes mill ducados Riii. E esto dinheiro hordenarom que* [*seia*] *entregue ao bispo do Alguarve. E o dicto Pero Gomez ha de trazer rrecadaçom certa da* [...] *delles. E foy fecto canbo com Joham Guedete destes mill ducados scilicet a trezentos* [...] *por ducado, em que montam trezentos mill rres. Item acordarom mais que sse perventura* [*o*] *dicto senhor cardeall esto nom poder encaminhar, que lhe dem porem pollos trabalhos que tomou cem ducados ssomente. E entam cometam ao papa per algũa persoa a elle chegada, que os prelados e clerezia lhe farom serviço de mill e quinhentos ducados, rrelevandoos de tanta opressom, etc. E estes mill ducados derradeiros ficou Joham Guedete de os emprestar em corte, sse os ouvessem mester e lhe fossem aca despoes pagos pella* [...] *susso dicta ataa çinquoenta dias do dia que o elle dicto Joham Guedete ffezer saber* [...] *chantre e cabiidoo de Lixboa. E o dicto cabiidoo fara saber logo aos outros prelados e* [*cabii*]*doos e por estes mill ducados ora os ajam mester ora nom ssoomente pellos* [...]*cer assy prestes aa desposiçom e mandado da dicta clerezia oyto meses quasquer lhe* [...] *quarenta cruzados de Portugall e nom menos, os quaees lhe seram pagos com estes* [...] *os mill ducados que lhe ham de seer pagos da feitura da obrigaçom a dous* [...] *quall foy fecta a vi dias dabril de lxii, pagos dentro em esta çidade de Lixboa* [...] *foy fecta hua obrigaçom ssob çertas penas e condiçooes em ella expresas scilicet da* [...] *apostolica. E per bem das procuraçooes, que teem, obrigarom as rrendas dos sobre* [*dictos*] *prelados e cabiidoos e as suas mesas de conprirem e guardarem esto e pagarem* [...] *dinheiro pella guisa e modo que dicto he. E a rrepartiçom destes mill ducados primeiros logo ham de tirar pera sse pagarem ata ao dicto termo, que sera ataa seis dias do mes de* [*Ju*]*nho, foy fecta pella maneira que sse segue:*

ho arçebispo de Bragaa e sua clerezia çinquoenta [ ]ove mill e vi.c rres. O arçebispo de Lixbooa saseenta e çinquo mill e noveçentos [ ]xx rres. O cabiido de Coinbra xvii mill ii.c. O bispo dEvora e seu cabiidoo çinquoenta [...]us mill e quinhentos rres. O bispo do Porto e seu cabiidoo triinta e tres mill ii.c rres. O bispo da Guarda e seu cabiidoo xxiiii mill ix.c rres. O bispo de Lamego e [seu] cabiidoo ix. mil. O bispo de Silves e seu cabiidoo xiii. mil. v.c xx rres. O bispo de Çepta e ho [...]nça tres mill rres. A aministraçom de Tuy com seu cabiidoo quatro mill vii.c lxxx rres. Prior de Santa Cruz e seu convento quinze mill rres. Sam Vicente de Fora mill rres. Soma de todo trezentos mill iii.c lxxx rres. E per esta meesma taxa se pagarom os tres (?) mill ducados sse sse ouverem mester. E por certydooe desto todo assiignarom os sobredictos senhor bispo da Guarda e os procuradores e outras perssoas singolares [...]siasticas que a esto presentes forom, aos vi dias dabrill da sobredicta era. E o correo [...]tro aos xxvii dias de Março. E fecta esta carta, foy acordado pellos sobredictos que por [fa]zer maior fee e por mais triigosamente cada huũ a poder aver que posto que per elles [...] fosse asiignada, ffosse aseelada com ho seello do cabidoo de Lixboa. E eu o doutor Antam Martinz esto escrepvi per mandado dos sobredictos senhores bispo e procuradores. A quall letera asy perante nos presentada, foy nos pedido da parte da dicta nossa egreia que lhe manda[ssemos] della dar o trelado em pubrico ssob nosso sinall e seello, pera o averem de emviar [...] partes onde lhe era nasesario. E visto per nos seu dizer e como a dicta letera he verdadeira e carente de todo viçio e sospeiçom e aseelada com ho seello do dicto cabiidoo de Lixboa, lho mandamos dar, ao quall damos nosa autoridade hordinaria, com interposiçom de degredo que [...] e faça fe em juizo e fora delle, como o proprio oreginall. E em testemunho dello mandamos [...]fecta esta carta asinada per nosa maao e seelada do nosso seello. Dante em Bragaa, a xx dias [do me]s de Janeiro. Martim de Guimarães a fez, anno de nosso Senhor Jhesu Christo de mill e iiii.c lxiii annos. Fernandus, archiepiscopus (selo de lacre vermelho)» (912).

Os procuradores dos prelados depressa chegaram ao fim almejado da sua missão em Roma, que era o da supressão da legacia do bispo de Coimbra. E embora tivessem eles Pedro Gomes, reitor da igreja de Santa Maria de Azambuja, e Afonso Anes, cónego de Lisboa, de chegar a acordo com o papa, comprometendo-se a pagar determinada quantia a ele e à câmara apostólica e outra ao rei de Portugal, já a 27 de Agosto obtinham bula do papa a anular a legacia. Assim pela Exposcit plena, *dada* Ad futuram rei memoriam, *Pio II anulava tal legacia, bem como a nomeação de colector geral em Portugal do bispo de Coimbra, alegando o pedido dos prelados portugueses, em difíceis condições, de forma a não poderem satisfazer às imposições pontifícias para a guerra contra os Turcos, e queixosos de que o legado pontifício os queria constranger, à força de penas eclesiásticas:*

«*Pius, etc. Ad futuram rei memoriam. Exposcit plena vigiliis Romani pontificis quotidiana instantia ut circa singularum sacerdotalis et clericalis ordinis personarum salubrem et tranquillum statum apostolici ministerii partes serventur, impendat eorumque occurrat dispendiis et que pro ipsarum pace et tranquillitate profutura conspexerit, favoribus prosequatur et remediis oportunis. Dudum siquidem venerabilem fratrem nostrum Johannem, episcopum Colimbriensem, ad carissimum in Christo filium nostrum Alfonsum, Portugalie et Algarbii regem illustrem, ac illius regna legatum missum cum potestate*

(912) ADB, *Colecção cronológica*, caixa 31.

legati de latere pro nonnullis arduis peragendis negotiis et ut a venerabilibus fratribus nostris archiepiscopis, episcopis aliisque prelatis et clero regnorum eorumdem tres decimas secundum verum valorem ecclesiarum et beneficiorum suorum, a populis vero atque iudeis certas alias impositiones, prout in dieta Mantuana conclusum fuerat, imponeret atque exigeret et nonnulla alia tunc expressa perageret, certas etiam alias facultates sibi pro eiusdem legationis decentia tribuendo, prout in nostris inde confectis litteris plenius continetur. Cum itaque postmodum, sicut accepimus, postquam idem Johannes episcopus ad regem et regna predicta personaliter se contulit, pretextu decimarum impositionis huiusmodi et ex certis aliis causis nonnulle differentie inter eum et nonnullos prelatos ac eorum officiales acciderint, quorum occasione dictus Johannes contra eos ad diversas censuras et penas tunc expressas processit ac in aliquos ex eis et ipsorum officiales propterea excommunicationis et interdicti aliasque sententias promulgaverit et sicut dilecti filii sindici et procuratores archiepiscoporum, episcoporum, prelatorum et cleri predictorum nobis nuper exposuerunt, fructus, redditus et proventus ecclesiarum, monasteriorum et beneficiorum eorumdem, causantibus pestilentiis, guerris atque aliis quampluribus eventibus sinistris, qui partes illas diutius afflixerunt, sint adeo diminuti quod ipsi decimas predictas, prout imposite sunt, absque suis et ecclesiarum, monasteriorum et beneficiorum eorumdem maximo incommodo et detrimento solvere nequeant, quamvis censurarum earumdem diversarumque aliarum penarum exageratione premantur, et propterea dubitantes se ultra quam eorum vires exigant, ab eodem Johanne episcopo indebite gravari, nostrum et apostolice sedis presidium super hoc [fl. 368] humiliter implorarunt. Nos igitur qui universis orbis ecclesiis ac personis ecclesiasticis, presertim pontificali preditis dignitate, ut a quibusvis detrimenti releventur incommodis, quantum nobis ex alto permittitur, oportune provisionis remedia adhibemus, archiepiscoporum, episcoporum, prelatorum et cleri predictorum paupertati et impotentie eorumque variis calamitatibus nobis non incognitis, paterno compatientes affectu, ac volentes differentiis que premissorum occasione orte sunt possentque forsitan in partibus illis verisimiliter evenire, oportune occurrere ac regnorum, archiepiscoporum et aliorum predictorum paci, tranquillitati et indemnitatibus providere, ex premissis et certis aliis rationabilibus causis, ad id animum nostrum moventibus, ac etiam pro eo quod sindici et procuratores predicti super decimis eis impositis huiusmodi facultatum suarum vires cum gentibus camere apostolice curaverunt componere, eumdem Johannem episcopum ab huiusmodi legationis officio et nuntii potestate nostri, harum serie absolventes, officium et potestatem predicta ac etiam omnes et singulas commissiones et facultates per nos in genere vel in specie sibi factas expirasse ipsumque Johannem illis amodo functum esse declaramus ac eum a dictis officio et potestate, necnon facultates, commissiones et concessiones predictas, sibi ut premittitur factas, ex certa scientia revocamus, districtius inhibentes eidem Johanni episcopo ne de cetero legati aut nuntii officio seu potestate fungi quoquo modo presumat et nichilominus omnes et singulos processus ac excommunicationis, suspensionis privationumque et interdicti aliasque sententias, censuras et penas ac mulctas per ipsum Johannem episcopum sive eius auctoritate contra archiepiscopos, episcopos et prelatos predictos vel eorum officiales legationis et decimarum earumdem sive alia quavis occasione factas, prolatas, inflictas vel promulgatas similiter relaxamus et pro infectis haberi volumus perinde ac si processus sive censure et pene huiusmodi nullatenus facti et promulgati fuissent, processus vero per ipsum Johannem episcopum aut eius auctoritate contra alias inferiores ecclesiasticas personas ratione decimarum tantum huiusmodi quomodolibet latos nullos similiter et irritos, alios vero propter alia excessus, crimina et delicta habitos in dispositione iuris decernimus remanere, ita tamen quod de cetero idem Johannes episcopus etiam in

premissis aut aliquo premissorum non possit aliquam iurisdictionem aut potestatem exercere, decernentes omnia et singula per ipsum Johannem episcopum, alias quam ut premittitur facta, et quidquam forsitan imposterum fieri vel attemptari contigerit, irrita et inania nulliusque eficacie et roboris vel momenti. Nulli ergo, etc., nostre absolutionis, declarationis, revocationis, inhibitionis, relaxationis, voluntatis et constitutionis infringere, etc. Si quis, etc. Datum Pientie, etc., anno, etc., m.ccclxii, sexto Kalendas Septembris, pontificatus nostri anno quarto» (913).

Para que a composição ou concórdia feita com a câmara apostólica se cumprisse, mediante a entrega das quantias destinadas à câmara e ao rei de Portugal, Pio II por letras da mesma data de 27 de Agosto de 1462, com referência às anteriores sobre a anulação da legacia, encarregava o chantre de Lisboa e Gil Esteves, cónego da mesma sé, de convocarem os prelados ou seus procuradores e de lhes exigirem tais somas, na forma determinada nesta bula:

«Pius, etc. Dilectis filiis cantori et Egidio Stephani, canonico ecclesie Ulixbonensis. Salutem, etc. Paterna caritas filiorum deplorans incommoda, illis profecto subvenit diligenter quos magis conspicit indigere. Dudum siquidem venerabilem fratrem nostrum Jhoannem, episcopum Colimbriensem, ad carissimum in Christo filium nostrum Alfonsum, Portugalie et Algarbii regem illustrem, ac illius regna nuntium cum potestate legati de latere destinantes, [Reg. Vat. 507, fl. 368v] sibi inter cetera dedimus in commissis ut a venerabilibus fratribus nostris archiepiscopis, episcopis aliisque prelatis et clero, ordinibus, etiam militaribus, personis regnorum eorumdem tres decimas secundum verum valorem ecclesiarum et beneficiorum suorum et a populis atque iudeis certas alias impositiones, que dudum antea fuerant in dieta Mantuana imposite, auctoritate nostra exigeret et exigi facere procuraret, iuxta aliarum nostrarum continentiam litterarum, ac deinde, postquam ipse Johannes ad regem et regna predicta se contulerat, necnon decimas predictas iuxta litterarum earumdem tenorem imponere volens, plurime orte sunt discordie et contentiones, propter que idem Johannes nonnullos ex archiepiscopis, episcopis et prelatis predictis eorumque officialibus diversis excommunicationis, suspensionis et interdicti ac privationis sententiis innodaverat, nos pro regnorum eorumdem tranquilitate et scandalis, que propterea evenire poterant, obviare volentes ac ex certis aliis causis rationabilibus, ad id animum nostrum moventibus, dictum Johannem episcopum a legationis officio seu nuntii et legati potestate huiusmodi absolventes, officium et potestatem [fl. 148] predicta ac omnes et singulas commissiones et facultates per nos sibi factas atque concessas expirasse ac ipsum Johannem episcopum illis ac etiam officio et potestate predictis functum esse, per alias nostras litteras sub certis modo et forma declaravimus, prout in illis plenius continetur. Cum autem, sicut nuper dilectorum filiorum sindicorum et procuratorum tam archiepiscoporum, episcoporum et prelatorum, quam etiam cleri predictorum, ad nos destinatorum, relatione accepimus quod propter varios pestilentie casus, bellorum quoque turbines et alios sinistros eventus, qui partes illas hactenus afflixerunt, in bonis temporalibus adeo depauperati et diminuti existant quod integras decimas predictas absque ipsorum et ecclesiarum ac monasteriorum beneficiorumque ecclesiasticorum regnorum eorumdem maxima iactura solvere nequeant, egestate in hoc plurimum repugnante, pro parte eorum nobis fuit humiliter supplicatum ut ipsorum impotentie et paupertati super his oportune providere de benignitate apostolica

(913) AV, Reg. Vat. 507, fl. 367v-368.

dignaremur. Nos igitur qui, et si cunctorum nostre vigilantie creditorum fidelium profectibus intendere et dispendiis ex iniuncti nobis ministerii pastoralis officio occurrere teneamur, venerabilibus tamen fratribus et coepiscopis nostris eo amplius assistere ipsosque ab incommodis et oneribus relevare tenemur quo in partem solicitudinis pastoralis assumpti nobiscum universalis ecclesie onera patiuntur, eorum ac etiam cleri predictorum gravaminibus, paupertati et impotentie, de quibus fuimus plenissime informati, paterno compatientes affectu et ex intimis cordis nostri precordiis commiserantes eisdem [*fl. 148v*] *ac* [*Reg. Vat. 507, fl. 369*] *volentes eos, quantum honestatis iura permittunt, ab hiis conservari immunes, auctoritate apostolica, tenore presentium, statuimus et de sindicorum sive procuratorum eorumdem expresso consensu ordinamus quod archiepiscopi, episcopi, prelati et clerus predicti necnon quecumque ecclesiastice regulares seculariesque persone exempte et non exempte regnorum eorumdem, magistris sive gubernatoribus et preceptoribus militiarum eorumque dependentibus et connexis ecclesiis ac beneficiis, quorum fructus, redditus et proventus utilitatem dictarum militiarum concernant, illis videlicet quorum beneficia a iurisdictione ordinaria sunt exempta, quos in premissis comprehendi nolumus, dumtaxat exceptis, loco trium decimarum earumdem sedecim millia florenorum auri de camera infra triennium, a data presentium computandum, efficaciter solvere teneantur in hunc modum videlicet impresentiarum numerata duo milia in Curia Romana et infra annum proxime secuturum quatuor milia et successive secundo anno ex tunc immediate sequenti quinque milia et tertio anno reliqua quinque milia pro residuo dictorum sedecim milium florenorum, ita tamen quod de sex milibus florenorum huiusmodi, que in eisdem portionibus solvi debent, prelati et clerus predicti medietatem cambii et reliquam gentes camere apostolice supplere, reliqua vero octo milia florenorum eorumdem usque ad summam sedecim milium predictorum regi prefato videlicet in eisdem regnis,* [*fl. 149*] *absque tamen aliquo onere cambii, sed prout communiter ibi valent, solvere teneantur, residuum vero, si quod usque integram solutionem trium decimarum earumdem existeret, vel ascenderet archiepiscopis, episcopis, prelatis et clero prefatis liberaliter remittimus et donamus, ipsos ab ulteriori solutione decimarum predictarum occasione totaliter eximentes. Quocirca discretioni vestre ut eo commodius et facilius premissa debite executioni demandentur, per apostolica scripta in virtute sancte obedientie et sub excommunicationis pena committimus et mandamus quatenus onus huiusmodi pro nostra et sedis apostolice reverentia necnon cleri eorumdem commodiate humiliter suscipientes, vos vel alter vestrum universos et singulos archiepiscopos, episcopos, prelatos et clerum ac omnes et singulos exemptos et non exemptos predictos ad civitatem Ulixbonensem vel locum alium ad hoc ydoneum, de quo vobis videbitur, ut ipsi personaliter aut singuli prelati pro suis capitulo et clero per procuratores ydoneos eorum nominibus unum vel plures illuc ad concludendum super divisione et impositione dicte summe auctoritate nostra conferant, convocantes, de ipsorum archiepiscoporum, episcoporum, prelatorum et cleri predictorum vel maioris partis eorumdem consilio, summam predictam ac omnem aliam quam ultra eam pro cambiis, recambiis et aliis expensis, que in premissis et circa ea ac prosecutione huiusmodi negotiorum oportuna seu necessaria* [*fl. 149v*] *fuerint, iuxta solutionem antique taxe vel subsidii aut alias, prout vobis videbitur, imponatis et impositam per vos vel singulos succollectores in singulis civitatibus et diocesibus ad hoc specialiter per vos deputandos, statutis temporibus exigere et penes ydoneum depositarium, fide et facultatibus locupletem, quem similiter de consilio predictorum, si vobis videbitur, eligendum,* [*Reg. Vat. 507, fl. 369v*] *interim deponere procuretis. Contradictores quoslibet et rebelles, cuiuscumque status, ordinis, gradus vel conditionis existant, etiam si archiepiscopali, episcopali, abbatiali vel quacumque alia prefulgeant dignitate, per censuram*

ecclesiasticam et alia oportuna iuris remedia compescendo, invocato ad hoc, si opus fuerit, auxilio brachii secularis ... Datum Pientie, anno, etc., m.cccclxii, sexto Kalendas Septembris, pontificatus nostri anno quarto» (914).

Os nomes dos procuradores, além do documento sobre as reuniões dos procuradores dos prelados no mosteiro do Carmo e na sé de Lisboa, sob a presidência do bispo da Guarda, consta também do seguinte documento, relativo ao acordo havido com a câmara apostólica, datado do dia 28 de Agosto de 1462, no qual, além do prior da igreja de Santa Maria de Azambuja, vem designado também o cónego de Lisboa Afonso Anes: «Anno a nativitate Domini m.cccclxii, die xxviii mensis Augusti, venerabiles viri domini Petrus Gometii, rector parrochialis ecclesie sancte Marie de Azambuya Ulixbonensis diocesis, et Alfonsus Johannis, canonicus Ulixbonensis, procuratores et sindici prelatorum et cleri regni Portugalie, qui presentem bullam expediverant, asseruerunt quod ipsi fuerunt nuper in conventione et concordia cum sanctissimo domino nostro, quod quantitas octo milium florenorum auri que debetur sanctissimo domino nostro et camere apostolice, prout in hac bulla continetur, persolvi debeat per hunc modum, videlicet quantitas duorum milium florenorum similium de summa, prout iam dixerunt esse soluta, summa vero quatuor milium in hoc primo anno, summa duorum milium similium florenorum restantium in proximo sequenti anno persolvi debeat, quantitas vero octo milium florenorum debita regi solvatur eidem regi, prout in bulla continetur, et ita dixerunt fuisse concordatum et observari debere...» (915).

n. Várias incumbências de Paulo II e Sisto IV a D. João, bispo da Guarda, a residir em Lisboa, e morte deste em 1477

Acabámos de ver que D. João, bispo da Guarda, residia no mosteiro do Carmo de Lisboa. São muitas as comissões de que ele foi encarregado pelos papas Paulo II e Sisto IV, em algumas das quais se diz, precisamente, que o nosso bispo residia em Lisboa. Por bula de 16 de Setembro de 1464, recordando que Pio II, a pedido do Infante D. Fernando, duque de Beja e de Viseu, designara juízes para confirmarem, em nome do papa, concessões feitas ao Infante sobre direito de padroado em certas igrejas, mas morrera antes de ser feita a respectiva bula, encarregava-o a ele bispo da Guarda e ao bispo de Viseu e Pedro Lourenço, cónego de Lamego, de examinarem tais concessões e de as aprovarem, com valor retroactivo, a partir do tempo da concessão de Pio II, como se as respectivas letras tivessem sido feitas (916). *Na mesma data, com referência a determinações dos papas Calisto III e Pio II sobre a fundação de conventos das Ordens militares em Ceuta, de que tinham sido encarregados os arcebispos de Braga e de Lisboa e os bispos de Coimbra e de Ceuta, e a outras determinações do dito Pio II, pelas quais, a pedido do Infante D. Fernando, governador das Ordens militares de Cristo e de S. Tiago da Espada, revogava tal imposição, Paulo II encarregava os sobreditos bispos da Guarda e de Viseu e Pedro Lourenço de examinarem o assunto e executarem as determinações últimas de Pio II, com valor retroactivo, a partir da concessão de Pio II, como se a respectiva bula tivesse sido então tirada* (917). *Ainda neste ano, a 26 de Novembro, era encarregado juntamente com o bispo de Coimbra de receber o juramento de fidelidade de D. Luís, bispo eleito de Évora, transferido da sé do Porto, para evitar ao prelado*

(914) AV, Reg. Vat. 487, fl. 147v-150, Reg. Vat. 507, fll 368-369v.
(915) AV, Reg. Vat. 487, fl. 147v. margem esquerda do texto. *Liber Diversorum*, fl. 277.
(916) AV, Reg. Lat. 605, fl. 213v-214.
(917) AV, Reg. Lat. 606, fl. 35-37v.

despesas de viagem (918). *Registo ainda mais três comissões do pontificado de Paulo II, uma de 1465, outra de 1466 e a terceira de 1467. A de 1465, do dia 29 de Janeiro, dirigida a* venerabili fratri episcopo Egitaniensi, *trata de comissão referente à colação da igreja de S. Bartolomeu de Alfange da diocese de Lisboa, vacante por morte de João Rodrigues, a favor de Lourenço Abul, deão da Guarda e secretário do rei de Portugal, que fizera o pedido ao papa* (919). *A de 1466, também dirigida a* venerabili fratri episcopo Egitaniensi, *é do dia 1 de Abril e diz respeito a benefícios da colação do arcebispo de Lisboa e bispo de Silves, a favor de Clemente Anes, clérigo de Silves* (920). *A bula de 1467, dirigida a 21 de Dezembro,* venerabili, fratri episcopo Egitaniensi, et dilectis filiis cantori Portugalensis ac scolastico Egitaniensis ecclesiarum, *trata de comissão relativa a absolvição de simonia e colação da igreja paroquial de Santa Luzia de Trancoso, a favor de Álvaro Gonçalves, sacerdote da diocese de Viseu* (921).

Também Sisto IV, que depois de dar um coadjutor a D. João no governo da diocese da Guarda, determinou, como se viu, que os carmelitas portugueses até aí excepcionalmente sujeitos a ele, bispo da Guarda, passassem a reger-se conforme ao direito próprio da Ordem, encarregou o nosso bispo de várias incumbências. No dia 20 de Julho de 1472, dirigindo-se a venerabili fratri Johanni, episcopo Egitaniensi, in civitate Ulixbonensi commoranti, et dilecto filio cantori ecclesie Ulixbonensis, *a pedido de* dilecte in Christo filie Elvire Lupi, relicte quondam Petri de Barbedo, scutiferi quondam Henrici, infantis Portugalie, in civitate Ulixbonensi commorantis, *encarregava-os da aprovação apostólica de aluguer de certas casas da Rua Nova de Lisboa, deixadas por Lourenço Anes, sepultado numa capela da igreja de S. Domingos, feito esse aluguer pela mulher Leonor Fernandes* (922). *A 21 de Julho do dito ano de 1472, por bula dirigida* venerabilibus fratribus Egitaniensi et Visensi ac Ceptensi episcopis, *o papa mandava-lhes que, a pedido de D. Garcia, bispo, e do cabido de Évora, procedessem contra D. Jorge, arcebispo de Lisboa, outrora bispo de Évora, o qual levara para a igreja de Lisboa preciosos paramentos que o antigo bispo de Évora D. Vasco doara à diocese* (923). *A seguir, precisamente um mês depois, encarregava-o a ele* venerabili fratri episcopo Egitaniensi *de dar autorização de mudar o convento dos Dominicanos de Nossa Senhora da Consolação, construído na vila de Abrantes pelo pai do barão Lopo de Almeida, embaixador de D. Afonso V ao papa, para lugar mais salubre, visto os frades estarem sujeitos a várias enfermidades naquele sítio* (924). *Na mesma data, dispunha que o arcebispo de Lisboa e o bispo da Guarda admitissem na Ordem militar de S. Tiago da Espada a Francisco de Almeida, clérigo da diocese da Guarda e familiar, anteriormente do falecido Infante D. Fernando e então do príncipe D. João* (925). *A 13 de Julho de 1474, por bula dirigida* venerabilibus fratribus archiepiscopo Ulixbonensi et Egitaniensi ac Zafiensi episcopis, *mandava receber também na Ordem de S. Tiago da Espada a Fernando de Lourenço, clérigo de Lisboa e familiar do cardeal D. Rodrigo Borgia, bispo de Albano e vice-chanceler* (926). *Por bula de 28 de Abril de 1475, de comissão dada* venerabilibus fratribus Johanni Egitaniensi et Roderico Lamacensi ac Iohanni Zafiensi episcopis, in civitate Ulixbonensi commorantibus, *dava determinações a favor dos cónegos azuis ou de Vilar de Frades, conhecidos geralmente*

(918) AV, Reg. Lat. 617, fl. 240v.
(919) AV, Reg. Lat. 612, fl. 47-48.
(920) AV, Reg. Lat. 616, fl. 107-109v.
(921) AV, Reg. Lat. 661, fl. 95v.
(922) AV, Reg. Lat. 722, fl. 77v-78v.
(923) AV, Reg. Vat. 660, fl. 118-119.
(924) AV, Reg. Vat. 660, fl. 423-425.
(925) AV, Reg. Vat. 660, fl. 454-455v.
(926) AV, Reg. Vat. 661, fl. 447v-478v.

por Lóios, na questão com o arcebispo de Braga D. Luís (927). *A 17 de Agosto de 1476, mandava a ele bispo da Guarda, ao de Tânger e ao chantre de Lisboa revogassem certas concessões e alugueres de bens pertencentes ao mosteiro de Alcobaça, a pedido do comendatário D. Jorge, arcebispo de Lisboa* (928). *Nesta última data de 17 de Agosto de 1476, há notícias de oito bulas passadas ao bispo de Ceuta D. João Rodrigues Ferraz como coadjutor do nosso carmelita D. João, bispo da Guarda, enquanto este vivesse: «Augusti 1476. Die xvii dicti mensis augusti 1476, octo bulle pro reverendo patre domino episcopo Septensi super coadiutoria ecclesie Egitaniensis, cum quibus dictus dominus Johannes episcopus constituitur et deputatur coadiutor reverendo patri domino Johanni, episcopo Egitaniensi, quamdiu ipse dominus Johannes episcopus Egitaniensis egerit in humanis ...»* (929). *De facto João Ferraz apresentava-se a 25 de Setembro de 1476 na câmara apostólica, no próprio nome, a obrigar-se pela taxa respectiva, em virtude da coadjutoria com direito de sucessão, que lhe foi concedida a 24 de Julho de 1476: «Die xxv dicti mensis [Septembris Mcccclxxvi] reverendus in Christo pater et dominus Johannes, Dei gratia episcopus Ceptensis, principalis nomine suo proprio obtulit cemere apostolice et sacro collegio reverendissimorum dominorum cardinalium pro communi servitio ecclesie Egiptaniensis, cuius ecclesie episcopo moderno ipse dominus Johannes episcopus de ipsius voluntate est datus perpetuus coadiutor et cedente vel decedente dicto moderno episcopo Egiptaniensi, dictus Johannes episcopus succedet in dicta ecclesia Egiptaniensi ratione translationis de ecclesia Egiptaniensi facienda per bullam domini Sixti sub data Narnie, nono Kalendas Augusti, anno quinto, flor. auri de camera quadringentos, ad quos dicta ecclesia taxata reperitur, et quinque minuta servitia consueta»* (930).

Não durou muito a vida de D. João bispo da Guarda, depois que lhe foi dado coadjutor, pois D. João Rodrigues Ferraz sucedeu-lhe, por morte, a 17 de Março de 1477, tendo sido elevada a taxa correspondente à sé da Guarda: «Eadem die [Lune, xvii.° Martii 1477] et consistorio, idem sanctissimus dominus noster ad relationem reverendissimi domini vicecancellarii absolvit reverendum patrem dominum Johannem episcopum Ceptensem a vinculo, quo eidem ecclesie tenebatur et eum transtulit ad ecclesiam Egiptaniensem in Portugalia, quam alias dederat sibi in administrationem, vacantem per obitum ultimi episcopi, extra Romanam Curiam defuncti. Et voluit quod augeretur taxa ipsius ecclesie Egiptaniensis de flor. CCCC ad mille» (931). *Na bula da transferência de João Ferraz, fala-se da morte do carmelita D. João, motivo por que o papa desligou aquele do ónus inerente à diocese de Ceuta, transferindo-o para a sé da Guarda: «Sixtus, etc. Venerabili fratri Johanni, episcopo Egitaniensi. Salutem, etc. Quam sit onusta dispendiis ... Dudum siquidem bone memorie Johanne, episcopo Egitaniensi regimini ecclesie Egitaniensis presidente, nos cupientes eidem ecclesie, cum eam vacare contingeret, per operationis nostre ministerium utilem et ydoneam presidere personam, provisionem ipsius ecclesie ordinationi et dispositioni nostre duximus ea vice specialiter reservandam ... Postmodum vero prefata ecclesia per obitum dicti Johannis, olim episcopi, qui extra Romanam Curiam diem clausit extremum, pastoris solatio destituta, [fl. 95v] nos vacatione huiusmodi fidedignis relatibus intellecta, ad provisionem eiusdem ecclesie celerem et felicem ... ne ipsa ecclesia longe vacationis exponatur incommodis, paternis et sollicitis studiis intendentes, post deliberationem quam de preficiendo eidem ecclesie personam utilem et ydoneam ac etiam fructuosam cum fratribus nostris habuimus diligentem, demum ad te episcopum Septensem, consideratis grandium virtutum meritis, quibus personam*

(927) AV, Reg. Vat. 568, fl. 203-204.
(928) AV, Reg. Vat. 666, fl. 315-316.
(929) AV, Annat. 25, fl. 191.
(930) AV, Obl. et Sol. 84, fl. 282.
(931) AV, Obl. et Sol. 82, fl. 105.

tuam illarum largitor Dominus insignivit ... direximus oculos nostre mentis. Intendentes igitur tam ipsi ecclesie Egitaniensi quam eius gregi dominico salubriter providere, te a vinculo quo dicte Septensi ecclesie, cui tunc preeras, tenebaris, de ipsorum fratrum consilio et apostolice potestatis plenitudine absolventes, te ad eamdem Egitaniensem ecclesiam auctoritate apostolica transferimus ac illi preficimus in episcopum et pastorem ... Datum Rome, apud Sanctum Petrum, anno Incarnationis Dominice millesimo quadringentesimo septuagesimo sexto, sextodecimo Kalendas Aprilis, anno sexto» (932).

g. Súplica original do Infante D. Pedro, regente do reino, ao papa Eugénio IV, de 31 de Janeiro de 1444, contra a erecção da igreja paroquial de Valada, alcançada por Fernando Martins, licenciado em direito canónico, e continuação do litígio com Martinho Fernandes de Gouveia

São já conhecidas várias súplicas originais do Infante D. Pedro, filho de D. João I, publicadas aliás no I volume de Monumenta Portugaliae Vaticana. *Eis mais uma, existente no Arquivo Nacional da Torre do Tombo de Lisboa:*

Sanctissimo Patri ac Beatissimo domino domino Eugenio, sacrosancte Romane ac Universalis Ecclesie divina providentia Summo Pontifici, humilis et devotus V. S. filius Petrus, serenissimi principis et domini regis Portugalie patruus et tutor suorumque regnorum et dominii regens et Dei presidio defensor, dux Colimbrie, cum prona et debita reverentia, pedum oscula beatorum. Per venerabilem clerum nobilis ville Sancterenensis mihi nuper relatum est Fernandum Martini, in iure canonico licentiatum, a S. V. versuta quadam calliditate impetrasse quod in heremita sancte Marie de Vallada, in territorio eiusdem ville situata, quedam parrochialis ecclesia erigi potuisset, quod absque maximo omnium aliarum parrochialium ecclesiarum ipsius ville preiudicio fieri non potest, qua super re ex parte predicti cleri nonnulli fuerunt articuli presentati, super quibus eadem S. V. diligentem iussit inquisitionem fieri, si que in eis continebantur articulis vera essent, quos mitto presentibus interclusos, quum mihi dilucide constet omnia in eis contenta vera esse[*n*]*t. Et quia pergratum mihi foret, Beatissime Pater, quod ipsis parrochialibus ecclesiis preiudicium non foret, S. V. supplico humiliter et devote quatenus dignetur per litteras apostolicas talem gratiam ipsi Fernando Martini concessam tamquam falso impetratam revocare, inhibendo expresse quod in dicta heremita parrochialis ecclesia nullatenus erigatur, ut a tanto detrimento clerus iam memoratus relevetur et si forte per partem adversam allegaretur sepedicto clero terminum pro eisdem articulis probandis et de legitime comparendo coram S. V. fuisse assignatum, noscat B. V. quod ex precepto meo infra dictum terminum ipse clerus non comparuit, quia super huiuscemodi re mihi scribendi eidem S. V. onus assumpsi, quod propter multa que inde orta fuere usque hoc in tempus distuli. Ex civitate Elborensi, Januario, xxxi, anno Domini M.° ccc.mo xxxxiiii°. + Ifante dom Pedro»* (933).

Não encontrei vestígios desta súplica nos volumes do Reg. Suppl. *do Vaticano. Aliás a intervenção do regente não teve efeito quanto às intenções de impedir a erecção da paróquia de Santa Maria da Valada, embora tanto Fernando Martins, licenciado em decretos, como Martinho*

(932) AV, Reg. Lat. 766, fl. 95-96v.

(933) ANTT, Corpo Cronológico, parte 2, n. 1, docum. 21. Cf. AVELINO DE JESUS DA COSTA, *Álbum de paleografia e de diplomática*, Coimbra, 1966, estampa 62.

Fernandes de Gouveia, aliás muito chegado ao Infante, tivessem de enfrentar litígio na Cúria sobre o a sunto. Ambos pertenciam à diocese de Coimbra e ambos eram curiais. O primeiro estudou e recebeu o grau de licenciatura em direito canónico na universidade de Bolonha. Martinho Fernandes de Gouveia, estudante na universidade de Lisboa, tomou parte na batalha de Alfarrobeira. Vou traçar resumidamente a biografia de cada um, através de alguns documentos pontifícios, de que tenho conhecimento, principalmente no que se refere à questão da igreja de Santa Maria da Valada.

Ainda estudava direito canónico Fernando Martins, clérigo da diocese de Coimbra, quando, por súplica de 3 de Fevereiro de 1436, pedia ao papa Eugénio IV a erecção da capela da Valada em igreja paroquial, em seu favor, com direito de padroado alternado entre o rei de Portugal e os habitantes do lugar. A estes era extremamente penoso receber os sacramentos, em razão da distância que os separava das igrejas paroquiais e, sobretudo em tempo de inverno, pelo perigo de inundações, com consequências funestas para a educação cristã das crianças e adultos, assistência a moribundos, etc. Os limites da paróquia seriam o porto de Muje ou de Muja até ao termo de Lisboa e o lugar da capela de Pedro Escuro e do Tejo até Adema. Anuindo às preces, Eugénio IV fazia depender a erecção do consentimento do reitor e da respectiva recompensa: Concessum ut petitur de consensu rectoris et facta recompensa, in presentia domini nostri pape. C. Ariminensis ([934]). *O suplicante completava a súplica, pedindo fosse mencionado o valor anual dos rendimentos da igreja na confecção das letras, segundo petição atendida a 5 de Junho de 1436* ([935]). *Ainda no mesmo ano, continuando a dizer-se clérigo da diocese de Coimbra e estudante de direito canónico, com referência à concessão pontifícia da erecção da igreja paroquial de Valada, precavendo-se contra futuras contestações jurídicas, pedia, em súplica de 15 de Outubro, que o valor das letras apostólicas não pudesse ser afectado pelo facto de não terem sido mencionadas concessões anteriores sobre benefícios* ([936]). *Em várias súplicas do ano 1437, menciona sempre o direito que tinha à igreja de Santa Maria de Valada. Numa de 11 de Março, alega o facto de ter estudado durante seis anos e ainda estudar direito canónico, para lhe ser facultado continuar com seus benefícios, apesar da concessão da igreja paroquial de Valada, podendo reter dois benefícios incompatíveis, mesmo com cura de almas* ([937]). *Noutra de 14 de Março, pede a igreja de S. Salvador de Várzea de Arouca, com a necessária dispensa, em virtude do direito que pretendia ter à igreja paroquial de Santa Maria de Valada* ([938]). *Entretanto, residia na Cúria papal, conforme se tira da súplica de 7 de Agosto de 1437, pedindo indulto de gozar dos privilégios dos residentes na Cúria, apesar de ter de se ausentar por causa de seus negócios, o que lhe é concedido por espaço de um mês* ([939]).

A 26 de Março de 1438, era dispensado pelo colégio dos professores de direito canónico da universidade de Bolonha, para ser admitido a exame, não obstante a constituição em contrário, pelo facto de ele não ter repetido o Decreto de Graciano durante um ano completo, e a 3 de Abril era aprovado unanimemente pelo Colégio no exame de licenciatura: «Tempore prioratus mei Antonii de Sancto Petro in mccccxxxviii de mense Januarii ... Die xxvi Martii. Dicta die fuit dispensatum cum domino Fernando Martini de Portugalia ut non obstante quod non repetierit nec audiverit decretum per annum integrum nec tempore requisito per constitutionem dicti collegii, nichilominus possit subire examen iuris canonici et fuit obtentum, nemine discrepante ... Die iii

([934]) *Monumenta Portugaliae Vaticana*, Súplicas de Eugénio IV, n. 500.
([935]) *Monumenta Portugaliae Vaticana*, Súplicas de Eugénio IV, n. 537.
([936]) *Monumenta Portugaliae Vaticana*, Súplicas de Eugénio IV, n. 718.
([937]) *Monumenta Portugaliae Vaticana*, Súplicas de Eugénio IV, n. 765.
([938]) *Monumenta Portugaliae Vaticana*, Súplicas de Eugénio IV, n. 767.
([939]) *Monumenta Portugaliae Vaticana*, Súplicas de Eugénio IV, n. 837.

Aprilis. Examinatus fuit dominus Fernandus Martini de Portugalia, presentatus per dominum Baptistam de Sancto Petro et me et fuit unanimiter nemine discrepante approbatus et [*h*]*abuit in punctis c. Nullus, de parochiis et xii. q. i. c. Necessaria*» (940). *Por isso, aparece já em súplicas de 15 de Maio de 1438, como* Fernandus Martini, clericus Colimbriensis diocesis, in decretis licentiatus, presens in Curia, *a pedir licença de se ausentar por quinze dias da Cúria, com intenção de regressar brevemente* (941), *ou, com mais pormenores, como* Fernandus Martini, clericus Colimbriensis diocesis, in decretis licentiatus, qui extra Romanam Curiam ad civitatem Paduanam causa visitandi ex devotione corpus sancti Antonii eiusdem civitatis aliquandiu se absentare habeat, animo tamen et intentione ad eamdem Curiam revertendi (942), *bem como em letras apostólicas de Eugénio IV, de 11 de Agosto de 1438, precisamente sobre a igreja paroquial de Valada, renovando disposições sobre a concessão da erecção do oratório em igreja paroquial e sobre a colação em seu favor, com expressa referência ao grau de licenciatura em direito canónico, obtido na universidade de Bolonha:*

«*Eugenius, etc. Dilecto filio Fernando Martini, clerico Colimbriensis diocesis, licentiato in decretis. Salutem, etc. Litterarum scientia ... Dudum siquidem tibi de uno Silvensis et alio Egitaniensis ecclesiarum canonicatibus cum reservatione prebendarum ac dignitatis, personatus, administrationis vel officii alterius earumdem ecclesiarum, etiam si ad illam, illum vel illud consuevisset quis per electionem assumi eique cura immineret animarum, vacantium tunc vel vacaturarum seu vacaturorum, per quasdam gratiose providimus, et deinde ad dilectorum filiorum universorum incolarum et habitatorum campi sive loci beate Marie de Vallada Ulixbonensis diocesis supplicationum instantiam, ex certis legitimis tunc expressis causis quoddam oratorium seu quamdam capellam in campo sive loco huiusmodi consistens seu consistentem sub certis modo et forma in parrochialem ecclesiam erigi et postquam sic erecta eique certi etiam tunc expressi limites sive fines applicati et appropriati forent, illam ... tibi conferri et assignari per alias nostras litteras mandavimus, prout in illis plenius continetur. Nos igitur priores litteras prefatas que ac habiti per eas processus et quecumque inde secuta quoad dignitatem, personatum, curatam administrationem seu curatum officium, si et quamprimum vigore aliarum litterarum predictarum erigendam ecclesiam huiusmodi pacifice assecutus fueris, cassa et irrita nulliusque valoris vel momenti fore censentur, quoad hoc in suum pristinum robor et vigorem harum serie restituentes ac volentes* te qui ut asseris Bononie in decretis cum rigore examinis licentiatus fuisti, *premissorum meritorum tuorum intuitu favorem prosequi gratioso, tuis in hac parte supplicationibus inclinati, ut etiam* [*fl. 39*] *si et postquam vigore premisso dictam erigendam ecclesiam assecutus fueris, ut prefertur, una cum illa dignitatem vel personatum seu cum cura administrationem vel officium huiusmodi, si priorum litterarum predictarum vigore aut sine ipsis erigenda ecclesia ac dignitate, personatu, administratione seu curato officio, quecumque alia duo curata seu alias invicem incompatibilia beneficia ecclesiastica ... si alias canonice conferantur vel tu assumaris ad illa, recipere et insimul quoad vixeris retinere illaque et quecumque alia curata seu alias invicem incompatibilia, per te imposterum assequenda beneficia ecclesiastica, simul vel successive, simpliciter vel ex causa permutationis, quotiens tibi placuerit, dimittere et loco dimissi vel dimissorum aliud vel alia, simile vel dissimile aut similia vel dissimilia beneficium seu beneficia ecclesiasticum vel ecclesiastica,*

(940) ASB, *Liber Secretus Iuris Pontificii*, fl. 71v.
(941) *Monumenta Portugaliae Vaticana*, Súplicas de Eugénio IV, n. 915.
(942) *Monumenta Portugaliae Vaticana*, Súplicas de Eugénio IV, n. 920.

duo dumtaxat invicem incompatibilia, similiter recipere et quoad vixeris retinere ... libere et licite valeas ... auctoritate apostolica, tenore presentium, de specialis dono gratie dispensamus ... Datum Ferrarie, anno Incarnationis Dominice millesimo quadringentesimo tricesimo octavo, tertio Idus Augusti, anno octavo.» (943).

Os habitantes de Valada também se apressaram a recorrer ao papa, prevenindo certas dificuldades, que podiam surgir por parte dos reitores das outras igrejas paroquiais, perante as bulas já elaboradas sobre a erecção da paróquia. Uma delas dizia respeito à dotação da mesma e sustento do reitor, que poderia retardar a execução das mesmas. E o papa atendeu a tal súplica, a 19 de Setembro de 1438 (944). *O que eles previam sucedeu efectivamente, porque houve quem se opusesse à execução. Por tal motivo, corria causa no palácio apostólico, confiada pelo papa ao ouvidor João de Carvajal. E porque os impedimentos provinham do reitor da igreja da Alcáçova de Santarém, em virtude de certas décimas reais, aqueles habitantes, em súplica de 18 de Fevereiro de 1439, pediam que o ouvidor pudesse informar-se de tais circunstâncias e proceder o mais depressa possível, sem ouvir testemunhas, à execução das letras apostólicas* (945). *E logo Fernando Martins se apresentava, a 11 de Maio de 1439, na câmara apostólica, a obrigar-se quanto a prestar informações sobre o valor do oratório, a erigir dentro dos limites da paróquia de Santa Maria de Alcáçova, da diocese de Lisboa, em igreja paroquial e ao pagamento da anata respectiva, no prazo de seis meses, a contar do dia da tomada de posse: «Dicta die[xi Maii 1439] Fernandus Martini, principalis, obligavit se ad certificandum cameram apostolicam de vero valore cuiusdam capelle, oratorii nuncupate, in campo sive loco infra limites parrochie beate Marie de Alcaceva Ulixbonensis diocesis in parrochialem ecclesiam erigende et ad solvendam annatam dicte ecclesie in Curia, infra sex menses, a die possessionis adepte incipiendos. Coll. eidem Florentie, anno ut supra, x.° Kalendas Maii, anno nono»* (946). *Continuando a dizer-se* Fernandus Martini, clericus Colimbriensis diocesis, licentiatus in decretis, *em súplicas de 18 de Julho de 1439* (947) *e 27 de Julho de 1439* (948) *sobre a tesouraria de Lamego, a que renunciara Diogo Lopes, ele ressalva sempre o direito que tinha à* parrochiali ecclesia de novo erigenda beate Marie de Vallada Ulixbonensis diocesis. *Também no documento de 8 e 9 de Dezembro de 1439, de D. Gomes Anes, prior geral da Camáldula, a nomeá-lo seu procurador, e da obrigação ao pagamento da taxa devida pela promoção a geral, aparece ele como* Fernandum Martini, licentiatum in decretis (949).

No ano de 1440, além de presente na Cúria, começa a aparecer o nosso Fernando Martins como abreviador das letras apostólicas. Assim em súplica de 12 de Março de 1440 sobre certas prerrogativas na consecução de benefícios: Fernando Martini, clerico Colimbriensis diocesis, in decretis cum rigore examinis licentiato ac litterarum apostolicarum abbreviatori et in Romana Curia presenti (950). *Em letras de 14 de Maio de 1440, ao conferir-lhe o canonicato e prebenda do Porto, vacantes por resignação de Estêvão Rodrigues, Eugénio IV, dizendo-o licenciado em decretos, ajunta que ele recebera o grau de licenciatura em direito canónico com rigor*

---

(943) AV, Reg. Lat. 365, fl. 38v-39v.

(944) *Monumenta Portugaliae Vaticana*, Súplicas de Eugénio IV, n. 974.

(945) *Monumenta Portugaliae Vaticana*, Súplicas de Eugénio IV, n. 1006.

(946) AV, Annat. 8, fl. 43.

(947) *Monumenta Portugaliae Vaticana*, Súplicas de Eugénio IV, n. 1060.

(948) *Monumenta Portugaliae Vaticana*, Súplicas de Eugénio IV, n. 1066.

(949) Documento publicado por ANTÓNIO DOMINGUES DE SOUSA COSTA, OFM, *Mestre André Dias de Escobar, figura ecuménica do século XV (Estudos e Textos da Idade Média e Renascimento*, 2), Roma-Porto, 1967, *Documentos*, n. 198, pp. 389-390.

(950) *Monumenta Portugaliae Vaticana*, Súplicas de Eugénio IV, n. 1167.

de exame na universidade de Bolonha e obtinha a igreja paroquial de Santa Maria de Valada: «... Fernando Martini, *canonico Portugalensi*, licentiato in decretis ... tibi qui asseris, [Bononie] in decretis cum rigore examinis licentiatus fuisti ... *ut similiter asseris* parrochialem ecclesiam beate Marie de Valada ... obtines...» (951). *Noutra súplica de 2 de Julho de 1440, não só se diz* Fernandus Martini, clericus Colimbriensis diocesis, in decretis cum examinis rigore licentiatus ac litterarum apostolicarum abbreviator, *como fala da* parrochiali ecclesia beate Marie de Vallada Ulixbonensis diocesis noviter erecta *e de outros seus benefícios, como o canonicato e prebenda do Porto e arcediago de Celorico da diocese da Guarda, ao pedir o canonicato e prebenda de Silves* (952), *súplica renovada ou completada por outra de 21 de Julho de 1440, na qual se diz apenas* Fernando Martini, clerico Colimbriensis diocesis, cum examinis rigore in decretis licentiato (953). *Também como licenciado em decretos, figura em documento sobre a obrigação em nome de Lopo Rodrigues à câmara apostólica quanto à anata da igreja paroquial de S. Salvador de Negrelos: «Dicta die [28 Septembris 1440] venerabiles viri domini Petrus Alfonsi, prior sancti Laurentii de Bairro Colimbriensis diocesis et* Fernandus Martini, licentiatus in decretis, *ut principales et private persone obligarunt se camere nomine Lupi Roderici super annata parrochialis ecclesie sancti Salvatoris de Negrelos Portugalensis diocesis, cuius fructus, etc., quadraginta librarum Turonensium parvorum communi extimatione, vacantis per resignationem Stephani Roderici factam. Coll. eidem Florentie, anno, etc., Mccccxl, pridie Idus Maii, anno decimo. Et promiserunt solvere infra sex menses proxime futuros, etc., et non recedere a Curia quousque, etc.»* (954). *Na segunda metade do ano 1440, andava o nosso Fernando Martins em litígio com certos eclesiásticos que o acusavam de crimes, na intenção de obterem benefícios seus. Assim, segundo súplica de 22 de Outubro, pedia João Martins, reitor da igreja paroquial de S. João de Canelas da diocese do Porto, o canonicato e prebenda portuenses, após a privação de Fernando Martins* (955). *Igualmente, pelos mesmos motivos, Rui Dias, deão de Braga e cubiculário pontifício, pedia, em súplica de 3 de Novembro de 1440, o arcediagado de Celorico e o canonicato da Guarda, dizendo que Fernando Martins era* literarum apostolicarum abbreviator (956). *Afonso Gomes de Lemos, deão de Silves, nas mesmas circunstâncias, pedia, a 9 de Novembro de 1440, o canonicato e prebenda de Silves, de que devia ser privado Fernando Martins* qui etiam se pro in decretis licentiato gerit (957), *pedido repetido a 21 de Novembro de 1440* (958). *E o já referido João Martins, reitor da igreja de S. João de Canelas, renovava a súplica sobre o canonicato e prebenda portuenses, a 18 de Outubro de 1441* (959). *Entretanto continuava o litígio sobre a erecção da igreja da Valada entre Fernando Martins e os que a ele se opunham, apesar da sentença definitiva dada pelo ouvidor da Rota. Chegava-se, então, a duvidar que Fernando Martins tivesse algum direito à dita igreja, pelo que ele* qui in decretis cum rigore examinis licentiatus ac litterarum apostolicarum abbreviator et illustrissimi principis domini infantis Petri, regentis regni Portugalie, familiaris existit, *em súplica de 13 de Dezembro de 1441, pedia ao*

---

(951) AV, Reg. Lat. 376, fl. 71-72v. Parcialmente publicado por ANTÓNIO DOMINGUES DE SOUSA COSTA, OFM, *D. Gomes, reformador da abadia de Florença, e as tentativas de reforma dos mosteiros portugueses no século XV*, em *Studia Monastica*, V, Abadia de Montserrat, 1963, p. 90, nota 83.

(952) *Monumenta Portugaliae Vaticana*, Súplicas de Eugénio IV, n. 1195.

(953) *Monumenta Portugaliae Vaticana*, Súplicas de Eugénio IV, n. 1196.

(954) AV, Annat. 8, fl. 169v.

(955) *Monumenta Portugaliae Vaticana*, Súplicas de Eugénio IV, n. 1242.

(956) *Monumenta Portugaliae Vaticana*, Súplicas de Eugénio IV, n. 1246.

(957) *Monumenta Portugaliae Vaticana*, Súplicas de Eugénio IV, n. 1252.

(958) *Monumenta Portugaliae Vaticana*, Súplicas de Eugénio IV, n. 1258.

(959) *Monumenta Portugaliae Vaticana*, Súplicas de Eugénio IV, n. 1342.

papa confirmasse a sentença do ouvidor, bem como a erecção da paróquia de Santa Maria da Valada (960). *Em súplica posterior de 16 de Dezembro de 1441, ajuntava-se que nas respectivas letras apostólicas fosse indicado o valor dos proventos da dita igreja* (961).

E de Fernando Martins, reitor da igreja de Valada, até à sua morte, ocorrida na segunda metade do ano 1444, só tenho notícias de 1442, motivo talvez por que a carta-súplica do infante D. Pedro, de Janeiro de 1444, não teve seguimento. Em súplica de 10 de Março de 1442, pedia indulto de qualquer sacerdote, secular ou regular, o poder absolver de todos os pecados e penas, inclusive reservados à Santa Sé, o que o papa concedia, mas limitando o indulto ao foro da consciência e por uma só vez (962). *A 24 de Março de 1442, ele* Fernandus Martini, canonicus ecclesie Silvensis, licentiatus in decretis et litterarum apostolicarum abbreviator, *solicitava a pluralidade de benefícios* (963). *Dispondo-se* Fernandus Martini, clericus Colimbriensis diocesis necnon V. S. abbreviator, *a renunciar ao canonicato e prebenda de Silves, Lopo Rodrigues, clérigo de Coimbra, pedia tal canonicato e prebenda para si, mediante súplica de 24 de Outubro de 1442* (964). *A notícia da morte de Fernando Martins dá-no-la Afonso Correia, sacerdote da diocese de Braga, em pedido de 12 de Novembro de 1444 sobre a igreja paroquial de Santa Maria de Valada, vacante por morte daquele, ocorrida fora da Cúria papal* (965). *Mas Afonso Correia, apesar de ainda em súplica de 20 de Março de 1445 recorrer ao papa* super quadam provisione seu subrogatione de ecclesia parrochiali beate Marie de Vallada Ulixbonensis diocesis (966), *não me parece tenha alcançado a posse pacífica da dita igreja paroquial. Seu verdadeiro titular será Martinho Fernandes de Gouveia, também ligado à família real portuguesa.*

Martinho Fernandes de Gouveia, por quem o Infante D. Henrique intercedia a 23 de Janeiro de 1445 (967) e pro quo dilectus filius nobilis vir Enricus dux Visensis, asserens te dilectum filium suum fore, nobis super hoc humiliter supplicavit, *segundo a respectiva bula de Eugénio IV, de 23 de Janeiro de 1445, em que aparece como reitor da igreja paroquial de Santa Maria de Achete* (968), *aliás como em súplica, de 16 de Setembro de 1444, dele, a estudar na universidade de Lisboa* (969), *o qual Infante D. Henrique já tinha outras vezes intercedido por ele ao papa, por exemplo em súplica de 19 de Dezembro de 1444 sobre a tesouraria, canonicato e prebenda de Lisboa* (970), *parece ter recebido apoio da família do Infante D. Pedro, de quem fora familiar e capelão, na aquisição desta igreja paroquial. Na verdade, o nosso* Martinus Fernandi de Gouvea, nunc rector parrochialis ecclesie beate Marie de Vallada Ulixbonensis diocesis *da súplica de 29 de Março de 1456 sobre o canonicato e prebenda de Coimbra* (971), *fala-nos, noutra de 8 de Maio de 1456, de suas relações com o regente e sua participação na batalha de Alfarrobeira. Conta ele que, sendo familiar e capelão do Infante D. Pedro, com outros ao serviço do Infante, exército potentíssimo de D. Afonso V investira o Infante e sequazes, travando-se dura batalha, em que o suplicante interveio, ferindo, pelo menos, alguns. Pedia a absolvição, para*

(960) *Monumenta Portugaliae Vaticana*, Súplicas de Eugénio IV, n. 1363.
(961) *Monumenta Portugaliae Vaticana*, Súplicas de Eugénio IV, n. 1364.
(962) *Monumenta Portugaliae Vaticana*, Súplicas de Eugénio IV, n. 1408.
(963) *Monumenta Portugaliae Vaticana*, Súplicas de Eugénio IV, n. 1418.
(964) *Monumenta Portugaliae Vaticana*, Súplicas de Eugénio IV, n. 1491.
(965) *Monumenta Portugaliae Vaticana*, Súplicas de Eugénio IV, n. 1668.
(966) *Monumenta Portugaliae Vaticana*, Súplicas de Eugénio IV, n. 1705.
(967) *Monumenta Portugaliae Vaticana*, Súplicas de Eugénio IV, n. 1693.
(968) AV, Reg. Lat. 402, fl. 74v-76v.
(969) *Monumenta Portugaliae Vaticana*, Súplicas de Eugénio IV, n. 1646.
(970) *Monumenta Portugaliae Vaticana*, Súplicas de Eugénio IV, n. 1682.
(971) *Monumenta Portugaliae Vaticana*, Súplicas de Calisto III, n. 109.

poder exercer as Ordens já recebidas, ascender às sacras e aceitar benefícios, inclusive com cura de almas (972). *Ao pedir a graça de obter dois benefícios incompatíveis, a 23 de Dezembro de 1456, à qualidade de reitor da igreja de Santa Maria de Valada ajunta ser capelão do cardeal D. Jaime:* «*Supplicat S. V. devotus vester* Martinus Fernandi de Gouvea, rector parrochialis ecclesie beate Marie de Valada Ulixbonensis diocesis, familiaris et capellanus continuus commensalis devote creature vestre Jacobi, tituli sancti Eustachii diaconi cardinalis...» (973). *Nesta qualidade, devia andar pela Cúria pontifícia. De facto, em súplica de 11 de Março de 1460, sobre indulto, por sete anos, de receber os proventos de seus benefícios, sem obrigação da residência pessoal, aparece como* Martinus Fernandi de Gouvea, rector parrochialis ecclesie sancte Marie de Valada Ulixbonensis diocesis, in Romana Curia presens et super dicta parrochiali ecclesia litem gerens (974). *A sua presença na Cúria deve datar pouco depois da batalha de Alfarrobeira. Efectivamente em súplica de 12 de Junho de 1453, em que aparece como familiar do administrador perpétuo da diocese de Lisboa* — Martinus Fernandi de Gouvea, nunc familiaris domini Jacobi, administratoris perpetui Ulixbonensis —, *refere ter possuído a igreja de Santa Maria de Achete, sem receber as Ordens sacras, da qual igreja fora espoliado, após a morte do Infante D. Pedro, pelo arcebispo de Lisboa, em favor de Lourenço Abul, não podendo defender seus direitos, por estar exilado de Portugal, motivo por que aquele possuía tal igreja, ia já para quatro anos. Termina por pedir lhe seja concedida de novo a igreja de Santa Maria de Achete* (975). *Segundo parece, ainda não tinha obtido a igreja de Santa Maria de Valada, em 1455. De facto, ainda em súplicas de 3 de Julho de 1453* (976) *e de 18 de Setembro de 1453* (977) *aparece só como reitor da igreja de Santa Maria de Achete e a 26 de Agosto de 1455* (978), *sobre benefício sito na igreja paroquial de S. Martinho de Sintra, figura apenas como* Martinus Fernandi de Gouvea, clericus Colimbriensis diocesis, in Romana Curia presens. *A colação teve lugar não muito antes de 13 de Junho de 1456* (979), *em cuja data, bem como por outra súplica de 15 de Julho de 1456* (980), *a ele* Martino Fernandi de Gouvea, rectori parrochialis ecclesie sancte Marie de Balada, *era concedido indulto de, respectivamente, receber qualquer Ordem menor que porventura ainda lhe faltasse, bem como o subdiaconato e diaconato, segundo a primeira súplica, ou também todas as Ordens sacras, inclusive o sacerdócio, segunda a última. Como se verá já a seguir, segundo letras do papa Pio II, a colação foi feita pelo vigário geral do cardeal D. Jaime, administrador da diocese de Lisboa, e mandada confirmar, mais tarde, por letras de Calisto III, de 3 de Junho de 1458, mas o papa falecera antes de serem passadas as respectivas letras, pelo que Pio II deu novas disposições, aprovando quanto determinara Calisto III, com valor retroactivo, a partir da data da concessão do predecessor.*

Segundo bulas de Pio II, a ratificar, como se disse, as disposições do predecessor, Calisto III, este interveio no assunto, com decisões quase opostas, numa mandando confirmar a erecção da paróquia de Santa Maria de Valada, sob a dependência do arcediagado de Santarém, a favor de Martinho Fernandes de Gouveia, e noutra facultando a administração de sacramentos e erecção da fonte baptismal no ermitério, mas como se fizesse parte da igreja paroquial de S. Salvador de

(972) *Monumenta Portugaliae Vaticana*, Súplicas de Calisto III, n. 125.
(973) *Monumenta Portugaliae Vaticana*, Súplicas de Calisto III, n. 179.
(974) *Monumenta Portugaliae Vaticana*, Súplicas de Pio II, n. 261.
(975) *Monumenta Portugaliae Vaticana*, Súplicas de Nicolau V, n. 683.
(976) *Monumenta Portugaliae Vaticana*, Súplicas de Nicolau V, n. 695.
(977) *Monumenta Portugaliae Vaticana*, Súplicas de Nicolau V, n. 717.
(978) *Monumenta Portugaliae Vaticana*, Súplicas de Calisto III, n. 47.
(979) *Monumenta Portugaliae Vaticana*, Súplicas de Calisto III, n. 135.
(980) *Monumenta Portugaliae Vaticana*, Súplicas de Calisto III, n. 141.

Santarém. Diz Pio II, numa dessas bulas de 3 de Setembro de 1458, dirigida ao bispo de Tagaste, residente na cidade de Lisboa, ao abade de Alcobaça e ao deão de Lisboa, que Martinho Fernandes de Gouveia, sacerdote da diocese de Coimbra, expusera a Calisto III que Luís Anes, vigário geral do cardeal D. Jaime, administrador da diocese de Lisboa, considerando os incómodos espirituais que advinham para os habitantes de Valada, sobretudo durante o inverno, os quais eram privados dos socorros espirituais, devido à impossibilidade de se abeirarem das paróquias, situadas em Santarém, erigira em paróquia o ermitério de Santa Maria de Valada e instituíra seu primeiro pároco o dito Martinho Fernandes de Gouveia, para cuja sustentação mandou aplicar a terça parte das décimas do dito território. Calisto III, a pedido do interessado, designara juízes para confirmar quanto fora estatuído pelo vigário e revogar quanto determinado contra o direito, no que se referia às décimas, declarando a nova paróquia sujeita ao arcediago de Santarém, mas falecera antes da confecção das respectivas letras. Por isso, ele, Pio II, encarregava os sobreditos executores, bispo de Tagaste e colegas, de confirmarem as determinações de Calisto III, com valor a partir daquela data de Junho de 1458, como se as letras tivessem sido feitas:

«*Pius, etc. Venerabili fratri episcopo Tagastensi, in civitate Ulixbonensi residenti, et dilectis filiis abbati monasterii de Alcobacia Ulixbonensis diocesis ac decano ecclesie Ulixbonensis. Salutem, etc. Rationi congruit et convenit honestati ut ea que de Romani pontificis, etc. Dudum siquidem pro parte dilecti filii Martini Fernandi de Gouvea, presbyteri Colimbriensis diocesis, felicis recordationis Calisto pape iii°, predecessori nostro, exposito quod alias ad notitiam dilecti filii Ludovici Johannis, canonici Ulixbonensis, ac dilecti filii Jacobi, sancti Eustachii diaconi cardinalis perpetuique administratoris ecclesie Ulixbonensis in spiritualibus generalis vicarii, deducto quod in quodam* [fl. 86] *termino, Campo Vallada nuncupato, Ulixbonensis diocesis, qui nullius parrochialis ecclesie parrochie erat et in quo plerique utriusque sexus incole degebant, nulla parrochialis ecclesia hactenus consctructa fuerat et adeo distabat a parrochialibus ecclesiis circumpositis, quibus dicti incole pro libito voluntatis decimas persolverant, ut aliquando tempore yemali cum pluvie inundabant, non poterant sine magna difficultate ecclesias ipsas adire et tempore congruo ecclesiasticis officiis interesse, idem vicarius personarum earumdem necessitatibus satagens providere et habens ad hoc a prefato cardinale specialem potestatem, illius vigore, heremitorium beate Marie de Vallada infra metas dicti termini consistens, ut ipsi incole illico missas et alia divina officia audire et sacramenta ecclesiastica quecumque percipere valerent, in parrochialem ecclesiam ordinaria auctoritate erexerat necnon ecclesiam sic erectam predictam eidem Martino prima vice dicta auctoritate contulerat et providerat etiam de eadem ac pro ipsius et pro tempore existentis rectoris eiusdem ecclesie sustentatione tertiam partem decimarum et fructuum ex dicto territorio sive termino provenientium assignaverat, prout in litteris vicarii desuper confectis, eius sigillo munitis, dicebatur plenius contineri, idem Calistus predecessor, qui dudum antea inter alia voluerat quod in quibuscumque beneficialibus impetrationibus ex tunc ab eo in antea obtinendis non obstantie beneficiales impetrantium exprimerentur et quecumque sine earum expressione pretextu fortassis impetrande concessionis quod eedem non obstantie pro expressis haberentur, expediende littere nullius essent roboris vel momenti, de premissis tunc non habens notitiam ac volens eidem Martino, apud eum de vite ac morum honestate aliisque probitatis et virtutum meritis multipliciter commendato, horum intuitu specialem gratiam facere atque omnia beneficia ecclesiastica cum cura et sine cura, que dictus Martinus etiam ex quibuscumque apostolicis dispensationibus obtinebat et expectabat ac in quibus et ad que ius sibi quomodolibet competebat, quecumque, quotcumque et qualiacumque essent eorumque fructuum, reddituum et pro-*

ventuum veros valores annuos ac huiusmodi dispensationum tenores suis, si desuper confecte forent, litteris, quas, voluntate non obstante predicta, validas et efficaces censeri voluit, habens pro expressis, voluit et concessit videlicet sub data tertio Nonas Junii, pontificatus sui anno quarto, certis iudicibus suis litteris dari in mandatis quod si, vocatis qui essent evocandi, sibi constaret summarie de assertis, erectionem dicte ecclesie et quecumque inde secuta auctoritate apostolica approbarent et confirmarent ac omnes et singulos defectus, si qui forsan intervenerint in eisdem, supplerent [*fl. 86v*] *ac etiam inter que quod ipsius ecclesie rector pro tempore existens in perceptione decimarum, oblationum earumdem necnon iurium et proventuum aliorum consuetudinem, usum et ritum rectorum similium ecclesiarum parrochialium in districtu ac sub iurisdictione archidiaconatus de Sanctarem in ecclesia Ulixbonensi, sub quibus erecta ecclesia esse dinoscitur, servabant, habebant et quibus illi utebantur, servaret, haberet ac illo etiam uteretur, statuerent et ordinarent, alia vero omnia et singula que dictus vicarius circa perceptionem decimarum, oblationum et iurium huiusmodi necnon divisionem eorumdem contra iuris dispositionem statuerat, ordinaverat et observari mandaverat, cassarent et irritarent et annullarent atque cassa, irrita et nulla declararent necnon terminum predictum cum omnibus et singulis aliis dicte erecte ecclesie circumiacentibus campis atque districtibus qui sub nullius alterius ecclesie limitibus essent constituti, eidem erecte ecclesie pro eius parrochia imperpetuum deputarent et assignarent illiusque incole predicti in termino atque circumiacentibus campis et districtibus pro tempore commorantes parrochiani essent et censerentur ac illius rectori tamquam eorum pastori et curato in hiis que ius parrochiale concernerent mandatis obtemperarent ac dicto Martino eiusque successoribus, ecclesie de Vallada predicte rectoribus pro tempore existentibus, et nulli alteri omnes et singulas prediales et personales decimas iuxta antiquam consuetudinem in illis partibus observatam et nulli alteri solvere deberent et tenerentur ipseque Martinus sive rector prefatus tertiam decimarum et iurium huiusmodi archiepiscopo Ulixbonensi pro tempore existenti tradere et assignare, aliam vero in fabrica et reparatione ipsius ecclesie de Vallada convertere et reliquam tertiam partes pro sustentatione sua reservare astringeretur apostolica auctoritate similiter statuerent atque decernerent, occupatores quoque et detentores decimarum sive aliorum fructuum et obventionum dicte ecclesie per censuram ecclesiasticam et alia oportuna remedia ad illorum restitutionem compellerent et nichilominus ad habundantem cauthelam de dicta ecclesia de Vallada, cuius fructuum, reddituum et proventuum verum valorem annuum haberi voluit pro expresso, quovis modo vacaret, cum omnibus iuribus* [*fl. 87*] *et pertinentiis suis eidem Martino auctoritate apostolica prefata conferrent et de illa etiam providerent ... Ne autem de voluntate* [*et*] *concessione predictis, pro eo quod ipsius predecessoris, eius superveniente obitu, littere apostolice minime confecte fuerunt, valeat quomodolibet hesitari idemque Martinus illarum frustretur effectu, volentes et dicta apostolica auctoritate decernentes quod voluntas Calisti predecessoris et concessio huiusmodi perinde a dicta* [*fl. 87v*] *die tertio Nonas Junii sortiantur effectum ac si super eis dicti predecessoris littere sub ipsius diei data confecte fuissent, prout superius enarratur, quodque presentes littere ad probandum plene voluntatem et concessionem predictas ubique sufficiant nec ad id probationis alterius aminiculum requiratur, discretioni vestre per apostolica scripta mandamus quatinus vos vel alter vestrum, si vocatis qui fuerint evocandi, vobis constiterint summarie de premissis, erectionem dicte ecclesie et quecumque inde secuta eadem auctoritate apostolica approbare et confirmare omnesque et singulos deffectus supplere ac ecclesiam predictam eidem Martino conferre omniaque alia et singula iuxta voluntatem et concessionem predecessoris huiusmodi facere, statuere, ordinare atque decernere procuretis, prout superius enarratur. Contradictores auctoritate nostra, appellatione postposita, com-*

pescendo. Non obstantibus omnibus supradictis ceterisque contrariis quibuscumque. Datum Rome, apud Sanctum Petrum, anno, etc. millesimo ccclviii°, tertio Nonas Septembris, pontificatus nostri anno primo» (981).

Com a mesma data, Pio II confirmou outras determinações de Calisto III, que poderiam não estar em desacordo com as da bula anterior, porquanto Calisto III naquela mandava os executores corrigirem o que o vigário tivesse estabelecido em desacordo com o direito quanto à recepção das décimas, mas no que se refere a direitos paroquiais e erecção de paróquia, com pároco próprio, devem ser consideradas opostas. Realmente a bula de Pio II refere-se à aprovação concedida por Calisto III, a pedido do reitor e beneficiados da igreja paroquial de S. Salvador de Santarém e de D. Afonso V, rei de Portugal e padroeiro da dita igreja, do acordo feito com os habitantes de Valada, em virtude do qual, eles que antes frequentavam as igrejas paroquiais de Santarém, recebendo os sacramentos dos respectivos párocos, conforme desejavam, por não estarem ligados a nenhuma paróquia, com a obrigação inerente do pagamento das décimas, passavam a assistir à missa no ermitério de Valada e a receber tais sacramentos do reitor e beneficiados da igreja paroquial de S. Salvador de Santarém, com os deveres e direitos inerentes aos paroquianos da mesma:

«Pius, etc. Venerabili fratri archiepiscopo Ulixbonensi. Salutem, etc. Rationi congruit, etc. Dudum siquidem felicis recordationis Calisto pape iii, predecessori nostro, pro parte dilectorum filiorum rectoris sive prioris et beneficiatorum portionariorum parrochialis ecclesie sancti Salvatoris ville de Sanctarem Ulixbonensis diocesis exposito quod, cum prope villam predictam quidam districtus qui campus de Vallada nuncupatur, sub nullius parrochie limitibus constitutus existeret et in quo nonnulli incole et habitatores commorabantur, qui a tanto tempore, cuius hominum memoria in contrarium non existebat, usque ad tempus concordie infra dicende consueverant singuli videlicet eorum pro libito sue voluntatis missas et alia divina officia in parrochialibus ecclesiis ville prefate audire et ab ipsarum ecclesiarum rectoribus et beneficiatis ecclesiastica sacramenta suscipere necnon de fructibus, in terris per eos in districtu predicto cultis, excrescentibus decimas et primitias cuilibet illorum videlicet rectori et beneficiatis, a quibus ecclesiastica sacramenta huiusmodi recipiebant, persolvere cumque incole et habitatores prefati qui certis presertim yemalibus temporibus propter ualicas (multas?) aquarum inundationes districtum predictum undique vallantes ad villam prefatam absque personarum suarum periculis se conferre nequeunt, videntes se tam propter impedimentum huiusmodi quam propter carentiam rectoris et pastoris in missarum ac divinorum officiorum celebratione et sacramentorum ecclesiasticorum administratione debitis plerumque deficere et gravia animarum suarum pericula propterea subire, periculis huiusmodi volentes obviare et eorum animarum saluti consulere, cum rectore, priore nuncupato, ac beneficiatis sive personis dicte parrochialis ecclesie sancti Salvatoris convenerant, composuerant et concordaverant videlicet quod incole et habitatores ipsi tunc presentes et futuri ex tunc in antea dicte ecclesie sancti Salvatoris parrochiani existerent et illius pro tempore rector et beneficiati eisdem incolis et habitatoribus missas et alia divina officia in ecclesia sive heremitorio beate [fl. 23v] Marie de Vallada sita in districtu predicto singulis dominicis et aliis festivis diebus celebrare et illis ecclesiastica sacramenta debitis temporibus ministrare deberent, prout hec et alia in instrumento publico desuper confecto, cuius tenorem idem Calistus predecessor suis, si desuper confecte fuissent, litteris haberi

(981) AV, Reg. Vat. 470, fl. 85v-87v.

voluit pro expresso, plenius contineri dicebatur. Quare pro parte tam rectoris et beneficiatorum predictorum quam carissimi in Christo filii nostri Alfonsi, Portugalie et Algarbii regis illustris, qui dicte ecclesie sancti Salvatoris patronus existit et in eius temporali dominio districtus predictus consistit, humiliter supplicato ut conventioni, compositioni et concordie huiusmodi robur apostolice confirmationis adiicere aliasque in premissis oportune providere de benignitate apostolica dignaremur (sic), *idem Calistus predecessor de premissis certam notitiam non habens, huiusmodi supplicationibus inclinatus, voluit et concessit videlicet sub data decimo Kalendas Januarii, pontificatus sui anno primo, tibi dari in mandatis ut vocatis, qui forent evocandi, de premissis omnibus et singulis ac eorum circumstantiis universis te diligenter auctoritate apostolica informares et si per informationem huiusmodi tibi de conventione, compositione et concordia premissis legitime constaret, illas ac omnia et singula in eis ac in instrumento predicto contenta et inde secuta quecumque eadem auctoritate approbares, laudares et confirmares ac suppleres omnes defectus, si qui forsan intervenissent in eisdem, et nichilominus districtum predictum cum pertinentiis suis ac incolis et habitatoribus necnon ecclesia sive heremitorio predicto eidem parrochiali ecclesia sancti Salvatoris et illius parrochie perpetuo donares, aggregares et applicares ac sub illius parrochia constitueres et deputares necnon rectori et beneficiatis prefatis pro tempore existentibus ut deinceps in dicta ecclesia sive heremitorio beate Marie de Vallada fontem baptismalem constituere et perpetuo retinere et in illa missas et divina officia predicta, dictisque incolis et habitatoribus ecclesiastica sacramenta ministrare, cuiusvis alterius licentia minime requisita, libere et licite possent et valerent eadem auctoritate* [*fl. 24*] *concederes et indulgeres, non obstantibus premissis ac constitutionibus et ordinationibus apostolicis ceterisque contrariis quibuscumque et insuper idem Calistus predecessor ex tunc irritum decrevit et inane si secus super hiis a quoquam, quavis auctoritate, scienter vel ignoranter, contingeret attemptari. Ne autem de voluntate, concessione et decreto huiusmodi pro eo quod super illis dicti Calisti predecessoris littere, eius superveniente obitu, confecte non fuerunt, valeat quomodolibet* [*h*]*esitari, volentes et auctoritate apostolica decernentes quod voluntas, concessio et decretum Calisti predecessoris huiusmodi ab eadem die decimo Kalendas Januarii valeant plenumque sortiantur effectum perinde ac si super illis eiusdem Calisti predecessoris littere sub data decimo Kalendas Januarii huiusmodi confecte fuissent,* [*prout*] *superius enarratur, quodque presentes littere ad probandum plene voluntatem concessionemque Calisti predecessoris huiusmodi ubique sufficiant nec ad id probationis alterius adminiculum requiratur, fraternitati tue per apostolica scripta mandamus quatinus, vocatis qui fuerint evocandi, de premissis expositis omnibus ac eorum circumstantiis universis prefata auctoritate te diligenter informes et si per informationem huiusmodi tibi de conventione, compositione et concordia huiusmodi legitime constiterit, approbationem, confirmationem, suppletionem, donationem, aggravationem, applicationem et concessionem facias antedictas iuxta voluntatem, concessionem et decretum Calisti predecessoris huiusmodi. Contradictores per censuram ecclesiasticam, appellatione postposita, compescendo... Datum Rome, apud Sanctum Petrum, anno, etc. m.ccclviii, tertio Nonas Septembris, pontificatus nostri anno primo»* (982).

Certamente, disposições assim expressas, poderiam dar azo a novos litígios. E foi o que sucedeu. Já se disse acima que em súplica de 11 de Março de 1460 sobre indulto de receber os proventos dos benefícios, sem obrigação da residência pessoal, Martinho Fernandes declarava

(982) AV, Reg. Vat. 473, fl. 23-24.

estar então na Cúria, onde mantinha litígio sobre a igreja paroquial de Santa Maria de Valada, de que era reitor. E na verdade, noutra súplica de 10 de Março de 1461, tanto ele como D. Afonso V, rei de Portugal, recordando a erecção, a fazer da igreja paroquial de Santa Maria de Valada, mandada pelo papa Eugénio IV, conforme o pedido dos habitantes desse lugar, cujas letras, porém, não tinham sido executadas, devido a impedimentos dos reitores das igrejas vizinhas, aproveitando-se da menor idade do rei — propter minorem etatem regis ac varias oppositiones, quas rectores circunstantiarum ecclesiarum earumdem ad impediendum tantum bonum fecerunt —, *pedem a confirmação dessas letras, bem como da erecção do ermitério em igreja paroquial pelo vigário geral do cardeal D. Jaime, aliás já confirmada por autoridade apostólica, bem como a colação da paróquia a Martinho Fernandes de Gouveia* (983). *Não muito depois, conforme súplicas de 8 de Fevereiro* (984) *e 15 de Fevereiro de 1463* (985), *andava em questão sobre a dita igreja com Afonso Luís, que alegava dever aquele ser privado da dita igreja ou querer renunciar a ela, para a obter para si. Conforme letras apostólicas de 9 de Agosto de 1464, Pio II interveio novamente no assunto, a pedido de el-rei D. Afonso V, confirmando quanto Eugénio IV havia determinado sobre o direito de padroado reservado ao rei e aos habitantes do lugar, já que apesar de a erecção se ter feito e ter sido aprovada pela Santa Sé, todavia, devido à menor idade do rei, ocupações e várias oposições da parte dos reitores das igrejas circumvizinhas, não se tinha ainda procedido à total execução das letras de Eugénio IV:*

«*Pius, etc. Carissimo in Christo filio Alfonso, Portugalie et Algarbii regi illustri, etc. Clare devotionis sinceritas, quam ad nos et Romanam Ecclesiam geris ac tua sublimis magnificentia promerentur ut personam tuam specialibus favoribus et gratiis honoremus. Dudum siquidem felicis recordationis Eugenio pape iiii., predecessori nostro, pro parte dilectorum filiorum incolarum et habitatorum campi sive loci de Vallada Ulixbonensis diocesis, infra tua regna degentium, exposito quod ipsi propter nimiam loci eiusdem a parrochialibus ecclesiis, a quarum rectoribus frequenter ecclesiastica sacramenta recipere consueverunt, distantiam, presertim tempore hyemali ob excessivas aquarum, campum sive locum predictum circumdantium, innundationes ad ipsas ecclesias pro baptizandis eorum infantibus et percipiendis ecclesiasticis sacramentis absque magno* [*fl. 266v*] *personarum suarum periculo accedere nequirent, unde aliquotiens infantes sine baptismo et habitatores ipsi sine sacramentorum perceptione decesserant, quidam vero ex eis sacerdotum aut clericorum copiam non habentes, velut mandatorum divinorum et aliorum, que saluti animarum conferunt, ignari, vitam sub ignorantie tenebris periculosam ducebant, idem predecessor quoddam oratorium sive quandam capellam in dicto loco sive campo sitam, in parrochialem ecclesiam sub certis modo et forma erigi ac ius patronatus et presentandi personam ydoneam in rectorem eiusdem eclesie ea primaria vice et cum illam pro tempore vacare contingeret, pro una ad te et Portugalie regem, pro tempore existentem, et pro alia vicibus ad incolas et habitatores predictos, postquam ipsi habitatores et incole sive alii christifideles sufficienter eidem ecclesie pro rectore illius sustentando et aliis que ad parrochialis ecclesie decentiam requiruntur, providissent seu de providendo ydonee cavissent, concedi per suas litteras voluit atque mandavit, prout in illis plenius continetur. Cum autem, sicut exhibita nobis nuper pro parte tua petitio continebat, propter minorem etatem tuam ac varios multiplicesque labores, quos hactenus protulisti, ac varias oppositiones, quas rectores circunstantiarum*

(983) *Monumenta Portugaliae Vaticana*, Súplicas de Pio II, n. 352.
(984) *Monumenta Portugaliae Vaticana*, Súplicas de Pio II, n. 674.
(985) *Monumenta Portugaliae Vaticana*, Súplicas de Pio II, n. 681.

ecclesiarum earumdem fecerunt ad omnimodam executionem ipsarum litterarum processum non fuerit, quamvis dicta ecclesia erecta ac huiusmodi erectio auctoritate apostolica confirmata extiterit, pro parte tua nobis fuit humiliter supplicatum ut litteras confirmationis et erectionis huiusmodi quoad ius patronatus et presentandi personam ydoneam in pristinum statum, in quo tempore concessionis earumdem erant, restituere eisque robur apostolice confirmationis adiicere ac alias super hiis oportune providere de benignitate apostolica dignaremur. Nos itaque huiusmodi supplicationibus inclinati, litteras confirmationis et erectionis huiusmodi etiam quoad concessionem iurispatronatus et presentandi personam predictam in rectorem dicte erecte ecclesie in pristinum statum, in quo tempore concessionis ipsarum litterarum erant, perinde in omnibus et per omnia ac si a nobis emanassent, auctoritate apostolica, tenore presentium, restituimus, reintegramus et reponimus omnesque tam lapsus temporis quam alios, si qui forsan intervenerint in eisdem, [fl. 267] eadem auctoritate supplemus. Non obstantibus premissis ac constitutionibus et ordinationibus apostolicis ceterisque contrariis quibuscumque. Nulli ergo, etc., nostre restitutionis, reintegrationis, repositionis et suppletionis infringere, etc. Si quis autem, etc. Datum Ancone, anno Incarnationis Dominice Mcccclxiiii.°, quinto Idus Augusti, pontificatus nostri anno sexto» (986).

A 7 de Maio de 1469, João Rodrigues, clérigo da diocese de Coimbra, valendo-se da circunstância de Martinho Fernandes de Gouveia ter participado na batalha de Alfarrobeira, pedia ao papa o privasse da igreja de Santa Maria de Valada, em seu favor (987). *Mas o antigo familiar e capelão do Infante D. Pedro, bem como de seu filho cardeal D. Jaime, continuará de posse da igreja. No mesmo dia em que Paulo II dava faculdade para erigir a capela de Almeirim, pertencente ao direito de padroado régio e da Ordem de S. Tiago da Espada, nas mesmas circunstâncias da igreja de Santa Maria de Valada, a pedido do rei, dos habitantes e de Nuno Fernandes Tinoco, preceptor, a 24 de Maio de 1470* (988), *eram dadas pelo papa idênticas disposições relativamente à paróquia de Valada, de que era reitor Martinho Fernandes de Gouveia, desde que o vigário geral do cardeal D. Jaime procedera à erecção. Conforme conta o papa, o bispo de Tagaste procedera à execução das determinações de Calisto III e Pio II, confirmando a erecção da igreja paroquial, bem como o direito de Martinho Fernandes receber as décimas, com a distribuição indicada nas letras apostólicas, além de ter delimitado a paróquia. Os reitores, porém, das igrejas vizinhas de Santarém e bem assim o preceptor de S. João de Alprão apelaram, ao verem-se privados das décimas. Já durante o pontificado de Pio II, Martinho Fernandes tinha obtido três sentenças conformes, a seu favor, o que veio a acontecer também no pontificado de Paulo II, contra o preceptor, reitores e beneficiados das ditas igrejas. Perante novas questões, o papa confiou a causa ao ouvidor João de Cesarinis, a seguir a Gaspar de Téramo, depois ao bispo Portuense e, por morte deste, ao cardeal Bernardo, que dera a sua interpretação acerca da sentença do bispo de Tagaste, chegando a concórdia, aceite por ambas as partes e recomendada pelo rei, quanto ao pagamento das décimas e designação dos paroquianos da dita paróquia, com obrigação de pagar as décimas a Martinho Fernandes, e declarando que o prior do Crato e os outros preceptores, reitores e beneficiados não podiam receber as décimas dos que iam trabalhar ao campo de Valada, que não fossem seus paroquianos. Tal concórdia fora ratificada pelo preceptor da igreja de S. Salvador de Santarém, Nuno Fernandes Tinoco, e pelo dito Martinho Fernandes. Paulo II termina por aprovar a concórdia, impondo silêncio a ambas as partes, com a extinção de todos os litígios:*

(986) AV, Reg. Vat. 497, fl. 266-267.

(987) *Monumenta Portugaliae Vaticana*, Súplicas de Paulo II, n. 833.

(988) *Monumenta Portugaliae Vaticana*, Súplicas de Paulo II, n. 1069.

«*Paulus, etc. Ad perpetuam rei memoriam. Illius dispositione... Dudum siquidem felicis recordationis Calisto, pape iii, predecessori nostro, pro parte dilecti filii Martini Fernandi de Gouvea, presbyteri Colimbriensis diocesis, exposito quod alias ad notitiam dilecti filii Ludovici Johannis, canonici Ulixbonensis, bone memorie Jacobi sancti Eustachii diaconi cardinalis, perpetui administratoris ecclesie Ulixbonensis in spiritualibus generalis vicarii, deducto quod in quodam* [*fl. 243v*] *territorio, campo vallada nuncupato, Ulixbonensis diocesis, quod nullius parrochialis ecclesie parrochia erat et in quo plerique utriusque sexus incole degebant, nulla parrochialis hactenus constructa fuerat et distabat a parrochialibus ecclesiis, circumpositis, quibus dicti incole pro libito voluntatis decimas persolverant, ut aliquando tempore yemali, cum pluvie inundabant, non poterant sine magna difficultate ecclesias ipsas adire et tempore congruo ecclesiasticis officiis interesse, idem vicarius personarum earumdem necessitatibus satagens providere et habens ad hoc a prefato cardinale specialem potestatem, illius vigore heremitorium beate Marie de Vallada, infra metas dicti termini consistens, ut ipsi incole illic missas et alia divina officia audirent et sacramenta ecclesiastica quecumque percipere valerent, in parrochialem ecclesiam ordinaria auctoritate erexerat ipsamque ecclesiam sic erectam eidem Martino primaria vice dicta auctoritate contulerat et providerat etiam de eadem ac pro ipsius et pro tempore existentis rectoris eiusdem ecclesie sustentatione tertiam partem decimarum et fructuum ex dicto territorio sive termino provenientium assignaverat, prout in litteris dicti vicarii desuper confectis, eius sigillo* [*fl. 244*] *munitis, dicebat plenius contineri, idem Calistus predecessor voluit et concessit videlicet sub data tertio Nonas Januarii pontificatus sui anno quarto certis dari iudicibus in mandatis ut, si vocatis qui erant evocandi, sibi constaret summarie de assertis, erectionem dicte ecclesie et quecumque inde secuta auctoritate apostolica approbarent et confirmarent ... ac dicto Martino eiusque successoribus ecclesie de Vallada predicte rectoribus pro tempore existentibus et nulli alteri omnes et singulas prediales et personales decimas iuxta antiquam consuetudinem in illis partibus observatam solvere deberent et tenerentur ipseque Martinus sive rector prefatus tertiam decimarum et iurium huiusmodi archiepiscopo Ulixbonensi pro tempore existenti tradere et assignare, aliam vero in fabricam et reparationem ipsius ecclesie de Vallada convertere et reliquam tertiam partes pro sustentatione sua reservare astringeretur, apostolica auctoritate similiter statuerent et decernerent ...* [*fl. 245*] *... Et nichilominus ad habundantem cautelam dictam ecclesiam de Vallada, cuius fructuum, reddituum et proventuum verum valorem annuum idem Calistus predecessor haberi voluit pro expresso, quovis modo vacaret, cum omnibus iuribus et pertinentiis suis eidem Martino auctoritate apostolica prefata conferrent et de illa etiam providerent, prout in litteris pie memorie Pii, pape ii, etiam predecessoris nostri, desuper confectis, cum idem Calistus predecessor, antequam sue littere super hiis confecte forent, sicut Domino placuit, rebus fuerit humanis exemptus, plenius continetur. Et deinde, sicut accepimus, venerabilis frater noster Johannes, episcopus Tagastensis, tunc in civitate Ulixbonensi moram trahens, unus ex predictis iudicibus erectionem et assignationem predictas confirmans, dictam ecclesiam erectam ipsi Martino de novo etiam contulit et unam dicte erecte ecclesie pro illius fabrica et aliam archiepiscopo Ulixbonensi que per vicarium predictum fabrice ecclesie Ulixbonensis fuerat assignata, aliam vero partes* [*fl. 245v*] *decimarum huiusmodi sibi pro tempore existenti ipsius ecclesie erecte rectori adiudicavit, campum predictum de Vallada omnesque alios sibi adiacentes, qui aliis parrochiis limitati non erant, sibi pro limite et parrochia assignavit et limitavit dictosque incolas sibi tamquam pastori et rectori eorum obedire deberent et suos parrochianos fore per suam diffinitivam sententiam declaravit, a qua pro parte dilectorum filiorum preceptoris preceptorie de Alplam*

militie sancti Johannis Jerosolimitani et universorum priorum sive rectorum et clericorum beneficiatorum parrochialium ecclesiarum opidi de Santarem et aliarum circumvicinarum ecclesiarum, litis consortium, qui in dicto campo decimas eatenus respective quilibet eorum videlicet a parrochianis suis tam ab illis qui in dicto campo continue morabantur quam in aliis qui ibidem possessiones et predia colebant, percipere consueverant, fuit ad sedem apostolicam appellatum et licet de obreptione litterarum ac circumventione dicti Calisti predecessoris ex eo satis evidenter constaret, quia in ipsis litteris tantum expressum fuit quod fructus decimarum dicti campi de antiqua et approbata consuetudine, cuius initii in contrarium memoria hominum non erat, percepti fuerant et percipiebant per [*fl. 246*] *preceptorem, priores, rectores et clericos ecclesiarum predictarum ut prefertur, ex quibus pro magna parte respective sustentabantur, quodque si decime huiusmodi eis auferrentur, ex hoc preceptoris, priorum, rectorum, beneficiatorum et ecclesiarum predictorum destructio sequeretur cultusque divinus in eis magna in parte minueretur, quodque in illis similiter obreptitie tacitum fuit multos esse habitatores et incolas in dicto campo qui tempore inundationis aquarum huiusmodi non possent absque magno periculo ad dictam erectam ecclesiam accedere, qui facilius et sine periculo ad alias ecclesias parrochiales et circumstantes, in quibus divina officia audire et ecclesiastica sacramenta percipere consueverant et ubi omnes decimas etiam de possessionibus, quas in dicto campo colebant, soliti erant solvere, prout tunc solvebant tempore huiusmodi sic non poterant, tamen quia preceptor, priores, rectores et beneficiati predicti huiusmodi appellationem infra tempus debitum prosequuti non fuerant et a nonnullis dicebatur illam fore desertam dictumque Martinum super huiusmodi desertione tres sententias conformes, cum litterarum executorialium decreto et condempnatione expensarum, obtinuisse,* [*fl. 246v*] *dictus Pius predecessor eisdem preceptori, prioribus, rectoribus et beneficiatis concessit ut, parito iudicato quoad expensas, super principali negotio audirentur primo et deinde quod nullo modo preceptor, priores, rectores et beneficiati predicti audirentur, nisi primo per eos parito iudicato, nos vero, dicto Pio predecessore de hac luce sublato, ad apicem summi apostolatus assumpti, per quamdam nostram commissionem etiam mandavimus ut ipsi parito iudicato audirentur, cumque postmodum super surreptione ultime commissionis nostre diu litigatum et tres sententie similiter conformes contra preceptorem, priores, rectores et beneficiatos predictos, cum litteris executorialibus et expensarum condemnatione, late fuissent, quarum vigore, dicte ecclesie ecclesiastico interdicto supposite et preceptor, priores, rectores et beneficiati predicti excommunicati, aggravati et reaggravati fuisse dicerentur ac in sententia eiusdem episcopi solum de decimis illorum qui in dicto campo habitabant et non de aliis qui aliunde ad predia et possessiones, in eodem consistentes, excolendas veniebant, mentio facta fuisset, et propterea hesitaretur in quo et quoad que* [*fl. 247*] *preceptor, priores, rectores, et beneficiati predicti iudicato parere tenerentur, nos per aliam commissionem dilecto filio magistro Johanni de Cesarinis, capellano nostro et causarum palatii apostolici auditori, qui ultimam dictarum sententiarum tullerat et litteras executoriales huiusmodi decreverat, commisimus et mandavimus ut, parito iudicato quoad expensas et possessionem, residuum declararet, quo etiam parito, preceptorem, priores et beneficiatos predictos absolveret et interdictum etiam ad cautelam relaxaret, qui quidem Johannes auditor post septem menses et ultra, postquam huiusmodi commissio sibi presentata fuit, causam ad cancellariam remisit nosque illam dilecto filio magistro Gaspari de Theramo, etiam capellano nostro et causarum dicti palatii auditori, et subsequenter ex certis causis bone memorie Johanni episcopo Portuensi, tunc in humanis agenti, primo et deinde, postquam ipse Johannes episcopus Portuensis in ea ad aliquos actus processerat, propter eius obitum, dilecto filio nostro Berardo, tituli sancte Sabine presbytero cardinali,*

audiendam et fine debito terminandam commisimus, qui quidem Berardus cardinalis, visis diligenter et examinatis iuribus utriusque partis, de earum consensu [*fl. 247v*] *voluntatem et concessionem Calisti ac litteras Pii predecessorum et processum et sententiam dicti episcopi Tagastensis huiusmodi solerter et cum maxima maturitate interpretando easdem partes in hunc modum qui sequitur concordavit et pacificavit videlicet quod erectione de predicto heremitorio in parrochialem ecclesiam cum primo limite et ampliato ut premittitur facta firma remanente, omnes et singuli utriusque sexus homines inhabitantes quomodolibet in primo limite dicti campi de Vallada, sint et censeantur esse parrochiani ecclesie iam erecte in parrochialem in dicto campo de Vallada et tamquam parrochiani dicte ecclesie teneantur solvere ipsi Martino et suis successoribus omnes et singulas decimas tam prediales quam personales et alias, ad quas de iure seu consuetudine tenentur et obligantur, parrochiani aliarum ecclesiarum in prefato archidiaconatu et sub eius iurisdictione existentes, laborantes autem et non inhabitantes infra dictum limitem antiquum, de fructibus ibidem collectis et colligendis teneantur solvere decimas prediales et quod omnes et singuli inhabitantes familiariter pro maiori parte anni in limite ampliato per ipsum episcopum Tagastensem, commissarium apostolicum, ultra dictum primum limitem in eodem campo* [*fl. 248*] *de Vallada sint et censeantur esse parrochiani eiusdem ecclesie sic erecte in campo de Vallada et tanquam parrochiani teneantur ad omnes decimas predictas prediales et personales ac alias, prout superius est expressum, que debite sint et censeantur esse dicte ecclesie de Vallada Martino prefato et eius successoribus, alii vero non ut supra familiariter inhabitantes solvant decimas illi ecclesie vel rectori, cui et quibus hucusque solvere consueverant, hoc expresso quod prior de Crato et alii preceptores, rectores, beneficiati et litis consortes non possint percipere decimas aliquas de eodem campo de Vallada a venientibus aliunde, ad laborandum in dicto campo de Vallada, qui non sunt eorum parrochiani, etiam si diceretur quod ab illis recipere consueverunt quodque in solutione huiusmodi decimarum, oblationum et aliorum iurium et proventuum ipsi ecclesie sic erecte in campo de Vallada sic debitorum servetur consuetudo, usus et ritus qui servatur in solutione decimarum et aliorum iurium predictorum, que debite sunt sive debentur aliis parrochialibus ecclesiis in opido, districtu et sub iurisdictione dicti archidiaconatus existentibus, et quod inter ipsam ecclesiam sic erectam* [*fl. 248v*] *in campo de Vallada et alias ecclesias parrochiales sive capellas et hospitalia et arbergarias circumvicinas et alias habentes terras et possessiones ac bona in dicto campo sive infra primum limitem, sive infra secundum post ampliatum in solutione decimarum et iurium predictorum servetur usus et consuetudo que servatur inter alias similes parrochiales ecclesias, infra limites dicti archidiaconatus consistentes, quodque de omnibus et singulis decimis et aliis iuribus et obventionibus supradictis debeantur rectori dicte ecclesie pro se et pro ipsius ecclesie fabrica facienda vel facta sustentanda due tertie partes et altera archiepiscopo Ulixbonensi, pro tempore existenti, ita tamen quod ipse Martinus omnes istas tres partes possit secundum usum et consuetudinem supradictam recipere et exigere et in supradictos usus debeat dispensare et suam archiepiscopo consignare quodque huiusmodi declarationes extendant se ad prata, ut omnes et singuli qui inhabitaverunt et cultivaverunt superioribus temporibus, solvant decimas et alios proventus et qui receperint, restituant et quod dilecti filii archidiaconus* [*fl. 249*] *et thesaurarius ecclesie Ulixbonensis ac Gundisalvus Didaci, canonicus Visensis, et Alfonsus Ludovici, clericus Colimbriensis diocesis, per partes ipsas concorditer electi, infra duos menses decimas huiusmodi extimare seu liquidare teneantur et interim absolvantur, cum reicindentia, excommunicati qui in contemptum clavium non celebraverunt, si dicti deputati infra predictum terminum non extimabunt, vel facta extimatione, declarationi non paruerint, de expensis autem que iudicate sunt, si non*

fuerit satisfactum, satisfiet eidem Martino. Cum autem, sicut nobis innotuit, partes ipse omnia et singula per ipsum Berardum cardinalem, ut premittitur, gesta unanimiter acceptaverint ac carissimus in Christo filius noster Alfonsus, Portugalie et Algarbii rex illustris, ex certis rationabilibus causis mirifice desideret quod eidem liti finis imponatur et partes ipse pacificentur, nos, in quorum manibus partes predicte videlicet dilectus filius Nunius Fernandi Tinocho, preceptor preceptorie sancti Salvatoris opidi de Sanctarem Ulixbonensis diocesis pro se et procuratorio nomine prioris de Crato, preceptoris, rectorum et beneficiatorum ac aliorum litis consortium eorumdem necnon Martinus [*fl. 249v*] *per se ipsum concordiam predictam ratificarunt, votis prelibati regis, quantum cum Deo possumus, satisfacere cupientes necnon predictas et quascumque alias causas super premissis et eorum occasione in Romana Curia vel extra illam ubilibet pendentes, illarum status et merita presentibus pro sufficienter expressis habendo, ad nos harum serie advocantes et huiusmodi lites penitus extinguentes ac preceptores, priores, rectores et beneficiatos predictos eorumque litis consortes utriusque sexus ab excommunicationis aliisque sententiis, censuris et penis, quibus premissorum occasione ligati fore censentur, absolventes et huiusmodi interdictum penitus relaxantes ... motu proprio, non ad regis et partium predictorum vel alicuius alterius nobis super hoc oblate petitionis instantiam, sed de nostra mera* [*fl. 250*] *liberalitate et ex certa scientia erectionem et concordiam huiusmodi necnon omnia et singula premissa capitula, per dictum Berardum cardinalem, ut prefertur, formata, cum omnibus et singulis clausulis in eis contentis auctoritate apostolica, tenore presentium, ex certa scientia ratificamus, confirmamus et approbamus ac presentis scripti patrocinio communimus, decernentes per eamdem concordiam iuri, liti et cause huiusmodi per dictas partes et quamlibet earum plene fuisse et esse renuntiatum ac premissam concordiam per easdem partes perpetuis futuris temporibus firmiter observandam fore et observari debere, utrisque partibus predictis super huiusmodi litibus et controversiis perpetuum silentium imponendo ... Datum Rome, apud Sanctum Petrum, anno, etc., millesimo quadringentesimo septuagesimo, nono Kalendas Junii, pontificatus nostri anno sexto»* (989).

Confirmada assim, mais uma vez, a erecção da igreja paroquial de Valada por Paulo II, logo Martinho Fernandes de Gouveia se apressou a comparecer na câmara apostólica, no dia 29 de Julho de 1470, comprometendo-se a pagar a anata respectiva: «Dicta die [*29 Julii 1470*] *dominus Martinus Fernandi de Gouvea, presbyter Colimbriensis diocesis, principalis, obligavit se camere apostolice pro annata parrochialis ecclesie de Vallada, Ulixbonensis diocesis, nuper erecte, cuius fructus non exprimuntur, qui debent declarari et assignari dicte ecclesie per commissarios in partibus deputatos, patet per bullam sub data nono Kalendas Junii anno sexto. Et promisit solvere annatam dicte ecclesie eidem camere hic in Curia infra sex menses, immediate a die habite possessionis dicte ecclesie cum fructuum perceptione computandos, sub penis dicte camere, in meliori forma, etc. Et etiam de certificando cameram predictam de vero valore fructuum dicte ecclesie infra dictum tempus, sub predictis penis, etc. Et iuravit et r.t de mandato, quia concordia est fienda in partibus et fructus declarandi dicte ecclesie»* (990). *E parece que, finalmente, embora continuasse o processo jurídico dos limites e valor dos rendimentos* (991), *Martinho Fernandes de Gouveia pôde alcançar*

---

(989) AV, Reg. Vat. 535, fl. 243-250v.

(990) AV, Annat. 18, fl. 162v.

(991) Cf. por exemplo docum. em ANTT, Gaveta 1, maço 5, docum. n. 18: «Carta testemunhável feita por causa duma bula que marcara os limites da igreja de Valada. Santarém, 1471, Julho, 23»: *As Gavetas da Torre do Tombo*, I, Lisboa, 1960, n. 101, p. 12. Cf. execução de bula de Sisto IV por João de Cesarinis,

posse definitiva da paróquia, com os direitos inerentes. Ainda em 1475, aparece Martinus Fernandi de Gouvea, rector parrochialis ecclesie de Vallada, Ulixbonensis diocesis, *em súplicas de Diogo Afonso, a 14 de Abril* (992), *31 de Maio* (993) *e 12 de Junho* (994) *de 1475. Não me dei ao trabalho de verificar quando foi substituído na posse da paróquia e se a sucessão se deu por morte, cedência ou privação. Certo é que à data da nomeação do bispo de Viseu, em 1482, não era ele o titular da paróquia, mas sim o então promovido à dita sé de Viseu* (995).

h) Súplica do cardeal Alpedrinha, do mês de Fevereiro de 1480, sobre a data de certa bula de Pio II, respeitante à jurisdição dos Ordinários do lugar e visita das igrejas da Ordem militar de S. Tiago da Espada

Termino esta série de súplicas originais com uma do cardeal Alpedrinha, metida entre as folhas do Reg. Vat. 474, fl. 330, nas quais vem a transcrição autêntica de bula de Pio II sobre a jurisdição e isenção da Ordem militar de S. Tiago da Espada, em relação com os Ordinários do lugar, mas abstenho-me de comentários ou ilustração do assunto, a requerer estudo minucioso, pela abundância de documentação a propósito e por esta Introdução ir já demasiado longa. Eis a súplica, conforme ao original e à cópia inserida na nota marginal:

> «*Beatissime Pater. Cum olim felicis recordationis dominus Calistus, papa iii, magistro sive gubernatori ac militibus et fratribus ordinis militie, in regno Portugalie constitutis, exemptionem ab omni iurisdictione, dominio et potestate ac correctione et superioritate Ordinariorum, iudicum, correctorum et superiorum aliorum tam temporalium quam ecclesiasticorum, secularium et regularium quorumcumque, usque ad beneplacitum*

---

de 19 de Fevereiro de 1476 em ANTT, *Colegiada de S.to Estêvão de Alfama*, maço 7, n. 135. No assunto, relacionado com a igreja de Santo Estêvão de Alfama, representada pelo reitor Gomes Nogueira, em questão com Martinho Fernandes de Gouveia, reitor da igreja de Santa Maria de Valada, entrou também o bispo de Ceuta D. João, além do falecido bispo de Tagaste D. João, e os ouvidores apostólicos Joaquim de Narni, Afonso de Paradinas e Gaspar de Téramo, conforme sentença do dia 5 de Dezembro de 1465 (ANTT, *Coleg. de S.to Estêvão de Alfama*, maço 10, n. 186).

(992) *Monumenta Portugaliae Vaticana*, Súplicas de Sisto IV, n. 593.

(993) *Monumenta Portugaliae Vaticana*, Súplicas de Sisto IV, n. 637.

(994) *Monumenta Portugaliae Vaticana*, Súplicas de Sisto IV, n. 648.

(995) «Regi Portugallie. Carissime in Christo fili noster. Salutem, etc. Cum alias providendum esset [fl. 298] Bracharensi, Colimbriensi et Visensi ecclesiis, eramus in proposito ad unam illarum dilectum filium Johannem Menendi, notarium nostrum, utpote virum benemeritum, etate et virtutibus maturum ac in Romana Curia diu laudabiliter versatum, promovere, sed inspecto desiderio tue maiestatis, que pro aliis scripsit, provisiones fecimus, prout petiisti, nam pro nostra in te precipua dilectione semper tibi quantum cum Deo possumus libenter complacere animus est, verumtamen, ne dictus Johannes exclusus penitus omni gratia videretur, contulimus ei parrochialem ecclesiam de Vallada, quam electus Visensis tempore sue promotionis obtinebat et que de iure patronatus tue regie celsitudinis esse dicitur, meminimusque ad maiestatem tuam litteras dedisse in favorem eiusdem Johannis Menendi pro dicte ecclesie de Vallada possessione adipiscenda, licet adhuc, sicut ex eodem Johanne intelleximus, effectus secutus non sit, propterea que duximus iterum ad te scribendum, hortantes enixius ut, attentis meritis et virtutibus dicti Johannis, considerato etiam quod de omnibus supradictis ecclesiis iuxta desiderium tuum providimus, velis in hac re te benignum et propitium prestare ac efficere ut libera possessio dicte ecclesie de Vallada ipsi Johanni vel pro eius procuratoribus sine longiori retardatione tradatur. Quod certe nobis vehementer gratum erit et tua serenitas laudem merebitur, talibus viris se favorabilem et liberalem prestando. Datum Rome, die vii Junii 1483, anno xii.º»: AV, Arm. 39, t. 15, fl. 297v-298.

sedis apostolice exemisset et plenarie liberasset ac voluisset quod maior prior dicti ordinis, pro tempore existens, quotiens tempus visitationis ingrueret, personas ecclesiasticas, vicarios et rectores ecclesiarum visitare, illorum excessus corrigere libere et licite valeat et deinde idem predecessor exemptionem et liberationem et nonnulla alia privilegia et indulta, dictis magistro, priori et militibus concessa, per suas litteras apostolicas ex certa scientia cassavit et annullavit ac Ordinarios et quoscumque alios in pristinum statum restituit et sucessive felicis recordationis dominus Pius, papa ii, etiam Sanctitatis Vestre predecessor, volens Ordinariorum preeminentiam, potestatem pariter et honorem tueri et conservare, easdem litteras Calisti predecessoris in ea parte in nonnullis aliis in litteris apostolicis contentis auctoritate apostolica confirmavit et approbavit, prout in singulis Calisti et Pii predecessorum litteris, quarum tenores, etc., plenius continetur, in quibus Pii predecessoris litteris dicte littere prefati Calisti de verbo ad verbum inserte sunt, sed in libris (996), *in quibus littere dicti Pii predecessoris registrate sunt, per inadvertentiam, ut creditur, scriptoris scriptum fuit. Datum Mantue, anno, etc., 1459, anno secundo, nulla habita mentione de mense et die, verum, Pater Sancte, cum certum sit quo tempore prefatus dominus Pius cum sua Romana Curia Mantue moram traxit et ex aliis litteris tam precedentibus quam sequentibus in dicto libro descriptis satis comprehendi possit, quo tempore dicte littere concesse fuerint, devotaque creatura vestra Georgius, tituli sancte Marie in Transtiberim presbyter cardinalis Ulixbonensis, dictis litteris indigeat et in forma auctentica illas habere non valeat, stante defectu appositionis mensis et diei in data, supplicat igitur humiliter Sanctitati Vestre eadem creatura quatenus clericis et presidentibus camere apostolice, in cuius libris dicte littere registrate sunt, committere et mandare dignemini ut, inspecto per eos diligenter dicto libro, in quo dicte littere registrate sunt, datam que eis verisimiliter vera videbitur seu de qua concordabunt, in dicto libro describi et annotari faciant et deinde transuptum auctenticum, ut moris est, de litteris in dicta camera registratis dari et tradi mandent et faciant, in contrarium facientibus non obstantibus quibuscumque.* — Placet et ita mandamus» (997).

Esta súplica não se encontra nos volumes do Reg. Suppl., existentes no Vaticano. Rigorosamente falando, poderia ter sido inserida ali, embora, regra geral, as súplicas relativas a questões judiciais, como terei ocasião de exemplificar com vários documentos de executores de comissões pontifícias, atinentes a questões de clérigos ou dioceses portugueses, não fossem transcritas nesse volume, como aliás já foi observado na Introdução ao I volume de Monumenta Portugaliae Vaticana. *O facto de, em certo modo, estar relacionada com questões ventiladas na câmara apostólica, talvez explique a existência daquela súplica original avulsa, metida nas folhas do Reg. Vat. 474 e a anotação marginal, com cópia da mesma, sobre as diligências para a datação dela nesse mesmo volume, em que vem a transcrição autêntica, sem disso se encontrar vestígios no* Reg. Supplicationum. *Eis a anotação:* «*Die xxv mensis Februarii Mccclxxx°, pontificatus sanctissimi domini nostri domini Innocentii pape viii. anno septimo, venerabilis vir dominus Franciscus de Calvacantibus, secretarius reverendissimi domini Georgii, tituli sancte Marie in Transtiberim presbyteri cardinalis, et*[*c.*], *exhibuit in camera apostolica, sedentibus pro tribunali reverendis dominis presidentibus et clericis, mandatum manu S. domini nostri pape prefati* [*sig*]*natum, cuius tenor talis* [*est*] ... [segue a súplica acima transcrita] *Et apparebat scriptum manu Sanctissimi domini nostri videlicet:* Placet et ita mandamus. *Quibus quidem visis et in camera apostolica prefata reverenter admissis et lectis, communicato inter eos consilio, decreverunt in*

(996) Na cópia *litteris*.
(997) AV, Reg. Vat. 474, fl. 330.

litteris ipsis datam litterarum subsequentium registratarum poni et describi videlicet Sextodecimo Kalendas Januarii. Et ipsum mandatum, ut prefertur, registrari per me Phy. de Pontecurvo, eiusdem camere notarium, et ita de ipsorum reverendissimorum dominorum presidentium et clericorum mandato, vigore mandati prefati, apposui dictam datam Sextodecimo Kalendas Januarii litteris ipsis videlicet, prout in ipsa data apparet manu mea» (998). *De facto, no volume 474 do Reg. Vat., com a dita bula aí registada autênticamente, foi posta ou acrescentada no espaço deixado em branco pelo copista ou amanuense a data* Sextodecimo Kalendas Januarii, *entre as palavras* Datum Mantue, anno, etc. M. ccclviiii, *seguidas desse espaço, e as outras depois do espaço* «pontificatus nostri anno secundo. A. de Urbino».

Tratava-se nessas bulas de privilégios e isensões da Ordem de S. Tiago da Espada, concedidos pelos papas Lúcio III, Martinho V, Eugénio IV, Nicolau V e Calisto III, embora limitados por este, em certos aspectos da sujeição aos Ordinários, que anteriormente ultrapassava a instituição e demissão dos reitores das igrejas paroquiais da Ordem, tendo algumas bulas recebido interpretação ou declarações restritivas do papa. Pelo que se compreende bem que o arcebispo e cardeal de Lisboa D. Jorge, em questão com a Ordem sobre a sujeição ao Ordinário do Lugar, diligenciasse valer-se de tais documentos. É assunto a merecer estudo, embora sucinto, sobre a evolução destas relações de jurisdição e independência, sobretudo a partir do Infante D. João, primeiro governador dentre os Infantes da casa de Avis a interessar-se verdadeiramente pelo problema. Como disse, porém, vou limitar-me a referir série de documentos, objecto daquela súplica do cardeal, e existentes no sobredito volume do Reg. Vat. 474, deixando tal estudo para outra oportunidade. Eis a transcrição das bulas:

«*Pius, etc. Ad perpetuam rei memoriam. Quamvis ex debito ministerii pastoralis nobis, licet immeritis, superna dispositione commissi, qualitates temporum et merita debeamus attendere singulorum, ut credite nobis dispensationis auctoritas in omnes fideles provide sua dona diffundat et quantum honestatis iura permittunt, quisque poscentium sui voti compos existat suique iuris integritate letetur, nonnumquam tamen, prout personarum merita locorumque et temporum qualitates exigunt, non indigne rigorem mansuetudine temperantes, in favorem christiane fidei, illius quoque pugilum et defensorum, etiam predecessorum nostrorum inherendo vestigiis, ea de gratia concedimus que ipsos ad maiora reddant certamina promptiores et a litibus et aliis que eos ab exercitiis militaribus, eiusdem quoque fidei defensione, retrahere possent, immunes efficiant et que eis ac eorum ecclesiis et locis utilia ac necessaria cognoscimus pariter et profutura. Dudum siquidem felicis recordationis Calistus, papa iii, predecessor noster, litteras concessit tenoris subsequentis:*

Calistus, episcopus, servus servorum Dei. Dilectis filiis magistro sive gubernatori, militibus et fratribus ordinis militie sancti Jacobi de Spata in regno Portugalie constitutis. Salutem, etc. Preter commune debitum, quo ex apostolatus officio ceteris fidelibus debitores existimus, vos et militie vestre ordinem eo specialius paterna dilectione complectimur ac predecessorum nostrorum gesta, vestrum potissime ac ipsius militie favorem et commodum concernentia, nostri etiam muniminis robore solidamus, quo pro tuitione catholice fidei eiusque propagatione atque presidio contra christiani nominis inimicos cum proprii effusione cruoris viteque periculo continue decertatis. Dudum siquidem felicis recordationis Nicolaus papa v, predecessor noster, vos ac ipsum ordinem vestrum favoribus prosequens oportunis, ad instar pie memorie Lutii, pape iii, et Martini v., Romanorum pontificum,

(998) AV, Reg Vat. 474, fl. 330v, nas margens.

etiam predecessorum nostrorum, eorumdem inherendo vestigiis, inter alia vos vestrique ordinis professores magistratus, conventus, monasteria et loca, in dicto regno Portugalie constituta, cum omnibus et singulis personis, servitoribus, membris, rebus, bonis, iuribus et pertinentiis suis, que vos et quilibet vestrum ac personarum et servitorum predictorum tunc possidebatis et possederant, necnon que, dante Domino, [*fl. 327*] *in futurum possetis adipisci, ab omni iurisdictione, dominio, potestate, iurisdictione, correctione et superioritate Ordinariorum, iudicum, correctorum et superiorum aliorum, tam temporalium quam ecclesiasticorum, secularium vel regularium quorumcumque, usque ad apostolice sedis beneplacitum, prorsus exemit atque plenarie liberavit vosque et illa sub beati Petri et sedis apostolice atque sua protectione suscepit atque exemptos esse voluit et exempta sibique et eidem sibi immediate subesse, ita quod huiusmodi durante beneplacito Ordinarii, iudices, correctores et superiores predicti etiam ratione delicti seu contractus aut rei, de qua ageretur, ubicumque committeretur delictum, iniretur contractus aut res ipsa consisteret, in vos aut aliquem vestrum, magistratus ac conventus, monasteria, loca, personas, servitores, membra, res et bona supradicta possent iurisdictionem, dominium, potestatem, correctionem, visitationem vel superioritatem quomodolibet exercere, sed dumtaxat coram ipso predecessore vel a sede predicta delegatis de iustitia tenerentur respondere, decernentes ex tunc omnes et singulos processus ac excommunicationum, suspensionum et interdicti sententias, quos et quas contra vos, conventus, monasteria, loca, personas, servitores et membra huiusmodi haberi seu etiam promulgari et quicquid contra exemptionis, liberationis et susceptionis earumdem tenorem et formam a quoquam, quavis auctoritate, scienter vel ignoranter, attemptari contigerit, irrita et inania nulliusque fore roboris vel momenti, prout in ipsius predecessoris litteris plenius continetur. Cum autem, sicut exhibita nobis nuper pro parte tua petitio continebat, tam dilectus filius nobilis vir Fernandus, infans Portugalie, gubernator perpetuus dicti ordinis, necnon carissimi in Christo filii nostri Alfonsi, regnorum Portugalie Algarbiique regis, germanus, quam ordo prefatus quasi possessionem exemptionis et liberationis, vigore litterarum earumdem, adepti fueritis cupiatisque omnia et singula nostro munimine roborari pariter ac approbari, pro parte vestra nobis fuit humiliter supplicatum ut vestro ac prefati ordinis illiusque militum, confratrum et personarum statui, quieti et indemnitati prospicere necnon omnes et singulas lites et causas premissorum occasione exortas coram quibuscumque ordinariis sive delegatis iudicibus quomodolibet pendentes ad nos ex certa scientia advocare illasque et lites huiusmodi penitus extinguere ac alias vestre et dicti ordinis tranquillitati oportune providere de benignitate* [*fl. 327v*] *apostolica dignaremur. Nos igitur attenta meditatione pensantes quantum hactenus christifidelibus et fidei nostre ordo prefatus utilitatis attulerit valeatque, annuente Domino, in dies afferre, piis huiusmodi supplicationibus annuentes, omnes et singulas lites et causas huiusmodi, coram quibusvis Ordinariis sive delegatis iudicibus et ubicumque pendentes, quarum status presentibus haberi volumus pro expressis, ad nos harum serie advocantes et lites huiusmodi penitus extinguentes eisdemque litigatoribus super hiis perpetuum silentium imponentes, exemptionem, liberationem et susceptionem atque litteras Nicolai predecessoris prefati omniaque et singula in eis contenta auctoritate apostolica ex certa scientia ratificamus, approbamus, confirmamus eisque nostri muniminis robur firmitatemque adiicimus, ita quod decetero nullatenus aliquorum impugnationi subiaceant nec possint quomodolibet de surreptione notari et nichilominus pro potiori cautela vos professores, magistratus, conventus, monasteria et loca predicta cum personis, servitoribus, membris, rebus, bonis, iuribus et pertinentiis suis, ab omni iurisdictione, dominio, potestate, iurisdictione et superioritate Ordinariorum, iudicum, correctorum et superiorum aliorum, ut prefertur, usque*

ad beneplacitum antedictum, de novo prorsus eximimus et totaliter liberamus exemptosque et liberos esse volumus et eidem sedi dumtaxat immediate subesse, statuentes quod de cetero Ordinarii, iudices, correctores et superiores predicti, etiam si ad eos vel ipsorum aliquem rectorum ecclesiarum vestrarum seu vicariorum eorumdem institutio dictarumque ecclesiarum seu beneficiorum ecclesiasticorum collatio, provisio, presentatio seu quevis alia dispositio de iure vel consuetudine quoquo modo pertineant, ultra institutionem seu collationem huiusmodi ac alia iura episcopalia eis debita, nullam in vos aliquem vestrum magistratus, conventus, monasteria et loca, personas, servitores, membra, res et bona predicta, iurisdictionem, potestatem, dominium, correctionem, visitationem vel superioritatem quomodolibet valeant exercere, sed coram nobis et sede ac delegatis predictis, ut prefertur, de iustitia respondere inantea teneamini. Volumus autem quod dilectus filius maior prior dicti ordinis, pro tempore existens, quotiens tempus visitationis ingruerit aut alias sibi videbitur oportunum, personas ecclesiasticas, vicarios videlicet et rectores ecclesiarum huiusmodi, visitare ac illorum excessus, quotiens opus fuerit, corrigere libere et licite valeat iuxta canonicas sanctiones. Contradictores [*fl. 328*] *per censuram ecclesiasticam, appellatione postposita, compescendo. Non obstantibus felicis recordationis Bonifacii, pape viii, predecessoris nostri, que incipit* Cum persone, *ac aliis constitutionibus et ordinationibus apostolicis necnon omnibus illis que predecessores prefati in suis litteris voluerunt non obstare, ceterisque contrariis quibuscumque. Seu quod dudum inter gubernatorem, milites et fratres dicti ordinis ac locorum Ordinarios quedam super vicariorum predictorum visitatione et correctione conventiones et pacta sub certis modo et forma tunc expressis, prout in publicis documentis, quorum omnium tenores etiam presentibus haberi volumus pro expressis, plenius continetur, inita et firmata fuisse perhibentur, quibus quoad visitationem, correctionem et alia premissa dumtaxat derogari volumus, et scientia simili expresse derogamus, ipsis alias in suo robore permansuris. Nulli ergo hominum liceat hanc paginam nostre advocationis, extinctionis, impositionis, ratificationis, approbationis, confirmationis, adiectionis, exemptionis, liberationis, statuti, voluntatis et derogationis infringere vel ei ausu temerario contraire. Si quis autem hoc attemptare presumpserit, indignationem Omnipotentis Dei et beatorum Petri et Pauli, apostolorum eius, se noverit incursurum. Datum Rome, apud Sanctum Petrum, anno, etc. M.ccclv, decimo Kalendas Aprilis, pontificatus nostri anno primo.*

Postmodum vero per eumdem predecessorem accepto quod occasione exemptionis huiusmodi coram diversis iudicibus ordinariis sive delegatis tempore date litterarum predictarum lites indecise pendere et etiam super visitatione vicariorum predictorum certe conventiones ac pacta inter magistrum, commendatores, milites et fratres dicti ordinis ac locorum Ordinarios inita et firmata fuisse dicebantur ac propterea littere predicte in maximum dictorum ordinum et quamplurium aliorum cedebant detrimentum, idem predecessor, asserens se de premissis plenarie informatum, motu proprio et ex certa scientia advocationem, extinctionem, impositionem silentii, ratificationem, approbationem, confirmationem, adiectionem, exemptionem, liberationem, statutum, voluntatem, derogationem ac insertas litteras predictas, cum omnibus in eis contentis clausulis, et inde secuta quecumque per alias suas litteras ex certa scientia cassavit, revocavit et annullavit ac nullius roboris vel momenti fuisse et esse eisque in iudicio et extra nullam prorsus fidem [*fl. 328v*] *adhibendam fore decrevit, necnon omnes et singulas causas predictas ac Ordinarios et quoscumque alios litigantes ac etiam conventiones et pacta predicta in pristinum statum motu ut dicebat proprio et scientia simili restituit et reposuit, decernens irritum et inane si secus super illis a quoquam, quavis auctoritate, scienter vel ignoranter, contingeret attemptari, prout in posterioribus litteris predictis, quarum tenorem, ac si de verbo ad verbum insererentur, haberi*

volumus pro expresso, plenius continetur. Cum autem, sicut carissimi in Christo filii nostri Alfonsi, Portugalie et Algarbii regis illustris, necnon aliorum etiam fidedignorum relatione nobis innotuit, propter visitationem ecclesiarum et domorum sive preceptoriarum dicti ordinis necnon correctionem rectorum et vicariorum earumdem ecclesiarum, quas magister et fratres prefati, privilegiorum ordini et militie prefatis per sedem apostolicam concessorum vigore, Ordinarii vero conventionum et pactorum eorumdem pretextu, ad se de iure spectare pretendunt, dissensiones et scandala litiumque dispendia sepius oriantur et maiora, nisi de oportuno succurratur remedio, suscitari formidentur in dies, nos qui pacem et tranquillitatem omnium, presertim ecclesiasticarum et sub religionis habitu Altissimo famulantium personarum, tota mente appetimus et scandalis atque dissidiis, quantum nobis ex alto permittitur, obviamus, tam Ordinariorum eorumdem preeminentiam, iurisdictionem, potestatem pariter et honorem tueri, et quantum equitas ac presentis temporis qualitas exigit, in eo quod sine scandalo possumus conservare, quam ut ipsorum magistri seu gubernatoris fratrum militia, in regnis Portugalie et Algarbii ad tam preclarum et proficuum opus, christiane scilicet fidei defensionem et conservationem, salubriter instituta, ut in suo statu perduret et continuet, auctore Domino, suscipere valeat incrementa ipsique milites eo magis ad protectionem fidelium, humiliationem quoque et contritionem emulorum crucis salutifere animentur, providere cupientes, motu proprio, non ad ipsorum magistri seu gubernatoris, fratrum et militum nobis super hoc oblate petitionis instantiam, sed de nostra mera liberalitate et voluntate, pro ipsorum quiete et ne litibus implicati et premissis et aliis pietatis officiis retrahantur, auctoritate apostolica, tenore presentium, declaramus et decernimus per (999) posteriores litteras predictas, nisi quoad parrochianorum [fl. 329] ecclesiarum, in quibus Ordinarii instituunt et destituunt rectores, in hiis que forum conscientie videlicet, instructionem, confirmationem, ordinum quoque et sacramentorum collationem, exhibitionem concernunt, ac quoad omnia et singula iura Ordinariorum, que ad ipsos eorumque vicarios ac officiales salva volumus permanere, prioribus litteris predictis non fuisse nec esse in aliquo preiudicatum ipsasque posteriores litteras in quantum per illas impositio silentii, ratificatio, approbatio, confirmatio, adiectio, exemptio, liberatio, statutum, voluntas, derogatio et priores littere predicta revocantur, cassantur et annullantur ac eis in iudicio et extra nullam fidem adhibendam fore decernitur nullius fuisse et esse roboris vel momenti easque et alias quascumque a nobis vel ipso Calisto predecessore contra dictas priores litteras, forsan etiam motu simili et ex certa scientia emanatas litteras, quarum omnium tenores ac si de verbo ad verbum insererentur, presentibus haberi volumus pro expressis, necnon processus habitos per easdem et inde secuta quecumque, etiam si ad illarum vel illorum derogationem faciendam individuam oporteret facere mentionem, salvis Ordinariorum iuribus, cassamus, irritamus et annullamus ac, ubicumque reperiantur, cassari et penitus deleri volumus atque mandamus, decernentes illis in iudicio et extra nullam prorsus fidem adhibendam fore vel adhiberi debere, impositionem vero silentii, ratificationem, approbationem, confirmationem, adiectionem, exemptionem, liberationem, statutum, voluntatem, derogationem et priores litteras Calisti, predecessoris huiusmodi, cum omnibus et singulis in eis contentis clausulis, ac omnia alia et singula privilegia, libertates, gratias, concessiones, exemptiones, libertates, conservatorias et litteras super hiis confectas necnon processus habitos per easdem et inde secuta quecumque in predictorum magistri seu gubernatoris et fratrum (1000) dicte militie dictorum regnorum atque ordinis et

(999) No ms. foi riscada a palavra *presentes*.

(1000) No ms. *fructuum*.

ecclesiarum, preceptoriarum, domorum, membrorum, servitorum honorem, utilitatem et favorem tam per nos quam felicis recordationis Lutium iii, Martinum v, Eugenium iiii, Nicolaum v, Calistum iii et alios quoscumque predecessores nostros Romanos pontifices et sedem apostolicam concessa, [fl. 329v] salvis eisdem Ordinariorum iuribus, innovamus, ratificamus et approbamus plenumque firmitatis robur obtinere decerninus ipsisque magistro, militibus, fratribus et ecclesiis, preceptoribus et servitoribus in dictis Portugalie et Algarbii regnis sub hac forma de novo concedimus, illorum tenores atque formas, ac si de verbo ad verbum exprimerentur, pro expressis habendo, declarantes non fuisse nec esse intentionis aut voluntatis nostre per has nostras declarationem ac limitationem predictis privilegiis, libertatibus, exemptionibus seu aliorum iuribus derogare sive preiudicare, sed omnia salva, integra et illesa remansisse et remanere et illa firmiter servari debere, etiam si illis in totum vel in partem contrarientur vel eis derogent, ac supplentes omnes defectus, si qui forsan intervenerint in eisdem ipsasque priores litteras sub hac forma revalidamus ac validas et efficaces reddimus easque in pristinum et eum statum, in quo, antequam revocarentur, quomodolibet erant, auctoritate prefata reponimus, restituimus et eticm instauramus, salvis limitationibus premissis, preterea ut ecclesie, domus, preceptorie et alia loca dicte militie eorumque rectores, vicarii et preceptores ac servitores, etiam in quibus Ordinarii ipsi instituere consueverunt, in spiritualibus et temporalibus feliciter gubernentur, priori maiori vel illis qui per magistrum vel gubernatorem et priorem maiorem dicte militie in capitulo fuerint deputati, preceptorias, domos, loca, preceptores, rectores et vicarios huiusmodi visitandi et dictas personas iuxta criminum et excessus exigentiam corrigendi et puniendi ac omnia alia et singula, que circa oportunitatem seu necessitatem preceptoriarum, domorum et locorum huiusmodi expedire viderint, faciendi et disponendi necnon contradictores quoslibet et rebelles per censuram ecclesiasticam, sublato cuiusvis appellationis obstaculo, apostolica auctoritate compescendi, plenam et liberam, tenore presentium, concedimus facultatem, limitatione prefata nihilominus firma remanente, volentes motuque et scientia similibus decernentes quod eisdem insertis litteris in iudicio et extra ac ubicumque fuerint exhibite vel producte, stetur in omnibus et per omnia ac per quoscumque ordinarios seu delegatos iudices secundum earum litterarum continentiam iudicari [fl. 330] eisque fides indubia adhiberi debeat ac si revocatio, cassatio, annullatio et posteriores ipsius predecessoris vel alie revocatorie littere etiam a nobis vel ipso Calisto predecessore sub quacumque verborum forma nullatenus emanassent. Non obstantibus premissis necnon constitutionibus apostolicis ac omnibus illis, que dictus predecessor in ipsis prioribus litteris voluit non obstare, ceterisque contrariis quibuscumque. Et insuper ex nunc omnes et singulos processus, sententias, censuras et penas, quos et quas contra tenores priorum et aliarum litterarum, magistro et fratribus dicte militie concessarum, forsan habitos et habendos ac promulgatas et proferendas ac quos et quas haberi vel promulgari necnon quicquid secus super hiis a quoquam, quavis auctoritate, scienter vel ignoranter, forsan attemptatum est vel imposterum attemptari [contigerit], irrita et inania nulliusque existere firmitatis, decernimus pariter et declaramus. Nulli ergo, etc., nostrorum declarationis, constitutionis, voluntatis, cassationis, irritationis, annulationis, mandati, decreti, innovationis, ratificationis, approbationis, concessionis, suppletionis, revalidationis, redditionis, repositionis, restitutionis et instaurationis infringere, etc. Si quis autem, etc. Datum Mantue, anno etc. M.ccclviiii, [sextodecimo Kalendas Januarii] (1001), pontificatus nostri anno secundo. A. de Urbino» (1002).

(1001) A data entre [ ] foi acrescentada, conforme ao pedido expresso na súplica pelo cardeal Alpedrinha.

(1002) AV, Reg. Vat. 474, fl. 326v-330.

2. AINDA A PROPÓSITO DO CONSELHEIRO RÉGIO JOÃO DAS REGRAS, DOUTORADO EM BOLONHA, E DOS CASAMENTOS DO INFANTE D. PEDRO

Como o leitor terá notado, ao tratar dos problemas à volta da súplica dos prelados, nobres e representantes das cidades e povoações ao papa, sobre a elevação do Mestre de Avis a rei de Portugal, a par da justeza de várias asserções do Padre Brásio, relativas ao assunto, que é dever aceitar como certas ou muito prováveis, procurei justificar meu dissentir quanto à força probatória de muitos de seus argumentos, discordando mesmo da tese, segundo a qual João das Regras ou Fernão Lopes teria inventado documentos, em abono da tese da ilegitimidade dos filhos de Dona Inês de Castro, e provando também eu, com base em documentos inequívocos, ter o famoso conselheiro de D. João I estudado direito civil em Bolonha e nesta universidade italiana ter coroado seus estudos com o doutoramento em leis. Ocasião e fundamento dessas minhas observações foram os artigos publicados pelo Padre Brásio na revista Lusitania Sacra, *por estar, então, convencido de que as comunicações apresentadas à Academia Portuguesa de História eram, na essência, do teor daquelas. Mas ao ler a crítica do Senhor Conde de Tovar às conclusões do Padre Brásio e respectiva resposta deste sobre o assunto, depois de receber do R. P. Fernando Félix Lopes, OFM, lista dos trabalhos que o ilustre espiritano publicou nos Anais da Academia Portuguesa de História, logo me convenci da necessidade de dizer mais alguma coisa, tendo em conta outras afirmações do Padre Brásio. A primeira diz respeito à presença do Dr. João das Regras nas cortes de Coimbra, em Abril de 1385.*

Ao afirmar que o conselheiro de D. João I esteve presente nestas cortes, adverti não se poder negar tal presença, admitindo aliás como certo ter ele intervindo na discussão dos argumentos, apresentados por ele ou por outros participantes, em favor da vacância do trono e contra a legitimidade dos filhos de Dona Inês de Castro e acrescentando eu, entre parêntesis, que nem o Padre Brásio negava tal presença. Ora a verdade é que, embora nos artigos de Lusitania Sacra *o não afirme, talvez o ilustre espiritano estivesse já então convencido da ausência de João das Regras, conforme parece deduzir-se dos pressupostos de seu trabalho* O casamento de D. Pedro e o auto das cortes de *1385*: «*Antes de entrar no estudo que me proponho fazer, julgo dever meu deixar esclarecidos, desde este momento, um certo número de princípios, sobre os quais não será necessário voltar no decorrer da exposição. Esses princípios são estes:* a) *Fernão Lopes é o autor e responsável único quer do relato literário quer do fundo histórico e jurídico dos capítulos 183 a 192 da Primeira Parte da sua* Crónica de D. João I. *Trata-se de mera reconstituição literária, à maneira dos historiadores romanos.* Os discursos de João das Regras, as suas afirmações jurídicas, são obra exclusiva do cronista *(o sublinhado é meu). Deixarei, portanto, a ficção literária de Fernão Lopes, mesmo quando nos apresenta o Dr. João das Regras no uso directo da palavra.* b) *Teria João das Regras assistido, ao menos, às Cortes de Coimbra? Permito-me pô-lo em dúvida. E ponho-o em dúvida, porque, tendo o célebre jurista sido a pessoa principal nos debates, segundo a ficção literária do cronista, o certo é que não assina o auto das Cortes nem a súplica a Urbano VI, da mesma data,* o que me parece absurdo *(sublinhado meu), a admitir que ali estivesse estado.* c) *Se bem conhecesse a inquirição de 30 de Março de 1385 e o auto das Cortes coimbrãs, Fernão Lopes está em desacordo e contradição expressa com estes documentos fundamentais, no que respeita aos casamentos de D. Pedro com D. Branca, D. Constança e até, em certo modo, com D. Inês, como veremos em pormenor. Este facto merece ser assinalado fortemente, tanto mais que, do meu conhecimento, nunca o foi.* d) *A tese do auto das Cortes, a ser verídica, faria recuar o problema dinástico da morte de D. Fernando, em 21 de Outubro de 1383, para 18 de Janeiro de 1367, data do falecimento de D. Pedro I, e levaria à conclusão indiscutível e inabalável de que D. Fernando I ocupou ilegitimamente o trono de Portugal. Julgo muito curioso e singular que a história «oficial»,*

aceitando cegamente a veracidade do auto, não tenha sido consequente com os princípios por ele aceites e adoptados. Quer dizer: a discussão da pretensão do Rei de Castela e de sua mulher nem sequer se punha, pois estava ultrapassada» (1003).

Conforme aos esclarecimentos deixados atrás, não posso estar de acordo com o Padre Brásio, quando afirma que «os discursos de João das Regras, as suas afirmações jurídicas, são obra exclusiva do cronista», embora também eu admita certa ficção literária de Fernão Lopes, mesmo quando nos apresenta o Dr. João das Regras no uso directo da palavra». Por outro lado, devo reputar justas as observações dos dois últimos pontos, aliás tidos como certos pelos autores antigos. No séc. XVIII, por exemplo, Frei Manuel dos Santos (1004) *afirmava que o casamento de D. Pedro com Dona Branca não tivera efeito, que ele casara validamente com Dona Constança e admitia também a validade do casamento com Dona Inês de Castro* (1005). *Estou em desacordo com o Padre Brásio quanto aos primeiros pontos, que são conexos, e por força não só tenho de admitir a presença do Dr. João das Regras nas cortes de Coimbra, em Abril de 1385, como ter ele intervindo na discussão sobre a vacância do trono e ilegitimidade dos filhos de Dona Inês de Castro, bem como sobre a perda de qualquer suposto direito deles, só pelo facto de terem pegado em armas contra o reino e serem todos cismáticos, embora o Mestre de Avis não fosse de todo ilibado, quanto a este último aspecto. O facto de João das Regras não assinar o auto das cortes nem a súplica nada tem de absurdo, sendo perfeitamente explicável pelo facto de ele não pertencer a nenhum dos estados do reino. Podia estar ali como conselheiro ou, se preferirem, como jurista ou letrado! Efectivamente João das Regras fazia parte do conselho do Mestre de Avis, juntamente com o Dr. Gil do Sem, o Dr. Martim Afonso e o deão de Coimbra Rui Lourenço, licenciado em decretos e bacharel em leis, os quais também tinham estudado em Bolonha* (1006). *Naturalmente seguia e aconselhava o Mestre nas principais decisões. O deão de Coimbra representava a autoridade eclesiástica de Coimbra, enquanto o bispo devia andar foragido, entre os cismáticos de Castela. Por isso assinou a mencionada súplica ao papa Urbano VI. Como indícios da participação do Dr. João das Regras nas cortes, vou indicar alguns documentos autênticos, que testemunham sua presença em Coimbra durante elas. O auto das mesmas sobre a vacância do reino data de 6 de Abril de 1385 e a súplica ao papa deve datar dos primeiros oito ou quinze dias do dito mês e ano. Ora há documentos de D. João I, recentemente proclamado rei de Portugal, de 15 de Abril de 1385, nos quais figuram o bispo de Évora D. João, Gonçalo Mendes de Vasconcelos, Vasco Martins de Merlo e os doutores em leis Gil do Sem, João das Regras e Martinho Afonso, como presentes em Coimbra, na companhia de el-rei: «Datum et actum in civitate nostra Colimbriensi, decima quinta die mensis Aprilis de anno nativitatis Domini millesimo tricentesimo octuagesimo quinto, sub era millesima quadringentesima vicesima tertia,* presentibus reverendo in Christo patre ac domino domino Johanne,

---

(1003) P. ANTÓNIO BRÁSIO, *O casamento de D. Pedro I e o auto das cortes de* 1385, em *Anais, Academia Portuguesa de História*, vol. XI (1961) p. 235.

(1004) FREY MANOEL DOS SANTOS, *Monarquia Lusitana*, parte VIII, Lisboa Occidental, 1727, liv. XXIII, cap. I, pp. 416-417, liv. XXIII, cap. I, p. 421. No liv. XXII, cap. XXXIV, p. 243, dizia Frei Manuel dos Santos: «Os filhos del Rey D. Pedro e da Rainha posthuma Dona Ignes Pires de Castro nacerão em Coimbra no palacio da gloriosa Santa Isabel, sua bisavó... e como El Rey D. Pedro viveu na boa fé de ser válido o seu matrimónio com a Senhora Dona Ignes Pires de Castro, junta esta razão ao excesso com que elle amou a may, tratou emquanto viveu aos filhos da mesma com todas as honras de Infantes legitimos e os dotou com mão larga e liberal...».

(1005) Mais ou menos no mesmo sentido FREY RAPAHEL DE JESUS, *Monarquia Lusitana*, parte Setima, Lisboa, 1683, liv. VI, cap. VI, pp. 263-267, cap. IX, p. 283, cap. XII, p. 303-304, liv. VII, cap. I, pp. 305-309, 324-326, cap. VII, pp. 330-334, liv. X, cap. XII, p. 532ss.

(1006) Introduções aos volumes seguintes de *Monumenta Portugaliae Vaticana*.

episcopo Elborensi, Gundissalvo Menendi de Vasconcellis, Valasco Martini de Merloo militibus, Egidio de Sensu, Johanne de Regulis et Martino Alfonsi legum doctoribus et aliis testibus...», *por exemplo no documento da nomeação de Lourenço Anes Fogaça, chanceler do reino, e D. Fernando Rodrigues, Mestre da Ordem de S. Tiago da Espada, como embaixadores do monarca português a D. Ricardo, rei da Inglaterra, para a liga de amizade e confederação entre ambos os monarcas* (1007). *João das Regras era seu conselheiro e chanceler, em vez de Lourenço Anes Fogaça. Como chanceler e conselheiro do Mestre de Avis, aparece em cinco documentos, de 3 de Outubro de 1384, referentes ao Estudo Geral ou universidade de Lisboa:* «*O mestre o mandou per o* doctor Joham das Regas seu chançerel e do seu conselho. *Joham da Sequeira a fez. Era de mil e iiii.c xxii annos.* Johannes legum doctor» (1008). *Noutro de 15 de Outubro de 1384, também alusivo ao Estudo Geral, aparece ainda como conselheiro e chanceler, por aí não estar o chanceler Lourenço Anes Fogaça:* «*Dante na dicta cidade de Lixboa, quinze dias doytubro. O meestre o mandou* per o doutor Joham das Regas seu chançeler e do seu conselho, nom seendo hy Lourenço Anes Fogaça, seu chançeler. *Vasco Dominguez a fez. Era de mil quatroçentos e viinte e dous anos.* Johannes legum doctor» (1009). *Ainda em 1384,* Dom Joham ... mestre da cavalaria da ordem dAvis, regedor e defensor dos regnos de Portugal e do Algarve ... avudo nosso conselho com boa deliberaçam e com os nobres e onrrados dom Lourenço arcebispo de Bragaa ... e Joham Afomso das Regas e Martim Lourenço douctores e com os outros do nosso conselho, *fazia doação de Salvaterra e outros lugares a Afonso Esteves* (1010). *Isto ainda em Lisboa. Em Abril de 1385, D. João estava em Coimbra. Naturalmente, os conselheiros acompanhavam-no e deviam tomar parte nas cortes de Coimbra, como parece até deduzir-se da escolha, nas ditas cortes, a 10 de Abril, para conselheiros do rei ao bispo de Évora, a Diogo Lopes Pacheco, Vasco Martins de Melo, Doutor Gil do Sem, Doutor João das Regras, Doutor Martim Afonso. Diziam então ao novo rei os* «*Povos destes Reynos que aqui som juntos, avendo antre si conselho ...: Primeiramente vos sam mister boos consilheiros que andem comvosco... E porque ao tempo d'ora vos he mister pera este conselho serem por parte de cada hum dos Estados dos Povos dos Reynos por causas agisadas, que se podem dizer, e o Estado he partido em estas partes: Prelados, Fidalgos, Leterados e Cidadãos, acordamos pera esta obra ser limpa que pera vosso conselho, dos Prelados seja huũ o bispo dEvora e o outro o Dayam de Coimbra, e dos Fidalgos Diogo Lopes Pacheco e Vasco Martins da Cunha e Gonçalo Mendes de Vasconcellos e Vasco Martins de Mello e dos Letrados Gil dOssem e o Doutor Joam das Regras e o Doutor Martim Affonso e Joam Affonso d'Azambuja, bacharel ...». Respondeu «ElRey a este artigo que el com o conselho daquelles que por vos som nomeados, a saber o bispo dEvora, Diogo Lopes Pacheco, Vasco Martinz de Mello, o Doutor Gil dOssem, o Doutor*

(1007) ANTT, Gaveta XVII, maço 2, doc. n. 7, publ., com erros de transcrição, em *As Gavetas da Torre do Tombo*, VI, Lisboa, 1967, n. 4101, pp. 603-612; Gaveta XVIII, maço 1, docum. n. 3. Publ. em *As Gavetas da Torre do Tombo*, VIII, Lisboa, 1970, n. 4282, pp. 2-10; Gaveta XVIII, maço 3, docum. n. 25. Publ. em *As Gavetas da Torre do Tombo*, VIII, n. 4366, pp. 312-320.

(1008) *Arquivo da Universidade de Coimbra, Livro Verde*, fl. 43v-47. *Ibidem*, Gav. 1, maço 1, docum. n. 3 e 4, publicados por ANTÓNIO GOMES DA ROCHA MADAHIL, *Livro Verde da Universidade de Coimbra*, Coimbra, 1940, pp. 98-102, 220-222. Todos publ. em *Chartularium Universitatis Portugalensis*, II, Lisboa, 1968, nn. 376-380, pp. 117-123.

(1009) Arqu. da Univ. de Coimbra, Gav. 1, maço 1, docum. n. 2, original, *ibidem, Livro Verde*, fl. 47-48, *ed. cit.*, p. 103-104, 223-224. Publ. em *Chartularium Universitatis Portugalensis*, II, n. 381, pp. 123-125.

(1010) ANTT, *Chancelaria de D. João I*, liv. 1, fl. 12. Publ. em *Chartularium Universitatis Portugalensis*, II, n. 383, pp. 126-127.

Joam das Regras, o Doutor Martim Afonso e hum dos cidadãos nomeados per vos das ditas quatro cidades entende reger e governar estes Reinos em direito e justiça» (1011).

Conforme pude observar agora, o Sr. Conde de Tovar fizera certas observações à tese do Padre Brásio, algumas muito semelhantes às minhas, a que o ilustre espiritano replicou em comunicação apresentada à Academia Portuguesa de História. Segundo o leitor poderá inteirar-se pela leitura das mesmas, estou de acordo com o Padre Brásio em notar exagero nas palavras atribuídas por Fernão Lopes ao Dr. João das Regras sobre o «pergaminho usado de velhice» e não dei muita importância ao facto. O Sr. Conde de Tovar tinha reputado banal a circunstância da velhice e aventara até hipótese de ter caído água na cópia do documento original, enviado ao papa, classificando o documento, em conformidade com os dizeres do cronista, de instruções dadas ao embaixador régio. A propósito, comenta o Padre Brásio: «A esse documento chamámos a «súplica» das pretensões de D. Pedro perante o Papa. Ao mesmo documento chama o Senhor Conde de Tovar «as instruções dadas ao embaixador Geraldo Esteves» (aliás Estevens), para a sua missão à Corte pontifícia. Mas o fundo das coisas não se modifica com uma questão de nomenclatura. De facto, as súplicas endereçadas ao Papa, como ainda hoje, normalmente não lhe eram entregues na redacção original, pois das instruções recebidas é que os diplomatas acreditados na Corte extraíam e capitulavam as várias graças, a suplicar, e redigiam a súplica. Muitas vezes nem sequer o rótulo organizado pelo embaixador ia à presença do Papa, pois ficava nos Serviços da Dataria Apostólica. Efectivamente, encontramos nos Regesta *súplicas* per fiat *— quando firmadas pelo Pontífice,* per concessum in praesentia *— se o eram por um referendário e* per concessum *apenas — quando o eram pelo vice-chanceler da Chancelaria»* (1012). *Destas palavras e da minha exposição feita atrás se infere que, segundo a praxe curial, nem o original das súplicas nem as instruções deviam ficar no Arquivo do Vaticano e, tratando-se de súplicas sem efeito, nem sequer se poderia falar de registo delas, porque os pedidos de graças não atendidos, por via de regra, não eram registados. Por isso e também pelos motivos já apontados, parecem-me demasiado peremptórias as seguintes afirmações: «De qualquer modo, «instruções» ou «súplicas», quanto ao fundo, se não quanto à forma, o rol de pergaminho em questão não deixou rasto, como já o provámos, na Chancelaria papal, caso tanto mais para estranhar, quanto é certo que está intacta a série dos registos do mês e ano em causa (não estou convencido disso, perdoe-me o Senhor Padre Brásio). E tratando-se de documento de tal transcendência, não é crível, para nós, que se a súplica tivesse chegado à Cúria — como se disse em Coimbra — como chegaram e ficaram registadas outras da mesma data, não é crível, para nós, que tal documento não tivesse sido registado (para mim, Senhor Padre Brásio, não deveria registar-se, por se tratar de pedido sem efeito). Por isso mesmo o classificámos de pura invenção de João das Regras ou do cronista Fernão Lopes (precipitadamente, segundo creio, Senhor Padre Brásio, se foi só esse ou o principal motivo). Mas acredite nele quem quiser e puder»* (1013). *Da minha parte, enquanto não forem apresentados argumentos mais convincentes, continuarei a acreditar, não cegamente, no Dr. João das Regras e em Fernão Lopes, tanto mais que* in dubio melior est conditio possidentis!...

Também não posso aceitar, sem reservas, estoutra afirmação: «... O caso em debate são os Regesta Supplicationum *e os* Regesta Avinionensia *e, quanto a estes, não temos por válida a observação do Director do Instituto Holandês de Roma, a não ser que queira afirmar, apenas,*

(1011) ANTT, *Cortes*, liv. 2, fl. 1-18. Publ. em *Chartularium Universitatis Portugalensis*, II, n. 385, pp. 128-129.

(1012) P. ANTÓNIO BRÁSIO, *A argumentação de João das Regras nas cortes de Coimbra*, em *Anais, Academia Portuguesa de História*, vol. XI (1961) 207.

(1013) P. ANTÓNIO BRÁSIO, *ibidem*, p. 207.

que faltam muitos códices e até cadernos, uns e outros às centenas. Mas, de facto, os livros, que nos restam completos, *reproduzem sistemática e cronologicamente os diplomas. A conclusão é, portanto, outra e parece-nos ser esta: o documento em estudo não se encontra registado com outros, quase da mesma data e bem menos importantes, pela simples, natural, óbvia e única razão, de que nunca entrou os portões do palácio pontifício de Avinhão, ou pela simples razão de que é fruto espontâneo da imaginação de João das Regras, de Fernão Lopes, ou de quem quer que seja. De qualquer modo, com semelhantes documentos, viciados de grave suspeita e de veracidade histórica, decidamente, não se pode fazer história, isto é, história séria!»* (1014). *O menos que posso fazer é pôr em dúvida a validade das premissas para esta conclusão! Já vimos que os volumes do* Reg. Supplicationum, *correspondentes ao ano da famigerada súplica, não se podem dizer, assim com tanta certeza, completos, seja quanto ao número de volumes, seja quanto ao total de cadernos. Depois, se é verdade que os livros tanto do* Reg. Supplicationum *como do* Reg. Avinionensia *«reproduzem sistemática e cronologicamente os diplomas», é também certo que vários eram os amanuenses ou escritores, havendo documentos, com a mesma data, em volumes e até cadernos diversos.*

Quanto à bula de Inocêncio VI, de 1361, diz o Padre Brásio: «Já a considerámos apócrifa e forjada e até hoje, de nosso conhecimento, não aparecem documentos, não só que destruam a nossa argumentação, mas também — o que é mais — que provem a sua autenticidade» (1015). *Da minha parte, penso que primordialmente ao historiador cabe apresentar as razões, por que certo documento, tido como autêntico ou de cuja autenticidade se duvide, deva ser considerado com certeza apócrifo. Julgo também que, pelas razões aduzidas atrás, se não possa afirmar, com tanta segurança, que a bula seja apócrifa ou falsa nem vejo que esta suspeição seja corroborada pela análise do conteúdo da mesma, até ao ponto de a ter como tal, além do mais porque certas dúvidas parecem encontrar explicação plausível. Diz o Padre Brásio: «Vem depois a parte expositiva do diploma, o resumo da pseudo-súplica, idêntica quanto ao fundo, notemo-lo bem, à instrução exarada no famoso «rrooll de purgaminho husado de velhice», exibido teatralmente por João das Regras nas Cortes,* si vera est fama! *Porém o que D. Pedro I nunca teria escrito ao Papa é que fora um atrevido* (sub pretextu et confidentia) *em contrair matrimónio com D. Inês, fundado na dispensa de João XXII, de 18 de Fevereiro de 1325; o que D. Pedro I, se estava no seu juízo, nunca teria pedido a Inocêncio VI é que, pela convalidação do seu matrimónio, lhe legitimasse os filhos dele havidos, proclamando sem efeitos canónicos a dispensa do Papa João XXII, quando nós sabemos e ele sabia melhor que ninguém, que um ano antes, exactamente pelo famoso instrumento de 12 e 18 de Junho de 1360, em que justamente se transcreve o breve de 18 de Fevereiro de 1325, ele declarara solenemente que por força desse mesmo breve casara com D. Inês em Bragança, cerca de sete anos antes! Isso não é crível!»* (1016). *Peço licença para discordar. No discurso do Dr. João das Regras diz-se que D. Pedro se casara com Dona Inês, em virtude da bula de João XXII, de 18 de Fevereiro de 1325, mas que havia impedimentos não abrangidos por aquela bula. A julgar pelas hesitações do arcebispo de Braga, nem todos reputavam suficiente esta bula de dispensa para o casamento de D. Pedro com Dona Constança, apesar de os letrados do reino a considerarem bastante. Porque não poderia então dizer D. Pedro ao papa Inocêncio VI que ele contraíra matrimónio com D. Inês de Castro, com pretexto e confiado ou apoiado nessa bula, e pedir a confirmação do matrimónio ou declaração de que este era válido e da consequente legitimidade ou até pedir a legitimação dos filhos quanto ao foro externo, já que o casamento secreto poderia*

(1014) P. ANTÓNIO BRÁSIO, *ibidem*, pp. 208-209.
(1015) P. ANTÓNIO BRÁSIO, *ibidem*, p. 209.
(1016) P. ANTÓNIO BRÁSIO, *ibidem*, pp. 219-220.

ser contestado? Nem as palavras sub pretextu et confidentia *significam atrevimento! «O que importaria — diz o Padre Brásio — não era a convalidação do matrimónio, — impossível, como a seu tempo veremos — mas apenas a declaração pontifícia de publicidade e, portanto, de reconhecimento de validade do matrimónio em causa, para que os filhos do casal fossem pública e politicamente havidos por legítimos»* (1017). *Perfeitamente de acordo que, no caso de se ter realizado o matrimónio secreto validamente, se não houvesse outros impedimentos (e ainda se não provou ser falso o impedimento alegado no discurso de João das Regras e na inquirição de Março de 1385), era questão só de o declarar publicamente para reconhecer a validade do matrimónio. E as reais ou possíveis contestações ao facto secreto do matrimónio e à sua validade? Não vieram elas a seguir, como consta do testamento de el-rei D. Fernando? Não é verdade que nas causas de benefícios eclesiásticos até os que poderiam ter maior ou até exclusivo direito pediam ao papa, ao morrer algum dos contendentes, confirmações neste sentido e as graças ditas* si neutri, si nulli, simplicis vel novae provisionis, *etc.? Atrás procurei, sem me abalançar a conclusões comprometedoras, recolher indícios, nas súplicas de D. Pedro ao papa, de que ele tentou obter inutilmente certa graça de Inocêncio VI, relacionada com acontecimentos anteriores da sua vida. E viu-se também como a circunstância de o Infante ter ficado descontente com a missão do embaixador de seu pai junto do papa, que era aliás o mesmo encarregado pelo monarca e pelo papa de tratar do casamento de D. Pedro com* filha de rei, *concretamente do rei de França, e a presença na Cúria do arcebispo de Braga por esse tempo* (1018), *a não serem simples coincidências, tornam crível a afirmação de que o Infante tentou obter qualquer favor quanto à sua vida, o qual lhe foi negado. Dispensa de qualquer impedimento, não compreendido na bula de João XXII? Não sei, mas pode ser. E então porque casou ele — perguntar-se-á — precisamente apoiado nesta bula? Porque não havia nenhum outro impedimento ou ele ignorava que o houvesse? Não posso dar resposta precisa, mas também não me custa nada crer ousasse ele casar sem nova dispensa, no caso mesmo de o conhecer... Já citei o exemplo do casamento de sua irmã D. Maria com o rei de Castela, sem dispensa alguma, com a conivência e até imposição, segundo parece, do próprio D. Afonso IV. E é para lembrar que a rainha D. Maria, filha deste, se viu na necessidade de pedir ao papa absolvesse o sacerdote da diocese de Lisboa João Simões das penas, em que incorrera ou deviam ser-lhe infligidas, pelo facto de, por vontade e mandato do rei de Portugal, ter assistido, na qualidade de sacerdote, ao matrimónio solene dela com o rei de Castela, celebrando a missa, dando as bênçãos e fazendo outras cerimónias do costume, na celebração dos matrimónios, antes das dispensas do impedimento de consanguinidade, que só depois foram concedidas pelo papa: «Dilecto filio Johanni Symonis, presbytero Ulixbonensis diocesis. Salutem. Devotionis tue sinceritas promeretur ut in hiis que a nobis suppliciter postulas, nos tibi reperias propicios et benignos. Sane carissima in Christo filia nostra Maria, regina Castelle et Legionis illustris, nobis significare curavit quod, cum ipsa cum carissimo in Christo filio nostro Alfonso, rege Castelle et Legionis illustri, viro suo, qui sibi in secundo gradu consanguinitatis ex utroque latere attinere dinoscitur, matrimonium in facie Ecclesie duceret contrahendum, adhibitis omnibus solemnitatibus que consueverunt in talibus adhiberi, quamquam postmodum cum eisdem coniugibus fuerit super hoc auctoritate apostolica dispensatum, tu tam de ipsius regis mandato quam voluntate ipsi matrimonio tamquam sacerdos interfuisti, missam et benedictionem et alia consueta in matrimonio prefato celebrando. Quare dicta regina nobis humiliter supplicavit ut omnem suspensionem ab officio, penam et culpam, que tibi premisso-*

(1017) P. ANTÓNIO BRÁSIO, *ibidem*, p. 220.

(1018) A 21 de Julho do ano XI do pontificado, Clemente VI encarregava o arcebispo de Braga D. Guilherme de dar a bênção abacial ao abade do mosteiro de Milão e concedia-lhe outros poderes relativos à sua missão de núncio do papa, em 1352 (AV, Reg. Vat. 213, fl. 282, 224v).

rum occasione de iure sunt inflicte vel debent infligi, secundum canonicas sanctiones, de benignitate apostolica dignaremur misericorditer relaxare. Nos itaque volentes personam tuam, meritorum tuorum obtentu, super quibus apud nos fidedigno testimonio commendaris, in hac parte prosequi gratiose, tuis ac eiusdem regine supplicationibus inclinati, suspensionem ac penam vel culpam prefatas auctoritate tibi presentium de munificentia sedis apostolice misericorditer relaxamus, ita tamen quod per annum remaneas et sis a divinis suspensus. Nulli ergo, etc., nostre relaxationis infringere, etc. Datum Avinione, v Idus Augusti, anno tertiodecimo» ([1019]).

Prossegue o Padre Brásio: «Este ponto é capital para provar que o diploma de 15 de Julho de 1361 é inverídico do ponto de vista histórico e que foi efectivamente forjado no ambiente de profunda excitação das Cortes de Coimbra. Na mente de quem o inventou está clara a doutrina da inquirição de 30 de Março de 1385, a doutrina desenvolvida pelo Dr. João das Regras — para nos mantermos na ficção literária de Fernão Lopes — e sobretudo a doutrina do auto das Cortes: que D. Pedro não pôde em tempo algum casar validamente com Dona Constança e muito menos com D. Inês, pela existência do impedimento dirimente do «ligamen matrimonial, que contraíra e consumara validamente, com a princesa castelhana D. Branca! Ora, como demonstraremos, trata-se de um castelo de cartas, de uma construção jurídica hábil e artificiosamente montada, de um prodígio de sofística, de uma farsa surpreendente, por mais surpreendente que isto pareça» ([1020]). *Mas dirá ou suporá a carta do papa que o matrimónio com Dona Constança foi inválido? Dirá ao menos os motivos, por que teria sido inválido o matrimónio com Dona Inês de Castro ou então por que lhe era necessária declaração pontifícia, em virtude da qual o matrimónio passasse a valer com todos os seus efeitos, quanto ao foro externo? Recorda, além disso, o Padre Brásio quanto já dissera sobre a inverosimilhança do conteúdo da bula, nomeadamente sobre a sé apostólica não conceder legitimações daquele teor* nisi magnis et manifestis de causis, *«razões estas que não foram alegadas e sobretudo porque tal legitimação era prejudicial a um terceiro, e este nem a pediu nem lhe deu o assentimento»* ([1021]). *E continua: «Em abono da nossa tese, estranhámos que Inocêncio VI tivesse sido tão liberal com o filho do Rei da Inglaterra e tão rigoroso com o próprio Rei de Portugal, que concedesse graça idêntica ao filho do Rei de Inglaterra e a negasse a el-Rei D. Pedro, com quinze dias de intervalo! É realmente de estranhar ... Fez-nos notar o Senhor Conde de Tovar* ([14]) *o desacordo existente entre o texto latino por nós publicado e a tradução que dele demos, tirada de Fernão Lopes, pois onde aquele traz «motivos ponderosos e manifestos», tem este «grandes e nobres pessoas»; pelo que aconselha o Senhor Conde de Tovar que eliminemos todo esse trecho referente às* grandes e nobres pessoas, *em outra edição que venhamos a fazer do nosso trabalho. Ora talvez a sugestão amiga não seja tanto de seguir, como se pode ter pensado. É que ou Fernão Lopes e João das Regras tinham à mão um texto diferente do nosso — o que é bem possível — ou traduziram, forçadamente é certo, mas, enfim, numa tradução aceitável, aquele* nisi magnis *(seguido de uma vírgula no texto do* Thesaurus Novus*), por «senão aos grandes» ou «a grandes» [senhores]. Seja, porém, como for, a nossa argumentação não fica abalada por isso, antes pelo contrário. Se, de facto, Fernão Lopes e João das Regras tinham presentes um texto, em que se lia «nisi magnis et* nobilibus personis, *et manifestis de causis», o facto não vem favorecer a autenticidade do texto. Por outro lado — e isto é o que muito importa no caso — Fernão Lopes afirma-nos que foi com o texto por ele reproduzido que João das Regras argumentou, como foi*

([1019]) AV, Reg. Vat. 91, fl. 241.

([1020]) P. ANTÓNIO BRÁSIO, *ibidem*, p. 222.

([1021]) P. ANTÓNIO BRÁSIO, *ibidem*, p. 223.

([14]) *Ob. cit.*, pag. 30 (CONDE DE TOVAR, *O Padre Brásio e as razões de João das Regras*, em *Academia Portuguesa da História, Anais*, vol. 10, Lisboa, 1960, pp. 30-32).

com esse mesmo texto — e não com o que foi reproduzido por Martene e Durand — que Fernão Lopes defendeu a sua tese de cronista do Mestre de Avis. Ora não estaremos nós dentro do nosso pleno direito de replicar a um e a outro, servindo-nos exactamente do próprio texto por eles utilizado?! Entendemos que sim ... e por isso o fizemos» (1022).

Também eu entendi ser meu dever apresentar a sobredita observação do Senhor Conde de Tovar ao Padre Brásio. E, ao contrário do que diz este, parece-me que a sugestão daquele deveria ser plenamente aceite. Ao menos por motivos de exigências críticas da ciência da História moderna! Também não estou plenamente de acordo em que «o facto não vem favorecer a autenticidade do texto». O menos que seria de inferir dele, sem as palavras «grandes e nobres pessoas», é que a argumentação do Padre Brásio, relativa à incongruência de se conceder tal graça ao filho do rei de Inglaterra e não ao rei de Portugal, passa a não ter valor e assim, neste ponto, deixaria de ter consistência esse argumento contra a credibilidade ou autenticidade da carta. Haveria que averiguar se a tradução do Dr. João das Regras ou de Fernão Lopes corresponde ao texto latino do Thesaurus Novus. *A tratar-se de tradução forçada, eu considerá-la-ia errónea. Para mim seria inaceitável. Sinceramente, nesse caso, eu rejeitaria como exagerada a seguinte conclusão do Padre Brásio: «Seja, porém, como for, a nossa argumentação não fica abalada por isso, antes pelo contrário». É que, embora para mim não seja improvável e até eu aceite a hipótese da omissão de palavras no texto do* Thesaurus Novus, *forçoso se tornaria provar que nele faltam as palavras* et nobilibus personis, *antes das* et manifestis de causis. *E com isto não negamos o direito do Padre Brásio de replicar com a tradução correspondente de Fernão Lopes, que teria servido de argumento a João das Regras, e por ambos utilizada para defender a tese de partidários e cronista do Mestre de Avis. Sabemos com certeza que D. Afonso IV contrariava o casamento do filho D. Pedro como Dona Inês de Castro. Depois de morto, seus partidários continuariam na mesma posição, pelo que não vejo dificuldades em encontrar quem estivesse interessado em se opor ao pedido de D. Pedro. Porque não poderia ser até o Infante herdeiro D. Fernando, ao menos pela voz de seus conselheiros ou amigos? Como base para tal hipótese, não seria preciso recorrer à convicção ou suspeita que poderia correr, como então, sobre a invalidade do casamento de D. Pedro com Dona Constança, por se reputar ainda vigente o de Dona Branca e, portanto, nulos os posteriores com Dona Constança e Dona Inês de Castro. A tese do Padre Brásio, que é a de João das Regras ou de Fernão Lopes, contrária, ao menos parcialmente, ao auto das cortes de Coimbra, que defendia a nulidade desses casamentos, tem foros de verdadeira, mas a do auto das cortes tem visos de ser voz de corrente que vinha já de trás.*

Quanto ao poder do papa de legitimar fora de seus territórios ou domínios temporais, o próprio Padre Brásio admite «que o papa não podia realmente legitimar senão os súbditos de seus estados temporais, a não ser «in spiritualibus» e «ex causis multum arduis». Não me parece consequente, ao dizer «que Inocêncio VI nunca teria escrito, em nosso parecer, ainda que não quisesse proceder à legitimação dos Infantes — vamos mais longe: ainda que não pudesse, por motivos válidos, proceder à legitimação dos Infantes — o que nunca teria escrito é aquele inciso que se lê no diploma em estudo, declarando a Santa Sé inábil para legitimações fora dos seus territórios». Se essa era a legislação eclesiástica, porque o não poderia declarar o papa, sobretudo quando tratava de justificar um acto de sua vontade? Parece-me acusação muito grave, ainda necessitada de prova, quanto declara o Padre Brásio a seguir: «Mas já podemos supor e admitir que tenha sido introduzido pelo jurista João das Regras ou outro, pois as doutrinas da emancipação pontifícia ou da limitação e cerceamento da jurisdição papal, que no seu tempo de estudante na Itália entusias-

(1022) P. ANTÓNIO BRÁSIO, *ibidem*, pp. 223-224.

mavam já os juristas, abundavam neste sentido. Mas esta hipótese certamente que não vem corroborar a autenticidade da bula, mas antes indicar, uma vez mais, a sua verdadeira origem. Ex digito gigans!» ([1023]). *Efectivamente, como se poderá falar de «emancipação pontifícia ou de limitação e cerceamento da jurisdição papal», se, como diz o Padre Brásio, apesar da legitimação indirecta, era o direito canónico que tal estabelecia?*

Apraz-me verificar pela comunicação do Padre Brásio sobre O casamento de D. Pedro I e o auto das cortes de *1385 a conformidade da sua exposição sobre o direito matrimonial eclesiástico de então com o que eu disse atrás, embora ele não refira o caso de menores com menos de 14 e 12 anos, respectivamente do sexo masculino e feminino, poderem contrair matrimónio por palavras de presente, o qual, sendo eles próximos a essa idade, se tornava indissolúvel, mesmo sem relações sexuais, embora, antes das relações sexuais, o que não tivesse ainda a idade necessária pudesse reclamar, no caso de não consentir em tal matrimónio. E a história dos casamentos dos príncipes e princesas de Portugal mostra-nos que, na prática, isso acontecia. Sirvam de exemplo os casamentos das duas filhas de el-rei D. Fernando.*

A 12 de Dezembro de 1379, «presentes don Pedro arçobispo de Toledo et don Alfonso obispo de la Guarda e Gil do Sem dotor en leys natural de Portogal e Rodrigo Arias Maldonado ... e Micer Bartolomeo Ginoves», em Medina del Campo, era proferida sentença de nulidade do matrimónio contraído «entre la noble doña Ysabel fija del muy noble don Fernando rey de Portogal» e D. Afonso «conde de Norvena, fijo del muy noble rey don Enrrique que Dios perdone». O procurador de Dona Isabel expunha que «en el año de la era de mill e quatrocientos e honse años, en el mes de abril (Abril de 1373), en la villa de Sanctaarem del obispado de Lixboa, el dicho conde don Alfonso, seyendo de legitima hedat e aun mayor de dies e ocho anos, se desposara publica e legitimamente em manno del cardenal de Bolonia legado apostolical por palabras de presente con la dicha doña Ysabel, seyendo ella de hedat de ocho años cumplidos e andando en hedat de nueve años, rescibiendo el dicho conde a la dicha doña Ysabel por su moger e por su esposa e otrossi la dicha doña Ysabel rescibiendo al dicho conde por su marido e por su esposo segund que es costumbre e lo manda la Sancta Eglesia de Roma. *E despues de los* dichos desposorios *asi fechos, commo dicho es, dixo que en la ciudat de Burgos en el año de la era de mill e quatrocientos e quinse años, en el mes de novienbre (Nov. de 1377),* seyendo la dicha doña Ysabel de hedat legitima, el sobredicho conde solepnisara matrimonio con la dicha doña Ysabel en fas de la eglesia, *estando presente el sobredicho rey don Enrrique e la reyna doña Johana su moger e el infante don Johan su fijo, rey que es agora de Castiella, en presencia de los quales e de otros muchos* en mannos del arçobispo de Santiago, *estando todos ayuntados en el dicho castiello de la dicha ciudat de Burgos a faser el dicho solepnisamiento,* el dicho conde otra vez la rescibiera publica e legitimamente por su mojer e por su esposa e consentiera en ella e despues del dicho segund consentimiento e solepnisamiento asi fecho en fas de la eglesia *en el dicho castiello, la dicha doña Ysabel fuera llamada, nonbrada publicamente e oy dia era avida, nonbrada por su moger...». O casamento foi declarado nulo porque, além de o conde se ter recusado a consumar o matrimónio, provou-se que seu pai o constrangera, por medo grave, a contrair tal matrimónio, dizendo o procurador do conde «que la dicha doña Ysabel nunca fuera ni es moger del dicho conde, porquanto el dicho conde* quando se desposara con ella, se desposara con myedo *e con premia que le fisiera e fiso el sobredicho rey don Enrrique su padre, amenasandole e poniendole tal myedo e tal espanto e temor* porque se desposase con ella *que devia temer todo varon constante ... e otrossi dixo que al tienpo* quel dicho desposorio se fisiera,

([1023]) P. ANTÓNIO BRÁSIO, *ibidem*, pp. 225-227.

la dicha doña Ysabel era menor de hedad, segunt por ella era confessado e luego que veniera a la hedat legitima pera poder casar, porquanto el rey don Henrrique fazia premia al dicho conde que casasse con ella e solenisase matrimonio, el dicho conde que contradixiera e lo non quisiera fazer e por myedo de su padre que lo desonrraria o prenderia fuxiera del regno ... *Por la qual rason dixo que* la dicha doña Ysabel entrando en la hedat legitima e veendo e oyendo desir qu'el dicho conde por premia e miedo de su padre se desposara con ella e contradesia e non queria con ella casar, que en Valladolid reclamara e contradixiera e recusara delante nuestra señora la reyna doña Johana su tia *e delante nosotros, seyendo a la sason abad de Fustellos e vicario general por el onrrado varon don Gutierre, obispo a la sason de Palencia, cardenal agora d'España, e delante otros muchos* e dixiera que tanpoco queria ella consentir en el dicho conde, ante que reclamara e reclamó e recusara de consentir en el dicho conde, *por la qual rason a saber* algunos desposorios *fueran lo que dixo que* non fueran por rason del dicho miedo e temor, pero puesto que fuesen, que fueran rotos e sueltos por la dicha reclamación...» (1024).

Daqui parece confirmar-se que os menores de sete anos podiam contrair matrimónio por palavras de presente, o qual só poderiam consumar quando chegassem à idade idónea, respectivamente de 14 e 12 anos para os rapazes e raparigas, os quais todavia, ao chegarem a tal idade, podiam não consentir ou reclamar, *pelo que ficava sem efeito tal matrimónio, devendo ser considerado* simples desposórios *ou* sponsalia de futuro *ou* matrimonium de futuro.

No mês de Novembro de 1376 ou seja «era de mill e quatrocentos e catorze anos, en a villa de Leyrea, onde entom o sobredicto rey de Portugal tiinha e fazia suas cortes e onde eram juntados o iffante dom Joham hirmãao do sobredicto rey de Portugal e dom Lourenço arcebispo de Bragaa e todollos prelados ... de todo o regno de Portugal, os quaaes forom spicialmente chamados per os esposoyros da infanta dona Beatriz, filha primeira do dicto rey de Portugal, e pera jurar aa dicta ifante por raynha e por senhora dos dictos reynos de Portugal e do Algarve e a dom Fradarique meu filho como seu esposo consumando matrimonio com ella segundo se contem em las homenages de juso escritas, *Fernam Perez dAndrade assy como procurador nosso e do dicto dom Fradarique meu filho espicial messegeiro, segundo se contem em hũa carta de procuraçom que ao deante he escripta, em vez e em nome do dicto dom Fradarique e por ell dentro em os paaços do dicto rey que som* em a dicta villa de Leyrea, viinte e quatro dias do sobredicto mes de Novembro, se esposara pubricamente com a dicta ifante per palavras de presente, segundo manda a Santa Egreja de Roma. Outrossy a dicta ifanta dona Beatriz se esposara com o dicto dom Fradarique per palavras de presente em mãaos do sobredicto Fernam Perez, procurador spicial mesegeiro do dicto dom Fradarique. *E logo em outro dia, convem a saber viinte e cinquo dias do dicto mes de Novembro, os sobredictos iffante e arcebispo com todollos prellados e todollos outros condes, meestres e ricos homens, cavaleiros e escudeyros, outrossy procuradores de todallas cidades e villas e logares e alcaydes dos castellos e fortelezas do dicto reyno de Portugall fezerom jura e preyto e menagem em mãaos de dom Frey Alvaro Gonçalves prior do Hospital e d'Anrrique Manuel, curadores dados aa dicta ifante ... Outrossy jurarom e fezerom preito e menagem em nome susodicto que sayndo deste mundo o dicto nosso senhor el rey dom Fernando sem filho barom liidemho nado ou por nacer,* ante que a dicta ifante e o dicto dom Fradarique sejam de hidade liidemha pera poder consumar seu matrimonio, *que nom tomem nem ajam outro por rey e senhor dos dictos reynos, salvo a dicta senhora ifante, e que em esse tempo ajam por regedor e menystrador dos dictos reynos em nome desa ifante e por ella a*

(1024) ANTT, Gav. 17, maço 2, docum. n. 10. Publ. em *As Gavetas da Torre do Tombo*, VI, Lisboa, 1967, n. 4104, pp. 617-624.

dicta senhora raynha dona Leonor sa madre se viver ou aquelle ou aquelles que o dicto senhor rey dom Fernando pera esto estabelecer e ordenar ou leixar em seu testamento ataa que esa senhora ifante e o dicto dom Fradarique cheguem ella a hidade de doze anos e elle a hidade de catorze anos, que por sy possam menystrar e reger os dictos reynos. E casando o dicto dom Fradarique e consumando com ella seu matrimonio como dicto he, *que ajam por rey e por senhor esse dom Fradarique come seu marido desa senhora ifante ... Outrossy nos diserom que o dicto Fernam Perez, assy como nosso procurador e do dicto dom Fradarique, meu filho, obrigara a nos e o dicto dom Fradarique a el rey e aa raynha de Portugall presentes e por sy e por seus subcesores solenymente estipulamos* que quando o dicto dom Fradarique ouver hidade de sete anos, que expresamente consenta nos esposoyros que o dicto Fernam Perez fez per palavras de presente, em nome do dicto dom Fradarique, com a dicta ifante dona Beatriz, filha primeira do sobredicto rey de Portugall, e que jure e jurara pubricamente, logo que conprir os dictos sete anos, aos Santos Evangelhos per el corporalmente tanjudos de casar com a dicta ifante e de nunca reclamar nem contradizer nem reclamara, mais que sempre este e estara em estes esposoyros e nunca contradira em nenhũa maneira nem casara de facto com outra, salvo com a dicta ifante, em maneira que o dicto casamento fique firme e perfecto e que se nom possa revogar. *Outrossy que des este primeiro dia de Sam Joham Bautista primeiro que vem ataa seis annos seguintes o dicto dom Fradarique faça solenemente suas vodas e case em no regno de Portugal com a dicta ifante. E que dhi em deante coyhmam em huum e dormam em huum e façam vida em huum como devem fazer marido e molher e em caso que o dicto dom Fradarique esto contradissese ou reclamasse ou em ello nom consentise ou com outra de facto casase segundo dicto he ou per nos estevese ou contra o que dicto he veessemos em todo ou em parte em qualquer maneira que peytassemos em pena ao dicto rey de Portugal e aa dicta ifante sa filha e a qualquer delles presentes solenemente e firmemente estipulantes e recebentes em pena e em nome d'interese dez mil marcos d'ouro...»* ([1025]).

Parece inferir-se deste documento que os desposórios *e o verdadeiro matrimónio por palavras de presente não tinham efeito nem valor antes dos sete anos dos noivos, os quais poderiam reclamar ou não aceitar compromissos feitos anteriormente por outrem, antes de chegarem à idade apta para a consumação, respectivamente aos quatorze e doze anos, ou então realizar solenemente as bodas. Como se sabe, estes compromissos assumidos pelo rei de Portugal e de Castela ficaram sem efeito, passando D. Fernando, rei de Portugal, e o de Castela D. João, em 1380, a novo tratado, segundo o qual a Infanta D. Beatriz deveria casar com o Infante D. Henrique, filho do rei de Castela. A 21 de Maio de 1380, segundo documento, a cuja feitura foram presentes* don Pedro arçobispo de Toledo, primado de las Españas, e don Joan Garçia Manrique obispo de Siguença chançeller mayor del Rey de Castiella et Gil do Sen doctor en leyes et Ruy Lorenço dean de Coinbra, *D. João, rei de Castela, refere-se à chegada e negociações com os embaixadores do rei de Portugal D. Fernando e da rainha D. Leonor, que eram também* «actores et procuradores de la infanta doña Beatriz su fija con procuraciones e instromento de la dicha [doña Beatriz] ... para tractar et firmar connosco algunos tractos, avenençias, promissiones assi por rason de desposorios e casamiento entre el infante don Enrique mi fijo e la dicha infanta doña Beatriz ... *Primeramente nos prometemos e juramos que avemos et fagemos* que el dicho mi fijo case con la dicha infante doña Beatriz e porquanto el es agora menor de hedat de siete años, prometemos e juramos por nos e por el que desde que

([1025]) ANTT, Gaveta 17, maço 6, docum. n. 8, publ. em *As Gavetas da Torre do Tombo*, VII, Lisboa, 1968, n. 4187, pp. 164-198. Texto castelhano em SALVADOR DIAS ARNAUT, *A crise nacional dos fins do século XIV*, Coimbra, 1960, n. 1, pp. 267-286.

el dicho mi fijo cunpliere los siete años que se despose publicamente con la dicha infante por palabras de presente et jure publicamente de la aver por ssu esposa et muger et seyendo ella viva de nunca casar con otra. Otrosi prometemos et juramos que nos avemos et fagamos que des que el dicho infante mi fijo cunpliere hedat de catorze años que el que case et solepnize matrimonio e faga sus bodas con la dicha infanta et dende adelante vivan de consuno como marido e muger...» (1026). *Na procuração passada por el-rei D. Fernando, de 10 de Maio de 1380, à qual estiveram presentes* Gonçalo Mendes de Vasconçellos et Gil do Sen doctor et Ruy Lorençio dean de Coymbra liçençiado en decretos del consejo del dicho señor Rey et otros, *em Portalegre, dizia o monarca a João Afonso Telo, conde de Ourém, e a Gonçalo Vasques de Azevedo:* «fisiemosvos et fasemosvos enbaxadores, procuradores, factores, negotiorum gestores, nuncios et mensajeros speçiales nuestros e de la infanta doña Beatris mi fija pera que vosotros en nuestro nonbre et por nos et por la dicha infanta mi fija podades tractar, firmar, prometer e jurar con nuestro primo don Johan rey de Castiella desposorios e casamiento con el infante don Enrrique fijo del dicho rey, conviene a saber que quando el dicho infante don Enrrique compliere hedat de siete años que nos fagamos todo nuestro poder por que la dicha infante mi fija se despose con el por palabras de presente et solepnise matrimonio e faja sus bodas con el dicho infante des que oviere hedat conplida de catorse años e jure publicamente de nunca se desposar ni casar con otro viviendo el dicho infante e que fechas las dichas bodas nos demos en dote a la dicha infanta mia fija segund que desde agora damos la villa de Bragança...» (1027). *Noutro documento de D. Fernando, de 12 de Maio de 1380, dado em Portalegre e inserto no sobredito de 21 de Maio, o monarca português diz que «en el mes de mayo era yuso escripta de parte de don Johan rey de Castiella nuestro primo, tractamos et acordamos con ellos ciertos capitulos entre los quales capitulos brevemente entre las otras cosas se contenia que el dicho* don Johan rey de Castiella avia de curar et faser que el dicho inffante don Enrrique su fijo quando viniere a hedat de siete años casasse con la infante doña Beatris mi fija et fisiesse con ella desposorios et quando viniesse a hedat de catorse años que casasse con ella por palabras de presente et solepnisasse matrimonio...» (1028). *Segundo outro documento de 31 de Agosto de 1380, perante el-rei de Castela, nas cortes da Sória, «parescieron don Alfonso obispo de la Garda et Enrrique Manuel de Villena señor de Cascales et Gil do Sen doctor en leyes et Ruy Lourenço dean de Coynbra et licenciado en decretos enbaxadores et mensageros del muy alto et muy noble principe don Fernando por esa mesma gracia rey de Portogal et del Algarbe et de parte del dicho señor rey de Portogal propusieron antel dicho señor rey de Castiella et dixieron que segunt los tractos et posturas que eran entre los dichos reyes que el dicho señor rey de Castiella devia faser cortes en este mes de agosto en que estamos en las quales cortes devia faser a los prelados ...* et otrosi que avia de faser jurar et prometer et otorgar et tener et gardar a la reyna doña Joana su madre et a la infante doña Leonor su hermana todas las cosas contenidas en los sobredichos tratos... *et luego el dicho señor rey don Johan dixo que le plasia de faser et conplir todo ...* et porque mejor et mas conplidamente se fisiesen los dichos juramientos et pleytos et omenages porquanto el infante don Enrrique su fijo primogenito su heredero es menor de hedat de siete años al qual deven ser fechos los dichos pleytos et omenages *segunt es contenido en los dichos tractos de su rreal poderio dixo que le dava*

(1026) ANTT, Gav. 17, maço 6, docum. n. 11, publ. em *As Gavetas da Torre do Tombo*, VI, n. 4190, pp. 241-242 e em SALVADOR DIAS ARNAUT, *ob. cit.*, n. 8, p. 296ss.

(1027) *Ibidem:* DIAS ARNAUT, p. 305-307, *As Gavetas da Torre do Tombo*, VII, pp. 252-255.

(1028) *Ibidem: As Gavetas da Torre do Tombo*, VII, pp. 255-257. SALVADOR DIAS ARNAUT, *ob. cit.*, pp. 307-308.

et dio por curadores pera recebir los dichos pleytos et omenages a Pero Gonçales de Mendoça ...», e a seguir no mesmo dia 31 de Agosto de 1380, presentes o rei de Castela e os embaixadores portugueses, nas ditas cortes de Sória, estando também presentes D. Pedro Tenório, arcebispo de Toledo, e outros prelados castelhanos e nobres, em que foi jurado por eles «que tomaran por su rey et por su señor natural et por heredero de los regnos de Castiella et de Leon al dicho infante don Anrrique su fijo primero heredero et otrosi todos los sobredichos et cada uno dellos fisieron jura en la crus et en los santos evangelios que tanjeron con sus manos corporalmente et otrosi pleyto et omenage en las manos de Enrrique Manuel de Vilhena señor de Cascales por parte de la dicha infante doña Beatris asi como de su curador et actor solepnemente estipulante et recibiente lo en nonbre de la dicha infante en esta manera que despues de los dias del dicho señor rey de Castiella que recibran por su reyna et por su señora a la dicha infante doña Beatriz casando con el dicho señor infante...» ([1029]).

Também destes documentos se infere que os desposórios, contraídos antes dos sete anos, mesmo por palavras de presente, eram simples matrimonium de futuro *até à idade da puberdade e só tinham valor quando confirmados pelos interessados, depois de terem completado os sete anos de idade. Estas promessas de casamento entre Dona Beatriz e o Infante D. Henrique de Castela ficaram também sem efeito, primeiro com o contrato de 1381 com os ingleses, de forma a que a infanta viesse a casar com o filho de Inglaterra, e depois com os contratos e verdadeiro matrimónio contraído com o próprio rei de Castela em 30 de Abril de 1383. Pelo teor dos documentos respectivos, confrontados com os precedentes, se poderá ver claramente que os menores, depois dos sete anos completos, podiam contrair verdadeiro matrimónio por palavras de presente, mesmo antes de chegarem à idade requerida dos 14 e 12 anos, contanto fossem, de facto, aptos para consumar o matrimónio.*

Por procuração de 15 de Outubro de 1382, passada em Óbidos, na presença de Gonçalo Vasques de Azevedo, de João Gonçalves da Teixeira, chanceler da puridade, e Rui Lourenço, deão de Coimbra, licenciado em degredos e do conselho de el-rei, D. Fernando nomeava procurador a João Fernandes de Andeiro, conde de Ourém, para que el por nos e em nosso nome tracte com o muy poderosso e nobre dom Joham por essa meesma graça Rey de Castella e de Leom espossoiros e cassamento antre o dicto Rey e a iffante dona Beatriz minha filha primogenita e para que possa acordar com o dicto Rey e firmar a ssusçessom dos nossos Regnos faleçendo nos ([1030]). *No tratado de Pindo, de 9 de Dezembro de 1382, ao qual estiveram presentes, entre outros,* o cardeal de Luna, legado em Espanha e dom Pedro arçebispo de Toledo e dom Ioham Garçia Manrrique enlecto confirmado da eigreia de Santiago ... e frey Fernando dEliiscas confessor del Rey e o dayam de Coinbra, *o conde de Ourém, «procurador do dicto Rey de Portugal, disse que nom outorgava nem consentia em ste capitollo em coussa que el Rey de Castella outorgasse pois nom outorgava todo o capitollo segundo o el dera. Item quer el Rey de Castella que el Rey de Portugal e el seiam liados como irmaõs contra os Ingreses para seer e se aiudar contra elles assy come contra seus imiigos capitaes e comunes. Este capitollo nom foy concordado pelo dicto conde procurador do dicto Rey de Portugal. E por firmeza de todas estas dictas cousas o dicto Rey de Castella jura e promete de teer e guardar e comprir todollos capitollos que daqui vaam conçertados com duas condições.* A primera que o cardeal de Luna legado em Espanha e o enlecto confirmado de Santiago sseiam contentos da vista da Iffante.

([1029]) *Ibidem: As Gavetas da Torre do Tombo,* VII, pp. 263-270. SALVADOR DIAS ARNAUT, pp. 313-319.

([1030]) Publ. por SALVADOR DIAS ARNAUT, pp. 352-354.

A segunda seendo conçertados e firmados e jurados por el Rey de Portugal e pelo cardeal e pelo dicto enlecto os sobredictos tres capitolos que aqui nom forom conçertados e outrossi que seendo todas as cousas sobredictas juradas e conçertadas, que el en este casso que envyara seus procuradores abastantes com seu poder ao lugar e ao tempo que for concordado por el Rey de Portugal e pelo cardeal e enlecto para sse espossar com a dicta Iffante por palavras de presente a dez leguas dentro em Portugal ou mais açerca de Castella, se mais quissere o dicto Rey de Portugal. E que des que a dicta Iffante for viinda a poder del Rey de Castella, que cassara com ella publicamente por palavras de presente e solepnizara o matrimonio e fara sas vodas com ella. E dende adeante conssumara o matrimonio e fara vida com ella como marido e molher... *E nom seendo as sobredictas cousas acordadas antre os dictos Rey de Portugal e cardeal e enlecto ata quinze dias de Janeyro primeiro que vem, que a dicta jura e obligações que o dicto Rey de Castella faz seiam todas nenhũas ... salvo se ante do termho dos dictos quinze dias de Janeiro o dicto cardeal e enlecto de Santiago prorogarem o dicto termho, para o qual lhes da poderio o dicto Rey de Castella que o possam prorogar e alongar por todo o mes de Janeiro primeiro que vem... Agora entre o dicto Rey de Castella e conde dOurem* foy conçertado e concordado que os dictos spossoiros sseiam prorogados e os prorogarom ata quinze dias do mes de Janeiro primeiro que vem *e o corregimento dos tractos que este fique ata primeiro dia de Março so os juramentos e penas sprituaes e temporaes em nos dictos tractos conteudas...*» (1031).

Conforme se colhe de carta de 24 de Janeiro do dito ano ao cardeal de Aragão, no dia 9 de Janeiro ainda não tinha este chegado ao lugar onde estava o rei de Portugal (1032), *dizendo o rei de Castela, na carta ao cardeal, que «fasta aqui non avemos avido de vos carta nin çertedunbre alguna de lo que alla avedes fecho como quier que despues que de aca partistes vos avemos enviado pieça de cartas en esta rrazon, antes nos han dicho algunos que de alla an venido, que partieron de alla xv dias a, que aun no erades llegados do era el Rey de Portogal ... otrosi ya sabedes como esta jurado e firmado entre nos et el Rey de Portogal que las vistas se fagan fasta en fin del mes de Febrero al mas tardar, et como vos y el arçobispo non levastes poder nuestro para lo poder mas alargar nin nos non lo entendemos mas alargar en ninguna manera et pues el tienpo es tan breve ya sabedes que nos cunple de saber en que logar an de ser las vistas para nos aperçebir de lo que cunple a nuestro serviçio»* (1033). *Pelo menos no mês de Fevereiro de 1383, devia o cardeal de Aragão ter já contactado com o rei de Portugal. Disso é prova a assembleia de Santarém, em que se ventilou, sob a presidência do cardeal, a questão do cisma e do verdadeiro papa, a 23 de Fevereiro de 1383* (1034). *A 12 de Março deste ano, o rei de Castela nomeava seu procurador o arcebispo eleito confirmado de Santiago, dando-lhe poder absoluto «que el por nos e en nosso nome come nosso procurador possa trautar e firmar, prometer, jurar em nossa alma com nosso primo dom Fernando Rey de Portugal e do Algarve e com a Reynha dona Leonor sua molher estes capitollos que se seguem, convem a saber, que nos* que casemos com a Iffante dona Beatriz filha primogenita herdeira do dicto Rey de Portugal e da dicta Reynha sua molher per palavras de presente segundo manda a santa Eigreia, per nosso procurador hũu dia ante que a dicta Iffante parta de Salvaterra pera se viir pera nos ou o dia que partir do dicto lugar de Salvaterra ante que dende parta e outrosy que nos que vaamos per nosso corpo pesoalmente pola dicta Iffante antre Elvas e Badalhouçe e ante que a dicta Iffante nos seia entregada, nos cassaremos com ella e a

---

(1031) Publ. em SALVADOR DIAS ARNAUT, *ob. cit.*, n. 23, pp. 348-355.

(1032) Publ. por SALVADOR DIAS ARNAUT, *ob. cit.*, n. 24, pp. 355-356.

(1033) Cf. nota anterior.

(1034) Cf. JÚLIO CÉSAR BAPTISTA, *Portugal e o Cisma do Ocidente*, em *Lusitania Sacra*, 1 (1956) 143-144.

rreçeberemos per minha molher per palavras de presente pessoalmente seguũdo manda a Santa Eigreia e que a dicta Iffante rreçeba a nos por seu marido per essas meesmas palavras *e depois que assy o dicto matrimonyo for feito, presentes tabaliães e notairos publicos de Castella come de Portugal...* e outrossi ante que a dicta Iffante seia entregada a nos, por quanto ella he meor de doze anos conpridos pero he tal que he auta pera matrimonio, seia pronunçiado per juiz convynhavil que a dicta Iffante he auta pera consumar o matrimonyo e que nos deve seer entregada, *da qual sentença se façam publicos estormentos seelados com o seelo do dicto juiz e entregados ao dicto Rey de Portugal ou a seu mandado e esto feito que a dicta Iffante que nos seia logo entregada* e a levemos a Badalhouce e façamos logo com ella vodas e beenções solepnemente e publicamente em presença da Eigreia segundo ordenaçom da dicta Eigreia, *celebrando huũ arçebispo ou bispo missa, o qual nos beenzera as dictas vodas segundo ordenaçom da dicta Eigreia. E desto se faram esso meesmo estormentos publicos, os quaes nos firmaremos de nosso nome e os mandaremos seelar com nosso seelo e entregarllos a aquele que o dicto Rey de Portugal envyar per elles pera que os traga.* E dende adeante averemos e trautaremos a dicta Iffante come minha molher legitima em todolos dias de nossa vida. E outrossy tanto que a dicta Iffante conprir a dicta hidade de doze anos ata oito dias do trezeno ano seguinte nos publicamente em nossa pessoa propria rreçeberemos outra vegada a dicta Iffante per palavras de presente por minha molher e ella a nos por seu marido segundo manda a Santa Eigreia. Outrosi damos ao dicto nosso procurador conprido special poder que el por nos e em nosso nome possa espossar e casar e casse com a dicta Iffante dona Beatriz filha do dicto Rey de Portugal per palavras de presente en nos quaaes esposoyros e casamento nos des agora consentimos e queremos e outorgamos e confessamos que el dicto nosso procurador a rreçeba per palavras de presente por minha molher legitima assy como manda a Santa Eigreia *e consenta em ella em nosso nome com todalas crausulas e condições e posturas que el quiser e por bem tever*» (1035).

A 2 de Abril de 1383, em Salvaterra de Magos, nos paços de el-rei, presentes o cardeal de Aragão, o bispo da Guarda D. Afonso Correia, o bispo de Lisboa D. Martinho, o bispo de Coimbra D. João, o conde de Ourém, o chanceler da puridade João Gonçalves da Teixeira e outros, el-rei D. Fernando falava da vinda do procurador e embaixador arcebispo de Santiago, o qual «trautou connosco e com a Raynha dona Leonor minha molher da parte do dicto Rey de Castella e per seu mandado e em seu nome espossoyros e cassamento antre o dicto Rey de Castella e a Iffante dona Beatriz minha filha primogenita e herdeira», *conforme os capítulos concordados e firmados, «primeramente que* o dicto Rey de Castella case com a dicta Iffante dona Beatriz e a rreçeba por molher per palavras de presente segundo manda a Santa Eigreia per seu procurador huũ dia ante que a dicta Iffante parta de Salvaterra pera sse hir pera o dicto Rey de Castella ou en no dia que partir do dicto lugar de Salvaterra ante que dende parta, outrossi que o dicto Rey de Castella verra per sseu corpo pessoalmente pola dicta Iffante antre Elvas e Badalhouçe e ante que lhe a dicta Iffante seia entregue cassara com ella e a rreçebera por sua molher per palavras de pressente pessoalmente segundo manda a Santa Eigreia e a dicta Iffante rrecebera o dicto Rey de Castella por seu marido per as dictas meesmas palavras ... outrossi ante que lhe a dicta Iffante seia entregue, feitos os dictos espossoyros, o dicto Rey de Castella jurara sobre os santos avangelhos

---

(1035) Publ. por SALVADOR DIAS ARNAUT, *ob. cit.*, n. 26, pp. 369-376. Texto castelhano em ANTT, Gav. 17, maço 6, docum. n. 10, publ. em *As Gavetas da Torre do Tombo*, VII, n. 4189, pp. 213-222.

pessoalmente em forma de dereito que el depois da morte da Reynha sua molher nom rreçebeo per ssy nem per outrem em seu nome e com seu poder outra nenhũa molher per palavras de presente nem de futuro, outrossi mostrara despensaçom soficiente pera poder casar com a dicta Iffante, *tal per que seiam tirados todolos enbargos que som antre a dicta Iffante e o dicto Rey de Castella pera nom poderem casar de ssuum*, outrossi ante que lhe seia entregue a dicta Iffante ao dicto Rey de Castella, por quanto ella he meor de doze anos compridos, pero he ia tal que he auta pera matrimonyo, seia pronunçiado per juiz convinhavil que a dicta Iffante he auta pera conssumar o matrimonyo e que lhe deve seer entregue... *E todo esto feito a dicta Iffante seera logo entregue ao dicto Rey de Castella. E logo que dende partir levara a Badalhouçe a dicta Iffante e fara logo com ella vodas e beenções solepnemente e publicamente em façe da Eigreia segundo ordenaçom da dicta Eigreia, çelebrando huũ arçebispo ou bispo Missa, o qual lhes beenzera as dicta vodas...* E como a dicta Iffante conprir a dicta idade de doze anos ata oito dias do trezeno ano seguinte o dicto Rey de Castella publicamente em sua pessoa propria rreçebera outra vegada a dicta Iffante per palavras de pressente por sua molher e ella el por seu marido segundo manda a Santa Eigreia de Roma ... *Outrossy plaz ao dicto Rey de Portugal que o dicto Rey de Castella durando o matrimonyo e seendo consumado com a dicta Iffante que o dicto Rey de Castella se chame Rey de Portugal come marido da dicta Iffante depois da morte do dicto Rey de Portugal, nom avendo filho barom como dicto he ... Outrossy que el Rey de Portugal entregue a Iffante por sua molher ao dicto Rey de Castella ata doze dias de Mayo primeiro que vem na çidade de Badalhouçe ou antre Elvas e a dicta çidade* fazendosse primeiramente os esposoyros antre o dicto Rey de Castella e a dicta Iffante per procuradores do dicto Rey de Castella em pessoa da dicta Iffante em Salvaterra de Magos *que he antre Tejo e Odiana, o dia que a dicta Iffante partira pera hir pera Castella ou huũ dia antes e conprindosse todalas outras cousas segundo he conteudo susso no primeiro capitollo. Outrossy que o dicto Rey de Castella entregue ao dicto Rey de Portugal o Iffante dom Fernando seu filho ao tempo que se entregar a dicta Iffante ao dicto Rey de Castella na villa de Elvas pera que o tenha o dicto Rey de Portugal consigo* ataa que a dicta Iffante aia idade de onze annos conpridos e entre pellos doze em que o casamento pode seer firme, *o qual termho seera o primeiro dia de Março que verra do ano seginte, ataa o qual termho sseia teudo o dicto Rey de Portugal dentregar o dicto Iffante dom Fernando ao Rey de Castella ou a quem el ordenar dentro em seus regnos de Castella*, casando primeiro outra vez conprida a hedade dos onze anos e entrando pellos doze o dicto Rey de Castella com a dicta Iffante e rreçebendoa por sua molher e ella el por seu marido publica e pessoalmente seguũdo se contem de susso no primeiro capitollo que fala sobre esta rrazom... *E depois ao tempo que os procuradores do dicto Rey de Castella ouverem a espossar aqui em Salvaterra com a dicta Iffante per palavras de presente em nome do dicto Rey de Castella, que os prelados, condes ... faram os preitos e menageens ... e esto todo que seia feito em todo este mes dabril em que estamos ... E logo o dicto dom Joham enleito de Santiago em nome do dicto senhor Rey de Castella assy come seu anbaxador e procurador per vertude do procuratorio e poder que del tiinha pera esto prometeo em na ffe rreal do dicto Rey de Castella seu senhor e jurou en na alma del aos santos avangelhos...»* (1036)

No dia seguinte, três de Abril de 1383, «estando nos sobredicto Rey dom Fernando nos

---

(1036) Publ. por SALVADOR DIAS ARNAUT, *ob. cit.*, n. 26, pp. 357-365. Texto do tratado em docum. de 25 de Maio de 1383, em castelhano, em ANTT, Gav. 17, maço 6, docum. n. 10, publ. em *As Gavetas da Torre do Tombo*, VII, Lisboa, 1968, n. 4189, pp. 198-209.

sobredictos nossos paaços na ssusso dicta camara e estando hii dom Affonso bispo da Guarda do nosso consselho revestido en pontifical e teendo o Corpo de Deus consagrado em hũa patena que tiinha nas maãos e pressente o sobredicto procurador do dicto Rey de Castella, a ssobredicta Iffante dona Beatriz minha filha que hii pressente estava pedio lecença e autoridade a nos e outrossy aa Reynha dona Leonor minha molher que esso mesmo hii estava pera que sse podesse partir e rreclamar de todollos espossoyros e casamentos e consentimentos de spossoyros e de matrimonyos como quer que nom tenham nem valham de dereito ... os quaes ella avya feitos per ssy ou per outrem ou outrem por ella assi com o Iffante dom Henrique filho primogenito do dicto Rey de Castella come com Aduarte filho do conde de Cantabriga ou com outro ou outras quaesquer pessoas... *a qual lecença e a autoridade assi pedida pela dicta Iffante, nos dicto Rey dom Fernando, outrossy a dicta Reynha minha molher damos e outorgamos a dicta lecença e autoridade aa dicta Iffante nossa filha em aquella maneira que de susso dicto he e nolla demandava. E logo a dicta Iffante pela dicta lecença e autoridade e expresso consentimento que assy de nos e da dicta Reynha ouve* rreclamou e se partio e se leyxou de todos e de quaaesquer esposoyros e casamentos e consentimentos de sposoyros e de matrimonio que ella avya feito per ssy ou per outrem ou outrem per ella assy com o Iffante dom Henrrique e com o dicto Aduarte filho do conde de Cantabriga *ou com outra ou outras qualquer ou quaesquer pessoas de qualquer estado e condiçom que seiam como quer que elles nom tenham nem valham de dereito nem seia ella obrigada a os conprir, pero que os rrevogou e rrenunciou todos ... Outrosi a dicta Iffante disse que por quanto sua voontade era de casar com o dicto Rey de Castella, que pedia e pedio leçença e autoridade a nos e aa dicta Reynha sua madre que podesse fazer e faça logo de presente juramento de sse espossar e casar com o dicto Rey de Castella. E nos dicto Rey dom Fernando e outrossy a dicta Reynha minha molher demos e outorgamos a dicta leçença aa dicta Iffante nossa filha. E logo a dicta Iffante* jurou ao Corpo de Deus consagrado que estava antella em maãos do dicto bispo, o qual tangeo com suas maãos, que ella com despensaçom do papa Clemente ou do que ouver seu poder pera despensar sobre o divido de parentesco e qualquer outro embargo que he antre o dicto Rey de Castella e ella pera nom poderem casar, cassara com o dicto Rey de Castella *e que el querendo e vivendo nunca avera nem tomara outro esposso nem marido nem consentira em espossoyro nem em casamento com outra pessoa do mundo... E nos dicto Rey de Portugal e esso meesmo a dicta Reynha minha molher juramos ... que entregaremos e daremos a dicta Iffante nossa filha* pera que case com o dicto Rey de Castella ata doze dias do mes de mayo que vem em na çidade de Badalhouce ou antre Elvas e a dicta çidade segundo he conteudo no capitollo susso scripto ... *E logo o dicto enleito en nome do dicto Rey de Castella e pelo procuratorio e poderio que del tem pera esto jurou ... que seendolhe entregada a dicta Iffanta ao dicto termho que o dicto Rey de Castella* com despenssaçom do papa Clemente ou do que ouver seu poder pera despenssar sobre rrazom do divedo de parentesco e outro qualquer enbargo que he antre el e a dicta Iffante pera nom poderem casar, cassara com ella em sua propria pessoa per palavras de presente e que ella vivendo nunca avera nem tomara outra pesoa por molher nem consentira em espossoiro nem en casamento com outra pesoa do mundo ... *E logo o dicto dom Pedro cardeal dAragom por ssy por mayor firmeza e porque lhe foy per nos requerido, jurou ao dicto Corpo de Deus consagrado e prometeo de consselhar e fazer e procurar per todo seu poder que os juramentos e obligações feitos sobre os dictos espossoyros e matrimonyo que se devem fazer antre o dicto Rey de Castella e a dicta Iffante que se tenham e durem e seiam firmes e se conpram pelo dicto senhor Rey de Castella ... Outrossi o dicto enleito de Santiago por sy jurou e prometeo e fez este mesmo juramento. E sobre todo esto dom Martinho bispo de Lixboa e dom Affomso bispo da Guarda e dom Joham bispo de Coinbra e dom Joham Afomso Tello conde de Barçellos ... nossos vasalos e naturaes todos e cada*

hũu delles jurarom ao dicto Corpo de Deus consagrado que estava antelles em maãos do dicto bispo...» (1037).

A 30 de Abril realizava-se o matrimónio, segundo documento de 1 de Maio de 1383, assinado pelo rei D. Fernando e pela rainha Dona Leonor. Estavam presentes ao acto do matrimónio «dom Pedro cardeal dAragom e dom Affomso bispo da Guarda e dom Martinho bispo de Lisboa *e dom frey Affomso bispo de Coyra e dom Henrique Manuel de Vilhena conde de Sea e o conde dom Gonçalo e dom Joham Fernandez conde dOurem e Gonçalo Vaasquez dAzevedo e Joham Gonçallvez da Teixeira e Pero Fernandez arçediano de Trevino e Fernam Perez Calvilho deam de Taraçona e Francisco Clemente coonigo de Barçalona notairo apostolical e outros muitos», estando el-rei D. Fernando aí «nos sobredictos nossos paaços na susso dicta camara e estando hii esso meesmo a dicta Reynha dona Leonor minha molher e outrossi estando hii pessoalmente o sobredicto dom Joham eleyto confirmado em na eigreia de Santiago em nome do mui alto prinçepe dom Joham Rey de Castella e de Leon assi come seu procurador ... e outrossy estando hii presente a ssobredicta Iffante dona Beatriz minha filha e da dicta Reynha minha molher,* o dicto enleito assy come procurador do dicto senhor Rey de Castella e a dicta Iffante querendo fazer e firmar o matrimonio antre o dicto senhor Rey de Castella e a dicta Iffante fezerom e firmarom o dicto matrimonyo em na maneira que se segue, *dizendo o dicto enleito estas palavras que se seguem: Eu dom Joham enleito confirmado em arçebispo de Santiago procurador que soo do mui alto prinçepe dom Joham Rey de Castella e de Leom em seu nome e per o poder special que del pera esto ey,* rreçebo por esposa e por molher legitima do dicto dom Joham Rey de Castella a vos senhora dona Beatriz Iffante de Portugal filha legitima e herdeira do mui alto prinçepe dom Fernando Rey de Portugal ... *E logo a dicta Iffante com lecença e expresso consentimento que lhe pera ello logo foy dado per nos e pela dicta Reynha minha molher disse estas palavras que se seguem:* E eu dona Beatriz Iffante de Portugal ... rreçebo por esposso e por marido legitemo o dicto dom Joham Rey de Castella em pessoa de vos dom Joham enleito confirmado em arçebispo de Santiago segundo manda a santa Eigreia de Roma. E o dicto matrimonyo foy assy feito e firmado antre o dicto Rey de Castella em pessoa do dicto enleito seu procurador e a dicta Iffante» (1038).

A 14 de Maio de 1383, em Elvas, foi renovado o consentimento matrimonial, agora pessoalmente pelo rei de Castela: «... mostrando logo o dicto senhor Rey de Castella despenssaçom soficiente pera esto do honrrado em Ihesu Christo dom Pedro cardeal dAragom que hii esso meesmo pressente estava, o dicto cardeal tomou pelas maãos o dicto dom Ioham Rey de Castella e outrossy a dicta Iffante dona Beatriz e disse estas palavras: vos Senhor dom Joham Rey de Castella e de Leom que estades pressente, rrecebedes a Iffante dona Beatriz filha primogenita e herdeira dos dictos Rey e Reynha de Portugal que esso meesmo aqui esta presente por vossa espossa e molher legitima per palavras de presente segundo manda a santa Egreia de Roma e vos outorgades por seu marido? E o dicto Senhor Rey de Castella disse que assi a rreçebia por sua espossa e molher legitima e se outorgava por seu marido e outorgado assy per el disse o dicto cardeal aa dicta Iffante: E vos senhora dona Beatriz Iffante de Portugal, rreçebedes dom Joham Rey de Castella e de Leom que pressente esta por vosso esposso e marido legitimo per palavras de presente segundo manda a Santa

---

(1037) Publ. por SALVADOR DIAS ARNAUT, *ob. cit.*, n. 26, pp. 366-369. Texto em castelhano no docum. citado na nota anterior em *As Gavetas da Torre do Tombo*, VII, n. 4189, pp. 209-213.

(1038) Publ. por SALVADOR DIAS ARNAUT, *ob. cit.*, n. 26, pp. 376-377. Texto em castelhano no docum. citado nas notas anteriores e publ. em *As Gavetas da Torre do Tombo*, VII, n. 4189, pp. 222-225.

Eigreia de Roma e vos outorgades por sua molher? E a dicta Iffante disse logo que assi o rreçebia por seu esposso e seu marido legitimo e se outorgava por sua molher...» (1039). *A seguir, a 17 de Maio de 1383, em Badajoz, «estando aa porta prinçipal da eigreia catedral rrevestido em pontifical o dicto dom Ioham arçebispo de Santiago e estando hii outrossi rrevestidos com capas e mitras e de bagoos dom Pedro arçebispo de Sevilha e dom Affomso bispo da Guarda e dom Martinho bispo de Lisboa e dom Joham bispo de Coinbra e dom Diego bispo dAvilla e dom Joham bispo de Calaforra e dom frey Affomso bispo de Coyra e dom Fernando bispo de Badalhouçe e estando hii pressentes muitos condes* ... chegou o mui alto e mui nobre sobredicto dom Ioham Rey de Castella e de Leom em çima de hũu cavallo ... e esso meesmo chegou hii a ssobredicta Reynha dona Beatriz sua molher sobre hũu cavallo e pella dicta meesma gissa vestida e coroada *e deçerom aa porta da dita eigreia e logo o dicto arçebispo lhes fez hii as beensões das arras segundo se deviam fazer e dentro na dicta eigreia lhes disse missa seendo a ella anbos em giolhos em hũu estrado*, o dicto arçebispo lhes beenzeo as ditas vodas publica e solenemente segundo ordenaçom da Santa Eigreia como sse devya fazer...» (1040). A *21 de Maio do mesmo ano de 1383, «em na dicta çidade de Badalhouçe dentro no moesteiro de Sam Francisco estando em hũa camara das casas do moesteiro o dicto senhor Rey dom Joham Rei de Castella e estando hii outrossi dona Beatriz sua molher Reynha de Castella... logo a dicta senhora Reynha dona Beatriz disse ao dicto senhor Rey seu marido que hii estava presente que lhe pedia que lhe desse leçença, autoridade com consentimento expresso pera que consentisse, aprobasse, rretificasse,* firmasse todolos trautos, aveenças, preitos e posturas e firmidões que forom feitas antre el dito senhor Rey de Castella e antre o mui alto e mui nobre senhor dom Fernando Rey de Portugal e do Algarve seu padre e a mui nobre dona Leonor Reynha dos dictos Regnos sua madre sobre rrazom do casamento que foy feito entre el dicto senhor Rey de Castella e a dicta senhora Reynha dona Beatriz *e sobre as soçessões e governança dos dictos Regnos de Portugal...*» (1041).

Dona Beatriz casou-se a 30 de Abril de 1383, apesar de ter só dez anos completos. No documento de 2 de Abril de 1383, dizia-se que ela ainda não tinha onze anos, dando-se a entender que os viria a fazer no ano seguinte, talvez no dia 1 de Março. O recebimento pessoal teve lugar só em Maio de 1383, pelo que o casamento por palavras de presente, realizado em 30 de Abril de 1383, deu-se quando ela tinha cerca de um mês mais dos dez anos completos. A 14 de Maio de 1383, o cardeal de Aragão deu sentença, declarando que ela, apesar de não ter doze anos, quando se casou em 30 de Abril de 1383, era de idade e constituição suficientes para consumar o matrimónio, pelo que não podia legitimamente furtar-se ao requerimento do rei de Castela, que exigia fizesse ela vida marital com ele, pois tinham realizado casamento válido por palavras de presente, duas vezes. Diz o cardeal, na sentença de 14 de Maio de 1383, pronunciada «çerca de Yelves en el valle que disen Riba de Chinches de la dioçese de Evora, jueves, catorse dias de mayo, era de mill et quatroçientos et veynte et uno annos», estando presentes don Alfonso obispo de la Guardia et don Martino obispo de Lixbona et don Johan obispo de Coinbra et don Pedro Fernandes maestre de Santiago en Castiella et don Pedro conde de Trestamara et don Pedro Nunez conde de Mayorga et don Joham Ferrandes conde dOuren et Gonçalo Vasquez dAsevedo

(1039) Publ. por SALVADOR DIAS ARNAUT, *ob. cit.*, n. 26, pp. 382-383. Texto em castelhano no docum. citado nas notas anteriores e publ. em *As Gavetas da Torre do Tombo*, VII, n. 4189, pp. 228-229.

(1040) Publ. por SALVADOR DIAS ARNAUT, *ob. cit.*, pp. 383-384. Texto em castelhano no docum. citado nas notas anteriores e publ. em *As Gavetas da Torre do Tombo*, VII, n. 4189, pp. 229-230.

(1041) Publ. por SALVADOR DIAS ARNAUT, *ob. cit.*, p. 387-388. Texto em castelhano no docum. citado nas notas anteriores e publ. em *As Gavetas da Torre do Tombo*, VII, n. 4189, pp. 234-235.

et otros muchos, *que «visto et examinado por nos el proçesso de un pleito que fue et passo ante nos entre el muy esclareçido prinçipe noble Rey et alto señor don Johan Rey de Castiella et de Leon por si de la una parte et la muy alta e noble señora doña Beatris fija legitima heredera del muy esclareçido prinçipe noble Rey et alto señor don Fernando Rey de Portogal et del Algarve et de la muy alta et noble señora doña Leonor su muger Reyna de los dichos regnos de Portogal et del Algarve por si de la otra parte, en el qual* el dicho señor Rey de Castiella propuso et presento en escriptos un libello contra la dicha Infante doña Beatris en que dixo que el se desposara con ella por palabras de presente por dos veses la primera dia de la Ascenssion que agora passo que fue a treynta dias del mes de abril deste anno en que estamos en el logar de Salvaterra de Magos *del obispado de Lixbona en el señorio del Rey de Portogal por el onrrado padre don Iohan arçobispo de Santiaguo procurador del dicho señor rey de Castiella suffiçiente para esto* et la segunda ves dixo que a mayor abondamiento que se desposara con ella personalmente por palabras de presente çerca de Yelves en el valle a que disen Ribera de Chinches este presente dia et que el dicho casamiento fuera fecho con dispensaçion nuestra que por actoridat et poderio del dicho señor papa que nos sobresto avemos quitaramos todos los enbargos de parentesco et de publica onestad o otros impedimientos canonicos qualesquier que sean entrel dicto Rey et la dicha Infante por que non podian casar de consumo et desia el dicho Rey de Castiella que queria consumar matrimonio con la dicha doña Beatris e faser con ella vida maridable segunt marido con muger et que la dicha Infante lo rrecusava faser, *non sabia por qual rrason, et por onde pidia a nos el dicho cardenal legado que por nuestra sentençia deffinitiva declarassemos, judgassemos e pronunciassemos la dicha Infante doña Beatris ser legitima sposa et muger del dicho Rey de Castiella et el dicho Rey de Castiella seer legitimo marido et sposo de la dicha infante et el matrimonio fecho entrellos seer legitimo et valedero et todos los enbargos que eran entrellos para non poder casar, ser tirados por virtud de las dichas dispensaçiones et mandassemos a la dicha Infante que se fuesse con el dicho Rey de Castiella para consumar matrimonio con el* ... Et nos sobresto dimos curador a la dicha Infante a petiçion suya para tractar el dicho pleito, por quanto era dubda de su edat, *al conde don Gonçalo su tio que era presente et rreçibiente en forma de derecho. Et despues desto la dicha Infante con auctoridat del dicho su curador contestando el libello dado por el dicho Rey de Castiella contra ella en la manera que dicho es,* dixo que era verdat que se desposara con el dicho Rey de Castiella por palabras de presente por dos veses segunt el dicho Rey de Castiella disia en su libello *et vistos otosi los instrumentos y pruevas que sobresto fueron dados por parte del dicho Rey de Castiella por los quales se pruevan claramente todas las cosas contenidas en el dicho libello et iusta la deffension allegada por parte de la dicha Infante en* que disia que porquanto podia ser dubda de su edat et otrosi si ella era apta para matrimonio et tal que la discreçion et corpulençia supliese el deffecto de la edat et por ende dubdava de ser entregada al dicho Rey de Castiella para consumar el matrimonio segunt que el pidia, pero disia que por quanto a nos perteneçia de proveer que en los actos matrimoniales non oviesse yerro que se sometia sobresto a nuestro juysio ... *Et visto mas lo que fue allegado por parte del dicho Rey de Castiella contra lo que disia la dicha Infante, en que* dixo que puesto que fuesse dubda de su edad pero que era muy llegada a hedat de dose annos et que era tal en que la industria cunplia el deffecto de la edat et era apta para consumar matrimonio con el dicho Rey de Castiella maduramente, alo qual la dicha infante con liçençia de su curador rrespondio et dixo que dexava esto en nuestra examinaçion et visto en como el dicho Rey de Castiella se offresçio ante nos por convençer mas a la dicha infante a provar por fisicos suyos et dueñas et madronas de su casa *de la dicha infante et del Rey et Reyna de Portogal su padre et su madre que la dicha infante era muy llegada a la dicha edat de los dichos dose annos et era tan*

corpulenta et de tamaña discreçion et industria et de sagaçidad et vigor natural que la industria cunplia toda dubda et fallecimento de la edat et vistos los dichos de los testigos et pruevas ... avido sobre todo nuestro acuerdo con omes sabidores et letrados, *ffalamos que el dicho Rey de Castiella provo conplidamente contra la dicha Infante todo lo contenido en su libello. Otrossi fallamos que el dicho Rey de Castiella provo conplidamente que la dicha Infante a los tienpos que se con ella desposo por palabras de presente et oy dia era et es muy llegada a pubertad et a edat conplida de los dose annos et era et es tal et tan corpulenta et tan discreta et industriosa et de tan buen entendimiento et de tamaño vigor natural et assi poderosa para seer con ella consumado matrimonio por el dicho Rey de Castiella maduramente que la industria en ella supple todo falleçimiento de edat. Otrossi fallamos que es dispensado conplidamente por nos por el poder del dicho señor papa Clemente septimo sobre todos los enbargos de parentesco et publice honestatis justicia et todos los otros impedimientos canonicos que eran entrel dicho Rey de Castiella et la dicha infante para nom poder casar de consumo. Et por ende non enbargando todas las rrasones por la dicha infante allegadas para enbargar de se yr con el dicho Rey de Castiella a faser con el vida maridable, judgamos, pronunçiamos, declaramos la dicha infante doña Beatris ser sposa et muger legitima del dicho don Johan rey de Castiella et averse casado con el por palabras legitimas de presente segunt ordenaçion de la santa Eglesia et el dicho don Johan Rey de Castiella seer sposo et marido legitimo de la dicha infante doña Beatris e averse casado con ella por palabras legitimas de presente segunt ordenaçion de la santa Eglesia et el dicho matrimonio fecho entrellos ser canonica et legitimamente fecho et* por ende por esta nuestra sentençia diffinitiva judgamos, declaramos et pronunçiamos et sentençiamos el dicho matrimonio fecho entre los dichos don Johan Rey de Castiella et la dicha doña Beatris infanta ser bueno, legitimo et valedero de derecho et la dicha Infante doña Beatris al tienpo que fiso los dichos esposorios et matrimonio con el dicho Rey de Castiella et el dicho Rey de Castiella con ella ser muy proxima et muy llegada a puberdat et ser tan corpulenta et tan discreta et industriosa et de tan buen entendimiento et de tamaño vigor natural et assi poderosa para ser con ella consumado matrimonio por el dicho Rey de Castiella maduramente que la dicha industria en ella supple todo falleçimiento de la edat si la y ha et por ende la dicha infante deve ser entregada al dicho Rey de Castiella et entregamos gela et mandamos gela entregar mandando a la dicha Infante que se vaya con el dicho Rey de Castiella su marido et faga con el daqui adelante vida maridable segunt deve faser muger con su marido...» (1042).

Fala-se, nestes documentos, da dispensa concedida pelo cardeal legado, em virtude de poderes especiais recebidos de Clemente VII, papa de Avinhão, de todos os impedimentos, nomeadamente de honestidade pública, originados pelas várias promessas de matrimónio ou esponsais anteriores de D. Beatriz. O caso poderia causar admiração, visto existir bula do sobredito Clemente VII, de 7 de Junho de 1380, a dispensar a infanta portuguesa de todos os impedimentos matrimoniais de consanguinidade e afinidade e outros in canone contentis, *sobre os quais a Santa Sé podia dispensar* (1043). *Talvez a existência dos impedimentos de honestidade pública, originados por vários esponsais, aconselhassem o pedido de nova dispensa explícita, tanto mais que o próprio D. Fernando fala dessa dispensa, a obter do papa Clemente VII ou doutro que dele tivesse essa autoridade, aceitando com tais dizeres, ao menos implicitamente, a obediência do papa de Avinhão, embora pareça não ter querido pronunciar-se oficialmente por ele, o que não nos impede de anotar a ausência, nas ceri-*

(1042) *Archivo General de Simancas*, Patronato Real, leg. 47, fl. 18, publ. por SALVADOR DIAS ARNAUT, *ob. cit.*, n. 29, pp. 400-402.

(1043) AV, Reg. Aven. 293, fl. 25, publ. por JÚLIO CÉSAR BAPTISTA, *Portugal e o Cisma do Ocidente*, Apêndice, n. V, em *Lusitania Sacra*, 1 (1956) 189-190.

mónias ou actos do matrimónio de D. Beatriz com o rei de Castela dos prelados, clérigos e letrados que tomaram a defesa do papa de Roma, ambos os factos a favorecer a tese de Fernão Lopes que afirma ter D. Fernando voltado à obediência do papa de Avinhão. A 21 de Maio de 1383, na igreja catedral de Badajoz, perante «dom Pero arçebispo de Sevilha, revestido em pontifical e teendo o Corpo de Deus consagrado em suas maãos ... *dom Alvaro Perez de Castro conde dArrayolos e dom Gonçalo conde de Neva e dom Joham conde de Vyana e dom Joham meestre dAvis irmaão do dicto Rey de Portugal e dom frey Peralvarez Pereira priol do Espital e dom FernandAffomso dAlboquerque meestre de Santiago e dom Lopo Diaz meestre de Christo e miçer Manuel almirante mayor da frota de Portugal e Fernam Gonçalvez de Soussa e Gonçalo Meendez de Vasconçellos e Johane Meendez de Vasconçellos e Alvaro Goncallvez de Moura e Alvaro Vaasquez de Gooes e Pero Rodriguez da Fonseca, vasalos e naturaes do dicto Rey de Portugal», aos quais o monarca por carta de 4 de Maio de 1383 mandava «fazer preitos e menageens e juramentos segundo se contem nos dictos trautos e capitolos, os quaes forom feitos em Salvaterra de Magos do bispado de Lixboa»* (1044), *prestavam tais preitos e menagens e juramentos, jurando «ao Corpo de Deus consagrado que tiinha em suas maãos o dicto arçebispo de Sevilha, o qual cada hũu delles tangeo corporalmente com suas maãos e prometerom de conselhar e fazer e procurar per todo seu poder que os juramentos e obrigações feitas sobre o dicto cassamento antre el e a dicta Reynha dona Beatriz minha molher que se tenham e durem e seiam firmes e se conpran assi pelo dicto Rey de Portugal seu señor como pela dicta Reynha dona Leonor sua molher»* (1045). *Por este motivo quis D. João I de Portugal, Mestre de Avis, na altura do seu casamento, ser absolvido das penas fulminadas contra os cismáticos de Avinhão, como se viu. E o facto, aliado a todas as circunstâncias, favoreceria em parte, como disse, a tese de Fernão Lopes, mas sem que se tenha de admitir declaração oficial em favor de Clemente VII por parte do monarca. Vem também mostrar, como aliás já adverti, que o argumento contra os outros candidatos à coroa portuguesa como cismáticos é bastante relativo e não decisivo, precisamente pelo facto de militarem no partido do Mestre de Avis vários, entre os quais ele mesmo, que foram sequazes, ao menos durante certo tempo, de Clemente VII. Mas as conclusões principais, a tirar destes documentos e que mais agora nos interessam, dizem respeito aos matrimónios ou casamentos por palavras de presente entre menores com menos de 14 e 12 anos. É fora de dúvida que Dona Beatriz não tinha 11 anos quando se casou por duas vezes,* a mayor abondamiento, *como se diz nos documentos. Para toda a gente entendida (o cardeal fala de* acuerdo con omes sabidores e letrados *e ele mesmo era perito em direito), o casamento de D. Beatriz com o rei de Castela era válido, apesar de ela não ter ainda a idade requerida. Havia apenas dúvida da parte da Infanta se poderia ser entregue ao rei de Castela para consumar o matrimónio, por ainda não ter 12 anos, mas logo o facto de peritos no assunto a considerarem apta para isso levou o cardeal a dissipar-lhe todas as dúvidas e obrigá-la a seguir o marido, com o recípocro direito e dever da consumação do matrimónio! Ora perante a jurisprudência ou aplicação da legislação canónica medieval aos factos concretos dos desposórios e casamento de D. Beatriz, seria mais que lícito interrogarmo-nos como se poderá afirmar ainda, com justiça, que Diogo Lopes Pacheco jogava com equívocos sofísticos de palavras ou teria faltado perjurariamente à verdade. Conforme o que vimos, poderiam ou não D. Pedro e Dona Branca, à base do direito,* receberem-se por palavras de presente, *embora D. Pedro ainda não tivesse quatorze anos, tal como sucedeu com D. Bea-*

(1044) Publ. por SALVADOR DIAS ARNAUT, *ob. cit.*, pp. 385-386. Texto em castelhano no docum. citado na penúltima e anteriores notas e publ. em *As Gavetas da Torre do Tombo*, VII, n. 4189, pp. 231-233.

(1045) Publ. por SALVADOR DIAS ARNAUT, *ob. cit.*, pp. 384-387. Texto em castelhano no docum. citado na última e anteriores notas e publ. em *As Gavetas da Torre do Tombo*, VII, n. 4189, pp. 230-234.

triz? Sem afirmar que assim tivesse acontecido, de facto, vivendo eles na corte de D. Afonso IV, como é sabido e consta de documentos autênticos, poderia ou não ter havido relações sexuais entre ambos? E se porventura as houve, era ou não verdade que, no caso, aquele recebimento por palavras de presente, *não contrariado ou* reclamado *pelo impúbere, chegado à puberdade, devia ser considerado matrimónio válido?*

O Padre Brásio refere a legislação canónica do tempo a propósito: «O capítulo VIII estatui, quanto aos desposórios ou esponsais dos impúberes: «Impuberes, sponsalia contrahentes, ante pubertatem separari non debent, sed post pubertatem possunt si contradicunt sponsalibus, nisi copula carnalis intervenerit». *Todavia a «carnalis copula» tem que ser tomada em todo o seu rigor de facto, pois o Capítulo X esclarece:* «Contractus ante pubertatem, etiam cum nisu carnalis copulae, non facit matrimonium». *A «carnalis copula» ou a cohabitação de impúberes, ligados pelos esponsais, desde que intervenha o mútuo consentimento para a dissolução dos esponsais, «etiam jurata», não obsta à perpétua separação»* ([1046]). *Permito-me discordar e advertir que a conclusão vai além das premissas. Se houve tentativas de cópula, mas sem resultado, por parte dos impúberes, não há matrimónio entre os que contraíram esponsais, mas se houve de facto cópula carnal (não se trata propriamente de cohabitação), entre esses impúberes, sem a idade requerida, então o matrimónio deve ser tido como válido. As palavras do cap. 30, por mim transcrito atrás, do título anterior, são bem explícitas: «Sponsalia de futuro* transeunt in matrimonium per carnalem copulam subsecutam, sed non per nisum carnalis copulae tantum». *Aliás o capítulo citado pelo Padre Brásio é claríssimo. Certo jovem — refere-se no caso da decretal — com idade inferior a 12 anos, recebera como esposa uma jovem, tentando depois ter relações com ela, conforme confissão de ambos, mas a jovem pensava ter saído virgem dessa tentativa. Antes de chegar à idade de quatorze anos, o rapaz abandonara a dita jovem que, apesar de ele ter já 17 anos e não querer consentir em viver com ela, pretendia tê-lo como marido. Em resposta, o papa determina a separação, se a mulher não conseguir provar por testemunhas idóneas que o rapaz consentira, depois dos quatorze anos ou não muito antes de completar os quatorze anos, em recebê-la como esposa, jurando o rapaz que de facto, ao chegar à idade legítima, não quis dar tal consentimento* ([1047]). *Aliás o capítulo anterior IX ensina que, mesmo sem haver cópula carnal ou relações sexuais entre os que contraíram matrimónio em idade inferior à requerida, deviam reputar-se casados, sem poderem separar-se, se fossem de idade próxima àquela, de forma a considerarem-se aptos à cópula carnal: «Minores, apti ad matrimonium, ex contractu matrimonii obligantur, nisi violentia intercedat: De illis autem qui in minori aetate desponsantur ... respondemus quod,* si ita fuerint aetati proximi, quod potuerint copula carnali coniungi, minoris aetatis intuitu ab invicem separari non debent, si unus in alium visus fuerit consensisse, quum in eis aetatem supplevisse malitia videatur...» ([1048]).

Eu não tenho a certeza se houve de facto verdadeiro matrimónio entre D. Pedro e D. Branca, como já disse. Admiti até a possibilidade de D. Pedro, chegado aos 14 anos, ter reclamado, *declarando não aceitá-la como esposa, ou que o papa tivesse declarado nulo ou dispensado tal matrimónio, no caso de se ter realizado efectivamente. Doutra sorte — penso — dificilmente se compreenderia como o Infante veio a casar com D. Constança, depois de se ter ventilado na Cúria pontifícia a questão dos dois matrimónios ou esponsais de D. Pedro, embora aquele matrimónio*

([1046]) P. ANTÓNIO BRÁSIO, *O casamento de D. Pedro I e o auto das cortes de* 1385, em *Anais, Academia Portuguesa de História*, vol. XI (1961) 242.

([1047]) *Decretales Gregorii IX*, liv. IV, tit. II: *De desponsatione impuberum*, c. 10, ed. FRIEDBERG, *Corpus Iuris Canonici*, II, col. 676.

([1048]) *Decretales Gregorii IX*, liv. IV, tit. II, c. 9, ed. FRIEDBERG, *Corpus Iuris Canonici*, II, col. 676

com D. Constança tivesse sido realmente nulo ou inválido, como se viu, em virtude do dúplice impedimento de honestidade pública, tendo eles e o rei de Castela de recorrer ao papa Clemente VI, que procedeu à validação do mesmo e legitimação da prole, em Abril de 1344, ou seja quatro anos depois das bodas solenes e oito depois do recebimento por palavras de presente. Ora, como várias vezes disse, a nomenclatura jurídica, usada nos próprios textos legais ou das Colecções das Decretais, não é constante ou uniforme, empregando-se indiferentemente as palavras sponsalia *e* matrimonium, *para designar um e outro matrimónio: desposórios e casamento, isto é os* sponsalia *ou* matrimonium de futuro *e o verdadeiro casamento, quer dizer os* sponsalia de praesenti *ou* matrimonium de praesenti. *O Padre Brásio não transige neste ponto: «Joga Lopes Pacheco com o* equívoco sofístico *de palavras que em direito têm sentido restrito e definido e do qual a ninguém é lícito afastar-se, se quer ou pretende empregar linguagem exacta e inteligível. Trata-se, de toda a evidência, da celebração dos* esponsais *de D. Pedro e D. Branca, para os quais se requeria a idade canónica e mínima de sete anos* completos. *Ora se D. Pedro estava então nos seus* oito anos *de idade, como escreve o Senhor Conde de Tovar, e se, por outro lado, a idade canónica mínima do casamento era, nessa época, como efectivamente era, de quatorze anos para o noivo, como podia tratar-se de* casamento *por palavras de presente, o qual seria canonicamente inválido?! De duas uma: ou Lopes Pacheco queria referir-se aos «esponsais» de D. Pedro com D. Branca e neste caso o seu depoimento era nulo para o fim para que foi requerido, ou queria referir-se ao «matrimónio» e neste caso faltou consciente e perjurariamente à verdade, pois nunca D. Branca* casou *efectivamente com o Infante D. Pedro»* (1049). *Uns dois parágrafos antes, afirmava ainda o P. Brásio que Diogo Lopes Pacheco «não menciona sequer o casamento com D. Constança e refere-se ao* casamento *com D. Branca»* (1050). *Ora a testemunha diz que «dom Pedro seendo Iffante* fora esposado *com a Iffante dona Branca» e «perguntado como o sabia, disse que o sabia porque seu padre del testemunha, Lopo Fernandes, fora alo por ella e a rrecebera alo em nome do Iffante, como seu procurador, perante el Rei de Castella e a trouvera a este Reino e veera com ella sua madre dela e que depois que aqui chegara a este Reino de Portugal* os fizerom rreceber per palavras de presente *em esta çidade de Coimbra...»* (1051). *Lembro além disso que o senhor de Ferreira fala expressamente do casamento com D. Constança, porque ao ser «perguntado se sabia que antre o dicto Rey dom Pedro e a dicta donna Enes ouvesse alguũs outros embargos pera nom poderem casar, disse que sabia que, seendo casado o dicto Rey dom Pedro com a Iffante donna Constança, ouverom ambos huũ filho que ouve nome dom Luys»* (1052). *Não vejo onde esteja a sofística ou intenção de enganar por parte da testemunha, ao usar de linguagem completamente conforme aos textos jurídicos. Aliás, se fôramos a seguir rigorosamente o conselho e exemplo do P. Brásio, deveríamos por força concluir, com base em documentos pontifícios de 1343, referentes a Dona Branca, que entre D. Pedro e D. Branca houve realmente autêntico matrimónio ou casamento e não simples esponsais. Narra a* Cronica do Rei D. Afonso IV, *em passagem transcrita pelo P. Brásio, que a Infanta assistira às bodas solenes de D. Pedro com D. Constança, em 1340, e seguira logo para Castela, depois de lhe terem sido entregues todos os bens: «E aly foy logo entregue a Ifante D.a Branca ao sobredicto Martim Fernandez de Porto Careyro, camareyro mor dell Rey de Castela,* com todo ho que ella tynha em Purtuguall, como fora concordado. *A quall, acompanhada de muytos e mui nobres homens da Corte del Rey, chegou a Elvas e dahi emtrou*

(1049) P. ANTÓNIO BRÁSIO, *ibidem*, p. 245-246.
(1050) P. ANTÓNIO BRÁSIO, *ibidem*, p. 245.
(1051) ANTT, Gav. 13, maço 3, docum. 8, fl. 1.
(1052) *Ibidem*, fl. 1v.

em Badajoz por Castella» (1053). *Ora, segundo bulas de Clemente VI, dirigidas aos monarcas de Portugal e de Castela, de 27 de Maio de 1343, as quais referem precisamente que à Infante não foram restituídos todos os seus bens, o papa ordenou que a Dona Branca, então em Castela, fosse restituída a herança e dote, que levara para Portugal, e facilitado o regresso a Aragão, referindo-se ao matrimónio dela, contraído com D. Pedro* — contractum inter dilectum filium nobilem virum Petrum primogenitum tuum et eamdem Blancham matrimonium invicem — *bem como ao casamento com D. Constança, motivo por que aquela fora privada do* conjúgio *e espoliada da herança paterna: «ipsa Blancha, tunc in regno Aragonum existens,* cum matre sua predicta fuit ad regnum tuum Portugalie ac tuam et eiusdem primogeniti tui domum traducta, hereditate paterna ipsius Blanche, quam obtinebat in regno Castelle, pro dote ipsius tibi et primogenito tuo tradita et etiam assignata *quodque deinde, prefato primogenito se transferente ad vota alia et aliam superducente uxorem,* memorata Blancha in regno tuo detinebatur predicto, privata coniugio suaque paterna hereditate nudata...» (1054).

Ainda a propósito do senhor de Ferreira, mais uma afirmação do P. Brásio, a rectificar: «Refere Lopes Pacheco ter ido com seu pai a Roma *conseguir bula especial para se poder realizar o* casamento *de D. Pedro com D. Branca. Uma bula existe, com efeito, e tem a data de 12 de Março de 1326. Não se trata, portanto, da bula de 18 de Fevereiro de 1325, como parece supor o Senhor Conde de Tovar, pois escreve: «Esta bula é de grande interesse para o nosso caso, porque, segundo consta, foi aproveitada para os casamentos com D. Branca e D. Constança e finalmente para o alegado casamento com D. Inês»* (5). *Em História há efectivamente muitas coisas que* constam *e passam por verdades indiscutíveis, mas que são indiscutivelmente falsas»* (1055). *Tem razão o Senhor Conde de Tovar, porque, efectivamente, a bula de 18 de Fevereiro de 1325 foi dada para o casamento (com isto não vou entrar no problema ou questão da sua realização) de D. Pedro com D. Branca, conforme consta da documentação atrás publicada, e serviu para o casamento com D. Constança e também para o casamento que D. Pedro disse ter contraído secretamente com D. Inês de Castro. E o documento de 12 de Março de 1326 não é concessão alguma de dispensa para D. Pedro ou para D. Branca, mas simples carta do papa ao rei de Aragão, a desculpar-se por não ter anuído ao pedido da dispensa implorada para D. Branca, herdeira do malogrado filho do rei de Castela D. Pedro, casar com João de Biscaia, porque tinha já dispensado com ela para casar com o primogénio de el-rei D. Afonso IV de Portugal: «Fatemur, fili carissime, tuam excellentiam ac recolende memorie Petrum, regis Castelle filium, dum viveret innuisset quod eius heres Romanam Ecclesiam favorabilem in suis oportunitatibus et provinciam reperiret. Sane quia dudum in eo casu quo dilecte in Christo filie nobilis mulieris Blanche, heredis dicti Petri et nate, honor et utilitas versabatur, hoc ostendere cupientes, quod primogenitus carissimi in Christo filii nostri Alfonsi, regis Portugalie illustris, eidem Blanche posset copulari matrimonialiter duximus dispensandum, petitam dispensationem super matrimonio inter ipsam et dilectum filium nobilem virum Johannem de Viscaya contrahendo ad presens nequivimus exaudire. Super quo nos habeat excellentia regia, quesumus, excusatos. Datum apud Avinionem, iiii Idus Martii, anno decimo»* (1056).

(1053) *Crónica do Rei D. Afonso IV*, p. 295, citada por P. ANTÓNIO BRÁSIO, *ibidem*, p. 255.

(1054) AV, Reg. Vat. 137, fl. 11v-13. Publ. por ANTÓNIO DOMINGUES DE SOUSA COSTA, *Estudos sobre Álvaro Pais*, Lisboa, 1966, pp. 122-124.

(5) *Ob. cit.*, p. 155.

(1055) P. ANTÓNIO BRÁSIO, *ibidem*, p. 246.

(1056) AV, Reg. Vat. 113, fl. 238v, publ. por P. ANTÓNIO BRÁSIO, *art. cit.*, *Documentos*, 2, com o título ou sumário: *Breve de João XXII ao Rei de Aragão. Dispensa de casamento de D. Branca* (12-3-1326), *ibidem*, p. 276.

Quanto aos depoimentos das outras testemunhas, diz o Padre Brásio não valerem mais que o precedente de Lopes Pacheco, porque Vasco Martins de Sousa e Vasco Peres Bocarro, abade de S. Julião de Montenegro, e o cavaleiro Gil Martins Cochofel falam de D. Pedro e de D. Branca como esposados, *com relações ou cópula carnais, ou de marido e mulher, segundo tinham presenciado ou ouvido dizer. Mas o cavaleiro Gil Martins Cochofel chega a apresentar o facto como certo e notório no país: «...disse que el testemunha ouvyra dizer que primeiro casara e fora casado com a Ifante donna Branca filha do Iffante dom Pedro, que se morreu nas veygas de Graada, e que ouvyra dizer que a dicta Iffante donna Branca fora entom traiuda a este Reyno e que* o dicto Rey dom Pedro dormira com ella. *E que assy hera entom çerto e notorio em este Reyno de Portugal aos desse tempo»* (1057). *A concluir a análise do documento, relacionando-o com o auto das cortes de Coimbra, diz o P. Brásio: «Em boa verdade, que se apura de verdadeiro quanto ao casamento de D. Pedro com D. Branca, desse famoso documento urdido pelas Cortes de Coimbra? Não se apura nada. O próprio Fernão Lopes, certamente insuspeito, faz dizer a João das Regras na primeira das duas supostas arengas: «Nem curemos do que algũus dizem, de como el Rei dom Pedro foi primeiro casado com dona Bramca, filha do Iffante dom Pedro que morreo nas veigas de Graada; e como foi tragida a este rreino e a rreçebeo em esta çidade, amte que casasse com dona Constança; [e que portanto el Rei dom Fernando nam era lydimo pera erdar], ca esto [se passou doutra guyssa e] nom faz mingua a nosso proposito»* (10). *E em nota: «Outro passo: «D. Pedro seendo moço, esposou com D. Branca [...] com que depois* casar nom quis» *Ibidem, cap. 190. O contraste entre desposórios ou esponsais e casamento é manifesto na pena de Fernão Lopes»* (1058).

Que se apura desse documento? Respondo da minha parte: Alguns factos do auto das cortes de Coimbra, o qual se baseia expressamente nesse documento-inquirição de 30 de Março--3 de Abril de 1383, são discutíveis ou, na expressão do P. Brásio, inverídicos ou ainda reticentes. Realmente João das Regras ou o cronista não o aceita, conforme vimos, quanto às consequências, dele derivantes, como seria a invalidade do casamento de D. Constança, o qual, como se viu, apesar de contraído invalidamente por causa do impedimento de honestidade pública, foi, porém, validado cerca de oito anos depois por Clemente VI. Mas será verdade que Fernão Lopes tem como falso ou acusa o auto de faltar à verdade ou de mentir? Diz o P. Brásio: «Ou nada compreendo do problema, ou há que concluir o seguinte: Fernão Lopes, que conhecia perfeitamente o auto das Cortes e no passo ora transcrito o acusa de faltar à verdade dos factos *(o sublinhado é meu) e procurando muito embora por todos os meios, mesmo todos, provar a ilegitimidade dos filhos de D. Pedro, nega terminantemente o matrimónio de D. Pedro com D. Branca e acusa o auto de inverídico»* (1059). *Eu já notei que o facto pode constituir argumento a favor da seriedade de João das Regras ou de Fernão Lopes e de sua probidade histórica! Mas se as arengas de João das Regras são* supostas, *porque inventadas por Fernão Lopes, e se João das Regras ou Fernão Lopes por ele, como quer o P. Brásio, várias vezes se serve do documento-inquirição, base do auto das cortes, parece-me dever concluir que, nas suas arengas, João das Regras ou Fernão Lopes estava convencido de que o documento era, na substância, verídico e merecia crédito para um historiador, à parte a natural tendenciosidade, explicável pelas circunstâncias do momento. Que se apura então desse documento? Apura-se que, apesar da tendenciosidade, que nele se possa notar, e das dúvidas que suscita, os casamentos de D. Pedro andam envolvidos em núvens ainda um pouco carregadas e que algumas afirmações das testemunhas, que fizeram os depoimentos, tidas muito embora como duvidosas*

(1057) ANTT, Gav. 13, maço 3, docum. 8, fl. 4v-5.
(10) *Crónica de D. João I*, parte I, cap. 187.
(1058) P. ANTÓNIO BRÁSIO, *ibidem*, p. 249-250.
(1059) P. ANTÓNIO BRÁSIO, *ibidem*, p. 250.

ou falsas, estão a ser comprovadas por documentos autênticos. E é por isso que nos devemos acautelar de facilmente o acoimar de inventado ou forjado pela facção partidária de D. João I, enquanto disso não estivermos bem certos. Já demonstrei, através de documentos autênticos, como alguns dos factos, referidos por Diogo Lopes Pacheco, são verdadeiros e autênticos, sem sombra de dúvida. E a propósito vou fazer algumas observações aos dizeres do P. Brásio nesse sentido, que transcrevo: «*Mas para terminar este longo capítulo — não tive tempo para ser mais breve — demos-lhe o golpe de misericórdia. Já aqui foi dito que para o projectado casamento com D. Branca foi alcançada a dispensa canónica e que foi mesmo Diogo Lopes Pacheco e seu pai que a trouxeram* de Roma. *Não sei se Lopes Pacheco foi em busca da dispensa,* o que sei é que faltou à verdade *(o sublinhado é meu), pois o documento não foi, nem podia ter sido passado em Roma, mas sim em Avinhão:* Datum Avinione, *iiii Idus Marcii, anno decimo (12-3-1326). Mas não é este pormenor de veracidade da testemunha jurada Lopes Pacheco, que importa neste momento, se bem que o não considere desprezível, já que* ab uno disce omnes, *que é como quem diz, quem faz um cesto, faz um cento. O que importa, neste momento, é isto. Numa carta de dispensa de casamento de Clemente VI a D. Pedro, de que temos ainda de falar, há este período precioso e absolutamente decisivo. Tratava-se do impedimento dirimente de pública honestidade, contraído por D. Constança pelos seus anteriores esponsais com o Rei de Castela e por D. Pedro pelos seus esponsais com D. Branca. Diz o Papa:* «et tu fili Petre cum dilecta in Christo filia nobili muliere Blanca, nata quondam Petri infantis de Castella, tibi filia Constantia in secundo gradu consanguinitatis attinente, matrimonium quod effectum non habuit, contraxistis, inter vos impedimentum publice honestatis iustitie fuit exortum» (11). *O matrimónio entre D. Pedro e D. Branca* não teve efeito, *afirma Clemente VI, mas provocou, pelo facto dos esponsais, com promessa de matrimónio futuro, um impedimento matrimonial que Clemente VI dispensa»* (1060). *Em meu parecer, faltar-se-ia à justiça (sobretudo se o incriminado fosse vivo) ao acusar Diogo Lopes Pacheco de faltar à verdade pelo facto de ele chamar corte de Roma à do papa, por este residir nessa altura em Avinhão. Realmente, sabem os estudiosos da história da Igreja que os papas de Avinhão e os fiéis do tempo chamavam à Cúria pontifícia corte de Roma, apesar de ela estar em Avinhão. Na verdade, o senhor de Ferreira diz textualmente que «seu padre Lopo Fernandes fora gaanhar a despensaçom aa* Corte de Roma *e que ele testemunha fora* aa corte de Roma *em companha do dicto seu padre e vira a dicta despensasom bullada, que o dicto seu padre assy trouvera»* (1061). *Além disso, vimos atrás existirem documentos comprovativos de a dispensa ter sido dada efectivamente para D. Pedro casar com D. Branca e de que, nessa altura, se encontrava na Cúria pontifícia o pai de Diogo Lopes Fernandes Pacheco. Engana-se o P. Brásio ao dar-nos a data do documento aludido pelo senhor de Ferreira como de 12 de Março de 1326, porque, de facto, o documento referido pelo depoente só pode ser a bula de dispensa de 18 de Fevereiro de 1325 e porque o primeiro indicado e publicado pelo ilustre espiritano é carta dirigida ao rei de Aragão, a supor efectuadas e bem sucedidas as diligências dos embaixadores portugueses para obter a dispensa.*

Quanto ao casamento de D. Pedro com D. Constança, inválido durante vários anos, já disse talvez mais do que o necessário, inclusive sobre a hesitação do arcebispo de Braga quanto à aplicação da bula alegada de dispensa do papa João XXII ao casamento de D. Constança. Mas o P. Brásio, ao aludir a esta invalidade e validação pelo papa, faz algumas afirmações que seria conveniente precisar ou completar. Ei-las: «*A invalidação do matrimónio pelo impedimento*

(11) Arq. do Vaticano, *Regesta Vaticana*, vol. 162, fl. 198v-199. Documento que publicamos.
(1060) P. ANTÓNIO BRÁSIO, *ibidem*, pp. 250-251.
(1061) ANTT, Gav. 13, maço 3, docum. n. 8, fl. 1.

de pública honestidade *não surtia efeito* per se, *mas quando algum dos «esposados» contraía matrimónio* com consanguínea da outra parte em primeiro grau *(o sublinhado é meu). Certo é que Clemente VI teve de intervir pela bula* Decus et decorem, *de 20 de Abril de 1344, da qual consta que, embora dispensados da mútua consanguinidade, persistia, sem que nisso atentassem, outro impedimento, que era este: O Rei de Castela e Leão, no 2.º grau de consanguinidade com D. Pedro, contraíra «esponsais» com D. Constança, agora mulher de D. Pedro,* «infra pubertatis seu nubiles annos, maiores tamen septenio». *Por outro lado, D. Pedro contraíra com D. Branca* «matrimonium quod effectum non habuit», *sendo esta D. Branca ainda parenta de D. Constança em 2.º grau de consanguinidade, donde ...* «inter vos impedimentum publice honestatis iustitie fuit exortum». *Como em virtude de tal impedimento,* «non possitis in dicto matrimonio sine dispensatione apostolica remanere, nec sine gravibus scandalis separari», *digna-se o Papa conceder* por graça especial *que continuem a viver matrimonialmente e que a prole já nascida ou futura seja considerada legítima* ([20]). *Desta bula resultam duas afirmações precisas e preciosas, que importa destacar, para com elas finalizar este capítulo do meu trabalho. É a primeira que nunca D. Pedro e D. Branca estiveram unidos entre si por verdadeiro matrimónio; é a segunda que entre D. Pedro e D. Constança, vivendo ainda, como se sabe, D. Branca, houve verdadeiro matrimónio, sancionado, para mais, pelo Sumo Pontífice»* ([1062]). *Permito-me, antes de mais nada, completar e precisar a afirmação de que o impedimento de pública honestidade invalidava o matrimónio dos esposados quando casavam «com consanguínea da outra parte em primeiro grau», porque o impedimento existia com todos os consanguíneos dessa parte. Se assim fora — talvez o P. Brásio não tivesse advertido nisso —, o matrimónio entre D. Pedro e D. Constança não teria sido nulo, porque nenhum deles era consanguíneo em primeiro grau das pessoas com quem tinha feito desposórios ou promessa de matrimónio. Essa doutrina ou melhor legislação, referida pelo P. Brásio, não estava em vigor, ao tempo desse casamento, foi determinada pelo concílio de Trento. Para não me alongar demasiado, recordo que antes das* Decretais de Gregório IX, *não havia legislação bem precisa quanto ao grau de consanguinidade, capaz de originar o impedimento dirimente de honestidade pública, mas com o* Liber Sextus Decretalium *(cerca de 1289), ficou estabelecido que o impedimento de pública honestidade existia entre as partes que contraíam matrimónio de presente e os consanguíneos da parte, com os quais tivessem feito desposórios ou prometido matrimónio. Eis as palavras do papa Bonifácio VIII: «Ex sponsalibus puris et certis, etiamsi consanguinitatis, affinitatis, frigiditatis, religionis aut alia quavis ratione sint nulla, dummodo non sint nulla ex defectu consensus, oritur efficax, ad impediendum et dirimendum sequentia sponsalia vel matrimonia, non autem ad praecedentia dissolvendum,* impedimentum iustitiae publicae. *Quare ille, qui sponsalia pure et determinate cum aliqua muliere contraxit, et postmodum cum secunda, prioris consanguinea, idem fecit, ex priorum sponsaliorum vigore, quibus per publicae honestatis iustitiam ex secundis sponsalibus subsecutam minime derogatur,* ad matrimonium contrahendum cum prima remanet obligatus» ([1063]). *Os bispos e eclesiásticos, que intervieram na redacção do auto das cortes, deviam conhecer a legislação canónica, a este respeito. Conheceriam as intervenções de Clemente VI, a validar o matrimónio com D. Constança? Pode ser que não. E se de facto não conheciam a dispensa e validação, era bem natural e legítimo reputassem inválido tal matrimónio, por viver então D. Branca, «parenta de D. Constança em 2.º grau de consanguinidade». Além disso, a primeira afirmação, tirada da bula de Clemente VI, feita*

([20]) Arq. do Vaticano, *Regesta Vaticana,* vol. 162, fls. 198v-199.

([1062]) P. ANTÓNIO BRÁSIO, *ibidem,* pp. 256-257.

([1063]) *Liber Sextus Decretalium,* liv. IV, tit. 1: *De sponsalibus et matrimoniis,* cap. un., ed. FRIEDBERG, *Corpus Iuris Canonici,* II, col. 1065.

pelo P. Brásio, é verdadeira, mas incompleta, porque as palavras da bula matrimonium quod effectum non habuit, *aplicadas ao matrimónio com D. Branca, tanto podem significar ter-se realizado matrimónio válido por palavras de presente, embora sem efeito, enquanto não consumado, como matrimónio inválido, devido a qualquer impedimento, ou então matrimónio dispensado, por se não ter consumado, como também simples* matrimonium de futuro. *A segunda também deve ser completada, já que até ao tempo da intervenção de Clemente VI, em 1344, D. Pedro e D. Constança viveram em matrimónio inválido por causa do dúplice impedimento de honestidade pública, como se disse. Por isso, apesar de vários documentos autênticos, a provar a existência do matrimónio canónico de D. Pedro com D. Constança e anteriores à validação por Clemente VI, se não fora o conhecimento da respectiva bula do papa, haveria fundamento não só para duvidar como até para afirmar sua nulidade, com base precisamente na existência do matrimónio ou só esponsais com D. Branca. Talvez João das Regras ou Fernão Lopes tivessem conhecimento de como se passaram as coisas e por isso não foi aceite por ele ou por eles a versão, neste ponto, do auto das cortes. E tal atitude parece abonar a probidade do jurista e do cronista, conforme já disse. Estariam aqueles bispos — desculpe-se-me insista frequentemente nas mesmas ideias — nobres e representantes do povo ao corrente da validação pontifícia ou ter-lhe-iam chegado só vozes ou dúvidas sobre a validade do matrimónio com D. Constança, de mistura com outras notícias a favor ou contrárias?*

Tenho ainda as minhas dúvidas sobre a afirmação do P. Brásio de que entre D. Branca e D. Pedro nunca houve relações de marido e de mulher. E para ser franco, também não creio muito que entre D. Pedro e D. Inês de Castro, antes de morrer D. Constança, houvesse simples amor platónico, incapaz de os levar a relações sexuais. O facto de que o Infante, segundo o cronista de D. Afonso IV, depois da morte de D. Constança, ha ouve a sua desposyçam, *não o exclui, embora a* Crónica Geral de Espanha *diga que o «Iffante dom Pedro,* morta sua molher, *ouve de dona Ines de Castro e fez em ella dous filhos, a huũ chamarão dom Joham, a outro dom Denis», aliás como outros cronistas* (1064). *Talvez o P. Brásio tenha razão em criticar o modo como foram formuladas as perguntas às testemunhas da inquirição de 1385 e as respostas dadas. Diogo Lopes Pacheco, ao ser-lhe perguntado se D. Pedro era casado com alguma mulher, «ao tempo que os Iffantes dom Joham e dom Denis, seus filhos, naçerom», teria iludido «capciosamente o quesito e em vez de responder que em tal tempo D. Pedro era casado ou viúvo de D. Constança, replica que sabia que «fora* esposado *com a Ifanta dona Branca». A resposta seria não só «deveras estranha e surpreendente», segundo qualificação do Senhor Conde de Tovar, mas «sofística e frandulenta», conforme a opinião do P. Brásio. Da minha parte, não chegaria ao ponto de ver capciosidade e fraudulência nas respostas do senhor de Ferreira, porque do próprio depoimento, como disse atrás, se infere que Diogo Lopes nunca pretendeu calar o casamento de D. Pedro com D. Constança, porquanto, mais à frente, fala expressamente dele, ao dizer que «seendo casado o dicto Rey dom Pedro com a Iffante donna Costança, ouverom ambos huũ filho que ouve nome dom Luys»* (1065). *E o facto de aludir a diligências de D. Afonso IV, por seu intermédio, para que «poys nom queria casar com filha de Rei, que casasse com a dicta donna Enes, poys a muito amava, ante que andar dampnando a terra»* (1066), *bem como o outro facto de dizer só que D. Pedro fora esposado e recebera por palavras de presente em Coimbra D. Branca e bem assim o modo de apresentar as perguntas às outras testemunhas e as respostas respectivas sobre quando nasceram os filhos de D. Inês de Castro, parecendo (não tenho a certeza) fazer supor que D. Constança teria já morrido, quando nasceram os filhos de D. Inês de Castro, através de suas reticências, estariam a indicar preocupação das tes-*

(1064) Obras citadas pelo P. ANTÓNIO BRÁSIO, *ibidem*, pp. 259-260.

(1065) ANTT, Gav. 13, maço 3, docum. n. 8, fl. 1-1v.

(1066) ANTT, Gav. 13, maço 3, docum. n. 8, fl. 1v.

temunhas de não faltarem à verdade... A aceitarmos as insinuações do P. Brásio, dir-se-ia que, nos seus processos calculistas, estavam a fugir ao perjúrio... De todas as formas, a inquirição de 1385, para afirmar a ilegitimidade dos filhos de D. Inês de Castro, funda-se na inexistência e sobretudo na invalidade de tal matrimónio, devido a impedimentos dirimentes entre seus progenitores. Portanto, a circunstância de terem nascido antes ou depois da morte de D. Constança era problema que as testemunhas não punham, como desnecessário. Já disse, mais que uma vez, ter o ânimo propenso a acreditar na palavra de D. Pedro quando afirmou e jurou ter casado com D. Inês de Castro, em virtude da bula de dispensa concedida pelo papa João XXII, mas também lembrei a grande probabilidade da existência de outros impedimentos, não incluídos naquela bula. Aos impedimentos existentes de consanguinidade ajunta a inquirição o de compadrio, certamente não compreendido na dispensa da bula. E poderia haver outros, aventei eu. Por isso fiz as minhas reservas à tese do P. Brásio, duvidando muito se possa fazer afirmações tão peremptórias, numa certeza e segurança, a causar maravilha, de «ter provado que o matrimónio de D. Pedro com D. Branca, o único que o auto das Cortes de 1385 sustenta ter sido contraído válida e legitimamente pelo Infante D. Pedro, nunca existiu, pois nunca passou de promessa de futuro matrimónio ou esponsais, que foram dissolvidos, nos termos do Direito, por mútuo consentimento e pelo matrimónio subsequente com a princesa D. Constança Manuel» (1067). *Não vou analisar em profundidade tais asserções, que deveriam ser mais precisas em alguns pontos, conforme o leitor se poderá inteirar pelo que ficou dito atrás, mas quero proclamar nutrir eu ainda sérias dúvidas sobre a impugnabilidade da tese que defende a validade do matrimónio de D. Pedro com D. Inês de Castro, de forma a poder-se afirmar, sem sombra de dúvida, que os filhos da desditosa princesa «foram todos legítimos de nascença, por terem sido concebidos e nascidos desse matrimónio secreto»* (1068). *E já gora atrevo-me a sugerir estudo atento, com base no que já foi dito ou apenas aventado, sobre até que ponto era aplicável a bula de João XXII ao matrimónio de D. Pedro com D. Inês de Castro. E vou mesmo fazer uma proposta concreta.*

Como se viu atrás, o matrimónio com D. Constança foi inválido, em virtude do dúplice impedimento de honestidade pública «que era este: O Rei de Castela e Leão, no 2.º grau de consanguinidade com D. Pedro, contraíra «esponsais» com D. Constança, agora mulher de D. Pedro, «infra pubertatis seu nubiles annos, maiores tamen septennio». *Por outro lado, D. Pedro contraíra com D. Branca* «matrimonium quod effectum non habuit», *«sendo esta D. Branca ainda parenta de D. Constança em 2.º grau de consanguinidade... donde* «inter vos impedimentum publice honestatis iustitie fuit exortum» (1069). *E segundo se viu também atrás, o impedimento dirimente, a teor do* Liber Sextus Decretalium, *legislação em vigor nesse tempo, existia entre as partes contraentes e os consanguíneos, com quem aquelas estivessem comprometidas por promessa de matrimónio ou esponsais. Qual a posição de D. Inês de Castro e D. Pedro, neste ponto, em relação com D. Branca, se esta ainda vivesse, como de facto vivia, na época em que D. Pedro diz ter casado com D. Inês de Castro? Segundo todas as testemunhas da inquirição de 1385, D. Branca era filha do Infante D. Pedro, que morreu nas veigas de Granada, ou seja filho de el-rei D. Sancho IV de Castela, o qual foi pai de D. Beatriz, mãe do Infante D. Pedro de Portugal, e de D. Violante, mãe de D. Pedro de Castro, segundo as testemunhas, o qual D. Pedro de Castro, pai de D. Inês e filho de D. Violante, era, portanto, neto de D. Sancho IV de Castela, e Dona Inês de Castro era bisneta do mesmo. A Infanta D. Branca, sendo filha de D. Pedro de Castela, era neta de D. Sancho IV. O Infante D. Pedro de Portugal contraíra matrimónio ou*

(1067) P. ANTÓNIO BRÁSIO, *ibidem*, p. 267.
(1068) P. ANTÓNIO BRÁSIO, *ibidem*, p. 267.
(1069) P. ANTÓNIO BRÁSIO, *ibidem*, p. 256.

esponsais com a consanguínea D. Branca, visto ser ele filho de D. Beatriz e neto de D. Sancho IV de Castela e D. Branca ser filha daquele D. Pedro, filho de D. Sancho IV. Deveria, portanto, o Infante português estar proibido de casar com D. Inês de Castro, que era bisneta de D. Sancho IV, visto ser também ela consanguínea de D. Branca. Deste modo seu matrimónio deveria considerar-se nulo e seus filhos ilegítimos... Mas o impedimento derivado dos esponsais com D. Branca não deixou de existir com o matrimónio por palavras de presente de D. Pedro com D. Constança? Poder-se-ia responder: Não, porque fora inválido este matrimónio, devido precisamente ao impedimento de pública honestidade. Ao que se poderia retorquir: Clemente VI concedeu-lhes posteriormente a dispensa de tal impedimento, permitindo continuassem a viver matrimonialmente, com a legitimação da prole... Muito embora, seria justamente para responder. Não foi essa dispensa concedida só para o impedimento existente entre o Infante D. Pedro e D. Constança, para poderem continuar a viver maritalmente? Ficaria logo D. Inês de Castro fora, não abrangida por aquela dispensa, dada por Clemente VI para D. Pedro e D. Constança...

Relacionado com estes problemas, a data da morte da rainha D. Constança e do nascimento de seus filhos. A propósito, o P. Brásio comenta e estabelece o seguinte: «Ora encontrar a data da morte da Rainha D. Constança parece-me um pouco como o ovo de Colombo. Se não vejamos, indo do certo para o incerto, do específico para o genérico. 1) Em Agosto de 1340, casamento solene de D. Pedro em Lisboa. 2) Depois de Maio de 1341, nascimento de D. Luís (data hipotética). 3) Depois de Fevereiro de 1342, nascimento do segundo filho (data extrema a parte ante, *isto é nove meses depois do primeiro). 4) Em 6 de Abril de 1342, nascimento de D. Maria, segundo o livro das Memórias da Sé de Lisboa (Frei Manuel dos Santos,* Monarquia Lusitana, *parte VIII, livro XX, cap. II). 5) Em 31 de Outubro de 1345, nascimento de D. Fernando: «Era de M.CCC. LXXXIII annos, feria secunda, Vespera de todolos Sanctos, nascio* [o] *Infante D. Fernando filho do Infante D. Pedro de Portugal e Infante D. Constança* [...] *em Coimbra a ora de prima»* (Livro de Noa — *Torre do Tombo). 6) Em 3 de Fevereiro de 1354, casamento de D. Maria, por palavras de presente, na igreja de S. Francisco de Évora, na presença dos Reis de Portugal seus pais e da Rainha Dona Leonor de Aragão, mãe de seu noivo, o Infante D. Fernando, que foi Marquês de Tortosa* (27). *Afirma terminantemente a* Crónica de D. Afonso IV (*cap. LXIV*) *que a «Ifante D.ª Constança, depois do nacymento da dicta Ifante D.ª Maria, sendo ainda moça, de muytas bomdades e vertudes, ffaleçeo loguo em Portugall». Seria, portanto, D. Maria a filha mais nova do matrimónio e teria nascido posteriormente a 31 de Outubro de 1345, dia em que nasceu indubitavelmente D. Fernando e mesmo depois de Julho de 1346, isto é, pelo menos nove meses depois de seu irmão. Por outro lado sabe-se, documentalmente, que D. Constança era «já passada» desta vida em 13 de Março de 1351* (28). *Ora, a ser verdadeira a afirmação do cronista régio — e nada temos em contrário — de que D. Constança faleceu das consequências do seu derradeiro parto, se D. Maria foi o seu último fruto, segue-se o seguinte: se nasceu em 1346, tinha em 1354, ano em que casou, apenas 8 anos; se nasceu em 1347, apenas sete anos; se em 1348, apenas seis anos; se em 1349, como tem por «mais provável» o Senhor Conde de Tovar, apenas cinco anos ... D. Constança não pode, portanto, ter morrido das complicações do parto de D. Maria, mas de seu irmão D. Fernando, pois para que D. Maria pudesse casar, como efectivamente casou, em 3 de Fevereiro de 1354, era necessário que tivesse doze anos completos, e para que os pudesse ter, só podia ter nascido antes de 3 de Fevereiro de 1342, mas já no ano de 1342.* Antes, *era impossível, porque D. Luís, seu irmão, afirma a Crónica que «foy o primeyro»;* depois, *era igualmente impossível, pois em tal caso não poderia ter casado, como casou, em 3 de Fevereiro de 1354.*

(27) *Crónica do Rei D. Afonso IV*, acima citada, p. 356.

(28) Vide nota 14 e o texto nela transcrito.

Não nos fica tempo útil, por mais voltas que se dêm, a não ser 1342. Daqui resulta, como absolutamente indiscutível *(sublinhado meu) que D. Constança faleceu depois do nascimento de D. Fernando, segundo alguns em 13 de Novembro de 1345»* ([1070]).

Sim, o nascimento de Dona Maria, filha de D. Pedro e D. Constança, deu-se antes do de seu irmão D. Fernando e não é verdade tivesse falecido D. Constança das complicações do parto de D. Fernando, porque este nasceu a 31 de Outubro de 1345 e sua mãe D. Constança ainda vivia em 1347. Já a 10 de Janeiro de 1345, D. Afonso IV pedia ao papa Clemente VI ([1071]) *e obtinha* ([1072]) *dispensa do impedimento de consanguinidade e afinidade, incluindo o impedimento de honestidade pública, para sua filha D. Leonor e sua neta D. Maria casarem. Ao fazer o pedido, a 20 de Abril de 1344, da dispensa para D. Pedro e D. Constança continuarem a viver matrimonialmente, apesar do impedimento de honestidade pública, o rei de Castela diz que os sobreditos infantes, unidos em matrimónio inválido,* iam sobolem procrearunt, *pelo menos — esclareço eu — a Infanta D. Maria, que teria nascido, segundo o Livro das Memórias da sé de Lisboa, a 6 de Abril de 1342* ([1073]). *Frei Manuel dos Santos que, diga-se de passagem, não tem dúvidas algumas sobre o casamento de D. Pedro com D. Inês de Castro, após cuja morte, teria nascido o Mestre de Avis, vendo nas palavras da bula de Bonifácio IX, alusivas à situação de casado de D. Pedro, quando o Mestre nascera, uma cláusula hipotética ou condicionada, para graça ou concessão mais segura, sem que isso respondesse à realidade dos factos, tal como a referente à possibilidade de o Mestre ter aderido ao antipapa Clemente VII (e aqui falha Frei Manuel dos Santos, porque efectivamente o Mestre de Avis seguira o papa de Avinhão durante os meses que seu irmão rei D. Fernando obedeceu ao papa de Avinhão), afirma que D. Constança ainda era viva no ano de 1347, com base em documentação existente no Arquivo do mosteiro de Lorvão: «... O fundamento que teve Fernão de Pina para se enganar no anno deste nascimento foy porque nas bullas de Bonifácio IX, em que dizpensou a este Rey para poder casar, diz assim o Papa:* Etiam si idem Petrus coniugatus et mater ipsius Johannis, etiam si coniugata esset, etc. *Isto he que dispensa, não obstante que fosse o pay delle D. João cazado e sua may tambem cazada, quando o houverão, etc. E discorre assim Fernão de Pina, que se attendeu o Pontífice ao primeiro cazamento del Rey D. Pedro, de força se ha de dizer que já era nacido este filho a El Rey no anno de Cesar 1382, porque neste anno, diz elle, morreu a Infanta D. Constança, primeira mulher del Rey D. Pedro,* e se attendeu ao segundo matrimonio com a Senhora D. Ignez Pires de Castro, se ha de dizer que naceu no anno tambem de Cesar de *1391*, porque neste cazo a dita Senhora, viveu cazada até o mez de Janeiro do anno seguinte não mais. *Este discurso de Fernão de Pina e a intelligencia que elle dá às palavras da Bulla allegadas, he menos verdadeiro; a razão he porque as taes não são palavras affirmativas, mas condicionadas; são huma clausula alli posta*

([1070]) P. ANTÓNIO BRÁSIO, *ibidem*, pp. 268-269.

([1071]) AV, Reg. Suppl. 7, fl. 138v. Publ. por ANTÓNIO DOMINGUES DE SOUSA COSTA, em *Itinerarium*, 3 (1957) 562 e em *Monumenta Portugaliae Vaticana*, I, Roma-Porto, 1968, n. 80, p. 44.

([1072]) AV, Reg. Vat. 165, fl. 143v-154. Publ. por ANTÓNIO DOMINGUES DE SOUSA COSTA, *Quem tratou do matrimónio da Infanta Dona Maria, Urbano V ou Gregório XI?* em *Itinerarium*, 10 (1964) 490-491, nota 6.

([1073]) Cf. FREY MANOEL DOS SANTOS, *Monarquia Lusitana*, VIII, Lisboa Occidental, 1727, liv. XXII, cap. II, p. 13: «Confirma-se mais, porque El Rey D. Pedro teve primeyro desta Infanta D. Constança huma filha D. Maria, que ao depois casou em Aragão e consta de hum livro antigo no Cartório da Sé de Lisboa, chamado da Calenda, que esta Princeza D. Maria foy a primogenita, e que naceu aos seis do mez de Abril, era de Cesar 1380, que he por onde necessariamente havemos de dizer que El Rey D. Fernando naceu depois da irmaã e consequentemente que nao naceu no anno de 1340 mas cinco mais adiante, como diz a memoria do livro da Noa, no de mil e trezentos e quarenta e cinco». Cf. também CONDE DE TOVAR, *A legitimidade dos filhos de D. Inês de Castro, em Anais*, 10, Lisboa, 1960, pp. 156-157.

para fazer a graça mais segura, e mais abundante: diz assim a clausula: teque legitimamus ac tecum dispensamus, etiam si ipse Petrus Rex coniugatus et ipsa mulier coniugata tempore procreationis fuissent, ac quod tempore electionis et consensus predictorum dicti ordinis professus extiteris, etiam si Roberto Antipapae et Iohanni Henrici praedictis aliquatenus adhaesisti aut auxilium vel favorem praestitisti et quibuscumque constitutionibus apostolicis nequaquam obstantibus. *Desta clausula a verdadeira inteligencia vem a ser que dispensa o Pontífice, ainda no caso mais difficultoso, se fosse assim que o pay do dito D. João ou sua may fossem cazados, quando o tiverão, porque a súpplica foy para illegitimidade natural e não espúria, e o Papa quiz comprehender a huma, e outra. Confirmase a minha razão porque a mãe do dispensado Teresa Lourenço de Andrade não consta de história alguma que cazasse em quanto viveu; confirmase mais da outra clausula da Bula* etiam si Roberto Antipapae, *etc. A qual significa que também dispensa o Pontífice e absolve ao dispensado, ainda na supposição que elle tivesse em algum tempo a obediência do Antipapa, ou dado favor, ajuda ou conselho a D. João Henriques, asserto Rey de Castella; e todos sabemos que o Senhor Rey D. João I nunca seguio aos Antipapas nem deu ajuda, nem conselhos a esse fim ao seu adversário Rey de Castella, por onde claramente se mostra que estas segundas clausulas do Antipapa e del Rey de Castella são condicionaes, e não affirmativas, postas na Bulla para mayor cautela, e segurança do effeito da graça, e como a outra clausula primeira que deu o fundamento a Fernão de Pina he escrita pelas mesmas palavras,* etiam si, etc., *necessariamente se há de dizer que o seu significado he o mesmo, e que della não se entende nem mostra que El Rey D. Pedro actualmente estevesse cazado quando lhe naceo este filho; alem do que posto que concedessemos a Fernão de Pina ser verdadeiro o sentido, que elle deu às palavras da Bulla, ainda ficava errando o anno do nascimento:* porque El Rey D. Pedro não recebeu por mulher a Sereníssima Dona Ignês no anno de *1391 nem a matarão no anno de 1392, mas adiante no de 1393, segundo consta do livro da Noa do Real Mosteiro de Santa Cruz de Coimbra, e* do sumario de testemunhas, que se tirou em justificação da verdade do seu cazamento com El Rey D. Pedro se mostra que viverão cazados pouco menos de quatro annos; *veja-se este ponto na setima parte: pelo que já apparece com boa clareza que pelo princípio deste cazamento del Rey D. Pedro não se pode pôr fixo o nascimento deste seu filho no anno de 1391, nem também no anno de 1382* pelo outro cazamento da Infanta Dona Constança: *a razão vem a ser porque a dita Infanta não morreu no anno que quer Fernão de Pina de 1382; no seguinte de 1383 pario ella a El Rey D. Fernando; e ainda no anno de 1385 era viva; consta no Archivo do Real Mosteiro de Lorvão de hum Instrumento publico, maço 6, num. 3, titulo de Thomar, e Lisboa, o qual Instrumento he huma escritura de composição, que celebrara Dona Guiomar Abbadessa do Mosteiro, e Lourenço Pires Vigáiro de Santo Estêvão de Alenquer; e na dita escritura se diz espressamente que era Senhora da Villa de Alenquer naquelle anno de 1385 a Infanta Dona Constança, mulher do Infante D. Pedro»* ([1074]). *E na verdade existem várias súplicas de 21 de Setembro de 1347 de* Constantia, uxor incliti domini Petri, illustris domini Alfonsi, regis Portugalie, primogeniti et heredis ([1075]), *entre as quais uma sobre o indulto de escolher confessor, que lhe pudesse conceder a indulgência plenária, na forma como se costumava fazer aos príncipes, do qual indulto existe ainda o registo da bula respectiva: «Dilecte in Christo filie nobili mulieri Constantie, uxori dilecti filii nobilis viri Petri, carissimi in Christo filii nostri Alfonsi, regis Portugalie illustris, primogeniti. Salutem. Provenit, etc., ut in illa que dirigitur Johannete Fabri, usque in finem. Datum Avinione, x[i] Kalendas Octobris, anno*

([1074]) FREY MANOEL DOS SANTOS, *ob. cit.*, liv. XXIII, cap. I, pp. 414-417.

([1075]) Publ. em *Monumenta Portugaliae Vaticana*, I, nn. 258-261, pp. 132-133.

sexto» (1076). *Entre essas súplicas vem uma a favor do Doutor Estêvão de Lisboa, tesoureiro de Braga, a identificar com o lente de direito canónico na universidade de Lisboa, doutor em decretos, Estêvão Miguel, doutorado na universidade de Mompilher* (1077), *de que há numerosas súplicas* (1078) *e bulas* (1079), *embora na correspondente à súplica do rol da rainha D. Constança não se indique ter sido a rainha a interceder ao papa por ele* (1080). *Com grande probabilidade, D. Constança morreu a 27 de Janeiro de 1349, conforme se diz no Obituário duma colegiada de Lisboa* (1081).

Chegados ao fim das considerações a propósito dos casamentos de D. Pedro, seria útil e até, em certo modo, necessário apresentar as principais conclusões do estudo e análise sobre quanto se escreveu relativamente ao assunto, distinguindo o que há de certo, de duvidoso, de provado ou só provável ou erróneo. Deixo esse trabalho à inteligência, perspicácia e prudência do leitor, evitando influenciá-lo. Uma coisa, porém, devo afirmar que me pesa ter sido tão longo e fastidioso com repetições de conceitos e factos. Mas até nisso foi intenção minha servir a verdade, com a justa preocupação de, nas minhas observações, ter sempre em mente a estima, apreço e respeito que merece a figura de sacerdote e historiador benemérito do P. Brásio. Além do mais, não me abalanço a sumariar tais conclusões, também pelo perigo de soluções precipitadas, como seria, por exemplo o da declaração oficial ou não de D. Fernando pelo papa de Avinhão e dos prelados que o seguiam, assunto a tratar, bem como a identificação dos bispos, formação intelectual dos estudantes e letrados portugueses, com influxo no governo dos monarcas de Portugal, dentro do respectivo período, nas Introduções aos volumes seguintes.

(1076) AV, Reg. Vat. 184, fl. 297v-298.

(1077) Súpl. publ. em *Monumenta Portugaliae Vaticana*, I, n. 12, pp. 16-17 e bula publ. em *Chartularium Universitatis Portugalensis*, I, n. 119, p. 139.

(1078) Publ. em *Monumenta Portugaliae Vaticana*, I, nn. 8, 12, 22, 261, 415, 422, pp. 8, 10, 16, 133, 205, 207.

(1079) Publ. em *Chartularium Universitatis Portugalensis*, I, n. 103, 119, 120, 123, 154, pp. 123-124, 139, 141, 169.

(1080) Cf. *Chartularium Universitatis Portugalensis*, n. 154, p. 169.

(1081) Cf. CONDE DE TOVAR, *A legitimidade dos filhos de D. Inês de Castro*, em *Anais*, 10, Lisboa, 1960, p. 157, 158.

CLEMENTE VII

(EL. 20 SET., COR. 31 OUT. 1378, + 16 SET. 1394)

SÚPLICAS

ANO PRIMEIRO

(31 OUT. 1378 – 30 OUT. 1379)

AV, REG. SUPPL., VOL. 47 A 56

1

1378, Novembro 6

Súplica de João de Broube, clérigo de Tournai, o qual esteve ao serviço do bispo de Lisboa D. Agapito, nas suas missões de legado papal em diversas partes do mundo, durante mais de dez anos, sobre o canonicato de Tournai, na expectativa da prebenda.

Reg. Suppl. 52, fl. 22.

Supplicat S. V. devotus orator vester Johannes de Broube alias Derlehe, clericus Tornacensis, qui per decennium et ultra per diversas mundi partes in servitium Ecclesie cum A[gapito], olim episcopo Ulixbonensi (1), multos subiit labores et nullam exinde gratiam extitit assecutus, quatinus sibi specialem gratiam facientes, de canonicatu sub expectatione prebende ecclesie Tornacensis, personatus et officii, eidem Johanni dignemini misericorditer providere. Non obst. constitutione per S. V. in contrarium edita et non obstantibus canonicatu et prebenda ecclesie Llilleriensis Morinensis diocesis necnon maticularia capelle castralis de Sotteghem Cameracensis diocesis, quos obtinet, cum omnibus non obst. et clausulis oportunis ac executoribus, ut in forma, et cum data tali, si placet, Pater Sancte, quod ex gratia predicta valeat commodum reportare. —*Fiat ut petitur. G.*

Sine alia lectione. —*Fiat. G.*

Datum Fundis, viii Idus Novembris, anno primo.

Cf. nota 6 do n. 204.

1ª

1378, Novembro 15

Pedido de Gonçalo Gonçalves, clérigo da diocese do Porto, sobre um benefício pertencente à colação do bispo e cabido ou doutras pessoas da igreja de Coimbra.

Reg. Suppl. 47, fl. 61.

[fl. 55] Rotulus supplicationum in primo et secundo consistoriis porrectarum.

... ...

[fl. 61]

... ...

Supplicat S. V. humilis et devotus vester Gonsalvus Gundissalvi, clericus Portugalensis diocesis, quatinus sibi specialem gratiam facientes, de beneficio ecclesiastico, vacante vel vacaturo, spectante communiter vel divisim ad collationem, etc., episcopi et capituli Colimbrieñ et singularum personarum eiusdem ecclesie, etiam si ratione dignitatis, administrationum vel officiorum conferatur, eidem G[onsalvo] dignemini misericorditer providere. Non obstante parrochiali ecclesia sancti Tirsii de Meinedo Portugalensis diocesis, super qua in sacro palatio noscitur litigare, cui liti paratus est renuntiare, habita pacifica possessione beneficii, vigore huiusmodi gratie facienda. Cum ceteris non obst. et clausulis oportunis, ut in forma.

... ...

[fl. 70]

... ...

Fiat pro omnibus supradictis. G.

Sine alia lectione et cum commissione examinis ad partes pro absentibus. — *Fiat. G.*

Datum Fundis, xvii Kalendas Decembris, anno primo.

2-69

1378, Novembro 16

Série de súplicas d'el-rei de Portugal, a favor do clérigo da diocese de Évora Rodrigo Afonso, filho do nobre Fernando Gonçalves de Sousa, seu consanguíneo, de João Gonçalves, seu familiar e clérigo da diocese de Lisboa, de João Garcia, sobrinho, e outros clérigos da família de D. Martinho, bispo de Lisboa, do nobre João Gonçalves, clérigo da diocese de Braga, e de muitos outros clérigos portugueses de dioceses lusitanas e de um ou outro espanhol. Lembramos ainda as relativas ao secretário do bispo de Lisboa e cónego prebendário de Silves, João Anes, e ao secretário d'el-rei e reitor da igreja paroquial de Penajóia, da diocese de Lamego, Afonso Martins.

Reg. Supl. 56, fl. 181-184v.

Rotulus regis Portugalie.

Supplicat S. V. humilis et devotus filius vester Fernandus, Portugalie et Algarbii regnorum rex, quatinus supplicationes infrascriptas dilectorum suorum iuxta petita benigno favore apostolico admittere et exaudire dignemini misericorditer de gratia speciali.

Et primo dilecto familiari et consanguineo suo Roderico Alfonsi, nato nobilis et potentis viri Fernandi Gundissalvi de Sousa, clerico Elborensis diocesis, quatinus sibi specialem gratiam facientes, de canonicatu sub expectatione prebende ecclesie Elborensis, dignitatis, personatus vel officii sive administrationis eiusdem, etiam si maior post pontificalem, curata et electiva existat, dignemini misericorditer providere. Non obstan. quod in xiiii etatis sue [anno] constitutus fuerit ac defectu natalium, quem patitur de soluto genitus et soluta, cum quo ad predicta dignemini misericorditer dispensare, quibuscumque constitutionibus apostolicis et aliis in contrarium editis non obstantibus et cum omnibus aliis non obstañ et clausulis oportunis ac executoribus. — *Fiat et dispensamus. G.*

3. Item nobili Johanni Gundissalvi, familiari suo dilecto, clerico Ulixbonensis diocesis, de canonicatu sub expectatione prebende ecclesie Ulixbonensis, dignemini providere. Non obstante quod in viii etatis sue anno constitutus existat, et cum clausulis, ut supra. — *Fiat et dispensamus.* G.

4. Item dilecto suo Johanni Garsie, canonico prebendato et cantori ecclesie Silvensis, nepoti M[artini] Ulixboñ episcopi (1), de canonicatu sub expectatione prebende, dignitatis, officii, personatus sive administrationis ecclesie Elborensis, cum cura vel sine cura, etiam si electiva existat, dignemini providere, cum clausulis, ut supra. Non obstante quadam capellania perpetua (2) in ecclesia sancte Marie de Faarom Silvensis diocesis, quam noscitur obtinere.

5. Item dilecto suo nobili Johanni Gundissalvi, clerico Bracharensis diocesis, de canonicatu sub expectatione prebende ecclesie Ulixbonensis dignemini providere, non obstante deffectu natalium, quem patitur de presbytero genitus (3) et soluta, cum quo dignemini dispensare et cum clausulis, ut supra.

6. Item dilecto suo Stephano Dominici, presbytero Zamorensis diocesis, consanguineoque episcopi Ulixbonensis, de canonicatu sub expectatione prebende, dignitatis, officii, personatus, etc., ecclesie Colimbriensis dignemini providere. Non obstante quod parrochialem ecclesiam de Almaraz, Zamorensis diocesis, obtineat, quam paratus est dimittere, dum, etc.

7. [fl. 181v] Item dilecto suo Alfonso Martino, rectori parrochialis ecclesie de Pena Goya (*sic*) Lamecensis diocesis secretarioque dicti domini regis, de canonicatu sub expectatione prebende ecclesie Portugalensis dignemini providere, et cum clausulis, ut supra.

8. Item dilecto suo Petro Garsie, canonico prebendato ecclesie Silvensis, nepoti M[artini] episcopi Ulixboñ, de canonicatu sub expectatione prebende, dignitatis, personatus vel officii, etc., ecclesie Ulixbonensis, dignemini providere, cum clausulis, ut supra. Non obstante quadam portione perpetua (4) sine cura in ecclesia sancte Marie de Faarom Silvensis diocesis, quam noscitur obtinere.

9. Item dilecto suo Valasco Gundissalvi, clerico Bracharensis diocesis, de canonicatu sub expectatione prebende ecclesie Bracharensis dignemini providere et cum clausulis, ut supra.

10. Item dilecto suo Johanni Fernandi, clerico Bracharensis diocesis, de canonicatu sub expectatione prebende ecclesie Elborensis dignemini providere. Non obstañ quod in x sue etatis anno constitutus existit, et cum clausulis, ut supra.

11. Item dilecto suo Gundissalvo Eixeto, semiprebendato sive medio canonico ecclesie Lamescensis, de canonicatu sub expectatione prebende ecclesie Portugalensis dignemini providere et cum clausulis, ut supra. Non obstante parrochiali ecclesia (5) de Leomur (Leomil?), quam noscitur obtinere.

12. Item dilecto suo Fernando Garsie, clerico Ulixboñ, nepoti M[artini] episcopi Ulixbonensis, de canonicatu sub expectatione prebende ecclesie Ulixboñ dignemini providere. Non obstante quod in sue etatis anno constitutus existit (6), et cum clausulis, ut supra.

13. Item dilecto suo Johanni Gundissalvi Canellas, clerico Ulixbonensi, de canonicatu sub expectatione prebende ecclesie Elborensis dignemini providere et cum clausulis, ut supra.

14. Item dilecto suo Alfonso Laurentii, vicario perpetuo ecclesie sancte Marie de Cafargem portionarioque ecclesie parrochialis sancte Juste Colimbrieñ, de canonicatu sub expectatione prebende, dignitatis, officii, personatus, etc., ecclesie Colimbriensis, dignemini providere et cum clausulis, ut supra; paratus est dimittere omnia, dum, etc.

15. Item dilecto suo Valasco Gundissalvi, portionario ecclesie de Cinfaães Bracharensis diocesis, de canonicatu sub expectatione prebende ecclesie Lamescensis dignemini providere et cum clausulis, ut supra.

16. Item dilecto suo Johanni Johannis, canonico prebendato ecclesie Silvensis rectorique parrochialis ecclesie sancti Christofori de Cabeçudus Bracharensis diocesis, secretario episcopi Ulixboñ, de beneficio ecclesiastico cum cura vel sine cura, spectante communiter vel divisim ad collationem, etc., episcopi et capituli ecclesie Elborensis, si cum cura centum, si vero sine cura fuerit, octuaginta, librarum Turonensium parvorum, secundum taxationem decime valorem annuum non excedunt, eidem J[ohanni] dignemini providere; quam parrochialem ecclesiam paratus est dimittere, dum, etc., et cum clausulis, ut supra.

17. [fl. 182] Item Egidio Gundissalvi, clerico Bracharensis diocesis, de canonicatu sub expectatione prebende ecclesie Elborensis dignemini providere et cum clausulis, ut supra.

18. Item dilecto suo Alfonso de Mertolla, clerico, cubiculario M[artini], episcopi Ulixboñ, Elborensis diocesis, de canonicatu sub expectatione prebende ecclesie Elborensis dignemini providere, ut supra.

19. Item dilecto suo Johanni Johannis de Salvaterra, clerico Ulixboñ diocesis, de canonicatu sub expectatione prebende ecclesie Visensis, dignemini misericorditer providere et cum clausulis, ut supra.

20. Item dilecto suo Roderico Petri, canonico prebendato et scolastico ecclesie Silvensis, de canonicatu sub expectatione prebende ecclesie Ulixboñ dignemini providere. Non obstante quod quamdam capellaniam perpetuam in parrochiali ecclesia sancti Clementis de Loule alias de Alte Silvensis diocesis noscitur obtinere.

21. Item Ludovico Martini, dilecto suo, clerico Bracharensis diocesis, de canonicatu sub expectatione prebende ecclesie Bracharensis dignemini providere, cum clausulis, ut supra.

22. Item dilecto suo Toribio Fernandi, canonico prebendato ecclesie Silvensis, de dignitate, personatu, officio, administratione dicte ecclesie, cum cura vel sine cura, etiam si electiva et maior post pontificalem dignitas existat, si qua vacat ad presens, vel quam primo vacare contigerit, eidem T[oribio] dignemini providere, si ipsa dignitas, etc., in Romana Curia quoquo modo per reservationem specialem aut generalem vacans reperiatur, aut alias quovis modo vacet, regula cancellarie V. S. contra non graduatos in iure non obstante, cum clausulis, ut supra.

23. Item dilecto suo Alfonso Martini de Vieyra, clerico Bracharensis diocesis, de beneficio ecclesiastico cum cura vel sine cura, spectante communiter vel divisim ad collationem, etc., archiepiscopi et capituli Brachareñ, si cum cura centum, si vero sine cura fuerit, octuaginta, librarum Turonensium parvorum secundum taxationem decime valorem annuum non excedant, dignemini providere et cum clausulis, ut supra.

24. Item dilecto suo Fernando Luppi, presbytero Pascensis diocesis, de beneficio ecclesiastico, cum cura vel sine cura, spectante communiter vel divisim ad collationem, etc., episcopi et capituli Ulixboñ ecclesie, si cum cura centum, si vero sine cura fuerit, octuaginta, librarum Turonensium parvorum, secundum taxationem decime, valorem annuum non excedant, dignemini providere et cum clausulis, ut supra.

25. Item dilecto suo Alvaro Luppi, clerico Ulixboñ diocesis, de canonicatu sub expectatione prebende ecclesie Elborensis dignemini providere, et cum clausulis, ut supra.

26. Item dilecto suo nobili Johanni Alvari, clerico Zamorensis diocesis, de canonicatu sub expectatione prebende, dignitatis, personatus vel officii, etc., ecclesie Colimbriensis dignemini providere, et cum clausulis, ut supra.

27. Item dilecto suo Johanni Martini, clerico Ulixboñ diocesis, de canonicatu sub expectatione prebende ecclesie Egitaniensis dignemini misericorditer providere, et cum clausulis, ut supra.

28. [fl. 182v] Item dilecto suo Petro Stephani, clerico Silvensis diocesis, de canonicatu sub expectatione prebende ecclesie Silvensis dignemini providere et cum clausulis, ut supra.

29. Item dilecto suo Johanni Martini, clerico Portugalensis diocesis, de canonicatu sub expectatione prebende ecclesie Portugalensis, eidem J[ohanni] dignemini providere, cum clausulis, ut supra.

30. Item dilecto suo Petro de Mella, clerico Zamorensi, de perpetua et integra portione sine cura parrochialis ecclesie sancti Petri de Sintra, Ulixboñ diocesis, spectante communiter vel divisim ad collationem, etc., vicarii et portionariorum eiusdem, dignemini providere, cum clausulis, ut supra.

31. Item dilecto suo Johanni Gundissalvi, clerico Ulixboñ, de canonicatu sub expectatione prebende ecclesie Colimbriensis dignemini providere, cum clausulis, ut supra.

32. Item dilecto suo Johanni Stephani, clerico Silvensis diocesis, de canonicatu sub expectatione prebende ecclesie Silvensis dignemini providere, et cum clausulis, ut supra.

33. Item dilecto suo Fernando Johannis, scolari in iure canonico, Bracharensis diocesis, de canonicatu sub expectatione prebende ecclesie Bracharensis dignemini providere, cum clausulis, ut supra.

34. Item dilecto suo Alvaro de Arrayolis, clerico Elborensis diocesis, de perpetua et integra portione parrochialis ecclesie sancti Nicolay Ulixboñ, spectante communiter vel divisim ad collationem, etc., prioris et portionariorum eiusdem, dignemini providere. Non obstañ [defectu] quem patitur de presbytero genitus (7) et soluta, cum quo alias auctoritate ordinaria ad omnes ordines minores et beneficium sine cura extitit dispensatum et cum clausulis, ut supra.

35. Item dilecto suo Valasco de Paancas, clerico Ulixboñ diocesis, de canonicatu sub expectatione prebende ecclesie Silvensis dignemini providere et cum clausulis, ut supra.

36. Item dilecto suo [Didaco] Stephani de Tavira Silvensis diocesis de perpetua et integra portione parrochialis ecclesie sancti Michaelis de Turribus Veteribus Ulixboñ [diocesis], ad (8) collationem, etc., prioris et portionariorum eiusdem communiter vel divisim, dignemini providere. Non obstañ [defectu], quem patitur de presbytero genitus (9) et soluta, cum quo alias auctoritate ordinaria ad omnes minores ordines et beneficium sine cura extitit dispensatum.

37. Item dilecto suo Stephano Johannis, clerico Ulixboñ diocesis, de canonicatu sub expectatione prebende ecclesie Egitaniensis dignemini providere et cum clausulis, ut supra.

38. Item dilecto suo Johanni Andree, clerico Ulixboñ, de perpetua et integra portione sine cura parrochialis ecclesie sancti Juliani Ulixboñ, spectante communiter vel divisim ad collationem, etc., prioris et portionariorum ecclesie eiusdem, dignemini providere, cum clausulis, ut supra.

39. [fl. 183] Item dilecto suo Thome Millonis, clerico Andegavensis diocesis, de integra et perpetua portione sine cura ecclesie sancte Marie de Sintra Ulixboñ diocesis, spectante communiter vel divisim ad collationem, etc., prioris et portionariorum eiusdem, dignemini providere, cum clausulis, ut supra.

40. Item dilecto suo Didaco de Tavira, clerico Silvensis diocesis, de perpetua et integra portione sine cura parrochialis ecclesie sancti Michaelis de Turribus Veteribus Ulixboñ diocesis, spectante communiter vel divisim ad collationem, etc., prioris et portionariorum ecclesie eiusdem, dignemini providere, cum clausulis, ut supra.

41. Item dilecto suo Valasco Vincentii, rectori parrochialis ecclesie beate Marie de Obidis Ulixboñ diocesis, de canonicatu sub expectatione prebende ecclesie Colimbriensis dignemini providere, cum clausulis, ut supra.

42. Item dilecto suo Fernando de Monte Maiori, clerico Elborensis diocesis, de perpetua et integra portione ecclesie parrochialis sancte Marie de Arruda Ulixboñ diocesis, spectante communiter vel divisim ad collationem, [etc.], prioris et portionariorum eiusdem, etiam si ad episcopum Ulixboñ pertinet, dignemini providere et cum clausulis, ut supra.

43. Item dilecto suo Martino Aprillis, clerico Ulixboñ diocesis, de canonicatu sub expectatione prebende ecclesie Silvensis dignemini providere et cum clausulis, ut supra.

44. Item dilecto suo Johanni Alfonsi de Capella, clerico Silvensi, de portione sine cura, quartanaria vulgariter nuncupata, ecclesie Ulixboñ, ac beneficio ecclesiastico cum cura vel sine cura, vacañ vel vacat., spectañ communiter vel divisim ad collationem, etc., episcopi et capituli Ulixboñ, etiam si in ecclesia cathedrali existat, dignemini providere et cum clausulis, ut supra.

45. Item Johanni Johannis, clerico Ulixboñ diocesis, de canonicatu sub expectatione prebende ecclesie Colimbriensis, eidem J[ohanni] dignemini providere et cum clausulis, ut supra.

46. Item dilecto suo Johanni Stephani alias Cotral, clerico Zamorensis diocesis, de perpetua et integra portione ecclesie parrochialis sancti Martini Ulixboñ, spectante communiter vel divisim, etc., ad collationem prioris et portionariorum eiusdem, dignemini providere et cum clausulis, ut supra.

47. Item dilecto suo Alfonso Valasci, clerico Bracharensis diocesis, de canonicatu, sub expectatione prebende ecclesie Visensis, eidem A[lfonso] dignemini providere et cum clausulis, ut supra.

48. Item dilecto suo Egidio Gundissalvi, clerico Ulixboñ diocesis, de canonicatu sub expectatione prebende ecclesie Elborensis dignemini providere, cum clausulis, ut supra.

49. Item dilecto suo Laurentio Stephani, clerico Silvensis diocesis, de canonicatu sub expectatione prebende ecclesie Silvensis dignemini providere et cum clausulis, ut supra.

50. Item dilecto suo Martino de Lagos, clerico Silvensis diocesis, de canonicatu sub expectatione prebende ecclesie Silvensis eidem M[artino] dignemini providere et cum clausulis, ut supra.

51. [fl. 183v] Item Petro Stephani de Saorla, clerico Elnensis diocesis, de beneficio ecclesiastico cum cura vel sine cura, etiam si canonicatus, prebenda, dignitas, personatus, administratio vel officium, curatum et electivum, vel maior post episcopalem in ecclesia cathedrali existat, vacante vel vacaturo, spectante communiter vel divisim ad collationem, etc., episcopi et capituli ecclesie Elnensis, etiam si ut capellanus maior in ecclesia collegiata sancti Johannis eiusdem Elnensis diocesis illuc conferre habeat, eidem P[etro] dignemini providere, cum clausulis, ut supra.

52. Item dilecto suo Vincentio, dicto Maduro, portionario ecclesie sancti Salvatoris de Begia, Elborensis diocesis, de canonicatu sub expectatione prebende ecclesie Elborensis dignemini providere et cum clausulis, ut supra, quam portionem paratus est dimittere, dum, etc.

53. Item dilecto suo Stephano Valasci, canonico prebendato et decano ecclesie Silvensis bacalarioque in iure civili, de canonicatu sub expectatione prebende ecclesie Elborensis dignemini providere. Non obstante quod duas portiones perpetuas sine cura in parrochialibus ecclesiis sancti Clementis de Loule et sancte Marie de Faarom Silvensis diocesis obtineat, cum clausulis, ut supra.

54. Item dilecto suo Johanni Durandi, in decretis bacalario ac ecclesiarum Elborensis et Colimbriensis canonico prebendato, de canonicatu sub expectatione prebende, dignitatis, personatus, officii sive administrationis, cum cura vel sine cura, etiam si electiva vel maior post pontificalem existat, ecclesie Ulixbonensis, dignemini providere, cum clausulis, ut supra. Non obstañ quod portiones perpetuas sine cura in parrochialibus ecclesiis sanctorum Marie de Alcaceva et Salvatoris ac Petri de Elbis et Johannis de Ourem necnon perpetuam vicariam parrochialis ecclesie sancti Petri de Sintra Ulixboñ et Elborensis diocesum, quam vicariam paratus est dimittere, dum, etc., et cum clausulis, ut supra.

55. Item dilecto suo Johanni Symonis, clerico Cameracensis diocesis, de perpetua et integra portione parrochialis ecclesie sancti Martini de Sintra Ulixbonensis diocesis, spectante communiter vel divisim ad collationem, etc., prioris et portionariorum ecclesie eiusdem, dignemini providere et cum clausulis, ut supra.

56. Item dilecto suo Guillelmo Gallorsii, clerico Remensi, de beneficio ecclesiastico cum cura vel sine cura, spectante communiter vel divisim ad collationem, etc., episcopi et capituli ecclesie Ulixboñ, etiam si in ecclesia cathedrali existat, si cum cura centum, si vero sine cura fuerit, octuaginta, librarum Turonensium parvorum, secundum taxationem decime, valorem annuum non excedant, eidem G[uillelmo] dignemini providere, cum clausulis, ut supra. Non obstante quod capellam de Seppia Longa Remensis diocesis obtineat.

57. [fl. 184] Item dilecto suo Johanni Rosselli, presbytero Ambianensis diocesis rectorique parrochialis ecclesie de Blecomt Cameracensis diocesis, de beneficio ecclesiastico cum cura vel sine cura, spectante communiter vel divisim ad collationem, etc., abbatisse et conventus monasterii de Odivellis ordinis sancti Benedicti, Ulixboñ diocesis, dignemini providere. Non obstante quod auctoritate S. V. ad beneficium ecclesiasticum cum cura vel sine cura, spectans communiter vel divisim ad collationem, etc., prepositi, decani et capituli singulorumque canonicorum ecclesie Cameracensis spectare noscatur, cum clausulis, ut supra.

58. Item Johanni Johannis, canonico prebendato et archidiacono ecclesie Visensis, de dignitate, personatu, officio seu administratione cum cura vel sine cura ecclesie Visensis, etiam si electiva et maior post pontificalem dignitas existat, dignemini providere et cum clausulis, ut supra.

59. Item dilecto suo Didaco Egidii, clerico Ulixboñ diocesis, de canonicatu sub expectatione prebende ecclesie Colimbriensis dignemini providere, et cum clausulis, ut supra.

60. Item dilecto suo Gundissalvo Johannis, clerico Ulixboñ diocesis, de canonicatu sub expectatione prebende ecclesie Elborensis dignemini providere, cum clausulis, ut supra.

61. Item dilecto suo Roderico Johannis, bachalario in decretis, perpetuo portionario ecclesiarum sancti Jacobi et Salvatoris de Begia et Petri de Obidis Elborensis et Ulixboñ diocesum, de canonicatu sub expectatione prebende, dignitatis, personatus, officii sive administrationis, cum cura vel sine cura, ecclesie Ulixboñ dignemini providere et cum clausulis, ut supra.

62. Item dilecto suo Petro Mathei, presbytero Silvensis diocesis, de canonicatu sub expectatione prebende ecclesie Silvensis, eidem P[etro] dignemini providere et cum clausulis, ut supra.

63. Item dilecto suo Garsie de Ribares, canonico prebendato ecclesie Jactensis [et] Oscensis diocesis, de dignitate, personatu, officio sive administratione cum cura vel sine cura, etiam si electiva existat, ecclesie Jactensis et Oscensis insimul, etiam si ipse ecclesie invicem canonice unite existant vel divise fuerint, dignemini providere, regula cancellarie contra non graduatos in iure, in contrarium edita, non obstañ seu quod auctoritate felicis recordationis domini Gregorii pape xi. ([10]), immediate predecessoris vestri, de capella perpetua sine cura, alias vicaria vulgariter nuncupata, sanctorum Trinitatis, Juliani et Lucie extra muros Cesaraugustañ, certo modo vacante, sibi gratia facta existat, dignemini providere, cum clausulis, ut supra.

64. Item dilecto suo Johanni Laurentii, canonico prebendato et cantori ([11]) ecclesie secularis collegiate ecclesie sancte Marie de Vimaranis, de canonicatu sub expectatione prebende, dignitatis, personatus, administrationis sive officii ecclesie Bracharensis dignemini providere, quam cantoriam paratus est dimittere, dum, etc.

65. [fl. 184v] Item dilecto Stephano Johannis, [clerico Elborensis diocesis], dicti domini regis familiari, de canonicatu sub expectatione prebende ecclesie Elborensis dignemini providere, cum clausulis, ut supra.

66. Item dilecto suo Johanni de Guerra, canonico prebendato ecclesie Silvensis, de canonicatu sub expectatione prebende ecclesie Egitaniensis dignemini providere et cum clausulis, ut supra.

67. Item dilecto suo Johanni Laurentii, rectori parrochialis ecclesie sancti Salvatoris de Pinheyro Bracharensis diocesis, de canonicatu sub expectatione prebende ecclesie Bracharensis, cum dignitate, personatu, officio vel administratione, eidem J[ohanni] dignemini providere et cum clausulis, ut supra.

68. Item dilecto suo Suerio Martini, clerico Colimbriensis diocesis, de perpetua portione parrochialis ecclesie sancte Marie de Marvilla de Sanctarana Ulixboñ diocesis, ad collationem, etc., vicarii et portionariorum eiusdem, etiam si ad episcopum pertineat, dignemini providere, et cum clausulis, ut supra.

68[a]. Item dilecto suo Alfonso Johannis, medio canonico ecclesie Silvensis, de canonicatu sub expectatione prebende ecclesie Silvensis dignemini providere, quam mediam canoniam paratus est dimittere, dum, etc., et cum clausulis, ut supra.

69. Item dilecto suo Laurentio Johannis, clerico Silvensis diocesis, de canonicatu sub expectatione prebende ecclesie collegiate secularis ecclesie sancte Marie de Alcaceva Sancterenensis Ulixboñ diocesis dignemini providere et cum clausulis, ut supra.

Fiat pro omnibus, non servatis regulis de non graduatis. G.

Sine alia lectione et cum commissione examinis ad partes. — *Fiat. G.*

Datum Fundis, sextodecimo Kalendas Decembris, anno primo.

---

(1) D. Martinho, licenciado em direito canónico, prior da colegiada de Guimarães, nomeado bispo de Silves, em Fevereiro de 1373, por Gregório XI. Foi transferido pelo antipapa Clemente VII, em Fevereiro de 1379, à sé de Lisboa. Morreu a 6 de Dezembro de 1383, pelo que era já morto, quando o mesmo Clemente VII o elevou à dignidade cardinalícia, em 23 de Dezembro de 1383. Cf. EUBEL, C., *Hierarchia Catholica Medii Aevi sive Summorum Pontificum, S. R. E. Cardinalium, Ecclesiarum Antistitum series ab anno* 1198 *usque ad annum* 1431 *perducta*, ed. altera, Monasterii 1913, p. 452, 506. Não é de admirar que, nesta data de 16 de Novembro de 1378, venha indicado como bispo de Lisboa, porque a data da concessão ou anuência a estes pedidos é anterior àquela em que eles foram apresentados, de forma a começarem a ter efeitos jurídicos já antes.

(a) No ms. *quamdam capellaniam perpetuam.*
(b) No ms. *genito.*
(4) No ms. *quamdam portionem perpetuam.*
(5) No ms. *parrochialem ecclesiam.*
(6) No ms. *existis*, sem indicação do ano da idade.
(7) No ms. *genito.*
(8) No ms. *ac.*
(9) No ms. *genito.*
(10) Cf. nota 2 do n.º 197.
(11) No ms. *cantorique.*

70

1378, Novembro 17

Súplica de Afonso Esteves, bacharel em ambos os direitos, fazendo parte do rol da Universidade de Paris, sobre o canonicato de Lisboa, na expectativa da prebenda.

Reg. Suppl. 54, fl. 158-174v.

Rotulus licentiatorum et bacallariorum in iure canonico et civili Universitatis Parisiensis.

... ...

[fl. 171]

... ...

Item Alfonso Stephani (1), utriusque iuris bacallario, de canonicatu sub expectatione prebende, dignitatis, officii vel administrationis ecclesie Ulixbonensis de regno Portugallie, de cuius diocesi originem trahit, si vacant, etc., etiam si dignitas ipsa maior post [fl. 171v] pontificalem fuerit aut electiva. Non obstante quod canonicatum et prebendam ac cantoriam in Colimbriensi et capellaniam perpetuam seu portionem in parrochiali sancti Petri de Petrenaria Ulixbonensis diocesis ecclesiis obtineat, quam cantoriam quam primum, etc., dimittere paratus est.

... ...

[fl. 174v]

... ...

Fiat ut petitur pro omnibus. G.

Et quod premissa omnia et singula transeant sine alia lectione. — *Fiat. G.*

Datum Fundis, quintodecimo Kalendas Decembris, anno primo.

---

(1) No ms. *Stephano.*

71-94

1378, Novembro 17

Série de súplicas de D. Martinho, bispo de Lisboa, a favor de vários clérigos, como Paio Nicolau, bacharel em direito canónico, Álvaro Pires e João Gil, bachareis em direito civil, João Gonçalves, irmão do cavaleiro João Gonçalves de Teixeira, da diocese de Braga, Rodrigo Anes, bacharel em direito civil, Gonçalo Anes, bacharel em direito canónico, etc. Figuram nesta série de súplicas sobre benefícios portugueses alguns clérigos estrangeiros.

Reg. Suppl. 56, fl. 185-186.

Rotulus M[artini], episcopi Ulixbonensis (1).

Supplicat S. V. humilis et devota creatura vestra M[artinus], Ulixbonensis episcopus, quatinus supplicationes pro dilectis suis infrascriptis iuxta petita benigno favore apostolico admittere et exaudire dignemini misericorditer de gratia speciali.

Et primo dilecto suo Pelagio Nicolay, bacallario in decretis, quartanario in ecclesia Ulixboñ rectorique parrochialis ecclesie sancte Marie de Outeiro Bracarensis diocesis, de canonicatu sub expectatione prebende, vacañ vel vacat., dicte ecclesie Ulixboñ, eidem P[elagio] dignemini misericorditer providere et paratus est dimittere dictam quartanariam, dum pacificam possessionem, etc., fuerit assecutus, quibuscumque constitutionibus apostolicis et aliis in contrarium editis non obstantibus et cum omnibus aliis non obst. et clausulis oportunis ac executoribus.

72. Item quatinus dilecto suo Alvaro Petri, bacallario in iure civili, clerico Colimbriensis diocesis, de canonicatu sub expectatione prebende ecclesie Ulixboñ dignemini misericorditer providere. Cum clausulis, ut supra.

73. Item quatinus dilecto suo Johanni Egidii, bacallario in iure civili, clerico Ulixboñ, de canonicatu sub expectatione prebende ecclesie Elborensis dignemini misericorditer providere. Cum clausulis, ut supra.

74. Item quatinus dilecto suo Johanni Gundissalvi, fratri Johannis Gundissalvi de Texera, militis, clerico Bracarensis diocesis, de canonicatu sub expectatione prebende ecclesie Elborensis dignemini misericorditer providere. Non obstañ quod in octavo etatis sue anno constitutus fuerit ac defectu natalium, quem patitur de presbytero [genitus] (2) et soluta, cum quo ad predicta dignemini misericorditer dispensare. Cum clausulis, ut supra.

75. Item quatinus dilecto suo Roderico Johannis, clerico Elborensi, bacallario in iure civili, de beneficio ecclesiastico cum cura vel sine cura, vacante vel vacaturo, spectante communiter vel divisim ad collationem, etc., episcopi et capituli Colimbrieñ, etiam si canonicatus et prebenda et dignitas, officium, personatus vel administratio curata et electiva simul vel successive in eadem ecclesia existat, eidem Ro[derico] dignemini misericorditer providere. Non obstañ canonicatu et prebenda ecclesie Elborensis, super quibus (3) litigat in Curia Romana et cum clausulis, ut supra.

76. Item quatinus dilecto suo Gundissalvo Johannis, clerico Elborensis diocesis, bacallario in decretis et studenti in iure civili et continuanti incessanter, de canonicatu sub expectatione prebende ac personatu, dignitate, officio, administratione cum cura vel sine cura ecclesie Elborensis; paratus est dimittere ecclesiam santi Petri de Evoramonte Elborensis diocesis, quam acceptavit vigore gratie per dominum G[regorium] sibi facte, cuius possessionem non est assecutus, etiam non obst. gratia sibi facta per S. V. de parrochiali ecclesia sancti Nicolay de Cabeceiras (4) de Basto, Bracarensis [diocesis], certo modo vacatura, eidem G[undissalvo] dignemini misericorditer providere. Cum clausulis, ut supra.

77. Item quatinus dilecto cubiculario suo Willardino Flissardi, clerico Ambianensi, de canonicatu sub expectatione prebende et dignitatis, officii, personatus vel administrationis ecclesie Noviomensis, eidem W[illardino] dignemini misericorditer providere sibique concedere quod huiusmodi aut alias expectativa gratia per e[amdem] S. V. sibi facta effectum sortita, reliqua in suo robore permaneat et vigore et cum clausulis oportunis, ut supra.

78. [fl. 185v] Item quatinus Gundissalvo Stephani, canonico prebendato in ecclesia Visensi, studenti in iure canonico, de canonicatu sub expectatione prebende, dignitatis, officii, personatus, etiam si curam animarum habeat, ecclesie Portugalensis, eidem G[undissalvo] dignemini providere; et paratus [est] dimittere ecclesiam parrochialem sancti Jacobi de Cuçurans Visensis diocesis, dum pacificam possessionem, etc., cum clausulis, ut supra.

79. Item quatinus Petro Roderici, clerico Elborensi (5), scolari in iure civili, de beneficio ecclesiastico cum cura vel sine cura, vacante vel vacaturo, spectante communiter vel divisim ad collationem episcopi et capituli ecclesie Elborensis, eidem R[oderico] dignemini misericorditer providere. Cum clausulis, ut supra.

80. Item quatinus Ginoco Gissart, canonico prebendato ecclesie Ulixboñ, rectori parrochialis ecclesie de Golegano, de dignitate, personatu vel officio, administratione eiusdem ecclesie Ulixboñ, eidem G[inoco] dignemini misericorditer providere. Cum clausulis, ut supra.

81. Item quatinus dilecto suo Johanni Garsie de Tezo, rectori parrochialis ecclesie beate Marie de Almansa Cartaginensis diocesis, de canonicatu sub expectatione prebende ecclesie Cartaginensis cum prestimoniis et prestimonialibus portionibus unius vel plurium cedentium vel decedentium, spect. communiter vel divisim ad collationem, etc., episcopi et capituli singulorumque canonicorum et personarum ecclesie Cartaginensis, dignemini misericorditer providere. Cum clausulis, ut supra.

82. Item quatinus dilecto suo Willelmo Zuermont de Ameyoghe, clerico Traiectensis diocesis, de canonicatu sub expectatione prebende, personatus vel officii, cum cura vel sine cura, simul vel successive, ecclesie Suessionensis vel Cathalaunensis dignemini misericorditer providere. Cum clausulis, ut supra.

83. Item quatinus dilecto suo Johanni Roderici de Elbis, clerico Elborensis diocesis, de beneficio ecclesiastico cum cura vel sine cura, spectante communiter vel divisim ad collationem, etc., episcopi et capituli Elboreñ, dignemini misericorditer providere. Cum clausulis, ut supra.

84. Item quatinus dilecto suo Alfonso Martini, clerico Ulixboñ, de beneficio ecclesiastico sine cura, spectante communiter vel divisim ad collationem, etc., prioris et portionariorum ecclesie sancti Juliani Ulixboñ, eidem A[lfonso] dignemini misericorditer providere. Cum clausulis, ut supra.

85. Item quatinus dilecto suo Petro Martini, clerico Bracarensis diocesis, de canonicatu sub expectatione prebende, dignitatis, officii, personatus vel administrationis ecclesie Bracarensis, eidem P[etro] dignemini misericorditer providere. Cum clausulis, ut supra.

86. Item quatinus dilecto suo Johanni Roderici, canonico prebendato ecclesie Valissoleti, de canonicatu sub expectatione prebende in ecclesia Burgensi, eidem J[ohanni] dignemini misericorditer providere, cum clausulis, ut supra.

87. Item quatinus dilecto suo Johanni Fernandi, clerico Zamorensis diocesis, de canonicatu sub expectatione prebende in ecclesia Silvensi, eidem Jo[hanni] degnemini misericorditer providere, cum clausulis, ut supra.

88. Item quatinus dilecto suo Guillelmo Wlpis, clerico Corizopitensis diocesis, de canonicatu sub expectatione prebende ecclesie Nannetensis. Cum clausulis, ut supra.

89. Item quatinus dilecto suo Oudardo de Sanctis, presbytero Noviomensis diocesis, de canonicatu sub expectatione prebende ecclesie Suessionensis. Cum clausulis, ut supra.

90. Item quatinus dilecto suo Johanni Martineti (6), clerico Lemovicensis diocesis, de canonicatu sub [fl. 186] expectatione prebende ecclesie sancti Frontonis Petragoricensis diocesis, cum clausulis, ut supra.

91. Item quatinus dilecto suo Alfonso Garsie de Aquilari, portionario in ecclesia Cartaginensi, specialem gratiam facientes, de canonicatu sub expectatione prebende, prestimoniorum et prestimonialium portionum, vacañ seu vacaturo in ecclesia, civitate et diocesi Concheñ. Non obst. dicta portione et quibusdam prestimoniis parvi valoris que in dicta ecclesia et diocesi Cartagineñ obtinet, que et quot sint S. V. dignetur pro expressis habere, et quadam capellania in ecclesia sancte Marie de Murcia, quam paratus est dimittere, cum primo pacificam possessionem, etc., eidem A[lfonso] dignemini misericorditer providere. Cum clausulis, ut supra.

92. Item quatinus dilecto suo Stephano Dominici, in secundo gradu consanguinitatis sibi adiuncto, clerico Zamorensis diocesis, de canonicatu sub expectatione prebende et dignitatis ecclesie Zamorensis, eidem S[tephano] dignemini misericorditer providere. Non obst. parrochiali ecclesia de Almaraz et gratia sibi per e[amdem] S. V. sibi facta de canonicatu sub expectatione prebende et dignitatis ecclesie Colimbriensis, que omnia paratus est dimittere, dum pacificam possessionem, etc. Cum clausulis, ut supra, et cum prestimoniis et prestimonialibus portionibus usque ad summam C. librarum Turonensium parvorum.

93. Item quatinus dilecto suo Johanni Valasci, clerico Zamorensi, de canonicatu sub expectatione prebende ecclesie Zamorensis, et paratus est dimittere capellaniam et ecclesiam parrochialem (7) dicte diocesis, dum pacificam possessionem, etc. Cum clausulis, ut supra, et cum prestimoniis et prestimonialibus usque ad summam C. librarum Turonensium parvorum.

94. Item supplicat dictus episcopus quatinus supplicationes nec aliqua earum subreptitia censeri valeant, si in eis vel aliqua earum aliquid fuerit pretermissum et quod possint corrigi, cum littere fuerint conficiende.

Fiat pro omnibus. G.

Et quod transeant sine alia lectione. — *Fiat. G.*

Datum Fundis, quintodecimo Kalendas Decembris, anno primo.

---

(1) Cf. nota 1 do n. 4.

(2) Riscada a palavra *genitus* com a anotação à margem direita do texto: *non est in originali.*

(3) No ms. *qua.*

(4) No ms. *Cabepeiras.*

(5) Riscada a palavra *diocesis* depois de *Elborensis* com a anotação à margem direita do texto: *non est in originali. G.*

(6) Riscada a palavra *Martini* com indicação, na margem direita do texto, da correcção *Martineti.*

(7) No texto um espaço em branco com a anotação à margem direita: *spatium est in originali. G.*

95-97

1378, Novembro, 17, 21, 22

Súplicas do Estudo de Orléans, a favor de Fernando Gonçalves, clérigo da diocese de Lisboa e bacharel em leis, sobre o canonicato lisbonense, na expectativa da prebenda, de João Rodrigues, também bacharel em leis e clérigo da diocese do Porto, sobre um benefício na diocese de Lisboa, e de João Afonso, clérigo da diocese de Lamego e escolar em leis, sobre o canonicato de Coimbra, na expectativa da prebenda.

Reg. Suppl. 56, fl. 107-136v.

Rotulus Studii Aurelianensis.

... ...

[fl. 117]

... ...

Bacallarii de quarto volumine legendi

Item Fernando Gonssalvi, clerico Ulixbonensis diocesis, bacallario in legibus, de canonicatu sub expectatione prebende, cum dignitate, personatu vel officio ecclesie Ulixboñ, etiam si dignitas curata, electiva et maior post pontificalem dignitatem existit. Non obstañ canonicatu et prebenda, quos obtinet in ecclesia Elborensi, ac prestimonio temporali in ecclesia sancti Laurentii Ulixboñ, quod prestimonium dimittere paratus est.

... ...

[fl. 118]

... ...

Datum Fundis, pro bacallariis suprascriptis non datatis, quintodecimo (1) Kalendas Decembris, anno primo.

... ...

[fl. 122]

... ...

Bacallarii de primo volumine

... ...

[fl. 126]

... ...

96. Item Johanni Roderici, clerico Portuensis diocesis, bacallario in legibus, de beneficio ecclesiastico cum cura vel sine cura, spectante communiter vel divisim ad collationem, etc., episcopi, etc., Ulisboneñ, cum dignitate, personatu vel officio simul vel successive vacante vel vacaturo.

Secuuntur scolares

... ...

[fl. 127]

... ...

Datum Fundis, pro bacallariis et scolaribus suprascriptis non datatis undecimo Kalendas Decembris, anno primo.

Scolares in quarto volumine sue auditionis existentes.

... ...

[fl. 128]

... ...

97. Item Johanni Alfonsi, clerico Lamecensis diocesis, scolari in legibus, de soluto genito et soluta, cum quo alias primo ut, non obstante predicto deffectu, posset ad omnes ordines promoveri et beneficium obtinere, etiam si curam habeat animarum, secundo ut huiusmodi beneficium, totiens quotiens vellet, cum alio simili vel dissimili permutare vel aliud beneficium compatibile cum cura retinere extitit dispensatum, de canonicatu sub expectatione prebende ecclesie Columbriensis. Non obstañ predicto deffectu et parrochiali ecclesia beate Marie de Esmoriz Portugal. diocesis, quam obtinet, auctoritate dicte dispensationis, cuius fructus xx.ti librarum Turonensium in valore annuo non excedunt, obtinere noscatur.

... ...

[fl. 136v]

... ...

Fiat pro omnibus. G.

Datum Fundis, pro omnibus suprascriptis non datatis decimo Kalendas Decembris, anno primo.

---

(1) Primitivamente estava *tertiodecimo*, mas foi corrigido e anotado na margem direita do texto: *Quintodecimo, mutata data ista in originali et hic de mandato domini nostri pape et ubi erat xiii positum est xv. G.*

98-185

1378, Novembro 18, 20, 22

Série longa de súplicas do Estudo de Lisboa e do respectivo reitor dos estudantes, João, arcediago de Viseu, que tinha estudado direito canónico durante cinco anos e descendia duma família, cujos membros tinham prestado relevantes serviços a el-rei D. Fernando e seus progenitores, como conselheiros. De tantos pedidos relativos a uns 85 *clérigos, recordamos apenas o referente à data da concessão dos benefícios. Dizem os interessados que as súplicas tinha sido apresentadas em atrazo quanto à eleição do papa, por indiferença d'el-rei. Por isso, pedem a Clemente VII lhes conceda a data que se costumava conceder aos Estudos, quando o Sumo Pontífice era criado papa.*

Reg. Suppl. 56, fl. 202v-207v.

Rotulus Studii Ulixbonensis.

Pater Sanctissime, humilis et devotus filius et orator vester Johannes, archidiaconus in ecclesia Visensi rectorque studentium Universitatis Studii Ulixboñ in Portugalia constitutus ac Universitas supradicta cum omnimoda reverentia sanctos pedes vestros

humiliter osculando, V. significant S. quod, urgente ratione naturali que habet quod unumquodque apetit suum simile, compelluntur non immerito firmiter credere et tenere quod liberalissimus et propitius Dominus non dissimilem sed convenientem potius sibi in nobis constituerit Vicarium Jhesus Christus, dum ad ecclesiam suam universalem regendam Beatitudinem Vestram disposuit assumendam, Redemptorem in nobis populo suo mittens, ne permitteret eum tamquam oves errantes indevium scismatis declinare; ipse enim est de quo scribitur, ut melius novit V. S. benedicta, quod dat omnibus afluenter et non revocat sed cumulos gratiarum et liberalitatis amplificat, sciens quod hanc sibi liberalitas quodammodo legem imponit ut debere se quod sponte tribuit extimet et nisi in bene creverit nihil se prestitisse putetur, ad quod credendum firmiter et tenendum, Pater Sancte, eos viri sancti nominis declaratio alias dirivatio non modicum inducere videtur quod recte de clementia dirivatur, que a liberalitate non multum creditur esse remota, ymo coniuncta potius et anexa, cum in omni liberalitate clementia non sit dubium contineri. Pius ergo et misericors Pater, Clementie V. filii supplicant antedicti quatinus sibi pro scientie margarita in dicto vestro Studio continue laborantibus specialem gratiam facientes, de beneficiis in Dei ecclesia et alias ut petunt dignemini misericorditer providere ut sic in sudoris vultus sui manuum suarum manducantes labores, in ipsa Dei ecclesia fructum afferant qui non periit et ceteri hec occulo interiori cum diligen. recenssentes ad subportandos labores predictos, in quibus reipublice sine dubio versatur utilitas facilius inducantur et ipsa Dei ecclesia que, ut melius nosc., ad sui regimen viris eget permaxime litteratis, tamquam vitis habundans filiis suis, sicut novelle olivarum in circuitu domus et mense sue specialius constitutis, talium muro inexpugnabili bellatorum fortiter resistere valeat insurgentibus ex adverso.

99. Supplicant igitur specialius quatinus Fernando Martini, archidiacono et canonico in ecclesia Egitaniensi, bacallario in decretis, in proximo licentiando, actu legenti in dicto Studio hora prime ordinaria vel etiam doctorali, qui coram principibus, prelatis et magnatibus regni huius et alibi sepe publice proposuit verbum Dei, de canonicatu in ecclesia Ulixboñ dignemini providere, prebendam vero, dignitatem, personatum, officium, administrationem, quocumque nomine censeantur, vacañ vel vacat. in dicta ecclesia quoquo modo, conferend. dicto F[ernando] dispositioni apostolice nichilominus reservantes, etiam si curam habeant animarum vel sint talia, ad que vel ad quod consueverit aliquis per viam electionis assumi de [fl. 203] consuetudine vel de iure, vel maiora post episcopalem vel ipsorum dispositioni sedi apostolice quomodolibet reservatio, ut in forma.

100. Item quatinus iura civilia discere valeat e[t] docere dignemini sibi misericorditer indulgere, non obstantibus constitutionibus *Super specula* et aliis quibuscumque in contrarium promulgatis.

101. Item quatinus Johanni, archidiacono et canonico ecclesie Visensis, rectori Universitatis Studii Ulixbonensis, per quinquennium studenti in iure canonico, de genere proborum regni Portugalie procreato (1), qui domino Fernando, nunc regi dicti regni, et eius patri et avis fideliter servitia in suo consilio, prout decuit, impenderunt et incessanter impendunt, specialem gratiam facientes, in dicta ecclesia Visensi, de prebenda et dignitate, officio, personatu, administratione, quocumque nomine censeantur, vacantibus vel vacaturis, etiam si curam habeant animarum annexam vel sint talia, ad que consuevit aliquis

per electionem assumi vel maiora post episcopalem, dicto J[ohanni] dignemini providere, etiam si eiusdem dignitatis, personatus, officii et prebende ex generali vel speciali reservatione vestra vel predecessorum vestrorum collatio, provisio seu dispositio ex quavis causa sit ad sedem apostolicam devoluta et cum aliis clausulis, ut in forma.

102. Item quatinus iura civilia discere valeat et docere dignemini misericorditer indulgere, non obstantibus constitutionibus *Super specula* et aliis quibuscumque in contrarium promulgatis.

103. Item quatinus beneficium ecclesiasticum cum cura vel sine cura, si vacat ad presens, vel quam primum vacaverit, spectans communiter vel divisim ad collationem, etc., episcopi et capituli Ulixboneñ, conferendum Alvaro Letton, de nobili genere, clerico Sanctarenensi Ulixboñ diocesis, scolari in iure civili per quinquennium, dignemini donationi apostolice reservare, non obst. portione in ecclesia sancte Marie dAlcanede et sancti Laurentii Sanctareneñ, quas obtinet, quarum fructus, etc., x. florenorum, deductis expensis, valorem annuum in absentia non excedunt, ut in forma.

104. Item quatinus dignitatem, personatum, officium, administrationem, quocumque nomine censeantur (2), vacañ vel vacat. in ecclesia Mindoniensi, etiam maiorem post episcopalem, curatam vel electivam, conferendam Johanni de Figueiras, de nobili genere, canonico in ecclesia supradicta, studenti in iure canonico per triennium, dignemini dispositioni apostolice reservare in forma, et offert se dimissurum beneficium beati Laurentii de Doso et beneficium beate Marie de Sequiram et beneficium sancti Georgii de Marinis, que habet, habita possessione pacifica gratie supradicte.

105. Item [quatinus] Alvaro Gundissalvi de Villa Viçosa, clerico Elborensis diocesis, de nobili genere, scolari per triennium in iure civili, qui desiderat [fl. 203v] ascribi militie clericali, de canonicatu in cathedrali ecclesia Elborensi dignemini providere, prebendam vero, si qua vacat ad presens, vel quam primo vacare contigerit, conferendam sibi, dignemini dispositioni apostolice reservare, in forma.

106. Item quatinus Johanni Alfonsi de Vilar, de nobili genere, rectori parrochialis ecclesie sancti Jacobi de Lordelo, Bracarensis diocesis, scolari per triennium in iure civili, specialem gratiam facientes, de canonicatu sub expectatione prebende in ecclesia Bracarensi dignemini misericorditer providere, dignitatem vero, personatum, officium cum cura vel sine cura, vacañ vel vacat., etiam si talis dignitas, personatus, officium, electiva vel maior post pontificalem existat, conferend. eidem J[ohanni], dignemini dispositioni apostolice misericorditer reservare, in forma.

107. Item quatinus Alvaro Gunsalvi, rectori ecclesie sancte Marie dAlgodres, Visensis diocesis, in iure canonico per quinquennium studenti, specialem gratiam facientes, de canonicatu sub expectatione prebende ecclesie Portugalensis, vac. vel vacat., eidem A[lvaro] dignemini dispositioni apostolice reservare, ut in forma.

108. Item quatinus specialem gratiam facientes Valasco Stephani de Parva Cava, clerico Colimbriensis diocesis, studenti per quinquennium in iure civili, de canonicatu sub expectatione prebende, ac dignitate vel personatu seu officio cum cura vel sine cura, vac.

vel vacat. in ecclesia Colimbriensi, etiam si talis dignitas, personatus seu officium, electiva vel maior post pontificalem existat, conferend. eidem V[alasco], dignemini dispositioni apostolice reservare, in forma.

109. Item quatinus Alfonso Johannis, clerico Silvensi, in iure canonico per quadriennium studenti, de canonicatu sub expectatione prebende in ecclesia Silvensi dignemini providere. Non obstañ quod per e[amdem] S. eidem facta est gratia de beneficio ecclesiastico curato, ad collationem episcopi et capituli Ulixboneñ communiter vel divisim, etiam si dimidia canonia, vel quartanaria in ecclesia Ulixboñ existat, in forma.

110. Item quatinus Alfonso Petri de parrochia sancti Anthonii Elboreñ, studenti in iure civili per quinquennium, de canonicatu sub expectatione prebende in ecclesia Elborensi sibi dignemini providere, prebendam vero, si qua vacat ad presens, vel quam primo eam vacare contigerit, conferendam sibi, dignemini dispositioni apostolice reservare, ut in forma.

111. Item quatinus Martino Alfonsi de Sintra, presbytero Ulixboñ diocesis, qui in iure canonico per quadriennium studuit, beneficium perpetuum in ecclesia Ulixbonensi vulgariter nuncupatum media canonia, vacans vel vacaturum in dicta ecclesia, conferendum eidem, sibi dignemini dispositioni apostolice reservare, in forma.

112. Item quatinus de canonicatu sub expectatione prebende in ecclesia Colimbriensi, vac. vel vacat., Salvatori Johannis de Alfaiatis Civitatensis diocesis, in iure civili studenti, conferen., dignemini dispositioni apostolice reservare, in forma.

113. Item quatinus canonicatum sub expectatione prebende in ecclesia Elborensi, vac. vel vacat., Gonsalvo Menendi, clerico Elborensi, in iure canonico per quadriennium studenti, conferend. dignemini dispositioni apostolice reservare, in forma.

114. [fl. 204] Item quatinus Fernando Johannis Bracarensi, scolari per triennium in iure civili, conferendum beneficium curatum, spectans communiter vel divisim ad collationem archiepiscopi et capituli, si vacat ad presens, vel quam primo vacare contigerit, usque ad summam octuaginta librarum, ut in forma.

115. Item quatinus specialem gratiam facientes Roderico Johannis, clerico Elborensi, scolari in iure canonico, de canonicatu sub expectatione prebende ecclesie Elborensis, vac. vel vacat., conferend. eidem R[oderico], dignemini dispositioni apostolice reservare ([3]), in forma.

116. Item quatinus specialem gratiam facientes Alfonso Martini, clerico Lamecensis diocesis, scolari in iure civili, de dimidia prebenda sive quartanaria ecclesie Ulixbonensis, vacante vel vacatura simul vel successive, eidem A[lfonso] dignemini providere, in forma.

117. Item quatinus Alfonso Johannis, scolastico Egitaniensi, de canonicatu et prebenda, vacantibus in ecclesia Egitaniensi per munus consecrationis impensum domino Laurentio, archiepiscopo Bracarensi ([4]), dignemini providere, non obst. perpetua cappellania, quam habet in loco de Pampilhosa.

118. Item quatinus de canonicatu sub expectatione prebende, vac. vel vacat. in ecclesia Egitaniensi, dignemini Gonsalvo Johannis de Covilhaa, rectori ecclesie de Caria, Egitaniensis diocesis, misericorditer providere, in forma.

119. Item quatinus Valasco Johannis de Monte Maiore Veteri, clerico Colimbriensis diocesis, scolari in iure canonico, specialem gratiam facientes, de beneficio ecclesiastico etiam curato, vacante vel vacaturo, spectante communiter vel divisim ad collationem, etc., episcopi et capituli Colimbrieñ, conferendo eidem V[alasco], dignemini dispositioni apostolice reservare (5), in forma.

120. Item quatinus Egidio Martini de Trancoso, clerico Visensis diocesis, scolari in iure canonico, specialem gratiam facientes, de canonicatu sub expectatione prebende ecclesie Visensis, vac. vel vacat., eidem Egidio donationi apostolice dignemini misericorditer reservare (6), in [forma].

121. Item quatinus Vincentio Stephani de Turribus Novis Ulixbonensis diocesis canonicatum sub expectatione prebende in ecclesia Colimbriensi dignemini donationi apostolice reservare, ut in forma.

122. Item quatinus Alfonso Lupi, de nobili genere, rectori parrochialis ecclesie sancti Petri de Sebal Colimbriensis diocesis, scolari in utroque iure, canonicatum sub expectatione [prebende], vac. vel vacat. in ecclesia Colimbriensi, donationi apostolice dignemini reservare, ut in forma.

123. Item quatinus Didaco Alvari de Setuvel, clerico Ulixbonensis diocesis, in iure canonico studenti, portionem vacantem vel vacaturam in ecclesia sancti Salvatoris de Arrayolos Elborensis diocesis, spectantem communiter vel divisim ad collationem prioris et portionariorum eiusdem ecclesie, dignemini misericorditer reservare, in forma.

124. Item quatinus Anthonio de Castro, rectori parrochialis ecclesie sancte Columbe de Riba de Lima, Bracarensis diocesis, canonicatum vulgariter nuncupatum, vacantem vel vacaturum in ecclesia sancte Marie Vimaraneñ dicte diocesis, conferendum, donationi apostolice dignemini reservare, in forma.

125. [fl. 204v] Item quatinus Martino Johannis de Tavora, clerico Tudensis diocesis, beneficium ecclesiasticum etiam curatum, spectans communiter vel divisim ad collationem archiepiscopi Bracharensis, conferendum, dignemini misericorditer reservare, in forma.

126. Item quatinus Valasco Laurentii, clerico Egitaniensis diocesis, beneficium ecclesiasticum, etiam curatum, vacans vel vacaturum, spectans communiter vel divisim ad collationem, etc., abbatis et conventus monasterii sancti Johannis dAlpendorada diocesis Portugalensis, dignemini misericorditer reservare, in forma.

127. Item quatinus portionem in ecclesia sancti Antonii Elboreñ, vacantem vel vacaturam, spectantem communiter vel divisim ad collationem, etc., cuiuscumque ecclesie persone, conferendam Gunsalvo Johannis de Elbis Elborensis diocesis, dignemini dispositioni apostolice reservare, in forma.

128. Item quatinus Martino Alfonsi, clerico Civitatensis diocesis, primam portionem vacantem vel vacaturam in ecclesia sancti Jacobi dAvrantes Egitaniensis diocesis, conferendam sibi, qui desiderat ascribi militie clericali, dispositioni apostolice reservare dignemini, in forma.

129. Item quatinus Andree Gunsalvi, clerico Ulixbonensi, de beneficio ecclesiastico sine cura, vacante vel vacaturo in ecclesia sancte Marie dAlcamin Ulixboneñ, spectante communiter vel divisim ad collationem prioris et portionariorum eiusdem ecclesie, donationi apostolice dignemini misericorditer reservare (7), in forma.

130. Item quatinus Alfonso Johannis, clerico Pacensis diocesis, de perpetua portione, vacante vel vacatura in ecclesia sancti Martini Sanctareneñ Ulixbonensis diocesis, spectante communiter vel divisim ad collationem, etc., prioris et portionariorum eiusdem ecclesie, dignemini misericorditer reservare, ut in forma.

131. Item quatinus de beneficio, etiam curato, vacante vel vacaturo, spectante communiter vel divisim ad collationem, etc., episcopi et capituli Egitanieñ, conferendo Vincentio Martini de Fundum, Egitaniensis diocesis, dignemini misericorditer reservare, ut in forma.

132. Item quatinus Johanni Dominici, presbytero Ulixbonensi, primam portionem vacantem vel vacaturam in ecclesia sancti Michaelis Ulixboneñ, spectantem communiter vel divisim ad collationem, etc., prioris et portionariorum dicte ecclesie, dignemini misericorditer reservare, ut in forma.

133. Item quatinus Gunsalvo Stephani, clerico Ulixboñ diocesis, scolari in iure civili, canonicatum sub expectatione prebende, vac. vel vacat. in ecclesia Ulixboñ, conferend., dispositioni apostolice dignemini misericorditer reservare, in forma.

134. Item quatinus Egidio Petri, presbytero de Turribus Novis Ulixbonensis diocesis, canonicatum sub expectatione prebende, vac. vel vacat. (8) in ecclesia Elborensi, donationi apostolice dignemini misericorditer reservare, in forma.

135. [fl. 205] Item quatinus Johanni Aparitii, presbytero Ulixbonensis diocesis, beneficium ecclesiasticum, etiam curatum, spectans communiter vel divisim ad collationem, etc., episcopi et capituli Elboreñ, conferendum, dignemini misericorditer reservare, in forma.

136. Item quatinus Egidio Martini de Begia, Elborensis diocesis, scolari in iure canonico, specialem gratiam facientes, beneficium ecclesiasticum, vacans vel vacaturum, spectans communiter vel divisim ad collationem, etc., episcopi et capituli Elboreñ, donationi apostolice dignemini reservare, in forma.

137. Item quatinus Gunsalvo Fernandi, clerico Silvensis diocesis, in iure canonico studenti, specialem gratiam facientes, de canonicatu sub expectatione prebende, vacañ vel vacat. in ecclesia Silvensi, eidem [conferend.], dispositioni apostolice dignemini reservare (9).

138. Item quatinus Gunsalvo Martini, presbytero Bracharensis diocesis, in iure canonico studenti, specialem gratiam facientes, beneficium ecclesiasticum etiam curatum usque ad summam octuaginta librarum Turonensium parvorum, spectans communiter vel divisim ad collationem, etc., archiepiscopi et capituli Brachareñ, si vacat ad presens, vel quam primo vacaverit, conferendum eidem, dignemini dispositioni apostolice reservare; et offert (10) se dimissurum parrochialem ecclesiam sancti Mameti (11) eiusdem diocesis, habita pacifica possessione de beneficio incompatibili.

139. Item quatinus Gometio Laurentii, presbytero Auriensis diocesis, in iure canonico studenti, specialem gratiam facientes, de beneficio ecclesiastico, etiam curato, vacante vel vacaturo, spectante communiter vel divisim ad collationem, etc., abbatis et conventus sancti Claudii, dignemini misericorditer providere, ut in forma.

140. Item quatinus dignemini dispensare cum Johanne Stephani, canonico, studenti in iure canonico, ut duo beneficia incompatibilia recipere valeat et habere, si sibi alias canonice conferantur, et alterum existat, dimittere ex causa permutationis vel alias, ut in forma.

141. Item quatinus Ludovico Gometii, clerico Ulixbonensi, in iure canonico studenti, specialem gratiam facientes, de canonicatu sub expectatione prebende ecclesie Ulixboñ, vac. vel vacat., eidem [conferend.], donationi apostolice dignemini reservare, in forma.

142. Item quatinus Fernando Johannis, clerico Bracharensi, in iure canonico studenti, portionem, que vulgariter nuncupatur tertenaria, in ecclesia Bracharensi, vacantem vel vacaturam, conferendam, donationi apostolice dignemini reservare, in forma.

143. Item quatinus Laurentio Alfonsi, rectori ecclesie sancti Johannis de Mamouros Visensis diocesis, in iure canonico studenti, specialem gratiam facientes, de canonicatu sub expectatione prebende, vac. vel vacat. in ecclesia Visensi, eidem dispositioni apostolice dignemini misericorditer reservare (12), ut in forma.

144. Item quatinus Roderico Johannis de Felgueira, rectori ecclesie sancte Marie de Caranta [fl. 205v] Mindoniensis diocesis, in iure canonico studenti, primam canoniam sub expectatione prebende, vac. vel vacat., cum prestimoniis, in ecclesia Mindonensi, donationi apostolice dignemini reservare, in forma; et paratus est dimittere beneficium simplex quod habet in ecclesia beati Martini.

145. Item quatinus Vincentio Petri, clerico Castri Sanctarenensis Ulixbonensis diocesis, scolari in iure canonico, specialem gratiam facientes, canonicatum sub expectatione prebende, vac. vel vacat. in ecclesia Elborensi, ac etiam dignitatem, personatum, officium, administrationem, etiam curatam vel electivam, dum tamen maior post pontificalem in eadem ecclesia non existat, conferend., dispositioni apostolice dignemini reservare, in forma.

146. Item quatinus Fernando Fernandi de Alanquerio, de nobili genere, clerico Ulixboñ diocesis, scolari (13) in iure civili, specialem gratiam facientes, beneficium ecclesiasticum, etiam curatum, usque ad summam octuaginta librarum Turonensium parvorum,

spectans communiter vel divisim ad collationem, etc., episcopi et capituli Ulixboneñ, si vacat ad presens, vel quam primum vacaverit, conferend. eidem F[ernando], donationi apostolice dignemini reservare, in forma.

147. Item quatinus Vincentio Dominici, clerico Portugalensi, beneficium ecclesiasticum, etiam curatum, spectans communiter vel divisim ad collationem, [etc.], episcopi et capituli Portugaleñ, si vacat ad presens vel quam primum vacaverit, conferend., dispositioni apostolice dignemini reservare (14), in forma.

148. Item quatinus Gometio Johannis, clerico Ulixbonensi, in iure canonico studenti, specialem gratiam facientes, beneficium ecclesiasticum sine cura ecclesie sancte Juste Ulixboneñ, spectans communiter vel divisim ad collationem prioris et portionariorum, si vacat ad presens, vel cum vacaverit, conferendum, dignemini dispositioni apostolice reservare, in forma.

149. Item quatinus portionem, vacantem vel vacaturam in ecclesia sancti Salvatoris dAyrayolos Elborensis diocesis, conferendam Didaco Alvari, de parrochia sancti Juliani Ulixboñ, in iure canonico studenti, spectantem ad collationem prioris et portionariorum ecclesie supradicte communiter vel divisim, dignemini dispositioni apostolice reservare, in forma.

150. Item quatinus Ludovico Martini, clerico Portugalensi, in iure canonico per triennium studenti, canonicatum sub expectatione prebende, vacañ vel vacat. in cathedrali ecclesia Portugal., conferend., dispositioni apostolice dignemini misericorditer reservare, in forma.

151. Item quatinus beneficium ecclesiasticum, vacans vel vacaturum, etiam curatum, in ecclesia Ulixboñ, media canonia vel quartanaria vulgariter nuncupatum, conferendum Lançarot Stephani Ulixboñ, de parrochia sancti Johannis Ulixboñ, studenti in logica, dignemini dispositioni apostolice (15) reservare.

152. Item quatinus beneficium ecclesiasticum, vacans vel vacaturum in ecclesia sancti Johannis dAvrantes Egitaniensis diocesis, portionem vulgariter nuncupatam sine cura, spectans communiter vel divisim ad collationem, etc., episcopi et capituli vel cuiuslibet alterius persone [fl. 206], conferendum Johanni Vincentii, gramatico, da Cortiçada eiusdem diocesis, dignemini dispositioni apostolice reservare, in forma.

153. Item quatinus Petro Stephani, presbytero Bracarensis diocesis, studenti in iure canonico, de canonicatu sub expectatione prebende, vacañ vel vacat. in ecclesia Bracarensi, non obstante ecclesia sancti Adriani de Mões dicte diocesis, quam nunc obtinet, dignemini donationi apostolice reservare, ut in forma.

154. Item quatinus Valasco Pelagii de Trancoso, clerico Visensis diocesis, canonicatum sub expectatione prebende ecclesie Lamecensis, vac. vel vacat., donationi conferendum apostolice dignemini reservare, ut in forma.

155. Item quatinus Georgio Dominici, clerico Colimbriensis diocesis, specialem gratiam facientes, beneficium ecclesiasticum etiam curatum, spectans communiter

vel divisim ad collationem, etc., episcopi et capituli Colimbrieñ, si vacat ad presens, vel quam primum vacare contigerit, donationi apostolice dignemini reservare, in forma.

156. Item quatinus specialem gratiam facientes Martino Menendi, clerico Elborensi, in logica studenti, perpetuam portionem in ecclesia sancte Marie das Al[ca]çovas Elborensis diocesis, vacantem vel vacaturam, spectantem communiter vel divisim ad collationem, presentationem seu quamvis (16) aliam dispositionem prioris et portionariorum eiusdem ecclesie, dignemini dispositioni apostolice reservare, in forma.

157. Item quatinus beneficium ecclesiasticum, etiam curatum, vacans vel vacaturum, spectans communiter vel divisim ad collationem, etc., episcopi et capituli Egitanieñ, conferendum Alfonso Johannis, presbytero de Pampilhosa Egitaniensis diocesis, dignemini reservare.

158. Item quatinus canonicatum sub expectatione prebende, vacañ ad presens, vel cum vacaverit, in ecclesia Bracharensi, conferend. Gunsalvo Gunsalvi, presbytero Bracharensis diocesis, dignemini dispositioni apostolice reservare, in forma.

159. Item quatinus Laurentio Martini, rectori parrochialis ecclesie sancti Michaelis de Fornos Visensis diocesis, mediam canoniam conferendam, vacantem vel vacaturam in ecclesia Visensi, donationi apostolice dignemini reservare, in forma.

160. Item quatinus primam portionem, vacantem vel vacaturam in ecclesia sancte Marie de Laurinhãa diocesis Ulixbonensis, conferendam Johanni Furtado, clerico Passensis diocesis, spectantem communiter vel divisim ad collationem prioris et portionariorum ecclesie predicte ac archiepiscopi Ulixbonensis vel cum consensu (17), consilio, vel dissensu ipsius episcopi Ulixboñ, dignemini reservare in forma, non obstañ gratia sibi facta per venerabilem et discretum dominum Petrum Oliverii, nuntium apostolicum, de portione in ecclesia sancti Martini de Sintra.

161. [fl. 206v] Item quatinus Gunsalvo Nuni, clerico Bracharensis diocesis, beneficium sine cura, canonia vulgariter nuncupatum (18), vacans vel vacaturum in collegiata ecclesia sancte Marie Vimaraneñ diocesis Portugalensis alias Bracarensis, spectans communiter vel divisim ad collationem prioris et capituli eiusdem ecclesie, dignemini misericorditer reservare, in forma.

162. Item quatinus Johanni Petri, rectori ecclesie sancte Marie de Tentugel Colimbriensis diocesis, mediam canoniam vel quartanariam, vacantem vel vacaturam in ecclesia Colimbriensi, conferendam, dignemini misericorditer reservare, in forma.

163. Item quatinus Alfonso Gunsalvi de Nabainhos, clerico Colimbriensis diocesis, perpetuam portionem, vacantem vel vacaturam in ecclesia sancte Marie Madalene Ulixboñ, spectantem communiter vel divisim ad collationem prioris et portionariorum eiusdem ecclesie, conferendam, dignemini misericorditer reservare, in forma.

164. Item quatinus Fernando Gunsalvi de Nabaynhos, qui militie desiderat ascribi clericali, perpetuam portionem, vacantem vel vacaturam in ecclesia sancti Christofori Colimbrieñ, spectantem communiter vel divisim ad collationem prioris et portionariorum eiusdem ecclesie, dignemini misericorditer reservare, in forma.

165. Item quatinus Alvaro Gunsalvi de Lourosa, clerico Colimbriensis diocesis, beneficium ecclesiasticum, etiam curatum, vacans vel vacaturum, spectans communiter vel divisim ad collationem, etc., episcopi et capituli Ulixboñ, conferendum eidem A[lvaro], dignemini donationi apostolice reservare, ut in forma.

166. Item quatinus Petro Dominici de Penela Colimbriensis diocesis de perpetua portione, vacante vel vacatura in ecclesia sancte Eufemie dicti loci eiusdem diocesis, spectante communiter vel divisim ad collationem prioris et portionariorum eiusdem ecclesie, dignemini misericorditer reservare, ut in forma.

167. Item quatinus Fernando Alfonsi de Sanctarena Ulixboñ diocesis, scolari in gramatica, de beneficio ecclesiastico sine cura, canonia vulgariter nuncupato, vacante vel vacaturo in ecclesia sancte Marie de Alcaçova Sanctareneñ dicte diocesis, spectante communiter vel divisim ad collationem, [etc., prioris] et portionariorum eiusdem ecclesie, dignemini misericorditer providere, in forma, non obst. portione sancti Salvatoris de Turribus Novis eiusdem diocesis, quam nunc obtinet.

168. Item quatinus primam portionem, vacantem vel vacaturam in ecclesia sancte E[u]femie de Penela vel sancti Michaelis dicti loci Colimbriensis diocesis, spectantem communiter vel divisim ad collationem prioris et portionariorum eiusdem ecclesie, conferendam Alfonso Laurentii de Penela, clerico eiusdem diocesis, dignemini donationi apostolice reservare, in forma.

169. [fl. 207] Item quatinus Johanni Petri, clerico, scolari in gramatica, Bracarensis diocesis, beneficium ecclesiasticum, etiam curatum, vacans vel vacaturum, spectans communiter vel divisim ad collationem prioris et collegii sancte Marie de Landim dicte diocesis, dignemini in forma reservare.

170. Item quatinus portionem, vacantem vel vacaturam in ecclesia sancti Petri de Turribus Novis Ulixbonensis diocesis, spectantem ad collationem, etc., prioris eiusdem, conferendam Laurentio Petri eiusdem loci, dignemini dispositioni apostolice reservare, in forma.

171. Item quatinus Lupo Martini, rectori sancti Jacobi de Monsarat Elborensis diocesis, in iure canonico et civili studenti per sex annos, canonicatum sub expectatione prebende ac dignitatis, vacañ vel vacat. in ecclesia Elborensi, conferend., dignemini misericorditer reservare et offert se dimissurum parrochialem ecclesiam supra dictam, quam obtinet, in forma.

172. Item quatinus Gometio Valesci, clerico Silvensi, beneficium ecclesiasticum sine cura cum prestimoniis usque ad summam lxx librarum Turonensium parvorum, etiam si mediam canoniam vel quartanariam, vacañ vel vacat. in ecclesia Silvensi, spect. commu-

niter ad collationem episcopi et capituli Silveñ, etiam si ad illud dispositio vel presentatio magistri militie ordinis sancti Jacobi in regnis Portugalie et Algarbii pertineat, dignemini reservare, in forma.

173. Item quatinus Alfonso Egidii Colimbriensis diocesis, qui milicie ([19]) ascribi desiderat clericali, beneficium ecclesiasticum sine cura, canonia vulgariter nuncupatum ([20]), vacans vel vacaturum, spectans communiter vel divisim ad collationem, etc., prioris et portionariorum collegiate ecclesie sancte Marie de Alcaçova Sanctareneñ Ulixboñ diocesis, conferendum eidem A[lfonso], dignemini misericorditer reservare, in forma.

174. Item quatinus primam portionem, vacantem vel vacaturam in ecclesia sancte Marie de Marvilla Sanctareneñ Ulixbonensis, conferendam Stephano, scolari das Sarçedas Egitaniensis diocesum, qui desiderat ascribi militie clericali, dignemini misericorditer reservare, in forma.

175. Item quatinus Martino Laurentii, scolari, primam portionem, vacantem vel vacaturam in ecclesia sancti Michaelis Ulixboneñ, spectantem communiter vel divisim ad collationem prioris et portionariorum dicte ecclesie, dignemini reservare, in forma.

176. Item quatinus Alvaro de Castro, clerico Bracarensis diocesis, beneficium ecclesiasticum, etiam curatum, vacans vel vacaturum, spectans communiter vel divisim ad collationem episcopi et capituli Tudeñ, conferendum, dignemini reservare, in forma.

177. Item quatinus Alvaro Gonssalvi, clerico de Canas Visensis diocesis, de beneficio ecclesiastico, etiam curato, vacante vel vacaturo, spectante communiter vel divisim ad collationem episcopi et capituli Viseñ, dignemini misericorditer reservare, ut in forma.

178. Item quatinus Johanni Dominici, clerico Visensi, mediam canoniam, vacantem vel vacaturam in cathedrali ecclesia Visensi, conferendam, donationi apostolice dignemini reservare, in forma.

179. Item quatinus Martino Alfonsi de Oleiros, Egitaniensis diocesis, de perpetua portione, vacante vel vacatura in ecclesia sancti Vincentii dAvrantes dicte diocesis, spectante [fl. 207v] communiter vel divisim ad collationem, etc., episcopi Egitaniensis vel alterius cuiuscumque, conferenda, dignemini misericorditer reservare ([21]), ut in forma.

180. Item quatinus Martino Gunsalvi Visensis diocesis, qui militie ascribi clericali desiderat, primam portionem, vacantem vel vacaturam in ecclesia sancti Martini Ulixboneñ, spectantem ad collationem, etc., prioris dicte ecclesie, dignemini misericorditer reservare, ut in forma.

181. Item quatinus Alfonso Gunsalvi, clerico Elborensis diocesis, de beneficio ecclesiastico, etiam curato, vacante vel vacaturo, spectante communiter vel divisim ad collationem, etc., episcopi et capituli Viseñ, conferendo, dignemini misericorditer reservare ([22]), ut in forma.

182. Item quatinus Johanni Stephani, clerico Egitaniensis diocesis, primam portionem, vacantem vel vacaturam, spectantem ad collationem, etc., prioris ecclesie sancti Petri de Obidis Ulixboñ diocesis, dignemini misericorditer reservare, in forma.

183. Item quatinus Johanni Stephani, clerico Ulixboñ, primam portionem, vacantem vel vacaturam, spectantem communiter vel divisim ad collationem, etc., prioris et portionariorum parrochialis ecclesie sancte Juste Ulixboñ, conferendam, dignemini misericorditer reservare, ut in forma.

184. Item quatinus portionem, vacantem vel vacaturam, spectantem communiter vel divisim ad collationem, etc., prioris et portionariorum ecclesie sancti Juliani Ulixboñ, conferendam Dominico Johannis, clerico Bracharensi, portionario ecclesie sancte Marie de Leirea, dignemini donationi apostolice misericorditer reservare, in forma.

185. Pater S[ancte], cum usque nunc propter domini nostri regis indifferentiam non potuerimus S. V. aliqualiter supplicare et ideo in hoc non reperiamur in culpa, placeat S. V. signare rotulum supra scriptum, prout petitur, cum data que in creatione pape Studiis concedi consuevit, examen omnium predictorum in partibus nichilominus committendo ([23]).

Fiat pro omnibus, non servata regula de non graduatis, dum tamen sint alias sufficientes. G.

Datum Fundis, pro doctoribus, licenciatis et bacallariis scolaribus, ad gradum doctoratus vel licentiature sufficientibus, xiiii Kalendas Decembris, pro bacallariis vero aliis et scolaribus provectis, ad gradum bacallariatus sufficientibus, xii Kalendas Decembris, pro aliis vero x Kalendas Decembris, anno primo.

([1]) No ms. *procreatus*.
([2]) No ms. *cenceantur*.
([3]) No ms. *providere*.
([4]) No ms. *archidiacono*. Trata-se de D. Lourenço Vicente, cónego de Lisboa e bacharel em leis, nomeado arcebispo de Braga, em Dezembro de 1373, por Gregório XI. Não consentiu na transferência feita por Clemente VII, em 1384, para uma igreja titular. Cf. EUBEL, C., *Hierarchia Catholica*, I, p. 144, nota 7.
([5]) No ms. *providere*.
([6]) No ms. *providere*.
([7]) No ms. *providere*.
([8]) No ms. *vacañ*.
([9]) No ms. *providere*.
([10]) No ms. *confertur*.
([11]) No ms. *Mometi*.
([12]) No ms. *providere*.
([13]) No ms. *scolaris*.
([14]) No ms. *providere*.
([15]) No ms. vem repetida a palavra *dignemini*.
([16]) No ms. *quovis*.
([17]) No ms. *concenssu*.
([18]) No ms. *nuncupata*.
([19]) No ms. *militiam*.
([20]) No ms. *nuncupata*.
([21]) No ms. *providere*.
([22]) No ms. *providere*.
([23]) Este pedido sobre a indiferença d'el-rei vinha já no fol. 205, mas foi riscado.

186-191

1378, Novembro 18, 20, 24

Súplicas do Estudo de Mompilher, a favor de João Durando da diocese de Évora, bacharel e lente de decretos e estudante de direito civil, cónego prebendário de Évora e de Coimbra, sobre o canonicato de Badajoz, na expectativa da prebenda, de Rodrigo Anes, clérigo de Évora e bacharel em decretos, sobre um canonicato da igreja de Évora na expectativa da prebenda, de Aparício de Ares, clérigo evorense, estudante de direito civil, sobre um benefício da colação do bispo e cabido de Évora, de Pedro Rodrigues, clérigo evorense, estudante de direito civil, sobre um benefício da colação também do bispo e cabido de Évora, de João Afonso, clérigo de Lisboa e escolar de direito civil, sobre o canonicato de Lisboa, na expectativa da prebenda, de um clérigo estrangeiro sobre o canonicato e prebenda de Silves, de Álvaro Gil, clérigo da diocese de Coimbra, estudante de direito canónico, sobre o canonicato, na expectativa da prebenda, da igreja de Coimbra.

Reg. Suppl. 50, fl. 112-144v.

Rotulus Studii Montispessulani.

Summe Sanctitatis in Christo patri et domino domino Clementi vii, sacrosancte Romane ac Universalis Ecclesie divina providentia dignissimo Summo Pontifici. Rector, Universitas, doctores et collegium scolarium Studii ville Montispessulani Magalonensis diocesis... supplicat quatinus de solita sedis apostolice clementia infrascriptas preces studentium dignemini de gratia speciali misericorditer exaudire, qui in vestra sublimatione tanto devotius exultaverunt, quanto recolunt audivisse vos semper extitisse cum favorabilibus incrementis vite studentium excultorem eo in vobis per excellentiam de celis in terris intuens eterna iustitia ad excollenda fidelium recta precamina vos optavit et merito ante omnes christicolas beati Petri facere successorem.

... ...

[fl. 117]

... ...

Item Johanni Durandi Elborensis diocesis, baccallario in decretis, actu legenti extraordinarie decreti (*sic*) studensque (*sic*) in iure civili, in Elborensi et Colimbriensi ecclesiis canonico prebendato, de canonicatu sub expectatione prebende, cum dignitate, personatu, prepositura, officio vel administratione ecclesie Pacensis, vacañ vel vacat. simul vel successive, etiam si electiva vel maior post pontificalem aut curata existat, dignemini providere. Non obstantibus perpetuis portionibus, quas obtinet in parrochialibus ecclesiis sancti Salvatoris et sancti Petri de Elbis et sancti Johannis de Ouren Elborensis et Ulixbonensis diocesum, quorum fructus, etc., xx.ti librarum Turonensium secundum taxationem decime non excedunt, et cum clausulis, quibus supra.

... ...

[fl. 126]

... ...

186ª. Item Roderico Johannis, clerico Elborensi, bacallario in decretis, de canonicatu sub expectatione prebende, cum dignitate, personatu, officio vel administratione,

vacañ vel vacat. in ecclesia Elborensi, etiam si electiva et maior post pontificalem existat, dignemini providere, cum clausulis, quibus supra. Non obstante gratia dudum sibi facta per dominum Gregorium (1), immediatum predecessorem vestrum, de prebenda in eadem ecclesia vacante, de qua litigat.

... ...

[fl. 131v]

... ...

187. Item Apparitio de Ares, clerico Elborensi, studenti in iure civili, de beneficio ecclesiastico curato vel non, vacante vel vacaturo, spectante communiter vel divisim ad collationem, etc., episcopi et capituli dicte ecclesie Elborensis, usque ad summam C. librarum Turonensium parvorum secundum taxationem decime, dignemini providere, cum clausulis, quibus supra. Non obstañ simili gratia, sibi facta ad eamdem collationem et summam per immediatum predecessorem vestrum.

... ...

188. [fl. 141] Item Petro Roderici, clerico Elborensi, studenti in iure civili, de beneficio ecclesiastico cum cura vel sine, vacante vel vacaturo, spectante communiter vel divisim ad collationem, etc., episcopi et capituli ecclesie Elborensis, usque ad taxationem cum cura C., sine cura lxxx librarum, etc., dignemini providere, etc.

189. Item Johanni Alfonsi, clerico Ulixbonensi, in iure civili scolari, de canonicatu sub expectatione prebende ipsius ecclesie Ulixboñ, vacañ vel vac., dignemini providere, cum clausulis, ut supra.

... ...

[fl. 141v]

... ...

190. Item Petro Jeucerandi, clerico Lausanensis diocesis, studenti in iure civili, de canonicatu et prebenda ecclesie Silvensis, vacantibus per collationem de canonicatu ac decanatu ecclesie Colimbriensis, factam Roderico Laurentii, cum expectatione dignitatis, personatus, officii vel administrationis ipsius Silvensis ecclesie, vacañ vel vacat., etiam si elect. et maior post pontificalem existit, dignemini providere, cum non obstañ et clausulis, quibus supra.

... ...

191. Item Alvaro Egidii, clerico Colimbriensis diocesis, portionario in ecclesia sancti Vincentii de Avrantes, Egitaniensis (2) diocesis, studenti in iure canonico, de canonicatu sub expectatione prebende, vacañ vel vacat., ecclesie Colimbriensis, et de portione in [fl. 142] ecclesia sancte Juste, statutis quibuscumque non obstantibus. Et cum ceteris non obstañ et clausulis, ut supra.

... ...

[fl. 144v]

... ...

Concessum pro omnibus suprascriptis, gratias beneficialium expectationum petentibus, secundum ordinationes, sic etiam quod petentes gratias beneficiales quas secundum dictas ordina-

tiones per huiusmodi signationem obtinere non possint, ad alias gratias beneficiales secundum easdem ordinationes eis concessibiles sub data huius rotuli per cancellariam valeant reformari. E. B.

Et quod sine alia lectione transeant, cum commissione examinis ad partes. — *Concessum. E. B.*

Datum Fundis pro graduatis et magnis nobilibus ac scolaribus qui audierunt tempore sufficienti ad gradum habendum decimo, et pro ceteris sexto Kalendas Decembris, anno primo. *E. B.* (3).

---

(1) Cf. nota 2 do n.º 197.

(2) No ms. *Ergitaniensis.*

(3) Margem esquerda do texto: *Finis rotuli Studii Montispessulani.* Na margem, ao fundo: *Reformatio date predicti rotuli Montispessulani: Dominus noster ordinavit iii Kalendas Aprilis pontificatus sui anno secundo quod rotuli Studiorum regni Francie, videlicet Tholosani, Andegavensis, Montispessulani, Caturcensis, Avinionensis, datam habeant videlicet pro doctoribus et licentiatis decimo quarto, pro bacallariis et magnis nobilibus ac magistris in artibus duodecimo, et pro scolaribus quibuscumque viii Kalendas Decembris, anno primo.*

192-192ª

1378, Novembro 19

Súplica d'el-rei D. Fernando, a favor do seu médico Lourenço Gomes, bacharel em medicina e mestre em artes, e de Gil Gonçalves, clérigo da diocese da Guarda, estudante de direito canónico.

Reg. Suppl. 49, fl. 72.

Pater Sancte, devotissimus filius et consanguineus (*sic*) vester Fernandus, Dei gratia Portugalie rex, ad pedum oscula beatorum mentaliter inclinatus, V. humiliter supplicat S. quatinus sibi in personam dilecti sui medici Laurentii Gometii, bacallarii in medicina et magistri in artibus, rectoris parrochialis ecclesie beate Marie Magdalene Ulixbonensis, specialem gratiam facientes, de canonicatu et prebenda ac dignitate, personatu seu officio ecclesie Ulixbonensis, si vacent ad presens seu quam primum vacaverint, eidem L[aurentio] dignemini misericorditer providere. Non obstañ quod generaliter vel specialiter reservata sint seu curam habeant animarum et per electionem assumantur et maior post pontificalem existat et ipsam dignitatem, personatum vel officium una cum dicta ecclesia beate Marie Magdalene Ulixboneñ valeat retinere, quibuscumque constitutionibus, consuetudinibus, statutis et aliis contrariis non obstantibus et clausulis oportunis et aliis non obstañ, ut in forma. — *Fiat ut petitur. G.*

Sine alia lectione et cum commissione examinis ad partes. — *Fiat. G.*

192ª. Item Egidio Gunsalvi, clerico Egitaniensis diocesis, in iure canonico studenti, misso ad S. V. cum litteris supplicatoriis ex parte devotissimi filii et consanguinei vestri Fernandi, regis Portugalie, et devotissime filie vestre regine, quatinus ob eorum reverentiam specialem gratiam facientes, de canonicatu et prebenda ac dignitate, personatu vel officio ecclesie Colimbriensis, cum prestimoniis et prestimonialibus (1), simul vel successive vacan-

tibus, etiam si talis dignitas curata vel electiva in dicta ecclesia ac civitate vel diocesi existat, eidem E[gidio] dignemini misericorditer providere. Cum ceteris non obstañ et clausulis oportunis, ut in forma, etiam non obstañ stilo, constitutionibus, statutis in cancellaria et vestra sancta Curia de novo appositis. — *Fiat ut supra. G.*

Datum Fundis, tertiodecimo Kalendas Decembris, anno primo.

---

(1) A palavra *portionibus*, que seguia, foi riscada.

193

1378, Novembro 20

O arcebispo de Cosenza D. Nicolau Brancaccio, regente da chancelaria, pede um benefício eclesiástico da colação do bispo de Évora para João Lourenço de Peredo, clérigo da diocese de Braga.

Reg. Suppl. 50, fl. 145-147v.

Rotulus archiepiscopi Cusentini (1).

Supplicat S. V. humilis creatura vestra N[icolaus], archiepiscopus Cusentinus, regens cancellariam eiusdem S., quatinus in personas dilectorum familiarium suorum et aliorum infrascriptorum gratias facientes speciales, petitiones quascumque, que in singulis supplicationibus infrascriptis continentur, dignemini misericorditer concedere, cum reservationibus et omnibus aliis non obstañ et clausulis oportunis, ut in forma, quas quidem clausulas eadem S. dignemini habere pro expressis in singulis supplicationibus subscriptis et signatis per *Fiat ut petitur*, propter stilum cancellarie eiusdem S., in quibus requiritur et eidem S. videbitur expedire.

... ...

[fl. 147v]

... ...

Item quatinus dilecto suo Johanni Laurentii de Peredo, clerico Bracharensis diocesis, de beneficio ecclesiastico cum cura vel sine cura, vacante vel vacaturo, spectante communiter vel divisim ad collationem, etc., episcopi et capituli ecclesie Elborensis ac singularum personarum eiusdem, eidem Johanni dignemini misericorditer providere. Cum non obstañ et clausulis, ut supra.

... ...

Fiat pro omnibus. G.

Sine alia lectione. — *Fiat. G.*

Datum Fundis, duodecimo Kalendas Decembris, anno primo.

---

(1) D. Nicolau Brancaccio, nomeado arceb. de Cosenza por Gregório XI em Janeiro de 1377 e por Clemente VII criado cardeal do título de Santa Maria em Transtibre em Dezembro de 1378, passado a cardeal-bispo de Albano em 1388. Morreu em Florença, a 29 de Junho de 1412. Cf. EUBEL, C. *Hierarchia Catholica Medii Aevi*, I, p. 27, 220.

194-195

1378, Novembro 21, 22, 26, 29

Súplicas a favor de Afonso Martins da diocese de Sevilha, clérigo de Santarém na diocese de Lisboa, e de Afonso Anes, clérigo de Silves e escolar em direito canónico, sobre um benefício eclesiástico da colação do bispo e cabido de Lisboa, de Gonçalo Martins, clérigo da diocese de Coimbra, sobre um benefício eclesiástico da colação da abadessa e convento do mosteiro de Lorvão, e de Afonso Martins, clérigo da diocese de Lisboa, sobre um benefício da colação do bispo e cabido de Lisboa.

Reg. Suppl. 55, fl. 187-243.

Rotulus magnus, compositus de mandato domini nostri per dominum Egidium Bellemere (1).

Rotulus supplicationum expectationum de mandato sanctissimi in Christo Patris et domini nostri domini Clementis, divina providentia pape septimi, per dominum Egidium Bellemere, auditorem contradictarum, de mense septembris receptarum.

... ...

[fl. 236v]

... ...

Item Alfonsus Martini Ispalensis diocesis origine, de Sanctarena Ulixbonensis diocesis domicilio clericus, quatinus specialem gratiam facientes, de beneficio ecclesiastico cum cura vel sine cura, spectante communiter vel divisim ad collationem, etc., episcopi et capituli Ulixbonensis ecclesie, dignemini providere, cum clausulis oportunis, ut supra (2).

194a Item Alfonsus Johannis, clericus Silvensis, scolaris in iure canonico, quatinus sibi de beneficio ecclesiastico, cum cura vel sine cura, spectante communiter vel divisim ad collationem, etc., episcopi et capituli Ulixbonensis, etiam si dimidius canonicatus seu dimidia prebenda aut quartanaria in ecclesia cathedrali existat, dignemini providere, cum clausulis oportunis, ut supra (3).

... ...

[fl. 238v]

... ...

194b. Item Gundisalvus Martini, clericus Colimbriensis diocesis, quatinus sibi de beneficio ecclesiastico cum cura vel sine cura, spectante communiter vel divisim ad collationem, etc., abbatisse et conventus monasterii sancte Marie de Lorvaan ordinis Cisterciensis Colimbriensis diocesis, dignemini providere; cum clausulis oportunis (4).

195. Item Alfonsus Martini, clericus Ulixboñ diocesis, quatinus sibi de beneficio ecclesiastico, cum cura vel sine cura, spectante communiter vel divisim ad collationem, etc., episcopi et capituli Ulixboneñ ecclesie, dignemini providere, cum clausulis, ut supra (5).

... ...

[fl. 243]

... ...

Fiat pro omnibus, etiam absentibus. G.

Sine alia lectione et cum ad partes examinis commissione. — *Fiat. G.*

Datum Fundis pro doctoribus et licentiatis in theologia vel in iure canonico vel civili undecimo, pro ceteris graduatis decimo, pro non beneficiatis sexto, pro ceteris non graduatis tertio Kalendas Decembris, anno primo.

Finis rotuli domini Egidii Bellemere.

---

(1) Gil de Bellemère, arcediago de Avinhão, professor de ambos os direitos, referendário do antipapa Clemente VII e de Bento XIII, cujo ofício ainda exercia em 1403. Foi eleito bispo de Lavaur pelo antipapa em Outubro de 1383, transferido para a sé de Le Puy em Outubro de 1390 e para a de Avinhão em Agosto de 1392 pelo mesmo Clemente VII. Cf. EUBEL, C., *Hierarchia Catholica*, I, p. 92, 124, 518. KATTERBACH, B., OFM, *Referendarii utriusque signaturae a Martino V ad Clementem IX et praelati signaturae supplicationum a Martino V ad Leonem XIII*, Vaticano 1931, p. XXIV.

(2) Na margem esquerda do texto: *bene legit et con[struit], cantat modo ispanico.*

(3) Na margem esquerda do texto: *bene legit et construit, nichil cantat, aliquid sentit in iure canonico.*

(4) Na margem esquerda do texto: *Bene le[git], compe[tenter] con[struit] et can[tat] ad modum patrie sue.*

(5) Na margem esquerda do texto: *Bene le[git], debi[liter] con[struit], nichil cantat.*

196

1378, Novembro 22

Pedido de Gonçalo Vasques, sacerdote de Braga e licenciado em direito canónico, sobre o canonicato de Lisboa, na expectativa da prebenda.

Reg. Suppl. 48, fl. 222-224v.

Rotulus Ispanorum.

... ...

[fl. 224v]

... ...

Supplicat S. V. Gondissalvus Velascy, presbyter Bracharensis, licenciatus in decretis, quatinus sibi de canonicatu sub expectatione prebende in ecclesia Ulixbonensi dignemini misericorditer providere. Non obst. quod canonicatum et prebendam in ecclesia Bracharensi et prioratum qui est principalis dignitas secularis et collegiate ecclesie sancte Marie de Vimaranis predicte Bracharensis diocesis obtineat. Et cum ceteris non obst. et clausulis oportunis ac executoribus, ut in forma. — *Fiat. G.*

Sine alia lectione. — *Fiat. G.*

Datum Fundis, decimo Kalendas Decembris, anno primo.

197-204

1378, Novembro 22

Súplicas do bispo de Silves D. Pedro, colector geral nos reinos de Portugal e do Algarve. Pede possa conservar a administração do hospital-colégio de Santo Elói de Lisboa, fundado pelo bispo Domingos Jardo, que Álvaro Pires, doutra obediência pontifícia, detinha, do mesmo modo como Gregório XI permitira a D. Martinho conservar o priorato de Guimarães, quando o nomeou bispo de Silves. Solicita a confirmação do arcediagado de Santarém para seu irmão Elias Cavaleri. Para Vasco Pires, bacharel em direito canónico, originário da cidade de Lisboa, pede o canonicato e prebenda de Lisboa e a igreja de S. Tiago de Alenquer, privando Domingos de Mugneta desses benefícios. Para João Pires, clérigo de Lisboa, o canonicato e prebenda lisbonenses, que Gonçalo Domingues, irmão de Vasco Domingues, outrora escritor das letras apostólicas, doutra obediência, detinha. Para Bartolomeu Gonçalves, monge de Santo Tirso, pregador no Porto durante 14 anos e em Lisboa durante quatro, outrora franciscano, defensor da legitimidade de Clemente VII, pede a graça de continuar monge beneditino. Para Cristóvão Anes, escolar de gramática, filho de João Anes, oficial d'el-rei de Portugal, pede o canonicato e prebenda de Lisboa, que Roberto Anes Bruner, vigário geral do outrora bispo de Lisboa Agapito de Coluna, sequaz do papa Urbano VI, detinha. Para André Esteves, clérigo de Lisboa, ocupado nos serviços da Câmara Apostólica, como o precedente, a vigararia da igreja de S. Pedro de Sintra, ocupada por outro sequaz de Urbano VI e familiar do dito bispo Agapito.

Reg. Suppl. 55, fl. 243v-244v.

Rotulus P[etri], episcopi Silvensis (1).

Supplicat S. V. humilis et devota creatura vestra P[etrus], episcopus Silvensis, in regnis Portugalie et Algarbii S. V. et camere vestre apostolice generalis collector, quatinus supplicationes infrascriptas ad exauditionis gratiam admittere dignemini de gratia speciali et sub data aliorum collectorum S[anctitatis] predicte.

Et primo, Pater Beatissime, cum ecclesia Silvensis tam propter invasiones, que quasi continue illi patrie fiunt per inimicos fidei christiane, eidem diocesi contiguos, quam propter guerras, destructiones, sterilitates et alia incomoda iugiter emergentes in facultatibus et redditibus quamplurimum depauperata et diminuata existat, propter quod felicis recordationis dominus Gregorius, papa xi. (2), predecessor vester, M[artino], predecessori eiusdem episcopi, pie compatiens, ecclesiam Vimaranensem, quam ante promotionem, eidem M[artino] de ecclesia Silvensi factam, tenebat, per ipsam promotionem decernit non vacare et eidem M[artino] permisit tenere commendatam, que Vimaranensis ecclesia postea alteri extitit collata, supplicat S. V. prefatus episcopus quatinus, premissa benigne considerantes, administrationem sine cura, provisionem nuncupatam, hospitalis sancti Eligii civitatis Ulixboñ, per seculares clericos solitam gubernari, quod quidem hospitale per bone memorie dominum Dominicum Jardum, Ulixboñ episcopum (3), fundatum extitit et quam administrationem perditionis alumpnus Alvarus Petri, de presbytero genitus et soluta, qui scellerato viro Bartholomeo, olim Barensi archiepiscopo (4), in sede apostolica intruso, continue et post vestri creationem felicem dampnabiliter adhesit et favet, collectorem generalem eiusdem intrusi in Portugalie et Algarbii regnis se nominando et litteris suis utendo et obediendo ac parendo, detinet occupatam et illa propria adhesione et

[per] crimina huiusmodi se indignum reddidit, eidem episcopo apostolica auctoritate ad vitam eiusdem concedere dignemini in commendam, ordinationibus fundatoris predicti et aliis quibuscumque contrariis nequaquam obstantibus et cum omnibus clausulis et non obstañ et aliis oportunis, signantes beatissima manu vestra supplicationem presentem et alias infrascriptas per *Fiat, privamus,* propter stillum cancellarie S. eiusdem.

198. Item cum felicis recordationis dominus Gregorius, predecessor vester, eidem episcopo de archidiaconatu Sanctaranensi in ecclesia Ulixboñ, vacante per assecutionem archidiaconatus de Ardena in ecclesia Leodiensi, per Robertum de Fracta auctoritate apostolica factam, gratiam fecerit specialem et de ipso eidem providerit quique ipse episcopus non acceptaverit, idem predecessor de eodem archidiaconatu sic vacante vel quovis modo Hellie Cavalherii, fratri suo germano, gratiose providit et gratiam fecit specialem que, quia in ea quod dignitas curata existeret mentio non fiebat, per cancellariam non transivit, dictam gratiam dicto Hellie vester predecessor cum dicta clausula apponenda de duobus uno concessit. Verum quia super hoc postea littere apostolice non fuerunt confecte nec possint expediri etiam de presenti, ex eo quod coram secretario dicti predecessoris huiusmodi gratie reformatio extitit concessa, cuius scriptur. et concess., obstañ certa constitutione per e[amdem] S. edita, non adhibetur fides in vestra cancellaria de presenti, dignetur e[adem] [Sanctitas] predictam gratiam dicto Hellie de ipso archidiaconatu factam perinde a data ipsius [fl. 244] gratie valere ac si in ea expressum fuisset quod archidiaconatus ipse dignitas curata et electiva existeret, concedere de gratia speciali, non obstante quod ecclesiam parrochialem sancte Marie de Pernis diocesis Ulixbonensis obtineat, quam paratus est dimittere, dum, etc.. Cum omnibus non obstañ et clausulis oportunis, ut supra.

199. Item quatinus Valasco Petri, bacallario in iure canonico, de civitate Ulixboñ oriundo, promotori et procuratori negotiorum camere predicte per sex annos et ultra in dictis regnis fideliter, gratiam facientes, de canonicatu et prebenda ecclesie Ulixboñ ac ecclesia curata sancti Jacobi de Alanquerio Ulixboñ diocesis, quos perditionis filius Dominicus de Mugneta, qui prefato intruso huc usque, etiam post vestram felicem creationem dampnabiliter adhesit et favit, prout adheret et favet de presenti, detinet indebite occupatos et quibus ob premissa se reddidit indignum, prefato V[alasco] dignemini misericorditer providere, cum ipso dispensantes propter officium iudicatur. quod per tempus de mandato domini regis, cui obedire tenebatur, in sua villa de Begia in criminalibus et civilibus tenuit et exercuit, cum omnibus non obstañ et clausulis oportunis, ut supra.

200. Item Johanni Petri, scolari in gramatica, minoris etatis xiii. annorum, clerico Ulixboñ, de presbytero genito et soluta, cum quo etiam ut beneficium curatum licite valeat obtinere auctoritate apostolica extitit dispensatum, de canonicatu et prebenda Ulixboñ ecclesie, quos iniquitatis filius Gundissalvus Dominici, frater Valasci Dominici, olim scriptoris litterarum apostolicarum, adherentis prefato intruso, simili etiam adhesione laborans dampnabiliter etiam, etc. ut supra, dignemini providere cum eodem Johanne ut, deffectu predicto et quibuscumque constitutionibus apostolicis ac statutis et consuetudinibus eiusdem ecclesie contrariis nequaquam obstantibus, canonicatum et prebendam predictos libere recipere et licite retinere valeat de ampliori dono gratie dispensantes, cum omnibus non obstañ et clausulis, ut supra.

201. Item cum devotus orator vester Bartholomeus Gonsalvi, monachus expresse professus monasterii sancti Tirsi de Ripa Avis ordinis sancti Benedicti Portugalensis diocesis, qui per longum tempus in officiis collectorie tamquam scriptor et capellanus servivit, qui in artibus et sacra pagina prevectus est, ac in Portugalensi per xiiii et in Vlixboñ per iiii annos publice Christi fidem predicavit et vestram iustissimam ac canonicam electionem indiferenter coram omnibus affirmans denuntiavit quique deffectum patiens natalium de coniugato genitus et soluta, olim in ordine fratrum Minorum professionis vinculo se astrinxit et postmodum dispensatione apostolica ad ordinem Carmelitarum se transferens, professionis votum emisit ac deinde sui prioris conventualis licentia petita et obtenta ad prefatum ordinem sancti Benedicti transivit, que quidem translatio per sedem apostolicam extitit confirmata, super qua confirmationis gratia confecte littere casualiter amisse fuerunt, supplicat igitur prefatus episcopus quatinus cum prefato B[artolomeo] Gonsalvi ob deffectum et alias premissa ac felicis recordationis domini B[enedicti] pape xii (5), predecessoris vestri, que incipit [fl. 244v] *Regul. vitam* et quibuscumque aliis constitutionibus apostolicis ac statutis et consuetudinibus monasterii et ordinum predictorum contrariis nequaquam obstantibus, in ordine sancti Benedicti predicto libere et licite remanere ac in eo devotum Altissimo reddere famulatum vocemque in capitulo et locum in choro habere et beneficium ecclesiasticum cum cura vel sine cura, etiam si prioratus conventualis, dignitas, personatus vel officium existat, etiam si ad illud consueverit quis per electionem assumi, libere recipere et licite retinere valeat dignemini de speciali gratie dono misericorditer dispensare, cum clausulis oportunis, ut supra.

202. Item Petro Tereta, clerico Petragoricensis diocesis, de ecclesia curata sancti Salvatoris de Begia Elborensis diocesis, quam iniquitatis filius Martinus Johannis de Colimbria, prefato intruso B[artolomeo] similiter adherens, detinet occupatam, dignemini misericorditer providere, cum privatione et aliis clausulis oportunis, etc.

203. Item Christoforo Johannis, scolari in gramatica, filio Johannis Johannis, de domo regis Portugaleñ et sui officialis familiari, de maioribus S. V. in dictis regnis servientibus, et in negotiis dicte camere, cui Christoforo olim per felicis recordationis dominum Gregorium, predecessorem vestrum, fuit facta gratia de canonicatu sub expectatione prebende ecclesie Ulixboñ, que gratia nullum habuit effectum, de canonicatu et prebenda eiusdem ecclesie, quos maledictionis filius Robertus Johannis Bruner, qui generalem vicarium, officialem, procuratorem et receptorem in civitate et diocesi Ulixboñ domini A[gapiti] de Columpna, olim Ulixboñ episcopi (6), se asserens, prefato B[artolomeo] intruso totis viribus adhesit et favit huc usque, prout adheret et favet de presenti, detinet occupatos, etc., eidem Christoforo dignemini misericorditer providere. Non obstante quadam perpetua portione, quam obtinet in ecclesia beati Leonardi de Atoguia diocesis Ulixboñ, cum clausulis, ut supra.

204. Item Andree Stephani, clerico Ulixboñ, scolari in iure canonico, servitori in negotiis de camera, de vicaria perpetua curata ecclesie sancti Petri de Sintra diocesis Ulixboñ, quam perditionis filius Henricus Alamanus, servitor et procurator predicti Agapiti de Columpna (6), similiter adherens et favens eidem B[artolomeo] intruso, detinet occupatam, eidem Andree dignemini misericorditer providere, cum privatione et clausulis oportunis, ut supra, etc.

Fiat de expectationibus. G.

Sine alia lectione et cum examinis commissione ad partes pro absentibus. — *Fiat. G.*

Datum Fundis, decimo Kalendas Decembris, anno primo.

---

(1) D. Pedro, arcediago de Lisboa, nomeado bispo de Silves por Clemente VII em Fevereiro de 1379, por transferência de D. Martinho para Lisboa. Cf. EUBEL, C., *Hierarchia Catholica*, I, p. 452.

(2) Pedro Rogério, cardeal diácono do título de Santa Maria Nova, criado por Clemente VI em Maio de 1348, eleito papa em Dezembro de 1370, coroado a 5 de Janeiro de 1371. Morreu em Roma a 27 de Março de 1378. Cf. EUBEL, C., *Hierarchia Catholica*, I, p. 18, 21.

(3) Domingos Anes Jardo, bispo de Évora, postulado bispo de Lisboa, em discussão com o cónego de Coimbra Pedro, e transferido para a sé lisbonense por Nicolau IV em Outubro de 1289. Cf. EUBEL, C., *Hierarchia Catholica*, I, p. 506.

(4) Bartolomeu Prignano, arcebispo de Bari, eleito papa em Abril de 1378, coroado a 18 do mesmo mês, com o nome de Urbano VI. Morreu em Roma a 15 de Outubro de 1389. Cf. EUBEL, C., *Hierarchia Catholica*, I, p. 22, 129.

(5) Jacobus Novelli ou Furnari de Savarduno, cisterciense, cardeal presbítero do tít. de Santa Prisca, criado em Dez. de 1327, eleito papa a 16 de Dezembro de 1334, coroado a 8 de Jan. de 1335 ou em Dezembro de 1334. Morreu em Avinhão a 25 de Abril de 1342. Cf. EUBEL, C., *Hierarchia Catholica*, I, p. 17.

(6) D. Agapito de Colona, antes bispo de Ascoli Piceno, depois de Brescia, transferido para a sé de Lisboa por Gregório XI em Agosto de 1371. Foi legado do papa em Portugal e Castela para as pazes entre os monarcas desavindos. Cf. EUBEL, C., *Hierarchia Catholica*, I, p. 111, 147, 507. SOUSA COSTA, OFM, A. D. DE, *Canonistarum doctrina de Judaeis et Saracenis tempore Concilii Constantiensis*, Romae 1965, pp. 21-28.

205-216

1378, Novembro 22, 26

Súplicas do Estudo de Avinhão, a favor de Gonçalo Gonçalves, clérigo da diocese de Lamego, licenciado em decretos e bacharel em leis, sobre o canonicato de Coimbra, na expectativa da prebenda; de Gonçalo Anes de Gaudiis, clérigo da diocese de Évora, bacharel em direito canónico, sobre o canonicato de Évora, na expectativa da prebenda; de Martinho Anes, cónego prebendário de Silves, de Rodrigo da Cerveira, nobre e cónego prebendário do Porto, de Estêvão Vasques, cónego prebendário de Silves, sobre os canonicatos de Lisboa, na expectativa da prebenda; de Gonçalo Domingues, abade da igreja colegiada de S. Pedro de Ferreira, da diocese do Porto, sobre outros benefícios eclesiásticos; de Elias de Claustris, estudante de direito canónico, sobre um benefício da colação do bispo de Lisboa; de Luís Martins, clérigo portuense, sobre a perpétua porção de Santa Maria de Guimarães; de Nuno Martins, clérigo da diocese do Porto, sobre o canonicato da sé, na expectativa da prebenda; de Gonçalo Martins, da diocese de Évora, sobre o canonicato da sé, na expectativa da prebenda; de Gonçalo Esteves de Aguiar, clérigo da diocese de Viseu, sobre um benefício eclesiástico; e de Martinho Pires de Sintra sobre um benefício eclesiástico da colação do bispo e cabido de Lisboa.

Reg. Suppl. 49, fl. 101-157v.

Rotulus Studii Avinionensis.

... ...

Supplicat S. V. eadem Universitas quatinus infrascriptas supplicationes dignemini misericorditer exaudire et quibuscumque Universitatibus in data preferre ac

ipsas manu vestra beata signare per *Fiat ut petitur*. Et si qui errores sive deffectus tam in nominibus quam alias in eis reperiantur, eos in vestra cancellaria emendari et suppleri mandare, cum acceptatione, et cum clausulis oportunis ac executoribus et aliis, ut in forma.

... ...

[fl. 106]

... ...

Item Gundissalvo Gundissalvi, clerico Lamecensis diocesis, licentiato in decretis et baccallario in legibus, de canonicatu sub expectatione prebende ac dignitatis, personatus [fl. 106v] vel officii cum cura vel sine cura ecclesie Colimbriensis, etiam si ad dignitatem, personatum vel officium huiusmodi consueverit quis per electionem assumi, dignemini, ut supra. Non obstañ parrochiali ecclesia sancti Johannis de Meomães dicte diocesis, quam obtinet, ac gratiis sibi factis de parrochiali ecclesia sancte Columbe de Chacim Bracharensis diocesis et canonicatu et prebenda prefate ecclesie Colimbriensis, quas gratias et ecclesiam paratus est dimittere, dum canonicatum et prebendam ac dignitatem fuerit pacifice assecutus. — *Habeat quod petit et sit primus.*

... ...

[fl. 118]

... ...

206. Item Gundissalvo Johannis de Gaudiis, clerico Elborensis diocesis, bacallario in iure canonico, de canonicatu sub expectatione prebende ecclesie Elborensis dignemini providere. Non obstante gratia per immediatum predecessorem vestrum sibi facta, cuius virtute ecclesiam sancti Petri de Evora Monte dicte diocesis acceptavit, cuius possessionem non habet, et super qua litigare intendit. — *Habeat quod petit et sit primus.*

... ...

[fl. 122]

... ...

207. Item Martino Johannis, presbytero, canonico prebendato ecclesie Silvensis, qui per x. annos in iure canonico studuit, de canonicatu sub expectatione prebende ecclesie Ulixbonensis dignemini, ut supra. Non obstante quod canonicatum et prebendam ac decanatum ecclesie Visensis obtineat, quos canonicatum et prebendam Silveñ et gratiam per immediatum predecessorem vestrum sibi factam de canonicatu sub expectatione prebende ecclesie Elborensis, si nondum sit revocata, paratus est dimittere, dum, etc. — *Habeat ad collationem episcopi et capituli et singulorum canonicorum et personarum ecclesie Ulixbonensis communiter vel divisim, cum cura et sine cura, et sit primus.*

... ...

[fl. 123]

... ...

208. Item Roderico de Cerveira, de nobili genere procreato, canonico prebendato ecclesie Portugalensis, scolari antiquo in iure canonico, de canonicatu sub expecta-

tione prebende ecclesie Ulixbonensis dignemini, ut supra, non obstante quod parrochialem ecclesiam sancte Marine de Ozezer Portugalensis diocesis obtineat. — *Habeat ad collationem episcopi et capituli singulorumque canonicorum et personarum ecclesie Ulixbonensis communiter vel divisim, cum cura et sine cura, et sit secundus.*

... ...

[fl. 123v]

... ...

209. Item Stephano Velasci, canonico prebendato ecclesie Silvensis, scolari antiquo in iure civili, de canonicatu sub expectatione prebende ecclesie Ulixbonensis dignemini, ut supra. Non obstante quod perpetuas portiones ecclesiarum sancte Marie de Faaro et sancti Clementis de Loule Silvensis diocesis obtineat, quas portiones paratus est dimittere, dum, etc. — *Habeat ad collationem episcopi, decani et capituli ac singulorum canonicorum et personarum ecclesie Ulixbonensis, cum cura et sine cura et communiter vel divisim, etiam si in ecclesia cathedrali, etc., et sit tertius* (1).

... ...

210. [fl. 129] Item Gundissalvo Dominici, presbytero, abbati secularis (2) et collegiate ecclesie sancti Petri de Ferrera Portugalensis diocesis, qui per quadriennium in iure canonico studuit, cum quo olim ut, non obstante deffectu natalium quem patitur de soluto genitus et soluta, ad omnes valeret ordines promoveri et beneficium ecclesiasticum, etiam curatum, obtinere auctoritate apostolica extitit dispensatum, cuius dispensationis vigore, ad omnes ordines promotus, ecclesiam parrochialem sancti Andree de Canidelo dicte diocesis extitit assecutus et postmodum ut abbatiam dicte secularis et collegiate ecclesie, que dignitas curata, electiva et principalis in eadem ecclesia existit, quam auctoritate ordinaria sibi collatam, nulla alia dispensatione apostolica obtenta, per eum dicta parrochiali ecclesia dimissa, fuerat assecutus, obtinere valeret et licite retinere ac super inhabilitate per eum inde contracta dicta auctoritate apostolica secum extitit dispensatum, ampliorem gratiam facientes, ut una cum predicta abbatia, cuius fructus, etc., xl. librarum Turonensium parvorum secundum taxationem decime annuatim non excedunt, unum aliud beneficium compatibile, etiam si canonicatus et prebenda in ecclesia cathedrali vel metropolitana existat, si sibi canonice conferatur, valeat insimul obtinere ipsamque abbatiam et beneficium ex causa permutationis vel alias dimittere et loco illorum alia duo beneficia ecclesiastica similia vel dissimilia recipere et licite retinere secum dignemini dispensare, constitutionibus, statutis et consuetudinibus contrariis non obstantibus quibuscumque. — *Concessum, dummodo nullo modo obtineat nisi tria.*

[Datum] Fundis, x. Kalendas Aprilis, anno primo. E. B.

... ...

[fl. 134]

... ...

210ª Item Helye de Claustris, studenti in iure canonico, de beneficio ecclesiastico cum cura vel sine cura, spectante communiter vel divisim ad collationem, etc., episcopi et capituli ecclesie Ulixbonensis, usque ad summam lxxx librarum Turonensium parvorum secundum taxationem decime, etiam si dignitas, personatus, administratio vel officium existat et etiam si in dicta ecclesia fuerit, dignemini, ut supra. Non obstañ quod canonicatum et prebendam dicte ecclesie Ulixboneñ et quamdam perpe-

tuam portionem sancte Juste Ulixboneñ obtineat, quam perpetuam portionem paratus est dimittere, dum, etc. — *Habeat quod petit et sit primus* (3).

... ...

[fl. 139v]

... ...

211. Item Ludovico Martini, clerico Portugalensi, scolari in iure canonico, de perpetua portione, que canonia vulgariter nuncupatur, ecclesie collegiate sancte Marie Vimarañ diocesis Bracharensis, spectante communiter vel divisim ad collationem, etc., prioris et capituli dicte ecclesie, dignemini, ut supra. — *Habeat quod petit et sit primus.*

... ...

[fl. 143v]

... ...

212. Item Nuno Martini, clerico Portugalensis diocesis, provecto in iure canonico, de canonicatu sub expectatione prebende ac dignitatis, personatus vel officii ecclesie Portugalensis, etiam si dignitas ipsa curata et electiva existat, dignemini, ut supra. Non [obstante] quod parrochialem ecclesiam sancti Johannis de Rayba Lamecensis diocesis, super qua litigat, et duas perpetuas portiones, unam videlicet in collegiata sancti Martini de Citofacta (4) et aliam in beate Marie de Sedeelis dicte diocesis ecclesiis obtineat, quas parrochialem ecclesiam, dum dignitatem, et portionem de Sedeelis, dum canonicatum et prebendam, etc., fuerit pacifice assecutus. — *Habeat ad collationem episcopi et capituli singulorumque canonicorum etiam in ecclesia cathedrali ecclesie Portugalensis communiter vel divisim, cum cura vel sine cura, et sit primus.*

... ...

[fl. 152]

... ...

213. Item Gundissalvo Martini, presbytero Elborensis diocesis, scolari in iure canonico trium annorum, de canonicatu sub expectatione prebende ecclesie Elborensis dignemini, ut supra. Non obstante quod parrochialem ecclesiam sancti Andree de Ferraria Visensis diocesis ac perpetuam portionem ecclesie sancti Jacobi Castri Montis Maioris Novi dicte Elborensis diocesis obtineat, [fl. 152v] quam portionem paratus est dimittere, dum, etc. — *Habeat ad collationem episcopi et capituli singulorumque canonicorum ecclesie Elborensis communiter vel divisim, cum cura vel sine cura, et sit primus.*

... ...

[fl. 157]

... ...

214. Item Gundissalvo Stephani de Aguiar, Visensis diocesis clerico, de beneficio ecclesiastico cum cura vel sine cura, spectante communiter vel divisim ad collationem, etc., episcopi et capituli ecclesie Visensis, etiam si perpetua portio, que vulgariter nuncupatur dimidia prebenda seu dimidius canonicatus, in ecclesia cathedrali existat, dignemini, ut supra.

... ...

[fl. 157v]

... ...

215. Item Martino Petri de Sintria (5) Ulixboñ diocesis de beneficio ecclesiastico sine cura, spectante communiter vel divisim ad collationem, etc., episcopi et capituli singularumque personarum ecclesie Ulixbonensis, etiam si ratione canonicatuum, personatuum vel dignitatum aut officiorum, etc., illud conferant usque ad summam lx. librarum Turonensium parvorum secundum taxationem decime, dignemini, ut supra.

... ...

216. Item pro omnibus et singulis suprascriptis cum omnibus aliis necessariis non obst. et clausulis oportunis. — *Concessum de gratiis beneficialibus secundum cancellarie ordinationes et collocationes precedentes pro omnibus supradictis collocatis et etiam de non collocatis studentibus in artibus secundum ordinationes antedictas, salvis tamen omnibus signationibus particularibus factis superius per concessum. E. B.*

Sine alia lectione pro omnibus. Et cum commissione examinis [ad partes] pro omnibus. — *Concessum. E. B.*

Datum Fundis, pro graduatis et magnis nobilibus ac scolaribus qui audiverunt tempore sufficienti ad gradum habendum decimo et pro ceteris sexto Kalendas Decembris, anno primo. E. B.

---

(1) Estava antes *primus*, mas esta palavra foi riscada e à margem direita do texto vem anotado: *tertius. B.*

(2) No ms. *seculari.*

(3) Na margem esquerda do texto: *Iste Helias precedit in originali Bartholomeum predictum.* É referência a *fratri Bartholomeo Marescalli monasterii expresse professo monasterii sancti Theuderii ordinis sancti Benedicti Viennensis diocesis, scolari in iure canonico.*

(4) No ms. *Ortofacta.*

(5) No ms. *Sintrea.*

217-220

1378, Novembro 18, 20, 24

Súplicas do Estudo de Tolosa, a favor de Gonçalo Anes, reitor da igreja de S. Pedro de Teixeira, diocese da Guarda, sobre benefícios eclesiásticos, de Afonso Domingues de Linhares da diocese de Coimbra, chantre da Guarda e bacharel em decretos, sobre o canonicato de Coimbra, na expectativa da prebenda; de Lopo Afonso, reitor da igreja de S. Pedro de Eiras, da diocese da Guarda, sobre o canonicato da sé egitaniense, na expectativa da prebenda; de Álvaro Fernandes, escolar em direito civil, sobre o canonicato de Lisboa, na expectativa da prebenda; de Afonso Anes do Prado, da diocese da Guarda, sobre um benefício da colação do prior de S. Pedro de Óbidos.

Reg. Suppl. 50, fl. 1-99v.

Rotulus Studii Tholosani

Supplicant S. V. humiles oratores vestri Universitas Studii Tholosani pro gratiis, privilegiis, indulgentiis et personis infrascriptis per S. V. concedendis, prout S. V. videbitur faciendum et cum acceptatione, reservatione et decreto et aliis clausulis oportunis et non obstañ ac executoribus necessariis, ut in forma.

... ...

[fl. 14]

... ...

Secuntur bacallarii iuris canonici in ii° anno.

... ...

[fl. 15v]

... ...

Item Guonsaldo Johannis, presbytero, rectori parrochialis ecclesie sancti Petri de Texeira Egitaniensis diocesis, bacallario in decretis, de beneficio ecclesiastico, cum cura vel sine cura, ad collationem, etc., episcopi et capituli Elboreñ communiter vel divisim spectañ, usque ad taxam C. librarum Turonensium parvorum, non obstante quod dictam ecclesiam sancti Petri obtineat, cuius fructus, etc., secundum taxationem decime valorem xxv librarum Turonensium seu xl secundum communem extimationem annuatim non excedunt, ex quibus secundum status sui decentiam commode non potest sustentari, quam paratus est dimittere, dum, etc. Item de canonicatu sub expectatione prebende in ecclesia Egitaniensi, in qua, post assumptum sui bacallariatus gradum, per quasi triennium servivit in officio vicarie, una cum dicta sancti Petri ecclesia, quam nunc obtinet, seu cum beneficio quod eum contigerit obtinend. vel de canonicatu sub expectatione prebende una, ut predicitur., obtinend., in ecclesia Elborensi, vacan. vel vacatur.

218. Item Alfonso Dominici de Linhares, Colimbriensis diocesis, in regno Portugalie, cantori et canonico prebendato in ecclesia Egitaniensi, bacallario in decretis, de canonicatu sub expectatione prebende ecclesie Columbriensis cum beneficio, personatu seu alia administratione, cum dignitate vel sine dignitate, etiam si curata et electiva existat, simul cum dicta prebenda vel successive in eadem ecclesia vacante vel vacatura, non obstante quod prefatos canonicatum et prebendam et cantoriam obtineat, quam cantoriam paratus est dimittere, dum, etc.

... ...

[fl. 32v]

... ...

Secuntur scolares iuris canonici in v. anno.

... ...

[fl. 33v]

... ...

219. Item Lupo Alfonsi, diacono, rectori parrochialis ecclesie sancti Petri de Eiras Egitaniensis diocesis, qui quinquennio iuria civilia et per annum iura canonica audivit, de canonicatu sub expectatione prebende, vacañ vel vacatur., ecclesie Egitaniensis, dicta sua ecclesia non obstante, cuius fructus secundum taxationem decime xxv. librarum Turonensium parvorum vel xl. secundum taxationem communem valorem annuum non excedunt, ex quibus secundum sui decentiam status non potest commode sustentari, etc., ut in forma, vel de canonicatu sub expectatione prebende ecclesie Visensis (1) ut supra, maxime cum dictus Lupus in civitate et diocesi Viseñ (2) habeat multos nobiles et potentes, suos consanguineos et amicos, vel de canonicatu sub expectatione prebende ecclesie Colimbriensis, ut supra, maxime cum predictus Lupus de loco de Linhares ipsius Colimbriensis diocesis oriundus existat, vel de canonicatu sub expectatione prebende ecclesie Ulixboñ, ut supra.

... ...

[fl. 66v]

... ...

In legibus, in tertio anno

... ...

[fl. 67v]

... ...

219.[a] Item Alvaro Fernandi, clerico diocesis Ulixbonensis, scolari in iure civili, in tertio anno, de canonicatu sub expectatione prebende, vacañ vel vacat., ecclesie Ulixbonensis, non obstante quod portionem, mediam canoniam vulgariter nuncupatam, in ecclesia Egitaniensi obtineat, quam paratus est dimittere, dum, etc., vel similem gratiam sibi facientes in ecclesia Elborensi, ut supra est, alias ut in forma.

... ...

[fl. 71]

... ...

In Artibus

... ...

[fl. 80v]

... ...

220. Item Alfonso Johannis de Prado Egitaniensis diocesis, scolari in artibus, de beneficio sine cura, vacante vel vacaturo in ecclesia parrochiali sancti Petri de Obidos Ulixbonensis diocesis, ad collationem, etc., prioris seu rectoris dicte ecclesie spectante.

... ...

[fl. 99v]

... ...

Item taxam petitam ad omnes supplicationes supradictas S. V. dignemini assignare et concedere, sicut eidem S. V. videbitur faciendum, cum in multis taxa non sit petita.

Et dignetur S. V. presentem gratiam concedere sine alia lectione et doctoribus, magistris et licentiatis examen remittere, de ceteris autem examina ad partes committere, ut in forma. — *Concessum de commissione examinis ad partes et etiam de remissione secundum regulas cancellarie. E. B.*

Concessum pro omnibus suprascriptis, gratias beneficialium expectationum petentibus, secundum ordinationes cancellarie, sic etiam quod petentes gratias beneficiales, quas secundum dictas ordinationes per huiusmodi signationem obtinere non possunt, ad alias gratias beneficiales secundum easdem ordinationes eis concessibiles sub data huiusmodi rotuli per cancellariam valeant reformari. E. B.

Datum Fundis, pro graduatis et magnis nobilibus ac scolaribus qui audierunt tempore sufficienti ad gradum habendum decimo, et pro ceteris sexto Kalendas Decembris, anno primo. E. B. (3).

---

(1) No ms. *Vicensis.*

(2) No ms. *Viceñ.*

(3) Na margem esquerda do texto: *Finis rotuli Studii Tholosani.* Ao fundo do fol.: *Dominus noster ordinavit iii Kalendas Aprilis pontificatus sui anno secundo quod rotuli Studiorum regni Francie, videlicet Tholosani, Andegavensis, Montispessulani, Caturcensis, Avinionensis, datam habeant videlicet pro doctoribus et licentiatis xiiii, pro bacallariis et magnis nobilibus ac magistris in artibus xii et pro scolaribus quibuscumque viii Kalendas Decembris, anno primo.*

221-224

1378, Novembro 22, 26

Pedidos dos estudantes de medicina de Mompilher, entre os quais aparecem Gil Domingues, bacharel em medicina, subdiácono da diocese de Coimbra, a solicitar o canonicato de Coimbra, na expectativa da prebenda, Lourenço Gomes, mestre em artes e bacharel em medicina, também subdiácono da diocese de Coimbra, com idêntico pedido sobre o canonicato do Porto, Gil Fernandes, bacharel em medicina e subdiácono da diocese da Guarda, a pedir o canonicato de Évora ou da Guarda, na expectativa da prebenda, bem como Gonçalo Anes, bacharel em medicina, com pedido não bem identificado.

Reg. Suppl. 51, fl. 141-144v.

Rotulus medicorum Montispessulani.

Sanctissime ac Beatissime Pater. Cum digne Dei providentia vestram personam in sacrosancte Romane ac Universalis Ecclesie Summum Pontificem et Pastorem exaltavit, Vestre Clementissime Beatitudini Sanctitatis inmense, que semper suis humillimis ac devotis oratoribus non desinit de fonte gratiarum eiusdem uberius subvenire, supplicat humillimo precum interventu vestra humillima ac devota filia Universitas medicorum Montispessulani, quia Altissimus de celo creavit medicinam, quam vir prudens non aborrebit, Ecclesiastici xxxviii, quatinus sibi humillimis devotisque vestris oratoribus magistris, licentiatis, bachallariis, scolaribus, qui filii memorate Universitatis dignoscuntur, de petitis infra misericorditer dignemini providere. Cum acceptationibus, inhibitionibus, decreto et clausula anteferri, etc. Cum aliis non obstañ et clausulis oportunis, ut in forma.

... ...

[fl. 142]

... ...

Item quatinus Egidio Dominici, bachalario in medicina, subdiacono Colimbriensis diocesis, de canonicatu sub expectatione prebende ecclesie Colimbriensis, ac portione in ecclesia parrochiali sancte Juste eiusdem civitatis. Cum non obstañ, etc. Non obstante rectoria ecclesie sancti Johannis de Aresega Egitaniensis diocesis, quam dignoscitur obtinere.

... ...

222. [fl. 142v] Item quatinus Laurentio Gometii, magistro in artibus et bachalario in medicina, subdiacono Colimbriensis diocesis, de canonicatu sub expectatione prebende ecclesie Portugalensis ac portione in ecclesia sancti Petri de Obidos (1) Ulixboñ diocesis. Cum ceteris non obstañ, etc. Non obstante rectoria ecclesie sancte Marie Magdalene Ulixboñ, quam dignoscitur obtinere.

223. Item quatinus Egidio Fernandi, bachallario in medicina, subdiacono Egitaniensis diocesis, de canonicatu sub expectatione prebende ecclesie Elborensis vel de canonicatu sub expectatione prebende ecclesie Egitaniensis; cum ceteris non obstañ, etc. Non obstante rectoria ecclesie sancte Marie de Bellomonte eiusdem diocesis, quam dignoscitur obtinere.

224. Item quatinus Gonsalvo Johannis, bachalario in medicina, Colimbriensis diocesis, non obstañ gratia sibi facta in communi forma per e[amdem] S. V. ad collationem episcopi eiusdem diocesis, de canonicatu sub expectatione prebende in ecclesia metropolitana Bracarensi (2) ac portione in ecclesia sancte Marie de Obidos Ulixbonensis diocesis. Cum ceteris, etc., ut in forma.

... ...

[fl. 144v]

... ...

Fiat pro omnibus. G.

Et quod transeat sine alia lectione. — *Fiat. G.*

Datum Fundis, pro graduatis et magnis nobilibus ac scolaribus qui audierunt tempore sufficienti ad gradum habendum decimo, et pro ceteris sexto Kalendas Decembris, anno primo.

---

(1) No ms. *Obodes.*

(2) No ms. *Blacagensis.*

225-232

1378, Novembro 23, 26, 27

Série de súplicas dos estudantes portugueses no Estudo de Tolosa Afonso Domingues, chantre e cónego prebendário da Guarda, bacharel em decretos, Gonçalo Anes, reitor da igreja paroquial de S. Pedro de Teixeira da diocese da Guarda, bacharel em decretos, a frequentar o mesmo Estudo, Lopo Afonso, diácono, reitor da igreja de S. Pedro de Eiras da diocese da Guarda, estudante já durante cinco anos em Tolosa, Álvaro Fernandes do Rogo, clérigo da diocese de Lisboa, estudante de direito civil durante três anos, e Lourenço Afonso, reitor da igreja paroquial de S. Pedro de Farinha Podre da diocese de Coimbra.

Reg. Suppl. 49, fl. 43-43v.

Rotulus pro studentibus de Portugallia (1).

Item Alfonso Dominici, cantori et canonico prebendato in ecclesia Egitaniensi, bacallario in decretis, Thollose studenti, de canonicatu sub expectatione prebende, cum dignitate, personatu vel officio curato vel elect., vacañ vel vacatur. simul vel successive in ecclesia Ulixbonensi, etiam si vacet seu vacent per quemcumque sedis apostolice officialem, dum tamen extra Romanam Curiam resideat. Non obstante quod dictam cantoriam et canonicatum obtineat, quorum fructus, etc., secundum communem extimationem l. librarum Turonensium valorem annuum non excedunt, ex quibus secundum sui status decentiam nequit commode sustentari, quam cantoriam paratus est dimittere, dum possessionem, etc.

226. Item Gonsalvo Johannis, presbytero, rectori parrochialis ecclesie sancti Petri de Teixera Egitaniensis diocesis, bacallario in decretis, Tholose studium frequentanti,

qui post assumptum sui bacallariatus gradum in Egitaniensi ecclesia officialis extitit et per quasi triennium servivit in officialatu seu officio vicarie, de beneficio ecclesiastico cum cura, vacañ vel vacat., spectante communiter vel divisim ad collationem et presentationem seu quamvis aliam dispositionem episcopi et capituli Elboreñ, usque ad summam C. librarum Turonensium, non obstante quod dictam sancti Petri ecclesiam nunc obtineat, cuius fructus, redditus, etc., secundum taxationem decime xx. librarum Turonensium vel xl. secundum communem extimationem valorem annuum non excedunt, ex quibus iuxta sui status decentiam non valet commode sustentari, quam paratus est dimittere, dum possessionem, etc.

227. Item de canonicatu sub expectatione prebende in ecclesia Elborensi una cum dicta ecclesia, quam nunc obtinet, vel cum beneficio quod eum assequi contigerit obtinendum, vel de canonicatu sub expectatione prebende in ecclesia Ulixbonensi seu in ecclesia Visensi una ut premittitur obtinend.

228. Item Lupo Alfonsi, dyacono, rectori parrochialis ecclesie sancti Petri de Eiras Egitaniensis diocesis, qui per unum annum in iure canonico et per quinquennium in civili studuit, Tholose nunc studenti, de canonicatu sub expectatione prebende in ecclesia Ulixbonensi. Non obstante quod dictam ecclesiam sancti Petri obtineat, cuius fructus, redditus, etc., xx. librarum Turonensium secundum taxationem decime vel xl. secundum communem extimationem valorem annuum non excedunt, ex quibus iuxta sui status decentiam non valet commode (2) sustentari.

229. Item de beneficio ecclesiastico cum cura, vacante vel vacaturo, spectante communiter vel divisim ad collationem, etc., episcopi et capituli Ulixboneñ, usque ad summam C. librarum Turonensium, una cum dicto canonicatu, si eum assequi contigerit obtinendum, non obstante quod dictam ecclesiam sancti Petri obtineat, quam paratus est dimittere, dum possessionem, etc.

Datum Fundis, nono Kalendas Decembris, anno primo.

230. Item Alvaro Fernandi do Rogo, clerico Ulixbonensis diocesis, Tholose studenti, qui iam per triennium studuit in iure civili, de canonicatu sub expectatione prebende in ecclesia [fl. 43v] Ulixbonensi, non obstante quod portionem, alias mediam canoniam vulgariter nuncupatam, nunc obtineat, cuius fructus, etc., secundum communem extimationem xii librarum Turonensium valorem annuum non excedunt, ex quibus non valet iuxta sui status decentiam commode sustentari.

231. Item de beneficio ecclesiastico cum cura, vacante vel vacaturo, spectante communiter vel divisim ad collationem, etc., episcopi et capituli Ulixboneñ, usque ad summam C. librarum Turonensium parvorum, una cum dictis canonicatu et portione, etc., obtinend.

Datum Fundis, vi.to Kalendas Decembris, anno primo.

232. Item Laurentio Alfonsi, presbytero, rectori parrochialis ecclesie sancti Petri de Farina Putrida Colimbriensis diocesis ac portionario in ecclesia sancte Marie de Palmela Ulixbonensis diocesis, de canonicatu sub expectatione prebende in ecclesia Colimbriensi,

una cum dictis ecclesia et portione obtinend. Et quod committatur examen istius L[aurentii] ad partes.

Fiat pro omnibus. G.

Datum Fundis, quinto Kalendas Decembris, anno primo.

---

(1) Na margem direita do texto: *Iste rotulus principiatur per Item. B.*

(2) No ms. *commodo.*

233-247

1378, Novembro 24

Súplicas de Vasco Domingues, conselheiro d'el-rei de Portugal, sobre a faculdade de escolher confessor para si e sobre a indulgência plenária em artigo de morte para si e outras pessoas, bem como sobre o seu ofício de visitador das igrejas em Portugal, cometido por Gregório XI, e faculdade de confessar em todo o reino de Portugal. Para Martinho Vicente, seu familiar e clérigo da diocese de Coimbra, pede o canonicato de Braga e de Coimbra, na expectativa da prebenda. Para seu sobrinho Pedro Afonso, cartuxo no mosteiro de Avinhão, solicita a transferência para os Beneditinos em Portugal. Solicita ainda outras graças para Vasco Anes, clérigo da diocese de Braga, João Afonso, seu sobrinho e cónego de Braga, Vasco Afonso, também seu sobrinho e clérigo da diocese de Braga, Gonçalo Anes, reitor da igreja paroquial de Mogege da diocese de Braga, Martinho Fernandes, seu sobrinho e clérigo da diocese do Porto, Martinho Anes, clérigo da diocese de Braga, Afonso Anes Barbas, seu sobrinho, clérigo da diocese do Porto, e Gonçalo Esteves, sacerdote da diocese bracarense.

Reg. Suppl. 51, fl. 94-95v.

Rotulus Valasci Dominici, consiliarii regis Portugalie.

Supplicat S. V. devotus et humilis servitor vester Valascus Dominici, cantor ecclesie Bracharensis, serenissimi principis domini Fernandi, Portugalie et Algarbii regis, consiliarius, quatinus petitiones suas infrascriptas benigne dignemini de vestra solita clementia exaudire.

Et primo supplicat S. V. quatinus dignetur S. V. sibi concedere licentiam eligendi confessorem ydoneum, ad eius vitam, qui de omnibus peccatis suis ipsum in forma Ecclesie absolvere valeat, etiam si talia fuerint que S. V. reservata existant. Cum litteris oportunis, ut in forma.

234. Item supplicat quatinus dignetur S. V. eidem Valasco Dominici, Adonce Dominici et Johanne Dominici, eius sororibus viduis, ac Catherine Dominici, eius sorori, et Alfonso Valasci eius marito, Valasco Petri et Johanne eius uxori, consanguinee, et Gundissalvo Johannis, portionario ecclesie Bracharensis et Egidio Petri, archidiacono de Cauto in ecclesia Bracharensi, plenam omnium peccatorum suorum remissionem semel tantum in mortis articulo concedere, ut in forma (1).

235. Item cum sancte memorie dominus Gregorius papa xi.us (2), predecessor vester, Petro tunc episcopo Colimbriensi, nunc archiepiscopo Toletano (3), et ipsi Valasco cantori cum tertio per eos assumendo commiserit in regno Portugalie et Algarbii visitationem, correctionem et reformationem et punitionem super omnibus ecclesiis, prelatis ac personis ecclesiasticis et religiosis exemptis et non exemptis, exceptis personis Mendicantium, et postquam premissa legatio fuit eis publicata in villa de Leirena (4) in palatio dicti domini regis, presentibus pluribus prelatis ac archiepiscopo Bracharensi, tamen ut mandatum apostolicum impediretur, ipse archiepiscopus Bracharensis opposuit contra predictum cantorem aliqua obiecta false et fecit ipsum cantorem coram se citari, licet ante litterarum apostolicarum presentationem secum in ecclesia Bracharensi in divinis officiis communicaret nec aliqua obiecta opponeret, ipsum inter gentes bene tractaverat occulte et ostense, ipso cantore allegando quod non erat suus iudex, cum esset legatus apostolicus. Nichilominus, hiis non obstantibus, ipse archiepiscopus eum omnibus beneficiis suis privavit et contra eum de facto ad alias sententias processit, licet de iure non posset. Supplicat igitur e[idem] S. quatinus ipsas sententias, si que fuerunt, fore nullas et irritas decernere dignemini ipsasque irritare et annullare.

236. Item quia ipse cantor et episcopus Lamecensis et episcopus Silvensis usque nunc exercuerunt premissum officium visitationis auctoritate apostolica, nunc vero dubitatur ab aliquibus si per obitum vestri predecessoris predictum mandatum apostolicum sit revocatum, quare dignetur S. V. declarare quod utamur eo officio vel non et si S. V. vult quod utamur, dignemini concedere quod si unus vel duo ex nobis requisiverit [fl. 94v] vel requisiverint alium vel unus alios ad visitationem faciendam et noluerint sive neglexerint, quod possint alios eligere suo loco infra mensem qui habeat illam potestatem ab eodem predecessore concessam, prout in litteris dicti predecessoris continetur.

237. Item quia per predecessorem vestrum fuit sibi concessum quod in regno Portugalie posset audire confessiones a quibuscumque personis et eas absolvere in forma Ecclesie ab omnibus sententiis in eos latis per archiepiscopos, episcopos, ordinarios, legatos, delegatos et subdelegatos auctoritate apostolica, quamvis in hiis casibus esset sedi apostolice reservatum, dignetur S. V. sibi concedere quod possit etiam absolvere in forma Ecclesie aliquos innodatos a sententia excommunicationis a iure lata, etiam inicientes manus in clericos et presbyteros, usque ad certum numerum.

238. Item supplicat e[idem] S. V. quatinus sibi in personam dilecti sui familiaris Martini Vincentii, clerici Colimbriensis diocesis, scolaris in iure canonico, qui secum in servitio dicti domini regis ad partes istas venit et in servitio Ecclesie in partibus Portugalie fideliter laboravit, specialem gratiam facientes, de canonicatu sub expectatione prebende ecclesie Bracharensis et ecclesie Colimbriensis, vacañ vel vacatur., eidem Martino dignemini misericorditer providere. Non obstante quod ecclesiam parrochialem de Val Nogueyres Bracharensis diocesis et quamdam portionem in ecclesia parrochiali sancti Andree dEsguyere Columbriensis diocesis obtineat. Et cum ceteris non obstañ et clausulis oportunis ac executoribus, ut in forma, signantes per *Fiat ut petitur* propter stilum cancellarie V. S.

239. Item, Beatissime Pater, cum dilectus nepos suus frater Petrus Alfonsi ordinis Cartusiensis, nunc existens in monasterio Cartusiensi de Villa Nova Avinionensis diocesis, ex certis causis rationabilibus animum suum moventibus, cum sui animi quiete et sana conscientia non posset in dicto ordine remanere cumque in archiepiscopatu Bracharensi

sint plura monasteria ordinis sancti Benedicti, que propter deffectum bonorum monachorum plurima in spiritualibus et temporalibus dispendia patiuntur cumque ipse frater Petrus singularem devotionem habeat ad dictum ordinem sancti Benedicti sitque oriundus de diocesi Bracharensi predicta, ideo supplicat e[idem] S. V. dictus Valascus in personam dicti fratris Petri, nepotis sui, quatinus se transferendi ad ordinem sancti Benedicti, in quo cupit Altissimo impendere famulatum, et in eodem libere remanendi sibi licentiam dignemini misericorditer impertiri de vestra clementia speciali. Constitutionibus apostolicis ac statutis, consuetudinibus ordinum predictorum, in contrarium editis non obstantibus quibuscumque vel transeundi (5) ad ordinem Cisterciensem in diocesi Ulixboñ sibi dignemini licentiam impertiri, ut supra.

240. Item quatinus dilecto familiari suo Valasco Johannis, clerico Bracharensis diocesis, [fl. 95] de canonicatu sub expectatione prebende ecclesie secularis beate Marie Vimaranensis dicte diocesis, ad collationem, etc., prioris et capituli dicte ecclesie communiter vel divisim spectañ, dignemini misericorditer providere. Cum omnibus non obstañ et clausulis oportunis ac executoribus, ut in forma.

241. Item quatinus dilecto nepoti suo Johanni Alfonsi, canonico ecclesie Bracharensis, de canonicatu sub expectatione prebende ecclesie Portugalensis, vacañ vel vacatur., dignemini misericorditer providere, in qua quidem ecclesia iam extitit receptus per episcopum et capitulum ipsius ecclesie in canonicum et in fratrem. Non obstantibus canonicatu et prebenda ecclesie Bracharensis predictis seu quod ecclesiam parrochialem sancti Petri de Vinettis dicte Portuensis diocesis obtineat et cum ceteris non obstañ et clausulis oportunis ac executoribus, ut supra.

242. Item quatinus dilecto nepoti suo Valasco Alfonsi, clerico Bracharensis diocesis, scolari in gramaticalibus, de canonicatu sub expectatione prebende ecclesie Ulixbonensis, vacañ vel vacatur., dignemini misericorditer providere. Cum omnibus non obstañ et clausulis oportunis, ut supra.

243. Item quatinus dilecto suo Gundissalvo Johannis, rectori ecclesie parrochialis de Museges Bracharensis diocesis ac portionario in ecclesia Bracharensi, de thesauraria ecclesie Bracharensis, cui cura imminet animarum, vacante per assecutionem pacificam thesaurarie ecclesie Ulixbonensis auctoritate litterarum apostolicarum sancte memorie domini Gregorii pape xi. (6) per Amalricum dAuarde factam vel alio quovis modo, dignemini misericorditer providere. Non obstante quod idem predecessor vester dominus Gregorius cuidam Valasco clerico de dicta thesauraria Ulixbonensi providit, in qua provisione ipse Valascus obtinuit in taxa xl. librarum Turonensium parvorum, cum ipsa sit in taxa lxxx librarum, propter quod huiusmodi impetratio fuit subreptitia. Non obstante quod ecclesiam parrochialem de Museges predictam et portionem in ecclesia Bracharensi obtineat, quam quidem parrochialem ecclesiam paratus est dimittere, dum, etc. Et cum ceteris non obstañ et clausulis oportunis ac executoribus, ut in forma.

244. Item quatinus dilecto nepoti suo Martino Fernandi, clerico Portuensis diocesis, scolari in grammaticalibus, de canonicatu sub expectatione prebende ecclesie Portuensis, vacañ vel vacatur., dignemini misericorditer providere. Cum omnibus non obst. et clausulis, ut supra.

245. Item quatinus dilecto suo Martino Johannis, clerico Bracharensis diocesis, scolari in grammaticalibus, de beneficio ecclesiastico cum cura vel sine cura, vacante vel vacaturo, spectante communiter vel divisim ad collationem, etc., archiepiscopi et capituli ecclesie Bracharensis, cuius fructus, etc., si cum cura, lxxx, si vero sine cura fuerit, xl. librarum Turonensium parvorum secundum taxationem decime valorem annuum non excedunt, dignemini misericorditer providere. Cum omnibus non obstañ et clausulis, ut supra.

246. Item quatinus dilecto suo nepoti Alfonso Johannis Barbas, clerico Portuensis diocesis, de canonicatu sub expectatione prebende ecclesie Portuensis, vacañ vel vacatur., [fl. 95v] dignemini providere. Cum omnibus non obstañ et clausulis oportunis, ut supra.

247. Item quatinus dilecto suo Gundissalvo Stephani, presbytero Bracharensis diocesis, de canonicatu sub expectatione prebende ecclesie Bracharensis, vacañ vel vacatur., dignemini misericorditer providere. Non obstante quod ecclesiam parrochialem de Guaes dicte diocesis obtineat. Et cum ceteris non obstañ et clausulis oportunis, ut supra.

Fiat de beneficialibus. G.

Et dignetur S. V. beatissima manu signare per *Fiat ut petitur* supplicationes predictas propter stilum cancellarie V. S. — [*Fiat. G.*].

Sine alia lectione et cum commissione examinis ad partes pro absentibus. — *Fiat. G.*

Datum Fundis, octavo Kalendas Decembris, anno primo.

---

(1) Na margem esquerda do texto: *at. ad signationem.*

(2) Cf. nota 2 do n.º 197.

(3) Pedro Tenório, arced. de Calatrava, doutor em decretos, nomeado bispo de Coimbra em Junho de 1371, transferido para Toledo em Janeiro de 1377. Morreu em Maio de 1399. Cf. EUBEL, C., *Hierarchia Catholica*, I, pp. 196, 487.

(4) No ms. *Leyrana.*

(5) No ms. *transceundi.*

(6) Cf. nota 2 do n.º 197.

248-258

1378, Novembro 24, 28

Súplicas sobre benefícios dos clérigos Fernando Afonso, sacerdote da diocese de Braga, Gonçalo Martins e Pedro Esteves, clérigos da diocese de Coimbra, Gil Domingues, da diocese da Guarda, dos clérigos da diocese de Évora Martinho Nunes, sacerdote, Aparício Esteves, também sacerdote, Gonçalo Anes, bacharel em direito canónico, Gonçalo Martins, estudante em Avinhão de direito canónico durante quatro anos, também sacerdote, e Vasco Esteves e do clérigo da diocese de Lisboa João de Portugal, estudante de direito durante cinco anos. Gonçalo Fernandes, clérigo de Samora, pede um benefício da colação do bispo e cabido de Lisboa.

Reg. Suppl. 54, fl. 1-116.

Rotulus de adventu domini nostri apud Avinionem.

Clementissime ac Beatissime Pater. Cum in iocundo adventu S. V. citra montes veniendo Avinionem de mandato e[iusdem] S. plures supplicationes per reverendos in

Christo patres dominos Tullensem, Virdunensem et alios episcopos fuerint recepte et in presenti rotulo sint aggregate, supplicatur e[idem] S. V. humiliter et devote pro parte infrascriptorum supplicantium, etiam absentium, quatinus eis facere dignemini gratias speciales infrascriptas. Cum omnibus non obstañ et clausulis oportunis.

... ...

[fl. 17]

... ...

[*Margem esquerda do texto:* Bracharensis:]

Item Fernando Alfonsi, presbytero Bracharensis diocesis, de beneficio ecclesiastico, cum cura vel sine cura, etiam si in ecclesia cathedrali fuerit, spectante communiter vel divisim ad collationem, etc., archiepiscopi et capituli singulorumque canonicorum et personarum ecclesie Bracharensis, providere dignemini. Cum clausulis, ut supra.

... ...

[fl. 28v]

... ...

[*Margem esquerda do texto:* Colimbriensis:]

249. Item Gundissalvo Martini, clerico Colimbriensis diocesis, de beneficio ecclesiastico, cum cura vel sine cura, spectante communiter vel divisim ad collationem, etc., episcopi et capituli Colimbrieñ, providere dignemini, etc.

250. Item Petro Stephani, clerico Colimbriensis diocesis, de perpetua portione, vacante vel vacatura, spectante communiter vel divisim ad collationem, etc., prioris et portionariorum ecclesie sancte Juste Colimbrieñ, providere dignemini, cum clausulis, ut supra.

... ...

[fl. 37]

... ...

[*Margem esquerda do texto:* Egitaniensis:]

251. Item Egidio Dominici, Egitaniensis diocesis, de perpetua portione ecclesie parrochialis sancte Marie de Lourinhaa (1) Ulixbonensis diocesis, spectante communiter vel divisim ad collationem prioris [et] portionariorum dicte ecclesie, etsi cum consilio episcopi vel eius assensu collatio predicta fieri debeat, dignemini providere, cum clausulis, ut supra.

[*Margem esquerda do texto:* Elborensis:]

252. Item Martino Nuni, presbytero Elborensis diocesis, de beneficio ecclesiastico cum cura vel sine cura, spectante communiter vel divisim ad collationem, etc., episcopi et capituli Elboreñ. Non obstante portione ecclesie sancte Marie de Alcaça[r], cuius (2) adeptus est pacificam possessionem, dignemini providere, cum clausulis, ut supra.

253. Item Aparicio Stephani, presbytero Elborensis diocesis, de perpetua portione, spectante communiter vel divisim ad collationem, etc., prioris et portionariorum ecclesie sancte Marie de Alcaça[r] (3) Elborensis diocesis, dignemini providere, cum clausulis, ut supra.

254. Item Gundissalvo Johannis, clerico Elborensis diocesis, bacallario in iure canonico, de canonicatu sub expectatione prebende ecclesie Elborensis, dignemini providere, cum clausulis, ut supra.

255. Item Gundissalvo Martini, presbytero diocesis Elborensis, scolari iiii.or annorum in iure canonico in vestro generali Studio Avinioñ, continue in dicto iure studenti, de canonicatu sub expectatione prebende ecclesie Elborensis dignemini specialiter reservare, non obstante constitutione per S. V. noviter edita quod nullus sit prebendatus in ecclesia cathedrali, nisi fuerit graduatus, et non obstañ parrochiali ecclesia sancti Andree de Ferrari diocesis Visensis perpetuaque portione sancti Jacobi Castri Montis Maioris Novi predicte Elborensis diocesis [fl. 37v] et gratia eidem G[undissalvo] facta in rotulo Studii Avinioñ de beneficio ad collationem episcopi et capituli Elboreñ, cum clausulis, ut supra.

256. Item Valasco Stephani diocesis Elborensis de perpetua portione in ecclesia sancti Johannis de Begia prefate diocesis, ad collationem, etc., prioris et portionariorum eiusdem ecclesie communiter vel divisim spectante, dignemini providere, seu alias eidem V[alasco] conferendam collationi apostolice reservare, cum clausulis, ut supra.

... ...

[*Margem esquerda do texto:* Ulixbonensis:]

257. [fl. 113] Item Johanni de Portugalia, clerico Ulixbonensis diocesis, qui per quinque annos in iure studuit, de canonicatu sub expectatione prebende ecclesie Ulixbonensis dignemini providere, cum clausulis, ut supra. Et sub data rotuli Parisiensis.

... ...

[fl. 116]

... ...

[*Margem esquerda do texto:* Zamorensis:]

258. Item quatinus Gundissalvo Fernandi, clerico Zamorensi, de beneficio ecclesiastico cum cura vel sine cura, spectante communiter vel divisim ad collationem, etc., episcopi et capituli singulorumque canonicorum et personarum dignitatum, personatuum vel officiorum ecclesie Ulixbonensis, etiam si in ecclesia cathedrali existat, dignemini providere. Non obstante quodam simplici beneficio quod obtinet in parrochiali ecclesia sancte Crucis Ulixboneñ. Cum aliis non obstañ et clausulis oportunis, ut supra.

Fiat pro graduatis ut petitur et pro aliis in forma. G.

Sine alia lectione pro omnibus et cum examinis commissione pro absentibus. Et dignetur S. V. defectus et errores, si qui sint, in cancellaria e[iusdem] S., preterquam de non obst. corrigendi et supplendi concedere facultatem. — *Fiat. G.*

Datum Fundis, pro graduatis et nobilibus ac scolaribus qui sufficienti tempore audierunt ad gradum habendum octavo, pro ceteris quarto Kalendas Decembris, anno primo.

---

(1) No ms. *Loiquihaã.*

(2) No ms. *Alcata quam,* com sinal de erro.

(3) No ms. *Alcata.*

259-274

1378, Novembro 22, 25

Súplicas sobre benefícios dos clérigos Gonçalo Anes, da diocese de Évora, bacharel em direito canónico, Gonçalo Esteves, escolar de direito canónico, sacerdote da diocese da Guarda, Gil Esteves, da diocese de Braga, Gonçalo Martins e Pedro Esteves, da diocese de Coimbra, Gonçalo Esteves de Aguiar, da diocese de Viseu, Vasco Esteves, da diocese de Évora, Fernando Afonso, sacerdote da diocese de Braga, Aparício Esteves e Martinho Nunes, sacerdotes da diocese de Évora, Afonso Anes, cónego regrante do mosteiro de Santa Maria de Cárquere, Afonso Anes, da diocese de Lamego, Gonçalo Afonso, da diocese de Braga, Afonso Domingues, Estêvão Anes e Gonçalo Martins, sacerdote, da diocese de Évora.

Reg. Suppl. 51, fl. 121-121v.

Rotulus Portugalensium

Supplicat S. V. humilis et devotus vester Gundissalvus Johannis, clericus Elborensis diocesis, bacallarius in iure canonico et studens in iure civili, quatinus sibi specialem gratiam facientes, de dignitate, personatu cum cura vel sine cura ecclesie Elborensis, vacañ vel vacatur., non obstante gratia per V. S. eidem facta de canonicatu sub expectatione prebende dicte ecclesie, et paratus est dimittere ecclesiam sancti Petri de Evoramonte, quam acceptavit vigore gratie sibi facte per dominum Gregorium, predecessorem vestrum immediate (1), quam quidem ecclesiam sancti Petri Elborensis diocesis non est pacifice assecutus, eidem G[undissalvo] dignemini misericorditer providere. Cum ceteris non obstañ [et] clausulis oportunis atque executoribus, ut in forma.

260. Item quatinus Gundissalvo Stephani, antiquo scolari in iure canonico, presbytero diocesis Egitaniensis, de canonicatu sub expectatione prebende ecclesie Colimbriensis, non obstante quod canonicatum et prebendam ecclesie Visensis et parrochialem ecclesiam sancti Jacobi de Caçoraaes Visensis diocesis obtineat, dignemini, ut supra.

Datum Fundis, decimo Kalendas Decembris, anno primo.

261. Item quatinus Egidio Stephani, clerico Bracharensis diocesis, de perpetua portione, que canonia vulgariter nuncupatur, vacante vel vacatura, ad collationem, etc., prioris et portionariorum ecclesie collegiate sancte Marie Vimaranensis Bracharensis diocesis communiter vel divisim, non obstañ canonicatu et prebenda ecclesie Civitatensis, quam paratus est dimittere, dum primo possessionem, etc., dignemini, ut supra.

262. Item quatinus Gundissalvo Martini, clerico Colimbriensis diocesis, de beneficio cum cura vel sine cura, vacante vel vacaturo, ad collationem, etc., episcopi et capituli Colimbrieñ communiter vel divisim, eidem dignemini, ut supra.

263. Item quatinus eidem (*sic*) Petro Stephani, clerico Colimbriensis diocesis, de perpetua portione, vacante vel vacatura, ad collationem, etc., prioris et portionariorum ecclesie sancte Juste Colimbrieñ communiter vel divisim, dignemini, ut supra.

264. Item quatinus eidem (*sic*) Gondissalvo Stephani de Aguiar Visensis diocesis de perpetua portione, que quartanaria vulgariter nuncupatur, ecclesie Ulixbonensis, vacante ad presens vel cum primo vacaverit, dignemini, ut supra.

265. Item quatinus Valasco Stephani, clerico Elborensis diocesis, de perpetua portione ecclesie sancti Salvatoris de Alcacevis Elborensis diocesis, vacante vel vacatura, ad collationem, etc., prioris et portionariorum eiusdem ecclesie communiter vel divisim, eidem dignemini, ut supra.

266. Item quatinus eidem (*sic*) Fernando Alfonsi, presbytero Bracharensis diocesis, de beneficio ecclesiastico cum cura vel sine cura, vacante vel vacaturo, ad collationem, etc., archiepiscopi et capituli Brachareñ communiter vel divisim, dignemini, ut supra.

267. Item quatinus eidem (*sic*) Aparitio Stephani, presbytero Elborensis diocesis, de perpetua portione, vacante vel vacatura, ad collationem, etc., prioris et portionariorum ecclesie sancte Marie de Alcaçar diocesis Elborensis communiter vel divisim, dignemini, ut supra.

268. Item quatinus eidem (*sic*) Martino Nuni, presbytero Elborensis diocesis, de beneficio cum cura vel sine cura, [fl. 121v] vacante vel vacaturo, ad collationem, etc., episcopi et capituli Elboreñ communiter vel divisim, non obstante portione ecclesie sancte Marie de Alcaçar Elborensis diocesis, quam noscitur obtinere, dignemini, ut supra.

269. Item quatinus Alfonso Johannis, [canonico] regulari monasterii sancte Marie de Carcari ordinis sancti Augustini Lamacensis diocesis, de beneficio cum cura vel sine cura, ad collationem, etc., prioris et conventus monasterii sancte Crucis eiusdem ordinis Colimbriensis diocesis communiter vel divisim, dignemini, ut supra.

270. Item quatinus Alfonso Johannis, clerico diocesis Lamacensis, de beneficio cum cura vel sine cura, vacante vel vacaturo, ad collationem, etc., episcopi et capituli Lamaceñ communiter vel divisim, dignemini, ut supra.

271. Item quatinus Gundissalvo Alfonsi, clerico diocesis Bracharensis, de beneficio cum cura vel sine cura, vacante vel vacaturo, ad collationem, etc., abbatis et conventus monasterii sancti Johannis de Pendurata Portugalensis diocesis, communiter vel divisim, eidem dignemini, ut supra.

272. Item quatinus eidem (*sic*) Alfonso Dominici, clerico Elborensis (2) diocesis, de beneficio cum cura vel sine cura, vacante vel vacaturo, ad collationem, etc., episcopi et capituli Ulixboneñ communiter vel divisim, dignemini, ut supra.

273. Item quatinus eidem (*sic*) Stephano Johannis, clerico Elborensis diocesis, de perpetua portione ecclesie sancti Jacobi de Turribus Veteribus Ulixbonensis diocesis, vacante apud sedem apostolicam vigore gratie facte cuidam Martino Johannis per predecessorem vestrum immediate bone memorie Gregorium de beneficio, cum cura vel sine cura, ad collationem, etc., abbatisse et conventus monasterii de Udivellis ordinis Cisterciensis, cuius gratie virtute habuit ecclesiam sancti Juliani, quam nunc possidet, dignemini, ut supra.

274. Item quatinus eidem (*sic*) Gundissalvo Martini, presbytero diocesis Elborensis, scolari quatuor annorum in iure canonico in Studio Avinionensi studenti continue, de beneficio ecclesiastico cum cura, vacante vel vacaturo proxime, ad collationem, etc., episcopi et capituli Elboreñ communiter vel divisim, usque ad summam C. librarum Turonensium parvorum, secundum taxationem decime, non obstañ parrochiali ecclesia sancti Andree de Ferreira Visensis diocesis ac portione perpetua sancti Jacobi Castri [Montis] Maioris Novi prefate diocesis Elborensis ac gratia sibi facta per V. S. de canonicatu sub expectatione prebende ecclesie Elborensis, et paratus est dimittere predictas ecclesiam et portionem, cum per assecutionem gratiarum, etc., vel alterius fuerit beneficium incompatibile et primo fuerit assecutus, dignemini, ut supra.

Fiat pro omnibus. G.

Sine alia lectione. — *Fiat. G.*

Datum Fundis, septimo Kalendas Decembris, anno primo.

---

(1) Cf. nota 2 do n.º 197.

(2) No ms. *Namorensis.*

275

1378, Novembro 25

Súplica de Gonçalo Martins, relativa a graça precedente, de cujo valor se duvidava, obtendo que a concessão valesse desde a primeira data.

Reg. Suppl. 53, fl. 196v.

P[ater] S[ancte], exponit V. S. Gundissalvus Martini, pauper clericus Colimbriensis diocesis, quod, cum olim ipse a[s]serens se fore de presbytero genitum et soluta, per suum Ordinarium secum fuit dispensatum quod, dicto defectu non obstante, valeret ad ordines minores promoveri, etiam simplex beneficium obtinere, cuius dispensationis vigore, se fecit per dictum suum Ordinarium alias rite clericali caratere insigniri, unde cum idem G[undissalvus] timeret huiusmodi dispensationem invalidam fore et subrretitiam ex eo quod cum in litteris dispensationis sui Ordinarii asseritur ipsum G[undissalvum] fore genitum de presbytero et soluta ut prefertur, licet revera sit genitus de V. presbytero et coniugata, idcirco fuerit auctoritate apostolica cum eo dispensatum ut predicto caractere clericali uti pos[s]et (1), etiam quod ad sacros ordines valeret promoveri et beneficium cum cura obtinere etiam fuit secum dispensatum post adventum V. S. ad istam civitatem Avinioñ xxviii die mensis Junii proxime preteriti, demum eidem G[undissalvo] per eamdem S. fuit gratia facta de beneficio ecclesiastico cum cura vel sine cura, ad collationem, etc., episcopi et capituli Colimbrieñ communiter vel divisim pertinente, et fuit posita data in dicta gratia sua vii° Kalendas Decembris in Fundis et sic dicta gratia est eidem inutilis per dictam gratiam que precedit datam (2) predictam sue dispensationis. Ideo ut

predictus pauper G[undissalvus] utilitatem predicte g[ratie] assequi valeat, supplicat V. S. quatinus ex certa scientia eidem concedere dignemini quod dicta gratia sibi valeat ac si tempore dicte gratie vel ante cum eo predicta auctoritate apostolica fuisset dispensatum et alias, ut in forma. — *Concessum quod habeat datam in gratia facta post dispensationem.*

---

(1) No ms. *poset.*
(2) No ms. *dictam.*

276-278

1378, Novembro 26

Série de súplicas de estudantes portugueses no Estudo de Roma. Gil Gonçalves, clérigo da diocese da Guarda, e João Martins, clérigo da diocese de Lisboa, pedem um benefício, pertencente à colação do bispo e cabido lisbonenses. Álvaro Fernandes de Vila Pouca, da diocese de Coimbra, o canonicato da sé da mesma, na expectativa da prebenda. Vicente Anes, sacerdote da diocese de Viseu, o canonicato e prebenda de Coimbra. Álvaro Lourenço, clérigo da diocese de Braga, um benefício eclesiástico, pertencente à colação do arcebispo e cabido bracarenses.

Reg. Suppl. 48, fl. 276-281.

Rotulus studentium alme Urbis.

... ...

[fl. 278v] Item Egidio Gundissalvi, clerico Egitaniensis diocesis, de beneficio ecclesiastico cum cura vel sine cura, spectante communiter vel divisim ad collationem, etc., episcopi et capituli Ulixboneñ.

276. Item Johanni Gometii, clerico Civitatensis diocesis, de canonicatu sub expectatione prebende ecclesie Salamantine, cum prestimoniis et prestimonialibus portionibus. — *Habeat ad collationem cum cura, etc., et communiter vel divisim episcopi et capituli singulorumque canonicorum et personarum dicte ecclesie, etiam si infra ecclesiam, etc.*

... ...

277. Item Johanni Martini, clerico Ulixboñ diocesis, de beneficio ecclesiastico cum cura vel sine cura, spectante ad collationem, etc., communiter vel divisim episcopi et capituli Ulixboneñ.

... ...

[fl. 279v]

... ...

277a. Item Alvaro Ferdinandi de Villa Pauca, Colimbriensis diocesis, de canonicatu sub expectatione prebende ecclesie Colimbriensis, cum prestimoniis et prestimo-

nialibus portionibus, vacañ vel vacat. in ecclesia, civitate vel diocesi Colimbrieñ, eidem A[lvaro] dignemini misericorditer providere. — *Habeat hic ut Jo[hannes] Gometii, ad collationem, etc.*

... ...

277[b]. [fl. 280] Item Vincentio Johannis, presbytero Visensis diocesis, de canonicatu sub expectatione prebende necnon etiam de dignitate seu personatu vel officio ecclesie Colimbriensis, [cum] simul vel successive in eadem ecclesia vacare contigerit, etiam si dicta dignitas seu personatus vel officium curatum existat, vel per electionem prelatus assumatur, non obstante parrochiali ecclesia sancti Mametis (1) dicte Visensis diocesis, quam dimittet, habita pacifica possessione predicte dignitatis, seu personatus vel officii. — *Habeat ad collationem Visensis* (2), *ut Jo[hannes] Gometii.*

278. Item Alvaro Laurentii, clerico Bracharensis diocesis, de beneficio ecclesiastico cum cura vel sine cura, spectante communiter vel divisim ad collationem, etc., archiepiscopi et capituli Brachareñ, non obstañ quod super parrochiali ecclesia beate Marie de Ardegam dicte Bracharensis diocesis litigat, de qua fuit et est, ut credit, in possessione, quam paratus est dimittere, dum possessionem beneficii curati, etc., ac quod pauper studeat.

... ...

[fl. 281]

... ...

Concessum pro omnibus supradictis in aliis rotulis prioris date non signatis et superius non cancellatis, videlicet secundum ordinem istius rotuli et secundum regulas et constitutiones cancellarie ac pro superius collocatis secundum collocationes eorum et pro aliis ad ea que petunt. E. B.

Sine alia lectione. — *Concessum. E. B.*

Datum Fundis, sexto Kalendas Decembris, anno primo. E. B.

---

(1) No ms. *Mometis.*

(2) No ms. *Vicensis.*

279

1378, Novembro 27

Rol de súplicas do patriarca de Alexandria, entre as quais se conta uma, a favor do seu familiar e camareiro Olivério, o qual estudara direito canónico durante três anos e retinha benefícios em Portugal, como a igreja de S. Pedro de Alfândega da Fé.

Reg. Suppl. 48, fl. 260-261v.

Rotulus Patriarche Alexandrini (1).

... ...

Item in personam dilecti familiaris sui continui comensalis et camerarii Oliverii Vifrana Montisalbañ diocesis, qui in iure canonico per spatium trium annorum studuit,

similem gratiam facientes, de beneficio ecclesiastico cum cura vel sine cura, vacante vel vacaturo, spectante ad collationem, etc., archiepiscopi Tholosani, eidem Oliverio dignemini misericorditer providere. Non obstañ rectoria seu abbatia curata sancti Petri de Alfandegua Bracharensis diocesis et portione in ecclesia sancti Johannis de Aneyo Ulixboñ diocesis, quas obtinet in regno Portugalie et sibi nullius valoris, que omnia paratus est dimittere, dum, etc., cum ceteris non obstañ, etc.

... ...

[fl. 261v]

... ...

Fiat pro omnibus. G.

Sine alia lectione et cum commissione examinis ad partes. — *Fiat. G.*

Datum Fundis, v Kalendas Decembris, anno primo (2).

---

(1) Penso se trate do antigo arcebispo de Braga D. João Cardaillac, transferido para o patriarcado de Alexandria por Gregório XI em Julho de 1371, conservando esta dignidade, mesmo depois de Gregório XI lhe ter concedido a administração da diocese de Rodez, em Julho de 1371, e Clemente VII a da sé de Tolosa em Novembro de 1378 e a da diocese de Auch em Janeiro de 1379. Cf. EUBEL, C., *Hierarchia catholica*, I, pp. 82, 121, 427, 488.

(2) Nas fl. 245-250 vem um *rotulus examinatorum in communi pauperum forma* e na fl. 248 há referências a várias províncias eclesiásticas, entre as quais vem enumerada a de Braga, mas errôneamente, segundo parece, pois as províncias da Península aí referidas pertenciam às terras do rei de Castela: *Item supplicant eidem S. V. examinatores provinciarum Narbonensis, Tholose, Auxitane, Burdegalensis, Bituricensis, Terraconensis, Cesaraugustane, Bracharensis, Maiorinensis, Toletane, Compostellane, Ispalensis, et aliis terris regi Castelle subiectis necnon in Anglie, Scotie et Suesie regnis ac in Ibernia, Gallia et aliis contiguis seu adiacentibus eisdem.*

280

1378, Novembro 27

Rol de súplicas do bispo de Vich, entre as quais uma, a favor de Aparício de Aceres, estudante de direito civil, sobre o canonicato de Évora, na expectativa da prebenda.

Reg. Suppl. 48, fl. 322-323v.

Rotulus episcopi Vicensis (1).

... ...

[fl. 322v]

... ...

Item quatinus dilecto familiari suo Aparitio de Aceres, clerico Elborensis diocesis, [fl. 323] studenti in iure civili, de canonicatu sub expectatione prebende ac dignitatis vel officii ecclesie Elborensis, dignemini misericorditer providere. Non obstante quod vigore certe gratie, sibi per felicis recordationis dominum Gregorium, immediate predecessorem

vestrum (2), sibi olim facte, quamdam parrochialem ecclesiam in diocesi Elborensi acceptaverit, cuius possessionem nondum est adeptus, cum ceteris clausulis opportunis.

... ...

[fl. 323v]

... ...

Fiat pro omnibus. G.

Sine alia lectione et cum commissione examinis ad partes. — *Fiat. G.*

Datum Fundis, v Kalendas Decembris, anno primo.

---

(1) Penso se trate de Garcia Fernandes de Herédia nomeado bispo de Vich em Agosto de 1377 por Gregório XI e transferido para Saragoça por Clemente VII em Outubro de 1383, vindo a morrer em Julho de 1411. Cf. EUBEL, C., *Hierarchia catholica*, I, p. 153, 526.

(2) Cf. nota 2 do n.º 197.

281-282

1378, Novembro 27

Fernando Gonçalves, perpétuo porcionário da igreja colegiada de Santa Justa de Coimbra, pede o canonicato de Coimbra, na expectativa da prebenda, e João Gonçalves de Guimarães, escolar de direito canónico, um benefício da colação do prior de Santa Maria de Guimarães.

Reg. Suppl. 56, fl. 37v-39v.

Supplicat S. V. devotus orator vester Fernandus Gunsalvi, clericus perpetuus portionarius ecclesie collegiate sancte Juste extra muros Colimbrienses, provectus in decretis, quatinus sibi specialem gratiam facientes, de canonicatu sub expectatione prebende ecclesie Colimbriensis, cum inhibitione, acceptatione et decreto, etiam si eius collatio per specialem vel generalem, morte executoris, subexecutoris, reservationem et alio quovis modo ad sedem apostolicam sit devoluta, eidem F[ernando] dignemini misericorditer providere. Non obstante quod in dicta ecclesia sancte Juste perpetuam portionem, cuius fructus, etc., xx. librarum Turonensium parvorum secundum taxationem decime valorem annuum non excedunt, obtineat. Et cum omnibus non obstañ et clausulis oportunis ac executoribus, ut supra.

... ...

[fl. 39v]

... ...

282. Item quatinus Johanni Gondisalvi de Vimaranis diocesis Bracharensis, in iure canonico scolari, specialem gratiam facientes, de beneficio ecclesiastico sine cura, vacante vel vacaturo, spectante ad collationem, etc., prioris et capituli ecclesie secularis sancte Marie de Vimaranis diocesis Bracharensis coniunctim, dignemini misericorditer providere. Et cum omnibus non obstañ, ut supra.

Datum Fundis, pro non datatis, quinto Kalendas Decembris, anno primo.

283-286

1378, Novembro 28

Súplicas de Lourenço Esteves, sacerdote da diocese do Porto, sobre um benefício da colação do bispo e cabido de Lamego, de Martinho Rodrigues, clérigo olisiponense, sobre benefício eclesiástico da colação do bispo e cabido de Évora, de João Gonçalves, clérigo de Guimarães, sobre o canonicato do Porto, na expectativa da prebenda, de Garcia Pires, da diocese de Évora, sobre um benefício da colação do prior de Santa Maria de Alcáçova de Santarém, e de Martinho Rodrigues, clérigo olisiponense, sobre um benefício eclesiástico da colação do bispo e cabido de Lisboa.

Reg. Suppl. 50, fl. 212-231v.

Rotulus compositus per dominum cardinalem de Britania (1).

Supplicant S. V. oratores vestri, quorum nomina inferius describuntur, quatinus ipsorum petitiones seu supplicationes subscriptas benigne exaudire ac gratias, quas ab e[adem] S. petunt, ipsis misericorditer concedere dignemini. Cum omnibus non obstañ et clausulis oportunis ac executoribus, ut in forma.

... ...

[fl. 215v]

... ...

Item Laurentio Stephani, presbytero Portugalensis diocesis, de beneficio ecclesiastico cum cura vel sine cura, vacante vel vacaturo, spectante communiter vel divisim ad collationem, etc., episcopi et capituli singulorumque canonicorum et personarum ecclesie Lamacensis, eidem Laurentio dignemini misericorditer providere. Non obstante quod parrochialem ecclesiam sancti Stephani de Uldrans dicte Portugalensis diocesis noscatur obtinere, quam paratus est dimittere, dum, etc,

... ...

[fl. 218v]

... ...

283ª. Item quatinus Martino Roderici, clerico Ulixbonensi, specialem gratiam facientes, de beneficio ecclesiastico, cum cura vel sine cura, vacante vel vacaturo, spectante communiter vel divisim ad collationem, etc., episcopi et capituli Elboreñ, eidem M[artino] dignemini misericorditer providere, cum clausulis, ut supra.

... ...

[fl. 219]

... ...

284. Item Johanni Gondisalvi, clerico Vimaranensi, diocesis Bracharensis, in iure canonico scolari, quatinus sibi specialem gratiam facientes, de canonicatu sub expectatione prebende ecclesie Portugalensis, eidem Jo[hanni] dignemini misericorditer providere.

... ...

[fl. 222v]

... ...

285. Item Garsie Petri, Elborensis diocesis, quatinus sibi specialem gratiam facientes, de beneficio ecclesiastico, cum cura vel sine cura, vacante vel vacaturo, spectante communiter vel divisim ad collationem, etc., prioris et capituli ecclesie sancte Marie secularis de Alcaçova Santarañ Ulixbonensis diocesis, eidem G[arsie] dignemini providere.

286. Item Martino Roderici, clerico Ulixbonensi, quatinus sibi specialem gratiam facientes, de beneficio ecclesiastico, cum cura vel sine cura, vacante vel vacaturo, spectante communiter vel divisim ad collationem, etc., episcopi et capituli Ulixboneñ, eidem M[artino] dignemini misericorditer providere. Et paratus est dimittere gratiam per S. V. sibi factam in forma communi de beneficio ecclesiastico cum cura vel sine cura, spectante ad collationem capituli Ulixbonensis, cum clausulis, ut supra.

... ...

[fl. 231v]

... ...

Concessum de expectationibus pro omnibus presentibus secundum ordinationes cancellarie. E. B.

Sine alia lectione. — *Concessum. E. B.*

Datum Fundis, quarto Kalendas Decembris, anno primo. E. B.

---

(1) Hugo de Montrelais, antes bispo de Tréguier e de Saint Brieuc, criado cardeal em Dezembro de 1375 por Gregório XI. Foi cardeal bispo de Sabina desde Julho de 1379. Morreu em Avinhão a 29 de Fevereiro de 1384. Cf. EUBEL, C., *Hierarchia Catholica*, I, p. 22, 146, 494.

287-300

1378, Novembro 28

Súplicas de João Martins, subdiácono da diocese da Guarda, de Garcia Peres, clérigo da diocese de Évora, de Martinho Rodrigues e João Martins, clérigos de Lisboa, de Brásio Martins, de João Gonçalves de Guimarães, de João Afonso, clérigo de Lisboa, de João Lourenço do Prado, de Bartolomeu Anes e João Esteves, clérigos da diocese de Braga, de Gonçalo Vasques de Lourosa, e Álvaro Fernandes de Vila Pouca, clérigos da diocese de Coimbra, e de João Afonso da diocese de Lamego.

Reg. Suppl. 51, fl. 181-234v.

Rotulus factus in recessu domini nostri de Fundis apud Speloncam.

Beatissime Pater, etsi S. V. omnibus iuste petentibus consueverit se liberalem exhibere pauperibus clericis et aliis in tantis discriminibus e[amdem] S. sequentibus, Clementiam Vestram peramplius extendentes, eisdem pauperibus clericis et aliis etiam absentibus,

pro quibus iidem clerici supplicationes in vestro recessu de Fundis e[idem] S. porrexerunt de gratiis beneficialibus et aliis infra scriptis misericorditer providere dignemini. Cum non obstañ et clausulis oportunis.

... ...

[fl. 206v]

... ...

[*Na margem esquerda do texto:* Provincia Compostellana:]

Item Johanni Martini, subdiacono Egitaniensis diocesis, de beneficio ecclesiastico cum cura vel sine cura, spectante communiter vel divisim ad collationem, etc., episcopi et capituli singulorumque canonicorum ecclesie Egitaniensis, dignemini providere, cum clausulis, ut supra.

... ...

[fl. 207]

... ...

288. Item Garsie Petri, clerico Elborensis diocesis, de beneficio sine cura, spectante communiter vel divisim ad collationem, etc., prioris et capituli ecclesie sancte Marie secularis Castri Santareñ Ulixbonensis diocesis, dignemini providere, cum clausulis, ut supra.

... ...

[fl. 207v]

... ...

289. Item Martino Roderici, clerico Ulixbonensi, de beneficio ecclesiastico cum cura vel sine cura, spectante communiter vel divisim ad collationem, etc., episcopi et capituli et singularum personarum, etiam si ratione dignitatum, administrationum vel officiorum illud conferant, ecclesie Ulixbonensis, dignemini providere, cum clausulis, ut supra.

290. Item Johanni Martini, scolari Ulixbonensi, de perpetua portione ecclesie sancti Nicholay Ulixboneñ, spectante communiter vel divisim ad collationem, etc., prioris et portionariorum dicte ecclesie, cum prestimoniis et prestimonialibus portionibus in dicta ecclesia, civitate vel diocesi Ulixboneñ, vacante vel vacatura, dignemini providere, cum clausulis, ut supra.

291. Item Brasio Martini, scolari in iure canonico, de perpetua portione, vulgariter nuncupata quartanaria, ecclesie Ulixbonensis, cum prestimoniis et prestimonialibus portionibus in dicta ecclesia, civitate et diocesi Ulixboneñ, vacante vel vacatura simul vel successive, non obstante ecclesia sancti Thome Ulixboneñ, super qua noscitur litigare, providere dignemini, cum clausulis, ut supra.

292. Item Johanni Gondissalvi Vimaranensi (1) [Bracharensis] diocesis, scolari in iure canonico, de beneficio ecclesiastico sine cura, spectante communiter vel divisim ad collationem, etc., episcopi et capituli ecclesie Ulixbonensis, etiam si in dicta ecclesia existat, dignemini providere, cum clausulis, ut supra.

293. Item Johanni Alfonsi, clerico Ulixbonensi, de media canonia ecclesie Ulixbonensis, cum prestimoniis et prestimonialibus portionibus simul vel successive vacañ vel vacatur., in dicta ecclesia, civitate et diocesi Ulixboneñ, non obstante gratia communi sibi facta, quam paratus est dimittere, dum, etc., providere dignemini, cum clausulis, ut supra.

... ...

[fl. 234]

... ...

[*Margem esquerda do texto:* Bracharensis diocesis:]

294. Primo devoto vestro Johanni Laurentii de Prado (2), clerico Bracharensis diocesis, de beneficio ecclesiastico, cum cura vel sine cura, spectante communiter vel divisim ad collationem, etc., episcopi et capituli Portugaleñ, dignemini providere, cum non obstañ et clausulis oportunis, ut in forma.

295. Item Johanni Gondisalvy de Vimaranis (3) diocesis Bracharensis, de beneficio [fl. 234v] ecclesiastico, cum cura vel sine cura, spectante communiter vel divisim ad collationem, etc., prioris et capituli secularis ecclesie sancte Marie de Vimaranis dicte diocesis, dignemini providere, cum non obstañ et clausulis, ut in forma.

296. Item Bartholomeo Johannis, clerico Bracharensis diocesis, de beneficio ecclesiastico cum cura vel sine cura, spectante communiter vel divisim ad collationem, etc., episcopi et capituli Portugalensis diocesis, dignemini providere, cum non obstañ et clausulis, ut supra.

297. Item Johanni Stephani, clerico Bracharensis diocesis, de beneficio ecclesiastico, cum cura vel sine cura, spectante communiter vel divisim ad collationem, etc., episcopi et capituli Elboreñ dignemini providere. Non obstante gratia sibi facta in forma communi per e[amdem] S. V., quam paratus est dimittere; cum non obstañ et clausulis, ut in forma.

[*Margem esquerda do texto:* Colimbriensis diocesis:]

298. Primo devoto vestro Gondissalvo Valacii de Lourosa, clerico Colimbriensis diocesis, de beneficio ecclesiastico cum cura vel sine cura, spectante communiter vel divisim ad collationem, etc., prioris et portionariorum ecclesie sancti Christofori Colimbrieñ, dignemini providere, cum clausulis, ut supra.

299. Item Alvaro Fernandi de Vila P[o]uca, clerico Colimbriensis diocesis, scolari in iure civili, de beneficio ecclesiastico, cum cura vel sine cura, spectante communiter vel divisim ad collationem, etc., episcopi et capituli Elboreñ, dignemini providere, cum non obstañ et clausulis oportunis, ut supra.

300. Item devoto vestro Johanni Alfonsi, Lamacensis diocesis, de beneficio ecclesiastico, cum cura vel sine cura, spectante communiter vel divisim ad collationem, etc., abbatisse et conventus monasterii sancti Petri de Lorvão ordinis Cisterciensis, dignemini misericorditer providere, cum non obstañ et clausulis, ut in forma.

Fiat pro omnibus supradictis. G.

Sine alia lectione pro presentibus et cum examinis commissione pro absentibus. — *Fiat. G.*

Datum Fundis, quarto Kalendas Decembris, anno primo (4).

---

(1) No ms. *Vimazanensi.*
(2) No ms. *Parodo.*
(3) No ms. *Vimarsanis.*
(4) Margem esquerda do texto: *Finis rotuli de recessu domini nostri de Fundis.*

301

1378, Novembro 28

Garcia Peres, clérigo da diocese de Évora, pede providências sobre súplica anteriormente feita, obtendo o favor da concessão, apesar dos defeitos ocorridos na primeira súplica.

Reg. Suppl. 55, fl. 10v.

Pater S[ancte], expo[nit S. V. Garsias] Petri, pauper clericus Elborensis diocesis, quod, cum olim ipse [asserens se fore de presbytero] genitum et soluta, per suum Ordinarium secum fuit dis[pensatum quod, dicto defectu] non obstante, ad omnes possit ordines promoveri et [simplex beneficium obtinere, cuius] dispensationis vigore, se fecit per dictum suum Ordinarium [alias rite clericali caractere insigniri]. Verum, cum idem G. [timeret huiusmodi dispensationem] invalidam fore et surretitiam ex eo quod in [litteris dispensationis sui] Ordinarii asseritur ipsum G. fore genitum de presbytero [et coniugata, licet] revera sit genitus de presbytero et soluta, idcirco fuit auctoritate apostolica cum (1) [eo dispensatum] ut predicto caractere clericali uti posset et ad sacros ordines valeret promoveri et beneficium cum cura obtinere post adventum V. S. ad istam civitatem Avinioñ xxviii dies mensis Junii proxime preteriti, demum eidem G. per e[amdem] S. fuit gratia facta de perpetua portione ecclesie sancti Salvatoris de Arrayollis, ad collationem, etc., prioris et portionariorum, et fuit posita data in dicta gratia sua iii Kalendas Fundis et sic dicta gratia esset eidem [inutilis] propter datam gratie que precedit predictam datam sue dispensationis, ideo ut predictus pauper G. utilitat. predicte gratie consequi valeat, supplicat S. V. quatinus ex certa scientia eidem concedere dignemini quod dicta gratia sibi valeat ac si tempore dicte gratie vel ante cum eo predicta auctoritate apostolica fuisset dispensatum vel iiii Kalendas Decembris Fundis anno primo in predicta gratia sue dispensationis concedere dignemini misericorditer, alias ut in forma. — *Concessum.*

---

(1) A folha está deteriorada, com um buraco ao meio.

302-308

1378, Novembro 29

Súplicas de Álvaro Domingues, clérigo da diocese de Braga, sobre a igreja paroquial de S. Nicolau de Cabeceiras de Basto; de Gonçalo Martins, clérigo da diocese de Coimbra, sobre benefício da colação da abadessa e convento do mosteiro de Lorvão; de Gonçalo Gonçalves, clérigo da diocese do Porto, sobre a perpétua porção da igreja de S. João de Mocharro da diocese de Lisboa; de João Afonso, porcionário de Salamanca, sobre um benefício da colação do bispo e cabido de Évora; de Pedro Anes, clérigo da diocese de Lisboa, sobre a porção pertencente à colação do prior de S. Tiago de Óbidos; de Gonçalo Fernandes, sacerdote da diocese de Samora, sobre um benefício da colação da abadessa e freiras do mosteiro de Odivelas; de Elias de Claustris, sobre o arcediagado de Santarém; de Sancho Rodrigues, clérigo da cidade de Salamanca, sobre um benefício da colação do bispo e cabido de Coimbra; de Deodato Fernandes, sacerdote da diocese de Segóvia, sobre o canonicato do Porto, na expectativa da prebenda; e de Afonso Lourenço, sacerdote da diocese de Viseu, sobre benefício da colação do bispo e cabido de Lamego.

Reg. Suppl. 53, fl. 101-110v.

Rotulus per dominum E[gidium] Bellemere (1) compositus.

Dignetur S. V. pauperibus clericis infrascriptis de gratiis etiam infrascriptis misericorditer providere. Cum non obstañ et clausulis oportunis, ut in forma.

... ...

[fl. 106v]

... ...

[*Margem esquerda do texto:* Provincia Bracharensis:]

Item Alvaro Dominici, clerico Bracharensis diocesis, de parrochiali ecclesia sancti Nicolai de Cabeceiras de Basto Bracharensis diocesis, vacante apud sedem apostolicam per obitum vel dimissionem vigore gratie facte bone memorie domino cardinali Guillelmo, tt. sancti Clementis presbytero (2), de archidiaconatu Canturiensi, quem archidiaconatum fuit pacifice adeptus, cuius fructus, redditus et proventus xlv. librarum Turonensium parvorum secundum taxationem decime valorem annuum non excedunt. Non obstante deffectu natalium, quem patitur de presbytero genitus et soluta, cum quo alias a sede apostolica quod ad sacerdotium possit promoveri et beneficium ecclesiasticum cum cura vel sine cura possit obtinere extitit dispensatum (3).

303. Item Gondisalvo Martini, clerico diocesis Colimbriensis, de beneficio ecclesiastico cum cura vel sine cura, vacante vel vacaturo, spectante ad collationem, etc., abbatisse et conventus beate Marie de Lorvaano ordinis sancti Bernardi communiter vel divisim, Colimbriensis [diocesis] (4).

... ...

[fl. 107]

... ...

304. Item Gondisalvo Gondisalvi, clerico Portugalensis diocesis, de perpetua portione sine cura ecclesie sancti Johannis de Mocharro Ulixbonensis diocesis, vacante per

obitum Gondisalvi Petri, extra Romanam Curiam defuncti, cuius fructus, etc., xvi librarum Turonensium parvorum secundum taxationem annuatim non excedunt. Non obstañ quod super parrochiali ecclesia sancti Tirsi de Meynedo Portugalensis diocesis in palatio apostolico litigat ac quod S. V. gratiam eidem G[ondisalvo] fecit de beneficio ecclesiastico, cum cura vel sine cura, spectante communiter vel divisim ad collationem, etc., episcopi et capituli ecclesie Colimbriensis, quam paratus est dimittere, dum, etc., (5).

[*Margem esquerda*: Provincia Compostellana:]

... ...

305. Item Johanni Alfonsi, portionario ecclesie Salamantine, de beneficio ecclesiastico cum cura vel sine cura, vacante vel vacaturo, usque ad summam centum librarum Turonensium parvorum secundum taxationem decime, spectante ad collationem, etc., episcopi et capituli ecclesie Elborensis communiter vel divisim. Non obstante quod in diocesi Salamantina quedam prestimonia valoris viii librarum Turonensium parvorum secundum texationem decime, que et quot sint pro expressis habere dignemini, obtineat; paratus est dimittere litem quam habet in vestro palatio apostolico super parrochiali ecclesia sancte Marie de Avidiello Zamorensis diocesis, dum, etc. (6).

... ...

306. Item Petro Johannis, clerico diocesis Ulixbonensis, de portione, vacante vel vacatura, spectante ad collationem, etc., prioris et portionariorum sancti Jacobi de Obidis Ulixbonensis diocesis communiter vel divisim (7).

306ª. [Item] Gundissalvo Fernandi, presbytero Zamorensis diocesis, de beneficio ecclesiastico, cum cura vel sine cura, vacante vel vacaturo, spectante ad collationem, etc., abbatisse et conventus monasterii [de] Odivelis ordinis Cisterciensis Ulixbonensis diocesis communiter vel divisim, non obstañ quod in parrochiali ecclesia sancte Crucis civitatis Ulixbonensis, quod (*sic*) beneficium sine cura noscitur obtinere (8).

... ...

[fl. 107v]

... ...

307. Item Helie de Claustris, clerico in iure canonico studenti, de archidiaconatu sancte Arene in ecclesia Ulixbonensi, etiam si dignitas curata existat, vacante per assecutionem archidiaconatus de Ardena in ecclesia Leodiensi ex provisione facta de dicto archidiaconatu in ecclesia Leodiensi Roberto de Fieta, archidiacono, per sedem apostolicam iam sunt iiii.or anni elapsi, salvo plures. Non obstante provisione facta de eodem archidiaconatu sancte Arene per felicis recordationis dominum Gregorium (9), predecessorem V. S., Johanni la Pluma, qui eumdem archidiaconatum noluit acceptare. Non obstañ etiam quod canonicatum et prebendam eiusdem ecclesie Ulixboñ et portionem in ecclesia sancte Juste dicte civitatis Ulixbonensis obtinet et quod expectationem ad collationem episcopi dicte ecclesie Ulixboñ coniunctim vel divisim ad beneficium cum cura vel sine cura in rotulo Studii Universitatis vestre Avinionensis noscatur expectare, vigore gratie sibi facte per e[amdem] S. V. in dicto rotulo, quam paratus est dimittere dictam expectationem, dum, etc., (10).

... ...

307ª. Item Sanctio Roderici, civitatis Salamantine clerico, de beneficio ecclesiastico cum cura vel sine cura, ad collationem, etc., episcopi et capituli Colimbrieñ communiter vel divisim spectante (11).

... ...

[fl. 108]

... ...

307ᵇ. Item Alfonso Laurentii, presbytero diocesis Visensis, de beneficio ecclesiastico cum cura vel sine cura, vacante vel vacaturo, spectante ad collationem, etc., episcopi et capituli Lamaceñ communiter vel divisim, et paratus est dimittere ecclesiam sancte Columbe, quam noscitur obtinere, diocesis Visensis, dum, etc. (12).

... ...

[fl. 110]

... ...

308. Item Deodato Fernandi, presbytero de Cuelloñ, Segobiensis diocesis, de canonicatu sub expectatione prebende ecclesie de Portu de Portugalia cum prestimoniis et prestimonialibus portionibus, dictis canonicatui et prebende pertinentibus. Non obstañ quod archidiaconatum de Cervera et canonicatum et prebendam ecclesie Tudensis noscitur obtinere (13).

... ...

[fl. 110v]

... ...

Fiat pro omnibus. G.

Sine alia lectione. — *Fiat. G.*

Datum Fundis, tertio Kalendas Decembris, anno primo.

---

(1) Cf. nota 1 do n. 194.

(2) D. Guilherme de la Jugée, de Limoges, criado cardeal por Clemente VI em Setembro de 1342. Passou do título de Santa Maria in Cosmedin, em Setembro de 1368, ao título de S. Clemente. Morreu em Abril de 1374. Cf. EUBEL, C., *Hierarchia Catholica*, I, p. 18, 41.

(3) Na margem direita do texto: *Bene per omnia.*

(4) Na margem direita do texto: *Bene legit, con[grue] construit et cantat.*

(5) Na margem direita do texto: *Bene legit, bene con[struit], debi[liter] cantat.*

(6) Na margem direita do texto: *Bene per omnia, intelligens in iure canonico et civili.*

(7) Na margem direita do texto: *Bene legit, bene con[struit], compe[tenter] cantat.*

(8) Na margem direita do texto: *Bene legit, bene cantat, compe[tenter] construit.*

(9) Cf. nota 2 do n.º 197.

(10) Na margem direita do texto: *Bene legit, bene construit, debiliter cantat; intelligens in iure canonico.*

(11) Na margem direita do texto: *Bene legit, bene cantat, compe[tenter] construit.*

(12) Na margem direita do texto: *Bene legit, compe[tenter] cantat, nichil construit.*

(13) Na margem direita do texto: *Bene per omnia.*

309

1378, Novembro 29

Álvaro Domingues da diocese de Braga pede a igreja paroquial de S. Martinho de Moazares da diocese do Porto.

Reg. Suppl. 53, fl. 186v-189v.

Rotulus compositus per d[ominum] E[gidium] Bellemere (1).
Dignetur S. V. infrascriptis personis gratias facere speciales infrascriptas.

... ...

[fl. 188]

... ...

[*Margem esquerda do texto:* Beneficia vacantia:]

Item supplicant S. V. infrascripti quatinus eis de beneficiis vacantibus et certo modo vacaturis inferius dignemini providere.

... ...

[fl. 188v]

... ...

Item Alvaro Dominici Bracharensis diocesis, de parrochiali ecclesia sancti Martini de Moazeres Portugalensis diocesis, vacante per non promotionem Johannis Egidii, etiam si tanto tempore vacaverit quod eius collatio sit ad sedem apostolicam iuxta statuta Lateranensis concilii devoluta vel alias quovis modo vacet, preterquam per mortem, cuius fructus, etc., xl. librarum secundum taxationem decime valorem annuum non excedunt (2).

... ...

[fl. 189v]

... ...

Fiat pro omnibus. G.
Sine alia lectione. — *Fiat. G.*
Datum Fundis, tertio Kalendas Decembris, anno primo.

---

(1) Cf. nota 1 do n.º 194.
(2) Na margem esquerda do texto: *bene per omnia.*

310

1378, Novembro 29

Gil Esteves, clérigo da diocese de Braga, pede um benefício da colação do prior e cabido da colegiada de Guimarães.

Reg. Suppl. 54, fl. 124-131v.

Rotulus tertius expectationum per dominum P. Chambonis (1).

... ...

[fl. 126v]

... ...

Egidius Stephani, clericus Bracarensis diocesis, de beneficio cum cura vel sine cura, spectante ad collationem, etc., prioris et capituli ecclesie collegiate sancte Marie Guymerañ communiter vel divisim, etc.

... ...

[fl. 131v]

... ...

Fiat pro omnibus. G.

Sine alia lectione pro omnibus supradictis et cum commissione examinis ad partes pro illis qui petunt, etc. — *Fiat. G.*

Datum Fundis, tertio Kalendas Decembris, anno primo.

---

(1) Cf. nota 1 do n.º 358 e n.º 481.

311-350

1378, Novembro 29

Série de súplicas de vários clérigos portugueses e estudantes em Avinhão: Gonçalo Gonçalves, sacerdote da diocese de Lamego, licenciado em decretos e bacharel em leis; Gonçalo Anes de Gaudiis, bacharel em direito canónico, da diocese de Évora; Estêvão Vasques de Loulé, da diocese de Silves, bacharel em leis; Martinho Fernandes, nobre, sacerdote da diocese de Lamego; Lourenço Domingues, sacerdote da diocese de Braga; Estêvão Fernandes, nobre, sacerdote da diocese de Lamego; Vasco Esteves, escolar de direito canónico; Gil Gonçalves, Martinho Vasques e João Afonso, da diocese de Silves; Martinho Esteves, sacerdote da diocese de Évora; Pedro Anes, da diocese de Évora; Gonçalo Esteves, da diocese de Silves; António de Cadeade; Martinho Lourenço, da diocese de Tui; Álvaro Domingues, da diocese de Braga; Vasco Anes, tesoureiro e cónego prebendário de Lamego; Estêvão Anes, da diocese de Évora; Gonçalo Pires, Vasco Pires e Gonçalo Gonçalves, cónegos regrantes do mosteiro de Santa Maria de Cárquere; Fernando Martins, clérigo, Gonçalo Fernandes, Vasco Pires e João Domingues, sacerdotes, da diocese de Lamego; Vasco Esteves, da diocese de Évora; Pedro Afonso, cartuxo; Afonso Lourenço, sacerdote da diocese de Viseu; Gonçalo Gonçalves, licenciado em decretos e bacharel em leis, disposto a receber as insígnias doutorais brevemente no Estudo de Avinhão; Valentim Guilherme, da diocese de Lisboa; Vasco Anes, da diocese de Évora; Fernando Domingues, da diocese de Lisboa; João de Nocce, da diocese de Lamego; Aparício Esteves, sacerdote da diocese de Évora; Afonso Peres de Carmona, da diocese de Sevilha; João Homen, da diocese de Lamego; António Afonso, sacerdote da diocese de Lamego. Gonçalo Vasques de Loulé pede dispensa de impedimentos para contrair matrimónio.

Reg. Suppl. 54, fl. 148-150v.

Rotulus pro nonnullis clericis de regno Portugalie (1).

Dignetur S. V. concedere supplicationes clericis infrascriptis de regno Portugalie.

Supplicat S. V. Gundissalvus Gundissalvi, presbyter diocesis Lamecensis, licentiatus in decretis et bacallarius in legibus, cui nuper per S. V. fuit provisum in rotulo Studii Avinioñ de canonicatu sub expectatione prebende ac dignitate, personatu vel officio ecclesie Colimbriensis, etiam si eidem dignitati, personatui vel officio immineret cura

animarum, etiam si electiva existeret, non obstañ dicta parrochiali ecclesia sancti Johannis de Meomães prefate diocesis ac gratiis sibi factis de parrochiali ecclesia sancte Columbe de Chacim Bracharensis diocesis et prebenda Colimbriensis ecclesie, que omnia paratus fuit dimittere, cum possessionem prebende ac dignitatis fuisset, etc., et predicta gratia fuit signata sub data x. Kalendas Decembris, quatinus sibi specialem ac uberiorem gratiam facientes, predictam datam ad prefatam gratiam xiii Kalendas Decembris dignemini misericorditer augmentare. Cum ceteris aliis clausulis oportunis ac executoribus, ut in forma.

312. Item quatinus Gundissalvo Johannis de Gaudiis, clerico Elborensis (2) diocesis, bacallario in iure canonico et studenti in iure civili continuanti incessanter, specialem gratiam facientes, de canonicatu sub expectatione prebende ac dignitate, personatu vel officio ecclesie Elborensis, etiam si eidem dignitati, personatui vel officio immineat cura animarum, vacañ vel vacatur., et paratus est dimittere ecclesiam sancti Petri de Evoramonte, vigore gratie sibi facte per dominum Gregorium (3), predecessorem vestrum, quam acceptavit, quam quidem ecclesiam sancti Petri Elborensis diocesis non est pacifice assecutus, non obstantibus constitutionibus et regulis per S. V. concessis, quibus cavetur quod nullus dignitatem obtinere possit, nisi doctor, nobilis, licentiatus existat, ac uberiorem gratiam facientes, datam xiii Kalendas Decembris concedere (4), dignemini misericorditer providere. Cum clausulis, ut supra.

313. Item Stephano Valasci de Loule, clerico Silvensis diocesis, bacallario in legibus ac decano et canonico prebendato ecclesie Silvensis, cuius decanatus nondum est possessionem adeptus, cui nuper per S. V. in rotulo huius Studii Avinioñ fuit facta gratia de canonicatu sub expectatione prebende ecclesie Ulixbonensis sub data x. Kalendas Decembris, vigore cuius gratie se obtulit dimissurum duas perpetuas portiones, quas obtinet in ecclesiis sancte Marie de Faro et sancti Clementis de Loule dicte diocesis, dum possessionem, etc., quatinus eidem specialem ac uberiorem gratiam facientes, predictam datam ad prefatam gratiam sub data xiii Kalendas Decembris dignemini misericorditer augmentare, ut supra.

314. Item quatinus Martino Fernandi, nobili, presbytero diocesis Lamecensis, scolari quinque annorum in iure canonico, de canonicatu sub expectatione prebende ecclesie Lamecensis, non [fl. 148v] obstante parrochiali ecclesia de Soveroso diocesis antedicte, quam (5) noscitur obtinere, dignemini misericorditer, ut supra.

315. Item quatinus Laurentio Dominici, presbytero Bracharensis diocesis, scolari quatuor annorum in iure canonico, de perpetua portione ecclesie Lamecensis, que medius canonicatus et dimidia prebenda vulgariter nuncupatur, vacante vel vacatura, non obstañ parrochiali ecclesia de Antis diocesis Lamecensis ac perpetua portione ecclesie sancti Pelagii de Caria eiusdem diocesis, eidem dignemini misericorditer, ut supra.

316. Item quatinus Stephano Fernandi, nobili, presbytero diocesis Lamecensis, de canonicatu sub expectatione prebende ecclesie Portugalensis, non obstante parrochiali ecclesia Crucifixi de Boucis diocesis Portugalensis, non obstante constitutione a S. V. edita ut non sit prebendatus in ecclesia cathedrali, nisi sit graduatus, misericorditer dignemini providere, ut supra.

317. Item quatinus Valasco Stephani, scolari in iure canonico, de canonicatu et prebenda ecclesie Silvensis, vacañ per obitum Laurentii Roderici, extra Romanam Curiam defuncti, qui dum vivebat erat subcollector camere apostolice in civitate et diocesi Silveñ, non obstante quod perpetuam portionem, que quartanaria vulgariter nuncupatur, in eadem ecclesia, et perpetuam portionem in ecclesia parrochiali sancti Clementis de Loule Silvensis diocesis obtineat, quas perpetuas portiones paratus est dimittere, non obstantibus constitutionibus et regulis cancellarie, eidem misericorditer dignemini providere, ut supra.

318. Item quatinus Egidio Gundissalvi, clerico diocesis Silvensis, de perpetua portione, que vulgariter nuncupatur dimidia prebenda seu dimidius canonicatus, vacañ vel vacatur., ecclesie Silvensis, dignemini, ut supra.

319. Item quatinus Martino Valasci, clerico Silvensis diocesis, de perpetua portione, que dimidia prebenda seu dimidius canonicatus vulgariter nuncupatur, vacante vel vacatura in ecclesia Colimbriensi, dignemini, ut supra.

320. Item quatinus Martino Stephani, presbytero Elborensis diocesis, de perpetua portione, que dimidia prebenda seu dimidius canonicatus vulgariter nuncupatur, vacante vel vacatura in ecclesia Ulixbonensi, non obstante portione sancte Marie de Alcaçar, quam noscitur obtinere, diocesis Elborensis, dignemini misericorditer, ut supra.

321. Item quatinus eidem Petro (6) Johannis, clerico diocesis Elborensis, de canonicatu et prebenda ecclesie Silvensis, vacantibus apud sedem apostolicam, vigore gratie facte cuidam Roderico Laurentii de decanatu et prebenda ecclesie Colimbriensis, quam obtulit se dimissurum, dum primo possessionem, etc., quem decanatum et prebendam possidet et obtinet auctoritate sedis apostolice, non obstantibus constitutionibus et regulis cancellarie, eidem dignemini misericorditer, ut supra.

322. Item quatinus Gundissalvo Stephani, clerico Silvensis diocesis, de beneficio sine [fl. 149] cura, vacante vel vacaturo, ad collationem, etc., episcopi et capituli Silveñ vel prioris sancte Marie de Faro eiusdem diocesis communiter vel divisim, eidem dignemini misericorditer, ut supra.

323. Item quatinus Anthonio de Cadeade, portionario ecclesie parrochialis sancte Marie de Uzezer Portugalensis diocesis, de beneficio ecclesiastico, cum cura vel sine cura, communiter vel divisim, vacante vel vacaturo, ad collationem, etc., abbatis et conventus de Pallatiolo eiusdem diocesis, quam portionem sancte Marie paratus est dimittere, dum, etc., eidem dignemini misericorditer, ut supra.

324. Item quatinus Martino Laurentii, clerico Tudensis diocesis, de beneficio ecclesiastico, cum cura vel sine cura, vacante vel vacaturo, ad collationem, etc., episcopi et capituli Portugaleñ communiter vel divisim, dignemini misericorditer, ut supra.

325. Item quatinus Alvaro Dominici, clerico Bracharensis diocesis, de beneficio ecclesiastico, cum cura vel sine cura, vacante vel vacaturo, ad collationem, etc., archiepiscopi et capituli Brachareñ communiter vel divisim, non obstante quod alias cum eo ad

omnes ordines promoveri et unum beneficium ecclesiasticum, cum cura vel sine cura, obtinere possit auctoritate sedis apostolice extitit dispensatum, genito de presbytero et soluta, eidem dignemini misericorditer, ut supra.

326. Item quatinus Valasco Johannis, thesaurario et canonico prebendato ecclesie Lamecensis, qui temporibus sancte memorie Romanorum Pontificum domini Urbani (7) ac domini Gregorii xi (8) servivit camere apostolice xii annis in officio subcollectorie in civitate et diocesi Lameceñ, gratiam facientes, de beneficio cum cura vel sine cura, vacante vel vacaturo, usque ad summam centum librarum Turonensium parvorum secundum taxationem decime, ad collationem, etc., episcopi et capituli Elboreñ communiter vel divisim, et paratus est dimittere prefatam thesaurariam, cum vigore gratie beneficium incompatibile cum ipsa fuerit assecutus, dignemini ut supra.

327. Item quatinus Stephano Johannis, clerico Elborensis diocesis, de portione, vacante vel vacatura, ad collationem, etc., prioris et portionariorum ecclesie sancti Salvatoris de Alcacevis communiter vel divisim Elborensis diocesis, dignemini misericorditer, ut supra.

328. Item quatinus Fernando Martini, clerico diocesis Lamecensis, de perpetua portione canonicatus et prebende vulgariter nuncupata, vacante vel vacatura in ecclesia collegiata sancti Martini de Citofacta diocesis Portugalensis, ad collationem, etc., abbatis et canonicorum seu portionariorum eiusdem ecclesie communiter vel divisim, dignemini misericorditer, ut supra.

329. Item quatinus Vincentio Egidii, presbytero Elborensis diocesis, de portione ecclesie sancti Jacobi de Begia Elborensis diocesis vel ecclesie sancti Salvatoris de Alcacevis eiusdem diocesis, vacañ vel vacatur., ad collationem, etc., prioris et [fl. 149v] portionariorum earumdem ecclesiarum communiter vel divisim, eidem dignemini misericorditer, ut supra.

330. Item quatinus Gundissalvo Petri, clerico regulari monasterii sancte Marie de Carcari ordinis sancti Augustini, diocesis Lamecensis, de beneficio, cum cura vel sine cura, vacante vel vacaturo, ad collationem, etc., prioris et conventus eiusdem monasterii communiter vel divisim, dignemini misericorditer, ut supra.

331. Item quatinus Gundissalvo Fernandi, presbytero diocesis Lamecensis, de beneficio cum cura vel sine cura, vacante vel vacaturo, ad collationem, etc., episcopi et capituli Egitanieñ communiter vel divisim, non obstante portione ecclesie sancti Palagii de Ovadis prefate diocesis, quam noscitur obtinere, dignemini, ut supra.

332. Item quatinus Valasco Petri, presbytero diocesis Lamecensis, de beneficio ecclesiastico, cum cura vel sine cura, vacante vel vacaturo, ad collationem, etc., abbatisse et conventus monasterii de Arouca (9) eiusdem diocesis communiter vel divisim, non obstante perpetua portione ecclesie sancti Petri de Ferreriis prefate diocesis, quam noscitur obtinere, dignemini misericorditer, ut supra.

333. Item quatinus Johanni Dominici, presbytero Lamecensis diocesis, de beneficio cum cura vel sine cura, vacante vel vacaturo, ad collationem, etc., episcopi et capi-

tuli Viseñ communiter vel divisim, non obstante perpetua portione ecclesie sancti Johannis de Meomans eiusdem diocesis, quam noscitur obtinere, dignemini misericorditer, ut supra.

334. Item quatinus Valasco Stephani, clerico diocesis Elborensis, de perpetua portione ecclesie parrochialis sancti Johannis de Begia eiusdem diocesis, vacante vel vacatura, ad collationem, etc., prioris et portionariorum eiusdem ecclesie communiter vel divisim, et paratus est dimittere gratiam sibi factam de portione ecclesie sancti Salvatoris de Alcacevis eiusdem diocesis per e[amdem] S. factam, dignemini misericorditer, ut supra.

335. Item dignetur S. V. oratori vestro Petro Alfonsi, monacho professo ordinis Cartusiensis, secum misericorditer dispensare quatinus se transferre possit ad ordines sancti Benedicti vel Cistercieñ, cum pondus predicti ordinis diutius nequeat commode tollerare (10), non obstantibus constitutionibus quibuscumque vel statutis ordinis, penam inferentibus, quoquo modo decretis, privilegiis, indultis predicti ordinis (11), litteris apostolicis, per que presentibus non expressa vel totaliter non inserta, cum aliis clausulis dignemini, ut supra.

336. Item quatinus Alfonso Laurentii, presbytero Visensis diocesis, de beneficio, cum cura vel sine cura, vacante vel vacaturo, ad collationem, etc., episcopi et capituli Lameceñ communiter vel divisim, et paratus est dimittere ecclesiam sancte Columbe Visensis diocesis, dum possessionem, etc., eidem dignemini misericorditer, ut supra.

337. Item quatinus prefato Gundissalvo Gundissalvi, licentiato in decretis ac bacallario in legibus, qui in brevi, Altissimo disponente, intendit in vestro generali Studio Avinioñ assumere insignia doctoratus in decretis, concedere dignemini gratiose, ob reverentiam nationis Portugalie, ut non obstante presbyterato, [fl. 150] possit tamen intrare examen privatum et publicum et alias approbari in iure civili, si repertus fuerit idoneus.

338. Item quatinus humili et devoto vestro Valentino Guillelmi, clerico Ulixbonensis diocesis, perpetuo portionario sancti Jacobi de Aurem, gratie sibi facte per V. S. de perpetua portione ecclesie sancte Marie de Ma[r]villa Santarane diocesis Ulixbonensis examen ad partes dignemini committere decano Colimbriensi, cum idem V[alentinus] existat familiaris domini Petri Cavellerii, quondam archidiaconi Ulixbonensis, nunc episcopi Silvensis (12), collectoris generalis in regno Portugalie quodque habeat multa expedire in negotiis camere apostolice et sic non potest moram facere in Romana Curia de presenti.

339. Item quatinus Valasco Johannis, clerico diocesis Elborensis, de portione, vacante vel vacatura, ad collationem, etc., prioris et portionariorum ecclesie sancti Salvatoris de Begia eiusdem diocesis communiter vel divisim, dignemini misericorditer, ut supra.

340. Item quatinus Fernando Dominici, clerico Ulixbonensi, gratiam facientes specialem, de beneficio sine cura, vacante vel vacaturo, ad collationem, etc., episcopi et capituli singulorumque priorum et portionariorum seu rationariorum quarumcumque ecclesiarum civitatis et diocesis Ulixboneñ, etiam si in ecclesia cathedrali existat, dignemini misericorditer, ut supra.

341. Item quatinus Johanni de Nocce, clerico Lamecensis diocesis, scolari in grammaticalibus, de perpetua portione, canonicatu et prebenda vulgariter nuncupat., ecclesie collegiate sancte Marie de Alcaçova Ulixbonensis diocesis, vacañ vel vacatur., ad collationem, etc., prioris et capituli eiusdem ecclesie communiter vel divisim spectante, dignemini, ut supra.

342. Item quatinus Aparitio Stephani, presbytero Elborensis diocesis, gratiam specialem facientes, de beneficio cum cura vel sine cura, vacante vel vacaturo, ad collationem, etc., episcopi et capituli Ulixboneñ communiter vel divisim, eidem dignemini, ut supra.

343. Item [quatinus] Alfonso Petri de Carmona, clerico Ispalensis diocesis, de perpetua dimidia portione cum prestimoniis et prestimonialibus portionibus ecclesie, civitatis et diocesis Ispaleñ, vacañ vel vacatur. simul aut successive, eidem dignemini misericorditer, ut supra.

344. Item quatinus Johanni Hominis, clerico Lamecensis diocesis, scolari in grammaticalibus, de beneficio cum cura vel sine cura, vacante vel vacaturo, ad collationem, etc., abbatisse et conventus monasterii sancte Marie de Lorvano diocesis Colimbriensis ordinis Cisterciensis communiter vel divisim spectante, dignemini misericorditer, ut supra.

345. Item quatinus devoto vestro Alvaro Dominici, clerico Bracharensis diocesis, cum quo alias ut non obstante deffectu natalium, quem patitur de presbytero genitus et soluta, auctoritate apostolica extitit dispensatum, vigore cuius dispensationis nec ad sacros ordines fuit promotus nec beneficium cum cura vel sine cura fuit assecutus, quatinus sibi uberiorem gratiam facientes, ut duo [fl. 150v] beneficia ecclesiastica compatibilia, si sibi canonice conferantur, simul retinere possit et illa predicta beneficia, totiens quotiens, seu semel vel bis tantum, fuerit oportunum, permutare et illa licite retinere valeat de gratia et benignitate cum eodem misericorditer dispensare, ut in forma.

346. Item quatinus Valasco Petri, canonico regulari monasterii sancte Marie de Carcari ordinis sancti Augustini diocesis Lamecensis, de beneficio cum cura vel sine cura, vacante vel vacaturo, ad collationem, etc., prioris et conventus monasterii sancti Vincentii eiusdem ordinis diocesis Ulixbonensis (13) communiter vel divisim spectante, dignemini, ut supra.

347. Item quatinus Gundissalvo Gundissalvi, canonico regulari monasterii sancte Marie Carcarensis ordinis sancti Augustini diocesis Lamecensis, de beneficio cum cura vel sine cura, vacante vel vacaturo, ad collationem, etc., prioris et conventus monasterii de Egrijo (14) eiusdem ordinis diocesis Portugalensis communiter vel divisim spectante, dignemini, ut supra.

348. Item quatinus Johanni Alfonsi, clerico Silvensis diocesis, de beneficio sine cura, vacante vel vacaturo, ad collationem, etc., prioris sancte Marie de Tavira eiusdem diocesis, eidem dignemini, ut supra.

349. Item quatinus Anthonio Alfonsi, presbytero diocesis Lamecensis, de beneficio, cum cura vel sine cura, vacante vel vacaturo, ad collationem, etc., episcopi et capituli Portugaleñ communiter vel divisim, non obstante parrochiali ecclesia sancti Bartholomei de Barqueriis diocesis Portugalensis, quam paratus est dimittere, cum possessionem, etc., dignemini, ut supra.

350. Item, P[ater] S[ancte], licet iste due ultime supplicationes que infra secuntur non deberent poni in rotulo isto, cum sit de beneficialibus et predicte supplicationes sint de dispensationibus matrimonialibus, persone in eis contente sunt de regno Portugalie et non habent aliquem promotorem qui eas S. V. particulariter possit presentare, cum penitentiarius maior dicat se super hoc non habere potestatem, humiliter supplicant S. V. persone in eis contente quatinus dignetur ea que in predictis supplicationibus continentur concedere.

Pater S[ancte]. Exponitur S. V. ex parte Gundissalvi Valasci de Loule Silvensis diocesis quod cum olim contraheret sponsalia per verba de presenti cum quadam Violanda Laurentii eiusdem loci, que quidem Violanda, nulla carnis copula inter eos secuta, fuit viam universe carnis ingressa, demum, etc. (15).

Fiat de expectationibus. G.

Sine alia lectione. — *Fiat. G.*

Datum Fundis, tertio Kalendas Decembris, anno primo.

---

(1) No ms. *Portugalio.*

(2) No ms. *Alborensis.*

(3) Cf. nota 2 do n.º 197.

(4) No ms. sinal de erro.

(5) No ms. *quem.*

(6) Na margem esquerda do texto: *eidem P. non erat in originali aliter quam supplicatio continet nominatus nec scriptus.*

(7) Guilherme Grimoaldi, beneditino, eleito em Outubro de 1362, coroado a 6 de Novembro de 1362. Morreu em Avinhão a 19 de Dezembro de 1370. Cf. EUBEL, C., *Hierarchia Catholica*, I, pp. 20.

(8) Cf. nota 2 do n.º 197.

(9) No ms. *Arovea.*

(10) No ms. *collorare.*

(11) No ms. *predicto ordini.*

(12) Cf. nota 1 do n.º 197.

(13) Riscada a palavra *Portugalensis*, com anotação à margem direita do texto: *Ulixbonensis in originali G.*

(14) No ms. *Igriscio.*

(15) Na margem esquerda do texto: *Ista petitio non fuit completa nec alia, de qua supra est mentio, post istam non fuit registrata, quia non erant concesse secundum signationem domini nostri pape.*

351

1378, Novembro 29

Gonçalo Anes de Gaudiis, clérigo da diocese de Évora, originário de Portugal, bacharel em direito canónico, pede providências sobre súplica anterior, com a data da primeira concessão.

Reg. Suppl. 55, fl. 13v.

Beatissime Pater. Cum gratia esset facta Gundissalvo Johannis de Gaudiis, clerico Elborensis diocesis, oriundo de regno Portugalie, bacallario in iure canonico, studenti in iure civili, de canonicatu sub expectatione prebende ac personatu et dignitate ecclesie Elborensis per eamdem S. V., verum, S[ancte] P[ater], quia cum dictus G. conficeret litteras suas, littere eius detinentur in cancellaria propter aliquas constitutiones et regulas cancellarie per S. V. concessas, quibus cavetur quod nullus dignitatem obtinere possit, nisi doctor, nobilis, licentiatus existat, idcirco dignetur S. V. mandare expedire litteras in cancellaria dicto G[undissalvo] sub prima data, cum dignitate ut prefertur. Non obstantibus constitutionibus et regulis supradictis, alias gratia sua reputaretur inutilis propter multitudinem expectantium (1). — *Concessum de prima data.*

(1) No ms. *spectantium.*

352

1379, Fevereiro 19

Raimundo Sulas, clérigo da diocese de Rodez, na França, adido à colectoria apostólica no reino de Portugal, pede o canonicato, prebenda e tesouraria de Lisboa.

Reg. Suppl. 47, fl. 126.

Supplicat S. V. devotus vester Raymundus Sulas, clericus Ruthenensis diocesis, qui in collectoria regni Portugalie cum collectore apostolico laboratur (sic) diutius fideliter, specialem gratiam facientes, eidem de canonicatu et prebenda ac thesauraria in ecclesia Ulixbonensi, vacantibus per obitum Americi de Gardia, in Avinione defuncti, etiam si dicta thesauraria dignitas vel officium curatum et electivum existat, aut alias quovis modo vacet, dignemini misericorditer providere; cum non obst. et clausulis oportunis. — *Fiat. G.*

Sine alia lectione. — *Fiat. G.*

Datum Fundis, undecimo Kalendas Martii, anno primo.

353

1379, Março 17

Clemente VII priva Vasco Domingues, sequaz de Urbano VI, do canonicato, prebenda e chantria de Lisboa, em favor de Bertrando de Rocovilla, capelão pontifício.

Reg. Suppl. 48, fl. 269v.

Privamus Valascum Dominici notorie, prout nobis constat, adherentem perpetue maledictionis alumpno Bartholomeo, in sedem apostolicam per violentiam intruso (1), canonicatu et prebenda ac cantoria ecclesie Ulixbonensis necnon prestimoniis, prestimonialibus portionibus, etc., que in eadem ecclesia, civitate et diocesi Ulixboneñ dictus Valascus obtinere solebat seu adhuc obtinet et de eisdem per privationem huiusmodi vel alio quovis modo vacantibus Bertrando de Rocovilla, capellano nostro, motu proprio providemus. Cum omnibus non obstañ et clausulis oportunis. — *Fiat motu proprio et privamus. G.*

Datum Fundis, sextodecimo Kalendas Aprilis, anno primo (2).

(1) Cf. nota 4 do n.º 197.
(2) Cf. n.º 474.

354

1379, Maio 16

Fernando Gonçalves, perpétuo porcionário da igreja colegiada de Santa Justa de Coimbra, pede o canonicato de Coimbra, na expectativa da prebenda.

Reg. Suppl. 51, fl. 38v.

Supplicat S. V. humilis et devotus orator vester Fernandus Gundisalvi, clericus, perpetuus portionarius ecclesie collegiate sancte Juste extra muros Colimbrieñ et scolaris in iure canonico provectus, quatinus specialem gratiam sibi facientes, de canonicatu sub expectatione prebende in ecclesia Colimbriensi, cum inhibitione, reservatione et decreto et alia quacumque constitutione apostolica speciali vel generali non obstañ, eidem Fernando dignemini providere, non obstante quod in supradicta ecclesia sancte Juste perpetuam portionem, cuius fructus, etc., xxv. librarum Turonensium parvorum secundum taxationem decime valorem annuum non excedunt, obtineat, et cum ceteris clausulis et non obstañ ac etiam oportunis, ut in forma, et benignissima manu vestra signare per *Fiat ut petitur* et quod littere transeant per cancellariam. — *Concessum apud Spelongam, xvii Kalendas Junii, anno primo. E. B.*

355

1379, Junho 10

João Fernandes, reitor da igreja paroquial de S. Miguel de Nogueira, da diocese de Braga, pede outro benefício.

Reg. Suppl. 50, fl. 105-105v.

Supplicat S. V. humilis et devotus orator vester Johannes Fernandi, rector parrochialis ecclesie sancti Michaelis de Nugueyra Bracharensis diocesis, cum quo ut, non obstante defectu natalium quem patitur de laico religioso genitus et soluta, auctoritate apostolica ad omnes etiam sacros ordines promoveri et beneficium ecclesiasticum, etiam si curam haberet animarum, posset obtinere extitit dispensatum, vigore cuius dispensationis, ad presbyteratus ordines extitit promotus et prefatam ecclesiam de Nugueyra assecutus, quatinus eidem ampliorem gratiam facientes, ut, dicto defectu non obstante, possit unum aliud beneficium sine cura obtinere et habere una cum dicto curato beneficio simul possit et dicta beneficia semel et pluries dimittere et permutare et loco dimissorum vel permutatorum simul vel successive alia similia vel dissimilia licite obtinere et habere valeat de benignitate sedis apostolice secum dignemini misericorditer dispensare, [fl. 105v] quibuscumque constitutionibus et decretis in contrarium editis nequaquam obstantibus et cum omnibus non obstañ et clausulis opportunis, ut in forma. — *Concessum Massilie, iiii.to Idus Junii, anno primo. E. B.*

356

1379, Julho 28

Estêvão Vasques de Loulé, clérigo da diocese de Silves, bacharel em direito civil, pede o deado da sé.

Reg. Suppl. 51, fl. 140.

Supplicat S. V. humilis orator vester Stephanus Vallaci de Loule, clericus Silvensis diocesis, bacalarius in iure civili et perpetuus portionarius ecclesiarum sancte Marie de Faro et sancti Clementis de Loule dicte diocesis et canonicus prebendatus ecclesie Silvensis, quatinus sibi gratiam specialem facientes, de decanatu eiusdem ecclesie Silvensis, quem Rodericus Laurentii obtulit se dimissurum, cum possessionem (1) decanatus ecclesie Colimbriensis pacifice esset adeptus, quem decanatum nunc possidet et obtinet (2) auctoritate sedis apostolice, qui quidem decanatus Silvensis est dignitas maior post episcopalem in eadem ecclesia Silvensi et electiva, etiam si ei cura immineat animarum, eidem Stephano dignemini misericorditer providere. Non obstañ gratia per Sanctitatem Vestram in rotulo istius Universitatis Avinionensis sibi facta de canonicatu sub expectatione prebende in ecclesia Ulixboñ, vigore cuius gratie, dimittere tenetur dictas perpetuas portiones, quas nunc obtinet, dum pacificam possessionem dicti canonicatus et prebende fuerit assecutus; cum non obstañ et clausulis oportunis, ut in forma. — *Fiat. G.*

Sine alia lectione. — *Fiat. G.*

Datum Avinione, quinto Kalendas Augusti, anno primo.

---

(1) No ms. *pocessione.*

(2) No ms. *obtineat*, com sinal de erro.

357

1379, Agosto 21

Valentino Guilherme, clérigo da diocese de Lisboa, pede a perpétua porção da igreja paroquial de Santa Maria de Marvila de Santarém.

Reg. Suppl. 52, fl. 33-33v.

Supplicat S. V. devotus vester Valentinus Guillelmi, clericus Ulixbonensis diocesis, portionarius perpetuus in parrochiali ecclesia sancti Jacobi de Orem dicte diocesis, quatinus sibi specialem gratiam facientes, de perpetua portione, quam Egidius Maudi in parrochiali ecclesia sancte Marie de Marvilla de Sanctareno eiusdem diocesis obtinet, que sine cura est, qua dictum Egidium dignemini privare ex eo quod adhesit Bartholomeo, olim archiepiscopo Barensi, in sancta vestra sede apostolica intruso (1), ipsum asserendo summum et verum antistitem, litteras suas falsas et bullatas portando et eisdem acquiestando in quibusdam suis propriis negotiis, litibus et causis, que omnia dignemini hic habere pro expressis, ipsumque privatum decernere manere, eidem Valentino dignemini de eadem perpetua portione misericorditer providere, non obstante quod perpetuam portionem quamdam in dicta parrochiali ecclesia sancti Jacobi obtineat. Cum omnibus [fl. 33v] non obstañ et clausulis oportunis. — *Fiat. G.*

Sine alia lectione. — *Fiat. G.*

Datum Avinione, duodecimo Kalendas Septembris, anno primo.

(1) Cf. nota 4 do n.º 197.

357ª-357ᵇ

1379, Setembro 9

Súplicas de João Garcia, escolar de direito canónico, chantre e cónego de Silves, sobre a privação do deado e canonicato de Lisboa a Domingos Peres, por seguir o papa de Roma, e de Fernando Garcia, clérigo de Lugo, sobre a chantria e canonicato de Silves.

Reg. Suppl. 53, fl. 27v.

Dignetur S. V. motu proprio privare Dominicum Petri, decanum et canonicum prebendatum ecclesie Ulixbonensis, pro eo quod Bartholomeo, olim Barensi archiepiscopo (1), in apostolica sede intruso, adherere et de ipsis decanatu ac canonicatu et prebenda cum prestimoniis et prestimonialibus portionibus devoto et humili vestro Johanni Garsie, scolari in iure canonico, cantori et canonico prebendato ecclesie Silvensis, motu proprio providere; paratus est enim dimittere dictam cantoriam ac canonicatum et prebendam Silveñ et quamdam capellam de Bella Salema, quam obtinet in diocesi Silvensi, dum, etc. Et cum ceteris non obstañ et clausulis oportunis. Non obstante quacumque constitutione per S. V. facta de non graduatis, etc. — *Fiat motu proprio et privamus. G.*

357.[b] Dignetur S. V. motu proprio providere Fernando Garsie, clerico Lucensi, de cantoria ac canonicatu et prebenda ecclesie Silvensis predictis, cum prestimoniis et prestimonialibus portionibus necnon capella de Bella Salema, dum vacabunt per assecutionem pacificam decanatus ac canonicatus et prebende ecclesie Ulixbonensis, faciendam per Johannem Garsie predictum auctoritate litterarum apostolicarum S. V. Non obstante quacumque constitutione per eamdem S. facta quod non graduati in ecclesiis cathedralibus non admittantur. Et cum ceteris non obstañ et clausulis oportunis. — *Fiat motu proprio. G.*

Datum Avinione, quinto Idus Septembris, anno primo.

---

(1) Cf. nota 4 do n.º 197.

358

1379, Setembro 22

Álvaro Domingues, clérigo da diocese de Braga, pede a igreja paroquial de S. Nicolau de Cabeceiras de Basto.

Reg. Suppl. 54, fl. 188-194v.

Rotulus beneficiorum vacantium compositus per dominum P[etrum] Chambonis (1).

... ...

[fl. 188v]

... ...

Alvarus Dominici, clericus Bracarensis diocesis, de parrochiali ecclesia sancti Nicolai de Cabeceyras de Basto dicte diocesis, vacante per obitum vel dimissionem cardinalis Guillelmi (2), non obstante defectu natalium de presbytero [genito] cum soluta, cum alias extitit dispensatum ut ad omnes ordines et unum beneficium cum cura vel sine, etc.

... ...

[fl. 194v]

... ...

Fiat pro omnibus G.

Sine alia lectione pro omnibus supradictis et cum commissione examinis ad partes pro illis qui petunt. — *Fiat. G.*

Datum Avinione, decimo Kalendas Octobris, anno primo.

---

(1) Capelão e referendário do antipapa Clemente VII, com numerosos *rótulos* de súplicas compostos por ele. Cf. n. 481. Ver os *rótulos* dos n. 360-363, 484-499, 506-509, 511-512, 527-549, 551-552, 554-555, 556, 558-559, 562-563, 566-571, 572, 612, 614.

(2) D. Guilherme de la Jugée. Cf. nota 2 do n. 302.

CLEMENTE VII

(EL. 20 SET., COR. 31 OUT. 1378, + 16 SET. 1394)

SÚPLICAS

ANO SEGUNDO

(31 OUT. 1379 – 30 OUT. 1380)

AV, REG. SUPPL., VOL. 57 A 60

359

1379, Dezembro 7

Gonçalo Anes de Gaudiis, clérigo da diocese de Évora e originário de Portugal, bacharel em direito canónico, pede providências sobre as letras apostólicas relativas a concessão feita pelo papa.

Reg. Suppl. 60, fl. 176v.

Beatissime Pater, cum gratia esset facta Gundissalvo Johannis de Gaudiis, clerico Elborensis diocesis, oriundo de regno Portugalie, bacallario in iure canonico et studenti in iure civili et continuanti incessanter, de canonicatu sub expectatione prebende ac personatus et dignitatis ecclesie Elborensis per S. V., est verum, S[ancte] P[ater] quod cum dictus G[undisalvus] conficeret litteras suas, littere eius detinentur in cancellaria propter aliquas constitutiones et regulas cancellarie per S. V. concessas, quibus cavetur quod nullus dignitatem obtinere possit, nisi doctor, nobilis, licentiatus existat; idcirco dignetur S. V. mandare expediri litteras in cancellaria dicti G[undissalvi] cum dignitate ut prefertur, non obst. constitutionibus et regulis supradictis. — *Concessum de dignitate, Avinione, septimo Idus Decembris, anno secundo.*

360-363

1380, Janeiro 18

D. Pedro, bispo eleito de Silves, pede um benefício para Gonçalo Anes, sacerdote da diocese de Braga. Vasco Pires, clérigo da diocese de Lisboa, bacharel em direito canónico, solicita o canonicato de Lisboa, na expectativa da prebenda. Álvaro Pires, também clérigo de Lisboa, e Tomás Anes, clérigo de Coimbra, um benefício da colação do bispo e cabido de Lisboa.

Reg. Suppl. 57, fl. 11v-21.

Rotulus sextus expectationum compositus per dominum P[etrum] Chambonis (1).

... ...

[fl. 15v]

... ...

P[etrus], electus Silvensis ac fructuum camere apostolice in regnis Portugalie et Algarbii debitorum collector generalis (2), in personam Gundissalvi Johannis, presbyteri Bracharensis diocesis, de uno perpetuorum beneficiorum in ecclesia Ulixboñ, quartanaria, portio[ne] canonicatus et prebende nuncupato, vacante vel vacaturo in eadem ecclesia, aliis quam canonicis ipsius ecclesie conferri consueto.

... ...

[fl. 19v]

... ...

361. Valascus Petri, clericus Ulixboñ diocesis, bacallario in iure canonico, de canonicatu sub expectatione prebende ecclesie Ulixboñ, vacañ vel vacaturo.

362. Alvarus Petri, clericus Ulixboñ, scolaris in iure canonico, de beneficio, cum cura vel sine cura, vacante vel vacaturo, spectante communiter vel divisim ad collationem, etc., episcopi, decani et capituli singulorumque canonicorum et personarum ecclesie Ulixboñ.

363. Thomas Johannis, clericus Colimbriensis, scolaris in grammatica, de beneficio cum cura vel sine, vacante vel vacaturo, spectante communiter vel divisim ad collationem episcopi, decani et capituli singulorumque canonicorum et personarum ecclesie Ulixboñ.

... ...

[fl. 21]

... ...

Fiat pro omnibus illis qui nullam aliam beneficialem gratiam habuerunt. G.
Sine alia lectione et cum commissione examinis ad partes pro absentibus. — *Fiat. G.*
Datum Avinione, xv Kalendas Februarii, anno secundo.

---

(1) Cf. nota 1 do n.º 358 e o n. 481.
(2) Cf. nota 1 do n.º 197.

364-369

1380, Janeiro 18

Rol de súplicas de estudantes de Bolonha do colégio do cardeal Albornoz, entre as quais figuram as de Gomes de Lisboa, mestre em artes, sobre o canonicato de Lisboa, na expectativa da prebenda, de Estêvão, clérigo de Lisboa, estudante de direito civil, sobre o canonicato da colegiada de Santa Maria de Alcáçova, de Santarém, na expectativa da prebenda, de Rodrigo Dias de Arcas, clérigo da diocese de Cuenca e bacharel em decretos, sobre benefícios da diocese de Cuenca, e de Fernando de Torre, clérigo de Cuenca e bacharel em decretos, sobre benefícios na diocese de Cuenca.

Reg. Suppl. 57, fl. 34-36.

Rotulus studentium Bononie in collegio quondam Egidii, episcopi Sabinensis, cardinalis Ispanie (1).

Pater Beatissime, quoniam ecclesiasticis studiis residentes congruum est ecclesiastica remuneratione gaudere, ideo S. Vestre, humili recomendatione premissa, devotum collegium, situm in Vestre S. civitate Bononie, quondam Egidii, episcopi Sabinensis, cardinalis Hispanie, et rector ipsius supplicant quatinus dignetur S. V. supplicationes infrascriptas misericorditer exaudire et hic supplicantibus providere.

365. Primo ipsi collegio speciale privilegium concedere ut illud cum omnibus bonis suis sit exemptum perpetuo ab omnibus oneribus, positis vel imponendis tam a clero Bononie quam a populo.

... ...

366. Item quatinus dignemini providere Roderico Didaci de Arcas, clerico diocesis Conchensis, bacallario in decretis, de dignitate, personatu seu officio curato vel non, ac de canonicatu sub expectatione prebende, vacañ vel proxime vacat. in ecclesia Conchensi, cum prestimoniis ac prestimonialibus portionibus, vacantibus vel vacaturis proxime simul vel successive in civitate vel diocesi Concheñ, quorum fructus prestimoniorum sive prestimonialium portionum xl librarum Turonensium parvorum secundum taxationem decime valorem annuum non excedant.

367. Item quatinus dignemini providere Fernando de Turri, clerico Conchensi, bacallario in decretis, de dignitate, personatu seu officio curato vel non, ac de canonicatu sub expectatione prebende, vacañ vel proxime vacat. in ecelesia Conchensi, cum prestimoniis ac prestimonialibus portionibus, vacantibus vel proxime vacaturis simul vel successive in civitate vel diocesi Conchensi, quorum fructus prestimoniorum seu prestimonialium portionum xl. librarum Turonensium parvorum secundum taxationem decime valorem annuum non excedant.

368. Item quatinus dignemini providere Gometio Ulisbonensi, magistro in artibus, de canonicatu sub (2) expectatione prebende, vacañ vel proxime vacat. in ecclesia Ulisbonensi, spectañ ad collationem episcopi vel capituli communiter vel divisim, cum prestimoniis vel prestimonialibus portionibus vel aliis beneficiis simplicibus, quorum fructus, etc., librarum Turonensium parvorum secundum taxationem decime valorem annuum non excedant.

... ...

[fl. 35v]

... ...

369. Item quatinus dignemini providere Stephano (3), clerico Ulisbonensi, provecto in iure civili, de canonicatu sub expectatione prebende, vacañ vel proxime vacatu. in ecclesia de Sancta Arren, spectañ ad collationem episcopi vel capituli communiter vel divisim.

... ...

[fl. 36]

... ...

Fiat pro omnibus. G.

Item quod dignetur S. V. hic supplicantibus conferre datam rotuli Studii Parisien-

sis (4) et quod in omnibus supplicationibus intelligatur cum ceteris non obstañ et clausulis oportunis ac executoribus ut in forma. Et quod transeant sine alia lectione. — *Fiat. G.*

Datum Avinione, quintodecimo Kalendas Februarii, anno secundo.

(1) D. Gil de Albornoz, doutor em decretos e arcediago de Calatrava, nomeado arcebispo de Toledo por Bento XII, a 13 de Maio de 1338, criado cardeal por Clemente VI em Dezembro de 1350, passando do título de S. Clemente a bispo de Sabina em Dezembro de 1356. Cf. EUBEL, C., *Hierarchia catholica*, I, pp. 18, 38, 41, 487. Sobre a fundação do Colégio e estas súplicas, cf. SOUSA COSTA, A. D. DE, *Estudantes portugueses na reitoria do Colégio de S. Clemente de Bolonha na primeira metade do século XV*, em Arquivos de História da Cultura Portuguesa, vol. III, n.º 1, p. 3-4, 7.

(2) No ms. *seu.*

(3) Na margem esquerda do texto foi anotado: *attende quia non est cognomen.*

(4) As palavras *conferre datam rotuli Studii Parisiensis* foram riscadas.

370-370q

1380, Janeiro 27

Súplicas de Gonçalo Martins, sacerdote da diocese de Évora, escolar de direito canónico, estudante no Estudo de Avinhão, sobre benefícios na igreja de Évora; de Martinho Rodrigues, clérigo de Lisboa, sobre um benefício da colação do bispo e cabido de Lisboa; de Martinho Peres, sacerdote da diocese de Évora, sobre a porção da igreja de Lisboa; de Vasco Peres, bacharel em decretos e reitor da igreja poroquial de S. Miguel de Sobral da diocese de Coimbra, sobre o canonicato da Guarda; de Salvador Anes, cónego prebendário de Viseu, sobre um benefício da colação do bispo e cabido de Viseu; de Martinho Peres, meio cónego de Coimbra, sobre um benefício da colação do bispo e cabido de Coimbra; de Domingos Anes, sacerdote, reitor da igreja paroquial de Avelãs da diocese da Guarda, sobre um benefício da colação do bispo e cabido da Guarda; de Aparício Domingues, cónego da Guarda, sobre um benefício da colação do bispo e cabido da Guarda; de Vasco Esteves de Beja, sobre a perpétua porção da igreja paroquial de S. João de Beja, da colação do prior e porcionários da mesma; de Rodrigo Anes, clérigo da diocese do Porto, sobre a perpétua porção da colegiada de S. Martinho de Cedofeita da diocese do Porto; de Martinho Rodrigues, clérigo da diocese de Lisboa, sobre um benefício da colação do bispo e cabido de Lisboa; de Gonçalo Esteves, sacerdote da Guarda e reitor da igreja de S. Tiago de Cassurrães da diocese de Viseu, estudante de direito canónico no Estudo de Avinhão, sobre benefícios na igreja de Viseu; de Fernando Domingues sobre porções da igreja de S. Nicolau de Lisboa, de João Anes, sobre um benefício da colação do bispo e cabido de Évora, de Domingos Gonçalves, sobre benefício da colação do arcebispo e cabido de Braga, de Afonso Lourenço sobre a perpétua porção da igreja de Lisboa e da igreja de Santa Justa de Lisboa, de Gonçalo Lourenço sobre a perpétua porção da igreja de Santa Justa de Lisboa, e de Afonso Gonçalves sobre benefício da colação do bispo e cabido de Coimbra.

Reg. Suppl. 58, fl. 1-212v.

Maximus rotulus domini Mathildis, comitisse Gebennensis.

Supplicat S. V. devota filia vestra Mathildis de Bolonia, comitissa Gebennensis, quatinus pauperibus infrascriptis gratiam dignemini facere specialem et preces eorum exaudire.

... ...

[fl. 13v]

... ...

Item Gundissalvo (1) Martini, presbytero Elborensis diocesis, scolari provecto in iure canonico, studenti in vestro generali Studio Avinionensi continue in dicto iure, quatinus dignitatem, officium seu personatum et canonicatum sub expectatione prebende ecclesie Elborensis, conferend. eidem Gundissalvo Martini, dignemini specialiter reservare et si ad eamdem vel aliquod eorum per electionem assumi consuevit, non obstante constitutione per S. V. edita quod nullus obtineat in ecclesia cathedrali, nisi sit graduatus, cum sit de regno Portugalie et predicte diocesis oriundus, non obstante parrochiali ecclesia sancti Andree de Ferraria Visensis diocesis et perpetua portione ecclesie sancti Jacobi castri Montis Maioris Novi Elborensis diocesis et gratia sibi facta per S. V. in rotulo predicti Studii Avinionensis de beneficio, quod duxit acceptandum, spectante ad collationem episcopi et capituli Elborensis, communiter vel divisim et singularumque personarum ac dignitatum, que paratus est dimittere, cum possessionem predictorum dignitatis, officii seu personatus et prebende fuerit pacifice assecutus. Cum aliis clausulis oportunis, ut in forma.

... ...

[fl. 30v]

... ...

370[a]. Item Martino Roderici, clerico Ulixbonensi, de beneficio ecclesiastico cum cura vel sine cura, vacante vel vacaturo, spectante ad collationem, etc., episcopi et capituli Ulixbonensis communiter vel divisim et singularum personarum eiusdem ecclesie dignitatum pertinente, etiam si tertenaria vel quartenaria in ecclesia cathedrali existat (2) ac medius canonicatus, et paratus est dimittere gratiam sibi factam per S. V. de beneficio ecclesiastico cum cura vel sine cura, ad collationem, etc., episcopi et capituli Elborensis, eidem misericorditer providere.

... ...

[fl. 31]

... ...

370[b]. Item Martino Petri, presbytero Elborensis diocesis, de perpetua portione ecclesie Ulixbonensis, que quartanaria nuncupatur, vacante ad presens vel cum primo vacaverit. Non obstante portione ecclesie sancti Michaelis Ulixbonensis, quam (3) noscitur obtinere, eidem Martino dignemini misericorditer providere.

... ...

[fl. 44v]

... ...

370[c]. Item quatinus Valasco Petri, bacallario in decretis, rectori parrochialis ecclesie sancti Michaelis de Soveral diocesis Colimbriensis, de canonicatu sub expectatione prebende ecclesie Egitaniensis, vacañ vel vacat., eidem dignemini misericorditer providere, non obstañ quod dictam parrochialem ecclesiam obtineat et cum ceteris non obstañ et clausulis, ut supra.

370[d]. Item quatinus Salvatori Johannis, canonico prebendato ecclesie Visensis, de beneficio ecclesiastico cum cura vel sine cura, vacañ vel vacaturo, spectante communiter vel divisim ad collationem, etc., episcopi et capituli ecclesie Visensis, eidem Salvatori dignemini misericorditer providere, non obstante quod [fl. 45] perpetuam

portionem quam obtinet in ecclesia collegiata Vimaranensi [Bracharensis] diocesis et supradictum canonicatum et prebendam ecclesie Visensis obtinet et cum clausulis, ut supra.

370[e]. Item quatinus Martino Petri, medio canonico prebendato ecclesie Colimbriensis, de beneficio ecclesiastico cum cura vel sine cura, vacante vel vacaturo, spectante communiter vel divisim ad collationem, etc., episcopi et capituli ecclesie Colimbriensis, eidem dignemini misericorditer providere, non obstante quod parrochialem ecclesiam de Antanhol eiusdem diocesis et canonicatum et prebendam supradictos obtineat, quam parrochialem ecclesiam paratus est dimittere, dum, etc., et cum clausulis, ut supra.

370[f]. Item Dominico Johannis, presbytero, rectore parrochialis ecclesie de Avellãis Egitaniensis diocesis, de beneficio ecclesiastico cum cura vel sine cura, vacante vel vacaturo, spectante communiter vel divisim ad collationem, etc., episcopi et capituli ecclesie Egitaniensis, eidem dignemini misericorditer providere, non obstante quod parrochialem ecclesiam de Avellãis obtineat, quam paratus est dimittere, dum, etc., et cum clausulis, ut supra.

370.[g] Item Aparitio Dominici, canonico Egitaniensi, de beneficio ecclesiastico cum cura vel sine cura, vacante vel vacaturo, spectante communiter vel divisim ad collationem, etc., episcopi et capituli ecclesie Egitaniensis, eidem dignemini misericorditer providere. Non obstante quod parrochialem ecclesiam sancti Salvatoris de Rure Episcopi eiusdem diocesis et canonicatum et prebendam ecclesie Egitaniensis obtineat, quam parrochialem ecclesiam paratus est dimittere, dum, etc., et cum clausulis, ut supra.

... ...

[fl. 48]

... ...

370[h]. Item quatinus Valasco Stephani de Beg[i]a Elborensis diocesis, de perpetua portione parrochialis ecclesie sancti Johannis dicti loci de Beg[i]a, vacante vel vacaturo, spectante communiter vel divisim ad collationem, etc., prioris et portionariorum eiusdem ecclesie, eidem Valasco dignemini providere. Cum non obstañ et clausulis, ut supra.

370[i]. Item Roderico Johannis, clerico Portugalensis diocesis, de perpetua portione ecclesie collegiate sancti Martini de Citofacta eiusdem diocesis, que portio vulgariter canonicatus vocatur, ad collationem, etc., abbatis et portionariorum seu alias capituli, etc., pertinente, vacante vel vacatura, spectante communiter vel divisim, etc., dignemini providere. Cum non obstañ et clausulis, ut supra.

... ...

]fl. 73]

... ...

370[j]. Item Martino Roderici, clerico Ulixboñ diocesis, de beneficio ecclesiastico cum cura vel sine cura, vacante vel vacaturo, spectante ad collationem, etc., episcopi et capituli Ulixboñ communiter vel divisim et singularumque personarum, in dicta ecclesia

dignitates obtinentium, et si quartenaria vel media canonia in ecclesia cathedrali existat, dummodo canonicatus et prebenda non fuerit, sive dimitt. gratiam sibi factam per S. V. ad collationem, etc., episcopi et capituli Elborensis, eidem dignemini providere, cum non obstañ, ut supra.

... ...

[fl. 134v]

... ...

370[k]. Item Gonsalvo Stephani, presbytero Egitaniensi, rectori parrochialis ecclesie sancti Jacobi de Caçurãees diocesis Visensis et canonico prebendato (4) dicte ecclesie Vissensis, scolari provecto in iure canonico ac in dicto iure in generali Studio Avinione continue de presenti studenti, de prestimoniis et prestimonialibus portionibus, communibus (5) vel alio quocumque nomine vocentur, unius cedentis vel etiam decedentis, duorum vel plurium cedentium vel decedentium simul vel successive, usque ad summam lx librarum Turonensium parvorum secundum taxationem decime, computatis vi libr. dictorum Turonensium de dictis prestimoniis vel quantum certum fuerit, quod dictus Gonsalvus noscitur obtinere, consuetis dari ac dividi inter canonicos dicte ecclesie Visensis et residentes in eadem ecclesia tempore quo dicta prestimonia vacare contingunt, pro morte vel alias alicuius ex canonicis memoratis, eidem dignemini misericorditer providere. Non obstantibus statutis quibuscumque seu consuetudinibus predicte ecclesie, cum prefatus Gundisalvus iam in dicta ecclesia fecit residentiam consuetam per unum [fl. 135] annum et hodie sit absens ex causa legitima, continue studens in prelibato Studio in iure canonico. Et etiam non obstante gratia eidem Gundisalvo per S. V. in ecclesia Colimbriensi de canonicatu sub expectatione prebende.

... ...

[fl. 165v]

... ...

370[l]. Item Fernandus Dominici, pauper clericus Ulixbonensis, de perpetuis portionibus, vacantibus vel vacaturis, ecclesie sancti Nicolay Ulixbonensis dignemini providere.

370[m]. Item Johannes Johannis, Elborensis diocesis, de beneficio ecclesiastico cum cura vel sine cura, ad collationem episcopi et capituli Elborensis, dignemini providere.

370[n]. Item Dominicus Gundissalvi, clericus Bracarensis, de beneficio cum cura vel sine cura, vacante vel vacaturo, spectante communiter vel divisim ad collationem archiepiscopi Bracarensis, dignemini providere.

370[o]. Item Alfonsus Laurentii Ulixbonensis diocesis, de perpetua quartanaria in ecclesia Ulixbonensi [et] de perpetua portione in ecclesia sancte Juste Ulixbonensi dignemini providere.

370[p]. Item Gundissalvo Laurentii, clerico Ulixbonensis diocesis, de perpetua portione in ecclesia sancte Juste Ulixbonensi dignemini providere.

370[1]. Item Alfonsus Gundisalvi, pauper presbyter, de beneficio ecclesiastico, ad collationem, etc., episcopi et capituli Colimbriensis singulorumque canonicorum, dignemini providere.

... ...

[fl. 212]

... ...

Et dignetur S. V., si placet, dare aliquam datam de Fundis. — *Fiat pro illis omnibus qui nullam aliam gratiam habuerunt. G.*

Sine alia lectione et cum commissione examinis ad partes. — *Fiat. G.*

... ...

[fl. 212v]

... ...

Datum pro omnibus suprascriptis Avinione, sexto Kalendas Februarii, anno secundo.

---

(1) No ms. *Gundissalvus Martini.*

(2) No ms. espaço em branco com a seguinte anotação na margem direita do texto: *simile spatium in originali.*

(3) No ms. *quem.*

(4) No ms. *canonicus prebendatus.*

(5) No ms. *pro communibus.*

371

1380, Fevereiro 14

Nicolau Martins, arcediago de Vermoim, pede o arcediagado de Llorca, canonicato e prebenda de Cartagena.

Reg. Suppl. 60, fl. 31v.

Supplicat S. V. humilis orator vester Nicolaus Martini, archidiaconus de Vermuy in ecclesia Bracharensi, in iure canonico scolaris, quatinus sibi specialem gratiam facientes, de archidiaconatu de Lorca, canonicatu, prebenda, prestimoniis et prestimonialibus portionibus in ecclesia Cartaginensi, vacantibus per obitum Petri Gundissalvi de Peñaranda, immediate archidiaconi, apostolice sedis cappellani, qui extra Romanam Curiam diem clausit extremum, dignetur eidem misericorditer providere. Non obstañ quod dictus N[icolaus] dictum archidiaconatum de Vermuy, canonicatum et prebendam in dicta Bracarensi ecclesia obtineat, dispensantes ut cum dicto archidiaconatu de Lorca dictum archidiaconatum de Vermuy licite usque [ad] quinquennium valeat retinere, que omnia motu proprio supplicat sibi concedi (1), non obstañ vestra constitutione de non graduatis et aliis non obstañ et clausulis oportunis, ut in forma, etc. — *Fiat. G.*

Sine alia lectione. — *Fiat. G.*

Datum Avinione, sextodecimo Kalendas Martii, anno secundo.

---

(1) No ms. *consedi.*

371ª-371ᵇ

1380, Fevereiro 25

Gonçalo Esteves, cónego prebendário de Viseu, pede o canonicato de Coimbra, na expectativa da prebenda. Gonçalo Martins, sacerdote da diocese de Évora, estudante de direito canónico no Estudo de Avinhão, solicita o canonicato de Évora, na expectativa da prebenda.

Reg. Suppl. 57, fl. 141-163v.

Rotulus diversorum aliter non intitulatus.

... ...

]fl. 160]

... ...

371ª. Item Gundissalvo Stephani, canonico prebendato ecclesie Visensis (1), provecto in iure canonico, de canonicatu sub expectatione prebende et de dignitate, personatu seu officio cum cura vel sine cura, etiam si electiva existat, vacante seu quam primum vacare contigerit in ecclesia Colimbriensi, dignemini misericorditer providere. Non obstante quod parrochialem ecclesiam sancti Jacobi de Caçuraaens Visensis (2) diocesis obtinet, quam offert dimissurum, dum possessionem dignitatis, personatus seu officii fuerit pacifice assecutus, cum ceteris non obstañ.

... ...

[fl. 160v]

... ...

371ᵇ. Item Gonsalvo Martini, presbytero diocesis Elborensis, scolari provecto in iure canonico, nunc in vestro generali Studio Avinioñ continue in dicto iure studenti, quatinus [fl. 161] sibi specialem gratiam facientes, canonicatum, vacantem vel vacaturum, sub expectatione prebende ecclesie Elborensis, conferend. eidem Gonsalvo Martini, dignemini misericorditer reservare, non obstañ constitutione per S. V. noviter edita quod nullus sit prebendatus in ecclesia cathedrali, nisi sit graduatus. Non obstañ ecclesia collegiata sancti Andree de Ferraria (3) Visensis (4) diocesis et perpetua portione ecclesie sancti Jacobi Castri Montis Maioris Novi predicte Elborensis diocesis, cuius existit oriundus, quam portionem paratus est dimittere, cum possessionem predicte prebende fuerit assecutus, cum aliis, etc.

... ...

[fl. 163v]

... ...

Fiat de expectationibus pro illis qui aliam gratiam non habuerunt. G.

Datum Avinione, sexto Kalendas Martii, anno secundo.

---

(1) No ms. *Vicensis.*
(2) No ms. *Vicensis.*
(3) No ms. *Fessatra.*
(4) No ms. *Vicensis.*

372-374

1380, Fevereiro 25

Súplicas contidas no rol da Universidade de Avinhão, relativas a Estêvão Vasques de Loulé, bacharel em leis e deão de Silves, sobre o mesmo deado, a Martinho Anes, cónego prebendário de Silves, estudante de cânones por mais de dez anos, sobre o canonicato e prebenda de Lisboa, a Gonçalo Esteves, estudante de direito canónico, sobre o canonicato de Coimbra, na expectativa da prebenda, e a Álvaro Fernandes de Vila Pouca, clérigo da diocese de Coimbra, sobre o canonicato de Lamego, na expectativa da prebenda.

Reg. Suppl. 58, fl. 213-232v.

Rotulus reformationis quarumdam expectationum rotuli Universitatis Avinioñ.

Beatissime Pater, dignetur S. V. ad supplicationem devotorum Vestre Sanctitatis primicerii ac Universitatis Studii vestri Avinioñ infrascriptas suas petitiones ad exauditionis gratiam admittere et eas misericorditer sibi concedere sub data prioris rotuli de gratia speciali.

... ...

[fl. 220v]

... ...

Item supplicatur pro parte Stephani Vallacii de Loule Silvensis diocesis, bacallarii in legibus, decani ecclesie Silvensis, quod, cum statutum sit in dicta ecclesia Silvensi, iuramento firmatum, quod decanatus sit dignitas maior post pontificalem et electiva in eadem ecclesia et quod decanus sit presbyter et quod in eadem ecclesia personaliter resideat, ad quod de iure communi tenetur, quatinus, dicto decanatu et statuto sic iuramento firmato non obstañ, valeat de iure civili per septennium audire et legere, secum de benignitate apostolica dignemini misericorditer dispensare. Non obstantibus constitutionibus in contrarium editis generalibus seu specialibus. Et cum aliis non obstañ et clausulis, ut supra.

... ...

[fl. 223]

... ...

372ª. Item Martino Johannis, canonico prebendato ecclesie Silvensis, provecto in canonibus, qui per x. annos et amplius in eis studuit, de canonicatu et prebenda ecclesie Ulixboñ, vacantibus per obitum Hameyrii de Guarday, extra Romanam Curiam defuncti, de quibus per felicis recordationis dominum Gregorium (1), immediate predecessorem vestrum, ut de specialiter reservatis provisio fuit facta Johanni de Chameyraco, thesaurario Elborensi, qui in dicta provisione non vult nec voluit consentire, dignemini misericorditer providere. Non obstañ quod canonicatum et prebendam ac decanatum ecclesie Visensis obtineat. Cum aliis non obstañ et clausulis, ut supra.

... ...

[fl. 227v]

... ...

372[b]. Item Gundisalvo Stephani, presbytero, provecto in iure canonico, in dicto iure studenti in Studio Avinioñ, de canonicatu sub expectatione prebende, dignitatis, personatus seu officii, cum cura vel sine cura, vacañ vel vacat. in ecclesia Colimbriensi, etiam si dignitas electiva existat, eidem Gundissalvo conferend., donationi apostolice dignemini reservare. Non obstante quod canonicatum, prebendam ac parrochialem ecclesiam sancti Jacobi de Caçuraees Visensis (2) diocesis obtineat, quam parrochialem ecclesiam paratus est dimittere, dum possessionem dignitatis, personatus seu officii pacifice fuerit, etc. Cum ceteris non obstañ et clausulis, ut supra.

... ...

[fl. 229v]

... ...

373. Item Alvaro Fernandi de Villa Pauca, clerico Colimbriensis diocesis, scolari in iure civili, de canonicatu sub expectatione prebende ecclesie Lamacensis dignemini providere, constitutione predicta non obstante. Cum aliis non obstañ et clausulis, ut supra.

... ...

]fl. 230]

... ...

374. Item Gondisalvo Stephani de Aguia[r] Vasensis *(sic)* diocesis, de perpetua portione cum dimidia prebenda seu dimidio canonicatu vulgariter nuncupato (3), vacante vel vacaturo in ecclesia Vasensi *(sic)*, dignemini providere. Cum non obstañ et clausulis, ut supra.

... ...

[fl. 232v]

... ...

Fiat de expectationibus pro omnibus vere studentibus et quibus nulla alia gratia facta est. G.
Datum Avinione, sexto Kalendas Martii, anno secundo.

---

(1) Cf. nota 2 do n.º 197.
(2) No ms. *Vicensis.*
(3) No ms. *dimidius canonicatus vulgariter nuncupatur.*

375-399

1380, Fevereiro 29

Súplicas do Infante D. João de Portugal. Pede para si faculdade de escolher confessor que o absolva, mesmo dos casos reservados. Para doze dos capelães, a seu serviço, solicita o indulto de receberem os frutos dos benefícios, sem obrigação da residência pessoal. Para Aparício Vicente de Ares pede o canonicato de Évora, na expectativa da prebenda; para Vasco Martins, sacerdote da diocese de Viseu, o canonicato e prebenda do Porto; para Rodrigo Gonçalves Carbonário, clérigo de Évora, o canonicato de Évora, na expectativa da prebenda; para Rodrigo Afonso, clérigo de Évora, o canonicato de Lisboa, na expectativa da prebenda; para Mendo Gonçalves

Carbonário, clérigo de Évora, uma das perpétuas porções de Santa Maria de Faro; para João Afonso, sacerdote da diocese de Lisboa, uma das perpétuas porções da igreja paroquial de Santa Maria da Lourinhã; para João Vicente, clérigo de Lisboa, o canonicato e prebenda de Lisboa; para Gomes Lourenço, sacerdote lisboeta, o canonicato e prebenda da sé; para João Afonso Fusário, clérigo de Évora, o canonicato e prebenda da sé; para Vasco Lourenço, sacerdote da diocese de Évora, o canonicato e prebenda de Coimbra; para Pedro Afonso Fusário, clérigo de Évora, o canonicato e prebenda do Porto; para Álvaro Pires Carbonário, clérigo de Évora, um benefício da colação do bispo e cabido de Évora; para João Rodrigues Fusário, clérigo de Évora, o canonicato e prebenda da sé; para Lopo Rodrigues Fusário, clérigo de Évora, o canonicato e prebenda de Coimbra; para Rodrigo Dias, sacerdote da diocese de Lisboa, uma perpétua porção da igreja de S. Pedro de Torres Vedras; para Pedro Rodrigues, clérigo da diocese de Lisboa, uma perpétua porção da igreja de Santa Maria de Óbidos; para Vasco Gonçalves, clérigo da diocese de Lisboa, uma perpétua porção da igreja de Lisboa; para Rodrigo Afonso, clérigo da diocese de Braga, o canonicato de Viseu, na expectativa da prebenda; para João Lourenço, clérigo da diocese de Coimbra, o meio canonicato de Coimbra, na expectativa da prebenda; para Pedro Vicente, clérigo da diocese de Coimbra, a meia canonia de Évora, na expectativa da prebenda; para João Anes, clérigo de Évora, o canonicato e prebenda de Coimbra; para Estêvão Anes, clérigo da diocese de Coimbra, uma das perpétuas porções da igreja de Santo António de Évora e para Vasco Afonso Salgueiro, clérigo de Évora, escolar em direito canónico, o canonicato e prebenda do Porto.

Reg. Suppl. 57, fl. 79-80.

Rotulus Johannis Portugalie infantis (1), regis, etc.

Beatissime Pater. Supplicat S. V. devotus filius vester Johannes, Portugalie infans, natus quondam inclite memorie domini Petri, Portugalie et Algarbii regis, fraterque domini Fernandi, eorumdem regnorum regis illustrissimi, quatinus tam in personam suam quam dilectorum suorum familiarium infrascriptorum eidem gratiam facere dignemini specialem infrascriptis.

Et primo quatinus sibi ydoneum confessorem eligere liceat, quotiens et quandocumque sibi videbitur expedire, qui de omnibus suis peccatis et votis, etiam si talia sint, propter que sedes apostolica foret merito consulenda, ipsum possit absolvere, dignemini licentiam misericorditer impertiri, ut in forma.

376. Item quatinus duodecim capellani, per ipsum ad servitium suum electi, interim quod sibi servient, fructus suorum beneficiorum habitorum et imposterum habendorum, ubicumque et qualiacumque fuerint, etsi ecclesiarum cathedralium, collegiatarum capita principalia sint, percipere valeant, dignemini concedere, ut in forma.

377. Item quatinus in personam dilecti sui familiaris Aparitii Vincentii de Ares, clerici Elborensis, scolaris in iure civili, specialem gratiam facientes, de canonicatu sub expectatione prebende, dignitatis, personatus seu officii, vacañ vel vacat. in ecclesia Elborensi, dignemini providere, etiam si dicta dignitas electiva et maior post pontificalem existat et eidem cura immineat animarum. Non obstañ quod de parrochiali ecclesia sancti Petri de Elbis eiusdem diocesis sibi per predecessorem vestrum provisum extiterit, cuius tamen possessionem nondum est adeptus et cum clausulis [et] non obstañ, ut in forma.

378. Item quatinus specialem gratiam facientes, in personam sui commensalis capellani Velasci Martini, presbyteri Visensis (2) diocesis, de canonicatu et prebenda, vacantibus vel vacaturis in ecclesia Portuensi, dignemini misericorditer providere. Non obstañ beneficio sine cura quod portio nuncupatur in monasterio sancte Marie de Aquis Sanctis Portuensis diocesis; paratus est dimittere parrochialem ecclesiam sancte Christine de Terra de Maia dicte diocesis. Cum clausulis [et] non obstañ, ut in forma.

379. Item quatinus specialem gratiam facientes in personam dilecti sui Roderici Gunsalvi Carbonarii, clerici Elborensis, scolaris in iure canonico, qui per iiii.or annos in eodem iure studuit, de canonicatu sub expectatione prebende, vacañ vel vacat. in ecclesia Elborensi, dignemini providere. Cum clausulis [et] non obstañ, ut in forma.

380. Item quatinus specialem gratiam facientes in personam dilecti sui familiaris Roderici Alfonsi, clerici Elborensis, de canonicatu sub expectatione prebende, vacañ vel vacat. in ecclesia Ulixbonensi, dignemini misericorditer providere. Cum clausulis [et] non obstañ, ut in forma.

381. Item quatinus specialem gratiam facientes in personam dilecti sui Menendi Gunsalvi Carbonarii, clerici Elborensis, scolaris in iure canonico, qui per iiii.or annos in eodem studuit, de una de perpetuis portionibus, vacante vel vacatura in ecclesia sancte Marie de Faaron diocesis Silvensis, dignemini providere. Cum clausulis [et] non obstañ, ut in forma.

382. [fl. 79v] Item quatinus specialem gratiam facientes in personam sui commensalis capellani Johannis Alfonsi, presbyteri Ulixbonensis diocesis, de una de perpetuis portionibus, vacante vel vacatura in parrochiali ecclesia sancte Marie de Lourinhaa dicte diocesis, dignemini providere; cum clausulis [et] non obstañ, ut in forma.

383. Item quatinus gratiam specialem facientes in personam dilecti sui familiaris Johannis Vincentii, clerici Ulixbonensis, scolaris in iure civili, de canonicatu et prebenda, vacantibus vel vacaturis in ecclesia Ulixbonensi, dignemini providere. Non obstañ portione, que canonicatus nuncupatur, in ecclesia sancte Marie de Alcaçova de Sanctareno dicte diocesis; paratus est dimittere portionem sancti Andree de Tolõoes (3) Bracarensis diocesis et portionem sancti Salvatoris de Turribus Novis Ulixboñ diocesis. Cum clausulis [et] non obstañ, ut in forma.

384. Item quatinus specialem gratiam facientes in personam sui commensalis capellani Gometii Laurentii, presbyteri Ulixboñ, de canonicatu et prebenda, vacantibus vel vacaturis in ecclesia Ulixboñ, dignemini providere. Non obstañ parrochiali ecclesia sancti Petri de Travanca Colimbriensis diocesis; paratus est dimittere portionem sancti Michaelis de Coruche Elborensis diocesis. Cum clausulis [et] non obstañ, ut in forma.

385. Item quatinus specialem gratiam facientes in personam dilecti sui Johannis Alfonsi Fusarii, clerici Elborensis, scolaris in iure civili, de canonicatu et prebenda, vacantibus vel vacaturis in ecclesia Elborensi, dignemini providere. Cum clausulis [et] non obstañ, ut in forma.

386. Item quatinus specialem gratiam facientes in personam sui commensalis capellani Valasci Laurentii, presbyteri Elborensis diocesis, de canonicatu et prebenda, vacantibus vel vacaturis in ecclesia Colimbriensi, dignemini providere. Cum clausulis [et] non obstañ, ut in forma.

387. Item quatinus specialem gratiam facientes in personam dilecti sui Petri Alfonsi Fusarii, clerici Elborensis, scolaris in iure canonico, de canonicatu et prebenda, vacantibus vel vacaturis in ecclesia Portuensi, dignemini providere. Cum clausulis [et] non obstañ, ut in forma.

388. Item quatinus specialem gratiam facientes in personam dilecti sui Alvari Petri Carbonarii, clerici Elborensis, de beneficio ecclesiastico cum cura vel sine cura, vacante vel vacaturo, spectante ad collationem, provisionem seu quamvis aliam dispositionem episcopi et capituli Elboreñ et singularum personarum communiter vel divisim, usque ad summam lx. librarum Turonensium parvorum, secundum decime taxationem, dignemini providere. Cum clausulis [et] non obstañ, ut in forma.

389. Item quatinus specialem gratiam facientes in personam dilecti sui Johannis Roderici Fusarii, clerici Elborensis, de canonicatu et prebenda, vacantibus vel vacaturis in ecclesia Elborensi, dignemini providere. Cum clausulis, ut in forma.

390. Item quatinus gratiam specialem facientes in personam dilecti sui Lupi Roderici Fusarii, clerici Elborensis, de canonicatu et prebenda, vacantibus vel vacaturis in ecclesia Colimbriensi, dignemini providere. Cum clausulis [et] non obstañ, ut in forma.

391. [fl. 80] Item quatinus specialem gratiam facientes in personam sui familiaris Roderici Didaci, presbyteri Ulixbonensis diocesis, de una de perpetuis portionibus, vacante vel vacatura in ecclesia sancti Petri de Turribus Veteribus dicte diocesis, dignemini providere. Cum clausulis [et] non obstañ, ut in forma.

392. Item quatinus specialem gratiam facientes in personam dilecti sui Petri Roderici, clerici Ulixboñ diocesis, de una de perpetuis portionibus, vacante vel vacatura in ecclesia sancte Marie de Obidos dicte diocesis, dignemini providere. Cum clausulis [et] non obstañ, ut in forma.

393. Item quatinus specialem gratiam facientes in personam sui dilecti Valasci Gunsalvi, clerici Ulixboñ diocesis, de perpetua portione, quartanaria vulgariter nuncupata, vacante vel vacatura in ecclesia Ulixboñ, dignemini providere misericorditer. Cum clausulis [et] non obstañ, ut in forma.

394. Item quatinus specialem gratiam facientes in personam sui (4) Roderici Alfonsi, clerici Bracharensis diocesis, de canonicatu sub expectatione prebende vacañ vel vacat. in ecclesia Visensi, dignemini providere. Cum clausulis [et] non obstañ, ut in forma.

395. Item quatinus specialem gratiam facientes in personam sui Johannis Laurentii, clerici Colimbriensis diocesis, de medio canonicatu sub expectatione prebende, vacante

vel vacaturo in ecclesia Colimbriensi, dignemini providere. Cum clausulis [et] non obstañ, ut in forma.

396. Item quatinus specialem gratiam facientes in personam sui Petri Vicentii, clerici Colimbriensis diocesis, de medio canonicatu sub expectatione prebende, vacañ vel vacat. in ecclesia Elborensi, dignemini providere. Non obstañ parrochiali ecclesia sancti Juliani de Gouvea Colimbriensis diocesis. Cum clausulis [et] non obstañ, ut in forma.

397. Item quatinus specialem gratiam facientes in personam dilecti sui Johannis Johanni Benedicti, clerici Elborensis, de canonicatu et prebenda, vacantibus vel vacaturis in ecclesia Colimbriensi, dignemini providere. Cum clausulis [et] non obstañ, ut in forma.

398. Item quatinus specialem gratiam facientes in personam dilecti sui Stephani Johannis, clerici Colimbriensis diocesis, de una de perpetuis portionibus, vacante vel vacatura in ecclesia sancti Antonii Elboreñ, dignemini providere. Cum clausulis [et] non obstañ, ut in forma.

399. Item quatinus gratiam specialem facientes in personam dilecti sui Valasci Alfonsi Salgeyro, clerici Elborensis, scolaris in iure canonico, de canonicatu et prebenda, vacantibus vel vacaturis in ecclesia Portuensi, dignemini providere. Cum clausulis [et] non obstañ, ut in forma.

Fiat pro omnibus. G.

Sine alia lectione et cum commissione examinis ad partes. — *Fiat.* G.

Datum Avinione, secundo Kalendas Martii, anno secundo.

---

(1) No ms. *infans.*
(2) No ms. *Vicensis.*
(3) No ms. *Coloões.*
(4) No ms. *suam.*

400

1380, Março 6

Nicolau Martins, arcediago de Vermoim, pede benefícios na igreja e diocese de Cartagena.

Reg. Suppl. 57, fl. 80-80v.

Supplicat S. V. humilis et devotus orator vester Nicolaus Martini, archidiaconus de Vermuy in ecclesia Bracharensi, scolaris in iure canonico, quatinus sibi specialem gratiam facientes, de canonicatu sub expectatione prebende, dignitatis, personatus, officii seu administrationis ac prestimoniorum et prestimonialium portionum seu beneficiorum simplicium, vacañ vel vacatur. simul vel [fl. 80v] successive in ecclesia et diocesi Cartaginieñ, usque ad summam C. librarum Turonensium parvorum secundum communem

extimationem, eidem N[icolao] dignemini misericorditer providere (1), etiam si eadem dignitas, personatus vel officium (2) seu ad eamdem quis per electionem assumi consueverit. Non obstañ quod in dicta Bracharensi ecclesia dictum archidiaconatum de Vermuy ac canonicatum et prebendam noscitur obtinere et constitutione vestra de non graduatis et quibuscumque reservationibus de dignitatibus, canonicatibus seu aliis beneficiis per apostolicam sedem factis. Et cum ceteris non obst. et clausulis oportunis ac executoribus, ut in forma. — *Fiat ut petitur.* G.

Sine alia lectione. — *Fiat.* G.

Datum Avinione, secundo Nonas Martii, anno secundo.

(1) No texto, foram riscadas as palavras *cum clausula anteferri* e na margem direita do texto vem anotado: *Cancellatum in originali.* G.

(2) No texto foram riscadas as palavras, *primum post episcopalem locum teneat.* Na margem esquerda do texto a seguinte anotação a propósito: *Cancellatum in originali.* G.

401

1380, Março 6

D. Pedro, bispo de Silves, colector geral nos reinos de Portugal e do Algarve, pede benefícios para Hugo Salas, irmão de Raimundo Salas, tesoureiro e cónego de Lisboa.

Reg. Suppl. 60, fl. 43v.

Supplicat S. V. devotus orator vester Petrus, episcopus Silvensis, in regnis Portugalie et Algarbii pro e[adem] S. et camera apostolica generalis collector (1), quatinus sibi in personam dilecti sui Hugonis Salas, presbyteri Ruthenensis, fratris germani Raimundi Salas, canonici et thesaurarii ecclesie Ulixbonensis, pro dicta camera in eisdem regnis servitoris, gratiam facientes specialem, de canonicatu et prebenda ac archidiaconatu de Barroso in ecclesia Bracharensi, vacantibus ex eo quod e[adem] S. Dominicum de Sancto Jacobo, adherentem scelerato Bartholomeo intruso (2) et predicantem pro dicto B[artolomeo] in civitate Burdegalensi, etiam officium collectorie exercendo, qui alias a carceribus e[iusdem] S. propter similia facta fuit captus ad supplicationem nonnullorum principum et dominorum, evasit fraudulenter et exinde peius perpetravit, eisdem canonicatu et prebenda ac archidiaconatu privavit, etiam si alias quovis modo vacent et etiam si dictus archidiaconatus dignitas curata et electiva existat, eidem H[ugoni] dignemini misericorditer providere, quibuscumque constitutionibus apostolicis in contrarium non obst., cum clausulis et forma oportunis. — *Fiat.* G.

Sine alia lectione et cum commissione examinis ad partes. — *Fiat.* G.

Datum Avinione, ii Nonas Martii, anno secundo.

(1) Cf. nota 1 do n.º 197.

(2) Cf. nota 4 do n.º 197.

401[a]

1380, Março 17

Súplica de Luís Anes, clérigo da diocese de Évora, sobre a porção vacante ou a vagar, da colação do prior e porcionários da igreja de Marvila (?) da diocese de Lisboa.

Reg. Suppl. 57, fl. 166-169.

Rotulus expectationum compositus per dominum episcopum Conseranensem (1).

Supplicant S. V. humiles et devoti oratores vestri infrascripti quatinus ipsis et eorum cuilibet gratias facere dignemini inferius insertas, cum omnibus non obstañ ac executoribus et clausulis oportunis.

... ...

[fl. 168]

... ...

Item Ludovico Johannis, clerico Elborensis diocesis, de perpetua portione, vacante vel vacatura, spectante ad collationem, etc., prioris et portionariorum ecclesie sancte Marie de Marvila (2) Ulixboñ diocesis communiter vel divisim, dignemini providere.

... ...

[fl. 169]

... ...

Fiat pro illis qui nullam aliam gratiam habuerunt. G.

Sine alia lectione. — *Fiat. G.*

Datum Avinione, xvi Kalendas Aprilis, anno secundo.

---

(1) Cf. nota 1 do n.º 402.

(2) No ms. *Manvina.*

401[b]

1380, Março 30

Súplicas de Fernando Gonçalves de Agreda, reitor da igreja paroquial de S. Tiago da cidade de Braga, sobre uma porção na igreja de Cartagena.

Reg. Suppl. 57, fl. 140v

Rotulus compositus per dominum Virdunensem (1).

Dignetur S. V. devotis vestris gratias concedere speciales infrascriptas, cum clausulis et non obst., ut in forma.

... ...

Item quatinus Fernando Gondisalvi de Agreda, clerico, [rectore] parrochialis ecclesie sancti Jacobi civitatis Bracharensis, gratiam facientes, de perpetua integra portione,

vacante vel vacatura, in ecclesia Cartaginensi, non obstante dicta parrochiali ecclesia sancti Jacobi, quam obtinet, dignemini, ut supra.

... ...

Fiat pro omnibus. G.

Sine alia lectione. — *Fiat. G.*

Datum Avinione, tertio Kalendas Aprilis, anno secundo.

---

(1) Creio tratar-se de Guido ou Vito de Roye, licenciado em leis, tesoureiro de Noyon, nomeado bispo de Verdun por Gregório XI em Maio de 1375 e transferido para a sé de Dol por Clemente VII em Maio de 1381 e em Outubro de 1382 para Tours. Cf. EUBEL, C., *Hierarchia catholica*, I, pp. 225, 503, 531.

401[e]

1380, Março 30

Súplica de Afonso Domingues, clérigo de Braga, sobre um benefício da colação do bispo e cabido de Lisboa.

Reg. Suppl. 57, fl. 173-176.

Rotulus expectationum compositus per dominum Tullensem (1).

Supplicatur S. V. quatinus gratias facere dignemini speciales, que sequuntur.

... ...

[fl. 173v]

... ...

Item Alphoncio Dominici, clerico Bracharensi, similem gratiam facientes, de beneficio ecclesiastico cum cura vel sine cura, vacante vel vacaturo, spectante communiter vel divisim ad collationem, etc., episcopi, decani et capituli singulorumque canonicorum et personarum ecclesie Lisbonensis, etiam dignitates, personatus, officia vel administrationes obtinenti in eadem, etiam si in ecclesia cathedrali existat, eidem Alfonso dignemini misericorditer providere, cum clausulis, ut supra.

... ...

[fl. 176]

... ...

Fiat pro omnibus. G.

Sine alia lectione, cum commissione examinis pro absentibus. — *Fiat. G.*

Datum Avinione, tertio Kalendas Aprilis, anno secundo.

---

(1) Creio tratar-se de João de Novocastro, Neufchatel, bispo de Nevers, transferido para a sé de Toul por Gregório XI em Agosto de 1372, promovido a cardeal por Clemente VII em Dezembro de 1383, cardeal-bispo de Óstia a partir de 1393 e morto em Outubro de 1398. Cf. EUBEL, C., *Hierarchia catholica*, I, p. 28, 368, 502. Há alguns *róis* de súplicas por ele compostos ou apresentados nos Reg. de Bento XIII, por exemplo *Rotulus trium supplicationum per dominum cardinalem de Novo Castro presentatus* (Reg. Suppl. 86, fl. 119v) e *Rotulus dilectorum domini cardinalis de Novo Castro* (Reg. Suppl. 88, fl. 163).

402-407

1380, Abril 4

Súplicas de Martinho Rodrigues, clérigo da diocese de Lisboa, sobre um benefício da colação do bispo e cabido da mesma; de João Garcia de Grassis, clérigo da diocese de Metz, sobre benefício da colação do abade e convento de Alcobaça; de João Domingues, clérigo da diocese de Lisboa, sobre perpétua porção da colação do prior e porcionários da igreja de Santa Justa de Lisboa; de João Lourenço, sacerdote da diocese de Évora, sobre benefício da colação da abadessa e convento do mosteiro de Rio Tinto; de Álvaro Fernandes de Faro, sobre a perpétua porção da colação do prior e porcionários da igreja de S. Pedro de Óbidos; de Gil Domingues, pobre clérigo da diocese de Coimbra, sobre a perpétua porção da colação do prior e porcionários da igreja colegiada de Santa Justa de Coimbra.

Reg. Suppl. 57, fl. 101-106v.

Rotulus expectationum compositus per dominum episcopum Conseranensem (1).

Dignetur S. V. devotis oratoribus infrascriptis misericorditer concedere gratias infrascriptas.

... ...

[fl. 102]

... ...

Item quatinus Martino Roderici, clerico Ulixboñ diocesis, de beneficio cum cura vel sine cura, spectante ad collationem coniunctim vel divisim, etc., episcopi et capituli singulorumque canonicorum ecclesie Ulixboñ, etiam si in ecclesia cathedrali existat, eidem Martino dignemini misericorditer providere, ut in forma.

... ...

403. Item quatinus Johanni Garsie de Grassis, clerico Metensis diocesis, de beneficio cum cura vel sine cura, spectante communiter vel divisim ad collationem, etc., abbatis et conventus monasterii de Alcobatia (2) ordinis Cisterciensis Ulixboñ diocesis, eidem J[ohanni] dignemini misericorditer providere, ut in forma.

... ...

[fl. 103]

... ...

404. Item quatinus Johanni Dominici, clerico Ulixbonensis diocesis, de perpetua portione, spectante communiter vel divisim ad collationem, etc., prioris et portionariorum ecclesie sancte Juste Ulixboñ, eidem J[ohanni] dignemini misericorditer providere, ut in forma.

... ...

[fl. 104v]

... ...

405. Item quatinus Johanni Laurentii, presbytero Elborensis diocesis, de beneficio ecclesiastico cum cura vel sine cura, spectante communiter vel divisim ad collationem, etc.,

abbatisse et conventus monasterii de Ryo Tinto ordinis sancti Benedicti Portugalensis diocesis, etiam si extra dictam diocesim aliqua beneficia cum cura vel sine cura existant, ut in forma.

... ...

[fl. 105]

... ...

406. Item quatinus Alvaro Fernandi de Faaro, clerico Silvensis diocesis, de perpetua portione, vacante vel vacatura, spectante communiter vel divisim ad collationem, etc., prioris et portionariorum ecclesie sancti Petri de Obidis Ulixbonensis diocesis, ut in forma.

... ...

[fl. 106]

... ...

407. Item quatinus Egidio Dominici, pauperi clerico Colimbriensis diocesis, de perpetua portione sine cura, spectante communiter vel divisim ad collationem, etc., prioris et portionariorum ecclesie collegiate sancte Juste extra muros Colimbrieñ, ut in forma.

... ...

[fl. 106v]

... ...

Fiat pro omnibus. G.

Sine alia lectione. — *Fiat. G.*

Datum Avinione, secundo Nonas Aprilis, anno secundo.

---

(1) Deve tratar-se de D. Amelio de Lautrec, doutor em decretos, nomeado bispo de Conserans ou St. Lizier, na França, por Urbano V em Agosto de 1370, transferido para a sé de Comminges ou de St. Bertrand por Clemente VII em Maio de 1384. Cf. EUBEL, C., *Hierarchia Catholica*, I, p. 203, 207.

(2) No ms. *Alarbatia.*

408-409

1380, Abril 15

João Afonso Ramos e Gonçalo Afonso Ramos, clérigos da diocese de Silves, pedem respectivamente canonicatos da sé, na expectativa das prebendas.

Reg. Suppl. 57, fl. 106v.

Supplicat S. V. devotus orator vester Johannes Alfonsi Ramos, clericus Silvensis diocesis, quatinus specialem gratiam facientes, de canonicatu sub expectatione prebende, vacañ vel vacat., in dicta ecclesia Silvensi, dignemini misericorditer providere, non obstantibus constitutionibus et regulis camere, quibus cavetur quod quis non possit habere canonicatum in ecclesia cathedrali, nisi sit bacallarius in iure. Cum ceteris non obst. et clausulis oportunis. Cum commissione examinis ad partes, ut in forma.

409. Supplicat S. V. devotus orator vester Gundissalvus Alfonsi Ramos, clericus Silvensis diocesis, quatinus specialem gratiam facientes, de canonicatu sub expectatione prebende, vac. vel vacat. in dicta ecclesia Silvensi, eidem G[undissalvo] dignemini misericorditer providere. Non obstantibus regulis cancellarie et constitutionibus, quibus cavetur quod nullus, nisi sit graduatus in iure, canonicatum seu prebendam in ecclesia cathedrali valeat obtinere, cum ceteris non obstañ et clausulis oportunis et cum commissione examinis ad partes, ut in forma.

Fiat pro utroque. G.

Sine alia lectione et cum commissione examinis pro suprascriptis ad partes.—*Fiat. G.*

Datum Avinione, decimo septimo Kalendas Maii, anno secundo (1).

(1) Na margem direita do texto: *Iste due sunt sub una data.*

410-412

1380, Abril 15

Súplicas do bispo D. Martinho de Évora, apresentadas pelo sobrinho João Durando, bacharel em decretos e cónego prebendário de Coimbra, sobre benefícios na diocese de Évora para o dito sobrinho, seu procurador; sobre o canonicato de Évora, na expectativa da prebenda, para Tiago Martins, reitor da igreja paroquial de Santa Maria de Vila Nova, da diocese evorense; sobre perpétua porção na igreja de Évora para João Pires da mesma diocese, e sobre a perpétua porção da igreja paroquial de Santa Maria de Montemor-o-Novo para Pedro Afonso.

Reg. Suppl. 57, fl. 108v.

Rotulus iiiior supplicationum episcopi Elborensis (1).

Supplicat S. V. humilis et devota creatura vestra M[artinus], Elborensis episcopus (1), quatinus sibi in personam dilecti carissimi nepotis sui Johannis Durandi, sui rotuli presentatoris bacallariique in decretis ac Colimbriensis canonici prebendati et perpetui portionarii in ecclesiis sancte Marie de Alcaceva et sancti Salvatoris et sancti Petri Castri de Elbis Elborensis diocesis et sancti Johannis de Ourem Ulixboñ diocesis, quarum portionum redditus xx. librarum Turonensium secundum taxationem decime valorem annuum non excedunt, de perpetua portione, vacante vel vacatura in ecclesia sancte Marie de Masselis dicti Castri de Elbis dicte Elborensis diocesis, spectante communiter vel divisim ad collationem, etc., perpetui vicarii et portionariorum eiusdem, cuius fructus x. librarum Turonensium, eidem Jo[hanni] dignemini misericorditer providere. Non obstañ gratia sibi per e[amdem] S. facta de canonicatu sub expectatione prebende, dignitatis, personatus vel officii, prestimoniorum et prestimonialium portionum in ecclesia Pacensi et cum aliis non obstañ et clausulis oportunis ac executoribus.

411. Item quatinus e[idem] episcopo in personam dilecti familiaris sui continui commensalis Jacobi Martini, rectoris parrochialis ecclesie sancte Marie de Villa Nova Elborensis diocesis, cui per sancte memorie dominum Gregorium (2), predecessorem vestrum, de canonicatu sub expectatione prebende ecclesie Elborensis, que prebenda nondum vacavit, olim gratia facta extitit, que quidem gratia per revocationem ut fertur per e[amdem] S. V.

factam iam expiravit, de canonicatu ipsius ecclesie Elborensis cum plenitudine iuris canonici dignemini providere, prebendam vero, si qua in eadem ecclesia vacat ad presens, vel cum inibi vacare contigerit, eidem Ja[cobo] conferendam, donationi apostolice dignemini reservare, cum acceptatione, inhibitione, decreto et clausula anteferri. Non obstañ quadam portione, bachalaria vulgariter nuncupata, quam in eadem ecclesia Elborensi noscitur obtinere, quam paratus est dimittere, dum possessionem presentis gratie pacifice fuerit assecutus, et cum omnibus non obstañ et clausulis, ut supra.

411[a]. Item quatinus e[idem] episcopo in personam dilecti capellani sui continui comensalis Johannis Petri, Elborensis diocesis, de portione perpetua, bacallaria vulgariter nuncupata, prefate ecclesie Elborensis, vacante apud sedem apostolicam per assecutionem gratie facte per predecessorem vestrum de canonicatu sub expectatione prebende ecclesie Ulixboñ Alfonso Johannis, olim bachalario ecclesie Elborensis predicte et nunc canonico Ulixboñ, qui dictam bachalariam se obtulit dimissurum, non obstañ quod vicariam perpetuam sancte Marie de Redondo et prestimonium sancte Marie de Alvito ecclesiarum dicte Elborensis diocesis noscitur obtinere, dignemini misericorditer providere et cum omnibus aliis non obstañ et clausulis, ut supra.

412. Item quatinus eidem episcopo in personam dilecti familiaris sui continui commensalis Petri Alfonsi, clerici Silvensis diocesis, de integra et perpetua portione sine cura ecclesie parrochialis beate Marie Montis Maioris [Novi] Elborensis diocesis, vacante vel vacatura, spectante ad collationem, etc., prioris et portionariorum dicte ecclesie communiter vel divisim, eidem P[etro] dignemini misericorditer providere, et cum omnibus aliis non obstañ et clausulis oportunis ac executoribus.

Fiat pro omnibus. G.

Sine alia lectione et cum commissione examinis ad partes. — *Fiat. G.*

Datum Avinione, decimo septimo Kalendas Maii, anno secundo.

---

(1) Não estamos habilitados para identificar este D. Martinho que poderia ser Martinho Gil de Brito, nomeado por Urbano V em 1368 ou, melhor ainda, outro Martinho, nomeado por Gregório XI, Urbano VI ou Clemente VII. Cf. EUBEL, C., *Hierarchia Catholica*, I, p. 236.

(2) Cf. nota 2 do n.º 197.

413-435

1380, Abril 15

Várias súplicas sobre benefícios portugueses dos clérigos Rodrigo Anes, bacharel em direito civil, Pedro Afonso, de Évora, Estêvão Martins da diocese da Guarda, João Domingues da diocese de Lisboa, João Esteves de Canas, da diocese de Viseu, Gil Domingues, da diocese de Coimbra, Afonso Pires, da diocese de Lisboa, Álvaro Fernandes de Faro, da diocese de Silves, João Garcia, sacerdote e cónego prebendário de Santa Maria de Alcáçova de Santarém, Afonso Fernandes de Faro da diocese de Silves, Gonçalo Esteves, cónego prebendário de Viseu, Afonso Lourenço, sacerdote da diocese de Viseu, João Lourenço, sacerdote da diocese de Évora, Gil Domingues da Guarda, João Domingues da diocese de Lisboa, Pedro Afonso de Alcoutim, da diocese de

Silves, Luís Anes, da diocese de Évora, Martinho Rodrigues, de Lisboa, Afonso Pires da diocese de Lisboa, Garcia Pires da diocese de Évora, Gonçalo Martins de Semide, da diocese de Coimbra, Martinho Rodrigues, de Lisboa, Rodrigo Calza, de Évora, bacharel em leis, e Gil Afonso da diocese de Évora.

Reg. Suppl. 57, fl. 236-239v.

Rotulus spectantium presentium Yspanorum.

Dignetur S. V. infrascriptis personis de regnis Yspanie Castelle, Portugalie, Navarre et Aragonie gratias facere speciales infrascriptas, cum non obstañ, clausulis et executoribus, ut in forma.

Primo quatinus Roderico Johannis, clerico Elborensi, bacallario in iure civili, de beneficio ecclesiastico cum cura (1), vacante vel vacaturo, spectante communiter vel divisim ad collationem, etc., ministri et conventus monasterii Sancte Trinitatis Sanctareneñ Ulixbonensis diocesis, dignemini misericorditer providere, non obst. canonicatu et prebenda ecclesie Elborensis, super quibus in Curia Romana litigare intendit.

414. Item Petro Alfonsi, clerico Elborensi, de beneficio ecclesiastico cum cura vel sine cura, vacante vel vacaturo, spectante ad collationem, etc., communiter vel divisim prioris et portionariorum ecclesie sancti Salvatoris de Elbis Elborensis diocesis, dignemini misericorditer providere.

415. Item Stephano Martini Agitaniensis diocesis, de beneficio ecclesiastico cum cura vel sine cura, vacante vel vacaturo, spectante ad collationem, etc., episcopi et capituli Agitanieñ decanique et aliarum personarum communiter vel divisim, dignemini misericorditer providere.

416. Item Johanni Dominici, clerico Ulixbonensis diocesis, de perpetua portione, vacante vel vacatura, spectante ad collationem, etc., prioris et portionariorum ecclesie sancte Juste Ulixboneñ communiter vel divisim, dignemini misericorditer providere.

417. Item Johanni Stephani de Canas, clerico Visensis diocesis, de beneficio ecclesiastico cum cura vel sine cura (2), vacante vel vacaturo, spectante ad collationem, etc., episcopi et capituli Viseñ decanique et aliarum personarum communiter vel divisim, dignemini misericorditer providere.

... ...

[fl. 236v]

... ...

418. Item Egidio Dominici, clerico Colimbriensis diocesis, de beneficio ecclesiastico sine cura, vacante vel vacaturo, spectante communiter vel divisim ad collationem, etc., prioris ac perpetuorum portionariorum secularis ecclesie sancte Juste extra muros Colimbrieñ, dignemini misericorditer providere.

... ...

[fl. 237]

... ...

419. Item Alfonso Petri, clerico Ulixbonensis diocesis, de perpetua portione, vacante vel vacatura, spectante ad collationem, etc., prioris et portionariorum ecclesie sancti Jacobi de Begia Elborensis diocesis communiter vel divisim, dignemini misericorditer providere.

... ...

420. Item Alvaro Fernandi de Faaron, clerico Silvensis diocesis, de beneficio ecclesiastico, cum cura vel sine, vacante vel vacaturo, spectante communiter vel divisim ad collationem, etc., episcopi, decani et capituli singulorumque canonicorum et personarum ecclesie Colimbriensis, etiam si in ecclesia cathedrali existat, dummodo canonicatus et prebenda non fuerit, dignemini misericorditer providere.

... ...

421. Item Johanni Garsie, presbytero, canonico prebendato ecclesie beate Marie de Alcaçava Castri Sanctaranensis Ulixbonensis diocesis, de beneficio cum cura vel sine cura, vacante vel vacaturo, spectante [fl. 237v] communiter vel divisim ad collationem, etc., abbatisse et conventus monasterii de Lorvano ordinis Cisterciensis Colimbriensis diocesis, dignemini misericorditer providere.

... ...

422. Item Alfonso Fernandi de Faaron, clerico Silvensis diocesis, de perpetua portione, vacante vel vacatura, spectante ad collationem, etc., prioris et portionariorum ecclesie sancti Petri de Obidis diocesis Ulixbonensis communiter vel divisim, dignemini misericorditer providere.

... ...

423. Item Gundissalvo Stephani, canonico prebendato ecclesie Visensis, provecto in iure canonico et in Studio Avinioñ studenti, de prestimoniis et prestimonialibus portionibus aut augmentationibus seu pentionibus (*sic*) quocumque nomine nuncupentur, vacantibus vel vacaturis in ecclesia et diocesi Viseñ, usque ad summam lx. librarum Turonensium parvorum, secundum taxationem decime, computatis octo libris ibidem secundum predictam taxationem, quas obtinet, per obitum unius vel plurium decedentium simul vel successive, que quidem prestimonia, etc., secundum [fl. 238] ordinationem et consuetudinem seu statum predicte ecclesie consueverunt dari et dividi inter canonicos ibidem residentes donec quilibet canonicorum predictam summam decime xl. librarum ascend. et non amplius tempore quo dicta prestimonia, etc., vacare contingent, dignemini misericorditer providere. Non obstañ parrochiali ecclesia sancti Jacobi de Caçuraanes dicte diocesis Visensis, quam obtinet, et gratia per e[amdem] S. facta de canonicatu sub expectatione prebende ecclesie Colimbriensis.

... ...

424. Item Alfonso Laurentii, presbytero Visensis diocesis, de una de perpetuis portionibus sine cura, vacante vel vacatura, ecclesie sancte Marie de Celorico, spectante ad collationem, etc., episcopi Agitaniensis, non obstañ quod ecclesiam sancte Columbe Visensis diocesis obtineat, cuius fructus, etc., iiii.or librarum Turonensium parvorum valorem annuum non excedunt, dignemini misericorditer providere.

... ...

[fl. 238v]

... ...

425. Item Johanni Laurentii, presbytero Elborensis diocesis, de beneficio cum cura vel sine cura, cum prestimoniis et prestimonialibus portionibus, vacante vel vacaturo, spectante ad collationem, etc., episcopi et capituli Paceñ singulorumque canonicorum et personarum communiter vel divisim, dignemini misericorditer providere.

... ...

426. Item Egidio Dominici Egitaniensi, pauperi clerico, de perpetua portione parrochialis ecclesie [sancte] Marie de Lorinhaam Ulixbonensis diocesis, vacante vel vacatura, spectante ad collationem, etc., prioris et portionariorum dicte ecclesie, etiam si cum consensu seu consilio episcopi debeat conferri, dignemini misericorditer providere.

427. Item Johanni Dominici, clerico Ulixbonensis diocesis, de perpetua portione, vacante vel vacatura, spectante ad collationem, etc., prioris et portionariorum ecclesie sancte Marie de Castello in Turribus Veteribus Ulixbonensis diocesis communiter vel divisim, dignemini misericorditer providere.

428. Item Petro Alfonsi de Alcoutim, clerico Silvensis diocesis, de una ex perpetuis portionibus, vacantibus vel vacaturis, in parrochiali ecclesia sancte Marie de Azouges Montis Maioris Novi Elborensis diocesis, dignemini misericorditer providere.

429. Item Ludovico Johannis, clerico Elborensis diocesis, de perpetua portione, vacante vel vacatura, spectante ad collationem, etc., prioris et portionariorum ecclesie sancte Marie de Manbina Ulixbonensis diocesis communiter vel divisim, dignemini misericorditer providere.

430. Item Martino Roderici, clerico Ulixbonensi, de beneficio cum cura vel sine cura, vacante vel vacaturo, spectante ad collationem, etc., episcopi et capituli Ulixboneñ [fl. 239] communiter vel divisim singulorumque canonicorum ac personarum eiusdem, etiam si in ecclesia cathedrali existat, dummodo canonicatus et prebenda non fuerit, dignemini misericorditer providere.

431. Item Alfonso Petri, clerico Ulixbonensis diocesis, de beneficio sine cura, vacante vel vacaturo, spectante ad collationem, etc., archiepiscopi et capituli Brachareñ communiter vel divisim, dignemini misericorditer providere.

... ...

432. Item Garsie Petri, clerico Elborensis diocesis, de perpetua portione, vacante vel vacatura, spectante ad collationem, etc., prioris et portionariorum ecclesie sancti Nicolay Ulixboñ, non obstañ gratia sibi per S. V. facta de beneficio sine cura ecclesie secularis beate Marie de Alcaçova Castri Sanctarenensis Ulixbonensis diocesis, quam paratus est dimittere, dum, etc., dignemini misericorditer providere.

432ª. Item Gundissalvo Martini de Semide, clerico Colimbriensis diocesis, de beneficio cum cura vel sine cura, vacante vel vacaturo, spectante communiter vel divisim ad collationem, etc., abbatisse et conventus monasterii sancte Marie de Lorvano ordinis

Cisterciensis, diocesis Colimbriensis, dignemini misericorditer providere. Non obstañ gratia sibi facta ad collationem episcopi et capituli Colimbrieñ, quam paratus est dimittere, dum, etc.

... ...

433. Item Martino Roderici, clerico Ulixbonensi, de perpetua portione ecclesie sancti Stephani de Alanquerio diocesis Ulixboñ, vacante vel vacatura, dignemini misericorditer providere, non obstañ gratia sibi per S. V. facta ad collationem, etc., episcopi et capituli Ulixboñ communiter vel divisim, quam paratus est dimittere, dum, etc.

... ...

434. Item Roderico Calza, clerico Elborensi, bacallario in legibus, de canonicatu sub expectatione prebende, dignitatis, personatus, administrationis vel officii, vacañ vel vacat. in ecclesia Colimbriensi, etiam elective vel maioris post episcopalem ac curate, dignemini misericorditer providere, non obstañ canonicatu et prebenda ecclesie Elborensis, super qua in Curia Romana litigat.

435. [fl. 239v] Item Egidio Alfonsi, clerico Elborensis diocesis, de una ex perpetuis portionibus ecclesie parrochialis sancti Andree Ulixboneñ, cum prestimoniis et prestimonialibus portionibus, vacañ vel vacat. simul vel successive, dignemini misericorditer providere.

Fiat pro omnibus. G.

Sine alia lectione. — *Fiat. G.*

Datum Avinione, decimo septimo Kalendas Maii, anno secundo.

---

(1) Riscadas as palavras *vel sine cura, vacante vel vacaturo*, com a anotação à margem direita do texto: *vacante vel vacaturo.*

(2) No texto, vem traçada esta palavra *cura.*

436

1380, Abril 15

Martinho Rodrigues, clérigo de Lisboa, pede a perpétua vigararia de S. Jorge de Lisboa.

Reg. Suppl. 60, fl. 66v.

Supplicat S. V. humilis et devotus vester Martinus Roderici, clericus Ulixboñ, quatinus sibi specialem gratiam facientes, de perpetua vicaria curata sancti G[e]orgii Ulixboñ, vacante apud sedem apostolicam per obitum Antonii Dominici, ultimi vicarii eiusdem ecclesie, defuncti in Curia Romana, qui diem suum extremum clausit, cuius fructus, redditus, proventus xxv librarum Turonensium parvorum secundum taxationem decime valorem annuum non excedunt, eidem M[artino] dignemini misericorditer providere. Non obstañ gratia sibi facta per S. V., ad collationem, etc., episcopi et capituli

Ulixboñ communiter vel divisim et singularum personarum eiusdem, de beneficio ecclesiastico cum cura vel sine cura, cum ceteris non obstañ [et] clausulis oportunis ac executoribus, ut in forma. — *Fiat. G.*

Sine alia lectione. — *Fiat. G.*

Datum Avinione, decimo septimo Kalendas Maii, anno secundo.

437

1380, Abril 15

Martinho Rodrigues, clérigo de Lisboa, renova a súplica sobre a perpétua vigararia da igreja paroquial de S. Jorge de Lisboa, vacante por morte de António Domingues.

Reg. Suppl. 60, fl. 67v.

(1) Item supplicat e[idem] S. V. Martinus Roderici, clericus Ulixbonensis, quatinus sibi specialem gratiam facientes, de perpetua vicaria curata ecclesie parrochialis sancti Georgii Ulixboneñ, vacante apud sedem apostolicam per obitum Anthonii Dominici, ultimi vicarii eiusdem, in Curia Romana defuncti, eidem M[artino] dignemini misericorditer providere, non obstañ gratia sibi facta per V. S., ad collationem episcopi et capituli ecclesie Ulixbonensis, in forma speciali, et cum ceteris clausulis et non obstañ ut in forma. — *Fiat pro utroque. G.*

Sine alia lectione. — *Fiat. G.*

Datum Avinione, decimo septimo Kalendas Maii, anno secundo.

(1) Precede esta súplica a de um espanhol.

438

1380, Abril 23

Súplica de D. Pedro, bispo de Silves e colector apostólico no reino de Portugal, a favor do seu familiar João Durando, cónego prebendário de Évora e de Coimbra, bacharel em decretos e pregador do papa, sobre a vigararia da igreja paroquial de S. Pedro de Sintra.

Reg. Suppl. 60, fl. 65.

Supplicat S. V. humilis et devotus orator vester Petrus, episcopus Silvensis (1), in regnis Portugalie et Algarbii, pro eadem S. et camera apostolica generalis collector, quatinus sibi in personam dilecti sui familiaris Johannis Durandi, Elborensis et Colimbriensis ecclesiarum canonici prebendati, bacallarii in decretis, verbi Dei et S. V. litterariter et

vulgariter egregii predicatoris, qui (2) eisdem S. et camere evidentia et necessaria servitia paraturus, gratiam facientes specialem, de perpetua vicaria parrochialis ecclesie sancti Petri de Sintra Ulixboñ diocesis, vacante per obitum Aloti de Brisac, eiusdem camere apostolice subcollectoris, extra Romanam Curiam defuncti, etiam si sedi apostolice capellanus honoris existeret aut collatio eiusdem eidem sedi fuerit devoluta aut alias quovis modo, eidem Johanni dignemini misericorditer providere. Non obstante quod perpetuas portiones in sancte Marie de Alcaceva et sancti Salvatoris et sancti Petri de Elbis ac sancti Johannis de Ourem parrochialibus ecclesiis Elborensis et Ulixboñ diocesum, quarum portionum fructus, etc, quinquaginta librarum Turonen sium parvorum secundum taxationem decime valorem annuum non excedunt, necnon quod vigore gratie eiusdem S. sibi facte canonicatum sub expectatione prebende ac dignitatis, personatus, administrationis vel officii, vacañ vel vacat., in ecclesia Pacensi obtineat, quam expectationem quoad dignitatem, personatum, administrationem et officium paratus est dimittere, dum, etc. Cum omnibus non obstañ et clausulis et forma oportunis. — *Fiat. G.*

Sine alia lectione. — *Fiat. G.*

Datum Avinione, nono Kalendas Maii, anno secundo.

(1) Cf. nota 1 do n.º 197.

(2) No ms. *quem spo eisdem.*

439

1380, Maio 6

Gonçalo Martins, estudante de direito canónico no Estudo de Avinhão, pede o canonicato e prebenda de Silves, vacantes por morte de Lourenço Rodrigues.

Reg. Suppl. 60, fl. 74v-75.

Supplicat S. V. humilis et devotus orator vester Gundissalvus Martini, provectus [fl. 75] in iure canonico, studens in Studio Avinioñ, quatinus specialem gratiam facientes, de canonicatu et prebenda ecclesie Silvensis, vacantibus per obitum Laurentii Roderici, extra Romanam Curiam defuncti, qui, dum vivebat, erat subcollector fructuum camere apostolice in civitate et diocesi Silveñ, quorum fructus secundum decime taxationem xxx librarum Turonensium parvorum annuatim (1) non excedunt, eidem G[undissalvo] dignemini misericorditer providere. Non obstañ quod obtineat ecclesiam secularem sancti Andree de Ferreira Visensis diocesis et perpetuam portionem parrochialis ecclesie sancti Jacobi Castri Montis Maioris Novi Elborensis diocesis et gratia eidem facta per S. V. de canonicatu sub expectatione prebende ecclesie Elborensis, quam portionem sancti Jacobi paratus est dimittere, dum possessionem, etc. Cum ceteris non obstañ [et] clausulis oportunis ac executoribus, ut in forma. — *Fiat. G.*

Datum Avinione, secundo Nonas Maii, anno secundo.

(1) No ms. *annuo.*

440

1380, Maio 6

Martinho Rodrigues, clérigo de Lisboa, repete a súplica sobre a vigararia da igreja paroquial de S. Jorge de Lisboa, vacante por morte de António Domingues.

Reg. Suppl. 60, fl. 79.

(1) Item quatinus Martino Roderici, clerico Ulixbonensi, specialem gratiam facientes, de perpetua vicaria curata sancti Georgii (2) ecclesie parrochialis Ulixbonensis, vacante apud sedem apostolicam per obitum Anthonii Dominici, ultimi vicarii eiusdem ecclesie, defuncti in Curia Romana, qui diem suum clausit extremum, cuius fructus, redditus et proventus xx.ti librarum Turonensium parvorum secundum taxationem decime [valorem annuum non excedunt], eidem M[artino] dignemini misericorditer providere. Non obstañ gratia sibi facta per S. V. de beneficio ecclesiastico cum cura vel sine cura, spectante ad collationem episcopi et capituli Ulixbonensis et singularum personarum, communiter vel divisim. Cum ceteris omnibus clausulis, ut supra. — *Fiat pro utroque. G.*

Sine alia lectione. — *Fiat. G.*

Datum Avinione, ii° Nonas Maii, anno secundo.

---

(1) A súplica imediatamente precedente diz respeito a um espanhol.

(2) No ms. *Gongii.*

441

1380, Maio 7

Afonso Garcia, clérigo da diocese de Viseu, pede um benefício eclesiástico da colação do bispo de Viseu.

Reg. Suppl. 57, fl. 9.

Supplicat S. V. humilis et devotus vester Alfonsus Garsie, clericus Visensis diocesis, quatinus sibi specialem gratiam facientes, de beneficio ecclesiastico cum cura vel sine cura, vacante vel vacaturo, spectante ad collationem, etc., episcopi Visensis, si vacat vel cum vacaverit, eidem A[lfonso] dignemini misericorditer providere, cum acceptatione, etc., et cum clausulis oportunis ac executoribus, ut in forma. — *Fiat. G.*

Sine alia lectione. — *Fiat. G.*

Datum Avinione, Nonas Maii, anno secundo.

442-450

1380, Maio 7

Súplicas de Arias Pires de Camões, comandante da galé d'el-rei de Portugal, com a data da criação do papa. Para si pede a primeira anata dos proventos da Câmara Apostólica de alguma igreja colegiada das dioceses de Lisboa ou de Braga, logo que vague. Para Frei Estêvão, seu irmão, monge do mosteiro de Santa Maria de Oya, faculdade de ascender às dignidades abaciais. Para Vasco Pires, uma perpétua porção na igreja de S. Lourenço de Lisboa. Para Domingos Vidal, porcionário da igreja de S. João da Praça de Lisboa, um benefício da colação da abadessa e convento do mosteiro de Santa Maria de Odivelas. Para Gonçalo Anes, abade secular da igreja de Santa Maria da Vinha da diocese de Tui, o canonicato de Tui, na expectativa da prebenda. Para João Esteves, cónego de Tui e beneficiado na igreja de Santa Maria de Arcozelo da diocese de Tui, outros benefícios. Para Fernando Mogo, abade da igreja de Santa Ovaia de Camões da diocese de Tui, um benefício da colação da abadessa e convento do mosteiro de Santa Maria de Chelas de Lisboa. Para Gil Fernandes, clérigo da diocese de Évora, a perpétua porção na igreja paroquial de S. Bartolomeu de Coimbra.

Reg. Suppl. 57, fl. 240-240v.

Rotulus Arie Petri de Caamoes, scutiferi (1) et patroni galee domini regis Portugalie.

Beatissime Pater. Supplicat S. V. Arias Petri, illustris devotissimi filii vestri regis Portugalie alumnus et scutifer, cuiusdam galee patronus, quatinus pro se et infrascriptis supplicationes sequentes cum expeditione celeri et felici propter galearum moram, cum data a creatione V. S., dignemini misericorditer concedere et assignare.

Et primo et principaliter de prima anata fructuum camere apostolice pertinentium in collegiata ecclesia primo vacante in Ulixbonensi vel Bracharensi dioc. semel tantum eidem A[rie], ut sedi apostolice et S. V. uberius possit servire, dignemini misericorditer providere, presertim cum laicus sit et nullum aliud possit ecclesiasticum beneficium obtinere.

443. Item fratri Stephano, monacho expresse professo monasterii sancte Marie dOya Tudensis diocesis, de presbytero genito et uxorata, super quo alias secum fuit dispensatum quod posset beneficium ecclesiasticum cum cura vel sine cura usque ad dignitatem abbatialem, quatinus ut ad (*sic*) dignitatem abbatialem eiusdem ordinis, si ad eam canonice eligatur, obtinere valeat secum dispensare misericorditer dignemini.

444. Item Valasco Petri, presbytero, quatinus specialem gratiam facientes, de perpetua portione in ecclesia sancti Laurentii Ulixboneñ, vacante vel vacatura, eidem dignemini misericorditer providere. Non obstañ quod parrochialem ecclesiam sancti Juliani Ulixboneñ obtineat et cum ceteris clausulis opportunis.

445. Item quatinus Dominico Vitali, portionario in ecclesia sancti Johannis de Platea Ulixboñ, de beneficio ecclesiastico cum cura vel sine cura, vacante vel vacaturo (2), spectante communiter vel divisim ad collationem, etc., abbatisse et conventus

monasterii sancte Marie de Udivellis ordinis Cisterciensis Ulixbonensis diocesis, eidem D[ominico] dignemini misericorditer providere. Non obstañ quod portionem in supradicta ecclesia sancti Johannis obtineat et cum clausulis opportunis.

446. Item quatinus Gunsalvo Johannis, abbati seculari [ecclesie] sancte Marie de Veynha Tudensis diocesis, de canonicatu sub expectatione prebende ecclesie Tudensis, vacañ vel vacat., eidem G[unsalvo] dignemini misericorditer providere. Non obstante quod dictam abbatiam secularem obtineat et [cum] ceteris clausulis opportunis.

447. Item quatinus Johanni Stephani, canonico Tudensi, scolari in iure canonico rectorique parrochialis ecclesie [sancte] Eufemee de Queleysos ac beneficiato in ecclesia sancte Marie de Arcozelo Tudensis diocesis, quatinus sibi specialem gratiam facientes, quod cum dictis beneficiis et eorum quolibet simul aliud ecclesiasticum beneficium recipere valeat et habere, si sibi canonice conferatur, etiam si ecclesiastica dignitas, personatus, officium, administratio, curam habens animarum, in ecclesia cathedrali vel metropolitana existat, dignemini secum misericorditer dispensare. Non obstantibus quibuscumque constitutionibus contrariis, etc., ut in forma.

448. Item quatinus Fernando (3) Moogo, abbati (4) [ecclesie] secularis sancte Vaye de Caamoes Tudensis diocesis, de beneficio ecclesiastico cum cura vel sine cura, vacante vel vacaturo, spectante communiter vel divisim ad collationem, etc., abbatisse et conventus monasterii beate Marie d'Achelas [fl. 240v] Cisterciensis ordinis Ulixbonensis diocesis, eidem F[ernando] dignemini misericorditer providere. Non obstañ quod dictam abbatiam obtineat et cum ceteris non obstañ et clausulis opportunis.

449. Item exponit e[idem] S. idem Arias quod in ecclesia sancte Marie Baione de Minhol Tudensis diocesis sunt duo beneficia ecclesiastica, unum habens curam animarum et aliud sine cura, quibus sunt certi redditus deputati, quod (*sic*) fructus amborum beneficiorum post cessum vel decessum Roderici Martini et Alvari Petri, archidiacon. de Montibus in ecclesia Tudensi, dicta duo beneficia obtineñ, quatinus concedere (5) dignemini ut superstes obtinere valeat de vita sua ut dicte ecclesie (*sic*) valeat melius Deo deserviri.

450. Item quatinus Egidio Fernandi, clerico Elborensis diocesis, de perpetua portione in parrochiali ecclesia sancti Bartholomei Colimbrieñ, vacante vel vacatura, spectante, [etc.], eidem E[gidio] dignemini misericorditer providere. Cum clausulis oportunis.

Fiat de beneficialibus. G.

Sine alia lectione et cum commissione examinis ad partes. — *Fiat. G.*

Datum Avinione, Nonas Maii, anno secundo.

---

(1) No ms. *scutiferi.*
(2) No ms. *sine cura, ad collationem vel vacaturo.*
(3) No ms. *Fernandi.*
(4) No ms. *abbas.*
(5) No ms. *consedere.*

451-452

1380, Maio 16

Gonçalo Vasques pede um benefício da colação do prior e porcionários da igreja de Santo Estêvão da diocese de Lisboa. João Garcia, sacerdote e cónego de Santa Maria de Alcáçova de Santarém, pede um benefício da colação do prior e cabido da mesma igreja.

Reg. Suppl. 57, fl. 109v.

Dignetur S. V. personis infrascriptis concedere gratias speciales inferius designatas.

Et primo Gundissalvo Valasci, clerico Ulixboñ diocesis, de beneficio ecclesiastico sine cura, vacante vel vacaturo, spectante communiter vel divisim ad collationem, etc., prioris et portionariorum ecclesie sancti Stephani dicte diocesis. Cum non obstañ et clausulis opportunis et executoribus, ut in forma.

452. Item Johanni Garsie, presbytero, canonico ecclesie beate Marie de Alcaçova (1) Castri Sancterenensis (2) Ulixbonensis diocesis, de beneficio ecclesiastico cum cura vel sine cura, spectante communiter vel divisim ad collationem, etc., prioris et capituli ecclesie secularis beate Marie predicte, etiam si personatus vel officium in ipsa ecclesia existat, non obstañ quod canonicatum et prebendam dicte ecclesie noscatur obtinere. Cum ceteris non obstañ, ut supra. — *Fiat. G.*

Sine alia lectione. — *Fiat. G.*

Datum Avinione, decimo septimo Kalendas Junii, anno secundo.

---

(1) No ms. *Alacana.*
(2) No ms. *Sanctiseneñ.*

453-455

1380, Maio 16

Súplicas de João Gonçalves, embaixador d'el-rei de Portugal, a favor de Martinho Araiz, de Luís de Araiz e de Álvaro de Araiz, clérigos da diocese de Silves, respectivamente sobre as perpétuas porções da colação dos priores e porcionários das igrejas de S. João de Beja, de Santa Maria de Beja e de S. Tiago de Beja.

Reg. Suppl. 57, fl. 112.

Supplicat S. V. humilis et devotus vester Johannes Gundissalvi, miles, ambaxiator (1) regis Portugalie, quatinus in personam sui dilecti Martini Araiz, clerici Silvensis diocesis, specialem gratiam facientes, de perpetua portione sine cura, vacante vel vacatura, spectante

ad collationem, etc., prioris et portionariorum ecclesie sancti Johannis de Begia (2) Elborensis diocesis communiter vel divisim, eidem M[artino] dignemini misericorditer providere, cum ceteris omnibus aliis clausulis opportunis atque executoribus, ut in forma.

454. Item quatinus in personam sui dilecti Ludovici Araiz, clerici diocesis Silvensis, specialem gratiam facientes, de perpetua portione sine cura, vacante vel vacatura, spectante ad collationem, etc., prioris et portionariorum ecclesie sancte Marie de Begia Elborensis diocesis communiter vel divisim, eidem dignemini misericorditer providere, ut supra.

455. Item quatinus in personam sui dilecti Alvari Araiz, clerici diocesis Silvensis, specialem gratiam facientes, de perpetua portione sine cura, vacante vel vacatura, spectante ad collationem, etc., prioris et portionariorum ecclesie sancti Jacobi de Begia Elborensis diocesis communiter vel divisim, eidem dignemini misericorditer providere, ut supra.

Fiat pro omnibus. G.

Sine alia lectione. — *Fiat. G.*

Datum Avinione, xvii° Kalendas Junii, anno secundo.

---

(1) No ms. *embaxiator.*

(2) No ms. *Bogia.*

456-457

1380, Maio 16

Súplicas dos clérigos da diocese da Guarda Ângelo Mendes e Gonçalo Pires sobre um benefício eclesiástico da colação do bispo e cabido de Lisboa.

Reg. Suppl. 57, fl. 119.

Supplicat S. V. humilis et devotus vester Angelus Menendi, de nobili genere genitus, clericus Egitaniensis diocesis, quatinus sibi specialem gratiam facientes, de beneficio ecclesiastico cum cura vel sine cura, vacante vel vacaturo, spectante ad collationem, etc., episcopi et capituli Ulixboneñ communiter vel divisim, eidem A[ngelo] dignemini misericorditer providere, cum ceteris omnibus aliis clausulis opportunis atque executoribus, ut in forma.

457. Supplicat S. V. humilis et devotus vester Gundissalvus Petri, clericus diocesis Egitaniensis, quatinus sibi specialem gratiam facientes, de beneficio ecclesiastico cum cura vel sine cura, vacante vel vacaturo, spectante ad collationem, etc., episcopi et capituli Ulixboneñ, decani singularumque personarum communiter vel divisim, eidem G[undissalvo] dignemini misericorditer providere, cum ceteris omnibus aliis clausulis opportunis atque executoribus, ut in forma.

Fiat pro utroque. G.

Sine alia lectione et cum remissione examinis ad partes. — *Fiat. G.*

Datum Avinione, xvii Kalendas Junii, anno secundo.

458

1380, Maio 16

Vasco Gonçalves, clérigo da diocese de Lisboa, pede a perpétua porção da igreja de Santa Justa de Lisboa.

Reg. Suppl. 60, fl. 57.

Supplicat S. V. devotus vester Valascus Gundissalvi, clericus Ulixbonensis diocesis, quatinus sibi specialem gratiam facientes, de perpetua portione ecclesie sancte Juste Ulixboñ, vacante apud sedem apostolicam per assecutionem archidiaconatus Santaranensis per Heliam de Castro, vigore litterarum factam, etsi alias quovis modo vacet, eidem Valasco dignemini misericorditer providere. Non obstañ gratia sibi facta per e[amdem] S. in forma communi ad collationem episcopi Ulixboñ, cui paratus est renuntiare, dum, etc. Et cum ceteris non obstañ et clausulis ac executoribus, ut in forma. — *Fiat. G.*

Sine alia lectione. — *Fiat. G.*

Datum Avinione, decimo septimo Kalendas Junii, anno secundo.

459-461

1380, Maio 26

Súplicas de Arias Pires, embaixador d'el-rei de Portugal. Para Vasco Gonçalves, clérigo de Lisboa, pede a perpétua porção da igreja de S. João de Mocharro de Óbidos, da diocese de Lisboa. Para Gonçalo Mendes, sacerdote da diocese de Évora, a igreja paroquial de S. Pedro de Teixeira da diocese da Guarda. Para Gonçalo Anes, clérigo da diocese de Évora, bacharel em decretos, estudante de direito civil, a perpétua porção de S. João de Mocharro de Óbidos, da diocese de Lisboa.

Reg. Suppl. 60, fl. 72.

Supplicat S. V. humilis [orator] vester Arias (1) Petri, ambaxator regis Portugalie, in personam Valasci Gundissalvi, clerici Ulixbonensis, quatinus sibi specialem gratiam facientes, de perpetua portione ecclesie sancti Johannis de Mocharo diocesis Ulixbonensis, vacante apud sedem apostolicam per obitum Gundissalvi Petri, portionarii eiusdem ecclesie, defuncti in Curia Romana, qui diem suum extremum clausit, eidem V[alasco] dignemini misericorditer providere. Non obstañ gratia sibi facta per S. V. ad collationem, etc., episcopi Ulixbonensis, quam paratus est dimittere, dum fuerit in possessione pacifica. Cum ceteris non obstañ et clausulis ac executoribus oportunis, ut in forma.

460. Supplicat S. V. humilis [orator] vester Gundissalvus Menendi (2), presbyter Elborensis diocesis, scolaris in iure canonico, quatinus sibi specialem gratiam facientes, de parrochiali ecclesia sancti Petri de Texeira (3) diocesis Egitaniensis, vacante apud sedem

apostolicam per dimissionem vigore gratie facte cuidam Gundissalvo Johannis, Egitaniensis diocesis presbytero, bacallario in decretis, de beneficio ecclesiastico cum cura vel sine cura, vacante vel vacaturo, spectante ad collationem, etc., episcopi et capituli Elboreñ communiter vel divisim per S. V., eidem G[undissalvo] dignemini misericorditer providere. Cum clausulis, ut supra.

461. Supplicat S. V. humilis [orator] vester Gundissalvus Johannis, clericus Elborensis diocesis, bacallarius in decretis, studens in iure civili, quatinus sibi specialem gratiam facientes, de perpetua portione sine cura ecclesie sancti Johannis de Mocharo, cum prestimoniis et prestimonialibus portionibus, Ulixbonensis diocesis, vacante apud sedem apostolicam per obitum Gundissalvi Petri, in Curia Romana defuncti, presbyteri, vel alias quovis modo vacet, cuius fructus, etc., xxx.ta librarum Turonensium parvorum secundum taxationem decime valorem annuum non excedunt. Non obstañ gratiis sibi factis per S. V. de canonicatu sub expectatione prebende ac personatu et dignitate cum cura vel sine cura ecclesie Elborensis. Et paratus est dimittere ecclesiam sancti Petri de Evoramonte Elborensis diocesis, quam acceptavit vigore gratie sibi facte per dominum Gregorium (4), immediate predecessorem vestrum, cuius possessionem nondum est assecutus, eidem G[undissalvo] dignemini providere, cum clausulis, ut supra.

Fiat pro tribus immediatis. G.

Sine alia lectione. — *Fiat. G.*

Datum Avinione, septimo Kalendas Junii, anno secundo.

---

(1) No ms. *Anias.*
(2) No ms. *Monendi.*
(3) No ms. *Coxeira.*
(4) Cf. nota 2 do n.º 197.

462-465

1380, Junho 2

Súplicas de Lourenço Vasques, sacerdote da diocese de Coimbra, sobre benefício da colação do bispo e cabido de Coimbra; de Martinho Afonso, clérigo da diocese de Évora, sobre a porção da igreja de Santa Justa de Lisboa; de Pedro Guilherme, clérigo da diocese de Lisboa, sobre a porção da igreja de S. Julião de Lisboa; de Álvaro Esteves, clérigo da diocese de Lisboa, sobre a porção da igreja de Santa Maria Madalena de Lisboa.

Reg. Suppl. 57, fl. 222v.

Rotulus (1).

Supplicat S. V. devotus orator vester Laurentius Valaci, presbyter Colimbriensis diocesis, quatinus sibi specialem gratiam facientes, de beneficio ecclesiastico cum cura vel sine cura, vacante vel vacaturo, spectante communiter vel divisim ad collationem, etc.,

episcopi, decani et capituli singulorumque canonicorum et personarum ecclesie Colimbriensis, eidem La[urentio] dignemini misericorditer providere. Non obstañ quod quamdam portionem in ecclesia sancte Juste Ulixboñ obtineat, cum ceteris non obstañ et clausulis oportunis ac executoribus, ut in forma.

463. Item similem gratiam facientes devoto vestro Martino Alfonsi, clerico Elborensis diocesis, de portione vacante vel vacatura ecclesie sancte Juste Ulixboñ, spectante communiter vel divisim ad collationem, etc., prioris et portionariorum predicte ecclesie sancte Juste, eidem Martino dignemini misericorditer providere et cum non obstañ et clausulis oportunis, ut supra.

464. Item similem gratiam facientes Petro Guillelmi, clerico Ulixbonensis diocesis, de portione vacante vel vacatura ecclesie sancti Juliani Ulixboñ, spectante communiter vel divisim ad collationem, etc., prioris vel vicarii et portionariorum dicte ecclesie sancti Juliani, eidem P[etro] dignemini misericorditer providere. Et cum clausulis et non obstañ oportunis, ut supra.

465. Item similem gratiam facientes Alvaro Stefani, clerico diocesis Ulixbonensis, de portione, vacante vel vacatura, ecclesie sancte Marie Magdalene Ulixboneñ, spectante communiter vel divisim ad collationem, etc., prioris et portionariorum predicte ecclesie sancte Marie Magdalene, eidem A[lvaro] dignemini misericorditer providere et cum clausulis et non obstañ oportunis, ut supra.

Fiat pro predictis. G.

Sine alia lectione et cum commissione examinis ad partes. — *Fiat. G.*

Datum Avinione, quarto Nonas Junii, anno secundo.

---

(1) Palavra ou título na margem esquerda do texto.

466-472

1380, Junho 2

Súplicas do embaixador d'el-rei de Portugal, a favor de Afonso Pires, clérigo da diocese de Lamego, sobre benefício eclesiástico da colação do bispo e cabido do Porto; de Lançarote Esteves, clérigo da diocese de Lisboa, sobre uma porção perpétua, vulgarmente dita meia canonia, da igreja de Lisboa; de Afonso Martins de Vieira, clérigo da diocese de Braga, sobre um benefício da colação do arcebispo e cabido de Braga; de João Afonso, clérigo da diocese de Silves, sobre um benefício da colação do bispo e cabido de Silves; de Estêvão de Vide sobre o canonicato da Guarda, na expectativa da prebenda; de Lourenço Gonçalves, clérigo da diocese de Silves, sobre um benefício da colação do bispo e cabido de Silves; e de Rodrigo Gonçalves, clérigo da diocese de Braga, sobre benefício da colação do arcebispo e cabido de Braga.

Reg. Suppl. 57, fl. 224.

Rotulus ambaxiatoris regis Portugalie.

Dignetur S. V. gratias subscriptas ad supplicationem ambaxiatoris regis Portugalie pro infrascriptis supplicantibus (1) concedere, ut in forma.

Et primo Alfonso Petri, clerico Lamecensis diocesis, de beneficio ecclesiastico cum cura vel sine cura, spectante communiter vel divisim ad collationem, etc., episcopi et capituli Portugaleñ.

467. Item quatinus Lançarot Stephani, clerico Ulixboñ diocesis, de una de perpetuis portionibus, que cantoraria (*sic*) seu dimidia canonia vulgariter nuncupatur, vacante vel vacatura in ecclesia Ulixbonensi.

468. Item [quatinus] Alfonso Martini de Vyeira, clerico Bracharensis diocesis, de beneficio ecclesiastico cum cura vel sine cura, spectante communiter vel divisim ad collationem, etc., archiepiscopi et capituli Bracharensis.

469. Item quatinus Johanni Alfonsi, clerico Silvensis diocesis, de beneficio ecclesiastico cum cura vel sine cura, spectante communiter vel divisim ad collationem, etc., episcopi et capituli, decani ac singulorum canonicorum et personarum ecclesie Silvensis, si in ecclesia cathedrali existat.

470. Item quatinus Sthefano de V[i]tis, de canonicatu sub expectatione prebende in ecclesia Egitaniensi, vacante vel vacaturo. Non obstañ quod parrochialem ecclesiam de Cambas dicte diocesis obtineat.

471. Item quatinus Laurentio Gunssalvi, clerico Silvensis diocesis, de beneficio ecclesiastico sine cura, spectante communiter vel divisim ad collationem, etc., episcopi et capituli ac decani singulorumque canonicorum et personarum Silveñ, etiam si in dicta cathedrali existat.

472. Item quatinus Roderico Gundissalvi, clerico Bracharensis diocesis, de beneficio ecclesiastico cum cura vel sine cura, spectante communiter vel divisim ad collationem, etc., archiepiscopi et capituli Bracharensis.

Fiat pro predictis. G.

Sine alia lectione et cum commissione examinis ad partes. — *Fiat. G.*

Datum Avinione, quarto Nonas Junii, anno secundo.

---

(1) No ms. *supplicantium.*

473-475

1380, Junho 2

Súplicas de D. Martinho, bispo de Lisboa. Para Afonso de Mértola, seu cubiculário, clérigo da diocese de Évora, pede a perpétua porção da igreja de Santa Maria de Marvila da diocese de Lisboa, vacante pela promoção do bispo de Silves D. Pedro. Para Estêvão Lourenço, clérigo da diocese de Lisboa, o canonicato e prebenda de Braga, vacantes pela privação a Vasco Domingues,

chantre de Lisboa, por aderir a Urbano VI. Para Afonso Lourenço, clérigo da diocese de Lisboa, pede a perpétua porção da igreja de S. João de Mocharro de Óbidos, da diocese de Lisboa, vacante pela promoção de D. Pedro a bispo de Silves.

Reg. Suppl. 60, fl. 78v.

Supplicat S. V. humilis et devota creatura vestra Martinus, episcopus Ulixbonensis (1), quatinus sibi in personam dilecti cubicularii sui Alfonsi de Mertola, clerici Elborensis diocesis, gratiam specialem facientes, de perpetua portione ecclesie Sancte Marie de Marvilla Ulixboñ diocesis, in Curia Romana vacante per munus consecrationis impensum Petro episcopo Silvensi (2), eidem Alfonso dignemini misericorditer providere, et cum ceteris non obstañ et clausulis oportunis.

474. Item quatinus dilecto suo Stephano Laurentii, clerico Ulixbonensis diocesis, gratiam specialem facientes, de canonicatu et prebenda ecclesie Bracharensis, vacantibus per privationem per S. V. factam Valasco Dominici, olim cantori Ulixbonensi, pro eo quia adheret illi Bartholomeo et est grossarius vel secretarius vel alias officialis suus (3), qui ultimo predictum canonicatum obtinebat, eidem S[tephano] dignemini misericorditer providere, cum omnibus non obstañ, ut supra.

475. Item quatinus Alfonso Laurentii, clerico Ulixbonensis diocesis, gratiam facientes specialem, de perpetua portione ecclesie sancti Johannis de Mochayros eiusdem diocesis, vacante in Romana Curia per munus consecrationis impensum Petro episcopo Silvensi (4), eidem A[lfonso] dignemini misericorditer providere et cum ceteris non obstañ et clausulis oportunis.

Fiat pro predictis. G.

Sine alia lectione et cum commissione examinis ad partes. — *Fiat. G.*

Datum Avinione, iiii.to Nonas Junii, anno secundo.

(1) Cf. nota 1 do n.º 4.
(2) Cf. nota 1 do n.º 197.
(3) Cf. nota 4 do n.º 197 e n.º 353.
(4) Cf. nota 1 do n.º 197.

476-479

1380, Junho 2

Súplicas dos clérigos portugueses Gonçalo Anes de Gaudiis, da diocese de Évora, bacharel em decretos e estudante de direito civil, sobre a perpétua porção de S. João de Mocharro, da diocese de Lisboa; João Lourenço, sacerdote da diocese de Évora, freire professo da Ordem de S. Tiago, sobre a igreja paroquial de Santa Maria de Setúbal, da diocese de Lisboa; Martinho Rodrigues, clérigo de Lisboa, sobre a perpétua vigararia de S. Jorge de Lisboa e Luís Anes da diocese de Évora, sobre a perpétua porção da igreja de Santa Maria de Águas Santas da diocese do Porto.

Reg. Suppl. 60, fl. 85-85v.

Dignetur S. V. concedere supplicationes clericis infrascriptis noviter venientibus de regno Portugalie.

Supplicat S. V. humilis et devotus vester Gundissalvus Johannis de Gaudiis, clericus Elborensis diocesis, bacallarius in decretis et studens in iure civili, quatinus sibi specialem gratiam facientes, de perpetua portione sine cura ecclesie sancti Johannis de Mochars Ulixboñ diocesis, vacante apud sedem apostolicam per obitum Gundisalvi Petri, presbyteri, in Curia Romana defuncti, cuius fructus, etc., xxx librarum Turonensium parvorum secundum taxationem decime valorem annuum non excedunt, non obstantibus gratiis sibi factis per S. V. de canonicatu sub expectatione prebende ac personatu et dignitate cum cura vel sine cura ecclesie Elborensis. Et paratus est dimittere ecclesiam sancti Petri de Evoramonte, quam acceptavit vigore gratie sibi facte per dominum Gregorium (1), ymmediate predecessorem vestrum, cuius possessionem nondum est assecutus, Elborensis diocesis, eidem G[undissalvo] dignemini misericorditer providere, cum ceteris omnibus aliis clausulis oportunis, ut in forma.

477. Item quatinus Johanni Laurentii, presbytero Elborensis diocesis, professo ordinis militie sancti Jacobi in regnis Portugalie et Algarbii, specialem gratiam facientes, de ecclesia parrochiali sancte Marie de Setuval Ulixboñ diocesis, solita gubernari et regi per eiusdem ordinis professos rectores presbyteros vel priores, vacante per obitum Johannis Laurentii Mangulon, ultimi et immediate rectoris seu prioris dicte ecclesie, extra Romanam Curiam deffuncti, de qua ad presentationem, etc., magistri ordinis, ad quem de antiqua consuetudine seu privilegio presentare spectat, et per confirmationem seu institutionem auctoritate ordinaria fuerit provisum Alfonso Stephani, qui nunc dictam ecclesiam obtinet et habet occupatam, professo [fl. 85v] in ordine Mendicantium ordinis Carmelitarum, cum quo ad ista auctoritate apostolica minime extitit dispensatum. Verum, Pater Sancte, cum de predicta ecclesia sit provisum tamquam de persona incapaci et minus ydonea ordinata, supplicat predictus Johannes Laurentii quatinus dignetur S. V. de predicta ecclesia providere et cum clausulis, ut supra.

478. Item quatinus Martino Roderici, clerico Ulixboñ, specialem gratiam facientes, de perpetua vicaria ecclesie sancti Georgii Ulixboñ, vacante apud sedem apostolicam per obitum Anthonii Dominici, ultimi vicarii eiusdem ecclesie, defuncti in Curia Romana, qui diem suum extremum clausit, cuius fructus, etc., xx.ti librarum Turonensium parvorum secundum taxationem decime valorem annuum non excedunt. Non obstañ gratia sibi facta per S. V. de beneficio ecclesiastico, cum cura vel sine cura, ad collationem, etc., episcopi et capituli Ulixboñ et singularum personarum communiter vel divisim, dignemini, providere, ut supra.

479. Item quatinus Ludovico Johannis, clerico Elborensis diocesis, specialem gratiam facientes, de perpetua portione sine cura ecclesie sancte Marie de Aguas Santas Portugalensis diocesis, vacante apud sedem apostolicam per dimissionem vigore gratie facte Ludovico de Amoreria de canonicatu et prebenda ecclesie Colimbrieñ, cuius possessionem nunc est assecutus publice, cuius fructus, etc., xv librarum Turonensium parvorum secundum taxationem decime valorem annuum non excedunt. Non obstañ gratia sibi facta per S. V. de perpetua portione, ad collationem, etc., spectante prioris et portionariorum ecclesie sancte Marie de Azanbuia Ulixboñ diocesis, dignemini, ut supra.

Fiat pro predictis. G.
Sine alia lectione. — *Fiat. G.*
Datum Avinione, quarto Nonas Junii, anno secundo.

(1) Cf. nota 2 do n.º 197.

480-483

1380, Junho 13

Súplicas d'el-rei de Portugal, a favor de Álvaro Gonçalves, filho do nobre Gonçalo Vasques de Azevedo, cavaleiro, sobre o deado de Lisboa; de Raimundo de Sales sobre o canonicato, prebenda e tesouraria de Lisboa; de Vasco Lourenço, sacerdote e capelão-mor de capela régia, sobre o canonicato, prebenda e chantria de Lisboa; de João Fernandes, filho de Fernando Gomes e clérigo de Braga, sobre o canonicato e prebenda da igreja de Lisboa.

Reg. Suppl. 60, fl. 133-133v.

Rotulus regis Portugalie de beneficiis vacantibus.

Supplicat S. V. devotus filius vester Fernandus, rex Portugalie illustris, quatinus supplicationes infrascriptas de beneficiis vacantibus pro dilectis suis admittere et exaudire dignemini benigno favore apostolico de gratia speciali.

Et primo supplicat e[idem] S. V. idem rex quatinus sibi in personam dilecti sui nobilis viri Alvari Gundissalvi, nati nobilis viri Gundissalvi Valasci de Azevedo, militis, canonici prebendati ecclesie Ulixbonensis, de decanatu ecclesie eiusdem, vacante per privationem factam per S. V. auctoritate apostolica Dominico Petri, ultimo decano eiusdem, eo quia favebat (1) et favet partem et sequelam illius B[artolomei] intrusi in sede apostolica, etiam si dignitas curata et maior post pontificalem existat, eidem Alvaro dignemini misericorditer providere, si premisso vel alias quovis modo vacet, inhibentes eidem A[lvaro] quod super iurisdictione, si qua ad dictum decanatum pertinet in civitate vel diocesi Ulixboneñ, quatinus non se intromittat neque se intromittere valeat per se vel per alium, directe vel indirecte, publice vel occulte, presertim cum non fuerit adhuc etatis legitime ad regendum predicta, sed committere dignemini vicario in spiritualibus et temporalibus episcopi Ulixbonensis. Non obstañ regula cancellarie V. S. contra non graduatos in iure, in contrarium edita, et cum omnibus aliis non obstañ ac executoribus et clausulis opportunis.

481. Item (2) supplicat idem rex S. V. [quatinus] irritare et annullare ac cassare collationem et provisionem, nuper per S. V. factam Raymundo Salis, de canonicatu et prebenda ac thesauraria ecclesie Ulixbonensis, tunc in Romana Curia certo modo vacantibus, etiam si esset dignitas curata et electiva aut officium vel personatus, dignemini, eo quia nescit (3) litteraliter loqui nec cantare nec bene legere sitque extraneus et non de terra sua, etiam si quod intentio e[iusdem] S. V. fuerit, ut creditur, quod providisset persone ydonee et sufficienti, de qua contrarium satis clare constat per examinationem factam de persona dicti Raymundi per Petrum Chambonis, cappellanum et refferendarium e[iusdem] S. V., et declarare ipsum expresse carere impetratis quoad canonicatum et

prebendam ac thesaurariam, et dignetur S. V., intuitu ipsius regis, de ipsis canonicatu et prebenda ac thesauraria ecclesie Ulixbonensis predictis, sic vacantibus, devoto vestro Johanni Garsie, canonico prebendato et cantori ecclesie Silvensis nepotique domini M[artini], episcopi Ulixbonensis ([4]), scolari in iure canonico, providere dignemini, si premisso vel alias quovis modo vacent, etiam si dignitas, personatus vel officium cum cura vel sine cura et electiva existat, regula cancellarie predicta non obstañ. Non obstañ etiam quod capellaniam perpetuam quamdam sine cura in parrochiali ecclesia beate Marie de Faaro Silvensis diocesis obtineat. Cum omnibus clausulis, ut supra.

Vel si e[idem] S. huiusmodi modus non placuerit, dignetur S. V. providere dicto Johanni tamquam vacantibus per resignationem factam per ipsum Raymundum in manibus V. S.

482. Item quatinus eidem regi in personam dilecti sui familiaris Valasci Laurentii, presbyteri, [fl. 133v] capellani maioris capelle dicti regis, de canonicatu et prebenda ac cantoria ecclesie Ulixboñ, vacantibus apud sedem apostolicam per resignationem factam in manibus S. V. per Bertrandum de Rochavilla, ultimum canonicum et cantorem eiusdem, etiam si dignitas ut premittitur existat, cum cura vel sine cura, si premisso vel alias quovis modo, etc., vacet, eidem V[alasco] dignemini misericorditer providere, regula cancellarie predicte non obstañ ac quod parrochialem ecclesiam de Turribus Novis Ulixbonensis diocesis et aliquas simplices portiones sine cura in parrochialibus ecclesiis sancte Erene de Sanctarena et sancti Jacobi de Turribus Novis dicte diocesis et in aliis ecclesiis obtineat et cum omnibus non obstañ et clausulis ut supra, quas portiones paratus est dimittere, dum, etc.

483. Item quatinus eidem regi in personam dilecti sui Johannis Fernandi, nati Fernandi Gometii, clerici Bracarensis, de canonicatu et prebenda ecclesie Ulixbonensis, vacantibus per privationem factam per S. V. predicto Dominico Petri, ratione et ex causa superius expressatis, eidem Johanni dignemini misericorditer providere, regula cancellarie supradicta non obstañ et cum clausulis, ut supra.

Fiat pro omnibus. G.

Sine alia lectione et cum commissione examinis ad partes. — *Fiat. G.*

Datum Avinione, I[dib]us Junii, anno secundo.

([1]) No ms. *favevat.*

([2]) O ms. acrescenta *quatinus.*

([3]) No ms. *nessit.*

([4]) Cf. nota 1 do n. 4.

484-499

1380, Julho 14

Súplicas de Afonso Esteves, sacerdote de Lisboa, sobre benefício da colação do prior e porcionários da igreja de Santa Justa de Lisboa; de Afonso Gonçalves, clérigo da diocese de Évora, sobre a perpétua porção da igreja de Santo António de Évora; de Vasco Lourenço, clérigo da diocese da Guarda, sobre a perpétua porção da igreja de S. Vicente de Abrantes; de Gonçalo de Balneo sobre a perpétua porção da igreja de S. Tiago de Évora; de Pedro Afonso, sacerdote da diocese de Braga, sobre benefício da colação do bispo e cabido da Guarda; de João de Moles, sacerdote da diocese de Braga, sobre benefício eclesiástico da colação do bispo e cabido de Viseu;

de Afonso Miguel, clérigo da diocese de Braga, sobre o canonicato de Lamego, na expectativa da prebenda; de João de Benavente, clérigo da diocese de Braga, sobre benefício eclesiástico da colação do bispo e cabido de Samora; de Lopo Afonso, sacerdote da diocese de Braga, sobre benefício eclesiástico da colação do bispo e cabido de Lamego; de Afonso Domingues, sacerdote da diocese de Braga, sobre benefício da colação do bispo e cabido de Viseu; de Abril Anes, sacerdote da diocese de Braga, sobre benefício da colação do reitor da igreja paroquial de S. Miguel de Freixo de Espada à Cinta; de Domingos Fernandes, sacerdote da diocese de Braga, sobre benefício da colação do arcebispo e cabido de Braga; de Afonso Esteves, sacerdote da diocese de Lisboa, sobre benefício da colação do bispo e cabido de Lisboa; de Abril Anes, sacerdote da diocese de Braga, sobre benefício da colação do abade e convento do mosteiro de Paço de Sousa; de João Anes, clérigo da diocese de Évora, sobre a perpétua porção de Santa Maria de Beja; de Gonçalo Gonçalves, sacerdote da diocese de Braga, sobre benefício da colação do abade e convento do mosteiro de Santo Tirso; de Vicente Anes, clérigo de Lisboa, sobre benefício da colação do prior e porcionário da igreja paroquial de Santa Maria de Alcamim; e de Domingos Vicente, escolar de gramática, clérigo de Lisboa, sobre benefício da colação do prior e porcionários da igreja paroquial de S. Nicolau de Lisboa.

Reg. Suppl. 59, fl. 1-7.

Rotulus compositus per dominum P[etrum] Chambonis (1).

... ...

Alfonsus Stephani, presbyter Ulixboñ, de beneficio ecclesiastico sine cura, spectante communiter vel divisim ad collationem, etc., prioris et portionariorum ecclesie sancte Juste Ulixboneñ, etc.

... ...

[fl. 1v]

... ...

485. Alfonsus Gundissalvi, clericus Elborensis diocesis, quatinus gratiam specialem facientes, de perpetua portione, vacante vel vacatura in ecclesia sancti Anthonii Elboreñ, spectante communiter vel divisim ad collationem, etc., prioris vel vicarii et portionariorum dicte ecclesie, etiam si pertineat ad dominum episcopum Elborensem, eidem A[lfonso] dignemini misericorditer providere, cum aliis, etc.

486. Valascus Laurentii, clericus Egitaniensis diocesis, quatinus gratiam specialem facientes, de perpetua portione, vacante vel vacatura in ecclesia sancti Vincentii de A[v]rantis predicte diocesis, spectante communiter vel divisim ad collationem, etc., episcopi vel vicarii et portionariorum dicte ecclesie, e[idem] Valasco dignemini misericorditer providere. Cum aliis, etc.

487. Gundissalvus de Balneo, clericus Elborensis diocesis, de perpetua portione, vacante vel vacatura in ecclesia sancti Jacobi Elboreñ, spectante communiter vel divisim ad collationem, etc., episcopi et portionariorum dicte ecclesie, e[idem] G. dignemini misericorditer providere. Cum clausulis, etc.

... ...

488. Petrus Alfonsi, presbyter Bracarensis diocesis, quatinus sibi gratiam specialem facientes, de beneficio ecclesiastico cum cura vel sine cura, vacante, etc., spectante ad collationem, etc., communiter vel divisim episcopi et capituli Egitanieñ, eidem P[etro] dignemini misericorditer providere, cum aliis non obst., etc.

489. Johannes de Molis, presbyter Bracarensis diocesis, quatinus sibi gratiam specialem facientes, de beneficio ecclesiastico cum cura vel sine cura, vacante, etc., spectante communiter vel divisim ad collationem, etc., episcopi et capituli Viseñ, e[idem] J[ohanni] dignemini misericorditer providere. Cum aliis clausulis, etc.

490. [fl. 2] Alfonssus Michaelis, clericus Bracharensis diocesis, quatinus sibi gratiam specialem facientes, de canonicatu sub expectatione prebende ecclesie Lamecensis, e[idem] A[lfonso] dignemini misericorditer providere, cum clausulis, etc.

491. Johannes de Benavento, clericus Bracarensis diocesis, quatinus sibi specialem gratiam facientes, de beneficio ecclesiastico cum cura, vacante, etc., spectante ad collationem, etc., communiter vel divisim episcopi et capituli Zamoreñ, eidem J[ohanni] dignemini misericorditer providere. Cum clausulis aliis, etc.

492. Lupus Alfonssi, presbyter Bracarensis diocesis, quatinus sibi gratiam specialem facientes, de beneficio ecclesiastico cum cura vel sine cura, vacante, etc., spectante ad collationem, etc., communiter vel divisim episcopi et capituli et prioris hospitalis sancti Johannis Jerosolimitani Lameceñ, e[idem] L[upo] dignemini misericorditer providere. Cum aliis non obstañ, etc.

493. Alfonsus Dominici, presbyter Bracarensis diocesis, quatinus gratiam facientes specialem, de beneficio ecclesiastico cum cura vel sine cura, vacante, etc., spectante communiter vel divisim ad collationem, etc., episcopi et capituli singularumque personarum ecclesie Visensis, e[idem] A[lfonso] dignemini misericorditer providere. Cum aliis clausulis, etc.

494. Aprilis Johannis, presbyter Bracarensis diocesis, [quatinus] gratiam facientes specialem, de beneficio ecclesiastico cum cura vel sine cura, spectante communiter vel divisim ad collationem, etc., rectoris parrochialis ecclesie sancti Michaelis de Freixio de Spata Cinta Bracarensis diocesis, etiam si collatio pertineat ad archiepiscopum Bracarensem, e[idem] A[prili] dignemini misericorditer providere. Cum aliis clausulis, etc.

495. Dominicus Fernandi, presbyter Bracarensis diocesis, [quatinus] gratiam specialem facientes, de beneficio ecclesiastico cum cura vel sine cura, vacante, etc., spectante communiter vel divisim ad collationem, etc., archiepiscopi et capituli ecclesie Bracarensis, e[idem] Dominico dignemini misericorditer providere, cum aliis clausulis, etc.

... ...

[fl. 4v]

... ...

496. Alfonsus Stephani, presbyter Ulixbonensis diocesis, quatinus sibi specialem gratiam facientes, de beneficio ecclesiastico cum cura vel sine cura, vacante, etc., spectan

communiter vel divisim ad collationem, etc., episcopi et capituli ecclesie Ulixbonensis, etiam si in ecclesia cathedrali existat, dum tamen canonicatus et prebenda non existat, e[idem] A[lfonso] dignemini misericorditer providere, cum aliis clausulis, etc.

... ...

[fl. 5]

... ...

497. Aprilis Johannis, presbyter Bracarensis diocesis, [quatinus] de beneficio ecclesiastico cum cura vel sine cura, spectante communiter vel divisim ad collationem, etc., abbatis et conventus monasterii Palatii de Sousa (2), ordinis sancti Benedicti Portugalensis diocesis, etc.

... ...

[fl. 6]

... ...

498. Johannes Johannis, clericus Elborensis diocesis, quatinus sibi gratiam specialem facientes, de perpetua portione sine cura sancte Marie de Beia, vacante, etc., spectante communiter vel divisim ad collationem, etc., prioris [et] portionariorum ecclesie sancte Marie Elborensis diocesis, etc.

498ª. Gundissalvus Gundissalvi, presbyter Bracarensis diocesis, quatinus gratiam specialem facientes, de beneficio ecclesiastico cum cura vel sine cura, vacante, etc., spectante communiter vel divisim ad collationem, etc., abbatis et conventus sancti Tirsi de Ripaudave (*sic*), eidem Gundissalvo, etc.

... ...

[fl. 6v]

... ...

498ᵇ. Vincentius Johannis, clericus Ulixbonensis, quatinus sibi gratiam specialem facientes, de beneficio ecclesiastico sine cura, spectante communiter vel divisim ad collationem, etc., prioris [et] portionariorum parrochialis ecclesie sancte Marie de Alcamim, que modo vocatur de sancto Christoforo Ulixboneñ, e[idem] V[incentio] dignemini misericorditer providere, etc.

499. Dominicus Vincentii, scolaris in grammaticalibus, clericus Ulixbonensis, quatinus sibi gratiam specialem facientes, de beneficio ecclesiastico sine cura, vacante, etc., spectante communiter vel divisim ad collationem, etc., prioris [et] portionariorum parrochialis ecclesie sancti Nicolay Ulixbonensis, etc.

... ...

[fl. 7]

... ...

Fiat pro omnibus illis qui aliam gratiam non habuerunt. G.

Sine alia lectione et cum commissione examinis ad partes pro illis qui petunt.—*Fiat.* G.

Datum Avinione, pridie Idus Julii, anno secundo.

---

(1) Cf. nota 1 do n. 358 e o n. 481.

(2) No ms. *Sousra.*

500-501

1380, Julho 14

Súplicas de Estêvão Lourenço, clérigo da diocese de Silves, sobre um benefício da colação do prior e dos porcionários da igreja de S. Tiago de Lisboa, de Arias Martins de Faro, clérigo da diocese de Silves, sobre um benefício da colação do vigário e porcionários da igreja paroquial de Santa Iria de Santarém, de Gonçalo Anes, clérigo da diocese de Lisboa, sobre a perpétua porção da igreja de S. Pedro de Óbidos, da colação do prior e porcionários da mesma, e de Álvaro Dias, clérigo de Lisboa, sobre a perpétua porção da igreja de S. Bartolomeu de Lisboa.

Reg. Suppl, 59, fl. 101-118v.

Rotulus compositus per dominum episcopum Conseranensem (1).

Dignetur S. V. personis infrascriptis concedere et facere gratias infrascriptas, ut in forma.

... ...

[fl. 103]

... ...

Stephano Laurentii, clerico Silvensis diocesis, de beneficio ecclesiastico sine cura, vacante vel vacaturo, spectante ad collationem, etc., prioris et universorum portionariorum ecclesie parrochialis sancti Jacobi Ulixboñ, communiter vel divisim, dignemini providere.

... ...

[fl. 111]

... ...

500ª. Item quatinus Arie Martini de Pharaon, clerico Silvensis diocesis, de beneficio ecclesiastico sine cura, spectante communiter vel divisim ad collationem, etc., vicarii et portionariorum perpetuorum parrochialis ecclesie sancte Harene Sanctaranensis Ulixbonensis diocesis.

... ...

[fl. 112]

... ...

500ᵇ. Item quatinus Gundisalvo Johannis, clerico Ulixbonensis diocesis, de perpetua portione in ecclesia sancti Petri de Obidis dicte diocesis, spectante communiter vel divisim ad collationem, etc., prioris et portionariorum eiusdem.

... ...

[fl. 114]

... ...

501. Jtem quatinus Alvaro Didaci, clerico Ulixbonensi, de perpetua portione ecclesie sancti Bartholomei Ulixbonensis, spectante communiter vel divisim ad collationem, etc., prioris et portionariorum eiusdem ecclesie.

... ...

[fl. 118v]

... ...

Fiat pro illis qui nullam aliam gratiam habuerunt. G.
Sine alia lectione. — *Fiat. G.*
Datum Avinione, pridie Idus Julii, anno secundo.

(1) Cf. nota 1 do n.º 402.

502

1380, Julho 19

Martinho Anes, clérigo de Braga, pede a igreja paroquial de S. Tiago de Arnoso da diocese de Braga.

Reg. Suppl. 60, fl. 98.

Supplicat S. V. humilis et devotus vester Martinus Johannis, clericus Bracharensis, quatinus sibi specialem gratiam facientes, de parrochiali ecclesia sancti Jacobi de Arnoso Bracharensis diocesis, vacante per Fernandum Martini, qui [eam] per quadriennium et ultra tenuit et possedit pacifice et quiete, ad aliquem de sacris ordinibus non promotus, et postea cum quadam muliere matrimonium contraxit et sibi matrimonialiter adheret de presenti et quidam frater Alfonsus Martini, monachus ordinis sancti Benedicti et ut dicitur presbyter, postea, biennio et ultra, dictam ecclesiam per seculares clericos regi consuetam detinuit et detinet iniuste, cuius collatio secundum Lateranensis concilii [statuta] est ad sedem apostolicam legitime devoluta, et paratus est dimittere gratiam sibi factam per S. V. ad collationem, etc., archiepiscopi et capituli Brachareñ communiter vel divisim, eidem M[artino] dignemini misericorditer providere. Et cum ceteris non obstañ et clausulis oportunis atque executoribus, ut in forma. — *Fiat. G.*
Datum Avinione, quartodecimo Kalendas Augusti, anno secundo.

503

1380, Julho 19

Gonçalo Mendes, sacerdote da diocese de Évora, pede a perpétua porção da igreja de S. Tiago de Torres Novas da diocese de Lisboa.

Reg. Suppl. 60, fl. 108v.

Supplicat S. V. humilis et devotus vester Gundissalvus Menendi, presbyter Elborensis, quatinus sibi specialem gratiam facientes, de perpetua portione sine cura ecclesie sancti Jacobi de Turribus Novis Ulixbonensis diocesis, vacante apud sedem apostolicam per dimissionem vigore gratie facte cuidam Valasco Laurentii, presbytero, de cantoria ac canonicatu et prebenda ecclesie Ulixbonensis, non obstañ gratia sibi facta per S. V. de

canonicatu sub expectatione prebende ecclesie Egitaniensis, eidem G[undissalvo] dignemini misericorditer providere, et cum ceteris omnibus aliis clausulis, ut in forma. — *Fiat. G.*

Sine alia lectione. — *Fiat. G.*

Datum Avinione, xiiii Kalendas Augusti, anno secundo.

504-505

1380, Agosto 4

Súplicas de Gonçalo Martins, sacerdote da diocese de Braga, e de Martinho Anes, clérigo bracarense, respectivamente sobre a igreja paroquial de S. João do Souto de Braga e sobre a perpétua porção da igreja de Braga.

Reg. Suppl. 60, fl. 117v.

Supplicat S. V. humilis et devotus vester Gundissalvus Martini, presbyter Bracharensis diocesis, quatinus sibi specialem gratiam facientes, de parrochiali ecclesia sancti Johannis de Souto Brachareñ, vacante extra Romanam Curiam per obitum Stephani Alfonsi, ultimi rectoris, vel alias quovis modo vacet, cuius fructus, etc., xl. librarum Turonensium parvorum secundum taxationem decime valorem annuum non excedunt, et paratus est dimittere ecclesiam sancti Martini de Ispino diocesis Bracharensis, quam noscitur obtinere, dum primo habita possessione, etc., eidem G[undissalvo] dignemini misericorditer providere. Et cum ceteris omnibus aliis clausulis oportunis atque executoribus, ut in forma.

505. Item quatinus Martino Johannis, clerico Bracharensi, specialem gratiam facientes, de perpetua portione, que tercenaria vulgariter nuncupatur, ecclesie Bracharensis, vacante extra Curiam Romanam per obitum Stephani Alfonsi, ultimi detentoris, non obstañ gratia sibi facta per S. V. de beneficio ecclesiastico cum cura vel sine cura, ad collationem, etc., archiepiscopi et capituli Brachareñ communiter vel divisim, eidem M[artino] dignemini misericorditer providere, ut supra.

Fiat pro utroque. G.

Sine alia lectione et cum commissione examinis ad partes. — *Fiat. G.*

Datum Avinione, secundo Nonas Augusti, anno secundo.

506-509

1380, Agosto 11

Súplicas de Aparício de Ares, clérigo de Évora, escolar de direito civil, familiar do infante D. João de Portugal e portador do rol do Infante, sobre o canonicato e prebenda de Badajoz; de Gil Pires, sacerdote da diocese de Coimbra, sobre benefício eclesiástico da colação da abadessa e

convento do mosteiro de Lorvão; de João Afonso, sacerdote da diocese de Coimbra, sobre benefício da colação do bispo e cabido de Coimbra; de Estêvão Lourenço, clérigo da diocese de Silves, sobre a perpétua porção da colação do prior e porcionários da igreja paroquial de S. Tiago de Lisboa.

Reg. Suppl. 59, fl. 52-57v.

Rotulus expectationum compositus per dominum P[etrum] Chambonis (1).

Supplicant S. V. humiles et devoti oratores vestri infrascripti quatinus eis facere dignemini gratias speciales, prout inferius describuntur.

... ...

[fl. 52v]

... ...

Item Apparitio de Ares, clerico Elborensi, scolari in iure civili, familiarique devoti filii vestri Johannis infantis Portugalie, qui e[idem] S. rotulum dicti infantis portavit (2), de canonicatu et prebenda ecclesie Pascensis, quos Fernandus Martini obtulit [fl. 53] se dimissurum, cum possessionem canonicatus et prebende ecclesie Tolletane pacifice esset adeptus, quos canonicatum et prebendam dicte ecclesie Tolletane nunc possidet et obtinet pacifice auctoritate sedis apostolice, eidem A[paritio] dignemini misericorditer providere. Non obstañ parrochiali ecclesia sancti Petri de Elbis diocesis Elborensis, super qua in vestro sacro palatio apostolico litigat, etiam gratia per e[amdem] S. V. sibi facta de canonicatu sub expectatione prebende in ecclesia Elborensi, vigore cuius, prebendam vacantem per mortem Johannis Dominici de Machede, extra Romanam Curiam defuncti, acceptavit et quod transeat per cancellariam V. S., regula de non graduatis non obstañ et cum clausulis, ut supra.

... ...

[fl. 56v]

... ...

507. Item Egidio Petri, presbytero Colimbriensis diocesis, de beneficio ecclesiastico cum cura vel sine cura, vacante vel vacaturo, spectante communiter vel divisim ad collationem, etc., abbatisse et conventus monasterii beate Marie de Lorvaão ordinis Cisterciensis dicte Colimbriensis diocesis, dignemini, etc., ut supra.

508. Item Johanni Alfonsi, presbytero Colimbriensis diocesis, de beneficio ecclesiastico cum cura vel sine cura, vacante vel vacaturo, spectante communiter vel divisim ad collationem, etc., episcopi et capituli singulorumque canonicorum, dignitatum et personarum ecclesie Colimbriensis, etiam si in eadem ecclesia existat, dignemini misericorditer providere. Cum clausulis, etc., ut in forma.

... ...

509. Item Stephano Laurentii, clerico Silvensis diocesis, de perpetua portione sine cura, vacante vel vacatura, spectante communiter vel divisim ad collationem, etc., prioris et portionariorum ecclesie parrochialis sancti Jacobi Ulixbonensis, dignemini, etc., ut supra.

... ...

[fl. 57v]

... ...

Fiat pro illis qui aliam gratiam non habuerunt. G.

Sine alia lectione et cum commissione examinis ad partes pro absentibus. — *Fiat. G.*

... ...

Datum Avinione, tertio Idus Augusti, anno secundo.

---

(1) Cf. nota 1 do n.º 358 e o n.º 481.

(2) Cf. n.º 375-399.

510

1380, Setembro

Clemente VII concede por motu proprio *a Raimundo de Sales, tesoureiro e cónego prebendário de Lisboa, o canonicato e prebenda de Rodez, na expectativa da prebenda.*

Reg. Suppl. 59, fl. 19v.

Motu proprio providemus dilecto filio Raymundo de Salis, thesaurario et canonico prebendato ecclesie Ulixbonensis, de canonicatu sub expectatione prebende ecclesie Ruthenensis et dignitatis, personatus, officii sive administrationis ipsius ecclesie, cum cura vel sine cura, etiam si electiva existat, si vacat ad presens, vel quam primum (1) vacare contigerit, conferend. eidem, specialiter reservamus, cum clausula anteferri, preterquam sancte Romane Ecclesie cardinal., cum inhibitione, reservatione, decreto, non obstañ quomodolibet expectañ in eadem ad presens vel in futurum; volumus autem ex certis causis iustis et rationabilibus, mentem nostram ad hoc moventibus, quod ab ista die per istam provisionem sic ut premittitur eidem Raymundo factam, etiam ante vacationem dicti canonicatus et prebende ac dignitatis, etc., ut supra ecclesie Ruthenensis et possessionem adheptam thesaurarie et canonicatus et prebenda quos obtinet in dicta ecclesia Ulixbonensi vacare noscatur, eodem etiam Raymundo nolente vel non consentiente expresse, et cum omnibus aliis non obstañ ac executoribus et clausulis oportunis. — *Fiat motu proprio. G.* (2).

---

(1) Primitivamente lia-se *quam primum tam in Romana Curia quam extra*, mas as palavras *tam in Romana Curia quam extra* foram riscadas.

(2) Data de súplicas precedentes: *Datum Avinione, Kalendis Septembris, anno secundo.*

511-512

1380, Setembro 1

Súplicas de Estêvão Domingues, sacerdote da diocese da Guarda, sobre o canonicato da sé, na expectativa da prebenda, e de Gil Pires, também sacerdote da mesma diocese, sobre benefício eclesiástico da colação do bispo e cabido da Guarda.

Reg. Suppl. 59, fl. 22v-28.

Rotulus compositus per Petrum Chambonis (1).

Supplicant S. V. devoti oratores vestri infrascripti quatinus dignemini eis facere gratias speciales, prout inferius describuntur.

... ...

[fl. 23v]

... ...

Item Stephano Dominici, presbytero Egitaniensis diocesis, de canonicatu sub expectatione prebende ecclesie Egitaniensis dignemini, etc. Non obstañ quod parrochialem ecclesiam sancti Johannis de Cambas dicte diocesis obtineat, etc., ut supra.

512. Item Egidio Petri, presbytero Egitaniensis diocesis, de beneficio ecclesiastico cum cura vel sine cura, vacante vel vacaturo, spectante communiter vel divisim ad collationem, etc., episcopi et capituli ecclesie Egitaniensis, dignemini, etc., ut supra.

... ...

[fl. 28]

... ...

Fiat pro illis qui nullam gratiam aliam habuerunt. G.

Sine alia lectione et cum commissione examinis ad partes pro absentibus.—*Fiat. G.*

Datum Avinione, Kalendis Septembris, anno secundo.

---

(1) Cf. nota 1 do n.º 358 e o n.º 481.

513-515

1380, Setembro 1

Súplicas de João Afonso, sacerdote da diocese de Coimbra, sobre benefício da colação do bispo e cabido de Coimbra; de Gil Pires, sacerdote da diocese de Coimbra, sobre benefício da colação da abadessa e convento do mosteiro de Lorvão; e de Estêvão Lourenço, clérigo da diocese de Silves, sobre a perpétua porção da igreja paroquial de S. Pedro de Óbidos.

Reg. Suppl. 59, fl. 81-100v.

Rotulus compositus per dominum episcopum Conseranensem (1).

Dignetur S. V. gratias infrascriptas facere et concedere personis inferius scriptis, ut in forma.

... ...

[fl. 83v]

... ...

Item quatinus Johanni Alfonsi, presbytero Colimbriensis diocesis, de beneficio ecclesiastico cum cura vel sine cura, spectante communiter vel divisim ad collationem, etc., episcopi et capituli Colimbrieñ et decani singulorumque canonicorum et personarum eiusdem ecclesie, etiam si in ecclesia cathedrali existat.

514. Item quatinus Egidio Petri, presbytero Colimbriensis diocesis, de beneficio ecclesiastico cum cura vel sine cura, spectante communiter vel divisim ad collationem, etc., abbatisse et conventus monasterii sancte Marie de Lorvao (2) ordinis Cisterciensis Colimbriensis diocesis.

... ...

[fl. 88v]

... ...

515. Item quatinus Stephano Laurentii, clerico Silvensis diocesis, de perpetua portione sine cura, vacante vel vacatura, spectante ad collationem, etc., prioris et portionariorum ecclesie parrochialis sancti Petri de Obidis Ulixbonensis diocesis communiter vel divisim, dignemini providere.

... ...

[fl. 100v]

... ...

Fiat pro non habentibus aliam gratiam. G.

Sine alia lectione. — *Fiat. G.*

Datum Avinione, Kalendis Septembris, anno secundo.

---

(1) Cf. nota 1 do n.º 402.

(2) No ms. *Lorvaonio.*

516

1380, Setembro 1

Gonçalo Anes de Gaudiis, clérigo da diocese de Évora, bacharel em decretos, ainda a estudar, pede a igreja paroquial de S. Nicolau de Cabeceiras de Basto.

Reg. Suppl. 60, fl. 126-126v.

Supplicat S. V. humilis et devotus vester Gundissalvus Johannis de Gaudiis, clericus Elborensis diocesis, bacallarius in decretis et studens in iure civili et continuans [fl. 126v] incessanter, quatinus sibi specialem gratiam facientes, de parrochiali ecclesia sancti Nicolai de Cabeceiras de Basto Bracharensis diocesis, vacante apud sedem apostolicam per dimissionem vigore gratie bone memorie domino cardinali Guillelmo presbytero tt. sancti Clementis (1) de archidiaconatu Canturiensi vel alias quovis modo vacet. Non obstantibus gratiis sibi factis per S. V. de canonicatu sub expectatione prebende ac personatu et dignitate cum cura vel sine cura ecclesie Elborensis et paratus est dimittere ecclesiam sancti Petri de Evoramonte Elborensis diocesis, quam acceptavit, vigore gratie sibi facte per bone memorie dominum Gregorium (2) immediate predecessorem vestrum, cuius posses-

sionem nondum est assecutus, eidem G[undissalvo] dignemini misericorditer providere. Et cum ceteris omnibus aliis clausulis oportunis atque executoribus, ut in forma. — *Fiat. G.*

Sine alia lectione. — *Fiat. G.*

Datum Avinione, Kalendis Septembris, anno secundo.

---

(1) Cf. nota 2 do n.º 302.
(2) Cf. nota 2 do n.º 197.

517-526

1380, Setembro 27

Álvaro Gonçalves, filho do nobre Gonçalo Vasques de Azevedo, cavaleiro, e cónego prebendário de Lisboa, pede o deado da igreja catedral de Lisboa, de que Domingos Pires fora privado por aderir ao papa Urbano VI. Vasco Gonçalves, clérigo de Lisboa, filho do nobre João Gonçalves de Teixeira, conselheiro d'el-rei de Portugal, solicita o canonicato, prebenda e arcediagado de Lisboa. El-rei D. Fernando de Portugal pede o canonicato, prebenda e chantria de Lisboa para o seu capelão Vasco Lourenço, reitor da igreja de Torres Novas. Pedro Garcia, cónego prebendário de Silves, sobrinho do bispo de Lisboa D. Martinho, pede a tesouraria, canonicato e prebenda de Lisboa. Lopo Rodrigues, sacerdote da diocese de Lisboa, solicita a perpétua e íntegra porção da igreja paroquial de S. Jorge de Lisboa. O bispo de Lisboa D. Martinho pede para o seu capelão Fernando Lopes, sacerdote da diocese de Badajoz, o canonicato e prebenda da igreja colegiada de Santa Maria de Alcáçova de Santarém. Solicita também a perpétua e íntegra porção da igreja paroquial de S. Tiago de Torres Novas da diocese de Lisboa para Pedro Afonso, clérigo da diocese de Braga. Pede ainda para Vital Casaleti, clérigo da diocese de Lavaur, na França, a igreja de S. Martinho de Massac e para João Garcia, chantre e cónego prebendário de Silves, seu sobrinho, o canonicato e prebenda de Lisboa, vacantes pela privação de Domingos Pires, notório sequaz de Urbano VI.

Reg. Suppl. 60, fl. 134-135v.

Ro[tulus] Alvari Gundissalvi.

Supplicat S. V. nobilis vir Alvarus Gundissalvi, filius nobilis viri Gundisalvi Valasci dAzevedo, militis, canonicus prebendatus ecclesie Ulixbonensis, quatinus, cum iam dudum S. V. Dominicum Petri, olim decanum Ulixbonensis ecclesie, privaverit de decanatu, canonicatu et prebenda, quos habebat in dicta ecclesia Ulixbonensi, pro eo quia favebat partem et sequelam illius B[artolomei] intrusi in sede apostolica, de decanatu predicto providit Johanni Garsie, cantori ecclesie Silvensis, qui quidem Johannes Garsie gratiam sibi factam de dicto decanatu acceptare noluit, eidem Gundisalvo de predicto decanatu, predicto modo vacante, etiam si dignitas curata et electiva et maior post pontificalem existat, dignemini misericorditer providere, inhibentes eidem et interdicentes quod de iurisdictione, si que ad dictum decanatum pertinet aliqualiter in civitate vel diocesi Ulixboñ, non se intromittat nec se intromittere possit per se vel alium, directe vel indirecte, publice vel occulte. Non obst. regula cancellarie e[iusdem] S. in contrarium edita,

in [qua] caveri dicitur quod nullus in ecclesia cathedrali canonicatum et prebendam, dignitatem, personatum, officium, administrationem obtinere valeat, nisi prius actu in aliqua facultate iuris graduatus fuerit. Et cum omnibus aliis non obst. ac executoribus et clausulis opportunis.

518. Item (1) supplicat e[idem] S. humilis et devotus vester Valascus Gundisalvi, clericus Ulixboñ, natus nobilis Johannis Gundisalvi de la Texera, consiliarii devoti filii vestri regis Portugalie, [quatinus] de canonicatu et prebenda ac archidiaconatu ecclesie Ulixbonensis, etiam si dictus archidiaconatus dignitas curata et electiva existat, vacantibus apud sedem apostolicam per expressam resignationem de eisdem per venerabilem fratrem vestrum Geraldum, tit. sancti Clementis presbyterum cardinalem (2), in manibus vestris factam et per e[amdem] S. admissam, etiam si alias quovis modo vacent, eidem Valasco Gundisalvi dignemini misericorditer providere. Non obstañ regula dicte cancellarie, ut supra. Et cum omnibus non obstañ et clausulis ac executoribus, ut supra.

519. Item supplicat eidem S. Nicolaus de Graneriis (3) diocesis, familiaris comitis Gebenneñ, quatinus de canonicatu et prebenda ecclesie Morineñ necnon de personatu vulgariter nuncupato de Businlghem, eiusdem diocesis, etiam si dictus personatus dignitas curata et electiva existat, vacañ apud sedem apostolicam per expressam renuntiationem sive resignationem de eodem per Bertrandum de Rochavilla, canonicum prebendatum ecclesie Narbonensis, in manibus vestris factam et per eamdem S. admissam, etiam si alias quovis modo vacent, eidem Nicholao dignemini misericorditer providere. Non obstañ gratia sibi per S. V. facta ac beneficiis que obtinet, que dignetur habere pro expressis. Cum ceteris non obst., etc., ut supra (4).

520. Item supplicat e[idem] S. devotus filius vester F[ernandus], rex Portugalie, quatinus sibi in personam dilecti sui cappellani continui commensalis Valasci Laurentii, presbyteri ac rectoris parrochialis ecclesie de Turribus Novis Ulixbonensis diocesis, specialem gratiam facientes, de canonicatu et prebenda ac cantoria ecclesie Ulixbonensis, etiam si dicta cantoria dignitas curata et electiva existat, vacante apud sedem apostolicam per expressam renuntiationem sive resignationem de [fl. 134v] eisdem per Bertrandum de Rochavilla, canonicum prebendatum ecclesie Narbonensis, in manibus vestris factam et per e[amdem] S. admissam, etiam si alias quovis modo vacent, eidem Valasco Laurentii dignemini misericorditer providere. Non obstañ quod dictam parrochialem ecclesiam et quedam alia beneficia obtineat, que e[adem] S. V. hic dignetur habere pro expressis, obtineat, quam parrochialem ecclesiam et alia beneficia paratus est dimittere, dum, etc. Et cum ceteris non obst., ut supra.

521. Item supplicat e[idem] S. V. devotus vester Petrus Garsie, canonicus prebendatus ecclesie Silvensis neposque devote creature vestre M[artini], Ulixbonensis episcopi (5), quatinus sibi specialem gratiam facientes, de thesauraria et canonicatu et prebenda ecclesie Ulixbonensis, etiam si dicta thesauraria dignitas curata et electiva existat, vacantibus ad presens apud sedem apostolicam per provisionem canonicatus sub expectatione prebende ac dignitatis, personatus, officii sive administrationis ecclesie Ruthenensis, cum cura vel sine cura, etiam si electiva et maior post pontificalem existat, vacantibus vel vacaturis, devoto vestro Raymundo de Salis, thesaurario, canonico prebendato eiusdem ecclesie Ulixboñ ac ultimo thesaurario, per e[amdem] S. V. factam, per quam quidem

provisionem thesaurariam, canonicatum et prebendam ecclesie Ulixbonensis de facto vacare voluistis per dictam provisionem eidem Raymundo per vos factam, etiam ante vacationem et possessionis adhemptionem dicti canonicatus et prebende, personatus, officii sive administrationis eiusdem ecclesie Ruthenensis, ex certis et iustis et rationabilibus causis S. V. ad hoc moventibus, etiam ipso Raymundo nolente vel non consentiente expresse, etiam si alias quovis modo vacent, eidem Petro Garsie ex vestra certa scientia dignemini misericorditer providere. Non obstañ perpetua portione, quam in ecclesia sancte Marie de Faaro Silvensis diocesis obtineat, ac quod quamdam gratiam per S. V. sibi factam de canonicatu sub expectatione prebende, dignitatis, personatus, officii sive administrationis, etc., in ecclesia Ulixbonensi, quam gratiam paratus est dimittere, dum, etc. Et cum omnibus aliis non obstañ et clausulis opportunis ac executoribus et non obstañ regula cancellarie, ut supra.

522. Item supplicat S. V. humilis et devotus vester Luppus Roderici, presbyter Ulixboñ diocesis, quatinus sibi specialem gratiam facientes, de perpetua et integra portione parrochialis ecclesie sancti Georgii Ulixboneñ, vacante in Curia Romana per munus consecrationis impensum in personam Petri Cavalerii (6), dicte portionis ultimi possessoris, [promoti] ad ecclesiam Silvensem, aut alias quovis modo vacet, eidem Luppo dignemini misericorditer providere. Non obstañ quadam gratia (7) per e[amdem] S. sibi facta de perpetua et integra portione, cum prestimoniis et prestimonialibus portionibus, vacañ vel vacatur., spectante communiter vel divisim ad collationem, etc., prioris et portionariorum ecclesie parrochialis sancti Martini Ulixboneñ. Et cum ceteris non obstañ et clausulis opportunis ac executoribus.

523. Supplicat S. V. humilis et devota creatura vestra Martinus, Ulixbonensis [episcopus] (8), quatinus sibi in personam dilecti cappellani sui continui commensalis Fernandi Luppi, presbyteri Pascensis diocesis, specialem gratiam facientes, de canonicatu et prebenda secularis et collegiate ecclesie beate Marie de Alcaseva Sanctareneñ Ulixbonensis diocesis necnon de perpetua et integra [fl. 135] portione parrochialis ecclesie sancte Marie de Begia Elborensis diocesis, vacante vel cum vacaverit per pacificam assecutionem canonicatus et prebende ac cantorie ecclesie Ulixbonensis per Valascum Laurentii, cappellanum maiorem capelle regis Portugalie, vigore et auctoritate litterarum apostolicarum e[iusdem] S. factam vel fiendam aut alias quovis modo vacent, preterquam per ipsius Valasci obitum, etc., eidem F[ernando] Luppi dignemini misericorditer providere. Non obstañ gratia sibi facta per S. V. in rotulo dicti regis Portugalie de beneficio ecclesiastico cum cura vel sine cura, spectante communiter vel divisim ad collationem, etc., episcopi et capituli dicte ecclesie Ulixbonensis, vacañ vel vacatur., etc., quam noscitur obtinere. Et cum ceteris non obstañ ac executoribus et clausulis opportunis.

524. Item supplicat S. V. dictus episcopus quatinus sibi in personam dilecti familiaris sui continui commensalis Petri Alfonsi, clerici Bracharensis diocesis, specialem gratiam facientes, de perpetua et integra portione parrochialis ecclesie sancti Jacobi de Turribus Novis Ulixbonensis diocesis, vacante vel cum vacabit per pacificam assecutionem canonicatus et prebende ac cantorie ecclesie Ulixbonensis per Valascum Laurentii, cappellanum maiorem capelle regis Portugalie, vigore [et] auctoritate litterarum e[iusdem] S. factam vel fiendam aut alias quovis modo vacet, preterquam per ipsius Valasci obitum, etc., eidem Petro dignemini misericorditer providere. Et cum ceteris non obst. ac executoribus et clausulis opportunis.

525. Item supplicat e[idem] S. V. dictus episcopus quatinus sibi in personam dilecti clerici sui et familiaris continui commensalis Vitalis Casaleti, clerici Vaurensis, specialem gratiam facientes, de parrochiali ecclesia sancti Martini de Massaco cum suis annexis Vaurensis diocesis, vacante in Romana Curia per obitum Bernardi Vasconis, quondam subcollectoris fructuum camere apostolice in civitate et diocesi Vaureñ debitorum et ob hoc sedis apostolice familiaris, qui tempore domini Innocentii pape vi (9), predecessoris e[iusdem] S., extra Romanam Curiam dies suos clausit extremos, etiam si alias quovis modo vacet, eidem Vitali Casaleti dignemini misericorditer providere, licet quidam Petrus Ademarii eamdem ecclesiam indebite detineat occupatam. Non obstañ quod e[adem] S. V. eidem Vitali Casaleti de canonicatu et prebenda ecclesie collegiate de Noguayrollio Auxitane diocesis per privationem cuiusdam Bartholomiste certo modo mandaverit provideri, de quibus littere nondum sunt confecte pretextu prolixitatis processus in ea observandi, quibus quidem canonicatui et prebende sive iuri, quod sibi competit, paratus est renuntiare, dum, etc. Et cum ceteris non obstañ ac executoribus et clausulis opportunis.

526. Item supplicat idem episcopus quatinus dignetur S. V. ex certa scientia devoto oratori vestro Johanni Garsie, cantori et canonico prebendato in ecclesia Silvensi nepotique suo, providere de canonicatu et prebenda ecclesie Ulixbonensis, vacantibus per privationem Dominici Petri, ultimi dictorum canonicatus et prebende ecclesie Ulixbonensis predicte possessoris, per e[amdem] S. de eisdem factam, ex eo et pro eo quia idem Dominicus Petri notorie et manifeste favebat partem [fl. 135v] et sequelam illius maledictionis filii B[artolomei], in sede apostolica atque vestra violenter contra ius et canonicas sanctiones intrusi (10), et eosdem sic vel alias quovis modo vacañ eidem Johanni, cantori et canonico prebendato predicto, ex dicta certa scientia conferre. Non obstantibus regulis cancellarie e[iusdem] S. de non graduatis, etc., et non obstañ etiam quod quamdam cappellaniam perpetuam in parrochiali ecclesia sancte Marie de Faro Silvensis diocesis obtineat et gratiam per S. V. sibi in rotulo regis Portugalie factam de canonicatu sub expectatione prebende, dignitatis, personatus, officii vel administrationis, etc., ecclesie Elborensis noscatur expectare et aliis regulis cancellarie, in quibus dicitur quod nullus nisi graduatus existat, tria vel quatuor beneficia obtinere valeat. Et cum ceteris non obstañ ac executoribus et clausulis oportunis.

Fiat pro non cancellatis et dispensamus cum illis qui dispensatione egent. G.

Sine alia lectione et cum commissione examinis ad partes. — *Fiat. G.*

Datum in Ponte Sorgie, Avinionensis diocesis, quinto Kalendas Octobris, anno secundo.

---

(1) O ms. ajunta a palavra *quatinus*.

(2) D. Gerardo de Podio, abade beneditino, criado cardeal em Dezembro de 1375 por Gregório XI. Morreu em Fevereiro de 1389. Cf. EUBEL, C., *Hierarchia Catholica*, I, p. 22, 41.

(3) No ms. espaço em branco, sem indicação da diocese.

(4) Esta súplica foi traçada, com a anotação à margem direita: *Ita cancellata in originali. B.*

(5) Cf. nota 1 do n.º 4.

(6) Cf. nota 1 do n.º 197.

(7) No ms. *quamdam gratiam*.

(8) Cf. nota 1 do n.º 4.

(9) Estêvão Aubert, criado cardeal do tít. de S. João e Paulo pelo papa Clemente VI em Setembro de 1342, depois cardeal-bispo de Óstia. Foi eleito papa com o nome de Inocêncio VI a 18 de Dez. de 1352 e coroado no dia 30 do mesmo dia e ano. Cf. EUBEL, C., *Hierarchia Catholica*, I, pp. 18-19.

(10) Cf. nota 4 do n.º 197.

527-549

1380, Outubro 13

Súplicas sobre benefícios dos clérigos Diogo Álvares da diocese de Évora, Gil Vasques, Gonçalo Vasques, João Anes, sacerdote, João de Andester, Rodrigo Dias, Martinho Sigueiro, João Esteves, João Anes, Pedro Rodrigues, João Lourenço, João Anes, João Gonçalves, Álvaro Gonçalves, Estêvão Pires, sacerdote, João Domingues, todos da cidade ou diocese de Lisboa, António Domingues, clérigo da diocese de Coimbra, Pedro Vicente, meio porcionário da igreja paroquial de Santa Maria de Lourinhã, João Domingues, cónego prebendário de Viseu, Martinho Afonso, cónego prebendário da Guarda, Diogo Pascal, sacerdote, Diogo Gomes e João Afonso de Atalaia, todos da diocese de Lisboa. A favor deste e de Afonso Rodrigues, sacerdote também da diocese de Lisboa, é pedida a dispensa do exame.

Reg. Suppl. 59, fl. 121-172v.

Rotulus compositus per dominum Petrum Chambonis (1) de accessu ad Pontem Sorgie et de regressu eius.

Supplicant S. V. dilecti et devoti oratores vestri infrascripti quatinus gratias eis infrascriptas dignemini misericorditer concedere.

... ...

[fl. 123]

... ...

Diego Alvare, clericus Elborensis diocesis, de beneficio ecclesiastico cum cura vel sine cura, spectante communiter vel divisim ad collationem, etc., episcopi, decani et capituli singulorumque canonicorum er personarum ecclesie Elborensis, etc.

... ...

[fl. 127]

... ...

528. Egidius Valasci, clericus Ulisbonensis, de perpetua portione in ecclesia sancte Marie Ulixboñ, vacante vel vacatura, spectante communiter vel divisim ad collationem, etc., prioris et portionariorum eiusdem ecclesie, etc.

528a. Gundissalvus Valasci, clericus Ulixboñ diocesis, de perpetua portione sancti Petri de Obidis Ulixbonensis diocesis, vacante vel vacatura, spectante communiter vel divisim ad collationem, etc., prioris et portionariorum eiusdem, etc.

... ...

[fl. 146v]

... ...

529. Item Johanni Johannis, presbytero Ulixbonensi, de beneficio ecclesiastico cum cura vel sine cura, spectante communiter vel divisim ad collationem, etc., abbatis et conventus monasterii de Alcobatia Ulixbonensis diocesis, non obst. quod quamdam perpetuam capellaniam seu portionem in parrochiali ecclesia sancte Juste Ulixboneñ, etc., ut supra.

530. Item Johanni de Andester, clerico Ulixbonensis diocesis, de perpetua portione, vacante vel vacatura in ecclesia sancte Marie in Castro de Turribus Veteribus Ulixbonensis diocesis, spectante communiter vel divisim ad collationem, etc., prioris et portionariorum dicte ecclesie, etc.

531. Item Roderico Didaci, clerico Ulixboñ diocesis, de perpetua portione, vacante vel vacatura in ecclesia sancti Jacobi de Turribus Veteribus Ulixboñ diocesis, spectante communiter vel divisim ad collationem, etc., prioris et portionariorum dicte ecclesie, etc.

532. Item Martino Sigeiro, clerico Ulixboñ, de perpetua portione, vacante vel vacatura in ecclesia sancti Stephani Ulixboñ, spectante communiter vel divisim ad collationem, etc., prioris et portionariorum dicte ecclesie, etc.

533. Item Johanni Stephani, clerico Ulixboñ diocesis, de perpetua portione, vacante vel vacatura in ecclesia sancti Thome Ulixboñ, spectante communiter vel divisim ad collationem, etc., prioris et portionariorum dicte ecclesie, etc.

534. Item Johanni Johannis, clerico Ulixboñ diocesis, de perpetua portione, vacante vel vacatura in ecclesia sancti Michaelis Ulixboñ, spectante communiter vel divisim ad collationem, etc., prioris et portionariorum dicte ecclesie, etc.

535. Item Pedro Roderici, clerico Ulixboñ diocesis, de perpetua portione, vacante vel vacatura in ecclesia sancti Salvatoris Ulixboñ, spectante communiter vel divisim ad collationem, etc., prioris et portionariorum dicte ecclesie, etc.

536. Item Johanni Laurentii, clerico Ulixboñ, de perpetua portione, vacante vel vacatura in ecclesia sancti Martini Ulixboñ, spectante communiter vel divisim ad collationem, etc., prioris et portionariorum dicte ecclesie, dignemini, etc.

537. Item Johanni Johannis, clerico Ulixboñ diocesis, de perpetua portione, vacante vel vacatura in ecclesia sancti Petri de Turribus Veteribus Ulixboñ diocesis, spectante communiter vel divisim ad collationem, etc., prioris et portionariorum dicte ecclesie, etc.

538. Item Johanni Gunsalvi, clerico Ulixboñ, de perpetua portione, vacante vel vacatura in ecclesia sancte Marie de Azambuia (2) Ulixboñ diocesis, spectante communiter vel divisim ad collationem, etc., prioris et portionariorum dicte ecclesie, etc.

539. Item Alvaro Gunsalvi, clerico Ulixboñ, de perpetua portione, vacante vel vacatura in ecclesia sancte Marinhe Ulixboñ, spectante communiter vel divisim ad collationem, etc., prioris et portionariorum dicte ecclesie, etc.

540. Item Stephano Petri, presbytero Ulixboñ diocesis, de perpetua portione, vacante vel vacatura in ecclesia sancte Margarite de Loirinhaa Ulixbonensis diocesis, spectante communiter vel divisim ad collationem, etc., prioris et portionariorum dicte ecclesie.

541. Item Johanni Dominici, clerico Ulixboñ, de perpetua portione, vacante vel vacatura in ecclesia sancti Jacobi de Almadana Ulixboñ diocesis, spectante communiter vel divisim ad collationem, etc., prioris et portionariorum dicte ecclesie, etc.

... ...

[fl. 149v]

... ...

542. Item Anthonio Dominici, clerico Colimbriensis diocesis, de canonicatu sub expectatione prebende ecclesie Egitaniensis, etc., ut supra.

543. Item Petro Vincentii, medio portionario ecclesie parrochialis sancte Marie de Lourinhaa Ulixboñ diocesis, de perpetua portione eiusdem ecclesie de Lourinhaa, etc., ad collationem, etc., prioris et portionariorum dicte ecclesie pertinente, etiam si cum consensu (3) seu consilio (4) episcopi debeat conferri, non obstañ quod dictam mediam portionem obt[inet], quam paratus est dimittere, dum, etc.

544. Item Johanni Dominici, canonico prebendato ecclesie Visensis, de beneficio ecclesiastico cum cura vel sine cura, spectante communiter vel divisim ad collationem, etc., episcopi et capituli Viseñ, etc., ut supra.

545. Item Martino Alfonsy, canonico prebendato ecclesie Egitaniensis et rectori ecclesie parrochialis sancti Michaelis de Linhares Bracarensis diocesis, de canonicatu sub expectatione prebende dicte ecclesie Bracarensis, quem canonicatum et prebendam Egitanieñ paratus est dimittere, dum, etc.

... ...

[fl. 156]

... ...

546. Item Didaco Pascalis, presbytero Ulixbonensis diocesis, de perpetua portione, vacante vel vacatura in ecclesia sancti Michaelis de Turribus Veteribus dicte diocesis, spectante communiter vel divisim ad collationem, etc., prioris [et portionariorum] dicte ecclesie, etc., ut supra.

547. Item Didaco Gometii, clerico Ulixbonensis diocesis, de perpetua portione, vacante vel vacatura in ecclesia sancte Marie de Saquavem Ulixboñ diocesis, spectante communiter vel divisim ad collationem, etc., prioris et portionariorum dicte ecclesie, etc.

... ...

[fl. 171v]

... ...

548. Item cum S. V. fecerit Johanni Alfonsi dAtalaya Ulixboñ diocesis, de beneficio ecclesiastico sine cura, spectante communiter vel divisim ad collationem, etc., prioris et portionariorum ecclesie sancti Stephani Ulixboneñ, in cuius supplicatione per inadvertentiam non fuit facta mentio de deffectu natalium, quem dictus Johannes patitur de presbytero genitus et soluta, dignetur S. V. litteras super dictam gratiam cum expressa mentione de huiusmodi deffectu et cum dispensatione super ipso deffectu ut, eo non obstante, huiusmodi beneficium obtinere valeat, expediri mandare. Cum ceteris non obstañ, ut supra, et sub data priori.

549. Item dignetur e[adem] S. examen dicti Johannis super dicta gratia necnon examen [fl. 172] devoti vestri Alfonsi Roderici, presbyteri Ulixbonensis diocesis, super dicta gratia per e[amdem] S. sibi facta de beneficio ecclesiastico sine cura, spectante communiter vel divisim ad collationem, etc., prioris et portionariorum ecclesie sancte Marie de Villa Viridi ad partes committere, cum ad Curiam Romanam pro eorum examine propter eorum pericula commode venire non possint.

... ...

[fl. 172v]

... ...

Fiat pro illis qui nullam gratiam habuerunt. G.

Sine alia lectione et cum commissione examinis ad partes pro absentibus. — *Fiat. G.*

Datum Avinione, tertio Idus Octobris, anno secundo.

---

(1) Cf. nota 1 do n.º 358 e o n.º 481.

(2) No ms. *Arzambuia.*

(3) No ms. *concensu.*

(4) No ms. *concilio.*

550

1380, Outubro 13

D. Martinho, bispo de Lisboa, pede a perpétua porção da igreja de Santa Iria de Santarém para João Anes, seu cubiculário e cónego prebendário de Silves.

Reg. Suppl. 60, fl. 144v-145.

Supplicat S. V. humilis et devota creatura vestra M[artinus], Ulixbonensis episcopus (1), quatinus in personam dilecti cubicularii sui Johannis Johannis, canonici prebendati ecclesie Silvensis rectorisque parrochialis ecclesie sancti Christofori de Cabeçudos Bracarensis diocesis, specialem gratiam facientes, de perpetua et integra portione parrochialis ecclesie sancte Erene Sanctereñ Ulixbonensis diocesis, vacante apud sedem apostolicam per assecutionem (2) canonicatus et prebende ac cantorie ecclesie Ulixbonensis, vigore cuiusdam gratie facte per e[amdem] S. Valasco Laurentii, cappellano maiori cappelle regis Portugalie, eidem Johanni dignemini misericorditer providere, non obstañ gratia eidem facta per S. [eamdem] [fl. 145] in rotulo dicti regis Portugalie de beneficio ecclesiastico cum cura vel sine cura, spectante communiter vel divisim ad collationem, etc., episcopi et capituli ecclesie Elborensis, quam noscitur obtinere, et cum ceteris non obstañ ac executoribus et clausulis oportunis. — *Fiat. G.*

Sine alia lectione. — *Fiat. G.*

Datum Avinione, tertio Idus Octobris, anno secundo.

---

(1) Cf. nota 1 do n.º 4.

(2) No ms. *executionem.*

550ª

1380, Outubro 19

Súplica de D. Martinho, bispo de Lisboa, a favor de Martinho Afonso, clérigo da diocese de Évora, sobre a perpétua porção na igreja de Santa Justa de Lisboa, à qual Elias de Claustris tinha resignado nas mãos de Pedro Chambonis, referendário pontifício.

Reg. Suppl. 60, fl. 152v.

Rotulus iiii.or permutationum compositus per dominum P[etrum] de Chambonis (1).

... ...

Beatissime Pater, supplicat S. V. devota creatura vestra M[artinus], episcopus Ulixbonensis (2), quatinus sibi in personam dilecti sui Martini Alfonsi, clerici Elborensis diocesis, specialem gratiam facientes, de perpetua portione, quam nuper Helias de Claustris in ecclesia sancte Juste Ulixbonensi obtinebat, vacante per liberam resignationem dicti Helie, in manibus domini P[etri] Chambonis, eiusdem S. refferendarii, factam et per ipsum dominum refferendarium admissam, eidem Martino dignemini misericorditer providere, non obstante gratia per eamdem S. V. sibi facta de portione in eadem ecclesia vacante et cum aliis non obst. et clausulis oportunis, ut in forma.

Fiat pro omnibus. G.

Sine alia lectione. — *Fiat. G.*

Datum Avinione, xiiii° Kalendas Novembris, anno secundo.

---

(1) Cf. nota 1 do n.º 358 e n.º 481.

(2) Cf. nota 1 do n.º 4.

CLEMENTE VII

(EL. 20 SET., COR. 31 OUT. 1378, + 16 SET. 1394)

SÚPLICAS

ANO TERCEIRO

(31 OUT. 1380 – 30 OUT. 1381)

AV, REG. SUPPL., VOL. 57 A 60

551-552

1380, Dezembro 21

Pedro Anes, sacerdote da diocese de Évora, pede a perpétua porção da colação do reitor e porcionários da igreja paroquial de Beja e Arias Gomes, clérigo da diocese de Évora, pede a perpétua porção da igreja paroquial de Santa Maria de Beja.

Reg. Suppl. 62, fl. 39-46.

Rotulus compositus per dominum P[etrum] Chambonis (1).

Supplicant S. V. humiles et devoti oratores vestri infrascripti quatinus eis dignemini gratias speciales facere, prout inferius subscribuntur. Cum non obstañ et clausulis oportunis ac executoribus, ut in forma.

... ...

[fl. 41]

... ...

Item Petro Johannis, presbytero Elborensis diocesis, de perpetua portione sine cura, vacante vel vacatura, spectante ad collationem, etc., rectoris et perpetuorum portionariorum ecclesie parrochialis de Begia eiusdem diocesis communiter vel divisim, dignemini, etc., ut supra.

... ...

552. [fl. 42] Item Arie Gometii, clerico Elborensis diocesis, de perpetua portione sine cura, vacante vel vacatura, spectante ad collationem, etc., rectoris et perpetuorum portionariorum ecclesie sancte Marie parrochialis de Begia predicte diocesis communiter vel divisim, etiam si consensus (2) magistri de Avis requiratur, dignemini, etc.

... ...

[fl. 46]

... ...

Fiat pro illis qui gratiam aliam non habuerunt. G.

Sine alia lectione et cum commissione examinis ad partes. — *Fiat. G.*

Datum Avinione, duodecimo Kalendas Januarii, anno tertio.

---

(1) Cf. nota 1 do n. 358 e os n. 481 e 550.ª

(2) No ms. *concensus*.

553

1381, Janeiro 14

Afonso Martins, escolar de direito canónico, clérigo da diocese de Lisboa, pede um benefício eclesiástico da colação do bispo e cabido de Lisboa.

Reg. Suppl. 62, fl. 37v.

Supplicat S. V. humilis et devotus vester Alfonsus Martini, scolaris in iure canonico, clericus Ulixboñ diocesis, quatinus sibi specialem gratiam facientes, de beneficio ecclesiastico cum cura vel sine cura, vacante vel vacaturo, spectante (1) ad collationem, etc., episcopi et capituli Ulixboñ, decani singulorumque canonicorum et personarum communiter vel divisim, etiam si simplex beneficium in ecclesia cathedrali existat, dum canonicatus et prebenda non fuerit, eidem A[lfonso] dignemini misericorditer providere et cum ceteris non obst. et clausulis oportunis atque executoribus, ut in forma. — *Fiat. G.*

Sine alia lectione. — *Fiat. G.*

Datum Avinione, xviiii Kalendas Februarii, anno tertio.

---

(1) No ms. foram riscadas as palavras *communiter vel divisim.*

554-555

1381, Janeiro 14

Súplicas de Gonçalo Mendes, sacerdote de Évora, sobre benefícios na igreja da Guarda e de Pedro Afonso, clérigo de Évora, sobre a perpétua porção da colação do reitor e porcionários da igreja de Santa Maria de Alcácer da diocese de Évora.

Reg. Suppl. 62, fl. 71-75v.

Rotulus expectationum compositus per dominum P[etrum] Chambonis (1).

Supplicant S. V. humiles et devoti oratores vestri infrascripti quatinus eis dignemini gratias facere speciales, prout inferius describuntur.

... ...

[fl. 71v]

... ...

Item Gundissalvo Menendi, presbytero Elborensi, scolari in iure canonico, de dignitate, personatu, officio, administratione cum cura vel sine cura, vacañ vel vacat. in ecclesia Egitaniensi, non obstañ gratia sibi facta per e[amdem] S. de canonicatu sub expectatione prebende eiusdem ecclesie et non obstantibus quibuscumque constitutionibus et regulis cancellarie e[iusdem] S., etc., ut supra.

... ...

555. Item Petro Alfonsi, clerico Elborensi, de perpetua portione sine cura, vacante vel vacatura, spectante ad collationem, etc., rectoris et portionariorum ecclesie sancte Marie Castri de Alcaçar Elborensis diocesis communiter vel divisim, etiam si consensus magistri ordinis sancti Jacobi requiratur, etc.

... ...

[fl. 75v]

... ...

Fiat pro illis qui aliam gratiam non habuerunt. G.

Sine alia lectione et cum commissione examinis ad partes pro absentibus. — *Fiat. G.*

Datum Avinione, decimo nono Kalendas Februarii, anno tertio.

---

(1) Cf. nota 1 do n. 358 e os n.º 481 e 550.ª

555 ª

1381, Janeiro 19

Súplica de Pedro Fernandes, sacerdote da diocese de Burgos, capelão e familiar de D. João Afonso, conde de Ourém, sobre a perpétua porção da igreja paroquial de S. Martinho de Santarém.

Reg. Suppl. 61, fl. 31.

Supplicat S. V. devotus orator Petrus Fernandi de Castro Xericio, presbyter Burgensis diocesis, capellanus et familiaris domesticus devoti filii vestri Johannis Alfonsi, comitis de Ou[r]en in regno Portugalie, quatinus sibi specialem gratiam facientes, de perpetua portione, vacante in parrochiali ecclesia sancti Martini castri Santerenensis Ulixbonensis diocesis per obitum Aloti de Brisach, fructuum camere apostolice subcollectoris, extra Romanam Curiam defuncti, vel alias quovis modo vacet, cuius fructus, redditus et proventus xx librarum Turonensium parvorum secundum taxationem decime valorem annuum non excedunt, eidem Petro dignemini misericorditer providere et cum clausulis opportunis ac executoribus, ut in forma. — *Fiat. G.*

Sine alia lectione. — *Fiat. G.*

Datum Avinione, quartodecimo Kalendas Februarii, anno tertio.

555 ᵇ

1381, Janeiro 29

Súplica de Raimundo Bernardes, doutor em leis, a favor de Pedro Martins, clérigo da diocese de Lisboa, sobre a perpétua porção na igreja paroquial de Santa Maria de Óbidos.

Reg. Suppl. 61, fl. 44.

Supplicat S. V. devotus vester Raymundus Bernardi, legum doctor, quatinus sibi in personam dilecti sui familiaris Petri Martini, clerici Ulixbonensis diocesis, gratiam facientes specialem, de perpetua portione in parrochiali ecclesia beate Marie de Obidis Ulixbonensis diocesis, vacante per assecutionem canonicatus et prebende ecclesie Egitaniensis per Martinum Johannis, vigore litterarum felicis recordationis domini Gregorii, pape xi. (1), pacifice factam, etiam si alias quovis modo vacet, eidem Petro dignemini misericorditer providere, cum omnibus non obst. et clausulis opportunis. — *Fiat. G.*

Sine alia lectione et cum examinis commissione ad partes — *Fiat. G.*

Datum Avinione, quarto Kalendas Februarii, anno tertio.

---

(1) Cf. nota 2 do n.º 197.

556

1381, Março 5

Luís Entento, sacerdote da diocese de Évora, pede a perpétua porção da colação do reitor e porcionários da igreja de S. Salvador de Alcáçovas.

Reg. Suppl. 62, fl. 92v-95.

Rotulus compositus per dominum P[etrum] Chambonis (1).

Supplicant S. V. devoti oratores vestri infrascripti quatinus eis dignemini gratias speciales facere, prout inferius describuntur.

... ...

[fl. 94]

... ...

Item Ludovico Entento, presbytero Elborensis diocesis, de perpetua portione sine cura, vacante vel vacatura, spectante ad collationem, etc., rectoris et portionariorum ecclesie sancti Salvatoris de Alcaçovis predicte diocesis communiter vel divisim. Non obst. quod parrochialem ecclesiam beate Marie de Torrom dicte diocesis obtinet, etc., ut supra.

... ...

[fl. 95]

... ...

Fiat pro non habentibus aliam gratiam. G.

Sine alia lectione et cum commissione examinis ad partes pro absentibus. — *Fiat. G.*

Datum Avinione, tertio Nonas Martii, anno tertio.

---

(1) Cf. nota 1 do n. 358 e os n. 481 e 550.ª

557

1381, Março 9

Afonso Fernandes, sacerdote da diocese de Braga, solicita a perpétua porção da igreja de Braga.

Reg. Suppl. 62, fl. 112.

Supplicant devoti et humiles oratores vestri infrascripti quatinus gratias speciales subsequentes eisdem facere et concedere dignemini, ut in forma.

... ...

Item Alfonso Fernandi, presbytero Bracharensis diocesis, de perpetua portione sine cura, tercenaria nuncupata, vacante vel vacatura in ecclesia Bracharensi, non obst. parrochiali ecclesia sancti Symonis de Novaes Bracharensis diocesis, quam obtinet.

... ...

Fiat pro illis qui aliam gratiam non habuerunt. G.

Sine alia lectione — *Fiat. G.*

Datum Avinione, septimo Idus Martii, anno tertio.

558-559

1381, Março 16

Afonso Fernandes, sacerdote da diocese de Braga, pede a perpétua porção na igreja de Braga e Afonso Domingues de Moura, sacerdote da diocese de Évora, pede a perpétua porção, dita meia canonia, da igreja de Évora.

Reg. Suppl. 62, fl. 112v-114v.

Rotulus expectationum compositus per dominum P[etrum] Chambonis (1).

Dignetur S. V. concedere personis infrascriptis gratias speciales, prout inferius describuntur, ut in forma.

... ...

Item Alfonso Fernandi, presbytero Bracharensis diocesis, de perpetua portione, tercenaria nuncupata, vacante vel vacatura in ecclesia Bracharensi, dignemini, etc. Non obst. quod parrochialem ecclesiam sancti Symonis de Novaaes diocesis Bracharensis obtineat, etc.

... ...

[fl. 113]

... ...

559. Item Alfonso Dominici de Moura, presbytero Elborensis diocesis, de perpetua portione, que dimidia canonia seu dimidius canonicatus vulgariter nuncupatur, ecclesie Elborensis, vacante vel vacatura, dignemini, etc. Non obst. quod e[adem] S. gratiam fecerit specialem de beneficio ecclesiastico, etc., ad collationem episcopi et capituli Ulixboneñ, etc.

... ...

[fl. 114v]

... ...

Fiat pro illis qui nullam aliam gratiam habuerunt. G.

Sine alia lectione et cum commissione examinis ad partes pro absentibus. — *Fiat. G.*

Datum Avinione, decimo septimo Kalendas Aprilis, anno tertio.

---

(1) Cf. nota 1 do n.º 358 e o n.º 481.

560-561

1381, Março 26

Gomes Pires, sacerdote de Lisboa, perpétuo porcionário da igreja paroquial de Santo André de Lisboa, pede a meia canonia da igreja lisbonense e também o canonicato, prebenda e arcediagado de Cerveira.

Reg. Suppl. 61, fl. 56

Supplicat S. V. humilis et devotus vester Gometius Petri, presbyter Ulixbonensis, perpetuus portionarius in parrochiali ecclesia sancti Andree Ulixbonensis, specialem gratiam facientes, de media canonia ecclesie Ulixbonensis, si vacat ad presens vel quam primo vacare contigerit, eidem G[ometio] dignemini misericorditer providere. Non obst. quod dictam perpetuam portionem obtineat et cum omnibus non obstañ et clausulis oportunis ac executoribus, ut in forma.

561. Item quatinus eidem Gometio Petri, presbytero Ulixbonensi, specialem gratiam facientes, de canonicatu et prebenda ac archidiaconatu de Cerveria in ecclesia Tudensi, qui dignitas curata in parrochiali ecclesia, ut asseritur, reputatur, vacañ per obitum Gunsalvi Roderici, fructuum camere apostolice collectoris, extra Romanam Curiam defuncti, eidem G[ometio] dignemini misericorditer providere. Non obstañ quod auctoritate S. V. ad dimidiam canoniam ecclesie Ulixbonensis spectet et cum omnibus aliis non obst. et clausulis oportunis ac executoribus.

Fiat pro utroque. G.

Sine alia lectione. — *Fiat. G.*

Datum Avinione, septimo Kalendas Aprilis, anno tertio.

561 a

1381, Abril 1

Rol de súplicas, composto pelo referendário e capelão pontifício Pedro Chambon, entre as quais figura a de Domingos Martins, cónego regrante do mosteiro de S. João de Longos Vales, sobre um benefício da colação do prior do mosteiro de S. Vicente de Fora de Lisboa.

Reg. Suppl. 62, fl. 115v-120.

Rotulus compositus per dominum P. Chambonis (1).

Dignetur S. V. personis infrascriptis gratias facere speciales, prout inferius describuntur.

... ...

Item Dominico Martini de Sancto Johanne de Longovares, clerico, canonico regulari ordinis sancti Augustini monasterii sancti Johannis de Longovares Tudensis diocesis, de beneficio ecclesiastico cum cura vel sine cura, spectante ad collationem, etc., prioris et conventus monasterii sancti Vincentii ordinis sancti Augustini Ulixbonensis, communiter vel divisim, dignemini, etc.

... ...

[fl. 120]

... ...

Fiat pro illis qui aliam gratiam non habuerunt. G.

Sine alia lectione et cum commissione examinis ad partes. — *Fiat. G.*

Datum Avinione, Kalendis Aprilis, anno tertio.

---

(1) Cf. nota 1 do n.º 358 e o n.º 481.

562-563

1381, Abril 9

João Esteves, clérigo da diocese de Silves, pede um benefício eclesiástico da colação do bispo de Silves e do prior da igreja de Santa Maria de Faro e Domingos Martins, cónego regrante de Santo Agostinho da diocese de Tui, pede um benefício da colação do prior e convento do mosteiro de S. Vicente de Fora de Lisboa.

Reg. Suppl. 62, fl. 126v-133v.

Rotulus compositus per dominum P[etrum] Chambonis (1).

Dignetur S. V. devotis vestris infrascriptis gratias facere speciales subsequentes, cum non obstañ et clausulis, ut in forma.

... ...

[fl. 129]

... ...

Item Johanni Stephani, clerico Silvensis diocesis, de beneficio ecclesiastico sine cura, spectante communiter vel divisim ad collationem, etc., episcopi Silvensis et prioris ecclesie sancte Marie de Faro dicte diocesis, etiam si in ecclesia cathedrali existat, dignemini, etc., ut supra.

563. Item Dominico Martini, clerico, canonico regularis ordinis sancti Augustini Tudensis diocesis, de beneficio ecclesiastico cum cura vel sine cura, spectante communiter vel divisim ad collationem, etc., prioris et conventus monasterii sancti Vincentii Ulixboneñ ordinis sancti Augustini dignemini, etc., ut supra.

... ...

[fl. 133v]

... ...

Fiat pro illis qui aliam gratiam non habuerunt. G.

Sine alia lectione et cum commissione examinis ad partes pro absentibus. — *Fiat. G.*

Datum Avinione, quinto Idus Aprilis, anno tertio.

---

(1) Cf. nota 1 do n.º 358 e o n.º 481.

564-565

1381, Abril 27

Gonçalo Anes de Celorico e Pedro Lourenço de Sarzedas, clérigos da diocese da Guarda, pedem respectivamente benefícios da colação do bispo e cabido da Guarda.

Reg. Suppl. 62, fl. 154v-155.

Rotulus compositus per dominum Conseranensem (1).

Supplicant S. V. devoti et humiles oratores vestri infrascripti quatinus gratias speciales subscriptis eisdem facere et concedere dignemini, ut in forma.

... ...

Gundisalvo Johannis de Celorico, clerico Egitaniensis diocesis, de beneficio ecclesiastico cum cura vel sine cura, spectante communiter vel divisim ad collationem, etc., episcopi et capituli Egitanieñ singulorumque canonicorum et personarum eiusdem [ecclesie], etiam si in ecclesia cathedrali existat.

... ...

565. Petro Laurentii de Sarzedas, clerico Egitaniensis diocesis, de beneficio ecclesiastico cum cura vel sine cura, spectante communiter vel divisim ad collationem, etc., episcopi et capituli singulorumque canonicorum et personarum eiusdem ecclesie, etiam si in ecclesia cathedrali existat.

... ...

[fl. 155]

... ...

Fiat pro illis qui aliam gratiam non habuerunt. — G.
Sine alia lectione — *Fiat. G.*
Datum Avinione, quinto Kalendas Maii, anno tertio.

---

(1) Cf. nota 1 do n.º 402.

566-571

1381, Maio 20

Súplicas de João Martins, cónego regrante do mosteiro de S. João de Longos Vales sobre um benefício da colação do bispo de Tui; de João Domingues, clérigo da diocese de Silves, sobre um benefício da colação do bispo e cabido de Évora; de Vasco Martins, clérigo da diocese de Viseu, sobre benefício da colação do bispo e cabido de Lisboa; de João Vasques, sacerdote da diocese de Évora, sobre benefício da colação do reitor e porcionários da igreja de S. Salvador de Arraiolos; de Cristóvão Lopes, sacerdote da diocese de Évora, sobre benefício da colação do reitor e porcionários da igreja de Santa Maria dos Açougues de Montemor-o-Novo; de Gil Pires, bacharel em leis, sobre o canonicato do Porto, na expectativa da prebenda; de João Domingues, dito Ravasco, sacerdote da diocese de Évora, sobre a meia canonia da colação do prior e cabido da igreja colegiada de Santa Maria de Alcáçova de Santarém; de João Domingues, clérigo da diocese do Porto, sobre um benefício da colação do prior de Ansede.

Reg. Suppl. 62, fl. 201-223.

Rotulus compositus per dominum P[etrum] Chambonis (1) de recessu ad Pontem Sorgie.

Supplicant S. V. omnes et singule persone infrascripte quatinus e[adem] V. S. eis dignetur gratias seu expectationes infrascriptas, prout infra petuntur, concedere sub et cum clausulis opportunis et non obstañ, ut in forma.

... ...

[fl. 201v]

... ...

Item Johanni Martini de Sancto Johanne de Longovares, Tudensis diocesis, de beneficio ecclesiastico cum cura vel sine cura, spectante ad collationem episcopi et capituli singulorumque canonicorum et personarum ecclesie Tudensis, communiter vel divisim, etc.

... ...

566ª. Item Johanni Dominici, clerico Silvensis diocesis, de beneficio ecclesiastico sine cura, spectante communiter vel divisim ad collationem, etc., episcopi, decani et capituli singulorumque prioris et portionariorum seu rationatorum ecclesie Elborensis, dignemini, etc.

567. Item Valasco Martini, Visensis (2) diocesis clerico, de beneficio ecclesiastico sine cura, spectante communiter vel divisim ad collationem, etc., episcopi, decani et capituli singulorumque priorum et portionariorum seu rationatorum quarumcumque ecclesiarum et diocesis ecclesie Ulixbonensis, dignemini, etc.

... ...

[fl. 212]

... ...

568. Item Johanni Valasci, presbytero Elborensis diocesis, de beneficio ecclesiastico sine cura, spectante communiter vel divisim ad collationem, etc., rectoris et portionariorum ecclesie sancti Salvatoris de Arrayolis Elborensis diocesis, dignemini, etc.

569. Item Cristoforo Lupi, presbytero Elborensis diocesis, de beneficio sine cura, vacante vel vacaturo, spectante communiter vel divisim ad collationem, etc., rectoris et portionariorum ecclesie beate Marie de Macelis Montis Maioris Novi Elborensis diocesis, non obst. quod perpetua[m] portione[m] in ecclesia sancti Petri de Coruchi dicte Elborensis diocesis obtineat, dignemini, etc.

... ...

[fl. 214v]

... ...

570. Item Egidio Petri, bacallario in legibus, de canonicatu sub expectatione prebende ecclesie Portugalensis, vac. vel vacat., dignemini, etc. Non obst. quod archidiaconatum de Couto et canonicatum et prebendam ecclesie Bracharensis obtineat, etc.

... ...

[fl. 217v]

... ...

570a. Item Johanni Dominici dicto Ravasco, presbytero Elborensis diocesis, de perpetua portione sine cura, que canonia vulgariter nuncupatur, vacante vel vacatura, spectante ad collationem, etc., prioris et capituli ecclesie collegiate beate Marie de Alcaçova Castri Santeranensis Ulixboñ diocesis communiter vel divisim, non obstantibus portionibus ecclesie Elborensis, bacallaria nuncupata ac ecclesie sancte Marie dicte episcopi Montis Maioris Novi Elborensis diocesis, super quibus litigare intendit, que quidem gratie sibi fuerunt facte per dominum Gregorium papam xi (3), predecessorem vestrum, quarum possessionem nondum est pacifice assecutus, etc.

... ...

[fl. 218]

... ...

571. Item Johanni Dominici, clerico Portugalensis diocesis, de beneficio ecclesiastico cum cura vel sine cura, spectante communiter vel divisim ad collationem, etc., prioris et conventus de A[n]side dicte diocesis, etc., ut supra.

... ...

[fl. 223]

... ...

Fiat pro illis qui nullam gratiam aliam habuerunt et sunt in Curia presentes. G.
Sine alia lectione et cum commissione examinis ad partes pro absentibus. — *Fiat. G.*
Datum apud Pontem Sorgie, Avinionensis diocesis, xiii Kalendas Junii, anno tertio.

(1) Cf. nota 1 do n.º 358 e o n.º 481.
(2) No ms. *Vicensis.*
(3) Cf. nota 2 do n.º 197.

572

1381, Maio 28

Pedro Lourenço, clérigo da diocese da Guarda, pede um benefício eclesiástico da colação do bispo e cabido da Guarda.

Reg. Suppl. 62, fl. 164v-168.

Rotulus compositus per dominum P[etrum] Chambonis (1).
Supplicant S. V. humiles et devoti oratores vestri infrascripti quatinus eis et eorum cuilibet gratias infrascriptas facere dignemini de gratia speciali, cum clausulis oportunis, ut in forma.

... ...

[fl. 167v]

... ...

Item Petro Laurentii, clerico Egitaniensis diocesis, de beneficio ecclesiastico cum cura vel sine cura, spectante communiter vel divisim ad collationem, etc., episcopi et capituli Egitanieñ dignemini, etc., ut supra.

... ...

[fl. 168]

... ...

Fiat pro illis qui nullam gratiam habuerunt et sunt in Curia presentes. G.
Sine alia lectione et cum commissione examinis ad partes pro absentibus. — *Fiat. G.*
Datum Avinione, quinto Kalendas Junii, anno tertio.

(1) Cf. nota 1 do n.º 358 e o n.º 481.

573-584

1381, Maio 28

Súplicas de Mourão Gonçalves, sacerdote de Braga, sobre dignidades e ofícios na igreja bracarense; de Nicolau Domingues, sacerdote da diocese de Braga, sobre uma perpétua porção na colegiada de Guimarães; de João Afonso, sacerdote da diocese de Sevilha, sobre um benefício da colação do bispo de Évora; de Pedro Esteves, clérigo da diocese de Braga, sobre benefício da colação do bispo e cabido de Braga; de João Girardo, sacerdote de Braga, sobre a perpétua porção, chamada canonia, da colegiada de Santa Maria de Guimarães; de Lourenço Vicente Bravo,

sacerdote da diocese de Évora, sobre a perpétua porção da colação do reitor e porcionários da igreja de Santo André de Lisboa; de Martinho Graveto, clérigo da diocese de Évora, sobre a perpétua porção da colação do reitor e porcionários da igreja de S. Salvador de Arraiolos; de Vasco Anes, clérigo de Lamego, sobre um benefício da colação do bispo e cabido do Porto; de Martinho Gonçalves, tesoureiro do Porto, sobre o canonicato da sé; de Afonso Sanches, clérigo da diocese de Lisboa, sobre a perpétua porção da igreja de Santo Estêvão de Alenquer; de João, sacerdote da diocese de Lamego, sobre benefício da colação do bispo e cabido de Coimbra; de Marcial Afonso de Alenquer sobre a perpétua porção da igreja de S. Pedro de Alenquer; de Gomes Afonso, sacerdote da diocese de Lisboa, sobre a perpétua porção da igreja de Santa Maria de Várzea de Alenquer; de Vicente Afonso, clérigo da diocese de Lisboa, sobre a perpétua porção da igreja de Santa Maria de Azambuja.

Reg. Suppl. 63, fl. 1-40v.

Rotulus compositus per dominum Conseranensem (1), in recessu domini nostri apud Pontem Sorgie.

Supplicant S. V. devoti et humiles oratores vestri inferius descripti quatinus eisdem et eorum cuilibet speciales gratias infrascriptas facere et concedere dignemini, ut in forma.

... ...

[fl. 8]

... ...

Moroni Gundissalvi, presbytero Bracharensi, scolari in iure canonico, de dignitate, personatu, officio, administratione cum cura vel sine cura in ecclesia Bracharensi, non obstañ gratia per S. V. sibi facta in cancellaria exprimenda et quod perpetuam portionem, tercenariam nuncupatam, in dicta ecclesia obtineat ac etiam parrochialem ecclesiam sancti Romani de Fonte Coperto Bracharensis diocesis obtineat.

... ...

[fl. 11]

... ...

573 a. Nicolau Dominici, presbytero diocesis Bracharensis, de perpetua portione sine cura, que canonia vulgariter nuncupatur, ecclesie Vimeranensis, spectante communiter vel divisim ad collationem, etc., prioris et capituli predicte ecclesie, non obstante ecclesia parrochiali sancti Fraustri predicte diocesis, quam obtinet.

... ...

[fl. 15]

... ...

573 b. Johanni Alfonsi, presbytero Yspalensis diocesis, de beneficio ecclesiastico cum cura vel sine cura, spectante communiter vel divisim ad collationem episcopi Elborensis, non obstante quod in ecclesia sancte Marie de Huevar Ispalensis diocesis unicum beneficium obtinet, quod paratus est dimittere.

... ...

[fl. 20v]

... ...

574. Petro Stephani, clerico Bracarensis diocesis, de beneficio ecclesiastico cum cura vel sine cura, spectante communiter vel divisim ad collationem, etc., archiepiscopi et capituli et decani singulorumque canonicorum et personarum Brachareñ.

575. Johanni Girardi, presbytero Bracharensi, de perpetua portione sine cura que canonia vulgariter nuncupatur, spectante ad collationem, etc., prioris et capituli ecclesie beate Marie ecclesie collegiate beate Marie Vimaraneñ Bracharensis diocesis, non obst. ecclesia parrochiali sancte Marie ecclesie de Ribeiros predicte diocesis, quam obtinet.

... ...

[fl. 22]

... ...

576. Laurentio Vicentii Bravo, presbytero Elborensis diocesis, de perpetua portione sine cura, spectante communiter vel divisim ad collationem, etc., rectoris et portionariorum ecclesie sancti Andree Ulixboñ, non obst. perpetua portione ecclesie sancti Stephani de Alanquerio Ulixboñ diocesis.

577. Martino Gravetii, clerico Elborensis diocesis, de perpetua portione sine cura, spectante communiter vel divisim ad collationem, etc., rectoris et portionariorum ecclesie sancti Salvatoris de Arayolis predicte diocesis.

... ...

[fl. 27v]

... ...

578. Valasco Johannis, clerico Lamecensi, de presbytero et soluta genito, cum quo alias ad omnes ordines et beneficium ecclesiasticum cum cura vel sine cura extitit dispensatum, de beneficio ecclesiastico cum cura vel sine cura, spectante communiter vel divisim ad collationem, etc., episcopi et capituli Portugaleñ.

... ...

[fl. 29]

... ...

579. Martino Gundissalvi, thesaurario et medio canonico ecclesie Portugalensis, de canonicatu sub expectatione prebende ecclesie Portugalensis.

... ...

[fl. 30]

... ...

580. Alfonso Sancii, clerico Ulixbonensis diocesis, de perpetua portione sine cura, spectante ad collationem, etc., vicarii et portionariorum ecclesie sancti Stephani de Alanquerio dicte diocesis. Non obst. perpetua portione ecclesie sancte Marie de Varzia (2) de Alanquerio predicte diocesis.

... ...

[fl. 33v]

... ...

581. Johanni, presbytero Lamecensis diocesis, de beneficio ecclesiastico cum cura vel sine cura, spectante communiter vel divisim ad collationem, etc., episcopi et capituli Colimbrieñ.

... ...

582. [fl. 39] Martiali Alfonsi de Alenquerio, clerico diocesis Ulixbonensis, de perpetua portione sine cura, spectante communiter vel divisim ad collationem rectoris, portionariorum ecclesie sancti Petri de Alenquerio predicte diocesis, non obstañ portione ecclesie sancti Stephani de Alanquerio, quam noscitur obtinere.

583. Guimetio Alfonsi, presbytero Ulixbonensis diocesis, de perpetua portione sine cura, spectante communiter vel divisim ad collationem, etc., rectoris et portionariorum ecclesie sancte Marie de Varzia (2) de Alanquerio predicte diocesis, non obst. perpetua portione ecclesie sancti Stephani predicti loci.

... ...

584. Vincentio Alfonsi, clerico Ulixbonensis diocesis, de perpetua portione sine cura, spectante communiter vel divisim ad collationem, etc., rectoris et portionariorum ecclesie sancte Marie de Azonbuia predicte diocesis. Non obstañ perpetua portione ecclesie sancti Stephani de Alenquerio predicte diocesis, quam noscitur obtinere.

... ...

[fl. 40v]

... ...

Fiat pro illis qui nullam aliam gratiam habuerunt et sunt in Curia presentes. G.

Sine alia lectione. — *Fiat.* G.

Datum Avinione, quinto Kalendas Junii, anno tertio.

---

(1) Cf. nota 1 do n.º 402.

(2) No ms. *Narzia.*

585-599

1381, Maio 29, 30, 31

Súplicas do Estudo de Salamanca. Entre outras, para Afonso Nunes de Soure da diocese de Coimbra, bacharel em decretos e estudante de leis no Estudo de Salamanca, poder continuar a exercer as ordens menores e gozar do privilégio clerical, apesar do crime de bigamia. Para Lopo Fernandes, cónego de Tui, com benefício na igreja de Santa Maria de Valença, sobre benefícios na diocese de Tui. Para Vicente Arias, subdiácono de Lisboa, estudante durante três anos de direito civil, sobre o canonicato e prebenda de Lisboa. Para Gonçalo Anes, sacerdote, monge beneditino do mosteiro de Samos da diocese de Lugo, sobre benefícios na diocese de Braga. Para João Fernandes, clérigo da diocese de Burgos, sobre o canonicato e porções da igreja de Lisboa. Para João Lourenço de Santo Estêvão de Regadas, clérigo da diocese de Braga, sobre o canonicato e prebenda de Braga. Para Paio Lourenço, clérigo de Évora, estudante de direito civil, durante quatro anos, sobre benefício da colação do bispo e cabido de Évora. Para Vasco Domingues, clérigo do Porto, sobre benefício da colação do arcebispo e cabido de Braga. Para Diogo Afonso, clérigo da diocese de Braga, sobre benefício da colação também do arcebispo e

cabido de Braga. Para Gonçalo Mendes, sacerdote de Évora, sobre dignidade ou ofício na igreja da Guarda. Para Cristóvão Martins, clérigo de Évora, escolar de gramática, sobre a perpétua porção da igreja de S. João de Beja.

Reg. Suppl. 63, fl. 77-98v.

Rotulus Studii Salamantini.

Supplicant S. V. humiles et devoti oratores vestri rectores, magistri, doctores, licentiati, bacallarii et alii universi scolares Universitatis Studii Salamantini quatinus sibi specialem gratiam facientes, gratias et dispensationes infrascriptas tam pro rectoribus, magistris, doctoribus et licentiatis ac bacallariis et nobilibus ac aliis scolaribus quibuscumque infrascriptis sibi concedere dignemini. Cum non obstañ et clausulis opportunis ac executoribus, ut in forma. Et ut dictas gratias sub data signationis concesse per S. V. in suo rotulo Studio Parisiensi sibique concedere dignemini.

... ...

[fl. 77v] Item quatinus Johanni Sancii, decretorum doctori, regenti cathedram ordinariam canonum hora prime similem gratiam de altari portatili et quod possit celebrare et facere celebrari audiendo divinum in locis interdictis, etc., ac indulgentiam plenariam omnium suorum peccatorum, etc., concedere dignemini, ut in forma.

... ...

[fl. 79]

... ...

586. Item quatinus cum Alfonso Nunii de Sauri Colimbriensis diocesis, bacallario in decretis, iugiter legibus studenti in isto Studio Salamantino, ut non obstante bigamie obstaculo, quod incurrit eo quod cum vidua quadam matrimonium contraxit, ut saltim in minoribus ordinibus, in quibus alias fuit promotus, ut antea libere ministrare, privillegioque ecclesiastico gaudere necnon beneficium sine cura, etiam si canonicatus et prebenda et in ecclesia cathedrali existat, licite obtinere retinereque valeat, si sibi alias canonice conferatur, predicto impedimento necnon constitutionibus, iuribus et statutis apostolicis vel quibusvis aliis in contrarium editis non obstantibus, dignemini dispensare et cum non obstañ, etc.

... ...

[fl. 80v]

... ...

587. Item quatinus Lupo Fernandi, canonico ecclesie Tudensis, studenti in iure canonico, de dignitate, personatu vel officio cum prestimoniis et simplici beneficio, vacañ vel vacatur., simul vel successive, in ecclesia, civitate et diocesi Tudeñ, etiam si ipsa dignitas curata et electiva et maior post pontificalem existat, dignemini providere, non obstañ quod medietatem ecclesie sancte Marie de Valentia diocesis Tudensis sine cura obtinet et paratus est dimittere beneficium cum cura, quod in ecclesia sancti Jacobi de Maleons dicte Tudensis diocesis, dum dignitatis possessionem, etc., obtinet, cum non obstañ, etc.

... ...

[fl. 83]

... ...

588. Item quatinus Vincentio Arie, subdiacono, clerico Ulixbonensi, studenti per triennium in iure civili, de canonicatu cum reservatione prebende ac dignitatis, personatus vel officii et prestimoniorum et prestimonialium portionum unius, duorum vel plurium, vac. vel vacat., simul vel successive, in ecclesia, civitate et diocesi Ulixboneñ, etiam si ipsa dignitas vel personatus vel officium curata, electiva existat, dignemini providere et paratus est dimittere beneficium curatum, quod in ecclesia de Leganes diocesis Toletane et portionem simplicem ecclesie sancti Bartholomei civitatis Colimbriensis, que obtinet, dum possessionem dignitatis et canonicatus et prebende, etc., obtinet et cum non obstañ, etc.

... ...

[fl. 84v]

... ...

589. Item quatinus Gundissalvo Johannis, presbytero, monaco expresse professo monasterii de Samos ordinis sancti Benedicti, Lucensis diocesis, studenti per triennium in iure canonico, de prioratu, vacante vel vacaturo in Compostellana et Bracarensi diocesibus, spectante (1) communiter vel divisim ad collationem et provisionem, etc., abbatis et conventus Cluniaceñ, etiam si esset prioratus curatus et electivus et conventualis existat, dignemini providere. Cum translatione, etc., et cum non obstañ, etc.

... ...

[fl. 86]

... ...

590. Item quatinus Johanni Fernandi de Villaniel, clerico Burgensis diocesis, canonico prebendato ecclesie collegiate sanctorum Emeterne (*sic*) et Coelidonis dicte Burgensis diocesis, de canonicatu cum reservatione prebende ac prestimoniorum et prestimonialium portionum, vacañ vel vacatu. simul vel successive in ecclesia Ulixboñ dignemini providere et cum non obst., etc.

... ...

[fl. 86v]

... ...

591. Item quatinus Bartholomeo Fernandi de Scalon, presbytero diocesis Civitatensis, studenti in iure canonico per triennium, de canonicatu cum reservatione prebende ac prestim. et prestim. portion. (2), vac. vel vacatur. simul vel successive in ecclesia, civitate et diocesi Visieñ (*sic*), dignemini providere et paratus est dimittere parrochialem ecclesiam sancte Marie de Mocodial Salamantine diocesis, dum, etc., et cum non obst., etc.

... ...

592. Item quatinus Petro Valasci Tudeñ, scolari in iure canonico, qui militie clericali ascribi desiderat, de canonicatu cum reservatione prebende ac prestimon. et benef. simplici vacañ vel vacat. simul vel successive in ecclesia, civitate et diocesi Tudeñ, dignemini providere. Et cum non obstañ, etc.

... ...

[fl. 87]

... ...

593. Item quatinus Johanni Laurentii de Sancto Stephano de Regadas, clerico Bracarensis diocesis, studenti in logicalibus, de canonicatu cum reservatione prebende ac prestimoniorum et prestimonialium portionum, vac. vel vacatur., simul vel successive, in ecclesia, civitate et diocesi Bracareñ, dignemini providere, non obst. quod in forma communi beneficium cum cura vel sine cura, ad collationem, etc., episcopi et capituli Portugaleñ, vigore litterarum V. S., expectet gratiam, quarum litterarum V. S. dignetur sibi imposterum reservare, constitutionibus apostolicis in contrarium editis non obst. et cum non obst.

... ...

[fl. 88v]

... ...

594. Item quatinus Gundissalvo Johannis de Pignera, presbytero, monaco expresse professo monasterii de Samos ordinis sancti Benedicti Lucensis diocesis, de prioratu, vacante vel vacaturo in [fl. 89] Compostellana et Bracarensi diocesibus, spectante communiter vel divisim ad collationem et provisionem, etc., abbatis et conventus monasterii Cluniacensis, etiam si esset prioratus curatus et electivus et conventualis existat, dignemini providere, cum translatione, etc., et cum non obstañ, etc.

... ...

[fl. 95v]

... ...

595. Item quatinus Pelagio Laurentii, clerico Elborensi, studenti in iure civili per quadriennium, de beneficio ecclesiastico cum cura vel sine cura, vacante vel vacaturo, spectante ad collationem, provisionem, etc., episcopi et capituli Elborensis, dignemini providere. Non obstante quod in ecclesia sancti Jacobi Elboreñ quamdam portionem obtinet et cum non obst., etc.

... ...

[fl. 96]

... ...

596. Item quatinus Valasco Dominici, clerico Portugalensi, de beneficio ecclesiastico cum cura vel sine cura, vacante vel vacaturo, spectante ad collationem, provisionem, etc., archiepiscopi et capituli Brachareñ, dignemini providere et cum non obstañ, etc.

... ...

[fl. 97v]

... ...

597. Item quatinus Didaco Alfonsi, clerico Bracarensis diocesis, de beneficio ecclesiastico cum cura vel sine cura, vacante vel vacaturo, spectante communiter vel divisim ad collationem, provisionem, etc., archiepiscopi, decani et capituli Bracareñ, cum non obstañ, etc.

... ...

[fl. 98v]

... ...

598. Item quatinus Gundissalvo Melendi, presbytero Elborensi, scolari in iure canonico, de dignitate seu officio vel personatu, vac. vel vacat. in ecclesia Egitaniensi,

conferendo, dignemini reservare, non obstañ quod de canonicatu sub expectatione prebende dicte ecclesie Egitaniensis per V. S. sibi extitit provisum seu quod policem scientie dextere amisit, sine tamen culpa sua, super qua mutilatione cum ipso quoad premissa dignemini dispensare.

... ...

599. Item quatinus Christoforo Martini, clerico Elborensi, scolari in gramaticalibus, de portione sine cura, vacante vel vacatura, spectante communiter vel divisim ad collationem, provisionem, etc., prioris et portionariorum ecclesie sancti Johannis de Beia diocesis Elborensis, dignemini providere, cum non obstañ, etc.

... ...

Fiat pro omnibus, etiam non servata regula de non graduatis, dum tamen tanto tempore audiverint quod sufficere possit ad gradum. G.

Sine alia lectione et cum examinis commissione ad partes pro omnibus et singulis absentibus suprascriptis. — *Fiat. G.*

Datum Avinione, pro graduatis quarto Kalendas, pro non graduatis qui tanto tempore audiverunt vel legerunt quod ad gradum sufficeret tertio Kalendas, pro ceteris pridie Kalendas Junii, anno tertio (3).

---

(1) No ms. *expectante.*

(2) No ms. *portiones.*

(3) Antes desta data estavam os seguintes dizeres, que foram riscados: *Datum Avinione, secundo Kalendas Junii, anno tertio. Datum Avinione, quinto Kalendas Junii, anno tertio.* À margem direita do texto lê-se: *Hec data fuit mutata in originali et hic de mandato domini nostri pape. G. et B. Et iterum mutata de eodem mandato. G. et B.*

600

1381, Maio 31

Vasco Vicente, sacerdote da diocese de Braga, pede um benefício da colação do bispo e cabido do Porto.

Reg. Suppl. 62, fl. 182v.

Supplicat S. V. humilis et devotus orator vester Valascus Vicentii, presbyter Bracharensis diocesis, quatinus sibi specialem gratiam facientes, de beneficio ecclesiastico cum cura vel sine cura, vacante vel vacaturo, spectante ad collationem, etc., episcopi et capituli Portugaleñ communiter vel divisim, eidem V[icentio] dignemini misericorditer providere et paratus est dimittere parrochialem ecclesiam sancti Mathei de Guimarancelos predicte diocesis, quam noscitur obtinere, dum primo habita pacifica possessione, etc., et cum ceteris omnibus aliis clausulis opportunis ac executoribus, ut in forma. — *Fiat. G.*

Sine alia lectione. — *Fiat. G.*

Datum Avinione, pridie Kalendas Junii, anno tertio.

601

1381, Junho 15

D. João, bispo de Agen, na França, pede o canonicato e prebenda de Lisboa para Pedro Albi, clérigo da diocese de Perigueux.

Reg. Suppl. 61, fl. 97v.

Supplicat S. V. devotus orator vester Johannes, episcopus Agennensis (1), quatinus sibi in personam dilecti familiaris sui Petri Albi, clerici diocesis Petragoricensis, qui per duos annos iura audivit canonica, de canonicatu et prebenda ecclesie Ulixbonensis, vacantibus per mortem Helie Cavalerii, subcollectoris fructuum camere apostolice debitorum in civitate et diocesi Ulixboñ, eidem Petro dignemini misericorditer providere, non obst. quod eadem S. V. dicto Petro gratiam fecerit de beneficio cum cura vel sine cura, ad collationem, etc., episcopi singularumque personarum ecclesie Vaurensis et cum omnibus aliis non obst. et clausulis oportunis, ut in forma. — *Fiat. G.*

Sine alia lectione. — *Fiat. G.*

Datum Avinione, xvii Kalendas Julii, anno tertio.

---

(1) D. João, bispo de Dax, transferido para a sé de Agen por Gregório XI em Junho de 1375, e a seguir, no mês de Maio de 1382, por Clemente VII para Alby. Cf. EUBEL, C., *Hierarchia catholica*, I, pp. 77, 81, 97.

602

1381, Junho 15

Gonçalo Esteves, sacerdote da diocese da Guarda, cónego prebendário de Viseu, que estudara direito canónico durante cinco anos e estudava ainda no Estudo de Avinhão, pede o canonicato, prebenda e deado da Guarda.

Reg. Suppl. 61, fl. 98v.

Supplicat S. V. devotus orator vester Gondissalvus Stephani, presbyter Egitaniensis diocesis, canonicus prebendatus ecclesie Vissensis, qui per quinquennium in iure canonico studuit et de presenti in vestro Avinioñ Studio studet, quatinus sibi specialem gratiam facientes, de canonicatu et prebenda ac de decanatu ecclesie Egitaniensis, vacañ per obitum quondam Gometii Laurentii, extra Curiam Romanam defuncti, qui quidem decanatus in dicta ecclesia Egitaniensi est dignitas maior post pontificalem, etiam si electiva existat et ei cura imminet animarum, e[idem] G. dignemini misericorditer providere, non obst. gratia per S. V. sibi facta de prestimoniis seu prestimonialibus portionibus, vacantibus seu vacaturis in dicta ecclesia Vissensi et ecclesia sancti Jacobi de Casurães Visensis (1)

diocesis, quam paratus est dimittere et gratiam sibi per S. V. factam de canonicatu sub expectatione prebende ac dignitatis seu officii ecclesie Portugalensis, dum possessionem pacificam dictorum decanatus et canonicatus cum prebenda fuerit assecutus, cum non obst. et clausulis oportunis. — *Fiat. G.*

Sine alia lectione. — *Fiat. G.*

Datum Avinione, xvii Kalendas Julii, anno tertio.

---

(1) No ms. *Vicensis.*

603

1381, Junho 15

Súplica de D. Martinho, bispo de Lisboa, a favor do seu familiar Fernando Lopes, sacerdote da diocese de Badajoz, sobre a igreja de Santa Maria de Pernes.

Reg. Suppl. 61, fl. 100.

Supplicat S. V. devota creatura vestra Martinus, Ulixbonensis episcopus (1), quatinus sibi in personam dilecti sui familiaris commensalis Fernandi Lupi, presbyteri Pascensis diocesis, specialem gratiam facientes, de prioratu seu parrochiali ecclesia curata sancte Marie de Pernes dicte Ulixbonensis diocesis, vacante extra Romanam Curiam per obitum Elie Cavalerii, camere apostolice succollectoris, defuncti, vel alias quovis modo, eidem Fernando dignemini misericorditer providere. Non obstantibus canonicatu et prebenda ecclesie collegiate sancte Marie de Alcaço[v]a Sanctaranensis dicte Ulixbonensis diocesis, cum ceteris non obstañ et clausulis oportunis ac executoribus, ut in forma. — *Fiat. G.*

Sine alia lectione. — *Fiat. G.*

Datum Avinione, decimo septimo Kalendas Julii, anno tertio.

---

(1) Cf. nota 1 do n.º 4.

604

1381, Junho 15

Súplica de D. Martinho, abade do mosteiro de Paço de Sousa, a favor de Martinho Anes, reitor da igreja paroquial de S. Romão de Vermoim da diocese do Porto, sobre a perpétua porção na colegiada de S. Martinho de Cedofeita.

Reg. Suppl. 61, fl. 136.

Supplicat S. V. humilis et devota creatura vestra M[artinus], abbas monasterii de Palatiolo ordinis sancti Benedicti Portugalensis diocesis, quatinus dilecto suo Martino Johannis, rectori parrochialis ecclesie sancti Romani de Vermuim, Portugalensis diocesis, de perpetua portione in collegiata ecclesie sancti Martini de Citofacta (1) [dicte] diocesis, vacante vel vacatura per provisionem factam per eamdem S. Roderico Gundissalvi de dicta ecclesia sancti Martini vel eius assecutionem cum prestimoniis et prestimonialibus portionibus, dignemini misericorditer providere. Non obstañ quod dictam parrochialem ecclesiam et perpetuam portionem in ecclesia beate Marie de Aquis Sanctis predicte diocesis, quarum fructus, etc., xxxb librarum Turonensium parvorum secundum taxationem decime valorem annuum non excedunt, obtineat. Cum ceteris non obstañ et clausulis oportunis ac executoribus, ut in forma. — *Fiat.* G.

Sine alia lectione et cum commissione examinis ad partes. — *Fiat.* G.

Datum Avinione, xvii Kalendas Julii, anno tertio.

---

(1) No mas. *Citoferta.*

605-608

1381, Junho 15

Súplicas de D. Martinho, abade do mosteiro de Paço de Sousa, a favor de Martinho Anes, reitor da igreja paroquial de S. Romão de Vermoim da diocese do Porto, sobre a perpétua porção da igreja de S. Martinho da Cedofeita; de Gonçalo Vasques, reitor da igreja paroquial de S. João de Vieira da diocese de Braga, sobre o canonicato de Braga, na expectativa da prebenda; de Martinho Anes, reitor da igreja paroquial de Santo Estêvão de Cantelães da diocese de Braga, sobre a perpétua porção da colegiada de Guimarães; de Domingos Domingues, reitor da igreja paroquial de Santo André de Cristelos da diocese do Porto, sobre a perpétua porção, chamada meia canonia, da igreja do Porto.

Reg. Suppl. 62, fl. 173v.

Rotulus M[artini], abbatis monasterii de Palatiolo.

Supplicat S. V. humilis et devota creatura vestra M[artinus], abbas monasterii de Palatiolo ordinis sancti Benedicti Portugalensis diocesis, quatinus infrascriptas supplicationes pro dilectis suis infrascriptis de benignitatis vestre clementia et vestra speciali gratia dignemini exaudire et vestra manu beata signare. Cum non obst. et clausulis oportunis.

(1) Et primo quatinus dilecto suo Martino Johannis, rectori parrochialis ecclesie sancti Romani de Vermui Portugalensis diocesis, de perpetua portione in collegiata ecclesia sancti Martini de Citofeita (2) diocesis [Portugalensis], vacante vel vacatura per provisionem factam per e[amdem] S. Roderico Gundissalvi de dicta ecclesia sancti Martini vel eius assecutionem, cum prestimoniis et prestimonialibus portionibus, etc.

606. Item quatinus dilecto suo Gundissalvo Valasci, rectori parrochialis ecclesie sancti Johannis de Vieira (3) Bracharensis diocesis, de canonicatu sub expectatione prebende ecclesie Bracarensis dignemini misericorditer providere. Cum non obstañ et clausulis oportunis.

607. Item quatinus dilecto suo Martino Johannis, rectori parrochialis ecclesie sancti Stephani de Cantalaes Bracarensis diocesis, de perpetua portione, canonicatu et prebenda nuncupat., ecclesie collegiate de Guimarães dicte diocesis, vac. vel vacat., cum non obst. et clausulis oportunis, dignemini misericorditer providere.

608. Item quatinus dilecto suo Dominico Dominici, rectori parrochialis ecclesie sancti Andree de Crastelos Portugalensis diocesis, de perpetua portione, media canonia nuncupata, ecclesie Portugalensis, vacante vel vacatura, dignemini misericorditer providere. Cum non obstañ et clausulis oportunis.

Fiat pro predictis. G.

Sine alia lectione et cum commissione examinis ad partes. — *Fiat. G.*

Datum Avinione, xvii Kalendas Julii, anno tertio.

(1) Na margem esquerda do texto: *Ista registrata est inter vacañ primo libro, folio VIxx. XV.*

(2) No ms. *Citoferta.*

(3) No ms. *Vierra.*

609

1381, Junho 27

D. Martinho, abade do mosteiro de Paço de Sousa, pede para Martinho Anes, reitor da igreja paroquial de S. Romão de Vermoim da diocese do Porto, a perpétua porção da igreja colegiada de S. Martinho de Cedofeita.

Reg. Suppl. 61, fl. 124v.

Supplicat S. V. devotus et humilis orator vester Martinus, abbas monasterii de Palatiolo Portugalensis diocesis, quatinus dilecto suo Martino Johannis, rectori parrochialis ecclesie sancti Romani de Vermui Portugalensis diocesis, de perpetua portione in ecclesia collegiata sancti Martini de Citofacta (1) dicte diocesis, vacante in Curia Romana per provisionem factam Roderico Gondissalvi de dicta ecclesia sancti Martini cum prestimoniis et prestimonialibus portionibus, eidem Martino Johannis dignemini misericorditer providere, quorum fructus, etc., secundum taxationem decime v. librarum Turonensium parvorum valorem annuum non excedunt, non obstañ dicta parrochiali ecclesia et perpetua portione in ecclesia beate Marie de Aquis Sanctis predicte diocesis, quarum fructus, etc., xxxv librarum Turonensium parvorum secundum taxationem decime valorem annuum non excedunt, et cum omnibus non obstañ et clausulis opportunis. — *Fiat. G.*

Sine alia lectione et cum commissione examinis ad partes. — *Fiat. G.*

Datum Avinione, quinto Kalendas Julii, anno tertio.

(1) No ms. *Citofauta.*

610

1381, Julho 6

Afonso Gerardo, sacerdote da diocese de Braga, pede a perpétua porção na igreja de Braga.

Reg. Suppl. 61, fl. 128v.

Supplicat S. V. humilis et devotus orator vester Alfonsus Girardi, presbyter Bracharensis diocesis, quatinus sibi specialem gratiam facientes, de perpetua portione sine cura ecclesie Bracharensis, tertenaria nuncupata, vacante apud sedem apostolicam per dimissionem, vigore gratie facte per S. V. cuidam Gundissalvo Johannis, rectori parrochialis ecclesie de Musseges Bracharensis diocesis, de thesauraria ecclesie Bracharensis, cuius fructus, etc., xxv. librarum Turonensium parvorum secundum taxationem decime valorem annuum non excedunt, non obst. perpetua vicaria sancti Martini de Fareia predicte diocesis, quam noscitur obtinere, eidem A[lfonso] dignemini misericorditer providere et cum ceteris omnibus aliis clausulis opportunis atque executoribus, ut in forma. — *Fiat. G.*

Sine alia lectione. — *Fiat. G.*

Datum Avinione, secundo Nonas Julii, anno tertio.

611

1381, Agosto 24

Afonso Domingues de Moura, sacerdote da diocese de Évora, pede a meia canonia da igreja de Évora.

Reg. Suppl. 62, fl. 168v.

Supplicat S. V. humilis et devotus orator vester Alfonsus Dominici de Moura, presbyter Elborensis diocesis, quatinus sibi specialem gratiam facientes, de perpetua portione, que dimidia canonia seu dimidius canonicatus vulgariter nuncupatur, in ecclesia Elborensi, vacante ad presens vel cum primo vacaverit, eidem A[lfonso] dignemini misericorditer reservare et paratus est dimittere gratiam sibi factam per S. V. de beneficio ecclesiastico cum cura vel sine cura, ad collationem, etc., episcopi et capituli Ulixboneñ communiter vel divisim propter multitudinem impetrantium. Non obstantibus quibuscumque constitutionibus et clausulis per S. V. concessis ac in prefata ecclesia Elborensi in contrarium editis et cum ceteris omnibus aliis clausulis oportunis, ut in forma. — *Fiat. G.*

Sine alia lectione. — *Fiat. G.*

Datum Avinione, nono Kalendas Septembris, anno tertio.

612

1381, Novembro 17

Fernando Garcia, sacerdote de Sevilha, pede um benefício da colação do bispo e cabido de Silves.

Reg. Suppl. 62, fl. 9-12.

Rotulus expectationum compositus per dominum Petrum Chambonis (1).

Supplicant S. V. devoti oratores vestri infrascripti quatinus eis dignemini facere gratias speciales, prout inferius describuntur.

... ...

Item Fernando Garsie, presbytero Ispalensi, quatinus de beneficio ecclesiastico cum cura vel sine cura, spectante communiter vel divisim ad collationem, etc., episcopi et prioris sancti Jacobi ac capituli ecclesie Silvensis dignemini, etc.

... ...

[fl. 12]

... ...

Fiat pro illis qui aliam gratiam non habuerunt. G.

Sine alia lectione et cum commissione examinis ad partes pro absentibus. — *Fiat. G.*

Datum Avinione, quintodecimo Kalendas Decembris, anno tertio.

---

(1) Cf. nota 1 do n.º 358 e o n.º 481.

613

1381, Novembro 17

O deão e cabido de Braga intervêm em favor de Nuno Gonçalves, porcionário da sé e escolar em direito canónico, pedindo para ele o canonicato bracarense, na expectativa da prebenda.

Reg. Supll. 62, fl. 25v.

Sanctissimo ac Beatissimo in Christo patri et domino domino Clementi, divina providentia sacrosancte Romane ac Universalis Ecclesie Summo Pontifici, devotissimi filii vestri decanus et capitulum Brachareñ cum filiali humilitate et promptitudine obsequendi seipsos et terram ante sanctissimos pedes vestros humiliter osculari; digne agere credimus, Clementissime Pater, cum pro illis Vestre Celsitudinis clementie supplicamus, quos morum honestas, litterarum scientia ac alia multiplicia virtutum merita suffragantur, presertim si nobis et ecclesie nostre (1) utiles eos et necessarios reputamus. Hinc est, Sanctis-

sime Pater, quod cum Nunus Gunsalvi, portionarius nostre Bracharensis ecclesie, scolaris in iure canonico, de predicta civitate Bracharensi oriundus existit et alias sit litterarum scientia, morum honestate et in moribus ecclesiasticis plene imbutus ac etiam aliis virtutum donis multipliciter insignitus, qui nobis et ecclesie nostre Bracharensi per viginti annos laudabiliter deservivit et deservire non desistit, suorum meritorum intuitu optemus eum in predicta Bracharensi ecclesia amplius honorari, Vestre Celsitudinis clementie, que digne poscentibus exauditionis gratiam aperit incessanter, flexis genibus intima cordia affectione supplicamus quatinus nostrarum supplicationum obtentu et ipsius Nunii exigentia meritorum nobis in personam eiusdem specialem gratiam facientes, eidem Nuno de canonicatu ecclesie Bracharensis sub expectatione prebende et de dignitate cum cura vel sine cura vel officio, si quam vel quem duxerit acceptand., ut in forma, misericorditer dignemini providere, cum clausulis oportunis. Non obst. quod ecclesiam parrochialem sancti Romani de Fonte Cooperto predicte Bracharensis diocesis et portionem seu terçanariam Bracharensem nuncupatam obtinet, quam quidem portionem seu terçanariam paratus est dimittere, postquam alicuius dignitatis seu officii possessionem pacificam virtute dicte gratie fuerit assecutus, et aliis non obstañ, ut in forma. — *Fiat. G.*

Et quod transeat sine alia lectione. — *Fiat. G.*

Datum Avinione, quintodecimo Kalendas Decembris, anno tertio.

---

(1) No ms. *secrete nostre.*

CLEMENTE VII

(EL. 20 SET., COR. 31 OUT. 1378, + 16 SET. 1394)

SÚPLICAS

ANO QUARTO

(31 OUT. 1381 – 30 OUT. 1382)

AV, REG. SUPPL., VOL. 64 A 65

614

1381, Dezembro 12

João Afonso, clérigo de Braga, pede um benefício da colação da abadessa e convento do mosteiro de Lorvão.

Reg. Suppl. 65, fl. 12v-20.

Rotulus compositus per dominum P[etrum] Chambonis (1).

Dignetur S. V. devotis oratoribus vestris gratias facere speciales, prout inferius describuntur.

... ...

[fl. 15]

... ...

Item Johanni Alfonsi, clerico Bracarensi, de beneficio ecclesiastico cum cura vel sine cura, spectante communiter vel divisim ad collationem, etc., abbatisse et conventus monasterii beate Marie de Lorvaão ordinis Cisterciensis Colimbriensis diocesis dignemini, etc., ut supra.

... ...

[fl. 20]

... ...

Fiat pro illis qui aliam gratiam non habuerunt. G.

Sine alia lectione et cum commissione examinis ad partes pro absentibus. — *Fiat. G.*

Datum Avinione, secundo Idus Decembris, anno quarto.

---

(1) Cf. nota 1 do n.º 358 e o n.º 481.

614ª

1382, Abril 14

João Afonso, clérigo da diocese de Braga, pede um benefício da colação do bispo e cabido de Lamego.

Reg. Suppl. 65, fl. 102-120.

Rotulus compositus per dominum Conseranensem (1) de supplicationibus porrectis in septimana sancta.

Supplicant S. V. devoti et humiles oratores vestri infrascripti quatinus speciales gratias infrascriptas eisdem facere et concedere dignemini, ut in forma.

... ...

[fl. 113]

... ...

Johanni Alfonsi, clerico Bracarensis diocesis, de beneficio ecclesiastico cum cura vel sine cura, spectante communiter vel divisim ad collationem, etc., episcopi et capituli singulorumque canonicorum et personarum ecclesie Lamecensis, etiam si in ecclesia cathedrali fuerit.

... ...

[fl. 120]

... ...

Fiat pro presentibus et pro pauperibus. G.

Sine alia lectione et cum commissione examinis ad partes. — *Fiat. G.*

Datum Avinione, decimo octavo Kalendas Maii, anno quarto.

---

(1) Cf. nota 1 do n.º 402.

614ᵇ-614ᶜ

1382, Julho 13

Súplica de Álvaro Rodrigues, clérigo de Lisboa, sobre o canonicato de Lisboa, na expectativa da prebenda.

Reg. Suppl. 65, fl. 205-206.

Rotulus presentatus per F[ernandum] de Moya, castellanum Ancone.

Item supplicat eadem creatura vestra F[ernandus] de Moya, castellanus Ancone, quatinus sibi in personas dilectorum familiarium suorum clericorum infrascriptorum speciales gratias facientes, iuxta infrascriptas supplicationes eisdem clericis dignemini misericorditer providere. Cum non obstañ et clausulis opportunis, ut in forma.

... ...

614ᶜ. Item Alvaro Roderici, clerico Ulisbonensi, de canonicatu sub expectatione prebende, cum prestimoniis et prestimonialibus portionibus, vacañ vel vacatur. simul vel successive in eadem ecclesia, civitate et diocesi Ulisboneñ, dignemini misericorditer providere. Cum [non obstañ et clausulis opportunis], ut supra.

... ...

[fl. 206]

... ...

Fiat pro omnibus. G.

Sine alia [lectione]. — *Fiat. G.*

Datum Avinione, tertio Idus Julii, anno quarto.

CLEMENTE VII

(EL. 20 SET., COR. 31 OUT. 1378, + 1394)

SÚPLICAS

ANO SEXTO

(31 OUT. 1383 – 30 OUT. 1384)

AV, REG. SUPPL., VOL. 66

615

1384, Janeiro 30

Súplica de Bartolomeu Melhorini, acólito e sobrinho de D. Agapito Melhorini, sobre a igreja paroquial de S. Tiago de Beja.

Reg. Suppl. 66, fl. 40v.

Rotulus domini H[enrici] Bayler (1) quem ipse de mandato domini nostri recepit et composuit.

Dignetur S. V. devotis oratoribus vestris personis infra nominatis speciales gratias infrascriptas facere et de beneficiis infrascriptis providere. Cum non obstañ et clausulis ac executoribus opportunis, ut in forma.

... ...

Item Bartholomeo Meliorini, acolito, humilis servitoris eiusdem S. Agapiti Meliorini nepoti, de parrochiali ecclesia sancti Jacobi de Begia Elborensis diocesis, cuius fructus, etc., lx. librarum Turonensium parvorum secundum taxationem decime valorem annuum non excedunt, vacante vel vacatura per obitum Aymerici Aperti, in Curia Romana defuncti, etiam si ex alia persona vel alias quovis modo vacet et generaliter vel specialiter dispositioni apostolice reservata vel eius collatio apud sedem eamdem devoluta existat, dignemini providere. Cum non obstañ ut supra.

... ...

Fiat pro predictis. G.

Sine alia lectione et cum commissione examinis ad partes pro absentibus.—*Fiat. G.*

Datum Avinione, tertio Kalendas Februarii, anno vi. to.

---

(1) Penso se trate de Henrique Bayler ou Balier, arcediago de Cambrai, capelão e cubiculário do papa, registador das letras apostólicas, nomeado bispo de Konstanz na Alemanha, por Clemente VII em Março de 1387 e pelo mesmo transferido, em Junho de 1388, para a sé de Valence-Die, na França, e daqui para Alet, também na França, em Maio de 1390. Cf. EUBEL, C., *Hierarchia catholica*, I, pp. 204, 237, 513.

615 a

1384, Março 23

Pedro Lopes de Ayala, embaixador d'el-rei de Castela, que se diz também de Portugal, pede benefícios para Domingos Fernandes.

Reg. Suppl. 66, fl. 74v.

Supplicat S. V. devotus vester nobilis miles Petrus Lupi de Ayalla, ambaxator illustrissimi domini regis Castelle et Portugalie, quatinus sibi in personam dilecti sui Dominici Fernandi de Bretadiello, presbyteri Palentine diocesis, specialem gratiam facientes, perpetuam portionem ecclesie Toletane, quam obtinet Petrus Lupi, doctor, si vacat vel cum vacabit per assecutionem canonicatus et prebende ac archidiaconatus de Alcaraz ecclesie Toletane, vigore gratie sibi facte auctoritate apostolica, de dictis canonicatu, prebenda ac archidiaconatu prefate ecclesie Toletane certo modo vacantibus conferend., dignemini misericorditer reservare, cum suis non obstañ et clausulis opportunis ac executoribus, ut in forma. — *Fiat. G.*

Sine alia lectione. — *Fiat. G.*

Datum Avinione, decimo Kalendas Aprilis, anno sexto.

CLEMENTE VII

(EL. 20 SET., COR. 31 OUT. 1378, + 1394)

SÚPLICAS

ANO SÉTIMO

(31 OUT. 1384 – 30 OUT. 1385)

AV, REG. SUPPL., VOL. 66 A 68

616

1384, Novembro 11

Súplica de Pedro Lopes, arcediago de Alcaraz e embaixador do rei de Castela, que se diz também de Portugal, a favor de Domingos Dueso, bacharel em decretos, que fora lente durante dois anos do Estudo Geral de Tolosa.

Reg. Suppl. 68, fl. 1-1v.

Supplicat S. V. humilis et devotus orator vester Petrus Luppi, archidiaconus de Alcaraz in ecclesia Toletana et ambaxiator devoti filii vestri regis Castelle, Legionis et Portugalie, quatinus sibi in personam dilecti sui Dominici Dueso, clerici Oscensis diocesis, bacallarii in decretis, qui in Studio Tolosano de iure canonico tamquam bacallarius legit ordinarie per biennium, specialem gratiam facientes, de canonicatu ecclesie Ilerdensis cum plenitudine iuris canonici eidem Dominico dignemini misericorditer providere... — *Fiat.* G.

Sine alia lectione. — *Fiat.* G.

Datum Avinione, tertio Idus Novembris, anno septimo.

617

1384, Novembro 11

Rol de súplicas de Pedro Lopes de Ayada, embaixador do rei de Castela, que também se diz de Portugal, a favor de espanhóis ou sobre benefícios das igrejas de Espanha.

AV, Reg. Suppl. 67, fl. 1v-2.

Rotulus vii supplicationum Petri Luppi militis de Ayala, ambaxiatoris regis Castelle.

Supplicat S. V. humilis et devotus vester Petrus Luppi de Ayala, miles et ambaxiator filii vestri regis Castelle, Legionis et Portugalie, quatinus...

... ... (1)

Fiat pro omnibus. G.

Sine alia lectione et cum commissione examinis ad partes. — *Fiat. G.*

Datum Avinione, tertio Idus Novembris, anno septimo (2).

(1) Todas as súplicas se referem a espanhóis.

(2) Nas folhas 4-8v vem um rol de súplicas, a favor de espanhóis, de *Tellii Gundissalvi, ambaxiatoris serenissimi principis filii vestri Johannis Castelle et Legionis ac Portugalie regis illustris.*

618

1384, Dezembro 11

Gonçalo Esteves, cónego prebendário de Viseu, que estudou durante cinco anos direito canónico no Estudo de Avinhão, onde estudava ainda, pede o mestre-escolado, canonicato e prebenda de Coimbra.

Reg. Suppl. 66, fl. 179v.

Supplicat S. V. humilis et devotus orator vester Gundissalvus Stephani, canonicus prebendatus ecclesie Visensis, qui per quinque annos proxime lapsos in vestro Avinioñ Studio continue in iure canonico studuit, prout de presenti studet, quatinus sibi specialem gratiam facientes, de scolastria et canonicatu et prebenda ecclesie Colimbriensis, vacantibus in Curia Romana per obitum Guillelmi episcopi, cardinalis tit. sancti Vitalis (1), etiam si dignitas electiva vel officium existat et ei cura ymineat animarum, eidem G[undissalvo] dignemini misericorditer providere, etiam si alias generaliter vel specialiter dispositioni sedis apostolice sint reservati vel eorum collatio ad dictam sedem quovis modo pertineant (*sic*) aut quomodolibet devoluta. Non obst. quod e[adem] S. eidem G[undissalvo] de prestimoniis seu prestimonialibus portionibus vel augmentationibus in dicta ecclesia Visensi fecit gratiam, vacañ vel vacat. Et quod parrochialem ecclesiam sancti Jacobi de Caçurraans Visensis diocesis obtineat, quam ecclesiam parrochialem necnon gratiam per e[amdem] S. sibi factam de canonicatu sub expectatione prebende Portugalensis ecclesie et de parrochiali ecclesia sancti Jacobi de Villanova Bracharensis diocesis paratus est dimittere, dum scolastriam et canonicatum cum prebenda, etc., que quidem scolastria et canonicatus in abseñ valorem triginta florenorum annuatim non excedunt. Cum aliis non obstañ et clausulis oportunis ac executoribus, ut in forma. Signantes beatissima manu vestra per *Fiat ut petitur.* Sine alia lectione. *Concessum Avinione, tertio Idus Decembris, anno septimo.*

(1) D. Guilherme de Chanac, bispo de Chartres e Mende na França, criado cardeal do título de S. Vital por Gregório XI em Maio de 1371. Morreu em Avinhão a 30 de Dez. de 1383. Cf. EUBEL, C., *Hierarchia catholica*, I, pp. 22, 48, 167, 342.

619-619ª

1384, Dezembro 12

Súplicas do bispo de Tui D. Diogo, entre as quais uma a favor de Afonso Martins de Valdevez, sobre o canonicato do Porto, na expectativa da prebenda, e outra a favor de Lourenço Martins, sobre o canonicato de Orense, na expectativa da prebenda, o qual usufruia já a expectativa de benefício na igreja de S. Salvador de Longares.

Reg. Suppl. 68, fl. 9v-10v.

Rotulus presentatus per episcopum Tudensem (1).

Supplicat S. V. humilis et devota creatura vestra Didacus, episcopus ecclesie Tudensis (1), quatinus sibi in personas dilectorum suorum infrascriptorum speciales gratias facientes, cum ceteris non obstañ et clausulis oportunis ac executoribus, ut in forma, eisdem dignemini misericorditer providere. Non obstantibus regulis cancellarie de non graduatis.

... ...

[fl. 10]

... ...

Item Laurentio Martini de Melgauco, clerico Tudensis diocesis, de canonicatu sub expectatione prebende ecclesie Auriensis, cum prestimoniis, vac. vel vacat. in dicta ecclesia, civitate et diocesi Auriensi, simul vel successive, non obstante beneficio sine cura ecclesie sancti Salvatoris de Longares dicte Tudensis diocesis, quod obtinet, seu quod beneficium ecclesiasticum cum cura vel sine cura, ad collationem, etc., episcopi Tudensis et decani et capituli singulorumque canonicorum et personarum ecclesie Tudensis communiter vel divisim noscitur expectare.

619ª. Item Alfonso Martini Valdeves, clerico Tudensis diocesis, de canonicatu sub expectatione prebende ecclesie Portugalensis, non obstante quod idem A[lfonsus] gratiam sub expectatione beneficii, cum cura vel sine cura, ad collationem, etc., episcopi Tudensis, decani et capituli singulorumque canonicorum et personarum ecclesie Tudensis communiter vel divisim noscitur expectare, seu quod super deffectu natalium, quem patitur de presbytero genitus et soluta, super quo per e[amdem] misericorditer extitit dispensatum.

... ...

[fl. 10v]

... ...

Fiat pro omnibus. G.

---

(1) D. Diogo Anaya y Maldonado, nomeado bispo de Tui por Clemente VII em Julho de 1384, transferido para a sé de Orense em Junho de 1390, para a de Salamanca em Outubro de 1392 pelo dito Clemente VII e para Cuenca em Setembro de 1407 por Bento XIII e, depois de terminado o Cisma, por Martinho V, em Março de 1418, para Sevilha. Cf. EUBEL, C., *Hierarchia Catholica*, I, pp. 119, 201, 278, 429, 501.

Sine alia lectione et cum commissione examinis ad partes. — *Fiat. G.*
Datum Avinione, secundo Idus Decembris, anno septimo.

620

1385, Fevereiro 4

Súplica de João Rodrigues de Roa, embaixador do rei de Castela D. João, também dito de Portugal, a favor de Henrique Rodrigues, seu familiar, sobre o canonicato de Burgos, na expectativa da prebenda.

Reg. Suppl. 68, fl. 105.

Supplicat S. V. humilis et devotus vester Johannes Roderici de Roa, devoti filii vestri Johannis, regis Castelle et Legionis ac Portugalie, ambassiator ac domicellus et eiusdem regis exercitus sui hospitiorum assignator, quatinus in personam filii sui Henrici (1) Roderici, dicti regis familiaris et continui commensalis, canonici prebendati ecclesie Segobiensis, specialem gratiam facientes, de canonicatu sub expectatione prebende, dignitatis, personatus, officii seu administrationis ecclesie Burgensis... dignemini misericorditer providere... — *Fiat ut petitur. G.*
Sine alia lectione. — *Fiat. G.*
Datum Avinione, secundo Nonas Februarii, anno septimo.

(1) No ms. *Henrieci.*

620ª

1385, Fevereiro 10

Súplica de D. João, rei de Castela, que também se diz rei de Portugal, sobre o canonicato de Toledo para Lopo Furtado de Mendonça.

Reg. Suppl. 68, fl. 33-33v.

Supplicat S. V. devotus filius vester Johannes Castelle, Legionis et Portugalie rex illustris, quatinus sibi in personam nobilis et dilecti sui Luppi Furtati de Mendoça, filii Furtati, sui antesignarii, specialem gratiam facientes, de canonicatu ecclesie Toletane dignemini [fl. 33v] providere... — *Fiat. G.*
Sine alia lectione et cum examinis commissione ad partes. — *Fiat. G.*
Datum Avinione, quarto Idus Februarii, anno septimo.

620[b]

1385, Fevereiro 12

Rol de súplicas do bispo de Coimbra D. João, embaixador de D. João rei de Castela, também dito de Portugal, a favor de espanhóis ou sobre benefícios de igrejas espanholas.

Reg. Suppl. 68, fl. 106-110v.

Rotulus J[ohannis], episcopi Colimbriensis (1), ambassiatoris regis Castelle.

Supplicat S. V. devota creatura vestra J[ohannes], episcopus Colimbriensis, serenissimi regis Castelle, Legionis et Portugalie ambassiator, quatinus sibi in personas dilectorum suorum infrascriptorum gratias facientes speciales, que secuuntur.

... ...

[fl. 110v]

... ...

Fiat pro servitoribus et pro presentibus. G.

Et dignetur S. V. signare per *Fiat ut petitur* et quod transeat sine alia lectione et cum examinis commissione ad partes et non obstantibus regulis cancellarie de non graduatis. — *Fiat. G.*

Datum Avinione, secundo Idus Februarii, anno septimo.

---

(1) Cf. nota 1 do n.º 621.

621

1385, Março 18

Rol de súplicas apresentado por D. João, bispo de Coimbra, embaixador do rei de Castela, que se diz também de Portugal. Para Diogo Afonso de Fonte Pura, que já usufruia o priorato de Santa Eulália e a porção da igreja de Santa Justa de Coimbra, pede o canonicato de Coimbra.

Reg. Suppl. 68, fl. 52v-54.

Rotulus presentatus per episcopum Colimbriensem (1), regis Castelle et Legionis ambaxiatorem.

Supplicat S. V. humilis creatura vestra Johannes, episcopus Colimbriensis (1) et ambaxiator regis Castelle et Legionis et Portugalie, vestri devotissimi filii, quatinus sibi in personas infrascriptas dignemini facere gratias speciales infrascriptas. Cum omnibus non obstañ et clausulis oportunis ac executoribus.

... ...

[fl. 53]

... ...

Item Didaco Alfonsi de Fonte Pudico, presbytero Palentine diocesis, de canonicatu ecclesie Colimbriensis, dignemini providere, prebendam vero ac prestimonia simul vel successive vacañ vel vacat. eiusdem ecclesie, civitatis et diocesis Colimbriensis, eidem Didaco conferend., dignemini reservare. Non obstante quod prioratum curatum ecclesie sancte Euvaye et portionem ecclesie sancte Juste de Colimbria noscitur obtinere.

... ...

[fl. 54]

... ...

Fiat pro omnibus. G.

Sine alia lectione et cum examinis commissione ad partes pro absentibus. — *Fiat. G.*

Datum Avinione, decimo quinto Kalendas Aprilis, anno septimo.

---

(1) João Cabeça de Vaca, deão de Toledo, nomeado bispo de Coimbra por Gregório XI em Janeiro de 1377. Apesar de deposto pelo papa da obediência contrária, tendo-lhe sucedido D. Martinho Afonso, futuro arcebispo de Braga, continuou a designar-se como bispo de Coimbra pelos sequazes de Clemente VII, vivendo na Cúria dos papas de Avinhão e aparecendo ainda como referendário de Bento XIII em 1396. Cf. EUBEL, C., *Hierarchia catholica*, I, p. 196. KATTERBACH, OFM, B., *Referendarii utriusque signaturae a Martino V ad Clementem IX...* p. XXVII. DIAS DINIS, OFM, A. J., *Quem foi o bispo de Coimbra nos anos de 1386 a 1398*, em *Colectânea de Estudos*, Ano III, n. 1, Braga, 1952, pp. 67-109.

622-623

1385, Março 18

Rol de súplicas, apresentado pelo embaixador do rei de Castela, que se diz também de Portugal, o cavaleiro João Manuel, entre as quais figura uma a favor de Álvaro Gonçalves de Olmedo, clérigo da diocese de Ávila e reitor da igreja de S. Pedro de Coimbra.

AV, Reg. Suppl. 68, fl. 54v-56.

Rotulus presentatus per Johannem Hemanuelis, militem, ambaxiatorem regis Castelle.

Supplicat S. V. humilis creatura vestra Johannes Hemanuelis, miles, illustrissimi filii vestri regis Castelle, Legionis et Portugalie ambaxiator, quatinus sibi specialem gratiam facientes in personas infrascriptorum, eis, ut infra petitur et supplicatur, dignemini misericorditer providere. Cum non obst. et clausulis opportunis, ut in forma.

... ...

623. [fl. 56] Item Alvaro Gondissalvi de Olmedo, clerico Abulensis diocesis, priori ecclesie sancti Petri Colimbriensis, similem gratiam facientes, de integra portione cum prestimoniis, etc., ecclesie, civitatis et diocesis Toletane, si vacant vel cum simul aut successive vacabunt, eidem A[lvaro] dignemini misericorditer providere. Non obstante quod in dicta ecclesia sancti Petri perpetuam portionem noscitur obtinere, cum ceteris, ut in forma.

... ...

Fiat pro illis qui aliam, etc., non habuerunt. G.

Sine alia lectione et cum commissione examinis ad partes. — *Fiat. G.*

Datum Avinione, decimo quinto Kalendas Aprilis, anno septimo.

624-627

1385, Março 18

Rol de súplicas do familiar de D. João, bispo de Coimbra e embaixador do rei de Castela, que se diz igualmente de Portugal. Para Afonso Fernandes de Cabeçón, bacharel em decretos, pede o canonicato de uma colegiada da diocese de Palença. Para Sancho Garcia de Valhadolide, arcediago de Penela na igreja de Coimbra, solicita o canonicato de uma colegiada da diocese de Palença, na expectativa da prebenda. Para João Martins de Valência, o canonicato de Sevilha, na expectativa da prebenda. Para Sancho Martins, arcediago de Vouga na igreja de Coimbra, o canonicato de Toledo, na expectativa da prebenda, apesar de possuir o meio canonicato e outros benefícios na igreja de Coimbra, e para Martinho Rodrigues, arcediago de Seia e porcionário na igreja de Coimbra, o canonicato de Lisboa, na expectativa da prebenda.

Reg. Suppl. 68, fl. 116-116v.

Rotulus familiaris episcopi Colimbriensis, ambaxiatoris regis Castelle.

Supplicat S. V. humilis creatura vestra Johannes, Colimbriensis episcopus (1) ambaxiatorque illustrissimi Johannis, Castelle, Legionis et Portugalie regis, e[iusdem] S. devotissimi filii, quatinus supplicationes infrascriptas pro dilectis familiaribus suis commensalibus et aliis contentis misericorditer benigno favore apostolico admittere et exaudire dignemini de gratia speciali, quibuscumque regulis cancellarie, etiam de non graduatis in iure et aliis in contrarium editis nequaquam obstantibus et cum ceteris non obstañ et clausulis oportunis ac executoribus.

Et primo eidem episcopo in personam dilecti sui Alfonsi Fernandi de Cabeçon, bacallario in decretis, de canonicatu ecclesie Palentine sub expectatione prebende, dignitatis, personatus, administrationis vel officii, etiam si curati et electivi vel abbatialis secularis et collegiate ecclesie, in ecclesia, civitate vel diocesi Palentina existat et prestimoniis ac prestimonialibus portionibus unius, duorum, trium vel plurium canonicorum vel non canonicorum simul vel successive, vacante vel vacaturo et etiam si specialiter apud sedem apostolicam reservata fuerint, quorum quidem prestimoniorum fructus, etc., lx. librarum Turonensium parvorum secundum taxationem decime valorem annuum non excedant, eidem A[lfonso] conferend., donationi apostolice dignemini reservare, non obstante quod in Conchensi et Ovetensi canonicatus et prebendas ac in Palentina ecclesiis portionem et nonnulla prestimonia et prestimoniales portiones in dictis Conchensi, Ovetensi et Palentina civitatibus et diocesibus obtineat, que valorem xii librarum Turonensium predictorum annuatim non excedunt, que et quot sint numero hic pro expressis et singulariter nominatis habere dignemini et cum clausula anteferri, derogat., preter dominos cardinales, et paratus est dimittere portionem ecclesie Palentine, dum prebende eiusdem ecclesie et thesaurarie ecclesie Visensis, super [quibus] litigare intendit, dum dignitatem ac canonicatum et prebendam dicte ecclesie Visensis, super quibus etiam litigare intendit, dum prestimonia, etc., et cum ceteris non obstañ et clausulis oportunis ac executoribus et renuntiare cuicumque alteri gratie sibi facte per sedem apostolicam.

625. Item Sancio Garsie de Valleoleti, archidiacono de Penella in ecclesia Colimbriensi, de canonicatu secularis et collegiate ecclesie sancte Marie de Valleoleti Palentine

diocesis sub expectatione prebende, dignitatis, personatus vel officii, etiam si curata et electiva existat, ipsius ecclesie ac prestimoniorum et prestimonialium portionum unius, duorum, trium vel plurium simul vel successive, vacan. vel vacat. in diocesi Palentina, quorum quidem prestimoniorum fructus, etc., lx. librarum Turonensium parvorum summam annuam non excedant, eidem G[arsie] conferend. donationi apostolice dignemini reservare. Non obstante quod perpetuam et integram portionem in ecclesia sancte Juste civitatis Colimbriensis obtineat seu quod super beneficio sine cura parrochialis ecclesie sancti Laurentii Cordubensis et duabus prestimonialibus portionibus sancte Marie de Buejalance et sancte Marie de Transserra Cordubensis diocesis et super portione ecclesie Ispalensis litigare intendit et paratus est dimittere dictum archidiaconatum de Penella, dum dignitatem, etc., et cum ceteris non obstañ et clausulis ac executoribus et clausula anteferri ut supra, seu quod S. V. sibi de canonicatu et prebenda pridie gratiam fecit specialem dicte ecclesie Colimbriensis.

625ª. Item Johanni Fernandi de Valencia, perpetuo portionario in ecclesia Toletana, de canonicatu ecclesie Ispalensis sub expectatione prebende, dignitatis, etc., per omnia similem gratiam fiendam ut in prima [fl. 116v] supplicatione et cum clausula anteferri, non obstante quod in Colimbriensi dimidium canonicatum et in sancte Crucis de Palencia de Negella Salamantine diocesis ecclesiis dimidiam prestimonialem portionem obtineat.

626. Item similem gratiam facientes Sancio Martini, archidiacono de Voga in ecclesia Colimbriensi, de canonicatu ecclesie Totetane sub expectatione prebende, dignitatis, etc., ut in prima supplicatione et cum clausula anteferri, non obstante quod dimidium canonicatum in dicta ecclesia Colimbriensi ac quod simplex beneficium in ecclesia sancte Marie de Illiescas Toletane diocesis obtineat, et paratus est dimittere predictum archidiaconatum de Voga, dum possessionem dignitatis, etc.

627. Item similem gratiam facientes Martino Roderici de Fonte Pudico, archidiacono de Sea et portionario in ecclesia Colimbriensi, de canonicatu ecclesie Ulixbonensis sub expectatione prebende, dignitatis, etc., ut in prima supplicatione et cum clausula anteferri.

... ...

Fiat pro graduatis vel nobilibus ut petitur ad unam ecclesiam vel collationem et pro aliis in forma. G.

Sine alia lectione et cum examinis commissione pro absentibus ad partes.—*Fiat. G.*

Datum Avinione, decimo quinto Kalendas Aprilis, anno septimo.

---

(1) Cf. nota 1 do n.º 621.

628

1385, Março 18

Súplicas do rei de Castela D. João, que também se diz rei de Portugal, a favor de clérigos seus amigos, espanhóis.

Reg. Suppl. 68, fl. 119v.

Supplicat S. V. devotus filius vester Johannes, Castelle, Legionis et Portugalie rex, quatinus sibi in personas dilectorum suorum infrascriptorum specialem gratiam facientes, petitiones infrascriptas admittere dignemini et axaudire.

... ...

Fiat pro omnibus et dispensamus cum ultimo. G.

Datum Avinione, decimo quinto Kalendas Aprilis, ano septimo.

629-631

1385, Março 18

Súplicas de D. João, bispo de Coimbra e embaixador do rei de Castela, entre as quais figuram algumas a favor de portugueses ou relativas a benefícios de dioceses portuguesas. Para Martinho Afonso de Évora sobre um benefício da diocese de Évora. Para Luís Fernandes sobre um benefício da colação do bispo de Évora. Para João Furtado sobre o canonicato de Évora, na expectativa da prebenda. Para certo Francisco, subdiácono de Sevilha, sobre a quartanaria de Lisboa. Para Gil de Olmedo sobre um benefício da colação da abadessa e convento do mosteiro de Lorvão da diocese de Coimbra. Para Álvaro Gonçalves de Olmedo sobre o canonicato de Coimbra, na expectativa da prebenda. Para Vasco Martins de Lourosa, clérigo da diocese de Coimbra, pede a perpétua porção da igreja de Santa Justa de Coimbra, para Garcia Serrão o canonicato de Évora, na expectativa da prebenda, e para Pedro Rodrigues de Córdova um benefício da diocese de Lisboa.

Reg. Suppl. 68, fl. 121-129.

Rotulus compositus per dominum episcopum Colimbriensem (1), ambaxiatorem regis Castelle.

Supplicat S. V. devota creatura vestra J[ohannes], episcopus Colimbriensis, ambaxiator illustrissimi regis Castelle, Legionis et Portugalie, quatinus eidem in personas dilectorum suorum infrascriptorum speciales gratias facientes.

... ...

Item quatinus Martino Alfonsi Elborensi de beneficio cum cura vel sine cura, vacante vel vacaturo in ecclesia, civitate et diocesi Elboreñ, spectante ad collationem, etc., episcopi et capituli communiter vel divisim, eidem M[artino] dignemini, ut supra.

... ...

[fl. 122]

... ...

629ª. Item quatinus Ludovico Fernandi, clerico Giennensis diocesis, de beneficio ecclesiastico cum cura vel sine cura, spectante ad collationem episcopi Elborensis, eidem Ludovico dignemini misericorditer providere, non obstante servitorio quod obtinet in ecclesiis de Atfuia Giennensis diocesis, ut supra, etiam si valor dicte expectationis de beneficio dicte diocesis Elborensis centum valeat librarum Turonensium parvorum et cum ceteris, ut supra.

629[b]. Item quatinus Johanni Furtati, presbytero Pascensis diocesis, de canonicatu sub expectatione prebende in ecclesia Elborensi, eidem Johanni dignemini misericorditer providere. Non obstantibus canonicatu et prebenda ecclesie Pascensis et quodam beneficio servitorio curato sancte Marie de Frexinal necnon gratia sibi facta de prestimonialibus portionibus in ecclesia, civitate et diocesi Pasceñ, et paratus est dimittere beneficium servitorium sancte Marie de Villa Alva, quod noscitur obtinere, dum, etc., eidem dignemini, ut supra.

... ...

[fl. 123]

... ...

629[c]. Item quatinus Francisco Roini, subdiacono Ispalensi, beneficiato in ecclesia sancte Marie de Coria Ispalensis diocesis, de quartaneria vulgariter nuncupata, vacante vel vacatura, in ecclesia Ulixbonensi, eidem Francisco dignemini misericorditer, ut supra.

... ...

[fl. 123v]

... ...

629[d]. Item quatinus Egi[di]o de Olmedo, clerico Abulensis diocesis, de beneficio cum cura vel sine cura, spectante ad presentationem [fl. 124] abbatisse et conventus singularumque monialium communiter vel divisim monasterii [de] Lurvano Colimbriensis diocesis, eidem dignemini misericorditer, non obstante gratia sibi facta cum prestimoniis et prestimonialibus portionibus in ecclesia, civitate et diocesis Abulensi, dignemini misericorditer providere, ut supra.

... ...

[fl. 125]

... ...

629[e]. Item quatinus Alvaro Gundissalvi de Olmedo, presbytero Abulensis diocesis et perpetuo priori in ecclesia sancti Petri de Colimbria, de canonicatu sub expectatione prebende ecclesie Colimbriensis, eidem Alvaro dignemini misericorditer providere, non obstante integra ac perpetua portione dicte ecclesie sancti Petri de Colimbria, quam noscitur obtinere, et cum ceteris, ut supra.

629[f]. Item quatinus Velasco Martini de Lorosa, clerico Colimbriensis diocesis, de perpetua portione ecclesie collegiate sancte Juste civitatis Colimbriensis, eidem dignemini misericorditer providere, ad collationem prioris et conventus, etc., ut supra.

... ...

630. Item quatinus Petro Roderici Cordubensi de beneficio ecclesiastico cum cura vel sine cura, vacante vel vacaturo in ecclesia, civitate et diocesi Ulixboneñ, spectante ad collationem episcopi, etc., eidem P[etro] dignemini misericorditer providere, ut supra.

... ...

[fl. 126v]

... ...

631. Item Garsie Serano de Guiar, de canonicatu sub expectatione prebende in ecclesia Elborensi, eidem Garsie dignemini misericorditer, ut supra. Non obstante bene-

ficio prestimoniali sancti Michaelis dicti loci Legionensis diocesis, cum ceteris, ut supra.

... ...

[fl. 129]

... ...

Fiat pro omnibus. G.

Dignetur S. V. signare pro omnibus et singulis et per verbum *Fiat ut petitur* tam pro presentibus quam pro absentibus et quod transeat sine alia lectione et cum commissione examinis ad partes. — *Fiat. G.*

Datum Avinione, decimo quinto Kalendas Aprilis, anno septimo.

---

(1) Cf. nota 1 do n.º 621.

631 a

1385, Março 28

Súplicas do embaixador do rei de Castela João Sanches, entre as quais uma a favor de Bartolomeu Martins, clérigo da diocese de Sevilha, sobre um benefício da colação do arcebispo de Braga.

Reg. Suppl. 68, fl. 45-45v.

Rotulus aliter non intitulatus.

Supplicat S. V. humilis et devotus vester Johannes Sancii, ambaxiator filii vestri serenissimi domini regis Castelle, quatinus infrascriptis personis, ut infra petitur, dignemini misericorditer providere. Cum non obstañ et clausulis opportunis, ut in forma.

... ...

Item quatinus Bartholomeo Martini, clerico Ispalensis diocesis, de beneficio cum cura vel sine cura, vacante vel vacaturo, ad collationem, etc., archiepiscopi Bracarensis, dignemini misericorditer providere, cum ceteris, ut in forma.

... ...

Fiat pro illis qui aliam gratiam non habuerunt. G.

Sine alia lectione et cum commissione examinis ad partes. — *Fiat. G.*

Datum Avinione, quinto Kalendas Aprilis, anno septimo.

632-634

1385, Maio 8

Rol de súplicas da Semana Santa, feito pelo referendário Trayl, figurando nele as de Martinho Afonso, clérigo da diocese de Évora, sobre a porção da igreja de S. Nicolau de Lisboa, de João Afonso, sacerdote da diocese de Badajoz, sobre um benefício da colação do bispo de Évora e do arcebispo de Sevilha, de Pedro Martins sobre o canonicato de Lisboa na expectativa da prebenda, de Fernando Mateus, sacerdote da mesma diocese, sobre um benefício desta última colação, de Antão Rodrigues, clérigo da diocese de Badajoz, e de Fernando Afonso de Vila Nova sobre um benefício também da colação do bispo de Évora, de Álvaro Fernandes, clérigo da

diocese de Coimbra, sobre o canonicato de Silves, na expectativa da prebenda, e de João Furtado, cónego prebendário de Badajoz, sobre o canonicato de Évora, na expectativa da prebenda.

AV, Reg. Suppl. 68, fl. 182-208v.

Rotulus de Septimana Sancta compositus per magistrum Walterum Trayl referendarium (1).

... ...

[fl. 195v]

... ...

Item devoto vestro Martino Alfonsi, clerico Elborensis diocesis, quatinus sibi specialem gratiam facientes, de integra portione ecclesie sancti Nicolay Lisbonensis diocesis, spectante ad collationem, etc., episcopi Lisbonensis ac etiam prioris et portionariorum dicte ecclesie sancti Nicolay, eidem M[artino] dignemini providere et cum ceteris, ut supra.

... ...

[fl. 201]

... ...

632[a]. Item quatinus Johanni Alfonsii, presbytero Pacensis diocesis, de beneficio cum cura vel sine cura, ad collationem episcopi Elborensis.

632[b]. Item quatinus Johanni Alfonsi, presbytero Pacensis diocesis, de beneficio cum cura vel sine cura ad collationem archiepiscopi Ispalensis.

632[c]. Item quatinus Antonio Roderici, clerico Pacensis diocesis, de beneficio cum cura vel sine cura, ad collationem episcopi Elborensis.

... ...

[fl. 202]

... ...

632[d]. Item quatinus Petro Martini, clerico, presbytero, perpetuo beneficiato cum cura ecclesie sancti Laurentii Giennensis, de canonicatu et prebenda ecclesie Ulixbonensis, eidem Petro dignemini misericorditer providere. Non obstantibus tribus prestimonialibus portionibus, que obtinet [in] dicta diocesi Giennensi, et cum ceteris non obstañ, ut in forma.

... ...

[fl. 204v]

... ...

632[e]. Item quatinus Martino Alfonsi, clerico Elborensi, de perpetua et integra portione ecclesie sancti Nicolai civitatis Ulixboñ, vacante vel vacatura, spectante communiter vel divisim ad collationem, etc., prioris et portionariorum ipsius ecclesie, dignemini misericorditer providere, cum clausulis, ut supra.

... ...

[fl. 205]

... ...

633. Item quatinus Alvaro Fernandi, clerico Colimbriensis diocesis, tertionario dicte ecclesie, de canonicatu sub expectatione prebende ecclesie Silvensis dignemini providere, non obstante iure quod habet in ecclesia parrochiali sancti Salvatoris de Touraes Colimbriensis diocesis, super quo intendit litigare, quos paratus est dimittere, dum, etc., et cum ceteris, ut supra.

... ...

[fl. 207]

... ...

633[a]. Item quatinus Johanni Alfonsi, presbytero Pacensis diocesis, de beneficio cum cura vel sine cura, spectante communiter vel divisim ad collationem, etc., episcopi Elborensis, dignemini providere, ut supra.

633[b]. Item quatinus Fernando Mathei, presbytero Pacensis diocesis, de beneficio sine cura, spectante communiter vel divisim ad collationem, etc., episcopi Elborensis, dignemini providere, ut supra.

... ...

633[c]. Item quatinus Antonio Roderici, clerico Pacensis diocesis, de beneficio cum [cura] vel sine cura, spectante communiter vel divisim ad collationem, etc., episcopi Elborensis, dignemini providere, cum clausulis, ut supra.

... ...

[fl. 207v]

... ...

633[d]. Item quatinus Johanni Furtati, presbytero, canonico prebendato ecclesie Pacensis, de canonicatu sub expectatione prebende ecclesie Alborensis dignemini providere. Non obstante quod quoddam beneficium curatum in ecclesia beate Marie de Frexenal Pacensis diocesis obtineat et gratia sibi facta per eamdem S. de beneficio ecclesiastico sine cura ecclesie sancte Marine Ispalensis, per assecutionem dimidie portionis ecclesie Ispalensis seu gratia per e[amdem] S. sibi facta de prestimoniis et prestimonialibus portionibus in civitate et diocesi Pacensi, et paratus est dimittere, dum, etc., beneficium servitorium quod obtinet in ecclesia beate Marie de Villa Alva et cum ceteris, ut supra.

... ...

[fl. 208v]

... ...

634. Item quatinus Fernando Alfonsi de Villa Nova, presbytero Pacensis diocesis, de beneficio cum cura vel sine cura, spectante communiter vel divisim ad collationem, etc., episcopi Elborensis, dignemini providere, cum clausulis, ut supra.

... ...

Fiat pro illis qui aliam gratiam non habuerunt. G.

Sine alia lectione et cum examinis commissione ad partes. — *Fiat.* G.

Datum Avinione, octavo Idus Maii, anno septimo.

---

(1) Escocês, doutor em ambos os direitos, capelão e familiar do papa Clemente VII que o nomeou bispo de S. Andrews na Escócia, em Novembro de 1385. Referendário de Clemente VII desde 1383 até 1386. Morreu em 1401. Cf. EUBEL, C., *Hierarchia catholica*, I, p. 89. KATTERBACH, OFM, B., *Referendarii utriusque signaturae a Martino V usque ad Clementem IX...*, Vaticano, 1931, p. XXV.

634[a]

1385, Julho 1

Súplica do conde de Trastamara a favor de Pedro Lázaro, sacerdote da diocese de Badajoz, sobre um benefício da colação do bispo de Évora.

Reg. Suppl. 68, fl. 215-218.

Rotulus compositus per comitem de Trestamara.

Supplicat S. V. devota creatura vestra P., comes de Trestamara, quatinus sibi in personas dilectorum suorum infrascriptorum gratias dignemini facere speciales, cum non obstañ et clausulis oportunis, ut in forma.

... ...

[fl. 217]

... ...

Item quatinus Petro Lazari, presbytero Pacensis diocesis, de beneficio cum cura vel sine cura, ad collationem episcopi Elborensis, non obstante gratia sibi facta de beneficio cum cura vel sine cura, ad collationem episcopi Pacensis.

... ...

[fl. 218]

... ...

Fiat pro castellanis tantum et qui sunt presentes et nullam aliam gratiam habuerunt. G.

Sine alia lectione et cum commissione examinis ad partes. — *Fiat. G.*

Datum Avinione, Kalendis Julii, anno septimo.

634[b]-634[d]

1385, Julho 8

Rol de súplicas do bispo de Leão, entre as quais figuram os pedidos a favor de Afonso Esteves, arcediago de Badajoz, sobre benefícios na cidade e diocese de Évora, de João Furtado, cónego de Badajoz, sobre idêntica graça nos sobreditos lugares, e de Diogo Álvares, diácono da diocese de Badajoz, sobre benefício da colação do bispo e cabido de Évora.

Reg. Suppl. 68, fl. 218v-219v.

Rotulus presentatus per episcopum Legionensem.

Supplicat S. V. humilis et devota creatura vestra A[leramus], episcopus Legionensis (1), quatinus huiusmodi petitiones de gratia especiali pro infrascriptis personis dignemini signare.

... ...

Item quatinus devoto oratori vestro Alfonso Stephani, archidiacono Pacensi, similem gratiam facientes, in ecclesia, civitate et diocesi Elborensi. Non obstante quod in dicta ecclesia et civitate Pacensi canonicatum et prebendam obtineat.

634°. Item quatinus devoto oratori vestro Johanni Furtati, canonico Pacensi, similem gratiam facientes, in eadem ecclesia, civitate et diocesi Elborensi. Non obstante quod in ecclesia sancte Marie de Freixinal Pacensis diocesis unum beneficium cum cura et in ecclesia sancte Marie Ispalensis aliud beneficium sine cura obtineat, quorum fructus xxv librarum Turonensium, etc., valorem annuum non excedunt, et quod dudum S. V. fecit sibi gratiam de expect. xxx librarum prestimoniorum et prestimonialium portionum, vacañ vel vacatur. in dicta ecclesia, civitate et diocesi Pacensi, cui paratus est cedere, dum, etc.

... ...

]fl. 219]

... ...

634ᵈ. Item quatinus Didaco Alvari, diacono Pacensis diocesis, similem gratiam facientes, ad collationem episcopi et capituli Elborensis. Non obst. quod parrochialem ecclesiam de la Falconera diocesis Pacensis obtinet.

... ...

[fl. 219v]

... ...

Fiat pro illis qui aliam gratiam non habuerunt. G.

Sine alia lectione et cum commissione examinis ad partes. — *Fiat. G.*

Datum Avinione, octavo Idus Julii, anno septimo.

---

(1) Aleramo, arcediago de Burgos e licenciado em decretos, referendário e acólito do papa, nomeado bispo de Leão por Clemente VII em Junho de 1382. Cf. EUBEL, C., *Hierarchia catholica*, I, p. 300.

634°

1385, Agosto 12

Súplicas de Salvador Anes, clérigo da diocese de Cidade Rodrigo, sobre a perpétua porção na igreja de Santa Maria de Alcáçova de Santarém.

Reg. Suppl. 67, fl. 26.

Rotulus compositus per magistrum Walterum Trayl (1).

... ...

Item quatinus Salvato[ri] Johannis, clerico Civitatensis diocesis, provecto in iure civili, de perpetua portione, canonia vulgariter nuncupata, ecclesie sancte Marie de Alcaçova Sanctarenensis Ulixboñ diocesis, vacante per obitum Garsie de Araiolos, extra Romanam Curiam defuncti, cuius fructus, etc., l. florenorum auri valorem annuum

non excedunt, etiam si tanto tempore vacaverit quod eius collatio si[t] ad sedem apostolicam devoluta. Non obstante gratia sibi per eamdem S. V. facta de canonicatu sub expectatione prebende ecclesie Colimbriensis et cum ceteris, ut supra.

... ...

Fiat pro omnibus. G.

Datum Avinione, secundo Idus Augusti, anno septimo.

---

(1) Cf. nota 1 do n.º 632.

634[f]

1385, Setembro 7

Súplica de João Álvares da diocese de Oviedo sobre benefício já anteriormente pedido no rol do bispo de Coimbra.

Reg. Suppl. 67, fl. 144v.

Sanctissime Pater, S. V. gratiam specialem fecit devoto vestro Johanni Alvari de Turbia Ovetensis diocesis de beneficio cum cura vel sine cura, in rotulo episcopi Colubriensis, ad collationem episcopi, decani et capituli singulorumque canonicorum et personarum ecclesie Ovetensis... — *Concessum apud Castrum Novum, Avinionensis diocesis, septimo Idus Septembris, anno septimo.*

CLEMENTE VII

(EL. 20 SET., COR. 31 OUT. 1378, + 16 SET. 1394)

SÚPLICAS

ANO OITAVO

(31 OUT. 1385 – 30 OUT. 1386)

AV, REG. SUPPL., VOL. 69

635

1385, Dezembro 23

Súplica de D. João, rei de Castela, que também se diz de Portugal, a favor de Lopo Furtado de Mendonça, clérigo da diocese de Siguenza, sobre benefícios na diocese de Samora.

Reg. Suppl. 69, fl. 13v.

Supplicat S. V. devotus filius vester Johannes, Castelle, Legionis et Portugalie rex, quatinus sibi in personam dilecti sui Luppi Furtado de Mendonza, clerici Seguntine diocesis, specialem gratiam facientes, de canonicatu et prebenda ecclesie, civitatis, cum prestimoniis, etc., vacantibus in eadem ecclesia et diocesi Civitatensi et Zamorensi per obitum Raymundi Bodin, succollectoris apostolici, extra Romanam Curiam defuncti, quorum fructus etc., viginti quinque librarum Turonensium parvorum secundum taxationem decime valorem annuum non excedunt, eidem L[upo] dignemini misericorditer providere — *Fiat.* G.

Sine alia lectione et cum commissione examinis ad partes — *Fiat.* G.

Datum Avinione, decimo Kalendas Januarii, anno octavo.

CLEMENTE VII

(EL. 20 SET., COR. 31 OUT. 1378, + 16 SET. 1394)

SÚPLICAS

ANO NONO

(31 OUT. 1386 – 30 OUT. 1387)

AV, REG. SUPPL., VOL. 70 A 73

636

1386, Dezembro 5

Rol de súplicas de Gonçalo Gomes de Souto Maior, cavaleiro de D. João, rei de Castela, também dito de Portugal, a favor de espanhóis e sobre benefícios de igrejas espanholas.

Reg. Supgl. 71, fl. 8v.

Rotulus Gundisalvi Gometii de Soto Mayor.

Supplicat S. V. humilis et devotus vester Gundisalvus Gometii de Soto Mayor, miles, alumpnus domini regis Castelle, Legionis ac Portugalie, quatinus sibi in personas infrascriptas gratias dignemini facere speciales.

... ...

Fiat pro omnibus. G.

Sine alia lectione et cum commissione examinis ad partes. — *Fiat. G.*

Datum Avinione, Nonis Decembris, anno nono.

636 a

1387, Janeiro 31

Súplica de Garcia Fernandes de Vila Garcia, mestre da Ordem de S. Tiago da Espada, a favor de Martinho Lopes de Montemolmo da diocese de Badajoz, prior da igreja paroquial de Santa Maria de Sintra, sobre o canonicato e prebenda de Lisboa.

Reg. Suppl. 70, fl. 67.

Supplicat S. V. humilis et devotus servitor vester Garsias Fernandi de Villa Garsia, magister militie vestri ordinis sancti Jacobi, in personam intimi et fidelis servitoris sui Martini Loppi de Montemolmo Pacensis diocesis, presbyteri, prioris, alias rectoris, parrochialis et secularis ecclesie sancte Marie de Sintra Ulixbonensis diocesis, quatinus dicto Martino specialem gratiam facientes, de canonicatu et prebenda Ulixboñ ecclesie, vacantibus per obitum Fernandi Roderici, quondam dicte Ulixbonensis ecclesie canonici prebendati, qui extra Romanam Curiam diem suum clausit extremum, etiam si dictus canonicatus et prebenda sedi apostolice sint generaliter vel specialiter reservati, cum omnibus iuribus et pertinentiis suis donationi apostolice eidem Martino misericorditer dignemini

providere et etiam si dictus canonicatus et prebenda per [fl. 68] quemcumque alium (1), potentia vel auctoritate cuiuscumque, preterquam vestra, de facto sint detenti vel alias quoquo modo occupati. Et cum ceteris non obstañ et clausulis opportunis ac executoribus, ut in forma. — *Fiat. G.*

Sine alia lectione. — *Fiat. G.*

Datum Avinione, secundo Kalendas Februarii, anno nono.

---

(1) No ms. *per quemcumque per alium.*

636 b

1387, Janeiro 31

Súplica de Miguel Afonso de Guimarães, clérigo da diocese de Braga, sobre um benefício da colação do arcebispo e cabido de Sevilha.

Reg. Suppl. 71, fl. 18v-19.

Supplicat S. V. humilis et devotus vester Michael Alfonsi de Vimaranes, clericus Bracharensis diocesis, nullum beneficium assecutus, quatinus sibi specialem gratiam facientes, de beneficio sine cura, spectante ad collationem, presentationem seu quamvis aliam dispositionem archiepiscopi et capituli [fl. 19] Ispalensis communiter vel divisim, si quod ad presens in civitate vel diocesi Ispalensi vacat vel quamprimum vacare contigerit, conferendum eidem Michaeli, dignemini misericorditer reservare, cum acceptatione, inhibitione, decreto et clausula anteferri. Et cum ceteris non obstañ et clausulis opportunis ac executoribus, ut in forma. — *Fiat. G.*

Sine alia lectione. — *Fiat. G.*

Datum Avinione, secundo Kalendas Februarii, anno nono.

636 c

1387, Abril 2

Rol de súplicas de Rodrigo Bernardes, embaixador do rei de Castela, também dito de Portugal, a favor de espanhóis e sobre benefícios de igrejas espanholas.

Reg. Suppl. 71, fl. 55.

Rotulus Roderici Bernardi, ambaxiatoris regis Castelle.

Supplicat S. V. devotus vester Rodericus Bernardi, ambaxiator regis Castelle

et Legionis ac Portugalie, quatinus personis infrascriptis gratias concedere dignemini infrascriptas.

... ...

Fiat pro omnibus. G.

Sine alia lectione et cum commissione examinis ad partes. — *Fiat. G.*

Datum Avinione, quarto Nonas Aprilis, anno nono.

636[d]

1387, Abril 2

Súplicas de Pedro Sanches, doutor em leis e embaixador de D. João, rei de Castela, também dito de Portugal, a favor de espanhóis e sobre benefícios de igrejas espanholas.

Reg. Suppl. 71, fl. 72v-74.

Supplicat S. V. humilis et devotus vester Petrus Sancii, legum doctor, ambaxiator illustrissimi filii Johannis, regis Castelle, Legionis et Portugalie, quatinus infrascriptas petitiones ad exauditionis gratiam dignemini admittere.

... ...

[fl. 74]

... ...

Fiat pro illis qui aliam gratiam non habuerunt. G.

Sine alia lectione et cum commissione examinis ad partes. — *Fiat. G.*

Datum Avinione, quarto Nonas Aprilis, anno nono.

636[e]

1387, Abril 2

Súplica de Rodrigo Bernardes, embaixador do rei de Castela, que também se diz de Portugal, a favor de Fernando Gonçalves, clérigo da diocese de Palença, sobre a sacristia da igreja de S. Salvador de Valhadolide.

Reg. Suppl. 70, fl. 91.

Supplicat S. V. humilis et devotus vester Rodericus Bernardi, ambaxiator regis Castelle et Legionis ac Portugalie, quatinus sibi in personam dilecti sui Fernandi Gondisalvi, clerici Palentine diocesis, specialem gratiam facientes, de sacristia ecclesie parrochia-

lis sancti Salvatoris Vallisoleti dicte diocesis ... eidem Fernando dignemini misericorditer providere, cum omnibus non obstañ et clausulis oportunis ac executoribus, ut in forma. — *Fiat. G.*

Sine alia lectione et cum commissione examinis ad partes. — *Fiat. G.*

Datum Avinione, quarto Nonas Aprilis, anno nono.

636[f]

1387, Julho 6

Súplica de Raimundo Narbona, sacerdote, que fora privado por Urbano VI da igreja de Santa Maria de Moreiras da diocese de Braga, por ter aderido à obediência de Clemente VII, depois de a ter possuído durante mais de quinze anos, e pede a este último papa o canonicato e prebenda de Toledo.

Reg. Suppl. 71, fl. 145v.

Supplicat S. V. devotus vester Raymundus Narbona, presbyter, qui parrochiali ecclesia sancte Marie de Moreriis Bracharensis diocesis, quam per xv annos et ultra tenuit et possedit pacifice et quiete, per nephandum Bartholomeum, olim Barensem archiepiscopum (1), in sede apostolica violenter intrusum, de facto privatus et spoliatus existit, pro eo quod V. S. adherebat, quatinus sibi specialem gratiam facientes, de canonicatu sub expectatione prebende ecclesie Tholetane necnon prestimoniorum et prestimonialium portionum in dicta ecclesia, civitate et diocesi vacantium vel vacaturorum simul vel successive, quorum prestimoniorum et prestimonialium portionum fructus, etc., xl librarum Turonensium parvorum secundum taxationem decime valorem annuum non excedunt, eidem Raimundo dignemini misericorditer providere, cum non obstañ et clausulis oportunis ac executoribus, ut in forma. — *Fiat. G.*

Sine alia lectione. — *Fiat. G.*

Datum Avinione, secundo Nonas Julii, anno nono.

(1) Cf. nota 4 do n.º 197

636[g]

1387, Agosto 31

Súplica do cardeal de Santo Anjo D. Guilherme Noelet, a favor do seu familiar Pedro de Tilio, clérigo da diocese de Rodez, sobre o canonicato e prebenda de Lisboa e priorato da igreja de Santo Estêvão de Lisboa.

Reg. Suppl. 70, fl. 222.

Supplicat S. V. devotus vester G[uillelmus], cardinalis sancti Angeli (1), quatinus sibi in personam dilecti antiqui familiaris sui continui commensalis Petri de Tilio, clerici Ruthenensis diocesis, specialem gratiam facientes, de canonicatu et prebenda ecclesie Ulixbonensis ac de prioratu secularis seu parrochialis ecclesie sancti Stephani Ulixbonensis, vacantibus per obitum quondam Alfonsi Stephani, dicte ecclesie, dum viveret, canonici prebendati et ipsius prioratus seu parrochialis ecclesie ultimi possessoris, extra Romanam Curiam defuncti, etiam si ex et pro eo quod dictus quondam Alfonsus, dum viveret, scismaticus, ut asseritur, existens, canonicatu et prebenda ac ecclesia prefatis de iure vel alias privatus seu privandus existit et etiam si alias quovis modo et si ex alia quavis persona vacent ac si tamdiu vacaverint quod eorum collatio ad sedem apostolicam devoluta vel alias generaliter aut specialiter reservata existat, eidem Petro, nisi sit in eis alicui alteri specialiter ius quesitum, dignemini misericorditer providere. Non obstañ quod unum sancti Laurentii de Casalibus et aliud sancti Andree de Triquero Auxitane diocesis simplicia beneficia ecclesiastica, quorum fructus, etc., xv florenorum valorem annuum in universo non excedunt, obtineat, cum ceteris non obstañ et clausulis ac executoribus opportunis, ut in forma. — *Fiat informatio de valore et sufficientia per Vaurensem* (2).

Datum apud Ruppem Mauram Avinionensis diocesis, secundo Kalendas Septembris, anno nono.

---

(1) D. Guilherme Noelet, referendário pontifício, criado cardeal por Gregório XI em Maio de 1371, do tít. de Santo Anjo. Morreu em Julho de 1394. Cf. EUBEL, C., *Hierarchia catholica*, I, p. 22, 49.

(2) Na margem direita do texto: *Responsio domini nostri.* Trata-se do referendário Gil Bellemère, nomeado bispo de Lavaur por Clemente VII em Outubro de 1383. Foi transferido para a sé de Nice em Agosto de 1392 e a seguir para a de Avinhão. Como referendário e bispo de Avinhão aparece em súplica do Reg. Suppl. 88, fl. 29v: «Item supplicat devota factura vestra *E. Avinionensis, V. S. referendarius...*» Recordo alguns róis de súplicas, compostos por ele: *Rotulus compositus per dominum episcopum Avinionensem* (Reg. Suppl. 95, fl. 217); *Rotulus expectationum compositus per episcopum Avinionensem* (Reg. Suppl. 95, fl. 215-215v); *Rotulus septimane sancte de expectationibus, compositus per dominum episcopum Avinionensem* (Reg. Suppl. 91, fl. 43v). Cf. nota 1 do n.º 194.

636 h

1387, Setembro 11

Súplica de Pedro Sanches de Torre, bacharel em decretos, sobre o canonicato e prebenda de Lisboa, vacantes por morte de João de Coruche.

Reg. Suppl. 70, fl. 218-218v.

Supplicat S. V. humilis et devotus vester orator Petrus Sancii de Turribus, bachalarius in decretis, quatinus sibi specialem gratiam facientes, de canonicatu et prebenda ecclesie Ulixbonensis, que, ut sperat in Domino, erit in brevi obedientie eiusdem S., vacantibus in eadem ecclesia per obitum Johannis de Coruchi, quondam ipsius ecclesie canonici prebendati, extra Romanam Curiam deffuncti, amoto ab eisdem quolibet illicito detentore vel alias occupatore, dicto Petro Sancii dignemini misericorditer providere,

non obstante gratia eidem Petro ab eadem S. facta in rotulo domini sui regis Castelle ad canonicatum sub expectatione prebende ac dignitatis, etc., et prestimoniorum, etc., virtute cuius, quamdam prebendam in ecclesia Ispalensi acceptavit et de ea sibi fuit provisum, cuius possessionem habet, licet in vestro sacro palatio apostolico litigare noscatur et ad nonnullos actus processit, quos hic habere dignemini pro expressis ac etiam non obstante quod prioratum secularis et non collegiate ecclesie sancte Marie de Portu diocesis Ispalensis, qui simplex beneficium sine cura existit, non requirens residentiam nec servitium aliquod personale, de antiqua et observata consuetudine, noscitur obtinere, et paratus est dimittere canonicatum, prebendam necnon prestimonia et prestimoniales portiones, quos et que seu quas in ecclesia et diocesi Legionensi noscitur obtinere, si et dum huiusmodi gratie habuerit effectum et pacificam et quietam possessionem et cum omnibus aliis non obstañ et clausulis necessariis ac etiam oportunis ac executoribus, ut in forma.

... ...

[fl. 218v]

... ...

Exhibeant se Matisconensi (1).

Datum apud Ruppem Mauram, Avinionensis diocesis, tertio Idus Septembris, anno nono.

---

(1) Na margem direita do texto: *Responsio domini nostri.* Trata-se de João de Boissy, chanceler de Cahors, nomeado bispo de Mâcon por Clemente VII, em Outubro de 1380, e criado referendário em 1386 pelo mesmo papa, que o transferiu para a sé de Amiens em Março de 1389. Morreu em Setembro de 1410. Cf. EUBEL, C., *Hierarchia catholica,* I, p. 85, 330. KATTERBACH, OFM, B., *Referendarii utriusque signaturae a Martino V ad Clementem IX.....*, p. XXIV.

CLEMENTE VII

(EL. 20 SET., COR. 31 OUT. 1378, + 16 SET. 1394)

SÚPLICAS

ANO DÉCIMO

(31 OUT. 1387 – 30 OUT. 1388)

AV, REG. SUPPL., VOL. 74

637

1387, Dezembro 21

Súplica de D. João, rei de Castela, que se diz também de Portugal, a favor de Bartolomeu Lopes, licenciado em leis, lente no Estudo Geral de Mompilher e clérigo de Sevilha, sobre o canonicato de Sevilha, na expectativa da prebenda.

Reg. Suppl. 74, fl. 25v.

Supplicat S. V. devotus filius vester J[ohannes], Castelle, Legionis et Portugalie rex, quatinus sibi in personam dilecti sui Bartholomei Luppi, licenciati in legibus, actu legentis leges in Studio Montispessulani, clerici Ispalensis, specialem gratiam facientes, de canonicatu sub expectatione prebende ac dignitatis, personatus, administrationis vel officii ecclesie Ispalensis, etiam si dignitas curata, electiva ac maior post pontificalem in eadem ecclesia fuerit, eidem B[artolomeo] misericorditer providere ipsumque in huiusmodi canonicatus et prebende ac dignitatis, personatus, administrationis vel officii assecutione omnibus quibuscumque expectantibus in ecclesia antedicta dignemini anteferri, litteris apostolicis quibusvis personis et sub quacumque verborum forma concessis non obstantibus quibuscumque; non obstante quod in ecclesia parrochiali sancti Salvatoris de Scacena diocesis Ispalensis quoddam perpetuum beneficium obtineat, et cum aliis non obstañ et clausulis opportunis, et dignetur S. V. signare per *fiat*, cum clausula predicta, — *Fiat. G.*

Sine alia lectione. — *Fiat. G.*

Datum Avinione, duodecimo Kalendas Januarii, anno decimo (1).

(1) No fol. 40, vem o rol de súplicas de Diogo Garcia de Cisneros, *miles, ambaxiator regis Castelle, Legionis ac Portugalie.*

637 a

1388, Maio 13

Rol de súplicas composto pelo referendário D. Gil de Bellemère, bispo de Lavaur, entre as quais figura a de Gonçalo Esteves de Mogadouro, clérigo da diocese de Braga, sobre um benefício da colação do bispo e cabido de Salamanca.

Reg. Suppl. 74, fl. 90-93.

Rotulus compositus per dominum episcopum Vaurensem (1).

... ...

[fl. 91v]

... ...

Item Gundissalvo Stephani de Mogadeyro, clerico Bragensis diocesis, de beneficio ecclesiastico, cum cura vel sine cura, vacante vel vacaturo, spectante communiter vel divisim ad collationem, etc., episcopi, decani et capituli singulorumque canonicorum et personarum ecclesie Salamantine, etiam si portio integra vel dimidia in ecclesia cathedrali existat, dignemini misericorditer providere. Cum clausulis, etc.

... ...

[fl. 93]

... ...

Fiat pro omnibus. G.

Sine alia lectione et cum commissione examinis ad partes. — *Fiat. G.*

Datum Avinione, tertio Idus Maii, anno decimo.

---

(1) Cf. nota 1 do n.º 194 e nota 2 do n.º 636g.

638-639

1388, Maio 22

Súplicas de Dona Beatriz, portuguesa, que se diz rainha de Castela e de Portugal, a favor de Afonso Domingues, bacharel em decretos, sobre o canonicato de Segóvia, o qual se dispunha a resignar à chantria da Guarda, que obtinha juntamente com o canonicato e prebenda, e de João Sanches, vice-chanceler seu e escolar em leis, sobre benefícios na diocese de Salamanca, o qual tinha o canonicato e prebenda da Guarda, igreja paroquial de Sarzedas da diocese da Guarda e a porção perpétua da colegiada de S. Cristóvão de Coimbra, dispondo-se a resignar à dita igreja.

Reg. Suppl. 74, fl. 58-58v.

Supplicat S. V. humilis et devota filia vestra Beatrix, regina Castelle et Portugalie, quatinus sibi pro dilectis suis infrascriptis gratias facere speciales infrascriptas, cum clausulis et non obstañ per eos infra petitis.

Et primo quatinus dilecto Alfonso Dominici, bacallario in decretis, gratiam facientes specialem, de canonicatu sub expectatione prebende ecclesie Segobiensis necnon dignitatis, personatus vel officii ac prestimoniorum et prestimonialium portionum unius, duorum, trium aut plurium ipsius ecclesie canonicorum cedentium vel decedentium aut alias quomodolibet dimittentium vacañ vel vacatur. simul vel successive in ecclesia, civitate et diocesi Segobieñ, usque ad summam lx. librarum Turonensium parvorum secundum taxationem decime, eidem A[lfonso], etiam si fuerit dignitas curata et electiva et maior post pontificalem, dignemini misericorditer providere, cum clausula anteferri, preterquam dominis cardinalibus et S. V. familiaribus, non obstante quod canonicatum et

prebendam ac cantoriam [fl. 58v] in ecclesia Egitaniensi obtineat, quam cantoriam paratus est dimittere, dum pacificam possessionem dicte dignitatis, personatus vel officii fuerit assecutus, et cum aliis non obstañ et clausulis oportunis ac executoribus, ut in forma.

639. Item quatinus dilecto Johanni Sancii, vicecancelario suo, scolari in legibus, specialem gratiam facientes, de canonicatu sub expectatione prebende ecclesie Salamantine necnon dignitatis, personatus vel officii ac prestimoniorum et prestimonialium portionum unius, duorum, trium aut plurium ipsius ecclesie canonicorum, cedentium vel decedentium aut alias quomodolibet dimittentium, vacañ vel vacat. simul vel successive in ecclesia, civitate et diocesi Salamantina usque ad summam lx. librarum Turonensium parvorum secundum taxationem decime, eidem Jo[hanni], etiam si fuerit dignitas curata et electiva et maior post pontificalem, dignemini misericorditer providere, cum clausula anteferri, preterquam dominis cardinalibus et V. S. familiaribus. Non obstante quod canonicatum et prebendam in ecclesia Egitaniensi obtineat et ecclesiam curatam de Sarzedas eiusdem diocesis et portionem perpetuam in ecclesia collegiata sancti Christofori Colimbriensi, quam ecclesiam curatam paratus est dimittere, dum possessionem pacificam dicte dignitatis, personatus vel officii fuerit assecutus, et cum aliis non obstañ et clausulis oportunis ac executoribus, ut in forma.

Fiat pro omnibus. G.

Sine alia lectione et cum commissione examinis ad partes. — *Fiat G.*

Datum Avinione, undecimo Kalendas Junii, anno decimo.

640-683

1388, Setembro 25

Rol de súplicas de D. João, rei de Castela, que se declara também de Portugal. Pede uma prebenda em cada igreja catedral e colegiada dos seus domínios para clérigos, seus amigos, sobretudo para os que fugiram do reino de Portugal para seguir a obediência de Clemente VII, perdendo canonicatos e prebendas e dignidades nas igrejas de Portugal. Para Afonso Martins, bacharel em decretos, cónego e deão de Braga, solicita o canonicato de Toledo. Idêntica graça para Gil Peres, bacharel em leis, arcediago e cónego de Braga, na igreja de Burgos, para Gonçalo Esteves, escolar em decretos, cónego de Braga e reitor da igreja paroquial de Santa Maria de Cervães da diocese de Braga, na igreja de Palença, para Gonçalo Afonso, escolar em decretos, cónego de Braga e reitor da igreja paroquial de Santa Eulália de Pensalvos da diocese de Braga, na igreja de Samora, para Clemente Domingues, cónego de Braga, na igreja de Compostela, para Afonso Gonçalves, porcionário de Braga, na igreja de Orense, para Estêvão Anes, secretário do rei e cónego e arcediago da Guarda, na igreja de Sevilha, para João Sanches, cónego da Guarda e reitor da igreja paroquial de Santa Maria de Sarzedas e escolar de direito canónico, na igreja de Leão, para Afonso Domingues, chantre da Guarda e bacharel em decretos, na igreja de Ávila, para João Garcia, chantre de Silves, cónego de Lisboa e escolar de decretos, na igreja de Córdova, para Pedro Garcia, mestre-escola e cónego de Lisboa, escolar de direito canónico, na igreja de Lugo, para Raimundo de Sales, tesoureiro e cónego de Lisboa, na igreja de Segóvia, para Filipe de Andaster, cónego de

Lisboa, prior da igreja paroquial da igreja de Santa Justa de Lisboa, na igreja de Calaorra, para Salvador Anes, arcediago de Celorico da Beira, bacharel em leis, na igreja de Cuenca, para Diogo de Quairas, clérigo de Braga, na colegiada de Santa Maria Maior de Valhadolide, para Afonso Martins, cónego de Silves e reitor da igreja de S. Bartolomeu de Oriola da diocese de Évora, na igreja de Cartagena, para João Lourenço, cónego de Silves, porcionário da igreja de Santa Maria de Tavira, na igreja de Placência, para Martinho Domingues, clérigo da diocese de Braga, na igreja de Castrogerez da diocese de Burgos, para Raimundo Narbona, cónego de Braga e reitor da igreja paroquial de Santa Maria de Moreiras da diocese de Braga, na igreja de Lugo, para João Martins, familiar e filho do falecido bispo de Lisboa D. Martinho, assassinado pelos partidários de D. João I, na igreja de Salamanca. Solicita dispensas quanto a benefícios incompatíveis e permuta dos mesmos para o dito Afonso Martins, bacharel em decretos, deão de Braga, o qual na presença dos vigários do arcebispo D. Lourenço Vicente, do então deão e do cabido de Braga, especialmente convocados para esse fim, pregara a favor de Clemente VII e contra Urbano VI, vindo a sofrer bastante por isso; para Afonso Gonçalves, reitor da igreja paroquial de Santo André de Telões da diocese de Braga e perito em direito canónico, que regeu durante algum tempo a cátedra doutoral no Estudo Geral de Coimbra, e fazia as vezes do mordomo-mor da rainha, e para Diogo de Quairas, clérigo de Braga, solicita a dispensa de ilegitimidade para reter benefícios ou receber Ordens. Para Lopo Fernandes, abade do mosteiro de S. João de Arnóia e prior de Santa Maria de Azinhoso, pede qualquer mosteiro da Ordem de S. Bento ou da Ordem de Cister na província de Braga ou de Compostela. Para Lourenço Anes, reitor da igreja paroquial de S. João do Campo da diocese de Braga, pede um benefício na diocese de Orense, para Diogo Afonso, clérigo de Braga, na de Tui, para Pedro Gil, clérigo de Braga, na igreja de Astorga, para Martinho Domingues de Castanheira, clérigo da diocese de Braga, na de Lugo, para Diogo Esteves, clérigo de Braga, na igreja de Orense, para João Garcia, reitor da igreja de S. Salvador de Rebordões da diocese de Braga, na de Palença, para Gonçalo Gil, reitor da igreja de Santa Maria de Verim da diocese de Braga, na de Compostela, para Pedro Esteves, reitor da igreja paroquial de S. Tiago de Antas da diocese de Braga, na de Salamanca, para João Gonçalves, reitor da igreja paroquial de Santa Maria de Várzea da diocese de Braga, na de Samora, para Afonso Pires, reitor da igreja de Carvalhais, na de Samora, para João Gonçalves, clérigo de Lamego, na de Ávila, para Pedro Martins, clérigo da diocese de Braga, na de Tui, para Gonçalo Martins, clérigo da diocese de Braga, na de Salamanca, para Paio Martins, clérigo da diocese de Braga, na de Placência, para Gonçalo Geraldes, reitor da igreja de S. Tiago de Amorim da diocese de Braga, na de Siguenza, para Geraldo Peres, sacerdote da diocese de Braga, na de Astorga, para Afonso Ferro, sacerdote da diocese do Porto, na de Compostela. Para todos, visto vários deles serem velhos e pobres, solicita uma data boa e que o exame seja feito nos lugares onde moram.

Reg. Suppl. 74, fl. 197-198v.

Rotulus per dominum regem Castelle et Legionis presentatus.

Supplicat S. V. humilis filius vester Jo[hannes], rex Castelle et Portugalie, quatinus eidem in personas dilectorum suorum Portugalensium infrascriptorum, precipue illorum qui in dicto Portugalie [regno] canonicatus et prebendas habebant et dignitates in ecclesiis cathedralibus et dictum regnum Portugalie, beneficia et omnia que habebant propter iustitiam dimiserunt et secuti sunt Vestram Sanctitatem et ad dictum regem fugerunt, dignetur gratiam facere specialem in hunc modum: cuilibet eorum, in qualibet ecclesia cathedrali seu collegiata dominii dicti regis, unam prebendam concedere ultra numerum,

ita quod una ecclesia habeat unum tantum et non plus, cum tantis viris litteratis in senectute constitutis esse[n]t expectationes sine aliquo beneficio de presenti inutiles seu quasi. Et dignetur S. V. eisdem expectationes concedere cum clausula anteferri et omnia concedere cum examine ad partes.

641. Item quatinus Alfonso Martini, bacallario in decretis, canonico et decano Bracharensi, dignetur S. V. providere de canonicatu et prebenda ecclesie Toletane, ultra numerum canonicorum in dicta ecclesia constitutum et apostolica auctoritate confirmatum et iuratum nec per hoc S. V. intendat augmentare numerum in dicta ecclesia nisi ad tempus et ex ista iusta causa, ita quod dicta prebenda extingatur cum dicto decano defuncto vel cedente et non oriatur cum creato et ut citius dicta prebenda vacet et reducatur ad numerum in dicta ecclesia constitutum, dignetur eadem S. eidem Alfonso de dicta prebenda ultra numerum in dicta ecclesia providere sub expectatione alterius prebende in dicta ecclesia vel in qualibet ecclesiarum provincie Compostellane vel provincie Bracharensis et dignitatis, personatus vel officii et prestimonialium vel prestimoniorum unius, duorum vel trium canonicorum, vacañ vel vacatur. usque ad summam centum librarum Turonensium parvorum, et paratus est idem decanus dimittere prebendam quam sic in dicta ecclesia ultra numerum receperit postquam in dicta ecclesia vel qualibet ecclesiarum predictarum auctoritate dicte expectationis aliam prebendam fuerit assecutus. Non obstante decanatu et canonicatu et prebenda, quos idem Alfonsus in ecclesia Bracharensi noscitur obtinere seu quod auctoritate V. S. in ecclesia Ulixbonensi canonicatum et prebendam noscitur expectare et aliis non obstantibus, ut in forma.

642. Item quatinus Egidio Petri, bacallario in legibus, archidiacono et canonico Bracharensi, similem gratiam facientes in ecclesia Burgensi tantum.

643. Item Gunsalvo Stephani, scolari in decretis, canonico Bracharensi, rectori parrochialis ecclesie sancte Marie de Cervanis predicte Bracharensis diocesis, similem gratiam facientes in ecclesia Palentina tantum.

643ª. Item Gonsalvo Alfonsi, canonico Bracharensi, rectori parrochialis ecclesie sancte Eulalie de Pençalvis Bracharensis diocesis, similem gratiam facientes, in ecclesia Zamorensi.

644. Item Gonsalvo Alfonsi, scolari in decretis, canonico Bracharensi, rectori parrochialis ecclesie sancte Eulalie de Pensalvis Bracharensis diocesis in diocesi Zamorensi.

645. Item Clementi Dominici, canonico Bracharensi, similem gratiam facientes in ecclesia Compostellana.

646. [fl. 197v] Item Alfonso Gonsalvi, portionario Bracharensi, similem gratiam facientes in ecclesia Auriensi.

647. Item Stephano Johannis, secretario dicti regis, canonico et archidiacono Egitaniensi, similem gratiam facientes in ecclesia Ispalensi. Et quia idem archidiaconus est gratus regi et dictus archidiaconatus est ita modici valoris quod si regnum Portugalie [et] ecclesia Egitaniensis veniant ad unitatem Ecclesie non poterit idem Stephanus statum

archidiaconi tenere, supplicat idem rex quatinus cum eodem Stephano dignetur S. V. misericorditer dispensare quatinus cum dicto archidiaconatu aliud beneficium curatum recipere valeat et simul cum dicto archidiaconatu retinere.

648. Item Johanni Sancii, canonico Egitaniensi, rectori parrochialis ecclesie sancte Marie de Cerzedas, scolari in iure canonico, similem gratiam facientes in ecclesia Legionensi.

649. Item Alfonso Dominici, cantori Egitaniensi, bacallario in decretis, similem gratiam facientes in ecclesia Abulensi.

650. Item Johanni Garsie, cantori Silvensi, canonico Ulixbonensi, scolari in decretis, similem gratiam facientes in ecclesia Cordubensi.

651. Item Petro Garsie, scolastico et canonico Ulixbonensi, in iure canonico scolari, similem gratiam facientes in ecclesia Lucensi.

652. Item Raymundo [de] Salis, thesaurario et canonico Ulixbonensi, similem gratiam facientes in ecclesia Segobiensi.

653. Item Philippo de Andaster, canonico Ulixbonensi, priori parrochialis ecclesie sancte Juste Ulixbonensis, similem gratiam facientes in ecclesia Calaguritana.

654. Item Salvato[ri] Johannis, archidiacono de Celorico in ecclesia Egitaniensi, bacallario in legibus, similem gratiam facientes in ecclesia Conchensi.

655. Item Didaco de Quairas, clerico Bracharensi, similem gratiam facientes in ecclesia collegiata sancte Marie Maioris de Valleolleti Palentine diocesis.

656. Item Alfonso Martini, canonico Silvensi, rectori parrochialis ecclesie sancti Bartholomei de Auriola Elborensis diocesis, similem gratiam facientes in ecclesia Cartaginensi.

657. Item Johanni Laurentii, canonico Silvensi, portionario [ecclesie] sancte Marie de Tavira Silvensis diocesis, similem gratiam facientes in ecclesia Prazentina.

658. Item Martino Dominici, clerico Bracharensis diocesis, similem gratiam facientes in ecclesia sancte Marie de Castroxeres Burgensis diocesis.

659. Item Petro Egidii de Orgera, clerico Bracharensi, similem gratiam facientes in ecclesia (1).

660. Item Raymondo Narbona, canonico Bracharensi, rectori parrochialis ecclesie sancte Marie de Morariis Bracharensis diocesis, in ecclesia Lucensi.

661. Item Johanni Martini, alumno Martini, bone memorie quondam episcopi Ulixbonensis qui in dicta Ulixbonensi per filios iniquitatis interemptus est pro iustitia (2),

similem gratiam facientes in ecclesia Salamantina, non obstante defectu quem patitur de dicto Martino, presbytero, genitus et soluta, et est in iure canonico peritus.

[fl. 198] Secuntur dispensationes:

662. Supplicat idem rex eidem S. quatinus cum Alfonso Martini, bacallario in decretis, decano Bracharensi, quatinus cum eodem decano qui in presentia vicariorum illius maledicti Laurentii Vicentii, intrusi Bracharensis ([3]), decani tunc temporis, et capituli et consilii Bracharensis ad hoc specialiter convocatorum publice predicavit Vestram Sanctitatem et dampnavit perfidiam illius Bartholomei ([4]), propter quod multa mala sustinuit, dignetur e[adem] S. dispensare quatinus cum dicto decanatu, qui est dignitas curata, aliud beneficium curatum vel dignitatem, si sibi canonice conferatur, licite recipere valeat et una cum dicto decanatu et insimul valeat retinere et dictum beneficium, quod sic cum dicto decanatu receperit, causa permutationis vel alias dimittere et loco dimissi vel dimissorum aliud beneficium curatum recipere, totiens quotiens sibi videbitur expedire. Non obstante generali concilio et aliis non obst.

663. Item quatinus cum Alfonso Gunsalvi, rectore parrochialis ecclesie sancti Andree de Tollones Bracharensis diocesis, iuris canonici perito, qui cathedram doctoralem in Studio Colimbriensi per nonnulla tempora tenuit, vicemgerente maiorisdomi regine, uxoris predicti regis, dignemini dispensare quatinus, non obstante defectu quem patitur de presbytero genitus et soluta, una cum dicta ecclesia curata aliud beneficium simplex seu sine cura, etiam si canonicatus et prebenda ecclesie cathedralis, recipere valeat ac etiam retinere, non obstante Pictavensi concilio et aliis non obst.

664. Item cum Didaco de Quairas, clerico Bracharensi, quod non obstante defectu quem patitur de presbytero genitus et soluta, ad omnes ordines et beneficium ecclesiasticum cum cura vel sine cura, etiam si sit canonicatus et prebenda ecclesie cathedralis, dignemini misericorditer dispensare et quod unum beneficium cum cura et aliud sine cura vel duo sine cura recipere valeat ac etiam retinere, si sibi canonice conferantur, non obstante, ut supra.

Secuntur expectationes simplices:

665. Supplicat idem rex S. V. quatinus e[adem] S. fratri Lupo Fernandi, abbati monasterii sancti Johannis de Arnoya et priori sancte Marie de Azinhoso ordinis sancti Benedicti, qui eidem regi multa et grata servitia fecit, dignemini providere de aliquo monasterio etiam ordinis sancti Benedicti seu Cisterciensis ordinis, etiam si per abbatem seu priorem regatur, vacante vel vacaturo in provincia Bracharensi seu Compostellane provincie, non obstantibus predicta abbatia et prioratu, quos idem frater Lupus in diocesi Bracharensi noscitur obtinere, et aliis non obstañ, ut in forma.

666. Item Laurentio Johannis, presbytero, rectori parrochialis ecclesie sancti Johannis de Campo Bracharensis diocesis, de beneficio cum cura vel sine cura, vacante vel vacaturo in diocesi et civitate Auriensi, spectante ad collationem, presentationem, confirmationem seu provisionem episcopi et capituli Auriensis communiter vel divisim singularumque personarum et canonicorum dicte ecclesie seu alicuius abbatis et conventus

seu abbatisse et conventus dicte Auriensis diocesis, ordinis cuiuscumque [fl. 198v] communiter vel divisim, dignemini providere. Cum clausulis et non obstañ, ut in forma.

667. Item Didaco Alfonsi, clerico Bracharensi, similem gratiam facientes in ecclesia Tudensi diocesis eiusdem Tude.

668. Item Petro Egidii, clerico Bracharensi, similem gratiam facientes in ecclesïa et diocesi Astoricensi.

669. Item Martino Dominici de Castinheira, clerico Bracharensis diocesis, similem gratiam facientes in ecclesia et diocesi Lucensi.

670. Item Didaco Stephani, clerico Bracharensi, similem gratiam facientes in ecclesia et diocesi Auriensi.

671. Item Johanni Garsie, presbytero, rectori parrochialis ecclesie sancti Salvatoris de Rebordanis, Bracharensis diocesis, in ecclesia Palentina et diocesi.

672. Item Gonsalvo Egidii, rectori [ecclesie] sancte Marie de Virim Bracharensis diocesis, similem gratiam facientes in ecclesia et diocesi Compostellana.

673. Item Petro Stephani, presbytero, rectori parrochialis ecclesie sancti Jacobi de Antis Bracharensis diocesis, similem gratiam facientes in ecclesia et diocesi Salamantina.

674. Item Johanni Gonsalvi, presbytero, rectori monasterii seu ecclesie sancte Marie de Varzena Bracharensis diocesis, similem gratiam facientes in ecclesia Zamorensi et diocesi.

675. Item Alfonso Petri, rectori ecclesie de Carvalhaes, similem gratiam facientes in ecclesia et diocesi Zamorensi.

676. Item Johanni Gonsalvi, clerico Lamacensi, similem gratiam facientes in ecclesia Abulensi.

677. Item Petro Martini, clerico Bracharensis diocesis, similem gratiam facientes in ecclesia et diocesi Tudensi.

678. Item Gonsalvo Martini, clerico Bracharensis diocesis, similem gratiam facientes in ecclesia et diocesi Salamantina.

679. Item Pelagio Martini, clerico Bracharensis diocesis, similem gratiam facientes in ecclesia et diocesi Prazentina.

680. Item Gonsalvo Geraldi, rectori parrochialis ecclesie sancti Jacobi de Amorim Bracharensis diocesis, similem gratiam facientes in ecclesia et diocesi Seguntina.

681. Item Geraldo Petri, presbytero Bracharensis diocesis, similem gratiam facientes in ecclesia et diocesi Astoricensi.

682. Item Alfonso Ferro, presbytero Portugalensis diocesis, similem gratiam facientes in ecclesia et diocesi Compostellana.

683. Et quia plures dictorum clericorum sunt senes et tot sunt pauperes, utpote nichil habentes, supplicat idem rex quatinus eis dignemini dare bonam datam et cum examine ad partes.

Fiat pro omnibus. G.

Et quod transeat sine alia lectione. — *Fiat. G.*

Datum Avinione, septimo Kalendas Octobris, anno decimo.

---

(1) Na margem direita do texto: *non plus in originali.*
(2) Cf. nota 1 do n.º 4.
(3) Cf. nota 4 do n.º 117.
(4) Cf. nota 4 do n.º 197.

684

1388, Setembro 25

Rol de súplicas, composto pelo referendário pontifício Tiago de Chalmalros, entre as quais figura a de Jorge Peres, clérigo da diocese de Coimbra, sobre um benefício da colação do bispo e cabido de Segóvia.

Reg. Suppl. 74, fl. 191-196v.

Rotulus compositus per dominum Jacobum Chalmalros (1).

Supplicant S. V. devoti oratores vestri infrascripti quatinus sibi specialem gratiam [facientes], de beneficiis ecclesiasticis, prout inferius describuntur, eisdem dignemini misericorditer providere. Cum non obstañ et clausulis oportunis ac executoribus, ut in forma.

... ...

[fl. 196v]

... ...

Item supplicat eidem S. devotus vester Georgius Petri, clericus Colimbriensis diocesis, studens in iure civili, quatinus sibi, etc., de beneficio ecclesiastico cum cura vel sine cura, vacante vel vacaturo, spectante communiter vel divisim ad collationem, etc., episcopi, decani et capituli singularumque personarum et canonicorum ecclesie Segobiensis, etiam si archipresbyteratus seu portio in ecclesia cathedrali existat, cum prestimoniis et prestimonialibus portionibus, eidem Georgio dignemini, etc., cum clausulis, ut supra.

... ...

Fiat pro omnibus in forma. G.
Sine alia lectione et cum commissione examinis ad partes. — *Fiat. G.*
Datum Avinione, septimo Kalendas Octobris, anno decimo.

---

(1) Tiago de Chalmaros *(Jacobus de Chalmaros)*, referendário do papa Clemente VII, nomeado, em Março de 1388, sendo cónego de Le Puy. Cf. KATTERBACH, OFM, B., *Referendarii utriusque signaturae a Martino V ad Clementem IX.....*, p. XXIV. No Reg. Suppl. 75, fl. 31: *... devote creature vestre J. de Chalmalros, eiusdem S. referendario.*

684 a

1388, Setembro 25

Súplica de João Rodrigues, clérigo da diocese de Lisboa, sobre um benefício da colação do bispo e cabido de Lisboa.

Reg. Suppl. 74, fl. 215v-227v.

Rotulus equitationis domini nostri de Castronovo ad Avinionem de simplicibus expectationibus, per dominum Vaurensem (1) compositus.
Dignetur S. V. supplicationes infrascriptas benigne ad exauditionis gratiam admittere.
... ...
[fl. 217v]
... ...

Item Johanni Roderici, clerico Ulisboñ diocesis, de beneficio ecclesiastico cum cura vel sine cura, vacante vel vacaturo, spectante communiter vel divisim ad collationem, etc., episcopi, decani et capituli ecclesie Ulixbonensis, dignemini providere, cum clausulis, etc.
... ...
[fl. 226v]
... ...
Fiat in forma pro omnibus. G.
Sine alia lectione et cum commissione examinis ad partes. — *Fiat. G.*
... ...
[fl. 227v]
... ...
Fiat pro istis. G.
Sine alia lectione et cum commissione examinis ad partes. — *Fiat. G.*
Datum Avinione, septimo Kalendas Octobris, anno decimo.

---

(1) Cf. nota 1 do n.º 194 e nota 2 do n.º 636g.

684 b

1388, Setembro 25

Rol de súplicas, composto pelo bispo de Mâcon D. João de Boassy, entre as quais figura uma de Jorge Peres, clérigo da diocese de Coimbra e estudante de direito civil, sobre um benefício da colação do bispo e cabido de Palença.

Reg. Suppl. 74, fl. 228-229.

Rotulus compositus per dominum episcopum Masticonensem (1).

Dignetur S. V. personis infrascriptis gratias facere speciales subsequentes, cum omnibus non obstañ et clausulis oportunis ac executoribus, ut in forma.

... ...

[fl. 229]

... ...

Item Georgio Petri, clerico Colimbriensis diocesis, studenti in iure civili, de beneficio ecclesiastico cum cura vel sine cura, etiam si archipresbyteratus existat, sive portio in ecclesia cathedrali, cum prestimoniis et prestimonialibus portionibus, vacantibus vel vacaturis, spectantibus communiter vel divisim ad collationem, etc., episcopi, decani et capituli singularumque personarum et canonicorum ecclesie Palentine, dignemini providere. Cum non obstañ, ut supra.

... ...

Fiat in forma pro omnibus. G.

Sine alia lectione et cum commissione examinis ad partes, si sit opus. — *Fiat. G.*

Datum Avinione, septimo Kalendas Octobris, anno decimo.

---

(1) Cf. nota 1 do n.º 636 h.

684 c

1388, Setembro 25

Rol de súplicas do bispo de Sens, D. Guido de Roye, entre as quais figura a de Dona Beatriz, rainha de Castela, que também se diz de Portugal, a favor de Afonso Dias.

Reg. Suppl. 74, fl. 252v-257.

Rotulus compositus per dominum Senonensem (1).

Beatissime Pater, dignetur S. V. gratias speciales concedere infrascriptas.

... ...

[fl. 253]

... ...

Item quatinus devote filie vestre Beatrici, regine Castelle et Legionis et Portugalie, in personam [fl. 253v] dilecti sui gratiam similem facientes, videlicet Alfonsi Didaci de Cabuerniga, capellani perpetui, de numero xl capellanorum ecclesie Palentine, de canonicatu sub expectatione prebende, cum prestimoniis et prestimonialibus portionibus ... in ecclesia, civitate et diocesi Palentina, eidem Alfonso dignemini misericorditer providere ...

... ...

[fl. 257]

... ...

Fiat pro illis qui aliam gratiam non habuerunt. G.

Sine alia lectione et cum commissione examinis ad partes. — *Fiat. G.*

Datum Avinione, septimo Kalendas Octobris, anno decimo.

---

(1) D. Guido de Roye, antes bispo de Verdun, de Dol, de Tours e de Castres, transferido por Clemente VII para a catedral de Sens em Agosto de 1385 e daqui para a de Reims em Maio de 1390. Morreu em Junho de 1409. Cf. EUBEL, C., *Hierarchia catholica*, I, pp. 173, 225, 419, 448, 503, 531. Cf. nota 1 do n.º 401 b.

CLEMENTE VII

(EL. 20 SET., COR. 31 OUT. 1378, + 16 SET. 1394)

SÚPLICAS

ANO DÉCIMO PRIMEIRO

(31 OUT. 1388 – 30 OUT. 1389)

AV, REG. SUPPL., VOL. 75 A 76

684[d]

1388, Novembro 14

Súplicas de Rodrigo Barba, embaixador de D. João, rei de Castela, que se diz também de Portugal, a favor de espanhóis e sobre benefícios espanhóis.

Reg. Suppl. 75, fl. 6v.

Supplicat S. V. humilis et devotus vester nobilis Rodericus Barba, miles ac serenissimi principis filii vestri domini Johannis, regis Castelle, Legionis et Portugalie, ambaxiator, quatinus sibi in personas dilectorum suorum infrascriptorum specialem gratiam facientes.

... ...

Fiat pro omnibus. G.

Sine alia lectione et cum commissione examinis ad partes. — *Fiat.* G.

Datum Avinione, decimo octavo Kalendas Decembris, anno undecimo.

684[e]

1388, Novembro 14

Súplica de Dona Beatriz, portuguesa, rainha de Castela, também dita de Portugal, a favor de Afonso Dias, sacerdote da diocese de Palença, sobre o canonicato da colegiada de Santa Maria de Husillos da diocese de Palença, na expectativa da prebenda.

Reg. Suppl. 76, fl. 23.

Supplicat S. V. devotissima filia vestra Beatrix, regina Castelle et Legionis ac Portugalie, quatinus in personam dilecti filii Alfonsi Didaci de Cabuerniga, presbyteri Palentine diocesis, capellani perpetui de numero xl capellanorum ecclesie Palentine, specialem gratiam facientes, de canonicatu sub expectatione prebende ecclesie collegiate et secularis sancte Marie de Fusellis dicte Palentine diocesis ... — *Fiat.* G.

Sine alia lectione, signantes per *Fiat ut petitur.* — *Fiat.* G.

Datum Avinione, decimo octavo Kalendas Decembris, anno undecimo.

684[f]

1389, Fevereiro 18

Súplica de Diogo Garcia de Cisneros, embaixador de D. João, rei de Castela, também dito de Portugal, a favor de Rodrigo Gonçalves de Cisneros, seu filho, sobre o canonicato e prebenda e outros benefícios de Cartagena.

Reg. Suppl. 75, fl. 26.

Supplicat S. V. humilis et devotus vester Didacus Garsie de Cisneros, miles, devotissimi filii vestri Johannis, Castelle, Legionis et Portugalie regis, ambaxiator, quatinus sibi in personam dilecti filii sui Roderici Gundissalvi de Cisneros, clerici Legionensis diocesis, gratiam facientes, de canonicatu et prebenda ecclesie Cartaginensis, cum prestimoniis et prestimonialibus portionibus predicte ecclesie, civitatis et diocesis Cartaginensis, si vacant vel cum vacabunt per promotionem factam vel faciendam per S. V. de persona domini Gundissalvi, legum doctoris, ac thesaurarii Toletani, ad ecclesiam Salamantinam vel per munus consecrationis impendendum dicto Gundissalvo aut per lapsum temporis de consecrandis episcopis vel alias quovis modo et per quamcumque aliam personam ipsos vacare contigerit, preterquam, etc., eidem Roderico dignemini misericorditer reservare conferend., non obstañ quod dictus Rodericus in xii sue etatis anno vel circa sit constitutus, super quo etatis defectu secum eadem S. dignetur dispensare, regulis cancellarie et etiam contra non graduatos et aliis in contrarium editis non obstantibus quibuscumque et cum ceteris non obstañ et clausulis oportunis ac executoribus, ut in forma, signantes per *Fiat ut petitur et dispensamus.* — *Fiat et dispensamus. G.*

Sine alia lectione et cum commissione examinis ad partes. — *Fiat. G.*

Datum Avinione, duodecimo Kalendas Martii, anno undecimo.

684[g]

1389, Fevereiro 18

Súplica de João Rodrigues, doutor em leis, embaixador de D. João, rei de Castela, também dito de Portugal, a favor de Afonso Fernandes, clérigo de Salamanca, sobre uma perpétua porção da igreja de Salamanca.

Reg. Suppl. 75, fl. 21v.

Supplicat S. V. humilis et devotus vester nobilis vir Johannes Roderici, legum doctor, ambaxiator illustrissimi filii vestri Johannis, regis Castelle et Legionis et Portugalie, quatinus sibi specialem gratiam facientes in personam dilecti sui Alfonsi Fernandi, clerici Salamantini, de perpetua et integra portione ecclesie Salamantine, dum vacabit

per assecutionem canonicatus et prebende dicte ecclesie Salamantine, fiendam per Valascum Martini, vigore litterarum apostolicarum, eidem Alfonso dignemini misericorditer providere ... — *Fiat. G.*

Sine alia lectione. — *Fiat. G.*

Datum Avinione, duodecimo Kalendas Martii, anno undecimo.

684 h

1389, Fevereiro 19

Súplica de Dona Beatriz, dita rainha de Castela e de Portugal, a favor do seu familiar e capelão Martinho Fernandes, com expressa referência a benefícios na diocese de Coimbra.

Reg. Suppl. 76, fl. 6.

Supplicat S. V. humilis et devota filia vestra, Beatrix, Castelle, Legionis et Portugalie regina, quatinus Martino Fernandi, familiari et capellano suo, dignetur gratiam facere specialem de canonicatu sub expectatione prebende Segobiensis, cum prestimoniis et prestimonialibus portionibus unius, duorum vel trium, cedentium vel decedentium vel illa quomodolibet alias dimittentis vel dimittentium, si qua vacant ad presens vel cum simul aut successive in dicta ecclesia, civitate et diocesi Segobiensi vacare contigerint, usque ad summam sexaginta librarum Turonensium parvorum secundum taxationem decime, non obstante portione integra, quam obtinet in ecclesia sancti Blasii civitatis Colimbriensis, et non obstantibus aliis beneficiis prestimonialibus que obtinet in ecclesia sancti Salvatoris de Outer de Fumos et in ecclesia sancti Jacobi de Morales diocesis Legionensis et non obstante capellania perpetua, quam obtinet in ecclesia cathedrali dicte civitatis Colimbriensis, et non obstante gratia expectativa sibi facta de canonicatu sub expectatione prebende, dignitatis, personatus vel officii dicte ecclesie Colimbriensis, que quidem gratia hactenus fuit sibi concessa in rotulo capellanorum ac familiarium suorum, V. S. presentato, data vero dicti rotuli est viii Kalendas Junii anno tertio, sed quia non potuit nec de presenti sperat habere effectum dicte gratie, ideo dignetur e[adem] S. dictam gratiam expectationis mutare ad dictam ecclesiam Segobiensem concedere, ut supra in ista supplicatione petitur et istud non obstante quod graduatus non existat, ita non obstantibus regulis cancellarie et cum omnibus non obstañ et clausulis opportunis vel alias, ut in forma. — *Fiat. G.*

Sine alia lectione et cum examinis commissione ad partes. — *Fiat. G.*

Datum Avinione, undecimo Kalendas Martii, anno undecimo.

685

1389, Maio 29

Rol de súplicas de D. Gil de Bellemère, bispo de Lavaur, entre as quais figura a de Jorge Peres, clérigo da diocese de Coimbra, sobre um benefício da colação do bispo e cabido de Lisboa.

Reg. Suppl. 76, fl. 97v-98v.

Rotulus compositus per dominum episcopum Vaurensem (1).

Dignetur S. V. personis infrascriptis gratias fructuosas misericorditer concedere.

... ...

[fl. 98]

... ...

Item Georgio Petri, clerico Colimbriensis diocesis, de beneficio ecclesiastico cum cura vel sine cura, vacante vel vacaturo, spectante communiter vel divisim ad collationem, etc., episcopi, decani et capituli singulorumque canonicorum et personarum ecclesie Ulixbonensis, etiam si media canonia vel quartanaria existat, dignemini providere, cum clausulis, ut supra.

... ...

[fl. 98v]

... ...

Fiat pro omnibus. G.

Sine alia lectione et cum commissione examinis ad partes. — *Fiat. G.*

Datum Avinione, quarto Kalendas Junii, anno undecimo.

---

(1) Cf. nota 1 do n.º 194 e nota 2 do n.º 636g.

686

1389, Julho 26

Súplica de João Gonçalves, clérigo da diocese de Coimbra, sobre um benefício eclesiástico na igreja de S. Tiago de Ecija da diocese de Sevilha.

Reg. Suppl. 75, fl. 164-167v.

Rotulus compositus per dominum G. de Curtibus (1).

Supplicant S. V. devoti oratores vestri, omnes et singuli infrascripti, quatinus, eisdem gratiam facientes specialem, de beneficiis ecclesiasticis, prout inferius describuntur, dignemini misericorditer providere. Cum omnibus non obstañ et clausulis oportunis ac executoribus, ut in forma.

... ...

[fl. 165v]

... ...

Item similem gratiam facientes Johanni Gundisalvi, clerico Colimbriensis diocesis, nullum beneficium obtinenti, de beneficio ecclesiastico, servitorio nuncupato, ecclesie sancti Jacobi de Astigia diocesis Ispalensis, cuius fructus, etc., xxxv librarum Turonensium [parvorum] non excedunt, si vacat ad presens, vel dum vacabit per assecutionem gratie facte vel fiende Alfonso Sancii, clerico, eiusdem ecclesie beneficiario, de integra et perpe-

tua portione ecclesie Yspalensis vel alias quovis modo, preterquam, etc., dignemini, etc. Non obstante deffectu natalium, quem patitur de presbytero genitus et soluta, cum quo fuit alias auctoritate apostolica dispensatum. Et cum aliis non obstañ et clausulis, ut supra.

... ...

[fl. 167v]

... ...

Fiat pro omnibus. G.

Sine alia lectione et cum commissione examinis ad partes pro absentibus. — *Fiat. G.*

Datum Avinione, septimo Kalendas Augusti, anno undecimo.

---

(1) Cf. nota 1 do n.º 692a.

687-690

1389, Setembro 25

Súplicas do mestre da Ordem de Alcântara Martinho Anes de Barbuda, a favor de Vicente Arias, clérigo da diocese de Évora, licenciado em leis e porcionário da igreja de S. Bartolomeu de Coimbra, sobre o canonicato de Salamanca, na expectativa da prebenda, de Pedro Afonso, seu capelão e comensal contínuo, prior da igreja de Santa Maria de Monforte da diocese de Évora, sobre o canonicato de Toledo, na expectativa da prebenda, de Arias Afonso, também capelão e contínuo comensal, cónego de Évora e porcionário da igreja de S. Tiago de Torres Novas da diocese de Lisboa, sobre o canonicato de Palença, na expectativa da prebenda, de seu familiar Álvaro Fernandes, clérigo da diocese de Coimbra, sobre um benefício da colação do bispo e cabido de Leão.

Reg. Suppl. 76, fl. 168v-169.

Rotulus Martini Johannis de Barbuda, magistri milicie de Alcantara.

Supplicat S. V. humilis et devotus filius vester Martinus Johannis de Barbuda, magister militie ordinis de Alcantara, quatinus supplicationes pro personis infrascriptis de speciali gratia admittere et exaudire dignemini.

Et primo in personam dilecti sui Vincentii Arie, clerici Elborensis diocesis, in legibus licenciati, portionarii ecclesie sancti Bartholomei Colimbriensis, [quatinus de canonicatu sub expectatione prebende, dignitatis, personatus, officii seu] (1) administrationis cum cura vel sine cura, vacantis vel vacaturi in ecclesia, civitate et diocesi Salamantina, cum prestimoniis et prestimonialibus portionibus ac simplicibus beneficiis usque ad summam lx. librarum Turonensium parvorum secundum taxationem decime antique valorem annuum non excedant, spectante (2) communiter vel divisim ad collationem, etc., episcopi, decani et capituli ac archidiaconorum eiusdem ecclesie Salamantine, e[idem] V[incentio] dignemini misericorditer providere, etiam si vacaverint per mortem unius, duorum vel trium aut plurium cedentis vel decedentis, cedentium vel decedentium, morientis vel morientium aut alias quovis modo vacantium, et cum ceteris non obstañ et clausulis oportunis ac executoribus, non obstante beneficio curato, quod obtinet in ecclesia sancti Salvatoris de Leganis Tolletane diocesis.

688. Item simili modo dilecto suo Petro Alfonsi, capellano continuo commensali, priori ecclesie sancte Marie de Monforti Elborensis diocesis, de canonicatu sub expectatione prebende ecclesie Tolletane, cum prestimoniis et prestimonialibus portionibus, ut supra, et cum clausulis, ut supra.

... ...

689. Item simili modo dilecto suo Arie Alfonsi, capellano continuo commensali, canonico Elborensi ac portionario ecclesie sancti Jacobi de Turribus Novis Lisbonensis diocesis, de canonicatu sub expectatione ecclesie Palentine, cum prestimoniis et prestimonialibus portionibus usque ad summam supradictam et cum clausulis suprascriptis.

... ...

[fl. 169]

... ...

690. Item simili modo dilecto familiari suo Alvaro Fernandi, clerico Colimbriensis diocesis, eiusdem ecclesie portionario, de beneficio ecclesiastico cum cura vel sine cura, etiam si archipresbyteratus existat, ad collationem, provisionem seu quamvis aliam dispositionem episcopi, decani et capituli ac archidiaconorum ecclesie Legionensis, vacante vel vacaturo, si cum cura centum, si vero sine cura fuerit, lxxx.ta librarum Turonensium parvorum, secundum taxationem decime, etc., eidem Alvaro dignemini providere et cum clausulis, ut supra.

Fiat pro omnibus. G.

Transeat sine alia lectione et cum commissione examinis ad partes. — *Fiat.* G.

Datum Avinione, septimo Kalendas Octobris, anno undecimo.

---

(1) Estas palavras foram acrescentadas na margem direita do texto com a seguinte anotação: *premissa verba omissa fuerant per inadvertentiam scriptoris. B.*

(2) No ms. *expectante.*

CLEMENTE VII

(EL. 20 SET., COR. 31 OUT. 1378, + 16 SET. 1394)

SÚPLICAS

ANO DÉCIMO SEGUNDO

(31 OUT. 1389 – 30 OUT. 1390)

AV, REG. SUPPL., VOL. 77

691

1390, Janeiro 8

Súplica de D. João, rei de Castela, também dito de Portugal, a favor de Pedro Flandrino, monge do mosteiro beneditino de Casedei da diocese de Clermont, sobre um benefício na diocese de Toledo, que, segundo o costume, deva ser regido por monges beneditinos ou da Ordem de Cluni.

Reg. Suppl. 77, fl. 40.

Supplicat S. V. devotus filius vester Johannes, rex Castelle, Legionis et Portugalie, quatinus sibi in personam dilecti sui Petri Flandrini, presbyteri, monachi expresse professi monasterii Casedei ordinis sancti Benedicti Claromontensis diocesis, specialem gratiam facientes, de beneficio ecclesiastico cum cura vel sine cura, consueto per monachos dicti ordinis aut Cluniacensis gubernari, etc., in provincia Tholetana ... eidem fratri Petro dignemini misericorditer providere ... — *Fiat. G.*

Sine alia lectione et cum commissione examinis ad partes. — *Fiat. G.*

Datum Avinione, sexto Idus Januarii, anno duodecimo.

691 a

1390, Fevereiro 2

Súplica da portuguesa Dona Beatriz, rainha de Castela, também dita de Portugal, a favor de Afonso Dias, sacerdote da diocese de Palença, sobre o canonicato de Palença, na expectativa da prebenda.

Reg. Suppl. 77, fl. 51v.

Supplicat S. V. devotissima filia vestra Beatrix, regina Castelle, Legionis ac Portugalie, quatinus in personam dilecti sui Alfonsi Didaci de Cabuerniga, presbyteri Palentine diocesis, capellani perpetui de numero xl capellanorum ecclesie Palentine, specialem gratiam facientes, de canonicatu sub expectatione prebende dicte ecclesie Palentine ... eidem Alfonso dignemini misericorditer providere ... — *Fiat. G.*

Sine alia lectione et cum commissione examinis ad partes. — *Fiat. G.*

Datum Avinione, quarto Nonas Februarii, anno duodecimo.

691 b

1390, Fevereiro 12

Rol de súplicas de Garcia Dias, cavaleiro de D. João, rei de Castela, também dito de Portugal, e marechal de seu filho D. Fernando, a favor de espanhóis e sobre benefícios de igrejas de Espanha.

Reg. Suppl. 77, fl. 67v-69.

Rotulus Garsie Didaci de Cabuerniga, militis, custodis regis Castelle.

Supplicat S. V. humilis et devotus vester nobilis Garsias Didaci de Cabuerniga, miles, custos illustrissimi filii vestri Johannis, regis Castelle, Legionis ac Portugalie, et eius filii Ferdinandi, infantis, maior senescalus, quatinus in personas dilectorum suorum infrascriptorum subsequentes gratias dignemini facere speciales.

... ...

[fl. 69]

... ...

Fiat pro omnibus. G.

Sine alia lectione et cum commissione examinis ad partes. — *Fiat. G.*

Datum Avinione, secundo Idus Februarii, anno duodecimo.

691 c

1390, Fevereiro 19

Súplica da rainha de Castela a favor de Filipe de Andester, cónego de Lisboa e prior da igreja de Santa Justa de Lisboa, privado de seus benefícios pelo papa Urbano VI, o qual estudara direito canónico durante sete anos, sobre o canonicato de Sevilha, na expectativa da prebenda.

Reg. Suppl. 77, fl. 58.

Supplicant S. V. devotus filius vester rex et devota filia vestra .. regina Castelle necnon ipsius primogenitus quatinus eis in personam eorum dilecti Philippi de Andester, canonici prebendati Ulixbonensis et prioris ecclesie parrochialis sancte Juste Ulixbonensis, qui beneficiis suis huiusmodi per nephandum Bartholomeum sedis apostolice invasorem (1) privatus extitit et amotus et qui per septennium iura canonica studuit et audivit, specialem gratiam facientes, de canonicatu sub expectatione prebende ecclesie Ispalensis ac prestimoniorum et prestimonialium portionum per cessum vel decessum unius vel plurium personarum quarumcumque in dicta ecclesia, civitate et diocesi Ispalensi vacantium vel vacaturorum, quorum prestimoniorum et prestimonialium portionum fructus, etc., lx. librarum Turonensium parvorum secundum taxationem decime valorem

annuum non excedant, eidem P[hilippo] cum clausula omnibus anteferri dignemini misericorditer providere, constitutionibus e[iusdem] S. et sedis apostolice ac stillo et regulis cancellarie vestre non obstantibus quibuscumque, cum aliis non obstañ et clausulis oportunis ac executoribus, signantes per *Fiat ut petitur* et cum clausula anteferri. — *Fiat ad duas collationes in dicta diocesi, quas duxeris eligendas. G.*

Sine alia lectione. — *Fiat. G.*

Datum Avinione, undecimo Kalendas Martii, anno duodecimo.

---

(1) Cf. nota 4 do n.º 197.

691 d

1390, Outubro 27

Rol de súplicas de D. João, rei de Castela, também dito de Portugal, a favor de espanhóis e sobre benefícios das igrejas de Espanha.

Reg. Suppl. 77, fl. 140v.

Rotulus presentatus pro parte regis Castelle.

Supplicat S. V. humilis et devotus filius vester Johannes, rex Castelle et Legionis et Portugalie, quatinus in personas infrascriptas sibi specialem gratiam facientes, dignemini infrascriptas gratias concedere, ut in forma.

... ...

Fiat pro omnibus. G.

Sine alia lectione et cum commissione examinis ad partes. — *Fiat. G.*

Datum apud Aramonem, Uticensis diocesis, sexto Kalendas Novembris, anno duodecimo.

CLEMENTE VII

(EL. 20 SET., COR. 31 OUT. 1378, + 16 SET. 1394)

SÚPLICAS

ANO DÉCIMO TERCEIRO

(31 OUT. 1390 – 30 OUT. 1391)

AV, REG. SUPPL., VOL. 78 E REG. AVIN. 54

692

1391, Janeiro-Fev.

Pedidos do rei de Castela sobre os benefícios vacantes por morte do cardeal Gutierre Gomes, falecido em Janeiro de 1391, entre os quais se conta um a favor do bispo da Guarda, em exílio por causa do cisma, a cujo sustentamento provia a portuguesa rainha Dona Beatriz, que era senhora de Valhadolide, cuja abadia o monarca solicita para o bispo.

Reg. Avin. 54, fl. 489-492v.

Beatissime Pater, quando S. V. placuerit providere de beneficiis, nunc vacantibus in regno Castelle per obitum bone memorie domini G[uterii] cardinalis Ispani (1), poterit Vestra S. informari, per ea que secuntur, tam de conditionibus et meritis personarum, de quibus occurrit de presenti, quam de valore ipsorum beneficiorum, quantum a fidedignis pro nunc potui informari ...

... ...

[fl. 490]

... ...

Secuntur provisiones que pro utiliori, ut supra in principio tactum est, viderentur esse fiende. Modus autem, per quem, si V. S. placuerit, ut predictum est, videretur providendum tam de predictis quam aliis benemeritis, quorum maior pars dimitteret alia beneficia vel eiusdem valoris vel plura numero, de quibus posset pluribus provideri, sequitur sub hac forma:

Abbatia Vallisoleti predicta, vacans per obitum domini cardinalis Ispani, posset dari episcopo Egitaniensi (2), de regno Portugalie, prelato antiquo et virtuoso, etatis quasi septuaginta annorum, qui ecclesiam suam perdidit propter scisma et ob guerram Castelle et Portugalie exulatque a partibus propriis, ubi apud regem et regnum ultra omnes prelatos illarum partium in magna reputatione et reverentia habebatur, nec hodie aliam vitam habet nisi que (3) per reginam quondam Castelle sibi ministratur, nam locus ille Vallisoleti est eiusdem regine et ideo, si predictus episcopus haberet ibi istam abbatiam, aliqualiter consolaretur ac propter ipsius virtutes et merita omnes reputarent sanctissime esse factum.

... ...

(1) Gutierre Gomes, bispo de Palença, criado cardeal do tit. de S. João e Paulo por Clemente VII, em Março de 1381. Morreu em Avinhão a 13 de Janeiro de 1391. Cf. EUBEL, C., *Hierarchia catholica*, I, p. 27, 42, 386.

(2) D. Afonso Correia, deão da Guarda, nomeado bispo da Guarda por Urbano V em Outubro de 1364. Em 1384 estava fora da diocese, por seguir Clemente VII, o qual, a 29 de Março de 1384, lhe concedia faculdade de absolver das penas eclesiásticas os sequazes de Urbano VI, que tornassem à obediência de Avinhão. Bento XIII transferiu-o para Segóvia em Novembro de 1394. Morreu a 15 de Maio de 1398. Cf. EUBEL. C., *Hierarchia catholica*, I, pp. 235, 443.

(3) No ms. *quan.*

692[a]

1391, Janeiro 28

Rol de súplicas, composto por Gil de Lescours, entre as quais se conta a de Salvador Anes, clérigo de Cidade Rodrigo, sobre o canonicato e prebenda de Palença, declarando-se disposto o suplicante a renunciar ao arcediago de Celorico da Beira em Portugal.

Reg. Suppl. 78, fl. 36-36v.

Rotulus compositus per dominum E[gidium] de Curtibus (1).

Dignetur S. V. infrascriptas supplicationes ad gratiam exauditionis benigne admittere, ut in forma.

... ...

Item Salvato[ri] Johannis, bacallario in legibus, clerico Civitatensis diocesis, de canonicatu et prebenda ecclesie Palentine, cuius (*sic*) fructus, etc., viginti (2) librarum Turonensium parvorum secundum taxam decime valorem annuum non excedunt, si vaca[n]t ad presens vel dum vacabunt (3) per ingressum religionis aut contractum matrimonii, factum vel fiendum per Johannem Sancii de Valleoleti aut alias quovis modo vace[n]t, preterquam, etc., dicto Salvato[ri], etiam si generaliter vel specialiter fuerint sedi apostolice reservati, dignemini misericorditer providere aut ipsos eidem conferendos reservare; paratus est enim renuntiare gratie sibi facte de archidiaconatu de Celorico in ecclesia Agitaniensi in regno Portugalie, tunc certo modo vacante, dum, etc., et cum clausulis, ut supra.

... ...

[fl. 36v]

... ...

Fiat pro omnibus. G.

Sine alia lectione et cum commissione examinis ad partes. — *Fiat. G.*

Datum Avinione, quinto Kalendas Februarii, anno tertiodecimo.

---

(1) Gil de Lescours, mestre e ouvidor das causas do palácio apostólico, desde Fevereiro de 1383, nomeado referendário por Clemente VII em 1385 e bispo de Nimes em Junho de 1391. Cf. KATTERBACH, OFM, B., *Referendarii utriusque signaturae a Martino V ad Clementem IX...*, p. XXIV. EUBEL, C., *Hierarchia catholica*, I, p. 361. Cf. Reg. Suppl. 78, fl. 57v, onde ele aparece como *magister Egidius de Curtibus, decretorum doctor, referendarius noster*. No fol. 48: *...Egidius de Curtibus, eiusdem S. referendarius.*

(2) No ms. *viginta.*

(3) No ms. *vacabit.*

692[b]

1391, Maio 17

Rol de súplicas, composto pelo bispo de Le Puy, entre as quais figura a de Gonçalo Mendes, sacerdote de Évora, bacharel em decretos, sobre o benefício servitório da igreja de S. Miguel de Aldovera da diocese de Toledo.

Reg. Suppl. 78, fl. 75-77.

Rotulus compositus per dominum Aniciensem (1).

Dignetur S. V. petitiones infrascriptas ad exauditionis gratiam admittere.

... ...

[fl. 77]

... ...

Item Gundissalvo Menendi, presbytero Elborensi, bacallario in decretis, de beneficio servitorio ecclesie sancti Michaelis de Aldovera Toletane diocesis, cuius fructus, etc., x librarum Turonensium parvorum secundum communem extimationem valorem annuum non excedunt, vacante per mortem Lupi Petri, ultimi possessoris eiusdem, etiam si dispositioni apostolice reservata seu devoluta existat aut alias quovis modo vacet, dignemini providere, cum clausulis, ut supra.

... ...

Fiat pro omnibus. G.

Sine alia lectione et cum commissione examinis ad partes. — *Fiat. G.*

Datum Avinione, decimo sexto Kalendas Junii, anno tertiodecimo.

---

(1) Talvez Gil de Bellemère, transferido por Clemente VII em Outubro de 1390 do bispado de Lavaur para este de Le Puy e em 1392 para Avinhão. Cf. nota 1 do n.º 194 e nota 2 do n.º 636g. Poderia tratar-se também de Pedro Girard, transferido para a sé de Le Puy em Julho de 1385 por Clemente VII que o criou cardeal em Outubro de 1390, sendo conhecido pelo nome de *cardinalis Aniciensis*, até à morte ocorrida em 1415.

CLEMENTE VII

(EL. 20 SET., COR. 31 OUT. 1378, + 16 SET. 1394)

SÚPLICAS

ANO DÉCIMO QUARTO

(31 OUT. 1391 – 30 OUT. 1392)

AV, REG. SUPPL., VOL. 79

692*

1391, Dezembro 22

Rol de súplicas apresentado pelo bispo de Samora D. Afonso, embaixador do rei de Castela, entre as quais se conta a de Gonçalo Anes da diocese de Coimbra sobre o canonicato e prebenda de Salamanca e outros benefícios na igreja, cidade e diocese de Salamanca.

Reg. Suppl. 79, fl. 81-92.

Rotulus presentatus per A[lfonsum], episcopum Zamorensem (1), ambassiatorem illustris regis Castelle et Legionis.

Supplicat S. V. devota factura vestra A[lfonsus], Zamorensis episcopus, ambassiator devoti filii vestri Henrici, Castelle et Legionis regis illustris, quatinus sibi in personas infrascriptas speciales gratias dignemini concedere infrascriptas.

... ...

Item quatinus Gundissalvo Johannis, Colimbriensis diocesis, de canonicatu sub expectatione prebende, cum prestimoniis, etc., ut supra, in ecclesia, civitate et diocesi Salamantina.

... ...

[fl. 92]

... ...

Fiat pro omnibus. G.

Sine alia lectione et cum commissione examinis ad partes. — *Fiat. G.*

Datum Avinione, undecimo Kalendas Januarii, anno quartodecimo.

---

(1) D. Afonso de Exea ou de Córdova, doutor em decretos, nomeado bispo de Samora por Clemente VII em Janeiro de 1383, transferido para Ávila por Bento XIII em Março de 1395 e depois para Sevilha em Julho de 1403 e em Setembro de 1408 nomeado administrador de Constantinópola, tendo morrido em 9 de Junho de 1417. Cf. EUBEL, C., *Hierarchia catholica*, I, pp. 67, 206, 278, 538.

693-696

1392, Maio 18

Rol de súplicas da rainha de Castela, também dita de Portugal, a favor de mestre Gil Domingues, sacerdote, seu médico, bacharel em medicina, da diocese de Coimbra, que fora espoliado pelos cismáticos portugueses da igreja paroquial de S. Tiago de Murça e do canonicato e prebenda da Guarda, sobre o canonicato da colegiada de Santa Maria de Valhadolide, na expectativa da prebenda, de Gil Fernandes, bacharel em medicina, clérigo da Guarda, que, por causa do

cisma, não pudera conseguir a posse do canonicato e prebenda da Guarda, sobre o canonicato de Ávila, na expectativa da prebenda; de Jorge Peres, clérigo da diocese de Coimbra, estudante de direito civil, sobre um benefício da colação do arcebispo e cabido de Toledo. O bispo da Guarda pede para o seu familiar e contínuo comensal João Sanches, sacerdote de Coimbra e escolar de direito civil, o canonicato de Placência, na expectativa da prebenda, apesar da igreja paroquial de Santa Maria de Sarzedas, o canonicato e prebenda da Guarda e a perpétua porção da igreja de S. Cristóvão da cidade de Coimbra, de que fora espoliado pelos cismáticos portugueses.

Reg. Suppl. 79, fl. 132v-133.

Rotulus regine Castelle.

Supplicat S. V. humilis et devota vestra Beatrix, Castelle, Legionis et Portugalie regina, quatinus infrascriptas gratias sibi in personas familiarium et dilectorum suorum infra positorum dignemini concedere, cum clausula anteferri.

Et primo in personam familiaris sui continui commensalis magistri Egidii Dominici, presbyteri, sui medici, bacallarii in medicina, Colimbriensis diocesis, quatinus sibi specialem gratiam facientes, de canonicatu sub expectatione prebende ecclesie collegiate sancte Marie Vallisoleti Placentine diocesis, vacañ vel vacat., ad collationem, etc., abbatis et capituli singulorumque canonicorum et personarum eiusdem ecclesie collegiate communiter vel divisim spectante, usque ad summam xl. librarum Turonensium parvorum, non obstañ ecclesia parrochiali de Murça Bracharensis diocesis, de qua extitit expoliatus per Portugalenses scismaticos, necnon canonicatu et prebenda ecclesie Egitaniensis, cuius possessionem non fuit assecutus, propter scisma et etiam non obstante quadam gratia expectativa per e[amdem] S. sibi facta de canonicatu sub expectatione prebende ac dignitate, personatu, officio vel administratione, cum prestimoniis et prestimonialibus portionibus in ecclesia Civitatis Roderici, de qua non habuit effectum, propter multitudinem expectationum, eidem E[gidio], cum clausula omnibus anteferri, dignemini misericorditer providere, constitutione e[iusdem] S. de non graduatis nunc *(sic)* recipiendis, etc., aliisque constitutionibus apostolicis ac regulis et stilo cancellarie vestre non obstantibus quibuscumque. Cum aliis non obstañ et clausulis oportunis, signantes per *Fiat ut petitur* et cum clausula anteferri.

694. Item quatinus in personam dilecti sui Egidii Fernandi, clerici, bacallarii in medicina, Egitaniensis, sibi specialem gratiam facientes, de canonicatu sub expectatione prebende ecclesie Abulensis ac prestimoniorum et prestimonialium portionum per cessum vel decessum unius vel plurium personarum quarumcumque in dicta ecclesia, civitate et diocesi Abulensi, vacañ vel vacat., quorum prestimoniorum et prestimonialium fructus, etc., xl. librarum Turonensium parvorum secundum taxationem decime valorem annuum non excedant, non obstantibus canonicatu et prebenda ecclesie Egitaniensis, quorum possessionem non extitit assecutus propter scisma et etiam non obstante defectu natalium, quem patitur de presbytero genitus et soluta, cum quo alias auctoritate apostolica exstitit dispensatum, eidem E[gidio], cum clausula omnibus anteferri, dignemini misericorditer providere, constitutione e[iusdem] S. de non graduatis nunc *(sic)* recipiendis, etc., aliisque constitutionibus apostolicis ac regulis et stilo cancellarie vestre non obstantibus quibuscumque, cum aliis non obstañ et clausulis oportunis, signantes per *Fiat ut petitur* et cum clausula, ut supra.

695. Item quatinus in personam dilecti sui Georgii Petri, clerici Colimbriensis diocesis, studentis in iure civili, quatinus sibi specialem gratiam facientes, de beneficio ecclesiastico cum cura vel sine cura, etiam si portio integra in ecclesia cathedrali aut archipresbyteratus, qui dignitas vel personatus non fuerit, existat, dummodo canonicatus et prebenda ipsius ecclesie non fuerit, existat, vacante vel vacaturo, spectante ad collationem, etc., archiepiscopi, decani et capituli singulorumque canonicorum ecclesie Toletane communiter vel divisim, eidem G[eorgio] cum clausula omnibus anteferri, dignemini misericorditer providere. Et cum ceteris non obstañ et clausulis oportunis ac executoribus ut in forma, et paratus est dimittere gratiam expectativam per e[amdem] S. sibi factam de beneficio ecclesiastico cum cura vel sine cura, ad collationem, etc., episcopi et capituli ecclesie Palentine de qua non potuit habere effectum, propter multitudinem expectantium et super qua gratia bulle fuerunt confecte, signantes per *Fiat ut petitur* et cum clausula anteferri.

696. Supplicat S. V. humilis et devota creatura vestra episcopus de Gardia (1) in personam familiaris sui et continui commensalis Johannis Sancii, presbyteri Colimbriensis, scolaris in iure civili, quatinus sibi specialem gratiam facientes, de canonicatu sub expectatione prebende ecclesie Placentine ac prestimoniorum et prestimonialium portionum per cessum vel decessum unius vel plurium personarum quarumcumque in dicta ecclesia, civitate et diocesi Placentina, vacañ vel vacat., quorum prestimoniorum et prestimonialium portionum fructus, etc., xl. librarum Turonensium parvorum secundum taxationem decime valorem annuum non excedant, eidem Jo[hanni], cum clausula omnibus anteferri, dignemini misericorditer providere, non obstante parrochiali ecclesia sancte Marie de Sarzedas necnon canonicatu et prebenda ecclesie Egitaniensis ac etiam non obstante perpetua portione [fl. 133] sancti Christofori civitatis Colimbriensis, de quibus beneficiis per scismaticos Portugalenses extitit expoliatus et etiam defectu natalium, quem patitur de presbytero genitus et soluta, cum quo alias auctoritate apostolica extitit dispensatum, constitutione e[iusdem] S. de non graduatis nunc *(sic)* recipiendis, etc., aliisque constitutionibus apostolicis ac regulis et stilo cancellarie vestre non obstantibus quibuscumque. Cum aliis non obstañ et clausulis opportunis, signantes per *Fiat ut petitur*. Et cum clausula anteferri.

Fiat pro omnibus. G.

Sine alia lectione et cum commissione examinis ad partes. — *Fiat. G.*

Datum Avinione, decimo quinto Kalendas Junii, anno quartodecimo.

(1) Cf. nota 2 do n.º 692.

697

1392, Agosto 18

Rol de súplicas, apresentado pelo duque de Bourges, entre as quais figura uma a favor de Fernando Martins, clérigo da diocese de Badajoz e estudante de direito canónico, sobre um benefício da colação do arcebispo e cabido de Sevilha.

Reg. Suppl. 79, fl. 246-246v.

Rotulus presentatus per dominum ducem Biturícensem.

Supplicat S. V. devotus filius vester Johannes, dux Biturícensis et Almunie, quatinus dignemini sibi in personam dilectorum suorum speciales gratias facere sequentes, prout inferius describuntur, cum omnibus non obstañ et clausulis oportunis ac executoribus, ut in forma.

... ...

Item Fernando Martini, clerico Pacensis diocesis, in ecclesia Pacensi portionario et in [fl. 246v] iure canonico studenti, de beneficio ecclesiastico cum cura vel sine cura, vacante vel vacaturo, etiam si archipresbyteratus existat vel portio in ecclesia cathedrali, in ecclesia, civitate vel diocesi Ispalensi, spectante communiter vel divisim ad collationem, etc., archiepiscopi, decani et capituli singulorumque canonicorum et personarum ecclesie Ispalensis et cum clausula anteferri dignemini misericorditer providere, dicta portione, quam obtinet in ecclesia Pacensi supradicta, non obstante, cum clausulis, ut supra.

... ...

Fiat pro omnibus ut petitur. G.

Sine alia lectione et cum commissione examinis ad partes. — *Fiat. G.*

Datum Avinione, decimo quinto Kalendas Septembris, anno quartodecimo.

698

1392, Setembro 21

Rol de súplicas, composto por Pedro Trousseau, entre as quais figura uma a favor de João Garcia, preceptor da igreja de Silves, bacharel em decretos e da família do falecido bispo de Lisboa D. Martinho, sobre o canonicato de Sevilha, na expectativa da prebenda.

Reg. Suppl. 79, fl. 179v-180.

Rotulus compositus per P. Trousseau (1).

Dignetur S. V. gratias infrascriptas ad exauditionis gratiam admittere, cum omnibus non obstañ et clausulis opportunis.

... ...

[fl. 180]

... ...

Item Johanni Garsie, precentori ecclesie Silvensis, in decretis bacallario, nepoti domini Martini, quondam Ulixboñ episcopi (2), de canonicatu sub expectatione prebende, dignitatis, personatus vel officii, cum cura vel sine cura, etiam si maior et electiva existat post pontificalem dignitatem, vacañ vel vacatu. in ecclesia Ispalensi, cum prestimoniis et prestimonialibus portionibus, unius, duorum vel trium cedentium vel decedentium in predicta ecclesia Ispalensi, civitate et diocesi, usque ad taxam centum librarum Turonensium parvorum secundum taxationem decime et de beneficio cum cura vel sine cura, vacante vel vacaturo in predicta civitate et diocesi, spectante communiter vel divisim ad

collationem, etc., archiepiscopi, decani et capituli singulorumque canonicorum et personarum eiusdem ecclesie Ispalensis, non obstañ constitutione vel statuto dicte ecclesie, quo cavetur quod nullus beneficiatus in ecclesia cathedrali possit aliud beneficium in predictis civitate et diocesi obtinere, cum clausula anteferri et sub data tertii anni pontificatus vestri, cum omnibus iuribus et pertinentiis suis, eidem Johanni dignemini ut supra, non obstantibus beneficiis infrascriptis scilicet precentoria et canonicatu et prebenda dicte ecclesie Silvensis, capellania perpetua in ecclesia sancte Marie de Faro dicte Silvensis diocesis et canonicatu et prebenda ecclesie Ulixboñ et provisione sibi facta de decanatu dicte ecclesie Ulixbone, que quidem beneficia nunc sibi sunt per scismaticos occupata, non obstañ etiam gratia expectativa sibi concessa in rotulo domini bone memorie quondam regis Castelle in ecclesia Cordubensi ad canonicatum sub expectatione prebende, dignitatis, etc., et quod etiam ultra numerum in predicta ecclesia recipiatur et quod utramque gratiam consequi valeat et quod una per alteram [non] (3) impediatur, cum clausulis, ut supra.

... ...

Fiat in forma pro omnibus. G.

Sine alia lectione et cum commissione examinis ad partes. — *Fiat. G.*

Datum Avinione, undecimo Kalendas Octobris, anno quartodecimo.

---

(1) Existem vários róis de súplicas deste eclesiástico nos registos de Clemente VII e Bento XIII, com o título de *Rotulus compositus per dominum P. Trousseau* (v. g. Reg. Suppl. 80, fl. 6v-8v, 47v, 63-64, 75v-76, 94v-96, 106v-107, 121v, 199v, 206v-207) ou *Rotulus compositus per dominum Petrum Trousseau* (v. g. Reg. Suppl. 80, fl. 152v-154v). No Reg. Suppl. 86, fl. 46: «*Item Petro Trousseau, S. V. acolito*». No Reg. Suppl. 90, fl. 77: «*Rotulus parvus per dominum P. Trouselli. Supplicat S. V. devotus orator vester Petrus Trouselli, eiusdem S. acolitus...*». Além de acólito pontifício, era também capelão do papa: «*Rotulus presentatus per dominum Petrum Trousseau. Supplicat S. V. devotus vester Petrus Trouselli, eiusdem S. acolitus et capellanus commensalis*» (Reg. Suppl. 88, fl. 21-23).

(2) Cf. nota 1 do n.º 4.

(3) No ms. sinal de erro, talvez a indicar a omissão da palavra *non*.

CLEMENTE VII

(EL. 20 SET., COR. 31 OUT. 1378, + 16 SET. 1394)

SÚPLICAS

ANO DÉCIMO QUINTO

(31 OUT. 1392 – 30 OUT. 1393)

AV, REG. SUPPL., VOL. 80 A 81

699

1392, Novembro 20, Dezembro 9

Rol de súplicas, composto pelo bispo de Asti, entre as quais figura a de Fernando Martins, porcionário na igreja de Badajoz, estudante de direito canónico durante cinco anos, sobre o canonicato de Badajoz, na expectativa da prebenda.

Reg. Suppl. 80, fl. 9-12v.

Rotulus compositus per dominum Astensem (1).

Dignetur S. V. petitiones infrascriptas ad exauditionis gratiam benigne admittere, ut in forma.

... ...

[fl. 10]

... ...

Item Fernando Martini, portionario in ecclesia Pacensi, qui per quinquennium iura canonica audivit, de canonicatu sub expectatione prebende, cum prestimoniis et prestimonialibus portionibus, vacañ vel vacat. in predicta ecclesia Pacensi, unius cedentis vel decedentis, usque ad summam xxx librarum Turonensium parvorum secundum taxationem decime, quadam portione, quam paratus est dimittere (2), etc., et gratia expectativa, qua[m] habet ad beneficium cum cura vel sine cura in diocesi Pacensi, non obstantibus, ut in forma.

... ...

[fl. 11v]

... ...

---

(1) Trata-se de um sequaz da obediência de Clemente VII e Bento XIII, do qual há numerosos róis de súplicas, por ele compostos, nos respectivos registos, mas do qual não se encontram notícias em EUBEL, C., *Hierarchia catholica*, I, p. 114. Como exemplo, posso indicar os róis de súplicas por ele compostos, existentes no Reg. Suppl. 80, 86, 90: *Rotulus compositus per dominum Astensem* (Reg. Suppl. 80, fl. 9-12v, 42-47v, 67-68v, 70v-75, 89v-90, 97v-99v, 157v-158v, 187-187v, 190v-193v, 196; Reg. Suppl. 86, fl. 28, 30v-31, 49-49v, 63-63v, 108-109, 145-146), *Rotulus compositus per dominum episcopum Astensem* (Reg. Suppl. 80, fl. 86-88v, 100-100v, 124-129, 209v-211; Reg. Suppl. 86, fl. 2-4, 7-7v, 8v-9, 10v, 12, 13-13v, 17v-18, 51v-52v, 59v, 89-89v, 142v, 165; Reg. Suppl. 90, fl. 46, 69v-71v). Deve identificar-se com Francisco Galli, bispo de Asti desde 1381, o qual foi admitido como referendário em Outubro de 1394 por Bento XIII. Morreu pelos fins de 1409. Cf. KATTERBACH, OFM, B., *Referendarii utriusque signaturae a Martino V ad Clementem IX...*, p. XXVII. Como referendário figura em várias súplicas: «Supplicat S. V. Fernandus Roderici, clericus Compostellane diocesis, familiaris commensalis *episcopi Astensis, eiusdem S. referendarii...*» (Reg. Suppl. 86, fl. 82). «Supplicat S. V. devota creatura vestra *F., episcopus Astensis, referendarius et familiaris S. eiusdem...*» (Reg. Suppl. 86, fl. 117v). «Item supplicat devota factura vestra *episcopus Astensis, V. S. referendarius...*» (Reg. Suppl. 88, fl. 30). «Supplicat S. V. devota creatura vestra *F., episcopus Astensis, eiusdem S. referendarius...*» (Reg. Suppl. 90, fl. 40v).

(2) No ms. *dimittendum.*

Datum Avinione, duodecimo Kalendas Decembris, anno quintodecimo ([3]).

... ...

[fl. 12v]

... ...

Fiat pro omnibus secundum datas prescriptas. G.

Sine alia lectione et cum commissione examinis ad partes. — *Fiat.* G.

Datum Avinione, quinto Idus Decembris, anno quintodecimo.

([3]) Na margem esquerda do texto: *ista data est pro precedentibus.*

700

1393, Junho 7

Súplicas do embaixador do rei D. Henrique de Castela e doutor em leis Gonçalo Mauro, entre as quais figura uma a favor de Gil Fernandes, clérigo da Guarda e bacharel em medicina, sobre o canonicato de Ávila, na expectativa da prebenda.

Reg. Suppl. 80, fl. 111-111v.

Rotulus Gundissalvi Mauri, ambaxiatoris Castelle.

Supplicat S. V. humilis vester Gundissalvus Mauri, legum doctor, ambaxiator filii vestri Henrici regis Castelle, quatinus sibi in personas dilectorum suorum infra scriptorum speciales gratias cum clausula anteferri sibi concedere dignemini.

... ...

Item quatinus Egidio Fernandi, clerico Egitaniensi, bacallario in medicina, de canonicatu sub expectatione prebende ecclesie Abulensis ac dignitatis, personatus, administrationis vel officii, cum cura vel sine cura, ac prestimoniorum et prestimonialium portionum unius, duorum, trium vel plurium cedentium vel decedentium, usque ad summam quadraginta librarum Turonensium parvorum secundum taxationem decime simul vel successive in ecclesia, civitate et diocesi Abulensi, vacantibus vel vacañ *(sic)*, cum clausula anteferri, dignemini misericorditer providere.

... ...

[fl. 111v]

... ...

Fiat pro omnibus. G.

Sine alia lectione et cum commissione examinis ad partes. — *Fiat.* G.

Datum Avinione, septimo Idus Junii, anno quintodecimo.

701-706

1393, Agosto 9

Súplicas do Estudo Geral de Avinhão, incluindo algumas de clérigos portugueses ou relativas a benefícios de dioceses portuguesas. Jorge Domingues, bacharel em leis, clérigo da diocese de Coimbra, pede o canonicato de Ávila, na expectativa da prebenda. Filipe de Andester, privado do canonicato e prebenda de Lisboa e da igreja de Santa Justa de Lisboa, por aderir a Clemente VII, pede o canonicato de Toledo, na expectativa da prebenda. Salvador Anes, bacharel em leis, pede o canonicato de Ávila, na expectativa da prebenda, dispondo-se a renunciar ao arcediagado de Celorico da Beira. Gonçalo Mendes, sacerdote de Évora, bacharel e estudante de decretos durante doze anos e lente durante um ano no Estudo de Salamanca, solicita benefícios na igreja de Placência. João Gonçalves, clérigo da diocese de Coimbra, o qual estudara durante cinco anos seguidos no Estudo de Avinhão, pede um benefício da colação do bispo e cabido de Ávila. O sobredito Jorge Domingues, bacharel em leis e clérigo da diocese de Coimbra, pede também a dispensa de lhe serem conferidos dois benefícios incompatíveis.

Reg. Suppl. 81, fl. 196v-234.

Rotulus Studii Avinionensis.

Sanctissime Pater ac Beatissime Domine noster...

... ...

[fl. 203v]

Sequuntur bacallarii

... ...

[fl. 205v]

... ...

Item Georgio Dominici, bacallario in legibus, clerico Colimbriensis diocesis, de canonicatu sub expectatione prebende ac dignitatis, personatus, administrationis vel officii, cum cura vel sine cura ecclesie Abulensis ac prestimoniorum et prestimonialium portionum ac simplicium beneficiorum [fl. 206] unius, duorum trium aut plurium personarum cedentium vel decedentium, etc., in ecclesia ac civitate vel diocesi Abulensi simul vel successive, vacañ vel vacat., usque ad summam lx. librarum Turonensium parvorum secundum taxationem decime ad cuiuscumque seu quorumcumque collationem, etc., communiter vel divisim pertinente, dignemini providere, non obstante gratia per e[amdem] S. sibi facta de beneficio ecclesiastico cum cura vel sine cura ad collationem, etc., archiepiscopi, decani et capituli ecclesie Toletane communiter vel divisim spectante, super qua littere apostolice sunt confecte, et paratus est dimittere ius, si quod habet in archipresbyteratu de Portillo Palentine diocesis, cum clausulis, ut supra.

... ...

[fl. 206v]

... ...

702. Item Philipo de Andester, presbytero Cartaginiensis diocesis, bacallario in decretis, in predicto Studio studenti, qui, propter adherentiam V. S., canonicatu et prebenda ac prioratu parrochialis ecclesie secularis sancte Juste Ulixbonensis ecclesiarum ac bonis suis

patrimonialibus per scismaticos Portugalenses spoliatus existit, de canonicatu sub expectatione prebende ac dignitatis, personatus vel officii cum cura vel sine cura, etiam electivi, ecclesie Toletane ac prestimoniorum et prestimonialium portionum in eadem ecclesia ac civitate et diocesi Toletana simul vel successive vacañ vel vacat. per cessum vel decessum unius, duorum, trium aut plurium canonicorum vel aliarum personarum et portionariorum seu dimidiorum portionariorum ipsius Toletane ecclesie usque ad summam lx librarum, etc., secundum taxationem decime dignemini providere, non obstante quod quoddam beneficium sine cura de Marchena Ispalensis diocesis et gratiam expectativam ad prestimonia et prestimoniales portiones in ecclesia, civitate et diocesi Ispalensi ac canonicatum et prebendam eiusdem ecclesie obtineat, super quibus in palatio apostolico litigat, cum clausulis, ut supra.

... ...

[fl. 209v]

... ...

703. Item Salvato[ri] Johannis, bacallario in legibus, clerico Civitatensis diocesis, qui per xiiii annos leges audivit, de canonicatu sub expectatione prebende ac dignitatis, personatus vel officii ecclesie Abulensis ac prestimoniorum et prestimonialium portionum et simpliciorum beneficiorum unius, duorum, trium aut plurium personarum cedentis vel decedentis, etc., in eadem ecclesia ac civitate et diocesi Abulensi simul vel successive vacañ vel vacat., usque ad summam lx librarum Turonensium parvorum secundum taxationem decime, dignemini providere, non obstañ quod eadem S. sibi gratias fecerit de quatuor integris seu dimidiis prestimonialibus portionibus in diocesi Giennensi, tunc certo modo vacaturis, quorum fructus, etc., xv librarum Turonensium, etc., secundum taxationem decime valorem annuum non excedunt, et de canonicatu sub expectatione prebende ac prestimoniorum, etc., in ecclesia, civitate et diocesi Placentina provincie Compostellane; paratus est gratie sibi facte de archidiaconatu de Cellorico in ecclesia Egitaniensi, tunc certo modo vacaturo, cum clausulis, ut supra.

... ...

[fl. 213v]

... ...

704. Item Gundissalvo Menendi, presbytero Elborensi, bacallario et studenti in decretis per xii annos, qui per unum annum in Studio Salamantino legit, de dignitate, personatu seu officio ac canonicatu et prebenda in ecclesia Placentina, cum prestimoniis et prestimonialibus portionibus et simplicibus beneficiis unius, duorum, trium aut plurium cedentium vel decedentium, vacañ vel vacat., usque ad summam centum librarum, etc. Paratus est dimittere omnes gratias sibi factas per S. V., super quibus littere non sunt confecte, que et quot sint habere dignemini pro expressis, excepta gratia sibi facta expectativa per e[amdem] S. de beneficio cum cura vel sine cura in diocesi Toletana, cum clausulis ut supra, ad collationem, provisionem, presentationem episcopi vel capituli, archidiaconorum vel aliarum personarum communiter vel divisim.

... ...

[fl. 214]

... ...

Sequuntur scolares

... ...

[fl. 223]

... ...

705. Item Johanni Gundissalvi, clerico Colimbriensis diocesis, qui per quinque annos continue iura civilia in Studio predicto audivit, de beneficio ecclesiastico sine cura, etiam si integra vel dimidia portio et in ecclesia cathedrali existat, vacante vel vacaturo, ad collationem, etc., episcopi et capituli singulorumque canonicorum et personarum ecclesie Abulensis communiter vel divisim pertinente, dignemini providere, non obstante quod beneficium ecclesiasticum cum cura vel sine cura ad collationem, etc., episcopi Salamantini expectet, cum clausulis, ut supra.

... ...

[fl. 230v]

... ...

706. Item cum Georgio Dominici, bacallario in legibus, clerico Colimbriensis diocesis, dignemini dispensare ut ipse duo beneficia ecclesiastica curata sive incompatibilia de iure vel de consuetudine, si sibi canonice conferantur, etiam si dignitates vel personatus fuerint, libere ac licite recipere et retinere valeat et insimul obtinere, totiens quotiens, simul vel particulariter eidem G[eorgio] collata fuerint. Non obstantibus quibuscumque constitutionibus et consuetudinibus, privilegiis et statutis in contrarium editis, non obstañ archipresbyteratu de Portillo Palentine diocesis, quem obtinet, et gratia expectativa de beneficio ecclesiastico cum cura vel sine cura, ad collationem, etc., archiepiscopi et capituli ecclesie Toletane communiter vel divisim pertinente, cum aliis non obst. et clausulis, ut supra.

... ...

[fl. 234]

... ...

Fiat pro omnibus. G.

Sine alia lectione et cum commissione examinis ad partes. — *Fiat. G.*

Datum Avinione, quinto Idus Augusti, anno quintodecimo.

707

1393, Agosto 9

Rol de súplicas da Universidade de Salamanca, entre as quais uma a favor de Fernando Martins, mestre-escola de Salamanca, doutor em leis e bacharel em decretos, sobre o canonicato de Ávila, na expectativa da prebenda.

Reg. Suppl. 81, fl. 235-240v.

Rotulus Universitatis Studii Salamantini.

Sanctissimo ac Beatissimo in Christo Patri et Clementissimo domino nostro sacrosancte Romane ac Universalis Ecclesie Summo Pontifici, sui humiles et servitores

devoti rector et Universitas doctorum et scolarium Studii Salamantini, cum recomendatione humili se ipsos ad devota pedum obscula beatorum. Beatissime Pater, quia scimus S. V. munificam, prout facti docet experientia et docuit, ad providendum dignis et meritis fore promptam et presertim illis qui proximi S. V. et Romane Ecclesie fautores fidelissimi extiterunt, idcirco dignetur S. V. motu proprio gratias facere et etiam reservare beneficia ecclesiastica cum cura vel sine cura, etiam post pontificalem dignitatem maiora ...

... ...

Item quatinus pro Fernando Martini, scolastico Salamantino, legum doctori et in decretis bacalario, ad canonicatum sub expectatione prebende cum prestimoniis et prestimonialibus portionibus, vacañ vel vacat. simul vel successive in ecclesia, civitate et diocesi Abulensi, non obst. scolastria et canonicatu cum quibusdam prestimoniis, que S. V. dignemini habere pro expressis, in ecclesia et diocesi Salamantina, non obstantibus canonicatu et prebenda que in ecclesia Toletana noscitur obtinere et cum aliis non obstañ, etc.

... ...

[fl. 240v]

... ...

Fiat pro omnibus. G.

Sine alia lectione et cum commissione examinis ad partes. — *Fiat.* G.

Datum Avinione, quinto Idus Augusti, anno quintodecimo.

CLEMENTE VII

(EL. 20 SET., COR. 31 OUT. 1378, + 16 SET. 1394)

SÚPLICAS

ANO DÉCIMO SEXTO

(31 OUT. 1393 – 15 SET. 1394)

AV, REG. SUPPL., VOL. 81

708

1393, Novembro 20

Rol de súplicas, composto pelo bispo de Asti, entre as quais figura uma a favor de Fernando Martins, cónego prebendário de Badajoz e escolar de direito canónico, sobre o canonicato de Placência, na expectativa da prebenda.

Reg. Suppl. 81, fl. 22-24.

Rotulus expectationum, compositus per dominum Astensem (1).

Dignetur S. V. petitiones infrascriptas ad exauditionis gratiam admittere, ut in forma.

... ...

[fl. 24]

... ...

Item Fernando Martini, canonico prebendato ecclesie Pascensis, scolari provecto in iure canonico, de canonicatu sub expectatione prebende ecclesie Placentine provincie Compostellane, etiam si dignitas, personatus, officium seu administratio cum prestimoniis, etc., vacañ vel vacat. in dicta ecclesia, civitate et diocesi Placentina, quadam gratia expectativa in cancellaria exprimenda non obstante.

... ...

Fiat pro omnibus. G.

Sine alia lectione et cum commissione examinis ad partes. — *Fiat. G.*

Datum Avinione, duodecimo Kalendas Decembris, anno sextodecimo.

---

(1) Cf. nota 1 do n.º 699.

709-717

1394, Março 21

Rol de súplicas do Infante D. Dinis de Portugal, filho de el-rei D. Pedro de Portugal, entre as quais figuram algumas a favor de clérigos portugueses ou relativas a benefícios das dioceses portuguesas. Para Pedro Afonso, clérigo de Évora, sobre o canonicato de Badajoz, na expectativa da prebenda. Para João Gonçalves, clérigo de Coimbra, estudante de leis no Estudo de Avinhão, já no sexto ano, sobre um benefício da colação do bispo e cabido de Ávila. Para Afonso Garcia,

clérigo, sobre um benefício da colação do arcebispo e cabido de Toledo. Para Pedro Afonso, clérigo da diocese de Évora, escolar de direito civil, sobre um benefício da colação do arcebispo e cabido de Toledo. Para Raimundo Salas, familiar da Câmara apostólica, o qual obtivera o canonicato e prebenda e tesouraria de Lisboa, a pedido do falecido D. Fernando, rei de Portugal, e deles fora privado por Urbano VI e seus sequazes, sobre o canonicato de Sevilha, na expectativa da prebenda. Para António Rodrigues, clérigo, sobre um benefício sem cura de almas na igreja de Santo André da cidade de Córdova. Para Pedro Afonso, clérigo da diocese de Lisboa, sobre o canonicato de Cádiz, na expectativa da prebenda. Para Salvador Anes, clérigo da diocese de Cidade Rodrigo, que se dispunha a renunciar ao arcediagado de Celorico da Beira, sobre o canonicato de Cidade Rodrigo, na expectativa da prebenda. Para Gomes Lourenço, sacerdote de Lisboa, sobre um benefício da colação do arcebispo e cabido de Toledo.

Reg. Suppl. 81, fl. 49-57v.

Rotulus presentatus per Dyonisium, infantem Portugalie.

Supplicat S. V. devotus filius vester infans Dyonisius, filius clare memorie domini Petri, regis Portugalie illustris, quatinus dilectis suis infrascriptis gratias facere dignemini infrascriptas.

... ...

[fl. 49v]

... ...

Item Petro Alfonsi, clerico Elborensi, de canonicatu sub expectatione prebende ecclesie Pacensis, cum prestimoniis et prestimonialibus portionibus unius, duorum, trium vel plurium, in civitate et diocesi Pacensi, vacañ vel vacat. usque ad taxam lx. librarum Turonensium parvorum, dignemini misericorditer providere, cum non obstañ et clausulis oportunis.

... ...

710. Item Johanni Gundissalvi, clerico Colimbriensi, studenti in legibus in Studio Avinionensi, in vi anno sue auditionis existenti, de beneficio ecclesiastico cum cura vel sine cura, vacante vel vacaturo, etiam si integra vel dimidia portio in ecclesia cathedrali existat, spectante communiter vel divisim ad collationem, etc., episcopi, decani et capituli singulorumque canonicorum et personarum ecclesie Abulensis, dignemini misericorditer providere, non obstante gratia expectativa per e[amdem] S. sibi facta de beneficio ecclesiastico sine cura, spectante communiter vel divisim ad collationem, etc., episcopi, decani et capituli singulorumque canonicorum et personarum ecclesie Salamantine, cum aliis non obstañ et clausulis oportunis.

... ...

[fl. 50]

... ...

711. Item Alfonso Garsie, clerico (1), de beneficio ecclesiastico sine cura, etiam si in ecclesia cathedrali existat, spectante communiter vel divisim ad collationem, etc., archiepiscopi, archidiaconorum et capituli ecclesie Toletane, vacante vel vacaturo, dignemini misericorditer providere, cum non obstañ et clausulis oportunis.

712. Item Petro Alfonsi, clerico Elborensis diocesis, scolari in iure civili, de beneficio ecclesiastico cum cura vel sine cura, etiam si in ecclesia cathedrali existat, vacante vel vacaturo, spectante communiter vel divisim ad collationem, etc., archiepiscopi, archidiaconorum et capituli ecclesie Toletane, dignemini misericorditer providere, cum non obstañ et clausulis oportunis.

... ...

713. Item Raymundo Salas, familiari camere apostolice, qui canonicatu et prebenda ac thesauraria ecclesie Ulixbonensis, dudum per S. V., ad supplicationem clare memorie domini Fernandi, regis Portugalie, sibi collatis per dampnate me[morie] Bartholomeum (2) olim Barensem archiepiscopum, et fautores eius privatus extitit iam sunt x anni elapsi et adeo pauper existit quod non habet unde vitam suam valeat sustentare et est senex et quasi cecus effectus, de canonicatu sub expectatione prebende ac dignitatis, personatus vel officii cum cura vel sine cura ecclesie Ispalensis, cum prestimoniis et prestimonialibus portionibus ac simplicibus beneficiis unius, duorum, trium vel plurium cedentium vel decedentium canonicorum eiusdem ecclesie aut alias quomodolibet illa dimittentium, quorum prestimoniorum, etc., fructus, etc., lx. librarum Turonensium parvorum [fl. 50v] secundum taxationem decime valorem annuum non excedunt, in dicta ecclesia, civitate et diocesi Ispalensi, vacañ vel vacat. simul vel successive sub data collationis de dictis canonicatu et prebenda ac thesauraria dicte ecclesie Ulixbonensis per e[amdem] S. ut premittitur sibi facte, dignemini misericorditer providere, constitutionibus, statutis et ordinationibus per S. V. de non graduatis, etc., in contrarium factis non obstantibus quibuscumque, cum aliis non obstañ et clausulis oportunis, signantes per *Fiat ut petitur.*

... ...

714. Item Anthonio Roderici, clerico (1), de beneficio servitorio nuncupato sine cura sancti Andree civitatis Cordubensis, si vacat ad presens vel dum vacabit per assecutionem canonicatus et prebende vel alterius cuiuscumque beneficii, vigore cuiuscumque gratie expectative per S. [V.] facte Dominico Roderici aut alias quovis modo, preterquam, etc., etiam si sit dispositioni apostolice specialiter vel alias generaliter reservatum, dignemini misericorditer providere; paratus est omni gratie per e[amdem] S. sibi facte de beneficio ecclesiastico, etc., spectante ad collationem, etc., episcopi Cordubensis, renuntiare, dum, etc, cum aliis non obstañ et clausulis oportunis.

... ...

[fl. 51]

... ...

715. Item Petro Alfonsi, clerico Ulixbonensis diocesis, de canonicatu sub expectatione prebende ecclesie Gadicensis, cum prestimoniis et prestimonialibus portionibus unius, duorum, trium vel plurium personarum in civitate et diocesi Gadicensi, vacañ vel vacat., usque taxam lx. librarum Turonensium, etc., dignemini misericorditer providere, cum non obstañ et clausulis oportunis.

... ...

716. [fl. 51v] Item Salvato[ri] Johannis, clerico Civitatensis diocesis, bacalario in legibus, de canonicatu sub expectatione prebende ac dignitatis, personatus vel officii

cum cura vel sine cura ecclesie Civitatensis, cum prestimoniis et prestimonialibus portionibus unius, duorum, trium vel plurium personarum in civitate et diocesi Civitatensi, vacañ vel vacat. usque ad taxam lx librarum Turonensium parvorum dignemini misericorditer providere, non obstante gratia per eamdem S. sibi facta de duabus integris et duabus dimidiis portionibus in diocesi Giennensi, que certo modo sperabantur vacare, quorum fructus, etc., xv librarum Turonensium parvorum secundum taxationem decime valorem annuum non excedunt, necnon gratia per eamdem S. facta de canonicatu sub expectatione prebende ecclesie Placentine provincie Compostellane, cum prestimoniis et prestimonialibus portionibus, etc.; et paratus est dimittere aliam gratiam per eamdem S. sibi factam de archidiaconatu de Celorico in ecclesia Egitaniensi, que certo modo sperabatur vacare, super qua gratia littere non fuerunt confecte et quam se obtulit dimissurum, in supradictis aliis gratiis, cum aliis non obstañ et clausulis oportunis.

... ...

[fl. 53v]

... ...

717. Item Gometio Laurentii, presbytero Ulixboñ, de beneficio ecclesiastico cum cura vel sine cura, vacante vel vacaturo, etiam si archipresbyteratus, licet dignitas vel personatus vocetur, vel integra vel dimidia portio in ecclesia cathedrali existat, spectante communiter vel divisim ad collationem, etc., archiepiscopi, decani, archidiaconorum et capituli ecclesie Toletane, dignemini misericorditer providere, non obstante beneficio sancti Johannis de Maiorito et beneficio sancte Crucis eiusdem loci Toletane diocesis, que obtinet, quod beneficium sancte Crucis paratus est dimittere, dum, etc. Cum aliis non obstañ et clausulis oportunis.

... ...

[fl. 57v]

... ...

Fiat pro omnibus. G.

Sine alia lectione, cum commissione examinis absentium ad partes. — *Fiat G.*

Datum Avinione, duodecimo Kalendas Aprilis, anno sextodecimo.

---

(1) O copista deixou um espaço para a designação da diocese e na margem do texto foi anotado: *simile spatium in originali.*

(2) Cf. nota 4 do n.º 197.

718

1394, Maio 2

Rol de súplicas, entre as quais figura a de Martinho Anes, clérigo da diocese de Lisboa, sobre o canonicato de Tui, na expectativa da prebenda.

AV, Reg. Suppl. 81, fl. 86-91.

Rotulus compositus per dominum Astensem (1).

Dignetur S. V. petitiones infrascriptas ad exauditionis gratiam benigne admittere, ut in forma.

... ...

Item Martino Johannis, clerico Ulixbonensis diocesis, de canonicatu sub expectatione prebende, cum prestimoniis et simplicibus beneficiis in ecclesia, civitate et diocesi Tudensi, vacañ vel vacat., ad collationem, etc., episcopi, decani singulorumque canonicorum et personarum ecclesie Tudensis communiter vel divisim spectante, ut in forma.

... ...

[fl. 91]

... ...

Fiat pro omnibus. G.

Sine alia lectione et cum commissione examinis ad partes. — *Fiat. G.*

Datum pro omnibus precedentibus non datatis Avinione, sexto Nonas Maii, anno sextodecimo.

---

(1) Cf. nota 1 do n.º 699.

719

1394, Maio 26

Súplica de Afonso Anes, clérigo da diocese de Viseu, sobre um benefício da colação do bispo e cabido de Mondonhedo.

Reg. Suppl. 81, fl. 95v.

Rotulus compositus per dominum Astensem (1).

Dignetur S. V. petitiones infrascriptas ad exauditionis gratiam benigne admittere, ut in forma.

... ...

Item Alfonso Johannis, clerico Visensis diocesis, de beneficio ecclesiastico sine cura, vacante vel vacaturo, spectante communiter vel divisim ad collationem, etc., archiepiscopi et capituli singulorumque archidiaconorum et personarum ecclesie Mindoniensis, ut in forma.

... ...

Fiat pro omnibus. G.

Sine alia lectione et cum commissione examinis ad partes. — *Fiat. G.*

Datum Avinione, septimo Kalendas Junii, anno sextodecimo.

---

(1) Cf. nota 1 do n.º 699.

BENTO XIII

(EL. 28 SET., COR. 11 OUT. 1394, + 23 MAIO 1423)

SÚPLICAS

ANO PRIMEIRO

(11 OUT. 1394 – 10 OUT. 1395)

AV, REG. SUPPL, VOL. 82 A 95

1

1394, Outubro 13

Súplica de Vicente Arias, doutor em leis, sobre o canonicato e prebenda de Salamanca, bem como sobre outros benefícios na cidade e diocese de Salamanca, o qual suplicante tinha sido espoliado da porção de S. Bartolomeu de Coimbra por causa do Cisma.

Reg. Suppl. 89, fl. 57.

Rotulus trium supplicationum sine titulo.

... ...

Item supplicat S. V. devotus vester Vincentius Arie, legum doctor, quatinus sibi de canonicatu ecclesie Salamantine dignemini providere, prebendam vero necnon prestimonia et prestimoniales portiones ac simplicia beneficia dicte ecclesie ac in civitate et diocesi Salamantina unius, duorum aut plurium cedentium vel decedentium simul vel successive usque ad summam C. librarum Turonensium parvorum secundum taxationem decime, conferendam eidem, dignemini reservare, portione sancti Bartholomei Colimbriensis, de qua propter scisma fuit spoliatus et quam paratus est dimittere, et certis gratiis per felicis recordationis Clementem, papam vii [1], factis de canonicatu et prebenda ac archidiaconatu Toletano cum prestimoniis et prestimonialibus portionibus ac simplicibus beneficiis in ecclesia, civitate et diocesi Toletana, certo modo vacaturis, seu etiam vacantibus, prout in cancellaria latius exprimetur, non obstantibus et cum aliis non obstañ et clausulis oportunis ac executoribus. — *Fiat pro omnibus, ut petitur. L.*

Sine alia lectione. — *Fiat. L.*

Datum Avinione, tertio Idus Octobris, anno primo.

---

(1) Roberto de Genève, cardeal do título dos Doze Apóstolos, criado pelo papa Gregório XI em Maio de 1371, eleito papa em 20 de Setembro de 1378 pelos cardeais que diziam terem sido obrigados antes, com medo de morte, a eleger Urbano VI, e coroado a 31 de Outubro de 1378. Morreu em Avinhão a 16 de Setembro de 1394. Cf. EUBEL, C., *Hierarchia catholica Medii Aevi*, I, p. 21, 27.

1ª

1394, Outubro 16

Suplica de Miguel Peres Carrasca, familiar do bispo de Tarazona, ao serviço do papa havia mais de doze anos, nas legacias feitas por Bento XIII, antes de ser papa, aos reinos de

Aragão, Castela, Navarra, Portugal e na França, sobre um benefício eclesiástico, da colação do bispo, prior e cabido de Tortosa.

Reg. Suppl. 91, fl. 181.

Supplicat S. V. humilis et devotus vester Michael Petri Carrascha, clericus Tirasonensis, familiaris facture vestre episcopi Tirasonensis (1), qui per xii annos et ultra in domo V. S. servivit et servit ad presens et continue fuit in legationibus factis per S. V. in Aragonia, Castella, Navarra, Portugalia et in Francia, quatinus sibi specialem gratiam facientes, de beneficio ecclesiastico cum cura vel sine cura, etiam si portio aut simplex officium in cathedrali ecclesia vel canonicatus et prebenda aut perpetua administratio vel officium etiam curatum, que pro uno beneficio computentur et in ecclesia collegiata aut archipresbyteratus vel plebania seu prioratus existat, vacante vel vacaturo simul vel successive, spectante communiter vel divisim ad collationem, etc., episcopi, prioris et capituli singulorumque canonicorum et personarum ac beneficiatorum ecclesie Detursensis ordinis sancti Augustini, etiam si ratione dignitatis, personatus, administrationis, prepositure vel officii, et si singula singulis illud vel illa habeant conferre, eidem Michaeli dignemini misericorditer providere vel similem gratiam ad collationem, etc., episcopi, decani et capituli ecclesie Ilerdensis. Non obstañ quadam portione, quam obtinet, in ecclesia Tirasonensi. Et cum ceteris non obstañ et clausulis opportunis, ut in forma.

Datum Avinione pro isto decimo septimo Kalendas Novembris, anno primo, ad vacatura post Kalendas Novembris, anno secundo.

---

(1) Fernando Perez Calvilho, doutor em decretos, deão de Tarazona, uma das testemunhas da reunião de Medina del Campo de 15 de Fevereiro de 1381 sobre o verdadeiro papa, capelão pontifício e ouvidor das causas do palácio apostólico, eleito bispo de Vich em Outubro de 1383 e transferido para a sé de Tarazona em Dezembro de 1391. Referendário de Bento XIII desde Abril de 1396, criado cardeal do título presbiteral dos Doze Apóstolos em Setembro de 1397. Morreu em 1404. Cf. EUBEL, C., *Hierarchia catholica Medii Aevi*, I, p. 29, 40, 486, 526. KATTERBACH, OFM, Bruno, *Referendarii utriusque signaturae a Martino V ad Clementem IX...*, p. XXVIII. No Reg. Suppl. 88, fl. 29, aparece como cubiculário do papa: *...F[ernandus], episcopus Tirasonensis, eiusdem S. cubicularius.* No Reg. Suppl. 91, fl. 1-22 há um *Rotulus compositus per episcopum Tirasonensem* e no Reg. Suppl. 89, fl. 138 o *Rotulus compositus per episcopum Tirasonensem pro graduatis et scolaribus in iure.*

1b

1394, Outubro 16

Rol de súplicas de Teresa de Toledo, irmã do falecido cardeal bispo de Sabina D. Guterre, entre as quais figura uma a favor de Diogo de Quairas, clérigo de Braga, erudito em artes, sobre um benefício da colação do arcebispo e cabido de Toledo.

Reg. Suppl. 94, fl. 48-48v.

Rotulus Tharasie de Toleto.

Supplicat S. V. humilis et devota filia et oratrix V. S. Tharasia de Toleto, soror bone memorie Gutterrii, olim episcopi Sabinensis, alias cardinalis Yspanie nuncupati, quatinus eidem Tharasie in personam dilectorum suorum infrascriptorum familiarium continuorum commensalium dicti cardinalis fratris sui et domini gratiam facere specialem ut sic dicti familiares vestra mediante gratia dolorem domini sui valeant temperare, signantes, si placet, cum vestra beatissima manu per *Fiat ut petitur* sub data xvii Kalendas Novembris, anno primo.

... ...

[fl. 48v]

... ...

Item quatinus similem gratiam facientes Didaco de Quayras, clerico Bracharensi, in primitivis artibus erudito, de beneficio ecclesiastico cum cura vel sine cura, etsi perpetua portio ecclesie cathedralis existat, cum prestimoniis et prestimonialibus portionibus, seu si fuerit archipresbyteratus et si sit dignitas vel personatus, dum tamen non sit in ecclesia cathedrali, vacante vel vacaturo, spectante communiter vel divisim ad collationem, etc., archiepiscopi, decani et capituli singulorumque canonicorum et personarum ecclesie Toletane, eidem D[idaco] dignemini misericorditer providere, cum ceteris, ut supra.

1º

1394, Outubro 16

Rol de súplicas de Rodrigo Lopes de Davalos, entre as quais figura uma a favor de Gonçalo Mendes, sacerdote de Évora, bacharel em decretos, sobre benefícios na igreja e diocese de Segóvia.

Reg. Suppl. 94, fl. 100-100v.

Rotulus Roderici Lupi Davalos.

Supplicat S. V. humilis et devotus servitor vester nobilis Rodericus Luppi de Davalos, camerarius filii vestri regis Castelle et Legionis illustris necnon nobilis dompna Elvira de Guibara, eius uxor, quatinus in personas infrascriptas nobilium et consanguineorum suorum speciales gratias concedere dignemini.

... ...

Item similem gratiam facientes Gundissalvo Menendi, de canonicatu sub expectatione prebende, dignitatis, personatus, administrationis per omnia, ut in superiori supplicatione Martini Lupi de Davalos, canonici Burgensis, in ecclesia, civitate et diocesi Segobiensi, eidem Gundissalvo dignemini misericorditer providere. Non obstañ media portione, quam obtinet in ecclesia Calagurritana et etiam quarto beneficio prestimoniali ecclesie sancte Marie de Valle de Mauro Toletane diocesis.

... ...

[fl. 100v]

... ...

Fiat pro omnibus. L.

Sine alia lectione et cum commissione examinis ad partes. — *Fiat. L.*

Datum Avinione pro tribus primis et septimo decimo septimo Kalendas Novembris, anno primo. Ad vacatura post Kalendas Septembris, anno tertio.

1d

1394, Outubro 17

Súplicas de D. Henrique, rei de Castela, entre as quais figura uma a favor de Estêvão Anes, arcediago e cónego prebendário da Guarda, seu secretário e familiar, sobre o canonicato de Sevilha, na expectativa da prebenda.

Reg. Suppl. 88, fl. 127v-130v.

Rotulus regis Castelle et Legionis.

Sanctissime Pater ac Clementissime Domine, post humilimam S. V. recomendationem suisque precordiis affectuosissimam necnon pedum ac manuum gratissima oscula beatorum, devotissimus filius vester Henricus, Dei gratia rex Castelle et Legionis, S. V. supplicat humiliter et devote quatinus capellanis ac servitoribus sue capelle et aliis suis familiaribus domesticis et continuis commensalibus et pro aliis infrascriptis, prout inferius exaratur, dignemini misericorditer providere.

... ...

[fl. 129v]

... ...

Item quatinus dilecto filio Stephano Johannis, archidiacono ac canonico prebendato ecclesie Egitaniensis, secretario ac familiari et continuo commensali, de canonicatu sub expectatione prebende ac dignitatis, personatus, officii, administrationis, cum cura vel sine cura, ecclesie Ispalensis, etiam si dignitas ipsa curata et electiva et ad quam quis per electionem consueverit assumi et maior post pontificalem existat, cum prestimoniis, etc. usque ad summam lx. librarum Turonensium parvorum, vacañ vel vacatur., simul vel successive, in dicta ecclesia et civitate et diocesi Yspalensi, etc., ut supra.

... ...

[fl. 130v]

... ...

Fiat pro omnibus. L.

Et dignetur S. V. signare hunc rotulum per *Fiat ut petitur* et ubi expedit *Dispensamus*, et cum commissione examinis ad partes. — *Fiat. L.*

Datum Avinione, sextodecimo Kalendas Novembris, anno primo.

1e-5a

1394, Outubro 19, 20, 21, 23

Rol de súplicas do Estudo Geral de Avinhão, entre as quais figuram súplicas de portugueses ou relativas a benefícios de dioceses portuguesas. Jorge Domingues, bacharel em leis e clérigo da diocese de Coimbra, pede um benefício ou canonicato da igreja de Ávila. João Gonçalves, bacharel em leis e clérigo de Coimbra, solicita um benefício da colação do bispo e cabido de Ávila. Gonçalo Mendes, sacerdote de Évora e bacharel em decretos, pede o canonicato de Segóvia ou

benefícios da cidade e diocese de Segóvia. Filipe de Andester, bacharel em decretos e e studante de direito canónico no Estudo de Avinhão, espoliado do canonicato, prebenda e priorato da igreja de Santa Justa de Lisboa pelos portugueses, que ele diz cismáticos, solicita o canonicato de Siguenza, na expectativa da prebenda. Salvador Anes, bacharel em leis e clérigo da diocese de Cidade Rodrigo, pede o canonicato de Ávila, na expectativa da prebenda.

Reg. Suppl. 82, fl. 1-100v.

Rotulus Universitatis Studii Avinionensis.

... ...

[fl. 12]

... ...

Bacallarii

... ...

[fl. 18]

... ...

2. Item Georgius Dominici, bacallarius in legibus, clericus Colimbriensis diocesis, quatinus sibi specialem gratiam facientes, de beneficio ecclesiastico cum cura vel sine cura et de canonicatu sub expectatione prebende ac dignitatis, personatus, officii seu administrationis cum cura vel sine cura ecclesie Abulensis, etiam si dignitas illa fuerit electiva, cum prestimoniis et prestimonialibus portionibus et simplicibus beneficiis, vacantibus vel vacaturis in ecclesia, civitate et diocesi Abulensi per cessum vel decessum unius, duorum, trium vel plurium canonici seu canonicorum vel aliarum personarum seu portionariorum seu dimidiorum portionariorum ipsius ecclesie Abulensis simul vel successive, quorum prestimoniorum vel prestimonialium portionum et simplicium beneficiorum fructus, redditus et proventus xxx. librarum Turonensium parvorum secundum taxationem decime valorem annuum non excedunt, eidem Georgio dignemini misericorditer providere. Non obstante archipresbyteratu de Portillo Palentine diocesis, quem noscitur obtinere, et cum omnibus non obstañ, etc.

3. Item Johanni Gundissalvi, bacallario in legibus, clerico Colimbriensi, quatinus similem gratiam facientes, de beneficio ecclesiastico cum cura vel sine cura, vacante vel vacaturo, spectante ad collationem, etc., episcopi, decani et capituli singulorumque canonicorum et personarum ecclesie Abulensis communiter vel divisim, eidem Jo[hanni] dignemini misericorditer providere, non obstante deffectu natalium, quem patitur de soluto genitus et soluta, cum quo alias auctoritate apostolica extitit dispensatum et cum omnibus non obstañ, etc.

... ...

[fl. 21]

... ...

4. Item Gundissalvus Menendi, presbyter Elborensis et bacallarius in decretis, quatinus sibi specialem gratiam facientes, de canonicatu sub expectatione prebende ac dignitatis, personatus, administrationis vel officii, etiam si curata aut electiva existat, cum prestimoniis et prestimonialibus portionibus aut beneficiis simplicibus unius, duorum

aut plurium cedentium vel decedentium in ecclesia, civitate [fl. 21v] et diocesi Segobiensi, vacañ vel vacat., simul vel successive, quorum prestimoniorum et prestimonialium, etc., lx. librarum Turonensium parvorum secundum taxationem decime valorem annuum non excedunt, eidem Gundisalvo dignemini misericorditer providere. Non obstante media portione, quam obtinet in ecclesia Calaguritana et prestimoniali in ecclesia sancte Marie de Valle Mauro Toletane diocesis, cum ceteris, etc.

... ...

[fl. 31]

... ...

5. Item Philippus de Andester, bacallarius in decretis, studens in iure canonico in vestro Studio Avinionensi in iure canonico, qui canonicatu et prebenda ac prioratu parrochialis secularis sancte Juste Ulixbonensis ecclesiarum per cismaticos Portugalenses spoliatus existit, quatinus sibi specialem gratiam facientes, de canonicatu sub expectatione prebende ac dignitatis, personatus, officii seu administrationis cum cura vel sine cura ecclesie Seguntine, etiam si dignitas ipsa electiva existat, cum prestimoniis et prestimonialibus portionibus ac simplicibus beneficiis, vacante vel vacaturo, simul vel successive, in civitate et diocesi Seguntina per cessum vel decessum unius, duorum, trium vel plurium [canonici] (1) seu canonicorum vel aliarum personarum seu portionariorum seu dimidiorum portionariorum ipsius ecclesie [et] diocesis Seguntine, quorum prestimoniorum et prestimonialium portionum ac simplicium beneficiorum fructus, redditus et proventus lx. librarum Turonensium parvorum secundum taxationem decime valorem annuum non excedunt, eidem P[hilipo] dignemini misericorditer providere. Non obstantibus canonicatu et prebenda ecclesie Yspalensis ac beneficio ecclesiastico sine cura de Marchena Yspalensis diocesis, que obtinet, super quibus canonicatu et prebenda in vestro sacro palatio litigat, ac gratia sibi facta auctoritate apostolica de canonicatu et prebenda ac archidiaconatu ecclesie Placentine Compostellane provincie cum prestimoniis et prestimonialibus portionibus ac simplicibus beneficiis in civitate et diocesi Placentina, que et quot sint hic habere dignemini pro sufficienter expressis, quorum possessio per alios est occupata, cui gratie paratus est renuntiare, dum, etc., et cum aliis non obstañ, etc.

... ...

[fl. 42v]

... ...

5.[a] Item Salvato[ri] Johannis, bacallario in legibus, [clerico] Civitatensis diocesis, quatinus sibi specialem gratiam facientes, de canonicatu sub expectatione prebende ac dignitatis, personatus vel officii seu administrationis, cum cura vel sine cura, ecclesie Abulensis, etiam si dignitas ipsa fuerit electiva, cum prestimoniis et prestimonialibus portionibus ac simplicibus beneficiis, vacantibus vel vacaturis in dicta ecclesia, civitate et diocesi Abulensi, per cessum vel decessum quorumcumque unius, duorum vel plurium canonici seu canonicorum seu portionariorum vel aliarum personarum quarumcumque ipsius ecclesie Abulensis simul vel successive, quorum prestimoniorum et prestimonialium portionum ac simplicium beneficiorum fructus, etc., lx librarum Turonensium parvorum secundum taxationem decime valorem annuum non excedunt, eidem Salvatori dignemini misericorditer providere. Non obstañ quod in diocesi Placentina provincie Compostellane duo prestimonia obtineat, quorum fructus, etc., xxx. florenorum auri de Aragonia valorem

annuum non excedunt ac quod felicis recordationis Clemens papa vii. (2), predecessor vester, sibi quatuor integris seu dimidiis prestimonialibus, que certo modo sperantur vacare, in ecclesia Giennensi gratiam fecerit specialem, de quibus nondum habet possessionem, et paratus est dimittere, dum, etc., gratiam per predictum predecessorem vestrum sibi factam de archidiaconatu de Cellorico diocesis Egitaniensis, certo modo vacaturo, et cum aliis non obstañ, etc., ut in forma.

... ...

[fl. 100v]

... ...

Fiat pro omnibus. L.

Sine alia lectione. — *Fiat. L.*

Datum Avinione pro doctoribus quartodecimo Kalendas Novembris, anno primo. Datum Avinione pro licenciatis in iure, magistris in medicina, filiis baronum vel magnis nobilibus tertiodecimo Kalendas Novembris, anno primo. Datum Avinione pro bacallariis in iure, magistris in artibus, licenciatis in medicina, nobilibus vel aliis notabilibus duodecimo Kalendas Novembris, anno primo. Datum Avinione pro omnibus aliis studentibus in supra proximis non comprehensis decimo Kalendas Novembris, anno primo.

---

(1) No ms. sinal de erro.

(2) Cf. nota 1 do n.º 1.

6

1394, Outubro 21

Súplica de Dona Beatriz, rainha de Castela, também dita de Portugal, a favor do seu capelão e familiar João Bartolomeu, sobre benefícios da igreja e diocese de Samora, lembrando que cismáticos portugueses ocupavam o seu benefício com cura de almas de Chacim.

Reg. Suppl. 83, fl. 160v.

Supplicat S. V. humilis et devota filia vestra Beatrix, Castelle et Portugalie regina' quatinus sibi in personam dilecti sui Johannis Bartholomei, capellani et familiaris continui commensalis, specialem gratiam facientes, de dimidia seu integra portione ecclesie Zamorensis, cum prestimoniis et prestimonialibus portionibus unius, duorum, trium vel plurium ipsius ecclesie, cedentium vel decedentium, etc., simul vel successive, seu etiam de beneficio ecclesiastico, cum cura vel sine cura, etiam si archipresbyteratus existat, spectante ad collationem, etc., episcopi, decani et capituli, canonicorum et singularum personarum dicte ecclesie Zamorensis in eadem ecclesia, civitate et diocesi Zamorensi, vacañ vel vacat., eidem Johanni dignemini misericorditer providere. Non obstante beneficio curato loci de Chaçin Bracharensis diocesis, quod possidebat, alias nunc occupatum per scismaticos Portugalenses et cum ceteris non obstañ et clausulis oportunis, ut in forma. — *Fiat ut petitur. L.*

Sine alia lectione. — *Fiat. L.*

Datum Avinione, duodecimo Kalendas Novembris, anno primo.

7

1394, Outubro 21

Rol de súplicas do abade de S. João de Pinha, entre as quais figura uma a favor de João Lourenço, clérigo da diocese de Viseu, sobre um benefício eclesiástico, já pedido pelo cardeal bispo de Albano.

Reg. Suppl. 94, fl. 34v-36v.

Rotulus compositus per abbatem sancti Johannis de Pyna (1).

Dignetur S. V. petitiones infrascriptas ad exauditionis gratiam benigne admittere, cum non obstañ et clausulis opportunis ac executoribus, ut in forma.

... ...

[fl. 36v]

... ...

Beatissime Pater, dudum S. V. devote creature vestre N[icolao] cardinali Albanensi (2) dilecto suo Johanni Laurentii, clerico diocesis Visensis, de beneficio ecclesiastico cum cura vel sine cura, etiam si integra seu dimidia perpetua portio ecclesie cathedralis existeret, vacante vel vacaturo, spectante communiter vel divisim ad colationem, etc., episcopi, decani et capituli singulorumque canonicorum et personarum ecclesie Salamantine, gratiam fecit specialem, sed, Pater Sancte, cum dictus Johannes tempore confectionis dicti rotuli esset familiaris familiarium dicti cardinalis et sua supplicatio debuerat collocari in secundo rotulo dicti cardinalis signato iii. Kalendas Novembris pontificatus vestri anno primo, fuit collocata in iiii° rotulo, eapropter eidem S. V. dictus N. cardinalis in personam Johannis familiaris familiarium eiusdem supplicat quatinus dignemini in litteris conficiendis super gratia dicti Johannis mandare expediri sub data secundi rotuli dicti cardinalis et cum clausulis opportunis, ut in forma.

Datum Avinione, pro sex superioribus duodecimo Kalendas Novembris, anno primo; ad vacatura ut supra.

---

(1) Trata-se do abade do mosteiro beneditino de S. João de Pinha da diocese de Huesca, cubiculário do papa, cujo nome figura na seguinte súplica do Reg. Suppl. 86, fl. 131v: «Supplicat S. V. humilis creatura vestra *P., abbas monasterii sancti Johannis de Pinna, ordinis sancti Benedicti Oscensis diocesis, eiusdem S. cubicularius...*» Nos Reg. Suppl. foram registados vários róis de súplicas, por ele compostos, tais como por exemplo no Reg. Suppl. 86, sob o título *Rotulus abbatis sancti Johannis de Pina* (fl. 106v, 116v-117) e *Rotulus trium supplicationum per abbatem sancti Johannis de Pina* (fl. 160) e noutros volumes sob a designação de *Rotulus compositus per abbatem sancti Johannis de Pynna* (Reg. Suppl. 91, fl. 22v-24, Reg. Suppl. 94, fl. 101, 134, 136, Reg. Suppl. 95, fl. 173-176v) ou *Rotulus compositus per dominum abbatem sancti Johannis de Pynna.* (Reg. Suppl. 95, fl. 72v-78v, 103-105, 138-138v, 158v-159, 164v-171), *Rotulus domini abbatis sancti Johannis de Pinna* (Reg. Suppl. 95, fl. 91v-92, 92v-95, 118v-119v) ou ainda *Rotulus parvus quatuor supplicationum compositus per dominum abbatem sancti Johannis de Pinna* (Reg. Suppl. 95, fl. 88).

(2) Nicolau de Brancaccio, arcebispo de Bari e de Cosenza, promovido a cardeal do tit. de Santa Maria em Transtibre por Clemente VII em Dezembro de 1378, transferido a cardeal-bispo de Albano em Abril de 1388, tendo regido a chancelaria no tempo de Clemente VII. Morreu em Florença em Junho de 1412. Cf. EUBEL, C., *Hierarchia catholica Medii Aevi*, I, p. 27, 35, 44, 129, 220. No Reg. Suppl. há súplicas suas, por ex., no Reg. Suppl. 87, fl. 21 (docum. deste vol. n.° 10a).

8

1394, Outubro 19, 20, 21, 23, 26

Rol de súplicas do Infante D. Fernando de Castela, filho do falecido D. João, rei de Castela, também dito de Portugal, e irmão de D. Henrique, rei de Castela e de Leão.

Reg. Suppl. 89, fl. 141-149v.

Rotulus Fernandi, infantis Castelle.

Supplicat S. V. humilis et devotus filius vester Fernandus, infans Castelle et filius illustrissimi principis Johannis, bone memorie quondam Castelle Legionis et Portugalie regis, ac frater serenissimi principis Henrici, regis Castelle et Legionis, quatinus in personas omnium et singulorum capellanorum suorum continue commensalium et aliorum dilectorum suorum infrascriptorum omnes et singulas gratias infrascriptas sibi concedere dignemini de gratia speciali.

... ...

[fl. 149v]

... ...

Fiat pro omnibus. L.

Sine alia lectione, cum commissione examinis ad partes. — *Fiat. L.*

Datum Avinione pro doctoribus in iure quartodecimo Kalendas Novembris. Item pro licenciatis in iure, tertiodecimo Kalendas Novembris. Item pro bacallariis in iure duodecimo Kalendas Novembris. Item pro presbyteris non beneficiatis decimo Kalendas Novembris. Item pro ceteris de multitudine gravi septimo Kalendas Novembris, ad vacatur. post Idus Augusti, anno primo. Sunt numero centum nonaginta quinque.

8ª

1394, Outubro 25

Rol de súplicas de Frei Fernando, embaixador do rei de Castela, entre as quais figura uma a favor de Gonçalo Mendes, sacerdote de Évora, bacharel em decretos, lente de direito canónico no Estudo de Avinhão, sobre o canonicato de Segóvia ou de Placência, na expectativa da prebenda.

Reg. Suppl. 94, fl. 97-98v.

Rotulus presentatus per fratrem Fernandum, ambaixatorem regis Castelle.

Suplicat S. V. humilis et devotus orator vester frater Fernandus, ambaxiator devoti filii vestri Henrici, regis Castelle et Legionis illustris (1), quatinus gratias infrascriptas ad exauditionis gratiam dignemini admittere de gratia speciali.

... ...

[fl. 97v]

... ...

Item similem gratiam facientes, devoto oratori vestro Gundissalvo Menendi, presbytero Elborensi et bacallario in decretis, actu legenti de iure canonico, in Studio Avinionensi, de canonicatu sub expectatione prebende ac dignitatis, personatus, administrationis vel officii, etiam si curatum vel electivum existat, cum prestimoniis et prestimonialibus portionibus ac simplicibus beneficiis unius, duorum, trium aut plurium cedentium vel decedentium, vacañ vel vacatur. simul vel successive in ecclesia, civitate et diocesi Segobiensi vel in ecclesia, civitate et diocesi Placentina, quorum prestimoniorum et prestimonialium portionum ac simplicium beneficiorum fructus, redditus et proventus lxx. librarum Turonensium parvorum secundum taxationem decime valorem annuum non excedunt, spectañ communiter vel divisim ad collationem, etc., episcopi, decani et capituli singulorumque canonicorum et personarum ecclesie Placentine, eidem Gundissalvo dignemini misericorditer providere, non obstante quod obtineat dimidiam portionem in ecclesia Calagurritana ac quartam prestimonialem portionem in ecclesia sancte Marie de Valle Mauro Toletane diocesis. Cum ceteris non obstañ, ut supra.

... ...

[fl. 98v]

... ...

Fiat pro omnibus. L.

Sine alia lectione et cum commissione examinis ad partes. — *Fiat. L.*

Datum Avinione pro aliis superioribus octavo Kalendas Novembris, anno primo. Ad vacatura, ut supra.

---

(1) Trata-se do franciscano Frei Fernando de Illescas. Cf. VICENTE BELTRAN DE HEREDIA, O. P., *Bulario de la Universidad de Salamanca* (1219-1549) I, p. 63, 64, 171.

9-9*

1394, Outubro, 21, 23, 25, 27

Rol de súplicas do rei de Castela, entre as quais se contam a de Salvador Anes, bacharel em leis, clérigo da diocese de Cidade Rodrigo, sobre um benefício da colação do arcebispo de Toledo e de João Gonçalves, bacharel em leis, clérigo de Coimbra, sobre benefício da colação do bispo de Ávila, de João Lourenço, clérigo da diocese de Viseu, sobre benefício da colação do bispo e cabido de Toledo, de Filipe Andester, bacharel em decretos, familiar do falecido monarca de Castela D. João e do actual D. Henrique, privado do canonicato e prebenda e priorato de Santa Justa de Lisboa, sobre o canonicato de Toledo, na expectativa da prebenda, de Vasco Martins, clérigo da diocese de Lisboa, espoliado da igreja paroquial de Santa Maria de Várzea de Alenquer, sobre o canonicato de Sevilha, na expectativa da prebenda, e de Simão Peres, privado do priorato da igreja de Olivais da diocese de Lisboa, sobre um benefício da colação do arcebispo de Sevilha.

Reg. Suppl. 92, fl. 61-67.

Rotulus duarum pellium dilectorum regis Castelle.

Supplicat S. V. devotus filius vester Enrricus, rex Castelle et Legionis, quatinus sibi in personam familiarium et dilectorum suorum infrascriptorum gratias infrascriptas concedere dignemini, non obstantibus regulis cancellarie de non graduatis et aliis quibuscumque.

... ...

[fl. 62]

... ...

Item quatinus devoto vestro Salvatori Johannis, *bacallario* in legibus, clerico Civitatensis diocesis, de beneficio ecclesiastico, cum cura vel sine cura, etiam si integra portio ecclesie cathedralis existat, seu si fuerit archipresbyteratus, si sit dignitas vel personatus, dum tamen dignitas ipsa in ecclesia cathedrali non existat, dignemini misericorditer providere, cum clausulis ut supra, ad collationem, etc., archiepiscopi, decani et capituli singulorumque canonicorum et personarum ecclesie Toletane, dignemini misericorditer providere, ut supra.

9ª. Item quatinus devoto vestro Johanni Gundissalvi, bacallario in legibus, clerico Columbriensi (1), de beneficio ecclesiastico cum cura vel sine cura, etc., per omnia ut supra proxime, ad collationem episcopi, decani et capituli singulorumque, etc., ecclesie, civitatis et diocesis Abulensis, etiam si archipresbyteratus, etc., ut supra proxime, cum non obstañ in cancellaria exprimendis, ut supra.

... ...

9ᵇ. Item quatinus devoto vestro Johanni Laurentii, clerico Visensis diocesis, de beneficio ecclesiastico, cum cura vel sine cura, etiam si integra portio vel dimidia in ecclesia cathedrali existat, vacante vel vacaturo, spectante ad collationem, etc., episcopi, decani et capituli singulorumque canonicorum et personarum ecclesie Toletane communiter vel divisim, dignemini providere. Cum clausulis, ut supra.

... ...

9ᶜ. Item quatinus devoto vestro Philipo Andester, bacallario in decretis, qui extitit familiaris clare memorie quondam domini Johannis, deinde illustrissimi Enrici, moderni, regum (2) Castelle, qui per scismaticos Portugalenses canonicatu et prebenda, prioratu parrochialis et secularis sancte Juste Ulixbonensis ecclesiarum expoliatus extitit, de canonicatu sub expectatione prebende ac dignitatis, personatus, administrationis seu officii cum cura vel sine cura ecclesie Toletane, etiam si dignitas ipsa electiva existit, cum prestimoniis et prestimonialibus portionibus, vacantibus vel vacaturis, in civitate et diocesi Toletana, dignemini misericorditer providere, non obstantibus canonicatu et prebenda ecclesie Ispalensis ac beneficio sine cura de Marchena Yspalensi, que obtinet ac gratia sibi facta de canonicatu et prebenda ac archidiaconatu ecclesie Placentine Compostellane provincie, cum prestimoniis et prestimonialibus portionibus, in civitate et diocesi Placentina, que et quot (3) sint, hic habere dignemini pro sufficienter expressis, quorum possessio per alios est occupata, etc., ut in forma.

9ᵈ. Item devoto vestro Velasco Martini, clerico Ulisbonensis diocesis, qui per scismaticos Portugalenses prioratu parrochialis ecclesie sancte Marie dela Vargia de Alanquer Ulixbonensis diocesis [expoliatus extitit], de canonicatu sub expectatione prebende

ecclesie Ispalensis, cum prestimoniis et prestimonialibus portionibus, vacañ vel vacatur., in civitate et diocesi Ispalensi, dignemini providere misericorditer, cum clausulis, ut supra.

... ...

[fl. 65]

... ...

9ª. Item devoto vestro Symoni Petri, clerico, qui per scismaticos Portugalenses prioratu ecclesie de Uliva (4) Ulixbonensis diocesis expoliatus extitit, de beneficio ecclesiastico, cum cura vel sine cura, vacante vel vacaturo, spectante communiter vel divisim ad collationem, etc., archiepiscopi Yspalensis, etiam si portio integra seu dimidia in ecclesia Ispalensi existat, dignemini misericorditer providere.

... ...

Fiat pro omnibus. L.

Sine alia lectione et cum commissione examinis ad partes. — *Fiat. L.*

Datum Avinione, pro licentiatis duodecimo Kalendas Novembris, pro baccallariis in iure, decimo Kalendas, pro presbyteris non beneficiatis octavo Kalendas, pro ceteris sexto Kalendas Novembris, ad vacatura post octavo Kalendas Septembris, anno primo.

---

(1) No ms. sinal de erro.
(2) No ms. sinal de erro.
(3) No ms. *quod.*
(4) No ms. *de Olive.*

10

1394, Outubro 26

Súplica de Gonçalo Mendes, clérigo de Évora e bacharel em decretos, estudante no Estudo de Avinhão, sobre o canonicato, na expectativa da prebenda, e benefícios na igreja, cidade e diocede de Segóvia.

Reg. Suppl. 88, fl. 225v-226.

Rotulus sine titulo.

Dignetur S. V. supplicationes infrascriptas ad exauditionis gratiam admittere et signare ac concedere, ut in forma.

Et primo quatinus devoto vestro Gundissalvo Melendi, clerico Elborensi, bacallario in decretis, actu studenti in Studio Avinionensi, de canonicatu sub expectatione prebende, dignitate, cum prestimoniis et prestimonialibus portionibus ac simplicibus beneficiis usque, etc., vacañ vel vacat. in ecclesia, civitate et diocesi Segobieñ, spectante (1) ad collationem, etc., episcopi, decani et capituli singulorumque canonicorum et personarum dicte ecclesie Segobiensis, non obstante iure quod habet in portione ecclesie Calaguritane et quarta prestimoniali portione ecclesie sancte Marie de Baldemoro (2) Toletane diocesis. Et cum aliis non obstañ et clausulis oportunis, ut in forma.

... ...

[fl. 226]

... ...

Fiat pro omnibus. L.

Et quod expediatur per *Fiat ut petitur* et quod transeat sine alia lectione, cum commissione examinis ad partes. — *Fiat. L.*

Datum Avinione, septimo Kalendas Novembris, anno primo.

---

(1) No ms. *expectante.*

(2) No ms. *Baldemono.*

10ª

1394, Outubro 27

Súplica de João Lourenço, clérigo da diocese de Viseu, sobre um benefício da colação do bispo e cabido de Salamanca.

Reg. Suppl. 87, fl. 21-28v.

Rotulus domini cardinalis Albanensis (1).

... ...

[fl. 25v]

... ...

Item quatinus Johanni Laurentii, clerico Visensis diocesis, de beneficio ecclesiastico cum cura vel sine cura, etiam si dimidia vel integra portio in ecclesia cathedrali existat, ad collationem, etc., episcopi, decani et capituli singulorumque canonicorum et personarum ecclesie Salamantine communiter vel divisim pertinente, dignemini misericorditer providere.

... ...

[fl. 28v]

... ...

Sine alia lectione et cum commissione examinis ad partes.— *Fiat. L.*

Datum Avinione pro sexaginta tribus ultimis sexto Kalendas Novembris, anno primo.

---

(1) Cf. nota 2 do n.º 7.

11-18

1394, Outubro 27

Rol de súplicas da mulher do Infante D. João de Portugal, duque de Valência e filha do falecido rei de Castela D. Henrique. Para o seu capelão-mor e familiar Raimundo de Narbona,

cónego prebendário de Braga e reitor da igreja de Santa Maria de Moreira, de cuja igreja foi expulso pelos portugueses da obediência doutro papa, bem como doutros benefícios, por aderir a Clemente VII, pede o canonicato de Toledo, na expectativa da prebenda, de que aliás obtivera a provisão do papa Clemente VII. Para o familiar e capelão Gonçalo Afonso, cónego prebendário de Braga e reitor da igreja de Santa Eulália de Pensalvos da diocese de Braga, espoliado de seus benefícios pelos portugueses, ditos cismáticos, solicita benefícios da cidade e diocese de Samora. Para João Bartolomeu, reitor da igreja de Chacim da diocese de Braga, solicita a perpétua porção na igreja, cidade e diocese de Samora. Para Salvador Anes, bacharel em leis e clérigo da diocese de Cidade Rodrigo, solicita o canonicato de Cidade Rodrigo, na expectativa da prebenda. Para Gonçalo Mendes, clérigo de Évora e bacharel em decretos, pede o canonicato de Siguenza, na expectativa da prebenda. Para Vasco Martins, cónego prebendário de Braga, espoliado pelos ditos cismáticos do reino de Portugal, pede um benefício da igreja, cidade e diocese de Samora. Para Rodrigo Gonçalves, clérigo da diocese de Braga, pede um benefício da colação do bispo e cabido de Segóvia. Para Afonso Domingues de Moura, sacerdote da diocese de Évora, solicita um benefício na igreja, diocese e cidade de Sevilha. Para Afonso Martins, beneficiado na igreja de S. Bartolomeu de Oriola da cidade de Évora, solicita um benefício da colação do arcebispo e cabido de Sevilha.

Reg. Suppl. 89, fl. 130-134.

Rotulus Constancie infantisse, uxoris Johannis Infantis Portugalie, ducis Valentie.

Supplicat S. V. devotissima filia vestra Constantia, infantissa, uxor devotissimi filii vestri Johannis, infantis Portugalie, ducis de Valencia, clare memorie H[enrici], quondam regis Castelle, filia, quatinus sibi in personas dilectorum suorum infrascriptorum has gratias facere speciales dignemini. Et primo dilecto capellano suo maiori familiari continuo commensali Raimundo Narbona, prout sequitur, presertim, Pater Sancte, cum ista sit prima gratia, quam a Sanctitate Vestra petierim.

Beatissime Pater, dudum felicis recordationis dominus Clemens, papa vii.us (1), immediatus predecessor e[iusdem] S., Raimundo Narbona, pauperi presbytero, canonico prebendato ecclesie Bragarensis ac rectori parrochialis ecclesie beate Marie de Moreriis Bragarensis diocesis, quam per decem et octo annos et ultra tenuit et possedit vel quasi et per scismaticos regni Portugalie fuit expulsus et de suis beneficiis privatus ac expoliatus ex eo quod adherebat supradicto predecessori vestro et cui idem predecessor, pio sibi compatiens affectu, gratiam fecit specialem de canonicatu sub expectatione prebende ecclesie Toletane, cum prestimoniis usque ad certam summam, super quo littere fuerunt confecte et presentate domino archiepiscopo, decano et capitulo dicte ecclesie Toletane et per dictos dominos gratiose fuit receptus, sed propter multitudinem expectantium gratia non potuit sortiri effectum. Et quia dictus R[aimundus] est pauper et senex, utpote septuagenarius, et non potest vivere in seculo, nisi cum nimia paupertate et labore et cum sint iam decem anni [fl. 130v] elapsi, quibus de suis beneficiis, que habebat, fuit expoliatus et de omnibus bonis suis depredatus. Et quia per S. V. omnes gratie expectative per predecessorem vestrum facte et concesse, fuerunt et sunt revocate, idcirco dicta infantissa in personam dicti R[aimundi] humiliter et devote supplicat eidem S. V. amore Dei et intuitu pietatis quatinus sibi specialem gratiam facientes, de canonicatu sub expectatione prebende in dicta ecclesia Toletana, cum prestimoniis et prestimonialibus portionibus ac simplicibus beneficiis unius, duorum vel trium aut plurium ipsius ecclesie cano-

nici seu canonicorum cedentis vel decedentis, cedentium vel decedentium aut ipsa alias quomodolibet dimittentis vel dimittentium, si vacant ad presens aut quam primum in dicta ecclesia, civitate et diocesi Toletana simul vel successive vacare contigerit, usque ad summam lx. librarum Turonensium parvorum secundum taxationem decime, ad contemplationem expresse dicte infantisse eidem R[aimundo] sub data rotuli predecessoris vestri conferend. donationi apostolice dignemini misericorditer reservare et sibi providere, non obstantibus regulis cancellarie de non graduatis et cum non obstañ suis beneficialibus, que et quot sint hic habere dignemini et in cancellaria V. S. pro expressis, in confectione litterarum declarandis, presertim cum nullum beneficium de presenti possideat, nisi canonicatum et prebendam ecclesie Legionensis, de quibus dominus Albiensis, legatus quondam predecessoris vestri in Yspanie partibus (2), alteri providit, super quo sperat litigare et cum omnibus aliis clausulis oportunis, signantes amore Dei ut petitur.

12. Item quatinus similem gratiam facientes dilecto suo familiari commensali ac capellano Gundissalvo Alfonsi, canonico prebendato ecclesie Bragarensis ac rectori parrochialis ecclesie sancte Eulalie de Pensalvis diocesis Bragarensis, qui per scismaticos regni Portugalie de dictis suis beneficiis expoliatus, de prestimoniis et prestimonialibus portionibus ac simplicibus beneficiis in civitate et diocesi Zamorensi, vacantibus vel vacaturis simul vel successive per obitum unius, duorum, trium vel plurium cedentis [vel] cedentium, decedentis seu decedentium aut illa alias quomodolibet dimittentis seu dimittentium ipsius ecclesie canonici seu canonicorum ipsius ecclesie Zamorensis, vacañ vel vacat. simul vel successive, usque ad summam lx. librarum Turonensium parvorum secundum taxationem decime valorem, etc., eidem G[undisalvo] dignemini misericorditer providere, non obstantibus suis beneficialibus, que et quot sint habere dignemini pro expressis, in confectione litterarum declarandis, presertim cum nullum beneficium de presenti possideat, nisi canonicatum et prebendam ecclesie Zamorensis, et cum ceteris non obst. et clausulis oportunis ac exequtoribus, ut in forma.

... ...

[fl. 131]

... ...

13. Item quatinus dilecto suo Johanni Bartholomei, rectori ecclesie de Chassim Bragarensis diocesis, de integra seu dimidia perpetua portione cum prestimoniis et prestimonialibus portionibus in ecclesia, civitate et diocesi Zamorensi, vacante vel vacatura simul vel successive, eidem Jo[hanni] dignemini misericorditer providere, predicta parrochiali ecclesia non obstante, ut supra.

13ª. Item similem gratiam facientes Salvato[ri] Johannis, bacalario in legibus, clerico Civitatensis diocesis, de canonicatu sub expectatione prebende in ecclesia Civitatensi ac dignitate, personatu seu officio vel administratione cum cura vel sine cura, cum prestimoniis et prestimonialibus portionibus unius, duorum vel trium ipsius ecclesie canonicorum simul vel successive vacare contigerit usque ad summam lx. librarum Turonensium [fl. 131v] parvorum secundum taxationem decime, etc., in ecclesia, civitate et diocesi Civitatensi, eidem S. dignemini misericorditer providere, cum non obstañ in cancellaria, ut supra declarandis.

14. Item similem gratiam facientes Gundissalvo Menendi, clerico Elborensi (3), bacalario in decretis, de canonicatu sub expectatione prebende in ecclesia Seguntina ac

dignitate, personatu seu officio vel administratione cum cura vel sine cura, cum prestimoniis et prestimonialibus portionibus in dicta ecclesia, civitate et diocesi Seguntina, vacantibus vel vacaturis simul vel successive, eidem G[undissalvo] dignemini misericorditer providere. Cum non obstañ in cancellaria V. S. declarandis.

... ...

15. Item quatinus similem gratiam facientes dilecto suo Velasco Martini, canonico prebendato ecclesie Bragarensis, qui per scismaticos regni Portugalie expoliatus, de beneficio eclesiastico cum cura vel sine cura, etiam si integra perpetua portio ecclesie cathedralis existat, cum prestimoniis et prestimonialibus portionibus unius, duorum, trium vel plurium ipsius ecclesie canonici seu canonicorum vel portionariorum cedentium vel decedentium aut ipsa alias quomolibet dimittentis seu dimittentium, si vacant ad presens aut quam primum in ecclesia, civitate et diocesi Zamorensi simul vel successive vacare contigerit, usque ad summam xxx. librarum Turonensium parvorum secundum taxationem decime valorem annuum non excedant, eidem Velasco dignemini misericorditer providere, cum ceteris, ut supra.

... ...

[fl. 132]

... ...

16. Item quatinus dilecto suo Roderico Gundissalvi, clerico Bragarensis diocesis, de beneficio ecclesiastico simplici sine cura, vacante vel vacaturo, spectante ad collationem, etc., episcopi Segobiensis, eidem R[oderico] dignemini providere et cum ceteris, ut supra.

... ...

[fl. 133]

... ...

17. Item quatinus similem gratiam facientes Alfonso Dominici de Moira, presbytero Elborensis diocesis, de beneficio ecclesiastico cum cura vel sine cura, et si integra seu dimidia perpetua portio ecclesie cathedralis existat, ac prestimoniis et prestimonialibus portionibus in ecclesia, civitate et diocesi Ispalensi, vacañ vel vacat. simul vel successive, spectante communiter vel divisim ad collationem, etc., archiepiscopi, decani et capituli singulorumque canonicorum et personarum ecclesie Ispalensis, eidem A[lfonso] dignemini misericorditer providere, non obstante gratia auctoritate apostolica sibi facta de canonicatu et prebenda ac archipresbyteratu ecclesie Placentine provincie Compostellane, cum prestimoniis et prestimonialibus portionibus in ecclesia, civitate et diocesi Placentina predicte provincie, cuius gratie vigore sibi facte, littere sunt confecte, quorum possessio per alios est occupata ac etiam gratia auctoritate apostolica sibi facta de canonicatu et prebenda ecclesie Alborensis, quam gratiam paratus est dimittere, dum, etc., et cum ceteris, ut supra.

... ...

[fl. 133v]

... ...

18. Item quatinus similem gratiam facientes dilecto suo Alfonso Martini, presbytero, beneficiato in ecclesia sancti Bartholomei de Auriola Elborensis diocesis, de beneficio ecclesiastico simplici sine cura, vacante vel vacaturo, spectante ad collationem, etc.,

archiepiscopi, decani et capituli singulorumque canonicorum et personarum ecclesie Ispalensis, eidem A[fonso] dignemini misericorditer providere, cum ceteris, ut supra.

... ...

[fl. 134]

... ...

Fiat pro omnibus. L.

Sine alia lectione et cum commissione examinis ad partes. — *Fiat. L.*

Datum Avinione, sexto Kalendas Novembris, ad vacatura post Ydus Augusti, anno primo, pro septuaginta duobus.

---

(1) Cf. nota 1 do n.º 1.

(2) Deve tratar-se de D. João bispo de Alby e antes de Agen. Cfr. nota 1 do n.º 601 de Clemente VII.

(3) No ms. *Alborensi.*

18[a]

1394, Outubro 27

Rol de súplicas de Dona Maria Coronel, nobre viúva de Sevilha, entre as quais figura uma de Afonso Domingues, sacerdote da diocese de Évora, sobre um benefício da colação do arcebispo de Sevilha.

Reg. Suppl. 92, fl. 171-175v.

Rotulus nobilis Marie Coronel de Ispali, relicte quondam Johannis de Serda, militis.

Supplicat S. V. humilis et devota oratrix vestra nobilis Maria Coronel de Ispali, relicta quondam Johannis de Serda, militis, quatinus sibi in personas dilectorum suorum infrascriptorum facere dignemini gratiam specialem.

... ...

[fl. 172v]

... ...

Item quatinus similem gratiam facientes Alfonso Dominici, presbytero Elborensis diocesis, de beneficio ecclesiastico, cum cura vel sine cura, vacante vel vacaturo, spectante ad collationem, etc., archiepiscopi Ispalensis, eidem Alfonso dignemini providere, cum clausulis, ut supra.

... ...

[fl. 175v]

... ...

Datum pro primis decem sexto Kalendas Novembris. Item pro ceteris Idus Augusti, ad vacatura deinde, anno primo.

18[b]-18[c]

1394, Outubro 27, 28

Rol de súplicas do cardeal de Veneza, entre as quais se conta a de Filipe de Andester, bacharel em decretos, sobre o canonicato de Toledo, na expectativa da prebenda, o qual fora espo-

liado pelos portugueses, ditos cismáticos, do canonicato e prebenda e priorato da igreja de Santa Justa de Lisboa, e a de Gonçalo Mendes, bacharel em decretos, sobre o canonicato de Segóvia, na expectativa da prebenda, e sobre outros benefícios.

Reg. Suppl. 83, fl. 87-97.

Rotulus domini cardinalis Venetiarum (1).

Supplicat S. V. devotus filius vester Johannes, cardinalis Venetiarum, quatinus sibi in personas nepotum aliorumque cappellanorum et familiarium continuorum commensalium dilectorum quoque suorum infrascriptorum dignemini facere gratias infrascriptas.

... ...

[fl. 94]

... ...

Item dilecto suo Philippo de Andester, bacallario in decretis, qui canonicatu et prebenda ac prioratu parrochialis et secularis ecclesie sancte Juste Ulixbonensis ecclesiarum per scismaticos Portugalenses spoliatus existit, de canonicatu sub expectatione prebende, ac dignitatis, personatus vel officii aut administrationis, cum cura vel sine cura, ecclesie Toletane, etiam si dignitas ipsa electiva fuerit, necnon prestimoniorum et prestimonialium portionum ac simplicium beneficiorum unius, duorum, trium vel plurium, etc., vacañ vel vacat., simul vel successive, in dicta ecclesia ac [fl. 94v] civitate et diocesi Toletana usque ad summam lx librarum Turonensium parvorum secundum taxationem decime dignemini misericorditer providere, non obstantibus canonicatu et prebenda ecclesie Ispalensis ac beneficio sine cura de Marchena Ispalensis diocesis, quos obtinet, super quibus canonicatu et prebenda in palatio apostolico litigat, ac gratia sibi facta de archidiaconatu ecclesie Palentine, provincie Compostellane, cum prestimoniis et prestimonialibus portionibus ac simplicibus beneficiis, in civitate et diocesi Placentina, que et quot sint, hic habere dignemini pro sufficienter expressis, quorum possessio per alios occupatur (2), cui gratie paratus est renuntiare, dum, etc., cum aliis, ut supra.

18°. Item dilecto suo Gundisalvo Menendi, presbytero Elborensi, bacallario in decretis, de canonicatu sub expectatione prebende ac dignitatis, personatus, administrationis vel officii necnon prestimoniorum et prestimonialium portionum unius, duorum, trium vel plurium, etc., vacañ vel vacat. simul vel successive in ecclesia, civitate et diocesi Segobiensi usque ad summam lx. librarum Turonensium parvorum secundum taxationem decime dignemini misericorditer providere, non obstañ quadam dimidia portione, quam obtinet in ecclesia Calagurritana, et quarto prestimoniali beneficio in ecclesia sancte Marie de Valle Mauro diocesis Toletane, quorum beneficiorum possessionem nondum est adeptus et cum aliis, ut supra.

... ...

[fl. 97]

... ...

Fiat pro omnibus. L.

Sine alia lectione et cum commissione examinis ad partes. — *Fiat. L.*

Datum Avinione pro lxii supra proximo descriptis (3), illis videlicet qui sunt familiares continui commensales domini cardinalis vel in iure graduati sexto Kalendas Novembris. Item pro ceteris quinto Kalendas Novembris, anno primo. G.

---

(1) João de Placentinis, criado cardeal do título de S. Ciríaco por Clemente VII em Julho de 1385. Morreu em Maio de 1404. Cf. EUBEL, C., *Hierarchia catholica Medii Aevi*, I, p. 28, 42.

(2) No ms. *occupantur*.

(3) No ms. estava *Kalendis Januarii, anno primo*, palavras emendadas na margem direita do texto: *illis videlicet qui sunt familiares continui commensales domini cardinalis vel in iure graduati sexto Kalendas Novembris. Item pro ceteris quinto Kalendas Novembris, anno primo. G. Ita correctum et immutatum in originali et hic de mandato domini nostri pape ad relatum domini F. Elen. datatoris. G.*

18 d

1394, Outubro 29

Súplica de Afonso Domingues, sacerdote da diocese de Évora, sobre um benefício da colação do arcebispo de Sevilha.

Reg. Suppl. 85, fl. 181-223.

Rotulus Baiocensis, Ruthenensis et Constantiensis de die Coronationis domini nostri pape.

Dignetur S. V. supplicationes infrascriptas ad exauditionis gratiam benigne admittere, ut in forma.

... ...

[fl. 194v]

... ...

Item similem gratiam facientes Alfonso Dominici, presbytero Elborensis diocesis, de beneficio ecclesiastico sine cura, vacante vel vacaturo, spectante ad collationem, etc., archiepiscopi Ispalensis, eidem Alfonso dignemini misericorditer providere. Cum omnibus non obstañ, ut supra.

... ...

[fl. 223]

... ...

Fiat pro omnibus. L.

Et quod transeant sine alia lectione et cum commissione examinis ad partes.—*Fiat. L.*

Datum Avinione, pro presentibus quarto Kalendas Novembris, anno primo.

19

1394, Outubro 29, 31

Súplica de Diogo Correia, clérigo da diocese de Coimbra, sobre benefícios na diocese de Segóvia.

Reg. Suppl. 85, fl. 1-98.

Rotulus de Coronatione.

Dignetur S. V. supplicationes infrascriptas ad exauditionis gratiam admittere.

... ...

[fl. 33v]

... ...

Item devotus vester Didacus Correa, clericus Colimbriensis diocesis, quatinus sibi de integra portione ac prestimoniis et prestimonialibus portionibus et simplicibus beneficiis unius, duorum, trium pluriumve cedentis vel cedentium, decedentis vel decedentium in ecclesia, civitate et diocesi Segobiensi, vacañ vel vacatur., usque ad summam xl. librarum Turonensium parvorum secundum taxationem decime, dignemini misericorditer providere, etiam si sint expectat., ad collationem, etc., episcopi et capituli communiter vel divisim, non obstantibus quibuscumque regulis cancellarie a S. V. editis in contrarium et cum ceteris clausulis oportunis, ut in forma.

... ...

[fl. 98]

... ...

Fiat pro omnibus. L.

Sine alia lectione, cum commissione examinis ad partes. — *Fiat. L.*

Datum Avinione, quarto Kalendas Novembris, anno primo pro presentibus; pro absentibus vero, de quorum sufficientia constet, Datum Avinione, pridie Kalendas Novembris, anno primo.

19ª

1394, Outubro 29, 31

Súplica de Afonso Domingues de Moura, sacerdote da diocese de Évora, sobre o canonicato e outros benefícios da diocese de Placência, recordando os benefícios, de que tinha sido privado por motivo do cisma, a saber o canonicato, prebenda e chantria de Viseu e o canonicato e prebenda de Évora.

Reg. Suppl. 85, fl. 101-156.

De supplicationibus traditis in die Coronationis.

Dignetur S. V. personis inferius designatis speciales gratias subscriptas ad exauditionis gratiam benigniter admittere et concedere ac vestra beatissima manu signare ut petitur, cum non obst. et clausulis oportunis ac examine ad partes, si sit opus.

... ...

[fl. 154] De coronatione

... ...

[fl. 155v]

... ...

Item devotus vester Alfonsus Dominici de Moura, presbyter Elborensis diocesis, specialem gratiam facientes, de canonicatu sub expectatione prebende ac dignitatis, per-

sonatus, officii seu administrationis cum cura vel sine cura ecclesie Placentine Compostellane provincie, etiam si dignitas ipsa electiva existat, cum prestimoniis et prestimonialibus portionibus vacañ vel vacatu. in ecclesia, civitate et diocesi Placentina per cessum vel decessum unius, duorum, trium aut plurium canonici seu canonicorum vel aliarum personarum ipsius ecclesie Placentine simul vel successive, quorum prestimoniorum et prestimonialium portionum fructus, redditus et proventus quadraginta librarum Turonensium parvorum secundum taxationem decime valorem annuum non excedant, eidem A. dignemini misericorditer providere, non obstañ canonicatu et prebenda atque cantoria ecclesie Visensis et canonicatu et prebenda ecclesie Elborensis, quorum possessionem non est adeptus propter scisma, et cum omnibus non obstañ et clausulis ac executoribus, ut in forma.

... ...

[fl. 156]

... ...

Fiat pro omnibus. L.

Sine alia lectione et cum commissione examinis ad partes. — *Fiat. L.*

Datum Avinione pro presentibus quarto Kalendas Novembris, pro absentibus vero pridie Kalendas Novembris, anno primo.

19[b]-19[e]

1394, Outubro 29, 31

Rol de súplicas da coroação do papa Bento XIII, entre as quais figuram a de Lopo Fernandes, cónego prebendário e deão de Tui, com poucos rendimentos, devido às guerras entre Castela e Portugal, o qual obtivera a igreja paroquial de Santa Maria de Valença, de Arias Fernandes, arcediago de Cerveira, de Gomes Lourenço, sacerdote de Lisboa, sobre um benefício na diocese de Toledo, e de Afonso Anes, clérigo da diocese de Viseu, sobre um benefício também da diocese de Toledo.

Reg. Suppl. 93, fl. 1-215v.

Quidam maximus rotulus de coronatione, domini nostri Benedicti pape xiii, ut constat in ista pagina post me ubi fit mentio de Clemente [papa vii] (1).

Dignetur S. V. omnes et singulas gratias infrascriptas de speciali gratia ad exauditionis gratiam admittere.

... ...

[fl. 80]

... ...

Item supplicat S. V. devotus vester Lupus Fernandi, canonicus prebendatus ac decanus ecclesie Tudensis, cum olim propter guerras inter regnum Castelle et Portugalie predictus decanatus extiterit adeo tenuis quod vix posset ex eius redditibus congrue sustentari, quatinus specialem gratiam facientes, de beneficio cum cura, vacante vel vacaturo, in diocesi Tudensi, spectante ad presentationem abbatum et conventuum eorumdem

monasteriorum sancte Marie de Oya et sancti Salvatoris de Barrantes ordinis Cisterciensis diocesis Tudensis vel [fl. 80v] alterius eorumdem communiter vel divisim, eidem Lupo dignemini misericorditer providere, cum eo misericorditer dispensantes ut predictum beneficium cum cura cum predicta dignitate valeat retinere, non obstañ predicto canonicatu et prebenda dicte ecclesie Tudensis et quodam simplici beneficio, quod obtinet in ecclesia parrochiali sancte Marie de Valentia, in regno Portugaliie consistente, ac beneficio simplici in ecclesia parrochiali sancti Martini de Portella diocesis Tudensis, quorum quidem decanatus, prebende ac beneficii sancti Martini de Portella fructus, etc., centum florenorum Aragon. hic import. valorem annuum non excedunt, cum aliis non obstañ et clausulis oportunis, ut in forma.

19[c]. Item supplicat S. V. devotus vester Arias Fernandi, archidiaconus de Cervaria, canonicus prebendatus ac subcollector camere sedis apostolice in ecclesia et diocesi Tudensi, quatinus sibi specialem gratiam facientes, de beneficiis simplicibus, in diocesi Tudensi vacantibus vel vacaturis per obitum unius, duorum, trium vel plurium cedentium vel decedentium aut alias quomodolibet dimittentium, usque ad summam xxx librarum Turonensium parvorum secundum taxationem decime, spectantibus ad collationem abbatum et conventuum monasteriorum sancte Marie de Oya ac sancti Salvatoris de Barrantes Cisterciensis ordinis Tudensis diocesis vel alterius eorumdem communiter vel divisim, eidem Arie dignemini misericorditer providere, non obstante dicto archidiaconatu, quem idem archidiaconus tenet in regno Portugalie, a quo redditus aliquos non percepit, ex eo tempore quo predictum regnum in scismate perduravit, ac predicto canonicatu et prebenda dicte ecclesie Tudensis et quibusdam aliis beneficiis simplicibus, que idem Arias obtinet in diocesi Tudensi et Lucensi, quorum quidem prebende ac beneficiorum fructus, etc., decem librarum Turonensium parvorum secundum taxationem decime valorem annuum non excedunt, que, quot et qualia sint hic habere dignemini pro expressis ac specialiter nominatis, cum aliis non obstañ et clausulis oportunis.

... ...

[fl. 126]

... ...

19[d]. Item supplicat S. V. humilis et devotus vester Gometius Laurentii, presbyter Ulixbonensis, quatinus sibi specialem gratiam facientes, de beneficio cum cura vel sine cura in civitate et diocesi Toletana, etiam si sit portio in ecclesia cathedrali, etiam si archipresbyteratus existat, spectante ad collationem, etc., archiepiscopi, capituli singularumque personarum ecclesie Toletane, etiam si archipresbyteratus, dignitas vel personatus vocetur, dum tamen non sit in ecclesia cathedrali, eidem Gometio dignemini misericorditer providere, non obstante beneficio, parrochiali, quod obtinet in ecclesia sancte Crucis de Maiorito Toletane diocesis et beneficio simplici in ecclesia sancti Johannis eiusdem loci, cum clausulis oportunis, ut in forma.

... ...

19[e]. Item Alfonso Johannis, clerico Visensis diocesis, de beneficio ecclesiastico simplici in civitate et diocesi Toletana, etiam si portio in ecclesia cathedrali existat, spectante ad collationem, etc., archiepiscopi, capituli singularumque personarum ac dignitatum ecclesie Toletane eidem Alfonso dignemini misericorditer providere, cum [clausulis] oportunis, ut in forma.

... ...

[fl. 215v]

... ...

Fiat pro omnibus. L.

Sine alia lectione et cum commissione examinis ad partes. — *Fiat. L.*

Datum Avinione pro presentibus quarto Kalendas Novembris. Datum Avinione pro absentibus pridie Kalendas Novembris, anno primo.

---

(1) As palavras entre colchetes são de outra mão, muito posterior.

19[f]

1394, Outubro 30

Súplica de Arias Afonso, sacerdote de Avis, da diocese de Évora, sobre um benefício da colação do arcebispo e cabido de Toledo, apesar da porção na igreja paroquial de S. Tiago de Torres Novas da diocese de Lisboa, de que fora privado pelos Portugueses, que ele diz cismáticos, e do direito ao canonicato e prebenda de Évora.

Reg. Suppl. 92, fl. 151-162v.

Rotulus compositus per dominum P. Blavi (1).

Dignetur S. V. petitiones infrascriptas ad exauditionis gratiam benigne admittere, ut in forma.

... ...

[fl. 154]

... ...

Item similem gratiam facientes Arie Alfonsi, presbytero de Avis, Elborensis diocesis, de simili beneficio ecclesiastico, cum cura vel sine cura, vacante vel vacaturo, etiam si archipresbyteratus, qui dignitas vel personatus existat, ad collationem, etc., archiepiscopi, decani et capituli singulorumque canonicorum et personarum ecclesie Tholetane communiter vel divisim pertinente, eidem Arie dignemini misericorditer providere. Non obstante quadam perpetua portione, quam in parrochiali ecclesia sancti Jacobi de Torres Novas Ulixbonensis diocesis obtinet ac iure quod habet in canonicatu et prebenda ecclesie Elborensis. Et cum clausulis et aliis ut supra.

... ...

[fl. 162v]

... ...

Fiat pro omnibus. L.

Sine alia lectione et cum commissione examinis ad partes. — *Fiat. L.*

Datum Avinione, tertio Kalendas Novembris, anno primo. Ad vacatura post Idus Novembris, anno secundo.

---

(1) Pedro Blavi ou Blau, doutor em decretos, referendário, embaixador e núncio de Bento XIII ao rei de França, finalmente cardeal do título de Santo Anjo, criado em Dezembro de 1395. Morreu em Dezembro de 1409. Cf. EUBEL, C., *Hierarchia catholica Medii Aevi*, I, p. 29, 49. KATTERBACH, OFM, Bruno, *Referendarii utriusque signaturae a Martino V ad Clementem IX...*, p. XXVI. E de facto ele aparece em várias súplicas como referendário pontifício: «...*Petro Blavi, decretorum doctori, referendario nostro...*» (Reg. Suppl. 86, fl. 40v); «Motu proprio dilecto filio *Petro Blavi, decretorum doctori, referendario nostro...*» (Reg. Suppl. 86, fl. 97v); «Item supplicat devota factura vestra *P. Blavi, V. S. referendarius...*» (Reg. Suppl. 88, fl. 32). Nos volumes de súplicas registam-se vários róis sob o título de *Rotulus compositus per dominum Petrum Blavi* (Reg. Suppl. 86, fl. 122v-123, 161v, 165v, 170v-171v, Reg. Suppl. 91, fl. 201, Reg. Suppl. 92, fl. 151). Há também um *Rotulus familiarium cardinalis sancti Angeli* com súplicas suas a favor de seus familiares: «Supplicat S. V. devota creatura vestra *P. sancti Angeli dyaconus cardinalis...*» (Reg. Suppl. 91, fl. 154).

19

1394, Outubro 30, 31

Súplica de João Gonçalves de Merlo, clérigo de Coimbra e bacharel em leis, sobre um benefício da colação do bispo e cabido de Ávila.

Reg. Suppl. 93, fl. 217-381v.

Rotulus de Coronatione.

Dignetur S. V. petitiones infrascriptas ad exauditionis gratiam benigne admittere, ut in forma, que fuerunt presentate die felicis coronationis.

... ...

[fl. 376]

... ...

Item Johanni Gundissalvi de Merlo, clerico Colimbriensi, bacallario in legibus, de simili beneficio cum cura vel sine cura, vacante vel vacaturo, spectante communiter vel divisim ad collationem, etc., episcopi, decani et capituli singulorumque canonicorum et personarum ecclesie Abulensis. Non obstante defectu natalium quem patitur de soluto genitus et soluta, super quo secum auctoritate apostolica extitit dispensatum, ut in forma.

... ...

[fl. 381v]

... ...

Fiat pro omnibus. L.

Sine alia lectione et cum commissione examinis ad partes. — *Fiat. L.*

Datum Avinione, pro presentibus tertio Kalendas Novembris et pro absentibus pridie Kalendas Novembris, ad vacatura post Kalendas Octobris, anno primo.

Finis maximi rotuli coronationis.

19 h

1394, Novembro 1

Rol de súplicas composto pelo abade de S. João de Pinha, entre as quais figura a de Dona Beatriz, dita rainha de Castela e de Portugal, a favor do seu capelão e familiar João Bartolomeu, sobre o canonicato de Samora, não obstante o benefício com cura de almas na igreja de Santa Comba de Chacim, ocupado por portugueses, ditos cismáticos.

Reg. Suppl. 91, fl. 22v-24.

Rotulus compositus per abbatem sancti Johannis de Pynna (1).

Dignetur S. V. petitiones infrascriptas ad exauditionis gratiam et benigne admittere, cum non obstañ et clausulis ac executoribus opportunis, ut in forma.

... ...

[fl. 24]

... ...

Item etiam eidem S. supplicat devota filia vestra Beatrix, Castelle et Portugalie regina, quatinus sibi in personam dilecti capellani et familiaris continui commensalis Johannis Bartholomei specialem gratiam facientes, de canonicatu sub expectatione prebende ecclesie Zamorensis, cum prestimoniis et prestimonialibus portionibus unius, duorum vel plurium cedentis vel decedentis, etc., usque ad summam lx librarum Turonensium parvorum secundum taxationem decime in dictis ecclesia, civitate et diocesi Zamorensi, simul vel successive vacañ vel vacatur., eidem Johanni dignemini providere. Non obstañ beneficio curato in ecclesia sancte Columbe loci de Chacin Bracharensis (2) diocesis, occupato nunc per scismaticos Portugalenses, et cum ceteris clausulis opportunis, non obstante quod non sit graduatus, signantes per *Fiat ut petitur.*

... ...

[fl. 25]

... ...

Datum Avinione pro decem premissis Kalendis Novembris, ad vacatura post xv Kalendas Septembris, anno primo.

---

(1) Cf. nota 1 do n.º 7.

(2) No ms. *Barchinonensis*, com sinal de erro e com a seguinte anotação na margem direita do texto: *non bene legebatur in originali.*

19 i

1395, Janeiro 13

Súplica de Arias Afonso, sacerdote da diocese de Évora, sobre um benefício da colação do arcebispo e cabido de Toledo, não obstante a perpétua porção da igreja de S. Tiago de Torres Novas da diocese de Lisboa e a provisão do canonicato e prebenda de Évora, que Bento XIII lhe fizera, quando esteve na Península na qualidade de legado pontifício.

Reg. Suppl. 88, fl. 105v-117.

Rotulus compositus per abbatem sancti Benedicti de Bargiis (1).

Dignetur S. V. devotis oratoribus vestris infrascriptis gratiam concedere specialem, cum non obstañ et clausulis opportunis ac executoribus, ut in forma.

... ...

[fl. 116v]

... ...

Item Arie Alfonsi, diocesis Elborensis presbytero, de beneficio ecclesiastico, cum cura vel sine cura, spectante communiter vel divisim ad collationem, etc., archiepiscopi, decani et capituli singulorumque canonicorum et personarum ecclesie Toletane, dignemini providere, integra portione ecclesie parrochialis sancti [Jacobi] de Torres Novas diocesis Ulixboñ necnon provisione seu gratia per S. V. sibi facta, dum erat legatus in Yspania, de canonicatu et prebenda ecclesie Elborensis, de quibus beneficiis stat spoliatus per scismaticos, non obstantibus et cum clausulis opportunis.

... ...

[fl. 117]

... ...

Fiat pro omnibus. L.

Sine alia lectione et cum commissione examinis ad partes pro absentibus. — *Fiat. L.*

Datum Avinione, Id[ib]us Januarii, anno primo.

---

(1) Há outros róis de súplicas, compostos por este abade, por exemplo: *Rotulus compositus per abbatem sancti Benedicti de Bagiis* (Reg. Suppl. 86, fl. 44, 50v). O seu nome vem indicado em súplica do Reg. Suppl. 88, fl. 30v: «Item supplicat devota factura vestra P. abbas monasterii sancti Benedicti de Bagiis, cubicularius V. S....».

19

1395, Janeiro 22

Súplica de Jorge Domingues, clérigo da diocese de Coimbra, bacharel em leis, sobre benefícios na sé e diocese de Salamanca.

Reg. Suppl. 86, fl. 61-62v.

Rotulus compositus per dominum Xanctonensem (1).

Dignetur S. V. petitiones infrascriptas ad exauditionis gratiam benigne admittere, ut in forma.

... ...

[fl. 61v]

... ...

Item Georgio Dominici, clerico Colimbriensis diocesis, bacallario in legibus, de dimidia perpetua portione ecclesie Salamantine ac prestimoniis et prestimonialibus portionibus civitatis et diocesis Salamantine, quorum fructus, etc., sexaginta florenorum

auri importan. valorem annuum non excedunt, vacañ in civitate et diocesi Salamantina per obitum Alvari Sancii, extra Romanam Curiam defuncti, vel alias quovis modo, etiam si specialiter reservata existat, etiam ex quacumque alia persona, archipresbyteratu de Portillo Palentine diocesis valoris annui decem et septem florenorum, quem obtinet, non obstante, ut in forma.

... ...

[fl. 62v]

... ...

Fiat pro omnibus, ut petitur. L.

Sine alia lectione et cum commissione examinis ad partes. — *Fiat. L.*

Datum Avinione, undecimo Kalendas Februarii, anno primo.

---

(1) Elias de Lestrange, deão de Saintes, doutor em leis, acólito e familiar pontifício, promovido à sé de Saintes por Clemente VII em Março de 1381, transferido para a de Le Puy em Novembro de 1396 por Bento XIII. Cf. EUBEL, C., *Hierarchia catholica Medii Aevi*, I, p. 92, 537. Há outros róis de súplicas compostos por ele, por ex. o *Rotulus compositus per dominum episcopum Xanctonensem* e o *Rotulus compositus per Xanctonensem et Electensem episcopos* (Reg. Suppl. 86, fl. 46, 160).

19 k

1395, Outubro 10

Súplica sobre a chantria de Tui de certo Pedro, cónego prebendário de Tui, que possuia benefícios em Portugal, nas igrejas de S. Julião da Silva, S. Martinho de Pinhel e S. Bartolomeu de Caminha.

Reg. Suppl. 86, fl. 138v.

Supplicat S. V. devotus vester Petrus de Varaãs, canonicus prebendatus ecclesie Tudensis, quatinus sibi specialem gratiam facientes, de cantoria dicte ecclesie Tudensis, vacante per obitum Gundissalvi Martini de Laurentio, quondam eiusdem ecclesie cantoris, etiam si eadem cantoria dignitas curata vel electiva existat seu alias quovis modo vacet, eidem Petro dignemini misericorditer providere, cuius quidem cantorie fructus, etc., xxb Francorum auri valorem annuum non excedunt. Non obst. dicto canonicatu et prebenda dicte Tudensis ecclesie ac canonicatu et prebenda, quos obtinet in ecclesia Compostellana ac beneficiis que obtinet in sancte Marie de G̃ra ac sancti Mametis de Guillarey in regno Castelle ac sancti Juliani de Silva et sancti Martini de Pinei in regno Portugalie ecclesiis Tudensis diocesis et paratus est dimittere beneficium cum cura quod obtinet in ecclesia sancti Bartholomei de Camina dicte Tudensis diocesis, in regno Portugalie consistens, cum possessionem pacificam, etc., cum aliis non obst. et clausulis opportunis ac executoribus, ut in forma. — *Fiat ut petitur. L.*

Sine alia lectione. — *Fiat. L.*

Datum Avinione, sexto Idus Octobris, anno primo.

20-64

1394, Outubro 18, 21, 25 — 1396, Maio 27

Rol de súplicas de Dona Beatriz, rainha de Castela, também dita de Portugal, a favor de vários portugueses, seus naturais, nobres, bachareis, capelães ou familiares. Para Fernando Rodrigues, clérigo da diocese de Braga, nobre, filho de João Rodrigues de Porto Carreiro, seu familiar e escolar de direito civil, pede o canonicato de Samora, na expectativa da prebenda. Para Nuno Rodrigues, clérigo da diocese de Braga e escolar de direito civil, solicita o canonicato de Salamanca, na expectativa da prebenda. Para Afonso Domingues, chantre da Guarda e bacharel em decretos e seu familiar, pede um benefício da colação do abade da colegiada de Santa Maria de Valhadolide e cabido. Para Gil Domingues, reitor da igreja paroquial de S. Tiago de Murça da diocese de Braga e bacharel em medicina, pede o canonicato de Palença, na expectativa da prebenda. Para João Sanches, seu vice-chanceler, natural e familiar, sacerdote, capelão de honra de D. Henrique, rei de Castela, pede o canonicato de Segóvia, na expectativa da prebenda. Para Álvaro Gil, chantre de Salamanca e bacharel em decretos, natural e familiar seu, juiz das apelações do seu palácio, solicita benefícios na igreja de Salamanca. Para Afonso Martins, seu natural e deão de Braga, bacharel em decretos e provecto na Sagrada Escritura, seu capelão-mor e familiar, pede benefícios na igreja de Toledo. Para Gil Fernandes, clérigo da Guarda, seu natural e bacharel em medicina, médico seu, familiar e capelão de honra, pede o canonicato de Ávila, na expectativa da prebenda. Para Gil Gonçalves, seu natural, bacharel em decretos, seu capelão de honra e familiar, pede o canonicato de Segóvia, na expectativa da prebenda. Para Lourenço Gomes seu natural, mestre em artes e bacharel em medicina, pede o canonicato de Placência, na expectativa da prebenda. Para Salvador Anes, clérigo da diocese de Cidade Rodrigo, bacharel em leis, seu natural e familiar do seu familiar, pede o canonicato de Salamanca, na expectativa da prebenda. Para Jorge Domingues, arcipreste de Portilho da diocese de Palença, bacharel em leis, seu natural e familiar do seu familiar, pede o canonicato de Ávila, na expectativa da prebenda. Para João Gonçalves, clérigo da diocese de Coimbra, bacharel em leis, seu natural e familiar de seu familiar, pede um benefício da colação do bispo e cabido de Ávila. Para Álvaro Fernandes, clérigo da diocese de Coimbra, seu natural e familiar, solicita um benefício da colação do arcebispo e cabido de Toledo. Para Diogo Gil, filho do cavaleiro Gil Peres, clérigo da Guarda e escolar de direito civil, seu natural e familiar, pede o canonicato de Placência, na expectativa da prebenda, e o canonicato de Ávila, na expectativa da prebenda. Para João Bartolomeu, clérigo da diocese de Braga, seu natural e capelão e familiar, pede o canonicato de Samora, na expectativa da prebenda. Para Gonçalo Mendes, bacharel em decretos, sacerdote de Évora, pede o canonicato de Ávila, na expectativa da prebenda. Para Rodrigo Vasques de Sabugal, cónego de Cidade Rodrigo e escolar de direito canónico, pede o canonicato de Cória, na expectativa da prebenda. Para Estêvão Anes, arcediago da Guarda, solicita o canonicato de Córdova, na expectativa da prebenda. Para Afonso Domingues de Moura da diocese de Évora pede o canonicato de Placência, na expectativa da prebenda. Para Martinho Rodrigues, clérigo da diocese de Lisboa, pede um benefício da colação do bispo e cabido de Salamanca. Para Vasco Rodrigues da diocese de Lisboa, pede o canonicato de Placência, na expectativa da prebenda. Para Pedro Gonçalves da diocese da Guarda pede um benefício da colação do bispo e cabido de Salamanca. Para Gonçalo Afonso, sacerdote da diocese de Braga, pede um benefício da colação do bispo e cabido de Samora. Para o seu natural Gonçalo Esteves, cónego de Braga, pede um benefício da colação do arcebispo e cabido de Toledo. Para Lourenço Anes, sacerdote da diocese de Braga, sobre um benefício da colação do arcebispo e cabido de Compostela. Para Diogo de Chacim, clérigo da diocese de Braga, pede um benefício da colação

do arcebispo e cabido de Toledo. Para Vasco Martins, clérigo da diocese de Braga, sobre um benefício da colação e cabido de Salamanca. Para Vasco Gonçalves, clérigo de Braga, sobre um benefício da colação do bispo e cabido de Samora. Para Gonçalo Esteves, clérigo da diocese de Braga e bacharel em ciências gramaticais, solicita um benefício da colação do arcebispo e cabido de Toledo. Para Álvaro Afonso, clérigo da diocese da Guarda, pede um benefício da colação do bispo e cabido de Salamanca. Para João Gil, clérigo da diocese de Coimbra, solicita um benefício da colação do bispo e cabido de Placência. Para Fernando Martins de Olivença, sacerdote e bacharel em decretos, cónego de Badajoz, pede o canonicato de Placência, na expectativa da prebenda. Para Pedro Afonso, clérigo da diocese de Évora e escolar de direito civil, pede um benefício da colação do arcebispo e cabido de Toledo. Para Vasco Lourenço, clérigo da diocese da Guarda, pede um benefício da colação do bispo e cabido de Segóvia. Para Lourenço Vicente, clérigo da diocese da Guarda, pede um benefício da colação do bispo e cabido de Palença. Para Pedro Garcia, clérigo da diocese de Samora e mestre-escola de Lisboa, seu capelão, pede o canonicato de Palença, na expectativa da prebenda, apesar dos canonicatos de Lisboa e de Silves e porção de Santa Maria de Faro, de que fora espoliado pelos portugueses cismáticos. Para João Garcia, chantre da colegiada de Santa Maria de Alcáçova de Santarém, pede o canonicato de Samora, na expectativa da prebenda. Para Rodrigo Peres, clérigo de Travaços da diocese de Astorga e mestre-escola de Silves, seu capelão, pede o canonicato de Sevilha, na expectativa da prebenda. Para Gil Peres, bacharel em leis, cónego de Compostela, pede benefícios na igreja de Compostela, apesar do canonicato de Braga que ele obtinha, dispondo-se a deixar o arcediagado do Couto da igreja de Braga. Para Gomes Lourenço, sacerdote da diocese de Lisboa, pede um benefício da colação do arcebispo e cabido de Toledo. Para Gonçalo Vasques, clérigo da diocese de Ávila, capelão de honra da rainha de Portugal, pede benefícios na igreja de Ávila. Para Gonçalo Anes do Rego, clérigo da diocese de Coimbra, escolar em leis, solicita um benefício da colação do bispo e cabido de Salamanca. Para seu natural Gil Fernandes, clérigo da Guarda e bacharel em medicina, capelão de honra e médico seu, pede dispensa de não ser obrigado a mencionar o defeito de ilegitimidade, de que fora dispensado, em concessões futuras. Para Gil Gonçalves, bacharel em decretos, pede idêntica graça, bem como indulto de receber os graus de licenciatura, doutoramento e magistério em qualquer faculdade ou ciência. Para Rodrigo Vasques, escolar de direito canónico, reitor da igreja de Santa Maria de Sortelha da diocese da Guarda, pede a faculdade de permutar seus benefícios. Para Garcia Afonso, arcediago de Alva, seu capelão de honra e familiar, pede o canonicato de Salamanca, na expectativa da prebenda.

Reg. Suppl. 90 fl. 55v-60v.

Rotulus regine Castelle, Legionis et Portugalie.

Supplicat S. V. humilis et devota filia vestra Beatrix, regina Castelle, Legionis et Portugalie, quatinus sibi pro suis naturalibus, nobilibus, generosis, bacalariis, medicis, cappellanis, cantoribus, familiaribus et dilectis infrascriptis dignetur gratias facere speciales. Cum clausulis et non obstañ petitis in supplicationibus infrascriptis.

Et primo quatinus Fernando Roderici, clerico Bracharensis diocesis, nobili, filio Johannis Roderici de Porto Carrero, naturali ac familiari et continuo commensali suo, scolari in iure civili, specialem gratiam facientes, de canonicatu sub expectatione prebende ecclesie Zamorensis, etiam si ad dictum canonicatum quis per electionem assumatur, cum prestimoniis et prestimonialibus portionibus ac beneficiis simplicibus, vacañ vel vacat. in dicta civitate et diocesi Zamorensi per cessum vel decessum vel alias quomodolibet unius, duorum, trium vel plurium canonici seu canonicorum vel aliarum

personarum seu portionariorum ipsius ecclesie Zamorensis simul vel successive, eidem F[ernando] dignemini misericorditer providere. Non obstañ regula cancellarie V. S. de non graduatis et ceteris non obst. et opportunis ac executoribus, ut in forma.

21. Item quatinus Nuno Roderici, clerico Bracharensis diocesis, nobili, filio Johannis Roderici de Porto Carrero, naturali ac familiari et continuo commensali suo, scolari in iure civili, specialem gratiam facientes, de canonicatu sub expectatione prebende ecclesie Salamantine, cum prestimoniis et prestimonialibus [portionibus], ut supra, eidem N[uno] dignemini misericorditer providere.

22. Item quatinus Alfonso Dominici, cantori Egitaniensi, bacalario in decretis, naturali suo ac curatori familiari et continuo commensali, specialem gratiam facientes, de canonicatu sub expectatione prebende et dignitatis, personatus, officii seu administrationis cum cura vel sine cura, vacañ vel vacat., collegiate sancte Marie de Vallisoletano Palentine diocesis, spectante ad collationem, etc., abbatis et capituli eiusdem ecclesie communiter vel divisim, eidem A[lfonso] dignemini providere.

23. Item quatinus Egidio Dominici, naturali suo, rectori parròchialis ecclesie sancti Jacobi de Murcia Bracharensis diocesis, bacalario in medicina, medico suo, familiari et continuo commensali, specialem gratiam facientes, de canonicatu sub expectatione prebende et dignitate ac personatu ecclesie Palentine, cum prestimoniis et prestimonialibus portionibus ac simplicibus beneficiis, vacañ vel vacat. in dicta civitate et diocesi Palentina per cessum vel decessum vel alias quomodolibet unius, duorum, trium vel plurium canonici seu canonicorum vel aliarum personarum seu portionariorum ipsius ecclesie Palentine simul vel successive, eidem E[gidio] dignemini misericorditer providere, etc., ut supra. Non obstantibus canonicatu et prebenda ecclesie sancte Marie Vallisoleti et archipresbyteratu de Portillo, quos obtinet, cuius valor non excedit valorem triginta florenorum Aragonie.

24. Item quatinus Johanni Sancii, naturali suo ac vicecancellario, familiari et continuo commensali, presbytero, cappellano honoris filii vestri Enrici, regis Castelle et Legionis, similem gratiam facientes, de canonicatu sub expectatione prebende ac dignitatis, officii seu administrationis, personatus, cum cura vel sine cura, ecclesie Segobiensis, cum prestimoniis et prestimonialibus portionibus ac simplicibus beneficiis, vacañ vel vacat. in dicta ecclesia, civitate vel diocesi Segobiensi per cessum vel decessum unius, duorum, trium vel plurium canonici seu canonicorum vel aliarum personarum seu portionariorum ipsius ecclesie Segobiensis simul vel successive, eidem J[ohanni] dignemini misericorditer providere. Non obst. parrochiali ecclesia sancte Marie das Cerzedas Egitaniensis diocesis et canonicatu et prebenda in ecclesia Egitaniensi et portione collegiate ecclesie sancti Christofori Colimbriensis, quibus per scismaticos Portugalenses spoliatus extitit, que quidem beneficia se offert dimissurum, dum etc., et cum aliis non obstañ, ut supra.

25. Item quatinus Alvaro Egidii, cantori Salamantino, bacalario in decretis, naturali suo, familiari et continuo commensali ac iudici appellationum in domo sua, specialem gratiam facientes, de dignitate, personatu, officio seu administratione, cum cura vel sine cura, ecclesie Salamantine cum prestimoniis et prestimonialibus portionibus

ac simplicibus beneficiis, vacañ vel vacat. in dicta ecclesia, civitate vel diocesi Salamantina per cessum vel decessum unius, duorum, trium vel plurium canonici seu canonicorum vel aliarum personarum seu portionariorum ipsius ecclesie Salamantine simul vel successive, eidem A[lvaro] dignemini providere, non obstantibus canonicatu et prebenda ecclesie Egitaniensis et portione sancti Vincentii de Abrantes Egitaniensis diocesis, quibus per scismaticos Portugalenses spoliatus extitit, necnon canonicatu et prebenda collegiate ecclesie sancte Marie Vallisoletane Palentine diocesis et prestimonio de Villar de Galimaço dicte Salamantine, que pacifice possidet, et canonicatu et prebenda ecclesie Salamantine, super quibus litigat et ceteris non obst., ut supra.

26. [fl. 56] Item quatinus Alfonso Martini, naturali suo, decano ecclesie Bracharensis, bacalario in decretis et provecto in sacra pagina, capellano suo maiori, familiari et continuo commensali, specialem gratiam facientes, de dignitate, personatu, officio seu administratione, cum cura vel sine cura, vacañ vel vacat., etiam si electiva existat, in ecclesia Toletana, cum prestimoniis et prestimonialibus portionibus, etc., ut supra. Non obstantibus canonicatu et prebenda, quos nunc obtinet in dicta ecclesia Toletana, cum certis prestimoniis, et canonicatu et prebenda in ecclesia Bracharensi, eidem A[lfonso] dignemini providere.

27. Item quatinus Egidio Fernandi, clerico Egitaniensi, naturali suo, bacalario in medicina, medico suo, familiari ac capellano honoris, specialem gratiam facientes, de canonicatu sub expectatione prebende, vacañ vel vacat., ecclesie Abulensis, cum prestimoniis et prestimonialibus portionibus ac simplicibus beneficiis, vacañ vel vacat., in dicta ecclesia, civitate vel diocesi Abulensi, per cessum vel decessum unius, duorum, trium vel plurium canonici seu canonicorum vel aliarum personarum seu portionariorum ipsius ecclesie Abulensis, simul vel successive, eidem E[gidio] dignemini providere.

28. Item quatinus Egidio Gundissalvi, naturali suo, bacalario in decretis, rectori parrochialis ecclesie sancte Marie de las Porquerizas Toletane diocesis ac cappellano suo honoris, familiari familiaris sui, specialem gratiam facientes, de canonicatu sub expectatione prebende ac dignitatis, personatus, officii seu administrationis, cum cura vel sine cura, vacañ vel vacat. in dicta ecclesia Segobiensi, cum prestimoniis et prestimonialibus portionibus ac simplicibus beneficiis, vacañ vel vacat. in dicta ecclesia, civitate vel diocesi Segobiensi, per cessum vel decessum vel alias quomodolibet unius, duorum, trium vel plurium canonici seu canonicorum vel aliarum personarum seu portionariorum ipsius ecclesie Segobiensis, simul vel successive, eidem E[gidio] dignemini providere.

... ...

29. Item quatinus Laurentio Gometii, naturali suo, magistro in artibus ac bacalario in medicina, familiari familiaris sui, specialem gratiam facientes, de canonicatu sub expectatione prebende ac dignitatis, personatus, officii seu administrationis, cum cura vel sine cura, vacañ vel vacat. ecclesie Placentine, cum prestimoniis et prestimonialibus portionibus, etc., ut supra. Non obstañ parrochiali ecclesia sancte Marie Magdalene civitatis Ulixbonensis et canonicatu et prebenda ecclesie Egitaniensis, quibus per scismaticos Portugalenses expoliatus existit, et iure quod habet ad canonicatum et prebendam in dicta ecclesia Placentina, eidem dignemini providere.

30. Item quatinus Salvatori Johannis, clerico Civitatensis diocesis, bacalario in legibus, naturali suo et familari familiaris sui, similem gratiam facientes, de canonicatu sub expectatione prebende ac dignitatis, personatus, officii seu administrationis, cum cura vel sine cura, vacañ vel vacat., ecclesie Salamantine, cum prestimoniis et prestimonialibus portionibus, etc., ut supra, et cum non obstañ in cancellaria V. S. declarandis, eidem dignemini providere.

31. Item quatinus Georgio Dominici, archipresbytero de Portillo Palentine diocesis, bacalario in legibus, naturali suo ac familiari familiaris sui, similem gratiam facientes, de canonicatu sub expectatione prebende ac dignitatis, personatus, officii seu administrationis, cum cura vel sine cura, vacañ vel vacat., ecclesie Abulensis, cum prestimoniis et prestimonialibus portionibus ac simplicibus beneficiis, vacañ vel vacat., in dicta ecclesia, civitate vel diocesi Abulensi per cessum vel decessum unius, duorum, trium vel plurium canonici seu canonicorum vel aliarum personarum seu portionariorum ipsius ecclesie Abulensis, simul vel successive, eidem G[eorgio] dignemini providere.

32. Item Johanni Gunsalvi, clerico Colimbriensis diocesis, bacalario in legibus, naturali suo ac familiari familiaris sui, specialem gratiam facientes, de beneficio ecclesiastico, cum cura vel sine cura, vacante vel vacaturo, etiam si archipresbyterarus, qui dignitas vel personatus fuerit, existat, spectante ad collationem, etc., episcopi et capituli ecclesie Abulensis communiter vel divisim, eidem J[ohanni] dignemini misericorditer providere. Non obstante deffectu natalium de soluto genitus et soluta, cum quo per sedem apostolicam plenarie extitit dispensatum.

33. Item quatinus Alvaro Fernandi, clerico Colimbriensis diocesis, naturali suo, familiari et continuo commensali, [fl. 56v] similem gratiam facientes, de beneficio ecclesiastico, cum cura vel sine cura, vacante vel vacaturo, spectante ad collationem, etc., archiepiscopi et capituli singulorumque canonicorum et personarum ecclesie Toletane communiter vel divisim, etiam si archipresbyteratus qui dignitas vel personatus fuerit et in ecclesia cathedrali existat, non obstañ tertenaria ecclesie Colimbriensis et iure quod habet seu habere intendit ad ecclesiam de Taraes eiusdem diocesis, quibus per scismaticos Portugalenses expoliatus existit, eidem A[lvaro] dignemini providere.

34. Item quatinus Didaco Egidii, filio Egidii Petri, militis, clerico Egitaniensi, scolari in iure civili, naturali suo ac familiari et continuo commensali, specialem gratiam facientes, de canonicatu sub expectatione prebende ac dignitatis, personatus, officii seu administrationis, cum cura vel sine cura, vacañ vel vacat., ecclesie Placentine, cum prestimoniis et prestimonialibus, etc., ut supra.

35. Item quatinus Egidio Petri, filio Egidii Petri, militis, clerico Egitaniensi, naturali suo, scolari in iure civili ac familiari et continuo commensali, similem gratiam facientes, de canonicatu sub expectatione prebende, vacañ vel vacat., ecclesie Abulensis, cum prestimoniis et prestimonialibus portionibus, ut supra.

36. Item quatinus Johanni Bartholomei, clerico Bracharensis diocesis, naturali suo et capellano, familiari a[c] continuo commensali, similem gratiam facientes, de canonicatu sub expectatione prebende, vacañ vel vacat., ecclesie Zamorensis, etiam si quis

ad ea per electionem assumatur, cum prestimoniis et prestimonialibus, etc., ut supra, et cum aliis non obst. in cancellaria V. S. declarandis, non obstante beneficio curato sancti Johannis de Porta Nova, quod obtinet in dicta civitate Zamorensi.

... ...

37. Item quatinus Gundissalvo Menendi, bacalario in decretis, presbytero Elborensi, similem gratiam facientes, de canonicatu sub expectatione prebende ac dignitatis, personatus, officii seu administrationis, cum cura vel sine cura, ecclesie Abulensis, vacañ vel vacat., cum prestimoniis et prestimonialibus, etc., usque ad summam lx. librarum Turonensium parvorum, non obstante quarta prestimoniali, quam obtinet in ecclesia de Val de Mauro Toletane diocesis, ut supra, etc.,

38. Item quatinus Roderico Velasci de Sabugal, presbytero, canonico Civitatensi, scolari in iure canonico, similem gratiam facientes, de canonicatu sub expectatione prebende, vacañ vel vacat., cum prestimoniis et prestimonialibus portionibus, etc., ut supra, ecclesie Cauriensis.

39. Item Stephano Johannis, archidiacono Egitaniensi, similem gratiam facientes, de canonicatu sub expectatione prebende, vacante vel vacaturo ecclesie Cordubensis cum prestimoniis, etc., ut supra.

40. Item quatinus Alfonso Dominici de Moura Elborensis diocesis similem gratiam facientes, de canonicatu sub expectatione prebende, vacañ vel vacat., ecclesie Placentine, cum prestimoniis, etc., ut supra, cum non obstañ in cancellaria V. S. declarandis.

41. Item quatinus Martino Roderici, clerico Ulixboñ diocesis, similem gratiam facientes, de beneficio ecclesiastico etiam curato, vacañ vel vacat., spectante ad collationem, etc., episcopi et capituli singulorumque canonicorum et personarum ecclesie Salamantine communiter vel divisim, etc.

42. Item quatinus Velasco Roderici Ulixboñ diocesis similem gratiam facientes, de beneficio ecclesiastico, etiam curato, vacante vel vacaturo, spectante ad collationem, etc., episcopi et capituli singulorumque [canonicorum] et personarum ecclesie Placentine communiter vel divisim, etc.

43. Item Petro Gundissalvi Egitaniensis diocesis similem gratiam facientes, de beneficio ecclesiastico, etiam curato, vacante vel vacaturo, spectante ad collationem, etc., episcopi et capituli ecclesie Salamantine communiter vel divisim, etc.

44. Item quatinus dilecto suo naturali Gundissalvo Alfonsi, presbytero Bracharensis diocesis, de beneficio cum cura vel sine cura, vacante vel vacaturo, spectante ad collationem, etc., episcopi et capituli ecclesie Zamorensis communiter vel divisim singulorumque canonicorum et personarum eiusdem ecclesie ac prestimoniis et prestimonialibus portionibus, vacantibus vel vacaturis per cessum vel decessum unius, duorum, trium vel plurium usque ad summam lx. librarum Turonensium parvorum secundum taxationem decime in ecclesia, civitate et diocesi ecclesie Zamorensis, non obstantibus canonicatu et prebenda in dicta ecclesia Zamorensi et quibusdam prestimoniis [fl. 57],

quorum non fuit adeptus possessionem, et canonicatu et prebenda in ecclesia Bracharensi, quibus per scismaticos Portugalenses expoliatus existit et offert se dimissurum ius quod habet ad cantoriam dicte ecclesie Zamorensis et parrochialem ecclesiam sancte Eulalie de Pensalvis Bracharensis diocesis, dum possessionem, etc.

45. Item dilecto suo naturali Gundissalvo Stephani, canonico Bracharensi, specialem gratiam facientes, de beneficio ecclesiastico cum cura vel sine cura, vacante vel vacaturo, spectante ad collationem, etc., archiepiscopi et capituli singulorumque canonicorum et personarum eiusdem ecclesie communiter vel divisim ecclesie Toletane, etiam si archipresbiteratus qui dignitas vel personatus fuerit et in ecclesia cathedrali existat, et cum ceteris non obst., etc.

45ª. Item quatinus dilecto suo naturali Laurentio Johannis, presbytero Bracharensis diocesis, similem gratiam facientes, de beneficio ecclesiastico cum cura vel sine cura, vacante vel vacaturo, etiam si in ecclesia collegiata vel electiva existat, spectante ad collationem, etc., archiepiscopi et capituli singulorumque canonicorum et personarum ecclesie Compostelane communiter vel divisim et offert se dimissurum parrochialem ecclesiam sancti Jo[hannis] de Campo Bracharensis diocesis, dum, etc.

46. Item quatinus Didaco de Caxins, clerico Bracharensis diocesis, similem gratiam facientes, de beneficio ecclesiastico sine cura, vacante vel vacaturo, spectante ad collationem, etc., archiepiscopi et capituli singulorumque canonicorum et personarum ecclesie Toletane communiter vel divisim, etc.

46ª. Item Valasco Martini, clerico Bracharensis diocesis, similem gratiam facientes, de beneficio ecclesiastico cum cura vel sine cura, vacante vel vacaturo, spectante ad collationem, etc., episcopi et capituli ecclesie Salamantine singulorumque canonicorum et personarum eiusdem ecclesie communiter vel divisim, etiam si in ecclesia cathedrali existat, etc.,

46ᵇ. Item quatinus Velasco Gundissalvi, clerico Bracharensi, similem gratiam facientes, de beneficio ecclesiastico sine cura, vacante vel vacaturo, spectante ad collationem, etc., episcopi et capituli singulorumque canonicorum et personarum ecclesie Zamorensis communiter vel divisim, etc.

47. Item quatinus Gundissalvo Stephani, clerico Bracharensis diocesis, bachalario in gramaticalibus, similem gratiam facientes, de beneficio ecclesiastico, cum cura vel sine cura, vacante vel vacaturo, spectante ad collationem, etc., archiepiscopi et capituli singulorumque canonicorum et personarum ecclesie Toletane communiter vel divisim, etc.

48. Item quatinus Alvaro Alfonsi, clerico Egitaniensis diocesis, specialem gratiam facientes, de beneficio ecclesiastico cum cura vel sine cura, spectante ad collationem, etc., episcopi et capituli ecclesie Salamantine communiter vel divisim, etc.

49. Item quatinus Johanni Egidii, clerico Colimbriensis diocesis, specialem gratiam facientes, de beneficio ecclesiastico cum cura vel sine cura, spectante ad collationem, etc., episcopi et capituli ecclesie Placentine communiter vel divisim, etc.

50. Item quatinus Fernando Martini de Olivença Pascensis diocesis, presbytero, bacalario in decretis, canonico prebendato in ecclesia Pascensi, similem gratiam facientes, de canonicatu sub expectatione prebende ac dignitatis, personatus, officii seu administrationis in ecclesia Placentina, cum prestimoniis et prestimonialibus portionibus, vacañ vel vacat. unius, duorum, trium vel plurium canonici seu canonicorum et personarum eiusdem ecclesie, etc., ut supra, etc.

51. Item quatinus Petro Alfonsi, clerico Elborensis diocesis, scolari in iure civili, similem gratiam facientes, de beneficio ecclesiastico cum cura vel sine cura, vacante vel vacaturo, spectante ad collationem, etc., archiepiscopi et capituli singulorumque canonicorum et personarum ecclesie Toletane communiter vel divisim, etiam si archipresbyteratus qui dignitas fuerit et in ecclesia cathedrali existat, etc., ut supra.

52. Item quatinus Velasco Laurentii, clerico Egitaniensis diocesis, similem gratiam facientes, de beneficio sine cura, ad collationem, etc., episcopi et capituli Segobiensis, etiam si in ecclesia cathedrali existat, etc.

53. Item quatinus Laurentio Vincentii, clerico Egitaniensis diocesis, similem gratiam facientes, de beneficio ecclesiastico sine cura, vacante vel vacaturo, spectante ad collationem, etc., episcopi et capituli ecclesie Palentine communiter vel divisim, etc.

Pro dilectis

... ...

[fl. 57v]

... ...

54. Item quatinus Petro Garsie, clerico Zamorensis diocesis, scolastico Ulixboñ, capellano suo, specialem gratiam facientes, de canonicatu sub expectatione prebende ac dignitatis, personatus, officii seu administrationis ecclesie Palentine, cum prestimoniis et prestimonialibus portionibus, vacañ vel vacat. per cessum vel decessum unius, duorum, trium vel plurium canonici seu canonicorum et personarum usque ad summam lx. librarum Turonensium parvorum, etc., ut supra. Non obstañ canonicatu Ulixboñ et canonicatu Silvensi et portione sancte Marie de Faro diocesis Silvensis, quibus per scismaticos Portugalenses expoliatus existit, quorum quidem beneficiorum fructus, redditus et proventus mille florenorum Aragonie valorem annuum excedebant, etc.

55. Item quatinus Johanni Garsie, clerico, cantori ecclesie sancte Marie de Alcaçova Santerene Ulixbonensis diocesis, specialem gratiam facientes, de canonicatu sub expectatione prebende ecclesie Zamorensis, cum prestimoniis et prestimonialibus portionibus, vacañ vel vacat., etc., ut supra. Non obstañ dicta cantoria et canonicatu et prebenda dicte ecclesie, quibus per scismaticos Portugalenses expoliatus existit, et beneficio curato sancti Jacobi de Caja Montes et beneficio sine cura sancti Martini de Picoto Antiquo, que modo obtinet, etc., ut supra.

56. Item quatinus Roderico Petri, clerico de Travaços Astoricensis diocesis, scolastico Silvensi, capellano suo, similem gratiam facientes, de canonicatu sub expectatione prebende ecclesie Ispalensis, cum prestimoniis et prestimonialibus portionibus, vacañ

vel vacat., etc., ut supra. Non obstañ canonicatu et prebenda Silveñ et cappellania de Alte diocesis Silvensis, etc., sut supra.

... ...

[fl. 58]

... ...

57. Item quatinus Egidio Petri, bacalario in legibus, canonico Compostellano, specialem gratiam facientes, de dignitate, personatu, officio seu administratione cum cura vel sine cura, vacañ vel vacat. ecclesie Compostellane, etiam si dignitas ipsa electiva et maior post pontificalem existat, non obstantibus canonicatu et prebenda, quos obtinet in ecclesia Bracharensi, et offert se dimissurum archidiaconatum de Couto, quem obtinet in dicta ecclesia Bracharensi, dum, etc.

... ...

58. Item quatinus Gometio Laurentii, presbytero Ulixboñ diocesis, similem gratiam facientes, de beneficio ecclesiastico cum cura vel sine cura, vacante vel vacaturo, etiam si archipresbyteratus, qui dignitas vel personatus, etiam in ecclesia cathedrali existat, spectante ad collationem, etc., archiepiscopi et capituli singulorumque canonicorum et personarum ecclesie Toletane communiter vel divisim. Non obst. beneficio curato ecclesie sancte Crucis et sine cura sancti Johannis de Madrit diocesis Toletane, que obtinet, et offert se dimissurum beneficium curatum, dum, etc.

... ...

[fl. 58v]

... ...

59. Item quatinus Gundissalvo Velasci, clerico Abulensis diocesis, capellano honoris regine Portugalie, similem gratiam facientes, de beneficio ecclesiastico cum cura vel sine cura, etiam si archipresbyteratus, qui dignitas vel personatus fuerit et in ecclesia cathedrali existat, vacante vel vacaturo, spectante ad collationem, etc., episcopi et capituli ecclesie Abulensis singulorumque canonicorum et personarum ipsius ecclesie communiter vel divisim, eidem G[undissalvo] dignemini misericorditer providere. Non obstante beneficio servitorio, quod obtinet in ecclesia sancte Marie de Coca Segobiensis diocesis, et aliis non obst. in cancellaria V. S. declarandis.

60. Item quatinus Gundissalvo Johannis do Rego, clerico Colimbriensis diocesis, scolari in legibus, similem gratiam facientes, de beneficio ecclesiastico cum cura vel sine cura, etiam si portio vel dimidia portio in ecclesia cathedrali existat, vacante vel vacaturo, spectante ad collationem, etc., episcopi et capituli singulorumque canonicorum et personarum ecclesie Salamantine communiter vel divisim, cum prestimoniis et prestimonialibus portionibus ac simplicibus beneficiis unius, duorum, trium vel plurium canonici seu canonicorum vel portionariorum cedentium vel decedentium ipsius ecclesie Salamantine, eidem G[undissalvo] dignemini misericorditer providere.

... ...

[fl. 59v]

... ...

61. Et primo naturali suo Egidio Fernandi, clerico Egitaniensi, bacallario in medicina, cappellano honoris et medico suo, deffectum natalium patienti de presbytero genito et soluta, cum quo alias ut ad omnes etiam sacros ordines promoveri et beneficium ecclesiasticum, etiam curatum, obtinere possit auctoritate apostolica extitit dispensatum, cuius dispensationis vigore, ad omnes minores, subdiaconatus et diaconatus ordines fuit promotus et beneficium curatum obtinuit; post hec de uberiori dono gratie sedis apostolice cum eo ut unum aliud beneficium ecclesiasticum, duo vel plura compatibilia, etiam si canonicatus et prebenda, dignitas vel personatus seu cum cura vel sine cura, etiam si per electionem ad eum vel ad ea quis assumatur et maior post pontificalem in ecclesia cathedrali vel metropolitana existat, recipere et retinere possit, illa eadem beneficia et eorum quodlibet, totiens quotiens sibi videbitur expedire, simpliciter vel ex causa [fl. 60] permutationis dimittere et loco dimissi seu dimissorum aliud vel alia beneficium seu beneficia ecclesiasticum seu ecclesiastica sibi invicem compatibilia, si sibi canonice conferantur, etiam recipere libere et licite valeat, deffectu predicto et Pictavensis concilii et aliis quibuscumque constitutionibus apostolicis necnon statutis et consuetudinibus ecclesiarum, in quibus beneficia huiusmodi forsitan fuerint, contrariis, iuramento, confirmatione apostolica vel quacumque firmitate alia roboratis nequaquam obstantibus, auctoritate apostolica fuit dispensatum, sibi specialem gratiam facientes, ut novem vel decem alia quotcumque, quecumque et qualiacumque beneficium seu beneficia ecclesiasticum seu ecclesiastica invicem compatibilia, si sibi canonice conferantur, cum prestimoniis et prestimonialibus portionibus ac simplicibus beneficiis, etiam in quibuscumque metropolitanis cathedralibus, collegiatis vel parrochialibus ecclesiis vel locis, etiam si dignitates, personatus, officia seu administrationes electiva et maiora post pontificalem existant, libere recipere [et] licite retinere valeat illaque eadem et eorum quodlibet, totiens quotiens sibi videbitur expedire, simpliciter vel ex causa permutationis dimittere et loco dimissi seu dimissorum aliud vel alia beneficium seu beneficia ecclesiasticum vel ecclesiastica, similia vel dissimilia, cum eodem E[gidio] dignemini misericorditer dispensare, predicto deffectu non obstante et nichilominus concedentes sibi ut in quibuscumque gratiis per eum vel alium impetrandis de predicto deffectu de cetero non teneatur facere mentionem. Et cum aliis non obstañ et clausulis opportunis, ut in forma.

62. Item quatinus naturali suo Egidio Gundissalvi, bacalario in decretis, rectori parrochialis ecclesie sancte Marie de las Porquerizas Toletane diocesis ac capellano suo honoris, deffectum natalium patienti de presbytero genito et soluta, cum quo per Ordinarium suum ut, non obstante predicto deffectu, ad omnes minores ordines et beneficium ecclesiasticum simplex habere possit fuit dispensatum et ad omnes minores promotus, post hoc ut ad omnes alios sacros ordines et beneficium etiam curam habens animarum obtinere possit auctoritate apostolica extitit dispensatum, cuius dispensationis vigore, predictum beneficium curatum nunc obtinet, quatinus sibi de uberiori dono gratie sedis apostolice specialem gratiam facientes, ut novem, decem vel plura alia beneficia ecclesiastica invicem compatibilia cum cura vel sine cura quecumque, quotcumque et qualiacumque, etiam si canonicatus, prebende, dignitates, personatus, officia seu administrationes electiva et maiora post pontificalem cum prestimoniis et prestimonialibus portionibus ac simplicibus beneficiis, vacantia vel vacatura per cessum vel decessum vel alias quomodolibet simul vel successive unius, duorum, trium, quatuor, quinque vel plurium canonici seu canonicorum, personarum, portionariorum vel aliarum personarum quarumcumque in quibuscumque metropolitanis, cathedralibus, collegiatis vel aliis

ecclesiis huiusmodi beneficia, canonicatus, dignitates et dicta prestimonia existant, si sibi alias canonice conferantur, libere recipere [et] licite retinere una cum iam dicto suo habito beneficio valeat illaque omnia beneficia et singula una cum suo dicto beneficio pro alio vel aliis simili vel similibus, dissimili vel dissimilibus beneficio vel beneficiis ecclesiastico vel ecclesiasticis simul vel successive, causa permutationis vel alias simpliciter pro alio vel alias et loco dimissi seu dimissorum illa eadem sic dimissa seu permutata aliud vel alia beneficium seu beneficia ecclesiasticum seu ecclesiastica sibi invicem compatibilia etiam recipere et retinere valeat, totiens quotiens sibi placuerit et videbitur expedire, deffectu predicto ac Pictavensis concilii et aliis quibuscumque constitutionibus apostolicis necnon statutis et consuetudinibus ecclesiarum, in quibus beneficia huiusmodi forsitan fuerint, contrariis, iuramento, confirmatione apostolica vel quacumque firmitate alia roboratis nequaquam obstantibus et gradus licenciatus, doctoratus et magisterii in quacumque facultate in scientia assumere et recipere concedentes quod in quibuscumque gratiis beneficialibus per eum vel alium impetrandis nullam teneatur de predicto deffectu facere mentionem de uberiori dono gratie et plenitudine p[otestatis] intuitu dicte filie vestre regine dignemini misericorditer dispensare.

63. Item quatinus oratori vestro Roderico Valasci, scolari in iure canonico, deffectum natalium patienti, de presbytero genito et soluta, cum quo auctoritate apostolica extitit dispensatum ut, non obstante huiusmodi deffectu, ad omnes possit ordines promoveri et beneficium ecclesiasticum obtinere, etiam si curam habeat animarum, vigore cuius dispensationis, ad omnes ordines fuit promotus et ecclesiam curatam sancti Johannis de Sortella diocesis Egitaniensis extitit canonice assecutus. Et post, Beatissime Pater, per S. V., dum in partibus istis officio legatie fungeremini, ut non obstante predicto deffectu, duo vel plura beneficia ecclesiastica invicem compatibilia, etiam si alterum eorum curam habeat animarum [fl. 60v] vel in ecclesia cathedrali seu metropolitana existat, libere recipere et licite retinere illaque et eorum quodlibet semel dumtaxat simpliciter vel ex causa permutationis dimittere et loco dimissi vel dimissorum aliud vel alia beneficium seu beneficia ecclesiasticum seu ecclesiastica sibi invicem compatibilia, si sibi canonice conferantur, recipere et licite retinere auctoritate apostolica extitit dispensatum, vigore cuius dispensationis, ecclesiam parrochialem sancte Marie de Sortella diocesis Egitaniensis extitit canonice assecutus, a qua ecclesia fuit et est per Portugalenses expulsus, et etiam beneficium simplex in ecclesia sancte Marie de Sabugal diocesis Civitatensis fuit assecutus. Et nunc, Beatissime [Pater], dignetur e[adem] S. ut, non obstañ predicto deffectu ac quibuscumque constitutionibus, statutis et regulis apostolicis contrariis nequaquam obstantibus, duo vel plura beneficia ecclesiastica invicem compatibilia, etiam si alterum eorum curam habeat animarum, sive sint portiones perpetue, administrationes, canonicatus et prebende, sive dignitates, personatus, curata vel electiva, vel officia etiam maior post pontificalem in ecclesia vel ecclesiis collegiatis, cathedralibus vel metropolitanis existant, libere recipere [et] licite retinere illaque et eorum quodlibet totiens quotiens simpliciter vel ex causa permutationis vel alias dimittere et loco dimissi vel dimissorum aliud vel alia beneficium seu beneficia ecclesiasticum seu ecclesiastica sibi invicem compatibilia, si ei canonice conferantur, libere recipere et licite retinere valeat secum misericorditer dispensare.

64. Supplicat S. V. humilis et devota filia vestra Beatrix, Castelle, Legionis et Portugalie regina, quatinus sibi in personam dilecti sui Garsie Alfonsi, archidiaconi de Alva in ecclesia Salamantina, capellani honoris e[iusdem] S. atque sui et familiaris conti-

nui commensalis specialem gratiam facientes, de canonicatu sub expectatione prebende eiusdem ecclesie Salamantine, cum prestimoniis et prestimonialibus portionibus in eadem ecclesia, civitate et diocesi Salamantina simul vel successive, vacañ vel vacat., eidem G[arsie] dignemini misericorditer providere. Non obstañ quod dictum archidiaconatum in Salamantina et in Abulensi et Cauriensi ecclesiis canonicatus et prebendas et in eadem diocesi nonnulla prestimonia et prestimoniales portiones, quorum aliqua possidet et super aliquibus eorum litigavit litigareque intendit in vestro sacro palatio, que omnia quot et qualia sint et eorum valorem e[adem] S. dignetur habere pro sufficienter expressis et specialiter nominatis, noscitur obtinere et non obstante quod non sit graduatus. Et cum ceteris non obstañ et clausulis opportunis, ut in forma (1).

... ...

Fiat pro omnibus. L.

Sine alia lectione et cum commissione examinis ad partes. — *Fiat. L.*

Datum Avinione pro veris familiaribus continuis et commensalibus quintodecimo Kalendas, pro bacalariis duodecimo, pro aliis octavo Kalendas Novembris, anno primo. Ad vacatura post sexto Kalendas Junii, anno secundo.

---

(1) Na margem esquerda do texto: *ista supplicatio est hic suta.*

BENTO XIII

(EL. 28 SET., COR. 11 OUT. 1394, + 23 MAIO 1423)

SÚPLICAS

ANO DÉCIMO

(11 OUT. 1403 – 10 OUT. 1404)

AV, REG. SUPPL., VOL. 96 A 102

65

1403, Outubro 13

Súplica de Diogo Sanches de Cisneros da diocese de Leão, capelão de Dona Isabel, dita rainha de Castela e de Portugal, sobre benefícios na igreja, cidade e diocese de Leão.

Reg. Suppl. 99, fl. 47v-48.

Supplicat S. V. devotus orator vester Didacus Sancii de Cisneros Legionensis diocesis, domine Beatricis, Castelle, Legionis et Portugalie regine, capellanus, quatinus sibi specialem gratiam facientes, de canonicatu et prebenda sub expectatione, cum prestimoniis et prestimonialibus portionibus unius, duorum vel plurium simul vel successive, vacañ vel vacat. in ecclesia, civitate et diocesi Legionensi, eidem Didaco dignemini misericorditer providere ...

... ...

[fl. 48]

... ...

Fiat pro omnibus. L.

Sine alia lectione et cum commissione examinis ad partes. — *Fiat. L.*

Datum Sallone, Arelatensis diocesis, tertio Idus Octobris, anno decimo. Ad vacatura post Kalendas Maii, anno quo supra.

66

1403, Outubro 13

Súplica de Dona Beatriz, rainha de Castela, que também se diz de Portugal, a favor de Toríbio Fernandes de Fromista, sacerdote da diocese de Palença, sobre um benefício da colação do abade e cabido da colegiada de Valhadolide.

AV, Reg. Suppl. 99, fl. 50v.

Supplicat S. V. humilis et devota creatura vestra Beatrix, Castelle, Legionis et Portugalie regina, quatinus sibi in personam dilecti sui Toribii Fernandi de Fromesta, presbyteri Palentine diocesis, specialem gratiam facientes, de beneficio ecclesiastico cum cura vel sine cura, etiam si capellania perpetua vel dimidia seu integra portio in ecclesia

collegiata de Valladolid existat, spectante ad collationem, etc., abbatis, prioris et capituli dicte ecclesie de Valladolid coniunctim vel separatim, vacante vel vacaturo, eidem T[oribio] dignemini misericorditer providere. Non obstante quod beneficium curatum in ecclesia sancti Nicolay eiusdem loci de Valladolid noscitur obtinere, cuius fructus, etc., xxv. florenorum auri de Aragonia valorem annuum non excedunt. Cum non obstañ et clausulis opportunis, ut in forma. — *Fiat. L.*

Datum Sallone, Arelatensis diocesis, tertio Idus Octobris, anno decimo. Ad vacatura post Kalendas Maii, anno quo supra.

67

1403, Outubro 13

Súplica do sacerdote Afonso Martins, bacharel em decretos e deão de Braga, o qual deixara a pátria e todos os seus bens e benefícios para seguir a obediência do papa de Avinhão, sobre benefícios na igreja e diocese de Toledo.

AV, Reg. Suppl. 100, fl. 13v.

Supplicat S. V. devotus orator vester Alfonsus Martini, presbyter, bacallarius in decretis, decanus Bracharensis, qui patriam propriam, dignitatem, beneficia et omnia que habebat in regno Portugalie relinquit et secutus est unitatem sancte matris Ecclesie, quatinus sibi specialem gratiam facientes, de dignitate, personatu vel officio ecclesie Toletane cum cura vel sine cura, vacante vel vacatura, ac prestimoniis et prestimonialibus portionibus et beneficiis simplicibus et servitoriis, vacantibus vel vacaturis in civitate et diocesi Toletana vel alibi per cessum vel decessum unius, duorum vel trium aut plurium canonicorum vel portionariorum seu aliorum quorumcumque ecclesie, civitatis et diocesis Toletane usque ad summam C. librarum Turonensium parvorum secundum taxationem decime, eidem A[lfonso] dignemini misericorditer providere. Non obstantibus canonicatu et prebenda ecclesie Toletane et quinque prestimonialibus portionibus, una in Lunthes alia in Penlver, alia in Corpa, alia in Yllescas, alia in Roylle, alia in Socolmos ecclesiis parrochialibus Toletane diocesis, quos obtinet, quorum prebende et prestimonialium portionum fructus centum librarum Turonensium parvorum valorem annuum communiter non excedunt et cum aliis non obst. et clausulis opportunis, ut in forma. — *Fiat. L.*

Datum Sallone, Arelatensis diocesis, iii° Ydus Octobris, anno x°. Ad vacatura post vii° Kalendas Octobris, anno quo supra.

68-69

1403, Outubro 13, 17

Rol de súplicas, composto pelo bispo de Nice, entre as quais figura a do português Pedro Rodrigues da Fonseca, clérigo da diocese de Badajoz, estudante de direito civil durante dois anos,

sobre o canonicato e prebenda de Ávila e outros benefícios da colação do bispo e cabido de Ávila, e a de Fernando Martins de Olivença, doutor em decretos, sobre o canonicato, na expectativa da prebenda, e outros benefícios da colação do bispo e cabido de Palença.

Reg. Suppl. 99, fl. 130v-133v.

Rotulus per dominum episcopum Niciensem (1) compositus.

Supplicat S. V. humilis et devotus vester Fernandus Martini de Olivença, clericus Pascensis diocesis, decretorum doctor, quatinus sibi specialem gratiam facientes, de canonicatu sub expectatione prebende, dignitatis, personatus vel administrationis aut officii cum cura vel sine cura, cum prestimoniis et prestimonialibus portionibus, vacañ vel vacat. per mortem unius, duorum, trium aut plurium cedentium vel decedentium aut illa alias quomodolibet dimittentium, usque ad summam C. librarum Turonensium parvorum secundum taxationem decime, spectañ ad collationem, etc., episcopi, decani et capituli singulorumque canonicorum et personarum ecclesie Palentine, eidem Fernando dignemini misericorditer providere. Non obstañ decanatu Pascensi ac quibusdam aliis beneficiis in cancellaria exprimendis, que in ecclesia, civitate et diocesi Pascensi et alibi obtinet, quorum fructus, etc., CC. florenorum auri valorem annuum communiter non excedunt, et cum aliis non obstañ et clausulis opportunis ac executoribus, ut in forma.

... ...

[fl. 131v]

... ...

69. Item similiter facientes Petro Roderici de Fonseca, nobili viro, clerico Pascensis diocesis, per biennium in iure civili studenti, de canonicatu et prebenda cum pres-

---

(1) Poderia tratar-se de D. João de Tournefort, abade de Santo Honorato, nomeado bispo de Nice por Clemente VII em Fevereiro de 1382, ao qual sucedeu, por morte, o referendário Francisco, bispo de Ímola, em Outubro de 1403, para aqui transferido por Bento XIII. Cf. EUBEL, C., *Hierarchia catholica*, I, p. 284, 364. Penso, contudo, se deva identificar com este último. De facto, no Reg. Suppl. 97, fl. 59 existe um *Rotulus episcopi Niciensis*, com os seguintes dizeres: «Supplicat S. V. humilis et devota *factura vestra F. episcopus Niciensis* quatinus...». Já referi atrás em nota pertinente a súplicas do pontificado de Clemente VII vários róis compostos ou apresentados pelo referendário bispo de Asti de nome Francisco, cuja identificação com o bispo de Ímola, também com o nome Francisco e da obediência de Clemente VII, se poderia ventilar. Precisamente no Reg. Suppl. 94, há um *Rotulus compositus per dominum episcopum Astensem* (fl. 51v-53v) e outro *Rotulus compositus per episcopum Astensem* (fl. 126v), do qual faz parte uma sua súplica com a indicação do múnus de referendário e do nome Francisco: «Item devote creature vestre *F. episcopo Astensi*, eiusdem S. referendario...». Aliás numa súplica com data de 10 de Março de 1405, há alusões a renúncia de benefício por motivo *permutationis facta et admissa canonice in Curia Romana per dominum Astensem episcopum, referendarium S. V., ad hoc potestatem habentem* (Reg. Suppl. 96, fl. 80v). De Francisco, bispo de Ímola, existem no Reg. Suppl. 95 vários *Rotulus compositus per dominum Imolensem* (fl. 106-112), *Rotulus compositus per dominum F. episcopum Imolensem* (fl. 112-118v), *Rotulus per episcopum Imolensem* (fl. 152-153), *Rotulus compositus per dominum F. episcopum Imolensem* (fl. 159-160, 162-162v). Segundo Katterbach (p. XXV) o bispo de Ímola e referendário transferido para a sé de Nice em Outubro de 1403 e para Orense em Novembro de 1408 chamava-se Francisco Afonso. Remeto o leitor a outro rol de súplicas existente no Reg. Suppl. 97, fl. 219v com data de 16 e 21 de Outubro de 1403 (docum. deste vol. n. 77b), intitulado *Rotulus compositus per episcopum Niciensem et elemosinarium.* Além do existente no Reg. Suppl. 101, fl. 287v-295 do docum. n. 87 deste volume, há mais *Rotulus compositus per episcopum Niciensem* no Reg. Suppl. 99, fl. 178v, 278-279 e no Reg. Suppl. 101, fl. 209.

timoniis et prestimonialibus portionibus, spectañ ad collationem, etc., episcopi, decani et capituli singulorumque canonicorum et personarum ecclesie Abulensis vel Salamantine, etc., ut supra.

... ...

[fl. 133v]

... ...

Fiat pro omnibus. L.

Datum Sallone, Arelatensis diocesis, pro primo tertio Idus, pro secundo et tertio pridie Idus Octobris, pro bacallariis in iure decimo septimo et pro aliis sextodecimo Kalendas Novembris, anno decimo. Ad vacatura post septimo Idus Octobris, anno quo supra.

70

1403, Outubro 13, 21

Súplicas de Dona Maria, condessa de Valência, filha do Infante D. João de Portugal, a favor de seus familiares e sobre benefícios de igrejas espanholas.

AV, Reg. Suppl. 100, fl. 213-215v.

Supplicat S. V. humilis et devota filia vestra Maria, comitissa Valentie, filia infantis Johannis, quondam Portugalie, quatinus supplicationes pro domesticis familiaribus ac dilectis de gratia speciali benigne recipere et pie dignemini exaudire. Cum non obstañ in cancellaria declarandis et clausulis opportunis ac executoribus, ut in forma.

... ...

[fl. 215v]

... ...

Fiat pro omnibus. L.

Datum Sallone, Arelatensis diocesis, pro Benedicto Martini tertio Ydus Octobris, anno decimo, ad vacatura, ut supra. Datum Sallone, Arelatensis diocesis, pro Alfonso Martini et sequentibus, exceptis illis qui maiores datas habent, xii Kalendas Novembris, anno decimo. Ad vacatura, ut supra.

71

1403, Outubro 16

Rol de súplicas, composto por Américo Noel ou Natal, abade do mosteiro beneditino de S. Saturnino de Tolosa, entre as quais uma de Afonso Martins de Valdevez da diocese de Tui, sobre um benefício da colação do bispo e cabido de Tui.

Reg. Suppl. 101, fl. 41-50v.

Rotulus compositus per abbatem sancti Saturnini (1).

Dignetur S. V. devotis vestris infrascriptis gratias facere infrascriptas, cum clausulis opportunis.

... ...

[fl. 41v]

... ...

Item Alfonso Martini Va[l]devez, presbytero Tudensis diocesis, de beneficio ecclesiastico cum cura vel sine cura, ad collationem, etc., episcopi, decani et capituli singulorumque canonicorum et personarum ecclesie Tudensis, dignemini misericorditer providere. Non obstantibus canonicatu et prebenda ecclesie Tudensis ac parrochiali ecclesia sancte Marie de Vinzios ac medieta. sine cura parrochialis ecclesie sancti Salvatoris de Tex, Tudensis diocesis, quorum (*sic*) spoliatus, quorum fructus, etc., xlb. Franc. auri import. annuatim non excedunt, et cum clausulis opportunis.

... ...

[fl. 50v]

... ...

Fiat pro omnibus. L.

Datum Sallone, Arelatensis diocesis, pro petentibus regni Francie decimo et pro petentibus alibi decimo septimo Kalendas Novembris, anno decimo. Ad vacatura post quinto Nonas Octobris, anno quo supra.

---

(1) Trata-se de Américo Natal ou Nöel, abade do mosteiro de S. Saturnino, recebido por Bento XIII entre os referendários em Fevereiro de 1404. Em 1406 aparece como vice-regente da chancelaria de Bento XIII. Foi nomeado bispo de Condom em Março de 1408 pelo mesmo papa e foi transferido para a sé de Castres em Agosto de 1419 por Martinho V. Aparece também como referendário do papa João XXIII em Abril de 1413. Morreu nos fins do ano 1425 ou o mais tardar em Janeiro de 1426. Cf. EUBEL, C., *Hierarchia catholica*, I, pp. 173, 202. KATTERBACH, OFM, B., *Referendarii utriusque signaturae a Martino V ad Clementem IX...*, p. XXVIII. Aparece como referendário pontifício e ouvidor no Reg. Suppl. 96, fl. 181v:... domino *abbati sancti Saturnini, eiusdem S. refferendario commiserit auditori.* No Reg. Suppl. 96 de Bento XIII há vários róis de súplicas, compostos por ele: *Rotulus compositus per abbatem sancti Saturnini* (fl. 87v-88, 106v-107v) e *Rotulus abbatis sancti Saturnini* (fl. 100). Igualmente no Reg. Suppl. 101, fl. 41: *Rotulus compositus per abbatem sancti Saturnini.* Não há certeza se devemos identificá-lo ou não com o *preposito Tholosano* dos róis indicados na nota 1 do n.º 84b.

72-73

1403, Outubro 17, 20

Súplicas de Dona Beatriz, rainha de Castela, também dita de Portugal, a favor de vários clérigos, entre as quais uma súplica a favor de Álvaro Fernandes da diocese de Coimbra, escolar de direito civil, sobre o canonicato e outros benefícios na igreja e diocese de Toledo e outra a favor de Jorge Domingues, clérigo da diocese de Coimbra, sobre o canonicato e outros benefícios na igreja e diocese de Segóvia.

AV, Reg. Suppl. 100, fl. 71-73.

Supplicat S. V. humilis et devota filia vestra Beatrix, Castelle, Legionis et Portugalie regina, quatinus sibi in personas dilectorum capellanorum suorum et familiarium

continuo commensalium infrascriptorum speciales gratias facientes, non obstante quod graduati non existant et quibusvis regulis cancellarie e[iusdem] S. et aliis in contrarium editis et cum aliis clausulis opportunis, et deffectus omnes, si qui sint, in eadem cancellaria suppleri mandare et concedere dignemini ac signare dictas gratias sub data iii ydus Octubris per *Fiat ut petitur, ut in forma*, et cum commissione examinis ad partes et sine alia lectione.

... ...

[fl. 72]

... ...

Item quatinus Alvaro Fernandi, Colimbriensis diocesis, scolari in iure civili, specialem gratiam facientes, de canonicatu sub expectatione prebende, cum prestimoniis et prestimonialibus portionibus, simul vel successive in ecclesia, civitate et diocesi Toletana, vacante vel vacaturo, spectante ad collationem, etc., archiepiscopi, decani et capituli Toletañ coniunctim vel divisim, eidem A[lvaro] dignemini providere. Non obstante tertianario in ecclesia Colimbriensi, quod pacifice possedit, et beneficio curato ecclesie sancti Salvatoris de Toraes eiusdem Colimbriensis diocesis, de quibus fuit eiectus et spoliatus per cismaticos Portugalenses, super quibus intendit litigare, etiam ut in forma.

... ...

[fl. 72v]

... ...

Fiat pro omnibus. L.

Datum Sallone, Arelatensis diocesis, sextodecimo Kalendas Novembris, anno decimo. Ad vacatura post Kalendas Maii, anno quo supra.

Sine alia lectione et cum commissione examinis ad partes. — *Fiat. L.*

Item supplicat eadem regina quatinus sibi in personas dilectorum suorum consanguineorum et familiarium non continuo commensalium infrascriptorum videlicet.

... ...

73. Item quatinus Georgio Dominici, clerico Colimbriensis diocesis, bacallario in legibus, specialem gratiam facientes, de canonicatu sub expectatione prebende ac dignitatis, personatus, officii seu administrationis, cum prestimoniis et prestimonialibus portionibus, unius, duorum, trium vel plurium simul vel successive in ecclesia, civitate et diocesi Segobiensi vacante vel vacaturo, spectante ad collationem, etc., episcopi, decani et capituli Segobiensis coniunctim vel divisim, eidem G[eorgio] dignemini misericorditer providere. Non obstante quod beneficium servitorium ecclesie sancti Martini Segobiensis ac gratiam expectativam ad canonicatum et prebendam, dignitatem, personatum, officium seu administrationem, cum prestimoniis et prestimonialibus portionibus, in ecclesia, civitate et diocesi Abulensi noscitur obtinere et expectare paratusque est dimittere dimidiam portionem prefate ecclesie Segobiensis, dum pacificam possessionem, etc., ut in forma.

... ...

[fl. 73]

... ...

Fiat pro omnibus. L.

Datum Sallone, Arelatensis diocesis, decimo tertio Kalendas Novembris, anno decimo. Ad vacatura, ut supra.

Sine alia lectione et cum commissione examinis ad partes. — *Fiat. L.*

74

1403, Outubro 18

Rol de súplicas de D. Fernando, infante de Castela, entre as quais figura uma, a favor de Lourenço, sacerdote da diocese de Coimbra e bacharel em medicina, seu familiar, sobre o canonicato e benefícios na cidade e diocese de Salamanca.

Reg. Suppl. 98, fl. 119-120v.

Rotulus domini Fernandi, infantis Castelle.

Supplicat S. V. humilis et devotus filius vester Fernandus, infans Castelle, quatinus supplicationes infrascriptas pro domesticis, capellanis et familiaribus atque dilectis infra, de gratia speciali benigne recipere et pie dignemini exaudire, cum non obstantiis, in cancellaria Vestre S. declarandis, et clausulis opportunis ac executoribus, ut in forma.

... ...

[fl. 119v]

... ...

Item quatinus specialem gratiam facientes Laurentio, presbytero Colimbriensis (1) diocesis, bachalario in medicina, familiari commensali, de canonicatu sub expectatione prebende, cum prestimoniis et prestimonialibus portionibus ac simplicibus beneficiis usque ad summam lx librarum Turonensium, vacañ vel vacat., etc., in ecclesiis, civitatibus et dioc., Salamantine diocesis, per obitum unius, duorum, trium aut plurium, etc., secundum quod continetur in prima supplicatione, cum omnibus non obstantiis et clausulis opportunis, ut in forma.

... ...

[fl. 120v]

... ...

Fiat pro omnibus. L.

Datum Sallone, Arelatensis diocesis, pro Fernando Roderici et sequentibus quintodecimo Kalendas Novembris, anno decimo. Ad vacatura, ut supra.

---

(1) No ms. *Colubriensis*, com sinal de erro.

75

1403, Outubro 19

Rol de súplicas de Dona Beatriz, filha do falecido Infante D. João de Portugal, a favor de seus familiares, sobre benefícios em igrejas espanholas.

AV, Reg. Suppl. 98, fl. 55v-57v.

Rotulus domine Beatricis.

Supplicat S. V. humilis et devota filia vestra Beatrix, filia infantis Johannis quondam Portugalie, quatinus supplicationes infrascriptas pro familiaribus et dilectis infrascriptis de benigna gratia speciali recipere et pie exaudire ac cum data de iii.° Idus pro vii familiaribus expedire, cum non obstañ in cancellaria V. S. declarandis et clausulis opportunis ac executoribus, ut in forma.

... ...

[fl. 57v]

... ...

Fiat pro omnibus. L.

Datum Sallone, Arelatensis diocesis, pro omnibus aliis qui non habent maiorem datam quartodecimo Kalendas Novembris, anno decimo. Ad vacatura, ut supra.

76

1403, Outubro 19

Rol de súplicas da Universidade de Salamanca, entre as quais figura a de Fernando Martins de Olivença, doutor em decretos, sobre o canonicato, na expectativa da prebenda de Palença e outros benefícios da colação do bispo e cabido da mesma.

Reg. Suppl. 100, fl. 148v-168v.

Rotulus Universitatis Salamantine.

Supplicant S. V. humiles et devoti oratores vestri rector et universitas Studii Salamantini, doctorum, magistrorum, licentiatorum, consiliariorum, baccalariorum ceterorumque in diversis facultatibus studentium quatinus speciales gratias facientes, infrascriptis rectori, doctoribus et magistris, licentiatis, consiliariis, bacallariis, studentibus et universis de dignitatibus, personatibus, officiis aliis, administrationibus, canonicatibus, prebendis, portionibus integris aut dimidiis in ecclesiis metropolitanis cathedralibus, collegiatis, parrochialibus secularibus et regularibus, de beneficiis cum cura vel sine cura, etiam si archipresbyteratus rurales vel vicarie perpetue existant, vacantibus vel vacaturis, spectantibus communiter vel divisim ad collationem et electionem, provisionem, presentationem, institutionem vel quamvis aliam dispositionem archiepiscoporum, episcoporum, decanorum et capitulorum singulorumque canonicorum, personarum, abbatum, priorum, quorumvis aliorum prepositorum conventuum et collegiorum, eisdem dignemini providere, prout petunt, non obstantibus quibuscumque consuetudinibus, privilegiis, statutis et iuribus apostolicis et aliis contrariis, cum omñibus non obstañ et clausulis oportunis et cum commissione examinis ad partes ac executoribus ut petitur.

... ...

Item quatinus specialem gratiam facientes Fernando Martini de Olivencia, decretorum doctori, de canonicatu sub expectatione prebende, dignitatis, personatus, administrationis vel officii, cum prestimoniis et prestimonialibus portionibus, vacañ in ecclesia, civitate vel diocesi, vel vacatur., usque ad summam CC. librarum, spectantibus commu-

niter vel divisim ad collationem, etc., episcopi, decani et capituli singulorumque canonicorum et personarum ecclesie Palentine, eidem Fernando, qui presbyter existit, dignemini misericorditer providere. Non obstañ decanatu ac canonicatu et prebenda ecclesie Pascensis, cum ceteris prestimoniis, que in dicta ecclesia, civitate et diocesi Pascensi obtinet, que et quot sint ac eorum nomina et cognomina hic eadem S. V. dignetur habere pro sufficienter expressis, ac non obst. portione quam in ecclesia Salamantina obtinet, quorum omnium fructus, etc., C. florenorum auri importat. valorem annuum communiter non excedunt ac non obstañ beneficio [fl. 149] litigioso, quod in ecclesia sancti Michaelis Segobiensis obtinet, quod paratus est dimittere, dum, etc., cum clausulis, ut supra.

... ...

[fl. 168v]

... ...

Fiat pro omnibus. L.

Datum Sallone, Arelatensis diocesis, pro magistris in theologia, doctoribus utriusque iuris quartodecimo, pro licentiatis in theologia et iure canonico et civili tertiodecimo, pro bacallariis in iure et nobilibus duodecimo et pro omnibus aliis decimo Kalendas Novembris, anno decimo. Ad vacatura post tertio Idus Octobris, anno quo supra.

77

1403, Outubro 20

Rol de súplicas de D. Henrique, rei de Castela, entre as quais figura uma de Afonso Fernandes de Cascales, licenciado em leis e clérigo da diocese de Cartagena.

Reg. Suppl. 100, fl. 216-234v.

Rotulus regis Castelle.

Supplicat S. V. humilis filius vester Henricus, Castelle et Legionis rex, quatinus in personas omnium dilectorum suorum infrascriptorum dignemini gratias concedere infrascriptas sibi, prout inferius continetur.

... ...

[fl. 229v]

... ...

Item dilecto suo Alfonso Fernandi de Cascales, licentiato in legibus (1), eiusdem archiepiscopi familiaris, de consimili gratia in ecclesia, civitate ac diocesi Cartaginensi dignemini misericorditer providere, iure quod habet ad canonicatum et prebendam cum certis prestimoniis ecclesie et diocesis Toletane non obstante.

... ...

[fl. 234v]

... ...

Fiat et dispensamus super defectu natalium. L.

Datum Sallone, Arelatensis diocesis, pro veris familiaribus continuis commensalibus predicti domini regis sextodecimo Kalendas Novembris, anno decimo. Ad vacatura

post Kalendas Maii, anno quo supra. Item pro magistris in theologia et doctoribus decretorum vel legum quartodecimo. Item pro licentiatis in theologia et iure ac bachalariis formatis tertiodecimo. Item pro bachalariis non formatis in theologia, bachalariis in iure canonico vel civili, magistris in artibus, licentiatis in medicina et nobilibus de genere militari procreatis xii.° et pro omnibus aliis decimo Kalendas Novembris, anno predicto. Ad vacatura, ut supra.

---

(1) À primeira vista, poderia alguém pensar se tratasse dum clérigo português. Sabe-se, porém, com certeza que era da diocese de Cartagena e freguentava o Estudo Geral de Avinhão, onde era lente de direito civil nos primeiros anos do pontificado de Bento XIII: «*...Alfonsus de Cascals, clericus Cartaginensis diocesis, licentiatus in legibus, actu legens in Studio Vestre Universitatis Avinione*» (Reg. Suppl. 82, fl. 8). «Item *Alfonso de Cascales, clerico Cartaginiensis diocesis, licentiato in legibus, actu legenti in Studio Vestre Universitatis Avinione*» (Reg. Suppl. 83, fl. 188v). Cf. n.° 78 deste pontificado de Bento XIII.

77ª-77ᵇ

1403, Outubro 16, 21

Rol de súplicas do bispo de Nice, entre as quais se contam duas a favor de Afonso Martins de Valdevez, sacerdote da diocese de Tui.

Reg. Suppl. 97, fl. 219v-235.

Rotulus compositus per episcopum Niciensem et elemosinarium (1).

Dignetur S. V. supplicationes infrascriptas vestra sanctissima manu signare.

... ...

[fl. 223v]

... ...

Item devoto oratori vestro Alfonso Martini de Valdeves, presbytero Tudensis diocesis, specialem gratiam facientes, etc., ad collationem, etc., episcopi Tudensis, decani et capituli singulorumque canonicorum et personarum ecclesie Tudensis communiter vel divisim, non obstantibus canonicatu et prebenda ecclesie Tudensis ac parrochiali ecclesia sancte Marie (2) de Viinzos ac medietate sine cura parrochialis ecclesie sancti Salvatoris de Tex Tudensis diocesis, a quorum possessione per aliquos potentes dictus Alfonsus est de presenti spoliatus et ius ad eamdem pretendit habere et super ipsis in V. S. Curia litigare intendit, quorum fructus, etc., xlv francorum importatis valorem annuum non excedunt, cum clausulis, ut supra.

... ...

[fl. 234]

... ...

77ᵇ. Item similem gratiam facientes Alfonso Martini de Valdevez, presbytero Tudensis diocesis, de beneficio ecclesiastico cum cura vel sine cura, spectante communiter vel divisim ad collationem, etc., episcopi, decani et capituli, etc., ecclesie Tudensis, eidem

Alfonso dignemini misericorditer providere, non obstantibus canonicatu et prebenda ecclesie Tudensis ac parrochiali ecclesia sancte Marie (3) de Vinxeos ac medietate sine cura parrochialis ecclesie sancti Salvatoris de Tex Tudensis diocesis, a quorum possessione est de presenti expulsus, super quibus in Romana Curia litigare intendit, quorum fructus, etc., xlv francorum importatis valorem annuum non excedunt, cum clausulis aliis ut supra.

... ...

[fl. 235]

... ...

Fiat pro omnibus. L.

Datum Sallone, Arelatensis diocesis, pro presentibus in Hispania decimo septimo, pro petentibus in Francia licentiatis quartodecimo, pro bacallariis et nobilibus duodecimo. Et pro aliis decimo. Et pro petentibus extra Franciam alibi duodecimo Kalendas Novembris, anno decimo. Ad vacatura post sexto Nonas Octobris, anno quo supra.

---

(1) Cf. nota 1 do n.º 68.
(2) No ms. *Marine*, com sinal de erro.
(3) No ms. *Marine*.

77c

1403, Outubro 17, 21

Rol de súplicas de D. Lopo, arcebispo de Compostela, entre as quais se conta uma a favor do português Pedro Rodrigues da Fonseca, nobre e clérigo da diocese de Ávila, sobre o canonicato de Ávila, na expectativa da prebenda.

Reg. Suppl. 97, 66v-69.

Rotulus archiepiscopi Compostellani.

Supplicat S. V. humilis et devota factura vestra Luppus, archiepiscopus Compostellanus (1), quatinus in personas infrascriptas et pro eis sibi dignemini concedere gratias speciales inferius sequentes, cum non obstañ et clausulis opportunis, ut in forma.

... ...

Item devoto vestro nobili Petro Roderici de Fonseca, clerico Abulensis diocesis (2), de canonicatu sub expectatione prebende ecclesie Abulensis, cum prestimoniis et prestimonialibus portionibus ac simplicibus beneficiis, vacantibus vel vacaturis per mortem unius, duorum vel trium aut plurium cedentium vel decedentium vel alias quomodolibet dimittentium, quorum fructus, etc., lx. librarum Turonensium parvorum secundum taxationem decime valorem annuum non excedunt, eidem Petro dignemini misericorditer providere. Cum non obstañ ut supra.

... ...

[fl. 69]

... ...

Fiat pro omnibus. L.

Datum apud Sallonem, Arelatensis diocesis, pro veris familiaribus commensalibus xvi, pro ceteris xii Kalendas Novembris, anno decimo. Ad vacatura post Kalendas Novembris anni predicti.

Sine alia lectione. — *Fiat. L.*

---

(1) Lopo de Mendonça, arcediago de Samora e doutor em leis, nomeado bispo de Mondonhedo em Junho de 1393 por Clemente VII e daqui transferido para Compostela. Cf. EUBEL, C., *Hierarchia catholica...*, I, p. 200, 343.

(2) Futuro cardeal D. Pedro da Fonseca. Cf. n.º 93, 97, nota 1, n.º 97, 98, 103, 105, 106, 107, 109, 110.

78-81

1403, Outubro 21

Súplicas de Dona Beatriz, rainha de Castela, também dita de Portugal, a favor de seus familiares e amigos, entre as quais, a favor de Arias Afonso de Avis, de Gonçalo Afonso, que fora espoliado do canonicato e prebenda de Braga pelos portugueses que seguiam outro papa e estava disposto a renunciar à igreja paroquial de Santa Eulália de Pensalvos, e de Vasco Martins, clérigo da diocese de Braga.

AV, Reg. Suppl. 100, fl. 73v-79.

Supplicat S. V. humilis et devota filia vestra Beatrix, Castelle, Legionis et Portugalie regina, quatinus sibi in personas dilectorum suorum infrascriptorum speciales gratias facientes, non obstante quod graduati non existant et quibusvis regulis cancellarie e[iusdem] S. et aliis in contrarium editis et cum ceteris clausulis oportunis et omnes defectus, si qui sint, in eadem cancellaria suppleri mandare ac signare dignemini et concedere dictas gratias per *Fiat ut petitur, ut in forma* et cum commissione examinis ad partes et sine alia lectione.

Et primo supplicat eadem regina quatinus sibi in personam dilecti sui Alfonsi Fernandi de Cascales, licentiati in legibus, specialem gratiam facientes, de canonicatu sub expectatione prebende ac dignitatis, personatus, officii seu perpetue administrationis, cum cura vel sine cura, cum prestimoniis et prestimonialibus portionibus, unius, duorum, trium aut plurium usque ad summam C. librarum Turonensium parvorum secundum taxationem decime simul vel successive in ecclesia, civitate at diocesi Ispalensi, vacañ vel vacatur., eidem Alfonso dignemini misericorditer providere, non obstañ iure quod habet ad canonicatum et prebendam cum certis prestimoniis et prestimonialibus portionibus in ecclesia, hic habere pro expresse et specialiter nominatis, ut in forma (1).

79. Item quatinus Arie Alfonsi de Avis diocesis Elborensis (2) presbytero, specialem gratiam facientes, de beneficio ecclesiastico cum cura vel sine cura, etiam si portio cum prestimoniis et prestimonialibus portionibus in ecclesia cathedrali, civitate et diocesi Toletana existat, ad collationem, etc., archiepiscopi Toletani et archidiaconorum de Toledo et de Madrid et de Gadalfaiara et de Talavera pertineant et cuilibet eorum simul vel

successive, non obstante quod beneficium curatum in ecclesia sancte Marie loci de Villa Nueva de Seruella ac perpetua capellania sancti Jacobi de Puebla de Alcocer eiusdem Toletane diocesis, quorum fructus, etc., lxx. florenorum auri de Aragonia valorem annuum non excedunt, obtinet. Et non obstañ canonicatu et prebenda et aliis beneficiis que obtinebat in regno Portugalie, de quibus fuit et est spoliatus per cismaticos Portugalie, etc., ut in forma.

... ...

[fl. 76]

... ...

80. Item quatinus Gundissalvo Alfonsi de dignitate, personatu vel officio, etiam si maior et electiva existat post pontificalem, ac canonicatu sub expectatione prebende, cum prestimoniis et prestimonialibus portionibus ac simplicibus beneficiis, vacañ vel vacat. in ecclesia, civitate et diocesi Abulensi, eidem G[undissalvo] dignemini misericorditer providere. Non obstantibus canonicatu et prebenda in ecclesia Zamorensi ac beneficio simplici in parrochiali ecclesia sancti Vincentii in civitate Zamorensi et canonicatu et prebenda in ecclesia Bracharensi, quibus per scismaticos Portugalenses spoliatus existit et est paratus dimittere parrochialem ecclesiam sancte Olalie de Pensalvis diocesis Bracharensis.

81. Item quatinus Velasco Martini, clerico diocesis Bracharensis, similem gratiam facientes, de canonicatu sub expectatione prebende et prestimoniis et prestimonialibus portionibus et beneficiis simplicibus, vacañ vel vacat. in predicta ecclesia Abulensi et de uno beneficio curato ac de alio sine cura, vacañ vel vacat. in predicta civitate et diocesi Abulensi, spectantibus ad collationem, presentationem vel aliam quamvis dispositionem (3) episcopi, decani et capituli communiter vel divisim singulorumque canonicorum et personarum, eidem V[elasco] dignemini misericorditer providere, ut in forma.

... ...

[fl. 79]

... ...

Fiat pro omnibus. L.

Sine alia lectione et cum commissione examinis ad partes. — *Fiat. L.*

Datum Sallone, Arelatensis diocesis, duodecimo Kalendas Novembris, anno decimo. Ad vacatura post Kalendas Maii, anno quo supra.

---

(1) Cf. nota 1 do n.º 77 deste pontificado de Bento XIII.

(2) No ms. *Elboracensis.*

(3) No ms. *dispensationem.*

82

1403, Outubro 22

Rol de súplicas, composto pelo abade de S. Martinho, entre as quais figuram a de Afonso Martins, deão de Braga, sobre benefício da colação do arcebispo e cabido de Toledo.

Reg. Suppl. 99, fl. 81-97.

Rotulus compositus per abbatem sancti Martini.

Dignetur S. V. devotis vestris infrascriptis gratias facere infrascriptas, cum clausulis opportunis.

... ...

[fl. 82v]

... ...

Item Alfonso Martini, decano Bracharensi, de beneficio ecclesiastico cum cura vel sine cura ac prestimoniis et prestimonialibus portionibus, vacante vel vacaturo, spectante communiter vel divisim ad collationem, etc., episcopi, decani et capituli singulorumque canonicorum et personarum ecclesie Toletane, etiam si in eadem ecclesia existat, dignemini misericorditer providere. Non obst. dicto decanatu. Et cum clausulis opportunis.

... ...

[fl. 85]

... ...

Datum Sallone, Arelatensis diocesis, pro supra proximo tantum tertio Idus Octobris, anno decimo. Ad vacatura post septimo Idus Octobris, anno quo supra.

... ...

[fl. 97]

... ...

Fiat pro omnibus. L.

Datum Sallone, Arelatensis diocesis, pro Francisco de Brayo, Petro Roselli, Johanne Dardini quintodecimo et pro aliis petentibus in regno Francie decimo, pro petentibus extra alibi undecimo Kalendas Novembris, anno decimo. Ad vacatura post septimo Idus Octobris, anno quo supra.

83-84

1403, Outubro, 23

Rol de súplicas, composto pelo abade de S. Saturnino, figurando entre elas uma, a favor de Diogo Afonso, clérigo da diocese de Braga, o qual estudara direito canónico durante cinco anos, sobre benefícios na cidade e diocese de Córdova, e outra a favor de Gonçalo Esteves, estudante de direito canónico, sobre um benefício da colação do arcebispo de Toledo.

Reg. Suppl. 99, fl. 16-19v.

Rotulus de magistris in artibus, etc., compositus per abbatem sancti Saturnini (1).

Dignetur S. V. devotis vestris infrascriptis gratias facere infrascriptas, cum clausulis opportunis.

... ...

[fl. 19]

... ...

Item Didaco Alfonsi, clerico Bracharensis diocesis, qui in iure canonico per quinquennium studuit, de beneficio ecclesiastico cum cura vel sine cura ac prestimoniis et

prestimonialibus portionibus ac simplicibus beneficiis, vacañ vel vacatur. in ecclesia, civitate vel diocesi Cordubensi per obitum unius, duorum, trium canonicorum seu personarum aut portionariorum singulorumque canonicorum et personarum ecclesie Cordubensis, eidem Didaco dignemini misericorditer providere. Non obstañ archidiaconatu de Calatrava diocesis Toletane, quem obtinet, cuius fructus, etc., xxx florenorum de camera importat. annuatim non excedunt, ac defectu natalium, quem patitur de presbytero genitus et soluta, cum quo alias auctoritate apostolica extitit dispensatum, cum aliisque non obstañ et clausulis opportunis.

84. Item Gundissalvo Stephani, studenti in iure canonico, de beneficio ecclesiastico cum cura vel sine cura, spectante communiter vel divisim ad collationem, etc., archiepiscopi et capituli ecclesie Tholetane, eidem Gundissalvo dignemini misericorditer providere. Non obstante quadam prestimoniali portione, quam in diocesi Tholetana obtinet, valo. communiter annuatim importat. xii flor., cum aliis non obst., etc.

... ...

[fl. 19v]

... ...

Fiat pro omnibus. L.

Datum Sallone, Arelatensis diocesis, decimo Kalendas Novembris, anno decimo. Ad vacatura post septimo Idus Octobris, anno quo supra.

---

(1) Cf. nota 1 do n.º 71.

84ª

1403, Outubro 23

Rol de súplicas do bispo de Évora D. Roberto, capelão do papa, a favor de clérigos e sobre benefícios não portugueses.

AV, Reg. Suppl. 101, fl. 169-170.

Rotulus episcopi Elborensis (1).

S. V. supplicat humilis et devotus capellanus et orator vester Robertus, episcopus Elborensis, quatinus in personas nepotum, consanguineorum, familiarium et aliorum dilectorum infrascriptorum gratias facientes speciales necnon indulgentias et notoriatus publici officia concedere indulgere misericorditer dignemini et eas b[eatissima] manu vestra signare ut petitur et sub data fructuosa uberioris gratie, prout S. V. placuerit.

... ...

[fl. 170]

... ...

Fiat pro omnibus. L.

Datum Sallone, Arelatensis diocesis, decimo Kalendas Novembris, anno decimo, ad vacatura post septimo Idus Octobris, anno quo supra.

---

(1) Cf. nota 1 do n.º 91.

84[b]

1403, Outubro 23, 24

Rol de súplicas de João de Alzeno, protonotário apostólico, entre as quais figura a do bispo de Évora a favor de João Hemini.

Reg. Suppl. 97, fl. 252-257v.

Rotulus compositus per prothonotarium de Alzenno (1).

Dignetur S. V. personis infrascriptis gratias facere speciales infrascriptas, cum clausulis opportunis, ut in forma.

... ...

---

(1) João de Alzeno foi protonotário apostólico e referendário de Bento XIII, conforme consta do seguinte *Rotulus de vacaturis per Johannem de Alzenno prothonotarium ac referendarium domini nostri pape compositus* (Reg. Suppl. 94, fl. 151). Há vários róis de súplicas por ele compostos, geralmente indicados com o título *Rotulus compositus per prothonotarium de Alzenno* (Reg. Suppl. 95, fl. 188v-189, 189v; Reg. Suppl. 97, fl. 235-241, 241-241v, 260-264v, 264v-266, 271-276v, 276v-282, 282-283, 284-286, 286-289, 289-292, 292-293v, 294-294v). A nomeação data de Outubro de 1403, mas foi também protonotário de Clemente VII, desde Janeiro de 1394. Foi nomeado bispo de Lescar em Nov. de 1405. Morreu em 1409. Cf. KATTERBACH, OFM, Bruno, *Referendarii utriusque signaturae...*, p. XXVI. No Reg. Suppl. 101, fl. 288, há um *Rotulus compositus per episcopum Lascurensem*, além dos *Rotulus compositus per episcopum Lascurensem* do Reg. Suppl. 102, fl. 75v, 77.

A título de informação, além dos referendários pontifícios constantes dos documentos publicados, lembro outros referendários e também alguns cubiculários, com róis de súplicas compostos por eles.

João da Costa ou *Johannes de Costa, legum doctor, in Studio Tholosano actu legenti* do Reg. Suppl. 94, fl. 79v, é o *Johannes de Costa, legum doctor, cantor et canonicus ecclesie Baiocensis, V. S. referendarius* do Reg. Suppl. 96, fl. 32, ou o *Johannes, cantor Baiocensis, eiusdem S. referendarius* do mesmo Reg. Suppl. 96, fl. 7. São dele os vários *Rotulus compositus per cantorem Baiocensem pro secularibus et religiosis* (Reg. Suppl. 96, fl. 40v-43v), *Rotulus compositus per cantorem Baiocensem, referendarium domini nostri pape pro secularibus de vacantibus* (Reg. Suppl. 96, fl. 60-62v), *Rotulus compositus per cantorem Baiocensem* (Reg. Suppl. 96, fl. 62v--64, 97v-99, 104-105v, 132), *Rotulus cantoris Baiocensis* (Reg. Suppl. 96, fl. 64, 99-100). Era sobrinho de D. João, cardeal do título de S. João e Paulo: «Motu proprio providemus dilecto *Johanni de Costa, legum doctori, referendario nostro, nepoti dilecti filii Johannis tituli sanctorum Johannis et Pauli, presbyteri cardinalis, cantori et canonico ecclesie Baiocensis...*» (Reg. Suppl. 96, fl. 153-153v); «Motu proprio providemus dilecto filio *Johanni de Costa, legum doctori, referendario nostro ac nepoti dilecti filii nostris Johannis tituli sanctorum Johannis et Pauli presbyteri cardinalis*, de canonicatu et prebenda ecclesie Rothomagensis« (Reg. Suppl. 96, fl. 175v). Regia a chancelaria pontifícia em Outubro de 1408. Cf. KATTERBACH, OFM, Bruno, *Referendarii utriusque signaturae...*, p. XXVII.

Franciscus de Blanis, doctor decretorum, ambaxiator regis Aragonum da súplica do Reg. Suppl. 95, fl. 142, 185v, *Franciscus de Blanis, doctor decretorum* da súplica do Reg. Suppl. 96, fl. 39, é o referendário das súplicas dos fol. 208v, 209 do Reg. Suppl. 96 e da súplica em forma de *motu proprio* da folha 149v do mesmo Reg. Suppl. 96: «Motu proprio providemus *Francisco de Blanis, decretorum doctori, referendario nostro* et archidiacono in ecclesia Gerundinensi». Foi recebido como referendário de Bento XIII em Janeiro de 1404 e ainda exercia este múnus em Janeiro de 1409, tendo sido núncio em várias dioceses do reino de Aragão e chanceler do rei D. Martinho. Cf. KATTERBACH, OFM, Bruno, *Referendarii utriusque signaturae...*, p. XXVI. É dele o *Rotulus factus per referendarium Franciscum de Blanis* (Reg. Suppl. 100, fl. 6v).

No Reg. Suppl. 95, fl. 146-146v há o *Rotulus expectationum compositus per camerarium Dertusensem pro provincialibus*, nas folhas 146v-147v o *Rotulus compositus per camerarium Deturšensem*, nas folhas 154v--155v *Rotulus de expectationibus compositus per camerarium Dertusensem*, e na folha 163 o *Rotulus compositus per abbatem Balneolarum, camerarium Dertusensem.* Igualmente noutras folhas do Reg. Suppl. 95: *Rotulus*

Item episcopo Elborensi in personam dilecti sui Johannis de Hemini, clerici Attrebatensis diocesis, de beneficio ecclesiastico cum cura vel sine cura, etc., ad collationem, etc., abbatis et conventus monasterii sancti Petri de Pratellis ordinis sancti Benedicti Lexomensis diocesis. Cum non obstañ et clausulis opportunis.

... ...

[fl. 257v]

... ...

---

domini abbatis de Balneolis et camerarii Dertusensis (fl. 91-91v); *Rotulus compositus per abbatem de Baneyolis et camerarium Dertusensem* (fl. 98) e *Rotulus compositus per abbatem Balneolarum* (fl. 123-123v). Trata-se do abade do mosteiro beneditino de Santo Estêvão de Banholas na Catalunha, de nome Bernardo, o qual era referendário pontifício, conforme consta de súplica existente no Reg. Suppl. 97, fl. 63: «Supplicat S. V. devota factura vestra *B[ernardus], abbas monasterii sancti Stephani de Balneollis ordinis sancti Benedicti familiaris et referendarius V. S.*, quatinus...». KATTERBACH, OFM, Bruno, *Referendarii utriusque signaturae...*, p. XXV, só refere como referendário um Bernardo «abbas s. Mariae de Rosis O. S. B., Gerundensis dioc., ref. Benedicti XIII a. 1400 (Collect. 292, f. 155v), qui fuit *Bernardus Estruch* iuxta F. MONSALVATJE Y FOSSAS, Los monasterios de la diocesis Gerundense, XIV (Olot 1904) 63».

Outro referendário era João de Valterra, doutor em leis, conforme consta da seguinte súplica em forma de *motu proprio:* «Motu proprio providemus *dilecto referendario et familiari nostro commensali Johanni de Valterra, legum doctori*» (Reg. Suppl. 96, fl. 68v). Trata-se do arcediago de Vich, nomeado referendário em Março de 1404, nomeado bispo de Tarazona em Junho de 1407 e morto em 1433. Cf. EUBEL, C., *Hierarchia catholica...*, I, p. 486; KATTERBACH, OFM, Bruno, *Referendarii utriusque signaturae...*, p. XXIX.

O bispo de Saint Pons de Tomières D. Pedro de Rabat também aparece nesta qualidade de referendário, em súplica do Reg. Suppl. 96, fl. 26: «*P. episcopus sancti Pontii Thomariarum eiusdem S. referendarius* in personam...». Trata-se do chanceler de Tolosa, referendário, nomeado bispo de Mâcon em Agosto de 1395 por Bento XIII, que o transferiu para Saint Pons de Tomières em Março de 1398 e para o arcebispado de Tolosa em Setembro de 1405, criando-o cardeal em Setembro de 1408. Cf. KATTERBACH, OFM, Bruno, *Referendarii utriusque Signaturae...*, p. XXVIII. Recordo alguns róis de súplicas, compostos por ele: *Rotulus compositus per cancellarium Tholosanum* (Reg. Suppl. 86, fl. 121-121v, 134v-135, 144-144v); *Rotulus de vacantibus per electum Matisconensem* (Reg. Suppl. 86, fl. 139-139v); *Rotulus compositus per episcopum Matisconensem* (Reg. Suppl. 86, fl. 166v). Como referendário aparece na seguinte súplica do Reg. Suppl. 88, fl. 31: «Item supplicat devota factura vestra *Petrus Ravati, eiusdem S. referendarius...*». Não se deve confundir com o confeccionador dos *Rotulus compositus per prepositum Tholosanum* (Reg. Suppl. 86, fl. 135v-136, 137-137v, 138, Reg. Suppl. 94, fl. 8v) que alguém poderia identificar com o abade de S. Saturnino da nota 1 do n.º 71, aliás como parece poder inferir-se da seguinte súplica do Reg. Suppl. 88, fl. 30v: «Supplicat devota creatura vestra *A. prepositus Tholosanus et V. S. cubicularius...*».

D. João, bispo de Lérida, foi igualmente referendário de Bento XIII, conforme consta de súplica dos seus familiares, com referência a perseguições, por eles sofridas na defesa do papa, e à morte do bispo ocorrida pouco antes: «Rotulus [familiarium] bone memorie episcopi Ilerdensis. Supplicant S. V. humiles et devoti oratores vestri familiares continui commensales *bone memorie Johannis Illerdensis episcopi, eiusdem S. refferendarii, nuper deffuncti*, qui tempore obseditionis S. V. multa subierunt pericula dampnaque plurima fuerunt passi et quorum aliqui pro eo quia S. V. obedirent, a civitate Avinionensi fuerunt relegati...» (Reg. Suppl. 97, fl. 133v). Trata-se de João Bauphes, doutor em ambos os direitos, nomeado bispo de Dax em 1375 por Gregório XI, transferido em Dezembro de 1391 para a sé de Vich por Clemente VII e para a de Huesca em Setembro de 1393. Ao transferi-lo para a sé de Lérida em Agosto de 1403, Bento XIII di-lo seu referendário. Morreu em 1403. Cf. EUBEL, C., *Hierarchia catholica...*, I, p. 97, 283, 379. KATTERBACH, OFM, Bruno, *Referendarii utriusque signaturae...*, p. XXVI. São dele os *Rotulus compositus per episcopum Oscensem* (Reg. Suppl. 95, fl. 190-190v, 194v) e *Rotulus episcopi Oscensis* (Reg. Suppl. 95, fl. 184v).

Pedro de Aillaco ou d' Ailly, chanceler da igreja de Paris, mestre em teologia, foi nomeado bispo de Le Puy em Abril de 1395 por Bento XIII que o transferiu para a sé de Cambrai em Novembro de 1396. Aparece como referendário, ao ser enviado a Génova, em Janeiro de 1405. Foi nomeado cardeal por João XXIII em Junho de 1411. Tomou parte no Concílio de Constança, onde se distinguiu pelas suas intervenções, tornando-se aliás célebre pelas suas obras de índole conciliarista. Morreu em Agosto de 1420. Cf. KATTERBACH, OFM, Bruno, *Referendarii utriusque signaturae...*, p. XXV, EUBEL, C., *Hierarchia catho-*

Fiat pro omnibus. L.

Datum Sallone, Arelatensis diocesis, pro presentibus et examinatis decimo. Et pro omnibus aliis nono Kalendas Novembris, anno decimo. Ad vacatura post sexto Nonas Octobris, anno quo supra.

---

lica medii aevi..., I, pp. 33, 40, 92, 160. No Reg. Suppl. 88, fl. 31, há uma súplica, na qual ele aparece como esmoler do rei de França: «Item supplicat devota creatura *P. de Aylliaco, regis Francie elemosinarius...*». No Reg. Suppl. 91, fl. 67v, existe o *Rotulus parvus domini episcopi Aniciensis*, com os seguintes dizeres iniciais: «Supplicat *devota creatura vestra Pe., episcopus Aniciensis*, quatinus...». Não se deve confundir com outro bispo de Le Puy e mais tarde cardeal, conhecido com o nome de *Aniciensis*, Pedro Girard, licenciado em leis, nomeado bispo de Lodève em Outubro de 1382 e transferido para a sé de Le Puy em Julho de 1385 por Clemente VII, que o criou cardeal em Outubro de 1390. Morreu em Novembro de 1415. A este se deve atribuir o *Rotulus cardinalis Aniciensis:* «Supplicat S. V. devotus vester *P. cardinalis Aniciensis* quatinus...». (Reg. Suppl. 97, fl. 98-99).

Recordo ainda outros confeccionadores ou organizadores de róis de súplicas: *Rotulus compositus per fratrem Jeronimum* (Reg. Suppl. 95, fl. 80v), *Rotulus compositus per dominum abbatem Raupulli* (Reg. Suppl. 95, fl. 191v-192, 192), *Rotulus domini abbatis de Rupulli* (Reg. Suppl. 95, fl. 6v-11v), *Rotulus de expectationibus compositus per abbatem Rapulli* (Reg. Suppl. 95, fl. 199-199v). Recordo igualmente alguns apresentados: *Rotulus presentatus per dominum Petrum archiepiscopum Toletanum* (Reg. Suppl. 95, 177-181v, fl. 212--212v) ou *Rotulus presentatus per dominum Toletanum* (Reg. Suppl. 97, fl. 179, 191v); Rotulus presentatus per fratrem *Alvarum heremitam* (Reg. Suppl. 95, fl. 216-216v); *Rotulus presentatus per fratrem Alfonsum de Acquilar, regis Castelle confessorem et ambaxiatorem* (Reg. Suppl. 95, fl. 183-183v); e *Rotulus presentatus per camerarium domini nostri pape* (Reg. Suppl. 86, fl. 145). Tanto aqui como na folha 130 do mesmo volume e no Reg. Suppl. 87, fl. 68 vem designado como arcebispo de Narbona: «Supplicat S. V. devotus orator vester *F., archiepiscopus Narbonensis, eiusdem S. camerarius*».

84 c

1404, Julho 17

Súplica de Domingos, bispo de Alby, sobre a provisão do arciprestado de Insula da diocese de Alby, vacante pela consecução da tesouraria de Évora da parte de João de Chamaraco, feita tal provisão a Pedro Fernandes de Ledesma.

Reg. Suppl. 96, fl. 168v.

Supplicat S. V. devota creatura vestra D[ominicus], episcopus Albiensis (1), quatinus collationem et provisionem de archipresbyteratu de Insula Albiensis diocesis per assecutionem pacificam thesaurarie Elborensis, que dignitas aut personatus existit, per Johannem de Chamaraco auctoritate apostolica factam vel alias quovis modo tunc vacante per eundem episcopum dilecto familiari suo Petro Fernandi de Ledesma, clerico Salamantine diocesis, de tempore subtractionis auctoritate ordinaria factas ratas et gratas habere dignemini et eas ex certa scientia confirmare vel de archidiaconatu ipso, cui cura imminet animarum, cum suis annexis cuiusque fructus, etc., ultra l. librarum Turonensium parvorum illum pro tempore obtinenti et in eo non residenti non valent annuatim, premisso vel alias quovis modo et per quamcumque aliam personam vacante, etiam si

dispositioni apostolice specialiter vel alias generaliter reservatus existat, eidem Petro dignemini misericorditer de novo providere. Non obstañ vicaria perpetua parrochialis ecclesie de Caslucio Albiensis diocesis, cuius fructus, etc., ac quodam simplici beneficio sine cura ecclesie sancti Emiliani Ovetensis diocesis, cuius fructus, etc., ultra xii francorum in eis non residenti valorem annuum non excedunt. Et paratus est dimittere dictam vicariam quam primo, etc. Cum aliis non obstañ et clausulis oportunis. — *Fiat ut petitur. L.*

Datum Massilie, apud Sanctum Victorem, sextodecimo Kalendas Augusti, anno decimo.

---

(1) Domingos de Florença, dominicano, mestre em teologia, nomeado bispo de Alby em Maio de 1379, transferido para a sé de Saint Pons de Tomières em Maio de 1382 e daqui para Alby em Outubro de 1392, donde foi transferido para Tolosa em Agosto de 1410. Morreu em Março de 1422. Cf. EUBEL, C., *Hierarchia catholica...*, I. p. 81, 406, 488.

BENTO XIII

(EL. 28 SET., COR. 11 OUT. 1394, + 23 MAIO 1423)

SÚPLICAS

ANO UNDÉCIMO

(11 OUT. 1404 – 10 OUT. 1405)

AV, REG. SUPPL., VOL. 96

85

1404, Novembro 12

Súplica de João Fernandes de Souto Maior, clérigo da diocese de Tui, sobre o arcediagado de Salnés, com referências a benefício na igreja de S. Salvador de Viana, existente no reino de Portugal e ocupado por portugueses.

Reg. Suppl. 96, fl. 137, 144.

Beatissime Pater, nuper S. V. gratiam fecit specialem devoto oratori vestro Johanni Fernandi de Souto Mayor, clerico Tudensis diocesis, de militari genere procreato, de canonicatu et prebenda ac archidiaconatu de Salnes in ecclesia Compostellana, apud sedem apostolicam vacantibus per obitum B[ertrandi] cardinalis Hostiensis (1), in Curia Romana deffuncti, vel per quamcumque aliam personam, etc., de quibus auctoritate ordinaria dudum eidem Johanni extiterat provisum, prout in supplicatione super hoc signata latius continetur, quam hic S. V. dignetur pro sufficienter expressa. Verum, Pater Sancte, cum per inadvertentiam obmissum fuerit in dicta supplicatione ponere obstantias canonicatus et prebende ecclesie Tudensis ac simplicis beneficii quatuor novorum nuncupati in parrochiali ecclesia sancti Salvatoris de Vianna Tudensis diocesis, quod quidem beneficium, cum situm sit in regno Portugalie, hactenus occupatum fuit et de presenti occupatur per scismaticos Portugallenses, quos (*sic*) quidem exponens auctoritate ordinaria dudum obtinuit, quorum fructus, etc. Cl. florenorum auri importat. valorem annuum recipienti non excedunt, dubitetque idem Johannes propter dictam obmissionem dictam gratiam viribus non subsistere, dignetur igitur S. V. litteras super huiusmodi canonicatu et prebenda ecclesie Compostellane ac archidiaconatu predicto expediri mandare, cum dictis obstantiis canonicatus et prebende ecclesie Tudensis ac beneficii predictorum et quod perinde valeat ac si in predicta supplicatione per eamdem S. signata continerentur, secum super deffectu natalium quem patitur de coniugato genitus et soluta, ut in dicta prima supplicatione extitit dispensatum ad dictos canonicatum et prebendam ecclesie Tudensis ac beneficium sine cura misericorditer dispensantes et sub prima data, cum clausulis opportunis. — *Fiat et dispensamus ut supra continetur. L.*

Datum Massilie, apud Sanctum Victorem, pridie Idus Novembris, anno undecimo (2)

---

(1) Franciscano chamado Bertrando Atgério ou Lagério de Figiaco, mestre em teologia, bispo de Assis nomeado por Inocêncio VI em Dezembro de 1357, transferido para a sé de Glandèves em Janeiro de 1368 por Urbano V e promovido cardeal do título de Santa Prisca em Maio de 1371 por Gregório XI. Passou ao título de Santa Cecília, e em Abril de 1378 Urbano VI transferiu-o para o título episcopal de Óstia. Seguiu a obediência de Clemente VII. Morreu em Novembro de 1392. Cf. EUBEL, C., *Hierarchia catholica...*, I, pp. 21, 36, 113, 264.

(2) Esta súplica vem também na folha 144. Duas súplicas iguais a esta, mas sem a referência à igreja paroquial de S. Salvador de Viana, vêm na folha 146, com a data: *Datum Massilie, apud Sanctum Victorem, viii Kalendas Novembris, anno undecimo.* Uma refere-se ao arcediagado de Salnés e outra diz respeito à pluralidade de benefícios.

BENTO XIII

(EL. 28 SET., COR. 11 OUT. 1394. + 23 MAIO 1423)

SÚPLICAS

ANO DUODÉCIMO

(11 OUT. 1405 – 10 OUT. 1406)

AV, REG. SUPPL., VOL. 99 A 102

86

1406, Março 21

Súplica de Dona Beatriz, rainha de Castela, também dita de Portugal, a favor de Jorge Domingues, bacharel em leis e porcionário da igreja de Segóvia, sobre a porção da igreja de Santo Estêvão de Nieva da diocese de Segóvia.

Reg. Suppl. 102, fl. 240.

Supplicat S. V. humilis et devota filia vestra Beatrix, regina Castelle et Portugalie, quatinus in personam dilecti sui Georgii Dominici, in legibus bachalarii, dimidii portionarii ecclesie Segobiensis, specialem gratiam facientes, de portione prestimoniali in ecclesia sancti Stephani de Nieva diocesis Segobiensis, cuius fructus, etc., xxb florenorum auri de camera annuum valorem communiter non excedunt, vacante per assecutionem canonicatus et prebende ac decanatus ecclesie Compostellane, per Johannem Alfonsi, decretorum doctorem, auctoritate litterarum apostolicarum factam, vel alio quovis modo, etiam si dispositioni apostolice sedis generaliter reservata aut eius collatio ad sedem apostolicam quomodolibet devoluta existat, eidem Georgio dignemini misericorditer providere ... — *Fiat ut petitur. L.*

Datum Saone, duodecimo Kalendas Aprilis, anno duodecimo.

87

1406, Maio 14

Rol de súplicas, composto pelo bispo de Nice, entre as quais se conta a de Diogo Fernandes de Cisneros, que estudara direito canónico durante quatro anos, sacerdote da diocese de Leão e capelão da portuguesa Dona Beatriz, rainha de Castela, que também se diz de Portugal, sobre um benefício da colação do abade e convento do mosteiro beneditino de S. Facundo de Leão.

Reg. Suppl. 101, fl. 287v-295.

Rotulus compositus per episcopum Niciensem (1).

Dignetur S. V. personis infrascriptis gratias facere speciales infrascriptas, ut petitur.

... ...

[fl. 290v]

... ...

Item simili modo Didaco Fernandi de Cisnieros, presbytero Legionensis diocesis, capellano Beatricis, Castelle, Legionis et Portugalie regine illustris, qui iura canonica per quadriennium audivit, specialem gratiam facientes, de beneficio ecclesiastico cum cura vel sine cura ac capellania, vacañ vel vacat. per mortem unius, duorum, spectañ communiter vel divisim ad collationem, etc., abbatis, prioris et conventus, elemosinarii, sacriste, celerarii, bodegarii singularumque personarum et monachorum et officialium monasterii sancti Facundi ordinis sancti Benedicti Legioñ diocesis, eidem Didaco dignemini providere.

... ...

[fl. 295]

... ...

Fiat pro omnibus. L.

Datum Saone, pridie Idus Maii, anno duodecimo. Expedita loco, die et anno predictis.

---

(1) Cf. nota 1 do n.º 68.

88

1406, Julho 31

Súplica de Pedro Sanches de Mena, sacerdote da diocese de Burgos, o qual, juntamente com outros cúmplices, fora presente à morte e mutilação de vários seculares ou leigos e como homem do mar tomara parte nas batalhas contra os portugueses, que declara cismáticos, e apesar disso continuara a exercer as suas Ordens, sobre a absolvição de irregularidade e faculdade de receber benefícios eclesiásticos.

AV, Reg. Suppl. 102, fl. 141v.

Beatissime Pater. Cum nuper per Petrum Sancii de Mena, presbyterum Burgensis diocesis, S. V. exposito quod olim ipse nonnullis hominibus sibi complicibus, ubi aliqui homines layci percussi, vulnerati, mutilati et interfecti fuerunt presens interfuerit et ut homo armorum per mare discurrendo contra Portugalenses regni Portugalie scismaticos iverit, etiam ubi nonnulli homines layci percussi, vulnerati, mutilati et interfecti fuerunt, ad hoc auxilium, consilium vel favorem prebendo, presens interfuerit, tamen neminem manu propria percusserit, vulneraverit, mutilaverit et interfecerit et premissis non obstantibus, in omnibus suis minoribus, subdiaconatus et diaconatus ordinibus pluries tanquam simplex et iuris ignarus ministraverit et alias immiscuerit se divinis et subsequenter quoddam beneficium perpetuum parrochiale sine cura auctoritate ordinaria sibi collatum in parrochiali et patrimoniali ecclesia beate Marie de Laredo Burgensis diocesis extiterit pacifice assecutus, super quibus, iniuncta sibi pro modo culpe penitentia salutari, secum super irregularitate et inhabilitate, premisso modo contracta, quodque premissis non obstantibus in omnibus suis ordinibus usque ad diaconatum inclusive licite ministrare dictumque beneficium perpetuum parrochiale non curatum post casum predictum alias tamen canonice assecutum, dum tamen tempore date tunc presentium non fuerit in eodem

alicui specialiter ius quesitum, retinere necnon quecumque alia beneficia ecclesiastica sine cura animarum, invicem compatibilia, sibi canonice conferenda, libere recipere et licite retinere et obtinere valeret cum eodem Petro fuerit auctoritate apostolica misericorditer successive dispensatum. Cum autem, Pater S[ancte], idem presbyter cupiat in omnibus suis ordinibus ministrare et in eisdem Altissimo famulando perpetuo deservire, quare supplicat e[idem] S. V. dictus P[etrus], presbyter, quatinus sibi ampliorem gratiam facientes, ne in opprobrium cleri mendicare cogatur, super irregularitate et inhabilitate premissorum occasione contracta dispensantes, quodque, premissis non obstantibus, quecumque beneficia ecclesiastica non curata sibi canonice conferenda libere recipere, licite retinere et obtinere valeat cum eodem presbytero dignenini dispensare de gratia speciali. — *Fiat ut petitur et dispensamus. L.*

Datum apud Monachum, Niciensis diocesis, pridie Kalendas Augusti, anno duodecimo. Expedita loco, die et anno predictis.

89-90

1406, Agosto 12

Súplicas de Dona Beatriz, portuguesa e rainha viúva de Castela, também dita de Portugal, a favor de João Sanches de Ordunha, clérigo da diocese de Calaorra, sobre a igreja de Santa Maria de Geria da diocese de Palença, e a favor de Miguel Rodrigues, seu capelão.

Reg. Suppl. 102, fl. 142.

Supplicat S. V. devota filia vestra Beatrix, regina Castelle et Portugalie illustris, relicta bone memorie Johannis, regis Castelle et Legionis illustris, quatinus sibi in personam dilecti sui Johannis Sancii de Ordunna, clerici Calaguritane diocesis, specialem gratiam facientes, de beneficio curato parrochialis ecclesie beate Marie de Jeria Palentine diocesis ... eidem Johanni dignemini misericorditer providere, cum omnibus non obstañ et clausulis opportunis ac executoribus.

90. Supplicat S. V. devota filia vestra Beatrix, regina prefata, quatinus sibi in personam dilecti capellani, familiaris, domestici continui commensalis Michaelis Roderici, presbyteri Giennensis, specialem gratiam facientes, de beneficio curato, vulgariter prioratu nuncupato, parrochialis ecclesie sancti Johannis Baptiste de Ubeda Giennensis diocesis ... eidem Martino dignemini misericorditer providere ...

Fiat pro utroque, ut petitur. L.

Datum apud Monachum, Niciensis diocesis, pridie Idus Augusti, anno duodecimo. Expedita loco, die et anno predictis.

BENTO XIII

(EL. 28 SET., COR. 11 OUT. 1394, + 23 MAIO 1423)

SÚPLICAS

ANO DÉCIMO TERCEIRO

(11 OUT. 1406 – 10 OUT. 1407)

AV, REG. SUPLL., VOL. 101 A 104

91

1407, Julho 25

Súplica de Pedro Afonso de Palma del Rio, clérigo da diocese de Córdova, sobre o benefício eclesiástico sem cura de almas da igreja de Santa Maria de Palma da dita diocese, vacante por morte de D. Roberto de Noyeres, bispo de Évora.

Reg. Suppl. 102, fl. 236.

Supplicat S. V. humilis et devotus orator vester Petrus Alfonsi de Palma del Rio, clericus Cordubensis diocesis, quatinus sibi specialem gratiam facientes, de beneficio ecclesiastico sine cura parrochialis ecclesie beate Marie dicti loci de Palma dicte Cordubensis diocesis, cuius fructus, etc., xxx florenorum auri importat. valorem annuum communiter non excedunt, vacante per obitum bone memorie Roberti de Noyeres, episcopi Elborensis (1), extra Romanam Curiam defuncti, sive ut premittitur, sive alio quovis modo et ex quacumque alia persona vacet et tanto tempore vacaverit quod eius collatio generaliter reservata aut alias specialiter dispositioni apostolice devoluta existat, eidem Petro dignemini misericorditer providere. Non obstante quod idem Petrus quamdam gratia[m] expectativa[m] in cancellaria declaranda[m] [obtinet], cum aliis non obstañ et clausulis opportunis. — *Fiat pro omnibus, ut petitur.*

Datum Massilie, octavo Kalendas Augusti, anno tertiodecimo. Expedita loco, die et anno predictis.

---

(1) Em EUBEL, C., *Hierarchia catholica*, I, p. 236, não se encontra nenhuma referência a qualquer bispo de Évora, de nome Roberto, durante este período. Deve tratar-se de um bispo da obediência de Bento XIII, de que há notícias aliás no Reg. Suppl. 101, fl. 169-70 com um rol de súplicas suas. Cf. n.º 84a.

92

1407, Julho 30

Súplica de Arias Afonso, sacerdote da diocese de Évora, sobre o canonicato e prebenda da colegiada de Santa Maria de Talavera da diocese de Toledo.

AV, Reg. Suppl. 103, fl. 61-62v.

Rotulus sine titulo.

... ...

[fl. 61v]

... ...

Supplicat S. V. devotus vester Arias Alfonsi, presbyter Elborensis diocesis, quatinus specialem gratiam facientes, de canonicatu et prebenda ecclesie secularis collegiate beate Marie de Talavera Toletane diocesis, etc., cuius fructus, etc., xxx. duplarum Castelle importat. valorem annuum communiter non excedunt, vacantibus per obitum Fernandi Garsie, extra Romanam Curiam defuncti, sive alio quovis modo et per quamcumque aliam personam, etiam si per obitum Gundissalvi Menendi, in decretis licenciati, extra Romanam Curiam defuncti, vacent, aut tanto tempore vacaverint quod eorum collatio ad sedem apostolicam sit devoluta aut eidem sedi generaliter vel specialiter reservata, eidem Arie dignemini misericorditer providere, non obstante quod in ecclesia de Tal[av]era diocesis Toletane curatum beneficium obtinet, cuius fructus, etc., xxxv. duplarum Castelle importat. valorem annuum communiter non excedunt, ac gratia expectativa per e[amdem] S. sibi facta in cancellaria declaranda et cum ceteris non obstañ et clausulis opportunis, ut in forma.

... ...

[fl. 62v]

... ...

Fiat pro omnibus, ut petitur. L.

Datum Massilie, tertio Kalendas Augusti, anno tertiodecimo.

Expedit. loco, die et anno predictis.

93

1407, Setembro 14

Súplica de Dona Beatriz, rainha de Castela, também dita de Portugal, viúva de D. João, rei de Castela, a favor do seu consanguíneo e capelão-mor Pedro Rodrigues da Fonseca, bacharel em leis e nobre, sobre a chantria, canonicato e prebenda de Salamanca.

AV, Reg. Suppl. 103, fl. 50-50v.

Rotulus sine titulo.

Dignetur S. V. supplicationes infrascriptas ad exauditionis gratiam admittere et eas concedere. Cum clausulis oportunis.

Supplicat S. V. devotissima filia vestra Beatrix, regina Castelle et Portugalie, quondam clare memorie Johannis, regis Castelle et Legionis relicta, in personam dilecti et consanguiney sui Petri Roderici de Fuenseca, in legibus bachalarii, ex nobili genere ex utroque stirpe procreati ac etiam cappellani maioris prefate filie vestre regine (1), quatinus eidem Petro specialem gratiam facientes, de cantoria et canonicatu et prebenda ecclesie Salamantine cum prestimoniis et prestimonialibus portionibus in civitate et diocesi Sala-

mantina, que et quot sint et eorum nomina et cognomina dignetur e[adem] S. habere hic pro sufficienter expressis et singulariter nominatis, vacantibus per obitum Alvari Egidii, V. S. familiaris commensalis, extra Romanam Curiam defuncti, quorum fructus, etc., ducentorum florenorum auri importat, valorem annuum communiter non excedunt, sive premisso, vel alias quovis modo et per quascumque alias personas vacent, etiam si dicta cantoria dignitas, officium vel personatus aut curata vel electiva existat, dignemini providere, dispensantes cum eo in decimo octavo anno constituto, si opus est, in premissis, cum omnibus non obstañ et clausulis oportunis ac executoribus, ut petitur.

... ...

[fl. 50v]

... ...

Fiat pro omnibus et dispensamus, ut petitur. L.

Datum Nicie, decimo octavo Kalendas Octobris, anno tertiodecimo. Expe. loco, die et anno predictis.

---

(1) Português e futuro cardeal Pedro da Fonseca. Cf. nota 1 do n.º 97 e os n.º 97, 99, 103, 105, 106, 107, 108, 109, 110.

BENTO XIII

(EL. 28 SET., COR. 11 OUT. 1394, + 23 MAIO 1423)

SÚPLICAS

ANO DÉCIMO SEXTO

(11 OUT. 1409 – 10 OUT. 1410)

AV, REG. SUPPL., VOL. 103 A 104

94-95

1410, Setembro 12

Súplicas de D. João, filho do Infante de Portugal D. Dinis, sobre a dispensa de ilegitimidade para ascender às Ordens sacras e ser promovido a dignidades eclesiásticas bem como receber benefícios, inclusive preceptorias e comendas de Ordens militares, e do nobre D. Luís, neto do Infante D. João de Portugal e filho de D. Pedro sobre idêntica dispensa.

AV, Reg. Suppl. 104, fl. 64v.

Dignetur S. V. cum devoto vestro nobili Jo[hanne], illustris Dionisii, infantis Portugalie, nato, dispensare quod, non obstante deffectu natalium quem patitur de eodem infante et soluta genitus, ad omnes ordines etiam sacros et presbyteralem promoveri ac quecumque et quotcumque beneficia cum cura vel sine cura, etiam si canonicatus et prebende ac officia, personatus vel administrationes et dignitates, etiam si elective ac maiores post pontificalem in cathedralibus metropolitanis et principales in collegiatis ecclesiis existant ac quascumque et quotcumque commendas sive preceptorias et magistratus ordinis sancti Jacobi de Spata, de Calatrava et de Alcantara ordinis Cisterciensis, tot quot sibi alias canonice conferantur, obtinere et retinere illaque ad invicem, totiens quotiens voluerit, permutare libere et licite possit et valeat omnibusque aliis quibuscumque in contrarium editis et factis non obstantibus, cum clausulis opportunis.

95. Item cum devoto vestro nobili Ludovico, illustris Johannis, infantis Portugalie nepotis, dispensare quatinus, non obstante deffectu natalium quem patitur de nobili viro Petro, dicti infantis filio, genitus et soluta, ad omnes ordines etiam sacros et presbyteralem promoveri ac quecumque et quotcumque beneficia cum cura vel sine cura, etiam si canonicatus et prebende ac officia, personatus vel administrationes et dignitates, etiam si elective ac maiores post pontificalem in cathedralibus metropolitanis et principales in collegiatis ecclesiis existant, ac quascumque et quotcumque commendas sive preceptorias et magistratus ordinis sancti Jacobi de Spata, de Calatrava et de Alcantara, ordinis Cisterciensis, tot quot sibi alias canonice conferantur, obtinere et retinere illaque ad invicem, totiens quotiens voluerit, permutare libere et licite possit et valeat omnibusque aliis quibuscumque in contrarium editis et factis non obstantibus, cum clausulis opportunis.

Fiat pro utroque et dispensamus, ut supra continetur. L.

Datum Terracone, pridie Idus Septembris, anno decimo sexto. Expedit, loco, die et anno predictis.

BENTO XIII

(EL. 28 SET., COR. 11 OUT. 1394, + 23 MAIO 1423)

SÚPLICAS

ANO DÉCIMO NONO

(11 OUT. 1412 – 10 OUT. 1413)

AV, REG. SUPPL., VOL. 104

96

1413, Janeiro 4

Súplica do sacerdote Frei João de Madrid, ministro do mosteiro de S.ta Justa e Santa Rufina da cidade de Sevilha da Ordem da Santíssima Trindade, vigário geral da Ordem nos reinos de Castela e Leão e de Portugal, por determinação pontifícia, como provincial da Ordem nos ditos reinos, que certos capitulares quiseram depor no capítulo, convencendo-o, mas por medo, a renunciar a seu ofício, para o papa o confirmar no ofício vitalìciamente.

AV, Reg. Suppl. 104, fl. 168.

Beatissime Pater, exponitur S. V. pro parte humilis ac devoti oratoris vestri fratris Johannis de Madrit, presbyteri, ministri monasterii sanctorum Juste et Rufine prope muros civitatis Ispalensis ordinis Sancte Trinitatis sub regula sancti Augustini degentis ac vicarii seu locum tenentis generalis ministri dicti ordinis in regnis Castelle, Legionis et Portugalie auctoritate vestra apostolica deputati, quod cum ipse provincialatum dictorum regnorum tamquam verus et indubitatus provincialis regeret et gubernaret, provinciale capitulum dicti sui provincialatus ad civitatem Toletanam convocavit et congregavit de mense Maii anni proximo preteriti a nativitate Domini millesimi iiiic xii.mi, quo congregato, aliqui ministri sui provincialatus signanter Toletanus et Burgensis cum aliquibus aliis suis fautoribus et complicibus in eodem capitulo existentibus, Deum pre oculis non habentes, fame sue prodigi et dicti provincialis emuli, non sine magna suspicione conspirationis, inobedientie et detractionis, eum a statu suo sine causa deicere molientes, in ipsius provincialis preiudicium, animarum suarum periculum et totius ordinis scandalum, ipsi provinciali in eodem capitulo obedire noluerunt nec eius preceptis obtemperare, ymmo ipsum provincialem inhumaniter deponere cupientes, ut dicto officio provincialatus prefati, exquisitis fraudibus atque dolis, induxerunt et seduxerunt, ipse vero provincialis ipsorum volens insaniam declinare et duritiam cordis timensque verisimiliter cum solus esset in eodem capitulo inter eos infirmitate corporis et senio iam gravatus quod aliquid malum vel iniuriam corporalem ei inferrent, si votis eorum temerariis illicitis et dolosis non obtemperaret, promisit eis, cum veniret in civitatem Ispalensem, ipsi officio provincialatus renuntiare. Verum ipsi ministri iniquitatis filii, non confidentes de simplicibus verbis ipsius provincialis, eum ad premissa complenda iuramenti vinculo et antequam inde exiret, astrinxerunt eumque iurare compellerunt, quibus sic stantibus, prefati ministri adhuc in dicto capitulo congregati et antequam inde recessissent, renunciatione adhuc per dictum provincialem non facta, quamquam promissa, quemdam fratrem Gometium, assertum ministrum monasterii Sancte Trinitatis dicti ordinis dicte civitatis

Toletane, alterum de ipsius presentibus insecutoribus dicti provincialis et procuratoribus dictorum renuntiationis et iuramenti in provincialem dicti provincialatus non vacantis temere, nulliter et de facto elegerunt ceterosque ministros, quos dictus provincialis ante dictum capitulum fecerat, de facto etiam renuntiare fecerunt et a dicto pretenso provinciali de novo recipere ministeria eadem compullerunt et ab eodem receperunt et quia dictus provincialis timet quod prefati ministri adhuc premissis non contenti ad depositionem ipsius provincialis intendentes ad privandum eumdem ministerio dicti monasterii sanctorum Juste et Rufine et de facto procurent, dignetur igitur S. V. ministeriatum huiusmodi auctoritate apostolica ad vitam suam confirmare et si sibi opus est de eodem nunc providere, premissis et aliis in contrarium editis non obstantibus quibuscumque, cum clausulis oportunis, ut in forma. — *Fiat ut petitur. L.*

Datum Dertuse, pridie Nonas Januarii, anno decimo nono. Exped. loco, die et anno predictis.

BENTO XIII

(EL. 28 SET., COR. 11 OUT. 1394. + 23 MAIO 1423)

SÚPLICAS

ANO VIGÉSIMO

(11 OUT. 1413 – 10 OUT. 1414)

AV, REG. SUPPL., VOL. 104

97

1414, Fevereiro 10

Súplica da portuguesa Dona Beatriz, rainha de Castela, também dita de Portugal, a favor de Diogo Sanches de Cisneros, cónego prebendário de Cória, familiar e capelão de D. Pedro, cardeal de Santo Anjo, sobre o canonicato e prebenda e priorato da colegiada de Santa Maria de Husillos da diocese de Palença.

Reg. Suppl. 104, fl. 216.

Supplicat S. V. humilis et devota filia vestra domina Beatrix, regina Castelle et Portugalie, in personam dilecti sui Didaci Sancii de Cisneros, canonici prebendati ecclesie Cauriensis familiarisque continui commensalis ac capellani devote creature vestre P[etri], cardinalis sancti Angeli (1), quatinus sibi specialem gratiam facientes, de canonicatu et prebenda ac prioratu secularis et collegiate ecclesie beate Marie de Fuselis Palentine diocesis ac quibusdam prestimoniis in eadem diocesi, quos et que Didacus Garsie de Aquilar, canonicus ecclesie Lucensis, familiaris continuus commensalis domini A[lfonsi], cardinalis sancti Eustachii (2), obtinet seu detinet et que sperantur vacare per assecutionem canonicatus et prebende ecclesie Conchensis et que etiam idem Didacus se obtulit dimissurum, quam primum dictos canonicatum et prebendam dicte ecclesie Conchensis vigore gratie apostolice sibi facte foret pacifice assecutus, si vacant ad presens vel cum per assecutionem huiusmodi aut alio quovis modo, preterquam per ipsius Didaci obitum, et tanto tempore vacaverint quod eorum collatio et cuiuslibet ipsorum ad sedem apostolicam legitime devoluta aut alias dispositioni ipsius sedis apostolice specialiter reservata existat, quorum omnium fructus, etc., xl. florenorum auri valorem annuum importat. communiter non excedunt, eidem Didaco dignemini misericorditer providere ... — *Fiat ut petitur. L.*

Datum Dertuse, quarto Idus Februarii, anno vicesimo.

---

(1) D. Pedro da Fonseca foi criado cardeal por Bento XIII em Dezembro de 1412. Em Junho de 1413 foi-lhe dada em comenda a diocese de Astorga, por Bento XIII e, depois de ter resignado a tal administração, Martinho V concedeu-lhe, em Junho de 1419, a administração da sé de Siguenza, cuja sé, por morte deste cardeal português, ocorrida em Agosto de 1422, passou ao cardeal de Santo Eustáquio D. Afonso de Carrilho. Cf. EUBEL, C., *Hierarchia catholica*, I, p. 30, 49, 114, 444. Cf. nota 2 deste n.º 97 e o n.º 93, donde consta que ele era consanguíneo de Dona Beatriz, filha de D. Fernando, rei de Portugal, e viúva de D. João, rei de Castela.

(2) D. Afonso de Carrilho, criado cardeal por Bento XIII, do título de Santo Eustáquio, em Setembro de 1408. Foi nomeado administrador da diocese de Osma por Bento XIII em Novembro de 1408, que manteve ainda depois de ter sido transferido, por morte do cardeal D. Pedro da Fonseca, em Setembro de 1422, por Martinho V, para a sé de Siguenza. Morreu em Basileia no ano de 1434. Cf. EUBEL, C., *Hierarchia catholica*, I, pp. 30, 50, 383, 444.

98

1414, Abril 14

Súplica de Dona Beatriz, rainha de Castela, também dita de Portugal, a favor de Miguel Rodrigues de Molina da diocese de Jaen, seu capelão-mor e familiar, sobre o canonicato de Salamanca, na expectativa da prebenda.

AV, Reg. Suppl. 104, fl. 221v.

Supplicat S. V. humilima filia vestra Beatrix, Castelle, Legionis et Portugalie regina, quatinus sibi in personam Michaelis Roderici de Molina diocesis Giennensis, capellani sui maioris et familiaris continui commensalis, de canonicatu et prebenda ecclesie Salamantine, cuius fructus, etc., import. in predictis canonicatu et prebenda non residenti nichil valent annuatim, vacantibus per obitum Fernandi Garsie, archidiaconi Salamantini, sedis apostolice capellani, extra Romanam Curiam defuncti, sive alias quovis modo, eidem M[ichaeli] dignemini misericorditer providere. Non obstantibus canonicatu et prebenda ac vicaria, licet dignitas reputetur, in collegiata ecclesia sancte Marie de Ubeda Giennensis diocesis, quorum fructus, redditus, etc., import. annuatim deductis oneribus et expensis centum florenorum auri de Aragonia non excedunt et cum aliis non obstañ et clausulis opportunis. — *Fiat ut petitur. L.*

Datum Dertuse, decimo octavo Kalendas Maii, anno vicesimo. Expedita loco, die et anno predictis.

BENTO XIII

(EL. 28 SET., COR. 11 OUT. 1364, + 23 MAIO 1423)

SÚPLICAS

ANO VIGÉSIMO PRIMEIRO

(11 OUT. 1414 – 10 OUT. 1415)

AV, REG. SUPLL., VOL. 104

99

1414, Dezembro 27

Súplica do português cardeal D. Pedro, do título de Santo Anjo, a favor de Martinho Galos, deão de Cória, doutor em decretos, sobre o canonicato e prebenda de Orense.

Reg. Suppl. 104, fl. 243v.

Supplicat S. V. devota creatura vestra P[etrus], tituli sancti Angeli sancte Romane Ecclesie diaconus cardinalis (1), in personam dilecti sui Martini Galos, decani Cauriensis, decretorum doctoris, quatinus eidem Martino specialem gratiam facientes, de canonicatu et prebenda ecclesie Auriensis, cum prestimoniis et prestimonialibus portionibus ac simplicibus beneficiis necnon de beneficio curato sancti Salvatoris de Pessegueyro, vacantibus ad presens in ecclesia, civitate et diocesi Auriensi per obitum quondam Alvari Alfonsi, licentiati in decretis, dicti cardinalis familiaris commensalis, ultimi possessoris eorumdem, qui extra Romanam Curiam diem suum clausit extremum ... eidem Martino dignemini misericorditer providere ... — *Fiat ut petitur et dispensamus. L.*

Datum Valentie, sexto Kalendas Januarii, anno vicesimo primo. Expedita duodecimo Kalendas Martii, loco et anno predictis.

---

(1) Cf. nota 1 do n.º 97.

100

1415, Fevereiro 14

Súplica de André Dias, mestre em teologia e bispo titular de Tabor na Palestina, sem algum benefício eclesiástico, sobre a administração ou exercício dos direitos pontificais na cidade e diocese de Burgos, que então carecia de pastor, para não ser obrigado a recorrer a outros meios de subsistência, com diminuição ou desconsideração da sua dignidade episcopal.

Publicada em SOUSA COSTA, OFM, A. D. de, *Mestre André Dias de Escobar, figura ecuménica do século XV*, Roma-Porto, 1967, *Documentos*, n.º 26.

AV, Reg. Suppl. 104, fl. 241.

Supplicat S. V. humilis factura vestra Andreas Didaci, sacre theologie magister, episcopus Thebarnensis (1), qui nullum obtinet beneficium ecclesiasticum, unde statum suum congrue sustentare valeat, quatinus sibi, ne in obprobrium dignitatis episcopalis hostiatim per mendicata suffragia vagabundus cogatur accedere, de perpetua administratione pontificalis officii ecclesie Burgensis, de presenti pastore carentis, et annua pensione et provisione trecentorum florenorum auri de Aragonia eidem A[ndree] super fructibus, redditibus ac proventibus ad mensam episcopalem episcopi Burgensis pro tempore existentis, spectante, per episcopum qui pro tempore fuerit aut per collectorem vel subcollectorem apostolicum ecclesie Burgensis, pastore carentis, aut per procuratorem ad fructus et proventus huiusmodi colligendos, Ordinarii vel auctoritate apostolica deputatum, annuatim in pecunia numerata florenorum solvendorum ita quod prefatus Andreas episcopus, quamdiu vixerit, prefata pensione iiic florenorum auri predictorum nec dicta administratione etiam infirmitate detentus nec propter senium aut etatem decrepitam ullatenus privari valeat, cum penis et sententiis ac executoribus super huiusmodi pensionis solutione apponendis, etiam in cancellaria declarandis, dignemini misericorditer providere de gratia speciali. — *Fiat ut petitur. L.*

Datum Valentie, sextodecimo Kalendas Martii, anno vicesimo primo. Expedita loco, die et anno predictis.

---

(1) Trata-se do português e beneditino, antes dominicano, André Dias de Lisboa, famoso teólogo conciliarista, com várias publicações de índole teológico-pastoral e canonista. Foi também bispo de Cidade Rodrigo (Espanha e Portugal) e depois de Ajácio, bem como titular de Mégara e comendatário dos mosteiros beneditinos de Rendufe e de S. João de Alpendurada. Cf. EUBEL, C., *Hierarchia catholica*, I, pp. 71, 190, 333, 471, nota 1. Sobre a figura deste irrequieto bispo cf. SOUSA COSTA, OFM, A. D. DE, *Mestre André Dias de Escobar figura ecuménica do século XV* (colec. *Estudos e textos da Idade Média e Renascimento*, n.º 2), Roma-Porto, 1967.

101

1415, Junho 27

Pedro de Portugal, cavaleiro da Ordem de Calatrava da Ordem de Cister, pede a preceptoria da Vila de Almagro da diocese de Toledo.

AV, Reg. Suppl. 104, fl. 261v.

Supplicat S. V. devotus vester frater Petrus de Portugalia, militie Calatrave ordinis Cisterciensis, quatinus sibi specialem gratiam facientes, de preceptoria Ville de Almagro Toletane diocesis et militie predictarum, vacante per assecutionem pacificam preceptorie de Torres diocesis Giennensis factam vel fiendam per fratrem Rodericum de Aguayo, ultimum possessorem eiusdem, sive ut premittitur, sive alias quovis modo et per quamcumque aliam personam vacet, etiam si dispositioni apostolice generaliter vel specialiter reservata existat aut tanto tempore vacaverit quod eius collatio ad sedem apostolicam legitime devoluta existat, eidem P[etro] de dicta preceptoria de Almagro dicte diocesis, cuius fructus, redditus, proventus, etc., quatuor centum florenorum auri de Aragonia importat.

valorem annuum non excedunt, deductis oneribus, dignemini misericorditer providere, statutis, constitutionibus apostolicis vel quibuscumque ordinationibus dicti ordinis in contrarium editis non obstantibus quibuscumque et cum aliis non obstañ et clausulis opportunis, ut in forma. Paratus est dimittere ccl. florenorum, quos S. V. eidem P[etro] ad pensionem contulit in dicto loco de Almagro dicte diocesis. — *Fiat ut petitur. L.*

Datum Valentie, quinto Kalendas Julii, anno vicesimo primo. Expedita loco, die et anno predictis.

102

1415, Julho 3

Súplica de Dona Beatriz, rainha de Castela, também dita de Portugal, a favor do seu capelão e familiar Miguel Rodrigues, sobre a abadia de Medina Celi da diocese de Siguenza.

AV, Reg. Suppl. 104, fl. 262.

Supplicat S. V. devota filia vestra Beatrix, regina Legionis, Castelle et Portugalie, in personam dilecti sui Michaelis Roderici, capellani maioris et familiaris sui, quatinus sibi specialem gratiam facientes, de abbatia de Medina Celini in ecclesia Seguntina, etiam si dignitas existat et ei cura immineat animarum, vacante per assecutionem abbatie de Hermides, que dignitas in ecclesia Palentina existit, de qua nuper per e[amdem] S. devoto vestro Petro Boca Nega, eiusdem abbatie de Medina Celini ultimi possessoris, fuit provisum, sive si premisso vel alias quovis modo et per quamcumque aliam personam vacet, etiam si alias generaliter vel specialiter dispositioni apostolice reservata aut tanto tempore vacaverit quod eius collatio ad sedem apostolicam legitime devoluta existat, eidem M[ichaeli] de dicta abbatia, cuius fructus, etc., importat, ut asseritur, centum florenorum auri de Aragonia valorem annuum communiter non excedunt, dignemini misericorditer providere ac etiam misericorditer dispensare cum eodem M[ichaele] ut simul cum dicta abbatia de Medina Celini dicte Seguntine diocesis, vicariam de Ubeda diocesis Giennensis, cui cura imminet animarum, valeat retinere et non obstantibus canonicatu et prebenda ecclesie Salamantine ac etiam dicta vicaria de Ubeda dicte diocesis Giennensis, quorum omnium fructus, etc., ultra centum librarum Turonensium parvorum in eisdem non residenti non valent communiter annuatim, cum aliis non obstañ et clausulis opportunis, ut in forma. — *Fiat et dispensamus ut supra continetur. L.*

Datum Valentie, quinto Nonas Julii, anno vicesimo primo. Expedita, loco, die et anno predictis.

BENTO XIII

(EL. 28 SET., COR. 11 OUT. 1394, + 23 MAIO 1423)

SÚPLICAS

ANO VIGÉSIMO SEGUNDO

(11 OUT. 1415 – 10 NOV. 1416)

AV, REG. SUPPL., VOL. 104

103

1415, Dezembro 18

Bento XIII concede por motu proprio *ao cardeal D. Pedro da Fonseca o canonicato, prebenda e arcediagado de Sevilha, o canonicato e prebenda de Burgos e outros benefícios nas igrejas e dioceses de Sevilha e de Burgos.*

Reg. Suppl. 104, fl. 277.

Motu proprio providemus dilecto filio Petro cardinali sancti Angeli (1), de canonicatu et prebenda ac archidiaconatu ecclesie Ispalensis cum prestimoniis et prestimonialibus portionibus usque ad summam CCCC florenorum auri in eadem ecclesia ac civitate et diocesi Ispalensi necnon de canonicatu et prebenda ecclesie Burgensis cum omnibus prestimoniis et prestimonialibus portionibus et simplicibus [beneficiis] in eadem ecclesia ac civitate et diocesi Burgensi, vacantibus vel dum vacabunt per promotionem, etc., de persona Gundissalvi de Aztuniga ad ecclesiam Placentinam (2) per nos factam, sive ut premittitur, sive alias quovis modo et per quamcumque aliam personam vacent et si sint alias generaliter vel specialiter dispositioni apostolice reservata aut tanto tempore vacaverint quod ipsorum collatio ad sedem apostolicam legitime devoluta existant, cum omnibus non obstañ ac dispensationibus et clausulis opportunis. Volumus tamen quod predictus Petrus cardinalis canonicatum et prebendam, quos obtinet in ecclesia Salamantina, ac omnia prestimonia et prestimoniales portiones et simplicia beneficia que in ecclesia et civitate et diocesi Toletana obtinet, quorum omnium fructus, etc., absenti et non residenti in eisdem ultra CClxb florenorum auri communiter valorem annuum non excedunt, postquam predictorum omnium beneficiorum possessionem fuerit pacifice assecutus, dimittere teneatur, cum predicto Petro motu simili dispensantes ut ipse prestimonia que possidet in ecclesia Salamantina licite valeat tenere et habere. Non obstantibus quibuscumque constitutionibus eiusdem ecclesie, illis presertim, quibus caveri dicitur quod non beneficiatus in eadem ecclesia non possit prestimonia obtinere, cum clausulis opportunis. — *Fiat motu proprio et dispensamus ut supra continetur. L.* (3).

---

(1) Cf. nota 1 do n.º 97.

(2) Gonçalo de Zuniga, arcediago de Sevilha, bacharel em decretos, nomeado bispo de Placência em 18 de Dezembro de 1415 por Bento XIII e transferido para a sé de Jaen por Martinho V, em Outubro de 1422. Cf. EUBEL, C., *Hierarchia catholica*, I, p. 263, 402.

(3) Data das súplicas anterior e seguinte nos fl. 277-277v: *Datum Peniscole, Dertusensis diocesis, quintodecimo Kalendas Januarii, anno vicesimo secundo. Expedita iii Kalendas Januarii, loco et anno predictis.*

104

1416, Junho 23

Súplica de Frei Pedro de Portugal, professo da Ordem militar de Calatrava, da diocese de Toledo, sobre a preceptoria de Córdova.

AV, Reg. Suppl. 104, fl. 287.

Supplicat S. V. humilis et devotus vester frater Petrus de Portugal, professus militie Calatrave Cisterciensis ordinis Toletane diocesis, quatinus sibi specialem gratiam facientes, de preceptoria domorum Cordube militie et ordinis predictorum, per obitum quondam fratris Petri Remigii, ultimi possessoris eiusdem, extra Romanam Curiam defuncti, vacante, cuius fructus, etc., absenti et in ea non residenti, ultra quingentos floren. auri de Aragonia non valent communiter annuatim, sive ut premittitur vel alias quovis modo et per quamcumque aliam personam vacet, etiam si dispositioni apostolice specialiter vel generaliter reservata existat, aut tanto tempore vacaverit, etc., eidem P[etro] dignemini misericorditer providere. Non obstante preceptoria de Almagro, diocesis, militie et ordinis predictorum, cuius possessionem nondum est assecutus cuiusque fructus, etc., ultra quadringentos florenos non valent communiter importat. ac non obstante deffectu natalium, quem patitur de soluto genitus et coniugata, cum quo alias auctoritate apostolica extitit dispensatum et cum ceteris non obstañ et clausulis opportunis. — *Fiat ut petitur et dispensamus. L.*

Datum et expeditum Paniscole, Dertusensis diocesis, nono Kalendas Julii, anno vicesimo secundo. De Loba.

105

1416, Junho 23

Súplica do cardeal D. Pedro, do título de Santo Anjo, a favor de Pedro Fernandes de Arévalo, diácono de Toledo, sobre a igreja paroquial de S. Lourenço de Toledo.

Reg. Suppl. 104, fl. 287.

Supplicat S. V. humilis et devota factura vestra Petrus, sancti Angeli diaconus cardinalis (1), quatinus sibi in personam dilecti sui Petri Fernandi de Arevalo, diaconi Toletani, specialem gratiam facientes, de parrochiali ecclesia sancti Laurentii Toletana, per obitum quondam Johannis Roderici de Roias, ultimi possessoris eiusdem, qui ipsius cardinalis familiaris commensalis extitit et nuper extra Romanam Curiam diem clausit extremum, vacante, cuius fructus, redditus et proventus absenti et in eadem non residenti ultra quadraginta florenorum auri de Aragonia non valent communiter annuatim, sive

ut premittitur, sive alias quovis modo et per quamcumque aliam personam vacet, etiam si dispositioni apostolice specialiter vel alias generaliter reservata existat, aut tanto tempore vacaverit, etc., eidem Petro Fernandi dignemini misericorditer providere ... — *Fiat ut petitur. L.*

Datum et expeditum Paniscole, Detursensis diocesis, nono Kalendas Julii, anno vicesimo secundo. De Loba.

---

(1) Cf. nota 1 do n.º 97.

BENTO XIII

(EL. 28 SET., COR. 11 OUT. 1394, + 23 MAIO 1423)

SÚPLICAS

ANO VIGÉSIMO TERCEIRO

(11 OUT. 1416 – 10 OUT. 1417)

AV, REG. SUPLL., VOL. 104

106

1416, Novembro 21

Súplica do cardeal D. Pedro do título de Santo Anjo, a favor de Fernando Martins de Olivença, doutor em decretos, deão de Badajoz, sobre o canonicato e prebenda de Burgos e outros benefícios.

Reg. Suppl. 104, fl. 294v.

Supplicat S. V. devota factura vestra Petrus, sancti Angeli diaconus cardinalis (1), quatinus sibi in personam familiaris sui Fernandi Martini de Oliventia, decani ecclesie Pacensis, decretorum doctoris, specialem gratiam facientes, de canonicatu et prebenda ecclesie Burgensis ac abbatia sancti Emiliani, que dignitas curata, non tamen maior post pontificalem est, in eadem Burgensi ac principalis in olim seculari et collegiata sancti Emiliani Burgensis diocesis ecclesiis existit necnon de prestimoniis et prestimonialibus portionibus ac simplicibus beneficiis in civitate et diocesi Burgensi, per obitum quondam Symonis Gundissalvi, ipsorum ultimi possessoris, qui et succolector apostolicus in dicta civitate et diocesi tempore felicis recordationis pape Clementis, predecessoris vestri immediati (2), existit et nuper extra Romanam Curiam diem clausit extremum, vacantibus ... eidem Fernando dignemini misericorditer providere ... — *Fiat ut petitur et dispensamus. L.*

Datum Paniscole, Dertusensis diocesis, undecimo Kalendas Decembris, anno vicesimo tertio. De Loba.

---

(1) Cf. nota 1 do n.º 97.

(2) Clemente VII, anteriormente cardeal Roberto, do título dos Doze Apóstolos, criado cardeal em Maio de 1371 por Gregório XI, eleito papa em Setembro de 1378, depois de vários cardeais terem declarado que a eleição de Urbano VI em Abril do mesmo ano tinha sido nula por falta de liberdade na eleição. Foi coroado a 31 de Outubro de 1378 e morreu em Avinhão no dia 16 de Setembro de 1394. Cf. EUBEL, C., *Hierarchia catholica*, I, p. 21, 27, 40.

107

1417, Junho 5

Súplica de D. Pedro da Fonseca, cardeal do título de Santo Anjo, a favor de Pedro Lopes, clérigo de Córdova, que assistira a Rodrigo de Luna, sobrinho do papa Bento XIII, na defesa do palácio de Avinhão, no segundo cerco, a que fora sujeito, sobre o canonicato e prebenda de Córdova.

Reg. Suppl. 104, fl. 305v.

Supplicat S. V. devota creatura vestra Petrus, sancti Angeli diaconus cardinalis (1), quatinus sibi specialem gratiam facientes in personam dilecti familiaris sui continui commensalis Petri Luppi, clerici Cordubensis, qui in secunda obsidione palatii apostolici Avinione cum domino Roderico de Luna, eiusdem S. nepote, pro defensione palatii huiusmodi graves fuit passus pressuras, de canonicatu et prebenda ecclesie Cordubensis, vacantibus vel dum vacabunt per contractum matrimonii aut ingressum religionis vel liberam resignationem factam vel fiendam per Didacum Fernandi de Monte Mayor, ultimum possessorem eorumdem ... eidem Petro dignemini misericorditer providere ... — *Fiat ut petitur. L.*

Datum Paniscole, Dertusensis diocesis, Nonis Junii, anno vicesimo tertio. De Loba.

(1) Cf. nota 1 do n.º 97.

108

1417, Junho 26

Bento XIII concede a Pedro da Fonseca, clérigo da diocese de Ávila, nobre e sobrinho do cardeal D. Pedro da Fonseca, o canonicato e prebenda de Astorga.

Reg. Suppl. 104, fl. 307v.

Motu proprio providemus dilecto filio Petro de Fonseca, clerico Abulensis diocesis, de nobili genere procreato, qui dilecti filii Petri, sancti Angeli diaconi cardinalis (1), nepos existit, de canonicatu et prebenda ecclesie Astoricensis, quos quondam Petrus Martini, diaconus Astoricensis, una cum decanatu ipsius ecclesie, qui dignitas maior post pontificalem in eadem ecclesia existit, dum viveret, obtinebat, per obitum ipsius Petri, decani, qui nuper extra Romanam Curiam diem clausit extremum, vacantibus ... dispensantes cum eodem Petro de Fuenseca super defectu etatis, quem patitur ad huiusmodi canonicatum et prebendam obtinendos, cum in undecimo sue etatis huiusmodi anno constitutus existat, ut huiusmodi non obstante defectu ac constitutionibus et ordinationibus apostolicis contrariis, canonicatum et prebendam eosdem recipere libere et licite valeat et perpetuo retinere, cum clausulis opportunis, ut in forma. — *Fiat motu proprio et dispensamus ut supra continetur. L.*

Datum Paniscole, Dertusensis diocesis, sexto Kalendas Julii, anno vicesimo tertio. De Loba.

(1) Cf. nota 1 do n.º 97.

BENTO XIII

(EL. 28 SET., COR. 11 OUT. 1394, + 23 MAIO 1423)

SÚPLICAS

ANO VIGÉSIMO QUARTO

(11 OUT. 1417 – 10 OUT. 1418)

AV, REG. SUPPL., VOL. 104

109

1417, Outubro 20

Súplica do cardeal de Santo Anjo D. Pedro da Fonseca, a favor de Pedro Martins de Ubeda, clérigo da diocese de Jaen, sobre benefícios na cidade e diocese de Cartagena.

Reg. Suppl. 104, fl. 312.

Supplicat S. V. devota creatura vestra Petrus, sancti Angeli diaconus cardinalis (1), in personam dilecti familiaris sui continui commensalis et cubicularii Petri Martini de Ubeda, clerici Giennensis diocesis, quatinus sibi specialem gratiam facientes, de tot ex prestimoniis et prestimonialibus portionibus ac beneficiis simplicibus in civitate et diocesi Cartaginensi per obitum quondam Stephani de Arbiella, eiusdem S. familiaris commensalis, extra Romanam Curiam defuncti, vacantibus ... eidem Petro Martini dignemini misericorditer providere ... — *Fiat ut petitur. L.*

Datum Paniscole, Dertusensis diocesis, tertiodecimo Kalendas Novembris, anno vicesimo quarto. De Loba.

(1) Cf. nota 1 do n.º 97.

110

1418, Janeiro 13

Súplica de Pedro Lopes, clérigo de Córdova e familiar do cardeal de Santo Anjo D. Pedro da Fonseca, sobre benefícios na cidade e diocese de Cuenca.

Reg. Suppl. 104, fl. 315v.

Supplicat S. V. devotus vester Petrus Lupi, clericus Cordubensis, familiaris commensalis devote creature vestre Petri, sancti Angeli cardinalis (1), quatinus sibi specialem gratiam facientes, de tot ex prestimoniis et prestimonialibus portionibus ac simplicibus beneficiis in civitate et diocesi Conchensi, per obitum quondam Johannis Sancii de Muniella, ipsorum ultimi possessoris, qui familiaris eiusdem S. extitit et nuper extra Romanam Curiam diem clausit extremum, vacantibus ... eidem Petro dignemini misericorditer providere ... — *Fiat ut petitur. L.*

Datum Paniscole, Dertusensis diocesis, Id[ib]us Januarii, anno vicesimo quarto. De Loba.

(1) Cf. nota 1 do n.º 97.

BONIFÁCIO IX

(EL. 2 NOV., COR. 9 NOV. 1389, + 1 OUT. 1404)

SÚPLICAS

ANO QUINTO

(9 NOV. 1393 – 8 NOV. 1394)

AV, REG. SUPPL., VOL. 104 A

1

1394, Agosto 31

Súplica de João Peres de Lourosa, clérigo da diocese de Coimbra, familiar de Vasco Martins da Cunha, nobre cavaleiro de Portugal, sobre dispensa para ascender às Ordens eclesiásticas.

Reg. Suppl. 104 A, fl. 23v.

Beatissime Pater, exponit S. V. devotus vester Johannes Petri de Lourosa, clericus Colimbriensis diocesis, familiaris domesticus militis Valasci Martini de Cunha, nobilis de Portugalia (1), quod, cum olim duo socii sui clerici inter se gladiis evaginatis pugnassent (2) et ipse eos ab invicem, ne alter alterum interficeret, vellet separare, unus eorum in oculo suo dextro percussit, de quo idem Johannes oculum emisit visuque eiusdem oculi est ex hoc privatus. Cum autem ex magno (3) devotionis fervore cupiat clericali caractere insigniri et iam ad omnes minores et subdiaconatus ordines et beneficia ecclesiastica non curata auctoritate apostolica secum extitit dispensatum, supplicat igitur dictus Johannes quatinus sibi uberiorem gratiam facientes, ut non obstante predicto defectu, ad omnes sacros ordines possit promoveri et beneficia cum cura animarum obtinenda possit, etiam si canonicatus et prebende in cathedralibus etiam metropolitanis existant, valeat obtinere cum eodem Jo[hanne] dignemini dispensare de gratia V. S. speciali. Non obstantibus gratiis per V. S. sibi factis in cancellaria V. S. exprimendis et cum clausulis oportunis, ut in forma, signantes, Pater S[ancte], per *Fiat ut petitur et dispensamus. — Fiat ut petitur. P.*

Sine alia lectione. — *Fiat. P.*

Datum Rome, apud Santum Petrum, pridie Kalendas Septembris, anno quinto.

---

(1) No ms.: *familiari domestico millos Valasco Martini de Cunha nobiles de Portugalia.*

(2) No ms. *clericis interesse gradis evaginatis.*

(3) No ms. *magnis.*

2

1394, Setembro 4

Súplica de Afonso Anes, cónego prebendário da igreja de Évora, sobre o canonicato e prebenda de Silves, vacantes por morte de Martinho Anes.

Reg. Suppl. 104 A, fl. 1v-2.

Supplicat S. V. humilis et devotus orator vester Alfonsus Johannis, canonicus prebendatus ecclesie Elborensis, quatinus sibi specialem gratiam facientes, de canonicatu et prebenda, vacantibus in ecclesia Silvensi per obitum cuiusdam Martini Johannis, extra Romanam Curiam defuncti, dum vixerit ipsius ecclesie Silvensis canonici prebendati, etiam si tanto tempore vacarunt quod eorum collatio ad sedem apostolicam legitime devoluta aut specialiter reservata existat vel alio quovis modo aut ex alterius cuiuscumque persona vacent et etiam si dictus M[artinus] vel persona huiusmodi, per cuius factum ultimo vacant, fructus et proventus [fl. 2] camere apostolice debitorum collector vel succollector existit seu officialis sedis apostolice vel cappellanus honoris aut alicuius ex reverendissimis cardinalibus familiaris fuerit vel inhabilis, irregularis existit aut Roberto antipape (1) vel eius sequacibus adheserit aut per appositionem manus S. V. vel predecessoris e[iusdem] S. V. alicui minus utiliter provisum fuerit, eidem A[lfonso] dignemini misericorditer providere. Non obstantibus dictis canonicatu et prebenda ecclesie Elborensis ac parrochiali ecclesia (2) sancti Petri Elborensis, quos obtinet, quorum omnium fructus, etc., ducentarum librarum Turonensium parvorum secundum communem extimationem valorem annuum non excedunt ac etiam non obstantibus gratiis sibi factis per e[amdem] S. in cancellaria exprimendis et cum ceteris non obst. et clausulis oportunis, non obst. quibuscumque et ut petitur signare dignemini de gratia speciali. — *Fiat ut petitur. P.*

Sine alia lectione. — *Fiat. P.*

Datum Rome, apud Sanctum Petrum, pridie Nonas Septembris, anno quinto.

(1) Cf. nota 2 do n.º 106 das súplicas do pontificado de Bento XIII.

(2) No ms. *parrochialem ecclesiam.*

3

1394, Setembro 4

Súplica de Afonso Anes, sacerdote da diocese de Viseu, perpétuo porcionário da igreja paroquial de S. Miguel de Aveiro, sobre benefícios da colação do bispo e cabido de Coimbra.

Reg. Suppl. 104 A, fl. 8.

[Beatissime Pater...] (1) Colimbriensis communiter vel divisim eidem A[lfonso] dignemini misericorditer providere. Non obstañ perpetua portione ecclesie sancti Michaelis de Averio Colimbriensis diocesis, quam obtinet, super qua litigat in vestro sacro palatio apostolico causarum ac gratia sibi facta per e[amdem] S. de beneficio ecclesiastico cum cura vel sine cura, vacante vel vacaturo, ad collationem, etc., episcopi et capituli Visensis communiter vel divisim et cum aliis non obstañ et clausulis oportunis, non obstantibus quibuscumque. — *Fiat ut petitur. P.*

Sine alia lectione. — *Fiat. P.*

Datum Rome, apud Sanctum Petrum, pridie Nonas Septembris, anno quinto (2).

(1) Texto incompleto no ms.

(2) Cf. n.º 5.

4

1394, Setembro 4

Súplica de Gil Mendes, reitor da igreja paroquial de S. Martinho de Santarém, sobre os canonicatos das igrejas de Lisboa e de Coimbra, na expectativa da prebenda.

Reg. Suppl. 104 A, fl. 10v.

Supplicat S. V. humilis [et] devotus orator vester Egidius Menendi, rector, prior nuncupatus, parrochialis ecclesie curate sancti Martini de Sanctarena Ulixbonensis diocesis, quatinus sibi specialem gratiam facientes, de canonicatibus sub ex[pectatione prebende ecclesiarum] Ulixbonensis et Colimbriensis, eidem E[gidio] dignemini misericorditer providere [...] curata non obstante, quam pacifice et quiete obtinet [...] sine cura, quam obtinet in ecclesia seculari sancte Marie [de Alcaçova] Sanctaranensi Ulixbonensis diocesis et canonicatu et prebenda ecclesie E[gitaniensis...] auctoritate apostolica provisum extitit, super quibus lis pendet [...] auditore in vestro sacro palatio apostolico causarum et obtulit [se dimissurum] perpetuam portionem, cum pacifice fuerit assecutus possessionem [...] dicte ecclesie Elborensis et cum omnibus et aliis quibuscumque [...] petitur. — *Fiat ut petitur. P.*

Sine alia lectione. — *Fiat. P.*

[Datum Rome], apud Sanctum Petrum, pridie Nonas Septembris, [anno quinto].

5

1394, Setembro 4

Súplica de Afonso Anes, sacerdote da diocese de Viseu, sobre concessão anterior, de cujo valor duvidava, relativa à perpétua porção da igreja de S. Miguel de Aveiro.

Reg. Suppl. 104 A, fl. 11v.

Beatissime Pater, dudum vacante beneficio ecclesiastico sine cura, perpetua portione vulgariter nuncupato, in ecclesia sancti Michaelis de Averio Colimbriensis diocesis per obitum Valasci Laurentii, inmediate beneficiati ipsius ecclesie, extra Romanam Curiam defuncti, devotus vester orator Alfonsus Johannis, presbyter Visensis diocesis, eumdem beneficium auctoritate apostolica extitit assecutus illumque tenet et possidet. Verum, Pater Beatissime, dubitat prefatus Alfonsus collationem et provisionem sibi factas eadem auctoritate viribus non subsistere. Ideo supplicat S. V. dictus A[lfonsus] quatinus de dicta portione, cuius fructus, etc., quindecim librarum Turonensium parvorum secundum communem extimationem valorem annuum non excedunt, sive per obitum dicti Valasci Laurentii, sive alio quovis modo aut ex alterius cuiuscumque persona vacet, eidem A[lfonso] dignemini de novo providere. Non obstante lite (1), que pendet per appellationem inter dictum Alfonsum Johannis et quemdam Alvarum Gunsalvi indecisa. Non

obstante gratia sibi facta per e[amdem] S. de beneficio ecclesiastico cum cura vel sine cura, vacante vel vacaturo, spectante ad collationem, etc., episcopi et capituli Visensis communiter vel divisim et cum aliis non obstañ et clausulis oportunis. — *Fiat ut petitur. P.*

Sine alia lectione. — *Fiat. P.*

Datum Rome, apud Sanctum Petrum, pridie Nonas Septembris, anno quinto.

---

(1) No ms. *lis.*

6

1394, Setembro 4

Súplica de Álvaro Gonçalves, clérigo da diocese do Porto, sobre um benefício eclesiástico da colação do bispo e cabido do Porto e da colação do abade e convento de S. Salvador de Paço de Sousa ou de S. João de Alpendorada.

Reg. Suppl. 104 A, fl. 16v.

Supplicat S. V. devotus et humilis vester Alvarus Gonsalvi, clericus Portugalensis diocesis, quatinus sibi specialem gratiam facientes, de beneficio ecclesiastico cum cura vel sine cura, vacante vel vacaturo, spectante communiter vel divisim ad collationem, etc., episcopi et capituli ecclesie Portugalensis vel ad collationem, etc., abbatis et conventus monasterii sancti Salvatoris de Palatiolo de Sausa ordinis sancti Benedicti predicte diocesis seu ad collationem, etc., abbatis et conventus monasterii sancti Johannis de Pendorada predicti ordinis et diocesis, eidem A[lvaro] dignemini misericorditer providere. Et cum ceteris non obstañ et clausulis oportunis atque executoribus, ut in forma, signantes ut petitur propter stilum cancellarie V. S. — *Fiat ut petitur. P.*

Sine alia lectione et cum commissione examinis ad partes. — *Fiat. P.*

Datum Rome, apud Sanctum Petrum, pridie Nonas Septembris, anno quinto.

7

1394, Setembro 4

Súplica de Vicente Afonso, clérigo de Lisboa, sobre um benefício vacante na igreja de Santa Maria de Sintra, por Estêvão Peres, possuidor do mesmo, ter ferido certo Gonçalo que morreu depois de ter recebido tais ferimentos por ele infligidos.

Reg. Suppl. 104 A, fl. 23.

Supplicat S. V. humilis et devotus orator vester Vincentius Alfonsi, clericus Ulixbonensis, quatinus sibi de perpetuo beneficio sine cura, portione vulgariter nuncupato, cuius fructus, etc., triginta quinque librarum Turonensium parvorum secundum communem extimationem valorem annuum non excedunt, vacante in ecclesia beate Marie de

Sintra Ulixbonensis diocesis, ex eo et pro eo quod Stephanus Petri, presbyter, beneficium huiusmodi obtinens, voluntarie vulneravit Gunsalvum, dictum Guisado, de quibus vulneribus dictus Gunsalvus mortuus est infra paucos dies, etiam si alio quovis modo aut ex alterius cuiuscumque persona vacet, etiam si tanto tempore vacaverit quod eius collatio ad sedem apostolicam legitime devoluta aut reservata existat et etiam si dictus Stephanus vel persona huiusmodi per cuiuscumque factum ultimo vacat, inhabilis, irregularis fuerit aut Roberto antipape (1) vel eius sequacibus adheserit, eidem V[incentio] dignemini misericorditer providere. Non obstantibus gratiis expectativis sibi factis per e[amdem] S. de portione sine cura, quartanaria vulgariter nuncupata, vacante vel vacatura in ecclesia Ulixbonensi ac de beneficio ecclesiastico cum cura vel sine cura, ad collationem, etc., abbatissarum et conventuum de Odivellas et de Almoester Ulixbonensis diocesis monasteriorum ordinis Cisterciensis necnon de beneficiis sine cura, ad collationem, etc., rectorum (2), priorum nuncupatorum, et portionariorum beati Thome et Martini Ulixbonensium ecclesiarum, vacantibus vel vacaturis et cum aliis non obstañ et clausulis oportunis, quibuscumque non obstantibus, ut petitur, signare dignemini. — *Fiat ut petitur. P.*

Sine alia lectione. — *Fiat. P.*

Datum Rome, apud Sanctum Petrum, pridie Nonas Septembris, anno quinto.

(1) Cf. nota 2 do n.º 106 das súplicas do pontificado de Bento XIII.

(2) No ms. *rectoris.*

8

1394, Setembro 5

Súplica de Bartolomeu Anes, clérigo da diocese de Coimbra, sobre um benefício da colação do reitor e porcionários da igreja de Santo André de Esgueira da diocese de Coimbra.

Reg. Suppl. 104 A, fl. 17-17v.

Pater Beatissime. S. V. gratiam fecit specialem devoto vestro Bartholomeo Johannis, clerico Colimbriensis diocesis, de beneficio ecclesiastico sine cura, vacante vel vacaturo, spectante communiter vel divisim ad collationem, etc., rectoris, prioris nuncupati, et portionariorum ecclesie sancti Andree de Esgueira [fl. 17v] Colimbriensis diocesis, virtute cuius gratie, dictus B[artholomeus] acceptavit perpetuum beneficium sine cura, portionem vulgariter nuncupatum (1), in dicta ecclesia sancti Andree de Esgueira, vacans per dimissionem Petri Andree per ecclesiam predictam sancti Andree de Esgueira, ex eo quod ipse Petrus, virtute gratie expectative (2) sibi facte per e[amdem] S. de beneficio ecclesiastico cum cura, acceptavit predictam ecclesiam sancti Andree de Esgueira, certo modo vacantem, in qua ecclesia predictam portionem seu beneficium ecclesiasticum sine cura obtinebat et gratia (3) sibi facta suum sortita extitit effectum ac de dicto beneficio prefatus B[artholomeus] se fecit providere et est adeptus in possessione ipsius beneficii dubitatque prefatus B[artholomeus] acceptationem, provisionem et possessionem prefatas

viribus non subsistere seu predictum beneficium in dicta gratia sibi facta non cadere seque inposterum posse molestari. Supplicatur e[idem] S. pro parte dicti B[artholomei] quatinus acceptationem, provisionem, possessionem predictas ac omnia inde secuta rata et grata habentes, de gratia speciali vel si ei magis expediens fuerit, sibi de dicto beneficio seu portione sine cura, cuius fructus, etc., quindecim librarum Turonensium parvorum secundum communem extimationem valorem annuum non excedunt, eidem B[artholomeo] dignemini misericorditer de novo providere. Cum ceteris non obstañ et clausulis oportunis, ut in forma. — *Fiat ut petitur. P.*

Sine alia lectione. — *Fiat. P.*

Datum Rome, apud Sanctum Petrum, Nonis Septembris, anno quinto.

---

(1) No ms. *nuncupato.*
(2) No ms. *spectative.*
(3) No ms. *gratiam.*

9

1394, Setembro 10

Súplica de João Lourenço, sacerdote e cónego regrante de Santa Cruz de Coimbra, sobre o priorato de S. Salvador de Paderne da diocese de Tui.

Reg. Suppl. 104 A, fl. 46v.

Supplicat S. V. humilis et devotus vester Johannes Laurentii, presbyter, canonicus regularis professus monasterii sancte Crucis extra muros Colimbrienses ordinis sancti Augustini, quatinus sibi specialem gratiam facientes, de prioratu curate ecclesie sancti Salvatoris de Paderne ordinis sancti Augustini Tudensis diocesis, vacante per obitum Petri Martini, ultimi prioris dicti prioratus, qui extra Romanam Curiam diem suum clausit extremum, cuius fructus, etc., centum triginta librarum Turonensium parvorum secundum communem extimationem valorem annuum non excedunt, etiam si dictus Petrus Martini, collector vel succollector fructuum, proventuum camere apostolice debitorum aut cappellanus honoris aut alicuius ex reverendissimis dominis cardinalibus familiaris fuerit aut dum viveret antipape adheserit vel persona huiusmodi vel etiam si tanto tempore vacavit quod eius collatio ad sedem apostolicam sit legitime devoluta vel specialiter reservata vel alio quovis modo vacet, eidem Jo[hanni] dignemini misericorditer providere et paratus est dimittere gratiam expectativam sibi factam per e[amdem] S. de beneficio ecclesiastico cum cura vel sine cura, ad collationem, etc., prioris et conventus sancti Georgii ordinis sancti Augustini Colimbriensis diocesis et cum ceteris non obstañ et clausulis oportunis ac executoribus, ut in forma. — *Fiat ut petitur. P.*

Sine alia lectione. — *Fiat. P.*

Datum Rome, apud Sanctum Petrum, quarto Idus Septembris, anno quinto.

10

1394, Setembro 10

Súplica de Afonso Anes, clérigo da diocese de Évora, sobre um benefício eclesiástico da colação do bispo e cabido de Évora.

Reg. Suppl. 104 A, fl. 51-51v.

Supplicat S. V. humilis et devotus vester Alfonsus Johannis, clericus Elborensis diocesis, quatinus sibi specialem gratiam facientes, de beneficio ecclesiastico [fl. 51v] cum cura, vacante vel vacaturo, communiter vel divisim spectante ad collationem, etc., episcopi et capituli Elborensis, eidem A[lfonso] dignemini misericorditer providere et cum aliis non obstañ et clausulis oportunis ac executoribus (1), ut in forma. — *Fiat. P.*

Sine alia lectione. — *Fiat. P.*

Datum Rome, apud Sanctum Petrum, quarto Idus Septembris, anno quinto.

(1) No ms. *executoris.*

11

1394, Setembro 10

Súplica de João Anes, clérigo de Évora, sobre um benefício da colação da comendadora e convento do mosteiro de Santos de Lisboa da Ordem de S. Tiago da Espada.

Reg. Suppl. 104 A, fl. 88v.

Supplicat S. V. humilis et devotus vester Johannes Johannis, clericus Elborensis, quatenus sibi specialem gratiam facientes, de beneficio ecclesiastico cum cura, vacante vel vacaturo, spectante communiter vel divisim ad collationem, etc., commendatricis et conventus monasterii de Sanctis Ulixbonensis diocesis ordinis sancti Jacobi militie de Spata et de una ex perpetuis portionibus ecclesie parrochialis beate Marie de Varzea de Alenquerio Ulixbonensis diocesis, ad collationem, etc., rectoris et perpetuorum portionariorum eiusdem ecclesie beate Marie communiter vel divisim, simul vel successive, eidem Jo[hanni] dignemini misericorditer providere, constitutionibus aliis in contrarium editis quibuscumque non obstantibus, signantes per *Fiat ut petitur.* — *Fiat ut petitur. P.*

Sine alia lectione. — *Fiat. P.*

Datum Rome, apud Sanctum Petrum, quarto Idus Septembris, anno quinto.

12

1394, Setembro 12

Súplica de João Vicente, reitor da igreja de Santa Eulália e de S. Pantalião de Cornes da diocese de Tui, sobre uma porção de S. Pedro de Tarouca, da colação do abade e convento do mosteiro de Salzedas.

Reg. Suppl. 104 A, fl. 87.

Supplicat S. V. humilis et devotus orator vester Johannes Vincentii, rector medietatis parrochialis ecclesie sancte Eulalie de Trincea et sancti Pantaleonis de Cornes cum cura Tudensis diocesis, quatinus sibi specialem gratiam facientes, de una ex perpetuis portionibus sine cura, vacantibus vel vacaturis in ecclesia sancti Petri de Tarouca diocesis Lamecensis, que annexa est sancte Marie de Cerzeda, dicte diocesis Lamecensis, spectante communiter vel divisim ad collationem, etc., abbatis et conventus dicti monasterii de Cerzeda, eidem Jo[hanni] dignemini providere. Non obstantibus predictis ecclesiis, quas obtinet in pacifica possessione, quarum fructus, etc., quinquaginta librarum Turonensium parvorum secundum communem extimationem valorem annuum non excedunt et cum ceteris non obstañ et clausulis oportunis, ut in forma. — *Fiat ut petitur. P.*

Sine alia lectione. — *Fiat. P.*

Datum Rome, apud Sanctum Petrum, pridie Idus Septembris, anno quarto.

13

1394, Setembro 17

Súplica de Álvaro Gonçalves, clérigo da diocese do Porto, sobre perpétua porção da colegiada de S. Martinho de Cedofeita, vacante pelo ingresso em religião de Nuno Martins.

Reg. Suppl. 104 A, fl. 82-82v.

Supplicat S. V. humilis et devotus orator vester Alvarus Gunsalvi, clericus Portugalensis diocesis, quatinus sibi specialem gratiam facientes, de perpetua portione sine cura ecclesie collegiate sancti Martini de Cedofeita (1) dicte Portugalensis diocesis, vacante per dimissionem seu ingressum religionis vel professionem emissam per Nunium Martini, ultimum et immediatum (2) portionarium sive beneficiatum predicte portionis sive beneficii sine cura, nunc abbatem monasterii sancti Johannis de Tarouca Cisterciensis ordinis, Lamacensis diocesis, cuius fructus, etc., viginti librarum Turonensium parvorum communi extimatione valorem annuum non excedunt, eidem Alvaro dignemini misericorditer providere. Non obstantibus gratiis sibi factis per eamdem S. V. in cancellaria exprimendis et cum ceteris non obstañ et clausulis [fl. 82v] oportunis quibuscumque. — *Fiat ut petitur. P.*

Sine alia lectione et cum commissione examinis ad partes. — *Fiat. P.*

Datum Rome, apud Sanctum Petrum, quintodecimo Kalendas Octobris, anno quinto.

---

(1) No ms. *Cedoferta.*

(2) No ms. *ultimi et immediati.*

14

1394, Setembro 19

Concessão por motu proprio *da igreja paroquial de S. João da Raiva, da diocese de Lamego, e do canonicato e prebenda da colegiada de S. Martinho de Cedofeita ao cardeal Adão de Eston.*

Reg. Suppl. 104 A, fl. 77v-78.

Motu proprio providemus dilecto filio Ade, tit. sancte Cecilie, presbytero cardinali (1), de parrochiali ecclesia sancti Johannis de Rabhia Lamecensis diocesis ac de canonicatu et prebenda secularis et collegiate ecclesie sancti Martini de Cedofeta Portugalensis diocesis, [fl. 78] vacantibus ex eo et pro eo quod Nunius Martini, qui dicta beneficia obtinebat, ordinem Cisterciensem est professus, etiam si per promotionem de eo per nos factam ad monasterium sancti Johannis de Tarauca dicti ordinis, vacent, non obstante quod dicta parrochialis ecclesia sit de iure patronatus laicorum, quorum omnium fructus centum quinquaginta librarum Turonensium parvorum communi extimatione valorem annuum non excedunt. Cum non obstañ et clausulis oportunis. — *Fiat motu proprio et dispensamus. P.*

Sine alia lectione. — *Fiat. P.*

Datum Rome, apud Sanctum Petrum, tertiodecimo Kalendas Octobris, anno quinto.

---

(1) Adão de Eston, beneditino, criado cardeal do título de Santa Cecília por Urbano VI, em Dezembro de 1381. Resignou à dignidade cardinalícia depois de ter sido encarcerado em Janeiro de 1385. Foi-lhe restituída a dignidade e título cardinalício pelo papa Bonifácio IX em Dezembro de 1389. Morreu em Agosto de 1398. Cf. EUBEL, C., *Hierarchia catholica*, I, p. 24, 25, 40.

15

1394, Setembro 30

Súplica de João Gonçalves de Pena, clérigo da diocese de Tui, sobre o canonicato e prebenda da colegiada de S. Martinho de Cedofeita.

Reg. Suppl. 104 A, fl. 150.

Supplicat S. V. humilis et devotus orator vester Johannes Gunsalvi de Pena, clericus Tudensis diocesis, quatinus sibi specialem gratiam facientes, de canonicatu et prebenda ecclesie sancti Martini de Citofata diocesis Portugalensis, etiam si perpetua portio fuerit, cuius seu quorum fructus, etc., viginti librarum Turonensium parvorum communi extimatione valorem annuum non excedunt, vacantibus per assecutionem administrationis unius monasterii sancti Johannis de Tarouca Lamacensis diocesis ordinis Cisterciensis per provisionem factam per S. V. de persona fratris Nunii Martini, assumpti (1) in abbatem dicti monasterii, aut alias quovis modo vacet, preterquam per mortem dicti N[unii], aut vacare contigerit, eidem Jo[hanni] dignemini providere. Non obstantibus gratiis sibi factis de canonicatibus sub expectatione prebendarum ecclesiarum Ulixbonensis et Bracharensis, et de perpetua portione sine cura ecclesie sancte Marie de Ponte de Lima Bracharensis diocesis, de qua certo modo vacante S. V. eidem Jo[hanni] mandavit providere et de duobus beneficiis ecclesiasticis uno (2) cum cura et alio (3) sine cura, vacantibus vel vacaturis, ad collationem, etc., episcopi et capituli ecclesie Tudensis et abbatis et conventus monasterii sancti Salvatoris de Ture ordinis sancti Benedicti diocesis Tudensis predicte et de uno beneficio ecclesiastico cum cura vel sine cura, vacante vel vacaturo, ad collationem, etc., abbatum et conventuum monasteriorum sancti Salvatoris de Ganfeo et sancti Felicis de Fenestris ordinis sancti Benedicti dicti ordinis sancti Benedicti predicte diocesis Tudensis et cum ceteris non obstañ et clausulis oportunis. — *Fiat ut petitur. P.*

Sine alia lectione. — *Fiat. P.*

Datum Rome, apud Sanctum Petrum, pridie Kalendas Octobris, anno quinto.

---

(1) No ms. *assumptum.*
(2) No ms. *unum.*
(3) No ms. *aliud.*

16

1394, Setembro 30

Súplica de João Peres de Lourosa, clérigo da diocese de Coimbra, sobre porções no arcebispado de Lisboa, da colação do mestre, vigários e porcionários da Ordem de S. Tiago da Espada.

Reg. Suppl. 104 A, fl. 165-165v.

Pater Beatissime. S. V. gratiam fecit expectativam devoto vestro Johanni Petri de Lourosa, clerico Colimbriensis diocesis, de duabus portionibus [fl. 165v] sine cura, vacantibus vel vacaturis in archiepiscopatu Ulixbonensi, spectantibus ad collationem magistri militie ordinis sancti Jacobi et perpetuorum vicariorum eorumdem ordinis et portionariorum, ad quos communiter vel divisim collatio dictarum portionum dinoscitur pertinere et per inadvertentiam scriptoris vel alias in predicte gratie supplicatione non fuit expressum ad collationem, presentationem, provisionem seu quamvis aliam dispositionem vel etiam ut moris est in supplicationibus concludi. Ideo per cancellariam V. S. dicta gratia transire non potest, nisi ad collationem et provisionem tantum, per quam nullum effectum habere potest. Quare supplicat e[idem] S. dictus Jo[hannes] quatinus litteras super dicta gratia expediri mandare dignemini, cum clausulis superius dictis, hic

expressis et in dicta supplicatione omissis et cum ceteris non obstañ in dicta supplicatione contentis et clausulis oportunis. — *Fiat ut petitur. P.*

Sine alia lectione. — *Fiat. P.*

Datum Rome, apud Sanctum Petrum, pridie Kalendas Octobris, anno quinto.

17

1394, Outubro 14

Súplica de Fernando Anes, cónego de Lamego, sobre a tesouraria de Lamego, vacante por morte de Vasco Anes.

Reg. Suppl. 104 A, fl. 141-141v.

Supplicat S. V. devotus vester Fernandus Johannis, canonicus ecclesie Lamecensis, quatinus sibi specialem gratiam facientes, de thesauraria dicte ecclesie Lamecensis, que dignitas, non tamen maior post pontificalem existat, cuius fructus, redditus, etc., septuaginta librarum Turonensium parvorum secundum communem extimationem valorem annuum non excedunt, vacante per obitum Valasci Jo[hannis], condam ultimi thesaurarii eiusdem, [fl. 141v] qui succollector vel collector debitorum (1) camere apostolice extitit, sive ut prefertur vel ex persona alterius cuiuscumque vacante, etc., sive per permutationem dicti defuncti aut renuntiationem vel per adhesionem (2) Roberto antipape (3) vel eius sequacibus, vel si tanto tempore vacaverit quod eius collatio ad sedem apostolicam sit devoluta aut generaliter vel specialiter reservata, eidem F[ernando] dignemini misericorditer providere. Non obstañ gratia sibi facta per S. V. pridie de archidiaconatu dicto de Penella in ecclesia Colimbriensi ac dicto canonicatu et prebenda, quos possidet, quorum omnium fructus, etc., sexaginta librarum Turonensium parvorum secundum communem extimationem valorem annuum non excedunt, et aliis gratiis in cancellaria V. S. exprimendis, non obstantibus, et cum omnibus aliis non obstañ et clausulis oportunis. — *Fiat ut petitur. P.*

Sine alia lectione. — *Fiat. P.*

Datum Rome, apud Sanctum Petrum, pridie Idus Octobris, anno quinto.

---

(1) No ms. *collector ac debitorum.*

(2) No ms. *per adherentem.*

(3) Cf. nota 2 do n.º 106 das Súplicas do pontificado de Bento XIII.

18-19

1394, Outubro 14

Súplicas de Domingos de Monheta, membro da embaixada de D. Fernando, rei de Portugal, no início do cisma, a Clemente VII, nomeado colector apostólico na cidade e diocese de Lisboa por este papa, absolvido depois das penas por ter seguido Clemente VII pelo legado de Urbano VI D. João, bispo de Dax, sobre a confirmação destas absolvições, e sobre o canonicato e prebenda de Lisboa.

Reg. Suppl. 104 A, fl. 142v-143.

Beatissime Pater. Cum humilis et devotus orator vester Dominicus de Mogneta, canonicus prebendatus ecclesie Ulixbonensis et rector parrochialis ecclesie sancti Jacobi de Alenquerio Ulixbonensis diocesis, dudum in primordiis instantis scismatis cum quodam Johanne antiepiscopo Ulixbonensi pretenso legato (1) quondam Fernandi, regis Portugalie et Algarbii Avinione ad antipapam (2) ex precepto ipsius regis seu dicti pretensi legati accessisset ac in civitate et diocesi Ulixbonensi per antipapam collector deputatus, de facto huiusmodi officium collectorie exercuisset ipsique antipape et sequacibus suis adhesisset, cum scismaticis participasset ipsumque antipapam nominasset et credidisset (3) tamen dudum per bone memorie Johannem, quondam episcopum Aquensem (4), in partibus Castelle et Portugalie legatum apostolicum, se asserentem ad hoc habere potestatem, abilitatus et absolutus de predictis extitit, licet ad presens a nonnullis asseratur dictum legatum sufficientem ad hoc non habuisse potestatem et successive etiam in camera apostolica abiuravit ut est moris, eapropter supplicatur S. V. humiliter pro parte dicti D[ominici] quatinus ipsum absolvere, habilitare, restituere et ad omnem statum pristinum et ad omnia beneficia ecclesiastica, etiam si canonicatus et prebende, dignitates, personatus, officia, administrationes in cathedralibus metropolitanis et collegiatis ecclesiis et etiam ad omnes et singulos actus legitimos, quibus capax fuit ante. Et cum ceteris non obstañ et clausulis oportunis, ut in forma. — *Fiat ut petitur. P.*

19. Item supplicat e[idem] S. V. idem Dominicus quatinus de dictis canonicatu et prebenda ecclesie Ulixbonensis ac de parrochiali ecclesia sancti Jacobi de Alenquerio Ulixbonensis diocesis, quorum omnium fructus, etc., centum et octuaginta librarum Turonensium parvorum secundum communem extimationem valorem annuum non excedunt, sive premisso, sive alias quovis modo et quos idem D[ominicus] ad presens obtinet, sic ut prefertur per sui adhesionem vacantibus, etiam si de ipsis auctoritate apostolica minus canonice alicui concessum fuerit provideri, [fl. 143] eidem D[ominico] dignemini misericorditer providere. Non obstante quod super canonicatu et prebenda Ulixboneñ ipse D[ominicus] propter adhesionem predictam habeat litem in vestro apostolico palatio et non obstantibus gratiis expectativis per e[amdem] S. sibi factis, quibus paratus est dimittere. Et cum ceteris non obstañ et clausulis oportunis. — *Fiat ut supra. P.*

Sine alia lectione. — *Fiat. P.*

Datum Rome, apud Sanctum Petrum, pridie Idus Octobris, anno quinto.

---

(1) No ms. *legatus.*

(2) De embaixadas ao papa Clemente VII da parte de D. Fernando, rei de Portugal, chefiada pelo bispo de Lisboa, só é conhecida a de 1380 de D. Martinho, bispo de Lisboa, transferido pelo papa da sé de Silves para a de Lisboa em Fevereiro de 1379. Cf. EUBEL, C., *Hierarchia catholica*, I, p. 507. Haverá, logo, confusão nesta súplica, ou teremos de admitir a existência de um bispo de nome João, anterior a D. Martinho?

(3) De facto, a 17 de Outubro de 1383 eram dirigidas letras a *Dominico Mogneta, canonico Ulixbonensi, sedis apostolice nuntio*, sobre a obrigação de os clérigos com benefícios em Portugal pagarem as respectivas taxas à Câmara Apostólica. (Cf. AV, Reg. Avin. 233, fl. 94).

(4) Trata-se de João Guterres, bispo de Dax, nomeado por Urbano VI cerca de 1380. Em 1391 era destinado como núncio aos reinos de Castela e Leão, de Aragão e Navarra. Cf. EUBEL, C., *Hierarchia catholica*, I, p. 97.

20-28

1394, Outubro 14

Várias súplicas de D. Nuno, abade do mosteiro de S. João de Tarouca, sobre indulgências para o seu mosteiro e a favor de Pedro Anes, sacerdote da diocese de Lamego, seu capelão, de Luís Anes, sacerdote da diocese do Porto, também seu capelão, de Martinho Rodrigues, sacerdote da diocese do Porto e seu consanguíneo, de Afonso Peres, sacerdote da diocese de Lamego, seu familiar, de Vasco Gil, clérigo da diocese do Porto, seu consanguíneo, de Gil Martins, também seu consanguíneo e sacerdote da diocese do Porto, e de Gonçalo Gonçalves, clérigo da diocese de Braga.

Reg. Suppl. 104 A, fl. 143-143v.

Supplicat S. V. devota creatura vestra frater Nunus, abbas monasterii sancti Johannis de Tarauca, noviter per S. V. promotus, quatinus sibi et personis infrascriptis, dilectis et familiaribus suis, specialem gratiam facientes, supplicationes infrascriptas cum clausulis et non obstañ oportunis per *Fiat ut petitur* signare dignemini.

21. Et primo quatinus omnibus et singulis christifidelibus devote predictum monasterium in festo sancti Johannis Baptiste visitantibus septem annos et totidem quadragenas de vera indulgentia concedere dignemini. — *Fiat de tribus. P.*

22. Item quatinus dilecto capellano suo Petro Johannis, presbytero Lamacensis diocesis, de beneficio ecclesiastico cum cura vel sine cura, vacante vel vacaturo, spectante communiter vel divisim ad collationem, etc., abbatis et conventus monasterii sancti Salvatoris de Palatiolo Portugalensis diocesis dignemini providere.

23. Item quatinus dilecto capellano suo Ludovico Johannis, presbytero Portugalensis diocesis, de beneficiis ecclesiasticis cum cura vel sine cura, vacantibus vel vacaturis, spectantibus communiter vel divisim ad collationes, etc., episcopi et capituli Lamacensis ac etiam abbatis et conventus monasterii sancti Johannis de Tarauca, dicte diocesis, dignemini providere.

24. Item quatinus dilecto consanguineo suo Martino Roderici, presbytero Portugalensis diocesis, de canonicatibus sub expectatione prebendarum Portugalensis et Lamacensis ecclesiarum, non obstante parrochiali ecclesia sancti Johannis de Lobrigos (1), dicte Portugalensis diocesis.

25. Item quatinus Alfonso Petri, presbytero Lamacensis diocesis, suo continuo familiari commensali, de beneficio ecclesiastico cum cura vel sine cura, ad collationem, etc., episcopi et capituli Lamacensis.

26. [fl. 143v] Item quatinus dilecto consanguineo suo Valasco Egidii, clerico Portugalensis diocesis, de beneficiis ecclesiasticis, ad collationem, etc., episcopi et capituli Portugalensis ac rectoris, abbatis vulgariter nuncupati, et perpetuorum portionariorum secularis et collegiate ecclesie sancti Martini de Cidofeita, dicte Portugalensis diocesis.

27. Item quatinus dilecto suo Egidio Martini, consanguineo suo, presbytero Portugalensis diocesis, de beneficiis ecclesiasticis cum cura vel sine cura, vacantibus vel vacaturis, spectantibus communiter vel divisim ad collationem, etc., abbatum et conventuum monasteriorum sancti Salvatoris de Palatiolo ac sancti Johannis de Pendorada Portugalensis diocesis. Non obstante perpetua portione, quam in ecclesia sancte Marie de Seedielos dicte diocesis obtinet.

28. Item quatinus Gunsalvo Gunsalvi, clerico Bracharensis diocesis, de beneficio ecclesiastico cum cura vel sine cura, vacante vel vacaturo, spectante communiter vel divisim ad collationem, etc., archiepiscopi et capituli ecclesie Bracharensis. Non obstante quod litigat coram Ordinario de et super parrochiali ecclesia sancti Salvatoris de Lagoa dicte diocesis Bracharensis.

Fiat ut petitur pro omnibus. P.

Sine alia lectione et cum commissione examinis ad partes. — *Fiat. P.*

Datum Rome, apud Sanctum Petrum, pridie Idus Octobris, anno quinto.

---

(1) No ms. *Lonigos.*

ÍNDICE CRONOLÓGICO DOS DOCUMENTOS, TOTAL OU PARCIALMENTE PUBLICADOS NA INTRODUÇÃO

1 — *1291, 7 de Maio:* Letras *Inter cetera* do papa Nicolau IV, nomeando protector da Ordem de S. Tiago da Espada em Portugal ao cardeal do tít. diaconal de S.ta Maria in Via Lata, D. Jaime (AV, Reg. Vat. 46, fl. 36): p. LXI, nota 101.

2 — *1300, 5 de Janeiro:* Letras do papa Bonifácio VIII, mandando ao arceb. de Toledo meter na posse do mestre geral da Ordem de S. Tiago da Espada em Castela, Frei João, as terras, possessões e direitos alienados por Frei João Fernandes, que se comportava como mestre da Ordem em Portugal (AV, Reg. Vat. 49, fl. 240-240v): p. LXII, nota 105.

3 — *1307, 18 de Agosto:* Determinação dos juízes, arceb. de Braga D. Martinho de Oliveira, b. de Lisboa D. João Martins de Soalhães, custódio dos Franciscanos de Lisboa, Frei Estêvão, Mestre João das Leis e Rui Nunes, na questão das vilas e castelos da Ordem do Templo de Idanha-a-Velha, Salvaterra, Soure, Pombal, Ega e Redinha (ANTT, Gav. 12, maço 1, docum. n. 7): p. XXVI.

4 — *1308, 23 de Junho:* Carta de el-rei D. Dinis sobre os direitos da Coroa à vila e castelo de Soure, com seu termo, incluindo Pombal, Ega e Redinha (ANTT, Gav. 12, maço 7, docum. n. 19): p. XXV.

5 — *1308, 12 de Agosto:* Letras *Ad omnium fere notitiam* do papa Clemente V, dirigidas a vários metropolitas, como o arceb. de Reims, de Braga, de Sevilha, de Compostela e de Toledo, sobre a recuperação e conservação dos bens dos Templários (AV, Reg. Vat. 55, fl. 203-204): p. XVIII-XIX.

6 — *1308, 12 de Agosto:* Letras *Faciens misericordiam* do papa Clemente V, a nomear comissões, a fim de inquirirem sobre os bens dos Templários, nas províncias eclesiásticas da Península de Compostela, Toledo, Braga e Sevilha, fazendo parte da comissão os arceb. de Compostela e de Toledo, os bispos de Palença e de Lisboa, os ab. dos mosteiros Isidorense e de S. Papoul, o chantre de Compostela Vasco Peres e o dominicano Frei Américo de Naves. A comissão para o arcebispado de Braga era composta do b. do Porto, do capelão pontifício Mestre Bertrando de Milão e do sacristão da igr. de S. Paulo de Narbona, Pôncio de Rapistanho, mas não podia preterir o arceb. bracarense nem os sufragâneos, quanto à diocese própria, aos quais o papa também se dirige (AV, Reg. 55, fl. 204-209): pp. XIX-XX.

7 — *1308, 12 de Agosto:* Letras *Deus ultionum Dominus* do papa Clemente V, dirigidas ao arceb. de Braga e b. do Porto, nomeados administradores dos bens dos Templários em Portugal (AV, Reg. Vat. 55, fl. 212-213): pp. XX-XXI.

8 — *1308, 12 de Agosto:* Letras do papa Clemente V, dirigidas ao arcediago de Maguelonne, na França, e outras a Mestre Pôncio de Rapistanho sobre certa soma que lhes devia ser paga, em razão do ofício, a exercer por este último no reino de Portugal, quanto aos bens dos Templários (AV, Reg. Vat. 55, fl. 213v): p. XXI.

9 — *1308, 12 de Agosto:* Letras do papa Clemente V, dirigidas ao b. do Porto, a Mestre Bertrando de Milão, capelão pontifício, e a Pôncio de Rapistanho, declarando que a missão deles, no arcebispado de Braga, incluía as dioceses portuguesas de Lisboa, Évora, Guarda e Lamego, sufragâneas do arcebispado de Compostela, e outras dirigidas aos b. de Palença e de Lisboa e restantes comissários para a arquidiocese de Compostela, a declarar a competência dos mesmos nas dioceses sufragâneas de Braga em território espanhol, a saber Tui, Orense, Lugo, Mondonhedo e Astorga (AV, Reg. Vat. 55, fl. 214-214v): pp. XXII-XXIII.

10 — *1308, 12 de Agosto:* Letras *Regnans in celis* do papa Clemente V, dirigidas ao rei de França e outros reis, nomeadamente de Castela, Maiorca, Navarra, e D. Dinis, rei de Portugal, bem como arcebispos, v. g. de Sevilha, de Toledo, de Tarragona, de Compostela e de Braga, a convocá-los para o concílio de Viena de França, designando os prelados que deviam tomar parte nele (AV, Reg. Vat. 55, fl. 237-239v): pp. XXIII--XXIV.

11 — *1309, 27 de Novembro:* Sentença a favor dos direitos da Coroa à vila e castelo de Soure, com seu termo, incluindo Pombal, Ega e Redinha (ANTT, Gav. 12, maço 1, docum. n. 7): pp. XXV-XXVII.

12 — *1310, 19 de Janeiro:* Sentença dos juízes régios, declarando propriedade da Coroa as vilas de Idanha--a-Velha e Salvaterra, com o Rosmaninhal e Segura (ANTT, Gav. 13, maço 4, docum. n. 7): p. XXIX, nota 36.

13 — *1310, 21 de Janeiro:* Carta do rei de Castela D. Fernando, a comprometer-se a salvar e proteger os bens da Ordem do Templo em Castela, em virtude de o papa Clemente V querer dispor deles (ANTT, Gav. 7, maço 4, docum. n. 9): pp. XXXII-XXXIII.

14 — *1310, 11 de Fevereiro:* Letras do papa Clemente V, dirigidas ao franciscano D. Frei Estêvão, b. eleito do Porto e confessor de el-rei D. Dinis, nas quais informa tê-lo elevado à dignidade episcopal, a pedido do monarca (AV, Reg. Vat. 57, fl. 38-38v): p. XXXI.

15 — *1310, 4 de Abril:* Letras *Alma mater* do papa Clemente V, dirigidas aos arceb. e monarcas de várias nações, inclusive ao arceb. de Braga e a el-rei D. Dinis, sobre o adiamento do concílio de Viena de França (AV, Reg. Vat. 57, fl. 275v-276v): p. XXIV.

16 — *1310, 9 de Abril:* Letras do papa Clemente V, concedendo indulto ao b. do Porto D. Frei Estêvão, para contrair empréstimo (AV, Reg. Vat. 57, fl. 5): p. XXXI.

17 — *1310, 14 de Abril:* Carta de el-rei D. Dinis a D. Fernando de Castela, comprometendo-se a proteger os bens dos Templários em Portugal, perante a decisão do papa Clemente V de querer dispor deles (ANTT, *Cabido da sé de Coimbra*, 2.ª incorporação, maço 43, docum. n. 1745): p. XXXIII.

18 — *1310, 18 de Julho:* Letras do papa Clemente V, dirigidas ao arceb. de Braga, encarregando-o de conferir a sagração episcopal ao b. eleito do Porto D. Frei Estêvão (AV, Reg. Vat. 57, fl. 145): p. XXXII, nota 45.

19 — *1310, 15 de Setembro:* Letras do papa Clemente V, dirigidas a D. Frei Estêvão, b. eleito do Porto, a conceder-lhe possa conferir canonicatos e prebendas na igr. do Porto a duas pessoas idóneas (AV, Reg. Vat. 57, fl. 145): p. XXXII, nota 43.

20 — *1310, 15 de Setembro:* Letras do papa Clemente V, dirigidas a D. Frei Estêvão, b. eleito do Porto, a conceder-lhe indulto de poder visitar a diocese, durante um triénio, por meio de outras pessoas, e encarregando o arcediago de Barroso e outros eclesiásticos da execução (AV, Reg. Vat. 57, fl. 145): p. XXXII, nota 44.

21 — *1311, 30 de Março:* Letras do papa Clemente V, dirigidas aos arceb. e prelados de Castela e Leão e Galiza, sobre contributo destinado às necessidades de Mestre Vasco Peres, chantre de Compostela e membro da comissão pontifícia, encarregada do inquérito contra os Templários (AV, Reg. Vat. 58, fl. 79--79v): p. XXX.

22 — *1311, 30 de Março:* Letras do papa Clemente V, dirigidas aos arceb. de Toledo e de Compostela, b. de Siguenza e de Évora e outros comissários sobre o resultado do inquérito contra os Templários, determinando inquérito mais rigoroso, inclusive por meio de tormentos (AV, Reg. Vat. 58, fl. 79v-80): pp. XXX-XXXI.

23 — *1312, 2 de Maio:* Letras *Ad providam Christi vicarii* do papa Clemente V, mandando, com a aprovação do concílio de Viena, transferir os bens dos Templários para a Ordem do Hospital, com expressa exceção dos bens existentes nos reinos de Castela, Aragão, Portugal e Maiorca (AV, Reg. Vat. 57, fl. 50v): p. XXXIV.

24 — *1312, 16 de Maio:* Letras do papa Clemente V sobre a transferência dos bens dos Templários para a Ordem do Hospital, exceptuando os existentes nos reinos de Castela, de Aragão, de Portugal e de Maiorca (AV, Reg. Vat. 57, fl. 60v): p. XXXIV-XXXV.

25 — *1312, 15 de Julho:* Indulto do papa Clemente V ao b. do Porto D. Frei Estêvão, franciscano e originário da cidade de Évora, para conferir um canonicato e prebenda da igr. de Évora a quem lhe aprouvesse (AV, Reg. Vat. 59, fl. 100): p. XXXV, nota 51.

26 — *1312, 18 de Setembro:* Letras do papa Clemente V, concedendo a Fernando Ramires, sobrinho do b. do Porto D. Frei Estêvão, uma dignidade eclesiástica, além de concessão anterior sobre duas igr. paroquiais, a reter com a igr. paroquial de S.ta Maria de Triana de Alenquer (AV, Reg. Vat. 59, fl. 98v): p. XXXV, nota 51.

27 *1312, 18 de Setembro:* Letras do papa Clemente V ao b. do Porto D. Frei Estêvão, concedendo-lhe a confirmação de concessão feita por eclesiásticos portuenses sobre certos proventos de igrejas e mosteiros vacantes na diocese (AV, Reg. Vat. 59, fl. 98v): p. XXXV, nota 51.

28 — *1313, 8 de Outubro:* Letras do papa Clemente V, transferindo D. João Martins de Soalhães da sé de Lisboa para arcebispo de Braga, não aceitando a postulação ou eleição por compromisso do cón. de Braga Afonso Anes (AV, Reg. Vat. 60, fl. 211-211v): p. XXXVII, nota 56.

29 — *1313, 27 de Outubro:* Letras do papa Clemente V, concedendo indulto ao b. do Porto D. Frei Estêvão para contrair empréstimo (AV, Reg. Vat. 60, fl. 209-209v): p. XXXVII.

30 — *1314:* Inquirição de depoimentos sobre os bens dos Templários (ANTT, Gav. 7. maço 2, docum. n. 4, Gav. 7, maço 18, docum. n. 2 e *Livro dos Mestrados*, fl. 143-150a): p. XXXVIII, nota 61.

31 — *1317, 17 de Abril:* Letras *Inter cetera* do papa João XXII, impondo aos freires da Ordem de S. Tiago da Espada em Portugal se atenham às determinações do papa Bonifácio VIII, que revogara a concessão do papa Nicolau IV aos freires portugueses de elegerem mestre provincial (AV, Reg. Aven. 6, fl. 633v-635v, Reg. Vat. 66, fl. 94v-95): pp. LXIII-LXV.

32 — *1317, 17 de Abril:* Letras *Inter cetera* do papa João XXII, dirigidas a el-rei D. Dinis, exortando-o a obrigar os freires da Ordem de S. Tiago da Espada a obedecerem em tudo ao mestre geral de Castela como único superior (AV, Reg. Aven. 6, fl. 635v-636, Reg. Vat. 66, fl. 95-95v): pp. LXVI-LXVII.

33 — *1317, 10 de Junho:* Letras *Ad fructus uberes* do papa João XXII sobre bens da extinta Ordem do Templo no reino de Aragão e concórdia com a Ordem do Hospital, no intuito da fundação da Ordem de Montesa (AV, Reg. Aven. 2, fl. 242-245): pp. XLI-XLIII.

34 — *1317, 15 de Julho:* Letras do papa João XXII, concedendo ao cardeal do tít. diaconal de S.ta Maria de Aquiro, D. Bertrando, a igreja de Tomar, alegando estarem os bens da extinta Ordem do Templo em Portugal dependentes da disposição apostólica (AV, Reg. Aven. 6, fl. 607v-608v, Reg. Vat. 66, fl. 112v--113): p. XXXIX.

35 — *1317, 14 de Dezembro:* Instrumento sobre a discórdia entre o mestre geral da Ordem de S. Tiago da Espada em Castela e Lourenço Anes, mestre provincial da Ordem em Portugal, tirado em Avinhão, a

pedido de Rodrigo Domingues, prior da igreja de S. Miguel de Torres Vedras e procurador de el-rei D. Dinis (ANTT, Gav. 10, maço 12, docum. n. 19): pp. LX-LXI.

36 — *1317, 21 de Dezembro:* Processo de apelação ou súplica do Infante D. Afonso, herdeiro do reino, quanto à concessão da igr. de Tomar ao cardeal Bertrando, depois da extinção da Ordem do Templo (ANTT, Gav. 7, maço 11, n. 1): pp. VIII-XVIII.

37 — *1317, 23 de Dezembro:* Letras do papa João XXII, mandando a seus núncios em Portugal exijam a entrega dos rendimentos da igr. de Tomar (AV, Reg. Aven. 10, fl. 423v): p. XL.

38 — *1317-1318* — Exposição-súplica dos embaixadores de el-rei D. Dinis, Manuel Pessanha e Vicente Anes, ao papa João XXII sobre a continuação de mestre português, a eleger pelos freires da Ordem de S. Tiago da Espada em Portugal (ANTT, Gav. 5, maço 4, docum. n. 11): pp. LVI-LIX.

39 — *1318, 16 de Junho:* Letras *Tunc digne summi speculatoris officium*, dirigidas aos arceb. de Braga e de Compostela, encarregando-os de examinarem a questão da eleição de mestre provincial português e da obediência dos freires ao mestre geral de Castela (AV, Reg. Aven. 9, fl. 102v-104, Reg. Vat. 68, fl. 69v-70v): pp. LXVII-LXX.

40 — *1318, 12 de Agosto:* Letras do papa João XXII, dirigidas ao arceb. de Compostela e b. de Córdova sobre a obrigação dos Infantes de Castela D. Pedro e D. João e a rainha Dona Maria, em entregarem os bens dos Templários à Ordem do Hospital, sob pena de lhes negar a execução de concessões relativas aos dízimos e dispensas matrimoniais (AV, Reg. Aven. 10, fl. 501-501v, Reg. Vat. 67, fl. 338v-339): pp. XLVI--XLVII, nota 82.

41 — *1318, 14 de Agosto:* Nomeação por el-rei D. Dinis de seus procuradores junto do papa, Pedro Peres, cónego de Coimbra, e o cavaleiro João Lourenço, para a criação da Ordem de Cristo (ANTT, Gav. 7, maço 5, docum. n. 2): p. XLIII.

42 — *1318, 30 de Setembro:* Públicas-formas de várias cartas régias e entrega dos bens da Ordem do Templo a el-rei D. Dinis e à rainha Santa Isabel, na presença do b. de Lisboa D. Frei Estêvão (ANTT, Gav. 7, maço 16, docum. n. 2, *Livro dos Mestrados*, fl. 23a-28b, 51vb-76vb): pp. LI-LII e nota 93.

43 — *1319, 14 de Março:* Letras *Ad ea ex quibus* do papa João XXII sobre a instituição da Ordem de Cristo (ANTT, Gav. 7, maço 5, docum. n. 2): p. XLIV.

44 — *1319, 14 de Março:* Letras *Inter curas innumeras* do papa João XXII, ordenando a transferência dos bens da Ordem do Templo nos reinos de Castela e Leão para a Ordem do Hospital (AV, Reg. Aven. 12, fl. 115-116, Reg. Vat. 69, n. 959): pp. XLVII-XLIX.

45 — *1319, 15 de Julho:* Letras *Tunc digne summi speculatoris officium* do papa João XXII, dirigidas aos arceb. de Compostela e de Braga, sobre a questão da eleição de mestre provincial próprio pelos freires da Ordem de S. Tiago da Espada em Portugal e obediência ao ministro geral de Castela (AV, Reg. Aven. 12, fl. 123-125, Reg. Vat. 69, fl. 315-316): pp. LXXI-LXXIV.

46 — *1319, 20 de Novembro:* Carta do mestre da Ordem de Cristo, Gil Martins, de quitação a el-rei D. Dinis de todos os bens dos Templários, que recebera (ANTT, Gav. 7, maço 2, docum. n. 6): pp. XLV--XLVI, L-LI.

47 — *1321, 7 de Janeiro:* Letras do papa João XXII, encarregando o b. de Silves de substituir o arceb. de Braga, velho e achacado de doenças, na questão da eleição de ministro provincial da Ordem de S. Tiago da Espada em Portugal e obediência dos freires ao mestre geral de Castela (AV, Reg. Aven. 14, fl. 162, Reg. Vat. 71, fl. 158): pp. LXXIV-LXXV.

48 — *1321, 23 de Agosto:* Letras do papa João XXII, dirigidas ao mestre da Ordem de Cristo, mandando receber na Ordem a Vasco Fernandes, outrora mestre da Ordem do Templo, e dar-lhe uma preceptoria,

e encarregando da execução de suas ordens aos b. da Guarda e de Viseu e a Vicente Rodrigues, cón. de Coimbra (AV, Reg. Aven. 15, fl. 419ss, Reg. Vat. 72, fl. 243v-244): pp. LII-LIV.

49 — *1321, 19 de Outubro:* Letras do papa João XXII, dirigidas ao b. de Bolonha, com determinações relativas ao juramento prestado pelos escolares da universidade e questões pertinentes a Jaime de Catalunha, bem como a excessos cometidos por ele, assunto em que intervieram também os reitores da universidade (AV, Reg. Aven. 16, fl. 50, Reg. Vat. 73, fl. 48v-49): pp. XCII-XCIII.

50 — *1321, 17 de Novembro:* Letras dirigidas ao arceb. de Compostela, concedendo-lhe faculdades para delegar suas vezes na questão da eleição de mestre provincial da Ordem de S. Tiago da Espada em Portugal, por andar muito ocupado com os negócios da diocese (AV, Reg. Aven. 16, fl. 131, Reg. Vat. 73, fl. 88v): pp. LXXV-LXXVI.

51 — *1321, 23 de Novembro:* Letras do papa João XXII, dirigidas ao b. de Bolonha, encarregado de proteger os estudantes da univers. quanto a seus privilégios concedidos pela Santa Sé, com poder de valer-se mesmo de censuras (AV, Reg. Aven. 16, fl. 278, Reg. Vat. 73, fl. 438): p. XCIII.

52 — *1321, 23 de Novembro:* Letras do papa João XXII, concedendo ao português Martinho Martins, reitor da igr. paroquial de Santa Comba Dão, o canonicato do Porto, na expectativa da prebenda, e encarregando da execução ao abade de Alcobaça, ao deão de Lisboa e Rodrigo Domingues, cón. de Braga (AV, Reg. Aven. 16, fl. 193v-194, Reg. Vat. 73, fl. 135v-136): p. XC.

53 — *1322, 6 de Janeiro:* Letras do Papa João XXII, dirigidas ao b. de Bolonha, concedendo a faculdade de absolver os cidadãos de Bolonha e os estudantes da univers., excomungados por terem comunicado com os habitantes de Ferrara (AV, Reg. Aven. 16, fl. 341, Reg. Vat. 73, fl. 173v): p. XCIV.

54 — *1322, 31 de Janeiro:* Letras do papa João XXII, dirigidas aos arceb. e b. de Itália, proibindo aos cidadãos e comunas de Itália pusessem qualquer impedimento às pessoas que se dirigiam a Bolonha, com o fim de estudarem na universidade, e mandando fazer valer os privilégios concedidos pela Santa Sé neste sentido (AV, Reg. Aven. 16, fl. 278v, Reg. Vat. 73, fl. 167-167v): pp. XCIV-XCV.

55 — *1322, 27 de Junho:* Letras do papa João XXII, concedendo ao português Martinho Martins, reitor da igr. par. de Santa Comba Dão e cón. do Porto, o canonicato de Coimbra, na expectativa da prebenda, encarregando da execução o deão de Lisboa, o mestre-escola de Coimbra e Vicente Rodrigues, cón. de Coimbra (AV, Reg. Aven. 17, fl. 267v-268, Reg. Vat. 73, fl. 439-439v): pp. XC-XCI.

56 — *1322, 5 de Novembro:* Letras do papa João XXII, dirigidas ao b. de Silves, concedendo-lhe faculdade de delegar seus poderes na questão da eleição de mestre provincial da Ordem de S. Tiago da Espada em Portugal, em virtude de estar velho e cansado (AV, Reg. Aven. 18, fl. 138v-139, Reg. Vat. 74, fl. 90): p. LXXVI, nota 114.

57 — *1323, Abril:* Súplica das autoridades civis de Bolonha ao papa João XXII, a favor do português Martinho Martins, reitor da univers. de Bolonha, sobre o canonicato de Braga, na expectativa da prebenda, informando que ele era reitor da igr. de Santa Comba Dão e cón. de Coimbra e do Porto, na expectativa das respectivas prebendas (ASB, *Riformagioni del Consiglio del Popolo*, vol. XIII (ann. 1321-1322), fl. 347v-348): pp. LXXXIX-XC.

58 — *1323, 17 de Abril:* Letras do papa João XXII, concedendo ao português Martinho Martins, reitor da igr. par. de S.ta Comba Dão e cón. do Porto e de Coimbra, o canonicato de Braga, na expectativa da prebenda, encarregando da execução ao b., deão e tesour. de Lisboa (AV, Reg. Vat. 74, fl. 270v-271): p. XCI.

59 — *1323, 21 de Maio:* Letras do papa João XXII, dirigidas ao b. de Silves, concedendo-lhe faculdade de delegar seus poderes na questão da eleição de mestre provincial da Ordem de S. Tiago da Espada em Portugal, por tal incumbência o ter obrigado a ausências funestas para a sua diocese (AV, Reg. Aven. 18, fl. 486-486v, Reg. Vat. 74, fl. 262): pp. LXXVI-LXXVII.

60 — *1324, 6 de Abril:* Cartas do papa João XXII ao rei de Portugal D. Dinis e ao Infante D. Afonso, herdeiro do trono, desculpando-se por não ter anuído ao pedido de dispensar a Infanta Dona Branca e o Infante D. Pedro, filho do primogénito D. Afonso, para casarem, e manifestando disposição de galardoar com benefícios eclesiásticos pessoas que o rei desejava fossem promovidas a certas igrejas ainda não vacantes, o que para o papa não seria justo (AV, Reg. Vat. 112, fl. 209va-210a): pp. CXLV-CXLVI.

61 — *1324, 27 de Maio:* Letras do papa João XXII, dirigidas ao Infante D. Filipe de Castela, recusando a fundação de nova Ordem militar no reino de Castela e urgindo o respeito pelas liberdades eclesiásticas, bem como a restituição dos bens da Ordem do Templo à do Hospital (AV, Reg. Vat. 112, fl. 200va-201a): pp. L-LI, nota 90.

62 — *1324, 1 de Agosto:* Letras do papa João XXII, dirigidas aos arceb. e b. dos reinos de Castela e de Portugal, obrigando os freires da Ordem do Templo a entrarem em alguma das religiões aprovadas (AV, Reg. Aven. 21, fl. 271-272, Reg. Vat. 77, fl. 253-253v): pp. LIV-LVI.

63 — *1325, 1 de Março:* Cartas do papa João XXII a D. Afonso IV, pedindo clemência para o mestre da Ordem de Cristo, criada a pedido de el-rei D. Dinis, seu pai, e a notificar a chegada dos embaixadores, o deão de Évora e o nobre cavaleiro Lopo Fernandes, declarando-se o papa disposto a atender as propostas sobre o bispado de Coimbra, no que fosse justo (AV, Reg. Vat. 113, fl. 39a-39b): pp. CXXX-CXXXI, nota 241.

64 — *1325, 1 de Agosto:* Letras do papa João XXII, dirigidas ao arceb. de Compostela, b. de Silves e arced. de Viseu, com a exposição de quanto até ali tinham realizado os comissários na questão da eleição de mestre provincial português da Ordem de S. Tiago da Espada e obediência ao mestre geral de Castela, e a ordenar obriguem o mestre geral de Castela a satisfazer pelas despesas pagas pelo mestre provincial e freires portugueses, na parte tocante ao mestre geral, e outras a fazer, sob pena de censuras eclesiásticas, e assegurem ao mestre provincial e freires e procurador portugueses passagem de ida e volta, livre e segura, para se dirigirem a Sevilha, onde seriam ouvidas testemunhas originárias de Castela (AV, Reg. Aven. 25, fl. 315-315v, Reg. Vat. 79, n. 462): pp. LXXVIII-LXXIX.

65 — *1326, 12 de Março:* Carta do papa João XXII ao rei de Aragão, desculpando-se por não ter concedido dispensa para Dona Branca se casar com João de Biscaia, porque a tinha concedido já para ela casar com o Infante D. Pedro, herdeiro do trono de Portugal (AV, Reg. Vat. 113, fl. 238v): p. CCCXCI.

66 — *1326, 10 de Maio:* Letras do papa João XXII, dirigidas a D. Afonso, rei de Castela, e a Dona Constança, filha de D. João Manuel, dispensando-os de impedimentos de consanguinidade quanto ao matrimónio que tinham contraído por palavras de presente, tendo ela apenas nove anos, de forma a poderem consumá-lo, apenas a esposa chegasse à idade necessária (AV, Reg. Vat. 80, fl. 471v-472): p. CXLI.

67 — *1326, 11 de Outubro:* Letras do papa João XXII, concedendo a Gonçalo Vasques, tesour. de Viseu e estudante na univers. de Bolonha, possa reter a tesouraria com a igr. par. de S.ta Maria de Sátão, a pedido do rei de Portugal D. Afonso IV, da rainha Santa Isabel e da rainha Dona Beatriz (AV, Reg. Vat. 80, fl. 42-42v): pp. XCI-XCII, nota 136.

68 — *1327, 1 de Julho:* Letras do papa João XXII, dirigidas ao arceb. de Compostela e arced. de Viseu, ordenando enviem quanto antes à Cúria papal todos os processos, informações úteis e outros documentos e citem as partes na questão da eleição de mestre provincial português da Ordem de S. Tiago da Espada a apresentarem-se na Cúria papal dentro de três meses, para ouvirem a decisão pontifícia final (AV, Reg. Aven. 28, fl. 57-57v, Reg. Vat. 84, fl. 163v-164): pp. LXXX-LXXXI.

69 — *1327, 10 de Agosto:* Resposta de el-rei D. Afonso IV ao requerimento do procurador do mestre de S. Tiago da Espada de Castela ao mestre de Portugal para este se não chamar mestre, negando el-rei a Pedro Lopez de Baeça, procurador de Vasco Rodriguez, mestre geral de Castela, a licença para publicar a bula de João XXII, de 17 de Abril de 1317, e a exigir do mestre português Pedro Escacho plena obediência ao mestre de Castela (ANTT, Gav. 5, maço 2, docum. n. 6): pp. LXXXI-LXXXIII.

70 — *1329, 14 de Fevereiro:* Letras do papa João XXII ao arceb. de Braga e b. de Burgos, da Guarda e de Badajoz, encarregando-os de examinarem o caso do matrimónio atentado entre o rei de Castela e Dona Maria, filha de D. Afonso IV de Portugal, e de lhes concederem a dispensa, depois de os manterem separados por algum tempo, bem como de os absolverem da excomunhão e de imporem ao rei penitência conforme ao delito (AV, Reg. Vat. 89, fl. 344v-345v): pp. CXLIV-CXLV.

71 — *1329, 5 de Março:* Letras do papa João XXII sobre o matrimónio atentado pelo rei de Castela e Dona Maria, filha de D. Afonso IV, rei de Portugal, sem dispensa apostólica, que o papa diz ter concedido, depois de tanto ele como alguns cardeais terem sentido horror, ao serem-lhe relatados os acontecimentos pelos embaixadores dos reis de Castela e de Portugal, e decidirem, finalmente, atender ao pedido, na esperança de obterem do rei de Castela garantias para as liberdades eclesiásticas, ao qual, todavia, não escrevia o papa, enquanto não fosse absolvido da excomunhão, em que incorrera (AV, Reg. Vat. 115, fl. 184b-184va): pp. CXLII-CXLIII.

72 — *1329, 7-8 de Maio:* Pública-forma sobre escambo entre D. Afonso IV e Pedro Escacho, mestre provincial da Ordem de S. Tiago da Espada em Portugal, quanto à vila de Odemira, Ribeira e quinta de Nisa pela vila de Arruda e seus termos (ANTT, Gav. 5, maço 2, docum. n. 3): p. LXXXIII.

73 — *1329, 19 de Maio:* Carta de el-rei D. Afonso IV sobre a eleição de mestre português da Ordem de S. Tiago da Espada, após a morte de Pedro Escacho (ANTT, Gav. 5, maço 3, docum. n. 5): p. LXXXIV, nota 122.

74 — *1329, 27 de Maio:* Instrumento sobre a eleição de Garcia Pires como mestre provincial da Ordem de S. Tiago da Espada, após a morte de Pedro Escacho e intervenção de el-rei D. Afonso IV (ANTT, Gav. 5, maço 3, docum. n. 5): pp. LXXXIII-LXXXIV.

75 — *1329, 21 de Julho:* Carta do papa João XXII a Dona Maria, rainha de Castela e filha de D. Afonso IV, acusando a recepção de carta dela rainha, agradecida pela graça da dispensa apostólica quanto ao casamento com o rei de Castela e exortando-a a levar o rei a respeitar as liberdades eclesiásticas (AV, Reg. Vat. 115, fl. 184v-185): p. CXLIII, nota 278.

76 — *1329, 9 de Agosto:* Letras do papa João XXII, concedendo, a pedido da rainha de Castela Dona Maria, filha de D. Afonso IV, rei de Portugal, a absolvição das penas em que incorrera o sacerdote João Simões, da diocese de Lisboa, por ter abençoado solenemente o matrimónio de Dona Maria com o rei de Castela, por mandado de el-rei D. Afonso IV, sem terem antes obtido a dispensa dos impedimentos matrimoniais (AV, Reg. Vat. 91, fl. 241): pp. CCCLXXII-CCCLXXIII.

77 — *1333, 10 de Novembro:* Carta do papa João XXII a el-rei D. Afonso IV, lamentando-se por este não ter admitido o vigário que o b. eleito de Coimbra D. João, sobrinho do cardeal b. de Penestrino, vice-chanceler da Cúria papal, enviara à diocese (AV, Reg. Vat. 117, fl. 247va-247vb): p. LXXXVII, nota 124.

78 — *1333, 10 de Novembro:* Cartas do papa João XXII à rainha Santa Isabel e à rainha Dona Beatriz para intercederem junto de el-rei D. Afonso IV quanto à aceitação do vigário do b. eleito de Coimbra D. João (AV, Reg. Vat. 117, fl. 247vb): p. LXXXVII, nota 125.

79 — *1333, 20 de Novembro:* Letras *Regis pacifici* do papa João XXII ao tesour. de Córdova, mestre-escola de Jaén, e Fernando Martins, cón. de Sevilha, segundo as quais o estudo da questão da eleição de mestre português da Ordem de S. Tiago da Espada fora confiado ao cardeal b. de Penestrino, que já tinha procedido a alguns actos, tendo sido a solução do litígio obstada pela morte, na Cúria papal, do procurador dos freires portugueses, que ficavam obrigados a apresentarem-se aí, no prazo de três meses (AV, Reg. Vat. 107, fl. 281v-282): pp. LXXXV-LXXXVII.

80 — *1334, 11 de Fevereiro:* Carta do papa João XXII ao rei de Portugal D. Afonso IV, mostrando admiração por ele não ter acedido aos rogos de receber, como devia, o vigário do b. eleito de Coimbra D. João (AV, Reg. Vat. 117, fl. 247v-247vb): p. LXXXVIII, nota 126.

81 — *1334, 11 de Fevereiro:* Cartas do papa João XXII à rainha S.ta Isabel e à rainha Dona Beatriz, para fazerem valer sua influência junto de el-rei D. Afonso IV quanto à aceitação do vigário do b. eleito de Coimbra D. João (AV, Reg. Vat. 117, fl. 248b-248va): p. LXXXVIII, nota 127.

82 — *1334, 15 de Abril:* Carta do papa João XXII ao arceb. de Braga D. Gonçalo, mandando-o comparecer na Cúria pontifícia (AV, Reg. Vat. 117, fl. 248va): p. LXXXVIII, nota 128.

83 — *1334, 31 de Julho:* Carta do papa João XXII a el-rei D. Afonso IV de Portugal sobre a chegada dos embaixadores, o chanceler Pedro do Sem e o ouvidor régio Aires Anes, estranhando que nada declarassem sobre o assunto do b. eleito de Coimbra D. João (AV, Reg. Vat. 117, fl. 248va): p. LXXXIX, nota 129.

84 — *1340, 31 de Maio:* Letras do papa Bento XII, ordenando a D. Afonso IV, rei de Portugal, o envio de procuradores à Cúria pontifícia para tratarem do assunto dos matrimónios do Infante D. Pedro com Dona Branca e Dona Constança (AV, Reg. Vat. 135, fl. 30v-32): pp. CXXVIII-CXXX.

85 — *1343, 27 de Maio:* Letras do papa Clemente VI, dirigidas aos monarcas de Portugal e de Castela, sobre a restituição dos bens da Infanta Dona Branca e livre passagem para o reino de Aragão (AV, Reg. Vat. 137, fl. 11v-13): p. CCCXCI.

86 — *1344, 20 de Abril:* Súplica do rei de Castela e respectivas letras do papa Clemente VI sobre a dispensa do impedimento de pública honestidade ou de justiça entre D. Pedro e Dona Constança, para poderem continuar no matrimónio contraído invalidamente (AV, Reg. Suppl. 6, fl. 310v, Reg. Vat. 162, fl. 198v-199): pp. CXXXIII, CCCXCIII, CCCXCVI.

87 — *1347, 21 de Setembro:* Letras do papa Clemente VI, concedendo à rainha Dona Constança, mulher de D. Pedro I, rei de Portugal, indulto de escolher confessor para lhe conceder indulgência plenária na forma costumada aos príncipes (AV, Reg. Vat. 184, fl. 297v-298): pp. CCCXCIX-CD.

88 — *1351, 31 de Março:* Cartas do papa Clemente VI ao rei de Portugal, D. Afonso IV, à rainha Dona Beatriz e ao Infante D. Pedro, dizendo ter ouvido o embaixador Mestre Pedro, que lhes referirá quanto o papa se dignara responder-lhes (AV, Reg. Vat. 144, fl. 269v-270): p. CLVI.

89 — *1351, 5 de Novembro:* Carta do papa Clemente VI ao Infante D. Pedro, primogénito de D. Afonso IV, justificando o embaixador do pai, Dr. Pedro de Corbigneyo, que detractores apresentavam ao Infante como seu difamador junto do papa, ao contrário do que sucedera. O embaixador, além disso, não tivera culpa no equívoco de o papa referir ao Infante não ter recebido carta alguma dele, Infante, enquanto se dizia tê-la recebido efectivamente o papa (AV, Reg. Vat. 244 N, fl. 120, Reg. Vat. 145, fl. 111): p. CLVII.

90 — *1353, 1 de Novembro:* Carta do papa Inocêncio VI a D. João, rei de França, recomendando-lhe Mestre Pedro de Corbigneyo, doutor em leis e embaixador de D. Afonso IV, rei de Portugal, que desejava casar o Infante D. Pedro com uma das filhas do rei de França (AV, Reg. Vat. 244A, fl. 151): p. CLVII.

91 — *1355, 15 de Agosto:* Súplica do cardeal b. de Sabina D. Gil de Albornoz ao papa Inocêncio VI sobre a promoção a b. do Porto do seu caudatário Gomes Martins, português (Arq. do Real Colég. de Espanha de Bolonha, *Archiv. Albornoziano*, VII, p. 359): p. XCVI.

92 — *1358, 10 de Março:* Letras do papa Inocêncio VI, concedendo a Gomes Martins, camareiro do cardeal Gil de Albornoz, o canonicato e prebenda de Évora (AV, Reg. Aven. 138, fl. 399v-400): p. XCVII.

93 — *1361, 13 de Julho:* Letras do papa Inocêncio VI, concedendo a el-rei D. Pedro e a seus filhos D. Fernando, D. João, D. Dinis e Dona Beatriz, indultos de altar portátil e de celebração antes da luz do dia (AV, Reg. Aven. 145, fl. 508-508v): p. CLXI, nota 336.

94 — *1361, 13 de Julho:* Letras do papa Inocêncio VI, concedendo a D. Pedro, rei de Portugal, indulto de 12 de seus clérigos poderem receber os proventos dos benefícios, sem obrigação da residência pessoal (AV, Reg. Aven. 145, fl. 340v): p. CLXI, nota 337.

95 — *1361 13 de Julho:* Letras do papa Inocêncio VI, concedendo indulto para cinco clérigos do primogénito Infante D. Fernando e três clérigos de cada um dos filhos de Dona Inês de Castro, D. Dinis, Dona Beatriz e D. João, poderem receber os proventos dos benefícios, sem obrigação da residência pessoal (AV, Reg. Aven. 145, fl. 340-340v): p. CLXII, nota 338.

96 — *1361, 13 de Julho:* Letras do papa Inocêncio VI ao arceb. eleito de Braga D. João, antes b. de Orense, concedendo indulto para três clérigos do arceb. poderem receber os proventos dos benefícios, sem obrigação da residência pessoal (AV, Reg. Aven. 145, fl. 339v): pp. CLXII-CLXIII, nota 339.

97 — *1361, 13 de Julho:* Letras do papa Inocêncio VI, concedendo ao arceb. eleito de Braga, D. João, antes b. de Orense, indulto para dispensar do impedimento de ilegitimidade com 40 clérigos nascidos de solteiro e solteira e outros vinte da província eclesiástica de Braga, para ascenderem às Ordens sacras (AV, Reg. Aven. 145, fl. 469): p. CLXIII, nota 340.

98 — *1361, 13 de Julho:* Letras do papa Inocêncio VI, concedendo ao arceb. eleito de Braga, D. João, antes b. de Orense, faculdade de passar indulto de indulgência plenária em artigo de morte a 20 pessoas (AV, Reg. Aven. 145, fl. 469): pp. CLXIII-CLXIV, nota 341.

99 — *1361, 13 de Julho:* Letras do papa Inocêncio VI, facultando ao arceb. eleito de Braga, D. João, antes b. de Orense, indulto de conceder o ofício de tabelião a quatro clérigos (AV, Reg. Aven. 145, fl. 506): p. CLXIV, nota 342.

100 — *1361, 15 de Julho:* Carta do papa Inocêncio VI, recusando a declaração da validade do casamento de D. Pedro com Dona Inês de Castro ou a legitimação dos filhos havidos dela (EDMUNDUS MARTÈNE-URSINUS DURAND, *Thesaurus novus Anecdotorum*, t. II, col. 1030-1031): pp. CLX, CCCLXXIII--CCCLXXIV.

101 — *1361, 11 de Dezembro:* Letras do papa Inocêncio VI, dirigidas a Eduardo, primogénito do rei de Inglaterra, D. Eduardo, e príncipe de Gales, e a Dona Joana, princesa de Gales, sobre dispensas para contraírem matrimónio, depois de o arceb. de Cantuária, encarregado pelo papa, os ter separado e imposto rigorosa penitência, procedendo, em seguida, ao matrimónio solene dos mesmos (AV, Reg. Aven. 145, fl. 462--463): pp. CLXIV-CLXVI, nota 344.

102 — *1367, 23 de Novembro:* Letras do papa Urbano V, concedendo a Fernando Martins de Manselha, estudante de dir. canón. e civil em Bolonha, o canonicato e prebenda de Sevilha, vacantes por morte do cardeal D. Pedro, b. de Albano (AV, Reg. Aven. 166, fl. 177v-178v): p. CIII, nota 178.

103 — *1367, 23 de Novembro:* Letras do papa Urbano V, concedendo a Fernando Martins de Manselha possa continuar com a igr. par. de S.ta Maria de Achete e o canonicato e prebenda de Sevilha (AV, Reg. Aven. 170, fl. 503-503v): p. CIII-CIV, nota 179.

104 — *1368, 8 de Janeiro:* Letras do papa Urbano V, concedendo a Gonçalo Esteves, bacharel em decretos, o mestre-escolado de Coimbra, vacante por morte do cardeal Gil de Albornoz, encarregando da execução aos b. de Silves e da Guarda e ao chantre da Guarda (AV, Reg. Aven. 166, fl. 191v-192): p. XCIX, nota 165.

105 — *1368, 8 de Janeiro:* Letras do papa Urbano V, concedendo o arcediagado de Lisboa a Domingos Peres da Lourinhã, vacante por morte do cardeal Gil de Albornoz, encarregando da execução o ab. de Alcobaça, Lourenço Vicente, cón. de Évora, e Bartolomeu de Cassanh (AV, Reg. Aven. 167, fl. 16v-17v): pp. XCIX-C, nota 166.

106 — *1368, 8 de Janeiro:* Letras do papa Urbano V, concedendo o canonicato de Lisboa, vacante por morte do cardeal Gil de Albornoz, a Pedro Esteves, bacharel em decretos e português, disposto a partir para a univers. de Bolonha (AV, Reg. Aven. 166, fl. 234v-235v, 314-314v): pp. C-CI, nota 168.

107 — *1368, 15 de Janeiro:* Carta de D. Arnaldo, arceb. de Auch, camarário do papa Urbano V, sobre a colação a Domingos Peres do arcediagado de Lisboa, vacante por morte do card. b. de Sabina, D. Gil de Albornoz (AV, Reg. Aven. 166, fl. 32v): p. C, nota 167.

108 — *1368, 4 de Fevereiro:* Letras do papa Urbano V, concedendo a Gonçalo Vasques, reitor da igr. par. de S. João de Beja, vacante por morte do cardeal Gil de Albornoz, encarregando da execução o b. de Cória, o deão de Évora e João de Jora, cón. de Évora (AV, Reg. Aven. 168, fl. 189, Reg. Vat. 258, fl. 114--114v): p. XCVIII, nota 157.

109 — *1368, 10 de Setembro:* Carta de D. Arnaldo, cardeal de Auch, camarário do papa Urbano V, a Bertrando de Mansello, arcediago na igr. de Lérida, subcolector apostólico na dioc. de Lisboa, sobre a colação do arcediagado de Lisboa a Domingos Peres (AV, Reg. Aven. 166, fl. 35v): p. C, nota 167.

110 — *1368, 11 de Dezembro:* Letras do papa Urbano V, concedendo a João Anes da Lourinhã a igr. par. de S. Tiago de Murça, vacante por morte do cardeal Gil de Albornoz, encarregando da execução o arcediago e os cón. de Lisboa Lourenço Vicente e Vicente Amado (AV, Reg. Aven. 170, fl. 201-201v): p. XCVII, nota 155.

111 — *1368, 11 de Dezembro:* Letras do papa Urbano V, concedendo a Gonçalo Vasques, reitor da igr. par. de S. João de Beja e licenciado em dir. canón, o canonicato e prebenda de Braga, concedidos a João Peres, cón. de Évora, por morte do cardeal D. Gil de Albornoz, os quais se esperava viessem a vagar (AV, Reg. Aven. 170, fl. 201v-202v): pp. XCVII-XCVIII, nota 156.

112 — *1376, 5 de Setembro:* Carta de el-rei D. Fernando, a favor do prior da coleg. de Guimarães, Mestre Vicente, seu médico, e dos cón. da colegiada (ANTT, *Coleg. de Guimarães*, maço 2, *Docum. reais*, n. 3): p. XCVIII-XCIX, nota 161.

113 — *1376, 24 de Novembro:* Desposórios da Infanta Dona Beatriz, filha de D. Fernando, rei de Portugal, e D. Fradique, filho de el-rei de Castela (ANTT, Gav. 17, maço 6, docum. n. 8): pp. CCCLXXVI--CCCLXXVII.

114 — *1378, 6 de Outubro:* Acto notarial, passado em Bolonha, na presença de João Afonso das Regras de Lisboa, antigo escolar de direito civil na univers. de Bolonha, designado como licenciado em leis, sobre a entrega a ele de soma de dinheiro, a instâncias do perito em direito Álvaro Pais, que sobre o assunto dera ordens em Lisboa, a 6 de Junho de 1378 (ASB, *Rogiti de Azzone Buvadelli, fasc. degli anni* 1377-1378, fl. 36-37): pp. CXXXVI-CXXXVIII.

115 — *1378, 22 de Novembro:* Letras do papa de Avinhão Clemente VII, concedendo a Gonçalo Vasques, cón. de Braga, prior da coleg. de Guimarães e licenciado em decretos, o canonicato e prebenda de Lisboa (AV, Reg. Aven. 206, fl. 43-43v): p. XCVIII, nota 158.

116 — *1379, 12 de Dezembro:* Sentença de nulidade do matrimónio contraído entre Dona Isabel, filha bastarda de el-rei D. Fernando, e D. Afonso, conde de Noronha e filho do rei D. Henrique de Castela (ANTT, Gav. 17, maço 2, docum. n. 10): pp. CCCLXXV-CCCLXXVI.

117 — *1380, 10 de Maio:* Procuração de D. Fernando, rei de Portugal, a D. João Afonso Telo, conde de Ourém, para o tratado dos desposórios da filha com o Infante D. Henrique de Castela, na presença do Dr. Gil do Sem e Rui Lourenço, deão de Coimbra, licenciado em decretos e conselheiro de el-rei D. Fernando (ANTT, Gav. 17, maço 6, docum. n. 11): p. CCCLXXVIII.

118. — *1380, 12 de Maio:* Documento de D. Fernando, rei de Portugal, sobre os capítulos acordados quanto aos desposórios de D. Beatriz e o Infante D. Henrique, filho do rei de Castela (ANTT, Gav. 17, maço 6, docum. n. 11): p. CCCLXXVIII.

119 — *1380, 21 de Maio:* Tratado sobre os desposórios de D. Beatriz, primogénita de el-rei D. Fernando, com o Infante D. Henrique, filho de D. João, rei de Castela, presentes o arceb. de Toledo D. Pedro Tenório, João Garcia Manrique, b. de Siguenza e chanceler-mor do rei de Castela, Doutor Gil do Sem e Rui Lourenço, deão de Coimbra (ANTT, Gav. 17, maço 6, docum. n. 11): pp. CCCLXXVII-CCCLXXVIII.

120 — *1380,* 31 *de Agosto:* Documento relativo às cortes de Sória e aos desposórios de Dona Beatriz com o Infante D. Henrique de Castela, estando presentes, entre outros, o Dr. Gil do Sem e Rui Lourenço,

deão de Coimbra e licenciado em direito canónico, embaixadores do rei de Portugal, e o arceb. de Toledo D. Pedro Tenório (ANTT, Gav. 17, maço 6, docum. n. 11): pp. CCCLXXVIII-CCCLXXIX.

121 — *1382, 15 de Outubro:* Procuração de el-rei D. Fernando, passada a João Fernandes Andeiro, conde de Ourém, na presença de João Gonçalves da Teixeira, chanceler da puridade, e Rui Lourenço, deão de Coimbra, licenciado em decretos e conselheiro de el-rei D. Fernando, para tratar com o rei de Castela, D. João, dos desposórios e casamento deste com a filha primogénita Dona Beatriz: p. CCCLXXIX.

122 — *1382, 9 de Dezembro:* Tratado de Pinho sobre os capítulos acordados quanto aos desposórios e casamento de Dona Beatriz com o rei de Castela D. João: pp. CCCLXXIX-CCCLXXX.

123 — *1383, 24 de Janeiro:* Carta do rei de Castela ao cardeal Pedro de Luna, em viagem à corte do rei de Portugal, para tratar do casamento do rei de Castela com Dona Beatriz, primogénita de D. Fernando, rei de Portugal: p. CCCLXXX.

124 — *1383, 12 de Março:* Nomeação pelo rei de Castela do arceb. eleito de S. Tiago de Compostela, D. João Garcia Manrique, como seu procurador nos desposórios e casamento com a Infanta Dona Beatriz (ANTT, Gav. 17, maço 6, docum. n. 10): pp. CCCLXXX-CCCLXXXI.

125 — *1383, 12 de Março — 21 de Maio:* Documento referente aos desposórios e casamento de Dona Beatriz, primogénita de D. Fernando, rei de Portugal, com o rei de Castela (ANTT, Gav. 17, maço 6, docum. n. 10): pp. CCCLXXXI-CCCLXXXV, CCCLXXXVIII.

126 — *1383, 14 de Maio:* Sentença do cardeal Pedro de Luna, declarando a Infanta Dona Beatriz apta para consumar o matrimónio contraído com o rei de Castela, apesar de ainda não ter doze anos de idade, e obrigando-a a seguir o marido (Archivio General de Simancas, *Patronato Real*, leg. 47, fl. 18): pp. CCCLXXXV--CCCLXXXVII.

127 — *1384, 3 de Outubro:* Documento referente à univers. de Lisboa, em que aparece o Dr. João das Regras como chanceler e conselheiro régio (Arq. da Univ. de Coimbra, *Livro Verde*, fl. 43v-47): p. CCCLXIX.

128 — *1384, 15 de Outubro:* Documento, em que figura o Dr. João das Regras como chanceler, na ausência de Lourenço Anes Fogaça, e como conselheiro régio (Arq. da Univ. de Coimbra, Gav. 1, maço 1, docum. n. 2, *Livro Verde*, fl. 47-48): p. CCCLXIX.

129 — *1385, 30 de Março — 1 de Abril:* Inquirição pelos b. do Porto e de Évora sobre a vacância do reino de Portugal, por não haver candidatos legítimos ao trono (ANTT, Gav. 13, maço 3, docum. n. 8, fl. 1-5v): pp. CXXVI-CXXVIII, CCCXC, CCCXCII, CCCXCIII, CCCXCV.

130 — *1385, 6 de Abril:* Auto das cortes de Coimbra sobre a eleição do Mestre de Avis para rei de Portugal (ANTT, Gav. 13, maço 10, docum. n. 12): pp. CXXIV-CXXV.

131 — *1385, Abril:* Súplica ao papa Urbano VI dos bispos, abades, barões e cavaleiros e procuradores das cidades, vilas e povoações de Portugal, sobre a eleição do Mestre de Avis para rei, por eles realizada (ANTT, Gav. 14, maço 3, docum. n. 9): pp. CV-CVII.

132 — *1385, 10 de Abril:* Escolha, nas cortes de Coimbra, de vários conselheiros régios, entre eles os Doutores Gil do Sem, João das Regras e Martinho Afonso (ANTT, Cortes, liv. 2, fl. 1-18): pp. CCCLXIX-CCCLXX.

133 — *1385, 15 de Abril:* Nomeação por D. João I, rei de Portugal, de Lourenço Anes Fogaça, chanceler do reino, e de D. Fernando Afonso de Albuquerque, mestre da Ordem de S. Tiago da Espada, como seus embaixadores a D. Ricardo, rei de Inglaterra, estando presentes, entre outros, os Doutores João das Regras, Gil do Sem e Martim Afonso (ANTT, Gav. 17, maço 2, docum. n. 7, Gav. 18, maço 1, docum. n. 3, Gav. 18, maço 3, docum. n. 25): p. CCCLXVIII-CCCLXIX.

134 — *1386, 8 de Dezembro:* Letras do papa Urbano VI, encarregando o b. de Viseu de dar licença ao conde de Barcelos, D. Nuno Álvares Pereira, de edificar na cidade de Lisboa um mosteiro: p. CLXXIV.

135 — *1388, 8 de Janeiro:* Carta de D. João I, rei de Portugal, sobre determinada lei feita nas cortes de Braga, relativa às moedas, a pedido do Doutor João das Regras, conselheiro régio e prior da colegiada de S.ta Maria de Guimarães (ADB, *Colecção cronológica*, caixa 22): p. CXXXVI.

136 — *1391, 27 de Janeiro:* Letras *Divina disponente clementia* do papa Bonifácio IX, concedendo dispensa para o Mestre de Avis, eleito pelas cortes de Coimbra rei de Portugal, com o fim de resistir aos cismáticos castelhanos, inimigos de Portugal e do papa de Roma, na esperança de obterem a confirmação pontifícia, ser legítimo monarca e continuar casado com Dona Filipa de Lencastre ou de casar com outra mulher qualquer, no caso de ser decidido diversamente da pessoa de Dona Filipa, absolvendo D. João I de pena em que, por tal motivo, tivesse incorrido, e legitimando-o, enquanto filho de D. Pedro, rei de Portugal, e de mulher casada, mesmo que o dito D. Pedro e a mãe do Mestre de Avis estivessem ligados, cada um de per si, por vínculo matrimonial, ao tempo da geração, e ele D. João tivesse aderido durante algum tempo ao antipapa e não tivesse obtido dispensa para casar com Dona Filipa (ANTT, *Bulas*, maço 5, n. 9, AV, Reg. Lat. 12, fl. 10v-12v): pp. CVIII-CXI.

137 — *1391, 27 de Janeiro:* Letras *Romanus pontifex* do papa Bonifácio IX, dirigidas a D. João I, rei de Portugal, e à rainha Dona Filipa de Lencastre, concedendo-lhes a absolvição de qualquer censura eclesiástica, em que tivessem incorrido pelo facto de, após a eleição do Mestre de Avis como rei de Portugal, terem contraído matrimónio, em virtude de dispensa obtida do papa Urbano VI, mas sem a confecção das respectivas letras, declarando válido tal matrimónio, desde o tempo em que foi contraído, como se nenhum impedimento houvesse ou tivesse sido legitimamente dispensado, com faculdade de contraírem novos matrimónios, morto qualquer dos cônjuges (AV, Reg. Lat. 12, fl. 40-41): pp. CXXI-CXXII.

138 — *1391, 28 de Janeiro:* Letras *Quia rationi congruit* do papa Bonifácio IX, determinando que a concessão oral do papa Urbano VI sobre as dispensas para o Mestre de Avis poder ser rei de Portugal e casar com Dona Filipa de Lencastre tenha valor, apesar de não terem sido feitas as respectivas letras, e declarando, por ciência própria, que tais concessões foram feitas e que ele próprio, para maior segurança e cautela, absolvera o rei de qualquer pena ou infâmia e o dispensara para continuar licitamente no matrimónio contraído com a rainha Dona Filipa de Lencastre (ANTT, *Bulas*, maço 26, docum. n. 15): pp. CXIII-CXV.

139 — *1391, 9 de Julho:* Pública-forma da bula *Quia rationi congruit*, publicada solenemente a bula na catedral de Lisboa, com pregação do franciscano Frei Rodrigo de Sintra, mestre em teologia, com a assistência dos b. de Lisboa, do Porto e de Cidade Rodrigo, D. João Anes, D. João Afonso de Azambuja e D. Frei Rodrigo, do cab. de Lisboa, do chanceler régio Lourenço Anes Fogaça, etc. (ANTT, *Bulas*, maço 26, docum. n. 15): pp. CXII-CXV.

140 — *1395, 9 de Setembro:* Letras *Sacrae religionis* do papa Bonifácio IX, encarregando o arceb. de Lisboa de confirmar a fundação, construção e entrega do mosteiro pelo condestável D. Nuno Álvares Pereira, conde de Barcelos, aos frades carmelitas (AV, Reg. Lat. 35, fl. 128v-129): pp. CLXXV-CLXXVI.

141 — *1398, 27 de Julho:* Letras do papa Bonifácio IX, confirmando ao Dr. João das Regras, clérigo conjugado de Lisboa e doutor em leis, a administração do hospital de Santo Eutrópio, da qual fora privado Martim Vasques da Cunha, que aderira aos cismáticos de Castela contra D. João I, rei de Portugal (AV, Reg. Lat. 60, fl. 301-302v): p. CXXXV, nota 258.

142 — *1404, 19 de Junho:* Carta de D. João I, rei de Portugal, a confirmar legado do falecido seu conselheiro Dr. João das Regras, a favor da esposa deste, Leonor da Cunha, sobre a administração do hospital de S.to Eutrópio e de S.ta Bárbara e outros bens pertencentes a Martinho Vasques da Cunha (Bibl. Nacional de Lisboa, *Fundo Geral*, cód. 1, 106, fl. 178-179): p. CXXXVI, nota 259.

143 — *1404, 28 de Julho:* Docum. passado nos paços do condestável D. Nuno Álvares Pereira, em Almada, com alusões a carta régia de 10 de Julho de 1404 quanto a concessões do condestável ao mosteiro de S.ta Maria do Carmo de Lisboa: p. CLXXVI.

144 — *1404, 10 de Setembro:* Docum. passado nos paços do condestável D. Nuno Álvares Pereira, em Almada, sobre a confirmação de doações régias ao condestável e de doações deste ao mosteiro de S.ta Maria do Carmo de Lisboa: p. CLXXVI.

145 — *1404, 18 de Setembro:* Docum. relativo a doações do condestável D. Nuno Álvares Pereira ao mosteiro de Santa Maria do Carmo de Lisboa: p. CLXXVI.

146 — *1413, 18 de Julho:* Letras *Sincerae devotionis* do papa João XXIII, encarregando o arcediago de Santarém de aprovar e confirmar doações que o condestável D. Nuno Álvares Pereira tencionava fazer ao mosteiro de S.ta Maria do Carmo, com rendimentos de 300 coroas de oiro anuais (AV, Reg. Lat. 173, fl. 238--238v): pp. CLXXVI-CLXXVII.

147 — *1413, 2 de Outubro:* Lopo Vaz da Cunha de Portugal, filho de Vasco Martins da Cunha e morador e estudante de dir. civil em Pádua, declara dever certa soma de dinheiro a Gomes de Portugal, filho de João Martins de S. Mamede de Lisboa e nesta data monge do most. bened. de S. Fortunato de Bassiano (ASP, *Archiv. notarile* 384, c. 35v): p. CCLIII, nota 658.

148 — *1415, 5 de Agosto:* Súplica do cab. de Tui, com sede em Valença do Minho, ao papa João XXIII sobre a postulação de Lopo Vaz da Cunha para bispo de Tui (ADB, *Gav. de notícias várias*, n. 48): p. CLXIX.

149 — *1418, 7 de Janeiro:* Rui Dias, cón. de Braga, obriga-se, em nome de D. Fernando da Guerra, a pagar a taxa devida pela promoção a arcebispo de Braga (AV, Obl. et Sol. 58, fl. 40): p. CCL-CCLI, nota 650.

150 — *1420, 26 de Março:* Letras do papa Martinho V a Rui Dias, cón. de Braga e colector geral apostólico, sobre a faculdade de permutar seus benefícios (AV, Reg. Lat. 206, fl. 68v-69): p. CCLI, nota 651.

151 — *1422, 6 de Abril:* Notícia sobre a concessão de letras apostólicas, relativas à permuta de benefícios, a Rui Dias, cón. de Braga e colector apostólico em Portugal (AV, Annat. 1, fl. 287): p. CCLI, nota 651.

152 — *1424(?):* Carta do papa Martinho V a D. João I, rei de Portugal, pedindo clemência para Rui Dias, arced. de Barroso, antes colector apostólico em Portugal, donde fugira, a fim de evitar possíveis castigos da parte do monarca, irritado por o colector ter reagido impetuosamente contra Fernando Pereira, que o esbofeteara no paço real (Bibl. Apost. Vaticana, cod. Chig. D. VII. 101, fl. 54v): p. CCLI, nota 652.

153 — *1424, 27 de Setembro:* Vasco Rodrigues de Lisboa, doutor em leis, obriga-se, em nome de Afonso Rodrigues, pela anata da igr. par. de S. Martinho do Campo (AV, *Obl. Particulares* 1, fl. 74v): p. CCLV, nota 661.

154 — *1424, 26 de Outubro:* Salvo-conduto do papa Martinho V a Rui Dias, arced. de Barroso e antes colector apostólico, facultando-lhe a entrada, residência e direito de pernoitar em Roma, bem como de sair livremente e de se apresentar na câmara apostólica, a fim de prestar contas da administração do ofício de colector, sem disso o poderem impedir os juízes da Cúria pontifícia (AV, Arm. 29, t. 8, fl. 218): p. CCLII, nota 653.

155 — *1424, 22 de Dezembro:* Rui Dias, arced. de Barroso, antes colector apostólico, compromete-se a pagar certas somas de dinheiro à câmara apostólica (AV, *Obl. Particulares*, 1, fl. 93): p. CCLX, nota 668.

156 — *1424, 23 de Dezembro:* Rui Dias, arced. de Barroso, obriga-se pela anata da igr. par. de Canaveses, em nome de Gil Esteves (AV, *Obl. Particulares*, 1, fl. 90): p. CCLX, nota 668.

157 — *1425, 28 de Março:* Frei Gomes Martins, dominicano, obriga-se, em nome de João Anes, pela anata do deado de Coimbra, vacante por permuta com o protonotário D. Álvaro Ferreira (AV, Annat. 2, fl. 49v): p. CCLVIII, nota 666.

158 — *1425, 19 de Dezembro:* Rui Dias, arced. de Barroso, obriga-se pela anata do canonicato e prebenda de Braga, em nome de Estêvão Pimenta (AV, Annat. 2, fl. 113v): p. CCLII, nota 654.

159 — *1426, 17 de Julho:* Rui Dias obriga-se pela anata do canonicato e prebenda do Porto, vacantes pela promoção do b. de Lamego D. Luís (AV, Annat. 2, fl. 181): p. CCLII, nota 655.

160 — *1426, 29 de Outubro:* Vasco Rodrigues, doutor em leis, obriga-se, em nome do cardeal presb. de S.to Estêvão in Celio Monte, D. Pedro, quanto à licença de resignar a benefícios nos domínios do rei de Aragão (AV, Annat. 2, fl. 209): p. CCLV, nota 661.

161 — *1426, 31 de Dezembro:* O protonotário apostólico D. Álvaro Ferreira obriga-se pela anata do deado de Évora e igr. par. de Arraiolos, vacantes por resignação do cardeal diácono de S.ta Maria in Cosmedin, D. Lúcido (AV, Annat. 2, fl. 224): p. CCLVIII, nota 666.

162 — *1427, 7 de Janeiro:* Carta de Afonso Anes ao ab. Gomes Anes, comunicando a chegada de Lopo Vasques da Cunha e do deão da Guarda, que iam pedir ao papa o bispado da Guarda, e dum criado do b. de Coimbra, com recado para João Afonso, bem como de João do Sem, sobrinho do Dr. Martim do Sem, e outros portugueses que iam para a univers. de Bolonha (Bibl. Medicea Laurenziana di Firenze, cod. Ashb. 1792, I, fl. 102): p. CCLIII, nota 659.

163 — *1427, 10 de Janeiro:* Carta de Afonso Anes ao ab. Gomes Anes, comunicando a chegada de João do Sem, de Afonso e Gomes Nogueira, de Lopo Vasques da Cunha, do deão da Guarda, dum criado do b. de Coimbra e outros portugueses (Bibl. Medicea Laurenziana di Firenze, cod. Ashb. 1792, I, fl. 145): p. CCLIII, nota 659.

164 — *1427, 25 de Fevereiro:* Súplica de Lopo Vaz da Cunha, postulado b. da Guarda, nobre e acólito do papa, sobre o arcediagado de Barroso (AV, Reg. Suppl. 208, fl. 156v-157): pp. CCLIII-CCLIV, nota 659.

165 — *1427, 3 de Março:* Rui Dias obriga-se pela anata do deado de Braga, vacante pela promoção do b. da Guarda D. Luís da Guerra (AV, Annat. 3, fl. 6): p. CCLIII, nota 656.

166 — *1427, 9 de Março:* Súplica de Álvaro Rodrigues, deão da Guarda e eleito b. pelo cabido, sobre a igr. par. de S.ta Maria de Almonda (AV, Reg. Suppl. 208, fl. 251-251v): p. CCLIV, nota 659.

167 — *1427, 13 de Maio:* Rui Dias obriga-se pela anata do deado de Lisboa, vacante por morte de Dinis Anes (AV, Annat. 3, f. 31): p. CCLII, nota 657.

168 — *1427, 2 de Junho:* Lopo Vaz da Cunha obriga-se pela anata da igr. par. de S. Bartolomeu de Alfange (AV, Annat. 3, fl. 38): p. CCLIV, nota 660.

169 — *1427, 19 de Julho:* João Rodrigues do Casal, reitor da igr. par. de S. Mamede de Évora, obriga-se, pela anata da igr. par. de S.ta Maria da Lourinhã, em nome de Rodrigo Anes de Asnes (AV, Annat. 3, fl. 54v): p. CCLIII, nota 659.

170 — *1427, 22 de Dezembro:* Lopo Vaz da Cunha, reitor da igr. par. de S.ta Maria da Lourinhã, obriga-se, em nome de Gonçalo Peres, pela anata do priorato do most. de S. Martinho de Mancelos (AV, Annat. 3, fl. 98): p. CCLIV, nota 660.

171 — *1428, 9 de Junho:* D. Álvaro Ferreira, deão de Évora e protonotário apostólico, obriga-se pela taxa da licença de resignar a benefícios (AV, Annat. 4, fl. 151): p. CCLIX, nota 666.

172 — *1428, 16 de Dezembro:* João Rodrigues obriga-se pela anata do priorato de S. Miguel de Sosa, vacante pela cessação da comenda feita a D. André, b. de Mégara (AV, Annat. 4, fl. 10v): p. CCLVII, nota 663.

173 — *1429, 24 de Janeiro:* Notícia de um par de bulas sobre a comenda do deado de Lamego, para D. Luís, filho do nobre barão Gonçalo Vasques Coutinho (AV, Annat. 4, fl. 222): p. CCXXXIV, nota 582.

174 — *1429, 22 de Abril:* Vasco Rodrigues, doutor em leis e deão de Lisboa, obriga-se, em nome de Afonso Rodrigues, seu irmão, sobre a anata da perpétua vigararia de S. Pedro de Sintra, vacante pela conse-

cução da igr. par. de S. Tiago de Beja, por parte de Vasco Gil, e pela anata da igr. par. de S. Martinho de Lagares, vacante por morte de Martinho Gonçalves, em nome de Vasco Afonso (AV, Annat. 4, fl. 48): p. CCLV, nota 661.

175 — *1429, 26 de Abril:* Vasco Rodrigues, doutor em leis, deão de Lisboa, obriga-se, em nome de Vasco Gil, pela anata da igr. par. de S. Tiago de Beja, vacante pela promoção de D. Rodrigo a b. de Silves (AV, Annat. 4, fl. 49): p. CCLV, nota 661.

176 — *1429, 26 de Abril:* Lopo Vaz obriga-se pela anata do arcediagado de Barroso, vacante pela posse pacífica do deado de Braga, da parte de Rui Dias (AV, Annat. 4, fl. 49): p. CCLIV, nota 660.

177 — *1429, 28 de Abril:* Lopo Vaz da Cunha obriga-se pela anata do deado de Braga, a vagar pela consecução do deado de Lisboa da parte de Rui Dias (AV, Annat. 4, fl. 50v): p. CCLIV, nota 660.

178 — *1429, 20 de Maio:* Vasco Rodrigues, doutor em leis, obriga-se pela taxa do deado de Lisboa, vacante por morte de Dinis Anes (AV, Annat. 4, fl. 59): p. CCLV, nota 661.

179 — *1429, 10 de Junho:* Pedro Anes obriga-se, em nome de D. Álvaro Ferreira, protonotário apostólico e reitor da igr. de S. João de Ovil, pela taxa devida à câmara apostólica (AV, Annat. 3, fl. 151): p. CCLIX, nota 666.

180 — *1429, 6 de Novembro:* João Rodrigues obriga-se pela anata do deado de Lisboa, vacante por morte de Dinis Anes (AV, Annat. 4, fl. 91v): p. CCLV-CCLVI, nota 661, p. CCLVII, nota 663.

181 — *1429, 16 de Novembro:* Rui Dias obriga-se pela anata da igr. par. de S.ta Maria da Lourinhã, vacante pela resignação de Lopo Vaz da Cunha, acólito do papa (AV, Annat. 4, fl. 94): p. CCLIV, nota 660.

182 — *1429, 26 de Novembro:* João Rodrigues confirma a obrigação pela anata do deado de Lisboa, em virtude da sub-rogação de Rui Dias e Vasco Rodrigues da Cúria (AV, Annat. 4, fl. 91v): p. CCLVI, nota 661, p. CCLVII, nota 663.

183 — *1429, 13 de Dezembro:* Vasco Rodrigues obriga-se pela taxa do arcediagado de Lisboa, em nome de Afonso Rodrigues (AV, Annat. 4, fl. 100v): p. CCLVI, nota 661.

184 — *1430, 24 de Janeiro:* Diogo Álvares obriga-se, em nome de Diogo Caldeira, pela anata do canonicato e prebenda de Lisboa, vacantes pela promoção de D. Álvaro, b. eleito de Coimbra (AV, Annat. 4, fl. 111v): p. CCLIX, nota 666.

185 — *1430, 13 de Fevereiro:* Martinho Arias obriga-se pela anata do arcediagado de Barroso, vacante por resignação de Vasco Rodrigues e morte de Lopo Vaz da Cunha (AV, Annat, 4, fl. 119v): p. CCLIV, nota 660, p. CCLVI, nota 661.

186 — *1430, 31 de Março:* João Beleágua obriga-se pela anata da igr. par. de S. Pedro de Ferreira, vacante pela promoção de D. Álvaro, b. eleito de Coimbra (AV, Annat. 4, fl. 134): p. CCLIX, nota 666, p. CCLXVIII, nota 674.

187 — *1430, 31 de Maio:* João Rodrigues, deão de Lisboa, obriga-se, em nome de André Anes, pela taxa da comenda do priorato de S. Pedro de Folques (AV, Annat. 4, fl. 165): pp. CCLVII-CCLVIII, nota 663.

188 — *1430, 9 de Junho:* Gonçalo Anes obriga-se, em nome de João Álvares, pela anata do priorato do most. de S. Pedro de Roriz, vacante pela expiração da comenda feita a D. Álvaro, b. eleito de Coimbra (AV, Annat. 4, fl. 166v): p. CCLIX, nota 666.

189 — *1430, 10 de Junho:* Notícia de letras apostólicas, passadas a Frei João de S. Tomé, sobre o most. de S. Miguel de Bustelo (AV, Annat. 5, fl. 199): p. CCLXIX, nota 677.

190 — *1430, 7 de Julho:* João Afonso de Estremoz obriga-se pela anata de porção na igr. par. de S. Salvador de Santarém, vacante pela promoção de D. Álvaro, b. eleito de Coimbra (AV, Annat. 5, fl. 7v): p. CCLIX, nota 666.

191 — *1431, 6 de Julho:* Fernando Álvares obriga-se pela anata do deado de Évora e da igr. de S. Salvador de Arraiolos, vacantes pela promoção de D. Álvaro a b. de Coimbra (AV, Annat. 6, fl. 49): p. CCLIX, nota 666.

192 — *1432, 26 de Fevereiro:* Docum. do cab. de Coimbra, com selos pendentes, passado na presença do b. de Coimbra D. Álvaro, do deão Fernando Gonçalves e do chantre João Afonso (ANTT, *Cabido da sé de Coimbra*, 2.ª incorpor., maço 58, n. 2190): p. CCLXXXI, nota 714.

193 — *1432, 28 de Julho:* Docum. do cab. de Coimbra, passado na presença do deão Doutor Fernando Gonçalves Beleágua (ANTT, *Cabido da sé de Coimbra*, 2.ª incorpor., maço 36, n. 1549): p. CCLXXXI, nota 714.

194 — *1432, Julho:* Letras do papa Eugénio IV, nomeando D. Luís Coutinho, reitor da igr. par. de S. Salvador de Bouças, notário apostólico, e encarregando o ab. do most. de Salzedas de receber o respectivo juramento (AV, Reg. Lat. 312, fl. 223-224): p. CCXXXIV, nota 582.

195 — *1432, 26 de Novembro:* Carta de prazo do cab. de Coimbra, na presença do deão Doutor Fernando Gonçalves Beleágua (ANTT, *Cabido da sé de Coimbra*, 2.ª incorpor., maço 25, n. 1034): pp. CCLXXXI-CCLXXXII, nota 714.

196 — *1432, 12 de Dezembro:* João Rodrigues, deão de Lisboa, obriga-se, em nome de Gomes Pais, pela anata do canonicato e prebenda de Coimbra, vacantes por morte de Pedro Anes (AV, Annat. 6, fl. 182): p. CCLVIII, nota 663.

197 — *1433, 17 de Janeiro:* Docum. do cab. de Coimbra, do ouvidor geral Vasco Anes, prior de Midões e estudante de dir. canón., sobre questão entre o deão Fernando Gonçalves e o cab. duma parte e outras pessoas da outra (ANTT, *Cabido da sé de Coimbra*, 2.ª incorp., maço 30, n. 1231): p. CCLXXXII, nota 714.

198 — *1433, 16 de Fevereiro:* Letras do papa Eugénio IV ao arceb. de Braga, denunciando a falsidade da interpretação a respeito dos seus desejos de reunir concílio na cidade de Bolonha e determinando que o arceb. e prelados da sua província eclesiástica tomem parte no concílio, que se realizará em Basileia (ADB, *Bulas*, caixa 1): pp. CCVI-CCVII.

199 — *1434, 9 de Março:* Docum. passado no most. de S.ta Maria do Carmo de Lisboa, na presença de Frei Afonso de Alfama, provincial da Ordem do Carmo em Portugal (ANTT, *Carmo de Lisboa*, B 47-17, fl. 32-33v): pp. CLXXVII-CLXXVIII, nota 372.

200 — *1434, 21 de Outubro:* Docum. passado no most. de S.ta Maria do Carmo de Lisboa, na presença de Frei Afonso de Alfama, provincial da Ordem do Carmo em Portugal (ANTT, *Carmo de Lisboa*, B 47-17, fl. 33v-34v): p. CLXXVIII, nota 372.

201 — *1435, 16 de Setembro:* Frei João de S. Tomé, comendatário do most. de Bustelo, obriga-se pela anata do most. (AV, Obl. et Sol. 70, fl. 150v): p. CCLXIX, nota 677.

202 — *1435, 12 de Dezembro:* Sínodo geral de Braga, estando presentes, entre outros, o arceb. D. Fernando Guerra, o deão Rui Dias, Vasco Rodrigues, chantre Pedro Anes, arcediago de Vermoim, etc. (ADB, *Colecção cronológica*, caixa 24): pp. CCLIX-CCLX, nota 667.

203 — *1436, 28 de Julho:* O papa Eugénio IV recebe entre os cubiculários pontifícios a Rui Dias, deão de Braga (AV, *Divers. Cam.*, Arm. 29, t. 19, fl. 198v): p. CCLX, nota 668.

204 — *1436, 31 de Julho:* O papa Eugénio IV concede processo de isenção a Rui Dias, deão de Braga e cubiculário pontifício (AV, *Divers. Cam.*, Arm. 29, t. 19, fl. 198v): p. CCLX, nota 668.

205 — *1436, 9 de Agosto:* Letras do papa Eugénio IV, a conceder a indulgência plenária ao cavaleiro e doutor em leis Vasco Fernandes de Lucena, cavaleiro, da diocese de Coimbra e a sua mulher Violante de Alvim (AV, Reg. Lat. 346, fl. 288v): p. CXCI.

206 — *1436, 9 de Agosto:* Carta do concílio de Basileia ao arceb. de Braga contra o papa Eugénio IV, inclusive quanto aos estados pontifícios (ADB, *Bulas*, caixa 1): pp. CCVIII-CCX.

207 — *1436, 22 de Setembro:* Nomeação de Afonso Gomes de Lemos, deão de Silves, como cubiculário pontifício (AV, *Divers. Cam.*, Arm. 29, t. 19, fl. 207): p. CCLXIV, nota 673.

208 — *1436, 27 de Setembro:* Álvaro Afonso, bacharel em decretos, obriga-se, em nome de D. Antão Martins, b. do Porto, pela anata da igr. par. de S.ta Cruz da Maia (AV, Annat. 7, fl. 18v): p. CCLXXIX, nota 709.

209 — *1436, 15 de Outubro:* Súplica de Frei Francisco de Lisboa, confessor de D. Duarte, que tinha obtido para aquele certa paróquia, referindo que, havia mais de 24 anos, transitara da Ordem Franciscana para os Servitas: p. CCLXVIII, nota 676.

210 — *1436, 20 de Novembro:* Docum. passado no most. de S.ta Maria do Carmo de Lisboa, na presença de Frei Diogo Gil, provincial da Ordem, e de Frei Estêvão, criado do condestável D. Nuno Álvares Pereira e vigário da Ordem (ANTT, *Carmo de Lisboa*, B 47-17, fl. 34v-35v): p. CLXXVIII, nota 372.

211 — *1436, 24 de Dezembro:* Discurso do Dr. Vasco Fernandes de Lucena, no concílio de Basileia, sobre a utilidade dos concílios gerais e primado do papa na Igreja universal (Bibl. Apost. Vaticana, cod. Palat. lat. 608, fl. 176-178, Oesterr. National-bibl. Wien, cod. 4160, fl. 305a-308b): pp. CXCIII-CXCIX.

212 — *1437, 29 de Janeiro:* Carta de el-rei D. Duarte ao ab. Gomes Anes, lamentando-se de o deão de Braga propalar queixas na Cúria contra o rei, que atentaria contra as liberdades eclesiásticas, e sobre outros assuntos (Bibl. Medicea Laurenziana di Firenze, cod. Ashb. 1792, I, fl. 8-9v): p. CCXXXIII, nota 577, p. CCLX, nota 669, p. CCLXI, nota 672, p. CCLXVIII, nota 676.

213 — *1437, 23 de Março:* Carta de el-rei D. Duarte ao ab. Gomes Anes, recomendando-lhe a defesa dos direitos portugueses na questão dos bispados e mestrados com Castela, juntamente com Afonso Gomes de Lemos, Mestre Frei João de S. Tomé, Mestre Francisco de Lisboa, Doutor João Beleágua e cubiculário Gonçalo Anes de Óbidos (Bibl. Medicea Laurenziana di Firenze, cod. Ashb. 1792, I, fl. 4-4v): pp. CCLXI--CCLXII, nota 672.

214 — *1437, 18 de Abril:* Afonso Gomes de Lemos, cubiculário do papa, nomeia seus procuradores, quanto à permuta da chantria de Viseu, a seu irmão Gomes Martins e outros, revogando a nomeação anterior de João Nunes, tesoureiro de Viseu, Luís Anes, cón. de Viseu, e Álvaro Afonso, bacharel em decretos e clérigo da diocese de Coimbra, e outros (Arq. da Univers. de Coimbra, *Pergam. do cabido, sem numerar*): p. CCLXXIX, nota 710.

215 — *1437, Maio:* Súplica da univers. de Lisboa ao papa Eugénio IV, a pedir a nomeação de capelão pontifício para Frei João de S. Lourenço da Ordem do Carmo, bacharel formado e lente de prima de teologia (ASF, *Diplomatico*, Badia): p. CLXX.

216 — *1437, 12 de Maio:* Carta de João de Resende ao ab. Gomes Anes sobre as atitudes contrárias ao papa Eugénio IV da parte do concílio de Basileia (Bibl. Nazionale Centrale di Firenze, cod. Badia 4, p. 241): p. CCIV.

217 — *1437, 16 de Maio:* Carta de el-rei D. Duarte sobre o envio de Rodrigo Anes de Asnais, com instruções sobre o assunto da isenção dos bispados e mestrados em Portugal, com afirmações de reconhecimento da autoridade do papa sobre o concílio e alusões à actividade do deão de Braga, dos Doutores Vasco Rodrigues e João Beleágua na defesa dos direitos portugueses (Bibl. Medicea Laurenziana di Firenze, cod. Ashb. 1792, I, fl. 10-12): p. CCIII, p. CCLXI, nota 671.

218 — *1437, 17 de Maio:* Carta de Lopo Afonso, escrivão da câmara de el-rei D. Duarte, ao ab. Gomes Anes sobre Frei João da Ordem do Carmo, bacharel formado e lente de prima de teologia na univers. de Lisboa (Bibl. Medicea Laurenziana di Firenze, cod. Ashb. 1792, II, fl. 80): p. CLXXI.

219 — *1437, 24 de Maio:* Carta de Afonso Nogueira sobre súplica da univers. de Lisboa ao papa Eugénio IV, para este fazer capelão pontifício a Frei João, que fora prior do Carmo (Bibl. Medicea Laurenziana di Firenze, cod. Ashb. 1792, I, fl. 184): p. CLXXIII.

220 — *1437, 14 de Junho:* João Beleágua, deão da Guarda, obriga-se, em nome de D. Afonso, conde de Ourém, pelas anatas de igr. par. a unir a um mosteiro, a erigir, da Ordem dos Cartuxos (AV, Annat. 7, fl. 99): p. CCLXVIII, nota 674.

221 — *1437, 18 de Junho:* Rui Dias, deão de Braga, obriga-se pela anata do priorato de S. Miguel de Sosa, em nome de João de Sousa (AV, Annat. 7, fl. 101v): p. CCLII, nota 657.

222 — *1437, 25 de Junho:* Carta de el-rei D. Duarte sobre a isenção dos bispados e mestrados portugueses, com notícia de ter escrito aos seus embaixadores no concílio para se manterem fiéis ao papa (Bibl. Medicea Laurenziana di Firenze, cod. Ashb. 1792, II, fl. 29-29v): p. CCIII.

223 — *1437, 27 de Junho:* Carta de el-rei D. Duarte ao b. do Porto D. Antão Martins, com sugestões relativas às desinteligências entre o papa e o concílio (Bibl. Medicea Laurenziana di Firenze, cod. Ashb. 1792, II, fl. 13-14): p. CCIII.

224 — *1437, 29 de Junho:* Carta de el-rei D. Duarte, a recomendar aos embaixadores no concílio de Basileia sigam sempre a orientação dada pelo papa Eugénio IV, como único chefe da Igreja de Deus (Bibl. Medicea Laurenziana di Firenze, cod. Ashb. 1792, II, fl. 46): p. CCIII.

225 — *1437, 10 de Julho:* Súplica de Rui Dias, deão de Braga e cubiculário do papa Eugénio IV, sobre os proventos de seus benefícios e de Lopo Álvares, durante a viagem à Grécia: p. CCLXIX.

226 — *1437, 17 de Julho:* Carta de el-rei D. Duarte ao embaixador no concílio de Basileia, D. Luís do Amaral, b. de Viseu, sobre a expedição de Tânger: p. CCXXII.

227 — *1437, 7 de Agosto:* Promoção de Frei Pedro da Cruz, dominicano e professor de teologia, a b. de Tiberíades, com faculdade de exercer as funções episcopais na cidade e diocese de Lisboa (AV, Obl. et Sol. 66, fl. 61): p. CCLXXXVI, nota 742.

228 — *1437, 7 de Agosto:* Notícia duma bula a favor de João Beleágua sobre a igr. de S. Pedro de Ferreira (AV, Annat. 4, fl. 134): p. CCLIX, nota 666, p. CCLXVIII, nota 674.

229 — *1437, 27 de Agosto:* Carta de el-rei D. Duarte ao ab. Gomes Anes, com referências a intervenção do papa Eugénio IV, a favor de Rui Dias, deão de Braga (Bibl. Medicea Laurenziana di Firenze, cod. Ashb. 1792, I, fl. 21-21v): p. CCLXI, nota 670.

230 — *1437, 9 de Setembro:* Carta de el-rei D. Duarte ao ab. Gomes Anes, em que refere intervenção do papa Eugénio IV, a favor de Rui Dias, deão de Braga (Bibl. Medicea Laurenziana di Firenze, cod. Ashb. 1792, I, fl. 22v): p. CCLXI, nota 670.

231 — *1437, 12 de Setembro:* João Beleágua obriga-se pela anata do deado da Guarda, vacante por morte de Álvaro Rodrigues (AV, Annat. 7, fl. 127v): p. CCLXVIII, nota 674.

232 — *1437, 19 de Setembro:* Letras do papa Eugénio IV ao arceb. de Braga, comunicando a transferência do concílio de Basileia para Ferrara e mandando-o empreender viagem para esta cidade, como participante no concílio, e impor aos sufragâneos, com obrigação de tomarem parte nos concílios gerais, a observância de tal obrigação. Enviara embaixadores aos Gregos e tinha a certeza de que o imperador e o patriarca dos Gregos tomariam parte nele, esperando a chegada dos mesmos à volta do mês de Novembro (ADB, *Bulas*, caixa 1): p. CCVII.

233 — *1437, 13 de Outubro:* Carta do deão de Braga Rui Dias, desde Constantinópola, com notícias sobre as diligências dos embaixadores do papa e do concílio junto do imperador e patriarca dos Gregos, para os trazerem ao concílio (Bibl. de S. Marcos de Veneza, cod. lat. 2240 (L. IV, cod. 5), fl. 66-68): pp. CCXI--CCXIII.

234 — *1437, 14 de Outubro:* Súplica de D. Luís Coutinho, deão de Lamego e protonotário apostólico, dizendo-se nobre e com 22 anos de idade: p. CCXXXIV.

235 — *1437, 4 de Dezembro:* Carta do Dr. Lopo Vaz de Serpa ao ab. de Florença D. Gomes Anes sobre incumbências de el-rei D. Duarte para o abade (Bibl. Nazionale Centrale di Firenze, cod. *Badia* 4, p. 191): p. CCXXV, nota 516.

236 — *1437, Dezembro:* Rascunho de carta do ab. D. Gomes Anes ao Dr. Lopo Vaz de Serpa sobre a expedição de letras apostólicas, relativas à isenção da capela de S.to António de Lisboa (Bibl. Nazionale Centrale di Firenze, *Badia Fiorentina*, cod. por ordenar, *Badia* 4, p. 191): pp. CCXXV-CCXXVI, nota 516.

237 — *1437, 15 de Dezembro:* Carta de Gonçalo Anes, cubiculário do papa, comunicando, entre outras coisas, a chegada de pessoas, desde Tânger, e de João Nunes, irmão do b. de Viseu (Bibl. Medicea Laurenziana di Firenze, cod. Ashb. 1792, I, fl. 116-116v): p. CCXXIII, nota 509.

238 — *1438, 15 de Janeiro:* Carta do cubiculário Gonçalo Anes ao ab. D. Gomes Anes sobre diligências na Cúria pontifícia quanto à expedição de certas bulas (Bibl. Nazionale Centrale di Firenze, *Badia Fiorentina*, cod. por ordenar, *Badia 4*, p. 193): p. CCXXVI, nota 516.

239 — *1438, 11 de Fevereiro:* Carta do monge Arsénio ao ab. Gomes Anes sobre a chegada dos Gregos a Veneza e posição dos portugueses no concílio de Basileia perante as decisões tomadas contra o papa Eugénio IV (Bibl. Nazionale Centrale di Firenze, *Badia Fiorentina*, cod. por ordenar, *Badia 4*, p. 249): pp. CCXIV-CCXV.

240 — *1438, 12 de Fevereiro:* Carta do concílio de Basileia, dirigida ao arceb. de Braga, contra a reunião do concílio de Ferrara, incitando-o a não tomar parte no concílio de Ferrara e pedindo envie mestres, doutores e pessoas letradas ao concílio de Basileia e mandando publicar e urgir a observância dos decretos do concílio de Basileia contra o papa Eugénio IV, a quem o arceb. devia negar a obediência (ADB, *Bulas*, caixa 1): pp. CCXX-CCXXII.

241 — *1438, 15 de Fevereiro:* Carta do papa Eugénio IV ao arceb. de Braga, comunicando a chegada dos Gregos a Veneza, no dia 8 de Fevereiro, para ele dar a notícia aos sufragâneos e ao povo, e mandando que o arceb. e sufragâneos empreendam viagem para Ferrara, onde se realizará o concílio. Outros esclarecimentos e informações ser-lhe-ão dados pelo núncio Barnabé Orsini, doutor em leis (ADB, *Bulas*, caixa 1): pp. CCXVIII-CCXIX.

242 — *1438, 26 de Março — 3 de Abril:* Dispensa e exame de licenciatura em dir. canón. de Fernando Martins de Portugal na univers. de Bolonha (ASB, *Lib. secretus Iuris Pontificii*, fl. 71v): pp. CCCXLIV--CCCXLV.

243 — *1438, 9 de Abril:* Letras do papa Eugénio IV, a comunicar ter dado, com o consentimento do patriarca e do imperador dos Gregos e outros orientais e latinos, um decreto sobre a união da Igreja e a urgir a obrigação de ele e os outros da sua província eclesiástica partirem para o concílio de Ferrara (ADB, *Bulas*, caixa 1): pp. CCXIX-CCXX.

244 — *1438, 16 de Abril:* Súplica de Mem Peres, cón. do Porto, sobre os proventos de seus benefícios: p. CCXXVII, nota 527.

245 — *1438, 15 de Maio:* Súplica de Fernando Martins, clér. da dioc. de Coimbra, licenciado em decretos, sobre os proventos de seus benefícios, durante a ausência da Cúria do papa, em viagem de visita ao sepulcro de S.to António de Lisboa, em Pádua: p. CCCXLV.

246 — *143 8, 15 de Maio:* Súplica de D. Luís Coutinho, deão de Lamego e protonotário apostólico, nobre e estudante de dir. canón. em Pádua, sobre indulto de receber os proventos de seus benefícios, sem obrigação da residência pessoal: pp. CCXXXIV-CCXXXV.

247 — *1438, 29 de Maio:* Carta de D. Luís Coutinho ao ab. Gomes Anes sobre questão entre duas freiras do most. de S.ta Clara de Vila do Conde, nomeadas abadessas (Bibl. Medicea Laurenziana di Firenze, cod. Ashb. 1792, I, fl. 146): p. CCXXXV, nota 585.

248 — *1438, 9 de Junho:* Súplica de Mendo Peres, subdiácono de Viseu, licenciado em decretos e presente na Cúria pontifícia, sobre a pluralidade de benefícios: p. CCXXVII.

249 — *1438, 14 de Junho:* Súplica do Infante D. Pedro sobre o deado de Coimbra, a favor de Pedro de Ataíde, dizendo-se que aquela dignidade vagava por morte de Fernando Gonçalves Beleágua: p. CCLXXXII, nota 714.

250 — *1438, 11 de Agosto:* Letras do papa Eugénio IV, renovando disposições sobre a concessão da erecção do oratório de S.ta Maria de Valada a Fernando Martins, clér. da dioc. de Coimbra e licenciado em decretos pela univers. de Bolonha (AV, Reg. Lat. 363, fl. 38v-39v): pp. CCCXLV-CCCXLVI.

251 — *1439, 28 de Março:* Pública-forma do docum. de 12 de Dezembro de 1435 sobre o sínodo geral de Braga, passada pelo vigário geral do arcebispado D. Fernando da Guerra, João Fernandes, bacharel em decretos (ADB, *Colecção cronológica*, caixa 24): pp. CCLIX-CCLX, nota 667.

252 — *1439, 14 de Abril:* Carta original do Infante D. Henrique, administrador da Ordem de Cristo, ao papa Eugénio IV, a favor de seu secretário e familiar João Afonso, sobre graça expectativa, outorgada pelo papa, a pedido de el-rei D. Duarte (ASF, *Badia Fiorentina*, Diplomatico): p. CLXXXIII.

253 — *1439, 24 de Abril:* Carta original da rainha Dona Leonor ao papa Eugénio IV, a favor de João Afonso, secretário do Infante D. Henrique, quanto ao canonicato e prebenda de Lisboa (ASF, *Badia Fiorentina*, Diplomatico): pp. CLXXXII-CLXXXIII.

254 — *1439, 6 de Maio:* Súplica de D. Luís Coutinho, protonotário apostólico, que se ausenta da Cúria pontifícia por motivo de estudos, a fim de continuar a receber os proventos de seus benefícios: p. CCXXXIX.

255 — *1439, 11 de Maio:* Fernando Martins, clér. da dioc. de Coimbra, licenciado em decretos e abreviador das letras apostólicas, presente na Cúria papal, obriga-se a pagar a anata da igr. par. de Valada (AV, Annat. 8, fl. 43): p. CCCXLVI.

256 — *1439, 31 de Maio:* Carta original da rainha Dona Leonor ao papa Eugénio IV, a recomendar Luís Peres, outrora capelão de el-rei D. Duarte (ASF, *Badia Fiorentina*, Diplomatico): p. CLXXXII.

257 — *1439, 1 de Setembro:* D. Luís Coutinho, protonotário apostólico, obriga-se pela anata da igr. de S.to André de Souselo, em nome de Vasco Martins (AV, Annat. 8. fl. 79): p. CCXXXIX, nota 590.

258 — *1439, 9 de Setembro:* Notícia da promoção de D. Luís Coutinho a b. de Viseu (AV, Obl. et Sol. 66, fl. 71v): p. CCXXXIII.

259 — *1439, 25 de Setembro:* Notícia do pagamento da taxa devida pela promoção de D. Luís Coutinho b. de Viseu, a 9 de Set. de 1439 (AV, Obl. et Sol. 69, fl. 69): p. CCXXXIII.

260 — *1439, 25 de Setembro:* Notícia da presença de D. Luís Coutinho, b. de Viseu, na câmara apostólica, a obrigar-se pelo pagamento da taxa devida pela sua promoção (AV, Obl. et Sol. 70, fl. 265, Obl. et Sol. 64, fl. 313v): p. CCXXXIII.

261 — *1439, 25 de Setembro:* Notícia do pagamento da taxa devida pela promoção de D. Luís Coutinho a b. de Viseu, através da sociedade bancária de Cosme e Lourenço de Medicis (AV, Obl. et Sol. 68, fl. 62): p. CCXXXIII.

262 — *1439, 26 de Outubro:* Letras do papa Eugénio IV, dirigidas ao b. de Lamego, D. João, confiando-lhe causa sobre a igr. par. de Castelo de Vide, até então pendente na Cúria pontifícia, entre Luís Peres, enviado à Cúria papal pela rainha Dona Leonor e alegando não poder esperar a decisão na Cúria, por ter de regressar a Portugal no desempenho da sua missão (AV, Reg. Lat. existente na Bibl. de Dublin, de que há microfilme na Bibl. Apost. Vaticana, Rullo n. 2, ms. 1223, Série I, vol. 3, fl. 252v-253v): p. CLXXXIV, nota 407.

263 — *1439, 10 de Novembro:* Notícia da residência contínua na Cúria papal de Afonso Gomes de Lemos, cubiculário pontifício, desde 22 de Setembro de 1436 até 5 de Janeiro de 1439 e desde 15 de Outubro de 1439 até 10 de Novembro de 1439 (AV, *Divers. Camer.*, Arm. 20, vol. 29, fl. 107v): p. CCLXIV, nota 673.

264 — *1439, 29 de Dezembro:* Carta do deão de Coimbra, Doutor Beleágua (ANTT, *Cabido da sé de Coimbra*, 2.ª incorpor., maço 10, n. 493): p. CCLXXXII, nota 714.

265 — *1440, 11 de Março:* Rui Dias, deão de Braga, obriga-se pela anata de porção na igr. de S.ta Cruz de Lisboa, vacante por morte de Luís Garcia (AV, Annat. 8, fl. 118v): p. CCLII, nota 657.

266 — *1440, 12 de Março:* Súplica de Fernando Martins, clér. da dioc. de Coimbra, licenciado em decretos e abreviador das letras apostólicas, presente na Cúria papal: p. CCCXLVI.

267 — *1440, 12 de Março:* Súplica de Gonçalo Anes de Óbidos sobre o deado de Coimbra, vacante por morte de Fernando Gonçalves Beleágua: p. CCLXXXII, nota 714.

268 — *1440, 1 de Abril:* Gonçalo Anes de Óbidos, cubiculário do papa, obriga-se pela anata do deado de Coimbra, vacante por morte de Fernando Gonçalves Beleágua (AV, Annat. 8, fl. 123): p. CCLXXXI, nota 714.

269 — *1440, 14 de Maio:* Letras do papa Eugénio IV sobre o canonicato e prebenda do Porto, concedidos a Fernando Martins, reitor da igr. par. de S.ta Maria da Valada e licenciado em decretos pela univers. de Bolonha (AV, Reg. Lat. 376, fl. 71-72v): p. CCCXLVII.

270 — *1440, 20 de Maio:* Rui Dias, deão de Braga, obriga-se, em nome de D. Fernando, arceb. de Braga, sobre a faculdade de conferir 15 canonicatos e prebendas a seus familiares na cidade e diocese de Braga (AV, Annat. 8, fl. 134): pp. CCLII-CCLIII, nota 657.

271 — *1440, 2 de Julho:* Súplica de Fernando Martins, clér. da dioc. de Coimbra, licenciado em decretos e abreviador das letras apostólicas, reitor da igr. par. de S.ta Maria de Valada, cón. do Porto e arcediago de Celorico da Beira, sobre o canonicato e prebenda de Silves: p. CCCXLVII.

272 — *1440, 3 de Setembro:* Súplica do Infante D. Pedro, a favor do seu familiar Frei João, provincial dos Carmelitas, licenciado e regente da cátedra principal de teologia na univers. de Lisboa, embaixador régio ao papa, depois de ter tomado parte na guerra contra os Sarracenos: pp. CLXXVIII, CLXXX.

273 — *1440, 13 de Setembro:* Carta de D. Afonso, rei de Aragão, aos Infantes D. Pedro, D. Henrique e D. João, ao conde de Barcelos, ao prior do Crato e outros, a congratular-se com eles por se ter dado início à concórdia entre o Infante regente e a rainha: pp. CLXXXVII-CLXXXVIII.

274 — *1440, 20 de Setembro:* Súplica do regente D. Pedro, a favor de seu familiar Frei João, provincial dos Carmelitas, licenciado em teologia e regente da cátedra principal de teologia na univers. de Lisboa e embaixador régio ao papa, depois de ter tomado parte na guerra contra os Sarracenos: pp. CLXXVIII, CLXXX.

275 — *1440, 24 de Setembro:* Súplica do regente D. Pedro, a favor de seu familiar Frei João, provincial dos Carmelitas, licenciado em teologia e regente da cátedra principal de teologia na univers. de Lisboa e embaixador régio ao papa, depois de ter tomado parte na guerra contra os Sarracenos: pp. CLXXVIII, CLXXX.

276 — *1440, 28 de Setembro:* Súplica do prior, chantre e cab. da coleg. de Guimarães, sobre conservatórias para as pessoas pertencentes à colegiada: p. CCXLIV.

277 — *1440, 28 de Setembro:* Fernando Martins, licenciado em decretos, e Pedro Afonso, reitor da igr. de S. Lourenço do Bairro, obrigam-se, em nome de Lopo Rodrigues, pela anata da igr. par. de S. Salvador de Magrelos (AV, Annat. 8, fl. 169v): p. CCCXLVII.

278 — *1440, 30 de Setembro:* Carta do papa Eugénio IV ao regente D. Pedro, a desculpar-se por não ter conferido o deado de Coimbra a Pedro de Ataíde, como prometera antes da morte do Doutor Fernando Gonçalves Beleágua, e tê-lo conferido ao cubiculário Gonçalo Anes de Óbidos, que ignorava as diligências do regente, em favor daquele (AV, Reg. Vat. 359, fl. 111v-112v, Bibl. Apost. Vaticana, cod. Chig. D. VII. 101, fl. 90-90v): pp. CCLXXIX-CCLXXX, nota 712.

279 — *1440, 5 de Outubro:* Súplica do regente D. Pedro, a favor de Frei João, provincial dos Carmelitas, licenciado em teologia e regente da cátedra principal de teologia na univers. de Lisboa e embaixador régio ao papa, depois de ter tomado parte na guerra contra os Sarracenos: pp. CLXXVIII-CLXXIX, CLXXX.

280 — *1440, 7 de Outubro:* Súplica do regente D. Pedro a favor de Frei João, provincial dos Carmelitas, licenciado em teologia e regente da cátedra principal de teologia na univers. de Lisboa e embaixador régio ao papa, depois de ter tomado parte na guerra contra os Sarracenos: p. CLXXX.

281 — *1440, 1 de Novembro:* Carta de D. Pedro, a informar os cavaleiros e outras pessoas de Coimbra de que a rainha partira de Almeirim para o Crato, em direcção a Castela: p. CLXXXVIII.

282 — *1440, 2 de Novembro:* Carta do Infante regente D. Pedro aos cavaleiros, fidalgos e homens bons da cidade de Coimbra sobre as intenções da rainha Dona Leonor em fomentar guerra entre Castela e Portugal: p. CLXXXVIII.

283 — *1440, 8 de Dezembro:* Carta do regente D. Pedro aos cavaleiros e fidalgos de Coimbra, para se precaverem contra os castelhanos: p. CLXXXVIII.

284 — *1440, fins do ano:* Cartas do papa Eugénio IV ao duque de Coimbra e regente D. Pedro, ao Infante D. Henrique, duque de Viseu, ao Infante D. João, a D. Afonso, conde de Barcelos, D. Fernando, conde de Arraiolos, D. Afonso, conde de Ourém, D. Fernando, arceb. de Braga, D. Álvaro, b. de Évora, e às autoridades civis da cidade de Lisboa (AV, Reg. Vat. 359, fl. 117v-118, Bibl. Apost. Vaticana, cod. Chig. D. VII. 101, fl. 93v-94v): pp. CLXXXIX-CXC.

285 — *1441, 6 de Abril:* Lopo Álvares obriga-se pela anata da tesour. da Guarda (AV, Annat. 8, fl. 212): p. CCLXIX, nota 679.

286 — *1441, 22 de Maio:* Notícia da promoção de D. Rui Dias a b. de Silves (AV, Obl. et Sol. 66, fl. 80): p. CCLXX.

287 — *1441, 23 de Maio:* Súplica de Vasco Rodrigues, doutor em ambos os direitos e advogado consistorial, presente na Cúria, que frequentava, havia cerca de 15 anos, sobre o ermitério de S.ta Maria de Azinhoso, vacante pela promoção de Rui Dias a b. de Silves, e respectiva bula do papa Eugénio IV (AV, Reg. Lat. 383, fl. 257v-259): p. CCLIV-CCLV, nota 661.

288 — *1441, 29 de Maio:* Súplica de Rui Dias, b. eleito de Silves, sobre o canonicato e prebenda de Braga para seu familiar Lopo Álvares, que o acompanhara à Grécia: p. CCLXIX.

289 — *1441, 31 de Maio:* Martinho Arias, deão de Braga e cubiculário do papa, obriga-se pela taxa devida pela promoção de D. Rui Dias a b. de Silves (AV, Obl. et Sol. 64, fl. 336): p. CCLII, nota 657, p. CCLXX.

290 — *1441, 7 de Junho:* António de Rabata, mercador de Florença, obriga-se, em nome de Martinho Anes, pela anata do deado de Braga, vacante pela promoção de D. Rui Dias a bispo de Silves (AV, Annat. 8, fl. 227): p. CCLIII, nota 657.

291 — *1441, 17 de Junho:* Súplica de Martinho Fernandes, sacerdote da diocese de Lamego e reitor da igr. par. de S.ta Maria de Vermiosa, sobe a absolvição de penas, por ter aderido ao concílio de Basileia: p. CCXXIX, nota 536.

292 — *1441, 5 de Julho:* Súplica de Martinho Fernandes, reitor da igr. par. de S.ta Maria de Vermiosa, sobre a absolvição de penas, por ter aderido ao concílio de Basileia: p. CCXXIX, nota 536.

293 — *1441, 14 de Agosto:* Diogo Gonçalves obriga-se pela anata de porção na igr. par. de S.ta Cruz da Alcáçova de Lisboa, vacante pela promoção de D. Rui Dias a bispo de Silves (AV, Annat. 8, fl. 243): p. CCLIII, nota 657.

294 — *1441, 18 de Agosto:* Vasco Rodrigues obriga-se pela anata do ermitério de S.ta Maria de Azinhoso (AV, Annat. 8, fl. 243v): p. CCLXXII, nota 687.

295 — *1441, 24 de Novembro:* Vasco Rodrigues, advogado consistorial, compromete-se a pagar a anata do ermitério de S.ta Maria de Azinhoso, vacante pela promoção de Rui Dias a b. de Silves (AV, Annat. 8, fl. 267v): p. CCLXXII, nota 687.

296 — *1441, 13 de Dezembro:* Súplica de Fernando Martins, licenciado em decretos, abreviador das letras apostólicas e familiar do regente D. Pedro, sobre a erecção da paróquia de S.ta Maria de Valada: p. CCCXLVII.

297 — *1442, 5 de Janeiro:* Letras do papa Eugénio IV ao Infante D. Pedro, a manifestar-lhe admiração por o regente ter impedido a Rui Dias a tomada de posse da diocese e também ao arceb. de Braga, para usar de sua influência, a fim de o eleito tomar posse da diocese (ADB, *Bulas*, caixa 1): pp. CCLXXI--CCLXXII.

298 — *1442, 23 de Fevereiro:* Letras do papa Eugénio IV, a nomear b. de Évora a Vasco Gil, bacharel em decretos (AV, Reg. Lat. 386, fl. 103v-105): p. CCLXXIII, nota 694.

299 — *1442, 28 de Fevereiro:* Letras do papa Eugénio IV ao regente D. Pedro, notificando que de modo algum cederá ao pedido, que lhe apresentara, em seu nome, o embaixador e provincial dos Carmelitas Frei João, de revogar a nomeação de Rui Dias para b. de Silves e de transferir para lá D. Luís do Amaral, privado da sé de Viseu, advertindo que nunca faria tal injustiça, sobretudo tratando-se de um cismático, hereje, inimigo dele papa e perturbador da Igreja, como fautor incansável do cisma. Ao arceb. de Braga pede faça valer sua influência, de forma a que D. Rui Dias tome posse da diocese (ADB, *Bulas*, caixa 1): pp. CCLXXIV-CCLXXV.

300 — *1442, 9 de Março:* O cavaleiro de Évora João Fernandes compromete-se a pagar a taxa da promoção de D. Vasco, b. eleito de Évora (AV, Obl. et Sol. 64, fl. 344): p. CCLXXIII, nota 694.

301 — *1442, 14 de Março:* Súplica de D. Luís Coutinho e respectiva bula do papa Eugénio IV sobre o indulto de poder ser ordenado de diácono e presbítero no mesmo dia e de receber a sagração episcopal de qualquer bispo católico (AV, Reg. Lat. 388, fl. 162v-163): p. CCXL, nota 597.

302 — *1442, 24 de Março:* Súplica de Fernando Martins, cón. de Silves, licenciado em decretos e abreviador das letras apostólicas, sobre a pluralidade de benefícios: p. CCCXLVIII.

303 — *1442, 18 de Abril:* Promoção de Frei João, da Ordem dos Carmelitas e licenciado em teologia, a b. de Tiberíades, com faculdade de exercer as funções episcopais na cidade e diocese de Lisboa (AV, Obl. et Sol. 66, fl. 83): p. CCLXXXVI, nota 741.

304 — *1442, 24 de Julho:* Letras do papa Eugénio IV, conferindo a Pedro de Taíde o canonicato, prebenda e chantria de Coimbra, vacantes por morte de João Afonso, ocorrida na Cúria papal (AV, Reg. Lat. 391, fl. 153-155): p. CCLXXX, nota 713.

305 — *1442, 8 de Agosto:* Pedro de Ataíde obriga-se pela anata do canonicato, prebenda e chantria de Coimbra, vacantes por morte de João Afonso, ocorrida na Cúria pontifícia (AV, Annat. 9, fl. 4v): p. CCLXXX, nota 713.

306 — *1442, 23 de Agosto:* Letras do papa Eugénio IV, concedendo o deado de Coimbra a Pedro de Ataíde, em virtude de permuta com Gonçalo Anes de Óbidos da chantria de Coimbra pelo deado, tendo renunciado à chantria na Cúria, em seu nome, Álvaro Afonso, clérigo da diocese de Coimbra (AV, Reg. Lat. 391, fl. 281v-283): p. CCLXXXI.

307 — *1442, 19 de Setembro:* Notícia de permuta do deado de Coimbra por parte de Gonçalo Anes e do pagamento de parte da anata (AV, Annat. 8, fl. 123): p. CCLXXXI, nota 714.

308 — *1442, 21 de Novembro:* Súplica de Frei Francisco de Lisboa, que transitara, havia mais de 28 anos, da Ordem Franciscana para os Servitas: p. CCLXVIII, nota 676.

309 — *1443, 15 de Abril:* Procuração de D. Luís Coutinho, b. de Viseu, a Adriano Guilherme, arcediago de Lamego, para prestar obediência, em seu nome, ao arceb. de Braga (ADB, *Liber rerum memorabilium*, I, fl. 88-89): p. CCXXXVI, nota 587.

310 — *1443, 4 de Maio:* Docum. sobre a obediência de D. Luís, b. de Viseu, prestada ao arceb. de Braga, por meio de Adriano Guilherme, arcediago de Lamego (ADB, *Liber rerum memorabilium*, I, fl. 88-89): pp. CCXXXV-CCXXXVI, nota 587.

311 — *1443, 8 de Julho:* Docum. do most. do Carmo de Lisboa, presente Frei João, licenciado em teologia e provincial da Ordem, e Frei Vasco, vigário do dito provincial (ANTT, *Carmo de Lisboa*, B 47-16, fl. 1): p. CCLXXXVII, nota 744.

312 — *1443, 2 de Agosto:* Docum. sobre o juramento de obediência, em nome de D. Luís Coutinho, b. de Viseu, por Adriano Guilherme, arced. de Lamego e familiar do dito bispo, na presença dos Doutores Rui Gomes de Alvarenga, João Fernandes e Pero Lobato (ADB, *Colecção cronológica*, caixa 26): p. CCXXXVI, nota 587.

313 — *1443, 8 de Setembro:* Notícia do pagamento da taxa devida pela promoção de D. Rui Dias a b. de Silves, com a data da promoção a 22 de Maio de 1441 (AV, Obl. et Sol. 69, fl. 125v): pp. CCLXIX--CCLXX.

314 — *1443, 8 de Setembro:* Notícia do pagamento da taxa devida pela promoção de D. Rui Dias a b. de Silves por meio do banco de André Cambini (AV, Obl. et Sol. 68, fl. 117v): p. CCLXX.

315 — *1443, 9 de Setembro:* Notícia sobre o pagamento da taxa devida pela promoção do b. de Silves D. Rui Dias, com a data da promoção de 22 de Maio de 1441 (AV, Obl. et Sol. 69, fl. 125v): p. CCXLIX, nota 645. Cf. n. 313.

316 — *1444, 31 de Janeiro:* Súplica original do Infante regente D. Pedro ao papa Eugénio IV, contrária à erecção da igr. par. de S.ta Maria de Valada, obtida por Fernando Martins, licenciado em decretos (ANTT, *Corpo cronológ.*, parte 2, n. 1, docum. n. 21): p. CCCXLIII.

317 — *1444, 29 de Março:* Letras do papa Eugénio IV aos freires da Ordem de Avis sobre a nomeação de D. Pedro, filho do regente D. Pedro, para administrador da Ordem (AV, Reg. Vat. 362, fl. 113v--115): p. CCLXXXVIII.

318 — *1444, 1 de Abril:* Notícia da transferência de D. Luís Coutinho da sé de Viseu para a de Coimbra (AV, Obl. et Sol. 75, fl. 28v): p. CCXLII.

319 — *1444, 18 de Maio:* Vasco Martins, cón. e tesour. de Viseu, obriga-se, em nome de D. Luís Coutinho, transferido da sé de Viseu para a de Coimbra, pela respectiva taxa (AV, Obl. et Sol. 71, fl. 37v): p. CCXXXIX, nota 590.

320 — *1444, 1 de Julho:* Carta de isenção de serviços, de D. Afonso V, a favor de quem recebesse como mulher a Isabel Fernandes, criada desde pequena pelo b. de Ceuta D. Frei Aimaro (ANTT, *Chancel. de D. Afonso V*, livro 24, fl. 76v): p. CCLXXXVIII.

321 — *1444, 16 de Julho:* Carta de índole política do Dr. Vasco Rodrigues, advogado consistorial, ao humanista Nicodemo Tranquedino (Bibl. Riccardiana di Firenze, cod. 834, *Epistulae ad N. Tranchedinum*, fl. 111): p. CCLVI, nota 661.

322 — *1444, 20 de Julho:* D. João, b. de Tiberíades, obriga-se pela anata de territórios situados em Portugal e pertencentes às dioceses de Badajoz e de Tui, em nome do b. e cabido de Ceuta (AV, Annat. 9, fl. 133): p. CCLXXXIX.

323 — *1444, 20 de Julho:* Notícia da transferência de D. João, b. eleito de Tiberíades, para a de Ceuta, vacante por morte de D. Aimaro (AV, Obl. et Sol. 72, fl. 30v): p. CCLXXXIX.

324 — *1444, 18 de Setembro:* D. João, b. eleito de Ceuta, obriga-se pessoalmente pela taxa devida pela promoção a b. de Ceuta (AV, Obl. et Sol. 71, fl. 42v): p. CCLXXXIX.

325 — *1444, 17 de Outubro:* Transacção entre Frei João, antes provincial dos Carmelitas, como procurador do regente D. Pedro, e o monge D. Arsénio de Florença (ASF, Conv. 78 (*Badia di Firenze*), livro 77, fl. 134v): p. CCLXXXIX-CCXC.

326 — *1445, 23 de Janeiro:* Letras do papa Eugénio IV, a favor de Martinho Fernandes de Gouveia, reitor da igr. par. de S.ta Maria de Achete, a pedido do Infante D. Henrique (AV, Reg. Lat. 402, fl. 74v-76v): p. CCCXLVIII.

327 — *1445, 9 de Março:* Notícia do pagamento da taxa e da data da transferência de D. Luís Coutinho da sé de Viseu para a de Coimbra (AV, Obl. et Sol. 63A, fl. 30v): p. CCXLII, nota 609.

328 — *1445, 2 de Outubro.* Letras do papa Eugénio IV, dirigidas ao b. de Coimbra D. Luís Coutinho, permitindo que ele permaneça com a igr. par. de S. Salvador de Bouças, apesar de a ter concedido a Rui da Cunha, a pedido do rei de Portugal, em vez de aceder aos pedidos do regente D. Pedro, que pedira ao papa o promovesse à sé de Viseu, vacante pela transferência de D. Luís Coutinho para Coimbra (AV, Reg. Lat. 417, fl. 69-70): pp. CCXLIII-CCXLIV.

329 — *1445, 2 de Dezembro:* Docum. do most. do Carmo de Lisboa, em que D. João, b. de Ceuta, aparece como primaz de África e provincial pelo Santo Padre da Ordem do Carmo (ANTT, *Carmo de Lisboa*, B 47-16, fl. 4-4v, 11-12): p. CCXCVII.

330 — *1446, 18 de Março:* D. Gonçalo, b. eleito de Lamego, obriga-se pela taxa da faculdade de visitar a diocese por procurador (AV, Obl. et Sol. 67, fl. 84v): p. CCLXII, nota 672.

331 — *1446, 2 de Maio:* Letras do papa Eugénio IV, dirigidas ao b. de Ceuta, ao qual manda confirmar a erecção da coleg. de S.ta Maria de Ourém e a união de igr. à mesma pelo arceb. de Lisboa (AV, Reg. Lat. 430, fl. 193-193v): p. CCXCI-CCXCII, nota 766.

332 — *1446, 3 de Junho:* Carta de quitação por D. Afonso V a D. Frei João, b. de Ceuta, sobre os gastos da embaixada ao papa em 1443 (ANTT, *Chancel. de D. Afonso V*, livro 5, fl. 54): pp. CCLXXXVI-CCLXXXVII.

333 — *1448, 20 de Maio:* Súplica de Álvaro Afonso, doutor em decretos, mestre-escola de Coimbra e chanceler-mor do regente infante D. Pedro, e respectiva bula do papa Nicolau V sobre a retenção de benefício com cura de almas, juntamente com o mestre-escolado de Coimbra (AV, Reg. Suppl. 427, fl. 66-66v, Reg. Lat. 454, fl. 156v-157): p. CCLXXXIII.

334 — *1448, 9 de Outubro:* Letras do papa Nicolau V, dirigidas aos b. de Bazas e de Ceuta e ao ab. de Alcobaça, encarregando-os de conferirem o canonic. e prebenda de Lisboa a Martinho Alho, licenciado em teologia (AV, Reg. Vat. 386, fl. 268-268v): p. CCXCII, nota 769.

335 — *1449, 27 de Janeiro:* Quitação de D. Afonso V ao arceb. de Braga D. Fernando de dinheiros qu e ele recebeu do bispado do Porto, desde a morte do cardeal D. Antão Martins até à data da carta, e de que ele monarca lhe fizera mercê (ADB, *Colecção cronológica*, caixa 27): p. CCLXIII, nota 672.

336 — *1449, 19 de Abril:* Comissão pelo arceb. de Braga D. Fernando da Guerra para o b. do Algarve confirmar Afonso Gomes de Lemos, prior da coleg. de Guimarães (ADB, *Livro de confirmações do arceb. D. Fernando*, fl. 147): p. CCLXIV, nota 673.

337 — *1449, 16 de Agosto — 28 de Fevereiro 1450:* Processo contra o prior da coleg. de Guimarães, Afonso Gomes de Lemos, com referência a Rui da Cunha, no qual interveio, entre outros, o vig. geral e licenciado em leis Fernando Afonso (ADB, *Gav. 2ª das proprie. do Cabido*, n. 62): pp. CCLXIV-CCLXVII, nota 673.

338 — *1449, 6 de Novembro:* Letras do papa Nicolau V, mandando conferir o deado de Viseu, de que fora privado Rui da Cunha, ao capelão régio Gonçalo Rodrigues (AV, Reg. Vat. 410, fl. 250-251): p. CCXLII, nota 610.

339 — *1449, 13 de Dezembro:* Procuração do b. do Porto D. Gonçalo, passada no Porto a João Vaz, escrivão da sua câmara, para prestar juramento de fidelidade ao arceb. de Braga (ADB, *Colecção cronológica*, caixa 27): p. CCLXII, nota 672.

340 — *1449, 20 de Dezembro:* Juramento de obediência ao arceb. de Braga do b. do Porto D. Gonçalo, por meio de João Vaz, escolar de direito canón. na presença do deão Martim Aires, Fernando Afonso, licenciado em leis, e outros (ADB, *Colecção cronológica*, caixa 27): pp. CCLXII-CCLXIII, nota 672.

341 — *1450, 25 de Agosto:* Letras do papa Nicolau V, a favor de Álvaro Afonso, cón. e mestre-escola de Coimbra, doutor em decretos, morto em Alfarrobeira, que fora privado de seus benefícios, por ter sido fiel ao regente D. Pedro (AV, Reg. Vat. 394, fl. 201v-204): p. CCLXXXV.

342 — *1450, 14 de Outubro:* Docum. do most. do Carmo de Lisboa, em que figura D. João, b. de Ceuta, como capelão-mor e conselheiro de el-rei e provincial da Ordem do Carmo (ANTT, *Carmo de Lisboa*, B 47-16, fl. 12v-13v): p. CCXCVII.

343 — *1450, 20 de Dezembro:* Letras do papa Nicolau V a D. Gonçalo, b. do Porto, residente na Cúria papal (AV, Reg. Lat. 465, fl. 290-291): p. CCLXIII, nota 672.

344 — *1451, 31 de Agosto:* Docum. do most. do Carmo de Lisboa, em que figura D. João, b. de Ceuta, como primaz de África e vig. geral apostólico da Ordem do Carmo (ANTT, *Carmo de Lisboa*, B 47-18, fl. 8-9v): p. CCXCVII.

345 — *1452, 12 de Maio:* Letras do papa Nicolau V, nomeando referendário apostólico a D. Luís b. de Coimbra (AV, Reg. Vat. 433, fl. 234v): p. CCXXXIV, nota 579.

346 — *1452, 20 de Setembro:* D. Afonso V faz graça e mercê ao mestre-escola de Coimbra Lopo Afonso, criado de D. Luís Coutinho, b. de Coimbra e conselheiro régio (ANTT, *Chancelaria de D. Afonso V*, livro 3, fl. 34): p. CCXXXVI, nota 587.

347 — *1453, 25 de Fevereiro:* Carta de liberdades por D. Afonso V ao Dr. Álvaro Afonso, outrora escrivão da puridade do Infante D. Pedro, por ter estado com este na batalha de Alfarrobeira (ANTT, *Chancelaria de D. Afonso V*, livro 3, fl. 26v): p. CCLXXXIII, CCCXIX, nota 886.

348 — *1453, 27 de Fevereiro:* Carta de graça e mercê de D. Afonso V a João Anes, cón. de Lisboa e criado do falecido arceb. de Lisboa (ANTT, *Chancelaria de D. Afonso V*, livro 3, fl. 84v): p. CCXXXIV, nota 578.

349 — *1453, 17 de Março:* Carta de D. Afonso V, fazendo mercê à rainha sua mulher das casas que foram de D. Luís, b. de Coimbra (ANTT, *Chancelaria de D. Afonso V*, livro 3, fl. 33v): pp. CCXXXIII-CCXXXIV, nota 578.

350 — *1453, 20 de Março:* Carta de aposentado por D. Afonso V a João Afonso, pai do Dr. Álvaro Afonso, outrora escrivão da puridade do Infante D. Pedro, a pedido de João Rodrigues Galvão, filho do secretário régio Rui Galvão e cubiculário do papa (ANTT, *Chancelaria de D. Afonso V*, livro 3, fl. 30-30v): p. CCLXXXIII, p. CCCXIX, nota 886.

351 — *1453, 29 de Março:* D. Afonso V faz graça e mercê a Pedro Álvares, criado de Vasco Martins de Rebelo, tesour. de Viseu (ANTT, *Chancelaria de D. Afonso V*, livro 3, fl. 37): p. CCXXXVII, nota 589.

352 — *1453, 18 de Abril:* Carta de D. Afonso V, apresentando ao b. de Viseu mestre Adriano, arcediago de Lamego, para reitor da igr. de S. Miguel de Algodres, vacante por renúncia de João Gonçalves (ANTT, *Chancelaria de D. Afonso V*, livro 3, fl. 52): p. CCXXXVI, nota 587.

353 — *1453, 19 de Abril:* Carta de protecção régia de D. Afonso V a Gil Vasques, prior do most. de Folques e criado do falecido b. de Coimbra D. Luís (ANTT, *Chancelaria de D. Afonso V*, livro 3, fl. 54v): p. CCXXXIV, nota 578.

354 — *1453, 30 de Abril:* Letras do papa Nicolau V, concedendo a igr. par. de S. Salvador de Bouças a Álvaro Peres, cubiculário do papa e abreviador das letras apostólicas (AV, Reg. Vat. 425, fl. 161-163): p. CCXXXIV, nota 579.

355 — *1453, 30 de Abril:* Carta de protecção régia de D. Afonso V a Mem Roiz, deão da sé de Coimbra e criado do falecido D. Luís, b. de Coimbra (ANTT, *Chancelaria de D. Afonso V*, livro 3, fl. 57v): p. CCXXXIV, nota 578.

356 — *1453, 7 de Maio:* Nomeação de Gomes Lourenço, terceiro dos agravos, na forma em que o era o Dr. Beleágua, nomeado desembargador das petições (ANTT, *Chancelaria de D. Afonso V*, livro 3, fl. 64v): p. CCLXXXIV, nota 730.

357 — *1453, 24 de Agosto:* Notícia da transferência do b. de Silves D. Luís para a sé do Porto, a que D. Gonçalo renunciara por meio de Mestre Pedro, escritor apostólico, e sobre a nomeação de Álvaro Afonso, clér. de Coimbra, para b. de Silves (AV, Obl. et Sol. 72, fl. 83): p. CCLXIII, nota 672.

358 — *1453, 24 de Setembro:* Letras do papa Nicolau V sobre a promoção de D. Álvaro Afonso, doutor em decretos e clér. de Ordens menores, a b. de Silves (AV, Reg. Lat. 487A, fl. 17-18): p. CCLXXXV.

359 — *1453, 9 de Outubro:* Carta de protecção régia de D. Afonso V a Lourenço Afonso, escudeiro e vedor-mor em Lamego do b. de Coimbra D. Luís (ANTT, *Chancelaria de D. Afonso V*, livro 3, fl. 59v): p. CCXXXIV, nota 578.

360 — *1453, 10 de Novembro:* Letras do papa Nicolau V, dirigidas ao b. de Ceuta, residente na cidade de Lisboa, ordenando examinasse o litígio da sucessão de Fernando Anes, cón. do most. de S. Vicente de Fora de Lisboa, como reitor da igr. de S.ta Maria da Arruda dos Vinhos, que Eugénio IV lhe concedera, em atenção à rainha Dona Leonor, de quem era capelão, tendo sido dela espoliado por Gil Eanes, cón. de S.ta Cruz de Coimbra, favorecido pelo regente D. Pedro, em inimizade com a rainha (AV, Reg. Vat. 429, fl. 90v): p. CCXCIII.

361 — *1454, 6 de Junho:* Docum. do most. do Carmo de Lisboa, em que figura D. João, b. de Ceuta, como primaz de África e vig. apostólico da Ordem do Carmo (ANTT, *Carmo de Lisboa*, B 47-16, fl. 17-18): pp. CCXCVII-CCXCVIII.

362 — *1454, 29 de Outubro:* D. Luís Peres, b. do Porto, presta juramento de fidelidade ao arceb. de Braga D. Fernando da Guerra, por meio de Martinho Alho, licenciado em teologia e arced. de Lisboa (ADB, *Colecção cronológica*, caixa 28): pp. CCLXIII-CCLXIV, nota 672.

363 — *1454, 13 de Novembro:* Docum. a que estava presente Vasco Martins de Rebelo, doutor em decretos (ADV, *pergaminhos*, maço 19, col. 4): p. CCXXXVII, nota 589.

364 — *1455, 6 de Junho:* Docum. do most. do Carmo de Lisboa, em que figura D. João, b. de Ceuta, como primaz de África, capelão-mor do rei e provincial da Ordem do Carmo (ANTT, *Carmo de Lisboa*, B 47-16, fl. 5v-6v): p. CCXCVIII.

365 — *1455, 23 de Dezembro:* Súplica de Álvaro de Almeida, mestre-escola de Coimbra e bacharel em decretos: p. CCLXXXIV, nota 731.

366 — *1456, 28 de Fevereiro:* Docum. do most. do Carmo de Lisboa, em que figura D. João, b. de Ceuta, como primaz de África, capelão-mor de el-rei e provincial da Ordem do Carmo (ANTT, *Carmo de Lisboa*, B 47-16, fl. 7v-8v): p. CCXCVIII.

367 — *1456, 23 de Março:* Letras do papa Calisto III, a declarar a Ordem de S. Tiago da Espada isenta das visitas dos Ordinários do lugar (AV, Reg. Vat. 474, fl. 326v-328): pp. CCCLXII-CCCLXIV.

368 — *1456, 30 de Junho:* Docum. do most. do Carmo de Lisboa, em que figura D. João, b. de Ceuta, como primaz de África, capelão-mor e conselheiro de el-rei e provincial da Ordem do Carmo (ANTT, *Carmo de Lisboa*, B 47-16, fl. 8v-9v): p. CCXCVIII.

369 — *1456, 9 de Julho:* Docum. sobre acto realizado nos paços do b. do Porto D. Luís, na presença do bispo, do deão Antão Gonçalves e Rui Gomes, arcediago de Olivença, e outros cón. (ADP, *Cabido da sé do Porto*, Pergaminhos, liv. 24 (1682), fl. 38): p. CCVI, nota 481.

370 — *1456, 14 de Setembro:* Carta de D. Afonso V sobre os capítulos das cortes de Lisboa de Março de 1455 (ADB, *Colecção cronológica*, caixa 29): pp. CCXXXVII-CCXXXVIII, nota 589.

371 — *1456, 11 de Novembro:* D. Afonso V pede ao legado D. Álvaro Afonso, b. de Silves, dê quitação ao arceb. de Braga de certos dinheiros que o monarca tomara para a guerra com os Sarracenos (ADB, *Colecção cronológica*, caixa 27): p. CCLXIII, nota 672.

372 — *1456, 23 de Dezembro:* Súplica de Martinho Fernandes de Gouveia, reitor da igr. par. de S.ta Maria de Valada, familiar e capelão do cardeal D. Jaime, sobre benefícios incompatíveis: p. CCCXLIX.

373 — *1457, 16 de Maio:* Quitação das freiras do most. de S. Pedro Maior de Florença às do most. de S. Brígida ou do Paraíso, herdeiras e testamenteiras do Dr. Vasco Rodrigues, advogado consistorial, que no testamento contemplara aquelas, compensando-as de despesas feitas durante a sua estadia no mosteiro (ASF, *Monasterio del Paradiso*, n. 1, fl. 309): p. CCLVII, nota 662.

374 — *1457, 21 de Novembro:* Carta de D. Afonso V sobre os capítulos das cortes de Lisboa, de Março de 1455 (ADB, *Colecção cronológica*, caixa 29): p. CCXXXVIII, nota 589.

375 — *1458, 28 de Junho:* Eleição do cón. de Coimbra Álvaro Afonso para a dignidade de mestre-escola, vacante por morte de Lopo Afonso, conforme estatuto do legado apostólico D. Álvaro, b. de Silves (ANTT, *Cabido da sé de Coimbra*, 2.ª incorp., maço 59, n. 2246): p. CCLXXXIV, nota 732.

376 — *1458, 10 de Julho:* O cab. de Braga nomeia procurador na Cúria pontifícia, nos litígios com os cón. de Vilar de Frades, a Mem Peres, licenciado e cón. de Lisboa, e a Afonso de Paradinas, tesour. de Sevilha (ADB, *Gav. 2.ª das propriedades do Cabido*, n. 69): p. CCLXXVII, nota 706.

377 — *1458, 3 de Setembro:* Letras do papa Pio II, confirmando a eleição de Álvaro Afonso, cón. de Coimbra, para mestre-escola de Coimbra, após longa contenda, em que intervieram o Doutor Estêvão Afonso, doutor em decretos, Luís Gonçalves, Álvaro Afonso, que depois foi b. de Silves e então cón. de Coimbra, e Álvaro de Almeida (AV, Reg. Vat. 470, fl. 439v-441v): p. CCLXXXV.

378 — *1458, 3 de Setembro:* Letras do papa Pio II, dirigidas ao b. de Tagaste, residente na cidade de Lisboa, ao ab. de Alcobaça e deão de Lisboa, encarregando-os de executarem determinações do papa Calisto III, que falecera antes da confecção das respectivas letras apostólicas, sobre a erecção da igr. par. de S.ta Maria

de Valada, de que fora instituído primeiro pároco Martinho Fernandes de Gouveia (AV, Reg. Vat. 470, fl. 85v-87v): pp. CCCL-CCCLII.

379 — *1458, 3 de Setembro:* Letras do papa Pio II, confirmando determinações do papa Calisto III sobre a aprovação, a pedido do reitor e beneficiados da igr. de S. Salvador de Santarém e de el-rei D. Afonso V, padroeiro da igr., do acordo com os habitantes de Valada, relativo ao pagamento das décimas e administração dos sacramentos (AV, Reg. Vat. 473, fl. 23-24): pp. CCCLII-CCCLIII.

380 — *1458, 12 de Setembro:* Letras do papa Pio II, a nomear colector apostólico em Portugal a Mendo Peres, licenciado em decretos e deão de Lamego (AV, Reg. Vat. 515, fl. 73-74): p. CCLXXVII, nota 706.

381 — *1459, 15 de Janeiro:* Letras do papa Pio II, a transferir D. João, b. de Ceuta, para a sé da Guarda (AV, Reg. Lat. 539, fl. 139-141): p. CCCIV.

382 — *1459, 15 de Janeiro:* Letras do papa Pio II, nomeando João Rodrigues Galvão administrador da diocese de Ceuta, vacante pela transferência de D. João para a sé da Guarda (AV, Reg. Lat. 539, fl. 42-46): p. CCCIII.

383 — *1459, 16 de Janeiro:* Docum. do most. do Carmo de Lisboa, em que aparece D. João, b. da Guarda, como primaz de África, conselheiro e capelão-mor de el-rei e vigário apostólico da Ordem do Carmo nos reinos de Portugal (ANTT, *Carmo de Lisboa*, B 47-18, fl. 10v-11v): p. CCXCVIII.

384 — *1459, 25 de Junho:* Letras do papa Pio II, declarando o b. da Guarda isento de pagar a pensão determinada para o b. de Silves (AV, Reg. Vat. 499, fl. 336-336v): pp. CCCIV-CCCV.

385 — *1459, 9 de Julho:* Geraldo Domingues, reitor da igr. de S.ta Maria de Torredeita, obriga-se, em nome de D. João, b. da Guarda, pela taxa da promoção (AV, Obl. et Sol. 76, fl. 191): p. CCCIV.

386 — *1459, 9 de Julho:* D. João, b. da Guarda, paga, por meio do banco Cambini, parte da taxa devida pela sua promoção (AV, Obl. et Sol. 77, fl. 195v): p. CCCIV.

387 — *1459, 11 de Julho:* D. João, b. da Guarda, paga, por meio do banco Cambini, parte da taxa devida pela sua promoção (AV, Obl. et Sol. 78, fl. 46v): p. CCCIV.

388 — *1459, 2 de Agosto:* Letras do papa Pio II, dirigidas ao b. da Guarda, ao ab. do most. de Boiro e ao prior de Guimarães, mandando conferir a João de Barros o priorato de S. Torquato, a que tinha renunciado João Afonso por meio de Mendo Peres, cón. de Lisboa (AV, Reg. Vat. 473, fl. 78-79v): p. CCCV.

389 — *1459, 4-7 de Agosto:* Docum. sobre o direito de visita do arceb. de Braga, D. Fernando da Guerra, contestado por Álvaro Gonçalves, procurador, e pelo próprio prior da coleg. de Guimarães, Afonso Gomes de Lemos (ADB, *Colecção cronológica*, caixa 30): pp. CCLXVI-CCLXVII, nota 673.

390 — *1459, 13 de Agosto:* Letras do papa Pio II, concedendo a Nuno Fernandes, cavaleiro e preceptor de S. Salvador de Santarém e embaixador da obediência ao papa, enviada por D. Afonso V, a união da capela de Almeirim à dita preceptoria, quando D. João, b. da Guarda, a deixar (AV, Reg. Vat. 472, fl. 210-210v): p. CCCVI, nota 837.

391 — *1459, 17 de Agosto:* Letras do papa Pio II, dirigidas a D. João, b. da Guarda, capelão-mor de D. Afonso V, rei de Portugal, concedendo-lhe faculdade de permutar a capela de Almeirim por uma igr. paroquial (AV, Reg. Vat. 472, fl. 155-156v): pp. CCCV-CCCVI, nota 837.

392 — *1459, 17 de Agosto:* Letras do papa Pio II, encarregando D. João, b. da Guarda, a pedido de D. Afonso V, de unir à Ordem de Avis uma igr. par., a conferir a Frei Antão Gonçalves, que tomara parte na guerra de Alcácer (AV, Reg. Vat. 472, fl. 142-143v): p. CCCVI.

393 — *1459, 23 de Agosto:* Docum. sobre a recusa do direito de visita ao arceb. de Braga na coleg. de Guimarães pelo prior Afonso Gomes de Lemos: p. CCLXVII, nota 673.

394 — *1459, 11 de Setembro:* Letras do papa Pio II, dirigidas a D. João, b. da Guarda, declarando que muitas comissões, de que fora encarregado como b. de Ceuta, sem designação da sua pessoa, continuem a ser executadas por ele, conforme pedido de D. Afonso V (AV, Reg. Vat. 473, fl. 81-81v): p. CCCVII.

395 — *1459, 17 de Setembro:* Letras do papa Pio II, a nomear b. de Ceuta a D. Álvaro Fernandes, cón. de Évora, bacharel em decretos e notário pontifício, depois de transferir D. João Galvão da administração de Ceuta para a de Coimbra, e D. João, b. de Ceuta, para a sé da Guarda (AV, Reg. Vat. 473, fl. 51-52v): p. CCCV.

396 — *1459, 7 de Novembro:* Letras do papa Pio II, dirigidas ao b. da Guarda, encarregando-o de receber o juramento, a prestar pelo franciscano D. Rodrigo de Noronha, em virtude da nomeação para prior do most. de S.ta Cruz de Coimbra, vacante por morte de D. Gomes Anes (AV, Reg. Lat. 559, fl. 69v): p. CCCVII, nota 841.

397 — *1459, 14 de Dezembro:* Docum. do most. do Carmo de Lisboa, em que aparece D. João, b. da Guarda, como capelão-mor e conselheiro de el-rei e vig. apostólico do mosteiro (ANTT, *Carmo de Lisboa*, B 47-16, fl. 15v-16): p. CCXCVIII.

398 — *1459, 17 de Dezembro:* Letras do papa Pio II, transcrevendo outras de 23 de Março de 1456, do papa Calisto III, sobre privilégios e isenções da Ordem de S. Tiago da Espada, embora limitados em certos aspectos da sujeição aos Ordinários do lugar, que antigamente ultrapassava a instituição e demissão dos reitores das igr. par. da Ordem, tendo algumas bulas recebido posteriormente interpretação ou declarações restritivas deste papa Calisto III, limitando Pio II o poder de visita dos Ordinários do lugar às igr. paroquiais, em que eles tivessem direito de instituir e demitir os priores (AV, Reg. Vat. 474, fl. 326v-330): pp. CCCLXII--CCCLXVI.

399 — *1459, 31 de Dezembro:* Letras do papa Pio II, dirigidas aos b. da Guarda e de Ceuta e ao ab. de Seiça, mandando unir duas ou três igr. par. do padroado régio ao most. da Batalha, para providenciar às despesas das obras do most. (AV, Reg. Vat. 470, fl. 36v-37v): pp. CCCII-CCCIII, nota 824.

400 — *1460, 1 de Janeiro:* Letras do papa Pio II, dirigidas a D. João, b. da Guarda, declarando que as comissões relativas à Ordem de S. Tiago da Espada, anteriormente confiadas ao b. de Ceuta, sejam executadas por ele, como se tivessem sido dirigidas pessoalmente a ele D. João (AV, Reg. Vat. 502, fl. 101-101v): p. CCCVIII.

401 — *1460, 11 de Março:* Súplica de Martinho Fernandes de Gouveia, reitor da igr. de S.ta Maria de Valada, presente na Cúria papal, sobre indulto de receber os proventos de seus benefícios, sem obrigação da residência pessoal: p. CCCXLIX.

402 — *1461, 10 de Março:* Súplica de D. Afonso V, rei de Portugal, e de Martinho Fernandes de Gouveia sobre a erecção da igr. par. de S.ta Maria de Valada e colação da paróquia ao dito Martinho Fernandes de Gouveia: p. CCCLIV.

403 — *1461, 21 de Maio:* Letras do papa Pio II, dirigidas a D. João, b. de Coimbra, legado *a latere* ao rei, reino e domínios de Portugal e núncio da Santa Sé, nomeando-o colector geral apostólico dos dízimos impostos pelo papa Calisto III e por ele mesmo, para a cruzada contra os Turcos (AV, Reg. Vat. 480, fl. 269--270v): pp. CCCXI-CCCXII.

404 — *1461, 21 de Maio:* Letras do papa Pio II, dirigidas a D. João, b. de Coimbra, legado *a latere* ao rei, reino e domínios de Portugal e núncio da Santa Sé, exortando-o a aceitar o ofício de legado e a exercê-lo com fidelidade, pedindo e impondo ao rei e autoridades civis, bem como aos arceb., b. e eclesiásticos, o ajudem no desempenho de tal ofício (AV, Reg. Vat. 481, fl. 206-206v): pp. CCCXII-CCCXIII.

405 — *1461, 19 de Julho:* Salvo-conduto passado pelo papa Pio II a D. João, b. de Coimbra, legado *a latere* ao rei, reino e domínios de Portugal e núncio da Santa Sé (AV, Reg. Vat. 505, fl. 371-371v): p. CCCXIV.

406 — *1462, 2 de Fevereiro:* Carta dos arceb. de Braga e de Lisboa, dirigida a um cardeal, em nome do clero português, a queixarem-se da legacia do b. de Coimbra, alegando a pobreza do clero, sobrecarregado e depauperado pela imposição das dízimas, e lamentando que a legacia fosse confiada a jovem sem experiência e de humilde origem, que pomposamente se ufanava de comissão tão honrosa (ADB, *Liber rerum memorabilium*, I, fl. 48-48v): pp. CCCXVIII-CCCXIX.

407 — *1462, 26 de Fevereiro:* Carta de D. João, b. da Guarda, dirigida ao arceb. de Braga, a informá-lo sobre as intenções e atitudes de el-rei D. Afonso V e própria disposição de lhe enviar a resposta do monarca, juntamente com o traslado da apelação para a Santa Sé, em nome do arceb. e cab. de Lisboa, b. e cabido de Lamego, b. de Silves, representado por procurador, e respectivo cabido, e b. da Guarda, com o seu cabido (ADB, *Liber rerum memorabilium*, I, fl. 49-50v): pp. CCCXIV-CCCXVII.

408 — *1462, 13 de Março-6 de Abril:* Docum. sobre as reuniões do clero em Santarém no most. de S. Francisco e no most. do Carmo em Lisboa, nas quais foi determinado o contributo de cada diocese para a apelação contra a legacia do b. de Coimbra D. João Galvão (ADB, *Colecção cronológica*, caixa 31): pp. CCCXXXIV-CCCXXXVI.

409 — *1462, 3 de Abril:* Carta de D. Afonso V ao arceb. de Braga, declarando não querer intervir no assunto da legacia do b. de Coimbra, D. João Galvão, e de apelação interposta pelo clero português para a Santa Sé, com a disposição de deixar ao arceb. liberdade de agir, conforme lhe parecesse serviço de Deus (ADB, *Liber rerum memorabilium*, I, fl. 64Av): p. CCCXXXII.

410 — *1462, 20 de Abril:* Carta do cab. de Lisboa ao arceb. de Braga, com referências ao b. da Guarda e cartas do arceb., enviadas ao rei e a Roma, e com informação de que o legado D. João, b. de Coimbra, estava disposto a não ceder às pretensões de entretanto aguardar resposta do papa, sem exercer tal ofício (ADB, *Liber rerum memorabilium*, I, fl. 40): p. CCCXVII-CCCXVIII.

411 — *1462, Abril (?):* Carta dos arceb. de Braga e de Lisboa, b. e prelados e clero de Portugal, a Afonso de Paradinas, tesour. de Sevilha, para tratar da apelação na Cúria do papa contra a legacia do b. de Coimbra, D. João Galvão (ADB, *Colecção cronológica*, caixa 30): pp. CCCXXVIII-CCCXXXI.

412 — *1462:* Resposta e apelação do b. da Guarda a requerimento e monitório do b. de Coimbra contra ele, após apelação do clero, incluindo o b. da Guarda, que não obedecia aos mandatos do legado (ADB, *Colecção cronológica*, caixa 30): pp. CCCXXXII-CCCXXXIII.

413 — *1462, Maio (?):* Carta do arceb. de Braga D. Fernando aos ab., priores e beneficiados do arcebispado sobre a divisão das despesas com a apelação em Roma contra a legacia do b. de Coimbra, D. João Galvão (ADB, *Colecção cronológica*, caixa 30): pp. CCCXXVII-CCCXXVIII.

414 — *1462, 27 de Agosto:* Letras do papa Pio II, dirigidas a Gil Esteves, cón. de Lisboa, encarregando-o de convocar os prelados de Portugal ou seus procuradores e de lhes exigir certas somas pecuniárias, conforme a concórdia feita com a câmara apostólica, destinada a anular a legacia do b. de Coimbra, D. João Galvão (AV, Reg. Vat. 487, fl. 147v-150, Reg. Vat. 507, fl. 368-369v): pp. CCCXXXVIII-CCCXL.

415 — *1462, 27 de Agosto:* Letras do papa Pio II, anulando a legacia do b. de Coimbra, D. João Galvão (AV, Reg. Vat. 507, fl. 367v-368): pp. CCCXXXVI-CCCXXXVIII.

416 — *1462, 28 de Agosto:* Notícia do acordo entre Pedro Gomes, reitor da igr. par. de S.ta Maria de Azambuja, e Afonso Anes, cón. de Lisboa, procuradores do clero de Portugal, e a câmara apostólica sobre o modo e tempo de pagar certas somas pecuniárias à câmara apostólica, conforme estabelecido por ocasião da anulação da legacia do b. de Coimbra, D. João Galvão (AV, Reg. Vat. 487, fl. 147v, margem esquerda: *Liber Diversorum*, fl. 277): p. CCCXL.

417 — *1463, 1 de Janeiro:* Letras do papa Pio II, dirigidas ao b. da Guarda e ao prior do most. de S.ta Cruz de Coimbra, encarregando-os de examinarem e aprovarem, em nome da Santa Sé, o novo acordo feito entre o rei de Portugal, D. Afonso V, e o b. e cabido do Porto, substituindo pelo censo anual, dado pelo rei em vez da jurisdição civil da cidade do Porto, certos bens, que o monarca oferecia (AV, Reg. Vat. 508, fl. 252v-253): p. CCCX.

418 — *1463, 20 de Janeiro:* Carta de D. Fernando, arceb. de Braga, sobre o contributo do clero do arcebispado para as despesas da apelação contra a legacia do b. de Coimbra, D. João Galvão, com alusões à reunião do clero a 13 de Março em Santarém e outras a seguir, no most. do Carmo de Lisboa, sob a presidência do b. da Guarda, tendo sido determinada a quantia tocante a cada diocese, a 6 de Abril de 1462 (ADB, *Colecção cronológica*, caixa 31): pp. CCCXXXIV-CCCXXXVI.

419 — *1463, 12 de Março:* Letras do papa Pio II sobre a incorporação de territórios da diocese de Badajoz e de Tui na diocese de Ceuta, conforme bulas de Eugénio IV, Nicolau V e Calisto III (AV, Reg. Vat. 508, fl. 267-276): p. CCC, nota 808.

420 — *1463, 27 de Maio:* Letras do papa Pio II a Rui Gomes, arcediago de Oliveira do Douro, que fora familiar e mordomo do cardeal D. Antão Martins, tendo-o seguido nas viagens a Basileia e a Constantinópola (AV, Reg. Lat. 589, fl. 211-212): p. CCVI, nota 481.

421 — *1463, 9 de Dezembro:* Mandato para Mem Peres, deão de Lamego e colector apostólico em Portugal, se apresentar na câmara apostólica (AV, Arm. XXIX, t. 30, fl. 114-114v): pp. CCLXXVII-CCLXXVIII, nota 706.

422 — *1464, 22 de Março:* Letras do papa Pio II a Rui Gomes, arcediago de Oliveira do Douro, outrora familiar do cardeal D. Antão Martins e subcolector apostólico na diocese do Porto (AV, Reg. Lat. 598, fl. 216v-217): p. CCVI, nota 481.

423 — *1464, 9 de Agosto:* Letras do papa Pio II, mandando executar letras do papa Eugénio IV sobre a erecção da igr. par. de S.ta Maria de Valada, que ainda não se tinham executado totalmente, devido à menor idade do rei e oposição da parte dos reitores das igr. circunvizinhas (AV, Reg. Vat. 497, fl. 266-267): pp. CCCLIV-CCCLV.

424 — *1465 (?), 2 de Fevereiro:* Carta dos arceb. de Braga e de Lisboa a cardeais sobre a posição dos prelados portugueses quanto à concessão de décimas ao rei D. Afonso V de Portugal, cujas relações de parentesco ou de amizade com os bispos de Portugal são indicadas (ADB, *Liber rerum memorabilium*, I, fl. 47v-48): p. CLXXIII.

425 — *1466, 12 de Junho:* Docum. passado nas casas do ex-mestre-escola Álvaro Afonso, procurador de D. Álvaro Afonso, b. de Silves, por docum. passado em Roma a 12 de Março de 1465, para demandar ao b. de Évora, D. Luís, a pensão que lhe era devida (ADB, *Colecção cronológica*, caixa 31): p. CCLXXXIV, nota 732.

426 — *1468, 23 de Abril:* Súplica de Vasco Martins de Rebelo, doutor em decretos, outrora vig. geral do cardeal de Lisboa D. Jaime, do b. de Évora e então do b. de Lamego, sobre a retenção da igr. de Penude, tesouraria de Viseu e igr. de S. Paio de Caria: p. CCLXXXVIII, nota 589.

427 — *1469, 15 de Maio:* Súplica de Vasco Martins de Rebelo, doutor em decretos e bacharel formado em teologia, outrora vig. do cardeal de Lisboa, D. Jaime, e dos b. de Évora e de Lamego, e tesour. de Viseu: p. CCXXXVIII, nota 589.

428 — *1469, 24 de Maio:* Súplica de Vasco Martins de Rebelo, doutor em decretos e bacharel formado em teologia, outrora vig. do cardeal de Lisboa, D. Jaime, e dos b. de Évora e de Lamego, e tesoureiro de Viseu: p. CCXXXVIII, nota 589.

429 — *1469, 3 de Junho:* Súplica do deão, cab. e tesour. de Viseu, Vasco Martins de Rebelo, sobre composição quanto à tesouraria: p. CCXXXVIII, nota 589.

430 — *1469, 10 de Junho:* Súplica de Vasco Martins de Rebelo, doutor em decretos e bacharel formado em teologia, outrora vig. geral do cardeal de Lisboa, D. Jaime, e dos b. de Évora e de Lamego, e tesour. de Viseu: p. CCXXXVIII, nota 589.

431 — *1469, 26 de Junho:* Carta de Jacobus Amnati, cardeal de Pavia, a el-rei D. Afonso V, desculpando-se por não ter sido possível, nessa altura, a criação de D. João Rodrigues Galvão, b. de Coimbra, como cardeal e realçando os méritos do b. de Coimbra (AV, Arm. XXXIX, t. 10, fl. 73): p. CCCXX.

432 — *1470, 9 de Fevereiro:* Notícia da transferência de D. João, b. de Coimbra, para a sé de Évora, vacante por morte de D. Álvaro, e da nomeação de D. Garcia de Meneses para b. de Coimbra (AV, Obl. et Sol. 82, fl. 56): pp. CCCXIX-CCCXX, nota 888.

433 — *1470, 24 de Maio:* Letras do papa Paulo II, com referência a determinações dos papas Calisto III e Pio II em causa sobre a igr. par. de S.ta Maria de Valada, de que era reitor Martinho Fernandes de Gouveia, e décimas, aprovando concórdia entre o reitor e o preceptor da igr. de S. Salvador de Santarém e extinguindo todos os litígios (AV, Reg. Vat. 535, fl. 243-250v): pp. CCCLVI-CCCLIX.

434 — *1470, 29 de Julho:* Martinho Fernandes de Gouveia compromete-se a pagar a anata da igr. par. de Valada (AV, Annat. 18, fl. 162v): p. CCCLIX.

435 — *1470, 12-13 de Novembro:* Súplicas de D. Garcia de Meneses, cuja nomeação a b. de Coimbra não teve efeito, por D. João Rodrigues Galvão, b. de Coimbra, não ter consentido na transferência para Évora: p. CCCXX, nota 888.

436 — *1471, 6 de Julho:* Traslado das cortes gerais de Lisboa, de Março de 1455 (ADB, *Colecção cronológica*, caixa 29): p. CCXXXVII, nota 589.

437 — *1472, 8 de Janeiro:* Transferência do administrador da dioc. de Tui em Portugal para a sé de Ceuta (AV, Obl. et Sol. 82, fl. 69): p. CCXCIX, nota 803.

438 — *1472, 31 de Janeiro:* Afonso Anes compromete-se a pagar a taxa devida pela promoção de D. João Rodrigues Ferraz, b. eleito de Ceuta (AV, Obl. et Sol. 84, fl. 164): p. CCXCIX, nota 803.

439 — *1472, 20 de Julho:* Letras do papa Sisto IV, dirigidas a D. João, b. da Guarda, a residir na cidade de Lisboa, e ao chantre de Lisboa, encarregando-os de aprovar o aluguer de certas casas da Rua Nova de Lisboa, deixadas por Lourenço Anes, sepultado na igr. de S. Domingos de Lisboa, aluguer feito pela viúva de Pedro Barbedo, escudeiro do falecido Infante D. Henrique (AV, Reg. Lat. 722, fl. 77v-78v): p. CCCXLI.

440 — *1473, 14 de Dezembro:* Sentença do Dr. Vasco Martins de Rebelo, doutor em decretos, tesour. de Viseu e vig. geral de D. João Galvão, b. de Coimbra, como executor, delegado pelo bispo, de bula de Sisto IV, a favor do deão de Coimbra e do Porto, Doutor Álvaro Gonçalves, escritor das letras apostólicas (ADP, *Cabido da sé do Porto*, pergaminhos, livro 21 (1683), fl. 21): p. CCXXXVII, nota 589.

441 — *1474, 7 de Março:* Carta de Mem Pires, deão de Lamego, sobre letras de Abril de 1473, do papa Sisto IV, que o nomeava a ele, deão de Lamego, e ao chantre da coleg. de Valença do Minho juízes apostólicos em causa entre o cab. de Braga e Diogo Ferreira (ADB, *Gav. 2.ª das propriedades do cabido*, n. 77): p. CCLXXVIII, nota 706.

442 — *1474, 30 de Junho:* Docum. sobre a leitura de carta de Mendo Pires, deão de Lamego e juiz apostólico em causa contra o cabido de Braga de Aldonça Anes, mulher de Diogo Ferreira (ADB, *Gav. 2.ª das propriedades do cabido*, n. 77): p. CCLXXVIII, nota 706.

443 — *1474, 3 de Agosto:* Súplica de Vasco Martins de Rebelo, doutor em decretos e bacharel formado em teologia, antes vig. geral de D. Jaime, cardeal de Lisboa, e ao tempo da súplica vig. geral de D. João Galvão, b. de Coimbra, sobre um terceiro benefício incompatível e respectivas letras apostólicas do papa Sisto IV (AV, Reg. Vat. 669, fl. 82v-84): pp. CCXXXVIII-CCXXXIX, nota 589.

444 — *1475:* Súplicas de D. João Galvão, b. de Coimbra, em que afirma possuir o priorato do most. de S. Cruz de Coimbra por dispensa apostólica: pp. CCCXX-CCCXXI, nota 891.

445 — *1475, 14 de Agosto:* Carta da instituição da capela do b. da Guarda, D. João, no convento do Carmo de Lisboa: p. CLXXII.

446 — *1476, 17 de Agosto:* Notícia de oito bulas passadas ao b. de Ceuta, D. João Rodrigues Ferraz, como coadjutor do carmelita D. João, b. da Guarda (AV, Annat. 25, fl. 191): p. CCCXLII.

447 — *1476, 25 de Setembro:* D. João Rodrigues Ferraz, b. coadjutor da Guarda, obriga-se pela taxa devida pela coadjutoria (AV, Obl. et Sol. 84, fl. 282): p. CCCXLII.

448 — *1476, 31 de Outubro:* Letras do papa Sisto IV, revogando as concessões sobre o governo dos carmelitas em Portugal a D. Frei João, b. da Guarda, ao qual fora dado coadjutor no governo da diocese da Guarda, por incapacidade, e determinando a sujeição dos frades ao ministro geral e provincial (AV, Reg. Vat. 665, fl. 329-330v): p. CCXCV-CCXCVII.

449 — *1477, 17 de Março:* Notícia da transferência de D. João Rodrigues Ferraz, b. de Ceuta, para a sé da Guarda, de que era coadjutor (AV, Obl. et Sol. 82, fl. 105): p. CCCXLII.

450 — *1477, 17 de Março:* Letras do papa Sisto IV sobre a transferência de D. João Rodrigues Ferraz de b. de Ceuta para a sé da Guarda (AV, Reg. Lat. 766, fl. 95-96v): pp. CCCXLII-CCCXLIII.

451 — *1477, 31 de Dezembro:* Súplica de Vasco Martins de Rebelo, tesour. de Viseu, doutor em decretos e bacharel formado em teologia, sobre a nomeação de acólito do papa e da sé apostólica (AV, Reg. Suppl. 763, fl. 62v): p. CCXXXIX, nota 589.

452 — *1479, 17 de Maio:* Súplica de Estêvão Martins, bacharel em leis, sobre a tesouraria de Viseu (AV, Reg. Suppl. 782, fl. 30-30v): p. CCXXXIX, nota 589.

453 — *1480, Fevereiro:* Súplica original do cardeal de Lisboa, D. Jorge da Costa, sobre a datação de bula de Pio II, respeitante à jurisdição dos Ordinários do lugar e visita das igr. da Ordem militar de S. Tiago da Espada (AV, Reg. Vat. 474, fl. 330): pp. CCCLX-CCCLXI.

454 — *1480, 25 de Fevereiro:* Notícia sobre a entrega por parte do cardeal de Lisboa, D. Jorge da Costa, de súplica relativa à datação de bula de Pio II sobre a jurisdição dos Ordinários do lugar e visita das igr. da Ordem militar de S. Tiago da Espada (AV, Reg. Vat. 474, fl. 330v, nas margens): pp. CCCLXI-CCCLXII.

455 — *1480, 3 e 11 de Março:* Docum. de Álvaro Gonçalves, cón. e vig. da colegiada de S.ta Maria de Guimarães pelo prior Afonso Gomes de Lemos e confirmação deste (ANTT, *Colegiada de Guimarães*, docum. eclesiásticos, maço 3, n. 42): p. CCLXVII, nota 673.

456 — *1483, 1 de Fevereiro:* Breve do papa Sisto IV a D. João, eleito de Braga, exortando-o a pagar à câmara apostólica, sem demora, certa dívida, proibindo-o de tomar posse da administração do arcebispado, antes do pagamento (AV, Arm. 39, t. 15, fl. 175): p. CCCXXII, nota 893.

457 — *1483, 1 de Fevereiro:* Breve do papa Sisto IV ao b. de Évora, encarregando-o de exigir a D. João, arceb. eleito de Braga, e ao cabido, sob pena de privação de todos os benefícios, o pagamento, sem demora, de parte da taxa devida pela promoção do antecessor falecido, D. João de Melo (AV, Arm. 39, t. 15, fl. 175-175v): p. CCCXXII, nota 893.

458 — *1483, 1 de Fevereiro:* Breve do papa Sisto IV ao deão e cab. de Braga, a urgir o pagamento de soma devida à câmara apostólica e ao colégio dos cardeais, conforme breves dirigidos ao arceb. eleito D. João e ao b. de Évora (AV, Arm. 39, t. 15, fl. 175v-176): pp. CCCXXII-CCCXXIII, nota 893.

459 — *1483, 25 de Maio:* Breve do papa Sisto IV, dirigido a D. João, arceb. eleito de Braga, repreendendo-o por ele não demover el-rei D. João II de medidas atentatórias das liberdades eclesiásticas e exortando-o

a exercer fielmente, neste sentido, o ofício de conselheiro (AV, Arm. 39, t. 15, fl. 284-284v): p. CCCXXIII, nota 894.

460 — *1483, 25 de Maio:* Breve do papa Sisto IV, dirigido a D. Garcia, b. de Évora, a quem não considerava imune de repreensão, aliás como o arceb. de Braga, por não obstarem, com a sua influência junto do rei, a medidas contrárias à liberdade eclesiástica, comunicando o envio de núncio e exortando-o a defender a autoridade da Santa Sé (AV, Arm. 39, t. 15, fl. 284v-285): p. CCCXXIII, nota 895.

461 — *1483, 7 de Junho:* Breve do papa Sisto IV ao rei de Portugal, declarando ter sido sua intenção, ao tratar da nomeação de bispos para Braga, Coimbra e Viseu, promover João Mendes, notário apostólico, mas o não fizera, com o fim de nomear as pessoas indicadas pelo rei, pelo que, desejando compensar aquele, conferira-lhe a igr. par. de Valada, que o b. eleito de Viseu possuía nessa altura (AV, Arm. 39, t. 15, fl. 297v-298): p. CCCLX, nota 995.

462 — *1483, 23 de Junho:* Breve do papa Sisto IV, a nomear João de Mierli núncio, ordenando-lhe refira ao colégio cardinalício tudo quanto fizer, em nome do papa, no exercício de seu múnus (AV, Arm. 39, t. 15, fl. 314v-315): p. CCCXXIII, nota 897.

463 — *1483, 13 de Outubro:* D. João Galvão, arceb. eleito confirmado de Braga, primaz das Espanhas e prior do most. de S.ta Cruz de Coimbra, obtém do cabido, a instâncias de el-rei D. João II, empréstimo para a expedição das bulas da transferência para a sé de Braga (ADB, *Colecção cronológica*, caixa 32): p. CCCXXI, nota 892.

464 — *1483, 20 de Outubro:* D. João Galvão, arceb. eleito confirmado de Braga, primaz das Espanhas e prior do most. de S.ta Cruz de Coimbra, obtém do cab. da colegiada de Guimarães, a pedido de el-rei D. João II, empréstimo para a expedição das bulas da transferência para a sé de Braga (ADB, *Colecção cronológica*, caixa, 32): p. CCCXXI, nota 892.

465 — *1484, 6 de Fevereiro:* Breve do papa Sisto IV ao rei de Portugal, D. João II, repreendendo-o por ter banido do reino a D. Jorge da Costa, b. de Silves e irmão do cardeal Alpedrinha, D. Jorge da Costa, o qual recusava renunciar ao bispado, e exortando-o a revogar o exílio, sob pena de o papa fazer cumprir as penas respectivas contra o rei e contra o b. eleito de Coimbra, D. Jorge de Almeida, embaixador régio, que publicara as ordens do monarca sobre o exílio (AV, Arm. 39, t. 16A, fl. 44-44v, t. 16C, fl. 117v-119): p. CCCXXIV, nota 898.

466 — *1484, 6 de Fevereiro:* Breve do papa Sisto IV, dirigido a D. Jorge de Almeida, b. eleito de Coimbra, mandando-o comparecer pessoalmente, sem demora, perante o cardeal de S. Pedro e Paulo, sob pena de excomunhão e privação da igr. de Coimbra e de seus benefícios (AV, Arm. 39, t. 16A, fl. 44v, t. 16C, fl. 119): p. CCCXXIV, nota 900.

467 — *1484, 6 de Fevereiro:* Breve do papa Sisto IV a D. João, outrora b. de Coimbra, que, havia mais de um ano, tinha sido transferido pelo papa para a sé de Braga, referindo este que, não tendo sido expedidas as bulas da transferência, às quais o papa tinha tirado o chumbo, depois de terem sido feitas, D. João Galvão ousava, contudo, intrometer-se na administração da diocese, por autoridade própria, o que não podia fazer, visto não ter recebido ainda o pálio, atrevendo-se até a prestar auxílio e conselho ao rei contra as liberdades eclesiásticas. O papa mandava-o apresentar-se, dentro de três meses, na Cúria papal, depois de receber o breve, a fim de ouvir a sentença de sua privação e alegar as razões contra a mesma (AV, Arm. 39, t. 16 A, fl. 43v, t. 16C, fl. 116-117): p. CCCXXV, nota 902.

468 — *1484, 28 de Março:* Breve do papa Sisto IV ao cardeal de Lisboa, D. Jorge da Costa, referindo que D. João, outrora b. de Coimbra, fora citado por breve apostólico a apresentar-se pessoalmente na Cúria Romana, para se julgar da causa de sua futura privação do arcebispado de Braga, mas que, a pedido do cardeal, queixoso contra o arcebispo por danos dele recebidos, decidira nada fazer a favor do arcebispo, durante a ausência do cardeal, até que D. Jorge conseguisse a posse pacífica do bispado de Silves e ao cardeal fossem restituídos os proventos do mosteiro de Alcobaça e facultada a posse de benefícios que lhe tinham sido conferidos (AV, Arm. 39, t. 16A, fl. 64-64v, t. 16C, fl. 166-167): pp. CCCXXV-CCCXXVI, nota 903.

469 — *1484, 28 de Março:* Breve do papa Sisto IV ao cardeal de Lisboa, D. Jorge da Costa, legado do papa junto dos príncipes e senhores de toda a Itália, declarando que, enquanto o cardeal legado estivesse ausente de Roma ou da Cúria, por motivo das negociações da paz, nenhumas medidas seriam tomadas, em prejuízo dele ou de seu irmão, mesmo a pedido do rei ou de seus embaixadores, na questão sobre o bispado de Silves entre o monarca e D. Jorge, irmão do cardeal (AV, Arm. 39, t. 16A, fl. 63, t. 16C, fl. 163-164): pp. CCCXXIV-CCCXXV, nota 901.

470 — *1484, 29 de Março:* Breve do papa Sisto IV ao cardeal de Lisboa, D. Jorge da Costa, declarando que, durante a ausência dele, legado em toda a Itália para estabelecer a paz, nada se fará contra ele ou contra os seus, recordando que, por D. Jorge de Almeida, b. de Coimbra, ter ousado publicar, em nome do rei, a pena de exílio, decidida pelo monarca, contra D. Jorge, b. de Silves, irmão do cardeal, tinha já dado ordens para se julgar o caso e mandava aos oficiais pontifícios prendessem o b. de Coimbra em qualquer parte que o encontrassem, até que o rei revogasse quanto atentara contra o irmão do cardeal (AV, Arm. 39, t. 16A, fl. 61-61v, t. 16C, fl. 158v-159v): p. CCCXXV, nota 901.

471 — *1484, 7 de Maio:* Breve do papa Sisto IV ao cardeal de Lisboa, comunicando a chegada de procuradores do arceb. eleito de Braga, que insistiam na expedição das bulas da transferência de D. João Galvão, com ameaça de se irem embora, se isso lhes fosse negado, pelo que o papa decidira optar pelo depósito de tais bulas no banco, até se determinar o que se devia fazer (AV, Arm. 39, t. 16A, fl. 91v-92, t. 16C, fl. 221-221v): p. CCCXXVI, nota 904.

472 — *1485, 13 de Agosto:* Carta de D. João II sobre a fortaleza de Ervededo, falando da morte de D. João Galvão, arceb. de Braga (ADB, *Colecção cronológica*, caixa 32): p. CCCXXVI, nota 905.

473 — *1485, 2 de Setembro:* Docum. sobre carta de D. João II, de 13 de Agosto, em que se fala da morte de D. João Galvão, e sobre a fortaleza de Ervededo (ADB, *Colecção cronológica*, caixa 32): p. CCCXXVI, nota 905.

474 — *1487, 8 de Agosto:* Apresentação ao arceb. de Braga, D. Jorge, por D. João II de Fernando Coutinho como prior da colegiada de Guimarães, vacante por morte de Afonso Gomes de Lemos (ANTT, *Livro 2.º dos padroados* (Leitura nova), fl. 67b-67va): pp. CCLXVII-CCLXVIII, nota 673.

475 — *1487, 28 de Setembro:* Confirmação por Sebastião Lopes da apresentação de Fernando Coutinho para o priorato da colegiada de Guimarães, vacante por morte de Afonso Gomes de Lemos (ADB, *Confirmações do arcebispo D. Jorge da Costa*, fl. 5v): p. CCLXVII, nota 673.

ÍNDICE DOS NOMES E MATÉRIAS

A

A., prepósito de Tolosa e cubicul. pontif.: BENTO XIII: p. 329, nota 1.

ABRANTES *(Avrantes)*, dioc. da Guarda, hoje de Portalegre: pp. CCCXV, CCCXXI, nota 892. — conv. dominicano de N. Senhora da Consolação: p. CCCXLI. — igr.: S.TA MARIA DO CASTELO DE ABRANTES: p. CCCIX; S. JOÃO DE ABRANTES: n. 152; S. TIAGO DE ABRANTES; n. 128; S. VICENTE DE ABRANTES: p. CLXXXIV, nn. 179, 191, 486.

ABREVIADORES DAS LETRAS APOSTÓLICAS: MARTINS *(Martini)*, Fernando *(Fernandus)*: pp. CCCXLVI-CCCXLVIII; PETRI, *Alvarus:* nota 579; RESENDE, João Gonçalves de: nota 414, p. CCIII-CCIV.

ABRIL *(Aprilis)*, Martinho *(Martinus)*, clér. da dioc. de Lisboa, cón. de Silves: n. 43.

ABUL, Lourenço, clér. da dioc. da Guarda, cón. de Lisboa: p. CCXCIII. — deão da Guarda, cón. de Lisboa, procur. do cab. de Lisboa na questão da legacia do b. de Coimbra: pp. CCCXXXIV, CCCXLI. — reitor da igr. de S. Bartolomeu de Alfange e secret. de el-rei D. Afonso V: p. CCCXLI. — reitor da igr. de S.ta Maria de Achete: p. CCCXLIX.

ABULENSIS, Espanha; *VIDE:* ÁVILA *(Abulensis)*.

ACERES, Aparício *(Aparitius)* de, clér. da dioc. de Évora, estud. de dir. civil, cón. de Évora: n. 280. *VIDE:* ARES, Aparício *(Aparitius)*. VICENTE DE ARES, Aparício *(Aparitius)*.

ACHELAS, conc. e dioc. de Lisboa, most. de: *VIDE:* S.TA MARIA DE CHELAS.

ACHETE *(Acheyte)*, conc. de Santarém, dioc. de Lisboa, igr. de: *VIDE:* S.TA MARIA DE ACHETE.

ACÓLITOS PONTIFÍCIOS: ALERAMO *(Aleramus)*: p. 197, nota 1; ELIAS DE LESTRANGE: p. 297, nota 1; PEDRO TROUSSEAU *(Petrus Trouselli)*: n. 698, p. 251, nota 1.

ADÃO DE ESTON, card. presb. de S.ta Cecília. reitor da igr. par. de S. João da Raiva e cón, da coleg. de S. Martinho de Cedofeita: BONIFÁCIO IX: n. 14, p. 391, nota 1.

ADEMA, dioc. de Lisboa: p. CCCXLIV.

ADEMARII, *Petrus*, reitor da igr. par. de S. Martinho de Massaco: n. 525.

ADUARTE, filho do conde de Contabrígia, despos. com a infanta D. Beatriz, filha de D. Fernando, rei de Portugal: pp. CCCLXXIX, CCCLXXXIII.

AFFOM, *Joanes*, barão e caval. nas cortes de Coimbra de 1385: p. CVII.

AFFOM, *Joham*, chantre de Coimbra: p. CCLXXXI, nota 714.

AFFOM, Pero, procurador nas cortes de Coimbra de 1385: p. CVII.

AFFOMSO *(Frey)*, b. de Cória: pp. CCCLXXXIV, CCCLXXXV.

AFFOMSO, *Martim*, cón. de Tui: p. CLXIX.

AFFONSO, *Alvoro*, cón. de Braga: p. CCLXXVIII, nota 706.

AFFONSO, *Bras*, escrivão da puridade do arceb. de Braga D. Fernando e visitador da coleg. de Guimarães: p. CCLXVII, nota 673.

AFFONSO, *Joham*, cón. de Braga e ab. de Covas: p. CCLXXVII, nota 706.

AFFONSO DE COIMBRA, *Joham*, tabelião geral nos reinos de Portugal: p. CXXVI.

AFFONSO, Lopo, cón. de Braga: p. CCLXXVIII, nota 706.

AFFONSO, Luís, chantre e cón. de Braga: p. CCLXXVII, nota 706.

AFFONSO, Pedro, cón. de Braga: p. CCLXXVII, nota 706.

AFOM DE QUIAIOS, *Joham:* p. CCLXXXII, nota 714.

AFONSO *(Alfonsus)* II, rei de Portugal: contendas com o clero: p. CIV. — e a coleg. de Guimarães: p. XCIX, nota 161.

AFONSO *(Alfonsus)* III, rei de Portugal: guerra aos Sarracenos: p. CCXXII, nota 508.

AFONSO *(Alfonsus)* IV, rei de Portugal: pp.

CCCXC, CCCXCV. — capela da cate. de Lisboa: p. CLXXXVI. — casam. da filha D. Maria, sem disp. apostól.: pp. CXLII-CXLV, CLXVII, CCCLXXII. — casam. do Infante D. Pedro com D. Branca e D. Constança: pp. CXXIII, CXXIV, CXXVI, CXXVII, CXXVIII, CXXIX, CXXXIII, CXLVI, CLI. — chanceler: SEM *(Censu)*, Pedro *(Petrus)* do: p. LXXXIX, nota 129. — *clér.:* MEENDIZ, Johanne: p. LXXXIV. — *conselheiros:* CORBINIACO *(Corbigny)*, Pedro *(Petrus)* de: p. CLVI; DURÃES *(Duraães)*, João *(Johannes)*: p. CXXVII; JOÃO *(Johanne)*, mestre: p. CXXVII. — contrário ao casam. do Infante D. Pedro com D. Inês de Castro: pp. CXXVII, CXLVII, CLIII, CCCLXXIV, CCCXCV. — cortes de 1334 e o casam. de D. Constança: p. CXXXII. — diligênc. para o casam. do filho com D. Inês de Castro: pp. CXXVI, CXXVII, CLIII. — embaixadores aos papas João XXII, Clemente VI e Inocêncio VI: pp. CLIII-CLVIII; AFONSO, João: p. CLV; CORBINIACO *(Corbigny)*, Pedro *(Petrus)* de: pp. CLIV-CLVII; DEÃO DE ÉVORA: nota 241; ESTEVES DE SANTARÉM, Geraldo: p. CLV; FERNANDES *(Fernandez)*, Lopo: pp. CXXVI, CXXX, nota 241, p. CXXXI; GOMES, Rodrigo: p. CLIV; LOURENÇO, João: p. CLIV; MENDES DE VASCONCELOS, Gonçalo: p. CLVI; RAIMUNDO, Afonso: p. CLIV; SUGÉRIO, Álvaro: p. CLIV. — familiar: VASQUES *(Valasci)*, Gonçalo *(Gunsalvus)*: p. XCI, nota 136. — mulher D. Beatriz: pp. CXXVI, CXXVII, CLIV. — nacionalização da Ordem de S. Tiago da Espada: pp. LXXXI, LXXXII-LXXXIV, nota 122, pp. LXXXVII, LXXXVIII. — pai do Infante D. Pedro: p. CCCXCIX. — pede dispensa ao papa para o Inf. D. Pedro casar com D. Branca: pp. CXXVI, CXXX, nota 241, pp. CXLV-CXLVI. — questões com o mestre da Ordem de Cristo: nota 241. — questões com o vig. e b. eleito de Coimbra D. João: p. LXXXVII, notas 124, 125, p. LXXXVII, notas 126, 127, 129. — tabelião: PEREZ, Domingos: p. LXXXIV. — vassalo: COGOMINHO, Fernam Gonçalvez: nota 122.

AFONSO *(Alfonsus)* V, rei de Portugal: pp. CLXXI-CLXXIII, CLXXX, CLXXXI, CLXXXIV-CLXXXVI, CCXXXVI, nota 587, pp. CCXXXVII-CCXXXVIII, nota 589, pp. CCXLIII-CCXLV, CCXLVIII-CCL, CCLXIII, nota 672, p. CCLXVI, nota 673, pp. CCXCIII, CCXCIV, CCCII, CCCIII, notas 824, 827, pp. CCCV-CCCVI, nota 837, pp. CCCVI-CCCXII, CCCXIV-CCCXX, nota 886, pp. CCCXXVI, CCCXXXII, CCCXLI, CCCXLVIII. — batalha de Alfarrobeira: p. CCLXXXV. — capelão-mor D. Frei João, b. de Ceuta e da Guarda: pp. CLXXIII, CCXCVII-CCXCVIII. — capelães: GONÇALVEZ, Martim: p. CCXXXVII, nota 589; MARTINS, Estêvão: p. CCCIX; ROIZ, Gonçallo: p. CCXXXVIII, nota 589. — cartas do papa Eugénio IV sobre a privação de D. Luís quanto ao bispado de Viseu: pp. CCXLIV-CCXLV, CCXLVIII-CCL. — casam. com D. Isabel, sua prima e filha do Inf. regente D. Pedro: p. CLXXX. — confessor e conselheiro: ALVAREZ CARDOSSO, Fernando: p. CCXXXVII, nota 589. — cortes gerais de Lisboa de 1455: pp. CCXXXVII-CCXXXVIII, nota 589. — desembargador: VAZ *(Valasci)* DE SERPA, Lopo (Lupus): nota 516. — despesas em embaixadas: p. CLXXX. — embaix. ao papa Eugénio IV: ALMEIDA, Lopo de: p. CCCXLI; FERNANDES *(Fernandi)* TINOCO, Nuno *(Nunus)*: pp. CCCV, CCCV-CCCVI, nota 837, p. CCCVIII; FREI JOÃO DE S. LOURENÇO: pp. CLXXI, CLXXII, CLXXIII, CLXXVIII, CLXXX, CCXLIV, CCLXXXVI-CCXCI; RUI DA CUNHA: pp. CLXXIX-CLXXX, CLXXXV-CLXXXIX, CCXLII-CCXLIV. — escudeiros: AFONSO FERRAM, Fernam: p. CCLXVI, nota 673; VASQUEZ, *Joham:* p. CCLXVI, nota 673. — legacia do b. de Coimbra, D. João Galvão: pp. CCCXI-CCCXIX, CCCXXVI-CCCXXXV, CCCXXXVI-CCCXXXIX. — mãe, rainha Dona Leonor: p. CLXXXI. — most. da Batalha: pp. CCCII, CCCII-CCCIII, nota 824. — primos: FERNANDO *(Fernandus)*, arceb. de Braga e primaz: p. CCXXXVII, nota 589, p. CCCXXXII; JAIME *(James, Jacobus)*, arceb. de Lisboa, cardeal: p. CCXXXVII, nota 589; LUÍS *(Ludovicus)*, b. da Guarda: p. CCXXXVII, nota 589. — procurador e embaix. na Cúria papal: FERNANDES *(Fernandi)* TINOCO, Nuno *(Nunus)*: pp. CCCV, CCCV-CCCVI, nota 837, p. CCCVIII. — reforma dos conv. franciscanos em Portugal: p. CCCXI. — regimento do reino na menoridade: p. CLXXXVII. — reserva de benef. nas dioc. de Lisboa, Braga, Évora, Viseu, Lamego, Guarda e Silves: pp. CLXXX-CLXXXI, CLXXXIV, CLXXXV. — súpl. ao papa Eugénio IV: pp. CLXXX-CLXXXI, CLXXXIV, CLXXXV, CLXXXVI.

AFONSO *(Alfonsus)*, rei de Castela: casam. com D. Maria, filha de D. Afonso IV, rei de Portugal: pp. CXLII-CXLV, nota 278, p. CLXVII, CCCLXXII.—desposórios com Dona Constança: pp. CXXXII-CXXXIII, CXLI, CLXVII. —

questão da nacionaliz. da Ordem de S. Tiago da Espada em Portugal: pp. LXIII, LXV, LXVI, LXVII, LXXXII.

AFONSO *(Alfonsus)*, rei de Aragão: questões da regência da rainha Dona Leonor e o Infante D. Pedro: pp. CLXXXVII-CLXXXVIII.

AFONSO *(Alfonsus)*, b. de Coimbra, representado nas cortes de Lisboa de 1455 por Jorge Martins: p. CCXXXVIII, nota 589.

AFONSO *(Alfonsus)*, Infante, filho de D. Dinis, herdeiro do reino, futuro D. Afonso IV, rei de Portugal: súplica ou processo de apelação contra a concessão da igr. de Tomar ao cardeal Bertrando, depois da extinção da Ordem do Templo: pp. VIII-XVIII.

AFONSO, conde de Barcelos: carta de D. Afonso, rei de Aragão, sobre a regência e a rainha Dona Leonor: p. CLXXXVII. — carta do papa Eug. IV sobre as questões da regência de D. Pedro e D. Leonor: pp. CLXXXVIII, CLXXXIX. — govern. de suas terras: RODRIGUES, João: p. CLXXXI. — súpl. ao papa Eugénio IV: p. CLXXXI.

AFONSO *(Alfonsus)*, conde de Ourém: carta do papa Eug. IV sobre as questões da regência do Infante D. Pedro e a rainha Dona Leonor: pp. CLXXXVIII, CLXXXIX. — coleg. de S.ta Maria de Ourém: pp. CCXCI, CCXCI-CCXCII, nota 766. — embaixador régio no concí. de Basileia: nota 458, pp. CXCIX, CCI, CCII, nota 467. — igr. a unir ao most. que desejava fundar: pp. CCLXV-CCLXVI, nota 674. — secretário: MARTINIZ *(Martini)*, Gomez *(Gometius)*: p. CCLVI, nota 661.

AFONSO, conde de Noronha, filho de D. Henrique de Castela e casado com Dona Isabel, filha de D. Fernando de Portugal: p. CCCLXXV.

AFONSO *(Alfonsi)*, Aires *(Arias)*, capelão do mestre da Ordem de Alcântara, Martinho Anes de Barbuda, e cón. de Évora, porcion. na igr. de S. Tiago de Torres Novas e cón. de Palença: n. 689. — cón. e benef. na igr. coleg. de S.ta Maria de Talavera: BENTO XIII: n. 92. — envolvido no cisma e benef. em Madrid, Gadalfaiara *(Guadalajara?)*, Talavera, S.ta Maria de Villa Nueva de Seruella (Villa Nueva de la Serena?) e S. Tiago de Puebla de Alcocer: BENTO XIII: n. 79. — sac. de Avis, da dioc. de Évora, benef. na dioc. de Toledo e porcion. na igr. par. de S. Tiago de Torres Novas, cón. de Évora: BENTO XIII: nn. 19f, 19i, 79, 92.

AFONSO *(Afomso, Alfonsi)*, Álvaro *(Alvarus, Alvoro)*, clér. da dioc. de Coimbra, doutor em decretos, embaixador do concí. de Basileia à Bretanha: p. CCLXXVI, nota 710, pp. CCLXXXII, CCLXXXV, CCLXXXVI, nota 886. — bacharel em decretos e curial pontif.: pp. CCLXXVIII-CCLXXIX, nota 709, pp. CCLXXX-CCLXXXI. — b. de Silves ou do Algarve e legado pontif.: pp. CCXXXVII, nota 589, p. CCLXIII, nota 672, pp. CCLXXXIV, nota 732, pp. CCLXXXV, CCCXVII, CCCXIX, CCCXXV, CCCXXVII, CCCXXXI. — colega de embaixada à Bretanha de D. Luís do Amaral, b. de Viseu: p. CCLXXXV. — cón. de Coimbra: pp. CCLXXVIII, CCLXXIX. — desembargador régio: pp. CCLXXXII-CCLXXXIII. — escrivão da puridade do Infante regente D. Pedro e chanceler-mor: pp. CCLXXXIII, CCLXXXV, nota 886. — familiar do cardeal D. Jaime: p. CCLXIII, nota 672. — incorporado no concí. de Basileia: pp. CCLXXVI, CCLXXXII. — mestre-escola de Coimbra: pp. CCLXXXIII - CCLXXXV. — pai: JOÃO AFONSO *(Joham Afomso)*: p. CCLXXXIII, nota 886. — regresso do concí. de Basileia a Portugal, talvez em 1444: p. CCLXXVI. — vigário geral seu: MARTINS, Vasco: p. CCXXXVIII, nota 589. *VIDE:* ÁLVARO *(Alvarus)* AFONSO.

AFONSO *(Alfonsi)*, Álvaro *(Alvarus)*, clér. da dioc. da Guarda, benef. na dioc. de Salamanca. BENTO XIII: n. 48.

AFONSO, Álvaro, júnior, cón. e mestre-escola de Coimbra: pp. CCLXXXV-CCLXXXVI, nota 732.

AFONSO *(Alfonsi)*, Álvaro *(Alvarus)*, cón. de Lisboa: pp. CCXCV-CCXCVI.

AFONSO *(Alfonsi)*, Álvaro *(Alvarus)*, familiar do cardeal de Santo Anjo, D. Pedro Rodrigues da Fonseca, e benef. na igr. de S. Salvador de Pessegueiro e outras da dioc. de Orense: BENTO XIII: n. 99.

AFONSO *(Alfonsi)*, António *(Anthonius)*, sac. da dioc. de Lamego, benef. na dioc. do Porto e reitor da igr. de S. Bartolomeu de Barqueiros: n. 349.

AFONSO, Brás, vassalo régio e tabelião geral no reino: p. CCXXXVI, nota 587.

AFONSO, Brás *(Blas)*, escrivão da câmara do arceb. de Braga: p. CCLIX, nota 667.

AFONSO, Brásio, estud. e doutorado em direito canón. na univers. de Bolonha, reitor da igr. de S. Salvador de Lousada: p. CXVIII.

AFONSO *(Alfonso)* CORREIA, deão da Guarda, b. da Guarda e de Segóvia: pp. CCCLXXV, CCCLXXVIII, CCCLXXXI, CCCLXXXIII, CCCLXXXIV, CCCLXXXV, nn. 692, 696, p. 241, nota 2. — prelado virtuoso, exilado em Castela por causa do cisma, e ab. de Valhadolide: nn. 692, 696.

AFONSO DAS LEIS, mestre: p. CXLVIII.

AFONSO DAS REGRAS *(Alfonsi de Regulis)*, João *(Johannes)*, origin. de Lisboa, estud. de direito civil, licenciado e doutorado em Bolonha: pp. XCIX, CXXXVII, CCCLXVII. — conselheiro régio, chanceler, clér. da dioc. de Lisboa e prior da coleg. de Guimarães: pp. XCIX, CXXXVI, CCCLXVII-CCCLXIX. — e os casam. do Infante e rei D. Pedro: pp. CXXXVIII, CXLVII-CLIII, CLVIII, CLX, CLXI, CLXVII, CCCLXVII-CCCLXVIII, CCCLXX--CCCLXXIV. — nas cortes de Coimbra de 1385: pp. CCCLXVII, CCCLXVIII, CCCLXIX, CCCLXX, CCCLXXI, CCCLXXIII, CCCXCIII. *VIDE:* JOÃO DAS REGRAS *(Johannes de Regulis)*.

AFONSO DE AGUILAR *(Alfonsi de Acquilar)*, Frei, confessor e embaix. do rei de Castela: BENTO XIII: p. 330, nota 1.

AFONSO *(Alfonsi)* DE ALCOUTIM, Pedro *(Petrus)*, clér. da dioc. de Silves, porcion. na igr. de S.ta Maria dos Açougues de Montemor--o-Novo: n. 428.

AFONSO DE ALENQUER *(Alfonsi de Alenquerio)*, Marcial *(Martialis)*, clér. da dioc. de Lisboa, porcion. das igr. de S. Pedro e de S.to Estêvão de Alenquer: n. 582.

AFONSO DE ATALAIA *(Alfonsi dAtalaya)*, João *(Johannes)*, da dioc. de Lisboa, benef. na igr. de S.to Estêvão de Lisboa: n. 548.

AFONSO *(Affonso)* DE AZAMBUJA, João *(Joam, Johannes)*, bacharel em dir. canón., prior da coleg. de S.ta Maria de Alcáçova de Santarém, embaixador de D. João I ao papa Urbano VI e Bonifácio IX: pp. CXI, CXII, CXVII, CCCLXIX. — b. de Silves e embaix. ao papa Bonifácio IX: p. CXVII, CXXI. — presente à leitura das bulas de Bonif. IX sobre a elevação do Mestre de Avis a rei de Portugal: pp. XCI, XCII.

AFONSO *(Alfonsus)* DE CARRILHO, cardeal de S.to Eustáquio, admin. de Osma e de Siguenza: BENTO XIII: p. 359, notas 1-2. — familiar: GARCIA *(Garsie)* DE AQUILAR, Diogo *(Didacus)*: BENTO XIII: n. 97.

AFONSO DE ESTREMOZ *(Alfonsi de Stremotio)*, Gonçalo, admin. da parte portuguesa da dioc. de Badajoz e capelão do cardeal D. João de Cervantes: p. CCXCIX.

AFONSO DE ESTREMOZ *(Alfonsi de Stremotio)*, João *(Johannes)*, prior da igr. de S. Salvador de Santarém: p. CCLIX, nota 666.

AFONSO DE ÉVORA *(Alfonsi Elborensis)*, Martinho *(Martinus)*, benef. na dioc. de Évora: n. 629.

AFONSO *(Alfonsus)* DE EXEA ou DE CÓRDOVA, doutor em decretos, b. de Samora, de Ávila, arceb. de Sevilha e admin. de Constantinópola: n. 692c, p. 247, nota 1.

AFONSO DE FONTE PURA *(Alfonsi de Fonte Pudico)*, Diogo *(Didacus)*, sac. da dioc. de Palença, cón. de Coimbra, prior da igr. de S.ta Ovaia ou Eulália e porcion. de S.ta Justa de Coimbra: n. 621.

AFONSO DE GUIMARÃES *(Alfonsi de Vimaranis)*, Miguel *(Michael)*, clér. da dioc. de Braga, benef. na dioc. de Sevilha: n. 636b.

AFONSO DE LORVÃO, dominicano, leitor de teologia, prior comendatário do most. de S. Jorge da dioc. de Coimbra: p. CCCXI.

AFONSO DE OLEIROS *(Alfonsi de Oleiros)*, Martinho *(Martinus)*, clér. da dioc. da Guarda, porcion. na igr. de S. Vicente de Abrantes, estud. na univers. de Lisboa: n. 179.

AFONSO *(Alfonsi)* DE PALMA DEL RIO, Pedro *(Petrus)*, clér. da dioc. de Córdova, benef. na igr. par. de S.ta Maria de Palma da dioc. de Córdova: BENTO XIII: n. 91.

AFONSO *(Affonsso)* DE SAAVEDRA, *Johane*, arced. de Enares, na igr. de Sevilha: p. LXXXII.

AFONSO DE SANTARÉM *(Alfonsi de Sanctarena)*, Fernando *(Fernandus)*, clér. da dioc. de Lisboa, escolar de gramát. na univers. de Lisboa, com benef. na igr. de S.ta Maria de Alcáçova de Santarém, porcion. na igr. de S. Salvador de Torres Novas: n. 167.

AFONSO DE SINTRA *(Alfonsi de Sintra)*, Martinho *(Martinus)*, sac. da dioc. de Lisboa, estud. de direito canón. na univers. de Lisboa, com benef. na igr. de Lisboa: n. 111.

AFONSO DE VILA NOVA *(Alfonsi de Villa Nova)*, Fernando *(Fernandus)*, sac. da dioc. de Badajoz, benef. na dioc. de Évora: n. 634.

AFONSO DE VILAR *(Alfonsi de Vilar)*, João *(Johannes)*, nobre, reitor da igr. par. de S. Tiago de Lordelo, dioc. de Braga, escolar de dir. civil na univers. de Lisboa, cón. de Braga: n. 106.

AFONSO, Diogo, escrivão: p. CCLXV, nota 673.

AFONSO, Diogo: p. CCCLX.

AFONSO, Diogo, reitor da igr. de S. Romão de Mesão Frio: pp. CLXXX, CLXXXVI.

AFONSO *(Alfonsi)*, Diogo *(Didacus)*, clér. da dioc. de Braga, estud. de dir. canón., benef. na dioc. de Córdova, arced. de Calatrava, ilegít.: BENTO XIII: n. 83.

AFONSO *(Alfonsi)*, Diogo *(Didacus)*, doutor em ambos os dir. e embaix. de D. Duarte no concí. de Basileia: nota 458, pp. CCIII, CCXII. *VIDE:* MANGANCHA, Diogo Afonso.

AFONSO *(Alfonsi)*, Diogo *(Didacus)*, clér. de Braga, cón. e benef. na dioc. de Tui: n. 667.

AFONSO *(Alfonsi)*, Diogo *(Didacus)*, clér. e benef. da dioc. de Braga: n. 597.

AFONSO, Estêvão, arced. de Santarém: pp. CLXXVI-CLXXVII. — dout. em decretos na

univers. de Bolonha, chanceler do Infante regente D. Pedro: p. CCLXXXIII, nota 729, pp. CCLXXXIV, CCLXXXV.
AFONSO *(Alfonsi)*, Estêvão *(Stephanus)*, tercen. de Braga: n. 505.
AFONSO *(Alfonsi)*, Estêvão *(Stephanus)*, reitor da igr. de S. João do Souto de Braga: n. 504.
AFONSO, *Fernam de*, cón. de Coimbra, procur. de seu cabido na questão da legacia do b. de Coimbra D. João Galvão: p. CCCXXXIV.
AFONSO, Fernando, mestre da Ordem de S. Tiago da Espada, embaix. de D. João I ao rei de Inglaterra: p. CCCLXIX.
AFONSO, Fernando: p. CLXXXVI.
AFONSO, Fernando, clér. da dioc. de Coimbra: p. CCXCIV.
AFONSO, Fernando, licenc. em leis, cón. de Braga e vig. geral do arceb. D. Fernando da Guerra: pp. CCLXII-CCLXIII, nota 672, pp. CCLXIII-CCLXIV, CCLXIV-CCLXVI, nota 673, p. CCLXXVII, nota 706.
AFONSO *(Alfonsi)*, Fernando *(Fernandus)*, sac. da dioc. de Braga, com benef. da colação do arceb. e cab. de Braga: nn. 248, 266.
AFONSO *(Alfonsi)*, Fernando *(Fernandus)*, reitor da igr. de S.ta Maria da Arruda dos Vinhos: p. CCXCIII.
AFONSO FERRAM, *Fernam*, vassalo e escud. de D. Afonso V: p. CCLXVI, nota 673.
AFONSO FUSEIRO *(Alfonsi Fusarii)*, João *(Johannes)*, clér. de Lisboa, estud. de dir. civil, cón. de Évora: n. 385.
AFONSO FUSEIRO *(Alfonsi Fusarii)*, Pedro *(Petrus)*, clér. de Évora, estud. de dir. canón., cón. do Porto: n. 387.
AFONSO *(Alfonsi)*, Garcia *(Garsias)*, arced. de Alva na igr. de Salamanca, capelão de honra do papa e da portug. rainha de Castela, D. Beatriz, e familiar desta, cón. e arced. de Salamanca, cón. de Ávila e de Cória: BENTO XIII: n. 64.
AFONSO, Gil, escolar de dir. canón. e vig. geral de D. Luís Coutinho: nota 606.
AFONSO *(Alfonsi)*, Gil *(Egidius)*, clér. da dioc. de Évora, porcion. da igr. de S.to André de Lisboa: n. 435.
AFONSO *(Alfonsi)*, Gomes *(Guimetius)*, sac. da dioc. de Lisboa, porc. das igr. de S.ta Maria de Várzea e de S.to Estêvão de Alenquer: n. 583.
AFONSO, Gonçalo, cón. de Braga e capelão do Infante D. João: p. CCLX, nota 667.
AFONSO *(Alfonsi)*, Gonçalo *(Gundissalvus)*, clér. da dioc. de Braga, benef. do most. de S. João de Alpendorada: n. 271.
AFONSO *(Alfonsi)*, Gonçalo *(Gonsalvus)*, sac. da dioc. de Braga, escolar de decretos, cón. de Braga, reitor da igr. par. de S.ta Eulália de Pensalvos, cón. de Samora: nn. 643a, 644, BENTO XIII: nn. 12, 44, 80. — benef. na dioc. de Ávila: BENTO XIII: n. 80.
AFONSO *(Alfonsus)* HENRIQUES, primeiro rei de Portugal, e os Templários: pp. X, XXXVIII, nota 61.
AFONSO *(Afomso)*, Isabel: p. CCXCII.
AFONSO, João, prof. de dir. civil e embaix. de D. Afonso IV ao papa: p. CLV.
AFONSO, João, conde de Barcelos e de Ourém, testem. do casam. do Infante D. Pedro com D. Inês de Castro: p. CXXVIII, n. 555a. *VIDE:* AFONSO TELO, João.
AFONSO, João, cón. de Évora, familiar do card. Antão Martins: p. CCXCII.
AFONSO, João, vassalo de D. Afonso V, pai de Álvaro Afonso, chanceler-mor do Infante regente D. Pedro: p. CCLXXXIII.
AFONSO, *Joham*, cón. de Braga: p. CCLXXVIII, nota 706.
AFONSO *(Affom, Alfonsi)*, João *(Joham, Johannes)*, cón. e chantre de Coimbra: p. CCLXXX, nota 713, p. CCLXXXI, nota 714. — morto na Cúria pontifícia: p. CCLXXX, nota 713, pp. CCLXXXI, CCLXXXII, nota 714. — privado da chantria: p. CLXXXII.
AFONSO *(Alfonsi)*, João *(Johannes)*, prior do priorato do most. de S. Torquato: p. CCCV.
AFONSO *(Alfonsi)*, João *(Johannes)*, sac. da dioc. de Évora, reitor da igr. de S.ta Maria de Castelo de Vide: nota 407.
AFONSO *(Alfonsi)*, João *(Johannes)*, secret. do Infante D. Henrique: pp. CLXXXII, CLXXXIII. — cartas da rainha Dona Leonor e do Infante D. Henrique ao papa Eug. IV, a seu favor: pp. CLXXXII-CLXXXIII.
AFONSO *(Alfonsi)*, João *(Johannes)*, clér. e meio-cón. de Lisboa: n. 293.
AFONSO *(Alfonsi)*, João *(Johannes)*, porcion. de Salamanca e benef. na dioc. de Évora, reitor da igr. de S.ta Maria de Avedillo da dioc. de Samora: n. 305.
AFONSO *(Alfonsi)*, João *(Johannes)*, da dioc. de Lamego e benef. do most. de S. Pedro de Lorvão: n. 300.
AFONSO *(Alfonsi)*, João *(Johannes)*, clér. da dioc. de Silves, benef. da igr. de S.ta Maria de Tavira: n. 348.
AFONSO *(Alfonsi)*, João *(Johannes)*, sac. da dioc. de Lisboa, capelão do Infante D. João, porcion. na igr. de S.ta Maria da Lourinhã: n. 382.
AFONSO *(Alfonsi)*, João *(Johannes)*, clér. e benef. na dioc. de Silves: n. 469.
AFONSO *(Alfonsi)*, João *(Johannes)*, sac. e benef. da dioc. de Coimbra: nn. 508, 513.
AFONSO *(Alfonsi)*, João *(Johannes)*, sac. da dioc.

de Sevilha, benef. na dioc. de Évora e reitor da igr. de S.ta Maria de Huevar da dioc. de Sevilha: n. 573b.

AFONSO *(Alfonsi)*, João *(Johannes)*, conde de Ourém: n. 555a. — capelão e familiar: FERNANDES DE CASTROGERIZ *(Fernandi de Castro Xeritio)*, Pedro *(Petrus)*: n. 555a.

AFONSO *(Alfonsi)*, João *(Johannes)*, clér. da dioc. de Braga, benef. do most. de S.ta Maria de Lorvão: n. 614. — benef. na dioc. de Lamego: n. 614a.

AFONSO *(Alfonsi)*, João *(Johannes)*, sac. da dioc. de Badajoz, benef. na dioc. de Évora e de Sevilha: nn. 632a, 632b, 633a.

AFONSO *(Alfonsi)*, João *(Johannes)*, doutor em decretos, porcion. na igr. de S.to Estêvão de Nevia da dioc. de Segóvia, cón. e deão de Compostela: BENTO XIII: n. 86.

AFONSO *(Alfonsi)*, João *(Johannes)*, cón. de Braga e do Porto, sobrinho do consel. de el-rei D. Fernando, Vasco Domingues, e reitor da igr. de S. Pedro de Vinhós (?) da dioc. do Porto: n. 241.

AFONSO *(Alfonsi)*, João *(Johannes)*, clér. da dioc. de Lamego, cón. de Coimbra, reitor da igr. par. de S.ta Maria de Esmoriz da dioc. do Porto, escolar de leis na univers. de Orleães: n. 97.

AFONSO *(Alfonsi)*, João *(Johannes)*, clér. de Lisboa, escolar de dir. civil na univers. de Mompilher, cón. de Lisboa: n. 189.

AFONSO LEITOM, Gill, chantre e cón. de Braga: p. CCLXIII, nota 672.

AFONSO, Lopo, mestre-escola de Coimbra: p. CCXXXVI, nota 587, pp. CCLXXXIII-CCLXXXV, nota 732. — familiar ou criado de D. Luís Coutinho e reitor da igr. de S.to André de Souselo: p. CCXL.

AFONSO, Lopo, escrivão da câmara de D. Duarte: pp. CLXX, CLXXI. — carta ao ab. Gomes Anes, a favor de Frei João de S. Lourenço: pp. CLXX, CLXXI.

AFONSO *(Alfonsi)*, Lopo *(Lupus)*, oriundo de Linhares, reitor da igr. par. de S. Pedro de Eiras da dioc. da Guarda, estud. de dir. civil e canón. na univers. de Tolosa, cón. da Guarda, de Viseu e de Coimbra e de Lisboa, com benef. da colação do b. e cab. de Lisboa: nn. 219, 228, 229.

AFONSO *(Alfonsi)*, Lopo *(Lupus)*, sac. da dioc. de Braga, benef. da Ordem de S. João de Jerusalém em Lamego: n. 492.

AFONSO, Lourenço, escud. e vedor-mor do b. de Coimbra D. Luís Coutinho na cidade de Lamego: p. CCXXXIV, nota 578.

AFONSO *(Alfonsi)*, Lourenço *(Laurentius)*, reitor da igr. de S. João de Mamouros da dioc. de Viseu, estud. de dir. canón. na univ. de Lisboa, cón. de Viseu: n. 143.

AFONSO *(Alfonsi)*, Lourenço *(Laurentius)*, sac., reitor da igr. par. de S. Pedro de Farinha Podre, porc. na igr. de S.ta Maria de Palmela, cón. de Coimbra, estud. na univers. de Tolosa: n. 232.

AFONSO, Luís, escrivão nas audi. da cidade de Braga: p. CCXXXVII, nota 589.

AFONSO, Luís, cón. e mestre-escola de Braga, vig. geral do arceb. D. Fernando da Guerra: pp. CCLXV-CCLXVI, nota 673.

AFONSO, Luís, mestre-escola de Braga: p. CCXXXVI, nota 587.

AFONSO, Martim, nobre de armas nas cortes de Coimbra de 1385: p. CVII.

AFONSO *(Affonso)*, Martim, doutor em leis, cons. de D. João I: pp. CXL, CCCLXVIII-CCCLXX.

AFONSO *(Affomso)*, Martinho *(Martim)*, cón. de Tui: pp. CLXVIII, CLXIX.

AFONSO *(Alfonsi)*, Martinho *(Martinus)*, clér. da dioc. de Cidade Rodrigo, porcion. na igr. de S. Tiago de Abrantes, estud. na univ. de Lisboa: n. 128.

AFONSO *(Alfonsi)*, Martinho *(Martinus)*, clér. da dioc. de Évora, porc. na igr. de S. Nicolau de Lisboa: nn. 632, 632e.

AFONSO *(Alfonsi)*, Martinho *(Martinus)*, clér. da dioc. de Évora, porc. na igr. de S.ta Justa de Lisboa: nn. 463, 550a.

AFONSO *(Alfonsy)*, Martinho *(Martinus)*, cón. da Guarda e reitor da igr. par. de S. Miguel de Linhares: n. 545.

AFONSO MARTINS, b. do Porto: p. XCVI.

AFONSO *(Alfonsus)* NOGUEIRA, arceb. de Lisboa: p. CCCIX. — seu núncio: GOMES, Estêvão: p. CCCIX.

AFONSO, Pedro, reitor da igr. par. de S. Salvador de Rossas, chantre da col. de Guimarães: p. CLXXXII.

AFONSO *(Affom)*, Pedro *(Pero)*, comendador de Alvalade: p. LXXXIII.

AFONSO *(Alfonsi)*, Pedro *(Petrus)*, prior da igr. de S. Lourenço do Bairro: p. CCCXLVII.

AFONSO *(Alfonsi)*, Pedro *(Petrus)*, clér. de Évora, benef. da igr. de S. Salvador de Elvas: n. 414.

AFONSO *(Alfonsi)*, Pedro *(Petrus)*, clér. da dioc. de Silves, porc. da igr. de S.ta Maria de Montemor-o-Novo, familiar de D. Martinho, b. de Évora: n. 412.

AFONSO *(Alfonsi)*, Pedro *(Petrus)*, sobrinho do cons. régio Vasco Domingues e da cartuxa de Vila Nova de Avinhão, com licença para se transferir para um most. bened. do arceb. de Braga ou da Ordem de Cister, na dioc. de Lisboa: n. 239.

AFONSO *(Alfonsi)*, Pedro *(Petrus)*, clér. da dioc. de Lisboa, cón. e benef. da dioc. de Cádiz: n. 715.

AFONSO *(Alfonsi)*, Pedro *(Petrus)*, clér. da dioc. de Évora, escolar de dir. civil, benef. na dioc. de Toledo: n. 712, BENTO XIII: n. 51.

AFONSO *(Alfonsi)*, Pedro *(Petrus)*, clér. de Évora, cón. de Badajoz: n. 709.

AFONSO *(Alfonsi)*, Pedro *(Petrus)*, capelão do mestre de Alcântara, Martinho Anes de Barbuda, e prior da igr. de S.ta Maria de Monforte e cón. de Toledo: n. 688.

AFONSO *(Alfonsi)*, Pedro *(Petrus)*, clér. de Évora, porcion. da igr. de S.ta Maria do castelo de Alcácer: n. 555.

AFONSO *(Alfonsi)*, Pedro *(Petrus)*, clér. da dioc. de Braga, porcion. na igr. par. de S. Tiago de Torres Novas, familiar do b. de Lisboa D. Martinho: n. 524.

AFONSO *(Alfonsi)*, Pedro *(Petrus)*, sac. da dioc. de Braga, benef. na dioc. da Guarda: n. 488.

AFONSO *(Alfonsi)*, Pedro *(Petrus)*, monge cartuxo, transfer. para os bened. ou cisterc.: n. 335.

AFONSO *(Alfonsi)* RAMOS, Gonçalo *(Gundisalvus)*, clér. da dioc. de Silves e cón. de Silves: n. 409.

AFONSO *(Alfonsi)* RAMOS, João *(Johannes)*, clér. da dioc. de Silves e cón. de Silves: n. 408.

AFONSO, Rodrigo: p. CXX.

AFONSO *(Alfonsi)*, Rodrigo *(Rodericus)*, clér. da dioc. de Évora, cón. de Évora, familiar e consang. de D. Fernando, rei de Portugal, e filho do nobre Fernando Gonçalves de Sousa: n. 2.

AFONSO *(Alfonsi)*, Rodrigo *(Rodericus)*, clér. de Évora, cón. de Lisboa, familiar do Infante D. João: n. 380.

AFONSO *(Alfonsi)*, Rodrigo *(Rodericus)*, clér. da dioc. de Braga, cón. de Viseu: n. 394.

AFONSO SALGUEIRO *(Alfonsi Salgeyro)*, Vasco *(Valascus)*, clér. de Évora, estud. de dir. canón., cón. do Porto: n. 399.

AFONSO TELO *(Afomso Tello)*, João *(Joham)*, conde de Barcelos: pp. CCCLXXVIII, CCCLXXXIII. *VIDE:* AFONSO, João.

AFONSO *(Alfonsi)* VALENTE, Martinho *(Martinus)*, caval. presente à leitura das bulas de Bonif. IX sobre a elevação a rei do Mestre de Avis D. João I: pp. CXI, CXV.

AFONSO, Vasco, capelão do card. Gil de Albornoz e cón. de Lisboa: p. XCV.

AFONSO, Vasco, cón. de Coimbra: p. CCLXXVIII.

AFONSO *(Alfonsi)*, Vasco *(Valascus)*, reitor da igr. de S. Martinho de Lagares: p. CCLV, nota 661.

AFONSO *(Alfonsi)*, Vasco *(Valascus)*, clér. da dioc. de Braga, escolar de gramát., sobrinho do conse. de el-rei D. Fernando, Vasco Domingues, cón. de Lisboa: n. 242.

AFONSO VELHO, dominicano, mestre em teologia e confessor do Infante D. Henrique: p. CCCI.

AFONSO *(Alfonsi)*, Vicente *(Vincentius)*, clér. da dioc. de Lisboa, porcion. das igr. de S.ta Maria de Azambuja e de S.to Estêvão de Alenquer: n. 584.

AFONSO *(Alfonsi)*, Vicente *(Vincentius)*, clér. de Lisboa, benef. na igr. de S.ta Maria de Sintra, quartanário de Lisboa e benef. dos most. de Odivelas e Almoster e das igr. de S. Tomé e S. Martinho de Lisboa: BONIFÁCIO IX: n. 7.

AFONSSO, Brás, tabelião geral nos reinos de Portugal: p. CCLXIII, nota 672.

ÁFRICA: primaz: JOÃO *(Johannes)* DE S. LOURENÇO, b. de Ceuta: p. CCXXXVII, nota 589, pp. CCXCVII-CCXCVIII. — igr.: S.TA MARIA DE ÁFRICA: p. CLXXXVI.

AGAPITO *(Agapitus)* DE COLONA, estud. na univers. de Bolonha, arced. de Bolonha, b. de Ascoli Piceno, de Brescia e de Lisboa, legado pontif. em Portugal e Castela: n. 1, p. 39, nota 6, nn. 203, 204. — procur. e servidor: ALAMANUS, *Henricus:* n. 204. — vig. geral, procur. e recebedor: ANES BRUNER *(Johannis Bruner)*, Roberto *(Robertus):* n. 203.

AGEN *(Agennensis)*, França, dioc. de: b.: JOÃO *(Johannes):* n. 601, nota 1, BENTO XIII, p. 287, nota 2.

AGENNENSIS, França: *VIDE:* AGEN.

AGOSTINHO, Ordem de Santo: *VIDE:* AGOSTINHOS. CÓNEGOS REGRANTES.

AGOSTINHOS: frades: nota 667; JOÃO DE S. TOMÉ: notas 672, 677. — mosteiros: S. MARTINHO DE MANCELOS: p. CCLIV, nota 660; S. PEDRO DE RORIZ: p. CCLIX, nota 666. *VIDE:* CÓNEGOS REGRANTES.

ÁGUAS SANTAS *(Aquis Sanctis)*, conc. da Maia, dioc. do Porto: *VIDE:* S.TA MARIA DE ÁGUAS SANTAS.

AGUAYO, Rodrigo *(Rodericus)* de, preceptor de Torres e de Villa de Almagro da Ordem de Calatrava: BENTO XIII: n. 101.

AGUIEIRA, pertenc. à quinta do Pinheiro e à Ordem do Templo: p. XXXVI.

AIMARO (Frei), franciscano, b. de Ceuta: pp. CCLXXXVIII-CCLXXXIX. — comendat. do most. do Pombeiro: p. CCLXXXIX. — morto à volta de Junho de 1444: p. CCLXXXVIII.

AIRES, Constança, abadessa do most. de S.ta Clara de Vila do Conde: nota 584.

AIRES *(Airas, Ayras, Arie)*, Martinho *(Martinus): VIDE:* ARIAS *(Airas, Ayras, Arie)*, Martinho *(Martinus)*.

AJÁCIO, Sardenha, dioc. de: b.: ANDRÉ DIAS

(Andreas Didaci) DE ESCOBAR: BENTO XIII: p. 364, nota 1. *VIDE:* ANDRÉ DIAS *(Andreas Didaci)* DE ESCOBAR.

ALABRUJA, dioc. de Braga, arced. de: p. CCLXIII, nota 672. — arced.: FERNANDEZ, Joham: p. CCLXIII, nota 672.

ALAMANUS, *Henricus*, servidor e procur. do b. de Lisboa D. Agapito de Colona e sequaz do papa Urbano VI e vig. da igr. de S. Pedro de Sintra: n. 204.

ALÃO, João *(Johannes)*, b. de Silves, fundador do hosp. ou alberg. de S.to Eutrópio: notas 258, 259.

ALBA *(Alva)*, Espanha, dioc. de Salamanca, arced. de: BENTO XIII: n. 64. — arced.: AFONSO *(Alfonsi)*, Garcia *(Garsias)*: BENTO XIII: n. 64.

ALBANO, Itália, cardeal - b. de: NICOLAU *(Nicolaus)* DE BRANCACCIO: p. 33, nota 1, BENTO XIII: n. 7, p. 278, nota 2, n. 10a; RODRIGO *(Rodericus)* BORGIA: p. CCCXLI. *VIDE:* CARDEAIS.

ALBENGA *(Albinganensis)*, Itália, dioc. de: b.: nota 468, p. CCIII.

ALBERGARIAS: DOS IBÉRICOS EM AVINHÃO: p. CIII. S.TO EUTRÓPIO EM LISBOA: notas 258, 259.

ALBI, Pedro *(Petrus)*, clér. da dioc. de Perigueux, cón. de Lisboa e benef. na dioc. de Lavaur: n. 601.

ALBIENSIS, França: *VIDE:* ALBY.

ALBINGANENSIS, Itália: *VIDE:* ALBENGA.

ALBORNOZ, Fernando Álvares de: *VIDE:* FERNANDO *(Fernandus)* ÁLVARES DE ALBORNOZ.

ALBORNOZ, Gil *(Egidius)* de: arced. de Lisboa: pp. XCIX-CI, notas 166-167. — companheiro e capelão: b. da Guarda: p. XCVI. — cón. de Évora: pp. XCVI, XCVII. — cón. de Lisboa: pp. C-CI, notas 168-169. — pedido de promoção a b. do Porto para seu caudatário Gomes Martins: pp. XCV-XCVII. — tít. cardinalício de S. Clemente e b. de Sabina, fundador do colég. univers. de S. Clemente de Bolonha, com vários benef. em Portugal: pp. XCV-XCVIII, notas 155, 156, 157. *VIDE:* GIL *(Egidius)* DE ALBORNOZ.

ALBUQUERQUE, FernandAffonso de, mestre da Ordem de S. Tiago: pp. CCCLXIX, CCCLXXXVIII.

ALBUQUERQUE, João de: p. CLXXXVI.

ALBY *(Albiensis)*, França, dioc. de: arciprest. de Insula: BENTO XIII, n. 84c. — b.: DOMINGOS *(Dominicus)* DE FLORENÇA: BENTO XIII: n. 84c, p. 331, nota 1; JOÃO *(Johannes)*: p. 165, nota 1, BENTO XIII: n. 11, p. 287, nota 2. — cón.: RATTERIO DE MIRAMONTE: p. XXXIX. — igreja: CASLUCIO: BENTO XIII: n. 84c. — most. de Galliaci: p. XXXIX.

ALCÁCER, guerra de: p. CCCVI.

ALCÁCER *(Alcaçar)* DO SAL, conc. de Alcácer do Sal, dioc. de Évora: p. LXXXIII. — igr.: S.TA MARIA DE ALCÁCER DO SAL: nn. 252, 253, 267, 320, 555. — tabelião: PEREZ, Domingos: p. LXXXIV. *VIDE:* S.TA MARIA DE ALCÁCER DO SAL.

ALCÁÇOVA, Santarém, dioc. de Lisboa: igr.: S.TA MARIA DE ALCÁÇOVA DE SANTARÉM: pp. LXXXIII, CXVII, CCCXLVI, nn. 69, 167, 173, 285, 288, 341, 369, 383, 421, 432, 452, 523, 570a, 603. *VIDE:* S.TA MARIA DE ALCÁÇOVA DE SANTARÉM.

ALCÁÇOVA *(Alcaceva)*, conc. de Elvas: *VIDE:* S.TA MARIA DE ALCÁÇOVA DE ELVAS.

ALCÁÇOVAS *(Alcacevis)*, conc. de Viana do Alentejo, dioc. de Évora: *VIDE:* S.TA MARIA DAS ALCÁÇOVAS. S. SALVADOR DE ALCÁÇOVAS.

ALCAMIM *(Alcamin)*, conc. e dioc. de Lisboa: *VIDE:* S.TA MARIA DE ALCAMIM DE LISBOA. S. CRISTÓVÃO DE LISBOA.

ALCANEDE, conc. de Santarém, dioc. de Lisboa: *VIDE:* S.TA MARIA DE ALCANEDE.

ALCÂNTARA, Ordem de: bens da Ordem do Templo, possuídos pelo mestre de Alcântara: p. XLIX. — mestre geral em Leão: p. LIX.

ALCARAZ, Espanha, dioc. de Toledo, arced. de: LOPES *(Lupi)*, Pedro *(Petrus)*: nn. 615a, 616.

ALCOBAÇA *(Alcobatia)*, conc. de Alcobaça, dioc. de Lisboa, most. de: ab.: p. XC. — privil. do ab. como bispo: p. CLXXXIV. — súpl. de D. Afonso V: p. CLXXXIV. *VIDE:* S.TA MARIA DE ALCOBAÇA.

ALDOVERA, Espanha, dioc. de Toledo: *VIDE:* S. MIGUEL DE ALDOVERA.

ALEMANHA *(Almanica)*, imperador da: seu embaix. no conci. de Basileia: nota 463.

ALENQUER *(Alanquerio, Alenquerio)*, conc. de Alenquer, dioc. de Lisboa: p. CCCXVII. — igr.: S.TA MARIA DE VÁRZEA DE ALENQUER: nn. 580, 583, BENTO XIII: n. 9d, BONIFÁCIO IX: n. 11; S.TO ESTÊVÃO DE ALENQUER: p. CCCXCIX, nn. 433, 576, 580, 582, 583, 584; S. PEDRO DE ALENQUER: n. 582; S. TIAGO DE ALENQUER: n. 199, BONIFÁCIO IX: nn. 18, 19. — *VIDE:* FERNANDES DE ALENQUER *(Fernandi dAlenquerio)*, Fernando *(Fernandus)*.

ALERAMO *(Aleramus)*, arced. de Burgos, licenc. em decretos, referendário e acól. do papa, e b. de Leão: n. 634b, p. 197, nota 1.

ALET, França, dioc. de: b.: BAYLER, Henrique: p. 179, nota 1.

ALEXANDRE HERCULANO: p. CIV.

ALEXANDRIA *(Alexandrini)*, patriarca de: rol de súpl.: n. 279. — JOÃO *(Johannes)* DE CARDAILLAC: p. 60, nota 1.

ALFAMA, Lisboa: *VIDE:* S.TO ESTÊVÃO DE ALFAMA.

ALFAMA, Afonso de (Frei), doutor, provincial dos carmelitas portugueses: nota 372.

ALFANGE *(Alfanxe)*, dioc. de Lisboa: *VIDE:* S. BARTOLOMEU DE ALFANGE .

ALFANXE = ALFANGE: *VIDE:* S. BARTOLOMEU DE ALFANGE.

ALFARROBEIRA, desastre de: p. CCXLII, nota 610, pp. CCLXXXIII, CCLXXXV, nota 886, pp. CCCXLVIII-CCCXLIX, CCCLV. — AFONSO, Álvaro, escrivão e chanceler-mor do Infante regente D. Pedro: pp. CCLXXXIII, CCLXXXV, nota 886; FERNANDES DE GOUVEIA, Martinho: pp. CCCXLIV, CCCXLVIII-CCCXLIX, CCCLV.

ALFONSI: *VIDE:* AFONSO *(Alfonsi)*.

ALFONSI, *Valascus*, tabelião régio em Beja: pp. IX, XVII.

ALFONSI, *Vincentius*, almoxarife de Tomar e depoimento sobre os bens da Ordem do Templo: nota 61.

ALFONSI: *VIDE:* AFONSO *(Alfonsi)*.

ALFONSI, *Johannes, yspanus*, doutorado em leis na univers. de Bolonha: p. CXXXV. *VIDE:* AFONSO DAS REGRAS *(Alfonsi de Regulis)*, João *(Johannes)*. JOÃO DAS REGRAS *(Johannes de Regulis)*.

ALFONSO, conde de Faro: nota 896.

ALFONSUS: *VIDE:* AFONSO *(Alfonsus)*.

ALFONSUS, bacharel em gramát. na univers. de Lisboa: p. CLXX.

ALFONSUS DE MAURA, vig., na univers. de Lisboa: p. CLXX.

ALGARVE, dioc. de: b.: ÁLVARO *(Alvarus)* AFONSO, legado pont. e sua posição quanto à legacia do b. de Coimbra: p. CCXXXVII, nota 589, p. CCLXIII, nota 672, p. CCLXXXV, nota 732, pp. CCCXVII, CCCXIX, CCCXXVII, CCCXXXI; JORGE *(Georgius)*: pp. CCCXXIV-CCCXXVI. *VIDE:* SILVES *(Silvensis)*.

ALGODRES, conc. de Fornos de Algodres, dioc. de Viseu: *VIDE:* S.TA MARIA DE ALGODRES. S. MIGUEL DE FORNOS DE ALGODRES.

ALHO, Martinho *(Martim)*, sac. de Lisboa, licenc. em teologia, arced. de Lisboa, procur. de D. Luís, b. do Porto, no juramento de fideli. ao arceb. de Braga, D. Fernando da Guerra: pp. CCLXIII-CCLXIV, nota 672, p. CCXCII, nota 769.

ALIANÇA: entre Portugal e Inglaterra: p. CCCLXIX.

ALJUSTREL *(Aliustre)*, comendador da Ordem de S. Tiago da Espada: FERNANDÉZ, Gonçalo: p. LXXXIV.

ALMADA *(Almadaa, Almadana)*, conc. de Almada, dioc. de Lisboa: p. CLXXVI. — paços de D. Nuno Álvares Pereira: p. CLXXVI. — igr.: S. TIAGO DE ALMADA: n. 541.

ALMAGRO, Espanha, dioc. de Toledo, precept. de Calatrava: BENTO XIII: nn. 101, 104. *VIDE:* VILLA DE ALMAGRO.

ALMANSA, Espanha, dioc. de Cartagena: igr.: S.TA MARIA DE ALMANSA: n. 81.

ALMARAZ, Espanha, dioc. de Samora, igr. par. de: nn. 6, 92. — reitor: DOMINGUES *(Dominici)*, Estêvão *(Stephanus)*: nn. 6, 92.

ALMEIDA, Álvaro, mestre-escola de Coimbra: p. CCLXXXIV, nota 731, p. CCLXXXV.

ALMEIDA, Eduardo de: p. CCLXVII, nota 673.

ALMEIDA, Fernam de: p. CCLXIV, nota 672.

ALMEIDA, Fortunato de: nota 890.

ALMEIDA, Francisco de, clér. da dioc. da Guarda freire de S. Tiago da Espada, familiar do falecido Infante D. Fernando e do príncipe D. João: p. CCCXLI.

ALMEIDA, Lopo de, embaix. de D. Afonso V ao papa: p. CCCXLI. — fundador de novo convento dominicano de Nossa Senhora da Consolação em Abrantes: p. CCCXLI.

ALMEIRIM *(Almeiren)*, capela de: pp. CCCV, CCCVI, nota 837, p. CCCLV. — comendat.: JOÃO *(Johannes)*, b. da Guarda: pp. CCCV-CCCVI, nota 837. — padroado régio e da Ordem de S. Tiago da Espada: p. CCCLV. — união à preceptoria de S. Salvador de Santarém: pp. CCCV-CCCVI, nota 837.

ALMIRANTE-MOR da frota portug.: MANUEL: p. CCCLXXXVIII.

ALMODOVAR *(Almodouvar)*, comendador: GONÇALVEZ, Lourenço: p. LXXXIV.

ALMOSTER, conc. de Santarém, dioc. de Lisboa, most. cisterc. de: BONIFÁCIO IX: n. 7. — benef.: AFONSO *(Alfonsi)*, Vicente *(Vincentius)*: BONIFÁCIO IX: n. 7.

ALONSO, Justo Fernandez: nota 884.

ALPEDRINHA, cardeal: p. CCCXXIVss. *VIDE:* JORGE *(Georgius)* DA COSTA.

ALPENDORADA *(Alpendorada, Pendurata)*, conc. de Marco de Canaveses, dioc. do Porto. *VIDE:* S. JOÃO DE ALPENDORADA.

ALPRÃO *(Alplam)*, conc. de Santarém, dioc. de Lisboa: *VIDE:* S. JOÃO DE ALPRÃO.

ALTAR PORTÁTIL, indulto: p. CLXI, nota 336, n. 585.

ALTE, conc. de Loulé, dioc. de Silves, hoje do Algarve ou de Faro: n. 20, BENTO XIII: n. 56. — capelão: PERES *(Petri)*, Rodrigo *(Ro-*

dericus): n. 20, BENTO XIII: n. 56. *VIDE:* S. CLEMENTE DE LOULÉ.

ALVALADE *(Alvaladi)*, comendador de: AFONSO *(Affon)*, Pedro *(Pero)*: p. LXXXIII.

ALVARENGA, Rui Gomes de, doutor, do desembargo régio: p. CCXXXVI, nota 587.

ÁLVARES, Beatriz, disp. matrimon.: nota 270. *VIDE:* GONÇALVES, Pedro.

ÁLVARES DE ALBORNOZ, Fernando *(Fernandus)*, doutor em decretos, prof. na univers. de Bolonha, b. de Lisboa e arceb. de Sevilha: pp. CI-CIII, nota 176. — executor do testam. do tio cardeal: p. CIII, nota 176. — recep. das Ordens sacras antes da sagração episcopal: p. CIII, nota 176.

ÁLVARES DE SETÚBAL *(Alvari de Setuvel)*, Diogo *(Didacus)*, clér. da dioc. de Lisboa, estud. de dir. canón. na univers. de Lisboa, porcion. na igr. de S. Salvador de Arraiolos: n. 123. *VIDE:* ÁLVARES *(Alvari)*, Diogo *(Didacus)*.

ÁLVARES *(Alvari)* DE TURBIA, João *(Johannes)*, da dioc. de Oviedo, benef. na dioc. de Oviedo: n. 634f.

ÁLVARES *(Alvari)*, Diogo *(Didacus)*, porc. na igr. de S.ta Maria de Góis: nota 710.

ÁLVARES *(Alvari)*, Diogo *(Didacus)*, porc. na igr. de S. Salvador de Arraiolos, reitor da igr. par. de S. Julião de Lisboa, estud. de dir. canón. na univers. de Lisboa: n. 149. *VIDE:* ÁLVARES DE SETÚBAL *(Alvari de Setuvel)*, Diogo *(Didacus)*: n. 123.

ÁLVARES *(Alvari)*, Diogo *(Didacus)*, diác. da dioc. de Badajoz, benef. na dioc. de Évora, reitor da igr. par. de Falconera da dioc. de Badajoz: n. 634d.

ÁLVARES *(Alvari)*, Diogo *(Diego)*, clér. e benef. da dioc. de Évora: n. 527.

ÁLVARES, Fernando, administ. da parte portug. da dioc. de Badajoz: p. CCXCIX.

ÁLVARES, Fernando, reitor da igr. de S. Salvador de Santarém, em questão com os dominicanos de Santarém: p. CCCII.

ÁLVARES *(Alvari)*, Fernando *(Fernandus)*, procur. da cidade de Lisboa, na leitura da bula de Bonif. IX sobre a elevação a rei do Mestre de Avis D. João I: pp. CXI-CXII, CXV.

ÁLVARES *(Alvari)*, Fernando *(Fernandus)*, deão de Évora e reitor da igr. de S. Salvador de Arraiolos: p. CCLIX, nota 666.

ÁLVARES, João, estud., doutor em leis pela univers. de Bolonha, reitor da igr. de S. Salvador de Lousada e b. de Silves: p. CXVIII, nota 204.

ÁLVARES *(Alvari)*, João *(Johannes)*, prior do most. de S. Pedro de Roriz: p. CCLIX, nota 666.

ÁLVARES *(Alvari)*, João *(Johannes)*, clér. da dioc. de Samora, cón. de Coimbra: n. 26.

ÁLVARES *(Alvari)*, Lobo *(Lupus)*, clér. da dioc. de Braga, familiar de Rui Dias e da comitiva na embaixada aos Gregos: p. CCVI, nota 483, p. CCLXIX. — cón. de Braga: p. CCVI, nota 483, pp. CCLXIX, CCLXXII, CCLXXVII, nota 706. — tesour. de Braga e da Guarda: nota 679, p. CCLXXVII, nota 706.

ÁLVARES, Nuno, cón. de Viseu: p. CCCIX.

ÁLVARES PEREIRA, Nuno, condest., conde de Barcelos: *VIDE:* NUNO ÁLVARES PEREIRA.

ALVAREZ CARDOSSO, *Fernam*, protonot. apostól., confessor e conse. de D. Afonso V: p. CCXXXVII, nota 589. — represent. nas cortes gerais de Lisboa de 1455 do arceb. de Braga e b. da Guarda e dos cab. de Braga e Évora: pp. CCXXXVII-CCXXXVIII, nota 589.

ALVAREZ, *Estevom*, bacharel, procur. do b. e cab. da Guarda na questão da legacia do b. de Coimbra: p. CCCXXXIV.

ALVAREZ PEREIRA, Pero, Frei, prior do Hospital: p. CCCLXXXVIII.

ALVARI: *VIDE:* ÁLVARES *(Alvari)*.

ALVARI, *Didacus*: p. CCLIX, nota 666.

ÁLVARO, Frei, prior do most. do Carmo de Lisboa: p. CCXCVII.

ÁLVARO *(Alvarus)*, eremita, rol de súplicas: BENTO XIII: p. 330, nota 1.

ÁLVARO *(Alvarus)* AFONSO, b. de Silves ou do Algarve: representado nas cortes de Lisboa de 1455 por EANNES, Luís: p. CCXXXVII, nota 589. *VIDE:* AFONSO *(Afomso, Alfonsi)*, Álvaro *(Alvarus)*.

ÁLVARO *(Alvarus)* DE ABREU, b. de Évora: pp. CLXXXVIII, CLXXXIX, CCLXXIII, nota 694. — carta do papa Eug. IV sobre as questões da regência entre o Infante D. Pedro e D. Leonor: pp. CLXXXVIII, CLXXXIX.

ÁLVARO *(Alvarus)* FERREIRA, protonotá. apostól., deão e cón. de Évora, reitor das igr. de S. Salvador de Arraiolos e de S. João de Ovil, arced. de Lisboa e b. de Coimbra: p. CCLVI, nota 661, pp. CCLVIII-CCLIX, nota 666.

ÁLVARO PAIS, Frei, franciscano, b. de Silves: pp. CXXIII, CXXIV, CXXXIII, CXLI, CXLII, nota 274, p. CLXVII. — casam. dos nobres na Península, sem dispensa apostól.: pp. CXLI-CXLII, CLXVII. — casam. ou despos. do Infante D. Pedro com Dona Branca e Dona Constança: pp. CXXIII-CXXIV, CXXXIII, CLI.

ÁLVARUS, arced. de Lisboa, b. de Coimbra: p. CCLVI, nota 661. *VIDE:* ÁLVARO *(Alvarus)* FERREIRA.

ALVARUS, dom: nota 896.

ALVELOS, *Gonsalvus Menendi de*, nobre, caval.: p. IX.

ALVIM *(Dalvym)*, Violante de, mulher do Dr. Vasco Fernandes de Lucena: p. CXCI.

ALVITO, conc. de Alvito, dioc. de Évora: *VIDE:* S.TA MARIA DE ALVITO.

AMADO, *Vincentius:* cón. de Lisboa: nota 155.

AMARAL, Luís *(Ludovicus)* do, b. de Viseu e cismático, sequaz do concí. de Basileia, contra o papa Eugénio IV: pp. CLXXIX, CXC-CCV, nota 480, pp. CCX, CCXI, CCXII, nota 494, pp. CCXVII, CCXVIII, CCXXII, CCXXVIII--CCXXXIII, CCXXXIV, CCXLI, CCXLII, CCXLV-CCXLIX, CCLXXXVI. — e a expedição de Tânger: pp. CCXXII, nota 508. — embaix. à Bretanha: p. CCXXIX, notas 539, 540, 542, 544, 549. — embaix. de D. Duarte no concí. de Basileia: notas 458, 508, 513. — embaix. do concí. de Basileia a Portugal: pp. CCXLIV, CCXLV, nota 613, p. CCXLVIII. — embaix. do concí. de Basileia aos Gregos e outras partes: p. CXCIX, nota 463, p. CC, nota 463, p. CCI, nota 465, pp. CCIII, CCX, CCXI, CCXV, nota 494, nota 510, p. CCXVIII, nota 534. — em comunhão com o papa Eugénio IV: p. CXC. — familiares: BERNHERI, *Johannes:* p. CCXXVIII; CLERICI, *Johannes:* p. CCXXVIII, nota 534; FERNANDES *(Fernandi)*, Martinho *(Martinus):* p. CCXXVIII, nota 534; VASQUES *(Valasci)*, João *(Johannes):* p. CCXXVIII. — missivas do papa Eugénio IV ao Infante regente D. Pedro, a D. Afonso V e ao arceb. de Braga sobre a privação do bisp. de Viseu e rebeldia de D. Luís: pp. CCXLII, CCXLIV- - CCXLV, CCXLVIII - CCL, CCLXXIV - - CCLXXV. — nomeado cardeal pelo antipapa Félix V: p. CCLXXVI. — nomeado eleitor do antipapa, a quem seguiu: pp. CCXXXII, CCXLVI, CCXLVII, nota 631. — nomeado para representar o concí. de Basileia na dieta de Nuremberga: pp. CCXVI, CCXXIV, nota 512. — preso na Alemanha: pp. CCXVI-CCXVII, nota 495, p. CCXXIV, nota 512. — privado do bispado de Viseu e benefícios: pp. CCXXXII, CCXXXIII, CCXL, CCXLI, CCXLII, CCXLIII, CCXLIV, CCXLV, CCXLVIII--CCL, CCLXXII, CCLXXIV-CCLXXV. — regresso ao concí. de Basileia: p. CCLXXV--CCLXXVI, CCLXXXII. — seu secretário: FERNANDES *(Fernandi)*, Álvaro *(Alvarus):* p. CCXXVIII. — súplicas sobre a conquista de Granada: pp. CCXXII-CCXXIII, nota 508. — tentativas do Infante regente D. Pedro de o fazer b. de Silves: p. CCLXXI-CCLXXV.

AMBIANENSIS, França, dioc.: *VIDE:* AMIENS.

AMBOS OS DIREITOS: *Bacharéis:* ESTEVES *(Stephani)*, Afonso *(Alfonsus):* n. 70; VAAZ, Lourenço: p. CCCXXXIV.—*Doutores:* AFONSO *(Alfonsi)*, Diogo *(Didacus):* nota 458, p. CCIII, CCXII; JOÃO *(Johannes)* BAUPHES: BENTO XIII: p. 329, nota 1; RODRIGUES *(Roderici)*, Vasco *(Valascus):* pp. CCLIV--CCLVI, nota 661; TEIXEIRA *(Teyxeira)*, João *(Joham):* p. CCLXVIII, nota 673. — *estudantes:* AFONSO *(Alfonsi)*, Lopo *(Lupus):* n. 219; ANES *(Johannis)*, Gonçalo *(Gundissalvus):* n. 76; LOPES *(Lupi)*, Afonso *(Alfonsus):* n. 122; MARTINS *(Martini)*, Lobo *(Lupus):* n. 171. — prof. em ambos os dir.: GIL *(Egidius)* DE BELLEMÈRE: p. 35, nota 1.

AMELIO DE LAUTREC, doutor em decretos, b. de Conserans ou St. Lizier, na França, e de Comminges ou de St. Bertrand: p. 104, nota 1.

AMÉRICO *(Americus)* NOEL, ab. do most. de S. Saturnino, vice-regente da chancelaria de Bento XIII, b. de Condom e de Castres, referendário de Bento XIII e João XXIII: BENTO XIII: n. 71, p. 317, nota 1.

AMIENS *(Ambianensis)*, França, dioc. de: b.: JOÃO *(Johannes)* DE BOISSY: p. 210, nota 1. — clér.: FLISSARDI, *Willardinus:* n. 77. — sacer.: ROSSELLI, João *(Johannes):* n. 57.

AMNATI, *Jacobus*, cardeal de Pavia, carta sobre diligênc. quanto ao chapéu cardinal. para o b. de Coimbra D. João Rodrigues Galvão: p. CCCXX.

AMOREIRA *(Amoreria)*, Luís *(Ludovicus)* de, porcion. na igr. de S.ta Maria de Águas Santas e cón. de Coimbra: n. 479.

AMORIM, conc. de Póvoa de Varzim, dioc. de Braga: *VIDE:* S. TIAGO DE AMORIM.

ANCEDE, conc. de Baião, dioc. do Porto: *VIDE:* ANSEDE *(Anside)*.

ANCONA *(Ancone)*, resid. papal: p. CCCLV. — guarda do castelo: MOYA, *Fernandus de:* n. 614b.

ANÇOS, conc. de Soure, dioc. de Coimbra: *VIDE:* VILA NOVA DE ANÇOS.

ANDASTER, Filipe *(Philippus)* de, cón. de Lisboa, prior da igr. par. de S.ta Justa de Lisboa, cón. de Calaorra: n. 653. *VIDE:* ANDESTER, Filipe *(Philippus)* de.

ANDEGAVENSIS, França: *VIDE:* ANGERS *(Andegavensis)*.

ANDEIRO, João Fernandes de, conde de Ourém: pp. CCCLXXIX-CCCLXXXI, CCCLXXXIV, CCCLXXXV.

ANDESTER, Filipe *(Philippus)* de, cón. de Lisboa e prior da igr. par. de S.ta Justa de Lisboa, estud. de dir. canón., cón. de Sevilha: n. 691c. — bacharel em decretos, sac. da dioc. de Cartagena, estud. na univers. de Avinhão, cón. e prior da igr. par. de S.ta Justa de Lisboa, cón. de Toledo, benef. na igr. de Marchena da dioc. de Sevilha: n. 702, BENTO XIII: nn. 5, 9c, 18b. — cón. e

arced. de Plasença: BENTO XIII: nn. 5, 9c, 18b. — envolvido no cisma: n. 702, BENTO XIII: nn. 9c, 18b. — familiar do falec. rei de Castela D. João e do filho D. Henrique, rei de Castela, e cón. e benef. na dioc. de Toledo: BENTO XIII: nn. 9c, 18b.

ANDESTER, João *(Johannes)* de, clér. da dioc. de Lisboa, porcion. na igr. de S.ta Maria do castelo de Torres Vedras: n. 530.

ANDRADE, Roy de, barão e caval. nas cortes de Coimbra de 1385: p. CVII.

ANDRÉ DIAS *(Andreas Didaci)* DE ESCOBAR, natural de Lisboa, mestre em teolog., conciliarista, b. de Cidade Rodrigo (Espanha e Portugal), de Tabor, Ajácio e de Mégara, comendatário dos most. bened. de S.to André de Rendufe e de S. João de Alpendorada: BENTO XIII: n. 100, p. 364, nota 1.

ANDRÉ *(Andree)*, João *(Johannes)*, clér. de Lisboa, porcion. da igr. par. de S. Julião de Lisboa: n. 38.

ANDREE ANGENI, *Silvester*, mestre dos muros da povoação de S. Nicolau de Florença: p. CCLVII, nota 662.

ANDREE, *Johannes*, doutor em decretos, prof. na univers. de Bolonha: nota 176.

ANDRÉ *(Andree)*, Pedro *(Petrus)*, benef. na igr. de S.to André de Esgueira: BONIFÁCIO IX: n. 8.

ANDREOTTI, Rosso, escolar de dir. civil na univ. de Bolonha: pp. CXXXVII-CXXXVIII.

ANES *(Johannis)*, Abril *(Aprilis)*, sac. da dioc. de Braga, benef. da igr. par. de S. Miguel de Freixo de Espada à Cinta: n. 494. — benef. do most. de Paço de Sousa: n. 497.

ANES, Afonso, mercador português, em relações epistolares com o ab. Gomes Anes de Florença: pp. CCLIII-CCLIV, nota 659.

ANES, Afonso, reitor da igr. par. de S. Salvador de Serrazes: p. CLXXXVI.

ANES, Afonso, vassalo de el-rei D. Afonso V, tabelião da rainha na vila de Sintra: pp. CCLXIII-CCLXIV, nota 672.

ANES, Afonsse, procur. nas cortes de Coimbra de 1385: p. CVII.

ANES *(Johannis)*, Afonso *(Alfonsus)*, clér. e benef. da dioc. de Lamego: n. 270.

ANES *(Johannis)*, Afonso *(Alfonsus)*, cón. regr. do most. de S.ta Maria de Cárquere, benef. do most. de S.ta Cruz de Coimbra: n. 269.

ANES *(Johannis)*, Afonso *(Alfonsus)*, clér. da dioc. de Viseu, benef. na dioc. de Mondonhedo: n. 719, BENTO XIII: n. 19e. — benef. na dioc. de Toledo: BENTO XIII: n. 19e.

ANES *(Johannis)*, Afonso *(Alfonsus)*, clér. e cón. de Silves, escolar de dir. canón. na univers. de Lisboa, com benef. da colação do b. e cab. de Lisboa: nn. 68a, 109, 194a. — quartan. de Lisboa: n. 109.

ANES *(Johannis)*, Afonso *(Alfonsus)*, clér. da dioc. de Badajoz, porcion. na igr. de S. Martinho de Santarém, estud. na univers. de Lisboa: n. 130.

ANES *(Johannis)*, Afonso *(Alfonsus)*, cón. de Lisboa, procur. dos prelados na Cúria papal quanto ao acordo feito entre o clero sobre a apelação contra a legacia do b. de Coimbra, D. João Galvão: pp. CCCXXXVI, CCCXL.

ANES *(Johannis)*, Afonso *(Alfonsus)*, mestre-escola e cón. da Guarda, capelão de Pampilhosa, estud. na univers. de Lisboa: nn. 117, 157. — sac. da Pampilhosa, com benef. da colação do b. e cab. da Guarda: n. 157.

ANES *(Johannis)*, Afonso *(Alfonsus)*, cón. de Braga, eleito arceb. de Braga por compromisso: p. XXXVI, nota 56.

ANES *(Johannis)*, Afonso *(Alfonsus)*, clér. e benef. da dioc. de Évora: BONIFÁCIO IX: n. 10.

ANES *(Johannis)*, Afonso *(Alfonsus)*, cón. de Évora e de Silves, reitor da igr. par. de S. Pedro de Évora: BONIFÁCIO IX: n. 2.

ANES *(Johannis)*, Afonso *(Alfonsus)*, sac. da dioc. de Viseu, porcion. da igr. par. de S. Miguel de Aveiro, benef. na dioc. de Coimbra: BONIFÁCIO IX: nn. 3, 5. — benef. na dioc. de Viseu: BONIFÁCIO IX: n. 5.

ANES *(Johannis)*, Aires *(Arias)*, ouvidor de D. Afonso IV e embaix. ao papa: p. LXXXIX, nota 129.

ANES, Aldonça, mulher de Diogo Ferreira, escrivão das audiên. de Braga: p. CCLXXVIII, nota 706.

ANES, Álvaro, cón. de Guimarães, criado do arceb. de Braga e administrador do priorato da coleg. de Guimarães: pp. CCLXIV-CCLXV, nota 673.

ANES *(Johannis)*, André *(Andreas)*, prior do most. de S. Pedro de Folques: p. CCLVIII, nota 663.

ANES *(Johannis)* BARBAS, Afonso *(Alfonsus)*, clér. da dioc. do Porto, sobrinho do conse. de el-rei D. Fernando, Vasco Domingues, e cón. do Porto: n. 246.

ANES *(Johannis)*, Bartolomeu *(Bartolomeus)*, clér. da dioc. de Coimbra, benef. na igr. de S.to André de Esgueira: BONIFÁCIO IX: n. 8.

ANES *(Johannis)*, Bartolomeu *(Bartholomeus)*, clér. da dioc. de Braga e benef. da dioc. do Porto: n. 296.

ANES BENTO *(Johannis Benedicti)*, João *(Johannes)*, clér. de Évora, cón. de Coimbra: n. 397.

ANES *(Johannis)* BRUNER, Roberto *(Robertus)*, cón. de Lisboa, sequaz de Urbano VI, oficial, vig. geral e recebedor do b. de Lisboa D. Agapito de Colona: n. 203.

ANES, Clemente, clér. de Silves: p. CCCXLI.
ANES *(Johannis)*, Cristóvão *(Cristoforus)*, escolar de gramát., filho do familiar e oficial régio João Anes, ocupado nos negócios da câmara apostól., cón. de Lisboa, porcion. na igr. de S. Leonardo de Atouguia: n. 203.
ANES *(Johannis)*, Cristóvão *(Cristoforus)*, bacharel em dir. canón.: pp. CXII, CXV.
ANES DA COVILHÃ *(Johannis de Covilhaa)*, Gonçalo *(Gonsalvus)*, cón. da Guarda, reitor da igr. de Caria da dioc. da Guarda, estud. na univers. de Lisboa: n. 118.
ANES DA LOURINHÃ *(Johannis de Laurinhaa)*, João *(Johannes)*, reitor da igr. de S. Tiago de Murça: p. XCVII, nota 155.
ANES DE ALFAIATES *(Johannis de Alfaiatis)*, Salvador *(Salvator)*, da dioc. de Cidade Rodrigo, cón. de Coimbra, estud. de dir. civil na univers. de Lisboa: n. 112.
ANES DE ASNAIS, Rodrigo, embaix. de D. Duarte: pp. CCIII, CCX, CCXII. *VIDE:* ANES, Rodrigo.
ANES DE AVEIRO, Martinho, procur. na Cúria papal do arceb. de Braga, D. Guilherme: p. CLVI.
ANES *(Johannis)* DE BARBUDA, Martinho *(Martinus)*, mestre da Ordem de Alcântara: nn. 687--690. — capelães: AFONSO *(Alfonsi)*, Aires: n. 689; AFONSO *(Alfonsi)*, Pedro *(Petrus)*: n. 688. — familiar: FERNANDES *(Fernandi)*, Álvaro *(Alvarus)*: n. 690.
ANES *(Johannis)* DE CELORICO, Gonçalo *(Gundisalvus)*, clér. e benef. da dioc. da Guarda: n. 564.
ANES DE COIMBRA *(Johannis de Colimbria)*, Martinho *(Martinus)*, sequaz de Urbano VI, reitor da igr. de S. Salvador de Beja: n. 202.
ANES DE ELVAS *(Johannis de Elbis)*, Gonçalo *(Gunsalvus)*, clér. da dioc. de Évora, porcion. na igr. de S.to António de Évora, estud. na univers. de Lisboa: n. 127.
ANES DE FELGUEIRA *(Johannis de Felgueira)*, Rodrigo *(Rodericus)*, reitor da igr. de S.ta Maria de Caranta, da dioc. de Mondonhedo, estud. de dir. canón. na univers. de Lisboa, cón. de Mondonhedo: n. 144.
ANES *(Johannis)* DE GAUDIIS, Gonçalo *(Gundissalvus)*, clér. da dioc. de Évora, bacharel em dir. canón. e estud. de dir. civil, na univers. de Avinhão, cón. de Évora, reitor da igr. de S. Pedro de Evoramonte: nn. 76, 206, 259, 312, 351, 359, 476, 516. — porcion. da igr. de S. João de Mocharro: n. 476. — reitor da igr. par. de S. Nicolau de Cabeceiras de Basto: n. 516.
ANES DE MONTEMOR-O-VELHO *(Johannis de Monte Maiori Veteri)*, Vasco *(Valascus)*, clér. da dioc. de Coimbra, escolar de dir. canón. na univers. de Lisboa, com benef. da colação do b. e cab. de Coimbra: n. 119.
ANES DE ÓBIDOS, Gonçalo, cubicul. do papa Eug. IV: pp. CCXIV, CCXXV-CCXXVI, nota 516, pp. CCLXI-CCLXIII, notas 671, 672. — bacharel em decretos, b. de Lamego e do Porto: pp. CCLXII-CCLXIV, nota 672, p. CCCIV. — cón. e chantre de Coimbra: pp. CCLXXXI, CCLXXXII, nota 714. — deão de Coimbra: pp. CCLXXIX-CCLXXXI. — defensor dos direitos portug. quanto aos mestr. e bispados, em relação a Castela: p. CCLXI, notas 671, 672. — obed. ao arceb. de Braga D. Fernando da Guerra: pp. CCLXII-CCLXIII, nota 672. — recolhimento no most. de Monte Subásio e morte em Itália: p. CCLXIII, nota 672. *VIDE:* GONÇALO *(Gundissalvus)* ANES DE ÓBIDOS.
ANES DE PINHEIRA *(Johannis de Pignera)*, Gonçalo *(Gundissalvus)*, sac., monge do most. bened. de Samos da dioc. de Lugo, benef. nas dioc. de Compostela e de Braga de most. da Ordem de Cluni: n. 594.
ANES *(Johannis)* DE PRADO, Afonso *(Alfonsus)*, clér. da dioc. da Guarda, escolar de artes na univers. de Tolosa, com benef. na igr. de S. Pedro de Óbidos: n. 220.
ANES *(Johannis)* DE TÁVORA, Martinho *(Martinus)*, clér. da dioc. de Tui, com benef. da colação do arceb. e cab. de Braga, estud. na univers. de Lisboa: n. 125.
ANES *(Johannis)*, Dionísio *(Dionisius)*, deão de Lisboa: p. CCLII, nota 657, pp. CCLV--CCLVI, nota 661.
ANES *(Johannis)*, Domingos *(Dominicus)*, sac., reitor da igr. par. de Avelãs, benef. da dioc. da Guarda: n. 370f.
ANES *(Johannis)*, Domingos *(Dominicus)*, clér. de Braga, porcion. nas igr. de S.ta Maria de Leiria e de S. Julião de Lisboa, estud. na univ. de Lisboa: n. 184.
ANES *(Johannis)* DO REGO, Gonçalo *(Gundissalvus)*, clér. da dioc. de Coimbra, escolar de leis, benef. na dioc. de Salamanca: BENTO XIII: n. 60.
ANES *(Johannis)*, Estêvão *(Stephanus)*, clér. da dioc. de Lisboa, cón. da Guarda: n. 37.
ANES *(Johannis)*, Estêvão *(Stephanus)*, clér. da dioc. de Évora, familiar de D. Fernando, rei de Portugal, cón. de Évora: n. 65.
ANES *(Johannis)*, Estêvão *(Stephanus)*, clér. de Lisboa, estud. de direito civil em Bolonha, cón. da coleg. de Santarém: n. 369.
ANES *(Johannis)*, Estêvão *(Stephanus)*, clér. da dioc. de Évora, porcion. na igr. de S. Tiago de Torres Vedras: n. 273.

ANES *(Johannis)*, Estêvão *(Stephanus)*, clér. da dioc. de Évora, porcion. na igr. de S. Salvador de Alcáçovas: n. 327.

ANES *(Johannis)*, Estêvão *(Stephanus)*, secret. do rei de Castela, cón. e arced. da Guarda, cón. e benef. na dioc. de Sevilha: n. 647, BENTO XIII: nn. 1d, 39. — cón. e benef. na dioc. de Córdova: BENTO XIII: n. 39.

ANES, Fernando, cón. de Évora: p. CXVIII.

ANES, Fernando, cón. do most. de S. Vicente de Fora de Lisboa, reitor da igr. de S.ta Maria de Arruda dos Vinhos, capelão da rainha Dona Leonor: p. CCXCIII.

ANES *(Johannis)*, Fernando *(Fernandus)*, escolar de dir. canón., clér. da dioc. de Braga, cón. de Braga: n. 33.

ANES *(Johannis)*, Fernando *(Fernandus)*, de Braga, escolar de dir. civil na univers. de Lisboa, com benef. da colação do arceb. e cab. de Braga: n. 114.

ANES *(Johannis)*, Fernando *(Fernandus)*, clér. de Braga, estud. de dir. canón. na univers. de Lisboa, tercen. na igr. de Braga: n. 142.

ANES *(Johannis)*, Fernando *(Fernandus)*, cón. e tesour. de Lamego, arced. de Penela: BONIFÁCIO IX: n. 17.

ANES *(Johannis)* FOGAÇA, Lourenço *(Laurentius)*, chanceler régio e embaix. de D. João I ao rei Ricardo de Inglaterra: pp. CXI, CXIII, CXV, CCCLXIX. — assiste à leitura da bula de Bonif. IX sobre a elevação do mestre de Avis a rei de Portugal: pp. CXI, CXIII, CXV.

ANES, Gomes, ab. de Florença: correspond. epist. com el-rei D. Duarte: pp. CCII-CCIV, nota 476, pp. CCLX-CCLXI, notas 669-672, p. CCLXVIII, nota 676, p. CCLXXXVIII. — correspondência epistolar e Álvaro Ferreira, protonot. apostól., futuro b. de Coimbra: p. CCLVIII, nota 666. — corresp. epist. e o Dr. Lopo Vaz de Serpa: pp. CCXXV-CCXXVI, nota 516. — corresp. epist. e Frei João de S. Tomé: nota 677. — corresp. epist. e o mercador Afonso Anes: pp. CCLIII-CCLIV, nota 659. — corresp. epist. e o advog. consist. Dr. Vasco Rodrigues: p. CCLIV, nota 661. — corresp. epist. e Lopo Vaz da Cunha: notas 658, 659. — correspond. epist. e João Rodrigues, deão de Lisboa, procur. de D. João I na Cúria e secret. do Infante D. Duarte: p. CCLVII, nota 663. — corresp. epist. e João Gonçalves de Resende, abrev. das letras apost.: nota 414, pp. CCIII-CCIV. — corresp. epist. e Rui Dias, deão de Braga: pp. CCLX-CCLXI, notas 669-670. — corresp. epist. e Gonçalo Anes de Óbidos: pp. CCXIV, CCXXIII, nota 509, pp. CCXXV-CCXXVI, nota 516. — corresp. epist. e D. Luís Coutinho: p. CCXXXV, notas 584, 585. — pai: João Martins de S. Mamede de Lisboa: nota 658. — prior do most. de S.ta Cruz de Coimbra: p. CCCVII, nota 841. — prior geral da Camáldula: p. CCCXLVI. — visitador designado para os ecles. de Portugal: p. CCCXIX.

ANES *(Johannis)*, Gomes *(Gometius)*, clér. de Lisboa, estud. de dir. canón. na univers. de Lisboa, com benef. na igr. de S.ta Justa de Lisboa: n. 148.

ANES *(Johannis)*, Gomes *(Gometius)*, de Lisboa, mestre em artes e cón. de Lisboa: n. 368.

ANES *(Eanes)*, GOMEZ, procur. nas cortes de Coimbra de 1385: p. CVII.

ANES *(Johannis)*, Gonçalo *(Gundissalvus)*, da dioc. de Coimbra, cón. e benef. na dioc. de Salamanca: n. 692c.

ANES *(Johannis)*, Gonçalo *(Gundissalvus)*, porcion. na igr. de Braga: n. 234.

ANES *(Johannis)*, Gonçalo *(Gonsalvus)*, clér. da dioc. de Coimbra, bacharel em medicina, estud. na univers. de Mompilher, cón. de Braga, porcion. na igr. de S.ta Maria de Óbidos: n. 224.

ANES *(Johannis)*, Gonçalo *(Gundissalvus)*, sac. da dioc. de Braga, quartan. de Lisboa: n. 360.

ANES *(Johannis)*, Gonçalo *(Gundissalvus, Guonsaldus)*, sac., da dioc. da Guarda, reitor da igr. par. de S. Pedro de Teixeira da dioc. da Guarda, bacharel em decretos, estud. na univ. de Tolosa, com benef. da colação do b. e cab. de Évora, cón. da Guarda, de Évora, de Lisboa e de Viseu, oficial na igr. da Guarda: nn. 217, 226, 227, 460.

ANES *(Johannis)*, Gonçalo *(Gundissalvus)*, reitor da igr. par. de Mogege, porcion. e tesour. na igr. de Braga: nn. 243, 610.

ANES *(Johannis)*, Gonçalo *(Gundisalvus)*, clér. da dioc. de Lisboa, porcion. na igr. de S. Pedro de Óbidos: n. 500b.

ANES *(Johannis)*, Gonçalo *(Gundissalvus)*, clér. da dioc. de Lisboa, cón. de Évora: n. 60.

ANES *(Johannis)*, Gonçalo *(Gundissalvus)*, clér. da dioc. de Évora, bacharel em dir. canón. e estud. de dir. civil, cón. de Évora, reitor das igr. de S. Pedro de Evoramonte e de S. Nicolau de Cabeceiras de Basto: nn. 76, 254, 259, 461. — porcion. na igr. de S. João de Mocharro: n. 461. *VIDE:* ANES *(Johannis)* DE GAUDIIS, Gonçalo *(Gundissalvus)*.

ANES *(Johannis)*, Gonçalo *(Gundissalvus)*: p. CCLIX, nota 666.

ANES *(Johannis)*, Gonçalo *(Gunsalvus)*, reitor da igr. de S.ta Maria da Vinha e cón. de Tui: n. 446.

ANES *(Johannis)*, Gonçalo *(Gundissalvus)*, sac., monge do most. bened. de Samos da dioc. de Lugo, estud. de dir. canón. na univers. de Sala-

manca, benef. nas dioc. de Compostela e de Braga de most. da Ordem de Cluni: n. 589. *VIDE:* ANES DE PINHEIRA *(Johannis de Pignera)*, Gonçalo *(Gundissalvus)*.

ANES, João, cón. de Lisboa, criado do arceb. de Lisboa: p. CCXXXIV, nota 578.

ANES, João *(Johannes)*, b. de Lisboa: assiste à leitura da bula de Bonif. IX sobre a elevação do Mestre de Avis a rei de Portugal: pp. CXI, CXII, CXV. *VIDE:* JOÃO *(Johannes)* ANES.

ANES, *Johanne*, testem. e escud. de Fernam Gonçalves: p. LXXXIV.

ANES *(Johannis)*, João *(Johannes)*, arced. e cón. de Viseu, reitor da univers. de Lisboa, estud. de dir. canón. durante cinco anos, conselh. de el-rei D. Fernando: nn. 58, 98, 101, 102.

ANES *(Johannis)*, João *(Johannes)*, da dioc. de Évora, benef. na dioc. de Évora: n. 370m. — porcion. na igr. de S.ta Maria de Beja: n. 498.

ANES *(Johannis)*, João *(Johannes)*, clér. da dioc. de Lisboa, porcion. na igr. de S. Pedro de Torres Vedras: n. 537. — porc. na igr. de S. Miguel de Lisboa: n. 534.

ANES *(Johannis)*, João *(Johannes)*, clér. de Évora, benef. do most. de Santos e porcion. da igr. par. de S.ta Maria de Várzea de Alenquer: BONIFÁCIO IX: n. 11.

ANES *(Johannis)*, João *(Johannes)*, clér. da dioc. de Lisboa, cón. de Coimbra: n. 45.

ANES *(Johannis)*, João *(Johannes)*, cón. de Silves, reitor da igr. de S. Cristóvão de Cabeçudos, secretário e cubicul. do b. de Lisboa D. Martinho, com benef. da colação do b. e cab. de Évora: nn. 16, 550. — porcion. na igr. par. de S.ta Iria de Santarém: n. 550.

ANES *(Johannis)*, João *(Johannes)*, oficial e familiar do rei de Portugal, D. Fernando: n. 203. — filho: ANES *(Johannis)*, Cristóvão *(Cristoforus)*: n. 203.

ANES *(Johannis)*, João *(Johannes)*, deão de Coimbra: p. CCLVIII, nota 666.

ANES *(Johannis)*, João *(Johannes)*, sac. de Lisboa, benef. do most. de Alcobaça e porcion. na igr. de S.ta Justa de Lisboa: n. 529.

ANES, Lourenço, tabelião e púb.-forma de doações à Ordem do Templo: p. XXXVIII.

ANES, Lourenço, sepultado na igr. de S. Domingos de Lisboa: p. CCCXLI.

ANES *(Johannis)*, Lourenço *(Laurentius)*, clér. da dioc. de Silves, cón. da coleg. de S.ta Maria de Alcáçova de Santarém: n. 69.

ANES *(Johannis)*, Lourenço *(Laurentius)*, mestre da Ordem de S. Tiago em Portugal, em discórdia com o mestre geral: pp. LIX, LX, LXIII, LXVI.

ANES *(Johannis)*, Lourenço *(Laurentius)*, sac. da dioc. de Braga, reitor da igr. de S. João do Campo, da dioc. de Braga, benef. da dioc. de Orense: n. 666, BENTO XIII: n. 45a. — natural da portuguesa rainha de Castela, D. Beatriz, benef. na igr. de Compostela: BENTO XIII: n. 45a.

ANES *(Johannis)*, Luís *(Ludovicus)*, cón. de Viseu: nota 710.

ANES *(Johannis)*, Luís *(Ludovicus)*, clér. da dioc. de Évora, porc. na igr. de S.ta Maria de Marvila de Santarém: nn. 401a, 429.

ANES *(Johannis)*, Luís *(Ludovicus)*, clér. da dioc. de Évora, porc. na igr. de S.ta Maria de Águas Santas e porc. na igr. de S.ta Maria de Azambuja: n. 479.

ANES *(Johannis)*, Luís *(Ludovicus)*, familiar de D. Antão Martins, cardeal, b. do Porto, e da comitiva deste na embaixada aos Gregos, cón. do Porto e estud. de dir. canón. na univers. de Bolonha: nota 482.

ANES *(Johannis)*, Luís *(Ludovicus)*, cón. de Lisboa, vig. geral do card. D. Jaime na arqu. de Lisboa: pp. CCCL, CCCLVI.

ANES *(Johannis)*, Luís *(Ludovicus)*, sac. da dioc. do Porto, capelão do ab. do most. de S. João de Tarouca D. Nuno Martins e benef. do most. de S. João de Tarouca: BONIFÁCIO IX: n. 23.

ANES MACHUCHO, Johane: p. CCXXXVII, nota 589.

ANES, Martinho, sac. da dioc. de Lamego e cón. da coleg. de Guimarães: p. CLXXXV.

ANES, Martinho, clér. de Viseu, cón. da Guarda e arced. de Celorico da Beira: p. CCLXXIII.

ANES *(Johannis)*, Martinho *(Martinus)*, cón. de Silves: BONIFÁCIO IX: n. 2.

ANES *(Johannis)*, Martinho *(Martinus)*, porcion. na igr. de S. Tiago de Torres Vedras e reitor da igr. de S. Julião: n. 273.

ANES *(Johannis)*, Martinho *(Martinus)*, cón. da Guarda, porcion. na igr. par. de S.ta Maria de Óbidos: n. 555b.

ANES *(Johannis)*, Martinho *(Martinus)*, reitor da igr. de S. Romão de Vermoim, porcion. da coleg. de S. Martinho de Cedofeita e na igr. de S.ta Maria de Águas Santas: nn. 604, 605, 609.

ANES *(Johannis)*, Martinho *(Martinus)*, reitor da igr. de S.to Estêvão de Cantelães, cón. de Guimarães: n. 607.

ANES *(Johannis)*, Martinho *(Martinus)*, clér. de Braga, tercen. da igr. de Braga: n. 505.

ANES *(Johannis)*, Martinho *(Martinus)*, clér. de Braga, reitor da igr. par. de S. Tiago de Arnoso: n. 502.

ANES *(Johannis)*, Martinho *(Martinus)*, cón. de Silves, de Évora e de Lisboa, estud. de dir. canón. em Avinhão, cón. e deão de Viseu: nn. 207, 372a.

ANES *(Johannis)*, Martinho *(Martinus)*, clér. da dioc. de Braga, escolar de gramát., amigo do conselh. de el-rei D. Fernando, Vasco Domingues, com benef. da colação do arceb. e cab. de Braga: n. 245.

ANES *(Johannis)*, Martinho *(Martinus)*, clér. da dioc. de Lisboa, cón. e benef. na dioc. de Tui: n. 718.

ANES, Pedro, arced. de Vermoim: p. CCLX, nota 667.

ANES *(Johannis)*, Pedro *(Petrus)*: p. CCLIX, nota 666.

ANES *(Johannis)*, Pedro *(Petrus)*, clér. da dioc. de Évora, cón. de Silves: n. 321.

ANES *(Johannis)*, Pedro *(Petrus)*, clér. da dioc. de Lisboa, porc. na igr. de S. Tiago de Óbidos: n. 306.

ANES *(Johannis)*, Pedro *(Petrus)*, cón. de Coimbra: p. CCLVIII, nota 663.

ANES *(Johannis)*, Pedro *(Petrus)*, sac. da dioc. de Lamego, benef. do most. de S. Salvador de Paço de Sousa, capelão de D. Nuno Martins, ab. do most. de S. João de Tarouca: BONIFÁCIO IX: n. 22.

ANES *(Johannis)*, Pedro *(Petrus)*, sac. da dioc. de Évora, porc. da igr. par. de Beja: n. 551.

ANES, Pero, cón. do most. de S.ta Cruz de Coimbra, procur. do most. na apelação contra a legacia do b. de Coimbra, D. João Galvão: p. CCCXXXIV.

ANES, Rodrigo, clér. da dioc. de Braga, cón. da coleg. de Guimarães: p. CLXXXV.

ANES, Rodrigo, embaix. de D. Duarte ao papa: p. CXIX. *VIDE:* ANES DE ASNAIS, Rodrigo.

ANES, Rodrigo, cón. do Porto: p. CCVI, nota 481.

ANES *(Johannis)*, Rodrigo *(Rodericus)*, clér. da dioc. do Porto, porc. da coleg. de S. Martinho de Cedofeita: n. 370i.

ANES *(Johannis)*, Rodrigo *(Rodericus)*, bacharel em decretos, porc. nas igr. de S. Tiago e S. Salvador de Beja e de S. Pedro de Óbidos, cón. de Lisboa: n. 61.

ANES *(Johannis)*, Rodrigo *(Rodericus)*, clér. de Évora, bacharel em decretos, cón. de Évora: n. 186a.

ANES *(Johannis)*, Rodrigo *(Rodericus)*, clér. de Évora, bacharel em dir. civil, cón. de Évora, com benef. da colação do b. e cab. de Coimbra: nn. 75, 413. — benef. do most. da SS.ma Trindade de Santarém: n. 413.

ANES *(Johannis)*, Rodrigo *(Rodericus)*, clér. de Évora, estud. de dir. canón. na univers. de Lisboa, cón. de Évora: n. 115.

ANES *(Johannis)*, Salvador *(Salvator)*, clér. da dioc. de Cidade Rodrigo, provecto em dir. civil, cón. de Coimbra, porc. na igr. de S.ta Maria de Alcáçova de Santarém: n. 634e. — bacharel em leis, arced. de Celorico da Beira, cón. de Cuenca, de Ávila e de Plasença: nn. 654, 692a, 703, 716, BENTO XIII: nn. 5a, 9, 13a 30. — porc. na dioc. de Jaén e cón. de Cidade Rodrigo: nn. 703 716, BENTO XIII: nn. 5a, 9, 13a. — benef. na dioc. de Toledo: BENTO XIII: n. 9. — português, natural e familiar da portuguesa rainha de Castela D. Beatriz, cón. e benef. de Salamanca: BENTO XIII: n. 30.

ANES *(Johannis)*, Salvador *(Salvator)*, cón. de Viseu, benef. na igr. de Viseu e porcion. na coleg. de Guimarães: n. 370d.

ANES, Tomé, familiar do b. de Silves D. Rui Dias e cón. de Évora: p. CCLXXIII.

ANES *(Johannis)*, Tomé *(Thomas)*, clér. de Coimbra, escolar de gramát., benef. na dioc. de Lisboa: n. 363.

ANES, Vaasque, procur. nas cortes de Coimbra de 1385: p. CVII.

ANES, Vasco, prior de Midões, estud. de dir. canón.: p. CCLXXXII, nota 714.

ANES *(Johannis)*, Vasco *(Valascus)*, clér. da dioc. de Évora, porcion. na igr. de S. Salvador de Beja: n. 339.

ANES *(Johannis)*, Vasco *(Valascus)*, tesour. e cón. de Lamego, subcolector apostól. na dioc. de Lamego, benef. na dioc. de Évora: n. 326, BONIFÁCIO IX: n. 17.

ANES *(Johannis)*, Vasco *(Valascus)*, clér. de Lamego, ilegít., benef. na dioc. do Porto: n. 578.

ANES *(Johannis)*, Vasco *(Valascus)*, clér. da dioc. de Braga, cón. da coleg. de S.ta Maria de Guimarães, familiar do conselh. de el-rei D. Fernando, Vasco Domingues: n. 240.

ANES *(Johannis)*, Vicente *(Vincentius)*, clér. de Lisboa e benef. na igr. de S.ta Maria de Alcamim (S. Cristóvão de Lisboa): n. 498b.

ANES *(Johannis)*, Vicente *(Vincentius)*, sac. da dioc. de Viseu, cón. de Coimbra, reitor da igr. de S. Mamede da dioc. de Viseu: n. 277b.

ANES *(Johannis)*, Vicente *(Vincentius)*, nobre, caval., procur. de D. Dinis junto do papa Clemente V quanto aos bens da Ordem do Templo: pp. XVI, XXXV.

ANGELELLI, João, notário da univers. de Bolonha: nota 176.

ANGERS *(Andegavensis)*, França, dioc. de: clér.: MILLONIS, *Thomas:* n. 39.

— Estudo geral ou univers.: p. 32, nota 3, p. 45, nota 3.

ANGLIA: *VIDE:* INGLATERRA.

ANICIENSIS, França: *VIDE:* LE PUY *(Aniciensis)*.

ANNES, Affomso, chantre de Lisboa, represent.

nas cortes de Lisboa de 1455 do arceb. de Lisboa: p. CCXXXVIII, nota 589.
ANNES, Johanne, procur. nas cortes de Coimbra de 1385: p. CVII.
ANNES, Pedro, escud., morador em Valverde: p. CLXXII. — mulher: PIRES, Leonor: p. CLXXII.
ANRRIQUE, mestre: *VIDE:* HENRIQUE.
ANSEDE *(Anside)*, conc. de Baião, dioc. do Porto, priorato de: n. 571. — benef.: DOMINGUES *(Dominici)*, João *(Johannes)*: n. 571. *VIDE:* ANCEDE.
ANTAM, Frei, do most. do Carmo de Lisboa: p. CCXCVII.
ANTANHOL, conc. e dioc. de Coimbra, igr. de: n. 370e. — reitor: PERES *(Petri)*, Martinho *(Martinus)*: n. 370e.
ANTÃO *(Anthonius)* MARTINS, b. do Porto, embaix. de D. Duarte no concí. de Basileia: nota 458, p. CXCIX, nota 464, p. CCI, nota 467, pp. CCIII-CCVI, notas 477-482, p. CCXXIV, nota 511, pp. CCXLVII-CCXLVIII, notas 637, 639. — embaix. do papa Eug. IV aos Gregos: pp. CCIV-CCVI, notas 477-482, pp. CCXLVII-CCXLVIII, notas 637, 639. *VIDE:* MARTINS, Antão *(Antonius)*.
ANTAS *(Antis)*, conc. de Penedono, dioc. de Lamego, igr. de: n. 315. — reitor: DOMINGUES *(Dominici)*, Lourenço *(Laurentius)*: n. 315.
ANTISSAC, Geraldo de: p. CLVI.
ANTISSAC, Olivério de: p. CLVI.
ANTÓNIO *(Antonius)*, b. de Tui: p. CLXVIII.
ANTONIUS DE SANCTO PETRO, prior do colég. de prof. de dir. canón. na univers. de Bolonha: p. CCCXLIV.
ANTUNES BORGES, António, Dr.: pp. CL, CLXVI.
APARÍCIO *(Aparitii)*, João *(Johannes)*, sac. da dioc. de Lisboa, benef. da colação do b. e cab. de Évora, estud. na univers. de Lisboa: n. 135.
APERTI, *Aymericus*, reitor da igr. par. de S. Tiago de Beja: n. 615.
AQUAMUNDULA, *Jacobus*, notário apost.: p. LX.
AQUENSIS: *VIDE:* DAX *(Aquensis)*.
AQUILA, b. de: p. CCXCII.
AQUILAR *(Aquilari)*, Afonso Garcia *(Alfonsus Garsie)* de: n. 91. *VIDE:* GARCIA DE AQUILAR *(Garsie de Aquilari)*, Afonso *(Alfonsus)*.
AQUILEGENSIS, card.: notas 609, 645, p. CCLXX.
AQUILEIA *(Aquilegiensis)*, patriarca de: notas 485, 494, 512, p. CCXXXI. — um dos embaix. do concí. de Basileia à dieta de Nuremberga: nota 512.
AQUIRO, Roma, tí. cardinal.: *VIDE:* S.TA MARIA DE AQUIRO.
ARAGÃO, reino de: n. 413. — chanceler do rei D. Martinho: FRANCISCO *(Franciscus)* DE BLANIS: BENTO XIII: p. 328, nota 1. — embaix. do rei: FRANCISCO *(Franciscus)* DE BLANIS: BENTO XIII: p. 328, nota 1. — embaix. no concí. de Basileia, favorável ao papa Eug. IV: p. CXCII, nota 458, p. CCXXIV, nota 513. — legado pont.: PEDRO DE FUXO, cardeal: p. CCLV, nota 661. — Ordem de Montesa e os bens dos Templários: pp. XXIII-XXV, XXXIII-XXXV, XXXIX, XLI-XLIV, XLVII, XLVIII. — Ordem de S. Tiago da Espada: pp. LVIII, LIX. — Ordem do Hospital e fundação da Ordem de Montesa: p. XLIII.
ARAGÃO *(Aragom)*, cardeal de: *VIDE:* PEDRO *(Petrus)* DE LUNA.
ARAIZ, Álvaro *(Alvarus)*, clér. da dioc. de Silves, porc. da igr. de S. Tiago de Beja: n. 455.
ARAIZ, Luís *(Ludovicus)*, clér. da dioc. de Silves, porc. na igr. de S.ta Maria de Beja: n. 453.
ARAIZ, Martinho *(Martinus)*, clér. da dioc. de Silves, porc. da igr. de S. João de Beja: n. 453.
ARAMBURU, José Zunzunegui: notas 19, 48, 90.
ARCOZELO, conc. de Ponte do Lima, dioc. de Tui, hoje de Braga, igr. de: n. 447. *VIDE:* S.TA MARINHA DE ARCOZELO.
ARDENA, Bélgica, dioc. de Liège, arced. de: nn. 198, 307. — arced.: FRACTA *(Fieta)*, *Robertus de:* nn. 198, 307.
ARDJISCH *(Argensis)*, b. eleito de: nota 512.
ARELATENSIS: *VIDE:* ARLES *(Arelatensis)*.
ARES, Aparício *(Aparitius)* de, clér. de Évora, escolar de dir. civil na univers. de Mompilher, familiar do Infante D. João, com benef. da colação do b. e cab. de Évora, cón. de Badajoz e de Évora, reitor da igr. de S. Pedro de Elvas: nn. 187, 506. *VIDE:* ACERES, Aparício *(Aparitius)* de. VICENTE *(Vincentii)* DE ARES, Aparício *(Aparitius)*.
ARESEGA, dioc. da Guarda: *VIDE:* S. JOÃO DE ARESEGA.
ARGANIL, conc. de Arganil, dioc. de Coimbra: conde: b. de Coimbra: JOÃO *(Johannes)* RODRIGUES GALVÃO *(Galvom)*: pp. CCXXXVII-CCXXXIX, nota 589, pp. CCCXX, CCCXXI, nota 891.
ARGENSIS, b. eleito: nota 512.
ARGENTINA = STRASBOURG: nota 512. *VIDE:* ESTRASBURGO.
ARIAS MALDONADO, Rodrigo: p. CCCLXXV.
ARIAS *(Arie, Ayras, Airas)*, Martinho *(Martinus)*, deão de Braga e cubicul. do papa Eug. IV: p. CCLIII, nota 657, pp. CCLXII-CCLXIII, nota 672, pp. CCLXXII,

CCLXXVII, nota 706. — arced. de Barroso: nota 660, p. CCLVI, nota 661, pp. CCLXX, CCLXXII.

ARIAS *(Arie)*, Vicente *(Vincentius)*, clér. de Lisboa, estudante de dir. civil na univ. de Salamanca, cón. de Lisboa, benef. na igr. de S. Salvador de Leganés da dioc. de Toledo e porc. na igr. de S. Bartolomeu de Coimbra: nn. 588, 687, BENTO XIII: n. 1. — clér. da dioc. de Évora, licenc. em leis, cón. de Salamanca: n. 687, BENTO XIII: n. 1. — doutor em leis, cón. e arced. de Toledo: BENTO XIII: n. 1.

ARIE, *Stephanus*, clér. de el-rei D. Dinis: pp. LI, LII.

ARLES *(Arelatensis)*, card. no concí. de Basileia: notas 464, 467, 485, 494, 534, pp. CCXXIX--CCXXXII, CCXLV, nota 613, pp. CCXLVI, CCXLVII, nota 637, pp. CCXLVIII, CCLXXV.

ARMÍGEROS nas cortes de Coimbra de 1385: p. CVII.

ARNALDO *(Arnaldus)*, arceb. de Auch, camarário do papa Urbano V: nota 167.

ARNALDO *(Arnaldus)*, card. diácono de S.ta Maria in Porticu: nota 56.

ARNAUT, Salvador Dias: *VIDE:* DIAS ARNAUT, Salvador.

ARNEIRO (?) *(Aneyo)*, conc. de Alenquer, dioc. de Lisboa: *VIDE:* S. JOÃO DE ANEIO *(Sancti Johannis de Aneyo)*.

ARNÓIA, conc. de Celorico de Basto, dioc. de Braga: *VIDE:* S. JOÃO DE ARNÓIA.

ARNOSO, conc. de V. Nova de Famalicão (?), dioc. de Braga: *VIDE:* S. TIAGO DE ARNOSO.

AROUCA, conc. de Arouca, dioc. de Lamego, hoje do Porto: benef.: PERES *(Petri)*, Vasco *(Valascus)*: n. 332. — igr.: *VIDE:* S. SALVADOR DE VÁRZEA DE AROUCA. — most.: n. 332.

ARRAIOLOS, conde de: FERNANDO: pp. CLXXXVIII, CLXXXIX; PEREZ DE CASTRO, Álvaro: p. CCCLXXXVIII. — carta do papa Eug. IV sobre as questões da regência do Infante D. Pedro e rainha Dona Leonor: pp. CLXXXVIII, CLXXXIX.

ARRAIOLOS *(Arrayolis, Arrayolos, Arrayollos)*, conc. de Arraiolos, dioc. de Évora, igr. de: p. CCLVIII, nota 666. — reitores: FERREIRA, Álvaro *(Alvarus)*: p. CCLVIII, nota 666; LÚCIDO *(Lucidus)*, card.: p. CCLVIII, nota 666. *VIDE:* S. SALVADOR DE ARRAIOLOS.

ARRAIOLOS *(Arrayolis)*, Álvaro *(Alvarus)* de, clér. da dioc. de Évora, porcion. na igr. par. de S. Nicolau de Lisboa: n. 34.

ARRAS *(Attrebatensis)*: França, dioc. de: clér.: HEMINI, João *(Johannes)* de:: BENTO XIII: n. 84b.

ARRUDA, conc. de Arruda dos Vinhos, dioc. de Lisboa: igr. de: S.TA MARIA DA ARRUDA DOS VINHOS: pp. LXXXIII, CCXCIII, n. 42. — pertenc. à Ordem de S. Tiago da Espada: p. LXXXIII.

ARSÉNIO *(Arsenius)*, monge bened. da ab. de S.ta Maria de Florença: pp. CCXIV, CCXV, CCXXVI, nota 516. — cubicul. do papa: pp. CCLXXXIX-CCXC.

ARTES: *escolar ou estud.*: ANES *(Johannis)* DO PRADO: n. 220; QUAIRAS, Diogo *(Didacus)* de: BENTO XIII: n. 1b. — *licenciado*: VASQUES, Gonçalo: nota 164. — *Mestres*: ANES *(Johannis)* DE LISBOA, Gomes *(Gometius)*: n. 368; DOMINGUES *(Dominici)*, Pedro *(Petrus)*: pp. CXII, CXV; GOMES *(Gometii)*, Lourenço *(Laurentius)*: nn. 192, 222, BENTO XIII: n. 29. — *provecto*: GONÇALVES *(Gonsalvi)*, Bartolomeu *(Bartholomeus)*: n. 201.

ASCOLI PICENO, Itália: b.: AGAPITO *(Agapitus)* DE COLONA: p. 39, nota 6.

ASNAIS, Rodrigo Anes de: pp. CCIII, CCX, nota 659. *VIDE:* ANES DE ASNAIS, Rodrigo.

ASNES, João Rodrigues *(Johannes Roderici)* de, reitor da igr. par. de S.ta Maria da Lourinhã: p. CCLIII, nota 659.

ASSIS *(Assisiensis)*, Itália, dioc. de: b.: BERTRANDO *(Bertrandus)* ATGÉRIO: BENTO XIII: p. 335, nota 1.

ASTENSIS, Itália: *VIDE:* ASTI.

ASTI *(Astensis)*, Itália, dioc. de: b.: p. 255, nota 1, nn. 699, 708, 719; FRANCISCO *(Franciscus)* GALLI: n. 699, p. 255, nota 1, BENTO XIII: p. 315, nota 1.

ASTIGIA, Espanha, dioc. de Sevilha: *VIDE:* ECIJA *(Astigia)*. S. TIAGO DE ECIJA.

ASTORGA *(Astoricensis)*, Espanha, dioc. de: administr.: PEDRO *(Petrus)* RODRIGUES DA FONSECA: BENTO XIII: p. 359, nota 1. — arcediag.: TRAVAÇOS: BENTO XIII: n. 56. — benef.: GIL *(Egidii)*, Pedro *(Petrus)*: n. 668; PERES *(Petri)*, Geraldo *(Geraldus)*: n. 681. — bens da Ordem do Templo: pp. XXII, XXIII. — b. e a nacional. da Ordem de S. Tiago da Espada em Portugal: pp. LXII, LXIV. — clér.: PERES *(Petri)*, Rodrigo *(Rodericus)*: BENTO XIII: n. 56. — cón.: GIL *(Egidii)*, Pedro *(Petrus)*: n. 668; MARTINS *(Martini)*, Pedro *(Petrus)*: BENTO XIII: n. 108; PEDRO DA FONSECA *(Petrus de Fonseca)*: BENTO XIII: n. 108; PERES *(Petri)*, Geraldo *(Geraldus)*: n. 681. — deão: MARTINS *(Martini)*, Pedro *(Petrus)*: BENTO XIII: n. 108.

ATAÍDE *(Atayde)*, Pedro *(Petrus)* de, deão de Coimbra: pp. CCLXXIX, CCLXXX--CCLXXXI, notas 712-713, p. CCLXXXII,

nota 714, p. CCLXXXIII. — carta do papa Eugén. IV ao regente, a desculpar-se por não ter conferido o deado a Pedro de Ataíde: p. CCLXXIX, nota 712. — cón. e chantre de Coimbra: p. CCLXXX, nota 713.

ATAÍDE, Vasco de, prior da Ordem do Hospital: p. CCCII.

ATALAIA, Martinho Domingues de: *VIDE:* DOMINGUES DE ATALAIA, Martinho.

ATFUIA (?), Espanha, dioc. de Jaén, igr. de: n. 629a. — benef.: FERNANDES *(Fernandi)*, *(Ludovicus)*: n. 629a.

ATOUGUIA *(Atoguia)*, conc. de Peniche, dioc. de Lisboa: *VIDE:* S. LEONARDO DE ATOUGUIA DA BALEIA.

AUARDE, *Amalricus de*, tesour. de Lisboa e de Braga: n. 243.

AUBERT DE LIMOGES, Andoino, cardeal presb. de S. João e Paulo: pp. XCVI-XCVII.

AUCH *(Auxitana)*, França, dioc. de: admin.: JOÃO *(Johannes)* DE CARDAILLAC: p. 60, nota 1. — arceb.: ARNALDO *(Arnaldus)*: nota 167. — igr.: NOGUAYROLLIO: n. 525; S.TO ANDRÉ DE TRIQUERO: n. 636g; S. LOURENÇO DOS CASAIS: n. 636g.

AUCLO, *Robertus*, embaixador do duque de Borgonha no concí. de Basileia: nota 468.

AUGUSTENSIS, Alemanha: *VIDE:* AUSBURGO.

AURELIANENSIS, França: *VIDE:* ORLEÃES *(Aurelianensis)*.

AUSBURGO *(Augustensis)*, Alemanha, dioc. de: b.: nota 485.

ÁUSTRIA, duque de: e a Ordem do Templo: p. XXVIII.

AUXITANA, França, dioc.: *VIDE:* AUCH *(Auxitana)*.

AVEDILLO *(Avidiello)*, Espanha, dioc. de Samora: *VIDE:* S.TA MARIA DE AVEDILLO.

AVEIRAS, conc. de Azambuja, dioc. de Lisboa: *VIDE:* S.TA MARIA DE AVEIRAS.

AVEIRO, outrora dioc. de Coimbra: igr.: S.TO ANDRÉ DE ESGUEIRA: n. 238, BONIFÁCIO IX: n. 8; S. LOURENÇO DO BAIRRO: p.CCCXLVII; S. MIGUEL DE AVEIRO: BONIFÁCIO IX: nn. 3, 5; S. MIGUEL DE SOZA: notas 657, 663.

AVELÃS *(Avellães)* DE AMBOIM, conc. e dioc. da Guarda, igr. de: n. 370f. — reitor: ANES *(Johannis)*, Domingos *(Dominicus)*: n. 370f.

AVIDIELLO, Espanha, dioc. de Samora, igr. de: n. 305. *VIDE:* S.TA MARIA DE AVEDILLO.

ÁVILA *(Abulensis, Avilla)*, Espanha, dioc. de: *benef.*: AFONSO *(Alfonsi)*, Gonçalo *(Gundissalvus)*: BENTO XIII: n. 80; ANES *(Johannis)*, Salvador *(Salvator)*: n. 703, BENTO XIII: nn. 5a, 9; DOMINGUES *(Dominici)*, Jorge *(Georgius)*: n. 701, BENTO XIII: nn. 2, 31; FERNANDES *(Fernandi)*, Gil *(Egidius)*: BENTO XIII: n. 27; GONÇALVES *(Gundissalvi)* DE MERLO, João *(Johannes)*: BENTO XIII: n. 19g; GONÇALVES *(Gundissalvi)*, João *(Johannes)*: nn. 705, 710, BENTO XIII: nn. 3, 9a, 32; MARTINS *(Martini)*, Vasco *(Velascus)*: BENTO XIII: n. 81; MENDES *(Menendi)*, Gonçalo *(Gundissalvus)*: BENTO XIII: n. 37; PERES *(Petri)*, Gil *(Egidius)*: BENTO XIII: n. 35; RODRIGUES *(Roderici)* DA FONSECA, Pedro *(Petrus)*: BENTO XIII: nn. 69, 77c; VASQUES *(Velasci)*, Gonçalo *(Gundissalvus)*: BENTO XIII: n. 59. — b.: nota 83; AFONSO *(Alfonsus)* DE EXEA ou DE CÓRDOVA: p. 247, nota 1; DIEGO: p. CCCLXXXV. — *clér.*: GONÇALVES *(Gondissalvi)* DE OLMEDO, Álvaro *(Alvarus)*: n. 623; OLMEDO, Gil *(Egidius)* de: n. 629d; PEDRO *(Petrus)* DA FONSECA: BENTO XIII: n. 108; VASQUES *(Velasci)*, Gonçalo *(Gundissalvus)*: BENTO XIII: n. 59. — *cón.*: AFONSO *(Alfonsi)*, Garcia *(Garsias)*: BENTO XIII: n. 64; AFONSO *(Alfonsi)*, Gonçalo *(Gundissalvus)*: BENTO XIII: n. 80; ANES *(Johannis)*, Salvador *(Salvator)*: n. 703, BENTO XIII: nn. 5a, 9; DOMINGUES *(Dominici)*, Afonso *(Alfonsus)*: n. 649; DOMINGUES *(Dominici)*, Jorge *(Georgius)*: n. 701, BENTO XIII: nn. 2, 31, 73; FERNANDES *(Fernandi)*, Gil *(Egidius)*: nn. 694, 700, BENTO XIII: n. 27; GONÇALVES *(Gonsalvi)*, João *(Johannes)*: n. 676; MARTINS *(Martini)*, Fernando *(Fernandus)*: n. 707; MARTINS *(Martini)*, Vasco *(Velascus)*: BENTO XIII: n. 81; MENDES *(Menendi)*, Gonçalo *(Gundissalvus)*: BENTO XIII: n. 37; PERES *(Petri)*, Gil *(Egidius)*: BENTO XIII: n. 35; RODRIGUES *(Roderici)* DA FONSECA, Pedro *(Petrus)*: BENTO XIII: nn. 69, 77c.

AVINHÃO *(Avinionensis)*, França, cidade, dioc. e resid. papal: pp. XXIV, XXX, XXXI, XXXVII, XXXIX, XL, XLIII, XLIX, LI, nota 90, pp. LVI, LXI, LXV, LXVII, LXX, LXXIV, LXXV, LXXVI, nota 114, pp. LXXVII, LXXIX, LXXXI, LXXXVII, XCI, XCII, nota 136, pp. XCIII, XCIV, XCV, XCVII, nota 241, p. CXLIII, nota 278, p. CLVII, notas 336-342, 344, pp. CCCXCIX, CD. — b.: GIL *(Egidius)* DE BELLEMÈRE: p. 35, nota 1, p. 209, nota 2, p. 243, nota 1. — cidade a escolher para o concí. com os Gregos: notas 457, 458, 463, p. CC, nota 464, p. CCI, nota 467, pp. CCII, CCIII, CCXI, CCXII, nota 494. —

deão de S.TO AGRÍCOLA *(Sancti Agricole)*: nota 338. — hospi. ou arberg. dos hispanos: p. CIII. — os *Reg. Aven.*: pp. CLXVI-CLXVII. — prepósito: nota 339.

AVINHÃO *(Avenionensis)*, Estudo geral ou univers.: p. 32, nota 3; nn. 205-216, p. 45, nota 3. — *doutoram.*: GONÇALVES *(Gundissalvi)*, Gonçalo *(Gundissalvus)*: n. 337. — *Estudantes*: ESTEVES *(Stephani)* DE AGUIAR, Gonçalo *(Gundissalvus)*: nn. 214, 374; GONÇALVES *(Gundissalvi)*, Gonçalo *(Gundissalvus)*: n. 311; MARTINS *(Martini)*, Gonçalo *(Gundissalvus)*: nn. 274, 370, 371b, 439; PERES DE SINTRA *(Petri de Sintria)*, Martinho *(Martinus)*: n. 215. — *Estudantes de dir. canónico*: ANDESTER, Filipe *(Philippus)* de: n. 702, BENTO XIII: n. 5 (bach. em decretos); ANES *(Johannis)* DE CAUDIIS, Gonçalo *(Gundissalvus)*: nn. 76, 206, 259, 312, 351, 359, 476, 516 (estud. de dir. civil); ANES *(Johannis)*, Martinho *(Martinus)*: nn. 207, 372a; CERVEIRA, Rodrigo de: n. 208; CLAUSTRIS, Elias *(Helias)* de: nn. 210a, 307; DOMINGUES *(Dominici)*, Gonçalo *(Gundissalvus)*: n. 210; ESTEVES *(Stephani)*, Gonçalo *(Gondissalvus, Gonsalvus)*: nn. 370k, 602, 618; MARTINS *(Martini)*, Gonçalo *(Gundissalvus)*: nn. 213, 255, 274, 370, 371b, 439; MARTINS *(Martini)*, Luís *(Ludovicus)*: n. 211; MARTINS *(Martini)*, Nuno *(Nunus)*: n. 212; MENDES *(Menendi)*, Gonçalo *(Gundissalvus)*: BENTO XIII: nn. 4, 10 (bacharel em decretos). — *Estudantes de dir. civil*: ANES *(Johannis)*, Salvador *(Salvator)*: BENTO XIII: n. 5a; DOMINGUES *(Dominici)*, Jorge *(Georgius)*, bacharel em leis: BENTO XIII: n. 2; FERNANDES *(Fernandi)* DE CASCALES, Afonso *(Alfonsus)*: BENTO XIII: p. 322, nota 1; FERNANDES DE VILA POUCA *(Fernandi de Villa Pauca)*, Álvaro *(Alvarus)*: n. 373; GONÇALVES *(Gundissalvi)*, João *(Johannes)*: nn. 705, 710, BENTO XIII: n. 3 (bacharel em leis); VASQUES *(Vallacii)* DE LOULÉ, Estêvão *(Stephanus)*, bach. em leis: nn. 209, 313, 356, 372. — *Lente de dir. canónico*: MENDES *(Menendi)*, Gonçalo *(Gundissalvus)*: BENTO XIII: n. 8a. — *Lentes de dir. civil*: FERNANDES *(Fernandi)* DE CASCALES, Afonso *(Alfonsus)*: BENTO XIII: p. 322, nota 1; VASQUES *(Velasci)*, Estêvão *(Stephanus)*: n. 209. — *licenc. em decretos e bach. em leis*: GONÇALVES *(Gundissalvi)*, Gonçalo *(Gundissalvus)*: nn. 205, 311. — róis de súplicas: nn. 205-216, 372-374, 701-706.

AVIS, Ordem de: p. CCLXXXVIII, nota 751. — administr.: FERNANDO *(Fernandus)*, Infante Santo: p. CCLXXXVIII, nota 751; PEDRO *(Petrus)*, filho do Infante regente D. Pedro: p. CCLXXXVIII, nota 751.

AXIOCHUS: p. CXCIV.

AZAMBUJA *(Azambuia, Azambuya)*, conc. de Azambuja, dioc. de Lisboa: *VIDE*: S.TA MARIA DE AZAMBUJA.

AZINHOSO, conc. de Mogadouro, dioc. de Braga, hoje de Bragança: *VIDE*: S.TA MARIA DE AZINHOSO.

B

BACHARÉIS: *VIDE*: AMBOS OS DIREITOS. ARTES. DECRETOS. DIREITO CANÓNICO. DIREITO CIVIL. MEDICINA. TEOLOGIA.

BADAJOZ *(Badalhouce, Pacensis)*, Espanha e Portugal, dioc. de: pp. LXXXVII-LXXXVIII, CLXIX, notas 671-672, pp. CCLXXXIX, nota 790, pp. CCXCVIII-CCXCIX, CCCLXXXII, CCCLXXXIII, CCCLXXXV, CCCXCI. — *administr. da parte portuguesa*: AFONSO DE ESTREMOZ, Gonçalo: p. CCXCIX; ÁLVARES, Fernando: p. CCXCIX; GONÇALVES, Pedro: pp. CCXCVIII-CCXCIX; VAZ DA CUNHA, Lopo: p. CLXIX. — arced.: ESTEVES *(Stephani)*, Afonso *(Alfonsus)*: n. 634b. — benef.: LÁZARO *(Lazari)*, Pedro *(Petrus)*: n. 634a; LOURENÇO *(Laurentii)*, João *(Johannes)*: n. 425; MARTINS *(Martini)* DE OLIVENÇA, Fernando *(Fernandus)*: BENTO XIII: n. 68. — b.: FERNANDO: p. CCCLXXXV; MONATELLI, Gonçalo (candidato): p. XCVI. — clér.: ANES *(Johannis)*, Afonso *(Alfonsus)*: n. 130; FURTADO *(Furtati)*, João *(Johannes)*: n. 160; MARTINS *(Martini)*, Fernando *(Fernandus)*: n. 697; RODRIGUES *(Roderici)*, Antão *(Antonius)*: nn. 632c, 633c; RODRIGUES *(Roderici)* DA FONSECA, Pedro *(Petrus)*: BENTO XIII: n. 69. — cón.: AFONSO *(Alfonsi)*, Pedro *(Petrus)*: n. 709; ARES, Aparício *(Apparitius)* de: n. 506; DURANDO *(Durandi)*, João *(Johannes)*: nn. 186, 410, 438; ESTEVES *(Stephani)*, Afonso *(Alfonsus)*: n. 634b; FURTADO *(Furtati)*, João *(Johannes)*: nn. 629b, 633d, 634c; MARTINS *(Martini)* DE OLIVENÇA, Fernando *(Fernandus)*: BENTO XIII: nn. 50, 68, 76; MARTINS *(Martini)*, Fernando *(Fernandus)*: nn. 506, 699, 708. — deão: MARTINS *(Martini)* DE OLIVENÇA, Fernando *(Fernandus)*: BENTO XIII: nn. 68, 76. — diác.: ÁLVARES *(Alvari)*, Diogo *(Didacus)*: n. 634d. — igr.: FALCONERA: n. 634d; S.TA MARIA DE FREGENAL: nn. 629b, 633d, 634c; S.TA MARIA DE VIL-

LALVA: nn. 629b, 633d. — mosteiro: S. Francisco: p. CCCLXXXV. — porcion.: MARTINS *(Martini)*, Fernando *(Fernandus)*: n. 697. — sac.: AFONSO *(Alfonsi)*, João *(Johannes)*: nn. 632a, 632b, 633a; AFONSO DE VILA NOVA *(Alfonsi de Villa Nova)*, Fernando *(Fernandus)*: n. 634; FURTADO *(Furtati)*, João *(Johannes)*: nn. 629b, 633d; LÁZARO *(Lazari)*, Pedro *(Petrus)*: n. 634a; LOPES *(Loppi)* DE MONTEMOLMO, Martinho *(Martinus)*: n. 636a; LOPES *(Luppi)*, Fernando *(Fernandus)*: nn. 24, 523, 603; MARTINS *(Martini)* DE OLIVENÇA, Fernando *(Fernandus)*: BENTO XIII: nn. 50, 68; MATEUS *(Mathei)*, Fernando *(Fernandus)*: n. 633b.

BADALHOUCE, Espanha e Portugal: *VIDE:* BADAJOZ.

BAÍA, Brasil, arq. de: arceb.: VIDE, Sebastião Monteiro da: p. CLIII.

BAIOCENSIS, França: *VIDE:* BAYEUX *(Baiocensis)*.

BAIONA, Espanha, dioc. de Tui: *VIDE:* S.TA MARIA DE BAYONA DE MIÑOR.

BAIRROS, Joham de, cón. de Braga: p. CCLXXVII, nota 706.

BALIER, Henrique: *VIDE:* BAYLER, Henrique.

BALNEO, Gonçalo *(Gundissalvus)* de, clér. da dioc. de Évora, porcion. na igr. de S. Tiago de Évora: n. 487.

BAÑOLAS *(Balneollarum, De Balneollis)*: *VIDE:* S.TO ESTÊVÃO DE BAÑOLAS.

BAPTISTA DE SANCTO PETRO, prof. de dir. canón. na univers. de Bolonha: p. CCCXLV.

BAPTISTA, Júlio César: notas 1034, 1043.

BARBA, Rodrigo *(Rodericus)*, caval. e embaix. de D. João, rei de Castela: n. 684d.

BARBEDO, Pedro *(Petrus)* de, escud. do falec. Infante D. Henrique: p. CCCXLI.

BARBOSA, José: p. CXLVIII, nota 12, pp. CXLIX, CL, nota 16a, p. CLIX.

BARBUTI, *Johannes*, licenc. em decretos, incorpor. no concí. de Basileia: p. CCXXVIII.

BARCELONA *(Barchinone)*: p. XLIII. — cón.: CLEMENTE, Francisco: p. CCCLXXXIV.

BARCELOS *(Barcellis)*, conde de: AFONSO TELO *(Afomso Tello)*, João *(Joham)*: pp. CXXVIII, CCCLXXXIII; NUNO ÁLVARES PEREIRA: pp. CLXXIV-CLXXVII, nota 372.

BARI, Itália, dioc. de: arceb. BARTOLOMEU *(Bartholomeus)* DE PRIGNANO, futuro papa Urbano VI: n. 197, p. 39, nota 4, nn. 353, 357, 357a, 401, 474, 480, 517, 526, 536f, 691c, 713; NICOLAU *(Nicolaus)* DE BRANCACCIO: BENTO XIII: p. 278, nota 2.

BARÕES nas cortes de Coimbra de 1385: p. CVII.

BARQUEIROS *(Barqueriis)*, conc. de Mesão Frio, dioc. do Porto, hoje de Vila Real, igr. de: *VIDE:* S. BARTOLOMEU DE BARQUEIROS.

BARRANTES, Espanha, dioc. de Tui, most. cisterc. de: *VIDE:* S. SALVADOR DE BARRANTES.

BARROS, João de, prior do priorato do most. de S. Torquato: p. CCCV.

BARROSO, dioc. de Braga, arced. de: nota 44; ARIAS *(Arie)*, Martinho *(Martinus)*: nota 660, p. CCLVI, nota 661; DIAS *(Didaci)*, Rui *(Rodericus)*: p. CCLI, nota 652, p. CCLII, notas 653, 654, 668; RODRIGUES *(Roderici)*, Vasco *(Valascus)*: nota 660, p. CCLVI, nota 661; VAZ *(Valasci)*, Lopo *(Luppus)*: nota 660, p. CCLVI, nota 661.

BARTHOLOMEUS: *VIDE:* BARTOLOMEU.

BARTOLOMEU *(Bartholomeus)*, papa Urbano VI, outrora arceb. de Bari: n. 197, p. 39, nota 4, nn. 353, 357, 357a, 401, 474, 480, 517, 526, 636f, 691c, 713. — sequazes: DOMINGUES *(Dominici)*, Vasco *(Valascus)*, chantre de Lisboa e secret. do papa: nn. 353, 474; PERES *(Petri)*, Álvaro *(Alvarus)*: n. 197; PERES *(Petri)*, Domingos *(Dominicus)*, deão de Lisboa: nn. 357a, 480, 517, 526; S. TIAGO *(Sancto Jacobo)*, Domingos *(Dominicus)* de: n. 401.

BARTOLOMEU GINOVES: p. CCCLXXV.

BARTOLOMEU *(Bartholomeus)*, João *(Johannes)*, clér. da dioc. de Braga, natural, familiar e capelão da portuguesa rainha de Castela D. Beatriz, cón. e benef. na dioc. de Samora, na igr. de Chacim e na igr. de S. João de Porta Nova, da dioc. de Samora: BENTO XIII: nn. 6, 13, 19h, 36. — cón. de Samora e envolvido no cisma: BENTO XIII: n. 19h.

BARTOLOMEU DE PRIGNANO, arceb. de Bari, papa Urbano VI: p. 39, nota 4. *VIDE:* BARTOLOMEU *(Bartholomeus)*.

BASILEIA, concí. de: cartas do papa Eug. IV ao arceb. de Braga sobre o concí.: pp. CCVI-CCVII. — carta do concí. contra o papa Eugénio IV e o concí. de Ferrara: pp. CCXX-CCXXII. — contrário ao papa Eugénio IV: pp. CCVIII-CCX, CCXV, nota 493, pp. CCXVII-CCXVIII, CCXX-CCXXII. — decretos do concí. enviados ao arceb. de Braga: pp. CCVIII-CCX, CCXX-CCXXII. — discurso do Dr. Vasco Fernandes de Lucena: pp. CXCII-CXCIX, nota 458. — embaix. do concí. aos Gregos: JOÃO *(Johannes)* DE RAGUSA: nota 494, p. CCXXIX; LUÍS DE PALUDE, b. de Lausana: notas 463, 480, p. CCXV; LUÍS DO AMARAL, b. de Viseu: nota 480, pp. CCXV-CCXVI, nota 494, pp. CCXXVIII-CCXXX; MENTONE, *Nicodus de*: notas 480,

494; bispos de Lübeck, de Parma e de Lausana: notas 463, 480, 484, 494. — embaix. ao duque de Bretanha: AFONSO, Álvaro: p. CCLXXVI; AMICI, *Nicolaus:* p. CCLXXVI; FILIOLI, *Johannes:* p. CCXXIX, nota 539; LUÍS DO AMARAL, b. de Viseu: pp. CCXXIX-CCXXX, notas 539, 540, 542, 544, 549, pp. CCLXXV--CCLXXVI; ROSMADACH, *Bertrandus:* p. CCXXIX, nota 539; SABRENAIS, *Dyonisius de:* pp. CCXXIX-CCXXX: notas 539, 542, 544, 549. — embaix. ao reino de Portugal: LUÍS DO AMARAL, b. de Viseu, e MENDO PERES: pp. CCXXVIII, CCXLVIII: — embaix. do papa aos Gregos: ANTÓNIO *(Antonius)* MARTINS, b. do Porto: pp. CCIV-CCV, notas 477-481, 494, pp. CCXLVII-CCXLVIII, notas 637, 639, p. CCLXIX; bispos de Coron, de Digne: notas 477-480, 494, 637, 639; NICOLAU DE CUSA: p. CCIV, notas 477-479, 494, 637, 639; RUI *(Rodericus)* DIAS, deão de Braga: pp. CCX-CCXIII, CCXLII, CCXLVIII, notas 637, 639, p. CCLXIX. — embaix. nomeados para a dieta de Nuremberga: pp. CCXIV, CCXVI, CCXXIV, nota 512. — incorpor. de portugueses: p. CXCII, nota 458. — incorpor. no concí.: AFONSO, conde de Ourém: nota 458; AFONSO *(Alfonsi)*, Álvaro *(Alvarus):* p. CCLXXVI; AFONSO *(Alfonsi)*, Diogo *(Didacus):* nota 458; ANTÓNIO *(Antonius)* MARTINS: nota 458; BARBUTI, *Johannes:* p. CCXXVIII; BERNHERI, *Johannes:* p. CCXXVIII; DYONISIUS: nota 539; FERNANDES *(Fernandi)*, Álvaro *(Alvarus):* pp. CCXXVIII, CCXXXI; FERNANDES DE LUCENA, Vasco: nota 458; FERNANDES *(Fernandi)*, Martinho *(Martinus):* pp. CCXXVIII, CCXXIX; FILIOLI, *Johannes:* nota 539; GONÇALO *(Gundissalvus)*, prov. dos Dominicanos de Portugal: nota 458; LUÍS *(Ludovicus)* DO AMARAL, b. de Viseu: nota 458; MELHEM, Bertoldus de: p. CCLXXVI; PERES *(Petri)*, Mendo (*Menendus*): pp. CCXXVII-CCXXVIII; PEREYRA, João *(Johannes)*, caval.: nota 458; ROSMADACK, *Bertrandus:* nota 539. SABRENAYS, *Dyonisius de:* nota 539; SANCTO CLEMENTE, *Johannes de:* p. CCXXVIII; TAVIRA *(Tavyra)*, Gil *(Egidius)* de, franciscano: nota 458; VASQUES *(Valasci)*, João *(Johannes):* pp. CCXXVIII-CCXXIX, CCXXXI; VAZ DE SERPA, Lopo: pp. CCXXIV-CCXXVI. — LUÍS DO AMARAL, b. de Viseu, e a guerra aos Sarracenos da Península: p. CCXXII, nota 508. — LUÍS DO AMARAL, b. de Viseu, contrário ao papa Eugénio IV: pp. CCXXIV--CCXXXII, CCXLIV-CCL, CCLXXIV--CCLXXVII. — portugueses no concí., favoráveis ao papa Eugénio IV: pp. CXC-CCXV, nota 457. — protestos contra a designação de Avinhão para a reunião com os Gregos: notas 463, 464, 467, p. CCXIII.

BASSIANO, Itália: *VIDE:* S. FORTUNATO DE BASSIANO.

BATALHA, conc. da Batalha, dioc. de Leiria, outrora de Lisboa, mosteiro da: sepultura de D. Duarte: p. CLXXII. *VIDE:* S.TA MARIA DA BATALHA. S.TA MARIA DA VITÓRIA.

BATELLI: nota 516.

BAVIERA *(Bavarie)*, duque da: nota 495, p. CCXXIV, nota 512. *VIDE:* STEPHANUS, duque da Baviera.

BAYEUX *(Baiocensis)*, França, dioc. de: BENTO XIII: n. 18d — chantre e cón.: JOÃO *(Johannes)* DA COSTA: p. 328, nota 1.

BAYLER, Henrique, arced. de Cambraia, capelão e cubicul. pontif., registador das letras apostól., b. de Konstanz, de Valence-Die e de Alet: n. 615, p. 179, nota 1.

BAZAS *(Vasatensis)*, França, dioc. de: b.: p. CCXCII, nota 769.

BEATE MARIE: *VIDE:* S.TA MARIA.

BEATE MARIE DE ALCACEVA, conc. de Santarém, dioc. de Lisboa: *VIDE:* S.TA MARIA DE ALCÁÇOVA.

BEATRIZ *(Beatrix)*, rainha de Portugal, mulher de D. Afonso IV: casam. do Infante D. Pedro: pp. CXXVI, CXXVII, CLVI, CCCXCVI. — e o b. eleito de Coimbra D. João: p. LXXXVII, nota 125, p. LXXXVIII, nota 127. — intercede por Gonçalo Vasques, estud. em Bolonha: p. XCII, nota 136. — súplicas, uma delas original, dirigidas ao papa: pp. CLIV, CLVIII, CLIX.

BEATRIZ *(Beatrix)*, filha primogénita de el-rei D. Fernando, rainha de Castela: casamento ou despos. com Fradique, filho de el-rei de Castela: pp. CCCLXXVI-CCCLXXVII; casam. ou despos. com D. Duarte, filho do conde de Cantabrígia: pp. CCCLXXIX, CCCLXXXIII; casam. ou despos. com o Infante D. Henrique, filho de el-rei de Castela: pp. CCCLXXVII-CCCLXXIX, CCCLXXXIII; casam. e despos. com el-rei de Castela D. João: pp. CXII, CXXIV, CCCLXXIX-CCCLXXXVII. — familiar e capelão: FERNANDES *(Fernandi)*, Martinho *(Martinus):* n. 684h. — ilegít.: pp. CXXIV-CXXV. — médicos: DOMINGUES *(Dominici)*, Gil *(Egidius):* n. 693, BENTO XIII, n. 23; FERNANDES *(Fernandi)*, Gil *(Egidius):* BENTO XIII: n. 61. — rol de súplicas: nn. 638--639, 684c, 684e, 684h, 691a, 691c, 693-696. — rol de várias súplicas, a favor de portugueses, seus naturais, no pontificado do papa Bento XIII: nn.

20-64, 72-73, 78-81,86, 89-90, 93, 97, 98, 102. — súplicas a favor de clér. a seu serviço, no pontif. de Bento XIII: capelão-mor e consanguíneo: RODRIGUES DA FONSECA *(Roderici de Fuenseca)*, Pedro *(Petrus)*: BENTO XIII: n. 93, p. 359, nota 1; capelães e familiares: AFONSO *(Alfonsi)*, Garcia *(Garsias)*: BENTO XIII: n. 64; BARTOLOMEU *(Bartholomei)*, João *(Johannes)*: BENTO XIII: nn. 6, 19h, 36; DOMINGUES *(Dominici)*, Afonso *(Alfonsus)*: BENTO XIII: n. 22; DOMINGUES *(Dominici)*, Gil *(Egidius)*: BENTO XIII: n. 23; FERNANDES *(Fernandi)*, Álvaro *(Alvarus)*: BENTO XIII: n. 33; FERNANDES *(Fernandi)* DE CISNEROS, Diogo *(Didacus)*: BENTO XIII: n. 87; FERNANDES *(Fernandi)*, Gil *(Egidius)*: BENTO XIII: nn. 27, 61; GARCIA *(Garsie)*, Pedro *(Petrus)*: BENTO XIII: n. 54; GIL *(Egidii)*, Álvaro *(Alvarus)*: BENTO XIII: nn. 25, 93; GIL *(Egidii)*, Diogo *(Didacus)*: BENTO XIII: n. 34; GONÇALVES *(Gundissalvi)*, Gil *(Egidius)*: BENTO XIII: nn. 28, 62; PERES *(Petri)*, Gil *(Egidius)*: BENTO XIII: n. 35; PERES *(Petri)*, Rodrigo *(Rodericus)*: BENTO XIII: n. 56; RODRIGUES *(Roderici)* DE MOLINA, Miguel *(Michael)*: BENTO XIII: nn. 90, 98, 102; RODRIGUES *(Roderici)*, Fernando *(Fernandus)*: BENTO XIII: n. 20; RODRIGUES *(Roderici)*, Nuno *(Nunus)*: BENTO XIII: n. 21; SANCHES *(Sancii)* DE CISNEROS, Diogo *(Didacus)*: BENTO XIII: nn. 65, 97; SANCHES *(Sancii)* João *(Johannes)*: BENTO XIII: n. 24; VASQUES *(Velasci)*, Gonçalo *(Gundissalvus)*: BENTO XIII: n. 59.; curador: DOMINGUES *(Dominici)*, Afonso *(Alfonsus)*: BENTO XIII: n. 22; juiz das apelações: GIL *(Egidii)*, Álvaro *(Alvarus)*: BENTO XIII: n. 25; médicos: DOMINGUES *(Dominici)*, Gil *(Egidius)*: BENTO XIII: n. 23; FERNANDES *(Fernandi)*, Gil *(Egidius)*: BENTO XIII: nn. 27, 61. — vice-chanceler: SANCHES *(Sancii)*, João *(Johannes)*: n. 639, BENTO XIII: n. 24. — viúva do rei de Castela, D. João: BENTO XIII: nn. 89, 93.

BEATRIZ *(Beatrix)*, infanta de Portugal, reinado de D. João II: nota 896.

BEATRIZ *(Beatrix)*, filha de D. Pedro e Dona Inês de Castro: súplicas de el-rei D. Pedro, seu pai, e respectivas concessões do papa Inocêncio VI: pp. CXLIX, CLXI-CLXII, notas 336, 338.

BEATRIZ *(Beatrix)*, filha do Infante D. João de Portugal: BENTO XIII: n. 75.

BECKMANN, Gustav: notas 494, 496, 498, 508, 510, 511, 514, 517, 523, 524, 525, 526, 530, 531, 533, 534, 535-538, 541-543, 545-550, 553, 555-570, 615-630, 632-634, 637.

BEIRA *(Beyra)*, terras dos Templários, passadas à Ordem de Cristo: p. XLV.

BEJA *(Begia)*, outrora dioc. de Évora: pp. VIII, IX, XVII: — duque: FERNANDO (D.): p. CCCVII. — igr.: STA MARIA DE BEJA: nn. 454, 498, 523, 551, 552; S. JOÃO DE BEJA: p. XCVII, nota 156, p. XCVIII, nota 157, pp. CLXXXV, nn. 256, 334, 370h, 453, 599; S. SALVADOR DE BEJA: nn. 52, 61, 202, 339; S. TIAGO DE BEJA, p. CCLV, nota 661, nn. 61, 329, 419, 455, 615. — juíz de Beja: PERES *(Petri)*, Vasco *(Valascus)*: n. 199.

BEJA *(Begia)*, Gil Martins *(Egidius Martini)* de: *VIDE:* MARTINS DE BEJA *(Martini de Begia)*, Gil *(Egidius)*.

BELA *(Bella)* SALEMA, conc. de Faro, freg. da Conceição, dioc. de Silves, hoje de Faro ou do Algarve, capela de: nn. 357a, 357b. — capelães: GARCIA *(Garsie)*, Fernando *(Fernandus)*: n. 357b; GARCIA *(Garsie)*, João *(Johannes)*: nn. 357a, 357b.

BELEÁGUA *(Beleauga)*, Fernando Gonçalves, doutor em decretos, deão de Coimbra: pp. CCLXXIX-CCLXXXI, nota 714. — sua morte, não anterior a 29 de Dez. de 1439: nota 714.

BELEÁGUA *(Beleauga)*, João *(Johannes)*, doutor em leis: defensor da independência dos bispados e mestrados portugueses, em relação a Castela: notas 671, 672. — doutor em leis, estud. de dir. em Bolonha e em Sena, curial pontif., cón .e deão da Guarda, reitor da igr. de S. Pedro de Ferreira, desemb. régio: pp. CCLXIV-CCLXVIII, nota 674, p. CCLXXXIII, nota 730, pp. CCLXXXIII-CCLXXXIV, nota 730.

BÉLGICA: *VIDE:* BRUGES. LIÈGE. TOURNAI.

BELLEMÈRE, Gil *(Egidius)* de: nn. 302, 309. *VIDE:* GIL *(Egidius)* DE BELLEMÈRE.

BELMONTE *(Bellomonte)*, conc. de Belmonte, dioc. da Guarda, igr. de: *VIDE:* S.TA MARIA DE BELMONTE.

BENAVENTE *(Benavento)*, João *(Johannes)* de, clér. da dioc. de Braga, benef. na dioc. de Samora: n. 491.

BENEDICTUS: *VIDE:* BENTO *(Benedictus)*.

BENEDICTUS, ab. de S. Lourenço de Trento: p. CCXLVIII, nota 637.

BENEDICTUS, clér. da câmara apostól: nota 668.

BENEDITINOS: monges: ANDRÉ *(Andreas)* DIAS DE ESCOBAR, b. de Cidade Rodrigo, de Tabor, Ajácio e Mégara, comendatário dos most. de S.to André de Rendufe e de S. João de Alpendorada: BENTO XIII, n. 100, p. 364, nota 1; ARSÉNIO, monge de Florença: pp. CCXIV, CCXV, CCXXVI, nota 516, pp.

CCLXXXIX-CCXC; GERALDO DE PODIO, cardeal: n. 518, p. 139, nota 2; GOMES ANES, ab. de Florença: pp. CLXX, CLXXI, CLXXIII, nota 373, pp. CLXXVIII, nota 414, pp. CCII--CCIV, nota 476, pp. CCXIV-CCXV, CCXXV--CCXXVI, notas 509, 516, p. CCXXXV, notas 584-585, p. CCLIII, notas 658-659, p. CCLIV, nota 661, p. CCLVII, nota 663, p. CCLVIII, nota 666, pp. CCLX, CCLXI, notas 669-672, p. CCLXVIII, notas 676, 677, p. CCLXXXIV, nota 731, pp. CCLXXXVIII, CCCXIX; GONÇALVES (*Gonsalvi*), Bartolomeu (*Bartholomeus*): n. 201; GUILHERME GRIMOALDI, papa: p. 77, nota 7; MARTINS (*Martini*), Afonso (*Alfonsus*): n. 502; PASCÁSIO, monge de Florença: p. CCXXV, nota 516; PLÁCIDO: p. CCXXVI, nota 516. — *mosteiros e igrejas:* CASADEI: n. 691; MERUFE: nota 668; ODIVELAS: n. 57; RIO TINTO: n. 405; SAMOS: nn. 589, 594; S.TA MARIA DE AZINHOSO: p. CCLIV, nota 661, pp. CCLVIII, CCLXXII, nota 687, n. 665; S.TA MARIA DE FLORENÇA: pp. CLXX, CCXIV, CCXV, CCXXV, CCXXVI, nota 516, pp. CCLXXXVII, CCLXXXIX-CCXC; S.TA MARIA DE POMBEIRO: pp. CCLXXXIX, CCC, CCCI; S.TO ANDRÉ DE RENDUFE: p. 364, nota 1; S.TO ESTÊVÃO DE BANHOLAS: BENTO XIII: pp. 328-329, nota 1; S.TO TIRSO DE RIBA DE AVE: nn. 201, 498a; S. BENTO DE BARGIIS: BENTO XIII: n. 19i, p. 296, nota 1; S. FACUNDO: BENTO XIII: n. 87; S. FÉLIX DE FRIESTAS: BONIFÁCIO IX: n. 15; S. FORTUNATO DE BASSIANO: nota 658; S. JOÃO DE ALPENDORADA: p. CVII, nn. 126, 271, p. 364, nota 1, BONIF. IX: nn. 6, 27; S. JOÃO DE ARNÓIA: n. 665; S. JOÃO DE LONGOS VALES: nn. 561a, 563, 566; S. JOÃO DE PEÑA: BENTO XIII: n. 7, p. 278, nota 1, n. 19h; S. MARTINHO DE TIBÃES; p. CCLXXVIII, nota 706; S. MIGUEL DE BUSTELO: p. CVII, nota 667; S. MIGUEL DE SOZA: nota 657, p. CCLVII, nota 663; S. PAULO DE FRADES: p. CCLXXXV; S. PEDRO DE PRATELLIS: BENTO XIII: n. 84b; S. ROMÃO DE NEIVA: p. CCLX, nota 667; S. SALVADOR DE GANFEI: BONIFÁCIO IX: n. 15; S. SALVADOR DE PAÇO DE SOUSA: n. 323, BONIFÁCIO IX: nn. 6, 22, 27; S. SALVADOR DA TORRE: BONIFÁCIO IX: n. 15; S. SALVADOR DE TRAVANCA: p. CCLX, nota 667.

BENEVIDES, Antonio: nota 19.

BENS DA ORDEM DO TEMPLO: *VIDE:* ORDEM DO TEMPLO.

BENTO *(Benedictus)* XII, papa: n. 201, p. 39, nota 5. — casam. ou despos. do Infante D. Pedro com Dona Branca e Dona Constança: pp. CXXIX, CXXX.

BENTO *(Benedictus)* XIII, papa de Avinhão: p. 35, nota 1. — cisma: BENTO XIII: n. 1a. — embaix. ao rei de França: PEDRO *(Petrus)* BLAVI ou BLAU: BENTO XIII: p. 294, nota 1. — esmoler e referend.: FRANCISCO *(Franciscus)*, b. de Nice: nn. 68, 77a, p. 315, nota 1. — familiares: ESTÊVÃO *(Stephanus)* DE ARBIELLA: BENTO XIII: n. 109; PERES CARRASCA *(Petri Carrascha)*, Miguel *(Michael):* BENTO XIII: n. 1a. — legado na Península: BENTO XIII: nn. 19i, 63. — referend.: AMÉRICO NOEL: BENTO XIII: nn. 71, 83, p. 317, nota 1; BERNARDO, ab. de Banholas: p. 329, nota 1; FERNANDO PEREZ CALVILHO: p. 272, nota 1; FRANCISCO *(Franciscus)*, b. de Ímola e de Nice: p. 315, nota 1, nn. 68, 77a, 87; FRANCISCO *(Franciscus)* DE BLANIS: p. 328, nota 1; JOÃO *(Johannes)*, b. de Lérida: p. 329, nota 1; JOÃO *(Johannes)* DA COSTA: p. 328, nota 1; JOÃO *(Johannes)* DE ALZENO: p. 328, nota 1, n. 84b; PEDRO DE AILLY, b. de Le Puy: p. 329, nota 1; PEDRO DE RABAT *(Petrus Ravati):* p. 329, nota 1; PEDRO *(Petrus)* BLAVI: n. 19f, p. 294, nota 1.

BERNARDES *(Bernardi)*, Raimundo *(Raymundus)*, doutor em leis: n. 555b. — *familiar:* MARTINS *(Martini)*, Pedro *(Petrus):* n. 555b.

BERNARDES *(Bernardi)*, Rodrigo *(Rodericus)*, embaix. do rei de Castela: nn. 636c, 636e.

BERNARDI: *VIDE:* BERNARDES.

BERNARDO *(Bernardus)*, card. presb. de Santa Sabina, ouvidor pontif.: pp. CCCLV-CCCLVII, CCCLIX.

BERNARDO *(Bernardus)*, ab. do most. de S.to Estêvão de Banholas na Catalunha e cam. de Tortosa e referend.: BENTO XIII: pp. 328-329, nota 1.

BERNARDUS: *VIDE:* BERNARDO.

BERTRANDO *(Bertrandus)*, card. de S.ta Maria de Aquiro: concessão da igr. de Tomar: pp. VIII-XI, XVI, XXXVIII-XL, XLIII. *VIDE:* CARDEAIS.

BERTRANDO *(Bertrandus)* ATGÉRIO ou LAGÉRIO DE FIGIACO, franciscano, mestre em teologia, b. de Assis, de Glandèves, card. de S.ta Prisca, de S.ta Cecília e card.-b. de Óstia, cón. de Compostela e arced. de Salnés: BENTO XIII: n. 85, p. 335, nota 1.

BERTRANDO DE MILÃO *(Bertrandus de Milano)*, capelão pontifí., e a extinção dos Templários: pp. XIX-XXII.

BIRCH, *Ernestus:* nota 457.

BISCAIA *(Viscaya)*, João *(Johannes)* de: p. CCCXCI.
BISPOS DE PORTUGAL: p. VII. *VIDE:* BADAJOZ. BRAGA. CEUTA. COIMBRA. ÉVORA. GUARDA. LAMEGO. LISBOA. PORTO. SILVES. TUI. VISEU.
BISTICCI, Vespasiano da: nota 516, p. CCLIV, nota 661, p. CCLVI, nota 661.
BITURICENSIS, França, dioc.: p. 60, nota 2. *VIDE:* BOURGES.
BLECOMT, Bélgica, dioc. de Cambraia, igr. par. de: n. 57. — reitor: ROSSELLI, João *(Johannes):* n. 57.
BOCANEGRA, Pedro *(Petrus)*, ab. das abad. de Hermide e de Medinaceli: BENTO XIII: n. 102.
BOCARRO, Vasco Peres, ab. de S. Julião de Montenegro, testem. na inquirição de 1385 sobre os casam. de D. Pedro, filho de D. Afonso IV, rei de Portugal: pp. CXXVI, CCXXVII, CCCXCII.
BODIN, Raimundo *(Raymundus)*, subcol. apostól., cón. de Cidade Rodrigo e de Samora: n. 635.
BOÉCIO *(Boetius):* p. CXCIV.
BOÉMIA, reino da: nota 512.
BOÉMIOS *(Bohemi)*, herejes condenados no concí. de Constança: p. CXCVIII.
BOÉRIO: p. CLI.
BOETHIUS: p. CXCIV, nota 2.
BOIRO, conc. de Amares, dioc. de Braga, most. de: p. CCCV. *VIDE:* S.TA MARIA DO BOURO.
BOLONHA *(Bononie)*, cidade, resid. do papa Eug. IV: notas 585, 657, p. CCLXIV, nota 673, p. CCLXVIII, notas 674, 709, 710. — card. de: p. CCXXXIII, nota 645, pp. CCLXX, CCCLXXV. — colég. univers. de S. Clemente: pp. XCV-XCVI, CII, notas 173-174, 176, 487, nn. 364-369. — conselho do Povo: pp. LXXXIX-XC.
BOLONHA *(Bononia)*, Estudo Geral ou universi. de: pp. VII, LXXXIX-XCV. — *Doutorados:* AFONSO, Brásio: p. CXVIII; AFONSO DAS REGRAS *(Alfonsi de Regulis)*, João *(Johannes):* pp. CXXXV-CXXXVII; AFONSO, Estêvão: p. CCLXXXIII, nota 729; ÁLVARES DE ALBORNOZ, Fernando: p. CI, nota 176; ÁLVARES, João: p. CXVIII; CONTE DE RENA, Gusberto de: nota 176; MARTINS, Álvaro: nota 176; ORSINI, *Jacobus:* nota 176; RODRIGUES, Vasco: p. CCLIV, nota 661; TOLETO, Pedro de: nota 176. — *Estudantes:* AFONSO, Brásio: p. CXVIII; AFONSO DAS REGRAS *(Alfonsi de Regulis)*, João *(Johannes):* p. CXXXVII; AFONSO, Estêvão: p. CCLXXXIII, nota 729; ÁLVARES DE ALBORNOZ, Fernando: pp. CI-CIII, nota 176; ÁLVARES, João: p. CXVIII; ANDREOTTI, Rosso: pp. CXXXVII-CXXXVIII; ANES *(Johannis)*, Estêvão *(Stephanus):* n. 369; ANES *(Johannis)*, Gomes *(Gometius):* n. 368; ANES *(Johannis)*, Luís *(Ludovicus):* nota 482; CANALI, *Nicolaus de:* p. LXXXIX; CATALÃES: pp. XCII-XCIII; CATALUNHA, Jaime *(Jacobus)* de: p. XCII; ESTEVES *(Stephani)*, Pedro *(Petrus):* pp. C-CI, nota 168; GUERRA, Fernando da: p. CCL; GUILHERME DE GERONA: nota 176; MANSELHA, Fernando Martins de: pp. CIII-CIV, notas 178-179; MARTINS *(Martini)*, Antão *(Antonius):* pp. CCXIII-CCXIV, nota 487; MARTINS COUTINHO, Fernando: p. CCL; MARTINS *(Martini)*, Fernando *(Fernandus):* p. CCCXLIV; PERES *(Petri)*, Mendo *(Menendus):* p. CCXXVIII; RODRIGUES *(Roderici)* FERRAZ, João *(Johannes):* p. CCXCIX; RODRIGUES GALVÃO, João: p. CCCXI; RODRIGUES *(Roderici)* GARCIA, Afonso *(Alfonsus):* p. CCLIV, nota 661; RODRIGUES, Vasco: p. CCLIV, nota 661; SCARAMPIS, *Henricus Oddonis de:* p. CXXXVII; SCARAMPIS, *Jacobus de:* p. CXXXVII; SEM, João do: p. CCLIII, nota 659; TOLETO, Pedro de: nota 176; VASQUES *(Valasci)* Gonçalo *(Gunsalvus):* p. XCI, nota 136. — *Licenciados:* AFONSO DAS REGRAS *(Alfonsi de Regulis)* João *(Johannes):* p. CXXXVII; BORONI, Jacopo: nota 176; CAMBIO, Ubaldino de: nota 176; CASTEL DE SANGRO, Gentil de: nota 176; CASTEL DE SANGRO, Rogério de: nota 176; CISMANO DE CLISUNO, Clemente: nota 176; FONTANA, Umberto da: nota 176; GRILLIS DE JANUA, *Mancellus de:* p. CXXXVII; HERBORD DE BOÉMIA, Paulo de: nota 176; MARTINS *(Martini)*, Fernando *(Fernandus):* pp. CCCXLIV-CCCXLVIII; MONTE FILOTIANO, Pedro (*Petrus*) de: nota 176. — prior do colég. de prof. de direito canón.: ANTONIUS DE SANCTO PETRO: p. CCCXLIV — *privilég.:* pp. XCIV-XCV. — Profs.: ÁLVARES DE ALBORNOZ, Fernando: pp. CI-CIII, nota 176; ANDREE, *Johannes:* nota 176; ANTONIUS DE SANCTO PETRO: p. CCCXLIV; BAPTISTA DE SANCTO PETRO: p. CCCXLV; CALDERINO, *Johannes de:* nota 176; LIGNANO, *Johannes de:* nota 176; LYAZARIS, *Paulus de:* nota 176; SANCTO PETRONIO, *Andreas de:* nota 176. — reitor dos Cismontanos: pp. LXXXIX, XCII; CATHENACIIS, *Bernardus de:* p. LXXXIX, XCII. — reitor dos Ultramontanos: pp. LXXXIX-XC, XCIII; MARTINS *(Martini)*, Martinho *(Martinus):* pp. LXXXIX-XCII. — relações com os arceb.

e b. de Itália: pp. XCIV-XCV. — relações com o b. de Bolonha: pp. XCII, XCIII. — relações com a cidade de Ferrara: p. XCIV. — relações com o papa João XXII: pp. XCI-XCV. — seus notários: ANGELELLI, João: nota 176; COSPI, Paulo: nota 176. — súplica do cons. do Povo ao papa, em favor do português e reitor da univers., Martinho Martins, e doutros estudantes: pp. LXXXIX-XC.

BONIFÁCIO *(Bonifacius)* VIII, papa: pp. CCCLXIV, CCCXCIV. — questão da nacional. da Ordem de S. Tiago da Espada em Portugal: pp. LVI, LIX-LX, LXII-LXVI, LXIX-LXXIV.

BONIFÁCIO *(Bonifacius)* IX, papa: casam. de D. João I e elevação a rei de Portugal: pp. CV-CXV, CXVII, CXVIII-CXXI, CXXIII, CCCXCVIII. — e o most. do Carmo de Lisboa: pp. CLXXIV-CLXXVI. — e o most. de S.ta Maria da Vitória da Batalha: p. CCCII, nota 824. — legado seu em Portugal e Castela: JOÃO *(Johannes)*, b. de Dax: p. 391, nota 1.

BORDEUS *(Burdegalensis)*, França, dioc. de: p. 60, nota 2. — e Urbano VI: n. 401.

BORGES, António Antunes: *VIDE:* ANTUNES, António Borges.

BORGES, Gomez: p. CCXXXVIII, nota 589.

BORGIA, Rodrigo, card. b. de Abano e vice-chanceler do papa: p. CCCXLI. — familiar: LOURENÇO, Fernando de: p. CCCXLI.

BORGONHA *(Burgundie)*: duque: nota 468, p. CCXIII. — duquesa: ISABEL, filha de D. João I: p. CCXIV, nota 487. — embaixador do duque no concí. de Basileia: AUCLO, *Robertus*: nota 468. — tio de D. Afonso V e duque de Borgonha: p. CCLXXXVII.

BORONI, Jacopo, de Catalunha, licenc. em direito canón. em Bolonha: nota 176.

BÓSSIO, canonista: p. CXLVIII, nota 12.

BOUÇAS *(Baucis)*, conc. de Matosinhos, dioc. do Porto: igr.: CRUCIFIXO DE BOUÇAS: n. 316; S. SALVADOR DE BOUÇAS: p. CCXXXIV, notas 579, 582, pp. CCXL, CCXLIII-CCXLIV.

BOUÇAS, Afonso Domingues de: *VIDE:* DOMINGUES DE BOUÇAS, Afonso.

BOURGES *(Bituricensis)*, França, dioc. de: JOÃO *(Johannes)*, duque: n. 697.

BOVADILA *(Bovadilla)*, Bartolomeu *(Bartholomeus)* de, cón. de Lisboa: pp. CCXCV-CCXCVI.

BRAAMCAMP FREIRE, Anselmo: p. CLXXI, nota 354, p. CLXXII, notas 355-357, p. CLXXIII, notas 361, 364, 379, 380, p. CCXXV, notas 516, 753, 790.

BRACARENSIS: *VIDE:* BRAGA.

BRACCIOLINI, Poggio, humanista italiano: relações com o Dr. Vasco Fernandes Lucena: p. CXCIII. — relações com o advog. consist. Dr. Vasco Rodrigues: p. CCLVI, nota 661.

BRAGA *(Bracarensis)*, dioc. de: arceb.: pp. CCCXVIII, CCCXL.; arce. e a legacia do b. de Coimbra D. João Galvão: pp. CCCXIV-CCCXIX, CCCXXVI-CCCXXXVI; arce. e a nacionaliz. da Ordem de S. Tiago da Espada em Portugal: pp. LXI, LXVII, LXX, LXXI, LXXIV-LXXVI, nota 114, pp. LXXVII, LXXIX, LXXX; arce. e as décimas ao rei D. Afonso V: p. CLXXIII; arce. e a supressão da Ordem do Templo: pp. XVIII-XXVII, XXXIV; arce. e o casam. atentado entre D. Maria, filha de D. Afonso IV, e o rei de Castela: p. CXLIV. — *arceb.:* AFONSO *(Alfonsus)* ANES *(Johannis)*, eleito por compromisso: pp. XXXVI-XXXVII, nota 56; ESTÊVÃO *(Stephanus)*, Frei, candidato a arceb.: p. XXXVI; FERNANDO *(Fernandus)* DA GUERRA, primaz: pp. CLXXIII, CCL, nota 650, pp. CCLIX-CCLX, nota 667, pp. CCLXIV-CCLXVII, nota 673; GONÇALO *(Gunsalvus)* PEREIRA: p. LXXXVIII, nota 128, pp. CXLVII, CCCLXXI, CCCXCIII; GUILHERME DE LA GARDE: pp. CLIII-CLIV, nota 1018, p. CCCLXXII; JOÃO *(Johannes)*: p. LX (an. 1317); JOÃO *(Johannes)* DE CARDAILLAC: pp. CLV, CLXII-CLXIV, notas 339-342; p. 60, nota 1; JOÃO *(Johannes)* DE MELO p. CCCXXII, nota 893; JOÃO *(Johannes)* MARTINS DE SOALHÃES: pp. XXXVI-XXXVII, nota 56; pp. LXI, LXVII, LXX, LXXI, LXXIV-LXXVI, nota 114, pp. LXXVII, LXXIX, LXXX; JOÃO *(Johannes)* RODRIGUES GALVÃO: pp. CCCXXI-CCCXXVI, notas 892-895, 902-905; JORGE *(Georgius)* DA COSTA: p. CCLXVII, nota 673; LOURENÇO *(Laurentius)* VICENTE: pp. CVII, CCCLXXVI, n. 117, p. 29, nota 4, n. 662; MARTINHO *(Martinus)* DE OLIVEIRA: pp. XVIII-XXV, XXVI-XXVIII, XXXII, nota 45, p. XXXVI. — *arced.:* PERES *(Petri)*, Gil *(Egidius)*: nn. 234, 642; BARROSO: nota 44, p. CCLI, nota 652, p. CCLII, notas 653, 654, 660, p. CCLVI, nota 661; ARIAS *(Arie)*, Martinho *(Martinus)*: nota 660, p. CCLVI, nota 661; DIAS *(Didaci)*, Rui *(Roderícus)*: pp. CCLI, nota 652, p. CCLII, notas 653, 654; RODRIGUES *(Roderici)*, Vasco *(Valascus)*: notas 660, 661; SALAS, Hugo: n. 401; S. TIAGO *(Sancto Jacobo)*, Domingos *(Dominicus)* de: n. 401; VAZ DA CUNHA, Lopo: p. CCLIV, nota 660, p. CCLVI, nota 661; CERVEIRA: pp. CLXXXVI, CCXCVI, CCC, nn. 308, 561, BENTO XIII: n. 19c; COUTO: n. 234, BENTO XIII: n. 57; PERES

(Petri), Gil *(Egidius)*: nn. 570, 642; VERMOIM *(Vermuy)*: p. CCLX, nota 667, nn. 371, 400; ANES, Pedro: p. CCLX, nota 667. — *beneficiados*: AFONSO *(Alfonsi)*, Diogo *(Didacus)*: n. 597; AFONSO *(Alfonsi)*, Fernando *(Fernandus)*: nn. 248, 266; ANES DE PINHEIRA *(Johannis de Pignera)*, Gonçalo *(Gundissalvus)*: nn. 589, 594; ANES *(Johannis)* DE TÁVORA, Martinho *(Martinus)*: n. 125; ANES *(Johannis)*, Fernando *(Fernandus)*: n. 114; ANES *(Johannis)*, Martinho *(Martinus)*: n. 245; DOMINGUES *(Dominici)*, Álvaro *(Alvarus)*: n. 325; DOMINGUES *(Dominici)*, Vasco *(Valascus)*: n. 596; ESTEVES *(Stephani)*, Pedro *(Petrus)*: n. 574; FERNANDES *(Fernandi)*, Domingos *(Dominicus)*: n. 495; FERNANDES *(Fernandi)*, Lopo *(Lupus)*: n. 665; GONÇALVES *(Gundissalvi)*, Domingos *(Dominicus)*: n. 370n; GONÇALVES *(Gunsalvi)*, Gonçalo *(Gunsalvus)*: BONIF. IX: n. 28; GONÇALVES *(Gundissalvi)*, Rodrigo *(Rodericus)*: n. 472; MARTINS *(Martini)*, Bartolomeu *(Bartholomeus)*: n. 631a; MARTINS *(Martini)*, Gonçalo *(Gunsalvus)*: n. 138; MARTINS DE VIEIRA *(Martini de Vieyra)*, Afonso *(Alfonsus)*: nn. 23, 468; PERES *(Petri)*, Afonso *(Alfonsus)*: n. 431. — cab. de Braga e da coleg. de Guimarães emprestam dinheiro para a exped. das bulas do arceb. D. João Galvão: pp. CCCXXI-CCCXXII, nota 892. — *chantre*: AFONSO LEITOM, Gill: p. CCLXIII, nota 672; AFONSO, Luís: p. CCLVII, nota 706; DOMINGUES *(Dominici)*, Vasco *(Valascus)*: nn. 233-237, 474; GODIIZ, Joham: p. CCLXXVIII, nota 706; ROIZ, Vaasco: p. CCLX, nota 667. — *clérigos*: AFONSO DE GUIMARÃES *(Alfonsi de Vimaranis)*, Miguel *(Michael)*: n. 636b; AFONSO *(Alfonsi)*, Diogo *(Didacus)*: nn. 597, 667, BENTO XIII: n. 83; AFONSO *(Alfonsi)*, Gonçalo *(Gundissalvus)*: n. 271; AFONSO *(Alfonsi)*, João *(Johannes)*: nn. 614, 614a; AFONSO *(Alfonsi)*, Pedro *(Petrus)*: n. 524; AFONSO *(Alfonsi)*, Rodrigo *(Rodericus)*: n. 394; AFONSO *(Alfonsi)*, Vasco *(Valascus)*: n. 242; ÁLVARES *(Alvari)*, Lopo *(Lupus)*: p. CCVI, nota 483; ANES *(Johannis)*, Bartolomeu *(Bartholomeus)*: n. 296; ANES *(Johannis)*, Domingos *(Dominicus)*: n. 184; ANES *(Johannis)*, Fernando *(Fernandus)*: nn. 33, 114, 142; ANES *(Johannis)*, Martinho *(Martinus)*: nn. 245, 502; ANES *(Johannis)*, Vasco *(Valascus)*: n. 240; BARTOLOMEU *(Bartholomei)*, João *(Johannes)*: BENTO XIII: n. 36; BENAVENTE, João *(Johannes)* de: n. 491; CASTRO, Álvaro *(Alvarus)* de: n. 176; DIOGO *(Didacus)* DE CAXINS: BENTO XIII: n. 46; DOMINGUES *(Dominici)*, Afonso *(Alfonsus)*: n. 401c; DOMINGUES *(Dominici)*, Álvaro *(Alvarus)*: nn. 309, 325, 345, 358; DOMINGUES DA CASTANHEIRA *(Dominici de Castinheira)*, Martinho *(Martinus)*: n. 669; DOMINGUES *(Dominici)*, Martinho *(Martinus)*: n. 658; ESTEVES *(Stephani)*, Gil *(Egidius)*: n. 261; ESTEVES *(Stephani)*, Gonçalo *(Gundissalvus)*: BENTO XIII: nn. 45, 47; ESTEVES DE MOGADOURO *(Stephani de Mogadeyro)*, Gonçalo *(Gundissalvus)*: n. 637a; ESTEVES *(Stephani)*, Diogo *(Didacus)*: n. 670; ESTEVES *(Stephani)*, Gil *(Egidius)*: n. 310; ESTEVES *(Stephani)*, João *(Johannes)*: n. 297; ESTEVES *(Stephani)*, Pedro *(Petrus)*: n. 574; FERNANDES *(Fernandi)*, João *(Johannes)*: nn. 10, 483; GIL DE ORGERA *(Egidii de Orgera)*, Pedro *(Petrus)*: n. 659; GIL *(Egidii)*, Pedro *(Petrus)*: n. 668; GONÇALVES *(Gundissalvi)*, Domingos *(Dominicus)*: n. 370n; GONÇALVES *(Gundissalvi)*, Gil *(Egidius)*: n. 17; GONÇALVES *(Gundissalvi)*, Gonçalo *(Gunsalvus)*: BONIF. IX: n. 28; GONÇALVES *(Gundissalvi)*, João *(Johannes)*: nn. 5, 74; GONÇALVES *(Gundissalvi)*, Rodrigo *(Rodericus)*: n. 472, BENTO XIII: n. 16; GONÇALVES *(Gundissalvi)*, Vasco *(Valascus)*: n. 9, BENTO XIII: n. 46b; LOURENÇO *(Laurentii)*, Álvaro *(Alvarus)*: n. 278; LOURENÇO DE PEREDO, João *(Johannes)*: n. 193; LOURENÇO DO PRADO *(Laurentii de Prado)*, João *(Johannes)*: n. 294; MARTINS *(Martini)*, Gonçalo *(Gonsalvus)*: n. 678; MARTINS *(Martini)*, Luís *(Ludovicus)*: n. 21; MARTINS *(Martini)*, Paio *(Pelagius)*: n. 679; MARTINS *(Martini)*, Pedro *(Petrus)*: nn. 85, 677; MARTINS DE VIEIRA *(Martini de Vieyra)*, Afonso *(Alfonsus)*: nn. 23, 468; MARTINS *(Martini)*, Vasco *(Valascus)*: BENTO XIII: n. 46a; MIGUEL *(Michaelis)*, Afonso *(Alfonsus)*: n. 490; NUNES *(Nuni)*, Gonçalo *(Gunsalvus)*: n. 161; PERES *(Petri)*, João *(Johannes)*: n. 169; QUAIRAS *(Quayras)*, Diogo *(Didacus)* de: nn. 655, 664, BENTO XIII: n. 1b; RODRIGUES *(Roderici)*, Nuno *(Nunus)*: BENTO XIII: n. 21; VASQUES *(Valasci)*, Afonso *(Alfonsus)*: p. CXIX, n. 47. — *cónegos*: AFONSO, Fernando: pp. CCLXII-CCLXIII, nota 672, p. CCLXXVII, nota 706; AFONSO, Gonçalo: p. CCLX, nota 667; AFONSO *(Alfonsi)*, Gonçalo *(Gonsalvus)*: n. 643a, BENTO XIII: nn. 12, 44, 80; AFONSO *(Alfonsi)*, João *(Johannes)*: n. 241; AFONSO, Joham: p. CCLXXVII, nota 706, p. CCLXXVIII,

nota 706; AFONSO LEITOM, Gill: p. CCLXIII, nota 672; AFONSO, Lopo: p. CCLXXVIII, nota 706; AFONSO, Luís: pp. CCLXV--CCLXVI, nota 673, p. CCLXXVII, nota 706; AFONSO, Pedro: p. CCLXXVII, nota 706; ALBORNOZ, Gil de: p. XCVII, nota 156; ÁLVARES *(Alvari)*, Lopo *(Lupus)*: p. CCVI, nota 483, pp. CCLXIX, CCLXXVII, nota 706; ANES *(Johannis)*, Afonso *(Alfonsus)*: pp. XXXVI-XXXVII, nota 56; ANES *(Johannis)*, Fernando *(Fernandus)*: n. 33; BAIRROS, Joham de: p. CCLXXVII, nota 706; CAMELLO, Nuno: p. CCLXIII, nota 672, p. CCCXXXIV; DIAS *(Didaci)*, Rui *(Rodericus)*: pp. CCL--CCLI, notas 650-651; DOMINGUES *(Dominici)*, Clemente *(Clemens)*: n. 645; DOMINGUES *(Dominici)*, Rodrigo *(Rodericus)*: p. XC; DOMINGUES *(Dominici)*, Vasco *(Valascus)*: n. 474; ESTEVES *(Stephani)*, Gonçalo *(Gunsalvus)*: n. 643, BENTO XIII: n. 45; ESTEVES *(Stephani)*, Pedro *(Petrus)*: n. 153; FERNANDEZ, Álvaro: p. CCLXXVII, nota 706; FERNANDEZ, Gomez: p. CCLXXVIII, nota 706, pp. CCCXVII, CCCXXXIV; FERNANDEZ, Joham, vig. geral: pp. CCLIX--CCLX, nota 667; FREMOSO, Joham: pp. CCLXXVII, nota 706; GIL DE ORGERA *(Egidii de Orgera)*, Pedro *(Petrus)*: n. 659; GODIIZ, Joham: p. CCLXXVIII, nota 706, nota 892; GONÇALVES *(Gunsalvi)* DE PENA, João *(Johannes)*: BONIF. IX: n. 15; GONÇALVES *(Gundissalvi)*, Mourão *(Muronis)*: n. 573; GONÇALVES *(Gunsalvi)*, Gonçalo *(Gunsalvus)*: n. 158; GONÇALVES *(Gunsalvi)*, Nuno *(Nunus)*: n. 613; GONÇALVES *(Gundissalvi)*, Vasco *(Valascus)*: n. 9; LOURENÇO *(Laurentii)*, Estêvão *(Stephanus)*: n. 474; LOURENÇO *(Laurentii)*, João *(Johannes)*: nn. 64, 67, 593; MARTINS *(Martini)*, Afonso *(Alfonsus)*: n. 641, BENTO XIII: n. 26; MARTINS *(Martini)*, Luís *(Ludovicus)*: n. 21; MARTINS *(Martini)*, Martinho *(Martinus)*: p. XCI; MARTINS *(Martini)*, Nicolau *(Nicolaus)*: n. 371; MARTINS *(Martini)*, Pedro *(Petrus)*: n. 85; MARTINS *(Martini)*, Vasco *(Valascus)*: BENTO XIII: n. 15; MEENDEZ, Jacome: p. CCLXXVIII, nota 706; NARBONA, Raimundo *(Raimundus)*: n. 660, BENTO XIII: n. 11; PERES *(Petri)*, Gil *(Egidius)*: nn. 570, 642, BENTO XIII: n. 57; PETRI, *Alvarus*: nota 654; PETRI, *Johannes*: nota 156; PIMENTA, Estêvão *(Stephanus)*: p. CCLII, nota 654; SALAS, Hugo: n. 401; S. TIAGO *(Sancto Jacobo)*, Domingos *(Dominicus)* de: n. 401; VAASQUEZ, Roy: p. CCLXXVIII, nota 706; VAAZ, *Joham*: nota 892; VASQUES *(Velasci)*, Gonçalo *(Gondissalvus, Gundissalvus)*: p. XCVII, nota 156, nn. 196, 606; VIANA, Diogo de: p. CCCXXVIII; VICENTE *(Vincentii)*, Martinho *(Martinus)*: n. 238. — *chantres*: AFONSO LEITOM, Gill: p. CCLXIII, nota 672; AFONSO, Luís: p. CCLXXVII, nota 706; DOMINGUES *(Dominici)*, Vasco *(Valascus)*: nn. 233-236; GODIIS, *Joham*: p. CCLXXVIII, notas 706, 892; ROIZ, Vaasco: p. CCLX, nota 667. — *deãos*: p. XXXVII, nota 56, p. CCCXXII, nota 893; ARIAS *(Arie, Ayras)*, Martinho *(Martinus)*: p. CCLII, nota 657, p. CCLIII, nota 657, pp. CCLXII-CCLXIII, nota 672, pp. CCLXX, CCLXXVII, nota 706; DIAS *(Didaci)*, Rui *(Rodericus)*: pp. CLXIX, CCLII, notas 656, 657, 660, p. CCLIX-CCLX, notas 667, 668, pp. CCLXIX-CCLXXI, CCLXXIII, CCCXLVII; GUERRA, Luís *(Ludovicus)*: nota 656; MARTINS *(Martini)*, Afonso *(Alfonsus)*: nn. 641, 662, BENTO XIII: nn. 26, 67, 82; VAZ DA CUNHA, Lopo: nota 660. — *igrejas*: CARVALHAIS: n. 675; CINFÃES (?): n. 15; COVAS: p. CCLXXVII, nota 706; GUIÃES: n. 247; MOGEGE: nn. 243, 610; S.TA COMBA DE CHACIM: nn. 205, 311, BENTO XIII: nn. 6, 13, 19h; S.TA COMBA DE RIBA DE LIMA: n. 124; S.TA EULÁLIA DE PENSALVOS: nn. 643a, 644, BENTO XIII: nn. 12, 44, 80; S.TA MARIA DA VINHA: n. 446; S.TA MARIA DE ARDEGÃO: n. 278; S.TA MARIA DE AZINHOSO: pp. CCLIV, CCLV, nota 661, p. CCLXXII, nota 687, n. 665; S.TA MARIA DE CERVÃES: n. 643; S.TA MARIA DE GUIMARÃES: p. XCVIII, nota 158, p. XCIX, nota 161, pp. CXXXVI, CLXXX, CLXXXII, CLXXXV, nota 414, pp. CLXXXVI, CCLXIV-CCLXVIII, nota 673, pp. CCCXXI-CCCXXII, nota 892, nn. 64, 124, 161, 196, 211, 240, 261, 282, 295, 310, 370d, 573a, 575, 607; S.TA MARIA DE MOREIRAS: nn. 636f, 660, BENTO XIII: n. 11; S.TA MARIA DE PONTE DO LIMA: BONIF. IX: n. 15; S.TA MARIA DE RIBEIROS: n. 575; S.TA MARIA DE VALENÇA: p. CCLXXVIII, nota 706, n. 587, BENTO XIII: n. 19b; S.TA MARIA DE VÁRZEA: n. 674; S.TA MARIA DE VERIM: n. 672; S.TA MARIA DO OUTEIRO: n. 71; S.TA MARINHA DE ARCOZELO: n. 447; S.TO ADRIÃO DE MÕES: n. 153; S.TO ANDRÉ DE TELÕES: nn. 383, 663; S.TO ESTÊVÃO DE CANTELÃES: n. 607; S. BARTOLOMEU DE CAMINHA: BENTO XIII: n. 19k; S. CRISTÓVÃO DE CABEÇUDOS: nn. 16, 550; S. FRAUSTO: n. 573a; S. JOÃO DE VIEIRA:

n. 606; S. JOÃO DO CAMPO: n. 666, BENTO XIII: n. 45a; S. JOÃO DO SOUTO DE BRAGA: n. 504; S. JULIÃO DA SILVA: BENTO XIII: n. 19k; S. JULIÃO DE MONTENEGRO: pp. CXXVI, CXXVII, CCCXCII; S. MAMEDE DE RIBA TUA: n. 138; S. MARTINHO DE ESPINHO: n. 504; S. MARTINHO DE FAREJA: n. 610; S. MARTINHO DO CAMPO: p. CCLVI, nota 661; S. MATEUS DE GRIMANCELOS: n. 600; S. MIGUEL DE FREIXO DE ESPADA À CINTA: n. 494; S. MIGUEL DE LINHARES: n. 545; S. MIGUEL DE NOGUEIRA DA MONTANHA: n. 355; S. NICOLAU DE CABECEIRAS DE BASTO: nn. 76, 302, 358, 516; S. PANTALEÃO DE CORNES: BONIF. IX: n. 12; S. PEDRO DE ALFÂNDEGA: n. 279; S. ROMÃO DE FONTE COBERTA: nn. 573, 613; S. SALVADOR DE LAGOA: BONIF. IX: n. 28; S. SALVADOR DE LONGOS VALES: n. 619; S. SALVADOR DE LOUSADA: p. CXVIII; S. SALVADOR DE PADERNE: BONIF. IX: n. 9; S. SALVADOR DE PINHEIRO: n. 67; S. SALVADOR DE REBORDÕES: n. 671; S. SALVADOR DE VIANA: BENTO XIII: n. 85, p. 335, nota 2; S. SIMÃO DE NOVAIS: nn. 557, 558; S. TIAGO DA CIDADE ou DE CIVIDADE: n. 401b; S. TIAGO DE AMORIM: n. 680; S. TIAGO DE ANTAS: n. 673; S. TIAGO DE ARNOSO: n. 502; S. TIAGO DE FOLHADELA: n. 618; S. TIAGO DE LORDELO: n. 106; S. TIAGO DE MURÇA: p. XCVII, nota 155, n. 693, BENTO XIII: n. 23; S. TIAGO DE VILA NOVA: n. 618; VALE DE NOGUEIRAS: n. 238. — *mestre-escola:* AFONSO, Luís: pp. CCLXV-CCLXVI, nota 673; CAMELLO, Nuno: pp. CCCXVII, CCCXXXIV; VICENTE, Pero: p. CCLX, nota 667. — *most.:* BOURO: p. CCCV; MERUFE: nota 668; NANDIM: nota 668; POMBEIRO: pp. CCLXXXIX, CCC, CCCI; S.TA MARIA DE LANDIM: n. 169; S. FÉLIX DE FRIESTAS: BONIFÁCIO IX: n. 15; S. JOÃO DE ARNÓIA: n. 665; S. JOÃO DE LONGOS VALES: nn. 561a, 563, 566; S. MARTINHO DE MANCELOS: p. CCLIV, nota 660; S. PEDRO DE RORIZ: p. CCLIX, nota 666; S. ROMÃO DE NEIVA: p. CCLX, nota 667; S. SALVADOR DE GANFEI: BONIFÁCIO IX: n. 15; S. SALVADOR DE PADERNE: BONIFÁCIO IX: n. 9; S. SALVADOR DE TORRE: BONIFÁCIO IX: n. 15; S. TORQUATO: p. CCCV; TRAVANCA: p. CCLX, nota 667. — *porcion.:* ANES *(Johannis)*, Gonçalo *(Gundissalvus):* nn. 234, 243; GONÇALVES *(Gonsalvi)*, Afonso *(Alfonsus):* n. 646. — procurador do arceb. e cab. nas cortes de Lisboa de 1455: ALVAREZ CARDOSSO, *Fernam*, pp. CCXXXVII-CCXXXVIII, nota 589.—provisor: LOPEZ, Sebastião: p. CCLXVII, nota 673. — *sacerdotes:* AFONSO *(Alfonsi)*, Fernando *(Fernandus):* nn. 248, 266; AFONSO *(Alfonsi)*, Gonçalo *(Gundissalvus):* n. 360, BENTO XIII: n. 44; AFONSO *(Alfonsi)*, Lopo *(Lupus):* n. 492; AFONSO *(Alfonsi)*, Pedro *(Petrus):* n. 488; ANES *(Johannis)*, Abril *(Aprilis):* n. 494; ANES *(Johannis)*, Lourenço *(Laurentius):* BENTO XIII: n. 45a; DOMINGUES *(Dominici)*, Afonso *(Alfonsus):* n. 493; DOMINGUES *(Dominici)*, Lourenço *(Laurentius):* n. 315; ESTEVES *(Stephani)*, Gonçalo *(Gundissalvus):* n. 247; ESTEVES *(Stephani)*, Pedro *(Petrus):* n. 153; FERNANDES *(Fernandi)*, Afonso *(Alfonsus):* nn. 557, 558; FERNANDES *(Fernandi)*, Domingos *(Dominicus):* n. 495; GIRARDO *(Girardi)*, Afonso *(Alfonsus):* n. 610; GONÇALVES *(Gundissalvi)*, Gonçalo *(Gundissalvus):* nn. 158, 498a; GONÇALVES *(Gundissalvi)*, Nuno *(Moronis):* n. 573; MARTINS *(Martini)*, Gonçalo *(Gundissalvus):* nn. 138, 504; MOLES *(Molis)*, João *(Johannes)* de: n. 489; NARBONA, Raimundo *(Raimundus):* BENTO XIII: n. 11; PERES *(Petri)*, Geraldo *(Geraldus):* n. 681; VASQUES *(Velascy)*, Gonçalo *(Gondissalvus):* n. 196; VICENTE *(Vincentii)*, Vasco *(Valascus):* n. 600. — sínodo geral de 1435: p. CCLVIII-CCLX, nota 667. — sufragâneo ou b. Titopolitano D. Frei Gil, a exercer funções episcopais na dioc. de Braga: p. CCLXXVIII, nota 706. — tercen. ou porci.: AFONSO *(Alfonsi)*, Estêvão *(Stephanus):* n. 505; ANES *(Johannis)*, Fernando *(Fernandus):* n. 142; ANES *(Johannis)*, Gonçalo *(Gundissalvus):* n. 610; ANES *(Johannis)*, Martinho *(Martinus):* n. 505; FERNANDES *(Fernandi)*, Afonso *(Alfonsus):* nn. 557, 558; GIRARDO *(Girardi)*, Afonso *(Alfonsus):* n. 610; GONÇALVES *(Gundissalvi)*, Mourão *(Moronis):* n. 573; GONÇALVES *(Gunsalvi)*, Nuno *(Nunus):* n. 613. — *tesoureiros:* pp. LXXVII, LXXX; ÁLVARES, Lopo: p. CCLXXVII, nota 706; ANES *(Johannis)*, Gonçalo *(Gundissalvus):* nn. 243, 610; AUARDE, *(Almalricus)* de: n. 243; FERNANDEZ, Gomez: p. CCLXXVIII, nota 706; FERNANDEZ, Pero: p. CCLX, nota 667; MIGUEL DE LISBOA, Estêvão: p. CD.

BRAGANÇA: alcaide-mor: CHICHORRO, Vasco Martinz de Sousa: nota 905. — igr.: CARVALHAIS: n. 675; S.TA COMBA DE CHACIM: nn. 205, 311, BENTO XIII: nn. 6, 13,

19h; S.TA MARIA DE AZINHOSO: pp. CCLIV-CCLV, nota 661, pp. CCLVIII, CCLXXII, nota 687, n. 665; S.TA MARIA DO OUTEIRO: n. 71; S. MIGUEL DE FREIXO DE ESPADA À CINTA: n. 494; S. MIGUEL DE LINHARES: n. 545; S. PEDRO DE ALFÂNDEGA DA FÉ: n. 279.

BRANCA, Infanta, filha do Infante D. Pedro de Castela: casam. ou desposórios com o Infante D. Pedro de Portugal: pp. CXXIV, CXXV- - CXXXIV, CXLV - CLIII, CCCLXVII, CCCLXVIII, CCCLXXIII, CCCXC, CCCXCI, CCCXCVII. — consanguínea de D. Inês de Castro: pp. CCCXCVI-CCCXCVII. — consanguínea do Infante D. Pedro de Portugal: pp. CCCXCVI-CCCXCVII. — despos. com D. Pedro e dispensa de João XXII para o casam.: p. CXXVI, CXXX, nota 241, pp. CXXXI, CXLV. — despos. ou casam. com D. Pedro e o papa Bento XII: p. CXXIX. — despos. ou casam. de D. Pedro e Frei Álvaro Pais: p. CXXXIII. — neta de D. Sancho IV de Castela: p. CCCXCVI. — regresso a Castela, sem lhe terem sido restituídos todos os bens: p. CCCXCI. — seu pai D. Pedro, morto nas veigas de Granada: pp. CXXVI-CXXVIII, CXXX, CXXXIII, CXLV, CXLVI, CCCXCII, CCCXCVI--CCCXCVII.

BRANDA, card. b. de Sabina e de Piacenza ou Placência: p. CCXIII, notas 487, 645, 741, p. CCLXX.

BRANDÃO, Francisco: p. XXXIX, notas 65, 122.

BRÁSIO, António: p. CV, nota 183, p. CXVI, nota 193, pp. CXIX, CXXIII, notas 219-220, pp. CXXVIII, CXXXIV, notas 248, 249, 251--255, p. CXXXVIII, nota 263, p. CXL, nota 269, pp. CXLVII, CLI, notas 284, 286, pp. CLIII, CLV, CLVIII, CLIX, CLX, nota 333, p. CLXI, nota 336, pp. CLXVI, CCCLXVII, CCCLXVIII, nota 1003, p. CCCLXX, notas 1012, 1013, p. CCCLXXI, notas 1014-1016, p. CCCLXXII, nota 1017, p. CCCLXXIII, notas 1020, 1021, p. CCCLXXIII (nota 14), p. CCCLXXIV, notas 1022, 1023, p. CCCLXXXIX, nota 1046, p. CCCXC, notas 1049, 1050, 1053, 1056, p. CCCXCII, notas 1058, 1059, 1060, 1062, p. CCCXCV, nota 1064, p. CCCXCVI, notas 1067-1069, p. CCCXCVII, nota 1070, p. CD.

BRESCIA, Itália: b.: AGAPITO DE COLONA: p. 39, nota 6.

BRETANHA *(Britania)*: cardeal de: nota 283; HUGO DE MONTRELAIS: p. 63, nota 1. — duque: p. CCXXX; 1.ª embaixada do concí. de Basileia à Bretanha: AMARAL, Luís *(Ludovicus)* do: p. CCXXIX, notas 539, 540, 542, 544, 549, p. CCXLVI; FILIOLI, *Johannes*: p. CCXXIX, nota 539; ROSMADACH, *Bertrandus*: p. CCXXIX, nota 539; SABRENAYS, *Dyonisius de*: pp. CCXXIX-CCXXX, notas 539, 542, 544, 549; 2.ª embaixada do concílio de Basileia à Bretanha: AMARAL, Luís *(Ludovicus)* do, b. de Viseu: pp. CCLXXV-CCLXXVI; AFONSO DE PORTUGAL *(Alfonsi de Portugalia)*, Álvaro *(Alvarus)*: p. CCLXXVI; AMICI, *Nicolaus*: p. CCLXXVI.

BRISAC, Alotus de, vig. da igr. de S. Pedro de Sintra: n. 438. — subcolector apost., porcion. na igr. de S. Martinho de Santarém: n. 555a.

BROUBE (Derlehe), João *(Johannes)* de, clér. e cón. de Tournai, ao serviço de D. Agapito, b. de Lisboa, cón. de Lille e capelão da capela de Sotteghem da dioc. de Cambraia: n. 1.

BRUGES, Bélgica: estadia de Frei João de S. Lourenço, de viagem para Roma: pp. CCLXXXVI--CCLXXXVII.

BUDA, lugar para reunião do concí. com os Gregos: nota 484.

BUJALANCE *(Buejalance)*, Espanha, dioc. de Córdova: *VIDE*: S.TA MARIA DE BUJALANCE.

BULÁRIO FRANCISCANO, nota 56.

BURDEGALENSIS, França, dioc.: p. 60, nota 2. *VIDE*: BORDEUS.

BURGENSI, *Laurentius Petri*, tabelião: p. IX.

BURGOS, Espanha, cidade de: p. CCCLXXV.

BURGOS *(Burgensis)*, Espanha, dioc. de: arced.: ALERAMO: p. 197, nota 1. — b. e o casam. de D. Afonso, rei de Castela, com D. Maria, filha de D. Afonso IV de Portugal: p. CXLIV; b. e dioc. quanto aos bens da Ordem do Templo: p. XXIII-XXIV; AFONSO DE S.TA MARIA, embaix. do rei de Castela no concí. de Basileia, favorável ao papa Eugénio IV: notas 493, 494, pp. CCXXII-CCXXIII, nota 508, p. CCXXX. — *cón.*: GONÇALO DE ZUNIGA: BENTO XIII: n. 103; GONÇALVES *(Gundissalvi)*, Simão *(Symon)*: BENTO XIII: n. 106; LOPES DE DAVALOS *(Lupi de Davalos)*, Martinho *(Martinus)*: BENTO XIII: n. 1c; MARTINS *(Martini)* DE OLIVENÇA, Fernando *(Fernandus)*: BENTO XIII: n. 106; PEDRO *(Petrus)* RODRIGUES DA FONSECA: BENTO XIII: n. 103; PERES *(Petri)*, Gil *(Egidius)*: n. 642; RODRIGUES *(Roderici)*, Henrique *(Henricus)*: n. 620; RODRIGUES *(Roderici)*, João *(Johannes)*: n. 86. — igr.: S.TA MARIA DE CASTROGERIZ: n. 658; S.TA MARIA DE LAREDO: BENTO XIII: n. 88; S.TO EMILIANO: BENTO XIII: n. 106; S.TOS EMETÉRIO E CELEDÓNIO: n. 590. — most.: SS. TRINDADE:

BENTO XIII: n. 96. — *sacerdotes:* FERNANDES DE CASTROXERICIO, Pedro *(Petrus):* n. 555a; SANCHES *(Sancii)* DE MENA, Pedro *(Petrus):* BENTO XIII: n. 88.

BUSINLGHEM, França, dioc. de Terouane: n. 519.

BUSTELO *(Bustello)*, conc. de Penafiel, dioc. do Porto, most. bened. de: p. CVII. — ab.: JOHANNES, presente nas cortes de Coimbra de 1385: pp. CVII, CCLXIX, nota 677. *VIDE:* S. MIGUEL DE BUSTELO.

C

CABANAS, conc. de Carregal do Sal, dioc. de Viseu: *VIDE:* S. CRISTÓVÃO DE CABANAS.

CABECEIRAS DE BASTO, conc. de Cabeceiras de Basto, dioc. de Braga: *VIDE:* S. NICOLAU DE CABECEIRAS DE BASTO.

CABEÇUDOS *(Cabeçudus)*, conc. de Vila Nova de Famalicão, dioc. de Braga: *VIDE:* S. CRISTÓVÃO DE CABEÇUDOS.

CABRELA: comendad. da Ordem de S. Tiago da Espada: MARTINZ, Gonçalo: pp. LXXXIII-LXXXIV.

CADEADE, António *(Anthonius)* de, porcion. da igr. de S.ta Marinha do Zêzere, benef. do most. de Paço de Sousa: n. 323.

CADIMA, conc. de Cantanhede, dioc. de Coimbra: p. CCXC. — reitores: MARTINS, João: p. CCXC; VICENTE, Estêvão: p. CCXC.

CÁDIZ *(Gadicensis, Callez)*, Espanha, dioc. de: benef.: AFONSO *(Alfonsi)*, Pedro *(Petrus):* n. 715. — cidade ou porto: pp. CCLXXXVII, CCXCI. — cón.: AFONSO *(Alfonsi)*, Pedro *(Petrus):* n. 715.

CAETANO DE SOUSA, António: nota 228, pp. CXLVII, CC, notas 463, 464, p. CCII, notas 467, 809.

CAFARGEM = ASSAFARGE, conc. e dioc. de Coimbra, igr. de: n. 14. *VIDE:* S.TA MARIA DE ASSAFARGE.

CAHORS *(Caturcensis)*, França, dioc. de: chanceler: JOÃO *(Johannes)* DE BOISSY: p. 210, nota 1. — Estudo geral ou univers.: p. 32, nota 3, p. 45, nota 3.

CAJA MONTES, Espanha, dioc. de Samora: *VIDE:* S. TIAGO DE CAJA MONTES.

CALAFORRA, Espanha, dioc. de: b.: JOHAM: p. CCCLXXXV. *VIDE:* CALAORRA.

CALAORRA *(Calaforra, Calagurritana):* b. JOÃO *(Joham):* p. CCCLXXXV. — *clér.:* SANCHES DE ORDUNHA *(Sancii de Ordunna)*, João *(Johannes):* BENTO XIII: n. 89. — *cón.:* ANDASTER, Filipe *(Philippus)* de: n. 653. — porcion.: MENDES *(Menendi)*, Gonçalo *(Gundissalvus):* BENTO XIII: nn. 1c, 4, 8a, 10, 18c.

CALATAJUBIO, Espanha, arced. de: p. CCXLVII, nota 637.

CALATRAVA, Espanha, dioc. de Toledo: arced.: AFONSO *(Alfonsi)*, Diogo *(Didacus):* BENTO XIII: n. 83; GIL *(Egidius)* DE ALBORNOZ: p. 88, nota 1; PEDRO TENÓRIO: p. 52, nota 3.

CALATRAVA, Espanha, Ordem de: bens da Ordem do Templo, possuídos pelo mestre de Calatrava: p. XLIX, L. — mestre da Ordem de Montesa: p. XLI. — mestre geral em Castela: p. LIX. — preceptorias: CÓRDOVA: BENTO XIII: n. 104; TORRES: BENTO XIII: n. 101; VILLA DE ALMAGRO: BENTO XIII: nn. 101, 104.

CALCEDÓNIA *(Calcedonensis)*, conci. de: pp. CXCVI, CXCVIII.

CALDERINO, *Johannes de*, doutor em decretos, prof. na univers. de Bolonha: nota 176.

CALDEYRA, Diogo *(Didacus)*, cón. de Lisboa: p. CCLIX, nota 666.

CALISTO III, papa: p. CCXXXIX, nota 589, p. CCLXII, nota 672, p. CCLXVIII, nota 674, p. CCLXXVII, nota 706, p. CCLXXXIV, notas 731, 733, 734, pp. CCXCIV, CCXCV, nota 794, pp. CCC, CCCI, notas 813, 815, pp. CCCII, CCCXI, CCCXII, CCCXL, notas 971-973, 978-980, pp. CCCXLIX, CCCL-CCCLIII, CCCLV, CCCLVI, CCCLVIII, CCCLX, CCCLXI, CCCLXII, CCCLXVI.

CALLEZ, Espanha. *VIDE:* CÁDIZ.

CALVACANTIBUS, *Franciscus de*, secret. do cardeal Alpedrinha, D. Jorge da Costa: p. CCCLXI.

CALVILHO, Fernam Perez, deão de Taraçona: p. CCCLXXXIV.

CALZA, Rodrigo *(Rodericus)*, clér. de Évora, bacharel em leis, cón. de Coimbra e de Évora: n. 434.

CALZEDIGLIA, licenciado: nota 896.

CAMÁLDULA, Ordem da: prior geral: GOMES *(Gometius)* ANES: p. CCCXLVI.

CÂMARA APOSTÓLICA: *clér.:* CAPRANICA, *Dominicus de:* nota 668; DELLANTE, *Bartholomeus:* p. CCLI, notas 650, 677; EMENRODI, *Johannes:* nota 668; LAURENTIUS, notário: nota 668; MONTELLA, P. de: nota 668; PISIS, *Gerardus de:* p. CCLI, nota 650; RACANETO, Ja. de: nota 668; REATE, *Johannes de:* nota 677; ROSELLIS, *Rossellus de:* nota 677; SALAS, Raimundo *(Raymundus):* n. 713; THENINI, M.: notas 668, 677; TURLONO, *Jacobus:* nota 590; URBE VETERI, *Nicolaus de:*

p. CCLI, nota 650; VALLE, Nicolaus de: nota 590, p. CCLV, notas 661, 668; VULTERRIS, G. de: nota 590, p. CCCIV. — promotor de negócios: PERES *(Petri)*, Vasco *(Valascus)*: n. 199.

CAMARÁRIOS PONTIFÍCIOS: ARNALDUS, arceb. de Auch: nota 167.

CAMBAS, conc. de Oleiros, dioc. da Guarda, hoje de Portalegre, igr. par. de: nn. 470, 511. — *reitores:* DOMINGUES *(Dominici)*, Estêvão *(Stephanus)*: n. 511; VIDE *(Vitis)*, Estêvão *(Stephanus)* de: n. 470. *VIDE:* S. JOÃO DE CAMBAS.

CAMBINI, *Andreas:* p. CCXXVI, nota 516, p. CCLXX.

CAMBINIS, *Carolus de:* p. CCCIV.

CAMBINIS, *Franciscus de:* p. CCCIV.

CAMBIO, Ubaldino de, licenc. em dir. canón. na univers. de Bolonha: nota 176.

CAMBRAIA *(Cameracensis)*, França, dioc. de: benef.: ROSSELLI, João *(Johannes)*: n. 57. — b.: PEDRO *(Petrus)* DE AILLACO: BENTO XIII: p. 329, nota 1. — capela de Sotteghen: n. 1. — clér.: SIMÕES *(Symonis)*, João *(Johannes)*: n. 55. — igr.: BLECOMT: n. 57.

CAMBRIGE, conde de: filho: DUARTE *(Aduarte)*: pp. CCCLXXIX, CCCLXXXIII. *VIDE:* CANTABRÍGIA.

CAMELO, *Nunius Gonsalvi*, nobre caval.: p. IX.

CAMELLO, Nuno, cón. de Braga: p. CCLXIII, nota 672. — mestre-escola de Braga, procur. do arceb. de Braga na questão da legacia do b. de Coimbra: pp. CCCXVII, CCCXXXIV.

CAMERACENSIS, França: *VIDE:* CAMBRAIA.

CAMINHA *(Camina)*, conc. de Caminha, dioc. de Tui: *VIDE:* S. BARTOLOMEU DE CAMINHA.

CAMÕES *(Caamões)*, Espanha, dioc. de Tui: *VIDE:* S.TA OVAIA DE CAMÕES.

CAMPELLENSIS, *Nicolaus*, escritor pontif. e leitor da audiência: p. LXI.

CANALI, *Nicolaus*, da família do cardeal de Bérgamo, estud. na univers. de Bolonha: p. LXXXIX.

CANAS, dioc. de Viseu: clér.: GONÇALVES *(Gonssalvi)*, Álvaro *(Alvarus)*: n. 177.

CANAVESES, conc. de Marco de Canaveses, dioc. do Porto, igr. de: nota 668. — *reitor:* ESTEVES *(Stephani)*, Gil *(Egidius)*: nota 668.

CANDIA: p. CCIV, nota 480.

CANELAS, conc. de Vila Nova de Gaia, dioc. do Porto: *VIDE:* S. JOÃO DE CANELAS.

CANELAS, Durando *(Duram)*, caval., depoimento sobre os bens da Ordem do Templo: nota 61.

CANELAS, João Gonçalves *(Johannes Gundissalvi)*, clér. de Lisboa e cón. de Évora: n. 13.

CANIDELO, conc. de Vila Nova de Gaia, dioc. do Porto: *VIDE:* S.TO ANDRÉ DE CANIDELO.

CANTABRÍGIA, conde de: filho: DUARTE *(Aduarte)*: pp. CCCLXXIX, CCCLXXXIII.

CANTANHEDE, conc. de Cantanhede, dioc. de Coimbra, lugar do juramento de D. Pedro sobre casam. realizado com D. Inês de Castro: pp. CXXXVIII, CLVIII.

CANTELÃES *(Cantalaes)*, conc. de Vieira do Minho, dioc. de Braga, igr. par. de: *VIDE:* S.TO ESTÊVÃO DE CANTELÃES.

CANTUÁRIA *(Cantuariensis)*, Inglaterra, dioc. de: arceb.: SIMON: p. CLXIV, CLXV, nota 344. — arced.: GUILHERME *(Guillelmus)*, cardeal: nn. 302, 516.

CANTUARIENSIS, Inglaterra, arced. de: nn. 302, 516; GUILHERME *(Guillelmus)*, cardeal: nn. 302, 516. *VIDE:* CANTUÁRIA.

CAPELA *(Capella)*, João Afonso *(Johannes Alfonsi)* de, clér. de Silves, porcion. e benef. da dioc. de Lisboa: n. 44.

CAPELÃES PONTIFÍCIOS: AFONSO *(Alfonsi)*, Garcia *(Garsias)*: BENTO XIII: n. 64; BAYLER, Henrique: p. 179, nota 1; BERTRANDO DE MILÃO: pp. XIX, XX-XXII; BUXELUS DE PARINA: nota 83; CHAMBONIS, Pedro *(Petrus)* de: p. 82, nota 1, n. 481; COSTA, João Lopes da: p. CCCVIII; PEREZ CALVILHO, Fernando *(Fernandus)*: BENTO XIII: p. 272, nota 1: PRATIS, *Petrus de:* p. LX; ROCHAVILLA ou ROCOVILLA, Bertrando *(Bertrandus)* de: nn. 353, 482; TROUSSEAU *(Trouselli)*, Pedro *(Petrus)*: p. 251, nota 1; VALE *(Valle)*, Simão *(Symon)* de: nota 407.

CAPRANICA, *Dominicus de*, clér. da câmara apost.: nota 668.

CAPUANUS, cardeal: notas 609, 645, p. CCLXX.

CARANTA, Espanha, dioc. de Mondonhedo: *VIDE:* S.TA MARIA DE CARANTA.

CARASCO *(Carrasquo)*, Joham, leitor, frade do Carmo de Lisboa: nota 744, p. CCXCVII.

CARCARI, conc. de Resende, dioc. de Lamego: VIDE: S.TA MARIA DE CÁRQUERE.

CARDAILLAC, João *(Johannes)* de, arceb. de Braga, antes b. de Orense, patriarca de Alexandria, adminis. das dioc. de Rodez e de Auch: pp. CL, CLXI-CLXIV, notas 339-342, p. 60, nota 1. — concessões do papa Inoc. VI à partida para Portugal: pp. CLXII-CLXIV, notas 339-342. — resid. na Cúria papal, ao tempo da nomeação: p. CLXI. *VIDE:* JOÃO *(Johannes)* DE CARDAILLAC.

CARDEAIS: BOLONHA: p. CCCLXXV. — BRANDA: cardeal de Piacenza: p. CCXIII. —

cardeal b. de ALBANO: NICOLAU *(Nicolaus)* DE BRANCACCIO: p. 33, nota 1, BENTO XIII: n. 7, p. 278, nota 2, n. 10a; RODRIGO *(Rodericus)* BORGIA: p. CCCXLI. — cardeal-b. de ÓSTIA: BERTRANDO *(Bertrandus)* ATGÉRIO: BENTO XIII: n. 85, p. 335, nota 1. — cardeal-b. PENESTRINO: pp. LXXXIV, LXXXVI. — cardeal-b. de PORTO: nota 742; JOÃO *(Johannes)*: p. CCCLVII. — cardeal-b. de SABINA: p. CCLXXVI, nota 706; GIL *(Egidius)* DE ALBORNOZ: pp. XCV-CI, notas 155-157, 165-168; GUTERRE: BENTO XIII: n. 1b. — card. JACOBUS AMNATI: p. CCCXX. — DOZE APÓSTOLOS: FERNANDO (*Fernandus*) PEREZ CARVILHO: BENTO XIII: n. 1a, p. 272, nota 1; ROBERTO *(Robertus)*: BENTO XIII: p. 375, nota 2, BONIFÁCIO IX: nn. 2, 7, 17. — PEDRO *(Petrus)* DE AILLACO *(d'Ailly)*: BENTO XIII: pp. 329-330, nota 1; PEDRO (*Petrus*) DE RABAT *(Ravati)*: BENTO XIII: p. 329, nota 1; PEDRO (*Petrus*) GIRARD: BENTO XIII: p. 330, nota 1.—PIACENZA: notas 487, 741.—RUÃO *(Ruam, Rothomagensis)*: p. CCLXIII, nota 672, pp. CCCXXX-CCCXXXI, CCCXXXIV. — S.TA CECÍLIA: ADÃO: BONIFÁCIO IX: n. 14; BERTRANDO *(Bertrandus)* ATGÉRIO: BENTO XIII: p. 335, nota 1. — S.TA CRUZ: p. CCXV. — S.TA MARIA IN AQUIRO: BERTRANDO *(Bertrandus)*: pp. VIII-X, XVI, XXXVIII, XXXIX. — S.TA MARIA IN COSMEDIN: LÚCIO *(Lucidus)*: p. CCLVIII, nota 666. — S.TA MARIA IN PORTICU: ARNALDO *(Arnaldus)*: nota 56. — S.TA MARIA IN TRANSTIBERIN: p. 33, nota 1; NICOLAU *(Nicolaus)* DE BRANCACCIO: p. 33, nota 1, BENTO XIII: p. 278, nota 2. — S.TA MARIA IN VIA LATA: JAIME *(Jacobus)*: p. LXI, nota 101. — S.TA PRISCA: BERTRANDO *(Bertrandus)* ATGÉRIO: BENTO XIII: p. 335, nota 1; JACOBUS NOVELLI ou FURNARI DE SAVARDUNO: p. 39, nota 5. — S.TA SABINA: BERNARDO *(Bernardus)*: pp. CCCLV-CCCLVII, CCCLIX. — S.TO ANJO: p. CCXV; GUILHERME *(Guillelmus)* NOELET: p. 209, nota 1; PEDRO *(Petrus)* BLAVI ou BLAU: BENTO XIII: n. 19f, p. 294, nota 1; PEDRO *(Petrus)* RODRIGUES DA FONSECA: BENTO XIII: p. 347, nota 1, n. 97, p. 359, nota 1, nn. 103, 105, 106, 107, 108, 109, 110. — S.TO ESTÊVÃO IN MONTE CELIO: PEDRO DE FUXO: p. CCLV, nota 661. — S.TO EUSTÁQUIO: AFONSO *(Alfonsus)* DE CARRILHO: BENTO XIII: p. 359, nota 1. — S. CIRÍACO: BENTO XIII: n. 18b, p. 289, nota 1. — S. CLEMENTE: GIL *(Egidius)* DE ALBORNOZ: nota 169; GUILHERME *(Guillelmus)*: nn. 302, 516; PHY. MATISCONENSE: nota 900. — S. JOÃO E PAULO: AUBERT DE LIMOGES, Andoino: pp. XCVI-XCVII; GUTERRE *(Guterius)* GOMES: n. 692, p. 241, nota 1; JOÃO (*Johannes*): BENTO XIII: p. 328, nota 1. — S. JORGE AD VELUM AUREUM: PRÓSPERO (*Prosperus*): nota 597. — S. PEDRO AD VINCULA: p. CCLIX, nota 666. — S. PEDRO E MARCELINO: JORGE *(Georgius)* DA COSTA: pp. CCCXXIV-CCCXXVI, notas 898, 901, 903, 904. — S. VITAL: GUILHERME *(Guillelmus)*: n. 618, p. 184, nota 1.

CARDOSO, Fernando Álvares, protonotário: *VIDE:* ALVAREZ CARDOSSO, Fernam.

CARIA, conc. de Belmonte, dioc. da Guarda, igr. de: n. 118.

CARMELITAS, Ordem dos: frades: ÁLVARO, prior do Carmo de Lisboa: p. CCXCVII; ANTAM, do Carmo de Lisboa: p. CCXCVII; CARRASCO, *Joham*, leitor do Carmo de Lisboa: nota 744, p. CCXCVII; CHARNECA, Joham da, vigário, do Carmo de Lisboa: p. CCXCVIII; CORREA, Martinho, jubilado, do Carmo de Lisboa: nota 744, p. CCXCVII; ESTEVES *(Stephani)*, Afonso *(Alfonsus)*: n. 477; ESTEVOM *(Estevam)*, jubilado, do Carmo de Lisboa: nota 744, p. CCXCVII; FACY, *Johannes*, geral: p. CCXC; GONÇALO, bacharel, do Carmo de Lisboa: pp. CCXCVII, CCXCVIII; GONÇALVES *(Gonsalvi)*, Bartolomeu *(Bartholomeus)*: n. 201; JOHAM DE ÉVORA, jubilado, do Carmo de Lisboa: nota 744; JOHAM DE SANTO ISPIRITO, doutor, do Carmo de Lisboa: nota 744, p. CCXCVII; JOÃO DE S. LOURENÇO, prior, provincial, bispo: pp. CLXX-CLXXIII, CLXXXVI-CXC, CCXLIV, CCLXXIV-CCLXXV, CCLXXXVI-CCCXVIII, CCCXXXII - CCCXXXVI, CCCXL - CCCXLIII; PEREIRA, Álvaro, prior, do Carmo de Lisboa: p. CCXCVIII; RODRIGO, sub-prior, do Carmo de Lisboa: p. CCXCVII; VASCO, vig. provincial, do Carmo de Lisboa: nota 744, pp. CCXCVII-CCXCVIII. — fundador do most. do Carmo de Lisboa: NUNO ÁLVARES PEREIRA: pp. CLXXIV-CLXXVII. — most.: S.TA MARIA DO CARMO DE LISBOA: p. CLXX-CLXXIX, CCXC-CCXCI, CCXCV, CCXCVII-CCXCVIII, CCCXXXV; S.TA MARIA DO CARMO DE MOURA: pp. CLXXIV, CCXC-CCXCI, CCXCV. — sujeição directa ao b. de Ceuta e da Guarda, D. Frei João de S. Lourenço: CCXC-CCXCI, CCXCIV-CCXCVIII.

CARNIDE, João de, monge do most. de Alcobaça, estud. de dir. canón. na univers. de Lisboa: p. CCXCIII.

CAROLI, *Petrus*, notário de Florença: p. CCLVII, nota 662.

CÁRQUERE *(Carcari)*, conc. de Resende, dioc. de Lamego, most. de: n. 269. *VIDE:* S.TA MARIA DE CÁRQUERE.

CARRASQUO, *Joham*, frade, leitor do most. do Carmo de Lisboa: p. CCXCVII.

CARTAGENA *(Cartaginensis)*, Espanha, dioc. de: arced. de LLORCA: GONÇALVES DE PEÑARANDA *(Gundissalvi de Peñaranda)*, Pedro *(Petrus)*: n. 371; MARTINS *(Martini)*, Nicolau *(Nicolaus)*: n. 371. — benef.: ESTÊVÃO *(Stephanus)* DE ARBIELLA: BENTO XIII: n. 109; FERNANDES *(Fernandi)* DE CASCALES, Afonso *(Alfonsus)*: BENTO XIII: n. 77; MARTINS *(Martini)* DE ÚBEDA, Pedro *(Petrus)*: BENTO XIII: n. 109. — b. e casam. atentado entre o rei de Castela e D. Maria, filha de D. Afonso IV de Portugal: p. CXLIII. — *cón.:* GARCIA *(Garsie)* DE TEZO, João *(Johannes)*: n. 81; GONÇALVES *(Gundissalvi)* DE CISNEROS, Rodrigo *(Rodericus)*: n. 684f; GONÇALVES *(Gundissalvi)* DE PEÑARANDA, Pedro *(Petrus)*: n. 371; MARTINS *(Martini)*, Nicolau *(Nicolaus)*: nn. 371, 400. — igr.: S.TA MARIA DE ALMANSA: n. 81. — Ordem do Templo e o b. e dioc. de Cartagena: p. XXIV. — porcion.: GARCIA DE AGUILAR *(Garsie de Aquilari)*, Afonso *(Alfonsus)*: n. 91; GONÇALVES *(Gondisalvi)* DE AGREDA, Fernando *(Fernandus)*: n. 401b. — *sacerdote:* ANDESTER, Filipe *(Philipus)* de: n. 702.

CARTUXOS *(Cartusiensis)*, Ordem dos: frade: AFONSO *(Alfonsi)*, Pedro *(Petrus)*: nn. 239, 335. — most.: VILA NOVA DE AVINHÃO: n. 239.

CARVAJAL, João de, ouvidor pontif.: p. CCCXLVI.

CARVALHAIS *(Carvalhaes)*, conc. de Mirandela, dioc. de Braga, hoje de Bragança, igr. par. de: n. 675. — *reitor:* PERES *(Petri)*, Afonso *(Alfonsus)*: n. 675.

CARVALHAR, Vasco, procurador nas cortes de Coimbra de 1385: p. CVII.

CASADEI, most. bened. da dioc. de Claramont.: n. 691. — monge: FLANDRINI, Pedro: n. 691.

CASALETI, Vidal *(Vitalis)*, clér. de Lavaur, familiar do b. de Lisboa D. Martinho e reitor da igr. par. de S. Martinho de Massaco, cón. da coleg. de Noguayrollio da dioc. de Auch: n. 525.

CASALL, Luís do, criado de D. Luís, b. do Porto: p. CCLXIV, nota 672.

CASAMENTO com viúva, impedim. para o exercício das Ordens menores: n. 586.

CASCAIS, conc. de Cascais, dioc. de Lisboa, senhor de: VILHENA, Henrique Manuel de: pp. CCCLXXIX, CCCLXXXIV.

CASLUCIO, França, dioc. de Alby, igr. de: BENTO XIII: n. 84c. — *vigário:* FERNANDES *(Fernandi)* DE LEDESMA, Pedro *(Petrus)*: BENTO XIII: n. 84c.

CASSURRÃES *(Caçoraaes, Cuçurans)*, conc. de Mangualde, dioc. de Viseu: *VIDE:* S. TIAGO DE CASSURRÃES.

CASTELA, reino de: n. 413. — camareiro do rei: LOPES DE DAVALOS *(Luppi de Davalos)*, Rodrigo *(Rodericus)*: BENTO XIII: n. 1c. — embaix. no concí. de Basileia, a favor do papa Eugénio IV: p. CCXXIV. — excepção quanto à aplicação dos bens dos Templários à Ordem do Hospital: pp. XXXIV, XXXV, XXXIX, XLI, XLII, XLIV, XLVII, XLVIII. — *Infantes:* FERNANDO *(Fernandus)*: BENTO XIII: n. 8; JOÃO *(Johannes)*, filho do falecido D. Afonso: p. XLVI, nota 82; PEDRO *(Petrus)*, filho do falecido D. Sancho: p. XLVI, nota 82. — nacionaliz. da Ordem de S. Tiago da Espada em Portugal: pp. XLIV, XLV, LVI-LXXXIX. — obrigações religiosas dos Templários supressos: pp. LIV-LV. — ocupação dos bens da Ordem do Templo nos reinos de Castela, cismático: p. CLXVIII. — reis de Castela: FERNANDO *(Fernandus)*: pp. XXIII-XXV, nota 19, pp. XXXI-XXXIII, XLIX; falecido: BENTO XIII: nn. 8, 9c; HENRIQUE *(Henricus)*: BENTO XIII: nn. 8-9e, 11 (falecido); JOÃO: *VIDE:* JOÃO *(Johannes)* HENRIQUES; MARIA, rainha: p. XLVI, nota 82, p. XLIX; SANCHO *(Sancius)*: p. XLVI, nota 82. — supressão dos Templários: pp. XVIII-XXIII, XXIV, XXV, nota 19, p. XXX-XXXV.

CASTEL DE SANGRO, Gentil, licenc. em dir. canón. na univers. de Bolonha: nota 176.

CASTEL DE SANGRO, Rogério, licenc. em dir. canón. na univers. de Bolonha: nota 176.

CASTELO BRANCO *(Castel Branco)*: PETRI, Arias de Castel Branco: nota 61.

CASTELO DE VIDE, conc. de Castelo de Vide, dioc. da Guarda, hoje de Portalegre: *VIDE:* S.TA MARIA DE CASTELO DE VIDE.

CASTRES, França, dioc. de: b.: AMÉRICO *(Americus)* NOEL: BENTO XIII: p. 317, nota 1; GUIDO *(Guidus)* DE ROYE: p. 224, nota 1.

CASTRO, Espanha, dioc. de Córdova: arced.: FERNANDES *(Fernandi)*, João *(Johannes)*: p. LX.

CASTRO, Álvaro *(Alvarus)* de, clér. da dioc. de Braga, com benef. da colação do b. e cab. de Tui, estud. na univers. de Lisboa: n. 176.

CASTRO, António *(Anthonius)* de, reitor da igr. par. de S.ta Comba de Riba de Lima, cón. da coleg. de S.ta Maria de Guimarães, estud. na univers. de Lisboa: n. 124.

CASTRO, Elias *(Helias)* de, arced. de Santarém e porcion. na igr. de S.ta Justa de Lisboa: n. 458.

CASTRO, Isabel de, dispensa para se casar com Duarte de Meneses, filho do conde de Ceuta: p. CLXXXV.

CASTROGERIZ, Espanha: *VIDE:* CASTROJERIZ.

CASTROJERIZ *(Castroxeres, Castroxericio)*, Espanha, dioc. de Burgos: *VIDE:* S.TA MARIA DE CASTROJERIZ.

CASTRO, Joana de: dispensa matrim.: nota 270. *VIDE:* COUTINHO, Fernando.

CASTRO MARIM, conc. de Castro Marim, dioc. de Silves, hoje de Faro: pp. CCLXXXVII, CCXCI.

CASTRO NOVO *(Castrum Novum)*, resid. pontif.: p. XXXVII.

CASTRO VERDE, conc. de Castro Verde, dioc. de Évora, hoje de Beja: comendador da Ordem de S. Tiago da Espada: ROIZ, Fernam: p. LXXXIII.

CASTROXERICIO, Espanha, dioc. de Burgos: n. 555a. *VIDE:* FERNANDES *(Fernandi)* DE CASTROJERIZ *(Castro Xericio)*, Pedro *(Petrus)*.

CATALÃES *(Cathalani)*, estudantes na univers. de Bolonha: pp. XCII-XCIII.

CATALUNHA, Jaime *(Jacobus)* de, estud. na univers. de Bolonha: pp. XCII-XCIII.

CATARINA (Dona), irmã de D. Afonso V: p. CCXCIX.

CATHALAUNENSIS, França: *VIDE:* CHÂLONS SUR MARNE.

CATHENACIIS, *Bernardus de*, cón. de S.to António de Piacenza e outrora reitor dos Cismontanos da univers. de Bolonha, cón. de Ravena: pp. LXXXIX, XCII.

CATURCENSIS, França, Estudo geral: *VIDE:* UNIVERS. DE CAHORS.

CAURIENSIS, Espanha: *VIDE:* CÓRIA.

CAUTO, conc. e dioc. de Braga: *VIDE:* COUTO.

CAVALEIROS nas cortes de Coimbra de 1385: p. CVII.

CAVALERI, Elias *(Helias)*, irmão do b. de Silves Pedro Cavaleri, arced. de Santarém e reitor da igr. par. de S.ta Maria de Pernes: nn. 198, 603. — subcolector apostól. na dioc. de Lisboa e cón. de Lisboa: nn. 601, 603.

CAVALERI *(Cavellerii)*, Pedro *(Petrus)*, arced. de Lisboa, colector geral em Portugal e b. de Silves: nn. 197-204, p. 39, nota 1, nn. 338, 360, 401, 475. *VIDE:* PEDRO *(Petrus)* CAVALERI.

CEDOFEITA *(Citofacta)*, conc. e dioc. do Porto, igr. coleg. de: ab.: RODRIGUES, João: p. CCXCIX. *VIDE:* S. MARTINHO DE CEDOFEITA.

CEISSA *(Ceiça)*, conc. de Vila Nova de Ourém, dioc. de Lisboa, hoje de Leiria, most.: *VIDE:* SEIÇA.

CELESTINO *(Celestinus)* V, papa: nacionaliz. da Ordem de S. Tiago da Espada em Portugal: pp. LIX-LXIV, LXIX-LXXIV, LXXX, LXXXV.

CELORICO *(Cellorico)* DA BEIRA, conc. de Celorico da Beira, dioc. da Guarda: arced.: ANES, Martinho: p. CCLXXIII; MARTINS *(Martini)*, Fernando *(Fernandus)*: p. CCCXLVII; ANES *(Johannis)*, Salvador *(Salvator)*: nn. 654, 692a, 703, 716, BENTO XIII: n. 5a.

CENSU, *Petrus de*, chanceler de D. Afonso IV: nota 129. *VIDE:* SEM *(Censu)*, Pedro *(Petrus)* do.

CERVÃES *(Cervanis)*, conc. de Vila Verde, dioc. de Braga: *VIDE:* S.TA MARIA DE CERVÃES.

CERVANTES, João de, card. espanhol: p. CCXCIX. — seu capelão: AFONSO DE ESTREMOZ, Gonçalo: p. CCXCIX.

CERVEIRA *(Cervaria)*, conc. de Vila Nova de Cerveira, dioc. de Tui, hoje de Braga: arced.: pp. CLXXXVI, CCXCVI, CCXCIX, CCC, nn. 308, 561, BENTO XIII: n. 19c; FERNANDES *(Fernandi)*, Aires *(Arias)*: BENTO XIII: n. 19c; FERNANDES *(Fernandi)*, Deodato *(Deodatus)*: n. 308; MARTINS, Afonso: p. CLXXXVI; PIRES *(Petri)*, Gomes *(Gometius)*: n. 561; RODRIGUES *(Roderici)*, Gonçalo *(Gunsalvus)*: n. 561; RODRIGUES, João: p. CCXCIX. — arced. unido à diocese de Ceuta: p. CCC.

CERVEIRA, Rodrigo *(Rodericus)* de, nobre, cón. do Porto e de Lisboa, escolar de dir. canón. na univers. de Avinhão, reitor da igr. par. de S.ta Marinha do Zêzere: n. 208.

CESARAUGUSTANA, Espanha, dioc.: p. 60, nota 2. *VIDE:* SARAGOÇA.

CESARINIS, João *(Johannes)* de, ouv. apost.: pp. CCCLV, CCCLVII, CCCLIX, nota 991.

CEUTA *(Seita)*, África: p. CLXXX.

CEUTA *(Cepte, Ceptensis)*, África e Portugal, dioc. de: arced.: GOMES, Estêvão: p. CCCIX. — b.: pp. CCCXL, CCCXLI; ÁLVARO *(Alvarus)* FERNANDES: p. CCCV, nota 834; JOÃO *(Johannes)* DE S. LOURENÇO: pp. CCLXXXVI - CCXCVIII, CCCIII - CCCIV; JOÃO *(Johannes)* RODRIGUES FERRAZ: pp. CCXCIX-CCC, nota 803; JOÃO *(Johannes)* RODRIGUES GALVÃO: pp. CCCIII,

CCCXI. — b. e a recusa das décimas a D. Afonso V: p. CLXXIII. — cab. e b. quanto à legacia do b. de Coimbra D. João Galvão: pp. CCCXXXIV, CCCXXXVI. — conv. das Ordens militares em Ceuta: pp. CCCI, CCCXL. — territórios das dioc. de Tui e Badalhouce da parte portuguesa, anexos à dioc. de Ceuta: pp. CCLXXXVII - CCLXXXVIII, CCLXXXIX, nota 790.

CEYÇA, most. de: *VIDE:* CEISSA *(Ceyça)*. SEIÇA.

CHACIM, conc. de Macedo de Cavaleiros, dioc. de Braga, hoje de Bragança, igr. de: BENTO XIII: nn. 6, 13, 19h. — benef.: BARTOLOMEU *(Bartholomei)*, João *(Johannes)*: BENTO XIII: nn. 6, 13, 19h. *VIDE:* S.TA COMBA DE CHACIM.

CHÂLONS SUR MARNE *(Cathalaunensis)*, França, dioc. de: cón. ZUERMONT DE AMEYOCHE, Willelmus: n. 82.

CHAMBOM *(Chambonis)*, Pedro *(Petrus)* de, capelão pontif. e referendário do antipapa Clemente VII: nn. 310, 358, p. 82, nota 1, nn. 360, 481, 484, 506, 511, 527, 550a, 551, 554, 556, 561a, 562, 572, 612, 614.

CHAMEYRACO, *Johannes de*, cón. de Lisboa e tesour. de Évora: n. 372a.

CHANCELARIA APOSTÓLICA: *regentes:* AMÉRICO *(Americus)* NOEL: p. 317, nota 1; JOÃO *(Johannes)* DA COSTA: p. 328, nota 1; NICOLAU *(Nicolaus)* BRANCACCIO: n. 193.

CHANCELER, card.: p. CCCXXX. *VIDE:* RODRIGO *(Rodericus)* BORGIA.

CHARNECA, Joham da, vigário do most. do Carmo de Lisboa: p. CCXCVIII.

CHÂRTRES, França, dioc. de: b.: GUILHERME *(Guillelmus)* DE CHANAC: p. 184, nota 1.

CHAVES, conc. de Chaves, dioc. de Braga, hoje de Vila Real: igr.: S. JULIÃO DE MONTENEGRO: p. CXXVI, CXXVII, CCCXCII.

CHELAS *(Achelas)*, conc. e dioc. de Lisboa, most. cisterc. de: *VIDE:* S.TA MARIA DE CHELAS.

CHESNELOTI, Thoma: nota 494.

CHICHORRO, Vasco Martinz de Soussa, alcaide-mor de Bragança: nota 905.

CHIPRE *(Ciprii)*, rei de: p. CCXIII.

CIDADE RODRIGO *(Civitatensis)*, Espanha e Portugal, dioc. de: *benef.:* ANES *(Johannis)*, Salvador *(Salvator):* n. 716, BENTO XIII: n. 13a. — b.: AFONSO *(Alfonsus)* DE PARADINAS: p. CCCXIX; ANDRÉ *(Andreas)* DIAS DE ESCOBAR: p. 364, nota 1; RODRIGO *(Rodericus)*, nas cortes de Coimbra de 1385: p. CVII, CXI. — *clérigos:* ANES DE ALFAIATES *(Johannis de Alfaiatis)*, Salvador *(Salvator):* n. 112; ANES *(Johannis)*, Salvador *(Salvator):* nn. 634e, 692a, 703, 716, BENTO XIII: nn. 5a, 9, 13a, 30; GOMES *(Gometii)*, João *(Johannes):* n. 276. — *cónegos:* ANES *(Johannis)*, Salvador *(Salvator):* n. 716, BENTO XIII: n. 13a; BODIN, Raimundo *(Raymundus):* n. 635; DOMINGUES *(Dominici)*, Gil *(Egidius):* n. 693; ESTEVES *(Stephani)*, Gil *(Egidius):* n. 261; VASQUES *(Velasci)* DE SABUGAL, Rodrigo *(Rodericus):* BENTO XIII: n. 38. — igr.: S.TA MARIA DE SABUGAL: BENTO XIII: n. 63. — *sacerdote:* FERNANDES *(Fernandi)* DE SCALON, Bartolomeu *(Bartholomeus):* n. 591.

CINFÃES *(Cinfaaes)*, conc. de Cinfães, dioc. de Lamego, igr. de: n. 15. — porcion.: GONÇALVES *(Gundissalvi)*, Vasco *(Valascus):* n. 15. *VIDE:* S. JOÃO DE CINFÃES.

CINTRA, Rodrigo de, franciscano, mestre em teologia e famoso pregador: pp. CVIII, CXII. *VIDE:* SINTRA, Rodrigo de.

CIPRI: *VIDE:* CHIPRE.

CISMA DE AVINHÃO: D. Fernando e o Mestre de Avis seguem o papa de Avinhão: pp. VII, CCCLXVIII, CCCLXXXVII-CCCLXXXVIII, CCCXCVIII, CCCXCIX, CD. — JOÃO HENRIQUES, rei de Castela, e em geral os castelhanos cismáticos: pp. CV, CVI, CVIII-CXI, CXIII, CXIV, CLXVIII, CCCXCIX. — proveitoso contributo do cisma para a solução da crise da nacion.: nota 183. — sacerdotes, bispos e clér. envolvidos no cisma: AFONSO *(Alfonsus)* CORREIA, b. da Guarda: n. 696; AFONSO *(Alfonsi)* DE AVIS, Aires: BENTO XIII: n. 79; AFONSO *(Alfonsi)*, Gonçalo *(Gundissalvus):* BENTO XIII: nn. 12, 44, 80; ANDESTER, Filipe *(Philippus)* de: n. 702, BENTO XIII: n. 18b; BARTOLOMEU *(Bartholomei)*, João *(Johannes):* BENTO XIII: n. 19h; DOMINGUES *(Dominici)*, Afonso *(Alfonsus)*: nn. 638, 649; DOMINGUES *(Dominici)*, Gil *(Egidius):* n. 693; FERNANDES *(Fernandi)*, Álvaro *(Alvarus):* BENTO XIII: nn. 33, 72; FERNANDES *(Fernandi)*, Gil *(Egidius):* n. 694; FERNANDES DE SOUTO MAIOR *(Fernandi de Souto Mayor)*, João *(Johannes):* BENTO XIII: n. 85; GARCIA *(Garsie)*, João *(Johannes):* BENTO XIII: n. 55; GARCIA *(Garsie)*, Pedro *(Petrus):* BENTO XIII: n. 54; GIL *(Egidii)*, Álvaro *(Alvarus):* BENTO XIII: n. 25; GOMES *(Gometii)*, Lourenço *(Laurentius):* BENTO XIII: n. 29; MARTINS *(Martini)*, Afonso *(Alfonsus)*, deão de Braga: nn. 641, 662, BENTO XIII: n. 67; MARTINS *(Martini)*, Vasco

(Valascus): BENTO XIII: nn. 9d, 15; NARBONA, Raimundo *(Raymundus)*: BENTO XIII: n. 11; PEDRO DE LUNA, cardeal: BENTO XIII: n. 1a, p. 272, nota 1; PERES *(Petri)*, Simão *(Symon)*: BENTO XIII: n. 9e; SANCHES *(Sancii)* DE MENA, Pedro *(Petrus)*: BENTO XIII: n. 88; SANCHES *(Sancii)*, João *(Johannes)*: n. 639, BENTO XIII: n. 24; VASQUES *(Valasci)*, Rodrigo *(Rodericus)*: BENTO XIII: n. 63. — sacerdotes e clér. fugidos de Portugal: nn. 640-683.

CISMANO DE CLISUNO, Clemente, de Salerno, licenc. em dir. canón. na univers. de Bolonha: nota 176.

CISTER *(Cisterciensis)*, Ordem de: Avis, Ordem de: pp. CXXI, CXXII.

CISTERCIENSES: *mosteiros*: ALMOSTER: BONIFÁCIO IX: n. 7; MACEIRA DÃO: p. CCCIX; S.TA MARIA DE ALCOBAÇA: p. CCXCII, nota 769, pp. CCXCIII, CCCIX, CCCXXV, nota 903, p. CCCXLII, nn. 403, 529; S.TA MARIA DE BOURO: p. CCCV; S.TA MARIA DE CHELAS: n. 448; S.TA MARIA DE LORVÃO: nn. 194b, 303, 344, 421, 432a, 507, 514, 614, 629d; S.TA MARIA DE ODIVELAS: nn. 57, 273, 306a, 445, BONIFÁCIO IX: n. 7; S.TA MARIA DE OYA: n. 443, BENTO XIII: nn. 19b, 19c; S.TA MARIA DE SALZEDAS: BONIFÁCIO IX: n. 12; S. JOÃO DE TAROUCA: BONIFÁCIO IX: nn. 13, 14-15, 20-28; S. PEDRO DE LORVÃO: n. 300; S. SALVADOR DE BARRANTES: BENTO XIII: nn. 19b, 19c.

CIVITATENSIS: *VIDE*: CIDADE RODRIGO.

CLARAMONTENSIS, França: *VIDE*: CLARAMONT.

CLARAMONT *(Claramontensis)*, França, dioc. de: most.: CASADEI: n. 691; ISIDORIENSE: pp. XIX, XX, XXII, XXIII, XXX. — prepósito: PRATIS, *Petrus de*: p. LX.

CLARISSAS: *most.*: S.TA CLARA DE VILA DO CONDE: p. CCXXXV, notas 584, 585.

CLAUSTRIS, Elias *(Helias)* de, clér. estud. de dir. canón. em Avinhão, arced. de Santarém e de Ardena, cón. de Lisboa e porcion. da igr. de S.ta Justa de Lisboa: nn. 210a, 307, 550a.

CLEMENTE *(Clemens)* V, papa: extinção da Ordem do Templo: pp. XV-XXXVI, XXXVIII, XXXIX-XLII, XLIV, XLVI, nota 82, pp. XLVII, LI. — morte: p. XXXVIII. — nacionaliz. da Ordem de S. Tiago da Espada em Portugal: pp. LXII-LXIII. — Ordem de Montesa: p. XLI. — Ordem do Hospital: pp. XV, XVI, XXXIV, XXXV, XXXVI, XLI, XLIV, XLVII. — procuradores de D. Dinis: JOHANNIS, *Vincentius*: p. XVI; LAURENTII, *Johannes*: p. XVI.

CLEMENTE *(Clemens)* VI, papa de Avinhão: p. 39, nota 2, p. 69, nota 2, p. 139, nota 9, p. CXIX. — cartas a D. Afonso IV, rainha Dona Beatriz e Infante D. Pedro sobre a embaixada do Dr. Pedro de Corbiniaco: pp. CLVI-CLVII, CLXVI. — casam. de D. Pedro e Dona Constança: pp. CXXXII, CXXXIII, CCCXCI, CCCXCII-CCCXCV, CCCXCVII, CCCXCVIII. — súplicas de D. Afonso IV e do Infante D. Pedro: pp. CLIII s. — súplicas originais: p. CXLVIII (nota 14a).

CLEMENTE VII, antipapa ou papa de Avinhão: pp. XCVIII, CVIII-CIX, CX, CXIII, CCCLXXXVII, p. 12, nota 1, p. 29, nota 4, p. 33, nota 1, n. 194, p. 35, nota 1, p. 60, nota 1, p. 61, nota 1. — colect. apostól. em Portugal: CAVALERI, Pedro: n. 338; MONHETA *(Mogneta)*, Domingos *(Dominicus)* de: BONIFÁCIO IX: n. 18. — dispensa de impedim. matrim. com D. Beatriz, filha de el-rei D. Fernando: p. CCCLXXXVII.

CLEMENTE, Francisco, cón. de Barcelona: p. CCCLXXXIV.

CLEREZIA ou CLERO DE PORTUGAL, sobrecarregado injustamente com dízimas impostas pelo rei e pelo papa: pp. CCCXVIII, CCCXXIX-CCCXXXI.

CLERI, João *(Johannes)*, reitor da igr. de S. Lourenço de Santarém, da comitiva do b. de Viseu D. Luís do Amaral em embaix. do concí. de Basileia: p. CCXXVIII, nota 534.

CLERO: contendas com D. Afonso II e D. Sancho II: p. CIV.

CLUNI, Ordem de: ab: p. CLXIV. — benef.: ANES DE PINHEIRA *(Johannis de Pignera)*, Gonçalo *(Gundissalvus)*: nn. 589, 594. — mostei. na arquid. de Braga e de Compostela: nn. 589, 594; na de Toledo: n. 691.

COGOMINHO, Fernam Gonçalvez, vassalo de D. Afonso IV: nota 122.

COIMBRA *(Colimbriensis)*, dioc. de: *arcediag.*: PENELA: p. CCLXXXI; ANES *(Johannis)*, Fernando *(Fernandus)*: BONIFÁCIO IX: n. 17; GARCIA DE VALHADOLIDE *(Garsie de Valleoleti)*, Sancho *(Sancius)*: n. 625; JOÃO *(Johannes)* RODRIGUES GALVÃO: p. CCCXI; SEIA: pp. CCLXXXV, CCCXIII; RODRIGUES DE FONTE PURA *(Roderici de Fonte Pudico)*, Martinho *(Martinus)*: n. 627; VOUGA: MARTINS *(Martini)*, Sancho *(Sancius)*: n. 626. — *benef.*: AFONSO *(Alfonsus)*, João *(Johannes)*: nn. 508, 513; ANES *(Johannis)*, Afonso *(Alfonsus)*: BONIFÁCIO IX: nn. 3, 5; ANES DE MONTEMOR-O-VELHO *(Johannis de Monte Maiori Veteri)*, Vasco *(Valascus)*: n. 119; ANES *(Johannis)*, Rodrigo *(Rodericus)*: n. 75; DOMINGUES

(Dominici), Jorge *(Georgius)*: n. 155; FERNANDES DE FARO *(Fernandi de Faaron)*, Álvaro *(Alvarus)*: n. 420; FERNANDES DE VILA POUCA *(Fernandi de Villa Pauca)*, Álvaro *(Alvarus)*: n. 277a; GOMES *(Gometii)*, João *(Johannes)*: n. 277a; GONÇALVES *(Gundisalvi)*, Afonso *(Alfonsus)*: n. 370q; GONÇALVES *(Gundissalvi)*, Gonçalo *(Gonsalvus)*: nn. 1a, 304; JOÃO *(Johannes)*: n. 581; MARTINS *(Martini)* DE SEMIDE, Gonçalo *(Gundissalvus)*: n. 432a; MARTINS *(Martini)*, Gonçalo *(Gundissalvus)*: nn. 249, 262, 275; PERES *(Petri)*, Martinho *(Martinus)*: n. 370e; RODRIGUES *(Roderici)*, Sancho *(Sanctius)*: n. 307a; VASQUES *(Valasci)*, Lourenço *(Laurentius)*: n. 462. — *bispos*: pp. CCLXXXI, CCCI; AFONSO *(Alfonsus)* NOGUEIRA: p. CCCXI; ÁLVARO *(Alvarus)* FERREIRA: p. CCLVI, nota 661, pp. CCLVIII-CCLIX, nota 666, p. CCLXV; FERNANDO *(Fernandus)* MARTINS COUTINHO: p. CCL; GARCIA *(Garsias)* DE MENESES: p. CCCXIX, nota 888; JOÃO *(Johannes)*, sobrinho do cardeal b. Penestrino: p. LXXXVII, notas 124, 125, p. LXXXVIII, notas 126-127; JOÃO *(Johannes)* CABEÇA DE VACA: pp. CCCLXXXIII-CCCLXXXV, nn. 620b, 621, 624, 629, 634f; JOÃO *(Johannes)* RODRIGUES GALVÃO: pp. CCXXXVII--CCXXXIX, nota 589, pp. CCCXI-CCCXX, CCCXXV-CCCXL, notas 902-903; JORGE *(Georgius)* DE ALMEIDA: p. CCCXXIV, notas 898, 900-901; LUÍS *(Ludovicus)* COUTINHO: pp. CCXXXVIII, CCXLII-CCXLIV, CCLXXXIII-CCLXXXV; PEDRO *(Petrus)* GOMES BARROSO: p. CI; PEDRO *(Petrus)* TENÓRIO: n. 235, p. 52, nota 3; RAIMUNDO *(Raymundus)*: notas 124-127. — b. convocado ao conc. de Viena de França: p. XXXIV. — *chantre*: p. CI, nota 168; AFONSO *(Alfonsi)*, João *(Johannes)*: pp. CLXXXII, CCLXXX-CCLXXXII, notas 713-714; ANES DE ÓBIDOS, Gonçalo *(Gunsalvus)*: pp. CCLXXX-CCLXXXI; ATAÍDE *(Atayde)*, Pedro *(Petrus)* de: pp. CCLXXX-CCLXXXI, nota 713; COSTA, João Lopes da: p. CCCVIII; ESTEVES *(Stephani)*, Afonso *(Alfonsus)*: n. 70; LOURENÇO, Pedro: pp. CCCVII-CCCVIII; PERES, Álvaro: p. CCCIX; PIRES, Vasco: p. CLXXXII. — cab. e legacia do b. de Coimbra D. João Galvão: pp. CCCXXXIV, CCCXXXVI. — capelão: FERNANDES *(Fernandi)*, Martinho *(Martinus)*: n. 684h. — *clérigos*: AFONSO *(Alfonsi)*, Álvaro *(Alvarus)*: p. CCLXXVIII, nota 710, p. CCLXXXII; AFONSO, Fernando: p. CCXCIV; ANES DE MONTEMOR-O-VELHO *(Johannis de Monte Maiori Veteri)*, Vasco *(Valascus)*: n. 119; ANES *(Johannis)* DO REGO, Gonçalo *(Gundissalvus)*: BENTO XIII: n. 60; ANES *(Johannis)*, Gonçalo *(Gundissalvus)*: n. 692c; ANES *(Johannis)*, Tomé *(Thomas)*: n. 363; CORREIA *(Corea)*, Diogo *(Didacus)*: BENTO XIII: n. 19; DOMINGUES *(Dominici)*, Antão *(Anthonius)*: n. 542; DOMINGUES *(Dominici)* DE PENELA, Pedro *(Petrus)*: n. 166; DOMINGUES *(Dominici)*, Gil *(Egidius)*: nn. 251, 407, 418; DOMINGUES *(Dominici)*, Jorge *(Georgius)*: nn. 701, 706, BENTO XIII: nn. 2, 19j, 73; ESTEVES *(Stephani)*, Pedro *(Petrus)*: n. 250; FERNANDES *(Fernandi)*, Álvaro *(Alvarus)*: nn. 633, 690, BENTO XIII: nn. 33, 72; FERNANDES DE VILA POUCA *(Fernandi de Villa Pauca)*, Álvaro *(Alvarus)*: nn. 277a, 299, 373; GIL *(Egidii)*, Afonso *(Alfonsus)*: n. 173; GIL *(Egidii)*, Álvaro *(Alvarus)*: n. 191; GIL *(Egidii)*, João *(Johannes)*: BENTO XIII: n. 49; GONÇALVES *(Gunsalvi)* DE LOUROSA, Álvaro *(Alvarus)*: n. 165; GONÇALVES *(Gundissalvi)* DE MERLO, João *(Johannes)*: BENTO XIII: n. 19g; GONÇALVES *(Gunsalvi)* DE NABAINHOS, Afonso *(Alfonsus)*: n. 163; GONÇALVES *(Gundissalvi)*, João *(Johannes)*: nn. 686, 705, 710, BENTO XIII: nn. 3, 9a, 32; GONÇALVES, Pedro: p. CCCIII; LOURENÇO *(Laurentii)* DE PENELA, Afonso *(Alfonsus)*: n. 168; LOURENÇO *(Laurentii)*, João *(Johannes)*: n. 395; MARTINS DE LOUROSA *(Martini de Lorosa)*, Vasco *(Valascus)*: n. 629f; MARTINS *(Martini)* DE SEMIDE, Gonçalo *(Gundissalvus)*: n. 432a; MARTINS *(Martini)*, Fernando *(Fernandus)*: nota 710, pp. CCCXLIV--CCCXLVIII; MARTINS *(Martini)*, Gonçalo *(Gunsalvus)*: nn. 194b, 249, 262, 275, 303; MARTINS *(Martini)*, Sueiro *(Suerius)*: n. 68; NUNES DE SOURE *(Nunii de Sauri)*, Afonso *(Alfonsus)*: n. 586; PERES *(Petri)*, Álvaro *(Alvarus)*: n. 72; PERES *(Petri)* DE LOUROSA, João *(Johannes)*: BONIFÁCIO IX: nn. 1, 16; PERES *(Petri)*, Jorge *(Georgius)*: nn. 684, 684b, 685, 695; RODRIGUES FUSEIRO *(Roderici Fusarii)*, Lobo *(Lopus)*: n. 390; RODRIGUES *(Roderici)*, João *(Johannes)*: p. CCCLV; RODRIGUES *(Roderici)*, Lopo: p. CCCXLVIII; VASQUES *(Valasci)* DE LOUROSA, Gonçalo *(Gondissalvus)*: n. 298; VICENTE *(Vicentii)*, Martinho *(Martinus)*: n. 238; VICENTE *(Vincentii)*, Pedro *(Petrus)*: n. 396. — *cónegos*: AFONSO *(Alfonsi)*, Álvaro *(Alvarus)*: pp. CCLXXIX,

CCLXXXV; AFONSO *(Alfonsi)*, Álvaro *(Alvarus)*, júnior: nota 732, pp. CCLXXXV-CCLXXXVI; AFONSO DE FONTE PURA *(Alfonsi de Fonte Pudico)*, Diogo *(Didacus)*: n. 621; AFONSO *(Alfonsi)*, Fernando *(Fernandus)*: p. CCCXXXIV; AFONSO *(Alfonsi)*, João *(Johannes)*: n. 97; AFONSO *(Alfonsi, Affom)*, João *(Joham, Johannes)*: p. CCLXXX, nota 713, p. CCLXXXI, nota 714; AFONSO *(Alfonsi)*, Lopo *(Lupus)*: n. 219; AFONSO, Vasco: pp. CCLXXVIII; ÁLVARES *(Alvari)*, João *(Johannes)*: n. 26; AMOREIRA *(Amoreria)*, Luís *(Ludovicus)* de: n. 479; ANES BENTO *(Johannis Benedicti)*, João *(Johannes)*: n. 397; ANES DE ALFAIATES *(Johannis de Alfaiatis)*, Salvador *(Salvator)*: n. 112; ANES *(Johannis)*, João *(Johannes)*: n. 45; ANES *(Johannis)*, Pedro *(Petrus)*: n. CCLVIII, nota 663; ANES *(Johannis)*, Salvador *(Salvator)*: n. 634e; ANES *(Johannis)*, Vicente *(Vincentius)*: n. 277b; CALZA, Rodrigo *(Rodericus)*: n. 434; DOMINGUES *(Dominici)*, Estêvão *(Stephanus)*: nn. 6, 92; DOMINGUES *(Dominici)*, Gil *(Egidius)*: n. 221; DOMINGUES *(Dominici)*, Jorge *(Georgius)*: n. 155; DURANDO *(Durandi)*, João *(Johannes)*: nn. 54, 186, 410, 438; ESTEVES *(Stephani)*, Afonso *(Alfonsus)*: n. 70; ESTEVES DE PARVA CAVA *(Stephani de Parva Cava)*, Vasco *(Valascus)*: n. 108; ESTEVES DE TORRES NOVAS *(Stephani de Turribus Novis)*, Vicente *(Vincentius)*: n. 121; ESTEVES *(Stephani)*, Gonçalo *(Gundissalvus)*: p. XCIX, nota 165; ESTEVES *(Stephani)*, Gonçalo *(Gundissalvus)*: nn. 260, 370k, 371a, 423, 618; FERNANDES DE GOUVEIA, Martinho: p. CCCXLVIII; FERNANDES DE VILA POUCA *(Fernandi de Villa Pauca)*, Álvaro *(Alvarus)*: n. 277a; FERNANDES, Rodrigo: p. CCXLII; GIL *(Egidii)*, Álvaro *(Alvarus)*: n. 191; GIL *(Egidii)*, Diogo *(Didacus)*: n. 59; GOMES *(Gometii)*, Lourenço *(Laurentius)*: n. 232; GONÇALVES, Álvaro: p. CCXCIV; GONÇALVES DE ABREU, João: p. CCCXI; GONÇALVES *(Gunsalvi)*, Fernando *(Fernandus)*: n. 281; GONÇALVES *(Gunsalvi)*, Gil *(Egidius)*: n. 192a; GONÇALVES *(Gundissalvi)*, João *(Johannes)*: n. 31; GONÇALVES, Luís: nota 732, p. CCLXXXV; GUILHERME *(Guillelmus)* DE CHANAC: n. 618; GUILHERME *(Guillelmus)* DE SANCTO JORIO: p. XL; JOHANNES: p. CCLXXXII, nota 714; LOPES *(Lupi)*, Afonso *(Alfonsus)*: n. 122; LOPUS: p. CCLXXXII, nota 714; LOURENÇO *(Laurentii)*, Afonso *(Alfonsus)*: n. 14; LOURENÇO *(Laurentii)*, João *(Johannes)*: n. 395; LOURENÇO *(Laurentii)*, Rodrigo *(Rodericus)*: nn. 190, 321; LOURENÇO *(Laurentii)*, Vasco *(Valascus)*: n. 386; MARTINS *(Martini)* DE SEMIDE, Gonçalo *(Gundissalvus)*: n. 432a; MARTINS, Estêvão: p. CCCIX; MARTINS *(Martini)*, Martinho *(Martinus)*: p. LXXXIX-XCI; MENDES *(Menendi)*, Gil *(Egidius)*: BONIFÁCIO IX: n. 4; PAIS *(Pelagii)*, Gomes *(Gometius)*: p. CCLVIII, nota 663; PERES *(Petri)*, Álvaro *(Alvarus)*: p. CCXXXVIII, nota 589; PERES *(Petri)*, Estêvão *(Stephanus)*: p. CI, nota 168; PERES *(Petri)*, Pedro *(Petrus)*: pp. XLIII-XLV; RAPOTE: p. CCLXXXII, nota 714; RODRIGUES DE FONTE PURA *(Roderici de Fonte Pudico)*, Martinho *(Martinus)*: n. 627; RODRIGUES FUSEIRO *(Roderici Fusarii)*, Lopo *(Lupus)*: n. 390; RODRIGUES, Mendo: p. CCCIX; RODRIGUES *(Roderici)*, Vicente *(Vincentius)*: pp. XC, XCI; ROIZ, Meem: p. CCXXXVIII, nota 589; VASQUES, João: p. CCLXXXV. — *deão*: n. 338; ANES DE ÓBIDOS, Gonçalo *(Gunsalvus)*: pp. CCLXXIX-CCLXXXI, notas 712, 714; ANES *(Johannis)*, João *(Johannes)*: p. CCLVIII, nota 666; ATAÍDE *(Atayde)*, Pedro *(Petrus)* de: pp. CCLXXIX-CCLXXXI, nota 712, p. CCLXXXII, nota 714, p. CCLXXXIV; BELEÁGUA, Fernando Gonçalves: pp. CCLXXIX-CCLXXXI, nota 714; FERREIRA, Álvaro *(Alvarus)*: p. CCLVIII, nota 666; GONÇALVES *(Gundissalvi)*, Álvaro *(Alvarus)*: p. CCXXXVII (nota 589), p. CCC; LOURENÇO *(Laurentii)*, Rui *(Rodericus)*: pp. CVII, CCCLXVIII - CCCLXIX, CCCLXXVII - CCCLXXIX, nn. 190, 321; ROIZ, Mem: p. CCXXXIV, nota 578. — *diácono*: COSTA, João da: nota 751. — extinção da Ordem do Templo: pp. XXIII-XXIV. — *igrejas*: ANTANHOL: n. 370e; CADIMA: p. CCXC; S.TA COMBA DÃO: pp. LXXXIX, XC, XCI, nn. 307b, 336, 424; S.TA EUFÊMIA DE PENELA: nn. 166, 168; S.TA JUSTA DE COIMBRA: nn. 14, 221, 250, 263, 281, 354, 407, 418, 621, 625, 629f; S.TA MARIA DE ASSAFARGE: n. 14; S.TA MARIA DE FIGUEIRÓ: nota 751; S.TA MARIA DE GÓIS: nota 710; S.TA MARIA DE LEIRIA: nota 164, p. CLXXXIV, n. 184; S.TA MARIA DE TENTÚGAL: n. 162; S.TA OVAIA *(Sancte Euvaye)*: n. 621; S.TO ANDRÉ DE ESGUEIRA: n. 238, BONIFÁCIO IX: n. 8; S. BARTOLOMEU DE COIMBRA: nn. 450, 588, 687, BENTO XIII: n. 1; S. BRÁS DE COIMBRA: n. 684h; S. CRISTÓVÃO DE

COIMBRA: nn. 164, 298, 639, 696, BENTO XIII: n. 24; S. JULIÃO DE GOUVEIA: n. 396; S. LOURENÇO DO BAIRRO: p. CCCXLVII; S. MIGUEL DE AVEIRO: BONIFÁCIO IX: nn. 3, 5; S. MIGUEL DE PENELA: n. 168; S. MIGUEL DE SOBRAL: n. 370c; S. MIGUEL DE SOZA: nota 657, p. CCLVII, nota 663; S. PEDRO DE COIMBRA: n. 623; S. PEDRO DE FARINHA PODRE: n. 232; S. PEDRO DE SEBAL: n. 122; S. PEDRO DE TRAVANCA: n. 384; S. SALVADOR DE TOURAIS: n. 633, BENTO XIII: nn. 33, 72; VILA NOVA DE ANÇOS: p. CCXXXVIII, nota 589. — mestre-escola: AFONSO *(Alfonsi)*, Álvaro *(Alvarus)*: pp. CCLXXXIII-CCLXXXV; AFONSO *(Alfonsi)*, Álvaro (*Alvarus*), júnior: p. CCLXXXIV, nota 732, pp. CCLXXXV-CCLXXXVI; AFONSO *(Alfonsi)*, Estêvão *(Stephanus)*: p. CCLXXXIII, nota 729, pp. CCLXXXIV, CCLXXXV; AFONSO *(Alfonsi)*, Lopo *(Lupus)*: p. CCXXXVI, nota 587, pp. CCLXXXIII-CCLXXXV, nota 732; ALMEIDA, Álvaro de: p. CCLXXXIV-CCLXXXV, nota 731; ESTEVES *(Stephani)*, Gonçalo *(Gundissalvus)*: p. XCIX, nota 165, n. 618; GIL *(Egidius)* DE ALBORNOZ: p. XCIX, nota 165; GONÇALVES, Luís: nota 732, p. CCLXXXV; GUILHERME *(Guillelmus)* DE CHANAC: n. 618. PEREIRA, Álvaro: p. CCLXXXIV. — *meio-cónego:* FERNANDES *(Fernandi)* DE VALÊNCIA, João *(Johannes)*: n. 625a; MARTINS *(Martini)*, Sancho *(Sancius)*: n. 626; PERES *(Petri)*, Martinho *(Martinus)*: n. 370e. — *mosteiros:* CEISSA *(Ceyça)*: p. CCCII, nota 824; S.TA CRUZ DE COIMBRA: pp. CVII, CCXXXVII, nota 589, pp. CCXCIII, CCCVII, nota 841, pp. CCCIX-CCCXI, nota 891, pp. CCCXXXIII-CCCXXXVI, CCCXCVII, CCCXCIX, n. 269, BONIFÁCIO IX: n. 9; S.TA MARIA DE LORVÃO: nn. 303, 344, 421, 432a, 507, 514, 614, 629d; S. JORGE: p. CCCXI, BONIFÁCIO IX: n. 9; S. MIGUEL DE SOZA: nota 657, p. CCLVII, nota 663; S. PAULO DE FRADES: p. CCLXXXV; S. PEDRO DE LORVÃO: n. 300; S. PEDRO DE FOLQUES: p. CCXXXIV, nota 578, p. CCLVIII, nota 663. — porcion.: FERNANDES *(Fernandi)*, Álvaro *(Alvarus)*: n. 690; RODRIGUES DE FONTE PURA *(Roderici de Fonte Pudico)*, Martinho *(Martinus)*: n. 627; VASQUES *(Valasci)*, Martinho *(Martinus)*: n. 319. — provisão do bispado, conforme vontade de D. Afonso IV: nota 241. — quartanário: PERES *(Petri)*, João *(Johannes)*: n. 162. — recusa das décimas a D. Afonso V: p. CLXXIII. — representantes do cab. nas cortes de Lisboa de 1455: PEREZ, Álvaro e ROIZ, Mem: p. CCXXXVIII, nota 589. — *sacerdotes:* AFONSO *(Alfonsi)*, João *(Johannes)*: nn. 508, 513; FERNANDES DE GOUVEIA, Martinho: pp. CCCXLIX, CCCLVI, CCCLIX; LOURENÇO *(Laurentius)*: BENTO XIII: n. 74; PERES *(Petri)*, Gil *(Egidius)*: nn. 507, 514; SANCHES *(Sancii)*, João *(Johannes)*: n. 696; VASQUES *(Valasci)*, Lourenço *(Laurentius)*: n. 462. — subdiáconos: DOMINGUES *(Dominici)*, Gil *(Egidius)*: n. 221; GOMES *(Gometii)*, Lourenço *(Laurentius)*: n. 222. — *tercenário:* FERNANDES *(Fernandi)*, Álvaro *(Alvarus)*: n. 633, BENTO XIII: nn. 33, 72. — *tesoureiro:* p. CCLXXXI; FERREIRA, *Joham:* pp. CCLXXXI-CCLXXXII, nota 714; MARTINS, Antão: p. CI. — *vigário geral:* de D. João Galvão: MARTINS (*Martini*) DE RABELO, Vasco *(Valascus)*: pp. CCXXXVI-CCXXXIX, nota 589.

COIMBRA, Estu. ou Univ. de: prof. de dir.: GONÇALVES, Afonso: n. 663.

COLECTORIA APOSTÓLICA: ANES BRUNER *(Johannis Bruner)*, Roberto *(Robertus)*: n. 203; ANES *(Johannis)*, Vasco *(Valascus)*: BONIFÁCIO IX: n. 17; BODIN, Raimundo *(Raymundus)*: n. 635; BRISACH, *Alotus:* n. 555a; CAVALERI *(Cavellerii)*, Elias *(Helias)*: nn. 601, 603; CAVALERI *(Cavellerii)*, Pedro *(Petrus)*, b. de Silves: nn. 197, 338, 360, 401; ESTEVES *(Stephani)*, André *(Andreas)*: n. 204; FERNANDES *(Fernandi)*, Aires *(Arias)*: BENTO XIII: n. 19c; MASSELLO, *Bertrandus de:* nota 167; MONHETA *(Mogneta)*, Domingos *(Dominicus)* de: BONIF. IX: n. 18; PERES *(Petri)*, Álvaro *(Alvarus)*: n. 197; PERES *(Petri)*, Mendo *(Menendus)*: pp. CCLXXVII-CCLXXVIII, nota 706; RODRIGUES *(Roderici)*, Gonçalo (*Gunsalvus*): n. 561; SALAS (*Salis, Sulas*), Raimundo *(Raymundus)*: nn. 352, 401.

COLÓNIA *(Coloniensis)*: arceb.: p. CCXXXI, nota 549.

COLUMPNA, cardeal: notas 609, 645, pp. CCXXXIII, CCLXX.

COMENDADORES da Ordem de S. Tiago da Espada: pp. LXII, LXVI, LXXXIII, LXXXIV. — não obedecem ao mestre geral de Castela: pp. LXII, LXVI, LXXXII.

COMMINGES, França, dioc. de: b.: AMELIO DE LAUTREC: p. 104, nota 1.

COMPADRIO ou COMPATERNIDADE: impedimento entre D. Pedro e D. Inês de Castro, bem como entre o príncipe de Gales e a condessa de Kent: pp. CXXVII, CXXXIX, CXL, CXLVI, CLXIV, nota 344. — entre vários portugueses: p. CXL, nota 270.

COMPOSTELA, Espanha, dioc. de: p. 60, nota 2, nn. 287, 304. — arceb.: JOÃO *(Johannes)* GARCIA MANRIQUE: pp. CLXVIII, CCCLXXVII. — arceb. e a nacionaliz. da Ordem de S. Tiago da Espada em Portugal: pp. LXI, LXVII, LXX, LXXI, LXXIV, LXXV, nota 114, p. LXXVII, nota 116, pp. LXXVIII, LXXIX, LXXX, LXXXII, LXXXIV, LXXXV. — arceb. e matrimónios dos Infantes de Castela: nota 82, p. CXLII. — arceb. e supressão dos bens da Ordem do Templo: pp. XVIII-XXIII, XXVIII, XXX, XLVI, nota 82, p. XLIX, nota 90. — arcediag.: LOPO *(Luppus)* DE MENDONÇA: BENTO XIII: n. 77c, p. 324, nota 1; SALNÉS: BENTO XIII: nn. 85, p. 335, nota 2. — *beneficiados:* nos most. de Cluni: ANES DE PINHEIRA *(Johannis de Pignera)*, Gonçalo *(Gundissalvus)*: nn. 589, 594; ANES *(Johannis)*, Lourenço *(Laurentius)*: BENTO XIII: n. 45a; FERRO, Afonso *(Alfonsus)*: n. 682; GIL *(Egidii)*, Gonçalo *(Gonsalvus)*: n. 672. — *chantre:* PERES *(Petri)*, Vasco *(Valascus)*: pp. XIX, XX, XXII-XXIV, XXX. — *cónegos:* AFONSO *(Alfonsi)*, João *(Johannes)*: BENTO XIII: n. 86; BERTRANDO *(Bertrandus)* ATGÉRIO, cardeal: BENTO XIII: n. 85; DOMINGUES *(Dominici)*, Clemente *(Clemens)*: n. 645; FERNANDES DE SOUTO MAIOR *(Fernandi de Souto Mayor)*, João *(Johannes)*: BENTO XIII: n. 85; FERRO, Afonso *(Alfonsus)*: n. 682; GIL *(Egidii)*, Gonçalo *(Gonsalvus)*: n. 672; MARTINS *(Martini)*, Afonso *(Alfonsus)*: n. 641; PEDRO DE VARAIS *(Petrus de Varaãs)*: BENTO XIII: n. 19k; PERES *(Petri)*, Gil *(Egidius)*: BENTO XIII: n. 57. — *deão:* AFONSO *(Alfonsi)*, João *(Johannes)*: BENTO XIII: n. 86.

CONCÍLIOS: *VIDE:* BASILEIA. CALCEDÓNIA. CONSTANÇA. CONSTANTINOPOLITANO. ÉFESO. FERRARA. FLORENÇA. NICEIA. VIENA DE FRANÇA.

CONCÓRDIA: entre o b. e cab. do Porto e D. Afonso V sobre a jurisdição da cidade: p. CCCX.

CONDE DE TOVAR: pp. CCCLXX, CCCLXXIII (nota 14), CCCLXXIV, CCCXC, CCCXCI, CCCXCV, notas 1073, 1081.

CONDON, França, dioc. de: AMÉRICO *(Americus)* NOEL: p. 317, nota 1.

CÓNEGOS REGRANTES: *Cónegos:* ANES, Fernando: p. CCXCIII; ANES, Pero: p. CCCXXXIV; EANES, Gil: p. CCXCIII. — *mosteiros ou prioratos:* S.TA CRUZ DE COIMBRA: pp. CVII, CCXXXVII, nota 589, pp. CCXCIII, CCCVII, nota 841, pp. CCCIX-CCCXI, CCCXX-CCCXXI, nota 891, pp. CCCXXXIII, CCCXXXIV, CCCXXXVI, CCCXCVII, CCCXCIX, n. 269, BONIFÁCIO IX: n. 9; S.TA MARIA DE CÁRQUERE: nn. 269, 330, 346, 347; S.TA MARIA DE LANDIM: nota 668, n. 169; S. JOÃO DE LONGOS VALES: nn. 561a, 563, 566; S. JORGE: p. CCCXI, BONIFÁCIO IX: n. 9; S. PEDRO DE FOLQUES: p. CCXXXIV, nota 578, p. CCLVIII, nota 663; S. SALVADOR DE PADERNE: BONIFÁCIO IX: n. 9; S. VICENTE DE FORA DE LISBOA: p. CI, nota 168, pp. CCXCII, CCXCIII, CCCI, CCCII, CCCV, CCCXXXVI, n. 561a.

CONSERANS *(Conseranensis)*, França, dioc. de: b.: nn. 401a, 513, 564, 614a; AMÉLIO DE LAUTREC: n. 402, p. 104, nota 1.

CONSIGLIO DEL POPOLO, cidade de Bolonha: súplica em favor do português Martinho Martins, reitor da univers.: pp. LXXXIX-XC.

CONSTANÇA *(Constantiensis)*, concí. de: pp. CLXIX, CXCVIII, CCXX, nota 513. — condenação dos Boémios: p. CXCVIII. — deposição do papa João XXIII: p. CLXIX. — eleição do papa Martinho V: p. CLXIX. — participantes: PEDRO DE AILLACO *(d'Ailly)*, cardeal: p. 329-330, nota 1. — união dos bens de igrejas, desanexados durante o cisma: p. CLXIX.

CONSTANÇA, duquesa, e o reino de Portugal: pp. CXVI, CXVII.

CONSTANÇA, filha do Infante João Manuel, casada com D. Pedro: pp. CXXIII, CXXIV-CXXX, CXXXII, CXXXIII, CXLI, CLI, CLXVII, CCCLXVII, CCCLXVIII, CCCLXXIII, CCCXC, CCCXCII-CCCXCIX. — casamento com D. Pedro e Frei Álvaro Pais: p. CXXXIII. — casamento com D. Pedro e os papas Bento XII e Clemente VI: pp. CXXIX, CXXX, CXXXII. — comadre Dona Inês de Castro: pp. CXXVII, CLX, CLXI. — dispensa do impedim. de honestidade pública ou de justiça: p. CXXXII. — dúvidas do arceb. de Braga D. Gonçalo sobre a aplicação da bula do papa João XXII: pp. CLI, CCCLXXI, CCCXCIII. — esposórios com o rei de Castela D. Afonso: pp. CXXXII, CXXXIII, CXLI. — filhos: FERNANDO, rei de Portugal: pp. CXXIV, CCCXCVII-CCCXCVIII; LUÍS: pp. CXXV, CXXVII, CXXXIX, CCCXCV, CCCXCVII; MARIA: pp. CCCXCVII, CCCXCVIII. — matrimónio inválido com D. Pedro durante vários anos: pp. CXXIII-CXXX, CLI, CCCXC, CCCXCII-CCCXCV. — sobre a data da morte: pp. CCCXCVII-CD. — rainha de Castela: p. CXLI.

CONSTANÇA *(Constança)*, mulher do Infanta D. João de Portugal, duque de Valência, e filhe do falecido rei de Castela D. Henrique: rol de

súplicas: BENTO XIII: nn. 11-18. — familiar: NARBONA, Raimundo *(Raymundus)*: BENTO XIII: n. 11.

CONSTANÇA *(Constantie)*, residência do papa Martinho V: p. CCLI, nota 650.

CONSTANTIA, *Willelmus de:* pp. CCXLV, CCXLVIII, nota 639.

CONSTANTIENSIS: BENTO XIII: n. 18d.

CONSTANTINÓPOLA *(Constantinopolim)*: VI concílio: pp. CXCVI, CXCVIII.

CONSTANTINÓPOLA *(Constantinopolim)*: nota 467, pp. CCIV, CCX, CCXIII, CCXV. — administrador: AFONSO *(Alfonsus)* DE EXEA ou DE CÓRDOVA: p. 247, nota 1. — imperador: p. CC, nota 463, pp. CCI, CCIV, nota 480, pp. CCVII, CCXI-CCXIV, CCXVII, CCXVIII, CCXIX, CCXXII. — patriarca: notas 463, 480, pp. CCVII, CCXII, CCXIX, CCXXII. — porto de: nota 494.

CONTE DE RENA, Gusbertto de, milanês, doutorado em dir. canón. na univ. de Bolonha: nota 176.

CONTENDAS: entre o clero e os reis D. Afonso II e Sancho II: p. CIV.

CORBIGNEYO, *Petrus de*, doutor em leis, conselheiro e embaix. de D. Afonso IV ao papa: p. CLVII. *VIDE:* CORBINIACO, Pedro de.

CORBIGNY, Pedro de, embaix. de D. Afonso IV ao papa: p. CLIX. *VIDE:* CORBINIACO *(Corbigneyo, Corbigny)*, Pedro *(Petrus)* de.

CORBINIACO *(Corbigneyo, Corbigny)*, Pedro *(Petrus)* de, mestre, doutor em leis, cons. e embaix. de D. Afonso IV ao papa: pp. CLIV-CLVII, CLXVI. — cartas do papa e descontentamento do Inf. D. Pedro com o embaixador: pp. CLVI-CLVII. — na Cúria do papa Inocêncio VI e do rei de França, a tratar do casam. do Inf. D. Pedro com uma das filhas do rei de França: p. CLVII.

CORCELLIS, *Thomas de*, e a eleição do antipapa Félix V: p. CCXLVI. — embaix. do concí. de Basileia à dieta de Nuremberga: nota 512.

CÓRDOVA *(Cordubensis)*, Espanha, dioc. de: arced.: CASTRO: FERNANDES *(Fernandi)*, João *(Johannes)*: p. LX. — *beneficiados:* AFONSO *(Alfonsi)*, Diogo *(Didacus)*: BENTO XIII: n. 83; ANES *(Johannis)*, Estêvão *(Stephanus)*: BENTO XIII: n. 39; RODRIGUES *(Roderici)*, Antão *(Anthonius)*: n. 714. — b. e os bens da Ordem do Templo, a aplicar à Ordem do Hospital: p. XLVI, nota 82, p. XLIX. — *clérigos:* AFONSO *(Alfonsi)* DE PALMA DEL RIO, Pedro *(Petrus)*: BENTO XIII: n. 91; LOPES *(Luppi)*, Pedro *(Petrus)*: BENTO XIII: n. 107. — *cónegos:* ANES *(Johannis)*, Estêvão *(Stephanus)*: BENTO XIII: n. 39; FERNANDES DE MONTEMOR *(Fernandi de Monte Mayor)*, Diogo *(Didacus)*: BENTO XIII: n. 107; GARCIA *(Garsie)*, João *(Johannes)*: nn. 650, 698; LOPES *(Luppi)*, Pedro *(Petrus:* BENTO XIII: n. 107. — *deão:* p. XCVII; FERNANDES *(Fernandi)*, João *(Johannes)*: pp. LIX-LX. — *igrejas:* S.TA MARIA DE BUJALANCE: n. 625; S.TA MARIA DE PALMA: BENTO XIII: n. 91; S.TA MARIA DE TRASIERRA: n. 625; S.TO ANDRÉ DE CÓRDOVA: n. 714. — preceptor. de Calatrava: BENTO XIII: n. 104. — rei: FERNANDO: p. XXXIII. — *tesour.:* nacionaliz. da Ordem de S. Tiago da Espada em Portugal: pp. LXXXIV, LXXXV.

CÓRIA, Espanha, dioc. de Sevilha: *VIDE:* CÓRIA. S.TA MARIA DE CÓRIA.

CÓRIA *(Coyra, Cauriensis)*, Espanha, cidade e dioc. de: b.: nota 157; AFFOMSO: pp. CCCLXXXIV, CCCLXXXV. — *beneficiado:* VASQUES *(Velasci)* DE SABUGAL, Rodrigo *(Rodericus)*: BENTO XIII: n. 38. — *cónegos:* AFONSO *(Alfonsi)*, Garcia *(Garsias)*: BENTO XIII: n. 64; SANCHES *(Sancii)* DE CISNEROS, Diogo *(Didacus)*: BENTO XIII: n. 97; VASQUES *(Velasci)* DE SABUGAL, Rodrigo *(Rodericus)*: BENTO XIII: n. 38. — *deão:* GALOS, Martinho *(Martinus)*: BENTO XIII: n. 99.

CORIZOPITENSIS, França: *VIDE:* QUIMPER.

CORMANO, P.: p. CCVII.

CORNES, conc. de Vila Nova de Cerveira, dioc. de Tui, hoje de Braga: *VIDE:* S. PANTALEÃO DE CORNES.

CORNETANUS, b., embaix. do concí. de Basileia à Bretanha: pp. CCLXXV-CCLXXVI.

CORON *(Coronensis)*, b. de: embaix. do papa Eugénio IV aos Gregos: notas 479, 480, p. CCXIV.

CORONEL, Maria, nobre mulher de Sevilha, viúva do caval. João de Serda: BENTO XIII: n. 18a.

CORPA, Espanha, dioc. de Toledo, igr. par. de: BENTO XIII: n. 67. — *porcion.:* MARTINS *(Martini)*, Afonso *(Alfonsus)*: BENTO XIII: n. 67.

CORREA, Martinho, frade do Carmo de Lisboa, jubilado: nota 744, p. CCXCVII.

CORREIA, Afonso, reitor da igr. de S.ta Maria de Valada: p. CCCXLVIII.

CORREIA *(Correa)*, Diogo *(Didacus)*, clér. da dioc. de Coimbra, porcion. na dioc. de Segóvia: BENTO XIII: n. 19.

CORROIOS *(Corroyos)*, possessões de Nuno Álvares Pereira: p. CLXXVI.

CORTE DE ROMA ou do papa, tanto em Roma como em Avinhão ou outra qualquer cidade, onde residia o papa: p. CCCXCIII.

CORTES DE 1334: p. CXXXII.

CORTES DE COIMBRA de 1385: pp. CIV-CVII, nota 183, pp. CXXIII, CXXIV, CXXVI-CXXVIII, CXXXIII, CXXXVIII, nota 263, pp. CXXXIX, CXLVIII, CLVIII, CLXVIII, CCCLXVII-CCCLXVIII, CCCLXXIII, CCCLXXIV, CCCXCII, CCCXCVI.

CORTES DE LEIRIA de 1376: p. CCCLXXVI.

CORTES DE LISBOA de 1438: regência entregue ao Infante D. Pedro: p. CLXXXVII.

CORTES GERAIS DE LISBOA de 1455: pp. CCXXXVII-CCXXXVIII, nota 589. — representantes dos prelados: ALVAREZ CARDOSO, Fernando, por D. Fernando, arceb. primaz de Braga, e pelo b. da Guarda D. Luís; EANES, Luís, por D. Jaime, eleito confirmado de Lisboa; EANES, Luís, pelo b. do Algarve, D. Álvaro Afonso; GONÇALVEZ, Martim, pelo b. de Lamego D. João; GRAAZ, Álvaro, por D. Luís, b. do Porto; JOÃO, b. de Ceuta e primaz de África; MARTINS DE RABELO, Vasco, pelo b. de Viseu D. João; MARTINS, Jorge, pelo b. de Coimbra D. Afonso, etc.: pp. CCXXXVII-CCXXXVIII, nota 589.

CORTES DE SÓRIA: p. CCCLXXIX.

CORTIÇADA, conc. de Aguiar da Beira, dioc. da Guarda, hoje de Viseu: n. 152. — gramático: VICENTE *(Vincentii)*, João *(Johannes)*: n. 152.

CORUCHE, conc. de Coruche, dioc. de Évora, igr. de. *VIDE:* S. MIGUEL DE CORUCHE.

CORUCHE *(Coruchi)*, João *(Johannes)* de, cón. de Lisboa: n. 636h.

COSENZA *(Cusentinus)*, Itália, dioc. de: arceb.: NICOLAU *(Nicolaus)* DE BRANCACCIO: n. 193, p. 33, nota 1, p. 278, nota 2.

COSPI, Paulo, notário da univers. de Bolonha: nota 176.

COSTA, João da, nobre, diácono da dioc. de Coimbra, reitor da igr. de S.ta Maria de Figueiró: nota 751. — cubiculário do papa Eugénio IV, cón. e tesour. de Viseu: pp. CCXLI-CCXLII. — cubic. papal, chantre de Coimbra e capelão do papa: p. CCCVIII.

COTRAL, João Esteves *(Johannes Stephani)*: *VIDE:* ESTEVES *(Stephani)* COTRAL, João *(Johannes)*.

COUTINHO, Fernando, dispensa matrimonial: nota 270. *VIDE:* CASTRO, Joana de.

COUTINHO, Fernando *(Fernandus)*, prior da coleg. de Guimarães: pp. CCLXVII-CCLXVIII, nota 673.

COUTINHO, Fernando Martins, b. de Coimbra: *VIDE:* MARTINS COUTINHO, Fernando.

COUTINHO *(Coutino)*, Luís *(Ludovicus)*, nobre, afecto à rainha Dona Leonor e a D. Afonso V, cón. e deão de Lamego, estud. de dir. canón. em Pádua, protonotário apostól., reitor da igr. de S. Salvador de Bouças, b. de Viseu, por privação de D. Luís do Amaral, e b. de Coimbra, arceb. de Lisboa e referendário pontif.: arceb. de Lisboa: p. CCXXXIII, nota 578. — correspond. com o ab. Gomes Anes: p. CCXXXV, notas 584, 585. — criado e capelão: GUILHERME, Adriano *(Adrianus)*: pp. CCXXXV-CCXXXVI, nota 587, pp. CCXXXIX-CCXLI. — criado ou familiar: AFONSO, Lopo: p. CCXXXVI, nota 587. — criado de D. Duarte: nota 577. — curial do papa Eugénio IV: p. CCXXXIX. — deão de Lamego: p. CCXXXIV, nota 584. — dispensa do juramento de fidelidade ao metropolita: p. CCXLI. — estudante em Pádua e em Sena: pp. CCXXXIV-CCXXXV, nota 584, p. CCXLI. — juramento de fidel. ao arceb. de Braga: pp. CCXXXV-CCXXXVI, nota 587, p. CCXLI. — primo de D. Fernando de Meneses: nota 585. — promoção a b. de Viseu, por priva. de D. Luís do Amaral: pp. CCXXXII-CCXXXIII, CCXLIV. — protonotário apostól.: pp. CCXXXII-CCXXXIV, nota 582, p. CCXXXV, nota 585, p. CCXXXIX, nota 590, p. CCXL. — recepção de Ordens e sagração episcopal: pp. CCXL-CCXLI, nota 597. — referendário pontif.: p. CCXXXIV, nota 579. — regresso a Portugal, com faculd. de absolver os cismát.: pp. CCXLI-CCXLII. — reitor da igr. de S. Salvador de Bouças: pp. CCXXXIV, notas 579, 582, pp. CCXL, CCXLIII-CCXLIV. — relações e privação do mestre-escola de Coimbra Dr. Álvaro Afonso: pp. CCLXXXIII-CCLXXXV.—residência em Sena: pp. CCXL-CCXLI. — seu escudeiro e vedor-mor em Lamego: p. CCXXXIV, nota 578. — seu pai: VASQUES *(Valasci)* COUTINHO, Gonçalo *(Gundissalvus)*: nota 582. — transferência para a sé de Coimbra: p. CCXXXIII, notas 578, 579, pp. CCXXXV-CCXXXVI, nota 587, pp. CCXXXVIII-CCXXXIX, nota 590, p. CCXLII, nota 609, p. CCXLIII. — vigário geral seu: AFONSO, Gil: nota 606.

COUTO *(Cauto)*, conc. e dioc. de Braga, arced. do: n. 234, BENTO XIII: n. 57. — arced.: PERES *(Petri)*, Gil *(Egidius)*: n. 234, BENTO XIII: n. 57.

COVAS, conc. de Vila Verde (?), Boticas (?), dioc. de Braga, igr. de: p. CCLXXVII, nota 706. — abade: AFFONSO, *Joham:* p. CCLXXVII, nota 706.

COVILHÃ *(Covilhaa)*, Gonçalo Anes da *(Gonsalvus Johannis de)*: *VIDE:* ANES DA COVILHÃ *(Johannis de Covilhaa)*, Gonçalo *(Gonsalvus)*.

CRASBECK, Serra: nota 380: priores de Guimarães: nota 380.

CRASTELOS, conc. de Lousada, dioc. de Porto: n. 608. — *VIDE:* CRISTELOS. S.TO ANDRÉ DE CRISTELOS.

CRATO, prior do: pp. CLXXXVII-CLXXXVIII, CCCLV, CCCLVIII, CCCLIX. — regência do Infante D. Pedro e rainha D. Leonor: pp. CLXXXVII-CLXXXVIII.

CRISE DA NACIONALIDADE: D. Fernando: p. VII. — Mestre de Avis: p. VII.

CRISÓGONO, Itália, tít. cardinal. (S.): *VIDE:* ANTÃO *(Antonius)* MARTINS. MARTINS, Antão *(Antonius)*.

CRISTELOS *(Crastelos)*, conc. de Lousada, dioc. do Porto: *VIDE:* S.TO ANDRÉ DE CRISTELOS.

CRISTO, Ordem de: *VIDE:* ORDEM DE CRISTO.

CRUCIFIXO DE BOUÇAS *(Crucifixi de Boucis)*, conc. de Matosinhos, dioc. do Porto, igr. do: n. 316. — reitor: FERNANDES *(Fernandi)*, Estêvão *(Stephanus)*: n. 316.

CUBICULÁRIOS PAPAIS: A., prepósito de Tolosa: p. 329, nota 1; ANES DE ÓBIDOS, Gonçalo: pp. CCXIV, CCXXV-CCXXVI, nota 516, p. CCLXI, notas 671, 672, p. CCLXII, nota 672; ARIAS *(Arie)*, Martinho *(Martinus)*: pp. CCLII-CCLIII, nota 657, pp. CCLXX, CCLXXII; ARSÉNIO, monge de Florença: p. CCLXXXIX; BAYLER, Henrique: p. 179, nota 1; COSTA, João Lopes da: pp. CCXLI, CCCVIII; DIAS *(Didaci)*, Rui *(Rodericus)*: p. CCLX, nota 668, pp. CCLXIX, CCCXLVII; LEMOS, Afonso Gomes de: pp. CCLXI-CCLXII, notas 671, 672; NUNES, João: p. CCXLII; P., ab. do most. de S. Bento de Bargiis: BENTO XIII: n. 19i, p. 296, nota 1; P., ab. do most. de D. João da Pinha ou Peña: BENTO XIII: n. 7, p. 278, nota 1; PEREZ CALVILHO, Fernando *(Fernandus)*: BENTO XIII: p. 272, nota 1; PETRI, *Alvarus*: nota 579; RODRIGUES *(Roderici)* GALVÃO, João *(Johannes)*: p. CCCXIX, nota 886.

CUÇURANS = CASSURRÃES: *VIDE:* S. TIAGO DE CASSURRÃES.

CUÉLLAR *(Cuellón)*, Espanha, dioc. de Segóvia: n. 308.

CUELLON *(Cuelloñ)*, Espanha, dioc. de Segóvia: n. 308. *VIDE:* CUÉLLAR.

CUENCA *(Conchensis)*, Espanha, dioc. de: arced. Optense (Huete): MARTINS, Álvaro: nota 176. — *beneficiados:* LOPES *(Lupi)*, Pedro *(Petrus)*: BENTO XIII: n. 110; SANCHES *(Sancii)* DE MUNIELLA, João *(Johannes)*: BENTO XIII: n. 110. — b.: DIOGO *(Didacus)* ANAYA Y MALDONADO: p. 185, nota 1; b. embaix. do rei de Castela no concí. de Basileia: notas 493, 494, 513. — *clérigo:* DIAS *(Didaci)* DE ARCAS, Rodrigo *(Rodericus)*: n. 366. — *cónegos:* ANES *(Johannis)*, Salvador *(Salvator)*: n. 654; DIAS *(Didaci)* DE ARCAS, Rodrigo *(Rodericus)*: n. 366; FERNANDES *(Fernandi)* DE CABEÇÓN, Afonso *(Alfonsus)*: n. 624; GARCIA DE AQUILAR *(Garsie de Aquilari)*, Afonso *(Alfonsus)*: n. 91; TORRE *(Turri)*, Fernando *(Fernandus)* de: n. 367.

CUMANUS, cardeal: notas 609, 645, p. CCLXX.

CUNHA, Álvaro da, nobre de armas nas cortes de Coimbra de 1385: p. CVII.

CUNHA, Leonor da, filha de Martim Vasques da Cunha e mulher do Dr. João das Regras: pp. CXXXV-CXXXVI, nota 259.

CUNHA, Lopo Vaz *(Lupus Valasci)* da, postulado para b. de Tui: pp. CIV, CLXIX.

CUNHA, Rui da, embaixador ao papa Eugénio IV e prior da coleg. de Guimarães: p. CLXXIX, nota 380, p. CLXXX, CLXXXII, CLXXXV-CXC, CCXLIV. — contendas com o arceb. de Braga: pp. CCLXV-CCLXVI, nota 673. — deão de Viseu: nota 610. — postulado b. de Viseu por D. Afonso V: pp. CCXLIII-CCXLIV. — prior da coleg. de Guimarães: pp. CLXXIX, CLXXX, CLXXXII, CLXXXIV, CLXXXV, CCXLIII, nota 610, pp. CCXLIV, CCLXIV, nota 673. — privado do priorato da coleg. de Guimarães e outros benef.: p. CCXLII, nota 610, p. CCLXIV, nota 673. — reitor da igr. de S. Salvador de Bouças: pp. CCXLIII-CCXLIV.

CÚRIA DE ROMA, resid. papal: residência de D. Toríbio, b. de Tui: p. CLXVIII. *VIDE:* CORTE DE ROMA.

CÚRIA PONTIFÍCIA: presença de D. Estêvão, b. do Porto, no reinado de D. Dinis: pp. XXXI-XXXII, notas 43, 44, 45, pp. XXXVI-XXXVIII.

CÚRIA PONTIFÍCIA, univers. de: professor: FREI JOÃO DE S. TOMÉ: nota 677.

CUSA, Nicolau *(Nicolaus)* de: embaix. do papa Eugénio IV ao imper. dos Gregos, a Constantinópola: p. CCIV, notas 477-479, p. CCXIII, nota 494, pp. CCXLVII-CCXLVIII, notas 637, 639. — prepósito de Meyvelt: nota 477. — prepós. de S. Florim: p. CCXLVII, nota 637. — processo do concí. de Basileia contra ele, embaix. do papa aos Gregos: pp. CCXLVII-CCXLVIII, notas 637, 639.

D

DACRE, Vicente, testemunha: p. LXXXIV.

DAENS, Jorge *(Georgius)*, clér. da dioc. de Tournai: nota 710.

DALPHINUS, b. de Parma, embaix. do concí. de Basileia aos Gregos por Itália: notas 463, 484, 494. *VIDE:* PARMA.

DALVYM, Violante, mulher do Dr. Vasco Fernandes de Lucena: p. CXCI. *VIDE:* ALVIM, Violante de.

DANDRADE, Roy: *VIDE:* ANDRADE, Roy de.

DARDANOVO, *Ambrosius*, mestre, escritor das letras apostól.: p. CCLV, nota 661.

DAURDIS, *Petrus*, arced. de Poitier, escritor das letras apostól.: p. CCLXIII, nota 672.

DAX *(Aquensis)*, França, dioc. de: b.: JOÃO *(Johannes)* BAUFHES: p. 165, nota 1, p. 329, nota 1; JOÃO *(Johannes)* GUTERRES, legado de Urbano VI em Portugal e Castela: BONIFÁCIO IX: n. 18, p. 394, nota 4.

DECRETAIS DE GREGÓRIO IX e a legislação matrimonial, em relação com os casam. e desposórios do Infante e rei D. Pedro: pp. CXXXI-CXXXII, CLX, CCCLXXXIX, CCCXCIV.

DECRETOS: *VIDE:* DIREITO CANÓNICO.

DECUMANORUM: *VIDE:* BERTRANDO DE MILÃO.

DELGADO, Pay, alberg. ou hosp. de Lopo Soares: nota 259.

DELLANTE, *Bartholomeus*, clér. da câmara apostól.: notas 650, 677.

DERLEHE, João *(Johannes)* de: *VIDE:* BROUBE, João *(Johannes)* de.

DERTUSENSIS, Espanha, dioc.: *VIDE:* TORTOSA.

DIAS *(Didaci)*, Álvaro *(Alvarus)*, clér. de Lisboa, porcion. na igr. de S. Bartolomeu de Lisboa: n. 501.

DIAS ARNAUT, Salvador: notas 222, 248-250. — crise da nacionalidade: notas 222, 248-250, 1025-1032, 1035, 1036-1042, 1044, 1045.

DIAS *(Didaci)* DE ARCAS, Rodrigo *(Rodericus)*, clér. da dioc. de Cuenca, bacharel em decretos, cón. de Cuenca: n. 366.

DIAS *(Didaci)* DE CABUÉRNIGA, Afonso *(Alfonsus)*, capelão da rainha D. Beatriz, cón. de Palença: n. 684c. — sacerd. da dioc. de Palença, cón. da igr. de S.ta Maria de Husillos: nn. 684e, 691a.

DIAS *(Didaci)* DE CABUÉRNIGA, Garcia *(Garsias)*, nobre, caval. e guarda do rei de Castela D. João e marechal do Infante D. Fernando: n. 691b.

DIAS *(Didaci)* DE ESCOBAR, André *(Andreas)*, b. de Mégara: pp. CXX, CCLIII, notas 659, 660, p. CCLVII, nota 663. — reitor do priorato de S. Miguel de Soza: p. CCLII, nota 663. *VIDE:* ANDRÉ *(Andreas)* DIAS DE ESCOBAR.

DIAS DINIZ, Joaquim, OFM: nota 378.

DIAS *(Didaci)*, Rodrigo *(Rodericus)*, clér. da dioc. de Lisboa, porcion. na igr. de S. Tiago de Torres Vedras: n. 531.

DIAS *(Didaci)*, Rodrigo *(Rodericus)*, deão de Braga, cubiculário do papa, futuro b. de Silves: arced. de BARROSO: p. CCLI, nota 652, p. CCLII, notas 654, 668. — arced. de Celorico da Beira: p. CCCXLVII. — b. de Silves: pp. CCVI, nota 483, p. CCXLIX, nota 645, pp. CCL, p. CCLIII, nota 657, pp. CCLIV-CCLV, nota 661, pp. CCLXIX-CCLXXII, nota 687, pp. CCLXXIII-CCLXXV. — carta do papa Martinho V a D. João I, a interceder por ele: p. CCLI, nota 652. — carta sua desde Constantinópola: pp. CCXI-CCXIII, nota 484. — colector apostól. em Portugal: pp. CCL-CCLI, notas 651-652, 668. — cón. da Guarda: p. CCCXLVII. — cón. de Braga: pp. CCL-CCLI, notas 650-651, p. CCLII, notas 656, 657, 660. — cón. de Évora: p. CCLXXIII. — cón. do Porto: p. CCLII, nota 655. — cubiculário do papa Eugénio IV: p. CCLX, nota 668, p. CCLXIX. — deão de Braga: pp. CLXIX, CCV, CCLVIII, CCLIX, CCLX, notas 667, 668, pp. CCLXX, CCLXXI, CCLXXIII, CCCXLVII. — deão de Lisboa: pp. CCLII, notas 657, 660, p. CCLVI, nota 661, p. CCLVII, nota 663. — defensor na Cúria Romana dos direitos portug. nos mestrados e bispados em relação com Castela: pp. CCLXI-CCLXII, notas 671, 672. — desintelig. e concórdia com el-rei D. Duarte: pp. CCLX-CCLXI, notas 669-670. — embaixa. do papa Eugénio IV aos Gregos, a Constantinópola: pp. CCV-CCVI, CCXLII, CCXLVII-CCXLVIII, notas 637, 639, p. CCXLIX. — familiares seus ou criados: ÁLVARES *(Alvari)*, Lopo *(Lupus)*: nota 483, p. CCLXIX, nota 679, p. CCLXXII; ANES, Martinho: p. CCLXXIII; ANES, Tomé: p. CCLXXIII. — impedido da posse da dioc. de Silves pelo regente D. Pedro: pp. CCLXX-CCLXXII. — participa no concí. de Florença: p. CCLXXXVI, nota 740. — participa no sínodo de Braga de 1435: pp. CCLVIII-CCLX, nota 667. — porcion. na igr. de S.ta Cruz de Lisboa: nota 657. — processo do concí. de Basileia contra ele, embaix. do papa aos Gregos: pp. CCXLVII-CCXLVIII, notas 637, 639. — promotor dos negócios do regente D. Pedro e do arceb. de Braga junto do papa: pp. CCLXX-CCLXXII. — reitor do ermit. de S.ta Maria de Azinhoso: pp. CCLIV, CCLV, nota 661, p. CCLXXII, nota 687. — reitor da igr. de S.ta Maria de Lourinhã: nota 660, p. CCLVIII. — residente em Itália em 1411: p. CCL. — residente na Cúria do

papa em 1424 e anos seguintes: pp. CCLI-CCLIII, notas 651-657, 664, p. CCLVIII. — residente e procurador na Cúria papal do arceb. D. Fernando da Guerra: p. CCL, nota 650. — residente na Cúria e presente na câmara apostól. em 1437, etc.: nota 657. — salvo-conduto do papa Martinho V: pp. CCLI-CCLII, nota 653.

DIAS *(Didaci)*, Rodrigo *(Rodericus)*, sac. da dioc. de Lisboa, porcion. na igr. de S. Pedro de Torres Vedras, familiar do Infante D. João: n. 391.

DIAZ, Lopo, mestre da Ordem de Cristo: p. CCCLXXXVIII.

DIDACI, *Gundisalvus*, cón. de Viseu: p. CCCLVIII.

DIDACUS, duque de Viseu: nota 896.

DIEGO, b. de Ávila: p. CCCLXXXV.

DIGNE *(Dignensis)*: b.: PEDRO *(Petrus)*: embaix. do papa Eugénio IV aos Gregos em Constantinópola: p. CCIV, notas 477, 478, p. CCX, notas 484, 494, pp. CCXLVII-CCLVIII, notas 637, 639. — processo do concí. de Basileia contra ele embaix. do papa Eugénio IV aos Gregos: pp. CCXLVII-CCXLVIII, notas 637, 639.

DINIS *(Dionisius)*, rei de Portugal: bens dos Templários: pp. VIII-X, XII, XVI, XXII-XLVIII, L-LVI.—clérigos e familiares: ARIE, *Stephanus*: p. LI, LII; ESTEVES, João: p. LIV. — convocado ao concí. de Viena de França: pp. XXIII, XXXIV. — e Frei ESTÊVÃO *(Stephanus)*, custódio dos Franciscanos, b. do Porto e de Lisboa: pp. XXV-XXXV, XXXVI-XXXIX. — e VASCO FERNANDES, antigo mestre do Templo e preceptor da Ordem de Cristo: p. LIII. — fundação da Ordem de Cristo: pp. VIII, XLIII-XLVI. — nacionaliz. da Ordem de S. Tiago da Espada em Portugal: pp. VIII, XLIV, XLV, LVI-LXXXI. — nomeação do arceb. de Braga D. João Martins de Soalhães: nota 56. — pedido de dispensa para o Infante D. Pedro casar com D. Branca: pp. CXXX, CXLV-CXLVI. — procuradores junto do papa Clemente V: JOHANNIS, *Vincentius*: p. XVI; LAURENTII, *Johannes*: p. XVI. — procuradores junto do papa para a nacionaliz. da Ordem de S. Tiago da Espada: ANES *(Johannis)*, Vicente *(Vincentius)*: p. LVI; DOMINGUES *(Dominici)*, Rodrigo *(Rodericus)* pp. LIX-LX; PESSANHA, Manuel: p. LVI. — procuradores junto do papa para a fundação da Ordem de Cristo: LOURENÇO DE MONSERRAZ *(Laurentii de Monteserrato)*, João *(Johannes)*: pp. XLIII-XLV, LVI; PERES *(Petri)*, Pedro *(Petrus)*: pp. XLIII-XLV, LVI. — sua mulher, Rainha Santa Isabel: pp. XXV, LI-LII, nota 93, p. LXXXVII, nota 125, p. LXXXVIII, nota 127, p. XCII, nota 136. — tabelião: IOHANNIS, *Dominicus*: p. IX.

DINIS *(Denis, Dionisius)*, filho de D. Pedro e D. Inês de Castro: pp. CXXVI, CXXVIII, CXLIX, CLXI-CLXII, notas 336, 338, BENTO XIII: n. 94. — seu filho: JOÃO *(Johannes)*: BENTO XIII: n. 94. — súplicas do pai ao papa Inoc. VI e concessões respect.: pp. CXLIX, CLXI-CLXII, notas 336, 338. — súplicas suas ao papa: nn. 709-717.

DINIS *(Dionisius)* DE SABRENAIS, mestre em teol. da univers. de Paris, embaix. do concí. de Basileia ao duque de Bretanha: notas 539, 542, 544, 549.

DIOGO *(Didacus)* ANAYA Y MALDONADO, b. de Tui, de Orense, de Salamanca, de Cuenca, e arceb. de Sevilha: n. 619, p. 185, nota 1.

DIOGO *(Didacus)* DE CAXINS, clér. da dioc. de Braga, benef. na dioc. de Toledo: BENTO XIII: n. 46.

DIONÍSIO *(Dyonisius)*, hierarquia de: p. CXCV.

DIONISIUS DE SABRENAYS: *VIDE:* DINIS *(Dionisius)* DE SABRENAIS.

DIREITO: *bacharel:* ANES *(Johannis)*, Gonçalo *(Gundissalvus)*: n. 259. — *estudantes:* JOÃO DE PORTUGAL *(Johannes de Portugalia)*: n. 257; GUERRA, Fernando da: p. CCL; MARTINS COUTINHO, Fernando, em Bolonha e Pádua: p. CCL; MARTINS, Nuno, na univers. de Lisboa: p. CCCI. *VIDE:* DIREITO CANÓNICO. DIREITO CIVIL. DIREITO CANÓNICO E CIVIL (AMBOS OS DIREITOS).

DIREITO CANÓNICO: *Bacharéis:* AFONSO DE AZAMBUJA, João: pp. CXVII, CCCLXIX; ANDESTER, Filipe *(Philippus)* de: nn. 691c, 702, BENTO XIII: nn. 9c, 18b; ANES *(Johannis)*, Cristóvão *(Christoforus)*: pp. CXII, CXV; ANES *(Johannis)* DE GAUDIIS, Gonçalo *(Gundissalvus)*: nn. 76, 206, 259, 312, 351, 359, 476, 516; ANES DE ÓBIDOS, Gonçalo: p. CCLXII, nota 672; ANES *(Johannis)*, Gonçalo *(Gundissalvus)*: nn. 76, 217, 226, 254, 259, 460, 461; ANES *(Johannis)*, Rodrigo *(Rodericus)*: nn. 61, 186a; ARIAS *(Arie)*, Martinho *(Martinus)*: p. CCLXXII; CLAUSTRIS, Elias *(Helias)* de: n. 307; DIAS *(Didaci)* DE ARCAS, Rodrigo *(Rodericus)*: n. 366; DOMINGUES *(Dominici)*, Afonso *(Alfonsus)*: nn. 225, 638, BENTO XIII: n. 22; DUESO, Domingos *(Dominicus)*: n. 616; DURANDO *(Durandi)*, João *(Johannes)*: nn. 54, 186, 410, 438; ESTEVES *(Stephani)*, Gonçalo *(Gundissalvus)*: p. XCIX, nota 165; ESTEVES *(Stephani)*, Pedro *(Petrus)*: pp. C-CI, nota 168; FERNANDES *(Fernandi)*, Álvaro *(Alvarus)*: p. CCXXVIII, nota 533; FERNANDES *(Fernandi)* DE CABEÇÓN, Afonso

(Alfonsus): n. 624; FERNANDES *(Fernandez)*, João *(Joham)*: p. CCLIX, nota 667; GARCIA *(Garsie)*, João *(Johannes)*: n. 698; GIL *(Egidii)*, Álvaro *(Alvarus)*: BENTO XIII: n. 25; GONÇALO DE ZUNIGA *(Gundissalvus de Aztuniga)*: p. 369, nota 2; GONÇALVES *(Gundissalvi)*, Gil *(Egidius)*: BENTO XIII: nn. 28, 62; MARTINS *(Martini)*, Afonso *(Alfonsus)*: nn. 641, 662, BENTO XIII: nn. 26, 67; MARTINS *(Martini)*, Antão *(Anthonius)*: nota 487; MARTINS *(Martini)* DE OLIVENÇA, Fernando *(Fernandus)*: BENTO XIII; n. 50; MARTINS *(Martini)*, Fernando *(Fernandus)*: n. 707; MENDES *(Menendi)*, Gonçalo *(Gundissalvus)*: n. 692b, BENTO XIII: nn. 4, 10, 14, 18c, 37; NICOLAU *(Nicolay)*, Paio *(Pelagius)*: n. 71; NUNES DE SOURE *(Nunii de Sauri)*, Afonso *(Alfonsus)*: n. 586; PERES *(Petri)*, Vasco *(Valascus)*: nn. 199, 361, 370c; SANCHES DE TORRE *(Sancii de Turribus)*, Pedro *(Petrus)*: n. 636h; TORRE *(Turri)*, Fernando *(Fernandus)* de: n. 367. — *Doutores*: AFONSO *(Alfonsi)*, Álvaro *(Alvarus)*: pp. CCLXXVI, CCLXXVII, CCLXXXII-CCLXXXVI, nota 886; AFONSO *(Alfonsus)* DE EXEA: p. 247, nota 1; AFONSO, Estêvão: p. CCLXXXIII, nota 729; AFONSO *(Alfonsi)*, João *(Johannes)*: BENTO XIII: n. 86; ÁLVARES DE ALBORNOZ, Fernando: pp. CI-CIII, nota 176; ANDREE, *Joannes*: nota 176; CALDERINO, *Joannes de*: nota 176; CONTE DE RENA, Gusberto de: nota 176; FRANCISCO *(Franciscus)* DE BLANIS: p. 328, nota 1; GALOS, Martinho *(Martinus)*: BENTO XIII: n. 99; GIL *(Egidius)* DE ALBORNOZ: p. 88, nota 1; GONÇALVES *(Gundissalvi)*, Gonçalo *(Gundissalvus)*: n. 337; LYASARIS, *Paulus de*: nota 176; MARTINS *(Martini)*, Álvaro *(Alvarus)*: nota 176; MARTINS *(Martini)*, Antão *(Antonius)*: p. CCLXXVIII, nota 706, pp. CCXCIII, CCCXXXVI; MARTINS *(Martini)* DE OLIVENÇA, Fernando *(Fernandus)*: BENTO XIII: nn. 68, 76; MARTINS *(Martini)* DE RABELO, Vasco *(Valascus)*: pp. CCXXVI-CCXXIX, nota 589; MIGUEL DE LISBOA, Estêvão: p. CD; ORSINI, Jacobo: nota 176; PEDRO *(Petrus)* BLAVI ou BLAU: p. 294, nota 1; PEDRO *(Petrus)* TENÓRIO: p. 52, nota 3; SANCHES *(Sancii)*, João *(Johannes)*: n. 585; SANCTO PETRONIO, *Andreas de*: nota 176; TOLETO, *Petrus de*: nota 176. — *estudantes*: AFONSO *(Alfonsi)* DE SINTRA, Martinho *(Martinus)*: n. 111; AFONSO *(Alfonsi)*, Diogo *(Didacus)*: BENTO XIII: n. 83; AFONSO FUSEIRO *(Alfonsi Fusarii)*, Pedro *(Petrus)*: n. 387; AFONSO *(Alfonsi)*, Gonçalo *(Gonsalvus)*: n. 644; AFONSO *(Alfonsi)*, Lourenço *(Laurentius)*: n. 143; AFONSO SALGUEIRO *(Alfonsi Salgeyro)*, Vasco *(Valascus)*: n. 399; ÁLVARES DE SETÚBAL *(Alvari de Setuvel)*, Diogo *(Didacus)*: nn. 123, 149; ANDESTER, Filipe *(Philippus)* de: BENTO XIII: n. 5; ANES *(Johannis)*, Afonso *(Alfonsus)*: nn. 109, 194a; ANES *(Johannis)* DE FELGUEIRA, Rodrigo *(Rodericus)*: n. 144; ANES DE MONTEMOR-O-VELHO *(Johannis de Monte Maiori Veteri)*, Vasco *(Valascus)*: n. 119; ANES *(Johannis)*, Fernando *(Fernandus)*: nn. 33, 142; ANES *(Johannis)*, Gomes *(Gometius)*: n. 148; ANES *(Johannis)*, Gonçalo *(Gundissalvus)*: n. 589; ANES *(Johannis)*, Martinho *(Martinus)*: n. 207; ANES *(Johannis)*, Rodrigo *(Rodericus)*: n. 115; CERVEIRA, Rodrigo *(Rodericus)* de: n. 208; CLAUSTRIS, Elias *(Helias)* de: n. 210a; DOMINGUES *(Dominici)*, Afonso *(Alfonsus)*: n. 649; DOMINGUES *(Dominici)*, Gonçalo *(Gundissalvus)*: n. 210; DOMINGUES *(Dominici)*, Lourenço *(Laurentius)*: n. 315; ESTEVES *(Stephani)*, André *(Andreas)*: n. 204; ESTEVES *(Stephani)*, Gonçalo *(Gundissalvus)*: nn. 260, 370k, 371a, 602, 618, 643, BENTO XIII: n. 84; ESTEVES *(Stephani)*, João *(Johannes)*: n. 140; ESTEVES *(Stephani)*, Pedro *(Petrus)*: n. 153; ESTEVES *(Stephani)*, Vasco *(Valascus)*: n. 317; FERNANDES *(Fernandi)* DE CISNEROS, Diogo *(Didacus)*: BENTO XIII: n. 87; FERNANDES *(Fernandi)* DE SCALON, Bartolomeu *(Bartholomeus)*: n. 591; FERNANDES *(Fernandi)*, Gonçalo *(Gunsalvus)*: n. 137; FERNANDES *(Fernandi)*, Lopo *(Lopus)*: n. 587; FERNANDES *(Fernandi)*, Martinho *(Martinus)*: n. 314; FIGUEIRAS, João *(Johannes)* de: n. 104; GARCIA *(Garsie)*, João *(Johannes)*: nn. 357a, 357b, 481, 650; GARCIA *(Garsie)*, Pedro *(Petrus)*: n. 651; GIL *(Egidii)*, Álvaro *(Alvarus)*: n. 191; GOMES *(Gometii)*, Luís *(Ludovicus)*: n. 141; GONÇALVES *(Gunsalvi)*, Álvaro *(Alvarus)*: n. 107; GONÇALVES CARBONÁRIO *(Gunsalvi Carbonarii)*, Mendo *(Menendus)*: n. 381; GONÇALVES CARBONÁRIO *(Gunsalvi Carbonarii)*, Rodrigo *(Rodericus)*: n. 379; GONÇALVES DE GUIMARÃES *(Gundissalvi de Vimaranis)*, João *(Johannes)*: nn. 282, 284, 292; GONÇALVES *(Gundissalvi)*, Fernando *(Fernandus)*: n. 354; GONÇALVES, Fernando: p. CCCVIII; GONÇALVES *(Gunsalvi)*, Gil *(Egidius)*: n. 192a; GONÇALVES, João: p. CCLXXXI, nota 714;

GONÇALVES *(Gunsalvi)*, Nuno *(Nunus)*: n. 613; LOURENÇO *(Laurentii)*, Gomes *(Gometius)*: n. 139; MANSELHA, Fernando Martins de: pp. CIII-CIV, notas 178-179; MARTINS *(Martini)*, Afonso *(Alfonsus)*: n. 553; MARTINS *(Martini)*, Brásio *(Brasius)*: n. 291; MARTINS DE BEJA *(Martini de Begia)*, Gil *(Egidius)*: n. 136; MARTINS *(Martini)* DE TRANCOSO, Gil *(Egidius)*: n. 120; MARTINS *(Martini)*, Fernando *(Fernandus)*: nn. 697, 708; MARTINS *(Martini)*, Gonçalo *(Gonsalvus)*: nn. 138, 213, 370, 371b, 439; MARTINS *(Martini)*, Luís *(Ludovicus)*: nn. 150, 211; MARTINS *(Martini)*, Nicolau *(Nicolaus)*: nn. 371, 400; MARTINS *(Martini)*, Nuno *(Nunus)*: n. 212; MARTINS *(Martini)*, Vasco *(Valascus)*: pp. CCXXXV, CCXXXVI; MENDES *(Menendi)*, Gonçalo *(Gonsalvus)*: nn. 113, 460, 554, 598, BENTO XIII: n. 10; PERES *(Petri)*, Álvaro *(Alvarus)*: n. 362; PERES *(Petri)*, Vicente *(Vincentius)*: n. 145; RODRIGUES *(Roderici)* FERRAZ, João *(Johannes)*: p. CCXCIX; SANCHES *(Sancii)*, João *(Johannes)*: n. 648; VASQUES *(Valasci)* DE SABUGAL, Rodrigo *(Rodericus)*: BENTO XIII: n. 38; VASQUES, João: pp. CCLXII-CCLXIII, nota 672; VASQUES *(Valasci)*, Pedro *(Petrus)*: n. 592; VASQUES *(Valasci)*, Rodrigo *(Rodericus)*: BENTO XIII: n. 63; VICENTE *(Vincentii)*, Martinho *(Martinus)*: n. 238; VIFRANA, Olivério *(Oliverius)*: n. 279. — *lentes*: DURANDO *(Durandi)*, João *(Johannes)*: n. 186; MENDES *(Menendi)*, Gonçalo *(Gundissalvus)*: BENTO XIII: n. 8a; VASQUES, Gonçalo: p. XCIX. — *Licenciados*: BARBUTI, *Johannes*: p. CCXXVIII; BORONI, Jacopo: nota 176; CAMBIO, Ubaldino de: nota 176; CASTEL DE SANGRO, Gentil de: nota 176; CASTEL DE SANGRO, Rogério de: nota 176; CISMANO DE CLISUNO, Clemente: nota 176; FONTANA, Umberto da: nota 176; GONÇALVES (*Gundissalvi*), Gonçalo (*Gundissalvus*): n. 205, 311, 337; HERBORD DE BOÉMIA, Paulo de: nota 176; LOURENÇO, Pedro: pp. CCCVII-CCCVIII; LOURENÇO, Rui: pp. CCCLXVIII-CCCLXIX, CCCLXXVII-CCCLXXIX; MARTINHO *(Martinus)*, b. de Silves e de Lisboa: p. 12, nota 1; MARTINS, Antão: p. CCXCII; MARTINS *(Martini)*, Fernando *(Fernandus)*: pp. CCCXLIV-CCCXLVIII; MENDES *(Menendi)*, Gonçalo *(Gundissalvus)*: BENTO XIII: n. 92; MONTE FILOTIANO, Pedro *(Petrus)* de: nota 176; PERES *(Petri)*, Mendo *(Menendus)*: pp. CCXXVII-CCXXVIII, CCLXXVII, nota 706; SANCTO CLEMENTE, *Johannes de*: p. CCXXVIII; VASQUES *(Valasci)*, Gonçalo *(Gunsalvus)*: p. XCVII, nota 156, n. 196; WILDEMBERG, João de: nota 176. — *Professores*: ÁLVARES DE ALBORNOZ, Fernando: p. CI, nota 176; ANDREE, *Joannes*: nota 176; CALDERINO, *Johannes de*: nota 176; DUESO, Domingos *(Dominicus)*: n. 616; GONÇALVES *(Gunsalvi)*, Afonso *(Alfonsus)*: n. 663; LIGNANO, *Johannes de*: nota 176; LYASARIS, *Paulus de*: nota 176; SANCHES *(Sancii)*, João *(Johannes)*: n. 585; SANCTO PETRONIO, *Andreas de*: nota 176. — provecto: GONÇALVES *(Gunsalvi)*, Fernando *(Fernandus)*: n. 281.

DIREITO CIVIL: *Bacharéis*: ANES *(Johannis)*, Rodrigo *(Rodericus)*: nn. 75, 413; ANES *(Johannis)*, Salvador *(Salvator)*: nn. 654, 692a, 703, 716, BENTO XIII: nn. 5a, 9, 13a, 30; CALZA, Rodrigo *(Rodericus)*: n. 434; DOMINGUES *(Dominici)*, Jorge *(Georgius)*: nn. 701, 706, BENTO XIII: nn. 2, 19j, 31, 73, 86; GONÇALVES *(Gundissalvi)* DE MERLO, João *(Johannes)*: BENTO XIII: n. 19g; GONÇALVES *(Gonssalvi)*, Fernando *(Fernandus)*: n. 95; GONÇALVES *(Gundissalvi)*, Gonçalo *(Gundissalvus)*: nn. 205, 311, 337; GONÇALVES *(Gundissalvi)*, João *(Johannes)*: BENTO XIII: nn. 3, 9a, 32; MARTINS *(Martini)*, Estêvão *(Stephanus)*: p. CCXXXIX, nota 589; PERES *(Petri)*, Álvaro *(Alvarus)*: n. 72; PERES *(Petri)*, Gil *(Egidius)*: nn. 570, 642, BENTO XIII: n. 57; RODRIGUES DA FONSECA *(Roderici de Fuenseca)*, Pedro *(Petrus)*: BENTO XIII: n. 93; RODRIGUES *(Roderici)*, João *(Johannes)*: n. 96; VASQUES *(Valasci)* DE LOULÉ, Estêvão *(Stephanus)*: nn. 313, 356, 372; VASQUES *(Valasci)*, Estêvão *(Stephanus)*: n. 53. — *Doutores*: AFONSO DAS LEIS, mestre: p. CXLVIII; AFONSO DAS REGRAS *(Alfonsi de Regulis)*, João *(Johannes)*: pp. CXXXIV-CXXXVI, CXL; AFONSO *(Alfonsi)*, João *(Johannes)*: p. CLV; AFONSO, Martim: p. CXL; AFONSO *(Alfonsi)*, Martinho *(Martinus)*: pp. CCCLXVIII-CCCLXIX; ALVARENGA, Rui Gomes de: p. CCXXXVI, nota 587; ARIAS *(Arie)*, Vicente *(Vincentius)*: BENTO XIII: n. 1; BELEÁGUA *(Belleaugua)*, João *(Johannes)*: p. CCLXVII, nota 674, p. CCLXXXIII; BERNARDES *(Bernardi)*, Raimundo *(Raymundus)*: n. 555b; CORBINIACO *(Corbigneyo, Corbigny)*, Pedro *(Petrus)* de: pp. CLVI-CLVII; ELIAS DE LESTRANGE: p. 297, nota 1; FERNANDES DA SILVEIRA, João: p. CXX; FERNANDES *(Fernandi)* DE LU-

CENA, Vasco *(Valascus)*: pp. CXC, CXCI, nota 457, p. CXCII, nota 458, p. CCXV; FERNANDES, João: p. CCXXXVI, nota 587; GARCIA, Afonso Rodrigues: pp. CCLIV-CCLV, nota 661; GIL DAS LEIS: p. LXXXIII; GONÇALO *(Gundissalvus)*: n. 684f; GONÇALVES *(Gundissalvi)*, Álvaro *(Alvarus)*: p. CCXXXVII, nota 589; JOÃO *(Johannes)* DA COSTA: p. 328, nota 1; JOÃO *(Johannes)* DE VALTERRA: p. 329, nota 1; LOBATO, Pero: p. CCXXXVI, nota 587, p. CCXXXVII, nota 589; MARTINS *(Martini)*, Fernando *(Fernandus)*: n. 707; MAURO *(Mauri)*, Gonçalo *(Gundissalvus)*: n. 700; ORSINI *(De Ursinis)*, Barnabé *(Barnabeus)*: p. CCXIX; PERES *(Petri)*, Martinho *(Martinus)*: p. CCXXXIX, nota 589; RODRIGUES *(Roderici)*, João *(Johannes)*: n. 684g; RODRIGUES *(Roderici)*, Vasco *(Valascus)*: p. CCLV, nota 661; SANCHES *(Sancii)*, Pedro *(Petrus)*: n. 636d; SEM *(De Sensu)*, Gil *(Egidius)* do: pp. CCCLXVIII-CCCLXX, CCCLXXV, CCCLXXVII-CCCLXXVIII; SEM *(De Sensu)*, Martinho *(Martinus)* do: p. CCLIII, nota 659; VAZ *(Valasci)* DE SERPA, Lobo *(Lupus)*: p. CCXXIV, nota 515, pp. CCXXV-CCXXVI, nota 516, p. CCXXX. — *Estudantes*: ACERES ou ARES, Aparício *(Aparitius)* de: nn. 187, 280, 506; AFONSO *(Alfonsi)* DE VILAR, João *(Johannes)*: n. 106; AFONSO FUSEIRO *(Alfonsi Fusarii)*, João *(Johannes)*: n. 385; AFONSO *(Alfonsi)*, João *(Johannes)*: nn. 97, 189; AFONSO *(Alfonsi)*, Pedro *(Petrus)*: n. 712, BENTO XIII: n. 51; ANDREOTTI, Rosso: pp. CXXXVII-CXXXVIII; ANES DE ALFAIATES *(Johannis de Alfaiatis)*, Salvador *(Salvator)*: n. 112; ANES *(Johannis)* DE GAUDIIS, Gonçalo *(Gundissalvus)*: nn. 312, 351, 359, 476, 516; ANES *(Johannis)* DO REGO, Gonçalo *(Gundissalvus)*: BENTO XIII: n. 60; ANES *(Johannis)*, Estêvão *(Stephanus)*: n. 369; ANES *(Johannis)*, Fernando *(Fernandus)*: n. 114; ANES *(Johannis)*, Gonçalo *(Gundissalvus)*: nn. 76, 206, 259, 461; ANES *(Johannis)*, Salvador *(Salvator)*: n. 634e; ARIAS *(Arie)*, Vicente *(Vincentius)*: n. 588; DURANDO *(Durandi)*, João *(Johannes)*: n. 186; ESTEVES *(Stephani)* DE PARVA CAVA, Vasco *(Valascus)*: n. 108; FERNANDES *(Fernandi)*, Álvaro *(Alvarus)*: BENTO XIII: n. 72; FERNANDES DE ALENQUER *(Fernandi de Alenquerio)*, Fernando *(Fernandus)*: n. 146; FERNANDES *(Fernandi)* DO ROGO, Álvaro *(Alvarus)*: nn. 219a, 230; GIL *(Egidii)*, Diogo *(Didacus)*: BENTO XIII: n. 34; GONÇALVES DE VILA VIÇOSA *(Gundissalvi de Villa Viçosa)*, Álvaro *(Alvarus)*: n. 105; GONÇALVES *(Gundissalvi)*, João *(Johannes)*: nn. 705, 710; JEUCERANDI, Pedro *(Petrus)*: n. 190; LOURENÇO *(Laurentii)*, Paio *(Pelagius)*: n. 595; MANSELHA, Fernando Martins de: p. CIII, notas 178-179; MARTINS *(Martini)*, Afonso *(Alfonsus)*: n. 116; NUNES DE SOURE *(Nunii de Sauri)*, Afonso *(Alfonsus)*: n. 586; PERES *(Petri)*, Afonso *(Alfonsus)*: n. 110; PERES *(Petri)*, Gil *(Egidius)*: BENTO XIII: n. 35; PERES *(Petri)*, Jorge *(Georgius)*: nn. 684, 684b, 695; RODRIGUES *(Roderici)* DA FONSECA, Pedro *(Petrus)*: BENTO XIII: n. 69; RODRIGUES *(Roderici)*, Fernando *(Fernandus)*: BENTO XIII: n. 20; RODRIGUES *(Roderici)*, Pedro *(Petrus)*: nn. 79, 188; SANCHES *(Sancii)*, João *(Johannes)*: nn. 639, 696; SCARAMPIS, *Henricus Odonnis de Ast*: p. CXXXVII; SCARAMPIS, *Jacobus de*: p. CXXXVII; SEM, João do: p. CCLIII, nota 659; VASQUES *(Valasci)*, Estêvão *(Stephanus)*: n. 209; VASQUES *(Valasci)*, Gonçalo: nota 164; VAZ DA CUNHA *(Valasci de Cugna)*, Lopo *(Lopus)*: nota 658; VICENTE *(Vincentii)* DE ARES, Aparício *(Aparitius)*: nn. 377, 506; VICENTE *(Vincentii)*, João *(Johannes)*: n. 383. — *Lente*: FERNANDES *(Fernandi)* DE CASCALES, Afonso *(Alfonsus)*: p. 322, nota 1. — *Licenciados*: AFONSO DAS REGRAS *(Alfonsi de Regulis)*, João *(Johannes)*: p. CXXXVII; AFONSO, Fernando: pp. CCLXII-CCLXIII, nota 672, pp. CCLXIV-CCLXVI, nota 673; ARIAS *(Arie)*, Vicente *(Vincentius)*: n. 687; FERNANDES *(Fernandi)* DE CASCALES, Afonso *(Alfonsus)*: BENTO XIII: nn. 77, 78; GRILLIS DE JANUA, *Mancellus de*: p. CXXXVII; LOPES *(Luppi)*, Bartolomeu *(Bartholomeus)*: n. 637; PEDRO *(Petrus)* GIRARD: p. 330, nota 1. — *Professores*: AFONSO, João: p. CLV; FERNANDES *(Fernandi)* DE LUCENA, Vasco *(Valascus)*: p. CCXVII; LOPES *(Luppi)*, Bartolomeu *(Bartholomeus)*: n. 637.

DISPENSA DE ILEGITIMIDADE: p. CLXIII, nota 340, nn. 34, 36, 74, 97, 200, 210.

DISPENSAS MATRIMONIAIS: arceb. de Braga e dispensa do papa João XXII ao Infante D. Pedro: pp. CXLVII, CLI-CLIII. — arceb. de Compostela e dispensa aos Infantes de Castela: p. XLVI, nota 82, p. CXLII. — compadrio da condessa de Kent: pp. CXLVI-CXLVII, CLXIV, nota 344. — de Inocêncio VI e o casam. de D. Pedro e D. Inês de Castro: pp. CXLVII-CLI. — *Dispensas*: INFANTE D. PEDRO, Dona Branca, Dona Constança e D. Inês

de Castro: pp. CXXIV, CXXVI, CXXX-CXXXIII, CXXXIX, CXL, CXLV-CXLVII; Infante D. FERNANDO: p. CCLXXXVII; D. LEONOR, filha de D. Afonso IV: p. CCCXCVIII; D. MARIA, filha de D. Pedro e neta de D. Afonso IV: p. CCCXCVIII; D. MARIA, filha de D. Afonso IV: pp. CXLI-CXLIII, nota 278; DONA CONSTANÇA, filha de D. João Manuel e o rei de Castela: p. CXLI; COUTINHO, Fernando, e CASTRO, Joana de: nota 270; DOMINGUES DE ATALAIA, Martinho, e MARTINS, Margarida: nota 270; DOMINGUES DE BOUÇAS, Afonso, e NICOLAU, Inês: nota 270; GONÇALVES, Pedro, e ÁLVARES, Beatriz: nota 270; MARTINS, Maria, e DOMINGUES DE ATALAIA, Martim: p. CCXLI; MARTINS, Vasco: nota 270; MENESES, Duarte, e CASTRO, Isabel de: p. CLXXXV; SOARES, Diogo, e VILHENA, Beatriz: p. CCXLI. — matrimónios de nobres da Península, sem a devida dispensa, e Frei Álvaro Pais: pp. CXXXIII, CXLI-CXLII.

DOIZ, Affom, procurador nas cortes de Coimbra de 1385: p. CVII.

DOIZ D'ALCAÇAR, Domingos, testemunha: p. LXXXIV.

DOIZ, Francisco, escrivão: p. CCLXXXII, nota 714.

DOIZ, Vaasco, procurador nas cortes de Coimbra de 1385: p. CVII.

DOL, França, dioc. de: b.: GUIDO *(Guidus)* DE ROYE: p. 102, nota 1, p. 224, nota 1.

DOMINGOS *(Dominicus)* ANES JARDO, b. de Évora e de Lisboa, fundador do colég. hospital de S.to Elói de Lisboa: n. 197, p. 39, nota 3.

DOMINGOS *(Dominicus)* DE FLORENÇA, dominicano, mestre em teologia, b. de Alby, de Saint Pons de Tomières e arceb. de Tolosa: BENTO XIII: n. 84c, p. 331, nota 1. — familiar: FERNANDES *(Fernandi)* DE LEDESMA, Pedro *(Petrus)*: BENTO XIII: n. 84c.

DOMINGOS MAURÍCIO GOMES DOS SANTOS, S. J.: p. CV, nota 184, p. CXVI, notas 193, 202, 243, 378, 577, 671, 676.

DOMINGUES *(Dominici)*, Adonça *(Adonce)*, irmã do cons. régio Vasco Domingues: n. 234.

DOMINGUES *(Dominici)*, Afonso *(Alfonsus)*, cón. e chantre da Guarda, bacharel em decretos, estudante na univers. de Tolosa, cón. de Lisboa: nn. 225, 638, 649, BENTO XIII: n. 22. — cón. de Segóvia: n. 638. — cón. de Ávila: n. 649. — natural, curador e familiar da portuguesa rainha de Castela Dona Beatriz e cón. da coleg. de S.ta Maria de Valhadolide: BENTO XIII: n. 22.

DOMINGUES *(Dominici)*, Afonso *(Alfonsus)*, sac. da dioc. de Braga, benef. na dioc. de Viseu: n. 493.

DOMINGUES *(Dominici)*, Afonso *(Alfonsus)*, clér. de Braga, benef. na dioc. de Lisboa: n. 401c.

DOMINGUES *(Dominici)*, Afonso *(Alfonsus)*, clér. da dioc. de Évora, benef. na dioc. de Lisboa: n. 272.

DOMINGUES *(Dominici)*, Afonso *(Alfonsus)*, sac. da dioc. de Évora, benef. na dioc. de Sevilha: BENTO XIII: nn. 18a, 18d.

DOMINGUES *(Dominici)*, Álvaro *(Alvarus)*, clér. da dioc. de Braga, reitor da igr. de S. Nicolau de Cabeceiras de Basto, ilegítimo: nn. 302, 345, 358.

DOMINGUES *(Dominici)*, Álvaro *(Alvarus)*, da dioc. de Braga, reitor da igr. de S. Martinho de Moázeres: n. 309.

DOMINGUES *(Dominici)*, Álvaro *(Alvarus)*, clér. e benef. da dioc. de Braga, dispens. de ilegitimidade para receber Ordens e benef.: n. 325.

DOMINGUES *(Dominici)*, Antão *(Anthonius)*, clér. da dioc. de Coimbra, cón. da Guarda: n. 542.

DOMINGUES *(Dominici)*, Antão *(Anthonius)*, vig. da igr. de S. Jorge de Lisboa: nn. 436, 437, 440, 478. — morto na Cúria papal: nn. 436, 437, 440, 478.

DOMINGUES *(Dominici)*, Aparício, sobrejuiz e públ.-forma de doações aos Templários: p. XXXVIII.

DOMINGUES *(Dominici)*, Aparício *(Aparitius)*, cón. da Guarda, benef. na dioc. da Guarda, reitor da igr. de S. Salvador de Aldeia do Bispo: n. 370g.

DOMINGUES *(Dominici)*, Catarina *(Catherina)*, irmã do cons. régio Vasco Domingues: n. 234.

DOMINGUES *(Dominici)*, Clemente *(Clemens)*, cón. de Braga e de Compostela: n. 645.

DOMINGUES DA CASTANHEIRA *(Dominici de Castinheira)*, Martinho *(Martinus)*, clér. da dioc. de Braga, cón. e benef. na dioc. de Lugo: n. 669.

DOMINGUES DE ATALAIA, Martinho: dispensa matrim.: p. CXLI, nota 270. *VIDE:* MARTINS, Margarida.

DOMINGUES DE BOUÇAS, Afonso: dispensa matrim.: nota 270. *VIDE:* NICOLAU, Inês.

DOMINGUES *(Dominici)* DE MACHEDE, João *(Johannes)*, cón. de Évora: n. 506.

DOMINGUES *(Dominici)* DE MOURA, Afonso *(Alfonsus)*, sac. da dioc. de Évora, meio-cón. de Évora, benef. na dioc. de Lisboa e de Plasença: nn. 559, 611, BENTO XIII: nn. 17, 18a, 18d, 19a. — benef. na dioc. de Sevilha, cón. e arcipreste de Plasença, cón. de Évora: BENTO XIII: nn. 17, 18a, 18d, 19a, 40. — cón. e chantre de Viseu: BENTO XIII: n. 19a.

DOMINGUES *(Dominici)* DE PENELA, Pedro *(Petrus)*, clér. da dioc. de Coimbra, estudante na univers. de Lisboa, porcion. na igr. de S.ta Eufêmia de Penela: n. 166.

DOMINGUES *(Dominici)*, Domingos *(Dominicus)*, reitor da igr. par. de S.to André de Cristelos e meio-cón. do Porto: n. 608.

DOMINGUES *(Dominici)*, Estêvão *(Stephanus)*, consang. do b. de Lisboa D. Martinho, clér. da dioc. de Samora, reitor da igr. par. de Almaraz e cón. de Coimbra: nn. 6, 92.

DOMINGUES *(Dominici)*, Estêvão *(Stephanus)*, sac. e cón. da Guarda, reitor da igr. par. de S. João de Cambas: n. 511.

DOMINGUES *(Dominici)*, Fernando *(Fernandus)*, clér. de Lisboa, porcion. da igr. de S. Nicolau de Lisboa: n. 3701.

DOMINGUES *(Dominici)*, Fernando *(Fernandus)*, clér. de Lisboa, benef. na dioc. de Lisboa: n. 340.

DOMINGUES *(Dominici)*, Gil *(Egidius)*, clér. da dioc. da Guarda, porcion. na igr. par. de S.ta Maria da Lourinhã: n. 251.

DOMINGUES *(Dominici)*, Gil *(Egidius)*, bacharel em medicina, estud. na univers. de Mompilher, subdiác. da dioc. de Coimbra, cón. de Coimbra, reitor da igr. de S. João de Aresega da dioc. da Guarda: n. 221. — natural, familiar e médico da portuguesa rainha de Castela D. Beatriz, cón. e benef. na dioc. de Palença, arcipr. de Portillo: BENTO XIII: n. 23. — sac., médico da rainha de Castela D. Beatriz, bacharel em medicina, cón. da coleg. de S.ta Maria de Valhadolide, reitor da igr. de S. Tiago de Murça, cón. da Guarda e de Cidade Rodrigo, envolvido no cisma: n. 693, BENTO XIII: n. 23.

DOMINGUES *(Dominici)*, Gil *(Egidius)*, clér. da dioc. de Coimbra, porcion. da coleg. de S.ta Justa de Coimbra: nn. 407, 418.

DOMINGUES *(Dominici)*, Gonçalo *(Gundissalvus)*, irmão do escritor das letras apostól. Vasco Domingues, cón. de Lisboa, sequaz de Urbano VI: n. 200.

DOMINGUES *(Dominici)*, Gonçalo *(Gundissalvus)*, sac. ilegít., ab. da coleg. de S. Pedro de Ferreira, estud. de dir. canón. na univers. de Avinhão, reitor da igr. par. de S.to André de Canidelo: n. 210.

DOMINGUES *(Dominici)*, Joana *(Johanna)*, viúva, irmã do cons. régio Vasco Domingues: n. 234.

DOMINGUES *(Dominici)*, João *(Johannes)*, cón. de Tui: pp. CLXVIII, CLXIX.

DOMINGUES *(Dominici)*, João *(Johannes)*, cón. e benef. da dioc. de Viseu: n. 544.

DOMINGUES *(Dominici)*, João *(Johannes)*, clér. de Lisboa, porcion. na igr. de S. Tiago de Almada: n. 541.

DOMINGUES *(Dominici)*, João *(Johannes)*, clér. da dioc. do Porto, benef. do conv. de Ancede: n. 571.

DOMINGUES *(Dominici)*, João *(Johannes)*, tesour. de Lisboa, pedindo a transcrição da bula de Bonif. IX sobre a elevação a rei de D. João I, em nome do cab. de Lisboa: pp. CXI-CXV.

DOMINGUES *(Dominici)*, João *(Johannes)*, clér. de Viseu, meio-cón. de Viseu, estud. na univers. de Lisboa: n. 178.

DOMINGUES *(Dominici)*, João *(Johannes)*, clér. da dioc. de Silves, benef. na dioc. de Évora: n. 566a.

DOMINGUES *(Dominici)*, João *(Johannes)*, clér. da dioc. de Lisboa, porcion. na igr. de S.ta Maria do Castelo de Torres Vedras: n. 427.

DOMINGUES *(Dominici)*, João *(Johannes)*, clér. da dioc. de Lisboa, porcion. na igr. de S.ta Justa de Lisboa: nn. 404, 416.

DOMINGUES *(Dominici)*, João *(Johannes)*, sac. de Lisboa, porcion. da igr. de S. Miguel de Lisboa, estud. na univers. de Lisboa: n. 132.

DOMINGUES *(Dominici)*, João *(Johannes)*, sac. da dioc. de Lamego, benef. na dioc. de Viseu e porcion. na igr. de S. João de Miomães: n. 333.

DOMINGUES *(Dominici)*, Jorge *(Georgius)*, bacharel em leis, clér. da dioc. de Coimbra, cón. e benef. na dioc. de Ávila, benef. na dioc. de Toledo, arcipr. de Portilho da dioc. de Palença: nn. 701, 706, BENTO XIII: nn. 2, 19j, 31, 73, 86. — cón. e porcion. e benef. na dioc. de Segóvia e benef. na igr. de S. Martinho de Segóvia: BENTO XIII: n. 73. — natural e familiar da portuguesa rainha de Castela D. Beatriz: BENTO XIII: nn. 31, 86. — porcion. na dioc. de Salamanca: BENTO XIII: n. 19j. — porcion. na igr. de S.to Estêvão de Nieva da dioc. de Segóvia: BENTO XIII: n. 86.

DOMINGUES *(Dominici)*, Jorge *(Georgius)*, clér. da dioc. de Coimbra, estud. na univers. de Lisboa, com benef. da colação do b. e cab. de Coimbra: n. 155.

DOMINGUES *(Dominici)*, Lourenço *(Laurentius)*, sac. da dioc. de Braga, escolar de dir. canón., meio-cón. de Lamego, reitor da igr. de Antas da dioc. de Lamego e porcion. da igr. de S. Paio de Caria: n. 315.

DOMINGUES *(Dominici)*, Martinho *(Martinus)*, clér. da dioc. de Braga, cón. da igr. de S.ta Maria de Castrogeriz da dioc. de Burgos: n. 658.

DOMINGUES *(Dominici)*, Nicolau *(Nicolaus)*, sac. da dioc. de Braga, cón. da coleg. de Guimarães e reitor da igr. par. de S. Frausto: n. 573a.

DOMINGUES *(Dominici)*, Pedro *(Petrus)*, mestre em artes no Estudo Geral de Lisboa: pp. CXII, CXV.

DOMINGUES *(Dominici)* RAVASCO, João *(Johannes)*, sac. da dioc. de Évora, cón. da coleg. de S.ta Maria de Alcáçova de Santarém e porcion. na sé de Évora e na igr. de S.ta Maria do Bispo de Montemor-o-Novo: n. 570a.

DOMINGUES, Rodrigo, arced. de Viseu: pp. CLIII-CLIV.

DOMINGUES *(Dominici)*, Rodrigo *(Rodericus)*, cón. de Braga: p. XC.

DOMINGUES *(Dominici)*, Rodrigo *(Rodericus)*, prior da igr. de S. Miguel de Torres Vedras e procur. de el-rei D. Dinis em Avinhão: pp. LIX, LX.

DOMINGUES *(Dominici)*, Vasco *(Valascus)*, antigo escritor das letras apostól., sequaz de Urbano VI: nn. 200, 353, 474. — privado do can. e chantria de Lisboa e can. de Braga pelo papa de Avinhão Clemente VII: nn. 200, 353, 474. — secretário do papa Urbano VI: n. 474.

DOMINGUES *(Dominici)*, Vasco *(Valascus)*, conselh. de D. Fernando, rei de Portugal, chantre de Braga, visitador dos prelados e clero de Portugal, juntamente com o b. de Coimbra, na ocasião já arceb. de Toledo, D. Pedro Tenório: nn. 233-247. — amigos: ANES *(Johannis)*, Gonçalo *(Gundissalvus)*: n. 243; ANES *(Johannis)*, Martinho *(Martinus)*: n. 245; ESTEVES *(Stephani)*, Gonçalo *(Gundissalvus)*: n. 247. — embaix. ou legado papal: n. 235. — familiares: ANES *(Johannis)*, Vasco *(Valascus)*: n. 240; VICENTE *(Vincentii)*, Martinho *(Martinus)*: n. 238. — indulto de escolher confessor e indulg. plen.: nn. 233-234. — indulto de confessar no reino de Portugal: n. 237. — irmãs: n. 234. — questões com o arceb. de Braga quanto à visita da dioc.: n. 235. — sobrinhos: AFONSO *(Alfonsi)*, João *(Johannes)*: n. 241; AFONSO *(Alfonsi)*, Pedro *(Petrus)*: n. 239; AFONSO *(Alfonsi)*, Vasco *(Valascus)*: n. 242; ANES BARBAS *(Johannis Barbas)*, Afonso *(Alfonsus)*: n. 246; FERNANDES *(Fernandi)*, Martinho *(Martinus)*: n. 244.

DOMINGUES *(Dominici)*, Vasco *(Valascus)*, clér. do Porto, benef. na dioc. de Braga: n. 596.

DOMINGUES *(Dominici)*, Vicente *(Vincentius)*, clér. do Porto, com benef. da colação do b. e cab. do Porto, estud. na univers. de Lisboa: n. 147.

DOMINGUEZ, Vasco: p. CCCLXIX.

DOMINGUIZ, Joham, tabelião geral entre o Tejo e Guadiana: pp. LXXXIII, LXXXIV.

DOMINICANAS DE SANTARÉM: p. CCXCIII.

DOMINICANOS: conventos: BATALHA: p. CCCII, nota 824; N. SENHORA DA CONSOLAÇÃO DE ABRANTES: p. CCCXLI; SANTARÉM: p. CCCII; S. DOMINGOS DE LISBOA: p. CCCXLI; S. SALVADOR DE LISBOA: p. CCCXI. — *frades:* AFONSO DE LORVÃO: p. CCCXI; DOMINGOS *(Dominicus)* DE FLORENÇA: p. 331, nota 1; MARTINS, João: p. CCXCIII; PEDRO DA CRUZ *(Petrus de Cruce)*, b. de Tiberíades: p. CCLXXXVI, nota 742. — ministro geral: p. LXIV. — privilégios e most. da Batalha: p. CCCII. — provincial: MARTINS, João: p. CCXCIII.

DOMINICI, *Giraldus;* reitor da igr. de S.ta Maria de Torredeita: p. CCCIV.

DONDREYNIA DE SCOCIA, ab. e a eleição do antipapa Félix V: p. CCXLVI.

DOSO, Espanha, dioc. de Mondonhedo (?): *VIDE:* S. LOURENÇO DE DOSO.

DOUTORES: *VIDE:* AMBOS OS DIREITOS. ARTES. DIREITO CANÓNICO. DIREITO CIVIL. MEDICINA. TEOLOGIA.

DOZE APÓSTOLOS, tít. cardinal.: FERNANDO *(Fernandus)* PEREZ CALVILHO: BENTO XIII: n. 1a, p. 272, nota 1; ROBERTO *(Robertus)* DE GENEBRA: pp. CVIII-CX, CXIII, BENTO XIII: n. 1, p. 271, nota 1, n. 106, p. 375, nota 2, BONIF. IX: nn. 2, 7, 17.

DUARTE *(Eduardus)*, infante e rei de Portugal: capelães: PERES *(Petri)*, Luís *(Ludovicus)*: p. CLXXXII. — *concí. de Basileia:* pp. CXC-CCIII, nota 458, pp. CCXII, CCXV, CCXXII, nota 677. — *confessor:* FRANCISCO *(Franciscus)* DE LISBOA: nota 672, p. CCLXVIII, nota 676. — correspondên. com o ab. Gomes Anes: pp. CLXXI, CCII-CCIII, notas 669-672, 676, 677. — *embaix. na Cúria pontifí.:* ANES DE ASNAIS, Rodrigo *(Rodericus)*: pp. CCIII, CCX, CCXII; LOPES DE AZEVEDO, Fernão: p. CLXXXVI. — *escrivão da câmara:* AFONSO, Lopo: p. CLXX. — *exéquias no concí. de Basileia:* p. CCXXIX. — *expedição de Tânger:* pp. CLXXIX, CCXXII. — independên. dos mestrados e bisp. portug. em relação a Castela: pp. CCII-CCIII, pp. CCLXI-CCLXIX, notas 671-672, 676, p. CCLXXXVIII. — *morte:* pp. CLXXXVII, CCXXIV, CCXXVII, CCXXIX. — não é pai de D. Frei Manuel de S. Lourenço: pp. CLXXI-CLXXIII. — relação de dinheiros na abadia de S.ta Maria de Florença: p. CCLXXXIX. — relações de desinteligên. e concórdia com o deão de Braga Rui Dias: pp. CCLX-CCLXI, notas 669-671. — sarracenos e conquista de Granada no conci. de Basileia: pp. CCXXII-CCXXIII, nota 508. — *secretário:* RODRIGUES *(Roderici)*, João *(Johannes)*: p. CCLVII, nota 663. — sepultado no most. da Batalha e não no conv. do Carmo de Lisboa: p. CLXXII. —

servidores e criados: AFONSO *(Alfonsi)*, João *(Johannes)*, secret. do Infante D. Henrique: p. CLXXXIII; LUÍS COUTINHO, futuro b. de Viseu e de Coimbra: nota 577; VASQUES, Estêvão: p. CLXXXV. — Viana do Alentejo, confirmada como condado pelo papa Martinho V a D. Pedro de Meneses: p. CLXXXVI. — visita eclesiástica no reino: p. CCCXIX.

DUARTE *(Aduarte)*, filho do conde de Cantabrígia, despos. com D. Beatriz de Portugal: pp. CCCLXXIX, CCCLXXXIII.

DUESO, Domingos *(Dominicus)*, clér. da dioc. de Huesca, bacharel em decretos, lente na univers. de Tolosa de direito canón. e cón. de Lérida: n. 616.

DURÃES *(Duraães)*, João *(Joham)*, cons. de D. Afonso IV: p. CXXVII. — dilig. da parte de D. Afonso IV para D. Pedro casar com D. Inês de Castro: p. CXXVII.

DURAND, *Ursinus:* nota 282, pp. CXLIX, CL (nota 16a), pp. CLIX, CLXI, CLXIV-CLXV.

DURANDO *(Durandi)*, João *(Johannes)*, bacharel em decretos, cón. de Évora, de Coimbra, de Lisboa e de Badajoz, porcion. nas igr. par. de S.ta Maria de Alcáçova, (S.ta Maria dos Açougues), S. Salvador e S. Pedro de Elvas e S. João de Ourém, vig. da igr. par. de S. Pedro de Sintra, lente de dir. canón. e estud. de dir. civil na univers. de Mompilher: nn. 54, 186, 410, 438.

E

EANES, Aires, procur. nas cortes de Coimbra de 1385: p. CVII.

EANES, Gil, cón. regr. do most. de S.ta Cruz de Coimbra, reitor da igr. de S.ta Maria de Arruda dos Vinhos, favorecido do regente D. Pedro: p. CCXCIII.

EANES, Gomes, ab. do most. de S.ta Maria de Florença: *VIDE:* ANES, Gomes. GOMES ANES, ab. de Florença.

EANNES, Luis, vig. do arceb. de Lisboa D. Jaime e seu represent. nas cortes de Lisboa de 1455, bem como do b. do Algarve: p. CCXXXVII, nota 589.

EBRONENSIS, b.: embaixador do rei de Castela no concí. de Basileia, a favor do papa Eugénio IV: p. CCXV, nota 493. *VIDE:* HEBRON.

ECIJA *(Astigia)*, Espanha, dioc. de Sevilha: *VIDE:* S. TIAGO DE ECIJA.

EDUARDUS: *VIDE:* DUARTE.

ÉFESO *(Ephesinus)*, concí. de: pp. CXCVI, CXCVIII.

EGA: Ordem do Templo: pp. XXV-XXVII. — doada à Ordem do Templo: p. XLV.

EGAS, nobre de armas nas cortes de Coimbra de 1385: p. CVII.

EGIDII, *Johannes*, procur. nas cortes de Coimbra de 1385: p. CVII.

EGITANIENSIS: *VIDE:* GUARDA.

EIXETO, Gonçalo *(Gundissalvus)*, meio-cón. de Lamego, cón. do Porto, reitor da igr. par. de Leomil: n. 11.

ELIAS DE LESTRANGE, deão de Saintes, doutor em leis, b. de Saintes e de Le Puy: BENTO XIII: n. 19j, p. 297, nota 1.

ELNE *(Elnensis)*, França, dioc. de: clér. e cón.: ESTEVES *(Stephani)* DE SAORLA, Pedro *(Petrus)*: n. 51.

ELVAS *(Elbis)*, conc. de Elvas, dioc. de Évora: pp. CCCLXXXII-CCCLXXXIII, CCCXC. — *igrejas:* S.TA MARIA DE ALCÁÇOVA: nn. 54, 410, 438; S.TA MARIA DOS AÇOUGUES *(Sancte Marie de Masselis castri de Elbis)*: n. 410; S. PEDRO DE ELVAS: nn. 54, 186, 377, 410, 438, 506; S. SALVADOR DE ELVAS: nn. 54, 186, 410, 414, 438.

ELVAS *(Elbis)*, Gonçalo Anes *(Gunsalvus Johannis)* de: *VIDE:* ANES DE ELVAS *(Johannis de Elbis)*, Gonçalo *(Gunsalvus)*.

ELVAS, João Rodrigues *(Johannes Roderici)* de: *VIDE:* RODRIGUES DE ELVAS *(Roderici de Elbis)*, João *(Johannes)*.

EMBAIXADORES RÉGIOS: *VIDE:* AFONSO IV. AFONSO V. DINIS. DUARTE. FERNANDO. JOÃO I. JOÃO II. LEONOR. PEDRO I.

EMENRODI, *Johannes*, clér. da câmara apostól.: nota 668.

ENARES *(Deynares)*, Espanha, dioc. de Sevilha, arced. de: p. LXXXII. — arced.: AFFONSO DE SAAVEDRA, Johanne: p. LXXXII.

ENCINA, arced. de: p. CCCXXI, nota 892; VAAZ, Joham: p. CCCXXI, nota 892.

ENRRICUS: *VIDE:* HENRIQUE.

ENTENTO, Luís *(Ludovicus)*, sac. da dioc. de Évora, porcion. da igr. de S. Salvador de Alcáçovas e reitor da igr. par. de S.ta Maria de Torrão: n. 556.

ERFORDENSIS = HEREFORD, cón.: JOHANNES DE SOLERIO: p. XL.

ESCACHO *(Escacho)*, Pedro, mestre prov. da Ordem de S. Tiago da Espada em Portugal, e a nacionaliz. da Ordem: pp. LXXXI, LXXXIII, nota 122.

ESCOBAR, André Dias de: *VIDE:* ANDRÉ *(Andreas)* DIAS DE ESCOBAR.

ESCÓCIA *(Scotia)*, Inglaterra: p. 60, nota 2.

ESCRITORES DAS LETRAS APOSTÓLICAS: CAMPELLENSIS, *Nicolaus:* p. LXI; DARDANOVO, *Ambrosius:* p. CCLV, nota 661;

DAURDIS, *Petrus:* p. CCLXIII, nota 672; DOMINGUES *(Dominici)*, Vasco *(Valascus):* nn. 200, 474; FERNANDES *(Fernandi)*, Álvaro *(Alvarus):* p. CCXXVIII, nota 533; GONÇALVES, Álvaro: p. CCC; ORTO, *Ludovicus de:* p. CCLV, nota 661; RAYNULFI DE FRACTIS, *Nicolaus:* p. LXI.

ESGUEIRA *(Esguyere)*, conc. e dioc. de Aveiro, antes dioc. de Coimbra: *VIDE:* S.TO ANDRÉ DE ESGUEIRA.

ESMORIZ, conc. de Ovar, dioc. do Porto: *VIDE:* S.TA MARIA DE ESMORIZ.

ESPINOSA GOMES DA SILVA, Nuno J.: p. CXXXV.

ESPOLETO, Itália: b.: p. CCLXXXV.

ESPONSAIS *(Sponsalia)* DE FUTURO: pp. CXXXI, CXXXII, CCCLXXVI-CCCLXXIX. — requis. mínimo de 7 anos, com direito a reclamar, chegando à idade de contrair verdadeiro matrimónio: pp. CCCLXXV, CCCLXXVI--CCCLXXIX, CCCLXXXIX.

ESPONSAIS *(Sponsalia)* DE PRESENTE: pp. CXXXI-CXXXII. — requis. de 14 e 12 anos ou idade inferior, se forem aptos para consumar o matrimónio: pp. CCCLXXV-CCCLXXIX, CCCLXXXI, CCCLXXXII, CCCLXXXV -- CCCXC. — validade do contrato anterior à idade requerida, se tiver havido relações sexuais: pp. CCCLXXV, CCCLXXXIX.

ESPOSÓRIOS: *VIDE:* ESPONSAIS.

ESTÊVÃO *(Stephanus)*, franciscano, custódio dos francis. de Lisboa, b. do Porto e de Lisboa: p. VIII, notas 4, 5, pp. XXV-XXXIX, notas 21-23, 36, 43-46, 47, 51-53, 78, 80, 92. — candidato a arceb. de Braga: p. XXXVI. — desintelig. com D. Dinis: p. XXXVI. — inquirição em Tomar sobre os Templários: p. XXXVIII, nota 61. — licença pontif. para contrair empréstimos: p. XXXVII. — nacionaliz. da Ordem de S. Tiago da Espada: p. VIII. — nomeação a b. do Porto e sagração: p. XXXI, nota 40, pp. XXXII, XXXV--XXXVI. — originário de Évora: p. XXXV, nota 51. — participante no concí. de Viena de França: pp. XXXIV-XXXV. — presença na Cúria pontifí.: pp. XXXI-XXXII, notas 43-45, pp. XXXVI-XXXVIII. — supressão da Ordem do Templo: pp. VIII, nota 4, pp. XXV-XLV, LI-LII, nota 93. — transferência da sé do Porto para a de Lisboa: pp. XXXV-XXXVI. — visita da dioc.: p. XXXII.

ESTÊVÃO *(Stephanus)*, clér. de Lisboa, estud. de dir. civil, cón. da coleg. de Santarém: n. 369.

ESTÊVÃO *(Estevam)*, frade do Carmo de Lisboa, jubilado: nota 744, pp. CCXCVII-CCXCVIII.

ESTÊVÃO *(Stevom)*, frade, criado do condestabre D. Nuno Álvares Pereira, e vigário da Ordem do Carmo: p. CLXXVIII, nota 372.

ESTÊVÃO *(Stephanus)*, monge do most. de S.ta Maria de Oya, dispens. de ilegitim. para receber dignid. abaciais: n. 443.

ESTÊVÃO *(Stephanus)* AUBERT, card. de S. João e Paulo, card. - b. de Óstia, papa Inocêncio VI: n. 525, p. 139, nota 9.

ESTÊVÃO *(Stephanus)* DE ARBIELLA, familiar do papa, benef. na dioc. de Cartagena: BENTO XIII: n. 109.

ESTÊVÃO *(Stephanus)* DE SARZEDAS, da dioc. da Guarda, estud. na univ. de Lisboa, porcion. na igr. de S.ta Maria de Marvila de Santarém: n. 174.

ESTEVES, Afonso, doação de Salvaterra: p. CCCLXIX.

ESTEVES *(Stephani)*, Afonso *(Alfonsus)*, sacerdote, reitor da igr. par. de S.ta Maria de Setúbal: n. 477.

ESTEVES *(Stephani)*, Afonso *(Alfonsus)*, bacharel em ambos os dir., estud. na univers. de Paris, cón. de Lisboa e de Coimbra, porcion. na igr. par. de S. Pedro da Pederneira da dioc. de Lisboa: n. 70.

ESTEVES *(Stephani)*, Afonso *(Alfonsus)*, sac. de Lisboa, benef. na igr. de S.ta Justa de Lisboa: n. 484.

ESTEVES *(Stephani)*, Afonso *(Alfonsus)*, sac. e benef. da dioc. de Lisboa: n. 496.

ESTEVES *(Stephani)*, Afonso *(Alfonsus)*, arced. de Badajoz, benef. na dioc. de Évora, cón. de Badajoz: n. 634b.

ESTEVES *(Stephani)*, Álvaro *(Alvarus)*, clér. da dioc. de Lisboa, porcion. da igr. de S.ta Maria Madalena de Lisboa: n. 465.

ESTEVES *(Stephani)*, Aparício *(Aparitius)*, sac. da dioc. de Évora, porcion. na igr. de S.ta Maria de Alcácer: n. 267.

ESTEVES *(Stephani)*, Aparício *(Aparitius)*, sac. da dioc. de Évora, benef. na dioc. de Lisboa: n. 342.

ESTEVES *(Stephani)* COTRAL, João *(Johannes)*, clér. da dioc. de Samora, porcion. na igr. par. de S. Martinho de Lisboa: n. 46.

ESTEVES *(Stephani)* DE AGUIAR, Gonçalo *(Gondissalvus)*, da dioc. de Viseu, quartanário de Lisboa, porcion. de Viseu, estud. na univers. de Avinhão: nn. 264, 374.

ESTEVES DE AZAMBUJA *(Stephani de Açambugia)*, Afonso *(Alfonsus)*, caval. assiste à leitura da bula de Bonif. IX sobre a eleição de D. João I para rei de Portugal: pp. CXI, CXIII, CXV.

ESTEVES DE BEJA *(Stephani de Begia)*, Vasco *(Valascus)*, porcion. da igr. de S. João de Beja: n. 370h.

ESTEVES *(Stephani)* DE CANAS, João *(Johannes)*, clér. da dioc. de Viseu, benef. na dioc. de Viseu: n. 417.

ESTEVES DE LISBOA *(Stephani Ulixboñ)*, Lançarote *(Lançarot)*, estud. de lógica na univers. de Lisboa, quartan. de Lisboa, reitor da igr. par. de S. João de Lisboa: n. 151.

ESTEVES DE MOGADOURO *(Stephani de Mogadeyro)*, Gonçalo *(Gundissalvus)*, clér. da dioc. de Braga, benef. na dioc. de Salamanca: n. 637a.

ESTEVES DE PARVA CAVA, Vasco *(Valascus)*, clér. da dioc. de Coimbra, estud. de dir. civil na univers. de Lisboa, cón. de Coimbra: n. 108.

ESTEVES DE SANTARÉM, Geraldo, embaix. de D. Afonso IV ao papa: p. CLV.

ESTEVES *(Stephani)* DE SAORLA, Pedro *(Petrus)*, clér. da dioc. de Elne, cón. da colação do b. e cab. de Elne: n. 51.

ESTEVES *(Stephani)* DE TAVIRA, Diogo *(Didacus)*, clér. da dioc. de Silves, porcion. da igr. par. de S. Miguel de Torres Vedras: nn. 36, 40.

ESTEVES DE TORRES NOVAS *(Stephani de Turribus Novis)*, Vicente *(Vincentius)*, clér. da dioc. de Lisboa, cón. de Coimbra, estud. na univers. de Lisboa: n. 121.

ESTEVES *(Stephani)*, Diogo *(Didacus)*, clér. de Braga, cón. e benef. na dioc. de Orense: n. 670.

ESTEVES, Geraldo, embaix. régio ao papa: p. CCCLXX.

ESTEVES *(Stephani)*, Gil *(Egidius)*, cón. de Lisboa: p. CCCXXXVIII.

ESTEVES *(Stephani)*, Gil *(Egidius)*, clér. da dioc. de Braga, cón. da coleg. de Guimarães e de Cidade Rodrigo: nn. 261, 310.

ESTEVES *(Stephani)*, Gil *(Egidius)*, clér. da dioc. de Lisboa, reitor da igr. de Canaveses: nota 668.

ESTEVES *(Stephani)*, Gonçalo *(Gundissalvus)*, bacharel em decretos, cón. e mestre-escola de Coimbra: p. XCIX, nota 165.

ESTEVES *(Stephani)*, Gonçalo *(Gundissalvus)*, cón. de Viseu e do Porto, estudante de dir. canón., reitor da igr. par. de S. Tiago de Cassurrães: nn. 78, 260, 370k, 371a, 372b, 423, 602, 618. — cón. de Coimbra, sac. da dioc. da Guarda: nn. 260, 370k, 371a, 372b, 423, 602, 618.—estud. de dir. canón. em Avinhão: nn. 370k, 372b, 423, 602, 618. — reitor da igr. de S. Tiago de Vila Nova: n. 618.

ESTEVES *(Stephani)*, Gonçalo *(Gunsalvus)*, clér. da dioc. de Lisboa, escolar de dir. civil na univers. de Lisboa, cón. de Lisboa: n. 133.

ESTEVES *(Stephani)*, Gonçalo *(Gundissalvus)*, sac. da dioc. de Braga, cón. de Braga, reitor da igr. par. de Guiães e amigo do cons. de el-rei D. Fernando, Vasco Domingues: n. 247.

ESTEVES *(Stephani)*, Gonçalo *(Gundissalvus)*, clér. da dioc. de Silves e benef. na igr. de S.ta Maria de Faro: n. 322.

ESTEVES *(Stephani)*, Gonçalo *(Gundissalvus)*, escolar de decretos, cón. de Braga, reitor da igr. de S.ta Maria de Cervães e cón. de Palença: n. 643.

ESTEVES *(Stephani)*, Gonçalo *(Gundissalvus)*, clér. da dioc. de Braga e cón. de Braga, estud. de dir. canón., benef. na igr. de Toledo, porcion. na dioc. de Toledo: BENTO XIII: nn. 45, 47, 84. — bacharel em gramática: BENTO XIII: n. 47.

ESTEVES, João, familiar régio, reitor da igr. par. de S. João de Cinfães: p. LIV.

ESTEVES *(Stephani)*, João *(Johannes)*, clér. da dioc. de Silves e cón. de Silves: n. 32.

ESTEVES *(Stephani)*, João *(Johannes)*, cón., estud. de dir. canón. na univers. de Lisboa: nn. 140, 183. — porcion. na igr. de S.ta Justa de Lisboa: n. 183.

ESTEVES *(Stephani)*, João *(Johannes)*, clér. da dioc. da Guarda, porcion. na igr. de S. Pedro de Óbidos, estud. na univers. de Lisboa: n. 182.

ESTEVES *(Stephani)*, João *(Johannes)*, clér. da dioc. de Braga e benef. na dioc. de Évora: n. 297.

ESTEVES *(Stephani)*, João *(Johannes)*, cón. de Tui, estud. de dir. canón., reitor da igr. par. de S.ta Eufêmia de Queleysos e benef. na igr. de S.ta Marinha de Arcozelo: n. 447.

ESTEVES *(Stephani)*, João *(Johannes)*, clér. da dioc. de Lisboa, porcion. na igr. de S. Tomé de Lisboa: n. 533.

ESTEVES *(Stephani)*, João *(Johannes)*, clér. da dioc. de Silves, benef. na igr. de S.ta Maria de Faro: n. 562.

ESTEVES *(Stephani)*, Lançarote *(Lançarot)*, clér. da dioc. de Lisboa e meio-cón. de Lisboa: n. 467.

ESTEVES, Lourenço, da dioc. de Lisboa, quartan. de Lisboa: p. CXIX.

ESTEVES *(Stephani)*, Lourenço *(Laurentius)*, freire da Ordem do Templo: p. LI.

ESTEVES *(Stephani)*, Lourenço *(Laurentius)*, clér. da dioc. de Silves, cón. de Silves: n. 49.

ESTEVES *(Stephani)*, Lourenço *(Laurentius)*, sac. da dioc. do Porto, benef. na dioc. de Lamego e reitor da igr. de S.to Estêvão de Oldrões: n. 283.

ESTEVES, Luís, familiar e capelão do regente D. Pedro e perpét. vigário da igr. de S. Vicente de Abrantes: p. CLXXXIV.

ESTEVES *(Stephani)*, Martinho *(Martinus)*, sac. da dioc. de Évora, meio-cón. de Lisboa e porcion. da igr. de S.ta Maria de Alcácer: n. 320.

ESTEVES *(Stephani)*, Pedro *(Petrus)*, clér. e cón. da dioc. de Silves: n. 28.

ESTEVES *(Stephani)*, Pedro *(Petrus)*, sac. da dioc. de Braga, estud. de dir. canón. na univers.

de Lisboa, cón. de Braga, reitor da igr. de S.to Adrião de Mões da dioc. de Braga: n. 153.
ESTEVES *(Stephani)*, Pedro *(Petrus)*, bacharel em dir. canón., a partir para a univers. de Bolonha, e exame em direito canón., cón. de Lisboa: p. C-CI, nota 168.
ESTEVES *(Stephani)*, Pedro *(Petrus)*, clér. da dioc. de Coimbra, porcion. na igr. de S.ta Justa de Coimbra: n. 263.
ESTEVES *(Stephani)*, Pedro *(Petrus)*, clér. e benef. da dioc. de Braga: n. 574.
ESTEVES *(Stephani)*, Pedro *(Petrus)*, sac., reitor da igr. par. de S. Tiago de Antas, cón. e benef. na dioc. de Salamanca: n. 673.
ESTEVES *(Stephani)*, Rodrigo *(Rodericus)*, cón. de Tui: pp. CLXVIII, CLXXI.
ESTEVES *(Stephani)*, Vasco *(Valascus)*, clér. da dioc. de Évora, porcion. da igr. de S. João de Beja e de S. Salvador de Alcáçovas: nn. 256, 265, 334.
ESTEVES *(Stephani)*, Vasco *(Valascus)*, escolar de dir. canón., quartan. e cón. de Silves e porcion. da igr. de S. Clemente de Loulé: n. 317.
ESTONTEVILLA, *(Estovilla)*, card.: notas 609, 645, p. CCLXX.
ESTRASBURGO *(Argentina, Strasbourg)*, França: nota 512.
ESTREMADURA *(Stremadura)*, terras da Ordem do Templo, passadas à Ordem do Cristo: p. XLV.
ESTUDANTES UNIVERSITÁRIOS: espanhóis: p. VII; portugueses: p. VII. *VIDE:* AMBOS OS DIREITOS. ARTES. DIREITO CANÓNICO. DIREITO CIVIL. LÓGICA. MEDICINA. TEOLOGIA.
ESTUDO GERAL: *VIDE:* UNIVERSIDADE.
ESTUDO GERAL DE BOLONHA: *VIDE:* BOLONHA. UNIVERSIDADE DE BOLONHA.
ESTUDO GERAL DE LISBOA: p. CXII, CXV. *VIDE:* LISBOA. UNIVERSIDADE DE LISBOA.
EUBEL, *Conradus:* notas 63, 147, 149, 150, 152, 170, 287, 578, 637, 704, 705, p. 12, nota 1, p. 63, nota 1, p. 69, nota 2, p. 77, nota 7, p. 88, nota 1, p. 102, nota 1, p. 104, nota 1, p. 106, nota 1, p. 139, nota 2, nota 9, p. 165, nota 1, p. 179, nota 1, p. 184, nota 1, p. 185, nota 1, p. 195, nota 1, p. 197, nota 1, p. 209, nota 2, p. 210, nota 1, p. 241, notas 1-2, p. 242, nota 1, p. 247, nota 1, p. 255, nota 1, p. 271, nota 1, p. 272, nota 1, p. 278, nota 2, p. 289, nota 1, p. 294, nota 1, p. 297, nota 1, p. 315, nota 1, p. 317, nota 1, p. 329, nota 1, p. 331, nota 1, p. 335, nota 1, p. 345, nota 1, p. 359, notas 1-2, p. 369, nota 2, p. 375, nota 2, p. 391, nota 1, p. 394, notas 2, 4.
EUGÉNIO IV, papa: nota 270, pp. CLXX, CLXXX-CLXXXV, notas 407, 414, pp. CLXXXVI, CLXXXVIII, CLXXXVIII-CXCI, CCI-CCVI, nota 482, pp. CCVII-CCX, CCXIV-CCXVI, CCXXIV, CCXXVI, CCXXVII, CCXXIX-CCXXXII, CCXXXIV, nota 581, p. CCXXXV, nota 584, p. CCXXXVI, nota 587, pp. CCXLI-CCXLVI, CCXLVIII-CCL, CCLIII, nota 657, p. CCLV, nota 661, p. CCLVII, nota 663, p. CCLVIII, nota 666, p. CCLIX, nota 667, p. CCLX, p. CCLX, nota 668, pp. CCLXI, CCLXII, nota 672, p. CCLXIV, nota 673, p. CCLXVIII, nota 674, pp. CCLXX, CCLXXI, notas 685, 687-694, pp. CCLXXIV-CCLXXV, CCLXXIX-CCLXXXII, notas 713, 714, 729, pp. CCLXXXVIII-CCXCI, nota 766, pp. CCXCII, CCXCV, CCXCVIII, CCXCIX, notas 798-800, p. CCC, nota 808, pp. CCCII, CCCXLIII-CCCXLVIII, notas 934-939, 941, 942, 944, 945, 947, 948, 950, 952, 953, 955-967, 969, 970, pp. CCCLIV, CCCLXII, CCCLXVI. — carta à rainha D. Leonor, aos Infantes, arceb. de Braga e b. de Évora, vários condes e nobres: pp. CLXXXVIII, CLXXXIX-CXC. — cartas ao regente D. Pedro: pp. CLXXXVII, CCXLII, CCXLIII, CCXLIV. — cartas ao arceb. de Braga e ao reg. D. Pedro que impedia a tomada de posse do b. de Silves D. Rui Dias: pp. CCLXX-CCLXXII. — cartas ao arceb. de Braga e regente D. Pedro que pretendia fazer b. de Silves a D. Luís do Amaral, privado da sé de Viseu: pp. CCLXXIII-CCLXXV. — cartas ao regente D. Pedro e a D. Afonso V sobre a privação de D. Luís do Amaral, b. de Viseu: pp. CCXLII, CCXLIV-CCXLV, CCXLVIII-CCL. — cubiculários: ANES DE ÓBIDOS, Gonçalo: pp. CCXIV, CCXXV-CCXXVI, nota 516, pp. CCLXI-CCLXIII, notas 671-672; ARIAS, Martinho *(Martinus):* pp. CCLII-CCLIII, nota 657, pp. CCLXXII; ARSÉNIO, monge de Florença: p. CCLXXXIX; DIAS *(Didaci)*, Rui *(Rodericus):* p. CCLX, nota 668, pp. CCLXIX, CCCXLVII; LEMOS, Afonso Gomes de: pp. CCLXI-CCLXIV, notas 671-673; NUNES, João: p. CCXLII. — e o concí. de Basileia: p. CXC, nota 467, pp. CCIII, CCVI, CCVII, CCVIII, CCXIV-CCXXII, notas 502-504, pp. CCXXIV, CCXLI. — e o concí. de Ferrara-Florença: pp. CXC, CCXV, CCXVII, CCXVIII-CCXX, notas 502-504, pp. CCXLI, CCLXI. — e D. Duarte: p. CXIX. — súplicas: p. VIII. — união dos bens das igr. desanexados durante o cisma: p. CLXIX.
EUGUBII: p. XCVI.
ÉVORA *(Elborensis)*, dioc. de: *beneficiados:* AFONSO DE ÉVORA *(Alfonsi Elborensis)*, Martinho *(Martinus):* n. 629; AFONSO *(Alfonsi)* DE

VILA NOVA, Fernando *(Fernandus)*: n. 634; AFONSO *(Alfonsi)*, João *(Johannes)*: nn. 305, 573b, 632a, 633a; ÁLVARES *(Alvari)*, Diogo *(Didacus, Diego)*: nn. 527, 634d; ANES *(Johannis)*, Gonçalo *(Gundissalvus)*: nn. 259, 370m, 460; ANES *(Johannis)*, João *(Johannes)*: n. 550; ANES *(Johannis)*, Rodrigo *(Rodericus)*: n. 413; ANES *(Johannis)*, Vasco *(Valascus)*: n. 326; ARES, Aparício *(Aparitius)* de: n. 506; CALZA, Rodrigo *(Rodericus)*: n. 434; DOMINGUES *(Dominici)*, João *(Johannes)*: n. 566a; ESTEVES *(Stephani)*, Afonso *(Alfonsus)*: n. 634b; ESTEVES *(Stephani)*, João *(Johannes)*: n. 297; FERNANDES *(Fernandi)* DE VILA POUCA, Álvaro *(Alvarus)*: n. 299; FERNANDES *(Fernandi)*, Luís *(Ludovicus)*: n. 629a; GOMES *(Gometii)*, Aires *(Arias)*: n. 552; GONÇALVES CARBONÁRIO *(Gunsalvi Carbonarii)*, Rodrigo *(Rodericus)*: n. 379; LÁZARO *(Lazari)*, Pedro *(Petrus)*: n. 634a; LOURENÇO *(Laurentii)*, Paio *(Pelagius)*: n. 595; MARTINS *(Martini)*, Gonçalo *(Gundissalvus)*: nn. 274, 370, 371b; MATEUS *(Mathei)*, Fernando *(Fernandus)*: n. 633b; PERES CARBONÁRIO *(Petri Carbonarii)*, Álvaro *(Alvarus)*: n. 388; RODRIGUES *(Roderici)*, Antão *(Antonius)*: nn. 632c, 633c; RODRIGUES *(Roderici)*, Martinho *(Martinus)*: nn. 283a, 370a, 370j. — bens da Ordem do Templo: p. XXII, XXX, LI. — b.: p. CI, nota 168, nota 338. — b. e cab. e a legacia do b. de Coimbra D. João Galvão: pp. CCCXV, CCCXXXIV, CCCXXXVI. — b., *avunculus regis* (Afonso V): p. CLXXIII. — b.: ÁLVARO *(Alvarus)* DE ABREU: p. CCLXXIII, nota 694; GARCIA *(Garsia)* DE MENESES: pp. CCCXIX-CCCXX, nota 888, p. CCCXLI; JOÃO *(Johannes)*: pp. CVII, CXII, CXIII, CXIV, CXVI, CXXVI, CCCLXVIII-CCCLXIX; JOÃO *(Johannes)* RODRIGUES GALVÃO: pp. CCCXIX-CCCXX, nota 888; JORGE: p. CCCXLI; LUÍS *(Ludovicus)*: nota 732, p. CCCXL; MARTINHO *(Martinus)*: nn. 410-412; ROBERTO *(Robertus)*: BENTO XIII: nn. 84a, 91; VASCO *(Valascus)* GIL: p. CCLXXIII, nota 694, p. CCCXLI. — cab.: p. CCCXLI. — carta ao b. de Évora D. Álvaro de Abreu sobre a reg. de D. Pedro e Dona Leonor: p. CLXXXVII. — carta do papa Eugénio IV ao b. D. Álvaro de Abreu sobre as discórdias no reino: pp. CLXXXIX-CXC. — *clérigos*: ACERES, Aparício *(Aparitius)* de: nn. 280, 506; AFONSO *(Alfonsi)*, Gil *(Egidius)*: n. 435; AFONSO *(Alfonsi)*, Pedro *(Petrus)*: n. 709; AFONSO *(Alfonsi)*, Pedro *(Petrus)*: BENTO XIII: n. 51; AFONSO FUSEIRO *(Alfonsi Fusarii)*, Pedro *(Petrus)*: n. 387; AFONSO *(Alfonsi)*, Martinho *(Martinus)*: nn. 463, 550a, 632, 632e; AFONSO *(Alfonsi)*, Pedro *(Petrus)*: nn. 414, 555, 712; AFONSO *(Alfonsi)*, Rodrigo *(Rodericus)*: n. 380; AFONSO SALGUEIRO *(Alfonsi Salgeyro)*, Vasco *(Valascus)*: n. 399; ANES *(Johannis)*, Afonso *(Alfonsus)*: BONIFÁCIO IX: n. 10; ANES BENTO *(Johannis Benedicti)*, João *(Johannes)*: n. 397; ANES *(Johannis)* DE GAUDIIS, João *(Johannes)*: nn. 312, 351, 359, 476, 516; ANES *(Johannis)*, Estêvão *(Stephanus)*: nn. 273, 327; ANES *(Johannis)*, Gonçalo *(Gundissalvus)*: nn. 259, 370m, 461; ANES *(Johannis)*, João *(Johannes)*: n. 370m; ANES *(Johannis)*, João *(Johannes)*: BONIFÁCIO IX: n. 11; ANES *(Johannis)*, Luís *(Ludovicus)*: nn. 429, 479; ANES *(Johannis)*, Pedro *(Petrus)*: n. 321; ANES *(Johannis)*, Vasco *(Valascus)*: n. 339; ARIAS *(Arie)*, Vicente *(Vincentius)*: n. 687; BALNEO, Gonçalo *(Gundissalvus)* de: n. 487; DOMINGUES *(Dominici)*, Afonso *(Alfonsus)*: n. 272; ESTEVES *(Stephani)*, Vasco *(Valascus)*: n. 334; FERNANDES *(Fernandi)*, Gil *(Egidius)*: n. 450; Gomes *(Gometii)*, Aires *(Arias)*: n. 552; GONÇALVES BARBONÁRIO, Mendo: n. 381; GONÇALVES CARBONÁRIO, Rodrigo: n. 379; GONÇALVES *(Gundissalvi)*, Afonso *(Alfonsus)*: n. 485; GONÇALVES, Fernando: p. CCCVIII; GRAVETO *(Gravetii)*, Martinho *(Martinus)*: n. 577; LOURENÇO *(Laurentii)*, Paio *(Pelagius)*: n. 595; MARTINS *(Martini)*, Cristóvão *(Christoforus)*: n. 599; MARTINS, Nuno: p. CCCI; PERES CARBONÁRIO *(Petri Carbonarii)*, Álvaro *(Alvarus)*: n. 388; PERES *(Petri)*, Estêvão *(Stephanus)*: p. LIV; PERES *(Petri)*, Garcia *(Garsia)*: nn. 285, 288, 301, 432; RODRIGUES FUSEIRO *(Roderici Fusarii)*, João *(Johannes)*: n. 389; VICENTE *(Vincentii)* DE ARES, Aparício *(Aparitius)*: n. 377. — *cónegos*: ACERES, Aparício *(Aparitius)*: n. 280; AFONSO *(Alfonsi)*, Aires *(Arias)*: BENTO XIII: nn. 19f, 19i; AFONSO FUSEIRO *(Alfonsi Fusarii)*, João *(Johannes)*: n. 385; AFONSO, João: p. CCXCII; ANES *(Johannis)*, Afonso *(Alfonsus)*: BONIFÁCIO IX: n. 2; ANES *(Johannis)* DE GAUDIIS, Gonçalo *(Gundissalvus)*: nn. 312, 351, 359, 476, 516; ANES *(Johannis)*, Fernando *(Fernandus)*: p. CXVIII; ANES *(Johannis)*, Gonçalo *(Gundissalvus)*: n. 461; ANES *(Johannis)*, Rodrigo *(Rodericus)*: n. 413; ANES, Tomé: p. CCLXXIII; ARES, Aparício *(Apparitius)* de: nn. 377, 506; ARIAS *(Arie)*, Afonso *(Alfonsus)*: n. 689; CALZA, Rodrigo *(Rodericus)*: n. 434; DIAS *(Didaci)*,

Rui *(Rodericus)*: p. CCLXXIII; DOMINGUES *(Dominici)* DE MACHEDE, João *(Johannes)*: n. 506; DOMINGUES *(Dominici)* DE MOURA, Afonso *(Alfonsus)*: BENTO XIII: nn. 17, 19a; DURANDO *(Durandi)*, João *(Johannes)*: n. 438; FERNANDES, Álvaro: p. CCCV; FURTADO *(Furtati)*, João *(Johannes)*: nn. 629b, 633d; GARCIA *(Garsie)*, João *(Johannes)*: n. 526; GONÇALVES CARBONÁRIO *(Gunsalvi Carbonarii)*, Rodrigo *(Rodericus)*: n. 379; GUILHERME, Adriano: p. CCXXXV; JORA, *Johannes de*: nota 157; MARTINS *(Martini)*, Gomes *(Gometius)*: pp. XCV, XCVII; MARTINS *(Martini)*, Gonçalo *(Gundissalvus)*: nn. 370, 371b, 439; MARTINS *(Martini)*, Jaime *(Jacobus)*: n. 411; PETRI, *Johannes*: nota 156; RODRIGUES FUSEIRO *(Roderici Fusarii)*, João *(Johannes)*: n. 389; SERRÃO DE AGUIAR *(Serano de Guiar)*, Garcia *(Garsias)*: n. 631; VASQUES, Gonçalo: nota 164; VICENTE *(Vincentii)* DE ARES, Aparício *(Aparitius)*: n. 377; VICENTE *(Vincentii)*, Pedro *(Petrus)*: n. 396. — deão: nota 157, pp. CCXCII, CCCV; FERREIRA, Álvaro *(Alvarus)*: pp. CCLVIII-CCLIX, nota 666; LÚCIDO *(Lucidus)*, cardeal: p. CCLXVIII, nota 666. — dispensa do imped. de consang. e parentesco espiritual entre pessoas da dioc.: p. CXL, nota 270. — *igrejas*: S.TA MARIA DE AÇOUGUES DE ELVAS *(Sancte Marie de Masselis castri de Elbis)*: n. 410; S.TA MARIA DE AÇOUGUES DE MONTEMOR-O-NOVO: n. 428; S.TA MARIA DE ALCÁCER: nn. 252, 253, 267, 268, 320, 555; S.TA MARIA DE ALCÁÇOVA DE ELVAS: nn. 54, 410, 438; S.TA MARIA DE ALCÁÇOVAS: n. 156; S.TA MARIA DE ALVITO: n. 411a; S.TA MARIA DE BEJA: nn. 454, 498, 523, 551, 552; S.TA MARIA DE MONFORTE: n. 688; S.TA MARIA DE MONTEMOR-O-NOVO: n. 412; S.TA MARIA DE REDONDO: n. 411a; S.TA MARIA DE TORRÃO: n. 556; S.TA MARIA DE VILA NOVA: n. 411; S.TA MARIA DO BISPO DE MONTEMOR-O-NOVO: n. 570a; S.TO ANTÃO DE ÉVORA: n. 485; S. BARTOLOMEU DE ORIOLA: BENTO XIII: n. 18; S. JOÃO DE BEJA: p. XCVII, notas 156, 157, pp. CLXXXV, nn. 256, 334, 370h, 453, 599; S. MAMEDE DE ÉVORA: p. CCLIII, nota 659, p. CCXCI; S. MIGUEL DE CORUCHE: n. 384; S. PEDRO DE ELVAS: nn. 54, 186, 377, 410, 438, 506; S. PEDRO DE ÉVORA: BONIFÁCIO IX: n. 2; S. PEDRO DE EVORAMONTE: nn. 76, 206, 259, 312, 461, 476, 516; S. SALVADOR DE ALCÁÇOVAS: nn. 265, 327, 329, 334, 556; S. SALVADOR DE ARRAIOLOS: pp. CCLVIII-CCLIX, nota 666, nn. 123, 149, 301, 568, 577; S. SALVADOR DE BEJA: nn. 52, 61, 202, 339; S. SALVADOR DE ELVAS: nn. 54, 186, 410, 414, 438; S. TIAGO DE BEJA: p. CCLV, nota 661, nn. 61, 329, 419, 455, 615; S. TIAGO DE ÉVORA: nn. 487, 595; S. TIAGO DE MONTEMOR-O-NOVO: nn. 255, 274, 370, 371b, 439. — meio-cón.: DOMINGUES *(Dominici)* DE MOURA, Afonso *(Alfonsus)*: nn. 559, 611. — *mosteiro*: S. FRANCISCO: p. CCCXCVII. — oficial: p. CCXCV. — *porcionários*: DOMINGUES *(Dominici)* RAVASCO, João *(Johannes)*: n. 570a; MARTINS *(Martini)*, Jaime *(Jacobus)*: n. 411; PERES *(Petri)*, João *(Johannes)*: n. 411a. — procur. do cab. nas cortes de Lisboa de 1455: ALVAREZ CARDOSSO, Fernam: p. CCXXXVIII, nota 589. — recusa das décimas a D. Afonso V: p. CLXXIII. — *sacerdotes*: AFONSO *(Alfonsi)*, Aires *(Arias)*: BENTO XIII: nn. 19f, 19i, 79, 92; DOMINGUES *(Dominici)* DE MOURA, Afonso *(Alfonsus)*: nn. 559, 611, BENTO XIII: nn. 17, 18a, 18d, 40; DOMINGUES *(Dominici)* RAVASCO, João *(Johannes)*: n. 570a; ENTENTO, Luís *(Ludovicus)*: n. 556; ESTEVES *(Stephani)*, Aparício *(Aparitius)*: n. 342; ESTEVES *(Stephani)*, Martinho *(Martinus)*: n. 320; LOURENÇO *(Laurentii)*, Vasco *(Valascus)*: n. 386; MARTINS *(Martini)*, Gonçalo *(Gonsalvus)*: nn. 274, 370, 371b; MENDES *(Melendi)*, Gonçalo *(Gundissalvus)*: nn. 460, 503, 554, 598, 692b, BENTO XIII: nn. 1c, 4, 8a, 10, 14, 18c, 37; NUNES *(Nunii)*, Martinho *(Martinus)*: n. 268; PERES *(Petri)*, Martinho *(Martinus)*: n. 370b; VASQUES *(Valasci)*, João *(Johannes)*: n. 568; VICENTE *(Vincentii)* BRAVO, Lourenço *(Laurentius)*: n. 576. — tesoureiro: CHAMEYRACO, *Johannes de*: n. 372a. — vigário do b.: MARTINS *(Martini)* DE RABELO, Vasco *(Valascus)*: pp. CCXXXVI-CCXXXIX, nota 589.

ÉVORA, *Joham de*, frade do Carmo de Lisboa: nota 744.

EVORAMONTE, conc. de Estremoz, dioc. de Évora: *VIDE*: S. PEDRO DE EVORAMONTE.

EXAME DE CLÉRIGOS (dispensa) na Cúria papal: nn. 185, 204, 216, 220, 247, 258, 279, 280, 300, 310, 358, 363, 370q, 401c, 409, 412, 450, 457, 472, 499, 509, 526, 549, 552, 555, 555b, 556, 559, 561a, 563, 571, 572, 604, 608, 609, 612, 614, 614a, 615, 619a, 620a, 620b, 621, 623, 627, 631, 631a, 634, 634d, 635, 636, 636d, 637a, 639, 684, 684a, 684b, 684c, 684d, 684f, 684h,

685, 686, 690, 691, 691a, 691b, 691d, 692a, 692c, 696, 697, 698, 699, 700, 706, 707, 708, 717, 718, BENTO XIII: nn. 1c, 1d, 8a, 10, 10a, 18, 18c, 18d, 19, 19a, 19e, 19f, 19g, 19i, 19j, 64, 65, 81, BONIFÁCIO IX: nn. 6, 13, 28.
EYDANHA = IDANHA: *VIDE:* IDANHA-A--VELHA.

F

F., arceb. de Narbona, camarário do papa: róis de súplicas: p. 330, nota 1.
F. ELEN., datador: p. 289, nota 3.
F. MONSALVATJE Y FOSSAS: p. 329, nota 1.
FABRI, Johanneta: p. CCCXCIX.
FABRIANO: Itália, dioc. de Camerino, resid. papal: nota 610.
FACY, *Johannes*, geral dos carmelitas: p. CCXC.
FALCÃO, João, cón. de Lisboa: pp. CCXCII, CCXCIII.
FALCONERA, Espanha, dioc. de Badajoz, igr. de: n. 634d. — reitor: ÁLVARES *(Alvari)*, Diogo *(Didacus)*: n. 634d.
FAREJA *(Fareia)*, conc. de Fafe, dioc. de Braga: *VIDE:* S. MARTINHO DE FAREJA.
FARINHA PODRE *(Farina Putrida)*, conc. de Penacova, dioc. de Coimbra: *VIDE:* S. PEDRO DE FARINHA PODRE.
FARO, conc. de Faro, dioc. de Silves, hoje de Faro ou do Algarve, igr. de: BENTO XIII: n. 54. *VIDE:* S.TA MARIA DE FARO.
FARO, Jorge: notas 381, 743.
FÉLIX V, antipapa: pp. CCXXVI, CCXXXII, CCXLVI-CCXLVIII, CCLXXVI. — card.-b. de Sabina, após a absolvição: p. CCLXXVI, nota 706.
FÉLIX LOPES, OFM, Fernando: p. VIII. *VIDE:* FERNANDO FÉLIX LOPES, OFM.
FENESTRIS, conc. de Valença, dioc. de Tui, hoje de Braga: *VIDE:* FRIESTAS. S. FÉLIX DE FRIESTAS.
FERENTINO, Itália, dioc.: resid. papal: p. CCLIV, nota 660.
FERNANDES *(Fernandi)*, Afonso *(Alfonsus)*, clér. e porcion. de Salamanca: n. 684g.
FERNANDES *(Fernandi)*, Afonso *(Alfonsus)*, sac. da dioc. de Braga, tercen. de Braga e reitor da igr. par. de S. Simão de Novais: nn. 557, 558.
FERNANDES *(Fernandi)*, Aires *(Arias)*, arced. de Cerveira, cón. de Tui, subcolector apostólico na dioc. de Tui, benef. dos most. cisterc. de S.ta Maria de Oya e S. Salvador de Barrantes, benef. nas dioc. de Tui e de Lugo: BENTO XIII: n. 19c.
FERNANDES *(Fernandez)*, Álvaro, cón. de Braga: p. CCLXXVII, nota 706.
FERNANDES *(Fernandi)*, Álvaro *(Alvarus)*, cón. de Évora, bacharel em decretos, notário pontif., b. de Ceuta: p. CCCV, nota 834.
FERNANDES *(Fernandi)*, Álvaro *(Alvarus)*, clér. da dioc. de Coimbra, tercen. de Coimbra, cón. de Silves e reitor da igr. par. de S. Salvador de Tourais: nn. 633, 690, BENTO XIII: nn. 33, 72. — benef. na dioc. de Leão: n. 690. — cón. de Toledo e escolar de dir. civil: BENTO XIII: n. 72. — natural e familiar da portuguesa rainha de Castela D. Beatriz, benef. na igreja de Toledo, envolvido no cisma: BENTO XIII: nn. 33, 72.
FERNANDES *(Fernandi)*, Álvaro *(Alvarus)*, escritor das letras da penitenciaria, incorporado no concí. de Basileia, secret. do b. de Viseu D. Luís do Amaral, clér. de Lisboa, bacharel em decretos: p. CCXXVIII, nota 533, pp. CCXXXI, CCLXXVII-CCLXXVIII. — regresso ao papa de Roma: pp. CCLXXVII-CCLXXVIII.
FERNANDES DA SILVEIRA, João, doutor em ambos os dir. e chanceler régio: p. CXX.
FERNANDES DE ALENQUER *(Fernandi de Alanquerio)*, Fernando *(Fernandus)*, nobre clér. da dioc. de Lisboa, cón. e benef. da colação do b. e cab. de Lisboa, estud. na univers. de Lisboa: n. 146.
FERNANDES *(Fernandi)* DE ARÉVALO, Pedro *(Petrus)*, diác. de Toledo, reitor da igr. par. de S. Lourenço de Toledo: BENTO XIII: n. 105.
FERNANDES *(Fernandi)* DE BRETADIELLO, Domingos *(Dominicus)*, sac. da dioc. de Palença, porcion. de Toledo: n. 615a.
FERNANDES *(Fernandi)* DE CABEÇÓN, Afonso *(Alfonsus)*, bacharel em decretos, cón. de Palença, de Cuenca e Oviedo, porcion. na igr. de Palença, tesour. de Viseu: n. 624.
FERNANDES *(Fernandi)* DE CASCALES, Afonso *(Alfonsus)*, licenc. em leis, benef. na dioc. de Cartagena, cón. e benef. na dioc. de Toledo, estud. e lente de dir. civil no Est. geral de Avinhão: BENTO XIII: n. 77, p. 322, nota 1, n. 78. — cón. e benef. na dioc. de Sevilha: BENTO XIII: n. 78.
FERNANDES *(Fernandi)*, DE CASTROJERIZ *(Castro Xericio)*, Pedro *(Petrus)*, sac. da dioc. de Burgos, capelão e familiar do conde de Ourém D. João Afonso e porcion. na igr. par. de S. Martinho de Santarém: n. 555a.
FERNANDES *(Fernandi)* DE CISNEROS, Diogo *(Didacus)*, sac. da dioc. de Leão, capelão da portug. rainha D. Beatriz, benef. do most. bened. de S. Facundo da dioc. de Leão: BENTO XIII: n. 87.
FERNANDES DE FARO *(Fernandi de Faaron)*, Afonso *(Alfonsus)*, clér. da dioc. de Silves,

porcion. da igr. de S. Pedro de Óbidos: nn. 406, 420, 422. — benef. na dioc. de Coimbra: n. 420.

FERNANDES DE FRÓMISTA *(Fernandi de Fromesta)*, Toríbio *(Turibius)*, sac. da dioc. de Palença, benef. na igr. coleg. de Valhadolide e na igr. de S. Nicolau de Valhadolide: BENTO XIII: n. 66.

FERNANDES *(Fernandi)* DE GOUVEIA, Martinho *(Martinus)*, clér. da dioc. de Coimbra, estud. da univers. de Lisboa: nota 751, pp. CCCXLIII, CCCXLIV, CCCXLVIII-CCCLX. — capelão do card. D. Jaime: pp. CCCXLIX, CCCLV. — cón. de Coimbra, tesour. e cón. de Lisboa: p. CCCXLVIII. — e o Infante D. Henrique: p. CCCXLVIII. — familiar e capelão do Inf. D. Pedro, particip. na batalha de Alfarrobeira, da parte de D. Pedro: pp. CCCXLIV, CCCXLVIII-CCCXLIX, CCCLV. — presente na Cúria pontifí.: pp. CCCXLIX, CCCLIII--CCCLIV. — reitor da igr. de S.ta Maria de Valada: pp. CCCXLIII, CCCXLIV, CCXLVIII--CCCLX. — reitor da igr. de S.ta Maria de Achete: pp. CCCXLVIII-CCCXLIX. — reitor da igr. de S. Martinho de Sintra: p. CCCXLIX. — sac. da dioc. de Coimbra: pp. CCCL, CCCLVI.

FERNANDES *(Fernandi)* DE LEDESMA, Pedro *(Petrus)*, clér. da dioc. de Salamanca, arcipr. de Insula da dioc. de Alby, familiar do b. de Alby D. Domingos e vigá. da igr. par. de Caslucio da dioc. de Alby, benef. na igr. de S.to Emiliano da dioc. de Oviedo: BENTO XIII: n. 84c.

FERNANDES *(Fernandi)* DE LUCENA, Vasco *(Valascus)*, doutor em leis, embaixador de D. Duarte ao concí. de Basileia: p. CXC, notas 457-458, pp. CXCII, CCXVII. — cartas ao concí. de Basileia: p. CCXVII. — casado com Violante de Alvim: p. CXCI. — guerra a sarracenos de Granada: nota 508. — orador no concí. de Basileia e defesa do papa Eugénio IV: p. CXCI, nota 457, pp. CXCII-CXCIX, nota 458, pp. CXCIX, CCI, CCIII, CCXV, nota 493. — professor na univers. de Bolonha: p. CCXVII, nota 497. — relações com o humanista Poggio Bracciolini: p. CXCIII.

FERNANDES DE MONTEMOR *(Fernandi de Monte Mayor)*, Diogo *(Didacus)*, cón. de Córdova: BENTO XIII: n. 107.

FERNANDES *(Fernandi)*, Deodato *(Deodatus)*, sac. de Cuellón da dioc. de Segóvia, cón. do Porto e de Tui e arced. de Cerveira: n. 308.

FERNANDES *(Fernandi)* DE SCALON, *Bartholomeus*, sac. da dioc. de Cidade Rodrigo, estud. de dir. canón., cón. de Viseu e reitor da igr. de S.ta Maria de Mocodial da dioc. de Salamanca: n. 591.

FERNANDES DE SOUTO MAIOR *(Fernandi de Souto Mayor)*, João *(Johannes)*, clér. da dioc. de Tui, cón. de Compostela, arced. de Salnés, cón. de Tui, benef. na igr. de S. Salvador de Viana, envolvido no cisma: BENTO XIII: n. 85, p. 335, nota 2.

FERNANDES *(Fernandi)* DE VALÊNCIA, João *(Johannes)*, porcion. de Toledo, cón. de Sevilha, meio-cón. de Coimbra e porcion. na igr. de S.ta Cruz de Palença de Negella da dioc. de Salamanca: n. 625a.

FERNANDES DE VILA GARCIA *(Fernandi de Villa Garsia)*, Garcia *(Garsias)*, mestre da Ordem de S. Tiago da Espada: n. 636a.

FERNANDES DE VILA POUCA *(Fernandi de Villa Pauca)*, Álvaro *(Alvarus)*, da dioc. de Coimbra, cón. de Coimbra: nn. 277a, 299. — benef. na dioc. de Évora: n. 299.

FERNANDES *(Fernandi)* DE VILLANIEL, João *(Johannes)*, cón. da coleg. dos Santos Emetério e Celedónio da dioc. de Burgos, cón. de Lisboa: n. 590.

FERNANDES *(Fernandi)*, Domingos *(Dominicus)*, sac. e benef. da dioc. de Braga: n. 495.

FERNANDES *(Fernandi)* DO ROGO, Álvaro *(Alvarus)*, clér. da dioc. de Lisboa, escolar de dir. civil na univers. de Tolosa, cón. de Lisboa, porcion. na igr. da Guarda: nn. 219a, 230, 231.

FERNANDES DO VALE, Vasco, escudeiro do duque de Viseu, Infante D. Henrique: p. CCLVIII.

FERNANDES *(Fernandi)*, Estêvão *(Stephanus)*, nobre, sac. da dioc. de Lamego, cón. do Porto e reitor da igr. do Crucifixo de Bouças: n. 316.

FERNANDES, Gil, mestre prov. da Ordem de S. Tiago da Espada em Portugal: p. LXXXIX, nota 130.

FERNANDES *(Fernandi)*, Gil *(Egidius)*, bacharel em medicina, estud. na univ. de Mompilher, subdiácono da dioc. da Guarda, cón. de Évora e da Guarda, reitor da igr. de S.ta Maria de Belmonte, capelão de honra, natural, familiar e médico da portug. rainha de Castela D. Beatriz, cón. e benef. na dioc. de Ávila, envolvido no cisma: nn. 223, 694, 700, BENTO XIII: nn. 27, 61. — cón. de Ávila: nn. 694, 700. — ilegít. e dispens. para receber Ordens e benef.: BENTO XIII: n. 61.

FERNANDES *(Fernandi)*, Gil *(Egidius)*, clér. da dioc. de Évora, porcion. na igr. de S. Bartolomeu de Coimbra: n. 450.

FERNANDES *(Fernandez)*, Gomes, cón. de Braga, procur. do arceb. de Braga na questão da legacia

do b. de Coimbra D. João Galvão: pp. CCCXVII, CCCXXXIV.
FERNANDES *(Fernandez)*, Gomes, tesour. e cón. de Braga: pp. CCLXXVII-CCLXXVIII, nota 706.
FERNANDES *(Fernandi)*, Gomes *(Gometius)*, porcion. na igr. de S.ta Maria de Góis: nota 710.
FERNANDES *(Fernandez)*, Gonçalo, comendador de Aljustrel: p. LXXXIV.
FERNANDES *(Fernandi)*, Gonçalo *(Gonçalvus)*, freire e irmão do mestre da Ordem do Templo Vasco Vernandes: p. LI.
FERNANDES *(Fernandi)*, Gonçalo *(Gunsalvus)*, clér. da dioc. de Silves, estud. de dir. canón. na univers. de Lisboa, cón. de Silves: n. 137.
FERNANDES *(Fernandi)*, Gonçalo *(Gundissalvus)*, clér. de Samora, benef. na igr. de Lisboa e na igr. de S.ta Cruz de Lisboa: nn. 258, 306a. — sac. da dioc. de Samora, benef. do most. de Odivelas e reitor da igr. de S.ta Cruz de Lisboa: n. 306a.
FERNANDES *(Fernandi)*, Gonçalo *(Gundissalvus)*, sac. da dioc. de Lamego, benef. na dioc. da Guarda e porcion. na igr. de S. Paio de Ovadas: n. 331.
FERNANDES *(Fernandez)*, *Gunsalvus*, procur. nas cortes de Coimbra de 1385: p. CVII.
FERNANDES *(Fernandez)*, Isabel, criada por D. Aimaro, b. de Ceuta: p. CCLXXXVIII.
FERNANDES *(Fernandez)*, João, doutor do desembargo régio: p. CCXXXVI, nota 587.
FERNANDES *(Fernandez)*, João, comendador da Ordem do Hospital: p. CCC.
FERNANDES *(Fernandez)*, João *(Johannes)*, mestre da Ordem de S. Tiago da Espada em Portugal: p. LXII, nota 105.
FERNANDES *(Fernandi)*, João *(Johannes)*, arced. de Castro na igr. de Córdova: p. LX. — deão de Córdova e o interdito em terras portuguesas, por causa da nacion. da Ordem de S. Tiago da Espada: pp. LIX-LX.
FERNANDES *(Fernandi)*, João *(Johannes)*, clér. de Braga e cón. de Lisboa: n. 483.
FERNANDES *(Fernandi)*, João *(Johannes)*, reitor da igr. de S. Miguel de Nogueira, dispens. de ilegitim. para receber Ordens e benef.: n. 355.
FERNANDES *(Fernandez)*, Joham, conde de Ourém: pp. CCCLXXXIV, CCCLXXXV. *VIDE:* JOÃO *(Joham)* FERNANDES.
FERNANDES *(Fernandez)*, Joham, nobre de armas, nas cortes de Coimbra de 1385: p. CVII.
FERNANDES *(Fernandez)*, Joham, arced. de Alabruje e cón. de Braga: p. CCLXIII, nota 672.
FERNANDES *(Fernandez)*, Joham, bacharel em degredos, cón. e vigá. geral de D. Fernando da Guerra, arceb. de Braga: pp. CCLIX-CCLX, nota 667.
FERNANDES *(Fernandez)*, Joham, bacharel, cón. de Braga: p. CCLXXVIII, nota 706.
FERNANDES *(Fernandez)*, Justo: nota 897.
FERNANDES, Leonor: p. CCCXLI.
FERNANDES *(Fernandez)*, Lopo, senhor de Ferreira, membro da embaix. de D. Afonso IV na corte do papa, e dispensa para o Infante D. Pedro casar com D. Branca: pp. CXXVI, nota 241, p. CXXXI. — filha Guiomar: p. CLIV.
FERNANDES *(Fernandi)*, Lopo *(Lupus)*, cón. de Tui e estud. de dir. canón. na univers. de Salamanca, benef. nas igr. de S.ta Maria de Valença e de S. Tiago de Maleons: n. 587, BENTO XIII: n. 19b. — deão de Tui, benef. dos most. de S.ta Maria de Oya e de S. Salvador de Barrantes e na igr. de S. Martinho de Portela: BENTO XIII: n. 19b.
FERNANDES *(Fernandi)*, Lopo *(Lupus)*, ab. do most. de S. João de Arnóia e prior da igr. de S.ta Maria de Azinhoso, dispens. para benef. de most. bened. ou cisterc. das arquid. de Braga ou de Compostela: n. 665.
FERNANDES *(Fernandi)*, Luís *(Ludovicus)*, clér. da dioc. de Jaén, benef. na dioc. de Évora e na igr. de Atfuia da dioc. de Jaén: n. 629a.
FERNANDES *(Fernandi)*, Martinho *(Martinus)*, reitor da igr. de S.ta Maria de Vermiosa, da comitiva do b. de Viseu D. Luís do Amaral, em várias embaix. do concí. de Basileia: p. CCXXVIII, nota 534, p. CCXXIX, nota 536.
FERNANDES *(Fernandi)*, Martinho *(Martinus)*, sobrinho do cons. de el-rei D. Fernando, Vasco Domingues, e clér. da dioc. do Porto, escolar de gramática, cón. do Porto: n. 244.
FERNANDES *(Fernandi)*, Martinho *(Martinus)*, nobre sac. da dioc. de Lamego, escolar de dir. canón., cón. de Lamego, reitor da igr. de Soveroso (?): n. 314.
FERNANDES *(Fernandi)*, Martinho *(Martinus)*, familiar e capelão da portug. rainha de Castela D. Beatriz, cón. de Segóvia, porcion. na igr. de S. Brás de Coimbra, benef. nas igr. de S. Salvador de Outer de Fumos e S. Tiago de Morales da dioc. de Leão, capelão na igr. cate. de Coimbra: n. 684h.
FERNANDES, Pedro, mestre da Ordem de S. Tiago em Castela: p. CCCLXXXV.
FERNANDES *(Fernandes)*, Pero, arced. de Trevino: p. CCCLXXXIV.
FERNANDES *(Fernandez)*, Pero, tesour. de Braga: p. CCLX, nota 667.
FERNANDES *(Fernandez)*, Pero, escudeiro: nota 905.
FERNANDES, Rodrigo, sac. da dioc. de Lamego, cón. de Coimbra: p. CCXLII.
FERNANDES TINOCO *(Fernandi Tinocho)*,

Nuno *(Nunus)*, caval. da Ordem de S. Tiago da Espada, procur. do Inf. D. Henrique e D. Afonso V: pp. CCXCIV, CCCI, CCCV, nota 837, CCCLV, CCCLIX. — embaix. de D. Afonso V: pp. CCCV-CCCVI, nota 837, pp. CCCVIII, CCCLV, CCCLIX. — igr. de Almeirim: p. CCCV-CCCVI, nota 837, p. CCCLV. — preceptor de S. Salvador de Santarém e procur. geral na cúria pontif. de D. Afonso V: pp. CCCV-CCCVI, nota 837, pp. CCCVIII, CCCLV, CCCLIX. — reitor da igr. de S. Martinho de Moázeres: p. CCCI.

FERNANDES *(Fernandi)*, Vasco *(Valascus)*, mestre da Ordem dos Templários em Portugal: pp. XXV-XXVII, LI, LII-LIV. — e a rainha Santa Isabel: nota 93. — e el-rei D. Dinis: pp. LII, LIII, nota 93. — foragido em Castela: p. LI. — preceptor da Ordem de Cristo: pp. LII-LIV. — seu irmão: FERNANDES *(Fernandi)*, Gonçalo *(Gonçalvus)*: p. LI.

FERNANDI: *VIDE:* FERNANDES.

FERNANDI, *Gometius*, cón. de Viseu: nota 158.

FERNANDI, *Johannes*, caval. de Évora, procur. em Roma do b. de Évora D. Vasco Gil: nota 694.

FERNANDO *(Fernandus)*, rei de Portugal: nn. 2-69, n. 713. — chanceler da puridade: GONÇALVES DA TEIXEIRA, João: pp. CCCLXXIX, CCCLXXXI, CCCLXXXIV. — cisma de Avinhão e sua obediência: pp. VII, CCCLXXXVII, CCCLXXXVIII, CCCXCVIII, CCCXCIX, BONIFÁCIO IX: n. 18, p. 394. — conces. de Viana do Alentejo a D. João de Meneses: p. CLXXXVI. — conselheiros ou embaix.: DOMINGUES *(Dominici)*, Vasco *(Valascus)*: nn. 233-247; GIL *(Egidius)* DO SEM: pp. CCCLXXV-CCCLXXVIII; GONÇALVES DA TEIXEIRA *(Gundissalvi de la Texera)*, João *(Johannes)*: nn. 453, 518; LOURENÇO, Rui: p. CCCLXXVIII, CCCLXXIX; MARTINHO *(Martinus)*, b. de Lisboa: BONIFÁCIO IX: n. 18, p. 394, nota 2; PERES *(Petri)*, Aires *(Arias)*: n. 459. — crise da nacion.: pp. VII, CV, CVI, CVIII-CXII. — e o casam. do pai com Inês de Castro: p. CCCLXXIV. — e o Mestre de Avis: pp. VII, CXXII. — familiar e capelão-mor: LOURENÇO *(Laurentii)*, Vasco *(Valascus)*: nn. 482, 520, 550. — filha D. Beatriz e casam. ou despos., inclusive com o rei de Castela D. João: pp. CXII, CXIV, CXV, CXXV, CCCLXVII, CCCLXXVI--CCCLXXXVIIs. — filha D. Isabel e declar. de nulidade do casam. com D. Afonso, filho do rei de Castela: pp. CCCLXXV-CCCLXXVI. — filho de D. Constança: pp. CXXIV, CXXXIII, CCCXCVII. — filho primogénito de D. Pedro e herdeiro do trono: pp. CXIX, CXLIX, CL, CLVIII, CLXI, CCCLXVII, CCCLXXII. — médico: MESTRE VICENTE, prior da coleg. de Guimarães: nota 161. — nascimento: pp. CCCXCVII-CCCXCIX. — rol de súplicas ao papa: nn. 480-483. — rol de súplicas do embaixador: nn. 466-472. — secretário: MARTINS *(Martini)*, Afonso *(Alfonsus)*: n. 7. — súplicas de seu pai D. Pedro e conces. do papa Inocêncio VI: pp. CXLIX, CLXI, notas 336, 338. — súplicas do irmão D. João: nn. 375-399.

FERNANDO *(Fernandus)* IV, rei de Castela: bens da Ordem do Templo: pp. XXIII, XXIV, XXV, nota 19, pp. XXXI-XXXIII, XLIX.

FERNANDO, mestre da Ordem de S. Tiago da Espada: *VIDE:* AFONSO, Fernando.

FERNANDO *(Fernandus)*, conde de Arraiolos: carta do papa Eugénio IV sobre as questões da regência entre D. Pedro e D. Leonor: pp. CLXXXVIII, CLXXXIX.

FERNANDO *(Fernandus)*, Infante, irmão de D. Afonso V: cortes de Lisboa de 1455: p. CCXXXVIII, nota 589. — dispensa para casar: p. CCLXXXVII. — duque de Beja e de Viseu: pp. CCCVII, CCCXL. — familiar: ALMEIDA, Francisco de: p. CCCXLI. — govern. da Ordem de S. Tiago da Espada: pp. CCLXXXVII, CCCXL, CCCLXII, CCCLXIII.

FERNANDO, Infante, filho do rei de Castela: p. CCCLXXXII.

FERNANDO *(Fernandus)*, Infante, filho de D. João, rei de Castela: n. 691b. — capelães e comensais: BENTO XIII: n. 8. — familiar: LOURENÇO *(Laurentius)*, sac. da dioc. de Coimbra: BENTO XIII: n. 74. — filho do falec. D. João, rei de Castela e irmão do rei de Castela D. Henrique: BENTO XIII: n. 8. — marechal: DIAS *(Didaci)* DE CABUÉRNIGA, Garcia *(Garsias)*: n. 691b.

FERNANDO, Infante de Aragão, marquês de Tortosa, casado com D. Maria de Portugal, filha de D. Pedro: p. CCCXCVII.

FERNANDO *(Fernandus)* DA GUERRA, arceb. de Braga e primaz: capelão: VICENTE, Afonso: p. CCLIX, nota 667. — carta do papa Eugénio IV sobre a posse do b. de Silves D. Rui Dias, impedida pelo regente D. Pedro: pp. CCLXXI-CCLXXII. — carta do papa Eugénio IV sobre o concí. de Basileia: pp. CCVI--CCVII. — cartas do papa Eugénio IV sobre o concí. de Ferrara: pp. CCVII, CCXVIII--CCXX. — carta do concí. de Basileia ao arceb.: pp. CCXX-CCXXII. — carta e decretos do concí. de Basileia, enviados ao arceb.: pp. CCVII-CCX. — carta do papa Eugénio IV sobre as questões da regência entre D. Pedro e a rainha D. Leonor: pp. CLXXXVIII-CLXXXIX. — criado: ANES, Álvaro: pp. CCLXIV-

-CCLXV, nota 673. — deão Rui Dias: pp. CCLXXI-CCLXXII, CCLXXV. — e a legacia do b. de Coimbra D. João Galvão: pp. CCCXVI-CCCXIX, CCCXXVI-CCCXXXVI. — litígios com os priores da coleg. de Guimarães, Rui da Cunha e Afonso Gomes de Lemos: pp. CCLXII-CCLXIV, CCLXV-CCLXVIII, nota 673. — obedi. dos b. sufragâ.: GONÇALO *(Gunsalvus)* ANES DE ÓBIDOS, b. do Porto: pp. CCLXII-CCLXIII, nota 672; LUÍS *(Ludovicus)* COUTINHO, b. de Viseu: nota 587. — primaz: pp. CLXXIII, CCXXXVII, nota 589. — primo de D. Afonso V: p. CCXXXVII, nota 589, p. CCCXXXII. — recusa das décimas a D. Afonso V: p. CLXXIII. — representante seu nas cortes gerais de Lisboa de 1455: ALVAREZ CARDOSSO, Fernam: p. CCXXXVII, nota 589. — reserva de benefí.: pp. CCLII-CCLIII, nota 657. — sínodo geral de 1435: pp. CCLIX, nota 667. — vigário geral: AFONSO, Fernando: pp. CCLXIV-CCLXVI, nota 673; AFONSO, Luís: pp. CCLXV-CCLXVI, nota 673; FERNANDEZ, Joham, bacharel em decretos: pp. CCLIX-CCLX, nota 667.

FERNANDO *(Fernandus)* DE ILLESCAS, franciscano, embaix. do rei de Castela: BENTO XIII: n. 8a, p. 280, nota 1.

FERNANDO FÉLIX LOPES, OFM: p. VIII, notas 4, 5, p. XXV, notas 21-23, pp. XXVII, XXVIII, nota 31, p. XXIX, notas 37, 46, 47, p. XXXVI, notas 51-53, 78, 80, 92.

FERNANDO *(Fernandus)* MARTINS COUTINHO, b. de Coimbra: *VIDE:* MARTINS COUTINHO, Fernando.

FERNANDO *(Fernandus)* PEREZ CALVILHO, b. de Vich e de Tarazona, cubic. do papa. referendário pontif., cardeal presb. dos Doze Apóst.: BENTO XIII: n. 1a, p. 272, nota 11. *VIDE:* PEREZ CALVILHO, Fernando.

FERNANDUS, duque de Bragança: nota 896.

FERNANDUS, procur. nas cortes de Coimbra de 1385: p. CVII.

FERNÃO LOPES: nota 159, p. CIV, nota 180, pp. CVIII, CXV, CXVIII, nota 203, pp. CXX, CXXII, CXXXIV, CXXXVIII, CXXXIX, CXLVII, CXLVIII-CLXVII.

FERRANDI, *Alfonsus:* nota 510.

FERRARA, Itália, cid. e resi. papal: pp. XCIV, CCCXLVI.

FERRARA *(Ferrariensis)*, univers. de: *licenciado:* PERES *(Petri)*, Mendo *(Menendus):* pp. CCXXVII, CCXXVIII.

FERRARA-FLORENÇA, concí. de: pp. CXC, CC, CCX, nota 485, pp. CCXIV-CCXV, notas 495, 502, 503, pp. CCXVII-CCXVIII, CCXXIX, notas 536, 540, p. CCLXI. — cartas do papa Eugénio IV ao arceb. de Braga, a convocá-lo para o concí.: pp. CCVII, CCXVIII-CCXX. — embaixadores portug. a Constantinópola: DIAS *(Didaci)*, Rui *(Rodericus):* pp. CCV-CCVI, CCX-CCXIII, nota 484, pp. CCXLII, CCXLVII-CCXLVIII, notas 637, 639, p. CCXLIX; MARTINS, Antão *(Antonius):* pp. CCIV-CCVI, notas 477-482, pp. CCXLVII-CCXLVIII, notas 637, 639. — marquês de Ferrara: p. CCXV. — participantes: FREI JOÃO DE S. TOMÉ: nota 677; RUI *(Rodericus)* DIAS, b. de Silves: pp. CCXI-CCXIV, CCLXXXVI, nota 740. *VIDE:* CONSTANTINÓPOLA.

FERRARIENSIS, *marchio:* p. CCXV. *VIDE:* FERRARA.

FERREIRA: p. LXXXIII.

FERREIRA, senhor de: FERNANDES *(Fernandez)*, Lopo: p. CXXVI; PACHECO, Diogo *(Diego):* p. CXXVI.

FERREIRA *(Ferrera)*, conc. de Paços de Ferreira, dioc. do Porto: *VIDE:* S. PEDRO DE FERREIRA.

FERREIRA *(Ferraria)*, Álvaro *(Alvarus)*, protonotário apostól., embaixador de D. João I na Cúria do papa, b. de Coimbra: p. CCLVIII, nota 666, p. CCLXV, nota 674. — cón. de Lisboa: p. CCLIX, nota 666. — correspond. com o abade Gomes Anes do most. de Florença: p. CCLVIII, nota 666. — deão de Coimbra: p. CCLVIII, nota 666. — deão de Évora: pp. CCLVIII-CCLIX, nota 666. — prior comendat. do most. de S. Pedro de Roriz: p. CCLIX, nota 666. — reitor da igr. de S. Salvador de Arraiolos: p. CCLIX, nota 666. — reitor da igr. de S. Pedro de Ferreira: p. CCLIX, notas 666, 674.

FERREIRA *(Ferraria)* DE AVES, conc. de Sátão, dioc. de Viseu: *VIDE:* S.TO ANDRÉ DE FERREIRA DE AVES.

FERREIRA, Diogo de, escrivão nas audiências de Braga: p. CCLXXVIII, nota 706.

FERREIRA, J. Augusto: fastos da arquid. de Braga: nota 287, p. CCCXXVI, nota 905.

FERREIRA, Joham *(Johane)*, tesour. de Coimbra: pp. CCLXXXI-CCLXXXII, nota 714.

FERREIROS *(Ferreriis)*, conc. de Cinfães, dioc. de Lamego: *VIDE:* S. PEDRO DE FERREIROS DE TENDAIS.

FERRO, Afonso *(Alfonsus)*, sac. da dioc. do Porto, cón. e benef. na dioc. de Compostela: n. 682.

FIETA, *Robertus de*, arced. de Ardena e de Santarém: n. 307. *VIDE:* FRACTA, *Robertus de.*

FIGUEIREDO, José Atanásio de: Ordem de Malta em Portugal: nota 62.

FIGUEIRÓ, dioc. de Coimbra: *VIDE:* S.TA MARIA DE FIGUEIRÓ.

FILIOLI, *Johannes*, prep. de Grasse, incorpor. no concí. de Basileia e embaixador do concí. à Bretanha: nota 539.

FILIPA *(Philipa)*, rainha de Inglaterra: p. CLXVI, nota 344. *VIDE:* PHILIPA, rainha de Inglaterra.

FILIPA *(Philippa)* DE LENCASTRE, casada com D. João I e rainha de Portugal: p. CV nota, 184, pp. CXII, CXIV, CXVI, CXIX-CXXI.

FILIPE, o Belo, rei de França: supressão da Ordem do Templo: pp. XXIII-XXV, XXVII.

FILIPE *(Philipus)*, infante de Castela: combate aos Sarracenos: nota 90. — liberdades eclesiást.: nota 90. — recusa do papa quanto à fundação de nova Ordem militar, à qual passassem os bens da Ordem do Templo: p. L, nota 90.

FILIPPINI, Francisco: cardeal Albornoz: nota 142.

FIRMANUS, card.: p. CCXXXIII, notas 609, 645, p. CCLXX.

FÍSICO, ou médico: de D. Fernando: VICENTE, mestre, prior de Guimarães: pp. XCVIII, XCIX, nota 161.

FLANDRINI, Pedro *(Petrus)*, monge do most. bened. de Casadei, da dioc. de Claramont, benef. dos monges de Cluni na arquid. de Compostela: n. 691.

FLISCO, card.: notas 609, 645, p. CCLXX.

FLISSARDI, Willaldinus, clér. da dioc. de Amiens, cón. de Noyon: n. 77.

FLORENÇA, Itália, abadia de: monges de: p. CCLXXXVII. *VIDE:* S.TA MARIA DE FLORENÇA.

FLORENÇA *(Florentia)*, Itália, cidade ou lugar para o concí., a reunir com os Gregos: p. CCIV, notas 478, 494, p. CCXXIX, nota 540.

FLORENÇA, Itália: CAMBIO, Ubaldino de, licenc. em dir. na univ. de Bolonha: nota 176.—*mosteiros:* S.TA BRÍGIDA DO PARAÍSO: nota 516, pp. CC LV, nota 661, p. CCLVII, nota 662; S.TA MARIA DE FLORENÇA: pp. CLXX, CCXIV, CCXXV-CCXXVI, nota 516, pp. CCLXXXVII, CCLXXXIX-CCXC; S. PEDRO MAIOR DE FLORENÇA: p. CCLVII, nota 662. — residência papal de Eugénio IV: p. CLXXX, nota 407, p. CLXXXVIII, notas 590, 597, 657, p. CCLIII, nota 657, p. CCLXIV, notas 673, 679, pp. CCLXXII, notas 687, 694, pp. CCLXXV, CCLXXX, nota 712, p. CCLXXXI, nota 714, pp. CCCXLVI, CCCXLVII. — residência de D. Luís Coutinho, b. de Viseu: p. CCXLI.

FLORENÇA *(Florentia)*, concí. de: pp. CCXXXII-CCXXXIII, CCXLV. — particip.: RUI *(Rodericus)* DIAS, b. de Silves: p. CCLXXXVI, nota 740; FREI JOÃO DE S. TOMÉ: nota 677. *VIDE:* FERRARA — FLORENÇA.

FOLIENSE, b.: p. CCCIX.

FOLQUES, conc. de Arganil, dioc. de Coimbra, most. de cón. regr. de: p. CCXXXIV, nota 578. — igreja: S.TA MARIA DE FIGUEIRÓ: nota 751. — prior: VASQUES, Gil: p. CCXXXIV, nota 578. *VIDE:* S. PEDRO DE FOLQUES.

FONDI *(Fundis)*, Itália, resid. papal do papa de Avinhão Clemente VII: nota 158, nn. 260, 274, 275, 279, 280, 282, 286, 287, 300, 301, 308-310, 350, 352, 353.

FONSECA, Pero Rodriguez da: vassalo do rei de Portugal: p. CCCLXXXVIII.

FONTANA, Umberto da, licenc. em dir. canón. na univers. de Bolonha: nota 176.

FONTE COBERTA *(De Fonte Coperto)*, conc. de Barcelos, dioc. de Braga: *VIDE:* S. ROMÃO DE FONTE COBERTA.

FONTELO *(Fontello)*, paços do b. de Viseu: p. CCXLI.

FORNOS DE ALGODRES, conc. de Fornos de Algodres, dioc. de Viseu: *VIDE:* S. MIGUEL DE FORNOS DE ALGODRES.

FOSCHARARIIS, *Franciscus de*, banq. de Bolonha: pp. CXXXVI, CXXXVII.

FRACTA *(Fieta)*, *Robertus* de, arced. de Ardena da dioc. de Liège: nn. 198, 307.

FRACTIS, *Guichardus de*, notário apost.: p. LXI.

FRADIQUE *(Fradarique)*, filho do rei de Castela e despos. com D. Beatriz de Portugal: pp. CCCLXXVI-CCCLXXVII.

FRAGOSO, canonista: p. CXLVIII (nota 12).

FRANÇA *(Gallia)*: rei e reino de: p. 60, nota 2. — concí. de Basileia: p. CCXIII. — concí. de Viena e Filipe Belo, na supressão dos Templários: pp. XXIV, XXXIV, XLII, XLVIII. — embaix. ao rei de França de D. Afonso IV para casar D. Pedro com umas das filhas do rei de França: PEDRO DE CORBINIACO: p. CLVII. — esmoler do rei: PEDRO DE AILLACO (d'Ailly): pp. 329-330, nota 1. — universidades ou Estudos Gerais: ANGERS *(Andegavensis)*: p. 32, nota 3, p. 45, nota 3; AVINHÃO *(Avinionensis)*: p. 32, nota 3, nn. 205-216, p. 45, nota 3; CAHORS *(Caturcensis)*: p. 32, nota 3, p. 45, nota 3; MOMPILHER *(Montispesulani)*: nn. 186-191, p. 32, nota 3, p. 45, nota 3; TOLOSA *(Tholosani)*: p. 32, nota 3, p. 45, nota 3. *VIDE:* ANGERS. AVINHÃO. CAHORS. MOMPILHER. PARIS. TOLOSA.

FRANCISCANOS: *frades:* AIMARO *(Aymarus)*, b. de Ceuta: pp. CCLXXXVIII-CCLXXXIX; ÁLVARO *(Alvarus)* PAIS, b. de Silves: p. CXXIII, CXXIV, CXXXIII, CXLI, CXLII nota 274, p. CLXVII; ESTÊVÃO *(Stephanus)*, custódio de Lisboa, b. do Porto e de Lisboa:

p. VIII, notas 4, 5, pp. XXV-XLI, L, notas 21-23, 31, 36, 43-46, 47, 51-53, 61, 78, 80, 92; FRANCISCO DE LISBOA: p. CCLXVIII, notas 672, 676; GIL, b. Titopolitano: p. CCLXXVIII, nota 706; GIL *(Egidius)* DE TAVIRA, licenc. em teologia: nota 458; GONÇALVES *(Gonsalvi)*, Bartolomeu *(Bartholomeus)*: n. 201; HISPANIA, Pedro de, terceiro: p. CXX; ILLESCAS *(Eliiscas)*, Fernando *(Fernandus)* de, confe. do rei de Castela: p. CCCLXXIX, BENTO XIII: n. 8a; MONATELLI, Gonçalo (*Gundissalvus*), confe. do card. Albornoz e b. de Segóvia: p. XCVI, nota 149; NORONHA, Rodrigo *(Rodericus)* de, prior do most. de S.ta Cruz de Coimbra e b. de Lamego: pp. CCCVII, nota 841, pp. CCCXV, CCCXVII, CCCXXXIII, CCCXXXIV; SINTRA, Rodrigo *(Rodericus)* de: pp. CVIII, CXI, CXII, CXV; VALENÇA, Álvaro de, terceiro: p. CCXCII. — ministro geral: p. LXIV, notas 584, 585. — reforma dos conventos: p. CCCXI. *VIDE:* CLARISSAS. S. FRANCISCO DE BADAJOZ. S. FRANCISCO DE ÉVORA. S. FRANCISCO DE SANTARÉM.

FRANCISCO *(Franciscus)*, b. de Asti, referendário: p. 255, nota 1, nn. 699, 708, 718, 719, p. 315, nota 1. *VIDE:* FRANCISCO GALLI.

FRANCISCO *(Franciscus)* AFONSO, b. de Ímola e de Nice e de Orense, referendário pontifí. e esmoler do papa: BENTO XIII: n. 68, p. 315, nota 1, n. 77a.

FRANCISCO *(Franciscus)* DE BLANIS, doutor em decretos, embaix. do rei de Aragão, referendário pontifí., arced. de Gerona e chanceler do rei de Aragão D. Martinho: p. 328, nota 1.

FRANCISCO DE LISBOA, mestre, frade servita, antes franciscano, e confessor de D. Duarte: notas 672, 676. — defensor da independên. dos bispados e mestrados portug. em relação a Castela: nota 672.

FRANCISCO *(Franciscus)* GALLI, b. de Asti, referendário pontifí.: n. 699, p. 255, nota 1, nn. 708, 718, 719. — familiar: RODRIGUES *(Roderici)*, Fernando *(Fernandus)*: p. 255, nota 1.

FRÉDULO, prepósito de Marselha, b. do Porto, e a Ordem do Templo: pp. XXVIII, XXXI, nota 40.

FREGENAL *(Frexenal)*, Espanha, dioc. de Badajoz: *VIDE:* S.TA MARIA DE FREGENAL.

FREITAS, Affonso de, tesour. da coleg. de Guimarães: nota 892.

FREIXEDAS: *VIDE:* FREIXIANDA.

FREIXIANDA *(Freixedas)*, conc. de Vila Nova de Ourém, dioc. de Lisboa, hoje de Leiria: p. CCXCI, nota 766.

FREIXO, conc. de Amarante, dioc. de Braga, hoje do Porto, most. de: p. CCXCIV. — prior: AFONSO, Fernando: p. CCXCIV.

FREMOSO, *Joham*, cón. de Braga: p. CCLXXVII, nota 706.

FREXINAL *(Frexenal)*, dioc. de Badajoz: *VIDE:* S.TA MARIA DE FREGENAL.

FRIEDBERG, *Aemilius:* nota 242, 247, 1047, 1048.

FRIESTAS *(Fenestris)*, conc. de Valença, dioc. de Tui, hoje de Braga, most. de: *VIDE:* S. FÉLIX DE FRIESTAS.

FRÓMISTA *(Fromesta)*, Espanha, dioc. de Palença: *VIDE:* FERNANDES DE FRÓMISTA *(Fernandi de Fromesta)*, Toríbio *(Toribius)*.

FROWIS, Gaspar de: p. CCXLVI.

FURTADO, Afonso *(Affom)*, comendador de Messegena: p. LXXXIII.

FURTADO *(Furtati)* DE MENDOÇA, Lopo *(Luppus)*, nobre e filho do *antesignarii* régio Furtado e cón. de Toledo: n. 620a. — clér. da dioc. de Siguenza, cón. de Cidade Rodrigo e de Samora: n. 635.

FURTADO, João *(Johannes)*, clér. da dioc. de Badajoz, porcion. nas igr. de S.ta Maria da Lourinhã e S. Martinho de Sintra, estud. na univers. de Lisboa: n. 160. — benef. na igr. de S.ta Marinha de Sevilha: nn. 633d, 634c. — sac. da dioc. de Badajoz, cón. de Évora e de Badajoz, benef. na igr. de S.ta Maria de Fregenal e de S.ta Maria de Villalva: nn. 629b, 633d, 634c.

FUSELLIS, Espanha, dioc. de Palença; most. de: *VIDE:* HUSILLOS *(Fusellis, Fustellos)*.

FUSTELLOS, ab. de: p. CCCLXXVI. *VIDE:* HUSILLOS *(Fusellis, Fustellos)*.

G

G. DE VULTERRIS, clér. da câmara apostól.: nota 590.

GABRIELIS, nome do papa Eugénio IV e deposição pelo concí. de Basileia, sem efeito algum: pp. CCXLVI, CCXLVII.

GADALFAIARA (Guadalajara?), Espanha, dioc. de Toledo, igr. de: BENTO XIII: n. 79. — benefic.: AFONSO *(Alfonsus)* DE AVIS, Aires *(Arias)*: BENTO XIII: n. 79.

GADICENSIS, Espanha, dioc.: *VIDE:* CÁDIZ *(Gadicensis)*.

GALES *(Wallie)*, Inglaterra: *VIDE:* WODESTOCK, Eduardo, príncipe de Gales.

GALICANO *(Gallicani)*, Itália, dioc. de Prenestrino, resid. papal: p. CCLV, nota 661.

GALIZA *(Galletie)*, reino de: Templários: p. XXX. — rei D. Fernando: p. XXXIII.

GALLIA: *VIDE:* FRANÇA.

GALLIACI, França, dioc. de Alby, most.: p. XXXIX.

GALLORSII, Guilherme *(Guillelmus)*, clér. da dioc. de Reims, capelão de Seppia Longa da dioc. de Reims, com benef. da colação do b. e cab. de Lisboa: n. 56.

GALOS, Martinho *(Martinus)*, deão de Cória, doutor em decretos, cón. de Orense e benef. na igr. de S. Salvador de Pessegueiro e outras da dioc. de Orense: BENTO XIII: n. 99.

GALVÃO *(Galvom)*, João *(Joham)*, b. de Coimbra e conde de Arganil, prior comendatário de Santa Cruz de Coimbra: pp. CCXXXVI-CCXXXIX, nota 589. *VIDE:* JOÃO *(Johannes)* RODRIGUES GALVÃO. RODRIGUES *(Roderici)* GALVÃO, João *(Johannes)*.

GALVÃO *(Galvom)*, Rui *(Ruy)*, secretário e caval. de D. Afonso V: p. CCLXXXIII, nota 886.

GANFEI *(Ganfeo)*, conc. de Valença, dioc. de Tui, hoje de Braga, most. de: *VIDE:* S. SALVADOR DE GANFEI.

GARATONE, e os Gregos no concí. de Basileia: nota 491.

GARCIA *(Garsie)*, Afonso *(Alfonsus)*, clér. e benef. da dioc. de Viseu: n. 441.

GARCIA *(Garsie)*, Afonso *(Alfonsus)*, benef. na dioc. de Toledo: n. 711.

GARCIA, Afonso Rodrigues, estud. de dir. em Bolonha e Pádua, onde se doutorou, arced. de Lisboa e prof. na univers. de Lisboa: p. CXC, notas 455, 661. *VIDE:* RODRIGUES GARCIA, Afonso.

GARCIA DE AQUILAR *(Garcie de Aquilari)*, Afonso *(Alfonsus)*, porcion. na igr. de Cartagena, cón. de Cuenca, capelão na igr. de S.ta Maria de Murcia: n. 91.

GARCIA DE AQUILAR *(Garsie de Aquilar)*, Diogo *(Didacus)*, cón. de Lugo e de Cuenca, familiar do card. D. Afonso de Carrilho, cón. e prior da coleg. de S.ta Maria de Husillos: BENTO XIII: n. 97.

GARCIA DE ARRAIOLOS *(Garsias de Araiolos)*, cón. da igr. de S.ta Maria de Alcáçova de Santarém: n. 634e.

GARCIA *(Garsie)* DE CISNEROS, Diogo *(Didacus)*, caval., embaix. de D. João, rei de Castela: n. 684f.

GARCIA *(Garsie)* DE GRASSIS, João *(Johannes)*, clér. da dioc. de Metz, benef. do most. de Alcobaça: n. 403.

GARCIA *(Garsias)* DE MENESES, arced. de Santarém e b. de Coimbra e de Évora: pp. CCCXIX-CCCXX, notas 887, 893. — contra D. Jorge, arceb. de Lisboa, que levara de Évora paramentos preciosos do b. de Évora D. Vasco: p. CCCXLI. — repreendido pelo papa Sisto IV por não levar D. João II a respeitar as liberd. eclesiásticas: p. CCCXXIII, nota 895.

GARCIA DE TEZO, João *(Johannes)*, reitor da igr. par. de S.ta Maria de Almansa da dioc. de Cartagena, cón. de Cartagena: n. 81.

GARCIA DE VALHADOLIDE *(Garsie de Valleoleti)*, Sancho *(Sancius)*, arced. de Penela, cón. de S.ta Maria de Valhadolide, porcion. das igr. de S.ta Justa de Coimbra, S.ta Maria de Bujalance e S.ta Maria de Trasierra da dioc. de Córdova: n. 625.

GARCIA FERNANDES DE HERÉDIA, b. de Vich: p. 61, nota 1.

GARCIA *(Garsie)*, Fernando *(Fernandus)*, clér. de Lisboa, sobrinho de D. Martinho, bispo de Lisboa e cón. de Évora e de Lisboa: nn. 4, 12. — cón. e chantre de Silves, capelão de S.ta Maria de Faro: n. 4.

GARCIA *(Garsie)*, Fernando *(Fernandus)*, clér. de Lugo, chantre e cón. de Silves e capelão de Bela Salema: n. 357b.

GARCIA *(Garsie)*, Fernando *(Fernandus)*, sac. de Sevilha, benef. na dioc. de Silves: n. 612.

GARCIA *(Garsie)*, Fernando *(Fernandus)*, cón. da coleg. de S.ta Maria de Talavera: BENTO XIII: n. 92.

GARCIA *(Garsie)*, Fernando *(Fernandus)*, arced. de Salamanca: BENTO XIII: n. 98.

GARCIA *(Garsie)*, João *(Johannes)*, escolar de dir. canón. chante e cón. de Silves, deão e cón. de Lisboa, cap. de Bela Salema: nn. 357a, 357b, 481, 517, 526, 650. — cón. de Córdova: nn. 650, 698. — cón. de Évora: n. 526. — prece. da igr. de Silves, bacharel em decretos, cón. e benef. de Sevilha, cón. e deão de Lisboa, envolvido no cisma: n. 698. — sobrinho do b. de Lisboa D. Martinho, capelão da igr. de S.ta Maria de Faro, cón. e tesour. de Lisboa: nn. 481, 526, 650, 698.

GARCIA *(Garsie)*, João *(Johannes)*, sac., cón. da igr. de S.ta Maria de Alcáçova de Santarém, benef. do most. de Lorvão: nn. 421, 452.

GARCIA *(Garsie)*, João *(Johannes)*, sac., reitor da igr. par. de S. Salvador de Rebordões, cón. e benef. na dioc. de Palença: n. 671.

GARSIA *(Garsie)*, João *(Johannes)*, cón. e chantre da igr. de S.ta Maria de Santarém, cón. de Samora, envolvido no cisma, benef. nas igr. de S. Tiago de Caja Montes e S. Martinho de Picoto Antigo: BENTO XIII: n. 55.

GARCIA *(Garsie)*, Luís *(Ludovicus)*, porcion. da igr. de S.ta Cruz de Lisboa: nota 657.

GARCIA MANRIQUE, João *(Johannes)*, b. de Siguenza e chanceler-mor do rei de Castela: p. CCCLXXVII. — arceb. eleito de S. Tiago de Compostela: pp. CCCLXXIX, CCCLXXXIII, CCCLXXXIV, CCCLXXXV.

GARCIA *(Garsie)*, Pedro *(Petrus)*, cón. de Silves e de Lisboa, sobrinho do b. de Lisboa D. Martinho, porcion. na igr. de S.ta Maria de Faro: nn. 8, 521. — tesour. de Lisboa: n. 521.

GARCIA *(Garsie)*, Pedro *(Petrus)*, clér. da dioc. de Samora, mestre-escola de Lisboa, capelão da portug. rainha de Castela D. Beatriz, cón. e benef. na dioc. de Palença, cón. de Lisboa e de Silves, porcion. na igr. de S.ta Maria de Faro, envolvido no cisma: n. 651, BENTO XIII: n. 54. — cón. de Lisboa e escolar de dir. canón., cón. de Lugo: n. 651.

GARDE, Guilherme de la: arceb. de Braga: casamento de D. Pedro e Dona Inês de Castro: p. CXLVII (nota 9), pp. CLIII, CLIV, CLVI, CLXVI. — seu procur. na Cúria papal: ANES DE AVEIRO, Martinho: p. CLVI. — súplicas e residência na cúria pontif.: p. CLVI. — vigário: PILOTI, Guilherme: p. CLIV. *VIDE:* GUILHERME *(Guillelmus)* DE LA GARDE.

GARVÃO *(Garvam)*, comendador da Ordem de S. Tiago da Espada: p. LXXXIV.

GAUNT, João de, duque de Lencastre, pretendente ao trono de Castela: p. CXVI. *VIDE:* LENCASTRE, duque de.

GENEZANO, Itália, dioc. de Prenestrino ou Penestrino, resid. papal: p. CCLIV, nota 660.

GÊNOVA *(Genoa, Janua)*, Itália: embaix. do concí. de Basileia aos Gregos: p. CCX, nota 484, p. CCXIII. — residência do papa Urbano VI: pp. CXVI, CLXXIV.

GEORGIUS: *VIDE:* JORGE.

GERALDO, b. de Palença e do Porto: nota 40.

GERALDO *(Giraldi)*, Afonso *(Alfonsus)*, sac. da dioc. de Braga, tercen. de Braga, vig. da igr. de S. Martinho de Fareja: n. 610.

GERALDO *(Geraldus)* DE PODIO, bened., card. presb. de S. Clemente, cón. e arced. de Lisboa: n. 518, p. 138, nota 2.

GERALDO *(Geraldi)*, Gonçalo *(Gonsalvus)*, reitor da igr. par. de S. Tiago de Amorim, cón. e benef. na dioc. de Siguenza: n. 680.

GERAL DOS FRANCISCANOS e o most. de S.ta Clara de Vila do Conde: notas 584, 585.

GERMANIA: embaix. no concí. de Basileia: nota 464.

GERONA *(Gerundensis)*, Espanha, dioc. de: arced.: FRANCISCO *(Franciscus)* DE BLANIS: p. 328, nota 1. — concí. de Viena e bens da Ordem do Templo: p. XXIV. — cón.: GUILHERME: nota 176. — preceptor: p. XLI.

GIENNENSIS, Espanha: *VIDE:* JAÉN *(Giennensis)*.

GIL (Frei), b. Titopolitano, a exercer funções episcopais na arquid. de Braga: p. CCLXXVIII, nota 706.

GIL, tesour. e cón. de Lisboa: p. XCV.

GIL *(Egidii)*, Afonso *(Alfonsus)*, estud. na univers. de Lisboa, clér. da dioc. de Coimbra, com benef. da colação do prior e porcion. da coleg. de S.ta Maria de Alcáçova de Santarém: n. 173.

GIL *(Egidii)*, Álvaro *(Alvarus)*, clér. da dioc. de Coimbra, estud. de dir. canón. na univers. de Mompilher, porcion. na igr. de S. Vicente de Abrantes, cón. de Coimbra: n. 191, BENTO XIII: n. 25. — chantre de Salamanca, bacharel em decretos, natural, familiar e juiz das apelações da portug. rainha de Castela Dona Beatriz, benef. na dioc. de Salamanca, cón. da Guarda, envolvido no cisma, cón. da coleg. de S.ta Maria de Valhadolide, com o prestimónio de Villar de Gallimazo da dioc. de Salamanca: BENTO XIII: nn. 25, 93. — falecido chantre de Salamanca: BENTO XIII: n. 93.

GIL DAS LEIS, mestre: p. LXXXIII.

GIL *(Egidius)* DE ALBORNOZ, doutor em decretos, arced. de Calatrava, arceb. de Toledo, card. presb. de S. Clemente, card.-b. de Sabina, fundador do colég. univers. de S. Clemente em Bolonha: n. 364, p. 88, nota 1.

GIL *(Egidius)* DE BELLEMÈRE, arced. de Avinhão, prof. de ambos os direitos, referendário de Clemente VII e de Bento XIII, b. de Lavaur, de Le Puy e de Avinhão: n. 194, p. 35, nota 1, nn. 302, 309, 636g, p. 209, nota 2, nn. 637a, 684a, 685, 692b, p. 243, nota 1.

GIL DE LESCOURS *(Egidius de Curtibus)*, mestre e ouv. das causas do palá. apostól., referend. pontif. e b. de Nimes: nn. 686, 692a, p. 242, nota 1.

GIL DE ORGERA *(Egidii de Orgera)*, Pedro *(Petrus)*, clér. de Braga: n. 659.

GIL *(Egidius)* DE TAVIRA, francisc., embaix. de D. Duarte no concí. de Basileia: nota 458.

Gil, Diogo, provincial dos carmelitas de Portugal: nota 372, pp. CLXXVII, CLXXIX.

GIL *(Egidii)*, Diogo *(Didacus)*, clér. da dioc. de Lisboa, cón. de Coimbra: n. 59.

GIL *(Egidii)*, Diogo *(Didacus)*, filho do caval. Gil Peres e clér. da Guarda, escolar de dir. civil, natural e familiar da portug. rainha de Castela D. Beatriz, cón. e benef. na dioc. de Plasença: BENTO XIII: n. 34.

GIL *(Egidius)* DO SEM *(De Sensu)*: *VIDE:* SEM *(Sensu)*, Gil do.

GIL *(Egidii)*, Gonçalo *(Gonsalvus)*, reitor da igr. de S.ta Maria de Verim, cón. e benef. na dioc. de Compostela: n. 672.

GIL *(Egidii)*, João *(Johannes)*, bacharel em dir. civil, clér. de Lisboa, cón. de Évora: n. 73.

GIL *(Egidii)*, João *(Johannes)*, reitor da igr. de S. Martinho de Moázeres: n. 309.

GIL *(Egidii)*, João *(Johannes)*, clér. da dioc. de Coimbra, benef. na dioc. de Plasença: BENTO XIII: n. 49.

GIL, Martim: súpl. de D. Pedro: p. CLV.

GIL *(Egidii)*, Pedro *(Petrus)*, clér. de Braga, cón. e benef. na dioc. de Astorga: n. 668.

GIL *(Egidii)*, Vasco *(Valascus)*, b. de Évora: p. CCLXXIII, nota 694. — seu procurador em Roma: FERNANDI, *Johannes:* nota 694. *VIDE:* VASCO *(Valascus)* GIL.

GIL *(Egidii)*, Vasco *(Valascus)*, reitor da igr. de S. Pedro de Sintra e de S. João de Beja: p. CCLV, nota 661.

GIL *(Egidii)*, Vasco *(Valascus)*, clér. e benef. da dioc. do Porto, benef. da igr. de S. Martinho de Cedofeita: BONIFÁCIO IX: n. 26.

GIL *(Egidii)*, Vicente *(Vincentius)*, sac. da dioc. de Évora, porcion. da igr. de S. Tiago de Beja e de S. Salvador de Alcáçovas: n. 329.

GIOVINE, jurista: p. CXXXIX.

GIRARDO *(Girardi)*, João *(Johannes)*, sac. de Braga, porcion. da coleg. de S.ta Maria de Guimarães e reitor da igr. par. de S.ta Maria de Ribeiros: n. 575.

GISSART, *Ginotus*, cón. de Lisboa, reitor da igr. par. da Golegã: n. 80.

GLANDÈVES *(Glandatensis)*, França: b.: BERTRANDO *(Bertrandus)* ATGÉRIO: p. 335, nota 1.

GODIIZ, Joham, cón. e chantre de Braga: p. CCLXXVIII, notas 706, 892.

GODINHO, João Lourenço, cón. de Lisboa e reitor da igr. de S. Mamede de Évora: p. CCXCI.

GÓIS *(Gooes)*, conc. de Góis, dioc. de Coimbra: *VIDE:* S.TA MARIA DE GÓIS.

GOMECIUS, bacharel em ambos os dir. na univers. de Lisboa: p. CLXX.

GOMES *(Gometius)*, ministro do most. da SS.ma Trindade da cidade de Toledo: BENTO XIII: n. 96.

GOMES *(Gometii)*, Aires *(Arias)*, clér. da dioc. de Évora, porcion. da igr. par. de S.ta Maria de Beja: n. 552.

GOMES ANES, ab. da abadia de S.ta Maria de Florença: pp. CLXX, CLXXI, nota 373. — correspondência com o rei de Portugal e portugueses: pp. CLXX-CLXXI, CCII-CCIV, CCXIV-CCXV, CCXXV-CCXXVI, nota 516, p. CCXXXV, nota 585, p. CCLIII, nota 659, p. CCLVII, nota 663, p. CCLVIII, nota 666, pp. CCLX, CCLXI, notas 670-672, p. CCLXXXIV, nota 731, p. CCLXXXVIII. — embaix. do papa ao rei de Portugal: pp. CLXXI, CLXXVIII. — visitador indicado para o reino de Portugal: p. CCCXIX. *VIDE:* ANES, Gomes.

GOMES BARROSO, Pedro *(Petrus)*, b. de Coimbra, de Lisboa, arceb. de Sevilha e cardeal: p. CI, nota 178. — vigário seu em Coimbra: MARTINS, Antão: p. CI.

GOMES DA SILVA *(Gometii de Silva)*, Gonçalo *(Gundissalvus)*, caval. embaix. de D. João I e das cortes de Coimbra ao papa Urbano VI: pp. CVII, CXII, CXVI.

GOMES *(Gometius)* DE LISBOA, mestre em artes, cón. de Lisboa: n. 368.

GOMES DE SOUTO MAIOR *(Gometii de Soto Mayor)*, Gonçalo *(Gundisalvus)*, caval., aluno do rei de Castela: n. 636.

GOMES *(Gometii)*, Diogo *(Didacus)*, clér. da dioc. de Lisboa, porcion. na igr. de S.ta Maria de Sacavém: n. 547.

GOMES, Estêvão, arced. de Ceuta, núncio de D. Afonso Nogueira, arceb. de Lisboa: p. CCCIX.

GOMES *(Gometii)*, Estêvão *(Stephanus)*, cón. de Lisboa: p. CCXCVI.

GOMES *(Gometii)*, Fernando *(Fernandus)*: n. 483.

GOMES *(Gomez)*, Gonçalo, nobre de armas nas cortes de Coimbra de 1385: p. CVII.

GOMES *(Gometii)*, João *(Johannes)*, clér. da dioc. de Cidade Rodrigo, cón. de Salamanca: n. 276.

GOMES *(Gomez)*, *Joham*, not. apostól: p. CCLIX, nota 667.

GOMES *(Gometii)*, Lourenço *(Laurentius)*, natural e familiar de familiar da portug. rainha de Castela D. Beatriz, mestre em artes e bacharel em medicina, cón. e benef. na dioc. de Plasença, reitor da igr. par. de S.ta Maria Madalena de Lisboa, cón. da Guarda, envolvido no cisma: nn. 192, 222, BENTO XIII: n. 29. — cón. de Lisboa e do Porto, subdiác. da dioc. de Coimbra, estud. na univers. de Mompilher, porcion. na igr. de S. Pedro de Óbidos: nn. 192, 222.

GOMES *(Gometii)*, Luís *(Ludovicus)*, clér. de Lisboa, estud. de dir. canón. na univers. de Lisboa, cón. de Lisboa: n. 141.

GOMES, Pedro, porcion. da igr. de S.ta Maria de Leiria: p. CLXXXIV.

GOMES *(Gomez, Gometii)*, Pedro *(Pero, Petrus)*, prior de Azambuja, enviado à Cúria papal para apelação dos prelados portug. contra a legacia do b. de Coimbra D. João Galvão: pp. CCCXXXIV, CCCXXXV, CCCXXXVI.

GOMES, Rodrigo, embaix. de D. Afonso IV: p. CLIV.

GOMES *(Gometii, Gomez)*, Rodrigo *(Rodericus, Ruy)*, reitor da igr. de S.ta Marinha do Zêzere, da comitiva de D. Antão Martins, b. do Porto, na embaix. do papa Eugénio IV a Constantinópola, arced. de Oliveira: pp. CCV-CCVI, nota 481. — cón. de Viseu: p. CCV, nota 481.

— procurador do b. do Porto na questão da legacia do b. de Coimbra D. João Galvão: p. CCCXXXIV. — reitor da igr. de Matos: p. CCV, nota 481. — subcolector apostól. na dioc. do Porto: pp. CCV-CCVI, nota 481.

GOMES *(Gomez)*, Roy, nobre de armas nas cortes de Coimbra de 1385: p. CVII.

GOMES *(Gomez)* TAVEIRA, Lourenço, comendador de Palmela: p. LXXXIII.

GONÇALO, ab. do most. bened. de Tibães: p. CCLXXVIII, nota 706.

GONÇALO, conde de Neiva: pp. CCCLXXXIV, CCCLXXXVIII.

GONÇALO *(Gundissalvus)*, doutor em leis, tesour. de Toledo, b. de Salamanca: n. 684f.

GONÇALO *(Gundisalvus)*, provincial dos Dominicanos em Portugal e embaix. de D. Duarte no concí. de Basileia: nota 458, p. CCIII.

GONÇALO *(Gunsalvus)* ANES DE ÓBIDOS, b. de Lamego e do Porto: pp. CCLXI-CCLXIV, nota 672, p. CCCIV. *VIDE:* ANES DE ÓBIDOS, Gonçalo *(Gundissalvus)*.

GONÇALO DE PORTUGAL, ab. do most. de Maceira Dão: p. CCCIX.

GONÇALO DE ZUNIGA *(Gundissalvus de Aztuniga)*, cón. e arced. de Sevilha, bacharel em decretos, cón. de Burgos, b. de Plasença e de Jaén: BENTO XIII: n. 103, p. 369, nota 2.

GONÇALO *(Gundissalvus)* PEREIRA: b. de Lisboa: pp. LIV, CXLVI. — arceb. de Braga: pp. LXXXI, LXXXIII, LXXXVIII, nota 128, CLI, pp. CXXIV, CXLV, CXLVII, CXLVIII, CLI, CCCLXXI, CCCXCIII. — chamado à Cúria pontifícia: p. LXXXVIII, nota 128. — dúvidas sobre a aplicação da bula de João XXII ao matrimónio de D. Constança: pp. CLI, CCCLXXI, CCCXCIII. — suas diligências, segundo Fernão Lopes, por equívoco, quanto ao casam. de D. Inês de Castro: pp. CXLVII-CXLVIII, CLIII. — visita da dioc. por outrem, com direito às procurações: p. CXLVI.

GONÇALO VELHO, Frei: p. CXLVII.

GONÇALVES *(Gunsalvi)*, Afonso *(Alfonsus)*, cón. de Tui: pp. CLXVIII, CLXIX.

GONÇALVES *(Gundisalvi)*, Afonso *(Alfonsus)*, sac., benef. na dioc. de Coimbra: n. 370q.

GONÇALVES *(Gundissalvi)*, Afonso *(Alfonsus)*, clér. da dioc. de Évora, porcion. na igr. de S.to Antão de Évora: n. 485.

GONÇALVES *(Gonsalvi)*, Afonso *(Alfonsus)*, porcion. de Braga e cón. de Orense: n. 646.

GONÇALVES *(Gunsalvi)*, Afonso *(Alfonsus)*, reitor da igr. par. de S.to André de Telões, perito em dir. canón. e professor na univers. de Coimbra, vice-mordomo da rainha D. Beatriz: n. 663.

GONÇALVES, Álvaro (Frei), prior do Hospital: p. CCCLXXVI.

GONÇALVES, Álvaro, sac. da dioc. de Viseu, reitor da igr. de S.ta Luzia de Trancoso: p. CCCXLI.

GONÇALVES *(Gonçalvez)*, Álvaro, procurador de D. Afonso Gomes de Lemos, prior da coleg. de Guimarães, na questão da visita contra o arceb. D. Fernando da Guerra, cón. e vigá. do dito prior: pp. CCLXVI-CCLXVII, nota 673.

GONÇALVES *(Gonsalvi)*, Álvaro *(Alvarus)*, clér. da dioc. do Porto, com benef. da colação do b. e cab. do Porto, do ab. e monges dos most. bened. de S. Salvador de Paço de Sousa ou de S. João de Alpendorada: BONIFÁCIO IX: n. 6.

GONÇALVES *(Gunsalvi)*, Álvaro *(Alvarus)*, clér. da dioc. do Porto, porcion. da coleg. de S. Martinho de Cedofeita: BONIFÁCIO IX: n. 13.

GONÇALVES *(Gundissalvi)*, Álvaro *(Alvarus)*, acól. pontif., sobrinho do cardeal D. Antão Martins e cón. de Coimbra: p. CCXCIV. — deão de Coimbra e escritor das letras apostól. e administrador de Tui: p. CCC. — doutor em leis, deão de Coimbra e do Porto, escritor das letras apostólicas: pp. CCXXXVII, nota 589.

GONÇALVES *(Gunsalvi)*, Álvaro *(Alvarus)*, reitor da igr. de S.ta Maria de Algodres, estud. de dir. canón. na univers. de Lisboa, cón. do Porto: n. 107.

GONÇALVES *(Gundissalvi)*, Álvaro *(Alvarus)*, filho do nobre caval. Gonçalo Vasques de Azevedo e cón. e deão de Lisboa: nn. 480, 517.

GONÇALVES *(Gunsalvi)*, Álvaro *(Alvarus)*, clér. de Lisboa, porcion. na igr. de S.ta Marinha de Lisboa: n. 539.

GONÇALVES *(Gunsalvi)*, Álvaro *(Alvarus)*, prior da igr. de S. Miguel de Aveiro e benef. na dioc. de Viseu: BONIFÁCIO IX: n. 5.

GONÇALVES *(Gunsalvi)*, André *(Andreas)*, clér. de Lisboa, com benef. na igr. de S.ta Maria de Alcamim de Lisboa, estud. na univers. de Lisboa: n. 129.

GONÇALVES, Antão, administrador da capela de Pedro Salgado da igr. de S.ta Marinha de Lisboa: p. CCXCIV.

GONÇALVES *(Gundissalvi)*, Antão *(Antonius)*, freire da Ordem de Avis, combatente de Alcácer: p. CCCVI.

GONÇALVES *(Gonçalvez)*, *Antom*, deão do Porto: p. CCVI, nota 481.

GONÇALVES CARBONÁRIO *(Gunsalvi Carbonarii)*, Mendo *(Menendus)*, clér. de Évora, estud. de dir. canón., porcion. da igr. de S.ta Maria de Faro: n. 381.

GONÇALVES CARBONÁRIO *(Gunsalvi Carbonarii)*, Rodrigo *(Rodericus)*, clér. de Évora, estud. de dir. canón. e cón. de Évora: n. 379.

GONÇALVES *(Gonçallvez)* COGOMINHO, Fernando, companheiro no paço de Vasco Bocarro, ab. de S. Julião de Montenegro, testem. da vida de D. Pedro e D. Branca como casados: p. CXXVII. — consel. de el-rei D. Pedro: p. CLXI.

GONÇALVES *(Gonçallvez)* DA TEIXEIRA, João *(Joham)*, chanceler da puridade de D. Fernando: pp. CCCLXXIX, CCCLXXXI, CCCLXXXIV. — conselheiro de el-rei D. Fernando: n. 518.

GONÇALVES DE ABREU, João, cón. de Coimbra: p. CCCXI.

GONÇALVES *(Gondisalvi)* DE AGREDA, Fernando, clér., reitor da igr. de S. Tiago de Cividade de Braga, porcion. na igr. de Cartagena: n. 401b.

GONÇALVES *(Gundissalvi)* DE CISNEROS, Rodrigo *(Rodericus)*, clér. da dioc. de Leão, cón. de Cartagena: n. 684f.

GONÇALVES DE GUIMARÃES *(Gondisalvi de Vimaranis)*, João *(Johannes)*, estud. de dir. canón. e benef. na igr. de S.ta Maria de Guimarães: nn. 282, 284, 292, 295. — benef. na dioc. de Lisboa: n. 292. — cón. do Porto: n. 284.

GONÇALVES *(Gunsalvi)* DE LOUROSA, Álvaro *(Alvarus)*, clér. da dioc. de Coimbra, estud. na univers. de Lisboa, com benef. da colação do b. e cab. de Lisboa: n. 165.

GONÇALVES *(Gundissalvi)* DE MERLO, João *(Johannes)*, clér. de Coimbra, bacharel em leis, benef. na dioc. de Ávila e ilegít.: BENTO XIII: n. 19g.

GONÇALVES *(Gonçalvez)* DE MOURA, Álvaro, vassalo do rei de Portugal: p. CCCLXXXVIII.

GONÇALVES DE NABAINHOS *(Gunsalvi de Nabainhos)*, Afonso *(Alfonsus)*, clér. da dioc. de Coimbra, porcion. na igr. de S.ta Maria Madalena de Lisboa, estud. na univers. de Lisboa: n. 163.

GONÇALVES DE NABAINHOS *(Gunsalvi de Nabaynhos)*, Fernando *(Fernandus)*, estud. na univers. de Lisboa, porcion. na igr. de S. Cristóvão de Coimbra: n. 164.

GONÇALVES *(Gondissalvi)* DE OLMEDO, Álvaro *(Alvarus)*, clér. da dioc. de Ávila e prior da igr. de S. Pedro de Coimbra, cón. de Coimbra e porcion. na dioc. de Toledo: nn. 623, 629c.

GONÇALVES *(Gunsalvi)* DE PENA, João *(Johannes)*, clér. da dioc. de Tui, cón. da coleg. de Cedofeita, de Lisboa e de Braga, porcionário na igr. de S.ta Maria de Ponte do Lima e benef. dos most. de S. Salvador de Torre, S. Salvador de Ganfei e S. Félix de Friestas: BONIFÁCIO IX: n. 15.

GONÇALVES *(Gundissalvi)* DE PEÑARANDA, Pedro *(Petrus)*, cón. de Cartagena e arced. de Llorca: n. 371.

GONÇALVES *(Gonçallvez)* DE SOUSA, Fernando *(Fernam)*, vassalo de el-rei de Portugal: p. CCCLXXXVIII.

GONÇALVES DE TEIXEIRA *(Gundissalvi de Texera)*, João *(Johannes)*, freire caval.: n. 74. *VIDE:* GONÇALVES DA TEIXEIRA, João.

GONÇALVES DE VILA VIÇOSA *(Gundissalvi de Villa Viçosa)*, Álvaro *(Alvarus)* nobre, clér., da dio. de Évora, cón. de Évora, estud. de dir. civil na univers. de Lisboa: n. 105.

GONÇALVES, Diogo, cón. de Lisboa e reitor da igr. de S. Mamede de Évora: p. CCXCI.

GONÇALVES *(Gundissalvi)*, Domingos *(Dominicus)*, clér. de Braga, benef. na dioc. de Braga: n. 370n.

GONÇALVES *(Gonçalvez)*, Fernam: vedor da justiça de D. Afonso IV entre o Tejo e Guadiana: p. LXXXIV. — escudeiros: ANES, *Johanne:* p. LXXXIV; LOURENÇO, Rui *(Roy):* p. LXXXIV.

GONÇALVES, Fernando, clér. da dioc. de Évora e estud. de dir. canón. e quartan. de Lisboa: p. CCCVIII.

GONÇALVES *(Gonssalvi)*, Fernando *(Fernandus)*, clér. da dioc. de Lisboa, bacharel em leis, cón. de Lisboa e de Évora, com prestim. na igr. de S. Lourenço de Lisboa, estud. na univers. de Orleães: n. 95.

GONÇALVES *(Gunsalvi)*, Fernando *(Fernandus)*, clér., porcion. da coleg. de S.ta Justa de Coimbra, provecto em dir. canón., cón. de Coimbra: nn. 281, 354.

GONÇALVES *(Gondisalvi)*, Fernando *(Fernandus)*, clér. da dioc. de Palença, sacristão da igr. de S. Salvador de Valhadolide: n. 636e.

GONÇALVES *(Gundissalvi)*, Gil *(Egidius)*, clér. da dioc. de Braga, cón. de Évora: n. 17.

GONÇALVES *(Gundissalvi)*, Gil *(Egidius)*, clér. da dioc. de Lisboa, cón. de Évora: n. 48.

GONÇALVES *(Gundissalvi)*, Gil *(Egidius)*, natural, capelão de honra e familiar de familiar da portug. rainha de Castela D. Beatriz, bacharel em decretos, cón. e benef. na dioc. de Segóvia e reitor da igr. de S.ta Maria de las Porquerizas da dioc. de Toledo: BENTO XIII: nn. 28, 62. — ilegít., dispens. para receber as Ordens sacras e benef.: BENTO XIII: n. 62.

GONÇALVES *(Gundissalvi)*, Gil *(Egidius)*, clér. da dioc. da Guarda, benef. da dioc. de Lisboa: n. 276.

GONÇALVES *(Gundissalvi)*, Gil *(Egidius)*, clér. da dioc. de Silves, porcion. na igr. de Silves: n. 318.

GONÇALVES *(Gundissalvi)*, Gonçalo *(Gonsalvus)*,

clér. da dioc. do Porto, reitor da igr. par. de S.to Tirso de Meinedo, com benef. da colação do b. e cab. de Coimbra: nn. 1a, 304. — porci. da igr. de S. João de Mocharro: n. 304.

GONÇALVES *(Gunsalvi)*, Gonçalo *(Gunsalvus)*, sac. da dioc. de Braga, estud. na univers. de Lisboa, cón. de Braga: n. 158.

GONÇALVES *(Gunsalvi)*, Gonçalo *(Gunsalvus)*, clér. e benef. da dioc. de Braga, reitor da igr. par. de S. Salvador de Lagoa: BONIFÁCIO IX: n. 28.

GONÇALVES *(Gundissalvi)*, Gonçalo *(Gundissalvus)*, sac. da dioc. de Braga, benef. do most. de S.to Tirso de Riba de Ave: n. 498a.

GONÇALVES *(Gundissalvi)*, Gonçalo *(Gundissalvus)*, clér. da dioc. de Lamego, licenc. em decretos e bacharel em leis, estud. na univers. de Avinhão, cón. de Coimbra, reitor das igr. par. de S. João de Miomães e S.ta Comba de Chacim: nn. 205, 311. — sace. da dioc. de Lamego: n. 311. — sac., licenc. em decretos e bacharel em leis, doutora. em decretos em Avinhão: n. 337.

GONÇALVES *(Gundissalvi)*, Gonçalo *(Gundissalvus)*, cón. regr. do most. de S.ta Maria de Cárquere, benef. do most. de Grijó: n. 347.

GONÇALVES, João, clér. da dioc. de Lamego, estud. de dir. canón. na cidade de Roma: p. CCLXXXI, nota 714.

GONÇALVES *(Gundissalvi)*, João *(Johannes)*, clér. de Lisboa e cón. de Coimbra: n. 31.

GONÇALVES *(Gundissalvi)*, João *(Johannes)*, familiar de D. Fernando, rei de Portugal, clér. e cón. de Lisboa: n. 3.

GONÇALVES *(Gundissalvi)*, João *(Johannes)*, clér. da dioc. de Braga, cón. de Lisboa: n. 5.

GONÇALVES *(Gundissalvi)*, João *(Johannes)*, irmão do freire João Gonçalves da Teixeira, clér. da dioc. de Braga, cón. de Évora: n. 74.

GONÇALVES *(Gundissalvi)*, João *(Johannes)*, clér. da dioc. de Coimbra, estud. de dir. civil na univers. de Avinhão, benef. nas dioc. de Ávila e de Salamanca: nn. 705, 710, BENTO XIII: nn. 3, 9a, 32. — bacharel em leis: BENTO XIII: nn. 9a, 32. — ilegítimo: BENTO XIII: nn. 3, 9a, 32. — natural e familiar de familiar da portug. rainha de Castela D. Beatriz: BENTO XIII: n. 32.

GONÇALVES *(Gonsalvi)*, João *(Johannes)*, clér. de Lamego, cón. de Ávila: n. 676.

GONÇALVES *(Gundisalvi)*, João *(Johannes)*, clér. da dioc. de Coimbra, ilegít., benef. na igr. de S. Tiago de Ecija: n. 686.

GONÇALVES *(Gunsalvi)*, João *(Johannes)*, clér. de Lisboa, porcion. na igr. de S.ta Maria de de Azambuja: n. 538.

GONÇALVES *(Gonsalvi)*, João *(Johannes)*, sac., reitor do most. ou igr. de S.ta Maria de Várzea, cón. e benef. na dioc. de Samora: n. 674.

GONÇALVES *(Gundissalvi)*, João *(Johannes)*, caval., embaix. do rei de Portugal, rol de súplicas: nn. 453-455.

GONÇALVES *(Gonçalvez)*, Lourenço, comendador de Almodovar: p. LXXXIV.

GONÇALVES *(Gunssalvi)*, Lourenço *(Laurentius)*, clér. e benef. na dioc. de Silves: n. 471.

GONÇALVES, Luís, cón. e mestre-escola de Coimbra: p. CCLXXXIV, nota 732, p. CCLXXXV.

GONÇALVES *(Gonçallvez)*, Martim, barão e caval. nas cortes de Coimbra de 1385: p. CVII.

GONÇALVES *(Gonçalvez)*, Martim, tesour. de Lamego, capelão de D. Afonso V: p. CCXXXVII, nota 589.

GONÇALVES, Martinho, cón. de Viseu: p. CCCIX.

GONÇALVES *(Gundissalvi)*, Martinho *(Martinus)*, tesour. e meio-cón. do Porto: n. 579.

GONÇALVES *(Gundissalvi)*, Mourão *(Moronis)*, sac. de Braga, escolar de dir. canón., benef. e tercen. na sé de Braga, reitor da igr. de S. Romão de Fonte Coberta: n. 573. *VIDE:* GONÇALVES, Nuno.

GONÇALVES *(Gunsalvi)*, Nuno *(Nunus)*, porcion. de Braga, escolar de dir. canón., cón. de Braga e reitor da igr. de S. Romão de Fonte Coberta e tercen. de Braga: nn. 573, 613.

GONÇALVES *(Gundissalvi)*, Pedro *(Petrus)*, da dioc. da Guarda, benef. na dioc. de Salamanca: BENTO XIII: n. 43.

GONÇALVES *(Gundisalvi)*, Pedro *(Petrus)*, administr. da parte portug. da dioc. de Badajoz, cón. de Lisboa: pp. CCXCVIII-CCXCIX.

GONÇALVES, Pedro, clér. da dioc. de Coimbra, porcion. na igr. de S.ta Marinha de Lisboa: p. CCCIII.

GONÇALVES, Pedro: dispensa matrimonial: nota 270. *VIDE:* ÁLVARES, Beatriz.

GONÇALVES *(Gundissalvi)*, Rodrigo *(Rodericus)*, clér. e benef. na dioc. de Braga: n. 472.

GONÇALVES *(Gundissalvi)*, Rodrigo *(Rodericus)*, clér. da dioc. de Braga, benef. na dioc. de Segóvia: BENTO XIII: n. 16.

GONÇALVES *(Gundissalvi)*, Rodrigo *(Rodericus)*, porcion. e ab. da coleg. de S. Martinho de Cedofeita: nn. 604, 605, 609.

GONÇALVES *(Gundissalvi)*, Simão *(Symon)*, ab. da coleg. de S.to Emiliano da dioc. de Burgos e cón. de Burgos: BENTO XIII: n. 106.

GONÇALVES *(Gundissalvi)*, Vasco *(Velascus)*, clér. da dioc. de Braga e cón. de Braga: n. 9.

GONÇALVES *(Gundissalvi)*, Vasco *(Velascus)*, clér. de Braga, benef. na dioc. de Samora: BENTO XIII: n. 46b.

GONÇALVES *(Gundissalvi)*, Vasco *(Valascus)*, porcion. da igr. de Cinfães da dioc. de Braga, cón. de Lamego: n. 15.

GONÇALVES *(Gunsalvi)*, Vasco *(Valascus)*, clér. da dioc. de Lisboa, quartan. de Lisboa: n. 393.

GONÇALVES *(Gundissalvi)*, Vasco *(Valascus)*, clér. da dioc. de Lisboa, porc. na igr. de S.ta Justa de Lisboa e na dioc. de Lisboa: nn. 458, 459. — porc. na igr. de S. João de Mocharro: n. 459.

GONÇALVES *(Gundissalvi)*, Vasco *(Valascus)*, clér. de Lisboa, filho do cons. régio, nobre João Gonçalves da Teixeira, e cón. e arced. de Lisboa: n. 518.

GONDISSALVI, *Velascus:* nota 510.

GONSALVI: *VIDE:* GONÇALVES *(Gonsalvi)*.

GONSALVI, *Suarius*, barão e caval. nas cortes de Coimbra de 1385: p. CVII.

GOTRICO, *Bernardus de*, procurador na Cúria Romana: p. LXI.

GOUVEIA *(Gouvea)*, conc. de Gouveia, dioc. de Coimbra: *VIDE:* S. JULIÃO DE GOUVEIA.

GRAAZ, Álvaro, cón. do Porto: representante do b. do Porto nas cortes de Lisboa de 1455: p. CCXXXVII, nota 589.

GRAMÁTICA *(gramaticorum): Bacharéis*: ALFONSUS: p. CLXX; ESTEVES *(Stephani)*, Gonçalo *(Gundissalvus):* BENTO XIII: n. 47. — *Estudantes:* ANES *(Johannis)*, Tomé *(Thomas):* n. 363; HOMEM *(Homine)*, João *(Johannes):* n. 344; LOURENÇO *(Laurentii)*, João *(Johannes):* n. 593; MARTINS *(Martini)*, Cristóvão *(Christoforus):* n. 599; NOCCE, João *(Johannes)* de: n. 341; VICENTE *(Vincentii)*, DOMINGOS *(Dominicus):* n. 499.

GRANADA, conquista de: pp. CCXXII-CCXXIII, nota 508.

GRANERIIS, Nicolau de, familiar do conde de Genebra e cón. de Terouane: n. 519.

GRASSE *(Grassensis)*, França, dioc. de: prepós. de Grasse: FILIOLI, *Johannes:* nota 539.

GRAUSELLO, priorato perto de Melaucène, dioc. de Vaison na França, residência do papa: notas 43-45, 51, 56.

GRAVETO *(Gravetii)*, Martinho *(Martinus)*, clér. da dioc. de Évora, porcion. da igr. de S. Salvador de Arraiolos: n. 577.

GREGÓRIO *(Gregorius)*, papa: p. CXCVI.

GREGÓRIO *(Gregorius)* IX, papa, decretais de: *VIDE:* DECRETAIS DE GREGÓRIO IX.

GREGÓRIO *(Gregorius)* XI, papa: pp. CI-CII, nota 176, p. 60, nota 1, nn. 259, 280, p. 63, nota 1, nn. 307, 312, 326, 372a, p. 102, nota 1, p. 106, nota 1, n. 411, p. 165, nota 1, p. 184, nota 1, nn. 476, 516, p. 139, nota 2, nn. 555b, 570a, p. 375, nota 2.

GREGÓRIO *(Gregorius)* XII, papa: p. CXVIII — abdicação durante o concí. de Constança: p. CLXIX.

GREGOS: convoc. pelo concí. de Basileia: nota 459, p. CXCIX, nota 463, p. CC, notas 463, 464. — chegada a Veneza: pp. CCXIV, CCXV. — no concí. de Ferrara-Florença: pp. CXC, CCVII, CCXII, nota 491, pp. CCXVIII-CCXX. *VIDE:* CONSTANTINÓPOLA.

GRIJÓ *(Egrijo)*, conc. de Vila Nova de Gaia, dioc. do Porto, most. de: n. 347. — benef.: GONÇALVES *(Gundissalvi)*, Gonçalo *(Gundissalvus):* n. 347. *VIDE:* S. SALVADOR DE GRIJÓ.

GRILLIS DE JANUA, *Antonius de*, banqueiro: p. CXXXVII.

GRILLIS DE JANUA, *Mancellus de*, licenc. em dir. civil: p. CXXXVII.

GRIMANCELOS *(Guimarancelos)*, conc. de Barcelos, dioc. de Braga, igr. par. de: *VIDE:* S. MATEUS DE GRIMANCELOS.

GUARDA *(Egitaniensis)*, dioc. de: *arcediagados:* CELORICO DA BEIRA: n. 654, BENTO XIII: n. 5a; ANES, Martinho: p. CCLXXIII; ANES *(Johannis)*, Salvador *(Salvator):* nn. 703, 716; DIAS *(Didaci)*, Rui *(Rodericus):* p. CCCXLVII; MARTINS *(Martini)*, Fernando *(Fernandus):* p. CCCXLVII; GUARDA: ANES *(Johannis)*, Estêvão *(Stephanus):* n. 647, BENTO XIII: nn. 1d, 39. — *beneficiados:* AFONSO *(Alfonsi)*, Pedro *(Petrus):* n. 488; ANES *(Johannis)* DE CELORICO, Gonçalo *(Gundissalvus):* n. 564; ANES *(Johannis)*, Domingos *(Dominicus):* n. 370f; DOMINGUES *(Dominici)*, Aparício *(Apparitius):* n. 370g; FERNANDES *(Fernandi)*, Gonçalo *(Gundissalvus):* n. 331; LOURENÇO *(Laurentii)* DE SARZEDAS, Pedro *(Petrus):* n. 565; LOURENÇO *(Laurentii)*, Pedro *(Petrus):* n. 572; MARTINS *(Martini)*, Estêvão *(Stephanus):* n. 415; MARTINS *(Martini)*, João *(Johannes):* n. 287; MENDES *(Melendi)*, Gonçalo *(Gundissalvus):* n. 598; PIRES *(Petri)*, Gil *(Egidius):* n. 512. — bens da Ordem do Templo: p. XXII. — *bispo:* pp. LII, LIII, nota 165, p. CCCII, nota 824; e o casamento atentado entre o rei de Castela e D. Maria, filha de D. Afonso IV: p. CXLIV; o b. companheiro e capelão do cardeal Gil de Albornoz: p. XCVI. — *bispos:* AFONSO *(Alfonsus)* CORREIA: pp. CCCLXXV, CCCLXXVIII, CCCLXXXI, CCCLXXXIII-CCCLXXXV, n. 692, p. 241, nota 2; GIL DE VIANA: p. CXXVIII; JOÃO *(Johannes)* DE S. LOURENÇO: pp. CCXCV-CCXCVIII, CCCIII-CCCXI, CCCXIV-CCCXVII, CCCXXXII-CCCXXXVI, CCCXL-CCCXLIII; JOÃO *(Johannes)* RO-

DRIGUES FERRAZ: pp. CCCXLII--CCCXLIII; LUÍS *(Ludovicus)*: p. CCXXXVII, nota 589, p. CCCIV; VASCO *(Valascus)*, nas cortes de Coimbra de 1385: p. CVII; VICENTE, mestre: p. CIV. — *bispos postulados:* RODRIGUES *(Roderici)*, Álvaro *(Alvarus)*: p. CCLIII-CCLIV, nota 659, p. CCLXVII; VASQUES *(Vaasquez, Valasci)* DA CUNHA, Lopo *(Lupus)*: pp. CLXVIII, CLXIX, CCLIII, nota 659. — cab. e legacia do b. de Coimbra D. João Galvão: pp. CCCXXXIV, CCCXXXVI. — chantre: p. XCIX, nota 165; DOMINGUES *(Dominici)*, Afonso *(Alfonsus)*: n. 649, BENTO XIII: n. 22. — *clérigos:* ABUL, Lourenço: p. CCXCIII; AFONSO *(Alfonsi)*, Álvaro *(Alvarus)*: BENTO XIII: n. 48; ANES *(Johannis)* DE CELORICO, Gonçalo *(Gundissalvus)*: n. 564; FERNANDES *(Fernandi)*, Gil *(Egidius)*: nn. 694, 700; GIL *(Egidii)*, Diogo *(Didacus)*: BENTO XIII: n. 34; GONÇALVES *(Gundissalvi)*, Gil *(Egidius)*: n. 276; GONÇALVES *(Gundissalvi)*, Pedro *(Petrus)*: BENTO XIII: n. 43; LOURENÇO *(Laurentii)* DE SARZEDAS, Pedro *(Petrus)*: n. 565; LOURENÇO *(Laurentii)*, Pedro *(Petrus)*: n. 572; LOURENÇO *(Laurentii)*, Vasco *(Valascus)*: n. 486, BENTO XIII: n. 52; MARTINS *(Martini)*, Estêvão *(Stephanus)*: n. 415; MENDES *(Menendi)*, Ângelo *(Angelus)*: n. 456; PERES *(Petri)*, Gil *(Egidius)*: BENTO XIII: n. 35; PERES *(Petri)*, Gonçalo *(Gundissalvus)*: n. 457; VICENTE *(Vincentii)*, Lourenço *(Laurentius)*: BENTO XIII: n. 53. — *cónegos:* AFONSO *(Alfonsi)*, Martinho *(Martinus)*: n. 545; ANES *(Johannis)*, Estêvão *(Stephanus)*: n. 647, BENTO XIII: n. 1d; ANES, Martim: p. CCLXXIII; ANES *(Johannis)*, Martinho *(Martinus)*: n. 555b; DIAS *(Didaci)*, Rui *(Rodericus)*: p. CCCXLVII; DOMINGUES *(Dominici)*, Afonso *(Alfonsus)*: n. 638; DOMINGUES *(Dominici)*, Antão *(Anthonius)*: n. 542; DOMINGUES *(Dominici)*, Aparício *(Apparitius)*: n. 370g; DOMINGUES *(Dominici)*, Estêvão *(Stephanus)*: n. 511; DOMINGUES *(Dominici)*, Gil *(Egidius)*: n. 693; ESTEVES *(Stephani)*, Gonçalo *(Gondissalvus)*: n. 602; FERNANDES *(Fernandi)*, Gil *(Egidius)*: n. 694; GIL *(Egidii)*, Álvaro *(Alvarus)*: BENTO XIII: n. 25; GOMES *(Gometii)*, Lourenço *(Laurentius)*: BENTO XIII: n. 29; LOUREDO, Martinho: p. LIV; LOURENÇO *(Laurentii)*, Gomes *(Gometius)*: n. 602; MARTINS, Fernando: p. CCCXLVII; MENDES *(Menendi)*, Gil *(Egidius)*: BONIF. IX: n. 4; MENDES *(Menendi)*, Gonçalo *(Gundissalvus)*: nn. 503, 554, 598; PERES *(Petri)*, Vasco *(Valascus)*: n. 370c; SANCHES *(Sancii)*, João *(Johannes)*: nn. 639, 648, BENTO XIII: n. 24; VIDE *(Vitis)*, Estêvão *(Stephanus)*: n. 470. — *deãos:* ABUL, Lourenço: pp. CCCXXXIV, CCCXLI; AFONSO *(Alfonso)* CORREIA: p. 241, nota 2; BELEÁGUA *(Belleaugua)*, João *(Johannes)*: pp. CCLXIV-CCLXVIII, nota 674; ESTEVES *(Stephani)*, Gonçalo *(Gondissalvus)*: n. 602; LOURENÇO *(Laurentii)*, Gomes *(Gometius)*: n. 602; RODRIGUES *(Roderici)*, Álvaro *(Alvarus)*: pp. CCLIII-CCLIV, nota 659, p. CCLXVII, nota 674. — *igrejas:* AVELÃS: n. 370f; S.TA LUZIA DE TRANCOSO: p. CCCXLI; S.TA MARIA DE CASTELO DE VIDE: pp. CLXXXI, CLXXXIV, nota 407, p. CLXXXVI; S.TA MARIA DE CELORICO DA BEIRA: n. 424; S.TA MARIA DE SABUGAL: BENTO XIII: n. 63; S.TA MARIA DE SARZEDAS: nn. 639, 648, 696, BENTO XIII: n. 24; S.TA MARIA DO CASTELO DE ABRANTES: p. CCCIX; S. JOÃO DE CAMBAS: nn. 470, 511; S. JOÃO DE SORTELHA: BENTO XIII: n. 63; S. JULIÃO DE GOUVEIA: n. 396; S. PEDRO DE EIRAS: nn. 219, 228; S. PEDRO DE TEIXEIRA: nn. 217, 226, 460; S. SALVADOR DA ALDEIA DO BISPO: n. 370g; S. SALVADOR DE TOURAIS: n. 633, BENTO XIII: nn. 33, 72; S. VICENTE DE ABRANTES: p. CLXXXIV, nn. 179, 191, 486, BENTO XIII: n. 25; VILAR TORPIM: p. CCCX. — *mestre-escola:* p. CCCXLI. — *sacerdotes:* ANES *(Johannis)*, Gonçalo *(Gundissalvus)*: n. 460; DOMINGUES *(Dominici)*, Estêvão *(Stephanus)*: n. 511; ESTEVES *(Stephani)*, Gonçalo *(Gundissalvus)*: nn. 260, 370k, 618; PERES *(Petri)*, Gil *(Egidius)*: n. 512. — subdiácono: MARTINS *(Martini)*, João *(Johannes)*: n. 287. — tesoureiro: ÁLVARES *(Alvari)*, Lopo *(Lupus)*: nota 679.

GUARDAY, *Hameyrius de*, cón. de Lisboa: n. 372a.

GUECII, *Çenobius* (frei), procur. do most. de S.ta Brígida do Paraíso de Florença: p. CCLVII, nota 662.

GUERRA, Fernando Pires da, bispo de Silves e do Porto e arcebispo de Braga: p. CCL. *VIDE:* FERNANDO *(Fernandus)* DA GUERRA.

GUERRA, João *(Johannes)* de, cón. de Silves e da Guarda: n. 66.

GUERRA, Luís *(Ludovicus)* da, deão de Braga, promovido à sé da Guarda: nota 656.

GUIÃES *(Guaes)*, conc. e dioc. de Vila Real, outrora dioc. de Braga, igr. de: n. 247. — reitor: ESTEVES *(Stephani)*, Gonçalo *(Gundissalvus)*: n. 247.

GUIBARA, Elvira de, nobre, mulher de Rodrigo Lopes Davalos, camar. do rei de Castela: BENTO XIII: n. 1c.

GUIDO *(Vito)* DE ROYE, licenc. em leis, tesour. de Noyon, b. de Verdun, de Dol e de Tours: n. 401b, p. 102, nota 1, n. 684c, p. 224, nota 1. — b. de Castres, de Sens e de Reims: n. 684c, p. 224, nota 1.

GUILHERME, cón. de Gerona, estud. de dir. canón. em Bolonha: nota 176.

GUILHERME *(Guillelmus)*, card. presb. de S. Clemente, arced. de Cantuária: nn. 302, 516.

GUILHERME *(Willelmi)*, Adriano *(Adrianus)*, sac. da dioc. de Utreque, bacharel formado em teologia, capelão de D. Luís Coutinho e cón. de Évora, arced. de Lamego: pp. CCXXXV-CCXXXVI, nota 587. — familiar e capelão de D. Luís Coutinho: pp. CCXXXV-CCXXXVI, nota 587, pp. CCXXXIX-CCXL. — procur. na obediência prestada em nome do b. de Viseu D. Luís Coutinho ao arceb. de Braga: pp. CCXXXV-CCXXXVI, nota 587.

GUILHERME *(Guillelmus)* DE CHANAC, b. de Chârtres e Mende, card. do tít. de S. Vital, mestre-escola e cón. de Coimbra: n. 618, p. 184, nota 1.

GUILHERME *(Guillelmus)* DE LA GARE, arceb. de Braga, núncio do papa: pp. CLVI, CCCLXXII, nota 1018. — presente na Cúria durante a embaix. de Pedro de Corbiniaco, embaix. de D. Afonso IV ao papa: p. CCCLXXII.

GUILHERME *(Guillelmus)* DE LA JUGÉE, de Limoges, card. presb. de S.ta Maria in Cosmedin e de S. Clemente: n. 302, p. 69, nota 2, n. 358, p. 82, nota 2, n. 516.

GUILHERME GRIMOALDI, bened., papa Urbano V: p. 77, nota 7.

GUILHERME *(Guillelmus)* NOELET, referend. pontif., card. de Santo Anjo: n. 636g, p. 209, nota 1.

GUILHERME *(Guillelmi)*, Pedro *(Petrus)*, clér. da dioc. de Lisboa, porcion. da igr. de S. Julião de Lisboa: n. 464.

GUILHERME *(Guillelmi)*, Valentim *(Valentinus)*, clér. da dioc. de Lisboa, porcion. da igr. de S. Tiago de Ourém e de S.ta Maria de Marvila de Santarém, familiar do outrora arced. de Lisboa, nomeado b. de Silves e colector geral Pedro Cavaleri: nn. 338, 357.

GUILLAREY, Espanha, dioc. de Tui: *VIDE:* S. MAMEDE DE GUILLAREY.

GUIMARÃES *(Vimaranensis)*, conc. de Guimarães, dioc. de Braga, coleg. de: p. XCVIII, n. 64. — priores: MARTINHO *(Martinus)*, b. de Silves e de Lisboa: p. XCVIII; VASQUES *(Valasci)*, Gonçalo *(Gundissalvus)*: p. XCVIII, nota 158; VICENTE, mestre: pp. XCVIII, XCIX, nota 161. *VIDE:* S.TA MARIA DE GUIMARÃES.

GUIMARÃES, Martim: p. CCCXXXVI.

GUIOMAR, abadessa do most. de Lorvão: p. CCCXCIX.

GUIOMAR, filha de Lobo Fernandes e casada com João Afonso Telo: p. CLIV.

GUNDISSALVI: *VIDE:* GONÇALVES *(Gundissalvi)*.

GUNDISSALVI, *Alvarus:* rolo de súplicas: p. CLII (nota 17a).

GUNDISSALVI, *Didacus*, porcion. na igr. de S.ta Cruz da Alcáçova de Lisboa: pp. CCLIII, nota 657.

GUNSALVI, *Alfonsus*, procurador nas cortes de Coimbra de 1385: p. CVII.

GUTERRE *(Guterrius)*, b. de Palença e card. de Espanha ou card. b. de Sabina e card. do tít. de S. João e Paulo: p. CCCLXXVI, n. 692, p. 241, nota 1, BENTO XIII: n. 1b. — irmã: TERESA DE TOLEDO *(Tharasia de Toleto)*: BENTO XIII: n. 1b. — vigário geral: abade de Husillos: p. CCCLXXVI.

H

HÁBITO TALAR, obrigação de os clér. de Ordens menores o trazerem: p. CCCIX.

HALLER, *Johannes:* notas 457, 459.

HEBRON *(Ebronensis)*, Palestina: b. embaixa. do rei de Castela no concí. de Basileia: nota 493.

HELLIAS CAVALERII: *VIDE:* CAVALERII, Elias *(Helias)*.

HEMINI, João *(Johannes)* de, clér. da dioc. de Arras, benefi. do most. bened. de S. Pedro de Pratellis da dioc. de Lisieux: BENTO XIII: n. 84b.

HENARES *(Deynares)*, Espanha, dioc. de Sevilha, arced. de: *VIDE:* ENARES.

HENRICI: *VIDE:* HENRIQUES.

HENRICUS, conde, regente do território que veio a ser Portugal: Templários: p. X.

HENRIQUE *(Henricus)*, Infante, duque de Viseu, tio de D. Afonso V, e admin. da Ordem de Cristo: p. CLXXXIII, nota 751, pp. CCXCIV, CCC, CCCI. — carta do papa Eug. IV sobre as questões da regência, entre D. Pedro e a rainha Dona Leonor: pp. CLXXXVIII, CLXXXIX. — carta do papa Eugénio IV sobre a posse do bispado de Silves por Rui Dias, impedido pelo regente D. Pedro: p. CCLXX. — confessor seu:

AFONSO VELHO: p. CCCI. — cortes gerais de Lisboa de 1455: p. CCXXXVIII, nota 589. — dispensa matrimonial para D. Duarte de Meneses, filho do conde de Ceuta D. Pedro e D. Isabel de Castro: p. CLXXXV. — *escudeiros:* BARBEDO, Pedro *(Petrus)* de: p. CCCXLI; FERNANDES DO VALE, Vasco: p. CCLVIII. — expansão portuguesa: nota 375, p. CLXXIX, notas 674, 677. — e a ermida de S.ta Maria de Azinhoso: p. CCLVIII. — e a regência de D. Pedro e Dona Leonor: pp. CLXXXVII-CLXXXVIII. — e o regimento do reino: p. CLXXXVII. — e FERNANDES DE GOUVEIA *(Fernandi de Gouvea)*, Martinho *(Martinus)*: p. CCCXLVIII. — súplicas ao papa Eugénio IV: pp. CLXXXIII, CLXXXV, CLXXXVI.

HENRIQUE *(Henricus)*, rei de Castela, cismático: nota 258, pp. CCCLXXV, CCCLXXVI, nn. 692c, 700; BENTO XIII: nn. 1c, 1d, 8, 8a, 9-9e. — camar.: LOPES DE DAVALOS *(Luppi de Davalos)*, Rodrigo *(Rodericus)*: BENTO XIII: n. 1c. — capelão de honra: SANCHES *(Sancii)*, João *(Johannes)*: BENTO XIII: n. 24. — embaixa.: AFONSO *(Alfonsus)* DE EXEA ou DE CÓRDOVA: n. 692c, p. 247, nota 1; MAURO *(Mauri)*, Gonçalo *(Gundissalvus)*: n. 700. — falecido: BENTO XIII: n. 11. — *familiares:* ANDESTER, Filipe *(Philippus)* de: BENTO XIII: n. 9c; ANES *(Johannis)*, Estêvão *(Stephanus)*: BENTO XIII: n. 1d. — filha: CONSTANÇA *(Constantia)*, mulher do Infante D. João de Portugal: BENTO XIII: n. 11. — *secretário:* ANES *(Johannis)*, Estêvão *(Stephanus)*: BENTO XIII: n. 1d. — róis de súplicas: BENTO XIII: nn. 1d, 9-9e, 20-64, 77.

HENRIQUE, infante, filho do rei de Castela, despos. com Dona Beatriz de Portugal: pp. CCCLXXVII--CCCLXXIX, CCCLXXXIII.

HENRIQUE *(Anrrique)*, mestre, e pretensões do duque de Lencastre ao trono de Portugal: p. CXVI.

HENRIQUES *(Henrici)*, João *(Johannes)*, rei de Castela, cismático e injusto detentor do reino de Portugal: pp. CV, CVI, CVIII-CX, CXIII, CXIV, CXXV, CCCXCIX. — casado com Dona Beatriz, filha de D. Fernando de Portugal: p. CXIV, CXXV. *VIDE:* JOÃO *(Johannes)* HENRIQUES.

HERBORD DE BOÉMIA, Paulo, licenc. em direito canón. em Bolonha: nota 176.

HEREDIA, Vicente Beltrán de: p. 280, nota 1.

HERMIDES, Espanha, dioc. de Palença, abadia de: BENTO XIII: n. 102. — *abade:* BOCANEGRA, Pedro *(Petrus)*: BENTO XIII: n. 102.

HERÓDOTO DA HISTÓRIA DE PORTUGAL: FERNÃO LOPES: p. CIV, nota 180.

HERRE, Hermann: notas 517-520, 613, 635-636, 638-642, 695-699, 701, 703.

HISPALENSIS, Espanha: *VIDE:* SEVILHA.

HISPANIA, Pedro de, religioso da Ordem Terceira de S. Francisco: p. CXX.

HOFMANN, Georg: notas 484, 489, 499, 500, 504, 506, 571, 572, 740.

HOLANDA *(Holande)*, Thoma de, caval. casado com Dona Joana, condessa de Kent: p. CLXV, nota 344.

HOMEM, João *(Johannes)*, clér. da dioc. de Lamego, escolar de gramática, benefi. do most. de S.ta Maria de Lorvão: n. 344.

HONESTIDADE PÚBLICA ou DE JUSTIÇA, impedim. matrimonial: pp. CCCLXXXVII, CCCXCII, CCCXCIV, CCCXCVI-CCCXCVII, CCCXCVIII. — entre D. Pedro e Dona Constança: pp. CCCXCII, CCCXCIII, CCCXCIV, CCCXCVI. — entre D. Pedro e Dona Inês de Castro: pp. CCCXCVI, CCCXCVII.

HOSPITAL, Ordem do: *VIDE:* ORDEM DO HOSPITAL.

HOSPITAL ou albergaria dos Ibéricos em Avinhão: p. CIII. — administrador: MANSELHA *(Mansella)*, Fernando Martins *(Fernandus Martini)* de: p. CIII.

HOSTIENSIS, tit. cardinalício: *VIDE:* ÓSTIA *(Hostiensis)*.

HUESCA *(Oscensis)*, Espanha, dioc. de: *bispo:* JOÃO *(Johannes)* BAUPHES: p. 329, nota 1. — *clérigo:* DUESO, Domingos *(Dominicus)*: n. 616. — *cónego:* RIBARES, Garcia *(Garsia)* de: n. 63. — *mosteiro:* S. JOÃO DE PINHA = S. JOÃO DE PEÑA: BENTO XIII: n. 7, p. 278, nota 1, p. 295, BENTO XIII: n. 19h.

HUETE *(Optense)*, Espanha, dioc. de Cuenca, arced. de: nota 176. *VIDE:* OPTENSE.

HUEVAR, Espanha, dioc. de Sevilha: *VIDE:* S.TA MARIA DE HUEVAR.

HUGO DE MONTRELAIS, b. de Tréguier e de Saint Brieuc, criado cardeal por Gregório XI e card.-b. de Sabina: p. 63, nota 1.

HUGOLINI, *Jacobus*, notário no concí. de Basileia: nota 494, p. CCLXXV.

HUMANISMO: juristas portugueses e humanistas italianos: p. CXC, nota 516.

HUSILLOS *(Fusellis, Fustellos)*, Espanha, dioc. de Palença: *VIDE:* S.TA MARIA DE HUSILLOS *(Sancte Marie de Fusellis, Fustellos)*.

I

IBERNIA: *VIDE:* IRLANDA *(Ibernia)*.

IDADE, requerida para o matrimónio: *VIDE:*

ESPONSAIS DE FUTURO. ESPONSAIS DE PRESENTE.
IDANHA *(Ydanha)*-A-NOVA, doada à Ordem de Cristo: p. XLV.
IDANHA *(Ydanha)*-A-VELHA: Templários: pp. XXVI, XXIX, nota 36, p. XXXIV. — doada à Ordem de Cristo: p. XLV.
IGREJA E ESTADO: pp. VII-LXXXIX, CV-CXXIII, CXXVIII-CXXIX, nota 241, pp. CXLI-CXLVI, CLVI-CLVIII, CLXXIX-CCV, CCX-CCXVII, CCXXII-CCLXXXIX, nota 589, pp. CCXCIV-CCCII, CCCX-CCCXL, notas 893-904, p. CCCXLIII.
ILEGITIMIDADE (dispensa de) para receber Ordens, inclusive o sacerdócio: nn. 2, 5, 34, 36, 74, 97, 200, 210, 302, 325, 345, 578, 661, 664, 686, BENTO XIII: nn. 3, 19g, 32, 61, 62, 63, 94.
ILLESCAS *(Eliascas)*, Espanha, dioc. de Toledo, igr. de: *VIDE:* S.TA MARIA DE ILLESCAS.
ILLESCAS *(Eliescas)*, Fernando de, franciscano, confessor do rei de Castela: p. CCCLXXIX.
ÍMOLA, Itália: b.: FRANCISCO *(Franciscus)*, referendário: p. 315, nota 1.
IMPEDIMENTO DE ILEGITIMIDADE: nn. 2, 5, 34, 36, 74, 97, 200, 210, 302, 325, 345, 578, 661, 664, 686, BENTO XIII: nn. 3, 19g, 32, 61, 62, 63, 94.
IMPEDIMENTOS MATRIMONIAIS: *VIDE:* DISPENSAS MATRIMONIAIS.
IMPERADOR: embaixa. no concí. de Basileia: p. CCXI, nota 485.
IMPERADOR DOS GREGOS: *VIDE:* GREGOS. JOÃO PALEÓLOGO.
INDULGÊNCIA PLENÁRIA, indulto de: nn. 233, 234.
INÊS DE CASTRO: aplicação ou não da bula de dispensa de João XXII ao casam. com D. Pedro: pp. CXXVII, CXLII, CXLV, CXLVII, CXLVIII, CXLIX, CCCLXXI, CCCXCVI. — bisneta de D. Sancho IV de Castela: p. CCCXCVI. — casamento com D. Pedro: pp. CXXIII-CXXVIII, CXXXIII, CXXXIV, CXL, CXLV, CXLVI-CLIII, CLV-CLXVIII, CCCLXVII, CCCLXVIII, nota 1004, pp. CCCLXXII - CCCLXXIV, CCCXCV, CCCXCVI, CCCXCVIII, CCCXCIX. — casamento contrariado por D. Afonso IV: pp. CXLVII, CCCLXXIV. — coma. de D. Constança e de D. Pedro: pp. CXXVII, CXXXIX, CXLVII. — consanguínea com D. Pedro e Dona Constança e Dona Branca: pp. CCCXCVI-CCCXCVII. — filhos havidos de D. Pedro: BEATRIZ *(Beatrix)*: pp. CLXI-CLXII, notas 336, 338; DINIS *(Dionisius)*: pp. CXXVI, CXXVIII, CLXI, notas 336, 338, p. CCCXCV; JOÃO *(Johannes)*: pp. CXXVI, CXXVIII, CLXII, notas 336, 338, p. CCCXCV. — impedimentos não abrangidos pela bula de João XXII: pp. CXXVII, CXLII, CXLV, CXLVII-CXLIX, CCCLXXI, CCCXCVI. — legitimidade ou ilegitimidade dos filhos: pp. CXXIII, CXXV, CXXVI, CXXXIII, CXXXIV, CXXXVIII, CXLVI-CLIII, CLXVIII, CCCLXVII, CCCLXVIII, CCCLXXII, CCCXCVI. — morte: pp. CLV, CCCXCVI.
INFANTE SANTO: expedição de Tânger: p. CLXXIX.
INGLATERRA *(Anglia)*: p. 60, nota 2. — aliança com Portugal: p. CCCLXIX. — filho de el-rei D. Duarte, de nome Duarte ou Eduardo, casado invalidamente com a condessa de Kent: p. CLXIV, nota 344, pp. CCCLXXIII, CCCLXXIV. — rainha: FILIPA *(Philipa)*: nota 344. — *reis:* DUARTE ou EDUARDO *(Eduardus)*: p. CLXIV, nota 344; RICARDO: p. CCCLXIX. — retorno de Castela ao papa de Roma: p. CXVI.
INOCÊNCIO *(Innocentius)* III, papa: direito de legitimar: p. CLX.
INOCÊNCIO *(Innocentius)* IV, papa: concessões ao rei de Portugal contra os Sarracenos e Granada: p. CCXXII, nota 508.
INOCÊNCIO *(Innocentius)* VI, papa: notas 2, 3, pp. VIII, XCV, CI, CXIX, CXLVII, CXLVIII (nota 14a), pp. CXLVIII-CLXVI, notas 336-338, 344, pp. CCCLXXI-CCCLXXIV, n. 525, p. 139, nota 9. — carta de 1361 ao rei D. Pedro: pp. CLIXss, CCCLXXI. — carta ao rei de França sobre embaix. de D. Afonso IV, que pretendia casar D. Pedro com uma das filhas do monarca francês: p. CLVII. — casam. de D. Pedro e Dona Inês de Castro: pp. CXLVII, CXLVIII-CLXVII. — concessões a el-rei D. Pedro e seus filhos: pp. CLXI-CLXII, notas 336-338. — dispensa matrimonial ao príncipe de Gales e condessa de Kent: pp. CLXIV-CLXVI, nota 344, pp. CCCLXXIII, CCCLXXIV. — familiar: VASCONIS, Bernardo *(Bernardus)*: n. 525. — súplicas originais: pp. XCV, XCVI, CXLVIII (nota 14a).
INOCÊNCIO *(Innocentius)* VII, papa: p. CXVIII.
INSULA, França, dioc. de Alby, arcipres. de: BENTO XIII: n. 84c.
INTERDITO em Portugal, por causa da nacionali. da Ordem de S. Tiago da Espada: pp. LIX-LX.
IRLANDA *(Ibernia)*: p. 60, nota 2.
IRREGULARIDADE, dispensa de: BENTO XIII: n. 88, BONIF. IX: n. 1.
ISABEL *(Elisabeth)*, Rainha Santa, mulher de D. Dinis e mãe de D. Afonso IV: pp. XXV, LI, LII, nota 93, p. LXXXVII, nota 125, p.

LXXXVIII, nota 127, p. XCII, nota 136, nota 1004. — e o b. eleito de Coimbra D. João: p. LXXXVII, nota 125, p. LXXXVIII, nota 127. — e os Templários: pp. XXV, LI, LII, nota 93. — *seu clérigo:* VASQUES *(Valasci)*, Gonçalo *(Gunsalvus)*, estud. na univers. de Bolonha: p. XCII, nota 136.

ISABEL *(Ysabel)*, filha de D. Fernando, desposada com D. Afonso, conde de Noronha e filho de D. Henrique de Castela, antes de ter 12 anos, e depois casada solenemente, chegada à idade requerida, cujo matrimónio foi declarado nulo: pp. CCCLXXV-CCCLXXVI.

ISABEL, mulher de D. Afonso V e filha do regente D. Pedro: p. CLXXX.

ISIDORO, cardeal Ruteno: nota 491.

ISIODORENSE *(Yssiodorensis)*, França, dioc. de Clermont, abade de: inquirição sobre os bens dos Templários: pp. XIX-XX, XXII, XXIII, XXX.

ISPALENSIS, Espanha, dioc.: VIDE: SEVILHA.

ITÁLIA: lugares de Itália, a escolher para o concí. a reunir com os Gregos: p. CC, notas 464, 467, 485.

J

JACOBI DE SALVECTIS, *Johannes*, notário de Florença: pp. CCLVII, nota 662.

JACOBUS, card.: *VIDE:* JAIME.

JACOBUS, rei de Aragão: pp. XXIII-XXIV, XLII. *VIDE:* JAIME *(Jacobus)*.

JACOBUS, rei de Maiorca: pp. XXIII-XXIV.

JACOBUS CATHALANUS, estudante na univers. de Bolonha: p. XCII. *VIDE:* CATALUNHA, Jaime *(Jacobus)* de.

JACOBUS NOVELLI ou FURVARI DE SAVARDUNO, cisterc. cardeal de S.ta Prisca, papa Bento XII: n. 201, p. 39, nota 5.

JACTENSIS, Espanha: cón.: RIBARES, Garcia *(Garsias)* de: n. 63. *VIDE:* HUESCA.

JAÉN *(Giennensis)*, Espanha, dioc. de: *beneficiado:* ANES *(Johannis)*, Salvador *(Salvator)*: n. 716, BENTO XIII: n. 5a. — bispo: pp. XCVII, XCVIII, nota 156; GONÇALO DE ZUNIGA: p. 369, nota 2. — chantre e a nacionaliz. da Ordem de S. Tiago da Espada em Portugal: pp. LXII, LXIV. — *clérigos:* FERNANDES *(Fernandi)*, Luís *(Ludovicus)*: n. 629a; MARTINS *(Martini)* DE ÚBEDA, Pedro *(Petrus)*: BENTO XIII: n. 109. — mestre-escola e nacional. da Ordem de S. Tiago da Espada em Portugal: pp. LXXXIV, LXXXV. — *Igrejas:* ATFUIA: n. 629a; S.TA MARIA DE ÚBEDA: BENTO XIII: n. 98; S. JOÃO BAPTISTA DE ÚBEDA: BENTO XIII: n. 90; S. LOURENÇO DE JAÉN: n. 632d. — *porcionário:* ANES *(Johannis)*, Salvador *(Salvator)*: n. 703. — preceptoria: TORRES: BENTO XIII: n. 101. — rei: D. Fernando: p. XXXIII. — *sacerdote:* RODRIGUES *(Roderici)* DE MOLINA, Miguel *(Michael)*: BENTO XIII: nn. 90, 98.

JAIME *(Jacobus)*, rei de Aragão: bens da Ordem do Templo: pp. XXIII-XXV, XXXIII, XXXIV, XXXIX, XLI-XLIII, XLIV. — e a Ordem de Montesa: pp. XLI-XLIII. — e a Ordem do Hospital: p. XLII.

JAIME *(Jacobus)*, arceb. de Lisboa, cardeal de S.to Eustáquio, filho do regente D. Pedro e primo de D. Afonso V: nota 487, p. CCXXXVII, nota 589, pp. CCCXLIX, CCCL, CCCLIV-CCCLVI. — administr. da dioc. de Lisboa: pp. CCCXLIX, CCCL, CCCLIV-CCCLVI. — capelão: FERNANDES DE GOUVEIA, Martinho: p. CCCXLIX. — cortes gerais de Lisboa de 1455 e procurador: EANNES, Luís: p. CCXXXVII, nota 589. — familiar: AFONSO, Álvaro, futuro b. de Silves: p. CCLXIII, nota 672. — *vigário geral:* ANES *(Johannis)*, Luís *(Ludovicus)*: pp. CCCL, CCCLVI; MARTINS *(Martini)*, Antão *(Antonius)*: nota 487; MARTINS, Vasco: p. CCXXXVIII, nota 589.

JAIME *(Jacobus)*, card. diácono de S.ta Maria in Via Lata, protector da Ordem de S. Tiago da Espada em Portugal: p. LXI, nota 101.

JANUA: *VIDE:* GÉNOVA.

JANUENSIS, Manuel, almirante e embaix. de D. Dinis ao papa: p. LVI. *VIDE:* PESSANHA, Manuel.

JERARQUIA: p. CXCV. *VIDE:* DIONÍSIO *(Dyonisius)*.

JERIA, Espanha, dioc. de Palença: *VIDE:* S.TA MARIA DE JERIA.

JERÓNIMO *(Jeronimus)*, Frei, confeccionador de róis de súplicas: p. 330, nota 1.

JEROSOLIMITANENSIS — JERISOLOMITANO, grão-mestre da Ordem do Templo: pp. XI, XIV, XV.

JESUS DA COSTA, Avelino: nota 933.

JEUCERANDI, Pedro *(Petrus)*, clér. da dioc. de Lausana, estud. de dir. civil na univers. de Mompilher, cón. de Silves: n. 190.

JOANA *(Johanna)*, condessa de Kent: pp. CXLVI, CXLVII, CL, CLXIV-CLXV, nota 344. — casam. com o príncipe de Gales D. Duarte ou Eduardo, filho do rei de Inglaterra: pp. CXLVI, CXLVII, CL, CLXIV-CLXV, nota 344. — casam. com Guilherme de Monteacuto, *comite Satervinense:* p. CLXV, nota 344. — casam. com Tomé de Holanda: p. CLXV: nota 344.

JOÃO *(Johannes)* XXII, papa: p. VIII, nota 2, pp. IX, XXIV, XXXI, XXXV, XLI-XLVII, nota 82, pp. XLVIII, XLIX, LIV-LXXXIX, LXXXIX-XCV, CXXX, nota 241, pp. CXLII-CXLVII, CXLVIII (nota 14a), pp. CLXI, CLXVII, CCCXCI. — aplicação da dispensa concedida a D. Pedro aos casam. com D. Branca, D. Constança e D. Inês de Castro: pp. CXXIV, CXLV-CXLVIII, CLXI, CLXVII. — bula da dispensa de Fev. de 1325, obtida pelo embaix. Lopo Fernandes para o casam. de D. Pedro com D. Branca: pp. CXLV--CXLVI, CCCXCI. — carta a D. Dinis e ao Infante D. Afonso sobre o pedido de dispensa para casar D. Pedro com Dona Branca: pp. CXLV-CXLVI. — carta ao rei de Aragão sobre a dispensa concedida já para D. Pedro casar com D. Branca: p. CCCXCI. — concessão da igr. de Tomar ao cardeal Bertrando: pp. IX, XXXV, XXXVIII, XLIII. — dispensa concedida a D. Maria, filha de D. Afonso IV, e ao rei de Castela que tinham atentado matrimónio, sem dispensa: pp. CXLII-CXLV. — e a nacionaliz. da Ordem de S. Tiago da Espada em Portugal: pp. LVI-LXXXIX. — e a Ordem de Cristo: pp. XXXI, XLIII-XLVI. — e a Ordem do Hospital: pp. XLI-XLIII, XLVI, nota 82, pp. XLVII-XLIX. — e a Ordem do Templo: p. XXXIX-LVI. — intercede pelo mestre da Ordem de Cristo: nota 241. — súplicas originais: p. VIII, nota 2, p. CXLVIII (nota 14a).

JOÃO *(Johannes)* XXIII, papa: referendário: p. 317, nota 1. — deposto no concí. de Constança: p. CLXIX. — súplicas originais, incluindo a do cab. de Tui, a postular para b. Lopo Vaz da Cunha: pp. VIII, CLXIX.

JOÃO *(Johannes)*, card.-b. Portuense, ouv. apostól.: p. CCCLVII.

JOÃO *(Johannes)*, arceb. de Braga: nacionaliz. da Ordem de S. Tiago da Espada: pp. LX, LXXX, LXXXV, LXXXVI. *VIDE:* JOÃO *(Johannes)* DE CARDAILLAC. JOÃO *(Johannes)* MARTINS DE SOALHÃES.

JOÃO *(Joham)*, b. de Ceuta e primaz de África, presente nas cortes de Lisboa de 1455: p. CCXXXVII, nota 589. *VIDE:* JOÃO *(Johannes)* DE S. LOURENÇO.

JOÃO *(Joham)*, b. de Coimbra: pp. CCCLXXXIII--CCCLXXXV. *VIDE:* JOÃO *(Johannes)* CABEÇA DE VACA.

JOÃO *(Johannes)*, b. eleito de Coimbra, sobrinho do card. - b. de Penestrino: pp. LXXXVII, notas 124-125, p. LXXXVIII, notas 126-127, p. LXXXIX, nota 129. — vigário: p. LXXXVII, notas 124, 125, p. LXXXVIII, notas 126, 127.

JOÃO *(Johannes)*, b. de Évora, embaix. de D. João I ao papa Urbano VI: pp. CVII, CXII, CXIII. — cons. régio: pp. CCCLXVIII-CCCLXIX.

JOÃO *(Johannes)*, b. de Lamego: p. CLXXXIV, nota 407.

JOÃO *(Joham)*, b. de Lamego, represent. nas cortes de Lisboa de 1455 por GONÇALVES, Martim: p. CCXXXVII, nota 589.

JOÃO *(Johane, Johannes)*, b. de Lisboa: p. LXXXIII.

JOÃO *(Johannes)*, b. de Lübeck, embaixa. do concí. de Basileia aos Gregos e do Imperador da Alemanha no concí.: notas 463, 484, 485.

JOÃO *(Johannes)*, b. de Oviedo: dispensa no matrimó. atentado pelo rei de Castela e Dona Maria, filha de D. Afonso IV de Portugal: pp. CXLII-CXLIII.

JOÃO *(Johannes)*, b. do Porto (1406): p. CXVIII.

JOÃO *(Johannes)*, b. de Tui, particip. no concí. de Viena de França: p. XXXIV.

JOÃO *(Joham)*, b. de Viseu, representado nas cortes de Lisboa de 1455 por seu vigário geral MARTINZ DE RABELLO, Vaasquo: p. CCXXXVII, nota 589.

JOÃO *(Johannes)* I, rei de Portugal: carta do papa Martinho V, a favor de Rui Dias, colector apostólico: p. CCLI, nota 652. — casamento com Dona Filipa de Lencastre: pp. CVII-CXXIII. — chanceler: ANES FOGAÇA, Lourenço: p. CCCLXIX; JOÃO DAS REGRAS: pp. XCIX, CXXXV, CCCLXIX. — cismático, quando era Mestre de Avis, juntamente com alguns prelados e nobres: pp. CX, CXIII-CXIV, CCCLXVIII, CCCLXXXVIII, CCCXCVIII. — *conselheiros:* AFFONSO, Martim: pp. CXL, CCCLXX; JOÃO *(Johannes)*, b. de Évora: pp. CCCLXVIII-CCCLXIX; JOÃO DAS REGRAS: pp. XCIX, CXL, CCCLXVIII, CCCLXIX; SEM, Gil do: pp. CXVI, CCCLXVIII-CCCLXX; LOPES PACHECO, Diogo: p. CCCLXIX. — crise da nacionalid.: pp. VII, CV-CXXII. — *embaixadores:* ao papa Urbano VI: AFONSO DE AZAMBUJA, João: p. CXVII; GOMES DA SILVA *(Gometii de Silva)*, Gonçalo *(Gondissalvus)*, caval.: pp. CVII, CXII, CXVI; JOÃO *(Johannes)*, b. de Évora: pp. CVII, CXII, CXIII, CXIV, CXVI; ao papa Bonifácio IX: AFONSO DE AZAMBUJA *(Alfonsi de Açambugia)*, João *(Johannes)*, b. de Silves: pp. CVIII, CXII, CXVII, CXXI; RODRIGUES DE SÁ *(Roderici de Saa)*, João *(Johannes)*: pp. CVIII, CXII, CXVII, CXXI. — embaixa. ao rei de Inglaterra D. Ricardo: ANES FOGAÇA, Lourenço: pp. CCCLXIX; FERNANDO AFONSO DE ALBUQUERQUE, mestre da Ordem de S. Tiago da Espada:

p. CCCLXIX. — e o concí. de Basileia: p. CXCVII. — e o most. da Batalha: p. CCCII, nota 824. — e o most. do Carmo de Lisboa: p. CLXXVI. — fiel ao papa de Roma: p. CLXVIII. — filho ilegítimo de D. Pedro e irmão natural de D. Fernando e Mestre de Avis, governa o reino durante a crise da nacional.: pp. CV-CVII, CIX, CX, CXIII, CXXII, CXXIII. — legitimações: p. CLX. — mãe dele: LOURENÇO DE ANDRADE, Teresa: p. CCCXCIX. — procurador seu na Cúria pontifícia: RODRIGUES *(Roderici)*, João *(Johannes)*: p. CCLVII, nota 663. — servidor: VASQUES, Estêvão: p. CLXXXV. — sobrinho: PIRES DA GUERRA, Fernando *(Fernandus)*, b. do Porto e arceb. de Braga: pp. CXVIII, CLXVIII, CLXIX.

JOÃO *(Johannes)* II, rei de Portugal: p. CCLXVII, nota 673, pp. CCCXXI-CCCXXVI, notas 892, 894, 895, 897, 898, 901. — conselheiro e chanceler-mor: TEIXEIRA *(Teyxeira)*, João *(Johannes)*: p. CCLXVIII, nota 673. — e o arceb. D. João Rodrigues Galvão, quanto às liberdades eclesiásticas: pp. CCCXXI-CCCXXVI, notas 894-908. — exílio do b. de Silves, D. Jorge da Costa: pp. CCCXXIV-CCCXXV, notas 898, 901. — familiar dele príncipe: ALMEIDA, Francisco de: p. CCCXLI. — recomenda aos cab. de Braga e da coleg. de Guimarães emprestem dinheiro ao arceb. eleito de Braga, D. João Galvão, para a expedição das bulas: nota 892. — repreendido pelo papa Sisto IV, por atentar contra as liberdades eclesiásticas: p. CCCXXIV, nota 898.

JOÃO *(Johannes)*, rei de Castela: pp. CV, CVIII-CX, CXIII, CXXV, CCCLXXVII-CCCLXXXVII, nn. 615a, 616, 617, 620, 620a, 620b, 621, 622, 624, 628, 629, 631a, 635, 636, 636c, 636e, 636h, 637, 640-683, 684d, 684f, 684g, 691, 691b, 691d, 692. — *alumnus*: GOMES DE SOUTO MAIOR *(Gometii de Soto Mayor)*, Gonçalo *(Gundisalvus)*: n. 636. — *antesignarius*: FURTADO *(Furtati)* DE MENDOÇA, Lobo *(Luppus)*: n. 620a. — caval. e guarda: DIAS *(Didaci)* DE CABUÉRNIGA, Garcia *(Garsias)*: n. 691b. — cismá.: pp. CV, CVIII-CX, CXIII, CXXV. — desposórios do filho D. Henrique com Dona Beatriz de Portugal: pp. CCCLXXVII-CCCLXXVIII. — embaixadores ao papa Clemente VII: BARBA, Rodrigo *(Rodericus)*: n. 684d; BERNARDES *(Bernardi)*, Rodrigo *(Rodericus)*: nn. 636c, 636e; GARCIA *(Garsie)* DE CISNEROS, Diogo *(Didacus)*: p. 213, nota 1, n. 684f; JOÃO *(Johannes)* CABEÇA DE VACA, b. de Coimbra: nn. 620b, 621, 624, 629; LOPES *(Lupi)* DE AYALA, Pedro *(Petrus)*: nn. 615a, 616; MANUEL *(Hemanuelis)*, João *(Johannes)*: n. 622; RODRIGUES *(Roderici)* DE ROA, João *(Johannes)*: n. 620; RODRIGUES *(Roderici)*, João *(Johannes)*: n. 684g; SANCHES *(Sancii)*, João *(Johannes)*: n. 631a; SANCHES *(Sancii)*, Pedro *(Petrus)*: n. 636d. — *falecido*: BENTO XIII: nn. 8, 9c. — familiar: RODRIGUES *(Roderici)*, Henrique *Henricus)*: n. 620. — matrimónio e desposórios com Dona Beatriz, filha de D. Fernando de Portugal: pp. CCCLXXIX-CCCLXXXVII.

JOÃO *(Joham)*, Infante, filho de D. João I, rei de Portugal: pp. CLXXXVIII-CLXXXIX, CCLX, nota 667. — carta do papa Eugénio IV sobre as questões da regência de D. Pedro e Dona Leonor: pp. CLXXXVIII-CLXXXIX. — primeiro governador apostó. da Ordem de S. Tiago da Espada: p. CCCLXII.

JOÃO *(Johannes)*, infante, filho de D. Pedro I e irmão de D. Fernando: rol de súplicas: nn. 375-399. — capelão: AFONSO *(Alfonsi)*, João *(Johannes)*: n. 382. — dispensa da obrig. da residên. pessoal para seus capelães: n. 376. — familiares: AFONSO *(Alfonsi)*, Rodrigo *(Rodericus)*: n. 380; ARES, Aparício *(Aparitius)* de: n. 506; DIAS *(Didaci)*, Rodrigo *(Rodericus)*: n. 391.

JOÃO *(Johannes)*, infante de Portugal, a viver em Espanha: BENTO XIII: nn. 11, 70, 75, 95. — filhos: BEATRIZ *(Beatrix)*: BENTO XIII: n. 75; MARIA, condessa de Valência: BENTO XIII: n. 70; PEDRO *(Petrus)*: BENTO XIII: n. 95. — mulher: CONSTANÇA *(Constantia)*: BENTO XIII: nn. 11. — pais: D. Pedro e D. Inês de Castro: pp. CXXVI, CXXVIII, CXLIX, CLXI-CLXII, notas 336, 338.

JOÃO *(Johannes)*, infante, filho do falecido D. Afonso, rei de Castela: p. XLVI, nota 82, p. CXLII. — dispensas matrimoniais: p. XLVI, nota 82, p. CXLII. — terras da Ordem do Templo: p. XLVI, nota 82, p. CXLII.

JOÃO *(Johannes)*, Infante, filho do infante D. Dinis de Portugal, ilegít., benef. das Ordens de S. Tiago da Espada, de Calatrava e de Alcântara: BENTO XIII: n. 94.

JOÃO *(Johannes)*, b. de Dax, de Agen e de Alby, legado de Clemente VII na Península: p. 165, nota 1, BENTO XIII: n. 11, p. 287, nota 2.

JOÃO *(Johannes)*, card. de S. João e Paulo: p. 328, nota 1. — sobrinho: JOÃO *(Johannes)* DA COSTA, referendário: p. 328, nota 1.

JOÃO *(Johanne)*, mestre, conselh. de D. Afonso IV: p. CXXVII. — diligênci. da parte de D. Afonso IV para o filho D. Pedro casar com D. Inês de Castro: p. CXXVII.

JOÃO *(Johannes)*, mestre geral da Ordem de

S. Tiago da Espada: p. LXII, nota 105, pp. LXIV, LXVI, LXVII, LXXIII.

JOÃO, sac. da dioc. de Lamego, benef. na dioc. de Coimbra: n. 581.

JOÃO *(Johannes)* ANES, b. de Lisboa: pp. CXI, CXII, CXV.

JOÃO *(Johannes)* BAUPHES, doutor em ambos os direi., b. de Dax, de Vich, de Huesca e de Lérida, referendário pontifício: p. 329, nota 1.

JOÃO *(Johannes)* CABEÇA DE VACA, deão de Toledo, b. de Coimbra, embaixa. do rei de Castela, referend. do papa Bento XIII: nn. 620b, 621, p. 188, nota 1, nn. 624, 629. *VIDE:* JOÃO *(Johannes)*, b. de Coimbra.

JOÃO *(Johannes)* DA COSTA, doutor em leis, lente na univers. de Tolosa, chantre e cón. de Bayeux, referendário pontif., sobrinho do card. do tít. de S. João e Paulo, D. João, e regente da chancelaria pontifícia: p. 328, nota 1.

JOÃO DAS LEIS, mestre: juíz nos processos da Ordem do Templo: pp. XXV-XXVII.

JOÃO DAS REGRAS *(Johannes de Regulis)*: nota 183, pp. CXXII-CXXIII, CXXXIV-CXL, notas 258-259, pp. CXLVI-CLIX, CLXVII, CCCLXVII-CCCLXXIV, CCCXCII. — chanceler de D. João I: pp. XCIX, CXXXV, CCCLXIX. — clér. conjugado e administr. do hosp. de S.to Eutrópio de Lisboa: pp. CXXXV-CXXXVI, notas 258-259. — conselheiro do Mestre de Avis e rei D. João I: p. CXXXV, nota 259, pp. CXXXIX, CCCLXVIII-CCCLXIX. — e o casam. de D. Pedro e D. Inês de Castro: pp. CXXXIII, CXXXVIII-CXL, CXLVII-CLIII, CLV-CLXVII. — estudante e doutorado em leis na univers. de Bolonha: pp. CXXXIV-CXXXVII. — mulher: CUNHA, Leonor da: pp. CXXXV-CXXXVI, nota 259. — nascim. ou natural. de Lisboa: p. CXXXVII. — nas cortes de Coimbra de 1385: nota 183, pp. CXXII, CXXIII, pp. CXXXIV, CXXXVIII, CXXXIX, CXLVIII (notas 13-14), pp. CLV, CLVIII, CLX-CLXI. — prior da coleg. de Guimarães: pp. XCIX, CXXXVI. — testam. de sua mãe: p. CXXXV. *VIDE:* AFONSO DAS REGRAS *(Alfonsi de Regulis)*, João *(Johannes)*.

JOÃO *(Johannes)* DE ALZENO, protonotário apostól., referend. de Bento XIII, b. de Lescar: BENTO XIII: n. 84b, p. 328, nota 1.

JOÃO *(Johannes)* DE BOISSY, chanceler de Cahors, b. de Macôn, referend. pontif. e b. de Amiens: n. 636h, p. 210, nota 1, n. 684b.

JOÃO *(Johannes)* DE CARDAILLAC, b. de Orense e arceb. de Braga: pp. LX, CLXI-CLXIV, notas 339-342, n. 279, p. 60, nota 1.

JOÃO DE MADRID *(Johannes de Madrit)*, sac. religioso, ministro do most. de S.ta Justa e Rufina de Sevilha da Ordem da SS.ma Trindade, vigário geral e provincial nos reinos de Castela e de Portugal, em questão com Frei Gomes, ministro do most. da SS.ma Trindade de Toledo: BENTO XIII: n. 96.

JOÃO *(Johannes)* DE MELO, arceb. de Braga, cuja taxa de promoção ainda não estava paga: nota 893.

JOÃO *(Johannes)* DE NOVO CASTRO, b. de Nevers e Toul, card.-b. de Óstia: p. 102, nota 1.

JOÃO *(Johannes)* DE PLACENTINIS, card. do tít. de S. Ciríaco: BENTO XIII: n. 18b, p. 289, nota 1.

JOÃO DE PORTUGAL *(Johannes de Portugalia)*, clér. da dioc. de Lisboa, estud. de direito na univer. de Paris, cón. de Lisboa: n. 257.

JOÃO *(Johannes)* DE S. LOURENÇO, carmelita, bacharel formado e lente de prima de teologia na univers. de Lisboa, embaixador do Infante D. Pedro e D. Afonso V ao papa Eugénio IV: pp. CLXX-CLXXIII, CLXXXVII-CXC, CCLXXIV, — *b. da Guarda, resid. em Lisboa, no most. do Carmo:* pp. CLXXI-CLXXII, nota 355, p. CLXXIII, nota 361, p. CLXXIX, nota 379, pp. CLXXX, CCXCV-CCXCVIII, CCCIII-CCCXI, notas 837, 841, pp. CCCXIV-CCCXVII, CCCXXXII-CCCXXXVI, CCCXL-CCCXLII. — b. da Guarda, com coadj. e priva. do gove. dos Carme. em Portugal: pp. CCXCV-CCXCVII, CCCXLI-CCCXLIII. — *b. de Ceuta, resid. em Lisboa e primaz de África:* pp. CCXXXVII, nota 589, pp. CCLXXXVI-CCLXXXIX, nota 756, pp. CCXC-CCXCII, nota 769, pp. CCXCIII-CCXCV, nota 790, pp. CCXCVII-CCXCIX, CCCI-CCCII, nota 824, pp. CCCIV-CCCVII. — bispo de Tiberíades: p. CCLXXXVI, nota 741, pp. CCLXXXVII, CCLXXXIX. — capelão-mor de D. Afonso V: pp. CLXXIII, CCXCIV, CCXCVII, CCXCVIII, CCCV-CCCVI, nota 837. — cartas da univers. de Lisboa ao papa e de Lopo Afonso e Af. Nogueira ao ab. Gomes Anes, para a nome. de capelão pontifí.: pp. CLXX, CLXXI, CLXXIII. — comendatário da capela de Almeirim: pp. CCCV-CCCVI, nota 837. — conselheiro e ouvidor de D. Afonso V: pp. CLXXIII, CCXCVII, CCXCVIII. — e a anexação dos territó. portug. da dioc. de Tui e Badalhouce à de Ceuta: pp. CCLXXXVII-CCLXXXIX, CCXCIV, CCXCVIII-CCC. — e a legacia do b. de Coimbra D. João Galvão: pp. CCCXIV-CCCXVII, CCCXXXII. — e a Ordem de S. Tiago da Espada: p. CCLXXXVII. — embaixa. à Hungria: p. CLXXIX. — embaixa. do e ao papa Eug. IV: pp. CLXXVIII-CLXXX, CLXXXIV, CLXXXVI, CCXLIV, CCLXXIII, CCLXXIV, CCLXXXVI-CCXCI. — em Roma:

p. CCLXXXVII. — e o condestabre Nuno Álvares Pereira: p. CLXXIV. — e o Infante D. Fernando, irmão de D. Afonso V: p. CCLXXXVII. — e os monges de S.ta Maria de Florença: pp. CCLXXXVII, CCLXXXIX. — filho: MANUEL, João: p. CLXXII. — frade e prior do most. do Carmo de Lisboa e provincial da Ordem: pp. CLXXI-CLXXIII, nota 361, pp. CLXXIV, CLXXVII-CLXXX, CLXXXIII-CLXXXIV, nota 744, pp. CCLXXXIX, CCXCVIII-CCXCIX. — licenciado em teologia: pp. CLXXVIII-CLXXX, notas 741, 744. — *mãe:* MANUEL, Joana: p. CLXXI. — na expedição de Tânger: pp. CLXXVIII-CLXXIX. — *não era filho natural de D. Duarte:* pp. CLXXI-CLXXIII. — *nas cortes gerais de Lisboa de* 1455*:* p. CCXXXVII, nota 589. — *passagem por Bruges:* p. CCLXXXVI. — recusa das décimas a D. Afonso V: p. CLXXIII. — sua capela e dos pais no most. do Carmo de Lisboa: pp. CLXXI--CLXXII, nota 355, p. CLXXIX, nota 379. — *vigário apostól., com governo dos carmelitas em Portugal:* pp. CCXC, CCXCIV-CCXCVIII.

JOÃO *(Johannes)* DE S. TOMÉ (Frei), mestre: *VIDE:* S. TOMÉ, João *(Johannes)*.

JOÃO *(Johannes)* DE TOURNEFORT, ab. de S.to Honorato e b. de Nice: p. 315, nota 1.

JOÃO *(Johannes)* DE VALTERRA, doutor em leis, arced. de Vich, b. de Tarazona e referendário: p. 329, nota 1.

JOÃO *(Johannes)* GUTERRES, b. de Dax, legado apostól. de Urbano VI em Portugal e Castela: BONIF. IX: n. 18, p. 394, nota 4. — núncio em Castela, Aragão e Navarra: p. 394, nota 4.

JOÃO *(Johannes)*, Lourenço *(Laurentius): VIDE:* ANES *(Johannis)*, Lourenço *(Laurentius)*.

JOÃO *(Johannes)* MARTINS DE SOALHÃES, b. de Lisboa: juiz nos processos da Ordem do Templo: pp. XXV-XXVII. — transferido para arceb. de Braga: pp. XXXVI, XXXVII, nota 56.

JOÃO *(Johannes)* PALEÓLOGO, imperador dos Gregos ou de Constantinópola no concí. de Ferrara. *VIDE:* CONSTANTINÓPOLA. PALEÓLOGO, João *(Johannes)*.

JOÃO *(Johannes)* RODRIGUES *(Roderici)* FERRAZ, administr. da dioc. de Tui em Portugal, b. de Ceuta e coadjutor do b. da Guarda. *VIDE:* RODRIGUES *(Roderici)* FERRAZ, João *(Johannes)*.

JOÃO *(Johannes)* RODRIGUES GALVÃO, b. de Ceuta, de Coimbra e de Évora e arceb. de Braga. *VIDE:* RODRIGUES *(Roderici)* GALVÃO, João *(Johannes)*.

JOÃO *(Johannes)* VICENTE, cón. azul ou dos Lóios, b. de Lamego, designado visitador em Portugal: *VIDE:* VICENTE, João.

JOHAM, administr. do bispa. de Tui e chantre do Porto: p. CCLIX, nota 667.

JOHAM, b. de Calaorra: p. CCCLXXXV.

JOHAM, conde de Viana: p. CCCLXXXVIII.

JOHAM, mestre de Avis, irmão de D. Fernando, rei de Portugal: pp. CCCLXXVI, CCCLXXXVIII. *VIDE:* JOÃO I, rei de Portugal.

JOHAM, filho de D. Henrique, rei de Castela: p. CCCLXXV.

JOHAM, filho de D. Pedro e D. Inês de Castro: pp. CCCXCV. *VIDE:* JOÃO *(Johannes)*.

JOHAM DE SANTO ESPÍRITO, prior do most. do Carmo de Lisboa: nota 361. — doutor: nota 744, p. CCXCVII.

JOHANA, rainha de Castela, mulher de D. Henrique: pp. CCCLXXV-CCCLXXVI.

JOHANNES, b. de Évora, nas cortes de Coimbra de 1385: p. CVII. *VIDE:* JOÃO *(Johannes)*, b. de Évora.

JOHANNES, b. de Lisboa, nas cortes de Coimbra de 1385: p. CVII. *VIDE:* JOÃO *(Johannes)*, b. de Lisboa.

JOHANNES, b. do Porto, nas cortes de Coimbra de 1385: p. CVII. *VIDE:* JOÃO *(Johannes)*, b. do Porto.

JOHANNES, cón. de Coimbra: p. CCLXXXII, nota 714.

JOHANNES, procur. nas cortes de Coimbra de 1385: p. CVII.

JOHANNES, ab. do most. de Bustelo: p. CVII.

JOHANNES, escolar na univers. de Lisboa: p. CLXX.

JOHANNES, embaix. dos Gregos no concí. de Basileia: p. CC, nota 463.

JOHANNES, marquês de Montemor: nota 896.

JOHANNIS, *Alfonsus*, reitor da igr. de S. Bartolomeu de Alfange: p. CCLIV, nota 660.

JOHANNIS, *Alfonsus:* nota 803.

JOHANNIS DE PUPIO, *Matheus*, procurador das monjas de S. Pedro de Florença: p. CCLVII, nota 662.

JOHANNIS, *Dominicus*, tabelião de D. Dinis: pp. IX, XVII.

JOHANNIS, *Johannes*, barão e caval. nas cortes de Coimbra de 1385: p. CVII.

JOHANNIS, *Laurentius*, tabelião: p. LI.

JOHANNIS ROGERII DE AQUAMUNDULA, *Jacobus:* p. LXI.

JORA, *Johannes de*, cón. de Évora: nota 157.

JORDÃO, Levy Maria: nota 791.

JORGE, arceb. de Braga: pp. CCLXVII--CCLXVIII, nota 673.

JORGE *(Georgius)*, embaix. do imperador no concí. de Basileia: nota 467.

JORGE *(Georgius)* DA COSTA, b. de Silves, irmão do card. Alpedrinha e impedido de tomar posse do bispado e exilado por D. João II: pp. CCCXXIV, notas 898, 901. *VIDE:* JORGE, arceb. de Braga.

JORGE *(Georgius)* DA COSTA, cardeal Alpedrinha, do tít. presb. de S. Pedro e Marcelino, em desintelig. com D. João II, e o arceb. eleito de Braga D. João Galvão, por causa do exílio de seu irmão b. de Silves e da tomada de posse de alguns benef. e proventos de Alcobaça: pp. CCCXXIV-CCCXXV, notas 898, 901, 903. — comendatário de Alcobaça: p. CCCXXV, nota 903, p. CCCXLII. — legado do papa em Itália: pp. CCCXXV, notas 903, 904. — outrora b. de Évora e arceb. de Lisboa: p. CCCXLI. — secret. seu: CALVACANTIBUS, *Franciscus de:* p. CCCLXI. — súplica sobre letras relativas à jurisdição e isenção da Ordem de S. Tiago quanto aos Ordinários do Lugar: pp. CCCLX-CCCLXII, nota 1001.

JORGE *(Georgius)* DE ALMEIDA, b. eleito de Coimbra, embaix. de D. João II, chamado a comparecer na Cúria papal, por ter pronunciado o decreto de exílio do b. de Silves D. Jorge, por mandato de D. João II, e mandado prender pelo papa: pp. CCCXXIV, notas 898, 900, p. CCCXXV, nota 901.

JOSEPH, patriarca dos Gregos: notas 463, 480, pp. CCVII, CCXIII, CCXIX, CCXXII. *VIDE:* CONSTANTINÓPOLA.

JUAN I, rei de Castela e de Leão: nota 201.

JUÍZES RÉGIOS: ESTÊVÃO *(Stephanus)*, custódio dos Franciscanos: pp. XXV-XXVII; JOÃO DAS LEIS, mestre: pp. XXV-XXVII; JOÃO MARTINS DE SOALHÃES, b. de Lisboa: pp. XXV-XXVII; MARTINHO DE OLIVEIRA, arceb. de Braga: pp. XXV-XXVII; NUNES, Rui: pp. XXV-XXVII; PERES *(Petri)*, Vasco *(Valascus):* n. 199.

JURAMENTO de fidelidade aos metropolitas e dispensa: p. CCXXXVs, nota 587, pp. CCXLI, CCLXII-CCLXIV, nota 672.

JURISDIÇÃO da cidade do Porto e acordo entre o b. e cab. e o rei D. Afonso V: pp. CCCIX-CCCX.

K

KATTERBACH, OFM, Bruno, especialista da história e inventários das súplicas aos papas: p. VII, nota 1, p. CLIX, nota 331, p. 35, nota 1, p. 195, nota 1, p. 210, nota 1, p. 222, nota 1, p. 242, nota 1, p. 255, nota 1, p. 272, nota 1, p. 294, nota 1, p. 315, nota 1, p. 317, nota 1, pp. 328-329, nota 1.

KENT, condessa de: casam. com Duarte ou Eduardo de Wodestock, príncipe de Gales: pp. CXLVI-CXLVII, pp. CL, CLXIV-CLXV, nota 344. *VIDE:* JOANA *(Johanna)*.

KONSTANZ, Alemanha, dioc. de: b.: BAYLER, Henrique: p. 179, nota 1.

L

LAGARES, conc. de Penafiel, dioc. do Porto: *VIDE:* S. MARTINHO DE LAGARES.

LAGOA, conc. de Vila Nova de Famalicão, dioc. de Braga, igr. par. de: *VIDE:* S. SALVADOR DE LAGOA.

LAGOS, conc. de Lagos, dioc. de Silves, hoje de Faro ou do Algarve, arced. de: p. CCXCVI.

LAGOS, Martinho *(Martinus)* de, clér. da dioc. de Silves e cón. de Silves: n. 50.

LAMEGO *(Lamacensis)*, dioc. de: arced.: GUILHERME, Adriano: p. CCXXXV, nota 587, p. CCXLI. — *benef.:* AFONSO *(Alfonsi)*, João *(Johannes):* n. 614a; ESTEVES *(Stephani)*, Lourenço *(Laurentius):* n. 283; LOURENÇO *(Laurentii)*, Afonso *(Alfonsus):* nn. 307b, 336; PERES *(Petri)*, Afonso *(Alfonsus):* BONIFÁCIO IX: n. 25. — bens dos Templários: p. XXII. — b. e cab. e a legacia do b. de Coimbra D. João Galvão: pp. CCCXIV, CCCXV, CCCXVII, CCCXXXIV, CCCXXXVI. — b. *consanguineus et decanus capelle et factura regis* (D. Afonso V): p. CLXXIII. — b. participante no conc. de Viena de França: RODRIGO *(Rodericus):* p. XXXIV. — *bispos:* GONÇALO *(Gundissalvus)* ANES DE ÓBIDOS: p. CCLXII, nota 672; JOÃO *(Johannes)*, b. resignat.: p. CCCXX, nota 891; JOÃO *(Johannes):* p. CLXXXIV, nota 407; JOÃO *(Johannes)* VICENTE: p. CCCXIX; LOURENÇO *(Laurentius)*, p. LXXXI; nas cortes de Coimbra de 1385: p. CVII; LUÍS *(Ludovicus):* nota 655; RODRIGO *(Rodericus)* DE NORONHA: pp. CLXXIII, CCCXLI. — *clérigos:* AFONSO *(Alfonsi)*, João *(Johannes):* n. 300; ANES *(Johannis)*, Afonso *(Alfonsus):* n. 270; ANES *(Johannis)*, Vasco *(Valascus):* n. 578; GONÇALVES *(Gundissalvi)*, Gonçalo *(Gundissalvus):* nn. 205, 311; GONÇALVES, João: p. CCLXXX, nota 714; GONÇALVES *(Gonsalvi)*, João *(Johannes):* n. 676; MARTINS *(Martini)*, Fernando *(Fernandus):* n. 328; MARTINS *(Martini)*, Vasco *(Valascus):* pp. CCXXXV-CCXXXVI; NOCCE, João *(Johannes)* de: n. 341; PIRES *(Petri)*, Afonso *(Alfonsus):* n. 466. — *cónegos:* ANES *(Johannis)*, Fernando *(Fernandus):* BONIFÁCIO IX: n. 17; ANES *(Johannis)*, Vasco *(Valascus):*

n. 326; FERNANDES DE VILA POUCA *(Fernandi de Villa Pauca)*, Álvaro *(Alvarus)*: n. 373; FERNANDES *(Fernandi)*, Martinho *(Martinus)*: n. 314; LOURENÇO, Pedro: pp. CCCVII-CCCVIII, CCCXL; MIGUEL *(Michaelis)*, Afonso *(Alfonsus)*: n. 490; RODRIGUES *(Roderici)*, Martinho *(Martinus)*: BONIFÁCIO IX: n. 24. — deão: COUTINHO, Luís *(Ludovicus)*: p. CCXXXIV, nota 582; MARTINS *(Martini)*, Antão *(Antonius)*: p. CCLXXVIII, nota 706; PERES *(Petri)*, Mendo *(Menendus)*: pp. CCLXXVII, CCLXXVIII, nota 706; PETRI, *Didacus*: nota 582 — *igrejas*: ANTAS: n. 315; S. JOÃO DA RAIVA: n. 212, BONIF. IX: n. 14; S. JOÃO DE CINFÃES: p. LIV; S. JOÃO DE MIOMÃES: nn. 205, 311, 333; S. PAIO DE CARIA: p. CCXXXVIII, nota 589, n. 315; S. PAIO DE OVADAS: n. 331; S. PEDRO DE FERREIROS: n. 332; S. PEDRO DE TAROUCA: BONIFÁCIO IX: n. 12; S. SALVADOR DE VÁRZEA DE AROUCA: p. CCCXLIV; SOVEROSO: n. 314; VILAR TORPIM: p. CCCX. — *meio-cónego*: DOMINGUES *(Dominici)*, Lourenço *(Laurentius)*: n. 315. — *mosteiros*: AROUCA: n. 332; SALZEDAS: nota 582; S.TA MARIA DE CÁRQUERE: nn. 269, 330, 346, 347; S.TA MARIA DE SALZEDAS: BONIFÁCIO IX: n. 12; S. JOÃO DE TAROUCA: BONIFÁCIO IX: nn. 13-15, 20, 21, 23. — *sacerdotes*: AFONSO *(Alfonsi)*, António *(Anthonius)*: n. 349; ANES *(Johannis)*, Martinho *(Martinus)*: p. CLXXXV; ANES *(Johannis)*, Pedro *(Petrus)*: BONIFÁCIO IX: n. 22; DOMINGUES *(Dominici)*, João *(Johannes)*: n. 333; FERNANDES *(Fernandi)*, Estêvão *(Stephanus)*: n. 316; FERNANDES *(Fernandi)*, Gonçalo *(Gundissalvus)*: n. 331; FERNANDES *(Fernandi)*, Martinho *(Martinus)*: n. 314; FERNANDES *(Fernandi)*, Rodrigo *(Rodericus)*: p. CCXLII; JOÃO *(Johannes)*: n. 581; GONÇALVES *(Gundissalvi)*, Gonçalo *(Gundissalvus)*: n. 311; PERES *(Petri)*, Afonso *(Alfonsus)*: BONIFÁCIO IX: n. 25; PERES *(Petri)*, Vasco *(Valascus)*: n. 332. — *Subcolector apostól.*: ANES *(Johannis)*, Vasco *(Valascus)*: n. 326. — *tesoureiro*: p. CCXCII; ANES *(Johannis)*, Fernando *(Fernandus)*: BONIFÁCIO IX: n. 17; ANES *(Johannis)*, Vasco *(Valascus)*: n. 326, BONIFÁCIO IX: n. 17; GONÇALVEZ, Martim: p. CCXXXVII, nota 589; LOPES, Diogo: p. CCCXLVI; MARTINS *(Martini)*, Fernando *(Fernandus)*: p. CCCXLVI. — *vigário geral*: MARTINS *(Martini)* DE RABELO, Vasco *(Valascus)*: nota 589, pp. CCXXXVI-CCXXXIX, nota 589.

LANDIM *(Nandim)*, conc. de Vila N. de Famalicão, dioc. de Braga, most. de cón. regrantes: nota 668. *VIDE*: S.TA MARIA DE LANDIM.

LA PLUMA, *Johannes*, arced. de Santarém: n. 307.

LAREDO, Espanha, dioc. de Burgos: *VIDE*: S.TA MARIA DE LAREDO.

LATRÃO *(Laterani)*, Roma, residên. papal: p. CCXCII, nota 766.

LAURENCY, *Johannes*, procur. nas cortes de Coimbra de 1385: p. CVII.

LAURENTIUS, arceb. de Braga: p. CVII. — nas cortes de Coimbra de 1385: p. CVII. *VIDE*: LOURENÇO *(Laurentius)* VICENTE. VICENTE *(Vincentii)*, Lourenço *(Laurentius)*.

LAURENTIUS, b. de Lamego, nas cortes de Coimbra de 1385: p. CVII. *VIDE*: LOURENÇO *(Laurentius)*.

LAURENTIUS, clér. da câmara apostól., notário: nota 668.

LAURINHÃA, conc. da Lourinhã, dioc. de Lisboa: *VIDE*: S.TA MARIA DA LOURINHÃ.

LAUSANA *(Lausanensis)*, Suíça, dioc. de: *bispo*: LUÍS *(Ludovicus)* DE PALUDE, embaixa. do concí. de Basileia aos Gregos pela França: p. CXCIX, nota 463, p. CC, notas 463, 480, p. CCX, nota 484, pp. CCXII, CCXV, CCXVI, nota 494, pp. CCXXII-CCXXIII, nota 508.

LAVAUR *(Vaurensis)*, França, dioc. de: GIL *(Egidius)* DE BELLEMÈRE: p. 35, nota 1, n. 636g, p. 209, nota 2, nn. 637a, 684a, 685. — *beneficiado*: ALBI, Pedro *(Petrus)*: n. 601. — *clérigo*: CASALETI, Vidal *(Vitalis)*: n. 525. — *igreja*: S. MARTINHO DE MASSACO: n. 525.

LÁZARO *(Lazari)*, Pedro *(Petrus)*, sac. da dioc. de Badajoz, benefi. nas dioc. de Évora e de Badajoz: n. 634a.

LEÃO *(Leo)* XIII, papa: p. 35, nota 1.

LEÃO *(Legionensis)*, Espanha, dioc. de: *beneficiados*: FERNANDES *(Fernandi)*, Álvaro *(Alvarus)*: n. 690; SANCHES *(Sancii)* DE CISNEROS, Diogo *(Didacus)*: BENTO XIII: n. 65. — concí. de Viena e bens da Ordem do Templo: pp. XXIII-XXIV. — *bispo*: ALERAMO *(Aleramus)*: p. 197, nota 1. — *clérigos*: GONÇALVES *(Gundissalvi)* DE CISNEROS, Rodrigo *(Rodericus)*: n. 684f; MANSELHA *(Mansella)*, Fernando Martins *(Fernandus Martini)* de: p. CIII, — *cónegos*: NARBONA, Raimundo *(Raymundus)*: BENTO XIII: n. 11; SANCHES *(Sancii)* DE CISNEROS, Diogo *(Didacus)*: BENTO XIII: n. 65; SANCHES DE TORRES *(Sancii de Turribus)*, Pedro *(Petrus)*: n. 636h; SANCHES *(Sancii)*, João *(Johannes)*: n. 648. — *igrejas*: S. MIGUEL DE AGUIAR: n. 631; S. SALVADOR DE

OUTER DE FUMOS: n. 684h; S. TIAGO DE MORALES: n. 684h. — *mosteiro:* S. FACUNDO: BENTO XIII: n. 87. — *sacerdote:* FERNANDES *(Fernandi)* DE CISNEROS, Diogo *(Didacus):* BENTO XIII: n. 87.

LEBRETO, Bernardo de: nota 336.

LEGACIA DO BISPO DE COIMBRA: *VIDE:* JOÃO *(Johannes)* RODRIGUES GALVÃO. RODRIGUES *(Roderici)* GALVÃO, João *(Johannes)*.

LEGADO PAPAL no concí. de Basileia e a escolha do lugar para o concí. com os Gregos: notas 457, 458, 459, 463, p. CXCIX, notas 464, 467, 485.

LEGADOS PONTIFÍCIOS: AGAPITO DE COLONA: p. 39, nota 6; DOMINGUES *(Dominici)*, Vasco *(Valascus):* n. 235; JOÃO *(Johannes)* GUTERRES, b. de Dax, legado de Urbano VI em Portugal e Castela: BONIFÁCIO IX, n. 18, p. 394, nota 4; PEDRO DE FUXO, legado nos reinos de Aragão: p. CCLV, nota 661; PEDRO *(Petrus)* DE LUNA, legado do papa de Avinhão Clemente VII: pp. CCCLXXIX, CCCLXXX, CCCLXXXIII-CCCLXXXVII, BENTO XIII: nn. 19i, 63.

LEGANÉS, Espanha, dioc. de Toledo, igr. de: nn. 588, 687. — benef.: ARIAS *(Arie)*, Vicente *(Vincentius):* nn. 588, 687. *VIDE:* S. SALVADOR DE LEGANÉS.

LEGES: *VIDE:* DIREITO CIVIL.

LEGIONENSIS: *VIDE:* LEÃO.

LEGITIMAÇÃO, poder indirecto do papa quanto ao temporal: pp. CLX, CCCLXXIII-CCCLXXV.

LEIRIA *(Leirea, Leyrea)*, outrora dioc. de Coimbra: cortes: p. CCCLXXVI. — *igr.:* FREIXIANDA *(Freixedas):* p. CCXCI, nota 766; S.TA MARIA DE LEIRIA: nota 164, p. CLXXXIV, n. 184; S.TA MARIA DE OURÉM, coleg.: p. CCXCI, nota 766, p. CCXCIII; S. JOÃO DE OURÉM: p. CCXCI, nota 766, nn. 54, 186, 410, 438; S. PEDRO DE OURÉM: p. CCXCI, nota 766; S. TIAGO DE OURÉM: p. CCXCI, nota 766, nn. 338, 357. — palácio régio: n. 235.

LEIS: *VIDE:* DIREITO CIVIL.

LEITÃO *(Letton)*, Álvaro *(Alvarus)*, nobre, clér. de Santarém, escolar de dir. civil na Univers. de Lisboa, porcion. nas igr. de S.ta Maria de Alcanede e de S. Lourenço de Santarém, com benef. da colação do b. e cab. de Lisboa: n. 103.

LEMOS, Afonso Gomes de, cubicul. do papa, curial, deão de Silves e prior da coleg. de Guimarães: cubicul. do papa e cón. de Lisboa: p. CCLXIV, notas 673, 710. — deão de Silves e sucessor de Rui da Cunha como prior de Guimarães, em questão com o arceb. de Braga: pp. CCLXI-CCLXVIII, nota 673. — defensor da independência dos mestrados e bisp. de Portugal em relação a Castela: pp. CCIII, CCLXI-CCLXII, notas 671, 672. — morte em 1487: p. CCLXVII, nota 673. — prior da coleg. de Guimarães e fidalgo da casa de el-rei: p. CCXLIII, nota 610, p. CCLXIV, nota 673. — procurador dele na questão com o arceb.: GONÇALVES, Álvaro: p. CCLXVI, nota 673. — residên. na Cúria pontif. desde 1436 até 1439: p. CCLXIV, nota 673, p. CCLXXIX, nota 710. — vigário seu no governo da coleg. de Guimarães: ANES, Álvaro: pp. CCLXIV-CCLXV, nota 673; GONÇALVES, Álvaro: pp. CCLXVI-CCLXVII, nota 673.

LEMOVICENSIS, França: *VIDE:* LIMOGES.

LENCASTRE, Filipa de, rainha de Portugal: pp. CVIII, CIX, CXI, CXVI, CXVII, CXVIII. — casam. com D. João I: pp. CVIII, CIX, CXVI.

LENCASTRE *(Lencastrie)*, João *(Johannes)*, de, duque, pai da rainha de Portugal D. Filipa de Lencastre: pp. CIX, CXIV, CXVI-CXVIII, CXXI. — Henrique, mestre na corte do papa: p. CXVI.

LEODIENSIS, Bélgica: *VIDE:* LIÈGE.

LEOMIL *(Leomur)*, conc. de Moimenta da Beira, dioc. de Lamego, igr. par. de: n. 11.

LEOMUR: *VIDE:* LEOMIL.

LEONIS, *Johannes:* nota 508.

LEONOR, rainha de Portugal, mulher de D. Fernando: pp. XCIX, CXXXVI, CCCLXXVII, CCCLXXX-CCCLXXXVIII.

LEONOR, rainha de Portugal, mulher de D. Duarte: pp. CLXXIX, CLXXXI-CXC, CCXXXII-CCXXXIII. — capelão seu: ANES, Fernando: p. CCXCIII. — cartas originais ao papa Eugénio IV: pp. CLXXIX, CLXXXII, CLXXXIII. — cartas do papa Eugénio IV sobre as questões da regência: pp. CLXXXVIII-CXC. — e a regên. de D. Pedro: pp. CLXXXVII-CXC. — e D. Luís Coutinho, b. de Coimbra: pp. CCXXXII-CCXXXIII. — embaixador: PERES *(Petri)*, Luís *(Ludovicus):* pp. CLXXXI, CLXXXII-CLXXXIV, nota 407, p. CLXXXVI. — reserva de benef. nas dioc. de Lisboa, Braga, Viseu, Lamego, Guarda e Silves: p. CLXXXI. — súpl. ao papa Eug. IV: pp. CLXXXI, CLXXXII, CLXXXVI.

LEONOR, de Castela: p. CCCLXXVIII.

LEONOR, infanta, filha de D. Afonso IV, rei de Portugal: p. CCCXCVIII. — dispensa de impedim. para casar: p. CCCXCVIII.

LE PUY *(Anicensis)*, França, dioc. de: b.: ELIAS DE LESTRANGE: p. 297, nota 1; GIL *(Egidius)* DE BELLEMÈRE: p. 35, nota 1, n. 692b, p. 243, nota 1; PEDRO *(Petrus)* DE AILLACO *(D'Ailly):* pp. 329-330, nota 1; PEDRO *(Petrus)* GIRARD: p. 243, nota 1, p. 330, nota 1.

LÉRIDA *(Illerdensis)*, Espanha, dioc. de: b.: JOÃO *(Johannes)* BAUPHES: p. 329, nota 1. — *cón.:* DUESO, Domingos *(Dominicus):* n. 616.

LESCAR, França, dioc. de: b.: JOÃO *(Johannes)* DE ALZENO: p. 328, nota 1.

LETRAS APOSTÓLICAS: registadores: BAYLER, Henrique: p. 179, nota 1. *VIDE:* ABREVIADORES. ESCRITORES.

LETTON: *VIDE:* LEITÃO.

LEXOMENSIS = LEXOVIENSIS: *VIDE:* LISIEUX.

LEXOVIENSIS, França: *VIDE:* LISIEUX.

LIÃO *(Lugdunensis)*, França, dioc. de: arceb. abençoa os embaix. do concí. de Basileia aos Gregos: p. CXCIX, notas 463, 485.

LIBERDADES ECLESIÁSTICAS: cortes gerais de Lisboa de 1455: pp. CCXXXVII-CCXXXVIII, nota 589. — e D. Afonso IV: nota 241. — repreensão ao infante de Castela D. Filipe: nota 90.

LIBER SEXTUS DECRETALIUM: *VIDE:* SEXTUS DECRETALIUM.

LICENCIADOS: *VIDE:* AMBOS OS DIREITOS. ARTES. DIREITO CANÓNICO. DIREITO CIVIL. MEDICINA. TEOLOGIA.

LIÈGE *(Leodiensis)*, Bélgica, dioc. de: arcediag.: ARDENA: nn. 198, 307.

LIGNANO, *Joannes* de, doutor em ambos os dir., prof. em Bolonha: nota 176.

LILLE *(Lillerensis)*, França, dioc. de Terouane, igr. de: n. 1. — cón.: BROUBE, João *(Johannes)* de: n. 1.

LIMOGES *(Lemovicensis)*, França, dioc. de: card.: ANDOINO AUBERT DE LIMOGES, card. presb. de S. João e Paulo: pp. XCVI-XCVII. — clér.: MARTINETI, João *(Johannes):* n. 90.

LINHARES, conc. de Celorico da Beira, dioc. de Coimbra, hoje da Guarda: n. 219. — oriundo: AFONSO *(Alfonsi)*, Lobo *(Lupus):* n. 219.

LISBOA *(Ulixbonensis)*, dioc. de: *arceb.:* pp. CCCXL, CCCXLI; AFONSO NOGUEIRA: pp. CCCIX, CCCXI; JAIME *(Jacobus)*, cardeal: p. CCXXXVII, nota 589, p. CCLXIII, nota 672, p. CCCXLIX; JORGE *(Georgius):* pp. CCCXLI-CCCXLII; PEDRO *(Petrus)* DE NORONHA: p. CCXCI, nota 766, p. CCXCIII. — arceb. e cab. e a legacia do b. de Coimbra D. João Galvão: pp. CCCXVI-CCCXVIII, CCCXXVIII, CCCXXXII, CCCXXXIV, CCCXXXVI. — arceb. e recusa das décimas a D. Afonso V: p. CLXXIII. — *arced.:* p. XCVII, notas 155, 156; ALBORNOZ, Gil de: pp. XCIX-C, notas 166, 167; ALHO, Martinho: pp. CCLXIII-CCLXIV, nota 672; CAVALERI, Pedro *(Petrus):* n. 338; FERREIRA, Álvaro *(Alvarus):* p. CCLVI, nota 661; GERALDO *(Geraldus)* DE PÓDIO: n. 518; GONÇALVES *(Gundisalvi)*, Vasco *(Valascus):* n. 518; MARCELLO, Petrus de: nota 169; PERES DA LOURINHÃ *(Petri de Laurinhaa)*, Domingos *(Dominicus):* pp. XCIX-C, notas 166, 167; RODRIGUES *(Roderici)*, Afonso *(Alfonsus):* p. CCLV, nota 661; SANTARÉM *(Sancte Arene):* p. CCCXLIX, n. 307; AFONSO *(Alfonsi)*, Estêvão *(Stephanus):* pp. CLXXVI-CLXXVII; CLAUSTRIS, Elias de: n. 307. GARCIA *(Garsias)* DE MENESES: nota 888. — *benefi.:* AFONSO *(Alfonsi)* DE SINTRA, Martinho *(Martinus):* n. 111; AFONSO *(Alfonsi)*, Lobo *(Lupus):* n. 229; ANES *(Johannis)*, Tomé *(Thomas):* n. 363; CLAUSTRIS, Helias de: n. 210a; DOMINGUES *(Dominici)*, Afonso *(Alfonsus):* nn. 272, 401c; DOMINGUES *(Dominici)* DE MOURA, Afonso *(Alfonsus):* nn. 559, 611; DOMINGUES *(Dominici)*, Fernando *(Fernandus):* n. 340; ESTEVES *(Stephani)*, Afonso *(Alfonsus):* n. 496; ESTEVES *(Stephani)*, Aparício *(Aparitius):* n. 342; FERNANDES DE ALENQUER *(Fernandi de Alanquerio)*, Fernando *(Fernandus):* n. 146; FERNANDES *(Fernandi)* DO ROGO, Álvaro *(Alvarus):* n. 231; FERNANDES *(Fernandi)*, Gonçalo *(Gundissalvus):* n. 258; GONÇALVES DE GUIMARÃES *(Gondissalvi de Vimaranis)*, João *(Johannes):* n. 292; GONÇALVES *(Gunsalvi)* DE LOUROSA, Álvaro *(Alvarus):* n. 165; GONÇALVES *(Gundissalvi)*, Vasco *(Valascus):* n. 459; LEITÃO *(Letton)*, Álvaro *(Alvarus):* n. 103; LOPES *(Luppi)*, Fernando *(Fernandus):* n. 523; MARTINS *(Martini)*, Afonso *(Alfonsus):* nn. 195, 553; MARTINS *(Martini)*, João *(Johannes):* nn. 277, 290; MARTINS *(Martini)*, Vasco *(Valascus):* n. 567; MENDES *(Menendi)*, Ângelo *(Angelus):* n. 456; PERES *(Petri)*, Álvaro *(Alvarus):* n. 362; PERES *(Petri)* DE SINTRA, Martinho *(Martinus):* n. 215; PERES *(Petri)*, Jorge *(Georgius):* n. 685; PIRES *(Petri)*, Gonçalo *(Gundissalvus):* n. 457; RODRIGUES DE CÓRDOVA *(Roderici Cordubensis)*, Pedro *(Petrus):* n. 630; RODRIGUES *(Roderici)*, João *(Johannes):* n. 684a; RODRIGUES *(Roderici)*, Martinho *(Martinus):* nn. 286, 289, 370a, 370j, 402, 430, 433, 440, 478. — *benefícios do card. Gil de Albornoz:* p. XCV. — bens dos Templários: pp. XIX-XXIV, XXIX, XXX, LI. — *bispos:* p. XCI, nota 168; ESTÊVÃO *(Stephanus)*, Francisc.: p. VIII, notas 4, 5. pp. XXV, XXIX, XXXVI-XXXVIII; FERNANDO *(Fernandus)* ÁLVARES DE ALBOR-

NOZ: pp. CI-CIII, nota 176; JOÃO *(Johannes)* ANES: pp. CVII, CXI, CXV; JOÃO *(Johannes)* MARTINS DE SOALHÃES: pp. XXV-XXIX; LOURENÇO: p. CIII; MARTINHO *(Martinus)*: pp. CCCLXXXI, CCCLXXXIII--CCCLXXXV, nn. 473-475, 481; PEDRO *(Petrus)* GOMES BARROSO: p. CI; VICENTE, mestre: p. CIV. — bispo de TIBERÍADES: a exercer funções episcopais na cidade e dioc. de Lisboa: JOÃO *(Johannes)* DE S. LOURENÇO: p. CCLXXXVI, nota 741; PEDRO DA CRUZ *(Petrus de Cruce)*, dominicano: p. CCLXXXVI, nota 742. — bispo e a aplicação da bula de João XXII ao casam. de D. Pedro com Dona Constança: pp. CXXIV, CXLVII-CXLVIII. — bispo participante no concí. de Viena de França: p. XXXIV. — cab.: pp. CXI-CXII. — capela de D. Afonso IV e de Dona Beatriz na catedral de Lisboa: p. CLXXXVI. — *chantre*: pp. CCXCIV, CCCVII, CCCXXXVIII, CCCXLI, CCCXLII; ANES, Affonso: p. CCXXXVIII, nota 589; DOMINGUES *(Dominici)*, Vasco *(Valascus)*: nn. 353, 474; LOURENÇO *(Laurentii)*, Vasco *(Valascus)*: nn. 482, 503, 520, 523, 524, 550; ROCOVILLA, Bertrando *(Bertrandus)* de: nn. 353, 482, 520. — *clérigos*: AFONSO DE ALENQUER *(Alfonsi de Alanquerio)*, Marcial: n. 582; AFONSO DE ATALAIA *(Alfonsi dAtalaya)*, João *(Johannes)*: n. 548; AFONSO DE SANTARÉM *(Alfonsi de Sanctarena)*, Fernando *(Fernandus)*: n. 167; AFONSO *(Alfonsi)*, João *(Johannes)*: n. 189; AFONSO *(Alfonsi)*, Pedro *(Petrus)*: n. 715; AFONSO *(Alfonsi)*, Vicente *(Vincentius)*: n. 584; AFONSO *(Alfonsi)*, Vicente *(Vincentius)*: BONIFÁCIO IX: n. 7; ÁLVARES DE SETÚBAL *(Alvari de Setuvel)*, Diogo *(Didacus)*: n. 123; ANDESTER, João *(Johannes)* de: n. 530; ANES *Johannis)*, Gomes *(Gometius)*: n. 148; ANES *(Johannis)*, Gonçalo *(Gundisalvus)*: n. 500b; ANES *(Johannis)*, João *(Johannes)*: nn. 534, 537; ANES *(Johannis)*, Martinho *(Martinus)*: n. 718; ANES *(Johannis)*, Pedro *(Petrus)*: n. 306; ANES *(Johannis)*, Vicente *(Vincentius)*: n. 498b; ARIAS *(Arie)*, Vicente *(Vincentius)*: n. 588; DIAS *(Didaci)*, Álvaro *(Alvarus)*: n. 501; DIAS *(Didaci)*, Rodrigo *(Rodericus)*: n. 531; DOMINGUES *(Dominici)*, Fernando *(Fernandus)*: nn. 340, 370l; DOMINGUES *(Dominici)*, João *(Johannes)*: nn. 427, 541; ESTÊVÃO *(Stephanus)*: n. 369; ESTEVES *(Stephani)*, Álvaro *(Alvarus)*: n. 465; ESTEVES DE TORRES NOVAS *(Stephani de Turribus Novis)*, Vicente *(Vincentius)*: n. 121; ESTEVES *(Stephani)*, Gonçalo *(Gunsalvus)*: n. 133; ESTEVES *(Stephani)*, João *(Johannes)*: n. 533; ESTEVES *(Stephani)*, Lançarote *(Lançarot)*: n. 467; FERNANDES *(Fernandi)*, Álvaro *(Alvarus)*: n. 219a; FERNANDES, Álvaro: p. CCLXXVII; FERNANDES DE ALENQUER *(Fernandi de Alanquerio)*, Fernando *(Fernandus)*: n. 146; GOMES *(Gometii)*, Diogo *(Didacus)*: n. 547; GOMES *(Gometii)*, Luís *(Ludovicus)*: n. 141; GONÇALVES *(Gunsalvi)*, Álvaro *(Alvarus)*: n. 539; GONÇALVES *(Gunsalvi)*, André *(Andreas)*: n. 129; GONÇALVES *(Gunsalvi)*, João *(Johannes)*: n. 538; GONÇALVES *(Gundisalvi)*, Vasco *(Valascus)*: nn. 393, 458, 459, 518; GUILHERME *(Guillelmi)*, Pedro *(Petrus)*: n. 464; GUILHERME *(Guillelmi)*, Valentim *(Valentinus)*: nn. 338, 357; JOÃO DE PORTUGAL *(Johannes de Portugalia)*: n. 257; LOURENÇO *(Laurentii)*, Afonso *(Alfonsus)*: nn. 370o, 475; LOURENÇO *(Laurentii)*, Estêvão *(Stephanus)*: n. 474; LOURENÇO *(Laurentii)*, Gonçalo *(Gundissalvus)*: n. 370p; LOURENÇO *(Laurentii)*, João *(Johannes)*: n. 536; MARTINS *(Martini)*, Afonso *(Alfonsus)*: n. 533; MARTINS, António: p. CCXCIII; MARTINS *(Martini)*, João *(Johannes)*: n. 277; MARTINS *(Martini)*, Pedro *(Petrus)*: n. 555b; PERES *(Petri)*, Afonso *(Alfonsus)*: nn. 419, 431; PERES *(Petri)*, Álvaro *(Alvarus)*: n. 362; PERES *(Petri)*, João *(Johannes)*: n. 200; PERES *(Petri)*, Martinho *(Martinus)*: p. CCXXXIX, nota 589; PERES *(Petri)*, Vasco *(Valascus)*: n. 361; RODRIGUES *(Roderici)*, Álvaro *(Alvarus)*: n. 614c; RODRIGUES *(Roderici)*, João *(Johannes)*: n. 684a; RODRIGUES *(Roderici)*, Martinho *(Martinus)*: nn. 283a, 286, 289, 370a, 370j, 402, 430, 433, 436, BENTO XIII: n. 41; RODRIGUES *(Roderici)*, Pedro *(Petrus)*: nn. 392, 535; RODRIGUES *(Roderici)*, Vasco *(Valascus)*: pp. CCLIV-CCLV, nota 661, p. CCLXXII; RODRIGUES *(Roderici)*, Vasco *(Valascus)*: BENTO XIII: n. 42; SANCHES *(Sancii)*, Afonso *(Alfonsus)*: n. 580; SIGUEIRO *(Sigeiro)*, Martinho *(Martinus)*: n. 532; VASQUES *(Valasci)*, Gonçalo *(Gundissalvus)*: n. 451; VICENTE *(Vincentii)*, Domingos *(Dominicus)*: n. 499; VICENTE *(Vincentii)*, João *(Johannes)*: n. 383. — *cónegos*: ABUL, Lourenço: pp. CCXCIII, CCCXXXIV; AFONSO *(Alfonsi)*, Álvaro *(Alvarus)*: pp. CCXCV-CCXCVI; AFONSO *(Alfonsi)*, João *(Johannes)*: n. 189; AFONSO *(Alfonsi)*, Lobo *(Lupus)*: nn. 219, 228; AFONSO *(Alfonsi)*, Rodrigo *(Rodericus)*: n. 380; AFONSO *(Alfonsi)*, Vasco *(Valascus)*:

n. 242; AFONSO, Vasco: p. XCV; AIRES *(Arie)*, Vicente *(Vincentius)*: n. 588; ALBI, Pedro *(Petrus)*: n. 601; ALBORNOZ, Gil de: pp. C-CI, nota 168; AMADO, *Vincentius*: nota 155; ANDASTER, Filipe *(Philippus)* de: nn. 653, 691c; ANES *(Johannis)*, Afonso *(Alfonsus)*: pp. CCCXXXVI, CCCXL; ANES *(Johannis)* BRUNER, Roberto *(Robertus)*: n. 203; ANES *(Johannis)*, Cristóvão *(Christoforus)*: n. 203; ANES *(Johannis)*, Gonçalo *(Gonsalvus)*: n. 227; ANES *(Johannis)*, João *(Johannes)*: p. CCXXXIV, nota 578; ANES *(Johannis)*, Luís *(Ludovicus)*: p. CCCL, CCCLVI; ANES *(Johannis)*, Martinho *(Martinus)*: nn. 207, 372a; BOVADILA *(Bovadilla)*, Bartolomeu *(Bartholomeus)* de: pp. CCXCV--CCXCVI; CALDEYRA, Diogo *(Didacus)*: p. CCLIX, nota 666; CAVALERI, Elias *(Helias)*: n. 601; CERVEIRA, Rodrigo *(Rodericus)* de: n. 208; CHAMEYRACO, *Johannes de*: n. 372a; CLAUSTRIS, Elias *(Helias)* de: nn. 210a, 307; CORUCHE *(Coruchi)*, João *(Johannes)* de: n. 636h; DOMINGUES *(Dominici)*, Afonso *(Alfonsus)*: n. 225; DOMINGUES *(Dominici)*, Gonçalo *(Gundissalvus)*: n. 200; DOMINGUES *(Dominici)*, Vasco *(Valascus)*: n. 353; ESTEVES *(Stephani)*, Gil *(Egidius)*: p. CCCXXXVIII; ESTEVES *(Stephani)*, Gonçalo *(Gunsalvus)*: n. 133; ESTEVES *(Stephani)*, Pedro *(Petrus)*: pp. C-CI, nota 168; FALCÃO, João: pp. CCXCII, CCXCIII; FERNANDES DE GOUVEIA, Martinho: p. CCCXLVIII; FERNANDES *(Fernandi)* DE VILLANIEL, João *(Johannes)*: n. 590; FERNANDES *(Fernandi)* DO ROGO, Álvaro *(Alvarus)*: nn. 219a, 230; FERREIRA, Álvaro *(Alvarus)*: p. CCLIX, nota 666; GARCIA *(Garsie)*, João *(Johannes)*: nn. 357a, 357b, 481, 526, 650, 698; GARCIA *(Garsie)*, Pedro *(Petrus)*: nn. 521, 651, BENTO XIII: n. 54; GARDIA, *Americus de*: n. 352; GERALDO DE PÓDIO: n. 518; GIL: p. XCV; GODINHO, João Lourenço: p. CCXCI; GOMES *(Gometius)*: n. 368; GOMES *(Gometii)*, Estêvão *(Stephanus)*: p. CCXCVI; GOMES *(Gometii)*, Luís *(Ludovicus)*: n. 141; GONÇALVES *(Gundissalvi)*, Álvaro *(Alvarus)*: nn. 480, 517; GONÇALVES DE PENA, João *(Johannes)*: BONIFÁCIO IX: n. 15; GONÇALVES, Diogo: p. CCXCI; GONÇALVES *(Gundissalvi)*, Pedro *(Petrus)*: p. CCXCIX; GONÇALVES *(Gundissalvi)*, Vasco *(Valascus)*: n. 518; GUARDAY, *Hameyrius de*: n. 372a; JOÃO DE PORTUGAL *(Johannes de Portugalia)*: n. 257; LOPES *(Loppi)* DE MONTE MOLMO, Martinho *(Martinus)*: n. 636a; LOURENÇO *Laurentii)*, Gomes *(Gometius)*: n. 384; LOURENÇO *(Laurentii)*, João *(Johannes)*: p. CCCI; LOURENÇO *(Laurentii)*, Vasco *(Valascus)*: nn. 482, 503, 520, 523, 524, 550; MAFALDO, *Stephanus*: p. LII; MARCELLO, *Petrus de*: nota 169; MARTINS *(Martini)*, Afonso *(Alfonsus)*: p. LII; MARTINS *(Martini)*, Afonso *(Alfonsus)*: n. 641; MARTINS *(Martini)*, Antão *(Antonius)*: p. CCLXXVIII, nota 706, p. CCXCII; MARTINS *(Martini)*, Pedro *(Petrus)*: n. 632d; MARTINS, Vasco: p. LIV; MENDES *(Menendi)*, Gil *(Egidius)*: BONIFÁCIO IX: n. 4; MONHETA *(Mogneta, Mugneta)*, Domingos *(Dominicus)* de: n. 199, BONIFÁCIO IX: nn. 18, 19, p. 394, nota 3; PERES *(Petri)*, Domingos *(Dominicus)*: nn. 357a, 480, 483, 517, 526; PERES *(Petri)* João *(Johannes)*: n. 200; PERES *(Petri)*, Mendo *(Menendus)*: p. CCCV; PERES *(Petri)*, Vasco *(Valascus)*: n. 361; PIRES DA GUERRA, Fernando: p. CXVIII; ROCOVILLA, Bertrando *(Bertrandus)* de: nn. 353, 482, 520; RODRIGUES *(Roderici)*, Álvaro *(Alvarus)*: n. 614c; RODRIGUES DE FONTE PURA *(Roderici de Fonte Pudico)*, Martinho *(Martinus)*: n. 627; RODRIGUES *(Roderici)*, Fernando *(Fernandus)*: n. 636a; SALAS *(Salis)*, Raimundo *(Raymundus)* de: nn. 352, 481, 510, 521, 652, 713; TILIO, Pedro *(Petrus)* de: n. 636g; VASQUES *(Valasci)* DE LOULÉ, Estêvão *(Stephanus)*: n. 356; VASQUES *(Valasci)*, Gil *(Egidius)*: n. 528; VASQUES *(Valasci, Valascy)*, Gonçalo *(Gondissalvus, Gundissalvus)*: nota 158, n. 196; VICENTE *(Vincentii)*, João *(Johannes)*: n. 383; VICENTE *(Vincentii)*, Lourenço *(Laurentius)*: nota 155. — *deão*: pp. XC, XCI, CCXCII, CCCVII, CCCL; ANES *(Johannis)*, Dionísio *(Dionisius)*: p. CCLII, nota 657, p. CCLV, nota 661, p. CCLVI, nota 661, p. CCLVII, nota 663; DIAS *(Didaci)*, Rui *(Rodericus)*: p. CCLII, notas 657, 660, p. CCLVI, nota 661, p. CCLVII, nota 663; GARCIA *(Garsie)*, João *(Johannes)*: nn. 357a, 357b, 517, 698; GONÇALVES *(Gundissalvi)*, Álvaro *(Alvarus)*: nn. 480, 517; PERES *(Petri)*, Domingos *(Dominicus)*: nn. 357a, 480, 517; RODRIGUES, João: p. CLXIX, CCLV, nota 661, p. CCLVII, nota 663, p. CCLVIII, nota 663, p. CCXCII; RODRIGUES *(Roderici)*, Vasco *(Valascus)*: p. CCLV, nota 661, p. CCLVI, nota 661, p. CCLVII, nota 663. — direito do bispo e cab. de apresentar um estudante ao colég. universit. de S. Clemente de Bolonha: p. XCV. — *escolar*: MARTINS *(Martini)*, João *(Johannes)*: n. 290. — *hospital ou albergaria*: S.TO ELÓI

DE LISBOA: n. 197. — *igrejas ou oratórios:* ALMEIRIM: pp. CCCV, CCCVI, nota 837, p. CCCLV; FREIXIANDA: p. CCXCI, nota 766; S.TA CATARINA DE RIBAMAR: p. CCXCII; S.TA CRUZ DE LISBOA: p. CCLIII, nota 657, nn. 258, 306a; S.TA IRIA DE SANTARÉM: nn. 482, 500a, 550; S.TA JUSTA DE LISBOA: nn. 148, 183, 210a, 307, 370o, 370p, 404, 416, 458, 462, 463, 484, 529, 550a, 653, 691c, 702, BENTO XIII: nn. 5, 9c, 18b; S.TA MARGARIDA DA LOURINHÃ: n. 540; S.TA MARIA DA ARRUDA DOS VINHOS: pp. LXXXIII, CCXCIII, n. 42; S.TA MARIA DA LOURINHÃ: pp. CLXVIII, CLXIX, CCLIII, nota 659, p. CCLIV, nota 660, p. CCLVIII, nn. 160, 251, 382, 543; S.TA MARIA DE ACHETE: p. CIII, nota 178, pp. CCCXLVIII-CCCXLIX; S.TA MARIA DE ALCÁÇOVA DE SANTARÉM: pp. LXXXIII, CXVII, CCCXLVI, nn. 54, 69, 167, 285, 288, 341, 369, 383, 421, 432, 452, 570a, 603, 634e, BENTO XIII: n. 55, BONIFÁCIO IX: n. 4; S.TA MARIA DE ALCAMIM DE LISBOA *(S. Cristóvão):* nn. 129, 498b; S.TA MARIA DE ALCANEDE: n. 103; S.TA MARIA DE AVEIRAS: p. CCCXI; S. MARIA DE AZAMBUJA: pp. CCCXXXV--CCCXXXVI, CCCXL, nn. 479, 538, 584; S.TA MARIA DE MARVILA DE SANTARÉM: nn. 68, 174, 338, 357, 401a, 473; S.TA MARIA DE ÓBIDOS: nn. 41, 224, 392, 555b; S.TA MARIA DE OURÉM: pp. CCXCI, CCXCII, nota 766, p. CCXCIII; S.TA MARIA DE PALMELA: n. 232; S.TA MARIA DE PERNES: nn. 198, 603; S.TA MARIA DE SACAVÉM: p. CCXCIII, n. 547; S.TA MARIA DE SETÚBAL: n. 477; S.TA MARIA DE SINTRA: nn. 39, 636a, BONIFÁCIO IX: n. 7; S.TA MARIA DE TORRES NOVAS: nn. 482, 520; S.TA MARIA DE VALADA: pp. CCCXLIII-CCCLX, nota 995; S.TA MARIA DE VÁRZEA DE ALENQUER: nn. 580, 583, BENTO XIII: n. 9d, BONIFÁCIO IX: n. 11; S.TA MARIA DE VILA VERDE: n. 549; S.TA MARIA DO CASTELO DE TORRES VEDRAS: nn. 427, 530; S.TA MARIA MADALENA DE LISBOA: nn. 163, 192, 222, 465, BENTO XIII: n. 29; S.TA MARINHA DE LISBOA: p. CCXCIV, nn. 528, 539; S.TO ANDRÉ DE LISBOA: nn. 435, 560, 576; S.TO ESTÊVÃO DE ALENQUER: p. CCCXCIX, nn. 433, 576, 580, 582, 583, 584; S.TO ESTÊVÃO DE LISBOA *(Alfama):* p. CCCLX, nota 991, nn. 451, 532, 548, 636g; S. BARTOLOMEU DE ALFANGE: p. CCLIV, nota 660, p. CCCXLI; S. BARTOLOMEU DE LISBOA: n. 501; S. JOÃO DA PRAÇA DE LISBOA: n. 445; S. JOÃO DE ALPRÃO: p. CCCLV; S. JOÃO DE ANEIO: n. 279; S. JOÃO DE LISBOA: n. 151; S. JOÃO DE MOCHARRO: nn. 304, 459, 461, 475, 476; S. JOÃO DE OURÉM: p. CCXCI, nota 766, nn. 54, 186, 410, 438; S. JORGE DE LISBOA: nn. 436, 437, 440, 478, 522; S. JULIÃO DE LISBOA: nn. 38, 84, 149, 184, 444, 464; S. JULIÃO DO TOJAL: n. 273; S. LEONARDO DE ATOUGUIA DA BALEIA: nota 164, n. 203; S. LOURENÇO DE LISBOA: n. 444; S. LOURENÇO DE SANTARÉM: n. 103; S. MARTINHO DE LISBOA: nn. 46, 180, 522, 536, BONIFÁCIO IX: n. 7; S. MARTINHO DE SANTARÉM: nn. 130, 555a, BONIFÁCIO IX: n. 4; S. MARTINHO DE SINTRA: p. CCCXLIX, nn. 55, 160; S. MIGUEL DE LISBOA: nn. 132, 175, 370b, 534; S. MIGUEL DE TORRES VEDRAS: pp. LIX-LX, CLXXXV, nn. 36, 40, 546; S. NICOLAU DE LISBOA: nn. 34, 290, 370l, 432, 499, 632, 632e; S. PEDRO DE ALENQUER: n. 582; S. PEDRO DE ÓBIDOS: nn. 61, 182, 220, 222, 406, 422, 500b, 515, 528a; S. PEDRO DE OURÉM: p. CCXCI, nota 766; S. PEDRO DE SINTRA: p. CCLV, nota 661, nn. 30, 54, 204, 438; S. PEDRO DE TORRES NOVAS: n. 170; S. PEDRO DE TORRES VEDRAS: nn. 391, 537; S. SALVADOR DE LISBOA: n. 535; S. SALVADOR DE SANTARÉM: p. CCLIX, nota 666, pp. CCCV-CCCVI, nota 837, pp. CCCXLIX--CCCL, CCCLII; S. SALVADOR DE TORRES NOVAS: nn. 167, 383; S. TIAGO DE ALENQUER: n. 199, BONIFÁCIO IX: nn. 18, 19; S. TIAGO DE ALMADA: n. 541; S. TIAGO DE LISBOA: nn. 500, 509; S. TIAGO DE ÓBIDOS: n. 306; S. TIAGO DE OURÉM: p. CCXCI, nota 766, nn. 338, 357; S. TIAGO DE TORRES NOVAS: nn. 482, 503, 524, 689, BENTO XIII: nn. 19f, 19i; S. TIAGO DE TORRES VEDRAS: nn. 273, 531; S. TOMÉ DE LISBOA: nn. 291, 533, BONIFÁCIO IX: n. 7. — *meios-cónegos:* ESTEVES *(Stephani)*, Lançarote *(Lançarot):* n. 467; ESTEVES *(Stephani)*, Martinho *(Martinus):* n. 320; PERES *(Petri)*, Gomes *(Gometius):* n. 560. — *mestre-escola:* p. CCXCII; GARCIA *(Garsie)*, Pedro *(Petrus):* n. 651, BENTO XIII: n. 54. — *mosteiros:* ALCOBAÇA *(S.ta Maria de Alcobaça):* p. CCXCII, nota 769, pp. CCXCIII, CCCXXIV, nota 903, pp. CCCXLII, CCCL, nn. 403, 529; CARMO *(S.ta Maria do Carmo):* pp. CLXXI-CLXXIV,

nota 355, pp. CLXXIV-CLXXIX, nota 372, pp. CLXXIX, CLXXXII, CCLXXXVI, CCLXXXVII, nota 744, p. CCXC; ODIVELAS *(S.ta Maria de Odivelas)*: nn. 57, 273, 306a, 445, BONIFÁCIO IX: n. 7; S.TA MARIA DA VITÓRIA *(Batalha)*: pp. CLXXII, CCCI, CCCII, CCCIII, nota 824; S.TA MARIA DE ALCOBAÇA: p. CCXCII, nota 769, pp. CCXCIII, CCCXXIV-CCCXXV, nota 903, p. CCCXLII, nn. 403, 529; S.TA MARIA DE CHELAS: n. 448; S.TA MARIA DE ODIVELAS: nn. 273, 306a, 445; SS.MA TRINDADE DE SANTARÉM: n. 413; SANTOS: pp. LXXXIV, CCCXI, BONIFÁCIO IX: n. 11; S. DOMINGOS DE LISBOA: p. CCCXLI; S. FRANCISCO DE SANTARÉM: pp. CCCXXXIII - CCCXXXIV; S. SALVADOR DE LISBOA: p. CCCXI; S. VICENTE DE FORA DE LISBOA: p. CI, nota 168, pp. CCXCII, CCXCIII, CCCI, CCCII, CCCV, CCCXXXVI, nn. 346, 561a, 563. — *porcionários*: GONÇALVES *(Gundissalvi)*, Vasco *(Valascus)*: n. 458; MARTINS *(Martini)*, Brásio *(Brasius)*: n. 291. — *quartanários*: AFONSO *(Alfonsi)*, Vicente *(Vincentius)*: BONIFÁCIO IX: n. 7; ANES *(Johannis)*, Gonçalo *(Gundissalvus)*: n. 360; ESTEVES *(Stephani)* DE AGUIAR, Gonçalo *(Gondissalvus)*: n. 264; ESTEVES, Lourenço: p. CXIX; GONÇALVES, Fernando: p. CCCVIII; GONÇALVES *(Gunsalvi)*, Vasco *(Valascus)*: n. 393; LOURENÇO *(Laurentii)*, Afonso *(Alfonsus)*: n. 370o; PERES *(Petri)*, Martinho *(Martinus)*: n. 370b; ROINI, Francisco *(Franciscus)*: n. 629c. — residência da rainha D. Leonor: pp. CLXXXII-CLXXXIII. — *sacerdotes*: AFONSO *(Alfonsi)* DE SINTRA, Martinho *(Martinus)*: n. 111; AFONSO *(Alfonsi)*, Gomes *(Gometius)*: n. 583; AFONSO *(Alfonsi)*, João *(Johannes)*: nn. 382; ALHO, Martinho *(Martinus)*: p. CCXCII, nota 769; ANES *(Johannis)* João *(Johannes)*: n. 529; DIAS *(Didaci)*, Rodrigo *(Rodericus)*: n. 391; DOMINGUES *(Dominici)*, João *(Johannes)*: n. 132; ESTEVES *(Stephani)*, Afonso *(Alfonsus)*: nn. 484, 496; LOURENÇO *(Laurentii)*, Gomes *(Gometius)*: n. 717, BENTO XIII: nn. 19d, 58; PASCAL *(Pascalis)*, Diogo *(Didacus)*: n. 546; PERES *(Petri)*, Gil *(Egidius)*: n. 134; PIRES *(Petri)*, Estêvão *(Stephanus)*: n. 540; PIRES *(Petri)*, Gomes *(Gometius)*: n. 560; RODRIGUES *(Roderici)*, Afonso *(Alfonsus)*: n. 549; RODRIGUES *(Roderici)*, Lopo *(Luppus)*: n. 522; SIMÕES *(Symonis)*, João *(Johannes)*: p. CCCLXXII. — *tesoureiro*: pp. LIV, XCI, CCCLVIII; AUARDE, *Amalricus de*: n. 243; DOMINGUES *(Dominici)*, João *(Johannes)*: pp. CXI, CXV; FERNANDES DE GOUVEIA, Martinho *(Martinus)*: p. CCCXLVIII; GARCIA *(Garsie)*, João *(Johannes)*: n. 481; GARCIA *(Garsie)*, Pedro *(Petrus)*: n. 521; GARDIA, *Americus de*: n. 352; GIL: p. XCV; SALAS *(Salis, Sulas)*, Raimundo *(Raymundus)* de: nn. 352, 481, 510, 521, 652, 713; VASCO *(Valascus)*: n. 243. — vigário do arceb. D. Jaime, cardeal: MARTINS *(Martini)* DE REBELO, Vasco *(Valascus)*: pp. CCXXXVII-CCXXXIX, nota 589.

LISBOA *(Ulixbonensis)*, Estudo Geral ou univers. de: p. CCCLXIX, notas 1008-1009, nn. 98-185. — *bacharéis*: ALFONSUS, *gramaticorum bacalarius*: p. CLXX; ANES *(Johannis)*, Cristóvão *(Christoforus)*: pp. CXII, CXV; GOMETIUS, *in utroque bacalarius*: p. CLXX; JOÃO *(Johannes)* DE S. LOURENÇO *(De Sancto Laurentio)*, bach. em teologia: pp. CLXX, CLXXI; MARTINS *(Martini)*, Fernando *(Fernandus)*, bach. em direito canón.: n. 99; MARTINUS: p. CLXX. — *escolares ou estudantes*: AFONSO DE OLEIROS, Martinho: n. 179; AFONSO DE SANTARÉM, Fernando (gramática): n. 167; AFONSO DE SINTRA, Martinho (direito canón.): n. 111; AFONSO DE VILAR, João (direito civil): n. 106; AFONSO, Lourenço (direito canón.): n. 143; AFONSO, Martinho: n. 128; ALFONSUS DE MAURA: p. CLXX; ÁLVARES DE SETÚBAL, Diogo (direito canón.): nn. 123, 149; ALVARUS BASTUS: p. CLXX; ALVARUS VALASCI: p. CLXX; ANES, Afonso (direito canón.): nn. 109; ANES DA COVILHÃ, Gonçalo: n. 118; ANES DE ALFAIATES, Salvador (direito civil): n. 112; ANES DE ELVAS, Gonçalo: n. 127; ANES DE FELGUEIRA, Rodrigo (direito canón.): n. 144; ANES DE MONTEMOR-O-VELHO, Vasco (direito canón.): n. 119; ANES DE TÁVORA, Martinho: n. 125; ANES, Domingos: n. 184; ANES, Fernando (direito civil): n. 114; ANES, Fernando (direito canón.): n. 142; ANES, Gomes (direito canón.): n. 148; ANES, João (reitor): nn. 58, 98, 101; ANES, Rodrigo (direito canón.): n. 115; APARÍCIO, João: n. 135; CARNIDE, João de (direito canón.): p. CCXCIII; CASTRO, Álvaro de: n. 176; CASTRO, António de: n. 124; DOMINGUES DE PENELA, Pedro: n. 166; DOMINGUES, João: nn. 132, 178; DOMINGUES, Jorge: n. 155; DOMINGUES, Vicente: n. 147; ESTÊVÃO DE SARZEDAS: n. 174; ESTEVES DE LISBOA, Lançarote (gramática): n. 151; ESTEVES DE PARVA CAVA, Vasco (direito civil): n. 108; ESTEVES DE TORRES

NOVAS, Vicente: n. 121; ESTEVES, Gonçalo (dir. civil): n. 133; ESTEVES, João (direito canón.): nn. 140, 182, 183; ESTEVES, Pedro (direito canón.): n. 153; FERNANDES DE ALENQUER, Fernando (direito civil): n. 146; FERNANDES DE GOUVEIA, Martinho (teologia): nota 751, p. CCCXLIV, CCCXLVIII; FERNANDES, Gonçalo (direito canón.): n. 137; FIGUEIRAS, João de (direito canón.): n. 104; FURTADO, João: n. 160; GIL, Afonso: n. 173; GOMES, Luís (direito canón.): n. 142; GOMETIUS: p. CLXX; GONÇALVES, Afonso: n. 181; GONÇALVES, Álvaro (direito canón.): nn. 107, 177; GONÇALVES, André: n. 129; GONÇALVES DE LOUROSA, Álvaro: n. 165; GONÇALVES DE NABAINHOS, Afonso: n. 163; GONÇALVES DE NABAINHOS, Fernando: n. 164; GONÇALVES DE VILA VIÇOSA, Álvaro (direito civil): n. 105; GONÇALVES, Gonçalo: n. 158; GONÇALVES, Martinho: n. 180; JOHANNES: p. CLXX; LEITÃO, Álvaro (dir. civil): n. 103; LOPES, Afonso (ambos os direitos): n. 122; LOURENÇO DE PENELA, Afonso: n. 168; LOURENÇO, Gomes (direito canón.): n. 139; LOURENÇO, Martinho: n. 175; LOURENÇO, Vasco: n. 126; MARTINS, Afonso (dir. civil): n. 116; MARTINS DE BEJA, Gil (direito canón.): n. 136; MARTINS DE FUNDÃO, Vicente: n. 131; MARTINS DE TRANCOSO, Gil (direito canón.): n. 120; MARTINS, Gonçalo (direito canón.): n. 138; MARTINS, Lopo (direito canón.): n. 171; MARTINS, Lourenço: n. 159; MARTINS, Luís (direito canón.): n. 150; MARTINS, Nuno (ambos os direitos): p. CCCI; MENDES, Gonçalo (direito canón.): n. 113; NUNES, Gonçalo: n. 161; PAIS DE TRANCOSO, Vasco: n. 154; PERES, Gil: n. 134; PERES, João: n. 162; PERES, Lourenço: n. 170; PERES, Vicente (direito canón.): n. 145; VASQUES, Gomes: n. 172; VICENTE *(Vincentii)*, João *(Johannes)*: n. 152. — *lentes ou professores:* AFONSO, João (dir. civil): p. CLV; DOMINGUES, Pedro (mestre em artes): pp. CXII, CXV; JOÃO DE S. LOURENÇO, lente de prima de teologia: pp. CLXXI, CLXXIII, CLXXVIII-CLXXX; MARTINS, Fernando, lente de direito canón.: n. 99; MIGUEL DE LISBOA, Estêvão, lente de direito canón.: p. CD; RODRIGUES GARCIA, Afonso, lente de direito canón.: p. CXC, nota 455, p. CCLIV, nota 661. — *licenciado:* JOÃO DE S. LOURENÇO (teologia): pp. CLXXVIII-CLXXX. — reitor: GONSALVUS: p. CLXX; JOÃO *(Johannes)*, arced. de Viseu: nn. 58, 98, 101.

LISBOA, governo ou autoridades civis: carta do papa Eugénio IV sobre as questões da regência de D. Pedro e Dona Leonor: pp. CLXXXVII-CXC.

LISIEUX *(Lexoviensis)*, França, dioc. de: most. bened. de: S. PEDRO DE PRATELLIS: BENTO XIII: n. 84b.

LLORCA, Espanha, dioc. de Cartagena, arced. de: nn. 371, 400. — *arcediago:* MARTINS *(Martini)*, Nicolau *(Nicolaus)*: nn. 371, 400.

LOBATO, Estêvão, testemunha do casam. de D. Pedro e Dona Inês de Castro: pp. CXXVIII, CXXXVIII, CLXVII.

LOBATO, Pero, doutor, juiz dos feitos de el-rei e do desembargo: p. CCXXXVI, nota 587, p. CCXXXVIII, nota 589. — vice-chanceler: p. CCXXXVIII, nota 589.

LOBRIGOS *(Lonigos)*, conc. de S.ta Marta de Penaguião, dioc. do Porto, hoje de Vila Real, igr. par. de: BONIFÁCIO IX: n. 24: *VIDE:* S. JOÃO DE LOBRIGOS.

LODÈVE, França, dioc. de: b.: PEDRO *(Petrus)* GIRARD: p. 330, nota 1.

LOECHES, Espanha, dioc. de Toledo: *VIDE:* LUNTHES.

LÓGICA: estudantes: ESTEVES DE LISBOA *(Stephani Ulixbonensis)*, Lançarote *(Lançarot)*: n. 151; LOURENÇO *(Laurentii)*, João *(Johannes)*: n. 593; MENDES *(Menendi)*, Martinho *(Martinus)*: n. 156.

LÓIOS: questão na Cúria pontif. com o arceb. de Braga quanto a Vilar de Frades: p. CCLXXVII, nota 706.

LONDRES, Inglaterra: b.: p. CLXIV.

LONGARES, conc. de Monção, dioc. de Tui, hoje de Braga: *VIDE:* LONGOSVALES.

LONGOSVALES *(Longares, Longovares)*, conc. de Monção, dioc. de Tui, hoje de Braga, most. de: *VIDE:* S. JOÃO DE LONGOS VALES. S. SALVADOR DE LONGOS VALES.

LONGOVARES, conc. de Monção, dioc. de Tui, hoje de Braga: *VIDE:* S. JOÃO DE LONGOS VALES.

LONIGOS: *VIDE:* LOBRIGOS. S. JOÃO DE LOBRIGOS.

LOPES *(Lupi)*, Afonso *(Alfonsus)*, nobre, reitor da igr. par. de S. Pedro de Sebal da dioc. de Coimbra, escolar de ambos os direitos na univers. de Lisboa, cón. de Coimbra: n. 122.

LOPES *(Luppi)*, Álvaro *(Alvarus)*, clér. da dioc. de Lisboa, cón. de Évora: n. 25.

LOPES *(Luppi)*, Bartolomeu *(Bartholomeus)*, clér. de Sevilha, licenc. em leis, professor na univers. de Mompilher, cón. de Sevilha e reitor da igr. de S. Salvador de Escacena da dioc. de Sevilha: n. 637.

LOPES *(Lupi)*, Cristóvão *(Cristoforus)*, sac. da dioc. de Évora, benef. da igr. de S.ta Maria de Açougues de Montemor-o-Novo e porcion. da igr. de S. Pedro de Coruche: n. 569.

LOPES *(Lupi)* DE AYALA, Pedro *(Petrus)*, caval., embaix. do rei de Castela: nn. 615a, 617.

LOPES DE AYALA, Pero, cronista castelhano: p. CXVII, nota 201.

LOPES DE AZEVEDO, Fernão, embaix. de el-rei ao papa Eugénio IV: p. CLXXXVI.

LOPES DE DAVALOS *(Lupi de Davalos)*, Martinho *(Martinus)*, cón. de Burgos: BENTO XIII: n. 1c.

LOPES DE DAVALOS *(Luppi de Davalos)*, Rodrigo *(Rodericus)*, nobre, camar. do rei de Castela: BENTO XIII: n. 1c. — mulher: GUIBARA, Elvira de: BENTO XIII: n. 1c.

LOPES *(Loppi)* DE MONTE MOLMO, Martinho *(Martinus)*, sac. da dioc. de Badajoz, prior da igr. de S.ta Maria de Sintra, cón. de Lisboa: n. 636a.

LOPES, Diogo, tesour. de Lamego: p. CCCXLVI.

LOPES *(Lupi)*, Elvira, viúva de Pedro de Barbedo, escudeiro do falecido Infante D. Henrique: p. CCCXLI.

LOPES *(Luppi)*, Fernando *(Fernandus)*, sac. da dioc. de Badajoz, com benef. da colação do b. e cab. de Lisboa: nn. 24, 523, 603. — capelão do b. de Lisboa D. Martinho, porcion. na igr. par. de S.ta Maria de Beja e benef. na dioc. de Lisboa: n. 523. — familiar do b. de Lisboa D. Martinho, reitor da igr. de S.ta Maria de Pernes, cón. da coleg. de S.ta Maria de Alcáçova de Santarém: nn. 523, 603.

LOPES, Fernão: p. CIV, nota 180, pp. CV, CVIII, CXI, CXV, CXVI, CXVIII, CXXIII, CXXXIV, CXXXVIII, CXXXIX, CXLVII, CXLVIII, CLI, CLIII, CLXVII, CLXVIII, CCCLXVII, CCCLXVIII, CCCLXX, CCCLXXI, CCCLXXIII, CCCLXXIV, CCCLXXXVIII, CCCXCII, CCCXCV.

LOPES *(Lopez)* PACHECO, Diogo: caval., testem. na inquirição de 1385 sobre os casam. de D. Pedro: pp. CXXVI-CXXVIII, CXXXII, CLIII. — conselh. de D. João I: p. CCCLXIX. — seu pai foi à corte do papa ou de Roma (Avinhão), para obter a dispensa para D. Pedro casar com Dona Branca: pp. CXXVI, CXXXI, CCCXCI, CCCXCIII. — veracidade de seu depoimento: pp. CXXVIII-CXXXII, CLIII, CCCLXXXVIII - CCCLXXXIX, CCCXC - -CCCXCIII, CCCXCV, CCCXCVI.

LOPES *(Lupi)*, Pedro *(Petrus)*, procura. do mestre e freires de Castela da Ordem de S. Tiago da Espada: pp. LXXXIV, LXXXVI.

LOPES *(Lupi)*, Pedro *(Petrus)*, doutor, porcion. e cón. de Toledo, arced. de Alcaraz: nn. 615a, 616. — embaix. do rei de Castela ao papa: n. 616.

LOPES *(Luppi)*, Pedro *(Petrus)*, clér. e cón. de Córdova, defensor no cerco do palácio de Avinhão: BENTO XIII: nn. 107, 110. — benef. na dioc. de Cuenca: BENTO XIII, n. 110.

LOPEZ DE BAEÇA, Pedro *(Pero)*, comendador de Monferrando, procur. do mestre geral de S. Tiago da Espada, Vasco Rodriguez, e a nacionaliz. da Ordem em Portugal: pp. LXXXI, LXXXII.

LOPEZ, Sebastião, provisor do arceb. de Braga: p. CCLXVII, nota 673.

LOPO *(Lupus)*, b. titular de Salmasa, prior comendat. do most. de S. Pedro de Folques: p. CCLVIII, nota 663.

LOPO *(Lopus)*, cón. de Tui: p. CLXIX.

LOPO *(Lopus)*, cón. de Coimbra: p. CCLXXXII, nota 714.

LORDELO, conc. de Guimarães, dioc. de Braga: *VIDE:* S. TIAGO DE LORDELO.

LORONHA, Fernando de: concessão do lugar de Viana do Alentejo, anexo à capela de D. Afonso IV na catedral de Lisboa: p. CLXXXVI.

LORONHA, Rodrigo de: *VIDE:* NORONHA, Rodrigo *(Rodericus)* de. RODRIGO *(Rodericus)* DE NORONHA.

LORVÃO *(Lorvaan, Lorvaano)*, conc. de Penacova, dioc. de Coimbra, most. cisterc. de: pp. CCCXCVIII, CCCXCIX. — abadessa: GUIOMAR: p. CCCXCIX. *VIDE:* S.TA MARIA DE LORVÃO.

LOULÉ, conc. de Loulé, dioc. de Silves, hoje de Faro ou do Algarve: *VIDE:* S. CLEMENTE DE LOULÉ.

LOULÉ, Estêvão Vasques *(Stephanus Valasci)* de: *VIDE:* VASQUES *(Valasci)* DE LOULÉ, Estêvão *(Stephanus)*. VASQUES *(Valasci)* DE LOULÉ, Gonçalo *(Gundissalvus)*.

LOUREDO, Martinho, cón. da Guarda: p. LIV.

LOURENÇO, arceb. de Braga: p. CCCLXXVI. *VIDE:* LOURENÇO *(Laurentius)* VICENTE. VICENTE *(Vincentii)*, Lourenço *(Laurentius)*.

LOURENÇO, b. de Lisboa: p. CIII.

LOURENÇO *(Laurentius)*, b. de Lamego: p. CVII.

LOURENÇO *(Laurentius)*, sac. da dioc. de Coimbra, bacharel em medicina, familiar do Infante D. Fernando de Castela, cón. de Salamanca: BENTO XIII: n. 74.

LOURENÇO *(Laurentii)*, Afonso *(Alfonsus)*, vig. da igr. de S.ta Maria de Assafarge, porcion. na igr. par. de S.ta Justa de Coimbra: n. 14.

LOURENÇO *(Laurentii)*, Afonso *(Alfonsus)*, sac. da dioc. de Viseu, benef. na dioc. de Lamego e reitor da igr. de S.ta Comba Dão: nn. 307b, 336, 424. — porcion. da igr. de S.ta Maria de Celorico da Beira: n. 424.

LOURENÇO *(Laurentii)*, Afonso *(Alfonsus)*, da dioc. de Lisboa, quartanár. de Lisboa e porcion. na igr. de S.ta Justa de Lisboa: n. 370º.

LOURENÇO *(Laurentii)*, Afonso *(Alfonsus)*, clér. da dioc. de Lisboa, porcion. da igr. de S. João de Mocharro: n. 475.

LOURENÇO *(Laurentii)*, Álvaro *(Alvarus)*, clér. e benef. da dioc. de Braga, estud. e reitor da igr. de S.ta Maria de Ardegão: n. 278.

LOURENÇO DE ANDRADE, Teresa, mãe do Mestre de Avis D. João I: p. CCCXCIX.

LOURENÇO DE MONSERRAZ *(Laurentii de Monteseratio)*, João *(Johannes)*, caval., núncio e procur. de D. Dinis junto do papa quanto à fundação da Ordem de Cristo: pp. XLIII--XLIV, LVI.

LOURENÇO *(Laurentii)* DE PENELA, Afonso *(Alfonsus)*, clér. da dioc. de Coimbra, porcion. nas igr. de S.ta Eufêmia e de S. Miguel de Penela, estudante na univers. de Lisboa: n. 168.

LOURENÇO *(Laurentii)* DE PEREDO, João *(Johannes)*, clér. da dioc. de Braga, com benef. da colação do b. e cab. de Évora: n. 193.

LOURENÇO *(Laurentii)* DE SARZEDAS, clér. e benef. da Guarda: n. 565.

LOURENÇO DO PRADO *(Laurentii de Prado)*, João *(Johannes)*, clér. da dioc. de Braga, benef. na dioc. do Porto: n. 294.

LOURENÇO *(Laurentii)*, Estêvão *(Stephanus)*, clér. da dioc. de Lisboa, cón. de Braga: n. 474.

LOURENÇO *(Laurentii)*, Estêvão *(Stephanus)*, clér. da dioc. de Silves, benef. na igr. par. de S. Tiago de Lisboa: nn. 500, 509, 515. — porcion. na igr. de S. Pedro de Óbidos: n. 515.

LOURENÇO, Fernando de, clér. de Lisboa, familiar do card. vice-chanceler Rodrigo de Borgia e freire de S. Tiago da Espada: p. CCCXLI.

LOURENÇO, Gomes, desembargador régio: p. CCLXXXIV, nota 730.

LOURENÇO *(Laurentii)*, Gomes *(Gometius)*, familiar do Infante D. Afonso, filho de el-rei D. Dinis, e seu procur. na apelação contra a concessão da igr. de Tomar ao cardeal Bertrando: pp. VIII, IX, XII, XV, XVI.

LOURENÇO *(Laurentii)*, Gomes *(Gometius)*, sac. da dioc. de Orense, estud. de dir. canón. na univers. de Lisboa, com benef. da colação do ab. e conv. de S. Cláudio: n. 139.

LOURENÇO *(Laurentii)*, Gomes *(Gometius)*, cón. e deão da Guarda: n. 602.

LOURENÇO *(Laurentii)*, Gomes *(Gometius)*, sac. de Lisboa, benef. na dioc. de Toledo e nas igr. de S. João de Madrid e de S.ta Cruz de Madrid da dioc. de Toledo: n. 717, BENTO XIII: nn. 19d, 58.

LOURENÇO *(Laurentii)*, Gomes *(Gometius)*, sac., cón. de Lisboa, reitor da igr. de S. Pedro de Travanca e porcion. da igr. de S. Miguel de Coruche: n. 384.

LOURENÇO *(Laurentii)*, Gonçalo *(Gondissalvus)*, clér. da dioc. de Lisboa, porcion. da igr. de S.ta Justa de Lisboa: n. 370p.

LOURENÇO, João, embaix. de D. Afonso IV ao papa: p. CLIV.

LOURENÇO, João, cón. de Lisboa, acól. pontif. e reitor da igr. de S. Martinho de Moázeres: pp. CCCI, CCCVII.

LOURENÇO *(Laurentii)*, João *(Johannes)*, caval. e procur. de D. Dinis junto do papa Clemente V quanto aos bens da Ordem do Templo: pp. XVI, XXXV.

LOURENÇO *(Laurentii)*, João *(Johannes)*, cón. e chantre da coleg. de Guimarães, cón. de Braga: n. 64.

LOURENÇO *(Laurentii)*, João *(Johannes)*, sac. e cón. regr. de S.ta Cruz de Coimbra, prior do priorato de S. Salvador de Paderne e benef. do most. de S. Jorge da dioc. de Coimbra: BONIFÁCIO IX: n. 9.

LOURENÇO *(Laurentii)*, João *(Johannes)*, clér. da dioc. de Viseu, benef. na dioc. de Salamanca, familiar do card. b. de Albano D. Nicolau Brancaccio: BENTO XIII: nn. 7, 9b, 10a. — benef. na dioc. de Toledo: BENTO XIII: n. 9b.

LOURENÇO *(Laurentii)*, João *(Johannes)*, reitor da igr. par. de S. Salvador de Pinheiro da dioc. de Braga, cón. de Braga: n. 67.

LOURENÇO *(Laurentii)*, João *(Johannes)*, cón. de Silves, porcion. da igr. de S.ta Maria de Tavira, cón. de Plasença: n. 657.

LOURENÇO *(Laurentii)*, João *(Johannes)*, clér. da dioc. de Coimbra, cón. de Coimbra: n. 395.

LOURENÇO *(Laurentii)*, João *(Johannes)*, sac. da dioc. de Évora, benef. do most. de Rio Tinto: nn. 405, 425. — benef. na igr. de Badajoz: n. 425.

LOURENÇO *(Laurentii)*, João *(Johannes)*, sac. da dioc. de Évora, freire de S. Tiago da Espada em Portugal, reitor da igr. par. de S.ta Maria de Setúbal: n. 477.

LOURENÇO *(Laurentii)*, João *(Johannes)*, clér. de Lisboa, porcion. na igr. de S. Martinho de Lisboa: n. 536.

LOURENÇO *(Laurentii)*, João *(Johannes)*, de S.to Estêvão de Regadas, clér. da dioc. de Braga, estud. de lógica na univers. de Salamanca, cón. de Braga e benef. na dioc. do Porto: n. 593.

LOURENÇO, Joham, prior de Alcáçova: p. LXXXIII.

LOURENÇO MANGULON, João *(Johannes)*, reitor da igr. de S.ta Maria de Setúbal: n. 477.

LOURENÇO, Martim, procur. nas cortes de Coimbra de 1385: p. CVII.

LOURENÇO *(Laurentii)*, Martinho *(Martinus)*, escolar na univers. de Lisboa, porcion. na igr. de S. Miguel de Lisboa: n. 175.

LOURENÇO *(Laurentii)*, Martinho *(Martinus)*, clér. da dioc. de Tui, benef. na dioc. do Porto: n. 324.

LOURENÇO *(Laurentii)*, Paio *(Pelagius)*, clér. de Évora, estud. de dir. civil na univers. de Salamanca, benef. na dioc. de Évora e porcion. na igr. de S. Tiago de Évora: n. 595.

LOURENÇO, Pedro, licenc. em decretos, acól. pontif., chantre de Coimbra, cón. de Lamego: pp. CCCVII-CCCVIII, CCCXL. — reitor da igr. de Vilar Torpim: p. CCCX.

LOURENÇO *(Laurentii)*, Pedro *(Petrus)*, clér. e benef. da dioc. da Guarda: n. 572.

LOURENÇO, Pero, barão e caval. nas cortes de Coimbra de 1385: p. CVII.

LOURENÇO, Pero, cón. que foi de Braga e notário apostól.: p. CCLIX, nota 667.

LOURENÇO REQUINADO, Martim, cón. da coleg. de Guimarães: nota 892.

LOURENÇO *(Laurentii)*, Rodrigo *(Rodericus)*, cón. de Silves e cón. e deão de Coimbra: n. 321.

LOURENÇO, Roy, nobre de armas nas cortes de Coimbra de 1385: p. CVII.

LOURENÇO *(Laurentii)*, Rui *(Rodericus)*, cón. de Silves, cón. e deão de Coimbra: n. 190.

LOURENÇO, Rui *(Roy)*, testem. e escudeiro de Fernam Gonçalves: p. LXXXIV.

LOURENÇO *(Lorenço)*, Rui *(Ruy)*, licenc. em decretos e bacharel em leis, conselh. do Mestre de Avis e deão de Coimbra: pp. CCCLXVIII--CCCLXIX. — conselh. de D. Fernando e seu embaix. nos tratados do casam. do Infante D. Henrique e D. Beatriz de Portugal: pp. CCCLXXVII, CCCLXXVIII. — embaix. nos tratados com o rei de Castela sobre o casam. com D. Beatriz: p. CCCLXXIX.

LOURENÇO *(Laurentii)*, Vasco *(Valascus)*, clér. da Guarda, com benef. da colação do ab. e conv. do most. de S. João de Alpendorada, estud. na univers. de Lisboa: n. 126.

LOURENÇO *(Laurentii)*, Vasco *(Valascus)*, sac. da dioc. de Évora, cón. de Coimbra, capelão do Infante D. João: n. 386.

LOURENÇO *(Laurentii)*, Vasco *(Valascus)*, clér. da dioc. da Guarda, porcion. na igr. de S. Vicente de Abrantes: n. 486.

LOURENÇO *(Laurentii)*, Vasco *(Valascus)*, sac., familiar e capelão-mor de el-rei D. Fernando, cón. e chantre de Lisboa, reitor da igr. par. de Torres Novas, porcion. nas igr. par. de S.ta Iria de Santarém e de S. Tiago de Torres Novas: nn. 482, 503, 520, 523, 524. — porcion. na igr. de S.ta Maria de Beja: n. 523.

LOURENÇO *(Laurentii)*, Vasco *(Valascus)*, clér. da dioc. da Guarda, benef. na dioc. de Segóvia: BENTO XIII: n. 52.

LOURENÇO *(Laurentius)* VICENTE, cón. de Lisboa, bacharel em leis, arceb. de Braga: n. 117, p. 29, nota 4, n. 662. *VIDE:* VICENTE *(Vincentii)*, Lourenço *(Laurentius)*.

LOURENÇO *(Laurentii)*, Violanda, de Loulé, dispensa matrim. com Gonçalo Vasques de Loulé: n. 350.

LOURINHÃ *(Laurinnhaa, Lourinhaã)*, conc. da Lourinhã, dioc. de Lisboa: pp. CLXVIII, CLXIX. *VIDE:* S.TA MARGARIDA DA LOURINHÃ: n. 540. S.TA MARIA DA LOURINHÃ.

LOURINHÃ *(Laurinhaa)*, Domingos Peres da: *VIDE:* PERES DA LOURINHÃ *(Petri de Laurinhaa)*, Domingos *(Dominicus)*.

LOURINHÃ *(Laurinhaa)*, João Anes da: *VIDE:* ANES DA LOURINHÃ *(Johannis de Laurinhaa)*, João *(Johannes)*.

LOUROSA, Álvaro Gonçalves *(Alvarus Gunsalvi)* de: *VIDE:* GONÇALVES *(Gunsalvi)* DE LOUROSA, Álvaro *(Alvarus)*:

LOUROSA, Gonçalo Vasques *(Gondissalvus Valacii)* de: n. 298. *VIDE:* VASQUES *(Valacii)* DE LOUROSA, Gonçalo *(Gondissalvus)*.

LOUSADA, conc. de Lousada, dioc. de Braga, hoje do Porto: *VIDE:* S. SALVADOR DE LOUSADA.

LUBECK *(Lubicensis)*, *Johannes*, b. embaix. do concí. de Basileia aos Gregos pelo imperador da Alemanha: p. CXCIX, nota 463, p. CC, nota 463, p. CCX, notas 484, 485.

LUBICENSIS: *VIDE:* LUBECK.

LUCENSIS, Espanha: *VIDE:* LUGO *(Lucensis)*.

LÚCIDO *(Lucidus)*, card. de S.ta Maria in Cosmedin, deão de Évora e reitor da igr. de Arraiolos: p. CCLVIII, nota 666.

LÚCIO *(Lucius)* III, papa: pp. CCXCIII, CCCLXII, CCCLXVI.

LUDOVYCUS, procurador nas cortes de Coimbra de 1385: p. CVII.

LUGDUNENSIS, França: *VIDE:* LIÃO *(Lugdunensis)*.

LUGO *(Lucensis)*, Espanha, dioc. de: arced.: SARRIA: nota 83. — *benef.:* DOMINGUES DA CASTANHEIRA *(Dominici de Castinheira)*, Martinho *(Martinus)*: n. 669; FERNANDES *(Fernandi)*, Aires *(Arias)*: BENTO XIII: n. 19c. — bens dos Templários: pp. XXII, XXIII, XLIX. — *clér.:* GARCIA *(Garsie)*, Fernando *(Fernandus)*: n. 357b. — *cón.:* DOMINGUES DA CASTANHEIRA *(Do-*

minici de Castinheira), Martinho *(Martinus)*: n. 669; GARCIA *(Garsie)* DE AQUILAR, Diogo *(Didacus)*: BENTO XIII: n. 97; GARCIA *(Garsie)*, Pedro *(Petrus)*: n. 651; NARBONA, Raimundo *(Raymundus)*: n. 660. — *mosteiro*: SAMOS: nn. 589, 594.

LUÍS, b. da Guarda, primo de D. Afonso V, representado nas cortes gerais de Lisboa de 1455 por ALVAREZ CARDOSO, Fernam: p. CCXXXVII, nota 589.

LUÍS, b. do Porto, representado nas cortes gerais de Lisboa de 1455 por GRAAZ, Álvaro: p. CCXXXVII, nota 589.

LUÍS, rei de Navarra: concí. de Viena e bens da Ordem do Templo: pp. XXIII, XXIV.

LUÍS *(Ludovicus)*, b. de Évora: nota 732.— escudeiro: ROIZ, Joham: nota 732.

LUÍS *(Ludovicus)*, b. de Lausana, embaix. do concí. de Basileia aos Gregos pela França: notas 463, 484, 494.

LUÍS *(Ludovicus)*, b. de Viseu, embaix. de D. Duarte no concí. de Basileia: *VIDE*: AMARAL, Luís *(Ludovicus)* do.

LUÍS *(Ludovicus)*, cón. do Porto, promovido à sé de Lamego: nota 655.

LUÍS *(Ludovicus)*, neto do Infante D. João de Portugal, ilegít., benef. nas Ordens militares de S. Tiago da Espada, de Calatrava e de Alcântara: BENTO XIII: n. 95.

LUÍS *(Luys)*, filho de D. Pedro e Dona Constança: pp. CXXV, CXXVII, CXXXIX, CCCXCV. — nascim.: p. CCCXCVII.

LUÍS *(Ludovici)*, Afonso *(Alfonsus)*, clér. da dioc. de Coimbra, reitor da igr. de S.ta Maria de Valada: pp. CCCLIV, CCCLVIII.

LUÍS *(Ludovicus)* PIRES, b. de Silves e do Porto: *VIDE*: PIRES, Luís *(Ludovicus)*.

LUNA, card. de: p. CCCLXXIX. *VIDE*: BENTO XIII. PEDRO *(Petrus)* DE LUNA.

LUNA, Filipe de: p. CCLXXXVII.

LUNA, Rodrigo *(Rodericus)* de, sobrinho do papa Bento XIII, defensor do palácio papal cercado: BENTO XIII: n. 107.

LUNTHES (= LOECHES?), Espanha, dioc. de Toledo, igr. par. de: BENTO XIII: n. 67. — porcion.: MARTINS *(Martini)*, Afonso *(Alfonsus)*: BENTO XIII: n. 67.

LYASARIS, *Paulus de*, doutor em decretos, prof. em Bolonha: nota 176.

M

MACEIRA DÃO, most. cisterc. de: p. CCCIX. — *ab.*: GONÇALO DE PORTUGAL: p. CCCIX; NICOLAU: p. CCCIX.

MACHARIUS, b. antioqueno: p. CXCVI.

MACHOMETICOS: p. CXCVII.

MACÔN, França, dioc. de: most. de CLUNI: p. CLXIV. — b.: JOÃO *(Johannes)* DE BOISSY: n. 636h, p. 210, nota 1, n. 684b; PEDRO DE RABAT *(Petrus Ravati)*: p. 329, nota 1.

MADAHIL, António Gomes da Rocha: nota 1008.

MADRID *(Maiorito)*, Espanha, dioc. de Toledo, hoje de Madrid: arcediag.: BENTO XIII: n. 79. — *benef.*: AFONSO *(Alfonsi)* DE AVIS, Arias: BENTO XIII: n. 79. — *igrejas*: S.TA CRUZ DE MADRID: nn. 717, BENTO XIII: nn. 19d, 58; S. JOÃO DE MADRID *(Sancti Johannis de Maiorito)*: n. 717, BENTO XIII: nn. 19d, 58.

MAFALDO, *Stephanus*, mestre, cón. de Lisboa: p. LII.

MAGALONENSIS, França: *VIDE*: MAGUELONNE *(Magalonensis)*.

MAGRELOS *(Nagrelos)*, conc. de Marco de Canaveses, dioc. do Porto: *VIDE*: S. SALVADOR DE MAGRELOS.

MAGUELONNE *(Magalonensis)*, França, arced. de: p. XXI. — arced.: MONTE LAURO, *Johannes de*: p. XXI.

MAIA *(Maya)*, conc. da Maia, dioc. do Porto: *VIDE*: S.TA CRUZ DA MAIA.

MAIORCA *(Maioricarum)*, rei de: bens da Ordem do Templo: pp. XXXIV, XLI, XLII, XLIV, XLVII, XLVIII.

MAIORCA: conde de: p. CCCLXXXV.

MAIORICENSIS, Espanha, dioc. de: p. 60, nota 2. *VIDE*: MAIORCA.

MALAGOLA, Carolo, e a univers. de Bolonha: p. LXXXIX, nota 131.

MALEONS, dioc. de Tui: *VIDE*: S. TIAGO DE MALEONS.

MALITIA *supplet aetatem*, nos matrimón. contraídos antes da idade requerida: pp. CXXXI-CXXXII, CCCLXXXIX.

MALTA, Ordem de: em Portugal: nota 62.

MAMOUROS, conc. de Castro Daire, dioc. de Viseu: *VIDE*: S. JOÃO DE MAMOUROS.

MANCELOS, conc. de Amarante, dioc. de Braga, hoje do Porto: p. CCLXVI, nota 673.

MANGANCHA, Diogo Afonso (Dr.), embaix. de D. Duarte no concí. de Basileia: p. CCIII. *VIDE*: AFONSO *(Alfonsi)*, Diogo *(Didacus)*.

MANSELHA *(Mansella)*, Fernando Martins *(Fernandus Martini)* de, clér. da dioc. de Leão, administrador da alberg. dos Iberos em Avinhão, estud. de dir. canón. e civil em Bolonha, reitor da igr. de S.ta Maria de Achete e cón. de Sevilha: pp. CIII, CIV, notas 178, 179.

MANSO, *Petrus*, cón. do Porto: nota 44.

MÂNTUA *(Mantue)*, Itália, resid. papal: pp. CCCIV, CCCVI, nota 837, p. CCCVII, nota 841, pp. CCCVIII, CCCXIII, CCCLXI,

CCCLXII, CCCLXVI. — dieta de: pp. CCCXIII, CCCXXXVII, CCCXXXVIII.
MANUEL, embaix. dos Gregos no concí. de Basileia e ao papa Eugénio IV: p. CCIV, nota 479.
MANUEL, Joana, filha do conde de Sintra, mãe de Frei João de S. Lourenço: p. CLXXI.
MANUEL, João, filho do b. da Guarda, D. Frei João de S. Lourenço: p. CLXXII, notas 355-356.
MANUEL *(Emanuelis)*, João *(Johannes)*, nobre de Castela: p. CXXIX.
MANUEL *(Hemanuelis)*, João *(Johannes)*, caval., embaix. do rei de Castela: n. 622.
MANUEL *(Manuelis)*, João *(Johannes)*, pai da rainha D. Constança: p. CXLI.
MANUEL, Nuno, filho de D. Frei João de S. Lourenço: p. CLXXII.
MARCELLO CAETANO: notas 228, 229, p. CXLIX (nota 16a), p. CL.
MARCELLO, *Petrus de*, cón. e arced. de Lisboa e núncio apostól. em Portugal: nota 169.
MARCHENA, Espanha, dioc. de Sevilha, igr. de: n. 702, BENTO XIII: nn. 5, 9c, 18b. — benef.: ANDESTER, Filipe *(Philippus)* de: n. 702, BENTO XIII: nn. 5, 9c, 18b.
MARIA, condessa de Valência e filha do Infante D. João de Portugal: BENTO XIII: n. 70.
MARIA, irmã de D. Fernando, rei de Portugal, e filha de D. Pedro e Dona Constança: casam. na igr. de S. Francisco de Évora: p. CCCXCVII. — dispensa de impedim. para casar: p. CCCXCVIII. — nascim.: pp. CCCXCVII--CCCXCVIII, nota 1073.
MARIA, filha de D. Afonso IV, rei de Portugal, casada com o rei de Castela, sem dispensa dos impedimentos: pp. CXLII-CXLV, nota 278, pp. CXLVII, CLIX, CLXVII, CCCLXXII. — dispensa do papa João XXII: pp. CXLII--CXLV, nota 278.
MARIA, rainha de Castela: bens da Ordem do Templo: p. XLVI, nota 82.
MARINIS, Espanha, dioc. de Mondonhedo (?): n. 104. *VIDE:* S. JORGE DE MARINIS.
MARRUFFA, conc. de Monção, dioc. de Tui, hoje de Braga: *VIDE:* MERUFE *(Marruffa)*.
MARSELHA *(Marsilie, Massilie)*, França, residên. papal: n. 355, BENTO XIII: nn. 84c, 85, 91-92. — prepósito de Marselha: D. FRÉDULO, b. do Porto: nota 40.
MARTÈNE, Edmundus-DURAND, Ursinus: nota 282, p. CXLIX, CL (nota 16a), pp. CLIX, CLXI, CLXIV, CLXV, CCCLXXIV.
MARTINETI, João *(Johannes)*, clér. da dioc. de Limoges, cón. da igr. de Frontonis da dioc. de Perigueux: n. 90.
MARTINHO *(Martinus)* V, papa: p. VII, nota 270, pp. CXL, CLXIX, CLXXXVI, CLXXXVIII, CCLI, nota 652, p. CCLIII, nota 657, p. CCLV, nota 661, p. CCLVII, nota 663, p. CCLVIII, nota 666, p. CCLXVIII, notas 674, 686, 729, pp. CCXCIX, CCCLXII, CCCLXVI, p. 317, nota 1, p. 369, nota 2. — carta a el-rei D. João I sobre o colector apostól. Rui Dias: p. CCLI, nota 652. — sua eleição no concíl. de Constança: pp. VII, CLXIX.
MARTINHO *(Martinus)*, ab. do most. bened. de Paço de Sousa: rol de súpli.: nn. 604-608, 609.
MARTINHO *(Martinus)*, licenc. em direito canón., prior da coleg. de Guimarães, b. de Silves e de Lisboa: pp. CCCLXXXI, CCCLXXXIII, CCCLXXXIV, CCCLXXXV, nn. 4, 6, 8, 12, 16, 18, p. 12, nota 1, nn. 71-94, 197, 473-475, 550a, 630, BONIFÁCIO IX: p. 394, nota 2. — capelão: LOPES *(Luppi)*, Fernando *(Fernandus)*: n. 523. — consanguín.: DOMINGUES *(Dominici)*, Estêvão *(Stephanus)*: n. 6. — cubicul.: ANES *(Johannis)*, João *(Johannes)*: n. 550; MÉRTOLA, Afonso *(Alfonsus)* de: nn. 18, 473. — familiares: AFONSO *(Alfonsi)*, Pedro *(Petrus)*: n. 524; CASALETI, Vidal *(Vitalis)*: n. 525; LOPES *(Lupi)*, Fernando *(Fernandus)*: n. 603; MARTINS *(Martini)*, João *(Johannes)*: n. 661. — morto pelos partidários do Mestre de Avis: n. 661. — secretário: ANES *(Johannis)*, João *(Johannes)*: n. 16. — sobrinhos: GARCIA *(Garsie)*, Fernando *(Fernandus)*: n. 12; GARCIA *(Garsie)*, João *(Johannes)*: nn. 4, 481, 526, 698; GARCIA *(Garsie)*, Pedro *(Petrus)*: nn. 8, 521. — súplicas: nn. 473-475, 550a, 603.
MARTINHO *(Martinus)*, b. de Évora: nn. 410--412. — capelão: PERES *(Petri)*, João *(Johannes)*: n. 411a. — familiares: AFONSO *(Alfonsi)*, Pedro *(Petrus)*: n. 412; MARTINS *(Martini)*, Jaime *(Jacobus)*: n. 411. — sobrinho: DURANDO *(Durandi)*, João *(Johannes)*: n. 410.
MARTINHO *(Martinus)*, rei de Aragão: p. 328, nota 1. — chanceler: FRANCISCO *(Franciscus)* DE BLANIS: p. 328, nota 1.
MARTINHO *(Martinus)* DE OLIVEIRA, arceb. de Braga: pp. XXIV-XXVII, nota 45, pp. XXXIV, XXXVI. — juiz régio nos bens da Ordem do Templo: pp. XXIV-XXVII, nota 45, p. XXXIV. — morte: p. XXXVI. — participante no concí. de Viena de França: p. XXXIV.
MARTINS, Afonso, b. do Porto: p. XCVI. *VIDE:* AFONSO *(Alfonsus)* MARTINS.
MARTINS, Afonso, familiar do regente D. Pedro, cón. do Porto e arced. de Cerveira: p. CLXXXVI.
MARTINS *(Martini)*, Afonso *(Alfonsus)*, cón. de Lisboa: p. LII.
MARTINS *(Martinz)*, Afonso, inquiridor: p. CCLXV, nota 673.
MARTINS *(Martini)*, Afonso *(Alfonsus)*, reitor da

igr. de Penajóia da dioc. de Lamego, secret. de D. Fernando, rei de Portugal: n. 7.

MARTINS *(Martini)*, Afonso *(Alfonsus)*, bacharel em decretos, deão de Braga, pregador favorável a Clemente VII perante o arceb. de Braga D. Lourenço Vicente e o cab. de Braga, motivo de perseguições, cón. de Toledo, de Compostela, de Braga e de Lisboa: nn. 641, 662, BENTO XIII: nn. 26, 67, 82. — envolvido no cisma, com prestimónios nas igr. par. de Loeches (?), Peñalver, Corpa, Illescas, Roylle e Socolmos, da dioc. de Toledo: BENTO XIII: n. 67. — natural, capelão-mor e familiar da portug. rainha de Castela Dona Beatriz, provecto em teologia: BENTO XIII: nn. 26, 67, 82.

MARTINS *(Martini)*, Afonso *(Alfonsus)*, cón. de Silves, reitor da igr. par. de S. Bartolomeu de Oriola, cón. de Cartagena e benef. na dioc. de Sevilha: n. 656, BENTO XIII: n. 18.

MARTINS *(Martini)*, Afonso *(Alfonsus)*, escolar de dir. canón., clér. e benef. da dioc. de Lisboa: n. 553.

MARTINS *(Martini)*, Afonso *(Alfonsus)*, monge de S. Bento, reitor da igr. par. de S. Tiago de Arnoso: n. 502.

MARTINS, Álvaro, reitor da igr. de S.to André de Souselo: p. CCXXXVI.

MARTINS *(Martini)*, Álvaro *(Alvarus)*, arced. de Huete na igr. de Cuenca, doutorado em dir. canón. na univers. de Bolonha, capelão do card. Gil de Albornoz: nota 176.

MARTINS, Antão, tesour. de Coimbra, bacharel em decretos e vig. do b. de Coimbra D. Pedro Gomes Barroso, reitor do colég. de S. Clemente de Bolonha: p. CI.

MARTINS, Antão *(Antonius)*, b. do Porto, embaix. de D. Duarte no concí. de Basileia e do papa aos Gregos: pp. CCI, nota 465, p. CCII, notas 467, 468, pp. CCIII, CCIV, notas 477, 478, 479, p. CCV, notas 480-482, p. CCXIII, nota 494, p. CCXXIV, nota 511, pp. CCXLVII--CCXLVIII, nota 637. — cardeal-presbítero de S. Crisógono: pp. CCV-CCVI, nota 481, pp. CCXLVII, CCLXII, nota 672, pp. CCLXX, CCXCII, CCXCIV. — e a igreja de S.ta Cruz da Maia: nota 709. — familiares: AFONSO, João: p. CCXCII; ANES *(Johannis)*, Luís *(Ludovicus)*: pp. CCV-CCVI, nota 482, p. CCLXIX. — morte em Roma: p. CCLXII, nota 672. — processo do concí. de Basileia contra ele, embaix. do papa aos Gregos: pp. CCXLVII-CCXLVIII, notas 637, 639. — sobrinho: GONÇALVES, Álvaro: p. CCXCIV. *VIDE:* ANTÃO *(Antonius)* MARTINS.

MARTINS *(Martini)*, Antão *(Antonius)*, reitor do colég. de S. Clemente de Bolonha, doutor em decretos, cón. de Lisboa e deão de Lamego: nota 487, p. CCLXXVIII, nota 706, pp. CCXCIII, CCCXXXVI. — clér. de Lisboa: p. CCXCIII. — familiar do card. Branda e curial, clér. da dioc. de Lisboa e bacharel em decretos: pp. CCXI, CCXIII-CCXIV, nota 487. — familiar do card. D. Jaime: nota 487. — porcion. da igr. de S.ta Maria da Lourinhã: nota 487.

MARTINS *(Martini)*, Bartolomeu *(Bartholomeus)*, clér. da dioc. de Sevilha, benef. na dioc. de Braga: n. 631a.

MARTINS *(Martini)*, Brásio *(Brasius)*, escolar de dir. canón., porcion. de Lisboa e reitor da igr. de S. Tomé de Lisboa: n. 291.

MARTINS COCHOFEL, Gil, caval., testem. na inquirição de 1385 sobre os casamentos de D. Pedro: pp. CXXVI, CXXVIII, CCCXCII.

MARTINS COUTINHO, Fernando, estud. em Pádua e Bolonha de direito, futuro b. de Coimbra: p. CCL. *VIDE:* FERNANDO *(Fernandus)* MARTINS COUTINHO.

MARTINS *(Martini)*, Cristóvão *(Christoforus)*, clér. de Évora, escolar de gramática na univers. de Salamanca, porcion. da igr. de S. João de Beja: n. 599.

MARTINS DA CUNHA *(Martini de Cugna)*, Vasco *(Valascus)*, pai de Lopo Vaz da Cunha: nota 658.

MARTINS DE BEJA *(Martini de Begia)*, Gil *(Egidius)*.

MARTINS DE FARO *(Martini de Pharaon)*, Aires *(Arias)*, clér. da dioc. de Silves, benef. da igr. par. de S.ta Iria de Santarém: n. 500a.

MARTINS DE LOURENÇO *(Martini de Laurentio)*, Gonçalo *(Gundissalvus)*, chantre de Tui: BENTO XIII: n. 19k.

MARTINS DE LOUROSA *(Martini de Lorosa)*, Vasco *(Valascus)*, clér. da dioc. de Coimbra, porcion. da coleg. de S.ta Justa de Coimbra: n. 629f.

MARTINS DE MELGAÇO *(Martini de Melgauço)*, Lourenço *(Laurentius)*, clér. da dioc. de Tui, cón. de Orense e benef. do most. de S. Salvador de Longos Vales: n. 619.

MARTINS DE MERLO *(Martini de Merloo)*, Vasco *(Valascus)*, conselh. régio: pp. CCCLXVIII--CCCLXIX.

MARTINS *(Martini)* DE OLIVENÇA, Fernando *(Fernandus)*, sac. da dioc. de Badajoz, bacharel em decretos, cón. de Badajoz e cón. e benef. na dioc. de Plasença: BENTO XIII: nn. 50, 68, 76, 106 — cón. e benef. de Palença, doutor em decretos, deão de Badajoz: BENTO XIII: nn. 68, 76, 106. — familiar do card. Pedro da Fonseca, cón. de Burgos, ab. da coleg. de S.to Emiliano da dioc. de Burgos: BENTO XIII: n. 106.

MARTINS DE RABELO *(Martini, Martinz de Raabello)*, Vasco *(Valascus)*, clér. da dioc. de Lamego, estud. e doutor em dir. canón. e bacharel form. em teol., tesour. e cón. e tesour, de Viseu, vig. dos bispos de Évora e Lamego e de D. João Rodrigues Galvão, b. de Coimbra, e vig. geral e procura. de D. João, b. de Viseu, nas cortes gerais de Lisboa de 1455 e reitor da igr. de Santo André de Souselo: pp. CCXXXV-CCXXXIX, notas 589-590. — acólito do papa: p. CCXXXIX, nota 589. — arced. de Vouga: p. CCXXXIX, nota 589. — reitor da igr. de Penude: p. CCXXXVIII, nota 589. — reitor da igr. de S.to André de Souselo: p. CCXXXIX, nota 590. — reitor da igr. de S. Paio de Caria: p. CCXXXVIII, nota 589.

MARTINS DE S. MAMEDE DE LISBOA *(Martini de Sancto Mamete de Ulisbona)*, João *(Johannes)*, pai de D. Gomes, ab. do most. de S.ta Maria de Florença: nota 658.

MARTINS *(Martini)* DE SEMIDE, Gonçalo *(Gundissalvus)*, clér. da dioc. de Coimbra, benef. do most. de S.ta Maria de Lorvão e na dioc. de Coimbra: n. 432a.

MARTINS DE SOUSA, Vasco *(Vaasco)*, rico-homem, testem. na inquirição de 1385 sobre os casam. de D. Pedro: pp. CXXVI, CXXVII.

MARTINS *(Martini)* DE ÚBEDA, Pedro *(Petrus)*, familiar e cubicul. do card. de Santo Anjo, D. Pedro Rodrigues da Fonseca, e clér. de Jaén, benef. na dioc de Cartagena: BENTO XIII: n. 109.

MARTINS DE VALDEVEZ *(Martini de Valdeves)*, Afonso *(Alfonsus)*, clér. da dioc. de Tui, cón. do Porto e benef. na dioc. de Tui: n. 619a. — sac. e benef. da dioc. de Tui, cón. de Tui e reitor da igr. par. de S.ta Maria de Vínzios, porcion. na igr. par. de S. Salvador de Teis: BENTO XIII: nn. 71, 77a, 77b.

MARTINS *(Martinz)*, Diego, procur. nas cortes de Coimbra de 1385: p. CVII.

MARTINS *(Martini)*, Domingos *(Dominicus)*, cón. regr. do most. de S. João de Longos Vales, benef. do most. de S. Vicente de Fora de Lisboa: nn. 561a, 563.

MARTINS *(Martinz)*, Domingos, procur. de D. Dinis na questão dos bens da Ordem do Templo: p. XXVI.

MARTINS, Estêvão, cón. de Coimbra e capelão de D. Afonso V: p. CCCIX.

MARTINS *(Martini)*, Estêvão *(Stephanus)*, cón. e tesour. de Viseu, bacharel em leis: p. CCXXXIX, nota 589.

MARTINS *(Martini)*, Estêvão *(Stephanus)*, da dioc. da Guarda, benef. na dioc. da Guarda: n. 415.

MARTINS *(Martini)*, Fernando *(Fernandus)*, clér. da dioc. de Coimbra, licenc. em dir. canón., reitor da igr. de S.ta Maria de Valada, antes simples oratório: pp. CCCXLIII-CCCXLVIII. — abreviador das letras apostól.: pp. CCCXLVI--CCCXLVIII. — cón. do Porto, de Silves e da Guarda: p. CCCXLVIss. — estud. e licenc. em dir. canón. na univers. de Bolonha: pp. CCCXLIII-CCCXLVIII. — procura. do ab. Gomes Anes, prior geral da Camáldula: p. CCCXLVI. — reitor da igr. de S. Salvador de Arouca: p. CCCXLIV. — residên. na Cúria do papa Eugénio IV: pp. CCCXLIV-CCCXLVI. — visita ao túmulo de S.to António, em Pádua: p. CCCXLV.

MARTINS *(Martini)*, Fernando *(Fernandus)*, clér. da dioc. de Coimbra: nota 710.

MARTINS *(Martini)*, Fernando *(Fernandus)*, cón. de Sevilha, e a nacional. da Ordem de S. Tiago da Espada em Portugal: pp. LXXXIV, LXXXV.

MARTINS *(Martini)*, Fernando *(Fernandus)*, clér. da dioc. de Badajoz, porcion. de Badajoz, estud. de direito canón., benef. na dioc. de Sevilha e cón. de Badajoz: nn. 697, 699, 708. — cón. de Plasença: n. 708.

MARTINS *(Martini)*, Fernando *(Fernandus)*, mestre-escola e cón. de Salamanca, doutor em leis e bacharel em decretos, cón. de Ávila e de Toledo: n. 707.

MARTINS *(Martini)*, Fernando *(Fernandus)*, reitor da igr. par. de S. Tiago de Arnoso: n. 502.

MARTINS *(Martini)*, Fernando *(Fernandus)*, cón. de Badajoz e de Toledo: n. 506.

MARTINS *(Martini)*, Fernando *(Fernandus)*, clér. da dioc. de Lamego, cón. da coleg. de S. Martinho de Cedofeita: n. 328.

MARTINS, Gil, cón. de Évora: p. XCVI.

MARTINS *(Martini)*, Gil *(Egidius)*, sac. da dioc. do Porto, consanguín. do ab. de S. João de Tarouca D. Nuno Martins, benef. dos most. de S. Salvador de Paço de Sousa e S. João de Alpendorada, porcion. na igr. de S.ta Maria de Sedielos: BONIFÁCIO IX: n. 27.

MARTINS *(Martini)*, Gil *(Egidius)*, mestre da Ordem de Avis e 1.º mestre da Ordem de Cristo: p. XLV.

MARTINS *(Martinz)*, Gil, escrivão: p. LXXXIII.

MARTINS *(Martini)*, Gomes *(Gometius)*, irmão de Afonso Gomes de Lemos: nota 710.

MARTINS *(Martini)*, Gomes *(Gometius)*, dominicano: p. CCLVIII, nota 666.

MARTINS *(Martini)*, Gomes *(Gometius)*, caudatário do card. Gil de Albornoz e cón. de Évora: pp. XCV-XCVII.

MARTINS *(Martini, Martiniz)*, Gomes *(Gome-*

tius, Gomez), secret. do marquês de Valença, vai a Veneza: p. CCLVI, nota 661.

MARTINS *(Martini)*, Gonçalo *(Gundisalvus)*, cón. de Tui: pp. CLXVIII, CLXIX.

MARTINS *(Martini)*, Gonçalo *(Gonsalvus)*, clér. da dioc. de Braga, cón. e benef. na dioc. de Salamanca: n. 678.

MARTINS *(Martini)*, Gonçalo *(Gundissalvus)*, sac. da dioc. de Braga, reitor das igr. par. de S. João do Souto de Braga e de S. Martinho de Espinho: n. 504.

MARTINS *(Martini)*, Gonçalo *(Gundissalvus)*, sac. da dioc. de Évora, estud. de dir. canón. na univers. de Avinhão, benef. na dioc. de Évora, reitor da igr. de S.to André de Ferreira da dioc. de Viseu, porcionário da igr. de S. Tiago de Montemor-o-Novo, cónego de Évora: nn. 274, 370, 371b, 439. — cónego de Silves: n. 439.

MARTINS *(Martini)*, Gonçalo *(Gundissalvus)*, clér. e benef. da dioc. de Coimbra: n. 262.

MARTINS *(Martini)*, Gonçalo *(Gundissalvus)*, clér. da dioc. de Coimbra: n. 275. — benef. do most. de S.ta Maria de Lorvão: n. 303.

MARTINS *(Martinz)*, Gonçalo, comendador de Cabrela: pp. LXXXIII-LXXXIV.

MARTINS *(Martini)*, Jaime *(Jacobus)*, reitor da igr. de S.ta Maria de Vila Nova da dioc. de Évora, porcion. e cón. de Évora e familiar do b. de Évora D. Martinho: n. 411.

MARTINS, João, reitor da igr. de S. João de Canelas, cón. do Porto: p. CCCXLVII.

MARTINS, João, provincial dos Dominicanos e mestre em teologia: p. CCXCIII.

MARTINS, João, reitor da igr. de Cadima: p. CCXC.

MARTINS *(Martini)*, João *(Johannes)*, aluno do falecido b. de Lisboa D. Martinho e cón. de Salamanca, ilegítimo: n. 661.

MARTINS *(Martini)*, João *(Johannes)*, cón. regr. do most. de S. João de Longos Vales, benef. na dioc. de Tui: n. 566.

MARTINS *(Martini)*, João *(Johannes)*, clér. e benef. da dioc. de Lisboa: n. 277.

MARTINS *(Martini)*, João *(Johannes)*, subdiác. da dioc. da Guarda: n. 287.

MARTINS *(Martini)*, João *(Johannes)*, escolar de Lisboa, porcion. na igr. de S. Nicolau de Lisboa e benef. na dioc. de Lisboa: n. 290.

MARTINS, Jorge, licenc. em teologia e prior da igr. de Vila Nova de Anços, representante nas cortes de Lisboa de 1455 do b. de Coimbra: p. CCXXXVIII, nota 589.

MARTINS *(Martinz)*, Lourenço, tabelião geral em Portugal: pp. LXXXI, LXXXIII.

MARTINS, Margarida, dispensa matrim.: nota 270. *VIDE:* DOMINGUES DE ATALAIA, Martinho.

MARTINS, Maria, dispensa matrimonial com o marido Martim Domingues de Atalaia: p. CCXLI.

MARTINS *(Martini)*, Martinho *(Martinus)*, reitor da univers. de Bolonha, prior da igr. de S.ta Comba Dão, cón. de Coimbra, do Porto e de Braga: pp. LXXXIX-XCIII.

MARTINS *(Martini)*, Nicolau *(Nicolaus)*, cón. de Braga, arceb. de Vermoim, estud. de dir. canón., arced. de Llorca e cón. de Cartagena: nn. 371, 400.

MARTINS, Nuno, clér. da dioc. de Évora, estud. de direito na univers. de Lisboa: p. CCCI.

MARTINS *(Martini)*, Nuno *(Nunius)*, porcion. da coleg. de S. Martinho de Cedofeita, feito religioso e ab. do most. de S. João de Tarouca: BONIFÁCIO IX: nn. 13, 14, 15.

MARTINS *(Martini)*, Paio *(Pelagius)*, clér. da dioc. de Braga, cón. e benef. na dioc. de Plasença: n. 679.

MARTINS *(Martini)*, Pedro *(Petrus)*, diác. de Astorga, cón. e deão de Astorga: BENTO XIII: n. 108.

MARTINS *(Martini)*, Pedro *(Petrus)*, prior da igr. de S. Salvador de Paderne e colector apostól.: BONIFÁCIO IX: n. 9.

MARTINS *(Martini)*, Pedro *(Petrus)*, clér. da dioc. de Braga, cón. e benef. na dioc. de Tui: n. 677.

MARTINS *(Martini)*, Pedro *(Petrus)*, sac., benef. e porcion. na igr. de S. Lourenço de Jaén, cón. de Lisboa: n. 632d.

MARTINS *(Martini)*, Pedro *(Petrus)*, familiar do Dr. Raimundo Bernardes e clér. da dioc. de Lisboa, porcion. na igr. de S.ta Maria de Óbidos: n. 555b.

MARTINS *(Martinz)*, Pero, cón. do Porto: p. CCVI, nota 481.

MARTINS *(Martinz)*, Pero, procur. nas cortes de Coimbra de 1385: p. CVII.

MARTINS *(Martini)*, Sancho *(Sancius)*, arced. de Vouga, cón. de Toledo, meio-cón. de Coimbra e benef. na igr. de S.ta Maria de Illescas da dioc. de Toledo: n. 626.

MARTINS, Vasco, dispen. matrimon. com certa B.: nota 270.

MARTINS, Vasco, cón. de Lisboa: p. LIV.

MARTINS *(Martinz)*, Vasco, barão e caval. nas cortes de Coimbra de 1385: p. CVII.

MARTINS *(Martinz)*, Vasco, nobre de armas nas cortes de Coimbra de 1385: p. CVII.

MARTINS *(Martini)*, Vasco *(Velascus)*, clér. da dioc. de Braga, benef. na dioc. de Salamanca: BENTO XIII: n. 46a. — cón. e benef. na dioc. de Ávila: BENTO XIII: n. 81.

MARTINS *(Martini)*, Vasco *(Velascus)*, clér. da dioc. de Lisboa, envolvido no cisma, prior da igr. par. de S.ta Maria de Várzea de Alenquer, cón. e benef. na dioc. de Sevilha: BENTO XIII: nn. 9d, 15. — cón. de Braga, benef. na dioc. de Samora: BENTO XIII: n. 15.

MARTINS *(Martini)*, Vasco *(Valascus)*, cón. de Salamanca: n. 684g.

MARTINS *(Martini)*, Vasco *(Valascus)*, clér. da dioc. de Viseu e benef. na dioc. de Lisboa: n. 567.

MARTINS *(Martini)*, Vasco *(Valascus)*, sac. da dioc. de Viseu, cón. do Porto, porcion. do most. de S.ta Maria de Águas Santas e reitor da igr. de S.ta Cristina da Terra da Maia: n. 378.

MARTINS DE VIEIRA *(Martini de Vyeira)*, Afonso *(Alfonsus)*, clér. da dioc. de Braga, benef. na dioc. de Braga: n. 468.

MARTINUS, bacharel da univers. de Lisboa: p. CLXX.

MARVILA, dioc. de Lisboa: *VIDE:* S.TA MARIA DE MARVILA DE SANTARÉM.

MARVILA, quinta em: p. CCXCII.

MASSELLO, *Bertrandus de*, arced. de Tarancon, na dioc. de Lérida, núncio e subcolector apostólico na dioc. de Lisboa: nota 167.

MATEUS *(Mathei)*, Fernando *(Fernandus)*, sac. da dioc. de Badajoz, benef. na dioc. de Évora: n. 633b.

MATILDE DE BOLONHA *(Mathildis de Bolonia)*, condessa de Genebra: n. 370.

MATOS, conc. de Marco de Canaveses, dioc. do Porto, igr. de: p. CCV, nota 481. — reitor: GOMES *(Gometii)*, Rodrigo *(Rodericus)*: p. CCV, nota 481.

MATRIMÓNIO, dispensas de: n. 350.

MATRIMÓNIO *(Matrimonium)*, significado jurídico e da praxe: pp. CXXVIII-CXXXII, CCCLXXV-CCCXCI. — MATRIMÓNIO DE FUTURO: pp. CXXVIII, CXXIX, CXXXI, CCCLXXV-CCCXCI. — MATRIMÓNIO DE PRESENTE: pp. CXXVIII, CXXIX, CCCLXXV-CCCLXXVII. — idade requerida: pp. CXXVIII, CXXXI, CXXXII, CCCLXXV--CCCXCI. — *malitia supplet aetatem:* pp. CXXVIII, CXXXI, CXXXII.

MATRIMÓNIOS ATENTADOS, sem dispensa de impedimentos: p. CCCLXXII. *VIDE:* MARIA, filha de D. Afonso IV. PEDRO, filho de D. Afonso IV.

MAUDI = MENENDI, Gil *(Egidius)*, porcion. na igr. de S.ta Maria de Marvila de Santarém: n. 357. *VIDE:* MENDES *(Maudi, Menendi)*, Gil *(Egidius)*.

MAURÍCIO, Domingos, S J: *VIDE:* DOMINGOS MAURÍCIO GOMES DOS SANTOS.

MAURO *(Mauri)*, Gonçalo *(Gundissalvus)*, doutor em leis, embaix. do rei de Castela D. Henrique: n. 700.

MEAUX *(Meldensis)*, França, dioc. de: b.: PEDRO *(Petrus)*: p. CCXLVIII.

MEDICINA: bacharéis: ANES *(Johannis)*, Gonçalo *(Gonsalvus)*: n. 224; DOMINGUES *(Dominici)*, Gil *(Egidius)*: n. 693, BENTO XIII: n. 23; FERNANDES *(Fernandi)*, Gil *(Egidius)*: nn. 694, 700, BENTO XIII: nn. 27, 61; GOMES *(Gometii)*, Lourenço *(Laurentius)*: BENTO XIII: n. 29; LOURENÇO: BENTO XIII: n. 74. — mestres: VASQUES, Gonçalo: nota 164; VICENTE: p. XCVIII, nota 161.

MEDICIS, Cosme de, banqueiro de Florença: pp. CCXXXIII, CCXLI.

MEDICIS, Lourenço *(Laurentius)* de, banqueiro de Florença: p. CCXXXIII.

MÉDICOS: DOMINGUES *(Dominici)*, Gil *(Egidius)*: n. 693, BENTO XIII: n. 23; FERNANDES *(Fernandi)*, Gil *(Egidius)*: BENTO XIII, n. 27; ORTO, *Ludovicus de:* p. CCLV, nota 661; VICENTE: p. XCVIII, nota 161.

MEDINACELI *(Medina Celini)*, Espanha, dioc. de Siguenza, ab. de: BENTO XIII: n. 102. — ab.: BOCANEGRA, Pedro *(Petrus)*: BENTO XIII: n. 102; RODRIGUES *(Roderici)* DE MOLINA, Miguel *(Michael)*: BENTO XIII: n. 102.

MEDINA DEL CAMPO, Espanha: pp. XXIX, CCCLXXV. — inquérito do b. de Lisboa sobre os bens da Ordem do Templo: p. XXIX.

MEDIOLANI: *VIDE:* MILÃO.

MEENDEZ DE VASCONÇELLOS, Gonçalo, vassalo: p. CCCLXXXVIII.

MEENDEZ DE VASCONÇELLOS, Johane, vassalo do rei de Portugal: p. CCCLXXXVIII.

MEENDEZ, Jacome, cón. de Braga: p. CCLXXVIII, nota 706.

MEENDIZ, Johanne, testem., clér. de D. Afonso IV: p. LXXXIV.

MÉGARA, Grécia: b.: ANDRÉ *(Andreas)* DIAS DE ESCOBAR: p. 364, nota 1.

MEINEDO *(Meynedo)*, conc. de Lousada, dioc. do Porto: *VIDE:* S.TO TIRSO DE MEINEDO.

MELAUSANA, França, dioc. de Vaison: notas 43-45, 56.

MELDENSIS, França: *VIDE:* MEAUX.

MELHORINI *(Meliorini)*, Agapito *(Agapitus)*: n. 615. — acól. e sobrinho: MELHORINI *(Meliorini)*, Bartolomeu *(Bartholomeus)*: n. 615.

MELHORINI *(Meliorini)*, Bartolomeu *(Bartholomeus)*, acól. e sobri. de D. Agapito Melhorini e reitor da igr. par. de S. Tiago de Beja: n. 615.

MENDE, França, dioc. de: b.: GUILHERME *(Guillelmus)* DE CHANAC: p. 184, nota 1.

MENDES *(Menendi)*, Ângelo *(Angelus)*, nobre, clér. da dioc. da Guarda, benef. na dioc. de Lisboa: n. 456.

MENDES DE VASCONCELOS *(Menendi de Vasconcellis)*, Gonçalo *(Gundissalvus)*: pp. CCCLXVIII-CCCLXIX, CCCLXXVIII.

MENDES DE VASCONCELOS, Gonçalo, embaix. de D. Afonso IV ao papa: p. CLVI.

MENDES *(Maudi, Menendi)*, Gil *(Egidius)*, porcion. na igr. de S.ta Maria de Marvila de Santarém: n. 357.

MENDES *(Menendi)*, Gil *(Egidius)*, reitor da igr. par. de S. Martinho de Santarém, cón. de Lisboa, de Coimbra e da Guarda, porcion. na igr. de S.ta Maria de Alcáçova de Santarém: BONIFÁCIO IX: n. 4.

MENDES *(Menendi)*, Gonçalo *(Gundissalvus)*, sac. da dioc. de Évora, estud. de dir. canón., reitor da igr. de S. Pedro de Teixeira: nn. 460, 503, 554, 598, 692b, 704. — bacharel em decretos: nn. 692b, 704, BENTO XIII: nn. 4, 8a, 10, 14, 18c, 37. — benef. na igr. de S. Miguel de Aldovera: n. 692b. — cón. e benef. na dioc. de Plasença e de Siguenza: BENTO XIII: n. 8a, 14. — cón. e benef. na dioc. de Ávila: BENTO XIII: n. 37. — estud. de dir. canón. na univers. de Salamanca: nn. 598, 704. — estud. na univers. de Avinhão: BENTO XIII: nn. 4, 8a, 10. — falecido, licenciado em decretos e cón. de S.ta Maria de Talavera: BENTO XIII: n. 92. — lente de dir. canón. na univers. de Salamanca, cón. de Plasença e benef. na dioc. de Toledo: n. 704. — porcion. na igr. de Torres Novas e cón. da Guarda: nn. 503, 554, 598. — porc. na igr. de Calaorra e na igr. de S.ta Maria de Val de Moro da dioc. de Toledo, cón. e benef. de Segóvia: BENTO XIII: nn. 1c, 4, 8a, 10, 14, 18c, 37.

MENDES, João: nota 180.

MENDES *(Menendi)*, João *(Johannes)*, reitor da igr. de S.ta María de Valada: p. CCCLX, nota 995.

MENESES, Duarte de, filho do conde de Ceuta D. Pedro, dispens. para se casar com D. Isabel de Castro: p. CLXXXV.

MENESES, Fernando de, primo de D. Luís Coutinho, e as freiras do most. de S.ta Clara de Vila do Conde: nota 585.

MENESES, João de, concessão por D. Fernando do condado de Viana do Alentejo: p. CLXXXVI.

MENESES, Pedro de, confirmação pelo papa Martinho V do condado de Viana do Alentejo, a pedido do Infante D. Duarte: p. CLXXXVI.

MENTONE, Nicodus de, caval., embaix. do concíl. de Basileia aos Gregos: notas 480, 494. *VIDE:* MENTHONE, Nicolau *(Nicolaus)* de.

MENTHONE, Nicolau *(Nicolaus)* de, embaix. do concíl. de Basileia aos Gregos, capitão do navio da embaix: nota 458.

MERCATI, Giovanni: nota 491.

MERLIS, Diego de, criado de D. Luís, b. do Porto: p. CCLXIV, nota 672.

MÉRTOLA, Afonso *(Alfonsus)* de, cubicul. do b. de Lisboa D. Martinho e porcion. da igr. de Santa Maria de Marvila: n. 473.

MERUFE *(Marruffa)*, conc. de Monção, dioc. de Tui, hoje de Braga, most. bened. de: abadessa: nota 668.

MESÃO-FRIO, conc. de Mesão-Frio, dioc. do Porto, hoje de Vila Real: *VIDE:* S. ROMÃO DE MESÃO-FRIO.

MESSEJANA *(Messegena)*, conc. de Aljustrel, dioc. de Évora, hoje de Beja, comendador de: FURTADO, Afonso *(Affom)*: p. LXXXIII.

MESTRE DE AVIS (D. João I): pp. VII, XCVIII, CIV, CV, CVII, CIX, CXII-CXVII, CXX-CXXV, CXXXIII, CXXXVIII, CXL, CXLIX, CL, CLI, CLIX, CLXVIII, CCCLXVII-CCCLXIX. — conselheiros: AFONSO, Martinho, doutor em leis: pp. CXL, CCCLXVIII-CCCLXX; JOÃO DAS REGRAS *(Johannes de Regulis)*: p. CXXXV, pp. CXXXIX, CCCLXVIIIs; LOURENÇO, Rui: pp. CCCLXVIII-CCCLXIX; SEM, Gil do: p. CXVI, CXXXIX, CCCLXVIII-CCCLXIX. — eleito rei de Portugal: pp. CXXIII, CXXV, CXXXIII, CCCLXVII-CCCLXIX. — filho ilegít. de D. Pedro: pp. CXXXIV, CLXVII. — govern., regedor e defensor do reino de Portugal: pp. CV-CXVI, CXXV, CCCLXIX. — nascim.: p. CXXXIV, CCCXCVIII-CCCXCIX. — obediência ao papa de Avinhão: pp. CXII, CXIII-CXIV, CCCXCVIII. — plano de fuga do reino, antes da eleição: pp. CV, CXVI. — revolução de Lisboa de 1383: p. XCVIII.

MESTRE VICENTE, jurista, b. eleito da Guarda e postul. de Lisboa: p. CIV. — contendas entre o clero e D. Afonso II e D. Sancho II: p. CIV. *VIDE:* VICENTE.

METZ *(Metensis)*, França; dioc. de: clér.: GARCIA *(Garsie)* DE GRASSIS, João *(Johannes)*: n. 403.

MEYVELT, most. de: prepósito: CUSA, Nicolau de: nota 477.

MIDÕES, conc. de Tábua, dioc. de Coimbra, igr. de: p. CCLXXXII, nota 714. — prior: ANES, Vasco: p. CCLXXXII, nota 714.

MIERLI, João *(Johannes)* de, núncio do papa Sisto IV a el-rei D. João II: p. CCCXXIII, nota 897.

MIGNE: p. CXCIV, nota 2.

MIGUEL *(Michaelis)*, Afonso *(Alfonsus)*, clér. da dioc. de Braga, cón. de Lamego: n. 490.

MIGUEL DE LISBOA, Estêvão, tesour. de Braga, lente de dir. canón. na univers. de Lisboa: p. CD. — doutorado na univers. de Mompilher: p. CD.
MILÃO *(Mediolani)*, Itália, dioc. de: p. CCXXVI. — ab.: nota 1018. — duque: p. CCXIII, CCXXVI.
MINDONIENSIS, Espanha, dioc.: *VIDE:* MONDONHEDO *(Mindoniensis)*.
MIÑOR *(Minhol)*, Espanha, dioc. de Tui: *VIDE:* S.TA MARIA DE BAIONA DE MIÑOR.
MIOMÃES *(Meomães, Meomans)*, conc. de Resende, dioc. de Lamego: *VIDE:* S. JOÃO DE MIOMÃES.
MIRAMONTE, Ratterio de, cón. *Albiensis:* p. XXXIX.
MOAZARES, dioc. do Porto: *VIDE:* S. MARTINHO DE MOÁZERES.
MOÁZERES *(Moazares)*, conc. de Penafiel, dioc. do Porto: *VIDE:* S. MARTINHO DE MOÁZERES.
MOCHARRO, conc. de Óbidos, dioc. de Lisboa: *VIDE:* S. JOÃO DE MOCHARRO DE ÓBIDOS.
MOCODIAL, Espanha, dioc. de Salamanca: *VIDE:* S.TA MARIA DE MOCODIAL.
MÕES, freg. e conc. de Vila Nova de Famalicão, dioc. de Braga: *VIDE:* S.TO ADRIANO DE MÕES.
MOGEGE *(Musseges)*, conc. de Vila Nova de Famalicão, dioc. de Braga, igr. de: nn. 243, 610. — reitor: ANES *(Johannis)*, Gonçalo *(Gundissalvus):* nn. 243, 610.
MOGÚNCIA *(Maguntino)*, arceb. de: p. XX.
MOLES *(Molis)*, João *(Johannes)* de, sac. da dioc. de Braga, benef. na dioc. de Viseu: n. 489.
MOLINA: rei D. Fernando: p. XXXIII.
MOMPILHER *(Montispessulani)*, França, univers. de: p. 32, nota 3, nn. 186-191, p. 45, nota 3, nn. 221-224. — doutor.: MIGUEL DE LISBOA, Estêvão: p. CD. — estud.: RODRIGUES, Vasco: p. CLIV. — estud. de dir. canón.: ANES *(Johannis)*, Rodrigo *(Rodericus):* n. 186a (bacharel); GIL *(Egidii)*, Álvaro *(Alvarus):* n. 191. — estud. de dir. civil: AFONSO *(Alfonsi)*, João *(Johannes):* n. 189; ARES, Aparício *(Apparitius)* de: nn. 187, 506; DURANDO *(Durandi)*, João *(Johannes):* n. 186 (bachar. e lente); JEUCERANDI, Pedro *(Petrus):* n. 190; RODRIGUES *(Roderici)*, Pedro *(Petrus):* n. 188. — estud. e bacharéis em medicina: ANES *(Johannis)*, Gonçalo *(Gonsalvus):* n. 224; DOMINGUES *(Dominici)*, Gil *(Egidius):* n. 221; FERNANDES *(Fernandi)*, Gil *(Egidius):* n. 223; GOMES *(Gometii)*, Lourenço *(Laurentius):* n. 222. — papa Clemente VII: n. 186. — professor: LOPES *(Luppi)*, Bartolomeu *(Bartholomeus)*, de dir. civil: n. 637. — reitor: n. 186.
MÓNACO, dioc. de Nice: porto: nota 494. — residên. de Bento XIII: BENTO XIII: nn. 88-90.
MONATELLI, Gonçalo *(Gundissalvus)*, francis., confessor do card. Gil de Albornoz e b. de Segóvia: p. XCVI, nota 149. — pedido para b. de Badajoz: p. XCVI.
MONÇÃO: p. CXV.
MONDONHEDO *(Mindoniensis)*, Espanha, dioc. de: benef.: ANES *(Johannis)*, Afonso *(Alfonsus):* n. 719. — bens da Ordem do Templo: pp. XXII, XXIII. — chantre: p. XCVII.
MONFFERRANDO, Castela, comendador de: LOPEZ DE BAEÇA, Pedro *(Pero):* p. LXXXI.
MONFORTE (Alto Alentejo), dioc. de Évora: n. 688. *VIDE:* S.TA MARIA DE MONFORTE.
MONHETA *(Mogneta)*, Domingos *(Dominicus)* de, cón. de Lisboa e reitor da igr. de S. Tiago de Alenquer, membro da embaix. de D. Fernando ao papa Clemente VII, colector apostól. na dioc. de Lisboa, núncio do papa de Avinhão, convertido ao papa de Roma Urbano VI: n. 199, BONIFÁCIO IX: nn. 18-19, p. 394, nota 3.
MONTAUBAN *(Montisalban)*, França, dioc. de: clér.: VIFRANA, Olivério: n. 279. — oficial: nota 339.
MONTEACUTO, *Willelmus de*, conde Sartervinense, casado com Dona Joana, condessa de Kent: p. CLXV, nota 344.
MONTEFIASCONE *(Monte Flascone)*, Itália, residênc. papal: nota 167.
MONTE FILOTIANO, Pedro de, licenc. em dir. canón. na univers. de Bolonha: nota 176.
MONTE LAURO, *Johannes de*, arceb. de Maguelonne: bens dos Templários: p. XXI.
MONTELLA, P. de, clér. da câmara apostól. nota 668.
MONTEMOR-O-NOVO *(Montis Maioris Novi)*, conc. de Montemor-o-Novo, dioc. de Évora: *igrejas:* S.TA MARIA DE MONTEMOR-O-NOVO: n. 412; S.TA MARIA DO BISPO DE MONTEMOR-O-NOVO: n. 570a; S.TA MARIA DOS AÇOUGUES DE MONTE-MOR-O-NOVO: n. 428; S. TIAGO DE MONTEMOR-O-NOVO: nn. 255, 274, 370, 371b, 439.
MONTENEGRO, conc. de Chaves, dioc. de Braga, hoje de Vila Real: *VIDE:* S. JULIÃO DE MONTENEGRO.
MONTES *(De Montibus)*, Espanha, dioc. de Tui, arced. de: n. 449. — arced.: PERES *(Petri)*, Álvaro *(Alvarus):* n. 449.
MONTESA, Ordem de: pp. XLI-XLIII, LIX, LXI — fundação: p. LXI. — mestre em Ara-

gão: p. LIX. — mestre, um professo da Ordem de Calatrava: p. XLI. — papas: CLEMENTE V: p. XLI; JOÃO XXII: pp. XLI, XLII. — procurador do rei de Aragão D. Jaime junto de Clemente V e João XXII: VILANOVA, Vidal *(Vitalis)* de: p. XLI-XLIII. — procurador dos freires da Ordem do Hospital na concórdia com o rei de Aragão: TIBERTIS, *Leonardus de:* p. XLII.

MONTE SUBÁSIO, Itália, lugar do recolhimento e morte do b. do Porto D. Gonçalo Anes de Óbidos: p. CCLXIII, nota 672.

MONTISALBAÑ, França: nota 339, n. 279 — VIFRANA, Olivério: n. 279. *VIDE:* MONTAUBAN *(Montisalbañ)*.

MOOGO, Fernando *(Fernandus)*, ab. da igr. de S.ta Ovaia de Camões e benef. do most. de S.ta Maria de Chelas de Lisboa: n. 448.

MORALES, Espanha, dioc. de Leão: *VIDE:* S. TIAGO DE MORALES.

MOREIRA, pertenc. à quinta do Pinheiro e à Ordem do Templo: p. XXXVI.

MOREIRA DE SÁ, A.: nota 259.

MOREIRAS *(Moreriis)*, conc. de Chaves, dioc. de Braga, hoje de Vila Real: *VIDE:* S.TA MARIA DE MOREIRAS.

MORINENSE, card.: notas 609, 645, p. CCLXX. *VIDE:* TEROUANE.

MORINENSIS: *VIDE:* TEROUANE.

MOURA, conc. de Moura, dioc. de Évora, most. carmelit. de: pp. CLXXIV, CCXC. *VIDE:* S.TA MARIA DE MOURA.

MOURA, Afonso Domingues *(Alfonsus Dominici)* de: *VIDE:* DOMINGUES *(Dominici)* DE MOURA, Afonso *(Alfonsus)*.

MOURA, Affonso de, vigá. de Santarém, procura. do arceb. de Lisboa e do cab. de Évora e do b. e cab. de Ceuta na questão da legacia do b. de Coimbra D. João Galvão: p. CCCXXXIV.

MUJE = MUGE, conc. de Salvaterra de Magos, dioc. de Lisboa, porto de: p. CCCXLIV.

MULLER, OFM, Ewald, e o concí. de Viena de França: nota 47.

MURÇA *(Murcia)*, conc. e dioc. de Vila Real, outrora dioc. de Braga: p. XCVII, nota 155. *VIDE:* S. TIAGO DE MURÇA.

MURCIA, Espanha: rei D. Fernando: p. XXXIII.

N

N. DE VALLE, clér. da câmara apostól.: nota 590.

NAGRELOS = MAGRELOS: *VIDE:* S. SALVADOR DE MAGRELOS.

NANDIM = LANDIM, dioc. de Braga, most. de: nota 668. *VIDE:* S.TA MARIA DE LANDIM.

NANNETENSIS, França: *VIDE:* NANTES.

NANTES *(Nannetensis)*, França, dioc. de: cón.: WLPIS, Guilherme *(Guillelmus):* n. 88.

NARBONA *(Narbonensis)*, França, dioc. de: arceb.: F., camarário do papa: p. 330, nota 1. — bens dos Templários: p. XIX. — cón.: ROCHAVILLA, *Bertrandus de:* nn. 519, 520.

NARBONA, Raimundo *(Raymundus)*, sac., reitor da igr. par. de S.ta Maria de Moreiras, cón. de Toledo: nn. 636f, 660, BENTO XIII: n. 11. — cón. de Braga e de Lugo: n. 660, BENTO XIII: n. 11. — envolvido no cisma, com 70 anos de idade, cón. de Leão e benef. na dioc. de Toledo: BENTO XIII: n. 11.

NARBONENSIS, França, dioc. de: p. 60, nota 2. *VIDE:* NARBONA *(Narbonensis)*.

NARNI *(Narnie)*, Itália, residên. papal: p. CCCXLII.

NARNI, Joaquim de, ouv. apostól.: p. CCCLX, nota 991.

NAVARRA *(Navarre)*, reino de: n. 413. — bens da Ordem do Templo: pp. XXIII, XXIV. — rei: LUÍS *(Ludovicus):* pp. XXIII-XXIV.

NAVES *(Navis)*, Américo *(Aymericus)* de, dominicano e inquéritos sobre os bens dos Templários: pp. XIX-XX, XXII, XXIII, XXX, XXXI.

NAVIS: *VIDE:* NAVES.

NEGELLA, Espanha, dioc. de Salamanca: *VIDE:* PALENÇA DE NEGELLA. S.TA CRUZ DE PALENÇA DE NEGELLA.

NEIVA *(Neva)*, conde de: GONÇALO: pp. CCCLXXXIV, CCCLXXXVIII.

NEVERS, França, dioc. de: b.: JOÃO *(Johannes)* DE NOVOCASTRO, Neufchatel: p. 102, nota 1.

NICE *(Niciensis)*, França: b.: FRANCISCO *(Franciscus):* BENTO XIII: n. 68, p. 315, nota 1, nn. 77a, 87; JOÃO *(Johannes)* DE TORNEFORT: p. 315, nota 1. — e lugar de chegada dos embaix. do concí. de Basileia desde Constantinópola: nota 494. — residên. papal: n. 93.

NICEIA *(Nyceno)*, concí. de: p. CXCVI.

NICENUS, card.: notas 609, 645, p. CCLXX.

NICERIO, card.: nota 803.

NICOLAI DE UNGARIA, *Paulus*, criado del Rotellino, dos priores da cidade de Florença: p. CCLVII, nota 662.

NICOLAS DE PALMELA, *Joham*, testem.: p. LXXXIV.

NICOLAU *(Nicolaus)* IV, papa: nacional. da Ordem de S. Tiago da Espada em Portugal: pp. LVIII, LX, LXI-LXVII, LXIX, LXXIV, LXXX-LXXXIII, LXXXV.

NICOLAU *(Nicolaus)* V, papa: notas 270, 414, 579, 582, p. CCXXXVI, nota 587, p. CCXXXVIII, nota 589, pp. CCXLII-CCXLIII, nota 610, p.

CCLIII, nota 657, p. CCLV, nota 661, p. CCLVII, nota 663, p. CCLXII, nota 672, p. CCLXVI, nota 673, p. CCLXXVII, nota 706, p. CCLXXXII, nota 714, pp. CCLXXXIII, CCLXXXV, nota 734, pp. CCXCII, CCXCIII, notas 781, 784, pp. CCXCIV, CCXCVIII, CCXCIX, nota 801, pp. CCC, CCCI, CCCII, CCCVIII, CCCLXII, CCCLXVI.

NICOLAU, ab. do most. de Maceira Dão e de Alcobaça: p. CCCIX.

NICOLAU *(Nicolaus)* DE BRANCACCIO, arceb. de Bari e de Cosenza, card. de S.ta Maria em Transtibre e card. - b. de Albano, chanceler do papa Clemente VII: BENTO XIII: n. 7, p. 278, nota 2. — familiar: LOURENÇO *(Laurentii)*, João *(Johannes)*: BENTO XIII: n. 7.

NICOLAU, Inês, dispensa matrimon.: nota 270. *VIDE:* DOMINGUES DE BOUÇAS, Afonso.

NICOLAUS, b. eleito de Teano, tesour. do papa: p. CCCIV.

NICOSIA *(Nicosiensis)*, arceb. e sufragâ. e os bens da Ordem do Templo: p. XXIV.

NIMES, França, dioc. de: b.: GIL DE DESCOURS *(Egidius de Curtibus)*: p. 242, nota 1.

NISA, pertence. à Ordem de S. Tiago da Espada: p. LXXXIII.

NOBRES ARMÍGEROS nas cortes de Coimbra de 1385: p. CVII.

NOCCE, João *(Johannes)* de, clér. da dioc. de Lamego, escolar de gramática, cón. da coleg. de S.ta Maria de Alcáçova da dioc. de Lisboa: n. 341.

NOGUAYROLLIO, França, dioc. de Auch, igr. coleg. de: n. 525. — cón.: CASALETI, Vidal *(Vitalis)*: n. 525.

NOGUEIRA *(Nugueyra)*, conc. de Chaves, dioc. de Braga, hoje de Vila Real: *VIDE:* S. MIGUEL DE NOGUEIRA DA MONTANHA.

NOGUEIRA *(Nogeira)*, Afonso: pp. CLXX, CLXXIII, CCLIII, nota 659. — carta ao ab. Gomes sobre pedido para Frei João de S. Lourenço, a fazer ao papa Eugénio IV: pp. CLXX, CLXXIII.

NOGUEIRA, Gomes, reitor da igr. de S.to Estêvão de Alfama: p. CCCLX, nota 991.

NOGUEIRA *(Nogeira)*, Gomes *(Gomez)*: p. CCLIII, nota 659.

NORONHA, Pedro *(Petrus)* de, arceb. de Lisboa: *VIDE:* PEDRO *(Petrus)* DE NORONHA.

NORONHA, Rodrigo *(Rodericus)* de, francisc., prior do most. de S.ta Cruz de Coimbra e b. de Lamego: pp. CCCVII, nota 841, p. CCCXV, CCCXVII, CCCXXXIII. — e a legacia do b. de Coimbra D. João Galvão: pp. CCCXV, CCCXVII, CCCXXXIII, CCCXXXIV.

NORUEÑA *(Norvena)*, Espanha, conde: AFONSO, filho de D. Henrique de Castela: p. CCCLXXV.

NORVENA = NORUEÑA.

NOTÁRIOS APOSTÓLICOS: GOMES *(Gomez)*, Joham: p. CCLIX, nota 667; LOURENÇO, Pero: p. CCLIX, nota 667.

NOVAIS *(Novaaes)*, conc. de Vila Nova de Famalicão, dioc. de Braga: *VIDE:* S. SIMÃO DE NOVAIS.

NOVIOMENSIS, França: *VIDE:* NOYON.

NOVO CASTRO, João de, b. de Nevers e de Toul, card.: n. 401c, p. 102, nota 1.

NOYON, *(Noviomensis)*, França, dioc. de: cón.: FLISSARDI, *Willardinus:* n. 77. — sacer.: SANCTIS, *Oudardus de:* n. 89. — tesour.: GUIDO DE ROYE: p. 102, nota 1.

NULIDADE DE MATRIMÓNIO por constrangimento ou outros impedimentos: ISABEL DE PORTUGAL e AFONSO, conde de Noronha: pp. CCCLXXV-CCCLXXVI; PEDRO DE PORTUGAL e DONA CONSTANÇA: pp. CXXIV-CXXV, CLII, CCCXCIII-CCCXCV. PEDRO DE PORTUGAL e DONA INÊS DE CASTRO: pp. CXLVI-CLI, CLX-CLXI, CLXVII-CLXVIII, CCCLXXI-CCCLXXIII, CCCXCV-CCCXCVII.

NÚNCIOS: MONHETA *(Mogneta)*, Domingos *(Dominicus)* de: p. 394, nota 3; OLIVERII, Pedro *(Petrus)*: n. 160; ORSINI, Barnabé: p. CCXIX; PEDRO *(Petrus)* BLAVI: BENTO XIII: n. 19f, p. 294, nota 1.

NUNES, Alexandre Eduardo (Dr.): p. CXCI, notas 455, 670.

NUNES DE SOURE *(Nunii de Sauri)*, Afonso *(Alfonsus)*, da dioc. de Coimbra, bacharel em decretos e estud. de leis em Salamanca, casado com viúva: n. 586.

NUNES *(Nunez)*, Fernam, nobre de armas nas cortes de Coimbra de 1385: p. CVII.

NUNES *(Nunez, Nunii)*, João *(Johannes)*, irmão de D. Luís do Amaral, b. de Viseu, reitor da igr. de S. Cristóvão de Cabanas e cón. do Porto: pp. CCXXII-CCXXIII, notas 509, 510, 710. — acusado de homicí.: p. CCLII. — cubiculá. pontifí.: p. CCXLII. — tesour. e cón. de Viseu: pp. CCXLI-CCXLII, nota 710.

NUNES *(Nunii)*, Martinho *(Martinus)*, sac. e benef. da dioc. de Évora e porcion. na igr. de S.ta Maria de Alcácer: n. 268.

NUNES *(Nunez)*, Pedro, conde de Maiorca: p. CCCLXXXV.

NUNO *(Nunus)* ÁLVARES PEREIRA, condestável, conde de Barcelos, fundador do most. do Carmo de Lisboa: pp. CLXXIV-CLXXVII, CLXXVIII, nota 372.

NUNO *(Nunus)* MARTINS, ab. do most. de S. João de Tarouca: BONIFÁCIO IX: nn. 20-28. — capelães: ANES *(Johannis)*, Luís *(Ludovicus)*: BONIFÁCIO IX: n. 23; ANES *(Johannis)*, Pedro *(Petrus)*: BONIFÁCIO IX: n. 22. — consanguí.: GIL *(Egidii)*, Martinho *(Martinus)*: BONIFÁCIO IX: n. 27; GIL *(Egidii)*, Vasco *(Valascus)*: BONIFÁCIO IX: n. 26; RODRIGUES *(Roderici)*, Martinho *(Martinus)*: BONIFÁCIO IX: n. 24. — familiar: PERES *(Petri)*, Afonso *(Alfonsus)*: BONIFÁCIO IX: n. 25. — indulg. para o most.: BONIFÁCIO IX: n. 21.

NUREMBERGA, dieta de: p. CCXIV, CCXVI. — D. Luís do Amaral, b. de Viseu, e outros nomeados representantes do concí. de Basileia na dieta: p. CCXVI, nota 512.

O

OBEDIÊNCIA e recusa ao mestre geral da Ordem de S. Tiago de Castela pelos provincial e freires de Portugal: pp. LVI-LXXXIX.

ÓBIDOS *(Obidis)*, conc. de Óbidos, dioc. de Lisboa: igrejas: S.TA MARIA DE ÓBIDOS: nn. 41, 224, 392, 555b; S. JOÃO DE MOCHARRO: nn. 304, 459, 461, 475, 476; S. PEDRO DE ÓBIDOS: nn. 61, 182, 220, 222, 406, 422, 500b, 515, 528a; S. TIAGO DE ÓBIDOS: n. 306.

ODDONO, *Andreas de*, mercador de Génova em Sevilha: nota 893.

ODEMIRA, conc. de Odemira, dioc. de Beja, outrora de Évora, pertenc. à Ordem de S. Tiago da Espada: p. LXXXIII.

ODIANA: p. CCCLXXXII.

ODIVELAS *(Odivelis, Odivellis, Udivellis)*, conc. de Loures, dioc. de Lisboa, most. cisterc. de: nn. 57, 273, 306a, 445, BONIFÁCIO IX: n. 7. — igr. de S. JULIÃO: n. 273. *VIDE:* S.TA MARIA DE ODIVELAS.

OLDRÕES *(Uldrans)*, conc. de Penafiel, dioc. do Porto: *VIDE:* S.TO ESTÊVÃO DE OLDRÕES.

OLEIROS, conc. de Oleiros, dioc. de Portalegre, outrora da Guarda: clér.: AFONSO *(Alfonsi)* DE OLEIROS, Martinho *(Martinus)*: n. 179.

OLIVEIRA *(Ulveira, Ulveyra)*, conc. de Oliveira do Douro, dioc. do Porto: arced.: GOMES *(Gometii)*, Rodrigo *(Rodericus, Roy)*: p. CCV, nota 481, p. CCVI, nota 481.

OLIVEIRA, Martinho de, arceb. de Braga: *VIDE:* MARTINHO *(Martinus)* DE OLIVEIRA.

OLIVERII, Pedro *(Petrus)*, núncio apost.: n. 160.

OLMEDO, Gil *(Egidius)* de, clér. da dioc. de Ávila, benef. do most. de Lorvão e na dioc. de Ávila: n. 629d.

OPTENSE, Espanha, dioc. de Cuenca, arced. de: nota 176. — arced.: MARTINS, Álvaro: nota 176. *VIDE:* HUETE.

ORDEM DE ALCÂNTARA: beneficiados: JOÃO *(Johannes)*, filho do Infante D. Dinis de Portugal: BENTO XIII: n. 94; LUÍS *(Ludovicus)*, neto do Infante D. João de Portugal: BENTO XIII: n. 95. — mestre: ANES *(Johannis)* DE BARBUDA, Martinho *(Martinus)*: n. 687.

ORDEM DE AVIS: freire: GONÇALVES *(Gundissalvi)*, Antão *(Antonius)*: p. CCCVI. — mestre provincial e O. de Cristo: MARTINS *(Martini)*, Gil *(Egidius)*: p. XLV. — visita do mestre geral de Calatrava: p. LIX. *VIDE:* AVIS. MESTRE DE AVIS. PEDRO, filho do regente D. Pedro.

ORDEM DE CALATRAVA: beneficiados: JOÃO *(Johannes)*, filho do Infante D. Dinis de Portugal: BENTO XIII: n. 94; LUÍS *(Ludovicus)*, neto do Infante D. João de Portugal: BENTO XIII: n. 95. *VIDE:* CALATRAVA.

ORDEM DE CRISTO: freire: FERNANDES, Vasco, outrora mestre do Templo: p. LII. — fundação pelo papa João XXII e el-rei D. Dinis, passando a ela os bens da Ordem do Templo: pp. VIII, XLI, XLIV, XLV, XLVI, L-LII, LVI, nota 241. — governador apostól.: INF. D. FERNANDO: p. CCCXL; INFANTE D. HENRIQUE: p. CCCXLI. — mestres: DIAZ, Lopo: p. CCCLXXXVIII; MARTINS *(Martini)*, Gil *(Egidius)*, 1.º: p. XLV, L. nota 241.

ORDEM DE MONTESA: *VIDE:* MONTESA, Ordem de.

ORDEM DE S. JOÃO DE JESUSALÉM: benef. em Lamego: AFONSO *(Alfonsi)*, Lopo *(Lupus)*: n. 492.

ORDEM DE S. TIAGO DA ESPADA: benef.: JOÃO *(Johannes)*, filho do Infante D. Dinis de Portugal: BENTO XIII n. 94; LUÍS *(Ludovicus)*, neto do Infante D. João de Portugal: BENTO XIII: n. 95; PERES *(Petri)* DE LOUROSA, João *(Johannes)*: BONIFÁCIO IX: n. 16; VASQUES *(Velasci)*, Gomes *(Gometius)*: n. 172. — cardeal protector em Portugal: JAIME, card. diác. de S.ta Maria in Via Lata: p. LXI, nota 101. — comendadores: pp. LXXXIII-LXXXIV. — e nacionaliz. em Portugal, com D. Dinis, D. Afonso IV e D. Frei Estêvão e papa João XXII: pp. VIII, IX, XLIV-XLV, LVI-LXXXVIII. — e os papas Nico. IV, Celes. V e Bon. VIII: pp. LVI, LVIII, LIX-LXXXVIII. — e o rei de Castela D. Afonso: pp. LXIII, LXIV, LXVI. — freires: ALMEIDA, Francisco de: p. CCCXLI; LOURENÇO, Fernando de: p. CCCXLI; LOURENÇO

(Laurentii), João *(Johannes)*: n. 477. — mestres: ALBUQUERQUE, Fernand'Affonso: pp. CCCLXIX, CCCLXXXVIII; ANES *(Johannis)*, Lourenço *(Laurentius)*: pp. LXIII, LXX-LXXIV; FERNANDES DE VILA GARCIA *(Fernandi de Villa Garsia)*, Garcia *(Garsias)*: n. 636a; PEDRO, mestre geral: p. CCCLXXXV; PIRES *(Perez)*, Garcia: pp. LXXXIII, LXXXIV. — mestre geral e a nacional. da Ordem em Portugal: pp. LVI-LXXXIX. — govern. ou administr. apostól.: p. CCCVIII; FERNANDO, infante, irmão de D. Afonso V: p. CCCXL; JOÃO *(Johannes)*, filho de D. João I: p. CCCLXII. — igrejas ou oratórios: ALMEIRIM: p. CCCV, nota 837; S.TA MARIA DE AVEIRAS: p. CCCXI. — inquérito em Portugal: pp. LXXVII, LXXVIII, LXXIX, LXXXVI-LXXXVII. — inquérito em Sevilha: pp. LXXVIII, LXXIX. — jurisdição e independên. dos Ordiná. dos lugares: pp. CCCLX--CCCLXVI. — mosteiro: SANTOS: pp. LXXXIV, CCCXI, BONIFÁCIO IX: nn. 11, 16. — preceptores e preceptorias: ALMEIRIM: p. CCCV, nota 837; FERNANDES TINOCO, Vasco: pp. CCCV-CCCVI, nota 837, p. CCCLV, CCCLIX; S. SALVADOR DE SANTARÉM: pp. CCCV, CCCV-CCCVI, nota 837, p. CCCLV, CCCLIX. — prior do Crato: pp. CCCLV, CCCLVIII, CCCLIX. — terras: ARRUDA: p. LXXXIII; NISA: p. LXXXIII; ODEMIRA: p. LXXXIII; RIBEIRA: p. LXXXIII. — súplicas: pp. VIII, LVI-LIX.

ORDEM DO HOSPITAL: bens da Ordem do Templo: pp. XV, XVI, XXXIV-XXXVI, XLI, XLII, XLIV, XLVI, nota 82, pp. XLVII-XLIX, L, nota 90, p. LV. — comendador: FERNANDES, João: p. CCC. — igr.: S. JOÃO DE CINFÃES: p. LIV. — papa João XXII: pp. XLI, XLII, XLIV, XLVI, nota 82, p. XLVII, XLVIII-L, nota 90, p. LV. — prior: ÁLVARES PEREIRA, Pero: p. CCCLXXXVIII; ATAÍDE, Vasco de: p. CCCII; GONÇALVES, Álvaro: p. CCCLXXVI; RODRIGUES, Fernando: p. XLIX, L. — procurador na concór. com o rei de Aragão: TIBERTIS, *Leonardus de*: p. XLII. — Sevilha, cidade interdita por não entregar os castelos da Ordem do Templo: p. L. — Terra Santa: p. XLII, nota 82, p. XLVII.

ORDEM DO TEMPLO: bens no reino de Castela e Leão, aplicados à Ordem do Hospital: p. XLVI, nota 82, pp. XLVIII-XLIX. — depoimentos sobre os bens da Ordem em Portugal: nota 61. — freires: ESTEVES *(Stephani)*, Lourenço *(Laurentius)*: p. LI; FERNANDES *(Fernandi)*, Gonçalo *(Gonçalvus)*: p. LI. — inquiridores e juízes quanto aos bens da Ordem: ESTÊVÃO *(Stephanus)*, custód. dos Franciscanos e b. do Porto e de Lisboa: p. VIII, notas 4, 5, pp. XXV-XXXIX; JOÃO DAS LEIS, mestre: p. XXV-XXIX, nota 36; JOÃO MARTINS DE SOALHÃES, *b. de Lisboa*: pp. XXV-XXIX, nota 36, p. LI; MARTINHO DE OLIVEIRA, arceb. de Braga: pp. XXV-XXIX, nota 36; NAVES *(Navis)*, Américo *(Aymericus)*, de, dominicano: pp. XIX-XX, XXII, XXIII, XXX, XXXI; NUNES *(Nuniz)*, Rui: pp. XXV-XXIX, nota 36; PERES *(Petri)*, Vasco *(Valascus)*, chantre de Compostela: pp. XXIX, XXX. — mestre: FERNANDES, Vasco: pp. XXV-XXIX, nota 36, pp. LI, LII. — ocupação de bens pelos Infantes D. João e D. Pedro de Castela, Infante Filipe e rainha D. Maria no reino de Castela, a entregar à Ordem do Hospital: p. XLVI, nota 82, pp. XLVIII-XLIX, L, nota 90. — ocupa. de caste. de Sevilha, não entre. à O. do Hospital: p. L. — papas: CLEMENTE V: pp. XVIII-XLIV, XLVIss; JOÃO XXII: pp. XL, XLI-XLIV, XLVI-XLIX, L--LVI. — rei de Aragão: JAIME: pp. XXIII--XXIV, XXXIII, XXXIV, XLI-XLIII, XLIV. — rei de Castela: FERNANDO: pp. XXIII--XXIV, XXXII, XXXIII, XLIX. — rei de Navarra: LUÍS: pp. XXIII-XXIV. — reis de Port.: HENRIQUE, conde: p. X; HENRIQUES, Afonso: p. X; DINIS: p. VIIIss, XXIV--XLIII. — reun. e inqué. do b. de Lisboa em Medina del Campo: p. XXIX. — reunião e inquéritos de Salamanca do arceb. de Compostela e sufragâneos: p. XXIX. — SANTA ISABEL, rainha: pp. XXV, LI, LII, nota 93. — seu procurador na questão com o rei: PIRES, André: pp. XXV-XXVI. — seus castelos e terras pertence. aos reis de Portugal, doados sob condições de obediên. aos reis de Portugal: pp. X-XVI. — supressão no concí. de Viena de França: pp. VIII, XVIII, XXIII, XXIV, XXXVIII-XL, XLII, XLVII, LI. — terras doadas para além do Tejo: p. XXXVIII. — terras e igrejas: AGUIEIRA: pp. XXXVI; EGA: pp. XXV-XXVII; IDANHA: pp. XXV, XXVI, XXIX, nota 36, p. XXXIV; MOREIRA: p. XXXVI; PINHEIRO: p. XXXVI; POMBAL: pp. XXV, XXVI, XXVII, XXXIV; REDINHA: pp. XXV-XXVII; ROSMANINHAL: p. XXIX; SALVATERRA: pp. XXVI, XXIX, nota 36, p. XXXIV; S. JOÃO DE CINFÃES: p. LIV; SEGURA: p. XXIX; SOURE: pp. XXV-XXVII, XXIX, nota 36, p. XXXIV; TOMAR, concedi. ao card. Bertrando: pp. VIII, IX, XXIV, XXV, XXXV, XXXVIII--XLI, XLIII. — todos os inqué. nas dioc.

portuguesas sujeitas ao metrop. de Compostela competiam à comissão portuguesa destinada às dioceses sufragâneas de Braga: pp. XXI-XXIII.
ORDEM TERCEIRA DE S. FRANCISCO: p. CXX.—frades: HISPANIA, Pedro de: p. CXX; VALENÇA, Álvaro de: p. CCXCII.
ORENSE *(Auriensis)*, Espanha, dioc. de: benef.: ANES *(Johannis)*, Lourenço *(Laurentius)*: n. 666; ESTEVES *(Stephani)*, Diogo *(Didacus)*: n. 670. — bens da Ordem do Templo: pp. XXII, XXIII. — b.: DIOGO *(Didacus)* ANAYA Y MALDONADO: p. 185, nota 1; FRANCISCO *(Franciscus)* AFONSO: p. 315, nota 1; JOÃO *(Johannes)* DE CARDAILLAC, arceb. de Braga: notas 339-342. — cónegos: ESTEVES *(Stephani)*, Diogo *(Didacus)*: n. 670; GONÇALVES *(Gonsalvi)*, Afonso *(Alfonsus)*: n. 646; MARTINS DE MELGAÇO *(Martini de Melgauco)*, Lourenço *(Laurentius)*: n. 619. — igreja: S. SALVADOR DE PESSEGUEIRO: BENTO XIII: n. 99. — most.: S. CLÁUDIO: n. 139. — nacionaliz. da Ordem de S. Tiago da Espada em Portugal: pp. LXII, LXIV, LXIX, LXX, LXXIII. — sac.: LOURENÇO *(Laurentii)*, Gomes *(Gometius)*: n. 139.
ORIOLA *(Auriola)*, conc. de Portel, dioc. de Évora: *VIDE:* S. BARTOLOMEU DE ORIOLA.
ORLEÃES *(Aurelianensis)*, França, Estu. geral ou univers.: nn. 95-97. — AFONSO *(Alfonsi)*, João *(Johannes)*, escolar de leis: n. 97; GONÇALVES *(Gonssalvi)*, Fernando *(Fernandus)*, bacharel em leis: n. 95; RODRIGUES *(Roderici)*, João *(Johannes)*, bacharel em leis: n. 96.
ORSINI *(De Ursinis)*, Barnabé *(Barnabeus)*, doutor em leis, embaix. do papa Eugénio IV ao arceb. de Braga D. Fernando Guerra: p. CCXIX.
ORSINI, Jacobo, protonotário, licenc. e doutorado em dir. canón. em Bolonha: nota 176.
ORTO, *Ludovicus* de, físico ou médico, escritor das letras apostól.: p. CCLV, nota 661.
OSCENSIS, Espanha, dioc.: *VIDE:* HUESCA.
OSMA *(Oxomensis)*, Espanha, dioc. de: administr.: AFONSO *(Alfonsus)* DE CARRILHO: p. 359, nota 2. — b.: TOLETO, *Petrus de:* nota 176.
ÓSTIA *(Hostiensis)*, Itália, card. de: BERTRANDO *(Bertrandus)* ATGÉRIO: BENTO XIII: n. 85, p. 335, nota 1; ESTÊVÃO *(Stephanus)* AUBERT: p. 139, nota 9; JOÃO *(Johannes)* DE NOVOCASTRO, NEUFCHATEL: p. 102, nota 1.
OSTIENSE, card.-b., legado do papa Inocên. VI: p. CLXVII.
OURÉM *(Aurem)*, conc. de Vila Nova de Ourém, dioc. de Leiria, outrora de Lisboa: conde: AFONSO *(Alfonsi)* TELO, João *(Johannes)*: pp. CXXVIII, CCCLXXVIII, n. 555a; AFONSO *(Alfonsus)*: pp. CLXXXVIII, CLXXXIX, CCLXV-CCLXVI, nota 674, p. CCXCI, nota 766, p. CCXCIII (marquês de Valença); ANDEIRO, João Fernandes de: pp. CCCLXXIX, CCCLXXXI, CCCLXXXIV, CCCLXXXV. — igrejas: S.TA MARIA DE OURÉM: p. CCXCI, nota 766; p. CCXCIII; S. JOÃO DE OURÉM: p. CCXCI, nota 766, nn. 54, 186, 410, 438; S. PEDRO DE OURÉM: p. CCXCI, nota 766; S. TIAGO DE OURÉM: p. CCXCI, nota 766, nn. 338, 357.
OURIQUE, comendador de: ZARCO, Afonso *(Affon)*: p. LXXXIII.
OUTEIRO, conc. de Bragança (?) ou de Cabeceiras de Basto (?), dioc. de Braga: *VIDE:* S.TA MARIA DO OUTEIRO.
OUTER DE FUMOS, Espanha, dioc. de Leão: *VIDE:* S. SALVADOR DE OUTER DE FUMOS.
OUVIDORES APOSTÓLICOS: AFONSO DE PARADINAS *(Alfonsus de Paradinis)*: p. CCLXXVII, nota 706, pp. CCCLX, nota 991; BERNARDO *(Bernardus)* ROVIRA: p. CCLXXVII, nota 706, pp. CCCLV, CCCLVII, CCCLIX; GIL DE LESCOURS *(Egidius de Curtibus)*: p. 242, nota 1; JOÃO *(Johannes)* DE CARVAJAL: p. CCCXLVI; JOÃO *(Johannes)* DE CESARINIS: pp. CCCLV-CCCLVII, nota 991; JOAQUIM DE NARNI: p. CCCLX, nota 991; PETRUS DE PRATIS: p. LX; GASPAR DE THERAMO: pp. CCCLV, CCCLVII, CCCLX, nota 991.
OVADAS *(Ovadis)*, conc. de Resende, dioc. de Lamego, igr. de: n. 331. *VIDE:* S. PAIO DE OVADAS.
OVETENSIS, Espanha, dioc.: *VIDE:* OVIEDO *(Ovetensis)*.
OVIEDO *(Ovetensis)*, Espanha, dioc. de: beneficiado: ÁLVARES *(Alvari)* DE TURBIA, João *(Johannes)*: n. 634f. — b.: JOÃO *(Johannes)*: p. CXLII. — cónego: FERNANDES *(Fernandi)* DE CABEÇÓN, Afonso *(Alfonsus)*: n. 624. — igreja: S.TO EMILIANO: BENTO XIII: n. 84c.
OVIL, conc. de Baião, dioc. do Porto, igr. de: *VIDE:* S. JOÃO DE OVIL.
OXOMENSIS, Espanha, dioc.: *VIDE:* OSMA *(Oxomensis)*.
OYA, Espanha, dioc. de Tui, most. cisterc. de: *VIDE:* S.TA MARIA DE OYA.

P

P., ab. do most. de S. Bento de Bargiis, cubicul. do papa Bento XIII: BENTO XIII: n. 19i, p. 296, nota 1.

P., ab. do most. de S. João da Peña da dioc. de Huesca, cubicul. do papa: BENTO XIII: n. 7, p. 278, nota 1.

PACENSIS, Espanha e Portugal, dioc.: *VIDE:* BADAJOZ. BADALHOUCE.

PAÇES, Antonio de, banqueiro: p. CCLXXXVII.

PACHECO, *Lupus Fernandi*, nobre caval.: p. IX: *VIDE:* FERNANDES *(Fernandez, Fernandi)*, Lopo *(Lupus)*.

PAÇO *(Palatii, Pallatiolo)* DE SOUSA, conc. de Penafiel, dioc. do Porto, most. bened. de: p. XCVIII, nota 156, nn. 323, 497, 604, 605, 609, BONIFÁCIO IX: nn. 6, 22, 27. — ab.: MARTINHO *(Martinus)*: nn. 604, 605, 609. — beneficiados: ANES *(Johannis)*, Abril *(Aprilis)*: n. 497; ANES *(Johannis)*, Pedro *(Petrus)*: BONIFÁCIO IX: n. 22; CADEADE, António *(Anthonius)*: n. 323; GONÇALVES *(Gonsalvi)*, Álvaro *(Alvarus)*: BONIFÁCIO IX: n. 6; MARTINS *(Martini)*, Gil *(Egidius)*: BONIFÁCIO IX: n. 27. *VIDE:* S. SALVADOR DE PAÇO DE SOUSA.

PADERNE, conc. de Melgaço, dioc. de Tui, hoje de Braga, priorato de cón. regr.: *VIDE:* S. SALVADOR DE PADERNE.

PÁDUA, univers. de: doutorado: RODRIGUES GARCIA, Afonso: p. CCLIV, nota 661. — estudantes: COUTINHO, Luís *(Ludovicus)*: pp. CCXXXIV-CCXXXV; GUERRA, Fernando da: p. CCL; MARTINS COUTINHO, Fernando: p. CCL; RODRIGUES GARCIA, Afonso: p. CCLIV, nota 661, p. CCLVI, nota 661; VAZ DA CUNHA *(Valasci de Cugna)*, Lopo *(Lopus)*: nota 658.

PAIS *(Pelagii)*, Álvaro *(Alvarus)*, perito em direi., residente em Lisboa, em relação com o Dr. João das Regras, estudante em Bolonha: pp. CXXXVI-CXXXVII.

PAIS, Álvaro, franc., jurista e escritor, e os casam. de nobres da Península, sem dispensa dos impedim. matrimoniais: pp. CXXIII, CXXIV, CXXXIII, CXLI-CXLII, nota 274, p. CLXVII.

PAIS DE AZEVEDO, Gomes: p. CXLVIII.

PAIS DE TRANCOSO *(Pelagii de Trancoso)*, Vasco *(Valascus)*, clér. da dioc. de Viseu, cón. de Lamego, estud. na univers. de Lisboa: n. 154.

PAIS, Domingos, depoimento sobre os bens da Ordem do Templo: nota 61.

PAIS *(Pelagii)*, Gomes *(Gometius)*, cón. de Coimbra: p. CCLVIII, nota 663.

PALENÇA *(Palentino)*, Espanha, dioc. de: arcipres.: PORTILHO *(Portillo)*: nn. 701, 706, BENTO XIII: nn. 2, 19j, 23, 31. — beneficiados: DOMINGUES *(Dominici)*, Gil *(Egidius)*: BENTO XIII: n. 23; GARCIA *(Garsie)*, João *(Johannes)*: n. 671; GARCIA *(Garsie)*, Pedro *(Petrus)*: BENTO XIII: n. 54; MARTINS *(Martini)* DE OLIVENÇA, Fernando *(Fernandus)*: BENTO XIII: nn. 68, 76; PERES *(Petri)*, Jorge *(Georgius)*: nn. 684b, 695; VICENTE *(Vincentii)*, Lourenço *(Laurentius)*: BENTO XIII: n. 53. — bens da Ordem do Templo: pp. XIX-XXIII, XXX. — b.: GUTERRE *(Guterius)* GOMES: pp. CCCLXXVI, p. 241, nota 1. — capelão: DIAS *(Didaci)* DE CABUÉRNIGA, Afonso *(Alfonsus)*: nn. 684e, 691a. — clérigo: GONÇALVES *(Gondisalvi)*, Fernando *(Fernandus)*: n. 636e. — cónegos: AFONSO *(Alfonsi)*, Aires *(Arias)*: n. 689; ANES *(Johannis)*, Salvador *(Salvator)*: n. 692a; DIAS *(Didaci)* DE CABUÉRNIGA, Afonso *(Alfonsus)*: nn. 684c, 691a; DOMINGUES *(Dominici)*, Gil *(Egidius)*: BENTO XIII: n. 23; ESTEVES *(Stephani)*, Gonçalo *(Gunsalvus)*: n. 643; FERNANDES *(Fernandi)* DE CABEÇÓN, Afonso *(Alfonsus)*: n. 624; GARCIA *(Garsie)*, João *(Johannes)*: n. 671; GARCIA *(Garsie)*, Pedro *(Petrus)*: BENTO XIII: n. 54; MARTINS *(Martini)* DE OLIVENÇA, Fernando *(Fernandus)*: BENTO XIII: nn. 68, 76; SANCHES DE VALHADOLIDE *(Sancii de Valleoleti)*, João *(Johannes)*: n. 692a; SANCHES *(Sancii)*, João *(Johannes)*: n. 696. — igrejas: S.TA MARIA DE HUSILLOS *(Sancte Marie de Fusellis)*: n. 684e, BENTO XIII: n. 97; S.TA MARIA DE JERIA: BENTO XIII: n. 89; S.TA MARIA MAIOR DE VALHADOLIDE: nn. 625, 655, 692, 693. — porcion.: FERNANDES *(Fernandi)* DE CABEÇÓN, Afonso *(Alfonsus)*: n. 624. — sacerdotes: AFONSO DE FONTE PURA *(Alfonsi de Fonte Pudico)*, Diogo *(Didacus)*: n. 621; DIAS *(Didaci)* DE CABUÉRNIGA, Afonso *(Alfonsus)*: nn. 684e, 691a; FERNANDES *(Fernandi)* DE BRETADIELLO, Domingos *(Dominicus)*: n. 615a; FERNANDES DE FRÓMISTA *(Fernandi de Fromesta)*, Toríbio *(Turibius)*: BENTO XIII: n. 66.

PALÊNCIA DE NEGELLA, Espanha, dioc. de Salamanca: *VIDE:* S.TA CRUZ DE PALÊNCIA DE NEGELLA.

PALENTINA: *VIDE:* PALENÇA.

PALEÓLOGO, João *(Johannes)*, imperador de Constantinópola: pp. CC, CCI, CCIV, CCVII, CCXIV-CCXIX. — chegada a Veneza, para o concí. de Ferrara: pp. CCXIV, CCXV. — presença no concí. de Ferrara: pp. CCVII, CCXIV. — seus embaix. no concí. de Basileia: MANUEL: p. CC, notas 463, 479. — seus embaix. abandonam o concí. de Basileia: p. CCI, nota 467, p. CCII, nota 467.

PALMELA, comendador de: GOMEZ TAVEIRA, Lourenço: p. LXXXIII.

PALMELA, conc. de Palmela, dioc. de Lisboa: *VIDE:* S.TA MARIA DE PALMELA.

PALUDE, Luís *(Ludovicus)* de, b. de Lausana, embaix. do concíl. de Basileia aos Gregos: p. CXCIX, nota 463, p. CC, notas 463, 480, p. CCX, nota 484, pp. CCXV, CCXVI, nota 494, pp. CCXXII-CCXXIII, nota 508. *VIDE:* LAUSANA *(Lausanensis)*.

PAMPILHOSA, conc. de Mealhada (?), dioc. da Guarda, hoje de Coimbra (?): capela de: n. 117. — capelão: ANES *(Johannis)*, Afonso *(Alfonsus)*: n. 117. — sac. de: ANES *(Johannis)*, Afonso *(Alfonsus)*: n. 157.

PANCAS *(Paancas)*, Vasco *(Valascus)* de, clér. da dioc. de Lisboa, cón. de Silves: n. 35.

PANORMITANO *(Panormitanus)*, arceb., embaix. de Aragão no concí. de Basileia: p. CCI, notas 464, 467, 494.

PANSAR, *Johannes*, prior de Utreque, dos cón. regr., um dos embaix. nomeados pelo concí. de Basileia à dieta de Nuremberga: nota 512.

PARADINAS *(Paradinis)*, Afonso *(Affonso)* de, tesour. de Sevilha e curial pontifí., procurador do cab. de Braga na questão com os cón. de Vilar de Frades e dos prelados portug. na apelação contra a legacia do b. de Coimbra D. João Rodrigues Galvão: p. CCLXXVII, nota 706, pp. CCCXIX, CCCXXVIII-CCCXXXI, CCCXXXIV. — fundador da igr. do hospital ou alberg. de S. Tiago dos Hispanos de Roma e b. de Cidade Rodrigo: p. CCCXIX. — ouvidor apostólico: p. CCCLX, nota 991.

PARINA *Buxelus de*, capelão pontifí.: nota 83.

PARIS *(Parisiensis)*, França, dioc. de: chanceler: PEDRO DE AILLACO *(dAilly)*: p. 329, nota 1.

PARIS *(Parisiensis)*, univers. de: nn. 70, 257. — embaix. da univers. ao concí. de Basileia: SABRENAYS, *Dyonisius de*: nota 539, p. CCXXX, notas 542, 544, 549. — estudantes: ESTEVES *(Stephani)*, Afonso *(Alfonsus)*, bacharel em ambos os direitos: n. 70; JOÃO DE PORTUGAL *(Johannes de Portugalia)*: n. 257.

PARMA *(Parmensis)*: Itália: b.: *Dalphinus*, embaix. do concí. de Basileia aos Gregos pela Itália: p. CXCIX, nota 463, p. CC, nota 463, p. CCX, notas 484, 494.

PARMENSIS: *VIDE:* PARMA.

PARVI JOHANNIS, P.: p. CCXCI.

PASCAL *(Pascalis)*, Diogo *(Didacus)*, sac. da dioc. de Lisboa, porcion. na igr. de S. Miguel de Torres Vedras: n. 546.

PASCASIO, monge de S.ta Maria de Florença, prior: nota 516.

PATRIARCA dos Gregos: nota 480. — chegada a Veneza, para o concí. de Ferrara: pp. CCVII, CCXIV-CCXV, CCXVIII. — no concíl. de Ferrara: p. CCVII, CCXVIII-CCXX. *VIDE:* JOSEPH.

PAULO *(Paulus)*, S.: p. CXCIV.

PAULO *(Paulus)* II, papa: nota 414, pp. CCXXXVIII, nota 589, p. CCXXXIX, nota 589, pp. CCCXL, CCCXLI, notas 987, 988, pp. CCCLV-CCCLIX.

PAVIA, Itália, univers. de: *estudante:* RODRIGUES GALVÃO, João: p. CCCXI.

PAVOLINI (?) = POVOLIDE (?): p. CCXXVIII. *VIDE:* S. JOÃO DE PINHO (?), POVOLIDE (?).

PEDERNEIRA *(Petrenaria)*, dioc. de Lisboa, igr. par. de: *VIDE:* S. PEDRO DA PEDERNEIRA.

PEDRO *(Petrus)*, S., apóstolo: concí. de Jerusalém: p. CXCVI.

PEDRO, arceb. de Sevilha: pp. CCCLXXXV, CCCLXXXVIII. — card. - b. de Albano: nota 178. *VIDE:* GOMES BARROSO, Pedro *(Petrus)*. PEDRO *(Petrus)* GOMES BARROSO.

PEDRO *(Petrus)*, arceb. de Toledo e primaz das Espanhas: pp. CCCLXXV, CCCLXXVII.

PEDRO *(Petrus)*, b. de Digne, embaix. do papa aos Gregos: p. CCIV, notas 477-480, p. CCX, nota 484, p. CCXIII, nota 494, pp. CCXLVII--CCXLVIII, nota 637, 639. — b. de Meaux: p. CCXLVIII. — processo do concí. de Basileia contra ele, embaix. do papa Eugénio IV aos Gregos: pp. CCXLVII-CCXLVIII, notas 637, 639.

PEDRO *(Petrus)*, b. de Salamanca: p. LX.

PEDRO *(Petrus)*, card. - b. Penestrino, vice-chanceler da Cúria papal: pp. LXXXIV, LXXXVI, LXXXVII, notas 124, 125, p. LXXXVIII, notas 126-127.

PEDRO *(Petrus)*, Infante, irmão de D. Duarte e regente do sobrinho D. Afonso V e duque de Coimbra: carta do papa Eugénio IV ao regente sobre o deado de Coimbra, a conferir ao familiar Pedro de Ataíde: nota 712. — carta do papa Eugénio IV sobre a pretensão do regente de fazer b. de Silves a D. Luís do Amaral, privado da diocese de Viseu: pp. CCLXXIII-CCLXXV. — carta. do papa Eugénio IV sobre a privação de D. Luís do Amaral do bispado de Viseu: pp. CCXLII, CCXLIV-CCXLV, CCXLVIII--CCL. — cartas originais ao papa Eugénio IV: p. CLXXXI. — cartas do papa Eugénio IV sobre a regência, a ele, à rainha, a prelados e nobres, etc., de Portugal: pp. CLXXXVIII-CXC. — chanceleres: AFONSO, Álvaro: pp. CCLXXXIII,

CCLXXXV; AFONSO, Estêvão: p. CCLXXXIII, nota 729. — embaixadores: JOÃO *(Johannes)* DE S. LOURENÇO (Frei): pp. CLXXI, CLXXVIII, CLXXXIV, CLXXXV, CCLXXXIX-CCXC; PERES *(Petri)*, Luís *(Ludovicus)*: pp. CLXXXII, CLXXXIV, CLXXXVI; RUI *(Rodericus)* DA CUNHA: p. CLXXIX, nota 380, pp. CLXXX, CLXXXII, CLXXXIV, CLXXXV. — familiares: ATAÍDE, Pedro de: p. CCLXXIX; EANES, Gil: p. CCXCIII; MARTINS, Afonso: p. CLXXXVI; MARTINS *(Martini)*, Fernando *(Fernandus)*: p. CCCXLVII; PIRES, Vasco: p. CLXXXII. — favorável ao concí. de Basileia: pp. CCXV-CCXXXII. — filha Isabel casa com D. Afonso V: p. CLXXX. — igreja de Valada: p. CCCXLIII. — impede a posse do b. de Silves D. Rui Dias: pp. CCLXX-CCLXXIII. — intercede junto do papa Eugénio IV por D. Luís do Amaral, b. de Viseu, privado da dioc. por causa do cisma: pp. CCXXXII, CCXLII, CCXLIV, CCXLVIII-CCL, CCLXXV. — regência e a rainha D. Leonor: pp. CLXXXVII--CLXXXIX. — relações com Rui da Cunha, prior de Guimarães: pp. CCXLII-CCXLIV. — Rui Dias, deão de Braga, promotor de negócios do regente na Cúria papal: p. CCLXX. — seu familiar e capelão em Alfarrobeira: FERNANDES DE GOUVEIA, Martinho: pp. CCCXLIV, CCCXLVIII. — seu filho D. Pedro, administrador da Ordem de Avis: p. CCLXXXVIII, nota 751. — seu filho card. D. Jaime: nota 487. — seu rival D. Luís Coutinho, b. de Viseu e de Coimbra: pp. CCXXXII-CCXXXIV, CCXLII-CCXLIV. — sucede ao irmão, rei D. Duarte, na regência do reino, que lhe é entregue nas cortes de Lisboa: pp. CLXXXVI, CLXXXVII. — súplicas ao papa Eugénio IV: pp. CLIX, CLXXXI, CLXXXII, CLXXXIV--CLXXXVI.

PEDRO *(Petrus)*, rei de Portugal, filho de D. Afonso IV: notas 130, 164, p. CV, nota 183, pp. CVII, CX, CXII, CXIV, CXIX, CXXII, CXXIII, CXXIV-CXXVIII, CXXIX, CXXXIV, CXLII, CXLV-CLIII, CLIX, CLX, CLXI, p. CLXI, notas 336-338, pp. CLXVII, CLXVIII, CCCLXVII, CCCLXVIII, CCCLXXIII, CCCLXXIV, CCCLXXXIX, CCCXC, CCCXCI-CCCXCVI, nn. 375, 709. — cartas do papa Clemente VI sobre o embaix. Dr. Pedro de Corbiniaco: pp. CLVI-CLVII. — casam. ou despos. com Dona Branca: pp. CXXIII, CXXIV--CXXXV, CXLV-CXLVI, CLXVII, CLXVIII, CCCLXVII, CCCLXVIII, CCLXXIII, CCCLXXIV, CCCLXXXIX-CCCXCVI. — casam. com Dona Constança: pp. CXXIII--CXXVII, CXXX, CXXXII, CXLI, CXLII, CLIs, CLXVII, CCCLXVII, CCCLXVIII, CCCLXXIII, CCCLXXIV, CCCLXXXIX, CCCXC, CCCXCII-CCCXCVI. — casam. com Dona Inês de Castro: pp. CXXIII-CXXIX, CXXXIV, CXLII, CXLVI-CLIII, CLXVII, CCCLXVII, CCCLXVIII, nota 1004, pp. CCCLXXI-CCCLXXII, CCCLXXIII, CCCLXXIV, CCCXCI, CCCXCVI. — descontente com o embaix. de D. Afonso IV ao papa, Dr. Pedro de Corbiniaco, encarregado de tratar do seu casam. com uma filha do rei de França: pp. CLVIs, CCCLXXII. — dispensa de João XXII para casar com Dona Branca, aplicada ou não ao casam. com Inês de Castro: pp. CXLIXss, CCCLXXI. — embaix. ao papa: pp. CLIV--CLV; VASQUES, Martinho, senhor de Góis: p. CLIV. — falecido: n. 375. — familiar: VASQUES, Gonçalo, mestre em medicina e licenc. em artes: nota 164. — filhos: FERNANDO, primogénito, herdeiro: pp. CXIX, CXXIV, CCCXCVII; LUÍS: pp. CXXV, CXXVII, CCCXCVII; MARIA: pp. CLIX, CCCXCVII; MESTRE DE AVIS, D. João I: pp. CXXII, CXXIII, CLXVII; filhos de D. Inês de Castro: DINIS, JOÃO e BEATRIZ: pp. CXXV, CXXVI, CXXVIII, CXXXIV, CLXI, notas 336-337, pp. CLXVIII, CCCLXVII. — legitimação dos filhos: nota 183. — nascim.: p. CXXX. — negação de pedidos ao rei pelo papa Inocên. VI: pp. CLVIIs, CCCLXXII, CCCLXXIII, CCCLXXIV. — petições atendidas para os filhos: notas 336, 338. — súplicas e concessões a D. Pedro do papa Inocên. VI: pp. CXLIX, CLVIII, CLXI, notas 336-337.

PEDRO, Infante que morreu nas veigas de Granada, pai da Infanta Dona Branca: pp. CXXVI--CXXVIII, CXXX, CXXXIII, CCCXCII.

PEDRO, conde de Ceuta: p. CLXXXV. — filho: MENESES, Duarte de: p. CLXXXV. *VIDE:* MENESES, Pedro de.

PEDRO, conde de Trestamara: p. CCCLXXXV, n. 634a.

PEDRO *(Petrus)*, filho do regente Infante D. Pedro e administr. da Ordem de Avis: p. CCLXXXVIII, nota 751.

PEDRO *(Petrus)*, Infante, filho de D. Sancho de Castela, conces. para a guerra contra os sarrac. de Granada: p. XLVI, nota 82. — bens da Ordem do Templo por ele ocupados: p. XLVI, nota 82.

PEDRO *(Petrus)*, arceb. de Toledo, róis de súplicas: BENTO XIII: p. 330, nota 1.

PEDRO *(Petrus)*, filho do Infante D. João de Portugal: BENTO XIII: n. 95.

PEDRO *(Petrus)*, cón. de Coimbra, b. eleito de Évora: p. 39, nota 3.

PEDRO *(Petrus)* BLAVI ou BLAU, doutor em decretos, referendário, embaix. e núncio do papa Bento XIII ao rei de França. card. do tít. de Santo Anjo: BENTO XIII: n. 19f, p. 294, nota 1.

PEDRO *(Petrus)* CAVALERI, arced. de Lisboa e de Santarém e de Ardena na igr. de Liège, b. de Silves e colector geral: nn. 197-204, p. 39, nota 1, nn. 338, 360, 401, 475. — administr. do hospital-colégio de S.to Elói de Lisboa: n. 197. — porcion. da igr. de S. João de Mocharro: n. 475. *VIDE:* CAVALERI, Pedro *(Petrus)*.

PEDRO DA CRUZ *(Petrus de Cruce)*, dominic., professor de teolog., b. tit. de Tiberíades, com faculd. de exercer as funções episcopais na dioc. de Lisboa: p. CCLXXXVI, nota 742.

PEDRO *(Petrus)* DA FONSECA, clér. da dioc. de Ávila, com onze anos de idade, nobre e sobrinho do card. de S.to Anjo, Pedro Rodrigues da Fonseca, e cón. de Astorga: BENTO XIII: n. 108.

PEDRO *(Petrus)* DE AILLACO *(D'Ailly)*, chanceler da igr. de Paris, mestre em teologia, esmoler do rei de França, b. de Le Puy e de Cambrai, referendário, cardeal participante no concí. de Constança: p. 329-330, nota 1.

PEDRO DE CASTRO, pai de D. Inês de Castro e filho de Dona Violante: p. CCCXCVI.

PEDRO DE FUXO, cardeal diác. de S.to Estêvão in Monte Celio, legado nos reinos de Aragão: p. CCLV, nota 661. — familiar: RODRIGUES, Vasco: p. CCLV, nota 661.

PEDRO *(Petrus)* DE LUNA, cardeal de Aragão, legado na Península: pp. CCCLXXIX, CCCLXXX, CCCLXXXIII-CCCLXXXV, BENTO XIII: nn. 19i, 63.

PEDRO *(Petrus)* DE NORONHA, arceb. de Lisboa: pp. CCXCI-CCXCII, nota 766, p. CCXCIII.

PEDRO DE PORTUGAL *(Petrus de Portugalia)*, freire de Calatrava, preceptor de Villa de Almagro na dioc. de Toledo: BENTO XIII: nn. 101, 104. — preceptor de Córdova: BENTO XIII: n. 104.

PEDRO DE RABAT *(Petrus Ravati)*, chance. e arceb. de Tolosa, referendário, b. de Mâcon e de Saint Pons de Tomières, cardeal: p. 329, nota 1.

PEDRO DE VARAIS *(Petrus de Varaãs)*, cón. e chantre de Tui, cón. de Compostela, benef. nas igr. de S.ta Maria e S. Mamede de Guillarey no reino de Castela e de S. Julião da Silva e de S. Martinho de Pinei e de S. Bartolomeu de Caminha em Portugal: BENTO XIII: n. 19k.

PEDRO ESCURO, dioc. de Lisboa, capela de: p. CCCXLIV.

PEDRO *(Petrus)* GIRARD, licenc. em leis, b. de Lodève, de Le Puy e cardeal: p. 330, nota 1.

PEDRO *(Petrus)* GOMES BARROSO, b. de Coimbra e de Lisboa, arceb. de Sevilha e cardeal: *VIDE:* GOMES BARROSO, Pedro *(Petrus)*. PEDRO *(Petrus)*, arceb. de Sevilha.

PEDRO *(Petrus)* RODRIGUES DA FONSECA, card. de S.to Anjo, administr. das igr. de Astorga e de Siguenza: BENTO XIII: p. 347, nota 1, n. 97, p. 359, nota 1, nn. 99, 103-110. — cón. e arced. de Sevilha, cón. de Burgos, benef. nas dioc. de Sevilha, de Burgos e de Salamanca: BENTO XIII: n. 103. — familiares: AFONSO *(Alfonsi)*, Álvaro *(Alvarus)*: BENTO XIII: n. 99; LOPES *(Luppi)*, Pedro *(Petrus)*: BENTO XIII: nn. 107, 110; MARTINS *(Martini)* DE OLIVENÇA, Fernando *(Fernandus)*: BENTO XIII: n. 106; MARTINS *(Martini)* DE ÚBEDA, Pedro *(Petrus)*: BENTO XIII: n. 109; SANCHES *(Sancii)* DE CISNEROS, Diogo *(Didacus)*, capelão: BENTO XIII: n. 97. — seu sobrinho: PEDRO *(Petrus)* DA FONSECA: BENTO XIII: n. 108. *VIDE:* RODRIGUES *(Roderici)* DA FONSECA, Pedro *(Petrus)*.

PEDRO ROGÉRIO, card. diác. de S.ta Maria Nova, papa Gregório XI: p. 39, nota 2.

PEDRO *(Petrus)* TENÓRIO, arced. de Calatrava, doutor em decretos, b. de Coimbra e arceb. de Toledo: pp. CCCLXXV, CCCLXXIX, n. 235, p. 52, nota 3.

PEDRO TROUSSEAU *(Petrus Trouselli)*, acól. e capelão pontif.: n. 698, p. 251, nota 1.

PELAGII, *Johannes*, de Soure, e depoimento sobre os bens dos Templários: nota 61.

PEÑA *(Pina, Pinna, Pyna)*, Espanha, dioc. de Huesca. *VIDE:* S. JOÃO DE PEÑA.

PENAJÓIA *(Pena Goya)*, conc. e dioc. de Lamego, igr. par. de: n. 7.

PEÑALVER, Espanha: *VIDE:* PENLVER.

PENELA *(Penella)*, conc. de Penela, dioc. de Coimbra, arced. de: nota 158, p. CCLXXXI, BONIFÁCIO IX: n. 17. — arced.: ANES *(Johannis)*, Fernando *(Fernandus)*: BONIFÁCIO IX: n. 17; GARCIA DE VALHADOLIDE *(Garsie de Valleoleti)*, Sancho *(Sancius)*: n. 625; RODRIGUES GALVÃO, João *(Johannes)*: p. CCCXI. — igrejas: S.TA EUFÊMIA DE PENELA: nn. 166, 168; S. MIGUEL DE PENELA: n. 168.

PENESTRINO, card. - b., e a nacionaliz. da Ordem de S. Tiago da Espada em Portugal: pp. LXXXIV, LXXXVI, LXXXVII, notas 124, 125, p. LXXXVIII, notas 126, 127. *VIDE:* PEDRO *(Petrus)*, card.-b. Penestrino.

PENÍNSULA IBÉRICA: bens da Ordem do Templo: pp. XVIII-LIV.

PENISCOLA *(Peniscole)*, Espanha, residên. do papa Bento XIII: BENTO XIII: nn. 104-110.

PENLVER = PEÑALVER, Espanha, dioc. de Toledo, igr. par. de: BENTO XIII: n. 67. — porcion.: MARTINS *(Martini)*, Afonso *(Alfonsus)*: BENTO XIII: n. 67.

PENSALVOS *(Pensalvis)*, conc. de Vila Pouca de Aguiar, dioc. de Braga, hoje de Vila Real, igr. par. de: *VIDE:* S.TA EULÁLIA DE PENSALVOS.

PENUDE, conc. e dioc. de Lamego, igr. de: p. CCXXXVIII, nota 589. — reitor: MARTINS *(Martini)*, Vasco *(Valascus)*: p. CCXXXVIII, nota 589.

PEREGRINI, *Jacobus*, genovês em Lisboa: p. CXXXVII.

PEREIRA, Álvaro, mestre-escola de Coimbra: p. CCLXXXIV.

PEREIRA, Álvaro, prior do most. do Carmo de Lisboa: p. CCXCVIII.

PEREIRA *(Pereyra)*, Álvaro, barão e caval. nas cortes de Coimbra de 1385: p. CVII.

PEREIRA *(Perreyra)*, Fernando *(Fernandus)*: nota 652.

PEREIRA, Gonçalo, arceb. de Braga: casam. de D. Pedro e Dona Constança: p. CXLVII (nota 9), pp. CLI, CLIII, CCCLXXI, CCCXCIII.

PEREIRA *(Pereyra)*, João *(Johannes)*, caval., embaix. de D. Duarte no concí. de Basileia: nota 458.

PEREIRA, Maria, abadessa do most. de S.ta Clara de Vila do Conde: nota 584.

PEREIRA, Violante, viúva de caval. de Lisboa: p. CXX.

PERENSE *(Perensi)*, porto: nota 494.

PERES *(Perez)*, Afonso *(Affonso)*, procur. nas cortes de Coimbra de 1385: p. CVII.

PERES *(Petri)*, Afonso *(Alfonsus)*, reitor de S.to António de Évora, estud. de dir. civil na univers. de Lisboa, cón. de Évora: n. 110.

PERES *(Petri)*, Afonso *(Alfonsus)*, clér. da dioc. de Lisboa, porcion. da igr. de S. Tiago de Beja: n. 419.

PERES *(Petri)*, Afonso *(Alfonsus)*, clér. da dioc. de Lisboa, benef. na igr. de Braga: n. 431.

PERES *(Petri)*, Afonso *(Alfonsus)*, reitor da igr. de Carvalhais, cón. e benef. na dioc. de Samora: n. 675.

PERES *(Petri)*, Afonso *(Alfonsus)*, sac. e benef. da dioc. de Lamego, familiar do ab. de S. João de Tarouca, D. Nuno Martins: BONIFÁCIO IX: n. 25.

PERES, Álvaro, chantre de Coimbra: pp. CCCVIII, CCCIX.

PERES *(Perez)*, Álvaro, cón. de Coimbra e procur. do cab. nas cortes de Lisboa de 1455: p. CCXXXVIII, nota 589.

PERES *(Petri)*, Álvaro *(Alvarus)*, bacharel em direito civil, clér. da dioc. de Coimbra, cón. de Lisboa: n. 72.

PERES *(Petri)*, Álvaro *(Alvarus)*, clér. de Lisboa, estud. de dir. canón., benef. na dioc. de Lisboa: n. 362.

PERES *(Petri)*, Álvaro *(Alvarus)*, da obediên. do papa Urbano VI, administr. do colégio - hospital de S.to Elói de Lisboa, colector apostól. de Urbano VI: n. 197.

PERES *(Perez)* CALVILHO, Fernando, doutor em decretos, deão de Tarazona, capelão pontif., ouvidor das causas apostól., b. de Vich e de Tarazona, cubicul. do papa, referendário pontif., cardeal presb. dos Doze Apóst., envolvido no cisma: p. CCCLXXXIV, BENTO XIII: n. 1a, p. 272, nota 1.

PERES CARBONÁRIO *(Petri Carbonarii)*, Álvaro *(Alvarus)*, clér. de Évora, benef. na dioc. de Évora: n. 388.

PERES CARRASCA *(Petri Carrascha)*, Miguel *(Michael)*, familiar do b. de Tarazona, da comitiva do papa Bento XIII nas legacias antes de ser papa aos reinos de Aragão, Castela, Navarra, Portugal e na França, benef. nas dioc. de Tortosa e de Lérida, porcion. de Tortosa: BENTO XIII: n. 1a.

PERES DA LOURINHÃ *(Petri de Laurinhaa)*, Domingos *(Dominicus)*, arced. de Lisboa: pp. XCIX-C, notas 166, 167.

PERES *(Perez)* DE ANDRADE, Fernam: pp. CCCLXXVI, CCCLXXVII.

PERES DE CAMÕES *(Petri de Caamoes)*, Aires *(Arias)*, escud. e patrão da galé do rei de Portugal: rol de súplicas: nn. 442-450.

PERES *(Petri)* DE CARMONA, Afonso *(Alfonsus)*, clér. e porcion. da dioc. de Sevilha: n. 343.

PERES *(Perez)* DE CASTRO, Álvaro, conde de Arraiolos: p. CCCLXXXVIII.

PERES *(Petri)* DE LOUROSA, João *(Johannes)*, clér. da dioc. de Coimbra, familiar do nobre caval. Vasco Martins da Cunha, dispensa de irregularidade para receber todas as Ordens sacras: BONIFÁCIO IX, n. 1. — porcion. da Ordem de S. Tiago da Espada na arquid. de Lisboa: BONIFÁCIO IX: n. 16.

PERES DE SINTRA *(Petri de Sintria)*, Martinho *(Martinus)*, com benef. da colação do b. e cab. de Lisboa, estud. na univers. de Avinhão: n. 215.

PERES *(Perez)*, Domingos, tabelião de el-rei em Alcácer: p. LXXXIV.

PERES *(Petri)*, Domingos *(Dominicus)*, sequaz de Urbano VI e deão e cón. de Lisboa, privado do canonicato e deado por Clemente VII: nn. 357a, 480, 483, 526.

PERES, Estêvão, clér. da dioc. de Évora e reitor da igr. de S. João de Cinfães: p. LIV.

PERES *(Petri)*, Estêvão *(Stephanus)*, cón. de Coimbra: p. CI, nota 168.

PERES *(Petri)*, Estêvão *(Stephanus)*, sac. da dioc. de Lisboa, porcion. na igr. de S.ta Margarida de Lourinhã: n. 540.

PERES *(Perez)*, Fernam, procurador nas cortes de Coimbra de 1385: p. CVII.

PERES *(Petri)*, Garcia *(Garsia)*, da dioc. de Évora e benef. da igr. coleg. de S.ta Maria de Alcáçova de Santarém: nn. 285, 301, 432. — porcion. da igr. de S. Salvador de Arraiolos: n. 301. — porcion. da igr. de S. Nicolau de Lisboa: n. 432.

PERES *(Petri)*, Geraldo *(Geraldus)*, sac. da dioc. de Braga, cón. e benef. na dioc. de Astorga: n. 681.

PERES *(Petri)*, Gil *(Egidius)*, arced. do Couto na igr. de Braga: nn. 234, 642, BENTO XIII: n. 57. — bacharel em leis, cón. de Braga e de Burgos: n. 642, BENTO XIII: n. 57. — cón. de Compostela: BENTO XIII: n. 57.

PERES *(Petri)*, Gil *(Egidius)*, sac. de Torres Novas, cón. de Évora, estud. na univers. de Lisboa: n. 134.

PERES *(Petri)*, Gil *(Egidius)*, sac. da dioc. de Coimbra, benef. do most. de S.ta Maria de Lorvão: n. 507.

PERES *(Petri)*, Gil *(Egidius)*, filho do caval. Gil Peres e clér. da Guarda, natural e familiar da portug. rainha de Castela D. Beatriz, escolar de direito civil, cón. e benef. na dioc. de Ávila: BENTO XIII: n. 35.

PERES *(Petri)*, Gomes *(Gometius)*, sac. da dioc. de Lisboa, porcion. na igr. de S.to André de Lisboa, cón. e arced. de Cerveira e meio-cón. de Lisboa: nn. 560, 561. *VIDE:* PIRES *(Petri)*, Gomes *(Gometius)*.

PERES, Gonçalo, tabelião geral: p. CXXXVIII.

PERES *(Petri)*, Gonçalo *(Gundissalvus)*, cón. regr. e benef. do most. de S.ta Maria de Cárquere: n. 330.

PERES *(Petri)*, Gonçalo *(Gondissalvus)*, porcion. na igr. de S. João de Mocharro, morto na Cúria papal: nn. 304, 459, 461, 476.

PERES *(Petri)*, João *(Johannes)*, reitor da igr. de S.ta Maria de Tentúgal, quartaná. de Coimbra, estud. na univers. de Lisboa: n. 162.

PERES *(Petri)*, João *(Johannes)*, clér. da dioc. de Braga, escolar de gramática na univers. de Lisboa, com benef. da colação do prior e colég. de S.ta Maria de Landim: nn. 169, 200. — ilegí.: n. 200.

PERES *(Petri)*, João *(Johannes)*, da dioc. de Évora, capelão do b. de Évora, vig. da igr. de S.ta Maria de Redondo e benef. de S.ta Maria de Alvito: n. 411a.

PERES *(Petri)*, Jorge *(Georgius)*, clér. da dioc. de Coimbra, estud. de dir. civil, benef. na dioc. de Segóvia: nn. 684, 684b. — benef. na dioc. de Palença: nn. 684b, 685, 695. — benef. na dioc. de Lisboa: n. 685. — benef. na dioc. de Toledo: n. 695.

PERES *(Petri)*, Lopo *(Lupus)*, benef. na igr. de S. Miguel de Aldovera da dioc. de Toledo: n. 692b.

PERES *(Petri)*, Lourenço *(Laurentius)*, benef. na igr. de S. Pedro de Torres Novas, estud. na univ. de Lisboa: n. 170.

PERES *(Petri)*, Luís *(Ludovicus)*, reitor da igr. de S.ta Maria do Castelo de Vide, embaix. da rainha D. Leonor e do regente ao papa Eugénio IV e capelão do falecido D. Duarte: pp. CLXXXI-CLXXXIV, nota 407, p. CLXXXVI.

PERES *(Perez)*, Manuel, procur. nas cortes de Coimbra de 1385: p. CVII.

PERES, Martinho, doutor em leis, clér. da dioc. de Lisboa: p. CCXXXIX, nota 589.

PERES *(Petri)*, Martinho *(Martinus)*, sac. da dioc. de Évora, quartan. de Lisboa e porcion. da igr. de S. Miguel de Lisboa: n. 370b.

PERES *(Petri)*, Martinho *(Martinus)*, meio-cón. de Coimbra, benef. na dioc. de Coimbra, reitor da igr. de Antanhol: n. 370e.

PERES *(Petri)*, Mendo *(Menendus)*, subdiác. de Viseu, estud. em Salamanca e Bolonha, licenc. em dir. canón. em Ferrara, curial do papa Eugénio IV e Nicolau V, incorporado no concí. de Basileia e familiar do b. de Viseu D. Luís do Amaral e do card.-b. de Sabina, antipapa regressado à obediência, cón. do Porto e de Lisboa, colector apostól. em Portugal e deão de Lamego: pp. CCXXVII-CCXXVIII, notas 527, 530, 706, p. CCCV. — embaix. do b. de Viseu a Portugal: p. CCXXVIII. — familiar do card. b. de Sabina: p. CCLXXVII, nota 706. — familiar do card. D. Jaime, filho de D. Pedro: nota 706. — procur. do cab. de Braga na questão com os cón. azuis de Vilar de Frades: p. CCLXXVII, nota 706, p. CCCXIX. — regresso ao papa de Roma: p. CCLXXVII, nota 706.

PERES *(Perez)*, Miguel *(Migel)*, notário: p. LXXXII.

PERES *(Petri)*, Pedro *(Petrus)*, cón. de Coimbra, procur. e núncio de D. Dinis junto do papa quanto à fundação da Ordem de Cristo: pp. XLIII-XLV, LVI.

PERES *(Petri)*, Rodrigo *(Rodericus)*, cón. prebend. e mestre-escola de Silves, cón. de Lisboa e capelão na igr. par. de S. Clemente de Loulé ou de Alte da dioc. de Silves: n. 20, BENTO XIII: n. 56. — clér. de Travaços da dioc. de Astorga, capelão da portuguesa rainha de Cas-

tela D. Beatriz, cón. e benef. na dioc. de Silves: BENTO XIII: n. 56.
PERES *(Perez)*, Roy, procur. nas cortes de Coimbra de 1385: p. CVII.
PERES *(Petri)*, Simão *(Symon)*, envolvido no cisma, benef. na dioc. de Sevilha: BENTO XIII: n. 9e.
PERES *(Petri)*, Vasco *(Valascus)*, mestre, chantre de Compostela, inquiridor sobre os bens da Ordem do Templo: pp. XIX, XX, XXII, XXIII, XXIX, XXX.
PERES *(Petri)*, Vasco *(Valascus)*, clér. da dioc. de Lisboa, bacharel em dir. canón., cón. de Lisboa: n. 361.
PERES *(Petri)*, Vasco *(Valascus)*, porcion. na igr. de S. Lourenço de Lisboa e reitor da igr. de S. Julião de Lisboa: n. 444.
PERES *(Petri)*, Vasco *(Valascus)*, cón. regr. do most. de S.ta Maria de Cárquere, benef. do most. de S. Vicente de Fora de Lisboa: n. 346.
PERES *(Petri)*, Vasco *(Valascus)*, bacharel em dir. canón., oriundo da cidade de Lisboa, procur. dos negócios da câmara apostól., cón. de Lisboa, reitor da igr. de S. Tiago de Alenquer, juiz régio na vila de Beja: n. 199.
PERES *(Petri)*, Vasco *(Valascus)*, bacharel em decretos, reitor da igr. de S. Miguel de Sobral, cón. da Guarda: n. 370c.
PERES *(Petri)*, Vasco *(Valascus)*, da família do conselh. régio Vasco Domingues: n. 234.
PERES *(Petri)*, Vasco *(Valascus)*, sac. da dioc. de Lamego, benef. do most. de Arouca e porcion. da igr. de S. Pedro de Ferreira da dioc. de Lamego: n. 332.
PERES *(Petri)*, Vicente *(Vincentius)*, clér. de Santarém, escolar de dir. canón. na univers. de Lisboa, cón. de Évora: n. 145.
PEREZ CALVILHO, Fernando: *VIDE:* FERNANDO PEREZ CALVILHO. PERES *(Perez)* CALVILHO, Fernando.
PÉRGAMO, = BÉRGOMO, card. de: p. LXXXIX.
PERIGUEUX *(Petragoricensis)*, França, dioc. de: clér.: ALBI, Pedro *(Petrus)*: n. 601; TERETA, Pedro *(Petrus)*: n. 202. — igr.: S. FRONTONIS: n. 90.
PERNES, conc. de Santarém, dioc. de Lisboa, igr. par. de: *VIDE:* S.TA MARIA DE PERNES.
PERUSIO, Gaspar de: fala no concí. de Basileia em nome dos embaix. portug., depois da apresentação da procuração: nota 458.
PESSANHA, Manuel, almirante e embaix. de D. Dinis sobre a nacional. da Ordem de S. Tiago da Espada: p. LVI.
PESSEGUEIRO *(Pessegueyro)*, Espanha, dioc. de Orense: *VIDE:* S. SALVADOR DE PESSEGUEIRO.
PETRAGORICENSIS, França, dioc.: *VIDE:* PERIGUEUX *(Petragoricensis)*.
PETRI, *Alvarus*, cón. de Braga: nota 654.
PETRI, *Alvarus*, reitor da igr. de S. Salvador de Bouças, cubicul. do papa e abrevi. das letras apostól.: nota 579.
PETRI, *Arias*, de Castelo Branco, e depoimento sobre os bens dos Templários: nota 61.
PETRI DE CAMÕES, *Arias*, escudeiro e patrão da galé do rei de Portugal: p. CLII (nota 17a).
PETRI, *Johannes*, cón. de Braga e de Évora: nota 156.
PETRI, *Marcus*, tabelião régio em Beja: p. XVII.
PETRI, *Matheus*, tabelião: p. IX.
PETRI, *Stephanus*, sac. benef. na igr. de S.ta Maria de Sintra: BONIFÁCIO IX: n. 7.
PETRUS, b. de Salamanca, executor de letras de Bonifácio VIII sobre a nacional. da Ordem de S. Tiago da Espada em Portugal: p. LX.
PHILIPPA: *VIDE:* FILIPA.
PHILIPA, rainha de Inglaterra: P. CLXVI, nota 344.
PIACENZA ou PLACÊNCIA: FONTANA, Umberto da, licenc. em dir. canón. em Bolonha: nota 176.
PIANA, Celestino, OFM: nota 677.
PICCOLOMINI, Eneas Sílvio: pp. CCXXVI, CCXXVII, CCXXIX.
PICOTO ANTIGO *(Antiquo)*, Espanha, dioc. de Samora: *VIDE:* S. MARTINHO DE PICOTO ANTIGO.
PICTAVIS = POITIERS: França: pp. XVIII, XIX, XX, XXI-XXIII.
PIEMONTE *(Pedemontium)*: nota 467.
PIENÇA *(Pientie)*, residên. papal: pp. CCCXXXVIII, CCCXL.
PILOTI, Guilherme, vig. do arceb. de Braga D. Guilherme de la Garde: p. CLIV.
PIMENTA, Estêvão *(Stephanus)*, cón. de Braga: p. CCLII, nota 654.
PINA, Fernando de: pp. CCCXCVIII, CCCXCIX.
PINA, Rui de: pp. CLXXVIII, CLXXIX. — probidade histórica: p. CIV.
PINDO, tratado de: p. CCCLXXIX.
PINEI, dioc. de Tui: *VIDE:* S. MARTINHO DE PINEI.
PINHA *(Pyna)*, Espanha, dioc. de Huesca, most. bened. de: BENTO XIII: n. 7, p. 278, nota 1, n. 19h, p. 295. *VIDE:* S. JOÃO DE PEÑA. S. JOÃO DE PINHA.
PINHEIRO *(Pinheyro)*, conc. de Guimarães, dioc. de Braga, igr. par. de: *VIDE:* S. SALVADOR DE PINHEIRO.
PINHEIRO, pertenc. à Ordem do Templo: p. XXXVI.
PINHEL: p. CCXLI.

PINTO, Pero, escudeiro: nota 905.

PIO *(Pius)* II, papa: p. CCVI, nota 481, p. CCXXXIX, nota 589, p. CCLXXVII, nota 706, p. CCLXXXV, nota 734, pp. CCXCVIII, CCC, CCCII-CCCIII, nota 824, pp. CCCIII-CCCVI, nota 837, pp. CCCVII--CCCXIV, CCCXXXVI-CCCXL, CCCXLIX--CCCLV, notas 983-985, pp. CCCLVI--CCCLVIII, CCCLX-CCCLXII.

PIRES *(Petri)*, Afonso *(Alfonsus)*, clér. da dioc. de Lamego, benef. na dioc. do Porto: n. 466.

PIRES *(Petri)*, Aires *(Arias)*, embaix. do rei de Portugal: rol de súplicas: nn. 459-461.

PIRES, André, procur. da Ordem do Templo: pp. XXV-XXVI.

PIRES DA GUERRA, Fernando, sobrinho do rei de Portugal D. João I e b. do Porto, cón. de Lisboa: pp. CXVIII, CLXVIII, CLXIX. *VIDE:* FERNANDO *(Fernandus)* DA GUERRA.

PIRES *(Perez)*, Garcia, comendador-mor e mestre--provincial da Ordem de S. Tiago da Espada: pp. LXXXIII, LXXXIV.

PIRES *(Petri)*, Gil *(Egidius)*, sac. e benef. na dioc. da Guarda: n. 512.

PIRES *(Petri)*, Gil *(Egidius)*, sac. da dioc. de Coimbra, benef. do most. cisterc. de S.ta Maria de Lorvão: nn. 507, 514: *VIDE:* PERES *(Petri)*, Gil *(Egidius)*.

PIRES *(Petri)*, Gil *(Egidius)*, bacharel em leis, cón. do Porto e de Braga, arced. do Couto: n. 570. *VIDE:* PERES *(Petri)*, Gil *(Egidius)*.

PIRES *(Petri)*, Gomes *(Gometius)*, sac. de Lisboa, porcion. na igr. par. de S.to André de Lisboa, meio-cón. de Lisboa, cón. de Tui e arced. de Cerveira: nn. 560, 561.

PIRES *(Petri)*, Gonçalo *(Gundissalvus)*, clér. da dioc. da Guarda, benef. na dioc. de Lisboa: n. 457.

PIRES, João: p. CCXCIV.

PIRES, Leonor, mulher de Pedro Anes: p. CLXXII. — marido: ANNES, Pedro, escudeiro: p. CLXXII.

PIRES, Lourenço, vig. da igr. de S.to Estêvão de Alenquer: p. CCCXCIX.

PIRES, Luís *(Ludovicus)*, b. de Silves e do Porto: pp. CCLXIII-CCLXIV, nota 672. — criados: CASAL, Luís do: p. CCLXIV, nota 672; MERLIS, Diego de: p. CCLXIV, nota 672. — obediên. ao arceb. de Braga D. Fernando da Guerra pelo procurador MARTINHO ALHO: pp. CCLXIII-CCLXIV, nota 672.

PIRES, Vasco, familiar do regente D. Pedro e chantre de Coimbra: p. CLXXXII.

PISIS, *Gerardus de*, clér. da câmara apostól.: p. CCLI, nota 650.

PLACÊNCIA *(Placentinus)*, card. de: pp. CCXI, CCXIII, notas 487, 645, 741. *VIDE:* BRANDA, cardeal.

PLÁCIDO, monge da abadia de S.ta Maria de Florença: p. CCXXVI, nota 516.

PLASENÇA *(Prazentina)*, Espanha, dioc. de: arced.: ANDESTER, Filipe *(Philippus)* de: BENTO XIII: nn. 5, 9c, 18b. — arcipre.: DOMINGUES DE MOURA *(Dominici de Moira)*, Afonso *(Alfonsus)*: BENTO XIII: nn. 17, 19a. — *beneficiados:* ANES *(Johannis)*, Salvador *(Salvator)*: nn. 703, 716, BENTO XIII: n. 5a; DOMINGUES *(Dominici)* DE MOURA, Afonso *(Alfonsus)*: BENTO XIII: n. 40; GIL *(Egidii)*, Diogo *(Didacus)*: BENTO XIII: n. 34; GIL *(Egidii)*, João *(Johannes)*: BENTO XIII: n. 49; GOMES *(Gometii)*, Lourenço *(Laurentius)*: BENTO XIII: n. 29; MARTINS *(Martini)* DE OLIVENÇA, Fernando *(Fernandus)*: BENTO XIII: n. 50; MARTINS *(Martini)*, Paio *(Pelagius)*: n. 679; RODRIGUES *(Roderici)*, Vasco *(Valascus)*: BENTO XIII: n. 42. — b.: GONÇALO DE ZUNIGA *(Gundissalvus de Aztuniga)*: BENTO XIII: n. 103, p. 369, nota 2. — cónegos: ANDESTER, Filipe *(Philippus)* de: BENTO XIII: nn. 5, 9c, 18b; ANES *(Johannis)*, Salvador *(Salvator)*: nn. 703, 716; DOMINGUES *(Dominici)* DE MOURA, Afonso *(Alfonsus)*: BENTO XIII: nn. 17, 19a, 40; GIL *(Egidii)*, Diogo *(Didacus)*: BENTO XIII: n. 34; GOMES (*Gometii*), Lourenço (*Laurentius*): BENTO XIII: n. 29; LOURENÇO *(Laurentii)*, João (*Johannes*): n. 657; MARTINS *(Martini)* DE OLIVENÇA, Fernando *(Fernandus)*: BENTO XIII: n. 50; MARTINS *(Martini)*, Fernando (*Fernandus*): n. 708; MARTINS *(Martini)*, Paio *(Pelagius)*: n. 679; MENDES *(Menendi)*, Gonçalo *(Gundissalvus)*: n. 704.

PLATEA: *VIDE:* PRAÇA *(Platea)*.

PLATO: p. CXCIV, nota 1.

POITIERS *(Pictavis)*, França, dioc. de: pp. XVIII--XXIII — arced.: DAURDIS, *Petrus:* p. CCLXIII, nota 672.

POMBAL, conc. de Pombal, dioc. de Coimbra: Ordem do Templo: pp. XXV-XXVII, XXXIV. — doado à Ordem de Cristo: p. XLV.

POMBEIRO *(Pombeyro)*, conc. de Felgueiras, dioc. de Braga, hoje do Porto, most. bened. de: pp. CCLXXXIX, CCC, CCCI. — comendatário: AIMARO, b. de Ceuta: p. CCLXXXIX. *VIDE:* S.TA MARIA DE POMBEIRO.

PONTECURVO, Phy. de, clér. da câmara apostól.: p. CCCLXII.

PONTE DE LIMA, conc. de Ponte de Lima, dioc. de Braga, igr. de: *VIDE:* S.TA MARIA DE PONTE DE LIMA.

PONTE DE MOURO, conc. de Monção, dioc. de Braga: p. CXVI.

PORTALEGRE, outrora dioc. da Guarda: igrejas: S.TA MARIA DE CASTELO DE VIDE: pp. CLXXXI, CLXXXIV, nota 407, p. CCXXXVI; S.TA MARIA DE SARZEDAS: n. 648; S. JOÃO DE CAMBAS: nn. 470, 511.

PORTA NOVA, Espanha, dioc. de Samora: *VIDE:* S. JOÃO DE PORTA NOVA.

PORTELA, dioc. de Tui: *VIDE:* S. MARTINHO DE PORTELA.

PORTILHO *(Portillo)*, Espanha, dioc. de Palença, arcipre.: nn. 701, 706, BENTO XIII: nn. 2, 19j, 23, 31. — arcipres.: DOMINGUES *(Dominici)*, Gil *(Egidius)*: BENTO XIII: n. 23; DOMINGUES *(Dominici)*, Jorge *(Georgius)*: nn. 701, 706, BENTO XIII: nn. 2, 19j, 31.

PORTO *(Portugalensis)*, dioc. do: arced.: p. CCCVII; OLIVEIRA *(Ulveira)*: GOMES *(Gometii)*, Rodrigo *(Rodericus, Roy)*: pp. CCV-CCVI, nota 481, p. CCCXXXIV. — beneficiados: AFONSO *(Alfonsi)*, António *(Anthonius)*: n. 349; ANES *(Johannis)*, Bartolomeu *(Bartholomeus)*: n. 296; ANES *(Johannis)*, Vasco *(Valascus)*: n. 578; GIL *(Egidii)*, Vasco *(Valascus)*: BONIFÁCIO IX: n. 26; LOURENÇO DO PRADO *(Laurentii de Prado)*, João *(Johannes)*: n. 294; LOURENÇO *(Laurentii)*, João *(Johannes)*: n. 593; LOURENÇO *(Laurentii)*, Martinho *(Martinus)*: n. 324; PERES *(Petri)*, Afonso *(Alfonsus)*: n. 466; VICENTE *(Vincentii)*, Vasco *(Valascus)*: n. 600. — bens da Ordem do Templo: pp. XIX-XXIV. — b.: AFONSO MARTINS: p. XCVI; ANTÃO *(Antonius)* MARTINS, b. e cardeal: p. CCLXII, notas 672, 709, p. CCXCII; ESTÊVÃO *(Stephanus)*: pp. XXVIII-XXXVI, notas 40, 43-46; FERNANDO *(Fernandus)* DA GUERRA: p. CCL; FERNANDO RAMIRES *(Fernandus Ramiri)*: pp. XXXV-XXXVI, nota 51; FRÉDULO: pp. XXVIII, XXXI, nota 40; GERALDO: nota 40; GONÇALO *(Gunsalvus)* ANES DE ÓBIDOS: pp. CCLXII-CCLXIII, nota 672, p. CCCIV; JOÃO *(Johannes)*, inquiridor sobre os casam. de D. Pedro nas cortes de Coimbra de 1385: pp. CVII, CXXVI; JOÃO *(Johannes)*: p. CXVIII; JOÃO *(Johannes)* AFONSO DE AZAMBUJA: p. CXI; LUÍS *(Ludovicus)* PIRES: p. CCVI, nota 481, pp. CCLXIII-CCLXIV, nota 672, pp. CCCIV-CCCV. — b. e cab.: BONIFÁCIO IX: n. 6. — b. convocado ao concí. de Viena de França: p. XXXIV. — b. e cab. na apelação contra a legacia do b. de Coimbra D. João Galvão: pp. CCCXXXIV, CCCXXXVI. — b. e a recusa das décimas a D. Afonso V: p. CLXXIII. — candidato a b.: GOMES MARTINS *(Gometius Martini)*: pp. XCV-XCVI. — chantre: p. CCCXLI; JOHAM, administr. de Tui: p. CCLIX, nota 667. — *clérigos:* ANES *(Johannis)*, Rodrigo *(Roderici)*: n. 370i; DOMINGUES *(Dominici)*, João *(Johannes)*: n. 571; DOMINGUES *(Dominici)*, Vasco *(Valascus)*: n. 596; GIL *(Egidii)*, Vasco *(Valascus)*: BONIFÁCIO IX: n. 26; GONÇALVES *(Gonsalvi)*, Álvaro *(Alvarus)*: BONIFÁCIO IX: nn. 6, 13; GONÇALVES *(Gondisalvi)*, Gonçalo *(Gondisalvus)*: n. 304. — concórdia entre o b. e cab. do Porto e D. Afonso V sobre a jurisd. civil da cidade: pp. CCCIX-CCCX. — *cónegos:* AFONSO FUSEIRO *(Alfonsi Fusarii)*, Pedro *(Petrus)*: n. 387; AFONSO SALGUEIRO *(Alfonsi Salgeyro)*, Vasco *(Valascus)*: n. 399; ANES, Luís: nota 482; ANES, Rodrigo: p. CCVI, nota 481; DIAS *(Didaci)*, Rui *(Rodericus)*: p. CCLII, nota 655; DOMINGUES *(Dominici)*, Domingos *(Dominicus)*: n. 608; ESTEVES *(Stephani)*, Gonçalo *(Gondissalvus)*: n. 618; FERNANDES *(Fernandi)*, Deodato *(Deodatus)*: n. 308; FERNANDES *(Fernandi)*, Estêvão *(Stephanus)*: n. 316; GOMES *(Gometii)*, Rodrigo *(Rodericus)*: p. CCV, nota 481; GONÇALVES *(Gondisalvi)* DE GUIMARÃES, João *(Johannes)*: n. 284; GONÇALVES *(Gundissalvi)*, Martinho *(Martinus)*: n. 579; GRAAZ, Álvaro: p. CCXXXVII, nota 589; LUÍS *(Ludovicus)*: nota 655; MANSO, Pedro *(Petrus)*: nota 44; MARTINS *(Martini)*, Afonso *(Alfonsus)*: p. CLXXXVI; MARTINS DE VALDEVEZ *(Martini Valdeves)*, Afonso *(Alfonsus)*: n. 619a; MARTINS *(Martini)*, Fernando *(Fernandus)*: p. CCCXLVII; MARTINS *(Martini)*, João *(Johannes)*: p. CCCXLVII; MARTINS *(Martini)*, Martinho *(Martinus)*: pp. LXXXIX, XC, XCI; MARTINS *(Martinz)*, Pero: p. CCVI, nota 481; MARTINS *(Martini)*, Vasco *(Valascus)*: n. 378; NUNES *(Nuni)*, João *(Johannes)*: nota 510; PERES *(Petri)*, Mendo *(Menendus)*: nota 527; PIRES *(Petri)*, Gil *(Egidius)*: n. 570; RAMIRES *(Ramiri)*, Fernando *(Fernandus)*: nota 51; RODRIGUES *(Roderici)*, Martinho *(Martinus)*: BONIFÁCIO IX: n. 24; VAASQUEZ, Pero: p. CCVI, nota 481; VASQUES, Afonso: p. CXIX. — deão: GONÇALVES *(Gundisalvi)*, Álvaro *(Alvarus)*: p. CCXXXVII, nota 589; GONÇALVES *(Gonçalvez)*, Antão *(Antom)*: p. CCVI, nota 481. — *igrejas:* CANAVESES: nota 668; CEDOFEITA: p. CCXCIX; CRUCIFIXO DE BOUÇAS: n. 316; MATOS:

p. CCV, nota 481; S.TA CRISTINA DE TERRA DA MAIA: n. 378; S.TA CRUZ DA MAIA: p. CCLXXIX, nota 709; S.TA MARIA DE ÁGUAS SANTAS: nn. 378, 479, 604, 609; S.TA MARIA DE SEDIELOS: n. 212, BONIFÁCIO IX: n. 27; S.TA MARINHA DO ZÊZERE: p. CCV, nota 481, nn. 208, 323; S.TO ANDRÉ DE CRISTELOS: n. 608; S.TO ANDRÉ DE TELÕES: nn. 383, 663; S.TO ESTÊVÃO DE OLDRÕES: n. 283; S.TO TIRSO DE MEINEDO: nn. 1a, 304; S. BARTOLOMEU DE BARQUEIROS: n. 349; S. JOÃO DA RAIVA: n. 212, BONIFÁCIO IX: n. 14; S. JOÃO DE CANELAS: p. CCCXLVII; S. JOÃO DE LOBRIGOS: BONIFÁCIO IX: n. 24; S. JOÃO DE OVIL: p. CCLIX, nota 666; S. MARTINHO DE CEDOFEITA: p. CCXCIX, nn. 212, 328, 370i, 604, 605, 609, BONIFÁCIO IX: nn. 13-15, 26; S. MARTINHO DE LAGARES: p. CCLV, nota 661; S. MARTINHO DE MOÁZERES: pp. CCCI, CCCVII, n. 309; S. MARTINHO DO CAMPO: p. CCLV, nota 661; S. PEDRO DE FERREIRA: p. CCLIX, nota 666, n. 210; S. SALVADOR DE BOUÇAS: p. CCXXXIV, notas 579, 582, pp. CCXL, CCXLIII-CCXLIV; S. SALVADOR DE LOUSADA: p. CXVIII; S. SALVADOR DE MAGRELOS: p. CCCXLVII; S. SALVADOR DE VÁRZEA DE AROUCA: p. CCCXLIV. — *mosteiros:* ANCEDE: n. 571; GRIJÓ: n. 347; POMBEIRO, pp. CCLXXXIX, CCC, CCCI; S.TO TIRSO DE RIBA DE AVE: nn. 201, 498a; S. JOÃO DE ALPENDORADA: p. CVII, nn. 126, 271, p. 364, nota 1, BONIFÁCIO IX, nn. 6, 27; S. MARTINHO DE MANCELOS: p. CCLIV, nota 660; S. MIGUEL DE BUSTELO: pp. CVII, CCLXIX, nota 677; S. PEDRO DE RORIZ: p. CCLIX, nota 666; S. SALVADOR DE GRIJÓ: n. 347; S. SALVADOR DE PAÇO DE SOUSA: p. XCVIII, nota 156, nn. 323, 497, 604, 605, 609, BONIFÁCIO IX: nn. 6, 22, 27; TRAVANCA: p. CCLX, nota 667. — *sacerdotes:* ANES *(Johannis)*, Luís *(Ludovicus)*: BONIFÁCIO IX: n. 23; ESTEVES *(Stephani)*, Lourenço *(Laurentius)*: n. 283; FERRO, Afonso *(Alfonsus)*: n. 682; MARTINS *(Martini)*, Gil *(Egidius)*: BONIFÁCIO IX: n. 27; RODRIGUES *(Roderici)*, Martinho *(Martinus)*: BONIFÁCIO IX: n. 24. — subcolector apostól.: GOMES *(Gometii)*, Rodrigo *(Rodericus)*: pp. CCV-CCVI, nota 481. — tesoureiro: GONÇALVES *(Gundissalvi)*, Martinho *(Martinus)*: n. 579.

PORTOCAREYRO, Martim Fernandez de: p. CCCXC.

PORTUENSE *(Portuensis)*, card.-b. do Porto na Itália: nota 742. — ouvidor pontifí.: p. CCCLV. *VIDE:* JOÃO *(Johannes)*.

PORTUGAL: bens dos Templários: pp. XVIII-XXV, XXXIV, XXXV, XXXIX, XLI-XLII, XLIV, XLVII, XLVIII. — crise nacional: p. CXXXIV. — guerras com Castela e questão da sucessão com o Mestre de Avis: pp. CV-CXV, CXXV. — guerra aos Sarracenos da Península: p. CCXXII, nota 508. — Infantes: *VIDE:* AFONSO. BEATRIZ. DINIS. FERNANDO. HENRIQUE. ISABEL. JOÃO. PEDRO, regente. — legados pontifícios: *VIDE:* AGAPITO DE COLONA. ÁLVARO AFONSO, b. de Silves. JOÃO *(Johannes)*, b. de Dax. JOÃO RODRIGUES GALVÃO, b. de Coimbra. PEDRO DE LUNA, cardeal. — rainhas: *VIDE:* BEATRIZ. CONSTANÇA. ISABEL. LEONOR. SANTA ISABEL. — reis: *VIDE:* AFONSO HENRIQUES. AFONSO II. AFONSO IV. AFONSO V. DUARTE. JOÃO I. JOÃO II, SANCHO I. SANCHO II. — pretensões da duquesa Dona Constança: p. CXVI. — súplicas dos embaix. de D. Fernando: p. CLII (nota 17a). — súplicas dos pontifica. de Clemente VI, Inocên. VI, João XXII, João XXIII, Eugénio IV e Sisto IV: pp. VIII-XVIII, LVI-LIX, LXXXIX-XC, XCVI, CV-CVII, CLXX, CCCXLIII, CCCLX-CCCLXI. — tréguas com Castela: p. CXVII.

PORTUGALENSIS: card.: notas 609, 645, p. CCLXX.

POVOLIDE *(Pavolini)*: *VIDE:* S. JOÃO DE POVOLIDE (?).

PRAÇA *(Platea)*, cidade de Lisboa: *VIDE:* S. JOÃO DA PRAÇA.

PRATIS, *Petrus de*, cón. de Saintes: p. XXXIX. — prepós. de Clermont, capelão do papa, ouvidor das letras contraditas: p. LX.

PRIMAZ: *VIDE:* BRAGA. CEUTA.

PROCURADORES DA CÚRIA PONTIFÍCIA: GOTRICO, *Bernardus de:* p. LXI; JOHANNIS ROGERII DE AQUAMUNDULA, *Jacobus:* p. LXI.

PROCURADORES DE CIDADES E CASTELOS nas cortes de Coimbra de 1385: p. CVII.

PROENÇA: doação à Ordem de Cristo: p. XLV.

PRÓSPERO *(Prosperus)*, card. diác. de S. Jorge ad Velum Aureum: nota 597.

PROTONOTÁRIOS APOSTÓLICOS: COUTINHO, Luís: pp. CCXXXIV-CCXXXV, notas 582, 585; FERREIRA, Álvaro *(Alvarus)*: p. CCLVIII, nota 666; JOÃO *(Johannes)* DE ALZENO: BENTO XIII: n. 84b, p. 328, nota 1. ROMA, *Ludovicus de:* p. CCI, notas 464, 495, 513. *VIDE:* NOTÁRIOS APOSTÓLICOS.

PROVINCIAL DOS FRANCISCANOS EM PORTUGAL e o most. de S.ta Clara de Vila do Conde: notas 584, 585.
PUEBLA DE ALCOCER, Espanha, dioc. de Toledo, igr. de: *VIDE:* S. TIAGO DE PUEBLA DE ALCOCER.
PULHAS: CASTEL DE SANGRO, Gentil de, licenc. em dir. canón. em Bolonha: nota 176; CASTEL DE SANGRO, Rogério de, licenc. em dir. canón. em Bolonha: nota 176.

Q

QUAIRAS, Diogo *(Didacus)* de, clér. de Braga, cón. da coleg. de S.ta Maria Maior de Valhadolide: n. 655. — dispensado para receber benef.: n. 664. — erudito em artes, benef. na dioc. de Toledo: BENTO XIII: n. 1b.
QUELEYSOS, Espanha, dioc. de Tui: igr. par. de: n. 447. *VIDE:* S.TA EUFÊMIA DE QUELEYSOS.
QUIAIOS, conc. de Figueira da Foz, dioc. de Coimbra: AFOM DE QUIAIOS, Joham: p. CCLXXXII, nota 714.
QUIMPER *(Corizopitensis)*, França, dioc. de: clér.: WLPIS, Guilherme *(Guillelmus)*: n. 88.

R

RABATA, *Antonius de*, mercador de Florença: p. CCLIII, nota 657.
RABELLO, Vaasco Martins de, doutor em decretos e bacharel formado em teologia, tesour. de Viseu: pp. CCXXXVII-CCXXXIX, nota 589: *VIDE:* MARTINS DE RABELO, Vasco *(Valascus)*.
RACANETO, Ja. de, clér. da câmara apostól.: nota 668.
RAGUSA *(Ragusio)*, João *(Johannes)* de, embaix. do concí. de Basileia ao imperador dos Gregos ou de Constantinópola: nota 464, p. CCIV, notas 477, 494, 512. — embaix. do concíl. de Basileia à dieta de Nuremberga: nota 512. — sagração episcopal: p. CCXXIX.
RAIMUNDO, Afonso, embaix. de D. Afonso IV: p. CLIV.
RAIVA *(Rayba, Rabhia)*, conc. de Castelo de Paiva, dioc. de Lamego, hoje do Porto, igr. par. de: *VIDE:* S. JOÃO DA RAIVA.
RAPHAEL DE JESUS: nota 1005.
RAPISTANHO *(Rapistagno)*, Pôncio *(Pontius)* de, sacristão da igr. de S. Paulo de Narbona: bens dos Templários: pp. XIX-XXII.
RAPOTE, cón. de Coimbra: p. CCLXXXII, nota 714.
RAPULLI, ab. de, confeccionador de róis de súpl.: BENTO XIII: p. 330, nota 1.
RATTERIO DE MIRAMONTE, cón. de Alby: p. XXXIX.
RAYNULFI DE FRACTIS, *Nicolaus*, escritor pontifí. e leitor da audência: p. LXI.
REATE, *Johannes de*, clér. da câmara apostól.: nota 677.
REBORDÕES *(Rebordanis)*, conc. de Ponte de de Lima, dioc. de Braga: *VIDE:* S. SALVADOR DE REBORDÕES.
REBOTIN, *Johannes Roderici*, nobre caval.: p. IX.
REDINHA: Ordem do Templo: pp. XXV-XXVII. — doação à Ordem do Templo: p. XLV.
REDONDO, conc. de Redondo, dioc. de Évora: n. 411a. *VIDE:* S.TA MARIA DE REDONDO.
REDONDO *(Rodondo)*, *Johannes:* nota 44.
REFERENDÁRIOS PONTIFÍCIOS: ALERAMO *(Aleramus)*, b. de Leão: n. 634b, p. 197, nota 1; AMÉRICO NOEL: p. 317, nota 1, BENTO XIII, n. 71; BERNARDO, ab. do most. de S.to Estêvão de Banholas: pp. 328-329, nota 1; COUTINHO, Luís *(Ludovicus)*, arceb. de Lisboa: nota 579; FRANCISCO *(Franciscus)*, b. de Ímola e de Nice: BENTO XIII: n. 68, p. 315, nota 1; FRANCISCO *(Franciscus)* DE BLANIS: p. 328, nota 1; FRANCISCO *(Franciscus)* GALLI, b. de Asti: n. 699, p. 255, nota 1, nn. 708, 718, 719, p. 315, nota 1; GIL *(Egidius)* DE BELLEMÈRE: p. 35, nota 1, n. 636g, p. 209, nota 2, nn. 637a, 684a, 685; GIL DE LESCOURS *(Egidius de Curtibus)*: nn. 686, 692a, p. 242, nota 1; GUILHERME *(Guillelmus)* NOELET: p. 209, nota 1; JOÃO *(Johannes)* BAUPHES: p. 329, nota 1; JOÃO *(Johannes)* DA COSTA: p. 328, nota 1; JOÃO *(Johannes)* DE ALZENO: BENTO XIII: n. 84b, p. 328, nota 1; JOÃO *(Johannes)* DE BOISSY: n. 636h, p. 210, nota 1, n. 684b; JOÃO *(Johannes)* DE VALTERRA: BENTO XIII: p. 329, nota 1; PEDRO *(Petrus)* BLAVI ou BLAU: p. 294, nota 1; PEDRO *(Petrus)* DE AILLACO *(d'Ailly)*: pp. 329-330, nota 1; PEDRO DE RABAT *(Petrus Rabati)*: p. 329, nota 1; PEREZ CALVILHO, Fernando *(Fernandus)*: p. 272, nota 1; TIAGO *(Jacobus)* DE CHALMALROS ou CHALMAROS: n. 684, p. 222, nota 1.
REFORMA de conven. francisc. em Portugal: p. CCCXI.
REIMONDO, Fernam, comendador de Roiarica: p. LXXXIV.

REIMS *(Remensis)*, França, dioc. de: arceb. e os bens dos Templários: p. XVIII. — b.: GUIDO *(Guidus)* DE ROYE: p. 224. nota 1. — capela de Seppia Longa: n. 56. — clér.: GALLORSII, Guilherme *(Guillelmus)*: n. 56.

REMENSIS: França, dioc. de: *VIDE:* REIMS.

REMIGIO *(Remigii)*, Pedro *(Petrus)*, freire de Calatrava, preceptor de Córdova: BENTO XIII: n. 104.

RENDUFE *(Randuffe)*, conc. de Amares, dioc. de Braga: *VIDE:* S.TO ANDRÉ DE RENDUFE.

RESENDE, João Gonçalves de, curial e abreviador das letras apostól., mestre-escola da coleg. de Guimarães: p. CLXXXV, nota 414, pp. CCIII-CCIV, CCLXVI, nota 673.

REUTER, Abiah Elisabeth: doações de terras para além do Tejo aos Templários: p. XXXVIII.

REYMONDO, Affonso, tabelião: p. XXVI.

RIBA DE AVE *(Ripa Avis)*, conc. de S.to Tirso, dioc. do Porto: *VIDE:* S.TO TIRSO DE RIBA DE AVE.

RIBA DE LIMA, conc. de Ponte de Lima, dioc. de Braga: *VIDE:* S.TA COMBA DE RIBA DE LIMA.

RIBEIRA: pertenc. à Ordem de S. Tiago da Espada: p. LXXXIII.

RIBEIRA DE CHINCHES, conc. de Elvas, dioc. de Évora: p. CCCLXXXVI.

RIBEIROS, conc. de Fafe, dioc. de Braga: *VIDE:* S.TA MARIA DE RIBEIROS.

RIBEYRO, *Gonsalvus Petri*, nobre caval.: p. IX.

RICARDO (D), rei de Inglaterra: p. CCCLXIX. — aliança com o rei de Portugal: p. CCCLXIX.

RIO TINTO *(Ryo Tinto)*, conc. de Gondomar, dioc. do Porto, most. bened. de: n. 405. — benef.: LOURENÇO *(Laurentii)*, João *(Johannes)*: n. 405.

ROBERTO *(Robertus)* DE GENEBRA, card. dos Doze Apóstolos, papa de Avinhão: pp. CVIII-CIX, CX, CXIII, CCCXCIX, BENTO XIII: n. 1, p. 271, nota 1, n. 106, p. 375, nota 2, BONIFÁCIO IX, nn. 2, 7.

ROBERTO *(Robertus)* DE NOYERES, b. de Évora, rol de súplicas: BENTO XIII: nn. 84a, 91, p. 345, nota 1. — falecido e benef. na igr. par. de S.ta Maria de Palma del Rio da dioc. de Córdova: BENTO XIII: n. 91.

ROCAPERTI, *Johannes de*, notário do concí. de Basileia: p. CCLXXV.

ROCHAVILLA *(Rocovilla)*, *Bertrandus de*, capelão pontifí., cón. e chantre de Lisboa: nn. 353, 482, 520. — cón. de Narbona e de Terouane: nn. 519, 520.

RODENHEIN, *Johannes:* nota 639.

RODERICI DE CASAL, *Johannes*, reitor da igr. de S. Mamede de Évora: p. CCLIII, nota 659.

RODERICI, *Johannes*, prior de S. Miguel de Soza: nota 657.

RODERICUS *(Frater)*, b. de Cidade Rodrigo nas cortes de Coimbra de 1385: p. CVII. *VIDE:* RODRIGO *(Rodericus)*.

RODEZ *(Ruthenensis)*, França, dioc. de: administr.: JOÃO *(Johannes)* DE CARDAILLAC: p. 60, nota 1. — clér.: SALAS, Raimundo *(Raymundus)*: n. 352; TILIO, Pedro *(Petrus)* de: n. 636g. — cón.: SALAS *(Salis)*, Raimundo *(Raymundus)* de: nn. 510, 521. — sacer.: SALAS, Hugo: n. 401.

RODONO, Itália, dioc. de Veneza, ab. de S. Salvador de: p. CCXXXII.

RODRIGO, b. de Lamego: p. LXXXI.

RODRIGO (frey), *sopriol* do most. do Carmo de Lisboa: p. CCXCVII.

RODRIGO *(Rodericus)*, b. de Lamego, particip. no concí. de Viena de França: p. XXXIV.

RODRIGO *(Rodericus)*, b. de Cidade Rodrigo, nas cortes de Coimbra de 1385 e assiste à leitura das bulas de Bonifácio IX sobre a elevação do Mestre de Avis D. João I a rei de Portugal: pp. CVII, CXI-CXIII, CXV.

RODRIGO *(Rodericus)* DE NORONHA, prior de S.ta Cruz de Coimbra e b. de Lamego: p. CCCXLI. *VIDE:* NORONHA, Rodrigo *(Rodericus)* de.

RODRIGUES *(Roderici)*, Afonso *(Alfonsus)*, sac. da dioc. de Lisboa e benef. da igr. de S.ta Maria de Vila Verde: n. 549.

RODRIGUES *(Roderici)*, Álvaro *(Alvarus)*, clér. e cón. de Lisboa: n. 614c.

RODRIGUES *(Roderici)*, Álvaro *(Alvarus)*, deão da Guarda, postulado b. da Guarda: pp. CCLIII-CCLIV, nota 659, p. CCLXVIII, nota 674.

RODRIGUES *(Roderici)*, Antão *(Anthonius)*, benef. na igr. de S.to André de Córdova, benef. na dioc. de Córdova: n. 714.

RODRIGUES *(Roderici)*, Antão *(Antonius)*, clér. da dioc. de Badajoz, benef. na dioc. de Évora: nn. 632c, 633c.

RODRIGUES *(Roderici)* DA FONSECA, Pedro *(Petrus)*, nobre e clér. da dioc. de Badajoz, estud. de dir. civil, cón. e benef. de Ávila: BENTO XIII: nn. 69, 77c, 93. — clér. da dioc. de Ávila: BENTO XIII: n. 77c. — consanguíneo e capelão-mor da portug. rainha de Castela D. Beatriz, bacharel em leis, cón. e chantre de Salamanca, com prestim. na dioc. de Salamanca: BENTO XIII: n. 93. *VIDE:* PEDRO *(Petrus)* RODRIGUES DA FONSECA.

RODRIGUES *(Roiz)* dAZEREDO, Álvaro, escudeiro e juiz na cidade do Porto: p. CCXXXVII, nota 589.

RODRIGUES DE CÓRDOVA *(Roderici Corduben-*

sis), Pedro *(Petrus)*, benef. na dioc. de Lisboa: n. 630.

RODRIGUES DE ELVAS, João *(Johannes)*, clér. da dioc. de Évora, com benef. da colação do b. e cab. de Évora: n. 83.

RODRIGUES DE FONTE PURA *(Roderici de Fonte Pudico)*, Martinho *(Martinus)*, arced. de Seia, porcion. na igr. de Coimbra, cón. de Lisboa: n. 627.

RODRIGUES *(Roderici)* DE MOLINA, Miguel *(Michael)*, da dioc. de Jaén, capelão-mor e familiar da portug. rainha de Castela D. Beatriz, cón. de Salamanca, cón. e vigário da coleg. de S.ta Maria de Úbeda da dioc. de Jaén: BENTO XIII: nn. 98, 102. — ab. de Medina Celi na igr. de Siguenza: BENTO XIII: n. 102. *VIDE:* RODRIGUES *(Roderici)*, Miguel *(Michael)*.

RODRIGUES DE PORTO CARREIRO *(Roderici de Porto Carrero)*, João *(Johannes)*, nobre português: BENTO XIII: n. 20.

RODRIGUES *(Roderici)* DE ROA, João *(Johannes)*, embaix. do rei de Castela ao papa: n. 620.

RODRIGUES *(Roderici)* DE ROIAS, João *(Johannes)*, reitor da igr. par. de S. Lourenço de Toledo: BENTO XIII: n. 105.

RODRIGUES DE SÁ *(Roderici de Saa)*, João *(Johannes)*, caval., embaix. de D. João I ao papa Bonifácio IX: pp. CVIII, CXII, CXVII, CXXI.

RODRIGUES *(Roderici)*, Domingos *(Dominicus)*, benef. na igr. de S.to André de Córdova: n. 714.

RODRIGUES *(Roderici)*, Estêvão *(Stephanus)*, reitor da igr. de S. Salvador de Magrelos: p. CCCXLVII.

RODRIGUES *(Roiz)*, Estêvão *(Estevam)*, mercador de Guimarães: p. CCLXVI, nota 673.

RODRIGUES, Fernando (Frei): nota 790.

RODRIGUES, Fernando, prior do Hospital nos reinos de Castela e Leão: p. XLIX.

RODRIGUES *(Roderici)*, Fernando *(Fernandus)*, clér. da dioc. de Compostela, familiar do referendário e b. de Asti D. Francisco: p. 255, nota 1.

RODRIGUES *(Roderici)*, Fernando *(Fernandus)*, cón. de Lisboa: n. 636a.

RODRIGUES *(Roderici)*, Fernando *(Fernandus)*, filho do nobre João Rodrigues de Porto Carreiro, natural e familiar da portuguesa rainha de Castela D. Beatriz, estud. de dir. civil, cón. e benef. na dioc. de Samora: BENTO XIII: n. 20.

RODRIGUES *(Roiz)*, Fernando *(Fernam)*, comendador de Castro Verde: p. LXXXIII.

RODRIGUES *(Roderici)* FERRAZ, João *(Johannes)*, estud. de dir. canón. em Bolonha, administr. de Tui, b. de Ceuta e coadjutor do b. da Guarda D. Frei João de S. Lourenço: pp. CCXCIX-CCC, notas 803, 808, pp. CCCXLII--CCCXLIII. — b. da Guarda: pp. CCCXLII--CCCXLIII.

RODRIGUES FUSEIRO *(Roderici Fusarii)*, João *(Johannes)*: clér. e cón. de Évora: n. 389.

RODRIGUES FUSEIRO *(Roderici Fusarii)*, Lobo *(Lupus)*, clér. e cón. de Coimbra: n. 390.

RODRIGUES *(Roderici)* GALVÃO, João *(Johannes)*, conde de Arganil, prior comendat. de S.ta Cruz de Coimbra, estud. em Sena e Pavia e provavelm. em Bolonha: p. CCCXI. — anulação da legacia em Portugal: pp. CCCXXXVI--CCCXL. — arceb. de Braga e as liberd. eclesiás.: pp. CCCXXI-CCCXXVI, notas 892-904. — arced. de Penela: p. CCCXI. — b. de Ceuta: p. CCCIII. — b. de Coimbra: pp. CCXXXVI--CCXXXIX, nota 589, p. CCCXI. — b. de Évora: pp. CCCXIX, CCCXIX-CCCXX, nota 888. — candidato a cardeal: p. CCCXX. — citado a comparecer na Cúria papal: p. CCCXXV, notas 902, 903. — concórdia com os represent. do clero na Cúria papal sobre a legacia: pp. CCCXXXVIII-CCCXL. — conde de Arganil: pp. CCXXXVII-CCXXXIX, nota 589, pp. CCCXX, CCCXX-CCCXXI, notas 891, 892. — cubiculá. do papa: pp. CCLXXXIII, CCCXIX, CCCXX, nota 891. — expedição das bulas da transferência para arceb. de Braga, após a chegada a Roma de seus procuradores: pp. CCCXXV-CCCXXVI, nota 904. — filho de Rui Galvão, secretário de D. Afonso V: p. CCLXXXIII, nota 886. — legado e colector geral em Portugal, com várias faculdades pontifícias: pp. CCCXI-CCCXX, CCCXXVI--CCCXL. — morte: p. CCCXXVI, nota 905. — primaz das Espanhas: nota 892. — prior comendatá. de S.ta Cruz de Coimbra, mas não foi cón. regr.: pp. CCXXXVII-CCXXXIX, nota 589, pp. CCCXX, CCCXXI, notas 891, 892. — repreendido pelo papa Sisto IV por não induzir o rei D. João II a respeitar as liberd. eclesiás.: pp. CCCXXIII, nota 894, p. CCCXXV, nota 902. — salvo-conduto de legado: pp. CCCXIII--CCCXIV. — sem dinheiro para a expedição das bulas da transferênc. para arceb. de Braga, sendo-lhe emprestado pelos cab. de Braga e da coleg. de Guimarães: pp. CCCXXI-CCCXXII, nota 892. — serviços a D. João II, rei de Portugal: nota 892.

RODRIGUES GARCIA, Afonso, estud. de dir. em Bolonha e Pádua, onde se doutorou em leis, arced. de Lisboa e prof. na univers. de Lisboa: p. CXC, nota 455, p. CCLIV, nota 661, p. CCLV, nota 661, p. CCLVI, nota 661. — arced. de Lisboa: p. CCLVI, nota 661. — irmão do advog. consistorial Dr. Vasco Rodrigues: p.

CCLIV, nota 661, p. CCLV, nota 661, p. CCLVI, nota 661. — reitor da igr. de S. Martinho do Campo: p. CCLV, nota 661. — reitor da igr. de S. Pedro de Sintra: p. CCLV, nota 661.

RODRIGUES *(Roderici, Roiz)*, Gonçalo *(Gonçallo, Gonsalvus)*, deão de Viseu: nota 610. — capelão de D. Afonso V e procur. do cab. nas cortes de Lisboa de 1455: p. CCXXXVIII, nota 589.

RODRIGUES *(Roderici)*, Gonçalo *(Gunsalvus)*, subcolector apostól., cón. de Tui e arced. de Cerveira: n. 561.

RODRIGUES *(Roderici)*, Henrique *(Henricus)*, filho do embaix. do rei de Castela João Rodrigues de Roa e familiar régio, cón. de Segóvia e de Burgos: n. 620.

RODRIGUES, João, clér. da dioc. de Coimbra, reitor da igr. de S.ta Maria de Valada: p. CCCLV.

RODRIGUES, João, reitor da igr. de S. Bartolomeu de Alfange: p. CCCXLI.

RODRIGUES, João, ab. de Cedofeita e arced. de Cerveira, administr. de Tui: p. CCXCIX, nota 808.

RODRIGUES, João, govern. das terras do conde de Barcelos, D. Afonso: p. CLXXXI.

RODRIGUES *(Roderici)*, João *(Johannes)*, deão de Lisboa: pp. CLXIX, CCLV-CCLVI, nota 661, p. CCLVII, CCLVII, nota 663, p. CCLVIII, nota 663, p. CCXCII. — prior de S. Miguel de Soza: p. CCLVII, nota 663. — procurador de D. João I na Cúria pontifí.: p. CCLVII, nota 663. — secretário do Infante D. Duarte: p. CCLVII, nota 663.

RODRIGUES *(Roderici)*, João *(Johannes)*, tabelião régio: pp. CXI, CXIII, CXV.

RODRIGUES *(Roderici)*, João *(Johannes)*, cón. de Valhadolide e de Burgos: n. 86.

RODRIGUES *(Roderici)*, João *(Johannes)*, clér. da dioc. do Porto, bacharel em leis, com benef. da colação e cab. de Lisboa, estud. na univers. de Orleães: n. 96.

RODRIGUES *(Roderici)*, João *(Johannes)*, clér. e benef. da dioc. de Lisboa: n. 684a.

RODRIGUES *(Roderici)*, João *(Johannes)*, doutor em leis, embaix. de D. João, rei de Castela: n. 684g.

RODRIGUES *(Roderici)*, João *(Johannes)*, clér. da dioc. do Porto, bacharel em leis, estud. na univers. de Orleães, benef. da dioc. de Lisboa: n. 96.

RODRIGUES *(Rodriguez)*, João *(Joham)*, cón. de Tui: pp. CLXVIII, CLXIX.

RODRIGUES *(Roiz)*, João *(Johannes)*, deão de Lisboa: *VIDE:* RODRIGUES *(Roderici)*, João *(Johannes)*.

RODRIGUES *(Roiz)*, João *(Joham)*, escud., criado do b. de Évora D. Luís: nota 732.

RODRIGUES, Lopo, clér. de Coimbra e cón. de Silves: p. CCCXLVIII.

RODRIGUES, Lopo, reitor da igr. de S. Salvador de Magrelos: p. CCCXLVII.

RODRIGUES *(Roderici)*, Lopo *(Luppus)*, sac. da dioc. de Lisboa, porcion. na igr. de S. Jorge de Lisboa e na igr. par. de S. Martinho de Lisboa: n. 522.

RODRIGUES *(Roderici)*, Lourenço *(Laurentius)*, cón. de Silves: nn. 317, 439.

RODRIGUES *(Roderici)*, Martinho *(Martinus)*, clér. da dioc. de Lisboa, benef. na dioc. de Salamanca: BENTO XIII: n. 41.

RODRIGUES *(Roderici)*, Martinho *(Martinus)*, sac. da dioc. do Porto, consanguíneo do ab. do most. de S. João de Tarouca, D. Nuno Martins, cón. do Porto e de Lamego e reitor da igr. de S. João de Lobrigos da dioc. do Porto: BONIFÁCIO IX: n. 24.

RODRIGUES *(Roderici)*, Martinho *(Martinus)*, clér. de Lisboa, benef. da dioc. de Évora: n. 283a.

RODRIGUES *(Roderici)*, Martinho *(Martinus)*, clér. de Lisboa, benef. na dioc. de Lisboa: nn. 286, 289.

RODRIGUES *(Roderici)*, Martinho *(Martinus)*, clér. de Lisboa, benef. nas dioc. de Lisboa e de Évora: nn. 370a, 370j, 402, 430, 433. — porcion. na igr. de S.to Estêvão de Alenquer: n. 433.

RODRIGUES *(Roderici)*, Martinho *(Martinus)*, clér. de Lisboa e vig. da igr. de S. Jorge de Lisboa: nn. 436, 437, 440, 478. — benef. na dioc. de Lisboa: nn. 436, 437, 440, 478.

RODRIGUES *(Roiz)*, Mendo *(Mem)*, deão de Coimbra: p. CCXXXIV, nota 578. — cón. de Coimbra, procur. do cab. nas cortes de Lisboa de 1455: p. CCXXXVIII, nota 589, p. CCCIX.

RODRIGUES *(Roderici)*, Miguel *(Michael)*, capelão e familiar da portuguesa rainha de Castela D. Beatriz, sac. de Jaén, prior da igr. par. de S. João Baptista de Úbeda: BENTO XIII: n. 90. *VIDE:* RODRIGUES *(Roderici)* DE MOLINA, Miguel *(Michael)*.

RODRIGUES *(Roderici)*, Nuno *(Nunus)*, clér. da dioc. de Braga, nobre, filho de João Rodrigues de Porto Carreiro, natural e familiar da portuguesa rainha de Castela Dona Beatriz, cón. e benef. na dioc. de Salamanca: BENTO XIII: n. 21.

RODRIGUES *(Roderici)*, Pedro *(Petrus)*, clér. de Évora, escolar de dir. civil, com benef. da colação do b. e cab. de Évora: nn. 79, 188. — estud. de dir. civil na univers. de Mompilher: n. 188.

RODRIGUES *(Roderici)*, Pedro *(Petrus)*, clér. da dioc. de Lisboa, porcion. na igr. de S.ta Maria de Óbidos: n. 392.

RODRIGUES *(Roderici)*, Pedro *(Petrus)*, clér. da dioc. de Lisboa, porcion. na igr. de S. Salvador de Lisboa: n. 535.

RODRIGUES *(Roderici)*, Sancho *(Sanctius)*, clér. da cidade de Salamanca e benef. na dioc. de Coimbra: n. 307a.

RODRIGUES SEQUEIRA, Fernando, mestre da Ordem de Avis: p. CXIX.

RODRIGUES *(Roiz)*, Tristão *(Tristam)*, tabelião geral na correição de Entre Douro e Minho: p. CCXXXVI, nota 589.

RODRIGUES, Vasco, estud. de dir. canón. na univers. de Mompilher: p. CLIV.

RODRIGUES *(Roderici)*, Vasco *(Valascus)*, clér. de Lisboa, estud. e doutorado em leis na univers. de Bolonha, curial e advog. consistorial e humanista famoso em Itália: pp. CLXIX, CXC, CXCI, notas 455, 516, pp. CCLIV-CCLVII, notas 661-662. — arced. de Barroso: nota 660, p. CCLVI, nota 661. — carta política ao humanista Nicodemo Tancredino: p. CCLVI, nota 661. — deão de Lisboa: pp. CCLV, nota 661, p. CCLVI, nota 661, p. CCLVII, nota 663. — doutor em ambos os direitos: pp. CCLIV--CCLV, nota 661. — familiar do cardeal de S.to Estêvão in Monte Celio, D. Pedro de Fuxo: p. CCLV, nota 661. — irmão do Dr. Afonso Rodrigues Garcia: p. CCLIV, nota 661, p. CCLV, nota 661, p. CCLVI, nota 661. — mestrados e bispados de terras portuguesas com sede em Castela: p. CCLXI, nota 671. — morte no mosteiro do Paraíso em Florença, em Maio de 1457: nota 516, pp. CCLV-CCLVI, p. CCLVII, nota 662. — obra *Consilia*: p. CCLVI, nota 661, p. CCLVII. — reitor do ermitério de S.ta Maria de Azinhoso: pp. CCLIV-CCLV, nota 661, p. CCLXXII, nota 687. — residente na Cúria durante muitos anos: p. CCLIV, nota 661.

RODRIGUES *(Roderici)*, Vasco *(Velascus)*, clér. da dioc. de Lisboa, benef. na dioc. de Plasença: BENTO XIII: n. 42.

RODRIGUES *(Rodriguez)*, Vasco, mestre geral da Ordem de S. Tiago de Castela e a nacional. da Ordem em Portugal: p. LXXXI.

RODRIGUES *(Roiz)*, Vasco *(Vaasco)*, chantre de Braga: p. CCLX, nota 667.

RODRIGUES *(Roderici)*, Vicente *(Vincentius)*, cón. de Coimbra: pp. LII, LIII.

ROINI, Francisco *(Franciscus)*, subdiá. de Sevilha, benef. na igr. de S.ta Maria de Cória da dioc. de Sevilha, quartaná. de Lisboa: n. 629c.

ROIZ, Afonso, mercador de Guimarães: p. CCLXVI, nota 673.

ROMA *(Romae)*, residên. papal: pp. CLXXVI, CCXLIV, notas 652-657, 660, 661, 663, 666, 668, 672, 674, 706, pp. CCLXXXVIII-CCXCI, CCXCVII, CCCX, CCCXII, CCCXIV, CCCXX, notas 893, 894, 895, 897-900, p. CCCXXV, notas 901, 902, p. CCCXXVI, notas 903, 904, pp. CCCLII, CCCLIII, CCCLIX, nota 995, p. CCCLXIV. — ORSINI, Jacobo, protonotário, licenc. e doutorado em dir. canón. na univers. de Bolonha: nota 176.

ROMA, univers. de: estudante: GONÇALVES, João: p. CCLXXXI, nota 714.

ROMA, *Ludovicus de*, protonotário, embaix. do rei de Aragão no concí. de Basileia: p. CCI, notas 464, 495, 513. — nomeado embaix. do concí. de Basileia à dieta de Nuremberga: nota 512. — preso na Alemanha: nota 495.

ROMANOS, política dos: p. CCLVI, nota 661.

ROMEORUM, imperador: nota 477. *VIDE:* PALEÓLOGO, João.

RORIZ *(Rooriz)*, conc. de Santo Tirso, dioc. de Braga: *VIDE:* S. PEDRO DE RORIZ.

ROSMADACH, *Bertrandus*, embaix. do concí. de Basileia à Bretanha: nota 539.

ROSMANINHAL: Ordem do Templo: p. XXIX. — doada à Ordem de Cristo: p. XLV.

ROSSELLI, João *(Johannes)*, sac. da dioc. de Amiens e reitor da igr. par. de Blecont e benef. da dioc. de Cambraia, com benef. da colação da aba. e most. de Odivelas: n. 57.

ROSSELLIS, *Rossellus de*, clér. da câmara apostól.: nota 677.

ROTHOMAGENSIS, card.: p. CCLXIII, nota 672. *VIDE:* RUÃO.

ROVIRA, Bernardo, ouv. apostól., encarregado da causa entre o cab. de Braga e os cón. de Vilar de Frades: p. CCLXXVII, nota 706.

ROYARICA, comendador de: REIMONDO, Fernam: p. LXXXIV.

ROYLLE, Espanha, dioc. de Toledo, igr. par. de: BENTO XIII: n. 67. — porcion.: MARTINS *(Martini)*, Afonso *(Alfonsus)*: BENTO XIII: n. 67.

RUA CHAAM, cidade do Porto: p. CCXXXVII, nota 589.

RUÃO *(Rothomagensis)*, card. de: p. CCLXIII, nota 672, pp. CCCXXX, CCCXXXI, CCCXXXIV, CCCXXXV.

RUI *(Roy)*: *VIDE:* RODRIGO.

RUSSIENSIS, card.: nota 609.

RUTHENENSIS: BENTO XIII: n. 18d. *VIDE:* RODEZ.

S

SABÁUDIA: *VIDE:* SABÓIA.

SABINA, Itália, card. - b. de: pp. XCV-XCVI, p. 88, nota 1; BRANDA: pp. CCXIII, CCXIV, nota 487; GIL *(Egidius)* DE ALBORNOZ:

pp. XCV-CII; GUTERRE *(Guterrius)*: BENTO XIII: n. 1b; HUGO DE MONTRELAIS: p. 63, nota 1.

SABÓIA *(Sabaudia)*, Itália, duque de: nota 458, p. CCX. — antipapa: pp. CCX, CCXIII, CCXXII, nota 544. — lugar para o concí. a reunir com os Gregos: nota 467, pp. CCIII, CCXII, nota 494.

SABRENAYS, Dinis *(Dyonisius)* de, doutor em teolo., embaix. da univers. de Paris no concí. de Basileia e embaix. do concí. à Bretanha: p. CCXXIX, nota 539, p. CCXXX, notas 542, 544, 549, p. CCXLVIII.

SABUGAL, conc. de Sabugal, dioc. de Cidade Rodrigo, hoje da Guarda; *VIDE*: S.TA MARIA DE SABUGAL.

SACAVÉM *(Saquavem)*, conc. de Loures, dioc. de Lisboa: *VIDE*: S.TA MARIA DE SACAVÉM.

SAFIM *(Zafiensis)*, África, b. de: p. CCCXLI.

S. ANDREWS, Escócia, b. de: TRAYL, Valter *(Walterius)*: p. 195, nota 1.

ST. BERTRAND, França, dioc. de: b.: AMELIO DE LAUTREC: p. 104, nota 1.

SAINT BRIEUC, França, dioc. de: b.: HUGO DE MONTRELAIS: p. 63, nota 1.

ST. LIZIER, França, dioc. de: b.: AMELIO DE LAUTREC: p. 104, nota 1. *VIDE*: CONSERANS.

SAINTES *(Xanctonensis)*, França, dioc. de: b. ELIAS DE ESTRANGE: BENTO XIII: n. 19j, p. 297, nota 1. — cón.: PETRUS DE FRATIS: p. XXXIX.

SAINT PONS DE TOMIÈRES, França: b.: DOMINGOS *(Dominicus)* DE FLORENÇA: p. 331, nota 1; PEDRO DE RABAT *(Petrus Rabati)*: p. 329, nota 1.

SALAMANCA *(Salamantinus)*, Estu. Geral ou univers.: *estud. de dir. canón.*: ANES *(Johannis)*, Gonçalo *(Gundissalvus)*: n. 589; FERNANDES *(Fernandi)* DE SCALON, Bartolomeu *(Bartholomeus)*: n. 591; FERNANDES *(Fernandi)*, Lopo *(Lupus)*: n. 587; MENDES *(Melendi)*, Gonçalo *(Gundissalvus)*: nn. 598, 704; PERES *(Petri)*, Mendo *(Menendus)*: p. CCXXVII; VASQUES *(Valasci)*, João *(Johannes)*: p. CCXXVIII; VASQUES *(Valasci)*, Pedro *(Petrus)*: n. 592. — *estud. de dir. civil*: ARIAS *(Arie)*, Vicente *(Vincentius)*: n. 588; LOURENÇO *(Laurentii)*, Paio *(Pelagius)*: n. 595; NUNES DE SOURE *(Nunii de Sauri)*, Afonso *(Alfonsus)*: n. 586. — *estud. de gramática*: LOURENÇO *(Laurentii)*, João *(Johannes)*: n. 593; MARTINS *(Martini)*, Cristóvão *(Christoforus)*: n. 599. — *prof. de dir. canón.*: MENDES *(Menendi)*, Gonçalo *(Gundissalvus)*: n. 704; SANCHES *(Sancii)*, João *(Johannes)*: n. 585. — *professor de teolog.*: FREI JOÃO DE S. TOMÉ: nota 677. — regente da cátedra de prima de cânones: SANCHES *(Sancii)*, João *(Johannes)*: n. 585. — róis de súplicas: nn. 585-599, BENTO XIII: n. 76.

SALAMANCA *(Salamantina)*, Espanha, dioc. de: *arced.*: ALVA: BENTO XIII: n. 64; AFONSO *(Alfonsi)*, Garcia *(Garsias)*: BENTO XIII: n. 64; GARCIA *(Garsie)*, Fernando *(Fernandus)*: BENTO XIII: n. 98. — *beneficiados*: AFONSO *(Alfonsi)*, Álvaro *(Alvarus)*: BENTO XIII: n. 48; ANES *(Johannis)*, Gonçalo *(Gundissalvus)*: n. 692c; ANES *(Johannis)*, Salvador *(Salvator)*: BENTO XIII: n. 30; ANES *(Johannis)* DO REGO, Gonçalo *(Gundissalvus)*: BENTO XIII: n. 60; ARIAS *(Arie)*, Vicente *(Vincentius)*: BENTO XIII: n. 1; ESTEVES DE MOGADOURO *(Stephani de Mogadeyro)*, Gonçalo *(Gundissalvus)*: n. 637a; ESTEVES *(Stephani)*, Pedro *(Petrus)*: n. 673; GIL *(Egidii)*, Álvaro *(Alvarus)*: BENTO XIII: nn. 25, 93; GONÇALVES *(Gundissalvi)*, João *(Johannes)*: nn. 705, 710; GONÇALVES *(Gundissalvi)*, Pedro *(Petrus)*: BENTO XIII: n. 43; LOURENÇO *(Laurentii)*, João *(Johannes)*: BENTO XIII: nn. 7, 10a; MARTINS *(Martini)*, Gonçalo *(Gonsalvus)*: n. 678; MARTINS *(Martini)*, Vasco *(Valascus)*: BENTO XIII: n. 46a; RODRIGUES DA FONSECA *(Roderici de Fuenseca)*, Pedro *(Petrus)*: BENTO XIII: n. 93; RODRIGUES *(Roderici)*, Martinho *(Martinus)*: BENTO XIII: n. 41; RODRIGUES *(Roderici)*, Nuno *(Nunus)*: BENTO XIII: n. 21. — *bispos*: p. CCLXXXV; DIOGO *(Didacus)* ANAYA Y MALDONADO: n. 619, p. 185, nota 1; GONÇALO *(Gundissalvus)*: n. 684f; PEDRO *(Petrus)*: p. LX. — b. e a nacional. da Ordem de S. Tiago da Espada em Portugal: pp. LX, LXII, LXIV, LXIX, LXX, LXXIII. — b. e a Ordem do Templo: p. XXIV. — chantre: GARCIA, Fernando *(Fernandus)*: BENTO XIII: n. 98; GIL *(Egidii)*, Álvaro *(Alvarus)*: BENTO XIII: nn. 25, 93; RODRIGUES DA FONSECA *(Roderici de Fuenseca)*, Pedro *(Petrus)*: BENTO XIII: n. 93. — *clérigos*: FERNANDES *(Fernandi)*, Afonso *(Alfonsus)*: n. 684g; FERNANDES *(Fernandi)* DE LEDESMA, Pedro *(Petrus)*: BENTO XIII: n. 84c; RODRIGUES *(Roderici)*, Sancho *(Sanctius)*: n. 307a. — *cónegos*: AFONSO *(Alfonsi)*, Garcia *(Garsias)*: BENTO XIII: n. 64; ANES *(Johannis)*, Gonçalo *(Gundissalvus)*: n. 692c; ANES *(Johannis)*, Salvador *(Salvator)*: BENTO XIII: n. 30; ARIAS *(Arie)*, Vicente *(Vincentius)*: n. 687, BENTO

XIII: n. 1; ESTEVES *(Stephani)*, Pedro *(Petrus)*: n. 673; GARCIA *(Garsie)*, Fernando *(Fernandus)*: BENTO XIII: n. 98; GIL *(Egidii)*, Álvaro *(Alvarus)*: BENTO XIII: nn. 25, 93; GOMES *(Gometii)*, João *(Johannes)*: n. 276; LOURENÇO *(Laurentius)*, sac. da dioc. de Coimbra: BENTO XIII: n. 74; MARTINS *(Martini)*, Fernando *(Fernandus)*: n. 707; MARTINS *(Martini)*, Gonçalo *(Gonsalvus)*: n. 678; MARTINS *(Martini)*, João *(Johannes)* n. 661; MARTINS *(Martini)*, Vasco *(Valascus)*: n. 684g; RODRIGUES *(Roderici)* DE MOLINA, Miguel *(Michael)*: BENTO XIII: n. 98; RODRIGUES *(Roderici)*, Nuno *(Nunus)*: BENTO XIII: n. 21; SANCHES *(Sancii)*, João *(Johannes)*: n. 639. — *igrejas*: S.TA CRUZ DE PALENÇA DE NEGELLA: n. 625a; S.TA MARIA DE MOCODIAL: n. 591. — mestre-escola: MARTINS *(Martini)*, Fernando *(Fernandus)*: n. 707. — *porcionários*: AFONSO *(Alfonsi)*, João *(Johannes)*: n. 305; DOMINGUES *(Dominici)*, Jorge *(Georgius)*: BENTO XIII: n. 19j; FERNANDES *(Fernandi)*, Afonso *(Alfonsus)*: n. 684g; RODRIGUES DA FONSECA *(Roderici de Fuenseca)*, Pedro *(Petrus)*: BENTO XIII: n. 93; SANCHES *(Sancii)*, Álvaro *(Alvarus)*: BENTO XIII: n. 19j. — *prestimónio*: VILLAR DE GALIMAÇO: BENTO XIII: n. 25. — reunião de prelados sobre a Ordem do Templo: p. XXIX.

SALAS, Hugo, sac. de Rodez, irmão de Raimundo Salas, arced. de Barroso: n. 401.

SALAS *(Salis)*, Raimundo *(Raymundus)* de, clér. da dioc. de Rodez, da colecto. apostól. em Portugal, cón. e tesour. de Lisboa: nn. 352, 401, 481, 510, 521, 652, 713. — cón. de Rodez: nn. 510, 521. — cón. de Segóvia: n. 652. — cón. de Sevilha e benef. na dioc. de Sevilha: n. 713.

SALEMA, conc. de Faro, freg. da Conceição, dioc. de Silves, hoje de Faro ou do Algarve. *VIDE.* BELA SALEMA.

SALES *(Salis)* = SALAS, Raimundo *(Raymundus)* de: n. 510. — *VIDE*: SALAS, Raimundo *(Raymundus)* de.

SALGADO, Pedro, capelania existente na igr. de S.ta Marinha de Lisboa: p. CCXCIV.

SALLONE, França, dioc. de Arles, resid. do papa Bento XIII: BENTO XIII: nn. 65-67, 69, 70, 71, 73-77, 77b, 77c, 81, 82, 84-84b.

SALMASA *(Salmastrensis, Samacensis)*, b. de: LOPO *(Lupus)*: p. CCLVIII, nota 663. *VIDE*: LOPO *(Lupus)*.

SALMASTRENSIS: *VIDE*: SALMASA.

SALNÉS, Espanha, dioc. de Compostela, arced. de: BENTO XIII: n. 85, p. 335, nota 2; BERTRANDO *(Bertrandus)* ATGÉRIO, cardeal: BENTO XIII: n. 85; FERNANDES DE SOUTO MAIOR *(Fernandi de Souto Mayor)*, João *(Johannes)*: BENTO XIII: n. 85, p. 335, nota 2.

SALVATERRA DE MAGOS, dioc. de Lisboa: pp. XXVI, XXIX, nota 36, pp. XXXIV, XLV, CCCLXIX, CCCLXXXI, CCCLXXXII, CCCLXXXVI, CCCLXXXVIII. — doação à Ordem de Cristo: p. XLV. — doação a Afonso Esteves: p. CCCLXIX.

SALVATERRA, João Anes *(Johannes Johannis)* de, clér. da dioc. de Lisboa, cón. de Viseu: n. 19.

SALZEDAS, dioc. de Lamego, most. cisterc. de: nota 582. *VIDE*: S.TA MARIA DE SALZEDAS.

SAMACENSIS = SALMASTRENSIS, b. titular: LOPO *(Lupus)*, comendat. do priorato do most. de S. Pedro de Folques: p. CCLVIII, nota 663. *VIDE*: SALMASA *(Salmastrensis, Samacensis)*.

SAMBIN, Paolo: nota 658.

SAMORA, Espanha, dioc. de: *beneficiados*: AFONSO *(Alfonsi)*, Gonçalo *(Gundissalvus)*: BENTO XIII: n. 12; BARTOLOMEU *(Bartholomei)*, João *(Johannes)*: BENTO XIII: nn. 19h, 36; BENAVENTE *(Benavento)*, João *(Johannes)* de: n. 491; GONÇALVES *(Gonsalvi)*, João *(Johannes)*: n. 674; GONÇALVES *(Gundissalvi)*, Vasco *(Velascus)*: BENTO XIII: n. 46b; MARTINS *(Martini)*, Vasco *(Velascus)*: BENTO XIII: n. 15; PERES *(Petri)*, Afonso *(Alfonsus)*: n. 675; RODRIGUES *(Roderici)*, Fernando *(Fernandus)*: BENTO XIII: n. 20. — *bispo*: AFONSO *(Alfonsus)* DE EXEA ou DE CÓRDOVA: p. 247, nota 1. — *clérigos*: ÁLVARES *(Alvari)*, João *(Johannes)*: n. 26; ESTEVES *(Stephani)* COTRAL, João *(Johannes)*: n. 46; FERNANDES *(Fernandi)*, Gonçalo *(Gundissalvus)*: nn. 257, 258; FERNANDES *(Fernandi)*, João *(Johannes)*: n. 87; GARCIA *(Garsie)*, Pedro *(Petrus)*: BENTO XIII: n. 54; MELLA, Pedro *(Petrus)* de: n. 30. — *Cónegos*: AFONSO *(Alfonsi)*, Gonçalo *(Gundissalvus)*: nn. 643a, 644, BENTO XIII: nn. 12, 44, 80; BARTOLOMEU *(Bartholomei)*, João *(Johannes)*: BENTO XIII: nn. 19h, 36; BODIN, Raimundo *(Raymundus)*: n. 635; DOMINGUES *(Dominici)*, Estêvão *(Stephanus)*: n. 92; GARCIA *(Garsie)*, João *(Johannes)*: BENTO XIII: n. 55; GONÇALVES *(Gonsalvi)*, João *(Johannes)*: n. 674; PERES *(Petri)*, Afonso *(Alfonsus)*: n. 675; RODRIGUES *(Roderici)*, Fernando: BENTO XIII: n. 20; VASQUES *(Valasci)*, João *(Johannes)*: n. 93. — *igrejas*: ALMARAZ: nn. 6, 92; S.TA MARIA DE AVIDIELLO: n. 305; S. JOÃO

DE PORTA NOVA: BENTO XIII: n. 36; S. MARTINHO DE PICOTO ANTIGO: BENTO XIII: n. 55; S. TIAGO DE CAJA MONTES: BENTO XIII: n. 55; S. VICENTE DE SAMORA: BENTO XIII: n. 80 — *porcionário:* BARTOLOMEU *(Bartholomei)*, João *(Johannes):* BENTO XIII: nn. 6, 13, 19h. — *sacerdote:* FERNANDES *(Fernandi)*, Gonçalo *(Gundissalvus):* n. 306a.

SAMOS, Espanha, dioc. de Lugo, most. bened. de: nn. 589, 594. — *monges:* ANES DE PINHEIRA *(Johannis de Pignera)*, Gonçalo *(Gundissalvus):* n. 594; ANES *(Johannis)*, Gonçalo *(Gundissalvus):* n. 589.

SANCHES *(Sancii)*, Afonso *(Alfonsus)*, clér. da dioc. de Lisboa, porcion. das igr. de S.to Estêvão e de S.ta Maria de Várzea de Alenquer: n. 580.

SANCHES *(Sancii)*, Álvaro *(Alvarus)*, porcion. na dioc. de Salamanca: BENTO XIII: n. 19j.

SANCHES *(Sancii)* DE CISNEROS, Diogo *(Didacus)*, da dioc. de Leão, capelão da portug. rainha de Castela D. Beatriz, cón. e benef. na dioc. de Leão: BENTO XIII: nn. 65, 97. — cón. prebend. de Cória, familiar e capelão do cardeal D. Pedro da Fonseca, cón. e prior da coleg. de S.ta Maria de Husillos: BENTO XIII: n. 97.

SANCHES *(Sancii)* DE MENA, Pedro *(Petrus)*, sac. da dioc. de Burgos, envolvido no cisma, benef. na igr. par. de S.ta Maria de Laredo da dioc. de Burgos, dispensado de irregularidade: BENTO XIII: n. 88.

SANCHES *(Sancii)* DE MUNIELLA, João *(Johannes)*, benef. na igr. de Cuenca: BENTO XIII: n. 110.

SANCHES DE ORDUNHA *(Sancii de Ordunna)*, João *(Johannes)*, clér. da dioc. de Calaorra, benef. na igr. par. de S.ta Maria de Jeria da dioc. de Palença: BENTO XIII: n. 89.

SANCHES DE TORRES *(Sancii de Turribus)*, Pedro *(Petrus)*, bacharel em decretos, cón. de Lisboa, prior da igr. de S.ta Maria do Porto da dioc. de Sevilha e cón. de Leão: n. 636h.

SANCHES DE VALHADOLIDE *(Sancii de Valleoleti)*, João *(Johannes)*, cón. de Palença: n. 692a.

SANCHES *(Sancii)*, João *(Johannes)*, doutor em decretos, regente da cát. de prima de cânones da univers. de Salamanca: n. 585. — indulg. plenária e indulto de altar portátil: n. 585.

SANCHES *(Sancii)*, João *(Johannes)*, embaix. do rei de Castela ao papa: n. 631a.

SANCHES *(Sancii)*, João *(Johannes)*, vice-chanceler da portug. rainha D. Beatriz, escolar em leis, cón. de Salamanca e da Guarda, reitor da igr. de Sarzedas e porcion. na coleg. de S. Cristóvão de Coimbra: nn. 639, 648, 696, BENTO XIII: n. 24. — cón. de Leão e escolar de dir. canón.: n. 648. — cón. e benef. da dioc. de Plasença e estud. de dir. civil: n. 696. — natural e familiar da portug. rainha D. Beatriz, sac. e capelão de honra de D. Henrique, rei de Castela, cón. e benef. na dioc. de Segóvia, envolvido no cisma: BENTO XIII: n. 24.

SANCHES *(Sancii)*, Pedro *(Petrus)*, doutor em leis, embaix. do rei de Castela: n. 636d.

SANCHO *(Sancius)* I, rei de Portugal: p. XCIX, nota 161.

SANCHO II, rei de Portugal: contendas com o clero: p. CIV.

SANCHO *(Sancius)* IV, rei de Castela, falecido: p. XLVI, nota 82, p. CCCXCVI.

SANCTE COLUMBE DE HER: p. XC. *VIDE:* SANCTE COLUMBE DE HOO. S.TA COMBA DÃO.

SANCTE COLUMBE DE HOO: p. XC, XCI. *VIDE:* S.TA COMBA DÃO.

SANCTE COLUMBE DE HOOM: p. XCI. *VIDE:* S.TA COMBA DÃO.

SANCTE CRUCIS, cardeal: pp. CCXV, CCXXXIII, nota 645, p. CCLXX.

SANCTE CRUCIS DE MAYA: *VIDE:* S.TA CRUZ DA MAIA.

SANCTE MARIE DE BERMIOSO, dioc. de Lamego: *VIDE:* S.TA MARIA DE VERMIOSA.

SANCTE MARIE NOVE, cardeal: notas 609, 645, p. CCLXX.

SANCTE MARIE DE VALLADA: *VIDE:* S.TA MARIA DE VALADA.

SANCTE MARINE DE OZEZER: *VIDE:* S.TA MARINHA DO ZÊZERE.

SANCTE SABINE, cardeal: notas 609, 645, p. CCLXX.

SANCTI ANGELI, cardeal, ao encontro dos Gregos, desde Verona: p. CCXV.

SANCTI EUSTACII, cardeal: notas 609, 645, p. CCLXX.

SANCTI FLORINI CONFLUENTIAE, prepos. de: CUSA, Nicolau de: p. CCXLVII, nota 637.

SANCTI FRONTONIS, França, dioc. de Perigueux, igr.: n. 90. — cón.: MARTINETI, João *(Johannes):* n. 90.

SANCTI LAURENTII DE BAIRRO, dioc. de Coimbra: *VIDE:* S. LOURENÇO DO BAIRRO.

SANCTI LAURENTII *iuxta muros Tridentinos:* p. CCXLVIII, nota 637. *VIDE:* S. LOURENÇO DE TRENTO.

SANCTI MARCI, cardeal, p. CCXXXIII, notas 609, 645, p. CCLXX.

SANCTI NICOLAI DE FLORENTIA, povo. de: p. CCLVII, nota 662.

SANCTI SIXTI, cardeal: notas 609, 645, p. CCLXX.

SANCTIS, *Oudardus de*, sac. da dioc. de Noyon e cón. de Soissons: n. 89.

SANCTI STEFANI, Florença, povo. de: p. CCLVII, nota 662.

SANCTI STEPHANI IN CELIOMONTE, card. presb.: *VIDE:* S.TO ESTÊVÃO IN MONTE CELIO.

SANCTO CLEMENTE, *Johannes de*, licenc. em decretos, incorpor. no concí. de Basileia: p. CCXXVIII.

SANCTO JACOBO, *Dominicus de: VIDE:* S. TIAGO *(Sancto Jacobo)*, Domingos *(Dominicus)* de.

SANCTO PAPULO, França, dioc.: *VIDE:* S. PAPOUL.

SANT'ANA, José Pereira de, cronista carmelita: p. CLXXIV, notas 366, 370.

S.TA BÁRBARA, hospital ou alberg. em Lisboa: *VIDE:* S.TO EUTRÓPIO E S.TA BÁRBARA.

S.TA BRÍGIDA DO PARAÍSO, Florença, most. de: lugar da morte do Dr. Vasco Rodrigues, advogado consistorial: nota 516, pp. CCLV, CCLVII, nota 662.

S.TA CATARINA DE RIBAMAR, ermit. de: p. CCXCII.

S.TA CECÍLIA, tít. cardin.: BERTRANDO *(Bertrandus)* ATGÉRIO: p. 335, nota 1.

S.TA CLARA, Ordem de: *VIDE:* CLARISSAS.

S.TA CLARA DE VILA DO CONDE, most. de: p. CCXXXV, nota 584. — abadessas: AIRES, Constança: nota 584; PEREIRA, Maria: nota 584.

S.TA COMBA DÃO *(Sancte Columbe de Her, Sancte Columbe de Hoo, Sancte Columbe de Hoom)*, conc. de S.ta Comba Dão, dioc. de Coimbra, hoje de Viseu, igr. par. de: pp. LXXXIX-XCI, nn. 307b, 336, 424. — reitores: LOURENÇO *(Laurentii)*, Afonso *(Alfonsus)*: nn. 307b, 336, 424; MARTINS *(Martini)*, Martinho *(Martinus)*: pp. LXXXIX-XC.

S.TA COMBA DE CHACIM *(Sancte Columbe de Chacin)*, conc. de Macedo de Cavaleiros, dioc. de Braga, hoje de Bragança, igr. par. de: nn. 205, 311, BENTO XIII: nn. 6, 13, 19h. — *beneficiado:* BARTOLOMEU *(Bartholomei)*, João *(Johannes)*: BENTO XIII: nn. 6, 13, 19h. — *reitor:* GONÇALVES *(Gundissalvi)*, Gonçalo *(Gundissalvus)*: nn. 205, 311.

S.TA COMBA DE RIBA DE LIMA *(Sancte Columbe de Riba de Lima)*, conc. de Ponte do Lima, dioc. de Braga, igr. par. de: n. 124. — reitor: CASTRO, António *(Antonius)* de: n. 124.

S.TA CRISTINA *(Sancte Christine)* DE TERRA DA MAIA, conc. da Maia, dioc. do Porto, igr. de: n. 378. — reitor: MARTINS *(Martini)*, Vasco *(Velascus)*: n. 378.

S.TA CRUZ *(Sancte Crucis)*, card. de, ao encontro dos Gregos: p. CCXV. *VIDE:* S.TE CRUCIS.

S.TA CRUZ DA ALCÁÇOVA DE LISBOA *(Sancte Crucis de Alcazova Ulixbonensis)*, cidade e dioc. de Lisboa, igr. de: p. CCLIII, nota 657. — porcionários: DIAS *(Didaci)*, Rui *(Rodericus)*: p. CCLIIs, nota 657; GARCIA, Luís *(Ludovicus)*: p. CCLII, nota 657; GUNDISSALVI, *Didacus*: p. CCLIII, nota 657. *VIDE:* S.TA CRUZ DE LISBOA.

S.TA CRUZ DA MAIA *(Sancte Crucis de Maya)*, dioc. do Porto, igr. de: p. CCLXXIX, nota 709.

S.TA CRUZ DE COIMBRA *(Sancte Crucis Colimbriensis)*, cidade e dioc. de Coimbra, most. de cón. regr. de: pp. CVII, CCXXXVII--CCXXXIX, nota 589, pp. CCXCIII, CCCVII, nota 841, pp. CCCIX-CCCXI, CCCXX--CCCXXI, nota 891, pp. CCCXXXIV, CCCXXXV, CCCXCVII, CCCXCIX, n. 269, BONIFÁCIO IX: n. 9. — benef.: ANES *(Johannis)*, Afonso *(Alfonsus)*: n. 269. — cónegos: ANES, Pero: p. CCCXXXIV; EANES, Gil: p. CCXCIII; LOURENÇO *(Laurentii)*, João *(Johannes)*: BONIFÁCIO IX: n. 9. — legacia do b. de Coimbra D. João Rodrigues Galvão: pp. CCCXXXIV, CCCXXXVI.—Livro de Noa: pp. CCCXCVII, CCCXCIX. — prior comendatá. e b. de Coimbra: JOÃO *(Johannes)* RODRIGUES GALVÃO *(Galvom)*: pp. CCXXXVII-CCXXXIX, nota 589, pp. CCCXX-CCCXXI, nota 891. — priores: pp. CCXCIII, CCCIX-CCCXI; GOMES *(Gometius)* ANES: p. CCCVII, nota 841; JOÃO *(Johannes)*, b. resignat. de Lamego: pp. CCCXX-CCCXXI, nota 891; RODRIGO *(Rodericus)* DE NORONHA: p. CCCVII, nota 841, pp. CCCXX-CCCXXI, nota 891; VALASCUS: p. CVII.

S.TA CRUZ DE LISBOA *(Sancte Crucis Ulixbonensis)*, cidade e dioc. de Lisboa, igr. par. de: p. CCLIIs, nota 657, nn. 258, 306a. — beneficiado: FERNANDES *(Fernandi)*, Gonçalo *(Gundissalvus)*: nn. 258, 306a. *VIDE:* S.TA CRUZ DA ALCÁÇOVA DE LISBOA.

S.TA CRUZ DE MADRID *(Sancte Crucis de Maiorito)*, Espanha, dioc. de Toledo, hoje de Madrid, igr. par. de: n. 717, BENTO XIII: nn. 19d, 58. — beneficiado: LOURENÇO *(Laurentii)*, Gomes *(Gometius)*: n. 717, BENTO XIII: nn. 19d, 58.

S.TA CRUZ DE PALENÇA DE NEGELLA, Espanha, dioc. de Salamanca: n. 625a.

S.TA EUFÊMIA DE PENELA *(Sancte Eufemie de Penela)*, conc. de Penela, dioc. de Coimbra, igr. de: nn. 166, 168. — porcion.: DOMIN-

GUES *(Dominici)* DE PENELA, Pedro *(Petrus)*: n. 166; LOURENÇO *(Laurentii)* DE PENELA, Afonso *(Alfonsus)*: n. 168.

S.TA EUFÊMIA DE QUELEYSOS *(Sancte Eufemee de Queleysos)*, dioc. de Tui, igr. par. de. n. 447. — reitor: ESTEVES *(Stephani)*, João *(Johannes)*: n. 447.

S.TA EULÁLIA DE PENSALVOS *(Sancte Eulalie de Pensalvis)*, conc. de Vila Pouca de Aguiar, dioc. de Braga, hoje de Vila Real, igr. par. de: nn. 643a, 644, BENTO XIII: nn. 12, 44, 80. — reitor: AFONSO *(Alfonsi)*, Gonçalo *(Gundissalvus)*: nn. 643a, 644, BENTO XIII: nn. 12, 44, 80.

S.TA EULÁLIA *(Sancte Eulalie)* DE TRINCEA· dioc. de Tui, igr. de: BONIFÁCIO IX: n. 12, — reitor: VICENTE *(Vincentii)*, João *(Johannes)*: BONIFÁCIO IX: n. 12.

S.TA IRIA DE SANTARÉM *(Sancte Erene de Sanctarena, Sancte Harene, Sanctaranensis)*, conc. de Santarém, dioc. de Lisboa, igr. de: nn. 482, 500a, 550. — benef.: MARTINS DE FARO *(Martini de Pharaon)*, Aires *(Arias)*: n. 500a. — porcion.: ANES *(Johannis)*, João *(Johannes)*: n. 550; LOURENÇO *(Laurentii)*, Vasco *(Valascus)*: n. 482, 550.

S.TA JUSTA DE COIMBRA *(Sancte Juste Colimbriensis)*, cidade e dioc. de Coimbra, igr. par. de: nn. 14, 221, 250, 263, 281, 354, 407, 418, 621, 625, 629f. — porcion.: AFONSO DE FONTE PURA *(Alfonsi de Fonte Pudico)*, Diogo *(Didacus)*: n. 621; DOMINGUES *(Dominici)*, Gil *(Egidius)*: nn. 221, 407; ESTEVES *(Stephani)*, Pedro *(Petrus)*: nn. 250, 263; GONÇALVES *(Gundisalvi)*, Fernando *(Fernandus)*: nn. 281, 354; GARCIA DE VALHADOLIDE *(Garsie de Valleoleti)*, Sancho *(Sancius)*: n. 625; LOURENÇO *(Laurentii)*, Afonso *(Alfonsus)*: n. 14; MARTINS DE LOUROSA *(Martini de Lorosa)*, Vasco *(Velascus)*: n. 629f.

S.TA JUSTA DE LISBOA *(Sancte Juste Ulixbonensis)*, cidade e dioc. de Lisboa, igr. de: nn. 148, 183, 210a, 307, 370o, 370p, 404, 416, 458, 462, 463, 484, 529, 550a, 653, 691c, 702, BENTO XIII: nn. 5, 9c, 18b. — beneficiados: ANES *(Johannis)*, Gomes *(Gometius)*: n. 148; ESTEVES *(Stephani)*, Afonso *(Alfonsus)*: n. 484. — cón.: ANDESTER, Filipe *(Philippus)* de: n. 702, BENTO XIII: nn. 5, 9c, 18b. — porcionários: AFONSO *(Alfonsi)*, Martinho *(Martinus)*: nn. 463, 550a; ANES *(Johannis)*, João *(Johannes)*: n. 529; CASTRO, Elias *(Helias)* de: n. 458; CLAUSTRIS, Elias *(Helias)* de: n. 210a, 307, 550a; DOMINGUES *(Dominici)*, João *(Johannes)*: nn. 404, 416; ESTEVES *(Stephani)*, João *(Johannes)*: n. 183; GONÇALVES *(Gundissalvi)*, Vasco *(Valascus)*: n. 458; LOURENÇO *(Laurentii)*, Afonso *(Alfonsus)*: n. 370o; LOURENÇO *(Laurentii)*, Gonçalo *(Gundissalvus)*: n. 370p; VASQUES *(Valasci)*, Lourenço *(Laurentius)*: n. 462. — prior: ANDESTER, Filipe *(Philippus)* de: nn. 653, 691c, 702, BENTO XIII: nn. 5, 9c, 18b.

S.TA JUSTA E S.TA RUFINA *(Sanctorum Juste et Rufine)*, Espanha, most. da SS.ma Trindade de Sevilha: BENTO XIII: n. 96.

S.TA LUZIA DE TRANCOSO, dioc. da Guarda, igr. de: p. CCCXLI.

S.TA MARGARIDA DA LOURINHÃ *(Sancte Margarite de Loirinhaa)*, conc. da Lourinhã, dioc. de Lisboa, igr. de: n. 540. — porcion.: PIRES *(Petri)*, Estêvão *(Stephanus)*: n. 540.

S.TA MARIA DA ALCÁÇOVA DE SANTARÉM *(Sancte Marie de Alcaçova Sancterene, Sanctarenensis)*, conc. de Santarém, dioc. de Lisboa, igr. de: nn. 69, 167, 173, BENTO XIII: n. 55, BONIFÁCIO IX: n. 4. — beneficiados: AFONSO DE SANTARÉM *(Alfonsi de Sanctarena)*, Fernando *(Fernandus)*: n. 167; GIL *(Egidii)*, Afonso *(Alfonsus)*: n. 173. — chantre: GARCIA *(Garsie)*, João *(Johannes)*: BENTO XIII: n. 55. — cónegos: ANES *(Johannis)*, Lourenço *(Laurentius)*: n. 69; GARCIA *(Garsie)*, João *(Johannes)*: BENTO XIII: n. 55. — porcion.: MENDES *(Menendi)*, Gil *(Egidius)*: BONIFÁCIO IX: n. 4. *VIDE:* S.TA MARIA DE ALCÁÇOVA DE SANTARÉM.

S.TA MARIA DA ARRUDA DOS VINHOS, conc. de Arruda dos Vinhos, dioc. de Lisboa, igr. de: pp. LXXXIII, CCXCIII, n. 42. — porcionário: MONTEMOR-O-NOVO *(Monte Maiori)*, Fernando *(Fernandus)* de: n. 42. — reitores: AFONSO *(Alfonsi)*, Fernando *(Fernandus)*: p. CCXCIII; ANES, Fernando: p. CCXCIII; EANES, Gil: p. CCXCIII.

S.TA MARIA DA BATALHA, conc. da Batalha, dioc. de Leiria, antes dioc. de Lisboa, most. dominicano de: pp. CLXXII, CCCII, nota 824. *VIDE:* S.TA MARIA DA VITÓRIA.

S.TA MARIA DA LOURINHÃ *(Sancte Marie de Lourinha)*, conc. da Lourinhã, dioc. de Lisboa, igr. de: pp. CLXVIII, CLXIX, CCLIII, nota 659, p. CCLIV, nota 660, p. CCLVIII, nn. 160, 251, 382, 543. — porcion.: AFONSO *(Alfonsi)*, João *(Johannes)*: n. 382; DOMINGUES *(Dominici)*, Gil *(Egidius)*: n. 251; FURTADO, João *(Johannes)*: n. 160; MARTINS *(Martini)*, Antão *(Antonius)*: nota 487; VICENTE *(Vincentii)*, Pedro *(Petrus)*: n. 543. — privação de ANDRÉ, b. de Mégara: nota 487. — reitores: ANES DE ASNAIS *(Johannis de Asnes)*, Rodrigo *(Rodericus)*: p. CCLIII, nota

659; DIAS *(Didaci)*, Rui *(Rodericus)*: nota 660, p. CCLVIII; VAZ DA CUNHA *(Vasci de Cunha)*, Lopo *(Lupus)*: pp. CLXVIII, CLXIX, CCLIII, nota 659, p. CCLIV, nota 660.

S.TA MARIA DAS ALCÁÇOVAS, conc. de Viana do Alentejo, dioc. de Évora, igr. de: n. 156. — porcion.: MENDES *(Menendi)*, Martinho *(Martinus)*: n. 156.

S.TA MARIA DA VINHA *(Sancte Marie de Veynha)*, conc. de Viana do Castelo, dioc. de Tui, hoje de Braga: n. 446. — reitor: ANES *(Johannis)*, Gonçalo *(Gunsalvus)*: n. 446.

S.TA MARIA DA VITÓRIA (Batalha), conc. da Batalha, dioc. de Leiria, outrora de Lisboa, most. dominic. de: pp. CCCI-CCCIII, nota 824. — papa Bonifácio IX e D. João I: p. CCCII, nota 824. — união de igr. do padroado régio: pp. CCCI-CCCIII, nota 824. *VIDE:* S.TA MARIA DA BATALHA.

S.TA MARIA DE ACHETE *(Sancte Marie de Acheyte)*, conc. de Santarém, dioc. de Lisboa, igr. de: p. CIII, notas 178, 179, pp. CCCXLVIII--CCCXLIX. — reitores: ABUL, Lourenço: p. CCCXLIX; FERNANDES DE GOUVEIA, Martinho: pp. CCCXLVIII, CCCXLIX; MANSELHA *(Mansella)*, Fernando Martins *(Fernandus Martini)* de: p. CIII, notas 178-179.

S.TA MARIA DE ÁFRICA, igr. de: p. CLXXXVI.

S.TA MARIA DE ÁGUAS SANTAS *(Sancte Marie de Aquis Sanctis)*, conc. da Maia, dioc. do Porto, igr. e most. de: nn. 378, 479, 604, 609. — porcionários: AMOREIRA *(Amoreria)*, Luís *(Ludovicus)* de: n. 479; ANES *(Johannis)*, Luís *(Ludovicus)*: n. 479; ANES *(Johannis)*, Martinho *(Martinus)*: nn. 604, 609; MARTINS *(Martini)*, Vasco *(Valascus)*: n. 378.

S.TA MARIA DE ALCÁCER *(Sancte Marie de Alcaçar)*, conc. de Alcácer do Sal, dioc. de Évora, igr. de: nn. 252, 253, 267, 268, 320, 555. — porcionários: AFONSO *(Alfonsi)*, Pedro *(Petrus)*: n. 555; ESTEVES *(Stephani)*, Aparício *(Aparitius)*: nn. 253, 267, 320; NUNES *(Nunii)*, Martinho *(Martinus)*: nn. 252, 268.

S.TA MARIA DE ALCÁÇOVA DE ELVAS *(Sancte Marie de Alcaceva de Elbis)*, conc. de Elvas, dioc. de Évora, igr. par. de: nn. 54, 410, 438. — porcionário: DURANDO *(Durandi)*, João *(Johannes)*: nn. 54, 410, 438.

S.TA MARIA DE ALCÁÇOVA DE SANTARÉM *(Sancte Marie de Alcaceva Sancterensis)*, conc. de Santarém, dioc. de Lisboa, igr. de: pp. LXXXIII, CXVII, CCCXLVI, nn. 69, 167, 173, 285, 288, 341, 369, 383, 421, 432, 452, 523, 570a, 603, 634e, BENTO XIII: n. 55, BONIFÁCIO IX: n. 4. — benefi.: AFONSO DE SANTARÉM, Fernando: n. 167; GARCIA *(Garsie)*, João *(Johannes)*: nn. 421, 452; PERES *(Petri)*, Garcia *(Garsia)*: nn. 285, 288, 432. — cónegos: ANES *(Johannis)*, Lourenço *(Laurentius)*: n. 69; ANES *(Johannis)*, Salvador *(Salvator)*: n. 634e; DOMINGUES *(Dominici)* RAVASCO, João *(Johannes)*: n. 570a; ESTÊVÃO *(Stephanus)*: n. 369; GARCIA DE ARRAIOLOS *(Garsias de Araiolos)*: n. 634e; GARCIA *(Garsie)*, João *(Johannes)*: n. 452; LOPES *(Luppi)*, Fernando *(Fernandus)*: nn. 523, 603; NOCCE, João *(Johannes)* de: n. 341; VICENTE *(Vincentii)*, João *(Johannes)*: n. 383. — prior: AFONSO DE AZAMBUJA, João: p. CXVII; LOURENÇO, Joham: p. LXXXIII. *VIDE:* ALCÁÇOVA.

S.TA MARIA DE ALCAMIM DE LISBOA *(Sancte Marie de Alcamim Ulixbonensis)*, cidade e dioc. de Lisboa, igr. par. de: nn. 129, 498b. — beneficiados: ANES *(Johannis)*, Vicente *(Vincentius)*: n. 498b; GONÇALVES *(Gunsalvi)*, André *(Andreas)*: n. 129.

S.TA MARIA DE ALCANEDE *(Sancte Marie de Alcanede)*, conc. de Santarém, dioc. de Lisboa, igr. de: n. 103. — porcionário: LEITÃO *(Letton)*, Álvaro *(Alvarus)*: n. 103.

S.TA MARIA DE ALCOBAÇA *(Sancte Marie de Alcobacia)*, conc. de Alcobaça, dioc. de Lisboa, most. cisterc. de: p. CCXCII, nota 769, pp. CCXCIII, CCCXXIV, CCCXXV, nota 903, p. CCCXLII, nn. 403, 529. — ab.: p. CCXCII, nota 769, pp. CCXCIII, CCCIX, CCCL; NICOLAU: p. CCCIX. — benefi.: ANES *(Johannis)*, João *(Johannes)*: n. 529. — cardeal D. Jorge, comendatário: p. CCCXXIV, nota 903, p. CCCXLII. — monge: CARNIDE, João de: p. CCXCIII.

S.TA MARIA DE ALGODRES *(Sancte Marie dAlgodres)*, conc. de Fornos de Algodres, dioc. de Viseu, igr. de: n. 107. — reitor: GONÇALVES *(Gunsalvi)*, Álvaro *(Alvarus)*: n. 107.

S.TA MARIA DE ALMANSA *(Beate Marie de Almansa)*, Espanha, dioc. de Cartagena: n. 81.

S.TA MARIA DE ALMOSTER, conc. de Santarém, dioc. de Lisboa, most. cisterc. de: *VIDE:* ALMOSTER.

S.TA MARIA DE ALVITO, conc. de Alvito, dioc. de Évora, igr. de: n. 411a. — benef.: PERES *(Petri)*, João *(Johannes)*: n. 411a.

S.TA MARIA DE AQUIRO *(Sancte Marie de Acquiro)*, card. diác.: BERTRANDO *(Bertrandus)*: pp. VIII-IX, XVI, XXXIX, XL, XLIII.

S.TA MARIA DE ARDEGÃO *(Beate Marie de Ardegam)*, conc. de Ponte de Lima, dioc. de Braga, igr. de: n. 278. — reitor: LOURENÇO *(Laurentii)*, Álvaro *(Alvarus)*: n. 278.

S.TA MARIA DE ASSAFARGE *(Sancte Marie de Çafargem)*, conc. e dioc. de Coimbra, igr. de: n. 14. — vigá.: LOURENÇO *(Laurentii)*, Afonso *(Alfonsus)*: n. 14.

S.TA MARIA DE AVEIRAS, conc. de Azambuja, dioc. de Lisboa, igr. de: p. CCCXI.

S.TA MARIA DE AVIDIELLO *(Sancte Marie de Avidiello)*, Espanha, dioc. de Samora, igr. de: n. 305. — reitor: AFONSO *(Alfonsi)*, João *(Johannes)*: n. 305.

S.TA MARIA DE AZAMBUJA *(Sancte Marie de Azambuya, Azonbuia)*, conc. de Azambuja, dioc. de Lisboa, igr. de pp. CCCXXXV, CCCXXXVI, nn. 479, 538, 584. — porcion.: AFONSO *(Alfonsi)*, Vicente *(Vincentius)*: n. 584; ANES *(Johannis)*, Luís *(Ludovicus)*: n. 479; GONÇALVES *(Gunsalvi)*, João *(Johannes)*: n. 538. — prior: GOMES *(Gometii)*, Pedro *(Petrus)*: pp. CCCXXXV, CCCXXXVI, CCCXL.

S.TA MARIA DE AZINHOSO, conc. de Mogadouro, dioc. de Braga, hoje de Bragança, igr. bened. de: p. CCLIV, nota 661, pp. CCLVIII, CCLXXII, nota 687, n. 665. — priores ou reitores: DIAS *(Didaci)*, Rui *(Rodericus)*: p. CCLIV, nota 661, pp. CCLVIII, CCLXXII; FERNANDES *(Fernandi)*, Lopo *(Lupus)*: n. 665; RODRIGUES *(Roderici)*, Vasco *(Valascus)*: pp. CCLIV-CCLV, nota 661, p. CCCXXII, nota 687.

S.TA MARIA DE BAYONA DE MIÑOR *(Sancte Marie Baione de Minhol)*, Espanha, dioc. de Tui, igr. par. de: n. 449. — benef.: MARTINS *(Martini)*, Rodrigo *(Rodericus)*: n. 449; PERES *(Petri)*, Álvaro *(Alvarus)*: n. 449.

S.TA MARIA DE BEJA *(Sancte Marie de Begia)*, outrora dioc. de Évora, igr. de: nn. 454, 498, 523, 551, 552. — porcion.: ANES *(Johannis)*, João *(Johannes)*: n. 498; ANES *(Johannis)*, Pedro *(Petrus)*: n. 551; ARAIZ, Luís *(Ludovicus)*: n. 454; GOMES *(Gometii)*, Aires *(Arias)*: n. 552; LOPES *(Luppi)*, Fernando *(Fernandus)*: n. 523.

S.TA MARIA DE BELMONTE *(Sancte Marie de Bellomonte)*, conc. de Belmonte, dioc. da Guarda, igr. de: n. 223. — reitor: FERNANDES *(Fernandi)*, Gil *(Egidius)*: n. 223.

S.TA MARIA DE BOURO: *VIDE:* S.TA MARIA DO BOURO.

S.TA MARIA DE BUJALANCE *(Sancte Marie de Buejalance)*, Espanha, dioc. de Córdova, igr. de: n. 625. — porcio.: GARCIA DE VALHADOLIDE *(Garsie de Valleoleti)*, Sancho *(Sancius)*: n. 625.

S.TA MARIA *(Sancte Marie)* DE CARANTA, Espanha, dioc. de Mondonhedo, igr. de: n. 144. — reitor: ANES DE FELGUEIRA *(Johannis de Felgueira)*, Rodrigo *(Rodericus)*: n. 144.

S.TA MARIA DE CÁRQUERE *(Sancte Marie de Carcari)*, conc. de Resende, dioc. de Lamego, most. de cón. regr. de: nn. 269, 330, 346, 347. — cón. regr.: ANES *(Johannis)*, Afonso *(Alfonsus)*: n. 269; GONÇALVES *(Gundissalvi)*, Gonçalo *(Gundissalvus)*: n. 347; PERES *(Petri)*, Gonçalo *(Gundissalvus)*: n. 330; PERES *(Petri)*, Vasco *(Valascus)*: n. 346.

S.TA MARIA DE CASTELO DE VIDE: *VIDE:* S.TA MARIA DO CASTELO DE VIDE.

S.TA MARIA DE CASTROJERIZ *(Sancte Marie de Castroxeres)*, Espanha, dioc. de Burgos, igr. de: n. 658. — cón.: DOMINGUES *(Dominici)*, Martinho *(Martinus)*: n. 658.

S.TA MARIA DE CELORICO *(Sancte Marie de Celorico)* DA BEIRA, conc. de Celorico da Beira, dioc. da Guarda, igr. de: n. 424. — porcion.: LOURENÇO *(Laurentii)*, Afonso *(Alfonsus)*, n. 424.

S.TA MARIA DE CERVÃES *(Sancte Marie de Cervanis)*, conc. de Vila Verde, dioc. de Braga, igr. par. de: n. 643. — reitor: ESTEVES *(Stephani)*, Gonçalo *(Gunsalvus)*: n. 643.

S.TA MARIA DE CHELAS *(Sancte Marie dAchelas)*, cidade e dioc. de Lisboa, most. cisterc. de: n. 448.

S.TA MARIA *(Sancte Marie)* DE COCA, Espanha, dioc. de Segóvia, igr. de: BENTO XIII: n. 59. — benef.: VASQUES *(Velasci)*, Gonçalo *(Gundissalvus)*: BENTO XIII: n. 59.

S.TA MARIA *(Sancte Marie)* DE CÓRIA, Espanha, dioc. de Sevilha, igr. de: n. 629c. — benef.: ROINI, Francisco *(Franciscus)*: n. 629c.

S.TA MARIA DE ESMORIZ *(Beate Marie de Esmoriz)*, conc. de Ovar, dioc. do Porto, igr. par. de: n. 97. — reitor: AFONSO *(Alfonsi)*, João *(Johannes)*: n. 97.

S.TA MARIA DE FARO *(Sancte Marie de Faaron)*, conc. de Faro, dioc. de Silves, hoje do Algarve, igr. de: nn. 4, 8, 53, 313, 322, 356, 381, 481, 562, 698, BENTO XIII: n. 54. — benef.: ESTEVES *(Stephani)*, Gonçalo *(Gundissalvus)*: n. 322; ESTEVES *(Stephani)*, João *(Johannes)*: n. 562. — capelão: GARCIA *(Garsie)*, João *(Johannes)*: nn. 4, 481, 698. — porcion.: GARCIA *(Garsie)*, Pedro *(Petrus)*: nn. 8, 521, BENTO XIII: n. 54; GONÇALVES CARBONÁRIO *(Gunsalvi Carbonarii)*, Mendo *(Menendus)*: n. 381; VASQUES *(Valasci)* DE LOULÉ, Estêvão *(Stephanus)*: nn. 53, 313, 356.

S.TA MARIA DE FIGUEIRÓ, dioc. de Coimbra, igr. par. anexa ao most. de Folques: nota 751. — reitor: COSTA, João da: nota 751.

S.TA MARIA DE FLORENÇA, Itália, abadia ou most. bened. de: pp. CLXX, CCXIV,

CCXV, CCXXV, CCXXVI, notas 516, 658, pp. CCLXXXVII, CCLXXXIX-CCXC. — ab.: GOMES *(Gometius)* ANES: p. CLXX. — monges: pp. CCLXXXVII, CCLXXXIX-CCXC; ARSÉNIO *(Arsenius)*: p. CCXIV, CCXVs; PASCÁSIO: p. CCXXV; PLÁCIDO: p. CCXXVI, nota 516. — prior: nota 516. — documen.: p. CLXX. *VIDE*: GOMES ANES.

S.TA MARIA DE FREGENAL *(Sancte Marie de Frexenal)*, Espanha, dioc. de Badajoz, igr. de: nn. 629b, 633d, 634c. — benef.: FURTADO *(Furtati)*, João *(Johannes)*: nn. 629b, 633b, 634c.

S.TA MARIA DE GÓIS *(Sancte Marie de Gooes)*, conc. de Góis, dioc. de Coimbra, igr. de: nota 710. — porcion.: ÁLVARES *(Alvari)*, Diogo *(Didacus)*: nota 710; FERNANDES *(Fernandi)*, Gomes *(Gometius)*: nota 710.

S.TA MARIA DE GUIMARÃES *(Sancte Marie de Vimaranis)*, conc. de Guimarães, dioc. de Braga, igr. coleg. de: p. XCVIII, nota 158, p. XCIX, nota 161, pp. CXXXVI, CLXXX, CLXXXII, CLXXXV, CLXXXVI, nota 414, pp. CCLXIV-CCLXVIII, nota 673, pp. CCCXXI-CCCXXII, nota 892, nn. 64, 124, 161, 196, 211, 240, 261, 282, 295, 310, 370d, 573a, 575, 607. — benef.: ESTEVES *(Stephani)*, Gil *(Egidius)*: n. 310; GONÇALVES DE GUIMARÃES *(Gondisalvi de Vimaranis)*, João *(Johannes)*: nn. 282, 295; NUNES *(Nuni)*, Gonçalo *(Gunsalvus)*: n. 161. — chantre: AFONSO, Pedro: p. CLXXXII; LOURENÇO *(Laurentii)*, João *(Johannes)*: n. 64. — cón.: ANES, Álvaro: pp. CCLXIV-CCLXV, nota 673; ANES *(Johannis)*, Martinho *(Martinus)*: n. 607; ANES, Martinho: p. CLXXXV; ANES, Rodrigo: p. CLXXXV; ANES *(Johannis)*, Vasco *(Valascus)*: n. 240; CASTRO, António *(Antonius)* de: n. 124; DOMINGUES *(Dominici)*, Nicolau *(Nicolaus)*: n. 573a; ESTEVES *(Stephani)*, Gil *(Egidius)*: n. 261; LOURENÇO *(Laurentii)*, João *(Johannes)*: n. 64; LOURENÇO REQUINADO: nota 892; VIEIRA, Afonso: p. CLXXXV. — concessões pontifí. à coleg., obtidas pelo prior Rui da Cunha: p. CLXXXV. — dinheiro emprestado pelo cab. para a expedição das bulas da transf. de D. João Galvão para a sé de Braga: pp. CCCXXI-CCCXXII, nota 892. — mestre-escola: RESENDE, João de: p. CLXXXV, nota 414, p. CCLXVI, nota 673. — porcion.: ANES *(Johannis)*, Salvador *(Salvator)*: n. 370d; GERARDO *(Girardi)*, João *(Johannes)*: n. 575; MARTINS *(Martini)*, Luís *(Ludovicus)*: n. 211. — priores: AFONSO DAS REGRAS *(Alfonsi de Regulis)*, João *(Johannes)*: pp. XCIX, CXXXVI; COUTINHO, Fernando *(Fernam)*: pp. CCLXVII-CCLXVIII, nota 673; CUNHA, Rui da: pp. CLXXX, CCXLIV; GOMES DE LEMOS, Afonso: pp. CCLXVII-CCLXVIII, nota 673; MARTINHO, b. de Silves e de Lisboa: p. 12, nota 1; VASQUES *(Velascy)*, Gonçalo *(Gondissalvus)*: p. XCVIII, nota 158, n. 196; VICENTE, mestre: p. XCVIII, XCIX, nota 161. — tesour.: FREITAS, Affonso de: nota 892. — vigá. do prior Afonso Gomes de Lemos: ANES, Álvaro: pp. CCLXIV-CCLXV, nota 673. — visitador: AFONSO, Brás: p. CCLXVII, nota 673.

S.TA MARIA *(Sancte Marie)* DE HUEVAR. Espanha, dioc. de Sevilha, igr. de: n. 573b. — reitor: AFONSO *(Alfonsi)*, João *(Johannes)*: n. 573b.

S.TA MARIA DE HUSILLOS *(Sancte Marie de Fusellis, Fustellos)*, Espanha, dioc. de Palença, igr. coleg. de: n. 684e, BENTO XIII: n. 97. — cón.: DIAS *(Didaci)* DE CABUÉRNIGA, Diogo *(Didacus)*: n. 684e; GARCIA *(Garsie)* DE AQUILAR: Diogo *(Didacus)*: BENTO XIII: n. 97; SANCHES *(Sancii)* DE CISNEROS, Diogo *(Didacus)*: BENTO XIII: n. 97. — priores: GARCIA *(Garsie)* DE AQUILAR, Diogo *(Didacus)*: BENTO XIII: n. 97; SANCHES *(Sancii)* DE CISNEROS, Diogo *(Didacus)*: BENTO XIII: n. 97.

S.TA MARIA DE ILLESCAS *(Sancte Marie de Illiescas, Yllescas)*, Espanha, dioc. de Toledo, igr. de: n. 626, BENTO XIII: n. 67. — benef.: MARTINS *(Martini)*, Sancho *(Sancius)*: n. 626. — porcion.: MARTINS *(Martini)*, Afonso *(Alfonsus)*: BENTO XIII: n. 67.

S.TA MARIA *(Sancte Marie)* DE JERIA, Espanha, dioc. de Palença, igr. par. de: BENTO XIII: n. 89. — benef.: SANCHES DE ORDUNHA *(Sancii de Ordunna)*, João *(Johannes)*: BENTO XIII: n. 89.

S.TA MARIA *(Sancte Marie)* DE LANDIM, conc. de Vila Nova de Famalicão, dioc. de Braga, most. de cón. regr. de: nota 668, n. 169. — benef.: PERES *(Petri)*, João *(Johannes)*: n. 169.

S.TA MARIA DE LAREDO, Espanha, dioc. de Burgos, igr. par. de: BENTO XIII: n. 88. — benef.: SANCHES *(Sancii)* DE MENA, Pedro *(Petrus)*: BENTO XIII: n. 88.

S.TA MARIA *(Sancte Marie)* DE LAS PORQUERIZAS, Espanha, dioc. de Toledo, igr. par. de: BENTO XIII: nn. 28, 62. — reitor: GONÇALVES *(Gundissalvi)*, Gil *(Egidius)*: BENTO XIII: nn. 28, 62.

S.TA MARIA DE LEIRIA *(Sancte Marie de Leirea)*, outrora dioc. de Coimbra, igr. de: nota 164, p. CLXXXIV, n. 184. — porcion.: ANES

(Johannis), Domingos *(Dominicus)*: n. 184; GOMES, Pedro: p. CLXXXIV; VASQUES, Gonçalo: nota 164.

S.TA MARIA DE LORVÃO *(Sancte Marie de Lorvaan)*, conc. de Penacova, dioc. de Coimbra, most. cisterc. de: nn. 194b, 303, 344, 421, 432a, 507, 514, 614, 629d. — benef.: AFONSO *(Alfonsi)*, João *(Johannes)*: n. 614; GARCIA *(Garsie)*, João *(Johannes)*: n. 421; HOMEM *(Hominis)*, João *(Johannes)*: n. 344; MARTINS *(Martini)* DE SEMIDE, Gonçalo *(Gundissalvus)*: n. 432a; MARTINS *(Martini)*, Gonçalo *(Gundissalvus)*: nn. 194b, 303; OLMEDO, Gil *(Egidius)* de: n. 629d; PERES *(Petri)*, Gil *(Egidius)*: nn. 507, 514.

S.TA MARIA DE MARVILA DE SANTARÉM *(Sancte Marie de Marvilla de Sanctarena)*, conc. de Santarém, dioc. de Lisboa, igr. par. de: nn. 68, 174, 338, 357, 401a, 429, 473. — porcio.: ANES *(Johannis)*, Luís *(Ludovicus)*: nn. 401a, 429; ESTÊVÃO DE SALZEDAS *(Stephanus de Sarcedas)*: n. 174; GUILHERME *(Guillelmi)*, Valentim *(Valentinus)*: nn. 338, 357; MARTINS *(Martini)*, Sueiro *(Suerius)*: n. 68; MENDES *(Maudi)*, Gil *(Egidius)*: n. 357; MÉRTOLA, Afonso *(Alfonsus)* de: n. 473.

S.TA MARIA *(Sancte Marie)* DE MOCODIAL, Espanha, dioc. de Salamanca, igr. par. de: n. 591. — reitor: FERNANDES *(Fernandi)* DE SCALON, Bartolomeu *(Bartholomeus)*: n. 591.

S.TA MARIA *(Sancte Marie)* DE MONFORTE (Alto Alentejo), conc. de Monforte, dioc. de Évora, igr. de: n. 688. — prior: AFONSO *(Alfonsi)*, Pedro *(Petrus)*: n. 688.

S.TA MARIA DE MONTEMOR-O-NOVO *(Beate Marie Montis Maioris Novi)*, conc. de Montemor-o-Novo, dioc. de Évora, igr. de: n. 412. — porcio.: AFONSO *(Alfonsi)*, Pedro *(Petrus)*: n. 412.

S.TA MARIA DE MOREIRAS *(Sancte Marie de Moreriis)*, conc. de Chaves, dioc. de Braga, hoje de Vila Real, igr. par. de: nn. 636f, 660, BENTO XIII: n. 11. — reitor: NARBONA, Raimundo *(Raimundus)*: nn. 636f, 660, BENTO XIII: n. 11.

S.TA MARIA DE MOURA *(Beate Marie de Moura)*, conc. de Moura, dioc. de Évora, hoje de Beja, most. carmel. de: pp. CLXXIV, CCXC, CCXCI, CCXCV.

S.TA MARIA DE MURÇIA *(Sancte Marie de Murcia)*, Espanha, igr. de: n. 91. — capelão: GARCIA DE AQUILAR *(Garsie de Aquilari)*, Afonso *(Alfonsus)*: n. 91.

S.TA MARIA DE ÓBIDOS, conc. de Óbidos, dioc. de Lisboa, igr. de: nn. 41, 224, 392, 555b. — porcion.: ANES *(Johannis)*, Gonçalo *(Gonsalvus)*: n. 224; ANES *(Johannis)*, Martinho *(Martinus)*: n. 555b; MARTINS *(Martini)*, Pedro *(Petrus)*: n. 555b; RODRIGUES *(Roderici)*, Pedro *(Petrus)*: n. 392. — reitor: VICENTE *(Vincentii)*, Vasco *(Valascus)*: n. 41.

S.TA MARIA DE ODIVELAS *(Sancte Marie de Udivellis)*, conc. de Loures, dioc. de Lisboa, most. cisterc. de: nn. 57, 273, 306a, 445, BONIFÁCIO IX: n. 7. — benef.: AFONSO *(Alfonsi)*, Vicente *(Vincentius)*: BONIFÁCIO IX: n. 7; ANES *(Johannis)*, Estêvão *(Stephanus)*: n. 273; FERNANDES *(Fernandi)*, Gonçalo *(Gundissalvus)*: n. 306a; ROSSELLI, João *(Johannes)*: n. 57; VIDAL *(Vitalis)*, Domingos *(Dominicus)*: n. 445. *VIDE*: ODIVELAS.

S.TA MARIA DE OURÉM, conc. de V. N. de Ourém, dioc. de Lisboa, hoje de Leiria, igr. coleg., da fundação do conde de Ourém, D. Afonso: pp. CCXCI, nota 766, p. CCXCIII.

S.TA MARIA DE OYA *(Sancte Marie dOya)*, Espanha, dioc. de Tui, most. cist. de: n. 443, BENTO XIII: nn. 19b, 19c. — benef.: FERNANDES *(Fernandi)*, Aires *(Arias)*: BENTO XIII: n. 19c; FERNANDES *(Fernandi)*, Lopo *(Lupus)*: BENTO XIII: n. 19b.

S.TA MARIA *(Sancte Marie)* DE PALMA, Espanha, dioc. de Córdova, igr. par. de: BENTO XIII: n. 91. — benef.: AFONSO *(Alfonsi)* DE PALMA DEL RIO, Pedro *(Petrus)*: BENTO XIII: n. 91; ROBERTO *(Robertus)* DE NOYERES, b. de Évora: BENTO XIII: n. 91.

S.TA MARIA DE PALMELA *(Sancte Marie de Palmela)*, conc. de Palmela, dioc. de Lisboa, igr. de: n. 232. — porcion.: AFONSO *(Alfonsi)*, Lourenço *(Laurentius)*: n. 232.

S.TA MARIA DE PERNES *(Sancte Marie de Pernis)*, conc. de Santarém, dioc. de Lisboa, igr. par. de: nn. 198, 603. — reitores: CAVALERI *(Cavalerii)*, Elias *(Hellias)*: nn. 198, 603; LOPES *(Lupi)*, Fernando *(Fernandus)*: n. 603.

S.TA MARIA DE POMBEIRO *(Sancte Marie de Pombeyro)*, conc. de Felgueiras, dioc. de Braga, hoje do Porto, most. bened. de: pp. CCLXXXIX, CCC, CCCI. *VIDE*: POMBEIRO. S.TA MARIA DO POMBEIRO.

S.TA MARIA *(Sancte Marie)* DE PONTE DO LIMA, conc. de Ponte do Lima, dioc. de Braga, igr. de: BONIFÁCIO IX: n. 15. — porcion.: GONÇALVES *(Gunsalvi)* DE PENA, João *(Johannes)*: BONIFÁCIO IX: n. 15.

S.TA MARIA DE REDONDO, conc. de Redondo, dioc. de Évora, igr. de: n. 411a. — vigário: PERES *(Petri)*, João *(Johannes)*: n. 411a.

S.TA MARIA *(Sancte Marie)* DE RIBEIROS,

conc. de Fafe, dioc. de Braga, igr. par. de: n. 575. — reitor: GERARDO *(Girardi)*, João *(Johannes)*: n. 575.

S.TA MARIA *(Sancte Marie)* DE SABUGAL, conc. de Sabugal, dioc. de Cidade Rodrigo, hoje da Guarda, igr. de: BENTO XIII: n. 63. — benef.: VASQUES *(Valasci)*, Rodrigo *(Roderícus)*: BENTO XIII: n. 63.

S.TA MARIA DE SACAVÉM *(Sancte Marie de Saquavem)*, conc. de Loures, dioc. de Lisboa, igr. de: p. CCXCIII, n. 547. — porcion.: GOMES *(Gometii)*, Diogo *(Didacus)*: n. 547. — união da igr. à coleg. de Ourém, a pedido do marquês de Valença: p. CCXCIII.

S.TA MARIA DE SALZEDAS *(Sancte Marie de Cerzeda)*, conc. de Tarouca, dioc. de Lamego, most. cister. de: BONIFÁCIO IX: n. 12. — igr. de S. Pedro de Tarouca: BONIFÁCIO IX: n. 12.

S.TA MARIA DE SARZEDAS *(Sancte Marie de Cerzedas, Sarzedas)*, conc. de Castelo Branco, dioc. da Guarda, hoje de Castelo Branco, igr. de: nn. 639, 648, 696, BENTO XIII: n. 24. — reitor: SANCHES *(Sancii)*, João *(Johannes)*: n. 639, 648, 696, BENTO XIII: n. 24.

S.TA MARIA DE SÁTÃO *(Sancte Marie de Çaatom)*, conc. de Sátão, dioc. de Viseu, igr. par. de: p. XCI, nota 136.

S.TA MARIA DE SEDIELOS *(Sancte Marie de Sedeelis, Seedielos)*, conc. de Peso da Régua, dioc. do Porto, hoje de Vila Real, igr. de: n. 212, BONIFÁCIO IX: n. 27. — porcion.: MARTINS *(Martini)*, Gil *(Egidius)*: BONIFÁCIO IX: n. 27; MARTINS, Nuno: n. 212.

S.TA MARIA DE SEQUIRAM (Segán?), Espanha, dioc. de Lugo (?): n. 104. — benef.: FIGUEIRAS, João *(Johannes)* de: n. 104.

S.TA MARIA DE SETÚBAL *(Sancte Marie de Setuval)*, cidade de Setúbal, dioc. de Lisboa, igr. par. de: n. 477. — reitores: ESTEVES *(Stephani)*, Afonso *(Alfonsus)*: n. 477; LOURENÇO *(Laurentii)*, João *(Johannes)*: n. 477; LOURENÇO *(Laurentii)* MANGULON, João *(Johannes)*: n. 477.

S.TA MARIA DE SINTRA *(Beate Marie de Sintria, Sancte Marie de Sintria)*, conc. de Sintra, dioc. de Lisboa, igr. par. de: nn. 39, 636a, BONIFÁCIO IX: n. 7. — benef.: AFONSO *(Alfonsi)*, Vicente *(Vincentius)*: BONIFÁCIO IX: n. 7; PETRI, *Stephanus*: BONIFÁCIO IX: n. 7. — porcion.: MILLONIS, *Thomas*: n. 39. — prior ou reitor: LOPES *(Loppi)* DE MONTEMOLMO, Martinho *(Martinus)*: n. 636a.

S.TA MARIA DE TALAVERA, Espanha, dioc. de Toledo, igr. coleg. de: BENTO XIII: nn. 79, 92. — arcediag.: BENTO XIII: n. 79. — benef.: AFONSO *(Alfonsi)*, Aires *(Arias)*: BENTO XIII: nn. 79, 92. — cón. AFONSO *(Alfonsi)*, Aires *(Arias)*: BENTO XIII: n. 92; GARCIA *(Garsie)*, Fernando *(Fernandus)*: BENTO XIII: n. 92; MENDES *(Menendi)*, Gonçalo *(Gundissalvus)*: BENTO XIII: n. 92.

S.TA MARIA DE TAVIRA *(Sancte Marie de Tavira)*, conc. de Tavira, dioc. de Silves, hoje do Algarve, igr. de: nn. 348, 657. — benef.: AFONSO *(Alfonsi)*, João *(Johannes)*: n. 348. — porcion.: LOURENÇO *(Laurentii)*, João *(Johannes)*: n. 657.

S.TA MARIA DE TENTÚGAL *(Sancte Marie de Tentugel)*, conc. de Montemor-o-Velho, dioc. de Coimbra, igr. de: n. 162. — reitor: PERES *(Petri)*, João *(Johannes)*: n. 162.

S.TA MARIA DE TORRÃO *(Sancte Marie de Torrom)*, conc. de Alcácer do Sal, dioc. de Évora, igr. par. de: n. 556. — *reitor*: ENTENTO, Luís *(Ludovicus)*: n. 556.

S.TA MARIA DE TORREDEITA *(Sancte Marie de Turre Deyta)*, conc. e dioc. de Viseu, igr. de: p. CCCIV. — *reitor*: DOMINICI, *Giraldus*: p. CCCIV.

S.TA MARIA DE TORRES NOVAS *(Sancte Marie de Turribus Novis)*, conc. de Torres Novas, dioc. de Lisboa, igr. de: nn. 482, 520. — reitor: LOURENÇO *(Laurentii)*, Vasco *(Valascus)*: nn. 482, 520. *VIDE*: TORRES NOVAS.

S.TA MARIA *(Sancte Marie)* DE TRANSERRA, Espanha, dioc. de Córdova, igr. de: n. 625. — porcion.: GARCIA DE VALHADOLIDE *(Garcie de Valleoleti)*, Sancho *(Sancius)*: n. 625.

S.TA MARIA *(Sancte Marie)* DE ÚBEDA, Espanha, dioc. de Jaén, igr. coleg. de: BENTO XIII: n. 98. — cón.: RODRIGUES *(Roderici)* DE MOLINA, Miguel *(Michael)*: BENTO XIII: n. 98. — vigá.: RODRIGUES *(Roderici)* DE MOLINA, Miguel *(Michael)*: BENTO XIII: n. 98.

S.TA MARIA DE VALADA *(Sancte Marie de Vallada)*, conc. de Santarém, dioc. de Lisboa, igr. de: pp. CCCXLIII-CCCLX, nota 995. — padroado do rei de Portugal: p. CCCXLIV. — reitores: CORREIA, Afonso: p. CCCXLVIII; FERNANDES DE GOUVEIA *(Fernandi de Gouvea)*, Martinho *(Martinus)*: pp. CCCXLVIII-CCCLX; LUÍS *(Ludovici)*, Afonso *(Alfonsus)*: pp. CCCLIV, CCCLIX; MARTINS *(Martini)*, Fernando *(Fernandus)*: pp. CCCXLIII-CCCXLVIII; MENDES *(Menendi)*, João *(Johannes)*: p. CCCLX, nota 995.

S.TA MARIA DE VAL DE MORO *(Sancte Marie de Baldemoro, Sancte Marie de Valle de Mauro)*,

Espanha, dioc. de Toledo, igr. de: BENTO XIII: nn. 1c, 4, 8a, 10, 18c, 37. — benef.: MENDES *(Menendi)*, Gonçalo *(Gundissalvus)*: nn. 1c, 4, 8a, 10, 18c, 37.

S.TA MARIA DE VALENÇA *(Sancte Marie de Valentia)*, conc. de Valença, dioc. de Tui, hoje de Braga, igr. par. de: p. CCLXXVIII, nota 706, n. 587, BENTO XIII: n. 19b. — benef.: FERNANDES *(Fernandi)*, Lopo *(Lupus)*: n. 587, BENTO XIII: n. 19b.

S.TA MARIA DE VALHADOLIDE *(Sancte Marie Vallisoletane)*, Espanha, dioc. de Palença, igr. coleg. de: n. 625, BENTO XIII: nn. 22, 23, 25, 66. — cón.: DOMINGUES *(Dominici)*, Afonso *(Alfonsus)*: BENTO XIII: n. 22; DOMINGUES *(Dominici)*, Gil *(Egidius)*: BENTO XIII: n. 23; FERNANDES DE FRÓMISTA *(Fernandi de Fromesta)*, Toríbio *(Toribius)*: BENTO XIII: n. 66; GARCIA DE VALHADOLIDE *(Garsie de Valleoleti)*, Sancho *(Sancius)*: n. 625; GIL *(Egidii)*, Álvaro *(Alvarus)*: BENTO XIII: n. 25.

S.TA MARIA DE VÁRZEA *(Sancte Marie de Varzena)* [COVA], conc. de Fafe, dioc. de Braga: n. 674. — reitor: GONÇALVES *(Gonsalvi)*, João *(Johannes)*: n. 674.

S.TA MARIA DE VÁRZEA DE ALENQUER *(Sancte Marie de Varzia de Alanquerio, Sancte Marie dela Vargia de Alanquer)*, conc. de Alenquer, dioc. de Lisboa, igr. par. de: nn. 580, 583, BENTO XIII: n. 9d, BONIFÁCIO IX: n. 11. — porcion.: AFONSO *(Alfonsi)*, Gomes *(Guimetius)*: n. 583; ANES *(Johannis)*, João *(Johannes)*: BONIF. IX: n. 11; SANCHES *(Sancii)*, Afonso *(Alfonsus)*: n. 580. — prior: MARTINS *(Martini)*, Vasco *(Velascus)*: BENTO XIII: n. 9d.

S.TA MARIA DE VERIM *(Sancte Marie de Virim)*, conc. de Póvoa de Lanhoso, dioc. de Braga: n. 672. — reitor: GIL *(Egidii)*, Gonçalo *(Gonsalvus)*: n. 672.

S.TA MARIA DE VERMIOSA *(Sancte Marie de Vermeosa)*, conc. de Figueira de Castelo Rodrigo, dioc. de Lamego, hoje da Guarda, igr. de: pp. CCXXVIII, notas 534, 536. — reitor: FERNANDES *(Fernandi)*, Martinho *(Martinus)*: p. CCXXVIII, nota 534, p. CCXXIX, nota 536.

S.TA MARIA DE VILA NOVA *(Sancte Marie de Villa Nova)*, conc. de Alvito, dioc. de Évora, igr. de: n. 411. — reitor: MARTINS *(Martini)*, Jaime *(Jacobus)*: n. 411.

S.TA MARIA DE VILA VERDE *(Sancte Marie de Villa Viridi)*, conc. e dioc. de Lisboa, igr. de: n. 549. — benef.: RODRIGUES *(Roderici)*, Afonso *(Alfonsus)*: n. 549.

S.TA MARIA DE VILLA ALVA *(Sancte Marie de Villa Alva)*, Espanha, dioc. de Badajoz, igr. de: nn. 629b, 633d. — benef.: FURTADO *(Furtati)*, João *(Johannes)*: nn. 629b, 633d.

S.TA MARIA *(Sancte Marie)* DE VILLA NUEVA DE SERUELLA (Saceruella?), Espanha, dioc. de Toledo, igr. de: BENTO XIII: n. 79. — benef.: AFONSO *(Alfonsi)* DE AVIS, Aires *(Arias)*: BENTO XIII: n. 79.

S.TA MARIA DE VINZIOS = S.TA MARINHA DE VÍNZIOS, Espanha, dioc. de Tui, igr. par. de: BENTO XIII: nn. 71, 77a, 77b. — reitor: MARTINS *(Martini)* DE VALDEVEZ, Afonso *(Alfonsus)*: BENTO XIII: nn. 71, 77a, 77b.

S.TA MARIA DO BISPO DE MONTEMOR-O-NOVO *(Sancte Marie dicte episcopi Montis Maioris Novi)*, conc. de Montemor-o-Novo, dioc. de Évora: n. 570a. — porcion.: DOMINGUES *(Dominici)* RAVASCO, João *(Johannes)*: n. 570a.

S.TA MARIA DO BOURO, conc. de Amares, dioc. de Braga, most. cisterc. de: p. CCCV.

S.TA MARIA DO CARMO, cidade e dioc. de Lisboa, most. carmel. de: capela de D. Frei João de S. Lourenço: pp. CLXXI-CLXXII, nota 355, p. CLXXIX. — e o BEATO NUNO ÁLVARES PEREIRA: pp. CLXXIV, CLXXVI, CLXXVII. — e os papas Urbano VI, Bonifácio IX e João XXIII: pp. CLXXIV-CLXXVII. — e o rei D. João I: p. CLXXVI. — frades e priores: ALFAMA Afonso de, doutor: nota 372; GIL, Diogo: p. CLXXVII, nota 372, p. CLXXIX; JOÃO DE SANTO ESPÍRITO: nota 361; JOÃO DE S. LOURENÇO: pp. CLXXI, CLXXII, CLXXIII, CLXXIV, CLXXVII-CLXXIX, CLXXX. — provinciais: ALFAMA, Afonso de: nota 372; GIL, Diogo: p. CLXXVII, nota 372, p. CLXXIX; JOÃO DE S. LOURENÇO, provin. e bispo: pp. CLXXI-CLXXIII, CLXXVIII-CLXXX, CLXXXVI-CXC, CCLXXIV-CCLXXV, CCLXXXVI, nota 744, pp. CCLXXXVII--CCCXVIII, CCCXXXII-CCCXXXVI, CCCXL-CCCXLIII. — sede do vigário apostól. D. João de S. Lourenço: p. CCXC, CCXCVII--CCXCVIII. — sua fundação: pp. CLXXIV, CLXXVI. — vigário da Ordem: FREI ESTÊVÃO: p. CLXXVIII, nota 372.

S.TA MARIA DO CASTELO DE ABRANTES, coleg. de: p. CCCIX.

S.TA MARIA DO CASTELO DE TORRES VEDRAS *(Sancte Marie de castello in Turribus Veteribus, Sancte Marie in castro de Turribus Veteribus)*, conc. de Torres Vedras, dioc. de Lisboa, igr. de: nn. 427, 530. — porcio: AN-

DESTER, João *(Johannes)* de: n. 530; DOMINGUES *(Dominici)*, João *(Johannes)*: n. 427.

S.TA MARIA DO CASTELO DE VIDE *(Sancte Marie castri Vitis)*, conc. de Castelo de Vide, dioc. da Guarda, hoje de Portalegre, igr. par. de: pp. CLXXXI, CLXXXIV, nota 407, pp. CLXXXVI. — reitores: AFONSO *(Alfonsi)*, João *(Johannes)*: nota 407; PERES *(Petri)*, Luís *(Ludovicus)*: pp. CLXXXI, CLXXXIV, nota 407, p. CLXXXVI.

S.TA MARIA DO OUTEIRO *(Sancte Marie de Outeiro)*, conc. de Bragança (?), Cabeceiras de Basto (?), dioc. de Braga, hoje de Bragança (?), igr. par. de: n. 71. — reitor: NICOLAU *(Nicolay)*, Paio *(Pelagius)*: n. 71.

S.TA MARIA DO POMBEIRO *(Sancte Marie de Pombeyro)*, conc. de Felgueiras, dioc. de Braga, hoje do Porto, most. bened. de: pp. CCLXXXIX, CCC, CCCI. — ab.: p. CCC, CCCI. — comendatá.: AIMARO, b. de Ceuta: p. CCLXXXIX.

S.TA MARIA DO PORTO *(Sancte Marie de Portu)*, Espanha, dioc. de Sevilha, igr. coleg. de: n. 636h. — prior: SANCHES DE TORRES *(Sancii de Turribus)*, Pedro *(Petrus)*: n. 636h.

S.TA MARIA DOS AÇOUGUES DE ELVAS *(Sancte Marie de Masselis castri de Elbis)*, conc. de Elvas, dioc. de Évora, igr. de: n. 410. — porcio.: DURANDO *(Durandi)*, João *(Johannes)* n. 410.

S.TA MARIA DOS AÇOUGUES DE MONTEMOR-O-NOVO *(Sancte Marie de Azouges Montis Maioris Novi)*, conc. de Montemor-o-Novo, dioc. de Évora, igr. de: n. 428. — porcio.: AFONSO *(Alfonsi)* DE ALCOUTIM, Pedro *(Petrus)*: n. 428.

S.TA MARIA EM TRANSTIBRE: *VIDE*: CARDEAIS.

S.TA MARIA IN COSMEDIN, card. presb.: GUILHERME *(Guillelmus)* DE LA JUGÉE: p. 69, nota 2; LÚCIO *(Lucidus)*: p. CCLVIII, nota 666. *VIDE*: CARDEAIS.

S.TA MARIA IN PORTICU, card. diác.: ARNALDO *(Arnaldus)*: nota 56. *VIDE*: CARDEAIS.

S.TA MARIA IN VIA LATA, card. diác.: JAIME *(Jacobus)*, protector da Ordem de S. Tiago da Espada em Portugal: p. LXI, nota 101. *VIDE*: CARDEAIS.

S.TA MARIA MADALENA DE LISBOA *(Sancte Marie Madalene Ulixbon, Ulixbonensis)*, cidade e dioc. de Lisboa, igr. de: nn. 163, 192, 222, 465, BENTO XIII: n. 29. — porcion.: ESTEVES *(Stephani)*, Álvaro *(Alvarus*: n. 465; GONÇALVES DE NABAINHOS *(Gunsalvi de Nabainhos)*, Afonso *(Alfonsus)*: n. 163. — reitor: GOMES *(Gometii)*, Lourenço *(Laurentius)*: nn. 192, 222, BENTO XIII: n. 29.

S.TA MARIA MAIOR, Roma, resid. papal: nota 653.

S.TA MARIA MAIOR DE VALHADOLIDE *(Sancte Marie Maioris de Valleoleti)*, Espanha, dioc. de Palença, igr. de: nn. 625, 655, 692, 693, BENTO XIII: nn. 22, 23, 25, 66. — *abade*: AFONSO *(Alfonsus)* CORREIA, b. da Guarda: n. 692. — *beneficiado*: FERNANDES DE FRÓMISTA *(Fernandi de Fromesta)*, Toríbio *(Toribius)*: BENTO XIII: n. 66. — *cónegos*: DOMINGUES *(Dominici)*, Afonso *(Alfonsus)*: BENTO XIII: n. 22; DOMINGUES *(Dominici)*, Gil *(Egidius)*: n. 693, BENTO XIII: n. 23; GARCIA DE VALHADOLIDE *(Garsie de Valleolleti)*, Sancho *(Sancius)*: n. 625; GIL *(Egidii)*, Álvaro *(Alvarus)*: BENTO XIII: n. 25; QUAIRAS, Diogo *(Didacus)*: n. 655.

S.TA MARIA NOVELA *(Sanctam Mariam Novellam)*, Florença, residência papal de: p. CCLXIV, nota 673.

S.TA MARINHA DE ARCOZELO *(Sancte Marie de Arcozelo)*, conc. de Ponte do Lima, dioc. de Tui, hoje de Braga, igr. de: n. 447. — beneficiado: ESTEVES *(Stephani)*, João *(Johannes)*: n. 447.

S.TA MARINHA DE LISBOA, cidade e dioc. de Lisboa, igr. de: pp. CCXCIV, CCCIII, nn. 528, 539. — capela de Pedro Salgado: p. CCXCIV. — *porcionários*: GONÇALVES *(Gunsalvi)*, Álvaro *(Alvarus)*: n. 539; GONÇALVES, Pedro: p. CCCIII; VASQUES *(Valasci)*, Gil *(Egidius)*: n. 528.

S.TA MARINHA DE SEVILHA *(Sancte Marine Ispalensis)*, Espanha, dioc. de Sevilha, igr. de: nn. 633d, 634c. — benef.: FURTADO *(Furtati)*, João *(Johannes)*: nn. 633d, 634c.

S.TA MARINHA DO ZÊZERE *(Sancte Marine de Ozezer, Sancte Marine de Zezere)*, conc. de Baião, dioc. do Porto, igr. par. de: p. CCV, nota 481, nn. 208, 323. — porcion.: CADEADE, António *(Anthonius)* de: n. 323. — reitores: CERVEIRA, Rodrigo *(Rodericus)* de: n. 208; GOMES *(Gometii)*, Rui *(Rodericus)*: p. CCV, nota 481.

S.TA MARTA *(Sanctam Martam)*, Itália: p. CCLVI, nota 661.

S.TA OVAIA *(Sancte Euvaye)*, conc. de Oliveira do Hospital, dioc. de Coimbra: nn. 621. — *prior*: AFONSO DE FONTE PURA *(Alfonsi de Fonte Pudico)*, Diogo *(Didacus)*: n. 621.

S.TA OVAIA DE CAMÕES *(Sancte Vaye de Caamoes)*, dioc. de Tui, igr. de: n. 448. — *abade*: MOOGO, Fernando *(Fernandus)*: n. 448.

S.TA PRISCA, card.: *VIDE:* BERTRANDO *(Bertrandus)* ATGERIO: p. 335, nota 1. *VIDE:* CARDEAIS.

SANTARÉM *(Sanctarena, Sanctarenensis)*, conc. de Santarém, dioc. de Lisboa: *arced.:* p. CCCXLIXs; AFONSO *(Alfonsi)*, Estêvão *(Stephanus):* pp. CLXXVI; ELIAS DE CASTRO: n. 458; ELIAS DE CLAUSTRIS: n. 307; FIETA ou FRACTA, *Robertus de:* nn. 198, 307; GARCIA *(Garsias)* DE MENESES: nota 888; LA PLUMA, *Johannes:* n. 307; PEDRO *(Petrus)* CAVALERI, b. de Silves: n. 198. — *clérigos:* MARTINS *(Martini)*, Afonso *(Alfonsus):* n. 194; PERES *(Petri)*, Vicente *(Vincentius):* n. 145. — *Dominicanos:* pp. CCXCIII, CCCII. — igrejas: S.TA IRIA DE SANTARÉM: nn. 482, 500a, 550; S.TA MARIA DE ALCÁÇOVA: pp. CXVII, CCCXLVI, nn. 54, 69, 167, 173, 285, 288, 341, 369, 383, 421, 432, 452, 523, 570a, 603, 634e, BENTO XIII: n. 55, BONIFÁCIO IX: n. 4; S.TA MARIA DE MARVILA DE SANTARÉM: nn. 68, 174, 338, 357, 401a, 429, 473; S. JOÃO DE ALPRÃO: p. CCCLV; S. LOURENÇO DE SANTARÉM: p. CCXXVIII, nota 534, n. 103; S. MARTINHO DE SANTARÉM: nn. 130, 555a, BONIFÁCIO IX: n. 4; S. SALVADOR DE SANTARÉM: p. CCLIX, nota 666, pp. CCCII, CCCXLIXs. — *mosteiros:* SS.MA TRINDADE: n. 413; S. FRANCISCO: pp. CCCXXXIII-CCCXXXIV. — preceptoria de S. Salvador de Santarém: pp. CCCXLVI, CCCLII, CCCLIX. — residência de D. Afonso V: p. CCXXXVIII, nota 589. — vigário: MOURA, Afonso de: p. CCCXXXIV.

S.TA SABINA *(Sancte Sabine)*, card.-b. de: p. CCXXXIII. *VIDE:* CARDEAIS.

S.TAS CRUZES, Espanha, dioc. de Tarragona, most. de: p. XLI.

SANTIAGO DE COMPOSTELA, Espanha, dioc. de: *arceb.:* pp. LXXXII, CCCLXXV. *VIDE:* COMPOSTELA. GARCIA MANRIQUE.

SS.MA TRINDADE DE BURGOS, Espanha, most. da Ordem da redenção dos cativos: BENTO XIII: n. 96.

SANTÍSSIMA TRINDADE DE SANTARÉM *(Sancte Trinitatis Sanctarenensis)*, conc. de Santarém, dioc. de Lisboa, most. da: n. 413. — beneficiado: ANES *(Johannis)*, Rodrigo *(Rodericus):* n. 413.

SS.MA TRINDADE, S. JULIÃO, S.TA LUZIA, Espanha, dioc. de Saragoça, cap. de: n. 63.

S.TO ADRIÃO DE MÕES *(Sancti Adriani de Moes)*, conc. e fregue. de Vila Nova de Famalicão, dioc. de Braga, igr. de: n. 153. — reitor: ESTEVES *(Stephani)*, Pedro *(Petrus):* n. 153.

S.TO AGOSTINHO, Ordem de: *VIDE:* AGOSTINHOS. CÓNEGOS REGRANTES.

S.TO AGRÍCOLA *(Sancti Agricoli)*, França, dioc. de Avinhão: deão de: nota 338.

S.TO ANDRÉ DE CANIDELO *(Sancti Andree de Canidelo)*, conc. de Vila Nova de Gaia, dioc. do Porto, igr. par. de: n. 210. — reitor: DOMINGUES *(Dominici)*, Gonçalo *(Gundissalvus):* n. 210.

S.TO ANDRÉ DE CÓRDOVA *(Sancti Andree civitatis Cordubensis)*, Espanha, dioc. de Córdova, igr. de: n. 714. — *beneficiados:* RODRIGUES *(Roderici)*, Antão *(Anthonius):* n. 714; RODRIGUES *(Roderici)*, Domingos *(Dominicus):* n. 714.

S.TO ANDRÉ DE CRISTELOS *(Sancti Andree de Crastelos)*, conc. de Lousada, dioc. do Porto, igr. par. de: n. 608. — reitor: DOMINGUES *(Dominici)*, Domingos *(Dominicus):* n. 608.

S.TO ANDRÉ DE ESGUEIRA *(Sancti Andree dEsgueyre)*, conc. de Aveiro, dioc. de Coimbra, hoje de Aveiro: n. 238, BONIFÁCIO IX: nn. 7, 8. — beneficiados: ANDRÉ *(Andree)*, Pedro *(Petrus):* BONIFÁCIO IX: n. 8; ANES *(Johannis)*, Bartolomeu *(Bartholomeus):* BONIFÁCIO IX: n. 7. — *porcionário:* VICENTE *(Vincentii)*, Martinho *(Martinus):* n. 238.

S.TO ANDRÉ DE LISBOA *(Sancti Andree Ulixbonensis)*, igr. de: n. 435. — *porcionário:* AFONSO, Gil: n. 435.

S.TO ANDRÉ *(Sancti Andree)* DE RENDUFE, conc. de Amares, dioc. de Braga, most. bened. de: p. 364, nota 1.

S.TO ANDRÉ DE SOUSELO, conc. de Cinfães, dioc. de Viseu, hoje de Lamego: p. CCXL.

S.TO ANDRÉ DE TELÕES *(Sancti Andree de Tollones, Sancti Andree de Tollõoes)*, conc. de Amarante, dioc. de Braga, hoje do Porto, igr. de: n. 383, 663. — *porcionário:* VICENTE *(Vincentii)*, João *(Johannes):* n. 383. — *reitor:* GONÇALVES *(Gunsalvi)*, Afonso *(Alfonsus):* n. 663.

S.TO ANDRÉ DE TRIQUERO, França, dioc. de Auch: n. 636g.

S.TO EMILIANO *(Sancti Emiliani)*, Espanha, dioc. de Oviedo, igr. de: BENTO XIII: n. 84c. — *benefi.:* FERNANDES *(Fernandi)* DE LEDESMA, Pedro *(Petrus):* BENTO XIII: n. 84c.

S.TO EMILIANO *(Sancti Emiliani)*, Espanha, dioc. de Burgos, coleg. de: BENTO XIII: n. 106. — *abades:* GONÇALVES *(Gundissalvi)*, Simão *(Symon):* BENTO XIII: n. 106; MARTINS *(Martini)* DE OLIVENÇA, Fernando *(Fernandus):* BENTO XIII: n. 106.

S.TO ESTEVÃO *(Sancti Stephani)*, conc. de Alenquer, dioc. de Lisboa, igr. de: n. 451. — *bene-*

ficiado: VASQUES *(Valasci)*, Gonçalo *(Gundissalvus):* n. 451. *VIDE:* S.TO ESTÊVÃO DE ALENQUER.

S.TO ESTÊVÃO DE ALENQUER *(Sancti Stephani de Alanquerio, Alenquerio)*, conc. de Alenquer, dioc. de Lisboa, igr. de: p. CCCXCIX, nn. 433, 576, 580, 582, 583, 584. — *porcionários:* AFONSO DE ALENQUER *(Alfonsi de Alenquerio)*, Marcial *(Martialis):* n. 582; AFONSO *(Alfonsi)*, Gomes *(Gometius):* n. 583; AFONSO *(Alfonsi)*, Vicente *(Vincentius):* n. 584; RODRIGUES *(Roderici)*, Martinho *(Martinus):* n. 433; SANCHES *(Sancii)*, Afonso *(Alfonsus):* n. 580; VICENTE *(Vincentii)* BRAVO, Lourenço *(Laurentius):* n. 576.

S.TO ESTÊVÃO DE BANHOLAS *(Sancti Stephani Balneolarum, De Balneollis)*, Espanha, Catalunha, most. bened. de: pp. 328-329, nota 1. — *abade:* BERNARDO *(Bernardus):* p. 329, nota 1.

S.TO ESTÊVÃO DE CANTELÃES *(Sancti Stephani de Cantalães)*, conc. de Vieira do Minho, dioc. de Braga, igr. par. de: n. 607. — *reitor:* ANES *(Johannis)*, Martinho *(Martinus):* n. 607.

S.TO ESTÊVÃO DE LISBOA *(Sancti Stephani Ulixboñ)*, cidade e dioc. de Lisboa, igr. de: nn. 532, 548, 636g. — *beneficiado:* AFONSO DE ATALAIA *(Alfonsi de Atalaya)*, João *(Johannes):* n. 548. — *porcionário:* SIGUEIRO *(Sigeiro)*, Martinho *(Martinus):* n. 532. — *priores:* ESTEVES *(Stephani)*, Afonso *(Alfonsus):* n. 636g; TÍLIO, Pedro *(Petrus)* de: n. 636g. *VIDE:* S.TO ESTÊVÃO DE ALFAMA.

S.TO ESTÊVÃO DE NIEVA *(Sancti Stephani de Nieva)*, Espanha, dioc. de Segóvia, igr. de: BENTO XIII: n. 86. — *porcionários:* AFONSO *(Alfonsi)*, João *(Johannes):* BENTO XIII: n. 86; DOMINGUES *(Dominici)*, Jorge *(Georgius):* BENTO XIII: n. 86.

S.TO ESTÊVÃO DE OLDRÕES *(Sancti Stephani de Uldrans)*, conc. de Penafiel, dioc. do Porto, igr. de: n. 283. — *reitor:* ESTEVES *(Stephani)*, Lourenço *(Laurentius):* n. 283.

S.TO ESTÊVÃO DE REGADAS *(Sancto Stephano de Regadas)*, conc. de Fafe, dioc. de Braga: n. 593.

S.TO ESTÊVÃO IN MONTE CELIO, card. diácono: PEDRO *(Petrus)* DE FUXO: p. CCLV, nota 661. *VIDE:* CARDEAIS.

S.TO EUSTÁQUIO, card. diácono: AFONSO *(Alfonsus)* DE CARRILHO: p. 359, nota 1. *VIDE:* CARDEAIS.

S.TO EUTRÓPIO *(Sancti Ytropi)* E S.TA BÁRBARA, cidade e dioc. de Lisboa, hospital ou albergaria de: pp. CXXXV-CXXXVI, notas 258, 259. — administração: JOÃO DAS REGRAS: p. CXXXV, notas 258, 259; VASQUES *Valasci)* DA CUNHA, Martim *(Martinus):* pp. CXXXV-CXXXVI, notas 258, 259.

S.TO PETRONIO, *Andreas de*, doutor em decretos, prof. em Bolonha: nota 176.

S.TO SEPULCRO, Palestina, visita do: p. CXX.

SANTOS, cidade e dioc. de Lisboa, most. de: pp. LXXXIV, CCCXI, BONIFÁCIO IX: nn. 11, 16. — *beneficiado:* ANES *(Johannis)*, João *(Johannes):* BONIFÁCIO IX: n. 11. — comendador: VAASQUEZ, Joham: p. LXXXIV.

S.TOS APÓSTOLOS, Roma, residência papal: notas 654-657, p. CCLV, nota 660, p. CCLVII, nota 663, p. CCLVIII, nota 663, pp. CCLVIII-CCLIX, nota 666, p. CCLXVIII, nota 674.

S.TOS EMETÉRIO E CELEDÓNIO, Espanha, dioc. de Burgos, igr. coleg. de: n. 590. — *cónego:* FERNANDES *(Fernandi)* DE VILLANIEL, João *(Johannes):* n. 590.

SANTOS, Manoel dos *(frey):* pp. CCCLXVIII, CCCXCVII, CCCXCVIII, notas 1004, 1073, 1074.

SANTOS PEDRO E MARCELINO *(Sanctorum Marcellini et Petri)*, card. presb.: JORGE *(Georgius):* nota 898. *VIDE:* CARDEAIS.

S.TO TIRSO DE MEINEDO *(Sancti Tirsi de Meinedo)*, conc. de Lousada, dioc. do Porto, igr. par. de: nn. 1a, 304. — *reitor:* GONÇALVES *(Gundissalvi)*, Gonçalo *(Gundissalvus):* nn. 1a, 304.

S.TO TIRSO DE RIBA DE AVE *(Sancti Tirsi de Ripa Avis, Sancti Tirsi de Ripaudave)*, conc. de S.to Tirso, dioc. do Porto, most. bened. de: nn. 201, 498a. — *beneficiado:* GONÇALVES *(Gundissalvi)*, Gonçalo *(Gundissalvus):* n. 498a. — *monge:* GONÇALVES *(Gonsalvi)*, Bartolomeu *(Bartholomeus):* n. 201.

S. BARTOLOMEU *(Sancti Bartholomei)*, cidade e dioc. de Lisboa, igr. de: nota 258.

S. BARTOLOMEU DE ALFANGE *(Sancti Bartolomei de Alfanxe)*, dioc. de Lisboa, igr. de: p. CCLIV, nota 660, p. CCCXLI. — *reitores:* ABUL, Lourenço: p. CCCXLI; JOHANNIS, *Alfonsus:* p. CCLIV, nota 660; RODRIGUES, João: p. CCCXLI; VAZ DA CUNHA *(Velasci de Cunha)*, Lopo *(Lopus):* p. CCLIV, nota 660.

S. BARTOLOMEU DE BARQUEIROS *(Sancti Bartholomei de Barqueriis)*, conc. de Mesão Frio, dioc. do Porto, hoje de Vila Real, igr. de: n. 349. — reitor: AFONSO *(Alfonsi)*, António *(Anthonius):* n. 349.

S. BARTOLOMEU DE CAMINHA *(Sancti Bartholomei de Camina)*, conc. de Caminha, dioc.

de Tui, hoje de Braga, igr. de: BENTO XIII: n. 19k. — beneficiado: PEDRO *(Petrus)* DE VARÃS: BENTO XIII: n. 19k.

S. BARTOLOMEU DE COIMBRA *(Sancti Bartholomei Colimbriensis)*, cidade e dioc. de Coimbra, igr. de: nn. 450, 588, 687, BENTO XIII: n. 1. — *porcionários:* ARIAS *(Arie)*, Vicente *(Vincentius)*: nn. 588, 687; FERNANDES *(Fernandi)*, Gil *(Egidius)*: n. 450.

S. BARTOLOMEU DE LISBOA *(Sancti Bartholomei Ulixbonensis)*, cidade e dioc. de Lisboa, igr. de: n. 501. — *porcionário:* DIAS *(Didaci)*, Álvaro *(Alvarus)*: n. 501.

S. BARTOLOMEU DE ORIOLA *(Sancti Bartholomei de Auriola)*, conc. de Portel, dioc. de Évora, igr. de: BENTO XIII: n. 18. — *beneficiado:* MARTINS *(Martini)*, Afonso *(Alfonsus)*: BENTO XIII: n. 18.

S. BENIGNO *(Sancti Benigni)*, priorato, perto de Génova: nota 494.

S. BENTO *(Sancti Benedicti)*, Ordem de: *VIDE:* BENEDITINOS.

S. CIRÍACO, tit. cardinal.: JOÃO *(Johannes)* DE PLACENTINIS: BENTO XIII: n. 18b, p. 289, nota 1. *VIDE:* CARDEAIS.

S. CLÁUDIO *(Sancti Claudii)*, Espanha, dioc. de Orense, most. de: n. 139. — *beneficidado:* LOURENÇO *(Laurentii)*, Gomes *(Gometius)*: n. 139.

S. CLEMENTE *(Sancti Clementis)*, card.-presbítero: GERALDO *(Geraldus)* DE PODIO: n. 518; GIL *(Egidius)* DE ALBORNOZ: nota 169, p. 88, nota 1; GUILHERME *(Guillelmus)* DE LA JUGÉE: n. 302, p. 69, nota 2, n. 358, p. 82, nota 2, n. 516. *VIDE:* CARDEAIS.

S. CLEMENTE DE BOLONHA, colé. univers. para clér. da Península: pp. XCV, nota 143, pp. CI-CIII, nota 176, p. CCXIV, nota 487. — — administrador: ÁLVARES DE ALBORNOZ, Fernando: pp. CI-CIII, nota 176. — estudante e reitor: MARTINS *(Martini)*, Antão *(Antonius)*: p. CCXIV, nota 487. — *fundador:* GIL *(Egidius)* DE ALBORNOZ, card. b. de Sabina: pp. XCV, CI-CII.

S. CLEMENTE DE LOULÉ *(Sancti Clementis de Loule alias de Alte)*, conc. de Loulé, dioc. de Silves, hoje de Faro ou Algarve, igr. par. de: nn. 20, 53, 209, 313, 317, 356. — *porcionários:* ESTEVES *(Stephani)*, Vasco *(Valascus)*: nn. 317, 356; PERES *(Petri)*, Rodrigo *(Rodericus)*: n. 20; VASQUES *(Valasci)*, DE LOULÉ, Estêvão *(Stephanus)*: nn. 53, 209, 313, 356.

S. CRISTÓVÃO DE CABANAS *(Sancti Christofori de Cabanas)*, conc. de Carregal do Sal, dioc. de Viseu, igr. de: p. CCXXIII, nota 510. — *reitor:* NUNES *(Nuni)*, João *(Johannes)*: pp. CCXXII-CCXXIII, nota 510.

S. CRISTÓVÃO DE CABEÇUDOS *(Sancti Christofori de Cabeçudus)*, conc de Vila Nova de Famalicão, dioc. de Braga, igr. par. de: nn. 16, 550 — reitor: ANES *(Johannis)*, João *(Johannes)*: nn. 16, 550.

S. CRISTÓVÃO DE COIMBRA *(Sancti Christofori Colimbriensis)*, cidade e dioc. de Coimbra, igr. de: nn. 164, 298, 639, 696, BENTO XIII: n. 24. — *beneficiado:* VASQUES *(Valacii)* DE LOUROSA, Gonçalo *(Gondissalvus)*: n. 298. — *porcionários:* GONÇALVES DE NABAINHOS *(Gunsalvi de Nabaynhos)*, Fernando *(Fernandus)*: n. 164; SANCHES *(Sancii)*, João *(Johannes)*: nn. 639, 696, BENTO XIII: n. 24.

S. CRISTÓVÃO DE LISBOA *(Sancti Christofori Ulixbonensis)* = S.TA MARIA DE ALCAMIM, cidade e dioc. de Lisboa, igr. par. de: n. 498b. *VIDE:* S.TA MARIA DE ALCAMIM.

S. DOMINGOS, Ordem de: *VIDE:* DOMINICANOS.

S. DOMINGOS DE LISBOA, conv. de: p. CCCXLI. — sepultura de ANES, Lourenço: p. CCCXLI.

S. FACUNDO, Espanha, dioc. de Leão, most. bened. de: BENTO XIII: n. 87. — *beneficiado:* FERNANDES *(Fernandi)* DE CISNEROS, Diogo *(Didacus)*: BENTO XIII: n. 87.

S. FÉLIX DE FRIESTAS *(Sancti Felicis de Fenestris)*, conc. de Valença, dioc. de Tui, hoje de Braga, most. bened. de: BONIFÁCIO IX: n. 15 — *beneficiado:* GONÇALVES *(Gunsalvi)* DE PENA, João *(Johannes)*: BONIFÁCIO IX: n. 15.

S. FORTUNATO DE BASSIANO, Itália, most. bened. de: nota 658.

S. FRANCISCO, Ordem de: *VIDE:* CLARISSAS. FRANCISCANOS.

S. FRANCISCO DE BADAJOZ, Espanha, most. de: p. CCCLXXXV.

S. FRANCISCO DE ÉVORA, most. de: p. CCCXCVII.

S. FRANCISCO DE SANTARÉM, dioc. de Lisboa, most. de: p. CCCXXXIII-CCCXXXIV.

S. FRAUSTO *(Sancti Frausti)*, conc. de Peso da Régua, dioc. de Braga, hoje de Vila Real, igr. par. de: n. 573a. — *reitor:* DOMINGUES *(Dominici)*, Nicolau *(Nicolaus)*: n. 573a.

S. JOÃO BAPTISTA DE ÚBEDA *(Sancti Johannis Baptiste de Ubeda)*, Espanha, dioc. de Jaén, igr. par. de: BENTO XIII: n. 90. — *benef.* RODRIGUES *(Roderici)*, Miguel *(Michael)*: BENTO XIII: n. 90.

S. JOÃO DA PRAÇA *(Sancti Johannis de Platea)*,

cidade e dioc. de Lisboa, igr. de: n. 445. — *porcionário:* VIDAL *(Vitalis)*, Domingos *(Dominicus):* n. 445.

S. JOÃO DA RAIVA *(Sancti Johannis de Rayba)*, conc. de Castelo de Paiva, dioc. de Lamego, hoje do Porto, igr. par. de: n. 212, BONIFÁCIO IX: n. 14. — *reitores:* ADÃO, cardeal: BONIFÁCIO IX: n. 14; MARTINS *(Martini)*, Nuno *(Nunus):* n. 212, BONIFÁCIO IX: n. 14.

S. JOÃO DE ABRANTES *(Sancti Johannis dAvrantes)*, conc. de Abrantes, hoje de Portalegre, igr. de: n. 152. — *porcionário:* VICENTE *(Vincentii)*, João *(Johannes):* n. 152.

S. JOÃO DE ALPENDORADA *(Sancti Johannis dAlpendurada, Sancti Johannis de Pendurata)*, conc. de Marcos de Canaveses, dioc. do Porto, most. benedit. de: p. CVII, nn. 126, 271, p. 364, nota 1, BONIFÁCIO IX: nn. 6, 27. — abade nas cortes de Coimbra de 1385: ALFONSUS: p. CVII. — *beneficiados:* AFONSO *(Alfonsi)*, Gonçalo *(Gundissalvus):* n. 271; GONÇALVES *(Gonsalvi)*, Álvaro *(Alvarus):* BONIFÁCIO IX: n. 6; LOURENÇO *(Laurentii)*, Vasco *(Valascus):* n. 126; MARTINS *(Martini)*, Gil *(Egidius):* BONIFÁCIO IX: n. 27.

S. JOÃO DE ALPRÃO, conc. de Santarém, dioc. de Lisboa, preceptor de: p. CCCLV.

S. JOÃO DE ARESEGA *(Sancti Johannis de Aresega)*, conc. de (?), dioc. da Guarda, igr. de: n. 221. — *reitor:* DOMINGUES *(Dominici)*, Gil *(Egidius):* n. 221.

S. JOÃO DE ARNEIO (?) *(Sancti Johannis de Aneyo)*, dioc. de Lisboa, igr. de: n. 279. — *porcionário:* VIFRANA, Olivério: n. 279.

S. JOÃO DE ARNÓIA *(Sancti Johannis de Arnoya)*, conc. de Celorico de Basto, dioc. de Braga, most. benedit. de: n. 665. — *abade:* FERNANDES *(Fernandi)*, Lopo *(Lupus):* n. 665.

S. JOÃO DE BEJA *(Sancti Johannis de Begia)*, conc. e dioc. de Beja, outrora dioc. de Évora, igr. de: p. XCVII, nota 156, p. XCVIII, nota 157, p. CLXXXV, nn. 256, 334, 370h, 453, 599. — *porcionários:* ARAIZ, Martinho *(Martinus):* n. 453; ESTEVES *(Stephani)*, Vasco *(Valascus):* nn. 256, 334, 370h; MARTINS *(Martini)*, Cristóvão *(Christoforus):* n. 599. — *reitores:* GIL *(Egidius)* DE ALBORNOZ: nota 157; VASQUES *(Valasci)*, Estêvão *(Stephanus):* p. CLXXXV; VASQUES *(Valasci)*, Gonçalo *(Gunsalvus):* p. XCVII, nota 156, p. XCVIII, nota 157.

S. JOÃO *(Sancti Johannis)* DE CAMBAS, conc. de Oleiros, dioc. da Guarda, hoje de Portalegre: nn. 470, 511. — reitores: DOMINGUES *(Dominici)*, Estêvão *(Stephanus):* n. 511; VIDE *(Vitis)*, Estêvão *(Stephanus):* n. 470.

S. JOÃO DE CANELAS, conc. de Vila Nova de Gaia, dioc. do Porto, igr. de: p. CCCXLVII. — *reitor:* MARTINS, João: p. CCCXLVIII.

S. JOÃO DE CINFÃES, conc. de Cinfães, dioc. de Lamego, igr. par. de: pertencente à Ordem do Templo e Ordem do Hospital: p. LIV. — reitores: ESTEVES, João: p. LIV; PERES, Estêvão: p. LIV.

S. JOÃO DE JERUSALÉM, Ordem de: *VIDE:* HOSPITAL, Ordem do.

S. JOÃO DE LISBOA *(Sancti Johannis Ulixboñ)*, cidade e dioc. de Lisboa, igr. par. de: n. 151. — *reitor:* ESTEVES DE LISBOA *(Stephani Ulixboñ)*, Lançarote *(Lançarot):* n. 151.

S. JOÃO DE LOBRIGOS *(Sancti Johannis de Lonigos)*, conc. de S.ta Marta de Penaguião, dioc. do Porto, hoje de Vila Real, igr. par. de: BONIFÁCIO IX: n. 24. — *reitor:* RODRIGUES *(Roderici)*, Martinho *(Martinus):* BONIFÁCIO IX: n. 24.

S. JOÃO DE LONGOS VALES *(Sancti Johannis de Longovares)*, conc. de Monção, dioc. de Tui, most. de cónegos regr. de S.to Agostinho: nn. 561a, 563, 566. — *cónegos:* MARTINS *(Martini)*, Domingos *(Dominicus):* nn. 561a, 563; MARTINS *(Martini)*, João *(Johannes):* n. 566.

S. JOÃO DE MADRID *(Sancti Johannis de Madrit, de Maiorito)*, Espanha, dioc. de Toledo, igr. de: n. 717, BENTO XIII: nn. 19d, 58. — *beneficiado:* LOURENÇO, *(Laurentii)*, Gomes *(Gometius):* n. 717, BENTO XIII: nn. 19d, 58.

S. JOÃO DE MAMOUROS, conc. de Castro Daire, dioc. de Viseu, igr. de: n. 143. — *reitor:* AFONSO *(Alfonsi)*, Lourenço *(Laurentius):* n. 143.

S. JOÃO DE MIOMÃES *(Sancti Johannis de Meomães)*, conc. de Resende, dioc. de Lamego, igr. par. de: nn. 205, 311, 333. — *porcionário:* DOMINGUES *(Dominici)*, João *(Johanues):* n. 333. — *reitor:* GONÇALVES *(Gundissalvi)*, Gonçalo *(Gundissalvus):* nn. 205, 311.

S. JOÃO DE MOCHARRO *(Sancti Johannis de Mocharro)* DE ÓBIDOS, conc. de Óbidos, dioc. de Lisboa, igr. de: nn. 304, 459, 461, 475, 476. — *porcionários:* ANES *(Johannis)* DE GAUDIIS, Gonçalo *(Gundissalvus):* n. 476; ANES *(Johannis)*, Gonçalo *(Gundissalvus):* n. 461; GONÇALVES *(Gondisalvi)*, Gonçalo *(Gondisalvus):* n. 304; GONÇALVES *(Gundissalvi)*, Vasco *(Valascus):* n. 459; LOURENÇO *(Laurentii)*, Afonso *(Alfonsus):* n. 475; PEDRO *(Petrus)* CAVALERI: n. 475; PERES *(Petri)*, Gonçalo *(Gondisalvus):* nn. 304, 459, 461, 476.

S. JOÃO DE OURÉM *(Sancti Johannis de Ourem)*, conc. de Vila Nova de Ourém, dioc. de Lisboa, hoje de Leiria, igr. de: p. CCXCI, nota 766, nn. 54, 186, 410, 438. — *porcionário:* DURANDO *(Durandi)*, João *(Johannes):* nn. 54, 186, 410, 438.

S. JOÃO DE OVIL *(Sancti Johannis de Ovil)*, conc. de Baião, dioc. do Porto, igr. de: p. CCLIX, nota 666. — *reitor:* FERREIRA, Álvaro *(Alvarus):* p. CCLIX, nota 666.

S. JOÃO DE PEÑA *(Sancti Johannis de Pinna, de Pyna)*, Espanha, dioc. de Huesca: BENTO XIII: n. 7, p. 278, nota 1, p. 295, BENTO XIII: n. 19h. — *abade:* BENTO XIII: n. 7, p. 279, nota 1, BENTO XIII: n. 19h.

S. JOÃO DE PINHA *(Sancti Johannis de Pina, de Pinna, de Pyna)* = S. JOÃO DE PEÑA.

S. JOÃO DE PINHO (?), POVOLIDE (?) *(Sancti Johannis de Pavolini)*, dioc. de Viseu, igr. de: p. CCXXVIII. — *reitor:* VASQUES *(Valasci)*, João *(Johannes):* p. CCXXVIII.

S. JOÃO DE PORTA NOVA, Espanha, dioc. de Samora: BENTO XIII: n. 36. — *beneficiado:* BARTOLOMEU *(Bartholomei)*, João *(Johannes):* BENTO XIII: n. 36.

S. JOÃO DE SORTELHA *(Sancti Johannis de Sortella)*, conc. de Sabugal, dioc. da Guarda: BENTO XIII: n. 63. — *reitor:* VASQUES *(Valasci)*, Rodrigo *(Rodericus):* BENTO XIII: n. 63.

S. JOÃO DE TAROUCA, conc. de Tarouca, dioc. de Lamego, most. cisterc. de: BONIFÁCIO IX: nn. 13, 14, 15, 20-28. — *abade:* MARTINS *(Martini)*, Nuno *(Nunius):* BONIFÁCIO IX: nn. 13, 14, 15, 20-28. — *beneficiado:* ANES *(Johannis)*, Luís *(Ludovicus):* BONIFÁCIO IX: n. 23. — indulgências para o most.: BONIFÁCIO IX: n. 21.

S. JOÃO DE VIEIRA *(Sancti Johannis de Vieira)*, conc. de Vieira do Minho, dioc. de Braga, igr. par. de: n. 606. — *reitor:* VASQUES *(Valasci)*, Gonçalo *(Gundissalvus):* n. 606.

S. JOÃO *(Sancti Johannis)* DO CAMPO (Gerez), conc. de Terras de Bouro, dioc. de Braga, igr. par. de: n. 666, BENTO XIII: n. 45a. — *reitor:* ANES *(Johannis)*, Lourenço *(Laurentius):* n. 666, BENTO XIII: n. 45a.

S. JOÃO DO SOUTO DE BRAGA *(Sancti Johannis de Souto Bracharensis)*, cidade e dioc. de Braga, igr. par. de: n. 504. — *reitores:* AFONSO *(Alfonsi)*, Estêvão *(Stephanus):* n. 504; MARTINS *(Martini)*, Gonçalo *(Gundissalvus):* n. 504.

S. JOÃO E PAULO *(Sanctorum Johannis et Pauli)*, card. presb.: AUBERT DE LIMOGES, Andoino: pp. XCVI-XCVII; ESTÊVÃO *(Stephanus)* AUBERT: p. 139, nota 9; PHY. DE MACON: nota 900; JOÃO *(Johannes):* p. 328, nota 1. *VIDE:* CARDEAIS.

S. JORGE *(Sancti Georgii)*, dioc. de Coimbra, most. agosti. de: p. CCCXI, BONIFÁCIO IX: n. 9. — *beneficiado:* LOURENÇO *(Laurentii)*, João *(Johannes):* BONIFÁCIO IX: n. 9. — *prior:* AFONSO DE LORVÃO: p. CCCXI.

S. JORGE AD VELUM AUREUM, Roma, card. diác.: nota 597. — PRÓSPERO *(Prosperus):* nota 597. *VIDE:* CARDEAIS.

S. JORGE DE LISBOA *(Sancti Georgii Ulixboñ)*, cidade e dioc. de Lisboa, igr. de: nn. 436, 437, 440, 478, 522. — *porcionários:* PEDRO *(Petrus)* CAVALERI: n. 522; RODRIGUES *(Roderici)*, Lopo *(Luppus):* n. 522. — *vigários:* DOMINGUES *(Dominici)*, António *(Antonius):* nn. 436, 437, 440, 478; RODRIGUES *(Roderici)*, Martinho *(Martinus):* nn. 436, 437, 440, 478.

S. JORGE DE MARINES *(Sancti Georgii de Marinis)*, Espanha, dioc. de Mondonhedo: n. 104.

S. JOSÉ, cidade de Lisboa, hospital de: nota 355.

S. JULIÃO *(Sancti Juliani)* [DO TOJAL], conc. de Loures, igr. pertencente ao most. de Odivelas: n. 273.

S. JULIÃO DA SILVA, conc. de Valença do Minho, dioc. de Tui, hoje de Braga, igr. de: BENTO XIII: n. 19k. — *beneficiado:* PEDRO DE VARAIS *(Petrus de Varaãs):* BENTO XIII: n. 19k.

S. JULIÃO DE GOUVEIA *(Sancti Juliani de Gouvea)*, conc. de Gouveia, dioc. de Coimbra, hoje da Guarda, igr. de: n. 396. — *reitor:* VICENTE *(Vincentii)*, Pedro *(Petrus):* n. 396.

S. JULIÃO DE LISBOA *(Sancti Juliani Ulixbone)*, cidade e dioc. de Lisboa, igr. par. de: nn. 38, 84, 149, 184, 444, 464. — *porcion.:* ÁLVARES *(Alvari)*, Diogo *(Didacus):* n. 149; ANDRÉ *(Andree)*, João *(Johannes):* n. 38; ANES *(Johannis)*, Domingos *(Dominicus):* n. 184; GUILHERME *(Guillelmi)*, Pedro *(Petrus):* n. 464; MARTINS, Afonso: n. 84. — *reitor:* PERES *(Petri)*, Vasco *(Valascus):* n. 444.

S. JULIÃO DE MONTENEGRO, conc. de Chaves, dioc. de Braga, hoje de Vila Real: pp. CXXVI, CXXVII, CCCXCII. — *reitor ou abade:* BOCARRO, Vasco Peres: pp. CXXVI, CXXVII, CCCXCII.

S. LEONARDO DE ATOUGUIA DA BALEIA *(Sancti Leonardi de Atouguia)*, conc. de Peniche, dioc. de Lisboa, igr. de: nota 164, n. 203. — *porcionário:* ANES *(Johannis)*, Cristóvão *(Cristoforus):* n. 203. — *reitor:* VASQUES, Gonçalo: nota 164.

S. LOURENÇO *(Sancto Laurentio)*, João *(Johan-*

nes) de, carmelita: *VIDE:* JOÃO DE S. LOURENÇO *(Johannes de Sancto Laurentio).*

S. LOURENÇO DE DOSO *(Sancti Laurentii de Doso)*, Espanha, dioc. de Mondonhedo (?), igr. de: n. 104. — *beneficiado:* FIGUEIRAS, João *(Johannes)* de: n. 104.

S. LOURENÇO DE JAÉN *(Sancti Laurentii Giennensis)*, Espanha, dioc. de Jaén, igr. de: n. 632d. — *beneficiado e porcionário:* MARTINS *(Martini)*, Pedro *(Petrus):* n. 632d.

S. LOURENÇO DE LISBOA *(Sancti Laurentii Ulixboñ)*, cidade e dioc. de Lisboa, igr. de: nn. 95, 444. — *porcionário:* PERES *(Petri)*, Vasco *(Valascus):* n. 444. — prestimó.: GONÇALVES *(Gonsalvi)*, Fernando *(Fernandus):* n. 95.

S. LOURENÇO DE SANTARÉM *(Sancti Laurentii Sanctarenensis)*, conc. de Santarém, dioc. de Lisboa: n. 103. — *porcionário:* LEITÃO *(Letton)*, Álvaro *(Alvarus):* n. 103.

S. LOURENÇO DE TOLEDO *(Sancti Laurentii Toletana)*, Espanha, dioc. de Toledo, igr. de: BENTO XIII: n. 105. — *reitores:* FERNANDES *(Fernandi)* DE ARÉVALO, Pedro *(Petrus):* BENTO XIII: n. 105; RODRIGUES *(Roderici)* DE ROIAS, João *(Johannes):* BENTO XIII: n. 105.

S. LOURENÇO DE TRENTO *(Sancti Laurentii extra muros Tridentinos)*, Itália, ab. de: p. CCXLVIII, nota 637.

S. LOURENÇO DO BAIRRO *(Sancti Laurentii de Bairro)*, conc. de Anadia, dioc. de Coimbra, hoje de Aveiro, igr. de: p. CCCXLVII. — prior: AFONSO *(Alfonsi)*, Pedro *(Petrus):* p. CCCXLVII.

S. LOURENÇO DOS CASAIS *(Sancti Laurentii de Casalibus)*, França, dioc. de Auch., igr. de: n. 636g. — *beneficiado:* TÍLIO, Pedro *(Petrus)* de: n. 636g.

S. MAMEDE *(Sancti Mametis)*, dioc. de Viseu, igr. de: n. 277b. — reitor: ANES *(Johannis)*, Vicente *(Vincentius):* n. 277b.

S. MAMEDE DE ÉVORA *(Sancti Mametis Elborensis)*, cidade e dioc. de Évora, igr. de: p. CCLIII, nota 659, p. CCXCI. — reitor: GONÇALVES, Diogo: p. CCXCI; RODERICI DE CASAL, *Johannes:* p. CCLIII, nota 659.

S. MAMEDE *(Sancti Mametis)* DE GUILLAREY, Espanha, dioc. de Tui, igr. de: BENTO XIII: n. 19k. — *beneficiado:* VARAIS *(Varaãs)*, Pedro *(Petrus)* de: BENTO XIII: n. 19k.

S. MAMEDE *(Sancti Mametis)* [DE RIBA TUA], conc. de Alijó, dioc. de Braga, hoje de Vila Real, igr. par. de: n. 138. — *reitor:* MARTINS *(Martini)*, Gonçalo *(Gunsalvus):* n. 138.

S. MARTINHO *(Sancti Martini)*, cidade e dioc. de Lisboa, igr. de: BONIFÁCIO IX: n. 7. — *beneficiado:* AFONSO *(Alfonsi)*, Vicente *(Vincentius):* BONIFÁCIO IX: n. 7. *VIDE:* S. MARTINHO DE LISBOA.

S. MARTINHO *(Sancti Martini)*, ab. de: BENTO XIII: n. 82.

S. MARTINHO DE CEDOFEITA *(Sancti Martini de Citofacta)*, cidade e dioc. do Porto, igr. coleg. de: nn. 212, 328, 370i, 604, 605, 609, BONIFÁCIO IX: nn. 13-15, 26. — *abade:* GONÇALVES *(Gundissalvi)*, Rodrigo *(Rodericus):* nn. 604, 605, 609. — *beneficiado:* GIL *(Egidii)*, Vasco *(Valascus):* BONIFÁCIO IX: n. 26. — *cónegos ou porcionários:* ADÃO, card.: BONIF. IX: n. 14; ANES *(Johannis)*, Martinho *(Martinus):* nn. 604, 605, 609; ANES *(Johannis)*, Rodrigo *(Rodericus):* n. 370i; GONÇALVES *(Gunsalvi)* DE PENA, Álvaro *(Alvarus):* BON. IX: nn. 13, 15; GONÇALVES *(Gundissalvi)*, Rodrigo *(Rodericus):* nn. 604, 605, 609; MARTINS *(Martini)*, Fernando *(Fernandus):* n. 328; MARTINS *(Martini)*, Nuno *(Nunus):* n. 212, BONIFÁCIO IX: nn. 13-15.

S. MARTINHO DE ESPINHO *(Sancti Martini de Ispino)*, conc. e dioc. de Braga, igr. de: n. 504. — *reitor:* MARTINS *(Martini)*, Gonçalo *(Gundissalvus):* n. 504.

S. MARTINHO DE FAREJA *(Sancti Martini de Fareia)*, conc. de Fafe, dioc. de Braga, igr. de: n. 610. — *vigário:* GERALDO *(Girardi)*, Afonso *(Alfonsus):* n. 610.

S. MARTINHO DE LAGARES *(Sancti Martini de Lagares)*, conc. de Penafiel, dioc. do Porto, igr. de: p. CCLV, nota 661. — *reitores:* AFONSO *(Alfonsi)*, Vasco *(Valascus):* p. CCLV, nota 661; GONÇALVES *(Gundisalvi)*, Martinho *(Martinus):* p. CCLV, nota 661.

S. MARTINHO DE LISBOA *(Sancti Martini Ulixboñ)*, cidade e dioc. de Lisboa, igr. par. de: nn. 46, 180, 522, 536, BONIFÁCIO IX: n. 7. — *beneficiado:* AFONSO *(Alfonsi)*, Vicente *(Vincentius):* BONIFÁCIO IX: n. 7. — *porcionários:* ESTEVES *(Stephani)* COTRAL, João *(Johannes):* n. 46; GONÇALVES *(Gunsalvi)*, Martinho *(Martinus):* n. 180; LOURENÇO *(Laurentii)*, João *(Johannes):* n. 536; RODRIGUES *(Roderici)*, Lopo *(Luppus):* n. 522.

S. MARTINHO DE MANCELOS *(Sancti Martini de Mancellos)*, conc. de Amarante, dioc. de Braga, hoje do Porto, most. agost. de: p. CCLIV, nota 660. — *prior:* PETRI, *Gundissalvus:* p. CCLIV, nota 660.

S. MARTINHO *(Sancti Martini)* DE MASSAÇO, França, dioc. de Lavaur, igr. par. de: n. 525. — *reitores:* ADEMARII, *Petrus:* n. 525; CASALETI, Vidal *(Vitalis):* n. 525; VASCONIS, *Bernardus:* n. 525.

S. MARTINHO DE MOÁZERES *(Sancti Martini de Moazares)*, conc. de Penafiel, dioc. do Porto, igr. de: pp. CCCI, CCCVII, n. 309. — *reitores:* DOMINGUES *(Dominici)*, Álvaro *(Alvarus)*: n. 309; FERNANDES TINOCO, Nuno: p. CCCI; GIL *(Egidii)*, João *(Johannes)*: n. 309; LOURENÇO, João: pp. CCCI, CCCVII.

S. MARTINHO *(Sancti Martini)* DE PICOTO ANTIGO *(Antiquo)*, Espanha, dioc. de Samora, igr. de: BENTO XIII: n. 55. — *beneficiado:* GARCIA *(Garsie)*, João *(Johannes)*: BENTO XIII: n. 55.

S. MARTINHO DE PINEI, dioc. de Tui em Portugal, igr. de: BENTO XIII: n. 19k. — *beneficiado:* PEDRO *(Petrus)* DE VARAIS: BENTO XIII: n. 19k.

S. MARTINHO DE PORTELA *(Sancti Martini de Portella)*, dioc. de Tui, igr. par. de: BENTO XIII: n. 19b. — *beneficiado:* FERNANDES *(Fernandi)*, Lopo *(Lupus)*: BENTO XIII: n. 19b.

S. MARTINHO DE SANTARÉM *(Sancti Martini castri Sancterenensis, Sancti Martini Sanctarenensis)*, conc. de Santarém, dioc. de Lisboa, igr. de: nn. 130, 555a, BONIFÁCIO IX: n. 4. — *porcionários:* ANES *(Johannis)*, Afonso *(Alfonsus)*: n. 130; BRISACH, *Alotus de:* n. 555a; FERNANDES DE CASTROJERIZ *(Fernandi de Castro Xericio)*, Pedro *(Petrus)*: n. 555a. — *reitor:* MENDES *(Menendi)*, Gil *(Egidius)*: BONIFÁCIO IX: n. 4.

S. MARTINHO DE SEGÓVIA *(Sancti Martini Segobiensis)*, Espanha, dioc. de Segóvia, igr. de: BENTO XIII: n. 73. — *beneficiado:* DOMINGUES *(Dominici)*, Jorge *(Georgius)*: BENTO XIII: n. 73.

S. MARTINHO DE SINTRA *(Sancti Martini de Sintria)*, conc. de Sintra, dioc. de Lisboa, igr. de: p. CCCXLIX, nn. 55, 160. — *beneficiados ou porcionários:* FERNANDES MARTINS DE GOUVEIA, Martinho: p. CCCXLIX; FURTADO *(Furtati)*, João *(Johannes)*: n. 160; SIMÕES *(Symonis)*, João *(Johannes)*: n. 55.

S. MARTINHO DO CAMPO *(Sancti Martini in Campo)*, conc. de Santo Tirso, dioc. de Braga, hoje do Porto, igr. de: p. CCLV, nota 661. — *reitor:* RODRIGUES *(Roderici)*, Afonso *(Alfonsus)*: p. CCLV, nota 661.

S. MATEUS DE GRIMANCELOS *(Sancti Mathei de Grimancelos)*, conc. de Barcelos, dioc. de Braga, igr. par. de: n. 600. — *reitor:* VICENTE *(Vincentii)*, Vasco *(Valascus)*: n. 600.

S. MIGUEL *(Sancti Michaelis)* DE ALDOVERA, Espanha, dioc. de Toledo, igr. de: n. 692b. — *beneficiados:* MENDES *(Menendi)*, Gonçalo *(Gundissalvus)*: n. 692b; PERES *(Petri)*, Lobo *(Lupus)*: n. 692b.

S. MIGUEL DE ALGODRES, conc. de Fornos de Algodres, dioc. de Viseu, igr. de: p. CCXXXVI, nota 587. — *reitor:* ADRIANO *(Adrianus)*: p. CCXXXVI, nota 587; GONÇALVES, João: p. CCXXXVI, nota 587.

S. MIGUEL DE AVEIRO, cidade e dioc. de Aveiro, outrora dioc. de Coimbra, igr. par. de: BONIFÁCIO IX: nn. 3, 5. — *porcionários:* ANES *(Johannis)*, Afonso *(Alfonsus)*: BONIFÁCIO IX: nn. 3, 5; GONÇALVES *(Gunsalvi)*, Álvaro *(Alvarus)*: BONIFÁCIO IX: n. 5; LOURENÇO *(Laurentii)*, Vasco *(Valascus)*: BONIFÁCIO IX: n. 5.

S. MIGUEL DE BUSTELO *(Sancti Michaelis de Bustello)*, conc. de Penafiel, dioc. do Porto, most. benedit. de: pp. CVII, CCLXIX, nota 677. — *abade:* JOÃO *(Johannes)*: p. CVII. — *comendatário:* FREI JOÃO DE S. TOMÉ: nota 677.

S. MIGUEL *(Sancti Michaelis)* DE CORUCHE, conc. de Coruche, dioc. de Évora, igr. de: n. 384. — *porcionário:* LOURENÇO *(Laurentii)*, Gomes *(Gometius)*: n. 384.

S. MIGUEL DE FORNOS *(Sancti Michaelis de Fornos)* DE ALGODRES, conc. de Fornos de Algodres, dioc. de Viseu, igr. par. de: p. CCXXXVI, nota 587, n. 159. — *reitores:* GONÇALVES, João: p. CCXXXVI, nota 587; GUILHERME, Adriano *(Adrianus)*: p. CCXXXVI, nota 587; MARTINS *(Martini)*, Lourenço *(Laurentius)*: n. 159.

S. MIGUEL DE FREIXO DE ESPADA À CINTA *(Sancti Michaelis de Freixio de Spada Cinta)*, conc. de Freixo de Espada à Cinta, dioc. de Braga, hoje de Bragança, igr. par. de: n. 494. — *beneficiado:* ANES *(Johannis)*, Abril *(Aprilis)*: n. 494.

S. MIGUEL DE GUIAR *(Sancti Michaelis de Guiar)*, Espanha, dioc. de Leão, igr. de: n. 631. — *beneficiado:* SERRÃO DE GUIAR *(Serano de Guiar)*, Garcia *(Garsias)*: n. 631.

S. MIGUEL *(Sancti Michaelis)* DE LINHARES, conc. de Carrazeda de Ansiães, dioc. de Braga, hoje de Bragança, igr. par. de: n. 545. — *reitor:* AFONSO *(Alfonsy)*, Martinho *(Martinus)*: n. 545.

S. MIGUEL DE LISBOA *(Sancti Michaelis Ulixbonensis)*, cidade e dioc. de Lisboa, igr. de: nn. 132, 175, 370b, 534. — *porcionários:* ANES *(Johannis)*, João *(Johannes)*: n. 534; DOMINGUES *(Dominici)*, João *(Johannes)*: n. 132; LOURENÇO *(Laurentii)*, Martinho *(Martinus)*: n. 175; PERES *(Petri)*, Martinho *(Martinus)*: n. 370b.

S. MIGUEL DE NOGUEIRA *(Sancti Michaelis de Nugueyra)* DA MONTANHA, conc. de Chaves, dioc. de Braga, hoje de Vila Real: n. 355. — *reitor:* FERNANDES *(Fernandi)*, João *(Johannes)*: n. 355.

S. MIGUEL DE PENELA *(Sancti Michaelis de Penela)*, conc. de Penela, dioc. de Coimbra, igr. de: n. 168. — *porcionário:* LOURENÇO DE PENELA *(Laurentii de Penela)*, Afonso *(Alfonsus)*: n. 168.

S. MIGUEL DE SOBRAL *(Sancti Michaelis de Soveral)*, conc. de Mortágua, dioc. de Coimbra, igr. de: n. 370c. — *reitor:* PERES *(Petri)* Vasco *(Valascus)*: n. 370c.

S. MIGUEL DE SOZA *(Sancti Michaelis de Soza)*, conc. de Vagos, dioc. de Aveiro, outrora de Coimbra: notas 657, 663.

S. MIGUEL DE TORRES VEDRAS *(Sancti Michaelis de Turribus Veteribus)*, conc. de Torres Vedras, dioc. de Lisboa, igr. par. de: pp. LIX-LX, CLXXXV, nn. 36, 40, 546. — *porcionários:* ESTEVES *(Stephani)* DE TAVIRA, Diogo *(Didacus)*: nn. 36, 40; PASCAL *(Pascalis)*, Diogo *(Didacus)*: n. 546. — reitores: DOMINGUES, Rodrigo: pp. LIX-LX; VASQUES, Estêvão: p. CLXXXV.

SAONA *(Saona, Sagona)*, residência do papa Bento XIII: p. CCLXXXVII, BENTO XIII: nn. 86, 87.

S. NICOLAU DE CABECEIRAS DE BASTO *(Sancti Nicolay de Cabeceira de Basto)*, conc. de Cabeceiras de Basto, dioc. de Braga, igr. par. de: nn. 76, 302, 358, 516. — *reitores:* ANES *(Johannis)* DE GAUDIIS, Gonçalo *(Gundissalvus)*: nn. 76, 516; DOMINGUES *(Dominici)*, Álvaro *(Alvarus)*: nn. 302, 358; GUILHERME *(Guillelmus)*, cardeal: nn. 302, 358, 516.

S. NICOLAU DE LISBOA *(Sancti Nicolay Ulixboñ)*, cidade e dioc. de Lisboa, igr. par. de: nn. 34, 290, 370l, 432, 499, 632, 632e. — *benefícios:* VICENTE *(Vincentii)*, Domingos *(Dominicus)*: n. 499. — *porcionários:* AFONSO *(Alfonsi)*, Martinho *(Martinus)*: nn. 632, 632e; ARRAIOLOS, Álvaro *(Alvarus)* de: n. 34; DOMINGUES *(Dominici)*, Fernando *(Fernandus)*: n. 370l; MARTINS *(Martini)*, João *(Johannes)*: n. 290; PERES *(Petri)*: Garcia *(Garsia)*: n. 432.

S. NICOLAU DE VALHADOLIDE *(Sancti Nicolay de Valladolid)*, Espanha, dioc. de Palença, igr. de: BENTO XIII: n. 66. — *beneficiado:* FERNANDES DE FRÓMISTA *(Fernandi de Fromesta)*, Toríbio *(Turibius)*: BENTO XIII: n. 66.

S. PAIO DE CARIA *(Sancti Pelagii de Garia)*, conc. de Moimenta da Beira, dioc. de Lamego, igr. de: p. CCXXXVIII, nota 589, n. 315. — *porcionário:* DOMINGUES *(Dominici)*, Lourenço *(Laurentius)*: n. 315. — *reitor:* MARTINS *(Martini)*, Vasco *(Valascus)*: p. CCXXXVIII, nota 589.

S. PAIO DE OVADAS *(Sancti Palagii de Ovadis)*, conc. de Resende, dioc. de Lamego, igr. de: n. 331. — *porcionário:* FERNANDES *(Fernandi)*, Gonçalo *(Gundissalvus)*: n. 331.

S. PANTALEÃO *(Sancti Pantaleonis)* DE CORNES, conc. de Vila Nova de Cerveira, dioc. de Tui, hoje de Braga, igr. de: BONIFÁCIO IX: n. 12. — *reitor:* VICENTE *(Vincentii)*, João *(Johannes)*: BONIFÁCIO IX: n. 12.

S. PAPOUL *(Sancto Papulo)*, França, dioc. de Tolosa, abade de: Ordem do Templo: pp. XIX-XX, XXII-XXIII, XXX.

S. PAULO DE FRADES, conc. e dioc. de Coimbra, most. benedit. de: p. CCLXXXV.

S. PAULO DE NARBONA *(Sancti Pauli Narbonensis)*, França, igr. de: pp. XIX, XX, XXI, XXII. *VIDE:* RAPISTANHO, Pôncio de.

S. PEDRO, Roma, residência papal: notas 155, 156, 157, 165-168, 178, 179, pp. CXI, CXV, CXXII, CLXXVI, CCVII, notas 579, 582, pp. CCXLIV, CCLXII, nota 672, p. CCLXXVII, nota 706, pp. CCLXXXVIII, CCXCI, CCXCVII, nota 803, p. CCCIII, nota 824, pp. CCCX, CCCXII, CCCXLIII, CCCLII, CCCLIII, CCCLIX, CCCLXIV.

S. PEDRO, cardeal de: no conci. de Basileia: notas 457, 464, p. CCI, nota 467, p. CCII, notas 467, 494.

S. PEDRO DE ALENQUER *(Sancti Petri de Alenquerio)*, conc. de Alenquer, dioc. de Lisboa, igr. de: n. 582. — *porcionário:* AFONSO DE ALENQUER *(Alfonsi de Alenquerio)*, Marcial *(Martialis)*: n. 582.

S. PEDRO DE ALFÂNDEGA *(Sancti Petri de Alfandegua)* DA FÉ, conc. de Alfândega da Fé, dioc. de Braga, hoje de Bragança, igr. de: n. 279. — *reitor:* VIFRANA, Olivério *(Oliverius)*: n. 279.

S. PEDRO DE COIMBRA *(Sancti Petri Colimbriensis)*, cidade e dioc. de Coimbra, igr. de: n. 623. — *porcionário:* GONÇALVES *(Gondissalvi)* DE OLMEDO, Álvaro *(Alvarus)*: n. 623. — *prior:* GONÇALVES *(Gondissalvi)* DE OLMEDO, Álvaro *(Alvarus)*: n. 623.

S. PEDRO DE EIRAS *(Sancti Petri de Eiras)*, dioc. da Guarda, igr. par. de: nn. 219, 228. — *reitor:* AFONSO *(Alfonsi)*, Lopo *(Lupus)*: nn. 219, 228, 229.

S. PEDRO DE ELVAS *(Sancti Petri de Elbis)*, conc. de Elvas, dioc. de Évora, igr. de: nn. 54, 186, 377, 410, 438, 506. — *porcionário:* DURANDO *(Durandi)*, João *(Johannes)*: nn. 54, 186, 410, 438. — *reitores:* ARES, Aparício

(Apparitius) de: n. 506; VICENTE *(Vincentii)* DE ARES, Aparício *(Aparitius)*: n. 377.

S. PEDRO DE ÉVORA, cidade e dioc. de Évora, igr. par. de: BONIFÁCIO IX: n. 2. — reitor: ANES *(Johannis)*, Afonso *(Alfonsus)*: BONIFÁCIO IX: n. 2.

S. PEDRO DE EVORAMONTE *(Sancti Petri de Evoramonte)*, conc. de Estremoz, dioc. de Évora, igr. de: nn. 76, 206, 259, 312, 461, 516. — *reitor:* ANES *(Johannis)* DE GAUDIIS, Gonçalo *(Gundissalvus)*: nn. 76, 206, 259, 312, 461, 516.

S. PEDRO DE FARINHA PODRE *(Sancti Petri de Farina Putrida)*, conc. de Penacova, dioc. de Coimbra, igr. par. de: n. 232. — *reitor:* AFONSO *(Alfonsi)*, Lourenço *(Laurentius)*: n. 232.

S. PEDRO DE FERREIRA *(Sancti Petri de Ferreria)*, conc. de Paços de Ferreira, dioc. do Porto, igr. de: p. CCLIX, nota 666, n. 210. — *abades ou reitores:* BELEÁGUA *(Belleaugua)*, João *(Johannes)*: p. CCLIX, nota 666; DOMINGUES *(Dominici)*, Gonçalo *(Gundissalvus)*: n. 210; FERREIRA, Álvaro *(Alvarus)*: p. CCLIX, nota 666.

S. PEDRO DE FERREIROS *(Sancti Petri de Ferrariis)* DE TENDAIS, conc. de Cinfães, dioc. de Lamego, igr. de: n. 332. — *porcionário:* PERES *(Petri)*, Vasco *(Valascus)*: n. 332.

S. PEDRO DE FOLQUES *(Sancti Petri de Folquis)*, conc. de Arganil, dioc. de Coimbra, most. de cónegos regrantes de: p. CCXXXIV, nota 578, p. CCLVIII, nota 663. — igr. anexa: S.TA MARIA DE FIGUEIRÓ: nota 751. — *priores:* ANES *(Johannis)*, André *(Andreas)*: p. CCLVIII, nota 663; LOPO *(Lupus)*, b. Samacense: p. CCLVIII.

S. PEDRO DE LORVÃO *(Sancti Petri de Lorvão)*, conc. de Penacova, dioc. de Coimbra, most. cisterc. de: n. 300. — *beneficiado:* AFONSO *(Alfonsi)*, João *(Johannes)*: n. 300.

S. PEDRO DE ÓBIDOS *(Sancti Petri de Obidis)*, conc. de Óbidos, dioc. de Lisboa, igr. par. de: nn. 61, 182, 220, 222, 406, 422, 500b, 515, 528a. — *beneficiado:* ANES DO PRADO *(Johannis de Prado)*, Afonso *(Alfonsus)*: n. 220. — — *porcionários:* ANES *(Johannis)*, Gonçalo *(Gundisalvus)*: n. 500b; ANES *(Johannis)*, Rodrigo *(Rodericus)*: n. 61; ESTEVES *(Stephani)*, João *(Johannes)*: n. 182; FERNANDES DE FARO *(Fernandi de Faaron)*, Afonso *(Alfonsus)*: n. 422; FERNANDES DE FARO *(Fernandi de Faaro)*, Álvaro *(Alvarus)*: n. 406; GOMES *(Gometii)*, Lourenço *(Laurentius)*: n. 222; LOURENÇO *(Laurentii)*, Estêvão *(Stephanus)*: n. 515; VASQUES *(Valasci)*, Gonçalo *(Gundissalvus)*: n. 528a.

S. PEDRO DE OURÉM, conc. de Vila Nova de Ourém, dioc. de Lisboa, hoje de Leiria, igr. de: p. CCXCI, nota 766.

S. PEDRO DE PEDERNEIRA *(Sancti Petri de Petrenaria)*, dioc. de Lisboa, igr. par. de: n. 70. — *porcionário:* ESTEVES *(Stephani)*, Afonso *(Alfonsus)*: n. 70.

S. PEDRO DE PRATELLIS, França, dioc. de Lisieux, most. benedit. de: BENTO XIII: n. 84b. — *beneficiado:* HEMINI, *Johannes de:* BENTO XIII: n. 84b.

S. PEDRO DE RORIZ *(Sancti Petri de Rooriz)*, conc. de Santo Tirso, dioc. de Braga, hoje do Porto, most. agost. de: p. CCLIX, nota 666. — *priores:* ÁLVARES *(Alvari)*, João *(Johannes)*: p. CCLIX, nota 666; FERREIRA, Álvaro *(Alvarus)*: p. CCLIX, nota 666.

S. PEDRO DE SEBAL *(Sancti Petri de Sebal)*, conc. de Condeixa-a-Nova, dioc. de Coimbra, igr. par. de: n. 122. — *reitor:* LOPES *(Lopi)*, Afonso *(Alfonsus)*: n. 122.

S. PEDRO DE SINTRA *(Sancti Petri de Sintria)*, conc. de Sintra, dioc. de Lisboa, igr. par. de: p. CCLV, nota 661, nn. 30, 54, 204, 438. — *porcionário:* MELLA, Pedro *(Petrus)* de: n. 30. — *reitores ou vigários:* ALAMANUS, *Henricus:* n. 204; BRISAC, *Alotus de:* n. 438; DURANDO *(Durandi)*, João *(Johannes)*: nn. 54, 438; ESTEVES *(Stephani)*, André *(Andreas)*: n. 204; GIL *(Egidii)*, Vasco *(Valascus)*: p. CCLV, nota 661; RODRIGUES *(Roderici)* GARCIA, Afonso *(Alfonsus)*: p. CCLV, nota 661.

S. PEDRO *(Sancti Petri)* DE TAROUCA, conc. de Tarouca, dioc. de Lamego, igr. de: BONIFÁCIO IX: n. 12. — *porcionário:* VICENTE *(Vincentii)*, João *(Johannes)*: BONIFÁCIO IX: n. 12.

S. PEDRO DE TEIXEIRA *(Sancti Petri de Texeira)*, conc. de Seia (?), dioc. da Guarda, igr. par. de: nn. 217, 226, 460. — *reitores:* ANES *(Johannis)*, Gonçalo *(Guonsaldus)*: nn. 217, 226, 460; MENDES *(Menendi)*, Gonçalo *(Gundissalvus)*: n. 460.

S. PEDRO DE TORRES NOVAS *(Sancti Petri de Turribus Novis)*, conc. de Torres Novas, dioc. de Lisboa, igr. de: n. 170. — *porcionário:* PERES *(Petri)*, Lourenço *(Laurentius)*: n. 170.

S. PEDRO DE TORRES VEDRAS *(Sancti Petri de Turribus Veteribus)*, conc. de Torres Vedras, dioc. de Lisboa, igr. de: nn. 391, 537. — *porcionários:* ANES *(Johannis)*, João *(Johannes)*: n. 537; DIAS *(Didaci)*, Rodrigo *(Rodericus)*: n. 391.

S. PEDRO DE TRAVANCA [DE LAGOS], conc. de Oliveira do Hospital, dioc. de Coimbra, igr.

de: n. 384. — *reitor:* LOURENÇO *(Laurentii)*, Gomes *(Gometius)*: n. 384.

S. PEDRO DE VINHÓS *(Sancti Petri de Vinettis)* = S. JOÃO DE VINHÓS (?), conc. de Peso da Régua, dioc. do Porto, hoje de Vila Real, igr. par. de: n. 241. — *reitor:* AFONSO *(Alfonsi)*, João *(Johannes)*: n. 241.

S. PEDRO MAIOR DE FLORENÇA, Itália, most. de: p. CCLVII, nota 662.

SÃO ROMÃO, igr. de: p. CLXXX. — *reitor:* AFONSO, Diogo: p. CLXXX. *VIDE:* S. ROMÃO DE MESÃO FRIO.

S. ROMÃO DE FONTE COBERTA *(Sancti Romani de Fonte Coperto)*, conc. de Barcelos, dioc. de Braga, igr. par. de: nn. 573, 613. — *reitor:* GONÇALVES *(Gundissalvi)*, Nuno *(Nunus)*: nn. 573, 613.

S. ROMÃO DE MESÃO FRIO, conc. de Guimarães, dioc. de Braga, igr. de: pp. CLXXX. — incorporação da igr. de S. Tiago de Guimarães: p. CLXXXVI. — *reitor:* AFONSO, Diogo: pp. CLXXX, CLXXXVI.

S. ROMÃO DE NEIVA, conc. de Viana do Castelo, dioc. de Braga, most. benedit. de: p. CCLX, nota 667.

S. ROMÃO DE VERMOIM *(Sancti Romani de Vermui)*, conc. da Maia, dioc. do Porto, igr. par. de: nn. 604, 605, 609. — reitor: ANES *(Johannis)*, Martinho *(Martinus)*: nn. 604, 605, 609.

S. SALVADOR DA ALDEIA DO BISPO *(Sancti Salvatoris de rure Episcopi)*, conc. e dioc. da Guarda, igr. de: n. 370g. — *reitor:* DOMINGUES *(Dominici)*, Aparício *(Aparitius)*: n. 370g.

S. SALVADOR DE ALCÁÇOVAS *(Sancti Salvatoris de Alcacevis)*, conc. de Viana do Alentejo, dioc. de Évora, igr. de: nn. 265, 327, 329, 334, 556. — *porcionários:* ANES *(Johannis)*, Estêvão *(Stephanus)*: n. 327; ENTENTO, Luís *(Ludovicus)*: n. 556; ESTEVES *(Stephani)*, Vasco *(Valascus)*: nn. 265, 334; GIL *(Egidii)*, Vicente *(Vincentius)*: n. 329.

S. SALVADOR DE ARRAIOLOS *(Sancti Salvatoris de Arrayolis, de Arriolis)*, conc. de Arraiolos, dioc. de Évora, igr. de: pp. CCLVIII-CCLIX, nota 666, nn. 123, 149, 301, 568, 577. — *beneficiado:* VASQUES *(Valasci)*, João *(Johannes)*: n. 568. — pensão ao cardeal de S. Pedro ad Vincula: p. CCLIX, nota 666. — *porcionários:* ÁLVARES DE SETÚBAL *(Alvari de Setuvel)*, Diogo *(Didacus)*: nn. 123, 149; GRAVETO *(Gravetii)*, Martinho *(Martinus)*: n. 577; PERES *(Petri)*, Garcia *(Garsias)*: n. 301. — *reitores:* ÁLVARES *(Alvari)*, Fernando *(Fernandus)*: p. CCLIX, nota 666; FERREIRA, Álvaro *(Alvarus)*: pp. CCLVIII-CCLIX, nota 666; LÚCIDO, card.: p. CCLVIII, nota 666.

S. SALVADOR *(Sancti Salvatoris)* DE BARRANTES, Espanha, dioc. de Tui, most. cisterc. de: BENTO XIII: n. 19b, 19c. — *beneficiados:* FERNANDES *(Fernandi)*, Aires *(Arias)*: BENTO XIII: n. 19c; FERNANDES *(Fernandi)*, Lopo *(Lupus)*: BENTO XIII: n. 19b.

S. SALVADOR DE BEJA *(Sancti Salvatoris de Begia)*, outrora dioc. de Évora, igr. de: nn. 52, 61, 202, 339. — *porcionários:* ANES *(Johannis)*, Rodrigo *(Rodericus)*: n. 61; ANES *(Johannis)*, Vasco *(Valascus)*: n. 339; MADURO, Vicente *(Vincentius)*: n. 52. — *reitores:* ANES DE COIMBRA *(Johannis de Colimbria)*, Martinho *(Martinus)*: n. 202; TERETA, Pedro *(Petrus)*: n. 202.

S. SALVADOR DE BOUÇAS *(Sancti Salvatoris de Baucis)*, conc. de Matosinhos, dioc. do Porto, igr. de: p. CCXXXIV, notas 579, 582, pp. CCXL, CCXLIII-CCXLIV. — *reitores:* COUTINHO *(Coutino)*, Luís *(Ludovicus)*: p. CCXXXIV, notas 579, 582, pp. CCXL, CCXLIII-CCXLIV; CUNHA, Rodrigo da *(Rodericus de)*: pp. CCXLIII, CCXLIV.

S. SALVADOR DE ELVAS *(Sancti Salvatoris de Elbis)*, conc. de Elvas, dioc. de Évora, igr. par. de: nn. 54, 186, 410, 414, 438. — *beneficiado:* AFONSO *(Alfonsi)*, Pedro *(Petrus)*: n. 414. — *porcionário:* DURANDO *(Durandi)*, João *(Johannes)*: nn. 54, 186, 410, 438.

S. SALVADOR DE ESCACENA *(Sancti Salvatoris de Scacena)*, Espanha, dioc. de Sevilha, igr. de: n. 637.

S. SALVADOR DE GANFEI *(Sancti Salvatoris de Ganfeo)*, conc. de Valença do Minho, dioc. de Tui, hoje de Braga, most. benedit. de: BONIFÁCIO IX: n. 15. — *beneficiado:* GONÇALVES *(Gunsalvi)* DE PENA, João *(Johannes)*: BONIFÁCIO IX: n. 15.

S. SALVADOR DE GRIJÓ, conc. de Vila Nova de Gaia, dioc. do Porto, most. de cónegos regr. de: n. 347.

S. SALVADOR *(Sancti Salvatoris)* DE LAGOA, conc. de Vila Nova de Famalicão, dioc. de Braga, igr. par. de: BONIFÁCIO IX: n. 28. — *reitor:* GONÇALVES *(Gunsalvi)*, Gonçalo *(Gunsalvus)*: BONIFÁCIO IX: n. 28.

S. SALVADOR DE LEGANÉS *(Sancti Salvatoris de Leganis)*, Espanha, dioc. de Toledo, igr. de: nn. 588, 687. — *beneficiado:* ARIAS *(Arie)*, Vicente *(Vincentius)*: nn. 588, 687.

S. SALVADOR DE LISBOA *(Sancti Salvatoris Ulixboñ)*, cidade e dioc. de Lisboa, igr. de: n. 535. — *porcionário:* RODRIGUES *(Roderici)*, Pedro *(Petrus)*: n. 535.

S. SALVADOR DE LISBOA, most. de: p. CCCXI.

S. SALVADOR DE LONGOS VALES *(Sancti Salvatoris de Longares)*, conc. de Monção, dioc. de Tui, hoje de Braga, igr. de: n. 619. — *beneficiado:* MARTINS DE MELGAÇO *(Martini de Melgauço)*, Lourenço *(Laurentius)*: n. 619.

S. SALVADOR DE LOUSADA, conc. de Lousada, dioc. de Braga, hoje do Porto, igr. de: p. CXVIII. — *reitor:* AFONSO, Brásio: p. CXVIII; ÁLVARES, João: p. CXVIII.

S. SALVADOR *(Sancti Salvatoris)* DE MAGRELOS, conc. de Marco de Canaveses, dioc. do Porto, igr. de: p. CCCXLVII. — *reitores:* RODRIGUES *(Roderici)*, Estêvão *(Stephanus)*: p. CCCXLVII; RODRIGUES, Lopo: p. CCCXLVII.

S. SALVADOR DE NEGRELOS *(Sancti Salvatoris de Nagrelos)* = S. SALVADOR DE MAGRELOS.

S. SALVADOR *(Sancti Salvatoris)* DE OUTER DE FUMOS, Espanha, dioc. de Leão, igr. de: n. 684h. — *beneficiado:* FERNANDES *(Fernandi)*, Martinho *(Martinus)*: n. 684h.

S. SALVADOR DE PAÇO DE SOUSA *(Sancti Salvatoris de Palatiolo)*, conc. de Penafiel, dioc. do Porto, most. benedit. de: BONIFÁCIO IX: nn. 6, 22, 27. — *beneficiados:* ANES *(Johannis)*, Pedro *(Petrus)*: BONIFÁCIO IX: n. 22; GONÇALVES *(Gonsalvi)*, Álvaro *(Alvarus)*: BONIFÁCIO IX: n. 6; MARTINS *(Martini)*, Gil *(Egidius)*: BONIFÁCIO IX: n. 27. *VIDE:* PAÇO DE SOUSA.

S. SALVADOR DE PADERNE, conc. de Melgaço, dioc. de Tui, hoje de Braga (priorato de cónegos regr.): BONIFÁCIO IX: n. 9. — *priores:* LOURENÇO *(Laurentii)*, João *(Johannes)*: BONIFÁCIO IX: n. 9; MARTINS *(Martini)*, Pedro *(Petrus)*: BONIFÁCIO IX: n. 9.

S. SALVADOR DE PESSEGUEIRO *(Sancti Salvatoris de Pessegueyro)*, Espanha, dioc. de Orense, igr. de: BENTO XIII: n. 99. — *beneficiados:* AFONSO *(Alfonsi)*, Álvaro *(Alvarus)*: BENTO XIII: n. 99; GALOS, Martinho *(Martinus)*: BENTO XIII: n. 99.

S. SALVADOR DE PINHEIRO *(Sancti Salvatoris de Pinheyro)*, conc. de Guimarães, dioc. de Braga, igr. par. de: n. 67. — *reitor:* LOURENÇO *(Laurentii)*, João *(Johannes)*: n. 67.

S. SALVADOR DE REBORDÕES *(Sancti Salvatoris de Rebordanis)*, conc. de Ponte de Lima, dioc. de Braga, igr. par. de: n. 671. — *reitor:* GARCIA *(Garsie)*, João *(Johannes)*: n. 671.

S. SALVADOR DE ROSSAS, conc. de Vieira do Minho, dioc. de Braga, igr. par. de: p. CLXXXII. — *reitor:* AFONSO, Pedro: p. CLXXXII.

S. SALVADOR DE SANTARÉM *(Sancti Salvatoris Sanctaranensis)*, conc. de Santarém, dioc. de Lisboa, igr. de: p. CCLIX, nota 666, pp. CCCV-CCCVI, nota 837, pp. CCCXLIX--CCCL, CCCLIII. — preceptor: FERNANDES *(Fernandi)* TINOCO, Nuno *(Nunus)*: pp. CCCV-CCCVI, nota 837. — *priores:* AFONSO DE ESTREMOZ *(Alfonsi de Stremotio)*, João *(Johannes)*: p. CCLIX, nota 666; ÁLVARES, Fernando: p. CCCII; FERREIRA, Álvaro *(Alvarus)*: p. CCLIX, nota 666.

S. SALVADOR DE SCACENA, Espanha, dioc. de Sevilha, igr. par. de: n. 637. — *reitor:* LOPES *(Luppi)*, Bartolomeu *(Bartholomeus)*: n. 637. *VIDE:* S. SALVADOR DE ESCACENA.

S. SALVADOR DE SERRAZES, conc. de S. Pedro do Sul, dioc. de Viseu, igr. par. de: p. CLXXXVI. — *reitor:* ANES, Afonso: p. CLXXXVI.

S. SALVADOR DE TEIS *(Sancti Salvatoris de Tex)*, Espanha, dioc. de Tui, igr. par. de: BENTO XIII: nn. 71, 77a, 77b. — *porcionário:* MARTINS *(Martini)* DE VALDEVEZ, Afonso *(Alfonsus)*: BENTO XIII: nn. 71, 77a, 77b.

S. SALVADOR DE TORRE *(Sancti Salvatoris de Ture)*, conc. de Viana do Castelo, dioc. de Tui, hoje de Braga, most. benedit. de: BONIFÁCIO IX: n. 15. — *beneficiado:* GONÇALVES *(Gunsalvi)* DE PENA, João *(Johannes)*: BONIFÁCIO IX: n. 15.

S. SALVADOR DE TORRES NOVAS *(Sancti Salvatoris de Turribus Novis)*, conc. de Torres Novas, dioc. de Lisboa, igr. de: nn. 167, 383. — *porcionários:* AFONSO DE SANTARÉM *(Alfonsi de Sanctarena)*, Fernando *(Fernandus)*: n. 167; VICENTE *(Vincentii)*, João *(Johannes)*: n. 383.

S. SALVADOR DE TOURAIS *(Sancti Salvatoris de Taraes, de Touraes)*, conc. de Seia, dioc. de Coimbra, hoje da Guarda, igr. par. de: n. 633, BENTO XIII: nn. 33, 72. — *beneficiado:* FERNANDES *(Fernandi)*, Álvaro *(Alvarus)*: BENTO XIII: nn. 33, 72. — *reitor:* FERNANDES *(Fernandi)*, Álvaro *(Alvarus)*: n. 633.

S. SALVADOR DE VALHADOLIDE *(Sancti Salvatoris Vallisoleti)*, Espanha, dioc. de Palença, igr. de: n. 636e. — sacristão: BERNARDES *(Bernardi)*, Rodrigo *(Rodericus)*: n. 636e.

S. SALVADOR DE VÁRZEA DE AROUCA, conc. de Arouca, dioc. de Lamego, hoje do Porto: p. CCCXLIV. — *reitor:* MARTINS *(Martini)*, Fernando *(Fernandus)*: p. CCCXLIV.

S. SALVADOR DE VIANA *(Sancti Salvatoris de*

Vianna), conc. de Viana do Castelo, dioc. de Tui, hoje de Braga, igr. par. de: BENTO XIII: n. 85, p. 335, nota 2. — *beneficiado:* FERNANDES DE SOUTO MAIOR *(Fernandi de Souto Mayori)*, João *(Johannes):* BENTO XIII: n. 85, p. 335, nota 2.

S. SATURNINO, França, dioc. de Tolosa, most. de: BENTO XIII: n. 71, p. 317, nota 1, n. 83. — abade: AMÉRICO NOEL, referendário: BENTO XIII: n. 71, p. 317, nota 1, n. 83.

S. SIMÃO DE NOVAIS *(Sancti Symonis de Novaaes)*, conc. de Vila Nova de Famalicão, dioc. de Braga, igr. par. de: nn. 557, 558. — *reitor:* FERNANDES *(Fernandi)*, Afonso *(Alfonsus):* nn. 557, 558.

S. TIAGO DA ESPADA, Ordem de: bens da Ordem do Templo, ocupados pelo mestre de S. Tiago: p. XLIX. — confirmação dos Estatutos: p. CCXCIII. — isenções e privilégios: p. CCXCIII. — *mestre:* FERNANDO, irmão de D. Afonso V: pp. CCLXXXVII, CCXCIII. *VIDE:* ORDEM DE S. TIAGO DA ESPADA.

S. TIAGO DE ABRANTES *(Sancti Jacobi dAvrantes)*, conc. de Abrantes, dioc. da Guarda, hoje de Portalegre, igr. de: n. 128. — *porcionário:* AFONSO *(Alfonsi)*, Martinho *(Martinus):* n. 128.

S. TIAGO DE ALENQUER *(Sancti Jacobi de Alanquerio, de Alenquerio):* n. 199, BONIFÁCIO IX: nn. 18, 19. — *reitores:* MONHETA *(Magneta, Mugneta)*, Domingos *(Dominicus)* de: n. 199, BONIFÁCIO IX: nn. 18, 19; PERES *(Petri)*, Vasco *(Valascus):* n. 199.

S. TIAGO DE ALMADA *(Sancti Jacobi de Almadana)*, conc. de Almada, dioc. de Lisboa, igr. de: n. 541. — *porcionário:* DOMINGUES *(Dominici)*, João *(Johannes):* n. 541.

S. TIAGO *(Sancti Jacobi)* DE AMORIM, conc. de Póvoa de Varzim, dioc. de Braga, igr. par. de: n. 680. — *reitor:* GERALDO *(Geraldi)*, Gonçalo *(Gonsalvus):* n. 680.

S. TIAGO DE ANTAS *(Sancti Jacobi de Antis)*, conc. de Vila Nova de Famalicão, igr. par. de: n. 673. — *reitor:* ESTEVES *(Stephani)*, Pedro *(Petrus):* n. 673.

S. TIAGO DE ARNOSO *(Sancti Jacobi de Arnoso)*, dioc. de Braga, igr. par. de: n. 502. — *reitores:* ANES *(Johannis)*, Martinho *(Martinus):* n. 502; MARTINS *(Martini)*, Afonso *(Alfonsus):* n. 502; MARTINS *(Martini)*, Fernando *(Fernandus):* n. 502.

S. TIAGO DE BEJA *(Sancti Jacobi de Begia)*, outrora dioc. de Évora, igr. de: p. CCLV, nota 661, nn. 61, 329, 419, 455, 615. — *porcionários:* ANES *(Johannis)*, Rodrigo *(Rodericus):* n. 61; ARAIZ, Álvaro *(Alvarus):* n. 455; GIL *(Egidii)*, Vicente *(Vincentius):* n. 329; PERES *(Petri)*, Afonso *(Alfonsus):* n. 419. — *reitores:* APERTI, *Aymericus:* n. 615; GIL, Vasco: p. CCLV, nota 661; MELHORINI *(Meliorini)*, Bartolomeu *(Bartholomeus):* n. 615.

S. TIAGO *(Sancti Jacobi)* DE CAJA MONTES, Espanha, dioc. de Samora, igr. de: BENTO XIII: n. 55. — *beneficiado:* GARCIA *(Garsie)*, João *(Johannes):* BENTO XIII: n. 55.

S. TIAGO DE CASSURRÃES *(Sancti Jacobi de Caçurãees, de Cuçurans)*, conc. de Mangualde, dioc. de Viseu, igr. par. de: nn. 78, 260, 370k, 371a, 423, 602, 618. — *reitor:* ESTEVES *(Stephani)*, Gonçalo *(Gundissalvus):* nn. 78, 260, 370k, 371a, 423, 602, 618.

S. TIAGO DE CIVIDADE *(Sancti Jacobi civitatis Bracharensis)*, cidade de Braga, igr. de: n. 401b. — *reitor:* GONÇALVES *(Gondisalvi)* DE AGREDA, Fernando *(Fernandus):* n. 401b.

S. TIAGO DE ECIJA *(Sancti Jacobi de Astigia)*, Espanha, dioc. de Sevilha, igr. de: n. 686. — *beneficiado:* GONÇALVES *(Gundisalvi)*, João *(Johannes):* n. 686.

S. TIAGO DE ÉVORA *(Sancti Jacobi Elborensis)*, igr. de: nn. 487, 595. — *porcionários:* BALNEO, Gonçalo *(Gundissalvus)* de: n. 487; LOURENÇO *(Laurentii)*, Vasco *(Valascus):* n. 595.

S. TIAGO DE FOLHADELA, conc. e dioc. de Vila Real: *VIDE:* S. TIAGO DE VILA NOVA.

S. TIAGO DE GUIMARÃES, igr. da apresent. do prior e cab. da coleg. de Guimarães: p. CLXXXVI. — incorpor. na igr. de S. Romão de Mesão Frio: p. CLXXXVI.

S. TIAGO DE LISBOA *(Sancti Jacobi Ulixboñ)*, igr. par. de: nn. 500, 509. — *beneficiado:* LOURENÇO *(Laurentii)*, Estêvão *(Stephanus):* nn. 500, 509.

S. TIAGO DE LORDELO *(Sancti Jacobi de Lordelo)*, conc. de Guimarães, dioc. de Braga, igr. par. de: n. 106. — *reitor:* AFONSO DE VILAR *(Alfonsi de Vilar)*, João *(Johannes):* n. 106.

S. TIAGO *(Sancti Jacobi)* DE MALEONS, dioc. de Tui, igr. de: n. 587. — *beneficiado:* FERNANDES *(Fernandi)*, Lopo *(Lupus):* n. 587.

S. TIAGO DE MONSARAZ *(Sancti Jacobi de Monsarat)*, conc. de Reguengos de Monsaraz, dioc. de Évora, igr. de: n. 171. — *reitor:* MARTINS *(Martini)*, Lopo *(Lupus):* n. 171.

S. TIAGO DE MONTEMOR-O-NOVO *(Sancti Jacobi castri Montis Maioris Novi)*, conc. de Montemor-o-Novo, dioc. de Évora, igr. par. de: nn. 255, 274, 370, 371b, 439. — *porcionário:* MARTINS *(Martini)*, Gonçalo *(Gundissalvus):* nn. 255, 274, 370, 371b, 439.

S. TIAGO *(Sancti Jacobi)* DE MORALES, Espanha, dioc. de Leão, igr. de: n. 684h. — *beneficiado:* FERNANDES *(Fernandi)*, Martinho *(Martinus)*: n. 684h.

S. TIAGO DE MURÇA *(Sancti Jacobi de Murcia)*, conc. de Murça, dioc. de Braga, hoje de Vila Real, igr. par. de: p. XCVII, nota 155, n. 693, BENTO XIII: n. 23. — *reitores:* ANES DA LOURINHÃ *(Johannis de Laurinhaa)*, João *(Johannes)*: p. XCVII, nota 155; DOMINGUES *(Dominici)*, Gil *(Egidius)*: n. 693, BENTO XIII: n. 23; GIL *(Egidius)* DE ALBORNOZ, cardeal: p. XCVII, nota 155.

S. TIAGO DE ÓBIDOS *(Sancti Jacobi de Obidis)*, conc. de Óbidos, dioc. de Lisboa, igr. de: n. 306. — *porcionário:* ANES *(Johannis)*, Pedro *(Petrus)*: n. 306.

S. TIAGO DE OURÉM *(Sancti Jacobi de Aurem)*, conc. de Vila Nova de Ourém, dioc. de Lisboa, hoje de Leiria, igr. de: p. CCXCI, nota 766, nn. 338, 357. — *porcionário:* GUILHERME *(Guillelmi)*, Valentim *(Valentinus)*: nn. 338, 357.

S. TIAGO DE PUEBLA DE ALCOCER *(Sancti Jacobi de Puebla de Alcocer)*, Espanha, dioc. de Toledo, igr. de: BENTO XIII: n. 79. — *beneficiado:* AFONSO *(Alfonsi)* DE AVIS, Aires *(Arias)*: BENTO XIII: n. 79.

S. TIAGO DE SILVES *(Sancti Jacobi Silvensis)*, conc. e dioc. de Silves, hoje dioc. de Faro ou do Algarve, igr. de: n. 612. — *beneficiado:* GARCIA *(Garsie)*, Fernando *(Fernandus)*: n. 612.

S. TIAGO DE TORRES NOVAS *(Sancti Jacobi de Turribus Novis)*, conc. de Torres Novas, dioc. de Lisboa, igr. de: nn. 482, 503, 524, 689, BENTO XIII: n. 19f, 19i. — *porcionários:* AFONSO *(Alfonsi)*, Aires *(Arias)*: n. 689, BENTO XIII: nn. 19f, 19i; AFONSO *(Alfonsi)*, Pedro *(Petrus)*: n. 524; LOURENÇO *(Laurentii)*, Vasco *(Valascus)*: nn. 482, 503, 524; MENDES *(Menendi)*, Gonçalo *(Gundissalvus)*: n. 503.

S. TIAGO DE TORRES VEDRAS *(Sancti Jacobi de Turribus Veteribus)*, conc. de Torres Vedras, dioc. de Lisboa, igr. de: nn. 273, 531. — *porcionários:* ANES *(Johannis)*, Estêvão *(Stephanus)*: n. 273; ANES *(Johannis)*, Martinho *(Martinus)*: n. 273; DIAS *(Didaci)*, Rodrigo *(Rodericus)*: n. 531.

S. TIAGO DE VILA NOVA *(Sancti Jacobi de Villa Nova)* = S. TIAGO DE FOLHADELA, conc. e dioc. de Vila Real, outrora dioc. de Braga: n. 618.

S. TIAGO *(Sancto Jacobo)*, Domingos *(Dominicus)* de, cón. de Braga e arced. de Barroso, sequaz e pregador da legitimidade do papa Urbano VI: n. 401.

S. TOMÉ *(Beati Thome)*, cidade e dioc. de Lisboa, igr. de: BONIFÁCIO IX: n. 7. — *beneficiado:* AFONSO *(Alfonsi)*, Vicente *(Vincentius)*: BONIFÁCIO IX: n. 7. *VIDE:* S. TOMÉ DE LISBOA.

S. TOMÉ DE LISBOA *(Sancti Thome Ulixboñ)*, cidade e dioc. de Lisboa, igr. de: nn. 291, 533. — *porcionário:* ESTEVES *(Stephani)*, João *(Johannes)*: n. 533. — *reitor:* MARTINS *(Martini)*, Brásio *(Brasius)*: n. 291.

S. TOMÉ *(Sam Tome, Sancto Thoma)*, João *(Joham, Johannes)*, mestre, eremita de Santo Agostinho: defensor da independência dos bispados e mestrados em Portugal: p. CCLXI, nota 672. — correspondência com o abade Gomes Anes: nota 677. — estudante em Inglaterra, professor de teologia em Salamanca e na Cúria pontifícia, procurador geral da Ordem dos eremitas de S.to Agostinho em Roma, presente no concí. de Ferrara-Florença, comendatá. do most. de S. Miguel de Bustelo: nota 677.

S. TORQUATO, conc. de Guimarães, dioc. de Braga, most. de: p. CCCV. — *priores:* AFONSO *(Alfonsi)*, João *(Johannes)*: p. CCCV; BARROS, João de: p. CCCV.

S. VICENTE *(Sancti Vincentii)*, capela em Lisboa: nota 516.

S. VICENTE *(Sancti Vincentii)* DE ABRANTES, conc. de Abrantes, dioc. da Guarda, hoje de Portalegre, igr. de: p. CLXXXIV, nn. 179, 191, 486, BENTO XIII: n. 25. — *porcionários:* AFONSO *(Alfonsi)* DE OLEIROS, Martinho *(Martinus)*: n. 179; GIL *(Egidii)*, Álvaro *(Alvarus)*: n. 191, BENTO XIII: n. 25; LOURENÇO *(Laurentii)*, Vasco *(Valascus)*: n. 486. — vigário perpétuo: ESTEVES, Luís: p. CLXXXIV.

S. VICENTE DE FORA DE LISBOA *(Sancti Vincentii extra muros Ulixbonenses)*, cidade e dioc. de Lisboa, most. de cón. regr. de: p. CI, nota 168, pp. CCXCII, CCXCIII, CCCI, CCCII, CCCV, CCCXXXVI, nn. 346, 561a, 563. — *benef.:* MARTINS *(Martini)*, Domingos *(Dominicus)*: nn. 561a, 563; PERES *(Petri)*, Vasco *(Valascus)*: n. 346. — *cónego:* ANES, Fernando: p. CCXCIII. — *prior:* pp. CI, CCXCII, CCCI, CCCII, CCCV. — sobre a legacia do b. de Coimbra D. João Galvão: p. CCCXXXVI.

S. VICENTE DE SAMORA *(Sancti Vincentii in civitate Zamorensi)*, Espanha, igr. par. de: BENTO XIII: n. 80. — *beneficiado:* AFONSO *(Alfonsi)*, Gonçalo *(Gundissalvus)*: BENTO XIII: n. 80.

S. VITAL, tít. cardinal.: GUILHERME *(Guillelmus)* DE CHANAC: p. 184, nota 1.

SARAGOÇA *(Cesaraugustana)*, Espanha, dioc. de: b. e concí. de Viena: p. XXIV. — *bispo:* GARCIA *(Garsia)* FERNANDES DE HERÉDIA: p. 61, nota 1. — *capela:* SS. TRINDADE, S. JULIÃO E S.TA LUZIA: n. 63.

SARRACENOS, guerra contra os: nota 90, pp. CCXXII-CCXXIII, nota 508.

SÁRRIA, Espanha, dioc. de Lugo, arced. de: nota 83.

SARTERVINENSE: p. CLXV, nota 344. *VIDE:* MONTEACUTO, *Willelmus de.*

SARZEDAS *(Cerzeda, Sarcedas)*, conc. de Castelo Branco, dioc. da Guarda, hoje de Castelo Branco, igr. de: n. 639. — *reitor:* SANCHES *(Sancii)*, João *(Johannes):* n. 639. *VIDE:* S.TA MARIA DE SARZEDAS.

SÁTÃO *(Çaatom)*, conc. de Sátão, dioc. de Viseu: *VIDE:* S.TA MARIA DE SÁTÃO.

SAVEDRA *(Saavedra)*, Johane Affonso, arced. de Enares: p. LXXXII. *VIDE:* AFFONSO DE SAAVEDRA, Johane.

SCACENA, Espanha, dioc. de Sevilha: *VIDE:* S. SALVADOR DE ESCACENA.

SCACHO, Pedro, mestre provin. da Ordem de S. Tiago da Espada em Portugal: nota 122. *VIDE:* ESCACHO, Pedro.

SCARAMPIS, *Henricus Oddonis de Ast*, escolar de div. civil em Bolonha: p. CXXXVII.

SCARAMPIS, *Jacobus de*, escolar de div. civil em Bolonha: p. CXXXVII.

SCARAMPIS, *Obertus Tonsi*, banqu. de Ast: pp. CXXXVI, CXXXVII.

SCHNEIDERUS: p. CXCIV, nota 1.

SCOTIA: *VIDE:* ESCÓCIA *(Scotia):* p. 60, nota 2.

SEBAL, conc. de Condeixa-a-Nova, dioc. de Coimbra: *VIDE:* S. PEDRO DE SEBAL.

SEDIELOS *(Sedeelis)*, conc. de Peso da Régua, dioc. do Porto, hoje de Vila Real, igr. de: *VIDE:* S.TA MARIA DE SEDIELOS.

SEGÓVIA *(Segobiensis)*, Espanha, dioc. de: *beneficiados:* DOMINGUES *(Dominici)*, Jorge *(Georgius):* BENTO XIII: n. 73; GONÇALVES *(Gundissalvi)*, Gil *(Egidius):* BENTO XIII: n. 28; GONÇALVES *(Gundissalvi)*, Rodrigo *(Rodericus):* BENTO XIII: n. 16; LOURENÇO *(Laurentii)*, Vasco *(Velascus):* BENTO XIII: n. 52; MENDES *(Menendi)*, Gonçalo *(Gundissalvus):* BENTO XIII: nn. 4, 8a, 10, 14, 18c; PERES *(Petri)*, Jorge *(Georgius):* n. 684; SANCHES *(Sancii)*, João *(Johannes):* BENTO XIII: n. 24. VASQUES *(Velasci)*, Gonçalo *(Gundissalvus):* BENTO XIII: n. 59; — *bispos:* AFONSO *(Alfonsus)* CORREIA: p. 241, nota 2; GONÇALO *(Gundissalvus)* MONATELLI, franciscano: p. XCVI, nota 149. — cónegos: DOMINGUES *(Dominici)*, Afonso *(Alfonsus):* n. 638; DOMINGUES *(Dominici)*, Jorge *(Georgius):* BENTO XIII: n. 73; FERNANDES *(Fernandi)*, Martinho *(Martinus):* n. 684h; GONÇALVES *(Gundissalvi)*, Gil *(Egidius):* BENTO XIII: n. 28; MENDES *(Menendi)*, Gonçalo *(Gundissalvus):* BENTO XIII: nn. 1c, 4, 8a, 10, 14, 18c; RODRIGUES *(Roderici)*, Henrique *(Henricus):* n. 620; SALES *(Salis)*, Raimundo *(Raymundus)* de: n. 652; SANCHES *(Sancii)*, João *(Johannes):* BENTO XIII: n. 24. — *igrejas:* S.TA MARIA DE COCA: BENTO XIII: n. 59; S.TO ESTÊVÃO DE NEVIA: BENTO XIII: n. 86; S. MARTINHO DE SEGÓVIA: BENTO XIII: n. 73. — *porcionários:* CORREIA *(Correa)*, Diogo *(Didacus):* BENTO XIII: n. 19; DOMINGUES *(Dominici)*, Jorge *(Georgius):* BENTO XIII: n. 73. — sacerdote: FERNANDES *(Fernandi)*, Deodato *(Deodatus):* n. 308.

SEGÓVIA *(Segobia)*, João de *(Johannes de):* notas 457, 458, p. CXCII, nota 463, p. CCI, notas 464, 467, 468, 477-479, 484, 485, p. CCXV, notas 493, 494, 495, p. CCXXIII, notas 508, 513, 515, 522, p. CCXXVIII, notas 532-533, 539, 544, pp. CCXXXI, CCXLVI, notas 631, 637, p. CCXLIX, notas 643, 700, 702, p. CCLXXVI.

SEGURA: pertencente à Coroa: p. XXIX. — doada à Ordem de Cristo: p. XLV.

SEIA *(Sea)*, conde de: VILHENA, Henrique Manuel de: p. CCCLXXXIV. *VIDE:* VILHENA, Henrique Manuel de.

SEIA *(Sea)*, dioc. de Coimbra, hoje da Guarda, arced. de: n. 627; RODRIGUES DE FONTE PURA *(Roderici de Fonte Pudico)*, Martinho *(Martinus):* n. 627.

SEIÇA *(Ceiça)*, freg. de Lavos, conc. de Figueira da Foz, dioc. de Coimbra, most. cisterc. de: p. CCCII, nota 824.

SEITA: *VIDE:* CEUTA.

SEIXAS, *Alvaro de*, bacharel, procurador do bispo e cab. de Lamego e apelação contra a legacia do b. de Coimbra D. João Galvão: p. CCCXXXIV.

SEM *(Sensu)*, Gil *(Egidius)* do, doutor em leis, conselh. do Mestre de Avis e régio: pp. CXVI, CCCLXVIII-CCCLXIX. — conselh. de D. Fernando: p. CCCLXXVIII. — embaixador de D. Fernando nos assuntos do matrimó. de suas filhas D. Isabel e Dona Beatriz: pp. CCCLXXV, CCCLXXVII.

SEM, João *(Joham)* do, sobrinho do Dr. Martinho do Sem e estud. em Bolonha: p. CCLIII, nota 659.

SEM, Martim do, doutor: p. CCLIII, nota 659.

SEM *(Censu)*, Pedro *(Petrus)* do, chanceler de

D. Afonso IV e embaix. ao papa: p. LXXXIX, nota 129.
SENA, concí. de: p. CCXX.
SENA *(Senis)*, residên. papal: pp. CCLXIX, CCLXX.
SENA, residên. do Geral dos Franciscanos: nota 585.
SENA, univers. de: estudantes: COUTINHO, Luís (D.): p. CCXLI; RODRIGUES GALVÃO, João: p. CCCXI.
SENEZ, França, dioc. de: b. enviado ao reino de Castela: notas 19, 48, 90.
SEPPIA LONGA, França, dioc. Remense, capel. de: n. 56. — capelão: GALLORSII, Guilherme *(Guillelmus)*: n. 56.
SEQUEIRA, Fernando Rodrigues, mestre da Ordem de Avis: p. CXIX. *VIDE:* RODRIGUES SEQUEIRA.
SEQUIRAM, Espanha, dioc. de: *VIDE:* S.TA MARIA DE SEQUIRAM.
SERRÃO DE GUIAR *(Serano de Guiar)*, Garcia *(Garsias)*, cón. de Évora e benef. na igr. de S. Miguel de Guiar da dioc. de Leão: n. 631.
SERRAZES, conc. de S. Pedro do Sul, dioc. de Viseu: *VIDE:* S. SALVADOR DE SERRAZES.
SESIMBRA, comendador de: STEVEZ, *Affom:* p. LXXXIII.
SETÚBAL *(Setuval)*, conc. de Setúbal, dioc. de Lisboa, igr.: S.TA MARIA DE SETÚBAL: n. 477.
SETÚBAL *(Setuvel)*, Diogo Álvares *(Didacus Alvari)*: *VIDE:* ÁLVARES DE SETÚBAL *(Alvari de Setuvel)*, Diogo *(Didacus)*.
SEVILHA *(Hispalensis, Hispali)*, Espanha, dioc. de: *arcebispos:* p. LXXXII; AFONSO *(Alfonsus)* DE EXEA ou DE CÓRDOVA: p. 247, nota 1; DIOGO *(Didacus)* ANAYA Y MALDONADO: p. 185, nota 1; FERNANDO *(Fernandus)* ÁLVARES DE ALBORNOZ: p. CI-CIII, nota 176; PEDRO: p. CCCLXXXV, CCCLXXXVIII; PEDRO *(Petrus)* GOMES BARROSO: p. CI, nota 178. — arceb. e dioc. e os bens da Ordem do Templo: p. XVIII-XXI, XXIII-XXIV, XXX. — *arcediagos:* GONÇALO DE ZUNIGA: BENTO XIII: n. 103, p. 369, nota 2; PEDRO *(Petrus)* RODRIGUES DA FONSECA: BENTO XIII: n. 103; ENARES *(Deynares)*: AFONSO DE SAAVEDRA, Johane: p. LXXXII. — beneficiados: AFONSO DE GUIMARÃES *(Alfonsi de Vimaranis)*, Miguel *(Michael)*: n. 636b; AFONSO *(Alfonsi)*, João *(Johannes)*: n. 632b; ANES *(Johannis)*, Estêvão *(Stephanus)*: BENTO XIII: n. 1d; DOMINGUES DE MOURA *(Dominici de Moira)*, Afonso *(Alfonsus)*: BENTO XIII: nn. 17, 18a, 18d; FERNANDES *(Fernandi)* DE CASCALES, Afonso *(Alfonsus)*: BENTO XIII: n. 78: MARTINS *(Martini)*, Afonso *(Alfonsus)*: BENTO XIII: n. 18; MARTINS *(Martini)*, Fernando *(Fernandus)*: n. 697; MARTINS *(Martini)*, Vasco *(Velascus)*: BENTO XIII: n. 9d; PERES *(Petri)*, Rodrigo *(Rodericus)*: BENTO XIII: n. 56; SALAS, Raimundo *(Raymundus)*: n. 713. — cidade: nota 893. — cidade interdita pela não restituição de castelos da Ordem do Templo à do Hospital: p. L. — *clérigos:* MARTINS *(Martini)*, Bartolomeu *(Bartholomeus)*: n. 631a; PERES *(Petri)* DE CARMONA, Afonso *(Alfonsus)*: n. 343. — *cónegos:* ANDESTER, Filipe *(Philippus)* de: n. 691c, BENTO XIII: nn. 5, 9c, 18b; ANES *(Johannis)*, Estêvão *(Stephanus)*: n. 647, BENTO XIII: n. 1d; FERNANDES *(Fernandi)* DE CASCALES, Afonso *(Alfonsus)*: BENTO XIII: n. 78; FERNANDES *(Fernandi)* DE VALÊNCIA, João *(Johannes)*: n. 625a; GARCIA *(Garsie)*, João *(Johannes)*: n. 698; GONÇALO DE ZUNIGA: BENTO XIII: n. 103; LOPES *(Luppi)*, Bartolomeu *(Bartholomeus)*: n. 637; MANSELHA *(Mansella)*, Fernando Martins *(Fernandus Martini)* de: p. CIII, notas 178, 179; MARTINS *(Martini)*, Fernando *(Fernandus)*: pp. LXXXIV, LXXXV; MARTINS *(Martini)*, Vasco *(Valascus)*: BENTO XIII: n. 9d; PEDRO *(Petrus)* RODRIGUES DA FONSECA: BENTO XIII: n. 103; PERES *(Petri)*, Rodrigo *(Rodericus)*: BENTO XIII: n. 56; SALAS, Raimundo *(Raymundus)*: n. 713. — igrejas: MARCHENA: n. 702, BENTO XIII: nn. 5, 9c, 18b; S.TA MARIA DE CÓRIA: n. 629c; S.TA MARIA DE HUEVAR: n. 573b; S.TA MARIA ou S.TA MARINHA DE SEVILHA: nn. 633d, 634c; S.TA MARIA DO PORTO: n. 636h; S. SALVADOR DE ESCACENA: n. 637; S. TIAGO DE ECIJA: n. 686. — inquérito sobre a nacional. da Ordem de S. Tiago da Espada em Portugal: p. LXXVIII, LXXIX. — mosteiro: SANTA JUSTA E S.TA RUFINA: BENTO XIII: n. 96. — porcion.: GARCIA *(Garsie)*, João *(Johannes)*: n. 698; PERES *(Petri)* DE CARMONA, Afonso *(Alfonsus)*: n. 343. — rei: D. FERNANDO: p. XXXIII. — sacerdotes: AFONSO *(Alfonsi)*, João *(Johannes)*: n. 573b; GARCIA *(Garsie)*, Fernando *(Fernandus)*: n. 612. — subdiác.: ROINI, Francisco *(Franciscus)*: n. 629c. — tesour.: PARADINAS, Afonso *(Alfonsus)* de: p. CCLXXVII, nota 706, p. CCCXIX.

SEXTUS DECRETALIUM *(Liber)*: matrimó. de presente e de futuro, esponsais de presente e de futuro, impedime. de honestidade públ. ou de justiça: pp. CXXXI-CXXXII, CCCXCIV, CCCXCVI.

SICÍLIA: e a Ordem de S. Tiago da Espada: p. LVIII, LIX.

SIGUEIRO *(Sigeiro)*, Martinho *(Martinus)*, clér. de Lisboa, porcion. na igr. de S.to Estêvão de Lisboa: n. 532.

SIGUENZA *(Seguntina)*, Espanha, dioc. de: administrador: AFONSO *(Alfonsus)* DE CARRILHO: p. 359, notas 1, 2; PEDRO *(Petrus)* RODRIGUES DA FONSECA: p. 359, nota 1. — *beneficiados:* ANDESTER Filipe *(Philippus)* de: BENTO XIII: n. 5; GERALDO *(Geraldi)*, Gonçalo *(Gonsalvus)*: n. 680. — *bispo:* GARCIA MANRIQUE, João *(Johannes)*: p. CCCLXXVII. — *cónegos:* ANDESTER, Filipe *(Filippus)* de: BENTO XIII: n. 5; GERALDO *(Geraldi)*, Gonçalo *(Gonsalvus)*: n. 680. — e os Templários: p. XXX. — *igreja:* MEDINACELI: BENTO XIII: n. 102.

SILVA PINTO, Sérgio da: nota 222.

SILVEIRA, Diogo da, caval. da dioc. de Lisboa: p. CCCV.

SILVEIRA, Gonçalo *(Gonçallo)* da, criado de el-rei D. Duarte: nota 577.

SILVES *(Silvensis)*, dioc. de: *arcedi.:* LAGOS: p. CCXCVI. — *beneficiados:* AFONSO *(Alfonsi)*, João *(Johannes)*: n. 469; GARCIA *(Garsie)*, Fernando *(Fernandus)*: n. 612; GARCIA *(Garsie)*, João *(Johannes)*: n. 698; GONÇALVES *(Gunssalvi)*, Lourenço *(Laurentius)*: n. 471. — bens da Ordem do Templo: p. XXI. — bispo e cab. na apelação contra a legacia do b. de Coimbra D. João Galvão: pp. CCCXXXIV, CCCXXXVI. — bispo e recusa das décimas a D. Afonso V: p. CLXXIII. — *bispos:* nota 165, pp. CCCI, CCCXLI; ÁLVARO *(Alvarus)* AFONSO: p. CCLXIII, nota 672, p. CCLXXXV; JOÃO *(Johannes)* AFONSO DE AZAMBUJA, embaix. de D. João I ao papa Bonifácio IX: pp. CVIII, CXXI; JOÃO *(Johannes)* ALÃO: notas 258, 259; JOÃO *(Johannes)* ÁLVARES: p. CXVIII; LUÍS *(Ludovicus)* PIRES: p. CCLXIII, nota 672; MARTINHO *(Martinus)*: p. 12, nota 1, n. 197; PEDRO *(Petrus)* CAVALERI: n. 197, p. 39, nota 1, nn. 360, 401, 438, 475, 522; RUI *(Rodericus)* DIAS: nota 657, pp. CCLXIX-CCLXXII. — *capelas:* ALTE: BENTO XIII: n. 56; BELA SALEMA: nn. 357a, 357b. — *chantres:* GARCIA *(Garsie)*, Fernando *(Fernandus)*: n. 357b; GARCIA *(Garsie)*, João *(Johannes)*: nn. 4, 357a, 481, 517, 526, 650. — *clérigos:* AFONSO *(Alfonsi)* DE ALCOUTIM, Pedro *(Petrus)*: n. 428; AFONSO *(Alfonsi)*, João *(Johannes)*: nn. 348, 469; AFONSO *(Alfonsi)*, Pedro *(Petrus)*: n. 412; AFONSO *(Alfonsi)* RAMOS, Gonçalo *(Gundissalvus)*: n. 409; AFONSO *(Alfonsi)* RAMOS, João *(Johannes)*: n. 408; ANES *(Johannis)*, Afonso *(Alfonsus)*: nn. 109, 194a; ANES *(Johannis)*, Clemente: p. CCCXLI; ANES *(Johannis)*, Lourenço *(Laurentius)*: n. 69; ARAIZ, Álvaro *(Alvarus)*: n. 455; ARAIZ, Luís *(Ludovicus)*: n. 454; ARAIZ, Martinho *(Martinus)*: n. 453; CAPELA, João Afonso *(Johannes Alfonsi)* de: n. 44; DOMINGUES *(Dominici)*, João *(Johannes)*: n. 566a; ESTEVES *(Stephani)*, Gonçalo *(Gundissalvus)*: n. 322; ESTEVES *(Stephani)*, João *(Johannes)*: nn. 32, 562; ESTEVES *(Stephani)*, Lourenço *(Laurentius)*: n. 49; ESTEVES *(Stephani)*, Pedro *(Petrus)*: n. 28; FERNANDES DE FARO *(Fernandi de Faaron)*, Afonso *(Alfonsus)*: n. 422; FERNANDES DE FARO *(Fernandi de Faaro)*, Álvaro *(Alvarus)*: nn. 406, 420; FERNANDES *(Fernandi)*, Gonçalo *(Gunsalvus)*: n. 137; GONÇALVES *(Gundissalvi)*, Gil *(Egidius)*: n. 318; GONÇALVES *(Gunssalvi)*, Lourenço *(Laurentius)*: n. 471; LAGOS, Martinho *(Martinus)* de: n. 50; LOURENÇO *(Laurentii)*, Estêvão *(Stephanus)*: nn. 500, 509, 515; MARTINS DE FARO *(Martini de Pharaon)*, Aires *(Arias)*: n. 500a; VASQUES *(Valasci)* DE LOULÉ, Estêvão *(Stephanus)*: nn. 313, 356; VASQUES *(Valesci)*, Gomes *(Gometius)*: n. 172; VASQUES *(Valasci)*, Martinho *(Martinus)*: n. 319. — *cónegos:* ABRIL *(Aprillis)*, Martinho *(Martinus)*: n. 43; AFONSO *(Alfonsi)* RAMOS, Gonçalo *(Gundisalvus)*: n. 409; AFONSO *(Alfonsi)* RAMOS, João *(Johannes)*: n. 408; ANES *(Johannis)*, Afonso *(Alfonsus)*: n. 68a; ANES *(Johannis)*, Afonso *(Alfonsus)*: BONIFÁCIO IX: n. 2; ANES *(Johannis)*, João *(Johannes)*: nn. 16, 550; ANES *(Johannis)*, Martinho *(Martinus)*: nn. 207, 372a; ANES *(Johannis)*, Martinho *(Martinus)*: BONIFÁCIO IX: n. 2; ANES *(Johannis)*, Pedro *(Petrus)*: n. 321; ESTEVES *(Stephani)*, João *(Johannes:* n. 32; ESTEVES *(Stephani)*, Lourenço *(Laurentius)*: n. 49; ESTEVES *(Stephani)*, Pedro *(Petrus)*: n. 28; ESTEVES *(Stephani)*, Vasco *(Valascus)*: n. 317; FERNANDES *(Fernandi)*, Álvaro *(Alvarus)*: n. 633; FERNANDES *(Fernandi)*, Gonçalo *(Gunsalvus)*: n. 137; FERNANDES *(Fernandi)*, João *(Johannes)*: n. 87; FERNANDES *(Fernandi)*, Toríbio *(Toribius)*: n. 22; GARCIA, Fernando: n. 357b; GARCIA *(Garsie)*,

João *(Johannes)*: nn. 4, 357a, 481, 526, 698; GARCIA *(Garsie)*, Pedro *(Petrus)*: nn. 8, 521, BENTO XIII: n. 54; JEUCERANDI, Pedro *(Petrus)*: n. 190; LAGOS, Martinho *(Martinus)*, de: n. 50; LEMOS, Afonso Gomes de: p. CCCXLVII; LOURENÇO *(Laurentii)*, Rodrigo *(Rodericus)*: nn. 190, 321; MARTINS *(Martini)*, Fernando *(Fernandus)*: pp. CCCXLVII, CCCXLVIII; MARTINS *(Martini)*, Gonçalo *(Gundissalvus)*: n. 439; MATEUS *(Mathei)*, Pedro *(Petrus)*: n. 62; PANCAS, Vasco *(Valascus)* de: n. 35; PERES *(Petri)*, Rodrigo *(Rodericus)*: n. 20, BENTO XIII: n. 56; RODRIGUES *(Roderici)*, Lopo: p. CCCXLVIII; RODRIGUES *(Roderici)*, Lourenço *(Laurentius)*: nn. 317, 439; VASQUES *(Valasci)* DE LOULÉ, Estêvão *(Stephanus)*: nn. 313, 356. — *deão*: LEMOS, Affonso Gomes de: pp. CCLXII, CCLXIV, notas 673, 710, p. CCCXLVII; LOURENÇO *(Laurentii)*, Rodrigo *(Rodericus)*: n. 356; VASQUES *(Vallaci)* DE LOULÉ, Estêvão *(Stephanus)*: nn. 313, 356, 372. — *igrejas*: ALTE: n. 20, BENTO XIII: n. 56; S.TA MARIA DE FARO: nn. 4, 8, 53, 313, 322, 356, 381, 481, 521, 526, 562, 698, BENTO XIII: n. 54; S.TA MARIA DE TAVIRA: nn. 348, 657; S. CLEMENTE DE LOULÉ (ALTE): nn. 20, 53, 313, 317; S. TIAGO DE SILVES: n. 612. — *mestre-escola*: PERES *(Petri)*, Rodrigo *(Rodericus)*: BENTO XIII: n. 56. — nacionaliz. da Ordem de S. Tiago da Espada em Portugal: pp. LXXIV-LXXVI, nota 114, p. LXXVII, nota 116, pp. LXXVIII-LXXX, LXXXII, LXXXVI. — *porcionário*: GONÇALVES *(Gundissalvi)*, Gil *(Egidius)*: n. 318. — *precentor*: GARCIA *(Garsie)*, João *(Johannes)*: n. 698. — *quartanários*: ESTEVES (*Stephani*), Vasco (*Valascus*): n. 317; VASQUES (*Valesci*), Gomes (*Gometius*): n. 172. — *sacerdote*: MATEUS *(Mathei)*, Pedro. *(Petrus)*: n. 62. — *tesoureiro*: VAAZ, Lourenço: p. CCCXXXIV.

SIMÕES *(Symonis)*, João *(Johannes)*, clér. da dioc. de Cambrai, porcioná. da igr. par. de S. Martinho de Sintra: n. 55.

SIMON, arceb. de Cantuária: pp. CLXIV-CLXV, nota 344.

SINTRA *(Sintria)*, conc. de Sintra, dioc. de Lisboa: pp. CCLXXXVI, CCCXLIX. — *clérigos*: AFONSO DE SINTRA *(Alfonsi de Sintra)*, Martinho *(Martinus)*: n. 111; PERES DE SINTRA *(Petri de Sintria)*, Martinho *(Martinus)*: n. 215. — *igrejas*: S.TA MARIA DE SINTRA: nn. 39, 636a; S. MARTINHO DE SINTRA: p. CCCXLIX, nn. 55, 160; S. PEDRO DE SINTRA: p. CCLV, nota 661, nn. 30, 54, 204, 438.

SINTRA *(Cintra)*, Rodrigo *(Rodericus)* de, francisc., mestre em teologia, famoso pregador na leitura das bulas sobre a legitimidade da elevação do Mestre de Avis a rei de Portugal: pp. CVIII, CXI, CXII, CXV.

SISTO *(Sixtus)* IV, papa: p. VIII, nota 589, p. CCXXXVIII, nota 589, p. CCXXXIX, nota 589, p. CCLXXVIII, nota 706, pp. CCXCV-CCXCVII, nota 803, pp. CCCXXII, CCCXXIV, CCCXL, CCCXLI, CCCXLII, CCCLIX, notas 991, 992-995.

SOALHÃES, João Martins de, b. de Lisboa: *VIDE:* JOÃO *(Johannes)* MARTINS DE SOALHÃES.

SOARES, Diogo, dispen. matrimo. com a esposa Beatriz de Vilena: p. CCXLI.

SOARES, Lopo, albergaria de: nota 259.

SOBRAL *(Soveral)*, conc. de Mortágua, dioc. de Coimbra, igr. de: *VIDE:* S. MIGUEL DE SOBRAL.

SOCOLMOS, Espanha, dioc. de Toledo, igr. par. de: BENTO XIII: n. 67. — *porcionário*: MARTINS *(Martini)*, Afonso *(Alfonsus)*: BENTO XIII: n. 67.

SOISSONS *(Suessionensis)*, França, dioc. de: *cónegos*: SANCTIS, *Oudardus de*: n. 89; ZUERMONT DE AMEYOCHE, *Willelmus*: n. 82.

SOLERIO, *Johannes de, Erfordensis*: p. XL.

SORBELLI, Albano: univers. de Bolonha: nota 256.

SORTELHA *(Sortella)*, conc. de Sabugal, dioc. da Guarda: *VIDE:* S. JOÃO DE SORTELHA.

SOSA *(Soza)*, conc. de Vagos, dioc. de Coimbra, hoje de Aveiro: *VIDE:* S. MIGUEL DE SOZA.

SOTTEGHEM, França, dioc. de Cambrai, capela de: n. 1.

SOURE *(Soyre)*, conc. de Soure, dioc. de Coimbra, residên. do Infante D. Henrique: p. CLXXXIII. — da Ordem dos Templários: pp. XXVI, XXVII, XXIX, nota 36, p. XXXIV. — doação à Ordem de Cristo: p. XLV.

SOURE, João Pais *(Johannes Pelagii)* de: nota 61.

SOUSA COSTA, OFM, A. D. DE: p. VIII, nota 3, notas 130, 143, 144, 171, 173, 177, 181, 182, 204-211, 216, 219, 220, 223-227, 236, 238, 245, 246, 270, 285, 288, 289-318, 322, 324-326, 328-330, 335, 350, 352, 359, 373, 375-377, 382, 384, 389, 396, 397, 408, 454, 476, 487, 488, 528, 580, 586, 649, 659, 660, 666, 706, 729, 772, 887, 949, 951, 1054, 1071, 1072, pp. 88, nota 1, p. 363, n. 100, p. 364, nota 1.

SOUSA, *Johannes de*, prior de S. Miguel de Soza: nota 657.

SOUSELO, conc. de Cinfães, dioc. de Viseu, hoje de Lamego: *VIDE:* S.TO ANDRÉ DE SOUSELO.

SOVEROSO, dioc. de Lamego, igr. de: n. 314. — *reitor:* FERNANDES *(Fernandi)*, Martinho *(Martinus)*: n. 314.
SOYRE: *VIDE:* SOURE.
SPELUNCA *(Spelonca)*, residên. do papa Clemente VII: n. 287.
SPIRA, nota 495, p. CCXXIV.
STEPHANI: *VIDE:* ESTEVES *(Stephani)*.
STEPHANI, *Alvarus*, cón. de Braga: nota 158.
STEPHANUS, duque de Baviera: nota 495, p. CCXXIV, nota 512.
STEVEZ, Afonso *(Affom)*, comendador de Sesimbra: p. LXXXIII.
STEVEZ, Lopo, procurador nas cortes de Coimbra de 1385: p. CVII.
STEVOM (Frei): *VIDE:* ESTÊVÃO *(Stevom)*.
STRASBOURG *(Argentina)*, França: *VIDE:* ESTRASBURGO.
STREMADURA: *VIDE:* ESTREMADURA.
SUBCOLEITOR APOSTÓLICO: GOMES *(Gometii)*, Rodrigo *(Rodericus)*: p. CCV, nota 481. *VIDE:* COLECTORIA APOSTÓLICA.
SUÉCIA *(Suesia)*: p. 60, nota 2.
SUESSIONENSIS, França, dioc.: *VIDE:* SOISSONS.
SUGÉRIO, Álvaro, embaix. de el-rei D. Afonso IV ao papa: p. CLIV.
SULAS = SALAS, Raimundo *(Raymundus)*: *VIDE:* SALAS, Raimundo *(Raymundus)*.
SÚPLICAS: normas sobre a redacção e registo nos arquivos do papa: pp. CLVIII-CLIX, CCCLXX-CCCLXXI. — originais aos papas João XXII, Clemente VI e Inocêncio VI: pp. VIII, CXLVIII (nota 14a). — originais de portugueses ao papa João XXII: p. VIII, LVI-LIX, LXXXIX-XC; ao papa Inocêncio VI: pp. VIII, XCVI; ao papa Urbano VI: pp. CV-CVII; ao papa João XXIII: pp. VIII, CIV, CLXIX; ao papa Eugénio IV: pp. VIII, CLXX, CCCXLIII; ao papa Sisto IV: pp. VIII, CCCLX-CCCLXI. — súplica original de Dona Beatriz, rainha de Portugal, desde Viseu: p. CLIV. — súplicas não atendidas, por via de regra não se registavam: pp. CLVIII-CLIX. — súplicas não incluídas ou não transcritas literalmente no *Reg. Supplicationum:* pp. VII-XVIII, LVI-LIX, LXXXIX-XC, XCVI, CV-CVII, CLXIX, CLXX, CLXXXII, CLXXXIII, CCCXLIII, CCCLX-CCCLXI.

T

TABOR *(Thebarnensis)*, Palestina, bispo de: ANDRÉ DIAS *(Andreas Didaci)* DE ESCOBAR: BENTO XIII: n. 100.
TAGASTE *(Tagestensis)*, b. titular de: JOÃO *(Johannes)*: pp. CCCIX, CCCL, CCCLV, CCCLVI, CCCLVIII, CCCLX, nota 991. — residência em Lisboa: pp. CCCLV, CCCLVIII, CCCLX, nota 991.
TALAVERA, Espanha, dioc. de Toledo, igr. de: BENTO XIII: n. 79. — *beneficiado:* AFONSO *(Alfonsi)* DE AVIS, Aires *(Arias)*: BENTO XIII: n. 79. *VIDE:* S.TA MARIA DE TALAVERA.
TÂNGER *(Tingensis)*, África: p. CCXXII, nota 509, p. CCCXLII. — bispo: p. CCCXLII.
TARAES, conc. de Seia: *VIDE:* TOURAIS. S. SALVADOR DE TOURAIS.
TARANTO *(Tarentinus)*, Itália, arceb. no concí. de Basileia: p. CC, nota 464, p. CCI, notas 464, 467, p. CCII, notas 467, 479. — cardeal: nota 609.
TARAZONA *(Taraçona, Tirasonensis)*, Espanha, dioc. de: *bispo:* FERNANDO *(Fernandus)* PEREZ CALVILHO: BENTO XIII: n. 1a, p. 272, nota 1; JOÃO *(Johannes)* DE VALTERRA: p. 329, nota 1. — *deão:* CALVILHO, Fernando *(Fernandus)* Perez: p. CCCLXXXIV, p. 272, nota 1.
TAROUCA, conc. de Tarouca, dioc. de Lamego: *VIDE:* S. JOÃO DE TAROUCA.
TARRAGONA *(Terraconensis)*, Espanha, dioc. de: p. 60, nota 2. — arceb. e sufrag.: bens da Ordem do Templo e concí. de Viena: p. XXIV. — cardeal: notas 609, 645, p. CCLXX. — most.: SANTAS CRUZES: p. XLI. — residência do papa Bento XIII: BENTO XIII: nn. 94-95.
TAVAREDE, conc. de Figueira da Foz, dioc. de Coimbra: p. CCLXXXII, nota 714.
TAVIRA, conc. de Tavira, dioc. de Silves, hoje do Algarve ou de Faro: *VIDE:* S.TA MARIA DE TAVIRA.
TAVIRA *(Tavyra)*, Gil *(Egidius)* de, francisc. licenci. em teologia, embaix. de D. Duarte no concí. de Basileia: nota 458, p. CCIII. *VIDE:* GIL *(Egidius)* DE TAVIRA.
TÁVORA, Martinho Anes *(Martinus Johannis)* de: *VIDE:* ANES DE TÁVORA *(Johannis de Tavora)*, Martinho *(Martinus)*.
TEANO *(Theanensis)*, Itália, dioc. de: bispo: NICOLAU *(Nicolaus)*: p. CCCIV.
TEIS *(Tex)*, Espanha, dioc. de Tui: *VIDE:* S. SALVADOR DE TEIS.
TEIXEIRA *(Teixeira)*, conc. de Seia, dioc. da Guarda, igr. de: *VIDE:* S. PEDRO DE TEIXEIRA.
TEIXEIRA *(Teyxeira)*, João *(Joham)*, doutor, conse. e chanceler-mor de D. João II: p. CCLXVIII, nota 673.
TEJO, dioc. de Lisboa: pp. CCCXLIV, CCCLXXXII.
TELES, Leonor, rainha de Portugal: pp. CXXXVI, CCCLXXVII-CCCLXXVIII, CCCLXXX,

CCCLXXXI, CCCLXXXIII-CCCLXXXVI, CCCLXXXVIII. — apresenta o Dr. João das Regras ao priorato de Guimarães: p. CXXXVI. — casamento de sua filha Dona Beatriz com o rei de Castela: pp. CCCLXXVII-CCCLXXVIII, CCCLXXX, CCCLXXXI, CCCLXXXIII-CCCLXXXVIII.

TELIZ, *Alfonsus*, nobre caval.: p. IX.

TELO, João Afonso: casam. com Dona Guiomar, filha de Lobo Fernandes: p. CLIV.

TELÕES *(Tollones, Tolõoes)*, conc. de Amarante, dioc. de Braga, hoje do Porto: *VIDE:* S.TO ANDRÉ DE TELÕES.

TEMPLÁRIOS, Ordem dos: extinção da Ordem e seus bens: pp. XVIII-LVI.

TEMPREYROS = TEMPLÁRIOS (nota 61).

TEMUDO, canonista: p. CXLVIII (nota 12).

TENTÚGAL *(Temtugual, Tentugel)*, conc. de Montemor-o-Velho, dioc. de Coimbra: nota 886. *VIDE:* S.TA MARIA DE TENTÚGAL.

TEOLOGIA: *bacharéis formados:* GONÇALO (Frei): pp. CCXCVII-CCXCVIII; GUILHERME, Adriano *(Adrianus):* p. CCXXXV; JOÃO DE SÃO LOURENÇO *(Johannes de Sancto Laurentio):* p. CLXX; MARTINS *(Martini)* DE RABELO, Vasco *(Valascus):* pp. CCXXXVI-CCXXXIX, nota 589. — *doutores ou mestres:* AFONSO VELHO: p. CCCI; ANDRÉ DIAS DE ESCOBAR: BENTO XIII: n. 100, p. 364, nota 1; DOMINGOS *(Dominicus)* DE FLORENÇA: p. 331, nota 1; FRANCISCO (Frei): nota 672, p. CCLXVIII, nota 676; MARTINS, João: p. CCXCIII; PEDRO *(Petrus)* DE AILLACO *(dAilly):* p. 329, nota 1; SABRENAYS, *Dyonisius de:* nota 539; S. TOMÉ, Frei João de: nota 672, p. CCLXVIII, nota 677; SINTRA, Rodrigo *(Rodericus)* de: francisc.: pp. CVIII, CXI, CXII, CXV.—*leitor:* AFONSO DE LORVÃO: p. CCCXI. — *licenciados:* ALHO, Martinho: p. CCLXIII-CCLXIV, nota 672, p. CCXCII, nota 769; JOÃO DE S. LOURENÇO: pp. CLXXVIII-CLXXX, notas 741, 744; MARTINS, Jorge: p. CCXXXVIII, nota 589; TAVIRA *(Tavyra)*, Gil *(Egidius)* de: nota 458, p. CCIII. — *provecto:* MARTINS *(Martini)*, Afonso *(Alfonsus):* BENTO XIII: n. 26.

TERAMO *(Theramo)*, Gaspar de, ouvidor pontifi.: pp. CCCLV, CCCLVII, CCCLX, nota 991.

TERESA DE TOLEDO *(Tharasia de Toleto)*, irmã do card.-b. de Sabina D. Guterre: BENTO XIII: n. 1b.

TERETA, Pedro *(Petrus)*, clér. da dioc. de Perigueux, reitor da igr. de S. Salvador de Beja: n. 202.

TEROUANE *(Morinensis)*, França, dioc. de: *cardeal:* notas 609, 645, p. CCLXX. — *cónegos:* GRANERIIS, *Nicolaus de:* n. 519; ROCHAVILLA, *Bertrandus de:* n. 519. — igr.: BUSINLGHEM: n. 519; LILLE: n. 1.

TERRACONENSIS, cardeal: notas 609, 645, p. CCLXX. *VIDE:* TARRAGONA.

TERRA SANTA *(Terre Sancte):* Ordem do Hospital: p. XLII, nota 82, p. XLVII.

TEX, Espanha, dioc. de Tui: *VIDE:* TEIS. S. SALVADOR DE TEIS.

TEZO, João Garcia *(Johannes Garsie)* de: n. 81.

THEANENSIS, b.: p. CCCIV; NICOLAUS: p. CCCIV. *VIDE:* TEANO.

THENINI, M., clér. da câmara apostól.: nota 668.

THOLETANA: *VIDE:* TOLEDO.

THOLOSANO, prepósito: p. 317, nota 1.

TIAGO *(Jacobus)* DE CHALMALROS, cón. de Le Puy, referendário pontifí.: n. 684, p. 222, nota 1.

TIBÃES, conc. e dioc. de Braga, most. benedit. de: p. CCLXXVIII, nota 706. — *abade:* GONÇALO: p. CCLXXVIII, nota 706.

TIBERÍADES *(Tiberiadensis)*, Palestina, bispo titular de: JOÃO *(Johannes)* DE S. LOURENÇO: p. CCLXXXVI, nota 741; PEDRO DA CRUZ *(Petrus de Cruce):* p. CCLXXXVI, nota 742.

TIBERTIS, *Leonardus de*, prior de Veneza, visitador geral e procur. da Ordem do Hospital na concór. com o rei de Aragão, quanto aos bens da Ordem do Templo, a aplicar à Ordem de Montesa: p. XLII.

TÍLIO, Pedro *(Petrus)* de, clér. da dioc. de Rodez, cón. de Lisboa e prior da igr. de S.to Estêvão de Lisboa e benefic. nas igr. de S. Lourenço dos Casais e de S.to André de Triquero da dioc. de Auch: n. 636g.

TILMANUS: p. CCXXXI, nota 549.

TINOCO, Nuno Fernandes: *VIDE:* FERNANDES TINOCO, Nuno.

TIRASONENSIS, Espanha: sé vacante: p. XCVI. *VIDE:* TARAZONA.

TITOPOLITANO, bispo: GIL (Frei): p. CCLXXVIII, nota 706.

TOLEDO *(Toletana)*, Espanha, dioc. de: *arcebispo:* GIL *(Egidius)* DE ALBORNOZ: p. 88, nota 1; PEDRO *(Petrus):* BENTO XIII: p. 330, nota 1; PEDRO *(Petrus)* TENORIO: pp. CCCLXXV, CCCLXXVII, CCCLXXIX, p. 52, nota 3. — arcebispo e bens da Ordem do Templo: pp. XVIII-XXI, XXIII, XXIV, XXVIII, XXX. — arcebispo e nacionaliz. da Ordem de S. Tiago da Espada em Portugal: p. LXII, nota 105, pp. LXIV, LXIX, LXX, LXXIII. — *arcediago:* BENTO XIII: n. 79; ÁLVARES DE ALBORNOZ, Fernando: nota 176; ARIAS *(Arie)*, Vicente *(Vincentius):* BENTO XIII: n. 1; ALCARAZ: LOPES *(Lupi)*, Pedro *(Petrus):* n. 615a; CALATRAVA:

BENTO XIII: n. 83; GADALFAIARA: BENTO XIII: n. 79; MADRID: BENTO XIII: n. 79; TALAVERA: BENTO XIII: n. 79. — *beneficiados:* AFONSO *(Alfonsi)* DE AVIS, Aires *(Arias):* BENTO XIII: nn. 19f, 19i, 79; AFONSO *(Alfonsi)*, Pedro *(Petrus):* BENTO XIII: n. 51; ANDESTER, Filipe *(Philippus)* de: BENTO XIII: nn. 9c, 18b; ANES *(Johannis)*, Afonso *(Alfonsus):* BENTO XIII: n. 19e; ANES *(Johannis)*, Salvador *(Salvator):* BENTO XIII: n. 9; ARIAS *(Arie)*, Vicente *(Vincentius):* BENTO XIII: n. 1; DIOGO *(Didacus)* DE CAXINS: BENTO XIII: n. 46; DOMINGUES *(Dominici)*, Jorge *(Georgius):* nn. 701, 706; ESTEVES *(Stephani)*, Gonçalo *(Gundissalvus):* BENTO XIII: nn. 45, 47, 84; FERNANDES *(Fernandi)*, Álvaro *(Alvarus):* BENTO XIII: n. 33; FERNANDES *(Fernandi)* DE CASCALES, Afonso *(Alfonsus):* BENTO XIII: n. 77; GARCIA (*Garsie*), Afonso (*Alfonsus*): n. 711; LOURENÇO *(Laurentii)*, Gomes *(Gometius):* n. 717, BENTO XIII: nn. 19d, 58; LOURENÇO *(Laurentii)*, João *(Johannes):* BENTO XIII: n. 9b; MARTINS *(Martini)*, Afonso *(Alfonsus):* BENTO XIII: nn. 26, 67, 82; MENDES *(Menendi)*, Gonçalo *(Gundissalvus):* n. 704; NARBONA, Raimundo *(Raymundus):* BENTO XIII: n. 11; PERES *(Petri)*, Jorge *(Georgius):* n. 695; QUAIRAS *(Quayras)*, Diogo *(Didacus)* de: BENTO XIII: n. 1b. — *cónegos:* AFONSO *(Alfonsi)*, Pedro *(Petrus):* n. 688; ANDESTER, Filipe *(Philippus)* de: n. 702, BENTO XIII: nn. 9c, 18b; ARIAS *(Arie)*, Vicente *(Vincentius):* BENTO XIII: n. 1; FERNANDES *(Fernandi)* DE CASCALES, Afonso *(Alfonsus):* BENTO XIII: n. 77; FURTADO *(Furtati)* DE MENDONÇA, Lopo *(Luppus):* n. 620a; LOPES *(Lupi)*, Pedro *(Petrus):* n. 615a; MARTINS *(Martini)*, Afonso *(Alfonsus):* n. 641, BENTO XIII: nn. 26, 67; MARTINS *(Martini)*, Fernando *(Fernandus):* nn. 506, 707; MARTINS *(Martini)*, Sancho *(Sancius):* n. 626; NARBONA, Raimundo *(Raymundus):* n. 636f, BENTO XIII: n. 11. — *diácono:* FERNANDES *(Fernandi)* DE ARÉVALO, Pedro *(Petrus):* BENTO XIII: n. 105. — *igrejas:* CORPA: BENTO XIII: n. 67; GADALFAIARA: BENTO XIII: n. 79; LUNTHES (LOECHES?): BENTO XIII: n. 67; MADRID: BENTO XIII: n. 79; PEÑALVER: BENTO XIII: n. 67; ROYLLE: BENTO XIII: n. 67; S.TA CRUZ DE MADRID: n. 717, BENTO XIII: nn. 19d, 58; S.TA MARIA DE ILLESCAS: n. 626, BENTO XIII: n. 67; S.TA MARIA DE LAS PORQUERIZAS: BENTO XIII: nn. 28, 62; S.TA MARIA DE TALAVERA: BENTO XIII: nn. 79, 92; S.TA MARIA DE VAL DE MOURO: BENTO XIII: nn. 1c, 4, 8a, 10, 18c, 37; S.TA MARIA DE VILLA NUEVA DE SERUELLA: BENTO XIII: n. 79; S. JOÃO DE MADRID: n. 717, BENTO XIII: nn. 19d, 58; S. LOURENÇO DE TOLEDO: BENTO XIII: n. 105; S. MIGUEL DE ALDOVERA: n. 692b; S. SALVADOR DE LEGANÉS: nn. 588, 687; S. TIAGO DE PUEBLA DE ALCOCER: BENTO XIII: n. 79; SOCOLMOS: BENTO XIII: n. 67; TALAVERA: BENTO XIII: n. 79; YLLESCAS: BENTO XIII: n. 67. — *mosteiro:* SS. MA TRINDADE: BENTO XIII: n. 96. — *porcionários:* ESTEVES *(Stephani)*, Gonçalo *(Gundissalvus):* BENTO XIII: n. 84; FERNANDES *(Fernandi)* DE BRETADIELLO, Domingos *(Dominicus):* n. 615a; FERNANDES *(Fernandi)* DE VALÊNCIA, João *(Johannes):* n. 625a; GONÇALVES *(Gondissalvi)* DE OLMEDO, Álvaro *(Alvarus):* n. 623; LOPES *(Lupi)*, Pedro *(Petrus):* n. 615a. — *preceptoria:* VILLA DE ALMAGRO: BENTO XIII: n. 101. — rei D. Fernando: p. XXXIII. — *tesoureiro:* GONÇALO *(Gundissalvus):* n. 684f.

TOLETO, *Petrus de*, doutor em direito canón., doutorado em Bolonha e bispo de Osma: nota 176.

TOLOSA *(Tholosana)*, França, dioc. de: *arcebispos:* DOMINGOS *(Dominicus)* DE FLORENÇA: p. 331, nota 1; JOÃO *(Johannes)* DE CARDAILLAC: p. 60, nota 1. — *beneficiado:* VIFRANA, Olivério *(Oliverius):* n. 279. — *chanceler:* PEDRO DE RABAT *(Petrus Ravati):* p. 329, nota 1. — *mosteiros:* S. PAPOUL: pp. XIX-XX, XXII, XXIII, XXX; S. SATURNINO: BENTO XIII: n. 71, p. 317, nota 1. — *prepósito:* A.: p. 329, nota 1.

TOLOSA *(Tolosano)*, França, Estudo Geral ou univers. de: p. 32, nota 3, nn. 217-220, p. 45, nota 3, nn. 225-232. — *estudantes e bacharéis em direito canón.:* AFONSO *(Alfonsi)*, Lobo *(Lupus):* nn. 219, 228; ANES *(Johannis)*, Gonçalo *(Guonsaldus):* nn. 217, 226; DOMINGUES *(Dominici)*, Afonso *(Alfonsus):* n. 225. — *estudante de artes:* ANES DO PRADO *(Johannis de Prado)*, Afonso *(Alfonsus):* n. 220. — *estudantes de direito civil:* AFONSO *(Alfonsi)*, Lobo *(Lupus):* nn. 219, 228; FERNANDES *(Fernandi)* DO ROGO, Álvaro *(Alvarus):* nn. 219a, 230. — *estudante:* AFONSO *(Alfonsi)*, Lourenço *(Laurentius):* n. 232. — *lentes ou professores:* DUESO, Domingos *(Dominicus)*, de direito canón.: n. 616; JOÃO *(Johannes)* DA COSTA: p. 328, nota 1.

TOMAR, conc. de Tomar, dioc. de Lisboa: *almoxarife:* ALFONSI, *Vincentius:* nota 61. — igreja concedida pelo papa João XXII ao cardeal Bertrando: pp. VIII-XVII, XXXVIII-XL, XLI, XLIII. — igreja e os Templários: pp. XXIV, XXXV. — igr. e papa João XXII: pp. XXIV, XXXV, XXXIX, XL, XLI, XLIII. — inquirição de D. Frei Estêvão sobre os bens dos Templários: p. XXXVIII. — lugar e castelo, pertencentes aos reis de Portugal: pp. IX-XVI.

TONSURA, obrigação para os clér. de Ordens menores: p. CCCIX.

TORÍBIO, bispo de Tui, residên. na Cúria Romana: p. CLXVIII. — *vigários gerais:* p. CLXVIII.

TORNACENSIS: *VIDE:* TOURNAI.

TORRÃO *(Torrom)*, conc. de Alcácer do Sal, dioc. de Évora: *VIDE:* S.TA MARIA DE TORRÃO.

TORRE DE ERVEDEDO, conc. de Chaves, dioc. de Braga, hoje de Vila Real: nota 905.

TORREDEITA *(Turre Deyta)*, conc. e dioc. de Viseu, igr. de: *VIDE:* S.TA MARIA DE TORREDEITA.

TORRE *(Ture)*, conc. de Viana do Castelo, dioc. de Tui, hoje de Braga: *VIDE:* S. SALVADOR DE TORRE.

TORRE *(Turri)*, Fernando *(Fernandus)* de, clérigo de Cuenca, bacharel em decretos, cón. de Cuenca: n. 367.

TORRES, Espanha, dioc. de Jaén, precept. da Ordem de Calatrava: BENTO XIII: n. 101. — *preceptor:* AGUAYO, Rodrigo *(Rodericus)* de: BENTO XIII: n. 101.

TORRES NOVAS *(De Turribus Novis)*, conc. de Torres Novas, dioc. de Lisboa: *igrejas:* S.TA MARIA DE TORRES NOVAS: nn. 482, 520; S. SALVADOR DE TORRES NOVAS: nn. 167, 383; S. TIAGO DE TORRES NOVAS: nn. 482, 503, 524, 689, BENTO XIII: nn. 19f, 19i.

TORRES VEDRAS *(Turribus Veteribus)*, conc. de Torres Vedras, dioc. de Lisboa: *igrejas:* S.TA MARIA DO CASTELO DE TORRES VEDRAS: nn. 427, 530; S. MIGUEL DE TORRES VEDRAS: pp. LIX-LX, CLXXXV, nn. 36, 40, 546; S. PEDRO DE TORRES VEDRAS: nn. 391, 537; S. TIAGO DE TORRES VEDRAS: nn. 273, 531.

TORROM, conc. de Alcácer do Sal, dioc. de Évora: *VIDE:* S.TA MARIA DE TORRÃO. TORRÃO.

TORTOSA *(Dertusensis)*, Espanha, dioc. de: *bispo:* pp. XLI, CCXLVI. — *camareiro:* BERNARDO: pp. 328-329, nota 1. — residência do papa Bento XIII: BENTO XIII: nn. 96-98.

TORTOSA, Aragão, marquês de: p. CCCXCVII. — FERNANDO, infante de Aragão: p. CCCXCVII.

TOSCANIS, A. de: p. CCXCI.

TOUL *(Tullensis)*, França, dioc. de: *bispo:* JOÃO *(Johannes)* DE NOVOCASTRO, NEUFCHATEL: nn. 401c, p. 102, nota 1.

TOURAIS *(Taraes, Touraes)*, conc. de Seia, dioc. de Coimbra, hoje da Guarda, igr. par. de: n. 633, BENTO XIII: nn. 33, 72. *VIDE:* S. SALVADOR DE TOURAIS.

TOURNAI *(Tornacensis)*, Bélgica, dioc. de: *clérigos:* BUXELUS DE PARINA: nota 83; DAENS, Jorge *(Georgius):* nota 710. — *cónego:* BUXELUS DE PARINA: nota 83.

TOURS *(Toronensis)*, França, dioc. de: *bispo:* GUIDO DE ROYE: p. 102, nota 1, p. 224, nota 1. — arceb. no concí. de Viena e bens da Ordem do Templo: p. XXIII, XXIV.

TOVAR, conde de: *VIDE:* CONDE DE TOVAR.

TRAIECTENSIS, Holanda, dioc.: *VIDE:* UTREQUE.

TRANCOSO, conc. de Trancoso, dioc. da Guarda, igr. de: *VIDE:* S.TA LUZIA DE TRANCOSO.

TRANCOSO, Gil Martins *(Egidius Martini)* de: *VIDE:* MARTINS DE TRANCOSO *(Martini de Trancoso)*, Gil *(Egidius)*.

TRANCOSO, Vasco Pais *(Valascus Pelagii)* de: *VIDE:* PAIS DE TRANCOSO *(Pelagii de Trancoso)*, Vasco *(Valascus)*.

TRANSERRA, Espanha, dioc. de Córdova: *VIDE:* S.TA MARIA DE TRANSERRA.

TRAVAÇOS, Espanha, dioc. de Astorga: BENTO XIII: n. 56.

TRAVANCA, conc. de Amarante, dioc. de Braga, hoje do Porto, most. de: p. CCLX, nota 667.

TRAVANCA, conc. de Oliveira do Hospital, dioc. de Coimbra, igr. de: *VIDE:* S. PEDRO DE TRAVANCA.

TRAYL, Valter *(Walterus)*, escocês, doutor em ambos os direitos, capelão e familiar de Clemente VII e referendário e bispo de S. Andrews: n. 632, p. 195, nota 1, n. 634e.

TRÉGUAS entre Castela e Portugal: p. CXVII.

TRÉGUIER, França, dioc. de: *bispo:* HUGO DE MONTRELAIS: p. 63, nota 1.

TRENTO, Itália: abade do most. de S. LOURENÇO DE TRENTO: p. CCXLVIII, nota 637.

TREVINO, Espanha, arced. de: p. CCCLXXXIV; FERNANDES, Pero: p. CCCLXXXIV.

TRINCEA, dioc. de Tui: *VIDE:* S.TA EULÁLIA DE TRINCEA.

TRINITÉ, Luís Leão: nota 355.

TUI *(Tudensis)*, Espanha e Portugal, dioc. de: administr. e a legacia do bispo de Coimbra D. João Galvão: p. CCCXXXVI. — *administr. na parte portuguesa:* GONÇALVES *(Gundissalvi)*, Álvaro *(Alvarus):* p. CCC; JOÃO, chantre do Porto: p. CCLIX, nota 667; RO-

DRIGUES FERRAZ, JOÃO: pp. CCXCIX--CCC, notas 803, 808; RODRIGUES, João, *senior:* p. CCXCIX, nota 808. — *arcediago:* CERVEIRA: pp. CCXCVI, CCXCIX, nn. 308, 561, BENTO XIII: n. 19c; MONTES: n. 449. — *beneficiados:* AFONSO *(Alfonsi)*, Diogo *(Didacus):* n. 667; ANES *(Johannis)*, Martinho *(Martinus):* n. 718; FERNANDES *(Fernandi)*, Aires *(Arias):* BENTO XIII: n. 19c; MARTINS DE MELGAÇO *(Martini de Melgauço)*, Lourenço *(Laurentius):* n. 619; MARTINS DE VALDEVEZ *(Martini de Valdeves)*, Afonso *(Alfonsus):* n. 619a, BENTO XIII: nn. 71, 77a, 77b; MARTINS *(Martini)*, João *(Johannes):* n. 566; MARTINS *(Martini)*, Pedro *(Petrus):* n. 677. — *bispos:* ANTÓNIO *(Antonius):* p. CLXVIII; DIOGO *(Didacus)* ANAYA Y MALDONADO: n. 619, p. 185, nota 1; JOÃO *(Johannes)*, particip. no concí. de Viena: pp. XXIII-XXIV, XXXIV; JOÃO (*Johannes*) GARCIA MANRIQUE, admi. perpé.: p. CLXVIII; LOPO *(Lupus)* VAZ DA CUNHA, postu.: pp. CIV, CLXVIII, CLXIX; TORÍBIO *(Toribius):* p. CLXVIII. — bispo e nacio. da Ordem de S. Tiago da Espada em Portugal: pp. LXII, LXIV. — bispo e os bens da Ordem do Templo: pp. XXII-XXIV. — cab. com sede em Tui: p. CLXVIII. — cab. com sede em Valença do Minho: p. CIV, CLXVIII. — *chantres:* MARTINS DE LOURENÇO *(Martini de Laurentio)*, Gonçalo *(Gundissalvus):* BENTO XIII: n. 19k; PEDRO DE VARAIS *(Petrus de Varaaes):* BENTO XIII: n. 19k. — *clérigos:* GONÇALVES *(Gunsalvi)* DE PENA, João *(Johannes):* BONIFÁCIO IX: n. 15; LOURENÇO *(Laurentii)*, Martinho *(Martinus):* n. 324; MARTINS DE MELGAÇO *(Martini de Melgauço)*, Lourenço *(Laurentius):* n. 619; MARTINS DE VALDEVEZ *(Martini de Valdeves)*, Afonso *(Alfonsus):* n. 619a; MARTINS *(Martini)*, João *(Johannes):* n. 566. — *cónegos:* AFONSO *(Alfonsi)*, Diogo *(Didacus):* n. 667; AFONSO *(Alfonsi)*, Martinho *(Martinus):* pp. CLXVIII--CLXIX; ANES *(Johannis)*, Gonçalo *(Gunsalvus):* n. 446; ANES *(Johannis)*, Martinho *(Martinus):* n. 718; DOMINGUES *(Dominici)*, João *(Johannes):* pp. CLXVIII--CLXIX; ESTEVES *(Stephani)*, Domingos *(Dominicus):* pp. CLXVIII-CLXIX; ESTEVES *(Stephani)*, Rodrigo *(Rodericus):* pp. CLXVIII-CLXIX; GONÇALO *(Gundisalvus):* p. CLXIX; GONÇALVES *(Gunsalvi)*, Afonso *(Alfonsus):* pp. CLXVIII-CLXIX; LOPO *(Lopus):* p. CLXIX. — *deão:* FERNANDES *(Fernandi)*, Lopo *(Lopus):* BENTO XIII: n. 19b. — *igrejas:* S.TA EUFÊMIA DE QUELEYSOS: n. 447; S.TA EULÁLIA DE TRINCEA: BONIFÁCIO IX: n. 12; S.TA MARIA DA VINHA: n. 446; S.TA MARIA DE BAYONA: n. 449; S.TA MARIA DE GRÃA (?): BENTO XIII: n. 19k; S.TA MARIA DE VALENÇA: p. CCLXXVIII, nota 706, n. 587, BENTO XIII: n. 19b; S.TA MARINHA DE ARCOZELO: n. 447; S.TA MARINHA DE VÍNZIOS: BENTO XIII: nn. 71, 77a, 77b; S.TA OVAIA DE CAMÕES: n. 448; S. BARTOLOMEU DE CAMINHA: BENTO XIII: n. 19k; S. JULIÃO DA SILVA: BENTO XIII: n. 19k; S. MAMEDE DE GUILLAREY: BENTO XIII: n. 19k; S. MARTINHO DE PINEI: BENTO XIII: n. 19k; S. MARTINHO DE PORTELA: BENTO XIII: n. 19b; S. PANTALEÃO DE CORNES: BONIFÁCIO IX: n. 12; S. SALVADOR DE LONGOS VALES: n. 619; S. SALVADOR DE PADERNE: BONIFÁCIO IX: n. 9; S. SALVADOR DE TEIS *(Tex):* BENTO XIII: nn. 71, 77a, 77b; S. SALVADOR DE VIANA: BENTO XIII: n. 85, p. 335, nota 2; S. TIAGO DE MALEONS: n. 587. — *mosteiros:* MERUFE *(Marruffa):* nota 668; S.TA MARIA DE OYA: n. 443, BENTO XIII: nn. 19b, 19c; S. FÉLIX DE FRIESTAS: BONIFÁCIO IX: n. 15; S. JOÃO DE LONGOS VALES: nn. 561a, 566; S. SALVADOR DE BARRANTES: BENTO XIII: nn. 19b, 19c; S. SALVADOR DE GANFEI: BONIFÁCIO IX: n. 15; S. SALVADOR DE TORRE: BONIFÁCIO IX: n. 15. — *sacerdote:* MARTINS DE VALDEVEZ *(Martini de Valdeves)*, Afonso *(Alfonsus):* BENTO XIII: nn. 71, 77a, 77b. — sede de bispos, sujeitos aos cismáticos: p. CLXVIII. — subcolector apostólico: FERNANDES *(Fernandi)*, Aires *(Arias):* BENTO XIII: n. 19c. — territórios portugueses independ. de Castela: notas 671, 672. — territ. portug. independ. de Castela e anexos à dioc. de Ceuta: pp. CCLXXXVII, CCLXXXVIII, nota 790, pp. CCXCVIII, CCC. — *vigários gerais:* p. CLXVIII.

TURCOS, guerra contra os: p. CCCXXVII.

TURLONO, *Jacobus*, clér. da câmara apostól.: nota 590.

U

ÚBEDA, Espanha, dioc. de Jaén: *igrejas:* S.TA MARIA DE ÚBEDA: BENTO XIII: n. 98; S. JOÃO BAPTISTA DE ÚBEDA: BENTO XIII: n. 90.

UDINE *(Utinus)*, lugar para a reunião com os Gregos: nota 494.
UDIVELLIS, conc. de Loures, dioc. de Lisboa, most. cisterc. de: n. 273. *VIDE:* ODIVELAS.
ULDRANS: *VIDE:* OLDRÕES. S.TO ESTÊVÃO DE OLDRÕES.
ULIXBONENSIS: *VIDE:* LISBOA.
ULVEIRA *(Ulveyra)*, conc. de Vila Nova de Gaia, dioc. do Porto: *VIDE:* OLIVEIRA.
ULVEYRA *(Ulveira)*, Gonçalo, comendador de Vila Caséval: p. LXXXIV.
UNHÓS, conc. de Loures, dioc. de Lisboa, igr. de: p. CCXCIII. — união à coleg. de Ourém: p. CCXCIII.
UNIVERSIDADES: *VIDE:* ANGERS. AVINHÃO. BOLONHA. CAHORS. LISBOA. ORLEÃES. MOMPILHER. PARIS. PAVIA. SALAMANCA. TOLOSA.
URBANO *(Urbanus)* V, papa: notas 3, 167, p. CI, nota 176, p. CIII, p. 106, nota 1, n. 326. — camarário: ARNALDO *(Arnaldus):* nota 167. — subcolector em Lisboa: MASSELLO, *Bertrandus de:* nota 167.
URBANO *(Urbanus)* VI, papa: pp. CV, CVIII, CXI-CXV, CXVII-CXXI, CXXIV, CLI, CLII, CLXXIV-CLXXVI, CCCLXVII, CCCLXVIII, p. 106, nota 1, n. 401. — casamento e elevação a rei de D. João I, Mestre de Avis: pp. CV-CVIII, CXII-CXIII, CXVIII-CXXI, CXXIV, CLI. — fundação do most. do Carmo de Lisboa: pp. CLXXIV-CLXXVI. — sequazes seus e pregadores: *na cidade de Bordeus:* S. TIAGO *(Sancto Jacobo)*, Domingos *(Dominicus)* de: n. 401. — *seu legado em Portugal:* JOÃO *(Johannes)*, bispo de Dax: BONIFÁCIO IX: n. 18, p. 394, nota 4.
URBEVETERI, *Nicolaus de*, clér. da câmara apostól.: nota 650.
URBINO, A. de: p. CCCLXII, CCCLXVI.
URSINIS (De): *VIDE:* ORSINI.
UTREQUE *(Traiectensis)*, Holanda, dioc. de: *clérigo:* ZUERMONT DE AMEYOCHE, *Willelmus:* n. 82. — *prior:* p. CCXLVII, nota 637. — *sacerdote:* GUILHERME, Adriano *(Adrianus):* p. CCXXXV.

V

VAASQUEZ DE GOOES, Álvaro, vassalo do rei de Portugal: p. CCCLXXXVIII.
VAASQUEZ, Gonçalo, nobre de armas nas cortes de Coimbra de 1385: p. CVII.
VAASQUEZ, *Joham*, comendador de Santos: p. LXXXIV.
VAASQUEZ, Martim, procurador nas cortes de Coimbra de 1385: p. CVII.
VAASQUEZ, Pero, cón. do Porto: p. CCVI, nota 481.
VAASQUEZ, *Roy*, cón. de Braga: p. CCLXXVIII, nota 706.
VAAZ, Joham, cón. de Braga e arced. de Encina: nota 892.
VAAZ, Joham, procurador do cab. de Évora na questão da legacia do bispo de Coimbra D. João Galvão: p. CCCXXXIV.
VAAZ, Lourenço, bacharel em ambos os direitos e tesour. de Silves, procurador do bispo e cab. de Silves na apelação contra a legacia do bispo de Coimbra D. João Galvão: p. CCCXXIV.
VAISON *(Vasionensis)*, França, dioc. de: priorato de GRAUSELLO: notas 43-45, 51, 56.
VALASCI: *VIDE:* VASQUES, VAZ.
VALASCI, *Alvarus:* na univers. de Lisboa: p. CLXX.
VALASCUS: *VIDE:* VASCO.
VALASCUS, bacharel de Burgos, represent. dos b. de Cuenca e de Burgos: nota 508.
VALASCUS *(Frater)*, bispo da Guarda, nas cortes de Coimbra de 1385: p. CVII.
VALASCUS, prior de S.ta Cruz de Coimbra, nas cortes de Coimbra de 1385: p. CVII.
VAL DE MORO *(Bal de Moro, Valle de Mauro)*, Espanha, dioc. de Toledo: *VIDE:* S.TA MARIA DE VAL DE MORO.
VALE DE NOGUEIRAS *(Val Nogueyres)*, conc. de Vila Real, dioc. de Braga, hoje de Vila Real, igr. par. de: n. 238. — *reitor:* VICENTE *(Vincentii)*, Martinho *(Martinus):* n. 238.
VALE DIGNE, Espanha, dioc. de Valência, abade de: p. XLI. *VIDE:* VALLDIGNA.
VALENÇA *(Valentia, Valentinensis)*, conc. de Valença do Minho, dioc. de Tui, hoje de Braga: *colegiada:* chantre: p. CCLXXVIII, nota 706. — sede do cab. de Tui, durante o cisma: pp. CIV, CLXVIII, CLXIX. *VIDE:* S.TA MARIA DE VALENÇA.
VALENÇA, marquês de: p. CCLVI, nota 661, p. CCXCIII. — *colegiada de S.ta Maria de Ourém:* p. CCXCI, nota 766, p. CCXCIII. — *secretário:* MARTINIZ *(Martini)*, Gomez *(Gometius):* p. CCLVI, nota 661. *VIDE:* AFONSO *(Alfonsus)*, conde de Ourém.
VALENÇA, Álvaro de, terceiro francisc.: p. CCXCII.
VALENCE-DIE, França, dioc. de: *bispo:* BAYLER, Henrique: p. 179, nota 1.
VALÊNCIA *(Valencia, Valentina)*, Espanha, dioc. de: pp. XXIV, XLI, BENTO XIII: nn. 11, 70, 99-102. — bispo no concí. de Viena e bens da Ordem do Templo: p. XXIV. — condessa: MARIA, filha do Infante D. João de Portugal: BENTO XIII: n. 70. — duque: JOÃO *(Johannes)* DE

PORTUGAL, infante: BENTO XIII: n. 11. — Ordem do Hospital e abade de Valldigna: p. XLI. — residência do papa Bento XIII: nn. 99-102.
VALENTINENSIS, chantre da coleg. de Valença: p. CCLXXVIII, nota 706. *VIDE:* VALENÇA.
VALESCI: *VIDE:* VASQUES.
VALE *(Valle)*, Simão do *(Symon de)*, capelão do papa Eugénio IV e ouvidor apostól.: nota 407.
VALHADOLIDE *(Vallessioletim, Vallisoletana, Vallisoleti)*, Espanha, dioc. de Palença: p. CXLI. — *cónego:* RODRIGUES *(Roderici)*, João *(Johannes)*: n. 86. — *igrejas:* S.TA MARIA DE VALHADOLIDE: nn. 625, 655, 692, 693, BENTO XIII: nn. 22, 23, 25, 66; S. NICOLAU DE VALHADOLIDE: BENTO XIII: n. 66; S. SALVADOR DE VALHADOLIDE: n. 636e.
VALLDIGNA *(Vale Digne)*, Espanha, dioc. de Valência, ab. de: p. XLI.
VALLE, *Nicolaus de*, clér. da câmara apostól.: nota 668.
VALLE, *Simon de*, no concí. de Basileia: nota 464.
VALOIS, Noel: cisma do Ocidente: p. CLII (nota 17a).
VAN-MOÉ, É.-A.: súplicas dos pontificados de João XXIII, Clemente VI e Inocên. VI: p. VIII, nota 2.
VARAMBONE, card. de, no concí. de Basileia: pp. CCLXXV-CCLXXVI.
VASATENSIS, França, dioc.: *VIDE:* BAZAS.
VASCO *(Frey)*, vigá. do provin. dos carmelitas Frei João de S. Lourenço: nota 744, pp. CCXCVII-CCXCVIII.
VASCO *(Valascus)*, bispo de Évora e paramentos preciosos deixados à sé: p. CCCXLI.
VASCO *(Valascus)*, tesour. de Lisboa: n. 243.
VASCO *(Valascus)* GIL, bispo de Évora: *VIDE:* GIL *(Egidii)*, Vasco *(Valascus)*.
VASCONCELOS, Garcia Ribeiro de: pp. CXLIX-CL (nota 16a).
VASCONIS, Bernardo, subcolector apostól. na dioc. de Lavaur, familiar do papa: n. 525.
VASQUES, Afonso, nobre clér. da dioc. de Braga, cón. do Porto: p. CXIX.
VASQUES *(Valasci)*, Afonso *(Alfonsus)*, clér. da dioc. de Braga, cón. de Viseu: n. 47.
VASQUES *(Valasci)*, Afonso *(Alfonsus)*, cunhado do conselh. régio Vasco Domingues: n. 234.
VASQUES *(Valasci)* COUTINHO, Gonçalo *(Gundissalvus)*, barão, pai de D. Luís Coutinho, deão de Lamego: p. CCXXXIV, nota 582.
VASQUES *(Velasci)* DA CUNHA, Martim *(Martinus)*, administr. do hospital ou alberga. de S.to Eutrópio de Lisboa: p. CXXXV, nota 258, p. CXXXVI, nota 259. — adversá. de D. João I e cismá. expulso de Portugal: p. CXXXV, notas 258, 259.
VASQUES DE AZEVEDO *(Vaasquez de Azevedo, Valasci)* Gonçalo: pp. CCCLXXIX, CCCLXXXIV, CCCLXXXV. — caval. e nobre: nn. 480, 517.
VASQUES *(Valasci)* DE LOULÉ, Estêvão *(Stephanus)*, clér. da dioc. de Silves, bacharel em leis, deão e cón. de Silves, estud. em Avinhão, porcion. na igr. de S.ta Maria de Faro e de S. Clemente de Loulé: nn. 313, 356, 372. — *cónego de Lisboa:* n. 356.
VASQUES *(Valasci)* DE LOULÉ, Gonçalo *(Gundissalvus)*, da dioc. de Silves, dispensa matrim. com Violanda Lourenço: n. 350.
VASQUES *(Valasci)* DE LOUROSA, Gonçalo *(Gondissalvus)*, clér. da dioc. de Coimbra e beneficiado da igr. de S. Cristóvão de Coimbra: BENTO XIII: n. 298.
VASQUES *(Velasci)* DE SABUGAL, Rodrigo *(Rodericus)*, sac. e cón. de Cidade Rodrigo, escolar de direito canón. e benefic. na dioc. de Cória: BENTO XIII: n. 38.
VASQUES, Estêvão, reitor da igr. de S. Miguel de Torres Vedras e S. João de Beja: p. CLXXXV. — ao serviço dos reis D. João I e D. Duarte: p. CLXXXV.
VASQUES *(Valasci)*, Estêvão *(Stephanus)*, cón. e chantre de Silves, bacharel em direito civil, estud. na univers. de Avinhão, cón. de Évora e de Lisboa, porcion. nas igr. de S. Clemente de Loulé e S.ta Maria de Faro: nn. 53, 209. *VIDE:* VASQUES *(Valasci)* DE LOULÉ, Estêvão *(Stephanus)*.
VASQUES, Gil, prior do most. de Folques: p. CCXXXIV, nota 578.
VASQUES *(Valasci)*, Gil *(Egidius)*, clér. de Lisboa, porc. na igr. de S.ta Marinha de Lisboa: n. 528.
VASQUES *(Valesci)*, Gomes *(Gometius)*, clér. de Silves, quartaná. de Silves, com benefí. da apresentação do mestre da Ordem de S. Tiago da Espada em Portugal, estud. na univers. de Lisboa: n. 172.
VASQUES, Gonçalo, bacharel em direito canón. e chantre da Guarda: p. XCIX.
VASQUES, Gonçalo, cón. de Évora e escolar de direito civil: nota 164.
VASQUES, Gonçalo, mestre em medicina e licenc. em artes, familiar de el-rei D. Pedro I, cón. de Lisboa, reitor da igr. de S. Leonardo de Atouguia da Baleia e porcioná. na igr. de S.ta Maria de Leiria: nota 164.
VASQUES *(Velasci, Valascy)*, Gonçalo *(Gunsalvus)*, reitor da igr. de S. João de Beja e licenc. em direito canón., cón. de Braga e de Lisboa: p.

XCVII, nota 156, p. XCVIII, nota 157, n. 196. — prior da coleg. de Guimarães, morto na revolução de Lisboa, a favor do Mestre de Avis: p. XCVIII, nota 158, n. 196. — sacerdote de Braga: n. 196.

VASQUES *(Valasci)*, Gonçalo *(Gunsalvus)*, tesour. de Viseu e estud. na univers. de Bolonha e reitor da igr. par. de Sátão e familiar de el-rei D. Afonso IV: p. XCI, nota 136.

VASQUES *(Valasci)*, Gonçalo *(Gondissalvus)*, clér. da dioc. de Lisboa, benef. na igr. de S.to Estêvão da dioc. de Lisboa: n. 451. — porcioná. na igr. de S. Pedro de Óbidos: n. 528a.

VASQUES *(Valasci)*, Gonçalo *(Gundissalvus)*, reitor da igr. par. de S. João de Vieira, cón. de Braga: n. 606.

VASQUES *(Velasci)*, Gonçalo *(Gundissalvus)*, clér. da dioc. de Ávila, capelão de honra da portuguesa rainha de Castela Dona Beatriz, benefic. na dioc. de Ávila e na igr. de S.ta Maria de Coca da dioc. de Segóvia: BENTO XIII: n. 59.

VASQUES, João, cón. de Coimbra: p. CCLXXXV.

VASQUES *(Valasci)*, João *(Johannes)*, clér. e cón. de Samora: n. 93.

VASQUES *(Valasci)*, João *(Johannes)*, sac. da dioc. de Évora, benefic. da igr. de S. Salvador de Arraiolos: n. 568.

VASQUES *(Valasci)*, João *(Johannes)*, estud. de direito canón. na univers. de Salamanca e reitor da igr. de S. João de Povolide (?), incorporado no concí. de Basileia, familiar do bispo de Viseu D. Luís do Amaral: pp. CCXXVIII, CCXXXI.

VASQUES *(Vaaz)*, João *(Joham)*, escolar de direito canón., vedor da casa do bispo do Porto D. Gonçalo e seu procurador no juramento de obediência ao arceb. de Braga D. Fernando Guerra: pp. CCLXII-CCLXIII, nota 672.

VASQUES *(Vasquez)*, João *(Joham)*, vassalo e escud. de el-rei D. Afonso V: p. CCLXVI, nota 673.

VASQUES, Lopo: p. CCXCII.

VASQUES *(Valasci)*, Lourenço *(Laurentius)*, sac. da dioc. de Coimbra, benefi. na dioc. de Coimbra e porcion. da igr. de S.ta Justa de Lisboa: n. 462.

VASQUES, Martinho, senhor de Góis e embaix. de D. Pedro, rei de Portugal: p. CLIV.

VASQUES *(Valasci)*, Martinho *(Martinus)*, clér. da dioc. de Silves, porcion. na igr. de Coimbra: n. 319.

VASQUES *(Valasci)*, Pedro *(Petrus)*, escolar de direito canón., cón. de Tui: n. 592.

VASQUES *(Valasci)*, Rodrigo *(Rodericus)*, escolar de direito canón., ilegítimo dispensado para receber Ordens e benefí., reitor da igr. de S. João de Sortelha, beneficiado na igr. de S.ta Maria de Sabugal, envolvido no cisma: BENTO XIII: n. 63.

VAURENSIS, França: *VIDE:* LAVAUR.

VAZ DA CUNHA *(Valasci de Cugna, Vasco, Velasci)*, Lopo *(Lupus)*, reitor da igr. de S.ta Maria da Lourinhã e comendatário do most. de S.to André de Rendufe, postulado bispo de Tui e da Guarda: pp. CLXVIII, CLXIX, CCLIII-CCLIV, nota 659. — *acólito do papa João XXIII:* p. CCLIII, nota 658. — *administr. da parte portuguesa da dioc. de Badajoz ou Badalhouce:* p. CLXIX. — *arcediago de Barroso:* p. CCLIV, nota 660, p. CCLVI, nota 661. — *deão de Braga:* nota 660. — *estudante de direito civil em Pádua:* nota 658. — *filho de Vasco Martins da Cunha:* nota 658. — *morto em Supino, dioc. de Ferentino, na Itália:* p. CCLIV, nota 660. — *na Cúria de João XXIII e Martinho V:* p. CCLIII, notas 658, 659. — *reitor da igr. de S. Bartolomeu de Alfange:* p. CCLIV, nota 660.

VAZ *(Valasci)* DE SERPA, Lobo *(Lupus)*, doutor em leis, incorporado no concí. de Basileia depois da morte de D. Duarte, com várias missões no concí. até fins de 1441, pelo menos, advogado consistorial e do desembargo régio: pp. CCXXIV-CCXXVII, nota 516, pp. CCXXX, CCLXXXIII, nota 730. — amigo de Eneas Piccolomini, futuro papa Pio II: pp. CCXXVI, CCXXVII, CCXXIX. — ao serviço do antipapa Félix V, contra o papa Eugénio IV: p. CCXXVI. — em Itália, nomeadamente em Bolonha, Florença, etc.: pp. CCXXV-CCXXVI, nota 516, p. CCXLV. — não se deve confundir com o famoso jurista e advogado consistorial *Velasco di Portogallo* ou seja com o Doutor Vasco Rodrigues, humanista: nota 516. — relações epistolares com o abade Gomes Anes: nota 516.

VELASCO DI PORTOGALLO, doutorado em Bolonha, advogado consistorial e humanista famoso em Itália: p. CXCI, notas 455, 516. *VIDE:* RODRIGUES *(Roderici)*, Vasco *(Valascus)*.

VELHO, Diogo: p. CCLXVIII, nota 673.

VENETIARUM, card.: p. CCXXXIII, notas 609. 645, p. CCLXX, BENTO XIII: n. 18b.

VENETORUM, núncio: p. CCLVI, nota 661.

VENEZA *(Venetiis)*, Itália: p. CCIV, notas 478-480, 484, pp. CCXIV, CCXV, CCXXII, CCLVI, nota 661. — cardeal: p. CCXXXIII, notas 609, 645, p. CCLXX, BENTO XIII: n. 18b. — chegada dos Gregos para o concí. de Ferrara: pp. CCXIV, CCXV. — partida da embaix. do papa Eugénio IV para Constantinópola: notas 478-480, 484.

VERCELI *(Vercellarum)*, Itália, Piemonte, cidade para a reunião do concí. com os Gregos: nota 467.

VERCELLARUM, Itália: *VIDE:* VERCELI.
VERDUN *(Virdunensis)*, França, dioc. de: *bispo:* n. 248; GUIDO *(Vito)* DE ROYE: n. 401b, p. 102, nota 1, p. 224, nota 1.
VERIM *(Virim)*, conc. de Póvoa de Lanhoso, dioc. de Braga, igr. de: n. 672. — *reitor:* GIL *(Egidii)*, Gonçalo *(Gonsalvus)*: n. 672. *VIDE:* S.TA MARIA DE VERIM.
VERMERS, Manuel Maria: notas 362, 369-371.
VERMIOSA *(Vermeosa)*, conc. de Figueira de Castelo Rodrigo, dioc. de Lamego, hoje da Guarda: *VIDE:* S.TA MARIA DE VERMIOSA.
VERMOIM *(Vermoym, Vermuy)*, conc. de Vila Nova de Famalicão, dioc. de Braga, arced. de: p. CCLX, nota 667, nn. 371, 400. — *arcediagos:* ANES, Pedro: p. CCLX, nota 667; MARTINS *(Martini)*, Nicolau *(Nicolaus)*: nn. 371, 400.
VERMOIM *(Vermui)*, conc. da Maia, dioc. do Porto: *VIDE:* S. ROMÃO DE VERMOIM.
VERONA, Itália: p. CCXV.
VIANA, Diogo de, cón. de Braga: p. CCCXXVIII.
VIANA [DO ALENTEJO], conde de: JOHAM: p. CCCLXXXVIII.
VIANA DO ALENTEJO, dioc. de Évora: e a capela de el-rei D. Afonso IV na catedral de Lisboa: p. CLXXXVI.
VIANA DO CASTELO: *igrejas:* S.TA MARIA DA VINHA: n. 446; S. SALVADOR DE-VIANA: BENTO XIII: n. 85, p. 335, nota 2.
VIANA, Gil de, bispo da Guarda, testemunha do casam. de D. Pedro e Dona Inês de Castro: pp. CXXVIII, CXXXVIII, CLXVII. *VIDE:* GIL *(Egidius)* DE VIANA.
VICE-CHANCELER DO PAPA: PEDRO *(Petrus)*, card. bispo Penestrino: p. LXXXVII, nota 124.
VICENSIS, Espanha, dioc. de: *VIDE:* VICH.
VICENTE, canonista famoso, bispo da Guarda e postul. bispo de Lisboa: p. CIV.
VICENTE, mestre, prior da coleg. de Guimarães: pp. XCVIII, XCIX, nota 161.
VICENTE, Afonso, capelão do arceb. de Braga D. Fernando da Guerra: p. CCLIX, nota 667.
VICENTE *(Vincentii)* BRAVO, Lourenço *(Laurentius)*, sac. da dioc. de Évora, porcion. da igr. de S.to André de Lisboa e S.to Estêvão de Alenquer: n. 576.
VICENTE *(Vincentii)* DE ARES, Aparício *(Aparitius)*, clér. de Évora, estud. de direito civil, cón. de Évora e reitor da igr. de S. Pedro de Elvas: n. 377.
VICENTE *(Vincentii)*, Domingos *(Dominicus)*, clér. de Lisboa, estud. de gramática, benefici. na igr. par. de S. Nicolau de Lisboa: n. 499.
VICENTE, Estêvão, reitor da igr. de Cadima: p. CCXC.
VICENTE, João, mestre, cón. azul e bispo de Lamego, designado para visitador eclesiás. no reino: p. CCCXIX. *VIDE:* JOÃO *(Johannes)* VICENTE.
VICENTE *(Vincentii)*, João *(Johannes)*, gramático, da Cortiçada, estud. na univers. de Lisboa, com benefí. na igr. de S. João de Abrantes: n. 152.
VICENTE *(Vincentii)*, João *(Johannes)*, clér. de Lisboa, estud. de direito civil, cón. de Lisboa e de S.ta Maria de Alcáçova de Santarém, porcioná. das igr. de S.to André de Telões e de S. Salvador de Torres Novas: n. 383.
VICENTE *(Vincentii)*, João *(Johannes)*, reitor da igr. de S.ta Eulália de Trincea e de S. Pantaleão de Cornes da dioc. de Tui, porcioná. da igr. de S. Pedro de Tarouca: BONIFÁCIO IX: n. 12.
VICENTE *(Vincentii)*, Lourenço *(Laurentius)*, arceb. de Braga: p. CVII. *VIDE:* LOURENÇO *(Laurentius)* VICENTE.
VICENTE *(Vincentii)*, Lourenço *(Laurentius)*, clér. da dioc. da Guarda, benefi. na dioc. de Palença: BENTO XIII: n. 53.
VICENTE *(Vincentii)*, Martinho *(Martinus)*, clér. da dioc. de Coimbra, escolar de direito canón., companheiro de viagem e serviços e familiar do embaix. de el-rei D. Fernando, Vasco Domingues, ao papa Clemente VII, cón. de Braga e de Coimbra, reitor da igr. par. de Vale de Nogueiras, porcioná. na igr. par. de S.to André de Esgueira: n. 238.
VICENTE *(Vincentii)*, Pedro *(Petrus)*, clér. da dioc. de Coimbra, cón. de Évora, reitor da igr. de S. Julião de Gouveia: n. 396.
VICENTE *(Vincentii)*, Pedro *(Petrus)*, porcioná. da igr. de S.ta Maria da Lourinhã: n. 543.
VICENTE, Pero, mestre-escola de Braga: p. CCLX, nota 667.
VICENTE, Vaasco, procurador nas cortes de Coimbra de 1385: p. CVII.
VICENTE *(Vincentii)*, Vasco *(Valascus)*, reitor da igr. par. de S.ta Maria de Óbidos, cón. de Coimbra: n. 41.
VICENTE *(Vincentii)*, Vasco *(Valascus)*, sac. da dioc. de Braga, beneficiado na dioc. do Porto e reitor da igr. par. de S. Mateus de Grimancelos: n. 600.
VICH *(Vicensis, Visensis)*, Espanha, dioc.: p. CCXLVII, nota 637, n. 280, p. 61, nota 1, p. 272, nota 1a, p. 329, nota 1. — *arcediago:* JOÃO *(Johannes)* DE VALTERRA: p. 329, nota 1. — *bispo:* n. 280; FERNANDO *(Fernandus)* PEREZ CALVILHO: p. 272, nota 1a; GARCIA *(Garsias)* FERNANDES DE HERÉDIA: p. 61, nota 1; JOÃO *(Johannes)* BAUPHES: p. 329, nota 1.
VIDAL *(Vitalis)*, Domingos *(Dominicus)*, por-

cioná. na igr. de S. João da Praça de Lisboa, benefic. do most. de S.ta Maria de Odivelas: n. 445.

VIDE *(Vitis)*, Estêvão *(Stephanus)* de, cón. da Guarda e reitor da igr. par. de Cambas: n. 470.

VIDE, Sebastião Monteiro da, arceb. da Baía: p. CLIII.

VIEIRA *(Vieyra)*, Afonso Martins *(Alfonsus Martini)* de, clér. da dioc. de Braga, com benefí. da colação do arceb. e cab. de Braga: n. 23.

VIENA DE FRANÇA, concí. de: pp. XV, XVIII, XXIII, XXIV, XXXIV, nota 47, pp. XXXVIII-XL, XLII, XLVII, LI, LV. — anexação dos bens do Templo à Ordem do Hospital: p. XV ss. — bispos portugueses participantes no concí.: p. XXXIV, nota 47. — D. Dinis convocado ao concí.: p. XXXIV. — extinção e bens da Ordem do Templo: pp. XV, XVIII, XXIII, XXIV, XXXVIII-XL, XLII, XLVII, LI, LV.

VIFRANA, Olivério, camareiro e familiar de D. João de Cardaillac, estud. de direito canón. durante três anos, com benefí. em Portugal, v. g. a igr. de S. Pedro de Alfândega da Fé e porção na igr. de S. João de Aneio (?) da dioc. de Lisboa: n. 279.

VILA CASÉVAL, comendador de: ULVEYRA, Gonçalo de: p. LXXXIV.

VILA DO CONDE, most. de S.ta Clara de: p. CCXXXV, nota 584. *VIDE:* S.TA CLARA DE VILA DO CONDE.

VILA NOVA *(Villa Nova)*, conc. de Alvito, dioc. de Évora, igr. de: *VIDE:* S.TA MARIA DE VILA NOVA.

VILA NOVA DE ANÇOS, conc. de Soure, dioc. de Coimbra, igr. de: p. CCXXXVIII, nota 589. — *reitor:* MARTINS, Jorge: p. CCXXXVIII, nota 589.

VILA NOVA DE FAMALICÃO, dioc. de Braga: p. CCLXVII, nota 673.

VILA NOVA, Vidal *(Vitalis)* de, procurador do rei de Aragão quanto ao acordo sobre os bens da Ordem do Templo com a Ordem do Hospital e fundação da Ordem de Montesa: pp. XLI-XLIII.

VILA POUCA, Álvaro Fernandes *(Alvarus Fernandi)* de: n. 299. — clér. da dioc. de Coimbra, estud. de direito civil em Avinhão, cón. de Lamego: n. 373.

VILAR DE FRADES, conc. de Barcelos, dioc. de Braga, cónegos azuis ou Lóios: pp. CCLXXVII, nota 706, pp. CCCXLI-CCCXLII. — questão na Cúria papal com o arceb. de Braga D. Luís e cabido: p. CCLXXVII, nota 706, pp. CCCXLI-CCCXLII.

VILA REAL, outrora dioc. de Braga e do Porto: *igrejas:* GUIÃES: n. 247; S.TA EULÁLIA DE PENSALVOS: nn. 643a, 644, BENTO XIII: nn. 12, 44, 80; S.TA MARIA DE MOREIRAS: nn. 636f, 660, BENTO XIII: n. 11; S.TA MARIA DE SEDIELOS: n. 212, BONIFÁCIO IX: n. 27; S. BARTOLOMEU DE BARQUEIROS: n. 349; S. FRAUSTO: n. 573a; S. JOÃO DE LOBRIGOS: BONIFÁCIO IX: n. 24; S. JULIÃO DE MONTENEGRO: pp. CXXVI, CXXVII, CCCXCII; S. MAMEDE: n. 138; S. MIGUEL DE NOGUEIRA DA MONTANHA: n. 355; S. TIAGO DE MURÇA: p. XCVII, nota 155, n. 693, BENTO XIII: n. 23; S. TIAGO DE VILA NOVA *(S. Tiago de Folhadela):* n. 618; VALE DE NOGUEIRAS: n. 238.

VILAR TORPIM, conc. de Figueira de Castelo Rodrigo, dioc. de Lamego, hoje da Guarda, igr. de: p. CCCX. — *reitor:* LOURENÇO, Pedro: p. CCCX.

VILA VIÇOSA, Álvaro Gonçalves *(Alvarus Gundissalvi)* de: *VIDE:* GONÇALVES DE VILA VIÇOSA, Álvaro.

VILHENA, Beatriz de, dispensa matrimo. com o marido Diogo Soares: p. CCXLI.

VILHENA, Henrique Manuel de, conde de Seia: pp. CCCLXXIX, CCCLXXXIV. — senhor de Cascais: pp. CCCLXXVIII, CCCLXXIX, CCCLXXXIV.

VILLA ALBA, dioc. de Badajoz: *VIDE:* S.TA MARIA DE VILLA ALBA.

VILLA DE ALMAGRO, Espanha, dioc. de Toledo, precept. da Ordem de Calatrava: BENTO XIII: nn. 101, 104. — *preceptores:* AGUAYO, Rodrigo *(Rodericus)* de: BENTO XIII: n. 101; PEDRO DE PORTUGAL *(Petrus de Portugalia):* BENTO XIII: n. 101, 104.

VILLA FRANCHA, porto de: nota 494.

VILLA NUEVA DE SERUELLA, Espanha, dioc. de Toledo, igr. de: *VIDE:* VILLA NUEVA DE SERUELLA.

VILLAR DE GALIMAZO, Espanha, dioc. de Salamanca, prestimó. de: BENTO XIII: n. 25. — *beneficiado:* GIL *(Egidii)*, Álvaro *(Alvarus):* BENTO XIII: n. 25.

VIMARANIS: *VIDE:* GUIMARÃES.

VINCENTII: *VIDE:* VICENTE.

VINCENTII, *Laurentius:* nota 155.

VINETTIS, dioc. do Porto: *VIDE:* S. PEDRO DE VINHÓS (?).

VINHA *(Veynha)*, conc. de Viana do Castelo, dioc. de Tui, hoje de Braga: *VIDE:* S.TA MARIA DA VINHA.

VINTEMILHA, Itália, bispo de: p. CCXCIV.

VÍNZIOS, Espanha, dioc. de Tui: *VIDE:* S.TA MARIA DE VÍNZIOS. S.TA MARINHA DE VÍNZIOS.

VIOLANTE, mãe de D. Pedro de Castro, pai de

Dona Inês de Castro: p. CCCXCVI. — filha de D. Sancho IV de Castela: p. CCCXCVI.
VIRDUNENSIS, França: *VIDE:* VERDUN.
VIRGILIACENSIS, abade: nota 467.
VISCONDE DE SANTARÉM: notas 34, 100, 102-104, 112, 114, 119, 123.
VISEU *(Visensis)*, dioc. de: nota 270. — *arcediago:* ANES *(Johannis)*, João *(Johannes)*: nn. 58, 98, 101; DOMINGUES, Rodrigo: pp. CLIII-CLIV. — arcediago e a nacionaliz. da Ordem de S. Tiago da Espada em Portugal: nota 116, pp. LXXVIII-LXXX, LXXXII, LXXXIV, LXXXVI. — *beneficiados:* ANES *(Johannis)*, Afonso *(Alfonsus)*: BONIFÁCIO IX: n. 5; ANES *(Johannis)*, João *(Johannes)*: n. 58; ANES *(Johannis)*, Salvador *(Salvator)*: n. 370d; DOMINGUES *(Dominici)*, Afonso *(Alfonsus)*: n. 493; DOMINGUES *(Dominici)*, João *(Johannes)*: nn. 333, 544; ESTEVES *(Stephani)* DE AGUIAR, Gonçalo *(Gundissalvus)*: n. 214; ESTEVES *(Stephani)* DE CANAS, João *(Johannes)*: n. 417; ESTEVES *(Stephani)*, Gonçalo *(Gundissalvus)*: n. 423; GARCIA *(Garsie)*, Afonso *(Alfonsus)*: n. 441; GONÇALVES *(Gonsalvi)*, Afonso *(Alfonsus)*: n. 181; GONÇALVES *(Gunsalvi)*, Álvaro *(Alvarus)*: n. 177; MOLES *(Molis)*, João *(Johannes)* de: n. 489. — *bispo:* pp. CCCXL, CCCXLI. — bispo e fundação do most. do Carmo de Lisboa: p. CLXXIV. — bispo e os bens da Ordem do Templo: pp. LI, LII. — bispo participante no conci. de Viena de França: p. XXXIV. — bispo, *pedagogus primogeniti ac etiam consiliarius et factura regis* (D. Afonso V): p. CLXXIII. — *chantre:* DOMINGUES *(Dominici)* DE MOURA, Afonso *(Alfonsus)*: BENTO XIII: n. 19a. — *clérigos:* ANES *(Johannis)*, Afonso *(Alfonsus)*: n. 719, BENTO XIII: n. 19e; ANES *(Johannis)*, Martinho *(Martinus)*: p. CCLXXIII; ESTEVES *(Stephani)* DE AGUIAR, Gonçalo *(Gondissalvus, Gundissalvus)*: nn. 214, 264; ESTEVES *(Stephani)* DE CANAS, João *(Johannes)*: n. 417; GARCIA *(Garsie)*, Afonso *(Alfonsus)*: n. 441; GONÇALVES *(Gonssalvi)*, Álvaro *(Alvarus)*: n. 177; GONÇALVES *(Gunsalvi)*, Martinho *(Martinus)*: n. 180; LOURENÇO *(Laurentii)*, João *(Johannes)*: BENTO XIII: nn. 7, 9b, 10a; MARTINS *(Martini)* DE TRANCOSO, Gil *(Egidius)*: n. 120; MARTINS *(Martini)*, Vasco *(Valascus)*: n. 567; PAIS *(Pelagii)* DE TRANCOSO, Vasco *(Valascus)*: n. 154. — *cónegos:* AFONSO *(Alfonsi)*, Lobo *Lupus)*: n. 219; AFONSO *(Alfonsi)*, Lourenço *(Laurentius)*: n. 143; AFONSO *(Alfonsi)*, Rodrigo *(Rodericus)*: n. 394; ÁLVARES, Nuno: p. CCCIX; ANES *(Johannis)*, Gonçalo *(Gonsalvus)*: n. 227; ANES *(Johannis)*, João *(Johannes)*: nn. 58, 101; ANES *(Johannis)*, Luís *(Ludovicus)*: nota 710; ANES *(Johannis)*, Martinho *(Martinus)*: nn. 207, 372a; ANES *(Johannis)*, Salvador *(Salvator)*: n. 370d; COSTA, João da: pp. CCXLI-CCXLII; DIDACI, *Gundissalvus:* p. CCCLVIII; DOMINGUES *(Dominici)* DE MOURA, Afonso *(Alfonsus)*: BENTO XIII: n. 19a; DOMINGUES *(Dominici)*, João *(Johannes)*: n. 544; ESTEVES *(Stephani)*, Gonçalo *(Gondissalvus)*: nn. 78, 260, 370k, 371a, 602; FERNANDES *(Fernandi)* DE SCALON, Bartolomeu *(Bartholomeus)*: n. 591; FERNANDES *(Fernandi)*, Gomes *(Gometius)*: nota 158; GOMES *(Gometii)*, Rodrigo *(Rodericus)*: p. CCV, nota 481; MARTINS *(Martini)* DE TRANCOSO, Gil *(Egidius)*: n. 120; MARTINS *(Martini)*, Estêvão *(Stephanus)*: p. CCXXXIX, nota 589; NUNES *(Nuni)*, João *(Johannes)*: p. CCXLI; SALVATERRA, João Anes *(Johannes Johannis)* de: n. 19; VASQUES *(Valasci)*, Afonso *(Alfonsus)*: n. 47. — *deão:* ANES *(Johannis)*, Martinho *(Martinus)*: nn. 207, 372a; CUNHA, Rui da: nota 610; RODRIGUES *(Roderici, Roiz)*, Gonçalo *(Gonsalvus)*: p. CCXXXVIII, notas 589, 610. — *igrejas:* S.TA COMBA DÃO: nn. 307b, 336, 424; S.TA MARIA DE ALGODRES: n. 107; S.TA MARIA DE SÁTÃO: p. XCI, nota 136; S.TA MARIA DE TORREDEITA: p. CCCIV; S.TO ANDRÉ DE FERREIRA DE AVES: nn. 213, 274, 370, 371b, 439; S.TO ANDRÉ DE SOUSELO: p. CCXXXIX, nota 590; S. CRISTÓVÃO DE CABANAS: p. CCXXIII, nota 510; S. JOÃO DE MAMOUROS: n. 143; S. MAMEDE: n. 277b; S. MIGUEL DE FORNOS DE ALGODRES: p. CCXXXVI, nota 587, n. 159; S. TIAGO DE CASSURRÃES: nn. 78, 260, 370k, 371a, 372b, 423, 602, 618. — *meio-cónegos:* DOMINGUES *(Dominici)*, João *(Johannes)*: n. 178; MARTINS *(Martini)*, Lourenço *(Laurentius)*: n. 159. — *oficial:* p. CCCXIII. — paço episcopal de Fontelo: p. CCXLI. — *porcionários:* ESTEVES *(Stephani)* DE AGUIAR, Gonçalo *(Gondisalvus)*: n. 374; ESTEVES *(Stephani)*, Gonçalo *(Gondissalvus)*: nn. 602, 618. — procurador do cab. nas cortes de Lisboa de 1455: MARTINS DE RABELLO, Vaasquo: p. CCXXXVIII, nota 589; ROIZ, Gonçallo: nota 589. — *sacerdotes:* ANES *(Johannis)*, Afonso *(Alfonsus)*: BONIFÁCIO IX: nn. 3, 5; ANES *(Johannis)*, Vicente *(Vincentius)*: n. 277b; GONÇALVES, Álvaro: p. CCCXLI; LOURENÇO *(Laurentii)*,

Afonso *(Alfonsus)*: nn. 307b, 336, 424; MARTINS *(Martini)*, Vasco *(Valascus)*: n. 378. — *subdiácono*: PERES *(Petri)*, Mendo *(Menendus)*: p. CCXXVI. — *tesoureiros*: p. CCCXIII; COSTA, João da: pp. CCXLI-CCXLII; FERNANDES *(Fernandi)* DE CABEÇÓN, Afonso *(Alfonsus)*: n. 624; MARTINS *(Martini)* DE RABELO, Vasco *(Valascus)*: pp. CCXXXVII, CCXXXIX, nota 589; MARTINS *(Martini)*, Estêvão *(Stephanus)*: p. CCXXXIX, nota 589; NUNES *(Nuni)*, João *(Johannes)*: p. CCXLI, nota 710; VASQUES, Gonçalo: nota 164. — vigário do b. D. João: MARTINS *(Martini)* DE RABELO, Vasco *(Valascus)*: pp. CCXXXVII-CCXXXIX, nota 589.

VISITA ECLESIÁSTICA: ao reino de Portugal por autoridade apostól.: p. CCCXIX. — dos prelados e clero de Portugal: nn. 235, 236. — *visitadores*: bispo de Coimbra, D. Pedro: n. 235; bispo de Lamego e de Silves: n. 236; GOMES ANES: p. CCCXIX; JOÃO *(Johannes)* VICENTE, bispo de Lamego: p. CCCXIX.

VOUGA, dioc. de Coimbra, arced. de: MARTINS *(Martini)*, Sancho *(Sancius)*: n. 626.

VRUNT, *Johannes*: nota 639.

VULTERIS, G. de, clér. da câmara apostól.: p. CCCIV.

X

XANCTONENSIS, França: *VIDE*: SAINTES.

Y

YELVES = ELVAS, dioc. de Évora: p. CCCLXXXVI.

YLLESCAS, Espanha, dioc. de Toledo, igr. par. de: BENTO XIII: n. 67. — *porcionár.*: MARTINS *(Martini)*, Afonso *(Alfonsus)*: BENTO XIII: n. 67. *VIDE*: ILLESCAS. S.TA MARIA DE ILLESCAS.

YSPALENSIS, Espanha: *VIDE*: SEVILHA.

YSSIODORENSIS, França, dioc. de Clermont: *VIDE*: ISIODORENSE.

YVONNE LANHERS - M. ROBERT FAWTIER: p. XVIII, nota 8.

Z

ZAFIENSIS, África: *VIDE*: SAFIM.

ZAMBECARIIS, abade de: p. CCXXIII, nota 508.

ZAMORENSIS, Espanha: *VIDE*: SAMORA.

ZARCO, Afonso *(Affom)*, comendador de Ourique: p. LXXXIII.

ZENÓBIO, mestre: p. CLI.

ZÊZERE, conc. de Baião, dioc. do Porto: *VIDE*: S.TA MARINHA DO ZÊZERE.

ZUERMONT DE AMEYOGHE, *Willelmus*, clér. da dioc. de Utreque, cón. de Soissons ou de Châlons sur Marne, na França: n. 82.

W

WADINGO, Lucas: nota 56.

WALLIE, Inglaterra: *VIDE*: GALES.

WILDEMBERG, João, licenci. em direito canón. em Bolonha: nota 176.

WIMSPERG, conde de, camareiro perpé. do império: nota 512.

WLPIS, Guilherme *(Guillelmus)*, clér. da dioc. de Quimper e cón. de Nantes: n. 88.

WODESTOCK, Eduardo *(Eduardus)* de, príncipe de Gales: casam. com a condessa de Kent e dispensa do papa Inocên. VI: pp. CXLVI-CXLVII, CL, CLXIV-CLXV, nota 344, p. CCCLXXIII, CCCLXXIV.

WOLKAN, Rodolf: nota 521.

WORMS *(Wormatia)*: nota 495.

ERRATA CORRIGE

Página		*Linha*	**Onde se lê**	**Leia-se**
XIX		1	Bracharensi... In	Bracharensi. In
XIX		28, 30, 31, 37	usque in Ispaniam	usque in Ispania
XIX		31	[fl. 207v] In eodem	[fl. 207v] ... In eodem
XX		6	in Yspaniam	in Yspania
XX		10	usque in Yspaniam	usque in Yspania
XX		19	Petri, cantori	Petri, cantore
XX		23-24	Toletano, etc.,	Toletano et eius suffraganeis usque cum archiepiscopo Compostellano et Palentino, etc., ut supra proximo per totum.
XXI		4-5	per inquisitionem	pro inquisitione
XXI		6	ordinis faciendam	ordinis facienda
XXI		23	quibus citra negotium	quibus circa negotium
XXII		11	ad civitatem et provinciam	ad civitatem, diocesim et provinciam
XXII		22	existit et volumus	extitit et voluimus
XXIII		13	negotii inquisitionis	negotii inquisitionum
XXIII		36	ad defendendum...	ad defensionem patrimonii...
XXIII		37	ii Idus Augusti.	ii Idus Augusti, anno tertio...
XXIII		39	In eodem modo Ludovico,	In eodem modo Jacobo, regi Maioricarum illustri. In eodem modo Ludovico,
XXIV		30	eius suffraganeis. In eodem	eius suffraganeis... In eodem
XXIV	nota 18		fl. 275-276v.	fl. 275v-276v.
XXX		3	et partes ad quos	et partes constitutos, ad quos
XXX		12	securo conducto	securo conductu
XXX		32-33	heresis convictarum	heresis conviciarum (?)
XXX		33	ea que inquisitione	ea que in inquisitione
XXX		35	contineri in infrascriptis	contineri in inscritis
XXXI		5	indulgentia que,	indulgentia qua,
XXXI		22	apud sedem ipsam	apud sedem apostolicam
XXXII	nota 43	2	apostolica sedis	apostolice sedis
XXXII	nota 44	6	debitas, [recipere], qualibet	debitas ... in pecunia numerata recipere moderatas, qualibet
XXXII	nota 44	7	supra proxima	supra proximo.
XXXV	nota 51	4	volentes tibi gratiam	volentes illam tibi gratiam
XXXV	nota 51	5	per quam reddere valeas	per quam te reddere valeas
XXXV	nota 51	19	libere retinere	libere recipere et una cum predicta ecclesia sancte Marie licite retinere
XXXV	nota 51	24-25	retinere libere	retinere ... libere
XXXVII		12	expensarum negot. defectum exigentiam	expensarum defectum indigentiam
XXXVII		14	propter hec	propter hoc
XXXVII	nota 56	11	dispendia damnosa et incommoda	dispendia, dampna et incommoda
XXXVII	nota 56	21	supra proxime	supra proximo
XXXIX		18	disponere poterit	disponere potuerit
XLI		33-34	abade de Vale Digne	abade de Valldigna

Página		*Linha*	**Onde se lê**	**Leia-se**
XLII		13	bona predicta	bona predicti
XLII		33	ad apicem	ad statum
XLII		46	vos dominum Vitalem	vos dictum Vitalem
XLIII		2-3	patre et domino Johanne, divina providendia sancte ac universalis Romane Ecclesie	patre ac domino domino Johanne, divina providentia sacrosancte Romane ac universalis Ecclesie
XLVI		20-21	os ditos seus filhos a fazerem o mesmo.	os ditos Infante D. Pedro, seu filho, e o Infante D. João a fazerem o mesmo.
XLVII	nota 82	12	nostra instanter	nostra instantius
XLVII	nota 82	13-14	dinoscuntur, quantum	dinoscuntur, quin etiam illa que per quoscumque alios inibi detinentur, quantum
XLVII	nota 82	17	restitutionem particulariter	restitutionem huiusmodi requisitionibus vestris annuerint, ut speramus nobis particulariter
XLVII	nota 82	21	aperto dicentes	aperte dicentes
XLVII	nota 82	23	sicque nos	sicque vos
L	nota 90	9	[fl. 200b]	[fl. 200vb]
LI	nota 90	11	fl. 200a-201a	fl. 200va-201a.
LIV		5	beneplacita sua	beneplacita tua
LV		24	fore provatos	fore privatos
LV		36	domos, loca	domos et loca
LXII	nota 105	16	[e indulto	[de indulto
LXII	nota 105	16-17	quorumdumque totis	quorumcumque totis
LXII	nota 105	18	cLaterani	Laterani
LXIV		10-11	expedire videretur,	expedire viderent,
LXIV		36	quomodolibet concessisset	quomodolibet exessisset (!)
LXIV		40-41	magistratus successoribus	magistratus officio successoribus
LXIV		43	cassationem et annullationem	cassationem, annullationem,
LXVI		3	illustri. Inter cetera	illustri. Salutem. Inter cetera
LXVII		42	impugnatione hostium fidei hominibus	impugnatione dictorum hostium hominibus
LXVIII		3	et fratribus predictis	et fratribus supradictis
LXVIII		10-11	regna impugnare	regna eadem impugnare
LXIX		5	pretextu quondam	pretextu quemdam
LXIX		44-45	decretum predicta ac	decretum ac
LXXI		16	castra quamplurima	castra quamplura
LXXII		24	pretextu quondam	pretextu quemdam
LXXIV		28	de indulto huiusmodi mentionem	de indulto huiusmodi et eorum personis, locis, ordinibus et nominibus propriis mentionem
LXXV		22	regnis ordinando	regnis ordinandi
LXXVI		16	inbecillitate confectus	inbecillitate confractus
LXXVI	nota 114	5	regnis ordinando	regnis ordinandi
LXXVI	nota 114	19	committes forsan	committes forsitan
LXXVII		3	quia fideli	quia fidedigna
LXXIX		21	de quibus videbitur	de quibus vobis videbitur
LXXX		22	duxeritis eligenda	duceretis eligenda
LXXX		34	ac lucide	ac lucide *(Reg. Vat.: et dilucide)*
LXXX		42	[fl. 56v]	[fl. 57v]
LXXXI	nota 119	1	fl. 56-56v	fl. 57-57v
LXXXV		10	quos fere disposuit	quos fore disposuit

Página	*Linha*	**Onde se lê**	**Leia-se**
LXXXV	11	nobis eius conceditur	nobis eius concedit
LXXXV	14	consurgitur pacis amene serenitas et succeditur consolidatio	consurgit pacis amene serenitas et succedit consolidatio
LXXXV	27	que semel et quotiens	que simul et quotiens
LXXXV	29	quorum interest,	quorum interesset,
LXXXV	35	ipsis in hac parte	ipsis etiam in hac parte
LXXXV	36	ordinanda salubrius	ordinanda [fl. 136v] salubrius
LXXXVI	3	cui deputando concessimus	cui eum deputandi concessimus
LXXXVI	28	quem eis assignarent	quem eis assignarunt
LXXXVI	29	prout continetur, in nostris	prout continetur in nostris
LXXXVII nota 123	1	n. 961. VISCONDE	n. 961. Reg. Aven. 338, fl. 136--136v (incompleto), VISCONDE
LXXXVII nota 125	7	pro divine et nostra	pro divina et nostra
LXXXIX nota 129	6	in manifestum	in manifestum (!)
XC	16	morum et vita	morum et vite
XCIII	39	viribus fore	viribus et nullius fore
XCVI	5	Nonatelli,	Monatelli,
XCVII nota 155	7	bone meorie	bone memorie
XCVII nota 155	8	per ipsius episcopi	per ipsius Egidii episcopi
XCVII nota 155	11	ut asseris, de certis	ut asseris, in iure canonico scolaris existis cuique dudum de certis
XCVII nota 155	17	fl. 201-210v.	fl. 201-201v.
XCVII nota 156	8	ex concessione et dispositione	ex concessione et dispensatione
XCVIII nota 157	13	dictam ecclesiam apostolica	dictam ecclesiam... apostolica
XCIX nota 165	13	prebendam, si qua	prebendam vero, si qua
XCIX nota 166	2	apud nos fidedigno	apud nos fidedignorum
C nota 166	3	ex concessione et dispositione	ex concessione et dispensatione
C nota 166	8	qui civitatem	qui olim civitatem
C nota 166	12	auctoritate conferimus	tibi auctoritate conferimus
C nota 167	1	et dominus dominus	et dominus noster dominus
C nota 167	3	Egidii, episcopi Silvensis,	Egidii, episcopi Sabinensis,
C nota 167	14	fl. 33v.	fl. 32v.
C nota 167	16	archidiacono de Tarancone	archidiacono de Tarancone (!)
CI nota 168	18	reservanda, decernentes	reservanda, decrevimus
CI nota 168	22	predictam debitum nature persolvit, apud sedem ipsam vacaverint	predictam diem clausit extremum, apud eamdem sedem vacaverint
CII nota 176	26	Angelleli	Angelelli
CII nota 176	33	cujo arcediago	cujo arcediagado
CII nota 176	35	serviço desta	serviço deste
CII nota 176	51	ainda apaaece	ainda aparece
CIII nota 176	3	fl. 504, 504v),	fl. 504v),
CIII nota 176	8	uma rererente	uma referente
CIII nota 178	16	thesaurario Astoricensis ecclesiarum ac officiali	thesaurario .. Astoricensis ecclesiarum ac .. officiali
CIII nota 179	6	si curam haberet	si curam animarum haberet
CIII nota 179	7	in cathedrali ecclesia exisseret,	in cathedrali ecclesia etiam exisseret,
CVIII	7	publicadas solenemente	publicada solenemente
CVIII	31	nostrum episcopum	nostrum Johannem episcopum

Página		*Linha*	**Onde se lê**	**Leia-se**
CIX		6	iudicio condemnarat	iudicio condemnarat (Reg. Lat. 12, fl. 10v: *condemnaverat*)
CX		39	predictis excommunicationum	predictis excommunicationum (Reg. Lat. 12, fl. 12: *excommunicationis*)
CXI		3	et alios collaterales	et (Reg. Lat. 12, fl. 12v: *ac*) alios collaterales
CXII		14	de vestidos régios	de vestes régias
CXXI		30	copula consummastis,	copula consumastis,
CXXII		21	probidade história	probidade histórica
CXXII		36	assumptionis et consensus	assumptionis, collocationis, intronisationis, inductionis, acceptationis et consensus
CXXII	nota 218		Reg. 12, fl. 11-11v.	Reg. Lat. 12, fl. 11-12.
CXXVI		41	por é-rei	por el-rei
CXXX		20	Blanca prius	Blanca primo
CXXXI	nota 241	4-5	Reg. Vat. 1113,	Reg. Vat. 113,
CXXXIII		10	cortes de Lisboa,	cortes de Coimbra,
CXXXV	nota 258	6	vigore in regimine	vigore et (!) regimine
CXXXV	nota 258	8	ac etiam subiectionem	ac etiam subiectione
CXXXVIII		3-4	cortes de Lisboa,	cortes de Coimbra,
CXXXVIII		36	Catanhede,	Cantanhede,
CXL		18	dos monarcas e anuência	dos monarcas a anuência
CXLI		23	contigatis sic quod	contigatis sicque
CXLI		24	nondum duodecim	nondum duodecimum
CXLI		32	dispensationis nostre, etc.	dispensationis nostre, infringere, etc.
CXLII		32	que possint	que possunt
CXLIII	nota 278	16	Hoc enim regnum suum in via	Hec enim regnum suum et tuum firmabunt et stabilient et longevos facient dies vite sicque in via
CXLIII	nota 278	17	rectius iustitie semitis	rectis iustitie semitis
CXLIII	nota 278	19	bonorum retributiones	bonorum retributoris
CXLIV		11	gravi christicollarum	gravi discrimine christicollarum
CXLIV		12	posset convenienter	posset convenientius
CXLIV		29	de facile posset	de facili posset
CXLIV		30	copula huiusmodi confirmari,	copula huiusmodi consumari,
CXLIV		36	auspitiis suadetur	auspitiis suaderet
CXLV		38	reservatione, quam	reservatione autem, quam
CLVII		14	precibus vestris adicimus	precibus nostris adicimus
CLVII		36	serenitatatem tuam	serenitatem tuam
CLXI		2	forjado a bula,	forjado a carta,
CLXI	nota 336	7	in proxime precedente.	in proxime precedenti.
CLXI	nota 336	12	Beatrici, carissimi	Beatrici, nate carissimi
CLXI	nota 337	3	qua personis tibi	que personis tibi
CLXII	nota 338	3	qua personis tibi	que personis tibi
CLXII	nota 338	6	fructus omnium	fructus, redditus et proventus omnium
CLXII	nota 338	9	in ecclesiis sive locis, in quibus	in ecclesiis [sive locis], in quibus
CLXII	nota 338	10	valeant arctari.	valeant coartari.
CLXII	nota 338	18	fructus vel proventus beneficiorum	fructus et proventus beneficiorum

Página		*Linha*	**Onde se lê**	**Leia-se**
CLXII	nota 338	19	expreessam	expressam
CLXII	nota 339	4	valeat fructuosa.	valeant fructuosa.
CLXIII	nota 339	2	beneficia ipsa consistunt,	beneficia ipsa consistant,
CLXIII	nota 339	3	valeant arctari.	valeant coartari.
CLXIII	nota 339	10	civitatum et dicocesum	civitatum et diocesum
CLXIII	nota 340	12	Aven. 145, fl. 469, fl. 469, n. 326	Aven. 145, fl. 469, n. 326.
CLXV	nota 344	5	per nostras litteras	per nostras patentes litteras
CLXV	nota 344	24	dedimus in mandatis	dedimus similiter in mandatis
CLXV	nota 344	25	premissa veritati fulciri,	premissa veritate fulciri,
CLXV	nota 344	27-28	per suas patentes litteras significarent.	per suas litteras quantotius intimarent.
CLXVI	nota 344	18	premittitur facta, rata	premittitur facta sunt, rata
CLXVI	nota 344	27	remisit et relaxavit	remisit et etiam relaxavit
CLXVII		12	que a bula de 1361,	que a carta de 1361,
CLXVIII		18	que mais à frente se dirá	que, no próximo volume, se dirá
CLXXI		10	em cartas de 1 e 17 de Maio	em carta de 17 de Maio
CCI		10	31 de Abril	30 de Abril
CCIII		30, 35	bispo de Albigny,	bispo de Albenga,
CCV	nota 481	22, 25, 30	cum dicto cardinale... cum eodem cardinale	cum dicto cardinali ... cum eodem cardinali
CCVIII		2	tinha emanado decretos	tinha dado decretos
CCXIV, CCXVI		2	Nurimberga	Nuremberga
CCXVI		2-3	Aliás já no mês de Maio corria notícia	Aliás no mês de Maio falava-se
CCXVII	nota 495	12	p. 55.	p. 55. Cf. nota 512.
CCXXIII		2	S. Cristóvão de Cabanões,	S. Cristóvão de Cabanas,
CCXXIV		5	Nurimberga,	Nuremberga,
CCXXX		5	eitas	feitas
CCXXXVIII	nota 589	21	Porutugal	Portugal
CCXXXIX	nota 590	2	proprio nomine et privato nomine	proprio et privato nomine
CCXXXIX	nota 590	7	tulit sententias... Presentibus	tulit sententias in forma. Presentibus
CCXXXIX	nota 590	13	prothonotarius, principalis	prothonotarius, ut principalis
CCXLII	nota 610	7	supradictis, Rodericus	supradictis, prefatus Rodericus
CCXLII	nota 610	16	diocesis, pontificatus	diocesis, anno, etc., millesimo quadringentesimo quadragesimo nono, octavo Idus Novembris, pontificatus
CCXLIV	nota 611		Reg. Vat. 417	Reg. Lat. 417
CCXLVII	nota 637	35	refer	refere
CCXLIX	nota 645	4	Estovilla,	Estontevilla,
CCL	nota 650	1	septima mensis	septima dicti mensis
CCLI		5	contra certo sacerdote de nome Fernando Pereira	contra certo Fernando Pereira
CCLI	nota 652	4	Fernandus Pereerya *(sic)*	Fernandus Perrereya (!)
CCLII	nota 654	2	Bracharensi, principalis	Bracharensi, ut principalis
CCLII	nota 657	6	persona obtulit se	persona obligavit se
CCLIII	nota 657	3	certificandum cameram	certificandum videlicet cameram
CCLIII	nota 657	4	beneficiorum sub data	beneficiorum ac diebus collationum iuxta tenorem bulle sub data
CCLIII	nota 657	5	die [vi Junii 1441]	die [vij Junii 1441]
CCLIII	nota 659	12	dicti mensi	dicti mensis

Página		*Linha*	**Onde se lê**	**Leia-se**
CCLIII	nota 659	13	ecclesie sancte Mametis	ecclesie sancti Mametis
CCLV	nota 661	22	C. de Lombardia,	C. de Lombardis,
CCLV	nota 661	26	ecclesiastica, dignitates,	ecclesiastica, etiam dignitates,
CCLV	nota 661	48	quingentarum et quinque	quingentarum et quinquaginta
CCLVI	nota 661	10	vavantis	vacantis
CCLIX	nota 666	34	ducentorum auri	ducentorum florenorum auri
CCLX		1	a 24 de Julho	a 28 de Julho
CCLX	nota 668	31-32	in libro quitantium,	in libro quitantiarum,
CCLXIII	nota 672	39	per dictum Alfonsum	per dictum Alfonsum (!)
CCLXIV	nota 673	7	et dominus Eugenius, etc.,	et dominus noster dominus Eugenius, etc.,
CCLXIV	nota 673	8	multipliciter suffragantibus,	multipliciter suffragantium,
CCLXVIII	nota 674	18	de iure patronatus	de iure sui patronatus
CCLXIX		16	die [viii Septembris 1443]	die [viiii (!) Septembris 1443]
CCLXIX	nota 677	14	de 10 de Julho	de 10 de Junho
CCLXIX	nota 677	15	[x mensis Julii 1430]	[x mensis Junii 1430]
CCLXX		4	Estoutevilla,	Estontevilla,
CCLXX		25	tertiodecimo»	anno tertiodecimo»
CCLXX	nota 681		É notícia que	AV, Obl. et Sol. 66, fl. 80. É notícia que
CCLXXII	nota 687	4	pro residuo annate».	pro residuo dicte annate».
CCLXXVII	nota 706	48	obedientie et dicte excommunicationis quam	obedientie et dicta excommunicationis pena, quam
CCLXXVII	nota 706	49	minitione premissa	monitione premissa
CCLXXIX	nota 709	4	fructus viginti	fructus, etc., viginti
CCLXXXIII		19	mestrado de Coimbra,	mestre-escolado de Coimbra,
CCLXXXVI		3	f. Embaixada de Frei João,	j. Embaixada de Frei João,
CCLXXXVIII		22	intendatis, aliorum penam	intendatis, alioquin penam
CCLXXXVIII	nota 751	1	Reg. Vat. 362, fl. 113-114.	Reg. Vat. 362, fl. 113v-115.
CCLXXXVIII	nota 753	2	*Brasões da Sala*	*Brasões da Sala*
CCLXXXIX		25	et aliam infra	et aliam medietatem infra
CCXC		15	statui, indemnitatibus	statui et indemnitatibus
CCXC		17	domorum priorum	domorum, priorum
CCXC		19	citra laudibus	citra laudabilibus
CCXC		22	vivendo reduxerint,	vivendum reduxerint,
CCXC		33	prefati verentur ad cultum	prefati verentur quod metu censurarum et penarum earumdem ad libros, calices aliaque ad cultum
CCXC		33-34	largitione dietim donata	largitione dictis domibus donata
CCXC		41	bona presentia	bona mobilia et immobilia ac membra et loca eis subiecta presentia
CCXCI		7	predicti et priores	predicti in priores
CCXCIII		2	Unhos	Unhós
CCXCVI		6	tunc officiale Elborensi	tunc officiali Elborensi
CCXCVI		11	fratres qui se	fratres eorum propriis nominibus expressis ac quoscumque alios fratres qui se
CCXCVI		20	impotens est ad preficiendum	impotens est ad presidendum
CCXCVI		44	ac illos qui contra	ac illos ex Johanne episcopo Egitaniensi et fratribus predictis qui contra
CCXCVII		10	derogationis et voluntatis-	derogationis et voluntatis

Página		*Linha*	**Onde se lê**	**Leia-se**
CCC	nota 808	6	suspensio per nos facte	suspensio per nos facta
CCCII	nota 824	14	sumptuose fundare,	sumptuose fundari,
CCCII	nota 824	28	apostolica dignaremur.	apostolica unire dignaremur.
CCCIII	nota 824	9	pro singulis quindecenariis	pro singulis inibi instituendis ac in divinis laudabiliter servituris quindecenariis
CCCIII	nota 824	17	suorum regni Portugalie	suorum regum Portugalie
CCCIV		19-20	et cum cafectu	et cum effectu
CCCIV		20-21	et pontifieftu	et pontificatu
CCCIV		39	bispo do Porto, antes transferido da sé de Silves para a da Guarda, o qual	bispo do Porto, transferida essa pensão para a da Guarda, o qual
CCCV		3	omnes simili	omnes alias et singulas litteras a nobis vel successoribus nostris etiam motu simili
CCCV		4	Egitaniensem ecclesiam predictam sub	Egitaniensem ecclesiam predictas sub
CCCV		9	ubicumque reppetiantur	ubicumque repperiantur
CCCV		11	id per quinquennium	id per quempiam
CCCV		12	qui pro tempore fuerunt,	qui pro tempore fuerint,
CCCVI	nota 837	7	proventus existant,	proventus existat,
CCCVI	nota 837	14	opidi Sanctaren.	opidi Sancteren.
CCCVI	nota 837	16	pro portanda nobis	pro prestanda nobis
CCCVI	nota 837	21	consuevit cuiusque annui	consuevit cuiuscumque annui
CCCVII		1-2	Pastoris officii	Pastoralis officii
CCCVII		3	tam motu proprio ad carissimi	tam motu proprio quam a[d] carissimi
CCCVII		4	per nos ad te	per nos et Romanos pontifices predecessores nostros ad te
CCCVII		17-18	singula tibi tamquam Ceptensi episcopo demandata, in eisdem contenta, eidem Egitaniensi aut alii ecclesie presidendo, peragere	singula tibi [tamquam Ceptensi episcopo] demandata, in eisdem contenta, [eidem Egitaniensi aut alii ecclesie presidendo], peragere
CCCVII	nota 841	9	tue per apostolica scripta mandamus	tue presentium tenore committimus et mandamus
CCCVIII		17	illustris, militie	illustris, instantiam necnon dilectorum filiorum magistri seu gubernatoris et fratrum militie
CCCVIII		26	teque illi prefuerimus	teque illi prefecerimus
CCCX		32	per nos concedi	per vos concedi
CCCXI		19	de 1461 (864).	de 1459 (864).
CCCXI		29	latere necnon et sedis	latere nostro et sedis
CCCXI	nota 858		Reg. Vat. 587	Reg. Lat. 587
CCCXII		penúltima	et sedis apostolice	et apostolice sedis
CCCXIV		6, 12	equis, salmis,	equis, salinis (?),
CCCXIV		21	ac presentium	ac presertim (!)
CCCXVIII		34	medicinam nec sine [re]	medicinam nec sine[ret]
CCCXX		4	Illustrissimo Princepi	Illustrissimo Principi
CCCXX		12	gratia Colimbriensis,	gratia Columbriensis,
CCCXX		13	complectimur.	complector.
CCCXX		15-16	sum operaturum	sum operaturus
CCCXX	nota 888	7	nn. 917-937,	nn. 917, 937,
CCCXXIII	nota 895	11	mittimus ... nuntium	mittimus .. nuntium

Página		*Linha*	**Onde se lê**	**Leia-se**
CCCXXIV	nota 900	4	presbytero cardinale	presbytero cardinali
CCCXXIV	nota 901	1	Arm. 39, fl. 63,	Arm. 39, t. 16A, fl. 63,
CCCXXV	nota 901	6	creaverimus sicque	creaverimus sisque
CCCXXV	nota 901	7-8	nocumentum, quoniam	nocumentum, quocirca quoniam
CCCXXV	nota 901	13	precibus etiam regis	precibus etiam regiis
CCCXXV	nota 902	2	et fidedignis extitit	et fidedignis nobis extitit
CCCXXVI		11	bispo da Gaurda,	bispo da Guarda,
CCCXXVI	nota 904	4	insteterint	institerint
CCCXXXVII		30	huiusmodi facultatum	huiusmodi iuxta facultatum
CCCXXXVIII		3	facta, et quidquam	facta, et quidquid
CCCXXXVIII		25	plurime orte sunt	plurime suborte sunt
CCCXXXIX		5	onera patiuntur,	onera partiuntur,
CCCXL		15	similium de summa, prout	similium de presenti (?), prout
CCCXLI		12	Sisto IV, que depois	Sisto IV, que, depois
CCCXLII		14	obtulit cemere	obtulit camere
CCCXLIII		8	g. Súplica original	g) Súplica original
CCCXLIII		24	que in eis continebantur	que in iis continebantur
CCCXLIII		34	Januario,	Januarii,
CCCXLV		16	reservatione prebendarum	reservatione totidem inibi prebendarum
CCCXLV		21	diocesis supplicationum	diocesis supplicationis
CCCXLV		30	pristinum robor	pristinum robur
CCCXLV		32	favorem prosequi gratioso,	favore prosequi gratioso,
CCCXLV		36	personatu, administratione	personatu, curata administratione
CCCXLVI	nota 943		Reg. Lat. 365,	Reg. Lat. 363,
CCCXLVII		8	arcediago de Celorico	arcediagado de Celorico
CCCXLVII		13	S. Salvador de Negrelos:	S. Salvador de Magrelos:
CCCXLVII		16	sancti Salvatoris de Negrelos	sancti Salvatoris de Magrelos
CCCL		29	a prefato cardinale	a prefato cardinali
CCCLI		7	inter que quod	inter alia quod
CCCLI		8	oblationum earumdem	oblationumque earumdem
CCCLI		36	confecte fuerunt,	confecte fuerint,
CCCLI		43	vobis constiterint	vobis constiterit
CCCLI		45	omniaque alia et singula	omnia quoque alia et singula
CCCLII		18	beneficiatorum portionariorum	beneficiatorum sive portionariorum
CCCLII		27	beneficiatis, a quibus ecclesiastica sacramenta	beneficiatis illius ex ecclesiis predictis, in qua missas et officia divina pro libito predicto audiebat et a cuius rectore et beneficiatis ecclesiastica sacramenta
CCCLII		38	rector et beneficiati	rectori et beneficiatis decimas et primitias tamquam veri ipsius ecclesie parrochiani ceddere teneantur ipseque pro tempore rector et beneficiati
CCCLIII		15	parrochiali ecclesia sancti	parrochiali ecclesie sancti
CCCLIII		19	predicta, dictisque	predicta celebrare dictisque
CCCLIV		20	Romanam Ecclesiam geris	Romanam geris Ecclesiam
CCCLIV		23	loci de Vallada	loci [de] Vallada
CCCLIV		42	hactenus protulisti,	hactenus pertulisti,
CCCLV		9	pristinum statum,	pristinum et eum statum,
CCCLV		12	quam alios, si qui	quam alios defectus, si qui

Pagina	*Linha*	**Onde se lê**	**Leia-se**
CCCLVI	8	parrochialis hactenus constructa fuerat et distabat	parrochialis ecclesia hactenus constructa fuerat et adeo distabat
CCCLVI	12	a prefato cardinale	a prefato cardinali
CCCLVI	20	munitis, dicebat plenius	munitis, dicebatur plenius
CCCLVI	30-31	decernerent ... [fl. 245]...	decernerent [fl. 245]...
CCCLVI	43	huiusmodi sibi pro tempore	huiusmodi sibi et pro tempore
CCCLVIII	12	iurisdictione existentes,	iurisdictione existentium,
CCCLIX	1	satisfiet eidem	satisfiat eidem
CCCLXI	6	restituit et sucessive	restituit ac successive
CCCLXIII	15	bona supradicta possent	bona supradicta [non] possent
CCCLXIII	24	tua petitio continebat,	vestra petitio continebat,
CCCLXIV	6-7	collationem huiusmodi ac alia iura episcopalia eis debita, nullam in vos aliquem	collationem, provisionem vel presentationem huiusmodi ac alia iura episcopalia eis debita, nullam in vos vel aliquem
CCCLXVIII	6	Lopes, mesmo	Lopes «mesmo
CCCLXIX	4	D. Fernando Rodrigues, Mestre	D. Fernando Afonso de Albuquerque, Mestre
CCCLXXII	1	significam atrevimento!	significam só atrevimento!
CCCLXXIII	14	do «ligamen	do «ligamen»
CCCLXXIII	38	tinham presentes um texto,	tinham presente um texto,
CCCLXXIV	22	D. Pedro como Dona Inês	D. Pedro com Dona Inês
CCCLXXV	19	«conde de Norvena,	«conde de Noruena,
CCCLXXV	22	ocho anos,	ocho años,
CCCLXXV	23	legitimamente em manno	legitimamente en manno
CCCLXXV	34	ayuntados en el dicho castiello	ayuntados en el castiello
CCCLXXVI	2	don Henrrique fazia	don Enrrique fasia
CCCLXXVI	21	suas cortes e onde	suas cortes geeraaes e onde
CCCLXXVIII nota 1026	1	*Torre do Tombo*, VI,	*Torre do Tombo*, VII,
CCCLXXIX	18	com o filho de Inglaterra, e depois com	com «Aduarte, filho do conde de Cantabriga», e depois com
CCCLXXXI	3-4	*de Castella come de Portugal...*	*de Castella e de Portugal ...*
CCCLXXXIV nota 1038	3	pp. 222-225.	pp. 222-223.
CCCLXXXVII	3	letrados, ffalamos que	letrados, ffallamos que
CCCXCI	31	viveret innuisset quod	viveret innuisse quod
CCCXCI	32	et provinciam reperiret.	et propitiam reperiret.
CCCXCI	38	Datum apud Avinionem, iiii	Datum Avinione, iiii
CCCXCII	23	Abril de 1383,	Abril de 1385,
p. 5, n. 7	1	Alfonso Martino,	Alfonso Martini,
p. 6, n. 15	1-2	Cinfaães Bracharensis diocesis,	Cinfaães Bracharensis diocesis (!),
p. 14, n. 79	3	eidem R[oderico]	eidem R[oderico] (!)
p. 15, n. 80	1, 3	Ginoco	Ginoto
p. 44, n. 219	1	sancti Petri de Eiras	sancti Petri de Eviris (!)
p. 73, n. 323	1-2	sancte Marie de Uzezer	sancte Marie (!) de Uzezer
p. 81, n. 357	3	Egidius Maudi	Egidius Maudi (1)
p. 81, n. 357			*acrescentar:* (1) Ler *Menendi*. Cf. Reg. Aven. 205, fl. 243-243v, bula correspondente.
p. 88, n. 369 nota 3		*non est cognomen.*	*non est cognomen.* Trata-se de Estêvão Anes de Lisboa.
p. 99. n, 397	2	Johanni Benedicti,	Johannis Benedicti,

Página	*Linha*	**Onde se lê**	**Leia-se**
p. 106, n. 410 nota 1	3	p. 236.	p. 236. Deve, contudo, tratar-se ainda de Martinho Gil que aparece em bula de Outubro de 1377 (AV, Reg. Aven. 201, fl. 281-283v).
p. 115, n. 447	2	Queleysos	Qualeysos
p. 115, n. 447	3	sancte Marie de Arcozelo	sancte Marine de Arcozelo
p. 127, n. 496	2	spectan	spectañ
p. 140, n. 528	2-3	sancte Marie Ulixboñ,	sancte Marine Ulixboñ,
p. 189, n. 624	1	Rotulus familiaris	Rotulus familiarium
p. 191, n. 629a	4	in ecclesiis de Atfuia	in ecclesiis de Atfuia (?)
p. 209, n. 636g nota 2	4	sé de Nice em Agosto de 1392 e a	sé de Le Puy em Outubro de 1390 e a
p. 250, n. 697	2	Biturícensis et Almunie	Biturícensis et Alumnie
p. 278, n. 7	1	S. João de Pinha,	S. João de Penha,
p. 295, n. 19h	1	S. João de Pinha,	S. João de Penha,
p. 313, n. 65	1	Dona Isabel,	Dona Beatriz,
p. 316, n. 71	2	diocese de Tni,	diocese de Tui,
p. 317, n. 71	11	sancte Marie de Vinzios	sancte Marie (!) de Vinzios
p. 329, n. 84b	3-4	sancti Benedicti Lexomensis diocesis.	sancti Benedicti Lexoviensis diocesis.

Embora o texto e Introdução deste volume tivessem sido impressos, há vários anos, o Índice respectivo só em 1978 se acabou de imprimir na Tip. Editorial Franciscana, Braga.
1.000 ex.